



# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

## República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CLIII Nº 176

Brasília - DF, terça-feira, 13 de setembro de 2016



### Sumário

|                                                                      | PÁGINA |
|----------------------------------------------------------------------|--------|
| Atos do Poder Judiciário .....                                       | 1      |
| Atos do Poder Legislativo .....                                      | 1      |
| Atos do Poder Executivo .....                                        | 1      |
| Presidência da República .....                                       | 5      |
| Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento .....            | 5      |
| Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações .....    | 9      |
| Ministério da Cultura .....                                          | 12     |
| Ministério da Defesa .....                                           | 20     |
| Ministério da Educação .....                                         | 20     |
| Ministério da Fazenda .....                                          | 27     |
| Ministério da Integração Nacional .....                              | 35     |
| Ministério da Justiça e Cidadania .....                              | 35     |
| Ministério da Saúde .....                                            | 40     |
| Ministério das Cidades .....                                         | 98     |
| Ministério de Minas e Energia .....                                  | 98     |
| Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário .....                 | 101    |
| Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços .....          | 102    |
| Ministério do Esporte .....                                          | 111    |
| Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão .....           | 112    |
| Ministério do Trabalho .....                                         | 112    |
| Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil .....             | 113    |
| Ministério Público da União .....                                    | 115    |
| Poder Legislativo .....                                              | 115    |
| Poder Judiciário .....                                               | 115    |
| Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais ..... | 273    |

### Atos do Poder Judiciário

#### SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PLENÁRIO

##### DECISÕES

**Ação Direta de Inconstitucionalidade e**

**Ação Declaratória de Constitucionalidade**

(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

##### Acórdãos

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.603 (1)**  
ORIGEM : ADI - 4603 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL  
PROCED. : RIO GRANDE DO NORTE  
RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI

| TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS                                                            |                  |                |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------|----------------|
| Páginas                                                                                        | Distrito Federal | Demais Estados |
| de 02 a 28                                                                                     | R\$ 0,30         | R\$ 1,80       |
| de 32 a 76                                                                                     | R\$ 0,50         | R\$ 2,00       |
| de 80 a 156                                                                                    | R\$ 1,10         | R\$ 2,60       |
| de 160 a 250                                                                                   | R\$ 1,50         | R\$ 3,00       |
| de 254 a 500                                                                                   | R\$ 3,00         | R\$ 4,50       |
| - Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R\$ 0,0107 |                  |                |

REQTE.(S) : ABRAFIX - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO  
ADV.(A/S) : ADEMIR COELHO ARAÚJO (18463/DF) E OUTRO(A/S)  
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

**Decisão:** O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou procedente o pedido formulado na ação direta para declarar a inconstitucionalidade da Lei nº 9.450, de 31 de janeiro de 2011, do Estado do Rio Grande do Norte. Ausentes, justificadamente, o Ministro Celso de Mello e, neste julgamento, a Ministra Cármen Lúcia. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 01.07.2016.

##### EMENTA

**Ação direta de inconstitucionalidade. Lei nº 9.450, de 31 de janeiro de 2011, do Estado do Rio Grande do Norte, a qual veda a cobrança, no âmbito daquele Estado, das tarifas de assinatura básica pelas concessionárias prestadoras de serviços de telefonia fixa e móvel. Competência privativa da União para legislar sobre telecomunicações. Violação do art. 22, IV, da Constituição Federal. Precedentes. Inconstitucionalidade formal. Procedência da ação.**

1. A Lei nº 9.450/11, do Estado do Rio Grande do Norte, ao proibir a cobrança de assinatura básica dos consumidores e usuários dos serviços de telefonia fixa e móvel, violou o art. 22, inciso IV, da Lei Maior, o qual dispõe ser da União a competência para legislar sobre telecomunicações. Precedentes: ADI nº 2.615/SC, Tribunal Pleno, Relator para acórdão o Ministro **Gilmar Mendes**, DJe de 18/5/15; ADI nº 4.369/SP, Tribunal Pleno, Relator o Ministro **Marco Aurélio**, DJe de 3/11/14; ADI nº 3.847/SC, Tribunal Pleno, Relator o Ministro **Gilmar Mendes**, DJe de 9/3/12; ADI nº 4.478/AP, Tribunal Pleno, Relator para acórdão o Ministro **Luiz Fux**, DJe de 30/11/11).

2. Ação direta julgada procedente.

Secretaria Judiciária  
DENNYS ALBUQUERQUE RODRIGUES  
Secretário

### Atos do Poder Legislativo

#### LEI Nº 13.333, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

Prorroga o prazo de dispensa de que trata o art. 16 da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**  
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1ª O prazo de dispensa previsto no art. 16 da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, fica prorrogado por três anos.

Parágrafo único. Para fins do disposto no **caput**, fica prorrogado, por três anos, o prazo do visto temporário de que trata o art. 18 da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013.

Art. 2ª Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de setembro de 2016; 195ª da Independência e 128ª da República.

MICHEL TEMER  
José Mendonça Bezerra Filho  
Ricardo José Magalhães Barros

### Atos do Poder Executivo

#### DECRETO Nº 8.848, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

Altera o Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, remaneja funções gratificadas e substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo Federal - FCPE.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

##### D E C R E T A :

Art. 1º Ficam remanejados do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO para a Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, na forma do Anexo I, as seguintes Funções Gratificadas - FG, em cumprimento ao Decreto nº 8.785, de 10 de junho de 2016:

I - uma FG-1; e

II - duas FG-3.

Art. 2º Ficam remanejadas, na forma do Anexo II, em cumprimento à Medida Provisória nº 731, de 10 de junho de 2016, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para o INMETRO as seguintes Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE:

I - oito FCPE 101.4;

II - uma FCPE 101.3;

III - trinta e sete FCPE 101.2;

IV - nove FCPE 101.1;

V - nove FCPE 102.2; e

VI - uma FCPE 102.1.

Parágrafo único. Ficam extintos sessenta e cinco cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, conforme demonstrado no Anexo II.

Art. 3º O Anexo II ao Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, passa a vigorar na forma do Anexo III a este Decreto.

Art. 4º Os ocupantes dos cargos em comissão e das funções de confiança que deixam de existir por força deste Decreto ficam automaticamente exonerados ou dispensados.

Art. 5º Os apostilamentos decorrentes das alterações promovidas na Estrutura Regimental do INMETRO deverão ocorrer na data de entrada em vigor deste Decreto.

Parágrafo único. O Presidente do INMETRO fará publicar, no Diário Oficial da União, no prazo de trinta dias, contado da data de entrada em vigor deste Decreto, relação nominal dos titulares dos cargos em comissão e funções de confiança a que se refere o Anexo III, que indicará, inclusive, o número de cargos e funções vagos, suas denominações e seus níveis.



Art. 6º O Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços deverá editar regimento interno para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental do INMETRO, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, no prazo de sessenta dias, contado da entrada em vigor deste Decreto.

Parágrafo único. O regimento interno conterá o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do INMETRO.

Art. 7º O Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços poderá, mediante alteração do regimento interno, permutar cargos em comissão do Grupo-DAS com FCPE desde que não sejam alteradas as unidades da estrutura organizacional básica especificadas na Tabela "a" do Anexo III e sejam mantidos as categorias, os níveis e os quantitativos previstos na Tabela "b" do Anexo III, conforme o disposto no art. 9º do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009.

Art. 8º O Anexo I ao Decreto nº 6.275, de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º .....  
....."

- II - .....  
.....
- c) Diretoria de Planejamento e Articulação Institucional;
- d) Diretoria de Administração e Finanças; e
- e) Ouvidoria;
- ....." (NR)

- "Art. 12-A. À Ouvidoria compete:
- I - coordenar o tratamento de denúncias, reclamações, críticas, sugestões, elogios e pedidos de informações, oriundos da sociedade;
- II - moderar e mediar, frente ao público interno e externo, a busca de solução ou harmonização para os conflitos e crises;
- III - elaborar relatórios gerenciais para subsidiar a melhoria contínua dos processos do INMETRO;

- IV - coordenar e supervisionar o Sistema Integrado de Ouvidorias na Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade - INMETRO RBMLQ-I;
- V - coordenar e supervisionar os serviços prestados pelo seu **call center**, por meio de Discagem Direta Gratuita - DDG;
- VI - coordenar a revisão, a divulgação e a disponibilização Carta de Serviços do INMETRO; e
- VII - coordenar o atendimento às demandas oriundas da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação, por meio de atendimentos presenciais ou por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão - e-SIC." (NR)
- Art. 9º Este Decreto entra em vigor vinte e oito dias após a data de sua publicação.
- Brasília, 12 de setembro de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

MICHEL TEMER  
Dyogo Henrique de Oliveira  
Marcos Pereira

ANEXO I

REMANEJAMENTO DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO INMETRO POR FORÇA DO DECRETO Nº 8.785, DE 10 DE JUNHO DE 2016, E SALDO DE DAS-UNITÁRIO A SER REDUZIDO DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS E DE SUAS ENTIDADES VINCULADAS

| CÓDIGO                                                                                                                                                                      | DAS-UNITÁRIO | DO INMETRO PARA A SEGES |                          |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|-------------------------|--------------------------|
|                                                                                                                                                                             |              | QTD.                    | VALOR TOTAL DAS-UNITÁRIO |
| FG-1                                                                                                                                                                        | 0,20         | 1                       | 0,20                     |
| FG-3                                                                                                                                                                        | 0,12         | 2                       | 0,24                     |
| TOTAL (a)                                                                                                                                                                   |              | 3                       | 0,44                     |
| VALOR TOTAL DE DAS-UNITÁRIO A SER REMANEJADO DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS E DE SUAS ENTIDADES VINCULADAS CONFORME DECRETO Nº 8.785, DE 2016 (b) |              |                         | 3,07                     |
| VALOR DE DAS-UNITÁRIO REMANEJADO DO INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - INPI (c)                                                                                 |              |                         | 2,40                     |
| VALOR DE DAS-UNITÁRIO REMANEJADO DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS - SUFRAMA (d)                                                                                 |              |                         | 1,15                     |
| SALDO DE DAS-UNITÁRIO A SER REMANEJADO DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS E DEMAIS VINCULADAS (b-a-c-d)                                               |              |                         | 0,00                     |

ANEXO II

REMANEJAMENTO DE FUNÇÕES COMISSONADAS DO PODER EXECUTIVO - FCPE E DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR-DAS EXTINTOS DO INMETRO, EM CUMPRIMENTO À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 731, DE 10 DE JUNHO DE 2016.

a) FUNÇÕES COMISSONADAS DO PODER EXECUTIVO - FCPE REMANEJADAS

| CÓDIGO                 | DAS-UNITÁRIO | DA SEGES PARA O INMETRO |                          |
|------------------------|--------------|-------------------------|--------------------------|
|                        |              | QTD.                    | VALOR TOTAL DAS-UNITÁRIO |
| FCPE 101.4             | 2,30         | 8                       | 18,40                    |
| FCPE 101.3             | 1,26         | 1                       | 1,26                     |
| FCPE 101.2             | 0,76         | 37                      | 28,12                    |
| FCPE 101.1             | 0,60         | 9                       | 5,40                     |
| FCPE 102.2             | 0,76         | 9                       | 6,84                     |
| FCPE 102.1             | 0,60         | 1                       | 0,60                     |
| SALDO DO REMANEJAMENTO |              | 65                      | 60,62                    |

b) DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR - DAS EXTINTOS

| CÓDIGO | DAS-UNITÁRIO | QTD. | VALOR TOTAL |
|--------|--------------|------|-------------|
| DAS-4  | 3,84         | 8    | 30,72       |
| DAS-3  | 2,10         | 1    | 2,10        |
| DAS-2  | 1,27         | 46   | 58,42       |
| DAS-1  | 1,00         | 10   | 10          |
| TOTAL  |              | 65   | 101,24      |

ANEXO III

(Anexo II ao Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007)

a) QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO

| UNIDADE                                                              | CARGO/FUNÇÃO | DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO | DAS/FG/FCPE |
|----------------------------------------------------------------------|--------------|--------------------------|-------------|
| PRESIDÊNCIA                                                          | 1            | Presidente               | DAS 101.6   |
|                                                                      | 3            | Assessor                 | DAS 102.4   |
|                                                                      | 1            | Coordenador              | FCPE 101.3  |
|                                                                      | 2            | Assistente               | FCPE 102.2  |
|                                                                      | 1            |                          | FG-3        |
| GABINETE                                                             | 1            | Chefe                    | DAS 101.4   |
|                                                                      | 1            | Assistente               | FCPE 102.2  |
|                                                                      | 1            | Chefe                    | FCPE 101.2  |
| COORDENAÇÃO-GERAL DA REDE BRASILEIRA DE METROLOGIA LEGAL E QUALIDADE | 1            | Coordenador-Geral        | DAS 101.4   |
|                                                                      | 1            | Assistente               | FCPE 102.2  |
|                                                                      | 1            | Chefe                    | FCPE 101.2  |
|                                                                      | 1            | Coordenador-Geral        | DAS 101.4   |
|                                                                      | 2            | Chefe                    | FCPE 101.2  |
| COORDENAÇÃO-GERAL DE ACREDITAÇÃO                                     | 1            | Coordenador-Geral        | DAS 101.4   |
|                                                                      | 5            | Chefe                    | FCPE 101.2  |
|                                                                      | 1            |                          | FG-1        |

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA  
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA  
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE  
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**CASA CIVIL**  
**IMPRENSA NACIONAL**  
**DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**  
**SEÇÃO 1**  
Publicação de atos normativos  
**SEÇÃO 2**  
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal  
**SEÇÃO 3**  
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas  
<http://www.in.gov.br> ou [ouvidoria@in.gov.br](mailto:ouvidoria@in.gov.br)  
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF  
CNPJ: 04196645/0001-00  
Fone: (61) 3441-9450

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO  
Coordenador-Geral de  
Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA  
Coordenador de Editoração e  
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

EIMAR BAZILIO VAZ FILHO  
Coordenador de Produção

|                                                                 |   |                   |            |                                                            |    |                    |            |
|-----------------------------------------------------------------|---|-------------------|------------|------------------------------------------------------------|----|--------------------|------------|
| AUDITORIA INTERNA<br>Serviço                                    | 1 | Auditor-Chefe     | FCPE 101.4 | DIRETORIA DE METROLOGIA<br>CIENTÍFICA E TECNOLOGIA         | 1  | Diretor            | DAS 101.5  |
|                                                                 | 1 | Chefe             | FCPE 101.1 |                                                            |    |                    |            |
| PROCURADORIA FEDERAL<br>Serviço                                 | 1 | Procurador-Chefe  | FCPE 101.4 | Coordenação-Geral de Infraestrutura<br>Laboratorial        | 1  | Coordenador Geral  | DAS 101.4  |
|                                                                 | 2 | Chefe             | FCPE 101.1 |                                                            | 1  | Assistente         | FCPE 102.2 |
| DIRETORIA DE PLANEJAMEN-<br>TO E ARTICULAÇÃO INSTITU-<br>CIONAL | 1 | Diretor           | DAS 101.5  | Divisão                                                    | 1  | Assistente Técnico | FCPE 102.1 |
|                                                                 |   |                   |            |                                                            | 8  | Chefe              | FCPE 101.2 |
| Divisão                                                         | 1 | Assessor          | DAS 102.4  | DIRETORIA DE METROLOGIA<br>LEGAL                           | 23 |                    | FG-1       |
|                                                                 |   |                   |            |                                                            | 2  |                    | FG-2       |
| Coordenação-Geral de Desenvolvi-<br>mento e Gestão de Pessoas   | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 | Divisão                                                    | 3  |                    | FG-3       |
|                                                                 |   |                   |            |                                                            | 1  | Diretor            | DAS 101.5  |
| Divisão                                                         | 2 | Chefe             | FCPE 101.2 | DIRETORIA DE METROLOGIA<br>APLICADA ÀS CIÊNCIAS DA<br>VIDA | 4  | Chefe              | FCPE 101.2 |
|                                                                 | 2 | Chefe             | FCPE 101.1 |                                                            | 6  |                    | FG-2       |
| Coordenação-Geral de Tecnologia da<br>Informação                | 1 | Coordenador-Geral | DAS 101.4  | SUPERINTENDÊNCIA DO RIO<br>GRANDE DO SUL                   | 1  |                    | FG-1       |
|                                                                 |   |                   |            |                                                            | 1  |                    | FG-3       |
| Serviço                                                         | 2 |                   | FG-2       | SUPERINTENDÊNCIA DE<br>GOIÁS                               | 1  | Diretor            | DAS 101.5  |
|                                                                 | 2 |                   | FG-3       |                                                            |    |                    |            |
| Coordenação-Geral de Infraestrutura                             | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 | SUPERINTENDÊNCIA DE<br>GOIÁS                               | 5  | Superintendente    | FG-3       |
|                                                                 |   |                   |            |                                                            | 1  |                    | FCPE 101.4 |
| Centro de Capacitação                                           | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 | SUPERINTENDÊNCIA DE<br>GOIÁS                               | 1  | Superintendente    | FCPE 101.4 |
|                                                                 |   |                   |            |                                                            |    |                    |            |
| Divisão                                                         | 1 | Chefe             | FCPE 101.2 | SUPERINTENDÊNCIA DE<br>GOIÁS                               |    |                    |            |
|                                                                 |   |                   |            |                                                            |    |                    |            |
| DIRETORIA DE ADMINISTRA-<br>ÇÃO E FINANÇAS                      | 1 | Diretor           | DAS 101.5  | SUPERINTENDÊNCIA DE<br>GOIÁS                               |    |                    |            |
|                                                                 |   |                   |            |                                                            |    |                    |            |
| Coordenação-Geral de Administração                              | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 | SUPERINTENDÊNCIA DE<br>GOIÁS                               |    |                    |            |
|                                                                 |   |                   |            |                                                            |    |                    |            |
| Coordenação-Geral de Infraestrutura                             | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 | SUPERINTENDÊNCIA DE<br>GOIÁS                               |    |                    |            |
|                                                                 |   |                   |            |                                                            |    |                    |            |
| Divisão                                                         | 2 | Assistente        | FCPE 102.2 | SUPERINTENDÊNCIA DE<br>GOIÁS                               |    |                    |            |
|                                                                 | 6 | Chefe             | FCPE 101.2 |                                                            |    |                    |            |
| Serviço                                                         | 2 | Chefe             | FCPE 101.1 | SUPERINTENDÊNCIA DE<br>GOIÁS                               |    |                    |            |
|                                                                 | 1 |                   | FG-2       |                                                            |    |                    |            |
| OUVIDORIA                                                       | 1 | Ouvidor           | FCPE 101.2 | SUPERINTENDÊNCIA DE<br>GOIÁS                               |    |                    |            |
|                                                                 |   |                   |            |                                                            |    |                    |            |
| DIRETORIA DE AVALIAÇÃO<br>DA CONFORMIDADE                       | 1 | Diretor           | DAS 101.5  | SUPERINTENDÊNCIA DE<br>GOIÁS                               |    |                    |            |
|                                                                 |   |                   |            |                                                            |    |                    |            |
| Divisão                                                         | 2 | Assistente        | FCPE 102.2 | SUPERINTENDÊNCIA DE<br>GOIÁS                               |    |                    |            |
|                                                                 | 3 | Chefe             | FCPE 101.2 |                                                            |    |                    |            |
| Coordenação                                                     | 1 | Coordenador       | DAS 101.3  | SUPERINTENDÊNCIA DE<br>GOIÁS                               |    |                    |            |
|                                                                 |   |                   |            |                                                            |    |                    |            |
|                                                                 | 1 |                   | FG-3       | SUPERINTENDÊNCIA DE<br>GOIÁS                               |    |                    |            |
|                                                                 |   |                   |            |                                                            |    |                    |            |

b) QUADRO RESUMO DE CUSTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO INMETRO

| CÓDIGO     | DAS-UNITÁRIO | SITUAÇÃO ATUAL |             | SITUAÇÃO NOVA |             |
|------------|--------------|----------------|-------------|---------------|-------------|
|            |              | QTD.           | VALOR TOTAL | QTD.          | VALOR TOTAL |
| DAS 101.6  | 6,27         | 1              | 6,27        | 1             | 6,27        |
| DAS 101.5  | 5,04         | 6              | 30,24       | 6             | 30,24       |
| DAS 101.4  | 3,84         | 14             | 53,76       | 6             | 23,04       |
| DAS 101.3  | 2,10         | 2              | 4,20        | 1             | 2,10        |
| DAS 101.2  | 1,27         | 37             | 46,99       | -             | -           |
| DAS 101.1  | 1,00         | 10             | 10,00       | -             | -           |
|            |              |                |             |               |             |
| DAS 102.4  | 3,84         | 4              | 15,36       | 4             | 15,36       |
| DAS 102.2  | 1,27         | 9              | 11,43       | -             | -           |
| SUBTOTAL 1 |              | 83             | 178,25      | 18            | 77,01       |
| FCPE 101.4 | 2,30         | -              | -           | 8             | 18,40       |
| FCPE 101.3 | 1,26         | -              | -           | 1             | 1,26        |
| FCPE 101.2 | 0,76         | -              | -           | 37            | 28,12       |
| FCPE 101.1 | 0,60         | -              | -           | 9             | 5,40        |
|            |              |                |             |               |             |
| FCPE 102.2 | 0,76         | -              | -           | 9             | 6,84        |
| FCPE 102.1 | 0,60         | -              | -           | 1             | 0,60        |
| SUBTOTAL 2 |              | -              | -           | 65            | 60,62       |
| FG-1       | 0,20         | 26             | 5,20        | 25            | 5,00        |
| FG-2       | 0,15         | 10             | 1,50        | 10            | 1,50        |
| FG-3       | 0,12         | 22             | 2,64        | 20            | 2,40        |
| SUBTOTAL 3 |              | 58             | 9,34        | 55            | 8,90        |
| TOTAL      |              | 141            | 187,59      | 138           | 146,53      |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |  |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| DECRETO Nº 8.849, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |  | III - duas FCPE 101.2;                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | Art. 7º O Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços poderá, mediante alteração do regimento interno, permutar cargos em comissão do Grupo-DAS com FCPE desde que não sejam alteradas as unidades da estrutura organizacional básica especificadas na Tabela "a" do Anexo II e sejam mantidos as categorias, os níveis e os quantitativos previstos na Tabela "b" do Anexo II ao Decreto nº 7.139, de 2010, conforme o disposto no art. 9º do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| Altera o Decreto nº 7.139, de 29 de março de 2010, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, remaneja funções gratificadas e substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE. |  | IV - nove FCPE 101.1; e                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso VI, alínea "a", da Constituição,                                                                                                                                                                                                                                                                    |  | V - três FCPE 102.2.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| D E C R E T A :                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |  | Parágrafo único. Ficam extintos quarenta cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, conforme demonstrado no Anexo II.                                                                                                                                                                                                                           | Art. 8º O Anexo I ao Decreto nº 7.139, de 29 de março de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:<br><br>"Art. 2º .....<br>.....<br><br>II - .....<br>.....<br><br>h) Coordenação-Geral de Estudos Econômicos e Empresariais;<br>....." (NR)<br><br>"Art. 10-A. À Coordenação-Geral de Estudos Econômicos e Empresariais compete assessorar o Superintendente quanto à elaboração de estudos nas áreas econômica e de incentivos fiscais." (NR)<br><br>"Art. 12. À Procuradoria Federal junto à SUFRAMA, órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal, compete:<br><br>I - representar judicial e extrajudicialmente a SUFRAMA, observadas as normas estabelecidas pela Procuradoria-Geral Federal;<br><br>II - orientar a execução da representação judicial da SUFRAMA, quando sob a responsabilidade dos demais órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal; |
| Art. 1º Ficam remanejadas da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA para a Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, na forma do Anexo I, as seguintes Funções Gratificadas - FG, em cumprimento ao Decreto nº 8.785, de 10 de junho de 2016:                                                                                               |  | Art. 3º O Anexo II ao Decreto nº 7.139, de 2010, passa a vigorar na forma do Anexo III a este Decreto.                                                                                                                                                                                                                                                                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| I - duas FG-1; e                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |  | Art. 4º Os ocupantes dos cargos em comissão e das funções de confiança que deixam de existir na Estrutura Regimental da SUFRAMA por força deste Decreto ficam automaticamente exonerados ou dispensados.                                                                                                                                                                    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| II - cinco FG-2.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |  | Art. 5º Os apostilamentos decorrentes das alterações promovidas na Estrutura Regimental da SUFRAMA deverão ocorrer na data de entrada em vigor deste Decreto.                                                                                                                                                                                                               | Art. 6º O Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços deverá editar regimento interno para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental da autarquia, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, no prazo de sessenta dias, contado da entrada em vigor deste Decreto.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| Art. 2º Ficam remanejadas, na forma do Anexo II, em cumprimento à Medida Provisória nº 731, de 10 de junho de 2016, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para a SUFRAMA as seguintes Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE:                                                                                                             |  | Parágrafo único. O Superintendente da SUFRAMA fará publicar, no Diário Oficial da União, no prazo de trinta dias, contado da data de entrada em vigor deste Decreto, relação nominal dos titulares dos cargos em comissão e funções de confiança a que se refere o Anexo III, que indicará, inclusive, o número de cargos e funções vagos, suas denominações e seus níveis. |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| I - nove FCPE 101.4;                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |  | Art. 6º O Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços deverá editar regimento interno para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental da autarquia, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, no prazo de sessenta dias, contado da entrada em vigor deste Decreto.                                            |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| II - dezessete FCPE 101.3;                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |  | Parágrafo único. O regimento interno conterà o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da SUFRAMA.                                                                                                                                                                                                                                            |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |

III - exercer as atividades de consultoria e de assessoramento jurídicos no âmbito da SUFRAMA e aplicar, no que couber, o disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993;

IV - auxiliar os demais órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal na apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às atividades da SUFRAMA, para inscrição em dívida ativa e cobrança;

V - zelar pela observância da Constituição, das leis e dos atos emanados dos poderes públicos, sob a orientação normativa da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal; e

VI - encaminhar à Advocacia-Geral da União ou à Procuradoria-Geral Federal, conforme o caso, pedido de apuração de falta funcional praticada por seus membros." (NR)

Art. 9º Este Decreto entra em vigor vinte e oito dias após a data de sua publicação.

Art. 10. Ficam revogados os seguintes dispositivos do Anexo I ao Decreto nº 7.139, de 29 de março de 2010:

I - alínea "c" do inciso III do **caput** do art. 15; e

II - inciso V do **caput** do art. 16.

Brasília, 12 de setembro de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

MICHEL TEMER  
Dyogo Henrique de Oliveira  
Marcos Pereira

## ANEXO I

REMANEJAMENTO DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA DA SUFRAMA POR FORÇA DO DECRETO Nº 8.785, DE 10 DE JUNHO DE 2016, E SALDO DE DAS-UNITÁRIO A SER REDUZIDO DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS E DAS ENTIDADES VINCULADAS

## a) FUNÇÕES GRATIFICADAS

| CÓDIGO                                                                                                                                                    | DAS-UNITÁRIO | DA SUFRAMA PARA A SEGES |                          |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|-------------------------|--------------------------|
|                                                                                                                                                           |              | QTD.                    | VALOR TOTAL DAS-UNITÁRIO |
| FG-1                                                                                                                                                      | 0,20         | 2                       | 0,40                     |
| FG-2                                                                                                                                                      | 0,15         | 5                       | 0,75                     |
| TOTAL (a)                                                                                                                                                 |              | 7                       | 1,15                     |
| VALOR TOTAL DE DAS-UNITÁRIO A SER REMANEJADO DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS E VINCULADAS CONFORME DECRETO Nº 8.785, DE 2016 (b) |              |                         | 3,07                     |
| VALOR DE DAS-UNITÁRIO REMANEJADO DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO (c)                                                |              |                         | 0,44                     |
| VALOR DE DAS-UNITÁRIO REMANEJADO DO INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - INPI (d)                                                               |              |                         | 2,40                     |
| SALDO DE DAS-UNITÁRIO A SER REMANEJADO DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS E DEMAIS VINCULADAS (b-a-c-d)                             |              |                         | 0,00                     |

## ANEXO II

DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR-DAS EXTINTOS DA SUFRAMA, EM CUMPRIMENTO À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 731, DE 10 DE JUNHO DE 2016.

| CÓDIGO | DAS-UNITÁRIO | QTD. | VALOR TOTAL |
|--------|--------------|------|-------------|
| DAS-4  | 3,84         | 9    | 34,56       |
| DAS-3  | 2,10         | 17   | 35,70       |
| DAS-2  | 1,27         | 5    | 6,35        |
| DAS-1  | 1,00         | 9    | 9           |
| TOTAL  |              | 40   | 85,61       |

## ANEXO III

(Anexo II ao Decreto nº 7.139, de 29 de março de 2010)

## a) QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS - SUFRAMA

| UNIDADE                                                | CARGO/FUNÇÃO/Nº | DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO | DAS/FG/FCPE |
|--------------------------------------------------------|-----------------|--------------------------|-------------|
|                                                        | 1               | Superintendente          | DAS 101.6   |
|                                                        | 1               |                          | FG-1        |
|                                                        | 1               |                          | FG-2        |
| GABINETE Coordenação                                   | 1               | Chefe                    | DAS 101.4   |
|                                                        | 1               | Assistente               | FCPE 102.2  |
|                                                        | 1               | Coordenador              | DAS 101.3   |
| COORDENAÇÃO-GERAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL Coordenação    | 1               | Coordenador-Geral        | DAS 101.4   |
|                                                        | 2               | Coordenador              | DAS 101.3   |
|                                                        | 1               |                          | FG-1        |
| Coordenação-Geral de Representação Institucional       | 1               | Coordenador-Geral        | DAS 101.4   |
|                                                        |                 |                          |             |
| COORDENAÇÃO-GERAL DE COMÉRCIO EXTERIOR                 | 1               | Coordenador-Geral        | DAS 101.4   |
|                                                        | 1               |                          | FG-1        |
|                                                        |                 |                          |             |
| Coordenação-Geral de Estudos Econômicos e Empresariais | 1               | Coordenador-Geral        | FCPE 101.4  |
|                                                        | 1               |                          | FG-1        |
| PROCURADORIA FEDERAL Coordenação                       | 1               | Procurador-Chefe         | FCPE 101.4  |
|                                                        | 1               | Assistente               | FCPE 102.2  |
|                                                        | 1               | Coordenador              | FCPE 101.3  |

|                                                                          |   |                         |            |
|--------------------------------------------------------------------------|---|-------------------------|------------|
| AUDITORIA INTERNA Coordenação                                            | 1 | Auditor-Chefe           | DAS 101.4  |
|                                                                          | 1 | Assistente              | FCPE 102.2 |
|                                                                          | 1 | Coordenador             | DAS 101.3  |
|                                                                          | 1 |                         | FG-1       |
| CORREGEDORIA OUVIDORIA                                                   | 1 | Corregedor              | DAS 101.4  |
|                                                                          | 1 | Ouvidor                 | DAS 101.4  |
| SUPERINTENDÊNCIA ADJUNTA EXECUTIVA                                       | 1 | Superintendente Adjunto | DAS 101.5  |
|                                                                          | 1 | Assessor Técnico        | DAS 102.3  |
| Coordenação-Geral de Recursos Logísticos Coordenação                     | 1 | Coordenador-Geral       | FCPE 101.4 |
|                                                                          | 2 | Coordenador             | FCPE 101.3 |
|                                                                          | 1 | Coordenador             | DAS 101.3  |
|                                                                          | 1 | Chefe                   | FCPE 101.2 |
| Coordenação-Geral de Recursos Humanos Coordenação                        | 9 |                         | FG-1       |
|                                                                          | 1 | Coordenador-Geral       | DAS 101.4  |
|                                                                          | 2 | Coordenador             | FCPE 101.3 |
|                                                                          | 2 |                         | FG-2       |
| Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira Coordenação      | 1 | Coordenador-Geral       | FCPE 101.4 |
|                                                                          | 3 | Coordenador             | FCPE 101.3 |
|                                                                          | 2 |                         | FG-1       |
|                                                                          |   |                         |            |
| Coordenação-Geral de Modernização e Informática Coordenação Divisão      | 1 | Coordenador-Geral       | DAS 101.4  |
|                                                                          | 1 | Coordenador             | DAS 101.3  |
|                                                                          | 1 | Chefe                   | FCPE 101.2 |
|                                                                          |   |                         |            |
| SUPERINTENDÊNCIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL      | 1 | Superintendente Adjunto | DAS 101.5  |
|                                                                          | 1 | Assessor Técnico        | DAS 102.3  |
|                                                                          | 1 |                         | FG-1       |
|                                                                          | 3 |                         | FG-2       |
| Coordenação-Geral de Planejamento e Programação Orçamentária Coordenação | 1 | Coordenador-Geral       | DAS 101.4  |
|                                                                          | 1 | Coordenador             | DAS 101.3  |
| Coordenação-Geral de Desenvolvimento Regional Coordenação                | 1 | Coordenador-Geral       | FCPE 101.4 |
|                                                                          | 2 | Coordenador             | FCPE 101.3 |
| Coordenação-Geral de Gestão Tecnológica Coordenação                      | 1 | Coordenador-Geral       | FCPE 101.4 |
|                                                                          | 1 | Coordenador             | FCPE 101.3 |
| SUPERINTENDÊNCIA ADJUNTA DE PROJETOS                                     | 1 | Superintendente Adjunto | DAS 101.5  |
|                                                                          | 1 | Assessor Técnico        | DAS 102.3  |
|                                                                          | 1 |                         | FG-1       |
|                                                                          | 2 |                         | FG-2       |
| Coordenação-Geral de Análise de Projetos Industriais                     | 1 | Coordenador-Geral       | FCPE 101.4 |

|                                                                                     |    |                         |            |
|-------------------------------------------------------------------------------------|----|-------------------------|------------|
| Coordenação                                                                         | 1  | Coordenador             | FCPE 101.3 |
| Coordenação-Geral de Acompanhamento de Projetos Industriais Coordenação             | 1  | Coordenador-Geral       | DAS 101.4  |
|                                                                                     | 1  | Coordenador             | DAS 101.3  |
|                                                                                     | 1  | Coordenador             | FCPE 101.3 |
| Coordenação-Geral de Análise e Acompanhamento de Projetos Agropecuários Coordenação | 1  | Coordenador-Geral       | DAS 101.4  |
|                                                                                     | 1  | Coordenador             | DAS 101.3  |
| SUPERINTENDÊNCIA ADJUNTA DE OPERAÇÕES                                               | 1  | Superintendente Adjunto | DAS 101.5  |
|                                                                                     | 7  |                         | FG-1       |
|                                                                                     | 12 |                         | FG-2       |
| Coordenação-Geral de Controle de Importação e Exportação Coordenação                | 1  | Coordenador-Geral       | FCPE 101.4 |
|                                                                                     | 1  | Coordenador             | FCPE 101.3 |
| Coordenação-Geral de Controle de Mercadorias e Cadastro Coordenação                 | 1  | Coordenador-Geral       | FCPE 101.4 |
|                                                                                     | 3  | Coordenador             | FCPE 101.3 |
| ÁREAS DE LIVRE COMÉRCIO Serviço                                                     | 5  | Coordenador             | DAS 101.3  |
|                                                                                     | 5  | Chefe                   | FCPE 101.1 |
| COORDENAÇÕES REGIONAIS Serviço                                                      | 5  | Coordenador             | DAS 101.3  |
|                                                                                     | 4  | Chefe                   | FCPE 101.1 |

b) QUADRO RESUMO DE CUSTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DA SUFRAMA

| CÓDIGO     | DAS-UNITÁRIO | SITUAÇÃO ATUAL |             | SITUAÇÃO NOVA |             |
|------------|--------------|----------------|-------------|---------------|-------------|
|            |              | QTD.           | VALOR TOTAL | QTD.          | VALOR TOTAL |
| DAS 101.6  | 6,27         | 1              | 6,27        | 1             | 6,27        |
| DAS 101.5  | 5,04         | 4              | 20,16       | 4             | 20,16       |
| DAS 101.4  | 3,84         | 21             | 80,64       | 12            | 46,08       |
| DAS 101.3  | 2,10         | 36             | 75,60       | 19            | 39,90       |
| DAS 101.2  | 1,27         | 2              | 2,54        | -             | -           |
| DAS 101.1  | 1,00         | 9              | 9,00        | -             | -           |
| SUBTOTAL 1 |              | 79             | 204,32      | 39            | 118,71      |
| FCPE 101.4 | 2,30         | -              | -           | 9             | 20,70       |
| FCPE 101.3 | 1,26         | -              | -           | 17            | 21,42       |
| FCPE 101.2 | 0,76         | -              | -           | 2             | 1,52        |
| FCPE 101.1 | 0,60         | -              | -           | 9             | 5,40        |
| SUBTOTAL 2 |              | -              | -           | 40            | 51,32       |
| FG-1       | 0,20         | 27             | 5,40        | 25            | 5,00        |
| FG-2       | 0,15         | 25             | 3,75        | 20            | 3,00        |
| FG-3       | 0,12         | -              | -           | -             | -           |
| SUBTOTAL 3 |              | 52             | 9,15        | 45            | 8,00        |
| TOTAL      |              | 131            | 213,47      | 124           | 178,03      |

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 483, de 12 de setembro de 2016. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.333, de 12 de setembro de 2016.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 16, DE 9 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, e tendo em vista o que consta do Processo nº 21000.000207/2016-20, resolve:

Art. 1º O Anexo I da Instrução Normativa nº 18, de 27 de fevereiro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO I

10. ....

10. ....

10.1. ....

"10.1.3 Colocar os cassetes em solução de formalina fresca tamponada a 10%, (dez por cento) por vinte e quatro horas." NR

10.2. ....

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados os subitens 10.1.4, 10.1.5 e 10.1.6 do Anexo I da Instrução Normativa nº 18, de 27 de fevereiro de 2004.

JORGE CAETANO JUNIOR  
Substituto

PORTARIA Nº 100, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os Arts. 17 e 53 do Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 57, de 11 de dezembro de 2013, e o que consta do Processo nº 21000.006222/2016-81, resolve:

Art. 1º Cancelar a suspensão do credenciamento do Laboratório Detecta Melhoramento Genético Animal Ltda., CNPJ nº 10.928.724/0001-53, localizado na Rua General Neto, nº 1035, Bairro Centro CEP: 96.015-280, Pelotas/RS.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 83, de 16 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) nº 158, de 17 de agosto de 2016, Seção 1, pág.: 5.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE CAETANO JUNIOR  
Substituto

PORTARIA Nº 102, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os Arts. 17 e 53 do Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 57, de 11 de dezembro de 2013, e o que consta do Processo nº 21000.029781/2016-60, resolve:

Art. 1º Cancelar a suspensão do credenciamento do Laboratório Alac Ltda, CNPJ nº 94.088.952/0001-52, localizado na Rua David Sartori, nº 601, Bairro Alfândega CEP: 95.720-000, Garibaldi/RS.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 86, de 26 de outubro de 2015, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) nº 206, de 28 de outubro de 2015, Seção 1, pág.: 9.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE CAETANO JUNIOR  
Substituto

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS  
COORDENAÇÃO-GERAL DE AGROTÓXICOS E AFINS

ATO Nº 48, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

Conforme a RDC ANVISA nº 56 de 11 de dezembro de 2015 (DOU 14/12/2015), que dispõe sobre o regulamento técnico para o ingrediente ativo Parationa-metílica em decorrência da reavaliação toxicológica pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, cancelar o registro dos produtos Folisuper 600 BR registro nº 2708703, e Paracap 450 CS, registro nº 7401.

CARLOS RAMOS VENANCIO  
Coordenador-Geral  
Substituto

SECRETARIA DE MOBILIDADE SOCIAL, DO PRODUTOR RURAL E DO COOPERATIVISMO  
SERVIÇO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES

ATO Nº 14, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

Em cumprimento ao disposto no § 2º, do art. 4º, da Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997, e no inciso III, do art. 3º, do Decreto nº 2.366, de 5 de novembro de 1997, e o que consta do Processo nº 21806.000203/2001-90, o Serviço Nacional de Proteção de Cultivares divulga, para fins de proteção de cultivares de videira (Vitis L.), os novos descritores mínimos definidos na forma do Anexo I. Ficam revogados os descritores mínimos publicados no D.O.U., de 03/05/2001, edição 85, seção 1, exceto para ensaios já iniciados até a data de publicação deste Ato, aos quais é facultado o uso do presente documento. O formulário estará disponível aos interessados pela internet no endereço: <http://www.agricultura.gov.br/vegetal/registros-autorizacoes/protecao-cultivares/formularios-protecao-cultivares>

RICARDO ZANATTA MACHADO  
Coordenador

ANEXO

INSTRUÇÕES PARA EXECUÇÃO DOS ENSAIOS DE DISTINGUIBILIDADE, HOMOGENEIDADE E ESTABILIDADE DE CULTIVARES DE VIDEIRA (Vitis L.)

I. OBJETIVO

Estas instruções visam estabelecer diretrizes para as avaliações de distinguibilidade, homogeneidade e estabilidade (DHE), uniformizando o procedimento técnico de comprovação de que a cultivar apresentada é distinta de outra(s) cujos descritores sejam conhecidos, que seja homogênea quanto às suas características em cada ciclo reprodutivo e estável quanto à repetição das mesmas características ao longo de gerações sucessivas. Aplicam-se às cultivares de videira (Vitis L.), com a finalidade de produção de frutos, porta-enxertos e plantas ornamentais.

II. AMOSTRA VIVA

1. Para atender ao disposto no art. 22 e seu parágrafo único da Lei nº 9.456 de 25 de abril de 1997, o requerente do pedido de proteção obrigará-se a disponibilizar ao Serviço Nacional de Proteção de Cultivares-SNPC no mínimo 5 plantas, propagadas vegetativamente por enxertia, informando o tipo de porta-enxerto utilizado. No caso que a cultivar tenha raízes suscetíveis a Phylloxera vastatrix, as plantas devem ser enxertadas em um porta-enxerto não suscetível. A amostra não deverá ser composta de plantas obtidas mediante técnica de propagação in vitro.

2. As plantas devem estar vigorosas e em boas condições sanitárias.

3. A amostra deverá estar isenta de tratamento que afete a expressão das características da cultivar, salvo em casos especiais devidamente justificados. Nesse caso, o tratamento deve ser detalhadamente descrito.

4. A amostra deverá ser disponibilizada ao SNPC após a obtenção do Certificado de Proteção. Entretanto, sempre que durante a análise do pedido for necessária a apresentação da amostra para confirmação de informações, o solicitante deverá disponibilizá-la.

III. EXECUÇÃO DOS ENSAIOS DE DISTINGUIBILIDADE, HOMOGENEIDADE E ESTABILIDADE - DHE

1. Os ensaios deverão ser conduzidos por, no mínimo, dois ciclos independentes e similares de cultivo, com ao menos duas colheitas de frutos satisfatórias. Considera-se que o ciclo de cultivo inicia-se com a abertura das gemas, continua com a floração e a colheita dos frutos e conclui-se com o fim do período de repouso seguinte, com o desenvolvimento das gemas da nova estação, em locais que produzem uma única safra anual. Em locais que produzem mais de uma safra anual, considerar a safra principal.

2. Os ensaios deverão ser conduzidos em um único local. Caso neste local não seja possível a visualização de características importantes da cultivar, a mesma poderá ser avaliada em um local adicional.

3. Os ensaios de campo deverão ser conduzidos em condições que assegurem o desenvolvimento normal das plantas.

4. O tamanho das parcelas deverá possibilitar que plantas, ou suas partes possam ser removidas para avaliações ou podadas, sem que isso prejudique as observações que venham a ser feitas até o final do ciclo. Cada teste deve incluir no mínimo 5 plantas úteis.

5. As observações deverão ser feitas em 5 plantas ou partes de 5 plantas. Podem ser usadas parcelas separadas para avaliações, desde que estejam em condições ambientais similares.

6. Os métodos recomendados de observação das características são indicados na primeira coluna da Tabela de características, segundo a legenda abaixo:

- MG: Mensuração única de um grupo de plantas ou partes dessas plantas
- VG: Avaliação visual única de um grupo de plantas ou partes dessas plantas

7. Para a verificação da homogeneidade, deverá ser aplicada uma população padrão de 1% com probabilidade de aceitação de 95%. No caso de uma amostra de 5 plantas, nenhuma planta atípica é permitida

8. No caso de cultivares de porta-enxertos e ornamentais, utilizar as características da tabela no que convier.

9. No caso da cultivar introduzida no Brasil, apresentar alterações das características devido às condições ambientais, quando cabível. Informar no item 10 do Formulário do Relatório Técnico de obtenção da Cultivar, "INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE A CULTIVAR".

10. Informar porta-enxerto utilizado nos ensaios de DHE, quando cabível. Apresentar a informação no item 10 do Formulário do Relatório Técnico de obtenção da Cultivar, "INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE A CULTIVAR".

11. Informar destinação de uso da cultivar: processamento (suco e/ou vinho), uva de mesa, porta-enxerto, ornamental e outras. Apresentar a informação no item 10 do Formulário do Relatório Técnico de obtenção da Cultivar, "INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE A CULTIVAR".

IV. CARACTERÍSTICAS AGRUPADORAS

1. Para a escolha das cultivares similares a serem plantadas no ensaio de DHE, utilizar as características agrupadoras.

2. Características agrupadoras são aquelas nas quais os níveis de expressão observados, mesmo quando obtidos em diferentes locais, podem ser usados para a organização do ensaio de DHE, individualmente ou em conjunto com outras características, de forma que cultivares similares sejam plantadas agrupadas.

3. As seguintes características são consideradas úteis como características agrupadoras:

- (a) Ramo jovem: abertura da extremidade (característica 2);
- (b) Folha jovem: cor da face superior do limbo (característica 6);
- (c) Folha jovem: densidade de pêlos prostrados entre as nervuras principais da face inferior do limbo (característica 7);
- (d) Flor: órgãos sexuais (característica 17);
- (e) Folha adulta: número de lóbulos (característica 22);
- (f) Época até o início da maturação das bagas (característica 35);
- (g) Baga: forma, em vista lateral (característica 40);
- (h) Baga: cor da película, sem pruína (característica 41);
- (i) Baga: pigmentação antocianínica da polpa (característica 44);
- (j) Baga: particularidade de sabor (característica 46);
- (k) Baga: formação de sementes (característica 47).

V. SINAIS CONVENCIONAIS

(a), (b), (#) (+): Ver item VIII "OBSERVAÇÕES E FIGURAS";  
MG, VG: Ver item III, 6;  
QL: Característica qualitativa;  
QN: Característica quantitativa;  
PQ: Característica pseudo-qualitativa;  
(#): Apresentar fotografias ilustrativas com resolução de pelo menos 300 dpi;  
07-00: Ver explicação no item IX.3;  
O-... : Código numérico da Organização Internacional da Vinha e do Vinho - O.I.V.;  
I-... : Código numérico do Instituto Internacional de Pesquisa em Genética de Plantas (IPGRI, agora denominado Bioversity);  
Na segunda coluna da Tabela de Características também são indicados códigos numéricos da O.I.V. (O-...) e do IPGRI (I-...) correspondentes às suas listas de descritores para uvas vinícolas e espécies de Vitis, elaboradas conjuntamente entre a UPOV e esses dois institutos, a fim de evitar riscos de erros e confusões resultantes da multiplicidade e heterogeneidade das listas existentes.

VI. NOVIDADE E DURAÇÃO DA PROTEÇÃO

1. A fim de satisfazer o requisito de novidade estabelecido no inciso V, art. 3º da Lei nº 9.456, de 1997, a cultivar não poderá ter sido oferecida à venda no Brasil há mais de doze meses em relação à data do pedido de proteção e, observado o prazo de comercialização no Brasil, não poderá ter sido oferecida à venda ou comercializada em outros países, com o consentimento do obtentor, há mais de seis anos.

2. Conforme estabelecido pelo art. 11, da Lei nº 9.456, de 1997, a proteção da cultivar vigorará, a partir da data da concessão do Certificado Provisório de Proteção, pelo prazo de dezoito anos.

VII. INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO DA TABELA DE DESCRITORES

1. Ver formulário na internet.  
2. Para solicitação de proteção de cultivar, o interessado deverá apresentar, além deste, os demais formulários disponibilizados pelo SNPC.

3. Todas as páginas deverão ser rubricadas pelo Requerente ou Representante Legal e pelo Responsável Técnico.

VIII. TABELA DE DESCRITORES DE VIDEIRA (Vitis L.)

Nome proposto para a cultivar:

| Característica                          | Identificação da característica | Código de cada descrição |
|-----------------------------------------|---------------------------------|--------------------------|
| 1. Época de brotação                    | muito precoce                   | 1                        |
| (+) QN MG                               | precoce                         | 3                        |
| 07-09                                   | média                           | 5                        |
| O-301                                   | tardia                          | 7                        |
| I-7.1.1                                 | muito tardia                    | 9                        |
| 2. Ramo jovem: abertura da extremidade. | fechada                         | 1                        |
| (+) QN VG                               | ligeiramente aberta             | 2                        |
| 53-69                                   | semiaberta                      | 3                        |
| O-001                                   | muito aberta                    | 4                        |
| I-6.1.1                                 | completamente aberta            | 5                        |

|                                                                                                      |                                                                         |   |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------|---|
| 3. Ramo jovem: densidade de pêlos prostrados na extremidade                                          | ausente ou muito baixa                                                  | 1 |
| (+) QN VG                                                                                            | baixa                                                                   | 3 |
| 53-69                                                                                                | média                                                                   | 5 |
| O-004                                                                                                | alta                                                                    | 7 |
| I-6.1.3                                                                                              | muito alta                                                              | 9 |
| 4. Ramo jovem: pigmentação antocianínica dos pêlos prostrados na extremidade                         | ausente ou muito fraca                                                  | 1 |
| (+) QN VG                                                                                            | fraca                                                                   | 3 |
| 53-69                                                                                                | média                                                                   | 5 |
| O-003                                                                                                | forte                                                                   | 7 |
| I-6.1.2                                                                                              | muito forte                                                             | 9 |
| 5. Ramo jovem: densidade de pêlos eretos na extremidade                                              | ausente ou muito baixa                                                  | 1 |
| (+) QN VG                                                                                            | baixa                                                                   | 3 |
| 53-69                                                                                                | média                                                                   | 5 |
| O-005                                                                                                | alta                                                                    | 7 |
| I-6.1.4                                                                                              | muito alta                                                              | 9 |
| 6. Folha jovem: cor da face superior do limbo                                                        | verde amarelada                                                         | 1 |
| (+) PQ VG                                                                                            | verde                                                                   | 2 |
| 53-69                                                                                                | verde com manchas de antocianina                                        | 3 |
| O-051                                                                                                | vermelho acobreada clara                                                | 4 |
| I.6.1.16                                                                                             | vermelho acobreada escura                                               | 5 |
|                                                                                                      | vermelho vinho                                                          | 6 |
| 7. Folha jovem: densidade de pêlos prostrados entre as nervuras principais da face inferior do limbo | ausente ou muito baixa                                                  | 1 |
| (+) QN VG                                                                                            | baixa                                                                   | 3 |
| 53-69                                                                                                | média                                                                   | 5 |
| O-053                                                                                                | alta                                                                    | 7 |
| I-6.1.17                                                                                             | muito alta                                                              | 9 |
| 8. Folha jovem: densidade de pêlos eretos sobre as nervuras principais da face inferior do limbo     | ausente ou muito baixa                                                  | 1 |
| (+) QN VG                                                                                            | baixa                                                                   | 3 |
| 53-69                                                                                                | média                                                                   | 5 |
| O-056                                                                                                | alta                                                                    | 7 |
| I-6.1.20                                                                                             | muito alta                                                              | 9 |
| 9. Ramo: hábito de crescimento (antes do tutoramento)                                                | ereto                                                                   | 1 |
| (+) QN VG                                                                                            | semiereto                                                               | 3 |
| 60-69                                                                                                | horizontal                                                              | 5 |
| O-006                                                                                                | semi-rasteiro                                                           | 7 |
| I-6.1.5                                                                                              | rasteiro                                                                | 9 |
| 10. Ramo: cor da face dorsal do entrenó (bem iluminado)                                              | verde                                                                   | 1 |
| (+) (a) QN VG                                                                                        |                                                                         |   |
| 60-69                                                                                                |                                                                         |   |
| O-007                                                                                                | verde e vermelha                                                        | 2 |
| I-6.1.6                                                                                              | vermelha                                                                | 3 |
| 11. Ramo: cor da face ventral do entrenó (sem luz solar direta)                                      | verde                                                                   | 1 |
| (+) (a) QN VG                                                                                        |                                                                         |   |
| 60-69                                                                                                |                                                                         |   |
| O-008                                                                                                | verde e vermelha                                                        | 2 |
| I-6.1.7                                                                                              | vermelha                                                                | 3 |
| 12. Ramo: cor da face dorsal do nó (bem iluminado)                                                   | verde                                                                   | 1 |
| (+) (a) QN VG                                                                                        |                                                                         |   |
| 60-69                                                                                                |                                                                         |   |
| O-009                                                                                                | verde e vermelha                                                        | 2 |
| I-6.1.8                                                                                              | vermelha                                                                | 3 |
| 13. Ramo: cor da face ventral do nó                                                                  | verde                                                                   | 1 |
| (+) (a) QN VG                                                                                        |                                                                         |   |
| 60-69                                                                                                |                                                                         |   |
| O-010                                                                                                | verde e vermelha                                                        | 2 |
| I-6.1.9                                                                                              | vermelha                                                                | 3 |
| 14. Ramo: densidade de pêlos eretos nos entrenós                                                     | ausente ou muito baixa                                                  | 1 |
| (a) QN VG                                                                                            | baixa                                                                   | 3 |
| 60-69                                                                                                | média                                                                   | 5 |
| O-012                                                                                                | alta                                                                    | 7 |
| I-6.1.11                                                                                             | muito alta                                                              | 9 |
| 15. Ramo: número de gavinhas consecutivas (tendrils)                                                 | menos que três                                                          | 1 |
| (+) (a) QN VG                                                                                        |                                                                         |   |
| 60-73                                                                                                |                                                                         |   |
| O-016                                                                                                | três ou mais                                                            | 2 |
| I.6.1.14                                                                                             |                                                                         |   |
| 16. Ramo: comprimento das gavinhas                                                                   | muito curto                                                             | 1 |
| (a) QN VG                                                                                            | curto                                                                   | 3 |
| 60-73                                                                                                | médio                                                                   | 5 |
| O-017                                                                                                | longo                                                                   | 7 |
| I-6.1.15                                                                                             | muito longo                                                             | 9 |
| 17. Flor: órgãos sexuais                                                                             | estames completamente desenvolvidos e sem gineceu                       | 1 |
| (+) QL VG                                                                                            | estames completamente desenvolvidos e gineceu reduzido                  | 2 |
| 61-68                                                                                                | estames e gineceu completamente desenvolvidos                           | 3 |
| O-151                                                                                                | estames reflexos e gineceu completamente desenvolvido                   | 4 |
| I-6.2.1                                                                                              | estames parcialmente desenvolvidos e gineceu completamente desenvolvido | 5 |
| 18. Folha adulta: tamanho do limbo                                                                   | muito pequeno                                                           | 1 |
| (b) QN VG                                                                                            | pequeno                                                                 | 3 |
| 75-81                                                                                                | médio                                                                   | 5 |
| O-065                                                                                                | grande                                                                  | 7 |
| I-6.1.21                                                                                             | muito grande                                                            | 9 |
| 19. Folha adulta: forma do limbo                                                                     | cordiforme                                                              | 1 |
| (+) (#) (b) PQ VG                                                                                    | cuneiforme                                                              | 2 |
| 75-81                                                                                                | pentagonal                                                              | 3 |

|                                                                                                                 |                                                                     |   |                                                         |                                                       |    |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------|---|---------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------|----|
| O-067                                                                                                           | orbicular                                                           | 4 | O --                                                    | grande                                                | 7  |
| I-6.1.22                                                                                                        | reniforme                                                           | 5 | I-6.2.2                                                 | muito grande                                          | 9  |
| 20. Folha adulta: perfil em seção transversal                                                                   | plano                                                               | 1 | 37. Cacho: grau de compacidade                          | muito solto                                           | 1  |
| (+) 75-81                                                                                                       | em forma de V                                                       | 2 | (+) QN VG                                               | solto                                                 | 3  |
| O-074                                                                                                           | involuta                                                            | 3 | 89                                                      | intermediário                                         | 5  |
| I.6.1.25                                                                                                        | revoluta                                                            | 4 | O-204                                                   | compacto                                              | 7  |
|                                                                                                                 | ondulado                                                            | 5 | I-6.2.3                                                 | muito compacto                                        | 9  |
| 21. Folha adulta: bulado (bolhosidade) da face superior do limbo                                                | ausente ou muito fraca                                              | 1 | 38. Cacho: comprimento do pedúnculo do racemo principal | muito curto                                           | 1  |
| (b) QN VG                                                                                                       | fraca                                                               | 3 | (+) QN VG                                               | curto                                                 | 3  |
| 75-81                                                                                                           | média                                                               | 5 | 89                                                      | médio                                                 | 5  |
| O-075                                                                                                           | forte                                                               | 7 | O-206                                                   | longo                                                 | 7  |
| I-6.1.26                                                                                                        | muito forte                                                         | 9 | I-6.2.4                                                 | muito longo                                           | 9  |
| 22. Folha adulta: número de lóbulos                                                                             | um                                                                  | 1 | 39. Baga: tamanho                                       | muito pequena                                         | 1  |
| (+) (b) QN VG                                                                                                   | três                                                                | 2 | QN VG                                                   | pequeno                                               | 3  |
| 75-81                                                                                                           | cinco                                                               | 3 | 89                                                      | média                                                 | 5  |
| O-068                                                                                                           | sete                                                                | 4 | O                                                       | grande                                                | 7  |
| I-6.1.23                                                                                                        | mais que sete                                                       | 5 | I-6.2.5                                                 | muito grande                                          | 9  |
| 23. Folha adulta: profundidade dos seios laterais superiores                                                    | ausente ou muito rasa                                               | 1 | 40. Baga: forma (vista lateral)                         | oblóide                                               | 1  |
| (+) (b) QN VG                                                                                                   | rasa                                                                | 3 | (+) (#)                                                 | globosa                                               | 2  |
| 75-81                                                                                                           | média                                                               | 5 | PQ VG                                                   | elipsoide-larga                                       | 3  |
| O -                                                                                                             | profunda                                                            | 7 | 89                                                      | elipsoide-estreita                                    | 4  |
| I-6.1.34                                                                                                        | muito profunda                                                      | 9 | O-223                                                   | cilíndrica                                            | 5  |
| 24. Somente cultivares com folhas lobuladas. Folha adulta: disposição dos lóbulos dos seios laterais superiores | abertos                                                             | 1 | I-6.2.6                                                 | ovoide obtusa                                         | 6  |
| (+) (b) QN VG                                                                                                   |                                                                     |   |                                                         | ovoide                                                | 7  |
| 75-81                                                                                                           | fechados                                                            | 2 |                                                         | obovoide                                              | 8  |
| O-082                                                                                                           | ligeiramente sobrepostos                                            | 3 |                                                         | forma de chifre                                       | 9  |
| I-6.1.33                                                                                                        | fortemente sobrepostos                                              | 4 |                                                         | forma de dedo                                         | 10 |
| 25. Folha adulta: forma da base do seio peciolar                                                                | côncava (em "u")                                                    | 1 | 41. Baga: cor da película (sem pruína)                  | verde                                                 | 1  |
| (+) (b) QN VG                                                                                                   | retilínea (em "v")                                                  | 2 | PQ VG                                                   | verde amarelada                                       | 2  |
| 75-81                                                                                                           | convexa (forma de lira)                                             | 3 | 89                                                      | amarela                                               | 3  |
| 26. Folha adulta: disposição dos lóbulos do seio peciolar                                                       | totalmente aberta                                                   | 1 | O-225                                                   | amarelo rosada                                        | 4  |
| (+) (b) QN VG                                                                                                   |                                                                     |   | I-6.2.8                                                 | rosa                                                  | 5  |
| 75-81                                                                                                           | muito aberta                                                        | 2 |                                                         | vermelha                                              | 6  |
| O-079                                                                                                           | meio aberta                                                         | 3 |                                                         | vermelho acinzentada                                  | 7  |
| I-6.1.30                                                                                                        | pouco aberta                                                        | 4 |                                                         | vermelho violeta escuro                               | 8  |
|                                                                                                                 | fechada                                                             | 5 |                                                         | preta azulada                                         | 9  |
|                                                                                                                 | ligeiramente sobreposta                                             | 6 | 42. Baga: facilidade de separação do pedicelo           | diffcil                                               | 1  |
|                                                                                                                 | meio sobreposta                                                     | 7 | QN VG                                                   |                                                       |    |
|                                                                                                                 | muito sobreposta                                                    | 8 | 89                                                      |                                                       |    |
|                                                                                                                 | totalmente sobreposta                                               | 9 | O-240                                                   | moderadamente fácil                                   | 2  |
| 27. Folha adulta: seios peciulares limitados por nervuras                                                       | ausente                                                             | 1 | I-6.2.13                                                | muito fácil                                           | 3  |
| (+) 75-81                                                                                                       |                                                                     |   | 43. Baga: espessura da película                         | fina                                                  | 3  |
| O081.2                                                                                                          |                                                                     |   | QN VG                                                   |                                                       |    |
| I-6.1.32                                                                                                        | presente                                                            | 2 | 89                                                      |                                                       |    |
| 28. Folha adulta: comprimento dos dentes                                                                        | curto                                                               | 3 | O-228                                                   | média                                                 | 5  |
| (+) (b) QN VG                                                                                                   |                                                                     |   | I-7.1.6                                                 | grossa                                                | 7  |
| 75-81                                                                                                           | médio                                                               | 5 | 44. Baga: pigmentação antocianínica da polpa            | ausente ou muito fraca                                | 1  |
| O - -                                                                                                           | longo                                                               | 7 | QN VG                                                   | fraca                                                 | 3  |
| I-6.1.28                                                                                                        |                                                                     |   | 89                                                      | média                                                 | 5  |
| 29. Folha adulta: relação comprimento/largura dos dentes                                                        | muito pequena                                                       | 1 | O-231                                                   | forte                                                 | 7  |
| (*) (+) (b) QN VG                                                                                               |                                                                     |   | I-6.2.9                                                 | muito forte                                           | 9  |
| 75-81                                                                                                           | pequena                                                             | 3 | 45. Baga: firmeza da polpa                              | macia ou ligeiramente firme                           | 1  |
| O -078                                                                                                          | média                                                               | 5 | QN VG                                                   |                                                       |    |
| I-6.1.29                                                                                                        | grande                                                              | 7 | 89                                                      |                                                       |    |
|                                                                                                                 | muito grande                                                        | 9 | O-235                                                   | moderadamente firme                                   | 2  |
| 30. Folha adulta: forma dos dentes                                                                              | ambos os lados côncavos                                             | 1 | I-6.2.11                                                | muito firme                                           | 3  |
| (+) (b) PQ VG                                                                                                   | ambos os lados retilíneos                                           | 2 | 46. Baga: particularidade de sabor                      | nenhum                                                | 1  |
| 75-81                                                                                                           | ambos os lados convexos                                             | 3 | PQ VG                                                   | moscatel                                              | 2  |
| O-076                                                                                                           | um lado côncavo e o outro convexo                                   | 4 | 89                                                      | aframboezado                                          | 3  |
| I-6.1.27                                                                                                        | combinação de ambos os lados retilíneos com ambos os lados convexos | 5 | O-236                                                   | herbáceo                                              | 4  |
|                                                                                                                 |                                                                     |   | I-6.2.12                                                | outro diferente de moscatel, aframboezado ou herbáceo | 5  |
| 31. Folha adulta: proporção de nervuras principais com pigmentação de antocianina na face superior do limbo     | ausente ou muito baixa                                              | 1 | 47. Baga: formação de sementes                          | ausente                                               | 1  |
| (+) (b) QN VG                                                                                                   |                                                                     |   | (*) (+) QL VG                                           |                                                       |    |
| 75-81                                                                                                           | baixa                                                               | 3 | 89                                                      |                                                       |    |
| O --                                                                                                            | média                                                               | 5 | O-241                                                   | rudimentar                                            | 2  |
| I-6.1.24                                                                                                        | alta                                                                | 7 | I-6.2.7                                                 | completa                                              | 3  |
|                                                                                                                 | muito alta                                                          | 9 | 48. Sarmento lenhoso: cor principal (sem pruína)        | marrom amarelada                                      | 1  |
| 32. Folha adulta: densidade de pêlos prostrados entre as nervuras principais da face inferior do limbo          | ausente ou muito baixa                                              | 1 | PQ VG                                                   | marrom alaranjada                                     | 2  |
| (+) (b) QN VG                                                                                                   |                                                                     |   | 91-00                                                   | marrom escura                                         | 3  |
| 75-81                                                                                                           | baixa                                                               | 3 | O-103                                                   | marrom avermelhada                                    | 4  |
| O-084                                                                                                           | média                                                               | 5 | I.6.1.42                                                | violeta                                               | 5  |
| I-6.1.35                                                                                                        | alta                                                                | 7 |                                                         |                                                       |    |
|                                                                                                                 | muito alta                                                          | 9 |                                                         |                                                       |    |
| 33. Folha adulta: densidade de pêlos eretos sobre as nervuras principais da face inferior do limbo              | ausente ou muito baixa                                              | 1 |                                                         |                                                       |    |
| (+) (b) QN VG                                                                                                   |                                                                     |   |                                                         |                                                       |    |
| 75-81                                                                                                           | baixa                                                               | 3 |                                                         |                                                       |    |
| O-087                                                                                                           | média                                                               | 5 |                                                         |                                                       |    |
| I-6.1.38                                                                                                        | alta                                                                | 7 |                                                         |                                                       |    |
|                                                                                                                 | muito alta                                                          | 9 |                                                         |                                                       |    |
| 34. Folha adulta: comprimento do pecíolo em relação ao comprimento da nervura central                           | mais curto                                                          | 1 |                                                         |                                                       |    |
| (+) (b) QN VG                                                                                                   |                                                                     |   |                                                         |                                                       |    |
| 75-81                                                                                                           | moderadamente mais curto                                            | 2 |                                                         |                                                       |    |
| O-093                                                                                                           | igual                                                               | 3 |                                                         |                                                       |    |
| I-6.1.40                                                                                                        | moderadamente mais longo                                            | 4 |                                                         |                                                       |    |
|                                                                                                                 | mais longo                                                          | 5 |                                                         |                                                       |    |
| 35. Época até o início da maturação das bagas                                                                   | muito precoce                                                       | 1 |                                                         |                                                       |    |
| (+) QN MG                                                                                                       | precoce                                                             | 3 |                                                         |                                                       |    |
| 81                                                                                                              | médio                                                               | 5 |                                                         |                                                       |    |
| O-303                                                                                                           | tardio                                                              | 7 |                                                         |                                                       |    |
| I-7.1.4                                                                                                         | muito tardio                                                        | 9 |                                                         |                                                       |    |
| 36. Cacho: tamanho (excluído o pedúnculo)                                                                       | muito pequeno                                                       | 1 |                                                         |                                                       |    |
| QN                                                                                                              | pequeno                                                             | 3 |                                                         |                                                       |    |
| 89                                                                                                              | médio                                                               | 5 |                                                         |                                                       |    |

IX. OBSERVAÇÕES E FIGURAS

1. Explanações relativas a diversas características

As características contendo (a) ou (b) na segunda coluna da tabela de características deverão ser examinadas como indicado abaixo:

(a) Ramo: As observações devem ser feitas no terço médio do ramo.

(b) Folha adulta: As observações devem ser feitas em folhas localizadas no terço médio do ramo, logo acima do racemo.

2. Explanações relativas a características específicas

Ver formulário na internet

X. Referências Bibliográficas

1. UNIÃO PARA PROTEÇÃO DAS OBTENÇÕES VEGETAIS. TG/50/9. PROTOCOL FOR DISTINCTNESS, Genebra, 2008. Disponível em: <http://www.upov.int/edocs/tgdocs/en/tg050.pdf>.

2. OFICINA COMUNITARIA DE VARIEDADES VEGETAIS. Disponível em : [www.cpvo.europa.eu/main/en/home/technical-examinations/technical-protocols](http://www.cpvo.europa.eu/main/en/home/technical-examinations/technical-protocols).

3. MINISTERIO DE AGRICULTURA, PESCA Y ALIMENTACION/PROTOCOLO ESPAÑOL PARA LA REALIZACION DEL EXAMEN DE DISTINGUIBILIDAD, HOMogeneidad Y ESTABILIDAD DE VARIEDADES - especie VID. disponível em: <http://www.magrama.gob.es/es/agricultura/temas/medios-de-produccion/semillas-y-plantas-de-vivero/registro-de-variedades/solicitudes-y-formularios>.

## SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA

### RETIFICAÇÕES

Nos Anexos das Portarias n.º 170, 171, 174 e 177 de 20 de julho de 2016, publicadas no Diário Oficial da União de 25 de julho de 2016, que aprovaram o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de soja, ano-safra 2016/2017, nos Estados do Goiás, Maranhão, Mato Grosso e Paraná no item 4. CULTIVARES INDICADAS, incluir as cultivares de soja, conforme abaixo especificado:

PORTARIA Nº 170 - GOIÁS  
Macrorregião 4  
GRUPO I  
EMBRAPA SOJA: BRS 284.  
PORTARIA Nº 171 - MARANHÃO  
Macrorregião 5  
GRUPO III  
EDELTRAUT ERICA STROBEL: PAMPEANA 10 RR e PAMPEANA 20 RR.  
PORTARIA Nº 174 - MATO GROSSO  
Macrorregião 4  
GRUPO I  
EMBRAPA SOJA: BRS 284.  
PORTARIA Nº 177 - PARANÁ  
Macrorregião 2  
GRUPO II  
NIDERA SEMENTES LTDA: NS6906IPRO

No Anexo da Portaria n.º 162, de 20 de julho de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 25 de julho de 2016, que aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de milho, ano-safra 2016/2017, no Estado do Rio Grande do Sul, no item 4. CULTIVARES INDICADAS, incluir as cultivares de milho, conforme abaixo especificado:

GRUPO I  
GENERAL MILLS BRASIL ALMIENTOS LTDA: XAP 4511.  
GRUPO II  
GENERAL MILLS BRASIL ALMIENTOS LTDA: AP 6005 e AP 8203.

Nos Anexos das Portarias de 20 de julho de 2016, publicadas no Diário Oficial da União de 25 de julho de 2016, que aprovaram o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura da soja - ano safra 2016/2017, Portarias n.ºs. 169, 170, 172, 173, 174, 178 e 181, nos Estados do Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia e São Paulo. No item 4. CULTIVARES INDICADAS, alterar o nome das cultivares de soja, conforme abaixo especificado:

| UF                    | CULTIVARES                                                                                                                       |                                                                                                                          |
|-----------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                       | Onde se lê:                                                                                                                      | Leia-se:                                                                                                                 |
| DF<br>Portaria nº 169 | Macrorregião 3<br>GRUPO I<br>BAYER S/A : CZ36B60LL e CZ37B19LL                                                                   | Macrorregião 3<br>GRUPO I<br>BAYER S/A : ST649LL e ST719LL                                                               |
| GO<br>Portaria nº 170 | Macrorregião 3<br>GRUPO I<br>BAYER S/A : CZ36B60LL e CZ37B19LL<br>Macrorregião 4<br>GRUPO I<br>BAYER S/A : CZ36B60LL e CZ37B19LL | Macrorregião 3<br>GRUPO I<br>BAYER S/A : ST649LL e ST719LL<br>Macrorregião 4<br>GRUPO I<br>BAYER S/A : ST649LL e ST719LL |
| MG<br>Portaria nº 172 | Macrorregião 3<br>GRUPO I<br>BAYER S/A : CZ36B60LL e CZ37B19LL                                                                   | Macrorregião 3<br>GRUPO I<br>BAYER S/A : ST649LL e ST719LL                                                               |
| MS<br>Portaria nº 173 | Macrorregião 3<br>GRUPO I<br>BAYER S/A : CZ36B60LL e CZ37B19LL                                                                   | Macrorregião 3<br>GRUPO I<br>BAYER S/A : ST649LL e ST719LL                                                               |
| MT<br>Portaria nº 174 | Macrorregião 4<br>GRUPO I<br>BAYER S/A : CZ36B60LL e CZ37B19LL                                                                   | Macrorregião 4<br>GRUPO I<br>BAYER S/A : ST649LL e ST719LL                                                               |
| RO<br>Portaria nº 178 | Macrorregião 4<br>GRUPO I<br>BAYER S/A: CZ37B19LL                                                                                | Macrorregião 4<br>GRUPO I<br>BAYER S/A : ST719LL                                                                         |
| SP<br>Portaria nº 181 | Macrorregião 3<br>GRUPO I<br>BAYER S/A : CZ36B60LL e CZ37B19LL                                                                   | Macrorregião 3<br>GRUPO I<br>BAYER S/A : ST649LL e ST719LL                                                               |

## SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

### PORTARIA Nº 269, DE 8 DE SETEMBRO DE 2016

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso XXII do Art. 44 do Anexo I da Portaria Ministerial n.º 428 de 9 de junho de 2010 e tendo em vista o disposto no Art. 3º da Instrução Normativa MAPA nº 13 de 28 de maio de 2015 e, ainda, o que consta no processo 21052.007592/2015-40, vem publicar o Regimento Interno da Comissão da Produção Orgânica de São Paulo conforme texto aprovado na reunião ordinária de 30 de maio de 2016:

Regimento Interno da CPOrg/SP  
Comissão da Produção Orgânica de São Paulo  
Aprovado em 30 de maio de 2016.

Art. 1º. O presente Regimento Interno disciplina o funcionamento da Comissão da Produção Orgânica de São Paulo - CPOrg/SP, cuja organização, responsabilidades, composição, finalidades e oficialização seguirão as determinações e os ritos estabelecidos na Instrução Normativa n.º 13 de 28 de maio de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 29 de maio de 2015.

#### Seção I

##### Da Estrutura Administrativa

Art. 2º. A estrutura administrativa da CPOrg/SP será constituída por:

I - um Coordenador - titular e suplente, escolhidos pelos membros do setor privado, na Assembleia convocada para escolha dos representantes do setor não governamental;

II - um Secretário Executivo - titular e suplente, escolhidos pelo titular da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo, dentre os técnicos componentes do Núcleo da Produção Orgânica da sua unidade.

Art. 3º. As comunicações administrativas, incluídas as convocações para as reuniões, serão preferencialmente realizadas por meio eletrônico aos endereços cadastrados junto à Secretaria Executiva ou por outro meio que venha a ser aprovado pela Comissão.

#### Seção II

##### Das Competências

Art. 4º. Compete ao Coordenador:

I - convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias, elaborando as pautas propostas pelos seus membros, e submeter à CPOrg/SP todos os assuntos constantes, assim como matérias para exame e parecer;

II - preparar e coordenar as reuniões e trabalhos da CPOrg/SP;

III - assinar documentos e representar a CPOrg/SP nos atos aprovados, respeitada a natureza de suas competências, em reuniões ordinárias ou extraordinárias;

IV - convidar a participar das reuniões e debates, sem direito a voto, pessoas que possam subsidiar o debate dos assuntos tratados;

V - zelar pelo cumprimento da Instrução Normativa que disciplina a estrutura, a composição e as atribuições da Comissão e resolver as questões de ordem;

VI - elaborar e encaminhar comunicações internas e divulgar atividades da CPOrg/SP e das alterações de seus membros;

VII - manter estreita articulação com o representante de sua região na Subcomissão Temática de Produção Orgânica - STPOrg e, sempre que possível, com as demais CPOrg/UF;

VIII - designar membros das CPOrg/SP ou fora dela para a execução de tarefas, responsabilizando-se pela execução dos trabalhos; e

IX - elaborar planejamento orçamentário para viabilização das atividades e reuniões da CPOrg/SP.

Art. 5º. Compete ao Secretário Executivo:

I - manter os arquivos e o acervo técnico da CPOrg/SP;

II - auxiliar a coordenação da CPOrg/SP na preparação e coordenação das reuniões e trabalhos;

III - elaborar e distribuir as memórias das reuniões aos membros da CPOrg/SP, ao representante de sua região na STPOrg e ao Secretário Executivo da STPOrg;

IV - auxiliar na elaboração de comunicações internas, sendo responsável pela publicação oficial do que se fizer necessário, por meio de atos do Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado de São Paulo;

V - auxiliar na elaboração do planejamento orçamentário para viabilização das atividades e reuniões da CPOrg/SP; e

VI - providenciar o apoio administrativo e financeiro ao funcionamento da CPOrg/SP.

Art. 6º. Compete aos membros da Comissão da Produção Orgânica de São Paulo:

I - participar e deliberar nas reuniões;

II - propor a convocação de reuniões extraordinárias;

III - examinar e relatar expedientes que lhes forem distribuídos pela Coordenação ou Secretaria-Executiva, dentro dos prazos estabelecidos; e

IV - trabalhar para o desenvolvimento da produção orgânica

#### Seção III

##### Das Reuniões

Art. 7º. As reuniões ordinárias da CPOrg/SP terão a periodicidade de uma a cada dois meses, intercaladas com as reuniões internas das organizações e instituições representadas, para deliberação dos assuntos em pauta.

§ 1º. A programação das datas das reuniões ordinárias será definida na primeira reunião de cada ano.

§ 2º. As reuniões ordinárias serão convocadas com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos.

Art. 8º. As reuniões extraordinárias da CPOrg/SP poderão ser convocadas nas seguintes situações:

I - por seu Coordenador mediante fato relevante levado a conhecimento dos demais membros pelos meios usuais;

II - por requerimento de um terço dos membros; e

III - por solicitação da Subcomissão Temática de Produção Orgânica - STPOrg.

Parágrafo único. As reuniões extraordinárias serão convocadas com a antecedência mínima de 05 (cinco) dias corridos.

Art. 9º. As reuniões das CPOrg/SP serão preferencialmente realizadas na sede da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo ou em outro local acordado pelos seus membros.

Art. 10. As reuniões da CPOrg/SP poderão realizar-se com qualquer quorum, requerida a presença de, no mínimo, metade dos membros da Comissão para as deliberações.

Art. 11. Cada organização membro deverá garantir a presença do seu representante em todas as reuniões para a qual for convocada, devendo justificar ao Coordenador da CPOrg/SP quando da impossibilidade de comparecer.

§ 1º. Na impossibilidade de comparecimento do representante oficialmente designado, a participação eventual nas reuniões poderá ser efetivada através da indicação de um substituto, mediante comunicação dos titulares da organização ou de seus representantes oficiais, encaminhadas ao Coordenador da Comissão até o início da reunião;

§ 2º. Nos casos de impedimentos de natureza permanente, a organização deverá encaminhar novos nomes para a representação junto à Comissão.

Art. 12. As reuniões da CPOrg/SP obedecerão a pautas previamente definidas, integrantes das convocações encaminhadas pelo Coordenador a todos os membros.

Art. 13. Poderá ser incluída na pauta de discussão e de votação matéria que tenha regime de urgência aprovada pela Comissão.

Parágrafo único. A matéria a ser proposta em regime de urgência deverá ser levada ao conhecimento dos membros no início dos trabalhos da reunião em que será tratada.

Art. 14. Durante as reuniões o membro que apresentar proposições, indicações, requerimentos ou comunicações deverá entregar cópia por escrito à mesa diretora dos trabalhos para que possam constar da memória da reunião.

Art. 15. Qualquer membro da Comissão poderá solicitar, em qualquer fase da discussão, a retirada de matéria de sua autoria, ou pedir vista de qualquer matéria apresentada pelos demais representantes.

§ 1º. Formulado o pedido de vista, a matéria será automaticamente retirada da pauta, ficando a sua discussão adiada até a devolução pelo requerente, no prazo máximo de 30 dias.

§ 2º. É vedado o pedido de retirada ou de vista de matéria quando apresentado depois de iniciado o processo de votação.

§ 3º. A solicitação de vista de matéria submetida à discussão poderá ser encaminhada por um ou mais representantes simultaneamente, e atendida mediante o fornecimento de cópias da proposta original.

§ 4º. O pedido de vista será concedido uma única vez, não sendo admitida uma posterior solicitação referente à mesma matéria pelo mesmo ou por qualquer membro da Comissão.

Art. 16. A deliberação sobre as matérias apreciadas deverá, preferencialmente, se dar por consenso e nos casos em que isto não seja possível deverá ser conduzido um processo de votação.

§ 1º. Nos casos de votação de alterações no Regimento Interno, as decisões deverão ser tomadas por pelo menos 2/3 (dois terços) dos membros que compõem a Comissão.

§ 2º. Nas votações para deliberação das demais matérias, as decisões serão tomadas por maioria simples dos membros presentes.

§ 3º. Em caso de empate na votação, o Coordenador deverá abrir uma nova rodada de discussão da matéria, após o que, permanecendo o empate em nova votação, caberá a ele o voto de desempate.

Art. 17. As memórias das reuniões serão encaminhadas em tempo hábil para apreciação dos membros e submetidas à aprovação no início da reunião subsequente.

Parágrafo único. Cópias das memórias das reuniões da Comissão, após aprovação na reunião subsequente, deverão ser encaminhadas ao Secretário Executivo da Subcomissão Temática de Produção Orgânica - STPOrg, e ao representante de sua região na STPOrg, preferencialmente por meio eletrônico.

Art. 18. Quando necessário o Coordenador nomeará um membro da mesma para secretariar os trabalhos da Comissão.

#### Seção IV

##### Das Sanções

Art. 19. Será submetida à deliberação da Comissão, mediante a necessária inclusão prévia na pauta, a exclusão de instituição ou organização que:

a. não comparecer, sem justificativa, à metade das reuniões ordinárias em um ano civil ou a três reuniões consecutivas; ou

b. constantemente adotar procedimentos que prejudiquem o bom andamento dos trabalhos da Comissão.

§ 1º. No caso de exclusão de organização, será iniciado processo de escolha de novo representante para o segmento.

§ 2º. Havendo organização suplente escolhida no processo de composição da CPOrg/SP, esta será conduzida como representante titular, mediante referendo da Comissão.

§ 3º. No caso previsto no parágrafo anterior, poderá ainda, segundo deliberação da Comissão, ser iniciado novo processo de escolha da representação suplente.

#### Seção V

##### Das Disposições Gerais

Art. 20. A participação de qualquer membro na CPOrg/SP não será remunerada, cabendo à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo prestar todo o apoio técnico e administrativo necessário ao seu trabalho.

Art. 21. Os casos omissos ou as dúvidas de interpretação deste Regimento serão resolvidos pela Comissão, em reunião com pauta previamente encaminhada aos seus membros pelos meios usuais.

FRANCISCO SÉRGIO FERREIRA JARDIM



**Ministério da Ciência, Tecnologia,  
Inovações e Comunicações**

**AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES  
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO  
GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS  
DO PARANÁ E SANTA CATARINA**

**ATOS DE 12 DE SETEMBRO DE 2016**

Nº 3.615 - Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) NELSON POLISELI, CPF nº 009.732.039-00 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 3.616 - Expede autorização à MASISA DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 00.606.549/0001-24 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

CELSO FRANCISCO ZEMANN  
Gerente

**GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS  
DO RIO JANEIRO E ESPÍRITO SANTO  
SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA  
E RECURSOS À PRESTAÇÃO**

**ATO Nº 1.573, DE 3 DE JUNHO DE 2016**

Processo nº 53504.003658/2016 Outorgar Autorização de Uso de Radiofrequência, em caráter secundário, à FUNDAÇÃO BRASIL ECOAR, CNPJ 07.701.981/0001-43, executante do Serviço de RETRANSMISSÃO DE T.V., na localidade de Jequié, do estado da Bahia, mediante a utilização das radiofrequências de 620 MHz a 626 MHz, correspondente ao canal 39, até a data de 19/11/2030.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES  
Superintendente

**ATO Nº 2.367, DE 19 DE JULHO DE 2016**

Processo nº 53532.001134/2016 Outorgar Autorização de Uso de Radiofrequência, em caráter secundário, à TV PAJUÇARA LTDA, CNPJ 12.019.360/0001-14, executante do Serviço de RETRANSMISSÃO DE T.V., na localidade de São Brás, estado de Alagoas, mediante a utilização das radiofrequências de 198 MHz a 204 MHz, correspondente ao canal 11, até a data de 19/11/2030.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES  
Superintendente

**ATO Nº 2.416, DE 21 DE JULHO DE 2016**

Processo nº 53508.004131/2016 Outorgar Autorização de Uso de Radiofrequência, em caráter secundário, à REDE NORDESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA, CNPJ 24.462.152/0001-74, executante do Serviço de RETRANSMISSÃO DE T.V., na localidade de Maraiá, do estado de Pernambuco, mediante a utilização das radiofrequências de 66 MHz a 72 MHz, correspondente ao canal 4, até a data de 19/11/2030.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES  
Superintendente

**ATO Nº 2.554, DE 25 DE JULHO DE 2016**

Processo nº 53566.000340/2016 Outorgar Autorização de Uso de Radiofrequência, em caráter secundário, à SISTEMA TIMON DE RADIODIFUSÃO LTDA, CNPJ 10.305.548/0001-01, executante do Serviço de RETRANSMISSÃO DE T.V., na localidade de Porto Nacional, do estado do Tocantins, mediante a utilização das radiofrequências de 560 MHz a 566 MHz, correspondente ao canal 29, até a data de 12/05/2031.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES  
Superintendente

**ATO Nº 2.766, DE 1º DE AGOSTO DE 2016**

Processo nº 53500.017193/2016 Outorgar Autorização de Uso de Radiofrequência à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DOS AMIGOS DO KM-20, CNPJ 07.742.022/0001-76, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Francisco Beltrão (São Pio X), do estado do Paraná, mediante a utilização da radiofrequência de 106,3 MHz, correspondente ao canal 292 da faixa de FM, até a data de 04/12/2025.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES  
Superintendente

**ATO Nº 2.775, DE 1º DE AGOSTO DE 2016**

Processo nº 53557.002064/2015 Outorgar Autorização de Uso de Radiofrequência, em caráter secundário, à RÁDIO TELEVISÃO DE SERGIPE LTDA, CNPJ 13.029.459/0001-60, executante do Serviço de RETRANSMISSÃO DE T.V., na localidade de Um-

baúba, do estado de Sergipe, mediante a utilização das radiofrequências de 210 MHz a 216 MHz, correspondente ao canal 13, até a data de 28/07/2030.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES  
Superintendente

**ATOS DE 2 DE AGOSTO DE 2016**

Nº 2.802 Processo nº 53500.008466/2015 Outorgar Autorização de Uso de Radiofrequência à ASSOCIAÇÃO CULTURAL AMIGOS DE BENEDITO NOVO, CNPJ 14.447.584/0001-52, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Benedito Novo, do estado de Santa Catarina, mediante a utilização da radiofrequência de 98,3 MHz, correspondente ao canal 252 da faixa de FM, até a data de 06/04/2026.

Nº 2.807 Processo nº 53504.008293/2016 Outorgar Autorização de Uso de Radiofrequência, em caráter secundário, à TELEVISÃO ATALAIA LTDA, CNPJ 13.079.397/0001-09, executante do Serviço de RETRANSMISSÃO DE T.V., na localidade de Monte Alegre de Sergipe, do estado de Sergipe, mediante a utilização das radiofrequências de 494 MHz a 500 MHz, correspondente ao canal 18, até a data de 28/07/2030.

Nº 2.808 Processo nº 53504.008291/2016 Outorgar Autorização de Uso de Radiofrequência, em caráter secundário, à TELEVISÃO ATALAIA LTDA, CNPJ 13.079.397/0001-09, executante do Serviço de RETRANSMISSÃO DE T.V., na localidade de Itabaiana, do estado de Sergipe, mediante a utilização das radiofrequências de 560 MHz a 566 MHz, correspondente ao canal 29, até a data de 25/11/2030.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES  
Superintendente

**ATOS DE 4 DE AGOSTO DE 2016**

Nº 2.882 Processo nº 53532.001134/2016 Outorgar Autorização de Uso de Radiofrequência, em caráter secundário, à TV PAJUÇARA LTDA, CNPJ 12.019.360/0001-14, executante do Serviço de RETRANSMISSÃO DE T.V., na localidade de São Luís do Quitunde, estado de Alagoas, mediante a utilização das radiofrequências de 174 MHz a 180 MHz, correspondente ao canal 7, até a data de 19/11/2030.

Nº 2.883 Processo nº 53532.001134/2016 Outorgar Autorização de Uso de Radiofrequência, em caráter secundário, à TV PAJUÇARA LTDA, CNPJ 12.019.360/0001-14, executante do Serviço de RETRANSMISSÃO DE T.V., na localidade de Tanque d'Arca, estado de Alagoas, mediante a utilização das radiofrequências de 210 MHz a 216 MHz, correspondente ao canal 13, até a data de 19/11/2030.

Nº 2.884 Processo nº 53532.001134/2016 Outorgar Autorização de Uso de Radiofrequência, em caráter secundário, à TV PAJUÇARA LTDA, CNPJ 12.019.360/0001-14, executante do Serviço de RETRANSMISSÃO DE T.V., na localidade de Passo de Camaragibe, estado de Alagoas, mediante a utilização das radiofrequências de 180 MHz a 186 MHz, correspondente ao canal 8, até a data de 28/07/2030.

Nº 2.885 Processo nº 53532.001134/2016 Outorgar Autorização de Uso de Radiofrequência, em caráter secundário, à TV PAJUÇARA LTDA, CNPJ 12.019.360/0001-14, executante do Serviço de RETRANSMISSÃO DE T.V., na localidade de Porto Calvo, estado de Alagoas, mediante a utilização das radiofrequências de 186 MHz a 192 MHz, correspondente ao canal 9, até a data de 19/11/2030.

Nº 2.885 Processo nº 53532.001134/2016 Outorgar Autorização de Uso de Radiofrequência, em caráter secundário, à TV PAJUÇARA LTDA, CNPJ 12.019.360/0001-14, executante do Serviço de RETRANSMISSÃO DE T.V., na localidade de Olivença, estado de Alagoas, mediante a utilização das radiofrequências de 198 MHz a 204 MHz, correspondente ao canal 11, até a data de 28/07/2030.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES  
Superintendente

**ATO Nº 2.977, DE 8 DE AGOSTO DE 2016**

Processo nº 53557.002063/2015 Outorgar Autorização de Uso de Radiofrequência, em caráter secundário, à RÁDIO TELEVISÃO DE SERGIPE LTDA, CNPJ/MJ 13.029.459/0001-60, executante do Serviço de RETRANSMISSÃO DE T.V., na localidade de Poço Redondo, do estado de Sergipe, mediante a utilização das radiofrequências de 186 MHz a 192 MHz, correspondente ao canal 9, até a data de 28/07/2030.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES  
Superintendente

**ATOS DE 9 DE AGOSTO DE 2016**

Nº 2.988 Processo nº 53520.200387/2015 Outorgar Autorização de Uso de Radiofrequência, em caráter secundário, à TELEVISÃO LAGES LTDA, CNPJ 83.012.013/0001-08, executante do Serviço de RETRANSMISSÃO DE T.V., em caráter secundário, na localidade de Imbituba, do estado de Santa Catarina, mediante a utilização das radiofrequências de 680 MHz a 686 MHz, correspondente ao canal 49+, até a data de 20/11/2030.

Nº 2.990 Processo nº 53504.008295/2016 Outorgar Autorização de Uso de Radiofrequência, em caráter secundário, à TELEVISÃO ATALAIA LTDA, CNPJ 13.079.397/0001-09, executante do Serviço de RETRANSMISSÃO DE T.V., na localidade de Nossa Senhora da Glória, do estado de Sergipe, mediante a utilização das radiofrequências de 500 MHz a 506 MHz, correspondente ao canal 19, até a data de 28/07/2030.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES  
Superintendente

**ATOS DE 10 DE AGOSTO DE 2016**

Nº 3.005 Processo nº 53504.008296/2016 Outorgar Autorização de Uso de Radiofrequência, em caráter secundário, à TELEVISÃO ATALAIA LTDA, CNPJ 13.079.397/0001-09, executante do Serviço de RETRANSMISSÃO DE TV, na localidade de Pedrinhas, do estado de Sergipe, mediante a utilização das radiofrequências de 174 MHz a 180 MHz, correspondente ao canal 7, até a data de 28/07/2030.

Nº 3.011 Processo nº 53504.008297/2016 Outorgar Autorização de Uso de Radiofrequência, em caráter secundário, à TELEVISÃO ATALAIA LTDA, CNPJ 13.079.397/0001-09, executante do Serviço de RETRANSMISSÃO DE TV, na localidade de Tobias Barreto, do estado de Sergipe, mediante a utilização das radiofrequências de 518 MHz a 524 MHz, correspondente ao canal 22, até a data de 28/07/2030.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES  
Superintendente

**ATOS DE 11 DE AGOSTO DE 2016**

Nº 3.043 Processo: 53500.010875/2015. Prorroga a autorização de uso de radiofrequência (s) à(ao) 4279603, sem exclusividade, até 26/06/2035, associada a autorização para execução de Serviço Limitado Privado, submodalidade Radio determinação.

Nº 3.044 Processo nº 53504.008298/2016 Outorgar Autorização de Uso de Radiofrequência, em caráter secundário, à TELEVISÃO ATALAIA LTDA, CNPJ 3.079.397/0001-09, executante do Serviço de RETRANSMISSÃO DE TV, na localidade de Simão Dias, do estado de Sergipe, mediante a utilização das radiofrequências de 620 MHz a 626 MHz, correspondente ao canal 39, até a data de 25/11/2030.

Nº 3.048 Processo nº 53504.008299/2016 Outorgar Autorização de Uso de Radiofrequência, em caráter secundário, à TELEVISÃO ATALAIA LTDA, CNPJ 13.079.397/0001-09, executante do Serviço de RETRANSMISSÃO DE T.V., na localidade de Riachão do Dantas, do estado de Sergipe, mediante a utilização das radiofrequências de 524 MHz a 530 MHz, correspondente ao canal 23, até a data de 28/07/2030.

Nº 3.051 Processo nº 53520.200353/2015 Outorgar Autorização de Uso de Radiofrequência, em caráter secundário, à TELEVISÃO LAGES LTDA, CNPJ 83.012.013/0001-08, executante do Serviço de RETRANSMISSÃO DE T.V., na localidade de Itapema, Estado de Santa Catarina, mediante a utilização das radiofrequências de 66 MHz a 72 MHz, correspondente ao canal 4, até a data de 13/11/2030.

Nº 3.052 Processo: 53508.201843/2015. Prorroga a autorização de uso de radiofrequência (s) à(ao) 4321936, sem exclusividade, até 22/06/2036, associada a autorização para execução de Serviço Limitado Privado, submodalidade Radiodeterminação.

Nº 3.055 Processo nº 53504.008300/2016 Outorgar Autorização de Uso de Radiofrequência, em caráter secundário, à TELEVISÃO ATALAIA LTDA, CNPJ 13.079.397/0001-09, executante do Serviço de RETRANSMISSÃO DE T.V., na localidade de Propriá, Estado de Sergipe, mediante a utilização das radiofrequências de 500 MHz a 506 MHz, correspondente ao canal 19, até a data de 28/07/2030.

Nº 3.057 Processo nº 53504.008301/2016 Outorgar Autorização de Uso de Radiofrequência, em caráter secundário, à TELEVISÃO ATALAIA LTDA, CNPJ 13.079.397/0001-09, executante do Serviço de RETRANSMISSÃO DE T.V., na localidade de Porto da Folha, do estado de Sergipe, mediante a utilização das radiofrequências de 66 MHz a 72 MHz, correspondente ao canal 4, até a data de 28/07/2030.

Nº 3.059 Processo nº 53504.008302/2016 Outorgar Autorização de Uso de Radiofrequência, em caráter secundário, à TELEVISÃO ATALAIA LTDA, CNPJ 13.079.397/0001-09, executante do Serviço de RETRANSMISSÃO DE T.V., na localidade de Poço Verde, do estado de Sergipe, mediante a utilização das radiofrequências de 494 MHz a 500 MHz, correspondente ao canal 18, até a data de 28/07/2030.

Nº 3.064 Processo nº 53504.008287/2016 Outorgar Autorização de Uso de Radiofrequência, em caráter secundário, à TELEVISÃO ATALAIA LTDA, CNPJ 13.079.397/0001-09, executante do Serviço de RETRANSMISSÃO DE TV, na localidade de Poço Redondo, do estado de Sergipe, mediante a utilização das radiofrequências de 614 MHz a 620 MHz, correspondente ao canal 38, até a data de 28/07/2030.

Nº 3.065 Processo nº 53520.200425/2015 Outorgar Autorização de Uso de Radiofrequência, em caráter secundário, à TELEVISÃO LAGES LTDA, CNPJ 83.012.013/0001-08, executante do Serviço de RETRANSMISSÃO DE T.V., na localidade de Barra Velha, estado de Santa Catarina, mediante a utilização das radiofrequências de 524 MHz a 530 MHz, correspondente ao canal 23, até a data de 20/11/2030.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES  
Superintendente

#### ATOS DE 12 DE AGOSTO DE 2016

Nº 3.089 Processo nº 53504.008288/2016 Outorgar Autorização de Uso de Radiofrequência, em caráter secundário, à TELEVISÃO ATALAIA LTDA, CNPJ 13.079.397/0001-09, executante do Serviço de RETRANSMISSÃO DE T.V., na localidade de Canindé de São Francisco, do estado de Sergipe, mediante a utilização das radiofrequências de 180 MHz a 186 MHz, correspondente ao canal 8, até a data de 28/07/2030.

Nº 3.091 Processo nº 53504.008289/2016 Outorgar Autorização de Uso de Radiofrequência, em caráter secundário, à TELEVISÃO ATALAIA LTDA, CNPJ 13.079.397/0001-09, executante do Serviço de RETRANSMISSÃO DE T.V., na localidade de Carira, do estado de Sergipe, mediante a utilização das radiofrequências de 512 MHz a 518 MHz, correspondente ao canal 21, até a data de 28/07/2030.

Nº 3.095 Processo nº 53504.008292/2016 Outorgar Autorização de Uso de Radiofrequência, em caráter secundário, à TELEVISÃO ATALAIA LTDA, CNPJ 13.079.397/0001-09, executante do Serviço de RETRANSMISSÃO DE T.V., na localidade de Itabaianinha, do estado de Sergipe, mediante a utilização das radiofrequências de 488 MHz a 494 MHz, correspondente ao canal 17, até a data de 19/11/2030.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES  
Superintendente

#### ATO Nº 3.457, DE 26 DE AGOSTO DE 2016

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S/A, CNPJ nº 12.749.710/0001-06 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

MARIA LUCIA RICCI BARDI  
Gerente

#### ATOS DE 9 DE SETEMBRO DE 2016

Nº 3.571 Autorizar MASTER VIDEO PRODUÇÃO LTDA, CNPJ Nº 06.106.720/0001-12 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Pinhais/PR, no período de 17/09/2016 a 17/09/2016.

Nº 3.572 Autorizar GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ Nº 27.865.757/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de São Paulo/SP, no período de 10/09/2016 a 11/09/2016.

Nº 3.573 Autorizar Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016, CNPJ Nº 11.866.015/0001-53 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 09/09/2016 a 25/09/2016.

Nº 3.574 Autorizar Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016, CNPJ Nº 11.866.015/0001-53 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 09/09/2016 a 25/09/2016.

Nº 3.575 Autorizar Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016, CNPJ Nº 11.866.015/0001-53 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 09/09/2016 a 25/09/2016.

Nº 3.576 Autorizar Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016, CNPJ Nº 11.866.015/0001-53 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 09/09/2016 a 25/09/2016.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES  
Superintendente

#### DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

Processo nº 53581.000209/2016-11.  
Nº 44 - O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando os autos do Processo citado, instaurado em favor da prestadora H.M.Sandres Sobrinho, inscrita no CNPJ sob o nº 34.756.809/0001-60:

CONSIDERANDO que a atividade da Anatel é juridicamente condicionada pelos princípios da legalidade, razoabilidade, devido processo legal, proporcionalidade e finalidade, dentre outros, de acordo com o art. 38 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral de Telecomunicações e, ainda, ser dever da Agência, nos termos do art. 34, do seu Regimento Interno, "emitir decisão explícita nos procedimentos administrativos";

CONSIDERANDO que o processo foi instaurado no intuito de examinar o pedido de Licenciamento da estação nº 695796585 com modulação analógica no Sistema STEL apresentado pela prestadora, conforme apontado nos autos do processo;

CONSIDERANDO que o parágrafo único do art. 14 do anexo da Resolução nº 455, de 18/12/2006, é claro ao definir que após 31 de dezembro de 2010 são vedadas expansões e novas consignações e outorgas aos sistemas que operem nas faixas de 806 MHz a 824 MHz e de 851 MHz a 869 MHz sem empregar técnica digital de modulação; e

CONSIDERANDO que o Informe nº 845/2016/SEI/ORLE/SOR, concluiu pelo indeferimento do licenciamento da estação nº 695796585 no Sistema STEL com modulação analógica e o respectivo retorno da estação para o movimento de trabalho da empresa.

#### RESOLVE:

- Indeferir a solicitação do licenciamento da estação nº 695796585 no Sistema STEL com modulação analógica, nos termos dos fundamentos constantes do Informe nº 845/2016/SEI/ORLE/SOR;
- Retornar a estação para o movimento de trabalho da empresa;
- Notificar a prestadora da decisão.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES

#### GERÊNCIA DE ESPECTRO, ÓRBITA E RADIODIFUSÃO

#### CONSULTA PÚBLICA Nº 22, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 156 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, pelo art. 42 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo art. 67 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997, submeter a comentários e sugestões do público geral, constante dos autos do processo nº 53500.021834/2016-50, a proposta de Alteração dos Planos Básicos de Distribuição de Canais de Televisão em VHF e UHF - PBTv, de Retransmissão de TV - PBRTv, de Televisão Digital - PBTVD, de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada - PBFM, de Radiodifusão Sonora em Onda Média - PBOM e do Plano de Referência para Distribuição de Canais do Serviço de Radiodifusão Comunitária - PRRadCom.

O texto completo da proposta estará disponível na Biblioteca da Anatel, no endereço subscrito e na página da Anatel na Internet, no endereço eletrônico <http://sistemas.anatel.gov.br/sacp>, a partir das 14h da data da publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

As contribuições e sugestões fundamentadas e devidamente identificadas devem ser encaminhadas por meio do formulário eletrônico do Sistema Interativo de Acompanhamento de Consulta Pública (SACP), indicado no parágrafo anterior, relativo a esta Consulta Pública, até às 24 horas do dia 10 de outubro de 2016.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES

#### COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A

#### DESPACHOS

Processo: OCM-1540 - Objeto: 14000 litros de óleo de usinagem Contratada: Houghton Brasil Ltda- Valor total: 198.100,00 - Parecer Jurídico LRG-038/2016. Justificativas: Sustenta o Coordenador de Usinagem e Conformação, que não há tempo hábil para a realização de certame de competição sem prejuízo do cronograma de entrega dos equipamentos contratados pelos clientes da NUCLEP, uma vez que a falta dos materiais paralisa em parte a fabricação das obras contratadas pela NUCLEP.

Considerando que a justificativa acima tem fundamento no art. 24, IV da Lei 8666/93, reconheço a dispensa de licitação referente ao processo supracitado.

FERNANDO DE JESUS COUTINHO  
Gerente Geral de Compras e Serviços

Em observância ao art. 26 da Lei 8666/93 e em face do parecer favorável da Consultoria Jurídica sobre o assunto, ratifico a decisão do Gerente Geral de Compras e Serviços.

LIBERAL ENIO ZANELATTO  
Diretor Industrial

#### COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

#### EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.200/2016

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 195ª Reunião Ordinária, ocorrida em 1º de setembro de 2016, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.000412/2011-17

Requerente: FuturaGene do Brasil Tecnologia Ltda.

CQB: 325/11

Endereço: Avenida Dr. José Lembo, 1010, Jardim Bela Vista, Itapetinga-SP

Assunto: Extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB

Unidade Operativa: Fazenda Fortaleza - Araraquara (SP)

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação do pedido de extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB, concluiu pelo seu DEFERIMENTO. A FuturaGene do Brasil Tecnologia Ltda. solicitou à CTNBio incluir no CQB 325/11 uma área de 47, 42 ha (UP 57D016) localizada na Fazenda Fortaleza, município de Araraquara/SP, a fim de realizar atividades de liberação planejada no meio ambiente, transporte, avaliação de produto, descarte, detecção e identificação de OGM (eucalipto) da Classe de Risco 1. Após análise das medidas de biossegurança descritas na solicitação, a CTNBio entendeu que o OGM e derivados devem ser utilizados na unidade operativa apenas para os fins propostos. Assim sendo e atendidas as recomendações da CTNBio e as medidas de biossegurança contidas no processo, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou prejudicial à saúde humana e animal. No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança contidas no processo e neste parecer técnico atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento. A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Solicitações de maiores informações deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e Comunicações - MCTIC.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

#### EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.201/2016

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 195ª Reunião Ordinária, ocorrida em 1º de setembro de 2016, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº. 01200.001924/2016-13

Requerente: Syngenta Seeds Ltda.

CQB: 001/96

Endereço: Rodovia BR 452 km 142 Caixa Postal 585, Uberlândia-MG

Assunto: Liberação planejada no meio ambiente (RN6)

Decisão: DEFERIDO.

A CTNBio, após análise do pleito, concluiu pelo DEFERIMENTO. A Syngenta Seeds Ltda. solicitou à CTNBio autorização para conduzir liberação planejada no meio ambiente de milho geneticamente modificado tolerante aos herbicidas glifosato e glufosinato de amônio, visando realizar avaliação do comportamento agrônomo de híbridos de milho expressando o evento MZHG0JG em comparação com híbridos convencionais. O ensaio será realizado na Unidade de Apoio à Pesquisa da Syngenta Seeds em Ituiutaba/MG, e ocupará 1.368 m² de área total e 180 m² com OGM. As sementes serão provenientes de multiplicação em casa de vegetação da requerente. A CTNBio considera que essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou de agravos à saúde humana e animal. A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento. A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Solicitações de maiores informações deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

#### EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.202/2016

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 195ª Reunião Ordinária, ocorrida em 1º de setembro de 2016, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.001711/2015-01

Requerente: BASF S.A.

CQB: 031/97

Endereço: Av. Nações Unidas-14.171, Torre Crystal-14º andar, Condomínio Rochavérá, São Paulo-SP

Assunto: Alteração de liberação planejada no meio ambiente (RN6/importação)

Decisão: DEFERIDO.

A CTNBio, após análise do pleito, concluiu pelo DEFERIMENTO. A BASF S.A. solicitou à CTNBio autorização para incluir o uso de sementes da produção local, além de importação como estava previsto na proposta de liberação planejada no meio ambiente. Os objetivos propostos na LPMA foram: avaliar as plantas de soja GM com genes potencialmente relacionados à resistência ao fungo *Phakopsora pachyrhizi*, que causa a doença conhecida como "ferugem asiática da soja" e a multiplicação de sementes para futuros ensaios de campo. Inicialmente as sementes GM foram provenientes de importação, e posteriormente foram multiplicadas em casa de vegetação ou então foram produzidas localmente em ensaios de campo anteriores. A CTNBio considera que essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente

ou de agravos à saúde humana e animal. A CTNBio esclarece que este extrato não exige a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento. A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Solicitações de maiores informações deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.203/2016

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 195ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 01 de setembro de 2016, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.701587/2016-50.

Requerente: Instituto Butantan.

CQB: 39/98.

Endereço: Avenida Vital Brasil, 1500 CEP: 05503-900 - São Paulo/SP.

Assunto: Solicitação de parecer técnico para importação de OGM da classe de risco II.

Extrato Prévio: 5244/16 publicado em 20 de agosto de 2016.

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação do processo de pedido de Parecer Técnico referente à Solicitação de Parecer para importação de Organismo Geneticamente Modificado da Classe de Risco II, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. A Dra. Aryene Góes Trezena, presidente da Comissão Interna de Biossegurança do Instituto Butantan, solicita à CTNBio parecer técnico para importação de Organismo Geneticamente Modificado da classe de risco II. O organismo a ser importado é a bactéria Mycobacterium bovis BCG recombinante expressando a subunidade 1 da toxina pertussis geneticamente detoxificada, sob a responsabilidade da pesquisadora: Dra. Luciana Cerqueira Cezar leite e serão manipuladas nas instalações do Laboratório de Biotecnologia Molecular VI do Centro de Biotecnologia. A pesquisadora responsável declara que o laboratório dispõe de infraestrutura adequada e pessoal técnico capaz de gerir o risco associado à atividade proposta. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exige a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

CONSELHO NACIONAL DE CONTROLE DE EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL

DELIBERAÇÃO Nº 6, DE 9 DE SETEMBRO DE 2016

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - CONCEA, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e Resolução Normativa nº 24, de 06 de agosto de 2015, torna público a Deliberação do Plenário do CONCEA, em razão do recurso apresentado pela Universidade Estadual da Bahia (UNEB) em face à decisão do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - CONCEA acerca do processo de Apuração de Infração Administrativa nº 01200.004968/2014-25 (PI-013).

Processo nº 01200.004968/2014-25 (PI-013)

O CONCEA, após análise do Parecer nº. 018/2016-Relator-CONCEA, acerca do recurso administrativo interposto pela Universidade Estadual da Bahia (UNEB), nos termos do artigo 12 da Resolução Normativa nº 24/2015, contra a Deliberação do Plenário do CONCEA 03/2016, publicada no Diário Oficial da União nº 65, seção 3, p. 7, em 6 de abril de 2016, decidiu em Plenário durante a 33ª Reunião Ordinária do CONCEA, pelo indeferimento do recurso apresentado e pela manutenção da suspensão temporária das atividades que envolvam a produção, manutenção ou utilização de animais em ensino ou pesquisa científica, até que o credenciamento seja regularizado junto ao CONCEA e os relatórios de atividades da CEUA sejam devidamente atualizados.

A íntegra desta deliberação consta do processo arquivado na Secretaria Executiva do CONCEA (SE-CONCEA). Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à SE-CONCEA.

MONICA L. ANDERSEN

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE

Em 12 de setembro de 2016

Entidade: AR SAESP, vinculada à AC SERASA CD, AC SERASA RFB, AC SERASA JUS  
Processo nº: 00100.000163/2016-30 / 00100.000167/2016-18 / 00100.000165/2016-29

No termo do Parecer CGAE/DAFN/ITI- 110/2016, DEFIRO o pedido de credenciamento da AR SAESP vinculada à AC SERASA CD, AC SERASA RFB, AC SERASA JUS, na cadeia da SERASA ACP, AC RFB, AC JUS, com instalação técnica situada na Rua Canadá, nº 111, Jardim América, São Paulo/SP, CEP: 01436-000, para as Políticas de Certificados já credenciadas.

RENATO DA SILVEIRA MARTINI

LABORATÓRIO NACIONAL DE COMPUTAÇÃO CIENTÍFICA

PORTARIA Nº 44, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

O DIRETOR DO LABORATÓRIO NACIONAL DE COMPUTAÇÃO CIENTÍFICA - LNCC, Unidade de Pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MCT nº 407, de 28/jun/2006, e com fundamento no inciso II, do artigo 87, da Lei 8.666/93 e alterações, resolve:

Art. 1º - Aplicar a empresa BLUE PARTS Licitações Ltda - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.403.724/0001-16, a penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Laboratório Nacional de Computação Científica - LNCC, conforme o artigo 87 inciso III da Lei nº 8.666/93, pelo prazo de 2 (dois) anos, conforme consta nos autos do Processo nº 01209.000171/2014-79.

Art. 2º - O Laboratório registra que é facultada a Empresa a apresentação de defesa prévia no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação desta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AUGUSTO CESAR GADELHA VIEIRA

PORTARIA Nº 46, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

O DIRETOR DO LABORATÓRIO NACIONAL DE COMPUTAÇÃO CIENTÍFICA - LNCC, Unidade de Pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MCT nº 407, de 28/jun/2006, e com fundamento no inciso II, do artigo 87, da Lei 8.666/93 e alterações, resolve:

Art. 1º - Aplicar a empresa LICITSUL Comércio e Serviços de Informática Ltda, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.268.094/0001-60, a penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Laboratório Nacional de Computação Científica - LNCC, conforme o artigo 87 inciso III da Lei nº 8.666/93, pelo prazo de 2 (dois) anos, conforme consta nos autos do Processo nº 01209.000171/2014-79.

Art. 2º - O Laboratório registra que é facultada a Empresa a apresentação de defesa prévia no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação desta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AUGUSTO CESAR GADELHA VIEIRA

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

DESPACHOS DA SECRETÁRIA

Em 19 de julho de 2016

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere, resolve:

Dar publicidade ao recurso da entidade abaixo relacionado:

| Nº do Processo    | Entidade                          | Serviço | Município   | UF | Reconsideração/Recurso  | Despacho nº |
|-------------------|-----------------------------------|---------|-------------|----|-------------------------|-------------|
| 53504.010151/2012 | Associação Sabloni de Comunicação | RTV     | Birigui     | SP | Conhecido e não provido | 876         |
| 53000.030060/2012 | Fundação Jaime Martins            | TVE     | Divinópolis | MG | Conhecido e não provido | 611         |
| 53504.007702/2012 | Rádio América S.A                 | OM      | São Paulo   | SP | Conhecido e não provido | 603         |

Em 20 de julho de 2016

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere, resolve:

Dar publicidade ao recurso da entidade abaixo relacionado:

| Nº do Processo    | Entidade         | Serviço | Município      | UF | Reconsideração/Recurso  | Despacho nº |
|-------------------|------------------|---------|----------------|----|-------------------------|-------------|
| 53000.008637/2011 | Rádio Terra Ltda | FM      | Belo Horizonte | MG | Conhecido e não provido | 823         |

Em 22 de julho de 2016

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere, resolve:

Dar publicidade ao recurso da entidade abaixo relacionado:

| Nº do Processo    | Entidade                         | Serviço | Município | UF | Reconsideração/Recurso  | Despacho nº |
|-------------------|----------------------------------|---------|-----------|----|-------------------------|-------------|
| 53000.062487/2012 | Rádio Itaipu de Marília Ltda     | FM      | Marília   | SP | Conhecido e não provido | 501         |
| 53000.001247/2012 | Fundação José Possidônio Peixoto | FME     | Caucaia   | CE | Conhecido e não provido | 505         |

VANDA JUGURTHA BONNA NOGUEIRA

DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIAS DE 25 DE JULHO DE 2016

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º da Portaria nº 112, de 22 de abril de 2013, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades abaixo relacionadas a penalidade de suspensão, que por este ato, fica convertida em multa, em função de processo administrativo instaurado pela Anatel, nos termos do Convênio celebrado entre o Ministério das Comunicações e Anatel em 08/08/2011.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.



| Nº do Processo    | Entidade                               | Serviço | Município | UF | Sanção | Valor (R\$) | Enquadramento Legal                                                                                                  | Portaria                            | Embasamento da Portaria de Multa                   |
|-------------------|----------------------------------------|---------|-----------|----|--------|-------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------|----------------------------------------------------|
| 53504.005384/2012 | Rádio Imprensa S/A                     | FM      | São Paulo | SP | Multa  | 2.985,42    | Art. 38, alínea "e" do Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962. | Portaria DEAA nº 3028, de 25/7/2016 | Portaria MC nº 858/2008<br>Portaria MC nº 112/2013 |
| 53504.005385/2012 | Rede Autonomista de Rádio Difusão Ltda | FM      | Osasco    | SP | Multa  | 12.090,94   | Art. 38, alínea "e", da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962.                                                       | Portaria DEAA nº 3052, de 25/7/2016 | Portaria MC nº 858/2008<br>Portaria MC nº 112/2013 |

Art. 1º Aplicar às Entidades abaixo relacionadas a penalidade de multa e advertência, em função de processo administrativo instaurado pela Anatel, nos termos do Convênio celebrado entre o Ministério das Comunicações e Anatel em 08/08/2011.  
Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

| Nº do Processo    | Entidade                                                        | Serviço | Município      | UF | Sanção              | Valor (R\$) | Enquadramento Legal                                                                                                                    | Portaria                            | Embasamento da Portaria de Multa                   |
|-------------------|-----------------------------------------------------------------|---------|----------------|----|---------------------|-------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------|----------------------------------------------------|
| 53508.006060/2012 | Fundação José Paiva Netto                                       | OM      | Rio de Janeiro | RJ | Multa               | 3.047,61    | Art. 28, inciso 12, alínea "h" do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963. | Portaria DEAA nº 3016, de 25/7/2016 | Portaria MC nº 858/2008<br>Portaria MC nº 112/2013 |
| 53504.003144/2012 | Sociedade Cultural Educacional Convenção de Itu S/C Ltda - ME   | RTV     | Itu            | SP | Multa               | 11.137,70   | Arts. 30 e 31 do Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005.                                                                         | Portaria DEAA nº 3051, de 25/7/2016 | Portaria MC nº 562/2011<br>Portaria MC nº 112/2013 |
| 53569.003221/2012 | Amazônia Comunicações Ltda - ME                                 | FM      | Ananindeua     | PA | Multa               | 4.447,93    | Art. 28, item 12, alínea "h" do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963.   | Portaria DEAA nº 3055, de 25/7/2016 | Portaria MC nº 562/2011<br>Portaria MC nº 112/2013 |
| 53563.000284/2013 | Fundação Obra Assistencial para Integração Social da comunidade | RADCOM  | São Vicente    | RN | Multa e Advertência | 456,93      | Inciso XIX, do artigo 40, do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998 e item 21.1, da Norma Complementar MC nº 01/2011                  | Portaria DEAA nº 1755, de 25/7/2016 | Portaria MC nº 562/2011<br>Portaria MC nº 112/2013 |

ITAMAR MARQUES TEIXEIRA

PORTARIAS DE 26 DE JULHO DE 2016

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º da Portaria nº 112, de 22 de abril de 2013, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:  
Art. 1º Aplicar às Entidades abaixo relacionadas a penalidade de multa, em função de processo administrativo instaurado pela Anatel, nos termos do Convênio celebrado entre o Ministério das Comunicações e Anatel em 08/08/2011.  
Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

| Nº do Processo    | Entidade                                                                              | Serviço | Município           | UF | Sanção | Valor (R\$) | Enquadramento Legal                                                                                                                      | Portaria                            | Embasamento da Portaria de Multa                   |
|-------------------|---------------------------------------------------------------------------------------|---------|---------------------|----|--------|-------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------|----------------------------------------------------|
| 53504.025013/2012 | Associação Rádio Comunitária Atividade de Juquiá                                      | RADCOM  | Juquiá              | SP | Multa  | 1.028,10    | Art. 40, incisos XV e XIX do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.  | Portaria DEAA nº 2958, de 26/7/2016 | Portaria MC nº 562/2011<br>Portaria MC nº 112/2013 |
| 53504.001659/2012 | Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Orlândia            | RADCOM  | Orlândia            | SP | Multa  | 7.196,67    | Incisos XV, XVII e XXII, do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.                                                                     | Portaria DEAA nº 2951, de 26/7/2016 | Portaria MC nº 562/2011<br>Portaria MC nº 112/2013 |
| 53539.000373/2012 | Fundação Antônio Dias de Lima (FADL)                                                  | RADCOM  | Bonito de Santa Fé  | PB | Multa  | 3.198,52    | Incisos XIX e XXII do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, bem como do §1º, do art. 4º, da Lei nº 9.612, de 27 de fevereiro de 1998. | Portaria DEAA nº 2939, de 26/7/2016 | Portaria MC nº 562/2011<br>Portaria MC nº 112/2013 |
| 53504.017741/2012 | Associação Comunitária para Cidadania e Desenvolvimento Social de Monte Azul Paulista | RADCOM  | Monte Azul Paulista | SP | Multa  | 4.797,78    | Incisos XV, XIX e XXII do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.                                                                       | Portaria DEAA nº 2912, de 26/7/2016 | Portaria MC nº 562/2011<br>Portaria MC nº 112/2013 |

ITAMAR MARQUES TEIXEIRA

DESPACHOS DO DIRETOR  
Em 1º de agosto de 2016

O DIRETOR DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere, resolve:  
Dar publicidade a reconsideração da entidade abaixo relacionada:

| Nº do Processo    | Entidade                                                       | Serviço | Município         | UF | Reconsideração/Recurso | Despacho nº |
|-------------------|----------------------------------------------------------------|---------|-------------------|----|------------------------|-------------|
| 53000.048680/2012 | Associação Comunitária Do Município de Laranjal (ASCOM)        | RADCOM  | Laranjal          | PR | Não conhecido          | 1010        |
| 53560.002256/2012 | ACSEM - Associação Comunitária de Educação e Saúde de Mondubim | RADCOM  | Fortaleza         | CE | Não conhecido          | 821         |
| 53000.047762/2012 | Associação dos Fãs Clubes do Pará                              | RADCOM  | Belém             | PA | Não conhecido          | 908         |
| 53504.018341/2012 | Associação Comunitária Ribeirão Corrente                       | RADCOM  | Ribeirão Corrente | SP | Não conhecido          | 916         |

Em 11 de agosto de 2016

O DIRETOR DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere, resolve:  
Dar publicidade a reconsideração da entidade abaixo relacionada:

| Nº do Processo    | Entidade                                                  | Serviço | Município | UF | Reconsideração/Recurso | Despacho nº |
|-------------------|-----------------------------------------------------------|---------|-----------|----|------------------------|-------------|
| 53000.037923/2012 | Associação Comunitária Cultural dos moradores de Barreira | RADCOM  | Barreira  | CE | Não conhecido          | 1578        |

ITAMAR MARQUES TEIXEIRA

RETIFICAÇÕES

Na Portaria de 18 de dezembro de 2015, do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica, publicadas no D.O.U de 13/1/2016, Seção 1, pág. 37, tabela anexa, onde se lê: 53000.015797/2014, leia-se: 53900.015797/2014.  
Na Portarias de 22 de outubro de 2015, do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica, publicadas no D.O.U de 6/11/2015, Seção 1, pág. 63, tabela anexa, onde se lê: 53000.002450/2014, leia-se: 53900.002450/2014.

DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

DESPACHOS DO DIRETOR  
Em 22 de agosto de 2016

Nº 1.640 - O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, Substituto, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 72, § 1º, inciso V, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e considerando o que consta no processo nº 53000.012512/2014-99,

resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RÁDIO SABIA FM LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Cafelândia - SP, utilizando o canal nº 204 (duzentos e quatro), classe C, nos termos da Nota Técnica nº 20949/2016/SEI-MCTIC.

Em 5 de setembro de 2016

Nº 1.781 - O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 72, § 1º, inciso V, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e considerando o que consta no processo nº 53900.024710/2015-32, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da TELEVISÃO PRIMAVERA LTDA, autorizatória do Serviço de Retransmissão de Televisão, no município de PRIMAVERA DO LESTE, estado do Mato Grosso, utilizando o canal digital nº 38 (trinta e oito), classe C, nos termos da Nota Técnica nº 22849/2016/SEI-MCTIC.

AUGUSTO CESAR DA COSTA BARROS

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

PORTARIA Nº 64-E, DE 1º DE SETEMBRO DE 2016

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e XII do art. 13 do anexo I do Decreto nº 8.283, de 03 de julho de 2014 e o disposto nos incisos I e III, do art. 17 do Regimento Interno da ANCINE e, considerando o disposto na Lei nº 12.599, de 23 de março de 2012; o Decreto nº 7.729, de 25 de maio de 2012; a Instrução Normativa nº 103, de 26 de junho de 2012; e a decisão da Diretoria Colegiada em sua 627ª Reunião, de 24/08/2016, resolve:  
Art. 1º Credenciar o projeto Contrução - UCI Orient - De Lux Shopping Bahia, apresentado pela empresa UNITED ORIENT LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.562.356/0001-81, com vistas à sua habilitação ao Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica - RECINE, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Instrução Normativa ANCINE nº 103, de

26 de junho de 2012, enquadrando-o na categoria CONSTRUÇÃO OU IMPLANTAÇÃO DE NOVOS COMPLEXOS DE EXIBIÇÃO CINEMATOGRAFICA.

Art. 2º O objeto do projeto credenciado refere-se à construção do Complexo Cinematográfico UCI De Lux Shopping Bahia, localizado à Av. Tancredo Neves - (Shopping da Bahia), 148, Loja 26, Quadra Z3, 4º Pav., Pituba, CEP 41.820-021, Salvador, BA.

Art. 3º Será de inteira responsabilidade da empresa credenciada a adoção de todas as medidas necessárias à habilitação do projeto junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos termos da Instrução Normativa nº 1.446 da Secretaria da Receita Federal do Brasil, de 17 de fevereiro de 2014.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL RANGEL

ATA DA COMISSÃO DE SELEÇÃO  
REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2016

Às catorze horas do dia doze de setembro de dois mil e dezesseis, reuniram-se os membros da Comissão de Seleção do Filme Brasileiro a ser indicado ao Prêmio Goya de Melhor Filme Ibero-americano, conforme nomeação da Portaria ANCINE nº 54-E, de 11 de agosto de 2016, na Agência Nacional do Cinema (ANCINE), localizada à Avenida Graça Aranha, nº 35, Centro, Rio de Janeiro/RJ, com o objetivo de selecionar o filme brasileiro que será indicado à Academia de Artes e Ciências Cinematográficas da Espanha para concorrer ao Prêmio Goya de Melhor Filme Ibero-americano em 2017. Participaram da Comissão: por indicação do Fórum dos Festivais, Marilha Naccari Santos; por indicação da Associação Brasileira de Críticos de Cinema, Suyene Correia Santos; por indicação do Programa Cinema do Brasil, Aleteia Patrícia de Almeida Selonk; por indicação da Academia Brasileira de Cinema, Bruno Torres Moraes; e por indicação da Agência Nacional do Cinema, a assessora internacional Ana Julia Cury Cabral.

Abaixo, segue a lista das 17 (dezessete) inscrições habilitadas, que foram objeto de apreciação e análise pela Comissão:

|    | Filme                                         | Diretor                          | Produtora                                                                                     |
|----|-----------------------------------------------|----------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1  | A Bruta Flor do Querer                        | Andradina Azevedo e Dida Andrade | Filmes da Lata Produções Artísticas Ltda. ME                                                  |
| 2  | A Grande Vitória                              | Stefano Capuzzi Lapietra         | Alfa Filmes & Produções Ltda.                                                                 |
| 3  | Até que a Casa Caia                           | Mauro Giuntini                   | Plateau Realizações Artísticas Ltda.                                                          |
| 4  | Boi Neon                                      | Gabriel Mascaro                  | Desvia Produções Artísticas e Audiovisuais Ltda.                                              |
| 5  | Califórnia                                    | Marina Person                    | Mira Filmes Ltda. ME                                                                          |
| 6  | Chatô, o Rei do Brasil                        | Guilherme Fontes                 | Guilherme Fontes Filmes Ltda.                                                                 |
| 7  | Damas do Samba                                | Susanna Lira                     | Modo Operante Produções Culturais Ltda. ME                                                    |
| 8  | Invasores                                     | Marcelo Toledo                   | Raiz Produções Cinematográficas Ltda. ME                                                      |
| 9  | Miller & Fried: as origens do País do Futebol | Luiz Ferraz                      | Elisa Fernandes e Lucas Gattaz                                                                |
|    | #Filme                                        | Diretor                          | Produtora                                                                                     |
| 10 | Nise - O Coração da Loucura                   | Roberto Berliner                 | TV Zero Cinema Ltda.                                                                          |
| 11 | O Outro Lado do Paraíso                       | André Ristum                     | Mercado Cultural Ltda. e Geração de Comunicação Integrada Comercial Ltda.                     |
| 12 | O Roubo da Taça                               | Caito Ortiz                      | Prodigo Films Ltda.                                                                           |
| 13 | Para Minha Amada Morta                        | Aly Muritiba                     | Grafo Audiovisual Ltda. ME                                                                    |
| 14 | Pequeno Segredo                               | David Shurmann                   | Shurmann Produções Cinematográficas, Ocean Produções de Filmes Ltda. e Instituto Kat Shurmann |
| 15 | Ralé                                          | Helena Ignez                     | Mercúrio Produções Ltda. ME e Canal Brasil S.A.                                               |
| 16 | Trago Comigo                                  | Tata Amaral                      | Tangerina Entretenimento Ltda.                                                                |
| 17 | Tudo que Aprendemos Juntos                    | Sergio Machado                   | Gullane Entretenimento S.A.                                                                   |

Após debate sobre os filmes inscritos, a Comissão de Seleção propôs, como representante brasileiro a ser indicado ao Prêmio Goya de Melhor Filme Ibero-americano, por ser uma obra cinematográfica com consistente marca autoral, força criativa ao apresentar um universo genuinamente brasileiro e capacidade de se comunicar com plateias de todo o mundo, o filme abaixo relacionado:

| Filme    | Diretor         | Produtora                                        |
|----------|-----------------|--------------------------------------------------|
| Boi Neon | Gabriel Mascaro | Desvia Produções Artísticas e Audiovisuais Ltda. |

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião às dezesseis horas do dia doze de setembro de dois mil e dezesseis. A presente Ata foi rubricada e assinada pelos integrantes da Comissão em 1 (uma) via.

ALETEIA PATRÍCIA DE ALMEIDA SELONK  
p/ Comissão

ANA JULIA CURY CABRAL  
p/ Comissão

BRUNO TORRES MORAES  
p/ Comissão

MARILHA NACCARI SANTOS  
p/ Comissão

SUYENE CORREIA SANTOS  
p/ Comissão

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E  
ARTÍSTICO NACIONAL  
DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E  
FISCALIZAÇÃO  
CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

PORTARIA Nº 49, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

A DIRETORA DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria n.º 308, de 11/05/2012, e de acordo com o disposto no inciso VIII, art. 17, Anexo I, do Decreto n.º 6.844, de 07/05/2009, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve:

I - Expedir PERMISSÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo I desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02;

II - Expedir RENOVAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo II desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02;

III - Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos e programas de pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo III desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

IV - As autorizações para a execução dos projetos e programas relacionados nesta Portaria não correspondem à manifestação conclusiva do Iphan para fins de obtenção de licença ambiental, exceto as autorizações referentes ao Nível II, que correspondem à anuência do Iphan à Licença de Instalação dos empreendimentos;

V - As Superintendências Estaduais são as unidades responsáveis pela fiscalização e monitoramento das ações oriundas dos projetos e programas autorizados na presente portaria, com base nas vistorias realizadas a partir do cronograma do empreendimento.

VI - Determinar às Superintendências do IPHAN das áreas de abrangência dos projetos, o acompanhamento e a fiscalização da execução dos trabalhos, inclusive no que diz respeito à destinação e à guarda do material coletado, assim como das ações de preservação e valorização dos remanescentes.

VII - Condicionar a eficácia das presentes permissões e renovações à apresentação, por parte dos arqueólogos coordenadores, de relatórios parciais e finais, em meio físico e digital, ao término dos prazos fixados nos projetos de pesquisa anexos a esta Portaria, contendo todas as informações previstas nos artigos 11 e 12 da Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/88.

VIII - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSANA PINHEL MENDES NAJJAR

ANEXO I

01-Processo n.º 01502.002154/2016-13  
Projeto: Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial na Área de Abrangência do Complexo Eólico Babilônia  
Arqueólogo Coordenador: Celito Kestering  
Apoio Institucional: Universidade Federal do Vale do São Francisco  
Área de Abrangência: Municípios de Morro do Chapéu, Ouralândia e Várzea Nova, Estado da Bahia  
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses  
02-Processo n.º 01506.004568/2014-85  
Projeto: Prospecção e Gestão do Patrimônio Arqueológico da Central de Tratamento de Resíduos de Piracicaba  
Arqueólogo Coordenador: Plácido Cali  
Apoio Institucional: Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Peruíbe - Departamento de Cultura - Museu Histórico e Arqueológico de Peruíbe  
Área de Abrangência: Município de Piracicaba, Estado de São Paulo  
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses  
03-Processo n.º 01508.000926/2016-22  
Projeto: Levantamento Arqueológico Interventivo nas áreas do empreendimento Alphaville Paraná  
Arqueólogo Coordenador: Moacir Elias Santos  
Apoio Institucional: Governo do Estado do Paraná - Secretaria de Estado de Cultura - Museu Paranaense  
Área de Abrangência: Município de Campo Largo, Estado do Paraná  
Prazo de Validade: 06 (seis) meses  
04- Processo n.º 01514.001210/2016-63  
Projeto: Escavação e Acompanhamento Arqueológico da Obra de Restauração da Catedral da Sé de Mariana  
Arqueólogo Coordenador: Patrícia Carolina Letro de Brito  
Arqueólogo de Campo: Maíra de Oliveira Ribeiro  
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Estudo da Paisagem - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFMG  
Área de Abrangência: Município de Mariana, Estado de Minas Gerais  
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses  
05-Processo n.º 01496.001421/2014-08  
Projeto: Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial das Áreas de Ampliação do Complexo Eólico Santo Inácio  
Arqueóloga Coordenadora: Ana Flávia Sousa Silva  
Apoio Institucional: Instituto de Arqueologia e Patrimônio Cultural do Ceará - INSTITUTO TEMBETÁ  
Área de Abrangência: Município de Icapuí, Estado do Ceará  
Prazo de Validade: 02 (dois) meses  
06-Processo n.º 01506.003503/2014-22  
Projeto: Prospecção Arqueológica Intensiva Interventiva na Ampliação do Aterro Sanitário do Município de São Pedro  
Arqueólogo Coordenador: Cássia Bars Hering  
Apoio Institucional: Prefeitura Municipal de Jahu - Museu Municipal de Jahu  
Área de Abrangência: Município de São Pedro, Estado de São Paulo  
Prazo de Validade: 08 (oito) meses

ANEXO II

01-Processo n.º 01508.000627/2014-26  
Projeto: Salvamento Arqueológico na área de Exploração Mineral e Implantação de Unidade Industrial de Tupi Mineradora de Calcário LTDA  
Arqueólogo Coordenador: Osvaldo Paulino da Silva  
Apoio Institucional: Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas - Universidade Federal do Paraná - CEPA/UFRP  
Área de Abrangência: Município de Adrianópolis, Estado do Paraná  
Prazo de validade: 06 (seis) meses  
02-Processo n.º 01506.004524/2013-74  
Projeto: Prospecção Arqueológica, Monitoramento e Educação Patrimonial da Linha de Transmissão 500 kV Araraquara II - Taubaté, SP (Complementação)  
Arqueólogo Coordenador: Carla Verônica Pequini  
Apoio Institucional: Centro Regional de Pesquisas Arqueológicas - Núcleo de Pesquisa e Estudo em Chondrichthyes - NU-PEC/CERPA  
Área de Abrangência: Municípios de Araraquara, Boa Esperança do Sul, Ibaté, Ribeirão Bonito, São Carlos, Itirapina, Analândia, Corumbataí, Rio Claro, Araras, Cordeirópolis, Limeira, Cosmópolis, Paulínia, Artur Nogueira, Holambra, Jaguariúna, Campinas, Pedreira, Amparo, Morungaba, Bragança Paulista, Atibaia, Piracaia, Igaratá, São José dos Campos, Caçapava e Taubaté, Estado de São Paulo  
Prazo de Validade: 12 (doze) meses

ANEXO III

01-Enquadramento IN: Nível III  
Empreendedor: Morar Construtora e Incorporadora Ltda.  
Empreendimento: Vista do Limoeiro Condomínio Clube e Vista do Horizonte Condomínio Clube  
Processo nº: 01409.000407/2016-82  
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação dos empreendimentos Vista do Limoeiro Condomínio Clube e Vista do Horizonte Condomínio Clube  
Arqueólogo Coordenador: Letícia Moura Simões de Souza

Arqueólogo de Campo: Fernando Walter da Silva Costa  
 Apoio Institucional: Museu Histórico da Serra - Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer - Prefeitura Municipal da Serra  
 Área de Abrangência: Município de Serra, Estado do Espírito Santo

Prazo de Validade: 02 (dois) meses  
 02-Enquadramento IN: Nível III  
 Empreendedor: Vector Mineração Ltda.  
 Empreendimento: Extração e Beneficiamento de Jazida de Areia Industrial e Infraestrutura

Processo n.º: 01506.005093/2015-25  
 Projeto: Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Influência da Extração e Beneficiamento de Jazida de Areia Industrial e Infraestrutura

Arqueólogo coordenador: José Luiz de Moraes  
 Arqueólogo de campo: José Luiz de Moraes.  
 Apoio Institucional: Museu de Arqueologia de Iepê - Prefeitura do Município de Iepê

Área de Abrangência: Municípios de São Carlos e Araraquara, Estado de São Paulo

Prazo de Validade: 04 (Quatro) meses  
 03-Enquadramento IN: Nível III  
 Empreendedor: Construtora Schmidt LTDA EPP  
 Empreendimento: Loteamento Morar Bem  
 Processo n.º 01409.000272/2016-55

Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área Diretamente Afetada pela Construção do Loteamento Residencial Morar Bem

Arqueóloga Coordenadora: Letícia Moura Simões de Souza  
 Arqueólogo de Campo: Fernando Walter da Silva Costa  
 Apoio Institucional: Museu de História de São Mateus - Prefeitura Municipal de São Mateus

Área de Abrangência: Município de São Gabriel da Palha, Estado do Espírito Santo

Prazo de Validade: 03 (três) meses  
 04-Enquadramento IN: Nível III  
 Empreendedor: Águia Fertilizantes S.A.  
 Empreendimento: Projeto Rio Grande - Fosfato  
 Processo n.º 01512.004174/2015-29

Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico - Rio Grande - Três Estradas

Arqueóloga Coordenadora: Cássia Bars Hering  
 Apoio Institucional: Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia - Universidade Federal de Pelotas

Área de Abrangência: Município de Lavras do Sul, Estado do Rio Grande do Sul

Prazo de Validade: 04 (quatro) meses  
 05-Enquadramento IN: Nível II  
 Empreendedor: MVR Engenharia e Participações S.A.  
 Empreendimento: Loteamento Gran Reserva Paulista  
 Processo n.º 01506.004410/2016-77

Projeto: Acompanhamento Arqueológico das Obras de Implantação do Loteamento Residencial Gran Reserva Paulista

Arqueóloga Coordenadora: Cássia Bars Hering  
 Arqueóloga de Campo: Tânia Ferraz de Oliveira

Área de Abrangência: Município de São Paulo, Estado de São Paulo

Prazo de Validade: 05 (cinco) meses

#### PORTARIA Nº 50, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

A DIRETORA DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria n.º 308, de 11/05/2012, e de acordo com o disposto no inciso VIII, art. 17, Anexo I, do Decreto n.º 6.844, de 07/05/2009, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve revogar:

01-Permissão N.º 10, Anexo I, Seção I, Página 141, Portaria n.º 66/2014, publicada no D.O.U. em 19/12/2014, em nome do arqueólogo Cleberson Carlos Xavier de Albuquerque, referente ao processo n.º 01502.001392/2014-40, projeto de "Diagnóstico Arqueológico Interventivo, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para o Empreendimento Parque Eólico Baraúna III", tendo em vista solicitação do arqueólogo coordenador.

02-Permissão N.º 11, Anexo I, Seção I, Página 141, Portaria n.º 66/2014, publicada no D.O.U. em 19/12/2014, em nome do arqueólogo Cleberson Carlos Xavier de Albuquerque, referente ao processo n.º 01502.001393/2014-94, projeto de "Diagnóstico Arqueológico Interventivo, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para o Empreendimento Parque Eólico Baraúna VI", tendo em vista solicitação do arqueólogo coordenador.

03-Permissão n.º 12, Anexo I, Seção I, Página 141, Portaria n.º 66/2014, publicada no D.O.U. em 19/12/2014, em nome do arqueólogo Cleberson Carlos Xavier de Albuquerque, referente ao processo n.º 01502.001379/2014-91, projeto de "Diagnóstico Arqueológico Interventivo, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para o Empreendimento Parque Eólico Baraúna XI", tendo em vista solicitação do arqueólogo coordenador.

04-Permissão N.º 13, Anexo I, Seção I, Página 141, Portaria n.º 66/2014, publicada no D.O.U. em 19/12/2014, em nome do arqueólogo Cleberson Carlos Xavier de Albuquerque, referente ao processo n.º 01502.001380/2014-15, projeto de "Diagnóstico Arqueológico Interventivo, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para o Empreendimento Parque Eólico Baraúna X", tendo em vista solicitação do arqueólogo coordenador.

05-Permissão n.º 14, Anexo I, Seção I, Página 141, Portaria n.º 66/2014, publicada no D.O.U. em 19/12/2014, em nome do arqueólogo Cleberson Carlos Xavier de Albuquerque, referente ao processo n.º 01502.001388/2014-81, projeto de "Diagnóstico Arqueológico Interventivo, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para o Empreendimento Parque Eólico Baraúna IX", tendo em vista solicitação do arqueólogo coordenador.

06-Permissão n.º 15, Anexo I, Seção I, Página 141, Portaria n.º 66/2014, publicada no D.O.U. em 19/12/2014, em nome do arqueólogo Cleberson Carlos Xavier de Albuquerque, referente ao processo n.º 01502.001389/2014-26, projeto de "Diagnóstico Arqueológico Interventivo, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para o Empreendimento Parque Eólico Baraúna VIII", tendo em vista solicitação do arqueólogo coordenador.

07-Permissão n.º 16, Anexo I, Seção I, Página 141, Portaria n.º 66/2014, publicada no D.O.U. em 19/12/2014, em nome do arqueólogo Cleberson Carlos Xavier de Albuquerque, referente ao processo n.º 01502.001394/2014-39, projeto de "Diagnóstico Arqueológico Interventivo, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para o Empreendimento Parque Eólico Baraúna VII", tendo em vista solicitação do arqueólogo coordenador.

08-Permissão N.º 04, Anexo I, Seção I, Página 2, Portaria n.º 67/2014, publicada no D.O.U. em 26/12/2014, em nome do arqueólogo Cleberson Carlos Xavier de Albuquerque, referente ao processo n.º 01502.001380/2014-15, projeto de "Diagnóstico Arqueológico Interventivo, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para o Empreendimento Parque Eólico Baraúna XII, Sento Sé - BA", tendo em vista solicitação do arqueólogo coordenador.

09-Permissão N.º 09, Anexo I, Seção I, Página 2, Portaria n.º 67/2014, publicada no D.O.U. em 26/12/2014, em nome do arqueólogo Cleberson Carlos Xavier de Albuquerque, referente ao processo n.º 01502.001396/2014-28, projeto de "Diagnóstico Arqueológico Interventivo, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para o Empreendimento Parque Eólico Baraúna XIX, Sento Sé - BA", tendo em vista solicitação do arqueólogo coordenador.

10-Permissão N.º 11, Anexo I, Seção I, Página 2, Portaria n.º 67/2014, publicada no D.O.U. em 26/12/2014, em nome do arqueólogo Cleberson Carlos Xavier de Albuquerque, referente ao processo n.º 01502.001383/2014-59, projeto de "Diagnóstico Arqueológico Interventivo, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para o Empreendimento Parque Eólico Baraúna XIII, Sento Sé - BA", tendo em vista solicitação do arqueólogo coordenador.

11-Permissão n.º 13, Anexo I, Seção I, Página 2, Portaria n.º 67/2014, publicada no D.O.U. em 26/12/2014, em nome do arqueólogo Cleberson Carlos Xavier de Albuquerque, referente ao processo n.º 01502.001384/2014-01, projeto de "Diagnóstico Arqueológico Interventivo, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para o Empreendimento Parque Eólico Baraúna XVI, Sento Sé - BA", tendo em vista solicitação do arqueólogo coordenador.

12-Permissão n.º 14, Anexo I, Seção I, Página 2, Portaria n.º 67/2014, publicada no D.O.U. em 26/12/2014, em nome do arqueólogo Cleberson Carlos Xavier de Albuquerque, referente ao processo n.º 01502.001385/2014-48, projeto de "Diagnóstico Arqueológico Interventivo, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para o Empreendimento Parque Eólico Baraúna XVII, Sento Sé - BA", tendo em vista solicitação do arqueólogo coordenador.

13-Permissão n.º 15, Anexo I, Seção I, Página 2, Portaria n.º 67/2014, publicada no D.O.U. em 26/12/2014, em nome do arqueólogo Cleberson Carlos Xavier de Albuquerque, referente ao processo n.º 01502.001387/2014-37, projeto de "Diagnóstico Arqueológico Interventivo, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para o Empreendimento Parque Eólico Baraúna XVIII, Sento Sé - BA", tendo em vista solicitação do arqueólogo coordenador.

14-Permissão n.º 16, Anexo I, Seção I, Página 2, Portaria n.º 67/2014, publicada no D.O.U. em 26/12/2014, em nome do arqueólogo Cleberson Carlos Xavier de Albuquerque, referente ao processo n.º 01502.001386/2014-92, projeto de "Diagnóstico Arqueológico Interventivo, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para o Empreendimento Parque Eólico Baraúna XX, Sento Sé - BA", tendo em vista solicitação do arqueólogo coordenador.

15-Permissão n.º 22, Anexo I, Seção I, Página 77, Portaria n.º 68/2014, publicada no D.O.U. em 31/12/2014, em nome da arqueóloga Alba Rosane Salvador Moura Costa, referente ao processo n.º 01502.001916/2014-01, projeto de "Diagnóstico Arqueológico Interventivo, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para o Empreendimento Solar Barreiras IV", tendo em vista solicitação da arqueóloga coordenadora.

16-Permissão n.º 23, Anexo I, Seção I, Página 77, Portaria n.º 68/2014, publicada no D.O.U. em 31/12/2014, em nome da arqueóloga Alba Rosane Salvador Moura Costa, referente ao processo n.º 01502.001917/2014-47, projeto de "Diagnóstico Arqueológico Interventivo, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para o Empreendimento Solar Barreiras V", tendo em vista solicitação da arqueóloga coordenadora.

17-Permissão n.º 24, Anexo I, Seção I, Página 77, Portaria n.º 68/2014, publicada no D.O.U. em 31/12/2014, em nome da arqueóloga Alba Rosane Salvador Moura Costa, referente ao processo n.º 01502.001918/2014-91, projeto de "Diagnóstico Arqueológico Interventivo, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para o Empreendimento Solar Barreiras VI", tendo em vista solicitação da arqueóloga coordenadora.

18-Permissão n.º 25, Anexo I, Seção I, Página 77, Portaria n.º 68/2014, publicada no D.O.U. em 31/12/2014, em nome da arqueóloga Alba Rosane Salvador Moura Costa, referente ao processo n.º 01502.001915/2014-58, projeto de "Diagnóstico Arqueológico Interventivo, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para o Empreendimento Solar Barreiras III", tendo em vista solicitação da arqueóloga coordenadora.

19-Permissão n.º 26, Anexo I, Seção I, Página 77, Portaria n.º 68/2014, publicada no D.O.U. em 31/12/2014, em nome da arqueóloga Alba Rosane Salvador Moura Costa, referente ao processo n.º 01502.001914/2014-11, projeto de "Diagnóstico Arqueológico Interventivo, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para o Empreendimento Solar Barreiras II", tendo em vista solicitação da arqueóloga coordenadora.

20-Permissão n.º 27, Anexo I, Seção I, Página 78, Portaria n.º 68/2014, publicada no D.O.U. em 31/12/2014, em nome da arqueóloga Alba Rosane Salvador Moura Costa, referente ao processo n.º 01502.001913/2014-69, projeto "Diagnóstico Arqueológico Interventivo, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para o Empreendimento Solar Barreiras I", tendo em vista solicitação da arqueóloga coordenadora.

21-Permissão n.º 28, Anexo I, Seção I, Página 78, Portaria n.º 68/2014, publicada no D.O.U. em 31/12/2014, em nome da arqueóloga Alba Rosane Salvador Moura Costa, referente ao processo n.º 01502.001919/2014-36, projeto de "Diagnóstico Arqueológico Interventivo, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para o Empreendimento Solar Barreiras VII", tendo em vista solicitação da arqueóloga coordenadora.

22-Permissão n.º 56, Anexo I, Seção I, Página 79, Portaria n.º 68/2014, publicada no D.O.U. em 31/12/2014, em nome do arqueólogo Cleberson Carlos Xavier de Albuquerque, referente ao processo n.º 01502.001712/2014-61, projeto de "Diagnóstico Arqueológico Interventivo, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para o Empreendimento Complexo Eólico Grande Serra - Fase 3, Fazenda Translado", tendo em vista solicitação do arqueólogo.

23-Permissão n.º 54, Anexo I, Seção I, Página 79, Portaria n.º 68/2014, publicada no D.O.U. em 31/12/2014, em nome do arqueólogo Cleberson Carlos Xavier de Albuquerque, referente ao processo n.º 01502.001711/2014-17, projeto de "Diagnóstico Arqueológico Interventivo, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para o Empreendimento Complexo Eólico Grande Serra - Fase 3, Fazenda Baixa Nova", tendo em vista solicitação do arqueólogo coordenador.

24-Permissão n.º 50, Anexo I, Seção I, Página 78, Portaria n.º 68/2014, publicada no D.O.U. em 31/12/2014, em nome do arqueólogo Cleberson Carlos Xavier de Albuquerque, referente ao processo n.º 01502.001717/2014-94, projeto de "Diagnóstico Arqueológico Interventivo, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para o Empreendimento Complexo Eólico Grande Serra - Fase 3, Fazenda Brejinho", tendo em vista solicitação do arqueólogo coordenador.

25-Permissão n.º 51, Anexo I, Seção I, Página 78, da Portaria n.º 68/2014, publicada no D.O.U. em 31/12/2014, em nome do arqueólogo Cleberson Carlos Xavier de Albuquerque, referente ao processo n.º 01502.001707/2014-59, projeto de "Diagnóstico Arqueológico Interventivo, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para o Empreendimento Complexo Eólico Grande Serra - Fase 3, Fazenda Nuvens", tendo em vista solicitação do arqueólogo coordenador.

26-Permissão n.º 52, Anexo I, Seção I, Página 79, Portaria n.º 68/2014, publicada no D.O.U. em 31/12/2014, em nome do arqueólogo Cleberson Carlos Xavier de Albuquerque, referente ao processo n.º 01502.001724/2014-96, projeto de "Diagnóstico Arqueológico Interventivo, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para o Empreendimento Complexo Eólico Grande Serra - Fase 3, Fazenda Nuvens", tendo em vista solicitação do arqueólogo coordenador.

27-Permissão n.º 53, Anexo I, Seção I, Página 79, Portaria n.º 68/2014, publicada no D.O.U. em 31/12/2014, em nome do arqueólogo Cleberson Carlos Xavier de Albuquerque, referente ao processo n.º 01502.001702/2014-26, projeto de "Diagnóstico Arqueológico Interventivo, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para o Empreendimento Complexo Eólico Grande Serra - Fase 3, Fazenda Coelho", tendo em vista solicitação do arqueólogo coordenador.

28-Permissão n.º 55, Anexo I, Seção I, Página 79, Portaria n.º 68/2014, publicada no D.O.U. em 31/12/2014, em nome do arqueólogo Cleberson Carlos Xavier de Albuquerque, referente ao processo n.º 01502.001703/2014-71, projeto de "Diagnóstico Arqueológico Interventivo, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para o Empreendimento Complexo Eólico Grande Serra - Fase 3, Fazenda Maracujá", tendo em vista solicitação do arqueólogo coordenador.

29-Permissão n.º 57, Anexo I, Seção I, Página 79, Portaria n.º 68/2014, publicada no D.O.U. em 31/12/2014, em nome do arqueólogo Cleberson Carlos Xavier de Albuquerque, referente ao processo n.º 01502.001726/2014-85, projeto de "Diagnóstico Arqueológico Interventivo, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para o Empreendimento Complexo Eólico Grande Serra - Fase 3, Fazenda Cristália", tendo em vista solicitação do arqueólogo coordenador.

30-Permissão n.º 58, Anexo I, Seção I, Página 79, Portaria n.º 68/2014, publicada no D.O.U. em 31/12/2014, em nome do arqueólogo Cleberson Carlos Xavier de Albuquerque, referente ao processo n.º 01502.001718/2014-39, projeto de "Diagnóstico Arqueológico Interventivo, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para o Empreendimento Complexo Eólico Grande Serra - Fase 3, Fazenda Tanque", tendo em vista solicitação do arqueólogo coordenador.

31-Renovação n.º 06, Anexo II, Seção I, Página 9, Portaria n.º 45/2015, publicada no D.O.U. em 07/08/2015, em nome do arqueólogo Cleberson Carlos Xavier de Albuquerque, referente ao processo n.º 01502.001723/2014-41, projeto de "Diagnóstico Arqueológico Interventivo, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para o Empreendimento Complexo Eólico Grande Serra - Fase 1, Fazenda Juá", tendo em vista solicitação do arqueólogo coordenador.



32-Renovação n.º 07, Anexo II, Seção I, Página 7, Portaria n.º 46/2015, publicada no D.O.U. em 17/08/2015, em nome do arqueólogo Cleberson Carlos Xavier de Albuquerque, referente ao processo n.º 01502.001708/2014-01, projeto de "Diagnóstico Arqueológico Interventivo, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para o Empreendimento Complexo Eólico Grande Serra - Fase 1, Fazenda Estrela do Oriente", tendo em vista solicitação do arqueólogo coordenador.

33-Renovação n.º 08, Anexo II, Seção I, Página 7, Portaria n.º 46/2015, publicada no D.O.U. em 17/08/2015, em nome do arqueólogo Cleberson Carlos Xavier de Albuquerque, referente ao processo n.º 01502.001704/2014-15, projeto de "Diagnóstico Arqueológico Interventivo, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para o Empreendimento Complexo Eólico Grande Serra - Fase 1, Fazenda Brejo Novo 2", tendo em vista solicitação do arqueólogo coordenador.

34-Renovação n.º 10, Anexo II, Seção I, Página 7, Portaria n.º 46/2015, publicada no D.O.U. em 17/08/2015, em nome do arqueólogo Cleberson Carlos Xavier de Albuquerque, referente ao processo n.º 01502.001722/2014-05, projeto de "Diagnóstico Arqueológico Interventivo, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para o Empreendimento Complexo Eólico Grande Serra - Fase 1, Fazenda Brejo Novo", tendo em vista solicitação do arqueólogo coordenador.

35-Renovação n.º 11, Anexo II, Seção I, Página 7, Portaria n.º 46/2015, publicada no D.O.U. em 17/08/2015, em nome do arqueólogo Cleberson Carlos Xavier de Albuquerque, referente ao processo n.º 01502.001713/2014-14, projeto de "Diagnóstico Arqueológico Interventivo, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para o Empreendimento Complexo Eólico Grande Serra - Fase 1, Fazenda Cafundó", tendo em vista solicitação do arqueólogo coordenador.

36-Renovação n.º 12, Anexo II, Seção I, Página 7, Portaria n.º 46/2015, publicada no D.O.U. em 17/08/2015, em nome do arqueólogo Cleberson Carlos Xavier de Albuquerque, referente ao processo n.º 01502.001725/2014-31, projeto de "Diagnóstico Arqueológico Interventivo, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para o Empreendimento Complexo Eólico Grande Serra - Fase 1, Fazenda Pedra do Meio", tendo em vista solicitação do arqueólogo coordenador.

37-Renovação n.º 03, Anexo II, Seção I, Página 16, Portaria n.º 48/2015, publicada no D.O.U. em 24/08/2015, em nome do arqueólogo Cleberson Carlos Xavier de Albuquerque, referente ao processo n.º 01502.001382/2014-12, projeto de "Diagnóstico Arqueológico Interventivo, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para o Empreendimento Parque Eólico Baraúna XV, Sento Sé - BA", tendo em vista solicitação do arqueólogo coordenador.

38-Renovação N.º 04, Anexo II, Seção I, Página 16, Portaria n.º 48/2015, publicada no D.O.U. em 24/08/2015, em nome do arqueólogo Cleberson Carlos Xavier de Albuquerque, referente ao processo n.º 01502.001381/2014-60, projeto de "Diagnóstico Arqueológico Interventivo, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para o Empreendimento Parque Eólico Baraúna XIV, Sento Sé - BA", tendo em vista solicitação do arqueólogo coordenador.

39-Renovação n.º 01, Anexo II, Seção I, Página 13, Portaria n.º 50/2015, publicada no D.O.U. em 08/09/2015, em nome do arqueólogo Cleberson Carlos Xavier de Albuquerque, referente ao processo n.º 01502.001395/2014-83, projeto de "Diagnóstico Arqueológico Interventivo, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para o Empreendimento Parque Eólico Baraúna IV", tendo em vista solicitação do arqueólogo coordenador.

40-Renovação n.º 04, Anexo II, Seção I, Página 13, Portaria n.º 50/2015, publicada no D.O.U. em 08/09/2015, em nome do arqueólogo Cleberson Carlos Xavier de Albuquerque, referente ao processo n.º 01502.001391/2014-03, projeto de "Diagnóstico Arqueológico Interventivo, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para o Empreendimento Parque Eólico Baraúna V", tendo em vista solicitação do arqueólogo coordenador.

1- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSANA PINHEL MENDES NAJJAR

## SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

### PORTARIA Nº 557, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

#### ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º )  
160567 - 29ª SÜDOKTOBERFEST  
Grupo de Danças Folclóricas Alemãs Sonnenschein  
CNPJ/CPF: 89.427.116/0001-15  
Processo: 01400006814201683  
Cidade: São Lourenço do Sul - RS;  
Valor Aprovado: R\$ 372.260,00

Prazo de Captação: 13/09/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: O projeto irá proporcionar a formação de grupos de danças folclóricas alemãs, com aulas por um ano, com 160 beneficiários, para a divulgação e interação com a cultura germânica, promovendo 05 espetáculos de danças, durante a 29ª SÜDOKTOBERFEST de São Lourenço do Sul, além de 03 apresentações em escolas públicas, APAE e/ou Casa geriátrica no percorrer do ano. Desta forma, procuramos incentivar a continuação da prática da cultura alemã e não deixarmos cair no esquecimento à importância da cultura germânica para o desenvolvimento do Brasil.

1511058 - BISA BIA, BISA BEL - temporada  
OFICIO PRODUCOES LTDA - ME  
CNPJ/CPF: 07.669.320/0001-88  
Processo: 01400079813201577  
Cidade: Niterói - RJ;  
Valor Aprovado: R\$ 294.344,44  
Prazo de Captação: 13/09/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: O projeto consiste de temporada de cerca de dois meses em 2016 da peça teatral infanto juvenil BISA BIA, BISA BEL, adaptação dramaturgíca por Joana Lebreiro da obra homônima de Ana Maria Machado, em um teatro na cidade do Rio de janeiro. Depois de ter estreado em 2014, e ter recebido vários prêmios, a peça volta em cartaz para encerramento de uma trajetória de sucesso e atingir a um número maior de pessoas. Na equipe: direção de Joana Lebreiro; elenco com Viviana Rocha, Gisela de Castro, Júlia Ludolf, Vicente Coelho e João Lucas Romero. A previsão é de uma temporada de oito semanas, em um total de 16 sessões.

161440 - CADÊ MEU NARIZ? Uma Visita Círcense  
UM OITO PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - EPP  
CNPJ/CPF: 15.460.796/0001-32  
Processo: 01400021576201636  
Cidade: São Paulo - SP;  
Valor Aprovado: R\$ 145.690,00  
Prazo de Captação: 13/09/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: Criar uma Kombi com sistema de som para ser o carro de som e plotá-lo com a arte visual do projeto para também ser sua principal divulgação nas cidades, além dele já ser e o cenário e o sistema de áudio do espetáculo, com o qual a Cia chegará em escolas públicas, nas cidades do interior, nos horários dos intervalos de aula. A proposta é levarmos para as escolas públicas, as antigas visitas das trupes circenses à cidades interioranas, onde eles chegavam em carreata, montavam a lona, divulgavam o espetáculo, apresentavam o mesmo e em seguida, seguiam viagem para a próxima cidade, levando consigo toda a magia do circo, deixando lembranças e sorrisos em todo seu percurso.

1510870 - Festival PONTO .CE - 10 anos  
Camila Rodrigues Francisco  
CNPJ/CPF: 312.696.208-43  
Processo: 01400079625201549  
Cidade: Fortaleza - CE;  
Valor Aprovado: R\$ 298.320,00  
Prazo de Captação: 13/09/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: Realização da 10ª edição de um dos maiores Festivais Independentes de Artes Integradas do Ceará - Festival PONTO.CE. Reunirá apresentações do cenário contemporâneo local e nacional na cidade de Fortaleza, falém de propor uma grade de formação, um ciclo de debates e palestras em torno das seguintes linguagens:. Dança, performance, áudio visual e musica instrumental. Durante 8 dias serão ofertados gratuitamente, no Centro Cultural Dragão do Mar, apresentações híbridas e transversais, uma intensa imersão em torno do mercado cultural independente.

160875 - GURI DE URUGUAIANA  
Campo da Produção, Eventos e Promoções Ltda.  
CNPJ/CPF: 04.017.777/0001-10  
Processo: 01400007255201629  
Cidade: Porto Alegre - RS;  
Valor Aprovado: R\$ 1.331.380,02  
Prazo de Captação: 13/09/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: O Projeto prevê a circulação do espetáculo Guri de Uruguaiana, criação do humorista Jair Kobe. O espetáculo é uma comédia familiar protagonizada pela personagem de um gaúcho estereotipado que apresenta com humor os costumes, ritos, piadas e sátiras sobre o Rio Grande do Sul. Serão realizadas 10 sessões, a depender da demanda de público, nas cidades de Porto Alegre (RS), Novo Hamburgo (RS), São Paulo (SP), Campo Grande (MS), Rio de Janeiro (RJ), Recife (PE), Natal (RN) e Fortaleza (CE). Serão realizadas também ações para democratização de acesso.

162358 - Homem Voa?  
M4 Produções Artísticas Ltda - ME  
CNPJ/CPF: 09.042.650/0001-74  
Processo: 01400208274201671  
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;  
Valor Aprovado: R\$ 415.602,00  
Prazo de Captação: 13/09/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: Realizar 06 apresentações do espetáculo "Homem Voa?" da companhia mineira Catibrum Teatro de Bonecos, em 2 estados brasileiros: Rio de Janeiro e São Paulo. O período total de execução do projeto será de 1 ano. Estima-se atingir uma média de 3.000 espectadores totais , sendo 500 pessoas por espetáculo. Os locais de apresentação, datas e horários, serão definidos após confirmação do patrocínio e disponibilidade de pauta dos teatros.

162057 - Programação Cultural da FEICAT - 12ª Edição  
Associação Comercial e Industrial de Catuípe  
CNPJ/CPF: 89.501.852/0001-76  
Processo: 01400205913201646  
Cidade: Catuípe - RS;  
Valor Aprovado: R\$ 433.480,00  
Prazo de Captação: 13/09/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: Realizar a programação cultural da 12ª FEICAT - Feira da Indústria, Comércio e Desenvolvimento de Catuípe(RS), que ocorrerá no mês de setembro de 2017, no Município de Catuípe(RS). Durante o evento serão oferecidas gratuitamente à população, várias atividades culturais teatrais, artes circenses, apresentações folclóricas gauchescas e missionieiras.

161959 - Programação Cultural da Semana Farroupilha CTG 20 Setembro

CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHA 20 DE SETEMBRO

CNPJ/CPF: 88.743.919/0001-16  
Processo: 01400204958201601  
Cidade: Santo Angelo - RS;  
Valor Aprovado: R\$ 135.350,00  
Prazo de Captação: 13/09/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: Realizar uma programação cultural no Centro de Tradições Gauchas do CTG 20 de Setembro de 2016, no Município de Santo Ânelo(RS), em comemoração ao fato histórico da Revolução Farroupilha, com apresentações artísticas e culturais do folclóre gaúcho, oficinas e apresentações teatrais, enaltecendo a cultura gaúcha. Integrando e oportunizando o acesso à comunidade em todos os níveis de público local e regional e incentivando as tradições, usos e costumes do RS.

1510959 - PROJETO GINGA BRASIL MESTRE BONECO

PROJETO GINGA BRASIL MESTRE BONECO  
CNPJ/CPF: 20.098.883/0001-21  
Processo: 01400079714201595  
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;  
Valor Aprovado: R\$ 1.252.612,00  
Prazo de Captação: 13/09/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: Preservar o Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade com o fomento da prática da capoeira entre as crianças e os jovens, com realização de oficinas gratuitas de capoeira durante 12 meses, em 6 núcleos ( incluindo alguns locais onde o projeto já se encontra funcionando precariamente devido a falta de fomento) no Estado do Rio de Janeiro. Incluindo a prática, história, palestras com mestres de capoeira, musicalidade , num processo de imersão no universo da capoeira no intuito de preservar e multiplicar a prática cultural.

160922 - Teatro e Música no Belas  
Cinemas Belas Artes  
CNPJ/CPF: 08.599.959/0001-05  
Processo: 01400007497201612  
Cidade: São Paulo - SP;  
Valor Aprovado: R\$ 757.950,00  
Prazo de Captação: 13/09/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: O projeto prevê a realização do evento "Teatro e Música no Belas" ocupação artística de teatro e música instrumental que acontecerá de julho de 2016 a fevereiro de 2017 no Cinema Belas Artes. Dois curadores convidados, da área de música e teatro, selecionarão grupos para a ocupação. Haverá peças teatrais em todos os sábados do período e um show de música instrumental por mês.

1510068 - Teatro em Pauta  
Hermogenes Carolino da Silva ME  
CNPJ/CPF: 04.821.199/0001-70  
Processo: 01400070635201519  
Cidade: João Pessoa - PB;  
Valor Aprovado: R\$ 5.586.500,00  
Prazo de Captação: 13/09/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: O Projeto "Teatro em Pauta" tem o objetivo de viabilizar a circulação de espetáculos teatrais nacionais em estados onde existe difícil acesso por não pertencer ao eixo Rio / São Paulo. Com temáticas variadas o projeto tem o propósito de fomentar o acesso à cultura e estimular o hábito de frequentar o teatro. As apresentações acontecerão entre os meses de março a dezembro de 2016, totalizando 120, nas cidades de: Salvador, Aracaju, Maceió, Recife, João Pessoa, Campina Grande, Natal e Fortaleza.

161433 - TEATRO FILOSÓFICO  
Instituto Recriar  
CNPJ/CPF: 04.819.706/0001-30  
Processo: 01400021561201678  
Cidade: São José dos Campos - SP;  
Valor Aprovado: R\$ 182.143,50  
Prazo de Captação: 13/09/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: Realizar-se-á encontros teatrais, com ensaios filosóficos, durante 10 meses, com 120 crianças em situação de vulnerabilidade social, de 6 a 11 anos de idade, estudantes de escolas públicas, culminando com apresentações de pequenas peças a serem criadas pelas próprias crianças para comunidade a que pertencem.

162415 - Via Crucis (20ª Edição)  
3MARIAS PRODUTORA LTDA - EPP  
CNPJ/CPF: 05.564.552/0001-46  
Processo: 01400209139201642  
Cidade: Americana - SP;  
Valor Aprovado: R\$ 755.050,00  
Prazo de Captação: 13/09/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: Realizar o espetáculo "Via Crucis" em Santa Bárbara d'Oeste (SP), que marca os 20 anos de um evento que já é tradição na cidade, cujo público vem crescendo a cada ano, ultrapassando o número de 29 mil pessoas na edição de 2016. O espetáculo será apresentado em nove dias, sendo oito apresentações abertas ao público em geral e um dia exclusivo para autoridades, imprensa e convidados. O projeto envolve no elenco artistas locais e pessoas da comunidade como figurantes e na produção. O evento é gratuito e acontece no Centro Social Urbano, com cenários monumentais a céu aberto.

161785 - XIII ENCENA: Mostra de Teatro de Jacarezinho  
Universidade Estadual do Norte do Paraná  
CNPJ/CPF: 08.885.100/0001-54  
Processo: 01400202901201660  
Cidade: Jacarezinho - PR;  
Valor Aprovado: R\$ 318.950,00  
Prazo de Captação: 13/09/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: Este projeto tem por objetivo promover a realização da XIII edição do EnCena: Mostra de Teatro de Jacarezinho. Constitui algumas das finalidades do evento a ampliação das ações já desenvolvidas nos anos anteriores, a consolidação do evento como estratégia de democratização do acesso ao teatro, bem como a continuidade da formação de plateia. Com a participação de Cias de todo o país, equipamentos culturais e espaços alternativos dos municípios de Jacarezinho (PR), Bandeirantes (PR) e Cornélio Procopio (PR) serão movimentados com apresentações de espetáculos, debates, oficinas e intervenções. A programação da Mostra espera contar com 16 espetáculos.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º )

161920 - 8º Festival de Cultura e Gastronomia de Gramado

Adriana Mentz Martins  
CNPJ/CPF: 09.322.179/0001-78  
Processo: 01400204299201603  
Cidade: Porto Alegre - RS;  
Valor Aprovado: R\$ 724.763,00  
Prazo de Captação: 13/09/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: Realizar o 8º Festival de Cultura e Gastronomia de Gramado no período de 06 a 16 de outubro de 2016, na cidade de Gramado/RS, sendo um grande encontro de música instrumental comandado por 'chefs musicais', que serão diretores musicais das atrações reconhecidos pelo grande público. Com o tema "Comer, Beber, Ouvir - o mundo é aqui", a proposta é reunir o grande público para apreciar em três 'arenas gastronômicas', que serão palcos montados para o evento durante o evento nos seguintes espaços: Rua Pedro Benetti, na Rua Coberta e no Deck Lounge (na praça Major Nicoletti), reunindo nomes da música instrumental de reconhecimento internacional; artistas locais e da região, além de atrações de artes cênicas presentes unindo a gastronomia, música e teatro.

161621 - CORAL E BANDA  
Instituto Recriar  
CNPJ/CPF: 04.819.706/0001-30  
Processo: 01400201344201660  
Cidade: São José dos Campos - SP;  
Valor Aprovado: R\$ 187.709,50  
Prazo de Captação: 13/09/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: Formação de 120 crianças de 6 a 11 anos, em canto coral e banda, no Instituto Recriar, no município de São José dos Campos - SP, durante 10 meses, funcionando como iniciação para 80 crianças e continuação para 40 crianças, para uma apresentação final em novembro de 2017, em Teatro de São José dos Campos.

162161 - II Encontro Pernambucano de Metais  
DANIELA SERGIO GARCIA  
CNPJ/CPF: 009.201.570-09  
Processo: 01400207087201670  
Cidade: Recife - PE;  
Valor Aprovado: R\$ 200.640,00  
Prazo de Captação: 13/09/2016 à 31/10/2016

Resumo do Projeto: O Encontro Pernambucano de Metais reúne atividade pedagógicas e artísticas envolvendo os instrumentos trompete, trombones tenor e baixo, trompa, eufônio e tuba. Durante os dias 11, 12 e 13 de setembro de 2016 na cidade de Recife o evento irá oferecer oficinas de instrumentos, manutenção e reparo, palestras, concertos e recitais para jovens e adultos que já iniciaram nos instrumentos e desejam se aperfeiçoar.

161954 - Juarez Moreira interpreta Tom Jobim  
Juarez Ferreira Moreira  
CNPJ/CPF: 401.461.896-04  
Processo: 01400204953201671  
Cidade: Belo Horizonte - MG;  
Valor Aprovado: R\$ 291.350,00  
Prazo de Captação: 13/09/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: Gravação e finalização de um CD-Áudio com uma tiragem de 3.000 unidades. O repertório é composto por músicas totalmente instrumentais. O compositor, arranjador, guitarrista e violonista mineiro Juarez Moreira vai gravar músicas importantes da obra de Tom Jobim, são elas: Garota de Ipanema, Frevo do Orfeu, Andorinha, Look to the Sky, Casa Branca, Batidinha, Eu não existo sem você, Chora Coração, Olha Maria, Lamento no morro, Chega de Saudade e Surfboard. As doze músicas receberão novos arranjos, colocando os temas de Jobim em diálogo com a harmonia ímpar de Moreira.

160356 - RESENHA  
ENCONTRO COMUNICAÇÃO E EVENTOS EDITORA

LTDA

CNPJ/CPF: 07.749.488/0001-01  
Processo: 01400004894201632  
Cidade: Belo Horizonte - MG;  
Valor Aprovado: R\$ 801.288,40  
Prazo de Captação: 13/09/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: O projeto RESENHA 2016 (Brasil) pretende realizar, entre os meses de maio e dezembro de 2016, dois eventos culturais que levarão gratuitamente às cidades de Belo Horizonte (MG) e Brasília (DF) um festival de arte e cultura com intervenções artísticas e espetáculos nas áreas de Música Instrumental, Dança e Circo, a serem realizados em área pública de suas regiões e 16.000 espectadores no total das 2 etapas.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º )

161672 - Exposição Novos Talentos Brasileiros - design e

arte

MORAR MAIS EVENTOS CULTURAIS LTDA  
CNPJ/CPF: 17.311.388/0001-44  
Processo: 01400201893201634  
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;  
Valor Aprovado: R\$ 338.360,00  
Prazo de Captação: 13/09/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: Exposição com peças de 10 novos talentos da arte e do design brasileiros, no Rio de Janeiro, com acesso gratuito.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º )

162359 - Do objeto ao ambiente: arte em espaços públicos no Brasil

Letra e Imagem Editora e Produções Ltda  
CNPJ/CPF: 31.253.792/0001-30  
Processo: 01400208275201615  
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;  
Valor Aprovado: R\$ 199.550,00  
Prazo de Captação: 13/09/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: Produção e publicação do livro bilingue sobre arte em meios públicos, intitulado "Do objeto ao ambiente: arte em espaços públicos no Brasil", sob curadoria e organização do renomado Marc Pottier. O livro contará um histórico das artes plásticas presentes no cenário cotidiano pelo mundo e aprofundará a utilização do espaço urbano aqui no Brasil, tanto pelos artistas plásticos quanto pela crescente presença da street art. Além disso, propõe reunir biografias resumidas de mais de 40 artistas nacionais da cena contemporânea. O livro possuirá formato 19x25cm, com aproximadamente 240 páginas e uma tiragem de 1000 exemplares. Impresso em 4/4 cores, em papel couchê fosco 170g/m² para melhor aproveitamento das imagens selecionadas para o projeto.

162224 - Publicação do livro Apucarana em Fotos e Versos

versos

Identidade Marketing Cultural e Responsabilidade Social Eireli

CNPJ/CPF: 15.191.246/0001-65  
Processo: 01400207192201617  
Cidade: Apucarana - PR;  
Valor Aprovado: R\$ 41.570,00  
Prazo de Captação: 13/09/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: Este projeto pretende realizar a publicação do livro "Apucarana em Fotos e Versos", que visa mostrar a cidade de Apucarana, norte do Paraná, através da fotografia do fotógrafo Irmo Celso Vidor e da poesia do poeta Leandro Hecko. Será uma importante ferramenta para estimular os alunos dos ensinos fundamental e médio a participar das atividades culturais por meio da leitura, fotografia e poesia, tanto nas escolas públicas como privadas. Para o cidadão comum, o objetivo é divulgar uma cidade mais humana, bonita e com vários encantamentos até então inimagináveis. O livro terá cinquenta páginas e serão impressos 1.000 livros.

161935 - Quarteto Literário - Edição 01.

Frederico Furtado  
CNPJ/CPF: 012.387.216-21  
Processo: 01400204342201622  
Cidade: Barbacena - MG;  
Valor Aprovado: R\$ 193.900,00  
Prazo de Captação: 13/09/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: Este projeto pretende subsidiar a impressão de 04 livros inéditos - 1.500 cópias de cada um, totalizando 6.000 cópias - escritos por brasileiros, nascidos e residentes no Brasil, de literatura ficcional, escritos na narrativa romance, e ainda, a adequação de suas versões a livros digitais (e-Book), com finalidade de contratação com distribuidora de abrangência nacional (ou também internacional, tanto para os livros impressos quanto os digitais para países de língua portuguesa) e custeio de ações de divulgação e assessoria de imprensa para lançamento das novas obras literárias. Estima-se ainda a elaboração das versões em áudio-livro dos livros lançados - em língua portuguesa.

#### ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)  
1511065 - TRIOS DA PIPOCA - CARNAVAL  
Associação Sócio-Cultural Guitarra Baiana  
CNPJ/CPF: 07.842.631/0001-05  
Processo: 01400079820201579  
Cidade: Salvador - BA;  
Valor Aprovado: 1672720,00

Prazo de Captação: 13/09/2016 à 31/12/2016  
Resumo do Projeto: Viabilizar a participação de 08 Trios Elétricos independentes no Carnaval, realizando cada, cinco apresentações exclusivas para os foliões pipoca, nos circuitos oficiais (circuitos Dodô e circuito Osmar Macêdo) em Salvador - Bahia.

#### PORTARIA Nº 558, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

#### ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º )  
137497 - Feira Cultural de São João del-Rei e Tiradentes  
João Felipe Braga de Carvalho  
CNPJ/CPF: 04.441.159/0001-00  
Cidade: São João del-Rei - MG;  
Prazo de Captação: 01/01/2016 à 31/12/2016  
ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)  
14 11170 - Luisa Strina: 40 anos de arte  
Galeria de Arte Luisa Strina  
CNPJ/CPF: 56.560.600/0001-69  
SP - São Paulo  
Período de captação: 01/08/2016 a 31/12/2016

#### PORTARIA Nº 559, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

#### ANEXO

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º )  
158181 - Plano Anual de Atividades da Associação Museu Ferroviário Vale do Rio Doce 2016  
Associação Museu Ferroviário Vale do Rio Doce  
CNPJ/CPF: 02.754.529/0001-26  
Cidade: Vila Velha - ES;  
Valor Reduzido: R\$ 60.000,00  
Valor total atual em R\$: R\$ 4.343.038,01

#### PORTARIA Nº 560, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a(s) alteração(ões) do(s) nome(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):  
PRONAC: 153294 - Toca Direito!, publicado na portaria nº 0500/15 de 26/08/2015, publicada no D.O.U. em 27/08/2015, para Kool Kids.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

#### PORTARIA Nº 561, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso da competência delegada no art. 6º da Instrução Normativa nº 1, de 24 de junho de 2013, resolve:

Art. 1º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que teve sua(s) prestação(ões) de contas aprovada(s) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e na Portaria nº 86, de 26 de agosto de 2014, constantes no anexo I.

Art. 2º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que teve sua(s) prestação(ões) de contas reprovada(s) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e na Portaria nº 86, de 26 de agosto de 2014, constantes no anexo II.

Art. 3º Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que teve a reversão da reprovação do projeto e passa ser aprovado com ressalva, após recurso, no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e na Portaria nº 86 de 26 de agosto de 2014, constantes no anexo III.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

| ANEXO I  |                                                   |                                                                               |                    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |                       |                     |                    |  |
|----------|---------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------|--------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|---------------------|--------------------|--|
| PRONAC   | Projeto                                           | Proponente                                                                    | CPF/CNPJ           | Resumo do Projeto                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | Valor Solicita-<br>do | Valor Aprova-<br>do | Valor Capta-<br>do |  |
| 07-5790  | Farsa da Boa Preguiça - Temporada São Paulo       | Sarau Agencia de Cultura Brasileira Ltda                                      | 00.185.247/0001-20 | O objetivo do projeto é realizar a temporada de 3 meses do espetáculo "Farsa da Boa Preguiça", em São Paulo, em período e teatros a serem definidos. O espetáculo faz parte do projeto em comemoração aos 80 anos de Ariano Suassuna.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | 498.429,57            | 464.337,33          | 93.000,00          |  |
| 10-4653  | Adélia Esquecida                                  | WG Desenvolvimento de Produtos e Serviços Ltda                                | 01.853.184/0001-03 | Livro, valor de inclusão sociocultural, 3 a 10 anos de idade. Processo de impressão (patenteado), acessível ao deficiente visual, atraente na experimentação tátil para todos. Texto e design estão fundamentados em estudos sobre a criança e necessidades especiais relativas a visão. Tem aprovação das principais instituições e profissionais da área da deficiência visual no Brasil. A história aborda a independência e autonomia em relação aos cuidados e responsabilidades da criança consigo mesma.                                                                    | 335.790,00            | 208.560,00          | 208.560,00         |  |
| 10-11424 | Show da Paz                                       | GLP Marketing e Entreteni-<br>mento Ltda                                      | 00.101.933/0001-75 | Pretendemos reunir no dia 12 de outubro de 2011 na praia de Copacabana - Rio de Janeiro, mais de 1 milhão de pessoas, na maior manifestação de paz do planeta. Reuniremos artistas do cenário nacional e ainda atrações internacionais: cantores e cantoras da música popular brasileira, bailarinos para a apresentação do ballet da paz sob o comando do renomado coreógrafo Caio Nunes. Teremos ainda um Coral composto por 800 vozes. O público terá participação fundamental e fará parte da maior manifestação de paz do planeta com performances que darão o tom do evento. | 11.450.650,00         | 9.805.050,00        | 5.000.000,00       |  |
| 10-2525  | Minas Gerais - Expressões e Impressões de um Povo | Editora Farol-Edição, comercialização de livros, jornais e revistas LTDA - ME | 05.878.856/0001-88 | Edição de um livro de arte que conta de forma abrangente e poética as diversas expressões culturais do Estado de Minas Gerais, através de fotos e imagens de seu rico folclore, as artes sacra e popular, o artesanato regional, as riquezas minerais, a arquitetura barroca, a culinária impar, lendas e estórias de um povo criativo, que valoriza o ser humano como fonte de toda a cultura que traduz sua essência.                                                                                                                                                            | 453.994,20            | 283.756,00          | 283.756,00         |  |
| 00-1857  | 500 Anos na Aquarela Nordestina                   | Antônio Nunes de Oliveira                                                     | 029.239.394-68     | Realizar uma série de 10 shows de música e dança da cultura popular nordestina, tais como: forró, xaxado, frevo, maracatu, capoeira, coco de roda, ciranda e a dança do toré apresentada pelos índios da Serra do Urubá. O evento está previsto para acontecer em 10 (dez) cidades brasileiras: Recife, Fortaleza, Salvador, Rio de Janeiro, Natal, Maceió, São Paulo, Belo Horizonte, Vitória e Brasília.                                                                                                                                                                         | 664.274,41            | 664.274,41          | 400.000,00         |  |

| ANEXO II |                     |                                           |                    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |                  |                |               |  |
|----------|---------------------|-------------------------------------------|--------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------|----------------|---------------|--|
| PRONAC   | Projeto             | Proponente                                | CPF/CNPJ           | Resumo do Projeto                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | Valor Solicitado | Valor Aprovado | Valor Captado |  |
| 04-5595  | Brasil dos Sertões  | Amazon Books & Arts Ltda                  | 04.361.294/0001-38 | Exposição fotográfica para apresentar os caminhos brasileiros de uma forma inusitada. Uma carona com muita energia nos carros de apoio e helicópteros do Rally dos Sertões. O objetivo é mostrar nossa biodiversidade, fauna, flora, as bioregiões como o Cerrado, Mata Atlântica, as Chapadas Diamantinas, Veadeiros dos Guimarães. | 597.300,00       | 540.100,00     | 455.800,00    |  |
| 09-1274  | Livro Memória da Fé | Cândido Couto Filho                       | 018.147.613-49     | Publicar um livro documentando através de textos escritos (fotografia, ilustração) o patrimônio cultural ligado às diversas crenças e religiões no Estado do Ceará.                                                                                                                                                                  | 277.000,00       | 161.500,00     | 161.500,00    |  |
| 08-7465  | Futuro do Samba     | Grêmio Recreativo Escola de Samba Aliança | 00.571.105/0001-09 | Integrar 120 crianças e adolescentes carentes à sociedade, dando-lhes condições de aprender, através de oficinas de dança, música, costura e ade-<br>reços, sendo o atendimento de 60 delas no turno matutino e 60 no turno vespertino.                                                                                              | 152.363,92       | 152.363,92     | 43.000,00     |  |

| ANEXO III |                                                       |                     |                    |                                                                                                                                                                                                                                                                          |                       |                     |                    |  |
|-----------|-------------------------------------------------------|---------------------|--------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|---------------------|--------------------|--|
| PRONAC    | Projeto                                               | Proponente          | CPF/CNPJ           | Resumo do Projeto                                                                                                                                                                                                                                                        | Valor Solici-<br>tado | Valor Apro-<br>vado | Valor Capta-<br>do |  |
| 02-3293   | CTG de Rio Negrinho Memórias e Histórias do Século XX | CTG Amor e Tradição | 79.367.397/0001-04 | Editar um livro-álbum resgatando a memória do Centro de Tradições Gaúchas Amor e Tradição de Rio Negrinho, contando os 22 anos de história, através da identificação tanto dos principais eventos no parque CTG Amor e Tradição, como em todo município de Rio Negrinho. | 250.671,09            | 121.532,68          | 28.000,00          |  |

PORTARIA Nº 562, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso da competência delegada no art. 6º da Instrução Normativa nº 1, de 24 de junho de 2013, RESOLVE:

Art 1º - Tornar sem efeito a publicação de alguns dos projetos publicados na Portaria nº 462 de 3 agosto de 2016 em função da edição da Portaria nº 126 de 30 de agosto de 2016, constantes no anexo I.

Art 2º - Tornar sem efeito a publicação de alguns dos projetos publicados na Portaria nº 476 de 9 agosto de 2016 em função da edição da Portaria nº 126 de 30 de agosto de 2016, constantes no anexo anexo II.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE PAULO SOARES- MARTINS

| ANEXO I |                                                         |                                                                       |                    |                                                                                                                                                                                            |                  |                |               |  |
|---------|---------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------|--------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------|----------------|---------------|--|
| PRONAC  | Projeto                                                 | Proponente                                                            | CPF/CNPJ           | Resumo do Projeto                                                                                                                                                                          | Valor Solicitado | Valor Aprovado | Valor Captado |  |
| 07-1536 | Mar Morto                                               | Jefferson Almeida de Souza                                            | 121.343.787-35     | Montagem teatral do espetáculo "Mar Morto", obra do escritor Jorge Amado, adaptada para o teatro pelo Grupo Lundu                                                                          | 112.001,57       | 110.361,57     | 89.144,63     |  |
| 07-6112 | Judiciário Brasileiro - 200 anos de História            | Dublê Editorial Ltda                                                  | 59.651.455/0001-10 | Edição de um livro cujo objetivo seja narrar e analisar a trajetória do judiciário brasileiro desde seu início, em 1808, até os dias atuais                                                | 335.330,00       | 218.912,42     | 218.000,00    |  |
| 05-2045 | História da Madeira na Serra Catarinense - 1940-2005    | Claudio Rodrigues da Silveira                                         | 347.335.319-15     | Publicação de um livro de trezentas páginas com uma abordagem histórica do ciclo da madeira de araucária na região serrana de Santa Catarina.                                              | 41.407,40        | 41.698,14      | 19.989,69     |  |
| 07-5009 | Expedição Rio de Janeiro                                | Eduardo Emílio Fenianos                                               | 839.155.169-53     | Montar em um álbum, textos e fotos que revelem as ilhas de cultura popular e o patrimônio imaterial, histórico e natural da cidade do Rio de Janeiro.                                      | 163.616,00       | 139.384,50     | 139.384,50    |  |
| 08-4171 | Bienal Internacional do Livro do Rio de Janeiro (XIV)   | Fagga Promoção de Eventos S.A                                         | 05.494.572/0001-98 | Realizar a "XIV Internacional do Livro do Rio de Janeiro". visando aproximar ainda mais o público da literatura, promovendo o acesso e incentivando o contato com os autores e suas obras. | 5.019.820,00     | 3.400.355,00   | 1.850.000,00  |  |
| 06-9505 | Os Melhores do Mundo - Brasília 2007                    | Os Melhores do Mundo Produções Artísticas Ltda                        | 01.926.109/0001-17 | Realizar temporada de 60 apresentações da Companhia de Comédia Os Melhores do Mundo, no Teatro dos Bancários, em Brasília/DF.                                                              | 392.330,00       | 392.330,00     | 110.000,00    |  |
| 10-2855 | Orchestra Bachiana Filarmônica - Temporada de Concertos | Adágio Promoções Culturais Ltda                                       | 07.771.879/0001-14 | O projeto realizará 10 apresentações gratuitas da Orquestra Bachiana Filarmônica, com repertório variado, com obras de grandes compositores nacionais e internacionais da música clássica. | 785.395,00       | 785.395,00     | 625.000,00    |  |
| 10-0321 | Um Natal Bem Brasileiro XIV                             | Backstage Rio Empreendimentos e Produções Artísticas e Culturais Ltda | 00.591.962/0001-62 | Evento de inauguração da Arvore de Natal, estrutura flutuante que permanece na Lagoa Rodrigo de Freitas, Rio de Janeiro, durante por cerca de 1 mês.                                       | 3.248.327,50     | 2.098.137,50   | 1.700.000,00  |  |



|          |                                                                |                                                    |                    |                                                                                                                                                                                                                                             |              |              |              |
|----------|----------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------|--------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|--------------|--------------|
| 08-7788  | Exposição Individual - Stéphane Vign - Ano da França no Brasil | Fundação Inimá de Paula                            | 02.779.043/0001-42 | Realizar uma exposição e residência curta com o artista francês Stéphane Vigny, visando promover um intercâmbio que permita explorar influências e favorecer uma troca recíproca entre o artista francês e o contexto artístico brasileiro. | 702.903,10   | 465.585,01   | 94.000,00    |
| 06-9600  | Festa é um mágico V                                            | Luiz Antônio Vieira Machado                        | 082.619.706-04     | Apresentação de 60 espetáculos "A Festa é um Mágico" em 30 cidades do estado de Minas Gerais e São Paulo.                                                                                                                                   | 49.134,40    | 49.134,40    | 49.134,40    |
| 10-10607 | Turnê novo disco do Milton Nascimento                          | Nascimento Música Empreendimentos Artísticos Ltda  | 21.419.056/0001-55 | Realizar 12 apresentações do cantor e compositor Milton Nascimento com seu novo show, que inclui jovens músicos de MG e do RJ                                                                                                               | 4.298.560,00 | 2.121.420,00 | 725.000,00   |
| 10-7064  | Santander Cultural Instrumental                                | Carlos Branco e Cia Ltda                           | 05.060.696/0001-65 | Realizar 70 shows e concertos com nomes da música brasileira e internacional, nas cidades de Porto Alegre e Recife visando a divulgação dos mais diferentes gêneros e estilos da música instrumental                                        | 1.140.496,80 | 1.135.946,80 | 665.700,00   |
| 05-9147  | Sutil 15 Anos                                                  | Tao Produções Ltda                                 | 05.422.066/0001-93 | Criação do novo espetáculo da Sutil Companhia de Teatro intitulado "Inverno - Os Domínios" e a apresentação de espetáculos de repertório da companhia.                                                                                      | 1.459.826,68 | 1.307.867,98 | 663.000,00   |
| 09-4985  | Natal do Ceará - Concertos de Música Erudita                   | Instituto CDL de Cultura e Responsabilidade Social | 03.526.404/0001-01 | Realizar uma série de concertos de música erudita com artistas cearenses e outros de renome nacional durante o período natalino                                                                                                             | 800.100,00   | 723.100,00   | 723.000,00   |
| 08-1159  | Quatro Estações                                                | Eureka Imagens e Idéias Ltda - EPP                 | 02.021.803/0001-58 | Dar maior visibilidade à música erudita, ampliando platéias, com apresentações no Morro da Urca, como parte das comemorações dos 95 anos de existência do acesso aéreo ao Pão de Açúcar.                                                    | 1.416.572,20 | 1.047.596,22 | 1.047.596,22 |
| 08-10266 | 16º Porto Alegre em Cena                                       | Adriana Mentz Martins                              | 09.322.179/0001-78 | Realizar o 16º Festival Internacional de Artes Cênicas no período de 08 a 21 de setembro de 2009, em Porto Alegre/RS.                                                                                                                       | 2.643.734,80 | 2.261.754,80 | 1.130.000,00 |
| 10-3328  | Dança Brasil Recife                                            | ABPA - Atividades Culturais e Artísticas Ltda      | 10.519.641/0001-00 | Projeto Dança Brasil Recife, que vem estimular a expressão múltipla das artes cênicas num contexto de interdisciplinaridade, levando a dança e exposições artísticas, com cultura, diversão e informação                                    | 2.204.950,00 | 1.946.150,00 | 1.946.150,00 |

ANEXO II

| PRONAC  | Projeto                                                          | Proponente                                   | CPF/CNPJ           | Resumo do Projeto                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | Valor Solicitado | Valor Aprovado | Valor Captado |
|---------|------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------|--------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------|----------------|---------------|
| 08-3442 | Relançamento da Obra Tibet, no Coração do Himalaia               | Cláudia Proushan                             | 065.751.548-59     | Publicação da segunda edição do livro "Tibet, No Coração do Himalaia", que resgata a cultura do povo tibetano, a partir dos olhos da fotógrafa e artista plástica Claudia Prousham.                                                                                                                                                                            | 94.853,40        | 88.013,40      | 88.013,40     |
| 07-1085 | Hutuz Rapa Festival 2007                                         | Hutuz Cultural Ltda                          | 02.732.339/0001-08 | Realização da 8ª Edição do "Hutuz Rap Festival", realizado anualmente com participações de artistas do Hip Hop nacional. O evento é composto de uma exposição de Graffiti nas paredes e fachadas do prédio Armazém 5, na Praça Mauá, no Rio de Janeiro, de apresentações de grupos de dança e música e, ainda, de um desfile de moda do estilo Hip Hop de ser. | 1.240.190,00     | 921.481,00     | 350.000,00    |
| 05-5321 | Despertar Arte e Cultura                                         | Associação Arte Despertar                    | 02.469.083/0001-98 | Contribuir para a melhoria na qualidade de vida de pessoas que se encontram no ambiente hospitalar, com a realização de atividades baseadas na cultura e arte popular brasileira.                                                                                                                                                                              | 220.439,00       | 220.439,00     | 220.439,00    |
| 04-4233 | A Saga da Wilson Sons                                            | Desiserata MM Batalha Edições Ltda           | 05.846.477/0001-06 | rojet de edição de uma biografia de Edward Wilson, que desempenhou importante papel na história da industrialização brasileira.                                                                                                                                                                                                                                | 236.617,00       | 220.843,70     | 172.040,00    |
| 10-5667 | Cena Ambiental - Teatro Itinerante                               | STR Estrutura para Filmes e Eventos S/S Ltda | 07.994.291/0001-20 | O projeto CENA AMBIENTAL - Teatro Itinerante apresentará de forma inédita, uma ação que unirá cultura, através do teatro, lazer e educação ambiental, além de dicas e ensinamentos simples sobre como as crianças podem colaborar e adquirir conhecimento para compartilhar com a família sobre a coleta seletiva, reciclagem e preservação ambiental.         | 1.282.750,00     | 1.036.000,00   | 1.036.000,00  |
| 09-3006 | Exposição Pierre Cardin - Criando Moda e Revolucionando Costumes | Mix Comunicação Integrada Ltda               | 01.274.447/0001-11 | Realizar a exposição de artes visuais -Pierre Cardin criando moda e revolucionando costumes-, tendo como eixo temático a obra do criador francês Pierre Cardin.Com duração de 30 dias. Público total: 90 mil pessoas, no Mube e na Estação Julio Prestes.                                                                                                      | 3.697.808,00     | 2.178.600,00   | 1.500.000,00  |
| 09-7425 | Futebol e Livros                                                 | Elaborar Projetos e Produções Culturais Ltda | 07.784.284/0001-01 | Série de encontros com autores de livros sobre o esporte mais popular do mundo, com entrada franca para todo o público                                                                                                                                                                                                                                         | 179.030,00       | 123.854,50     | 80.000,00     |

RETIFICAÇÕES

Na portaria nº 551 de 08/09/2016, publicada no D.O.U. em 09/09/2016, Seção 1, referente ao Projeto BEN ROOTS 3 - Pronac: 14 6386  
Onde se lê: Prazo de captação: 01/01/2016 a 31/07/2016  
Leia-se: Prazo de captação: 01/08/2016 a 31/12/2016

Na portaria nº 518 de 24/08/2016, publicada no D.O.U. em 25/08/2016, Seção 1, referente ao Projeto Escola de Artes Os Sem Fronteiras - Pronac: 16 0677  
Onde se lê: Prazo de captação: 25/08/2016 a 31/12/1969  
Leia-se: Prazo de captação: 25/08/2016 a 31/12/2016

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 83, DE 23 DE AGOSTO DE 2016

O SECRETÁRIO DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.191, de 21 de junho de 2016, publicada no DOU em 22 de junho de 2016, na Seção 2, e em cumprimento ao disposto na Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, alterada pela Lei nº 10.454 de 13 de maio de 2002, resolve:

Art. 1º Tornar pública a relação dos projetos apoiados por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 1991, que tiveram suas prestações de contas aprovadas quanto ao aspecto financeiro e cumprimento do objeto no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70º da Constituição Federal, no § 1º do art. 20º da Lei nº 8.313, de 1991, no art. 80º e art. 87º ambos da Instrução Normativa nº 1, de 24 de junho de 2013, conforme anexo I.

Art. 2º Tornar pública a relação dos projetos apoiados por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 1991, que tiveram suas prestações de contas aprovadas com ressalvas no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70º da Constituição Federal, no § 1º do art. 20º da Lei nº 8.313, de 1991, e no art. 88º da Instrução Normativa nº 1, de 2013, conforme anexo II.

Art. 3º Informar que, nos termos do art. 83º da Instrução Normativa MinC nº 01, de 2013, cabe ao proponente emitir comprovantes em favor dos doadores ou patrocinadores, bem como manter o controle documental das receitas e despesas do projeto pelo prazo de dez anos, contados da aprovação da prestação de contas, à disposição do MinC e dos órgãos de controle e fiscalização, caso seja instado a apresentá-las, conforme previsto no art. 36º da Instrução Normativa RFB nº 1.131, de 21 de fevereiro de 2011.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO ALFREDO BERTINI DE TORRES BANDEIRA

ANEXO I

| PRONAC  | PROJETO                                              | PROPONENTE                                              | CPF/ CNPJ          | RESUMO DO PROJETO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | APROVADO       | CAPTADO        |
|---------|------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------|--------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|----------------|
| 11 1697 | Carbono e Metano no Cerrado                          | PHILIPPE HENRY MULTI-VISAO E VIDEO (Jorge Felipe Henry) | 02.137.451/0001-09 | Carbono e Metano no Cerrado é um documentário de média metragem (50 minutos) para crianças e jovens entre 10 e 15 anos sobre a múltipla riqueza do Cerrado - social, humana e cultural, econômica e ambiental.                                                                                                                                                           | R\$ 513.010,00 | R\$ 513.010,00 |
| 09 6999 | NOSSA MÚSICA - A HISTÓRIA DOS CONCERTOS COMUNITARIOS | OPUS ASSESSORIA E PROMOCOES ARTISTICAS LTDA             | 88.916.135/0001-42 | Realização de MÉDIA-METRAGEM, contendo documentário sobre A HISTÓRIA DOS CONCERTOS COMUNITARIOS, evento tradicional realizado no Rio Grande do Sul desde 1988, e compilação dos melhores momentos de apresentações ao vivo. Todos os anos, uma orquestra, um coral e um grupo de dança se apresentam gratuitamente, propiciando o contato do público com a arte erudita. | R\$ 729.951,20 | R\$ 729.951,20 |

|          |                                              |                                 |                    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |                  |                |
|----------|----------------------------------------------|---------------------------------|--------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------|----------------|
| 09 5074  | Os Guardiões da Biosfera - Episódio Amazônia | Magma Cultural e Serviços Ltda. | 03.729.417/0001-88 | Produzir média-metragem animação, em 3D, com uma história de 22 minutos e 16 histórias de 30 segundos, acompanhado de livreto e folder, que conta a história de quatro personagens e suas aventuras pela Amazônia.                                                                                                      | R\$ 563.475,00   | R\$ 563.475,00 |
| 10 11888 | Como éramos ELISes - documentário            | JMB SHOWS E PRODUÇÕES LTDA - ME | 08.544.326/0001-91 | O projeto Como éramos Elises consiste na edição de um vídeo-documentário sobre Elis Regina, com mais de 5 horas de duração, dividido em 6 capítulos (6 DVDs), apresentando imagens raras, cenas e depoimentos inéditos, de artistas, produtores, jornalistas e músicos que conviveram e trabalharam com a cantora.      | R\$ 293.936,00   | R\$ 293.936,00 |
| 10 11486 | 20 anos de Takashi Miike                     | Tokyo Filmes                    | 10.468.552/0001-82 | Realização de mostra de cinema intitulada "20 anos de Takashi Miike" ao longo de 30 dias em salas de cinema a ser definidas, promovendo debates com o diretor japonês Takashi Miike e convidados, para proporcionar um encontro do público brasileiro com a filmografia do realizador.                                  | R\$ 152.110,00   | R\$ 152.110,00 |
| 10 3302  | Sanã                                         | Marcos Almeida Pimentel         | 026.608.886-47     | Quaradouro é um documentário observacional em 35mm, com 15 minutos de duração, sobre o cotidiano de uma família que vive rodeada de areia por todos os lados, isolada de maiores contatos com o mundo exterior, no interior do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.                                                 | R\$ 79.989,90    | R\$ 79.989,90  |
| 11 5066  | Padre Antonio Vieira - A Pedra e a Palavra   | Fundação Nagib Haickel          | 02.253.118/0001-57 | Será produzido um média metragem com 52 minutos sobre a vida do Padre Antonio Vieira.O filme será um documentário que percorrerá as trilhas, cidades e países onde padre Antonio Vieira viveu e transformou sua vida em uma grande passagem histórica, influenciando pensamentos e plantando a semente da globalização. | R\$ 417.900,00   | R\$ 417.900,00 |
| 12 5939  | Nós, eles, os outros                         | Pedro Henrique Longhi - ME      | 03.523.253/0001-38 | EU, NÓS, OUTROS é um documentário de média-metragem com 52 minutos de duração, captado e finalizado em HD. O filme aborda o tema da identidade cultural a partir do cruzamento de vivências de importantes intelectuais da atualidade e pessoas comuns, tendo como base os campos da literatura e da filosofia.         | R\$ 533.150,00   | R\$ 522.000,00 |
| 11 8297  | Cinema nos Museus de Jaraguá do Sul          | Associação Recreativa WEG       | 84.434.240/0001-94 | Realizar festival de curtas metragens, exibindo curtas nacionais nas dependências do Museu WEG, do Museu Emilio da Silva e do Museu Malwee, todos na cidade de Jaraguá do Sul - SC.                                                                                                                                     | R\$ 70.500,00    | R\$ 70.500,00  |
| 10 0134  | VIDAS SECAS - O DESENHO                      | ITALO MAIA BENEVIDES BRAGA      | 622.853.273-15     | Realizar um filme curta-metragem, finalizado em 35 mm, gênero animação, com a duração de 15 (quinze) minutos, intitulado VIDAS SECAS - O DESENHO, com roteiro adaptado da obra literária "Vidas Secas" de Graciliano Ramos.                                                                                             | R\$ 175.754,00   | R\$ 175.754,00 |
| 12 1376  | 7ª CINEOP - MOSTRA DE CINEMA DE OURO PRETO   | UNIVERSO PRODUÇÃO LTDA          | 00.246.471/0001-84 | A CineOP realiza um mostra um curta de cinema nacional, em 6 dias de programação gratuita, na cidade de Ouro Preto - MG, com foco na história e preservação da cinematografia brasileira em diálogo com o cinema moderno e em intercâmbio com outros países.                                                            | R\$ 1.277.410,00 | R\$ 600.000,00 |

ANEXO II

| PRONAC   | PROJETO                                                                               | PROPONENTE                                                 | CPF/ CNPJ          | RESUMO DO PROJETO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | APROVADO         | CAPTADO          |
|----------|---------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|--------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------|------------------|
| 11 13345 | Festival Visões Periféricas 2012 (6ª edição) - Audiovisual, Educação e Tecnologias    | Associação Imaginário Digital                              | 09.575.512/0001-50 | Reunir e exibir entre os dias 20 e 26 de agosto em duas salas cinema, em cineclubes, comunidades populares e na internet, curtas-metragens produzidos nas múltiplas periferias brasileiras e na região ibero-americana, bem como misturar essas produções a outras de qualquer território.                                                                     | R\$ 364.100,33   | R\$ 162.640,00   |
| 11 12489 | Peter Forgacs: arquitetura da memória                                                 | Klaxon Cultura Audiovisual Ltda - ME                       | 09.397.798/0001-21 | Realizar uma mostra que reúna a obra do cineasta húngaro Peter Forgacs e que promova discussões sobre seu estilo e obra, que será exibida nos CCBBs de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília de 31/01/2012 a 26/02/2012.                                                                                                                                        | R\$ 376.516,00   | R\$ 334.190,00   |
| 11 13352 | Festival Varilux de Cinema Francês                                                    | BONFILM PRODUCAO E DISTRIBUICAO AUDIOVISUAL LTDA - ME      | 10.383.039/0001-99 | Realizado desde 2010, o festival proporciona ao público do Estado do Rio de Janeiro e de outras vinte e uma cidades brasileiras o melhor da recente produção francesa, com exibições de 10 filmes inéditos.                                                                                                                                                    | R\$ 590.590,00   | R\$ 223.652,00   |
| 10 12704 | Filmesquevoam                                                                         | Faganello Comunicações Ltda                                | 00.639.143/0001-48 | Projeto integrado para distribuição de filmes independentes de curta, média e longa-metragem do Sul do Brasil, que prevê a circulação das obras em festas populares do interior, e através da internet (streaming e download), telefone celular, televisão e dvd.                                                                                              | R\$ 337.296,00   | R\$ 100.000,00   |
| 11 14804 | De papelão: curta-metragem digital                                                    | Felipe Aufiero Fonseca                                     | 009.709.062-00     | Realizar na cidade de Curitiba/ PR, entre maio e outubro de 2012, um curta-metragem de ficção, estimado em 14 minutos, gravado e finalizado em suporte digital com uma temática social, narrando a história de catadores de papel, mais especificamente um casal com dilemas existenciais e afetivos.                                                          | R\$ 47.958,00    | R\$ 40.000,00    |
| 11 11470 | Projeto Irradiar                                                                      | Associação dos Amigos do Tempo Glauber                     | 07.482.964/0001-62 | Este projeto visa a continuidade do programa de capacitação para o audiovisual, que tem como objetivo a sistematização do trabalho do roteirista através da abordagem de como escrever um roteiro segundo as exigências dramaturgicas e formais da comunicação audiovisual atual.                                                                              | R\$ 351.154,00   | R\$ 351.154,00   |
| 11 14593 | Eternamente Jovem - Retrospectiva James Dean                                          | CENTRAL DAS ARTES PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.               | 04.008.366/0001-68 | Desmistificar o mito de que ele não tinha experiência como ator é o objetivo dessa mostra. Dean era um ator preparadíssimo, até porque muitas das produções estreladas por ele na TV foram exibidas ao vivo, não permitindo erros. Seu trabalho na TV permanece inédito no Brasil. Nunca foi exibido ou lançado em VHS ou DVD.                                 | R\$ 234.660,00   | R\$ 158.692,00   |
| 10 3325  | FILE PAI - Paulista Avenida Interativa                                                | FILE - Festival Internacional de Linguagem Eletrônica      | 03.659.709/0001-91 | Realização da 2ª edição do projeto PAI - Paulista Avenida Interativa. O Projeto será realizado na 1ª semana do FILE SP 2011 (12ª edição do FILE em SP-2º semestre de 2011), visando ocupar a Avenida Paulista com obras artísticas em novas mídias.                                                                                                            | R\$ 800.000,00   | R\$ 800.000,00   |
| 11 2940  | Mostra Internacional do Filme Etnográfico 15a                                         | INTERIOR PRODUCOES LTDA. - ME                              | 31.618.242/0001-77 | Festival de cinema documentário, de caráter etnográfico, exibindo filmes através de inscrições e de seleção da curadoria, produção nacional e internacional. Atividades paralelas de formação e informação com a realização do Fórum de Cinema e Antropologia que inclui projeto educativo, com programação específica para escolas da rede pública.           | R\$ 271.050,00   | R\$ 125.000,00   |
| 11 12034 | Cine MPB                                                                              | Klaxon Cultura Audiovisual Ltda - ME                       | 09.397.798/0001-21 | Retrospectiva dedicada à exibição de obras cinematográficas sobre a música popular brasileira, contemplando diferentes épocas e estilos e retratando grandes criadores da MPB.                                                                                                                                                                                 | R\$ 198.065,00   | R\$ 125.000,00   |
| 11 2901  | 35ª Mostra Internacional de Cinema em São Paulo                                       | ABMIC Associação Brasileira Mostra Internacional de Cinema | 71.732.168/0001-30 | A 35ª Mostra Internacional de Cinema apresentará um panorama da produção cinematográfica mundial com exibição de mais de 300 filmes, para um público estimado de 200 mil espectadores, entre os dias 21/10 a 3/11 de 2011. O evento trará convidados internacionais para encontros com o público, e profissionais brasileiros da área cinematográfica.         | R\$ 4.285.000,00 | R\$ 2.900.000,00 |
| 11 3887  | VALORES DA GUINÉ                                                                      | RJ SERVIÇOS CINE VIDEO LTDA                                | 13.021.376/0001-24 | Produção cinematográfica de média-metragem de 70 minutos, com finalização digital, sobre a Guiné, país Africano. A Guiné é marcado pelas belezas naturais, gastronomia e cultura. Para registrar esses valores e tornar essa parte da África mais conhecida entre os brasileiros, será feito depoimentos de especialista e pessoas comuns.                     | R\$ 541.412,50   | R\$ 541.412,50   |
| 11 5133  | VER, OUVIR E TOCAR                                                                    | Instituto Educare                                          | 08.489.137/0001-63 | O projeto VER, OUVIR E TOCAR é uma proposta de instalação multimídia que utilizará a linguagem artística para estimular a reflexão e construção de saberes no trato das questões relacionadas aos meios de comunicação mais significativos ao longo da História.                                                                                               | R\$ 636.123,60   | R\$ 278.000,00   |
| 09 0708  | Compor com o Corpo: Concertos para o Gesto Musical                                    | Pedro Cardoso Aspahan                                      | 050.037.516-05     | O documentário "Compor com o corpo: concertos para o gesto musical" pretende produzir uma pesquisa audiovisual em torno da música erudita contemporânea em Belo Horizonte e de seus compositores.                                                                                                                                                              | R\$ 101.375,00   | R\$ 79.975,00    |
| 11 4046  | Cine Itaigara Dinamização                                                             | Ricardo Carvalho de Azevedo Santana                        | 458.152.245-53     | Esta proposta consiste na realização quatro ações de difusão e democratização do audiovisual nacional e local. O projeto tem previsão de realização de setembro de 2011 a março de 2012 na sala de Cinema do Shopping Itaigara.                                                                                                                                | R\$ 77.640,00    | R\$ 50.000,00    |
| 11 2565  | 5º Cine Fest Brasil-Canudos                                                           | Inffinito Eventos e Produções Ltda.                        | 04.303.816/0001-45 | O Cine Fest Brasil-Canudos, parte do Circuito Inffinito de Festivais, é um grande evento gratuito realizado há quatro anos consecutivos na cidade de Canudos. Exibe, durante cinco dias, recentes filmes nacionais, entre longas e curtas-metragens, realizando também shows de artistas regionais e oficinas de capacitação profissional na área audiovisual. | R\$ 866.484,00   | R\$ 790.000,00   |
| 10 6675  | Curtas de Animação 2011                                                               | Direção Cultura Produções e Eventos LTDA                   | 03.521.177/0001-21 | Este projeto consiste em produzir 10 curtas-metragens de animação, através do Núcleo de Cinema de Animação de Campinas em escolas públicas pelo Brasil.                                                                                                                                                                                                        | R\$ 393.800,00   | R\$ 87.000,00    |
| 09 2313  | POR UM BRASIL MELHOR O investimento social privado na cultura de um país              | CRIANDO CONSULTORIA LTDA                                   | 67.649.830/0001-15 | Produzir um vídeo documentário em parceria com o IDIS - Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social, em 4 partes de 13 minutos cada a partir das experiências com a estruturação e promoção do investimento social privado corporativo, familiar e comunitário nas finalidades culturais, assistenciais e filantrópicas.                           | R\$ 274.670,00   | R\$ 180.000,00   |
| 12 1551  | forumdoc.bh.2012 - 16º Festival do Filme Documentário e Etnográfico de Belo Horizonte | Associação Filmes de Quintal                               | 03.241.398/0001-46 | Realização do forumdoc.bh.2012 - 16ª edição do Festival do Filme Documentário e Etnográfico de Belo Horizonte. O festival acontece de 22 de novembro a 02 de dezembro de 2012 no Cine Humberto/Palácio das Artes e no Campus UFMG.                                                                                                                             | R\$ 402.710,00   | R\$ 170.000,00   |
| 11 3115  | Festival Santista de Curtas Metragens - IX Curta Santos                               | Associação dos Artistas                                    | 03.890.545/0001-09 | Realização da 9ª edição do festival santista de curtas metragens denominado Curta Santos, de caráter competitivo, mais mostras especiais, no período de 13 a 17 de setembro de 2011, na cidade de Santos/SP.                                                                                                                                                   | R\$ 474.372,00   | R\$ 100.000,00   |



|          |                                                                                       |                                                                     |                    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |                  |                  |
|----------|---------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------|--------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------|------------------|
| 11 0007  | Re Ciclo de Cinema Centro Oeste - Fase 2                                              | STR ESTRUTURA PARA FILMES E EVENTOS S/S LTDA - EEP                  | 07.994.291/0001-20 | Levar cultura, educação ambiental e lazer, em um projeto itinerante que atingirá mais 40 cidades da região Centro Oeste nessa nova etapa. Uma caravana cultural com equipe especializada monta uma tela panorâmica de cinema na principal praça pública de cada cidade para uma sessão de cinema ao ar livre. | R\$ 485.890,00   | R\$ 485.890,00   |
| 10 11570 | PROJETO IMAGENS EM MOVIMENTO                                                          | ELECTRA PRODUCOES ARTISTICAS LTDA                                   | 12.088.742/0001-08 | O projeto IMAGENS EM MOVIMENTO oferecerá a 200 estudantes do ensino médio de 10 escolas públicas estaduais do Rio de Janeiro uma disciplina optativa dedicada à descoberta da arte do cinema.                                                                                                                 | R\$ 291.840,00   | R\$ 291.840,00   |
| 09 1389  | Visite Decorado                                                                       | Marcella Sneider Gonçalves                                          | 365.588.248-33     | Realizar, Finalizar e distribuir um curta-metragem em 35 mm de 11 minutos a ser filmado em agosto de 2009, com a finalidade de colocá-lo em diversos festivais pelo país, e pelo mundo, além de atingir um público mais amplo com sessões gratuitas em lugares não-ortodoxos(ex:parques, praças).             | R\$ 35.098,09    | R\$ 20.000,00    |
| 11 4038  | 44º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro                                         | I T S Instituto Terceiro Setor                                      | 02.603.185/0001-54 | Este projeto propõe a realização da 44ª edição do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, pelo Instituto Terceiro Setor e Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal, de 26 de setembro a 3 de outubro de 2011, com exibições de filmes brasileiros concorrentes às mostras competitivas.         | R\$ 1.993.519,50 | R\$ 1.550.000,00 |
| 12 1375  | 35º FESTIVAL DE GUARNICE DE CINEMA (EDIÇÃO COMEMORATIVA)                              | FUNDACAO SOUSANDRADE DE APOIO AO DESENVOL DA UFMA                   | 07.060.718/0001-12 | Realizar em nível nacional, latino-americano e de países de língua portuguesa o 35º FESTIVAL GUARNICE DE CINEMA (EDIÇÃO COMEMORATIVA). O evento terá duração de 7 (sete) dias, em São Luís "Cidade Patrimônio Mundial da Humanidade".                                                                         | R\$ 733.150,00   | R\$ 150.000,00   |
| 11 2547  | forumdoc.bh.2011 - 15º Festival do Filme Documentário e Etnográfico de Belo Horizonte | Associação Filmes de Quintal                                        | 03.241.398/0001-46 | Realização do forumdoc.bh.2011 - 15ª edição do Festival do Filme Documentário e Etnográfico de Belo Horizonte. O festival acontece de 24 de novembro a 04 de dezembro de 2011 no Cine Humberto/Palácio das Artes e no Cineclubes FACE / UFMG, apresentando aproximadamente 60 sessões de cinema.              | R\$ 407.035,00   | R\$ 172.000,00   |
| 08 7160  | Festival de Cinema de Campo Grande (6º)                                               | Cinecultura Projeções Cinematográficas Ltda - EPP                   | 05.968.600/0001-61 | Realização da 6ª edição do Festival que prevê a exibição de filmes brasileiros e estrangeiros, possibilitando aos estudantes, professores e público em geral o conhecimento de novos filmes de diferentes países, e contribuir para ampliar o acesso da população ao cinema de arte.                          | R\$ 313.470,60   | R\$ 180.000,00   |
| 12 4908  | XI ARARIBÓIA CINE - FESTIVAL DE NITERÓI                                               | Artifício Cinematográfico e Produções Ltda.                         | 74.165.200/0001-30 | O Araribóia Cine - Festival de Niterói é um evento temático, que a cada ano estabelece um viés conceitual a ser explorado, e estrutura à sua programação com filmes de diversos formatos, datados de vários períodos, não se fixando apenas nas safras cinematográficas atuais.                               | R\$ 268.100,00   | R\$ 100.000,00   |
| 11 3742  | MOSCA 7 - 7ª MOSTRA AUDIOVISUAL DE CAMBUQUIRA                                         | Associação Comunitária Educacional e Cultural Sínha Prado Guimarães | 10.445.462/0002-57 | A MOSCA 7 - 7ª Mostra Audiovisual de Cambuquira é uma mostra de curtas-metragens a ser realizada em Cambuquira, pequena cidade do Circuito das Águas do sul de Minas Gerais, entre os dias 11 e 15 de julho de 2012.                                                                                          | R\$ 334.886,41   | R\$ 81.200,00    |

PORTARIA Nº 89, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VIII do artigo 15 do Anexo I do Decreto nº 7.743, de 31 de maio de 2012, torna público a todos os interessados que:

Art. 1º. O Ministério da Cultura, por meio da Secretaria do Audiovisual (SAv/MinC), encerrou, em 31 de agosto de 2016, as inscrições para a seleção de 01 (um) filme brasileiro de longa-metragem apto a concorrer ao Prêmio de Melhor Filme em Língua Estrangeira na 89ª Premiação Anual promovida pela "Academy of Motion Pictures Arts and Sciences - Oscar® 2017".

Art. 2º. A SAv/MinC recebeu 17 (dezesete) inscrições (Anexo I) para disputar uma indicação à 89ª edição do Oscar® 2017.

Art. 3º. A Comissão Especial de Seleção, designada pela Portaria nº. 78, de 02 de agosto de 2016, retificada em 1º de setembro de 2016, e à qual competia indicar o filme, selecionou o longa-metragem Pequeno Segredo, dirigido por David Schurmann, para representar o Brasil na busca da premiação do Melhor Filme de Língua Estrangeira na 89ª Premiação Anual promovida pela "Academy of Motion Pictures Arts and Sciences - Oscar® 2017".

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO ALFREDO BERTINI

ANEXO I

RELAÇÃO DOS FILMES ENTREGUES PARA A COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO DO OSCAR 2017

A Despedida, de Marcelo Galvão  
Mais forte que o mundo, de Afonso Poyart  
O outro lado do paraíso, de André Ristum  
Pequeno segredo, de David Schurmann  
Chatô - O rei do Brasil, de Guilherme Fontes  
Uma loucura de mulher, de Marcus Ligocki Júnior  
Aquarius, de Kleber Mendonça Filho  
Nise - O coração da loucura, de Roberto Berliner  
Vidas partidas, de Marcos Schetchman  
O começo da vida, de Estela Renner  
Menino 23: Infâncias perdidas no Brasil, de José Belisario Cabo Penna Franca  
Tudo que aprendemos juntos, de Sérgio Machado  
Campo Grande, de Sandra Kogut  
A bruta flor do querer, de Andradina Azevedo e Dida Andrade

Até que a casa caia, de Mauro Giuntini  
O roubo da taça, de Caito Ortiz  
INSCRIÇÕES INABILITADAS  
A Hora é a Vez de Augusto Matraga", de Vinícius Coimbra.

Motivo da inabilitação: está em desacordo com disposto no art. 2º da Portaria 76 de 27 de julho de 2016.

Ministério da Defesa

COMANDO DA AERONÁUTICA  
GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 1.142/GC3, DE 9 DE SETEMBRO DE 2016

Aprova a reedição do Regulamento do Campo de Provas Brigadeiro Velloso.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto no inciso XI do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o que consta do Processo nº 67287.000970/2016-92, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição do ROCA 21-45 "Regulamento do Campo de Provas Brigadeiro Velloso", que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 160/GC3, de 13 de março de 2007, publicada no Diário Oficial da União nº 50, de 14 de março de 2007, Seção 1, página 6.

(\*) O Regulamento de que trata a presente Portaria será publicado no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA).

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO

PORTARIA Nº 1.143/GC3, DE 9 DE SETEMBRO DE 2016

Aprova a reedição do Regulamento do Centro de Documentação da Aeronáutica.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto no inciso XI do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o que consta dos Processos nº 67401.000826/2016-01 e nº 67050.012992/2016-79, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição do ROCA 21-28 "Regulamento do Centro de Documentação da Aeronáutica", que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 292/GC3, de 27 de fevereiro de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 40, de 28 de fevereiro de 2013.

(\*) O Regulamento de que trata a presente Portaria será publicado no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA).

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.053, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e considerando a necessidade de promover ajustes nos efeitos da Portaria MEC nº 386, de 10 de maio de 2016, que estabelece indicadores do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação nos graus de tecnologia, de licenciatura e de bacharelado para as modalidades presencial e a distância, do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, resolve:

Art. 1º Será instituída Comissão Intersetorial, encarregada de realizar os ajustes do inteiro teor da Portaria MEC nº 386, de 2016.

Art. 2º A composição da Comissão Intersetorial será definida pelo Ministro de Estado da Educação, em conjunto com a Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep.

Art. 3º Ficam suspensos os efeitos da Portaria MEC nº 386,

de 2016, até que os trabalhos da Comissão Intersetorial sejam concluídos.

Art. 4º Deverão ser observados os termos da Portaria MEC nº 1.741, de 12 de dezembro de 2011, enquanto durar a suspensão dos efeitos da Portaria MEC nº 386, de 2016.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

RETIFICAÇÕES

No Diário Oficial da União nº 175, de 12 de setembro de 2016, Seção 1, página 9, no Art.1º da Portaria MEC nº 1.025, de 9 de setembro de 2016, onde se lê: "Fica credenciada a Faculdade das Américas (FAM), com sede à Rua Augusta, nº 1.520, bairro Consolação, no município de São Paulo, no estado de São Paulo, mantida pela Sociedade Educacional das Américas Ltda., com sede nos mesmos município e estado", leia-se: "Fica credenciada a Faculdade das Américas (FAM), para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede à Rua Augusta, nº 1.520, bairro Consolação, no município de São Paulo, no estado de São Paulo, mantida pela Sociedade Educacional das Américas Ltda., com sede nos mesmos município e estado".

No Diário Oficial da União nº 175, de 12 de setembro de 2016, Seção 1, página 12, no Despacho do Ministro de 9 de setembro de 2016, onde se lê: "Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 184/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento da Faculdade das Américas (FAM), com sede à Rua Augusta, Nº 1.520, bairro Consolação, no município de São Paulo, no estado de São Paulo, mantida pela Sociedade Educacional das Américas Ltda.", leia-se: "Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 184/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento da Faculdade das Américas (FAM), para oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede à Rua Augusta, Nº 1.520, bairro Consolação, no município de São Paulo, no estado de São Paulo, mantida pela Sociedade Educacional das Américas Ltda.".

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

PORTARIAS DE 9 DE SETEMBRO DE 2016

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, usando de suas atribuições estatutárias, conferidas por Decreto de 27 de junho de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 28 de junho de 2013, resolve:

Nº 2.497 - I - Homologar o resultado do Concurso Público para provimento de cargos da Carreira de Magistério Superior da Fundação Universidade do Amazonas, objeto do Edital n.º 025, de 16/05/2016, publicado no DOU em 17/05/2016, por Unidade, Área de Conhecimento, Classe/Padrão, Carga Horária e Ordem de Classificação dos candidatos, conforme abaixo:

| Unidade                                   | Área               | Cargo/Classe/ Nível    | Regime de Trabalho  | Candidato                          | Classificação |
|-------------------------------------------|--------------------|------------------------|---------------------|------------------------------------|---------------|
| Faculdade de Psico-<br>logia - FAPSI      | Psicologia Social  | Adjunto A,<br>Nível 1. | Dedicação Exclusiva | Marcelo Gustavo Aguilar Calegare   | 1º            |
|                                           |                    |                        |                     | Consuelena Lopes Leitão            | 2º            |
|                                           |                    |                        |                     | Daniele da Costa Cunha Borges Rosa | 3º            |
| Faculdade de Ciên-<br>cias Agrárias - FCA | Fisiologia Vegetal | Adjunto A,<br>Nível 1. | Dedicação Exclusiva | Aline Ellen Duarte de Souza        | 1º            |
|                                           |                    |                        |                     | Flávia Camila Schimpl              | 2º            |
|                                           |                    |                        |                     | Frederico Almeida de Jesus         | 3º            |

II - Estabelecer o prazo de validade do concurso em 01 (um) ano, contado a partir da data de publicação da respectiva homologação, podendo ser prorrogado por igual período.

Nº 2.498 - I - Homologar o resultado do Concurso Público para provimento de cargos da Carreira de Magistério Superior da Fundação Universidade do Amazonas, objeto do Edital n.º 036, de 16/06/2016, publicado no DOU em 21/06/2016, por Unidade, Área de Conhecimento, Classe/Padrão, Carga Horária e Ordem de Classificação dos candidatos, conforme abaixo:

| Unidade                                 | Área     | Cargo/Classe/ Nível    | Regime de Trabalho  | Candidato                       | Classificação |
|-----------------------------------------|----------|------------------------|---------------------|---------------------------------|---------------|
| Faculdade de Estu-<br>dos Sociais - FES | Economia | Adjunto A,<br>Nível 1. | Dedicação Exclusiva | Não houve candidatos aprovados. |               |

II - Estabelecer o prazo de validade do concurso em 01 (um) ano, contado a partir da data de publicação da respectiva homologação, podendo ser prorrogado por igual período.

Nº 2.499 - I - Retificar os termos da Portaria GR nº 764, 11/03/2015, publicada no DOU em 17/03/2015 e Portaria GR nº 1.660, de 10/06/2016, publicada no DOU em 17/06/2016, que trata da homologação de candidatos aprovados em Processo Seletivo, objeto do Edital nº 009, de 19/01/2015, publicado no D.O.U de 20/01/2015 e Edital nº 016, de 05/04/2016, publicado no D.O.U. de 06/04/2016, retificado no DOU em 11/04/2016, 14/04/2016 e 15/04/2016, conforme segue:

Onde se lê:

| Unidade                                          | Área                                                                                                                         | Classe/ Nível/ Carga Horária | Candidato                         | Classificação |
|--------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------|-----------------------------------|---------------|
| Faculdade de Ciências Agrárias -<br>FCA          | Economia Aplicada a Engenharia de Pesca; Empreende-<br>dorismo e Marketing; Elaboração e Avaliação de Projetos<br>Pesqueiros | Auxiliar, Nível 1, 20h       | Sandrelly Oliveira Inomata        | 1º            |
| Instituto de Ciências Humanas e<br>Letras - ICHL | Oficinas Pedagógicas, Percepção Musical e Prática Ins-<br>trumental (violão, piano, flauta doce ou canto)                    | Auxiliar, Nível 1, 40h       | Klissy Kely Guimarães             | 1º            |
|                                                  | Letras - Língua e Literatura Inglesa                                                                                         | Auxiliar, Nível 1, 40h       | Fabrini Thais Valério de<br>Souza | 1º            |

Leia-se corretamente:

| Unidade                                          | Área                                                                                                                         | Classe/ Nível/ Carga Horária                | Candidato                         | Classificação |
|--------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------|-----------------------------------|---------------|
| Faculdade de Ciências Agrárias -<br>FCA          | Economia Aplicada a Engenharia de Pesca; Empreen-<br>dorismo e Marketing; Elaboração e Avaliação de Pro-<br>jetos Pesqueiros | Auxiliar com especialização, Nível1,<br>20h | Sandrelly Oliveira Inomata        | 1º            |
| Instituto de Ciências Humanas e<br>Letras - ICHL | Oficinas Pedagógicas, Percepção Musical e Prática Ins-<br>trumental (violão, piano, flauta doce ou canto)                    | Auxiliar com especialização, Nível1,<br>40h | Klissy Kely Guimarães             | 1º            |
|                                                  | Letras - Língua e Literatura Inglesa                                                                                         | Auxiliar com especialização, Nível1,<br>40h | Fabrini Thais Valério de<br>Souza | 1º            |

MÁRCIA PERALES MENDES SILVA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIAS DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

A Pró-Reitora de Administração da Universidade Federal de Ouro Preto, no uso da competência que lhe foi delegada através da Portaria nº 540, de 05/08/1994, considerando o processo UFOP de Seleção Simplificada para contratação de Professor substituto nº 23109.004302/2016-10; resolve:

Nº 858 - Art. 1º Homologar o resultado final da Seleção Simplificada de que trata o Edital PROAD nº 064/2016, realizado para a contratação de professor substituto, Área: Serviço Social, Subárea Teoria Social e Fundamentos do Trabalho Profissional, em que foram aprovados, pela ordem de classificação, os candidatos: Carina de Souza, Viviane de Queiroz, Verônica Medeiros Alagoano, Paula Silva Leão e Regina Célia da Cruz. Art. 2º A seleção de que trata a presente Portaria terá validade de 01 (um) ano, contada a partir da publicação desta no Diário Oficial da União/DOU.

A Pró-Reitora de Administração da Universidade Federal de Ouro Preto, no uso da competência que lhe foi delegada através da Portaria nº 540, de 05/08/1994, considerando o processo UFOP de Seleção Simplificada para contratação de Professor substituto nº 23109.004331/2016-81 ;resolve:

Nº 859 - Art. 1º Homologar o resultado final da Seleção Simplificada de que trata o Edital PROAD nº 066/2016, realizado para a contratação de professor substituto, Área: Música, Subáreas: Violão / Percepção Musical, em que foram aprovados, pela ordem de classificação, os candidatos: Humberto Junqueira, Lucas Pimentel Telles e Eduardo Paes Barreto Filho. Art. 2º A seleção de que trata a presente Portaria terá validade de 01 (um) ano, contada a partir da publicação desta no Diário Oficial da União/DOU.

SÍLVIA MARIA DE PAULA ALVES RODRIGUES

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PORTARIA Nº 1.246, DE 8 DE SETEMBRO DE 2016

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando,o que consta no Processo nº 23113.016000/2016-25, Departamento de Obras e Fiscalização da UFS, datado de 27/07/2016;o parecer do Procurador Geral da UFS, folhas 082/83, do Processo nº 23113.016000/2016-25; resolve:

Art. 1º - Aplicar, conforme previsto no Contrato nº 019/2012/UFS, a seguinte penalidade à empresa KAEK ENGENHARIA LTDA, CNPJ nº 00.745.857/0001-30:

I - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Universidade Federal de Sergipe, pelo período de 02 (dois) anos, nos termos do Inciso III do Artigo 87 da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no Inciso V, item 13.1, Clausula Décima Terceira do contrato nº 019/2012/UFS, em virtude da não realização de reparos de responsabilidade da empresa considerando o prazo de garantia da obra objeto contratual.

Art. 2º - Determinar o registro da penalidade no SICAF.

Art. 3º - Está Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicada no Diário Oficial da União.

ANGELO ROBERTO ANTONIOLLI

PORTARIA Nº 1.247, DE 8 DE SETEMBRO DE 2016

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando,o que consta no Processo nº 23113.011665/2016-42, da Procuradoria Geral da UFS, datado de 09/06/2016;o parecer do Procurador Geral da UFS, folha 134, do Processo nº 23113.011665/2016-42; resolve:

Art. 1º - Aplicar, conforme previsto no Contrato nº 005/2016/UFS, as seguintes penalidades à empresa PLANALTO TECNOLOGIA LTDA ME, CNPJ nº 21.287.707/0001-09:

I - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Universidade Federal de Sergipe, pelo período de 02 (dois) anos, nos termos do Inciso III do Artigo 87 da Lei nº 8.666/93, conforme previsto na alínea "b", subitem 6.3.1 da Clausula Sexta do contrato nº 005/2016/UFS;

II - Multa no valor de R\$ 1.706,20 (Um mil, setecentos e seis reais e vinte centavos), correspondente a 20% (vinte por cento) referente à Nota de Empenho nº 2016NE800077, nos termos do Inciso II do Artigo 87 da Lei nº 8.666/93, bem como o estabelecido na alínea "a", inciso II, item 6.5, da Clausula Sexta do Contrato nº 005/2016/UFS, face ao descumprimento de cláusulas contratuais.

Art. 2º - Determinar o registro das penalidades no SICAF.

Art. 3º - Está Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicada no Diário Oficial da União.

ANGELO ROBERTO ANTONIOLLI

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 467, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, e tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, a Instrução Normativa nº 02, de 29 de julho de 2014, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos, para fins de expedição e registro de diplomas, os cursos superiores constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ofertado nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Encerra-se, a pedido das respectivas instituições, a oferta dos cursos reconhecidos por esta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO COSTA ROMÃO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012016091300021

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO  
(Reconhecimento de Cursos)

| Nº de Ordem | Registro e-MEC nº | Curso                                                   | Nº de vagas totais anuais | Mantida                                                             | Mantenedora                                                         | Endereço de funcionamento do curso                                                          |
|-------------|-------------------|---------------------------------------------------------|---------------------------|---------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1           | 201307051         | LOGÍSTICA (Tecnológico)                                 | 180 (cento e oitenta)     | UNIVERSIDADE ANHANGUERA DE SÃO PAULO - UNIAN-SP                     | ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA.                                        | RUA BELA VISTA, 739, SANTO AMARO, SÃO PAULO/SP                                              |
| 2           | 201357084         | LOGÍSTICA (Tecnológico)                                 | 60 (sessenta)             | PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ                          | ASSOCIACAO PARANAENSE DE CULTURA - APC                              | RODOVIA 376, KM 14, S/N, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR                                            |
| 3           | 201003795         | SECRETARIADO (Tecnológico)                              | 100 (cem)                 | FACULDADE EDUCACIONAL DE ARAUCÁRIA                                  | ASSENAR - ENSINO DE ARAUCARIA LTDA - ME                             | AVENIDA DAS ARAUCÁRIAS, 3.803, THOMAS COELHO, ARAUCÁRIA/PR                                  |
| 4           | 200900616         | GESTÃO FINANCEIRA (Tecnológico)                         | 80 (oitenta)              | CENTRO REGIONAL UNIVERSITÁRIO DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL           | FUNDACAO PINHALENSE DE ENSINO                                       | AVENIDA HÉLIO VERGUEIRO LEITE, S/N, JARDIM UNIVERSITÁRIO, ESPÍRITO SANTO DO PINHAL/SP       |
| 5           | 200900617         | LOGÍSTICA (Tecnológico)                                 | 80 (oitenta)              | CENTRO REGIONAL UNIVERSITÁRIO DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL           | FUNDACAO PINHALENSE DE ENSINO                                       | AVENIDA HÉLIO VERGUEIRO LEITE, S/N, JARDIM UNIVERSITÁRIO, ESPÍRITO SANTO DO PINHAL/SP       |
| 6           | 201305863         | ARTE EDUCAÇÃO (Licenciatura)                            | 40 (quarenta)             | UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ                                       | FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ                              | CAMPUS UNIVERSITÁRIO MINISTRO PETRONIO PORTELA, S/N, SG - 07, ININGA, TERESINA/PI           |
| 7           | 201012672         | GESTÃO DE COOPERATIVAS (Tecnológico)                    | 40 (quarenta)             | INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ       | INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ       | RUA JOÃO NEGRÃO, Nº 1285, REBOUÇAS, CURITIBA/PR                                             |
| 8           | 201107647         | SECRETARIADO (Tecnológico)                              | 200 (duzentas)            | FACULDADE PITÁGORAS DE TECNOLOGIA DE BELO HORIZONTE                 | ORME SERVIÇOS EDUCACIONAIS LTDA                                     | AVENIDA AFONSO PENA, 271, CENTRO, BELO HORIZONTE/MG                                         |
| 9           | 200903163         | GESTÃO AMBIENTAL (Tecnológico)                          | 40 (quarenta)             | UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SA                                          | SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA                     | JARDIM SANS SOUCI, S/Nº, BRAUNES, NOVA FRIBURGO/RJ                                          |
| 10          | 201013367         | LOGÍSTICA (Tecnológico)                                 | 100 (cem)                 | FACULDADE DE TECNOLOGIA DE ENSINO SUPERIOR - FATEC                  | SOCIEDADE EDUCACIONAL TURANO LTDA                                   | RUA MONTE PASCOAL, 284, IBITURUNA, MONTES CLAROS/MG                                         |
| 11          | 200811584         | PEDAGOGIA (Licenciatura)                                | 110 (cento e dez)         | UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ                                       | UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ                                       | AV. DA UNIVERSIDADE, 2853, BENFICA, FORTALEZA/CE                                            |
| 12          | 200804580         | GEOGRAFIA (Licenciatura)                                | 50 (cinquenta)            | UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL                          | FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL                 | RODOVIA MS 134, KM 03, S/N, CENTRO, NOVA ANDRADINA/MS                                       |
| 13          | 200807040         | ARTES VISUAIS (Licenciatura)                            | 140 (cento e quarenta)    | FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE UNAI - FACTU                  | ASSOCIACAO DE ENSINO E PESQUISA DE UNAI AEPU                        | RUA EDUARDO RODRIGUES BARBOSA, Nº 180, CENTRO, UNAI/MG                                      |
| 14          | 201007961         | SISTEMAS PARA INTERNET (Tecnológico)                    | 30 (trinta)               | INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS | INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS | FAZENDA VARGINHA, 1, RODOVIA BAMBUI/MEDEIROS, FAZENDA VARGINHA, BAMBUI/MG                   |
| 15          | 200902662         | COMÉRCIO EXTERIOR (Tecnológico)                         | 50 (cinquenta)            | FACULDADE PEDRO LEOPOLDO                                            | FUNDACAO CULTURAL DR PEDRO LEOPOLDO                                 | AVENIDA LINCOLN VIANA, 830, DOUTOR LUND, PEDRO LEOPOLDO/MG                                  |
| 16          | 201015090         | GESTÃO EM COMUNICAÇÃO E MARKETING (Sequencial)          | 110 (cento e dez)         | FACULDADES INTEGRADAS DE TANGARÁ DA SERRA                           | UNIC EDUCACIONAL LTDA                                               | AVENIDA BRASIL 2350, CAIXA POSTAL 211, TANGARÁ DA SERRA/MT                                  |
| 17          | 201015125         | GESTÃO EMPRESARIAL (Sequencial)                         | 110 (cento e dez)         | FACULDADES INTEGRADAS DE TANGARÁ DA SERRA                           | UNIC EDUCACIONAL LTDA                                               | AVENIDA BRASIL 2350, CAIXA POSTAL 211, TANGARÁ DA SERRA/MT                                  |
| 18          | 200800373         | GESTÃO HOSPITALAR (Tecnológico)                         | 200 (duzentas)            | FACULDADES INTEGRADAS PROMOVE DE BRASÍLIA                           | UNICA EDUCACIONAL                                                   | AVENIDA BURITI QUADRA 201, LOTE 01, S/N, RECANTO DAS EMAS, BRASÍLIA/DF                      |
| 19          | 200815020         | GEOGRAFIA (Licenciatura)                                | 120 (cento e vinte)       | FACULDADE ANHANGUERA DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE SOROCABA | ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA                                         | AVENIDA DR. ARMANDO PANUNZIO, S/N ITANGUA, SOROCABA/SP                                      |
| 20          | 201008761         | FÍSICA (Licenciatura)                                   | 50 (cinquenta)            | CENTRO UNIVERSITÁRIO DE SETE LAGOAS                                 | FUNDACAO EDUCACIONAL MONSENHOR MESSIAS                              | AVENIDA MARECHAL CASTELO BRANCO, 2.765, CAMPUS UNIVERSITÁRIO, SANTO ANTONIO, SETE LAGOAS/MG |
| 21          | 200903669         | EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura)                          | 60 (sessenta)             | CENTRO UNIVERSITÁRIO DE CARATINGA                                   | FUNDACAO EDUCACIONAL DE CARATINGA FUNEC                             | RUA PIO XXII, 100, CENTRO, JANAÚBA/MG                                                       |
| 22          | 200903685         | FARMÁCIA (Bacharelado)                                  | 50 (cinquenta)            | CENTRO UNIVERSITÁRIO DE CARATINGA                                   | FUNDACAO EDUCACIONAL DE CARATINGA FUNEC                             | RUA ANTÔNIO ONOFRE, 750, MARAJOARA, TEOFILO OTONI/MG                                        |
| 23          | 201010196         | LETRAS - PORTUGUÊS E INGLÊS (Licenciatura)              | 100 (cem)                 | CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE JUIZ DE FORA                           | SOCIEDADE MINEIRA DE CULTURA                                        | RUA HALFELD, Nº 1.179, CENTRO, JUIZ DE FORA/MG                                              |
| 24          | 200800489         | COMPUTAÇÃO (Licenciatura)                               | 300 (TREZENTAS)           | CENTRO UNIVERSITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO OESTE             | ASSOCIACAO EDUCACIONAL DO PLANALTO CENTRAL                          | BR 040 KM 16 NO MUNICÍPIO DE LUZIANIA, ESTADO DE GOIÁS, ESTADO DE GOIÁS.                    |
| 25          | 201112996         | GESTÃO DE CONDOMÍNIO (Tecnológico)                      | 60 (sessenta)             | CENTRO UNIVERSITÁRIO DO DISTRITO FEDERAL                            | CENTRO DE ENSINO UNIFICADO DO DISTRITO FEDERAL LTDA                 | SEP - SUL EQ 704 / 904 CONJUNTO A, S/N, CONJUNTO A, ASA SUL, BRASÍLIA/DF                    |
| 26          | 200800187         | MANUTENÇÃO INDUSTRIAL (Tecnológico)                     | 100 (cem)                 | CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA                               | FUNDACAO OSWALDO ARANHA                                             | AVENIDA PAULO ERLEI ALVES ABRANTES, 1325, TRES POÇOS, VOLTA REDONDA/RJ                      |
| 27          | 200900815         | SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)                            | 120 (cento e vinte)       | UNIVERSIDADE VALE DO RIO VERDE                                      | FUNDACAO COMUNITARIA TRICORDIANA DE EDUCAÇÃO                        | RUA PROFESSOR OSVALDO FRANCO, 90, CENTRO, BETIM/MG                                          |
| 28          | 201001457         | DESIGN DE EMBALAGENS (Tecnológico)                      | 90 (noventa)              | UNIVERSIDADE ANHANGUERA DE SÃO PAULO - UNIAN-SP                     | ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA                                         | AVENIDA DR. RUDGE RAMOS, 1501, RUDGE RAMOS, SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP                        |
| 29          | 201010379         | GESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Tecnológico)               | 180 (cento e oitenta)     | UNIVERSIDADE ANHANGUERA DE SÃO PAULO - UNIAN-SP                     | ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA                                         | AVENIDA RUDGE, 315, CAMPOS ELISEOS, SÃO PAULO/SP                                            |
| 30          | 200807720         | PROGRAMA ESPECIAL DE FORMAÇÃO DE DOCENTE (Licenciatura) | 120 (cento e vinte)       | CENTRO UNIVERSITÁRIO ITALO-BRASILEIRO                               | INSTITUICAO EDUCACIONAL PROFESSOR PASQUALE CASCINO                  | AVENIDA JOÃO DIAS, 2046, SANTO AMARO, SÃO PAULO/SP                                          |
| 31          | 200815538         | GESTÃO DE LOGÍSTICA EMPRESARIAL (Sequencial)            | 100 (cem)                 | CENTRO UNIVERSITÁRIO MOURA LACERDA                                  | INSTITUICAO UNIVERSITARIA MOURA LACERDA                             | RUA PADRE EUCLIDES, 995, CAMPOS ELÍSIOS, RIBEIRÃO PRETO/SP                                  |
| 32          | 200901725         | BIOTECNOLOGIA (Tecnológico)                             | 100 (cem)                 | FACULDADE SÃO CAMILO                                                | UNIAO SOCIAL CAMILIANA                                              | RUA BUENO BRANDÃO, 1451, FLORESTA, BELO HORIZONTE/MG                                        |

|    |           |                                                  |                     |                                                     |                                                              |                                                                              |
|----|-----------|--------------------------------------------------|---------------------|-----------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------|
| 33 | 20073241  | GESTÃO DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA (Tecnológico)    | 90 (noventa)        | UNIVERSIDADE ANHANGUEIRA DE SÃO PAULO - UNIAN-SP    | ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA                                  | RUA MARIA CÂNDIDA, Nº 1.813, VILA GUILHERME, SÃO PAULO/SP                    |
| 34 | 200901497 | POLÍTICA E LEGISLAÇÃO (Tecnológico)              | 50 (cinquenta)      | UNIVERSIDADE DE FORTALEZA                           | FUNDACAO EDSON QUEIROZ                                       | AVENIDA WASHINGTON SOARES, 1321, EDSON QUEIROZ, FORTALEZA/CE                 |
| 35 | 200910214 | GESTÃO DE VAREJO DE MODA (Sequencial)            | 60 (sessenta)       | FACULDADE BOA VIAGEM                                | FBV - FACULDADE BOA VIAGEM S.A.                              | AVENIDA JEAN EMILE FAVRE 422, IMBIRIBEIRA, RECIFE/PE                         |
| 36 | 200811040 | GESTÃO HOSPITALAR (Tecnológico)                  | 100 (cem)           | UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA                            | UNIAO DE ENSINO SUPERIOR DO PARA                             | AVENIDA ALCINDO CACELA, 287, BLOCO C, TERREO, UMARIZAL, BELEM/PA             |
| 37 | 200910209 | GESTÃO DE LOGÍSTICA (Sequencial)                 | 300 (trezentas)     | FACULDADE BOA VIAGEM                                | FBV - FACULDADE BOA VIAGEM S.A.                              | AVENIDA JEAN EMILE FAVRE 422, IMBIRIBEIRA, RECIFE/PE                         |
| 38 | 200910211 | GESTÃO DE MARKETING NO VAREJO (Sequencial)       | 120 (cento e vinte) | FACULDADE BOA VIAGEM                                | FBV - FACULDADE BOA VIAGEM S.A.                              | AVENIDA JEAN EMILE FAVRE 422, IMBIRIBEIRA, RECIFE/PE                         |
| 39 | 200910215 | GESTÃO FINANCEIRA (Sequencial)                   | 120 (cento e vinte) | FACULDADE BOA VIAGEM                                | FBV - FACULDADE BOA VIAGEM S.A.                              | AVENIDA CONDE DA BOA VISTA, 1.410, EMPRESARIAL PALMIRA, BOA VISTA, RECIFE/PE |
| 40 | 20075972  | GESTÃO PARA INDÚSTRIA PETROQUÍMICA (Tecnológico) | 100 (cem)           | ESTÁCIO FIB - CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DA BAHIA | IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MÉDIO E FUNDAMENTAL LTDA. | RUA XINGU, 179, JARDIM ATALAIA, STIEP, SALVADOR/BA                           |

PORTARIA Nº 468, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, e tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, a Instrução Normativa nº 02, de 29 de julho de 2014, e considerando o disposto nos processos e-MEC, listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ofertado nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Nos termos do art. 10, §7º, do Decreto nº 5.773, de 2006, o reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Em atenção ao disposto no art. 6º, da Instrução Normativa SERES nº 02, de 14 e janeiro de 2013, publicada em 15 de janeiro de 2013, os cursos reconhecidos por esta Portaria deverão passar por avaliação in loco quando da próxima renovação de reconhecimento.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO COSTA ROMÃO

ANEXO  
(Reconhecimento de Cursos)

| Nº de Ordem | Registro e-MEC nº | Curso                               | Nº de vagas totais anuais | Mantida                                | Mantenedora                        | Endereço de funcionamento do curso                                       |
|-------------|-------------------|-------------------------------------|---------------------------|----------------------------------------|------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------|
| 1           | 201207412         | ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)         | 100 (cem)                 | FACULDADE CATÓLICA DE UBERLÂNDIA       | SOCIEDADE MINEIRA DE CULTURA       | RUA VARGINHA, 149, DANIEL FONSECA, UBERLÂNDIA/MG                         |
| 2           | 200904847         | GEOGRAFIA (Bacharelado)             | 100 (cem)                 | UNIVERSIDADE PRESIDENTE ANTONIO CARLOS | FUNDACAO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS | RODOVIA MG 338 KM12, S/N, COLÔNIA RODRIGO SILVA, BARBACENA/MG            |
| 3           | 201305832         | PRODUÇÃO DE VESTUÁRIO (Tecnológico) | 50 (cinquenta)            | FACULDADE NOVA SERRANA                 | FUNDAÇÃO FAUSTO PINTO DA FONSECA   | RUA LÍGIA RODRIGUES, 600 BAIRRO FAUSTO PINTO DA FONSECA, NOVA SERRANA/MG |

PORTARIA Nº 469, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, e tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, a Instrução Normativa nº 02, de 29 de julho de 2014, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ofertado nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Nos termos do art. 10, §7º, do Decreto nº 5.773, de 2006, o reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Em atenção ao disposto no art. 3º, II, da Instrução Normativa SERES nº 02, de 29 de julho de 2014, publicada em 30 de julho de 2014, os cursos reconhecidos por esta Portaria deverão passar por avaliação in loco quando da próxima renovação de reconhecimento.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO COSTA ROMÃO

ANEXO  
(Reconhecimento de Cursos)

| Nº de Ordem | Registro e-MEC nº | Curso                                    | Nº de vagas totais anuais | Mantida                                                            | Mantenedora                                                        | Endereço de funcionamento do curso                            |
|-------------|-------------------|------------------------------------------|---------------------------|--------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------|
| 1           | 201205983         | GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico) | 70 (setenta)              | UNIVERSIDADE DO SAGRADO CORAÇÃO                                    | INSTITUTO DAS APOSTOLAS DO SAGRADO CORACAO DE JESUS                | RUA IRMÃ ARMINDA, 10-50, JARDIM BRASIL, BAURU/SP              |
| 2           | 201357831         | SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)             | 100 (cem)                 | INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DO RIO GRANDE DO NORTE                | ASSOCIACAO UNIFICADA PAULISTA DE ENSINO RENOVADO OBJETIVO-ASSUPERO | AV. PRUDENTE DE MORAES, 4890, LAGOA, NATAL/RN                 |
| 3           | 201403492         | ENFERMAGEM (Bacharelado)                 | 60 (sessenta)             | FACULDADE DINÂMICA DO VALE DO PIRANGA                              | SESP SOCIEDADE EDUCACIONAL SUPERIOR DE PONTE NOVA LTDA             | RUA G, Nº 205, QUADRA E, PARAÍSO, PONTE NOVA/MG               |
| 4           | 201414863         | EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura)           | 120 (cento e vinte)       | FACULDADE DE PRESIDENTE VENCESLAU                                  | INSTITUTO EDUCACIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - IESP                | RUA PIRACICABA, 47, JARDIM CO-RÓADOS, PRESIDENTE VENCESLAU/SP |
| 5           | 201502653         | QUÍMICA (Licenciatura)                   | 40 (quarenta)             | INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ       | INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ       | BR 210 - KM3, S/N, BRASIL NOVO, MACAPÁ/AP                     |
| 6           | 201357817         | ENGENHARIA AMBIENTAL (Bacharelado)       | 30 (trinta)               | INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ       | INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ       | AV. JOSÉ DE FREITAS QUEIROZ, 5000, CEDRO, QUIXADA/CE          |
| 7           | 201307096         | CIÊNCIAS DA NATUREZA (Licenciatura)      | 120 (cento e vinte)       | INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO | INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO                                   | RUA JURUCÊ, CENTRO, JACIARA/MT                                |
| 8           | 201307105         | ENGENHARIA FLORESTAL (Bacharelado)       | 40 (quarenta)             | INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO | INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO                                   | AVENIDA DOS RAMIRES, S/N, DISTRITO INDUSTRIAL, CÁCERES/MT     |



|    |           |                                                      |                |                                                                 |                                                                 |                                                      |
|----|-----------|------------------------------------------------------|----------------|-----------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------|
| 9  | 200902847 | CIÊNCIAS ECONÔMICAS (Bacharelado)                    | 50 (cinquenta) | CENTRO UNIVERSITÁRIO DE CARATINGA                               | FUNDACAO EDUCACIONAL DE CARATINGA FUNEC                         | AV. MOACYR DE MATTOS, 87, CENTRO, CARATINGA/MG       |
| 10 | 201357182 | INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO NO CAMPO (Licenciatura) | 60 (sessenta)  | INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO | INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO | AVENIDA DOS CURIÓS, S/N, VILA ESPERANÇA, SÃO LUIS/MA |

PORTARIA Nº 470, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, e tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, a Instrução Normativa nº 02, de 29 de julho de 2014, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ofertado nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Nos termos do art. 10, §7º, do Decreto nº 5.773, de 2006, o reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO COSTA ROMÃO

ANEXO  
(Reconhecimento de Cursos)

| Nº de Ordem | Registro e-MEC nº | Curso                                                  | Nº de vagas totais anuais | Mantida                                | Mantenedora                            | Endereço de funcionamento do curso                                                                  |
|-------------|-------------------|--------------------------------------------------------|---------------------------|----------------------------------------|----------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1           | 201358756         | INTERDISCIPLINAS EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (Bacharelado) | 80 (oitenta)              | UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA | UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA | RUA PROF. JOSÉ SEABRA, S/N, INST.DAS CIÊN. AMB. E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, CENTRO, BARREIRAS/BA |
| 2           | 201358757         | INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES (Bacharelado)          | 80 (oitenta)              | UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA | UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA | BA.- 827. ESTRADA DO BARRO-CÃO, S/N, PRAINHA, BARREIRAS/BA                                          |

PORTARIA Nº 471, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, e tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, a Instrução Normativa nº 02, de 29 de julho de 2014, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos, para fins de expedição e registro de diplomas, os cursos superiores constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ofertado nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º As instituições constantes do Anexo desta Portaria deverão protocolar processos de desativação dos respectivos cursos no prazo de 60 dias a contar da publicação desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO COSTA ROMÃO

ANEXO  
(Reconhecimento de Cursos)

| Nº de Ordem | Registro e-MEC nº | Curso                                               | Nº de vagas totais anuais | Mantida                                         | Mantenedora                 | Endereço de funcionamento do curso                                   |
|-------------|-------------------|-----------------------------------------------------|---------------------------|-------------------------------------------------|-----------------------------|----------------------------------------------------------------------|
| 1           | 201307056         | ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico) | 180 (cento e oitenta)     | UNIVERSIDADE ANHANGUERA DE SÃO PAULO - UNIAN-SP | ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA | AVENIDA DOS AUTONOMISTAS, 1325, VILA CAMPESINA, OSASCO/SP            |
| 2           | 200809034         | QUÍMICA AMBIENTAL (Tecnológico)                     | 160 (cento e sessenta)    | FACULDADE ANHANGUERA DE BELO HORIZONTE          | ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA | AVENIDA PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS, 4157, PAMPULHA, BELO HORIZONTE/MG |
| 3           | 201307072         | RADIOLOGIA (Tecnológico)                            | 200 (duzentas)            | UNIVERSIDADE ANHANGUERA DE SÃO PAULO - UNIAN-SP | ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA | RUA AFONSO CELSO, 235, VILA MARIANA, SÃO PAULO/SP                    |

PORTARIA Nº 472, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, a Resolução CNE/CES nº 7/2008 e o Parecer CNE/CES nº 282/2010, considerando o processo SEI nº 23000.005047/2016-31 e a Nota Técnica nº 361/2016-CGFPR/DI-REG/SERES/MEC, resolve:

Art. 1º Fica deferido, na forma de aditamento ao ato de credenciamento, o pedido de alteração de denominação da Faculdade Síntese (14297) para Faculdade Regional Brasileira - Parnaíba, mantida pela Sociedade Universitária do Piauí & Cia S/S - ME (13316) e com sede no município de Parnaíba/PI.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO COSTA ROMÃO

PORTARIA Nº 473, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, a Resolução CNE/CES nº 7/2008 e o Parecer CNE/CES nº 282/2010, considerando o processo SEI nº 23000.005661/2015-16 e a Nota Técnica nº 161/2016-CGFPR/DI-REG/SERES/MEC, resolve:

Art. 1º Fica deferido, na forma de aditamento ao ato de credenciamento, o pedido de alteração de denominação da Faculdade de Ciências Gerenciais em Votuporanga (4597) para Faculdade Futura, mantida pelo Instituto de Ciência, Educação e Tecnologia de Votuporanga (2078) e com sede no município de Votuporanga/SP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO COSTA ROMÃO

PORTARIA Nº 474 DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, a Resolução CNE/CES nº 7/2008 e o Parecer CNE/CES nº 282/2010, considerando o processo SEI nº 23000.019146/2015-19 e a Nota Técnica nº 162/2016-CGFPR/DI-REG/SERES/MEC, resolve:

Art. 1º Fica deferido, na forma de aditamento ao ato de credenciamento, o pedido de alteração de denominação da Faculdade de Tecnologia Equipe Darwin - FTED (4095) para Faculdade de Tecnologia e Ciências do Distrito Federal - FATECDF, mantida pela Associação Darwin de Educação e Pesquisa (2575) e com sede em Brasília/DF.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO COSTA ROMÃO

PORTARIA Nº 475, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, a Resolução CNE/CES nº 7/2008 e o Parecer CNE/CES nº 282/2010, considerando o processo nº 23000.018956/2016-39 e a Nota Técnica nº 184/2016-CGFPR/DI-REG/SERES/MEC, resolve:

Art. 1º Fica deferido, na forma de aditamento ao ato de credenciamento, o pedido de alteração de denominação da Faculdade Morumbi Sul (1295) para Faculdade de Educação e Tecnologia Iracema, mantida pela Organização Educacional Morumbi Sul LTDA-EPP (863) e com sede no município de São Paulo/SP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO COSTA ROMÃO

PORTARIA Nº 476, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, a Resolução CNE/CES nº 7/2008 e o Parecer CNE/CES nº 282/2010, considerando o processo SEI nº 23000.068137/2014-75 e a Nota Técnica nº 158/2016-CGFPR/DI-REG/SERES/MEC, resolve:

Art. 1º Fica deferido, na forma de aditamento ao ato de credenciamento, o pedido de alteração de denominação da Faculdade Motiva - FAM (15839) para Faculdade DeVry João Pessoa - DVJP, mantida pela SEPA - Sociedade Educacional da Paraíba LTDA (15205) e com sede no município de João Pessoa/PB.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO COSTA ROMÃO

PORTARIA Nº 477, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, a Resolução CNE/CES nº 7/2008 e o Parecer CNE/CES nº 282/2010, considerando o processo SEI nº 23000.017283/2015-19 e a Nota Técnica nº 164/2016/CGFPR/DIREG/SERES/MEC, resolve:

Art. 1º Fica deferido, na forma de aditamento ao ato de credenciamento, o pedido de alteração de denominação da Faculdade Padre Dourado - FDR (3680) para Faculdade Padre Dourado Fortaleza - FACPED Fortaleza, mantida pelo Centro de Ensino Superior Padre Dourado LTDA - EPP (2329) e com sede no município de Fortaleza/CE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO COSTA ROMÃO

PORTARIA Nº 478, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, a Resolução CNE/CES nº 7/2008 e o Parecer CNE/CES nº 282/2010, considerando o processo nº 23000.011903/2016-97 e a Nota Técnica nº 171 /2016-CGFPR/DIREG/SERES/MEC, resolve:

Art. 1º Fica deferido, na forma de aditamento ao ato de credenciamento, o pedido de alteração de denominação da Faculdade São José - FJS (18257) para Faculdade Horus São Miguel, mantida pela Sociedade Educacional Pinhalzinho - ME (2205) e com sede no município de São Miguel do Oeste/SC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO COSTA ROMÃO

PORTARIA Nº 479, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e a Instrução Normativa nº 3, de 23 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, considerando o processo nº 23000.032263/2015-72 e a Nota Técnica nº 244/2016-CGFPR/DIREG/SERES/MEC, resolve:

Art. 1º Fica deferido o pedido de redução de vagas, sob a forma de aditamento ao ato autorizativo do curso de graduação em Farmácia (118990), Bacharelado, ministrado pela Faculdade Dinâmica do Vale do Piranga - FADIP (2636), localizada no Município de Ponte Nova/MG, mantida pela SESP Sociedade Educacional Superior de Ponte Nova Ltda. (1711).

Parágrafo único. O número total anual de vagas para o curso referido no caput passa de 120 (cento e vinte) para 60 (sessenta).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO COSTA ROMÃO

PORTARIA Nº 480, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e a Instrução Normativa nº 3, de 23 de janeiro de 2013, considerando o processo nº 23000.052084/2015-51 e a Nota Técnica nº 333/2016-CGFPR/DIREG/SERES/MEC, resolve:

Art. 1º Fica deferido o pedido de redução de vagas, sob a forma de aditamento ao ato autorizativo do curso de graduação em Ciências Contábeis (1178677), Bacharelado, ministrado pela Faculdade Dinâmica do Vale do Piranga - FADIP (2636), localizada no Município de Ponte Nova/MG, mantida pela Sociedade Educacional Superior de Ponte Nova Ltda. (1711).

Parágrafo único. O número total anual de vagas para o curso referido no caput passa de 120 (cento e vinte) para 80 (oitenta).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO COSTA ROMÃO

PORTARIA Nº 481, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e a Instrução Normativa nº 3, de 23 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, considerando o processo nº 23000.030589/2015-65 e a Nota Técnica nº 243/2016-CGFPR/DIREG/SERES/MEC, resolve:

Art. 1º Fica deferido o pedido de redução de vagas, sob a forma de aditamento ao ato autorizativo do curso de graduação em Odontologia (1300205), Bacharelado, ministrado pela Faculdade Pitágoras de Imperatriz (1847), localizada no Município de Imperatriz/MA, mantida pelo Centro de Ensino Atenas Maranhense Ltda. (958).

Parágrafo único. O número total anual de vagas para o curso referido no caput passa de 200 (duzentas) para 100 (cem).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO COSTA ROMÃO

PORTARIA Nº 482, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e a Instrução Normativa nº 3, de 23 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, considerando o processo nº 23000.028065/2015-12 e a Nota Técnica nº 249/2016-CGFPR/DIREG/SERES/MEC, resolve:

Art. 1º Ficam deferidos os pedidos de redução de vagas, sob a forma de aditamento aos atos autorizativos pertinentes aos cursos superiores constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pela Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP (266), localizada no Município de Piracicaba/SP, mantida pelo Instituto Educacional Piracicabano da Igreja Metodista (189).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO COSTA ROMÃO

| ANEXO           |                                                  |                   |                                |
|-----------------|--------------------------------------------------|-------------------|--------------------------------|
| Número de Ordem | Código/ Curso                                    | Vagas Autorizadas | Vagas totais após o aditamento |
| 1               | (6397) Fisioterapia, Bacharelado                 | 200               | 120                            |
| 2               | (59114) Letras - Língua Portuguesa, Licenciatura | 80                | 40                             |

PORTARIA Nº 483, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e a Instrução Normativa nº 3, de 23 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, considerando o processo nº 23000.027421/2015-72 e a Nota Técnica nº 247/2016-CGFPR/DIREG/SERES/MEC, resolve:

Art. 1º Ficam deferidos os pedidos de redução de vagas, sob a forma de aditamento aos atos autorizativos pertinentes aos cursos superiores constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pela Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP (266), localizada no Município de Piracicaba/SP, mantida pelo Instituto Educacional Piracicabano da Igreja Metodista (189).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO COSTA ROMÃO

| ANEXO           |                                           |                   |                                |
|-----------------|-------------------------------------------|-------------------|--------------------------------|
| Número de Ordem | Código/Curso                              | Vagas Autorizadas | Vagas totais após o aditamento |
| 1               | (6417) Filosofia, Licenciatura            | 80                | 60                             |
| 2               | (6411) Farmácia, Bacharelado              | 160               | 120                            |
| 3               | (98478) Rede de Computadores, Tecnológico | 70                | 40                             |
| 4               | (6412) História, Licenciatura             | 80                | 60                             |

PORTARIA Nº 484, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, e tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do processo e-MEC nº 201204798, resolve:

Art. 1º Fica reconhecido o curso de Licenciatura em Letras-Português, na modalidade a distância, com 1.200 (mil e duzentas) vagas totais anuais, ministrado pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), com sede na Avenida Farroupilha, Nº 8.001, Bairro São José, Município de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul, mantida pela Associação Educacional Luterana do Brasil (AELBRA), com sede nos mesmos Município e Estado, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006.

Art. 2º Os Polos utilizados para as atividades presenciais obrigatórias, nos termos do § 2º do art. 10 do Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, com redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, do curso neste ato reconhecido, são, exclusivamente, aqueles constantes dos atos oficiais de credenciamento para educação a distância, emitidos por este Ministério para a instituição.

Parágrafo Único. A utilização de Polos não credenciados por este Ministério representa irregularidade, objeto de medidas administrativas e penais previstas na legislação.

Art. 3º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773, de 2006, o presente ato autorizativo é válido até o final do ciclo avaliativo ao qual cada curso pertence.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO COSTA ROMÃO

PORTARIA Nº 485, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, e tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do processo e-MEC nº 201501253, resolve:

Art. 1º Fica reconhecido o curso de Licenciatura em Matemática, na modalidade a distância, com 60 (sessenta) vagas totais anuais, ministrado pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), com sede na BR 110 - Km 47, s/n, Bairro Presidente Costa e Silva, Município de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte, mantida pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), com sede nos mesmos Município e Estado, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006.

Art. 2º Os Polos utilizados para as atividades presenciais obrigatórias, nos termos do § 2º do art. 10 do Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, com redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, do curso neste ato reconhecido, são, exclusivamente, aqueles constantes dos atos oficiais de credenciamento para educação a distância, emitidos por este Ministério para a instituição.

Parágrafo Único. A utilização de Polos não credenciados por este Ministério representa irregularidade, objeto de medidas administrativas e penais previstas na legislação.

Art. 3º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773, de 2006, o presente ato autorizativo é válido até o final do ciclo avaliativo ao qual cada curso pertence.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO COSTA ROMÃO

**PORTARIA Nº 486, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016**

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, e tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do processo e-MEC nº 201501890, resolve:

Art. 1º Fica reconhecido o curso superior de tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, na modalidade a distância, com 60 (sessenta) vagas totais anuais, ministrado pela Universidade Paulista (UNIP), com sede na Avenida Torres de Oliveira, Nº 330, Bairro Jaguaré, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, mantida pela Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo - ASSUPERO, com sede nos mesmos Município e Estado, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006.

Art. 2º Os Polos utilizados para as atividades presenciais obrigatórias, nos termos do § 2º do art. 10 do Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, com redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, do curso neste ato reconhecido, são, exclusivamente, aqueles constantes dos atos oficiais de credenciamento para educação a distância, emitidos por este Ministério para a instituição.

Parágrafo Único. A utilização de Polos não credenciados por este Ministério representa irregularidade, objeto de medidas administrativas e penais previstas na legislação.

Art. 3º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773, de 2006, o presente ato autorizativo é válido até o final do ciclo avaliativo ao qual cada curso pertence.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO COSTA ROMÃO

**PORTARIA Nº 487, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016**

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, e tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do processo e-MEC nº 201502844, resolve:

Art. 1º Fica reconhecido o curso superior de tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, na modalidade a distância, com 500 (quinhentas) vagas totais anuais, ministrado pelo Centro Universitário do Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB), com sede na SGAN Quadra 609, Módulo D, Av. L2 Norte, Asa Norte, Brasília, Distrito Federal, mantido pelo CESB - Centro de Educação Superior de Brasília Ltda, com sede no mesmo endereço, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006.

Art. 2º Os Polos utilizados para as atividades presenciais obrigatórias, nos termos do § 2º do art. 10 do Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, com redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, do curso neste ato reconhecido, são, exclusivamente, aqueles constantes dos atos oficiais de credenciamento para educação a distância, emitidos por este Ministério para a instituição.

Parágrafo Único. A utilização de Polos não credenciados por este Ministério representa irregularidade, objeto de medidas administrativas e penais previstas na legislação.

Art. 3º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773, de 2006, o presente ato autorizativo é válido até o final do ciclo avaliativo ao qual cada curso pertence.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO COSTA ROMÃO

**PORTARIA Nº 488, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016**

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, e tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do processo e-MEC nº 201502832, resolve:

Art. 1º Fica reconhecido o curso superior de tecnologia em Gestão Pública, na modalidade a distância, com 500 (quinhentas) vagas totais anuais, ministrado pelo Centro Universitário do Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB), com sede na SGAN Quadra 609, Módulo D, Av. L2 Norte, Asa Norte, Brasília, Distrito Federal, mantido pelo CESB - Centro de Educação Superior de Brasília Ltda, com sede no mesmo endereço, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006.

Art. 2º Os Polos utilizados para as atividades presenciais obrigatórias, nos termos do § 2º do art. 10 do Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, com redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, do curso neste ato reconhecido, são, exclusivamente, aqueles constantes dos atos oficiais de credenciamento para educação a distância, emitidos por este Ministério para a instituição.

Parágrafo Único. A utilização de Polos não credenciados por este Ministério representa irregularidade, objeto de medidas administrativas e penais previstas na legislação.

Art. 3º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773, de 2006, o presente ato autorizativo é válido até o final do ciclo avaliativo ao qual cada curso pertence.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO COSTA ROMÃO

**PORTARIA Nº 489, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016**

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, e tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do processo e-MEC nº 201502740, resolve:

Art. 1º Fica reconhecido o curso superior de tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, na modalidade a distância, com 500 (quinhentas) vagas totais anuais, ministrado pelo Centro Universitário do Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB), com sede na SGAN Quadra 609, Módulo D, Av. L2 Norte, Asa Norte, Brasília, Distrito Federal, mantido pelo CESB - Centro de Educação Superior de Brasília Ltda, com sede no mesmo endereço, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006.

Art. 2º Os Polos utilizados para as atividades presenciais obrigatórias, nos termos do § 2º do art. 10 do Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, com redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, do curso neste ato reconhecido, são, exclusivamente, aqueles constantes dos atos oficiais de credenciamento para educação a distância, emitidos por este Ministério para a instituição.

Parágrafo Único. A utilização de Polos não credenciados por este Ministério representa irregularidade, objeto de medidas administrativas e penais previstas na legislação.

Art. 3º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773, de 2006, o presente ato autorizativo é válido até o final do ciclo avaliativo ao qual cada curso pertence.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO COSTA ROMÃO

**PORTARIA Nº 490, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016**

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, e tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do processo e-MEC nº 200805939, resolve:

Art. 1º Fica reconhecido o curso superior de tecnologia em Logística, na modalidade a distância, com 4.000 (quatro mil) vagas totais anuais, ministrado pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER), com sede na Rua do Rosário, nº 147, Bairro Centro, no Município de Curitiba, no Estado do Paraná, mantido pela UNINTER Educacional S/A, com sede nos mesmos Município e Estado, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006.

Art. 2º Os Polos utilizados para as atividades presenciais obrigatórias, nos termos do § 2º do art. 10 do Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, com redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, do curso neste ato reconhecido, são, exclusivamente, aqueles constantes dos atos oficiais de credenciamento para educação a distância, emitidos por este Ministério para a instituição.

Parágrafo Único. A utilização de Polos não credenciados por este Ministério representa irregularidade, objeto de medidas administrativas e penais previstas na legislação.

Art. 3º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773, de 2006, o presente ato autorizativo é válido até o final do ciclo avaliativo ao qual cada curso pertence.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO COSTA ROMÃO

**PORTARIA Nº 491, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016**

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, e tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do processo e-MEC nº 201501891, resolve:

Art. 1º Fica reconhecido o curso superior de tecnologia em Gestão Ambiental, na modalidade a distância, com 60 (sessenta) vagas totais anuais, ministrado pela Universidade Paulista (UNIP), com sede na Avenida Torres de Oliveira, Nº 330, Bairro Jaguaré, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, mantida pela Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo - ASSUPERO, com sede nos mesmos Município e Estado, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006.

Art. 2º Os Polos utilizados para as atividades presenciais obrigatórias, nos termos do § 2º do art. 10 do Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, com redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, do curso neste ato reconhecido, são, exclusivamente, aqueles constantes dos atos oficiais de credenciamento para educação a distância, emitidos por este Ministério para a instituição.

Parágrafo Único. A utilização de Polos não credenciados por este Ministério representa irregularidade, objeto de medidas administrativas e penais previstas na legislação.

Art. 3º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773, de 2006, o presente ato autorizativo é válido até o final do ciclo avaliativo ao qual cada curso pertence.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO COSTA ROMÃO

**PORTARIA Nº 492, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016**

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, e tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do processo e-MEC nº 201501892, resolve:

Art. 1º Fica reconhecido o curso superior de tecnologia em Gestão Pública, na modalidade a distância, com 60 (sessenta) vagas totais anuais, ministrado pela Universidade Paulista (UNIP), com sede na Avenida Torres de Oliveira, Nº 330, Bairro Jaguaré, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, mantida pela Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo - ASSUPERO, com sede nos mesmos Município e Estado, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006.

Art. 2º Os Polos utilizados para as atividades presenciais obrigatórias, nos termos do § 2º do art. 10 do Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, com redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, do curso neste ato reconhecido, são, exclusivamente, aqueles constantes dos atos oficiais de credenciamento para educação a distância, emitidos por este Ministério para a instituição.

Parágrafo Único. A utilização de Polos não credenciados por este Ministério representa irregularidade, objeto de medidas administrativas e penais previstas na legislação.

Art. 3º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773, de 2006, o presente ato autorizativo é válido até o final do ciclo avaliativo ao qual cada curso pertence.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO COSTA ROMÃO

**PORTARIA Nº 493, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016**

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, e tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, o Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e conforme consta do Processo e-MEC nº 201502711, resolve:

Art. 1º Ficam credenciados, na forma de aditamento ao ato de credenciamento para oferta de cursos superiores na modalidade a distância do Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN), mantido pela UNIGRAN Educacional, os polos de apoio presencial situados nos seguintes endereços:

I. Rua Alice Monção, Nº lote 19/23, Anexo Unidade II, bairro Cachoeiro, Município de Cardoso Moreira, Estado do Rio de Janeiro;

II. Avenida 15 de Novembro, Nº 53, bairro Setor Central, Município de Iporá, Estado de Goiás;

III. Rua C, Nº 212, bairro Cidade Nova, Município de Parauapebas, Estado do Pará;

IV. Rua Santa Cruz, Nº 2547, bairro Centro, Município de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul e,

V. Avenida Brasil, Nº 2019, bairro Alto Paraná, Município de Redenção, Estado do Pará.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO COSTA ROMÃO

**PORTARIA Nº 494, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016**

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, e tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, o Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e conforme consta do Processo e-MEC nº 201502995, resolve:

Art. 1º Fica credenciado, na forma de aditamento ao ato de credenciamento para oferta de cursos superiores na modalidade a distância do Centro Universitário Newton Paiva, mantida pelo Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira Ltda, o polo de apoio presencial situado no seguinte endereço:

1) Rua Quintino Bocaiúva, Nº 160, Bairro Centro, Município de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO COSTA ROMÃO



PORTARIA Nº 495, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, e tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, o Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e conforme consta do Processo e-MEC nº 201416214, resolve:

Art. 1º Fica credenciado, na forma de aditamento ao ato de credenciamento para oferta de cursos superiores na modalidade a distância da Universidade Tiradentes - UNIT, mantida pela Sociedade de Educação Tiradentes S/S Ltda, o polo de apoio presencial situado no seguinte endereço:

I) Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, Nº 935, Bairro Cidade Alta, Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO COSTA ROMÃO

PORTARIA Nº 496, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, e tendo em vista os Decretos nº 5.773, de 09 de maio de 2006 e nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e conforme consta do Processo e-MEC nº 201209184, resolve:

Art. 1º Fica autorizado o curso de Letras - Português e Espanhol, Licenciatura, na modalidade a distância, a ser ofertado pela Faculdade do Maranhão (FACAM-MA), com sede na Rua Trinta e Oito, Lote 03, bairro Bequimão, no Município de São Luís, no Estado do Maranhão, mantida pela SOMAR - Sociedade Maranhense de Ensino Superior Ltda - ME, com sede nos mesmos Município e Estado, com 1.800 (mil e oitocentas) vagas totais anuais, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 2º Os polos utilizados para as atividades presenciais obrigatórias, nos termos do § 2º do Art. 10 do Decreto nº 5.622, de 2005, com redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 2007, do curso neste ato autorizado, são, exclusivamente, aqueles constantes do ato oficial de credenciamento para educação a distância, emitido por este Ministério para a instituição.

Parágrafo único. A utilização, pela Instituição, de Polos não credenciados por este Ministério representa irregularidade, objeto de medidas administrativas e penais previstas na legislação.

Art. 3º A instituição deverá solicitar reconhecimento do curso, neste ato autorizado, nos termos do art. 35 do Decreto nº 5.773, de 2006.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO COSTA ROMÃO

PORTARIA Nº 497, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7/08/2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, e considerando o disposto na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e o Parecer Final SERES/DIREG/CG-CIES, conforme consta do Processo SEI nº 23000.022451/2016-79, e do Processo Registro SAPIEnS nº 20060008962, do Ministério da Educação, resolve:

Art.1º Fica autorizado o curso de Direito, bacharelado, com 200 (duzentas) vagas totais anuais, a ser ministrado pela Faculdade para o Desenvolvimento Sustentável do Nordeste - FADESNE, na Avenida Senador Almir Pinto nº 8.885, Rodovia CE 065, Jacanaú, no município de Maracanaú, no Estado do Ceará, mantida pelo Instituto Darcy Ribeiro, com sede no município de Maracanaú, no Estado do Ceará.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO COSTA ROMÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 1.392, DE 9 DE SETEMBRO DE 2016

A Pró-Reitora de Desenvolvimento de Pessoas, no uso das atribuições previstas na Portaria de Delegação de Competência nº 448, de 17/05/2011, resolve:

Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para a classe de Professor da Carreira do Magistério Superior desta Universidade, para exercício na cidade de Salvador e de Vitória da Conquista, conforme Edital nº 01/2016, publicado no DOU de 25/02/2016.

Unidade: FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Departamento: EDUCAÇÃO I

Área de Conhecimento: Organização da Educação Brasileira/Gestão Política

Classe: ADJUNTO A  
Regime de Trabalho: DE  
Processo: 23066.047195/16-68  
Vagas Ampla Concorrência: 1  
Ord. Classif. Geral  
1º Gabriel Swahili Sales de Almeida

LORENE LOUISE SILVA PINTO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 1.059, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

A Pró-Reitora de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Juiz de Fora, no uso de suas atribuições, resolve:

1 - Retificar na Portaria de Homologação nº 803, de 28/07/2016, publicada no DOU de 01/08/2016, Seção 1, no item 1.1.1 onde se lê: "DAYSE MARIA MERCÊS E SOUZA"; leia-se: "DAYSE MARIA MORAIS E SOUZA".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KÁTIA MARIA SILVA DE OLIVEIRA E CASTRO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

RESOLUÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 141, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

O REITOR EM EXERCÍCIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE faz saber que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, usando das atribuições que lhe confere o Artigo 17, Inciso XI, do Estatuto da UFRN, CONSIDERANDO a Resolução nº 108/2013-CONSEPE, de 02 de julho de 2013, publicada no Boletim de Serviço nº 125/2013, de 05 de julho de 2013; CONSIDERANDO a decisão do Conselho da Escola Agrícola de Jundiá - Unidade Acadêmica Especializada em Ciências Agrárias - CONSUA/EAJ, em reunião extraordinária realizada no dia 01 de setembro de 2016; CONSIDERANDO os termos do Edital nº 003/2016-PROGESP, publicado no DOU nº 089, de 11 de maio de 2016; CONSIDERANDO o que consta no processo nº 23077.045447/2016-9, resolve:

Art. 1º Não homologar resultado e anular o Concurso de Provas e Títulos para o cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Classe DI 1, Regime de Trabalho de Dedicção Exclusiva - DE, área de Química, Edital nº 003/2016-PROGESP, da Escola Agrícola de Jundiá - EAJ, bem como autorizar a abertura de um novo Edital para o certame.

Art. 2º Acatar a nova Comissão Examinadora - CE, designada através da Portaria nº 090/2016-EAJ, de 01 de setembro de 2016, a qual deverá realizar novas provas, a partir da prova escrita, sendo preservados o programa editalício e as inscrições daqueles candidatos interessados em refazerem o concurso desde que atendam as novas exigências do novo Edital, qual seja, Licenciatura em Química. Parágrafo único. Será devido o ressarcimento das taxas de inscrição àqueles que não cumprirem os novos requisitos ou que não tenham interesse em refazer o certame.

Art. 3º. Fica revogada a Portaria nº 048/2016-EAJ, de 19 de julho de 2016, que designou a CE anterior. Art. 4º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ DANIEL DINIZ MELO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS  
FACULDADE NACIONAL DE DIREITO

PORTARIA 8.333, DE 9 DE SETEMBRO DE 2016

O Diretor da Faculdade Nacional de Direito, professor Flávio Alves Martins, no uso de suas atribuições, nos termos do Edital 296/16 e em cumprimento ao disposto na Resolução CEG 9/15, torna público o resultado do deferimento de inscrições em processo seletivo para professor substituto:

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO  
Professor substituto, 20h - Contratação até 9/1/17 - 1 vaga  
Inscrições Deferidas  
ANA PAULA VASCONCELLOS DA SILVA  
CHARLES DA SILVA NOCELLI  
ELLEN DAHER RODRIGUES DELMÁS  
ERALDO SILVA JÚNIOR  
FÁTIMA LOPES DO AMARAL LUTFY  
ILANA ALÓ CARDOSO RIBEIRO  
LUIS CLAUDIO MARTINS DE ARAÚJO  
NATALIA CINTRA DE OLIVEIRA TAVARES  
SYBELLE LUZIA GUIMARÃES DRUMOND  
Inscrições não deferidas  
NÃO HÁ

FLÁVIO ALVES MARTINS

PORTARIA 8.334, DE 9 DE SETEMBRO DE 2016

O Diretor da Faculdade Nacional de Direito, professor Flávio Alves Martins, no uso de suas atribuições, nos termos do Edital 296/16 e em cumprimento ao disposto na Resolução CEG 9/15, torna público o resultado final do processo seletivo público para contratação temporária de pessoal:

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO  
Professor substituto, 20h - Contratação até 9/1/17 - 1 vaga  
1º LUIS CLAUDIO MARTINS DE ARAÚJO  
2º ILANA ALÓ CARDOSO RIBEIRO

FLÁVIO ALVES MARTINS

CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE  
FACULDADE DE MEDICINA

PORTARIA Nº 8.342, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

O Diretor da Faculdade de Medicina do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professor Roberto de Andrade Medronho, resolve tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação de professor substituto do Departamento de Pediatria, referente ao Edital nº 296 de 23 de agosto de 2016, publicado no DOU nº 163 - Seção 3, páginas 69 a 71 de 24 de agosto de 2016, divulgando o nome dos candidatos aprovados:

Sector:  
1º lugar - Luanda Silveira Papi  
2º lugar - Carla Roberta Ellis da Silva  
3º lugar - Ana Carolina Gardel Barbosa Menezes

ROBERTO DE ANDRADE MEDRONHO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS  
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 895, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.049571/2016-71 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Ecologia e Zoologia - ECZ/CCB, instituído pelo Edital nº 32/DDP/PRODEGESP/2016, de 18 de agosto de 2016, publicado no Diário Oficial da União nº 160, Seção 3, de 19/08/2016.

Área/Subárea de Conhecimento: Ciências Biológicas  
Áreas afins: Ecologia, Ciências Agrárias  
Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais  
Nº de Vagas: 01 (uma)

| Classificação | Candidato             | Média Final |
|---------------|-----------------------|-------------|
| 1º            | Michele de Sá Dechoum | 9,73        |
| 2º            | André Scarlate Rovai  | 9,18        |

LILIAN CRISTIANE SILVA DE OLIVEIRA

Ministério da Fazenda

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
COLEGIADO

DECISÃO DE 26 DE JULHO DE 2016

PARTICIPANTES  
ROBERTO TADEU ANTUNES FERNANDES - PRESIDENTE EM EXERCÍCIO  
GUSTAVO RABELO TAVARES BORBA - DIRETOR  
PABLO W. RENTERIA - DIRETOR  
HENRIQUE BALDUINO MACHADO MOREIRA  
APRECIACÃO DE PROPOSTA DE TERMO DE COMPROMISSO - PROC. RJ2015/10801  
Reg. nº 0319/16  
Relator: SGE

Trata-se de proposta de Termo de Compromisso apresentada por Brandes Investment Partners, L.P. ("Proponente"), previamente à instauração de Processo Administrativo Sancionador pela Superintendência de Relações com Empresas - SEP, nos termos do art. 7º da Deliberação CVM 390/2001.

Por meio de correspondência encaminhada à CVM, a Proponente, consultora de investimentos nos Estados Unidos, exercendo a gestão discricionária de ativos de seus clientes, relatou ter tomado conhecimento de que antes de 2015 vinha atuando em desconformidade com o art. 12 da Instrução CVM 358/2002 ("Instrução 358"). Nesse sentido, a Proponente afirmou que: (i) agiu para cumprir aludido dispositivo, (ii) comunicou a questão às Companhias geridas, e (iii) comunicou os fatos à CVM, juntamente com a intenção de celebrar proposta de Termo de Compromisso, nos seguintes termos:

(i) manter e aperfeiçoar seus controles internos para assegurar a estrita observância à Instrução 358; e  
(ii) pagar à CVM o montante de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

À luz das características do caso concreto, o Comitê de Termo de Compromisso decidiu negociar as condições inicialmente apresentadas, sugerindo o aprimoramento da proposta para R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), em parcela única, em benefício do mercado de valores mobiliários. Após negociação, o Proponente aderiu à contraproposta apresentada pelo Comitê.

Na visão do Comitê, a aceitação da nova proposta seria conveniente e oportuna, tendo em vista que a quantia seria suficiente para desestimular condutas semelhantes, bem norteando a conduta dos participantes do mercado, em atendimento à finalidade preventiva do termo de compromisso.

O Colegiado deliberou, por unanimidade, a aceitação da proposta de Termo de Compromisso, acompanhando o entendimento consubstanciado no parecer do Comitê. O Termo de Compromisso deverá qualificar o pagamento a ser efetuado como "condição para celebração do termo de compromisso". O Colegiado fixou, ainda, o prazo de dez dias, a contar da publicação do Termo no Diário Oficial da União, para o cumprimento da obrigação pecuniária assumida, e o prazo de trinta dias para a assinatura do Termo, contado da comunicação da presente decisão ao Proponente. A Superintendência Administrativo-Financeira - SAD foi designada como responsável por atestar o cumprimento da obrigação pecuniária assumida.

APRECIACÃO DE PROPOSTA DE TERMO DE COMPROMISSO - PAS RJ2015/13006

Reg. nº 0320/16

Relator: SGE

Trata-se de proposta conjunta de Termo de Compromisso apresentada por Irmãos Campos & Cerboncini Auditores Associados e seu responsável técnico Fábio Cerboncini ("Proponentes"), nos autos do Processo Administrativo Sancionador RJ2015/13006, instaurado pela Superintendência de Normas Contábeis e de Auditoria - SNC.

O processo apura supostas irregularidades nos procedimentos adotados na execução de trabalhos de auditoria independente relativos às demonstrações financeiras da Cobrasma S.A., referentes ao exercício social findo em 31.12.11.

A SNC propôs a responsabilização dos Proponentes pelas seguintes infrações:

(a) itens 7 e A10 da NBC TA 505 - Confirmações Externas, por falta de evidências que sustentem a abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras da Cobrasma S.A. de 31.12.11;

(b) itens 10 a 14 da NBC TA 570 - Continuidade Operacional, por falta de evidências que suportem o uso do pressuposto de continuidade operacional pela administração da Cobrasma S.A.;

(c) item 24 (Independência) da NBC PA 01 - Controle de qualidade para auditores (pessoas jurídicas e físicas), item 24 (Documentação) da NBC TA 220 - Controle de qualidade de uma auditoria de demonstrações contábeis, e item 29 (Documentação) da Resolução CFC Nº 1.311/10 (que aprovou a NBC PA 290 - Independência - Trabalhos de Auditoria e Revisão), pela falta de apresentação da confirmação/declaração/termo de independência de integrante da Irmãos Campos & Cerboncini Auditores Associados referente ao ano-base de 2011; e

(d) artigo 20 da Instrução CVM 308/1999 na execução de procedimentos de auditoria relativos às demonstrações financeiras da Cobrasma S.A. e artigo 31 da mesma Instrução, por descumprimento da regra do rodízio de auditores nessa atividade.

Juntamente com suas razões de defesa, os Proponentes apresentaram proposta conjunta de Termo de Compromisso, comprometendo-se a pagar à CVM o valor individual de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), totalizando R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Em sua análise, o Comitê de Termo de Compromisso concluiu que a proposta conjunta seria flagrantemente desproporcional à natureza e à gravidade das acusações imputadas aos proponentes, não havendo bases mínimas que justificassem a abertura de negociação de seus termos.

Ademais, na visão do Comitê, o caso em tela demandaria um pronunciamento norteador por parte do Colegiado em sede de julgamento, visando a bem orientar as práticas do mercado em operações dessa natureza, especialmente a atuação dos auditores de companhia aberta no exercício de suas atribuições.

Acompanhando o entendimento do Comitê, o Colegiado deliberou, por unanimidade, a rejeição da proposta conjunta de Termo de Compromisso apresentada pelos Proponentes.

Na sequência, o Diretor Henrique Machado foi sorteado relator do PAS RJ2015/13006.

RITA DE CÁSSIA MENDES  
Chefe da Coordenação de Controle de Processos

#### DECISÃO DE 2 DE AGOSTO DE 2016

##### PARTICIPANTES

ROBERTO TADEU ANTUNES FERNANDES - DIRETOR  
GUSTAVO RABELO TAVARES BORBA - DIRETOR  
PABLO W. RENTERIA - DIRETOR  
HENRIQUE BALDUINO MACHADO MOREIRA  
NOVO PEDIDO DE DILAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DE TERMO DE COMPROMISSO - CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S.A. - PAS RJ2008/8046  
Reg. nº 6505/09  
Relator: SGE

Trata-se de novo pedido de Marisa Braga da Cunha Marri, Moacir da Cunha Penteado, Renato Antunes Pinheiro, Hélio Duarte de Arruda Filho e Fausto da Cunha Penteado ("Compromitentes"), na qualidade de administradores da Construtora Lix da Cunha S.A. ("Companhia"), de prorrogação do prazo para cumprimento do Termo de Compromisso no âmbito do Processo Administrativo Sancionador RJ2008/8046, cuja celebração foi aprovada pelo Colegiado em reunião de 24.11.2009.

O prazo para cumprimento do Termo de Compromisso já havia sido prorrogado duas vezes pelo Colegiado, em reuniões ocorridas em 29.11.2011 e 17.12.2013. Após o vencimento do prazo adicional para cumprimento das obrigações convenionadas no Termo de Compromisso, a Superintendência de Relações com Empresas - SEP questionou a Companhia a respeito, requerendo o envio da documentação comprobatória do cumprimento de tais obrigações.

Em resposta, a Companhia informou a manutenção da impossibilidade de adimplir com as obrigações assumidas, solicitando nova dilação do prazo para pagamento das parcelas de dividendos ainda não pagas, de forma que o pagamento dessas parcelas somente tivesse início a partir da existência de lucro líquido na Companhia.

Em sua análise, o Comitê de Termo de Compromisso entendeu que, em que pese os esforços dos Compromitentes para o cumprimento das obrigações pactuadas, não seria possível estabelecer, nas condições atuais, prazo adicional razoável e determinado para o pleno cumprimento do acordo. Assim, em linha com os termos do Memorando nº 69/2016-CVM/SEP/GEA-4, o Comitê concluiu que o pedido de dilação deveria ser indeferido, razão pela qual declarou o descumprimento do Termo de Compromisso pelos Compromitentes.

O Colegiado, em linha com a manifestação do Comitê de Termo de Compromisso, deliberou, por unanimidade, indeferir o pedido apresentado.

Dessa forma, considerando o descumprimento das cláusulas acordadas, o Colegiado determinou a continuidade do processo sancionador em relação aos acusados Marisa Braga da Cunha Marri, Moacir da Cunha Penteado, Renato Antunes Pinheiro, Hélio Duarte de Arruda Filho e Fausto da Cunha Penteado. Na sequência, o Diretor Pablo Renteria foi sorteado relator do PAS RJ2008/8046.

RITA DE CÁSSIA MENDES  
Chefe da Coordenação de Controle de Processos

#### DECISÃO DE 30 DE AGOSTO DE 2016

##### PARTICIPANTES

LEONARDO PORCIUNCULA GOMES PEREIRA - PRESIDENTE  
ROBERTO TADEU ANTUNES FERNANDES - DIRETOR  
GUSTAVO RABELO TAVARES BORBA - DIRETOR  
PABLO W. RENTERIA - DIRETOR  
HENRIQUE BALDUINO MACHADO MOREIRA  
PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DE TERMO DE COMPROMISSO - PROC. RJ2014/9994  
Reg. nº 0207/16  
Relator: SGE

Trata-se de pedido de Aparecido Elias Raposo ("Compromitente"), na qualidade de acionista do bloco de controle da Linx S.A., de prorrogação do prazo para cumprimento do Termo de Compromisso no âmbito do Processo Administrativo RJ2014/9994, cuja celebração foi aprovada pelo Colegiado em reunião de 17.05.2016.

Em seu requerimento, apresentado em 23.08.2016, o Compromitente solicitou prorrogação do prazo, que venceria em 24.08.2016, para 12.09.2016, alegando impossibilidade de pagamento das obrigações antes desta data.

Ao analisar o pedido, o Superintendente Geral - SGE entendeu que, a despeito da literalidade do § 3º do artigo 3º da Deliberação CVM 390/2001, o Colegiado, considerando as características do caso concreto e a presumida boa-fé do Compromitente, poderia conceder, excepcionalmente, a prorrogação do referido prazo, determinando a atualização do valor desde a data do vencimento do prazo original até a data do efetivo pagamento.

O Colegiado, à luz dos argumentos expostos no despacho do SGE, deliberou, por unanimidade, autorizar a prorrogação do prazo para cumprimento do compromisso assumido até 12.09.2016, com a devida atualização do valor acordado.

RITA DE CÁSSIA MENDES  
Chefe da Coordenação de Controle de Processos

#### SECRETARIA-EXECUTIVA

##### RETIFICAÇÃO

Na Instrução CVM nº 578, de 30 de agosto de 2016, publicada no DOU de 31 de agosto de 2016, Seção 1, páginas 379 a 384 e retificada no DOU de 2 de setembro de 2016, Seção 1, página 14:

Onde se lê:

"Art. 10. O FIP que obtenha apoio financeiro direto de organismos de fomento está autorizado a contrair empréstimos, diretamente, dos organismos de fomento a que se refere o caput, limitados ao montante correspondente a 30% (trinta por cento) dos ativos do fundo."

Leia-se:

"Art. 10. O FIP que obtenha apoio financeiro direto de organismos de fomento está autorizado a contrair empréstimos, diretamente, dos organismos de fomento, limitados ao montante correspondente a 30% (trinta por cento) dos ativos do fundo."

Onde se lê, no art. 15:

"§ 4º Caso o FIP - Capital Semente não seja qualificado como entidade de investimento, nos termos da regulamentação contábil específica, as sociedades por ele investidas devem ter suas demonstrações contábeis anuais auditadas por auditores independentes registrados na CVM, não se aplicando a dispensa do disposto no art. 8º, VI, conforme previsto no inciso II do caput."

Leia-se:

"§ 5º Caso o FIP - Capital Semente não seja qualificado como entidade de investimento, nos termos da regulamentação contábil específica, as sociedades por ele investidas devem ter suas demonstrações contábeis anuais auditadas por auditores independentes registrados na CVM, não se aplicando a dispensa do disposto no art. 8º, VI, conforme previsto no inciso II do caput."

Onde se lê, no art. 16:

"Art. 16. As companhias ou sociedades limitadas investidas pelo FIP - Empresas Emergentes:"

Leia-se:

"Art. 16. As companhias investidas pelo FIP - Empresas Emergentes:"

Onde se lê:

"Capítulo IX"

Leia-se:

"Capítulo X"

Onde se lê:

"Capítulo X"

Leia-se

"Capítulo IX"

Onde se lê, no art. 60:

"IV - a Instrução CVM nº 246, de 18 de março de 1996;  
V - a Instrução CVM nº 253, de 14 de agosto de 1996;  
VI - a Instrução CVM nº 278, de 8 de maio de 1998;  
VII - a Instrução CVM nº 363, de 2 de abril de 2002;  
VIII - a Instrução CVM nº 368, de 29 de maio de 2002;  
IX - a Instrução CVM nº 391, de 16 de julho de 2003;  
X - a Instrução CVM nº 406, de 27 de abril de 2004;  
XI - os arts. 1º, 2º, 5º e 6º da Instrução CVM nº 435, de 5 de julho de 2006;  
XII - o art. 15 da Instrução CVM nº 450, de 30 de março de 2007;

XIII - a Instrução CVM nº 453, de 30 de abril de 2007;  
XIV - a Instrução CVM nº 460, de 10 de outubro de 2007.

XV - a Instrução CVM nº 496, de 11 de maio de 2011;  
XVI - os arts. 2º e 4º da Instrução CVM nº 498, de 13 de junho de 2011;

XVII - a Instrução CVM nº 501, de 15 de julho de 2011;  
XVIII - a Instrução CVM nº 535, de 28 de junho de 2013;

XIX - a Instrução CVM nº 540, de 26 de novembro de 2013;

e

XX - o art. 3º da Instrução CVM nº 549, de 24 de junho de 2014."

Leia-se:

"IV - a Instrução CVM nº 253, de 14 de agosto de 1996;  
V - a Instrução CVM nº 278, de 8 de maio de 1998;  
VI - a Instrução CVM nº 363, de 2 de abril de 2002;  
VII - a Instrução CVM nº 368, de 29 de maio de 2002;  
VIII - a Instrução CVM nº 391, de 16 de julho de 2003;  
IX - a Instrução CVM nº 406, de 27 de abril de 2004;  
X - os arts. 1º, 2º, 5º e 6º da Instrução CVM nº 435, de 5 de julho de 2006;  
XI - o art. 15 da Instrução CVM nº 450, de 30 de março de 2007;

XII - a Instrução CVM nº 453, de 30 de abril de 2007;  
XIII - a Instrução CVM nº 460, de 10 de outubro de 2007.

XIV - a Instrução CVM nº 496, de 11 de maio de 2011;  
XV - os arts. 2º e 4º da Instrução CVM nº 498, de 13 de junho de 2011;

XVI - a Instrução CVM nº 501, de 15 de julho de 2011;  
XVII - a Instrução CVM nº 535, de 28 de junho de 2013;

e

XVIII - a Instrução CVM nº 540, de 26 de novembro de 2013."

#### CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

##### SECRETARIA EXECUTIVA

#### ATO DECLARATÓRIO Nº 15, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

Ratifica os Convênios ICMS 77/16 ao 81/16 e 83/16.

O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso X, do art. 5º, e pelo parágrafo único do art. 37 do Regimento desse Conselho, declara ratificados os Convênios ICMS a seguir identificados, celebrados na 266ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 22 de agosto de 2016:

Convênio ICMS 77/16 - Autoriza o Estado de Santa Catarina a conceder anistia de crédito tributário;

Convênio ICMS 78/16 - Autoriza o Estado de Santa Catarina a conceder anistia de crédito tributário de responsabilidade do setor econômico de abatedores e distribuidores de carnes de gado bovino;

Convênio ICMS 79/16 - Autoriza o Estado de Santa Catarina a conceder anistia de crédito tributário de responsabilidade do setor econômico da indústria de pré-moldados;

Convênio ICMS 80/16 - Autoriza o Estado de Santa Catarina a conceder anistia de crédito tributário de responsabilidade do setor econômico de mercados e supermercados;

Convênio ICMS 81/16 - Dispõe sobre a adesão do Estado do Pará ao Convênio ICMS 16/15, que autoriza a conceder isenção nas operações internas relativas à circulação de energia elétrica, sujeitas a faturamento sob o Sistema de Compensação de Energia Elétrica de que trata a Resolução Normativa nº 482, de 2012, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;

Convênio ICMS 83/16 - Altera o Convênio ICMS 102/13, que autoriza as unidades federadas que menciona a concederem crédito presumido na aquisição de energia elétrica e de serviço de comunicação.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA



**DESPACHOS DO SECRETÁRIO EXECUTIVO**  
Em 12 de setembro de 2016

Bematech - Termo de Verificação Funcional nº 0009/2016.

Nº 159 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto no item 2.2.2.g do Manual de Registro de Modelo de Equipamento SAT, aprovado por Ato COTEPE/ICMS 06/12, de 13 de março de 2012 e alterações, torna público a aprovação do seguinte:

**TERMO DE VERIFICAÇÃO FUNCIONAL DE MODELO DE EQUIPAMENTO SAT**

Os representantes das Unidades Federadas, relacionados no item 4 deste Termo emitem o presente Termo de Verificação Funcional para os efeitos previstos no mencionado Ajuste e no Manual de Registro de Modelo de equipamento SAT.

- 1.Dados do Termo
- 1.1. Identificação do equipamento SAT
- 1.1.1. Marca: BEMATECH
- 1.1.2. Modelo: RB-1000
- 1.1.3. Versão do software básico: 02.00.00
- 1.2. Número do Termo: 009/2016
- 1.3. Data de emissão: 06/09/2016
- 1.4. Finalidade: Registro de versão de software básico de SAT
- 1.5. Legislação aplicável:
- 1.5.1. Especificação Técnica de Requisitos do SAT (ER 2.19.07)

- 1.5.2. Roteiro de Análise do SAT (RA v. 1.7.5)
- 1.6. Laudo da análise técnica
- 1.6.1. Número: 10801 Revisão B
- 1.6.2. Órgão técnico responsável
- 1.6.2.1. Razão social: INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ - TECPAR
- 1.6.2.2. CNPJ: 77.964.393/0001-88
2. Identificação do fabricante/importador do SAT
- 2.1. Fabricante ou Importador: BEMATECH
- 2.2. Razão social: Bematech S.A
- 2.3. CNPJ: 82.373.077/0001-71
- 2.4. Inscrição estadual / UF: 10181465-30/PR
3. Informações do modelo registrado
- 3.1. Drivers de comunicação: arquivo "BemaSAT.dll".
- 3.1.1. Versão: 9.0.2.14
- 3.1.2. Sistema operacional: WINDOWS 7 ou superior
- 3.1.3. Hash code/algoritmo (MD5): BE67248CFD3F1ECDC057E762A75549C9
4. Equipe responsável pela verificação funcional
- 4.1. Representantes das Unidades Federadas signatárias do Ajuste Sinief 11 de 24/10/2010 integrantes da equipe de Verificação funcional (Nome/RG/UF):  
André Carballo Díaz (RG:25.617.929-3/SP)  
Heitor Mitsutani (RG:12.401.217-6/SP)  
Luciana Naomi Hirata (RG:43.468.830-7/SP)  
Renato Hama (RG 25.292.426-5/SP)

Nº 160 - O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, torna público que na 268ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 12 de setembro de 2016, foram celebrados os seguintes Convênios ICMS:

**CONVÊNIO ICMS Nº 89, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016**

Altera o Convênio ICMS 03/15, que autoriza o Estado do Maranhão e o Distrito Federal a dispensarem ou reduzirem multas, juros e demais acréscimos legais, e conceder parcelamento de débitos fiscais, relacionados com o ICMS.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 268ª Reunião Extraordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 12 de setembro de 2016, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

**C O N V Ê N I O**

Cláusula primeira O caput da cláusula quarta do Convênio ICMS 03/15, de 3 de fevereiro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula quarta Os créditos tributários, exceto os decorrentes exclusivamente de penalidade pecuniária, serão reduzidos da seguinte forma, desde que a adesão ao benefício ocorra até o dia 30 de junho de 2017, podendo o Poder Executivo do Distrito Federal prorrogá-lo até o dia 15 de dezembro de 2017, exclusivamente para os contribuintes do Distrito Federal."

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia p/ Henrique de Campos Meirelles; Acre - Joaquim Manoel Mansour Macêdo, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - Afonso Lobo Moraes, Bahia - Manoel Vitorio da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - João Antônio Fleury Teixeira, Espírito Santo - Paulo Roberto Ferreira, Goiás - Ana Carla Abrão Costa, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Seneri Kembeis Paludo, Mato Grosso do Sul - Márcio Campos Monteiro, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, Pará - Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha, Paraíba - Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo

Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Giovanni Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Shiská Palamitshchece Pereira Pires, Santa Catarina - Antonio Marcos Gavazzoni, São Paulo - Hélcio Tokeshi, Sergipe - Jefferson Dantas Passos, Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

**CONVÊNIO ICMS Nº 90, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016**

Altera o Convênio ICMS 92/15, que estabelece a sistemática de uniformização e identificação das mercadorias e bens passíveis de sujeição aos regimes de substituição tributária e de antecipação de recolhimento do ICMS com o encerramento de tributação, relativos às operações subseqüentes.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 268ª Reunião Extraordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 12 de setembro de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 6º a 9º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, bem como na alínea "a" do inciso XIII do § 1º e no § 7º do art. 13 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolve celebrar o seguinte

**C O N V Ê N I O**

Cláusula primeira O inciso I da cláusula sexta do Convênio ICMS 92/15, de 20 de agosto de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"I - ao § 1º da cláusula terceira, a partir de 1º de julho de 2017;".

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia p/ Henrique de Campos Meirelles; Acre - Joaquim Manoel Mansour Macêdo, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - Afonso Lobo Moraes, Bahia - Manoel Vitorio da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - João Antônio Fleury Teixeira, Espírito Santo - Paulo Roberto Ferreira, Goiás - Ana Carla Abrão Costa, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Seneri Kembeis Paludo, Mato Grosso do Sul - Márcio Campos Monteiro, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, Pará - Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha, Paraíba - Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Giovanni Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Shiská Palamitshchece Pereira Pires, Santa Catarina - Antonio Marcos Gavazzoni, São Paulo - Hélcio Tokeshi, Sergipe - Jefferson Dantas Passos, Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

**SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL**

**SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO**  
**COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO**

**SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA Nº 8, DE 30 DE AGOSTO DE 2016**

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF

EMENTA: TRANSPORTE INTERNACIONAL. CONVENÇÃO PARA EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO DA RENDA ENTRE BRASIL E ARGENTINA.

Os rendimentos pagos, creditados, empregados, entregues ou remetidos por pessoa jurídica domiciliada no Brasil para pessoas jurídicas domiciliadas na Argentina a título de remuneração pelo serviço de transporte internacional terrestre entre o Brasil e a Argentina, em ambos sentidos, não estão sujeitos ao IRRF que nos termos da Convenção Brasil-Argentina são tributados na Argentina. Não obstante a ausência de IRRF, a pessoa jurídica domiciliada no Brasil está obrigada à apresentação anual de DIRF em relação à remuneração que honrar junto à prestadora do serviço domiciliada na Argentina.

Fica reformada a Solução de Consulta no 56, de 11 de março de 2009, da 8ª Região Fiscal da Receita Federal do Brasil somente no que se refere às conclusões baseadas na interpretação nela esposada do termo lucro usado no Artigo VIII na Convenção Brasil-Argentina, restando válidas as demais conclusões.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Decreto no 87.976, de 22 de dezembro de 1982; Instrução Normativa no 1.587, de 15 de setembro de 2015.

FERNANDO MOMBELLI  
Coordenador-Geral

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 128, DE 31 DE AGOSTO DE 2016**

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ

EMENTA: LUCRO REAL. INCENTIVO FISCAL PESQUISA TECNOLÓGICA E DESENVOLVIMENTO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA.

Não é admitido o uso do benefício fiscal de que trata o Capítulo III da Lei nº 11.196, de 2005, por pessoa jurídica que não ficar com a responsabilidade, o risco, a gestão e o controle do resultado dos projetos de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica.

O benefício fiscal de que trata o Capítulo III da Lei nº 11.196, de 2005, é admitido em relação:

a) aos dispêndios classificáveis como despesas operacionais pela legislação do IRPJ, realizados pela pessoa jurídica nos seus próprios projetos de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, executados por ela mesma, desde que aqui no País; e

b) aos dispêndios com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica contratados no País com universidade, instituição de pesquisa ou inventor independente de que trata o inciso IX do art. 2º da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004.

DISPOSITIVOS LEGAIS: arts. 17 a 26 da Lei nº 11.196, de 2005; Decreto nº 3.000/1999(RIR); Decreto nº 5.798, de 2006; e arts. 111, 176 e 178 da Lei nº 5.172, de 1966 (CTN); Lei nº 4.506, de 1964; Decreto nº 3000, de 1999(RIR/99), PN CST/SRF nº 32, de 1981; Instrução Normativa RFB nº 1.187, de 2011, Instrução Normativa RFB nº 1.396 de 2013.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL

EMENTA: INCENTIVO FISCAL PESQUISA TECNOLÓGICA E DESENVOLVIMENTO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA.

Não é admitido o uso do benefício fiscal de que trata o Capítulo III da Lei nº 11.196, de 2005, por pessoa jurídica que não ficar com a responsabilidade, o risco, a gestão e o controle do resultado dos projetos de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica.

O benefício fiscal de que trata o Capítulo III da Lei nº 11.196, de 2005, é admitido em relação:

a) aos dispêndios classificáveis como despesas operacionais pela legislação do IRPJ, realizados pela pessoa jurídica nos seus próprios projetos de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, executados por ela mesma, desde que aqui no País; e

b) aos dispêndios com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica contratados no País com universidade, instituição de pesquisa ou inventor independente de que trata o inciso IX do art. 2º da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004.

DISPOSITIVOS LEGAIS: arts. 17 a 26 da Lei nº 11.196, de 2005; Decreto nº 3.000/1999(RIR); Decreto nº 5.798, de 2006; e arts. 111, 176 e 178 da Lei nº 5.172, de 1966 (CTN); Lei nº 4.506, de 1964; Decreto nº 3000, de 1999(RIR/99), PN CST/SRF nº 32, de 1981; Instrução Normativa RFB nº 1.187, de 2011, Instrução Normativa RFB nº 1.396 de 2013.

FERNANDO MOMBELLI  
Coordenador-Geral

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 131, DE 31 DE AGOSTO DE 2016**

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF

EMENTA: PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS. DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE. DEVOLUÇÃO DE CAPITAL EM DINHEIRO. FORMA DE INCIDÊNCIA.

Na dissolução parcial de sociedade, com devolução do capital em dinheiro, a parte do patrimônio líquido da pessoa jurídica atribuída ao sócio que exceder ao custo de aquisição da participação societária admitido pela legislação será tributada segundo a natureza de cada conta componente do patrimônio líquido.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999 - Regulamento do Imposto sobre a Renda (RIR/1999) -, arts. 125 a 131; Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, art. 3º; Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, art. 22 e §§ 1º a 4º.

ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

EMENTA: CONSULTA. INEFICÁCIA PARCIAL.

Declara-se a ineficácia da consulta quando a dúvida foge ao objetivo do processo administrativo de consulta, visando à prestação de assessoria jurídica ou contábil-fiscal, assim como quando a matéria objeto da indagação encontra-se disciplinada em ato normativo.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Instrução Normativa (IN) RFB nº 1.396, de 16 de setembro de 2013, arts. 1º e 18, incisos VII, IX e XIV.

FERNANDO MOMBELLI  
Coordenador-Geral

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 136, DE 9 DE SETEMBRO DE 2016**

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF

EMENTA: É incabível a retenção na fonte do Imposto sobre a Renda por órgão público, em relação aos pagamentos efetuados a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte optante pelo Simples Nacional, em relação às suas receitas próprias, mesmo que parte do valor recebido seja utilizado para pagar despesas com aluguéis de espaços, aluguéis de bens móveis ou a subcontratação de serviços.

O art. 12 da IN RFB nº 1.234, de 2012, não se destina à empresa contratada para produzir e organizar eventos, quando atua em seu próprio nome e por sua conta e risco, mesmo que subcontrate partes do serviço; independentemente de possuir em seu cadastro CNPJ atividade cujo CNAE seja relativo a agência de viagens.

Os documentos contábeis e fiscais devem refletir a realidade dos fatos, sendo necessário constar na Nota Fiscal de Serviço todos os serviços prestados em nome da empresa, mesmo os subcontratados.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 5.474, de 1968, art. 20; Lei nº 8.846, de 1994, arts. 1º e 2º; LC nº 123, de 2006, art. 3º, § 1º; IN RFB nº 1.234, de 2012, arts. 4º, XI, 12; SD Cosit nº 3, de 2012; SC Cosit nº 263, de 2014; SC Cosit nº 304, de 2014.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL

EMENTA: É incabível a retenção na fonte da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido por órgão público, em relação aos pagamentos efetuados a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte optante pelo Simples Nacional, em relação às suas receitas próprias, mesmo que parte do valor recebido seja utilizado para pagar despesas com alugueis de espaços, alugueis de bens móveis ou a subcontratação de serviços.

O art. 12 da IN RFB nº 1.234, de 2012, não se destina à empresa contratada para produzir e organizar eventos, quando atua em seu próprio nome e por sua conta e risco, mesmo que subcontrate partes do serviço; independentemente de possuir em seu cadastro CNPJ atividade cujo CNAE seja relativo a agência de viagens.

Os documentos contábeis e fiscais devem refletir a realidade dos fatos, sendo necessário constar na Nota Fiscal de Serviço todos os serviços prestados em nome da empresa, mesmo os subcontratados.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 5.474, de 1968, art. 20; Lei nº 8.846, de 1994, arts. 1º e 2º; LC nº 123, de 2006, art. 3º, § 1º; IN RFB nº 1.234, de 2012, arts. 4º, XI, 12; SD Cosit nº 3, de 2012; SC Cosit nº 263, de 2014; SC Cosit nº 304, de 2014.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

EMENTA: É incabível a retenção na fonte da Contribuição para o PIS/Pasep por órgão público, em relação aos pagamentos efetuados a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte optante pelo Simples Nacional, em relação às suas receitas próprias, mesmo que parte do valor recebido seja utilizado para pagar despesas com alugueis de espaços, alugueis de bens móveis ou a subcontratação de serviços.

O art. 12 da IN RFB nº 1.234, de 2012, não se destina à empresa contratada para produzir e organizar eventos, quando atua em seu próprio nome e por sua conta e risco, mesmo que subcontrate partes do serviço; independentemente de possuir em seu cadastro CNPJ atividade cujo CNAE seja relativo a agência de viagens.

Os documentos contábeis e fiscais devem refletir a realidade dos fatos, sendo necessário constar na Nota Fiscal de Serviço todos os serviços prestados em nome da empresa, mesmo os subcontratados.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 5.474, de 1968, art. 20; Lei nº 8.846, de 1994, art. 1º e 2º; LC nº 123, de 2006, art. 3º, § 1º; IN RFB nº 1.234, de 2012, arts. 4º, XI, 12; SD Cosit nº 3, de 2012; SC Cosit nº 263, de 2014; SC Cosit nº 304, de 2014.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

EMENTA: É incabível a retenção na fonte da Cofins por órgão público, em relação aos pagamentos efetuados a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte optante pelo Simples Nacional, em relação às suas receitas próprias, mesmo que parte do valor recebido seja utilizado para pagar despesas com alugueis de espaços, alugueis de bens móveis ou a subcontratação de serviços.

O art. 12 da IN RFB nº 1.234, de 2012, não se destina à empresa contratada para produzir e organizar eventos, quando atua em seu próprio nome e por sua conta e risco, mesmo que subcontrate partes do serviço; independentemente de possuir em seu cadastro CNPJ atividade cujo CNAE seja relativo a agência de viagens.

Os documentos contábeis e fiscais devem refletir a realidade dos fatos, sendo necessário constar na Nota Fiscal de Serviço todos os serviços prestados em nome da empresa, mesmo os subcontratados.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 5.474, de 1968, art. 20; Lei nº 8.846, de 1994, art. 1º e 2º; LC nº 123, de 2006, art. 3º, § 1º; IN RFB nº 1.234, de 2012, arts. 4º, XI, 12; SD Cosit nº 3, de 2012; SC Cosit nº 263, de 2014; SC Cosit nº 304, de 2014.

FERNANDO MOMBELLI  
Coordenador-Geral

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 60, DE 9 DE SETEMBRO DE 2016

Declara baixada a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda.

DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA-DF, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do art. 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, fundamentado no art. 80, parágrafo 1º, inciso I da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e nos arts. 29 e 31 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, e o que consta no Processo Administrativo nº 14041.720103/2016-93, declara:

Art. 1º BAIXADA, a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda de nº 09.159.129/0001-11, em nome de AQUA TECNOLOGIA EM INSTALAÇÕES LTDA, por inexistência de fato, em razão do disposto no art. 29, inciso II, alínea "b", item 1 e no § 2º do art. 31 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ADALBERTO SANCHES

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELÉM

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 24, DE 31 DE AGOSTO DE 2016

Declara INAPTA a inscrição nº 05.205.463/0001-03, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), da empresa denominada NAZARÉ COMERCIAL DE ALIMENTOS E MAGAZINES LTDA.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELÉM/PA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos Artigos 302, inciso III, e 314, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17/05/2012, com as alterações promovidas pela Portaria MF 512, de 02 de outubro de 2013, publicado no DOU de 04/10/2013, e com fundamento nos artigos 40, inciso I, e 41, §2º, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 30/05/2016, considerando ainda o apurado no processo nº 10280.722505/2016-59, resolve:

Art. 1º Declarar INAPTA a inscrição nº 05.205.463/0001-03, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), do contribuinte NAZARÉ COMERCIAL DE ALIMENTOS E MAGAZINES LTDA.

Art. 2º Serão considerados inidôneos, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados, os documentos emitidos pela empresa supracitada, a partir da data de publicação no Diário Oficial da União (DOU) deste Ato Declaratório Executivo.

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BOA VISTA

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 8 DE SETEMBRO DE 2016

Declara a baixa de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BOA VISTA, Estado de Roraima, no uso da atribuição que lhe confere o art. 302, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012, em conformidade com o disposto no art. 29, inciso II, letra b, "2" e inciso IV da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, e tendo em vista ainda o que consta dos Processos Administrativos Fiscais abaixo enumerados, resolve:

Art. 1º Declarar a baixa de ofício das inscrições no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, conforme aspectos legais formalmente representados nos processos abaixo, dos seguintes contribuintes:

| CONTRIBUINTE                     | CNPJ               | PROCESSO              |
|----------------------------------|--------------------|-----------------------|
| ELIAS BARBALHO XAVIER - EPP      | 84.042.563/0001-32 | 10245.721.866/2016-12 |
| H.L.S. DISTRIBUIDORA EIRELI - ME | 10.625.866/0001-41 | 10245.721.867/2016-59 |

Art. 2º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos retroativos à data de assinatura do mesmo.

OMAR DE SOUZA RUBIM FILHO

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 9 DE SETEMBRO DE 2016

Declara inapta a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU, em 17 de maio de 2012; nos termos dos artigos 40, inciso II c/c 42, inciso II, da Instrução Normativa SRF nº 1634, de 06/05/2016, DOU 09/05/2016 e ainda, de acordo com o que ficou apurado no processo administrativo nº 10283.726119/2016-14, declara:

Art. 1º. Inapta a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda, da pessoa jurídica FENIX DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME, CNPJ nº 11.365.856/0001-87, por não ter sido localizada no endereço informado no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

Art. 2º. Inidôneos e não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados, os documentos emitidos por essa pessoa jurídica a partir da data da publicação deste Ato.

LEONARDO BARBOSA FROTA

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 9 DE SETEMBRO DE 2016

Declara inapta a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU, em 17 de maio de 2012; nos termos dos artigos

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ARMANDO FARHAT

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 25, DE 31 DE AGOSTO DE 2016

Declara INAPTA a inscrição nº 03.779.994/0001-84, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), da empresa denominada SANTA IZABEL ALIMENTOS LTDA.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELÉM/PA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos Artigos 302, inciso III, e 314, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17/05/2012, com as alterações promovidas pela Portaria MF 512, de 02 de outubro de 2013, publicado no DOU de 04/10/2013, e com fundamento nos artigos 40, inciso I, e 41, §2º, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 30/05/2016, considerando ainda o apurado no processo nº 10280.722506/2016-01, resolve:

Art. 1º Declarar INAPTA a inscrição nº 03.779.994/0001-84, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), do contribuinte SANTA IZABEL ALIMENTOS LTDA.

Art. 2º Serão considerados inidôneos, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados, os documentos emitidos pela empresa supracitada, a partir da data de publicação no Diário Oficial da União (DOU) deste Ato Declaratório Executivo. Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ARMANDO FARHAT

40, inciso II c/c 42, inciso II, da Instrução Normativa SRF nº 1634, de 06/05/2016, DOU 09/05/2016 e ainda, de acordo com o que ficou apurado no processo administrativo nº 10283.726121/2016-85, declara:

Art. 1º. Inapta a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda, da pessoa jurídica CLEOMAR COSTA DE OLIVEIRA - ME, CNPJ nº 05.645.797/0001-06, por não ter sido localizada no endereço informado no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

Art. 2º. Inidôneos e não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados, os documentos emitidos por essa pessoa jurídica a partir da data da publicação deste Ato.

LEONARDO BARBOSA FROTA

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 9 DE SETEMBRO DE 2016

Declara inapta a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU, em 17 de maio de 2012; nos termos dos artigos 40, inciso II c/c 42, inciso II, da Instrução Normativa SRF nº 1634, de 06/05/2016, DOU 09/05/2016 e ainda, de acordo com o que ficou apurado no processo administrativo nº 10283.726118/2016-61, declara:

Art. 1º. Inapta a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda, da pessoa jurídica MANOEL CUNHA DA MOTA - ME, CNPJ nº 04.273.399/0001-35, por não ter sido localizada no endereço informado no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

Art. 2º. Inidôneos e não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados, os documentos emitidos por essa pessoa jurídica a partir da data da publicação deste Ato.

LEONARDO BARBOSA FROTA



**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4,  
DE 9 DE SETEMBRO DE 2016**

Declara inapta a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU, em 17 de maio de 2012; nos termos dos artigos 40, inciso II c/c 42, inciso II, da Instrução Normativa SRF nº 1634, de 06/05/2016, DOU 09/05/2016 e ainda, de acordo com o que ficou apurado no processo administrativo nº 10283.726117/2016-17, declara:

Art. 1º. Inapta a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda, da pessoa jurídica R. GOMES DE SOUSA - ME, CNPJ nº 07.305.987/0001-00, por não ter sido localizada no endereço informado no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

Art. 2º. Inidôneos e não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados, os documentos emitidos por essa pessoa jurídica a partir da data da publicação deste Ato.

LEONARDO BARBOSA FROTA

**SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO  
TRIBUTÁRIO**

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 76,  
DE 12 DE SETEMBRO DE 2016**

Declara nulidade no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO-SECAT, DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE MANAUS-AM, no uso da(s) atribuição(ões) que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU em 17 de maio de 2012; e tendo em vista o disposto nos artigos. 2º, inciso VII, 17, 18, 19, §§ 1º e 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 13 de fevereiro de 2015, e considerando o que consta no processo administrativo nº 10283.002161/2009-17, declara:

Art. 1º ANULAR a inscrição no CPF 533.703.092-20 de JOÃO GLENIO MEYER.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALZEMIR ALVES DE VASCONCELOS

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 77,  
DE 12 DE SETEMBRO DE 2016**

Declara nulidade no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO-SECAT, DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE MANAUS-AM, no uso da(s) atribuição(ões) que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU em 17 de maio de 2012; e tendo em vista o disposto nos artigos. 2º, inciso VII, 17, 18, 19, §§ 1º e 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 13 de fevereiro de 2015, e considerando o que consta no processo administrativo nº 10283.002169/2009-75, declara:

Art. 1º ANULAR a inscrição no CPF 533.716.902-53 de GLENIS ALBRECHT STECKEL.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALZEMIR ALVES DE VASCONCELOS

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO  
FISCAL  
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL  
EM FORTALEZA**

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 91,  
DE 19 DE AGOSTO DE 2016**

Concede Habilitação no Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária - REPORTE, ao estabelecimento de pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, EM FORTALEZA-CE, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 302, incisos VI e IX da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012 (DOU de 17.5.2012, tendo-se, ainda, em vista as disposições contidas nos arts. 13 a 18 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004 (DOU de 22.12.2004), e suas posteriores alterações, o regulamentado no Decreto nº 6.582, de 26 de setembro de 2008 e na Instrução Normativa(IN) RFB nº 1.370, de 28 de junho de 2013

(DOU de 1.7.2013), observado seu Anexo I, e considerando-se, por fim, o constante do processo nº 10380.730.976/2015-21, declara:

Art. 1º. Fica concedida à pessoa jurídica COMPANHIA DE INTEGRAÇÃO PORTUÁRIA DO CEARÁ - CEARAPORTOS, inscrita no CNPJ sob nº 01.256.678/0001-00 (matriz), a habilitação para "explorar instalação portuária de uso privativo misto ou exclusivo, inclusive aquelas que operam com embarcações de offshore", nos termos do art. 15, caput, da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, c/c o inciso IV, art. 6º da supracitada instrução normativa, no Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária - REPORTE, até 31 de dezembro de 2020, conforme disposto no artigo 16, "in fine" da Lei 11.033/2004, com nova redação dada pela Lei nº 13.169, de 2015, relativamente às aquisições e importações amparadas pelo REPORTE.

Art. 2º. A aplicação dos benefícios fiscais, relativos ao IPI e ao Imposto de Importação, fica condicionada à comprovação, pelo beneficiário, da quitação de tributos e contribuições federais e, no caso do IPI vinculado à importação e do Imposto de Importação, à formalização de termo de responsabilidade em relação ao crédito tributário suspenso (cfe. § 3º, art. 14 da Lei nº 11.033/2004).

Art. 3º. A suspensão do Imposto de Importação somente será aplicada a máquinas, equipamentos e outros bens que não possuam similar nacional (cfe. § 4º, art. 14 da Lei 11.033/2004).

Art. 4º. As máquinas, equipamentos e bens objetos do referido regime tributário são os constantes dos Anexos I e II ao Decreto nº 6.582, de 26 de setembro de 2008 (cfe seus arts. 1º e 2º).

Art. 5º. A transferência, a qualquer título, de propriedade dos bens adquiridos no mercado interno ou importados mediante aplicação do REPORTE, dentro do prazo de 05(cinco) anos, contado da data da ocorrência do respectivo fato gerador, deverá ser precedida de autorização da Secretaria da Receita Federal e do recolhimento dos tributos suspensos, acrescidos de juros e de multa de mora estabelecidos na legislação aplicável (cfe. §§ 1º, 2º e 5º da Lei nº 11.033/2004).

Art. 6º. A presente habilitação será cancelada, de ofício, a qualquer tempo nas hipóteses disciplinadas nos termos das alíneas "a", "b" ou "c", inciso II do art. 18 da IN RFB nº 1.370/2013.

Art. 7º. Na hipótese de utilização dos bens adquiridos no mercado interno ou importados com os benefícios do citado regime tributário em finalidades diversas daquelas estabelecidas no caput e no § 1º do art. 5º e no art. 9º da IN RFB nº 1.370/2013, a pessoa jurídica habilitada ou coabilitada fica sujeita às penalidades e obrigações disciplinadas nos termos dos incisos I e II, alíneas "a" e "b" e o § 1º e seus incisos I e II do art. 21 desta mesma instrução normativa.

Art. 8º. A pessoa jurídica beneficiária do presente regime tributário deverá observar demais dispositivos normativos, inclusive devendo fazer constar na nota fiscal as informações descritas nos arts. 23 e 24 do capítulo IV, das "disposições gerais", da referida instrução normativa.

Art. 9º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, observado, quando for o caso, o disposto no § 3º, art. 5º, da citada Instrução Normativa.

Art. 10. Publique-se no Diário Oficial da União e cientifique-se a requerente.

CLÁUDIO HENRIQUE GOMES DE OLIVEIRA

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO  
FISCAL  
DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO**

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.026,  
DE 12 DE SETEMBRO DE 2016**

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF ISENÇÃO. RENDIMENTOS RECEBIDOS POR TÉCNICOS A SERVIÇO DA ONU CONTRATADOS NO BRASIL PARA ATUAREM NO PNUD. RECURSO ESPECIAL Nº 1.306.393/DF.

O Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o Recurso Especial nº 1.306.393/DF, submetido ao rito do art. 543-C do Código de Processo Civil de 1973, estabeleceu serem isentos do Imposto sobre a Renda os rendimentos recebidos por técnicos a serviço da Organização das Nações Unidas (ONU) contratados no Brasil para atuarem no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

A Corte entendeu que a isenção se aplica tanto aos funcionários do PNUD quanto aos que a ele prestam serviço na condição de peritos de assistência técnica, categorias equiparadas em razão da aprovação, por meio de decreto legislativo, do Acordo Básico de Assistência Técnica firmado entre o Brasil, a ONU e suas agências.

A condição de perito, segundo se extrai da decisão no referido recurso especial, deriva de um contrato temporário com período pré-fixado ou por meio de empreitada a ser realizada (apresentação ou execução de projeto e/ou consultoria).

Em razão do disposto no art. 19 da Lei nº 10.522, de 2002, na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1, de 2014, e na Nota PGFN/CRJ nº 1.549, de 2012, a Secretaria da Receita Federal do Brasil encontra-se vinculada ao referido entendimento.

VINCULAÇÃO À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 64, DE 7 DE MARÇO DE 2014.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.522, de 2002, art. 19; Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1, de 2014; Nota PGFN/CRJ nº 1.549, de 2012.

Assunto: Processo Administrativo Fiscal

Consulta parcialmente conhecida.

É ineficaz a parte da consulta que não preenche os requisitos de admissibilidade constantes da legislação pertinente.

Dispositivos Legais: Decreto nº 70.235, de 1972, arts. 46, "caput", e 52, inciso I; Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 2013, art. 18, incisos I e XIV.

FLÁVIO OSÓRIO DE BARROS  
Chefe da Disit

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO  
FISCAL  
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL  
EM BELO HORIZONTE**

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 112,  
DE 2 DE SETEMBRO DE 2016**

Restabelece a inscrição que menciona no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE - MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, DOU de 17/05/2012, e tendo em vista o disposto no art. 31, § 3º, da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1634, de 06 de maio de 2016, e considerando o que consta no processo administrativo nº 10100.004297/0715-34, resolve:

Art. 1º - RESTABELECER a inscrição nº 17.194.085/0001-99, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), da pessoa jurídica denominada COLETIVOS VENDA NOVA LIMITADA, em virtude da regularização de sua situação cadastral, mediante a comprovação de sua localização.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

WASHINGTON TORRES

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 117,  
DE 8 DE SETEMBRO DE 2016**

Declara a inscrição de pessoa jurídica no Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE/MG, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 314, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012; com base no art. 3º da Instrução Normativa SRF nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013; e considerando ainda as informações constantes do dossiê digital de atendimento nº 10010.012790/0616-55, declara:

Art. 1º Inscrita no REGISTRO ESPECIAL, sob o nº 06101/208, a empresa CACHAÇARIA FLOR DE CANA LTDA - ME, CNPJ Nº 18.779.376/0001-01, estabelecida na Fazenda Vilarejo Vigário da Vara S/N, Bairro Vigário da Vara - Zona Rural, Santa Bárbara, MG; na atividade de ATACADISTA de bebidas classificadas na TIPI na posição NCM sob o código 22.08, não alcançando este registro qualquer outro estabelecimento da empresa.

Art. 2º O estabelecimento acima identificado deverá cumprir as obrigações da Instrução Normativa SRF nº 1.432/2013, sob pena de cancelamento do registro especial, conforme disposto no art. 8º da referida Instrução Normativa, bem como observar os demais atos legais e normativos pertinentes.

Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO JOSÉ DEHON SÃO TIAGO SANTIAGO

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 118,  
DE 8 DE SETEMBRO DE 2016**

Declara a inscrição de pessoa jurídica no Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE/MG, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 314, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012; com base no art. 3º da Instrução Normativa SRF nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013; e considerando ainda as informações constantes do dossiê digital de atendimento nº 10010.012790/0616-55, declara:

Art. 1º Inscrita no REGISTRO ESPECIAL, sob o nº 06101/209, a empresa CACHAÇARIA FLOR DE CANA LTDA - ME, CNPJ Nº 18.779.376/0001-01, estabelecida na Fazenda Vilarejo Vigário da Vara S/N, Bairro Vigário da Vara - Zona Rural, Santa Bárbara, MG; na atividade de ENGARRAFADOR de bebidas classificadas na TIPI na posição NCM sob o código 22.08, não alcançando este registro qualquer outro estabelecimento da empresa.

Art. 2º O estabelecimento acima identificado deverá cumprir as obrigações da Instrução Normativa SRF nº 1.432/2013, sob pena de cancelamento do registro especial, conforme disposto no art. 8º da referida Instrução Normativa, bem como observar os demais atos legais e normativos pertinentes.

Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO JOSÉ DEHON SÃO TIAGO SANTIAGO

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 119,  
DE 8 DE SETEMBRO DE 2016**

Declara a inscrição de pessoa jurídica no Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE/MG, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 314, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012; com base no art. 3º da Instrução Normativa SRF nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013; e considerando ainda as informações constantes do dossiê digital de atendimento nº 10010.012790/0616-55, declara:

Art. 1º Inscrita no REGISTRO ESPECIAL, sob o nº 06101/210, a empresa CACHAÇARIA FLOR DE CANA LTDA - ME, CNPJ nº 18.779.376/0001-01, estabelecida na Fazenda Vilarinho Vigário da Vara S/N, Bairro Vigário da Vara - Zona Rural, Santa Bárbara, MG; na atividade de PRODUTOR de bebidas classificadas na TIPI na posição NCM sob o código 22.08, não alcançando este registro qualquer outro estabelecimento da empresa.

Art. 2º O estabelecimento acima identificado deverá cumprir as obrigações da Instrução Normativa SRF nº 1.432/2013, sob pena de cancelamento do registro especial, conforme disposto no art. 8º da referida Instrução Normativa, bem como observar os demais atos legais e normativos pertinentes.

Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO JOSÉ DEHON SÃO TIAGO SANTIAGO

**DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL  
EM CORONEL FABRICIANO**

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 18,  
DE 2 DE SETEMBRO DE 2016.**

Declara a habilitação no Regime Especial de Tributação - Programa Mais Leite Saudável.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CORONEL FABRICIANO/MG, no uso das atribuições que lhe conferem o Art. 302, inciso VII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º-A, da Lei nº 10.925 de 23 de julho de 2004, no artigo 23 do Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, no artigo 16 da Instrução Normativa RFB nº 1.590, de 5 de novembro de 2015 e considerando o que consta no e-dossiê nº 10010.014492/0616-08, declara:

Art. 1º Habilitar no Regime Especial de Tributação - Programa Mais Leite Saudável - a pessoa jurídica Laticínios Mania Ltda, CNPJ: 04.846.441/0001-60, titular do projeto de investimento, com período de vigência de 31/12/2015 a 31/12/2016, destinado ao fornecimento de informativo técnico e cartilha de boas práticas agropecuárias aos seus produtores, aprovado pela Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural, e do Cooperativismo subordinada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA

**DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL  
EM DIVINÓPOLIS**

**PORTARIA Nº 26, DE 9 DE SETEMBRO DE 2016**

Exclui pessoa jurídica do REFIS

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM DIVINÓPOLIS/MG, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no inciso II do art. 5º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 - inadimplência por três meses consecutivos ou seis meses alternados, o que primeiro ocorrer, relativamente a qualquer dos tributos e das contribuições abrangidos pelo REFIS, inclusive os com vencimento após 29 de fevereiro de 2000 - a pessoa jurídica EMPREENDIMENTOS FLORESTAIS SERA BONITA LTDA, CNPJ 22.744106/0001-32, com efeitos a partir de 01 de OUTUBRO de 2016, conforme o despacho decisório exarado no processo administrativo nº 10665.720853/2016-77.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS PAULO PEREIRA MILAGRES

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO  
FISCAL**

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 22,  
DE 12 DE SETEMBRO DE 2016**

Declara o alfandegamento do estabelecimento que menciona.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto na Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, o disposto na Portaria MF nº 112, de 10 de junho de 2.008 e tendo, ainda, em vista o que consta do processo MF nº 10715.722608/2016-61 declara:

Art. 1º Alfandegado, a título permanente e em caráter precário, até 28 de fevereiro de 2023, o depósito de loja franca administrado por DUFREY DO BRASIL DUTY FREE SHOP LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 27.197.888/0003-12, localizado no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão - Antônio Carlos Jobim, Rua D s/n Parte, com área de 7.527,88 m², em conformidade com o Contrato de Concessão de Uso de Área nº 02-2014/0001/AD-06, firmado com a empresa Concessionária do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro S/A - RioGaleão.

Art. 2º O recinto em apreço ficará sob a jurisdição da Alfândega do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão - Antônio Carlos Jobim, que poderá estabelecer as rotinas operacionais que se fizerem necessárias ao controle fiscal.

Art. 3º Cumprirá a autorização ressarcir ao Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - FUNDAF, instituído pelo Decreto - Lei nº 1.437, de 17 de dezembro de 1975, adotando-se para este fim a sistemática estabelecida na Instrução Normativa SRF nº 180, de 24 de julho de 2002.

Art. 4º Ao recinto ora alfandegado atribui-se o código 7.91.77.02-6, conforme estabelece a Instrução Normativa SRF nº 15, de 22 de fevereiro de 1991.

Art. 5º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo nº 12, de 12 de maio de 2016 (DOU de 13/05/2016).

Art. 6º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCUS VINÍCIUS VIDAL PONTES

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO  
FISCAL**

**DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL  
EM ARARAQUARA**

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 24,  
DE 12 DE SETEMBRO DE 2016**

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARARAQUARA - SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, considerando o disposto no artigo na Instrução Normativa (IN) RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, com as alterações dadas pela Instrução Normativa RFB nº 1.048, de 29 de junho de 2010 e nº 1.011, de 23 de fevereiro de 2010, e face ao que consta do processo nº 12896.000132/2010-63, declara:

Artigo 1º - Cancelado, a pedido do contribuinte, o Registro Especial de Gráfica - GP-08122/00033, concedido pelo ADE nº 0022/2010 de 01/09/2010, publicado no DOU em 17/09/2010 - Processo administrativo nº 12896.000132/2010-63, para o estabelecimento da empresa BOLSONI AGENCIA DE PUBLICIDADE LTDA - EPP, inscrito no CNPJ sob o número 52.004.769/0001-81, localizado na rua Maurício Galli, 1.215 - Vila Sedenho - Araraquara/SP.

Artigo 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação e produz efeitos a partir de 02/06/2016.

MAURICIO NOVAES FERREIRA

**DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL  
EM BAURU**

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 19,  
DE 2 DE SETEMBRO DE 2016**

Concede, à pessoa jurídica que menciona, co-habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI)

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BAURU/SP, no uso de suas atribuições, definidas no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 11, caput, da Instrução Normativa nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações e, considerando o que consta no processo nº 13807.726711/2016-40, resolve:

Art. 1º - Co-Habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007, consoante o disposto no artigo 11, da Instrução Normativa nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, considerando para tal ter sido a mesma contratada pela empresa Con-

cessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A. (CNPJ nº 19.208.022/0001-70) para o fornecimento de bens e serviços à execução do projeto aprovado pela Portaria nº 69/2014, do Ministério dos Transportes, publicada no D.O.U. de 17/03/2014 o qual, mencione-se, está habilitado no REIDI por intermédio do ADE nº 08/2014, publicado no D.O.U. de 09/04/2014, emitido pela DRF/UBERLÂNDIA-MG.

Empresa: Transvale-Pavimentação e Terraplanagem Ltda.

CNPJ: 74.693.896/0001-78

CEI: 5.122.407.566/78

Nome do Projeto: Recuperação, conservação, manutenção, operação, implantação de melhorias e ampliação da capacidade da Rodovia BR-050/GO/MG, com extensão de 436,6 km

Portaria de aprovação: MT nº 69/2014

Setor de Infraestrutura: Transportes - Rodovias

Prazo estimado de execução: 05 anos

Art. 2º - O benefício no REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos contados da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura (Lei nº 11.488/2007, art. 5º c/c art. 4º, § único do Decreto nº 6.144/2007).

Art. 3º Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, contado da data em que adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da respectiva habilitação ou co-habilitação, nos termos do inciso I do art. 10 (art. 9º do Decreto nº 6.144/2007).

Parágrafo único. O descumprimento do disposto no caput sujeita a pessoa jurídica à multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por mês-calendário ou fração de atraso, nos termos do art. 57, inciso I, da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, sem prejuízo das demais sanções cabíveis (§ único do art. 9º do Decreto nº 6.144/2007).

Art. 4º - A presente co-habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 5º - Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CARLOS APARECIDO ANÉZIO

**DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL  
EM TAUBATÉ**

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 28,  
DE 8 DE SETEMBRO DE 2016**

Exclui do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) de que tratam os arts. 12 a 41 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com a redação dada pela Lei Complementar nº 127, de 14 de agosto de 2007, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ/SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com a redação dada pela Lei Complementar nº 127, de 14 de agosto de 2007, e nos arts. 75 e 76 da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011, declara:

I - EXCLUÍDA do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), a partir de 1º de agosto de 2010, a pessoa jurídica PH AQUINO TERRAPLENAGEM LTDA - ME, CNPJ nº 09.073.900/0001-33, com endereço na Rua vereador Cícero Pereira dos Santos, 1.450, Vila Bela, Guaratinguetá/SP, CEP 12522-465, nos termos dos incisos XII do art. 17 e I do art. 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações, combinados com o inciso I do art. 76, este da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011, tudo em conformidade com o que foi apurado no processo administrativo nº 10860.720823/2016-54.

II - A fim de assegurar o contraditório e a ampla defesa, é facultado à pessoa jurídica, por meio de seu representante legal ou procurador, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da data da publicação deste Ato, manifestar por escrito sua inconformidade com relação à exclusão à Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Ribeirão Preto, nos termos do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972.

Parágrafo Único - Não havendo manifestação de inconformidade no prazo mencionado no caput deste artigo, a exclusão tornar-se-á definitiva.

III - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

HAILTON DE PAULA



DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 108, DE 16 DE AGOSTO DE 2016

Concede Regime Especial de Suspensão do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que tratam o art. 5º da Lei nº 9.826, de 23 de agosto de 1999, e o art. 29 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 226 e 305 (dada a delegação prevista pelo artigo 303), do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 948, de 15 de junho de 2009 (e alterações) e o constante do processo administrativo nº 18186.725718/2016-12 resolve:

Art. 1º Conceder à pessoa jurídica a seguir identificada e a seus estabelecimentos o Regime Especial de que trata a Instrução Normativa RFB nº 948, de 15 de junho de 2009, e alterações posteriores.

Nome empresarial: FARÓIS VINCO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

Nº Inscrição nº CNPJ : 60.609.088/0001-75

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

REGINA COELI ALVES DE MELLO

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO SERVIÇO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL

ATOS DECLARATÓRIOS EXECUTIVOS DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

Cancelam contribuintes nos registros especiais para estabelecimentos que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

A CHEFE DO SERVIÇO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Portaria DEFIS/SPO nº 91, de 24 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 30 de maio de 2016, considerando o disposto na Instrução Normativa SRF nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e alterações posteriores, declara:

Nº 146 - Cancela o Registro Especial de IMPORTADOR-IP-08190/00057, concedido pelo ADE nº 0540/2010 de 19/05/2010 publicado no DOU em 21/05/2010 - Processo nº 11610.006313/2001-07 para o estabelecimento da empresa OLIVEIRA ROCHA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o número 00.545.809/0001-07 BAIXADO em 09/05/16.

Nº 147 - Cancela o Registro Especial de USUÁRIO-UP-08190/00119, concedido pelo ADE nº 0525/2010 de 19/05/2010 publicado no DOU em 21/05/2010 - Processo nº 11610.006313/2001-07 para o estabelecimento da empresa OLIVEIRA ROCHA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o número 00.545.809/0001-07 BAIXADO em 09/05/16.

Nº 148 - Cancela o Registro Especial de USUÁRIO-UP-08190/00547, concedido pelo ADE nº 0250/2010 de 04/05/2010 publicado no DOU em 07/05/2010 - Processo nº 11610.003228/2002-60 para o estabelecimento da empresa EDITORA KATA-STROPHE MIDIA LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o número 03.088.832/0001-08 BAIXADO em 28/11/13.

Nº 149 - Cancela o Registro Especial de USUÁRIO-UP-08190/00715, concedido pelo ADE nº 0637/2010 de 25/05/2010 publicado no DOU em 02/06/2010 - Processo nº 11610.006456/2002-91 para o estabelecimento da empresa EDITORA NAOS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o número 01.055.422/0001-27 BAIXADO em 10/03/14.

Nº 150 - Cancela o Registro Especial de USUÁRIO-UP-08190/00742, concedido pelo ADE nº 0432/2010 de 14/05/2010 publicado no DOU em 20/05/2010 - Processo nº 13804.003222/2002-41 para o estabelecimento da empresa IDEIA & AÇÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o número 02.004.143/0001-05 BAIXADO em 22/04/14.

Nº 151- Cancela o Registro Especial de USUÁRIO-UP-08190/00958, concedido pelo ADE nº 1287/2010 de 25/06/2010 publicado no DOU em 30/06/2010 - Processo nº 19679.006017/2004-68 para o estabelecimento da empresa EDITORA BRASBOL LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o número 06.129.097/0001-13 BAIXADO em 16/01/15.

Nº 152 - Cancela o Registro Especial de GRÁFICA-GP-08190/00387, concedido pelo ADE nº 0491/2010 de 17/05/2010 publicado no DOU em 20/05/2010 - Processo nº 19679.007902/2004-64 para o estabelecimento da empresa VILLE ARTES GRÁFICAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o número 05.659.213/0001-43 BAIXADO em 12/11/15.

Nº 153 - Cancela o Registro Especial de USUÁRIO-UP-08190/00987, concedido pelo ADE nº 0806/2010 de 02/06/2010 publicado no DOU em 08/06/2010 - Processo nº 19679.013627/2004-18 para o estabelecimento da empresa UNIVERSO EDITORIAL LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o número 06.972.864/0001-51 BAIXADO em 13/10/2015.

Nº 154 - Cancela o Registro Especial de USUÁRIO-UP-08190/01054, concedido pelo ADE nº 0848/2010 de 04/06/2010 publicado no DOU em 09/06/2010 - Processo nº 19679.013782/2004-34 para o estabelecimento da empresa USAC DO BRASIL EDITORA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o número 02.069.723/0001-72 BAIXADO em 07/10/15.

Nº 155 - Cancela o Registro Especial de IMPORTADOR-IP-08190/00448, concedido pelo ADE nº 0858/2010 de 04/06/2010 publicado no DOU em 09/06/2010 - Processo nº 19679.013782/2004-34 para o estabelecimento da empresa USAC DO BRASIL EDITORA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o número 02.069.723/0001-72 BAIXADO em 07/10/15.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 73, DE 9 DE SETEMBRO DE 2016

Declara inapta inscrição no CNPJ

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA - PR no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III do artigo 224, III e IX do artigo 302 e VI do artigo 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203 de 14 de maio de 2012 publicada no DOU de 17 de maio de 2012 e tendo em vista o disposto no artigo 42, § 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, combinado com os artigos 81 § 5º e 82 da Lei nº 9.430/1996 com redação dada pela Lei nº 11.941/09 e artigos 40, inciso II, 42, incisos I e II e 47, § 3º, inciso I, letra "b" da referida IN, declara:

Artigo 1º. Inaptas as inscrições no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) abaixo identificadas, por não terem sido localizadas nos endereços constantes do CNPJ, conforme constatado nos respectivos processos administrativos fiscais.

Artigo 2º. Tributariamente ineficazes os documentos emitidos por estas empresas, a partir da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo.

| CONTRIBUINTE                                             | CNPJ               | PROCESSO             |
|----------------------------------------------------------|--------------------|----------------------|
| ATUAL COMÉRCIO EXTERIOR LTDA - ME                        | 10.278.347/0001-54 | 15165.721568/2016-28 |
| A ATUAL CARD DO BRASIL GRÁFICA E EDITORA LTDA            | 05.692.814/0001-58 | 15165.721567/2016-83 |
| GLAZE FILM IMPORTADORA E COMÉRCIO DE PELÍCULAS LTDA - ME | 15.772.384/0001-38 | 15165.721703/2016-35 |
| SM SOARES COMÉRCIO DE INFORMÁTICA                        | 20.962.307/0001-80 | 13971.722609/2016-73 |
| E.L.C MATTOZO SOM E IMAGEM - ME                          | 22.950.270/0001-04 | 13971.722608/2016-29 |

ARTHUR CEZAR ROCHA CAZELLA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 74, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

Exclui pessoa jurídica do Parcelamento Excepcional (Paex), de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.

O AUDITOR-FISCAL DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL abaixo identificado, EM EXERCÍCIO NA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA, no uso da competência delegada pela Portaria DRF/Cta nº 187, de 06 de novembro de 2009, publicada no DOU de 12 de novembro de 2009, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da MP nº 303, de 29 de junho de 2006 e no art. 6º da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1, de 03 de janeiro de 2007, declara:

Art. 1º Fica excluída do Parcelamento Excepcional (Paex) de que trata o art. 1º da MP nº 303, de 29 de junho de 2006, de acordo com seu art. 7º, a pessoa jurídica GL - DISPECAL DISTRIBUIDORA DE PEÇAS LTDA, CNPJ 77.808.764/0001-32, tendo em vista que foi constatada a inadimplência, por dois meses consecutivos, de parcelas e recolhimento de tributos ou contribuições junto à Receita Federal do Brasil.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paex.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal em Curitiba, na Rua João Negrão, 246 - 4º Andar, das 7:00 às 19:00 horas.

Nº 156 - Cancela o Registro Especial de USUÁRIO - UP-08190/01237, concedido pelo ADE nº 1139/2010 de 16/06/2010 publicado no DOU em 22/06/2010 - Processo nº 13807.012323/2008-78 para o estabelecimento da empresa CAPELA EDITORA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o número 02.167.222/0001-29 BAIXADO em 16/10/15.

Nº 157 - Cancela o Registro Especial de USUÁRIO - UP-08190/01336, concedido pelo ADE nº 1225/2010 de 21/06/2010 publicado no DOU em 29/06/2010 - Processo nº 11610.010923/2009-54 para o estabelecimento da empresa LIVRARIA E EDITORA BALIEIRO LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o número 01.852.291/0001-09 BAIXADO em 11/03/15.

Nº 158 - Cancela o Registro Especial de USUÁRIO - UP-08190/01457, concedido pelo ADE nº 1472/2010 de 22/10/2010 publicado no DOU em 26/10/2010 - Processo nº 13807.006177/2010-66 para o estabelecimento da empresa EDITORA PALAVRA AO MUNDO LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o número 01.642.877/0001-49 BAIXADO em 11/04/16.

Nº 159 - Cancela o Registro Especial de DISTRIBUIDOR-DP-08190/00161 concedido pelo ADE nº 0212/2012 de 28/08/2012 publicado no DOU em 29/08/2012 - Processo nº 13807.724427/2012-13 para o estabelecimento da empresa ALVES COMERCIO DE PAPEIS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o número 05.276.130/0001-75 BAIXADO em 18/02/16.

Os presentes Atos Declaratórios Executivos entram em vigor na data de sua publicação.

CECÍLIA CÍCERA DA PALMA

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paex será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS VINICIUS RINALDI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 187, DE 9 DE SETEMBRO DE 2016

Declara inapta perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 224, inciso III e 302, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17/05/2012, com fundamento no artigo 40, inciso II, combinado com inciso II e §2º do art. 42 da Instrução Normativa 1.634 de 06/05/2016, declara:

I - INAPTA, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, com efeitos a partir da publicação deste ADE, a inscrição nº 11.225.867/0001-52, da empresa RAP IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA ME, considerando o teor do processo nº 10909.720761/2013-34 por não ter sido localizada no endereço constante do CNPJ informado à RFB.

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

## SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

### PORTARIA Nº 548, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA SUBSTITUTO, DA SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN no 123, de 23 de abril de 2015, a Portaria STN no 143, de 12 de março de 2004, e tendo em vista o disposto na Portaria MF no 183, de 31 de julho de 2003, e em conformidade com a Lei nº 12.688, de 18 de julho 2012, com a Portaria Interministerial MF/ME nº 376, de 18 de setembro de 2014, e com a Portaria GM/MF nº 350, de 2 de setembro de 2014, resolve:

Art. 1º Autorizar a emissão de 8.516 (oito mil, quinhentos e dezesseis) Certificados Financeiros do Tesouro, Série B - CFT-B, no valor de R\$ 11.167.371,44 (onze milhões, cento e sessenta e sete mil, trezentos e setenta e um reais e quarenta e quatro centavos), a serem colocados em favor do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, observadas as seguintes condições:

I - forma de colocação: direta, ao par, em favor do FNDE;  
II - modalidade: nominativa;  
III - valor nominal na data-base: múltiplo de R\$1.000,00 (mil reais);

IV - data-base: 1º de julho de 2000;  
V - data de emissão: 1º de janeiro de 2015;  
VI - prazo: 15 anos;  
VII - valor nominal em 01.09.2016: R\$ 1.311,34 (hum mil, trezentos e onze reais e trinta e quatro centavos);  
VIII - taxa de juros: não há; e  
IX - atualização do valor nominal: pelo índice calculado com base na TR, divulgada pelo Banco Central do Brasil, desde a data-base do certificado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO DE PÁDUA FERREIRA PASSOS

## SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DIRETORIA COLEGIADA

### DECISÃO DE 5 DE SETEMBRO DE 2016

A Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 5º da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001; artigo 7º, inciso III, da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2010; e artigo 11, inciso III, do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, faz saber que decidiu:

DECISÃO Nº 34/2016/DICOL/PREVIC  
PROCESSO: 44011.000591/2014-75  
AUTUADOS: Jânio Fábio Machado Lessa e outros  
ENTIDADE: Fundação de Previdência Privada da Terracap - FUNTERRA

ASSUNTO: Auto de infração nº 14/14-11  
Vistos, relatados e discutidos os autos do processo nº 44011.000591/2014-75, relativo ao auto de infração nº 14/14-11, de 19/12/2014, lavrado contra Jânio Fábio Machado Lessa, Diretor Superintendente; Teresinha da Cunha Marra Pinheiro, Diretora Financeira e AETQ; e Luciana Rodrigues Costa, Gerente de Investimentos e Controle de Riscos, à época dos fatos, por aplicarem os recursos garantidores das reservas técnicas, provisões e fundos dos planos administrados pela Fundação de Previdência Privada da Terracap - FUNTERRA em desacordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, infringindo o § 1º do art. 9º da Lei Complementar nº 109/2001 c/c art. 4º e 30 da Resolução CMN nº 3.792/2009; capitulado no art. 64 do Decreto nº 4.942/2003, decidem os membros da Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, por unanimidade, julgar PRO-CEDENTE o Auto do Infração nº 14/14-14, de 19/12/2014, em relação aos autuados Jânio Fábio Machado Lessa, Teresinha da Cunha Marra Pinheiro e Luciana Rodrigues Costa, com aplicação da pena de MULTA pecuniária, no valor R\$ 35.814,50 (trinta e cinco mil, oitocentos e quatorze reais e cinquenta centavos), atualizada pela Portaria MPS/SPC nº 3.227 de 11/12/2009, para todos os autuados; cumulada com a pena de SUSPENSÃO por 30 (trinta) dias para a autuada Teresinha da Cunha Marra Pinheiro; nos termos do Parecer nº 35/2016/CGDC/DICOL/PREVIC, de 17 de agosto de 2016, aprovado nesta oportunidade.

JOSÉ ROBERTO FERREIRA  
Presidente da Diretoria Colegiada

## SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS

### PORTARIA Nº 80, DE 9 DE SETEMBRO DE 2016

O DIRETOR DA DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.002097/2016-11, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de membro para a diretoria geral da BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A, CNPJ nº 51.990.695/0001-37, com sede na cidade de Osasco - SP, na assembleia geral extraordinária realizada em 30 de maio de 2016:

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

### PORTARIA Nº 81, DE 9 DE SETEMBRO DE 2016

O DIRETOR DA DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto no artigo 4º do Decreto-Lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967, combinado com o artigo 77 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.002097/2016-76, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de membro para a diretoria geral da BRADESCO CAPITALIZAÇÃO S.A., CNPJ nº 33.010.851/0001-74, com sede na cidade de Barueri - SP, na assembleia geral extraordinária realizada em 30 de maio de 2016:

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

### PORTARIA Nº 82, DE 9 DE SETEMBRO DE 2016

O DIRETOR DA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.001120/2016-13, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administradores de ESSOR SEGUROS S.A., CNPJ n. 14.525.684/0001-50, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberação tomada por seus acionistas nas assembleias gerais ordinária e extraordinária realizadas cumulativamente em 29 de março de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

### PORTARIA Nº 83, DE 9 DE SETEMBRO DE 2016

O DIRETOR DA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.002330/2016-11, resolve:

Art. 1º Aprovar a alteração do artigo 7º do estatuto social de AIG RESSEGUROS BRASIL S.A., CNPJ n. 13.525.547/0001-52, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberação tomada por seus acionistas na assembleia geral extraordinária realizada em 8 de julho de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

### PORTARIA Nº 84, DE 9 DE SETEMBRO DE 2016

O DIRETOR DA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.001996/2016-51, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administrador de COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL, CNPJ n. 28.196.889/0001-43, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberação tomada por seu único acionista na assembleia geral extraordinária realizada em 6 de junho de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

### PORTARIA Nº 85, DE 9 DE SETEMBRO DE 2016

O DIRETOR DA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.002031/2016-86, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de SWISS RE BRASIL RESSEGUROS S.A., CNPJ n. 15.047.380/0001-97, com sede na cidade de São Paulo - SP, na assembleia geral extraordinária realizada em 16 de junho de 2016:

I - Aumento do capital social em R\$ 100.381.449,51, elevando-o para R\$ 294.864.449,51, dividido em 294.864.449 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; e

II - Alteração do artigo 5º e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

### PORTARIA Nº 86, DE 9 DE SETEMBRO DE 2016

O DIRETOR DA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.001094/2016-15, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administradores de USEBENS SEGUROS S.A., CNPJ n. 09.180.505/0001-50, com sede na cidade de São Paulo - SP, nas assembleias gerais ordinária e extraordinária realizadas cumulativamente em 1º de março de 2016 e 10 de maio de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO DE PAULA

### PORTARIA Nº 87, DE 9 DE SETEMBRO DE 2016

O DIRETOR DA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.00001549/2016-01, resolve:

Art. 1º Aprovar a reeleição dos membros da Diretoria Executiva, tomada pelos acionistas da UNIMED SEGUROS PATRIMONIAIS S.A., CNPJ nº 12.973.906/0001-93, com sede na cidade de São Paulo-SP, nas assembleias gerais ordinária e extraordinária realizadas cumulativamente em 31 de março de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

### PORTARIA Nº 88, DE 9 DE SETEMBRO DE 2016

O DIRETOR DA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.001997/2016-04, resolve:

Art.1º Aprovar a eleição de administradores de MAPFRE VIDA S.A., CNPJ n. 54.484.753/0001-49, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberação tomada por seu único acionista na assembleia geral extraordinária realizada em 6 de junho de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO DE PAULA

### PORTARIA Nº 89, DE 9 DE SETEMBRO DE 2016

O DIRETOR DA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.001552/2016-16, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administradores de AXA CORPORATE SOLUTIONS BRASIL E AMÉRICA LATINA RESSEGUROS S.A., CNPJ n. 19.323.175/0001-68, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberação tomada por seus acionistas na assembleia geral ordinária realizada em 31 de março de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO DE PAULA

### PORTARIA Nº 90, DE 9 DE SETEMBRO DE 2016

O DIRETOR DA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.001534/2016-34, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição e a destituição de administradores de MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A., CNPJ n. 61.074.175/0001-38, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberação tomada por seu único acionista na assembleia geral extraordinária realizada em 1º de abril de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO DE PAULA

### PORTARIA Nº 91, DE 9 DE SETEMBRO DE 2016

O DIRETOR DA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.001507/2016-61, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas da SINAF PREVIDENCIAL CIA. DE SEGUROS, CNPJ nº 44.019.198/0001-20, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de março de 2016:



I - Investidura e Designação de Funções da Diretoria;  
II- Aumento de Capital no valor de R\$ 940.910,00 (no-  
vecentos e quarenta mil, novecentos e dez reais), passando o capital  
social para R\$ 12.422.972,09 (Doze milhões, quatrocentos e vinte e  
dois mil. Novecentos e setenta e dois reais e nove centavos), re-  
presentado por 653.840.566 (Seiscentos e cinquenta e três milhões,  
oitocentos e quarenta mil, quinhentos e sessenta e seis) ações no-  
minativas no valor de R\$19,00 (Dezenove reais);  
III- Alteração dos artigos 5º, 12, 13, 17 e 18 e Consolidação  
do Estatuto Social.  
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 92, DE 9 DE SETEMBRO DE 2016

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SE-  
GUROS PRIVADOS da SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS  
PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Su-  
perintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio  
de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do  
Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do  
processo Susep 15414.001636/2016-50, resolve:  
Art. 1º Aprovar a mudança do endereço da sede de VIR-  
GINIA SURETY COMPANHIA DE SEGUROS DO BRASIL, CNPJ  
n. 03.505.295/0001-46, com sede na cidade de Santo André - SP, para  
a Avenida Pereira Barreto, 1.395, 2º ao 4º andares, Torre Sul, Bairro  
Paraíso, CEP 09190-610, Santo André - SP, conforme deliberado por  
seus acionistas na assembleia geral extraordinária realizada em 29 de  
abril de 2016.  
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

Ministério da Integração Nacional

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO  
E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 171, DE 8 DE SETEMBRO DE 2016

Reconhece situação de emergência em mu-  
nicípios do Estado do Piauí.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA  
CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria  
Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no  
Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e  
Considerando o Decreto nº 16.674, de 12 de julho de 2016,  
do Estado do Piauí,  
Considerando ainda as demais informações constantes no  
processo nº 59051.002197/2016-34, resolve:  
Art. 1º Reconhecer, em decorrência de estiagem, COBRA-  
DE: 1.4.1.1.0, a situação de emergência nos municípios listados na  
tabela.

| Nº | Município                 |
|----|---------------------------|
| 1  | Acauã                     |
| 2  | Alagoinha do Piauí        |
| 3  | Alegrete do Piauí         |
| 4  | Alvorada do Gurguéia      |
| 5  | Anísio de Abreu           |
| 6  | Antônio Almeida           |
| 7  | Assunção do Piauí         |
| 8  | Avelino Lopes             |
| 9  | Barreiras do Piauí        |
| 10 | Bela Vista do Piauí       |
| 11 | Belém do Piauí            |
| 12 | Betânia do Piauí          |
| 13 | Bocaina                   |
| 14 | Bonfim do Piauí           |
| 15 | Brejo do Piauí            |
| 16 | Caldeirão Grande do Piauí |
| 17 | Campinas do Piauí         |
| 18 | Campo Alegre do Fidalgo   |
| 19 | Campo Grande do Piauí     |
| 20 | Campo Largo do Piauí      |
| 21 | Canto do Buriti           |
| 22 | Capitão Gervásio Oliveira |
| 23 | Caracol                   |
| 24 | Caridade do Piauí         |
| 25 | Colônia do Gurguéia       |
| 26 | Colônia do Piauí          |
| 27 | Conceição do Canindé      |
| 28 | Coronel José Dias         |
| 29 | Corrente                  |
| 30 | Cristino Castro           |
| 31 | Curimatá                  |
| 32 | Curral Novo do Piauí      |
| 33 | Dirceu Arcoverde          |
| 34 | Dom Expedito Lopes        |
| 35 | Dom Inocêncio             |
| 36 | Elesbão Veloso            |
| 37 | Eliseu Martins            |
| 38 | Fartura do Piauí          |
| 39 | Flores do Piauí           |
| 40 | Floresta do Piauí         |
| 41 | Francisco Macedo          |

|     |                                 |
|-----|---------------------------------|
| 42  | Francisco Santos                |
| 43  | Fronteiras                      |
| 44  | Geminiano                       |
| 45  | Gilbués                         |
| 46  | Guaribas                        |
| 47  | Inhuma                          |
| 48  | Ipiranga do Piauí               |
| 49  | Isaías Coelho                   |
| 50  | Itainópolis                     |
| 51  | Itaueira                        |
| 52  | Jacobina do Piauí               |
| 53  | Jaicós                          |
| 54  | João Costa                      |
| 55  | Júlio Borges                    |
| 56  | Jurema                          |
| 57  | Lagoa do Barro do Piauí         |
| 58  | Lagoa do Sítio                  |
| 59  | Landri Sales                    |
| 60  | Manoel Emídio                   |
| 61  | Marcolândia                     |
| 62  | Massapê do Piauí                |
| 63  | Miguel Alves                    |
| 64  | Monsenhor Hipólito              |
| 65  | Morro Cabeça no Tempo           |
| 66  | Nova Santa Rita                 |
| 67  | Padre Marcos                    |
| 68  | Paes Landim                     |
| 69  | Pajeú do Piauí                  |
| 70  | Palmeira do Piauí               |
| 71  | Paquetá                         |
| 72  | Parnaguá                        |
| 73  | Patos do Piauí                  |
| 74  | Paulistana                      |
| 75  | Pavussu                         |
| 76  | Pedro II                        |
| 77  | Pedro Laurentino                |
| 78  | Pimenteiras                     |
| 79  | Pio IX                          |
| 80  | Queimada Nova                   |
| 81  | Redenção do Gurguéia            |
| 82  | Regeneração                     |
| 83  | Ribeira do Piauí                |
| 84  | Rio Grande do Piauí             |
| 85  | Santa Cruz do Piauí             |
| 86  | Santa Cruz dos Milagres         |
| 87  | Santa Luz                       |
| 88  | Santana do Piauí                |
| 89  | Santo Antônio de Lisboa         |
| 90  | Santo Inácio do Piauí           |
| 91  | São Braz do Piauí               |
| 92  | São Francisco de Assis do Piauí |
| 93  | São Francisco do Piauí          |
| 94  | São Gonçalo do Gurguéia         |
| 95  | São João da Canabrava           |
| 96  | São João da Varjota             |
| 97  | São João do Piauí               |
| 98  | São José do Divino              |
| 99  | São José do Peixe               |
| 100 | São José do Piauí               |
| 101 | São Julião                      |
| 102 | São Lourenço do Piauí           |
| 103 | São Luís do Piauí               |
| 104 | São Miguel do Fidalgo           |
| 105 | São Pedro do Piauí              |
| 106 | São Raimundo Nonato             |
| 107 | Sebastião Barros                |
| 108 | Simões                          |
| 109 | Simplicio Mendes                |
| 110 | Socorro do Piauí                |
| 111 | Sussuapara                      |
| 112 | Tamboril do Piauí               |
| 113 | Valença do Piauí                |
| 114 | Várzea Branca                   |
| 115 | Vera Mendes                     |
| 116 | Vila Nova do Piauí              |
| 117 | Wall Ferraz                     |

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua pu-  
blicação.

RENATO NEWTON RAMLOW

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO  
DA AMAZÔNIA  
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 145, DE 24 DE AGOSTO DE 2016

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA  
DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM, com base  
no disposto na Lei Complementar nº 124, de 03 de janeiro de 2007,  
e no uso das atribuições que lhe conferem o art. 6º, II e XVII do  
Anexo I do Decreto nº 8.275, de 27 de junho de 2014, e o art. 10, II  
e XVII do Regimento Interno desta Autarquia, resolve:  
Art. 1º - Aprovar o projeto de Reinvestimento de 30% do  
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, referente à complementação de  
equipamentos, apresentado pela empresa LG ELECTRONICS DO  
BRASIL LTDA - FILIAL, CNPJ nº 01.166.372/0008-21, localizada  
em Manaus/AM, constante no processo nº CUP 59004/000058/2016-  
31, com base no Parecer Técnico nº 027/2016, reconhecendo-lhe o  
direito ao incentivo do Reinvestimento, referente aos anos-calendário  
2013 e 2014, no valor de R\$ 1.270.858,66 (um milhão, duzentos e  
setenta mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e sessenta e seis  
centavos), em observância à legislação em vigor, especialmente, ao  
Artigo 19 da Lei nº 8.167/91, Decreto 4.212/2002, Artigo 3º da

Medida Provisória nº 2.199-14/2001 e Portaria nº 283/2013 do Mi-  
nistério da Integração Nacional, que aprovou a consolidação do re-  
gulamento dos incentivos fiscais administrados pela SUDAM.  
Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua  
publicação.

PAULO ROBERTO CORREIA DA SILVA  
Superintendente

INOCENCIO RENATO GASPARIM  
Diretor de Gestão de Fundos, Incentivos  
e de Atração de Investimentos

KEILA ADRIANA RODRIGUES DE JESUS  
Diretora de Planejamento e Articulação de Políticas

Ministério da Justiça e Cidadania

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 833, DE 10 DE SETEMBRO DE 2016

Dispõe sobre o emprego da Força Nacional  
de Segurança Pública em apoio ao Sistema  
de Segurança Pública do Estado do Rio  
Grande do Norte.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA,  
no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na Lei nº  
11.473, de 10 de maio de 2007; no Decreto nº 5.289, de 29 de  
novembro de 2004; na Portaria nº 3.383, de 24 de outubro de 2013;  
no Convênio de Cooperação Federativa celebrado entre a União e o  
Estado do Rio Grande do Norte; e

Considerando a manifestação do Governador do Estado do  
Rio Grande do Norte, Robinson de Faria, contida no Ofício nº  
159/2016-GE, de 23 de agosto de 2016, quanto à solicitação de  
emprego da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) para atuar  
em todo o território estadual, em prol da preservação da ordem  
pública, resolve:

Art. 1º Autorizar o emprego da FNSP, em caráter episódico  
e planejado, em consonância com a Secretaria de Segurança Pública  
e da Defesa Social, por 60 (sessenta) dias, a contar da publicação  
desta Portaria, para exercer ações de polícia ostensiva, em conjunto  
com a Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º A operação terá o apoio logístico do ente federado  
solicitante, nos termos do convênio de cooperação firmado entre as  
partes, bem como a permissão de acesso aos sistemas de informação,  
inteligência, disque-denúncia e ocorrências, no âmbito da Segurança  
Pública, durante a vigência desta Portaria.

Art. 3º O número de profissionais a ser disponibilizado pelo  
Ministério da Justiça e Cidadania obedecerá ao planejamento definido  
pelos entes envolvidos na operação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

ALEXANDRE DE MORAES

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA  
ECONÔMICA  
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE-GERAL

Em 12 de setembro de 2016

Nº 1.111. Ato de Concentração nº 08700.005259/2016-37. Reque-  
rentes: Cocamar Cooperativa Agroindustrial e Solomar Ltda. Ad-  
vogados: João Joaquim Martinelli e outros. Acolho o Parecer nº  
243/2016/CGAA5/SGA1/SG/CADE, de 12 de setembro de 2016, e,  
com fulcro no §1º do art. 50 da Lei 9.784/99, integro as suas razões  
à presente decisão, inclusive quanto a sua motivação. Decido pela  
aprovação, sem restrições, do ato de concentração, nos termos do art.  
13, inciso XII, da Lei nº 12.529/11.

Nº 1.113. Ato de Concentração nº 08700.006167/2016-74. Reque-  
rentes: Panama MergerSub, LLC e Pantheon Topco, Inc. Advogados:  
Barbara Rosemberg, Marcos A. T Exposto JR e outros. Decido pela  
aprovação sem restrições.

Nº 1.114. Ato de Concentração nº 08700.006027/2016-04. Reque-  
rentes: Angang Steel Co. Ltd., Guangzhou Automobile Group Bu-  
siness Co. Ltd. e TKAS Auto Steel Company Ltd. Advogado: Olavo  
Zago Chignalia, Letícia L. Monteiro de Barros e outros. Decido pela  
aprovação sem restrições.

Nº 1.115. Ato de Concentração nº 08700.006105/2016-62. Reque-  
rentes: Canada Pension Plan Investment e Aliansce Shopping Centers  
S.A. Advogados: Cristianne Saccab Zarzur e Ana Carolina C. Zoricic.  
Decido pela aprovação sem restrições.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE  
Substituto

**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
DIRETORIA EXECUTIVA  
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE  
SEGURANÇA PRIVADA**

**ALVARÁ Nº 3.856, DE 19 DE AGOSTO DE 2016**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/48836 - DELESP/DREX/SR/DPF/PB, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TKS SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 07.774.050/0002-56, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar na Paraíba, com Certificado de Segurança nº 1824/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

**ALVARÁ Nº 3.918, DE 25 DE AGOSTO DE 2016**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/41531 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FRICO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ nº 07.014.305/0001-00 para atuar em Goiás.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

**ALVARÁ Nº 4.094, DE 2 DE SETEMBRO DE 2016**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/52969 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MAURICEA ALIMENTOS DO NORDESTE LTDA, CNPJ nº 12.819.074/0001-33 para atuar em Pernambuco.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

**ALVARÁ Nº 4.102, DE 2 DE SETEMBRO DE 2016**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/56454 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve:

Conceder autorização à empresa ALVO ACADEMIA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 03.732.792/0001-87, sediada em Goiás, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:  
40000 (quarenta mil) Espoletas calibre 38  
3950 (três mil e novecentos e cinquenta) Gramas de pólvora  
40000 (quarenta mil) Projéteis calibre 38  
2000 (duas mil) Espoletas calibre .380  
2000 (dois mil) Projéteis calibre .380  
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

**ALVARÁ Nº 4.119, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/47057 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VERZANI & SANDRINI SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 64.179.724/0003-99, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 1933/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

**ALVARÁ Nº 4.130, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/42436 - DPF/CAC/PR, resolve:

Conceder autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa MINOTAURO SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI - ME, CNPJ nº 18.461.088/0001-04, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 1735/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

**ALVARÁ Nº 4.134, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/50814 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

Conceder autorização à empresa INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES LTDA, CNPJ nº 04.008.185/0002-12, sediada em Pernambuco, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:  
10 (dez) Revólveres calibre 38  
96 (noventa e seis) Munições calibre 38  
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

**DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL**

Em 22 de agosto de 2016

Nº 3.099 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 948/2014 - DPF/NIG/RJ, de 28/01/2014

ASSUNTO: Recurso Administrativo

INTERESSADO: CTS VIGILANCIA E SEGURANÇA - EIRELI, CNPJ Nº 02.250.366/0004-97

1. Não conheço do recurso, em razão da intempestividade;  
2. Ainda que o óbice acima fosse superado, no mérito, negaria provimento ao recurso interposto, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 2.500 UFIR, com fulcro no Parecer nº 33817/2016-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 3.121 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 10714/2013 - DPF/JVE/SC, de 18/12/2013

ASSUNTO: Recurso Administrativo

INTERESSADO: MAZARI VIGILANCIA SEGURANÇA LTDA, CNPJ Nº 04.273.147/0001-06

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 1.167 UFIR, com fulcro no Parecer nº 29785/2016-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 3.122 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 10718/2013 - DPF/JVE/SC, de 18/12/2013

ASSUNTO: Recurso Administrativo

INTERESSADO: MAZARI VIGILANCIA SEGURANÇA LTDA, CNPJ Nº 04.273.147/0001-06

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 2.500 UFIR, com fulcro no Parecer nº 29786/2016-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 3.123 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 10723/2013 - DPF/JVE/SC, de 18/12/2013

ASSUNTO: Recurso Administrativo

INTERESSADO: MAZARI VIGILANCIA SEGURANÇA LTDA, CNPJ Nº 04.273.147/0001-06

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 2.500 UFIR, com fulcro no Parecer nº 29787/2016-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Em 29 de agosto de 2016

SEI Nº 0031280 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2015/6466 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, de 06/07/2015

Assunto: Segurança Privada. Recurso Administrativo.

Destino: COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA - CGCSP/DIREX/PF

Processo: 08503.003013/2016-57

Interessado: ASSOCIAÇÃO LAR SAO FRANCISCO DE ASSIS NA PROVIDENCIA DE DEUS, CNPJ 53.221.255/0032-47

1. Conheço do recurso;  
2. No mérito, concedo-lhe provimento parcial, convertendo-se a penalidade administrativa de cancelamento definitivo em pena de multa equivalente a 3.333 UFIR, bem como a anulação de ofício da Portaria punitiva nº 4788/2015, de 1º de setembro de 2015, com o consequente arquivamento do processo GESP nº 2015/6466, com fulcro no Parecer nº 10014/2016-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão.

3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

LEANDRO DAIELLO COIMBRA

**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA  
RODOVIÁRIA FEDERAL  
COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES**

**PORTARIA Nº 103, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016**

Credencia a empresa CENIBRA Logística LTDA para execução dos serviços especializados de escolta "Própria e de Terceiros".

O COORDENADOR-GERAL DE OPERAÇÕES DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 104, inciso X, do Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, aprovado pela Portaria nº 1.375, de 2 de agosto de 2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicada no Diário Oficial da União de 6 de agosto de 2007;

CONSIDERANDO o disposto no Manual de Procedimentos Operacionais 17 instituído pela Instrução Normativa DG/DPRF nº 08/12, de 02/05/12 e atualizado pela Portaria Normativa CGO/DPRF N.º 08 de 05/02/2016; e,

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 08.656.096.656/2016-92, resolve:

Art. 1º CREDENCIAR, sob o número 376, a empresa CENIBRA LOGISTICA LTDA, inscrita no CNPJ nº 04.940.191/0001-22, com sede na BR 381 - Km 172 - Distrito de Perpétuo Socorro - Belo Oriente MG - CEP 35.196-372, para EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ESCOLTA "PRÓPRIA E DE TERCEIROS", aos veículos transportadores de cargas indivisíveis excedentes em peso e/ou dimensões, nos moldes do previsto pelo Manual de Procedimentos Operacionais - MPO 17/2012.

CIRO VIEIRA FERREIRA

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA  
RODOVIÁRIA FEDERAL NA BAHIA**

**PORTARIA Nº 188, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016**

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL NA BAHIA, nomeado através da Portaria nº 416 de 11/12/2014, publicada no D.O.U em 12/12/2014, usando das atribuições que lhe confere o art. 107 do anexo da Portaria nº 1.375, de 02/08/2007, do Senhor Ministro da Justiça, publicada no D.O.U. de 06/08/2007,

CONSIDERANDO os autos do procedimento administrativo de apuração de descumprimento obrigacional nº 08655.010998/2015-52 e o Despacho Decisório nº 193/2016/10ºSRPRF, ratificado em sede de recurso através do Despacho Decisório nº 111/2016/CGA, resolve:

Art. 1º Aplicar à empresa contratada HSD COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA - ME (CNPJ nº 08.941.267/0001-95), MULTA MORATORIA, por descumprimento do prazo pactuado para a realização do serviço, referente ao Pregão Eletrônico nº 03/2015, com fulcro no item 8.1 do Termo de Referência, no valor de R\$ 10.011,36 (dez mil e onze reais e trinta e seis centavos), consoante Cláusula 18.2.2.1 do Termo de Referência, equivalente a 1% (um por cento) por dia atraso injustificado sobre o valor da contratação total da contratação, de R\$ 50.056,83 (cinquenta mil, cinquenta reais e oitenta e três centavos), limitado a 20 dias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JEFERSON ALMEIDA MORAES

**FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO  
COMISSÃO PERMANENTE DE ANÁLISE  
DE BENFEITORIAS**

**RESOLUÇÃO Nº 260, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016**

A COMISSÃO PERMANENTE DE ANÁLISE DE BENFEITORIAS - CPAB, instituída pela Instrução Normativa (IN) nº 02, de 03/02/2012, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 06/02/2012, em consonância com o § 6º do Art. 231 da Constituição Federal e nos termos do Relatório Técnico nº 07/CPAB/2015, aprovado na 31ª reunião ordinária, resolve:

Art.1º Atendendo ao disposto no Art. 13, inciso IV da IN nº 02, de 03/02/2012 e considerando os Laudos Fundiários atuados ao Processo nº 08620.002984/1996-49, estabelecer como marco temporal para definição da boa-fé na instalação das ocupações e das benfeitorias na Terra Indígena Rio Urubu, a Portaria Declaratória nº 294/MJ, de 13 de abril de 2000, publicada no DOU do dia 17 de abril de 2000, Seção 1, página 3, que declarou como de posse permanente do grupo indígena Mura a referida terra indígena, localizada no Município de Itacoatiara, no Estado do Amazonas.



Art. 2º Considerar como derivadas da ocupação de boa-fé, em conformidade com o estabelecido no Art. 1º, as benfeitorias instaladas pelos ocupantes não indígenas abaixo relacionados, cadastradas por Grupos Técnicos designados por Portarias da Funai, que em consonância com o Art. 23 da IN nº 02, de 03/02/2012, são passíveis de indenização:

| Nº | Laudo | Ocupante                                            | Id    |
|----|-------|-----------------------------------------------------|-------|
| 1  | 1     | Barnabé Carvalho da Penha                           | 13874 |
| 2  | 2     | F rancisco Ademar Façanha                           | 14099 |
| 3  | 3     | Roseane de Jesus da Costa                           | 14100 |
| 4  | 4     | Ciro da Silva Alves                                 | 10101 |
| 5  | 5     | Pedro Pontes de Aguiar                              | 14102 |
| 6  | 6     | Antônio Altemar Sabino da Silva                     | 14103 |
| 7  | 8     | Raimundo Batista Lima                               | 14105 |
| 8  | 10    | José Caldeia Lima                                   | 14107 |
| 9  | 11    | Walmir Cabral Rezende                               | 14108 |
| 10 | 12    | Francisca de Souza Macedo (espólio)                 | 14109 |
| 11 | 13    | Benedita                                            | 14110 |
| 12 | 14    | Walmir Paulino de Souza (Missão Emanuel)            | 14111 |
| 13 | 15    | Edney Rodrigues da Silva                            | 14112 |
| 14 | 16    | Francisco Rodrigues Xavier                          | 14113 |
| 15 | 17    | Francisco Dário Monteiro                            | 14114 |
| 16 | 18    | Eliseu Vieira Buás                                  | 14115 |
| 17 | 19    | Francisco Mendes dos Santos                         | 14116 |
| 18 | 21    | Aluizio Martins                                     | 14118 |
| 19 | 23    | Daniel Gomes Batista                                | 14120 |
| 20 | 39    | Almirno da Silva Valente (Jamilé Ferreira Nogueira) | 14136 |
| 21 | 41    | César Augusto Abreu                                 | 14138 |
| 22 | 53    | Francisco Cavalcante do Amaral                      | 14149 |
| 23 | 56    | Azamor Resende da Silva                             | 14152 |
| 24 | 62    | Itamar Pessoa Salvador                              | 14157 |
| 25 | 63    | Pedro Alves Bezerra Neto                            | 14158 |
| 26 | 71    | Sérgio Moraes da Si l va                            | 14162 |
| 27 | 72    | Edgar Bento                                         | 14164 |

Art. 3º Considerar como de má-fé as ocupações e as benfeitorias instaladas pelos ocupantes não indígenas abaixo relacionados, nos termos do Art. 5º, da Instrução Normativa nº 02, de 03/02/2012, uma vez que ficou comprovado que a ocupação ocorreu após o marco previsto no Art.1º desta Resolução:

| N ° | Laudo | Ocupante               | Id    |
|-----|-------|------------------------|-------|
| 1   | 69    | Sérgio Moraes da Silva | 14160 |

Art. 4º Não caberá o direito a indenização sobre as benfeitorias instaladas em ocupações não indígenas, por estes ocupantes serem indígenas e/ou casados com indígena e continuarão a residir na Terra Indígena Rio Urubu:

| N ° | Laudo | Ocupante                                         | Id    |
|-----|-------|--------------------------------------------------|-------|
| 1   | 40    | Raimundo Oliveira da Silva                       | 14137 |
| 2   | 44    | Antonio José Rolim da Silva (Gabriel Barbosa)    | 14141 |
| 3   | 70    | Edmilson Oliveira da Silva                       | 14161 |
| 4   | 73    | Josué Oliveira Silva (Cândida Oliveira da Silva) | 14164 |

Art.5º A permanência do ocupante não indígena indicado no LV 37, Sr. Jair Rolim da Silva (Id 14134), que é casado com indígena, nos limites da Terra Indígena Rio Urubu, dependerá de documento expressando anuência da comunidade indígena.

Parágrafo Único. No caso da negativa da referida comunidade, será considerado como ocupação de má-fé, nos termos do Art. 5º, da Instrução Normativa nº 02, de 03/02/2012, uma vez que ficou comprovado que a ocupação ocorreu após o marco previsto no Art.1º desta Resolução.

Art. 6º A presente Resolução poderá ser objeto de recurso fundamentado ao Presidente da Funai, no prazo de 30 dias, a contar da publicação desta no Diário Oficial da União, conforme o disposto no Art. 18 da IN nº 02, de 03/02/2012, cuja interposição deverá ser comprovada por meio do protocolo junto a qualquer unidade des-centralizada ou na sede da Funai.

Art. 7º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

WALTER COUTINHO JR.  
Presidente da Comissão

RESOLUÇÃO Nº 261, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

A COMISSÃO PERMANENTE DE ANÁLISE DE BENFEITORIAS - CPAB, instituída pela Instrução Normativa (IN) nº 02, de 03/02/2012, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 06/02/2012, em consonância com o § 6º do Art. 231 da Constituição Federal e nos termos do Relatório Técnico nº 05/CPAB/2016, aprovado na 31ª reunião ordinária, resolve:

Art.1º Estabelecer como marco temporal para definição da boa-fé na instalação das ocupações e das benfeitorias na Terra Indígena Igarapé Grande, atendendo ao disposto no Art. 13, inciso IV da IN nº 02, de 03/02/2012 e considerando os laudos fundiários autuados ao Processo nº 08620.000015/1995-72, a Portaria Declaratória nº 129/MJ, de 14 de fevereiro de 2002, publicada no Diário Oficial da União - DOU do dia 15 de fevereiro de 2002, Seção 1, página 163, que declarou como de posse permanente do grupo indígena Kambeba a referida terra indígena, localizada no Município de Alvarães, no Estado do Amazonas.

Art. 2º Considerar como derivadas da ocupação de boa-fé, em conformidade com o estabelecido no Art. 1º, as benfeitorias instaladas pelos ocupantes não indígenas abaixo relacionados, cadastradas por Grupos Técnicos designados pelas portarias da Funai, que em consonância com o Art. 23 da IN nº 02, de 03/02/2012, são passíveis de indenização:

| Nº | Laudo | Ocupante                 | Id    |
|----|-------|--------------------------|-------|
| 1  | 001   | Lazaro Miranda           | 21709 |
| 2  | 002   | José Carlos Santos Brito | 21710 |

Art. 3º A presente Resolução poderá ser objeto de recurso fundamentado ao Presidente da Funai, no prazo de 30 dias, a contar da publicação desta no Diário Oficial da União, conforme o disposto no Art. 18 da IN nº 02, de 03/02/2012, cuja interposição deverá ser comprovada por meio do protocolo junto a qualquer unidade des-centralizada ou na sede da Funai.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

WALTER COUTINHO JR.  
Presidente da Comissão

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA  
E CIDADANIA

PORTARIA Nº 189, DE 8 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016, resolve:

RECONHECER E CERTIFICAR aos portugueses abaixo relacionados a igualdade de direitos e obrigações civis e o gozo dos direitos políticos no Brasil, nos termos do art. 17 do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, promulgado pelo Decreto nº 3.927, de 19 de setembro de 2001, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ANA CAROLINA OLIVEIRA DE ALMEIDA CAIANO ANTUNES ISFER - V813563-1, natural de Portugal, nascida em 04 de dezembro de 1983, filha de Vasco Filipe Mesquita Caiano da Costa Antunes e de Ana Maria José Martins de Oliveira Antunes, residente no Distrito Federal (Processo nº 08000.031709/2016-34);

CARLOS ALBERTO FAISCA FERNANDES GOMES - V837975-K, natural de Portugal, nascido em 28 de outubro de 1967, filho de Antonio Fernandes Gomes e de Maria da Glória Vieira Faisca Fernandes Gomes, residente no Estado do Tocantins (Processo nº 08000.032445/2016-36);

JORGE HUMBERTO CASCALHO FIGUEIREDO - V729070-W, natural de Portugal, nascido em 15 de março de 1975, filho de Manuel Fernando Ferreira Figueiredo e de Maria Antonia Pedroso Cascalho Figueiredo, residente no Estado de Goiás (Processo nº 08296.002316/2016-45);

NELSON FILIPE MARTINS PINHEIRO - V702140-A, natural de Portugal, nascido em 21 de dezembro de 1983, filho de Domingos de Campos Pinheiro e de Maria Sameiro Martins de Oliveira Pinheiro, residente no Estado do Pará (Processo nº 08072.002039/2015-14);

RAQUEL RUTE DUARTE ALMEIDA - V750163-F, natural de Portugal, nascida em 13 de junho de 1975, filha de David Ferreira da Silva Almeida e de Raquel Maria de Almeida Duarte Almeida, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08000.029298/2016-17) e

SANDRA MARINA PORTUGAL CASEIRO RIBEIRO PRATA DALL'OGGIO - W113328-F, natural da Angola, nascida em 04 de novembro de 1966, filha de Armando Ribeiro Prata e de Maria de Lourdes Portugal Tavares Caseiro Prata, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08096.004476/2016-85).

GUSTAVO JOSÉ MARRONE DE CASTRO SAMPAIO

DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES  
DIVISÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

DESPACHOS DA CHEFE

No uso das atribuições a mim conferidas, decido:  
Determino o arquivamento dos processos abaixo relacionados, conforme parecer que poderá ser visualizado mediante solicitação de acesso externo pelo link formularios.mj.gov.br/limesurvey/index.php/998625.

Em 02/09/2016  
Processo: 08505035185201670, COLETTE FAYEZ EL KHOURY ANDERI, não foi localizada no endereço declarado nos autos.

Processo: 08505065921201614, MEORI VENA SOUSA EDUARDO, não se enquadra no art. 116, caput, da Lei nº 6.815/80.

Processo: 08505075363201603, HASSAN KASSEM, não atende à exigência do art.112, inciso IV, da Lei nº 6.815/80, conforme teste de português acostado nos autos.

Processo: 08505054936201657, F MARY AGYEMAN, não atende à exigência do art.112, inciso IV, da Lei nº 6.815/80, conforme teste de português acostado nos autos.

Processo: 08505044341201693, PIETRO SETTE, não foi localizado no endereço declarado nos autos.

Processo: 08505.066888/2015-69, HAMIDAH AHMAD ALI, não foi localizado no endereço declarado nos autos.

Determino a manutenção do arquivamento dos processos abaixo relacionados, conforme parecer que poderá ser visualizado mediante solicitação de acesso externo pelo link formularios.mj.gov.br/limesurvey/index.php/998625.

EM 09/09/2016.

Processo: 08286.004228/2013-54, Wael Mattar, a manutenção do arquivamento do processo em epígrafe, tendo em vista a intempestividade da peça recorrente.

SIMONE ELIZA CASAGRANDE

DIVISÃO DE POLÍTICAS MIGRATÓRIAS

DESPACHOS DO CHEFE

DEFIRO os pedidos de permanência nos termos da Resolução Normativa nº 01/1997 do Conselho Nacional de Imigração, abaixo relacionados:

Processo Nº 08460.028263/2016-43 - CARLOS MENINO COTON

Processo Nº 08495.004763/2015-10 - MARTA RIOS ALVES NUNES DA COSTA, ANTONIO JOSE MARCAL TORRES, MAJA ELYSEE NUNES DA COSTA FERY, SALVADOR MARCAL TORRES NUNES DA COSTA e ANTONIO MARIA MARCAL TELO NUNES DA COSTA.

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na Empresa e considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei, DEFIRO os pedidos de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.021749/2016-78 - KEVIN JOHN THOMPSON

Processo Nº 08000.021620/2016-60 - JAMES JARED SISON

Processo Nº 08505044458201677 - GABRIEL DOMINGOS DA CONCEIÇÃO AFONSO

Processo Nº 08000.021196/2016-53 - NICHOLAS JAMES TONGEN

Processo Nº 08000.021102/2016-46 - VANESSA HELENA SARMIENTO CLEMENTE

Processo Nº 08000.021101/2016-00 - TAKANORI AZUMA , RYOKO AZUMA , YU AZUMA e YURA AZUMA

Processo Nº 08000.021076/2016-56 - YICHEN WANG

Processo Nº 08000.020789/2016-01 - CAROLINE MARIE PIERRE AMBLARD

Processo Nº 08000.019490/2016-03 - KISHORE MOOTHODATH PARAYIL, DEEPA DAMODARAN NAIR, KAMALA NAINI KISHORE

Processo Nº 08000.015778/2016-09 - WILSON PABLO MEDINA BELTRAN

Processo Nº 08000.015519/2016-70 - RICHARD RENE ALIX

Processo Nº 08000.015510/2016-69 - THOMAS PATRICK SCHNEIDER

Processo Nº 08000.010992/2016-61 - ZHANETA KIRCHEVA BAIREVA

Processo Nº 08000.006562/2016-44 - PABLO CERVERA BENITO

Processo Nº 08000.039309/2015-96 - ADROALDO LAZOURIANO MOREIRA BORGES

Processo Nº 08505.124659/2015-76 - NUNO FILIPE SOARES MARTINS

Processo Nº 08000.038363/2015-14 - ISAMU MIZUNO, SACHIKO MIZUNO

Processo Nº 08000.037986/2015-70 - SARA AMARO PAIS

Processo Nº 08505106526201518 - AMIR RAHIMI

Processo Nº 08072003087201520 - YONG ZHAO

Processo Nº 08458004145201516 - ALESSANDRO FRANCESCHINIS

Processo Nº 08505106936201569 - PAUL CHRISTIAN BATES

Processo Nº 08505124306201576 - MAFALDA TANIA MONIZ DOS SANTOS RAMOS, RITA DOS RAMOS TENORIO, LILIANA DOS RAMOS GONCALVES

Processo Nº 08505124312201523 - LIZL SMOOK

Processo Nº 08000.037261/2015-81 - LINA MARIA RUEDA

Processo Nº 08000.036674/2015-49 - RAUL MARCO INGELMO, NATALIA MARIA VIDAL DE LA O, IVAN MARCO VIDAL, NATACHA MARCO VIDAL

Processo Nº 08000.036647/2015-76 - MANUEL RODRIGUEZ, SANDRINE LE MAZOU RODRIGUEZ, AMAURY MANUEL PIERRE ALAIN RODRIGUEZ LE MAZOU, SOLENE ESTHER APOLINE RODRIGUEZ LE MAZOU

Processo Nº 08000.035988/2015-24 - CEDRIC JEAN ROBERT RIONDET, KATHERINE NOEMI FLORES ARREDONDO RIONDET, THEO JEAN LUIS RIONDET

Processo Nº 08000.032874/2015-22 - GIORGIO RUBEGA

Processo Nº 08000.032518/2015-17 - STEFFEN JEAN GELDER, KAREN BARBARA GELDER, TAMMO CHRISTIAN GELDER, JANNES TIMO GELDER

Processo Nº 08000.032439/2015-06 - PIETER OVE VERBEEK

Processo Nº 08000.032363/2015-19 - CLEMENT JEAN GERMAIN VIAL

Processo Nº 08000.032058/2015-19 - PARHAM AKBARI MAAFI

Processo Nº 08000.031199/2015-14 - MATTHIAS NORBERT SCHOEBEL, NATALIA GONZALEZ HIDALGO, MALENA SCHOEBEL GONZALEZ

Processo Nº 08000.031177/2015-54 - PABLO ARTURO OSORIO MUNOZ

Processo Nº 08000.030791/2015-07 - WAYNE WILLIAM PARKER, SUSAN MARIA PARKER, OLIVER PENTTI PARKER  
Processo Nº 08000.030737/2015-53 - DUARTE JARDIM  
Processo Nº 08000.030361/2015-87 - JAMES MATTHEW BUTLER  
Processo Nº 08000.030014/2015-54 - LAURE ISABELLE BOUYSSONNADE  
Processo Nº 08000.029995/2015-97 - ZIANG ZHU, KE LIU  
Processo Nº 08000.029569/2015-53 - JOSE MANUEL DE SOUSA LOPES  
Processo Nº 08000.029390/2015-04 - HOIK SUH  
Processo Nº 08000.029389/2015-71 - JAE IL RYU, BYOUNG YEON KIM, SEUNGMIN RYU  
Processo Nº 08000.029386/2015-38 - JINKWANG KIM  
Processo Nº 08000.029214/2015-64 - JOSHUA MOTIKYA  
Processo Nº 08000.028878/2015-14 - PIERRE LILIAN MAXIME MORALES  
Processo Nº 08000.028816/2015-02 - WILLIAM BRENT TANNER, JANET LUNT TANNER  
Processo Nº 08000.028815/2015-50 - JESUS ARNOLDO ARCE AGUIRRE, ROSA ESTHER RAMOS ORELLANA, JESUS EDUARDO ARCE RAMOS, JUSTINE NICOLE ARCE RAMOS  
Processo Nº 08000.028383/2015-87 - JOSEPH DAVID TORRENCE, KAREN ELAINE TORRENCE, SPENCER LUKE TORRENCE, LUKE PATRICK TORRENCE  
Processo Nº 08000.028092/2015-99 - RUI MANUEL AZENHA LOUREIRO, MARIANA EUGENIA ROUGET LONGLE DE CARVALHO LOUREIRO, AFONSO DE CARVALHO LOUREIRO, BEATRIZ DE CARVALHO LOUREIRO  
Processo Nº 08000.027056/2015-16 - EDGAR ESTEBAN MORILLO ZARAMA  
Processo Nº 08000.026949/2015-36 - LUCIA TEIXEIRA NUNES  
Processo Nº 08000.026912/2015-16 - KEVIN JOHN O CONNOR  
Processo Nº 08000.026818/2015-59 - JORGE MANUEL DA BALINHA FRADE  
Processo Nº 08000.026725/2015-24 - VALERIE T LOGSDON  
Processo Nº 08000.026698/2015-90 - JAEWON BAE  
Processo Nº 08505.064688/2015-71 - MASSINISSA AIT GHERBI  
Processo Nº 08000.026339/2015-32 - PAULO DE SA RAPOSO  
Processo Nº 08000.026319/2015-61 - JOÃO MANUEL ANTUNES FERREIRA, PAULA MANUELA VIEIRA MACEDO FERREIRA  
Processo Nº 08000.026258/2015-32 - MARIA DE LOS ANGELES PAZOS SANTANA, ALBERTO MARIUZZA, OLIVER MARIUZZA PAZOS  
Processo Nº 08000.026082/2015-19 - ANA LUCIA RUIZ CACERES  
Processo Nº 08000.026075/2015-17 - JEAN FRANÇOIS ADAM, CHAHNAZ ZERGOUN ADAM, FARES MOHAMMED NAIT ABDELAZIZ, CAMILLE ADAM  
Processo Nº 08000.025747/2015-77 - THOMAS BENOIT FRANCIS DESMAREST  
Processo Nº 08000.025724/2015-62 - DOMINIQUE PHILIPPE MARIE NOEL MUSSET, DOMINIQUE MARIE BRUNEAU MUSSET, RAPHAEL AUGUSTE ALEXANDRE MUSSET  
Processo Nº 08000.025723/2015-18 - JUNSEOK CHO  
Processo Nº 08000.025598/2015-46 - BRIAN GEORGE PETER, PEGGY JEAN PETER  
Processo Nº 08000.025597/2015-00 - RUI FILIPE AMORIM PINTO DA COSTA  
Processo Nº 08000.025380/2015-91 - AILSA OLIVIA MELINDA COLE  
Processo Nº 08000.025124/2015-02 - JOSE ANGEL RUIZ TOVAR  
Processo Nº 08000.024649/2015-12 - JEOMMAN RYU  
Processo Nº 08000.024462/2015-19 - LIBORIO MEJIA BRAVO  
Processo Nº 08000.024351/2015-11 - PEDRO JOSE DOMINGUEZ GONZALEZ  
Processo Nº 08000.024161/2015-95 - ALONSO EMILLIANO CASTILLO GUTIERREZ, SANDRA INES DORADO MEDINA, ISABELLA CASTILLO DORADO  
Processo Nº 08000.024159/2015-16 - BRUNO FABRIZIO FIOCCO RAMOS, ANA MARIA LUISA GUTIERREZ SIERRA DE FIOCCO, VINCENZO BRUNO FIOCCO GUTIERREZ  
Processo Nº 08000.023944/2015-51 - YOLANDA PALOMO RAMIRO  
Processo Nº 08000.023765/2015-14 - DEOKSU KIM  
Processo Nº 08000.022253/2015-31 - ELEONORE JOSETTE GWENDOLINE LEWIS  
Processo Nº 08000.022198/2015-89 - VICTOR JORDAN REVETH TURBAY  
Processo Nº 08000.021730/2015-41 - NUNO MANUEL MARTINS DOS SANTOS, MARCIA ALEXANDRA SOBRAL CAVALINHOS  
Processo Nº 08000.021702/2015-23 - OLALLA PIÑEIRO FERNANDEZ  
Processo Nº 08000.021620/2015-89 - DEQUAN XIANG  
Processo Nº 08000.021249/2015-55 - ANDREAS ELLMAUTHALER  
Processo Nº 08504002848201507 - MARIO LA ROCCA  
Processo Nº 08505033536201527 - JUAN DOMINGUEZ AVILA  
Processo Nº 08000.020970/2015-28 - FRANCISCO JOSE SANTANA CEPEDA

Processo Nº 08000.020818/2015-45 - ISABEL CHARLOTTE STODDEN  
Processo Nº 08000.020809/2015-54 - SOONDOL KANG  
Processo Nº 08000.020167/2015-93 - HECTOR RODOLFO HERNANDEZ CERDA, FLOR SUSANA MONTSERRAT ROCHE GARCIA, AXEL HERNANDEZ ROCHE  
Processo Nº 08000.019538/2015-94 - JUAN CARLOS VELASQUEZ LOPERA  
Processo Nº 08000.019476/2015-11 - YONGCHEOL SON  
Processo Nº 08505.033660/2015-92 - CATARINA JESUS FREIRE NENO  
Processo Nº 08000.019199/2015-46 - GLEN HEWETT CARSON  
Processo Nº 08000.018330/2015-58 - MAURA ALESSANDRINI  
À vista dos novos elementos constantes dos autos, acolho o pedido de reconsideração para tornar insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial de 16/06/2016, Seção 1, pág. 23, e Determino a REPUBLICAÇÃO do Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 10/07/2015, Seção 1, pág. 51, nos termos do art. 2º, da Portaria SNJ nº 03, de 05 fevereiro de 2009.  
Processo Nº 08505.053119/2014-10 - GREGOR LINK INDEFIRO os pedidos, tendo em vista que os interessados não cumpriram as exigências de documentos/informações enviada por esta Divisão.  
Processo Nº 08260.003611/2015-45 - MATHIEU MOLITOR  
Processo Nº 08000.022207/2015-31 - GIOVANNI CAVALARO,  
Tendo em vista a constatação do vencimento, ocorrido na data de 31/07/2016, do contrato de trabalho firmado entre o estrangeiro e a instituição de ensino chamante, conforme documentação juntada nos autos, INDEFIRO o presente pedido, em razão de não atender os requisitos previstos no art. 5º da RN nº 01/97 do CNIG.  
Processo Nº 08240.015473/2016-66 - REINEL BELTRANS AGUEDO, ANIA LUSSON CERVANTES, DANIEL BELTRAN LUSSON.  
Tendo em vista a constatação do vencimento, na data de 31/12/2016, do contrato temporário firmado entre o estrangeiro e a instituição de ensino chamante, conforme documentação juntada nos autos, INDEFIRO o presente pedido, em razão de não atender os requisitos previstos no art. 5º da Resolução Normativa nº 01/97 do CNIG.  
Processo Nº 08280.029309/2015-89 - JOHN CARLOS MANTILLA OCHOA, ANA GILHEMA GOMEZ DURAN, DANIEL ALEJANDRO MANTILLA GOMEZ.  
Torno sem efeito o Despacho nº 2502/2016/DPMIG\_Trans. Trabalho/DPMIG/DEMIG/SNJ,(2639353) e tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na Empresa e considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei, DEFIRO o pedido de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente.  
Processo Nº 08000.019939/2015-44 - MAXIME FRANÇOIS OLIVIER GARDE  
DEFIRO o pedido de transformação de visto de estada em temporário IV.  
Processo Nº 08494009972201632 - NADINE NOELLE ISLER, até: 28/06/2017.  
Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da lei e, diante da informação do Ministério do Trabalho, DEFIRO os Pedidos de Prorrogação de Estada no País, abaixo relacionados:  
Processo Nº 08000.013854/2016-33 - RONILO GARDOZE MENDOZA, até 07/09/2018.  
Processo Nº 08000.008289/2016-92 - ENRICO GEMIGNANI, até 30/03/2017  
Processo Nº 08000.008269/2016-11 - JOAO CLEMENTE QUINTAL JORGE, até 30/03/2017  
Processo Nº 08000.007674/2016-12 - PETRISOR PARTENIE NEICU, até 26/03/2017.  
Processo Nº 08000.018766/2015-47 - BIBIANO III MO NEVA LUCERO, até 19/12/2016  
Processo Nº 08000.018549/2015-57 - PIOTR OLGIERD WOJTASIAK, até 11/01/2017  
Processo Nº 08000.015342/2015-21 - EOIN O'SULLIVAN, até 21/07/2017.  
Processo Nº 08000.015211/2015-43 - GIANFRANCO SIDA, até 22/08/2017  
Processo Nº 08000.015176/2015-62 - SANTHOSH RAJAN NANDAKUMAR, até 15/07/2017  
Processo Nº 08000.015174/2015-73 - SRINIVASAN NADUVILE VEETIL, até 29/06/2017  
Processo Nº 08000.015172/2015-84 - REGAN SIMON RODRIGUES, até 05/08/2017  
Processo Nº 08000.015171/2015-30 - ROGELIO QUILLO VILLEGAS, até 25/11/2017  
Processo Nº 08000.014277/2015-16 - FLORIN IULIAN BUCA, até 03/06/2017.  
Processo Nº 08000.013645/2015-17 - ARUN RASTOGI, até 29/10/2017.  
Processo Nº 08000.017850/2015-43 - BEKAI BOUABDALAH, AGNES MARIE MAURICETTE DUSSERRE, até 18/08/2017.  
Processo Nº 08461.002082/2015-04 - ADAM STIPPA, até 10/04/2017.  
Processo Nº 08000.020473/2015-20 - BARTOSZ PAJAK, até 31/01/2017.  
Processo Nº 08000.010293/2015-30 - ARUMUGAM SANKARAM, até 03/06/2017.

Diante dos novos elementos constantes dos autos e considerando a manifestação favorável do Ministério do Trabalho, DEFIRO os pedidos de reconsideração, abaixo relacionados; e com efeito, prorrogo o prazo de Estada do estrangeiro no País.  
Processo Nº 08000.017474/2015-97 - KIMON CHRISTODOULOU, até 13/08/2017.  
Processo Nº 08000.024389/2015-85 - MARCEL PIETER SCHOEHUYS, até 28/04/2018.  
Determino a REPUBLICAÇÃO do Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 03/05/2016, Seção 1, pág. 30, nos termos do art. 2º, da Portaria SNJ nº 03, de 05 fevereiro de 2009.  
Processo Nº 08000.007790/2016-31 - MARTA DE MIRANDA  
Determino a REPUBLICAÇÃO do Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 31/05/2016, Seção 1, pág. 38, nos termos do art. 2º, da Portaria SNJ nº 03, de 05 fevereiro de 2009.  
Processo Nº 08000.006053/2016-11 - EGIL OKSNES  
Determino o arquivamento dos processos, por já ter decorrido prazo superior ao da estada solicitada, abaixo relacionados:  
Processo Nº 08000.007627/2016-79 - PEDRO CARRO ALLEGUE  
Processo Nº 08000.036397/2015-74 - JOSE DENNIS QUMADO REYNOSO  
Processo Nº 08000.000256/2015-13 - JAKOB FRANK  
Processo Nº 08000.002966/2015-88 - BRUNO JESUS MIRAS BRUNO  
Determino o arquivamento, diante da solicitação da Empresa responsável pela vinda do (a) estrangeiro(a) ao País.  
Processo Nº 08000.036547/2015-40 - SERGEI BABENKO  
Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 23/08/2016, Seção 1, pág. 19, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.  
Processo Nº 08000.010960/2015-84 - TAKASHI NAOI  
Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 03/02/2016, Seção 1, pág. 21, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.  
Processo Nº 08000.038852/2015-76 - SIMON GEORGE LIVERSIDGE  
Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 08/07/2015, Seção 1, pág. 45, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.  
Processo Nº 08000.014452/2014-94 - SEBASTIAN DZIEGIELEWSKI  
Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 31/08/2016, Seção 1, pág. 394, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.  
Processo Nº 08461.003036/2015-14 - GRZEGORZ ROBERT CIACH  
Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 19/01/2016, Seção 1, pág. 29, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.  
Processo Nº 08000.040912/2014-30 - RUDY JR. MIRABITE MACINAS  
Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 02/06/2016, Seção 1, pág. 47, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.  
Processo Nº 08000.012063/2015-13 - JAN DAMGAARD PEDERSEN  
Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 09/08/2016, Seção 1, pág. 22, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.  
Processo Nº 08000.003049/2015-11 - JIMMY DELGADO MALICIA  
Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 11/03/2016, Seção 1, pág. 41, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.  
Processo Nº 08000.006817/2015-98 - ROLAND CHARLES CLUTTIES  
Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 26/07/2016, Seção 1, pág. 36, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.  
Processo Nº 08000.025868/2014-38 - DOUGLAS ALLISON FOSTER  
Considerando a manifestação contrária do Ministério do Trabalho, INDEFIRO os pedidos de prorrogação do prazo de estada no País, Visto Temporário Item V, abaixo relacionados:  
Processo Nº 08000.012525/2016-75 - DIETMAR ERNST THEODOR SCHOENIG  
Processo Nº 08000.024551/2015-65 - PAUL FREDERICK KING  
Processo Nº 08000.018776/2015-82 - BRUNO MANUEL CARVALHEIRA TRANCOS



Processo Nº 08000.016615/2015-54 - GENNADIY TYAG-NYRYADNO  
Processo Nº 08000.015804/2015-18 - ARVYN CARUGDA SUMAOY  
Processo Nº 08000.015797/2015-46 - ALEXANDRINO REYTA EVASCO  
Processo Nº 08000.015754/2015-61 - ROMULO CLAVANO GAMIL  
Processo Nº 08000.015488/2015-76 - AVIJIT CHAKRA-VARTY  
Processo Nº 08000.015480/2015-18 - Elvira Deleu  
Processo Nº 08000.015478/2015-31 - GEORGIOS MI-CHAIL  
Processo Nº 08000.015477/2015-96 - WOJCIECH PIOTR CZUBINSKI  
Processo Nº 08000.015340/2015-31 - EDUARDO RABE GALENZOGA  
Processo Nº 08000.015041/2015-05 - ROBERT DWAYNE MC GRATH  
Processo Nº 08000.015038/2015-83 - LUKE DANIEL ASUK  
Processo Nº 08000.014940/2015-82 - HARSIMRAN SINGH  
Processo Nº 08000.014925/2015-34 - ELEGIO DURLAO FERIA  
Processo Nº 08000.014924/2015-90 - RICHARD PANCH-VIDZE  
Processo Nº 08000.014525/2015-29 - SHAUN GAIRN REID  
Processo Nº 08000.014376/2015-06 - NICOLAS DE LEON SASIL  
Processo Nº 08000.013044/2015-04 - RAMAYANRAI RAI  
Processo Nº 08000.012806/2015-47 - LACHLAN JOHN GRANT  
Processo Nº 08000.017815/2015-24 -ARNEL MELISIMO GUIBONE  
Processo Nº 08000.020944/2015-08 - CARLOS ALBERTO MARTINS FERREIRA  
Considerando a manifestação contrária do Ministério do Trabalho, INDEFIRO o presente pedido de prorrogação do prazo de estada no País, Visto Temporário Item V. Por oportuno, TORNO SEM EFEITO o ato de arquivamento publicado no Diário Oficial da União de 10/06/2016, Seção 1, pag. 18.  
Processo Nº 08000.023440/2015-31 - RICO POLISTICO FERRER  
Considerando a manifestação favorável do Ministério do Trabalho, nos moldes do art. 64, parágrafo único ,do Decreto nº 86.715/81, DEFIRO o pedido de prorrogação de estada no País dos processos abaixo listados:  
Processo Nº 46094.000166/2016-09:  
Processo Nº 47041.003984/2016-33 - Brigido Rosario Vaz, até 20/03/2017  
Processo Nº 47041.003045/2016-99 - Ramon Elejorde Bul-seco, até 17/04/2018  
Processo Nº 47041.004344/2016-41 - Viktor Pozdnjakov, até 02/06/2018  
Processo Nº 47041.004616/2016-11 - DONOVAN ALFON-SO DUNN, até 07/10/2018  
Processo Nº 47041.004630/2016-14 - LEO LANGREO PI-LATAN, até 07/10/2018  
Processo Nº 47041.004660/2016-12 - LORETO HUBAHIB SANTILLAN, até 08/07/2018  
Processo Nº 47041.004702/2016-15 - ALFONSO GARCIA MIER, até 15/09/2016  
Processo Nº 47041.004705/2016-59 - RAMON FACHAL CARPENTE, até 15/09/2016  
Processo Nº 47041.004706/2016-01 - URIEL LONDOÑO RODRIGUEZ, até 15/09/2016  
Processo Nº 47041.004708/2016-92 - BENITO FIGUEIRA GALBAN, até 15/09/2016  
Processo Nº 47041.004709/2016-37 - FRANCISCO JAVIER GALAN NAVEIRO, até 15/09/2016  
Processo Nº 47041.004714/2016-40 - THOMAS LARRY HILL, até 11/01/2017  
Processo Nº 47041.004721/2016-41 - RAUL VILLENA MONTESA, até 22/09/2018  
Processo Nº 47041.004734/2016-11 - JOSE DENNIS QUI-MADO REYNOSO, até 16/08/2018  
Processo Nº 47041.004759/2016-14 - SUDHIR SHARAD ATHALYE, até 08/07/2018  
Processo Nº 47041.004767/2016-61 - RONALDO LINTAG BALTAZAR, até 08/07/2018  
Processo Nº 47041/004768/2016-13 - Fincent Johannes Roth, até 08/12/2017  
Processo Nº 47041.004769/2016-50 - Vladislavs Belatko, até 02/06/2018  
Processo Nº 47041.004771/2016-29 - Jonald San Jose Ra-mos, até 02/12/2017  
Processo Nº 47041.004772/2016-73 - Maarten Mosterd, até 08/12/2017  
Processo Nº 47041.004782/2016-17 - VLADIMIR HRIS-TOV MLADENOV, até 27/08/2018  
Processo Nº 47041.004811/2016-32 - SATWINDER SINGH, até 30/10/2018  
Processo Nº 47041.004813/2016-21 - Teunis Raaphorst, até 08/12/2017  
Processo Nº 47041.002529/2016-11 - ANGEL GUTIERREZ DENCHE, até 03/06/2016  
Processo Nº 47041.003377/2016-73 - JACK JENKINS, até 05/07/2017

Processo Nº 47041.004089/2016-36 - FILIPE ANDRÉ RO-QUE VIEGAS, até 01/08/2017  
Processo Nº 47041.004720/2016-05 - DONGSUB CHOI, até 25/08/2017  
Processo Nº 47041.004723/2016-31 - BYUNGSOO LEE, até 25/08/2017  
Processo Nº 47041.004726/2016-74 - CHANGHOON LEE, até 25/08/2017  
Processo Nº 47041.004729/2016-16 - CHONMO LIM, até 25/08/2017  
Processo Nº 47041.004732/2016-21 - SERGIO VAREA PE-REZ, até 14/09/2017  
Processo Nº 47041.004748/2016-34 - MAURO DALLOR-TO, até 30/08/2017  
Processo Nº 47041.004781/2016-64 - JEAN-MARC JOSE-PH LOUIS LE GUILLY, até 12/11/2017  
Processo Nº 47041.004781/2016-64 - CLAUDINE ELISA-BETH FREIDINGER LE GUILLY, até 12/11/2017  
Processo Nº 47041.004798/2016-11 - PAUL DENT, até 07/03/2017  
Processo Nº 47041.004799/2016-66 - FAN LIANG, até 07/03/2017  
Processo Nº 47041.004800/2016-52 - BERNARD SALUDO REYES, até 07/03/2017  
Processo Nº 47041.004801/2016-05 - ALDRIN ILAGAN MAGBUHAT, até 07/03/2017  
Processo Nº 47041.000482/2016-41 - BIRGER MIKALSEN, até 26/09/2017  
Processo Nº 47041.004806/2016-20 - NILANJANA DAS, até 03/10/2017  
Processo Nº 47041.004808/2016-19 - HONG SHIN, até 25/08/2017  
Processo Nº 47041.004810/2016-98 - KEUNSOON PARK, até 25/08/2016  
Processo Nº 47041.004814/2016-76 - KIHEUNG KIM, até 25/08/2016  
Processo Nº 47041.004835/2016-91 - HENNING CHRIS-TIAN LAURITSEN, até 21/09/2017  
Processo Nº 47041.004844/2016-82 - GIBONG CHUNG, até 25/08/2017  
Processo Nº 47041.004845/2016-27 - NAMJONG LEE, até 25/08/2017  
Processo Nº 47041.004846/2016-71 - NAMSOO KIM, até 25/08/2017  
Processo Nº 47041.004847/2016-16 - KYUNGGEUN SEO, até 25/08/2017  
Processo Nº 47041.004866/2016-42 - WANSIK BEAK, até 25/08/2017  
Processo Nº 47041.004867/2016-97 - TAEHOE WOO, até 25/08/2017  
Processo Nº 47041.004868/2016-31 - SEONG KEUN LEE, até 25/08/2017  
Processo Nº 47041.004869/2016-86 - SANGGWON SIM, até 25/08/2017  
Processo Nº 47041.004878/2016-77 - VOLODYMIR BROVKO, até 25/09/2017  
Processo Nº 47041.004883/2016-80 - YOUNG NAM KO, até 25/08/2017  
Processo Nº 47041.004885/2016-79 - YOUNGJAE YOON, até 25/08/2017  
Processo Nº 47041.003980/2016-55 - Ramesh Chauhan, até 25/05/2017  
Processo Nº 47041.003982/2016-44 - Igor Vorchak, até 28/05/2017  
Processo Nº 47041.003998/2016-57 - Akshay Bhaurao Thengne, até 25/05/2017  
Processo Nº 47041.004003/2016-75 - Daxil Sudhan Redkar, até 25/05/2017  
Processo Nº 47041.004478/2016-61 - Achim Vasiliev, até 14/06/2017  
Processo Nº 47041.004559/2016-01 - Jacobus Gideon Coet-ze, até 15/10/2018  
Processo Nº 47041.004677/2016-70 - ALICE ELIZABETH BAMKIN, até 03/10/2016  
Processo Nº 47041.004678/2016-14 - IAN FREDERICK SINCLAIR, até 03/10/2016  
Processo Nº 47041.004679/2016-69 - JAMES ANTHONY TAYLOR, até 03/10/2016  
Processo Nº 47041.004680/2016-93 - JOSHUA RONALD SEDDON, até 03/10/2016  
Processo Nº 47041.004682/2016-82 - PAUL MICHAEL BAYFIELD, até 03/10/2016  
Processo Nº 47041.004683/2016-27 - RHYS WYN MC-CARTHY, até 03/10/2016  
Processo Nº 47041.004689/2016-02 - IÑIGO TRISTAN DIOS, até 15/09/2016  
Processo Nº 47041.004815/2016-11 - Richard Job van der Waal, até 08/12/2017  
Processo Nº 47041.004816/2016-65 - Robert Wolter Oort, até 08/12/2017  
Processo Nº 47041.004817/2016-18 - Roland van der Wal, até 08/12/2017  
Processo Nº 47041.004818/2016-54 - Ruderic Tedio Lam-bino, até 08/12/2017  
Processo Nº 47041.004819/2016-07 - Mark Jacobus Disco, até 08/12/2017  
Processo Nº 47041.004823/2016-67 - Cirilo Jr. Elisteria Es-cribano, até 08/12/2017  
Processo Nº 47041.004824/2016-10 - Fermin Galabo Cha-vez, até 02/06/2018

Processo Nº 47041.004860/2016-75 - JOHANNES PLOUG SARP, até 14/07/2018  
Processo Nº 47041.004859/2016-41 - Mark Thomas Don-nison, até 24/10/2018  
Processo Nº 47041.004871/2016-55 - Amir Ahmed Moha-med Ahmed, até 27/11/2016  
Processo Nº 47041.004873/2016-44 - Tamer Mohie Mostafa Abdallah, até 27/11/2016  
Processo Nº 47041.004872/2016-08 - Ismail Abd El Hamid Abd Elkarim Abd Elmagid, até 27/11/2016  
Processo Nº 47041.004874/2016-99 - Ibrahim Mohamed Ibrahim Darwish Ibrahim, até 27/11/2016  
Processo Nº 47041.004886/2016-13 - Bernard Delaney, até 29/11/2017  
Processo Nº 47041.004887/2016-68 - Alastair Elliott Tilley, até 29/11/2017  
Processo Nº 47041.004889/2016-57 - Aaron Aljereau Men-doza Apilado, até 29/11/2017  
Processo Nº 47041.004892/2016-71 - Enerico David Bom-bita, até 29/11/2017  
Processo Nº 47041.004893/2016-15 - Manuel Barro Tiam-zon, até 29/11/2017  
Processo Nº 47041.004894/2016-60 - ROMEL GABO SAN-TUA, até 29/11/2017  
Processo Nº 47041.004524/2016-22 - VINCENZO SPADA, até 06/09/2017  
Processo Nº 47041.004829/2016-34 - DAVID CLARENCE HENSON, até 09/11/2017  
Processo Nº 47041.004881/2016-91 - DENISE HELENE DE ANTONIO, até 03/11/2017  
Processo Nº 47041.004882/2016-35 - MANUEL TAVARES, até 03/11/2017  
Processo Nº 47041.004884/2016-24 - CHULKYUN JEONG, até 25/08/2017  
Processo Nº 47041.004888/2016-11 - JUNGWON LEE, até 25/08/2017  
Processo Nº 47041.004890/2016-81 - WONSUP JEON, até 25/08/2017  
Processo Nº 47041.004891/2016-26 - TAEHOON LEE, até 25/08/2017  
Processo Nº 47041.004898/2016-48 - JAEKWANG PARK, até 10/09/2017  
Processo Nº 47041.004910/2016-14 - SHIBASIS PATRO, até 25/08/2017  
Processo Nº 47041.004925/2016-82 - DONGSOO PARK, até 25/08/2017  
Processo Nº 47041.004927/2016-71 - KYUNAM KIM, até 25/08/2017  
Processo Nº 47041.004929/2016-61 - HENRIQUE JORGE GOMES FAZENDA MOREIRA, até 12/09/2017  
Processo Nº 47041.004936/2016-62 - Jens Lodberg Veile-borg, até 12/09/2017  
Processo Nº 47041.004964/2016-80 - RAM CHANDRA MUKHERJEE, até 03/10/2017  
Processo Nº 47041.004451/2016-79 - Miroslaw Lubinski, até 08/10/2018

MULLER LUIZ BORGES

Determino o arquivamento dos processos, por já ter decorrido prazo(s) superior(s) ao da(s) estada(s) solicitada(s), abaixo re-lacionados:  
Processo Nº 08000.000449/2015-74 - MICHAEL ELIAS BARBRE  
Processo Nº 08000.000444/2015-41 - JACOB GREGORY SMYTH  
DANIEL JAMES COX  
Processo Nº 08000.000435/2015-51 - JUSTIN AUSTIN OR-DINOLA  
Processo Nº 08000.000437/2015-40 - JAMES EDWARD SHELTON  
Processo Nº 08000.000440/2015-63 - JESSE JAMES COL-LINS  
Processo Nº 08000.000442/2015-52 - JAYSON KAYLOR PARKHURST  
Processo Nº 08707.006012/2014-14 - LAURINDA AUGUS-TO  
Processo Nº 08270.011427/2014-79 - ZAIDA MANTUNK  
Processo Nº 08505.138390/2014-24 - WILLIAM SPENCER MCNAB  
Processo Nº 08505.138553/2014-79 - YOLANDA MAGA-LY GOMEZ OLMOS  
Processo Nº 08506.017980/2014-12 - PATRICK KHADRA  
Processo Nº 08506.018038/2014-63 - CAMPO ELIAS FLO-REZ PABON  
Processo Nº 08506.018117/2014-74 - BRAYAN EDGARDO PERILLA JIMENEZ  
Mantenho a decisão publicada no Diário Oficial da União em 30 de outubro de 2014 (Seção 1, pag. 88), nos termos do Art. 66, § 1.º, c/c Art. 25, inc. IV do Decreto n.º 86.715/1981.(of.DPU).  
Processo Nº 08390.001162/2014-34 - XIMENA YANYELY CABEZAS MORILLO

FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA SILVA  
P/Delegação de Competência

RETIFICAÇÃO

No Diário Oficial da União de 10/08/2016, Seção 1, pag. 60.  
Onde se lê - Processo Nº 08000.007358/2016-41 - PHILIP GUILLON, até 16/12/2017.  
Leia-se - Processo Nº 08000.007358/2016-41 - PHILIP GIL-LON , até 16/12/2017.



DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 124, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

A Diretora Adjunta, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Título: CARNIVAL GAMES VR (Estados Unidos da América - 2016)  
Produtor(es): 2K  
Distribuidor(es): ECOGAMES DO BRASIL  
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos  
Categoria: Gincana/Esportes  
Plataforma: Computador PC/PlayStation 4  
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo  
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos  
Contém: Violência  
Processo: 08017.000869/2016-52  
Requerente: IDG CONSULTING

Título: THE DWARVES (Alemanha - 2016)  
Produtor(es): THQ NORDIC  
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos  
Categoria: Estratégia/RPG  
Plataforma: Computador PC / MAC/Xbox ONE/PlayStation 4/Linux  
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo  
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos  
Contém: Violência  
Processo: 08017.000886/2016-90  
Requerente: THOMAS REISINGER

Título: METAL GEAR SOLID V: DEFINITIVE EXPERIENCE (Japão - 2016)  
Produtor(es): KONAMI  
Distribuidor(es): NC GAMES  
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezoito anos  
Categoria: Ação  
Plataforma: Computador PC/Xbox ONE/PlayStation 4  
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo  
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezoito anos  
Contém: Conteúdo Sexual , Linguagem Imprópria e Violência  
Processo: 08017.000887/2016-34  
Requerente: NC GAMES

Título: DON`T STARVE MEGA PACK (Estados Unidos da América - 2016)  
Produtor(es): 505 GAMES  
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos  
Categoria: Aventura/Ação  
Plataforma: Computador PC/Xbox ONE/PlayStation 4  
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo  
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos

Contém: Violência  
Processo: 08017.000902/2016-44  
Requerente: MICHAEL BOOKER

Título: KILLING FLOOR 2 (Estados Unidos da América - 2016)  
Produtor(es): KOCH MEDIA GMBH / DEEP SILVER  
Distribuidor(es): ECOGAMES DISTRIBUIÇÃO E SERVIÇOS LTDA  
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezoito anos  
Categoria: Tiro em Primeira Pessoa  
Plataforma: Computador PC/PlayStation 4  
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo  
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezoito anos  
Contém: Violência Extrema  
Processo: 08017.000906/2016-22  
Requerente: ECOGAMES DISTRIBUIÇÃO E SERVIÇOS LTDA

Título: GRAVITY RUSH 2 (Japão - 2016)  
Produtor(es): SONY INTERACTIVE ENTERTAINMENT  
Distribuidor(es): SONY INTERACTIVE ENTERTAINMENT  
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos  
Categoria: Plataforma/RPG  
Plataforma: PlayStation 4  
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo  
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos  
Contém: Nudez e Violência  
Processo: 08017.000907/2016-77  
Requerente: IAN JONES

Título: PAC MAN CHAMPIONSHIP EDITION 2 + ARCADE GAME SE-RIES (Estados Unidos da América - 2016)  
Produtor(es): BANDAI NAMCO  
Distribuidor(es): ECOGAMES DISTRIBUIÇÃO E SERVIÇOS LTDA  
Classificação Pretendida: Livre  
Categoria: Arcade  
Plataforma: Xbox ONE/PlayStation 4  
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo  
Classificação Atribuída: Livre  
Processo: 08017.000924/2016-12  
Requerente: ECOGAMES DISTRIBUIÇÃO E SERVIÇOS LTDA

Título: DIGIMON WORLD: NEXT ORDER (Estados Unidos da América - 2016)  
Produtor(es): BANDAI NAMCO  
Distribuidor(es): ECOGAMES DISTRIBUIÇÃO E SERVIÇOS LTDA  
Classificação Pretendida: Livre  
Categoria: Aventura  
Plataforma: PlayStation 4  
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo  
Classificação Atribuída: Livre  
Contém: Violência  
Processo: 08017.000926/2016-01  
Requerente: ECOGAMES DISTRIBUIÇÃO E SERVIÇOS LTDA

Título: ROOT LETTER (Estados Unidos da América - 2016)  
Produtor(es): PQUBE LIMITED  
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezesesseis anos  
Categoria: RPG  
Plataforma: PlayStation Vita/PlayStation 4

Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo  
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos  
Contém: Violência  
Processo: 08017.000933/2016-03  
Requerente: HARRISON LEWIS

ALESSANDRA XAVIER NUNES

PORTARIA Nº 125, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

A Diretora Adjunta, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Processo nº: 08017.000882/2016-10  
Título RPG: "THE STRANGE"  
Requerente: FRATERNIDADE EDITORA LTDA ME  
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos  
Tipo de Classificação: Livro  
Classificação atribuída: não recomendado para menores de doze anos  
Contém: violência e drogas

A classificação da obra desta Portaria é baseada apenas no texto do respectivo livro.

Consequências adversas motivadas pela prática dos jogos de RPG são de responsabilidade exclusiva de seus autores e editores.

ALESSANDRA XAVIER NUNES

DESPACHO DA DIRETORA

Em 9 de setembro de 2016

Nº 441 - A DIRETORA ADJUNTA DO DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 3.100, de 30 de julho de 1999, usando da competência que lhe foi conferida pela Portaria nº 521, de 22 de abril de 2016, resolve:

Declarar o cancelamento da qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público da ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO HUMANA E SOCIAL - INSTITUTO ATITUDE, registrado no CNPJ sob o nº 08.791.800/0001-80, pelos fundamentos presentes no Processo Administrativo MJ nº 08071.001133/2015-66;

Nos termos do art. 59 da Lei nº 9.784/99 e art. 5º, inciso LV, da CF/88, assegura-se à entidade o direito de recorrer da decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias;

Quanto ao acervo patrimonial disponível, a entidade deverá cumprir o disposto no art. 4º, V da Lei nº 9.790/99.

ALESSANDRA XAVIER NUNES

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.657, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

Credencia Municípios a receberem os incentivos de custeio às Equipes de Saúde da Família que possuem profissionais médicos do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da atenção básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

Considerando a Portaria nº 978/GM/MS, de 16 de maio de 2012, que define valores de financiamento do Piso da Atenção Básica Variável para as Equipes de Saúde da Família e Equipes de Saúde Bucal e aos Núcleos de Apoio à Saúde da Família, instituídos pela Política Nacional de Atenção Básica;

Considerando a Portaria nº 1.834/GM/MS, de 27 de agosto de 2013, que institui e redefine valores diferenciados de custeio às Equipes de Saúde da Família que possuem profissionais médicos integrantes de programas nacionais de provimento; e

Considerando a Portaria nº 1.131/GM/MS, de 23 de maio de 2014, que disciplina o repasse do Piso de Atenção Básica Variável a ser transferido aos Municípios e Distrito Federal que não efetuaram o cadastramento dos profissionais do Projeto Mais Médicos para o Brasil junto ao Sistema do Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde, resolve:

Art. 1º Ficam credenciados os Municípios descritos no Anexo II a esta Portaria, pertencentes aos respectivos Estados relacionados no Anexo I, a receberem os incentivos de custeio às Equipes de Saúde da Família detentoras de profissionais médicos do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

Art. 2º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.301.2015.20AD (PO - 0000 - Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família), para implantação de novas equipes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO I

| UF          | MUNICÍPIO | ESF CREDENCIADAS AUTOMATICAMENTE | TOTAL DE ESF |
|-------------|-----------|----------------------------------|--------------|
| AC          | 1         | 1                                | 6            |
| AM          | 1         | 1                                | 5            |
| BA          | 2         | 2                                | 18           |
| CE          | 2         | 2                                | 31           |
| MA          | 2         | 2                                | 14           |
| MG          | 1         | 1                                | 17           |
| MT          | 1         | 1                                | 8            |
| PA          | 6         | 6                                | 68           |
| PR          | 2         | 3                                | 17           |
| RJ          | 1         | 1                                | 17           |
| RO          | 2         | 3                                | 12           |
| RS          | 3         | 3                                | 15           |
| SC          | 1         | 1                                | 50           |
| SP          | 2         | 4                                | 47           |
| Total Geral | 27        | 31                               | 325          |

ANEXO II

| UF           | IBGE   | MUNICÍPIO       | ESF CREDENCIADAS AUTOMATICAMENTE | TOTAL DE ESF |
|--------------|--------|-----------------|----------------------------------|--------------|
| AC           | 120042 | Rodrigues Alves | 1                                | 6            |
| Total da UF: |        | 1               | 1                                | 6            |
| AM           | 130040 | Barcelos        | 1                                | 5            |
| Total da UF: |        | 1               | 1                                | 5            |
| BA           | 290250 | Baianópolis     | 1                                | 6            |
| BA           | 290270 | Barra           | 1                                | 12           |
| Total da UF: |        | 2               | 2                                | 18           |
| CE           | 230960 | Pacajus         | 1                                | 18           |
| CE           | 231030 | Parambu         | 1                                | 13           |
| Total da UF: |        | 2               | 2                                | 31           |
| MA           | 210080 | Anapurus        | 1                                | 6            |
| MA           | 210690 | Monção          | 1                                | 8            |
| Total da UF: |        | 2               | 2                                | 14           |
| MG           | 315220 | Porteirinha     | 1                                | 17           |
| Total da UF: |        | 1               | 1                                | 17           |
| MT           | 510335 | Confresa        | 1                                | 8            |
| Total da UF: |        | 1               | 1                                | 8            |
| PA           | 150150 | Benevides       | 1                                | 23           |
| PA           | 150345 | Ipixuna do Pará | 1                                | 10           |
| PA           | 150475 | Mojú dos Campos | 1                                | 2            |
| PA           | 150550 | Paragominas     | 1                                | 18           |

|              |        |               |   |    |              |        |                       |    |     |
|--------------|--------|---------------|---|----|--------------|--------|-----------------------|----|-----|
| PA           | 150600 | Prainha       | 1 | 6  | RS           | 431550 | Restinga Seca         | 1  | 3   |
| PA           | 150830 | Viseu         | 1 | 9  | RS           | 431710 | Santana do Livramento | 1  | 11  |
| Total da UF: |        | 6             | 6 | 68 | RS           | 432035 | Sentinela do Sul      | 1  | 1   |
| PR           | 410960 | Guaratuba     | 1 | 10 | Total da UF: |        | 3                     | 3  | 15  |
| PR           | 411760 | Palmas        | 2 | 7  | SC           | 420820 | Itajaí                | 1  | 50  |
| Total da UF: |        | 2             | 3 | 17 | Total da UF: |        | 1                     | 1  | 50  |
| RJ           | 330200 | Itaguaí       | 1 | 17 | SP           | 352690 | Limeira               | 3  | 42  |
| Total da UF: |        | 1             | 1 | 17 | SP           | 355680 | Viradouro             | 1  | 5   |
| RO           | 110045 | Buritis       | 2 | 7  | Total da UF: |        | 2                     | 4  | 47  |
| RO           | 110008 | Costa Marques | 1 | 5  | Total Geral  |        | 27                    | 31 | 325 |
| Total da UF: |        | 2             | 3 | 12 |              |        |                       |    |     |

PORTARIA Nº 1.658, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

Homologa a contratualização/recontratualização dos Municípios ao terceiro ciclo do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e Considerando o disposto na Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS); Considerando o disposto na Portaria nº 562/GM/MS, de 4 de abril de 2013, que define o valor mensal integral do incentivo financeiro do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB), denominado como Componente de Qualidade do Piso de Atenção Básica Variável (PAB Variável); Considerando o disposto na Portaria nº 836/GM/MS, de 26 de junho de 2015, que autoriza o repasse do incentivo financeiro do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB), denominado como Componente de Qualidade do Piso de Atenção Básica Variável, referente à certificação final das equipes participantes do 2º ciclo do PMA; Considerando o disposto na Portaria nº 1.645/GM/MS, de 2 de outubro de 2015, que dispõe sobre o Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB); e Considerando a diretriz do Governo Federal de qualificar a gestão pública por resultados mensuráveis, garantindo acesso e qualidade da atenção, resolve:

Art. 1º Fica homologada a contratualização e recontratualização dos Municípios e das respectivas Equipes de Atenção Básica, Equipes de Saúde Bucal e Núcleos de Apoio a Saúde da Família ao Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB), conforme listagem constante do anexo a esta Portaria.

Art. 2º Ficam definidos, na forma do anexo a esta Portaria, os Municípios e valores mensais máximos do valor referente ao Componente de Qualidade do Piso de Atenção Básica Variável.

§ 1º De acordo com a certificação das Equipes de Atenção Básica, Equipes de Saúde Bucal e Núcleos de Apoio a Saúde da Família participantes do segundo ciclo do PMAQ, conforme a certificação final das equipes participantes do 2º ciclo do PMAQ, descritas na Portaria nº 836/GM/MS, de 26 de junho de 2015, e que recontratualizaram para o terceiro ciclo do programa.

§ 2º De acordo com o número de Equipes de Atenção Básica, Equipes de Saúde Bucal e Núcleos de Apoios a Saúde da Família contratualizadas, conforme a Portaria nº 1.645/GM/MS, de 2 de outubro de 2015.

§ 3º As equipes de Atenção Básica, Equipes de Saúde Bucal e Núcleos de Apoio a Saúde da Família participantes do segundo ciclo do PMAQ que não recontratualizaram para o terceiro ciclo do Programa deixarão de receber o recurso referente a certificação a partir da vigência da presente Portaria.

Art. 3º Ficam definidos os valores referentes a adesão para as novas equipes contratualizadas:

I - R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais) por equipe de atenção básica com equipe de saúde bucal vinculada;

II - R\$ 1.700,00 (mil e setecentos reais) por equipe de atenção básica sem equipe de saúde bucal vinculada;

III - R\$ 1.000,00 (mil reais) por NASF 1;

IV - R\$ 600,00 (seiscentos reais) por NASF 2; e

V - R\$ 400,00 (quatrocentos reais) por NASF 3.

Art. 4º Os recursos orçamentários de que trata esta Portaria correrão por conta do Programa de Trabalho 10.301.2015.20AD - PO - 0008 - Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência agosto de 2016.

RICARDO BARROS

ANEXO

| UF | Município              | Equipes recontratualizadas |             |      | Equipes novas 3º ciclo |             |      | R\$        |
|----|------------------------|----------------------------|-------------|------|------------------------|-------------|------|------------|
|    |                        | EAB com ESB                | EAB sem ESB | NASF | EAB com ESB            | EAB sem ESB | NASF |            |
| AC | ACRELÂNDIA             | 5                          | 0           | 1    | 0                      | 0           | 0    | 14.000,00  |
| AC | ASSIS BRASIL           | 1                          | 0           | 0    | 2                      | 0           | 0    | 6.100,00   |
| AC | BRASILEIA              | 7                          | 0           | 0    | 2                      | 0           | 1    | 19.800,00  |
| AC | BUJARI                 | 2                          | 0           | 1    | 1                      | 1           | 0    | 8.900,00   |
| AC | CAPIXABA               | 1                          | 0           | 0    | 1                      | 2           | 1    | 7.700,00   |
| AC | CRUZEIRO DO SUL        | 8                          | 5           | 2    | 11                     | 12          | 3    | 94.200,00  |
| AC | EPITACIOLÂNDIA         | 2                          | 0           | 0    | 3                      | 1           | 1    | 13.200,00  |
| AC | FEIJÓ                  | 2                          | 0           | 0    | 2                      | 4           | 1    | 14.400,00  |
| AC | JORDÃO                 | 1                          | 1           | 0    | 1                      | 0           | 0    | 6.100,00   |
| AC | MÂNCIO LIMA            | 4                          | 0           | 0    | 1                      | 0           | 1    | 16.700,00  |
| AC | MANOEL URBANO          | 1                          | 0           | 0    | 1                      | 2           | 0    | 5.600,00   |
| AC | MARECHAL THAUMATURGO   | 3                          | 1           | 0    | 1                      | 0           | 1    | 10.500,00  |
| AC | PLÁCIDO DE CASTRO      | 7                          | 0           | 1    | 1                      | 0           | 0    | 49.200,00  |
| AC | PORTO ACRE             | 5                          | 0           | 1    | 0                      | 0           | 0    | 11.500,00  |
| AC | PORTO WALTER           | 1                          | 0           | 0    | 0                      | 1           | 0    | 3.900,00   |
| AC | RIO BRANCO             | 9                          | 13          | 0    | 18                     | 17          | 2    | 115.300,00 |
| AC | RODRIGUES ALVES        | 1                          | 3           | 1    | 0                      | 1           | 0    | 4.500,00   |
| AC | SANTA ROSA DO PURUS    | 0                          | 0           | 0    | 2                      | 0           | 0    | 4.400,00   |
| AC | SENA MADUREIRA         | 7                          | 0           | 1    | 2                      | 2           | 0    | 24.200,00  |
| AC | SENADOR GUIOMARD       | 1                          | 0           | 0    | 3                      | 0           | 0    | 8.800,00   |
| AC | TARAUACA               | 7                          | 0           | 0    | 0                      | 2           | 0    | 18.800,00  |
| AC | XAPURI                 | 2                          | 0           | 0    | 1                      | 3           | 1    | 11.800,00  |
| AL | ÁGUA BRANCA            | 3                          | 2           | 0    | 0                      | 0           | 1    | 17.800,00  |
| AL | ANADIA                 | 2                          | 5           | 0    | 0                      | 0           | 1    | 23.700,00  |
| AL | ARAPIRACA              | 39                         | 8           | 5    | 1                      | 6           | 3    | 137.500,00 |
| AL | ATALAIA                | 15                         | 0           | 1    | 0                      | 0           | 2    | 94.500,00  |
| AL | BARRA DE SANTO ANTÔNIO | 6                          | 0           | 1    | 0                      | 0           | 0    | 27.900,00  |
| AL | BARRA DE SÃO MIGUEL    | 2                          | 1           | 1    | 0                      | 0           | 0    | 10.100,00  |
| AL | BATALHA                | 7                          | 0           | 0    | 0                      | 0           | 1    | 16.500,00  |
| AL | BELEM                  | 2                          | 0           | 1    | 0                      | 0           | 0    | 8.400,00   |
| AL | BELO MONTE             | 2                          | 1           | 0    | 0                      | 0           | 1    | 11.100,00  |
| AL | BOCA DA MATA           | 9                          | 1           | 1    | 0                      | 0           | 0    | 61.500,00  |
| AL | BRANQUINHA             | 5                          | 0           | 0    | 0                      | 0           | 1    | 37.000,00  |
| AL | CACIMBINHAS            | 3                          | 1           | 0    | 0                      | 0           | 1    | 19.700,00  |
| AL | CAJUEIRO               | 6                          | 0           | 1    | 2                      | 0           | 0    | 27.000,00  |
| AL | CAMPESTRE              | 2                          | 0           | 0    | 0                      | 1           | 1    | 9.100,00   |
| AL | CAMPO ALEGRE           | 7                          | 2           | 0    | 3                      | 4           | 2    | 70.200,00  |
| AL | CAMPO GRANDE           | 4                          | 0           | 0    | 0                      | 0           | 1    | 8.900,00   |
| AL | CANAPI                 | 2                          | 3           | 0    | 0                      | 0           | 1    | 24.100,00  |
| AL | CAPELA                 | 6                          | 2           | 1    | 0                      | 0           | 0    | 45.000,00  |
| AL | CARNEIROS              | 1                          | 0           | 0    | 2                      | 0           | 1    | 7.000,00   |
| AL | CHÁ PRETA              | 2                          | 0           | 0    | 1                      | 1           | 1    | 14.100,00  |
| AL | COITÉ DO NOIA          | 1                          | 2           | 1    | 1                      | 0           | 0    | 11.800,00  |
| AL | COLONIA LEOPOLDINA     | 5                          | 3           | 1    | 0                      | 0           | 0    | 41.500,00  |
| AL | COQUEIRO SECO          | 2                          | 0           | 0    | 0                      | 0           | 1    | 15.000,00  |
| AL | CORURIBE               | 16                         | 0           | 1    | 0                      | 0           | 2    | 37.700,00  |
| AL | CRAIBAS                | 7                          | 0           | 1    | 1                      | 1           | 0    | 35.500,00  |
| AL | DELMIRO GOUVEIA        | 7                          | 1           | 0    | 0                      | 0           | 1    | 34.300,00  |
| AL | DOIS RIACHOS           | 4                          | 0           | 1    | 0                      | 0           | 0    | 22.800,00  |
| AL | ESTRELA DE ALAGOAS     | 4                          | 3           | 0    | 0                      | 0           | 1    | 14.900,00  |
| AL | FEIRA GRANDE           | 4                          | 3           | 0    | 0                      | 0           | 1    | 14.400,00  |
| AL | FELIZ DESERTO          | 2                          | 0           | 0    | 0                      | 0           | 1    | 8.200,00   |
| AL | FLEXEIRAS              | 5                          | 0           | 0    | 0                      | 0           | 1    | 37.400,00  |
| AL | GIRAU DO PONCIANO      | 4                          | 5           | 1    | 2                      | 2           | 1    | 58.300,00  |



|    |                         |    |    |   |    |    |   |            |
|----|-------------------------|----|----|---|----|----|---|------------|
| AL | IBATEGUARA              | 6  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 30.400,00  |
| AL | IGACI                   | 11 | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 35.100,00  |
| AL | IGREJA NOVA             | 6  | 0  | 1 | 3  | 0  | 0 | 21.100,00  |
| AL | INHAPI                  | 2  | 2  | 0 | 1  | 0  | 1 | 14.400,00  |
| AL | JACARÉ DOS HOMENS       | 3  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 7.200,00   |
| AL | JACUIPE                 | 1  | 0  | 0 | 1  | 0  | 1 | 4.800,00   |
| AL | JAPARATINGA             | 1  | 0  | 0 | 1  | 1  | 1 | 10.900,00  |
| AL | JARAMATAIA              | 3  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 11.600,00  |
| AL | JEQUIÁ DA PRAIA         | 5  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 45.200,00  |
| AL | JOAQUIM GOMES           | 6  | 1  | 0 | 1  | 0  | 1 | 46.900,00  |
| AL | JUNDIA                  | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 11.200,00  |
| AL | JUNQUEIRO               | 10 | 0  | 1 | 0  | 0  | 1 | 45.800,00  |
| AL | LAGOA DA CANOA          | 6  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 31.300,00  |
| AL | LIMOEIRO DE ANADIA      | 4  | 0  | 1 | 2  | 2  | 0 | 17.600,00  |
| AL | MACEIO                  | 33 | 6  | 2 | 37 | 10 | 2 | 202.600,00 |
| AL | MAJOR ISIDORO           | 6  | 0  | 1 | 1  | 0  | 0 | 31.600,00  |
| AL | MAR VERMELHO            | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 4.800,00   |
| AL | MARAGOGI                | 8  | 1  | 1 | 0  | 0  | 0 | 39.100,00  |
| AL | MARAVILHA               | 3  | 1  | 1 | 0  | 0  | 0 | 12.300,00  |
| AL | MARECHAL DEODORO        | 15 | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 66.300,00  |
| AL | MARIBONDO               | 3  | 2  | 0 | 0  | 0  | 1 | 11.000,00  |
| AL | MATA GRANDE             | 2  | 3  | 0 | 1  | 0  | 1 | 12.700,00  |
| AL | MATRIZ DE CAMARAGIBE    | 6  | 3  | 1 | 0  | 1  | 1 | 62.000,00  |
| AL | MESSIAS                 | 6  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 34.800,00  |
| AL | MINADOR DO NEGRÃO       | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 17.000,00  |
| AL | MONTEIROPOLIS           | 2  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 12.900,00  |
| AL | MURICI                  | 10 | 0  | 1 | 1  | 0  | 0 | 52.000,00  |
| AL | NOVO LINO               | 2  | 2  | 0 | 0  | 0  | 1 | 9.400,00   |
| AL | OLHO D'ÁGUA DAS FLORES  | 7  | 0  | 0 | 0  | 1  | 1 | 46.900,00  |
| AL | OLHO D'ÁGUA DO CASADO   | 3  | 0  | 0 | 1  | 0  | 0 | 9.300,00   |
| AL | OLHO D'ÁGUA GRANDE      | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 4.300,00   |
| AL | OLIVENÇA                | 2  | 0  | 0 | 1  | 1  | 0 | 20.500,00  |
| AL | OURO BRANCO             | 0  | 2  | 1 | 1  | 1  | 0 | 7.900,00   |
| AL | PALESTINA               | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 4.800,00   |
| AL | PALMEIRA DOS ÍNDIOS     | 22 | 0  | 2 | 0  | 0  | 2 | 79.500,00  |
| AL | PAO DE ACÚCAR           | 1  | 1  | 0 | 4  | 2  | 0 | 16.100,00  |
| AL | PARICONHA               | 4  | 0  | 0 | 1  | 0  | 1 | 42.800,00  |
| AL | PARIPUEIRA              | 3  | 0  | 0 | 1  | 0  | 1 | 14.800,00  |
| AL | PASSO DE CAMARAGIBE     | 6  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 38.600,00  |
| AL | PAULO JACINTO           | 3  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 14.500,00  |
| AL | PENEDO                  | 10 | 1  | 2 | 3  | 1  | 0 | 35.000,00  |
| AL | PIACABUÇU               | 6  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 24.400,00  |
| AL | PILAR                   | 13 | 0  | 1 | 0  | 0  | 1 | 83.400,00  |
| AL | PINDOBA                 | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 4.600,00   |
| AL | PIRANHAS                | 7  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 14.900,00  |
| AL | POÇO DAS TRINCHEIRAS    | 4  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 27.000,00  |
| AL | PORTO CALVO             | 10 | 0  | 1 | 0  | 0  | 1 | 61.200,00  |
| AL | PORTO DE PEDRAS         | 3  | 0  | 1 | 1  | 0  | 0 | 16.500,00  |
| AL | PORTO REAL DO COLÉGIO   | 2  | 2  | 0 | 0  | 0  | 1 | 8.400,00   |
| AL | QUEBRANGULO             | 5  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 51.200,00  |
| AL | RIO LARGO               | 8  | 7  | 0 | 4  | 1  | 0 | 52.700,00  |
| AL | ROTEIRO                 | 3  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 8.200,00   |
| AL | SANTA LUZIA DO NORTE    | 3  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 0,00       |
| AL | SANTANA DO IPANEMA      | 6  | 3  | 1 | 1  | 1  | 1 | 58.300,00  |
| AL | SANTANA DO MUNDAU       | 5  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 16.000,00  |
| AL | SÃO BRÁS                | 3  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 7.700,00   |
| AL | SÃO JOSÉ DA LAJE        | 8  | 0  | 0 | 1  | 0  | 1 | 37.800,00  |
| AL | SÃO JOSÉ DA TAPERA      | 8  | 2  | 0 | 0  | 4  | 2 | 31.800,00  |
| AL | SÃO LUIS DO QUITUNDE    | 7  | 5  | 1 | 0  | 0  | 0 | 24.400,00  |
| AL | SÃO MIGUEL DOS CAMPOS   | 10 | 1  | 0 | 3  | 3  | 2 | 38.400,00  |
| AL | SÃO MIGUEL DOS MILAGRES | 3  | 0  | 0 | 1  | 0  | 1 | 24.600,00  |
| AL | SÃO SEBASTIAO           | 13 | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 55.000,00  |
| AL | SATUBA                  | 6  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 15.200,00  |
| AL | SENADOR RUI PALMEIRA    | 4  | 1  | 0 | 0  | 0  | 1 | 33.900,00  |
| AL | TANQUE D'ARCA           | 2  | 0  | 0 | 1  | 0  | 0 | 11.000,00  |
| AL | TAQUARANA               | 4  | 3  | 1 | 0  | 1  | 0 | 41.900,00  |
| AL | TEOTÔNIO VILELA         | 13 | 0  | 1 | 4  | 1  | 2 | 101.100,00 |
| AL | TRAIPU                  | 4  | 1  | 0 | 0  | 4  | 1 | 26.100,00  |
| AL | UNIÃO DOS PALMARES      | 12 | 2  | 1 | 2  | 0  | 1 | 96.400,00  |
| AL | VICOSA                  | 5  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 45.200,00  |
| AM | ALVARAES                | 2  | 0  | 0 | 0  | 1  | 0 | 6.100,00   |
| AM | AMATURA                 | 1  | 0  | 0 | 1  | 0  | 0 | 4.400,00   |
| AM | ANAMÁ                   | 2  | 1  | 0 | 0  | 1  | 0 | 7.800,00   |
| AM | ANORI                   | 3  | 0  | 0 | 3  | 1  | 1 | 9.300,00   |
| AM | APUI                    | 3  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 28.700,00  |
| AM | ATALAIA DO NORTE        | 2  | 0  | 0 | 1  | 2  | 0 | 10.000,00  |
| AM | AUTAZES                 | 8  | 2  | 2 | 1  | 0  | 0 | 26.700,00  |
| AM | BARCELOS                | 1  | 0  | 0 | 2  | 1  | 0 | 6.100,00   |
| AM | BARREIRINHA             | 3  | 1  | 0 | 2  | 0  | 1 | 12.800,00  |
| AM | BENJAMIN CONSTANT       | 1  | 1  | 0 | 1  | 7  | 0 | 18.000,00  |
| AM | BERURI                  | 3  | 0  | 0 | 0  | 1  | 0 | 2.700,00   |
| AM | BOA VISTA DO RAMOS      | 1  | 1  | 0 | 0  | 4  | 1 | 7.200,00   |
| AM | BOCA DO ACRE            | 5  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 11.000,00  |
| AM | BORBA                   | 7  | 0  | 1 | 1  | 0  | 0 | 61.200,00  |
| AM | CAAPIRANGA              | 4  | 1  | 1 | 0  | 0  | 0 | 6.600,00   |
| AM | CANUTAMA                | 2  | 1  | 0 | 0  | 2  | 0 | 9.500,00   |
| AM | CARAUARI                | 2  | 1  | 0 | 0  | 2  | 0 | 3.400,00   |
| AM | CAREIRO                 | 1  | 5  | 0 | 4  | 0  | 2 | 21.000,00  |
| AM | CAREIRO DA VÁRZEA       | 3  | 1  | 0 | 1  | 0  | 0 | 6.600,00   |
| AM | COARI                   | 11 | 0  | 0 | 0  | 11 | 0 | 42.400,00  |
| AM | CODAJÁS                 | 0  | 1  | 0 | 6  | 2  | 0 | 16.600,00  |
| AM | EIRUNEPE                | 6  | 2  | 1 | 0  | 1  | 0 | 19.300,00  |
| AM | ENVIRA                  | 2  | 1  | 0 | 0  | 5  | 0 | 9.000,00   |
| AM | FONTE BOA               | 4  | 0  | 0 | 0  | 1  | 0 | 9.500,00   |
| AM | GUAJARÁ                 | 0  | 0  | 0 | 3  | 1  | 0 | 8.300,00   |
| AM | HUMAITÁ                 | 8  | 1  | 1 | 1  | 0  | 0 | 39.100,00  |
| AM | IPIXUNA                 | 2  | 2  | 0 | 0  | 0  | 0 | 7.800,00   |
| AM | IRANDUBA                | 18 | 0  | 3 | 3  | 0  | 0 | 99.500,00  |
| AM | ITACOATIARA             | 21 | 3  | 4 | 3  | 3  | 1 | 99.400,00  |
| AM | ITAMARATI               | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 3.900,00   |
| AM | ITAPIRANGA              | 4  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 22.800,00  |
| AM | JAPURA                  | 1  | 0  | 0 | 1  | 1  | 0 | 4.400,00   |
| AM | JURUÁ                   | 2  | 0  | 0 | 0  | 2  | 0 | 7.800,00   |
| AM | JUTAI                   | 1  | 2  | 0 | 1  | 2  | 1 | 12.200,00  |
| AM | LÁBREA                  | 6  | 2  | 1 | 0  | 0  | 0 | 15.100,00  |
| AM | MANACAPURU              | 10 | 6  | 3 | 2  | 4  | 1 | 100.300,00 |
| AM | MANAQUIRI               | 2  | 1  | 0 | 0  | 0  | 1 | 6.700,00   |
| AM | MANAUS                  | 79 | 68 | 3 | 34 | 24 | 0 | 590.000,00 |



|    |                           |    |    |   |   |    |   |            |
|----|---------------------------|----|----|---|---|----|---|------------|
| AM | MANICORÉ                  | 5  | 1  | 0 | 1 | 1  | 1 | 21.000,00  |
| AM | MARAA                     | 1  | 0  | 0 | 1 | 2  | 0 | 8.800,00   |
| AM | MAUES                     | 11 | 0  | 2 | 0 | 7  | 0 | 45.000,00  |
| AM | NHAMUNDÁ                  | 5  | 0  | 1 | 0 | 0  | 0 | 9.800,00   |
| AM | NOVA OLINDA DO NORTE      | 5  | 0  | 1 | 2 | 0  | 0 | 35.400,00  |
| AM | NOVO AIRÃO                | 3  | 0  | 0 | 1 | 1  | 0 | 3.900,00   |
| AM | NOVO ARIPUANÁ             | 0  | 1  | 0 | 4 | 0  | 1 | 11.500,00  |
| AM | PARINTINS                 | 9  | 10 | 1 | 2 | 2  | 1 | 45.100,00  |
| AM | PAUINI                    | 0  | 0  | 0 | 3 | 0  | 1 | 7.000,00   |
| AM | PRESIDENTE FIGUEIREDO     | 5  | 0  | 0 | 2 | 0  | 1 | 20.800,00  |
| AM | RIO PRETO DA EVA          | 8  | 0  | 1 | 0 | 0  | 0 | 17.600,00  |
| AM | SANTA ISABEL DO RIO NEGRO | 2  | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 6.100,00   |
| AM | SANTO ANTONIO DO ICA      | 3  | 0  | 0 | 2 | 3  | 1 | 15.400,00  |
| AM | SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA  | 7  | 0  | 1 | 0 | 0  | 0 | 16.400,00  |
| AM | SÃO PAULO DE OLIVENÇA     | 3  | 2  | 0 | 0 | 5  | 1 | 17.300,00  |
| AM | SÃO SEBASTIÃO DO UATUMÁ   | 4  | 0  | 0 | 0 | 1  | 1 | 13.000,00  |
| AM | SILVES                    | 4  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 0,00       |
| AM | TABATINGA                 | 7  | 1  | 1 | 1 | 3  | 0 | 23.400,00  |
| AM | TAPAUÁ                    | 6  | 0  | 1 | 0 | 0  | 0 | 12.200,00  |
| AM | TEFÉ                      | 7  | 4  | 1 | 0 | 5  | 0 | 27.500,00  |
| AM | TONANTINS                 | 2  | 2  | 0 | 0 | 0  | 0 | 0,00       |
| AM | UARINI                    | 2  | 0  | 0 | 0 | 1  | 1 | 6.700,00   |
| AM | URUCARÁ                   | 4  | 0  | 0 | 1 | 0  | 0 | 11.000,00  |
| AM | URUCURITUBA               | 4  | 3  | 0 | 0 | 0  | 1 | 21.300,00  |
| AP | AMAPÁ                     | 3  | 0  | 1 | 0 | 0  | 0 | 10.100,00  |
| AP | CALÇOENE                  | 3  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 6.100,00   |
| AP | CUTIAS                    | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 4.400,00   |
| AP | ITAUBAL                   | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 500,00     |
| AP | LARANJAL DO JARI          | 7  | 7  | 2 | 0 | 1  | 0 | 26.900,00  |
| AP | MACAPÁ                    | 27 | 37 | 8 | 2 | 18 | 0 | 200.800,00 |
| AP | MAZAGÃO                   | 4  | 0  | 1 | 1 | 2  | 0 | 10.500,00  |
| AP | OIAPOQUE                  | 3  | 2  | 1 | 0 | 0  | 0 | 1.000,00   |
| AP | PEDRA BRANCA DO AMAPARI   | 3  | 0  | 1 | 0 | 0  | 0 | 1.000,00   |
| AP | PORTO GRANDE              | 3  | 0  | 0 | 1 | 1  | 0 | 9.500,00   |
| AP | PRACUUBA                  | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 2.200,00   |
| AP | SANTANA                   | 10 | 2  | 1 | 7 | 11 | 3 | 82.700,00  |
| AP | SERRA DO NAVIO            | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 0,00       |
| AP | TARTARUGALZINHO           | 3  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 0,00       |
| AP | VITÓRIA DO JARI           | 3  | 1  | 0 | 0 | 1  | 0 | 9.000,00   |
| BA | ABAÍRA                    | 2  | 1  | 0 | 1 | 0  | 1 | 22.500,00  |
| BA | ABARE                     | 7  | 0  | 0 | 1 | 0  | 1 | 50.400,00  |
| BA | ACAJUTIBA                 | 3  | 3  | 0 | 0 | 0  | 1 | 31.300,00  |
| BA | ÁGUA FRIA                 | 6  | 1  | 0 | 0 | 0  | 1 | 39.200,00  |
| BA | AIQUARA                   | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 4.400,00   |
| BA | ALAGOINHAS                | 15 | 1  | 2 | 1 | 6  | 0 | 69.000,00  |
| BA | ALCOBAÇA                  | 9  | 0  | 1 | 0 | 0  | 0 | 40.800,00  |
| BA | ALMADINA                  | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 11.200,00  |
| BA | AMARGOSA                  | 9  | 0  | 1 | 0 | 0  | 0 | 71.400,00  |
| BA | AMELIA RODRIGUES          | 7  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 39.400,00  |
| BA | AMÉRICA DOURADA           | 0  | 0  | 0 | 4 | 2  | 1 | 13.200,00  |
| BA | ANAGE                     | 6  | 1  | 0 | 0 | 4  | 0 | 55.700,00  |
| BA | ANDARAÍ                   | 3  | 0  | 1 | 2 | 0  | 0 | 18.400,00  |
| BA | ANDORINHA                 | 4  | 0  | 0 | 0 | 1  | 0 | 23.700,00  |
| BA | ANGICAL                   | 2  | 0  | 0 | 1 | 0  | 0 | 6.600,00   |
| BA | ANGUERA                   | 2  | 1  | 1 | 1 | 0  | 0 | 17.700,00  |
| BA | ANTÔNIO CARDOSO           | 4  | 0  | 1 | 1 | 0  | 0 | 27.600,00  |
| BA | ANTÔNIO GONÇALVES         | 2  | 0  | 0 | 0 | 3  | 1 | 25.500,00  |
| BA | APORÁ                     | 2  | 4  | 0 | 0 | 1  | 0 | 34.300,00  |
| BA | APUAREMA                  | 2  | 1  | 0 | 0 | 0  | 1 | 2.800,00   |
| BA | ARACAS                    | 3  | 0  | 1 | 0 | 0  | 0 | 12.800,00  |
| BA | ARACATU                   | 5  | 0  | 1 | 0 | 0  | 0 | 18.000,00  |
| BA | ARACI                     | 3  | 6  | 0 | 0 | 2  | 0 | 20.200,00  |
| BA | ARAMARI                   | 1  | 3  | 0 | 0 | 0  | 0 | 20.400,00  |
| BA | ARATACA                   | 3  | 0  | 0 | 1 | 1  | 1 | 11.100,00  |
| BA | ARATUIPE                  | 4  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 19.600,00  |
| BA | AURELINO LEAL             | 3  | 2  | 0 | 0 | 0  | 1 | 23.600,00  |
| BA | BAIANÓPOLIS               | 4  | 0  | 0 | 0 | 2  | 0 | 31.200,00  |
| BA | BAIXA GRANDE              | 6  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 33.200,00  |
| BA | BANZAE                    | 5  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 33.000,00  |
| BA | BARRA                     | 4  | 3  | 0 | 0 | 4  | 0 | 74.300,00  |
| BA | BARRA DA ESTIVA           | 5  | 0  | 0 | 1 | 0  | 0 | 18.200,00  |
| BA | BARRA DO CHOÇA            | 8  | 4  | 1 | 0 | 0  | 0 | 62.100,00  |
| BA | BARRA DO MENDES           | 1  | 0  | 0 | 3 | 1  | 1 | 11.500,00  |
| BA | BARRA DO ROCHA            | 1  | 0  | 0 | 1 | 0  | 1 | 5.800,00   |
| BA | BARREIRAS                 | 3  | 3  | 0 | 0 | 0  | 0 | 21.400,00  |
| BA | BARRO ALTO                | 1  | 3  | 0 | 0 | 2  | 0 | 31.100,00  |
| BA | BARRO PRETO               | 3  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 13.400,00  |
| BA | BARROCAS                  | 4  | 1  | 0 | 1 | 0  | 1 | 39.500,00  |
| BA | BELMONTE                  | 6  | 2  | 1 | 0 | 0  | 0 | 17.100,00  |
| BA | BELO CAMPO                | 6  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 57.000,00  |
| BA | BIRITINGA                 | 2  | 4  | 1 | 0 | 0  | 0 | 37.600,00  |
| BA | BOA NOVA                  | 5  | 0  | 0 | 1 | 1  | 1 | 34.900,00  |
| BA | BOA VISTA DO TUPIM        | 7  | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 15.600,00  |
| BA | BOM JESUS DA LAPA         | 10 | 3  | 1 | 2 | 4  | 2 | 135.900,00 |
| BA | BOM JESUS DA SERRA        | 3  | 0  | 0 | 1 | 0  | 1 | 20.600,00  |
| BA | BONINAL                   | 2  | 2  | 0 | 0 | 0  | 1 | 8.400,00   |
| BA | BONITO                    | 4  | 0  | 0 | 2 | 0  | 1 | 34.700,00  |
| BA | BOQUIRA                   | 4  | 1  | 1 | 0 | 1  | 0 | 14.200,00  |
| BA | BOTUPORÁ                  | 2  | 0  | 0 | 1 | 0  | 0 | 6.600,00   |
| BA | BREJOES                   | 2  | 1  | 1 | 0 | 2  | 0 | 13.500,00  |
| BA | BREJOLÂNDIA               | 4  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 18.000,00  |
| BA | BROTAS DE MACAÚBAS        | 1  | 1  | 0 | 2 | 0  | 1 | 13.300,00  |
| BA | BRUMADO                   | 14 | 1  | 1 | 0 | 0  | 2 | 71.100,00  |
| BA | BUERAREMA                 | 3  | 2  | 0 | 1 | 1  | 0 | 20.700,00  |
| BA | BURITIRAMA                | 1  | 0  | 0 | 2 | 3  | 0 | 18.500,00  |
| BA | CABACEIRAS DO PARAGUAÇU   | 6  | 0  | 0 | 0 | 1  | 0 | 41.700,00  |
| BA | CACHOEIRA                 | 13 | 0  | 1 | 0 | 0  | 1 | 86.800,00  |
| BA | CAÇULÉ                    | 7  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 40.400,00  |
| BA | CAEM                      | 3  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 18.400,00  |
| BA | CAETANOS                  | 4  | 0  | 0 | 0 | 1  | 0 | 12.900,00  |
| BA | CAETITE                   | 7  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 32.000,00  |
| BA | CAFARNAUM                 | 4  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 11.600,00  |
| BA | CAIRU                     | 5  | 0  | 1 | 0 | 0  | 0 | 30.600,00  |
| BA | CALDEIRÃO GRANDE          | 3  | 1  | 1 | 0 | 0  | 0 | 23.000,00  |
| BA | CAMACAN                   | 12 | 0  | 0 | 0 | 0  | 2 | 73.400,00  |
| BA | CAMACARI                  | 4  | 3  | 0 | 2 | 5  | 0 | 44.800,00  |
| BA | CAMAMU                    | 3  | 2  | 0 | 3 | 1  | 1 | 26.100,00  |
| BA | CAMPO ALEGRE DE LOURDES   | 6  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 17.100,00  |



|    |                       |    |    |   |   |    |   |            |
|----|-----------------------|----|----|---|---|----|---|------------|
| BA | CAMPO FORMOSO         | 9  | 3  | 1 | 0 | 5  | 0 | 57.500,00  |
| BA | CANÁPOLIS             | 5  | 0  | 1 | 0 | 0  | 0 | 12.000,00  |
| BA | CANARANA              | 2  | 3  | 0 | 1 | 5  | 0 | 19.700,00  |
| BA | CANAVIEIRAS           | 3  | 3  | 0 | 0 | 2  | 0 | 14.100,00  |
| BA | CANDEAL               | 4  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 25.900,00  |
| BA | CANDEIAS              | 10 | 4  | 0 | 0 | 0  | 0 | 60.600,00  |
| BA | CANDIBA               | 1  | 1  | 0 | 1 | 0  | 1 | 6.700,00   |
| BA | CÂNDIDO SALES         | 3  | 2  | 0 | 1 | 2  | 1 | 15.600,00  |
| BA | CANSANÇÃO             | 4  | 4  | 1 | 1 | 2  | 0 | 60.700,00  |
| BA | CANUDOS               | 3  | 1  | 1 | 0 | 1  | 0 | 15.400,00  |
| BA | CAPELA DO ALTO ALEGRE | 3  | 1  | 0 | 0 | 1  | 1 | 18.400,00  |
| BA | CAPIM GROSSO          | 8  | 0  | 1 | 1 | 0  | 0 | 66.400,00  |
| BA | CARAÍBAS              | 4  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 11.100,00  |
| BA | CARAVELAS             | 8  | 1  | 1 | 0 | 0  | 0 | 19.800,00  |
| BA | CARDEAL DA SILVA      | 3  | 1  | 1 | 0 | 0  | 0 | 15.200,00  |
| BA | CARINHANHA            | 3  | 2  | 0 | 1 | 2  | 1 | 22.900,00  |
| BA | CASA NOVA             | 7  | 1  | 0 | 0 | 3  | 0 | 25.600,00  |
| BA | CASTRO ALVES          | 8  | 2  | 1 | 0 | 0  | 1 | 77.600,00  |
| BA | CATOLÂNDIA            | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 6.000,00   |
| BA | CATU                  | 15 | 0  | 1 | 0 | 0  | 0 | 71.200,00  |
| BA | CATURAMA              | 4  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 12.200,00  |
| BA | CENTRAL               | 0  | 0  | 0 | 0 | 6  | 0 | 10.200,00  |
| BA | CHORROCHÔ             | 3  | 1  | 1 | 0 | 0  | 0 | 25.600,00  |
| BA | CÍCERO DANTAS         | 1  | 3  | 0 | 0 | 4  | 1 | 21.900,00  |
| BA | CIPO                  | 6  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 15.700,00  |
| BA | COARACI               | 3  | 2  | 0 | 0 | 0  | 0 | 13.400,00  |
| BA | COCOS                 | 2  | 0  | 0 | 3 | 2  | 1 | 15.400,00  |
| BA | CONCEIÇÃO DA FEIRA    | 3  | 2  | 0 | 1 | 0  | 1 | 23.900,00  |
| BA | CONCEIÇÃO DO ALMEIDA  | 5  | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 38.100,00  |
| BA | CONCEIÇÃO DO COITÉ    | 6  | 3  | 0 | 3 | 2  | 1 | 42.900,00  |
| BA | CONCEIÇÃO DO JACUIPE  | 7  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 24.700,00  |
| BA | CONDEUBA              | 5  | 1  | 1 | 0 | 2  | 0 | 41.500,00  |
| BA | CONTENDAS DO SINCORÁ  | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 12.200,00  |
| BA | CORAÇÃO DE MARIA      | 3  | 4  | 0 | 1 | 1  | 1 | 49.900,00  |
| BA | CORDEIROS             | 3  | 1  | 1 | 0 | 0  | 0 | 28.300,00  |
| BA | CORIBE                | 5  | 1  | 1 | 0 | 0  | 0 | 52.300,00  |
| BA | CORONEL JOÃO SA       | 0  | 0  | 0 | 3 | 3  | 1 | 12.700,00  |
| BA | CORRENTINA            | 3  | 3  | 0 | 0 | 1  | 0 | 19.700,00  |
| BA | COTEGIPE              | 2  | 1  | 0 | 0 | 2  | 1 | 13.500,00  |
| BA | CRAVOLÂNDIA           | 2  | 0  | 0 | 1 | 0  | 1 | 6.500,00   |
| BA | CRISÓPOLIS            | 3  | 2  | 0 | 0 | 2  | 1 | 14.400,00  |
| BA | CRISTÓPOLIS           | 4  | 0  | 0 | 0 | 1  | 0 | 14.900,00  |
| BA | CRUZ DAS ALMAS        | 9  | 1  | 0 | 2 | 1  | 1 | 93.400,00  |
| BA | CURAÇA                | 3  | 4  | 0 | 0 | 2  | 1 | 24.100,00  |
| BA | DÁRIO MEIRA           | 3  | 1  | 0 | 0 | 0  | 1 | 8.900,00   |
| BA | DIAS D'ÁVILA          | 8  | 5  | 1 | 0 | 3  | 0 | 44.400,00  |
| BA | DOM BASÍLIO           | 4  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 41.100,00  |
| BA | DOM MACEDO COSTA      | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 22.400,00  |
| BA | ELÍSIO MEDRADO        | 3  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 21.400,00  |
| BA | ENCRUZILHADA          | 6  | 0  | 0 | 0 | 1  | 1 | 28.500,00  |
| BA | ENTRE RIOS            | 2  | 7  | 0 | 0 | 0  | 0 | 48.900,00  |
| BA | ÉRICO CARDOSO         | 5  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 10.000,00  |
| BA | ESPLANADA             | 4  | 4  | 0 | 0 | 1  | 1 | 47.500,00  |
| BA | EUCLIDES DA CUNHA     | 4  | 3  | 0 | 1 | 15 | 0 | 55.200,00  |
| BA | EUNÁPOLIS             | 20 | 0  | 2 | 0 | 10 | 0 | 193.400,00 |
| BA | FÁTIMA                | 2  | 1  | 1 | 2 | 1  | 0 | 25.400,00  |
| BA | FEIRA DA MATA         | 2  | 0  | 0 | 1 | 0  | 1 | 7.200,00   |
| BA | FEIRA DE SANTANA      | 41 | 47 | 7 | 0 | 4  | 6 | 254.300,00 |
| BA | FILADELFIA            | 7  | 0  | 1 | 0 | 1  | 0 | 54.100,00  |
| BA | FIRMINO ALVES         | 2  | 0  | 0 | 0 | 1  | 0 | 6.100,00   |
| BA | FLORESTA AZUL         | 3  | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 18.500,00  |
| BA | FORMOSA DO RIO PRETO  | 4  | 0  | 1 | 1 | 0  | 0 | 33.000,00  |
| BA | GANDU                 | 2  | 4  | 0 | 0 | 1  | 1 | 30.900,00  |
| BA | GAVIAO                | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 4.400,00   |
| BA | GENTIO DO OURO        | 3  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 21.200,00  |
| BA | GLÓRIA                | 5  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 32.000,00  |
| BA | GONGOGI               | 4  | 0  | 1 | 0 | 0  | 1 | 10.000,00  |
| BA | GOVERNADOR MANGABEIRA | 8  | 0  | 0 | 1 | 0  | 1 | 55.300,00  |
| BA | GUAJERU               | 2  | 0  | 0 | 2 | 1  | 0 | 13.900,00  |
| BA | GUANAMBI              | 14 | 0  | 2 | 5 | 0  | 0 | 145.600,00 |
| BA | GUARATINGA            | 3  | 3  | 0 | 0 | 2  | 1 | 15.700,00  |
| BA | HELIÓPOLIS            | 3  | 1  | 0 | 0 | 1  | 0 | 13.400,00  |
| BA | IACU                  | 10 | 1  | 1 | 0 | 0  | 0 | 48.800,00  |
| BA | IBIASSUCÉ             | 3  | 1  | 1 | 0 | 0  | 0 | 33.500,00  |
| BA | IBICARAI              | 8  | 0  | 1 | 0 | 0  | 0 | 66.800,00  |
| BA | IBICOARA              | 1  | 1  | 0 | 1 | 1  | 0 | 7.800,00   |
| BA | IBICUI                | 4  | 1  | 0 | 1 | 0  | 1 | 12.700,00  |
| BA | IBIPEBA               | 3  | 1  | 0 | 1 | 2  | 1 | 47.100,00  |
| BA | IBIPITANGA            | 6  | 0  | 1 | 0 | 0  | 0 | 35.800,00  |
| BA | IBIQUERA              | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 1.700,00   |
| BA | IBIRAPITANGA          | 3  | 4  | 0 | 0 | 1  | 1 | 19.500,00  |
| BA | IBIRAPUÁ              | 3  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 13.400,00  |
| BA | IBIRATAIA             | 7  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 54.400,00  |
| BA | IBITIARA              | 6  | 0  | 1 | 0 | 0  | 0 | 17.900,00  |
| BA | IBITITA               | 3  | 2  | 0 | 0 | 0  | 1 | 29.000,00  |
| BA | IBOTIRAMA             | 8  | 0  | 1 | 0 | 0  | 0 | 39.600,00  |
| BA | ICHU                  | 3  | 0  | 1 | 0 | 0  | 0 | 31.800,00  |
| BA | IGAPORÁ               | 6  | 0  | 1 | 1 | 0  | 0 | 25.300,00  |
| BA | IGRAPIUNA             | 3  | 2  | 0 | 1 | 0  | 1 | 23.400,00  |
| BA | IGUAI                 | 6  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 21.500,00  |
| BA | ILHEUS                | 1  | 3  | 0 | 0 | 1  | 0 | 3.400,00   |
| BA | INHAMBUPE             | 8  | 1  | 1 | 0 | 1  | 0 | 34.800,00  |
| BA | IPECAETA              | 1  | 3  | 0 | 0 | 2  | 1 | 35.100,00  |
| BA | IPIAU                 | 6  | 1  | 1 | 1 | 0  | 0 | 33.700,00  |
| BA | IPIRÁ                 | 8  | 1  | 1 | 1 | 3  | 0 | 30.500,00  |
| BA | IPUPIARA              | 2  | 1  | 1 | 0 | 0  | 0 | 23.500,00  |
| BA | IRAJUBA               | 2  | 1  | 0 | 0 | 0  | 1 | 9.600,00   |
| BA | IRAMAIA               | 2  | 2  | 1 | 0 | 1  | 0 | 14.700,00  |
| BA | IRAQUARA              | 6  | 0  | 0 | 1 | 0  | 1 | 36.400,00  |
| BA | IRARÁ                 | 5  | 0  | 1 | 0 | 1  | 0 | 53.300,00  |
| BA | IRECÊ                 | 8  | 9  | 2 | 0 | 1  | 0 | 153.700,00 |
| BA | ITABELA               | 7  | 2  | 1 | 0 | 2  | 0 | 76.800,00  |
| BA | ITABERABA             | 6  | 2  | 0 | 2 | 6  | 1 | 31.700,00  |
| BA | ITABUNA               | 9  | 11 | 0 | 3 | 4  | 0 | 51.900,00  |
| BA | ITACARE               | 4  | 4  | 0 | 0 | 0  | 0 | 43.800,00  |
| BA | ITAETE                | 6  | 0  | 1 | 0 | 1  | 0 | 26.200,00  |
| BA | ITAGI                 | 3  | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 25.300,00  |
| BA | ITAGIBÁ               | 3  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 15.900,00  |



|    |                             |    |    |   |   |   |   |            |
|----|-----------------------------|----|----|---|---|---|---|------------|
| BA | ITAGIMIRIM                  | 3  | 0  | 1 | 0 | 0 | 0 | 6.700,00   |
| BA | ITAGUAÇU DA BAHIA           | 4  | 0  | 0 | 0 | 0 | 0 | 8.800,00   |
| BA | ITAJU DO COLÔNIA            | 2  | 0  | 0 | 1 | 0 | 1 | 7.200,00   |
| BA | ITAJUIPE                    | 5  | 1  | 0 | 0 | 0 | 1 | 39.100,00  |
| BA | ITAMARAJU                   | 3  | 13 | 0 | 3 | 1 | 2 | 19.800,00  |
| BA | ITAMARI                     | 2  | 1  | 0 | 0 | 0 | 0 | 21.700,00  |
| BA | ITAMBE                      | 3  | 3  | 0 | 0 | 0 | 1 | 18.800,00  |
| BA | ITANAGRA                    | 2  | 0  | 0 | 0 | 1 | 0 | 5.100,00   |
| BA | ITANHEM                     | 7  | 0  | 1 | 1 | 0 | 0 | 29.800,00  |
| BA | ITAPARICA                   | 7  | 0  | 0 | 0 | 0 | 1 | 27.100,00  |
| BA | ITAPE                       | 4  | 1  | 0 | 0 | 0 | 0 | 14.900,00  |
| BA | ITAPEBI                     | 3  | 0  | 1 | 1 | 1 | 0 | 14.000,00  |
| BA | ITAPICURU                   | 5  | 0  | 1 | 3 | 1 | 0 | 35.000,00  |
| BA | ITAPITANGA                  | 2  | 1  | 0 | 0 | 1 | 0 | 7.800,00   |
| BA | ITAQUARA                    | 3  | 0  | 0 | 1 | 0 | 1 | 11.400,00  |
| BA | ITARANTIM                   | 3  | 2  | 0 | 0 | 0 | 1 | 10.500,00  |
| BA | ITATIM                      | 4  | 2  | 1 | 1 | 0 | 0 | 64.200,00  |
| BA | ITIRUCU                     | 2  | 1  | 0 | 1 | 0 | 0 | 11.700,00  |
| BA | ITIUBA                      | 6  | 0  | 0 | 1 | 3 | 1 | 53.700,00  |
| BA | ITORORO                     | 6  | 0  | 0 | 0 | 0 | 1 | 26.400,00  |
| BA | ITUAÇU                      | 5  | 1  | 0 | 0 | 0 | 0 | 38.500,00  |
| BA | ITUBERA                     | 4  | 2  | 0 | 0 | 0 | 1 | 37.000,00  |
| BA | IUIU                        | 3  | 0  | 0 | 0 | 0 | 1 | 7.200,00   |
| BA | JABORANDI                   | 4  | 0  | 1 | 0 | 0 | 0 | 38.200,00  |
| BA | JACARACI                    | 6  | 0  | 0 | 0 | 0 | 0 | 43.000,00  |
| BA | JACOBINA                    | 10 | 2  | 1 | 2 | 2 | 0 | 46.800,00  |
| BA | JAGUAQUARA                  | 6  | 6  | 1 | 0 | 3 | 0 | 57.700,00  |
| BA | JAGUARARI                   | 8  | 0  | 0 | 1 | 0 | 1 | 70.400,00  |
| BA | JAGUARIPE                   | 4  | 1  | 1 | 1 | 0 | 0 | 23.900,00  |
| BA | JANDAÍRA                    | 3  | 0  | 0 | 0 | 0 | 0 | 25.600,00  |
| BA | JEQUIE                      | 26 | 0  | 0 | 1 | 0 | 0 | 50.000,00  |
| BA | JEREMOABO                   | 6  | 3  | 1 | 0 | 3 | 0 | 69.400,00  |
| BA | JIQUEIRICA                  | 2  | 0  | 0 | 0 | 2 | 0 | 7.800,00   |
| BA | JITAUNA                     | 5  | 0  | 0 | 0 | 1 | 1 | 54.700,00  |
| BA | JOÃO DOURADO                | 0  | 4  | 0 | 0 | 2 | 0 | 10.200,00  |
| BA | JUAZEIRO                    | 43 | 11 | 4 | 1 | 2 | 0 | 231.100,00 |
| BA | JUCURUCU                    | 4  | 1  | 0 | 0 | 0 | 1 | 14.400,00  |
| BA | JUSSARA                     | 4  | 0  | 0 | 1 | 0 | 0 | 43.200,00  |
| BA | JUSSARI                     | 3  | 0  | 0 | 0 | 0 | 0 | 10.500,00  |
| BA | JUSSIAPÉ                    | 3  | 1  | 0 | 0 | 0 | 0 | 7.800,00   |
| BA | LAFAIETE COUTINHO           | 2  | 0  | 0 | 0 | 0 | 1 | 6.800,00   |
| BA | LAGOA REAL                  | 6  | 0  | 0 | 0 | 0 | 0 | 50.400,00  |
| BA | LAJE                        | 6  | 0  | 0 | 0 | 0 | 0 | 17.600,00  |
| BA | LAJEDÃO                     | 1  | 0  | 0 | 0 | 0 | 1 | 8.200,00   |
| BA | LAJEDO DO TABOCAL           | 2  | 1  | 0 | 0 | 1 | 0 | 7.300,00   |
| BA | LAMARÃO                     | 4  | 0  | 0 | 0 | 0 | 1 | 26.400,00  |
| BA | LAPÃO                       | 4  | 3  | 0 | 1 | 2 | 2 | 68.300,00  |
| BA | LAURO DE FREITAS            | 22 | 5  | 1 | 0 | 6 | 3 | 139.300,00 |
| BA | LENÇOIS                     | 2  | 1  | 0 | 0 | 1 | 0 | 10.100,00  |
| BA | LICÍNIO DE ALMEIDA          | 5  | 1  | 1 | 0 | 0 | 0 | 16.700,00  |
| BA | LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA | 9  | 0  | 1 | 0 | 3 | 0 | 46.000,00  |
| BA | LUIS EDUARDO MAGALHÃES      | 8  | 0  | 0 | 4 | 1 | 1 | 76.400,00  |
| BA | MACAJUBA                    | 2  | 0  | 0 | 2 | 0 | 0 | 15.600,00  |
| BA | MACARANI                    | 2  | 0  | 0 | 1 | 2 | 0 | 9.000,00   |
| BA | MACAUBAS                    | 5  | 2  | 0 | 1 | 4 | 0 | 21.900,00  |
| BA | MACURURÉ                    | 3  | 0  | 0 | 0 | 1 | 1 | 8.900,00   |
| BA | MADRE DE DEUS               | 4  | 0  | 1 | 1 | 0 | 0 | 16.400,00  |
| BA | MAETINGA                    | 4  | 1  | 1 | 0 | 0 | 0 | 39.300,00  |
| BA | MAIQUINIQUE                 | 1  | 0  | 0 | 0 | 1 | 0 | 3.900,00   |
| BA | MAIRI                       | 7  | 0  | 0 | 0 | 0 | 0 | 69.200,00  |
| BA | MALHADA                     | 5  | 0  | 0 | 0 | 0 | 1 | 12.000,00  |
| BA | MALHADA DE PEDRAS           | 2  | 2  | 0 | 0 | 0 | 0 | 7.800,00   |
| BA | MANOEL VITORINO             | 3  | 2  | 0 | 0 | 0 | 0 | 27.000,00  |
| BA | MARACÁS                     | 4  | 1  | 0 | 0 | 1 | 1 | 13.200,00  |
| BA | MARAGOGIPE                  | 7  | 2  | 0 | 1 | 1 | 0 | 22.700,00  |
| BA | MARAU                       | 6  | 2  | 1 | 0 | 0 | 0 | 29.800,00  |
| BA | MARCIONÍLIO SOUZA           | 3  | 1  | 0 | 0 | 1 | 0 | 15.800,00  |
| BA | MASCOTE                     | 6  | 0  | 0 | 0 | 0 | 1 | 11.200,00  |
| BA | MATA DE SÃO JOÃO            | 13 | 0  | 0 | 0 | 0 | 0 | 61.400,00  |
| BA | MATINA                      | 4  | 0  | 0 | 0 | 0 | 1 | 29.300,00  |
| BA | MEDEIROS NETO               | 7  | 2  | 1 | 0 | 0 | 0 | 77.800,00  |
| BA | MIGUEL CALMON               | 2  | 2  | 0 | 1 | 2 | 0 | 33.300,00  |
| BA | MILAGRES                    | 0  | 4  | 0 | 0 | 0 | 0 | 13.600,00  |
| BA | MIRANGABA                   | 4  | 1  | 1 | 0 | 0 | 0 | 32.000,00  |
| BA | MIRANTE                     | 4  | 0  | 1 | 0 | 0 | 0 | 23.800,00  |
| BA | MONTE SANTO                 | 11 | 5  | 2 | 1 | 1 | 1 | 47.500,00  |
| BA | MORPARÁ                     | 1  | 0  | 0 | 1 | 1 | 0 | 6.100,00   |
| BA | MORRO DO CHAPÉU             | 6  | 5  | 1 | 0 | 3 | 0 | 57.900,00  |
| BA | MORTUGABA                   | 5  | 0  | 0 | 0 | 0 | 1 | 15.400,00  |
| BA | MUCUGÊ                      | 4  | 1  | 1 | 0 | 0 | 0 | 26.700,00  |
| BA | MUCURI                      | 11 | 1  | 1 | 0 | 1 | 0 | 110.600,00 |
| BA | MULUNGU DO MORRO            | 2  | 0  | 0 | 0 | 0 | 1 | 5.800,00   |
| BA | MUNDO NOVO                  | 5  | 0  | 0 | 1 | 0 | 1 | 31.800,00  |
| BA | MUNIZ FERREIRA              | 3  | 0  | 0 | 0 | 0 | 1 | 18.400,00  |
| BA | MUQUEM DE SÃO FRANCISCO     | 3  | 0  | 0 | 0 | 1 | 0 | 12.700,00  |
| BA | MURITIBA                    | 6  | 2  | 1 | 1 | 0 | 0 | 24.700,00  |
| BA | MUTUIPE                     | 4  | 1  | 0 | 1 | 0 | 0 | 39.500,00  |
| BA | NAZARÉ                      | 6  | 3  | 0 | 0 | 0 | 1 | 35.900,00  |
| BA | NILO PEÇANHA                | 3  | 2  | 0 | 0 | 0 | 1 | 17.300,00  |
| BA | NORDESTINA                  | 5  | 0  | 1 | 0 | 0 | 0 | 29.200,00  |
| BA | NOVA CANAÁ                  | 0  | 0  | 0 | 5 | 2 | 0 | 14.400,00  |
| BA | NOVA FATIMA                 | 3  | 0  | 0 | 0 | 0 | 1 | 15.000,00  |
| BA | NOVA IBIA                   | 0  | 0  | 0 | 3 | 0 | 1 | 7.200,00   |
| BA | NOVA ITARANA                | 3  | 0  | 1 | 0 | 0 | 0 | 7.200,00   |
| BA | NOVA REDENÇÃO               | 0  | 0  | 0 | 2 | 1 | 0 | 6.100,00   |
| BA | NOVA SOURE                  | 1  | 3  | 0 | 0 | 1 | 0 | 8.500,00   |
| BA | NOVA VIÇOSA                 | 11 | 1  | 1 | 0 | 0 | 1 | 66.200,00  |
| BA | NOVO HORIZONTE              | 3  | 1  | 0 | 0 | 0 | 0 | 19.500,00  |
| BA | NOVO TRIUNFO                | 2  | 2  | 0 | 0 | 0 | 0 | 14.600,00  |
| BA | OLINDINA                    | 6  | 1  | 0 | 0 | 0 | 1 | 30.500,00  |
| BA | OLIVEIRA DOS BREJINHOS      | 6  | 0  | 0 | 0 | 0 | 0 | 23.400,00  |
| BA | OURICANGAS                  | 3  | 0  | 0 | 0 | 0 | 1 | 17.000,00  |
| BA | OUROLÂNDIA                  | 6  | 0  | 0 | 2 | 0 | 1 | 35.600,00  |
| BA | PALMAS DE MONTE ALTO        | 3  | 0  | 0 | 0 | 0 | 0 | 8.100,00   |
| BA | PALMEIRAS                   | 1  | 1  | 0 | 0 | 0 | 0 | 4.900,00   |
| BA | PARAMIRIM                   | 8  | 1  | 1 | 0 | 0 | 0 | 34.000,00  |
| BA | PARATINGA                   | 5  | 0  | 1 | 0 | 3 | 0 | 15.700,00  |
| BA | PARIPIRANGA                 | 3  | 0  | 0 | 1 | 2 | 1 | 20.600,00  |



|    |                           |     |    |   |    |    |   |            |
|----|---------------------------|-----|----|---|----|----|---|------------|
| BA | PAU BRASIL                | 3   | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 34.100,00  |
| BA | PAULO AFONSO              | 15  | 0  | 0 | 0  | 0  | 2 | 66.200,00  |
| BA | PE DE SERRA               | 5   | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 16.900,00  |
| BA | PEDRAO                    | 3   | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 12.600,00  |
| BA | PEDRO ALEXANDRE           | 2   | 1  | 0 | 1  | 2  | 1 | 12.300,00  |
| BA | PIATA                     | 4   | 2  | 0 | 0  | 0  | 0 | 12.200,00  |
| BA | PILÃO ARCADE              | 2   | 1  | 0 | 0  | 2  | 1 | 10.100,00  |
| BA | PINDAI                    | 2   | 0  | 0 | 3  | 0  | 0 | 11.000,00  |
| BA | PINDOBAÇU                 | 5   | 0  | 0 | 2  | 1  | 1 | 38.100,00  |
| BA | PINTADAS                  | 3   | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 23.200,00  |
| BA | PIRAÍ DO NORTE            | 2   | 1  | 0 | 0  | 0  | 1 | 15.500,00  |
| BA | PIRIPÁ                    | 2   | 4  | 1 | 0  | 0  | 0 | 29.800,00  |
| BA | PIRITIBA                  | 6   | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 20.000,00  |
| BA | PLANALTINO                | 4   | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 11.600,00  |
| BA | PLANALTO                  | 3   | 3  | 1 | 0  | 1  | 0 | 35.800,00  |
| BA | POÇÕES                    | 10  | 0  | 1 | 2  | 3  | 1 | 100.900,00 |
| BA | POJUCA                    | 3   | 1  | 1 | 2  | 6  | 0 | 34.700,00  |
| BA | PONTO NOVO                | 5   | 1  | 0 | 0  | 1  | 1 | 31.500,00  |
| BA | PORTO SEGURO              | 24  | 9  | 4 | 1  | 2  | 0 | 171.700,00 |
| BA | POTIRAGUA                 | 2   | 1  | 0 | 0  | 1  | 1 | 15.200,00  |
| BA | PRADO                     | 9   | 0  | 1 | 1  | 1  | 0 | 42.300,00  |
| BA | PRESIDENTE DUTRA          | 4   | 0  | 1 | 2  | 0  | 0 | 32.800,00  |
| BA | PRESIDENTE JÂNIO QUADROS  | 6   | 1  | 1 | 0  | 0  | 0 | 51.500,00  |
| BA | PRESIDENTE TANCREDO NEVES | 7   | 0  | 0 | 1  | 0  | 1 | 59.600,00  |
| BA | QUEIMADAS                 | 1   | 4  | 1 | 0  | 1  | 0 | 10.800,00  |
| BA | QUIJUNGUE                 | 4   | 2  | 0 | 0  | 3  | 1 | 21.700,00  |
| BA | QUIXABEIRA                | 0   | 0  | 0 | 3  | 1  | 1 | 8.900,00   |
| BA | RAFAEL JAMBEIRO           | 8   | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 77.800,00  |
| BA | REMANSO                   | 8   | 1  | 1 | 0  | 0  | 0 | 19.700,00  |
| BA | RETIROLÂNDIA              | 3   | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 11.700,00  |
| BA | RIACHÃO DAS NEVES         | 6   | 0  | 0 | 2  | 2  | 0 | 19.500,00  |
| BA | RIACHÃO DO JACUIPE        | 6   | 4  | 1 | 0  | 0  | 0 | 69.800,00  |
| BA | RIACHO DE SANTANA         | 8   | 0  | 0 | 1  | 0  | 1 | 23.000,00  |
| BA | RIBEIRA DO AMPARO         | 6   | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 33.200,00  |
| BA | RIBEIRA DO POMBAL         | 5   | 3  | 0 | 2  | 2  | 1 | 38.000,00  |
| BA | RIBEIRÃO DO LARGO         | 2   | 2  | 0 | 0  | 0  | 1 | 7.900,00   |
| BA | RIO DE CONTAS             | 5   | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 30.200,00  |
| BA | RIO DO ANTONIO            | 4   | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 7.300,00   |
| BA | RIO DO PIRES              | 4   | 1  | 0 | 0  | 0  | 1 | 10.500,00  |
| BA | RIO REAL                  | 9   | 2  | 1 | 0  | 0  | 0 | 72.500,00  |
| BA | RODELAS                   | 1   | 2  | 0 | 0  | 0  | 1 | 6.200,00   |
| BA | RUY BARBOSA               | 6   | 2  | 0 | 0  | 1  | 1 | 27.600,00  |
| BA | SALINAS DA MARGARIDA      | 2   | 2  | 0 | 0  | 1  | 1 | 24.100,00  |
| BA | SALVADOR                  | 119 | 12 | 2 | 71 | 15 | 8 | 440.000,00 |
| BA | SANTA BARBARA             | 0   | 6  | 1 | 0  | 1  | 0 | 26.100,00  |
| BA | SANTA BRIGIDA             | 5   | 0  | 0 | 0  | 2  | 1 | 23.200,00  |
| BA | SANTA CRUZ CABRÁLIA       | 8   | 1  | 1 | 0  | 0  | 0 | 28.100,00  |
| BA | SANTA CRUZ DA VITÓRIA     | 2   | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 17.000,00  |
| BA | SANTA INES                | 3   | 2  | 0 | 0  | 0  | 1 | 14.400,00  |
| BA | SANTA LUZIA               | 4   | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 17.800,00  |
| BA | SANTA MARIA DA VITÓRIA    | 6   | 4  | 1 | 0  | 2  | 0 | 30.300,00  |
| BA | SANTA RITA DE CÁSSIA      | 5   | 0  | 0 | 1  | 0  | 1 | 25.200,00  |
| BA | SANTA TERESINHA           | 4   | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 24.800,00  |
| BA | SANTALUZ                  | 2   | 4  | 0 | 0  | 2  | 0 | 24.800,00  |
| BA | SANTANA                   | 5   | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 14.000,00  |
| BA | SANTANÓPOLIS              | 3   | 0  | 0 | 1  | 0  | 1 | 9.400,00   |
| BA | SANTO AMARO               | 9   | 0  | 1 | 1  | 1  | 0 | 35.400,00  |
| BA | SANTO ANTONIO DE JESUS    | 17  | 4  | 2 | 1  | 0  | 0 | 152.600,00 |
| BA | SANTO ESTEVÃO             | 12  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 32.200,00  |
| BA | SÃO DESIDÉRIO             | 2   | 0  | 0 | 1  | 0  | 0 | 24.200,00  |
| BA | SÃO DOMINGOS              | 4   | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 24.400,00  |
| BA | SÃO FELIPE                | 5   | 0  | 1 | 0  | 1  | 0 | 33.300,00  |
| BA | SÃO FELIX                 | 6   | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 30.400,00  |
| BA | SÃO FELIX DO CORIBE       | 4   | 0  | 1 | 1  | 2  | 0 | 18.400,00  |
| BA | SÃO GABRIEL               | 6   | 1  | 0 | 0  | 0  | 1 | 49.700,00  |
| BA | SÃO GONÇALO DOS CAMPOS    | 10  | 1  | 1 | 0  | 0  | 1 | 100.500,00 |
| BA | SÃO JOSÉ DA VITÓRIA       | 2   | 0  | 0 | 0  | 1  | 0 | 14.900,00  |
| BA | SÃO JOSÉ DO JACUIPE       | 2   | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 11.500,00  |
| BA | SÃO MIGUEL DAS MATAS      | 3   | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 18.000,00  |
| BA | SÃO SEBASTIÃO DO PASSE    | 9   | 3  | 0 | 0  | 0  | 1 | 78.100,00  |
| BA | SAPEAÇU                   | 7   | 0  | 0 | 0  | 1  | 0 | 69.800,00  |
| BA | SATIRO DIAS               | 4   | 2  | 0 | 0  | 1  | 1 | 31.400,00  |
| BA | SAUBARA                   | 1   | 1  | 0 | 0  | 1  | 0 | 5.600,00   |
| BA | SAUDE                     | 3   | 0  | 0 | 0  | 1  | 1 | 25.500,00  |
| BA | SEABRA                    | 0   | 0  | 0 | 4  | 1  | 0 | 10.500,00  |
| BA | SEBASTIÃO LARANJEIRAS     | 4   | 0  | 1 | 0  | 1  | 0 | 20.900,00  |
| BA | SENHOR DO BONFIM          | 7   | 2  | 0 | 0  | 3  | 1 | 29.700,00  |
| BA | SENTO SE                  | 0   | 3  | 0 | 0  | 3  | 0 | 10.200,00  |
| BA | SERRA DO RAMALHO          | 0   | 4  | 0 | 0  | 5  | 0 | 32.300,00  |
| BA | SERRA DOURADA             | 3   | 0  | 0 | 3  | 0  | 1 | 27.000,00  |
| BA | SERRA PRETA               | 3   | 0  | 0 | 1  | 3  | 0 | 13.900,00  |
| BA | SERRINHA                  | 9   | 2  | 1 | 0  | 3  | 0 | 103.400,00 |
| BA | SERROLÂNDIA               | 3   | 0  | 0 | 0  | 1  | 1 | 15.700,00  |
| BA | SIMÕES FILHO              | 5   | 2  | 0 | 2  | 0  | 1 | 19.800,00  |
| BA | SÍTIO DO MATO             | 3   | 0  | 1 | 1  | 0  | 0 | 5.500,00   |
| BA | SÍTIO DO QUINTO           | 1   | 0  | 0 | 0  | 4  | 0 | 9.000,00   |
| BA | SOBRADINHO                | 2   | 2  | 0 | 0  | 3  | 0 | 16.300,00  |
| BA | SOUTO SOARES              | 4   | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 41.600,00  |
| BA | TABOCAS DO BREJO VELHO    | 5   | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 35.400,00  |
| BA | TANHAÇU                   | 5   | 1  | 0 | 1  | 1  | 0 | 16.600,00  |
| BA | TANQUE NOVO               | 6   | 0  | 0 | 1  | 0  | 1 | 17.400,00  |
| BA | TANQUINHO                 | 1   | 1  | 0 | 0  | 1  | 1 | 17.400,00  |
| BA | TAPEROÁ                   | 2   | 1  | 0 | 1  | 2  | 0 | 11.200,00  |
| BA | TAPIRAMUTÁ                | 5   | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 38.800,00  |
| BA | TEIXEIRA DE FREITAS       | 22  | 12 | 5 | 3  | 1  | 0 | 265.500,00 |
| BA | TEODORO SAMPAIO           | 4   | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 27.800,00  |
| BA | TEOFILÂNDIA               | 2   | 4  | 0 | 0  | 2  | 1 | 30.200,00  |
| BA | TEOLÂNDIA                 | 4   | 1  | 0 | 1  | 0  | 1 | 31.700,00  |
| BA | TERRA NOVA                | 5   | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 33.600,00  |
| BA | TREMEDAL                  | 5   | 0  | 1 | 0  | 1  | 0 | 25.900,00  |
| BA | TUCANO                    | 3   | 5  | 0 | 1  | 7  | 0 | 45.700,00  |
| BA | UAUÁ                      | 4   | 3  | 0 | 0  | 1  | 1 | 12.200,00  |
| BA | UBAIRA                    | 4   | 0  | 0 | 0  | 1  | 0 | 15.400,00  |
| BA | UBAITABA                  | 5   | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 16.900,00  |
| BA | UBATÁ                     | 2   | 3  | 0 | 0  | 0  | 1 | 10.500,00  |
| BA | UIBAI                     | 3   | 0  | 0 | 2  | 0  | 1 | 26.200,00  |
| BA | UMBURANAS                 | 4   | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 12.800,00  |
| BA | UNA                       | 6   | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 15.200,00  |



|    |                           |    |    |   |     |     |   |            |
|----|---------------------------|----|----|---|-----|-----|---|------------|
| BA | URANDI                    | 1  | 3  | 0 | 0   | 1   | 0 | 9.000,00   |
| BA | URUÇUCA                   | 5  | 0  | 0 | 0   | 0   | 0 | 28.600,00  |
| BA | UTINGA                    | 3  | 0  | 0 | 3   | 0   | 0 | 10.500,00  |
| BA | VALENÇA                   | 1  | 5  | 1 | 4   | 1   | 0 | 23.400,00  |
| BA | VALENTE                   | 4  | 1  | 1 | 1   | 0   | 0 | 34.700,00  |
| BA | VARZEA DA ROÇA            | 4  | 0  | 1 | 0   | 2   | 0 | 20.000,00  |
| BA | VARZEA DO POÇO            | 1  | 1  | 0 | 0   | 0   | 0 | 7.300,00   |
| BA | VARZEA NOVA               | 1  | 2  | 0 | 0   | 3   | 0 | 20.400,00  |
| BA | VARZEDO                   | 4  | 0  | 1 | 0   | 0   | 0 | 20.800,00  |
| BA | VERA CRUZ                 | 5  | 5  | 0 | 1   | 0   | 0 | 43.700,00  |
| BA | VEREDA                    | 3  | 0  | 0 | 0   | 0   | 0 | 6.600,00   |
| BA | VITORIA DA CONQUISTA      | 35 | 0  | 3 | 6   | 1   | 0 | 292.700,00 |
| BA | WANDERLEY                 | 4  | 1  | 1 | 0   | 0   | 0 | 27.100,00  |
| BA | WENCESLAU GUIMARÃES       | 5  | 2  | 1 | 2   | 1   | 0 | 48.300,00  |
| BA | XIQUE-XIQUE               | 5  | 1  | 0 | 1   | 0   | 0 | 25.100,00  |
| CE | ABAIARA                   | 4  | 0  | 0 | 0   | 1   | 1 | 38.500,00  |
| CE | ACARAPE                   | 5  | 0  | 0 | 1   | 0   | 1 | 53.200,00  |
| CE | ACARAÚ                    | 14 | 2  | 2 | 0   | 12  | 0 | 150.000,00 |
| CE | ACOPIARA                  | 7  | 5  | 1 | 0   | 8   | 0 | 64.200,00  |
| CE | AJUABA                    | 3  | 2  | 1 | 0   | 1   | 0 | 30.000,00  |
| CE | ALCÂNTARAS                | 3  | 1  | 1 | 1   | 0   | 0 | 34.900,00  |
| CE | ALTANEIRA                 | 2  | 0  | 0 | 1   | 0   | 1 | 10.200,00  |
| CE | ALTO SANTO                | 3  | 0  | 0 | 2   | 1   | 0 | 22.900,00  |
| CE | AMONTADA                  | 2  | 3  | 1 | 3   | 3   | 0 | 33.400,00  |
| CE | ANTONINA DO NORTE         | 1  | 1  | 0 | 0   | 1   | 0 | 9.000,00   |
| CE | APIUNAS                   | 5  | 1  | 0 | 0   | 0   | 1 | 35.200,00  |
| CE | AQUIRAZ                   | 12 | 3  | 1 | 9   | 2   | 1 | 83.500,00  |
| CE | ARACATI                   | 15 | 1  | 1 | 0   | 4   | 2 | 78.100,00  |
| CE | ARACOIABA                 | 10 | 0  | 1 | 1   | 0   | 1 | 69.300,00  |
| CE | ARARENDA                  | 4  | 0  | 0 | 0   | 0   | 1 | 27.000,00  |
| CE | ARARIPE                   | 6  | 1  | 0 | 0   | 1   | 0 | 64.000,00  |
| CE | ARATUBA                   | 6  | 0  | 0 | 0   | 0   | 1 | 24.000,00  |
| CE | ARNEIROZ                  | 2  | 0  | 0 | 1   | 1   | 1 | 8.900,00   |
| CE | ASSARE                    | 4  | 5  | 1 | 0   | 0   | 0 | 46.100,00  |
| CE | AURORA                    | 7  | 0  | 1 | 2   | 1   | 1 | 83.100,00  |
| CE | BAIXIO                    | 2  | 0  | 0 | 1   | 0   | 1 | 7.000,00   |
| CE | BANABUIÚ                  | 4  | 1  | 0 | 0   | 0   | 1 | 30.500,00  |
| CE | BARBALHA                  | 6  | 0  | 0 | 0   | 0   | 0 | 15.100,00  |
| CE | BARREIRA                  | 7  | 1  | 1 | 0   | 0   | 0 | 65.500,00  |
| CE | BARRO                     | 8  | 0  | 0 | 1   | 0   | 0 | 58.400,00  |
| CE | BARROQUINHA               | 4  | 1  | 0 | 0   | 1   | 1 | 13.200,00  |
| CE | BATURITE                  | 9  | 0  | 1 | 0   | 1   | 0 | 37.600,00  |
| CE | BEBERIBE                  | 13 | 0  | 1 | 0   | 0   | 1 | 93.800,00  |
| CE | BELA CRUZ                 | 6  | 3  | 1 | 0   | 0   | 0 | 37.400,00  |
| CE | BREJO SANTO               | 16 | 0  | 1 | 0   | 4   | 0 | 124.100,00 |
| CE | CAMOCIM                   | 6  | 6  | 1 | 2   | 3   | 0 | 37.300,00  |
| CE | CAMPOS SALES              | 2  | 6  | 0 | 0   | 2   | 1 | 25.800,00  |
| CE | CANINDE                   | 7  | 10 | 2 | 1   | 0   | 0 | 48.800,00  |
| CE | CAPISTRANO                | 6  | 0  | 0 | 1   | 0   | 1 | 55.400,00  |
| CE | CARIDADE                  | 5  | 1  | 0 | 0   | 1   | 1 | 22.200,00  |
| CE | CARIRÉ                    | 5  | 0  | 0 | 2   | 2   | 1 | 43.200,00  |
| CE | CARIRIACU                 | 11 | 0  | 1 | 0   | 0   | 0 | 39.900,00  |
| CE | CARIUS                    | 4  | 1  | 1 | 1   | 3   | 0 | 33.900,00  |
| CE | CARNAUBAL                 | 5  | 0  | 1 | 3   | 0   | 0 | 41.000,00  |
| CE | CASCAVEL                  | 17 | 0  | 2 | 2   | 1   | 0 | 89.500,00  |
| CE | CATARINA                  | 4  | 0  | 0 | 1   | 0   | 1 | 29.600,00  |
| CE | CATUNDA                   | 1  | 1  | 0 | 0   | 0   | 0 | 7.300,00   |
| CE | CAUCAIA                   | 40 | 28 | 5 | 2   | 0   | 0 | 94.900,00  |
| CE | CEDRO                     | 10 | 0  | 1 | 0   | 0   | 0 | 93.000,00  |
| CE | CHAVAL                    | 4  | 0  | 0 | 2   | 0   | 1 | 15.200,00  |
| CE | CHORÓ                     | 5  | 0  | 1 | 1   | 0   | 0 | 28.000,00  |
| CE | CHOROZINHO                | 7  | 1  | 0 | 0   | 0   | 1 | 37.000,00  |
| CE | COREAU                    | 5  | 0  | 0 | 2   | 2   | 1 | 39.700,00  |
| CE | CRATEÚS                   | 9  | 4  | 2 | 1   | 7   | 0 | 83.100,00  |
| CE | CRATO                     | 24 | 9  | 2 | 0   | 7   | 0 | 190.000,00 |
| CE | CROATÁ                    | 5  | 0  | 0 | 2   | 2   | 1 | 29.600,00  |
| CE | CRUZ                      | 5  | 1  | 1 | 0   | 4   | 0 | 43.900,00  |
| CE | DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO | 3  | 0  | 0 | 1   | 0   | 0 | 15.600,00  |
| CE | ERERÉ                     | 2  | 0  | 0 | 1   | 0   | 1 | 12.600,00  |
| CE | EUSEBIO                   | 13 | 0  | 1 | 2   | 0   | 1 | 78.200,00  |
| CE | FARIAS BRITO              | 7  | 0  | 1 | 1   | 0   | 0 | 77.200,00  |
| CE | FORQUILHA                 | 7  | 1  | 0 | 0   | 1   | 1 | 34.400,00  |
| CE | FORTALEZA                 | 69 | 39 | 1 | 154 | 118 | 9 | 730.500,00 |
| CE | FORTIM                    | 5  | 0  | 0 | 0   | 0   | 1 | 30.600,00  |
| CE | FRECHEIRINHA              | 3  | 1  | 1 | 0   | 1   | 0 | 22.800,00  |
| CE | GENERAL SAMPAIO           | 2  | 0  | 0 | 0   | 1   | 1 | 17.900,00  |
| CE | GRACA                     | 3  | 2  | 0 | 0   | 1   | 1 | 22.900,00  |
| CE | GRANJA                    | 9  | 1  | 0 | 2   | 4   | 1 | 33.700,00  |
| CE | GRANJEIRO                 | 2  | 0  | 0 | 0   | 0   | 1 | 8.200,00   |
| CE | GROAIAS                   | 4  | 0  | 0 | 0   | 1   | 1 | 19.900,00  |
| CE | GUAIBUÁ                   | 9  | 0  | 0 | 0   | 0   | 1 | 40.400,00  |
| CE | GUARACIABA DO NORTE       | 3  | 3  | 1 | 4   | 3   | 0 | 30.000,00  |
| CE | GUARAMIRANGA              | 3  | 0  | 0 | 0   | 0   | 1 | 20.800,00  |
| CE | HIDROLÂNDIA               | 3  | 1  | 0 | 0   | 2   | 1 | 36.100,00  |
| CE | HORIZONTE                 | 17 | 0  | 1 | 3   | 0   | 0 | 101.700,00 |
| CE | IBARETAMA                 | 5  | 0  | 1 | 0   | 1   | 0 | 49.300,00  |
| CE | IBIAPINA                  | 5  | 1  | 0 | 4   | 2   | 1 | 37.100,00  |
| CE | IBICUITINGA               | 5  | 0  | 1 | 1   | 0   | 0 | 61.200,00  |
| CE | ICAPUI                    | 4  | 3  | 0 | 0   | 1   | 1 | 53.000,00  |
| CE | ICO                       | 13 | 1  | 2 | 1   | 4   | 0 | 68.200,00  |
| CE | IGUATU                    | 25 | 0  | 3 | 0   | 4   | 0 | 198.200,00 |
| CE | INDEPENDÊNCIA             | 7  | 0  | 0 | 1   | 1   | 2 | 42.900,00  |
| CE | IPAPORANGA                | 2  | 2  | 0 | 0   | 1   | 1 | 20.300,00  |
| CE | IPAUMIRIM                 | 3  | 0  | 0 | 0   | 1   | 1 | 16.700,00  |
| CE | IPU                       | 9  | 1  | 1 | 1   | 4   | 0 | 65.100,00  |
| CE | IPUEIRAS                  | 8  | 0  | 1 | 2   | 0   | 0 | 47.600,00  |
| CE | IRACEMA                   | 4  | 0  | 1 | 2   | 0   | 0 | 27.000,00  |
| CE | IRAUCUBA                  | 8  | 1  | 1 | 0   | 1   | 0 | 25.000,00  |
| CE | ITAICABA                  | 3  | 0  | 0 | 0   | 0   | 0 | 33.000,00  |
| CE | ITAITINGA                 | 9  | 1  | 1 | 0   | 0   | 0 | 45.100,00  |
| CE | ITAPAGE                   | 9  | 5  | 1 | 2   | 2   | 2 | 51.700,00  |
| CE | ITAPIPOCA                 | 15 | 11 | 3 | 0   | 12  | 0 | 132.900,00 |
| CE | ITAPIUNA                  | 5  | 0  | 0 | 0   | 1   | 1 | 36.700,00  |
| CE | ITAREMA                   | 4  | 3  | 1 | 0   | 3   | 0 | 30.400,00  |
| CE | ITATIRA                   | 7  | 1  | 0 | 0   | 2   | 1 | 42.900,00  |
| CE | JAGUARETAMA               | 6  | 0  | 0 | 1   | 1   | 1 | 45.500,00  |
| CE | JAGUARIBARA               | 3  | 1  | 0 | 0   | 0   | 1 | 20.700,00  |



|    |                         |    |    |   |    |    |   |            |
|----|-------------------------|----|----|---|----|----|---|------------|
| CE | JAGUARIBE               | 7  | 2  | 1 | 1  | 0  | 1 | 81.200,00  |
| CE | JAGUARUANA              | 6  | 6  | 1 | 0  | 1  | 1 | 95.500,00  |
| CE | JARDIM                  | 6  | 0  | 0 | 5  | 0  | 0 | 43.800,00  |
| CE | JATI                    | 3  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 28.200,00  |
| CE | JIOCA DE JERICOACOARA   | 5  | 2  | 1 | 0  | 0  | 0 | 60.800,00  |
| CE | JUAZEIRO DO NORTE       | 24 | 16 | 3 | 13 | 13 | 4 | 333.300,00 |
| CE | JUCÁS                   | 6  | 2  | 1 | 0  | 0  | 0 | 28.800,00  |
| CE | LAVRAS DA MANGABEIRA    | 6  | 1  | 0 | 2  | 0  | 0 | 22.200,00  |
| CE | LIMOEIRO DO NORTE       | 9  | 5  | 1 | 1  | 2  | 0 | 89.300,00  |
| CE | MADALENA                | 7  | 1  | 1 | 0  | 0  | 0 | 47.300,00  |
| CE | MARACANAÚ               | 38 | 13 | 6 | 0  | 5  | 0 | 426.100,00 |
| CE | MARANGUAPE              | 24 | 0  | 3 | 0  | 11 | 1 | 143.100,00 |
| CE | MARCO                   | 3  | 1  | 1 | 3  | 0  | 0 | 24.700,00  |
| CE | MARTINÓPOLE             | 4  | 0  | 0 | 1  | 0  | 1 | 27.200,00  |
| CE | MASSAPÉ                 | 6  | 4  | 0 | 0  | 2  | 0 | 46.700,00  |
| CE | MAURITI                 | 12 | 4  | 1 | 0  | 4  | 1 | 137.200,00 |
| CE | MERUOCA                 | 3  | 0  | 0 | 1  | 1  | 1 | 17.900,00  |
| CE | MILAGRES                | 7  | 4  | 1 | 0  | 0  | 0 | 105.600,00 |
| CE | MILHA                   | 2  | 1  | 0 | 2  | 0  | 1 | 23.700,00  |
| CE | MIRAIMA                 | 3  | 0  | 0 | 1  | 1  | 1 | 14.500,00  |
| CE | MISSÃO VELHA            | 11 | 3  | 1 | 0  | 0  | 1 | 85.300,00  |
| CE | MOMBACA                 | 7  | 3  | 0 | 0  | 1  | 1 | 80.600,00  |
| CE | MONSENHOR TABOSA        | 1  | 0  | 1 | 2  | 3  | 0 | 15.700,00  |
| CE | MORADA NOVA             | 5  | 5  | 2 | 4  | 11 | 0 | 105.000,00 |
| CE | MORAUJO                 | 2  | 1  | 0 | 1  | 0  | 1 | 8.900,00   |
| CE | MORRINHOS               | 1  | 0  | 0 | 2  | 3  | 0 | 11.200,00  |
| CE | MUCAMBO                 | 1  | 1  | 0 | 2  | 0  | 0 | 11.700,00  |
| CE | MULUNGU                 | 4  | 0  | 0 | 1  | 0  | 0 | 36.000,00  |
| CE | NOVA OLINDA             | 5  | 0  | 0 | 1  | 1  | 1 | 49.100,00  |
| CE | NOVA RUSSAS             | 7  | 1  | 1 | 1  | 1  | 0 | 26.400,00  |
| CE | NOVO ORIENTE            | 3  | 1  | 1 | 0  | 5  | 0 | 25.100,00  |
| CE | OCARA                   | 10 | 0  | 1 | 1  | 0  | 0 | 103.400,00 |
| CE | OROS                    | 6  | 0  | 1 | 2  | 0  | 0 | 66.600,00  |
| CE | PACAJUS                 | 7  | 7  | 1 | 0  | 4  | 0 | 38.000,00  |
| CE | PACATUBA                | 15 | 2  | 2 | 1  | 4  | 0 | 76.700,00  |
| CE | PACOTI                  | 5  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 45.200,00  |
| CE | PACUJA                  | 3  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 15.000,00  |
| CE | PALHANO                 | 2  | 0  | 0 | 2  | 0  | 1 | 17.200,00  |
| CE | PALMACIA                | 2  | 1  | 0 | 1  | 0  | 0 | 11.700,00  |
| CE | PARACURU                | 11 | 0  | 1 | 0  | 0  | 1 | 66.300,00  |
| CE | PARAIPABA               | 8  | 1  | 1 | 1  | 0  | 0 | 58.600,00  |
| CE | PARAMBU                 | 0  | 0  | 0 | 2  | 11 | 1 | 24.100,00  |
| CE | PARAMOTI                | 1  | 1  | 0 | 2  | 0  | 0 | 16.100,00  |
| CE | PEDRA BRANCA            | 8  | 3  | 1 | 0  | 1  | 0 | 85.300,00  |
| CE | PENAFORTE               | 3  | 0  | 1 | 1  | 0  | 0 | 27.000,00  |
| CE | PENTECOSTE              | 8  | 0  | 1 | 4  | 2  | 1 | 45.500,00  |
| CE | PEREIRO                 | 3  | 0  | 0 | 4  | 0  | 1 | 16.000,00  |
| CE | PINDORETAMA             | 8  | 0  | 1 | 1  | 0  | 0 | 43.400,00  |
| CE | PIQUET CARNEIRO         | 6  | 0  | 1 | 0  | 2  | 0 | 57.200,00  |
| CE | PIRES FERREIRA          | 3  | 1  | 0 | 0  | 1  | 1 | 21.800,00  |
| CE | PORANGA                 | 3  | 0  | 0 | 1  | 0  | 1 | 17.700,00  |
| CE | PORTEIRAS               | 5  | 0  | 0 | 1  | 1  | 1 | 57.900,00  |
| CE | POTENGI                 | 3  | 1  | 0 | 0  | 1  | 0 | 31.000,00  |
| CE | POTIRETAMA              | 1  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 11.700,00  |
| CE | QUITERIANÓPOLIS         | 3  | 1  | 0 | 1  | 4  | 2 | 42.700,00  |
| CE | QUIXADA                 | 19 | 0  | 2 | 0  | 1  | 0 | 108.500,00 |
| CE | QUIXELÓ                 | 7  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 62.900,00  |
| CE | QUIXERAMOBIM            | 19 | 0  | 2 | 0  | 1  | 0 | 194.100,00 |
| CE | QUIXERÉ                 | 7  | 0  | 1 | 2  | 0  | 0 | 79.600,00  |
| CE | REDENÇÃO                | 10 | 1  | 1 | 0  | 0  | 0 | 99.100,00  |
| CE | RERIUTABA               | 1  | 2  | 0 | 0  | 5  | 0 | 20.900,00  |
| CE | RUSSAS                  | 10 | 6  | 2 | 0  | 4  | 1 | 86.800,00  |
| CE | SABOIRO                 | 4  | 2  | 1 | 0  | 1  | 0 | 46.800,00  |
| CE | SALITRE                 | 4  | 1  | 1 | 1  | 1  | 0 | 51.000,00  |
| CE | SANTA QUITÉRIA          | 9  | 1  | 1 | 1  | 3  | 0 | 41.000,00  |
| CE | SANTANA DO ACARAÚ       | 7  | 0  | 0 | 3  | 0  | 1 | 67.000,00  |
| CE | SANTANA DO CARIRI       | 5  | 2  | 1 | 1  | 0  | 0 | 43.500,00  |
| CE | SÃO BENEDITO            | 4  | 2  | 1 | 3  | 6  | 0 | 47.000,00  |
| CE | SÃO GONÇALO DO AMARANTE | 12 | 0  | 1 | 4  | 0  | 1 | 113.000,00 |
| CE | SÃO JOÃO DO JAGUARIBE   | 4  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 40.200,00  |
| CE | SÃO LUIS DO CURU        | 5  | 0  | 1 | 0  | 1  | 0 | 56.700,00  |
| CE | SENADOR POMPEU          | 7  | 3  | 1 | 1  | 0  | 0 | 104.700,00 |
| CE | SENADOR SA              | 1  | 0  | 0 | 1  | 1  | 0 | 6.100,00   |
| CE | SOBRAL                  | 36 | 9  | 6 | 8  | 10 | 1 | 364.600,00 |
| CE | OLONÓPOLE               | 6  | 0  | 1 | 1  | 2  | 0 | 73.200,00  |
| CE | TABULEIRO DO NORTE      | 9  | 0  | 1 | 0  | 1  | 0 | 92.500,00  |
| CE | TAMBORIL                | 8  | 0  | 1 | 3  | 0  | 0 | 31.000,00  |
| CE | TARRAFAS                | 4  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 16.700,00  |
| CE | TAUA                    | 15 | 0  | 2 | 6  | 3  | 2 | 146.500,00 |
| CE | TEJUQUOCA               | 6  | 1  | 0 | 1  | 0  | 0 | 39.100,00  |
| CE | TIANGUA                 | 12 | 1  | 1 | 4  | 7  | 0 | 60.000,00  |
| CE | TRAIRI                  | 6  | 6  | 1 | 0  | 5  | 0 | 32.900,00  |
| CE | TURURU                  | 3  | 2  | 1 | 0  | 2  | 0 | 24.200,00  |
| CE | UBAJARA                 | 7  | 0  | 0 | 1  | 8  | 1 | 58.000,00  |
| CE | UMARI                   | 1  | 1  | 0 | 0  | 1  | 1 | 13.000,00  |
| CE | UMIRIM                  | 5  | 0  | 0 | 0  | 2  | 1 | 22.300,00  |
| CE | URUBURETAMA             | 5  | 3  | 1 | 0  | 2  | 0 | 75.100,00  |
| CE | URUOCA                  | 3  | 0  | 0 | 2  | 2  | 1 | 23.200,00  |
| CE | VARJOTA                 | 5  | 0  | 0 | 0  | 1  | 1 | 22.900,00  |
| CE | VARZEA ALEGRE           | 7  | 5  | 1 | 1  | 1  | 0 | 45.300,00  |
| CE | VICOSA DO CEARÁ         | 3  | 1  | 0 | 7  | 6  | 1 | 38.300,00  |
| DF | BRASILIA                | 26 | 44 | 1 | 17 | 51 | 1 | 359.200,00 |
| ES | AFONSO CLAUDIO          | 4  | 0  | 0 | 6  | 0  | 0 | 32.800,00  |
| ES | ÁGUA DOCE DO NORTE      | 4  | 0  | 1 | 0  | 1  | 0 | 8.400,00   |
| ES | ÁGUA BRANCA             | 3  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 10.000,00  |
| ES | ALEGRE                  | 0  | 0  | 0 | 7  | 3  | 0 | 20.500,00  |
| ES | ALFREDO CHAVES          | 3  | 0  | 0 | 1  | 1  | 1 | 11.100,00  |
| ES | ALTO RIO NOVO           | 0  | 0  | 0 | 3  | 0  | 0 | 6.600,00   |
| ES | ANCHIETA                | 9  | 1  | 0 | 0  | 0  | 1 | 21.800,00  |
| ES | APIACÁ                  | 3  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 11.200,00  |
| ES | ARACRUZ                 | 8  | 8  | 0 | 0  | 4  | 0 | 74.000,00  |
| ES | ATILIO VIVACQUA         | 4  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 22.600,00  |
| ES | BAIXO GUANDU            | 8  | 0  | 1 | 1  | 0  | 0 | 47.600,00  |
| ES | BARRA DE SÃO FRANCISCO  | 0  | 1  | 0 | 0  | 9  | 0 | 17.000,00  |
| ES | BOA ESPERANÇA           | 3  | 0  | 0 | 1  | 2  | 0 | 17.600,00  |
| ES | BOM JESUS DO NORTE      | 0  | 4  | 0 | 0  | 0  | 0 | 6.800,00   |
| ES | BREJETUBA               | 3  | 0  | 0 | 1  | 2  | 1 | 12.300,00  |
| ES | CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM | 12 | 18 | 0 | 1  | 14 | 0 | 108.300,00 |



|    |                         |    |    |   |   |    |   |            |
|----|-------------------------|----|----|---|---|----|---|------------|
| ES | CARIACICA               | 3  | 12 | 0 | 0 | 1  | 0 | 24.800,00  |
| ES | CASTELO                 | 5  | 0  | 0 | 1 | 2  | 1 | 56.800,00  |
| ES | COLATINA                | 20 | 2  | 0 | 1 | 13 | 2 | 111.300,00 |
| ES | CONCEIÇÃO DA BARRA      | 6  | 3  | 0 | 0 | 0  | 1 | 26.100,00  |
| ES | DIVINO DE SÃO LOURENÇO  | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 12.600,00  |
| ES | DOMINGOS MARTINS        | 2  | 0  | 0 | 1 | 0  | 0 | 10.000,00  |
| ES | DORES DO RIO PRETO      | 2  | 1  | 0 | 0 | 0  | 1 | 9.600,00   |
| ES | ECOPORANGA              | 4  | 0  | 0 | 4 | 0  | 0 | 17.600,00  |
| ES | GOVERNADOR LINDENBERG   | 4  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 15.200,00  |
| ES | GUAÇUI                  | 9  | 1  | 1 | 0 | 0  | 0 | 26.200,00  |
| ES | GUARAPARI               | 1  | 1  | 0 | 5 | 12 | 0 | 35.300,00  |
| ES | IBATIBA                 | 1  | 0  | 0 | 1 | 2  | 0 | 7.800,00   |
| ES | IBIRACU                 | 1  | 0  | 0 | 1 | 0  | 0 | 4.400,00   |
| ES | IBITIRAMA               | 4  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 21.000,00  |
| ES | ICONHA                  | 5  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 20.800,00  |
| ES | IRUPI                   | 4  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 8.800,00   |
| ES | ITAGUAÇU                | 2  | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 6.100,00   |
| ES | ITAPEMIRIM              | 4  | 0  | 0 | 2 | 1  | 0 | 17.800,00  |
| ES | ITARANA                 | 4  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 12.200,00  |
| ES | IUNA                    | 0  | 6  | 0 | 0 | 0  | 0 | 10.200,00  |
| ES | JERÔNIMO MONTEIRO       | 4  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 14.700,00  |
| ES | JOÃO NEIVA              | 0  | 1  | 0 | 2 | 1  | 0 | 7.800,00   |
| ES | LARANJA DA TERRA        | 0  | 0  | 0 | 2 | 0  | 0 | 4.400,00   |
| ES | LINHARES                | 21 | 5  | 0 | 1 | 0  | 0 | 142.600,00 |
| ES | MANTENÓPOLIS            | 5  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 11.500,00  |
| ES | MARATAIZES              | 6  | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 12.200,00  |
| ES | MARECHAL FLORIANO       | 0  | 0  | 0 | 1 | 2  | 0 | 5.600,00   |
| ES | MARILÂNDIA              | 4  | 0  | 0 | 0 | 1  | 1 | 15.500,00  |
| ES | MIMOSO DO SUL           | 11 | 0  | 1 | 0 | 0  | 0 | 23.200,00  |
| ES | MONTANHA                | 4  | 0  | 0 | 1 | 1  | 0 | 13.200,00  |
| ES | MUCURICI                | 3  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 17.800,00  |
| ES | MUNIZ FREIRE            | 3  | 4  | 0 | 0 | 0  | 1 | 25.600,00  |
| ES | MUQUI                   | 4  | 0  | 0 | 1 | 0  | 1 | 16.000,00  |
| ES | NOVA VENÉCIA            | 8  | 0  | 0 | 1 | 0  | 1 | 30.800,00  |
| ES | PANCAS                  | 3  | 0  | 0 | 2 | 3  | 0 | 20.500,00  |
| ES | PEDRO CANÁRIO           | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 2.200,00   |
| ES | PINHEIROS               | 3  | 2  | 0 | 1 | 0  | 0 | 22.900,00  |
| ES | PIUMA                   | 1  | 0  | 0 | 3 | 0  | 0 | 8.800,00   |
| ES | PONTO BELO              | 2  | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 6.100,00   |
| ES | PRESIDENTE KENNEDY      | 2  | 0  | 0 | 3 | 0  | 0 | 11.000,00  |
| ES | RIO BANANAL             | 2  | 3  | 0 | 2 | 0  | 0 | 25.800,00  |
| ES | RIO NOVO DO SUL         | 2  | 2  | 0 | 1 | 0  | 0 | 24.600,00  |
| ES | SANTA LEOPOLDINA        | 0  | 0  | 0 | 0 | 5  | 0 | 8.500,00   |
| ES | SANTA MARIA DE JETIBÁ   | 7  | 0  | 0 | 4 | 0  | 0 | 38.400,00  |
| ES | SANTA TERESA            | 8  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 17.600,00  |
| ES | SÃO DOMINGOS DO NORTE   | 2  | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 9.500,00   |
| ES | SÃO GABRIEL DA PALHA    | 0  | 0  | 0 | 4 | 4  | 0 | 15.600,00  |
| ES | SÃO JOSE DO CALÇADO     | 3  | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 7.800,00   |
| ES | SÃO MATEUS              | 8  | 7  | 0 | 3 | 0  | 0 | 31.900,00  |
| ES | SÃO ROQUE DO CANAÃ      | 3  | 0  | 0 | 1 | 0  | 0 | 21.000,00  |
| ES | SERRA                   | 18 | 18 | 0 | 0 | 5  | 0 | 87.000,00  |
| ES | SOORETAMA               | 0  | 5  | 0 | 0 | 0  | 0 | 8.500,00   |
| ES | VARGEM ALTA             | 5  | 2  | 0 | 0 | 1  | 0 | 16.100,00  |
| ES | VENDA NOVA DO IMIGRANTE | 5  | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 11.500,00  |
| ES | VIANA                   | 2  | 5  | 0 | 3 | 8  | 0 | 33.100,00  |
| ES | VILA VALÉRIO            | 0  | 2  | 0 | 0 | 2  | 0 | 6.800,00   |
| ES | VILA VELHA              | 19 | 14 | 0 | 1 | 0  | 0 | 5.400,00   |
| ES | VITÓRIA                 | 55 | 18 | 0 | 4 | 0  | 4 | 551.200,00 |
| GO | ABADIA DE GOIÁS         | 0  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 4.300,00   |
| GO | ABADIÂNIA               | 4  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 9.400,00   |
| GO | ACREUNA                 | 4  | 2  | 0 | 0 | 0  | 1 | 16.600,00  |
| GO | ADELÂNDIA               | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 8.000,00   |
| GO | ÁGUA FRIA DE GOIÁS      | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 4.300,00   |
| GO | ÁGUA LIMPA              | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 2.100,00   |
| GO | ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS   | 12 | 0  | 0 | 6 | 0  | 0 | 39.600,00  |
| GO | ALEXÂNIA                | 4  | 1  | 0 | 1 | 0  | 1 | 23.900,00  |
| GO | ALOÂNDIA                | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 2.600,00   |
| GO | ALTO HORIZONTE          | 1  | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 8.300,00   |
| GO | ALTO PARAISO DE GOIÁS   | 1  | 2  | 0 | 0 | 0  | 0 | 6.800,00   |
| GO | ALVORADA DO NORTE       | 3  | 0  | 0 | 0 | 1  | 1 | 15.700,00  |
| GO | AMARALINA               | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 4.800,00   |
| GO | AMERICANO DO BRASIL     | 1  | 1  | 0 | 0 | 0  | 1 | 12.100,00  |
| GO | AMORINÓPOLIS            | 1  | 0  | 1 | 0 | 0  | 0 | 7.800,00   |
| GO | ANÁPOLIS                | 47 | 2  | 3 | 3 | 1  | 0 | 203.900,00 |
| GO | ANHANGUERA              | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 3.200,00   |
| GO | ANICUNS                 | 3  | 5  | 0 | 0 | 0  | 1 | 29.200,00  |
| GO | APARECIDA DE GOIÂNIA    | 6  | 44 | 0 | 0 | 13 | 4 | 168.000,00 |
| GO | APARECIDA DO RIO DOCE   | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 7.000,00   |
| GO | APORE                   | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 2.200,00   |
| GO | ARACU                   | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 9.200,00   |
| GO | ARAGARÇAS               | 6  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 36.100,00  |
| GO | ARAGOIÂNIA              | 3  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 14.000,00  |
| GO | ARAGUAPAZ               | 2  | 1  | 1 | 0 | 0  | 0 | 10.100,00  |
| GO | ARENÓPOLIS              | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 7.000,00   |
| GO | ARUANA                  | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 3.800,00   |
| GO | AURILÂNDIA              | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 14.600,00  |
| GO | AVELINÓPOLIS            | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 8.000,00   |
| GO | BALIZA                  | 2  | 0  | 1 | 0 | 0  | 0 | 5.600,00   |
| GO | BARRO ALTO              | 0  | 0  | 0 | 2 | 0  | 0 | 4.400,00   |
| GO | BELA VISTA DE GOIÁS     | 8  | 0  | 1 | 1 | 0  | 0 | 39.000,00  |
| GO | BOM JARDIM DE GOIÁS     | 2  | 0  | 0 | 0 | 2  | 1 | 16.200,00  |
| GO | BOM JESUS DE GOIÁS      | 5  | 1  | 0 | 0 | 0  | 1 | 15.000,00  |
| GO | BONFINÓPOLIS            | 2  | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 15.300,00  |
| GO | BONÓPOLIS               | 1  | 0  | 0 | 1 | 0  | 1 | 4.800,00   |
| GO | BRAZABRANTES            | 1  | 0  | 0 | 0 | 1  | 1 | 13.100,00  |
| GO | BRITÂNIA                | 1  | 1  | 0 | 0 | 0  | 1 | 6.000,00   |
| GO | BURITI ALEGRE           | 1  | 0  | 0 | 1 | 0  | 1 | 4.800,00   |
| GO | BURITI DE GOIÁS         | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 10.400,00  |
| GO | BURITINÓPOLIS           | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 5.600,00   |
| GO | CABECEIRAS              | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 8.200,00   |
| GO | CACHOEIRA ALTA          | 2  | 0  | 0 | 3 | 0  | 1 | 11.600,00  |
| GO | CACHOEIRA DE GOIÁS      | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 11.400,00  |
| GO | CACHOEIRA DOURADA       | 3  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 7.200,00   |
| GO | CAÇU                    | 4  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 12.800,00  |
| GO | CAIAPÔNIA               | 1  | 3  | 0 | 0 | 0  | 0 | 28.700,00  |
| GO | CALDAS NOVAS            | 7  | 4  | 1 | 0 | 3  | 0 | 40.500,00  |
| GO | CALDAZINHA              | 1  | 0  | 0 | 0 | 1  | 1 | 3.800,00   |
| GO | CAMPESTRE DE GOIÁS      | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 6.000,00   |



|    |                        |    |    |   |    |    |   |            |
|----|------------------------|----|----|---|----|----|---|------------|
| GO | CAMPINAÇU              | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 4.800,00   |
| GO | CAMPINORTE             | 3  | 0  | 1 | 1  | 0  | 0 | 9.400,00   |
| GO | CAMPO ALEGRE DE GOIÁS  | 3  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 7.200,00   |
| GO | CAMPO LIMPO DE GOIÁS   | 1  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 4.900,00   |
| GO | CAMPOS BELOS           | 5  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 14.400,00  |
| GO | CAMPOS VERDES          | 1  | 2  | 0 | 0  | 0  | 0 | 5.600,00   |
| GO | CARMO DO RIO VERDE     | 3  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 23.800,00  |
| GO | CASTELÂNDIA            | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 2.200,00   |
| GO | CATALÃO                | 0  | 3  | 0 | 0  | 8  | 0 | 22.100,00  |
| GO | CATURAI                | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 22.400,00  |
| GO | CAVALCANTE             | 2  | 1  | 0 | 0  | 0  | 1 | 5.500,00   |
| GO | CERES                  | 6  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 49.400,00  |
| GO | CEZARINA               | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 11.600,00  |
| GO | CHAPADÃO DO CÊU        | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 7.800,00   |
| GO | CIDADE OCIDENTAL       | 4  | 9  | 0 | 0  | 6  | 0 | 37.200,00  |
| GO | COCALZINHO DE GOIÁS    | 5  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 17.400,00  |
| GO | COLINAS DO SUL         | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 8.200,00   |
| GO | CORREGO DO OURO        | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 7.000,00   |
| GO | CORUMBA DE GOIÁS       | 3  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 15.200,00  |
| GO | CORUMBAIBA             | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 14.600,00  |
| GO | CRISTALINA             | 9  | 1  | 1 | 2  | 0  | 0 | 34.700,00  |
| GO | CRISTIANÓPOLIS         | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 5.600,00   |
| GO | CRIXÁS                 | 4  | 0  | 0 | 1  | 2  | 1 | 13.000,00  |
| GO | CROMÍNIA               | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 4.800,00   |
| GO | CUMARI                 | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 2.200,00   |
| GO | DAMIANÓPOLIS           | 1  | 0  | 0 | 0  | 1  | 0 | 3.900,00   |
| GO | DAMOLÂNDIA             | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 2.600,00   |
| GO | DAVINÓPOLIS            | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 6.600,00   |
| GO | DIORAMA                | 1  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 8.000,00   |
| GO | DIVINÓPOLIS DE GOIÁS   | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 3.100,00   |
| GO | DOVERLÂNDIA            | 3  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 13.900,00  |
| GO | EDEALINA               | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 4.800,00   |
| GO | EDEIA                  | 5  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 11.600,00  |
| GO | ESTRELA DO NORTE       | 1  | 0  | 1 | 1  | 0  | 0 | 12.600,00  |
| GO | FAINA                  | 2  | 1  | 0 | 0  | 0  | 1 | 14.500,00  |
| GO | FAZENDA NOVA           | 2  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 4.800,00   |
| GO | FIRMINÓPOLIS           | 5  | 0  | 1 | 1  | 0  | 0 | 57.800,00  |
| GO | FLORES DE GOIÁS        | 3  | 0  | 0 | 1  | 0  | 1 | 9.400,00   |
| GO | FORMOSA                | 17 | 2  | 0 | 0  | 0  | 2 | 96.900,00  |
| GO | FORMOSO                | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 3.800,00   |
| GO | GAMELEIRA DE GOIÁS     | 1  | 0  | 0 | 1  | 0  | 1 | 4.800,00   |
| GO | GOIANÁPOLIS            | 4  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 16.200,00  |
| GO | GOIANDIRA              | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 11.200,00  |
| GO | GOIANESIA              | 12 | 0  | 0 | 0  | 0  | 2 | 2.000,00   |
| GO | GOIÂNIA                | 80 | 74 | 3 | 15 | 17 | 0 | 384.200,00 |
| GO | GOIANIRA               | 11 | 0  | 1 | 1  | 2  | 0 | 110.100,00 |
| GO | GOIÁS                  | 8  | 0  | 0 | 1  | 0  | 1 | 27.600,00  |
| GO | GOIATUBA               | 10 | 0  | 0 | 0  | 0  | 2 | 35.700,00  |
| GO | GOUVELÂNDIA            | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 8.000,00   |
| GO | GUAPÓ                  | 6  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 13.200,00  |
| GO | GUARAÍTA               | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 2.200,00   |
| GO | GUARANI DE GOIÁS       | 1  | 0  | 0 | 1  | 0  | 1 | 4.800,00   |
| GO | GUARINOS               | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 3.200,00   |
| GO | HEITORAI               | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 6.000,00   |
| GO | HIDROLÂNDIA            | 6  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 38.600,00  |
| GO | HIDROLINA              | 1  | 0  | 0 | 1  | 0  | 1 | 4.800,00   |
| GO | IACIARA                | 2  | 1  | 0 | 0  | 0  | 1 | 10.100,00  |
| GO | INACIOLÂNDIA           | 0  | 0  | 0 | 2  | 0  | 0 | 4.400,00   |
| GO | INDIARA                | 4  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 12.800,00  |
| GO | INHUMAS                | 11 | 3  | 1 | 0  | 1  | 0 | 146.800,00 |
| GO | IPAMERI                | 6  | 2  | 0 | 0  | 0  | 1 | 17.600,00  |
| GO | IPIRANGA DE GOIÁS      | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 6.000,00   |
| GO | IPORÁ                  | 8  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 70.300,00  |
| GO | ISRAELÂNDIA            | 1  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 9.400,00   |
| GO | ITABERAÍ               | 6  | 1  | 1 | 2  | 0  | 0 | 46.200,00  |
| GO | ITAGUARI               | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 17.000,00  |
| GO | ITAGUARU               | 2  | 0  | 0 | 0  | 1  | 1 | 9.900,00   |
| GO | ITAJÁ                  | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 4.400,00   |
| GO | ITAPACI                | 4  | 2  | 1 | 0  | 0  | 0 | 13.200,00  |
| GO | ITAPIRAPUÁ             | 2  | 1  | 0 | 0  | 0  | 1 | 20.300,00  |
| GO | ITAPURANGA             | 7  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 45.200,00  |
| GO | ITARUMA                | 2  | 0  | 0 | 0  | 1  | 1 | 16.700,00  |
| GO | ITAUCU                 | 3  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 15.000,00  |
| GO | ITUMBIARA              | 13 | 1  | 1 | 0  | 0  | 0 | 41.100,00  |
| GO | IVOLÂNDIA              | 1  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 12.200,00  |
| GO | JANDAIA                | 3  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 10.600,00  |
| GO | JARAGUÁ                | 7  | 1  | 1 | 1  | 0  | 0 | 55.300,00  |
| GO | JATAÍ                  | 15 | 0  | 1 | 5  | 0  | 0 | 87.600,00  |
| GO | JAUPACI                | 1  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 2.600,00   |
| GO | JESÚPOLIS              | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 2.200,00   |
| GO | JOVIANIA               | 2  | 1  | 0 | 0  | 0  | 1 | 6.700,00   |
| GO | JUSSARA                | 4  | 0  | 0 | 1  | 1  | 1 | 13.300,00  |
| GO | LAGOA SANTA            | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 2.200,00   |
| GO | LEOPOLDO DE BULHÕES    | 2  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 5.600,00   |
| GO | LUZIANIA               | 12 | 5  | 1 | 0  | 2  | 0 | 40.800,00  |
| GO | MAIRIPOTABA            | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 3.600,00   |
| GO | MAMBAÍ                 | 2  | 0  | 0 | 0  | 1  | 1 | 6.500,00   |
| GO | MARA ROSA              | 3  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 6.200,00   |
| GO | MARZAGÃO               | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 2.200,00   |
| GO | MATRINCHA              | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 17.000,00  |
| GO | MAURILÂNDIA            | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 4.400,00   |
| GO | MIMOSO DE GOIÁS        | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 2.200,00   |
| GO | MINAÇU                 | 3  | 2  | 0 | 1  | 2  | 1 | 33.100,00  |
| GO | MINEIROS               | 5  | 1  | 1 | 1  | 3  | 0 | 32.200,00  |
| GO | MOIPORÁ                | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 7.000,00   |
| GO | MONTE ALEGRE DE GOIÁS  | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 4.400,00   |
| GO | MONTES CLAROS DE GOIÁS | 3  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 17.400,00  |
| GO | MONTIVÍDIU             | 3  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 7.200,00   |
| GO | MONTIVÍDIU DO NORTE    | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 4.800,00   |
| GO | MORRINHOS              | 11 | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 24.700,00  |
| GO | MORRO AGUDO DE GOIÁS   | 0  | 0  | 0 | 1  | 0  | 0 | 2.200,00   |
| GO | MOSSÂMEDES             | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 4.400,00   |
| GO | MOZARLÂNDIA            | 3  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 8.200,00   |
| GO | MUNDO NOVO             | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 4.400,00   |
| GO | MUTUNÓPOLIS            | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 8.200,00   |
| GO | NAZÁRIO                | 3  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 7.200,00   |
| GO | NERÓPOLIS              | 8  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 26.000,00  |
| GO | NIQUELÂNDIA            | 8  | 0  | 1 | 3  | 0  | 0 | 36.400,00  |



|    |                             |    |    |   |    |    |   |            |
|----|-----------------------------|----|----|---|----|----|---|------------|
| GO | NOVA AMÉRICA                | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 7.000,00   |
| GO | NOVA AURORA                 | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 2.200,00   |
| GO | NOVA CRIXÁS                 | 4  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 8.800,00   |
| GO | NOVA GLÓRIA                 | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 7.800,00   |
| GO | NOVA IGUAÇU DE GOIÁS        | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 9.400,00   |
| GO | NOVA ROMA                   | 1  | 0  | 0 | 0  | 1  | 0 | 3.900,00   |
| GO | NOVA VENEZA                 | 3  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 7.200,00   |
| GO | NOVO BRASIL                 | 2  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 20.400,00  |
| GO | NOVO GAMA                   | 4  | 10 | 0 | 0  | 0  | 0 | 25.300,00  |
| GO | NOVO PLANALTO               | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 3.900,00   |
| GO | ORIZONA                     | 6  | 0  | 1 | 1  | 0  | 0 | 45.800,00  |
| GO | OURO VERDE DE GOIÁS         | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 4.800,00   |
| GO | OUVIDOR                     | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 3.200,00   |
| GO | PADRE BERNARDO              | 8  | 0  | 1 | 1  | 0  | 0 | 27.600,00  |
| GO | PALESTINA DE GOIÁS          | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 6.000,00   |
| GO | PALMEIRAS DE GOIÁS          | 5  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 18.400,00  |
| GO | PALMELO                     | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 3.200,00   |
| GO | PALMINÓPOLIS                | 1  | 0  | 0 | 0  | 1  | 1 | 8.700,00   |
| GO | PANAMA                      | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 0,00       |
| GO | PARANAIGUARA                | 3  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 7.200,00   |
| GO | PARAUNA                     | 5  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 26.200,00  |
| GO | PEROLÂNDIA                  | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 2.200,00   |
| GO | PETROLINA DE GOIÁS          | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 5.400,00   |
| GO | PILAR DE GOIÁS              | 1  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 6.000,00   |
| GO | PIRACANJUBA                 | 5  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 17.000,00  |
| GO | PIRANHAS                    | 4  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 27.000,00  |
| GO | PIRENÓPOLIS                 | 4  | 0  | 0 | 1  | 2  | 0 | 31.400,00  |
| GO | PIRES DO RIO                | 5  | 0  | 0 | 1  | 0  | 0 | 17.600,00  |
| GO | PLANALTINA                  | 21 | 3  | 0 | 0  | 2  | 0 | 48.600,00  |
| GO | PONTALINA                   | 3  | 2  | 1 | 0  | 0  | 0 | 19.800,00  |
| GO | PORANGATU                   | 5  | 0  | 1 | 3  | 0  | 0 | 33.400,00  |
| GO | PORTEIRÃO                   | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 6.000,00   |
| GO | PORTELANDIA                 | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 2.200,00   |
| GO | POSSE                       | 6  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 18.100,00  |
| GO | PROFESSOR JAMIL             | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 4.800,00   |
| GO | QUIRINÓPOLIS                | 8  | 0  | 0 | 5  | 0  | 1 | 36.400,00  |
| GO | RIALMA                      | 4  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 13.200,00  |
| GO | RIANÁPOLIS                  | 1  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 11.700,00  |
| GO | RIO QUENTE                  | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 6.000,00   |
| GO | RIO VERDE                   | 4  | 5  | 1 | 0  | 0  | 0 | 23.200,00  |
| GO | RUBIATABA                   | 7  | 0  | 1 | 0  | 3  | 0 | 32.300,00  |
| GO | SANCLERLÂNDIA               | 3  | 0  | 0 | 1  | 0  | 1 | 22.600,00  |
| GO | SANTA BÁRBARA DE GOIÁS      | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 4.800,00   |
| GO | SANTA CRUZ DE GOIÁS         | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 2.200,00   |
| GO | SANTA FE DE GOIÁS           | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 6.000,00   |
| GO | SANTA HELENA DE GOIÁS       | 12 | 0  | 0 | 0  | 0  | 2 | 36.200,00  |
| GO | SANTA ISABEL                | 1  | 0  | 0 | 1  | 0  | 1 | 11.600,00  |
| GO | SANTA RITA DO ARAGUAIA      | 1  | 0  | 0 | 0  | 1  | 0 | 4.900,00   |
| GO | SANTA RITA DO NOVO DESTINO  | 0  | 0  | 0 | 1  | 0  | 0 | 2.200,00   |
| GO | SANTA ROSA DE GOIÁS         | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 2.200,00   |
| GO | SANTA TEREZA DE GOIÁS       | 1  | 0  | 0 | 1  | 0  | 1 | 8.200,00   |
| GO | SANTA TEREZINHA DE GOIÁS    | 1  | 2  | 0 | 0  | 0  | 0 | 5.600,00   |
| GO | SANTO ANTÔNIO DA BARRA      | 1  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 0,00       |
| GO | SANTO ANTÔNIO DE GOIÁS      | 1  | 0  | 0 | 0  | 1  | 1 | 4.300,00   |
| GO | SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO | 11 | 7  | 2 | 0  | 0  | 0 | 38.100,00  |
| GO | SÃO DOMINGOS                | 1  | 0  | 0 | 0  | 2  | 0 | 13.400,00  |
| GO | SÃO FRANCISCO DE GOIÁS      | 3  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 6.600,00   |
| GO | SÃO JOÃO DA PARAUNA         | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 11.400,00  |
| GO | SÃO JOÃO D'ALIANÇA          | 3  | 0  | 0 | 0  | 1  | 1 | 9.400,00   |
| GO | SÃO LUIS DE MONTES BELOS    | 8  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 62.200,00  |
| GO | SÃO LUIZ DO NORTE           | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 8.200,00   |
| GO | SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA      | 5  | 0  | 1 | 0  | 2  | 0 | 15.000,00  |
| GO | SÃO MIGUEL DO PASSA QUATRO  | 1  | 0  | 0 | 0  | 1  | 1 | 4.300,00   |
| GO | SÃO PATRÍCIO                | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 2.200,00   |
| GO | SÃO SIMÃO                   | 2  | 3  | 0 | 0  | 0  | 1 | 13.900,00  |
| GO | SENADOR CANEDO              | 30 | 0  | 2 | 1  | 0  | 0 | 237.400,00 |
| GO | SERRANÓPOLIS                | 1  | 0  | 0 | 0  | 1  | 0 | 3.900,00   |
| GO | SILVÂNIA                    | 8  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 86.600,00  |
| GO | SIMOLÂNDIA                  | 1  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 3.900,00   |
| GO | SÍTIO D'ABADIA              | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 2.600,00   |
| GO | TAQUARAL DE GOIÁS           | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 2.600,00   |
| GO | TERESINA DE GOIÁS           | 1  | 0  | 0 | 0  | 1  | 1 | 4.300,00   |
| GO | TEREZÓPOLIS DE GOIÁS        | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 3.400,00   |
| GO | TRÊS RANCHOS                | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 6.000,00   |
| GO | TRINDADE                    | 9  | 21 | 2 | 0  | 0  | 0 | 54.000,00  |
| GO | TROMBAS                     | 1  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 7.300,00   |
| GO | TURVANIA                    | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 11.600,00  |
| GO | TURVELÂNDIA                 | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 2.100,00   |
| GO | UIRAPURU                    | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 2.200,00   |
| GO | URUAÇU                      | 11 | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 25.200,00  |
| GO | URUAÑA                      | 3  | 2  | 0 | 0  | 0  | 1 | 14.400,00  |
| GO | URUTAI                      | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 6.000,00   |
| GO | VALPARAÍSO DE GOIÁS         | 8  | 19 | 0 | 0  | 0  | 0 | 49.900,00  |
| GO | VARIÃO                      | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 2.600,00   |
| GO | VIANÓPOLIS                  | 4  | 1  | 0 | 0  | 0  | 1 | 37.300,00  |
| GO | VICENTINÓPOLIS              | 3  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 18.400,00  |
| GO | VILA BOA                    | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 15.000,00  |
| GO | VILA PROPÍCIO               | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 5.400,00   |
| MA | AÇAILÂNDIA                  | 5  | 11 | 1 | 0  | 1  | 0 | 46.000,00  |
| MA | AFONSO CUNHA                | 2  | 0  | 0 | 0  | 1  | 1 | 6.700,00   |
| MA | ÁGUA DOCE DO MARANHÃO       | 0  | 0  | 0 | 5  | 1  | 1 | 13.700,00  |
| MA | ALCÂNTARA                   | 4  | 4  | 0 | 1  | 0  | 0 | 17.800,00  |
| MA | ALDEIAS ALTAS               | 2  | 6  | 0 | 0  | 1  | 1 | 39.700,00  |
| MA | ALTAMIRA DO MARANHÃO        | 0  | 0  | 0 | 2  | 3  | 1 | 10.100,00  |
| MA | ALTO ALEGRE DO MARANHÃO     | 3  | 0  | 0 | 3  | 1  | 0 | 14.900,00  |
| MA | ALTO ALEGRE DO PINDARÉ      | 1  | 0  | 1 | 17 | 0  | 1 | 41.600,00  |
| MA | ALTO PARNAÍBA               | 0  | 0  | 0 | 1  | 3  | 0 | 7.300,00   |
| MA | AMAPÁ DO MARANHÃO           | 0  | 0  | 0 | 3  | 0  | 0 | 6.600,00   |
| MA | AMARANTE DO MARANHÃO        | 4  | 6  | 1 | 0  | 9  | 1 | 94.300,00  |
| MA | ANAJATUBA                   | 0  | 0  | 0 | 6  | 4  | 1 | 21.000,00  |
| MA | ANAPURUS                    | 1  | 2  | 0 | 1  | 1  | 0 | 9.500,00   |
| MA | APICUM-AÇU                  | 0  | 0  | 0 | 3  | 0  | 0 | 6.600,00   |
| MA | ARAGUANA                    | 2  | 1  | 0 | 0  | 2  | 0 | 9.500,00   |
| MA | ARAIOSES                    | 3  | 1  | 0 | 1  | 12 | 0 | 30.900,00  |
| MA | ARAME                       | 3  | 0  | 0 | 1  | 4  | 1 | 15.200,00  |
| MA | ARARI                       | 5  | 0  | 1 | 3  | 2  | 0 | 49.800,00  |
| MA | AXIXÁ                       | 1  | 1  | 0 | 3  | 0  | 1 | 11.500,00  |
| MA | BACABAL                     | 14 | 12 | 0 | 4  | 10 | 3 | 81.700,00  |



|    |                           |    |    |   |    |    |   |            |
|----|---------------------------|----|----|---|----|----|---|------------|
| MA | BACABEIRA                 | 0  | 0  | 0 | 6  | 0  | 1 | 13.800,00  |
| MA | BACURI                    | 3  | 0  | 0 | 4  | 1  | 1 | 18.100,00  |
| MA | BACURITUBA                | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 4.400,00   |
| MA | BALSAS                    | 10 | 2  | 2 | 1  | 11 | 0 | 55.900,00  |
| MA | BARÃO DE GRAJAÚ           | 3  | 0  | 0 | 4  | 0  | 1 | 23.700,00  |
| MA | BARRA DO CORDA            | 4  | 4  | 0 | 0  | 12 | 1 | 37.000,00  |
| MA | BARREIRINHAS              | 0  | 0  | 0 | 7  | 9  | 0 | 30.700,00  |
| MA | BELA VISTA DO MARANHÃO    | 0  | 0  | 0 | 3  | 2  | 0 | 10.000,00  |
| MA | BELÁGUA                   | 0  | 0  | 0 | 2  | 0  | 0 | 4.400,00   |
| MA | BENEDITO LEITE            | 0  | 0  | 0 | 2  | 0  | 1 | 4.800,00   |
| MA | BEQUIMÃO                  | 2  | 6  | 0 | 0  | 2  | 1 | 25.800,00  |
| MA | BERNARDO DO MEARIM        | 2  | 0  | 0 | 1  | 0  | 0 | 5.600,00   |
| MA | BOM JARDIM                | 8  | 4  | 0 | 1  | 0  | 0 | 16.100,00  |
| MA | BOM JESUS DAS SELVAS      | 1  | 0  | 0 | 4  | 1  | 0 | 12.700,00  |
| MA | BREJO                     | 0  | 0  | 0 | 1  | 4  | 1 | 10.000,00  |
| MA | BREJO DE AREIA            | 0  | 0  | 0 | 3  | 0  | 1 | 7.200,00   |
| MA | BURITI                    | 0  | 0  | 0 | 2  | 1  | 0 | 6.100,00   |
| MA | BURITI BRAVO              | 1  | 3  | 0 | 0  | 1  | 0 | 5.600,00   |
| MA | BURITICUPU                | 3  | 0  | 0 | 3  | 13 | 1 | 36.300,00  |
| MA | BURITIRANA                | 3  | 3  | 0 | 0  | 0  | 1 | 30.700,00  |
| MA | CACHOEIRA GRANDE          | 0  | 0  | 0 | 2  | 1  | 1 | 7.100,00   |
| MA | CAJARI                    | 0  | 0  | 0 | 5  | 1  | 1 | 13.700,00  |
| MA | CAMPESTRE DO MARANHÃO     | 5  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 8.800,00   |
| MA | CÂNDIDO MENDES            | 0  | 0  | 0 | 3  | 1  | 0 | 8.300,00   |
| MA | CANTANHEDE                | 0  | 0  | 0 | 6  | 3  | 1 | 19.300,00  |
| MA | CAPINZAL DO NORTE         | 5  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 16.400,00  |
| MA | CAROLINA                  | 8  | 2  | 1 | 0  | 0  | 0 | 22.000,00  |
| MA | CARUTAPERA                | 0  | 0  | 0 | 6  | 2  | 1 | 17.600,00  |
| MA | CAXIAS                    | 0  | 0  | 0 | 40 | 8  | 0 | 101.600,00 |
| MA | CEDRAL                    | 1  | 0  | 0 | 3  | 0  | 1 | 9.400,00   |
| MA | CENTRAL DO MARANHÃO       | 0  | 0  | 0 | 2  | 0  | 0 | 4.400,00   |
| MA | CENTRO DO GUILHERME       | 0  | 0  | 0 | 3  | 0  | 0 | 6.600,00   |
| MA | CENTRO NOVO DO MARANHÃO   | 0  | 0  | 0 | 2  | 6  | 0 | 14.600,00  |
| MA | CHAPADINHA                | 9  | 1  | 1 | 2  | 10 | 0 | 49.300,00  |
| MA | CIDELÂNDIA                | 0  | 0  | 0 | 4  | 1  | 0 | 10.500,00  |
| MA | CODO                      | 8  | 3  | 1 | 7  | 12 | 0 | 58.000,00  |
| MA | COELHO NETO               | 13 | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 102.500,00 |
| MA | COLINAS                   | 0  | 0  | 0 | 3  | 4  | 0 | 13.400,00  |
| MA | CONCEIÇÃO DO LAGO-AÇU     | 2  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 5.100,00   |
| MA | COROATÁ                   | 4  | 6  | 1 | 2  | 2  | 0 | 41.400,00  |
| MA | CURURUPU                  | 1  | 5  | 1 | 1  | 6  | 0 | 32.900,00  |
| MA | DAVINÓPOLIS               | 3  | 2  | 0 | 0  | 0  | 0 | 10.000,00  |
| MA | DOM PEDRO                 | 0  | 0  | 0 | 10 | 0  | 1 | 23.000,00  |
| MA | DUQUE BACELAR             | 4  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 38.000,00  |
| MA | ESTREITO                  | 7  | 1  | 1 | 0  | 5  | 0 | 43.600,00  |
| MA | FEIRA NOVA DO MARANHÃO    | 1  | 2  | 0 | 0  | 0  | 0 | 5.600,00   |
| MA | FORMOSA DA SERRA NEGRA    | 2  | 1  | 0 | 1  | 3  | 1 | 14.400,00  |
| MA | FORTALEZA DOS NOGUEIRAS   | 2  | 1  | 0 | 0  | 3  | 0 | 11.200,00  |
| MA | FORTUNA                   | 0  | 0  | 0 | 2  | 5  | 0 | 12.900,00  |
| MA | GODOFREDO VIANA           | 2  | 0  | 0 | 1  | 2  | 0 | 10.000,00  |
| MA | GONÇALVES DIAS            | 1  | 0  | 0 | 3  | 2  | 1 | 16.600,00  |
| MA | GOVERNADOR ARCHER         | 4  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 21.600,00  |
| MA | GOVERNADOR EDISON LOBÃO   | 3  | 2  | 0 | 0  | 0  | 1 | 11.000,00  |
| MA | GOVERNADOR EUGENIO BARROS | 0  | 0  | 0 | 6  | 1  | 1 | 15.900,00  |
| MA | GOVERNADOR LUIZ ROCHA     | 2  | 1  | 0 | 0  | 0  | 1 | 4.500,00   |
| MA | GOVERNADOR NUNES FREIRE   | 3  | 2  | 1 | 6  | 1  | 0 | 29.300,00  |
| MA | GRAÇA ARANHA              | 0  | 0  | 0 | 1  | 1  | 1 | 4.300,00   |
| MA | GRAJAÚ                    | 9  | 0  | 0 | 3  | 6  | 1 | 61.000,00  |
| MA | GUIMARÃES                 | 2  | 0  | 0 | 1  | 0  | 1 | 12.000,00  |
| MA | HUMBERTO DE CAMPOS        | 0  | 0  | 0 | 9  | 1  | 1 | 22.500,00  |
| MA | ICATU                     | 6  | 0  | 1 | 3  | 0  | 0 | 20.300,00  |
| MA | IGARAPÉ DO MEIO           | 0  | 0  | 0 | 4  | 0  | 0 | 8.800,00   |
| MA | IGARAPÉ GRANDE            | 0  | 0  | 0 | 5  | 0  | 0 | 11.000,00  |
| MA | IMPERATRIZ                | 16 | 16 | 5 | 0  | 0  | 0 | 183.800,00 |
| MA | ITAIPAVA DO GRAJAÚ        | 1  | 0  | 0 | 0  | 3  | 0 | 7.300,00   |
| MA | ITAPECURU MIRIM           | 1  | 1  | 0 | 8  | 7  | 1 | 38.800,00  |
| MA | ÍTINGA DO MARANHÃO        | 3  | 1  | 1 | 2  | 2  | 0 | 25.900,00  |
| MA | JATOBA                    | 0  | 0  | 0 | 3  | 1  | 0 | 8.300,00   |
| MA | JENIPAPO DOS VIEIRAS      | 0  | 0  | 0 | 1  | 5  | 1 | 11.700,00  |
| MA | JOÃO LISBOA               | 9  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 19.800,00  |
| MA | JOSELÂNDIA                | 5  | 0  | 1 | 1  | 0  | 0 | 13.700,00  |
| MA | JUNCO DO MARANHÃO         | 1  | 0  | 0 | 2  | 0  | 1 | 6.700,00   |
| MA | LAGO DA PEDRA             | 0  | 0  | 0 | 15 | 0  | 2 | 35.000,00  |
| MA | LAGO DO JUNCO             | 2  | 0  | 0 | 2  | 0  | 1 | 8.900,00   |
| MA | LAGO DOS RODRIGUES        | 0  | 0  | 0 | 2  | 0  | 0 | 4.400,00   |
| MA | LAGO VERDE                | 0  | 0  | 0 | 1  | 1  | 0 | 3.900,00   |
| MA | LAGOA DO MATO             | 3  | 0  | 0 | 0  | 1  | 0 | 15.100,00  |
| MA | LAGOA GRANDE DO MARANHÃO  | 0  | 0  | 0 | 4  | 1  | 0 | 10.500,00  |
| MA | LAJEADO NOVO              | 0  | 0  | 0 | 3  | 0  | 1 | 7.200,00   |
| MA | LIMA CAMPOS               | 3  | 0  | 0 | 2  | 0  | 1 | 12.000,00  |
| MA | LORETO                    | 3  | 1  | 1 | 0  | 0  | 0 | 8.900,00   |
| MA | LUIS DOMINGUES            | 0  | 0  | 0 | 3  | 0  | 1 | 7.200,00   |
| MA | MAGALHÃES DE ALMEIDA      | 2  | 0  | 0 | 4  | 0  | 0 | 14.200,00  |
| MA | MARACACUMÉ                | 0  | 0  | 0 | 6  | 1  | 1 | 15.900,00  |
| MA | MARAJÁ DO SENA            | 1  | 0  | 0 | 1  | 0  | 0 | 4.400,00   |
| MA | MARANHÃOZINHO             | 0  | 0  | 0 | 6  | 0  | 0 | 13.200,00  |
| MA | MATA ROMA                 | 5  | 0  | 1 | 1  | 2  | 0 | 35.800,00  |
| MA | MATINHA                   | 3  | 0  | 0 | 2  | 3  | 1 | 17.100,00  |
| MA | MATÕES                    | 9  | 0  | 1 | 2  | 0  | 0 | 22.800,00  |
| MA | MATÕES DO NORTE           | 0  | 0  | 0 | 3  | 2  | 1 | 10.600,00  |
| MA | MILAGRES DO MARANHÃO      | 0  | 0  | 0 | 3  | 1  | 1 | 8.900,00   |
| MA | MIRADOR                   | 0  | 0  | 0 | 2  | 6  | 1 | 15.600,00  |
| MA | MIRINZAL                  | 4  | 0  | 0 | 2  | 1  | 1 | 34.900,00  |
| MA | MONÇÃO                    | 0  | 0  | 0 | 3  | 0  | 0 | 6.600,00   |
| MA | MONTES ALTOS              | 0  | 1  | 0 | 3  | 0  | 0 | 8.300,00   |
| MA | MORROS                    | 2  | 1  | 0 | 2  | 1  | 0 | 12.200,00  |
| MA | NINA RODRIGUES            | 1  | 0  | 0 | 2  | 1  | 0 | 8.300,00   |
| MA | NOVA COLINAS              | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 11.200,00  |
| MA | NOVA IORQUE               | 0  | 0  | 0 | 2  | 0  | 1 | 4.800,00   |
| MA | NOVA OLÍNDIA DO MARANHÃO  | 0  | 0  | 0 | 4  | 0  | 0 | 8.800,00   |
| MA | OLHO D'ÁGUA DAS CUNHAS    | 1  | 0  | 0 | 6  | 0  | 0 | 15.400,00  |
| MA | OLÍNDIA NOVA DO MARANHÃO  | 3  | 0  | 0 | 2  | 2  | 1 | 22.200,00  |
| MA | PAÇO DO LUMIAR            | 3  | 0  | 0 | 4  | 2  | 0 | 22.200,00  |
| MA | PALMEIRÂNDIA              | 7  | 2  | 0 | 0  | 0  | 0 | 13.400,00  |
| MA | PARAIBANO                 | 7  | 1  | 1 | 0  | 0  | 0 | 44.400,00  |
| MA | PARNARAMA                 | 5  | 1  | 1 | 7  | 1  | 0 | 37.200,00  |
| MA | PASSAGEM FRANCA           | 4  | 0  | 0 | 3  | 0  | 1 | 21.800,00  |
| MA | PASTOS BONS               | 0  | 0  | 0 | 8  | 0  | 1 | 18.600,00  |



|    |                              |    |    |   |    |    |   |            |
|----|------------------------------|----|----|---|----|----|---|------------|
| MA | PAULINO NEVES                | 1  | 0  | 0 | 3  | 0  | 0 | 8.800,00   |
| MA | PAULO RAMOS                  | 0  | 0  | 0 | 5  | 1  | 1 | 13.300,00  |
| MA | PEDREIRAS                    | 1  | 1  | 0 | 8  | 10 | 1 | 39.500,00  |
| MA | PENALVA                      | 0  | 1  | 0 | 3  | 5  | 0 | 23.600,00  |
| MA | PERI MIRIM                   | 0  | 0  | 0 | 5  | 0  | 0 | 11.000,00  |
| MA | PERITORO                     | 5  | 1  | 0 | 1  | 2  | 1 | 17.800,00  |
| MA | PINDARÉ-MIRIM                | 2  | 2  | 0 | 6  | 2  | 0 | 24.400,00  |
| MA | PINHEIRO                     | 1  | 0  | 0 | 11 | 4  | 1 | 41.000,00  |
| MA | PIO XII                      | 0  | 0  | 0 | 0  | 2  | 0 | 3.400,00   |
| MA | PIRAPEMAS                    | 1  | 0  | 0 | 6  | 0  | 1 | 20.800,00  |
| MA | POÇÃO DE PEDRAS              | 0  | 0  | 0 | 0  | 9  | 1 | 16.300,00  |
| MA | PORTO FRANCO                 | 4  | 0  | 0 | 3  | 1  | 1 | 27.900,00  |
| MA | PORTO RICO DO MARANHÃO       | 1  | 0  | 0 | 2  | 0  | 1 | 10.600,00  |
| MA | PRESIDENTE DUTRA             | 8  | 3  | 0 | 0  | 0  | 0 | 15.100,00  |
| MA | PRESIDENTE JUSCELINO         | 0  | 0  | 0 | 5  | 0  | 0 | 11.000,00  |
| MA | PRESIDENTE MEDICI            | 0  | 0  | 0 | 1  | 1  | 0 | 3.900,00   |
| MA | PRESIDENTE SARNEY            | 1  | 0  | 0 | 6  | 0  | 0 | 18.800,00  |
| MA | PRESIDENTE VARGAS            | 1  | 0  | 0 | 1  | 3  | 0 | 12.900,00  |
| MA | PRIMEIRA CRUZ                | 0  | 0  | 0 | 5  | 1  | 0 | 12.700,00  |
| MA | RIACHÃO                      | 0  | 0  | 0 | 5  | 2  | 1 | 15.400,00  |
| MA | RIBAMAR FIQUENE              | 3  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 4.400,00   |
| MA | ROSÁRIO                      | 0  | 0  | 0 | 9  | 4  | 1 | 27.600,00  |
| MA | SAMBAIBA                     | 1  | 0  | 0 | 1  | 0  | 0 | 4.400,00   |
| MA | SANTA FILOMENA DO MARANHÃO   | 3  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 4.400,00   |
| MA | SANTA HELENA                 | 0  | 0  | 0 | 8  | 2  | 1 | 22.000,00  |
| MA | SANTA INES                   | 4  | 0  | 1 | 8  | 12 | 1 | 61.600,00  |
| MA | SANTA LUZIA                  | 1  | 0  | 0 | 2  | 2  | 0 | 10.000,00  |
| MA | SANTA LUZIA DO PARUÁ         | 1  | 0  | 0 | 7  | 1  | 1 | 20.300,00  |
| MA | SANTA QUITERIA DO MARANHÃO   | 1  | 1  | 0 | 3  | 6  | 1 | 25.100,00  |
| MA | SANTANA DO MARANHÃO          | 3  | 2  | 1 | 0  | 0  | 0 | 11.800,00  |
| MA | SANTO AMARO DO MARANHÃO      | 0  | 0  | 0 | 1  | 0  | 0 | 2.200,00   |
| MA | SANTO ANTONIO DOS LOPES      | 0  | 0  | 0 | 7  | 0  | 1 | 16.400,00  |
| MA | SÃO BENEDITO DO RIO PRETO    | 0  | 0  | 0 | 3  | 4  | 1 | 14.400,00  |
| MA | SÃO BENTO                    | 2  | 0  | 0 | 0  | 3  | 0 | 12.900,00  |
| MA | SÃO BERNARDO                 | 5  | 3  | 1 | 0  | 0  | 0 | 46.300,00  |
| MA | SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO      | 0  | 0  | 0 | 3  | 0  | 1 | 7.200,00   |
| MA | SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO     | 0  | 0  | 0 | 4  | 3  | 1 | 14.900,00  |
| MA | SÃO FRANCISCO DO BREJÃO      | 0  | 0  | 0 | 2  | 1  | 0 | 6.100,00   |
| MA | SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO    | 1  | 0  | 0 | 3  | 0  | 0 | 8.800,00   |
| MA | SÃO JOÃO BATISTA             | 2  | 0  | 0 | 2  | 4  | 1 | 16.100,00  |
| MA | SÃO JOÃO DO CARU             | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 10.700,00  |
| MA | SÃO JOÃO DO PARAÍSO          | 0  | 0  | 0 | 4  | 1  | 1 | 11.100,00  |
| MA | SÃO JOÃO DO SOTER            | 7  | 0  | 0 | 0  | 2  | 1 | 53.600,00  |
| MA | SÃO JOÃO DOS PATOS           | 7  | 3  | 1 | 0  | 0  | 0 | 44.500,00  |
| MA | SÃO JOSE DE RIBAMAR          | 11 | 0  | 0 | 6  | 2  | 0 | 73.400,00  |
| MA | SÃO JOSE DOS BASÍLIOS        | 3  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 22.800,00  |
| MA | SÃO LUIS                     | 30 | 38 | 0 | 15 | 27 | 1 | 213.900,00 |
| MA | SÃO LUIS GONZAGA DO MARANHÃO | 0  | 0  | 0 | 4  | 0  | 0 | 8.800,00   |
| MA | SÃO MATEUS DO MARANHÃO       | 2  | 0  | 0 | 6  | 0  | 0 | 21.000,00  |
| MA | SÃO PEDRO DA AGUA BRANCA     | 0  | 0  | 0 | 0  | 3  | 0 | 5.100,00   |
| MA | SÃO PEDRO DOS CRENTES        | 0  | 0  | 0 | 2  | 0  | 1 | 4.800,00   |
| MA | SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS | 5  | 2  | 0 | 0  | 0  | 1 | 15.400,00  |
| MA | SÃO RAIMUNDO DO DOCA BEZERRA | 1  | 0  | 0 | 0  | 2  | 0 | 5.600,00   |
| MA | SÃO ROBERTO                  | 1  | 0  | 0 | 1  | 0  | 0 | 2.700,00   |
| MA | SÃO VICENTE FERRER           | 0  | 0  | 0 | 1  | 1  | 0 | 3.900,00   |
| MA | SATUBINHA                    | 2  | 0  | 0 | 2  | 1  | 1 | 11.500,00  |
| MA | SENADOR ALEXANDRE COSTA      | 0  | 0  | 0 | 3  | 1  | 0 | 8.300,00   |
| MA | SENADOR LA ROCQUE            | 5  | 2  | 0 | 0  | 0  | 1 | 32.400,00  |
| MA | SERRANO DO MARANHÃO          | 3  | 1  | 0 | 0  | 1  | 1 | 2.700,00   |
| MA | SÍTIO NOVO                   | 1  | 3  | 1 | 1  | 2  | 0 | 13.500,00  |
| MA | SUCUPIRA DO NORTE            | 0  | 0  | 0 | 2  | 2  | 1 | 8.400,00   |
| MA | SUCUPIRA DO RIACHÃO          | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 2.600,00   |
| MA | TASSO FRAGOSO                | 0  | 0  | 0 | 2  | 0  | 0 | 4.400,00   |
| MA | TIMBIRAS                     | 0  | 0  | 0 | 2  | 1  | 0 | 6.100,00   |
| MA | TIMON                        | 38 | 0  | 2 | 18 | 0  | 0 | 257.700,00 |
| MA | TRIZIDELA DO VALE            | 5  | 0  | 0 | 3  | 0  | 0 | 17.600,00  |
| MA | TUFILÂNDIA                   | 0  | 0  | 0 | 2  | 1  | 1 | 6.500,00   |
| MA | TUNTUM                       | 1  | 0  | 1 | 14 | 1  | 0 | 43.500,00  |
| MA | TURIACU                      | 0  | 0  | 0 | 0  | 7  | 0 | 11.900,00  |
| MA | TUTOÍÁ                       | 0  | 0  | 0 | 6  | 3  | 0 | 18.300,00  |
| MA | URBANO SANTOS                | 1  | 0  | 0 | 2  | 4  | 1 | 14.000,00  |
| MA | VARGEM GRANDE                | 0  | 0  | 0 | 8  | 0  | 1 | 18.600,00  |
| MA | VIANA                        | 0  | 0  | 0 | 2  | 3  | 0 | 9.500,00   |
| MA | VILA NOVA DOS MARTÍRIOS      | 1  | 1  | 0 | 0  | 1  | 0 | 5.100,00   |
| MA | VITÓRIA DO MEARIM            | 0  | 0  | 0 | 7  | 3  | 1 | 21.500,00  |
| MA | VITORINO FREIRE              | 2  | 0  | 0 | 4  | 3  | 1 | 19.300,00  |
| MA | ZE DOCA                      | 0  | 0  | 0 | 10 | 11 | 2 | 42.700,00  |
| MG | ABADIA DOS DOURADOS          | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 11.200,00  |
| MG | ABAETE                       | 3  | 0  | 0 | 1  | 2  | 1 | 29.800,00  |
| MG | ABRE CAMPO                   | 4  | 0  | 0 | 1  | 1  | 0 | 26.900,00  |
| MG | ACAÍACA                      | 0  | 0  | 0 | 1  | 0  | 0 | 2.200,00   |
| MG | AÇUCENA                      | 4  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 26.400,00  |
| MG | ÁGUA BOA                     | 3  | 2  | 0 | 0  | 1  | 0 | 11.700,00  |
| MG | ÁGUA COMPRIDA                | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 9.000,00   |
| MG | AGUANIL                      | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 14.600,00  |
| MG | ÁGUAS FORMOSAS               | 6  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 32.800,00  |
| MG | ÁGUAS VERMELHAS              | 4  | 1  | 0 | 1  | 0  | 1 | 50.200,00  |
| MG | AIMORES                      | 6  | 2  | 1 | 0  | 1  | 0 | 63.600,00  |
| MG | AIURUOCA                     | 1  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 15.100,00  |
| MG | ALAGOA                       | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 6.000,00   |
| MG | ALBERTINA                    | 0  | 0  | 0 | 0  | 1  | 0 | 1.700,00   |
| MG | ALEM PARAÍBA                 | 3  | 3  | 0 | 0  | 1  | 0 | 13.400,00  |
| MG | ALFENAS                      | 13 | 0  | 1 | 0  | 0  | 1 | 42.900,00  |
| MG | ALFREDO VASCONCELOS          | 0  | 2  | 0 | 0  | 0  | 0 | 5.100,00   |
| MG | ALMENARA                     | 6  | 3  | 1 | 0  | 2  | 0 | 47.100,00  |
| MG | ALPERCATA                    | 3  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 29.200,00  |
| MG | ALPINÓPOLIS                  | 5  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 20.400,00  |
| MG | ALTEROSA                     | 3  | 1  | 0 | 1  | 0  | 1 | 20.300,00  |
| MG | ALTO CAPARAÓ                 | 0  | 0  | 0 | 1  | 1  | 1 | 4.300,00   |
| MG | ALTO JEQUITIBA               | 3  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 25.800,00  |
| MG | ALTO RIO DOCE                | 3  | 0  | 0 | 0  | 2  | 1 | 10.500,00  |
| MG | ALVARENGA                    | 1  | 0  | 0 | 0  | 1  | 1 | 7.700,00   |
| MG | ALVINÓPOLIS                  | 6  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 42.100,00  |
| MG | ALVORADA DE MINAS            | 0  | 0  | 0 | 1  | 0  | 0 | 2.200,00   |
| MG | AMPARÓ DO SERRA              | 1  | 0  | 0 | 1  | 0  | 0 | 4.400,00   |
| MG | ANDRADAS                     | 2  | 1  | 0 | 0  | 1  | 0 | 15.600,00  |
| MG | ANDRELÂNDIA                  | 3  | 1  | 0 | 0  | 0  | 1 | 25.500,00  |
| MG | ANGELÂNDIA                   | 3  | 0  | 1 | 0  | 1  | 0 | 16.000,00  |
| MG | ANTÔNIO CARLOS               | 3  | 1  | 0 | 0  | 0  | 1 | 19.700,00  |



|    |                        |     |     |    |    |    |   |              |
|----|------------------------|-----|-----|----|----|----|---|--------------|
| MG | ANTÔNIO DIAS           | 1   | 0   | 0  | 0  | 0  | 0 | 4.200,00     |
| MG | ANTÔNIO PRADO DE MINAS | 1   | 0   | 0  | 0  | 0  | 1 | 10.400,00    |
| MG | ARAÇAI                 | 1   | 0   | 0  | 0  | 0  | 1 | 11.400,00    |
| MG | ARACITABA              | 1   | 0   | 0  | 0  | 0  | 0 | 500,00       |
| MG | ARACUAI                | 3   | 5   | 0  | 0  | 5  | 1 | 57.200,00    |
| MG | ARAGUARI               | 0   | 17  | 1  | 0  | 0  | 0 | 88.300,00    |
| MG | ARANTINA               | 1   | 0   | 0  | 0  | 0  | 1 | 9.400,00     |
| MG | ARAPONGA               | 2   | 0   | 0  | 1  | 1  | 1 | 21.100,00    |
| MG | ARAPORA                | 2   | 0   | 0  | 0  | 1  | 1 | 14.500,00    |
| MG | ARAPUA                 | 1   | 0   | 0  | 0  | 0  | 1 | 6.000,00     |
| MG | ARAÚJOS                | 1   | 1   | 0  | 0  | 0  | 0 | 14.100,00    |
| MG | ARAXÁ                  | 5   | 8   | 0  | 1  | 0  | 0 | 41.400,00    |
| MG | ARCEBURGO              | 3   | 0   | 0  | 0  | 0  | 1 | 27.600,00    |
| MG | ARCOS                  | 6   | 4   | 1  | 1  | 0  | 1 | 70.000,00    |
| MG | AREADO                 | 0   | 2   | 0  | 0  | 2  | 0 | 6.800,00     |
| MG | ARGIRITA               | 1   | 0   | 0  | 0  | 0  | 1 | 8.000,00     |
| MG | ARICANDUVA             | 2   | 0   | 0  | 0  | 0  | 1 | 3.100,00     |
| MG | ARINOS                 | 2   | 2   | 1  | 0  | 2  | 0 | 11.300,00    |
| MG | ASTOLFO DUTRA          | 2   | 2   | 1  | 0  | 0  | 0 | 23.000,00    |
| MG | ATALEIA                | 3   | 1   | 1  | 0  | 0  | 0 | 14.000,00    |
| MG | AUGUSTO DE LIMA        | 1   | 1   | 0  | 0  | 0  | 0 | 16.100,00    |
| MG | BAEPENDI               | 6   | 2   | 1  | 0  | 0  | 0 | 46.800,00    |
| MG | BALDIM                 | 1   | 1   | 0  | 1  | 1  | 1 | 14.700,00    |
| MG | BAMBUI                 | 0   | 0   | 0  | 7  | 0  | 1 | 16.400,00    |
| MG | BANDEIRA               | 2   | 0   | 0  | 0  | 0  | 0 | 15.200,00    |
| MG | BARÃO DE COCAIS        | 7   | 3   | 0  | 0  | 0  | 1 | 54.300,00    |
| MG | BARÃO DE MONTE ALTO    | 3   | 0   | 0  | 0  | 0  | 1 | 18.200,00    |
| MG | BARBACENA              | 9   | 15  | 3  | 0  | 1  | 0 | 102.600,00   |
| MG | BARRA LONGA            | 3   | 0   | 0  | 0  | 0  | 1 | 8.200,00     |
| MG | BARROSO                | 3   | 3   | 0  | 1  | 1  | 0 | 15.600,00    |
| MG | BELA VISTA DE MINAS    | 0   | 1   | 0  | 0  | 4  | 0 | 11.900,00    |
| MG | BELMIRO BRAGA          | 1   | 0   | 0  | 0  | 0  | 1 | 7.000,00     |
| MG | BELO HORIZONTE         | 294 | 270 | 56 | 0  | 10 | 0 | 2.779.300,00 |
| MG | BELO VALE              | 3   | 0   | 1  | 0  | 0  | 0 | 11.600,00    |
| MG | BERILO                 | 3   | 0   | 0  | 2  | 0  | 1 | 27.800,00    |
| MG | BERIZAL                | 2   | 0   | 0  | 0  | 0  | 0 | 8.800,00     |
| MG | BERTÓPOLIS             | 2   | 0   | 0  | 0  | 0  | 1 | 8.200,00     |
| MG | BETIM                  | 9   | 19  | 1  | 14 | 45 | 8 | 169.600,00   |
| MG | BIÁS FORTES            | 1   | 0   | 0  | 0  | 0  | 1 | 2.600,00     |
| MG | BICAS                  | 1   | 4   | 0  | 0  | 0  | 0 | 12.400,00    |
| MG | BIQUINHAS              | 1   | 0   | 0  | 0  | 0  | 0 | 2.200,00     |
| MG | BOA ESPERANÇA          | 4   | 3   | 1  | 0  | 0  | 0 | 33.500,00    |
| MG | BOCAINA DE MINAS       | 0   | 2   | 0  | 0  | 0  | 1 | 7.200,00     |
| MG | BOCAIUVA               | 13  | 0   | 1  | 0  | 0  | 0 | 102.900,00   |
| MG | BOM DESPACHO           | 8   | 2   | 1  | 2  | 3  | 1 | 37.400,00    |
| MG | BOM JARDIM DE MINAS    | 2   | 1   | 0  | 0  | 0  | 1 | 12.100,00    |
| MG | BOM JESUS DA PENHA     | 1   | 1   | 0  | 0  | 0  | 1 | 15.500,00    |
| MG | BOM JESUS DO AMPARO    | 1   | 1   | 0  | 0  | 0  | 0 | 11.700,00    |
| MG | BOM JESUS DO GALHO     | 0   | 4   | 0  | 0  | 0  | 0 | 6.800,00     |
| MG | BOM REPOUSO            | 4   | 0   | 0  | 0  | 1  | 0 | 34.900,00    |
| MG | BOM SUCESSO            | 4   | 0   | 0  | 3  | 0  | 1 | 38.900,00    |
| MG | BONFIM                 | 1   | 2   | 0  | 0  | 0  | 1 | 16.400,00    |
| MG | BONFINÓPOLIS DE MINAS  | 2   | 0   | 0  | 0  | 0  | 0 | 4.400,00     |
| MG | BONITO DE MINAS        | 3   | 1   | 0  | 0  | 1  | 1 | 33.000,00    |
| MG | BORDA DA MATA          | 2   | 1   | 0  | 0  | 1  | 0 | 11.200,00    |
| MG | BOTELHOS               | 0   | 1   | 0  | 0  | 1  | 0 | 3.400,00     |
| MG | BOTUMIRIM              | 1   | 1   | 0  | 0  | 1  | 1 | 5.500,00     |
| MG | BRÁS PIRES             | 1   | 1   | 0  | 0  | 0  | 1 | 7.700,00     |
| MG | BRASILÂNDIA DE MINAS   | 3   | 1   | 0  | 0  | 0  | 0 | 4.400,00     |
| MG | BRASILIA DE MINAS      | 9   | 2   | 1  | 0  | 0  | 0 | 70.200,00    |
| MG | BRAUNAS                | 1   | 0   | 0  | 1  | 0  | 1 | 12.600,00    |
| MG | BRAZÓPOLIS             | 2   | 1   | 0  | 0  | 0  | 1 | 16.500,00    |
| MG | BRUMADINHO             | 10  | 4   | 1  | 0  | 0  | 0 | 76.600,00    |
| MG | BUENO BRANDÃO          | 1   | 0   | 0  | 0  | 1  | 0 | 3.900,00     |
| MG | BUENÓPOLIS             | 3   | 0   | 1  | 1  | 0  | 0 | 27.400,00    |
| MG | BUGRE                  | 2   | 0   | 0  | 0  | 0  | 1 | 11.600,00    |
| MG | BURITIS                | 4   | 1   | 1  | 1  | 2  | 0 | 32.800,00    |
| MG | BURITIZEIRO            | 5   | 2   | 1  | 0  | 1  | 0 | 51.300,00    |
| MG | CABECEIRA GRANDE       | 1   | 0   | 0  | 0  | 0  | 0 | 5.600,00     |
| MG | CABO VERDE             | 1   | 0   | 0  | 0  | 0  | 0 | 5.600,00     |
| MG | CACHOEIRA DA PRATA     | 1   | 0   | 0  | 0  | 0  | 1 | 11.400,00    |
| MG | CACHOEIRA DE MINAS     | 1   | 2   | 0  | 0  | 0  | 0 | 19.200,00    |
| MG | CACHOEIRA DE PAJEÚ     | 3   | 0   | 0  | 1  | 1  | 1 | 32.100,00    |
| MG | CACHOEIRA DOURADA      | 1   | 0   | 0  | 0  | 0  | 1 | 4.600,00     |
| MG | CAETANÓPOLIS           | 0   | 3   | 0  | 0  | 0  | 1 | 15.900,00    |
| MG | CAETE                  | 2   | 1   | 1  | 0  | 7  | 0 | 29.800,00    |
| MG | CAIANA                 | 2   | 0   | 0  | 0  | 0  | 1 | 10.200,00    |
| MG | CAJURI                 | 0   | 0   | 0  | 2  | 0  | 1 | 4.800,00     |
| MG | CALDAS                 | 1   | 2   | 0  | 0  | 0  | 0 | 22.600,00    |
| MG | CAMACHO                | 1   | 0   | 0  | 0  | 0  | 1 | 3.600,00     |
| MG | CAMANDUCAIA            | 0   | 4   | 0  | 0  | 0  | 0 | 5.100,00     |
| MG | CAMBUI                 | 2   | 3   | 0  | 1  | 4  | 1 | 39.900,00    |
| MG | CAMBUQUIRA             | 2   | 2   | 0  | 0  | 0  | 1 | 11.800,00    |
| MG | CAMPANÁRIO             | 2   | 0   | 0  | 0  | 0  | 1 | 20.400,00    |
| MG | CAMPANHA               | 4   | 0   | 1  | 0  | 0  | 0 | 1.000,00     |
| MG | CAMPESTRE              | 1   | 0   | 0  | 0  | 1  | 0 | 3.900,00     |
| MG | CAMPINA VERDE          | 0   | 5   | 0  | 0  | 0  | 0 | 11.900,00    |
| MG | CAMPO AZUL             | 2   | 0   | 0  | 0  | 0  | 0 | 19.000,00    |
| MG | CAMPO BELO             | 16  | 0   | 2  | 0  | 1  | 1 | 92.700,00    |
| MG | CAMPO DO MEIO          | 0   | 0   | 0  | 1  | 4  | 0 | 9.000,00     |
| MG | CAMPO FLORIDO          | 0   | 1   | 0  | 0  | 0  | 0 | 5.100,00     |
| MG | CAMPOS ALTOS           | 0   | 3   | 0  | 0  | 0  | 0 | 5.100,00     |
| MG | CAMPOS GERAIS          | 2   | 4   | 0  | 0  | 0  | 0 | 51.600,00    |
| MG | CANA VERDE             | 2   | 0   | 0  | 0  | 0  | 0 | 4.400,00     |
| MG | CANAA                  | 0   | 0   | 0  | 2  | 0  | 1 | 4.800,00     |
| MG | CANÁPOLIS              | 4   | 0   | 0  | 0  | 0  | 0 | 23.400,00    |
| MG | CANDEIAS               | 6   | 0   | 1  | 0  | 0  | 0 | 31.400,00    |
| MG | CANTAGALO              | 1   | 1   | 0  | 0  | 0  | 1 | 5.300,00     |
| MG | CAPARAO                | 1   | 1   | 0  | 0  | 0  | 0 | 8.300,00     |
| MG | CAPELA NOVA            | 1   | 1   | 0  | 0  | 0  | 1 | 4.300,00     |
| MG | CAPELINHA              | 7   | 3   | 0  | 0  | 0  | 1 | 40.900,00    |
| MG | CAPETINGA              | 0   | 2   | 0  | 0  | 0  | 0 | 3.400,00     |
| MG | CAPIM BRANCO           | 1   | 1   | 0  | 0  | 1  | 1 | 5.700,00     |
| MG | CAPINÓPOLIS            | 4   | 0   | 0  | 0  | 1  | 0 | 27.700,00    |
| MG | CAPITÃO ANDRADE        | 2   | 0   | 0  | 0  | 0  | 1 | 12.600,00    |
| MG | CAPITÃO ENEAS          | 5   | 0   | 0  | 0  | 1  | 1 | 29.800,00    |
| MG | CAPITOLIO              | 3   | 0   | 1  | 0  | 0  | 0 | 26.000,00    |
| MG | CAPUTIRA               | 3   | 1   | 0  | 0  | 0  | 1 | 17.700,00    |



|    |                             |    |    |   |   |    |   |            |
|----|-----------------------------|----|----|---|---|----|---|------------|
| MG | CARAÍ                       | 5  | 3  | 0 | 0 | 0  | 1 | 27.300,00  |
| MG | CARANAÍBA                   | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 6.000,00   |
| MG | CARANDAI                    | 3  | 3  | 0 | 0 | 1  | 0 | 11.700,00  |
| MG | CARANGOLA                   | 6  | 2  | 1 | 1 | 0  | 0 | 46.700,00  |
| MG | CARATINGA                   | 16 | 5  | 2 | 0 | 0  | 0 | 86.100,00  |
| MG | CARBONITA                   | 2  | 0  | 0 | 2 | 0  | 0 | 13.200,00  |
| MG | CAREAÇU                     | 2  | 0  | 0 | 0 | 1  | 1 | 18.700,00  |
| MG | CARLOS CHAGAS               | 5  | 1  | 0 | 0 | 0  | 1 | 18.900,00  |
| MG | CARMESIA                    | 0  | 0  | 0 | 0 | 1  | 1 | 2.100,00   |
| MG | CARMO DA CACHOEIRA          | 3  | 0  | 0 | 1 | 0  | 0 | 11.700,00  |
| MG | CARMO DA MATA               | 2  | 2  | 0 | 0 | 0  | 1 | 19.600,00  |
| MG | CARMO DE MINAS              | 4  | 1  | 0 | 0 | 0  | 1 | 20.800,00  |
| MG | CARMO DO CAJURU             | 2  | 0  | 0 | 3 | 1  | 1 | 14.700,00  |
| MG | CARMO DO PARANAÍBA          | 6  | 2  | 1 | 0 | 2  | 0 | 60.600,00  |
| MG | CARMO DO RIO CLARO          | 3  | 1  | 0 | 0 | 0  | 1 | 8.400,00   |
| MG | CARMÓPOLIS DE MINAS         | 0  | 4  | 0 | 0 | 1  | 0 | 8.500,00   |
| MG | CARNEIRINHO                 | 3  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 10.600,00  |
| MG | CARVALHOPOLIS               | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 2.200,00   |
| MG | CARVALHOS                   | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 14.100,00  |
| MG | CASA GRANDE                 | 0  | 0  | 0 | 0 | 1  | 0 | 1.700,00   |
| MG | CASCALHO RICO               | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 8.000,00   |
| MG | CASSIA                      | 1  | 2  | 0 | 0 | 0  | 1 | 9.600,00   |
| MG | CATAGUASES                  | 13 | 4  | 0 | 0 | 0  | 0 | 65.700,00  |
| MG | CATAS ALTAS                 | 0  | 0  | 0 | 2 | 0  | 0 | 4.400,00   |
| MG | CATAS ALTAS DA NORUEGA      | 1  | 0  | 0 | 1 | 0  | 1 | 4.800,00   |
| MG | CATUJI                      | 2  | 1  | 0 | 0 | 0  | 1 | 26.700,00  |
| MG | CATUTI                      | 2  | 0  | 0 | 0 | 1  | 1 | 9.900,00   |
| MG | CAXAMBU                     | 3  | 0  | 0 | 1 | 1  | 1 | 11.100,00  |
| MG | CEDRO DO ABAETÉ             | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 7.600,00   |
| MG | CENTRAL DE MINAS            | 2  | 0  | 0 | 1 | 0  | 1 | 14.000,00  |
| MG | CENTRALINA                  | 3  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 23.100,00  |
| MG | CHACARA                     | 0  | 1  | 0 | 0 | 0  | 1 | 2.100,00   |
| MG | CHALE                       | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 13.600,00  |
| MG | CHAPADA DO NORTE            | 6  | 0  | 0 | 0 | 1  | 1 | 20.800,00  |
| MG | CHAPADA GAUCHA              | 2  | 0  | 0 | 1 | 0  | 0 | 7.100,00   |
| MG | CHIADOR                     | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 6.600,00   |
| MG | CIPOTÂNEA                   | 1  | 0  | 0 | 2 | 0  | 1 | 10.100,00  |
| MG | CLARAVAL                    | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 3.600,00   |
| MG | CLARO DOS POÇÕES            | 3  | 0  | 0 | 0 | 1  | 1 | 13.300,00  |
| MG | CLAUDIO                     | 5  | 1  | 0 | 0 | 1  | 1 | 45.200,00  |
| MG | COIMBRA                     | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 12.200,00  |
| MG | COLUNA                      | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 14.600,00  |
| MG | COMENDADOR GOMES            | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 400,00     |
| MG | COMERCINHO                  | 2  | 0  | 0 | 0 | 2  | 1 | 20.600,00  |
| MG | CONCEIÇÃO DA APARECIDA      | 1  | 2  | 0 | 0 | 0  | 0 | 15.800,00  |
| MG | CONCEIÇÃO DA BARRA DE MINAS | 0  | 0  | 0 | 0 | 1  | 1 | 2.100,00   |
| MG | CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS       | 7  | 0  | 1 | 1 | 1  | 0 | 19.800,00  |
| MG | CONCEIÇÃO DAS PEDRAS        | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 11.000,00  |
| MG | CONCEIÇÃO DE IPANEMA        | 1  | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 3.900,00   |
| MG | CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO    | 1  | 2  | 0 | 0 | 1  | 1 | 4.500,00   |
| MG | CONCEIÇÃO DO PARA           | 1  | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 10.700,00  |
| MG | CONCEIÇÃO DO RIO VERDE      | 1  | 0  | 0 | 0 | 1  | 0 | 3.900,00   |
| MG | CONCEIÇÃO DOS OUROS         | 0  | 3  | 0 | 0 | 0  | 0 | 11.900,00  |
| MG | CONEGÓ MARINHO              | 3  | 0  | 0 | 0 | 1  | 1 | 9.700,00   |
| MG | CONGONHAL                   | 0  | 0  | 0 | 1 | 3  | 0 | 7.300,00   |
| MG | CONGONHAS                   | 11 | 1  | 1 | 1 | 3  | 0 | 76.300,00  |
| MG | CONGONHAS DO NORTE          | 1  | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 7.300,00   |
| MG | CONQUISTA                   | 1  | 0  | 0 | 1 | 0  | 0 | 7.800,00   |
| MG | CONSELHEIRO LAFAIETE        | 4  | 4  | 1 | 3 | 14 | 3 | 77.800,00  |
| MG | CONSELHEIRO PENA            | 2  | 3  | 0 | 3 | 0  | 1 | 38.500,00  |
| MG | CONSOLAÇÃO                  | 0  | 0  | 0 | 1 | 0  | 0 | 2.200,00   |
| MG | CONTAGEM                    | 13 | 48 | 0 | 6 | 28 | 8 | 167.100,00 |
| MG | COQUEIRAL                   | 2  | 0  | 0 | 1 | 0  | 1 | 6.700,00   |
| MG | CORAÇÃO DE JESUS            | 7  | 2  | 0 | 0 | 1  | 1 | 42.000,00  |
| MG | CORDISBURGO                 | 1  | 2  | 0 | 0 | 0  | 0 | 15.800,00  |
| MG | CORINTO                     | 2  | 5  | 1 | 0 | 0  | 0 | 35.400,00  |
| MG | COROACI                     | 4  | 0  | 1 | 0 | 1  | 0 | 45.500,00  |
| MG | COROMANDEL                  | 5  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 51.600,00  |
| MG | CORONEL FABRICIANO          | 0  | 15 | 0 | 0 | 5  | 2 | 42.800,00  |
| MG | CORONEL MURTA               | 3  | 0  | 0 | 0 | 1  | 1 | 8.900,00   |
| MG | CORONEL PACHECO             | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 2.200,00   |
| MG | CORONEL XAVIER CHAVES       | 0  | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 1.700,00   |
| MG | CORREGO DANTA               | 0  | 0  | 0 | 2 | 0  | 1 | 4.800,00   |
| MG | CORREGO DO BOM JESUS        | 0  | 0  | 0 | 0 | 2  | 0 | 3.400,00   |
| MG | CORREGO FUNDO               | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 14.600,00  |
| MG | CORREGO NOVO                | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 2.600,00   |
| MG | COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 15.000,00  |
| MG | CRISOLITA                   | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 10.200,00  |
| MG | CRISTAIS                    | 4  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 10.400,00  |
| MG | CRISTÁLIA                   | 1  | 0  | 0 | 1 | 1  | 1 | 6.000,00   |
| MG | CRISTIANO OTONI             | 1  | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 3.900,00   |
| MG | CRISTINA                    | 0  | 4  | 0 | 0 | 0  | 1 | 17.600,00  |
| MG | CRUCILÂNDIA                 | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 7.800,00   |
| MG | CRUZEIRO DA FORTALEZA       | 0  | 1  | 0 | 0 | 1  | 1 | 7.200,00   |
| MG | CRUZÍLIA                    | 6  | 0  | 1 | 0 | 0  | 0 | 40.200,00  |
| MG | CUPARAQUE                   | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 22.400,00  |
| MG | CURRAL DE DENTRO            | 2  | 1  | 0 | 0 | 1  | 1 | 19.100,00  |
| MG | CURVELO                     | 6  | 7  | 1 | 0 | 3  | 0 | 67.800,00  |
| MG | DATAS                       | 0  | 0  | 0 | 2 | 0  | 0 | 4.400,00   |
| MG | DELFIN MOREIRA              | 0  | 0  | 0 | 0 | 3  | 0 | 5.100,00   |
| MG | DELFINÓPOLIS                | 3  | 0  | 1 | 0 | 0  | 0 | 31.800,00  |
| MG | DELTA                       | 2  | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 16.300,00  |
| MG | DESCOBERTO                  | 0  | 0  | 0 | 2 | 0  | 0 | 4.400,00   |
| MG | DESTERRO DE ENTRE RIOS      | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 18.000,00  |
| MG | DESTERRO DO MELO            | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 11.400,00  |
| MG | DIAMANTINA                  | 0  | 10 | 0 | 0 | 4  | 0 | 44.200,00  |
| MG | DIOGO DE VASCONCELOS        | 1  | 1  | 0 | 0 | 0  | 1 | 9.700,00   |
| MG | DIVINESIA                   | 1  | 0  | 0 | 1 | 0  | 1 | 4.800,00   |
| MG | DIVINO                      | 3  | 0  | 1 | 1 | 1  | 0 | 21.300,00  |
| MG | DIVINO DAS LARANJEIRAS      | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 18.000,00  |
| MG | DIVINOLÂNDIA DE MINAS       | 1  | 0  | 0 | 0 | 1  | 1 | 7.700,00   |
| MG | DIVINÓPOLIS                 | 13 | 2  | 0 | 3 | 14 | 0 | 93.600,00  |
| MG | DIVISA ALEGRE               | 2  | 1  | 0 | 0 | 0  | 1 | 27.700,00  |
| MG | DIVISA NOVA                 | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 6.600,00   |
| MG | DIVISÓPOLIS                 | 3  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 14.000,00  |
| MG | DOM BOSCO                   | 1  | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 3.400,00   |
| MG | DOM CAVATI                  | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 4.800,00   |
| MG | DOM JOAQUIM                 | 1  | 0  | 0 | 1 | 0  | 1 | 9.200,00   |



|    |                           |    |    |   |    |    |   |            |
|----|---------------------------|----|----|---|----|----|---|------------|
| MG | DOM SILVÉRIO              | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 22.400,00  |
| MG | DOM VIÇOSO                | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 3.600,00   |
| MG | DONA EUSEBIA              | 2  | 1  | 1 | 0  | 0  | 0 | 20.100,00  |
| MG | DORES DE CAMPOS           | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 3.900,00   |
| MG | DORES DE GUANHÃES         | 2  | 0  | 0 | 0  | 1  | 1 | 14.300,00  |
| MG | DORES DO INDAIA           | 1  | 2  | 0 | 0  | 1  | 1 | 21.500,00  |
| MG | DORES DO TURVO            | 1  | 1  | 0 | 0  | 0  | 1 | 15.500,00  |
| MG | DORESÓPOLIS               | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 7.000,00   |
| MG | DOURADOQUARA              | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 6.000,00   |
| MG | DURANDE                   | 3  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 29.100,00  |
| MG | ELOI MENDES               | 3  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 19.500,00  |
| MG | ENGENHEIRO CALDAS         | 3  | 1  | 1 | 0  | 0  | 0 | 36.900,00  |
| MG | ENGENHEIRO NAVARRO        | 3  | 0  | 1 | 0  | 1  | 0 | 27.500,00  |
| MG | ENTRE FOLHAS              | 2  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 18.200,00  |
| MG | ENTRE RIOS DE MINAS       | 1  | 2  | 0 | 0  | 0  | 1 | 10.600,00  |
| MG | ERVÁLIA                   | 7  | 1  | 1 | 0  | 0  | 0 | 62.700,00  |
| MG | ESMERALDAS                | 3  | 2  | 0 | 0  | 5  | 1 | 18.600,00  |
| MG | ESPERA FELIZ              | 6  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 54.800,00  |
| MG | ESPINOSA                  | 7  | 3  | 1 | 0  | 1  | 0 | 53.700,00  |
| MG | ESPÍRITO SANTO DO DOURADO | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 11.000,00  |
| MG | ESTIVA                    | 1  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 10.700,00  |
| MG | ESTRELA DALVA             | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 6.600,00   |
| MG | ESTRELA DO INDAIA         | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 7.000,00   |
| MG | ESTRELA DO SUL            | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 12.600,00  |
| MG | EUGENÓPOLIS               | 4  | 0  | 1 | 1  | 0  | 0 | 47.000,00  |
| MG | EWBANK DA CÂMARA          | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 14.200,00  |
| MG | EXTREMA                   | 7  | 2  | 1 | 0  | 1  | 0 | 26.900,00  |
| MG | FAMA                      | 0  | 0  | 0 | 0  | 1  | 0 | 1.700,00   |
| MG | FARIA LEMOS               | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 5.600,00   |
| MG | FELÍCIO DOS SANTOS        | 2  | 0  | 0 | 1  | 0  | 1 | 10.400,00  |
| MG | FELISBURGO                | 3  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 30.600,00  |
| MG | FELIXLÂNDIA               | 2  | 0  | 1 | 0  | 3  | 0 | 11.300,00  |
| MG | FERNANDES TOURINHO        | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 2.200,00   |
| MG | FERROS                    | 1  | 2  | 0 | 1  | 0  | 1 | 25.400,00  |
| MG | FERVEDOURO                | 4  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 34.800,00  |
| MG | FLORESTAL                 | 0  | 0  | 0 | 1  | 1  | 0 | 3.900,00   |
| MG | FORMIGA                   | 6  | 0  | 0 | 10 | 1  | 3 | 57.900,00  |
| MG | FORMOSO                   | 0  | 0  | 0 | 1  | 2  | 0 | 5.600,00   |
| MG | FORTALEZA DE MINAS        | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 6.000,00   |
| MG | FORTUNA DE MINAS          | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 11.400,00  |
| MG | FRANCISCO BADARO          | 3  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 23.400,00  |
| MG | FRANCISCO DUMONT          | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 16.000,00  |
| MG | FRANCISCO SA              | 8  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 2.000,00   |
| MG | FRANCISCÓPOLIS            | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 16.000,00  |
| MG | FREI GASPAR               | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 4.800,00   |
| MG | FREI INOCÊNCIO            | 4  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 13.800,00  |
| MG | FREI LAGONEGRO            | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 6.000,00   |
| MG | FRONTEIRA                 | 3  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 6.600,00   |
| MG | FRONTEIRA DOS VALES       | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 4.100,00   |
| MG | FRUTA DE LEITE            | 2  | 1  | 0 | 0  | 0  | 1 | 14.000,00  |
| MG | FRUTAL                    | 4  | 1  | 0 | 3  | 1  | 0 | 18.800,00  |
| MG | FUNILÂNDIA                | 1  | 1  | 0 | 0  | 0  | 1 | 13.100,00  |
| MG | GALILEIA                  | 2  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 9.500,00   |
| MG | GAMELEIRAS                | 2  | 0  | 0 | 1  | 0  | 1 | 21.200,00  |
| MG | GLAUCILÂNDIA              | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 6.600,00   |
| MG | GOIABEIRA                 | 1  | 0  | 0 | 1  | 0  | 1 | 11.600,00  |
| MG | GOIANA                    | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 2.200,00   |
| MG | GONÇALVES                 | 0  | 1  | 0 | 0  | 1  | 0 | 6.800,00   |
| MG | GONZAGA                   | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 21.400,00  |
| MG | GOUVEIA                   | 5  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 22.800,00  |
| MG | GOVERNADOR VALADARES      | 41 | 0  | 4 | 8  | 10 | 4 | 462.900,00 |
| MG | GRÃO MOGOL                | 4  | 1  | 1 | 1  | 0  | 0 | 41.100,00  |
| MG | GRUPIARA                  | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 8.000,00   |
| MG | GUANHÃES                  | 5  | 1  | 1 | 3  | 0  | 0 | 26.100,00  |
| MG | GUAPE                     | 5  | 0  | 1 | 1  | 0  | 0 | 14.200,00  |
| MG | GUARACIABA                | 4  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 26.400,00  |
| MG | GUARACIAMA                | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 20.400,00  |
| MG | GUARANESIA                | 4  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 15.900,00  |
| MG | GUARANI                   | 2  | 1  | 1 | 0  | 0  | 0 | 19.100,00  |
| MG | GUARARA                   | 1  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 7.300,00   |
| MG | GUARDA-MOR                | 2  | 1  | 1 | 0  | 0  | 0 | 20.300,00  |
| MG | GUAXUPE                   | 3  | 0  | 0 | 1  | 0  | 0 | 13.200,00  |
| MG | GUIDOVAL                  | 3  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 22.800,00  |
| MG | GUIMARÂNIA                | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 8.200,00   |
| MG | GUIRICEMA                 | 2  | 0  | 1 | 1  | 0  | 0 | 15.200,00  |
| MG | GURINHATA                 | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 10.200,00  |
| MG | HELIODORA                 | 0  | 1  | 0 | 0  | 2  | 0 | 11.900,00  |
| MG | IAPU                      | 5  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 43.200,00  |
| MG | IBERTIOGA                 | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 13.600,00  |
| MG | IBIA                      | 4  | 0  | 1 | 1  | 1  | 0 | 13.700,00  |
| MG | IBIAÍ                     | 3  | 0  | 1 | 1  | 0  | 0 | 22.600,00  |
| MG | IBIRACATU                 | 3  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 16.000,00  |
| MG | IBIRACI                   | 0  | 3  | 0 | 0  | 1  | 0 | 10.200,00  |
| MG | IBIRITE                   | 5  | 36 | 1 | 0  | 1  | 4 | 265.500,00 |
| MG | IBITIÚRA DE MINAS         | 0  | 0  | 0 | 1  | 0  | 0 | 2.200,00   |
| MG | IBITURUNA                 | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 2.200,00   |
| MG | ICARAI DE MINAS           | 2  | 1  | 0 | 0  | 2  | 0 | 14.900,00  |
| MG | IGARAPE                   | 3  | 6  | 1 | 1  | 0  | 0 | 35.600,00  |
| MG | IGARATINGA                | 0  | 0  | 0 | 2  | 1  | 0 | 6.100,00   |
| MG | IGUATAMA                  | 2  | 1  | 0 | 0  | 0  | 1 | 21.300,00  |
| MG | ILICINEA                  | 4  | 1  | 0 | 0  | 0  | 1 | 44.700,00  |
| MG | IMBE DE MINAS             | 2  | 0  | 1 | 1  | 0  | 0 | 18.400,00  |
| MG | INCONFIDENTES             | 0  | 2  | 0 | 0  | 1  | 0 | 11.900,00  |
| MG | INDAIABIRA                | 3  | 0  | 1 | 0  | 1  | 0 | 13.100,00  |
| MG | INDIANÓPOLIS              | 1  | 0  | 0 | 0  | 2  | 1 | 6.000,00   |
| MG | INGAI                     | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 3.600,00   |
| MG | INHAPIM                   | 10 | 0  | 1 | 0  | 0  | 1 | 97.800,00  |
| MG | INHAUMA                   | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 20.400,00  |
| MG | INIMUTABA                 | 1  | 2  | 0 | 0  | 0  | 1 | 21.800,00  |
| MG | IPABA                     | 5  | 0  | 0 | 0  | 1  | 1 | 13.200,00  |
| MG | IPANEMA                   | 4  | 1  | 0 | 0  | 1  | 1 | 40.000,00  |
| MG | IPATINGA                  | 14 | 14 | 4 | 3  | 10 | 0 | 84.200,00  |
| MG | IPIACU                    | 1  | 0  | 0 | 0  | 1  | 0 | 3.900,00   |
| MG | IPUIUNA                   | 1  | 2  | 0 | 0  | 0  | 1 | 17.400,00  |
| MG | IRAI DE MINAS             | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 11.200,00  |
| MG | ITABIRA                   | 1  | 2  | 1 | 1  | 0  | 1 | 18.600,00  |
| MG | ITABIRINHA                | 4  | 0  | 0 | 1  | 0  | 1 | 33.000,00  |
| MG | ITABIRITO                 | 8  | 0  | 1 | 2  | 2  | 0 | 72.000,00  |



|    |                         |    |    |   |   |    |   |            |
|----|-------------------------|----|----|---|---|----|---|------------|
| MG | ITACAMBIRA              | 1  | 0  | 0 | 1 | 0  | 1 | 5.800,00   |
| MG | ITACARAMBI              | 6  | 1  | 1 | 0 | 0  | 0 | 17.900,00  |
| MG | ITAGUARA                | 4  | 0  | 0 | 1 | 0  | 0 | 20.700,00  |
| MG | ITAÍPE                  | 1  | 2  | 0 | 2 | 0  | 1 | 11.000,00  |
| MG | ITAJUBÁ                 | 0  | 12 | 0 | 0 | 3  | 0 | 100.300,00 |
| MG | ITAMARANDIBA            | 6  | 2  | 0 | 1 | 2  | 1 | 53.800,00  |
| MG | ITAMARATI DE MINAS      | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 10.400,00  |
| MG | ITAMBACURI              | 6  | 0  | 1 | 1 | 1  | 0 | 56.100,00  |
| MG | ITAMBÉ DO MATO DENTRO   | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 6.600,00   |
| MG | ITAMOGI                 | 1  | 3  | 1 | 0 | 0  | 0 | 25.900,00  |
| MG | ITAMONTE                | 6  | 0  | 1 | 0 | 0  | 0 | 38.600,00  |
| MG | ITANHANDU               | 4  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 25.400,00  |
| MG | ITANHOMI                | 3  | 1  | 0 | 0 | 0  | 1 | 40.100,00  |
| MG | ITAOBIM                 | 7  | 0  | 1 | 0 | 1  | 0 | 55.100,00  |
| MG | ITAPAGIPE               | 3  | 0  | 1 | 0 | 0  | 0 | 11.800,00  |
| MG | ITAPECERICA             | 0  | 0  | 0 | 3 | 2  | 0 | 10.000,00  |
| MG | ITAPEVA                 | 0  | 3  | 0 | 0 | 0  | 0 | 15.300,00  |
| MG | ITATIAIUCU              | 2  | 0  | 0 | 2 | 1  | 1 | 27.700,00  |
| MG | ITAU DE MINAS           | 1  | 4  | 1 | 0 | 0  | 0 | 27.600,00  |
| MG | ITAÚNA                  | 0  | 3  | 0 | 0 | 0  | 0 | 8.500,00   |
| MG | ITAVERAVA               | 2  | 0  | 0 | 0 | 1  | 1 | 17.700,00  |
| MG | ITINGA                  | 4  | 0  | 0 | 0 | 1  | 0 | 27.500,00  |
| MG | ITUETA                  | 1  | 0  | 0 | 0 | 1  | 1 | 4.300,00   |
| MG | ITUIUTABA               | 5  | 5  | 1 | 1 | 0  | 0 | 22.700,00  |
| MG | ITUMIRIM                | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 21.000,00  |
| MG | ITURAMA                 | 4  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 8.800,00   |
| MG | ITUTINGA                | 1  | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 15.100,00  |
| MG | JABOTICATUBAS           | 1  | 1  | 0 | 2 | 0  | 1 | 16.700,00  |
| MG | JACINTO                 | 5  | 0  | 1 | 1 | 0  | 0 | 57.800,00  |
| MG | JACUI                   | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 17.000,00  |
| MG | JACUTINGA               | 0  | 4  | 0 | 0 | 0  | 0 | 13.600,00  |
| MG | JAGUARAÇU               | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 2.600,00   |
| MG | JAIBA                   | 8  | 4  | 1 | 0 | 0  | 1 | 41.100,00  |
| MG | JAMPRUCA                | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 17.600,00  |
| MG | JANAÚBA                 | 22 | 0  | 2 | 0 | 1  | 0 | 203.900,00 |
| MG | JANUÁRIA                | 1  | 3  | 0 | 0 | 12 | 0 | 31.100,00  |
| MG | JAPARAIBA               | 1  | 0  | 0 | 0 | 1  | 0 | 4.900,00   |
| MG | JAPONVAR                | 4  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 16.200,00  |
| MG | JECEABA                 | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 2.600,00   |
| MG | JENIPAPO DE MINAS       | 3  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 12.500,00  |
| MG | JEQUERI                 | 5  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 46.200,00  |
| MG | JEQUITAI                | 3  | 0  | 1 | 0 | 0  | 0 | 10.600,00  |
| MG | JEQUITIBA               | 2  | 0  | 0 | 0 | 1  | 1 | 17.700,00  |
| MG | JEQUITINHONHA           | 8  | 0  | 1 | 0 | 1  | 0 | 84.300,00  |
| MG | JESUÂNIA                | 1  | 0  | 0 | 1 | 0  | 1 | 8.200,00   |
| MG | JOAIMA                  | 5  | 0  | 1 | 0 | 0  | 0 | 48.600,00  |
| MG | JOANESIA                | 2  | 1  | 0 | 0 | 0  | 1 | 13.500,00  |
| MG | JOÃO MONLEVADE          | 0  | 9  | 0 | 1 | 2  | 0 | 20.900,00  |
| MG | JOÃO PINHEIRO           | 6  | 1  | 1 | 0 | 3  | 0 | 46.800,00  |
| MG | JOAQUIM FELICIO         | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 7.800,00   |
| MG | JORDÂNIA                | 3  | 0  | 1 | 1 | 0  | 0 | 27.000,00  |
| MG | JOSÉ GONÇALVES DE MINAS | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 11.200,00  |
| MG | JOSÉ RAYDAN             | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 4.800,00   |
| MG | JOSENOPOLIS             | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 15.600,00  |
| MG | JUATUBA                 | 6  | 2  | 1 | 0 | 2  | 0 | 54.600,00  |
| MG | JUIZ DE FORA            | 0  | 25 | 0 | 0 | 59 | 0 | 156.400,00 |
| MG | JURAMENTO               | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 13.600,00  |
| MG | JURUAIA                 | 2  | 2  | 1 | 0 | 0  | 0 | 29.800,00  |
| MG | JUVENILIA               | 2  | 0  | 0 | 0 | 1  | 1 | 10.900,00  |
| MG | LADAINHA                | 4  | 2  | 0 | 0 | 0  | 1 | 23.000,00  |
| MG | LAGAMAR                 | 1  | 1  | 0 | 0 | 1  | 1 | 10.400,00  |
| MG | LAGOA DA PRATA          | 0  | 0  | 0 | 4 | 6  | 1 | 20.000,00  |
| MG | LAGOA DOS PATOS         | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 4.400,00   |
| MG | LAGOA DOURADA           | 2  | 1  | 0 | 0 | 0  | 1 | 20.300,00  |
| MG | LAGOA FORMOSA           | 6  | 0  | 1 | 1 | 1  | 0 | 30.300,00  |
| MG | LAGOA GRANDE            | 2  | 0  | 0 | 0 | 1  | 1 | 20.100,00  |
| MG | LAGOA SANTA             | 14 | 3  | 2 | 0 | 0  | 0 | 59.900,00  |
| MG | LAJINHA                 | 6  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 13.200,00  |
| MG | LAMBARI                 | 2  | 1  | 0 | 0 | 3  | 1 | 11.800,00  |
| MG | LAMIM                   | 1  | 0  | 0 | 1 | 0  | 1 | 5.800,00   |
| MG | LARANJAL                | 3  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 7.200,00   |
| MG | LASSANCE                | 3  | 0  | 1 | 0 | 0  | 0 | 29.400,00  |
| MG | LAVRAS                  | 17 | 0  | 1 | 0 | 0  | 0 | 80.200,00  |
| MG | LEANDRO FERREIRA        | 0  | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 1.700,00   |
| MG | LEME DO PRADO           | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 18.600,00  |
| MG | LEOPOLDINA              | 10 | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 42.400,00  |
| MG | LIBERDADE               | 0  | 2  | 0 | 0 | 0  | 1 | 7.200,00   |
| MG | LIMA DUARTE             | 2  | 2  | 0 | 1 | 1  | 0 | 27.300,00  |
| MG | LIMEIRA DO OESTE        | 1  | 0  | 0 | 1 | 0  | 0 | 4.400,00   |
| MG | LONTRA                  | 3  | 0  | 0 | 0 | 1  | 1 | 22.100,00  |
| MG | LUISBURGO               | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 13.600,00  |
| MG | LUISLÂNDIA              | 0  | 0  | 0 | 2 | 1  | 0 | 6.100,00   |
| MG | LUMINARIAS              | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 3.200,00   |
| MG | LUZ                     | 4  | 0  | 0 | 1 | 0  | 0 | 12.000,00  |
| MG | MACHACALIS              | 3  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 14.000,00  |
| MG | MACHADO                 | 1  | 4  | 0 | 0 | 0  | 0 | 9.000,00   |
| MG | MADRE DE DEUS DE MINAS  | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 4.800,00   |
| MG | MALACACHETA             | 6  | 0  | 1 | 0 | 0  | 0 | 17.700,00  |
| MG | MAMONAS                 | 3  | 0  | 1 | 0 | 0  | 0 | 20.600,00  |
| MG | MANGA                   | 3  | 2  | 0 | 1 | 2  | 1 | 40.000,00  |
| MG | MANHUAÇU                | 8  | 11 | 2 | 0 | 0  | 0 | 113.300,00 |
| MG | MANHUMIRIM              | 5  | 1  | 0 | 0 | 1  | 1 | 18.800,00  |
| MG | MANTENA                 | 8  | 0  | 1 | 0 | 0  | 0 | 21.500,00  |
| MG | MAR DE ESPANHA          | 2  | 1  | 0 | 0 | 2  | 0 | 9.500,00   |
| MG | MARAVILHAS              | 2  | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 20.700,00  |
| MG | MARIA DA FE             | 0  | 6  | 0 | 0 | 0  | 0 | 30.600,00  |
| MG | MARIANA                 | 0  | 0  | 0 | 0 | 13 | 0 | 22.100,00  |
| MG | MARILAC                 | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 4.300,00   |
| MG | MÁRIO CAMPOS            | 0  | 0  | 0 | 1 | 2  | 0 | 5.600,00   |
| MG | MARIPÁ DE MINAS         | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 4.200,00   |
| MG | MARLIERIA               | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 4.300,00   |
| MG | MARMELOPOLIS            | 0  | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 1.700,00   |
| MG | MARTINHO CAMPOS         | 5  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 33.000,00  |
| MG | MARTINS SOARES          | 2  | 1  | 0 | 0 | 1  | 1 | 28.800,00  |
| MG | MATA VERDE              | 2  | 1  | 0 | 0 | 0  | 1 | 6.700,00   |
| MG | MATERLÂNDIA             | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 12.200,00  |
| MG | MATEUS LEME             | 6  | 2  | 1 | 1 | 0  | 0 | 47.600,00  |
| MG | MATHIAS LOBATO          | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 3.600,00   |



|    |                         |    |    |   |    |    |   |            |
|----|-------------------------|----|----|---|----|----|---|------------|
| MG | MATIAS BARBOSA          | 2  | 2  | 0 | 0  | 0  | 0 | 20.000,00  |
| MG | MATIAS CARDOSO          | 4  | 1  | 1 | 0  | 0  | 0 | 48.700,00  |
| MG | MATIPÓ                  | 4  | 0  | 0 | 2  | 0  | 0 | 33.200,00  |
| MG | MATO VERDE              | 5  | 0  | 1 | 0  | 1  | 0 | 44.100,00  |
| MG | MATOZINHOS              | 0  | 7  | 1 | 0  | 3  | 0 | 18.000,00  |
| MG | MATUTINA                | 1  | 0  | 0 | 0  | 1  | 1 | 4.300,00   |
| MG | MEDEIROS                | 0  | 0  | 0 | 1  | 1  | 1 | 4.300,00   |
| MG | MEDINA                  | 7  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 31.600,00  |
| MG | MENDES PIMENTEL         | 2  | 0  | 0 | 1  | 0  | 1 | 12.600,00  |
| MG | MERCÊS                  | 2  | 1  | 1 | 0  | 1  | 0 | 13.800,00  |
| MG | MESQUITA                | 2  | 0  | 0 | 0  | 1  | 1 | 12.500,00  |
| MG | MINAS NOVAS             | 8  | 0  | 1 | 1  | 1  | 0 | 39.600,00  |
| MG | MINDURI                 | 0  | 0  | 0 | 1  | 1  | 0 | 3.900,00   |
| MG | MIRABELA                | 0  | 5  | 1 | 0  | 2  | 0 | 23.100,00  |
| MG | MIRADOURO               | 4  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 38.600,00  |
| MG | MIRAI                   | 5  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 30.600,00  |
| MG | MIRAVÂNIA               | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 9.200,00   |
| MG | MOEDA                   | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 8.800,00   |
| MG | MOEMA                   | 2  | 0  | 0 | 1  | 0  | 0 | 6.100,00   |
| MG | MONJOLOS                | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 11.400,00  |
| MG | MONSENHOR PAULO         | 0  | 2  | 0 | 0  | 1  | 0 | 5.100,00   |
| MG | MONTALVÂNIA             | 1  | 5  | 1 | 0  | 0  | 0 | 32.700,00  |
| MG | MONTE ALEGRE DE MINAS   | 5  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 51.600,00  |
| MG | MONTE AZUL              | 8  | 0  | 1 | 0  | 3  | 0 | 40.800,00  |
| MG | MONTE BELO              | 0  | 0  | 0 | 0  | 1  | 0 | 1.700,00   |
| MG | MONTE CARMELO           | 3  | 5  | 1 | 2  | 1  | 1 | 36.800,00  |
| MG | MONTE FORMOSO           | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 7.800,00   |
| MG | MONTE SANTO DE MINAS    | 8  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 47.100,00  |
| MG | MONTE SIAO              | 1  | 3  | 0 | 0  | 1  | 0 | 15.800,00  |
| MG | Montes Claros           | 65 | 10 | 0 | 13 | 35 | 0 | 656.400,00 |
| MG | MONTEZUMA               | 3  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 7.700,00   |
| MG | MORADA NOVA DE MINAS    | 1  | 2  | 0 | 0  | 0  | 1 | 27.600,00  |
| MG | MORRO DA GARÇA          | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 10.400,00  |
| MG | MORRO DO PILAR          | 0  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 0,00       |
| MG | MUNHOZ                  | 0  | 1  | 0 | 0  | 2  | 0 | 5.100,00   |
| MG | MURIAE                  | 30 | 0  | 3 | 1  | 0  | 3 | 210.200,00 |
| MG | MUTUM                   | 10 | 0  | 1 | 0  | 0  | 1 | 91.300,00  |
| MG | MUZAMBINHO              | 0  | 5  | 0 | 0  | 0  | 0 | 8.500,00   |
| MG | NACIP RAYDAN            | 1  | 0  | 0 | 0  | 1  | 0 | 8.300,00   |
| MG | NANUQUE                 | 3  | 7  | 1 | 0  | 1  | 0 | 37.200,00  |
| MG | NAQUE                   | 2  | 1  | 0 | 0  | 0  | 1 | 10.100,00  |
| MG | NATALÂNDIA              | 1  | 0  | 0 | 0  | 1  | 0 | 10.700,00  |
| MG | NATERCIA                | 1  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 12.700,00  |
| MG | NAZARENO                | 0  | 0  | 0 | 2  | 1  | 0 | 6.100,00   |
| MG | NEPOMUCENO              | 3  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 15.100,00  |
| MG | NINHEIRA                | 5  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 47.200,00  |
| MG | NOVA BELÉM              | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 4.300,00   |
| MG | NOVA ERA                | 1  | 1  | 0 | 0  | 1  | 0 | 9.000,00   |
| MG | NOVA LIMA               | 0  | 12 | 1 | 0  | 7  | 0 | 44.100,00  |
| MG | NOVA MODICA             | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 6.800,00   |
| MG | NOVA PONTE              | 3  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 10.600,00  |
| MG | NOVA PORTEIRINHA        | 1  | 0  | 0 | 2  | 1  | 1 | 8.900,00   |
| MG | NOVA RESENDE            | 0  | 3  | 1 | 1  | 1  | 0 | 10.000,00  |
| MG | NOVA SERRANA            | 5  | 9  | 0 | 2  | 1  | 3 | 42.700,00  |
| MG | NOVA UNIAO              | 1  | 1  | 0 | 0  | 0  | 1 | 4.300,00   |
| MG | NOVO CRUZEIRO           | 4  | 2  | 1 | 1  | 0  | 0 | 36.000,00  |
| MG | NOVO ORIENTE DE MINAS   | 2  | 2  | 1 | 0  | 1  | 0 | 19.100,00  |
| MG | NOVORIZONTE             | 2  | 0  | 0 | 1  | 0  | 1 | 13.300,00  |
| MG | OLARIA                  | 0  | 0  | 0 | 1  | 0  | 0 | 2.200,00   |
| MG | OLHOS-D'ÁGUA            | 1  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 3.900,00   |
| MG | OLÍMPIO NORONHA         | 1  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 12.600,00  |
| MG | OLIVEIRA                | 11 | 0  | 1 | 1  | 0  | 1 | 55.400,00  |
| MG | OLIVEIRA FORTES         | 0  | 0  | 0 | 1  | 0  | 0 | 2.200,00   |
| MG | ONÇA DE PITANGUI        | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 11.400,00  |
| MG | ORÁTORIOS               | 1  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 12.700,00  |
| MG | ORIZANIA                | 1  | 0  | 0 | 1  | 1  | 1 | 14.500,00  |
| MG | OURO BRANCO             | 2  | 8  | 0 | 0  | 0  | 1 | 19.000,00  |
| MG | OURO FINO               | 0  | 3  | 0 | 0  | 1  | 0 | 17.000,00  |
| MG | OURO PRETO              | 5  | 15 | 2 | 0  | 0  | 0 | 74.800,00  |
| MG | OURO VERDE DE MINAS     | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 4.400,00   |
| MG | PADRE CARVALHO          | 1  | 1  | 0 | 0  | 1  | 0 | 5.600,00   |
| MG | PADRE PARAÍSO           | 6  | 0  | 0 | 1  | 0  | 0 | 31.600,00  |
| MG | PAI PEDRO               | 2  | 0  | 0 | 0  | 1  | 1 | 16.500,00  |
| MG | PAINEIRAS               | 1  | 1  | 0 | 0  | 0  | 1 | 3.800,00   |
| MG | PAINS                   | 3  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 8.200,00   |
| MG | PAIVA                   | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 2.200,00   |
| MG | PALMA                   | 3  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 24.800,00  |
| MG | PALMÓPOLIS              | 3  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 27.200,00  |
| MG | PAPAGAIOS               | 1  | 0  | 0 | 2  | 0  | 1 | 16.000,00  |
| MG | PARÁ DE MINAS           | 12 | 5  | 0 | 2  | 3  | 2 | 143.400,00 |
| MG | PARACATU                | 0  | 13 | 0 | 1  | 1  | 0 | 80.400,00  |
| MG | PARAGUACU               | 1  | 3  | 0 | 1  | 0  | 0 | 12.900,00  |
| MG | PARAISÓPOLIS            | 2  | 2  | 0 | 0  | 1  | 0 | 23.100,00  |
| MG | PARAOPEBA               | 0  | 4  | 0 | 0  | 0  | 0 | 27.200,00  |
| MG | PASSA QUATRO            | 4  | 2  | 1 | 0  | 0  | 0 | 33.800,00  |
| MG | PASSA TEMPO             | 0  | 0  | 0 | 1  | 2  | 1 | 6.200,00   |
| MG | PASSABEM                | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 2.200,00   |
| MG | PASSA-VINTE             | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 6.600,00   |
| MG | PASSOS                  | 0  | 17 | 2 | 0  | 2  | 0 | 47.100,00  |
| MG | PATIS                   | 1  | 0  | 0 | 1  | 0  | 1 | 12.600,00  |
| MG | PATOS DE MINAS          | 12 | 18 | 3 | 0  | 7  | 0 | 175.200,00 |
| MG | PATROCÍNIO              | 11 | 7  | 1 | 0  | 0  | 1 | 65.300,00  |
| MG | PATROCÍNIO DO MURIAÉ    | 2  | 0  | 0 | 0  | 1  | 1 | 15.300,00  |
| MG | PAULA CÂNDIDO           | 4  | 0  | 1 | 0  | 1  | 0 | 33.900,00  |
| MG | PAULISTAS               | 1  | 0  | 0 | 0  | 1  | 1 | 8.700,00   |
| MG | PAVÃO                   | 3  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 10.400,00  |
| MG | PECANHA                 | 3  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 5.500,00   |
| MG | PEDRA AZUL              | 7  | 1  | 0 | 0  | 0  | 1 | 52.300,00  |
| MG | PEDRA BONITA            | 3  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 7.200,00   |
| MG | PEDRA DO ANTA           | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 18.000,00  |
| MG | PEDRA DO INDAÍÁ         | 0  | 0  | 0 | 0  | 2  | 0 | 3.400,00   |
| MG | PEDRA DOURADA           | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 10.400,00  |
| MG | PEDRALVA                | 0  | 4  | 1 | 0  | 0  | 0 | 20.000,00  |
| MG | PEDRAS DE MARIA DA CRUZ | 3  | 1  | 0 | 1  | 0  | 1 | 14.100,00  |
| MG | PEDRINÓPOLIS            | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 6.000,00   |
| MG | PEDRO LEOPOLDO          | 2  | 12 | 0 | 0  | 0  | 1 | 42.800,00  |
| MG | PEDRO TEIXEIRA          | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 4.200,00   |
| MG | PEQUERI                 | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 2.200,00   |



|    |                              |    |    |   |   |    |   |            |
|----|------------------------------|----|----|---|---|----|---|------------|
| MG | PEQUI                        | 0  | 0  | 0 | 1 | 1  | 0 | 3.900,00   |
| MG | PERDIGÃO                     | 0  | 3  | 0 | 0 | 0  | 0 | 5.100,00   |
| MG | PERDIZES                     | 4  | 0  | 1 | 1 | 0  | 0 | 32.000,00  |
| MG | PERDOES                      | 1  | 5  | 0 | 0 | 0  | 0 | 18.500,00  |
| MG | PERIQUITO                    | 2  | 0  | 1 | 1 | 0  | 0 | 18.400,00  |
| MG | PESCADOR                     | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 10.200,00  |
| MG | PIAU                         | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 3.200,00   |
| MG | PIEDADE DE CARATINGA         | 3  | 0  | 0 | 1 | 0  | 1 | 22.600,00  |
| MG | PIEDADE DE PONTE NOVA        | 0  | 0  | 0 | 2 | 0  | 0 | 4.400,00   |
| MG | PIEDADE DO RIO GRANDE        | 0  | 0  | 0 | 0 | 1  | 1 | 4.800,00   |
| MG | PIEDADE DOS GERAIS           | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 13.200,00  |
| MG | PIMENTA                      | 2  | 1  | 0 | 0 | 0  | 1 | 11.100,00  |
| MG | PINGO-D'ÁGUA                 | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 14.600,00  |
| MG | PINTOPOLIS                   | 2  | 0  | 0 | 0 | 1  | 0 | 14.900,00  |
| MG | PIRACEMA                     | 2  | 0  | 0 | 1 | 0  | 0 | 6.600,00   |
| MG | PIRAJUBA                     | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 6.000,00   |
| MG | PIRANGA                      | 6  | 0  | 1 | 1 | 0  | 0 | 17.900,00  |
| MG | PIRANGUCU                    | 0  | 1  | 0 | 0 | 1  | 0 | 3.400,00   |
| MG | PIRANGUINHO                  | 0  | 3  | 1 | 0 | 0  | 0 | 28.500,00  |
| MG | PIRAPETINGA                  | 3  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 32.000,00  |
| MG | PIRAPORA                     | 6  | 7  | 1 | 0 | 2  | 0 | 71.000,00  |
| MG | PIRAUBA                      | 3  | 0  | 1 | 0 | 1  | 0 | 21.300,00  |
| MG | PITANGUI                     | 4  | 2  | 0 | 0 | 0  | 1 | 36.400,00  |
| MG | PIUMHI                       | 10 | 0  | 0 | 0 | 0  | 2 | 77.800,00  |
| MG | PLANURA                      | 2  | 1  | 1 | 0 | 0  | 0 | 19.100,00  |
| MG | POCO FUNDO                   | 1  | 4  | 1 | 0 | 0  | 0 | 35.800,00  |
| MG | POÇOS DE CALDAS              | 5  | 20 | 3 | 0 | 7  | 0 | 177.700,00 |
| MG | POCRANE                      | 2  | 1  | 0 | 0 | 0  | 1 | 6.700,00   |
| MG | POMPEU                       | 5  | 4  | 1 | 0 | 0  | 0 | 69.600,00  |
| MG | PONTE NOVA                   | 13 | 0  | 1 | 0 | 0  | 1 | 93.200,00  |
| MG | PONTO CHIQUE                 | 1  | 1  | 0 | 0 | 0  | 1 | 4.300,00   |
| MG | PONTO DOS VOLANTES           | 5  | 0  | 1 | 0 | 0  | 0 | 56.000,00  |
| MG | PORTEIRINHA                  | 13 | 0  | 1 | 0 | 4  | 0 | 79.800,00  |
| MG | PORTO FIRME                  | 2  | 0  | 0 | 2 | 0  | 1 | 26.000,00  |
| MG | POTE                         | 5  | 1  | 0 | 0 | 0  | 1 | 17.100,00  |
| MG | POUSO ALEGRE                 | 0  | 21 | 0 | 0 | 2  | 0 | 124.100,00 |
| MG | POUSO ALTO                   | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 4.800,00   |
| MG | PRADOS                       | 0  | 3  | 0 | 0 | 0  | 1 | 9.100,00   |
| MG | PRATA                        | 5  | 0  | 0 | 0 | 1  | 0 | 45.900,00  |
| MG | PRATÁPOLIS                   | 3  | 1  | 1 | 0 | 0  | 0 | 19.100,00  |
| MG | PRATINHA                     | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 10.400,00  |
| MG | PRESIDENTE BERNARDES         | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 4.800,00   |
| MG | PRESIDENTE JUSCELINO         | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 20.400,00  |
| MG | PRESIDENTE KUBITSCHEK        | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 10.000,00  |
| MG | PRESIDENTE OLEGÁRIO          | 4  | 1  | 1 | 0 | 1  | 0 | 22.300,00  |
| MG | PRUDENTE DE MORAIS           | 0  | 3  | 0 | 0 | 0  | 1 | 12.500,00  |
| MG | QUARTEL GERAL                | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 1.700,00   |
| MG | QUELUZITO                    | 0  | 1  | 0 | 0 | 0  | 1 | 2.100,00   |
| MG | RAPOSOS                      | 0  | 2  | 0 | 0 | 0  | 0 | 3.400,00   |
| MG | RAUL SOARES                  | 7  | 0  | 0 | 2 | 0  | 0 | 45.200,00  |
| MG | RECREIO                      | 3  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 15.600,00  |
| MG | REDUTO                       | 0  | 0  | 0 | 1 | 1  | 0 | 3.900,00   |
| MG | RESENDE COSTA                | 0  | 1  | 0 | 0 | 1  | 1 | 7.200,00   |
| MG | RESPLENDOR                   | 3  | 1  | 0 | 0 | 0  | 1 | 41.100,00  |
| MG | RESSAQUINHA                  | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 3.800,00   |
| MG | RIACHINHO                    | 0  | 1  | 0 | 2 | 1  | 0 | 7.800,00   |
| MG | RIACHO DOS MACHADOS          | 4  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 8.900,00   |
| MG | RIBEIRÃO DAS NEVES           | 4  | 26 | 0 | 2 | 21 | 3 | 154.900,00 |
| MG | RIBEIRÃO VERMELHO            | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 5.600,00   |
| MG | RIO ACIMA                    | 0  | 3  | 0 | 0 | 0  | 0 | 5.100,00   |
| MG | RIO CASCA                    | 3  | 1  | 0 | 0 | 1  | 0 | 30.400,00  |
| MG | RIO DO PRADO                 | 2  | 0  | 0 | 0 | 1  | 1 | 24.100,00  |
| MG | RIO DOCE                     | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 11.000,00  |
| MG | RIO ESPERA                   | 2  | 1  | 0 | 0 | 0  | 1 | 27.100,00  |
| MG | RIO MANSO                    | 1  | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 11.700,00  |
| MG | RIO NOVO                     | 2  | 0  | 0 | 1 | 0  | 0 | 5.900,00   |
| MG | RIO PARANAÍBA                | 1  | 2  | 1 | 0 | 1  | 0 | 9.800,00   |
| MG | RIO PARDO DE MINAS           | 10 | 0  | 1 | 0 | 0  | 0 | 72.800,00  |
| MG | RIO PIRACICABA               | 3  | 0  | 0 | 0 | 1  | 0 | 16.100,00  |
| MG | RIO POMBA                    | 3  | 0  | 1 | 0 | 1  | 0 | 21.300,00  |
| MG | RIO PRETO                    | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 4.400,00   |
| MG | RIO VERMELHO                 | 3  | 1  | 0 | 0 | 0  | 1 | 19.000,00  |
| MG | RITAPOLIS                    | 0  | 0  | 0 | 0 | 2  | 0 | 3.400,00   |
| MG | ROCHEDO DE MINAS             | 0  | 0  | 0 | 1 | 0  | 1 | 2.600,00   |
| MG | RODEIRO                      | 2  | 0  | 0 | 1 | 0  | 1 | 11.600,00  |
| MG | ROMARIA                      | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 6.600,00   |
| MG | ROSÁRIO DA LIMEIRA           | 1  | 1  | 0 | 0 | 0  | 1 | 16.500,00  |
| MG | RUBELITA                     | 3  | 0  | 1 | 1 | 0  | 0 | 17.600,00  |
| MG | RUBIM                        | 3  | 0  | 1 | 1 | 0  | 0 | 37.000,00  |
| MG | SABARÁ                       | 1  | 6  | 0 | 0 | 0  | 1 | 13.400,00  |
| MG | SABINÓPOLIS                  | 2  | 4  | 0 | 0 | 0  | 1 | 37.000,00  |
| MG | SACRAMENTO                   | 6  | 0  | 1 | 0 | 0  | 0 | 19.200,00  |
| MG | SALINAS                      | 6  | 7  | 1 | 0 | 0  | 0 | 55.300,00  |
| MG | SALTO DA DIVISA              | 2  | 1  | 0 | 0 | 0  | 1 | 24.300,00  |
| MG | SANTA BÁRBARA                | 6  | 3  | 0 | 1 | 1  | 1 | 65.200,00  |
| MG | SANTA BÁRBARA DO LESTE       | 2  | 1  | 0 | 0 | 0  | 1 | 18.900,00  |
| MG | SANTA BÁRBARA DO MONTE VERDE | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 2.200,00   |
| MG | SANTA BÁRBARA DO TUGURIO     | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 9.200,00   |
| MG | SANTA CRUZ DE MINAS          | 0  | 0  | 0 | 0 | 2  | 0 | 3.400,00   |
| MG | SANTA CRUZ DE SALINAS        | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 11.100,00  |
| MG | SANTA CRUZ DO ESCALVADO      | 1  | 0  | 0 | 1 | 0  | 1 | 8.200,00   |
| MG | SANTA EFIGENIA DE MINAS      | 1  | 1  | 0 | 0 | 0  | 1 | 15.500,00  |
| MG | SANTA FE DE MINAS            | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 9.200,00   |
| MG | SANTA HELENA DE MINAS        | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 7.800,00   |
| MG | SANTA JULIANA                | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 2.700,00   |
| MG | SANTA LUZIA                  | 0  | 20 | 0 | 0 | 20 | 0 | 62.900,00  |
| MG | SANTA MARGARIDA              | 5  | 0  | 1 | 0 | 1  | 0 | 24.100,00  |
| MG | SANTA MARIA DE ITABIRA       | 1  | 1  | 0 | 1 | 0  | 0 | 12.900,00  |
| MG | SANTA MARIA DO SALTO         | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 12.600,00  |
| MG | SANTA MARIA DO SUAÇUI        | 1  | 0  | 0 | 0 | 1  | 1 | 7.700,00   |
| MG | SANTA RITA DE CALDAS         | 3  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 31.000,00  |
| MG | SANTA RITA DE IBITIPOCA      | 1  | 0  | 0 | 1 | 0  | 1 | 8.200,00   |
| MG | SANTA RITA DE JACUTINGA      | 0  | 0  | 0 | 1 | 0  | 0 | 2.200,00   |
| MG | SANTA RITA DE MINAS          | 1  | 0  | 0 | 2 | 0  | 1 | 13.800,00  |
| MG | SANTA RITA DO ITUETO         | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 19.400,00  |
| MG | SANTA RITA DO SAPUCAÍ        | 0  | 0  | 0 | 3 | 5  | 0 | 15.100,00  |
| MG | SANTA ROSA DA SERRA          | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 2.600,00   |
| MG | SANTA VITORIA                | 5  | 0  | 1 | 0 | 1  | 0 | 35.900,00  |
| MG | SANTANA DA VARGEM            | 2  | 0  | 0 | 1 | 0  | 1 | 18.000,00  |
| MG | SANTANA DE CATAGUASES        | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 12.200,00  |
| MG | SANTANA DE PIRAPAMA          | 1  | 2  | 0 | 0 | 1  | 1 | 21.500,00  |
| MG | SANTANA DO DESERTO           | 1  | 0  | 0 | 0 | 1  | 0 | 3.900,00   |
| MG | SANTANA DO GARAMBÉU          | 0  | 0  | 0 | 1 | 0  | 1 | 2.600,00   |
| MG | SANTANA DO JACARÉ            | 1  | 1  | 0 | 0 | 0  | 1 | 13.100,00  |



|    |                                |    |    |   |   |    |   |            |
|----|--------------------------------|----|----|---|---|----|---|------------|
| MG | SANTANA DO MANHUAÇU            | 2  | 0  | 1 | 1 | 0  | 0 | 17.400,00  |
| MG | SANTANA DO PARAÍSO             | 4  | 1  | 0 | 1 | 4  | 1 | 41.500,00  |
| MG | SANTANA DO RIACHO              | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 13.600,00  |
| MG | SANTANA DOS MONTES             | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 2.600,00   |
| MG | SANTO ANTONIO DO AMPARO        | 4  | 2  | 0 | 0 | 0  | 1 | 46.800,00  |
| MG | SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO   | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 6.000,00   |
| MG | SANTO ANTONIO DO GRAMA         | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 21.000,00  |
| MG | SANTO ANTONIO DO ITAMBE        | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 11.200,00  |
| MG | SANTO ANTONIO DO JACINTO       | 4  | 0  | 0 | 1 | 0  | 1 | 35.400,00  |
| MG | SANTO ANTONIO DO MONTE         | 8  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 22.600,00  |
| MG | SANTO ANTONIO DO RETIRO        | 3  | 0  | 1 | 0 | 1  | 0 | 26.200,00  |
| MG | SANTO ANTONIO DO RIO ABAIXO    | 0  | 0  | 0 | 1 | 0  | 0 | 2.200,00   |
| MG | SANTO HIPOLITO                 | 1  | 1  | 0 | 0 | 0  | 1 | 12.100,00  |
| MG | SANTOS DUMONT                  | 0  | 8  | 0 | 0 | 5  | 0 | 22.100,00  |
| MG | SÃO BENTO ABADE                | 1  | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 3.400,00   |
| MG | SÃO BRAS DO SUAÇUI             | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 10.000,00  |
| MG | SÃO DOMINGOS DAS DORES         | 1  | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 7.300,00   |
| MG | SÃO DOMINGOS DO PRATA          | 3  | 3  | 1 | 0 | 0  | 0 | 50.700,00  |
| MG | SÃO FELIX DE MINAS             | 1  | 0  | 1 | 1 | 0  | 0 | 16.200,00  |
| MG | SÃO FRANCISCO                  | 8  | 3  | 1 | 0 | 4  | 0 | 30.500,00  |
| MG | SÃO FRANCISCO DE PAULA         | 3  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 10.200,00  |
| MG | SÃO FRANCISCO DE SALES         | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 2.200,00   |
| MG | SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA        | 1  | 0  | 0 | 1 | 0  | 1 | 12.600,00  |
| MG | SÃO GERALDO                    | 3  | 0  | 1 | 0 | 1  | 0 | 26.500,00  |
| MG | SÃO GERALDO DA PIEDADE         | 1  | 1  | 0 | 0 | 0  | 1 | 15.500,00  |
| MG | SÃO GERALDO DO BAIXIO          | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 10.400,00  |
| MG | SÃO GONÇALO DO ABAETÉ          | 0  | 1  | 0 | 1 | 0  | 0 | 7.300,00   |
| MG | SÃO GONÇALO DO PARA            | 2  | 2  | 0 | 0 | 0  | 0 | 7.800,00   |
| MG | SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO      | 2  | 0  | 0 | 2 | 1  | 0 | 28.100,00  |
| MG | SÃO GONÇALO DO RIO PRETO       | 1  | 0  | 0 | 0 | 1  | 1 | 11.100,00  |
| MG | SÃO GONÇALO DO SAPUCAI         | 3  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 11.000,00  |
| MG | SÃO GOTARDO                    | 7  | 0  | 0 | 0 | 2  | 1 | 19.300,00  |
| MG | SÃO JOÃO BATISTA DO GLÓRIA     | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 10.800,00  |
| MG | SÃO JOÃO DA LAGOA              | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 13.200,00  |
| MG | SÃO JOÃO DA MATA               | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 11.400,00  |
| MG | SÃO JOAO DA PONTE              | 9  | 0  | 1 | 3 | 1  | 1 | 71.300,00  |
| MG | SÃO JOÃO DAS MISSOES           | 3  | 0  | 0 | 1 | 2  | 0 | 15.200,00  |
| MG | SÃO JOÃO DEL REI               | 1  | 12 | 1 | 0 | 0  | 0 | 23.600,00  |
| MG | SÃO JOÃO DO MANHUACU           | 4  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 12.200,00  |
| MG | SÃO JOÃO DO MANTENINHA         | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 15.000,00  |
| MG | SÃO JOÃO DO ORIENTE            | 3  | 0  | 0 | 2 | 0  | 1 | 11.600,00  |
| MG | SÃO JOÃO DO PACUI              | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 17.600,00  |
| MG | SÃO JOÃO DO PARAÍSO            | 7  | 0  | 0 | 3 | 0  | 1 | 36.400,00  |
| MG | SÃO JOÃO EVANGELISTA           | 3  | 1  | 0 | 0 | 0  | 1 | 8.900,00   |
| MG | SÃO JOÃO NEPOMUCENO            | 2  | 2  | 0 | 0 | 0  | 0 | 20.000,00  |
| MG | SÃO JOAQUIM DE BICAS           | 3  | 2  | 1 | 0 | 2  | 0 | 25.600,00  |
| MG | SÃO JOSE DA BARRA              | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 11.600,00  |
| MG | SÃO JOSE DA LAPA               | 1  | 4  | 0 | 1 | 1  | 1 | 34.300,00  |
| MG | SÃO JOSE DA SAFIRA             | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 12.600,00  |
| MG | SÃO JOSE DA VARGINHA           | 1  | 0  | 0 | 0 | 1  | 0 | 3.900,00   |
| MG | SÃO JOSE DO ALEGRE             | 0  | 1  | 0 | 0 | 0  | 1 | 5.500,00   |
| MG | SÃO JOSE DO DIVINO             | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 11.200,00  |
| MG | SÃO JOSE DO GOIABAL            | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 16.000,00  |
| MG | SÃO JOSE DO JACURI             | 1  | 1  | 0 | 0 | 0  | 1 | 11.100,00  |
| MG | SÃO JOSE DO MANTIMENTO         | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 11.000,00  |
| MG | SÃO LOURENÇO                   | 10 | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 80.600,00  |
| MG | SÃO MIGUEL DO ANTA             | 3  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 13.600,00  |
| MG | SÃO PEDRO DA UNIÃO             | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 16.000,00  |
| MG | SÃO PEDRO DO SUAÇUI            | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 4.800,00   |
| MG | SÃO PEDRO DOS FERROS           | 3  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 19.400,00  |
| MG | SÃO ROMAO                      | 3  | 1  | 1 | 0 | 0  | 0 | 14.700,00  |
| MG | SÃO ROQUE DE MINAS             | 0  | 3  | 0 | 0 | 0  | 1 | 7.400,00   |
| MG | SÃO SEBASTIAO DA BELA VISTA    | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 11.200,00  |
| MG | SÃO SEBASTIAO DA VARGEM ALEGRE | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 3.600,00   |
| MG | SÃO SEBASTIAO DO ANTA          | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 4.400,00   |
| MG | SÃO SEBASTIAO DO MARANHÃO      | 2  | 1  | 0 | 0 | 0  | 1 | 19.800,00  |
| MG | SÃO SEBASTIAO DO OESTE         | 0  | 1  | 0 | 0 | 2  | 1 | 8.900,00   |
| MG | SÃO SEBASTIAO DO PARAISO       | 12 | 6  | 2 | 0 | 0  | 1 | 146.400,00 |
| MG | SÃO SEBASTIAO DO RIO PRETO     | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 2.200,00   |
| MG | SÃO SEBASTIAO DO RIO VERDE     | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 10.400,00  |
| MG | SÃO THOME DAS LETRAS           | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 13.600,00  |
| MG | SÃO TIAGO                      | 1  | 2  | 0 | 0 | 1  | 1 | 14.200,00  |
| MG | SÃO TOMÁS DE AQUINO            | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 19.000,00  |
| MG | SÃO VICENTE DE MINAS           | 3  | 0  | 1 | 0 | 0  | 0 | 7.600,00   |
| MG | SAPUCAI-MIRIM                  | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 4.200,00   |
| MG | SARDOA                         | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 20.400,00  |
| MG | SARZEDO                        | 7  | 0  | 0 | 0 | 1  | 1 | 37.300,00  |
| MG | SEM-PEIXE                      | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 5.600,00   |
| MG | SENADOR AMARAL                 | 1  | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 18.500,00  |
| MG | SENADOR CORTES                 | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 3.200,00   |
| MG | SENADOR FIRMINO                | 1  | 2  | 1 | 0 | 0  | 0 | 22.000,00  |
| MG | SENADOR JOSE BENTO             | 0  | 1  | 0 | 0 | 0  | 1 | 8.900,00   |
| MG | SENADOR MODESTINO GONÇALVES    | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 20.000,00  |
| MG | SENHORA DE OLIVEIRA            | 1  | 0  | 0 | 1 | 1  | 1 | 10.900,00  |
| MG | SENHORA DO PORTO               | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 19.400,00  |
| MG | SENHORA DOS REMEDIOS           | 2  | 0  | 0 | 1 | 0  | 1 | 15.000,00  |
| MG | SERICITA                       | 2  | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 15.800,00  |
| MG | SERITINGA                      | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 7.600,00   |
| MG | SERRA AZUL DE MINAS            | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 17.900,00  |
| MG | SERRA DA SAUDADE               | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 7.000,00   |
| MG | SERRA DO SALITRE               | 1  | 1  | 0 | 0 | 0  | 1 | 4.300,00   |
| MG | SERRA DOS AIMORES              | 2  | 0  | 0 | 0 | 1  | 1 | 12.100,00  |
| MG | SERRANIA                       | 2  | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 30.500,00  |
| MG | SERRANÓPOLIS DE MINAS          | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 16.600,00  |
| MG | SERRANOS                       | 0  | 0  | 0 | 1 | 0  | 1 | 2.600,00   |
| MG | SERRO                          | 5  | 3  | 1 | 1 | 0  | 0 | 40.700,00  |
| MG | SETE LAGOAS                    | 9  | 15 | 1 | 9 | 14 | 4 | 206.900,00 |
| MG | SETUBINHA                      | 4  | 0  | 1 | 0 | 0  | 0 | 17.400,00  |
| MG | SILVEIRANIA                    | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 2.600,00   |
| MG | SILVIANÓPOLIS                  | 1  | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 10.700,00  |
| MG | SIMÃO PEREIRA                  | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 2.200,00   |
| MG | SIMONESIA                      | 5  | 2  | 0 | 0 | 0  | 1 | 14.400,00  |
| MG | SOBRÁLIA                       | 1  | 0  | 0 | 1 | 0  | 1 | 12.600,00  |
| MG | SOLEDADE DE MINAS              | 1  | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 11.700,00  |
| MG | TABULEIRO                      | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 4.400,00   |
| MG | TAIOBEIRAS                     | 11 | 0  | 1 | 1 | 1  | 1 | 85.900,00  |
| MG | TAPARUBA                       | 1  | 0  | 0 | 1 | 0  | 1 | 10.200,00  |
| MG | TAPIRA                         | 0  | 0  | 0 | 0 | 1  | 0 | 1.700,00   |



|    |                            |    |    |   |    |    |   |            |
|----|----------------------------|----|----|---|----|----|---|------------|
| MG | TAPIRAÍ                    | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 6.600,00   |
| MG | TAQUARACU DE MINAS         | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 2.200,00   |
| MG | TARUMIRIM                  | 6  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 27.800,00  |
| MG | TEIXEIRAS                  | 4  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 12.800,00  |
| MG | TEÓFILO OTONI              | 6  | 18 | 1 | 1  | 7  | 3 | 135.300,00 |
| MG | TIMÓTEO                    | 0  | 10 | 0 | 0  | 3  | 0 | 25.500,00  |
| MG | TIRADENTES                 | 1  | 1  | 1 | 0  | 1  | 0 | 5.600,00   |
| MG | TIROS                      | 2  | 0  | 0 | 0  | 1  | 1 | 7.000,00   |
| MG | TOCANTINS                  | 2  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 6.100,00   |
| MG | TOCOS DO MOJI              | 0  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 5.100,00   |
| MG | TOLEDO                     | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 5.400,00   |
| MG | TOMBOS                     | 4  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 39.200,00  |
| MG | TRÊS CORAÇÕES              | 3  | 1  | 0 | 4  | 6  | 1 | 38.100,00  |
| MG | TRÊS MARIAS                | 1  | 5  | 0 | 0  | 2  | 1 | 42.300,00  |
| MG | TRÊS PONTAS                | 0  | 3  | 0 | 0  | 2  | 0 | 18.700,00  |
| MG | TUMIRITINGA                | 2  | 1  | 0 | 0  | 0  | 1 | 14.500,00  |
| MG | TUPACIGUARA                | 3  | 1  | 1 | 0  | 1  | 0 | 39.800,00  |
| MG | TURMALINA                  | 7  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 57.400,00  |
| MG | TURVOLANDIA                | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 4.800,00   |
| MG | UBA                        | 7  | 12 | 0 | 0  | 0  | 2 | 38.800,00  |
| MG | UBAÍ                       | 3  | 2  | 0 | 0  | 0  | 1 | 28.000,00  |
| MG | UBAPORANGA                 | 0  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 1.700,00   |
| MG | UBERABA                    | 47 | 2  | 6 | 1  | 0  | 0 | 200.800,00 |
| MG | UBERLÂNDIA                 | 25 | 28 | 0 | 13 | 18 | 9 | 382.500,00 |
| MG | UMBURATIBA                 | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 6.000,00   |
| MG | UNAI                       | 4  | 5  | 0 | 0  | 0  | 1 | 18.300,00  |
| MG | UNIÃO DE MINAS             | 0  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 1.700,00   |
| MG | URUANA DE MINAS            | 1  | 0  | 0 | 0  | 1  | 0 | 4.900,00   |
| MG | URUCÂNIA                   | 4  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 34.100,00  |
| MG | URUCUIA                    | 3  | 1  | 1 | 0  | 1  | 0 | 10.100,00  |
| MG | VARGEM ALEGRE              | 2  | 1  | 0 | 0  | 0  | 1 | 6.000,00   |
| MG | VARGEM BONITA              | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 3.600,00   |
| MG | VARGEM GRANDE DO RIO PARDO | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 9.200,00   |
| MG | VARGINHA                   | 1  | 17 | 1 | 0  | 3  | 0 | 77.600,00  |
| MG | VARJÃO DE MINAS            | 1  | 0  | 0 | 0  | 2  | 1 | 12.800,00  |
| MG | VARZEA DA PALMA            | 11 | 2  | 1 | 0  | 0  | 1 | 132.200,00 |
| MG | VARZELÂNDIA                | 8  | 0  | 1 | 0  | 2  | 0 | 85.400,00  |
| MG | VAZANTE                    | 4  | 2  | 1 | 0  | 0  | 0 | 35.200,00  |
| MG | VERDELÂNDIA                | 2  | 0  | 0 | 2  | 0  | 1 | 19.200,00  |
| MG | VEREDINHA                  | 0  | 0  | 0 | 3  | 0  | 0 | 6.600,00   |
| MG | VERISSIMO                  | 0  | 0  | 0 | 1  | 0  | 1 | 2.600,00   |
| MG | VERMELHO NOVO              | 1  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 3.900,00   |
| MG | VESPASIANO                 | 5  | 6  | 1 | 3  | 2  | 0 | 77.000,00  |
| MG | VIÇOSA                     | 9  | 6  | 0 | 0  | 1  | 1 | 36.700,00  |
| MG | VIEIRAS                    | 1  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 19.500,00  |
| MG | VIRGEM DA LAPA             | 4  | 0  | 1 | 0  | 2  | 0 | 15.200,00  |
| MG | VIRGINIA                   | 3  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 8.200,00   |
| MG | VIRGINÓPOLIS               | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 10.000,00  |
| MG | VIRGOLÂNDIA                | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 13.200,00  |
| MG | VISCONDE DO RIO BRANCO     | 8  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 85.200,00  |
| MG | VOLTA GRANDE               | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 4.400,00   |
| MG | WENCESLAU BRAZ             | 0  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 8.500,00   |
| MS | ÁGUA CLARA                 | 3  | 0  | 0 | 1  | 0  | 0 | 13.200,00  |
| MS | ALCINÓPOLIS                | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 4.200,00   |
| MS | AMAMBAI                    | 8  | 0  | 1 | 1  | 0  | 0 | 49.800,00  |
| MS | ANASTÁCIO                  | 8  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 36.200,00  |
| MS | ANAÚRILÂNDIA               | 2  | 1  | 1 | 0  | 0  | 0 | 4.500,00   |
| MS | ANGÉLICA                   | 4  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 9.400,00   |
| MS | ANTÔNIO JOÃO               | 3  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 10.400,00  |
| MS | APARECIDA DO TABOADO       | 6  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 58.600,00  |
| MS | AQUIDAUANA                 | 9  | 0  | 1 | 4  | 0  | 0 | 104.800,00 |
| MS | ARAL MOREIRA               | 0  | 1  | 0 | 3  | 0  | 1 | 8.900,00   |
| MS | BANDEIRANTES               | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 3.900,00   |
| MS | BATAGUASSU                 | 6  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 12.700,00  |
| MS | BATAYPORA                  | 0  | 0  | 0 | 4  | 1  | 0 | 10.500,00  |
| MS | BELA VISTA                 | 6  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 16.200,00  |
| MS | BODOQUENA                  | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 16.600,00  |
| MS | BONITO                     | 4  | 0  | 0 | 0  | 1  | 0 | 15.900,00  |
| MS | BRASILÂNDIA                | 2  | 0  | 0 | 2  | 0  | 0 | 12.200,00  |
| MS | CAARAPO                    | 4  | 0  | 0 | 1  | 0  | 0 | 17.300,00  |
| MS | CAMAPUA                    | 6  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 36.800,00  |
| MS | CAMPO GRANDE               | 62 | 0  | 5 | 19 | 1  | 1 | 552.900,00 |
| MS | CARACOL                    | 2  | 0  | 0 | 1  | 0  | 1 | 4.800,00   |
| MS | CASSILÂNDIA                | 8  | 0  | 1 | 2  | 0  | 1 | 96.400,00  |
| MS | CHAPADÃO DO SUL            | 4  | 0  | 1 | 1  | 0  | 0 | 22.400,00  |
| MS | CORGUINHO                  | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 4.300,00   |
| MS | CORONEL SAPUCAIA           | 3  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 23.300,00  |
| MS | CORUMBA                    | 19 | 0  | 2 | 3  | 5  | 0 | 82.400,00  |
| MS | COSTA RICA                 | 5  | 0  | 0 | 1  | 0  | 1 | 24.400,00  |
| MS | COXIM                      | 7  | 0  | 1 | 2  | 0  | 0 | 43.800,00  |
| MS | DEODÁPOLIS                 | 4  | 0  | 1 | 2  | 0  | 0 | 21.200,00  |
| MS | DOIS IRMÃOS DO BURITI      | 3  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 7.200,00   |
| MS | DOURADINA                  | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 4.800,00   |
| MS | DOURADOS                   | 31 | 0  | 3 | 9  | 0  | 0 | 166.600,00 |
| MS | ELDORADO                   | 3  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 6.100,00   |
| MS | FÁTIMA DO SUL              | 5  | 0  | 1 | 0  | 1  | 0 | 33.200,00  |
| MS | FIGUEIRÃO                  | 0  | 0  | 0 | 1  | 0  | 0 | 2.200,00   |
| MS | GLÓRIA DE DOURADOS         | 4  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 8.800,00   |
| MS | GUIA LOPES DA LAGUNA       | 0  | 0  | 0 | 3  | 0  | 0 | 6.600,00   |
| MS | IGUAÍTEMI                  | 4  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 24.800,00  |
| MS | INOCÊNCIA                  | 4  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 9.400,00   |
| MS | ITAPORA                    | 5  | 0  | 0 | 1  | 2  | 1 | 20.500,00  |
| MS | ITAQUIRAÍ                  | 6  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 12.600,00  |
| MS | IVINHEMA                   | 5  | 0  | 1 | 1  | 0  | 0 | 27.400,00  |
| MS | JAPORÁ                     | 2  | 0  | 0 | 2  | 0  | 1 | 9.200,00   |
| MS | JARAGUARI                  | 2  | 0  | 0 | 1  | 0  | 1 | 7.200,00   |
| MS | JARDIM                     | 5  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 45.900,00  |
| MS | JATEÍ                      | 0  | 0  | 0 | 2  | 0  | 0 | 4.400,00   |
| MS | JUTI                       | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 5.400,00   |
| MS | LADÁRIO                    | 4  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 5.600,00   |
| MS | LAGUNA CARAPÁ              | 2  | 0  | 0 | 0  | 1  | 0 | 17.300,00  |
| MS | MARACAJU                   | 7  | 0  | 1 | 3  | 0  | 0 | 39.600,00  |
| MS | MIRANDA                    | 2  | 0  | 0 | 1  | 0  | 0 | 14.400,00  |
| MS | MUNDO NOVO                 | 3  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 7.600,00   |
| MS | NAVIRAÍ                    | 10 | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 86.900,00  |
| MS | NIOAQUE                    | 3  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 11.500,00  |
| MS | NOVA ALVORADA DO SUL       | 3  | 0  | 1 | 1  | 0  | 0 | 11.600,00  |
| MS | NOVA ANDRADINA             | 9  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 29.100,00  |



|    |                             |    |    |   |    |   |   |            |
|----|-----------------------------|----|----|---|----|---|---|------------|
| MS | NOVO HORIZONTE DO SUL       | 2  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 12.600,00  |
| MS | PARAÍSO DAS ÁGUAS           | 1  | 0  | 0 | 0  | 0 | 0 | 2.200,00   |
| MS | PARANAÍBA                   | 12 | 0  | 1 | 0  | 0 | 0 | 40.600,00  |
| MS | PARANHOS                    | 3  | 0  | 0 | 0  | 0 | 0 | 8.600,00   |
| MS | PEDRO GOMES                 | 2  | 0  | 0 | 1  | 0 | 1 | 9.000,00   |
| MS | PONTA PORÁ                  | 13 | 0  | 1 | 1  | 1 | 0 | 65.300,00  |
| MS | PORTO MURTINHO              | 2  | 0  | 0 | 2  | 0 | 0 | 8.800,00   |
| MS | RIBAS DO RIO PARDO          | 4  | 0  | 0 | 1  | 0 | 0 | 17.800,00  |
| MS | RIO BRILHANTE               | 8  | 0  | 1 | 1  | 0 | 0 | 41.500,00  |
| MS | RIO NEGRO                   | 2  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 5.800,00   |
| MS | RIO VERDE DE MATO GROSSO    | 7  | 0  | 1 | 1  | 0 | 0 | 39.600,00  |
| MS | ROCHEDO                     | 1  | 0  | 0 | 1  | 0 | 1 | 4.800,00   |
| MS | SANTA RITA DO PARDO         | 0  | 0  | 0 | 2  | 0 | 1 | 4.800,00   |
| MS | SAO GABRIEL DO OESTE        | 9  | 0  | 1 | 1  | 0 | 0 | 58.200,00  |
| MS | SELVIRIA                    | 3  | 0  | 1 | 0  | 0 | 0 | 5.700,00   |
| MS | SETE QUEDAS                 | 0  | 0  | 0 | 3  | 0 | 0 | 6.600,00   |
| MS | SIDROLÂNDIA                 | 9  | 1  | 1 | 2  | 0 | 0 | 64.700,00  |
| MS | SONORA                      | 3  | 0  | 0 | 1  | 1 | 1 | 11.600,00  |
| MS | TACURU                      | 2  | 0  | 0 | 0  | 1 | 1 | 15.300,00  |
| MS | TAQUARUSSU                  | 1  | 0  | 0 | 0  | 1 | 1 | 4.300,00   |
| MS | TERENOS                     | 5  | 0  | 0 | 0  | 0 | 0 | 13.000,00  |
| MS | TRES LAGOAS                 | 14 | 0  | 0 | 1  | 0 | 0 | 40.800,00  |
| MS | VICENTINA                   | 2  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 11.600,00  |
| MT | ACORIZAL                    | 1  | 1  | 0 | 0  | 0 | 0 | 3.900,00   |
| MT | ÁGUA BOA                    | 5  | 0  | 0 | 0  | 0 | 0 | 47.000,00  |
| MT | ALTA FLORESTA               | 5  | 1  | 0 | 4  | 3 | 1 | 61.800,00  |
| MT | ALTO ARAGUAIA               | 6  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 34.400,00  |
| MT | ALTO BOA VISTA              | 2  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 6.800,00   |
| MT | ALTO GARÇAS                 | 3  | 0  | 0 | 0  | 0 | 0 | 16.300,00  |
| MT | ALTO PARAGUAI               | 2  | 0  | 0 | 0  | 0 | 0 | 4.400,00   |
| MT | ALTO TAQUARI                | 2  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 15.000,00  |
| MT | APIACAS                     | 2  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 15.000,00  |
| MT | ARAGUAIANA                  | 1  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 3.600,00   |
| MT | ARAGUAÍNS                   | 1  | 0  | 0 | 0  | 0 | 0 | 2.200,00   |
| MT | ARAPUTANGA                  | 2  | 0  | 0 | 0  | 0 | 0 | 7.300,00   |
| MT | ARENAPOLIS                  | 3  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 18.000,00  |
| MT | ARIPUANA                    | 2  | 2  | 0 | 0  | 0 | 0 | 7.300,00   |
| MT | BARÃO DE MELGACÓ            | 2  | 0  | 0 | 0  | 0 | 0 | 1.700,00   |
| MT | BARRA DO BUGRES             | 2  | 4  | 1 | 0  | 0 | 0 | 18.600,00  |
| MT | BARRA DO GARCAS             | 3  | 0  | 0 | 12 | 0 | 0 | 47.600,00  |
| MT | BOM JESUS DO ARAGUAIA       | 1  | 0  | 0 | 1  | 0 | 0 | 7.300,00   |
| MT | BRASNORTE                   | 0  | 0  | 0 | 3  | 2 | 0 | 10.000,00  |
| MT | CACERES                     | 0  | 2  | 0 | 2  | 5 | 0 | 16.300,00  |
| MT | CAMPINÁPOLIS                | 2  | 1  | 0 | 0  | 0 | 0 | 6.100,00   |
| MT | CAMPO NOVO DO PARECIS       | 4  | 1  | 0 | 0  | 0 | 0 | 7.800,00   |
| MT | CAMPO VERDE                 | 7  | 1  | 1 | 1  | 0 | 0 | 21.800,00  |
| MT | CAMPOS DE JÚLIO             | 2  | 0  | 0 | 0  | 1 | 0 | 11.500,00  |
| MT | CANABRAVA DO NORTE          | 2  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 4.300,00   |
| MT | CANARANA                    | 4  | 0  | 1 | 0  | 0 | 0 | 16.100,00  |
| MT | CARLINDA                    | 3  | 0  | 1 | 0  | 0 | 0 | 7.900,00   |
| MT | CASTANHEIRA                 | 2  | 1  | 0 | 0  | 0 | 0 | 6.100,00   |
| MT | CHAPADA DOS GUIMARÃES       | 1  | 5  | 0 | 0  | 0 | 0 | 3.400,00   |
| MT | CLAUDIA                     | 4  | 0  | 1 | 0  | 0 | 0 | 12.800,00  |
| MT | COCALINHO                   | 2  | 0  | 0 | 1  | 0 | 0 | 12.000,00  |
| MT | COLIDER                     | 5  | 0  | 0 | 2  | 0 | 0 | 14.900,00  |
| MT | COLNIZA                     | 0  | 5  | 0 | 0  | 0 | 0 | 8.500,00   |
| MT | COMODORO                    | 3  | 2  | 0 | 0  | 1 | 0 | 11.700,00  |
| MT | CONFRESA                    | 4  | 2  | 0 | 1  | 0 | 1 | 22.200,00  |
| MT | CONQUISTA D'OESTE           | 1  | 0  | 0 | 0  | 1 | 0 | 3.900,00   |
| MT | CUIABA                      | 5  | 58 | 0 | 0  | 0 | 0 | 177.600,00 |
| MT | CURVELÂNDIA                 | 1  | 0  | 0 | 0  | 0 | 0 | 2.200,00   |
| MT | DENISE                      | 2  | 0  | 0 | 0  | 1 | 1 | 6.500,00   |
| MT | DIAMANTINO                  | 5  | 0  | 0 | 2  | 0 | 1 | 47.600,00  |
| MT | DOM AQUINO                  | 3  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 8.200,00   |
| MT | FELIZ NATAL                 | 3  | 0  | 0 | 0  | 0 | 0 | 16.400,00  |
| MT | FIGUEIROPOLIS D'OESTE       | 0  | 0  | 0 | 1  | 0 | 0 | 2.200,00   |
| MT | GAÚCHA DO NORTE             | 1  | 0  | 0 | 1  | 0 | 0 | 6.400,00   |
| MT | GENERAL CARNEIRO            | 1  | 0  | 0 | 1  | 0 | 0 | 4.400,00   |
| MT | GLÓRIA D'OESTE              | 1  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 2.600,00   |
| MT | GUARANTA DO NORTE           | 3  | 2  | 0 | 4  | 0 | 1 | 22.200,00  |
| MT | GUIRATINGA                  | 5  | 0  | 1 | 0  | 0 | 0 | 35.000,00  |
| MT | INDIAVÁI                    | 1  | 0  | 0 | 0  | 0 | 0 | 2.200,00   |
| MT | IPIRANGA DO NORTE           | 1  | 0  | 0 | 0  | 0 | 0 | 2.200,00   |
| MT | ITANHANGÁ                   | 1  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 2.600,00   |
| MT | ITAUBA                      | 0  | 0  | 0 | 1  | 0 | 0 | 2.200,00   |
| MT | ITIQUIRA                    | 4  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 7.900,00   |
| MT | JACIARA                     | 8  | 0  | 1 | 0  | 0 | 0 | 18.600,00  |
| MT | JANGADA                     | 3  | 0  | 0 | 0  | 0 | 0 | 9.000,00   |
| MT | JAURU                       | 3  | 0  | 0 | 0  | 0 | 0 | 6.600,00   |
| MT | JUARA                       | 5  | 0  | 1 | 0  | 0 | 0 | 14.500,00  |
| MT | JUINA                       | 5  | 5  | 1 | 0  | 0 | 0 | 66.700,00  |
| MT | JURUENA                     | 3  | 0  | 0 | 0  | 0 | 0 | 14.400,00  |
| MT | JUSCIMEIRA                  | 3  | 1  | 1 | 0  | 0 | 0 | 22.500,00  |
| MT | LAMBARI D'OESTE             | 2  | 0  | 0 | 0  | 0 | 0 | 3.900,00   |
| MT | LUCAS DO RIO VERDE          | 11 | 1  | 0 | 1  | 0 | 1 | 30.100,00  |
| MT | LUCIARA                     | 1  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 2.600,00   |
| MT | MARCELÂNDIA                 | 3  | 0  | 0 | 0  | 0 | 0 | 13.400,00  |
| MT | MATUPÁ                      | 2  | 0  | 0 | 3  | 0 | 0 | 14.400,00  |
| MT | MIRASSOL D'OESTE            | 1  | 2  | 0 | 0  | 0 | 0 | 5.600,00   |
| MT | NOBRES                      | 3  | 0  | 0 | 0  | 0 | 0 | 10.500,00  |
| MT | NORTEÂNDIA                  | 2  | 0  | 0 | 1  | 0 | 0 | 7.100,00   |
| MT | NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO | 1  | 2  | 1 | 0  | 0 | 0 | 13.000,00  |
| MT | NOVA BANDEIRANTES           | 3  | 0  | 1 | 0  | 0 | 0 | 6.700,00   |
| MT | NOVA BRASILÂNDIA            | 2  | 0  | 0 | 0  | 0 | 0 | 1.700,00   |
| MT | NOVA CANAÃ DO NORTE         | 2  | 0  | 0 | 1  | 0 | 0 | 10.000,00  |
| MT | NOVA GUARITA                | 0  | 0  | 0 | 1  | 1 | 0 | 3.900,00   |
| MT | NOVA LACERDA                | 2  | 0  | 0 | 0  | 0 | 0 | 7.800,00   |
| MT | NOVA MARILÂNDIA             | 1  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 2.600,00   |
| MT | NOVA MARINGÁ                | 1  | 0  | 0 | 1  | 0 | 0 | 4.400,00   |
| MT | NOVA MONTE VERDE            | 3  | 0  | 1 | 0  | 0 | 0 | 9.500,00   |
| MT | NOVA MUTUM                  | 7  | 0  | 0 | 1  | 1 | 1 | 20.300,00  |
| MT | NOVA NAZARÉ                 | 1  | 0  | 0 | 0  | 1 | 0 | 3.900,00   |
| MT | NOVA OLÍMPIA                | 1  | 0  | 0 | 3  | 1 | 0 | 10.500,00  |
| MT | NOVA SANTA HELENA           | 1  | 0  | 0 | 1  | 0 | 1 | 8.200,00   |
| MT | NOVA UBIRATA                | 2  | 0  | 0 | 1  | 0 | 1 | 10.600,00  |
| MT | NOVA XAVANTINA              | 5  | 0  | 0 | 0  | 0 | 0 | 16.400,00  |
| MT | NOVO HORIZONTE DO NORTE     | 2  | 0  | 1 | 0  | 0 | 0 | 4.300,00   |
| MT | NOVO MUNDO                  | 1  | 1  | 0 | 1  | 0 | 0 | 6.100,00   |



|    |                                  |    |    |   |    |   |   |            |
|----|----------------------------------|----|----|---|----|---|---|------------|
| MT | NOVO SANTO ANTÔNIO               | 1  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 2.100,00   |
| MT | NOVO SÃO JOAQUIM                 | 3  | 0  | 0 | 0  | 0 | 0 | 7.600,00   |
| MT | PARANAÍTA                        | 3  | 0  | 0 | 1  | 0 | 1 | 12.800,00  |
| MT | PARANATINGA                      | 4  | 1  | 0 | 0  | 0 | 0 | 20.200,00  |
| MT | PEDRA PRETA                      | 3  | 1  | 1 | 0  | 0 | 0 | 12.300,00  |
| MT | PEIXOTO DE AZEVEDO               | 5  | 2  | 0 | 0  | 0 | 0 | 14.400,00  |
| MT | PLANALTO DA SERRA                | 0  | 0  | 0 | 1  | 0 | 0 | 2.200,00   |
| MT | POCONE                           | 8  | 0  | 1 | 0  | 0 | 0 | 38.100,00  |
| MT | PONTAL DO ARAGUAIA               | 2  | 0  | 0 | 0  | 0 | 0 | 4.400,00   |
| MT | PONTE BRANCA                     | 1  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 3.600,00   |
| MT | PONTES E LACERDA                 | 7  | 0  | 0 | 1  | 1 | 0 | 19.300,00  |
| MT | PORTO ALEGRE DO NORTE            | 0  | 1  | 0 | 1  | 2 | 0 | 10.700,00  |
| MT | PORTO DOS GAUCHOS                | 3  | 0  | 1 | 0  | 0 | 0 | 7.200,00   |
| MT | PORTO ESPERIDIÃO                 | 2  | 1  | 0 | 0  | 1 | 0 | 6.800,00   |
| MT | PORTO ESTRELA                    | 0  | 0  | 0 | 1  | 1 | 0 | 3.900,00   |
| MT | POXOREO                          | 2  | 3  | 0 | 0  | 0 | 1 | 14.000,00  |
| MT | PRIMAVERA DO LESTE               | 8  | 1  | 1 | 1  | 0 | 0 | 55.700,00  |
| MT | QUERÊNCIA                        | 2  | 0  | 0 | 2  | 0 | 1 | 18.000,00  |
| MT | RESERVA DO CABACAL               | 1  | 0  | 0 | 0  | 0 | 0 | 5.600,00   |
| MT | RIBEIRÃO CASCALHEIRA             | 2  | 0  | 0 | 0  | 0 | 0 | 7.800,00   |
| MT | RIBEIRÃOZINHO                    | 1  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 7.000,00   |
| MT | RIO BRANCO                       | 2  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 4.800,00   |
| MT | RONDOLÂNDIA                      | 1  | 1  | 0 | 0  | 0 | 1 | 7.700,00   |
| MT | RONDONÓPOLIS                     | 19 | 11 | 0 | 1  | 1 | 1 | 224.600,00 |
| MT | ROSÁRIO OESTE                    | 3  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 6.700,00   |
| MT | SALTO DO CÉU                     | 1  | 1  | 0 | 0  | 0 | 1 | 4.300,00   |
| MT | SANTA CARMEM                     | 1  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 7.000,00   |
| MT | SANTA CRUZ DO XINGU              | 1  | 0  | 0 | 0  | 0 | 0 | 2.200,00   |
| MT | SANTA RITA DO TRIVELATO          | 1  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 9.400,00   |
| MT | SANTA TEREZINHA                  | 2  | 0  | 0 | 0  | 0 | 0 | 7.300,00   |
| MT | SANTO AFONSO                     | 1  | 0  | 0 | 0  | 0 | 0 | 3.200,00   |
| MT | SANTO ANTONIO DO LESTE           | 1  | 0  | 0 | 0  | 0 | 0 | 6.600,00   |
| MT | SANTO ANTONIO DO LEVERGER        | 5  | 0  | 0 | 0  | 0 | 0 | 11.900,00  |
| MT | SÃO FELIX DO ARAGUAIA            | 2  | 0  | 0 | 0  | 1 | 0 | 13.500,00  |
| MT | SÃO JOSE DO POVO                 | 1  | 0  | 0 | 0  | 0 | 0 | 2.200,00   |
| MT | SÃO JOSE DO RIO CLARO            | 5  | 1  | 0 | 0  | 0 | 0 | 24.900,00  |
| MT | SÃO JOSE DO XINGU                | 1  | 1  | 0 | 0  | 0 | 0 | 5.900,00   |
| MT | SÃO JOSE DOS QUATRO MARCOS       | 3  | 1  | 0 | 0  | 0 | 0 | 8.800,00   |
| MT | SÃO PEDRO DA CIPA                | 1  | 0  | 0 | 1  | 0 | 1 | 11.600,00  |
| MT | SAPEZAL                          | 0  | 0  | 0 | 3  | 0 | 0 | 6.600,00   |
| MT | SERRA NOVA DOURADA               | 1  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 2.600,00   |
| MT | SINOP                            | 12 | 4  | 0 | 5  | 2 | 1 | 48.600,00  |
| MT | SORRISO                          | 20 | 0  | 1 | 0  | 0 | 0 | 79.000,00  |
| MT | TABAPORA                         | 4  | 0  | 1 | 0  | 0 | 0 | 12.300,00  |
| MT | TANGARÁ DA SERRA                 | 0  | 0  | 0 | 10 | 0 | 0 | 22.000,00  |
| MT | TAPURAH                          | 3  | 0  | 0 | 1  | 0 | 0 | 15.600,00  |
| MT | TERRA NOVA DO NORTE              | 3  | 1  | 0 | 0  | 0 | 0 | 11.700,00  |
| MT | TESOURO                          | 1  | 0  | 0 | 0  | 0 | 0 | 1.700,00   |
| MT | TORIXORÉU                        | 2  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 8.200,00   |
| MT | UNIAO DO SUL                     | 2  | 0  | 0 | 0  | 0 | 0 | 10.800,00  |
| MT | VALE DE SÃO DOMINGOS             | 1  | 0  | 0 | 0  | 1 | 0 | 3.900,00   |
| MT | VARZEA GRANDE                    | 1  | 7  | 0 | 3  | 6 | 0 | 47.900,00  |
| MT | VERA                             | 2  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 18.400,00  |
| MT | VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE | 2  | 2  | 0 | 0  | 1 | 0 | 9.500,00   |
| MT | VILA RICA                        | 5  | 0  | 0 | 0  | 0 | 0 | 34.000,00  |

|    |                          |    |    |   |    |    |    |            |
|----|--------------------------|----|----|---|----|----|----|------------|
| PA | ABAETETUBA               | 8  | 7  | 0 | 1  | 0  | 0  | 31.200,00  |
| PA | ABEL FIGUEIREDO          | 2  | 1  | 0 | 0  | 0  | 1  | 6.200,00   |
| PA | ACARA                    | 4  | 0  | 0 | 3  | 0  | 0  | 14.400,00  |
| PA | ÁGUA AZUL DO NORTE       | 4  | 1  | 1 | 0  | 0  | 0  | 11.500,00  |
| PA | ALENQUER                 | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0  | 3.900,00   |
| PA | ALMEIRIM                 | 3  | 0  | 0 | 0  | 3  | 0  | 11.200,00  |
| PA | ALTAMIRA                 | 13 | 1  | 2 | 3  | 1  | 0  | 39.600,00  |
| PA | ANANINDEUA               | 15 | 18 | 1 | 16 | 67 | 0  | 245.300,00 |
| PA | ANAPU                    | 3  | 0  | 0 | 2  | 0  | 1  | 10.600,00  |
| PA | AUGUSTO CORRÊA           | 9  | 1  | 1 | 1  | 3  | 1  | 42.100,00  |
| PA | AURORA DO PARÁ           | 4  | 0  | 0 | 1  | 0  | 0  | 16.400,00  |
| PA | AVEIRO                   | 0  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0  | 1.700,00   |
| PA | BAIÃO                    | 4  | 0  | 1 | 0  | 3  | 0  | 20.300,00  |
| PA | BANNACH                  | 1  | 0  | 0 | 1  | 0  | 1  | 9.200,00   |
| PA | BARCARENA                | 6  | 0  | 0 | 1  | 4  | 0  | 22.200,00  |
| PA | BELEM                    | 7  | 63 | 0 | 0  | 35 | 11 | 187.400,00 |
| PA | BELTERRA                 | 4  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0  | 9.500,00   |
| PA | BENEVIDES                | 10 | 6  | 3 | 0  | 4  | 0  | 72.800,00  |
| PA | BOM JESUS DO TOCANTINS   | 5  | 1  | 1 | 0  | 0  | 0  | 20.300,00  |
| PA | BONITO                   | 6  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0  | 20.600,00  |
| PA | BRAGANÇA                 | 13 | 4  | 1 | 5  | 0  | 1  | 51.800,00  |
| PA | BRASIL NOVO              | 5  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0  | 18.300,00  |
| PA | BREJO GRANDE DO ARAGUAIA | 1  | 0  | 0 | 0  | 1  | 0  | 3.900,00   |
| PA | BREU BRANCO              | 0  | 0  | 0 | 2  | 2  | 0  | 7.800,00   |
| PA | BREVES                   | 4  | 2  | 0 | 0  | 6  | 1  | 23.400,00  |
| PA | BUJARU                   | 5  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0  | 8.300,00   |
| PA | CAMETA                   | 3  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0  | 7.800,00   |
| PA | CANAA DOS CARAJÁS        | 6  | 3  | 0 | 0  | 0  | 1  | 29.500,00  |
| PA | CASTANHAL                | 6  | 6  | 0 | 1  | 1  | 0  | 85.300,00  |
| PA | CHAVES                   | 0  | 0  | 0 | 1  | 2  | 0  | 5.600,00   |
| PA | COLARES                  | 4  | 0  | 0 | 0  | 1  | 0  | 10.500,00  |
| PA | CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA    | 10 | 0  | 1 | 1  | 1  | 1  | 45.000,00  |
| PA | CONCÓRDIA DO PARÁ        | 5  | 0  | 0 | 2  | 0  | 1  | 15.900,00  |
| PA | CUMARU DO NORTE          | 4  | 0  | 0 | 0  | 1  | 0  | 9.000,00   |
| PA | CURIONÓPOLIS             | 0  | 0  | 0 | 5  | 1  | 1  | 13.700,00  |
| PA | CURRALINHO               | 1  | 3  | 0 | 0  | 0  | 0  | 3.900,00   |
| PA | CURUA                    | 1  | 0  | 0 | 0  | 3  | 0  | 7.300,00   |
| PA | CURUCA                   | 4  | 0  | 0 | 0  | 2  | 0  | 12.200,00  |
| PA | DOM ELISEU               | 10 | 0  | 0 | 0  | 0  | 0  | 41.200,00  |
| PA | ELDORADO DOS CARAJÁS     | 3  | 1  | 0 | 0  | 1  | 0  | 9.500,00   |
| PA | FARO                     | 0  | 0  | 0 | 0  | 2  | 0  | 3.400,00   |
| PA | FLORESTA DO ARAGUAIA     | 4  | 0  | 0 | 0  | 1  | 0  | 9.000,00   |
| PA | GARRAFÃO DO NORTE        | 2  | 0  | 0 | 1  | 0  | 0  | 6.600,00   |
| PA | GURUPÁ                   | 0  | 0  | 0 | 3  | 1  | 0  | 8.300,00   |
| PA | IGARAPE-ACU              | 9  | 3  | 1 | 0  | 0  | 1  | 42.600,00  |
| PA | IGARAPE-MIRI             | 3  | 3  | 1 | 2  | 0  | 0  | 17.100,00  |
| PA | INHANGAPI                | 0  | 0  | 0 | 3  | 2  | 0  | 10.000,00  |
| PA | IPIXUNA DO PARÁ          | 3  | 2  | 0 | 0  | 5  | 1  | 31.700,00  |
| PA | IRITUIA                  | 4  | 1  | 0 | 0  | 0  | 1  | 12.500,00  |
| PA | ITAÍTUBA                 | 4  | 8  | 0 | 0  | 2  | 0  | 32.600,00  |
| PA | ITUPIRANGA               | 4  | 0  | 0 | 0  | 1  | 0  | 1.700,00   |
| PA | JACAREACANGA             | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0  | 5.600,00   |
| PA | JACUNDÁ                  | 5  | 1  | 1 | 0  | 4  | 0  | 27.400,00  |
| PA | JURUTÍ                   | 6  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0  | 16.600,00  |



|    |                            |    |    |   |    |    |   |            |
|----|----------------------------|----|----|---|----|----|---|------------|
| PA | LIMOEIRO DO AJURU          | 3  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 6.100,00   |
| PA | MÃE DO RIO                 | 4  | 1  | 0 | 2  | 5  | 1 | 23.400,00  |
| PA | MARABÁ                     | 0  | 0  | 0 | 1  | 21 | 0 | 37.900,00  |
| PA | MARACANÁ                   | 4  | 4  | 0 | 0  | 1  | 0 | 24.100,00  |
| PA | MARAPANIM                  | 5  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 10.000,00  |
| PA | MARITUBA                   | 13 | 5  | 2 | 2  | 0  | 0 | 44.500,00  |
| PA | MOCAJUBA                   | 4  | 1  | 0 | 2  | 0  | 0 | 15.900,00  |
| PA | MOJU                       | 6  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 13.700,00  |
| PA | MOJUI DOS CAMPOS           | 0  | 0  | 0 | 0  | 1  | 0 | 1.700,00   |
| PA | MONTE ALEGRE               | 3  | 0  | 0 | 0  | 1  | 0 | 7.800,00   |
| PA | NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ    | 0  | 0  | 0 | 2  | 1  | 0 | 6.100,00   |
| PA | NOVA IPIXUNA               | 4  | 1  | 0 | 0  | 0  | 1 | 9.300,00   |
| PA | NOVA TIMBOTEUA             | 5  | 0  | 0 | 1  | 1  | 1 | 23.700,00  |
| PA | NOVO PROGRESSO             | 5  | 0  | 0 | 1  | 1  | 0 | 13.900,00  |
| PA | NOVO REPARTIMENTO          | 2  | 3  | 0 | 0  | 6  | 1 | 20.700,00  |
| PA | ÓBIDOS                     | 2  | 0  | 0 | 1  | 2  | 0 | 10.000,00  |
| PA | OEIRAS DO PARÁ             | 1  | 1  | 0 | 1  | 1  | 0 | 7.800,00   |
| PA | ORIXIMINA                  | 0  | 0  | 0 | 5  | 1  | 0 | 12.700,00  |
| PA | OUREM                      | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 15.200,00  |
| PA | OURILÂNDIA DO NORTE        | 5  | 0  | 0 | 1  | 5  | 1 | 48.500,00  |
| PA | PACAJÁ                     | 3  | 1  | 0 | 0  | 2  | 1 | 11.300,00  |
| PA | PALESTINA DO PARÁ          | 0  | 0  | 0 | 1  | 1  | 0 | 3.900,00   |
| PA | PARAGOMINAS                | 5  | 0  | 0 | 7  | 7  | 0 | 38.300,00  |
| PA | PARAUPEBAS                 | 7  | 2  | 0 | 6  | 3  | 0 | 46.800,00  |
| PA | PAU D'ARCO                 | 4  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 13.800,00  |
| PA | PEIXE-BOI                  | 3  | 0  | 0 | 1  | 0  | 1 | 18.100,00  |
| PA | PICARRA                    | 4  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 12.800,00  |
| PA | PLACAS                     | 1  | 0  | 0 | 1  | 0  | 0 | 4.400,00   |
| PA | PONTA DE PEDRAS            | 2  | 1  | 0 | 0  | 2  | 0 | 9.500,00   |
| PA | PORTEL                     | 5  | 1  | 1 | 0  | 3  | 0 | 29.000,00  |
| PA | PORTO DE MOZ               | 1  | 0  | 0 | 1  | 4  | 1 | 15.600,00  |
| PA | PRAINHA                    | 2  | 3  | 0 | 0  | 0  | 0 | 12.900,00  |
| PA | PRIMAVERA                  | 0  | 0  | 0 | 4  | 1  | 1 | 11.500,00  |
| PA | QUATIPURU                  | 0  | 0  | 0 | 3  | 0  | 0 | 6.600,00   |
| PA | REDENÇÃO                   | 5  | 2  | 1 | 0  | 0  | 0 | 18.400,00  |
| PA | RIO MARIA                  | 5  | 1  | 0 | 0  | 0  | 1 | 18.300,00  |
| PA | RONDON DO PARÁ             | 7  | 1  | 1 | 0  | 2  | 0 | 25.900,00  |
| PA | RURÓPOLIS                  | 1  | 0  | 0 | 0  | 6  | 0 | 15.800,00  |
| PA | SALINÓPOLIS                | 10 | 0  | 0 | 1  | 0  | 1 | 28.100,00  |
| PA | SALVATERRA                 | 5  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 10.500,00  |
| PA | SANTA BARBARA DO PARÁ      | 3  | 0  | 0 | 3  | 0  | 0 | 18.600,00  |
| PA | SANTA CRUZ DO ARARI        | 0  | 0  | 0 | 0  | 1  | 0 | 1.700,00   |
| PA | SANTA IZABEL DO PARÁ       | 16 | 1  | 1 | 0  | 0  | 1 | 109.500,00 |
| PA | SANTA LUZIA DO PARÁ        | 1  | 0  | 0 | 5  | 2  | 1 | 22.000,00  |
| PA | SANTA MARIA DAS BARREIRAS  | 3  | 2  | 1 | 0  | 1  | 0 | 12.700,00  |
| PA | SANTA MARIA DO PARÁ        | 2  | 1  | 0 | 1  | 1  | 0 | 16.800,00  |
| PA | SANTANA DO ARAGUAIA        | 4  | 2  | 1 | 0  | 3  | 0 | 41.700,00  |
| PA | SANTAREM                   | 16 | 10 | 0 | 2  | 12 | 0 | 118.300,00 |
| PA | SANTAREM NOVO              | 0  | 0  | 0 | 3  | 0  | 0 | 6.600,00   |
| PA | SANTO ANTONIO DO TAUÁ      | 4  | 0  | 0 | 4  | 0  | 1 | 22.000,00  |
| PA | SÃO CAETANO DE ODIVELAS    | 2  | 0  | 0 | 2  | 0  | 0 | 8.800,00   |
| PA | SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA   | 2  | 1  | 0 | 2  | 2  | 1 | 14.900,00  |
| PA | SÃO DOMINGOS DO CAPIM      | 3  | 5  | 0 | 0  | 3  | 2 | 20.500,00  |
| PA | SÃO FELIX DO XINGU         | 6  | 1  | 1 | 6  | 3  | 0 | 32.000,00  |
| PA | SÃO FRANCISCO DO PARÁ      | 7  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 39.300,00  |
| PA | SÃO GERALDO DO ARAGUAIA    | 2  | 2  | 0 | 2  | 1  | 1 | 14.900,00  |
| PA | SÃO JOÃO DA PONTA          | 0  | 2  | 0 | 1  | 1  | 0 | 7.300,00   |
| PA | SÃO JOÃO DE PIRABAS        | 6  | 0  | 0 | 1  | 1  | 1 | 20.500,00  |
| PA | SÃO MIGUEL DO GUAMÁ        | 4  | 3  | 1 | 0  | 0  | 0 | 17.900,00  |
| PA | SÃO SEBASTIAO DA BOA VISTA | 0  | 0  | 0 | 0  | 6  | 0 | 10.200,00  |
| PA | SENADOR JOSÉ PORFÍRIO      | 3  | 1  | 1 | 0  | 0  | 0 | 11.700,00  |
| PA | SOURE                      | 3  | 0  | 0 | 1  | 0  | 0 | 8.800,00   |
| PA | TAILÂNDIA                  | 2  | 4  | 0 | 1  | 1  | 1 | 37.500,00  |
| PA | TERRA ALTA                 | 4  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 15.600,00  |
| PA | TERRA SANTA                | 2  | 2  | 0 | 0  | 0  | 0 | 8.800,00   |
| PA | TOME-AÇU                   | 6  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 13.200,00  |
| PA | TRACUATEUA                 | 4  | 2  | 0 | 2  | 1  | 1 | 21.000,00  |
| PA | TRAIRÃO                    | 1  | 1  | 0 | 0  | 1  | 0 | 5.600,00   |
| PA | TUCUMÁ                     | 6  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 20.000,00  |
| PA | TUCURUI                    | 7  | 5  | 2 | 0  | 11 | 0 | 60.600,00  |
| PA | ULIANÓPOLIS                | 4  | 0  | 0 | 2  | 0  | 0 | 14.200,00  |
| PA | URUARA                     | 3  | 2  | 1 | 0  | 6  | 0 | 21.200,00  |
| PA | VIGIA                      | 5  | 3  | 0 | 0  | 0  | 1 | 22.900,00  |
| PA | VISEU                      | 7  | 0  | 1 | 2  | 0  | 0 | 22.800,00  |
| PA | VITÓRIA DO XINGU           | 4  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 28.400,00  |
| PA | XINGUARA                   | 10 | 0  | 1 | 0  | 1  | 0 | 87.200,00  |
| PB | ÁGUA BRANCA                | 4  | 0  | 1 | 1  | 0  | 0 | 20.200,00  |
| PB | AGUIAR                     | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 8.200,00   |
| PB | ALAGOA GRANDE              | 8  | 4  | 1 | 0  | 0  | 0 | 35.200,00  |
| PB | ALAGOA NOVA                | 8  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 75.400,00  |
| PB | ALAGOINHA                  | 6  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 48.000,00  |
| PB | ALCANTIL                   | 2  | 0  | 0 | 1  | 0  | 1 | 7.000,00   |
| PB | ALGODÃO DE JANDAÍRA        | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 6.000,00   |
| PB | ALHANDRA                   | 8  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 50.000,00  |
| PB | AMPARO                     | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 2.600,00   |
| PB | APARECIDA                  | 3  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 12.100,00  |
| PB | ARACAGI                    | 8  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 24.600,00  |
| PB | ARARÁ                      | 4  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 23.800,00  |
| PB | ARARUNA                    | 6  | 0  | 0 | 1  | 0  | 0 | 17.400,00  |
| PB | AREIA                      | 7  | 0  | 0 | 1  | 0  | 0 | 28.400,00  |
| PB | AREIA DE BARAÚNAS          | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 7.000,00   |
| PB | AREIAL                     | 3  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 16.000,00  |
| PB | AROEIRAS                   | 8  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 60.600,00  |
| PB | ASSUNÇÃO                   | 1  | 0  | 0 | 1  | 0  | 1 | 5.800,00   |
| PB | BAÍA DA TRAIÇÃO            | 3  | 0  | 0 | 1  | 0  | 1 | 5.000,00   |
| PB | BANANEIRAS                 | 7  | 2  | 1 | 0  | 0  | 0 | 37.400,00  |
| PB | BARAÚNA                    | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 16.000,00  |
| PB | BARRA DE SANTA ROSA        | 5  | 0  | 1 | 1  | 0  | 0 | 23.600,00  |
| PB | BARRA DE SANTANA           | 4  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 19.600,00  |
| PB | BARRA DE SÃO MIGUEL        | 2  | 0  | 0 | 0  | 1  | 1 | 4.300,00   |
| PB | BAYEUX                     | 12 | 0  | 3 | 16 | 0  | 0 | 108.500,00 |
| PB | BELEM                      | 7  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 46.200,00  |
| PB | BELEM DO BREJO DO CRUZ     | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 7.800,00   |
| PB | BERNARDINO BATISTA         | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 2.600,00   |
| PB | BOA VENTURA                | 3  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 7.200,00   |
| PB | BOA VISTA                  | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 4.400,00   |
| PB | BOM JESUS                  | 1  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 7.800,00   |
| PB | BOM SUCESSO                | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 5.400,00   |



|    |                        |     |    |    |   |   |    |            |
|----|------------------------|-----|----|----|---|---|----|------------|
| PB | BONITO DE SANTA FÉ     | 4   | 0  | 1  | 1 | 0 | 0  | 42.200,00  |
| PB | BOQUEIRÃO              | 7   | 0  | 1  | 1 | 0 | 0  | 50.400,00  |
| PB | BORBOREMA              | 2   | 0  | 0  | 1 | 0 | 0  | 11.400,00  |
| PB | BREJO DO CRUZ          | 5   | 0  | 0  | 0 | 0 | 1  | 10.500,00  |
| PB | BREJO DOS SANTOS       | 2   | 0  | 0  | 1 | 0 | 0  | 6.600,00   |
| PB | CAAPORA                | 9   | 0  | 1  | 0 | 0 | 0  | 73.800,00  |
| PB | CABACEIRAS             | 2   | 0  | 0  | 1 | 0 | 1  | 20.200,00  |
| PB | CABEDELO               | 19  | 0  | 1  | 1 | 0 | 2  | 155.100,00 |
| PB | CACHOEIRA DOS ÍNDIOS   | 3   | 0  | 1  | 1 | 0 | 0  | 9.400,00   |
| PB | CACIMBA DE AREIA       | 2   | 0  | 0  | 0 | 0 | 1  | 4.800,00   |
| PB | CACIMBA DE DENTRO      | 2   | 0  | 0  | 5 | 0 | 1  | 14.200,00  |
| PB | CACIMBAS               | 2   | 0  | 0  | 0 | 0 | 1  | 11.600,00  |
| PB | CAICARA                | 3   | 0  | 0  | 0 | 0 | 1  | 8.200,00   |
| PB | CAJAZEIRAS             | 16  | 0  | 1  | 2 | 5 | 2  | 56.900,00  |
| PB | CAJAZEIRINHAS          | 1   | 0  | 0  | 1 | 0 | 1  | 11.100,00  |
| PB | CALDAS BRANDÃO         | 2   | 0  | 0  | 1 | 0 | 1  | 23.600,00  |
| PB | CAMALAU                | 2   | 0  | 0  | 0 | 0 | 1  | 4.800,00   |
| PB | CAMPINA GRANDE         | 51  | 40 | 9  | 1 | 9 | 0  | 366.600,00 |
| PB | CAPIM                  | 2   | 0  | 0  | 1 | 0 | 0  | 11.000,00  |
| PB | CARAÚBAS               | 2   | 0  | 0  | 0 | 0 | 0  | 2.700,00   |
| PB | CARRAPATEIRA           | 1   | 0  | 0  | 0 | 0 | 0  | 5.600,00   |
| PB | CASSERENGUE            | 3   | 0  | 1  | 0 | 0 | 0  | 23.800,00  |
| PB | CATINGUEIRA            | 2   | 0  | 1  | 0 | 0 | 0  | 13.200,00  |
| PB | CATOLE DO ROCHA        | 1   | 0  | 0  | 4 | 0 | 1  | 12.000,00  |
| PB | CATURITE               | 2   | 0  | 0  | 0 | 0 | 1  | 8.800,00   |
| PB | CONCEIÇÃO              | 7   | 0  | 0  | 1 | 0 | 1  | 36.200,00  |
| PB | CONDADO                | 3   | 0  | 1  | 0 | 0 | 0  | 13.600,00  |
| PB | CONDE                  | 9   | 0  | 1  | 0 | 0 | 0  | 49.100,00  |
| PB | CONGO                  | 1   | 0  | 0  | 1 | 0 | 1  | 4.800,00   |
| PB | COREMAS                | 7   | 0  | 1  | 0 | 0 | 0  | 45.800,00  |
| PB | COXIXOLA               | 1   | 0  | 0  | 0 | 0 | 0  | 4.200,00   |
| PB | CRUZ DO ESPÍRITO SANTO | 6   | 0  | 0  | 1 | 0 | 1  | 26.600,00  |
| PB | CUBATI                 | 3   | 0  | 0  | 0 | 0 | 1  | 15.000,00  |
| PB | CUITE                  | 9   | 0  | 1  | 0 | 0 | 0  | 47.400,00  |
| PB | CUITE DE MAMANGUAPE    | 3   | 0  | 0  | 0 | 0 | 1  | 7.200,00   |
| PB | CUITEGI                | 3   | 0  | 0  | 0 | 0 | 0  | 11.100,00  |
| PB | CURRAL DE CIMA         | 2   | 0  | 0  | 1 | 0 | 1  | 10.400,00  |
| PB | CURRAL VELHO           | 1   | 0  | 0  | 0 | 0 | 1  | 10.400,00  |
| PB | DAMIÃO                 | 2   | 0  | 0  | 0 | 0 | 1  | 14.600,00  |
| PB | DESTERRO               | 3   | 0  | 1  | 0 | 0 | 0  | 10.600,00  |
| PB | DIAMANTE               | 3   | 0  | 0  | 0 | 0 | 1  | 16.000,00  |
| PB | DONA INES              | 5   | 0  | 1  | 0 | 0 | 0  | 1.700,00   |
| PB | DUAS ESTRADAS          | 2   | 0  | 0  | 0 | 0 | 1  | 9.200,00   |
| PB | EMAS                   | 1   | 0  | 0  | 0 | 0 | 1  | 7.000,00   |
| PB | ESPERANÇA              | 10  | 1  | 0  | 0 | 0 | 2  | 73.100,00  |
| PB | FAGUNDES               | 3   | 0  | 0  | 2 | 0 | 0  | 14.900,00  |
| PB | FREI MARTINHO          | 1   | 0  | 0  | 0 | 0 | 0  | 3.200,00   |
| PB | GADO BRAVO             | 4   | 0  | 1  | 0 | 0 | 0  | 9.400,00   |
| PB | GUARABIRA              | 19  | 0  | 0  | 0 | 0 | 3  | 75.200,00  |
| PB | GURINHÉM               | 6   | 0  | 0  | 1 | 0 | 1  | 42.800,00  |
| PB | GURJÃO                 | 1   | 0  | 0  | 0 | 1 | 1  | 9.700,00   |
| PB | IBIARA                 | 2   | 0  | 0  | 1 | 0 | 1  | 23.800,00  |
| PB | IGARACY                | 3   | 0  | 1  | 0 | 0 | 0  | 7.200,00   |
| PB | IMACULADA              | 5   | 0  | 0  | 0 | 0 | 1  | 11.600,00  |
| PB | INGÁ                   | 7   | 0  | 1  | 1 | 0 | 0  | 50.400,00  |
| PB | ITABAIANA              | 10  | 0  | 0  | 0 | 0 | 1  | 36.100,00  |
| PB | ITAPORANGA             | 9   | 0  | 0  | 0 | 0 | 1  | 22.800,00  |
| PB | ITAPOROROCA            | 6   | 0  | 0  | 1 | 0 | 1  | 24.200,00  |
| PB | ITATUBA                | 4   | 0  | 0  | 0 | 0 | 1  | 21.600,00  |
| PB | JACARAÚ                | 6   | 0  | 1  | 0 | 0 | 0  | 24.400,00  |
| PB | JERICO                 | 3   | 0  | 0  | 0 | 0 | 1  | 24.800,00  |
| PB | JOÃO PESSOA            | 170 | 1  | 15 | 6 | 9 | 13 | 867.900,00 |
| PB | JOCA CLAUDINO          | 1   | 0  | 0  | 0 | 0 | 1  | 6.000,00   |
| PB | JUAREZ TAVORA          | 2   | 0  | 0  | 1 | 0 | 1  | 12.600,00  |
| PB | JUAZEIRINHO            | 5   | 0  | 0  | 1 | 2 | 1  | 22.000,00  |
| PB | JUNCO DO SERIDÓ        | 3   | 0  | 0  | 0 | 0 | 1  | 19.400,00  |
| PB | JURIPIRANGA            | 4   | 0  | 1  | 0 | 1 | 0  | 41.900,00  |
| PB | JURU                   | 4   | 0  | 0  | 1 | 0 | 1  | 26.700,00  |
| PB | LAGOA                  | 2   | 0  | 0  | 0 | 0 | 1  | 10.200,00  |
| PB | LAGOA DE DENTRO        | 3   | 0  | 0  | 0 | 0 | 1  | 15.500,00  |
| PB | LAGOA SECA             | 10  | 0  | 1  | 0 | 0 | 0  | 93.000,00  |
| PB | LASTRO                 | 1   | 0  | 0  | 0 | 0 | 1  | 2.600,00   |
| PB | LIVRAMENTO             | 1   | 2  | 0  | 0 | 0 | 1  | 14.000,00  |
| PB | LOGRADOURO             | 2   | 0  | 0  | 0 | 0 | 1  | 21.400,00  |
| PB | LUCENA                 | 5   | 0  | 1  | 1 | 0 | 0  | 12.500,00  |
| PB | MAE D'ÁGUA             | 2   | 0  | 0  | 0 | 0 | 1  | 13.600,00  |
| PB | MALTA                  | 2   | 0  | 0  | 1 | 0 | 1  | 11.400,00  |
| PB | MAMANGUAPE             | 16  | 0  | 2  | 2 | 0 | 1  | 57.200,00  |
| PB | MANAIRA                | 0   | 0  | 0  | 1 | 0 | 0  | 2.200,00   |
| PB | MARCAÇÃO               | 3   | 0  | 0  | 0 | 0 | 0  | 6.600,00   |
| PB | MARI                   | 9   | 0  | 0  | 0 | 0 | 1  | 56.400,00  |
| PB | MARIZÓPOLIS            | 3   | 0  | 0  | 0 | 0 | 1  | 11.600,00  |
| PB | MASSARANDUBA           | 5   | 0  | 1  | 1 | 0 | 0  | 29.000,00  |
| PB | MATARACA               | 3   | 0  | 0  | 1 | 0 | 1  | 8.900,00   |
| PB | MATINHAS               | 2   | 0  | 0  | 0 | 0 | 1  | 4.800,00   |
| PB | MATÓ GROSSO            | 1   | 0  | 0  | 0 | 0 | 1  | 2.600,00   |
| PB | MATUREIA               | 2   | 0  | 0  | 0 | 0 | 1  | 14.600,00  |
| PB | MOGEIRO                | 6   | 0  | 1  | 1 | 0 | 0  | 58.400,00  |
| PB | MONTADAS               | 2   | 0  | 0  | 1 | 0 | 1  | 21.400,00  |
| PB | MONTE HOREBE           | 2   | 0  | 0  | 0 | 0 | 1  | 10.200,00  |
| PB | MONTEIRO               | 9   | 0  | 1  | 0 | 2 | 0  | 48.200,00  |
| PB | MULUNGU                | 4   | 0  | 1  | 1 | 0 | 0  | 29.600,00  |
| PB | NATUBA                 | 3   | 1  | 1  | 0 | 0 | 0  | 9.900,00   |
| PB | NAZAREZINHO            | 3   | 0  | 1  | 0 | 0 | 0  | 7.200,00   |
| PB | NOVA FLORESTA          | 2   | 2  | 0  | 0 | 1 | 1  | 23.300,00  |
| PB | NOVA OLINDA            | 2   | 0  | 0  | 0 | 1 | 1  | 6.700,00   |
| PB | NOVA PALMEIRA          | 2   | 0  | 0  | 0 | 0 | 1  | 9.200,00   |
| PB | OLHO D'ÁGUA            | 1   | 1  | 0  | 1 | 0 | 1  | 11.100,00  |
| PB | OLIVEDOS               | 2   | 0  | 0  | 0 | 0 | 1  | 4.800,00   |
| PB | OURO VELHO             | 1   | 0  | 0  | 0 | 0 | 1  | 2.600,00   |
| PB | PARARI                 | 1   | 0  | 0  | 0 | 0 | 0  | 2.200,00   |
| PB | PASSAGEM               | 1   | 0  | 0  | 0 | 0 | 1  | 2.600,00   |
| PB | PATOS                  | 36  | 0  | 4  | 2 | 0 | 2  | 157.800,00 |
| PB | PAULISTA               | 5   | 0  | 0  | 0 | 0 | 1  | 12.000,00  |
| PB | PEDRA BRANCA           | 2   | 0  | 0  | 0 | 0 | 1  | 4.800,00   |
| PB | PEDRA LAVRADA          | 2   | 0  | 0  | 1 | 0 | 1  | 13.600,00  |
| PB | PEDRAS DE FOGO         | 11  | 0  | 1  | 0 | 0 | 1  | 72.900,00  |
| PB | PEDRO RÉGIS            | 2   | 0  | 0  | 1 | 0 | 1  | 13.400,00  |



|    |                                |    |    |   |    |   |   |            |
|----|--------------------------------|----|----|---|----|---|---|------------|
| PB | PIANCÓ                         | 6  | 0  | 1 | 1  | 0 | 0 | 58.800,00  |
| PB | PICUI                          | 8  | 0  | 0 | 0  | 0 | 0 | 42.100,00  |
| PB | PILAR                          | 5  | 0  | 1 | 0  | 0 | 0 | 35.000,00  |
| PB | PILOES                         | 3  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 11.600,00  |
| PB | PILOEZINHOS                    | 2  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 8.700,00   |
| PB | PIRIPITUBA                     | 4  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 14.800,00  |
| PB | PITIMBU                        | 6  | 0  | 0 | 1  | 0 | 1 | 15.400,00  |
| PB | POCINHOS                       | 7  | 1  | 1 | 0  | 0 | 0 | 59.300,00  |
| PB | POÇO DANTAS                    | 0  | 0  | 0 | 2  | 0 | 1 | 4.800,00   |
| PB | POÇO DE JOSE DE MOURA          | 2  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 8.200,00   |
| PB | POMBAL                         | 11 | 0  | 2 | 1  | 0 | 0 | 88.500,00  |
| PB | PRATA                          | 2  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 4.800,00   |
| PB | PRINCESA ISABEL                | 8  | 0  | 1 | 2  | 1 | 1 | 55.300,00  |
| PB | PUXINANA                       | 6  | 0  | 1 | 0  | 0 | 0 | 37.800,00  |
| PB | QUEIMADAS                      | 17 | 0  | 2 | 0  | 0 | 0 | 90.400,00  |
| PB | QUIXABA                        | 1  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 9.400,00   |
| PB | REMÍGIO                        | 4  | 0  | 0 | 4  | 0 | 1 | 20.600,00  |
| PB | RIACHÃO                        | 1  | 0  | 0 | 1  | 0 | 1 | 4.800,00   |
| PB | RIACHÃO DO BACAMARTE           | 2  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 11.600,00  |
| PB | RIACHÃO DO POÇO                | 2  | 0  | 0 | 0  | 0 | 0 | 4.400,00   |
| PB | RIACHO DE SANTO ANTÔNIO        | 1  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 4.600,00   |
| PB | RIACHO DOS CAVALOS             | 3  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 6.700,00   |
| PB | RIO TINTO                      | 9  | 0  | 1 | 0  | 0 | 0 | 40.000,00  |
| PB | SALGADINHO                     | 1  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 6.000,00   |
| PB | SALGADO DE SÃO FÉLIX           | 5  | 0  | 1 | 0  | 0 | 0 | 41.900,00  |
| PB | SANTA CECÍLIA                  | 3  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 16.000,00  |
| PB | SANTA CRUZ                     | 3  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 10.100,00  |
| PB | SANTA HELENA                   | 3  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 17.400,00  |
| PB | SANTA INES                     | 1  | 0  | 0 | 1  | 0 | 1 | 4.800,00   |
| PB | SANTA LUZIA                    | 6  | 0  | 1 | 0  | 0 | 0 | 35.800,00  |
| PB | SANTA RITA                     | 33 | 0  | 4 | 4  | 0 | 0 | 74.500,00  |
| PB | SANTA TERESINHA                | 2  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 14.600,00  |
| PB | SANTANA DE MANGUEIRA           | 2  | 0  | 0 | 1  | 0 | 1 | 12.400,00  |
| PB | SANTANA DOS GARROTES           | 3  | 0  | 1 | 1  | 0 | 0 | 13.500,00  |
| PB | SANTO ANDRÉ                    | 1  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 2.600,00   |
| PB | SÃO BENTINHO                   | 2  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 12.600,00  |
| PB | SÃO BENTO                      | 5  | 0  | 0 | 5  | 1 | 2 | 56.400,00  |
| PB | SÃO DOMINGOS                   | 1  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 9.400,00   |
| PB | SÃO DOMINGOS DO CARIRI         | 1  | 0  | 0 | 0  | 0 | 0 | 2.200,00   |
| PB | SÃO FRANCISCO                  | 1  | 0  | 0 | 1  | 0 | 1 | 13.600,00  |
| PB | SÃO JOÃO DO CARIRI             | 2  | 0  | 0 | 0  | 0 | 0 | 15.600,00  |
| PB | SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE       | 8  | 0  | 1 | 0  | 0 | 0 | 18.100,00  |
| PB | SÃO JOÃO DO TIGRE              | 2  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 8.200,00   |
| PB | SÃO JOSE DA LAGOA TAPADA       | 3  | 0  | 1 | 0  | 0 | 0 | 5.700,00   |
| PB | SÃO JOSE DE CAIANA             | 2  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 10.200,00  |
| PB | SÃO JOSE DE ESPINHARAS         | 2  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 11.200,00  |
| PB | SÃO JOSE DE PIRANHAS           | 7  | 0  | 1 | 2  | 0 | 0 | 22.700,00  |
| PB | SÃO JOSE DE PRINCESA           | 2  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 5.800,00   |
| PB | SÃO JOSE DO BONFIM             | 1  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 2.600,00   |
| PB | SÃO JOSE DO BREJO DO CRUZ      | 1  | 0  | 0 | 0  | 0 | 0 | 2.200,00   |
| PB | SÃO JOSE DO SABUGI             | 2  | 0  | 0 | 0  | 1 | 1 | 5.500,00   |
| PB | SÃO JOSE DOS CORDEIROS         | 2  | 0  | 0 | 0  | 0 | 0 | 3.900,00   |
| PB | SÃO JOSE DOS RAMOS             | 2  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 10.200,00  |
| PB | SÃO MAMEDE                     | 3  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 11.600,00  |
| PB | SÃO MIGUEL DE TAIPU            | 3  | 0  | 0 | 0  | 1 | 1 | 8.900,00   |
| PB | SÃO SEBASTIAO DE LAGOA DE ROÇA | 5  | 0  | 1 | 0  | 0 | 0 | 27.200,00  |
| PB | SÃO SEBASTIAO DO UMBUZEIRO     | 1  | 0  | 0 | 0  | 1 | 1 | 7.700,00   |
| PB | SÃO VICENTE DO SERIDÓ          | 4  | 0  | 1 | 1  | 0 | 0 | 23.400,00  |
| PB | SAPE                           | 15 | 4  | 0 | 0  | 0 | 2 | 39.600,00  |
| PB | SERRA BRANCA                   | 5  | 0  | 1 | 0  | 0 | 0 | 29.800,00  |
| PB | SERRA DA RAIZ                  | 1  | 0  | 0 | 0  | 1 | 1 | 11.100,00  |
| PB | SERRA GRANDE                   | 1  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 9.400,00   |
| PB | SERRA REDONDA                  | 3  | 0  | 0 | 0  | 0 | 0 | 6.100,00   |
| PB | SERRARIA                       | 3  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 7.200,00   |
| PB | SERTÃOZINHO                    | 2  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 15.600,00  |
| PB | SOBRADO                        | 3  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 12.100,00  |
| PB | SOLÂNEA                        | 8  | 2  | 1 | 1  | 0 | 1 | 39.400,00  |
| PB | SOLEDADE                       | 5  | 0  | 1 | 1  | 0 | 0 | 24.900,00  |
| PB | SOSSEGO                        | 1  | 0  | 0 | 1  | 0 | 1 | 9.200,00   |
| PB | SOUZA                          | 15 | 0  | 3 | 11 | 0 | 2 | 70.600,00  |
| PB | SUME                           | 6  | 0  | 1 | 0  | 0 | 0 | 39.800,00  |
| PB | TACIMA                         | 4  | 0  | 1 | 0  | 0 | 0 | 7.200,00   |
| PB | TAPEROÁ                        | 6  | 0  | 1 | 1  | 0 | 0 | 16.400,00  |
| PB | TAVARES                        | 6  | 0  | 0 | 1  | 0 | 0 | 39.800,00  |
| PB | TEIXEIRA                       | 5  | 0  | 1 | 1  | 0 | 0 | 18.600,00  |
| PB | TENÓRIO                        | 1  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 2.600,00   |
| PB | TRIUNFO                        | 3  | 0  | 0 | 1  | 0 | 1 | 15.800,00  |
| PB | UIRAUNA                        | 6  | 0  | 1 | 1  | 0 | 0 | 40.400,00  |
| PB | UMBUZEIRO                      | 3  | 1  | 1 | 1  | 0 | 0 | 31.100,00  |
| PB | VARZEA                         | 1  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 3.600,00   |
| PB | VIEIRÓPOLIS                    | 2  | 0  | 0 | 1  | 0 | 1 | 10.400,00  |
| PB | VISTA SERRANA                  | 1  | 0  | 0 | 0  | 1 | 1 | 4.300,00   |
| PB | ZABELE                         | 1  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 9.400,00   |
| PE | ABREU E LIMA                   | 12 | 13 | 4 | 1  | 1 | 0 | 143.600,00 |
| PE | AFOGADOS DA INGAZEIRA          | 8  | 0  | 1 | 5  | 0 | 0 | 55.500,00  |
| PE | AFRÂNIO                        | 5  | 0  | 1 | 1  | 0 | 0 | 18.700,00  |
| PE | AGRESTINA                      | 9  | 0  | 1 | 2  | 0 | 1 | 76.000,00  |
| PE | ÁGUA PRETA                     | 12 | 0  | 1 | 0  | 0 | 1 | 38.300,00  |
| PE | AGUAS BELAS                    | 5  | 3  | 1 | 0  | 4 | 1 | 24.900,00  |
| PE | ALAGOINHA                      | 5  | 0  | 1 | 1  | 0 | 0 | 45.600,00  |
| PE | ALIANÇA                        | 10 | 0  | 1 | 0  | 0 | 0 | 51.400,00  |
| PE | ALTINHO                        | 8  | 0  | 1 | 0  | 0 | 0 | 46.500,00  |
| PE | AMARAJO                        | 5  | 2  | 1 | 0  | 0 | 0 | 17.400,00  |
| PE | ANGELIM                        | 4  | 0  | 1 | 1  | 0 | 0 | 19.000,00  |
| PE | ARAÇOÍABA                      | 3  | 3  | 0 | 0  | 0 | 1 | 36.000,00  |
| PE | ARARIPINA                      | 12 | 5  | 1 | 0  | 0 | 1 | 88.400,00  |
| PE | ARCOVERDE                      | 17 | 0  | 2 | 5  | 0 | 1 | 116.600,00 |
| PE | BARRA DE GUABIRABA             | 4  | 1  | 0 | 0  | 0 | 1 | 18.800,00  |
| PE | BARREIROS                      | 8  | 1  | 1 | 1  | 0 | 0 | 59.500,00  |
| PE | BELEM DE MARIA                 | 4  | 0  | 1 | 0  | 0 | 0 | 23.200,00  |
| PE | BELEM DO SÃO FRANCISCO         | 2  | 4  | 0 | 0  | 1 | 0 | 12.900,00  |
| PE | BELO JARDIM                    | 9  | 2  | 0 | 1  | 2 | 1 | 53.600,00  |
| PE | BETÂNIA                        | 5  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 33.400,00  |
| PE | BEZERROS                       | 5  | 0  | 1 | 4  | 4 | 0 | 38.600,00  |
| PE | BODOCÓ                         | 7  | 4  | 1 | 0  | 0 | 0 | 50.400,00  |
| PE | BOM CONSELHO                   | 6  | 2  | 1 | 0  | 5 | 1 | 53.800,00  |
| PE | BOM JARDIM                     | 7  | 4  | 1 | 0  | 0 | 0 | 63.200,00  |
| PE | BONITO                         | 9  | 0  | 1 | 1  | 0 | 0 | 53.200,00  |



|    |                         |     |    |    |    |    |   |            |
|----|-------------------------|-----|----|----|----|----|---|------------|
| PE | BREJÃO                  | 4   | 0  | 1  | 0  | 0  | 0 | 27.000,00  |
| PE | BREJINHO                | 3   | 0  | 0  | 0  | 0  | 1 | 17.000,00  |
| PE | BREJO DA MADRE DE DEUS  | 2   | 0  | 0  | 8  | 0  | 1 | 23.000,00  |
| PE | BUENOS AIRES            | 4   | 2  | 0  | 0  | 0  | 0 | 46.800,00  |
| PE | BUIQUE                  | 5   | 3  | 0  | 0  | 2  | 1 | 20.000,00  |
| PE | CABO DE SANTO AGOSTINHO | 26  | 11 | 2  | 1  | 2  | 0 | 100.900,00 |
| PE | CABROBÓ                 | 9   | 0  | 1  | 0  | 2  | 0 | 79.300,00  |
| PE | CACHOEIRINHA            | 7   | 0  | 1  | 0  | 0  | 0 | 26.100,00  |
| PE | CAETES                  | 9   | 0  | 1  | 0  | 0  | 0 | 45.800,00  |
| PE | CALÇADO                 | 4   | 0  | 0  | 1  | 0  | 1 | 29.600,00  |
| PE | CALÚMBI                 | 2   | 0  | 0  | 0  | 0  | 0 | 15.100,00  |
| PE | CAMARAGIBE              | 13  | 29 | 2  | 0  | 1  | 2 | 198.400,00 |
| PE | CAMOCIM DE SÃO FÉLIX    | 5   | 1  | 0  | 0  | 0  | 0 | 28.300,00  |
| PE | CAMUTANGA               | 3   | 0  | 0  | 0  | 0  | 0 | 24.200,00  |
| PE | CANHOTINHO              | 9   | 0  | 1  | 1  | 0  | 0 | 25.900,00  |
| PE | CARNAÍBA                | 4   | 4  | 0  | 0  | 1  | 1 | 32.900,00  |
| PE | CARNAUBEIRA DA PENHA    | 1   | 0  | 0  | 1  | 0  | 0 | 2.200,00   |
| PE | CARPINA                 | 6   | 6  | 1  | 4  | 2  | 2 | 38.100,00  |
| PE | CARUARU                 | 35  | 2  | 3  | 10 | 15 | 1 | 393.800,00 |
| PE | CASINHAS                | 6   | 0  | 1  | 0  | 0  | 0 | 50.400,00  |
| PE | CATENDE                 | 10  | 0  | 1  | 0  | 0  | 0 | 52.400,00  |
| PE | CEDRO                   | 4   | 0  | 0  | 1  | 0  | 1 | 12.100,00  |
| PE | CHÁ DE ALEGRIA          | 5   | 0  | 0  | 0  | 0  | 1 | 15.400,00  |
| PE | CHÁ GRANDE              | 7   | 0  | 0  | 0  | 0  | 1 | 40.400,00  |
| PE | CONDADO                 | 8   | 0  | 1  | 0  | 0  | 0 | 75.800,00  |
| PE | CORRENTES               | 4   | 0  | 0  | 2  | 1  | 1 | 8.800,00   |
| PE | CORTES                  | 5   | 0  | 0  | 0  | 0  | 1 | 12.000,00  |
| PE | CUMARU                  | 1   | 4  | 0  | 0  | 1  | 0 | 14.100,00  |
| PE | CUPIRA                  | 6   | 0  | 0  | 3  | 0  | 1 | 27.600,00  |
| PE | CUSTÓDIA                | 10  | 0  | 1  | 0  | 0  | 0 | 74.300,00  |
| PE | DORMENTES               | 4   | 0  | 0  | 1  | 1  | 1 | 23.500,00  |
| PE | ESCADA                  | 10  | 0  | 1  | 4  | 0  | 0 | 61.000,00  |
| PE | EXU                     | 7   | 5  | 1  | 0  | 1  | 1 | 37.900,00  |
| PE | FEIRA NOVA              | 4   | 3  | 0  | 0  | 0  | 1 | 65.100,00  |
| PE | FERNANDO DE NORONHA     | 1   | 0  | 0  | 0  | 0  | 0 | 2.200,00   |
| PE | FERREIROS               | 4   | 0  | 0  | 0  | 0  | 1 | 29.000,00  |
| PE | FLORES                  | 4   | 0  | 0  | 0  | 3  | 0 | 41.700,00  |
| PE | FLORESTA                | 6   | 0  | 0  | 0  | 2  | 1 | 16.600,00  |
| PE | FREI MIGUELINHO         | 3   | 1  | 1  | 0  | 1  | 0 | 9.600,00   |
| PE | GAMELEIRA               | 7   | 1  | 1  | 0  | 0  | 0 | 30.800,00  |
| PE | GARANHUNS               | 24  | 8  | 2  | 0  | 0  | 0 | 254.600,00 |
| PE | GLÓRIA DO GOITÁ         | 7   | 1  | 1  | 0  | 0  | 0 | 52.300,00  |
| PE | GOIANA                  | 16  | 0  | 0  | 7  | 0  | 2 | 156.200,00 |
| PE | GRANITO                 | 2   | 0  | 1  | 0  | 0  | 0 | 6.700,00   |
| PE | GRAVATÁ                 | 16  | 4  | 2  | 0  | 0  | 0 | 119.700,00 |
| PE | IATI                    | 8   | 0  | 1  | 0  | 0  | 0 | 29.300,00  |
| PE | IBIMIRIM                | 12  | 0  | 1  | 0  | 0  | 0 | 44.500,00  |
| PE | IBIRAJUBA               | 2   | 0  | 0  | 0  | 1  | 1 | 13.500,00  |
| PE | IGARASSU                | 21  | 4  | 2  | 1  | 3  | 0 | 147.000,00 |
| PE | IGUARACY                | 1   | 0  | 0  | 0  | 0  | 0 | 3.200,00   |
| PE | ILHA DE ITAMARACÁ       | 7   | 1  | 1  | 1  | 0  | 0 | 65.600,00  |
| PE | INAJÁ                   | 5   | 1  | 0  | 0  | 0  | 0 | 14.100,00  |
| PE | INGAZEIRA               | 2   | 0  | 0  | 0  | 0  | 0 | 12.200,00  |
| PE | IPOJUCA                 | 13  | 0  | 1  | 2  | 0  | 0 | 32.500,00  |
| PE | IPUBI                   | 7   | 4  | 1  | 0  | 0  | 1 | 39.300,00  |
| PE | ITACURUBA               | 1   | 0  | 0  | 0  | 0  | 0 | 5.600,00   |
| PE | ITAÍBA                  | 8   | 0  | 1  | 0  | 0  | 0 | 13.400,00  |
| PE | ITAMBE                  | 12  | 0  | 1  | 0  | 0  | 0 | 63.400,00  |
| PE | ITAPETIM                | 6   | 0  | 0  | 0  | 1  | 1 | 46.300,00  |
| PE | ITAPISSUMA              | 8   | 0  | 1  | 1  | 0  | 0 | 38.500,00  |
| PE | ITAQUITINGA             | 6   | 0  | 0  | 0  | 0  | 1 | 25.500,00  |
| PE | JABOATÃO DOS GUARARAPES | 33  | 8  | 3  | 28 | 25 | 2 | 243.300,00 |
| PE | JAQUEIRA                | 5   | 0  | 0  | 0  | 0  | 0 | 11.000,00  |
| PE | JATAUBA                 | 5   | 1  | 1  | 0  | 0  | 0 | 27.900,00  |
| PE | JATOBA                  | 4   | 0  | 0  | 0  | 0  | 0 | 7.800,00   |
| PE | JOÃO ALFREDO            | 8   | 3  | 1  | 0  | 0  | 1 | 59.400,00  |
| PE | JOAQUIM NABUCO          | 5   | 0  | 0  | 1  | 0  | 1 | 26.900,00  |
| PE | JUCATI                  | 4   | 0  | 1  | 1  | 0  | 0 | 27.200,00  |
| PE | JUPI                    | 6   | 0  | 0  | 0  | 0  | 0 | 34.200,00  |
| PE | JUREMA                  | 3   | 2  | 0  | 0  | 0  | 0 | 22.600,00  |
| PE | LAGOA DE ITAENGA        | 9   | 0  | 1  | 0  | 0  | 0 | 22.300,00  |
| PE | LAGOA DO CARRO          | 6   | 0  | 1  | 0  | 0  | 0 | 66.600,00  |
| PE | LAGOA DO OURO           | 5   | 0  | 1  | 1  | 0  | 0 | 28.700,00  |
| PE | LAGOA DOS GATOS         | 2   | 2  | 0  | 0  | 0  | 1 | 15.200,00  |
| PE | LAGOA GRANDE            | 6   | 2  | 0  | 0  | 2  | 1 | 64.300,00  |
| PE | LAJEDO                  | 7   | 0  | 0  | 0  | 1  | 1 | 58.400,00  |
| PE | LIMOEIRO                | 18  | 0  | 2  | 0  | 0  | 0 | 187.300,00 |
| PE | MACAPARANA              | 6   | 1  | 0  | 1  | 2  | 1 | 43.900,00  |
| PE | MACHADOS                | 3   | 1  | 0  | 1  | 0  | 1 | 21.700,00  |
| PE | MANARI                  | 4   | 0  | 0  | 2  | 0  | 0 | 14.700,00  |
| PE | MARAIAL                 | 1   | 0  | 0  | 1  | 1  | 1 | 5.000,00   |
| PE | MIRANDIBA               | 5   | 0  | 1  | 0  | 0  | 0 | 12.600,00  |
| PE | MOREILÂNDIA             | 0   | 0  | 0  | 3  | 2  | 0 | 10.000,00  |
| PE | MORENO                  | 4   | 3  | 0  | 0  | 0  | 0 | 13.600,00  |
| PE | NAZARÉ DA MATA          | 3   | 5  | 1  | 0  | 2  | 0 | 24.400,00  |
| PE | OLINDA                  | 27  | 28 | 3  | 0  | 0  | 0 | 329.400,00 |
| PE | OROBÓ                   | 10  | 0  | 1  | 0  | 0  | 0 | 75.000,00  |
| PE | OROCO                   | 1   | 2  | 0  | 0  | 0  | 0 | 5.100,00   |
| PE | OURICURI                | 9   | 0  | 1  | 7  | 8  | 2 | 58.400,00  |
| PE | PALMARES                | 17  | 1  | 2  | 0  | 0  | 0 | 131.100,00 |
| PE | PALMEIRINA              | 4   | 0  | 1  | 0  | 0  | 0 | 13.800,00  |
| PE | PANELAS                 | 6   | 0  | 0  | 0  | 0  | 1 | 14.200,00  |
| PE | PARANATAMA              | 5   | 0  | 1  | 0  | 0  | 0 | 28.200,00  |
| PE | PARNAMIRIM              | 8   | 0  | 0  | 0  | 0  | 1 | 32.200,00  |
| PE | PASSIRA                 | 3   | 6  | 1  | 0  | 0  | 0 | 57.300,00  |
| PE | PAUDALHO                | 7   | 1  | 1  | 0  | 0  | 0 | 14.900,00  |
| PE | PAULISTA                | 19  | 19 | 2  | 2  | 1  | 1 | 82.500,00  |
| PE | PEDRA                   | 9   | 0  | 1  | 0  | 0  | 0 | 22.300,00  |
| PE | PESQUEIRA               | 14  | 0  | 1  | 2  | 0  | 1 | 74.500,00  |
| PE | PETROLÂNDIA             | 7   | 0  | 0  | 0  | 0  | 0 | 21.200,00  |
| PE | PETROLINA               | 20  | 22 | 5  | 14 | 23 | 3 | 218.300,00 |
| PE | POCÃO                   | 3   | 0  | 0  | 2  | 0  | 1 | 19.900,00  |
| PE | POMBOS                  | 8   | 0  | 0  | 0  | 0  | 0 | 25.400,00  |
| PE | PRIMAVERA               | 4   | 0  | 0  | 0  | 0  | 1 | 31.000,00  |
| PE | QUIPAPA                 | 9   | 0  | 1  | 0  | 0  | 0 | 12.900,00  |
| PE | QUIXABA                 | 1   | 1  | 0  | 0  | 1  | 0 | 10.000,00  |
| PE | RECIFE                  | 133 | 91 | 12 | 10 | 8  | 4 | 687.200,00 |
| PE | RIACHO DAS ALMAS        | 4   | 2  | 0  | 0  | 0  | 0 | 22.200,00  |



|    |                           |    |    |   |   |   |   |            |
|----|---------------------------|----|----|---|---|---|---|------------|
| PE | RIBEIRÃO                  | 12 | 0  | 1 | 0 | 0 | 0 | 34.500,00  |
| PE | RIO FORMOSO               | 3  | 0  | 0 | 0 | 1 | 0 | 8.300,00   |
| PE | SAIRE                     | 4  | 2  | 0 | 0 | 0 | 1 | 33.200,00  |
| PE | SALGADINHO                | 1  | 1  | 0 | 1 | 0 | 1 | 11.100,00  |
| PE | SALGUEIRO                 | 13 | 0  | 0 | 3 | 0 | 0 | 79.200,00  |
| PE | SALOA                     | 6  | 0  | 1 | 1 | 0 | 0 | 63.300,00  |
| PE | SANHARÓ                   | 5  | 0  | 1 | 1 | 0 | 0 | 33.200,00  |
| PE | SANTA CRUZ                | 5  | 1  | 1 | 0 | 0 | 0 | 41.500,00  |
| PE | SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE | 5  | 0  | 0 | 1 | 0 | 1 | 47.400,00  |
| PE | SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE  | 7  | 10 | 1 | 0 | 0 | 0 | 42.200,00  |
| PE | SANTA FILOMENA            | 2  | 3  | 0 | 0 | 0 | 1 | 13.400,00  |
| PE | SANTA MARIA DA BOA VISTA  | 6  | 0  | 1 | 1 | 2 | 0 | 52.900,00  |
| PE | SANTA MARIA DO CAMBUCA    | 2  | 2  | 1 | 0 | 1 | 0 | 26.100,00  |
| PE | SANTA TEREZINHA           | 2  | 2  | 0 | 1 | 0 | 1 | 15.400,00  |
| PE | SÃO BENEDITO DO SUL       | 3  | 0  | 0 | 0 | 0 | 0 | 6.100,00   |
| PE | SÃO BENTO DO UNA          | 5  | 1  | 0 | 2 | 1 | 1 | 19.800,00  |
| PE | SÃO CAITANO               | 7  | 0  | 0 | 1 | 1 | 1 | 30.500,00  |
| PE | SÃO JOÃO                  | 8  | 0  | 0 | 0 | 0 | 0 | 21.000,00  |
| PE | SÃO JOAQUIM DO MONTE      | 8  | 0  | 1 | 1 | 0 | 0 | 60.900,00  |
| PE | SÃO JOSÉ DA COROA GRANDE  | 6  | 0  | 0 | 0 | 1 | 0 | 25.600,00  |
| PE | SÃO JOSÉ DO BELMONTE      | 3  | 2  | 0 | 0 | 2 | 0 | 13.400,00  |
| PE | SÃO JOSÉ DO EGITO         | 12 | 0  | 1 | 1 | 0 | 0 | 56.400,00  |
| PE | SÃO LOURENÇO DA MATA      | 17 | 7  | 0 | 0 | 1 | 0 | 68.000,00  |
| PE | SÃO VICENTE FERRER        | 2  | 4  | 0 | 0 | 0 | 1 | 32.600,00  |
| PE | SERRA TALHADA             | 17 | 0  | 1 | 3 | 1 | 0 | 61.300,00  |
| PE | SERRITA                   | 7  | 1  | 1 | 0 | 0 | 0 | 27.900,00  |
| PE | SERTANIA                  | 8  | 0  | 1 | 1 | 1 | 0 | 47.100,00  |
| PE | SIRINHAEM                 | 5  | 4  | 1 | 0 | 0 | 0 | 71.800,00  |
| PE | SOLIDÃO                   | 3  | 0  | 0 | 0 | 0 | 1 | 15.600,00  |
| PE | SURUBIM                   | 16 | 3  | 2 | 1 | 0 | 0 | 119.800,00 |
| PE | TABIRA                    | 4  | 4  | 0 | 0 | 3 | 1 | 69.900,00  |
| PE | TACAIMBÓ                  | 5  | 0  | 1 | 0 | 0 | 0 | 15.400,00  |
| PE | TACARATU                  | 3  | 1  | 1 | 0 | 2 | 0 | 18.100,00  |
| PE | TAMANDARÉ                 | 7  | 1  | 1 | 0 | 0 | 0 | 59.100,00  |
| PE | TAQUARITINGA DO NORTE     | 3  | 0  | 0 | 4 | 0 | 1 | 24.200,00  |
| PE | TEREZINHA                 | 1  | 0  | 0 | 1 | 0 | 0 | 8.800,00   |
| PE | TERRA NOVA                | 2  | 2  | 0 | 0 | 0 | 0 | 7.800,00   |
| PE | TIMBAUBA                  | 20 | 0  | 2 | 0 | 0 | 0 | 119.600,00 |
| PE | TORITAMA                  | 3  | 4  | 0 | 0 | 1 | 1 | 15.100,00  |
| PE | TRACUNHAÉM                | 2  | 0  | 0 | 3 | 0 | 1 | 11.600,00  |
| PE | TRINDADE                  | 2  | 0  | 0 | 5 | 0 | 1 | 23.200,00  |
| PE | TRIUNFO                   | 5  | 0  | 0 | 0 | 0 | 1 | 20.300,00  |
| PE | TUPANATINGA               | 5  | 0  | 0 | 0 | 0 | 1 | 11.600,00  |
| PE | TUPARETAMA                | 3  | 0  | 0 | 0 | 0 | 1 | 7.200,00   |
| PE | VENTUROSA                 | 7  | 0  | 0 | 1 | 0 | 1 | 52.300,00  |
| PE | VERDEJANTE                | 4  | 0  | 0 | 0 | 0 | 1 | 12.400,00  |
| PE | VERTENTE DO LÉRIO         | 4  | 0  | 0 | 0 | 0 | 1 | 17.200,00  |
| PE | VERTENTES                 | 0  | 0  | 0 | 6 | 0 | 0 | 13.200,00  |
| PE | VICÊNCIA                  | 6  | 3  | 1 | 0 | 0 | 0 | 17.300,00  |
| PE | VITÓRIA DE SANTO ANTÃO    | 25 | 1  | 3 | 1 | 2 | 0 | 118.700,00 |
| PE | XEXEU                     | 7  | 0  | 1 | 0 | 0 | 0 | 13.200,00  |
| PI | ACAUÁ                     | 2  | 0  | 0 | 1 | 0 | 1 | 18.400,00  |
| PI | AGRICOLÂNDIA              | 2  | 0  | 0 | 1 | 0 | 1 | 6.500,00   |
| PI | ÁGUA BRANCA               | 7  | 0  | 1 | 0 | 0 | 0 | 72.700,00  |
| PI | ALAGOINHA DO PIAUÍ        | 3  | 0  | 0 | 1 | 0 | 1 | 31.400,00  |
| PI | ALEGRETE DO PIAUÍ         | 2  | 0  | 0 | 1 | 0 | 1 | 15.800,00  |
| PI | ALTO LONGA                | 3  | 0  | 0 | 2 | 2 | 1 | 15.400,00  |
| PI | ALTOS                     | 7  | 0  | 1 | 9 | 0 | 0 | 38.200,00  |
| PI | ALVORADA DO GURGUÊIA      | 2  | 0  | 0 | 1 | 0 | 1 | 16.800,00  |
| PI | AMARANTE                  | 7  | 0  | 1 | 0 | 0 | 0 | 41.900,00  |
| PI | ANGICAL DO PIAUÍ          | 3  | 0  | 0 | 0 | 0 | 1 | 13.600,00  |
| PI | ANIÃO DE ABREU            | 4  | 0  | 0 | 1 | 0 | 1 | 11.600,00  |
| PI | ANTÔNIO ALMEIDA           | 0  | 0  | 0 | 1 | 1 | 1 | 4.300,00   |
| PI | AROAZES                   | 2  | 0  | 0 | 1 | 0 | 1 | 7.200,00   |
| PI | AROEIRAS DO ITAIM         | 1  | 0  | 0 | 0 | 0 | 1 | 2.600,00   |
| PI | ARRAIAL                   | 1  | 0  | 0 | 1 | 0 | 1 | 8.200,00   |
| PI | ASSUNÇÃO DO PIAUÍ         | 3  | 0  | 1 | 1 | 0 | 0 | 15.000,00  |
| PI | AVELINO LOPES             | 5  | 0  | 1 | 1 | 0 | 0 | 33.200,00  |
| PI | BAIXA GRANDE DO RIBEIRO   | 0  | 0  | 0 | 4 | 1 | 1 | 11.100,00  |
| PI | BARRA D'ALCÂNTARA         | 2  | 0  | 0 | 0 | 0 | 1 | 9.200,00   |
| PI | BARRAS                    | 14 | 3  | 2 | 0 | 2 | 1 | 140.000,00 |
| PI | BARREIRAS DO PIAUÍ        | 0  | 0  | 0 | 1 | 1 | 1 | 4.300,00   |
| PI | BARRO DURO                | 3  | 0  | 1 | 0 | 0 | 0 | 25.000,00  |
| PI | BATALHA                   | 12 | 0  | 1 | 1 | 0 | 1 | 34.300,00  |
| PI | BELA VISTA DO PIAUÍ       | 2  | 0  | 0 | 0 | 0 | 1 | 5.800,00   |
| PI | BELEM DO PIAUÍ            | 1  | 0  | 0 | 1 | 0 | 1 | 10.200,00  |
| PI | BENEDITINOS               | 4  | 0  | 1 | 1 | 0 | 0 | 21.600,00  |
| PI | BERTOLÍNIA                | 2  | 0  | 0 | 1 | 0 | 1 | 13.800,00  |
| PI | BETANIA DO PIAUÍ          | 3  | 0  | 1 | 0 | 0 | 0 | 15.000,00  |
| PI | BOA HORA                  | 2  | 0  | 0 | 1 | 0 | 1 | 16.000,00  |
| PI | BOCAINA                   | 2  | 0  | 0 | 0 | 0 | 1 | 21.400,00  |
| PI | BOM JESUS                 | 8  | 0  | 1 | 2 | 0 | 1 | 86.400,00  |
| PI | BOM PRINCÍPIO DO PIAUÍ    | 2  | 0  | 0 | 1 | 0 | 1 | 7.000,00   |
| PI | BONFIM DO PIAUÍ           | 1  | 0  | 0 | 2 | 0 | 1 | 10.400,00  |
| PI | BOQUEIRÃO DO PIAUÍ        | 3  | 0  | 0 | 0 | 0 | 1 | 23.800,00  |
| PI | BRASILEIRA                | 3  | 0  | 1 | 1 | 0 | 0 | 37.000,00  |
| PI | BREJO DO PIAUÍ            | 2  | 0  | 0 | 0 | 0 | 1 | 16.000,00  |
| PI | BURITI DOS LOPES          | 7  | 0  | 1 | 2 | 0 | 0 | 26.700,00  |
| PI | BURITI DOS MONTES         | 2  | 1  | 1 | 0 | 0 | 0 | 6.200,00   |
| PI | CABECEIRAS DO PIAUÍ       | 4  | 0  | 0 | 0 | 0 | 1 | 17.200,00  |
| PI | CAJAZEIRAS DO PIAUÍ       | 1  | 0  | 0 | 1 | 0 | 1 | 11.600,00  |
| PI | CAJUEIRO DA PRAIA         | 3  | 0  | 1 | 1 | 0 | 0 | 26.200,00  |
| PI | CALDEIRÃO GRANDE DO PIAUÍ | 2  | 0  | 0 | 1 | 0 | 1 | 9.000,00   |
| PI | CAMPINAS DO PIAUÍ         | 2  | 0  | 0 | 1 | 0 | 1 | 9.900,00   |
| PI | CAMPO ALEGRE DO FIDALGO   | 2  | 0  | 0 | 0 | 0 | 1 | 13.600,00  |
| PI | CAMPO GRANDE DO PIAUÍ     | 2  | 0  | 0 | 1 | 0 | 1 | 24.600,00  |
| PI | CAMPO LARGO DO PIAUÍ      | 3  | 0  | 0 | 0 | 0 | 1 | 7.200,00   |
| PI | CAMPO MAIOR               | 19 | 0  | 2 | 0 | 0 | 0 | 147.400,00 |
| PI | CANAVIEIRA                | 2  | 0  | 0 | 0 | 0 | 1 | 4.800,00   |
| PI | CANTO DO BURITI           | 8  | 0  | 1 | 2 | 0 | 0 | 82.000,00  |
| PI | CAPITÃO DE CAMPOS         | 5  | 0  | 1 | 1 | 0 | 0 | 23.500,00  |
| PI | CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA | 2  | 0  | 0 | 0 | 0 | 1 | 8.200,00   |
| PI | CARACOL                   | 4  | 1  | 1 | 0 | 0 | 0 | 25.900,00  |
| PI | CARAÚBAS DO PIAUÍ         | 0  | 0  | 0 | 1 | 0 | 0 | 2.200,00   |
| PI | CARIDADE DO PIAUÍ         | 2  | 0  | 0 | 0 | 0 | 1 | 22.400,00  |
| PI | CASTELO DO PIAUÍ          | 4  | 3  | 1 | 1 | 0 | 0 | 39.100,00  |
| PI | CAXINGO                   | 2  | 0  | 0 | 0 | 1 | 1 | 10.900,00  |
| PI | COCAL                     | 3  | 3  | 1 | 2 | 5 | 1 | 26.600,00  |

|    |                            |    |   |   |   |   |   |            |
|----|----------------------------|----|---|---|---|---|---|------------|
| PI | COCAL DE TELHA             | 2  | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 13.600,00  |
| PI | COIVARAS                   | 2  | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 5.800,00   |
| PI | COLÔNIA DO GURGUÊIA        | 3  | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 21.800,00  |
| PI | COLÔNIA DO PIAUÍ           | 3  | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 25.000,00  |
| PI | CONCEIÇÃO DO CANINDÉ       | 2  | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 11.600,00  |
| PI | CORONEL JOSÉ DIAS          | 2  | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 12.600,00  |
| PI | CORRENTE                   | 7  | 3 | 1 | 2 | 1 | 1 | 34.000,00  |
| PI | CRISTALÂNDIA DO PIAUÍ      | 3  | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 14.000,00  |
| PI | CRISTINO CASTRO            | 4  | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 29.100,00  |
| PI | CURIMATA                   | 4  | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 11.600,00  |
| PI | CURRAIS                    | 2  | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 11.700,00  |
| PI | CURRAL NOVO DO PIAUÍ       | 2  | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 11.600,00  |
| PI | CURRALINHOS                | 0  | 0 | 0 | 2 | 0 | 1 | 4.800,00   |
| PI | DEMERVAL LOBÃO             | 4  | 0 | 1 | 3 | 0 | 0 | 30.000,00  |
| PI | DIRCEU ARCOVERDE           | 3  | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 11.800,00  |
| PI | DOM EXPEDITO LOPES         | 3  | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 10.600,00  |
| PI | DOM INOCÊNCIO              | 4  | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 12.000,00  |
| PI | DOMINGOS MOURÃO            | 2  | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 5.800,00   |
| PI | ELESBAO VELOSO             | 6  | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 18.400,00  |
| PI | ELISEU MARTINS             | 2  | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 18.400,00  |
| PI | ESPERANTINA                | 9  | 1 | 1 | 2 | 5 | 1 | 77.400,00  |
| PI | FARTURA DO PIAUÍ           | 2  | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 12.800,00  |
| PI | FLORES DO PIAUÍ            | 2  | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 4.300,00   |
| PI | FLORESTA DO PIAUÍ          | 1  | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 2.600,00   |
| PI | FLORIANO                   | 24 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 122.500,00 |
| PI | FRANCINOPOLIS              | 0  | 0 | 0 | 2 | 1 | 0 | 6.100,00   |
| PI | FRANCISCO MACEDO           | 1  | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 7.000,00   |
| PI | FRANCISCO SANTOS           | 4  | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 42.600,00  |
| PI | FRONTEIRAS                 | 5  | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 45.000,00  |
| PI | GEMINIANO                  | 0  | 0 | 0 | 3 | 0 | 1 | 7.000,00   |
| PI | GILBUES                    | 2  | 0 | 0 | 3 | 0 | 1 | 8.200,00   |
| PI | GUADALUPE                  | 5  | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 26.800,00  |
| PI | GUARIBAS                   | 2  | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 4.800,00   |
| PI | HUGO NAPOLEÃO              | 2  | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 22.400,00  |
| PI | INHUMA                     | 6  | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 33.500,00  |
| PI | IPIRANGA DO PIAUÍ          | 4  | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 36.000,00  |
| PI | ISAÍAS COELHO              | 3  | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 21.600,00  |
| PI | ITAINÓPOLIS                | 5  | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 57.200,00  |
| PI | ITAUEIRA                   | 5  | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 23.200,00  |
| PI | JACOBINA DO PIAUÍ          | 0  | 0 | 0 | 3 | 0 | 1 | 7.200,00   |
| PI | JAICOS                     | 7  | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 58.300,00  |
| PI | JARDIM DO MULATO           | 2  | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 8.200,00   |
| PI | JATOBÁ DO PIAUÍ            | 2  | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 16.000,00  |
| PI | JERUMENHA                  | 2  | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 4.800,00   |
| PI | JOÃO COSTA                 | 1  | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 10.400,00  |
| PI | JOAQUIM PIRES              | 6  | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 29.200,00  |
| PI | JOCA MARQUES               | 2  | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 7.000,00   |
| PI | JOSÉ DE FREITAS            | 15 | 0 | 1 | 1 | 3 | 2 | 98.900,00  |
| PI | JUAZEIRO DO PIAUÍ          | 2  | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 4.800,00   |
| PI | JULIO BORGES               | 2  | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 6.600,00   |
| PI | JUREMA                     | 1  | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 8.200,00   |
| PI | LAGOA ALEGRE               | 3  | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 12.800,00  |
| PI | LAGOA DE SÃO FRANCISCO     | 2  | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 14.000,00  |
| PI | LAGOA DO BARRO DO PIAUÍ    | 2  | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 17.000,00  |
| PI | LAGOA DO PIAUÍ             | 2  | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 17.000,00  |
| PI | LAGOA DO SÍTIO             | 2  | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3.900,00   |
| PI | LAGOINHA DO PIAUÍ          | 1  | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 2.600,00   |
| PI | LANDRI SALES               | 3  | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 17.200,00  |
| PI | LUIS CORREIA               | 8  | 4 | 1 | 0 | 3 | 1 | 50.100,00  |
| PI | LUZILÂNDIA                 | 8  | 2 | 1 | 0 | 1 | 1 | 27.100,00  |
| PI | MADEIRO                    | 3  | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 9.400,00   |
| PI | MANOEL EMÍDIO              | 2  | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 11.400,00  |
| PI | MARCOLÂNDIA                | 2  | 0 | 0 | 2 | 0 | 1 | 26.000,00  |
| PI | MARCOS PARENTE             | 2  | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 4.800,00   |
| PI | MASSAPÉ DO PIAUÍ           | 3  | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 31.600,00  |
| PI | MATIAS OLÍMPIO             | 4  | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 25.800,00  |
| PI | MIGUEL ALVES               | 12 | 0 | 1 | 2 | 0 | 0 | 63.000,00  |
| PI | MIGUEL LEÃO                | 1  | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 10.400,00  |
| PI | MILTON BRANDÃO             | 2  | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 7.000,00   |
| PI | MONSENHOR GIL              | 5  | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 24.800,00  |
| PI | MONSENHOR HIPOLITO         | 3  | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 35.800,00  |
| PI | MONTE ALEGRE DO PIAUÍ      | 4  | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 11.100,00  |
| PI | MORRO CABEÇA NO TEMPO      | 2  | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 7.700,00   |
| PI | MORRO DO CHAPEU DO PIAUÍ   | 3  | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 28.200,00  |
| PI | MURICI DOS PORTELAS        | 3  | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 9.400,00   |
| PI | NAZARÉ DO PIAUÍ            | 2  | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 21.100,00  |
| PI | NAZÁRIA                    | 4  | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 26.000,00  |
| PI | NOSSA SENHORA DE NAZARÉ    | 2  | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 7.700,00   |
| PI | NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS | 3  | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 13.800,00  |
| PI | NOVA SANTA RITA            | 2  | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 8.700,00   |
| PI | NOVO ORIENTE DO PIAUÍ      | 3  | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 7.200,00   |
| PI | NOVO SANTO ANTÔNIO         | 1  | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 13.600,00  |
| PI | OEIRAS                     | 9  | 2 | 1 | 3 | 0 | 0 | 66.400,00  |
| PI | OLHO D'ÁGUA DO PIAUÍ       | 1  | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3.200,00   |
| PI | PADRE MARCOS               | 1  | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 10.000,00  |
| PI | PAES LANDIM                | 2  | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 4.800,00   |
| PI | PAJEÚ DO PIAUÍ             | 2  | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 16.000,00  |
| PI | PALMEIRA DO PIAUÍ          | 2  | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 4.800,00   |
| PI | PALMEIRAIS                 | 6  | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 18.200,00  |
| PI | PAQUETA                    | 2  | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 19.000,00  |
| PI | PARNAGUÁ                   | 4  | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 23.800,00  |
| PI | PARNAIBA                   | 23 | 9 | 4 | 3 | 4 | 0 | 86.300,00  |
| PI | PASSAGEM FRANCA DO PIAUÍ   | 2  | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 15.600,00  |
| PI | PATOS DO PIAUÍ             | 3  | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 21.800,00  |
| PI | PAU D'ARCO DO PIAUÍ        | 2  | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 12.600,00  |
| PI | PAULISTANA                 | 5  | 1 | 1 | 1 | 3 | 0 | 48.400,00  |
| PI | PAVUSSU                    | 2  | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 8.200,00   |
| PI | PEDRO II                   | 11 | 1 | 1 | 1 | 2 | 1 | 86.200,00  |
| PI | PEDRO LAURENTINO           | 1  | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 13.600,00  |
| PI | PICOS                      | 30 | 0 | 3 | 0 | 6 | 3 | 209.300,00 |
| PI | PIMENTEIRAS                | 3  | 0 | 1 | 3 | 0 | 0 | 12.700,00  |
| PI | PIO IX                     | 5  | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 49.700,00  |
| PI | PIRACURUCA                 | 9  | 0 | 1 | 1 | 2 | 0 | 40.000,00  |
| PI | PIRIPIRI                   | 23 | 0 | 1 | 1 | 0 | 3 | 160.100,00 |
| PI | PORTO                      | 5  | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 14.200,00  |
| PI | PORTO ALEGRE DO PIAUÍ      | 0  | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 2.600,00   |
| PI | PRATA DO PIAUÍ             | 1  | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 5.800,00   |
| PI | QUEIMADA NOVA              | 4  | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 27.000,00  |



|    |                                 |    |    |   |    |   |   |            |
|----|---------------------------------|----|----|---|----|---|---|------------|
| PI | REDENÇÃO DO GURGUÉIA            | 3  | 0  | 0 | 1  | 0 | 1 | 19.600,00  |
| PI | REGENERAÇÃO                     | 8  | 0  | 1 | 1  | 0 | 0 | 88.800,00  |
| PI | RIACHO FRIO                     | 2  | 0  | 0 | 0  | 0 | 0 | 4.400,00   |
| PI | RIBEIRA DO PIAUÍ                | 2  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 4.800,00   |
| PI | RIO GRANDE DO PIAUÍ             | 3  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 16.900,00  |
| PI | SANTA CRUZ DO PIAUÍ             | 2  | 0  | 0 | 1  | 0 | 0 | 22.200,00  |
| PI | SANTA CRUZ DOS MILAGRES         | 2  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 4.300,00   |
| PI | SANTA FILOMENA                  | 2  | 0  | 0 | 0  | 1 | 0 | 6.100,00   |
| PI | SANTA ROSA DO PIAUÍ             | 2  | 0  | 0 | 0  | 1 | 1 | 6.500,00   |
| PI | SANTANA DO PIAUÍ                | 2  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 13.600,00  |
| PI | SANTO INÁCIO DO PIAUÍ           | 2  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 15.000,00  |
| PI | SÃO BRAZ DO PIAUÍ               | 2  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 12.600,00  |
| PI | SÃO FELIX DO PIAUÍ              | 1  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 11.400,00  |
| PI | SÃO FRANCISCO DE ASSIS DO PIAUÍ | 2  | 0  | 0 | 0  | 1 | 1 | 6.500,00   |
| PI | SÃO FRANCISCO DO PIAUÍ          | 3  | 0  | 1 | 0  | 0 | 0 | 16.400,00  |
| PI | SÃO GONÇALO DO GURGUÉIA         | 0  | 0  | 0 | 1  | 0 | 1 | 2.600,00   |
| PI | SÃO GONÇALO DO PIAUÍ            | 2  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 16.000,00  |
| PI | SÃO JOÃO DA CANABRAVA           | 2  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 12.100,00  |
| PI | SÃO JOÃO DA FRONTEIRA           | 1  | 0  | 0 | 2  | 0 | 1 | 7.000,00   |
| PI | SÃO JOÃO DA SERRA               | 3  | 0  | 1 | 0  | 0 | 0 | 27.200,00  |
| PI | SÃO JOAO DA VARJOTA             | 2  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 16.000,00  |
| PI | SÃO JOÃO DO ARRAIAL             | 3  | 0  | 1 | 1  | 0 | 0 | 31.800,00  |
| PI | SÃO JOÃO DO PIAUÍ               | 7  | 0  | 1 | 3  | 0 | 0 | 66.600,00  |
| PI | SÃO JOSE DO DIVINO              | 2  | 0  | 0 | 1  | 0 | 1 | 9.000,00   |
| PI | SÃO JOSE DO PIAUÍ               | 3  | 0  | 1 | 0  | 0 | 0 | 15.000,00  |
| PI | SÃO JULIAO                      | 2  | 1  | 0 | 0  | 0 | 1 | 14.000,00  |
| PI | SÃO LOURENÇO DO PIAUÍ           | 2  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 22.400,00  |
| PI | SÃO LUIS DO PIAUÍ               | 1  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 2.600,00   |
| PI | SÃO MIGUEL DA BAIXA GRANDE      | 1  | 0  | 0 | 0  | 0 | 0 | 0,00       |
| PI | SÃO MIGUEL DO FIDALGO           | 1  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 2.600,00   |
| PI | SÃO MIGUEL DO TAPUIO            | 6  | 1  | 0 | 4  | 0 | 1 | 77.900,00  |
| PI | SÃO PEDRO DO PIAUÍ              | 6  | 0  | 1 | 1  | 0 | 0 | 14.700,00  |
| PI | SÃO RAIMUNDO NONATO             | 12 | 0  | 1 | 1  | 0 | 1 | 111.600,00 |
| PI | SEBASTIAO BARROS                | 2  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 3.800,00   |
| PI | SEBASTIAO LEAL                  | 2  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 4.300,00   |
| PI | SIGEFREDO PACHECO               | 4  | 0  | 1 | 0  | 1 | 0 | 7.900,00   |
| PI | SIMÕES                          | 6  | 0  | 1 | 0  | 1 | 0 | 43.300,00  |
| PI | SIMPLÍCIO MENDES                | 5  | 0  | 1 | 1  | 0 | 0 | 51.800,00  |
| PI | SOCORRO DO PIAUÍ                | 2  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 12.600,00  |
| PI | SUSSUAPARA                      | 3  | 0  | 1 | 0  | 0 | 0 | 33.800,00  |
| PI | TAMBORIL DO PIAUÍ               | 1  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 6.000,00   |
| PI | TANQUE DO PIAUÍ                 | 1  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 9.400,00   |
| PI | TERESINA                        | 14 | 0  | 0 | 21 | 1 | 0 | 156.500,00 |
| PI | UNIAO                           | 16 | 0  | 2 | 0  | 0 | 0 | 125.200,00 |
| PI | URUCUI                          | 5  | 0  | 1 | 1  | 4 | 0 | 20.500,00  |
| PI | VALÊNÇA DO PIAUÍ                | 9  | 0  | 1 | 0  | 1 | 0 | 58.500,00  |
| PI | VARZEA BRANCA                   | 2  | 0  | 0 | 0  | 0 | 0 | 7.800,00   |
| PI | VARZEA GRANDE                   | 2  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 3.800,00   |
| PI | VERA MENDES                     | 1  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 6.000,00   |
| PI | VILA NOVA DO PIAUÍ              | 1  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 8.000,00   |
| PI | WALL FERRAZ                     | 2  | 0  | 0 | 0  | 0 | 0 | 8.800,00   |
| PR | ABATIA                          | 1  | 1  | 0 | 0  | 0 | 0 | 3.900,00   |
| PR | ADRIANÓPOLIS                    | 3  | 0  | 0 | 0  | 0 | 0 | 9.600,00   |
| PR | ALMIRANTE TAMANDARÉ             | 2  | 4  | 0 | 0  | 1 | 0 | 12.900,00  |
| PR | ALTAMIRA DO PARANA              | 2  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 4.800,00   |
| PR | ALTO PARANA                     | 4  | 0  | 0 | 0  | 0 | 0 | 11.800,00  |
| PR | ALTONIA                         | 6  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 17.200,00  |
| PR | ALVORADA DO SUL                 | 4  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 7.200,00   |
| PR | AMAPORA                         | 2  | 0  | 0 | 0  | 0 | 0 | 15.600,00  |
| PR | AMPERE                          | 4  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 16.200,00  |
| PR | ANAHY                           | 1  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 11.400,00  |
| PR | ÂNGULO                          | 1  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 8.000,00   |
| PR | ANTÔNIO OLINTO                  | 1  | 0  | 0 | 0  | 1 | 0 | 7.300,00   |
| PR | APUCARANA                       | 24 | 13 | 4 | 1  | 1 | 0 | 92.700,00  |
| PR | ARAPONGAS                       | 18 | 11 | 0 | 0  | 1 | 3 | 61.300,00  |
| PR | ARAPOTI                         | 0  | 0  | 0 | 5  | 0 | 1 | 12.000,00  |
| PR | ARAPUA                          | 1  | 0  | 0 | 1  | 0 | 0 | 4.400,00   |
| PR | ARARUNA                         | 1  | 2  | 0 | 0  | 0 | 0 | 5.600,00   |
| PR | ARAUCÁRIA                       | 14 | 0  | 0 | 3  | 0 | 0 | 93.700,00  |
| PR | ASSAI                           | 1  | 2  | 0 | 0  | 1 | 1 | 12.300,00  |
| PR | ASSIS CHATEAUBRIAND             | 2  | 1  | 0 | 0  | 0 | 0 | 17.300,00  |
| PR | ASTORGA                         | 3  | 0  | 0 | 0  | 3 | 1 | 28.900,00  |
| PR | ATALAIA                         | 1  | 0  | 0 | 0  | 1 | 1 | 4.300,00   |
| PR | BALSA NOVA                      | 4  | 0  | 0 | 0  | 0 | 0 | 8.300,00   |
| PR | BANDEIRANTES                    | 3  | 1  | 0 | 0  | 0 | 0 | 11.700,00  |
| PR | BARBOSA FERRAZ                  | 3  | 2  | 0 | 0  | 0 | 1 | 16.900,00  |
| PR | BARRA DO JACARÉ                 | 1  | 0  | 0 | 0  | 0 | 0 | 6.600,00   |
| PR | BARRACAO                        | 4  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 27.500,00  |
| PR | BELA VISTA DA CAROBA            | 2  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 22.400,00  |
| PR | BELA VISTA DO PARAISO           | 4  | 1  | 0 | 0  | 1 | 1 | 12.700,00  |
| PR | BITURUNA                        | 0  | 5  | 0 | 0  | 0 | 1 | 33.300,00  |
| PR | BOA ESPERANÇA                   | 1  | 0  | 0 | 0  | 1 | 0 | 4.900,00   |
| PR | BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU         | 1  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 7.000,00   |
| PR | BOA VENTURA DE SÃO ROQUE        | 1  | 1  | 0 | 0  | 1 | 0 | 9.000,00   |
| PR | BOA VISTA DA APARECIDA          | 3  | 0  | 1 | 0  | 0 | 0 | 31.600,00  |
| PR | BOM JESUS DO SUL                | 2  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 21.400,00  |
| PR | BOM SUCESSO                     | 2  | 1  | 0 | 0  | 0 | 1 | 10.100,00  |
| PR | BOM SUCESSO DO SUL              | 1  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 8.000,00   |
| PR | BORRAZÓPOLIS                    | 2  | 1  | 0 | 0  | 0 | 1 | 5.000,00   |
| PR | BRAGANEY                        | 1  | 0  | 0 | 0  | 1 | 0 | 7.300,00   |
| PR | BRASILÂNDIA DO SUL              | 1  | 0  | 0 | 1  | 0 | 0 | 12.200,00  |
| PR | CAFEARA                         | 1  | 0  | 0 | 0  | 0 | 0 | 0,00       |
| PR | CAFELÂNDIA                      | 2  | 0  | 0 | 0  | 1 | 0 | 6.100,00   |
| PR | CAFEZAL DO SUL                  | 2  | 0  | 0 | 0  | 0 | 0 | 10.800,00  |
| PR | CALIFORNIA                      | 3  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 7.200,00   |
| PR | CAMBARÁ                         | 2  | 4  | 0 | 0  | 0 | 0 | 21.400,00  |
| PR | CAMBE                           | 12 | 8  | 1 | 0  | 3 | 0 | 100.500,00 |
| PR | CAMBIRA                         | 2  | 0  | 0 | 1  | 0 | 1 | 7.200,00   |
| PR | CAMPINA DA LAGOA                | 4  | 1  | 1 | 2  | 2 | 0 | 45.100,00  |
| PR | CAMPINA DO SIMÃO                | 2  | 0  | 0 | 0  | 0 | 1 | 11.600,00  |
| PR | CAMPO BONITO                    | 1  | 0  | 0 | 0  | 1 | 0 | 3.900,00   |
| PR | CAMPO LARGO                     | 13 | 2  | 0 | 0  | 0 | 0 | 36.400,00  |
| PR | CAMPO MAGRO                     | 3  | 1  | 0 | 0  | 3 | 1 | 14.400,00  |
| PR | CAMPO MOURÃO                    | 7  | 1  | 1 | 2  | 6 | 1 | 46.900,00  |
| PR | CÂNDIDO DE ABREU                | 1  | 0  | 0 | 2  | 3 | 0 | 15.100,00  |
| PR | CANDOI                          | 4  | 1  | 0 | 0  | 1 | 1 | 12.800,00  |
| PR | CANTAGALO                       | 2  | 0  | 0 | 3  | 0 | 0 | 17.300,00  |



|    |                          |     |    |    |    |    |   |              |
|----|--------------------------|-----|----|----|----|----|---|--------------|
| PR | CAPANEMA                 | 4   | 2  | 0  | 0  | 0  | 0 | 12.200,00    |
| PR | CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES | 1   | 1  | 0  | 2  | 5  | 0 | 16.800,00    |
| PR | CARLÓPOLIS               | 0   | 3  | 0  | 0  | 0  | 0 | 3.400,00     |
| PR | CASCABEL                 | 17  | 4  | 0  | 1  | 3  | 0 | 123.200,00   |
| PR | CASTRO                   | 14  | 0  | 0  | 2  | 1  | 1 | 81.800,00    |
| PR | CATANDUVAS               | 0   | 0  | 0  | 1  | 1  | 0 | 3.900,00     |
| PR | CENTENÁRIO DO SUL        | 2   | 1  | 1  | 0  | 0  | 0 | 8.700,00     |
| PR | CERRO AZUL               | 3   | 1  | 0  | 1  | 1  | 1 | 12.200,00    |
| PR | CÉU AZUL                 | 1   | 3  | 1  | 0  | 0  | 0 | 19.300,00    |
| PR | CHOPINZINHO              | 7   | 1  | 1  | 0  | 0  | 0 | 60.100,00    |
| PR | CIANORTE                 | 9   | 6  | 0  | 0  | 2  | 3 | 144.000,00   |
| PR | CIDADE GAÚCHA            | 4   | 0  | 0  | 0  | 0  | 1 | 16.200,00    |
| PR | CLEVELÂNDIA              | 1   | 2  | 0  | 0  | 1  | 1 | 11.300,00    |
| PR | COLOMBO                  | 12  | 7  | 0  | 14 | 11 | 1 | 101.900,00   |
| PR | COLORADO                 | 6   | 1  | 0  | 0  | 0  | 0 | 19.300,00    |
| PR | CONGONHINHAS             | 3   | 0  | 0  | 0  | 0  | 0 | 12.000,00    |
| PR | CONSELHEIRO MAIRINCK     | 1   | 1  | 0  | 0  | 0  | 0 | 3.900,00     |
| PR | CONTENDA                 | 1   | 2  | 0  | 0  | 1  | 0 | 13.600,00    |
| PR | CORBÉLIA                 | 1   | 3  | 0  | 0  | 0  | 1 | 18.100,00    |
| PR | CORNÉLIO PROCÓPIO        | 6   | 2  | 0  | 3  | 1  | 1 | 45.500,00    |
| PR | CORONEL DOMINGOS SOARES  | 1   | 0  | 0  | 0  | 1  | 0 | 11.700,00    |
| PR | CORONEL VIVIDA           | 3   | 6  | 1  | 0  | 0  | 0 | 67.000,00    |
| PR | CRUZ MACHADO             | 0   | 1  | 0  | 0  | 4  | 0 | 11.900,00    |
| PR | CRUZEIRO DO IGUAÇU       | 2   | 0  | 0  | 0  | 0  | 1 | 19.000,00    |
| PR | CRUZEIRO DO OESTE        | 3   | 4  | 0  | 0  | 1  | 1 | 63.300,00    |
| PR | CRUZEIRO DO SUL          | 2   | 0  | 0  | 0  | 0  | 0 | 15.600,00    |
| PR | CRUZMALTINA              | 1   | 0  | 0  | 0  | 0  | 1 | 2.600,00     |
| PR | CURITIBA                 | 164 | 32 | 11 | 15 | 34 | 0 | 1.239.600,00 |
| PR | CURIÚVA                  | 1   | 5  | 0  | 0  | 0  | 0 | 10.700,00    |
| PR | DIAMANTE DO NORTE        | 2   | 0  | 0  | 0  | 0  | 0 | 6.400,00     |
| PR | DIAMANTE DO SUL          | 1   | 0  | 0  | 0  | 0  | 1 | 2.600,00     |
| PR | DIAMANTE D'OESTE         | 1   | 0  | 0  | 0  | 0  | 0 | 9.000,00     |
| PR | DOIS VIZINHOS            | 4   | 5  | 1  | 0  | 1  | 0 | 52.100,00    |
| PR | DOURADINA                | 0   | 1  | 0  | 1  | 0  | 0 | 7.300,00     |
| PR | DOUTOR CAMARGO           | 0   | 1  | 0  | 0  | 1  | 0 | 3.400,00     |
| PR | DOUTOR ULYSSES           | 2   | 0  | 0  | 0  | 0  | 0 | 7.800,00     |
| PR | ENEÁS MARQUES            | 2   | 0  | 0  | 0  | 0  | 1 | 18.400,00    |
| PR | ENGENHEIRO BELTRÃO       | 4   | 1  | 0  | 0  | 0  | 1 | 43.100,00    |
| PR | ENTRE RIOS DO OESTE      | 0   | 0  | 0  | 1  | 0  | 0 | 2.200,00     |
| PR | ESPERANÇA NOVA           | 1   | 0  | 0  | 0  | 0  | 0 | 7.600,00     |
| PR | ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU   | 1   | 0  | 0  | 1  | 0  | 1 | 4.800,00     |
| PR | FAROL                    | 2   | 0  | 0  | 0  | 0  | 0 | 3.900,00     |
| PR | FAXINAL                  | 3   | 1  | 0  | 0  | 0  | 0 | 7.300,00     |
| PR | FAZENDA RIO GRANDE       | 8   | 5  | 1  | 2  | 3  | 0 | 61.400,00    |
| PR | FENIX                    | 1   | 1  | 0  | 0  | 0  | 1 | 7.700,00     |
| PR | FERNANDES PINHEIRO       | 2   | 0  | 0  | 0  | 0  | 1 | 18.000,00    |
| PR | FIGUEIRA                 | 3   | 0  | 0  | 0  | 1  | 1 | 14.300,00    |
| PR | FLOR DA SERRA DO SUL     | 2   | 0  | 0  | 0  | 0  | 1 | 15.600,00    |
| PR | FLORAI                   | 1   | 0  | 0  | 0  | 0  | 0 | 2.200,00     |
| PR | FLORESTA                 | 1   | 0  | 0  | 0  | 1  | 1 | 8.700,00     |
| PR | FLORESTÓPOLIS            | 3   | 1  | 1  | 0  | 0  | 0 | 12.300,00    |
| PR | FLÓRIDA                  | 0   | 1  | 0  | 0  | 0  | 1 | 5.500,00     |
| PR | FORMOSA DO OESTE         | 3   | 0  | 0  | 0  | 0  | 0 | 10.000,00    |
| PR | FOZ DO IGUAÇU            | 32  | 3  | 0  | 4  | 0  | 0 | 92.200,00    |
| PR | FOZ DO JORDÃO            | 1   | 0  | 0  | 0  | 1  | 1 | 5.300,00     |
| PR | FRANCISCO ALVES          | 1   | 0  | 0  | 0  | 2  | 0 | 9.000,00     |
| PR | FRANCISCO BELTRÃO        | 10  | 0  | 0  | 2  | 2  | 1 | 51.300,00    |
| PR | GENERAL CARNEIRO         | 3   | 1  | 0  | 0  | 1  | 1 | 9.600,00     |
| PR | GODOY MOREIRA            | 1   | 0  | 0  | 0  | 0  | 0 | 2.200,00     |
| PR | GOIOXIM                  | 2   | 0  | 0  | 0  | 0  | 1 | 4.800,00     |
| PR | GRANDES RIOS             | 2   | 1  | 0  | 0  | 0  | 1 | 5.700,00     |
| PR | GUAÍRA                   | 1   | 3  | 0  | 0  | 1  | 1 | 9.600,00     |
| PR | GUAIRACÁ                 | 3   | 0  | 0  | 0  | 0  | 1 | 22.400,00    |
| PR | GUAMIRANGA               | 3   | 0  | 0  | 0  | 0  | 0 | 17.800,00    |
| PR | GUAPIRAMA                | 2   | 0  | 0  | 0  | 0  | 1 | 11.200,00    |
| PR | GUAPOREMA                | 1   | 0  | 0  | 0  | 0  | 0 | 10.000,00    |
| PR | GUARACI                  | 2   | 0  | 0  | 0  | 0  | 1 | 11.100,00    |
| PR | GUARANIACU               | 3   | 2  | 0  | 0  | 0  | 0 | 11.000,00    |
| PR | GUARAPUAVA               | 13  | 0  | 0  | 10 | 9  | 2 | 142.700,00   |
| PR | GUARAQUEÇABA             | 3   | 0  | 0  | 0  | 0  | 0 | 6.100,00     |
| PR | GUARATUBA                | 2   | 2  | 0  | 0  | 5  | 0 | 17.300,00    |
| PR | HONÓRIO SERPA            | 1   | 2  | 0  | 0  | 0  | 0 | 12.400,00    |
| PR | IBAÍTI                   | 3   | 2  | 0  | 4  | 0  | 0 | 18.800,00    |
| PR | IBEMA                    | 0   | 1  | 0  | 0  | 0  | 0 | 5.100,00     |
| PR | IBIPORA                  | 9   | 1  | 1  | 1  | 0  | 0 | 80.600,00    |
| PR | ICARAIMA                 | 3   | 1  | 0  | 0  | 0  | 1 | 34.700,00    |
| PR | IGUARAÇU                 | 1   | 0  | 0  | 0  | 0  | 1 | 8.000,00     |
| PR | IGUAÇU                   | 1   | 0  | 0  | 0  | 0  | 1 | 400,00       |
| PR | IMBITUVA                 | 4   | 3  | 0  | 0  | 0  | 0 | 25.600,00    |
| PR | INACIO MARTINS           | 2   | 0  | 0  | 0  | 1  | 0 | 10.500,00    |
| PR | INAJÁ                    | 1   | 0  | 0  | 0  | 0  | 0 | 5.600,00     |
| PR | INDIANÓPOLIS             | 1   | 0  | 0  | 1  | 0  | 1 | 13.600,00    |
| PR | IPIRANGA                 | 6   | 0  | 0  | 0  | 0  | 0 | 27.900,00    |
| PR | IPORA                    | 3   | 3  | 0  | 0  | 0  | 1 | 26.300,00    |
| PR | IRACEMA DO OESTE         | 1   | 0  | 0  | 0  | 0  | 0 | 4.200,00     |
| PR | IRATI                    | 2   | 3  | 0  | 0  | 0  | 0 | 20.700,00    |
| PR | ITAGUAJÉ                 | 1   | 0  | 0  | 0  | 1  | 0 | 3.900,00     |
| PR | ITAIPULÂNDIA             | 3   | 0  | 0  | 0  | 0  | 0 | 15.400,00    |
| PR | ITAMBARACÁ               | 1   | 1  | 0  | 0  | 1  | 0 | 13.400,00    |
| PR | ITAMBE                   | 1   | 1  | 0  | 0  | 0  | 0 | 4.900,00     |
| PR | ITAPEJARA D'OESTE        | 2   | 2  | 1  | 0  | 0  | 0 | 21.000,00    |
| PR | ITAPERUCU                | 1   | 1  | 0  | 2  | 1  | 1 | 11.000,00    |
| PR | ITAÚNA DO SUL            | 2   | 0  | 0  | 0  | 0  | 0 | 14.200,00    |
| PR | IVAIPORA                 | 1   | 4  | 0  | 0  | 3  | 0 | 14.100,00    |
| PR | IVATE                    | 1   | 1  | 0  | 0  | 1  | 1 | 13.800,00    |
| PR | IVATUBA                  | 1   | 0  | 0  | 0  | 0  | 0 | 3.200,00     |
| PR | JABOTI                   | 2   | 0  | 0  | 0  | 0  | 0 | 5.400,00     |
| PR | JACAREZINHO              | 3   | 6  | 0  | 0  | 0  | 0 | 33.400,00    |
| PR | JAGUAPITÁ                | 2   | 2  | 0  | 0  | 0  | 0 | 14.100,00    |
| PR | JANDAIA DO SUL           | 6   | 0  | 0  | 0  | 0  | 1 | 14.700,00    |
| PR | JAPIRA                   | 2   | 0  | 0  | 0  | 0  | 2 | 15.200,00    |
| PR | JAPURA                   | 2   | 0  | 0  | 0  | 1  | 1 | 21.100,00    |
| PR | JARDIM ALEGRE            | 3   | 1  | 0  | 0  | 0  | 0 | 11.200,00    |
| PR | JATAÍZINHO               | 1   | 2  | 0  | 1  | 0  | 0 | 10.500,00    |
| PR | JESUITAS                 | 1   | 0  | 0  | 0  | 1  | 1 | 5.300,00     |
| PR | JOAQUIM TÁVORA           | 2   | 1  | 0  | 0  | 0  | 0 | 3.900,00     |
| PR | JUNDIAÍ DO SUL           | 0   | 0  | 0  | 1  | 0  | 0 | 2.200,00     |
| PR | JURANDA                  | 2   | 0  | 0  | 1  | 0  | 1 | 17.000,00    |



|    |                            |    |    |   |   |    |   |            |
|----|----------------------------|----|----|---|---|----|---|------------|
| PR | JUSSARA                    | 2  | 0  | 0 | 1 | 0  | 1 | 7.200,00   |
| PR | KALORE                     | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 7.700,00   |
| PR | LAPA                       | 2  | 2  | 0 | 2 | 1  | 1 | 24.100,00  |
| PR | LARANJAL                   | 1  | 0  | 0 | 0 | 2  | 0 | 12.400,00  |
| PR | LARANJEIRAS DO SUL         | 7  | 4  | 1 | 0 | 0  | 1 | 99.400,00  |
| PR | LEÓPOLIS                   | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 22.400,00  |
| PR | LIDIANÓPOLIS               | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 5.600,00   |
| PR | LINDOESTE                  | 0  | 1  | 0 | 0 | 1  | 0 | 3.400,00   |
| PR | LOANDA                     | 4  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 23.000,00  |
| PR | LOBATO                     | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 2.600,00   |
| PR | LONDRINA                   | 20 | 45 | 6 | 1 | 17 | 2 | 370.500,00 |
| PR | LUIZIANA                   | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 4.400,00   |
| PR | LUNARDELLI                 | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 4.300,00   |
| PR | LUPIONÓPOLIS               | 0  | 2  | 0 | 0 | 0  | 1 | 3.800,00   |
| PR | MALLET                     | 2  | 0  | 0 | 0 | 1  | 0 | 6.100,00   |
| PR | MANDAGUAÇU                 | 1  | 1  | 0 | 1 | 1  | 0 | 7.800,00   |
| PR | MANDAGUAÍ                  | 3  | 3  | 0 | 0 | 5  | 1 | 44.600,00  |
| PR | MANDIRITUBA                | 4  | 1  | 0 | 0 | 0  | 1 | 11.000,00  |
| PR | MANFRINÓPOLIS              | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 14.200,00  |
| PR | MANGUEIRINHA               | 1  | 3  | 0 | 0 | 2  | 0 | 10.700,00  |
| PR | MANOEL RIBAS               | 1  | 0  | 0 | 2 | 1  | 0 | 8.300,00   |
| PR | MARECHAL CANDIDO RONDON    | 2  | 0  | 0 | 0 | 7  | 0 | 19.700,00  |
| PR | MARIA HELENA               | 1  | 1  | 0 | 0 | 0  | 1 | 9.700,00   |
| PR | MARIALVA                   | 2  | 5  | 0 | 0 | 1  | 0 | 26.800,00  |
| PR | MARILÂNDIA DO SUL          | 1  | 3  | 0 | 0 | 0  | 1 | 7.400,00   |
| PR | MARILENA                   | 3  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 16.000,00  |
| PR | MARILUZ                    | 2  | 1  | 0 | 0 | 1  | 0 | 10.800,00  |
| PR | MARINGÁ                    | 23 | 43 | 7 | 5 | 0  | 0 | 413.500,00 |
| PR | MARIÓPOLIS                 | 1  | 0  | 0 | 1 | 1  | 1 | 9.900,00   |
| PR | MARIPÁ                     | 1  | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 18.500,00  |
| PR | MARMELEIRO                 | 1  | 2  | 0 | 0 | 1  | 1 | 15.700,00  |
| PR | MARQUINHO                  | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 11.600,00  |
| PR | MARUMBI                    | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 4.300,00   |
| PR | MATELANDIA                 | 4  | 0  | 1 | 0 | 0  | 0 | 30.400,00  |
| PR | MATINHOS                   | 0  | 0  | 0 | 2 | 6  | 0 | 14.600,00  |
| PR | MATO RICO                  | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 6.000,00   |
| PR | MAUÁ DA SERRA              | 1  | 2  | 0 | 0 | 0  | 1 | 6.200,00   |
| PR | MEDIANEIRA                 | 5  | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 35.100,00  |
| PR | MERCEDES                   | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 20.000,00  |
| PR | MIRADOR                    | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 6.600,00   |
| PR | MIRASELVA                  | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 7.600,00   |
| PR | MISSAL                     | 2  | 1  | 0 | 0 | 0  | 1 | 10.100,00  |
| PR | MORRETES                   | 2  | 0  | 0 | 1 | 0  | 0 | 6.600,00   |
| PR | MUNHOZ DE MELO             | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 7.000,00   |
| PR | NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS   | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 2.200,00   |
| PR | NOVA ALIANÇA DO IVAÍ       | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 10.000,00  |
| PR | NOVA AMÉRICA DA COLINA     | 1  | 0  | 0 | 0 | 1  | 1 | 7.700,00   |
| PR | NOVA AURORA                | 1  | 2  | 0 | 0 | 0  | 1 | 26.600,00  |
| PR | NOVA CANTU                 | 0  | 2  | 0 | 0 | 0  | 1 | 3.800,00   |
| PR | NOVA ESPERANÇA             | 1  | 5  | 0 | 0 | 0  | 0 | 10.700,00  |
| PR | NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 11.200,00  |
| PR | NOVA FÁTIMA                | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 19.000,00  |
| PR | NOVA LARANJEIRAS           | 4  | 0  | 1 | 0 | 1  | 0 | 36.900,00  |
| PR | NOVA LONDRINA              | 5  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 10.500,00  |
| PR | NOVA OLÍMPIA               | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 12.600,00  |
| PR | NOVA PRATA DO IGUAÇU       | 4  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 22.400,00  |
| PR | NOVA SANTA BÁRBARA         | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 6.600,00   |
| PR | NOVA SANTA ROSA            | 0  | 1  | 0 | 0 | 1  | 0 | 6.800,00   |
| PR | NOVA TEBAS                 | 3  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 22.400,00  |
| PR | NOVO ITACOLOMI             | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 2.600,00   |
| PR | OURIZONA                   | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 6.000,00   |
| PR | OURO VERDE DO OESTE        | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 2.200,00   |
| PR | PAIÇANDU                   | 0  | 5  | 0 | 1 | 3  | 0 | 15.800,00  |
| PR | PALMAS                     | 0  | 5  | 0 | 0 | 0  | 1 | 19.700,00  |
| PR | PALMEIRA                   | 4  | 1  | 0 | 4 | 0  | 0 | 23.700,00  |
| PR | PALMITAL                   | 0  | 0  | 0 | 2 | 0  | 1 | 4.800,00   |
| PR | PALOTINA                   | 6  | 2  | 0 | 0 | 2  | 1 | 74.200,00  |
| PR | PARAÍSO DO NORTE           | 1  | 0  | 0 | 0 | 1  | 0 | 10.700,00  |
| PR | PARANACITY                 | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 4.800,00   |
| PR | PARANAGUÁ                  | 0  | 14 | 0 | 0 | 2  | 0 | 32.300,00  |
| PR | PARANAPOEMA                | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 6.600,00   |
| PR | PARANAVAI                  | 11 | 5  | 0 | 3 | 5  | 0 | 129.500,00 |
| PR | PATO BRAGADO               | 0  | 1  | 0 | 0 | 0  | 1 | 2.100,00   |
| PR | PATO BRANCO                | 4  | 3  | 0 | 3 | 7  | 1 | 70.000,00  |
| PR | PAULA FREITAS              | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 21.400,00  |
| PR | PAULO FRONTIN              | 1  | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 14.100,00  |
| PR | PEROBAL                    | 1  | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 4.900,00   |
| PR | PEROLA                     | 2  | 1  | 0 | 0 | 0  | 1 | 10.100,00  |
| PR | PEROLÁ D'OESTE             | 3  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 12.100,00  |
| PR | PIÊN                       | 2  | 1  | 0 | 0 | 1  | 0 | 11.200,00  |
| PR | PINHAIS                    | 4  | 11 | 0 | 0 | 6  | 1 | 76.100,00  |
| PR | PINHAL DE SÃO BENTO        | 0  | 0  | 0 | 1 | 0  | 1 | 2.600,00   |
| PR | PINHALÃO                   | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 3.900,00   |
| PR | PINHÃO                     | 0  | 1  | 0 | 0 | 2  | 0 | 5.100,00   |
| PR | PIRAQUARA                  | 8  | 0  | 0 | 1 | 5  | 1 | 27.800,00  |
| PR | PITANGA                    | 4  | 0  | 1 | 2 | 2  | 0 | 35.600,00  |
| PR | PITANGUEIRAS               | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 9.400,00   |
| PR | PLANALTINA DO PARANÁ       | 0  | 2  | 0 | 0 | 0  | 0 | 6.800,00   |
| PR | PLANALTO                   | 3  | 1  | 0 | 0 | 1  | 0 | 25.600,00  |
| PR | PONTA GROSSA               | 13 | 28 | 0 | 0 | 28 | 2 | 325.800,00 |
| PR | PONTAL DO PARANÁ           | 2  | 2  | 0 | 0 | 0  | 0 | 11.200,00  |
| PR | PORECATU                   | 0  | 0  | 0 | 3 | 1  | 1 | 8.900,00   |
| PR | PORTO AMAZONAS             | 0  | 0  | 0 | 0 | 1  | 0 | 1.700,00   |
| PR | PORTO RICO                 | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 10.000,00  |
| PR | PORTO VITÓRIA              | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 11.400,00  |
| PR | PRADO FERREIRA             | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 9.400,00   |
| PR | PRANCHITA                  | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 22.400,00  |
| PR | PRESIDENTE CASTELO BRANCO  | 0  | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 1.700,00   |
| PR | PRIMEIRO DE MAIO           | 2  | 2  | 0 | 0 | 0  | 0 | 7.300,00   |
| PR | PRUDENTÓPOLIS              | 2  | 3  | 0 | 0 | 0  | 0 | 20.700,00  |
| PR | QUARTO CENTENÁRIO          | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 17.000,00  |
| PR | QUATIGUA                   | 0  | 2  | 0 | 1 | 0  | 0 | 12.400,00  |
| PR | QUATRO BARRAS              | 4  | 2  | 0 | 0 | 1  | 0 | 26.100,00  |
| PR | QUATRO PONTES              | 0  | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 8.500,00   |
| PR | QUEDAS DO IGUAÇU           | 1  | 0  | 0 | 2 | 4  | 0 | 11.200,00  |
| PR | QUERÊNCIA DO NORTE         | 3  | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 8.300,00   |
| PR | QUINTA DO SOL              | 1  | 1  | 0 | 0 | 0  | 1 | 7.700,00   |
| PR | QUITANDINHA                | 3  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 7.300,00   |



|    |                             |    |    |   |   |    |   |            |
|----|-----------------------------|----|----|---|---|----|---|------------|
| PR | RAMILÂNDIA                  | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 8.200,00   |
| PR | RANCHO ALEGRE               | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 5.600,00   |
| PR | RANCHO ALEGRE D'OESTE       | 0  | 0  | 0 | 0 | 1  | 0 | 2.600,00   |
| PR | REALEZA                     | 4  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 8.800,00   |
| PR | REBOUÇAS                    | 4  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 11.700,00  |
| PR | RENASCENÇA                  | 2  | 1  | 0 | 0 | 0  | 1 | 14.500,00  |
| PR | RESERVA                     | 4  | 0  | 0 | 4 | 1  | 0 | 18.800,00  |
| PR | RESERVA DO IGUAÇU           | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 3.900,00   |
| PR | RIBEIRÃO CLARO              | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 4.400,00   |
| PR | RIBEIRÃO DO PINHAL          | 1  | 0  | 0 | 1 | 1  | 0 | 9.500,00   |
| PR | RIO AZUL                    | 1  | 3  | 0 | 0 | 0  | 1 | 21.500,00  |
| PR | RIO BOM                     | 1  | 0  | 0 | 0 | 1  | 1 | 4.300,00   |
| PR | RIO BONITO DO IGUAÇU        | 4  | 1  | 0 | 0 | 0  | 1 | 15.500,00  |
| PR | RIO BRANCO DO IVAÍ          | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 2.200,00   |
| PR | RIO BRANCO DO SUL           | 4  | 1  | 0 | 0 | 2  | 0 | 11.200,00  |
| PR | RIO NEGRO                   | 1  | 0  | 0 | 1 | 2  | 0 | 11.200,00  |
| PR | ROLÂNDIA                    | 12 | 1  | 1 | 0 | 0  | 0 | 132.200,00 |
| PR | RONCADOR                    | 1  | 0  | 0 | 0 | 2  | 0 | 9.000,00   |
| PR | RONDON                      | 2  | 0  | 0 | 0 | 1  | 1 | 17.300,00  |
| PR | ROSÁRIO DO IVAÍ             | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 6.000,00   |
| PR | SABAUDIA                    | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 4.400,00   |
| PR | SALGADO FILHO               | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 6.800,00   |
| PR | SALTO DO ITARARÉ            | 1  | 0  | 0 | 0 | 1  | 0 | 3.900,00   |
| PR | SALTO DO LONTRA             | 4  | 0  | 0 | 0 | 1  | 0 | 20.300,00  |
| PR | SANTA AMÉLIA                | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 2.200,00   |
| PR | SANTA CECÍLIA DO PAVÃO      | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 17.000,00  |
| PR | SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO | 2  | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 6.100,00   |
| PR | SANTA FE                    | 0  | 1  | 0 | 0 | 1  | 0 | 3.400,00   |
| PR | SANTA HELENA                | 1  | 0  | 0 | 3 | 0  | 0 | 16.600,00  |
| PR | SANTA INÊS                  | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 10.000,00  |
| PR | SANTA ISABEL DO IVAÍ        | 3  | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 8.300,00   |
| PR | SANTA IZABEL DO OESTE       | 4  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 30.400,00  |
| PR | SANTA LÚCIA                 | 1  | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 4.900,00   |
| PR | SANTA MARIA DO OESTE        | 2  | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 3.400,00   |
| PR | SANTA MARIANA               | 1  | 0  | 0 | 0 | 2  | 0 | 9.000,00   |
| PR | SANTA MONICA                | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 9.000,00   |
| PR | SANTA TEREZA DO OESTE       | 3  | 0  | 0 | 1 | 1  | 1 | 12.100,00  |
| PR | SANTA TEREZINHA DE ITAIPU   | 3  | 0  | 0 | 0 | 5  | 1 | 21.500,00  |
| PR | SANTANA DO ITARARÉ          | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 13.600,00  |
| PR | SANTO ANTÔNIO DA PLATINA    | 2  | 1  | 0 | 3 | 3  | 1 | 30.000,00  |
| PR | SANTO ANTÔNIO DO CAIUA      | 0  | 0  | 0 | 1 | 0  | 0 | 2.200,00   |
| PR | SANTO ANTÔNIO DO PARAÍSO    | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 6.600,00   |
| PR | SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE   | 5  | 0  | 0 | 0 | 4  | 1 | 33.400,00  |
| PR | SANTO INÁCIO                | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 3.200,00   |
| PR | SÃO CARLOS DO IVAÍ          | 1  | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 14.100,00  |
| PR | SÃO JERÔNIMO DA SERRA       | 3  | 2  | 0 | 0 | 0  | 0 | 19.800,00  |
| PR | SÃO JOÃO                    | 1  | 3  | 1 | 0 | 1  | 0 | 10.800,00  |
| PR | SÃO JOÃO DO CAIUA           | 0  | 1  | 0 | 0 | 1  | 0 | 3.400,00   |
| PR | SÃO JOÃO DO IVAÍ            | 2  | 2  | 0 | 0 | 0  | 0 | 21.400,00  |
| PR | SÃO JOÃO DO TRIUNFO         | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 10.700,00  |
| PR | SÃO JORGE DO IVAÍ           | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 2.200,00   |
| PR | SÃO JORGE DO PATROCÍNIO     | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 14.200,00  |
| PR | SÃO JORGE D'OESTE           | 2  | 1  | 0 | 0 | 0  | 1 | 14.500,00  |
| PR | SÃO JOSE DA BOA VISTA       | 2  | 1  | 0 | 0 | 0  | 1 | 8.400,00   |
| PR | SÃO JOSE DAS PALMEIRAS      | 0  | 0  | 0 | 0 | 1  | 0 | 1.700,00   |
| PR | SÃO JOSE DOS PINHAIS        | 6  | 19 | 0 | 0 | 6  | 1 | 77.400,00  |
| PR | SÃO MANOEL DO PARANÁ        | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 11.400,00  |
| PR | SÃO MATEUS DO SUL           | 3  | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 15.600,00  |
| PR | SÃO MIGUEL DO IGUAÇU        | 4  | 1  | 0 | 0 | 6  | 1 | 22.700,00  |
| PR | SÃO PEDRO DO IGUAÇU         | 0  | 0  | 0 | 1 | 0  | 0 | 2.200,00   |
| PR | SÃO PEDRO DO IVAÍ           | 3  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 7.200,00   |
| PR | SÃO PEDRO DO PARANÁ         | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 3.200,00   |
| PR | SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA   | 2  | 2  | 0 | 0 | 0  | 0 | 22.400,00  |
| PR | SÃO TOME                    | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 20.400,00  |
| PR | SAPOPEMA                    | 3  | 0  | 1 | 0 | 0  | 0 | 6.700,00   |
| PR | SARANDI                     | 0  | 4  | 0 | 0 | 0  | 0 | 17.000,00  |
| PR | SAUDADE DO IGUAÇU           | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 15.200,00  |
| PR | SENGES                      | 0  | 0  | 0 | 3 | 1  | 0 | 8.300,00   |
| PR | SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU      | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 13.200,00  |
| PR | SERTANEJA                   | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 13.200,00  |
| PR | SERTANÓPOLIS                | 3  | 2  | 0 | 0 | 0  | 0 | 10.500,00  |
| PR | SIQUEIRA CAMPOS             | 3  | 1  | 0 | 2 | 1  | 1 | 15.900,00  |
| PR | SULINA                      | 1  | 1  | 0 | 0 | 0  | 1 | 4.300,00   |
| PR | TAMARANA                    | 2  | 2  | 0 | 0 | 0  | 1 | 11.800,00  |
| PR | TAMBOARA                    | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 10.200,00  |
| PR | TAPEJARA                    | 0  | 4  | 1 | 0 | 1  | 0 | 29.500,00  |
| PR | TAPIRA                      | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 5.800,00   |
| PR | TELEMÁCO BORBA              | 5  | 7  | 1 | 1 | 3  | 0 | 30.200,00  |
| PR | TERRA BOA                   | 7  | 0  | 1 | 0 | 0  | 0 | 72.600,00  |
| PR | TERRA RICA                  | 3  | 1  | 0 | 1 | 0  | 1 | 37.300,00  |
| PR | TERRA ROXA                  | 0  | 0  | 0 | 0 | 4  | 0 | 6.800,00   |
| PR | TIJUCAS DO SUL              | 3  | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 17.100,00  |
| PR | TOLEDO                      | 0  | 5  | 0 | 0 | 8  | 1 | 50.300,00  |
| PR | TOMAZINA                    | 3  | 0  | 0 | 0 | 1  | 0 | 6.800,00   |
| PR | TRES BARRAS DO PARANÁ       | 0  | 0  | 0 | 3 | 1  | 1 | 8.900,00   |
| PR | TUNAS DO PARANÁ             | 3  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 3.900,00   |
| PR | TUNEIRAS DO OESTE           | 3  | 0  | 0 | 0 | 1  | 1 | 23.100,00  |
| PR | TURVO                       | 5  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 6.600,00   |
| PR | UBIRATÁ                     | 5  | 0  | 1 | 0 | 1  | 0 | 36.700,00  |
| PR | UMUARAMA                    | 15 | 2  | 1 | 2 | 3  | 0 | 161.300,00 |
| PR | UNIAO DA VITÓRIA            | 0  | 6  | 0 | 0 | 2  | 1 | 41.800,00  |
| PR | UNIFLOR                     | 0  | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 1.700,00   |
| PR | URAI                        | 0  | 4  | 0 | 0 | 0  | 0 | 6.800,00   |
| PR | VERA CRUZ DO OESTE          | 3  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 19.400,00  |
| PR | VERÊ                        | 1  | 1  | 0 | 1 | 0  | 0 | 6.100,00   |
| PR | VIRMOND                     | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 13.600,00  |
| PR | VITORINO                    | 1  | 0  | 0 | 0 | 1  | 1 | 13.100,00  |
| PR | WENCESLAU BRAZ              | 5  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 19.700,00  |
| PR | XAMBRE                      | 1  | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 3.900,00   |
| RJ | ANGRA DOS REIS              | 31 | 5  | 4 | 3 | 20 | 0 | 319.500,00 |
| RJ | APERIBE                     | 4  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 5.600,00   |
| RJ | ARARUAMA                    | 4  | 0  | 0 | 0 | 2  | 0 | 15.100,00  |
| RJ | AREAL                       | 5  | 0  | 1 | 0 | 0  | 0 | 26.200,00  |
| RJ | ARMAÇÃO DOS BÚZIOS          | 7  | 1  | 1 | 0 | 0  | 0 | 40.000,00  |
| RJ | ARRAIÁ DO CABO              | 6  | 1  | 0 | 0 | 1  | 0 | 26.300,00  |
| RJ | BARRA DO PIRAI              | 7  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 34.900,00  |
| RJ | BARRA MANSA                 | 20 | 13 | 3 | 1 | 5  | 1 | 131.200,00 |
| RJ | BELFORD ROXO                | 9  | 22 | 2 | 0 | 2  | 1 | 62.100,00  |



|    |                               |     |     |    |    |     |    |              |
|----|-------------------------------|-----|-----|----|----|-----|----|--------------|
| RJ | BOM JARDIM                    | 0   | 7   | 0  | 0  | 0   | 0  | 6.800,00     |
| RJ | BOM JESUS DO ITABAPOANA       | 10  | 0   | 1  | 0  | 1   | 0  | 25.700,00    |
| RJ | CABO FRIO                     | 13  | 0   | 0  | 7  | 5   | 0  | 51.500,00    |
| RJ | CACHOEIRAS DE MACACU          | 5   | 0   | 0  | 1  | 1   | 0  | 17.800,00    |
| RJ | CAMBUCI                       | 0   | 0   | 0  | 0  | 5   | 0  | 8.500,00     |
| RJ | CAMPOS DOS GOYTACAZES         | 0   | 0   | 0  | 13 | 3   | 0  | 33.700,00    |
| RJ | CANTAGALO                     | 8   | 0   | 0  | 0  | 0   | 0  | 47.500,00    |
| RJ | CARAPEBUS                     | 2   | 2   | 0  | 0  | 0   | 0  | 6.800,00     |
| RJ | CARDOSO MOREIRA               | 1   | 4   | 0  | 0  | 0   | 0  | 9.000,00     |
| RJ | CARMO                         | 0   | 2   | 0  | 0  | 2   | 0  | 6.800,00     |
| RJ | CASIMIRO DE ABREU             | 2   | 5   | 1  | 4  | 0   | 0  | 33.900,00    |
| RJ | COMENDADOR LEVY GASPARIAN     | 4   | 0   | 0  | 0  | 0   | 1  | 9.400,00     |
| RJ | CONCEIÇÃO DE MACABU           | 2   | 2   | 0  | 0  | 2   | 0  | 10.700,00    |
| RJ | CORDEIRO                      | 5   | 0   | 0  | 0  | 0   | 0  | 17.400,00    |
| RJ | DUAS BARRAS                   | 0   | 2   | 0  | 0  | 0   | 0  | 3.400,00     |
| RJ | DUQUE DE CAXIAS               | 28  | 25  | 0  | 5  | 17  | 3  | 211.700,00   |
| RJ | ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN   | 5   | 1   | 0  | 0  | 0   | 1  | 19.600,00    |
| RJ | GUAPIMIRIM                    | 2   | 2   | 0  | 0  | 0   | 0  | 7.800,00     |
| RJ | IGUABA GRANDE                 | 6   | 0   | 0  | 1  | 2   | 1  | 30.000,00    |
| RJ | ITABORAÍ                      | 6   | 27  | 0  | 1  | 10  | 0  | 86.800,00    |
| RJ | ITAGUAÍ                       | 3   | 0   | 0  | 7  | 9   | 0  | 36.800,00    |
| RJ | ITALVA                        | 0   | 3   | 0  | 0  | 0   | 0  | 5.100,00     |
| RJ | ITAOCARA                      | 4   | 0   | 0  | 0  | 3   | 1  | 14.500,00    |
| RJ | ITAPERUNA                     | 4   | 0   | 0  | 2  | 4   | 0  | 20.000,00    |
| RJ | ITATIAIA                      | 5   | 0   | 0  | 2  | 0   | 0  | 20.800,00    |
| RJ | JAPERI                        | 3   | 5   | 1  | 0  | 4   | 0  | 30.700,00    |
| RJ | LAJE DO MURIAÉ                | 3   | 0   | 0  | 0  | 0   | 0  | 6.600,00     |
| RJ | MACAÉ                         | 12  | 13  | 3  | 0  | 1   | 0  | 57.600,00    |
| RJ | MAGE                          | 4   | 2   | 0  | 4  | 2   | 0  | 24.400,00    |
| RJ | MANGARATIBA                   | 10  | 2   | 1  | 0  | 0   | 0  | 28.400,00    |
| RJ | MARICÁ                        | 6   | 10  | 1  | 0  | 3   | 1  | 83.000,00    |
| RJ | MENDES                        | 6   | 1   | 1  | 0  | 0   | 0  | 32.500,00    |
| RJ | MESQUITA                      | 7   | 6   | 0  | 0  | 5   | 0  | 38.500,00    |
| RJ | MIGUEL PEREIRA                | 2   | 5   | 0  | 0  | 0   | 0  | 12.900,00    |
| RJ | MIRACEMA                      | 6   | 0   | 0  | 1  | 0   | 0  | 14.900,00    |
| RJ | NATIVIDADE                    | 7   | 0   | 0  | 0  | 0   | 0  | 15.400,00    |
| RJ | NILOPOLIS                     | 5   | 24  | 1  | 0  | 1   | 2  | 55.500,00    |
| RJ | NITERÓI                       | 15  | 64  | 0  | 6  | 13  | 0  | 224.700,00   |
| RJ | NOVA FRIBURGO                 | 1   | 12  | 0  | 0  | 4   | 0  | 28.900,00    |
| RJ | NOVA IGUAÇU                   | 19  | 32  | 0  | 5  | 31  | 0  | 152.600,00   |
| RJ | PARACAMBI                     | 1   | 1   | 0  | 2  | 0   | 0  | 15.100,00    |
| RJ | PARAIBA DO SUL                | 17  | 0   | 2  | 0  | 0   | 0  | 83.800,00    |
| RJ | PARATY                        | 0   | 7   | 0  | 0  | 1   | 0  | 15.300,00    |
| RJ | PATY DO ALFERES               | 7   | 1   | 0  | 0  | 0   | 0  | 53.100,00    |
| RJ | PETROPOLIS                    | 22  | 20  | 0  | 1  | 1   | 0  | 281.300,00   |
| RJ | PINHEIRAL                     | 5   | 3   | 1  | 0  | 0   | 0  | 29.900,00    |
| RJ | PIRAÍ                         | 13  | 0   | 1  | 0  | 0   | 1  | 92.400,00    |
| RJ | PORCIÚNCULA                   | 8   | 0   | 1  | 0  | 0   | 0  | 18.600,00    |
| RJ | PORTO REAL                    | 7   | 0   | 0  | 0  | 0   | 0  | 77.000,00    |
| RJ | QUATIS                        | 3   | 0   | 0  | 0  | 2   | 1  | 10.600,00    |
| RJ | QUEIMADOS                     | 3   | 7   | 0  | 1  | 1   | 0  | 22.400,00    |
| RJ | QUISSAMA                      | 0   | 8   | 1  | 0  | 0   | 0  | 21.400,00    |
| RJ | RESENDE                       | 13  | 0   | 0  | 0  | 0   | 0  | 134.200,00   |
| RJ | RIO BONITO                    | 13  | 2   | 1  | 2  | 3   | 0  | 98.900,00    |
| RJ | RIO CLARO                     | 7   | 1   | 0  | 0  | 0   | 0  | 43.900,00    |
| RJ | RIO DAS FLORES                | 4   | 0   | 1  | 0  | 0   | 0  | 20.600,00    |
| RJ | RIO DAS OSTRAS                | 2   | 3   | 0  | 2  | 4   | 0  | 20.700,00    |
| RJ | RIO DE JANEIRO                | 302 | 281 | 16 | 75 | 169 | 58 | 3.221.500,00 |
| RJ | SANTA MARIA MADALENA          | 1   | 2   | 0  | 0  | 0   | 0  | 3.200,00     |
| RJ | SANTO ANTONIO DE PÁDUA        | 9   | 2   | 1  | 1  | 0   | 0  | 24.200,00    |
| RJ | SÃO FIDELIS                   | 2   | 0   | 0  | 2  | 0   | 0  | 7.800,00     |
| RJ | SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA   | 2   | 0   | 0  | 3  | 0   | 0  | 11.000,00    |
| RJ | SÃO GONÇALO                   | 91  | 77  | 13 | 3  | 4   | 8  | 370.900,00   |
| RJ | SÃO JOAO DA BARRA             | 4   | 0   | 0  | 2  | 3   | 1  | 24.700,00    |
| RJ | SÃO JOÃO DE MERITI            | 7   | 39  | 0  | 0  | 0   | 0  | 80.700,00    |
| RJ | SÃO JOSÉ DE UBA               | 3   | 0   | 0  | 0  | 1   | 1  | 9.900,00     |
| RJ | SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO | 7   | 0   | 0  | 0  | 0   | 0  | 14.900,00    |
| RJ | SÃO PEDRO DA ALDEIA           | 13  | 1   | 1  | 1  | 0   | 0  | 35.400,00    |
| RJ | SÃO SEBASTIAO DO ALTO         | 0   | 3   | 0  | 0  | 0   | 0  | 5.100,00     |
| RJ | SAPUCAIA                      | 6   | 1   | 0  | 0  | 0   | 0  | 14.400,00    |
| RJ | SAQUAREMA                     | 5   | 1   | 0  | 4  | 2   | 1  | 25.900,00    |
| RJ | SEROPEDICA                    | 13  | 3   | 1  | 3  | 3   | 0  | 48.400,00    |
| RJ | SILVA JARDIM                  | 5   | 2   | 0  | 0  | 0   | 0  | 17.800,00    |
| RJ | SUMIDOURO                     | 0   | 3   | 0  | 0  | 3   | 0  | 10.200,00    |
| RJ | TANGUA                        | 4   | 5   | 1  | 0  | 1   | 0  | 18.100,00    |
| RJ | TERESÓPOLIS                   | 3   | 12  | 0  | 1  | 0   | 1  | 30.200,00    |
| RJ | TRAJANO DE MORAES             | 0   | 0   | 0  | 3  | 1   | 0  | 8.300,00     |
| RJ | TRÊS RIOS                     | 23  | 0   | 0  | 4  | 1   | 2  | 172.600,00   |
| RJ | VALENCA                       | 11  | 3   | 0  | 1  | 0   | 0  | 73.900,00    |
| RJ | VARRE-SAI                     | 3   | 0   | 0  | 0  | 0   | 0  | 4.900,00     |
| RJ | VASSOURAS                     | 13  | 1   | 0  | 0  | 0   | 1  | 63.700,00    |
| RJ | VOLTA REDONDA                 | 41  | 18  | 1  | 0  | 3   | 0  | 174.700,00   |
| RN | ACARI                         | 5   | 0   | 0  | 0  | 0   | 1  | 39.800,00    |
| RN | AÇU                           | 12  | 4   | 1  | 1  | 1   | 0  | 88.300,00    |
| RN | AFONSO BEZERRA                | 4   | 0   | 1  | 1  | 0   | 0  | 29.600,00    |
| RN | ÁGUA NOVA                     | 1   | 0   | 0  | 1  | 0   | 1  | 9.200,00     |
| RN | ALEXANDRIA                    | 6   | 0   | 0  | 1  | 0   | 1  | 19.800,00    |
| RN | ALMINO AFONSO                 | 2   | 0   | 0  | 0  | 0   | 0  | 7.800,00     |
| RN | ALTO DO RODRIGUES             | 5   | 0   | 1  | 0  | 0   | 0  | 24.200,00    |
| RN | ANGICOS                       | 5   | 0   | 0  | 0  | 0   | 1  | 51.500,00    |
| RN | ANTÔNIO MARTINS               | 3   | 0   | 0  | 0  | 0   | 1  | 5.700,00     |
| RN | APODI                         | 9   | 0   | 1  | 0  | 0   | 0  | 24.700,00    |
| RN | AREIA BRANCA                  | 7   | 0   | 1  | 2  | 0   | 0  | 28.200,00    |
| RN | ARÉS                          | 5   | 0   | 0  | 0  | 0   | 1  | 44.800,00    |
| RN | AUGUSTO SEVERO                | 3   | 0   | 1  | 0  | 0   | 0  | 16.000,00    |
| RN | BARAUNA                       | 5   | 0   | 0  | 3  | 0   | 0  | 22.200,00    |
| RN | BARCELONA                     | 2   | 0   | 0  | 0  | 0   | 1  | 18.000,00    |
| RN | BENTO FERNANDES               | 2   | 0   | 0  | 0  | 0   | 0  | 8.800,00     |
| RN | BODÓ                          | 1   | 0   | 0  | 0  | 0   | 1  | 7.000,00     |
| RN | BOM JESUS                     | 4   | 0   | 0  | 0  | 0   | 1  | 26.500,00    |
| RN | BREJINHO                      | 5   | 0   | 1  | 1  | 0   | 0  | 58.200,00    |
| RN | CAIÇARA DO NORTE              | 3   | 0   | 0  | 0  | 0   | 1  | 10.200,00    |
| RN | CAIÇARA DO RIO DO VENTO       | 1   | 0   | 0  | 1  | 0   | 1  | 4.800,00     |
| RN | CAIÇÓ                         | 7   | 1   | 0  | 8  | 5   | 1  | 64.600,00    |
| RN | CAMPO REDONDO                 | 4   | 0   | 0  | 1  | 0   | 1  | 9.600,00     |
| RN | CANGUARETAMA                  | 13  | 0   | 1  | 1  | 0   | 0  | 146.200,00   |
| RN | CARAUBAS                      | 5   | 0   | 1  | 3  | 0   | 0  | 26.400,00    |
| RN | CARNAÚBA DOS DANTAS           | 3   | 0   | 0  | 0  | 0   | 1  | 13.600,00    |



|    |                            |    |    |   |    |    |   |            |
|----|----------------------------|----|----|---|----|----|---|------------|
| RN | CARNAUBAIS                 | 4  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 8.800,00   |
| RN | CEARA-MIRIM                | 10 | 0  | 1 | 11 | 0  | 0 | 66.200,00  |
| RN | CERRO CORA                 | 4  | 0  | 0 | 1  | 0  | 1 | 31.000,00  |
| RN | CORONEL EZEQUIEL           | 2  | 0  | 0 | 1  | 0  | 1 | 6.000,00   |
| RN | CORONEL JOAO PESSOA        | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 15.000,00  |
| RN | CRUZETA                    | 3  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 10.600,00  |
| RN | CURRAIS NOVOS              | 7  | 0  | 0 | 8  | 2  | 2 | 62.800,00  |
| RN | DOUTOR SEVERIANO           | 3  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 23.700,00  |
| RN | ENCANTO                    | 2  | 0  | 0 | 1  | 0  | 1 | 9.900,00   |
| RN | EQUADOR                    | 2  | 0  | 0 | 1  | 0  | 1 | 7.000,00   |
| RN | ESPIRITO SANTO             | 4  | 1  | 0 | 0  | 0  | 1 | 48.100,00  |
| RN | EXTREMOZ                   | 9  | 0  | 1 | 1  | 0  | 0 | 65.300,00  |
| RN | FERNANDO PEDROZA           | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 6.000,00   |
| RN | FLORANIA                   | 4  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 19.600,00  |
| RN | FRANCISCO DANTAS           | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 6.000,00   |
| RN | FRUTUOSO GOMES             | 2  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 26.000,00  |
| RN | GOIANINHA                  | 9  | 0  | 1 | 3  | 0  | 1 | 109.600,00 |
| RN | GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO | 5  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 12.500,00  |
| RN | GROSSOS                    | 2  | 0  | 0 | 3  | 0  | 1 | 18.400,00  |
| RN | GUAMARE                    | 5  | 0  | 0 | 2  | 0  | 1 | 37.400,00  |
| RN | IELMO MARINHO              | 5  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 35.400,00  |
| RN | IPANGUAÇU                  | 4  | 2  | 1 | 0  | 1  | 0 | 22.700,00  |
| RN | IPUEIRA                    | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 2.200,00   |
| RN | ITAJA                      | 3  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 6.600,00   |
| RN | ITAÚ                       | 2  | 0  | 0 | 1  | 0  | 1 | 8.000,00   |
| RN | JACANA                     | 3  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 6.600,00   |
| RN | JANDAIRA                   | 3  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 20.000,00  |
| RN | JANDUIS                    | 2  | 0  | 0 | 1  | 0  | 1 | 19.200,00  |
| RN | JANUARIO CICCIO            | 4  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 28.600,00  |
| RN | JAPI                       | 3  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 11.600,00  |
| RN | JARDIM DE ANGICOS          | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 7.000,00   |
| RN | JARDIM DE PIRANHAS         | 1  | 0  | 0 | 5  | 0  | 1 | 22.000,00  |
| RN | JARDIM DO SERIDO           | 4  | 0  | 0 | 1  | 0  | 1 | 36.000,00  |
| RN | JOÃO CAMARA                | 6  | 0  | 1 | 7  | 0  | 1 | 45.200,00  |
| RN | JOÃO DIAS                  | 0  | 0  | 0 | 1  | 0  | 1 | 2.600,00   |
| RN | JOSE DA PENHA              | 3  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 11.100,00  |
| RN | JUCURUTU                   | 8  | 0  | 1 | 1  | 0  | 0 | 57.000,00  |
| RN | LAGOA D'ANTA               | 3  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 31.600,00  |
| RN | LAGOA DE PEDRAS            | 3  | 0  | 0 | 1  | 0  | 1 | 32.400,00  |
| RN | LAGOA DE VELHOS            | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 6.000,00   |
| RN | LAGOA NOVA                 | 3  | 0  | 0 | 2  | 0  | 0 | 15.400,00  |
| RN | LAGOA SALGADA              | 3  | 0  | 0 | 1  | 0  | 1 | 21.200,00  |
| RN | LAJES                      | 5  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 36.600,00  |
| RN | LAJES PINTADAS             | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 7.800,00   |
| RN | LUCRECIA                   | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 21.400,00  |
| RN | LUIS GOMES                 | 4  | 0  | 1 | 1  | 0  | 0 | 30.600,00  |
| RN | MACAIBA                    | 22 | 0  | 2 | 1  | 0  | 1 | 102.400,00 |
| RN | MACAU                      | 8  | 1  | 1 | 1  | 0  | 0 | 22.500,00  |
| RN | MAJOR SALES                | 1  | 0  | 0 | 1  | 0  | 1 | 13.600,00  |
| RN | MARCELINO VIEIRA           | 3  | 0  | 0 | 1  | 0  | 1 | 9.400,00   |
| RN | MARTINS                    | 3  | 0  | 0 | 1  | 0  | 1 | 27.000,00  |
| RN | MAXARANGUAPE               | 4  | 0  | 1 | 1  | 0  | 0 | 27.800,00  |
| RN | MESSIAS TARGINO            | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 20.400,00  |
| RN | MONTANHAS                  | 6  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 63.600,00  |
| RN | MONTE ALEGRE               | 9  | 0  | 1 | 1  | 0  | 0 | 87.200,00  |
| RN | MONTE DAS GAMELEIRAS       | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 2.600,00   |
| RN | MOSSORO                    | 54 | 0  | 2 | 13 | 1  | 3 | 343.500,00 |
| RN | NATAL                      | 27 | 21 | 3 | 12 | 11 | 0 | 360.900,00 |
| RN | NISIA FLORESTA             | 10 | 0  | 1 | 2  | 0  | 1 | 114.000,00 |
| RN | NOVA CRUZ                  | 14 | 0  | 1 | 1  | 0  | 0 | 119.700,00 |
| RN | OLHO-D'AGUA DO BORGES      | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 20.400,00  |
| RN | OURO BRANCO                | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 20.400,00  |
| RN | PARANA                     | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 9.200,00   |
| RN | PARAU                      | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 12.600,00  |
| RN | PARAZINHO                  | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 8.200,00   |
| RN | PARELHAS                   | 7  | 1  | 0 | 0  | 0  | 1 | 29.900,00  |
| RN | PARNAMIRIM                 | 29 | 9  | 4 | 6  | 3  | 0 | 227.200,00 |
| RN | PASSA E FICA               | 5  | 0  | 1 | 1  | 0  | 0 | 25.900,00  |
| RN | PASSAGEM                   | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 7.000,00   |
| RN | PATU                       | 4  | 0  | 0 | 1  | 0  | 0 | 29.000,00  |
| RN | PAU DOS FERROS             | 6  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 27.400,00  |
| RN | PEDRA GRANDE               | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 11.600,00  |
| RN | PEDRA PRETA                | 1  | 0  | 0 | 1  | 0  | 1 | 8.200,00   |
| RN | PEDRO AVELINO              | 3  | 0  | 1 | 1  | 0  | 0 | 22.800,00  |
| RN | PEDRO VELHO                | 6  | 0  | 0 | 1  | 0  | 1 | 69.200,00  |
| RN | PENDENCIAS                 | 6  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 25.400,00  |
| RN | POÇO BRANCO                | 6  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 20.500,00  |
| RN | PORTALEGRE                 | 2  | 0  | 0 | 1  | 0  | 0 | 21.200,00  |
| RN | PORTO DO MANGUE            | 1  | 0  | 0 | 1  | 0  | 1 | 4.800,00   |
| RN | PUREZA                     | 3  | 0  | 1 | 1  | 0  | 0 | 33.600,00  |
| RN | RAFAEL FERNANDES           | 1  | 0  | 1 | 1  | 0  | 0 | 9.000,00   |
| RN | RAFAEL GODEIRO             | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 6.000,00   |
| RN | RIACHO DA CRUZ             | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 2.600,00   |
| RN | RIACHO DE SANTANA          | 1  | 0  | 0 | 1  | 0  | 1 | 9.200,00   |
| RN | RIACHUELO                  | 3  | 0  | 0 | 1  | 0  | 1 | 22.600,00  |
| RN | RIO DO FOGO                | 4  | 0  | 0 | 1  | 0  | 1 | 45.800,00  |
| RN | RODOLFO FERNANDES          | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 10.400,00  |
| RN | RUY BARBOSA                | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 12.200,00  |
| RN | SANTA CRUZ                 | 12 | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 59.600,00  |
| RN | SANTA MARIA                | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 11.200,00  |
| RN | SANTANA DO MATOS           | 7  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 51.200,00  |
| RN | SANTANA DO SERIDÓ          | 0  | 0  | 0 | 1  | 0  | 0 | 2.200,00   |
| RN | SANTO ANTONIO              | 9  | 0  | 1 | 2  | 0  | 0 | 91.400,00  |
| RN | SÃO BENTO DO NORTE         | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 8.800,00   |
| RN | SÃO BENTO DO TRAIRI        | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 10.200,00  |
| RN | SÃO FERNANDO               | 1  | 0  | 0 | 0  | 1  | 1 | 13.100,00  |
| RN | SÃO FRANCISCO DO OESTE     | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 4.800,00   |
| RN | SÃO GONCALO DO AMARANTE    | 28 | 0  | 2 | 2  | 1  | 0 | 310.700,00 |
| RN | SÃO JOÃO DO SABUGI         | 2  | 0  | 0 | 1  | 0  | 1 | 15.800,00  |
| RN | SÃO JOSE DE MIPIBU         | 16 | 0  | 2 | 4  | 0  | 1 | 195.800,00 |
| RN | SÃO JOSE DO CAMPESTRE      | 5  | 0  | 1 | 1  | 0  | 0 | 57.800,00  |
| RN | SÃO JOSE DO SERIDÓ         | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 18.000,00  |
| RN | SÃO MIGUEL                 | 0  | 0  | 0 | 1  | 2  | 0 | 5.600,00   |
| RN | SÃO MIGUEL DO GOSTOSO      | 4  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 33.800,00  |
| RN | SÃO PAULO DO POTENGI       | 7  | 0  | 1 | 1  | 0  | 0 | 61.800,00  |
| RN | SÃO PEDRO                  | 3  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 14.000,00  |
| RN | SÃO RAFAEL                 | 3  | 0  | 0 | 1  | 0  | 1 | 21.600,00  |
| RN | SÃO TOME                   | 0  | 0  | 0 | 5  | 0  | 1 | 12.000,00  |



|    |                            |    |    |   |   |    |   |            |
|----|----------------------------|----|----|---|---|----|---|------------|
| RN | SÃO VICENTE                | 3  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 26.200,00  |
| RN | SENADOR ELOI DE SOUZA      | 3  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 33.600,00  |
| RN | SENADOR GEORGINO AVELINO   | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 14.600,00  |
| RN | SERRA CAIADA               | 4  | 0  | 0 | 1 | 0  | 1 | 47.200,00  |
| RN | SERRA DE SÃO BENTO         | 1  | 0  | 0 | 2 | 0  | 1 | 7.000,00   |
| RN | SERRA DO MEL               | 1  | 0  | 0 | 3 | 0  | 0 | 8.800,00   |
| RN | SERRA NEGRA DO NORTE       | 3  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 28.200,00  |
| RN | SERRINHA                   | 3  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 26.800,00  |
| RN | SERRINHA DOS PINTOS        | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 12.200,00  |
| RN | SEVERIANO MELO             | 4  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 23.000,00  |
| RN | SÍTIO NOVO                 | 2  | 0  | 0 | 1 | 0  | 0 | 12.000,00  |
| RN | TABOLEIRO GRANDE           | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 2.600,00   |
| RN | TAIPU                      | 5  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 46.600,00  |
| RN | TANGARÁ                    | 5  | 0  | 1 | 2 | 0  | 0 | 37.400,00  |
| RN | TENENTE ANANIAS            | 4  | 0  | 1 | 1 | 0  | 0 | 10.100,00  |
| RN | TENENTE LAURENTINO CRUZ    | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 3.600,00   |
| RN | TIBAU                      | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 9.200,00   |
| RN | TIBAU DO SUL               | 5  | 0  | 0 | 1 | 0  | 1 | 58.200,00  |
| RN | TIMBAUBA DOS BATISTAS      | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 10.400,00  |
| RN | TOUROS                     | 11 | 0  | 0 | 5 | 0  | 2 | 74.700,00  |
| RN | TRIUNFO POTIGUAR           | 0  | 0  | 0 | 2 | 0  | 1 | 4.800,00   |
| RN | UMARIZAL                   | 5  | 0  | 1 | 0 | 0  | 0 | 25.200,00  |
| RN | UPANEMA                    | 5  | 0  | 0 | 2 | 0  | 1 | 32.000,00  |
| RN | VARZEA                     | 0  | 0  | 0 | 3 | 0  | 0 | 6.600,00   |
| RN | VENHA-VER                  | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 17.000,00  |
| RN | VERA CRUZ                  | 3  | 0  | 0 | 3 | 0  | 1 | 23.000,00  |
| RN | VICOSA                     | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 11.400,00  |
| RN | VILA FLOR                  | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 7.000,00   |
| RO | ALTA FLORESTA D'OESTE      | 1  | 2  | 0 | 0 | 2  | 1 | 10.000,00  |
| RO | ALTO ALEGRE DOS PARECIS    | 3  | 2  | 1 | 0 | 0  | 0 | 11.000,00  |
| RO | ALTO PARAISO               | 1  | 1  | 0 | 0 | 3  | 0 | 9.000,00   |
| RO | ALVORADA D'OESTE           | 0  | 3  | 0 | 0 | 0  | 0 | 5.100,00   |
| RO | ARIQUEMES                  | 5  | 7  | 1 | 1 | 3  | 0 | 67.200,00  |
| RO | BURITIS                    | 1  | 0  | 0 | 3 | 1  | 0 | 10.000,00  |
| RO | CABIXI                     | 1  | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 3.900,00   |
| RO | CACAULÂNDIA                | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 3.900,00   |
| RO | CACOAL                     | 7  | 1  | 1 | 0 | 10 | 0 | 45.300,00  |
| RO | CAMPO NOVO DE RONDÔNIA     | 1  | 3  | 0 | 0 | 0  | 0 | 6.800,00   |
| RO | CANDEIAS DO JAMARI         | 4  | 0  | 0 | 2 | 0  | 0 | 13.200,00  |
| RO | CASTANHEIRAS               | 1  | 0  | 0 | 1 | 0  | 0 | 7.800,00   |
| RO | CEREJEIRAS                 | 1  | 2  | 0 | 1 | 1  | 0 | 9.500,00   |
| RO | CHUPINGUAIA                | 3  | 0  | 0 | 0 | 1  | 0 | 7.800,00   |
| RO | COLORADO DO OESTE          | 1  | 2  | 0 | 0 | 2  | 0 | 6.800,00   |
| RO | CORUMBIARA                 | 0  | 2  | 0 | 1 | 0  | 0 | 5.600,00   |
| RO | COSTA MARQUES              | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 4.400,00   |
| RO | CUJUBIM                    | 1  | 1  | 0 | 0 | 1  | 0 | 3.900,00   |
| RO | ESPIGAO D'OESTE            | 0  | 5  | 0 | 0 | 1  | 0 | 3.400,00   |
| RO | GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA  | 2  | 2  | 0 | 0 | 0  | 0 | 7.300,00   |
| RO | GUAJARÁ-MIRIM              | 3  | 4  | 0 | 0 | 2  | 0 | 3.900,00   |
| RO | ITAPUA DO OESTE            | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 2.200,00   |
| RO | JARU                       | 3  | 8  | 1 | 0 | 0  | 0 | 20.700,00  |
| RO | JI-PARANÁ                  | 4  | 7  | 1 | 0 | 15 | 1 | 55.000,00  |
| RO | MACHADINHO D'OESTE         | 1  | 4  | 0 | 0 | 3  | 0 | 17.000,00  |
| RO | MINISTRO ANDREAZZA         | 1  | 0  | 0 | 0 | 2  | 0 | 5.600,00   |
| RO | MIRANTE DA SERRA           | 1  | 1  | 0 | 0 | 1  | 0 | 5.600,00   |
| RO | MONTE NEGRO                | 1  | 0  | 0 | 0 | 5  | 0 | 10.700,00  |
| RO | NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE   | 3  | 2  | 1 | 0 | 0  | 0 | 14.400,00  |
| RO | NOVA MAMORÉ                | 1  | 1  | 0 | 0 | 4  | 0 | 10.700,00  |
| RO | NOVA UNIAO                 | 1  | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 3.900,00   |
| RO | NOVO HORIZONTE DO OESTE    | 1  | 1  | 0 | 0 | 1  | 0 | 5.600,00   |
| RO | PARECIS                    | 1  | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 3.400,00   |
| RO | PIMENTA BUENO              | 2  | 6  | 0 | 0 | 0  | 0 | 12.400,00  |
| RO | PIMENTEIRAS DO OESTE       | 0  | 0  | 0 | 0 | 1  | 1 | 2.100,00   |
| RO | PORTO VELHO                | 57 | 3  | 0 | 8 | 12 | 0 | 190.800,00 |
| RO | PRESIDENTE MÉDICI          | 7  | 0  | 1 | 0 | 0  | 0 | 29.200,00  |
| RO | PRIMAVERA DE RONDÔNIA      | 0  | 2  | 0 | 0 | 0  | 0 | 3.400,00   |
| RO | RIO CRESPO                 | 1  | 0  | 0 | 0 | 1  | 0 | 7.300,00   |
| RO | ROLIM DE MOURA             | 3  | 7  | 0 | 1 | 2  | 0 | 27.000,00  |
| RO | SANTA LUZIA D'OESTE        | 2  | 0  | 0 | 0 | 2  | 0 | 7.800,00   |
| RO | SÃO FELIPE D'OESTE         | 0  | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 1.700,00   |
| RO | SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ   | 3  | 2  | 0 | 0 | 3  | 0 | 28.700,00  |
| RO | SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ      | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 4.400,00   |
| RO | SERINGUEIRAS               | 2  | 0  | 0 | 1 | 1  | 0 | 11.700,00  |
| RO | TEIXEIROPOLIS              | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 11.200,00  |
| RO | THEOBROMA                  | 1  | 1  | 0 | 0 | 3  | 0 | 9.000,00   |
| RO | URUPA                      | 1  | 2  | 0 | 0 | 0  | 0 | 5.600,00   |
| RO | VALE DO ANARI              | 1  | 0  | 0 | 0 | 1  | 0 | 3.900,00   |
| RO | VALE DO PARAISO            | 1  | 2  | 0 | 0 | 0  | 0 | 5.600,00   |
| RO | VILHENA                    | 4  | 9  | 1 | 2 | 17 | 0 | 71.500,00  |
| RR | ALTO ALEGRE                | 2  | 0  | 1 | 6 | 0  | 0 | 21.000,00  |
| RR | BOA VISTA                  | 0  | 34 | 0 | 0 | 17 | 0 | 103.700,00 |
| RR | BONFIM                     | 5  | 0  | 1 | 0 | 1  | 0 | 18.500,00  |
| RR | CANTA                      | 2  | 2  | 0 | 0 | 1  | 0 | 1.700,00   |
| RR | CARACARAÍ                  | 6  | 0  | 1 | 2 | 0  | 0 | 12.200,00  |
| RR | CAROEBE                    | 2  | 0  | 0 | 0 | 2  | 1 | 6.000,00   |
| RR | IRACEMA                    | 4  | 0  | 1 | 1 | 0  | 0 | 9.500,00   |
| RR | MUCAJAI                    | 6  | 0  | 1 | 0 | 0  | 0 | 14.200,00  |
| RR | NORMÂNDIA                  | 3  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 3.900,00   |
| RR | PACARAÍMA                  | 4  | 0  | 1 | 0 | 1  | 0 | 10.600,00  |
| RR | RORAINÓPOLIS               | 4  | 1  | 0 | 2 | 1  | 1 | 17.100,00  |
| RR | SÃO JOÃO DA BALIZA         | 2  | 0  | 0 | 0 | 1  | 0 | 1.700,00   |
| RR | SÃO LUIZ                   | 3  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 7.900,00   |
| RR | UIRAMUTÁ                   | 2  | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 4.400,00   |
| RS | ACEGUA                     | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 3.200,00   |
| RS | ÁGUA SANTA                 | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 2.200,00   |
| RS | AJURICABA                  | 3  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 12.600,00  |
| RS | ALECRIM                    | 2  | 1  | 0 | 0 | 0  | 1 | 18.900,00  |
| RS | ALEGRETE                   | 5  | 2  | 1 | 1 | 11 | 0 | 46.000,00  |
| RS | ALEGRIA                    | 0  | 1  | 0 | 0 | 0  | 1 | 2.100,00   |
| RS | ALMIRANTE TAMANDARÉ DO SUL | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 5.600,00   |
| RS | ALPESTRE                   | 1  | 2  | 0 | 0 | 1  | 1 | 14.700,00  |
| RS | ALTO ALEGRE                | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 7.000,00   |
| RS | ALTO FELIZ                 | 0  | 0  | 0 | 1 | 0  | 0 | 2.200,00   |
| RS | ALVORADA                   | 13 | 13 | 0 | 0 | 3  | 1 | 84.600,00  |
| RS | AMARAL FERRADOR            | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 2.200,00   |
| RS | AMETISTA DO SUL            | 0  | 1  | 0 | 2 | 0  | 0 | 6.100,00   |
| RS | ANDRÉ DA ROCHA             | 0  | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 1.700,00   |
| RS | ANTA GORDA                 | 0  | 2  | 0 | 0 | 0  | 0 | 0,00       |
| RS | ANTÔNIO PRADO              | 0  | 2  | 0 | 0 | 3  | 0 | 8.500,00   |
| RS | ARAMBARÉ                   | 1  | 2  | 0 | 0 | 0  | 1 | 400,00     |
| RS | ARARICA                    | 1  | 0  | 0 | 0 | 1  | 1 | 4.300,00   |



|    |                          |    |    |   |    |    |   |            |
|----|--------------------------|----|----|---|----|----|---|------------|
| RS | ARATIBA                  | 0  | 1  | 0 | 0  | 1  | 0 | 3.400,00   |
| RS | ARROIO DO PADRE          | 0  | 0  | 0 | 1  | 0  | 0 | 2.200,00   |
| RS | ARROIO DO SAL            | 0  | 0  | 0 | 1  | 2  | 0 | 5.600,00   |
| RS | ARROIO GRANDE            | 0  | 0  | 0 | 0  | 3  | 0 | 5.100,00   |
| RS | ARVOREZINHA              | 1  | 2  | 0 | 0  | 0  | 1 | 6.200,00   |
| RS | AUGUSTO PESTANA          | 1  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 10.700,00  |
| RS | AUREA                    | 0  | 0  | 0 | 0  | 2  | 1 | 3.800,00   |
| RS | BAGÉ                     | 0  | 5  | 0 | 2  | 16 | 0 | 40.100,00  |
| RS | BALNEÁRIO PINHAL         | 2  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 6.100,00   |
| RS | BARÃO                    | 1  | 1  | 0 | 0  | 0  | 1 | 17.900,00  |
| RS | BARÃO DE COTEGIPE        | 1  | 1  | 0 | 0  | 1  | 0 | 6.600,00   |
| RS | BARÃO DO TRIUNFO         | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 1.700,00   |
| RS | BARRA DO GUARITA         | 0  | 0  | 0 | 1  | 0  | 0 | 2.200,00   |
| RS | BARRA DO QUARAÍ          | 1  | 0  | 0 | 0  | 1  | 0 | 7.300,00   |
| RS | BARRA DO RIO AZUL        | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 2.200,00   |
| RS | BARRA FUNDA              | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 7.600,00   |
| RS | BARRACÃO                 | 0  | 0  | 0 | 0  | 2  | 0 | 3.400,00   |
| RS | BARROS CASSAL            | 0  | 2  | 0 | 0  | 0  | 0 | 1.700,00   |
| RS | BENJAMIN CONSTANT DO SUL | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 2.600,00   |
| RS | BENTO GONÇALVES          | 1  | 10 | 1 | 0  | 0  | 0 | 54.200,00  |
| RS | BOA VISTA DAS MISSÕES    | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 2.200,00   |
| RS | BOA VISTA DO BURICA      | 1  | 1  | 0 | 0  | 1  | 1 | 16.200,00  |
| RS | BOA VISTA DO CADEADO     | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 11.400,00  |
| RS | BOA VISTA DO INCRA       | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 2.200,00   |
| RS | BOM JESUS                | 1  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 3.900,00   |
| RS | BOM PRINCIPIO            | 1  | 3  | 0 | 0  | 0  | 0 | 15.100,00  |
| RS | BOM PROGRESSO            | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 2.100,00   |
| RS | BOM RETIRO DO SUL        | 0  | 0  | 0 | 0  | 1  | 0 | 1.700,00   |
| RS | BOQUEIRÃO DO LEÃO        | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 2.200,00   |
| RS | BOSSOROCA                | 0  | 2  | 0 | 0  | 0  | 0 | 6.800,00   |
| RS | BOZANO                   | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 9.000,00   |
| RS | BROCHIER                 | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 5.600,00   |
| RS | BUTIA                    | 1  | 0  | 0 | 1  | 3  | 0 | 7.300,00   |
| RS | CAÇAPAVA DO SUL          | 0  | 0  | 0 | 3  | 2  | 0 | 10.000,00  |
| RS | CACEQUI                  | 3  | 0  | 0 | 1  | 0  | 1 | 27.000,00  |
| RS | CACHOEIRINHA             | 7  | 2  | 0 | 5  | 1  | 0 | 31.000,00  |
| RS | CACIQUE DOBLE            | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 2.200,00   |
| RS | CAIBATE                  | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 12.600,00  |
| RS | CAIÇARA                  | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 5.800,00   |
| RS | CAMARGO                  | 0  | 0  | 0 | 1  | 0  | 0 | 2.200,00   |
| RS | CAMBARÁ DO SUL           | 2  | 1  | 1 | 0  | 0  | 0 | 13.500,00  |
| RS | CAMPESTRE DA SERRA       | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 6.600,00   |
| RS | CAMPINA DAS MISSÕES      | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 4.400,00   |
| RS | CAMPINAS DO SUL          | 0  | 2  | 0 | 0  | 0  | 0 | 3.400,00   |
| RS | CAMPO BOM                | 1  | 10 | 0 | 0  | 1  | 1 | 35.500,00  |
| RS | CAMPO NOVO               | 1  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 14.100,00  |
| RS | CAMPOS BORGES            | 0  | 0  | 0 | 0  | 2  | 1 | 3.800,00   |
| RS | CANDELARIA               | 3  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 25.200,00  |
| RS | CÂNDIDO GODÓI            | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 17.000,00  |
| RS | CANDIOTA                 | 3  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 8.200,00   |
| RS | CANELA                   | 6  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 21.600,00  |
| RS | CANOAS                   | 12 | 14 | 1 | 15 | 19 | 0 | 157.800,00 |
| RS | CANUDOS DO VALE          | 0  | 0  | 0 | 1  | 0  | 0 | 2.200,00   |
| RS | CAPÃO BONITO DO SUL      | 0  | 0  | 0 | 1  | 0  | 0 | 2.200,00   |
| RS | CAPÃO DA CANOA           | 0  | 4  | 0 | 0  | 3  | 0 | 11.900,00  |
| RS | CAPÃO DO CIPO            | 1  | 0  | 0 | 0  | 1  | 1 | 13.100,00  |
| RS | CAPELA DE SANTANA        | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 4.400,00   |
| RS | CARAZINHO                | 6  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 16.600,00  |
| RS | CARLOS BARBOSA           | 0  | 0  | 0 | 0  | 2  | 0 | 3.400,00   |
| RS | CARLOS GOMES             | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 2.200,00   |
| RS | CATUIPE                  | 3  | 0  | 0 | 1  | 0  | 0 | 10.300,00  |
| RS | CAXIAS DO SUL            | 9  | 11 | 0 | 3  | 3  | 0 | 62.400,00  |
| RS | CENTENÁRIO               | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 2.200,00   |
| RS | CERRITO                  | 0  | 0  | 0 | 0  | 1  | 0 | 1.700,00   |
| RS | CERRO BRANCO             | 1  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 7.300,00   |
| RS | CERRO GRANDE             | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 7.000,00   |
| RS | CERRO GRANDE DO SUL      | 0  | 0  | 0 | 2  | 1  | 0 | 6.100,00   |
| RS | CERRO LARGO              | 2  | 1  | 0 | 1  | 0  | 0 | 8.300,00   |
| RS | CHAPADA                  | 3  | 0  | 0 | 1  | 0  | 1 | 9.400,00   |
| RS | CHARQUEADAS              | 9  | 2  | 0 | 0  | 0  | 0 | 26.600,00  |
| RS | CHARRUA                  | 0  | 0  | 0 | 1  | 0  | 0 | 2.200,00   |
| RS | CHIAPETTA                | 0  | 2  | 0 | 0  | 0  | 0 | 6.800,00   |
| RS | CIDREIRA                 | 2  | 1  | 0 | 0  | 1  | 0 | 7.800,00   |
| RS | CIRIACO                  | 1  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 19.500,00  |
| RS | COLINAS                  | 0  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 1.700,00   |
| RS | COLORADO                 | 1  | 0  | 0 | 0  | 1  | 1 | 8.700,00   |
| RS | CONDOR                   | 1  | 2  | 0 | 0  | 0  | 0 | 23.600,00  |
| RS | CONSTANTINA              | 2  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 9.500,00   |
| RS | COQUEIROS DO SUL         | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 2.200,00   |
| RS | CORONEL BARROS           | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 7.600,00   |
| RS | CORONEL BICACO           | 2  | 0  | 0 | 1  | 0  | 0 | 6.600,00   |
| RS | COTIPORA                 | 0  | 1  | 0 | 1  | 0  | 0 | 10.700,00  |
| RS | CRISSIUMAL               | 2  | 2  | 0 | 0  | 1  | 0 | 29.500,00  |
| RS | CRISTAL                  | 0  | 0  | 0 | 2  | 1  | 0 | 6.100,00   |
| RS | CRISTAL DO SUL           | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 10.000,00  |
| RS | CRUZ ALTA                | 12 | 0  | 1 | 1  | 5  | 1 | 92.700,00  |
| RS | CRUZALTENSE              | 0  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 5.100,00   |
| RS | CRUZEIRO DO SUL          | 0  | 2  | 0 | 0  | 0  | 0 | 3.400,00   |
| RS | DAVID CANABARRO          | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 6.400,00   |
| RS | DERRUBADAS               | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 7.000,00   |
| RS | DEZESSEIS DE NOVEMBRO    | 0  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 1.700,00   |
| RS | DILERMANDO DE AGUIAR     | 0  | 0  | 0 | 1  | 0  | 0 | 2.200,00   |
| RS | DOIS IRMAOS              | 2  | 0  | 0 | 1  | 3  | 0 | 17.100,00  |
| RS | DOIS IRMAOS DAS MISSÕES  | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 3.600,00   |
| RS | DOIS LAJEADOS            | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 2.200,00   |
| RS | DOM FELICIANO            | 0  | 2  | 0 | 0  | 0  | 0 | 3.400,00   |
| RS | DOM PEDRITO              | 2  | 0  | 0 | 3  | 2  | 0 | 11.700,00  |
| RS | DOM PEDRO DE ALCÂNTARA   | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 2.600,00   |
| RS | DONA FRANCISCA           | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 5.800,00   |
| RS | DOUTOR MAURÍCIO CARDOSO  | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 22.400,00  |
| RS | DOUTOR RICARDO           | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 3.200,00   |
| RS | ELDORADO DO SUL          | 0  | 2  | 0 | 0  | 0  | 0 | 3.400,00   |
| RS | ENCRUZILHADA DO SUL      | 0  | 0  | 0 | 1  | 4  | 0 | 9.000,00   |
| RS | ENGENHO VELHO            | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 3.200,00   |
| RS | ENTRE RIOS DO SUL        | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 6.600,00   |
| RS | ENTRE-IJUIS              | 1  | 1  | 0 | 0  | 1  | 0 | 5.600,00   |
| RS | EREBANGO                 | 0  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 5.100,00   |
| RS | ERECHIM                  | 2  | 11 | 0 | 0  | 4  | 0 | 44.500,00  |



|    |                         |   |    |   |   |    |   |            |
|----|-------------------------|---|----|---|---|----|---|------------|
| RS | ERNESTINA               | 1 | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 6.600,00   |
| RS | ERVAL GRANDE            | 2 | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 4.800,00   |
| RS | ERVAL SECO              | 2 | 0  | 0 | 0 | 1  | 0 | 6.100,00   |
| RS | ESMERALDA               | 1 | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 5.600,00   |
| RS | ESPUMOSO                | 0 | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 1.700,00   |
| RS | ESTACÃO                 | 1 | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 11.700,00  |
| RS | ESTÂNCIA VELHA          | 7 | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 17.100,00  |
| RS | ESTEIO                  | 1 | 2  | 0 | 1 | 8  | 1 | 22.000,00  |
| RS | ESTRELA                 | 0 | 0  | 0 | 2 | 1  | 0 | 6.100,00   |
| RS | EUGÊNIO DE CASTRO       | 0 | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 5.100,00   |
| RS | FAGUNDES VARELA         | 1 | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 3.200,00   |
| RS | FARROUPILHA             | 6 | 0  | 1 | 0 | 1  | 0 | 48.100,00  |
| RS | FAXINAL DO SOTURNO      | 1 | 0  | 0 | 1 | 0  | 1 | 4.800,00   |
| RS | FAXINALZINHO            | 1 | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 2.200,00   |
| RS | FAZENDA VILANOVA        | 1 | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 2.600,00   |
| RS | FELIZ                   | 1 | 3  | 0 | 0 | 0  | 0 | 14.100,00  |
| RS | FLORES DA CUNHA         | 1 | 0  | 0 | 0 | 1  | 0 | 7.300,00   |
| RS | FLORIANO PEIXOTO        | 0 | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 5.100,00   |
| RS | FONTOURA XAVIER         | 1 | 2  | 0 | 0 | 0  | 0 | 5.600,00   |
| RS | FORTALEZA DOS VALOS     | 1 | 0  | 0 | 0 | 1  | 0 | 3.900,00   |
| RS | FREDERICO WESTPHALEN    | 2 | 2  | 0 | 0 | 2  | 0 | 3.400,00   |
| RS | GARIBALDI               | 0 | 2  | 0 | 0 | 2  | 0 | 10.200,00  |
| RS | GARRUCHOS               | 0 | 0  | 0 | 1 | 1  | 0 | 3.900,00   |
| RS | GAURAMA                 | 0 | 0  | 0 | 1 | 1  | 0 | 3.900,00   |
| RS | GENERAL CÂMARA          | 0 | 0  | 0 | 0 | 3  | 0 | 5.100,00   |
| RS | GETÚLIO VARGAS          | 0 | 4  | 0 | 0 | 0  | 0 | 13.600,00  |
| RS | GIRUÁ                   | 3 | 1  | 0 | 1 | 0  | 0 | 10.000,00  |
| RS | GRAMADO                 | 0 | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 1.700,00   |
| RS | GRAMADO DOS LOUREIROS   | 1 | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 3.200,00   |
| RS | GRAMADO XAVIER          | 0 | 0  | 0 | 1 | 0  | 1 | 2.600,00   |
| RS | GRAVATAÍ                | 9 | 13 | 0 | 5 | 16 | 0 | 189.300,00 |
| RS | GUABIJU                 | 0 | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 8.500,00   |
| RS | GUAÍBA                  | 0 | 0  | 0 | 0 | 2  | 0 | 3.400,00   |
| RS | GUAPORÉ                 | 0 | 0  | 0 | 4 | 3  | 0 | 13.900,00  |
| RS | GUARANI DAS MISSÕES     | 0 | 1  | 0 | 0 | 2  | 0 | 5.100,00   |
| RS | HARMONIA                | 0 | 0  | 0 | 1 | 1  | 0 | 3.900,00   |
| RS | HERVAL                  | 3 | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 10.000,00  |
| RS | HORIZONTINA             | 2 | 3  | 0 | 0 | 1  | 1 | 29.800,00  |
| RS | HULHA NEGRA             | 2 | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 1.000,00   |
| RS | HUMAITÁ                 | 0 | 2  | 0 | 0 | 0  | 0 | 10.200,00  |
| RS | IBARAMA                 | 1 | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 3.900,00   |
| RS | IBIRAIARAS              | 2 | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 11.200,00  |
| RS | IBIRAPUITÁ              | 1 | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 5.600,00   |
| RS | IBIRUBA                 | 0 | 1  | 0 | 0 | 3  | 0 | 6.800,00   |
| RS | IGREJINHA               | 3 | 1  | 0 | 1 | 3  | 0 | 22.400,00  |
| RS | IJUÍ                    | 8 | 5  | 1 | 0 | 2  | 0 | 97.200,00  |
| RS | ILOPOLIS                | 2 | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 4.900,00   |
| RS | IMBÉ                    | 0 | 0  | 0 | 1 | 0  | 0 | 2.200,00   |
| RS | IMIGRANTE               | 1 | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 2.200,00   |
| RS | INDEPENDÊNCIA           | 0 | 0  | 0 | 2 | 0  | 0 | 4.400,00   |
| RS | INHACORA                | 1 | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 5.100,00   |
| RS | IPE                     | 2 | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 13.200,00  |
| RS | IPIRANGA DO SUL         | 0 | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 1.700,00   |
| RS | IRAI                    | 2 | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 4.400,00   |
| RS | ITACURUBI               | 0 | 0  | 0 | 0 | 2  | 0 | 3.400,00   |
| RS | ITAPUCA                 | 0 | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 5.100,00   |
| RS | ITAQUI                  | 3 | 1  | 0 | 1 | 0  | 1 | 11.100,00  |
| RS | ITATI                   | 0 | 0  | 0 | 1 | 0  | 0 | 2.200,00   |
| RS | ITATIBA DO SUL          | 2 | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 5.800,00   |
| RS | IVORÁ                   | 1 | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 7.600,00   |
| RS | JABOTICABA              | 2 | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 19.000,00  |
| RS | JACUTINGA               | 1 | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 3.900,00   |
| RS | JAGUARÃO                | 4 | 0  | 0 | 0 | 1  | 0 | 8.800,00   |
| RS | JAGUARI                 | 0 | 1  | 0 | 0 | 1  | 0 | 6.800,00   |
| RS | JAQUIRANA               | 1 | 0  | 0 | 0 | 1  | 0 | 7.300,00   |
| RS | JARI                    | 0 | 0  | 0 | 1 | 0  | 0 | 2.200,00   |
| RS | JÓIA                    | 3 | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 7.200,00   |
| RS | JULIO DE CASTILHOS      | 5 | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 27.200,00  |
| RS | LAGOA DOS TRÊS CANTOS   | 1 | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 11.000,00  |
| RS | LAGOA VERMELHA          | 0 | 4  | 0 | 0 | 1  | 0 | 8.500,00   |
| RS | LAGOÃO                  | 1 | 0  | 0 | 0 | 1  | 0 | 3.900,00   |
| RS | LAJEADO                 | 3 | 6  | 0 | 0 | 5  | 0 | 38.900,00  |
| RS | LAJEADO DO BUGRE        | 1 | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 2.200,00   |
| RS | LAVRAS DO SUL           | 0 | 0  | 0 | 0 | 2  | 0 | 3.400,00   |
| RS | LIBERATO SALZANO        | 2 | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 4.800,00   |
| RS | LINDOLFO COLLOR         | 1 | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 2.200,00   |
| RS | MAÇAMBARÁ               | 0 | 0  | 0 | 1 | 0  | 0 | 2.200,00   |
| RS | MAMPITUBA               | 0 | 0  | 0 | 1 | 0  | 0 | 2.200,00   |
| RS | MANOEL VIANA            | 1 | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 2.200,00   |
| RS | MAQUINE                 | 0 | 1  | 0 | 0 | 1  | 0 | 3.400,00   |
| RS | MARATÁ                  | 1 | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 7.000,00   |
| RS | MARAU                   | 6 | 0  | 1 | 1 | 0  | 0 | 20.800,00  |
| RS | MARCELINO RAMOS         | 1 | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 3.900,00   |
| RS | MARIANA PIMENTEL        | 0 | 0  | 0 | 0 | 1  | 0 | 1.700,00   |
| RS | MARIANO MORO            | 1 | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 2.200,00   |
| RS | MARQUES DE SOUZA        | 0 | 2  | 0 | 0 | 0  | 0 | 3.400,00   |
| RS | MATO CASTELHANO         | 1 | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 2.200,00   |
| RS | MATO LEITÃO             | 1 | 1  | 0 | 0 | 0  | 1 | 5.300,00   |
| RS | MATO QUEIMADO           | 1 | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 8.000,00   |
| RS | MAXIMILIANO DE ALMEIDA  | 0 | 0  | 0 | 1 | 1  | 0 | 3.900,00   |
| RS | MINAS DO LEÃO           | 1 | 0  | 0 | 0 | 1  | 0 | 1.700,00   |
| RS | MIRAGUAI                | 1 | 0  | 0 | 1 | 0  | 0 | 4.400,00   |
| RS | MONTE ALEGRE DOS CAMPOS | 1 | 0  | 0 | 0 | 1  | 0 | 3.900,00   |
| RS | MONTE BELO DO SUL       | 1 | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 5.600,00   |
| RS | MONTENEGRO              | 0 | 0  | 0 | 3 | 0  | 0 | 6.600,00   |
| RS | MORMAÇO                 | 0 | 0  | 0 | 1 | 0  | 0 | 2.200,00   |
| RS | MORRINHOS DO SUL        | 0 | 0  | 0 | 0 | 1  | 0 | 1.700,00   |
| RS | MORRO REDONDO           | 2 | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 4.400,00   |
| RS | MOSTARDAS               | 3 | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 11.300,00  |
| RS | MUÇUM                   | 2 | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 20.000,00  |
| RS | MUITOS CAPÕES           | 0 | 0  | 0 | 1 | 0  | 0 | 2.200,00   |
| RS | MULITERNO               | 1 | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 7.600,00   |
| RS | NAO-ME-TOQUE            | 0 | 3  | 0 | 0 | 1  | 0 | 10.200,00  |
| RS | NICOLAU VERGUEIRO       | 0 | 0  | 0 | 1 | 0  | 0 | 2.200,00   |
| RS | NONOAI                  | 1 | 0  | 0 | 1 | 0  | 0 | 4.400,00   |
| RS | NOVA ALVORADA           | 1 | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 9.000,00   |
| RS | NOVA ARAÇÁ              | 0 | 0  | 0 | 1 | 0  | 0 | 2.200,00   |
| RS | NOVA BASSANO            | 0 | 2  | 0 | 0 | 0  | 0 | 6.800,00   |



|    |                           |    |    |   |    |    |   |            |
|----|---------------------------|----|----|---|----|----|---|------------|
| RS | NOVA BOA VISTA            | 0  | 0  | 0 | 1  | 0  | 0 | 2.200,00   |
| RS | NOVA CANDELARIA           | 0  | 1  | 0 | 0  | 0  | 1 | 5.500,00   |
| RS | NOVA ESPERANÇA DO SUL     | 1  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 7.300,00   |
| RS | NOVA PALMA                | 1  | 2  | 0 | 0  | 0  | 0 | 15.800,00  |
| RS | NOVA PETROPOLIS           | 2  | 6  | 1 | 0  | 0  | 0 | 27.800,00  |
| RS | NOVA PRATA                | 5  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 38.800,00  |
| RS | NOVA RAMADA               | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 5.600,00   |
| RS | NOVA SANTA RITA           | 0  | 0  | 0 | 1  | 5  | 0 | 12.900,00  |
| RS | NOVO BARREIRO             | 0  | 0  | 0 | 2  | 0  | 0 | 4.400,00   |
| RS | NOVO CABRAIS              | 1  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 3.400,00   |
| RS | NOVO HAMBURGO             | 0  | 16 | 0 | 0  | 0  | 0 | 61.200,00  |
| RS | NOVO MACHADO              | 1  | 1  | 0 | 0  | 0  | 1 | 11.100,00  |
| RS | NOVO TIRADENTES           | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 2.600,00   |
| RS | NOVO XINGU                | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 10.400,00  |
| RS | OSÓRIO                    | 4  | 0  | 0 | 2  | 2  | 0 | 16.600,00  |
| RS | PAIM FILHO                | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 7.300,00   |
| RS | PALMARES DO SUL           | 0  | 1  | 0 | 0  | 3  | 0 | 5.100,00   |
| RS | PALMEIRA DAS MISSÕES      | 5  | 1  | 0 | 0  | 1  | 0 | 51.700,00  |
| RS | PALMITINHO                | 1  | 0  | 0 | 2  | 0  | 0 | 8.600,00   |
| RS | PANAMBI                   | 12 | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 76.000,00  |
| RS | PANTANO GRANDE            | 0  | 1  | 0 | 0  | 2  | 1 | 5.500,00   |
| RS | PARAI                     | 1  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 11.700,00  |
| RS | PARAÍSO DO SUL            | 0  | 0  | 0 | 0  | 1  | 0 | 1.700,00   |
| RS | PARECI NOVO               | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 2.200,00   |
| RS | PAROBE                    | 0  | 0  | 0 | 0  | 5  | 0 | 8.500,00   |
| RS | PASSA SETE                | 1  | 0  | 0 | 1  | 0  | 0 | 8.800,00   |
| RS | PASSO DO SOBRADO          | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 13.600,00  |
| RS | PASSO FUNDO               | 0  | 15 | 0 | 0  | 0  | 0 | 35.700,00  |
| RS | PAULO BENTO               | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 2.600,00   |
| RS | PAVERAMA                  | 0  | 0  | 0 | 1  | 1  | 0 | 3.900,00   |
| RS | PEDRAS ALTAS              | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 9.000,00   |
| RS | PEDRO OSÓRIO              | 0  | 2  | 0 | 0  | 0  | 0 | 6.800,00   |
| RS | PEJUCARA                  | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 13.600,00  |
| RS | PELOTAS                   | 8  | 17 | 0 | 8  | 34 | 0 | 170.100,00 |
| RS | PICADA CAFÉ               | 1  | 1  | 0 | 0  | 0  | 1 | 18.900,00  |
| RS | PINHAL                    | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 6.600,00   |
| RS | PINHAL DA SERRA           | 0  | 0  | 0 | 1  | 0  | 0 | 2.200,00   |
| RS | PINHEIRINHO DO VALE       | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 2.600,00   |
| RS | PINHEIRO MACHADO          | 4  | 0  | 1 | 1  | 0  | 0 | 12.500,00  |
| RS | PIRAPO                    | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 3.600,00   |
| RS | PIRATINI                  | 1  | 0  | 0 | 0  | 1  | 0 | 3.900,00   |
| RS | PLANALTO                  | 0  | 0  | 0 | 1  | 3  | 1 | 7.700,00   |
| RS | PONTE PRETA               | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 5.600,00   |
| RS | PORTÃO                    | 0  | 0  | 0 | 2  | 3  | 0 | 9.500,00   |
| RS | PORTO ALEGRE              | 56 | 68 | 4 | 32 | 64 | 3 | 567.900,00 |
| RS | PORTO LUCENA              | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 6.800,00   |
| RS | PORTO MAUA                | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 10.400,00  |
| RS | PORTO VERA CRUZ           | 0  | 0  | 0 | 0  | 1  | 0 | 1.700,00   |
| RS | PORTO XAVIER              | 0  | 2  | 0 | 0  | 0  | 0 | 3.400,00   |
| RS | POUSO NOVO                | 0  | 0  | 0 | 1  | 0  | 0 | 2.200,00   |
| RS | PROTÁSIO ALVES            | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 11.000,00  |
| RS | PUTINGA                   | 1  | 0  | 0 | 1  | 0  | 0 | 5.400,00   |
| RS | QUARAI                    | 4  | 0  | 1 | 1  | 1  | 0 | 12.800,00  |
| RS | QUATRO IRMÃOS             | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 3.600,00   |
| RS | QUEVEDOS                  | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 6.600,00   |
| RS | QUINZE DE NOVEMBRO        | 0  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 1.700,00   |
| RS | REDENTORA                 | 1  | 0  | 0 | 2  | 0  | 0 | 6.600,00   |
| RS | RELVADO                   | 0  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 1.700,00   |
| RS | RESTINGA SECA             | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 3.900,00   |
| RS | RIO DOS INDIOS            | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 3.200,00   |
| RS | RIO GRANDE                | 10 | 15 | 1 | 0  | 7  | 2 | 186.200,00 |
| RS | RIO PARDO                 | 0  | 0  | 0 | 4  | 0  | 0 | 8.800,00   |
| RS | RIOZINHO                  | 1  | 0  | 0 | 1  | 0  | 1 | 4.800,00   |
| RS | RODEIO BONITO             | 2  | 0  | 0 | 1  | 0  | 1 | 9.000,00   |
| RS | ROLADOR                   | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 11.000,00  |
| RS | ROLANTE                   | 4  | 3  | 0 | 0  | 0  | 0 | 20.700,00  |
| RS | RONDA ALTA                | 1  | 0  | 0 | 2  | 0  | 0 | 7.600,00   |
| RS | RONDINHA                  | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 5.400,00   |
| RS | ROQUE GONZALES            | 1  | 1  | 0 | 0  | 1  | 0 | 12.400,00  |
| RS | ROSÁRIO DO SUL            | 5  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 26.600,00  |
| RS | SAGRADA FAMÍLIA           | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 2.600,00   |
| RS | SALDANHA MARINHO          | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 3.200,00   |
| RS | SALTO DO JACUI            | 0  | 1  | 0 | 1  | 2  | 0 | 7.300,00   |
| RS | SALVADOR DAS MISSÕES      | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 2.200,00   |
| RS | SALVADOR DO SUL           | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 4.800,00   |
| RS | SANANDUVA                 | 0  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 1.700,00   |
| RS | SANTA BARBARA DO SUL      | 0  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 5.100,00   |
| RS | SANTA CECÍLIA DO SUL      | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 2.200,00   |
| RS | SANTA CLARA DO SUL        | 1  | 0  | 0 | 0  | 1  | 0 | 3.900,00   |
| RS | SANTA CRUZ DO SUL         | 8  | 3  | 1 | 1  | 4  | 0 | 70.900,00  |
| RS | SANTA MARGARIDA DO SUL    | 0  | 0  | 0 | 0  | 1  | 0 | 1.700,00   |
| RS | SANTA MARIA               | 5  | 11 | 0 | 0  | 0  | 0 | 36.500,00  |
| RS | SANTA MARIA DO HERVAL     | 0  | 2  | 0 | 0  | 0  | 1 | 3.800,00   |
| RS | SANTA ROSA                | 14 | 3  | 2 | 0  | 0  | 0 | 90.700,00  |
| RS | SANTA TEREZA              | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 9.000,00   |
| RS | SANTA VITÓRIA DO PALMAR   | 2  | 1  | 1 | 0  | 10 | 0 | 29.500,00  |
| RS | SANT'ANA DO LIVRAMENTO    | 0  | 0  | 0 | 6  | 4  | 1 | 21.000,00  |
| RS | SANTIAGO                  | 9  | 1  | 0 | 0  | 1  | 1 | 50.000,00  |
| RS | SANTO ÂNGELO              | 7  | 0  | 0 | 2  | 0  | 0 | 19.800,00  |
| RS | SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA | 3  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 14.400,00  |
| RS | SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES | 0  | 1  | 0 | 0  | 1  | 0 | 3.400,00   |
| RS | SANTO ANTÔNIO DO PLANALTO | 0  | 0  | 0 | 1  | 0  | 0 | 2.200,00   |
| RS | SANTO AUGUSTO             | 1  | 0  | 0 | 1  | 1  | 0 | 3.900,00   |
| RS | SANTO CRISTO              | 1  | 1  | 0 | 0  | 2  | 0 | 17.500,00  |
| RS | SÃO BORJA                 | 14 | 0  | 1 | 0  | 0  | 1 | 83.800,00  |
| RS | SÃO DOMINGOS DO SUL       | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 2.200,00   |
| RS | SÃO FRANCISCO DE ASSIS    | 4  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 33.600,00  |
| RS | SÃO FRANCISCO DE PAULA    | 0  | 3  | 0 | 0  | 2  | 0 | 3.400,00   |
| RS | SÃO GABRIEL               | 0  | 0  | 0 | 2  | 14 | 0 | 28.200,00  |
| RS | SÃO JOÃO DA URTIGA        | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 7.000,00   |
| RS | SÃO JOÃO DO POLESINE      | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 11.000,00  |
| RS | SÃO JORGE                 | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 6.600,00   |
| RS | SÃO JOSE DAS MISSÕES      | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 3.200,00   |
| RS | SÃO JOSE DO HERVAL        | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 7.600,00   |
| RS | SÃO JOSE DO HORTÊNCIO     | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 2.200,00   |
| RS | SÃO JOSE DO INHACORA      | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 7.000,00   |
| RS | SÃO JOSE DO NORTE         | 5  | 0  | 0 | 0  | 1  | 0 | 12.700,00  |
| RS | SÃO JOSE DO SUL           | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 2.200,00   |



|    |                        |    |   |   |   |    |   |           |
|----|------------------------|----|---|---|---|----|---|-----------|
| RS | SÃO JOSÉ DOS AUSENTES  | 0  | 1 | 0 | 0 | 1  | 1 | 7.200,00  |
| RS | SÃO LEOPOLDO           | 10 | 0 | 0 | 1 | 1  | 0 | 43.000,00 |
| RS | SÃO LOURENÇO DO SUL    | 5  | 4 | 0 | 0 | 0  | 1 | 27.100,00 |
| RS | SÃO LUIZ GONZAGA       | 5  | 2 | 0 | 1 | 2  | 0 | 19.500,00 |
| RS | SÃO MARCOS             | 1  | 0 | 0 | 1 | 1  | 0 | 10.500,00 |
| RS | SÃO MARTINHO           | 2  | 0 | 0 | 0 | 0  | 1 | 19.000,00 |
| RS | SÃO MARTINHO DA SERRA  | 1  | 0 | 0 | 0 | 0  | 0 | 3.200,00  |
| RS | SÃO MIGUEL DAS MISSÕES | 2  | 1 | 0 | 0 | 0  | 0 | 19.300,00 |
| RS | SÃO NICOLAU            | 2  | 0 | 0 | 0 | 0  | 0 | 7.800,00  |
| RS | SÃO PAULO DAS MISSÕES  | 0  | 0 | 0 | 0 | 2  | 0 | 3.400,00  |
| RS | SÃO PEDRO DA SERRA     | 1  | 0 | 0 | 0 | 0  | 0 | 3.200,00  |
| RS | SÃO PEDRO DAS MISSÕES  | 1  | 0 | 0 | 0 | 0  | 1 | 6.000,00  |
| RS | SÃO PEDRO DO BUTIÁ     | 1  | 0 | 0 | 0 | 0  | 1 | 6.000,00  |
| RS | SÃO PEDRO DO SUL       | 0  | 4 | 0 | 0 | 0  | 0 | 23.800,00 |
| RS | SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ   | 0  | 0 | 0 | 0 | 5  | 0 | 8.500,00  |
| RS | SÃO SEPE               | 4  | 0 | 1 | 0 | 0  | 0 | 15.800,00 |
| RS | SÃO VALENTIM           | 2  | 0 | 0 | 0 | 0  | 0 | 7.800,00  |
| RS | SÃO VALENTIM DO SUL    | 0  | 0 | 0 | 1 | 0  | 0 | 2.200,00  |
| RS | SÃO VALÉRIO DO SUL     | 1  | 0 | 0 | 0 | 0  | 0 | 9.000,00  |
| RS | SÃO VENDELINO          | 1  | 0 | 0 | 0 | 0  | 0 | 5.600,00  |
| RS | SÃO VICENTE DO SUL     | 1  | 0 | 0 | 2 | 0  | 1 | 7.200,00  |
| RS | SAPUCAIA DO SUL        | 7  | 7 | 0 | 3 | 2  | 0 | 63.100,00 |
| RS | SARANDI                | 3  | 0 | 0 | 0 | 0  | 0 | 10.500,00 |
| RS | SEBERI                 | 2  | 1 | 0 | 0 | 0  | 0 | 6.100,00  |
| RS | SEGREDO                | 1  | 0 | 0 | 0 | 1  | 0 | 3.900,00  |
| RS | SELBACH                | 0  | 0 | 0 | 0 | 1  | 0 | 1.700,00  |
| RS | SENADOR SALGADO FILHO  | 1  | 0 | 0 | 0 | 0  | 1 | 11.400,00 |
| RS | SERAFINA CORREIA       | 0  | 0 | 0 | 3 | 1  | 0 | 8.300,00  |
| RS | SERIO                  | 1  | 0 | 0 | 0 | 0  | 0 | 6.600,00  |
| RS | SETE DE SETEMBRO       | 0  | 1 | 0 | 0 | 0  | 0 | 5.100,00  |
| RS | SEVERIANO DE ALMEIDA   | 1  | 0 | 0 | 0 | 0  | 0 | 9.000,00  |
| RS | SILVEIRA MARTINS       | 0  | 0 | 0 | 0 | 1  | 0 | 1.700,00  |
| RS | SINIMBU                | 1  | 0 | 0 | 0 | 1  | 0 | 3.900,00  |
| RS | SOBRADINHO             | 2  | 0 | 0 | 1 | 0  | 1 | 7.200,00  |
| RS | SOLEDADE               | 6  | 0 | 0 | 0 | 0  | 0 | 26.300,00 |
| RS | TABAI                  | 1  | 0 | 0 | 0 | 1  | 1 | 4.300,00  |
| RS | TAPEJARA               | 4  | 0 | 0 | 0 | 0  | 0 | 9.800,00  |
| RS | TAPERA                 | 3  | 0 | 0 | 1 | 0  | 0 | 35.200,00 |
| RS | TAPES                  | 0  | 3 | 0 | 1 | 0  | 1 | 7.900,00  |
| RS | TAQUARI                | 0  | 1 | 0 | 3 | 0  | 0 | 8.300,00  |
| RS | TAQUARUCU DO SUL       | 1  | 0 | 0 | 0 | 0  | 0 | 6.600,00  |
| RS | TENENTE PORTELA        | 3  | 1 | 1 | 0 | 0  | 0 | 10.300,00 |
| RS | TERRA DE AREIA         | 1  | 1 | 0 | 0 | 0  | 0 | 3.400,00  |
| RS | TEUTÔNIA               | 0  | 3 | 0 | 0 | 0  | 0 | 5.100,00  |
| RS | TIO HUGO               | 0  | 0 | 0 | 1 | 0  | 0 | 2.200,00  |
| RS | TOROPÍ                 | 0  | 0 | 0 | 1 | 0  | 0 | 2.200,00  |
| RS | TORRES                 | 1  | 3 | 0 | 2 | 0  | 1 | 22.900,00 |
| RS | TRAMANDAÍ              | 5  | 0 | 0 | 0 | 0  | 0 | 10.000,00 |
| RS | TRÊS CACHOEIRAS        | 1  | 3 | 0 | 0 | 0  | 0 | 17.500,00 |
| RS | TRÊS COROAS            | 0  | 3 | 0 | 0 | 0  | 0 | 8.500,00  |
| RS | TRÊS DE MAIO           | 6  | 0 | 0 | 1 | 0  | 1 | 35.400,00 |
| RS | TRÊS FORQUILHAS        | 1  | 0 | 0 | 0 | 0  | 0 | 2.200,00  |
| RS | TRÊS PALMEIRAS         | 2  | 0 | 0 | 0 | 0  | 1 | 4.800,00  |
| RS | TRÊS PASSOS            | 8  | 0 | 1 | 0 | 0  | 0 | 42.000,00 |
| RS | TRINDADE DO SUL        | 1  | 0 | 0 | 2 | 0  | 1 | 7.000,00  |
| RS | TRIUNFO                | 0  | 0 | 0 | 0 | 4  | 0 | 6.800,00  |
| RS | TUCUNDUVA              | 1  | 1 | 0 | 0 | 0  | 0 | 17.500,00 |
| RS | TUPANCI DO SUL         | 1  | 0 | 0 | 0 | 0  | 0 | 4.200,00  |
| RS | TUPANCIRETÁ            | 3  | 0 | 0 | 0 | 0  | 0 | 6.600,00  |
| RS | TUPANDI                | 1  | 0 | 0 | 0 | 0  | 0 | 2.200,00  |
| RS | TUPARENDI              | 2  | 1 | 0 | 0 | 0  | 0 | 7.100,00  |
| RS | TURUCU                 | 1  | 0 | 0 | 1 | 0  | 0 | 5.400,00  |
| RS | UBIRETAMA              | 1  | 0 | 0 | 0 | 0  | 0 | 2.200,00  |
| RS | UNIAO DA SERRA         | 1  | 0 | 0 | 0 | 0  | 0 | 5.600,00  |
| RS | UNISTALDA              | 1  | 0 | 0 | 0 | 0  | 0 | 6.600,00  |
| RS | URUGUAIANA             | 0  | 0 | 0 | 4 | 15 | 0 | 34.300,00 |
| RS | VACARIA                | 8  | 0 | 0 | 0 | 4  | 0 | 51.800,00 |
| RS | VALE DO SOL            | 0  | 0 | 0 | 2 | 2  | 1 | 8.400,00  |
| RS | VALE REAL              | 1  | 1 | 0 | 0 | 1  | 0 | 15.800,00 |
| RS | VANINI                 | 1  | 0 | 0 | 0 | 0  | 1 | 7.000,00  |
| RS | VENÂNCIO AIRES         | 2  | 2 | 0 | 1 | 1  | 1 | 20.100,00 |
| RS | VERA CRUZ              | 1  | 0 | 0 | 1 | 0  | 0 | 4.400,00  |
| RS | VERANÓPOLIS            | 4  | 0 | 0 | 0 | 0  | 0 | 11.700,00 |
| RS | VESPASIANO CORREA      | 1  | 0 | 0 | 0 | 0  | 0 | 6.600,00  |
| RS | VIADUTOS               | 0  | 1 | 0 | 0 | 0  | 0 | 1.700,00  |
| RS | VIAMÃO                 | 0  | 0 | 0 | 2 | 26 | 1 | 49.200,00 |
| RS | VICENTE DUTRA          | 2  | 0 | 0 | 0 | 0  | 0 | 3.400,00  |
| RS | VICTOR GRAEFF          | 1  | 0 | 0 | 0 | 0  | 0 | 9.000,00  |
| RS | VILA FLORES            | 0  | 1 | 0 | 0 | 0  | 0 | 1.700,00  |
| RS | VILA LÂNGARO           | 0  | 0 | 0 | 1 | 0  | 0 | 2.200,00  |
| RS | VISTA ALEGRE           | 1  | 0 | 0 | 0 | 0  | 0 | 2.200,00  |
| RS | VISTA ALEGRE DO PRATA  | 0  | 1 | 0 | 0 | 0  | 0 | 1.700,00  |
| RS | VISTA GAUCHA           | 0  | 0 | 0 | 1 | 0  | 0 | 2.200,00  |
| RS | VITÓRIA DAS MISSÕES    | 1  | 0 | 0 | 0 | 0  | 0 | 6.600,00  |
| RS | WESTFÁLIA              | 1  | 0 | 0 | 0 | 0  | 0 | 6.600,00  |
| RS | XANGRI-LÁ              | 3  | 0 | 0 | 1 | 0  | 0 | 8.800,00  |
| SC | ABELARDO LUZ           | 5  | 3 | 1 | 0 | 0  | 0 | 50.300,00 |
| SC | AGROLÂNDIA             | 1  | 2 | 0 | 0 | 1  | 1 | 14.700,00 |
| SC | AGRONÔMICA             | 1  | 0 | 0 | 0 | 0  | 1 | 6.000,00  |
| SC | ÁGUA DOCE              | 2  | 0 | 0 | 0 | 1  | 0 | 22.700,00 |
| SC | ÁGUAS DE CHAPECÓ       | 2  | 0 | 0 | 0 | 1  | 1 | 16.700,00 |
| SC | ÁGUAS FRIAS            | 1  | 0 | 0 | 0 | 0  | 1 | 10.400,00 |
| SC | ÁGUAS MORNAS           | 2  | 0 | 0 | 0 | 0  | 1 | 14.600,00 |
| SC | ALFREDO WAGNER         | 3  | 0 | 0 | 0 | 0  | 1 | 21.800,00 |
| SC | ALTO BELA VISTA        | 1  | 0 | 0 | 0 | 0  | 1 | 11.400,00 |
| SC | ANCHIETA               | 2  | 0 | 0 | 0 | 1  | 1 | 24.100,00 |
| SC | ANGELINA               | 2  | 0 | 0 | 0 | 0  | 1 | 18.000,00 |
| SC | ANITA GARIBALDI        | 1  | 1 | 0 | 1 | 0  | 1 | 6.700,00  |
| SC | ANITAPOLIS             | 1  | 0 | 0 | 0 | 0  | 1 | 11.400,00 |
| SC | ANTÔNIO CARLOS         | 1  | 2 | 0 | 0 | 0  | 1 | 14.000,00 |
| SC | APIUNA                 | 2  | 1 | 0 | 1 | 0  | 1 | 15.700,00 |
| SC | ARABUTÁ                | 1  | 0 | 0 | 0 | 1  | 0 | 10.700,00 |
| SC | ARARANGUA              | 5  | 8 | 1 | 0 | 0  | 0 | 76.200,00 |
| SC | ARROIO TRINTA          | 0  | 1 | 0 | 0 | 0  | 1 | 8.900,00  |
| SC | ARVOREDO               | 1  | 0 | 0 | 0 | 0  | 1 | 11.400,00 |
| SC | ASCURRA                | 2  | 0 | 0 | 0 | 0  | 0 | 12.200,00 |
| SC | ATALANTA               | 1  | 0 | 0 | 0 | 0  | 1 | 8.000,00  |
| SC | AURORA                 | 1  | 1 | 0 | 0 | 0  | 1 | 18.900,00 |



|    |                           |    |    |    |   |    |   |            |
|----|---------------------------|----|----|----|---|----|---|------------|
| SC | BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA | 2  | 1  | 0  | 0 | 0  | 0 | 12.900,00  |
| SC | BALNEÁRIO BARRA DO SUL    | 0  | 3  | 0  | 0 | 0  | 0 | 18.700,00  |
| SC | BALNEÁRIO CAMBORIÚ        | 4  | 10 | 0  | 0 | 1  | 0 | 113.100,00 |
| SC | BALNEÁRIO GAIVOTA         | 1  | 0  | 0  | 2 | 0  | 1 | 7.200,00   |
| SC | BALNEÁRIO PICARRAS        | 6  | 1  | 1  | 0 | 0  | 0 | 69.100,00  |
| SC | BALNEÁRIO RINÇÃO          | 3  | 1  | 0  | 0 | 0  | 1 | 22.100,00  |
| SC | BANDEIRANTE               | 1  | 0  | 0  | 0 | 0  | 1 | 7.000,00   |
| SC | BARRA BONITA              | 1  | 0  | 0  | 0 | 0  | 0 | 7.600,00   |
| SC | BARRA VELHA               | 5  | 1  | 0  | 2 | 0  | 1 | 66.500,00  |
| SC | BELA VISTA DO TOLDO       | 1  | 0  | 0  | 0 | 0  | 1 | 10.400,00  |
| SC | BELMONTE                  | 1  | 0  | 0  | 0 | 0  | 1 | 3.600,00   |
| SC | BENEDITO NOVO             | 1  | 2  | 0  | 0 | 1  | 1 | 18.100,00  |
| SC | BIGUACU                   | 6  | 11 | 1  | 1 | 1  | 1 | 104.000,00 |
| SC | BLUMENAU                  | 31 | 32 | 0  | 1 | 2  | 0 | 339.900,00 |
| SC | BOCAINA DO SUL            | 1  | 0  | 0  | 0 | 0  | 0 | 10.000,00  |
| SC | BOM JARDIM DA SERRA       | 1  | 1  | 0  | 0 | 0  | 0 | 3.900,00   |
| SC | BOM JESUS                 | 1  | 0  | 0  | 0 | 0  | 1 | 7.000,00   |
| SC | BOM JESUS DO OESTE        | 1  | 0  | 0  | 0 | 0  | 1 | 11.400,00  |
| SC | BOM RETIRO                | 2  | 1  | 0  | 0 | 1  | 0 | 11.200,00  |
| SC | BOMBINHAS                 | 5  | 0  | 1  | 0 | 0  | 0 | 51.600,00  |
| SC | BOTUVERA                  | 1  | 1  | 0  | 0 | 0  | 1 | 12.100,00  |
| SC | BRACO DO NORTE            | 8  | 0  | 0  | 0 | 0  | 1 | 57.600,00  |
| SC | BRACO DO TROMBUDO         | 1  | 0  | 0  | 0 | 1  | 1 | 4.300,00   |
| SC | BRUNOPOLIS                | 1  | 0  | 0  | 0 | 0  | 1 | 11.400,00  |
| SC | BRUSQUE                   | 16 | 9  | 2  | 2 | 2  | 0 | 219.700,00 |
| SC | CAÇADOR                   | 5  | 0  | 0  | 2 | 6  | 0 | 51.000,00  |
| SC | CAIBI                     | 2  | 1  | 1  | 0 | 0  | 0 | 13.300,00  |
| SC | CALMON                    | 1  | 0  | 0  | 1 | 0  | 1 | 13.600,00  |
| SC | CAMBORIÚ                  | 12 | 0  | 0  | 0 | 5  | 2 | 44.200,00  |
| SC | CAMPO ALEGRE              | 1  | 1  | 0  | 0 | 1  | 0 | 11.000,00  |
| SC | CAMPO BELO DO SUL         | 3  | 0  | 0  | 0 | 1  | 1 | 16.700,00  |
| SC | CAMPO ERÊ                 | 4  | 0  | 1  | 0 | 1  | 0 | 36.100,00  |
| SC | CAMPOS NOVOS              | 8  | 0  | 0  | 0 | 0  | 0 | 35.600,00  |
| SC | CANELINHA                 | 4  | 0  | 1  | 0 | 1  | 0 | 11.600,00  |
| SC | CANOINHAS                 | 1  | 3  | 0  | 0 | 0  | 0 | 25.300,00  |
| SC | CAPAO ALTO                | 1  | 0  | 0  | 0 | 0  | 0 | 3.200,00   |
| SC | CAPINZAL                  | 2  | 1  | 0  | 0 | 0  | 0 | 16.300,00  |
| SC | CAPIVARI DE BAIXO         | 6  | 2  | 1  | 0 | 0  | 0 | 63.000,00  |
| SC | CATANDUVAS                | 2  | 1  | 0  | 0 | 0  | 1 | 16.900,00  |
| SC | CAXAMBU DO SUL            | 2  | 0  | 0  | 0 | 0  | 1 | 20.400,00  |
| SC | CELSO RAMOS               | 1  | 0  | 0  | 0 | 0  | 1 | 10.400,00  |
| SC | CERRO NEGRO               | 1  | 0  | 0  | 0 | 0  | 0 | 2.200,00   |
| SC | CHAPADÃO DO LAGEADO       | 1  | 0  | 0  | 0 | 0  | 1 | 3.600,00   |
| SC | CHAPECÓ                   | 29 | 12 | 4  | 0 | 7  | 1 | 216.000,00 |
| SC | COCAL DO SUL              | 6  | 0  | 0  | 0 | 0  | 0 | 47.000,00  |
| SC | CONCORDIA                 | 7  | 4  | 0  | 0 | 1  | 1 | 89.300,00  |
| SC | CORDILHEIRA ALTA          | 1  | 0  | 0  | 1 | 0  | 1 | 9.200,00   |
| SC | CORONEL FREITAS           | 1  | 2  | 1  | 0 | 0  | 0 | 12.800,00  |
| SC | CORONEL MARTINS           | 1  | 0  | 0  | 0 | 0  | 1 | 10.400,00  |
| SC | CORREIA PINTO             | 2  | 1  | 0  | 0 | 0  | 0 | 13.900,00  |
| SC | CORUPA                    | 1  | 3  | 0  | 0 | 0  | 1 | 7.900,00   |
| SC | CRICIÚMA                  | 11 | 23 | 3  | 1 | 0  | 0 | 189.600,00 |
| SC | CUNHA PORA                | 1  | 2  | 1  | 0 | 1  | 0 | 7.900,00   |
| SC | CUNHATAI                  | 1  | 0  | 0  | 0 | 0  | 1 | 3.600,00   |
| SC | CURITIBANOS               | 3  | 1  | 0  | 0 | 1  | 0 | 12.000,00  |
| SC | DESCANSO                  | 3  | 0  | 0  | 0 | 0  | 0 | 14.000,00  |
| SC | DIONÍSIO CERQUEIRA        | 6  | 0  | 0  | 0 | 0  | 1 | 37.200,00  |
| SC | DONA EMMA                 | 1  | 0  | 0  | 1 | 0  | 1 | 9.200,00   |
| SC | DOUTOR PEDRINHO           | 0  | 1  | 0  | 0 | 0  | 1 | 5.500,00   |
| SC | ENTRE RIOS                | 1  | 0  | 0  | 0 | 0  | 1 | 11.400,00  |
| SC | ERMO                      | 1  | 0  | 0  | 0 | 0  | 1 | 2.600,00   |
| SC | ERVAL VELHO               | 2  | 0  | 0  | 0 | 0  | 1 | 12.600,00  |
| SC | FAXINAL DOS GUEDES        | 2  | 2  | 1  | 1 | 0  | 0 | 33.000,00  |
| SC | FLOR DO SERTÃO            | 1  | 0  | 0  | 0 | 0  | 1 | 11.400,00  |
| SC | FLORIANÓPOLIS             | 56 | 48 | 11 | 8 | 16 | 1 | 880.700,00 |
| SC | FORMOSA DO SUL            | 1  | 0  | 0  | 0 | 0  | 1 | 11.400,00  |
| SC | FORQUILHINHA              | 8  | 0  | 1  | 0 | 0  | 0 | 50.800,00  |
| SC | FRAIBURGO                 | 3  | 3  | 0  | 0 | 0  | 1 | 44.900,00  |
| SC | FREI ROGERIO              | 0  | 0  | 0  | 1 | 0  | 0 | 2.200,00   |
| SC | GALVÃO                    | 1  | 1  | 0  | 0 | 0  | 1 | 16.500,00  |
| SC | GAROPABA                  | 6  | 0  | 0  | 0 | 1  | 1 | 63.200,00  |
| SC | GARUVA                    | 4  | 1  | 0  | 0 | 0  | 0 | 26.700,00  |
| SC | GASPAR                    | 4  | 7  | 1  | 0 | 5  | 0 | 80.800,00  |
| SC | GOVERNADOR CELSO RAMOS    | 5  | 0  | 1  | 0 | 0  | 0 | 25.200,00  |
| SC | GRAO PARA                 | 3  | 0  | 0  | 0 | 0  | 1 | 17.400,00  |
| SC | GRAVATAL                  | 4  | 0  | 0  | 0 | 0  | 1 | 10.400,00  |
| SC | GUABIRUBA                 | 0  | 5  | 0  | 0 | 1  | 1 | 24.800,00  |
| SC | GUARACIABA                | 2  | 1  | 0  | 1 | 1  | 1 | 20.800,00  |
| SC | GUARAMIRIM                | 4  | 4  | 0  | 0 | 0  | 0 | 32.600,00  |
| SC | GUARUJA DO SUL            | 2  | 0  | 0  | 0 | 0  | 1 | 11.600,00  |
| SC | GUATAMBU                  | 1  | 1  | 0  | 0 | 0  | 1 | 4.300,00   |
| SC | HERVAL D'OESTE            | 6  | 2  | 1  | 0 | 0  | 0 | 79.200,00  |
| SC | IBICARÉ                   | 1  | 0  | 0  | 0 | 0  | 1 | 6.000,00   |
| SC | IBIRAMA                   | 5  | 2  | 0  | 0 | 0  | 1 | 14.900,00  |
| SC | ICARA                     | 6  | 9  | 1  | 0 | 3  | 0 | 111.600,00 |
| SC | ILHOTA                    | 3  | 1  | 0  | 1 | 1  | 1 | 20.000,00  |
| SC | IMARUI                    | 5  | 0  | 1  | 0 | 0  | 0 | 26.200,00  |
| SC | IMBITUBA                  | 7  | 9  | 1  | 0 | 0  | 0 | 77.500,00  |
| SC | IMBUÍ                     | 1  | 1  | 0  | 0 | 1  | 1 | 16.200,00  |
| SC | INDAIAL                   | 0  | 10 | 0  | 0 | 0  | 1 | 41.800,00  |
| SC | IOMERE                    | 1  | 0  | 0  | 0 | 0  | 0 | 2.200,00   |
| SC | IPIRA                     | 1  | 0  | 0  | 1 | 0  | 0 | 9.800,00   |
| SC | IPORA DO OESTE            | 2  | 0  | 1  | 1 | 1  | 0 | 22.100,00  |
| SC | IPUAÇU                    | 2  | 0  | 0  | 0 | 0  | 1 | 10.200,00  |
| SC | IPUMIRIM                  | 2  | 1  | 0  | 0 | 0  | 0 | 26.500,00  |
| SC | IRACEMINHA                | 2  | 0  | 0  | 0 | 0  | 1 | 22.400,00  |
| SC | IRANI                     | 3  | 1  | 1  | 0 | 0  | 0 | 34.700,00  |
| SC | IRATI                     | 1  | 0  | 0  | 0 | 0  | 0 | 2.200,00   |
| SC | IRINEÓPOLIS               | 2  | 2  | 0  | 0 | 0  | 0 | 21.000,00  |
| SC | ITA                       | 3  | 0  | 0  | 0 | 0  | 1 | 28.600,00  |
| SC | ITAIÓPOLIS                | 4  | 4  | 1  | 0 | 0  | 0 | 68.700,00  |
| SC | ITAJAI                    | 7  | 31 | 0  | 1 | 11 | 1 | 290.400,00 |
| SC | ITAPEMA                   | 11 | 1  | 1  | 1 | 1  | 0 | 108.200,00 |
| SC | ITAPIRANGA                | 4  | 1  | 1  | 0 | 0  | 0 | 46.100,00  |
| SC | ITAPOA                    | 0  | 5  | 0  | 0 | 0  | 1 | 33.300,00  |
| SC | ITUPORANGA                | 7  | 0  | 0  | 1 | 0  | 0 | 25.900,00  |
| SC | JABORÁ                    | 2  | 0  | 0  | 0 | 0  | 1 | 11.600,00  |
| SC | JACINTO MACHADO           | 2  | 1  | 0  | 0 | 0  | 1 | 16.900,00  |



|    |                              |    |    |   |   |    |   |            |
|----|------------------------------|----|----|---|---|----|---|------------|
| SC | JAGUARUNA                    | 6  | 0  | 1 | 0 | 0  | 0 | 48.000,00  |
| SC | JARAGUA DO SUL               | 11 | 1  | 0 | 7 | 1  | 0 | 77.000,00  |
| SC | JARDINÓPOLIS                 | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 10.400,00  |
| SC | JOACABA                      | 8  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 82.200,00  |
| SC | JOINVILLE                    | 9  | 26 | 0 | 2 | 24 | 1 | 304.200,00 |
| SC | JOSE BOITEUX                 | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 20.400,00  |
| SC | JUPIÁ                        | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 11.400,00  |
| SC | LACERDÓPOLIS                 | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 9.400,00   |
| SC | LACES                        | 29 | 5  | 4 | 5 | 2  | 0 | 306.100,00 |
| SC | LAGUNA                       | 10 | 2  | 0 | 0 | 0  | 0 | 45.600,00  |
| SC | LAJEADO GRANDE               | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 10.400,00  |
| SC | LAURENTINO                   | 1  | 1  | 0 | 0 | 0  | 1 | 4.300,00   |
| SC | LAURO MULLER                 | 6  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 50.800,00  |
| SC | LEBON REGIS                  | 1  | 1  | 0 | 0 | 2  | 0 | 10.700,00  |
| SC | LEOBERTO LEAL                | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 15.000,00  |
| SC | LINDOIA DO SUL               | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 10.000,00  |
| SC | LONTRAS                      | 2  | 1  | 0 | 0 | 2  | 1 | 26.700,00  |
| SC | LUIZ ALVES                   | 4  | 0  | 1 | 0 | 0  | 0 | 32.600,00  |
| SC | LUZERNA                      | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 19.400,00  |
| SC | MACIEIRA                     | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 7.600,00   |
| SC | MAFRA                        | 6  | 3  | 0 | 0 | 9  | 1 | 56.600,00  |
| SC | MAJOR GERCINO                | 1  | 0  | 0 | 0 | 1  | 1 | 4.300,00   |
| SC | MAJOR VIEIRA                 | 2  | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 26.500,00  |
| SC | MARACAJÁ                     | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 2.600,00   |
| SC | MARAVILHA                    | 6  | 0  | 1 | 0 | 0  | 0 | 55.800,00  |
| SC | MAREMA                       | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 10.400,00  |
| SC | MASSARANDUBA                 | 0  | 3  | 0 | 0 | 1  | 0 | 10.200,00  |
| SC | MATOS COSTA                  | 1  | 0  | 0 | 0 | 1  | 1 | 8.700,00   |
| SC | MELEIRO                      | 2  | 1  | 0 | 0 | 0  | 1 | 13.500,00  |
| SC | MIRIM DOCE                   | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 2.600,00   |
| SC | MODELO                       | 1  | 1  | 0 | 0 | 0  | 1 | 13.100,00  |
| SC | MONDAÍ                       | 3  | 0  | 0 | 0 | 1  | 1 | 32.300,00  |
| SC | MONTE CARLO                  | 4  | 0  | 1 | 0 | 0  | 0 | 33.300,00  |
| SC | MONTE CASTELO                | 1  | 0  | 0 | 1 | 1  | 1 | 6.700,00   |
| SC | MORRO DA FUMAÇA              | 3  | 3  | 1 | 0 | 0  | 0 | 50.700,00  |
| SC | MORRO GRANDE                 | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 6.000,00   |
| SC | NAVEGANTES                   | 12 | 0  | 1 | 0 | 0  | 0 | 75.800,00  |
| SC | NOVA ERECHIM                 | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 7.000,00   |
| SC | NOVA ITABERABA               | 1  | 1  | 0 | 0 | 0  | 1 | 19.900,00  |
| SC | NOVA TRENTO                  | 4  | 0  | 0 | 1 | 1  | 1 | 35.100,00  |
| SC | NOVA VENEZA                  | 5  | 0  | 0 | 1 | 0  | 1 | 37.600,00  |
| SC | NOVO HORIZONTE               | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 9.400,00   |
| SC | ORLEANS                      | 8  | 0  | 1 | 0 | 0  | 0 | 79.400,00  |
| SC | OTACÍLIO COSTA               | 4  | 1  | 0 | 0 | 1  | 1 | 30.200,00  |
| SC | OURO                         | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 6.600,00   |
| SC | OURO VERDE                   | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 7.000,00   |
| SC | PAIAL                        | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 10.400,00  |
| SC | PAINEL                       | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 6.600,00   |
| SC | PALHOÇA                      | 22 | 4  | 3 | 0 | 6  | 0 | 159.000,00 |
| SC | PALMA SOLA                   | 3  | 0  | 1 | 0 | 0  | 0 | 24.600,00  |
| SC | PALMEIRA                     | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 6.600,00   |
| SC | PALMITOS                     | 3  | 2  | 1 | 0 | 0  | 0 | 29.600,00  |
| SC | PAPANDUVA                    | 3  | 1  | 0 | 0 | 1  | 1 | 38.800,00  |
| SC | PARAÍSO                      | 1  | 0  | 0 | 1 | 0  | 1 | 12.600,00  |
| SC | PASSO DE TORRES              | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 12.200,00  |
| SC | PASSOS MAIA                  | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 10.200,00  |
| SC | PAULO LOPES                  | 3  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 22.800,00  |
| SC | PENHA                        | 6  | 0  | 0 | 0 | 2  | 1 | 20.500,00  |
| SC | PERITIBA                     | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 7.000,00   |
| SC | PESCARIA BRAVA               | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 5.400,00   |
| SC | PETROLÂNDIA                  | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 16.600,00  |
| SC | PINHALZINHO                  | 4  | 0  | 1 | 1 | 2  | 0 | 43.400,00  |
| SC | PINHEIRO PRETO               | 1  | 0  | 0 | 0 | 1  | 1 | 11.100,00  |
| SC | PIRATUBA                     | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 16.000,00  |
| SC | PLANALTO ALEGRE              | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 2.600,00   |
| SC | POMERODE                     | 5  | 2  | 1 | 1 | 0  | 0 | 68.400,00  |
| SC | PONTE ALTA                   | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 11.200,00  |
| SC | PONTE ALTA DO NORTE          | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 11.000,00  |
| SC | PONTE SERRADA                | 4  | 0  | 1 | 0 | 0  | 0 | 12.800,00  |
| SC | PORTO BELO                   | 1  | 0  | 0 | 6 | 0  | 1 | 16.400,00  |
| SC | PORTO UNIÃO                  | 3  | 2  | 0 | 0 | 2  | 1 | 43.900,00  |
| SC | POUSO REDONDO                | 3  | 2  | 0 | 0 | 0  | 1 | 37.800,00  |
| SC | PRAIA GRANDE                 | 1  | 0  | 0 | 0 | 1  | 0 | 3.900,00   |
| SC | PRESIDENTE CASTELLO BRANCO   | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 11.400,00  |
| SC | PRESIDENTE GETULIO           | 4  | 1  | 0 | 0 | 0  | 1 | 38.700,00  |
| SC | PRESIDENTE NEREU             | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 3.600,00   |
| SC | PRINCESA                     | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 2.600,00   |
| SC | QUILOMBO                     | 3  | 1  | 1 | 0 | 1  | 0 | 13.600,00  |
| SC | RANCHO QUEIMADO              | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 3.600,00   |
| SC | RIO DAS ANTAS                | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 9.200,00   |
| SC | RIO DO CAMPO                 | 1  | 1  | 0 | 0 | 0  | 1 | 5.300,00   |
| SC | RIO DO OESTE                 | 1  | 0  | 0 | 0 | 1  | 1 | 12.100,00  |
| SC | RIO DO SUL                   | 1  | 11 | 1 | 0 | 1  | 1 | 36.800,00  |
| SC | RIO DOS CEDROS               | 1  | 2  | 0 | 0 | 0  | 0 | 9.000,00   |
| SC | RIO FORTUNA                  | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 14.600,00  |
| SC | RIO NEGRINHO                 | 6  | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 64.300,00  |
| SC | RIO RUFINO                   | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 2.600,00   |
| SC | RIQUEZA                      | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 20.400,00  |
| SC | RODEIO                       | 1  | 1  | 0 | 1 | 1  | 1 | 12.800,00  |
| SC | ROMELÂNDIA                   | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 5.800,00   |
| SC | SALETE                       | 2  | 0  | 0 | 0 | 1  | 1 | 6.700,00   |
| SC | SALTINHO                     | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 10.400,00  |
| SC | SALTO VELOSO                 | 1  | 1  | 0 | 0 | 0  | 1 | 19.900,00  |
| SC | SANTA CECÍLIA                | 3  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 23.800,00  |
| SC | SANTA HELENA                 | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 2.600,00   |
| SC | SANTA ROSA DE LIMA           | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 11.400,00  |
| SC | SANTA ROSA DO SUL            | 2  | 0  | 0 | 1 | 0  | 0 | 15.400,00  |
| SC | SANTA TEREZINHA              | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 16.600,00  |
| SC | SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 8.000,00   |
| SC | SANTIAGO DO SUL              | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 11.400,00  |
| SC | SANTO AMARO DA IMPERATRIZ    | 4  | 3  | 0 | 0 | 1  | 0 | 48.200,00  |
| SC | SÃO BENTO DO SUL             | 8  | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 85.700,00  |
| SC | SÃO BERNARDINO               | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 8.000,00   |
| SC | SÃO BONIFÁCIO                | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 6.000,00   |
| SC | SÃO CARLOS                   | 3  | 0  | 0 | 1 | 0  | 1 | 13.800,00  |
| SC | SÃO CRISTÓVÃO DO SUL         | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 6.600,00   |
| SC | SÃO DOMINGOS                 | 3  | 1  | 1 | 0 | 0  | 0 | 34.500,00  |
| SC | SÃO FRANCISCO DO SUL         | 6  | 2  | 0 | 3 | 1  | 1 | 60.100,00  |
| SC | SÃO JOÃO BATISTA             | 7  | 1  | 1 | 0 | 0  | 0 | 60.100,00  |
| SC | SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ         | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 8.000,00   |
| SC | SÃO JOÃO DO OESTE            | 1  | 1  | 0 | 0 | 0  | 1 | 18.900,00  |
| SC | SÃO JOÃO DO SUL              | 1  | 0  | 0 | 2 | 0  | 0 | 7.600,00   |
| SC | SÃO JOAQUIM                  | 5  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 19.800,00  |
| SC | SÃO JOSE                     | 0  | 33 | 0 | 0 | 0  | 0 | 209.100,00 |
| SC | SÃO JOSÉ DO CEDRO            | 5  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 34.400,00  |
| SC | SÃO JOSÉ DO CERRITO          | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 5.800,00   |
| SC | SÃO LOURENÇO DO OESTE        | 6  | 0  | 0 | 0 | 1  | 0 | 19.300,00  |



|    |                          |    |    |   |    |    |   |            |
|----|--------------------------|----|----|---|----|----|---|------------|
| SC | SÃO LUDGERO              | 3  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 25.600,00  |
| SC | SÃO MARTÍNHO             | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 2.200,00   |
| SC | SÃO MIGUEL DA BOA VISTA  | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 8.000,00   |
| SC | SÃO MIGUEL DO OESTE      | 8  | 0  | 0 | 1  | 0  | 1 | 64.200,00  |
| SC | SÃO PEDRO DE ALCANTARA   | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 11.800,00  |
| SC | SAUDADES                 | 2  | 0  | 0 | 1  | 1  | 1 | 12.300,00  |
| SC | SEARA                    | 5  | 0  | 1 | 0  | 1  | 0 | 45.900,00  |
| SC | SERRA ALTA               | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 8.000,00   |
| SC | SIDERÓPOLIS              | 3  | 2  | 0 | 0  | 0  | 1 | 36.000,00  |
| SC | SOMBRIÓ                  | 6  | 0  | 0 | 0  | 1  | 0 | 32.900,00  |
| SC | SUL BRASIL               | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 10.400,00  |
| SC | TAIO                     | 3  | 3  | 0 | 0  | 0  | 1 | 12.200,00  |
| SC | TANGARÁ                  | 2  | 0  | 0 | 0  | 1  | 1 | 12.100,00  |
| SC | TIGRINHOS                | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 11.400,00  |
| SC | TIJUCAS                  | 8  | 3  | 1 | 0  | 0  | 0 | 21.200,00  |
| SC | TIMBÉ DO SUL             | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 3.900,00   |
| SC | TIMBÓ                    | 10 | 2  | 1 | 0  | 0  | 1 | 76.800,00  |
| SC | TIMBÓ GRANDE             | 1  | 0  | 0 | 1  | 1  | 1 | 10.100,00  |
| SC | TRES BARRAS              | 2  | 6  | 1 | 0  | 0  | 0 | 50.200,00  |
| SC | TREVISÓ                  | 2  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 24.000,00  |
| SC | TREZE DE MAIO            | 3  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 18.400,00  |
| SC | TREZE TILIAS             | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 17.000,00  |
| SC | TROMBUDO CENTRAL         | 0  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 1.700,00   |
| SC | TUBARÃO                  | 24 | 5  | 1 | 0  | 0  | 2 | 149.700,00 |
| SC | TUNÁPOLIS                | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 22.400,00  |
| SC | TURVO                    | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 3.900,00   |
| SC | UNIAO DO OESTE           | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 11.400,00  |
| SC | URUBICI                  | 4  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 33.400,00  |
| SC | URUPEMA                  | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 11.400,00  |
| SC | URUSSANGA                | 4  | 4  | 1 | 0  | 0  | 0 | 62.600,00  |
| SC | VARGEÃO                  | 1  | 0  | 0 | 0  | 1  | 1 | 13.100,00  |
| SC | VARGEM                   | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 11.400,00  |
| SC | VARGEM BONITA            | 1  | 1  | 0 | 0  | 0  | 1 | 18.900,00  |
| SC | VIDAL RAMOS              | 2  | 1  | 1 | 0  | 0  | 0 | 30.500,00  |
| SC | VIDEIRA                  | 5  | 1  | 0 | 0  | 2  | 1 | 30.300,00  |
| SC | VITOR MEIRELES           | 1  | 1  | 0 | 0  | 1  | 1 | 16.200,00  |
| SC | WITMARSUM                | 1  | 1  | 0 | 0  | 0  | 1 | 16.500,00  |
| SC | XANXERÊ                  | 2  | 8  | 1 | 0  | 1  | 0 | 47.200,00  |
| SC | XAVANTINA                | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 18.000,00  |
| SC | XAXIM                    | 8  | 0  | 1 | 0  | 1  | 0 | 78.500,00  |
| SC | ZORTEA                   | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 10.400,00  |
| SE | AMPARO DE SÃO FRANCISCO  | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 5.600,00   |
| SE | AQUIDABA                 | 2  | 2  | 0 | 0  | 3  | 0 | 16.300,00  |
| SE | ARACAJU                  | 62 | 14 | 0 | 55 | 6  | 8 | 390.700,00 |
| SE | ARAUÁ                    | 3  | 2  | 0 | 0  | 0  | 0 | 13.900,00  |
| SE | AREIA BRANCA             | 3  | 2  | 0 | 0  | 2  | 0 | 17.800,00  |
| SE | BARRA DOS COQUEIROS      | 7  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 74.700,00  |
| SE | BOQUIM                   | 2  | 2  | 0 | 1  | 1  | 0 | 35.500,00  |
| SE | BREJO GRANDE             | 3  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 2.200,00   |
| SE | CAMPO DO BRITO           | 6  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 50.800,00  |
| SE | CANHÓBA                  | 1  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 8.300,00   |
| SE | CANINDE DE SÃO FRANCISCO | 7  | 2  | 1 | 0  | 1  | 0 | 44.600,00  |
| SE | CAPELA                   | 8  | 1  | 1 | 1  | 1  | 0 | 35.600,00  |
| SE | CARIRÁ                   | 3  | 4  | 0 | 0  | 1  | 0 | 18.000,00  |
| SE | CARMÓPOLIS               | 2  | 1  | 0 | 1  | 0  | 0 | 17.100,00  |
| SE | CEDRO DE SÃO JOÃO        | 2  | 0  | 0 | 0  | 1  | 1 | 7.500,00   |
| SE | CRISTINÁPOLIS            | 6  | 0  | 1 | 0  | 1  | 0 | 48.700,00  |
| SE | CUMBE                    | 1  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 11.700,00  |
| SE | DIVINA PASTORA           | 1  | 0  | 0 | 1  | 0  | 0 | 11.200,00  |
| SE | ESTÂNCIA                 | 13 | 3  | 0 | 2  | 1  | 0 | 6.100,00   |
| SE | FEIRA NOVA               | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 4.400,00   |
| SE | FREI PAULO               | 5  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 35.800,00  |
| SE | GARARU                   | 2  | 0  | 0 | 0  | 2  | 0 | 12.200,00  |
| SE | GENERAL MAYNARD          | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 10.000,00  |
| SE | GRACHO CARDOSO           | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 4.800,00   |
| SE | ILHA DAS FLORES          | 4  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 22.600,00  |
| SE | INDIARÓBA                | 5  | 0  | 0 | 0  | 1  | 0 | 12.700,00  |
| SE | ITABAIANA                | 9  | 8  | 2 | 0  | 0  | 0 | 77.400,00  |
| SE | ITABAIANINHA             | 6  | 2  | 1 | 0  | 2  | 0 | 58.600,00  |
| SE | ITABI                    | 1  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 3.900,00   |
| SE | ITAPORANGA D'AJUDA       | 11 | 0  | 1 | 0  | 1  | 0 | 50.100,00  |
| SE | JAPARATUBA               | 0  | 0  | 0 | 6  | 0  | 1 | 14.200,00  |
| SE | JAPOATÁ                  | 4  | 2  | 0 | 0  | 0  | 0 | 23.000,00  |
| SE | LAGARTO                  | 6  | 3  | 1 | 4  | 8  | 0 | 58.700,00  |
| SE | LARANJEIRAS              | 7  | 0  | 0 | 2  | 1  | 0 | 30.800,00  |
| SE | MACAMBIRA                | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 7.800,00   |
| SE | MALHADA DOS BOIS         | 1  | 0  | 0 | 1  | 0  | 0 | 9.800,00   |
| SE | MALHADOR                 | 2  | 2  | 0 | 0  | 0  | 0 | 35.000,00  |
| SE | MARUIM                   | 3  | 3  | 0 | 0  | 1  | 1 | 21.200,00  |
| SE | MOITA BONITA             | 3  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 21.500,00  |
| SE | MONTE ALEGRE DE SERGIPE  | 3  | 1  | 0 | 0  | 1  | 0 | 1.700,00   |
| SE | MURIBECA                 | 3  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 12.600,00  |
| SE | NEÓPOLIS                 | 4  | 2  | 0 | 0  | 2  | 0 | 15.600,00  |
| SE | NOSSA SENHORA DA GLÓRIA  | 0  | 0  | 0 | 8  | 4  | 0 | 24.400,00  |
| SE | NOSSA SENHORA DAS DORES  | 7  | 1  | 1 | 1  | 1  | 0 | 55.400,00  |
| SE | NOSSA SENHORA DE LOURDES | 2  | 0  | 0 | 1  | 0  | 0 | 10.500,00  |
| SE | NOSSA SENHORA DO SOCORRO | 12 | 3  | 0 | 20 | 4  | 0 | 89.100,00  |
| SE | PACATUBA                 | 5  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 27.200,00  |
| SE | PEDRINHAS                | 3  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 19.800,00  |
| SE | PINHÃO                   | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 14.200,00  |
| SE | PIRAMBU                  | 0  | 1  | 0 | 3  | 0  | 1 | 8.900,00   |
| SE | POÇO REDONDO             | 2  | 4  | 0 | 0  | 3  | 0 | 15.300,00  |
| SE | POÇO VERDE               | 2  | 0  | 0 | 2  | 2  | 1 | 20.000,00  |
| SE | PORTO DA FOLHA           | 0  | 0  | 0 | 3  | 6  | 0 | 16.800,00  |
| SE | PRÓPRIA                  | 8  | 2  | 1 | 0  | 0  | 1 | 75.300,00  |
| SE | RIACHÃO DO DANTAS        | 3  | 3  | 0 | 0  | 0  | 0 | 32.700,00  |
| SE | RIACHUELO                | 1  | 0  | 0 | 3  | 0  | 0 | 12.200,00  |
| SE | RIBEIROPOLIS             | 6  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 46.100,00  |
| SE | ROSÁRIO DO CATETE        | 4  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 11.800,00  |
| SE | SALGADO                  | 4  | 3  | 0 | 0  | 0  | 1 | 20.900,00  |
| SE | SANTA LUZIA DO ITANHY    | 3  | 0  | 0 | 2  | 1  | 0 | 12.200,00  |
| SE | SANTA ROSA DE LIMA       | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 4.400,00   |
| SE | SANTANA DO SÃO FRANCISCO | 3  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 21.800,00  |
| SE | SANTO AMARO DAS BROTAS   | 0  | 0  | 0 | 4  | 0  | 0 | 8.800,00   |
| SE | SÃO CRISTÓVÃO            | 5  | 0  | 0 | 9  | 10 | 0 | 36.800,00  |
| SE | SÃO DOMINGOS             | 0  | 0  | 0 | 2  | 2  | 1 | 8.400,00   |
| SE | SÃO FRANCISCO            | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 7.600,00   |
| SE | SÃO MIGUEL DO ALEIXO     | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 4.400,00   |



|    |                         |    |    |   |    |    |   |            |
|----|-------------------------|----|----|---|----|----|---|------------|
| SE | SIMÃO DIAS              | 4  | 2  | 0 | 0  | 4  | 1 | 23.400,00  |
| SE | SIRIRI                  | 3  | 0  | 0 | 1  | 0  | 1 | 35.800,00  |
| SE | TELHA                   | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 7.000,00   |
| SE | TOBIAS BARRETO          | 3  | 2  | 0 | 1  | 6  | 0 | 25.800,00  |
| SE | TOMAR DO GERU           | 3  | 2  | 0 | 0  | 0  | 1 | 28.600,00  |
| SE | UMBAÚBA                 | 4  | 1  | 1 | 0  | 1  | 0 | 31.800,00  |
| SP | ADAMANTINA              | 0  | 3  | 0 | 0  | 7  | 0 | 30.600,00  |
| SP | ADOLFO                  | 1  | 0  | 0 | 0  | 1  | 0 | 12.700,00  |
| SP | AGUAI                   | 0  | 0  | 0 | 0  | 4  | 0 | 6.800,00   |
| SP | ÁGUAS DA PRATA          | 0  | 0  | 0 | 0  | 2  | 0 | 3.400,00   |
| SP | ÁGUAS DE LINDÓIA        | 0  | 2  | 0 | 0  | 0  | 0 | 6.800,00   |
| SP | ÁGUAS DE SANTA BÁRBARA  | 0  | 0  | 0 | 0  | 3  | 0 | 5.100,00   |
| SP | AGUDOS                  | 4  | 0  | 0 | 1  | 0  | 0 | 11.000,00  |
| SP | ALAMBARI                | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 6.000,00   |
| SP | ALFREDO MARCONDES       | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 21.000,00  |
| SP | ALTAIR                  | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 7.000,00   |
| SP | ALTINÓPOLIS             | 1  | 4  | 1 | 1  | 0  | 0 | 47.800,00  |
| SP | ALTO ALEGRE             | 1  | 1  | 0 | 0  | 0  | 1 | 4.300,00   |
| SP | ALVARES FLORENCE        | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 7.600,00   |
| SP | ALVARES MACHADO         | 5  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 39.300,00  |
| SP | ÁLVARO DE CARVALHO      | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 13.200,00  |
| SP | ALVINLÂNDIA             | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 4.200,00   |
| SP | AMERICANA               | 3  | 7  | 0 | 0  | 0  | 0 | 33.100,00  |
| SP | AMÉRICO BRASILIENSE     | 1  | 0  | 0 | 0  | 3  | 1 | 15.500,00  |
| SP | AMPARO                  | 16 | 0  | 2 | 2  | 0  | 0 | 50.400,00  |
| SP | ANDRADINA               | 8  | 3  | 1 | 0  | 0  | 0 | 61.300,00  |
| SP | ANGATUBA                | 2  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 10.500,00  |
| SP | ANHEMBI                 | 0  | 2  | 0 | 0  | 0  | 0 | 3.400,00   |
| SP | ANHUMAS                 | 1  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 16.100,00  |
| SP | APARECIDA               | 6  | 0  | 0 | 1  | 0  | 0 | 45.600,00  |
| SP | APARECIDA D'OESTE       | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 22.400,00  |
| SP | APIAI                   | 4  | 3  | 0 | 0  | 1  | 0 | 29.200,00  |
| SP | ARACATUBA               | 15 | 14 | 4 | 0  | 7  | 0 | 113.400,00 |
| SP | ARAMINA                 | 1  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 3.900,00   |
| SP | ARANDU                  | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 2.200,00   |
| SP | ARAPEÍ                  | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 7.600,00   |
| SP | ARARAQUARA              | 10 | 9  | 0 | 0  | 6  | 0 | 186.500,00 |
| SP | ARCO-ÍRIS               | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 4.200,00   |
| SP | AREALVA                 | 1  | 1  | 0 | 0  | 1  | 0 | 9.000,00   |
| SP | AREÍAS                  | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 11.000,00  |
| SP | AREÍÓPOLIS              | 3  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 6.600,00   |
| SP | ARIRANHA                | 1  | 0  | 0 | 0  | 2  | 0 | 5.600,00   |
| SP | ARTUR NOGUEIRA          | 5  | 0  | 0 | 6  | 0  | 1 | 32.000,00  |
| SP | ARUJÁ                   | 0  | 1  | 0 | 0  | 10 | 0 | 18.700,00  |
| SP | ASPÁSIA                 | 0  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 5.100,00   |
| SP | ASSIS                   | 7  | 4  | 0 | 0  | 1  | 0 | 68.800,00  |
| SP | ATIBAIA                 | 3  | 3  | 0 | 2  | 5  | 1 | 43.600,00  |
| SP | AURIFLAMA               | 0  | 3  | 0 | 0  | 1  | 1 | 14.200,00  |
| SP | AVANHANDAVA             | 3  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 10.000,00  |
| SP | AVARE                   | 3  | 1  | 0 | 1  | 2  | 0 | 27.500,00  |
| SP | BADY BASSITT            | 1  | 1  | 0 | 0  | 1  | 0 | 19.200,00  |
| SP | BALBINOS                | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 5.600,00   |
| SP | BANANAL                 | 2  | 0  | 0 | 0  | 1  | 0 | 12.900,00  |
| SP | BARÃO DE ANTONINA       | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 5.600,00   |
| SP | BARBOSA                 | 0  | 0  | 0 | 0  | 3  | 0 | 5.100,00   |
| SP | BARIRI                  | 4  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 13.200,00  |
| SP | BARRA BONITA            | 0  | 0  | 0 | 0  | 1  | 0 | 1.700,00   |
| SP | BARRA DO CHAPÉU         | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 14.600,00  |
| SP | BARRA DO TURVO          | 2  | 2  | 0 | 0  | 0  | 0 | 7.800,00   |
| SP | BARRETOS                | 7  | 3  | 0 | 0  | 0  | 1 | 80.900,00  |
| SP | BARRINHA                | 1  | 0  | 0 | 0  | 2  | 1 | 10.400,00  |
| SP | BARUERI                 | 0  | 0  | 0 | 11 | 28 | 0 | 78.400,00  |
| SP | BASTOS                  | 5  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 34.700,00  |
| SP | BATATAIS                | 4  | 0  | 0 | 1  | 1  | 0 | 18.100,00  |
| SP | BAURU                   | 8  | 0  | 0 | 3  | 2  | 0 | 87.700,00  |
| SP | BEBEDOURO               | 11 | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 99.500,00  |
| SP | BENTO DE ABREU          | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 3.200,00   |
| SP | BERNARDINO DE CAMPOS    | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 13.200,00  |
| SP | BERTIOGA                | 0  | 0  | 0 | 0  | 2  | 0 | 3.400,00   |
| SP | BILAC                   | 0  | 2  | 0 | 1  | 0  | 1 | 6.200,00   |
| SP | BIRIGUI                 | 0  | 20 | 2 | 0  | 0  | 0 | 39.400,00  |
| SP | BIRITIBA-MIRIM          | 1  | 2  | 0 | 1  | 0  | 1 | 8.400,00   |
| SP | BOA ESPERANÇA DO SUL    | 0  | 1  | 0 | 0  | 2  | 0 | 8.500,00   |
| SP | BOCAINA                 | 0  | 0  | 0 | 0  | 2  | 0 | 3.400,00   |
| SP | BOFETE                  | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 0,00       |
| SP | BOM SUCESSO DE ITARARÉ  | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 2.200,00   |
| SP | BORACEIA                | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 9.000,00   |
| SP | BORBOREMA               | 1  | 2  | 0 | 0  | 0  | 0 | 15.800,00  |
| SP | BOREBI                  | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 4.600,00   |
| SP | BOTUCATU                | 11 | 1  | 1 | 2  | 1  | 1 | 33.800,00  |
| SP | BRAGANÇA PAULISTA       | 17 | 0  | 2 | 1  | 2  | 0 | 88.000,00  |
| SP | BRAUNA                  | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 17.000,00  |
| SP | BRODOWSKI               | 1  | 0  | 0 | 1  | 4  | 0 | 12.200,00  |
| SP | BROTAS                  | 0  | 0  | 0 | 0  | 2  | 0 | 3.400,00   |
| SP | BURI                    | 3  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 17.800,00  |
| SP | BURITAMA                | 2  | 1  | 0 | 0  | 0  | 1 | 6.700,00   |
| SP | BURITIZAL               | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 4.600,00   |
| SP | CABRALIA PAULISTA       | 0  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 1.700,00   |
| SP | CABREÚVA                | 0  | 0  | 0 | 0  | 7  | 0 | 11.900,00  |
| SP | CAÇAPAVA                | 7  | 10 | 1 | 0  | 0  | 0 | 50.000,00  |
| SP | CACHOEIRA PAULISTA      | 5  | 0  | 1 | 4  | 0  | 0 | 36.400,00  |
| SP | CACONDE                 | 1  | 0  | 0 | 0  | 3  | 0 | 15.100,00  |
| SP | CAFELÂNDIA              | 3  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 11.600,00  |
| SP | CAIABU                  | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 11.800,00  |
| SP | CAIUÁ                   | 2  | 0  | 0 | 1  | 0  | 0 | 24.200,00  |
| SP | CAJAMAR                 | 9  | 2  | 0 | 0  | 0  | 0 | 91.000,00  |
| SP | CAJATI                  | 2  | 4  | 0 | 0  | 0  | 0 | 24.800,00  |
| SP | CAJOBI                  | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 6.400,00   |
| SP | CAJURU                  | 6  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 30.200,00  |
| SP | CAMPINA DO MONTE ALEGRE | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 4.400,00   |
| SP | CAMPINAS                | 45 | 30 | 0 | 32 | 35 | 0 | 489.700,00 |
| SP | CAMPO LIMPO PAULISTA    | 0  | 0  | 0 | 0  | 3  | 0 | 5.100,00   |
| SP | CAMPOS DO JORDÃO        | 3  | 0  | 0 | 6  | 0  | 0 | 19.800,00  |
| SP | CAMPOS NOVOS PAULISTA   | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 6.400,00   |
| SP | CANANEIA                | 3  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 5.400,00   |
| SP | CANAS                   | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 3.200,00   |
| SP | CÂNDIDO RODRIGUES       | 1  | 0  | 0 | 0  | 1  | 1 | 12.100,00  |
| SP | CANITAR                 | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 2.200,00   |



|    |                            |    |    |   |    |    |   |            |
|----|----------------------------|----|----|---|----|----|---|------------|
| SP | CAPÃO BONITO               | 3  | 5  | 1 | 0  | 1  | 0 | 30.000,00  |
| SP | CAPELA DO ALTO             | 0  | 0  | 0 | 0  | 1  | 0 | 1.700,00   |
| SP | CARAGUATATUBA              | 14 | 5  | 0 | 1  | 2  | 0 | 99.500,00  |
| SP | CARAPICUIBA                | 0  | 0  | 0 | 0  | 5  | 0 | 8.500,00   |
| SP | CARDOSO                    | 3  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 8.600,00   |
| SP | CASA BRANCA                | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 7.800,00   |
| SP | CASSIA DOS COQUEIROS       | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 11.400,00  |
| SP | CASTILHO                   | 1  | 1  | 0 | 0  | 3  | 0 | 16.800,00  |
| SP | CATANDUVA                  | 20 | 0  | 0 | 6  | 0  | 2 | 219.000,00 |
| SP | CATIGUA                    | 1  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 2.200,00   |
| SP | CEDRAL                     | 0  | 0  | 0 | 1  | 2  | 2 | 6.400,00   |
| SP | CERQUEIRA CÉSAR            | 3  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 12.700,00  |
| SP | CERQUILHO                  | 1  | 8  | 0 | 0  | 1  | 1 | 29.700,00  |
| SP | CHAVANTES                  | 0  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 5.100,00   |
| SP | CLEMENTINA                 | 1  | 0  | 0 | 1  | 0  | 0 | 4.400,00   |
| SP | COLINA                     | 0  | 0  | 0 | 1  | 0  | 0 | 2.200,00   |
| SP | COLÔMBIA                   | 2  | 0  | 0 | 1  | 0  | 0 | 8.600,00   |
| SP | CONCHAL                    | 1  | 2  | 0 | 1  | 1  | 0 | 12.900,00  |
| SP | CORDEIRÓPOLIS              | 2  | 3  | 1 | 0  | 1  | 0 | 13.000,00  |
| SP | COROADOS                   | 1  | 1  | 0 | 0  | 0  | 1 | 8.700,00   |
| SP | CORONEL MACEDO             | 0  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 1.700,00   |
| SP | CORUMBATAI                 | 0  | 0  | 0 | 0  | 1  | 0 | 1.700,00   |
| SP | COSMÓPOLIS                 | 1  | 2  | 0 | 0  | 0  | 0 | 10.000,00  |
| SP | COSMORAMA                  | 0  | 1  | 0 | 0  | 1  | 0 | 6.800,00   |
| SP | CRISTAIS PAULISTA          | 0  | 1  | 0 | 0  | 0  | 1 | 2.100,00   |
| SP | CRUZÁLIA                   | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 9.000,00   |
| SP | CRUZEIRO                   | 5  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 9.500,00   |
| SP | CUBATÃO                    | 4  | 2  | 0 | 1  | 2  | 0 | 24.600,00  |
| SP | CUNHA                      | 2  | 2  | 0 | 0  | 0  | 0 | 28.200,00  |
| SP | DESCALVADO                 | 7  | 2  | 1 | 0  | 1  | 0 | 76.700,00  |
| SP | DIADEMA                    | 20 | 15 | 0 | 14 | 13 | 9 | 150.600,00 |
| SP | DIVINOLÂNDIA               | 1  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 14.100,00  |
| SP | DOBRADA                    | 1  | 0  | 0 | 0  | 3  | 0 | 8.300,00   |
| SP | DOIS Córregos              | 0  | 0  | 0 | 1  | 1  | 0 | 3.900,00   |
| SP | DOLCINÓPOLIS               | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 5.600,00   |
| SP | DOURADO                    | 0  | 2  | 0 | 0  | 1  | 0 | 11.900,00  |
| SP | DRACENA                    | 0  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 1.700,00   |
| SP | DUARTINA                   | 3  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 19.700,00  |
| SP | ECHAPORA                   | 0  | 0  | 0 | 2  | 1  | 0 | 6.100,00   |
| SP | ELDORADO                   | 0  | 2  | 0 | 0  | 0  | 0 | 3.400,00   |
| SP | ELIAS FAUSTO               | 1  | 0  | 0 | 2  | 1  | 0 | 8.300,00   |
| SP | ELISIÁRIO                  | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 10.400,00  |
| SP | EMBAÚBA                    | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 2.200,00   |
| SP | EMBU DAS ARTES             | 8  | 7  | 1 | 4  | 9  | 0 | 89.200,00  |
| SP | EMBU-GUAÇU                 | 3  | 1  | 0 | 0  | 13 | 1 | 51.400,00  |
| SP | EMILIANÓPOLIS              | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 7.600,00   |
| SP | ENGENHEIRO COELHO          | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 4.400,00   |
| SP | ESPÍRITO SANTO DO PINHAL   | 0  | 4  | 0 | 0  | 4  | 0 | 23.800,00  |
| SP | ESPÍRITO SANTO DO TURVO    | 0  | 0  | 0 | 0  | 1  | 0 | 1.700,00   |
| SP | ESTIVA GERBI               | 0  | 3  | 0 | 0  | 0  | 0 | 5.100,00   |
| SP | ESTRELA DO NORTE           | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 10.400,00  |
| SP | ESTRELA D'OESTE            | 0  | 0  | 0 | 0  | 2  | 0 | 3.400,00   |
| SP | EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA | 2  | 3  | 0 | 0  | 0  | 0 | 15.100,00  |
| SP | FARTURA                    | 1  | 0  | 0 | 0  | 2  | 0 | 3.400,00   |
| SP | FERNANDO PRESTES           | 2  | 0  | 0 | 0  | 1  | 1 | 14.300,00  |
| SP | FERNANDÓPOLIS              | 13 | 0  | 0 | 1  | 4  | 0 | 65.600,00  |
| SP | FERNÃO                     | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 8.000,00   |
| SP | FERRAZ DE VASCONCELOS      | 0  | 0  | 0 | 3  | 13 | 0 | 28.700,00  |
| SP | FLORA RICA                 | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 3.200,00   |
| SP | FLOREAL                    | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 2.600,00   |
| SP | FLORIDA PAULISTA           | 1  | 0  | 0 | 0  | 2  | 0 | 6.600,00   |
| SP | FLORINIA                   | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 2.200,00   |
| SP | FRANCA                     | 0  | 5  | 0 | 0  | 6  | 0 | 22.100,00  |
| SP | FRANCISCO MORATO           | 5  | 5  | 0 | 0  | 0  | 0 | 33.100,00  |
| SP | FRANCO DA ROCHA            | 2  | 3  | 0 | 0  | 0  | 1 | 24.100,00  |
| SP | GABRIEL MONTEIRO           | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 5.600,00   |
| SP | GALIA                      | 3  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 12.600,00  |
| SP | GARÇA                      | 12 | 1  | 0 | 0  | 1  | 0 | 53.400,00  |
| SP | GAVIÃO PEIXOTO             | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 18.000,00  |
| SP | GENERAL SALGADO            | 0  | 0  | 0 | 1  | 1  | 0 | 3.900,00   |
| SP | GETULINA                   | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 5.600,00   |
| SP | GLICÉRIO                   | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 19.000,00  |
| SP | GUAICARA                   | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 11.000,00  |
| SP | GUAIMBE                    | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 7.800,00   |
| SP | GUAIRA                     | 9  | 0  | 1 | 0  | 1  | 0 | 63.300,00  |
| SP | GUAPIAÇU                   | 5  | 0  | 1 | 0  | 0  | 0 | 30.400,00  |
| SP | GUARÁ                      | 4  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 12.800,00  |
| SP | GUARACAI                   | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 6.600,00   |
| SP | GUARACI                    | 1  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 4.900,00   |
| SP | GUARANI D'OESTE            | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 10.400,00  |
| SP | GUARANTÁ                   | 0  | 2  | 0 | 0  | 1  | 0 | 15.300,00  |
| SP | GUARATINGUETÁ              | 7  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 20.500,00  |
| SP | GUARIBA                    | 0  | 1  | 0 | 0  | 1  | 0 | 6.800,00   |
| SP | GUARUJÁ                    | 26 | 0  | 0 | 4  | 0  | 0 | 168.400,00 |
| SP | GUARULHOS                  | 52 | 17 | 5 | 15 | 39 | 4 | 468.100,00 |
| SP | GUZOLÂNDIA                 | 0  | 1  | 0 | 0  | 1  | 0 | 3.400,00   |
| SP | HERCULÂNDIA                | 2  | 0  | 0 | 0  | 1  | 0 | 12.500,00  |
| SP | HOLAMBRA                   | 3  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 5.600,00   |
| SP | IACANGA                    | 2  | 0  | 0 | 0  | 1  | 0 | 12.900,00  |
| SP | IACRI                      | 1  | 1  | 0 | 0  | 0  | 0 | 9.300,00   |
| SP | IARÁS                      | 1  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 2.200,00   |
| SP | IBATÉ                      | 0  | 6  | 0 | 0  | 0  | 0 | 13.600,00  |
| SP | IBIRÁ                      | 2  | 1  | 0 | 0  | 0  | 1 | 26.700,00  |
| SP | IBIRAREMA                  | 0  | 1  | 0 | 0  | 1  | 0 | 3.400,00   |
| SP | IBITINGA                   | 0  | 2  | 0 | 1  | 0  | 1 | 6.000,00   |
| SP | ICEM                       | 2  | 0  | 0 | 1  | 0  | 0 | 21.200,00  |
| SP | IEPÉ                       | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 6.400,00   |
| SP | IGARAPAVA                  | 2  | 0  | 0 | 2  | 1  | 0 | 13.900,00  |
| SP | IGARATÁ                    | 2  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 3.800,00   |
| SP | IGUAPE                     | 1  | 5  | 0 | 0  | 1  | 0 | 22.600,00  |
| SP | ILHA COMPRIDA              | 3  | 0  | 0 | 0  | 0  | 0 | 12.000,00  |
| SP | ILHA SOLTEIRA              | 0  | 5  | 0 | 0  | 4  | 1 | 40.100,00  |
| SP | ILHABELA                   | 9  | 0  | 0 | 0  | 0  | 1 | 46.200,00  |
| SP | INDAÍATUBA                 | 6  | 2  | 0 | 4  | 6  | 1 | 46.800,00  |
| SP | INDIANA                    | 0  | 1  | 0 | 0  | 1  | 1 | 7.200,00   |
| SP | INDIAPORA                  | 1  | 0  | 0 | 0  | 1  | 1 | 9.700,00   |
| SP | INUBIA PAULISTA            | 1  | 0  | 0 | 0  | 1  | 0 | 7.300,00   |
| SP | IPAUSSU                    | 0  | 0  | 0 | 1  | 0  | 0 | 2.200,00   |



|    |                         |    |    |   |   |    |   |            |
|----|-------------------------|----|----|---|---|----|---|------------|
| SP | IPERÓ                   | 0  | 4  | 0 | 0 | 1  | 0 | 8.500,00   |
| SP | IPÊUNA                  | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 0,00       |
| SP | IPUA                    | 0  | 3  | 0 | 0 | 1  | 0 | 7.400,00   |
| SP | IRACEMÁPOLIS            | 1  | 0  | 0 | 0 | 2  | 0 | 3.900,00   |
| SP | IRAPUA                  | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 2.200,00   |
| SP | IRAPURU                 | 0  | 1  | 0 | 1 | 0  | 0 | 7.300,00   |
| SP | ITABERA                 | 0  | 0  | 0 | 2 | 3  | 0 | 9.500,00   |
| SP | ITAI                    | 1  | 0  | 0 | 2 | 0  | 0 | 7.600,00   |
| SP | ITAJOBÍ                 | 4  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 32.200,00  |
| SP | ITAJU                   | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 3.200,00   |
| SP | ITANHAÉM                | 12 | 9  | 0 | 0 | 1  | 0 | 60.000,00  |
| SP | ITAOCA                  | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 6.600,00   |
| SP | ITAPETININGA            | 6  | 1  | 1 | 3 | 0  | 0 | 39.100,00  |
| SP | ITAPEVA                 | 7  | 5  | 1 | 1 | 2  | 0 | 72.500,00  |
| SP | ITAPEVÍ                 | 0  | 0  | 0 | 0 | 1  | 0 | 1.700,00   |
| SP | ITAPIRA                 | 6  | 4  | 0 | 0 | 5  | 0 | 51.900,00  |
| SP | ITAPIRAPUÁ PAULISTA     | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 4.400,00   |
| SP | ITÁPOLIS                | 0  | 0  | 0 | 0 | 1  | 0 | 1.700,00   |
| SP | ITAPORANGA              | 0  | 4  | 0 | 0 | 0  | 0 | 13.600,00  |
| SP | ITAPUI                  | 3  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 6.600,00   |
| SP | ITAPURA                 | 1  | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 11.700,00  |
| SP | ITAQUAQUECETUBA         | 2  | 1  | 0 | 7 | 6  | 0 | 31.700,00  |
| SP | ITARARÉ                 | 0  | 1  | 0 | 3 | 5  | 0 | 20.200,00  |
| SP | ITARIRI                 | 2  | 1  | 0 | 0 | 1  | 0 | 7.800,00   |
| SP | ITATIBA                 | 9  | 8  | 2 | 2 | 1  | 0 | 69.300,00  |
| SP | ITATINGA                | 1  | 0  | 0 | 0 | 1  | 0 | 1.700,00   |
| SP | ITIRAPINA               | 0  | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 5.100,00   |
| SP | ITIRAPUÁ                | 0  | 2  | 0 | 0 | 0  | 1 | 7.200,00   |
| SP | ITOBI                   | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 2.200,00   |
| SP | ITUPEVA                 | 2  | 1  | 0 | 0 | 4  | 0 | 12.900,00  |
| SP | ITUVERAVA               | 8  | 0  | 1 | 0 | 1  | 0 | 36.900,00  |
| SP | JABORANDI               | 0  | 0  | 0 | 1 | 1  | 0 | 3.900,00   |
| SP | JABOTICABAL             | 6  | 4  | 0 | 0 | 0  | 0 | 28.400,00  |
| SP | JACAREÍ                 | 8  | 4  | 1 | 0 | 24 | 0 | 87.200,00  |
| SP | JACI                    | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 13.200,00  |
| SP | JACUPIRANGA             | 1  | 2  | 0 | 0 | 1  | 0 | 7.300,00   |
| SP | JAGUARIUNA              | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 0,00       |
| SP | JALES                   | 8  | 2  | 1 | 0 | 0  | 0 | 80.000,00  |
| SP | JAMBEIRO                | 1  | 0  | 0 | 0 | 1  | 0 | 3.900,00   |
| SP | JANDIRA                 | 0  | 0  | 0 | 0 | 12 | 0 | 20.400,00  |
| SP | JARDINÓPOLIS            | 0  | 6  | 0 | 0 | 0  | 0 | 10.200,00  |
| SP | JARINU                  | 0  | 0  | 0 | 2 | 3  | 0 | 9.500,00   |
| SP | JAÚ                     | 0  | 0  | 0 | 0 | 2  | 0 | 3.400,00   |
| SP | JERIQUEARA              | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 6.000,00   |
| SP | JOANÓPOLIS              | 0  | 0  | 0 | 2 | 0  | 0 | 4.400,00   |
| SP | JOÃO RAMALHO            | 0  | 2  | 0 | 0 | 0  | 0 | 6.800,00   |
| SP | JOSÉ BONIFÁCIO          | 2  | 0  | 0 | 0 | 3  | 0 | 23.700,00  |
| SP | JULIO MESQUITA          | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 11.200,00  |
| SP | JUNDIAÍ                 | 5  | 1  | 0 | 1 | 4  | 0 | 41.600,00  |
| SP | JUNQUEIRÓPOLIS          | 8  | 0  | 1 | 0 | 0  | 0 | 61.600,00  |
| SP | JUQUÍÁ                  | 4  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 21.200,00  |
| SP | JUQUITIBA               | 0  | 0  | 0 | 2 | 6  | 1 | 15.600,00  |
| SP | LAGOINHA                | 1  | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 12.700,00  |
| SP | LAVÍNIA                 | 0  | 1  | 0 | 0 | 2  | 0 | 8.500,00   |
| SP | LAVRINHAS               | 0  | 0  | 0 | 0 | 1  | 0 | 1.700,00   |
| SP | LEME                    | 7  | 0  | 0 | 1 | 1  | 1 | 54.500,00  |
| SP | LENÇÓIS PAULISTA        | 0  | 7  | 0 | 0 | 5  | 0 | 23.800,00  |
| SP | LIMEIRA                 | 5  | 3  | 0 | 1 | 28 | 1 | 69.800,00  |
| SP | LINDOIA                 | 1  | 1  | 0 | 0 | 0  | 1 | 8.700,00   |
| SP | LINS                    | 1  | 0  | 0 | 2 | 1  | 0 | 11.700,00  |
| SP | LORENA                  | 8  | 0  | 0 | 2 | 0  | 1 | 34.200,00  |
| SP | LOURDES                 | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 3.600,00   |
| SP | LUCÉLIA                 | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 1.700,00   |
| SP | LUCIANÓPOLIS            | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 0,00       |
| SP | LUÍS ANTONIO            | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 2.200,00   |
| SP | LUÍZIANIA               | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 8.800,00   |
| SP | LUPÉRCIO                | 0  | 0  | 0 | 2 | 0  | 0 | 4.400,00   |
| SP | LUTECIA                 | 0  | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 1.700,00   |
| SP | MACATUBA                | 2  | 2  | 0 | 0 | 0  | 0 | 10.500,00  |
| SP | MACAUBAL                | 0  | 0  | 0 | 2 | 0  | 0 | 4.400,00   |
| SP | MACEDÔNIA               | 0  | 1  | 0 | 0 | 0  | 1 | 2.100,00   |
| SP | MANDURÍ                 | 1  | 0  | 0 | 0 | 2  | 0 | 3.400,00   |
| SP | MARABÁ PAULISTA         | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 0,00       |
| SP | MARACÁI                 | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 6.400,00   |
| SP | MARAPOAMA               | 0  | 0  | 0 | 1 | 0  | 0 | 2.200,00   |
| SP | MARIÁPOLIS              | 0  | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 1.700,00   |
| SP | MARÍLIA                 | 33 | 0  | 3 | 0 | 1  | 1 | 157.300,00 |
| SP | MARINÓPOLIS             | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 7.600,00   |
| SP | MARTINÓPOLIS            | 5  | 0  | 0 | 1 | 1  | 0 | 43.100,00  |
| SP | MATÃO                   | 1  | 8  | 0 | 3 | 4  | 1 | 38.700,00  |
| SP | MAUÁ                    | 24 | 18 | 6 | 7 | 38 | 4 | 259.100,00 |
| SP | MENDONÇA                | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 13.200,00  |
| SP | MERIDIANO               | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 10.000,00  |
| SP | MESÓPOLIS               | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 3.200,00   |
| SP | MIGUELÓPOLIS            | 5  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 10.000,00  |
| SP | MINEIROS DO TIETÊ       | 1  | 0  | 0 | 0 | 2  | 1 | 9.400,00   |
| SP | MIRA ESTRELA            | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 8.000,00   |
| SP | MIRACATU                | 1  | 2  | 0 | 1 | 0  | 0 | 12.200,00  |
| SP | MIRANDÓPOLIS            | 1  | 1  | 0 | 0 | 5  | 0 | 20.200,00  |
| SP | MIRANTE DO PARANAPANEMA | 6  | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 41.800,00  |
| SP | MIRASSOL                | 0  | 1  | 0 | 0 | 1  | 0 | 10.200,00  |
| SP | MIRASSOLÂNDIA           | 0  | 0  | 0 | 0 | 1  | 0 | 1.700,00   |
| SP | MOCOCA                  | 5  | 2  | 0 | 3 | 1  | 1 | 79.300,00  |
| SP | MOGI DAS CRUZES         | 6  | 1  | 0 | 2 | 3  | 0 | 28.800,00  |
| SP | MOGI GUACU              | 4  | 5  | 0 | 0 | 4  | 0 | 34.900,00  |
| SP | MOJI MIRIM              | 0  | 2  | 0 | 0 | 2  | 0 | 6.800,00   |
| SP | MOMBUCA                 | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 10.400,00  |
| SP | MONÇÕES                 | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 6.600,00   |
| SP | MONGAGUA                | 0  | 7  | 0 | 0 | 0  | 0 | 10.200,00  |
| SP | MONTE ALEGRE DO SUL     | 0  | 3  | 0 | 0 | 0  | 0 | 6.800,00   |
| SP | MONTE ALTO              | 4  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 37.600,00  |
| SP | MONTE AZUL PAULISTA     | 1  | 0  | 0 | 0 | 4  | 0 | 9.000,00   |
| SP | MONTE CASTELO           | 1  | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 12.700,00  |
| SP | MONTE MOR               | 9  | 4  | 1 | 1 | 0  | 0 | 25.000,00  |
| SP | MONTEIRO LOBATO         | 0  | 1  | 0 | 0 | 1  | 0 | 3.400,00   |
| SP | MORRO AGUDO             | 3  | 4  | 0 | 1 | 1  | 1 | 18.300,00  |
| SP | MORUNGABA               | 0  | 0  | 0 | 0 | 1  | 0 | 1.700,00   |
| SP | MOTUCA                  | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 12.600,00  |



|    |                      |    |    |   |   |    |   |            |
|----|----------------------|----|----|---|---|----|---|------------|
| SP | MURUTINGA DO SUL     | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 19.000,00  |
| SP | NANTES               | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 2.200,00   |
| SP | NARANDIBA            | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 17.600,00  |
| SP | NATIVIDADE DA SERRA  | 0  | 0  | 0 | 0 | 1  | 0 | 1.700,00   |
| SP | NAZARÉ PAULISTA      | 0  | 0  | 0 | 1 | 0  | 0 | 2.200,00   |
| SP | NEVES PAULISTA       | 0  | 2  | 0 | 0 | 0  | 0 | 6.800,00   |
| SP | NIPOÁ                | 0  | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 8.500,00   |
| SP | NOVA ALIANÇA         | 2  | 0  | 0 | 0 | 1  | 0 | 23.700,00  |
| SP | NOVA CANAÁ PAULISTA  | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 9.400,00   |
| SP | NOVA CASTILHO        | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 6.000,00   |
| SP | NOVA EUROPA          | 3  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 8.200,00   |
| SP | NOVA GRANADA         | 1  | 0  | 0 | 1 | 0  | 0 | 7.800,00   |
| SP | NOVA GUATAPORANGA    | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 10.000,00  |
| SP | NOVA INDEPENDÊNCIA   | 1  | 0  | 0 | 0 | 1  | 1 | 12.100,00  |
| SP | NOVA LUZITÂNIA       | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 2.200,00   |
| SP | NOVA ODESSA          | 0  | 3  | 0 | 0 | 2  | 0 | 3.400,00   |
| SP | NOVAIS               | 0  | 1  | 0 | 2 | 0  | 0 | 6.100,00   |
| SP | NUPORANGA            | 0  | 2  | 0 | 0 | 0  | 1 | 3.800,00   |
| SP | OCAUCU               | 0  | 0  | 0 | 0 | 1  | 0 | 1.700,00   |
| SP | OLÍMPIA              | 4  | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 26.700,00  |
| SP | ONDA VERDE           | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 9.400,00   |
| SP | ORIENTE              | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 17.600,00  |
| SP | ORINDIÚVA            | 2  | 0  | 0 | 1 | 0  | 1 | 21.600,00  |
| SP | ORLÂNDIA             | 2  | 2  | 0 | 0 | 4  | 1 | 19.000,00  |
| SP | OSCAR BRESSANE       | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 11.400,00  |
| SP | OSVALDO CRUZ         | 5  | 0  | 1 | 0 | 2  | 0 | 38.800,00  |
| SP | OURINHOS             | 2  | 2  | 0 | 1 | 0  | 0 | 16.800,00  |
| SP | OURO VERDE           | 0  | 0  | 0 | 1 | 1  | 0 | 3.900,00   |
| SP | OUROESTE             | 0  | 3  | 0 | 0 | 0  | 1 | 19.300,00  |
| SP | PACAEMBU             | 0  | 1  | 0 | 0 | 0  | 1 | 2.100,00   |
| SP | PALESTINA            | 0  | 2  | 0 | 0 | 0  | 0 | 6.800,00   |
| SP | PALMARES PAULISTA    | 0  | 0  | 0 | 1 | 2  | 0 | 5.600,00   |
| SP | PALMEIRA D'OESTE     | 0  | 2  | 0 | 0 | 0  | 1 | 14.000,00  |
| SP | PALMITAL             | 2  | 2  | 0 | 0 | 0  | 0 | 22.400,00  |
| SP | PANORAMA             | 2  | 0  | 0 | 1 | 0  | 0 | 10.000,00  |
| SP | PARAGUACU PAULISTA   | 0  | 7  | 0 | 0 | 0  | 0 | 46.200,00  |
| SP | PARAIBUNA            | 3  | 0  | 0 | 0 | 1  | 0 | 8.300,00   |
| SP | PARAISO              | 1  | 0  | 0 | 1 | 0  | 0 | 2.200,00   |
| SP | PARANAPANEMA         | 1  | 1  | 0 | 0 | 1  | 0 | 5.600,00   |
| SP | PARANAPUA            | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 5.600,00   |
| SP | PARAPUA              | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 5.400,00   |
| SP | PARDINHO             | 0  | 0  | 0 | 1 | 0  | 0 | 2.200,00   |
| SP | PARIQUERA-AÇU        | 0  | 5  | 0 | 0 | 2  | 1 | 12.500,00  |
| SP | PARISI               | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 11.000,00  |
| SP | PATROCÍNIO PAULISTA  | 0  | 3  | 0 | 2 | 0  | 0 | 16.300,00  |
| SP | PAULICEIA            | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 12.200,00  |
| SP | PAULISTANIA          | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 2.200,00   |
| SP | PAULO DE FARIA       | 0  | 0  | 0 | 1 | 0  | 0 | 2.200,00   |
| SP | PEDERNEIRAS          | 0  | 0  | 0 | 1 | 0  | 0 | 2.200,00   |
| SP | PEDRA BELA           | 0  | 0  | 0 | 0 | 1  | 0 | 1.700,00   |
| SP | PEDRANÓPOLIS         | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 10.000,00  |
| SP | PEDREGULHO           | 0  | 1  | 0 | 0 | 1  | 0 | 3.400,00   |
| SP | PEDREIRA             | 2  | 5  | 0 | 0 | 2  | 1 | 17.300,00  |
| SP | PEDRINHAS PAULISTA   | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 2.200,00   |
| SP | PEDRO DE TOLEDO      | 2  | 1  | 0 | 0 | 1  | 0 | 18.000,00  |
| SP | PENÁPOLIS            | 3  | 8  | 0 | 2 | 0  | 0 | 41.600,00  |
| SP | PEREIRA BARRETO      | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 11.000,00  |
| SP | PEREIRAS             | 1  | 2  | 0 | 0 | 0  | 1 | 9.600,00   |
| SP | PERUIBE              | 0  | 6  | 1 | 0 | 6  | 0 | 21.700,00  |
| SP | PIACATU              | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 6.800,00   |
| SP | PIECADE              | 0  | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 1.700,00   |
| SP | PINDAMONHANGABA      | 20 | 1  | 0 | 0 | 0  | 0 | 61.300,00  |
| SP | PINDORAMA            | 1  | 1  | 0 | 0 | 2  | 0 | 17.500,00  |
| SP | PIQUEROBI            | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 6.600,00   |
| SP | PIQUETE              | 2  | 0  | 0 | 0 | 1  | 0 | 6.100,00   |
| SP | PIRACICABA           | 8  | 9  | 0 | 6 | 24 | 0 | 142.900,00 |
| SP | PIRAJU               | 8  | 0  | 1 | 0 | 1  | 0 | 59.000,00  |
| SP | PIRAJUI              | 2  | 0  | 0 | 0 | 1  | 0 | 6.600,00   |
| SP | PIRANGI              | 1  | 2  | 0 | 0 | 1  | 0 | 23.800,00  |
| SP | PIRAPOZINHO          | 0  | 7  | 0 | 0 | 0  | 0 | 32.300,00  |
| SP | PIRASSUNUNGA         | 4  | 5  | 0 | 0 | 0  | 0 | 41.100,00  |
| SP | PIRATININGA          | 3  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 10.000,00  |
| SP | PITANGUEIRAS         | 0  | 0  | 0 | 0 | 2  | 0 | 3.400,00   |
| SP | PLANALTO             | 1  | 0  | 0 | 0 | 1  | 0 | 10.700,00  |
| SP | POÁ                  | 5  | 1  | 0 | 2 | 1  | 0 | 29.000,00  |
| SP | POMPEIA              | 6  | 0  | 0 | 1 | 0  | 0 | 21.400,00  |
| SP | PONGAI               | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 6.600,00   |
| SP | PONTAL               | 0  | 5  | 0 | 0 | 4  | 0 | 28.900,00  |
| SP | PONTALINDA           | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 11.400,00  |
| SP | PONTES GESTAL        | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 11.000,00  |
| SP | POPULINA             | 1  | 1  | 0 | 0 | 0  | 1 | 4.300,00   |
| SP | PORANGABA            | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 5.400,00   |
| SP | PORTO FELIZ          | 8  | 1  | 0 | 1 | 0  | 0 | 39.100,00  |
| SP | PORTO FERREIRA       | 4  | 0  | 0 | 0 | 1  | 0 | 17.300,00  |
| SP | POTIM                | 0  | 2  | 0 | 0 | 3  | 0 | 8.500,00   |
| SP | POTIRENDABA          | 2  | 2  | 0 | 0 | 2  | 0 | 25.800,00  |
| SP | PRACINHA             | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 5.600,00   |
| SP | PRADÓPOLIS           | 0  | 0  | 0 | 0 | 1  | 0 | 1.700,00   |
| SP | PRAIA GRANDE         | 12 | 32 | 2 | 0 | 12 | 0 | 180.700,00 |
| SP | PRATÂNIA             | 1  | 0  | 0 | 0 | 1  | 0 | 3.900,00   |
| SP | PRESIDENTE ALVES     | 0  | 0  | 0 | 0 | 1  | 0 | 1.700,00   |
| SP | PRESIDENTE BERNARDES | 4  | 2  | 0 | 0 | 0  | 0 | 37.600,00  |
| SP | PRESIDENTE EPITÁCIO  | 4  | 5  | 0 | 0 | 0  | 1 | 55.700,00  |
| SP | PRESIDENTE PRUDENTE  | 13 | 2  | 1 | 3 | 0  | 1 | 160.800,00 |
| SP | PRESIDENTE VENCESLAU | 7  | 1  | 0 | 0 | 1  | 1 | 55.400,00  |
| SP | PROMISSÃO            | 1  | 0  | 0 | 0 | 4  | 0 | 9.000,00   |
| SP | QUADRA               | 0  | 1  | 0 | 0 | 0  | 1 | 5.500,00   |
| SP | QUATÁ                | 1  | 3  | 0 | 0 | 0  | 0 | 32.100,00  |
| SP | QUEIROZ              | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 5.600,00   |
| SP | QUELUZ               | 3  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 25.200,00  |
| SP | QUINTANA             | 3  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 14.600,00  |
| SP | RANCHARIA            | 5  | 3  | 0 | 0 | 0  | 0 | 39.900,00  |
| SP | REDENÇÃO DA SERRA    | 1  | 0  | 0 | 0 | 0  | 0 | 0,00       |
| SP | REGENTE FEIJÓ        | 0  | 5  | 0 | 0 | 1  | 0 | 30.600,00  |
| SP | REGINÓPOLIS          | 1  | 0  | 0 | 0 | 2  | 0 | 3.400,00   |
| SP | REGISTRO             | 7  | 6  | 1 | 2 | 2  | 0 | 122.600,00 |
| SP | RESTINGA             | 2  | 0  | 0 | 0 | 0  | 1 | 12.600,00  |
| SP | RIBEIRA              | 0  | 0  | 0 | 1 | 1  | 0 | 3.900,00   |



|    |                          |     |     |    |    |     |    |              |
|----|--------------------------|-----|-----|----|----|-----|----|--------------|
| SP | RIBEIRÃO BONITO          | 4   | 1   | 0  | 0  | 0   | 0  | 24.700,00    |
| SP | RIBEIRÃO BRANCO          | 2   | 1   | 0  | 1  | 0   | 0  | 11.700,00    |
| SP | RIBEIRÃO CORRENTE        | 0   | 0   | 0  | 1  | 1   | 0  | 4.300,00     |
| SP | RIBEIRÃO DO SUL          | 1   | 0   | 0  | 0  | 0   | 0  | 3.200,00     |
| SP | RIBEIRÃO DOS ÍNDIOS      | 1   | 0   | 0  | 0  | 0   | 0  | 7.600,00     |
| SP | RIBEIRÃO GRANDE          | 2   | 1   | 0  | 0  | 0   | 1  | 21.300,00    |
| SP | RIBEIRÃO PIRES           | 0   | 0   | 0  | 5  | 2   | 0  | 14.400,00    |
| SP | RIBEIRÃO PRETO           | 16  | 18  | 0  | 4  | 3   | 1  | 208.000,00   |
| SP | RIFAINA                  | 1   | 0   | 0  | 0  | 0   | 1  | 3.600,00     |
| SP | RINÇÃO                   | 1   | 0   | 0  | 2  | 0   | 1  | 14.800,00    |
| SP | RINÓPOLIS                | 2   | 1   | 0  | 0  | 0   | 0  | 21.700,00    |
| SP | RIO CLARO                | 6   | 0   | 0  | 1  | 2   | 0  | 40.800,00    |
| SP | RIO GRANDE DA SERRA      | 0   | 1   | 0  | 0  | 1   | 0  | 1.700,00     |
| SP | RIOLÂNDIA                | 0   | 1   | 0  | 0  | 0   | 0  | 0,00         |
| SP | RIVERSUL                 | 2   | 0   | 0  | 0  | 0   | 0  | 13.200,00    |
| SP | ROSANA                   | 7   | 0   | 0  | 0  | 0   | 0  | 56.500,00    |
| SP | ROSEIRA                  | 4   | 0   | 0  | 0  | 0   | 1  | 10.700,00    |
| SP | RUBIACEA                 | 1   | 0   | 0  | 0  | 0   | 1  | 8.000,00     |
| SP | RUBINEIA                 | 1   | 0   | 0  | 0  | 0   | 0  | 3.200,00     |
| SP | SABINO                   | 0   | 0   | 0  | 0  | 1   | 0  | 1.700,00     |
| SP | SAGRES                   | 1   | 0   | 0  | 0  | 0   | 0  | 3.200,00     |
| SP | SALES OLIVEIRA           | 2   | 0   | 0  | 2  | 0   | 0  | 8.800,00     |
| SP | SALTO                    | 0   | 0   | 0  | 0  | 12  | 0  | 20.400,00    |
| SP | SALTO DE PIRAPORA        | 0   | 10  | 0  | 0  | 0   | 0  | 40.800,00    |
| SP | SALTO GRANDE             | 1   | 0   | 0  | 1  | 0   | 0  | 5.400,00     |
| SP | SANDOVALINA              | 1   | 1   | 0  | 0  | 0   | 0  | 5.900,00     |
| SP | SANTA ADÉLIA             | 0   | 0   | 0  | 0  | 4   | 0  | 6.800,00     |
| SP | SANTA BÁRBARA D'OESTE    | 7   | 0   | 0  | 5  | 1   | 0  | 18.300,00    |
| SP | SANTA BRANCA             | 1   | 2   | 0  | 0  | 0   | 1  | 4.500,00     |
| SP | SANTA CLARA D'OESTE      | 1   | 0   | 0  | 0  | 0   | 0  | 3.200,00     |
| SP | SANTA CRUZ DA CONCEIÇÃO  | 1   | 0   | 0  | 0  | 0   | 0  | 6.600,00     |
| SP | SANTA CRUZ DA ESPERANÇA  | 0   | 0   | 0  | 1  | 0   | 0  | 2.200,00     |
| SP | SANTA FE DO SUL          | 5   | 4   | 0  | 0  | 0   | 0  | 34.300,00    |
| SP | SANTA GERTRUDES          | 0   | 2   | 0  | 3  | 0   | 0  | 13.400,00    |
| SP | SANTA ISABEL             | 7   | 0   | 0  | 0  | 0   | 0  | 43.800,00    |
| SP | SANTA LUCIA              | 0   | 0   | 0  | 1  | 0   | 0  | 2.200,00     |
| SP | SANTA MERCEDES           | 1   | 0   | 0  | 0  | 0   | 0  | 10.000,00    |
| SP | SANTA RITA D'OESTE       | 1   | 0   | 0  | 0  | 0   | 1  | 6.000,00     |
| SP | SANTA ROSA DE VITERBO    | 1   | 0   | 0  | 0  | 1   | 0  | 2.200,00     |
| SP | SANTA SALETE             | 0   | 1   | 0  | 0  | 0   | 1  | 8.900,00     |
| SP | SANTANA DA PONTE PENSE   | 0   | 1   | 0  | 0  | 0   | 0  | 8.500,00     |
| SP | SANTANA DE PARNAÍBA      | 4   | 0   | 0  | 0  | 0   | 0  | 7.800,00     |
| SP | SANTO ANASTÁCIO          | 2   | 2   | 0  | 0  | 0   | 0  | 20.000,00    |
| SP | SANTO ANDRÉ              | 11  | 21  | 0  | 1  | 17  | 0  | 238.000,00   |
| SP | SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA | 1   | 1   | 0  | 0  | 0   | 0  | 12.700,00    |
| SP | SANTO ANTÔNIO DE POSSE   | 2   | 2   | 0  | 0  | 0   | 0  | 10.700,00    |
| SP | SANTO ANTÔNIO DO JARDIM  | 0   | 0   | 0  | 0  | 1   | 0  | 1.700,00     |
| SP | SANTO ANTÔNIO DO PINHAL  | 2   | 0   | 0  | 0  | 1   | 1  | 13.500,00    |
| SP | SANTO EXPEDITO           | 1   | 0   | 0  | 0  | 0   | 1  | 7.000,00     |
| SP | SANTÓPOLIS DO AGUAPEÍ    | 2   | 0   | 0  | 0  | 0   | 0  | 11.200,00    |
| SP | SANTOS                   | 4   | 6   | 0  | 5  | 6   | 3  | 104.000,00   |
| SP | SÃO BENTO DO SAPUCAÍ     | 0   | 1   | 0  | 0  | 2   | 0  | 3.400,00     |
| SP | SÃO BERNARDO DO CAMPO    | 71  | 28  | 10 | 16 | 19  | 9  | 699.100,00   |
| SP | SÃO CAETANO DO SUL       | 8   | 16  | 2  | 0  | 0   | 1  | 129.000,00   |
| SP | SÃO CARLOS               | 16  | 1   | 1  | 0  | 2   | 0  | 138.300,00   |
| SP | SÃO FRANCISCO            | 1   | 0   | 0  | 0  | 0   | 1  | 11.400,00    |
| SP | SÃO JOÃO DA BOA VISTA    | 5   | 7   | 1  | 0  | 2   | 0  | 80.000,00    |
| SP | SÃO JOÃO DE IRACEMA      | 1   | 0   | 0  | 0  | 0   | 0  | 2.200,00     |
| SP | SÃO JOÃO DO PAU D'ALHO   | 1   | 0   | 0  | 0  | 0   | 0  | 3.200,00     |
| SP | SÃO JOAQUIM DA BARRA     | 6   | 1   | 0  | 0  | 2   | 0  | 19.300,00    |
| SP | SÃO JOSE DA BELA VISTA   | 3   | 0   | 0  | 0  | 0   | 1  | 22.800,00    |
| SP | SÃO JOSE DO BARREIRO     | 2   | 0   | 0  | 0  | 0   | 0  | 11.200,00    |
| SP | SÃO JOSE DO RIO PARDO    | 3   | 2   | 0  | 0  | 0   | 0  | 21.200,00    |
| SP | SÃO JOSE DO RIO PRETO    | 16  | 9   | 0  | 5  | 8   | 0  | 133.400,00   |
| SP | SÃO JOSE DOS CAMPOS      | 0   | 4   | 0  | 0  | 39  | 0  | 86.700,00    |
| SP | SÃO LUIS DO PARAITINGA   | 2   | 0   | 0  | 1  | 1   | 0  | 21.500,00    |
| SP | SÃO MANUEL               | 4   | 1   | 0  | 2  | 0   | 0  | 43.100,00    |
| SP | SÃO MIGUEL ARCANJO       | 0   | 0   | 0  | 0  | 5   | 0  | 8.500,00     |
| SP | SÃO PAULO                | 237 | 635 | 49 | 31 | 184 | 24 | 5.544.700,00 |
| SP | SÃO PEDRO                | 1   | 1   | 0  | 0  | 3   | 0  | 12.400,00    |
| SP | SÃO PEDRO DO TURVO       | 3   | 0   | 0  | 0  | 0   | 0  | 13.000,00    |
| SP | SÃO ROQUE                | 4   | 0   | 0  | 0  | 3   | 0  | 23.600,00    |
| SP | SÃO SEBASTIÃO            | 17  | 2   | 0  | 1  | 0   | 0  | 55.700,00    |
| SP | SÃO SEBASTIÃO DA GRAMA   | 4   | 0   | 0  | 0  | 0   | 0  | 20.500,00    |
| SP | SÃO SIMÃO                | 0   | 1   | 0  | 0  | 0   | 0  | 1.700,00     |
| SP | SÃO VICENTE              | 0   | 9   | 0  | 3  | 7   | 0  | 67.800,00    |
| SP | SARAPUI                  | 1   | 0   | 0  | 0  | 0   | 0  | 2.200,00     |
| SP | SARUTAIA                 | 1   | 0   | 0  | 0  | 0   | 0  | 500,00       |
| SP | SEBASTIANÓPOLIS DO SUL   | 1   | 0   | 0  | 1  | 0   | 0  | 9.800,00     |
| SP | SERRA AZUL               | 1   | 2   | 0  | 0  | 0   | 0  | 19.200,00    |
| SP | SERRA NEGRA              | 2   | 2   | 0  | 0  | 2   | 1  | 13.500,00    |
| SP | SERRANA                  | 0   | 2   | 0  | 0  | 3   | 0  | 15.300,00    |
| SP | SERTÃOZINHO              | 0   | 2   | 0  | 0  | 0   | 0  | 10.200,00    |
| SP | SETE BARRAS              | 1   | 2   | 0  | 0  | 0   | 0  | 9.000,00     |
| SP | SEVERÍNIA                | 4   | 0   | 0  | 0  | 0   | 0  | 32.200,00    |
| SP | SILVEIRAS                | 2   | 0   | 0  | 0  | 0   | 0  | 12.700,00    |
| SP | SOCORRO                  | 2   | 2   | 0  | 0  | 4   | 1  | 37.000,00    |
| SP | SOROCABA                 | 0   | 5   | 0  | 4  | 35  | 0  | 83.600,00    |
| SP | SUD MENNUCCI             | 3   | 0   | 1  | 0  | 0   | 0  | 32.600,00    |
| SP | SUMARÉ                   | 6   | 3   | 0  | 6  | 6   | 1  | 58.300,00    |
| SP | SUZANAPOLIS              | 1   | 0   | 0  | 0  | 0   | 1  | 10.400,00    |
| SP | SUZANO                   | 6   | 4   | 0  | 4  | 8   | 0  | 73.000,00    |
| SP | TABAPUA                  | 1   | 0   | 0  | 0  | 0   | 0  | 9.000,00     |
| SP | TABATINGA                | 3   | 0   | 0  | 0  | 0   | 0  | 6.600,00     |
| SP | TABOÃO DA SERRA          | 8   | 0   | 0  | 2  | 4   | 0  | 27.800,00    |
| SP | TACIBA                   | 2   | 0   | 0  | 0  | 0   | 1  | 17.000,00    |
| SP | TAGUAI                   | 0   | 1   | 0  | 0  | 1   | 0  | 10.200,00    |
| SP | TAIAÇU                   | 0   | 1   | 0  | 0  | 1   | 0  | 1.700,00     |
| SP | TAIUVA                   | 1   | 0   | 0  | 0  | 1   | 0  | 7.300,00     |
| SP | TAMBAU                   | 0   | 2   | 0  | 0  | 2   | 0  | 10.200,00    |
| SP | TANABI                   | 0   | 6   | 0  | 0  | 0   | 0  | 34.000,00    |
| SP | TAPIRAÍ                  | 0   | 0   | 0  | 0  | 2   | 0  | 3.400,00     |
| SP | TAPIRATIBA               | 0   | 0   | 0  | 0  | 4   | 0  | 6.800,00     |
| SP | TAQUARAL                 | 1   | 0   | 0  | 0  | 0   | 1  | 9.400,00     |
| SP | TAQUARITINGA             | 0   | 2   | 0  | 1  | 5   | 0  | 24.300,00    |
| SP | TAQUARITUBA              | 5   | 0   | 0  | 1  | 0   | 0  | 35.400,00    |
| SP | TAQUARIVAI               | 2   | 0   | 0  | 0  | 0   | 0  | 5.400,00     |
| SP | TARABAI                  | 3   | 0   | 0  | 0  | 0   | 0  | 14.400,00    |

|    |                 |   |   |   |   |    |   |           |
|----|-----------------|---|---|---|---|----|---|-----------|
| SP | TARUMÃ          | 1 | 3 | 0 | 0 | 0  | 0 | 10.700,00 |
| SP | TATUI           | 1 | 3 | 0 | 1 | 3  | 0 | 25.800,00 |
| SP | TAUBATÉ         | 5 | 3 | 0 | 5 | 2  | 0 | 45.100,00 |
| SP | TEJUPÁ          | 0 | 0 | 0 | 0 | 1  | 0 | 1.700,00  |
| SP | TEODORO SAMPAIO | 8 | 0 | 0 | 0 | 0  | 0 | 62.000,00 |
| SP | TERRA ROXA      | 3 | 0 | 0 | 0 | 0  | 1 | 10.400,00 |
| SP | TIETÊ           | 0 | 4 | 0 | 0 | 2  | 0 | 13.600,00 |
| SP | TIMBURI         | 1 | 0 | 0 | 0 | 0  | 0 | 5.600,00  |
| SP | TORRE DE PEDRA  | 1 | 0 | 0 | 0 | 0  | 0 | 5.600,00  |
| SP | TRABIJU         | 1 | 0 | 0 | 0 | 0  | 1 | 11.400,00 |
| SP | TREMEMBÉ        | 0 | 2 | 0 | 0 | 1  | 0 | 5.100,00  |
| SP | TRES FRONTEIRAS | 0 | 0 | 0 | 1 | 1  | 1 | 4.300,00  |
| SP | TUIUTI          | 0 | 0 | 0 | 0 | 1  | 0 | 1.700,00  |
| SP | TUPÁ            | 8 | 1 | 1 | 1 | 0  | 0 | 53.700,00 |
| SP | TUPI PAULISTA   | 3 | 1 | 1 | 0 | 0  | 0 | 43.500,00 |
| SP | TURIUBA         | 1 | 0 | 0 | 0 | 0  | 1 | 4.600,00  |
| SP | TURMALINA       | 1 | 0 | 0 | 0 | 0  | 1 | 10.400,00 |
| SP | UBARANA         | 1 | 0 | 0 | 0 | 0  | 0 | 11.000,00 |
| SP | UBATUBA         | 6 | 6 | 0 | 2 | 10 | 2 | 69.200,00 |
| SP | UBIRAJARA       | 0 | 0 | 0 | 2 | 0  | 1 | 4.800,00  |

|    |                           |    |   |   |   |   |   |            |
|----|---------------------------|----|---|---|---|---|---|------------|
| SP | UCHOA                     | 4  | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 42.000,00  |
| SP | UNIAO PAULISTA            | 1  | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 6.600,00   |
| SP | URANIA                    | 3  | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 26.200,00  |
| SP | URU                       | 0  | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 2.200,00   |
| SP | URUPÊS                    | 1  | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2.200,00   |
| SP | VALENTIM GENTIL           | 0  | 2 | 0 | 0 | 1 | 0 | 18.700,00  |
| SP | VALPARAISO                | 4  | 0 | 0 | 0 | 2 | 1 | 19.500,00  |
| SP | VARGEM                    | 0  | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 3.400,00   |
| SP | VARGEM GRANDE DO SUL      | 1  | 1 | 0 | 0 | 9 | 0 | 15.300,00  |
| SP | VARGEM GRANDE PAULISTA    | 2  | 1 | 0 | 2 | 0 | 0 | 10.000,00  |
| SP | VARZEA PAULISTA           | 0  | 0 | 0 | 2 | 9 | 0 | 19.700,00  |
| SP | VERA CRUZ                 | 0  | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 2.200,00   |
| SP | VIRADOURO                 | 1  | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5.100,00   |
| SP | VITORIA BRASIL            | 1  | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2.200,00   |
| SP | VOTORANTIM                | 0  | 3 | 0 | 0 | 2 | 0 | 15.300,00  |
| SP | VOTUPORANGA               | 9  | 5 | 1 | 1 | 3 | 0 | 137.600,00 |
| SP | ZACARIAS                  | 1  | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 11.000,00  |
| TO | ABREULÂNDIA               | 1  | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 2.600,00   |
| TO | AGUIARNÓPOLIS             | 1  | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 5.300,00   |
| TO | ALIANÇA DO TOCANTINS      | 2  | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 5.800,00   |
| TO | ALMAS                     | 0  | 0 | 0 | 2 | 1 | 0 | 6.100,00   |
| TO | ALVORADA                  | 1  | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 6.600,00   |
| TO | ANANÁS                    | 2  | 2 | 1 | 0 | 0 | 0 | 11.800,00  |
| TO | ANGICO                    | 1  | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 2.600,00   |
| TO | APARECIDA DO RIO NEGRO    | 1  | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 8.200,00   |
| TO | ARAGOMINAS                | 0  | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 4.400,00   |
| TO | ARAGUACEMA                | 1  | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 13.800,00  |
| TO | ARAGUAÇU                  | 2  | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 9.400,00   |
| TO | ARAGUAÍNA                 | 25 | 7 | 1 | 7 | 1 | 1 | 104.900,00 |
| TO | ARAGUANA                  | 2  | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 7.700,00   |
| TO | ARAGUATINS                | 6  | 3 | 1 | 0 | 1 | 0 | 45.200,00  |
| TO | ARAPOEMA                  | 0  | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 5.600,00   |
| TO | ARRAIAS                   | 0  | 0 | 0 | 1 | 2 | 0 | 5.600,00   |
| TO | AUGUSTINÓPOLIS            | 3  | 0 | 1 | 2 | 0 | 0 | 15.400,00  |
| TO | AURORA DO TOCANTINS       | 1  | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 7.700,00   |
| TO | AXIXÁ DO TOCANTINS        | 2  | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 27.600,00  |
| TO | BABAÇULÂNDIA              | 2  | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 6.500,00   |
| TO | BANDEIRANTES DO TOCANTINS | 1  | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2.200,00   |
| TO | BARRA DO OURO             | 2  | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 4.300,00   |
| TO | BARROLÂNDIA               | 2  | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 4.800,00   |
| TO | BERNARDO SAYÃO            | 1  | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 4.300,00   |
| TO | BOM JESUS DO TOCANTINS    | 1  | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 4.300,00   |
| TO | BRASILÂNDIA DO TOCANTINS  | 1  | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 7.000,00   |
| TO | BREJINHO DE NAZARE        | 2  | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4.400,00   |
| TO | BURITI DO TOCANTINS       | 1  | 2 | 0 | 0 | 2 | 1 | 14.000,00  |
| TO | CACHOEIRINHA              | 1  | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 5.500,00   |
| TO | CAMPOS LINDOS             | 2  | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 6.500,00   |
| TO | CARIRI DO TOCANTINS       | 1  | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 8.700,00   |
| TO | CARMOLÂNDIA               | 1  | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 2.600,00   |
| TO | CARRASCO BONITO           | 1  | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 8.200,00   |
| TO | CASEARA                   | 2  | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 8.700,00   |
| TO | CENTENÁRIO                | 1  | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 4.600,00   |
| TO | CHAPADA DA NATIVIDADE     | 1  | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3.200,00   |
| TO | CHAPADA DE AREIA          | 1  | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 2.100,00   |
| TO | COLINAS DO TOCANTINS      | 10 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 37.100,00  |
| TO | GOLMEIA                   | 2  | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 7.800,00   |
| TO | COMBINADO                 | 1  | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 7.700,00   |
| TO | CONCEIÇÃO DO TOCANTINS    | 2  | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 9.200,00   |
| TO | COUTO MAGALHÃES           | 2  | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 12.600,00  |
| TO | CRISTALÂNDIA              | 1  | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 12.100,00  |
| TO | CRIXÁS DO TOCANTINS       | 1  | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 2.600,00   |
| TO | DARCINÓPOLIS              | 1  | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 4.300,00   |
| TO | DIANÓPOLIS                | 5  | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 12.200,00  |
| TO | DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS  | 3  | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 16.000,00  |
| TO | DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS  | 2  | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 11.300,00  |
| TO | DUERÉ                     | 2  | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 10.800,00  |
| TO | ESPERANTINA               | 0  | 0 | 0 | 2 | 2 | 1 | 8.200,00   |
| TO | FATIMA                    | 0  | 0 | 0 | 2 | 0 | 1 | 4.800,00   |
| TO | FIGUEIRÓPOLIS             | 1  | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 4.800,00   |
| TO | FILADELFA                 | 3  | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 6.600,00   |
| TO | FORMOSO DO ARAGUAIA       | 3  | 1 | 1 | 0 | 2 | 0 | 13.000,00  |
| TO | FORTALEZA DO TABOÃO       | 1  | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 2.600,00   |
| TO | GOIANORTE                 | 1  | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3.900,00   |
| TO | GOIATINS                  | 0  | 0 | 0 | 2 | 3 | 1 | 9.900,00   |
| TO | GUARAI                    | 9  | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 25.200,00  |
| TO | GURUPI                    | 15 | 2 | 1 | 1 | 2 | 0 | 61.500,00  |
| TO | IPUEIRAS                  | 1  | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 5.500,00   |
| TO | ITACAJÁ                   | 2  | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 6.700,00   |
| TO | ITAGUATINS                | 0  | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 3.900,00   |
| TO | ITAPIRATINS               | 2  | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 17.000,00  |
| TO | ITAPORÁ DO TOCANTINS      | 1  | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 2.600,00   |
| TO | JAU DO TOCANTINS          | 2  | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 12.600,00  |
| TO | JUARINA                   | 0  | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 2.600,00   |
| TO | LAGOA DA CONFUSÃO         | 0  | 0 | 0 | 3 | 1 | 1 | 8.900,00   |
| TO | LAGOA DO TOCANTINS        | 1  | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 2.600,00   |
| TO | LAJEADO                   | 1  | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1.700,00   |
| TO | LAVANDEIRA                | 1  | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 10.000,00  |

|    |                              |    |   |   |   |    |   |            |
|----|------------------------------|----|---|---|---|----|---|------------|
| TO | LIZARDA                      | 1  | 0 | 0 | 0 | 0  | 0 | 2.200,00   |
| TO | LUZINÓPOLIS                  | 0  | 0 | 0 | 1 | 0  | 1 | 2.600,00   |
| TO | MARIANÓPOLIS DO TOCANTINS    | 2  | 0 | 0 | 0 | 0  | 1 | 9.200,00   |
| TO | MATEIROS                     | 1  | 0 | 0 | 0 | 0  | 0 | 2.200,00   |
| TO | MAURILÂNDIA DO TOCANTINS     | 1  | 0 | 0 | 1 | 0  | 1 | 4.800,00   |
| TO | MIRACEMA DO TOCANTINS        | 5  | 3 | 0 | 0 | 0  | 1 | 52.700,00  |
| TO | MIRANORTE                    | 1  | 1 | 0 | 2 | 0  | 1 | 8.900,00   |
| TO | MONTE DO CARMO               | 2  | 0 | 0 | 0 | 0  | 1 | 4.800,00   |
| TO | MONTE SANTO DO TOCANTINS     | 0  | 0 | 0 | 1 | 0  | 1 | 2.600,00   |
| TO | MURICILÂNDIA                 | 1  | 0 | 0 | 0 | 1  | 0 | 3.900,00   |
| TO | NATIVIDADE                   | 0  | 0 | 0 | 3 | 1  | 0 | 8.300,00   |
| TO | NAZARE                       | 2  | 0 | 0 | 0 | 0  | 0 | 2.700,00   |
| TO | NOVA OLINDA                  | 0  | 0 | 0 | 3 | 1  | 1 | 8.900,00   |
| TO | NOVA ROSALÂNDIA              | 2  | 0 | 0 | 0 | 0  | 0 | 6.400,00   |
| TO | NOVO ACORDO                  | 1  | 0 | 0 | 1 | 0  | 1 | 5.800,00   |
| TO | NOVO ALEGRE                  | 1  | 0 | 0 | 0 | 0  | 1 | 10.400,00  |
| TO | NOVO JARDIM                  | 1  | 0 | 0 | 0 | 0  | 0 | 2.200,00   |
| TO | OLIVEIRA DE FÁTIMA           | 1  | 0 | 0 | 0 | 0  | 0 | 0,00       |
| TO | PALMAS                       | 42 | 7 | 0 | 4 | 12 | 0 | 369.400,00 |
| TO | PALMEIRANTE                  | 1  | 0 | 0 | 0 | 1  | 0 | 3.900,00   |
| TO | PALMEIRAS DO TOCANTINS       | 0  | 0 | 0 | 2 | 1  | 1 | 6.500,00   |
| TO | PALMEIROPOLIS                | 2  | 1 | 0 | 0 | 0  | 1 | 17.900,00  |
| TO | PARAÍSO DO TOCANTINS         | 5  | 8 | 1 | 0 | 2  | 1 | 53.800,00  |
| TO | PARANA                       | 2  | 0 | 0 | 0 | 1  | 0 | 6.100,00   |
| TO | PAU D'ARCO                   | 0  | 0 | 0 | 2 | 0  | 1 | 4.800,00   |
| TO | PEDRO AFONSO                 | 2  | 2 | 0 | 0 | 1  | 0 | 9.500,00   |
| TO | PEIXE                        | 4  | 0 | 0 | 0 | 0  | 1 | 19.100,00  |
| TO | PEQUIZEIRO                   | 2  | 0 | 0 | 0 | 0  | 1 | 4.800,00   |
| TO | PINDORAMA DO TOCANTINS       | 2  | 0 | 0 | 0 | 0  | 1 | 3.100,00   |
| TO | PIRAQUE                      | 1  | 0 | 0 | 0 | 0  | 1 | 2.600,00   |
| TO | PIUM                         | 3  | 0 | 0 | 0 | 0  | 1 | 17.400,00  |
| TO | PONTE ALTA DO BOM JESUS      | 2  | 0 | 0 | 0 | 0  | 1 | 5.800,00   |
| TO | PONTE ALTA DO TOCANTINS      | 2  | 0 | 0 | 0 | 0  | 1 | 8.200,00   |
| TO | PORTO ALEGRE DO TOCANTINS    | 0  | 0 | 0 | 1 | 0  | 0 | 2.200,00   |
| TO | PORTO NACIONAL               | 13 | 0 | 1 | 0 | 1  | 1 | 82.100,00  |
| TO | PRAIA NORTE                  | 3  | 0 | 1 | 0 | 0  | 0 | 9.600,00   |
| TO | PRESIDENTE KENNEDY           | 2  | 0 | 0 | 0 | 0  | 1 | 17.000,00  |
| TO | PUGMIL                       | 1  | 0 | 0 | 0 | 0  | 1 | 3.600,00   |
| TO | RECURSOLÂNDIA                | 0  | 0 | 0 | 1 | 1  | 0 | 3.900,00   |
| TO | RIACHINHO                    | 2  | 0 | 0 | 0 | 0  | 0 | 6.400,00   |
| TO | RIO DA CONCEIÇÃO             | 0  | 0 | 0 | 1 | 0  | 0 | 2.200,00   |
| TO | RIO DOS BOIS                 | 0  | 0 | 0 | 1 | 0  | 1 | 2.600,00   |
| TO | RIO SONO                     | 2  | 0 | 0 | 1 | 0  | 0 | 6.600,00   |
| TO | SAMPAIO                      | 0  | 0 | 0 | 1 | 0  | 0 | 2.200,00   |
| TO | SANDOLÂNDIA                  | 2  | 0 | 0 | 0 | 0  | 0 | 11.200,00  |
| TO | SANTA FE DO ARAGUAIA         | 1  | 0 | 0 | 1 | 1  | 1 | 4.300,00   |
| TO | SANTA MARIA DO TOCANTINS     | 1  | 0 | 0 | 0 | 0  | 1 | 7.000,00   |
| TO | SANTA RITA DO TOCANTINS      | 1  | 0 | 0 | 0 | 0  | 1 | 6.000,00   |
| TO | SANTA ROSA DO TOCANTINS      | 2  | 0 | 0 | 0 | 0  | 1 | 13.600,00  |
| TO | SANTA TEREZA DO TOCANTINS    | 1  | 0 | 0 | 0 | 0  | 1 | 4.600,00   |
| TO | SANTA TEREZINHA DO TOCANTINS | 1  | 0 | 0 | 0 | 0  | 1 | 2.600,00   |
| TO | SÃO BENTO DO TOCANTINS       | 2  | 0 | 0 | 0 | 0  | 1 | 4.800,00   |
| TO | SÃO FELIX DO TOCANTINS       | 1  | 0 | 0 | 0 | 0  | 0 | 6.600,00   |
| TO | SÃO MIGUEL DO TOCANTINS      | 3  | 0 | 0 | 0 | 1  | 1 | 8.900,00   |
| TO | SÃO SALVADOR DO TOCANTINS    | 1  | 0 | 0 | 0 | 0  | 1 | 2.600,00   |
| TO | SÃO SEBASTIAO DO TOCANTINS   | 2  | 0 | 0 | 0 | 0  | 1 | 4.800,00   |
| TO | SÃO VALÉRIO                  | 0  | 0 | 0 | 2 | 0  | 0 | 4.400,00   |
| TO | SILVANÓPOLIS                 | 2  | 0 | 0 | 0 | 0  | 1 | 11.600,00  |
| TO | SÍTIO NOVO DO TOCANTINS      | 2  | 0 | 0 | 1 | 2  | 1 | 17.400,00  |
| TO | SUCUPIRA                     | 1  | 0 | 0 | 0 | 0  | 1 | 2.600,00   |
| TO | TAGUATINGA                   | 2  | 2 | 0 | 0 | 0  | 1 | 6.700,00   |
| TO | TAIPAS DO TOCANTINS          | 0  | 0 | 0 | 1 | 0  | 0 | 2.200,00   |
| TO | TALISMA                      | 1  | 0 | 0 | 0 | 0  | 1 | 2.600,00   |
| TO | TOCANTINIA                   | 1  | 0 | 0 | 1 | 0  | 1 | 4.800,00   |
| TO | TOCANTINÓPOLIS               | 6  | 2 | 1 | 1 | 1  | 0 | 25.900,00  |
| TO | TUPIRAMA                     | 1  | 0 | 0 | 0 | 0  | 0 | 3.200,00   |
| TO | TUPIRATINS                   | 1  | 0 | 0 | 0 | 0  | 1 | 2.600,00   |
| TO | WANDERLÂNDIA                 | 3  | 0 | 1 | 0 | 1  | 0 | 12.300,00  |
| TO | XAMBIOA                      | 2  | 0 | 0 | 1 | 0  | 1 | 7.200,00   |

**SECRETARIA EXECUTIVA****DIRETORIA EXECUTIVA DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE****PORTARIA Nº 76, DE 2 DE SETEMBRO DE 2016**

O Diretor-Executivo do Fundo Nacional de Saúde no uso de suas atribuições, consoante delegação que lhe foi conferida pela Portaria SE/MS nº 1.754/2004 e em conformidade com as disposições da IN/STN/MF nº. 1/1997, e suas modificações, observadas as disposições do Processo nº 25010.002430/2005-91, resolve:

Art. 1º. Prorrogar, até 31/12/2016, o prazo de execução do Plano de Trabalho aprovado pela Portaria SE/MS nº. 530/2005 publicada no DOU nº 01, Seção 1, de 02/01/2006.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de assinatura.

ANTONIO CARLOS ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR

**PORTARIA Nº 80, DE 8 DE SETEMBRO DE 2016**

O Diretor-Executivo do Fundo Nacional de Saúde no uso de suas atribuições, consoante delegação que lhe foi conferida pela Portaria SE/MS nº 1.754/2004 e em conformidade com as disposições da IN/STN/MF nº. 1/1997, e suas modificações, observadas as disposições do Processo nº 25000.184373/2007-30, resolve:

Art. 1º. Prorrogar, até 31/07/2017, o prazo de execução do Plano de Trabalho aprovado pela Portaria SE/MS nº. 473/2007 publicada no DOU nº 227, Seção 1, de 27/11/2007.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de assinatura.

ANTONIO CARLOS ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR

**AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA****DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE**  
Em 12 de setembro de 2016

Nº 100 - O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no art. 37, § 5º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e no art. 10, § 5º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 25, de 04 de abril de 2008, NÃO RECEBE NO EFEITO SUSPENSIVO o recurso a seguir especificado, mantendo os termos da decisão recorrida até a deliberação recursal.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.

**ANEXO**

Empresa: ACHÉ LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS S/A  
CNPJ: 60.659.463/0029-92  
Processo: 25351.717480/2015-40  
Expediente do recurso: 2174006/16-2

**DIRETORIA COLEGIADA****RESOLUÇÃO - RDC Nº 112, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016**

Dispõe sobre a adoção da liberação paramétrica em substituição ao teste de esterilidade.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, V, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve adotar a seguinte Resolução da Diretoria

Colegiada, conforme deliberado em reunião realizada em 6 de setembro de 2016, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS****Seção I****Objetivo**

Art. 1º Esta Resolução tem o objetivo de definir os requisitos mínimos para concessão e cancelamento da adoção da liberação paramétrica em substituição ao teste de esterilidade junto à ANVISA.

§1º Os casos omissos nesta Resolução serão examinados e decididos pela ANVISA, podendo ser solicitadas para as empresas maiores informações.

§2º Podem ser adotadas ações alternativas às descritas nesta Resolução de forma a acompanhar o avanço tecnológico ou atender a necessidades específicas de determinado medicamento, desde que essas sejam validadas pelo fabricante e que a esterilidade do medicamento seja assegurada.

**Seção II****Abrangência**

Art. 2º Esta Resolução se aplica a empresas que possuem um sistema da qualidade robusto e capaz e que pretendem adotar a liberação paramétrica.

Art. 3º Os requisitos descritos nesta Resolução se aplicam somente à liberação paramétrica em substituição à realização de teste de esterilidade lote a lote de produtos esterilizados terminalmente.

§1º Esta Resolução se aplica aos produtos esterilizados terminalmente pelos métodos de calor e radiação ionizante.

§2º Não estão abrangidos por esta Resolução os produtos médicos e de diagnóstico de uso in vitro.

§3º A liberação paramétrica não deve ser adotada em estudos de estabilidade e em estudos de equivalência farmacêutica.

Art. 4º A decisão de substituir o teste de esterilidade realizado no produto final pela liberação paramétrica deve ser tomada com base em avaliação criteriosa e após deferimento do pedido pela ANVISA.



### Seção III Definições

Art. 5º Para efeito desta Resolução são adotadas as seguintes definições:

I - carga microbiana (biocarga) pré-esterilização: estimativa do número de micro-organismos presentes no produto antes de ser submetido à esterilização;

II - Comitê de Liberação Paramétrica: grupo de profissionais habilitados e capacitados, que em investigações é responsável por prover informações para subsidiar a decisão da Garantia da Qualidade sobre a liberação dos lotes, com experiência comprovada em processos de fabricação de medicamentos estéreis e microbiologia, composto por no mínimo um profissional de cada uma das seguintes áreas: Produção, Controle de Qualidade Microbiológico, Garantia da Qualidade, Engenharia/Projetos e Desenvolvimento de Produtos;

III - embalagem primária: materiais de embalagem que conferem barreira estéril, protegendo o produto contra possível recontaminação após esterilização;

IV - especificação: documento que descreve em detalhes os requisitos que devem ser cumpridos pelos materiais utilizados durante a fabricação, produtos intermediários ou produtos terminados e serve como base para a avaliação da qualidade;

V - liberação paramétrica: sistema de liberação que oferece a garantia de que determinado produto esterilizado terminalmente possui a qualidade pretendida, com base em informações acumuladas durante o processo de fabricação e no cumprimento de requisitos específicos de Boas Práticas de Fabricação;

VI - produtos esterilizados terminalmente: produtos submetidos a métodos de esterilização preconizados em farmacopeias reconhecidas (calor e radiação ionizante) em, no mínimo, suas embalagens primárias;

VII - sistema de garantia da esterilidade: conjunto de medidas adotadas para garantir a esterilidade dos produtos esterilizados terminalmente, tais como desenvolvimento do produto, conhecimento e controle da condição microbiana dos materiais e auxiliares de processo, controle da contaminação no processo de fabricação, prevenção de misturas entre produtos esterilizados e não esterilizados, manutenção da integridade do produto e garantia do processo de esterilização;

VIII - teste de esterilidade: teste aplicado a produtos declarados como estéreis pelo fabricante, sendo adequado para revelar a presença de bactérias e fungos. O teste de esterilidade realizado no produto final é uma das últimas medidas de controle utilizadas para assegurar a sua esterilidade.

## CAPÍTULO II DOS REQUISITOS PARA ADOÇÃO DA LIBERAÇÃO PARAMÉTRICA

### Seção I

#### Dos Requisitos Gerais

Art. 6º A adoção da liberação paramétrica pelo fabricante é opcional e deve ser previamente aprovada pela ANVISA.

Art. 7º A fabricação dos produtos submetidos à liberação paramétrica deve utilizar um sistema de garantia da esterilidade que atenda aos requisitos estabelecidos nesta Resolução.

Art. 8º O deferimento, indeferimento ou cancelamento da adoção da liberação paramétrica deve ter como parâmetros a regularidade de cada produto junto à ANVISA e o histórico de cumprimento das Boas Práticas de Fabricação pela empresa.

Art. 9º A adoção da liberação paramétrica é permitida somente quando forem utilizados equipamentos que comprovem que a esterilidade foi atingida.

§1º Os equipamentos de esterilização por calor devem prover registros gráficos dos parâmetros físicos dos ciclos de esterilização.

§2º Os equipamentos de esterilização por radiação ionizante devem prover registros que demonstrem que o processo de esterilização está em conformidade com suas especificações e com os estudos de validação.

Art. 10. Para a adoção da liberação paramétrica deve ser comprovado, por meio de dados históricos, o correto processamento de lotes do produto e a garantia de que o processo desenhado e validado assegura a esterilidade do produto.

Parágrafo único. Quando um produto novo possuir características semelhantes a outros produtos já fabricados pela empresa, os dados históricos existentes podem ser considerados suficientes, desde que a correspondência destas características seja comprovada tecnicamente.

Art. 11. Para a adoção da liberação paramétrica deve ser comprovado o cumprimento dos seguintes requisitos:

I - garantia da integridade da embalagem primária do produto;

II - capacidade do agente de esterilização atingir todas as partes relevantes do produto;

III - o sistema de obtenção, distribuição e armazenamento da água para uso farmacêutico deve ser validado e apropriado, de forma a impedir a contaminação microbiana e a formação de endotoxinas; e

IV - a água para injetáveis (API) utilizada deve ser obtida por processo equivalente ou superior à destilação e distribuída por meio de anel de circulação com aquecimento ou resfriamento conforme determinado na Farmacopeia Brasileira ou compêndio oficial aceito pela ANVISA.

Art. 12. A empresa deve realizar anualmente a revisão do sistema de garantia de esterilidade do produto.

Parágrafo único. A revisão de que trata o caput deste artigo deve determinar se o sistema de garantia de esterilidade permanece capaz e robusto, ou seja, se a esterilidade do produto pode ser assegurada.

Art. 13. Uma vez deferida a adoção da liberação paramétrica, a decisão para aprovação ou rejeição de um lote, quanto ao critério de esterilidade, deve ser baseada exclusivamente nos parâmetros previamente aprovados para liberação paramétrica.

Parágrafo único. O lote que não cumprir as especificações definidas para a liberação paramétrica não pode ser aprovado mediante resultado satisfatório de teste de esterilidade.

### Seção II

#### Do Peticionamento junto à ANVISA

Art. 14. A empresa que pretende adotar a liberação paramétrica deve incluir solicitação específica para este fim no petitionamento do Certificado de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 15. Para fins de avaliação do pedido de adoção da liberação paramétrica devem ser submetidos os seguintes documentos para cada produto:

I - protocolo ou Certificado de Boas Práticas de Fabricação contendo solicitação específica para fins de liberação paramétrica das empresas envolvidas no processo de fabricação;

II - relatório de produção, contendo pelo menos:

a) a descrição do processo de esterilização, incluindo o tipo de ciclo, carga padrão, especificação para os parâmetros do ciclo (tais como dose, tempo, temperatura, pressão e/ou valor de  $F_0$ ) e indicadores químicos;

b) a identificação dos parâmetros críticos de processo essenciais para liberação do produto, incluindo os limites mínimos e máximos estabelecidos e empregados nos estudos de validação;

c) justificativa técnica para a escolha dos parâmetros especificados para o produto e para o processo;

d) controles em processo; e

e) comprovação dos intervalos de tempo entre as etapas relevantes do processo de produção e esterilização, sendo que estes intervalos devem ser definidos de forma a minimizar a geração de pirogênicos e o aumento da carga microbiana.

III - relatório de controle da qualidade, contendo os resultados históricos obtidos nos testes de:

a) biocarga de matérias-primas e materiais de embalagem primária;

b) esterilidade relacionados ao produto; e

c) endotoxinas relacionados ao produto.

IV - relatórios de validação das metodologias de determinação de biocarga, de endotoxinas e de esterilidade utilizados anteriormente à adoção da liberação paramétrica; e

V - relatório que demonstre como será feita a liberação paramétrica e a forma de interpretação dos resultados.

Art. 16. A adoção da liberação paramétrica somente será permitida para o produto cujas empresas envolvidas no seu processo de fabricação possuam Certificados de Boas Práticas de Fabricação vigentes específicos para fins de liberação paramétrica.

Parágrafo único. O Certificado de Boas Práticas de Fabricação de que trata o caput deste artigo é requisito para todas as empresas que executam etapas do processo de fabricação que impactam na garantia da esterilidade do produto.

### Seção III

#### Da Adoção da Liberação Paramétrica

Art. 17. A segurança para a adoção da liberação paramétrica como parte do sistema de qualidade depende do cumprimento integral das Boas Práticas de Fabricação conforme disposto na Resolução RDC nº 17, de 16 de abril de 2010, ou outra que vier a atualizá-la ou substituí-la.

Art. 18. O histórico de desvios e os resultados insatisfatórios de testes de esterilidade em outros produtos que utilizam sistema de garantia de esterilidade igual ou similar devem ser considerados.

Art. 19. Se algum fato implicar na redução da confiabilidade da liberação paramétrica para um determinado produto, seja ele resultante de inspeção sanitária, recebimento de reclamação ou desvio de qualidade comprovado, será instaurado processo administrativo para apurar a irregularidade, podendo ensejar o cancelamento da concessão da adoção da liberação paramétrica, sem prejuízo das demais medidas administrativas cabíveis.

Art. 20. A concessão para adoção da liberação paramétrica será considerada cancelada se houver alterações ou inclusões, mesmo as que não são passíveis de petitionamento junto à ANVISA, que possam impactar na composição, no processo produtivo ou no sistema de garantia da esterilidade.

§1º Nos casos descritos no caput deste artigo, a empresa deverá informar imediatamente às áreas competentes.

§2º Somente será deferido novo pedido para adoção da liberação paramétrica após comprovação do cumprimento integral desta Resolução.

## CAPÍTULO III DO SISTEMA DE GARANTIA DA ESTERILIDADE E DAS CONDIÇÕES PARA LIBERAÇÃO PARAMÉTRICA

### Seção I

#### Das Diretrizes Gerais

Art. 21. A empresa deve manter disponível documento contendo descrição clara do sistema de garantia da esterilidade.

Parágrafo único. O documento de que trata o caput deste artigo deve conter, no mínimo:

a) análise de risco de todas as etapas do processo produtivo, incluindo as potenciais falhas de equipamentos, de procedimentos e humanas;

b) descrição das características do processo produtivo, dos procedimentos e dos treinamentos que mitigam os riscos a níveis aceitáveis; e

c) evidências de que todas as possíveis falhas críticas são identificáveis na rotina de produção.

Art. 22. O programa de autoinspeção deve incluir todas as áreas relacionadas ao sistema de garantia da esterilidade e dispor de auditores qualificados.

Art. 23. O desenvolvimento e a validação do processo de fabricação devem assegurar a manutenção da integridade do produto em todas as condições relevantes.

Parágrafo único. Os métodos para avaliação da integridade utilizados para controle em processo e para liberação de produto acabado devem assegurar que as unidades que apresentam falhas no sistema de barreira estéril não sejam liberadas para venda.

Art. 24. No sistema de controle de mudanças deve estar contemplada a revisão do sistema de garantia da esterilidade pelo engenheiro do sistema da garantia da esterilidade e pelo profissional de nível superior com pós-graduação em microbiologia, uma vez que pequenas mudanças não aparentes para outros revisores podem impactar no sistema de garantia da esterilidade.

Parágrafo único. A avaliação realizada pelo engenheiro do sistema da garantia da esterilidade e pelo profissional de nível superior com pós-graduação em microbiologia mencionada no caput deste artigo pode alternativamente ser realizada pelo Comitê de Liberação Paramétrica.

### Seção II

#### Do Pessoal

Art. 25. Um profissional de nível superior pós-graduado (stricto sensu ou lato sensu) em microbiologia e um engenheiro do sistema da garantia da esterilidade com conhecimento em sistemas automatizados devem estar presentes e acompanhar os processos de produção e de esterilização.

§1º A presença de apenas um dos dois profissionais pode ser suficiente, desde que o outro esteja prontamente disponível sempre que requisitado.

§2º O acompanhamento mencionado no caput deste artigo pode alternativamente ser realizado por membros capacitados do Comitê de Liberação Paramétrica.

Art. 26. Todos os envolvidos nas atividades relacionadas com o sistema de garantia da esterilidade devem compreender claramente as suas responsabilidades individuais e receber treinamentos periódicos e contínuos.

Parágrafo único. Todos os treinamentos devem ser documentados e estar disponíveis para fiscalização.

Art. 27. As responsabilidades atribuídas a qualquer funcionário não devem ser extensas a ponto de apresentar riscos à garantia da esterilidade do produto.

### Seção III

#### Do Controle da Carga Microbiana antes da Esterilização

Art. 28. Durante o processo produtivo devem existir controles que demonstrem que as biocargas de matérias-primas, de materiais de embalagem, de produtos pré-esterilização e de produtos para esterilização final estejam em conformidade com suas especificações.

Art. 29. A amostragem para determinação de carga microbiana pré-esterilização deve ser representativa e realizada lote a lote, devendo ser dada atenção especial às partes do lote pré-esterilização que apresentam maior risco de contaminação.

§1º As amostras devem ser coletadas no início e no fim do processo de acondicionamento na embalagem primária e após qualquer interrupção significativa do trabalho.

§2º Na amostragem devem ser considerados também:

I - a condição de armazenagem das amostras antes do teste de biocarga; e

II - o tempo do início do teste de biocarga em relação ao início do processo de esterilização.

Art. 30. A adequabilidade do método de teste de biocarga deve incluir a avaliação do crescimento de micro-organismos que representam desafio ao agente de esterilização.

Art. 31. A carga microbiana de todos os componentes da embalagem primária, quando aplicável, deve ser controlada e obedecer a limites baseados em especificações elaboradas de acordo com racional microbiológico tecnicamente justificável.

Art. 32. Devem existir controles microbiológicos das partes do sistema de envase e/ou acondicionamento primário que entram em contato com o produto, incluindo:

I - gases;

II - solventes;

III - fluidos lubrificantes;

IV - tubulações, soldas e junções sanitárias; e

V - estrutura interna de válvulas.

Parágrafo único. Os resultados devem ser registrados e relatórios de análise de tendências devem ser elaborados contemplando a identificação dos micro-organismos encontrados, quando aplicável.

Art. 33. Deve ser elaborado, no mínimo anualmente, relatório da revisão dos elementos que frequentemente estão associados à perda do controle da carga microbiana, tais como:

I - instalações e utilidades;

II - procedimentos de limpeza;

III - sanitização;

IV - monitoramento microbiológico do produto;

V - manutenções preventivas e corretivas;

VI - controle de mudanças e validações;

VII - erros de operadores e descumprimento de procedimentos;

VIII - monitoramento ambiental; e

IX - alterações de fabricantes ou fornecedores de matérias-primas, materiais de embalagem, utilidades e outros.

Art. 34. Nos processos produtivos que envolvam etapa de filtração para redução de carga microbiana, deve ser elaborado estudo que contemple as avaliações dos seguintes itens:

I - a especificação do filtro;

II - a compatibilidade entre o produto e o filtro;

III - a condição microbiana inicial do filtro;

IV - o período de uso;

V - a comprovação da prevenção de acúmulo de pirogênicos nos casos em que o filtro é lavado, esterilizado e reutilizado;

VI - o método de teste de integridade dos filtros;

VII - a condição de armazenamento do filtro entre o teste de integridade e o próximo uso;

VIII - o estágio do processo no qual o filtro é submetido ao teste de integridade;

IX - o procedimento adotado caso o filtro seja reprovado no teste de integridade;

X - a condição microbiana do equipamento de teste, particularmente nas superfícies em contato com o lado limpo do filtro; e

XI - o monitoramento microbiológico do produto após a filtração.

Art. 35. Os resultados do monitoramento ambiental da área de envase e do controle da carga microbiana do produto nos estágios anteriores à filtração devem ser avaliados e considerados como parte do sistema de garantia de esterilidade para fins de liberação do lote.

Art. 36. As áreas, as matérias-primas e os produtos intermediários devem ser monitorados regularmente para a detecção de micro-organismos resistentes ao processo de esterilização.

§1º A frequência de monitoramento deve estar formalmente descrita e ser fundamentada em dados históricos.

§2º Os resultados do monitoramento de que trata o caput deste artigo devem ser registrados, avaliados e considerados para fins de liberação do lote.

Art. 37. Os critérios de aceitação para os monitoramentos de que tratam os artigos 35 e 36 devem ser estabelecidos com base em evidências tecnicamente justificadas.

Parágrafo único. As ações a serem adotadas em casos de excursões dos limites devem ser previamente estabelecidas em procedimentos operacionais padrão.

#### Seção IV

##### Do Processo de Esterilização

Art. 38. Somente são considerados para fins de liberação paramétrica os processos de esterilização terminal que possuam nível de garantia de esterilidade (NGE) igual ou superior a  $10^{-6}$ .

Art. 39. Todos os processos de esterilização devem ser validados considerando as diferentes cargas a serem processadas.

Art. 40. Antes da adoção de qualquer processo de esterilização, a sua eficácia e sua adequabilidade devem ser comprovadas por meio de testes pertinentes a cada tipo de tecnologia de esterilização e pelo uso de indicadores biológicos, no sentido de que sejam atingidas as condições de esterilização desejadas em todos os pontos de cada tipo de carga a ser processada.

§1º O processo de esterilização deve ser submetido à revalidação periódica, pelo menos anualmente, e sempre que tiverem sido adotadas mudanças que afetem o processo, a carga a ser esterilizada ou o equipamento.

§2º Os resultados devem demonstrar que o nível de garantia de esterilidade é atingido em toda a carga a ser esterilizada.

Art. 41. A disposição das cargas nos estudos de validação deve ser precisamente definida e refletir as cargas processadas na rotina.

Art. 42. Os estudos de validação devem demonstrar que a distribuição do agente de esterilização é homogênea ou segue um padrão esperado dentro da câmara, e que o agente de esterilização atinge todas as partes do produto.

Art. 43. Para a manutenção do estado de validação dos processos de esterilização, os seguintes aspectos devem ser considerados:

I - o equipamento de esterilização deve ser mantido dentro das mesmas condições de operação (mecânica, elétrica e de software) utilizadas durante a validação;

II - as mudanças introduzidas estão de acordo com o sistema de controle de mudanças;

III - o controle de mudanças deve ser aprovado pelo engenheiro do sistema de garantia da esterilidade e pelo profissional de nível superior com pós-graduação em microbiologia ou alternativamente pelo Comitê de Liberação Paramétrica;

IV - as manutenções não programadas devem seguir o mesmo padrão de revisão e aprovação das manutenções programadas;

V - programas de manutenção preventiva devem ser documentados e realizados nas datas programadas;

VI - diariamente e antes do início dos processos de esterilização, deve-se confirmar que os testes de verificação iniciais do equipamento de esterilização e das utilidades foram realizados com sucesso;

VII - durante as operações, as utilidades tais como água, gases, ar comprimido e vapor, devem permanecer de acordo com as condições previamente validadas;

VIII - os dispositivos de medição críticos tais como os de temperatura e de doses de radiação, devem ser suficientes para confirmar que o ciclo validado é o mesmo aplicado na rotina, e devem ser independentes dos dispositivos de medição de controle do equipamento;

IX - durante as operações, os sensores utilizados devem ser suficientes para mapear a câmara ou o produto e devem estar devidamente calibrados e nas posições definidas durante os estudos de validação; e

X - os padrões utilizados na calibração dos instrumentos de medida devem ter precisão definida e ser rastreáveis a padrões oficiais.

Art. 44. O profissional de nível superior com pós-graduação em microbiologia e o engenheiro do sistema da garantia da esterilidade devem avaliar rotineiramente todos os registros relevantes gerados pelos equipamentos de esterilização, de forma a demonstrar que as condições validadas são atingidas em cada ciclo.

Parágrafo único. A avaliação mencionada no caput deste artigo pode alternativamente ser realizada pelo Comitê de Liberação Paramétrica.

Art. 45. Devem ser conhecidos e documentados cada etapa do ciclo de esterilização, os possíveis modos de falha, os seus efeitos, a forma de detecção e as ações a serem adotadas.

Art. 46. Os limites de tolerância utilizados para aprovar os ciclos de esterilização na rotina devem ser derivados de dados gerados durante a validação inicial.

Art. 47. A fase de resfriamento dos ciclos térmicos não deve oferecer risco de recontaminação do produto.

#### Seção V

##### Da Segregação dos Produtos

Art. 48. Os produtos que ainda não foram expostos ao processo de esterilização devem ser rigorosamente segregados dos esterilizados.

Art. 49. Deve existir um sistema para impedir a passagem de produtos não esterilizados para as etapas subsequentes do processo, a fim de prevenir a mistura dos produtos esterilizados com os produtos não esterilizados.

Parágrafo único. Para prevenir as misturas, pelo menos as seguintes medidas devem ser adotadas:

I - barreiras físicas, barreiras técnicas ou sistemas eletrônicos validados, amparados por plano de contingência;

II - critérios para reconciliação e rastreabilidade de todas as amostras retiradas do lote, especialmente aquelas retiradas antes da etapa de esterilização, a fim de evitar que sejam inadvertidamente reincorporadas ao lote; e

III - verificações ao final do ciclo de esterilização, antes de descarregar o esterilizador, para confirmar se o processo validado foi executado.

#### Seção VI

##### Da Liberação pelo Processo de Garantia da Esterilidade

Art. 50. O sistema de identificação das cargas de esterilização como, por exemplo, indicadores químicos de exposição ao calor, deve fornecer evidências documentais de que cada transportador de produto, tais como carinhos e bandejas, tenha sido submetido ao processo de esterilização.

Art. 51. Devem existir evidências documentadas de que os indicadores de esterilização utilizados asseguram que o ciclo de esterilização foi completado.

Parágrafo único. Devem ser utilizados indicadores que demonstram que os parâmetros críticos de processo estão em conformidade com os utilizados na validação para cada carga e ciclo de esterilização.

Art. 52. Deve ser confirmado que o ciclo de esterilização utilizado para liberar o produto foi iniciado dentro das restrições de tempo necessárias para controle da carga microbiana.

Art. 53. Os registros do ciclo de esterilização devem cumprir as especificações e ser avaliados pelos responsáveis da produção e do sistema de garantia da esterilidade.

Art. 54. Os produtos somente devem ser liberados se os parâmetros do ciclo de esterilização estiverem dentro dos critérios de aceitação definidos durante a validação e de acordo com procedimentos previamente estabelecidos.

Art. 55. Os sistemas informatizados utilizados na liberação de produtos devem ser previamente validados.

Art. 56. Para a liberação de cada lote de produto, a empresa deve verificar e atender, no mínimo, aos seguintes itens:

I - Certificado de BPF vigente e específico para a adoção de liberação paramétrica;

II - condições da integridade do sistema de barreira estéril do produto e sua conformidade com as especificações;

III - atendimento a todos os critérios de aceitação para a carga microbiana do produto pré-esterilização;

IV - os indicadores microbiológicos, quando utilizados, devem indicar que o processo de esterilização foi efetivo;

V - testes de integridade de filtros satisfatórios, se aplicável;

VI - verificação da realização das manutenções preventivas do equipamento de esterilização;

VII - ausência de intervenções não planejadas e mudanças que não foram revisadas e aprovadas pelo engenheiro do sistema de garantia da esterilidade e pelo profissional de nível superior com pós-graduação em microbiologia ou alternativamente pelo Comitê de Liberação Paramétrica;

VIII - verificação da calibração de todos os instrumentos;

IX - qualificação do equipamento de esterilização para a carga processada; e

X - reconciliações do número de unidades:

a) produzidas;

b) entregues para esterilização;

c) alocadas no equipamento de esterilização;

d) removidas após execução do ciclo de esterilização;

e) entregues para etapa subsequente à esterilização; e

f) consideradas para liberação.

#### CAPÍTULO IV

##### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 57. A inobservância ao disposto nesta Resolução configura infração de natureza sanitária, na forma da Lei n.º 6.437, de 20 de agosto de 1977, sujeitando o infrator às penalidades previstas nesse diploma legal.

Art. 58. Esta Resolução entra em vigor no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de sua publicação.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.

#### ARESTO Nº 645, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP nº 020/2016 realizada em 16/08/2016, com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC nº 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme relação anexa.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.  
Diretor-Presidente

#### ANEXO

1. Empresa: EMS S/A

Medicamento: Repoflor (saccharomyces boulardii)

Processo nº: 25000.000910/97-56

Forma farmacêutica: cápsula e pó oral

Expediente nº: 025293/15-0

Assunto: Recurso administrativo em razão da decisão de Negar Provimento do Recurso publicado por meio do Aresto nº 298, de 18/11/2015.

Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, EXTINGUIR o pedido de revisão de ato, sem análise do mérito, por perda de seu objeto nos termos do voto do relator - Voto 032/2016-Diges.

2. Empresa: Eurofarma Laboratórios S.A.

Medicamento: Cefalexina

Processo nº: 25351.030014/00-36

Expediente nº: 0116816/13-9

Assunto: Indeferimento de Renovação de Registro de Medicamento Genérico

Decisão: A Diretoria Colegiada acatou o pedido de desistência da recorrente, nos termos do parecer 122/2016-COREC e decidiu, por unanimidade, EXTINGUIR o recurso, sem análise do mérito.

3. Empresa: Glaxosmithkline Brasil Ltda

Medicamento: Alzatrex (cloridrato de memantina)

Processo nº: 25351.347978/2010-47

Expediente nº: 0136848/14-6

Assunto: Indeferimento de Registro de Medicamento Similar

Decisão: A Diretoria Colegiada acatou o pedido de desistência da recorrente e decidiu, por unanimidade, EXTINGUIR o recurso, sem análise do mérito.

4. Empresa: Glaxosmithkline Brasil Ltda

Medicamento: cloridrato de memantina

Processo nº: 25351.385099/2012-11

Expediente nº: 0137916/14-0

Assunto: Indeferimento de Registro de Medicamento Genérico

Decisão: A Diretoria Colegiada acatou o pedido de desistência da recorrente e decidiu, por unanimidade, EXTINGUIR o recurso, sem análise do mérito.

5. Empresa: Glaxosmithkline Brasil Ltda

Medicamento: Neulopram (oxalato de escitalopram)

Processo nº: 25351.003405/2010-87

Expediente nº: 0169996/14-2

Assunto: Indeferimento de Registro de Medicamento Similar

Decisão: A Diretoria Colegiada acatou o pedido de desistência da recorrente e decidiu, por unanimidade, EXTINGUIR o recurso, sem análise do mérito.

6. Empresa: Glaxosmithkline Brasil Ltda

Medicamento: oxalato de escitalopram

Processo nº: 25351.437045/2012-42

Expediente nº: 0170007/14-3

Assunto: Indeferimento de Registro de Medicamento Genérico

Decisão: A Diretoria Colegiada acatou o pedido de desistência da recorrente e decidiu, por unanimidade, EXTINGUIR o recurso, sem análise do mérito.

7. Empresa: União Química Farmacêutica Nacional S/A

Medicamento: Biogripe (paracetamo + maleato de clorfenamina)

Processo nº: 25351.707914/2008-10

Expediente nº: 0174403/13-8

Assunto: Indeferimento de Renovação de Registro de Medicamento Similar

Decisão: A Diretoria Colegiada acatou o pedido de desistência da recorrente, nos termos do parecer 150/2016-COREC e decidiu, por unanimidade, EXTINGUIR o recurso, sem análise do mérito.

8. Empresa: Eurofarma Laboratórios S.A.

Medicamento: Cefalexina

Processo nº: 25351.030014/00-36

Expediente nº: 0175108/13-5

Assunto: Indeferimento de Alteração de equipamento com diferente desenho e princípio de funcionamento referente ao medicamento Genérico

Decisão: A Diretoria Colegiada acatou o pedido de desistência da recorrente, nos termos do parecer 123/2016-COREC e decidiu, por unanimidade, EXTINGUIR o recurso, sem análise do mérito.

9. Empresa: Eurofarma Laboratórios S.A.

Medicamento: Cefalexina

Processo nº: 25351.030014/00-36

Expediente nº: 0177749/13-1

Assunto: Indeferimento de Alteração moderada de excipiente referente ao medicamento Genérico

Decisão: A Diretoria Colegiada acatou o pedido de desistência da recorrente, nos termos do parecer 124/2016-COREC e decidiu, por unanimidade, EXTINGUIR o recurso, sem análise do mérito.

10. Empresa: Blisfarma Indústria Farmacêutica Ltda.

Medicamento: Omeprazol

Processo nº: 25351.031021/2012-78

Expediente nº: 0204023/13-9

Assunto: Indeferimento da petição de Priorização de análise do Medicamento Genérico

Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR a EXTINÇÃO do recurso por perda de objeto, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 096/2016-COREC.

11. Empresa: Blisfarma Indústria Farmacêutica Ltda.

Medicamento: Nitrato de miconazol



Forma farmacêutica: creme vaginal  
Processo nº: 25351.756737/2011-10  
Expediente nº: 0204057/13-3  
Assunto: Indeferimento da petição de Priorização de análise do Medicamento Genérico

Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR a EXTINÇÃO do recurso por perda de objeto, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 095/2016-COREC.

12. Empresa: Laboratório Farmacêutico Vitamed Ltda  
Medicamento: Resodic (diclofenaco sódico)  
Forma Farmacêutica: comprimido revestido  
Processo nº: 25000.033517/98-93  
Expediente nº: 0235573/13-6  
Assunto: Indeferimento de petição de Renovação de Registro de Medicamento Similar

Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e DAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 007/2016-COREC.

13. Empresa: Laboratório Farmacêutico Vitamed Ltda  
Medicamento: Resodic (diclofenaco sódico)  
Forma Farmacêutica: comprimido revestido  
Processo nº: 25000.033517/98-93  
Expediente nº: 0236071/13-3  
Assunto: Indeferimento de petição de Alteração Maior de Excipiente do medicamento Similar

Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e DAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 010/2016-COREC.

14. Empresa: Marjan Indústria E Comércio Ltda  
Medicamento: Viltersol D 1000 (colecliciferol)  
Processo nº: 25351.003499/2013-44  
Expediente nº: 0422614/14-3  
Assunto: Indeferimento de Registro de Medicamento Específico

Decisão: A Diretoria Colegiada acatou o pedido de desistência da recorrente, nos termos do parecer 142/2016-COREC e decidiu, por unanimidade, EXTINGUIR o recurso, sem análise do mérito.

15. Empresa: Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.

Medicamento: Flucazol (fluconazol)  
Formas farmacêuticas: solução injetável para infusão  
Processo nº: 25000.012059/95-70  
Expediente nº: 0491620/12-4  
Assunto: Indeferimento da Inclusão de Novo Acondicionamento do Medicamento Similar

Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e DAR provimento ao recurso, e retornar para análise da área técnica, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 033/2016-COREC.

16. Empresa: Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco - LAFEPE.

Medicamento: Lafepe Cefalexina  
Forma farmacêutica: cápsula gelatinosa dura  
Processo nº: 25000.018092/92-15  
Expediente nº: 0491782/12-1  
Assunto: Indeferimento da Alteração de Local de Fabricação do Medicamento Similar

Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 020/2016-COREC.

17. Empresa: Accord Farmacêutica Ltda  
Medicamento: Oxaliplatina  
Processo nº: 25351.317016/2011-95  
Expediente nº: 0500626/13-1  
Assunto: Indeferimento de Registro de Medicamento referente ao medicamento Genérico

Decisão: A Diretoria Colegiada acatou o pedido de desistência da recorrente, nos termos do parecer 103/2016-COREC e decidiu, por unanimidade, EXTINGUIR o recurso, sem análise do mérito.

18. Empresa: Germed Farmacêutica Ltda  
Medicamento: Ibuprofeno  
Forma Farmacêutica: cápsula gelatinosa mole  
Processo nº: 25351.751236/2009-90  
Expediente nº: 0655323/13-1  
Assunto: Indeferimento de petição de Registro de Medicamento Genérico

Decisão: A Diretoria Colegiada acatou o pedido de desistência da recorrente e decidiu, por unanimidade, EXTINGUIR o recurso, sem análise do mérito.

19. Empresa: Nova Química Farmacêutica Ltda  
Medicamento: Redulive (ibuprofeno)  
Forma Farmacêutica: cápsula gelatinosa mole  
Processo nº: 25351.295179/2011-31  
Expediente nº: 0655867/13-4  
Assunto: Indeferimento de petição de Registro de Medicamento Similar

Decisão: A Diretoria Colegiada acatou o pedido de desistência da recorrente e decidiu, por unanimidade, EXTINGUIR o recurso, sem análise do mérito.

20. Empresa: Nova Química Farmacêutica Ltda  
Medicamento: Ibuprofeno  
Forma Farmacêutica: cápsula gelatinosa mole  
Processo nº: 25351.290234/2011-36  
Expediente nº: 0656381/13-3  
Assunto: Indeferimento de petição de Registro de Medicamento Genérico

Decisão: A Diretoria Colegiada acatou o pedido de desistência da recorrente e decidiu, por unanimidade, EXTINGUIR o recurso, sem análise do mérito.

21. Empresa: Legrand Pharma Indústria Farmacêutica Ltda  
Medicamento: Ibuprofeno  
Forma Farmacêutica: cápsula gelatinosa mole  
Processo nº: 25351.055313/2010-91  
Expediente nº: 0656399/13-6  
Assunto: Indeferimento de petição de Registro de Medicamento Genérico

Decisão: A Diretoria Colegiada acatou o pedido de desistência da recorrente e decidiu, por unanimidade, EXTINGUIR o recurso, sem análise do mérito.

22. Empresa: EMS S/A  
Medicamento: Ibuprofeno  
Forma Farmacêutica: cápsula gelatinosa mole  
Processo nº: 25351.410507/2011-27  
Expediente nº: 0656407/13-1  
Assunto: Indeferimento de petição de Registro de Medicamento Genérico

Decisão: A Diretoria Colegiada acatou o pedido de desistência da recorrente e decidiu, por unanimidade, EXTINGUIR o recurso, sem análise do mérito.

23. Empresa: Mylan Laboratorios Ltda  
Medicamento: Heptron (enoxaparina sódica)  
Processo nº: 25351.213863/2013-18  
Expediente nº: 0679878/13-1  
Assunto: Indeferimento de Registro de Produto Biológico

Decisão: A Diretoria Colegiada acatou o pedido de desistência da recorrente, nos termos do parecer 147/2016-COREC e decidiu, por unanimidade, EXTINGUIR o recurso, sem análise do mérito.

24. Empresa: Mylan Laboratorios Ltda  
Medicamento: Clavacin (amoxicilina sódica + clavulanato de potássio)

Processo nº: 25351.329963/2011-72  
Expediente nº: 0694115/14-0  
Assunto: Indeferimento de Inclusão de nova concentração já registrada no País referente ao medicamento Similar

Decisão: A Diretoria Colegiada acatou o pedido de desistência da recorrente, nos termos do parecer 146/2016-COREC e decidiu, por unanimidade, EXTINGUIR o recurso, sem análise do mérito.

25. Empresa: Laboratórios Bagó do Brasil S/A  
Medicamento: Sinresor (ácido zoledrônico monoidratado)  
Processo nº: 25351.006693/2012-32  
Expediente nº: 0699092/15-4  
Assunto: Indeferimento de Registro de Medicamento Similar

Decisão: A Diretoria Colegiada acatou o pedido de desistência da recorrente e decidiu, por unanimidade, EXTINGUIR o recurso, sem análise do mérito.

26. Empresa: Eurofarma Laboratórios S.A.  
Medicamento: fumarato de formoterol diidratado + budesonida

Processo nº: 25351.521827/2010-02  
Expediente nº: 0836773/13-6  
Assunto: Indeferimento de Registro de Medicamento Genérico

Decisão: A Diretoria Colegiada acatou o pedido de desistência da recorrente, nos termos do parecer 130/2016-COREC e decidiu, por unanimidade, EXTINGUIR o recurso, sem análise do mérito.

27. Empresa: Momenta Farmacêutica Ltda.  
Medicamento: Levok (levofloxacino hemiidratado)  
Processo nº: 25351.145108/2015-66  
Expediente nº: 0947127/15-8  
Assunto: Indeferimento de Registro de Produto Clone Similar

Decisão: A Diretoria Colegiada acatou o pedido de desistência da recorrente e decidiu, por unanimidade, EXTINGUIR o recurso, sem análise do mérito.

28. Empresa: Biolab Sanus Farmacêutica Ltda  
Medicamento: Medrogest (acetato de medroxiprogesterona)  
Forma Farmacêutica: suspensão injetável  
Processo nº: 25351.035669/01-63  
Expediente nº: 0979116/12-7  
Assunto: Indeferimento de petição de Renovação de Registro de Medicamento Similar

Decisão: A Diretoria Colegiada acatou o pedido de desistência da recorrente e decidiu, por unanimidade, EXTINGUIR o recurso, sem análise do mérito.

29. Empresa: Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda  
Medicamento: Quetipin (hemifumarato de quetiapina)  
Processo nº: 25351.009046/2010-49  
Expediente nº: 1016365/15-4  
Assunto: Indeferimento de Inclusão de nova concentração já registrada no País referente ao medicamento Similar

Decisão: Diretoria Colegiada acatou o pedido de desistência da recorrente e decidiu, por unanimidade, EXTINGUIR o recurso, sem análise do mérito.

30. Empresa: Eurofarma Laboratórios S.A.  
Medicamento: Koide D (maleato de dexclorfeniramina + betametasona)  
Processo nº: 25351.057700/2003-78  
Expediente nº: 0012046/14-4  
Assunto: Indeferimento de Notificação de alteração de rotulagem do medicamento Similar

Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR a EXTINÇÃO do recurso sem julgamento do mérito por expressa desistência da recorrente, acompanhando o voto do relator que acata o parecer 131/2016-COREC.

31. Empresa: Eurofarma Laboratórios S.A.  
Medicamento: Finasterida  
Processo nº: 25351.170485/2002-19  
Expediente nº: 0115706/13-0  
Assunto: Indeferimento de Inclusão de local de fabricação do medicamento de liberação convencional referente ao medicamento Genérico

Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR a EXTINÇÃO do recurso sem julgamento do mérito por expressa desistência da recorrente, acompanhando o voto do relator que acata o parecer 126/2016-COREC.

32. Empresa: Eurofarma Laboratórios S.A.  
Medicamento: Finasterida  
Processo nº: 25351.170485/2002-19  
Expediente nº: 0115725/13-6  
Assunto: Indeferimento de Alteração de equipamento com diferente desenho e princípio de funcionamento referente ao medicamento Genérico

Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR a EXTINÇÃO do recurso sem julgamento do mérito por expressa desistência da recorrente, acompanhando o voto do relator que acata o parecer 127/2016-COREC.

33. Empresa: Eurofarma Laboratórios S.A.  
Medicamento: Finasterida  
Processo nº: 25351.170485/2002-19  
Expediente nº: 0116949/13-1  
Assunto: Indeferimento de Inclusão no Tamanho do Lote superior a 10 vezes do medicamento Genérico

Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR a EXTINÇÃO do recurso sem julgamento do mérito por expressa desistência da recorrente, acompanhando o voto do relator que acata o parecer 128/2016-COREC.

34. Empresa: Eurofarma Laboratórios S.A.  
Medicamento: Finasterida  
Processo nº: 25351.170485/2002-19  
Expediente nº: 0117604/13-8  
Assunto: Indeferimento de Alteração moderada de excipiente referente ao medicamento Genérico

Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR a EXTINÇÃO do recurso sem julgamento do mérito por expressa desistência da recorrente, acompanhando o voto do relator que acata o parecer 129/2016-COREC.

35. Empresa: EMS S/A  
Medicamento: Ranitil (cloridrato de ranitidina)  
Processo nº: 25001.018630/85  
Expediente nº: 0177872/13-2  
Assunto: Indeferimento de Renovação de Registro de Medicamento Similar

Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR a EXTINÇÃO do recurso sem julgamento do mérito por expressa desistência da recorrente, acompanhando o voto do relator que acata o parecer 115/2016-COREC.

36. Empresa: Ativus Farmacêutica Ltda  
Medicamento: Floriny (Passiflora Incarnata + Crataegus Oxyacantha L. + Salix Alba L.)  
Processo nº: 25351.025343/01-18  
Expediente nº: 0824581/12-9  
Assunto: Indeferimento de Renovação de Registro de Medicamento Fitoterápico

Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR a EXTINÇÃO do recurso sem julgamento do mérito por expressa desistência da recorrente, acompanhando o voto do relator que acata o parecer 104/2016-COREC.

37. Empresa: EMS S/A  
Medicamento: Cloridrato de Ranitidina  
Processo nº: 25000.054567/99-31  
Expediente nº: 0846649/15-1  
Assunto: Indeferimento de Inclusão de local de fabricação do medicamento de liberação convencional com prazo de análise do medicamento Genérico

Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR a EXTINÇÃO do recurso sem julgamento do mérito por expressa desistência da recorrente, acompanhando o voto do relator que acata o parecer 114/2016-COREC

38. Empresa: Momenta Farmacêutica Ltda.  
Medicamento: Detamax (colecliciferol)  
Processo nº: 25351.774422/2014-70  
Expediente nº: 0907153/15-9  
Assunto: indeferimento de Registro de Produto Específico - Clone

Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR a EXTINÇÃO do recurso sem julgamento do mérito por expressa desistência da recorrente, acompanhando o voto do relator que acata o parecer 143/2016-COREC

39. Empresa: Multilab Indústria e Comércio de Produtos Farmacêuticos Ltda  
Medicamento: Bromoprida  
Processo nº: 25351.246132/2012-85  
Expediente nº: 0990723/15-8  
Assunto: Indeferimento de Registro de Medicamento Genérico

Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR a EXTINÇÃO do recurso sem julgamento do mérito por expressa desistência da recorrente, acompanhando o voto do relator que acata o parecer 145/2016-COREC

40. Empresa: EMS S/A  
Medicamento: Isotretinoína  
Processo nº: 25351.159043/2008-15  
Expediente nº: 1081802/14-2  
Assunto: Indeferimento de Alteração moderada de excipiente do medicamento Genérico

Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR a EXTINÇÃO do recurso sem julgamento do mérito por expressa desistência da recorrente, acompanhando o voto do relator que acata o parecer 118/2016-COREC

41. Empresa: EMS S/A  
Medicamento: Rotretin (isotretinoína)  
Processo nº: 25351.297389/2008-11  
Expediente nº: 1082063/14-9  
Assunto: Indeferimento de Alteração moderada de excipiente do medicamento Similar

Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR a EXTINÇÃO do recurso sem julgamento do mérito por expressa desistência da recorrente, acompanhando o voto do relator que acata o parecer 119/2016-COREC

#### ARESTO Nº 647, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP nº 020/2016, realizada em 16 de agosto de 2016 e Reunião Ordinária Pública - ROP nº 021/2016, realizada em 23 de agosto de 2016 com fundamento no art. 15, VI, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC nº 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme relação anexa.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.  
Diretor-Presidente

#### ANEXO

DA. Empresa: BRIENZA & BRIENZA RIBEIRÃO BONITO LTDA.  
CNPJ: 02.183.791/0001-68  
Processo: 25000.027848/99-57  
Expediente do Recurso: 0568885/12-0  
Parecer: 326/2013-COARE/GGIMP  
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

LTDA. Empresa: ESSENCIALE FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO  
CNPJ: 04.638.362/0001-63  
Processo: 25351.208001/2002-11  
Expediente do Recurso: 0428643/13-0  
Parecer: 194/2014-COARE/SUINP  
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: FARMÁCIA BOA VENTURA LTDA.-ME  
CNPJ: 07.657.302/0001-86  
Processo: 25351.469685/2012-06  
Expediente do Recurso: 0015942/13-5  
Decisão: POR UNANIMIDADE, DECLARAR A EXTINÇÃO DO RECURSO POR PERDA DO OBJETO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DE PERDA DE OBJETO - RECURSO ADMINISTRATIVO DA COARE/SUINP, DATADO DE 19 DE AGOSTO DE 2015.

Empresa: LÍDER MED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA.-EPP  
CNPJ: 16.972.040/0001-35  
Processo: 25351.672302/2012-41  
Expediente do Recurso: 0289303/13-7  
Parecer: 151/2014-COARE/SUINP  
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: SENDAS DISTRIBUIDORA S/A  
CNPJ: 06.057.223/0068-89  
Processo: 25351.361196/2009-55  
Expediente do Recurso: 833298/10-3  
Decisão: POR UNANIMIDADE, DECLARAR A EXTINÇÃO DO RECURSO POR PERDA DO OBJETO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DE PERDA DE OBJETO - RECURSO ADMINISTRATIVO DA COARE/SUINP, DATADO DE 18 DE NOVEMBRO DE 2015.

Empresa: EXTINGASES COMÉRCIO E TRANSPORTE DE GASES LTDA.-ME  
CNPJ: 11.099.812/0001-52  
Processo: 25351.940991/2016-81  
Expediente do Recurso: 1555009/16-5  
Parecer: 181/2016 - COARE/DIMON  
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: MODEL FORMA MALHAS COMPRESSIVAS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.  
CNPJ: 18.104.068/0001-86  
Processo: 25351.835549/2016-81  
Expediente do Recurso: 1316862/16-2  
Parecer: 094/2016 - COARE/DIMON

Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: CARL ZEISS VISION BRASIL INDÚSTRIA ÓPTICA LTDA.  
CNPJ: 28.826.394/0001-50  
Processo: 25351.969109/2016-27  
Expediente do Recurso: 1641509/16-4  
Parecer: 238/2016 - COARE/DIMON  
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: DROGARIA SÃO PAULO S. A.  
CNPJ: 61.412.110/0667-68  
Processo: 25351.757714/2015-42  
Expediente do Recurso: 1801377/16-5  
Parecer: 239/2016 - COARE/DIMON  
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: G. KOCH & CIA. LTDA.-ME  
CNPJ: 00.769.663/0001-75  
Processo: 25351.924490/2016-15  
Expediente do Recurso: 1535918/16-2  
Parecer: 207/2016 - COARE/DIMON  
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

ME Empresa: TECNOBIO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.-ME  
CNPJ: 23.465.079/0001-21  
Processo: 25351.944093/2016-38  
Expediente do Recurso: 1562654/16-7  
Parecer: 183/2016 - COARE/DIMON  
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: RENATA MENDES PEDROZA FORMIGA - FARMÁCIA-ME  
CNPJ: 22.466.749/0001-61  
Processo: 25351.753512/2015-16  
Expediente do Recurso: 1154187/16-3  
Parecer: 254/2016 - COARE/DIMON  
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: M. C. M. COMERCIAL DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA.  
CNPJ: 19.392.955/0001-60  
Processo: 25351.532788/2014-71  
Expediente do Recurso: 0897998/14-7  
Parecer: 124/2016 - COARE/DIMON  
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

ME Empresa: DROGARIA E CARLOS SEGUNDO LTDA.-ME  
CNPJ: 23.722.532/0001-38  
Processo: 25351.869409/2016-60  
Expediente do Recurso: 1327588/16-7  
Parecer: 175/2016 - COARE/DIMON  
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

EPP Empresa: DROGARIAS AMERICANAS DO RP LTDA.-EPP  
CNPJ: 18.548.766/0001-70  
Processo: 25351.598738/2014-59  
Expediente do Recurso: 0996599/14-8  
Parecer: 188/2016 - COARE/DIMON  
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: FARMÁCIA NOVA FARMA DA COMUNIDADE LTDA.  
CNPJ: 08.110.452/0001-38  
Processo: 25351.688841/2015-71  
Expediente do Recurso: 1034175/15-7  
Parecer: 163/2016 - COARE/DIMON  
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: DROGARIA FARMA LOPES EIRELI-ME  
CNPJ: 20.720.598/0001-09  
Processo: 25351.657200/2015-74  
Expediente do Recurso: 1001050/15-5  
Parecer: 161/2016 - COARE/DIMON  
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: EBD NORDESTE COMÉRCIO LTDA.  
CNPJ: 22.924.203/0001-07  
Processo: 25351.857718/2016-06  
Expediente do Recurso: 1587423/16-1  
Parecer: 187/2016 - COARE/DIMON  
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: DEL DROGARIA ELSHADAY LTDA.-ME  
CNPJ: 06.233.212/0001-03  
Processo: 25351.640834/2015-98  
Expediente do Recurso: 1000766/15-1  
Parecer: 172/2016 - COARE/DIMON  
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: EBD NORDESTE COMÉRCIO LTDA.  
CNPJ: 22.924.203/0001-07  
Processo: 25351.857722/2016-57  
Expediente do Recurso: 1587437/16-1  
Parecer: 186/2016 - COARE/DIMON  
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: DROGARIA RAMOS DIAS LTDA.-ME  
CNPJ: 19.584.371/0001-96  
Processo: 25351.490895/2014-17  
Expediente do Recurso: 0901087/14-4  
Parecer: 107/2016 - COARE/DIMON  
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: FARMÁCIA RONALDO LTDA.-ME  
CNPJ: 31.453.640/0001-80  
Processo: 25351.843380/2016-96  
Expediente do Recurso: 1296448/16-4  
Parecer: 222/2016 - COARE/DIMON  
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: FARMÁCIA E DROGARIA NISSEI S. A.  
CNPJ: 79.430.682/0147-78  
Processo: 25351.740460/2014-42  
Expediente do Recurso: 0014251/15-4  
Decisão: POR UNANIMIDADE, DECLARAR A EXTINÇÃO DO RECURSO POR PERDA DO OBJETO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DE PERDA DE OBJETO DE RECURSO ADMINISTRATIVO DA COARE/DIMON, DATADO DE 03 DE JUNHO DE 2016.

Empresa: TNT MERCÚRIO CARGAS E ENCOMENDAS EXPRESSAS S. A.  
CNPJ: 95.591.723/0038-00  
Processo: 25351.999390/2016-31  
Expediente do Recurso: 1763341/16-9  
Parecer: 235/2016 - COARE/DIMON  
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: OKAY TECHNOLOGY COMÉRCIO DO BRASIL LTDA.-ME  
CNPJ: 17.178.243/0001-17  
Processo: 25351.973676/2016-18  
Expediente do Recurso: 1654239/16-8  
Parecer: 247/2016 - COARE/DIMON  
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: LIMA E SABINO LTDA.  
CNPJ: 04.243.196/0001-04  
Processo: 25351.878300/2016-13  
Expediente do Recurso: 1364057/16-7  
Parecer: 232/2016 - COARE/DIMON  
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: MEDICAL COMERCIAL E REPRESENTAÇÕES EIRELI-ME  
CNPJ: 14.126.704/0001-10  
Processo: 25351.867102/2016-56  
Expediente do Recurso: 1340974/16-3  
Parecer: 122/2016 - COARE/DIMON  
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: WAGNER FRIÇA  
CNPJ: 22.414.178/0001-11  
Processo: 25351.580052/2015-92  
Expediente do Recurso: 0928501/15-6  
Parecer: 152/2016 - COARE/DIMON



Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: COMFLA COMERCIAL FARMACÊUTICA LTDA.-EPP

CNPJ: 01.120.018/0003-51  
Processo: 25351.545225/2015-26  
Expediente do Recurso: 0883961/15-1  
Parecer: 164/2016 - COARE/DIMON

Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: ANTÔNIO CARLOS RIBEIRO DROGARIA-EPP

CNPJ: 06.948.821/0001-30  
Processo: 25351.928166/2016-17  
Expediente do Recurso: 1542860/16-5  
Parecer: 148/2016 - COARE/DIMON

Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: LOGIC SOLUÇÕES LOGÍSTICAS LTDA.-EPP  
CNPJ: 15.101.228/0001-45  
Processo: 25351.062054/2016-31  
Expediente do Recurso: 1920401/16-9  
Parecer: 259/2016 - COARE/DIMON

Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: BELFLORA FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA.-EPP

CNPJ: 03.793.819/0001-41  
Processo: 25351.698726/2014-23  
Expediente do Recurso: 1087021/14-1  
Parecer: 262/2016 - COARE/DIMON

Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/A

CNPJ: 60.665.981/0001-18  
Processo: 25351.562483/2015-15  
Expediente do Recurso: 1038776/15-5  
Parecer: 002/2016 - COARE/DIMON

Decisão: POR UNANIMIDADE, ACATAR O PEDIDO DE DESISTÊNCIA DA RECORRENTE, NOS TERMOS DO PARECER, EXTINGUINDO O RECURSO SEM A ANÁLISE DO MÉRITO.

Empresa: LABORATÓRIO LIBRA DO BRASIL LTDA.  
CNPJ: 94.869.054/0001-31  
Processo: 25351.338438/2014-97  
Expediente do Recurso: 1441114/16-8  
Parecer: 167/2016 - COARE

Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: MICHEL THOMAZ DE SOUZA-EPP  
CNPJ: 08.446.005/0002-35  
Processo: 25351.405648/2012-61  
Expediente do Recurso: 0910832/12-7

Decisão: POR UNANIMIDADE, DECLARAR A EXTINÇÃO DO RECURSO POR PERDA DO OBJETO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA COARE/DIMON, DATADO DE 08 DE JULHO DE 2016.

Empresa: MARINHO OLIVEIRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

CNPJ: 21.000.118/0001-90  
Processo: 25351.982628/2016-63  
Expediente do Recurso: 1644727/16-1  
Parecer: 236/2016 - COARE/DIMON

Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: GRÜNENTHAL DO BRASIL FARMACÊUTICA LTDA.

CNPJ: 10.555.143/0001-13  
Processo: 25351.671098/2015-35  
Expediente do Recurso: 1191675/16-3  
Decisão: POR UNANIMIDADE, DECLARAR A EXTINÇÃO DO RECURSO POR PERDA DO OBJETO ACOMPANHANDO O RELATOR.

Empresa: DROGARIA PEDRA ESCONDIDA LTDA.-ME

CNPJ: 23.890.235/0001-00  
Processo: 25351.834287/2016-91  
Expediente do Recurso: 1288641/16-6  
Parecer: 133/2016 - COARE/DIMON

Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: CÉLIA DA CUNHA FRANÇA E CIA. LTDA.  
CNPJ: 06.059.923/0001-03  
Processo: 25351.855252/2016-95

Expediente do Recurso: 1348138/16-0

Parecer: 156/2016 - COARE/DIMON

Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: BIOCAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.

CNPJ: 02.176.223/0004-82  
Processo: 25351.988225/2016-41  
Expediente do Recurso: 1666787/16-5

Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER O RECURSO E DAR PROVIMENTO, RETORNANDO O PROCESSO PARA A ÁREA TÉCNICA PARA REFORMA DA DECISÃO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR - VOTO Nº 015/2016 - DIREG.

Empresa: FÁBIO ALEX BARBOZA HERMANNNS-ME

CNPJ: 05.074.676/0001-43  
Processo: 25351.974744/2016-16  
Expediente do Recurso: 1663430/16-6  
Parecer: 217/2016 - COARE/DIMON

Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: IMPLAMED - IMPLANTES ESPECIALIZADOS COM., IMP. E EXP. LTDA.

CNPJ: 57.146.607/0001-00  
Processo: 25004.005404/94  
Expediente do Recurso: 1860703/16-9  
Parecer: 245/2016 - COARE/DIMON

Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

ARESTO Nº 646, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP nº. 021 realizada em 23 de agosto de 2016, com fundamento no art. 15, VI, da Lei nº. 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei nº. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº. 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC nº. 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme relação anexa.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.  
Diretor-Presidente

ANEXO

Recorrente: Erimar Indústria e Comércio e Produtos para a Saúde Ltda.

CNPJ: 11.463.608/0001-79  
Processo nº.: 25351.061632/2011-88  
Expediente nº.: 190599/11-6

Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento do recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 093/2016 - CRTPS/Direg. Recorrente: Cibramed Produtos Medicos Descartaveis Com. Import. e Export. Ltda

CNPJ: 07.131.437/0001-03  
Processo nº.: 25351.343997/2013-47  
Expediente nº.: 0864583/13-3

Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento do recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 106/2016 - CRTPS/Direg. Recorrente: Systagenix Brasil Importacao e Comércio de Produtos Médico-Hospitalares Ltda

CNPJ: 11.926.966/0001-70  
Processo nº.: 25351.434577/2013-65  
Expediente nº.: 0424387/14-1

Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento do recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 109/2016 - CRTPS/Direg. Recorrente: Systagenix Brasil Importacao e Comércio de Produtos Médico-Hospitalares Ltda

CNPJ: 11.926.966/0001-70  
Processo nº.: 25351.434623/2013-74  
Expediente nº.: 0424362/14-5

Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento do recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 110/2016 - CRTPS/Direg.

DESPACHOS DO DIRETOR-PRESIDENTE

Em 12 de setembro de 2016

Nº 98 - A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, IX, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve aprovar proposta de iniciativa em Anexo bem como dar conhecimento e publicidade ao processo de elaboração de proposta de atuação regulatória da Agência, conforme deliberado em reunião realizada em 30 de agosto de 2016, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

ANEXO

Processo nº: 25351.818684/2016-49  
Agenda Regulatória 2015-2016: Não é tema da Agenda  
Assunto: Guia para elaboração de Arquivo Mestre da Planta (AMP).  
Área responsável: GGFIS/DIMON

Nº 99 - A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, IX, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve aprovar proposta de iniciativa em Anexo bem como dar conhecimento e publicidade ao processo de elaboração de proposta de atuação regulatória da Agência, conforme deliberado em reunião realizada em 30 de agosto de 2016, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.

ANEXO

Processo nº: 25351.815930/2016-75  
Agenda Regulatória 2015-2016: Não é tema da Agenda  
Assunto: Guia sobre estudos não clínicos necessários ao desenvolvimento de medicamentos fitoterápicos e produtos tradicionais fitoterápicos.  
Área responsável: COPEC/GGMED

DIRETORIA DE CONTROLE E MONITORAMENTO  
SANITÁRIOS  
GERÊNCIA-GERAL DE PORTOS, AEROPORTOS,  
FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS  
COORDENAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA EM  
PORTOS, AEROPORTOS, FRONTEIRAS E RECINTOS  
ALFANDEDAGOS NO ESTADO DE ALAGOAS

DESPACHO DA COORDENADORA

Em 12 de setembro de 2016

Nº 77 - A Coordenadora de Vigilância Sanitária em Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados no Estado de Alagoas - CVPAF-AL, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 453, de 22 de fevereiro de 2016, combinada com a Portaria nº 1.171, de 02 de junho de 2016, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

AUTUADO: COMPANHIA DOCAS DA PARAIBA CNPJ/CPF: 02.343.132/0001-41

25755.404015/2015-90 - AIS: 0584798/15-2 - GGPAF1/ANVISA PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA

AUTUADO: COMPANHIA DOCAS DA PARAIBA CNPJ/CPF: 02.343.132/0001-41

25755.404053/2015-15 - AIS: 0584848/15-2 - GGPAF1/ANVISA PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 8.000,00 ( OITO MIL REAIS )

AUTUADO: COMPANHIA DOCAS DA PARAIBA CNPJ/CPF: 02.343.132/0001-41

25755.403692/2015-13 - AIS: 0584394/15-4 - GGPAF1/ANVISA PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 8.000,00 ( OITO MIL REAIS )

AUTUADO: COMPANHIA DOCAS DA PARAIBA CNPJ/CPF: 02.343.132/0001-41

25755.404236/2015-71 - AIS: 0585107/15-6 - GGPAF1/ANVISA PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 8.000,00 ( OITO MIL REAIS )

AUTUADO: COMPANHIA DOCAS DA PARAIBA CNPJ/CPF: 02.343.132/0001-41

25755.404099/2015-41 - AIS: 0584913/15-6 - GGPAF1/ANVISA PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 8.000,00 ( OITO MIL REAIS )

AUTUADO: COMPANHIA DOCAS DA PARAIBA CNPJ/CPF: 02.343.132/0001-41

25755.404072/2015-13 - AIS: 0584877/15-6 - GGPAF1/ANVISA PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 8.000,00 ( OITO MIL REAIS )

AUTUADO: DIVINA DISTRIBUIDORA DE VITAMINAS NATURAIS SUNDOWN REXALL DO BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 69.970.143/0001-22

25750.776496/2014-59 - AIS: 1142822/14-8 - GGPAF1/ANVISA PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 8.000,00 ( OITO MIL REAIS )

AUTUADO: LABTRADE DO BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 00.270.077/0001-81

25750.776468/2014-51 - AIS: 1142842/14-2 - GGPAF1/ANVISA PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 8.000,00 ( OITO MIL REAIS )

AUTUADO: MAIS SERVIÇOS LTDA CNPJ/CPF: 15.183.424/0002-97

25750.614725/2014-00 - AIS: 0911831/14-4 - GGPAF1/ANVISA PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 24.000,00 ( VINTE E QUATRO MIL REAIS )

AUTUADO: MUNDIAL LOGISTICA INTEGRADA LTDA CNPJ/CPF: 05.075.152/0001-77

25750.776470/2014-51 - AIS: 1142849/14-0 - GGPAF1/ANVISA PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 8.000,00 ( OITO MIL REAIS )

AUTUADO: NUTRIPAX - NUTRIÇÃO P/PASSEGEIROS DE BORDO LTDA CNPJ/CPF: 01.364.502/0001-64  
25763.728715/2014-38 - AIS:1072060/14-0 - GGPAF1/ANVISA  
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 6.000,00 ( SEIS MIL REAIS )  
AUTUADO: ONCO PROD DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES E ONCOLÓGICOS S.A. CNPJ/CPF: 04.307.650/0001-35  
25750.765115/2014-64 - AIS:1125673/14-7 - GGPAF1/ANVISA  
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 8.000,00 ( OITO MIL REAIS )  
AUTUADO: SAFE SUPORTE A VIDA E COMERCIO INTERNACIONAL LTDA CNPJ/CPF: 08.675.394/0001-90  
25757.132830/2012-48 - AIS:0191110/12-4 - GGPAF1/ANVISA  
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 6.000,00 ( SEIS MIL REAIS )  
AUTUADO: TAM LINHAS AÉREAS S/A. CNPJ/CPF: 02.012.862/0046-61  
25750.776493/2014-71 - AIS:1142779/14-5 - GGPAF1/ANVISA  
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 16.000,00 ( DEZESSEIS MIL REAIS )  
AUTUADO: TAM LINHAS AÉREAS S/A CNPJ/CPF: 02.012.862/0027-07  
25750.744452/2014-07 - AIS:1094866/14-0 - GGPAF1/ANVISA  
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 16.000,00 ( DEZESSEIS MIL REAIS )  
AUTUADO: TAM LINHAS AÉREAS S/A CNPJ/CPF: 02.012.862/0027-07  
25750.776511/2014-83 - AIS:1142817/14-1 - GGPAF1/ANVISA  
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 16.000,00 ( DEZESSEIS MIL REAIS )  
AUTUADO: TAM LINHAS AÉREAS S/A CNPJ/CPF: 02.012.862/0027-07  
25750.776469/2014-81 - AIS:1142844/14-9 - GGPAF1/ANVISA  
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 16.000,00 ( DEZESSEIS MIL REAIS )  
AUTUADO: TAM LINHAS AÉREAS S/A CNPJ/CPF: 02.012.862/0027-07  
25750.744494/2014-26 - AIS:1094843/14-1 - GGPAF1/ANVISA  
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 16.000,00 ( DEZESSEIS MIL REAIS )  
AUTUADO: TAM LINHAS AÉREAS S/A CNPJ/CPF: 02.012.862/0027-07  
25750.744461/2014-93 - AIS:1094806/14-6 - GGPAF1/ANVISA  
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 16.000,00 ( DEZESSEIS MIL REAIS )  
AUTUADO: TAM LINHAS AÉREAS S/A CNPJ/CPF: 02.012.862/0027-07  
25750.743418/2014-91 - AIS:1093265/14-8 - GGPAF1/ANVISA  
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 16.000,00 ( DEZESSEIS MIL REAIS )  
AUTUADO: TAM LINHAS AÉREAS S/A CNPJ/CPF: 02.012.862/0027-07  
25750.744525/2014-37 - AIS:1094881/14-3 - GGPAF1/ANVISA  
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 16.000,00 ( DEZESSEIS MIL REAIS )  
AUTUADO: TAM LINHAS AÉREAS S/A CNPJ/CPF: 02.012.862/0027-07  
25757.767320/2011-88 - AIS:799231/11-9 - GGPAF1/ANVISA  
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 12.000,00 ( DOZE MIL REAIS )  
AUTUADO: UNI HOSPITALAR LTDA CNPJ/CPF: 07.484.373/0001-24  
25750.759181/2014-90 - AIS:1117042/14-5 - GGPAF1/ANVISA  
ARQUIVADO POR NULIDADE  
AUTUADO: SAN CARLOS NAVIEROS(PANAMA) S.A/FRANCO DAREMIL DELOS SANTOS PASSAPORTE: EB2.105.247  
25757.451711/2014-86 - AIS:0628345/14-4 - GGPAF1/ANVISA  
ARQUIVADO POR NULIDADE

MARIA NAZARÉ ALVES DA SILVA

DIRETORIA DE GESTÃO INSTITUCIONAL  
GERÊNCIA-GERAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA  
E FINANCEIRA  
COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA DE  
INFRAÇÕES SANITÁRIAS

#### DESPACHOS DO COORDENADOR

Em 12 de setembro de 2016

Nº 74 - A Coordenação Administrativa de Infrações Sanitárias - CADIS da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso IV, do art. 184, do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n. 61 da ANVISA, de 03 de fevereiro de 2016, publicado na seção 1, do DOU n. 25, de 05 de fevereiro 2016, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:  
AUTUADO: ABBOTT PRODUTOS OTICOS LTDA. CNPJ/CPF: 58.652.728/0001-88  
25759.389302/2013-23 - AIS:0548309/13-3 - GGPAF1/ANVISA  
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 12.000,00 ( DOZE MIL REAIS )  
AUTUADO: ABN COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - ME CNPJ/CPF: 11.498.548/0001-20  
25759.083260/2013-20 - AIS:0117965/13-9 - GGPAF1/ANVISA  
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 2.000,00 ( DOIS MIL REAIS )

AUTUADO: BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUIMICA E FARMACEUTICA LTDA CNPJ/CPF: 60.831.658/0021-10  
25759.217502/2013-25 - AIS:0308440/13-0 - GGPAF1/ANVISA  
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 12.000,00 ( DOZE MIL REAIS )  
AUTUADO: DKT DO BRASIL PRODUTOS DE USO PESSOAL LTDA CNPJ/CPF: 38.756.680/0001-40  
25759.119527/2013-16 - AIS:0169885/13-1 - GGPAF1/ANVISA  
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 4.000,00 ( QUATRO MIL REAIS )  
AUTUADO: DRAGER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA CNPJ/CPF: 02.535.707/0001-28  
25759.639333/2013-02 - AIS:0914816/13-7 - GGPAF1/ANVISA  
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 12.000,00 ( DOZE MIL REAIS )  
AUTUADO: DRAGER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA CNPJ/CPF: 02.535.707/0001-28  
25759.524203/2013-67 - AIS:0748468/13-2 - GGPAF1/ANVISA  
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 12.000,00 ( DOZE MIL REAIS )  
AUTUADO: ELEKTA MEDICAL SYSTEMS COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA RADIOTERAPIA LTDA. CNPJ/CPF: 09.528.196/0001-66  
25759.159263/2013-13 - AIS:0225861/13-7 - GGPAF1/ANVISA  
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 6.000,00 ( SEIS MIL REAIS )  
AUTUADO: EMBELYHAIR COSMÉTICOS COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA. - ME CNPJ/CPF: 11.879.136/0001-30  
25759.038420/2013-18 - AIS:0054491/13-4 - GGPAF1/ANVISA  
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 2.000,00 ( DOIS MIL REAIS )  
AUTUADO: FORMED - REPRESENTACAO E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS, ESTETICOS E COSMETICOS LTDA. CNPJ/CPF: 07.139.218/0001-70  
25759.112705/2013-42 - AIS:0160465/13-1 - GGPAF1/ANVISA  
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 8.000,00 ( OITO MIL REAIS )  
AUTUADO: MAPPEL INDÚSTRIA DE EMBALAGENS S.A. CNPJ/CPF: 01.233.103/0003-26  
25759.062345/2013-59 - AIS:0088543/13-6 - GGPAF1/ANVISA  
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 6.000,00 ( SEIS MIL REAIS )  
AUTUADO: PROMEDON DO BRASIL PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA CNPJ/CPF: 00.028.682/0001-40  
25759.006936/2013-72 - AIS:0009958/13-9 - GGPAF1/ANVISA  
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 12.000,00 ( DOZE MIL REAIS )  
AUTUADO: PROMEDON DO BRASIL PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA CNPJ/CPF: 00.028.682/0001-40  
25759.159390/2013-02 - AIS:0226033/13-6 - GGPAF1/ANVISA  
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 12.000,00 ( DOZE MIL REAIS )  
AUTUADO: SAMSUNG MEDISON BRASIL COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA. CNPJ/CPF: 64.779.374/0001-30  
25759.668463/2013-39 - AIS:0957324/13-1 - GGPAF1/ANVISA  
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 6.000,00 ( SEIS MIL REAIS )  
AUTUADO: SARSTEDT LTDA CNPJ/CPF: 02.661.790/0001-81  
25759.618856/2013-82 - AIS:0886265/13-6 - GGPAF1/ANVISA  
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 12.000,00 ( DOZE MIL REAIS )  
AUTUADO: STRYKER DO BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 02.966.317/0002-93  
25759.037945/2013-32 - AIS:0053865/13-5 - GGPAF1/ANVISA  
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 12.000,00 ( DOZE MIL REAIS )  
AUTUADO: SURGICAL LINE -COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ/CPF: 07.330.175/0001-06  
25759.751951/2013-00 - AIS:1081898/13-7 - GGPAF1/ANVISA  
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 6.000,00 ( SEIS MIL REAIS )  
AUTUADO: SURGICAL LINE -COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ/CPF: 07.330.175/0001-06  
25759.747227/2013-54 - AIS:1075712/13-1 - GGPAF1/ANVISA  
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 6.000,00 ( SEIS MIL REAIS )  
AUTUADO: SVP COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA CNPJ/CPF: 06.002.532/0001-44  
25759.342232/2013-10 - AIS:0480629/13-8 - GGPAF1/ANVISA  
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 4.000,00 ( QUATRO MIL REAIS )  
AUTUADO: TELLUS COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA CNPJ/CPF: 01.021.137/0001-95  
25759.037675/2013-64 - AIS:0053517/13-6 - GGPAF1/ANVISA  
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 12.000,00 ( DOZE MIL REAIS )  
AUTUADO: TERUMO MEDICAL DO BRASIL LTDA. CNPJ/CPF: 03.129.105/0001-33  
25759.383723/2013-21 - AIS:0539851/13-7 - GGPAF1/ANVISA  
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 12.000,00 ( DOZE MIL REAIS )

Nº 75 - A Coordenação Administrativa de Infrações Sanitárias - CADIS da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso IV, do art. 184, do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n. 61 da ANVISA, de 03 de fevereiro de 2016, publicado na seção 1, do DOU n. 25, de 05 de fevereiro 2016, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

AUTUADO: TRICO SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA CNPJ/CPF: 32.282.626/0001-24  
25752.606534/2007-57 - AIS:756019/07-2 - GGPAF1/ANVISA  
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE/INSUBSISTÊNCIA  
AUTUADO: WILSON SONS AGÊNCIA MARÍTIMA LTDA CNPJ/CPF: 00.423.733/0007-24  
25757.404504/2010-47 - AIS:528238/10-1 - GGPAF1/ANVISA  
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE/INSUBSISTÊNCIA

Nº 76 - A Coordenação Administrativa de Infrações Sanitárias - CADIS da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso IV, do art. 184, do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n. 61 da ANVISA, de 03 de fevereiro de 2016, publicado na seção 1, do DOU n. 25, de 05 de fevereiro 2016, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:  
AUTUADO: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA CNPJ/CPF: 02.427.026/0001-46  
25757.337155/2011-59 - AIS:469327/11-2 - GGPAF1/ANVISA  
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE/INSUBSISTÊNCIA  
AUTUADO: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA CNPJ/CPF: 02.427.026/0001-46  
25757.602661/2012-47 - AIS:0866597/12-4 - GGPAF1/ANVISA  
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE/INSUBSISTÊNCIA  
AUTUADO: BOS NAVEGAÇÃO S/A CNPJ/CPF: 02.873.539/0001-80  
25752.121013/2011-09 - AIS:166752/11-1 - GGPAF1/ANVISA  
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 6.000,00 ( SEIS MIL REAIS )  
AUTUADO: CASA MARITIMA AGENCIAMENTOS CNPJ/CPF: 15.677.292/0001-79  
25757.500689/2013-84 - AIS:0714510/13-1 - GGPAF1/ANVISA  
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE/INSUBSISTÊNCIA  
AUTUADO: CHAMON DE NITERÓI TRANSPORTES MARÍTIMOS LTDA. CNPJ/CPF: 30.056.600/0001-32  
25752.659133/2011-22 - AIS:926055/11-2 - GGPAF1/ANVISA  
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 18.000,00 ( DEZOITO MIL REAIS )  
AUTUADO: CMS PRODUTOS MEDICOS LTDA CNPJ/CPF: 01.476.143/0001-37  
25743.539157/2012-85 - AIS:0772677/12-5 - GGPAF1/ANVISA  
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 12.000,00 ( DOZE MIL REAIS )  
AUTUADO: ELOG LOGISTICA SUL LTDA CNPJ/CPF: 01.691.041/0001-34  
25743.500733/2012-17 - AIS:0718238/12-4 - GGPAF1/ANVISA  
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 6.000,00 ( SEIS MIL REAIS )  
AUTUADO: EMPRESA DE NAVEGAÇÃO SANTA CATARINA LTDA CNPJ/CPF: 84.296.060/0001-93  
25741.291097/2013-69 - AIS:0408262/13-1 - GGPAF1/ANVISA  
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE/INSUBSISTÊNCIA  
AUTUADO: HAMBURG-SÜD BRASIL LTDA. CNPJ/CPF: 60.867.520/0001-28  
25757.580504/2012-51 - AIS:0830985/12-0 - GGPAF1/ANVISA  
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE/INSUBSISTÊNCIA  
AUTUADO: INFRAMÉRICA CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE BRASÍLIA S.A. CNPJ/CPF: 15.559.082/0001-86  
25351.398535/2013-71 - AIS:0562129/13-1 - GGPAF1/ANVISA  
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 6.000,00 ( SEIS MIL REAIS )  
AUTUADO: INFRAMÉRICA CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE BRASÍLIA S.A. CNPJ/CPF: 15.559.082/0001-86  
25351.644701/2013-97 - AIS:0922143/13-3 - GGPAF1/ANVISA  
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 6.000,00 ( SEIS MIL REAIS )  
AUTUADO: MAROIL APOIO MARITIMO LTDA CNPJ/CPF: 31.607.013/0009-04  
25741.533794/2012-88 - AIS:0763420/12-0 - GGPAF1/ANVISA  
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE/INSUBSISTÊNCIA  
AUTUADO: MUNIZ AGENCIA MARITIMA LTDA CNPJ/CPF: 05.550.754/0001-39  
25745.517806/2012-95 - AIS:0740660/12-6 - GGPAF1/ANVISA  
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE/INSUBSISTÊNCIA  
AUTUADO: MUNIZ AGENCIA MARITIMA LTDA CNPJ/CPF: 05.550.754/0001-39  
25745.517928/2012-91 - AIS:0740822/12-6 - GGPAF1/ANVISA  
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE/INSUBSISTÊNCIA  
AUTUADO: MUNIZ AGENCIA MARITIMA LTDA CNPJ/CPF: 05.550.754/0001-39  
25745.520452/2012-29 - AIS:0744250/12-5 - GGPAF1/ANVISA  
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE/INSUBSISTÊNCIA  
AUTUADO: MUNIZ AGENCIA MARITIMA LTDA CNPJ/CPF: 05.550.754/0001-39  
25745.547669/2012-34 - AIS:0785015/12-8 - GGPAF1/ANVISA  
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE/INSUBSISTÊNCIA  
AUTUADO: PETROLEO BRASILEIRO SA CNPJ/CPF: 33.000.167/1111-08  
25757.401880/2012-14 - AIS:0573243/12-3 - GGPAF1/ANVISA  
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE/INSUBSISTÊNCIA  
AUTUADO: PRATI DONADUZZI & CIA LTDA CNPJ/CPF: 73.856.593/0001-66  
25743.161815/2012-62 - AIS:0232972/12-7 - GGPAF1/ANVISA  
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 6.000,00 ( SEIS MIL REAIS )  
AUTUADO: SYNCROFILM DISTRIBUIDORA LTDA CNPJ/CPF: 50.649.003/0001-29  
25759.339438/2011-71 - AIS:472407/11-1 - GGPAF1/ANVISA  
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 30.000,00 ( TRINTA MIL REAIS )



AUTUADO: TAM LINHAS AEREAS S/A CNPJ/CPF: 02.012.862/0074-15  
25743.118189/2012-81 - AIS:0169754/12-4 - GGPAF1/ANVISA  
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 36.000,00 ( TRINTA E SEIS MIL REAIS )  
AUTUADO: TCP - TERMINAL DE CONTÊINERES DE PARANAGUÁ S.A. CNPJ/CPF: 03.020.098/0001-37  
25743.662656/2011-92 - AIS:931099/11-1 - GGPAF1/ANVISA  
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 48.000,00 ( QUARENTA E OITO MIL REAIS )  
AUTUADO: WILSON SONS AGÊNCIA MARITIMA LTDA CNPJ/CPF: 00.423.733/0005-62  
25745.445343/2012-25 - AIS:0638963/12-5 - GGPAF1/ANVISA  
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE/INSUBSISTÊNCIA  
AUTUADO: WILSON SONS AGÊNCIA MARITIMA LTDA CNPJ/CPF: 00.423.733/0005-62  
25745.552333/2012-84 - AIS:0791561/12-6 - GGPAF1/ANVISA  
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE/INSUBSISTÊNCIA  
AUTUADO: WILSON SONS AGÊNCIA MARITIMA LTDA CNPJ/CPF: 00.423.733/0005-62  
25745.550974/2012-32 - AIS:0789716/12-2 - GGPAF1/ANVISA  
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE/INSUBSISTÊNCIA

RODRIGO JOSÉ VIANA OTTONI

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

PORTARIA Nº 890, DE 9 DE SETEMBRO DE 2016

O Vice-Presidente da Fundação Oswaldo Cruz, no Uso de suas atribuições e da competência que lhe foi delegada pela Portaria do MS/nº 938, de 22.07.99, resolve:

Criar o Instituto de Ciência e Tecnologia em Biomodelos - ICTB, constituído anteriormente como Centro de Criação de Animais de Laboratório - CECAL.

Visa adequar a nomenclatura da unidade ao seu escopo de atividade e objetivos atuais, bem como aos conceitos vigentes em sua área de atuação.

2.1 MISSÃO E OBJETIVOS DO ICTB

Constituem Missão e Objetivos do ICTB o desenvolvimento, produção e fornecimento de insumos e serviços estratégicos, bem como conhecimento em ciência de animais de laboratório, buscando excelência científica e tecnológica em saúde.

Entre os principais objetivos, destacam-se:

I - criação, produção e fornecimento de animais de laboratório prioritariamente destinados às atividades finalísticas da Fio-cruz.

II - fornecimento de produtos e derivados de animais de laboratório prioritariamente para as atividades finalísticas da Fio-cruz

III - Biotecnologia e controle da qualidade, voltados a animais de laboratório.

IV - Serviços de experimentação em primatas não-humanos.

V - Bem-estar de animais de laboratório, em colaboração com outras instâncias da Fiocruz e em consonância com a legislação vigente;

VI - Desenvolvimento de pesquisa, tecnologia e inovação, no âmbito da Ciência em Animais de Laboratório.

VII - Ensino, assessoria e colaboração técnico-científica em suas áreas de competência, para o fortalecimento dos sistemas de saúde, ciência e tecnologia do país.

PEDRO RIBEIRO BARBOSA

SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

PORTARIA Nº 481, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

Divulga o resultado dos recursos interpostos pelos médicos formados em instituição de educação superior brasileira ou com diploma revalidado no Brasil, inscritos para os Programas de Provisão de Médicos do Ministério da Saúde, na segunda chamada da primeira fase, nos termos Edital/SGTES/MS nº 14, de 21 de julho de 2016.

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE - SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 55, do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e considerando os termos da Portaria Interministerial nº 2.087/MS/MEC, de 1º de setembro de 2011, no âmbito do Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (PROVAB) e da Portaria Interministerial nº 1.369/MS/MEC, de 8 de julho de 2013, no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil, resolve:

Art. 1º Divulgar, por meio do site <http://maismedicos.saude.gov.br>, o resultado dos recursos interpostos, na segunda chamada da primeira fase, pelos médicos formados em instituição de educação superior brasileira ou com diploma revalidado no Brasil, inscritos para os Programas de Provisão de Médicos do Ministério da Saúde, nos termos do item 15 do Edital/SGTES/MS nº 14, de 21 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLÁUDIA BRANDÃO GONÇALVES SILVA

PORTARIA Nº 482, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

Divulga o resultado final do processamento eletrônico da seleção de municípios, na segunda chamada da primeira fase, pelos médicos formados em instituição de educação superior brasileira ou com diploma revalidado no Brasil, inscritos para os Programas de Provisão de Médicos do Ministério da Saúde, nos termos Edital/SGTES/MS nº 14, de 21 de julho de 2016.

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE - SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 55, do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e considerando os termos da Portaria Interministerial nº 2.087/MS/MEC, de 1º de setembro de 2011, no âmbito do Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (PROVAB) e da Portaria Interministerial nº 1.369/MS/MEC, de 8 de julho de 2013, no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil, resolve:

Art. 1º Divulgar o resultado final do processamento eletrônico da seleção de municípios, na segunda chamada da primeira fase, pelos médicos formados em instituição de educação superior brasileira ou com diploma revalidado no Brasil, inscritos para os Programas de Provisão de Médicos do Ministério da Saúde, nos termos do subitem 10.1.3 do Edital/SGTES/MS nº 14, de 21 de julho de 2016, conforme lista disponível no <http://maismedicos.saude.gov.br>.

Art. 2º O médico cujo nome integre a lista indicada no art. 1º desta Portaria deverá acessar o SGP, no período indicado no cronograma publicado no endereço eletrônico <http://maismedicos.sau>

PORTARIA Nº 483, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

Altera o Anexo da Portaria nº 375/SGTES/MS, de 29 de julho de 2016, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE - SUBSTITUTA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 55 do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 375/SGTES/MS, de 29 de julho, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLÁUDIA BRANDÃO GONÇALVES SILVA

ANEXO

| Processo             | Nome                          | RMS     | UF | Município      |
|----------------------|-------------------------------|---------|----|----------------|
| 25000.182356/2015-78 | SONIA MARCIA O FARRIL HEREDIA | 3502268 | SP | RIBEIRÃO PRETO |

VOCÊ SABIA QUE...

...a obra "Marília de Dirceu", do inconfidente mineiro Thomaz Antonio Gonzaga, foi impressa em 1810 na Imprensa Régia?

Que Machado de Assis, autor de romances como "Dom Casmurro" e "Quincas Borba", entre outros, trabalhou na Imprensa Nacional, onde chegou a ser ajudante do diretor de publicação do Diário Oficial?



SIG, Quadra 6, Lote 800, Brasília - DF CEP 70610-460

[www.in.gov.br](http://www.in.gov.br)  
[ouvidoria@in.gov.br](mailto:ouvidoria@in.gov.br)

## Ministério das Cidades

## CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO

## RETIFICAÇÃO

No parágrafo único do art. 16 da Resolução CONTRAN nº 619, de 6 de setembro de 2016, publicada no DOU de 8 de setembro de 2016, Seção 1, páginas 46 a 49, onde se lê:

Art. 16. (...)

Parágrafo único. No caso de deferimento do recurso de que trata o art. 13, o recorrente deverá ser informado se a autoridade recorrer da decisão.

Leia-se:

Art. 16. (...)

Parágrafo único. No caso de deferimento do recurso de que trata o art. 14, o recorrente deverá ser informado se a autoridade recorrer da decisão.

## Ministério de Minas e Energia

## AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.023,  
DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.006425/1999-21. Interessado: Radicifibras Indústria e Comércio Ltda. Objeto: Revogar a Resolução Autorizativa nº 648, de 1º de agosto de 2006, referente à autorização da Usina Termelétrica Crylor, com 8.000 kW de potência instalada, localizada no município de São José dos Campos, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.663.810/0001-53. A íntegra desta Resolução consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico [www.aneel.gov.br/biblioteca](http://www.aneel.gov.br/biblioteca).

ROMEY DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.024,  
DE 6 DE SETEMBRO DE 2016.

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.005665/2009-41. Interessado: Confluência Energia S.A. Objeto: Declarar de utilidade pública, em favor da empresa Confluência Energia S.A., para fins de desapropriação, as áreas de terra que perfazem uma superfície de 159,8667 ha (cento e cinquenta e nove hectares, oitenta e seis ares e sessenta e sete centiares), de propriedades particulares distribuídas no município de Prudentópolis, no estado do Paraná, necessárias à implantação da PCH Confluência, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.PR.029068-8.01, autorizada por meio da Resolução nº 61/2004. A empresa fica autorizada a promover, com recursos próprios, amigável ou judicialmente, as desapropriações dessas áreas particulares, podendo, inclusive, invocar o caráter de urgência para fins de imissão provisória na posse do bem, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em [www.aneel.gov.br/biblioteca](http://www.aneel.gov.br/biblioteca).

ROMEY DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.027,  
DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.003269/2015-28. Interessado: Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. - ETAU. Objeto: (i) autorizar a Concessionária a realizar Reforços na Subestação Lagoa Vermelha 2 (ii) estabelecer o valor da parcela adicional de Receita Anual Permitida - RAP correspondente, conforme Anexo I; e (iii) estabelecer o cronograma de execução, conforme Anexo II. A íntegra desta Resolução (e seus anexos) consta dos autos e estará disponível em [www.aneel.gov.br/biblioteca](http://www.aneel.gov.br/biblioteca).

ROMEY DONIZETE RUFINO

## DESPACHO DO DIRETOR-GERAL

Em 6 de setembro de 2016

Nº 2.370 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.003740/2014-05, decide conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Cemig Distribuição S.A. - Cemig-D em face do Auto de Infração nº 19/2016-SFE, para, no mérito, reduzir o valor reconsiderado pelo Despacho nº 928, de 18 de abril de 2016, de R\$ 9.611.787,22 (nove milhões, seiscentos e onze mil, setecentos e oitenta e sete reais e vinte e dois centavos) para R\$ 8.648.722,96 (oito milhões, seiscentos e quarenta e oito mil, setecentos e vinte e dois reais e noventa e seis centavos), mais advertências.

ROMEY DONIZETE RUFINO

## SECRETARIA EXECUTIVA DE LEILÕES

## DESPACHO DO PRESIDENTE

Em 9 de setembro de 2016

Nº 2.400 - O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria nº 3.700, de 15 de setembro de 2015, e considerando o que consta do Processo nº 48500.004029/2015-41, resolve registrar que os documentos de constituição das Sociedades de Propósito Específico descritas na tabela deste Despacho foram analisados e estão em conformidade com o Edital do Leilão nº 01/2016-ANEEL (A-5/2016):

| SEQ. | PROCESSO             | EMPREENDIMENTO    | SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO                       |
|------|----------------------|-------------------|---------------------------------------------------------|
| 1    | 48500.002492/2016-39 | UTE Biogás Bonfim | Raizen Biogás Ltda.<br>CNPJ: 25.201.024/0001-30         |
| 2    | 48500.002497/2016-61 | PCH Recanto       | Recanto Energética SPE S.A.<br>CNPJ: 25.094.744/0001-43 |

ROMÁRIO DE OLIVEIRA BATISTA

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS  
NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

## PORTARIA Nº 288, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

A DIRETORA-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 7º, inciso III, da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998 e Portaria nº 69, de 06 de abril de 2011, ad referendum da Diretoria, resolve:

Art. 1º Ficam alterados os quantitativos e a distribuição dos cargos em comissão previstos no Anexo I da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, sem aumento de despesa, conforme quadro anexo.

Art. 2º Revoga-se a Portaria ANP nº 253, de 29 de julho de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 02 de agosto de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAGDA MARIA DE REGINA CHAMBRIARD

## ANEXO I

QUADRO QUANTITATIVO DE CARGOS COMISSONA-  
DOS

| Cargo em Comissão | Valor Unitário de Remuneração do Cargo (R\$) | Quantitativo |
|-------------------|----------------------------------------------|--------------|
| CD I              | R\$ 15.166,71                                | 1            |
| CD II             | R\$ 14.408,37                                | 4            |
| CGE I             | R\$ 13.650,03                                | 20           |
| CGE II            | R\$ 12.133,36                                | 4            |
| CGE III           | R\$ 11.375,02                                | 30           |
| CGE IV            | R\$ 7.583,34                                 | 22           |
| CA I              | R\$ 12.133,36                                | 11           |
| CA II             | R\$ 11.375,02                                | 9            |
| CA III            | R\$ 3.166,81                                 | 11           |
| CAS I             | R\$ 2.395,59                                 | 18           |
| CAS II            | R\$ 2.076,18                                 | 17           |
| CCT V             | R\$ 2.883,58                                 | 42           |
| CCT IV            | R\$ 2.107,20                                 | 58           |
| CCT III           | R\$ 1.069,23                                 | 97           |
| CCT II            | R\$ 942,59                                   | 27           |
| CCT I             | R\$ 834,62                                   | 34           |

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO  
MINERAL

## SUPERINTENDÊNCIA NO AMAPÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE  
RELAÇÃO Nº 32/2016

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADOS (s) para pagar (em), parcelar (em ) ou apresentar (em) defesa, relativo ao (s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº8.001/90 art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.,

AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA (Código 1.79) OU CONCESSÃO DE LAVRÁ (Código 5.49) OU LICENCIAMENTO (Código 7.72)

NOTIFICADOS : CADAM S.A .. CNPJ: 04.788.980/0010-80 . - Processo de Cobrança Nº 958.202/2013 - Superintendência do DNPM/AP, NFLDP nº 1/2014 - Valor: R\$ : 1.037.148,30.

NOTIFICADOS: UNANGEM MINERAÇÃO E METALURGIA S/A - CNPJ: 42.593.269/0001-70 - Processo de Cobrança Nº: 958.148/2013 - Superintendência do DNPM/AP, NFLDP nº 94/2013 Valor: R\$: 778.315,50.

NOTIFICADOS: ZAMIM AMAPÁ MINERAÇÃO S/A - CNPJ: 06.030.747/0002-50 - Processo de Cobrança Nº 958.082/2011 - Superintendência do DNPM/AP, - NFLPDP Nº 008/2011.

## RELAÇÃO Nº 41/2016

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MUL-TAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)

Braz Ferros Mineração Ltda Epp - 858034/01 - Not.34/2016 - R\$ 6.831,94

Ecometals Mineração do Brasil LTDA. - 858114/09 - Not.31/2016 - R\$ 3.473,07

## RELAÇÃO Nº 42/2016

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)  
Braz Ferros Mineração Ltda Epp - 858034/01 - Not.33/2016 - R\$ 57.362,51

## RELAÇÃO Nº 43/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA  
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)  
Terra Construções Ltda - 858142/12

GEORGE MORAIS DE SOUZA  
Substituto

## SUPERINTENDÊNCIA NO AMAZONAS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE  
RELAÇÃO Nº 64/2016

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)  
Alexander Machado Orsi - 880001/13 - Not.89/2016 - R\$ 22.955,95

Anderson Clayton da Mota Lima - 880104/14 - Not.109/2016 - R\$ 131,52

Iara Azevedo Lembi de Carvalho Barbosa - 880241/11 - Not.57/2016 - R\$ 31.426,55, 880371/11 - Not.59/2016 - R\$ 28.344,64

Ismal Vrena - 880086/15 - Not.111/2016 - R\$ 32.798,19  
Janeth Fernandes da Silva - 880274/13 - Not.101/2016 - R\$ 166,52

João Batista Rosa da Silva - 880115/12 - Not.61/2016 - R\$ 6.885,53

Manoel Juares Simões Cardoso - 880148/12 - Not.63/2016 - R\$ 2.682,41

Marivaldo Dias Gonçalves Bispo - 880215/13 - Not.97/2016 - R\$ 24.973,90

Mfx Participações Ltda - 880178/12 - Not.65/2016 - R\$ 31.261,93, 880180/12 - Not.67/2016 - R\$ 31.190,23, 880182/12 - Not.69/2016 - R\$ 30.819,88, 880226/12 - Not.71/2016 - R\$ 29.075,74, 880227/12 - Not.73/2016 - R\$ 32.469,78, 880228/12 - Not.75/2016 - R\$ 30.350,21, 880229/12 - Not.77/2016 - R\$ 26.478,56, 880230/12 - Not.79/2016 - R\$ 30.149,72, 880231/12 - Not.81/2016 - R\$ 29.850,15, 880234/12 - Not.83/2016 - R\$ 32.068,48, 880235/12 - Not.85/2016 - R\$ 30.183,02, 880239/12 - Not.87/2016 - R\$ 30.494,85

Odair Cordeiro de Oliveira - 880261/07 - Not.37/2016 - R\$ 16.651,80, 880221/08 - Not.39/2016 - R\$ 31.892,63, 880273/08 - Not.41/2016 - R\$ 33.301,04, 880274/08 - Not.43/2016 - R\$ 32.970,51, 880275/08 - Not.45/2016 - R\$ 29.840,03, 880318/08 - Not.47/2016 - R\$ 33.303,60, 880369/08 - Not.49/2016 - R\$ 3.163,41, 880371/08 - Not.51/2016 - R\$ 16.725,11, 880152/09 - Not.53/2016 - R\$ 29.968,88

Pangea Engenharia Ltda - 880283/13 - Not.103/2016 - R\$ 6.745,18, 880284/13 - Not.105/2016 - R\$ 3.329,50, 880285/13 - Not.107/2016 - R\$ 2.938,38

Paulo Carlos De'carli - 880191/13 - Not.93/2016 - R\$ 3.324,27, 880192/13 - Not.95/2016 - R\$ 3.330,36

Paulo Marcelo de Souza - 880084/13 - Not.91/2016 - R\$ 20.517,19

Rosangela Fernandes Bras - 880273/13 - Not.99/2016 - R\$ 166,52

Sintertec Minerais Industriais LTDA. - 880048/11 - Not.55/2016 - R\$ 23.432,69

## RELAÇÃO Nº 65/2016

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MUL-TAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)

Alexander Machado Orsi - 880001/13 - Not.90/2016 - R\$ 3.213,10

Anderson Clayton da Mota Lima - 880104/14 - Not.110/2016 - R\$ 3.213,10

Iara Azevedo Lembi de Carvalho Barbosa - 880241/11 - Not.58/2016 - R\$ 3.213,10, 880371/11 - Not.60/2016 - R\$ 3.213,10

Ismal Vrena - 880086/15 - Not.112/2016 - R\$ 3.213,10  
Janeth Fernandes da Silva - 880274/13 - Not.102/2016 - R\$ 3.213,10



João Batista Rosa da Silva - 880115/12 - Not.62/2016 - R\$ 3.213,10  
Manoel Juares Simões Cardoso - 880148/12 - Not.64/2016 - R\$ 3.213,10  
Marivaldo Dias Gonçalves Bispo - 880215/13 - Not.98/2016 - R\$ 3.213,10  
Mfx Participações Ltda - 880178/12 - Not.66/2016 - R\$ 3.213,10, 880180/12 - Not.68/2016 - R\$ 3.213,10, 880182/12 - Not.70/2016 - R\$ 3.213,10, 880226/12 - Not.72/2016 - R\$ 3.213,10, 880227/12 - Not.74/2016 - R\$ 3.213,10, 880228/12 - Not.76/2016 - R\$ 3.213,10, 880229/12 - Not.78/2016 - R\$ 3.213,10, 880230/12 - Not.80/2016 - R\$ 3.213,10, 880231/12 - Not.82/2016 - R\$ 3.213,10, 880234/12 - Not.84/2016 - R\$ 3.213,10, 880235/12 - Not.86/2016 - R\$ 3.213,10, 880239/12 - Not.88/2016 - R\$ 3.213,10  
Navegação Ana Carolina - 880008/14 - Not.36/2016 - R\$ 333,15  
Odair Cordeiro de Oliveira - 880261/07 - Not.38/2016 - R\$ 3.213,10, 880221/08 - Not.40/2016 - R\$ 3.213,10, 880273/08 - Not.42/2016 - R\$ 3.213,10, 880274/08 - Not.44/2016 - R\$ 3.213,10, 880275/08 - Not.46/2016 - R\$ 3.213,10, 880318/08 - Not.48/2016 - R\$ 3.213,10, 880369/08 - Not.50/2016 - R\$ 3.213,10, 880371/08 - Not.52/2016 - R\$ 3.213,10, 880152/09 - Not.54/2016 - R\$ 3.213,10  
Pangea Engenharia Ltda - 880283/13 - Not.104/2016 - R\$ 3.213,10, 880284/13 - Not.106/2016 - R\$ 3.213,10, 880285/13 - Not.108/2016 - R\$ 3.213,10  
Paulo Carlos De'carli - 880191/13 - Not.94/2016 - R\$ 6.426,19, 880192/13 - Not.96/2016 - R\$ 6.426,19  
Paulo Marcelo de Souza - 880084/13 - Not.92/2016 - R\$ 3.213,10  
Rosangela Fernandes Bras - 880273/13 - Not.100/2016 - R\$ 3.213,10  
Sintertec Minerais Industriais LTDA. - 880048/11 - Not.56/2016 - R\$ 3.213,10

RELAÇÃO Nº 66/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA  
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)  
Sergam Serviços Geológicos da Amazônia Ltda - 880806/85, 880807/85, 880809/85

FERNANDO LOPES BURGOS

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

DESPACHOS DO SUPERINENTENDENTE  
RELAÇÃO Nº 252/2016

Fase de Autorização de Pesquisa  
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)  
860.881/2008-JOSÉ MENDES RIBEIRO-OF. Nº1380/2016  
862.475/2008-JOSÉ HENRIQUE SANDOVAL GONÇALVES-OF. Nº1378/2016  
860.394/2009-ENY FERNANDO VIEIRA DE ABREU-OF. Nº1198/2016  
861.535/2009-VETTEL ENGENHARIA & MINERAÇÃO LTDA-OF. Nº1106/2016  
861.798/2010-MINERADORA SANTA BARBARA LTDA ME-OF. Nº1205/2016  
860.562/2011-JOFEGE MINERAÇÃO LTDA-OF. Nº1376/2016  
860.562/2011-JOFEGE MINERAÇÃO LTDA-OF. Nº1376/2016  
860.989/2012-CERÂMICA CRUZEIRO LTDA-OF. Nº1377/2016  
861.342/2012-AREIA BARRA AZUL EXTRAÇÃO E COMERCIO LTDA-OF. Nº1201/2016  
860.030/2013-ICAL INDÚSTRIA DE CALCINAÇÃO LTDA.-OF. Nº1384/2016  
860.068/2013-ICAL INDÚSTRIA DE CALCINAÇÃO LTDA.-OF. Nº1383/2016  
861.709/2013-LUIZ SEVERIANO CARDOSO-OF. Nº1134/2016  
860.545/2014-FÁBIO ANDRÉ RIBEIRO-OF. Nº1392/2016  
860.546/2014-FÁBIO ANDRÉ RIBEIRO-OF. Nº1393/2016  
861.481/2014-BRAZAURO RECURSOS MINERAIS S.A.-OF. Nº1202/2016  
861.270/2015-MINERAÇÃO GNB LTDA-OF. Nº1134/2016  
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)  
860.158/2013-LUIZ FERNANDO CURY DE AGUIAR-OF. Nº1382/2016  
860.640/2014-CECIN SARKIS SIMÃO-OF. Nº1394/2016  
860.879/2015-FREDERICO ARANTES SANTOS-OF. Nº1391/2016  
Fase de Requerimento de Lavra  
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)  
860.948/2005-JR EXTRAÇÃO MINERAL LTDA-OF. Nº1379/2016  
860.452/2007-L.A. MINERADORA LTDA-OF. Nº1206/2016  
860.455/2008-SRI MINERAÇÃO LTDA ME-OF. Nº1386/2016  
862.791/2008-AREIA RIO BRANCO-OF. Nº1204/2016  
860.755/2009-DRAGA IRMÃOS GARCIA LTDA-OF. Nº1207/2016  
861.052/2010-RONEY BASILIO DA SILVA ME-OF. Nº1385/2016

861.211/2010-AREIA BARRA AZUL EXTRAÇÃO E COMERCIO LTDA-OF. Nº1200/2016  
861.810/2010-AREIA BARRA AZUL EXTRAÇÃO E COMERCIO LTDA-OF. Nº1199/2016  
861.305/2012-ESPAÇO CONSTRUÇÕES E PROJETOS LTDA-OF. Nº1103/2016  
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)  
860.253/2001-CAJUGRAM GRANITOS E MARMORES DO BRASIL LTDA-OF. Nº1381/2016-60 dias  
Fase de Concessão de Lavra  
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)  
860.820/2000-CAIAPÓ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ÁGUA MINERAL LTDA- Fonte: CAIAPÓ; Marca: CAIAPÓ; Embalagens: 500mL (com gás); 500mL e 1,5L (sem gás); 200mL (co-po).- JATAÍ/GO  
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)  
009.291/1967-VALE FERTILIZANTES S A-OF. Nº1388/2016  
960.658/1987-MINERAÇÃO SERRA GRANDE S.A.-OF. Nº1053/2016  
760.218/1996-SAIA VELHA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. Nº1395/2016  
760.844/1996-LENDA INDÚSTRIA DE ÁGUA MINERAL LTDA.-OF. Nº1105/2016  
860.354/1998-AREIA ANHANGUERA LTDA-OF. Nº1400/2016  
860.355/1998-AREIA ANHANGUERA LTDA-OF. Nº1398/2016  
860.356/1998-AREIA ANHANGUERA LTDA-OF. Nº1399/2016  
860.054/2000-OÁSIS ÁGUAS MINERAIS LTDA-OF. Nº1197/2016  
860.820/2000-CAIAPÓ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ÁGUA MINERAL LTDA-OF. Nº1203/2016  
860.183/2001-ÁGUA SANTA EMPREENDIMENTOS LTDA-OF. Nº1397/2016  
860.591/2002-REFRIGERANTES CERRADINHO LTDA.-OF. Nº1196/2016  
860.934/2008-FORMACOL AREIA E CASCALHO LTDA.-OF. Nº1390/2016

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA NO PARÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE  
RELAÇÃO Nº 118/2016

Fica(m) o(s) abaixo(s) relacionado(s), ciente(s) de que julgou-se improcedente (s) a(s) defesa(s); administrativa(s) interposta(s); restando-lhe(s) pagar, parcelar ou apresentar recurso ao Superintendente do DNPM/PA relativo ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (Art. 3º, Inciso IX, da Lei 8.876/94. c/c as Leis nº. 7.990/89 e 8.001/90, art. 61 da Lei nº. 9.430/96, Lei nº. 9.993/00, nº. 10.195/01 e 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento de ação de execução.  
Processo de Cobrança nº. 950.245/2016.  
Notificado: VALE S/A.  
CNPJ: 33.592.510/0001-54.  
NFLDP nº. 085/2016 - DNPM/PA.  
Valor: R\$ 775.296.876,35  
Processo de Cobrança nº. 950.246/2016.  
Notificado: VALE S/A.  
CNPJ: 33.592.510/0001-54.  
NFLDP nº. 086/2016 - DNPM/PA.  
Valor: R\$ 187.983.090,63  
Processo de Cobrança nº. 950.330/2016.  
Notificado: MINERAÇÃO RIO DO NORTE S/A.  
CNPJ: 04.932.216/0001-46.  
NFLDP nº. 115/2016 - DNPM/PA.  
Valor: R\$ 4.528.657,19  
Processo de Cobrança nº. 950.329/2016.  
Notificado: MINERAÇÃO RIO DO NORTE S/A.  
CNPJ: 04.932.216/0001-46.  
NFLDP nº. 114/2016 - DNPM/PA.  
Valor: R\$ 7.260.110,06  
Processo de Cobrança nº. 950.277/2015.  
Notificado: JOSÉ DE SOUSA COELHO FILHO.  
CPF: 064.718.622-53.  
NFLDP nº. 74/2015.  
Valor: R\$ 4.491,31  
Processo de Cobrança nº. 950.275/2015.  
Notificado: JOSÉ DE SOUSA COELHO FILHO.  
CPF: 064.718.622-53.  
NFLDP nº. 75/2015.  
Valor: R\$ 1.579,35  
Processo de Cobrança nº. 950.400/2015.  
Notificado: R O M de Macedo Me.  
CNPJ: 01.037.427/0001-27.  
NFLDP nº. 174/2015 - DNPM/PA.  
Valor: R\$ 46.430,43

CARLOS BOTELHO DA COSTA

SUPERINTENDÊNCIA NA PARAÍBA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE  
RELAÇÃO Nº 138/2016

MIAC  
Fase de Disponibilidade  
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)  
846.075/2000-MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA KE-  
846.310/2003-MHAG SERVIÇOS E MINERAÇÃO S.A.  
846.282/2006-MINERAÇÃO NACIONAL S. A.  
846.285/2006-MINERAÇÃO NACIONAL S. A.  
846.287/2006-MINERAÇÃO NACIONAL S. A.  
846.306/2006-MINERAÇÃO NACIONAL S. A.  
846.307/2006-MINERAÇÃO NACIONAL S. A.  
846.484/2007-JOSINETE TAVARES MENEZES  
846.253/2008-GILVAN DA SILVA FREIRE  
846.332/2008-DAMATTA AGRONEGOCIOS S/A  
846.152/2009-GENIVAL MATIAS DE OLIVEIRA FILHO  
846.320/2010-ARTHUR PEDRO DA SILVA COSTA  
846.322/2010-ARTHUR PEDRO DA SILVA COSTA  
846.323/2010-ARTHUR PEDRO DA SILVA COSTA

EDUARDO SÉRGIO COLAÇO  
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO PARANÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE  
RELAÇÃO Nº 80/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA  
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)  
Abl Mineração Ltda me - 826114/16 - A.I. 127/16  
Andre Luiz Jock - 826771/14 - A.I. 92/16  
Angelo José Bonini - 826552/15 - A.I. 113/16  
Aparicio Alves da Silva - 826781/15 - A.I. 122/16  
Areal Bozza Ltda me - 826894/14 - A.I. 100/16, 826046/14 - A.I. 89/16, 826724/14 - A.I. 130/16  
Areal Quitandinha Ltda - 826647/15 - A.I. 117/16, 826078/16 - A.I. 126/16  
Celso Perucchi Nunes - 826024/16 - A.I. 125/16  
Cerâmica la Salle Ltda me - 826021/16 - A.I. 124/16  
Davi Reis Messaggi - 826104/13 - A.I. 85/16  
Erno Roque Willers - 826493/15 - A.I. 112/16  
Extra Mineração Ltda me - 826832/13 - A.I. 86/16  
g j Teixeira Mineradora Ltda me - 826136/16 - A.I. 128/16  
Gilmar Corso - 826971/14 - A.I. 105/16  
Giuliano Orcelli Pavani - 826146/15 - A.I. 108/16  
j i Oliveira Construção me - 826737/15 - A.I. 121/16  
João Silvério de Oliveira - 826706/12 - A.I. 84/16  
Lazarek & Lazarek Ltda - 826807/14 - A.I. 94/16, 826808/14 - A.I. 95/16  
Lhj Transportes LTDA. me - 826707/14 - A.I. 91/16  
Linha Zero Engenharia e Representações LTDA. - 827016/14 - A.I. 106/16  
Lourival de Araujo - 826948/14 - A.I. 103/16  
Marilene Assunção Fontana - 826433/14 - A.I. 90/16  
Marli Kolenecz Terraplanagem Ltda me - 826966/14 - A.I. 104/16  
Mauricio Almeida da Silva - 826635/15 - A.I. 116/16  
Monica Eliane Guil - 826948/13 - A.I. 88/16  
Nacir Agostinho Bruger - 826601/15 - A.I. 114/16  
Orlando Paiva de Souza - 826331/15 - A.I. 109/16  
Paulo Assunção - 826413/15 - A.I. 110/16  
Pedro Luiz Venier me - 826464/15 - A.I. 111/16, 826856/14 - A.I. 96/16, 826874/14 - A.I. 97/16, 826875/14 - A.I. 98/16, 826876/14 - A.I. 99/16  
Porto de Areia Por do Sol LTDA. - 826425/15 - A.I. 107/16  
Sergio Pedro Tosin - 826703/15 - A.I. 118/16, 826704/15 - A.I. 119/16  
Valdemar Carletto - 826721/15 - A.I. 120/16, 826019/16 - A.I. 123/16  
Vale do Ribeira Comercio e Transporte de Areia e Brita Ltda me - 826895/13 - A.I. 87/16  
Zamir José Teixeira - 826903/14 - A.I. 101/16, 826904/14 - A.I. 102/16, 826174/16 - A.I. 129/16  
Zelita Maria Przywitowski - 826633/15 - A.I. 115/16

HUDSON CALEFE

SUPERINTENDÊNCIA EM RONDÔNIA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE  
RELAÇÃO Nº 66/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA  
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)  
Cancana Brasil Mineração LTDA. - 886017/13 - A.I. 556/16  
Castilho Mineração LTDA. - 886102/12 - A.I. 565/16  
Femar Indústria e Comércio de Bebidas LTDA. - 886359/12 - A.I. 569/16

g. Bertão & Cia LTDA. - 886009/12 - A.I. 566/16  
G.p.s Edificações e Construções Ltda me - 886301/13 - A.I. 570/16  
Josimar Vieira Pires - 886254/12 - A.I. 564/16  
Nilton Dias Cabral - 886143/12 - A.I. 562/16  
Tobemaq - 886198/12 - A.I. 563/16  
Valentim Manduca Pacios - 886340/12 - A.I. 568/16, 886029/12 - A.I. 567/16

RANILSON MONTEIRO CÂMARA  
Substituto

## SUPERINTENDÊNCIA EM SERGIPE

### DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE RELAÇÃO Nº 71/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa  
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)  
878.033/2016-MINERAÇÃO ANTENA DOURADA LTDA  
878.034/2016-MINERAÇÃO ANTENA DOURADA LTDA  
Fase de Autorização de Pesquisa  
Multa aplicada/ prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(225)  
878.152/2010-CERÂMICA SERRA AZUL LTDA -AI Nº49/2016  
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)  
878.151/2010-CERÂMICA SERRA AZUL LTDA- Área de 975,04 para 71,51-Filito  
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)  
878.146/2010-PEDREIRA DINÂMICA  
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)  
878.052/2014-ALMEIDA & GERALCINO SERVIÇOS EM GERAL LTDA ME - AI Nº58/2016  
Fase de Requerimento de Licenciamento  
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)  
878.151/2015-JARDIM'S MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME-Registro de Licença Nº104/2016 de 09/09/2016-Vencimento em 16/06/2019  
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)  
878.041/2016-GREKO CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA ME-OF. Nº331/2016  
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(1166)  
878.156/2015-JOSÉ LOURIVAL DOS SANTOS AREIA E PEDRAS ME-OF. Nº172/2016  
Indefere requerimento de licença - área onerada(2095)  
878.039/2015-CERÂMICA DOIS IRMÃOS LTDA

### RELAÇÃO Nº 72/2016

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.  
Titular: Cal Trevo Industrial Ltda Cpf/cnpj :07.694.266/0001-20 - Processo minerário: 813568/73 - Processo de cobrança: 978086/16 Valor: R\$.2.358.673,18, Processo minerário: 878046/11 - Processo de cobrança: 978087/16 Valor: R\$.415,11, Processo minerário: 878046/11 - Processo de cobrança: 978082/16 Valor: R\$.122,87, Processo minerário: 878060/11 - Processo de cobrança: 978081/16 Valor: R\$.176,54, Processo minerário: 878060/11 - Processo de cobrança: 978080/16 Valor: R\$.13,22, Processo minerário: 878060/15 - Processo de cobrança: 978079/16 Valor: R\$.31,14  
Titular: Maré Cimento Ltda Cpf/cnpj :05.659.785/0001-22 - Processo minerário: 878013/03 - Processo de cobrança: 978090/16 Valor: R\$.116.206,96, Processo minerário: 878015/03 - Processo de cobrança: 978088/16 Valor: R\$.76.081,52, Processo minerário: 816927/73 - Processo de cobrança: 978085/16 Valor: R\$.9.179.072,49

GEORGE EUSTÁQUIO SILVA  
Substituto

## SUPERINTENDÊNCIA NO TOCANTINS

### DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE RELAÇÃO Nº 82/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA  
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)  
Água Azul Mineradora,incorporadora,extração e Frotagem de Minérios LTDA. - 864129/12 - A.I. 263/16, 864130/12 - A.I. 262/16, 864133/12 - A.I. 321/16, 864134/12 - A.I. 261/16, 864187/12 - A.I. 260/16, 864188/12 - A.I. 259/16, 864189/12 - A.I. 258/16, 864190/12 - A.I. 257/16, 864210/12 - A.I. 255/16, 864211/12 - A.I. 254/16, 864212/12 - A.I. 253/16, 864217/12 - A.I. 252/16, 864218/12 - A.I. 313/16, 864219/12 - A.I. 312/16, 864018/13 - A.I. 281/16  
Alan Carneiro Pinheiro - 864128/13 - A.I. 277/16  
Andre Scarassati - 864251/12 - A.I. 310/16  
Antonio Aier Lopes Pereira - 864161/12 - A.I. 250/16  
Antonio de Brito Filho - 864397/13 - A.I. 269/16

Antonio Pedro di Fernandes Macêdo Teles Félix de Oliveira - 864447/13 - A.I. 224/16  
Armando Corrêa de Siqueira Filho - 864013/13 - A.I. 282/16  
Awaliar Serviços e Construções Eireli me - 864027/15 - A.I. 228/16  
Bagesa Fertilizantes Mineração LTDA. - 864117/12 - A.I. 218/16  
Barnabé Miranda de Oliveira Rodrigues - 864108/13 - A.I. 279/16  
Benedito Vicente Ferreira Junior - 864137/15 - A.I. 226/16  
Braulio Cesar Bandeira Aleixo - 864358/12 - A.I. 302/16  
Braz Nilton Montezano - 864343/12 - A.I. 303/16  
Carlos Alexandre de Paiva Jacinto - 864125/13 - A.I. 278/16  
Carlos Augusto Simões Gomes - 864308/13 - A.I. 273/16  
Celmo Geraldo Amorim - 864443/12 - A.I. 315/16, 864418/12 - A.I. 316/16, 864263/12 - A.I. 309/16, 864271/12 - A.I. 308/16  
Clodoaldo Cardoso Leite - 864373/14 - A.I. 242/16  
Cristiano Campos Souza - 864298/12 - A.I. 304/16  
Edna Aparecida Ferreira - 864435/12 - A.I. 314/16  
Euro Metal Brasil Mining Company Ltda - 864012/13 - A.I. 283/16, 864509/12 - A.I. 285/16  
Geraldo Neiva de Figueiredo - 864315/14 - A.I. 244/16  
Goyaz Minérios Ltda me - 864233/13 - A.I. 271/16, 864280/13 - A.I. 276/16, 864281/13 - A.I. 275/16, 864282/13 - A.I. 274/16  
Hernani Pires - 864015/15 - A.I. 237/16  
Jaime Alves Pinheiro - 864340/13 - A.I. 272/16  
João Alberto Barbosa Dias - 864417/12 - A.I. 286/16  
José Eduardo Castello de Teves me - 864032/15 - A.I. 227/16  
José Luiz Rossatti - 864008/14 - A.I. 217/16, 864009/14 - A.I. 216/16  
Jose Tavares Filho - 864148/12 - A.I. 251/16  
Kelluz Engenharia Industria e Comercio Ltda - 864282/15 - A.I. 234/16, 864283/15 - A.I. 233/16  
Khalil Najib Karam - 864272/12 - A.I. 307/16, 864273/12 - A.I. 306/16  
Laurivaldo Dias - 864099/12 - A.I. 264/16, 864068/11 - A.I. 266/16, 864385/12 - A.I. 297/16, 864386/12 - A.I. 296/16, 864387/12 - A.I. 295/16, 864402/12 - A.I. 294/16, 864403/12 - A.I. 293/16, 864406/12 - A.I. 292/16, 864407/12 - A.I. 291/16, 864408/12 - A.I. 290/16, 864409/12 - A.I. 289/16, 864410/12 - A.I. 288/16, 864414/12 - A.I. 287/16, 864195/14 - A.I. 222/16, 864196/14 - A.I. 248/16, 864197/14 - A.I. 247/16, 864198/14 - A.I. 246/16  
Levi Cezar Pacheco Dos Santos Lima - 864381/12 - A.I. 298/16  
Lorena Oliveira e Oliveira Sariedine - 864288/12 - A.I. 305/16  
Luiz Cassimiro Pereira me - 864193/15 - A.I. 225/16  
Mabraz Demolições e Construções Ltda - 864299/14 - A.I. 245/16  
Mauro Heleno Sobreira - 864359/12 - A.I. 301/16, 864360/12 - A.I. 300/16  
Mineração Belo Monte Ltda - 864766/11 - A.I. 265/16  
Mineração Rio Dezoito Ltda Epp - 864782/11 - A.I. 319/16, 864384/12 - A.I. 322/16  
Mineração Tauri Ltda - 864360/14 - A.I. 243/16  
Mineradora Afranio Roberto de Souza Ltda - 864023/15 - A.I. 229/16  
Mineralbrax Exploração de Minérios LTDA. - 864016/14 - A.I. 223/16  
Moacir Moreira de Miranda - 864427/12 - A.I. 317/16, 864007/14 - A.I. 219/16  
Monte Sinai Mineração Ltda - 864504/10 - A.I. 268/16  
Murrillo Chater Viegas - 864014/12 - A.I. 320/16  
Nataanael Carneiro Rios - 864348/13 - A.I. 270/16  
Nestor Matsunaga - 864062/14 - A.I. 215/16  
Paulo Eustaquio Nogueira Penido - 864018/15 - A.I. 236/16, 864019/15 - A.I. 235/16, 864020/15 - A.I. 232/16, 864021/15 - A.I. 231/16, 864022/15 - A.I. 230/16  
Paulo Sergio Delorence - 864061/14 - A.I. 220/16  
Pedreira Santa Mônica Ltda me - 864220/12 - A.I. 311/16  
Phyladelfia Extração IND. e Comercio de Minérios Ltda - 864398/14 - A.I. 240/16, 864400/14 - A.I. 239/16  
Ricardo Lima Dias - 864373/12 - A.I. 299/16  
Rio Dos Mangues Mineração Ltda - 864002/13 - A.I. 284/16, 864103/13 - A.I. 280/16, 864025/14 - A.I. 221/16  
Rui Carlos Borba & Cia Ltda - 864600/10 - A.I. 267/16, 864601/10 - A.I. 318/16  
S a Almeida me - 864192/12 - A.I. 256/16  
Sônia Menelik da Costa - 864377/14 - A.I. 241/16  
Triunfo Mineração do Brasil Ltda - 864020/14 - A.I. 323/16  
Uarian Ferreira da Silva - 864405/14 - A.I. 238/16  
Welisson Galdino Gouvea - 864216/12 - A.I. 249/16

### RELAÇÃO Nº 83/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa  
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)  
864.223/2016-VIVALDO GAUDÊNCIO  
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)  
864.093/2016-DIRCEU RIBEIRO SAMPAIO  
Indefere de Plano o Requerimento de Autorização de Pesquisa(127)  
864.063/2014-NUCLEO PARTICIPAÇÕES & DESENVOLVIMENTO MINERAIS LTDA  
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)  
864.202/2016-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-OF. Nº928/2016 Superintendência - TO/DNPM  
864.203/2016-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-OF. Nº929/2016 Superintendência - TO/DNPM  
864.204/2016-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-OF. Nº930/2016 Superintendência - TO/DNPM  
864.205/2016-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-OF. Nº931/2016 Superintendência - TO/DNPM  
864.206/2016-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-OF. Nº533/2016 Superintendência - TO/DNPM  
864.207/2016-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-OF. Nº534/2016 Superintendência - TO/DNPM  
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)  
864.081/2016-MUCIO NOBRE DA COSTA RIBEIRO  
Fase de Autorização de Pesquisa  
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)  
864.533/2011-ANANIAS PONCE LACERDA NETO- Alvará nº10443/2013 - Cessionario:864.235/2016-ANANIAS PONCE LACERDA NETO- CPF ou CNPJ 05.087.657/0001-51  
864.533/2011-ANANIAS PONCE LACERDA NETO- Alvará nº10443/2013 - Cessionario:864.234/2016-ANANIAS PONCE LACERDA NETO- CPF ou CNPJ 05.087.657/0001-51  
864.533/2011-ANANIAS PONCE LACERDA NETO- Alvará nº10443/2013 - Cessionario:864.233/2016-ANANIAS PONCE LACERDA NETO- CPF ou CNPJ 05.087.657/0001-51  
864.533/2011-ANANIAS PONCE LACERDA NETO- Alvará nº10443/2013 - Cessionario:864.232/2016-ANANIAS PONCE LACERDA NETO- CPF ou CNPJ 05.087.657/0001-51  
864.533/2011-ANANIAS PONCE LACERDA NETO- Alvará nº10443/2013 - Cessionario:864.231/2016-ANANIAS PONCE LACERDA NETO- CPF ou CNPJ 05.087.657/0001-51  
864.835/2011-MAURO HELENO SOBREIRA- Alvará nº9680/2015 - Cessionario:864.105/2016-JOSÉ ANTONIO DA SILVA- CPF ou CNPJ 771.674.651-00  
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)  
864.077/2012-MÁRCIO SOARES SANTANA- Cessionário:TALES TRAVENCOLO VIEIRA- CPF ou CNPJ 853.001.796-04- Alvará nº7599/2015  
Fase de Disponibilidade  
Indefere requerimento de habilitação a área disponibilidade - Edital/Pesquisa(313)  
864.018/2010-ADRIANA MÁRCIA LIMA DA SILVA  
864.022/2010-ADRIANA MÁRCIA LIMA DA SILVA  
864.029/2010-ADRIANA MÁRCIA LIMA DA SILVA  
Homologa desistência do requerimento de habilitação para área em disponibilidade(607)  
864.602/2011-MCB SERVICOS E MINERACAO LTDA  
864.603/2011-MCB SERVICOS E MINERACAO LTDA  
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)  
864.419/2007-WALDSON ALVES PEREIRA JUNIOR  
864.496/2011-OCIAM MINERAÇÕES LTDA  
864.291/2015-ATLANTIS CONSTRUTORA S A  
Fase de Requerimento de Lavra  
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)  
860.373/1988-RIO NOVO MINERAÇÃO LTDA.-OF. Nº529/2016 - SUP/DNPM/TO/SGTM  
864.026/2001-TORC ENGENHARIA LTDA.-OF. Nº518/2016 - SUP/DNPM/TO/SGTM  
864.205/2002-EMPRESA DE MINERAÇÃO FLORESTA NEGRA LTDA.-OF. Nº526/2016 - SUP/DNPM/TO/SGTM  
864.046/2004-UNIMIN DO BRASIL LTDA.-OF. Nº517/2016 - SUP/DNPM/TO/SGTM  
864.083/2006-RIO NOVO MINERAÇÃO LTDA.-OF. Nº531/2016 - SUP/DNPM/TO/SGTM  
864.111/2007-CORCOVADO GRANITOS LTDA.-OF. Nº548/2016 - SUP/DNPM/TO/SGTM  
864.300/2008-MINERAX MINERAÇÃO XAMBIOÁ LTDA.-OF. Nº515/2016 - SUP/DNPM/TO/SGTM  
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)  
860.136/1982-VOTORANTIM CIMENTOS S A- ALVARÁ nº 746/1992 - Cessionário: MINERAÇÃO VALE DO ARAGUAIA LTDA.- CNPJ 00.334.681/0001-24  
860.138/1982-VOTORANTIM CIMENTOS S A- ALVARÁ nº 332/1990 - Cessionário: MINERAÇÃO VALE DO ARAGUAIA LTDA.- CNPJ 00.334.681/0001-24  
860.141/1982-VOTORANTIM CIMENTOS S A- ALVARÁ nº 333/1990 - Cessionário: MINERAÇÃO VALE DO ARAGUAIA LTDA.- CNPJ 00.334.681/0001-24  
860.143/1982-VOTORANTIM CIMENTOS S A- ALVARÁ nº 334/1990 - Cessionário: MINERAÇÃO VALE DO ARAGUAIA LTDA.- CNPJ 00.334.681/0001-24  
860.144/1982-VOTORANTIM CIMENTOS S A- ALVARÁ

nº 1733/1991 - Cessionário: MINERAÇÃO VALE DO ARAGUAIA LTDA.- CNPJ 00.334.681/0001-24

860.147/1982-VOTORANTIM CIMENTOS S A- ALVARÁ nº 5148/1982 - Cessionário: MINERAÇÃO VALE DO ARAGUAIA LTDA.- CNPJ 00.334.681/0001-24

860.179/1982-VOTORANTIM CIMENTOS S A- ALVARÁ nº 479/1982 - Cessionário: MINERAÇÃO VALE DO ARAGUAIA LTDA.- CNPJ 00.334.681/0001-24

860.193/1982-VOTORANTIM CIMENTOS S A- ALVARÁ nº 1264/1988 - Cessionário: MINERAÇÃO VALE DO ARAGUAIA LTDA.- CNPJ 00.334.681/0001-24

864.261/2001-JOАQUIM PEREIRA PORTO- ALVARÁ nº 7219/2002 - Cessionário: NOVA ERA MINERAÇÃO LTDA.- CNPJ 10.769.795/0001-50

Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)

860.373/1988-RIO NOVO MINERAÇÃO LTDA.-OF. Nº530/2016 - SUP/DNPM/TO/SGTM

864.026/2001-TORC ENGENHARIA LTDA.-OF. Nº519/2016 - SUP/DNPM/TO/SGTM

864.205/2002-EMPRESA DE MINERAÇÃO FLORESTA NEGRA LTDA.-OF. Nº527/2016 - SUP/DNPM/TO/SGTM

864.046/2004-UNIMIN DO BRASIL LTDA.-OF. Nº516/2016 - SUP/DNPM/TO/SGTM

864.083/2006-RIO NOVO MINERAÇÃO LTDA.-OF. Nº532/2016 - SUP/DNPM/TO/SGTM

Fase de Licenciamento

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)

864.504/2008-PEDRO FERREIRA NETO-OF. Nº528/2016 - SUP/DNPM/TO/SGTM

Fase de Requerimento de Licenciamento

Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)

864.409/2013-FILLERCAL RIO FORMOSO LTDA-Registro de Licença Nº32/2016 de 01/09/2016-Vencimento em INDETERMINADO

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)

864.083/2015-SEBASTIÃO ELIAS FERRAZ ME-OF. Nº165/2016 - SUP/DNPM/TO/SGTM

864.115/2016-JALES MARTINS DE FARIA JUNIOR-OF. Nº883/2016 - SUP/DNPM/TO/SGTM

Indefere requerimento de licença - área onerada(2095)

864.020/2016-EURIPEDES JOSÉ DE SOUZA

RELAÇÃO Nº 84/2016

Fase de Autorização de Pesquisa

Nega provimento a defesa apresentada(242)

864.013/2011-GOLD MAX MINERAÇÃO LTDA

864.014/2011-GOLD MAX MINERAÇÃO LTDA

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)

864.251/2004-MINERAÇÃO MATA AZUL S A-OF. Nº923/2016 - DNPM/TO

864.056/2010-MINERAÇÃO MATA AZUL S A-OF. Nº924/2016 - DNPM/TO

864.529/2011-VULCANO MINERADORA S A-OF. Nº886/2016 - DNPM/TO

864.530/2011-VULCANO MINERADORA S A-OF. Nº885/2016 - DNPM/TO

864.339/2013-HP MINERAÇÃO E MEIO AMBIENTE LTDA-OF. Nº925/2016 - DNPM/TO

RELAÇÃO Nº 85/2016

Fase de Autorização de Pesquisa

Torna sem efeito multa aplicada(106)

864.013/2011-GOLD MAX MINERAÇÃO LTDA- DOU de 08/03/2016

864.014/2011-GOLD MAX MINERAÇÃO LTDA- DOU de 08/03/2016

MOACIR HARUO MASSANI

Substituto

Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

RETIFICAÇÃO

Retificação do Anexo I da Portaria nº 37, de 08 de setembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 174, de 09 de Setembro de 2016, Seção I, página 38 e 39, Conforme descrito abaixo:

1 Na coluna Número Mínimo de Beneficiários Fornecedores;

2 Na coluna Limite Financeiro de Pagamentos a Fornecedores pelo Governo Federal.

Onde se lê:

| Estado | Município                | Código do IB-GE | METAS DE EXECUÇÃO                           | Limite financeiro de pagamentos a fornecedores pelo Governo Federal | PARÂMETROS ADICIONAIS DE EXECUÇÃO                            |                                                          |                                                                                         |
|--------|--------------------------|-----------------|---------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------|
|        |                          |                 | Número Mínimo de Beneficiários Fornecedores |                                                                     | Percentual mínimo de Beneficiários Fornecedores Prioritários | Percentual mínimo de Beneficiárias Fornecedoras mulheres | Percentual mínimo de Beneficiários Fornecedores de produtos orgânicos ou agroecológicos |
| AL     | PALMEIRA DOS INDIOS      | 2706307         | 73                                          | R\$ 470.810,05                                                      | 40%                                                          | 40%                                                      | 5%                                                                                      |
| BA     | BARRO ALTO               | 2903235         | 17                                          | R\$ 107.026,92                                                      | 40%                                                          | 40%                                                      | 5%                                                                                      |
| BA     | EUNÁPOLIS                | 2910727         | 72                                          | R\$ 462.000,00                                                      | 40%                                                          | 40%                                                      | 5%                                                                                      |
| BA     | GONGOI                   | 2911501         | 14                                          | R\$ 89.189,10                                                       | 40%                                                          | 40%                                                      | 5%                                                                                      |
| BA     | GUAJERU                  | 2911659         | 17                                          | R\$ 107.026,92                                                      | 40%                                                          | 40%                                                      | 5%                                                                                      |
| BA     | IBITIJA                  | 2913101         | 20                                          | R\$ 127.290,68                                                      | 40%                                                          | 40%                                                      | 5%                                                                                      |
| BA     | ILHEUS                   | 2913606         | 25                                          | R\$ 157.500,00                                                      | 40%                                                          | 40%                                                      | 5%                                                                                      |
| BA     | JAGUAQUARA               | 2917607         | 52                                          | R\$ 333.639,18                                                      | 40%                                                          | 40%                                                      | 5%                                                                                      |
| BA     | LAPÃO                    | 2919157         | 26                                          | R\$ 167.738,53                                                      | 40%                                                          | 40%                                                      | 5%                                                                                      |
| BA     | PRESIDENTE JÂNIO QUADROS | 2925709         | 17                                          | R\$ 107.026,92                                                      | 40%                                                          | 40%                                                      | 5%                                                                                      |
| CE     | ACOPIARA                 | 2300309         | 57                                          | R\$ 369.725,95                                                      | 40%                                                          | 40%                                                      | 5%                                                                                      |
| CE     | MARACANAÚ                | 2307650         | 164                                         | R\$ 1.065.325,20                                                    | 40%                                                          | 40%                                                      | 5%                                                                                      |
| CE     | PENTECOSTE               | 2310704         | 37                                          | R\$ 234.511,48                                                      | 40%                                                          | 40%                                                      | 5%                                                                                      |
| GO     | JATAI                    | 5211909         | 63                                          | R\$ 407.899,89                                                      | 40%                                                          | 40%                                                      | 5%                                                                                      |
| MA     | FORTUNA                  | 2104206         | 17                                          | R\$ 104.099,02                                                      | 40%                                                          | 40%                                                      | 5%                                                                                      |
| MA     | MAGALHÃES DE ALMEIDA     | 2106300         | 21                                          | R\$ 132.284,07                                                      | 40%                                                          | 40%                                                      | 5%                                                                                      |
| MA     | PIO XII                  | 2108702         | 24                                          | R\$ 151.797,85                                                      | 40%                                                          | 40%                                                      | 5%                                                                                      |
| MA     | SANTANA DO MARANHÃO      | 2110237         | 18                                          | R\$ 112.825,44                                                      | 40%                                                          | 40%                                                      | 5%                                                                                      |
| MG     | CHAPADA GAÚCHA           | 3116159         | 15                                          | R\$ 93.062,97                                                       | 40%                                                          | 40%                                                      | 5%                                                                                      |
| MG     | DORES DO TURVO           | 3123304         | 12                                          | R\$ 73.150,00                                                       | 40%                                                          | 40%                                                      | 5%                                                                                      |
| MG     | JANAÚBA                  | 3135100         | 50                                          | R\$ 318.814,65                                                      | 40%                                                          | 40%                                                      | 5%                                                                                      |
| MG     | POÇOS DE CALDAS          | 3151800         | 39                                          | R\$ 252.000,00                                                      | 40%                                                          | 40%                                                      | 5%                                                                                      |
| MG     | PRESIDENTE OLEGÁRIO      | 3153400         | 16                                          | R\$ 97.523,79                                                       | 40%                                                          | 40%                                                      | 5%                                                                                      |
| MG     | UBERLÂNDIA               | 3170206         | 119                                         | R\$ 770.000,00                                                      | 40%                                                          | 40%                                                      | 5%                                                                                      |
| PA     | PICARRÁ                  | 1505635         | 17                                          | R\$ 109.877,04                                                      | 40%                                                          | 40%                                                      | 5%                                                                                      |
| PA     | SANTAREM                 | 1506807         | 305                                         | R\$ 1.978.018,68                                                    | 40%                                                          | 40%                                                      | 5%                                                                                      |
| PB     | BREJO DOS SANTOS         | 2502904         | 15                                          | R\$ 96.396,30                                                       | 40%                                                          | 40%                                                      | 5%                                                                                      |
| PB     | JOÃO PESSOA              | 2507507         | 192                                         | R\$ 1.243.550,00                                                    | 40%                                                          | 40%                                                      | 5%                                                                                      |
| PB     | POMBAL                   | 2512101         | 30                                          | R\$ 190.479,09                                                      | 40%                                                          | 40%                                                      | 5%                                                                                      |
| PE     | IPUBI                    | 2607307         | 31                                          | R\$ 195.849,50                                                      | 40%                                                          | 40%                                                      | 5%                                                                                      |
| PE     | LAGOA GRANDE             | 2608750         | 23                                          | R\$ 145.308,44                                                      | 40%                                                          | 40%                                                      | 5%                                                                                      |
| PE     | PETROLINA                | 2611101         | 233                                         | R\$ 1.509.286,16                                                    | 40%                                                          | 40%                                                      | 5%                                                                                      |
| RS     | ENTRE IJUIS              | 4306932         | 14                                          | R\$ 84.823,20                                                       | 40%                                                          | 40%                                                      | 5%                                                                                      |
| RS     | JOIA                     | 4311155         | 14                                          | R\$ 84.823,20                                                       | 40%                                                          | 40%                                                      | 5%                                                                                      |
| RS     | LIBERATO SALZANO         | 4311601         | 14                                          | R\$ 84.823,20                                                       | 40%                                                          | 40%                                                      | 5%                                                                                      |
| RS     | VALE DO SOL              | 4322533         | 13                                          | R\$ 84.000,00                                                       | 40%                                                          | 40%                                                      | 5%                                                                                      |
| SE     | PROPRIÁ                  | 2805703         | 14                                          | R\$ 87.500,00                                                       | 40%                                                          | 40%                                                      | 5%                                                                                      |
| SP     | ITANHAÉM                 | 3522109         | 64                                          | R\$ 412.660,63                                                      | 40%                                                          | 40%                                                      | 5%                                                                                      |
| SP     | ITAQUAQUECETUBA          | 3523107         | 81                                          | R\$ 523.600,00                                                      | 40%                                                          | 40%                                                      | 5%                                                                                      |
| SP     | LINS                     | 3527108         | 18                                          | R\$ 115.500,00                                                      | 40%                                                          | 40%                                                      | 5%                                                                                      |
| 40     |                          |                 | 2.063                                       | R\$ 13.258.764,06                                                   |                                                              |                                                          |                                                                                         |

Leia-se:

| Estado | Município           | Código do IB-GE | METAS DE EXECUÇÃO                           | Limite financeiro de pagamentos a fornecedores pelo Governo Federal | PARÂMETROS ADICIONAIS DE EXECUÇÃO                            |                                                          |                                                                                         |
|--------|---------------------|-----------------|---------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------|
|        |                     |                 | Número Mínimo de Beneficiários Fornecedores |                                                                     | Percentual mínimo de Beneficiários Fornecedores Prioritários | Percentual mínimo de Beneficiárias Fornecedoras mulheres | Percentual mínimo de Beneficiários Fornecedores de produtos orgânicos ou agroecológicos |
| AL     | PALMEIRA DOS INDIOS | 2706307         | 73                                          | R\$ 470.810,05                                                      | 40%                                                          | 40%                                                      | 5%                                                                                      |
| BA     | BARRO ALTO          | 2903235         | 17                                          | R\$ 107.026,92                                                      | 40%                                                          | 40%                                                      | 5%                                                                                      |
| BA     | EUNÁPOLIS           | 2910727         | 78                                          | R\$ 504.104,11                                                      | 40%                                                          | 40%                                                      | 5%                                                                                      |
| BA     | GONGOI              | 2911501         | 14                                          | R\$ 89.189,10                                                       | 40%                                                          | 40%                                                      | 5%                                                                                      |
| BA     | GUAJERU             | 2911659         | 17                                          | R\$ 107.026,92                                                      | 40%                                                          | 40%                                                      | 5%                                                                                      |

|    |                          |         |       |                   |     |     |    |
|----|--------------------------|---------|-------|-------------------|-----|-----|----|
| BA | IBITITÁ                  | 2913101 | 20    | R\$ 127.290,68    | 40% | 40% | 5% |
| BA | ILHÉUS                   | 2913606 | 150   | R\$ 969.057,41    | 40% | 40% | 5% |
| BA | JAGUAQUARA               | 2917607 | 52    | R\$ 333.639,18    | 40% | 40% | 5% |
| BA | LAPÃO                    | 2919157 | 26    | R\$ 167.738,53    | 40% | 40% | 5% |
| BA | PRESIDENTE JÂNIO QUADROS | 2925709 | 17    | R\$ 107.026,92    | 40% | 40% | 5% |
| CE | ACOPIARA                 | 2300309 | 57    | R\$ 369.725,95    | 40% | 40% | 5% |
| CE | MARACANAÚ                | 2307650 | 164   | R\$ 1.065.325,20  | 40% | 40% | 5% |
| CE | PENTECOSTE               | 2310704 | 37    | R\$ 234.511,48    | 40% | 40% | 5% |
| GO | JATAÍ                    | 5211909 | 63    | R\$ 407.899,89    | 40% | 40% | 5% |
| MA | FORTUNA                  | 2104206 | 17    | R\$ 104.099,02    | 40% | 40% | 5% |
| MA | MAGALHÃES DE ALMEIDA     | 2106300 | 21    | R\$ 132.284,07    | 40% | 40% | 5% |
| MA | PIO XII                  | 2108702 | 24    | R\$ 151.797,85    | 40% | 40% | 5% |
| MA | SANTANA DO MARANHÃO      | 2110237 | 18    | R\$ 112.825,44    | 40% | 40% | 5% |
| MG | CHAPADA GAÚCHA           | 3116159 | 15    | R\$ 93.062,97     | 40% | 40% | 5% |
| MG | DORES DO TURVO           | 3123304 | 14    | R\$ 85.904,28     | 40% | 40% | 5% |
| MG | JANAÚBA                  | 3135100 | 50    | R\$ 318.814,64    | 40% | 40% | 5% |
| MG | POÇOS DE CALDAS          | 3151800 | 40    | R\$ 259.000,00    | 40% | 40% | 5% |
| MG | PRESIDENTE OLEGÁRIO      | 3153400 | 16    | R\$ 97.523,79     | 40% | 40% | 5% |
| MG | UBERLÂNDIA               | 3170206 | 131   | R\$ 847.000,00    | 40% | 40% | 5% |
| PA | PIÇARRA                  | 1505635 | 17    | R\$ 109.877,04    | 40% | 40% | 5% |
| PA | SANTARÉM                 | 1506807 | 305   | R\$ 1.978.018,68  | 40% | 40% | 5% |
| PB | BREJO DOS SANTOS         | 2502904 | 15    | R\$ 96.396,30     | 40% | 40% | 5% |
| PB | JOÃO PESSOA              | 2507507 | 249   | R\$ 1.617.000,00  | 40% | 40% | 5% |
| PB | POMBAL                   | 2512101 | 30    | R\$ 190.479,09    | 40% | 40% | 5% |
| PE | IPUBI                    | 2607307 | 31    | R\$ 195.849,50    | 40% | 40% | 5% |
| PE | LAGOA GRANDE             | 2608750 | 23    | R\$ 145.308,44    | 40% | 40% | 5% |
| PE | PETROLINA                | 2611101 | 233   | R\$ 1.509.286,16  | 40% | 40% | 5% |
| RS | ENTRE IJUÍ               | 4306932 | 14    | R\$ 84.823,20     | 40% | 40% | 5% |
| RS | JOÍIA                    | 4311155 | 14    | R\$ 84.823,20     | 40% | 40% | 5% |
| RS | LIBERATO SALZANO         | 4311601 | 14    | R\$ 84.823,20     | 40% | 40% | 5% |
| RS | VALE DO SOL              | 4322533 | 14    | R\$ 84.823,20     | 40% | 40% | 5% |
| SE | PROPRIÁ                  | 2805703 | 24    | R\$ 153.287,16    | 40% | 40% | 5% |
| SP | ITANHAÉM                 | 3522109 | 64    | R\$ 412.660,63    | 40% | 40% | 5% |
| SP | ITAQUAQUECETUBA          | 3523107 | 108   | R\$ 700.000,00    | 40% | 40% | 5% |
| SP | LINS                     | 3527108 | 25    | R\$ 159.250,00    | 40% | 40% | 5% |
| 40 |                          |         | 2.311 | R\$ 14.869.390,20 |     |     |    |

## Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

### SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

#### CIRCULAR Nº 57, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, nos termos do Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, e promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, de acordo com o disposto no art. 5º do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, e tendo em vista o que consta do Processo MDIC/SECEX 52272.001395/2016-37 e do Parecer nº 43, de 9 de setembro de 2016, elaborado pelo Departamento de Defesa Comercial - DECOM desta Secretaria de Comércio Exterior - SECEX, considerando existirem elementos suficientes que indicam que a extinção do direito antidumping aplicado às importações do produto objeto desta Circular levaria, muito provavelmente, à continuação ou retomada do dumping e do dano à indústria doméstica dele decorrente, decide:

1. Iniciar revisão do direito antidumping instituído pela Resolução CAMEX nº 54, de 9 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) de 10 de agosto de 2011, aplicado às importações brasileiras de tubos de aço carbono, sem costura, de condução (line pipe), utilizados para oleodutos e gasodutos, com diâmetro de até cinco polegadas, comumente classificadas no item 7304.19.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, originárias da Romênia.

1.1. Tornar públicos os fatos que justificaram a decisão de início da revisão, conforme o anexo à presente circular.

1.2. A data do início da revisão será a da publicação desta circular no Diário Oficial da União - D.O.U.

2. A análise da probabilidade de continuação ou retomada do dumping que antecedeu o início da revisão considerou o período de janeiro de 2015 a dezembro de 2015. Já a análise da probabilidade de continuação ou retomada do dano que antecedeu o início da revisão considerou o período de janeiro de 2011 a dezembro de 2015.

3. A participação das partes interessadas no curso desta revisão de medida de defesa comercial deverá realizar-se necessariamente por meio do Sistema DECOM Digital (SDD), de acordo com a Portaria SECEX nº 58, de 29 de julho de 2015. O endereço do SDD é <http://decomdigital.mdic.gov.br>.

4. De acordo com o disposto no § 3º do art. 45 do Decreto nº 8.058, de 2013, deverá ser respeitado o prazo de vinte dias, contado a partir da data da publicação desta circular no D.O.U., para que outras partes que se considerem interessadas e seus respectivos representantes legais solicitem sua habilitação no referido processo.

5. A participação das partes interessadas no curso desta revisão de medida de defesa comercial deverá realizar-se por meio de representante legal habilitado junto ao DECOM, por meio da apresentação da documentação pertinente no SDD. A intervenção em processos de defesa comercial de representantes legais que não estejam habilitados somente será admitida nas hipóteses previstas na Portaria SECEX nº 58, de 2015. A regularização da habilitação dos

representantes que realizarem estes atos deverá ser feita em até 91 dias após o início da revisão, sem possibilidade de prorrogação. A ausência de regularização da representação nos prazos e condições previstos fará com que os atos a que fazem referência este parágrafo sejam havidos por inexistentes.

6. A representação de governos estrangeiros dar-se-á por meio do chefe da representação oficial no Brasil ou por meio de representante por ele designado. A designação de representantes deverá ser protocolada, por meio do SDD, junto ao DECOM em comunicação oficial da representação correspondente.

7. Na forma do que dispõe o art. 50 do Decreto nº 8.058, de 2013, serão remetidos questionários aos produtores ou exportadores conhecidos, aos importadores conhecidos e aos demais produtores domésticos, conforme definidos no § 2º do art. 45, que disporão de trinta dias para restituí-los, por meio do SDD, contados da data de ciência. Presume-se que as partes interessadas terão ciência de documentos impressos enviados pelo DECOM 5 (cinco) dias após a data de seu envio ou transmissão, no caso de partes interessadas nacionais, e 10 (dez) dias, caso sejam estrangeiras, conforme o art. 19 da Lei 12.995, de 18 de junho de 2014.

8. De acordo com o previsto nos arts. 49 e 58 do Decreto nº 8.058, de 2013, as partes interessadas terão oportunidade de apresentar, por meio do SDD, os elementos de prova que considerem pertinentes. As audiências previstas no art. 55 do referido decreto deverão ser solicitadas no prazo de cinco meses, contado da data de início da revisão, e as solicitações deverão estar acompanhadas da relação dos temas específicos a serem nela tratados. Ressalte-se que somente representantes devidamente habilitados poderão ter acesso ao recinto das audiências relativas aos processos de defesa comercial e se manifestar em nome de partes interessadas nessas ocasiões.

9. Na forma do que dispõem o § 3º do art. 50 e o parágrafo único do art. 179 do Decreto nº 8.058, de 2013, caso uma parte interessada negue acesso às informações necessárias, não as forneça tempestivamente ou crie obstáculos à revisão, o DECOM poderá elaborar suas determinações finais com base nos fatos disponíveis, incluídos aqueles disponíveis na petição de início da revisão, o que poderá resultar em determinação menos favorável àquela parte do que seria caso a mesma tivesse cooperado.

10. Caso se verifique que uma parte interessada prestou informações falsas ou errôneas, tais informações não serão consideradas e poderão ser utilizados os fatos disponíveis.

11. À luz do disposto no art. 112 do Decreto nº 8.058, de 2013, a revisão deverá ser concluída no prazo de dez meses, contado de sua data de início, podendo esse prazo ser prorrogado por até dois meses, em circunstâncias excepcionais.

12. De acordo com o contido no § 2º do art. 112 do Decreto nº 8.058, de 2013, as medidas antidumping de que trata a Resolução CAMEX nº 54, de 9 de agosto de 2011, permanecerão em vigor, no curso desta revisão.

14. Esclarecimentos adicionais podem ser obtidos pelo telefone +55 61 2027-8264/7357 ou pelo endereço eletrônico [tubosacosemcosturaromenia@mdic.gov.br](mailto:tubosacosemcosturaromenia@mdic.gov.br).

DANIEL MARTELETO GODINHO

#### ANEXO

##### 1. DOS ANTECEDENTES

As exportações para o Brasil de tubos de aço carbono, sem costura, de condução (line pipe), utilizados em oleodutos ou gasodutos, comumente classificadas no item 7304.19.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, foram objeto de investigações de dumping anteriores.

##### 1.1. Da investigação original

Em 13 de maio de 1998, a empresa Vallourec & Mannesmann Tubes do Brasil S.A. protocolou petição de início de investigação de prática de dumping nas exportações para o Brasil de tubos de aço carbono sem costura, de condução (line pipe), com diâmetros de até 5 polegadas, originárias da Romênia, nos termos do que dispunha o art. 18 do Decreto nº 1.602, de 23 de agosto de 1995.

A investigação foi iniciada por meio da Circular SECEX nº 39, de 16 de outubro de 1998, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.), de 19 de outubro de 1998, e foi encerrada por meio da Portaria Interministerial MICT/MF nº 13, de 6 de outubro de 1999, publicada no D.O.U. de 20 de outubro de 1999, com aplicação, por 5 anos, de direito antidumping definitivo na forma de alíquota ad valorem de 32,2% às importações do produto em questão.

##### 1.2. Da primeira revisão

A Circular SECEX nº 11, de 2 de março de 2004, publicada no D.O.U. de 3 de março de 2004, tornou público que o prazo de vigência do direito antidumping aplicado às importações brasileiras de tubos de aço carbono, sem costura, de condução (line pipe), com diâmetros de até cinco polegadas, originárias da Romênia, vigoraria até o dia 20 de outubro de 2004.

Em 14 de maio de 2004, a Vallourec & Mannesmann Tubes do Brasil S.A. protocolou petição de início de revisão do direito antidumping, aplicado às importações brasileiras de tubos de aço carbono, sem costura, de condução (line pipe), com diâmetros de até cinco polegadas, originárias da Romênia, nos termos do art. 57 do Decreto nº 1.602, de 1995. Constatada a existência de elementos de prova que justificaram o início da revisão, conforme Parecer DECOM nº 24, de 15 de outubro de 2004, a revisão foi iniciada por meio da Circular SECEX nº 62, de 18 de outubro de 2004, publicada no D.O.U. de 20 de outubro de 2004.

A revisão foi encerrada por meio da Resolução CAMEX nº 32, de 5 de outubro de 2005, publicada no D.O.U. de 7 de outubro de 2005, com a prorrogação do direito antidumping na forma da alíquota ad valorem de 14,3%, com vigência de até cinco anos nos termos do disposto no art. 57 do Decreto nº 1.602, de 1995.

##### 1.3. Da segunda revisão

Em 17 de dezembro de 2009, a Circular SECEX nº 71, publicada no D.O.U. de 21 de dezembro de 2009, tornou público que o prazo de vigência do direito antidumping aplicado às importações brasileiras de tubos de aço carbono, sem costura, de condução (line pipe), com diâmetros de até cinco polegadas, originárias da Romênia, vigoraria até o dia 7 de outubro de 2010. Conforme o disposto no § 2º, do art. 57, do Decreto nº 1.602, de 1995, as partes interessadas teriam o prazo de cinco meses antes da data do término da vigência do direito para se manifestarem, por escrito, sobre o interesse na revisão e para solicitar audiência.

Em 12 de julho de 2010, a Vallourec & Mannesmann Tubes do Brasil S.A. protocolou petição de abertura de revisão do direito antidumping, aplicado às importações brasileiras de tubos de aço carbono, sem costura, de condução (line pipe), com diâmetros de até cinco polegadas, originárias da Romênia, nos termos do art. 57 do Decreto nº 1.602, de 1995.



Após análise das informações prestadas e presentes os elementos de prova que justificariam o início da revisão conforme o Parecer DECOM nº 20 de 1º de outubro de 2010, a investigação foi iniciada por meio da Circular SECEX nº 42, de 5 de outubro de 2010, publicada no D.O.U. de 7 de outubro de 2010.

Encerrou-se a revisão por meio da Resolução CAMEX nº 54, de 9 de agosto de 2011, publicada no D.O.U. de 10 de agosto de 2011. Decidiu-se pela manutenção do direito antidumping em vigor na forma de alíquota ad valorem de 14,3% e sua prorrogação por até cinco anos.

1.4. Das outras investigações

Por meio da Resolução CAMEX nº 63, de 6 de setembro de 2011, publicada no D.O.U. de 8 de setembro de 2011, foi aplicado direito antidumping, sob a forma de alíquota específica, nas importações brasileiras de tubos de aço carbono, sem costura, de condução (line pipe), utilizados para oleodutos e gasodutos, com diâmetro externo de até 5 (cinco) polegadas, originárias da República Popular da China. Foram aplicadas alíquotas específicas de US\$ 743,00/t. Tal medida permanecerá em vigor por 5 anos.

Em 8 de setembro de 2016, foi publicada no D.O.U., a Circular SECEX nº xx, de 6 de setembro de 2016, que iniciou a revisão do direito antidumping aplicado pela Resolução CAMEX nº 63, de 6 de setembro de 2011, publicada no D.O.U. de 8 de setembro de 2011. A revisão mencionada se encontra em andamento.

Por meio da Resolução CAMEX nº 106, de 24 de novembro de 2014, publicada no D.O.U. de 24 de novembro de 2014, foi aplicado direito antidumping, sob a forma de alíquota específica, nas importações brasileiras de tubos de aço carbono, sem costura, de condução (line pipe), utilizados para oleodutos e gasodutos, com diâmetro externo não superior a 5 (cinco) polegadas nominais (141,3 mm), originárias da Ucrânia. Foram aplicadas alíquotas específicas de US\$ 145,26/t (cento e quarenta e cinco dólares estadunidenses e vinte e seis centavos por tonelada) para duas empresas e de US\$ 708,60/t (setecentos e oito dólares estadunidenses e sessenta centavos por tonelada) para as demais empresas ucranianas. Tal medida permanecerá em vigor até 24 de novembro de 2019.

2. DA REVISÃO

2.1. Dos procedimentos prévios

Em 26 de novembro de 2015 foi publicada a Circular SECEX nº 74, de 25 de novembro de 2015, que tornou público que o prazo de vigência do direito antidumping aplicado pela Resolução CAMEX nº 54, de 9 de agosto de 2011 encerrar-se-ia no dia 7 de outubro de 2016. Adicionalmente, foi informado que, conforme previsto no art. 111 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, as partes que desejassem iniciar uma revisão deveriam protocolar petição de revisão de final de período, no mínimo, quatro meses antes da data de término do período de vigência do direito antidumping.

2.2. Da petição

Em 29 de abril de 2016, a Vallourec Tubos do Brasil S.A., doravante também denominada Vallourec ou peticionária, protocolou, no Sistema DECOM Digital (SDD), utilizado para as tramitações referentes ao presente processo administrativo, petição de revisão de final de período do direito antidumping nas exportações para o Brasil de tubos de aço carbono sem costura, de condução (line pipe), com diâmetro de até cinco polegadas, quando originárias da Romênia e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática.

Com base no §2º do art. 41 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, doravante também denominado Regulamento Brasileiro, em 11 de maio de 2016, por meio do Ofício nº 2.986/2016/CGMC/DECOM/SECEX, foram solicitadas à peticionária informações complementares àquelas fornecidas na petição.

Em 27 de maio de 2016, a Vallourec pediu prorrogação do prazo de 27 de maio, determinado no ofício acima mencionado. Concedida a prorrogação por meio do Ofício nº 3.583/2016/CGMC/DECOM/SECEX, a peticionária apresentou tais informações, tempestivamente, em 1º de junho de 2016.

2.3. Da revisão concomitante

Conforme apontado no item 1.4 deste anexo, em 8 de setembro de 2016 foi iniciada revisão do direito antidumping aplicado às importações originárias da China de tubos de aço carbono, sem costura, de condução (line pipe), utilizados para oleodutos e gasodutos, com diâmetro externo não superior a 5 (cinco) polegadas nominais (141,3 mm).

2.4. Das partes interessadas

De acordo com o § 2º do art. 45 do Decreto nº 8.058, de 2013, foram identificadas como partes interessadas, além da produtora nacional do produto similar, Vallourec, os Governos da Romênia e da União Europeia, os produtores/exportadores estrangeiros e os importadores brasileiros do produto objeto da revisão.

Em atendimento ao estabelecido no art. 43 do Decreto nº 8.058, de 2013, foram identificados, por meio dos dados detalhados das importações brasileiras, fornecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), do Ministério da Fazenda, as empresas produtoras/exportadoras e os importadores brasileiros do produto objeto da revisão durante o período de investigação de indícios de dumping.

2.5. Da verificação in loco na indústria doméstica

Devido à existência do processo MDIC/SECEX nº 52272.001393/2016-48, que também versa sobre tubos de aço carbono sem costura, tendo ainda o mesmo período de investigação de continuidade/retomada do dumping e do dano desta revisão, e fundamentado nos princípios da eficiência, previsto no art. 2º, caput, da Lei nº 9.784, de 1999, e da celeridade processual, previsto no inciso LXXVIII do art. 5º da Constituição Federal de 1988, foi realizada verificação in loco única para confirmar os dados fornecidos pela Vallourec em ambos os processos.

Neste contexto, foi solicitada, por meio do Ofício nº 3.949, de 17 de junho de 2016, em face do disposto no art. 175 do Decreto nº 8.058, de 2013, anuência para que equipe de técnicos realizasse verificação in loco dos dados apresentados pela Vallourec Tubos do Brasil S.A., no período de 18 a 22 de julho de 2016, em Belo Horizonte - MG.

Em atenção ao § 3º do art. 52 do Decreto no 8.058, de 2013, após consentimento da empresa, técnicos realizaram verificação in loco, no período proposto, com o objetivo de confirmar e de obter maior detalhamento das informações prestadas pelas empresas na petição de início de revisão de final de período e nas respostas aos pedidos de informações complementares.

Cumpriram-se os procedimentos previstos no roteiro previamente encaminhado às empresas, tendo sido verificadas as informações prestadas. Também foram obtidos esclarecimentos acerca do processo produtivo de tubos de aço carbono sem costura e da estrutura organizacional da empresa. Por fim, consideraram-se válidas as informações fornecidas pela Vallourec, após as pequenas correções fornecidas pela empresa.

A versão restrita do relatório de verificação in loco consta dos autos restritos do processo e os documentos comprobatórios foram recebidos em bases confidenciais.

3. DO PRODUTO E DA SIMILARIDADE

3.1. Do produto objeto da revisão

O produto objeto da revisão do direito antidumping são os tubos de aço carbono, sem costura, de condução (line pipe), utilizado para oleodutos e gasodutos, com diâmetro de até cinco polegadas (doravante também denominados tubos de aço carbono sem costura), usualmente classificados no item 7304.19.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, exportados pela Romênia.

A principal matéria-prima utilizada no processo de fabricação do produto similar é o aço carbono, cuja composição química varia em razão da norma técnica do grau do aço e está relacionada ao seu uso. O aço é uma liga metálica formada principalmente de ferro e carbono, que pode possuir outras ligas dependendo da aplicação e da necessidade de atingir as propriedades do produto final. O aço carbono é definido como uma liga metálica formada pelo resultado da combinação de ferro e carbono, quando as proporções de outros elementos sejam inferiores a determinados limites percentuais: 0,3% de alumínio; 0,0008% de boro; 0,3% de cromo; 0,3% de cobalto; 0,4% de cobre; 0,4% de chumbo; 1,65% de manganês; 0,08% de molibdênio; 0,3% de níquel; 0,06% de nióbio; 0,6% de silício; 0,05% de titânio; 0,3% de tungstênio (volfrâmio); 0,1% de vanádio; 0,05% de zircônio e 0,1% de outros elementos.

O produto objeto da revisão são os tubos de aço carbono que apresentam diâmetro externo não superior a 5 (cinco) polegadas nominais (141,3 mm). Tais tubos, contudo, podem apresentar diferentes dimensões no que diz respeito ao diâmetro interno e à espessura da parede do tubo, além de apresentar diferentes tipos de acabamento de pontas e de proteção de superfície.

Esclarece-se que, por norma, cinco polegadas nominais (5") equivalem a 141,3 mm. A tabela a seguir correlaciona os tamanhos do diâmetro em polegadas e em milímetros:

| Diâmetro nominal em polegadas | Diâmetro em milímetros |
|-------------------------------|------------------------|
| 1/4                           | 13,7                   |
| 1/2                           | 21,3                   |
| 1                             | 33,4                   |
| 1 1/4                         | 42,2                   |
| 1 1/2                         | 48,3                   |
| 2                             | 60,3                   |
| 3                             | 88,9                   |
| 4                             | 114,3                  |
| 5                             | 141,3                  |

O produto objeto do direito antidumping está sujeito normalmente à norma técnica API-5L, podendo estar ou não estar associado a outras normas como ASTM-A106, ASTM-A53, ASTM-A333, etc. As normas podem variar em função das condições de pressão de formação, da vazão, da profundidade, do tipo de fluido e de outros fatores relativos à aplicação a que se destina.

As principais normas técnicas utilizadas internacionalmente para a comercialização do produto são:

| Norma        | Instituição normalizadora                            |
|--------------|------------------------------------------------------|
| API 5L       | American Petroleum Institute                         |
| DNV OS F-101 | Det Norske Veritas (DNV)                             |
| CSA-Z245.1   | Canadian Standards Association (CSA)                 |
| ISO 3183     | International Organization for Standardization (ISO) |

A título ilustrativo, a peticionária indicou, de forma não exaustiva, outras normas que podem vir associadas às normas principais, tais como:

| Norma               | Instituição normalizadora                                                                           |
|---------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|
| ASTM A 106/NBR 6321 | American Society for Testing and Materials (ASTM) / Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) |
| ASTM A 53/NBR 5590  | American Society for Testing and Materials (ASTM) / Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) |
| ASTM A 333          | American Society for Testing and Materials (ASTM)                                                   |

Os tubos de aço carbono sem costura são usados principalmente na construção de oleodutos e gasodutos para condução e armazenamento de fluidos. São também usados em refinarias, em indústrias químicas e petroquímicas, em indústria naval e estaleiro, bem em plantas de tratamento e distribuição de gás. Também são utilizados na condução de derivados de petróleo em pequenas extensões.

3.2. Do produto similar fabricado no Brasil

O produto similar, fabricado no Brasil, são os tubos de aço carbono, sem costura, de condução (line pipe), utilizado para oleodutos e gasodutos, com diâmetro externo não superior a cinco polegadas, usualmente classificados no item 7304.19.00 da NCM.

A principal matéria-prima utilizada no processo de fabricação do produto fabricado no Brasil é o ferro gusa, a partir do qual se produz o aço carbono. As demais características do produto nacional (composição química, grau do aço, capacidade e diâmetro externo) são semelhantes às do produto objeto da revisão, descritas no item 3.1 deste anexo.

O produto similar não é medido em termos de potência, e a capacidade é dimensionada a partir da norma aplicável. Além disso, tal produto pode ser laminado a quente ou estirado/trefilado a frio. Assim como o produto objeto da revisão, o produto fabricado no Brasil pode apresentar diferentes dimensões no que diz respeito ao diâmetro interno e à espessura de parede, além de apresentar diferentes tipos de acabamento de pontas e de proteção de superfície. A proteção vai depender da destinação do uso do tubo, da característica que se deseja obter e do interesse do cliente. Por exemplo, o revestimento de concreto ajuda a manter a estabilidade da linha e o revestimento com isolamento térmico visa manter a temperatura interna no tubo. Ademais, o produto similar pode ser comercializado com diferentes tipos de acabamento de pontas. Esse acabamento é fundamental para fazer a ligação de um tubo a outro e vai variar de acordo com a aplicação do produto.

No que se refere ao processo de fabricação dos tubos de aço sem costura, a peticionária apresentou descrição do fluxograma do processo produtivo da indústria doméstica. O processo produtivo inicia-se com a fabricação do aço. No alto-forno, carvão vegetal e minério de ferro fundem-se, transformando esse minério em ferro gusa. O ferro gusa passa, então, pelo processo de oxidação. Após essa etapa, é adicionada sucata para obter a liga básica de aço. Posteriormente, o aço é transportado para o forno panela, onde é realizado o controle de temperatura do aço líquido e são adicionados elementos de liga para atender à composição química exigida. Depois da etapa de purificação, o aço líquido passa pelo processo de lingotamento contínuo, em que são formados os blocos cilíndricos de aço em estado sólido.

Os blocos cilíndricos de aço são, então, transformados em tubos através do processo de laminação a quente, por meio de três etapas fundamentais. Na primeira, os blocos são perfurados, e o resultado é a lupa, primeira matéria-prima em forma de tubo. Na segunda, a lupa passa por laminador com o objetivo de aproximar o diâmetro externo às especificações exigidas pelo cliente. Na terceira, ajusta-se o diâmetro e a espessura do tubo. Após a laminação a quente, há o resfriamento. Logo em seguida, os tubos são reaquecidos para que haja homogeneização da microestrutura. Na sequência, os tubos passam pelo descarepador para, enfim, chegar à etapa do laminador calibrador, em que se garante que as medidas finais do tudo estejam dentro das especificações das normas técnicas. Após esta etapa, os tubos são esfriados novamente e seguem para as linhas de inspeção e ajustagem.

A depender da especificação do produto, pode haver a necessidade de trefilação/estiramento do tubo. Essa é uma etapa importante em que há redução do diâmetro externo e interno e aumento do comprimento da lupa. O tubo pode passar por mais de uma etapa de trefila até atingir a medida final. Dependendo da composição química do aço é necessário tratamento térmico na lupa ou passes intermediários de trefila com o objetivo de diminuir a dureza e aumentar a capacidade de deformação plástica. Após esta etapa, os tubos seguem para as linhas de inspeção e ajustagem (que incluem serra, inspeção visual, inspeção não destrutiva e dimensional, marcação, acabamento de pontas, oleamento, amarração e despacho).

Segundo informações apresentadas na petição, os tubos de aço carbono sem costura fabricados no Brasil têm os mesmos usos e aplicações dos tubos originários da China. Tal qual o produto objeto, o produto similar também é comercializado no Brasil em peças soltas ou em amarrados, sendo distribuídos através de vendas diretas do fabricante para o usuário final ou por meio de distribuidoras e revendas.

O produto similar também está sujeito às mesmas normas técnicas do produto objeto, mencionadas no item anterior. Além disso, no Brasil, vigoram as normas ABNT NBR 5590 e ABNT NBR 6321, que são equivalentes, respectivamente, às normas norte-americanas ASTM-A53 e ASTM-A-106. A peticionária ressaltou que a lista de normas técnicas não é exaustiva, uma vez que, em todo o mundo, há diversas entidades normalizadoras similares à brasileira ABNT, as quais podem estabelecer normas e/ou regulamentos técnicos. Na petição foram citadas as principais normas demandadas no mercado.

3.3. Da classificação e do tratamento tarifário

O produto objeto da revisão é normalmente classificado no item 7304.19.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM/SH. A alíquota do imposto de importação para esse item foi de 16% ao longo do período de análise de indícios de dano.

Os seguintes acordos de preferência tarifária foram identificados:

| País/Bloco | Base Legal        | Preferência Tarifária |
|------------|-------------------|-----------------------|
| Argentina  | ACE 18 - Mercosul | 100%                  |
| Paraguai   | ACE 18 - Mercosul | 100%                  |
| Uruguai    | ACE 18 - Mercosul | 100%                  |

3.4. Da similaridade

O art. 9º do Decreto nº 8.058, de 2013, dispõe que o termo "produto similar" será entendido como o produto idêntico, igual sob todos os aspectos ao produto objeto da investigação ou, na sua ausência, outro produto que, embora não exatamente igual sob todos os aspectos, apresente características muito próximas às do produto objeto da revisão.

Dessa forma, diante das informações apresentadas, ratifica-se a conclusão dos procedimentos anteriores de que o produto produzido no Brasil é similar ao produto objeto da revisão, avaliando-se em termos de matérias primas, composição química, usos e aplicações, processo produtivo e demais critérios definidos no § 1º do art. 9º do Regulamento Brasileiro.

#### 4. DA INDÚSTRIA DOMÉSTICA

O art. 34 do Decreto nº 8.058, de 2013, define indústria doméstica como a totalidade dos produtores do produto similar doméstico. Nos casos em que não for possível reunir a totalidade destes produtores, o termo indústria doméstica será definido como o conjunto de produtores cuja produção conjunta constitua proporção significativa da produção nacional total do produto similar doméstico.

Tendo em vista que a petição consiste na única produtora nacional do produto similar doméstico, o qual foi definido, no item 3.2 deste anexo, como tubos de aço carbono sem costura, de condução (line pipe), com diâmetros de até 5 polegadas, definiu-se como indústria doméstica, para fins de análise da probabilidade de continuação/retomada do dano, a linha de produção de tubos de aço carbono sem costura da empresa Vallourec Tubos do Brasil S.A., a qual representa, portanto, a totalidade da produção nacional do produto similar doméstico.

#### 5. DOS INDÍCIOS DE RETOMADA DO DUMPING

De acordo com o art. 107 c/c o art. 103 do Decreto nº 8.058, de 2013, a determinação de que a extinção do direito levaria muito provavelmente à continuação ou à retomada do dumping deverá basear-se no exame objetivo de todos os fatores relevantes, incluindo a existência de dumping durante a vigência da medida; o desempenho do produtor ou exportador; alterações nas condições de mercado, tanto do país exportador quanto em outros países; e a aplicação de medidas de defesa comercial sobre o produto similar por outros países e a consequente possibilidade de desvio de comércio para o Brasil.

##### 5.1. Da existência de retomada de dumping durante a vigência do direito

Para fins desta revisão, a avaliação de existência de indícios de retomada de dumping durante a vigência do direito levou em consideração o período de janeiro a dezembro de 2015.

##### 5.1.1. Do valor normal

Para fins de apuração do valor normal da Romênia, optou-se pela metodologia de construção do valor normal no país exportador, com base nos documentos e dados fornecidos pelas peticionárias, a partir de um valor razoável dos custos de produção, acrescidos de montante a título de despesas gerais, administrativas, financeiras e de vendas, bem como de um montante a título de lucro.

Para composição da estrutura de custo, foi utilizado o consumo específico médio dos principais itens de custo de fabricação de uma tonelada de tubos de aço sem costura conforme dados da peticionária. Utilizou-se a estrutura de custo de produção do produto similar mais vendido no mercado interno, de P1 a P5. Foram levados em conta os consumos de matérias-primas, insumos e utilidades, além de todos os gastos efetivos realizados em P5.

Para a valoração de cada item de custo, ressalta-se que não foram encontradas publicações internacionais onde constem os preços praticados no mercado interno da Romênia e não foram obtidas listas de preços ou notas fiscais de venda do produto sob investigação no mercado interno romeno. Neste contexto, a peticionária apresentou informações de custos das principais matérias primas consoante a publicação especializada SBB Steel Markets Daily, da Platts, McGraw Hill Financial.

Entretanto, pelo fato de tal publicação apresentar somente preços internacionais, de modo a tornar a análise dos preços praticados na Romênia mais acurada, de maneira prudencial, optou-se por utilizar os dados de importação da Romênia disponíveis no UN Comtrade no período de janeiro a dezembro de 2015, utilizando-se as principais subposições tarifárias (SH) de cada insumo. Destaca-se que tal ajuste implicou em redução de 25% no valor normal ex fabrica, ao se comparar o valor apurado e o valor apresentado na petição.

Em seguida, foi obtido o custo de produção do ferro gusa no alto forno. A partir das principais matérias-primas empregadas, quais sejam, minério de ferro e pelotas (grupo ferrosos) e carvão (grupo reductores), foram aplicados os coeficientes de consumo a fim de se apurar o custo de produção das principais matérias-primas empregadas na produção do ferro gusa. O custo dos outros insumos utilizados na produção do ferro gusa foi obtido por meio da proporção deste no custo das principais matérias primas, de acordo com os dados da peticionária. Por fim, aplicou-se nova proporção a fim de se apurar os créditos de sucatas e resíduos gerados na produção de ferro gusa, novamente utilizando-se do percentual apurado na peticionária.

O custo dos outros insumos utilizados na produção do ferro gusa foi obtido por meio da proporção deste no custo das principais matérias primas, de acordo com os dados da peticionária. Por fim, sabe-se que, na produção do ferro gusa, são geradas sucatas e resíduos que representam crédito no custo de produção. Aplicou-se, então, nova proporção a fim de se apurar os créditos de sucatas e resíduos gerados na produção de ferro gusa, mais uma vez utilizando-se do percentual apurado na peticionária.

Na etapa seguinte de produção, aciaria, são adicionados ao ferro gusa sucata, fundentes e ligas para a definição da composição do aço. Também utilizando-se dos coeficientes técnicos da peticionária e dos preços do UN Comtrade, apurou-se os valores consumidos para a Sucata (ferrous scrap) e para as ligas principais - ferro silício manganês e ferro silício 75%.

Para os demais materiais empregados na fase da aciaria (fundentes), primeiramente, verificou-se qual a relação entre os valores destes outros materiais fundentes e os custos relativos a ferrosos (sucata) utilizados na aciaria pela indústria doméstica. A relação encontrada foi, então, aplicada sobre o custo de ferrosos (sucata) na aciaria da Romênia, conforme a metodologia apresentada anteriormente. Além disso, ainda na aciaria, são também geradas sucatas e resíduos que representam reductores no custo de produção do tubo em questão. Os créditos obtidos nesta fase também foram obtidos por meio da representatividade destes na indústria doméstica, com o cálculo de forma idêntica ao já apresentado.

Na aciaria utilizam-se as seguintes fontes de ligas em adição ao ferro silício manganês e do ferro silício 75%. O custo de produção das outras fontes de ligas foi obtido por meio da aplicação da relação, conforme dados da indústria doméstica, entre os valores destas fontes de liga e os custos relativos a ferro silício manganês e a ferro silício 75% na Romênia.

Para calcular o valor dos demais insumos da produção, partiu-se do custo do produto vendido efetivo total da indústria doméstica em P5, conforme apresentado na petição. Foram considerados os custos relativos a material de consumo, serviços de terceiros na produção, material de embalagem e outros insumos.

Calculou-se, então, qual o custo efetivo total de P5 relativamente às rubricas que compõem o total de matérias primas, extraídos da petição, conforme já analisados nesta construção do valor normal, quais sejam: ferrosos, reductores sólidos, adições/fundentes, outros materiais e créditos sucata/resíduos. Verificou-se, então, qual a relação entre o custo destes demais insumos e o custo das matérias-primas da peticionária. Tal relação foi, então, aplicada ao custo de matérias-primas já calculado para a Romênia.

Para o cálculo do valor relativo a outros custos variáveis, verificou-se qual o custo total destas rubricas da peticionária em P5 e qual o custo total relativo a matérias-primas da peticionária. A relação verificada entre a primeira e a segunda foi, então, aplicada ao custo total de matérias primas nas fases de alto forno e aciaria calculada para a Romênia.

Com relação às utilidades, estão envolvidas no processo produtivo o gás natural, eletricidade e outras. O custo relativo ao gás natural envolve dois tipos de custo: aquele relativo ao consumo de gás, especificamente, e aquele associado à distribuição interna do gás consumido.

Para se converter tal consumo em calorías, utilizou-se a poder calorífico (PCI) médio de 2015 informado pela fornecedora Gasmig à peticionária. Considerando, ainda, o fator de kWh por kCal, foi obtido o consumo de gás natural por tonelada de tubo produzido. Os preços do gás natural na Romênia foram extraídos da publicação Quarterly Report on European Gas Markets, da Comissão Europeia, sendo que a peticionária apresentou informações relativas aos três primeiros trimestres de 2015. Também foi utilizada a informação do último trimestre de 2015, de modo a completar o período P5. Os preços da publicação se referem a preços em centavos de Euro para consumidores industriais com consumo entre 27.780 MWh e 277.800 MWh, excluindo-se VAT e outras taxas.

Conforme consta da página da Comissão Europeia sobre estatísticas de preços de energia, a participação de impostos e outras taxas no custo do gás natural na Romênia equivale a aproximadamente um terço (31,5%) do preço final do gás natural para consumidores industriais. Assim, sobre o preço médio do gás natural calculado foram adicionados 31,5% a título de impostos e taxas.

O custo relativo à energia elétrica, da mesma forma que no caso do gás natural, envolve dois tipos de custo: aquele relativo ao consumo da energia elétrica, especificamente, e aquele associado à distribuição interna da energia elétrica consumida, conforme apontado pela indústria doméstica. Os preços da energia elétrica na Romênia foram extraídos da publicação Quarterly Report on European Electricity Markets, da Comissão Europeia, sendo que a peticionária apresentou informações relativas aos três primeiros trimestres de 2015. Foi utilizada também a informação do último trimestre de 2015, de modo a completar o período P5. Os preços da publicação se referem a preços em centavos de Euro para consumidores industriais com consumo entre 500 MWh e 2.000 MWh, excluindo-se VAT e outras taxas. Conforme consta da página da Comissão Europeia sobre estatísticas de preços de energia, o valor relativo a impostos e outras taxas no consumo de energia elétrica na Romênia foi, em 2015, de 0,0121 Euro por kWh, valor que foi adicionado ao cálculo a título de impostos e taxas.

Os valores encontrados em euros para o gás natural e eletricidade foram, então, convertidos a dólares norte-americanos pela taxa de câmbio média de 2015 divulgada pelo Banco Central do Brasil. Para o cálculo do custo relativo a outras utilidades, verificou-se qual o custo total desta rubrica da peticionária em P5 e qual o custo total relativo a energia elétrica e gás natural. A relação verificada entre o primeiro e o segundo foi, então, aplicada ao preço da energia elétrica e gás natural calculado para a Romênia.

Para os cálculos da mão de obra direta e indireta, utilizou-se o salário médio pago na Romênia, disponibilizado no sítio eletrônico Eurostat, devidamente convertido para dólares estadunidenses conforme taxa média de câmbio, obtida no sítio eletrônico do Banco Central. Em seguida, estimou-se o tempo em horas que cada empregado gasta na produção de uma tonelada de tubos de aço sem costura, por meio dos dados da peticionária. Para cálculo da mão-de-obra indireta foi adotada a mesma metodologia.

A peticionária apontou ainda a existência da rubrica de outros custos fixos (Apoio: de Área e Empresa). Nesta rubrica, estão considerados os custos relativos ao apoio de área, que inclui custos indiretos de fábrica, envolvendo empregados que dão apoio ao processo produtivo de cada fase de processo (gerências, galpões, pontes rolantes) e relativos a apoio da empresa, que inclui custos indiretos envolvendo empregados que dão apoio a toda empresa, como prefeitura da planta, logística, suprimentos. Embora em tais rubricas estejam considerados custos com mão de obra indireta, estas incluem, também, materiais e outros gastos, motivo pelo qual não se poderia calcular seu custo apenas a partir do cálculo dos valores de salários e benefícios na Romênia.

Verificou-se, então, qual o custo total destas rubricas da peticionária em P5 e qual o custo total relativo à mão de obra indireta na manutenção da produção da peticionária. A relação verificada entre a primeira e a segunda foi, então, aplicada ao custo de mão de obra indireta na manutenção calculada para a Romênia.

Na rubrica de outros custos fixos, foram considerados os custos relativos a ajuste a custo real (ajustes realizados no final de cada mês para ajustar o custo dos estoques e o Custo dos Produtos Vendidos a valores reais), a outros custos CPV (gastos lançados diretamente no resultado e não apropriados especificamente aos produtos), e outros custos fixos. Vale ressaltar que foi realizado um ajuste, em que foram retiradas as despesas não associadas a produção do produto similar.

Verificou-se qual o custo total destas rubricas da peticionária em P5 e qual o custo total relativo à mão de obra indireta na manutenção da produção da peticionária. A relação verificada entre a primeira e a segunda foi, então, aplicada ao custo de mão de obra indireta na manutenção calculada para a Romênia.

Os dados de depreciação, de despesas de vendas, gerais, administrativas, outras receitas operacionais e de despesas financeiras, além da margem de lucro na Romênia foram extraídos dos demonstrativos financeiros da produtora romena do produto objeto desta revisão TMK-Artrom, relativos aos anos de 2012-2011, 2014-2013 e 2015. Tais documentos podem ser encontrados no sítio: [http://tmk-artrom.ro/tmkartrom\\_annual\\_reports\\_englisha](http://tmk-artrom.ro/tmkartrom_annual_reports_englisha), acessado em 1º de setembro de 2016.

Foi utilizado como montante razoável de lucro o valor médio ponderado obtido no período de 2011 a 2015. Os percentuais de depreciação e das despesas sob análise foram obtidos em relação ao custo de vendas nos demonstrativos citados, e a margem de lucro foi apurada em relação à receita de vendas da empresa em comento.

Ademais, cumpre ressaltar que se optou de forma conservadora pela apuração da margem de lucro operacional antes dos impostos com base nos demonstrativos mencionados, uma vez que não estariam diretamente associadas ao negócio da empresa. Assim sendo, o percentual de depreciação foi aplicado ao custo de manufatura na construção do valor normal, os percentuais das despesas listadas ao custo de manufatura após a depreciação e a margem de lucro em referência ao lucro obtido, apurando-se o valor normal construído ex fabrica.

| Valor Normal da Romênia em US\$/t (ex fabrica)      |                |
|-----------------------------------------------------|----------------|
| Rubrica                                             | Custo (US\$/t) |
| 1. Matéria-prima (A)                                |                |
| 1.1 Minério de ferro                                | [CONF.]        |
| 1.2 Pelotas                                         | [CONF.]        |
| 1.3 Carvão                                          | [CONF.]        |
| 1.4 Sucata                                          | [CONF.]        |
| 1.5 Ferro Silício Manganês                          | [CONF.]        |
| 1.6 Ferro Silício 75%                               | [CONF.]        |
| 1.7 Outras ligas                                    | [CONF.]        |
| 1.8 Outros insumos                                  | [CONF.]        |
| 1.9 Créditos/Resíduos                               | [CONF.]        |
| Total                                               | [CONF.]        |
| 2. Mão de Obra (B)                                  |                |
| 2.1 Mão de Obra Direta                              | [CONF.]        |
| 2.2 Mão de Obra Indireta                            | [CONF.]        |
| Total                                               | [CONF.]        |
| 3. Outros Custos Variáveis e Fixos (C)              | [CONF.]        |
| 5. Utilidades e Energia Elétrica (D)                |                |
| 5.1 Energia Elétrica                                | [CONF.]        |
| 5.2 Gás Natural                                     | [CONF.]        |
| 5.3 Outras utilidades                               | [CONF.]        |
| Total                                               | [CONF.]        |
| 6. Custo de Manufatura (E) = (A)+(B)+(C)+(D)        | [CONF.]        |
| 7. Depreciação (F)                                  | [CONF.]        |
| 8. Custo de Manufatura após depreciação (G)=(E)+(F) | [CONF.]        |
| 9. Despesas de Vendas, Gerais e Administrativas (H) | [CONF.]        |
| 10. Despesas Financeiras (I)                        | [CONF.]        |
| 12. Custo Total (J) = (G)+(H)+(I)                   | [CONF.]        |
| 11. Margem de Lucro (L)                             | [CONF.]        |
| Valor Normal Ex Fabrica (M) = (J) + (L)             | 1.103,65       |

Dessa forma, apurou-se valor normal construído no país exportador, para fins de início da presente investigação, US\$ 1.103,65/t (mil cento e três dólares estadunidenses e sessenta e cinco centavos por tonelada), na condição ex fabrica.

##### 5.1.1. Da retomada do dumping

Uma vez que não foram verificadas exportações significativas da Romênia para o Brasil no período de análise da continuação/retomada do dumping, avaliou-se a probabilidade de retomada de dumping, caso o direito antidumping em vigor não seja prorrogado. Para tanto, comparou-se o valor normal da Romênia, internalizado no Brasil, com o preço médio ex fabrica da indústria doméstica, nos termos do § 3º do art. 107 do Decreto nº 8.058, de 2013.

Para fins de apuração do valor normal internado no Brasil, inicialmente adicionou-se ao valor normal ex fabrica o frete interno na Romênia, as despesas de exportação no porto de embarque, além de frete e seguro internacional, obtendo-se assim o valor normal na condição CIF. Em seguida, foi acrescido Imposto de Importação (16% do preço CIF), Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM (25% do frete marítimo internacional) e despesas de internação no Brasil, no montante de 2% do preço CIF, apurando-se, desse modo, o valor normal internado no Brasil.

Em relação ao frete interno na Romênia, este foi apurado com base em cotação obtida no endereço eletrônico <http://www.worldfreightrates.com>, acessado em 23 de agosto de 2016. Para tal, se considerou a despesa para transporte de produtos minerais e metalúrgicos das três cidades em que ficam situadas as empresas romenas que foram indicadas pela peticionária até o principal porto da Romênia (Constantza), sendo utilizada a média simples das cotações obtidas. Considerou-se o transporte de um container de 40 pés, com 26 toneladas de carga.

As despesas de exportação na Romênia foram apuradas com base numa publicação do Banco Mundial, <http://data.worldbank.org/indicator/IC.EXP.COST.CD?locations=RO>, acessado em 23 de agosto de 2016.

Para fins de estimativa do frete e seguro internacional, também se utilizou cotação obtida no sítio eletrônico <http://www.worldfreightrates.com>, acessado em 23 de agosto de 2016, considerando a despesa para transporte do porto de Constantza até o porto de Santos.

Já as despesas de internação no Brasil foram calculadas tendo como base o valor apurado na investigação anterior de tubos de aço sem costura, produto similar ao objeto desta investigação, originários da Ucrânia. A apuração do valor normal da Romênia internado no Brasil encontra-se detalhada na tabela a seguir:

| Valor Normal CIF internado da Romênia (Em US\$/t) |         |          |
|---------------------------------------------------|---------|----------|
| Valor Normal ex-fabrica                           |         | 1.103,65 |
| Frete interno                                     | [CONF.] |          |
| Despesas de Exportação                            | [CONF.] |          |
| Frete e Seguro internacional                      | [CONF.] |          |
| Valor Normal CIF                                  | [CONF.] |          |
| Imposto de importação (16% do Preço CIF)          | [CONF.] |          |
| AFRMM (25% do Frete internacional)                | [CONF.] |          |
| Despesas de internação                            | [CONF.] |          |
| Valor Normal CIF internado                        |         | 1.582,78 |

Dessa forma, para fins da presente revisão, o valor normal da Romênia, na condição CIF internado no Brasil, corresponde a US\$ 1.582,78/t (mil quinhentos e oitenta e dois dólares estadunidenses e setenta e oito centavos por tonelada).

Verificou-se que, no período de análise de retomada de dumping, o preço médio ex fabrica das vendas da indústria doméstica, convertido pela taxa média de câmbio de P5 do sítio eletrônico do Banco Central, no mercado interno correspondeu a US\$ 1.355,31/t (mil trezentos e trinta e cinco dólares estadunidenses e trinta e um centavos por tonelada).

Uma vez que o valor normal CIF internado da Romênia se mostrou superior ao preço ex fabrica da indústria doméstica, pôde-se concluir pela existência de indícios de que, muito provavelmente, haveria retomada da prática de dumping por parte dos produtores/exportadores romenos, na hipótese de não prorrogação do direito antidumping, visto que esses produtores/exportadores, de forma a serem competitivos no mercado brasileiro, necessitariam praticar preços inferiores ao valor normal nas suas exportações do produto investigado para o Brasil

5.2. Do desempenho do produtor/exportador

Com vistas a analisar o potencial exportador da Romênia, a Vallourec fez constar na petição informações que subsidiassem a aferição da capacidade instalada. Conforme apresentado, o produtor/exportador romeno Tenaris Silcotub informa em seu sítio eletrônico que sua capacidade de produção de tubos de aço sem costura de diâmetro externo entre 8 mm e 146 mm é de [CONFIDENCIAL] toneladas por ano. Também em seu sítio eletrônico, a TMK-Artrom, outro produtor/exportador romeno, afirma ter capacidade produtiva de [CONFIDENCIAL] toneladas por ano de tubos de aço sem costura. De igual maneira, a Arcelor Mittal, mais um produto/exportador desse país, informa que sua produção anual de tubos de aço sem costura é de [CONFIDENCIAL] toneladas. Por consequência, a capacidade produtiva da Romênia pode ser estimada inicialmente em [CONFIDENCIAL] toneladas por ano.

No que diz respeito à produção, ressalta-se que não há garantia inicialmente que essa capacidade seja destinada exclusivamente à produção do produto objeto, mas, segundo a peticionária, tecnicamente isso é possível. Caso seja considerado que a totalidade da capacidade instalada esteja direcionada unicamente para a produção do produto objeto, o montante produzido equivaleria a 61 vezes o mercado brasileiro em P5.

No tocante às exportações da Romênia de tubos de aço sem costura, foram utilizadas as informações disponibilizadas na base de dados do Eurostat da Comissão Europeia, acessada em 8 de setembro de 2016. Segundo tais dados, as exportações da Romênia de tubos de aço sem costura, utilizados em oleodutos e gasodutos de diâmetro externo não superior a 168,3 mm, excluindo-se aços maleáveis e inoxidáveis, classificados no item 7304.19.10, foram:

| Volume de Exportações da Romênia (em número índice, P1 = 100) |     |      |      |      |      |
|---------------------------------------------------------------|-----|------|------|------|------|
|                                                               | P1  | P2   | P3   | P4   | P5   |
| Volume exportado                                              | 100 | 80,8 | 80,1 | 75,3 | 56,9 |

A partir dos dados acima, é possível notar que houve redução contínua da quantidade exportada durante o período de análise. Assim, pode-se inferir que tal fato, associado à capacidade produtiva da Romênia, tende a demonstrar que há significativo potencial exportador por parte da Romênia. No caso de eventual não renovação do direito antidumping em vigor, a indústria doméstica muito provavelmente poderá ser afetada diretamente com o redirecionamento dessas exportações para o Brasil.

5.3. Das alterações nas condições de mercado

Segundo as informações apresentadas pela peticionária, não foram identificadas alterações nas condições de mercado na Romênia.

5.4. Da aplicação de medidas de defesa comercial

No período de investigação o direito antidumping e as medidas compensatórias aplicadas pelos Estados Unidos da América às importações do produto similar originário da Romênia permaneceram em vigor.

5.5. Da conclusão sobre os indícios de retomada de dumping

Ante o exposto, concluiu-se, para fins de início da revisão, que, caso o direito antidumping em vigor seja extinto, muito provavelmente haverá a retomada de prática de dumping nas exportações de tubos de aço sem costura da Romênia para o Brasil. Além disso, há indícios de existência de substancial potencial exportador, significativamente superior ao tamanho do mercado brasileiro.

6. DAS IMPORTAÇÕES E DO MERCADO BRASILEIRO

Neste item serão analisadas as importações brasileiras e o mercado brasileiro de tubos de aço carbono sem costura. O período de revisão para determinar se a extinção do direito levará muito provavelmente à continuação ou à retomada do dano corresponde ao período de janeiro de 2011 a dezembro de 2015, dividido da seguinte forma: P1 - janeiro a dezembro de 2011; P2 - janeiro a dezembro de 2012; P3 - janeiro a dezembro de 2013; P4 - janeiro a dezembro de 2014; e . P5 - janeiro a dezembro de 2015.

6.1. Das importações

Para fins de apuração dos valores e das quantidades de tubos de aço carbono sem costura importados pelo Brasil em cada período, foram utilizados os dados de importação referentes ao item 7304.19.00 da NCM, fornecidos pela RFB. Também foram utilizados os dados de importação referentes aos itens 7304.31.90, 7304.39.10 e 7304.39.90 da NCM, devido ao fato de que a peticionária alegou também neles existirem importações do produto.

Nos itens da NCM anteriormente citados são classificadas importações de tubos, assim como de outros produtos, distintos do produto objeto da investigação. Por esse motivo, realizou-se depuração das importações constantes desses dados, de forma a se obter as informações referentes exclusivamente aos tubos de aço carbono sem costura em questão.

Para efeitos do início da investigação, a depuração consistiu em, a partir da descrição detalhada de cada uma das declarações de importações, bem como das informações constantes da petição de início da investigação, retirar da base de dados fornecida pela RFB as importações de produtos distintos ao de interesse da investigação.

Assim, retirou-se da base de dados as importações de tubos estranhos à investigação, quais sejam: tubos com diâmetro externo superior a 5 polegadas e tubos dos tipos não utilizados em oleodutos ou gasodutos. No que concerne aos itens 7304.31.90, 7304.39.10 e 7304.39.90 da NCM, somente foram consideradas as importações claramente relacionadas aos tubos de aço sem costura para utilização em oleodutos ou gasodutos. Destaca-se que, para tais itens, o volume importado do produto é pouco representativo frente ao volume importado total.

6.1.1. Do volume das importações

O quadro seguinte apresenta os volumes de importações totais de tubos de aço carbono sem costura no período de investigação de indícios de dano à indústria doméstica:

|                          | Importações Totais (em toneladas) |       |         |       |         |
|--------------------------|-----------------------------------|-------|---------|-------|---------|
|                          | P1                                | P2    | P3      | P4    | P5      |
| Romênia                  | -                                 | 100   | 27,1    | 533,3 | 1.329,2 |
| Total sob Análise        | -                                 | 100   | 27,1    | 533,3 | 1.329,2 |
| Ucrânia                  | -                                 | 100   | 465,2   | 150,5 | 35,7    |
| China                    | 100                               | 30    | 14,9    | 19,7  | 6,2     |
| Malásia                  | -                                 | -     | -       | -     | 100     |
| Demais Países            | 100                               | 761,3 | 1.227,2 | 841,7 | 324,5   |
| Total Exceto sob Análise | 100                               | 55,2  | 114     | 55,3  | 19      |
| Total Geral              | 100                               | 55,2  | 114     | 55,6  | 19,8    |

O volume das importações brasileiras de tubos de aço carbono sem costura da Romênia foi nulo em P1, tendo apresentado a seguinte evolução a partir de P2: redução de 72,9% em P3, crescimento de 1869,2% em P4 e 149,2% em P5, sempre em relação ao período anterior. Ao se considerar o período de P2 a P5, as importações originárias da Romênia apresentaram incremento de 1.229,2%. Ao se observar os números absolutos, verifica-se que de P2, quando totalizaram 4,8 t, as importações objeto do direito chegaram a 63,8 t em P5.

Com relação ao volume importado de tubos de aço carbono não ligado das demais origens pelo Brasil, foi observada queda de 44,8% de P1 para P2, seguida por crescimento de 106,5% de P2 para P3. Nos períodos seguintes, foram observadas retrações de 51,5%, de P3 para P4, e 65,6%, de P4 para P5 e de 51,5% de P3 para P4. Em P5 a série observada atingiu seu mínimo, sendo que de P1 para P5 as importações brasileiras das demais origens caíram 81 %.

Quanto ao total importado, verificou-se redução de 44,8% de P1 para P2, seguido por crescimento de 106,3% de P2 para P3, novas reduções de 51,2% de P3 para P4 e 64,4% de P4 para P5. Ao se considerar os extremos da série, observa-se retração de 80,2% de P1 para P5.

Neste cenário, é necessário destacar o crescimento das importações da Ucrânia, que apesar de terem sido nulas em P1, foram responsáveis por 75% destas importações em P2, 89,7% em P3, 79,8% em P4 e 50,1% em P5. Assim, aquele país se tornou o principal fornecedor ao Brasil já em P3. Por outro, observou-se que as importações originárias da China, devido ao direito já vigente, apresentaram redução de 93,8% de P1 para P5.

6.1.2. Do valor e do preço das importações

Visando a tornar a análise do valor das importações mais uniforme, considerando que o frete e o seguro, dependendo da origem considerada, têm impacto relevante sobre o preço de concorrência entre os produtos ingressados no mercado brasileiro, a análise foi realizada em base CIF.

As tabelas a seguir apresentam a evolução do valor total e do preço CIF das importações totais de tubos de aço carbono sem costura no período de investigação de indícios de dano à indústria doméstica.

|                          | Valor das Importações Totais (em número índice, P1 = 100) |       |       |       |       |
|--------------------------|-----------------------------------------------------------|-------|-------|-------|-------|
|                          | P1                                                        | P2    | P3    | P4    | P5    |
| Romênia                  | -                                                         | 100,0 | 34,7  | 421,3 | 706,1 |
| Total sob Análise        | -                                                         | 100   | 34,7  | 421,3 | 706,1 |
| Ucrânia                  | -                                                         | 100   | 393,6 | 124,5 | 29,5  |
| China                    | 100                                                       | 32,0  | 16    | 22,7  | 6,2   |
| Malásia                  | -                                                         | -     | -     | -     | 100   |
| Demais Países            | 100                                                       | 188,6 | 375,4 | 317,3 | 258,1 |
| Total Exceto sob Análise | 100                                                       | 61,8  | 120,8 | 64,6  | 27,6  |
| Total Geral              | 100                                                       | 61,9  | 120,8 | 65,2  | 28,6  |

Verificou-se o seguinte comportamento dos valores importados da Romênia: queda de 65,3% de P2 para P3 e crescimento de 1.115,3% de P3 para P4 e de 67,6% de P4 para P5. Ao se analisar o período de P2 para P5, verificou-se crescimento de 606,1% no valor importado.

Quando analisadas as importações das demais origens, foi observada queda de 38,2% de P1 para P2, crescimento de 95,5% de P2 para P3, e quedas de 46,5% de P3 para P4 e de 57,2% de P4 para P5. Considerando todo o período de investigação, evidenciou-se redução de 72,4% nos valores importados dos demais países.

O valor total das importações brasileiras apresentou queda de 38,1% de P1 para P2, crescimento de 95,2% de P2 para P3, e sucessivas quedas de 46,1% de P3 para P4 e de 56,1% de P4 para P5. Na comparação entre P1 e P5, houve queda de 71,4% no valor total dessas importações.

|                          | Preços das Importações Totais (em número índice, P1 = 100) |       |       |       |       |
|--------------------------|------------------------------------------------------------|-------|-------|-------|-------|
|                          | P1                                                         | P2    | P3    | P4    | P5    |
| Romênia                  | -                                                          | 100   | 125,0 | 79,2  | 53,3  |
| Total sob Análise        | -                                                          | 100   | 125,0 | 79,2  | 53,3  |
| Ucrânia                  | -                                                          | 100   | 84,6  | 82,7  | 82,4  |
| China                    | 100                                                        | 106,7 | 107,2 | 115,3 | 100,4 |
| Malásia                  | -                                                          | -     | -     | -     | 100   |
| Demais Países*           | 100                                                        | 24,8  | 30,6  | 37,7  | 79,5  |
| Total Exceto sob Análise | 100                                                        | 111,9 | 106,0 | 116,8 | 145,4 |
| Total Geral              | 100                                                        | 112,1 | 106,0 | 117,2 | 144,4 |

Observou-se que o preço CIF médio por tonelada ponderado das importações brasileiras de tubos de aço carbono sem costura investigadas apresentou incremento de 25% de P2 para P3, seguido por retração de 36,6% de P3 para P4 e 32,7% de P4 para P5. De P2 para P5, o preço de tais importações acumulou queda de 46,7%.

O preço CIF médio por tonelada dos produtos advindos de outras origens apresentou crescimento de 11,9% de P1 para P2, queda de 5,3% de P2 para P3 e crescimento de 10,2% de P3 para P4 e 24,5% de P4 para P5. De P1 para P5, o preço de tais importações subiu 45,4%.

No que atine ao preço médio do total das importações brasileiras do produto objeto da investigação, de P1 a P2 houve um crescimento de 12,1%, de P2 a P3 houve queda de 5,4%, de P3 a P4 houve crescimento de 10,6% e de P4 a P5 houve crescimento de 23,2%. Ao longo do período de investigação de indícios de dano, houve crescimento de 44,4% no preço médio das importações totais.

6.2. Do mercado brasileiro

Primeiramente, destaque-se que, como não houve consumo cativo por parte da indústria doméstica, o mercado brasileiro equivale ao consumo nacional aparente (CNA) do produto no Brasil.

Assim, para dimensionar o mercado brasileiro de tubos de aço carbono sem costura foram considerados os volumes de vendas do produto similar doméstico no mercado interno pela indústria doméstica e os volumes importados apurados com base nos dados das importações brasileiras disponibilizados pela RFB, apresentadas no item anterior.

| Mercado Brasileiro (em número índice, P1 = 100) |                            |                     |                            |                    |
|-------------------------------------------------|----------------------------|---------------------|----------------------------|--------------------|
|                                                 | Vendas Indústria Doméstica | Importações Romênia | Importações Outras Origens | Mercado Brasileiro |
| P1                                              | 100                        | -                   | 100                        | 100                |
| P2                                              | 117,1                      | 100                 | 55,2                       | 100                |
| P3                                              | 85,0                       | 27,1                | 114,0                      | 93,0               |
| P4                                              | 84,6                       | 533,3               | 55,3                       | 76,6               |
| P5                                              | 55,4                       | 1.329,2             | 19,0                       | 45,6               |

O mercado brasileiro, após se manter estável de P1 para P2, apresentou queda constante nos demais períodos: de P2 para P3, de P3 para P4 e de P4 para P5 houve redução de 7%, 17,7% e 40,5%, respectivamente. Assim, considerando os extremos do período de análise de dano, ficou evidenciada retração no mercado brasileiro de 54,4%.

6.3. Da evolução das importações

6.3.1. Da participação das importações no mercado brasileiro

O quadro a seguir indica a participação das importações no mercado brasileiro de tubos de aço carbono sem costura.

| Participação das Importações no Mercado Brasileiro (em número índice, P1 = 100) |                        |                                         |                                     |                                |                                 |
|---------------------------------------------------------------------------------|------------------------|-----------------------------------------|-------------------------------------|--------------------------------|---------------------------------|
|                                                                                 | Mercado Brasileiro (t) | Importações Originadas Investigadas (t) | Participação Origem Investigada (%) | Importações Outras Origens (t) | Participação Outras Origens (%) |
| P1                                                                              | 100                    | -                                       | -                                   | 100                            | 100                             |
| P2                                                                              | 100                    | 100                                     | 100                                 | 55,2                           | 55,2                            |
| P3                                                                              | 93,0                   | 27,1                                    | 29,1                                | 114                            | 122,5                           |
| P4                                                                              | 76,6                   | 533,3                                   | 696,7                               | 55,3                           | 72,2                            |
| P5                                                                              | 45,6                   | 1.329,2                                 | 2.917,5                             | 19                             | 41,7                            |

As importações originárias da Romênia no mercado brasileiro não tiveram representatividade significativa de P1 a P3. Em P4 e em P5, as importações tiveram aumento de 0,1 e 0,4 pontos percentuais (p.p.) em sua participação no mercado brasileiro, em relação ao período imediatamente anterior. Dessa forma, as importações do produto objeto da origem investigada representou participação de 0,5% do mercado brasileiro em P5.

A participação das demais importações no mercado brasileiro, por outro lado, apresentou movimento distinto. Com exceção do período de P2 para P3, em que houve aumento de participação de 18,6 p.p., as importações de outras origens registraram quedas de 12,4; 13,9 e 8,4 p.p. de P1 para P2; de P3 para P4 e de P4 para P5, respectivamente. De P1 para P5, houve redução de 16,1 p.p. na participação do mercado brasileiro.

6.3.2. Da relação entre as importações investigadas e a produção nacional

O quadro a seguir indica a relação entre as importações de tubos de aço carbono sem costura da Romênia e a produção nacional do produto similar.

| Importações da Romênia e Produção Nacional (em número índice, P1 = 100) |                       |                         |           |
|-------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-------------------------|-----------|
|                                                                         | Produção Nacional (A) | Importações Romênia (B) | [(B)/(A)] |
| P1                                                                      | 100                   | -                       | -         |
| P2                                                                      | 92,5                  | 100                     | -         |
| P3                                                                      | 75,7                  | 27,1                    | -         |
| P4                                                                      | 86,9                  | 533,3                   | 100       |
| P5                                                                      | 45,7                  | 1.329,2                 | 400       |

A relação entre as importações da origem investigada e a produção nacional não foi significativa de P1 para P3. De P3 a P4, houve aumento de 0,1 p.p. aproximadamente. Já de P4 a P5, foi registrado crescimento de 0,3 p.p. Assim, considerando que em P1 não houve importações da Romênia e em P5 foram importadas 63,8 t, a participação das importações com relação à produção nacional passou de 0% em P1 para 0,4% em P5.

6.4. Da conclusão a respeito das importações

No período de revisão, as importações originárias da Romênia apresentaram crescimento: em termos absolutos, em relação ao mercado brasileiro, tais importações não apresentaram relação significativa em P2 e P3. Em P5, essa relação chegou a 0,5%; e em relação à produção nacional, a participação das importações passou de 0% em P1 para 0,4% em P5.

Apesar disso, constatou-se que as quantidades tanto em termos absolutos quanto em termos relativos permanecem pouco representativas, apesar do aumento registrado em P5. Tal situação poderia ser explicada pela eficácia do direito antidumping em vigor, aplicado às importações do produto objeto de forma a coibir a prática de dumping.

7. DOS INDICADORES DA INDÚSTRIA DOMÉSTICA

De acordo com o disposto no art. 108 do Decreto nº 8.058, de 2013, a determinação de que a extinção do direito levaria muito provavelmente à continuação ou à retomada do dano deve basear-se no exame objetivo de todos os fatores relevantes, incluindo a situação da indústria doméstica durante a vigência definitiva do direito e os demais fatores indicados no art. 104 do Regulamento Brasileiro.

O período de análise dos indicadores da indústria doméstica compreendeu os mesmos períodos utilizados na análise das importações.

Como já explanado anteriormente, de acordo com o previsto no art. 34 do Decreto nº 8.058, de 2013, a indústria doméstica foi definida como a linha de produção de tubos de aço carbono, sem costura, de condução (line pipe), utilizado para oleodutos e gasodutos, com diâmetro de até cinco polegadas da Vallourec Tubos do Brasil S.A. Dessa forma, os indicadores considerados neste anexo refletem os resultados alcançados pela citada linha de produção.

Para uma adequada avaliação da evolução dos dados em moeda nacional apresentados pela indústria doméstica, atualizaram-se os valores correntes com base no Índice de Preços ao Produtor Amplo - Origem - Produtos Industriais - IPA-OG-PI, da Fundação Getúlio Vargas.

De acordo com a metodologia aplicada, os valores em reais correntes de cada período foram divididos pelo índice de preços médio do período, multiplicando-se o resultado pelo índice de preços médio de P5. Essa metodologia foi aplicada a todos os valores monetários em reais apresentados neste anexo.

7.1. Do volume de vendas

O quadro abaixo apresenta as vendas de tubos de aço carbono sem costura de fabricação própria da Vallourec, segmentadas por destino, mercado interno e mercado externo, conforme dados da petição. As vendas apresentadas estão líquidas de devoluções.

| Vendas da Indústria Doméstica (em número índice, P1 = 100) |            |                     |       |                     |       |
|------------------------------------------------------------|------------|---------------------|-------|---------------------|-------|
| Período                                                    | Totais (t) | Mercado Interno (t) | (%)   | Mercado Externo (t) | (%)   |
| P1                                                         | 100        | 100                 | 100   | 100                 | 100   |
| P2                                                         | 94,6       | 117,1               | 123,8 | 57,1                | 60,4  |
| P3                                                         | 76,9       | 85,0                | 110,6 | 63,4                | 82,4  |
| P4                                                         | 88,5       | 84,6                | 95,6  | 95,0                | 107,4 |
| P5                                                         | 45,4       | 55,4                | 122,1 | 28,7                | 63,3  |

Nota-se que o volume de vendas destinado ao mercado interno aumentou 17,1% de P1 para P2, mas reduziu-se nos demais períodos. Houve queda de 27,4% entre P2 e P3; de 0,5% entre P3 e P4 e de 34,5% entre P4 e P5. Ao se considerar os extremos da série temporal, de P1 a P5, houve queda significativa de 44,6%. Ressalte-se que, em P5, verificou-se o menor volume de vendas da Vallourec para o mercado interno durante o todo período de análise de dano. O maior volume de vendas no mercado interno foi em P2.

Em relação às vendas destinadas ao mercado externo, ocorreu redução de 42,9% entre P1 e P2 e aumento de 10,9% entre P2 e P3. De P3 a P4, houve expressivo aumento de 49,9%, tendo sido registrado, em P4, o maior volume de vendas para esse mercado. Já entre P4 e P5, observou-se acentuada queda de 69,8%. O último período da série, P5, apresentou o menor volume de exportações entre todos os períodos de análise de dano. Considerando-se todo o período de análise, o volume de vendas destinadas ao mercado externo teve retração de 71,3%.

Com relação ao total vendido, verificou-se o seguinte comportamento: redução de 5,4%, de P1 para P2, e 18,7%, de P2 para P3. No período subsequente, de P3 para P4, foi observado crescimento de 15,1%, seguido por forte retração, 48,7%, de P4 para P5. Ao se considerar os extremos da série, de P1 para, o volume total vendido apresentou queda de 54,6%.

Ressalte-se que em P4 houve expressivo aumento das exportações da indústria doméstica, o que resultou em aumento da participação das vendas do mercado externo no total de vendas da indústria doméstica, revertendo a contínua diminuição das vendas totais da Vallourec desde P1. No último período, P5, entretanto, notou-se considerável queda tanto das vendas no mercado interno quanto no mercado externo, o que representou o menor volume de vendas totais durante todo o período de análise de dano.

7.2. Da participação do volume de vendas no mercado brasileiro

A tabela a seguir apresenta a participação das vendas da indústria doméstica destinadas ao mercado interno brasileiro.

| Participação das vendas internas da Indústria Doméstica no Mercado Brasileiro |                            |                        |                  |
|-------------------------------------------------------------------------------|----------------------------|------------------------|------------------|
| Período                                                                       | Vendas Mercado Interno (t) | Mercado Brasileiro (t) | Participação (%) |
| P1                                                                            | 100                        | 100                    | 100              |
| P2                                                                            | 117,1                      | 100                    | 117,1            |
| P3                                                                            | 85,0                       | 93,0                   | 91,4             |
| P4                                                                            | 84,6                       | 76,6                   | 110,4            |
| P5                                                                            | 55,4                       | 45,6                   | 121,6            |

A participação da Vallourec no mercado brasileiro de tubos de aço carbono sem costura apresentou crescimento ao longo do período, exceto para o interstício, de P2 para P3, quando apresentou retração de 18,5 p.p. Nos demais períodos foi observado crescimento: 12,3 p.p., de P1 para P2, 13,7 p.p., de P3 para P4, e 8,1 p.p. de P4 para P5. Ao se considerar os extremos da série, verificou-se crescimento de 15,6 p.p. de P1 para P5.

Constatou-se, portanto, que o crescimento de participação das vendas da indústria doméstica no mercado brasileiro de P1 para P5 ocorreu em razão das vendas dessa indústria terem diminuído em proporção inferior à diminuição no mercado brasileiro.

7.3. Da produção e da capacidade instalada

De acordo com as informações apresentadas na petição, a Vallourec produz os tubos de aço sem costura utilizando a planta da Superintendência de Laminação Contínua e as linhas de produção de ajustagem e laminação. A produção e a capacidade foram apuradas considerando uma linha única para toda a planta. Cabe salientar que a linha de laminação contínua também fabrica produtos fora do escopo, com dimensões entre cinco e sete polegadas nominais de diâmetro externo. Os produtos que não são objeto da presente revisão foram classificados como "Produção de Outros Produtos".

Para o cálculo da capacidade instalada nominal, foram levantadas, primeiramente, as produções mensais em quilos na linha de produção ao longo de todo o período de análise de dano (janeiro de 2011 a dezembro de 2015). Verificou-se, a partir destes dados, qual o mês de maior volume de produção em tal linha. O volume de produção no mês foi, então, dividido pelo número de horas efetivamente trabalhadas, conforme relatórios de produção da empresa. A produção média/hora foi, por sua vez, multiplicada pelo número de horas disponíveis no dia e por 365 (número de meses do ano) e dividido por 1.000 para conversão em toneladas. A partir desse cálculo obteve-se a capacidade nominal anual. A capacidade efetiva foi calculada a partir da capacidade nominal verificada, excluindo-se as paradas operacionais.

O quadro a seguir apresenta a produção e o grau de ocupação de capacidade instalada efetiva, conforme informado pela peticionária na petição de início da revisão e verificado in loco.

| Capacidade Instalada, Produção e Grau de Ocupação (em número índice, P1 = 100) |                                  |                              |                              |                      |
|--------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------|------------------------------|------------------------------|----------------------|
| Período                                                                        | Capacidade Instalada efetiva (t) | Produção Produto Similar (t) | Produção Outros Produtos (t) | Grau de ocupação (%) |
| P1                                                                             | 100                              | 100                          | 100                          | 100                  |
| P2                                                                             | 82,0                             | 92,5                         | 84,0                         | 103,8                |
| P3                                                                             | 85,1                             | 75,7                         | 77,7                         | 91,0                 |
| P4                                                                             | 85,8                             | 86,9                         | 74,4                         | 88,5                 |
| P5                                                                             | 71,0                             | 45,7                         | 46,6                         | 65,5                 |

Quanto à capacidade instalada efetiva, de P1 para P2 tal indicador apresentou retração de 18%, seguido por incremento de 3% de P2 para P3, mantendo-se estável de P3 para P4, com crescimento de 0,8%. No período subsequente, P4 para P5, a capacidade instalada reduz 17,2%. Ao se considerar os extremos da série, verifica-se contração de 29% no referido indicador. Há de se destacar que conforme apontado anteriormente, o cálculo da capacidade efetiva levou em consideração o maior volume de produção mensal apurado de P1 para P5 e as horas de parada de cada período, nesse sentido, com a forte queda da produção, associada à contração da demanda, em P5, o que ocasionou incremento no número de horas de parada, refletindo na capacidade instalada efetiva, que atingiu seu menor patamar no mesmo período.

Constatou-se que o volume de produção de tubos de aço carbono sem costura da Vallourec declinou 7,5% e 18,2%, respectivamente, de P1 para P2 e de P2 para P3, apresentando recuperação de 14,7% de P3 para P4. Outra redução de 47,4% foi registrada entre P4 e P5. Ao se considerar todo o período de análise, o volume de produção do similar da Vallourec apresentou queda de 54,3%. Ressalte-se que, em P5, verificou-se o menor volume de produção dessa empresa durante o todo período de análise de dano.

O grau de ocupação da capacidade instalada efetiva diminuiu de P2 em diante. Houve redução de 9,6 p.p. em P3; de 1,8 p.p. em P4 e de 17,3 p.p em P5, sempre em relação ao período imediatamente anterior. É relevante dizer que o aumento em 2,9 p.p. do grau de utilização entre P1 e P2 deveu-se fundamentalmente à diminuição da capacidade efetiva, já que houve diminuição da produção tanto do produto similar quanto de outros produtos. Ao se analisar os extremos da série, de P1 para P5, o grau de ocupação da capacidade instalada diminuiu 25,8 p.p.

7.4. Dos estoques

O quadro a seguir indica o estoque acumulado no final de cada período analisado. Registre-se que as vendas no mercado interno e no mercado externo já estão líquidas de devoluções.

Cabe destacar que, segundo informações apresentadas na petição e verificado in loco, a Vallourec trabalha com o sistema make to order, ou seja, com produção contra pedido, formando estoques entre as fases de processo em função do lead time de fabricação (tempo de processamento), conforme as características do produto como, por exemplo, exigência de testes de qualidade e em função da necessidade de otimização dos diferentes processos. Em razão disso, conforme afirmado na petição, a variação de estoque não constituiria fator relevante para a análise de dano.

| Estoque Final (em número índice, P1 = 100) |          |                        |                        |                        |               |
|--------------------------------------------|----------|------------------------|------------------------|------------------------|---------------|
|                                            | Produção | Vendas Mercado Interno | Vendas Mercado Externo | Outras Entradas/Saídas | Estoque Final |
| P1                                         | 100      | 100                    | 100                    | (100)                  | 100           |
| P2                                         | 92,5     | 117,1                  | 57,1                   | (86,4)                 | 79,2          |
| P3                                         | 75,7     | 85,0                   | 63,4                   | (62,2)                 | 73,3          |
| P4                                         | 86,9     | 84,6                   | 95,0                   | (62,3)                 | 66,7          |
| P5                                         | 45,7     | 55,4                   | 28,7                   | (30,1)                 | 80,5          |

O volume do estoque final de tubos de aço carbono sem costura da Vallourec diminuiu 20,8% em P2; 7,5% em P3; 9% em P4 e aumentou 20,7% em P5, sempre em relação ao período anterior. Ao se considerar o período como um todo, o volume do estoque final da empresa sofreu redução de 19,5%.

O quadro a seguir, por sua vez, apresenta a relação entre o estoque acumulado e a produção da Vallourec em cada período de análise.

| Relação Estoque Final/Produção |                          |                     |                      |
|--------------------------------|--------------------------|---------------------|----------------------|
| Período                        | Estoque Final (t)<br>(A) | Produção (t)<br>(B) | Relação (A/B)<br>(%) |
| P1                             | 100                      | 100                 | 100                  |
| P2                             | 79,2                     | 92,5                | 85,6                 |
| P3                             | 73,3                     | 75,7                | 96,8                 |
| P4                             | 66,7                     | 86,9                | 76,8                 |
| P5                             | 80,5                     | 45,7                | 176,3                |

A relação estoque final/produção diminuiu 1 p.p. em P2; aumentou 0,8 p.p. em P3; diminuiu 1,4 p.p. em P4 e aumentou 6,9 p.p. em P5, sempre em relação ao período anterior. Considerando-se todo o período de análise de dano, a relação estoque final/produção aumentou 5,2 p.p.

7.5. Do emprego, da produtividade e da massa salarial

Os quadros contidos neste item, elaboradas pelo Departamento a partir das informações constantes da petição e verificados in loco, apresentam o número de empregados, a produtividade e a massa salarial, relacionados à produção/venda de tubos de aço carbono sem costura da Vallourec.

Segundo informações apresentadas pela peticionária, o produto similar é fabricado em apenas uma planta, cujo regime usual de produção é contínuo e em três turnos. O processo produtivo é realizado com mão de obra própria, existindo somente contratos de mão de obra temporária de curto prazo (3 meses), prorrogáveis uma única vez, em casos de licenças legais ou situações temporárias. Ademais, a subcontratação de serviços ocorre quando há paradas cíclicas planejadas, e a terceirização é feita para o beneficiamento de produtos, como revestimentos, jateamentos, rosca NPT.

Com relação aos empregados terceirizados, a peticionária esclareceu que não é possível realizar o levantamento do número desses empregados, uma vez que tal dado não é controlado pela empresa, tendo em vista que, no caso de terceirizados, são contratados serviços, não havendo definição a priori do número de empregados que realizará os serviços contratados. Igualmente, a peticionária afirmou a impossibilidade de estimar o montante da massa salarial relativa a tais empregados, uma vez que os valores dos serviços contratados incluem não apenas salários, mas também insumos, locação de maquinário, entre outros fatores.

No que se refere aos empregados contratados, deve-se observar que, segundo a peticionária, o cálculo do quadro de empregados da linha do produto similar foi realizado mediante aplicação de critérios de rateio/apropriação diferenciados para empregados da produção direta e indireta, administração e vendas.

Para cálculo do quadro de empregados da produção direta, foram utilizados dados técnicos apontados no sistema de custeio para apropriação de custos, conforme exemplo apresentado na petição. Por sua vez, os quadros de empregados da produção indireta, da administração e das vendas foram calculados considerando-se critério de rateio obtido por meio da divisão do quadro de pessoal de cada uma dessas áreas pelo quadro de pessoal direto da empresa e da multiplicação do fator obtido pelo quadro de pessoal direto do produto similar.

O quadro a seguir indica o número de empregados relacionados à produção/venda do produto similar pela Vallourec.

| Número de Empregados (em número índice, P1 = 100) |     |      |      |       |      |
|---------------------------------------------------|-----|------|------|-------|------|
|                                                   | P1  | P2   | P3   | P4    | P5   |
| Linha de Produção                                 | 100 | 97,7 | 97,7 | 108,7 | 75,2 |
| Administração e Vendas                            | 100 | 74,4 | 74,4 | 88,4  | 69,8 |
| Total                                             | 100 | 93,9 | 93,9 | 105,4 | 74,3 |

Verificou-se que o número de empregados que atuam na linha de produção diminuiu no período de análise de dano, exceto para o período entre P3 e P4, em que registrou aumento de 22,8%. De P1 a P2 e de P2 a P3, houve diminuição de 2,3% e 9,4%, respectivamente. Entre P4 e P5, houve expressiva redução de 30,8% no número de empregados. Analisando-se os extremos da série, o número de empregados ligados à produção diminuiu 24,8%.

O número de empregados envolvidos no setor administrativo e de vendas do produto similar oscilou durante o período de análise. Houve redução de 25,6% e de 21 entre P1 e P2 e entre P4 e P5, respectivamente. Já de P2 a P3 e de P3 a P4 forma registrados aumentos de 12,5% e de 5,5%, respectivamente. Ao se considerar o período como um todo, observou-se queda de 30,2% neste indicador.

Com relação ao número de empregados totais, verificou-se redução em quase todos os períodos, salvo entre P3 e P4, em que teve aumento de 20,1%. Reduções foram registradas entre os períodos de P1 a P2 (6,1%); de P2 a P3 (6,5%) e de P4 a P5 (29,5%). Ao longo de todo o período de análise de dano, constatou-se queda de 25,7% no número total de empregados ligados à produção/venda do produto similar pela Vallourec.

A seguir, é apresentada tabela sobre produtividade por empregado:

| Produtividade por Empregado (em número índice, P1 = 100) |                               |              |                                              |
|----------------------------------------------------------|-------------------------------|--------------|----------------------------------------------|
| Período                                                  | Empregados ligados à produção | Produção (t) | Produção (t) por empregado ligado à produção |
| P1                                                       | 100                           | 100          | 100                                          |
| P2                                                       | 97,7                          | 92,5         | 94,7                                         |
| P3                                                       | 88,5                          | 75,7         | 85,5                                         |
| P4                                                       | 108,7                         | 86,9         | 79,9                                         |
| P5                                                       | 75,2                          | 45,7         | 60,7                                         |

A produtividade por empregado ligado à produção diminuiu ao longo de todos os períodos de análise de dano, sendo a maior redução registrada entre os extremos da série, P1 e P5, de 39,3%. Nos demais períodos, houve redução de 5,3%; 9,7% e de 6,6% entre os períodos de P1 a P2, P2 a P3 e P3 a P4, respectivamente. Ao se considerar os extremos da série, de P1 para P5, verificou-se redução de 24%.

Ressalte-se que o menor índice de produtividade por empregado foi registrado em P5, apesar de a produção nesse período também registrar o menor volume ao longo de todo o período de análise, demonstrando que a queda na produção ocorreu em proporção superior a redução do número de empregados ligados à produção.

Destaca-se que o número de empregados ligados à produção foi apurado com base nos registros da empresa no último mês de cada um dos períodos de análise dano. Já os volumes de produção referem-se à fabricação do produto similar de 12 meses.

No que concerne à valorização da massa salarial, a metodologia utilizada, segundo dados da petição, considerou o quadro de pessoal do produto similar do período, valorizado pelo salário médio mensal dos empregados, acrescido de encargos sociais (média da empresa) e de benefícios (transporte, alimentação, cesta básica e assistência médica) pela média do período.

As informações sobre a massa salarial relacionada à produção e à venda de tubos de aço carbono sem costura da peticionária encontram-se apresentadas no quadro abaixo.

| Massa Salarial (em número índice, P1 = 100) |     |       |       |       |       |
|---------------------------------------------|-----|-------|-------|-------|-------|
|                                             | P1  | P2    | P3    | P4    | P5    |
| Linha de Produção                           | 100 | 117,5 | 118,9 | 150,2 | 114,6 |
| Administração e Vendas                      | 100 | 84,4  | 88,9  | 109,6 | 85,7  |
| Total                                       | 100 | 108   | 110,3 | 138,5 | 106,3 |

Sobre o comportamento do indicador de massa salarial dos empregados da linha de produção, em reais atualizados, observou-se aumento nos primeiros quatro períodos. De P1 para P2, a massa salarial aumentou 17,5%. De P2 a P3 e de P3 a P4, houve aumentos de 1,2% e de 26,3%, respectivamente. Já entre P4 e P5 houve significativa redução de 23,7%. Tendo em conta os extremos dos períodos de análise, registrou-se aumento de 14,6%.

No tocante à massa salarial dos empregados ligados à administração e às vendas do produto similar, pode-se notar que houve redução entre P1 e P2 (15,6%) e entre P4 e P5 (21,9%). De P2 a P3 e de P3 a P4, ocorreram aumentos de 5,4% e de 23,3%, respectivamente. Tendo em conta o período como um todo, houve redução de 14,3% da massa salarial dos empregados ligados à administração e às vendas.

Com relação à massa salarial total relacionada à produção e à venda de tubos de aço carbono sem costura, observou-se aumento de 6,3% ao longo do período de análise de dano como um todo. Entre os períodos, constatou-se aumento de 8,0%; 2,1% e 25,6% em P2, P3 e P4, respectivamente, e redução de 23,3% em P5, sempre em relação ao período anterior.

7.6. Do demonstrativo do resultado

7.6.1. Da receita líquida

O quadro a seguir indica as receitas líquidas obtidas pela Vallourec com a venda do produto similar nos mercados interno e externo. Cabe ressaltar que as receitas líquidas apresentadas abaixo estão deduzidas dos valores de fretes incorridos sobre essas vendas.

| Receita Líquida (em número índice, P1 = 100) |               |                 |         |                 |         |
|----------------------------------------------|---------------|-----------------|---------|-----------------|---------|
|                                              | Receita Total | Mercado Interno |         | Mercado Externo |         |
|                                              |               | Valor           | % total | Valor           | % total |
| P1                                           | [CONF.]       | 100             | [CONF.] | 100             | [CONF.] |
| P2                                           | [CONF.]       | 112             | [CONF.] | 55,8            | [CONF.] |
| P3                                           | [CONF.]       | 77,4            | [CONF.] | 54,1            | [CONF.] |
| P4                                           | [CONF.]       | 76,5            | [CONF.] | 99,8            | [CONF.] |
| P5                                           | [CONF.]       | 45,8            | [CONF.] | 36,5            | [CONF.] |

Conforme quadro apresentado, a receita líquida no mercado interno aumentou 12% entre P1 e P2, mas registrou queda nos demais períodos. De P2 a P3, de P3 a P4 e de P4 a P5, registraram-se reduções de 30,9%, 1,1% e 40,1%, respectivamente. Levando em conta os extremos da série, observou-se diminuição de 54,2%.

Com relação à receita líquida obtida com as exportações do produto similar, verificou-se redução de 44,2% de P1 para P2 e de 3% de P2 para P3. Entre P3 e P4, houve aumento de 84,4%, mas, entre P4 e P5, ocorreu nova redução de 63,4%. Considerando-se todo o período de análise, a receita líquida obtida com as exportações do produto similar apresentou redução de 63,5%.

Por sua vez, receita líquida total em reais atualizados diminuiu em quase todos os períodos de análise de dano. Houve quedas em P2 e em P3, sempre em relação ao período anterior. Em P4, a receita líquida apresentou recuperação com relação a P3. Em P5, entretanto, a receita caiu significativamente quando comparada com P4. Cabe salientar que o último período, P5, registrou a menor receita líquida tanto para o mercado interno, quanto para o externo em todo o período de análise de dano. Considerando-se o período de P1 para P5, verificou-se redução de na receita líquida total.

7.6.2. Dos preços médios ponderados

Os preços médios ponderados de venda, constantes do quadro abaixo, foram obtidos pela razão entre as receitas líquidas e as respectivas quantidades vendidas de tubos de aço carbono sem costura, apresentadas anteriormente.

| Preço Médio de Venda da Indústria Doméstica (R em número índice, P1 = 100) |                                |                                |
|----------------------------------------------------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|
| Período                                                                    | Preço de Venda Mercado Interno | Preço de Venda Mercado Externo |
| P1                                                                         | 5.473,72                       | 100                            |
| P2                                                                         | 5.235,26                       | 97,7                           |
| P3                                                                         | 4.984,47                       | 85,4                           |
| P4                                                                         | 4.952,25                       | 105,1                          |
| P5                                                                         | 4.524,96                       | 127,1                          |

Ao longo de todo o período de análise de dano, o preço médio de venda no mercado interno apresentou sucessivas quedas, totalizando redução de 17,3% de P1 a P5. Em P2, P3, P4 e P5, as quedas do referido preço foram, respectivamente, de 4,4%; 4,8%; 0,6% e 8,6%. Desse modo, em termos absolutos, o preço de venda da Vallourec no mercado interno atingiu seu menor patamar em P5.

Ao contrário, o preço de venda obtido com as vendas para o mercado externo aumentou 27,1%, em se considerando todo o período de análise dano, de P1 para P5. Entre os períodos, tal preço diminui 2,3% de P1 a P2 e 12,5% de P2 a P3. Houve aumento, entre P3 e P4 e P4 e P5, de 23% e 21%, respectivamente.

Pode-se constatar, portanto, que a queda da receita líquida com a venda do produto similar no mercado interno, tanto de P1 para P5, quanto de P4 para P5, foi ocasionada tanto pela redução do volume de venda, quanto pela redução do preço médio, porém em proporções distintas. De fato, o volume de venda diminuiu 44,5% e 34,5% entre P1 e P5 e entre P4 e P5, respectivamente. O preço interno, por sua vez, diminuiu 17,3% de P1 a P5 e 8,6% de P4 a P5.

7.6.3. Dos resultados e margens

Acerca dos demonstrativos de resultados obtidos com o produto similar pela Vallourec, a receita operacional líquida foi apurada com dedução dos valores referentes aos fretes, tendo sofrido ajustes devido às alterações realizadas nesses valores após os resultados da verificação in loco.

As despesas operacionais foram rateadas conforme a participação da receita obtida com a venda do produto similar no mercado interno sobre a receita operacional líquida da empresa, com exceção do realizado para as rubricas relacionadas a frete, seguro e comissões. Despesas com fretes e seguros foram apropriados a cada venda, enquanto outras despesas, tais como comissões, foram alocadas de acordo com a participação dessas despesas em cada mercado de destino sobre a receita operacional líquida do respectivo mercado.

Ressalta-se que os valores referentes a variações cambiais não foram considerados na Demonstração de Resultado do Mercado Interno, uma vez que tal rubrica está associada somente às exportações.

O quadro a seguir apresenta o demonstrativo de resultados obtidos com a venda do produto similar de fabricação própria da Vallourec no mercado interno, conforme informado pela indústria doméstica e considerando as alterações mencionadas:

| Demonstrativo de Resultados (em número índice, P1 = 100) |       |           |           |            |            |
|----------------------------------------------------------|-------|-----------|-----------|------------|------------|
|                                                          | P1    | P2        | P3        | P4         | P5         |
| Receita Líquida                                          | 100   | 112       | 77,4      | 76,5       | 45,8       |
| CPV                                                      | 100   | 119,4     | 95,2      | 91,9       | 66,2       |
| Resultado Bruto                                          | 100   | 101,3     | 51,7      | 54,3       | 16,3       |
| Despesas Operacionais                                    | 100   | 99,1      | 51,1      | 43,7       | 20,3       |
| Despesas administrativas                                 | 100   | 94,9      | 65,6      | 66,5       | 44,2       |
| Despesas com vendas                                      | 100   | 115,3     | 50,2      | 52,9       | 33,8       |
| Resultado financeiro (RF)                                | (100) | (4.417,2) | (9.712,4) | (21.421,7) | (21.066,4) |
| Outras despesas (OD)                                     | 100   | 103,7     | 65,0      | 77,3       | 45,4       |
| Resultado Operacional                                    | 100   | 102,3     | 52,1      | 59,2       | 14,5       |
| Resultado Operacional s/RF                               | 100   | 100,3     | 47,6      | 49,3       | 4,7        |
| Resultado Operacional s/RF e OD                          | 100   | 100,7     | 49,4      | 52,3       | 9,1        |

Ressalta-se que na rubrica do CPV foram reportados os valores da despesa incorrida e registrada em determinada conta contábil. Diante da explicação da empresa, considerando que as referidas despesas não estavam relacionadas à produção do produto similar, exclui-se do CPV tais valores. Para isso, calculou-se o CPV total da empresa com e sem as referidas despesas, posteriormente foi apurada a diferença percentual entre ambos, sendo o percentual encontrado, em cada período, aplicado à Demonstração de Resultado apresentada. Dessa forma, os resultados apresentados desconsideram os gastos incorridos, que não possuem relação com o produto similar.

Dessa forma, verificou-se contínua e significativa deterioração do resultado bruto da Vallourec, que registrou retração de 83,7% de P1 a P5. De P1 para P2, houve crescimento de 1,3% no resultado bruto, porém a partir do período subseqüente foram verificadas retrações de 48,9%, de P2 para P3, 5% de P3 para P4, e 69,9% de P4 para P5.

O resultado operacional apresentou comportamento semelhante com retração de 85,5% de P1 para P5, ao se considerar a evolução período a período, verificou-se incremento de 2,3% de P1 para P2, seguido por retração de 49,1% de P2 para P3 e leve recuperação, de 13,7%, de P3 para P4. No período subseqüente, de P4 para P5, o referido indicador apresentou forte retração 75,5%.

Já o resultado operacional obtido pela Vallourec, exceto resultado financeiro, se manteve praticamente estável de P1 para P2, aumentando apenas 0,3%. Nos períodos seguintes, observou-se retração de 52,6% em P3, crescimento de 3,6% em P4 e nova retração de 90,4% em P5, sempre em relação ao período imediatamente anterior. Ao se analisar os extremos da série, de P1 para P5, observou-se contração de 95,3% no resultado operacional exlusive resultado financeiro.

Por fim, o resultado operacional da Vallourec, exceto resultado financeiro e outras despesas, apresentou evolução semelhante, com estabilidade, crescendo apenas 0,7%, de P1 para P2, seguido por retração de 50,9% em P3, aumento de 5,8% em P4 e redução de 82,6% em P5, sempre em relação ao período imediatamente anterior. De P1 para P5, a retração observada no resultado operacional, exceto resultado financeiro e outras despesas, foi de 90,9%.

Encontram-se apresentadas, no quadro abaixo, as margens de lucro associadas aos resultados vistos anteriormente.

| Margens de Lucro (em número índice, P1 = 100) |     |      |      |      |      |
|-----------------------------------------------|-----|------|------|------|------|
|                                               | P1  | P2   | P3   | P4   | P5   |
| Margem Bruta                                  | 100 | 90,4 | 66,8 | 71,0 | 35,6 |
| Margem Operacional                            | 100 | 91,3 | 67,2 | 77,4 | 31,6 |
| Margem Operacional s/RF                       | 100 | 89,6 | 61,5 | 64,4 | 10,4 |
| Margem Operacional s/RF e OD                  | 100 | 89,9 | 63,9 | 68,3 | 19,8 |

Conforme se pode observar, a margem bruta apresentou, sempre em relação ao período imediatamente anterior, reduções em P2, em P3 e em P5, e aumento, em P4. Em se considerando os extremos da série, a margem bruta obtida pela indústria doméstica em P5 diminuiu em relação a P1.

A margem operacional apresentou, sempre em relação ao período imediatamente anterior, reduções em P2, em P3 e em P5, e aumento em P4. Em se considerando os extremos da série, a margem bruta obtida pela indústria doméstica em P5 diminuiu em relação a P1.

Já a margem operacional, exceto resultado financeiro, apresentou, sempre em relação ao período imediatamente anterior, reduções em P2, em P3 e em P5, já em P4 verificou-se crescimento. Em se considerando os extremos da série, a margem bruta obtida pela indústria doméstica em P5 diminuiu em relação a P1.

Já a margem operacional, exceto resultado financeiro e outras despesas, apresentou, sempre em relação ao período anterior, reduções em P2, em P3 e em P5, apresentando crescimento em P4. Em se considerando os extremos da série, a margem bruta obtida pela indústria doméstica em P5 diminuiu em relação a P1.

O quadro abaixo apresenta o demonstrativo de resultados obtido com a venda do produto similar no mercado interno, por tonelada vendida.

| Demonstrativo de Resultados (em número índice, P1 = 100) |       |           |            |           |            |
|----------------------------------------------------------|-------|-----------|------------|-----------|------------|
|                                                          | P1    | P2        | P3         | P4        | P5         |
| Receita Líquida                                          | 100   | 95,6      | 91,1       | 90,5      | 82,7       |
| CPV                                                      | 100   | 102       | 112        | 108,7     | 119,5      |
| Resultado Bruto                                          | 100   | 86,5      | 60,9       | 64,2      | 29,5       |
| Despesas Operacionais                                    | 100   | 84,6      | 60,1       | 51,7      | 36,6       |
| Despesas administrativas                                 | 100   | 81,1      | 77,1       | 78,6      | 79,8       |
| Despesas com vendas                                      | 100   | 98,4      | 59,1       | 62,5      | 61         |
| Resultado financeiro (RF)                                | (100) | (3.771,5) | (11.425,8) | 25.328,6) | (38.020,5) |
| Outras despesas (OD)                                     | 100   | 88,5      | 76,4       | 91,4      | 81,9       |
| Resultado Operacional                                    | 100   | 87,4      | 61,2       | 70        | 26,2       |
| Resultado Operacional s/RF                               | 100   | 85,7      | 56         | 58,3      | 8,6        |
| Resultado Operacional s/RF e OD                          | 100   | 86        | 58,2       | 61,8      | 16,4       |

Ao analisar o resultado bruto unitário das vendas tubos de aço carbono não ligado no mercado interno, verificou-se redução de 13,5% de P1 para P2 e 29,6% de P2 para P3, apresentando crescimento de 5,5% de P3 para P4, voltando a cair, 54,1% de P4 para P5. Considerando os extremos da série, o resultado bruto unitário apresentou queda de 70,5%.

O resultado operacional unitário apresentou comportamento semelhante, com redução de 12,6% de P1 para P2 e 29,9% de P2 para P3, apresentando recuperação de P3 para P4, com crescimento de 14,3%, voltando a cair de P4 para P5, 62,6%. Ao considerar todo o período de análise de indícios de dano, esse indicador em P5 foi 73,8% menor do que em P1.

Quando considerado o resultado operacional sem o resultado financeiro, em termos unitários, verifica-se redução de 14,3% em P2, 34,7% em P3 e 85,3% em P5, e crescimento de 4,1% em P4, sempre em relação ao período imediatamente anterior. Assim, ao analisar os extremos da série, períodos de prejuízo, observou-se queda de 91,4% do resultado operacional sem o resultado financeiro unitário.

O resultado operacional, excetuados resultado financeiro e outras despesas, em termos unitários, observou-se reduções de 14% em P2, 32% em P3 e 73,5% em P5 e crescimento de 6,3% em P4, sempre em relação ao período imediatamente anterior. Ao se considerar os extremos da série de análise de indícios de dano, observou-se contração de 83,6% em P5 com relação a P1 no resultado operacional sem o resultado financeiro e as outras despesas, em termos unitários.

7.7. Dos fatores que afetam os preços domésticos

7.7.1. Dos custos

Inicialmente, cumpre esclarecer que as informações de custo do produto similar reportadas e verificadas tiveram como base o custo de produção relativo ao total de produtos similares vendidos. Dessa forma, os custos de produção médios apresentados abaixo correspondem aos custos de produção médios dos produtos vendidos pela Vallourec, tanto no mercado interno quanto no mercado externo, líquidos de devoluções.

Conforme constatado na verificação in loco, o custo de produção da empresa é composto por três rubricas: "custos variáveis", "custos fixos" e "outros custos CPV". Os valores referentes aos "custos variáveis" e aos "custos fixos" são extraídos diretamente do sistema de custo da empresa. Ressalte-se que o valor total referente ao ajuste a custo real encontra-se em subitem da rubrica "custos fixos", qual seja "outros custos fixos", de modo que todos os demais valores reportados como "custos variáveis" e "custos fixos" correspondem apenas ao custo padrão de produção. Registre-se, ainda, que contas referentes a mão de obra de manutenção, apoio da área, apoio da empresa e outros também se encontram classificadas como "outros custos fixos".

Os valores relativos à rubrica "outros custos fixos e outros custos CPV" referem-se a custos de produção lançados diretamente no resultado e não apropriados especificamente aos produtos, razão pela qual tiveram de ser distribuídos mediante rateio, conforme previamente reportado na petição. Este rateio teve como base a participação desta rubrica no custo total dos produtos vendidos da empresa. O fator encontrado foi, então, aplicado sobre o CPV contábil relativo ao produto similar, obtendo-se, dessa forma, os valores relativos a "outros custos CPV" para o produto similar.

Ressalta-se que, conforme observado no item 7.6.3 deste anexo, dentro da rubrica "outros custos fixos e outros custos CPV" foram reportados os valores não associados a produção do produto similar. Tais valores foram excluídos do custo de produção apresentado neste item.

O quadro a seguir mostra a evolução dos custos médios de produção de tubos de aço carbono em cada período de revisão de dano

| Custo de Produção (em número índice, P1 = 100) |       |         |         |         |         |
|------------------------------------------------|-------|---------|---------|---------|---------|
|                                                | P1    | P2      | P3      | P4      | P5      |
| 1 - Custos Variáveis                           | 100   | 98,7    | 93,7    | 99,4    | 88,0    |
| Matéria-prima                                  | 100   | 93,9    | 82,5    | 83,5    | 70,7    |
| Ferrosos                                       | 100   | 86,2    | 83,4    | 83,1    | 67,0    |
| Redutores sólidos                              | 100   | 106,3   | 95,5    | 94,9    | 82,4    |
| Adições/Fundentes                              | 100   | 75,3    | 73,8    | 90,1    | 82,5    |
| Sucatas/Resíduos                               | (100) | 55,8    | (140,5) | (137,3) | (126,4) |
| Outros materiais                               | 100   | (167,2) | 84,9    | 81,8    | 85,2    |
| Outros insumos                                 | 100   | 101,4   | 113,7   | 126,8   | 112,3   |
| Material de consumo                            | 100   | 103,4   | 111,2   | 129,9   | 110,1   |
| Serviços de terceiros                          | 100   | 110,2   | 138,8   | 133,5   | 140,7   |
| Material de embalagem                          | 100   | 79,6    | 80,5    | 91,0    | 84,2    |
| Outros                                         | 100   | 99,2    | 127,9   | 140,1   | 111,0   |
| Utilidades                                     | 100   | 114,7   | 130,7   | 128,8   | 136,8   |
| Gás Natural                                    | 100   | 75,3    | 94,0    | 122,3   | 129,6   |
| Energia elétrica                               | 100   | 125,9   | 144,2   | 130,0   | 138,0   |
| Outras                                         | 100   | 120,4   | 132,5   | 130,4   | 138,6   |
| Outros custos variáveis                        | 100   | 107,7   | 99,7    | 139,2   | 115,5   |
| Materiais e serviços                           | 100   | 110,2   | 109,7   | 119,2   | 123,1   |
| Beneficiamento                                 | 100   | 95,2    | 72,1    | 185,1   | 88,1    |
| Outros                                         | 100   | 129,6   | 111,5   | 148,0   | 145,1   |
| 2 - Custos Fixos                               | 100   | 102,8   | 137,6   | 121,3   | 162,9   |
| Mão de obra direta                             | 100   | 99,1    | 113,2   | 122,5   | 130,5   |
| Depreciação                                    | 100   | 86,7    | 96,8    | 102,3   | 111,9   |
| Apoio                                          | 100   | 101,2   | 118,0   | 131,2   | 150,7   |
| Ajuste custos standard/real                    | (100) | (157,1) | (117,7) | (196,6) | (124,8) |
| Outros Custos Fixos e CPV                      | 100   | 149,1   | 211,9   | 152,1   | 223,7   |
| 3 - Custo de Produção (1+2)                    | 100   | 100,2   | 110,2   | 107,6   | 116,1   |

Na comparação entre os extremos do período de análise de dano, verificou-se incremento de 16,1% no custo de produção unitário da Vallourec. O custo de produção unitário manteve-se praticamente estável de P1 para P2, com crescimento de 0,2%, aumentando 9,9%, de P2 para P3. No período subseqüente, o referido indicador apresentou redução de 2,3%, voltando a crescer 7,9%, de P4 para P5.

Ressalte-se que o maior incremento no custo de produção unitário foi registrado em P5, período em que o aumento do custo de produção deveu-se, principalmente, ao crescimento da rubrica "Custos Fixos". No entanto, em que pese o aumento do custo em P5, o preço da indústria doméstica não acompanhou tal elevação, tendo, de fato, declinado 8,6% no mesmo período, contribuindo para a redução da margem bruta da Vallourec, conforme constatado no item 7.6.3 deste anexo.

No que se refere ao crescimento dos "Custos Fixos", deve-se ressaltar que esse aumento se deveu à queda do volume de produção e de vendas do produto similar entre P4 e P5, uma vez que o valor absoluto dessa rubrica sofreu decréscimo de 31% no referido período. Verificou-se, portanto, que, embora o valor por tonelada dos "Custos Fixos" tenha aumentado entre P4 e P5, o valor absoluto dessa rubrica apresentou redução no mesmo período.

7.7.2. Da relação custo/preço

A relação entre o custo de produção e o preço indica a participação desse custo no preço de venda da Vallourec, no mercado interno, na condição ex fabrica, ao longo do período de análise de dano.

| Participação do Custo de Produção no Preço de Venda (em número índice, P1 = 100) |                                                       |                                                              |                                              |
|----------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------|----------------------------------------------|
| Período                                                                          | Custo de Produção (A)<br>(em número índice, P1 = 100) | Preço no Mercado Interno (B)<br>(em número índice, P1 = 100) | (A) / (B)<br>(em número índice,<br>P1 = 100) |
| P1                                                                               | 100                                                   | 100                                                          | 100                                          |
| P2                                                                               | 100,2                                                 | 95,6                                                         | 104,8                                        |
| P3                                                                               | 110,2                                                 | 91,1                                                         | 121,0                                        |
| P4                                                                               | 107,6                                                 | 90,5                                                         | 119,0                                        |
| P5                                                                               | 116,1                                                 | 82,7                                                         | 140,5                                        |

As sucessivas quedas do preço no mercado interno, evidenciadas ao longo de todo o período de análise de dano contribuíram para o aumento da participação do custo de produção no preço de venda da Vallourec verificado a partir de P2. Dessa forma, apesar de tal indicador ter diminuído de P3 para P4, a participação do custo no preço de venda aumentou em P2, P3 e P5, sempre em relação ao período anterior, de modo que, no período de análise de dano como um todo, verificou-se aumento neste indicador.

7.8. Do fluxo de caixa

O quadro a seguir mostra o fluxo de caixa apresentado pela indústria doméstica na petição de início da revisão. Ressalte-se que os valores totais líquidos de caixa gerados pela empresa no período, constantes da petição, conferiram com os cálculos efetuados a partir dos demonstrativos financeiros da empresa no período.

Ressalte-se, adicionalmente, que, devido à impossibilidade de se separar os valores relacionados somente do produto similar de determinadas contas contábeis, conclui-se por considerar o valor total líquido gerado de caixa, ou seja, considerando a totalidade dos negócios da empresa.

| Fluxo de Caixa (em número índice, P1 = 100)    |      |        |       |       |        |
|------------------------------------------------|------|--------|-------|-------|--------|
|                                                | P1   | P2     | P3    | P4    | P5     |
| Caixa Líquido Atividades Operacionais          | 100  | 161,2  | 109,7 | 109,7 | 122,1  |
| Caixa Líquido Atividades de Investimentos      | -100 | -123,3 | -47,3 | -26,9 | -108,3 |
| Caixa Líquido Atividades de Financiamento      | 100  | 22,8   | 120,3 | -52,3 | 51,9   |
| Aumento (Redução) Líquido nas Disponibilidades | -100 | -217,7 | 519,9 | 192,5 | -202,9 |

Observou-se que o caixa líquido total gerado nas atividades da empresa oscilou ao longo do período de análise de dano. A geração de caixa foi positiva em P3 e P4 e negativas nos demais períodos. Em considerando os extremos da série, verificou-se redução líquida nas disponibilidades da empresa de 102,9%. De P1 para P2 houve redução nas disponibilidades de 117,7%. Em P3, verificou-se melhora nas disponibilidades em 338,8%, mas houve piora em P4 e em P5 de 63% e 205,4%, respectivamente, sempre em relação ao período anterior.

7.9. Do retorno sobre os investimentos

O quadro a seguir mostra o retorno dos investimentos, calculado pela divisão do valor do lucro líquido relativo à totalidade dos negócios da indústria doméstica pelo valor do ativo total dessa indústria, constante de suas demonstrações financeiras.

Tal indicador foi apresentado pela indústria doméstica na petição de início da revisão. Ressalte-se que os valores totais do lucro líquido e do ativo total da indústria no período, constantes deste apêndice, conferiram com os cálculos efetuados a partir dos demonstrativos financeiros da empresa no período.

| Retorno sobre os Investimentos (em número índice, P1 = 100) |     |       |       |       |       |
|-------------------------------------------------------------|-----|-------|-------|-------|-------|
|                                                             | P1  | P2    | P3    | P4    | P5    |
| Lucro Líquido (A) (Mil R\$)                                 | 100 | 80,5  | 99,8  | 93,2  | 32,0  |
| Ativo Total (B) (Mil R\$)                                   | 100 | 113,3 | 132,9 | 141,4 | 138,7 |
| Retorno (A/B) (%)                                           | 100 | 71,3  | 75,2  | 65,9  | 23,3  |

Observou-se que a taxa de retorno sobre os investimentos foi positiva em todos os períodos de revisão de dano, muito embora com tendência de queda ao se considerar todo período de análise. De P1 a P2, o retorno sobre os investimentos diminuiu, mas, de P2 a P3, houve aumento. De P3 a P4, tal indicador apresentou nova queda. Já no último período (P4 a P5), tal retorno caiu significativamente com redução. Ao se considerar os extremos da série, o retorno sobre os investimentos constatado em P5 foi inferior ao retorno verificado em P1.

7.10. Da capacidade de captar recursos ou investimentos

Para avaliar a capacidade de captar recursos, o Departamento calculou os índices de liquidez geral e corrente a partir dos dados relativos à totalidade dos negócios da indústria doméstica, constantes de suas demonstrações financeiras.

O índice de liquidez geral indica a capacidade de pagamento das obrigações de curto e de longo prazo e o índice de liquidez corrente, a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo.

| Capacidade de captar recursos ou investimentos (em número índice, P1 = 100) |     |       |      |      |       |
|-----------------------------------------------------------------------------|-----|-------|------|------|-------|
|                                                                             | P1  | P2    | P3   | P4   | P5    |
| Índice de Liquidez Geral                                                    | 100 | 111,8 | 94,9 | 90,0 | 119,3 |
| Índice de Liquidez Corrente                                                 | 100 | 90,4  | 96,7 | 97,1 | 138,1 |

O índice de liquidez geral aumentou 11,7% entre P1 e P2; e 32,7% entre P4 e P5. Nos demais períodos, houve redução de 15,1% entre P2 e P3 e de 5,2% entre P3 e P4. Ao se considerar os extremos dos períodos, de P1 para P5, o índice de liquidez geral aumentou 19,3%.

Já o índice de liquidez corrente reduziu-se apenas entre P1 e P2, em que registrou queda de 9,3%. Nos outros períodos (P3, P4 e P5), registrarem-se aumentos de 6,9%; 0,6% e 42,3%, sempre em relação ao período anterior. De P1 a P5, esse indicador aumentou 38,7%.

7.11. Da conclusão acerca dos indicadores da indústria doméstica

A partir da análise dos indicadores da indústria doméstica, verificou-se que o volume de vendas e produção do produto similar no mercado interno atingiu seus piores patamares em P5. Ressalta-se que apesar da contração do volume vendido, a indústria doméstica atingiu seu maior grau de participação no mercado brasileiro em P5. Isso demonstra, que diante da retração do mercado brasileiro, a indústria doméstica reduziu seu volume vendido em proporção inferior a contração do mercado, tendo reduzido seu preço, apesar do crescimento do custo de produção no mesmo período, atingindo em P5 seu menor nível no período de análise.

A redução do preço impactou os indicadores da indústria doméstica que em P5 atingiu seu pior nível de lucratividade, apresentando um resultado operacional, ao final da série, 83,7% inferior ao resultado de P1. As margens de lucro também atingirão seu menor nível em P5, sendo que a margem operacional de P5 foi inferior a de P1.

Além disso, em consequência da queda do volume de produção constatou-se queda sucessiva do grau de ocupação da capacidade instalada ao longo do período de análise de dano, tendo em P5 tal indicador atingido seu menor valor.

Desse modo, considerando-se o comportamento dos indicadores da indústria doméstica, pode-se concluir pela existência de deterioração dos indicadores da indústria doméstica no período de análise. Tal conclusão teve por base, principalmente, a queda das vendas internas e da receita, a redução do resultado e da margem operacional nesse intervalo.

8. DOS ÍNDICIOS DA RETOMADA DO DANO

O art. 108 c/c o art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que a determinação de que a extinção do direito levará muito provavelmente à continuação ou à retomada do dano à indústria doméstica deverá basear-se no exame objetivo de todos os fatores relevantes, incluindo: a situação da indústria doméstica durante a vigência definitiva do direito; o impacto provável das importações objeto de dumping sobre a indústria doméstica; o comportamento das importações do produto objeto da revisão durante sua vigência e a provável tendência; o preço provável das importações objeto de dumping e o seu provável efeito sobre os preços do produto similar no mercado interno brasileiro; alterações nas condições de mercado no país exportador; e o efeito provável de outros fatores que não as importações objeto de dumping sobre a indústria doméstica.

8.1. Da situação da indústria doméstica durante a vigência do direito

O art. 108 c/c o inciso I do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelecem que, para fins de determinação de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações sujeitas ao direito, deve ser examinada a situação da indústria doméstica durante a vigência do direito.

Inicialmente, cumpre mencionar que, no âmbito da determinação final pertinente à segunda revisão do direito em análise, concluiu-se que, caso o direito não fosse prorrogado de forma a eliminar a prática de dumping, o dano à indústria doméstica, muito provavelmente, iria se agravar.

Além disso, cabe lembrar que em setembro de 2011 (P1), entrou em vigor a aplicação de direito antidumping para as importações provenientes da China. Apesar da redução contínua nos volumes importados desse país a partir da aplicação do direito, o que repercutiria positivamente na situação da indústria doméstica, notou-se aumento no volume importado de tubos de aço carbono originários da Ucrânia, dificultando a recuperação econômico-financeira da indústria doméstica. A fim de neutralizar o dano causado pelas importações ucranianas, foi aprovado, em novembro de 2014 (P4), aplicação de direito antidumping contra importações originárias desse país.

Como é possível notar no item 7 deste anexo, a indústria doméstica apresentou deterioração de seus indicadores econômico-financeiros. O seu volume de vendas do produto similar no mercado interno caiu para o menor nível da série em P5. Embora a Vallourec tenha ganhado participação no mercado brasileiro, esse ganho deu-se em função da redução dos preços desse produto, o que afetou diretamente a sua receita líquida. Como já ilustrado no item supracitado, a receita líquida reduziu-se 54,2% de P1 a P5, chegando ao seu pior resultado em termos absolutos nesse último período.

Ademais, salienta-se que a redução dos preços percebida durante o período da presente revisão não foi acompanhada por redução no custo de produção. Pelo contrário, de P1 a P3, o custo de produção aumentou continuamente, tendo diminuído apenas em P4. Em P5, por sua vez, foi registrado o maior custo de produção de todo o período analisado. Tal contexto piorou os resultados bruto e operacional e, por consequência, os indicadores de rentabilidade da indústria doméstica.

Dessa forma, para fins de início da revisão, concluiu-se que, durante a vigência do direito antidumping aplicado aos tubos de aço carbono originários da Romênia, houve agravamento dos indicadores econômico-financeiros da indústria doméstica. Considerando que as importações da Romênia representaram 0,5% de participação no mercado brasileiro em P5, maior peso relativo desde P1, não seria possível inferir, inicialmente, que o dano à indústria doméstica seja causado por essas importações. Por outro lado, entretanto, a não renovação do direito antidumping em vigor tenderia a agravar essa situação.

8.2. Do comportamento das importações

O art. 108 c/c o inciso II do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações sujeitas ao direito, deve ser examinado o volume dessas importações durante a vigência do direito e a provável tendência de comportamento dessas importações, em termos absolutos e relativos à produção ou ao consumo do produto similar no mercado interno brasileiro.

No que diz respeito ao comportamento das importações, cabe destacar a participação de importações do produto objeto originárias da China e da Ucrânia, durante o período de análise da presente revisão. Em P1, por exemplo, as importações originárias da China representavam 99,1% do total importado de tubos de aço carbono sem costura. Em P3, período em que já havia aplicação de direito contra esse país, a porcentagem sobre o total importado caiu para 13%. Em contraposição, nesse período, houve aumento significativo das importações originárias da Ucrânia, que representou 78% do total importado.

Considerando China e Ucrânia, em conjunto, registrou-se participação de 91% do total importado em P3 e 86% em P4. Já, em P5, esses dois países foram responsáveis por 65,5% das importações totais do produto objeto. A despeito de apresentarem, entre P1 e P5, volumes significativos no total importado e parcela representativa quando comparados com a produção e o consumo do produto similar no mercado interno brasileiro, as importações desses países apresentaram tendências decrescentes nos volumes importados a partir da aplicação do direito antidumping (China em P1 e Ucrânia em P4).

Tendo em consideração as importações originárias da Romênia, tais importações ainda não são consideradas representativas em relação à produção ou ao consumo do produto similar no mercado interno. Apesar disso, é relevante notar que o volume das importações do produto objeto da Romênia tem aumentado continuamente a partir de P3 tanto em termos absolutos quanto em termos relativos no que se refere à produção da indústria doméstica e ao mercado brasileiro mesmo com o direito em vigor.

Em vista à aplicação do direito antidumping contra China e Ucrânia e à possível existência de substancial potencial exportador do produto objeto por parte da Romênia, concluiu-se que, caso o direito antidumping em vigor seja extinto, muito provavelmente os produtores/exportadores da Romênia direcionariam suas exportações para o Brasil em quantidades substanciais e representativas, tanto em termos absolutos como em termos relativos quando comparados à produção e ao consumo. Assumindo que tal aumento de importações consistirá em produtos vendidos a preços de dumping, muito provavelmente ocorrerá a retomada do dano à indústria doméstica decorrente de tal prática.

8.3. Do preço provável das importações com indícios de dumping e o seu provável efeito sobre os preços do produto similar no mercado interno brasileiro

O art. 108 c/c o inciso II do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações sujeitas ao direito, deve ser examinado o preço provável das importações com indícios de dumping (retomada) e o seu provável efeito sobre os preços do produto similar no mercado interno brasileiro.

Para esse fim, buscou-se avaliar, inicialmente, o efeito das importações sujeitas ao direito sobre o preço da indústria doméstica no período de revisão. De acordo com o disposto no § 2º do art. 30 do Decreto nº 8.058, de 2013, o efeito do preço das importações com indícios de dumping sobre o preço do produto similar nacional no mercado interno brasileiro deve ser avaliado sob três aspectos.

Inicialmente, deve ser verificada a existência de subcotação significativa do preço do produto importado em relação ao produto similar no Brasil, ou seja, se o preço internado do produto importado é inferior ao preço do produto brasileiro. Em seguida, examina-se eventual depressão de preço, isto é, se o preço do produto importado teve o efeito de rebaixar significativamente o preço da indústria doméstica. O último aspecto a ser analisado é a supressão de preço, verificada quando as importações sob análise impedem, de forma relevante, o aumento de preço, devido ao aumento de custos, que teria ocorrido na ausência de tais importações.

O preço de venda da indústria doméstica no mercado interno foi obtido pela razão entre o faturamento líquido (excluído o frete sobre vendas), em reais corrigidos, e a quantidade vendida, em toneladas, no mercado interno no período de revisão.

Para o cálculo dos preços internados do produto importado da Romênia, foram considerados os valores totais de importação na condição CIF em reais, em reais por tonelada de produto, de cada uma das operações de importação, obtidos a partir dos dados detalhados de importação fornecidos pela RFB. Adicionalmente, foi considerado o valor de 16% a título de Imposto de Importação (II).

Calcularam-se, então, para cada operação de importação, os valores do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) de 25% sobre o valor do frete internacional, quando marítimo, e os valores das despesas de internação de 2% sobre o valor CIF, baseados em informações de importadores de recente investigação de direito antidumping do mesmo produto objeto, originário da Ucrânia.

No primeiro cenário, acrescentou-se, também, o valor correspondente ao direito antidumping recolhido, aplicando-se a alíquota ad valorem de 14,3% para os fabricantes/exportadores, conforme delineado no contexto da Resolução CAMEX nº 54, de 9 de agosto de 2011, que prorrogou esse direito. No segundo, simulou-se a subcotação sem o recolhimento desse direito.

Por fim, os preços resultantes foram atualizados com base no IPA-OG-PI, da Fundação Getúlio Vargas, a fim de se obterem os valores em reais corrigidos. Foram calculados, assim, os preços médios ponderados internados em reais corrigidos, tornando possível, portanto, a comparação com os preços da indústria doméstica, os quais excluem o montante correspondente a despesas de frete.

As tabelas a seguir demonstram os cálculos efetuados e os valores de subcotação obtidos da origem investigada, para cada período de investigação de indícios de retomada de dano, considerando-se, de início, o direito antidumping recolhido e, no segundo momento, excluindo-o.

| Subcotação Preço Importações Romênia (com direito antidumping) (em número índice, P1 = 100) |     |      |         |          |          |
|---------------------------------------------------------------------------------------------|-----|------|---------|----------|----------|
|                                                                                             | P1  | P2   | P3      | P4       | P5       |
| Preço CIF (R\$/t)                                                                           | -   | 100  | 125,61  | 97,66    | 81,67    |
| Imposto de Importação R\$(t)                                                                | -   | 100  | 125,61  | 97,66    | 81,67    |
| AFRMM (R\$/t)                                                                               | -   | 100  | 123,04  | 38,61    | 25,62    |
| Despesas de internação (R\$/t)                                                              | -   | 100  | 125,60  | 97,66    | 81,67    |
| Direito Antidumping (R\$/t)                                                                 | -   | 100  | 125,61  | 97,66    | 81,67    |
| CIF Internado (R\$/t)                                                                       | -   | 100  | 125,52  | 95,70    | 79,81    |
| CIF Internado (R\$ corrigidos/t)                                                            | -   | 100  | 118,00  | 7.055,88 | 5.607,10 |
| Preço da ID (R\$ corrigidos/t)                                                              | 100 | 95,6 | 91,1    | 90,5     | 82,7     |
| Subcotação (R\$ corrigidos/t)                                                               | -   | -100 | -157,81 | -70,18   | -36,10   |

Ao se considerar a aplicação do direito antidumping, o preço das importações do produto objeto, internado no Brasil, não apresentou subcotação em relação ao preço do similar fabricado pela indústria doméstica. Ressalte-se que não houve importação do produto objeto da revisão em P1.

| Subcotação Preço Importações Romênia (sem direito antidumping) (em número índice, P1 = 100) |     |        |         |        |        |
|---------------------------------------------------------------------------------------------|-----|--------|---------|--------|--------|
|                                                                                             | P1  | P2     | P3      | P4     | P5     |
| Preço CIF (R\$/t)                                                                           | -   | 100,00 | 125,61  | 97,66  | 81,67  |
| Imposto de Importação R\$(t)                                                                | -   | 100    | 125,61  | 97,66  | 81,67  |
| AFRMM (R\$/t)                                                                               | -   | 100    | 123,04  | 38,61  | 25,62  |
| Despesas de internação (R\$/t)                                                              | -   | 100    | 125,60  | 97,66  | 81,67  |
| CIF Internado (R\$/t)                                                                       | -   | 100    | 125,51  | 95,47  | 79,60  |
| CIF Internado (R\$ corrigidos/t)                                                            | -   | 100    | 117,99  | 85,50  | 67,92  |
| Preço da ID (R\$ corrigidos/t)                                                              | 100 | 95,64  | 91,06   | 90,47  | 82,67  |
| Subcotação (R\$ corrigidos/t)                                                               | -   | -100   | -173,80 | -63,23 | -22,58 |

Mesmo desconsiderando a aplicação do direito antidumping, é possível notar que as importações de tubos de aço carbono sem costura originárias da Romênia continuam não apresentando subcotação em relação ao preço da indústria doméstica nos períodos analisados. Assim, diante do contexto em tela, não é possível afirmar inicialmente que a retirada do direito antidumping em vigor das importações do produto objeto da Romênia teria por efeito deprimir ou suprimir o preço da indústria doméstica.

Cabe destacar, porém, que a ausência de subcotação pode ser em parte explicada pela queda do preço da indústria doméstica atribuída a outros fatores que não as importações originárias da Romênia.

8.4. Do impacto das importações a preços com indícios de retomada do dumping sobre a indústria doméstica

Consoante art. 108 c/c o inciso IV do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, para fins de determinação de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações sujeitas ao direito antidumping, deve ser examinado o impacto provável das importações sobre a indústria doméstica, avaliado com base em todos os fatores e índices econômicos pertinentes definidos no § 2º e no § 3º do art. 30.

De início, cumpre mencionar que não foram verificadas exportações significativas da Romênia para o Brasil, quando comparadas ao mercado brasileiro, no período de análise da continuação/retomada do dumping. Para fins de início dessa revisão, buscou-se avaliar inicialmente o impacto das importações do produto objeto da revisão sobre a indústria doméstica durante o período de revisão. Da análise dos itens 6 e 7 supra, pode-se inferir que, a despeito da deterioração dos indicadores da indústria doméstica, não é possível atribuir esse dano às importações sujeitas ao direito antidumping, já que, como mencionado, não representaram volume significativo diante do tamanho do mercado brasileiro. Ademais, não foi encontrada subcotação entre os preços praticados pela indústria doméstica frente aos preços de exportação do produto objeto romeno.

Mesmo assim, conforme o detalhado no item 5.1.2, é razoável acreditar que haveria retomada da prática de dumping por parte dos produtores/exportadores romenos, na hipótese de não prorrogação do direito antidumping, a fim de serem competitivos no mercado brasileiro. Outrossim, ao se examinar o potencial exportador da Romênia, pode-se inferir que, no caso dessa não prorrogação, muito provavelmente o dano à indústria doméstica, decorrente dessa prática de dumping, poderá ser retomado, em razão do substancial potencial desse país para aumentar suas exportações de tubos de aço sem costura para o Brasil, onde o mercado vem apresentando contração.

8.5. Das alterações nas condições de mercado

O art. 108 c/c o inciso V do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações sujeitas ao direito, devem ser examinadas alterações nas condições de mercado no país exportador, no Brasil ou em terceiros mercados, incluindo alterações na oferta e na demanda do produto similar, em razão, por exemplo, da imposição de medidas de defesa comercial por outros países.

No que diz respeito a alterações em terceiros mercados quanto à imposição de medidas de defesa comercial por outros países, registra-se que, em setembro de 2011, os EUA decidiram renovar o direito antidumping contra a Romênia para tubos de aço carbono sem costura de diâmetro pequeno, com base na segunda revisão de final de período. No Brasil, medidas de defesa comercial entraram em vigor em P1 contra a China e em P4 contra a Ucrânia, com relação à importação do produto objeto.

Não foram encontradas informações relativas a alterações nas condições de mercado no país exportador.

Dessa forma, a retirada do direito antidumping pelo Brasil das exportações da Romênia poderia criar alterações na oferta e na demanda de tubos de aço sem costura, tendo em vista o potencial exportador desse país europeu e as aplicações de direito antidumping contra China e Ucrânia, muito embora tenha havido contração expressiva do mercado interno brasileiro.

8.6. Do efeito provável de outros fatores que não as importações objeto de dumping sobre a indústria doméstica

O art. 108 c/c o inciso V do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações sujeitas ao direito, deve ser examinado o efeito provável de outros fatores que não as importações objeto de dumping sobre a indústria doméstica.

Com relação às importações das outras origens, houve oscilação nos volumes importados até P3. De P3 a P5, registrou-se redução gradativa do volume importado de outros países. De P4 a P5, esse volume diminuiu 65,6%. Ao se considerar de P1 a P5, o volume reduziu-se em 81%. Entre essas origens, destaca-se a redução do volume importado da China, devido ao direito antidumping aplicado contra essas importações em P1. Ressalta-se que as importações chinesas representaram 99,2% do total geral importado nesse período. Em P5, esse volume representou 31% do total geral importado. Dessa forma, de P1 a P5, o volume importado desse país teve queda de 93,8%.

Os valores em base CIF das importações de outras origens também oscilaram de P1 a P3. A partir desse período, registrou-se queda contínua em valores absolutos. De P1 a P5, esse valor foi reduzido em 72,4%. Tendo em consideração a participação desse montante sobre o total geral importado, não foram registradas alterações significativas. Em P1 e em P5, essa participação foi de 95,1% e 96,6%, respectivamente.

Quanto ao desempenho exportador, constatou-se que a indústria doméstica apresentou queda do volume exportado de tubos de aço sem costura de 47,8% de P1 para P2, seguido de aumentos de 10,9% de P2 para P3 e de 49,9% de P3 para P4. De P4 a P5, foi registrada queda de 69,7%. Como mencionado, ao longo do período, de P1 para P5, houve queda de 71,3% no volume de exportações.

Comportamento semelhante ao do volume exportado também foi observado na proporção das vendas ao mercado externo sobre as vendas totais da indústria doméstica. Enquanto em P1 as exportações representavam 37,6% das vendas totais, esse percentual chegou ao ápice em P4 quando representou 40,4% do total de vendas. Em P5, essa proporção foi de 23,8%. De P4 a P5, notou-se redução de 16,6 p.p. Ao se considerar os períodos de P1 a P5, a queda foi de 13,8 p.p.

Muito embora tenha havido diminuição nas quantidades exportadas e também na proporção da participação do setor externo em relação às vendas totais do produto similar da indústria doméstica, não há como atribuir a totalidade de indícios de dano, constatado nos indicadores econômicos da indústria doméstica, ao desempenho exportador. Além disso, fica evidente que não há deslocamento de vendas do mercado doméstico para abastecimento externo.

A produtividade da indústria doméstica, calculada como o quociente entre a quantidade produzida e o número de empregados envolvidos na produção no período, diminuiu 24% de P4 a P5. Considerando os extremos do período de análise, de P1 a P5, houve queda de 38,8%. Contudo, essa queda de produtividade não pode ser considerada como a causa dos indícios de dano constatados nos indicadores da indústria doméstica, uma vez que tais diminuições podem ser atribuídas à queda da produção mais que proporcional à queda do número de empregados ligados à produção.

No período em análise, não houve consumo cativo, importação ou revenda do produto objeto por parte da indústria doméstica. Assim, a deterioração dos indicadores da indústria doméstica não foi influenciada por esses fatores.

Não houve alteração da alíquota do Imposto de Importação de 16% aplicada às importações brasileiras de tubos de aço sem costura no período de investigação de indícios de dano, conforme se mostrou no item 3.3, de modo que o eventual dano à indústria doméstica não pode ser atribuído ao processo de liberalização dessas importações.

No que concerne a contração da demanda, o mercado brasileiro encolheu 40,5% de P4 a P5, enquanto que as vendas da indústria doméstica nesse mercado teve queda de 34,5% no mesmo período. Com relação ao período de P1 a P5, o mercado contraiu-se 54,4%. Já as vendas da indústria registraram queda de 44,6% nesse período.

Assim sendo, pode-se afirmar que a contração da demanda nacional impactou os indicadores econômicos da indústria doméstica, embora essa tenha ganhado participação relativa no mercado brasileiro. Como visto, entretanto, esse ganho relativo deu-se em detrimento dos indicadores de rentabilidade da empresa.

Com relação ao padrão de consumo de tubos de aço carbono no mercado brasileiro, sabe-se que não houve mudanças nesse padrão que ensejassem qualquer tipo de prejuízo à indústria doméstica.

Não foram identificadas práticas restritivas ao comércio de tubos de aço sem costura tanto pelos produtores domésticos quanto pelos produtores estrangeiros. Tampouco houve fatores que afetassem a concorrência entre eles, nem houve adoção de evoluções tecnológicas que pudessem resultar na preferência do produto importado ao nacional. O produto importado e o fabricado no Brasil são, portanto, concorrentes entre si, disputando o mesmo mercado.

8.7. Da conclusão sobre os indícios de retomada do dano

Conclui-se que, para fins de início desta revisão, há indícios suficientes de que, caso o direito antidumping não seja prorrogado, as exportações da Romênia para o Brasil do produto objeto da revisão, realizadas provavelmente a preços de dumping e subcotados em relação aos do similar nacional, serão retomadas em volumes substanciais, tanto em termos absolutos quanto em relação à produção e ao consumo. Isso, muito provavelmente, levaria à retomada e ao agravamento do dano à indústria doméstica causado pela prática desleal de comércio, considerando ainda a elevada capacidade de produção e de exportação da Romênia de tubos de aço carbono sem costura.

9. DA RECOMENDAÇÃO

Consoante a análise precedente, há indícios de que a extinção do direito antidumping muito provavelmente levaria à retomada do dumping e do dano dele decorrente.

Propõe-se, dessa forma, o início de revisão para fins de averiguar a necessidade de prorrogação do prazo de aplicação do direito antidumping sobre as importações brasileiras de tubos de aço carbono sem costura, de condução (line pipe) com diâmetro de até cinco polegadas, comumente classificadas no item 7304.19, originárias da Romênia, com a manutenção dos direitos em vigor, nos termos do § 2º do art. 112 do Decreto nº 8.058, de 2013, enquanto perdurar a revisão.



## Ministério do Esporte

### GABINETE DO MINISTRO

#### PORTARIA Nº 350, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

Delega competência para celebração de contratos administrativos, ratificação de atos de dispensa de licitação, convênios celebrados com entidades públicas, termos de execução descentralizada, respectivos termos aditivos e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso I, parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, com fundamento no Decreto nº 7.689/2012, no Decreto nº 8.829/2016 e na Portaria nº 249/2012, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao ocupante do cargo DAS 101.6 alocado na Secretaria Executiva, previsto no art. 8º do Decreto nº 8.829/2016, ao Secretário Nacional de Esporte, Lazer e Inclusão Social, ao Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento, ao Secretário Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor e ao Secretário Nacional da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem, assim como aos seus respectivos substitutos legais nos impedimentos e afastamentos, para praticar os seguintes atos, no âmbito de suas competências:

I - aprovar planos de trabalho, projetos básicos e termos de referência;

II - ratificar atos de dispensa de licitação, observado o disposto no art. 26 da Lei nº 8.666/93;

III - firmar contratos e termos aditivos;

IV - celebrar convênios e contratos de repasse com entidades públicas, ajustes, acordos, termos de execução descentralizada e demais instrumentos congêneres;

V - submeter à apreciação da Consultoria Jurídica processos e atos administrativos.

Parágrafo Único. As celebrações de que trata o caput serão previamente submetidas ao Gabinete Ministerial, com vistas à avaliação de sua aderência às prioridades estratégicas estabelecidas pelo Ministério do Esporte.

Art. 2º As celebrações de contratos administrativos, convênios, termos de execução descentralizada e demais ajustes serão precedidas de parecer técnico do gestor responsável por sua origem, contemplando no mínimo os seguintes quesitos:

I - economicidade;

II - viabilidade técnica;

III - certificação e demonstração de atendimento a todas as recomendações feitas pela Consultoria Jurídica, nos termos do parágrafo único art. 38 da Lei nº 8.666/1993.

Art. 3º As celebrações e prorrogações de contratos administrativos relativos a atividades de custeio deverão ser precedidas de autorização específica emitida pelo:

I - Ministro de Estado, para os contratos com valores iguais ou superiores a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);

II - Secretário-Executivo, para os contratos inferiores a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);

III - Diretor do Departamento de Gestão Interna para os contratos com valores inferiores a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

Parágrafo Primeiro. As autorizações de que trata o caput deste artigo deverão ser emitidas a cada contratação ou prorrogação celebrada, e constituem ato de governança das contratações estritamente relacionado a uma avaliação sobre a conveniência da despesa pública, não envolvendo a análise técnica e jurídica do procedimento, que são de responsabilidade do ordenador de despesa e da Consultoria Jurídica, de acordo com suas competências legais, não implicando em ratificação ou validação dos atos que compõem o processo.

Art. 4º Fica delegada competência para atuarem como ordenadores de despesas das contratações celebradas no âmbito de suas unidades o Secretário-Executivo, o Secretário da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem, o Secretário Nacional de Alto Rendimento, o Secretário Nacional de Esporte, Lazer e Inclusão Social e o Secretário Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor.

Parágrafo Primeiro. A competência de que trata o caput poderá ser subdelegada.

Parágrafo Segundo. Em até 10 (dez) dias da publicação desta Portaria, as autoridades elencadas no caput providenciarão a designação dos responsáveis pela gestão financeira, conformidade contábil e conformidade de registros de gestão, no âmbito de suas Secretarias.

Art. 5º Ficam revogados:

I - o inciso XII da Portaria ME nº 36, de 7 de fevereiro de 2003.

II - a Portaria ME nº 15, de 3 de julho de 2014.

III - a Portaria ME nº 201, de 23 de junho de 2016.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO CARNEIRO MONTEIRO PICCIANI

#### ATA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 6 DE SETEMBRO DE 2016

Às onze horas e cinquenta minutos do dia seis de setembro de dois mil e dezesseis, o Ministro de Estado do Esporte e Presidente do Conselho Nacional do Esporte - CNE, Leonardo Carneiro Monteiro Picciani, deu início a trigésima terceira Reunião Ordinária do Conselho Nacional do Esporte - CNE, no Escritório da Representação Estadual do Ministério do Esporte no Rio de Janeiro, na Rua Lauro Muller, cento e dezesseis - quadragésimo quarto andar, sala quatro mil quatrocentos e dois, cobertura, torre Rio Sul - Botafogo - Rio de Janeiro RJ. Conselheiros presentes: Fernando Avelino Boeschenstein Vieira - Secretário-Executivo do Ministério do Esporte; Luiz Eduardo Carneiro da Silva de Souza Lima - Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento; Leandro Cruz Fróes da Silva - Secretário Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social; Gustavo Henrique Perrella Amaral Costa - Secretário Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor; Rogério Sampaio Cardoso - Secretário Nacional da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem; Lars Schmidt Grael - Representante da Comissão Nacional de Atletas; Márcio Batalla Jardim - Representante Titular do Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Esporte e Lazer; Humberto Aparecido Panzetti - Representante Titular dos Secretários e Gestores Municipais de Esporte e Lazer; Arialdo Boscolo - Representante Titular dos Clubes Sociais; Jorge Steinhilber - Representante Titular do Conselho Federal de Educação Física; Simone Aparecida Rechia Ferreira - Representante Titular do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte; Vice-Almirante Paulo Zuccaro - Representante Titular da Comissão Desportiva Militar Brasileira; Mauzler Paulinetti - Representante Titular da Organização Nacional de Entidades Nacionais Dirigentes de Desporto; Rogério Langank Caboclo - Representante da Confederação Brasileira de Futebol; Jacqueline Louise Cruz Silva - Representante do Esporte Nacional; Carlos Robson Gracie - Representante do Esporte Nacional; Edvaldo Valério da Silva Filho - Representante do Esporte Nacional. Demais participantes: Pedro Paulo Ribeiro Gomes Sotomayor - Chefe da Assessoria Especial de Projetos do Gabinete do Ministro de Estado do Esporte; Tamoio Athayde Marcondes - Consultor Jurídico do Ministério do Esporte; Embaixador Renan Barreto - Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais do Ministério do Esporte; Mosiah Brentano Rodrigues - Coordenador-Geral de Bolsa Atleta do Departamento de Esporte de Base e de Alto Rendimento da Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento; Denise Cardoso de Gusmão Cunha - Diretora do Departamento de Desenvolvimento e Acompanhamento de Políticas e Programas Intersetoriais de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social; Vitorio Mendes de Moraes - Representante do Comitê Olímpico Brasileiro; Márcio Moreira - Representante da Organização Nacional de Entidades Nacionais Dirigentes de Desporto; Anna Turano - Assessora de Imprensa; Fabio Jose Mamedio - Chefe da Representação do Ministério do Esporte no Rio de Janeiro. O Presidente do Conselho Nacional do Esporte, Ministro Leonardo Picciani, cumprimentou a todos, fez saber que acabara de participar do evento do acendimento da Chama Paralímpica. Agradeceu a todos os presentes para a trigésima terceira Reunião do Conselho Nacional do Esporte, que conforme proposto na última reunião, está se estabelecendo a metodologia para que as mesmas ocorram a cada trinta dias, que até o final do encontro de hoje será marcada a data da próxima reunião no mês de outubro, ressaltou a grande presença e o quorum como muito significativos para o Conselho. Faz então a leitura dos temas e informando quem fará as apresentações da Pauta, sobre: I - Lei de Incentivo ao Esporte será o Dr. José Candido da Silva Muricy - Diretor do Departamento de Incentivo e Fomento; II - Artigo décimo do Estatuto do Torcedor terá como relator o Dr. Gustavo Perrella - Secretário Nacional de Futebol; III - Plano Nacional do Desporto e IV - Legado Olímpico será apresentado pelo Dr. Pedro Sotomayor, não acusando a presença do Dr. Muricy, o Presidente passa para o segundo item da pauta dando a palavra ao Dr. Gustavo Perrella, que cumprimenta a todos. O Presidente solicita que sejam distribuídas cópias da proposta da Resolução elaborada pelo relator, cita o art. 11, III, da Lei Pelé. Dada a palavra ao Dr. Tamoio Marcondes, Consultor Jurídico do Ministério do Esporte, o mesmo informa haver recebido a proposta de resolução. Citou que a aplicabilidade da Lei que, apesar de imediata, estaria frágil sob o aspecto da eficácia social, pois o artigo dez do Estatuto do Torcedor exigiria que as federações inserissem nos seus regulamentos das competições a exigência da Certidão Negativa de Débito; que a proposta será apresentada para a apreciação do Conselho que de acordo com o art. 11, III, Lei Pelé teria atribuição para opinar na questão de relevância para o desporto nacional; o Consultor Jurídico informa que sua apreciação se baseia apenas nos aspectos jurídicos do tema e que o CNE tem atribuição técnica e política na análise do tema, e assim, cingindo-se o tema a um julgamento político não haveria o que se manifestar, no que passou a palavra ao Dr. Perrella, que cita uma relação recebida da CBF com os clubes que ainda não se adequaram à lei e não terem entregue a Certidão Negativa, fala do problema da aplicabilidade da Lei para o próximo ano, até pelo fato dos Campeonatos Estaduais já terem sido definidos para o campeonato do próximo ano, informa ainda que todos os clubes da série A possuem, o que não ocorre com os das séries B, C e D e demonstra preocupação com a inviabilidade da participação dos pequenos clubes para o campeonato do ano que vem nos Estaduais e que isso os prejudicaria, ou, passa a aplicar a Lei em dois mil e dezoito, pois assim haveria tempo para a adequação dos clubes; cita que sob o ponto de vista político haveria um prejuízo para os clubes menores. O Presidente passa a palavra para o Representante da CBF, o Sr. Rogério Caboclo, que faz diversas considerações sobre a adaptação dos clubes, a dificuldade nas recomposições de clubes para a participação nos campeonatos, a regularidade fiscal, e o risco de algumas competições Estaduais não chegarem a se realizarem devido a esse não cumprimento, e que em nome do equilíbrio técnico

da estabilidade jurídica e das competições, fala de pretensas alegações de inconstitucionalidade no STF que poderão vir a ocorrer, sugere a extensão do prazo de aplicação da Lei para dois mil e dezoito, que isso possibilite nesse período que todos os clubes possam se adequar e poder participar sem prejuízo dos torcedores e dos clubes de futebol. O Presidente passa a palavra ao Representante dos Clubes Sociais, Sr. Arialdo Boscolo, que em suas considerações sobre a divulgação, pede, para que não seja divulgado como postergação e sim como interpretação, já que o próprio Estatuto do Torcedor impossibilita qualquer alteração do regulamento antes de dois anos, reitera a questão que os clubes não tem recursos financeiros para saldarem as suas dívidas, sugere a discussão para um novo refinanciamento e não no formato existente, sendo assim os clubes pagariam conforme suas receitas. Pede a palavra o Dr. Rogério Caboclo, dizendo que não estar se propondo nenhum tipo de favor, e nem de interpretação da Lei, o que não compete ao CNE, a não ser no caso que a legislação seja clara a respeito, e reitera que, para que se torne exigível a aplicação desse dispositivo, o artigo décimo e a apresentação das certidões como critério técnico, se faz necessário que o artigo seja incorporado ao regulamento das competições. Devolvendo a palavra, o Presidente convida o Representante da Comissão Nacional de Atletas, o Sr. Lars Grael, falou da sua preocupação com relação ao PROFUT, e do objetivo da Lei, e sua plena eficácia, que a mesma tem como objetivo maior sanear os clubes gerando fomento, trazendo moralidade e a regularização fiscal numa contrapartida e que são ações conjugadas entre o benefício e a contrapartida, que a não aplicação da Lei já no exercício de dois mil e dezesseis e dois mil e dezessete pode gerar interpretação da perda de credibilidade da eficácia da Lei, que pra não ser gerada essa perda de credibilidade e a mesma venha recair sobre o PROFUT, o CNE seus Conselheiros e o próprio Ministério do Esporte, será importante avaliar a capacidade do pleno cumprimento dela em no ano de dois mil e dezoito. O Presidente passa a palavra ao Secretário Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, o Secretário Leandro Cruz, que parabeniza o Secretário Gustavo pela resolução, concorda com esse caminho com as ponderações e diz considerar Patrimônio do Brasil os campeonatos Estaduais de futebol, que são vitrine, celeiro, local de desenvolvimento de grandes atletas nacionais, tem que fazer a Lei valer, haverá a necessidade de uma declaração forte do conselho para que todos saibam que nós não estamos postergando, estamos apenas garantindo a segurança jurídica de um campeonato, já em andamento quando esse conselho veio a se pronunciar, que esse Conselho tem que ajudar, tem que reforçar suas posições e que a CBF tem um papel muito importante nessa questão, que as discordâncias terão que ser discutidas no âmbito da justiça. Tomando a palavra, o Presidente pergunta se mais algum conselheiro deseja discutir o tema. Não havendo mais inscritos, o Presidente toma como consensual a aprovação da proposta de resolução apresentada pelo Secretário Perrella, consulta e submete a voto, sendo aprovada por unanimidade a proposta de resolução do Relator Dr. Gustavo Perrella. O Presidente Leonardo Picciani, com a palavra, diz que levando em consideração a proposta feita pelo Dr. Arialdo, sobre a importância de fazer um bom comunicado a esse respeito, lembra que primeiramente a nossa decisão se fundou no mundo dos fatos do que no mundo do Direito, da análise de ponto de vista do esporte do funcionamento dos campeonatos e dos clubes, da análise dos clubes para equilibrar o saneamento e a modernização do nosso futebol com tudo aquilo que é possível fazer desse momento. Crê que a matéria jurídica está em discussão no âmbito do Tribunal Federal que se decidirá e que ninguém está se contrapondo ao cumprimento da Lei, que ela existe pra ser cumprida e que esse Conselho irá caminhar para o aperfeiçoamento e para o cumprimento da Lei, sempre para o bom funcionamento do esporte e do futebol brasileiro. É o que lhe parece é que está se dando uma forma e um chance de sobrevivência e adequação aos pequenos clubes brasileiros que são importantes para o nosso sistema esportivo, pois a informação é de que os grandes clubes se ajustaram a sua situação, segundo a informação da CBF todos os clubes da série A apresentaram as suas Certidões Negativas. O Presidente solicita então uma pausa de quinze minutos, deixando aberta a todos as sugestões que acharem pertinentes. Todos os Conselheiros presentes, às quatorze horas e trinta e cinco minutos é reaberta a sessão. O Presidente Leonardo Picciani fala da conclusão da resolução e da nota que será distribuída a todos os presentes e que ficará a disposição da imprensa e de todos, para que não haja prejuízo do tempo, convida então o Membro suplente do CNE, Dr. Pedro Paulo Sotomayor para fazer a exposição sobre o Plano Nacional de Desporto e o Legado Olímpico. Legado no que crê ser esse o grande desafio que existirá nas pós Olimpíadas, caberá ao Ministério do Esporte, a esse conselho e a todos que atuam no esporte, o trato com o Legado e o planejamento com o desporto brasileiro, que as Olimpíadas trouxeram o Legado material e o imaterial, visto as diversas instalações por todo o País, além dessa grande inspiração que também trouxeram aos jovens o desejo de ter a prática esportiva no seu dia a dia, e afirma que o esporte deve ser tratado como Políticas Públicas conforme a sua grandeza. O Dr. Pedro Sotomayor inicia então a palestra sobre o tema do Plano Estratégico do Legado Olímpico, agradecendo a todos os Conselheiros e demais presentes e fala sobre diversas fases, abrangendo os objetivos, as fases de mapeamento, o relatório situacional, as dimensões do esporte e a sua integração, após a exposição do Plano Nacional de Desporto, o mesmo foi aplaudido. Retornando a palavra, o Presidente disse que na parte teórica os planos estão bem avançados e que será preciso identificar o caminho para onde se irá e pra onde se irá avançar entrando na fase de operacionalização. O Presidente informa que ao assumir o Ministério, identificou que o Governo Federal construiu grandes infraestruturas esportivas, muitos equipamentos esportivos, que a grande preocupação hoje do Ministério nessa nova fase, é fazer com que a Rede Nacional de Treinamento funcione de forma unificada podendo enxergar essas infraestruturas no País inteiro, suas adversidades, as modalidades esportivas que se busca praticar, observando a evolução

na base educacional, e lazer atingindo o alto rendimento, a preocupação não será construir mais, e sim sobretudo cuidar do que já existe, fazendo funcionar, evitando o sucateamento, que em breve será republicada uma Portaria que havia sido suspensa, que versa sobre o repasse, não o fazendo sem uma lógica, fazendo com que o repasse esteja atrelado ao funcionamento RNT que são os equipamentos públicos, dos clubes, dos municípios, das Forças Armadas, muitos construídos em parceria e pede notícias para que o Conselho aperfeiçoe os seus objetivos, com os Fundamentos da RNT que será o grande carro chefe das Políticas Públicas do Ministério do Esporte. O Presidente passa então a palavra ao Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento, o Sr. Luiz Lima que parabeniza a didática da exposição do PND. O Sr. Aivaldo, fala da evolução das discussões, da PNE e de seus grupos de trabalho. Com a palavra, o Representante do Conselho Federal de Educação Física, o Sr. Jorge Steinhilber, fala da concordância de que sem orçamento e recursos não se vai a lugar algum, do fator dos Conceitos e Definições, e tem dúvida se o modelo apresentado satisfaz e é o modelo que deve ser adotado, para que possa trazer algo que seja concreto e conclusivo. Com a palavra, a Representante do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, Sra. Simone Ferreira, que parabeniza a democratização da participação, que em julho, na Câmara dos Deputados já ocorrerá o debate dentro desse tema. Com a palavra, o Sr. Lars Graef, explica que o investimento na Infraestrutura Esportiva no Brasil é realizada sem a manutenção de custeio, que é confuso o diagnóstico da infraestrutura brasileira, seu geoprocessamento e cadastro, que se torna necessário saber de quanto foram os gastos nos últimos vinte anos, inclusive com as Emendas Parlamentares, saber o estado de manutenção. Sugere uma auditoria, saber sobre acessibilidade, normas técnicas, espaços, dos diversos temas desde a criação, extinção e retorno do CND. Que em 15 anos ocorreram umas vinte reuniões e que no CNE, Conselho atual, essa é a segunda reunião no espaço de trinta dias, parabeniza o Presidente por fazer do atual Conselho, um Conselho deliberativo e representativo. Toma a palavra o Sr. Aivaldo, que comenta sobre o Conselho ter ficado sem se reunir pelo período de um ano, afirma o caminho democrático que o Presidente reabriu, pede ao Presidente que seja realizado um seminário de três dias para amplas discussões e que o PND é um Decreto-Lei encaminhado as instâncias legislativas. O Presidente diz que espera ser um dos ministros que venha fortalecer o Conselho, compreende que existe um vácuo e faz uma referência: "quem pode mais pode menos" e que cabe ao conselho propor e evoluir nesse processo e os assuntos devem fluírem de forma natural e que graças a Deus e aos Conselheiros o quorum tem contribuído para o sucesso dos trabalhos. Convida a Representante do Esporte Nacional, Sra. Jaqueline, que fala da importância do esporte na vida de todos. O Presidente oferece a palavra, e o Sr. Lars Graef, faz uso, e fala sobre trazer de novo ao debate um tema já apresentado ao CNE há um ano, que é o encaminhamento da Comissão Nacional do Atletismo na proteção e defesa do atleta ao combate e controle de dopagem, citou o trabalho do Sr. Rogério a frente do ABCD, que atletas podem fazer uso de substâncias proibidas e outros podem fazê-lo por falta de informação, e o tratamento disciplinar é o mesmo, devido a essa vulnerabilidade, propuseram uma Defensoria do Atletismo no âmbito do ABCD, que o plenário deliberou favorável, mas a ABCD pediu prazo para o estudo da viabilidade da implantação. O Sr. Rogério, diz que está sendo criado o Tribunal Único de Anti Dopagem, e que espera conseguir colocar em funcionamento o mais rápido possível. O Presidente passa a palavra ao Representante da Comissão Desportiva Militar Brasileira, o Vice-Almirante, o Sr. Paulo Zuccaro, que pede para prestar contas sobre o Programa de Atletismo de Alto Rendimento das Forças Armadas e o seu grande êxito antes e durante os eventos. Com a palavra, o Sr. Jorge Steinhilber faz saber que para o Conselho Federal de Educação Física, essa década dos eventos esportivos está sendo um marco, que podemos ter o esporte como desenvolvimento humano, que estamos na Semana Nacional do Profissional de Educação Física, solicita receber a pauta com antecedência, citou sobre o tema, Dança, Yoga, Capoeira e Artes Marciais. O Presidente comenta sobre a pauta da trigésima primeira reunião e a decisão do Conselho e situações ocorridas que compõem as referidas Atas, entende a preclusão da matéria e que não se pode mais ser deliberada, pelo fato de já haver existido anteriormente revogação por falta de quorum, anulou aquela resolução, deliberação feita pelo Ministro Ricardo Leyser, na função de Presidente do Conselho à época. Tomando a palavra, o Sr. Lars Graef, propõe ao Sr. Presidente, Moção de Aplausos ao Medalhista Olímpico, o Sr. Marcos Vinícius Freire, "Moção aceita". O Presidente sugere a data do dia dez de outubro, às nove horas, nesta Representação do Ministério do Esporte no Rio de Janeiro, em que se reunirá o Conselho Nacional de Esporte, data ratificada pelos Senhores Conselheiros. Nada mais havendo a se tratar, o Presidente do Conselho, Sr. Ministro Leonardo Carneiro Monteiro Picciani, encerra a reunião às quinze horas e vinte e cinco minutos, que é lavrada por mim, Fabio Jose Mamedio Matricula SIAPE 2322708.

LEONARDO CARNEIRO MONTEIRO PICCIANI  
Ministro de Estado do Esporte e  
Presidente do Conselho Nacional do Esporte

## SECRETARIA EXECUTIVA

### DELIBERAÇÃO Nº 935, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

Dá publicidade ao projeto desportivo, relacionado no anexo I, aprovado na reunião ordinária realizada em 02/08/2016.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 232, de 8 de julho de 2016, considerando:

a) a aprovação do projeto desportivo, relacionado no anexo I, aprovado na reunião ordinária realizada em 02/08/2016.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CANDIDO DA SILVA MURICY  
Presidente da Comissão

#### ANEXO I

1 - Processo: 58701.004263/2015-65  
Proponente: Liga Urbana de Streetball - LUSB  
Título: Esporte Sem Limites  
Registro: 02ES148562015  
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional  
CNPJ: 08.607.759/0001-49  
Cidade: Cachoeiro de Itapemirim UF: ES  
Valor aprovado para captação: R\$ 412.106,21  
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0083 DV: 3  
Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 74963-X  
Período de Captação até: 30/07/2017

## Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

### SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS E RELAÇÕES DO TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAL CIVIL COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE ROTINAS DA FOLHA DE PAGAMENTO COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS INDENIZATÓRIOS

#### PORTARIA Nº 125, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR DE PRODUÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS INDENIZATÓRIOS DA COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE ROTINAS DA FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAL CIVIL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS E RELAÇÕES DO TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, nos termos do inciso II do art. 27 do Decreto nº 8.818, de 21 de julho de 2016, e tendo em vista o que consta no Processo nº 03000.203996/2015-96, resolve:

Transferir a reparação econômica de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, em favor de MARIA DE LOURDES FLORENCIO DA SILVA, CPF nº 025.267.884-20, viúva do anistiado político post mortem SEBASTIÃO VIEIRA DA SILVA, CPF nº 012.758.628-88, com fundamento no artigo 13 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, c/c arts. 215 e 217 da Lei nº 8.112/90, alterados pela Lei nº 13.135, de 17 de junho de 2015, com efeito financeiro a contar de 24 de setembro de 2015, conforme Portaria MJ nº 2.093, 15 de dezembro de 2015, publicada no DOU de 18 de dezembro de 2015.

WILLIAM CLARET TORRES

#### PORTARIA Nº 126, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR DE PRODUÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS INDENIZATÓRIOS DA COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE ROTINAS DA FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAL CIVIL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS E RELAÇÕES DO TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, nos termos do inciso II do art. 27 do Decreto nº 8.818, de 21 de julho de 2016, e tendo em vista o que consta no Processo nº 03000.203677/2015-81, resolve:

Transferir a reparação econômica de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, em favor de MARIA ROSA DOMARIA DE ALMEIDA, CPF nº 666.503.997-87, viúva do anistiado político post mortem ONEZIO PINHO DE ALMEIDA, CPF nº 126.900.407-78, com fundamento no artigo 13 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, c/c art. 215 e 217 da Lei nº 8.112/90, alterados pela Lei nº 13.135, de 17 de junho de 2015, com efeito financeiro a contar de 11 de setembro de 2015, conforme Portaria MJ nº 1.904, de 13 de novembro de 2015, publicada no DOU de 17 de novembro de 2015.

WILLIAM CLARET TORRES

## SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO SUPERINTENDÊNCIA EM MATO GROSSO

### PORTARIA Nº 17, DE 29 DE AGOSTO DE 2016

A SUPERINTENDENTE SUBSTITUTA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo, do art. 2º, inciso III da Portaria SPU nº 200, de 29 de junho de 2010, e tendo em vista os elementos que integram o Processo nº 04997.000586/20016-63, resolve:

Art. 1º Autorizar a Cessão de uso Gratuito, que faz a União ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, do imóvel de propriedade da União, adquirido por doação da Imobiliária Aurora, com área de 1.000,00 m², situado na Avenida Lions Internacional nº 732, Vila Aurora, no Município de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, avaliado em R\$ 568.254,68 (quinhentos e sessenta e oito mil, duzentos cinquenta e quatro reais e sessenta e oito centavos), registrado na matrícula 22.078, fls. 01, livro nº 2, do Cartório de 1º Ofício daquela Comarca.

Art. 2º O imóvel a que se refere o art. 1º destina-se a instalação da sede do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, do Município de Rondonópolis/MT.

Art. 3º A cessão terá vigência pelo prazo de 20 (vinte) anos, a contar da data da assinatura do correspondente contrato, prorrogável por iguais e sucessivos períodos a critério e conveniência da Secretaria do Patrimônio da União no Mato Grosso.

Art. 4º Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros, explícita ou implicitamente, decorrentes do contrato de cessão e da legislação pertinente.

Art. 5º A cessão tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, sem direito a cessionária a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa da prevista no art. 2º desta Portaria, ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VERA LÚCIA MAYUMITSUDA

### SUPERINTENDÊNCIA EM SERGIPE

#### PORTARIA Nº 9, DE 18 DE AGOSTO 2016

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, NO ESTADO DE SERGIPE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º, inciso I, da Portaria SPU nº 200, de 29 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto nos arts. 538 e 553 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, bem como os elementos que integram o processo nº 04906.201077/2015-47, resolve:

Art. 1º - Aceitar a doação, com encargo, que fez o Município de Poço Verde, com base na Lei Estadual nº 490/2008, à União, do imóvel situado na Rua João José do Rosário, Bairro Nação, Município de Poço Verde/Sergipe, medindo 750m² com as características e confrontações constantes na Matrícula nº 1.198, às fls. 199, Livro nº 2-F, do Cartório do 1º Ofício da Comarca de Poço Verde/SE.

Art. 2º - O imóvel objeto desta Portaria destina-se à construção do Cartório da 33ª Zona Eleitoral de Poço Verde.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TEÓFILO MELO DA SILVA

## Ministério do Trabalho

### GABINETE DO MINISTRO

#### PORTARIA Nº 1.058, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO, no uso da competência que lhe confere o inciso II, do parágrafo único, do art. 87, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto nos arts. 11 e 12 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Delegar competência ao Presidente da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDA-CENTRO, para assinar o Termo de Entrega de Imóvel, a ser firmado entre a União, por meio da Superintendência de Patrimônio da União no Rio de Janeiro e o Ministério do Trabalho.

RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA



PORTARIA Nº 1.061, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

Altera a Portaria nº 326, de 11 de março de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 11 de março de 2013, Seção I, número 47, página 95, que dispõe sobre os pedidos de registro das entidades sindicais de primeiro grau no Ministério do Trabalho.

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, no Título V da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e na Súmula nº 677, do Supremo Tribunal Federal, resolve:

Art. 1º A Portaria nº 326, de 11 de março de 2013 passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 42 Os documentos relacionados nesta Portaria serão apresentados em originais, cópias autenticadas ou cópias simples, exceção feita aos comprovantes de pagamento da GRU, relativo ao custo das publicações no DOU, que deverão ser apresentados em original.

....." (NR)

"Art. 45 ....."

§ 4º (Revogado)" (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 1.062, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

Altera a Portaria nº 1.744, de 13 de novembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 221, Seção I, página 202, de 14 de novembro de 2014 que dispõe sobre as certidões sindicais no âmbito do Ministério do Trabalho.

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, no Título V da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e na Súmula nº 677, do Supremo Tribunal Federal, resolve:

Art. 1º Aprovar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, os modelos de certidões de registro sindical expedidas pela Secretaria de Relações do Trabalho.

§ 1º A certidão de que trata o Anexo I será disponibilizada eletronicamente no sítio do Ministério do Trabalho.

§ 2º Nas hipóteses de requerimento da entidade sindical ou de deferimento do registro a certidão a que se refere o Anexo II será expedida em papel cartão.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 2003, de 19 de agosto de 2010.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA

ANEXO I

MINISTÉRIO DO TRABALHO  
SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO  
CERTIDÃO

Código de Validação: XXXX-XXXX-XXXX-XXXX

O SECRETÁRIO DE RELAÇÕES DO TRABALHO, no uso das atribuições conferidas pelo inciso VIII do art. 17 do Anexo I, do Decreto nº 5.063, de 3 de maio de 2004 e o disposto na Portaria nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, certifica para fins de direito, que consta no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, o registro sindical referente ao Processo de nº \_\_\_\_\_ (à Carta Sindical assentada no) \_\_\_\_\_, do(a) \_\_\_\_\_, inscrição no CNPJ nº \_\_\_\_\_, para representar a(s) categoria(s) \_\_\_\_\_, na(s) base(s) territorial(is) \_\_\_\_\_, com abrangência \_\_\_\_\_.

Certifica, ainda, que se encontra informada junto ao CNES a seguinte diretoria com mandato válido até \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

MEMBROS DIRIGENTES  
NOME - FUNÇÃO

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

ANEXO II

MINISTÉRIO DO TRABALHO  
SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO  
CERTIDÃO

O SECRETÁRIO DE RELAÇÕES DO TRABALHO, no uso das atribuições conferidas pelo inciso VIII do art. 17 do Anexo I, do Decreto nº 5.063, de 3 de maio de 2004 e o disposto na Portaria nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, certifica para fins de direito, que consta no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, o registro sindical referente ao Processo de nº \_\_\_\_\_ (à carta Sindical assentada no) \_\_\_\_\_, do(a) \_\_\_\_\_, inscrição no CNPJ nº \_\_\_\_\_, para representar a(s) categoria(s) \_\_\_\_\_, na(s) base(s) territorial(is) \_\_\_\_\_, com abrangência \_\_\_\_\_.

Certifica, ainda, que se encontra informada junto ao CNES a seguinte diretoria com mandato válido até \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

MEMBROS DIRIGENTES  
NOME - FUNÇÃO

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Eu, \_\_\_\_\_, Chefe do Serviço de Apoio e Arquivo da Coordenação-Geral de Registro Sindical, a conferi.

Brasília, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Certifico.

Coordenador-Geral de Registro Sindical

Dou fé.

Secretário de Relações do Trabalho

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHO DO SECRETÁRIO  
Em 12 de setembro de 2016

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 223/2016/GAB/SRT/MTb, resolve deferir o pedido de reconsideração 46000.000970/2015-09 e anular a NT 89/2015/CGRS/SRT/MTE, publicada no DOU de 05/02/2015, Seção 1, número 25, página 77 e deferir o Registro de Alteração Estatutária 46206.000894/2012-74 ao Sindicato dos Empregados no Comércio da Região do Entorno do Distrito Federal - SINTRACOM/GO, CNPJ 36.863.090/0001-91, para representar a categoria Profissional dos trabalhadores empregados no comércio atacadista e varejista de móveis e eletro, comércio atacadista e varejista de roupas e calçados; comércio atacadista e varejista de distribuidores de bebidas; comércio atacadista e varejista de carnes frescas e açougue; comércio atacadista e varejista de materiais de construção; ferragens, ferramentas, produtos metalúrgicos, madeira, materiais elétricos e hidráulicos e tintas; comércio atacadista e varejista de material óptico, jóias, relógios, bijuterias e cine-foto; comércio atacadista e varejista de veículos e de peças e acessórios para veículos e dos concessionários e distribuidores de veículos automotores, comércio atacadista e varejista de produtos agropecuários e agrícolas, comércio atacadista e varejista de pneus e rodas, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos Municípios de Águas Lindas de Goiás, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cristalina, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás/GO. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve ainda DETERMINAR a exclusão dos Municípios de Águas Lindas de Goiás, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cristalina, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás, da representação do Sindicato dos Empregados no Comércio no Estado de Goiás, Carta Sindical L017 P065 A1947, CNPJ 02.336.949/0001-92, conforme determina o art. 30 da Portaria 326/2013.

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO  
MARANHÃO

DESPACHO DA SUPERINTENDENTE  
Em 9 de setembro de 2016

Processo: 46223-000821/2016-96. De acordo com a análise da Seção de Relações do Trabalho - SERET, desta SRTE/MA, à luz da Portaria SRT Nº. 02, de 25/05/2006, alterada pela Portaria Nº 06, de 26/012010, e usando da competência que me foi delegada, resolvo homologar a alteração do Anexo II (Regimes Semanais de Trabalho - Em Horas/Aula) e do Anexo III B (Tabela Salarial), do Plano de Carreira Docente - PCD, da Faculdade Santa Terezinha - CEST, com endereço na Avenida Casemiro Júnior, Anil, São Luis - Maranhão. ficando expresso que qualquer alteração a ser feita no quadro dependerá de prévia aprovação desta Superintendência.

LEA CRISTINA DA COSTA SILVA.

Ministério dos Transportes, Portos e  
Aviação Civil

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

RETIFICAÇÃO

No art. 1º da Resolução nº 389, de 6 de setembro de 2016, publicada em resumo no Diário Oficial da União de 9 de setembro de 2016, Seção 1, página 49, onde se lê: "Aprovar a Condição Especial CE/SC 25-035...", leia-se: "Aprovar a Condição Especial CE/SC 25-038..."

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA  
AEROPORTUÁRIA  
GERÊNCIA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

PORTARIAS DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751, de 6 de julho de 2015, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Nº 2.420 - Inscrever o aeródromo privado Fazenda do Coronel (BA) (código OACI: SWDC) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.106953/2016-00. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 2.422 - Inscrever o aeródromo privado Fazenda São Martinho (SP) (código OACI: SNDS) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.107010/2016-96. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 2.423 - Inscrever o aeródromo privado Fazenda Três Fronteiras (MT) (código OACI: SWOF) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.103274/2016-71. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 2.424 - Excluir o aeródromo privado Fazenda Excalibur (MT) (código OACI: SWLM) do cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.107127/2016-70. Esta Portaria entra em vigor em 8 de dezembro de 2016. Fica revogada a Portaria nº 1326/SIA, de 3 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 4 de julho de 2012, Seção 1, página 16.

Nº 2.425 - Inscrever o aeródromo privado Fazenda Nova Baús (GO) (código OACI: SINV) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 2.426 - Alterar a inscrição do aeródromo privado Fazenda Taquaruçu Retiro (MT) (código OACI: SWHZ) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade até 3 de julho de 2023. Processo nº 00065.134243/2015-81. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Fica revogada a Portaria nº 1682/SIA, de 2 de julho de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 3 de julho de 2013, Seção 1, página 4.

Nº 2.428 - Alterar a inscrição do aeródromo privado Fazenda Terra Alta (PA) (código OACI: SJQQ) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade até 11 de julho de 2022. Processo nº 00065.093153/2016-11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Fica revogada a Portaria nº 1381/SIA, de 10 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 11 de julho de 2012, Seção 1, página 12.

Nº 2.429 - Excluir o aeródromo privado Chácara Veneza (MT) (código OACI: SWKP) do cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.107103/2016-11. Esta Portaria entra em vigor em 8 de dezembro de 2016. Fica revogada a Portaria nº 1325/SIA, de 3 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 4 de julho de 2012, Seção 1, página 16.

Nº 2.430 - Inscrever o aeródromo privado Aerocéu Aviação Agrícola (GO) (código OACI: SJAV) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.096193/2016-15. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 2.431 - Alterar a inscrição do heliponto privado Blausiegel, que passa a se chamar Blau Farmacêutica (SP) (código OACI: SSIL), no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade até 5 de dezembro de 2021. Processo nº 00065.101922/2016-54. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Fica revogada a Portaria nº 2369/SIA, de 2 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 5 de dezembro de 2011, Seção 1, página 11.

Nº 2.432 - Alterar a inscrição do heliponto privado Tauana (BA) (código OACI: SWAT) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade até 23 de julho de 2023. Processo nº 00065.093754/2016-16. Fica revogada a Portaria nº 1889/SIA, de 22 de julho de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 23 de julho de 2013, Seção 1, página 5.

Nº 2.433 - Inscreve o aeródromo privado Fazenda São Pedro (MS) (código OACI: SSGS) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.107064/2016-51.

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço [www.anac.gov.br/legislacao](http://www.anac.gov.br/legislacao).

RODRIGO OTÁVIO RIBEIRO

**AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES  
AQUAVIÁRIOS  
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E  
COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS  
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE PORTOS E  
INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS**

**DESPACHOS DO GERENTE**  
Em 10 de maio de 2016

Nº 49 - Processo nº 50308.001686/2015-64. Empresa penalizada: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, CNPJ nº 26.461.699/0102-24. Objeto e Fundamento Legal: aplicar a pena-

lidade de advertência pela prática da infração tipificada no inciso XXXII, do art. 32 da Norma aprovada pela Resolução nº 3.274-ANTAQ, de 06/02/2014.

Em 12 de setembro de 2016

Nº 86 - Processo nº 50300.000728/2016-09. Empresa Penalizada: Poly Terminais Portuários S.A., CNPJ nº 10.341.742/0001-34. Objeto e Fundamento Legal: Por conhecer do Recurso interposto, uma vez que tempestivo, e no mérito, dar-lhe provimento parcial, reduzindo o valor da penalidade de multa pecuniária para de R\$ 18.993,75, pela infração prevista no inciso XXI, do art. 32 da Resolução nº 3.274/ANTAQ, de 06/02/2014.

Nº 87 - Processo nº 50305.000434/2015-48. Empresa Penalizada: Petróleo Sabba S.A., CNPJ nº 04.169.215/0024-88. Objeto e Fundamento Legal: por conhecer do Recurso interposto, uma vez que tempestivo, e no mérito, dar-lhe provimento parcial, aplicando a penalidade de advertência, pelas infrações previstas nos incisos IV e VI, do art. 34 da Norma aprovada pela Resolução nº 3.274/ANTAQ, de 06/02/2014.

NEIRIMAR GOMES DE BRITO

**AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES  
DIRETORIA COLEGIADA**

**RESOLUÇÃO Nº 5.183, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016**

Aprova a 1ª Revisão Ordinária e a 3ª Revisão Extraordinária da Tarifa Básica de Pedágio - TBP da Rodovia BR-163/MS - trecho entre a divisa com o estado do Mato Grosso e a divisa com o Paraná - explorado pela MS VIA - Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no voto DSL - 183, de 12 de setembro de 2016, no que consta dos Processos nº 50500.365402/2015-89, 50500.083345/2016-01;

CONSIDERANDO o disposto no Capítulo 18 do Contrato de Concessão do Edital 005/2013, de 12 de março de 2014,

CONSIDERANDO o comunicado ao Ministério da Fazenda, em cumprimento à Portaria MF nº 118, de 17 de maio de 2002;

CONSIDERANDO o comunicado ao Ministério dos Transportes, em cumprimento à Portaria DG/ANTT nº 467/2015, de 21 de setembro de 2015, resolve:

Art. 1º Aprovar a 1ª Revisão Ordinária e a 3ª Revisão Extraordinária, que alteram a Tarifa de Pedágio, conforme subcláusula contratual 18.3.3, baseadas nos seguintes itens:

I - Alteração da Tarifa Básica de Pedágio quilométrica de R\$ 0,05154 para R\$ 0,05133, a partir da vigência desta Resolução;

II - Aplicação do desconto de reequilíbrio de 0,27380% (vinte e sete mil e trezentos e oitenta milésimos por cento), sobre a Tarifa Básica de Pedágio, correspondente ao Fator D, vigente entre 14 de setembro de 2016 e 13 de setembro de 2017;

III - Aplicação do Índice de Reajustamento Tarifário - IRT de 1,36877, sobre a Tarifa Básica de Pedágio, que representa o percentual positivo de 8,74% (oito inteiros e setenta e quatro centésimos por cento), correspondente à variação do IPCA no período;

IV - Consideração do Fator C negativo de R\$ 0,44085 na Tarifa de Pedágio, vigente entre 14 de setembro de 2016 e 13 de setembro de 2017.

Art. 2º Alterar, em consequência, a Tarifa de Pedágio, para a categoria 1 de veículo, após o arredondamento, de R\$ 4,70 (quatro reais e setenta) para R\$ 4,60 (quatro reais e sessenta centavos), na praça de pedágio P1, em Mundo Novo; de R\$ 6,40 (seis reais e quarenta centavos) para R\$ 6,50 (seis reais e cinquenta centavos), na praça de pedágio P2, em Itaquiraí/Naviraí; de R\$ 6,50 (seis reais e cinquenta centavos) para R\$ 6,50 (seis reais e cinquenta centavos), na praça de pedágio P3, Caarapó; de R\$ 6,50 (seis reais e cinquenta centavos) para R\$ 6,60 (seis reais e sessenta centavos), na praça de pedágio P4, em Rio Brilhante; de R\$ 7,20 (sete reais e vinte centavos) para R\$ 7,40 (sete reais e quarenta centavos), na praça de pedágio P5, em Campo Grande; de R\$ 5,60 (cinco reais e sessenta centavos) para R\$ 5,60 (cinco reais e sessenta centavos), na praça de pedágio P6, em Bandeirantes/Rochado/Jaguari; de R\$ 5,50 (cinco reais e cinquenta centavos) para R\$ 5,50 (cinco reais e cinquenta centavos), na praça de pedágio P7, em São Gabriel do Oeste/Camapuã; de R\$ 7,20 (sete reais e vinte centavos) para R\$ 7,30 (sete reais e trinta centavos), na praça de pedágio P8, em Rio Verde de Mato Grosso; de R\$ 5,40 (cinco reais e quarenta centavos) para R\$ 5,40 (cinco reais e quarenta centavos), na praça de pedágio P9, em Pedro Gomes / Sonora.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor a partir de zero hora do dia 14 de setembro de 2016.

JORGE BASTOS  
Diretor-Geral

**ANEXO**

**TABELAS DE TARIFAS**

**Praça de Pedágio 1: Mundo Novo**

| Categoria de Veículo | Tipo de Veículo                                                      | Número de Eixos | Rodagem | Multiplicador da Tarifa | Valores a serem Praticados |
|----------------------|----------------------------------------------------------------------|-----------------|---------|-------------------------|----------------------------|
| 1                    | Automóvel, caminhonete e furgão                                      | 2               | Simples | 1,0                     | 4,60                       |
| 2                    | Caminhão leve, Ônibus, caminhão-trator e furgão                      | 2               | Dupla   | 2,0                     | 9,20                       |
| 3                    | Automóvel e caminhonete com semirreboque                             | 3               | Simples | 1,5                     | 6,90                       |
| 4                    | Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semirreboque e Ônibus | 3               | Dupla   | 3,0                     | 13,80                      |
| 5                    | Automóvel e caminhonete com reboque                                  | 4               | Simples | 2,0                     | 9,20                       |
| 6                    | Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque               | 4               | Dupla   | 4,0                     | 18,40                      |
| 7                    | Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque               | 5               | Dupla   | 5,0                     | 23,00                      |
| 8                    | Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque               | 6               | Dupla   | 6,0                     | 27,60                      |
| 9                    | Motocicletas, motonetas, bicicletas moto                             | 2               | Simples | 0,5                     | 2,30                       |
| 10                   | Veículos oficiais e do Corpo Diplomático                             | -               | -       | -                       | -                          |

**Praça de Pedágio 2: Itaquiraí/Naviraí**

| Categoria de Veículo | Tipo de Veículo                 | Número de Eixos | Rodagem | Multiplicador da Tarifa | Valores a serem Praticados |
|----------------------|---------------------------------|-----------------|---------|-------------------------|----------------------------|
| 1                    | Automóvel, caminhonete e furgão | 2               | Simples | 1,0                     | 6,50                       |

|    |                                                                      |   |         |     |       |
|----|----------------------------------------------------------------------|---|---------|-----|-------|
| 2  | Caminhão leve, Ônibus, caminhão-trator e furgão                      | 2 | Dupla   | 2,0 | 13,00 |
| 3  | Automóvel e caminhonete com semirreboque                             | 3 | Simples | 1,5 | 9,75  |
| 4  | Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semirreboque e Ônibus | 3 | Dupla   | 3,0 | 19,50 |
| 5  | Automóvel e caminhonete com reboque                                  | 4 | Simples | 2,0 | 13,00 |
| 6  | Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque               | 4 | Dupla   | 4,0 | 26,00 |
| 7  | Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque               | 5 | Dupla   | 5,0 | 32,50 |
| 8  | Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque               | 6 | Dupla   | 6,0 | 39,00 |
| 9  | Motocicletas, motonetas, bicicletas moto                             | 2 | Simples | 0,5 | 3,25  |
| 10 | Veículos oficiais e do Corpo Diplomático                             | - | -       | -   | -     |

**Praça de Pedágio 3: Caarapó**

| Categoria de Veículo | Tipo de Veículo                                                      | Número de Eixos | Rodagem | Multiplicador da Tarifa | Valores a serem Praticados |
|----------------------|----------------------------------------------------------------------|-----------------|---------|-------------------------|----------------------------|
| 1                    | Automóvel, caminhonete e furgão                                      | 2               | Simples | 1,0                     | 6,50                       |
| 2                    | Caminhão leve, Ônibus, caminhão-trator e furgão                      | 2               | Dupla   | 2,0                     | 13,00                      |
| 3                    | Automóvel e caminhonete com semirreboque                             | 3               | Simples | 1,5                     | 9,75                       |
| 4                    | Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semirreboque e Ônibus | 3               | Dupla   | 3,0                     | 19,50                      |
| 5                    | Automóvel e caminhonete com reboque                                  | 4               | Simples | 2,0                     | 13,00                      |
| 6                    | Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque               | 4               | Dupla   | 4,0                     | 26,00                      |
| 7                    | Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque               | 5               | Dupla   | 5,0                     | 32,50                      |
| 8                    | Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque               | 6               | Dupla   | 6,0                     | 39,00                      |
| 9                    | Motocicletas, motonetas, bicicletas moto                             | 2               | Simples | 0,5                     | 3,25                       |
| 10                   | Veículos oficiais e do Corpo Diplomático                             | -               | -       | -                       | -                          |

**Praça de Pedágio 4: Rio Brilhante**

| Categoria de Veículo | Tipo de Veículo                                                      | Número de Eixos | Rodagem | Multiplicador da Tarifa | Valores a serem Praticados |
|----------------------|----------------------------------------------------------------------|-----------------|---------|-------------------------|----------------------------|
| 1                    | Automóvel, caminhonete e furgão                                      | 2               | Simples | 1,0                     | 6,60                       |
| 2                    | Caminhão leve, Ônibus, caminhão-trator e furgão                      | 2               | Dupla   | 2,0                     | 13,20                      |
| 3                    | Automóvel e caminhonete com semirreboque                             | 3               | Simples | 1,5                     | 9,90                       |
| 4                    | Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semirreboque e Ônibus | 3               | Dupla   | 3,0                     | 19,80                      |
| 5                    | Automóvel e caminhonete com reboque                                  | 4               | Simples | 2,0                     | 13,20                      |
| 6                    | Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque               | 4               | Dupla   | 4,0                     | 26,40                      |
| 7                    | Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque               | 5               | Dupla   | 5,0                     | 33,00                      |
| 8                    | Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque               | 6               | Dupla   | 6,0                     | 39,60                      |
| 9                    | Motocicletas, motonetas, bicicletas moto                             | 2               | Simples | 0,5                     | 3,30                       |
| 10                   | Veículos oficiais e do Corpo Diplomático                             | -               | -       | -                       | -                          |

**Praça de Pedágio 5: Campo Grande**

| Categoria de Veículo | Tipo de Veículo                                                      | Número de Eixos | Rodagem | Multiplicador da Tarifa | Valores a serem Praticados |
|----------------------|----------------------------------------------------------------------|-----------------|---------|-------------------------|----------------------------|
| 1                    | Automóvel, caminhonete e furgão                                      | 2               | Simples | 1,0                     | 7,40                       |
| 2                    | Caminhão leve, Ônibus, caminhão-trator e furgão                      | 2               | Dupla   | 2,0                     | 14,80                      |
| 3                    | Automóvel e caminhonete com semirreboque                             | 3               | Simples | 1,5                     | 11,10                      |
| 4                    | Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semirreboque e Ônibus | 3               | Dupla   | 3,0                     | 22,20                      |
| 5                    | Automóvel e caminhonete com reboque                                  | 4               | Simples | 2,0                     | 14,80                      |
| 6                    | Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque               | 4               | Dupla   | 4,0                     | 29,60                      |
| 7                    | Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque               | 5               | Dupla   | 5,0                     | 37,00                      |
| 8                    | Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque               | 6               | Dupla   | 6,0                     | 44,40                      |

|    |                                          |   |         |     |      |
|----|------------------------------------------|---|---------|-----|------|
| 9  | Motocicletas, motonetas, bicicletas moto | 2 | Simples | 0,5 | 3,70 |
| 10 | Veículos oficiais e do Corpo Diplomático | - | -       | -   | -    |

Praça de Pedágio 6: Bandeirantes/Rochedo/Jaraguari

| Categoria de Veículo | Tipo de Veículo                                                      | Número de Eixos | Rodagem | Multiplicador da Tarifa | Valores a serem Praticados |
|----------------------|----------------------------------------------------------------------|-----------------|---------|-------------------------|----------------------------|
| 1                    | Automóvel, caminhonete e furgão                                      | 2               | Simples | 1,0                     | 5,60                       |
| 2                    | Caminhão leve, Ônibus, caminhão-trator e furgão                      | 2               | Dupla   | 2,0                     | 11,20                      |
| 3                    | Automóvel e caminhonete com semirreboque                             | 3               | Simples | 1,5                     | 8,40                       |
| 4                    | Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semirreboque e Ônibus | 3               | Dupla   | 3,0                     | 16,80                      |
| 5                    | Automóvel e caminhonete com reboque                                  | 4               | Simples | 2,0                     | 11,20                      |
| 6                    | Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque               | 4               | Dupla   | 4,0                     | 22,40                      |
| 7                    | Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque               | 5               | Dupla   | 5,0                     | 28,00                      |
| 8                    | Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque               | 6               | Dupla   | 6,0                     | 33,60                      |
| 9                    | Motocicletas, motonetas, bicicletas moto                             | 2               | Simples | 0,5                     | 2,80                       |
| 10                   | Veículos oficiais e do Corpo Diplomático                             | -               | -       | -                       | -                          |

Praça de Pedágio 7: São Gabriel do Oeste/Camapuã

| Categoria de Veículo | Tipo de Veículo                                                      | Número de Eixos | Rodagem | Multiplicador da Tarifa | Valores a serem Praticados |
|----------------------|----------------------------------------------------------------------|-----------------|---------|-------------------------|----------------------------|
| 1                    | Automóvel, caminhonete e furgão                                      | 2               | Simples | 1,0                     | 5,50                       |
| 2                    | Caminhão leve, Ônibus, caminhão-trator e furgão                      | 2               | Dupla   | 2,0                     | 11,00                      |
| 3                    | Automóvel e caminhonete com semirreboque                             | 3               | Simples | 1,5                     | 8,25                       |
| 4                    | Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semirreboque e Ônibus | 3               | Dupla   | 3,0                     | 16,50                      |
| 5                    | Automóvel e caminhonete com reboque                                  | 4               | Simples | 2,0                     | 11,00                      |
| 6                    | Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque               | 4               | Dupla   | 4,0                     | 22,00                      |

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE DEFESA DOS DIRETOS DIFUSOS

PORTARIA Nº 24, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

A 2ª Promotoria de Justiça Regional de Defesa dos Direitos Difusos, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve

instaurar Inquérito Civil Público, registrado no Sisproweb sob nº 08190.154337/16-61 que tem como interessados Administração Regional de Vicente Pires e Task Engenharia e infraestrutura Ltda, a fim de apurar possível lesão ao Erário.

LIZ-ELAINNE DE SILVÉRIO E OLIVEIRA MENDES  
Promotora de Justiça

Poder Legislativo

SENADO FEDERAL

DIRETORIA-GERAL

DIRETORIA-GERAL ADJUNTA DE CONTRATAÇÕES

PORTARIA Nº 148, DE 13 DE JUNHO DE 2016

O DIRETOR-GERAL ADJUNTO DE CONTRATAÇÕES DO SENADO FEDERAL, no exercício da competência estabelecida no inciso VI do artigo 10 do anexo V, do Ato da Comissão Diretora nº 12, de 2014, com base no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, nos itens 18.3 e 18.3.1 do Edital do Pregão Eletrônico nº 126/2015, considerando o disposto no inciso VI do parágrafo único, do art. 2º da Lei nº 9.784/99 e pelos fundamentos expostos nos autos do Processo nº 00200.000567/2016-03, aplica à empresa ESTADO VIRTUAL SO-

LUÇÕES CORPORATIVAS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 12.096.461/0001-99, com endereço no ST SRTVS QDA 701, Conjunto J, Bloco 2, Sobreloja 20, nº 30, Edf. Assis Chateaubriand, CEP 70.340-960, penalidade de MULTA, no valor de R\$ 32.900,00 (trinta e dois mil e novecentos reais), cumulada com a pena de impedimento de licitar e contratar por 30 (trinta) dias no âmbito da UNIÃO, por deixar de entregar documentação exigida no Edital do Pregão Eletrônico nº 126/2015, o que incorreu na não manutenção da proposta, em descumprimento aos itens 11.1 e 12.8 do Edital do referido certame.

WANDERLEY RABELO DA SILVA

PORTARIA Nº 184, DE 13 DE JULHO DE 2016

O DIRETOR-GERAL ADJUNTO DE CONTRATAÇÕES DO SENADO FEDERAL, no exercício da competência estabelecida no inciso VI do artigo 10 do anexo V, do Ato da Comissão Diretora nº 12, de 2014, com base no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, no item 27.4 do Edital do Pregão Eletrônico nº 49/2016, considerando o disposto no inciso VI, art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 9.784/99 e pelos fundamentos expostos nos autos do Processo nº 00200.007287/2016-18, aplica à empresa VIXBOT SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA. - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 21.997.155/0001-14, com endereço no Setor SAAN, Quadra 1, nº 1035, Parte B, Zona Industrial, Brasília - DF, CEP: 70.632-100, penalidade de MULTA, no valor de R\$ 4.055,28 (quatro mil cinquenta e cinco reais e vinte e oito centavos), cumulada com a pena de impedimento de licitar e contratar por 05 (cinco) dias no âmbito da UNIÃO, por ofertar proposta em desconformidade com as especificações técnicas expressas no Anexo 2 do Edital, o que incorreu em comportamento inidôneo no curso da sessão do Pregão Eletrônico nº 049/2016, em descumprimento aos itens 3.6, 3.7 e 3.9 do Edital do referido certame.

WANDERLEY RABELO DA SILVA

|    |                                                        |   |         |     |       |
|----|--------------------------------------------------------|---|---------|-----|-------|
| 7  | Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque | 5 | Dupla   | 5,0 | 27,50 |
| 8  | Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque | 6 | Dupla   | 6,0 | 33,00 |
| 9  | Motocicletas, motonetas, bicicletas moto               | 2 | Simples | 0,5 | 2,75  |
| 10 | Veículos oficiais e do Corpo Diplomático               | - | -       | -   | -     |

Praça de Pedágio 8: Rio Verde de Mato Grosso

| Categoria de Veículo | Tipo de Veículo                                                      | Número de Eixos | Rodagem | Multiplicador da Tarifa | Valores a serem Praticados |
|----------------------|----------------------------------------------------------------------|-----------------|---------|-------------------------|----------------------------|
| 1                    | Automóvel, caminhonete e furgão                                      | 2               | Simples | 1,0                     | 7,30                       |
| 2                    | Caminhão leve, Ônibus, caminhão-trator e furgão                      | 2               | Dupla   | 2,0                     | 14,60                      |
| 3                    | Automóvel e caminhonete com semirreboque                             | 3               | Simples | 1,5                     | 10,95                      |
| 4                    | Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semirreboque e Ônibus | 3               | Dupla   | 3,0                     | 21,90                      |
| 5                    | Automóvel e caminhonete com reboque                                  | 4               | Simples | 2,0                     | 14,60                      |
| 6                    | Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque               | 4               | Dupla   | 4,0                     | 29,20                      |
| 7                    | Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque               | 5               | Dupla   | 5,0                     | 36,50                      |
| 8                    | Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque               | 6               | Dupla   | 6,0                     | 43,80                      |
| 9                    | Motocicletas, motonetas, bicicletas moto                             | 2               | Simples | 0,5                     | 3,65                       |
| 10                   | Veículos oficiais e do Corpo Diplomático                             | -               | -       | -                       | -                          |

Praça de Pedágio 9: Pedro Gomes/Sonora

| Categoria de Veículo | Tipo de Veículo                                                      | Número de Eixos | Rodagem | Multiplicador da Tarifa | Valores a serem Praticados |
|----------------------|----------------------------------------------------------------------|-----------------|---------|-------------------------|----------------------------|
| 1                    | Automóvel, caminhonete e furgão                                      | 2               | Simples | 1,0                     | 5,40                       |
| 2                    | Caminhão leve, Ônibus, caminhão-trator e furgão                      | 2               | Dupla   | 2,0                     | 10,80                      |
| 3                    | Automóvel e caminhonete com semirreboque                             | 3               | Simples | 1,5                     | 8,10                       |
| 4                    | Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semirreboque e Ônibus | 3               | Dupla   | 3,0                     | 16,20                      |
| 5                    | Automóvel e caminhonete com reboque                                  | 4               | Simples | 2,0                     | 10,80                      |
| 6                    | Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque               | 4               | Dupla   | 4,0                     | 21,60                      |
| 7                    | Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque               | 5               | Dupla   | 5,0                     | 27,00                      |
| 8                    | Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque               | 6               | Dupla   | 6,0                     | 32,40                      |
| 9                    | Motocicletas, motonetas, bicicletas moto                             | 2               | Simples | 0,5                     | 2,70                       |
| 10                   | Veículos oficiais e do Corpo Diplomático                             | -               | -       | -                       | -                          |

Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PORTARIA Nº 205, DE 9 DE SETEMBRO DE 2016

O PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 363, II, do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º A Comissão Interdisciplinar instituída pela Portaria nº 179, de 18 de agosto de 2016, responsável pela elaboração de estudos e por oferecer propostas de revisão do Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Poder Judiciário da União - Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, será composta por três representantes da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (FENAJUFE).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. RICARDO LEWANDOWSKI

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

CORREGEDORIA-GERAL

TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

ACÓRDÃOS

PROCESSO: 0502443-17.2014.4.05.8303  
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO  
REQUERENTE: INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO(A): RISONILDO PEREIRA DE SOUZA  
PROC./ADV.: DIEGO BRUNO DE SOUZA PIRES  
OAB: PA-33779  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA

## EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO. PREQUESTIONAMENTO. INTERPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. QUESTÃO DE ORDEM N. 36, DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. O INSS interpõe agravo contra decisão, proferida pelo MM. Juiz Federal Presidente da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária de Pernambuco, que inadmitiu Pedido de Uniformização de Interpretação da Legislação Federal contra acórdão que manteve sentença de procedência do pedido condenatório ao restabelecimento do benefício de auxílio-doença, a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença anterior (01/09/2004), observando-se a prescrição quinquenal. A Turma Recursal de origem considerou comprovada a incapacidade laborativa parcial e permanente da parte autora desde 1999, o que configuraria a irregularidade da cessação do benefício anterior.

2. Nas suas razões recursais, o INSS afirma que o acórdão, prolatado em julgamento de recurso inominado, diverge de entendimento da Turma Nacional de Uniformização (enunciado n. 64, da súmula da jurisprudência da TNU - cancelado em 18/06/2015 e PEDILEF n. 0502851-36.2008.4.05.8200), no sentido de que "O direito à revisão do ato de indeferimento de benefício previdenciário ou assistencial sujeita-se ao prazo decadencial de dez anos." Aduz, ainda, contrariedade ao entendimento do Superior Tribunal de Justiça (AgRg no Agravo em REsp n. 329.831), no sentido de que "A existência de ato concreto de suspensão do pagamento do benefício justifica o reconhecimento de prescrição do fundo de direito quando cumprido o prazo legal".

3. Os autos foram-me distribuídos por decisão do MM. Ministro Presidente da Turma Nacional de Uniformização.

4. Em análise do recurso, verifico que a parte autora ajuizou a presente ação em outubro de 2014, com pedido de concessão de benefício de aposentadoria por invalidez ou auxílio-doença, com DIB em 14/05/2001. Proferida sentença para condenar o INSS ao restabelecimento do benefício de auxílio-doença, a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença anterior (01/09/2004), observando-se a prescrição quinquenal, a autarquia apresentou recurso para que houvesse a sua reforma, sob o fundamento de ausência de incapacidade laborativa. O acórdão recorrido considerou comprovada a incapacidade laborativa parcial e permanente da parte autora e afirmou que "a prática revela que o segurado muitas vezes retorna ao trabalho, mesmo diante da incapacidade, fazendo esforço indevido, na tentativa de obter o seu sustento". O INSS não interpôs embargos de declaração contra o acórdão impugnado, razão por que não ocorreu o necessário prequestionamento da tese de decadência do direito de revisão do ato de indeferimento de benefício previdenciário e de prescrição do fundo de direito. O debate expresso sobre a aplicação da tese sustentada é necessário para a demonstração da divergência em relação à jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização e do Superior Tribunal de Justiça, pressuposto para o conhecimento do Pedido de Uniformização (art. 14, §4º, da Lei n. 10.259/01), conforme orientação veiculada na Questão de Ordem n. 36, desta Turma Nacional ("A interposição dos embargos de declaração para fins de prequestionamento faz-se necessária somente quando a matéria não tenha sido apreciada a despeito de previamente suscitada"). Nesse sentido, transcrevo ementa do acórdão prolatado pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento do AgRg no AgRg no Ag 566.344/SP (Sexta Turma, Rel. Min. Paulo Gallotti, DJ 27/03/2006, p. 360): RECURSO ESPECIAL. PREQUESTIONAMENTO. QUESTÃO SURGIDA NO JULGAMENTO PERANTE O TRIBUNAL DE ORIGEM. NECESSIDADE DE INTERPOSIÇÃO DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS.

1. Se a ofensa à lei federal surgir no julgamento do próprio acórdão, mister se faz a apresentação de embargos declaratórios para possibilitar a manifestação do Tribunal de origem sobre a questão, viabilizando, assim, o acesso à instância especial.

2. Agravo Regimental a que se nega provimento.

6. Posto isso, voto pelo não conhecimento PEDILEF, pois não prequestionada a questão suscitada no acórdão impugnado, nos termos do art. 14, §4º, da Lei n. 10.259/01, e da Questão de Ordem n. 36, da Turma Nacional de Uniformização.

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER O INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pelo INSS, nos termos do voto/ementa do Relator.

Brasília/DF, 16 de junho de 2016.

FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0505741-15.2012.4.05.8100

ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ

REQUERENTE: TERESA MARIA DE SOUSA DE SABOYA

PROC./ADV.: MARIA DE FÁTIMA SILVEIRA PEREIRA

OAB: CE-4643

REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

## EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. TEMPO DE ALUNO APRENDIZ. REMUNERAÇÃO INDIRETA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 18 DA TNU. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA RESTABELECID. QUESTÃO DE ORDEM 38/TNU.

1. Pedido de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão da 1ª Turma Recursal do Ceará, que reformou sentença de parcial procedência do pedido, afastando o reconhecimento de tempo de aluno aprendiz no INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ (1973 A 1976), para fins previdenciários, entendendo não comprovado recebimento de remuneração à conta da União.

2. Alega a autora que o acórdão recorrido diverge do entendimento da TNU, estampado no PEDILEF 200650500062454 e da Súmula 18, segundo os quais, havendo documentação que revele remuneração indireta, o tempo de aluno aprendiz deve ser computado para fins previdenciários. Eis o paradigma:

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PREVIDENCIÁRIO- ADMINISTRATIVO. ALUNOAPRENDIZ. CÔMPUTO TEMPO DE SERVIÇO DE ESCOLA TÉCNICA FEDERAL PARAFINS PREVIDENCIÁRIOS. AUSÊNCIA DE DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COMPROVADA CONTRAPRESTAÇÃO INDIRETA. PEDIDO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Acórdão recorrido reformou em parte a sentença de primeiro grau paranão reconhecer período como aluno-aprendiz, em razão de suposta falta de contraprestação do trabalho. 2. Há nos autos documentos que comprovam a remuneração indireta no período em que o autor foi aluno-aprendiz de escola agrotécnica, eis que recebeu alimentação, pousada e assistência médico-odontológica, à custa da União. 3. Jurisprudência consolidada no STJ e nesta TNU (Súmula 18) acerca da possibilidade de cômputo do tempo como aluno-aprendiz, para fins previdenciários, se comprovada remuneração, ainda que de forma indireta. 4. Pedido conhecido e provido, com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida. (TNU - PEDILEF: 200650500062454 ES , Relator: JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO, Data de Julgamento: 06/09/2011, Data de Publicação: DOU 14/10/2011)

3. Configurado o dissídio jurisprudencial, verifico com razão a autora.

4. Nos termos da Súmula 18 da TNU:

"Provado que o aluno aprendiz de Escola Técnica Federal recebia remuneração, mesmo que indireta, à conta do orçamento da União, o respectivo tempo de serviço pode ser computado para fins de aposentadoria previdenciária".

5. In casu, a sentença determinou a averbação do período de aluno aprendiz da parte autora, com a seguinte fundamentação:

"A fim de comprovar o mérito da ação, o postulante apresentou certidão de tempo de estudo (anexo nº 7) confeccionada pelo Instituto Federal do Ceará (IFCE), antigo CEFET (Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará), que por sua vez à época era ETFCE (Escola Técnica Federal do Ceará), cujo teor notifica que a parte autora frequentou o Curso Técnico de Eletrotécnica em tal instituto durante o período de 1973.1 a 1976.1.

Entretanto, conforme a própria certidão, é noticiado que a autora percebia remuneração indireta (alimentação, atendimento odontológico, recebimento de ferramentas e materiais utilizados no laboratório e equipamento de proteção individual). Logo, somente o tempo de aprendizagem constante na referida certidão é que deve ser contado como tempo de serviço para fins previdenciários.

Vale observar que, a respeito da revogação do Decreto-Lei n.º 4.072/42, a jurisprudência vem privilegiando o princípio da isonomia, para conferir interpretação ampliada ao art. 58, inciso XXI, do Decreto n.º 611/92, de modo a garantir o direito de contagem do tempo de serviço, também aos alunos admitidos após a vigência do desse antigo Decreto-lei.

A respeito do assunto, o Tribunal de Contas da União positivou o seguinte entendimento (Súmula 96):

Conta-se para todos os efeitos, como tempo de serviço público, o período de trabalho prestado na qualidade de aluno-aprendiz, em Escola Pública Profissional, desde que comprovada a retribuição pecuniária à conta do Orçamento, admitindo-se, como tal, o recebimento de alimentação, fardamento, material escolar e parcela de renda auferida com a execução de encomendas para terceiros.

Nesse sentido, já se manifestou o Tribunal regional Federal da 5ª Região:

PREVIDENCIÁRIO. ALUNO APRENDIZ. ATIVIDADE REMUNERADA À CONTA DO ORÇAMENTO DA UNIÃO NÃO COMPROVADA. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO. IMPOSSIBILIDADE. 1. O TEMPO DE APRENDIZADO EM ESCOLA TÉCNICA PROFISSIONAL SOMENTE DEVE SER COMPUTADO PARA FINS PREVIDENCIÁRIOS, QUANDO COMPROVADO QUE AREMUNERAÇÃO DO ALUNO-APRENDIZ TENHA SIDO FEITA PELOS COFRES PÚBLICOS DA UNIÃO, AINDA QUE INDIRETAMENTE POR MEIO DE RECEBIMENTO DE ALIMENTAÇÃO, FARDAMENTO, MATERIAL ESCOLAR, POUSADA, OU PELA PERCEPÇÃO DE PARCELA DE RENDA AUFERIDA COM A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PARA TERCEIROS. (SÚMULA 96 DO TCU). 2. HIPÓTESE EM QUE A PARTE NÃO LOGROU COMPROVAR QUE PERCEBIA REMUNERAÇÃO INDIRETA À CONTA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO FEDERAL, MOTIVO PELO QUAL NÃO HÁ COMO RECONHECER A CONTAGEM DO TEMPO DE SERVIÇO PARA FINS DE AVERBAÇÃO E EFEITOS PREVIDENCIÁRIOS, IMPONDO-SE A MANUTENÇÃO DA SENTENÇA RECORRIDA.3. APELAÇÃO IMPROVIDA." (Tribunal Regional Federal - 5ª Região, AC 361829/RN, 2ª Turma, DJ 19/04/2006, p. 821, Rel. NAPOLEÃO MAIA FILHO, unânime, g.n.).

No mesmo norte, veja-se acórdão do Superior Tribunal de Justiça: PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. ALUNO APRENDIZ. APOSENTADORIA. CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO. POSSIBILIDADE. SÚMULA 96 do TCU. RECORRENTE: OBREIROS. "Conta-se para todos os efeitos, como tempo de serviço público, o período de trabalho prestado na qualidade de aluno-aprendiz, em Escola Pública Profissional, desde que comprovada a retribuição pe-

cuniária à conta do Orçamento, admitindo-se, como tal, o recebimento de alimentação, fardamento, material escolar e parcela de renda auferida com a execução de encomendas para terceiros." - Súmula 96 do TCU. (Precedente). Recurso conhecido e provido." (STJ, REsp 627.051/RS, 5ª TURMA, DJ 28.06.2004, p. 416, Rel. Ministro JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, g.n.).

Por fim, observe-se outro acórdão do Superior Tribunal de Justiça: PREVIDENCIÁRIO. AÇÃO RESCISÓRIA. ALUNO-APRENDIZ. ESCOLA TÉCNICA FEDERAL. CONTAGEM. TEMPO DE SERVIÇO. POSSIBILIDADE. REMUNERAÇÃO. EXISTÊNCIA. SÚMULA N.º 96 DO TCU. PRECEDENTES DESTA CORTE. AÇÃO RESCISÓRIA JULGADA IMPROCEDENTE. 1. O tempo de estudante como aluno-aprendiz em escola técnica pode ser computado para fins de complementação de tempo de serviço, objetivando fins previdenciários, em face da remuneração percebida e da existência do vínculo empregatício. 2. O reconhecimento do tempo de serviço, prestado em época posterior ao período de vigência do Decreto-Lei nº 4.073/42, é possível, pois suas legislações subsequentes, quais sejam, Lei nº 3.552/59, 6.225/79 e 6.864/80, não trouxeram nenhuma alteração no tocante à natureza dos cursos de aprendizagem, nem no conceito de aprendiz. 3. Restou comprovado o atendimento da Súmula 96/TCU, que determina que nas instituições públicas de ensino, necessário se faz a comprovação da retribuição pecuniária à conta do Orçamento, admitindo-se, como tal, o recebimento de alimentação, fardamento, material escolar e parcela de renda auferida com a execução de encomendas para terceiros. 4. Ação rescisória julgada improcedente.

(AR 200100108377, MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, STJ - TERCEIRA SEÇÃO, DJE DATA:05/02/2009.)

Assim, comprovado pela certidão colacionada aos autos que o requerente cursou Eletrotécnica em Escola Técnica Federal, tendo, à época, percebido compensação por suas atividades extracurriculares, à conta do Orçamento da União, impõe-se o reconhecimento do tempo de aprendizagem de 2 (dois) anos, 7 (sete) meses e 26 (vinte e seis), entre os anos de 1973 a 1976, conforme consta do documento em referência, como tempo de serviço para fins de aposentadoria por tempo de serviço'.

6. Na certidão acolhida pela sentença (anexo 07) consta expressamente que os cursos eram mantidos pelo orçamento da União, sendo oferecidos aos alunos serviços de atendimento odontológico, equipamentos de proteção individual, ferramentas, material utilizado no curso e merenda escolar. Conforme julgados do Superior Tribunal de Justiça transcritos na sentença e paradigma apontado pela autora, restou revelada remuneração indireta, com orçamento da União.

7. Cito, também:

(...) A jurisprudência das Turmas que compõem a Terceira Seção deste Superior Tribunal é unânime no sentido que ser facultado ao aluno-aprendiz de escola pública profissional o direito à contagem de tempo estudado para fins de complementação de aposentadoria, desde que comprove o vínculo empregatício e remuneração a conta do orçamento da União. II- O requisito referente à remuneração a conta do orçamento da União poderá ser substituído por certidão que ateste o recebimento de alimentação, fardamento, material escolar e parcela de renda auferida com a execução de encomendas para terceiros. (...) AGRESP 200901264427, STJ, QUINTA TURMA, Rel. Min. GILSON DIPP, DJ 14/10/2011.

8. Por todo o exposto, verifico hipótese de restabelecimento da sentença, com fulcro na Questão de Ordem 38 da TNU, pois está em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça e desta TNU.

9. Incidente conhecido e provido, com restabelecimento da sentença - Questão de Ordem 38 da TNU.

## ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização CONHECER E DAR PROVIMENTO ao Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.

Brasília/DF, 17 de agosto de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO  
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0062233-69.2013.4.03.6301

ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo

REQUERENTE: JOSÉ PAULINO DA SILVA

PROC./ADV.: ANTONIO CARLOS NUNES JÚNIOR

OAB: SP-183642

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER

VOTO EMENTA

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO ENTRE O ACÓRDÃO IMPUGNADO E O JULGADO PARADIGMA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E OS PARADIGMAS. QUESTÃO DE ORDEM 22/TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

- Trata-se de incidente de uniformização movido pela parte autora em face de acórdão da Turma Recursal de São Paulo, que reconheceu a decadência do direito à revisão do seu benefício previdenciário.

- No caso dos autos, a parte recorrente limitou-se a transcrever os acórdãos paradigmas, deixando, portanto, de especificar em que consiste o dissídio ou os aspectos antagônicos em relação ao acórdão recorrido, ou seja, não realizou o necessário cotejo analítico entre os julgados, não obedecendo, assim, o que dispõe o artigo 15, inciso I, do regimento interno desta Turma Nacional.

- Ora, a mera citação de ementas de julgados ou de entendimentos jurisprudenciais não basta para comprovar a divergência jurisprudencial em que se basearia o recurso, sendo necessário o confronto analítico entre as decisões supostamente divergentes, demonstrando-



se o dissídio alegado (5006142-34.2011.404.7102, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Marcus Holz, juntado aos autos em 26/09/2014; 5045498-08.2012.404.7100, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão José Antonio Savaris, juntado aos autos em 22/09/2014; e 5005155-68.2011.404.7111, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relatora p/ Acórdão Jacqueline Michels Bilhalva, juntado aos autos em 22/09/2014).

- Muito embora a parte autora tenha apontado o entendimento que pretende seja aplicado - inclusão do décimo terceiro salário no período básico de cálculo - não deixou expresso sobre quais pontos da decisão incidiria a jurisprudência que indica. Ou seja, não foram delimitados os lapsos do acórdão recorrido sobre os quais o entendimento apontado deveria incidir.

- Logo, é certo que o pedido de uniformização não contém os requisitos mínimos para o enfrentamento do seu mérito.

- Ademais, vale ressaltar que os Acórdãos paradigmas não guardam similitude fática com o Acórdão recorrido, tampouco com o ponto controvertido. Com efeito, os paradigmas dizem respeito ao reajustamento de benefício previdenciário pelo IGP-DI relativamente aos anos de 1999 a 2003, não tratando da questão da decadência sob o prisma dos benefícios concedidos antes e depois da MP 1523-9/1997, tampouco sobre a inclusão do 13º no período básico de cálculo.

- De rigor, portanto, a incidência da Questão de Ordem nº 22/TNU.

- Por conseguinte, NÃO CONHEÇO do incidente de uniformização.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Juizes da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER ao Incidente de Uniformização, nos termos deste voto ementa.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2016.

FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO

KOEHLER

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0004636-23.2010.4.01.3806

ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS

REQUERENTE: DARCI MARTINS DE ABREU

PROC./ADV.: ROCHELE M. R. LOCATELLI

OAB: DF-24444

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

#### EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE RURAL. SEGURADO ESPECIAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. VALORAÇÃO DAS PROVAS PELO JULGADOR. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Incidente de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão de Turma Recursal de Minas Gerais, que manteve a improcedência do pedido de aposentadoria por idade (sentença proferida após a anulação do primeiro julgamento), por não comprovada a condição de trabalhador rural em regime de economia familiar. Aduz que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência dominante do STJ e da TNU, segundo o qual: inexistível que o início de prova material corresponda a todo o período de carência; o rol de documentos do artigo 106 da Lei 8.213/91 é exemplificativo; documentos em nome de familiares e terceiros, bem como declarações de sindicatos rurais também configuram início de prova material; necessária interpretação pro misero no caso dos trabalhadores rurais, ante a dificuldade probatória neste meio; o exercício de atividade urbana por alguns períodos, por si só, não afasta o direito ao benefício. Juntou paradigmas.

2. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, para a TNU, quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões na interpretação da lei ou em contrariedade à jurisprudência dominante do STJ ou TNU. Assim, de plano, paradigmas de Tribunais Regionais Federais e Turmas Recursais da mesma região não atendem ao requisito de admissibilidade do incidente.

3. Por sua vez, o conhecimento do pedido de uniformização com fundamento de pretenso cerceamento de defesa encontra óbice na Súmula 43 desta TNU, visto que trata de matéria eminentemente processual. Nesse sentido: PEDILEF 200770500177785 (JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DOU 13/04/2012); PEDILEF 00080456820094036301 (JUIZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 29/06/2012) e PEDILEF 05173123320104058300 (JUIZA FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, DOU 18/10/2013).

4. Por seu turno, dispõe a Súmula 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

5. O presente incidente não comporta conhecimento, por implicar nítido reexame fático-probatório, vedado nesta seara.

6. A improcedência do pedido restou assim fundamentada na sentença (fls. 175/176):

"Em relação ao exercício da atividade rural como segurado especial, concluo, a par das provas carreadas aos autos, que não assiste razão ao requerente.

(...)

É certo que a autora promoveu a juntada de certidão de casamento celebrado em 1975, qualificando seu marido como lavrador (fl. 18), condição que, à luz da jurisprudência iterativa do STJ, lhe é extensível. Também há, nos autos, cópia do contrato de assentamento com o INCRA (fl. 19), qualificando-a como lavradora; contrato de

parceria (fl. 20), com registro em 12/01/2007, no mesmo sentido; além de carteira do sindicato de trabalhadores rurais de João Pinheiro (fl. 22), documentos que deveriam ser considerados como início de prova material, nos termos do §3º do art. 55, da Lei 8.213/91.

Todavia, demonstram as fichas funcionais da Superintendência Regional de Ensino, de fls. 63/65, ser a mesma, em verdade, segurada urbana.

É certo, por outro lado, que o art. 143 da Lei 8.213/91 admite o trabalho rural de forma descontinua; todavia, essa não é a hipótese dos autos, eis que houve alteração da natureza do vínculo previdenciário, com o exercício de atividade urbana de forma regular, especialmente no período de 1994 a 2001.

Dos depoimentos prestados em juízo (fls. 142/143), é possível extrair que a autora trabalhou aproximadamente 9 anos em uma Escola próxima de suas terras, como 'cantineira', no período da manhã, exercendo labor rural em sua fazenda, distante 50 metros da Escola.

Todavia, demonstram as fichas de fls. 63/65, que a autora trabalhou durante os 12 meses dos anos de 1994 a 2001, tendo ainda trabalhado, apenas por alguns meses nos anos de 1984, 1985, 1993 e 2002, o que comprova, a meu ver, ser esta a sua principal atividade, mesmo porque recebia salário fixo, eis que era empregada do Governo do Estado de Minas Gerais'.

7. Esta sentença foi confirmada pelo acórdão de 27/03/2014.

8. Como se observa, não houve desconsideração do início de prova material, mas sim análise do contexto probatório como um todo, concluindo o juízo de origem pela não comprovação do trabalho rural como segurada especial.

9. Não vejo dissonância com os paradigmas apontados, inclusive com a Súmula 46 da TNU, pois nenhum deles confere valor absoluto a qualquer prova, ainda mais no caso de mero início de prova, que necessita de complementação pela testemunhal e demais elementos do caso concreto, o que foi feito pelo juízo de origem. Afastar esta análise implica necessariamente revolver o contexto fático probatório.

10. Trago à colação:

'REVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA RURAL. AUSÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL. TRIBUNAL ENTENDEU PELO PREDOMÍNIO DE VÍNCULOS URBANOS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 1. O Tribunal de origem, soberano na análise dos elementos de prova dos autos, refutou o início de prova material em regime de economia familiar. Entender de modo diverso do consignado pela Corte a quo exige o reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ. 2. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402277102, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 17/11/2014).

'PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DE LABOR RURAL. INEXISTENTE O INÍCIO DE PROVA MATERIAL. PROVA MATERIAL DO CÔNJUGE. POSTERIOR CONDIÇÃO DE EMPREGADOR URBANO E DE COMERCIÁRIO. DESCARACTERIZAÇÃO DO REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. INCURSAÇÃO NO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SITUAÇÃO FÁTICA DIVERSA. FALTA DE IDENTIDADE ENTRE OS JULGADOS. 1. O Tribunal de origem entendeu por insuficientes as provas materiais juntadas aos autos em nome da própria recorrente, e que a posterior condição do cônjuge de empregador rural descaracterizaria o regime de economia familiar. Foi ressalvado, ainda, que o teria recebido benefício de auxílio-doença na condição de comerciante. 2. Não se pode mudar o entendimento da Corte de origem, soberana na análise dos elementos de prova, de que se deu por descaracterizado o alegado trabalho em regime de economia familiar, pois é atribuição que escapa da função constitucional deste Tribunal e encontra óbice na Súmula 7 do STJ. 3. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa. Agravo regimental improvido'. (AGARESP 201402271710, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 29/10/2014).

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. ATIVIDADE RURÍCOLA. COMPROVAÇÃO. LABOR URBANO PARA DESCARACTERIZAR A ATIVIDADE CAMPESINA. PROVA MATERIAL: INÍCIO AMPLIADO POR PROVA TESTEMUNHAL. SÚMULAS 7/STJ E 282/STJ. 1. Nos termos da consolidada jurisprudência do STJ, o "trabalho urbano por um dos membros do grupo familiar não descaracteriza, por si só, os demais integrantes como segurados especiais, devendo ser averiguada a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, incumbência esta das instâncias ordinárias" (REsp 1.304.479/SP, Rel. Min. Herman Benjamin, Primeira Seção, DJe 19/12/2012). 2. Accolher a pretensão do agravante - de que não foram preenchidos todos os requisitos para a concessão de aposentadoria -, bem como apurar a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, constituiria tarefa a pressupor o revolvimento dos elementos fático-probatórios da demanda, o que é vedado na presente seara recursal, consoante o enunciado da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AGARESP 201300158004, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. OG FERNANES, DJE 20/11/2013).

11. Por seu turno, como já decidido por este Colegiado no PEDILDEF 00139766120104014300, Rel. Juiz Federal Luiz Claudio Fores da Cunha, DOU 23/08/2013:

"PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. (...) O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. (...) Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU (...)"

12. Ainda:

"Trata-se de Pedido de Uniformização interposto (...) contra acórdão da 2ª Turma Recursal do Ceará (fl. 52) que manteve a sentença de improcedência do pedido de concessão de aposentadoria por idade rural. Intimado do acórdão da 2ª TR/CE em 18.08.2008 (fl. 52-v), o requerente interpôs o presente Pedido de Uniformização no dia 27.08.2008 (fl. 53), argumentando, essencialmente, que apresentou documentos hábeis - segundo a jurisprudência - a comprovar o exercício de atividade rural na condição de segurado especial. Para demonstrar a alegada divergência, invocou as Súmulas nº 06 e 14 desta TNU e suscitou como paradigma julgado oriundo do Superior Tribunal de Justiça (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004). (...) Com efeito, a sentença, mantida por seus próprios fundamentos, considerou que: "No caso em exame, verifica-se que os documentos acostados à inicial não são suficientes para comprovar o exercício de atividade rural a fim de qualificar o autor como segurado especial. Ressalte-se que tais documentos não revelam a contemporaneidade da prova com o período alegado de exercício na atividade rural. De fato, embora o autor seja pensionista por morte de ex-trabalhadora rural, o seu depoimento pessoal e a prova pessoal não lhe foram favoráveis, uma vez que o próprio autor afirmou, dentre outras coisas, que trabalha concomitantemente como engraxate na cidade (onde reside), chegando a apurar até R\$ 300,00 por mês nessa atividade. A única testemunha comparecente, por sua vez, embora tenha afirmado que reside vizinho a esta há vários anos, afirmou que o autor não trabalhou como engraxate, o que conflita com o próprio depoimento pessoal do autor, o que retira a credibilidade do seu testemunho." (fls. 32/33, grifos nossos) Vê-se, pois, que a improcedência do pedido foi motivada na insuficiência da prova material, aliada às contradições observadas na prova pessoal. Trata-se essencialmente de uma questão de fato. No Pedido de Uniformização são invocados como paradigma as Súmulas 06 e 14 deste Colegiado e precedente do STJ (REsp 543.331, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 07.06.2004), os quais dizem respeito ao que deve ser considerado como início de prova material para fins de comprovação da atividade rural. É de se notar, todavia, que a decisão recorrida lançou mão de dois fundamentos para o não reconhecimento do fato constitutivo do direito pleiteado pelo requerente, ao passo que os paradigmas dizem respeito apenas a critérios para reconhecimento de suficiência de prova material. Em verdade, a decisão impugnada partiu do pressuposto de que a requerente não comprovou o exercício de atividade rural de molde a fazer jus ao benefício pretendido. Se a improcedência do pedido ocorreu a partir do convencimento pessoal de que a requerente não demonstrou o exercício de atividade na condição de segurada especial pelo período exigido pela legislação previdenciária, o reconhecimento de tal circunstância, por este Colegiado, pressuporia nova avaliação do conjunto probatório, o que não encontraria apoio nas hipóteses de cabimento do incidente de uniformização (artigo 14, caput, da Lei 10.259/2001) (...) PEDILEF 200481100175893, JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS, DJ 18/02/2010.

"EMENTA - PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. ANÁLISE DO CONJUNTO PROBATÓRIO. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. VEDAÇÃO AO REEXAME DA PROVA. A carência deverá ser comprovada no período imediatamente anterior à idade mínima exigida para a concessão do benefício de aposentadoria por idade rural ou ao requerimento administrativo. Não havendo reconhecimento da qualidade de segurado especial da parte autora, com posicionamento do julgador calçado em todo o conjunto probatório acostado aos autos, é vedado a esse Colegiado proceder ao reexame da prova, fulcro na súmula nº 42. Incidente inadmitido." (TNU - PEDILEF 0500400-58.2010.4.05.8106 Relator Juiz Federal Adel Américo Dias de Oliveira - Sessão Plenária de 24/11/2011).

13. Incidente não conhecido. Súmula 42 da TNU.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora. Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO

Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0500970-18.2013.4.05.8307

ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco

REQUERENTE: MARIA DO CARMO SOBRAL E OUTROS

PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA

OAB: PE-573-A

PROC./ADV.: FELIPE DE OLIVEIRA MESQUITA

OAB: DF 34673

PROC./ADV.: FERNANDO TORREÃO DE CARVALHO  
OAB: DF- 20800  
PROC./ADV.: ANDRÉ FONSECA ROLLER  
OAB: DF-20742  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DOUGLAS CAMARINHA GONZALES

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELOS AUTORES. PENSÃO POR MORTE. VÍNCULO ANOTADO NA CTPS E NÃO REGISTRADO NO CNIS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INTELIGÊNCIA DAS QUESTÕES DE ORDEM Nº 35 E 36. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Prolatado acórdão pela Turma Recursal de Pernambuco, a qual deu provimento ao recurso de sentença do INSS para julgar improcedente o pedido de concessão de pensão por morte em favor dos autores. Segundo o colegiado, o falecido não mantinha a condição de segurado na data do óbito.
2. Interposto incidente de uniformização pelos autores, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alegam os recorrentes que o acórdão recorrido, ao desconsiderar o vínculo anotado na CTPS e não constante no CNIS, diverge do entendimento da TNU, segundo o qual a CTPS, em relação à qual não se aponta qualquer defeito formal que lhe comprometa a fidedignidade, goza de presunção relativa de veracidade, formando prova suficiente de tempo de serviço para fins previdenciários, ainda que a anotação de vínculo de emprego não seja confirmada no CNIS.
3. Incidente não admitido na origem, sendo os autos encaminhados a esta TNU após agravo.
4. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.
5. O incidente não merece ser conhecido.
6. Consta-se que não houve pronunciamento da Turma Recursal de origem quanto à alegação de que a anotação na CTPS, em relação à qual não se aponta qualquer defeito formal que lhe comprometa a fidedignidade, goza de presunção relativa de veracidade, formando prova suficiente de tempo de serviço para fins previdenciários, ainda que a anotação de vínculo de emprego não seja confirmada no CNIS. Os autores, ora recorrentes, não opuseram embargos de declaração com o intuito de tornar claro tal ponto, fundamental para viabilizar a interposição de pedido de uniformização.
7. É pacífico nesta TNU que o Pedido de Uniformização submete-se à exigência do prequestionamento, visto que a ausência de exame pela decisão impugnada impossibilita a própria caracterização da contrariedade das decisões tidas como conflitantes. Neste sentido, o PEDILEF nº 200472950029336 (Relatora: Juíza Federal Tais Schilling Ferraz, DJU 06/07/2005).
8. Portanto, de rigor a incidência das Questões de Ordem nº 35 ("O conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado") e nº 36 ("A interposição dos embargos de declaração para fins de prequestionamento faz-se necessária somente quando a matéria não tenha sido apreciada a despeito de previamente suscitada").
9. Incidente de Uniformização de Jurisprudência não conhecido.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do incidente de uniformização interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.  
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

DOUGLAS CAMARINHA GONZALES

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0503390-20.2013.4.05.8202  
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA  
REQUERENTE: FRANCISCA GOMES CAVALCANTE  
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA  
OAB: PE-573-A  
PROC./ADV.: FELIPE DE OLIVEIRA MESQUITA  
OAB: DF 34673  
PROC./ADV.: FERNANDO TORREÃO DE CARVALHO  
OAB: DF- 20800  
PROC./ADV.: ANDRÉ FONSECA ROLLER  
OAB: DF-20742  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

#### EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA N.º 042 DESTA TNU. NÃO CONHECIMENTO.

1. Trata-se de pedido nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte autora em face de acórdão exarado por Turma Recursal dos JEFs da Seção Judiciária do Estado da Paraíba, com o seguinte teor:

#### EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. SEGURADO ESPECIAL. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. RECURSO DA PARTE AUTORA. PROVA ORAL FRÁGIL. DEPOIMENTOS CONTRADITÓRIOS. RECURSO DESPROVIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.

1. Cuida-se de pedido de concessão de aposentadoria por idade rural, julgado improcedente, sendo recorrente a parte autora. A parte autora alega que exerceu atividade rural nos intervalos compreendidos entre 07/1973 a 08/1989 e 03/1997 a 08/2012.

2. Conforme consta na sentença, "Em audiência, a promovente não demonstrou segurança em suas respostas (anexo 29). Disse que já trabalhou como merendeira num grupo escolar localizado na zona rural, tendo desenvolvido tal atividade por quase dez anos e, que após este vínculo urbano, voltou a trabalhar na roça. Asseverou que o seu esposo, zelador na Prefeitura, faleceu em 2010. Disse que ele trabalhava das seis da manhã às seis da noite. Depois, disse que ele trabalhava na roça no período da tarde. Por sua vez, a testemunha inquirida (anexo 30) asseverou que conhece a autora desde solteira, quando a mesma já trabalhava na agricultura. Disse que a promovente trabalhou na Prefeitura como merendeira, mas nunca se afastou da agricultura".

4. Quanto à prova material, "os documentos que se referem ao primeiro período de atividade rural alegado (01/07/1973 a 31/08/1989) não podem ser considerados, uma vez que houve a superveniente perda da condição de segurado especial. Por outro lado, há documentos que foram produzidos recentemente, certamente com o fito de influir no resultado do pedido administrativo, com é o caso do contrato de comodato, de modo que também não demonstram o exercício de atividade rural no período anterior ao requerimento administrativo (01/03/1997 a 05/08/2012)". Além disso, "o servidor da Autarquia Federal, que realizou a entrevista, consignou que a autora não possui características físicas de agricultora, bem como que não demonstrou conhecimentos da atividade rural (anexo 21, fl. 2)". Diante de tais considerações, mantém-se a sentença que julgou improcedente o pedido.

5. Juizado especial. Parágrafo 5º do art. 82 da Lei nº 9.099/95. Ausência de fundamentação. Artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal. Não ocorrência. Possibilidade de o colégio recursal fazer remissão aos fundamentos adotados na sentença. Jurisprudência pacificada na Corte. Matéria com repercussão geral. Reafirmação da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. (RE 635729 RG, Relator Min. Dias Toffoli, julgado em 30/06/2011, DJe 24.08.2011).

6. Súmula do julgamento: A Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba, reunida em sessão de julgamento ocorrida na data constante da aba "Sessões Recursais" destes autos virtuais, por unanimidade de votos, negou provimento ao recurso da parte autora, com a manutenção da sentença por seus próprios fundamentos. Sem condenação em honorários advocatícios, ante a concessão de assistência judiciária gratuita à parte autora. Sem custas.

Sustenta, em síntese, que: (a) os documentos coadunados aos autos servem como início de prova material; (b) não se deve aplicar rigor excessivo na comprovação da atividade rural, para fins de aposentadoria, sob pena de tornar-se infatível, em face das peculiaridades que envolvem o trabalhador do campo; (c) são admissíveis documentos em nome de terceiros como início de prova material para comprovação da atividade rural; (d) a certidão de casamento ou outro documento idôneo que evidencie a condição de trabalhador rural do cônjuge constitui início razoável de prova material da atividade rural (Súmula n.º 006 da TNU); e (e) é possível computar tempo rural juntamente com urbano para efeito de carência em aposentadoria por idade, aplicando-se qualquer óbice de o período rural ser anterior à Lei n.º 8.213/91.

Aponta como paradigmas julgados do STJ (REsp n.º 960.429, AgRg no REsp n.º 652.192 e REsp n.º 501.009).

2. O Min. Presidente desta TNU encaminhou os autos para melhor exame.
3. Entendo que o presente incidente de uniformização não merece ser conhecido.

O acórdão recorrido improveu o recurso inominado interposto pela parte autora porquanto, analisando as provas constantes dos autos, no seu conjunto, entendeu que não restou comprovado o exercício de atividade rural conforme postulado.

Foi com base em interpretação particular de elementos específicos constantes dos autos que se chegou a tal conclusão (transcrevo, em parte, o acórdão atacado):

2. Conforme consta na sentença, "Em audiência, a promovente não demonstrou segurança em suas respostas (anexo 29). Disse que já trabalhou como merendeira num grupo escolar localizado na zona rural, tendo desenvolvido tal atividade por quase dez anos e, que após este vínculo urbano, voltou a trabalhar na roça. Asseverou que o seu esposo, zelador na Prefeitura, faleceu em 2010. Disse que ele trabalhava das seis da manhã às seis da noite. Depois, disse que ele trabalhava na roça no período da tarde. Por sua vez, a testemunha inquirida (anexo 30) asseverou que conhece a autora desde solteira, quando a mesma já trabalhava na agricultura. Disse que a promovente trabalhou na Prefeitura como merendeira, mas nunca se afastou da agricultura".

4. Quanto à prova material, "os documentos que se referem ao primeiro período de atividade rural alegado (01/07/1973 a 31/08/1989) não podem ser considerados, uma vez que houve a superveniente perda da condição de segurado especial. Por outro lado, há documentos que foram produzidos recentemente, certamente com o fito de influir no resultado do pedido administrativo, com é o caso do contrato de comodato, de modo que também não demonstram o exercício de atividade rural no período anterior ao requerimento administrativo (01/03/1997 a 05/08/2012)". Além disso, "o servidor da Autarquia Federal, que realizou a entrevista, consignou que a autora não possui características físicas de agricultora, bem como que não demonstrou conhecimentos da atividade rural (anexo 21, fl. 2)". Diante de tais considerações, mantém-se a sentença que julgou improcedente o pedido.

Ora, para desconstituir esses fundamentos de decidir da Turma Recursal de Origem, seria necessário reexaminar o conjunto fático-probatório, o que é vedado em sede de processo objetivo de pedido de uniformização, nos termos da Súmula n.º 042 desta TNU.

4. Em face do exposto, tenho que o incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte autora não merece ser conhecido.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela parte autora, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 16 de março de 2016.

DANIEL MACHADO DA ROCHA

Juiz Relator

PROCESSO: 0509730-65.2013.4.05.8400  
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE  
REQUERENTE: NELI COSME RODRIGUES  
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO  
OAB: RN-5291  
REQUERIDO(A): UNIÃO  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

#### EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO. GDAPEC. OMISSÃO. INOPORTUNIDADE. REJEIÇÃO.

I) Nestes embargos de declaração a discussão diz com a percepção da Gratificação de Desempenho de Atividades Administrativas do Plano Especial de Cargos - GDAPEC. A União alega a ocorrência de omissão na Decisão monocrática, a qual deu provimento ao incidente de uniformização e determinou o retorno do feito ao Juízo de origem para adequação, consoante o inciso X do art. 8º do Regimento Interno da TNU anterior [atual inciso X do art. 9º do RI-TNU].

II) Sustenta, em suma, que a decisão embargada não fez menção à necessidade de compensação das diferenças eventualmente devidas com valores que o recorrente tenha percebido.

Passo ao voto.

III) Registre-se, na perspectiva uniformizadora a decisão monocrática tal como ocorreria caso se tratasse de voto-ementa e acórdão, determinou à instância de origem a adequação do julgado, segundo o entendimento exposto no PEDILEF nº 05069794220124058400. Daí em diante caberá à Turma Recursal de origem quando do novo julgamento, a apreciar sobre eventual compensação - aliás, praxe em julgados dessa natureza - à vista das provas do processo.

IV) Assim sendo, o pleito da embargante desatende à regra do art. 33 do Regimento Interno da TNU, que assim disciplina o manejo do recurso em tela:

Art. 33. Cabem embargos de declaração, no prazo de cinco dias, a contar da publicação da intimação do julgado, em petição dirigida ao relator, na qual será indicado o ponto obscuro, contraditório, omissão ou duvidoso.

§ 1º Os embargos de declaração terão como relator o juiz que redigiu o acórdão embargado.

§ 2º Ausente ou afastado temporariamente o relator do acórdão embargado, o processo será encaminhado ao suplente que o substituir.

§ 3º Se os embargos forem manifestamente incabíveis, o relator os rejeitará de plano.

§ 4º O relator apresentará os embargos em mesa para julgamento na primeira sessão subsequente, proferindo voto.

§ 5º Se houver possibilidade de emprestar efeito modificativo à súmula aprovada ou acórdão em pedido de uniformização de jurisprudência representativo de controvérsia, os embargos de declaração serão incluídos em pauta. (Grifo do relator)

V) Nessas condições, voto para rejeitar os embargos de declaração.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais no sentido de rejeitar os embargos de declaração, conforme o voto do Juiz Federal relator.  
Rio de Janeiro, 16 de março de 2016.

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

Juiz Federal - Relator

PROCESSO: 0524978-51.2011.4.05.8300  
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco  
REQUERENTE: SEVERINO JOSÉ DO NASCIMENTO  
PROC./ADV.: PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS  
OAB: PE-20418  
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL -INSS  
PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA



## EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. AGENTE FÍSICO ELETRICIDADE. POSSIBILIDADE DO RECONHECIMENTO DA ESPECIALIDADE PELA EXPOSIÇÃO AO ALUDIDO AGENTE APÓS 05/03/1997, DESDE QUE HAJA O DEVIDO EMBASAMENTO EM LAUDO TÉCNICO OU EM PPP REGULARMENTE CONFECCIONADO. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM N.º 020 DESTA TNU. ADEQUAÇÃO DO JULGADO. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.

1. Trata-se de pedido nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte autora em face de acórdão exarado por Turma Recursal dos JEFs da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco, com o seguinte teor:

EMENTA  
PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. ELETRICIDADE. AGENTE NOCIVO ATÉ PUBLICAÇÃO DO DECRETO Nº 2.172/1997. RECURSO IMPROVIDO.

- Entendo que só é possível o reconhecimento de tempo de serviço especial pelo agente nocivo eletricidade até 04/03/1997. É que a partir de 05/03/1997 foi publicado o Decreto 2.172/97, que revogou os decretos 53.831/64 e 83.080/79 deixando de reconhecer o agente nocivo eletricidade como causa de reconhecimento de tempo de serviço especial, conforme pacífica jurisprudência do STJ, in verbis: PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CONVERSÃO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL PARA COMUM. AGENTE NOCIVO ELETRICIDADE. DECRETO 2.172/97. AGRAVO IMPROVIDO. 1. Nos termos da jurisprudência consolidada desta Corte de Justiça, o segurado que presta serviço em condições especiais faz jus ao cômputo do tempo nos moldes previstos na legislação em vigor à época em que realizada a atividade. 2. Não se enquadrando a eletricidade como agente nocivo na relação constante no Anexo IV do Decreto nº 2.172/97, o período de trabalho exercido, após 5/3/1997, não poderá ser considerado especial para fins de conversão em tempo comum. 3. Agravo regimental improvido. (AGRESP 200700598667 - Rel Maria Thereza de Assis Moura - STJ - Sexta Turma - DJE DATA:17/12/2010)

- Recurso improvido.

- Sem condenação em honorários advocatícios.

Acórdão

Vistos, etc.

Decide a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Pernambuco, à unanimidade, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos da ementa supra.

Recife, data do julgamento.

Sustenta, em seu incidente (evento 025), em resumo, que é possível o reconhecimento da especialidade pela exposição ao agente nocivo eletricidade mesmo após 05/03/1997 (REsp n.º 1.306.113 / SC).

2. O Min. Presidente desta TNU encaminhou os autos para melhor exame.

3. O(s) paradigma(s) indicado(s) presta(m)-se para o conhecimento do incidente de uniformização.

4. A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial Representativo de Controvérsia n.º 1.306.113 / SC, firmou o entendimento de que é possível o reconhecimento de tempo especial do trabalho prestado com exposição ao agente físico eletricidade após 05/03/1997, desde que o laudo técnico comprove a efetiva nocividade da atividade realizada de forma permanente: RECURSO ESPECIAL. MATÉRIA REPETITIVA. ART. 543-C DO CPC E RESOLUÇÃO STJ 8/2008. RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ATIVIDADE ESPECIAL. AGENTE ELETRICIDADE. SUPRESSÃO PELO DECRETO 2.172/1997 (ANEXO IV). ARTS. 57 E 58 DA LEI 8.213/1991. ROL DE ATIVIDADES E AGENTES NOCIVOS. CARÁTER EXEMPLIFICATIVO. AGENTES PREJUDICIAIS NÃO PREVISTOS. REQUISITOS PARA CARACTERIZAÇÃO. SUPORTE TÉCNICO MÉDICO E JURÍDICO. EXPOSIÇÃO PERMANENTE, NÃO OCASIONAL NEM INTERMITENTE (ART. 57, § 3º, DA LEI 8.213/1991). 1. Trata-se de Recurso Especial interposto pela autarquia previdenciária com o escopo de prevalecer a tese de que a supressão do agente eletricidade do rol de agentes nocivos pelo Decreto 2.172/1997 (Anexo IV) culmina na impossibilidade de configuração como tempo especial (arts. 57 e 58 da Lei 8.213/1991) de tal hipótese a partir da vigência do citado ato normativo. 2. À luz da interpretação sistemática, as normas regulamentadoras que estabelecem os casos de agentes e atividades nocivos à saúde do trabalhador são exemplificativas, podendo ser tido como distinto o labor que a técnica médica e a legislação correlata considerarem como prejudiciais ao obreiro, desde que o trabalho seja permanente, não ocasional, nem intermitente, em condições especiais (art. 57, § 3º, da Lei 8.213/1991). Precedentes do STJ. 3. No caso concreto, o Tribunal de origem embasou-se em elementos técnicos (laudo pericial) e na legislação trabalhista para reputar como especial o trabalho exercido pelo recorrido, por consequência da exposição habitual à eletricidade, o que está de acordo com o entendimento fixado pelo STJ. 4. Recurso Especial não provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução 8/2008 do STJ. (REsp n.º 1.306.113 / SC, Primeira Seção, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 07/03/2013) (grifei)

E assim vem decidindo o STJ atualmente:

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. ATIVIDADE SOB CONDIÇÕES ESPECIAIS. AGENTE FÍSICO ELETRICIDADE. POSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO DE TEMPO ESPECIAL APÓS O DECRETO 2.172/97, DESDE QUE COMPROVADA A NOCIVIDADE POR MEIO DE LAUDO TÉCNICO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA RESP. 1.306.113/SC. AGRAVO DESPROVIDO. 1. A Primeira Seção desta Corte, no julgamento do Recurso Especial Representativo da Controvérsia 1.306.113/SC, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 7.3.2013, firmou o entendimento de que

é possível o reconhecimento de tempo especial do trabalho prestado com exposição ao agente físico eletricidade após o período de 5.3.1997, desde que o laudo técnico comprove a efetiva nocividade da atividade realizada de forma permanente. 2. In casu, o período de trabalho com o agente físico eletricidade foi reconhecido como especial pelo Tribunal de origem, ao fundamento de que o contexto fático-probatório dos autos comprovam a condição de nocividade da atividade laboral exercida pelo obreiro. 3. Agravo Regimental desprovido. (AgRg no REsp 1307818 / SE, Primeira Turma, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 10/03/2014) (grifei) ATIVIDADE ESPECIAL. AGENTE ELETRICIDADE. SUPRESSÃO PELO DECRETO 2.172/1997 (ANEXO IV). ARTS. 57 E 58 DA LEI 8.213/1991. ROL DE ATIVIDADES E AGENTES NOCIVOS. CARÁTER EXEMPLIFICATIVO. AGENTES PREJUDICIAIS NÃO PREVISTOS. REQUISITOS PARA CARACTERIZAÇÃO. SUPORTE TÉCNICO MÉDICO E JURÍDICO. EXPOSIÇÃO PERMANENTE, NÃO OCASIONAL NEM INTERMITENTE (ART. 57, § 3º, DA LEI 8.213/1991). 1. Trata-se de Recurso Especial interposto pela autarquia previdenciária com o escopo de prevalecer a tese de que a supressão do agente eletricidade do rol de agentes nocivos pelo Decreto 2.172/1997 (Anexo IV) culmina na impossibilidade de configuração como tempo especial (arts. 57 e 58 da Lei 8.213/1991) de tal hipótese a partir da vigência do citado ato normativo. 2. A Primeira Seção, em 14.11.2012, no julgamento do REsp 1.306.113/SC, de Minha Relatoria, sob o rito do art. 543-C do CPC, consolidou entendimento de que o rol de atividades especiais constantes nos regulamentos de benefícios da Previdência Social tem caráter exemplificativo. 3. À luz da interpretação sistemática, as normas regulamentadoras que estabelecem os casos de agentes e atividades nocivos à saúde do trabalhador são exemplificativas, podendo ser tido como distinto o labor que a técnica médica e a legislação correlata considerarem prejudiciais ao obreiro, desde que o trabalho seja permanente, não ocasional, nem intermitente, em condições especiais (art. 57, § 3º, da Lei 8.213/1991). Precedentes do STJ. 4. No caso concreto, o Tribunal de origem embasou-se em elementos técnicos (laudo pericial) e na legislação trabalhista para reputar como especial o trabalho exercido pelo recorrido, por consequência da exposição habitual à eletricidade, o que está de acordo com o entendimento fixado pelo STJ. 5. Agravo Regimental não provido. (AgRg no REsp 1333055 / PR, Segunda Turma, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 08/05/2013) (grifei) 5. Em face do exposto, tenho que o incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte autora merece ser conhecido e provido, para que, nos termos da Questão de Ordem n.º 020 desta TNU, os autos retornem à Turma Recursal de Origem para adequação do julgado ao seguinte entendimento: de que é possível o reconhecimento da especialidade do trabalho prestado com exposição ao agente físico eletricidade após 05/03/1997, desde que o laudo técnico ou PPP regularmente confeccionado comprove a efetiva nocividade da atividade realizada.

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais CONHECER E PROVER O INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela parte autora, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 16 de março de 2016.

DANIEL MACHADO DA ROCHA  
Juiz Relator

PROCESSO: 5001914-12.2013.4.04.7113  
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL  
REQUERENTE: UNIÃO  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO  
REQUERIDO(A): ELISETTE CANOVA BRANDELLI  
PROC./ADV.: ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS  
OAB: DF-5939  
PROC./ADV.: GLÊNIO OHLWEILER FERREIRA  
OAB: RS-23021  
PROC./ADV.: TIAGO GORNICKI SCHNEIDER  
OAB: RS-68 833  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GERSON LUIZ ROCHA

## EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REVISÃO DE APOSENTADORIA. AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL COMO CELETISTA. ACÓRDÃO TCU-PLENÁRIO N. 2008/2006. ORIENTAÇÃO NORMATIVA SRH/MPOG N. 3, DE 18/05/2007. ORIENTAÇÃO NORMATIVA SRH/MPOG N. 7, DE 20/11/2007. CASO EM QUE SE DISCUTE A RENÚNCIA À PRESCRIÇÃO EM RAZÃO DE RECONHECIMENTO INDIVIDUALIZADO DO DIREITO DO AUTOR. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE NÃO ATENDIDO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO

Trata-se de incidente de uniformização, interposto pela União, em face de acórdão proferido pela 5ª Turma Recursal do Rio Grande do Sul.

No caso em apreço, o autor - aposentado vinculado ao Regime Próprio de Previdência da União - obteve a revisão administrativa de seu benefício, em virtude da averbação de períodos de atividade especial laborados como celetista. A administração pública, todavia, embora tenha implementado a nova renda mensal para os pagamentos futuros, deixou de adimplir qualquer parcela pretérita.

Na decisão recorrida, reputou-se que: 1) o acórdão TCU-plenário n. 2008/2006, assim como as Orientações Normativas SRH/MPOG n. 3 (de 18/05/2007) e 7 (de 20/11/2007), não implicaram renúncia à prescrição por parte da administração pública; 2) todavia, levando-se

em conta que a própria administração reconheceu o direito à revisão analisando requerimento formulado pelo autor, implementando as diferenças futuras, teria se operado renúncia tácita à prescrição da pretensão revisional, abrindo espaço para o pagamento das parcelas anteriores ao quinquênio do pedido administrativo; 3) de acordo com o art. 4º, do Decreto n. 20910/32, a prescrição só seria reiniciada pela metade havendo ato inequívoco da administração sinalizando a falta de intenção de adimplir as parcelas reconhecidas, o que não teria ocorrido no caso concreto.

A recorrente argumenta que: 1) para o regime estatutário, a prescrição da ação revisional de aposentadoria atinge o fundo de direito, aplicando-se o Decreto-Lei n. 20910/32 (Paradigmas: STJ, AgRg no REsp n. 1.149.500; TNU, 2006.51.51.005660-0); 2) as Orientações Normativas SRH/MPOG n. 3 (de 18/05/2007) e 7 (de 20/11/2007), não implicaram renúncia à prescrição por parte da administração pública (Paradigmas: ED no AgRg no REsp 1.149.500; RESP 1.196.773; EDcl no AgRg no REsp 978991; AgRg no REsp n. 1.388.774); 3) sucessivamente, caso não acolhidas as teses anteriores, argumenta que a administração só procedeu ao reconhecimento das parcelas posteriores à publicação do acórdão TCU-plenário n. 2008/2006, de modo que a negativa da administração quanto às prestações anteriores sempre existiu. Assim, defende que não procede a tese de que, em relação a tais valores, o prazo prescricional ficou suspenso enquanto não efetuado o pagamento administrativo (após análise do requerimento do interessado), pois a negativa restava configurada, ao menos, desde a portaria que deferiu a revisão, sem a previsão de pagamento das aludidas prestações (Paradigma: TNU, 2007.71.50.015467-2).

Com contrarrazões, o incidente foi admitido pela Presidência da Turma Recursal de origem.

É o breve relatório.

Inicialmente, cumpre destacar que o incidente é tempestivo.

Todavia, não restou demonstrada a similitude fático-jurídica entre o acórdão recorrido e os paradigmas.

Note-se que o acórdão recorrido adota expressamente ambas as teses do incidente, quais sejam: 1) a ocorrência, como regra, da prescrição do fundo de direito para revisão de aposentadorias estatutárias; 2) a inoportunidade da interrupção da prescrição por força do acórdão TCU-plenário n. 2008/2006, assim como das Orientações Normativas SRH/MPOG n. 3, de 18/05/2007, e 7, de 20/11/2007.

O que ensejou o afastamento da prejudicial de mérito foi um terceiro argumento: o fato de que a própria administração reconheceu, após requerimento do interessado, o direito à revisão pela averbação dos períodos de atividade especial. Nesse caso, reputou-se que houve renúncia tácita no tocante à pretensão revisional, abrindo caminho para a pretensão de cobrança dos valores não atingidos pela prescrição quinquenal. Para tanto, adotou-se o entendimento estampado no seguinte julgado do STJ (citado no acórdão recorrido): AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO ESPECIAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. REEXAME DE FATOS E PROVAS. DESNECESSIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Admitido determinado direito do servidor pela Administração Pública resta configurada a renúncia tácita à prescrição do próprio fundo de direito. Porém, a partir desse reconhecimento apura-se a ocorrência da prescrição quinquenal, por se tratar de prestação de trato sucessivo, inócurrenente na espécie.

2. Não caracteriza reexame de prova a contagem de prazo prescricional necessária ao deslinde da questão.

3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no REsp 1121694/MG, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 20/05/2014, DJe 26/05/2014)

Em outras palavras, a renúncia à prescrição não foi reconhecida com base no acórdão do TCU ou nas Orientações Normativas do Ministério do Planejamento (atos gerais), mas sim no reconhecimento expresso e individualizado do direito do servidor por parte da administração pública, após requerimento de revisão.

Compulsando atentamente os acórdãos trazidos como paradigmas, percebe-se que nenhum deles trata de caso similar, pois todos versam sobre pretensões revisionais não atendidas administrativamente. Desta feita, o conhecimento do incidente, quanto aos argumentos principais, encontra duplo óbice: 1) está ausente a similitude fático-jurídica entre o acórdão recorrido e os paradigmas; 2) as razões recursais não atendem ao princípio da dialeticidade, pois não foi enfrentada a questão atinente à renúncia à prescrição em razão do reconhecimento da pretensão referente ao fundo de direito.

Por fim, em relação ao pedido sucessivo (consumação da prescrição em relação às parcelas anteriores ao acórdão TCU-plenário 2008/2006), o pedido de uniformização também não merece ser conhecido, pois o paradigma apresentado (TNU, 2007.71.50.015467-2) não trata especificamente de caso análogo ao dos autos, mas apenas afirma genericamente a tese de que "o reconhecimento da dívida em sede administrativa antes de consumada a prescrição, interrompe o seu curso, ficando o prazo suspenso até que ocorra o pagamento ou até que o devedor pratique ato que configure resistência em quitar a dívida". Exatamente no mesmo sentido, ponderou-se no acórdão recorrido: "O prazo prescricional interrompido e posteriormente suspenso somente volta a fluir, pela metade, quando a administração pratica algum ato incompatível com o interesse de saldar a dívida, quando se torna inequívoca a mora e configurada inércia do devedor".

A divergência, portanto, não reside na tese jurídica aplicada no acórdão recorrido (que é exatamente a mesma do paradigma), mas sim na avaliação do caso concreto, vale dizer, se a portaria que deferiu a revisão configurou negativa expressa da administração quanto aos valores anteriores ao acórdão TCU-plenário 2008/2006, ou se isso não acarretou um ato de resistência expressa. Portanto, quanto a esse ponto, o incidente também não deve ser conhecido, seja porque não restou configurada a necessária similitude fático-jurídica, seja porque

demandaria a reavaliação do conjunto fático probatório, encontrando óbice na Súmula n. 42, da TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato"). Ante o exposto, voto por NÃO CONHECER do incidente de uniformização.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, NÃO CONHECER do incidente de uniformização de jurisprudência, nos termos do voto-ementa do Relator. Brasília, 16 de março de 2016.

GERSON LUIZ ROCHA

Juiz Relator

PROCESSO: 0022748-72.2007.4.03.6301

ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo

REQUERENTE: MARIA DAS DORES SANTOS

PROC./ADV.: IGOR DOS REIS FERREIRA

OAB: SP-229469

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

### EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. PREQUESTIONAMENTO E OMISSÃO. ART. 201, INCISO V, CRFB. DESCABIMENTO. INCIDÊNCIA DO ART. 33, § 3º, DO RI-TNU. REJEIÇÃO.

1. Nestes embargos de declaração o INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL - INSS alega omissão no julgado e pretende o prequestionar a matéria atinente ao art. 201, inciso V, da Constituição da República. O acórdão embargado deu provimento ao incidente nacional de uniformização e restabeleceu a sentença de primeiro grau.
2. Com efeito, o propósito declaratório não se sustenta.
3. Assim é, porquanto conforme se percebe, particularmente nos itens "7º", "8º", "9º", "10º" e "11º", do acórdão embargado, a discussão diz com a aplicação ou não do art. 76 da Lei nº 8.213/1991.
4. Registre-se, sobre o conteúdo do artigo da Constituição da República ora realçado, sequer foram apresentadas contrarrazões quando da interposição do PU.
5. Nessas condições, inexistente omissão; e não há o que ser prequestionado. Assim sendo, conforme a regra do art. 33, § 3º, do Regimento Interno da TNU, voto para rejeitar os embargos de declaração.

### ACÓRDÃO

Os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, em conformidade com o voto do Juiz Federal Relator rejeitaram os embargos de declaração. Brasília, 16 de março de 2016.

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

Juiz Federal - Relator

PROCESSO: 0501885-67.2013.4.05.8404

ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

REQUERENTE: ARCELINO PEREIRA DE SOUZA

PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA

OAB: RN-560-A

PROC./ADV.: FERNANDO TORREÃO DE CARVALHO

OAB: DF- 20800

REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GERSON LUIZ ROCHA

### EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE DERIVADA DE BENEFÍCIO ANTERIOR. PRAZO DECADENCIAL. NÃO INCIDÊNCIA. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO PROVIDO.

Trata-se de incidente de uniformização interposto pela parte autora contra acórdão da Turma Recursal do Rio Grande do Norte que deu provimento ao recurso da ré, julgando improcedente o pedido de concessão de pensão por morte, em face da decadência do direito do autor de revisar o ato de concessão do benefício assistencial concedido à sua falecida esposa (DIB em 09/01/1991). A sentença, reformada pela Turma Recursal, havia julgado procedente o pedido, condenando o INSS a implantar em favor do autor o benefício de pensão por morte, considerando que o benefício percebido pela instituidora, sendo devido em razão de sua condição de trabalhadora rural e de sua incapacidade para o trabalho, a partir do advento da Lei nº 8.213/91, passou a espelhar a natureza de aposentadoria por invalidez de segurado especial, de modo que subsiste o direito à pensão por morte para os dependentes.

Sustenta a recorrente que o acórdão confronta com a jurisprudência dominante no âmbito deste Colegiado (PEDILEF 200461850099189, Juíza Federal Renata Andrade Lotufo, DJU 15/05/2006) e também da Turma Recursal de São Paulo (Processo nº 0005697-38.2013.4.03.6301), no sentido de que inexistente decadência quando do requerimento de pensão por morte, ante a impossibilidade de se considerar a data de concessão do benefício anterior concedido ao segurado instituidor, tendo em vista que o beneficiário, à época da concessão, não detinha legitimidade para requerer sua revisão. Com contrarrazões e inicialmente inadmitido pela Presidência da Turma Recursal de origem, após interposição de agravo, os autos foram distribuídos a este relator.

É o breve relatório.

DA ADMISSIBILIDADE DO INCIDENTE

Visando comprovar a divergência jurisprudencial defendida no presente incidente de uniformização, a requerente invocou paradigma desta Turma Nacional e também da Turma Recursal do Estado de São Paulo. Confira-se o teor dos respectivos julgados:

PENSÃO POR MORTE. ALEGAÇÃO DE OCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. INEXISTÊNCIA. Propositura de demanda judicial pleiteando concessão de pensão por morte decorridos mais de vinte anos do falecimento do varão. Acórdão que reconheceu direito da autora por inexistir prescrição do fundo de direito mas tão só das prestações anteriores ao quinquênio que antecede o requerimento. Pedido de uniformização de jurisprudência aduzindo estar a decisão recorrida contrária ao entendimento perfilhado pelo STJ que reconhece estar a pretensão abarcada pela decadência. Em sede de demanda em que se discute concessão de benefício previdenciário não há que se falar em decadência. Incidente conhecido e improvido.

(PEDILEF 200461850099189, JUIZA FEDERAL RENATA ANDRADE LOTUFO, TNU - Turma Nacional de Uniformização, DJU 15/05/2006.)

PROCESSO Nº: 0005697-38.2013.4.03.6301

AUTUADO EM 30/01/2013

ASSUNTO: 040201 - RENDA MENSAL INICIAL - REVISÃO DE BENEFÍCIOS

CLASSE: 1 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

AUTOR (Segurado): PEROLA SANTOS DA SILVA BORGES

RÉU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)

DISTRIBUIÇÃO POR SORTEIO EM 04/02/2013 14:44:58

I - RELATÓRIO

Cuida-se de recurso interposto pela parte ré em face de sentença que julgou procedente o pedido da parte autora para revisão de seu benefício, nos termos do art. 29, II da Lei 8.213/91.

É o sucinto relatório.

II - VOTO

(...)

Quanto ao mérito, não há que se falar em decadência no presente caso.

A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudências dos Juizados Especiais Federais, por ocasião do julgamento do PEDILEF 2010.71.56.000876-2 restou sepultado o entendimento no sentido de que, para os benefícios concedidos a partir de 28/06/1997, o prazo decadencial é contado a partir do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação.

Essa regra é aplicável à pensão por morte e não ao benefício que a originou, dado que a viúva, a partir do recebimento da primeira prestação, passou a ser titular do direito subjetivo material em relação ao qual se reveste a tutela pretendida. Assim, não há que se contar a decadência desde o benefício anterior, posto que, à época, a viúva não tinha legitimidade para requerer sua revisão.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso da parte ré.

(...)

III - ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a Quinta Turma Recursal do Juizado Especial Federal da 3ª Região - Seção Judiciária do Estado de São Paulo, por maioria, negar provimento ao recurso do réu, nos termos do voto do Juiz Federal Relator, vencida a MM. Juíza Federal Kyu Soon Lee, que votava pela parcial procedência do pedido, concedendo-se o pedido de prescrição quinquenal. Participaram do julgamento o(a)s Meritíssimo(a)s Juíze(a)s Federais Kyu Soon Lee, Omar Chamon e Luciana Ortiz Tavares Costa Zanoní.

São Paulo - SP, 26 de abril de 2013. (data do julgamento).

JUIZ(A) FEDERAL: OMAR CHAMON

Por sua vez, o acórdão atacado restou fundamentado nos seguintes termos:

AÇÃO ESPECIAL PREVIDENCIÁRIA. BENEFÍCIO DE AMPARO SOCIAL AO IDOSO. REVISÃO. APLICABILIDADE DO PRAZO DECADENCIAL DO ART. 103 DA LEI Nº 8.213/1991 AOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS EM DATA ANTERIOR E POSTERIOR À EDIÇÃO DA MP Nº 1.523-9/1997. SENTENÇA PROCEDENTE. PROCESSO EXTINTO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

- Até o advento da MP 1.523-9/1997 (convertida na Lei 9.528/97), não havia previsão normativa de prazo de decadência do direito ou da ação de revisão do ato concessivo de benefício previdenciário. Todavia, com a nova redação, dada pela referida Medida Provisória, ao art. 103 da Lei 8.213/91 (Lei de Benefícios da Previdência Social), ficou estabelecido que "É de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo". (STJ, REsp nº 1.303.988-PE, STJ, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, j. 14/03/2012).

- A TNU já firmou entendimento de que a decadência do direito de revisar o ato de concessão de benefício previdenciário concedido com data de início anterior a 28 de junho de 1997, quando publicada a Medida Provisória nº 1.523-9 (Lei nº 9.528/97), ocorre dez anos contados do da vigência da referida MP, no caso, 1.º de agosto de 2007 (TNU - PEDILEF nº 200851510445132, Rel. Juíza Federal Joana Carolina L. Pereira, DJ 11 jun. 2010; PEDILEF nº 200670500070639, Rel. Juiz Federal Otávio Henrique Martins Port, DJ 24 jun. 2010; PEDILEF nº 00619594520074013400, Rel. Juiz Janilson Bezerra de Siqueira, j. em 16/08/2012). Se o benefício tiver sido concedido após a MP nº 1.523-9/1997 (posteriormente convertida na Lei 9.528/97), deve ser observado o prazo decenal.

- No caso em espécie, a ação foi proposta quando já havia se consumado o prazo decadencial para a revisão do ato de concessão do benefício previdenciário, cuja DIB remonta à 09/01/1991.

- Sentença que merece reforma.

Como se vê, resta demonstrada a divergência jurisprudencial. Isso porque o entendimento da Turma Recursal de origem, que reconheceu a decadência do direito de a parte autora revisar o ato de concessão do benefício percebido pela instituidora da pensão por morte, confronta tanto com o paradigma da TNU, segundo o qual não há que se falar em decadência em sede de demanda que discute a concessão de benefício previdenciário, quanto com o entendimento da Turma Recursal de São Paulo, segundo o qual a regra de contagem do prazo decadencial não se aplica ao benefício originário da pensão por morte.

DA UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA

Sobre o tema objeto do recurso já se manifestou esta Turma Nacional no sentido da inocorrência da decadência, como segue (PEDILEF 05032896520134058401, Relator JUIZ FEDERAL FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER, DOU 22/01/2016):

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. CONCESSÃO INICIAL DE BENEFÍCIO. DECADÊNCIA (ART. 103, DA LEI 8.213/91). INOCORRÊNCIA. QUESTÃO DE ORDEM Nº 38/TNU. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO - Trata-se de incidente de uniformização movido pela parte autora em face de acórdão de Turma Recursal Do Rio Grande do Norte que deu provimento ao recurso do INSS, julgando improcedente pedido de concessão de pensão por morte. - In casu, sustenta a recorrente que o Acórdão de origem contraria entendimento do STJ e desta TNU, na medida em que negou o pedido de concessão de pensão por morte em virtude do reconhecimento da decadência do direito à revisão do benefício assistencial do falecido. - Quanto ao cabimento, comprovada a similitude e a divergência entre o acórdão recorrido e os paradigmas desta Turma Nacional de Uniformização. - No caso dos autos, a sentença afastou a prejudicial de decadência suscitada pelo INSS sob os seguintes argumentos: "(...) Nessas situações em que se tem o falecimento de indivíduo que antes recebia benefício assistencial, reconhecer a decadência do direito de revisar aquele ato implica em negar permanentemente o acesso de seus dependentes à pensão por morte. Em verdade, não se trata de revisar o ato de concessão do benefício assistencial naquela época concedido, e sim reconhecer, no momento atual, a qualidade de segurado daquele que, em tese, teria recebido o benefício equivocado, segundo a tese exposta na inicial. Então, na verdade seria a concessão de um benefício que ela faria jus desde aquela época e não a desconstituição, para a concessão de outro, na data original, sem falar dos efeitos já mencionados que implicariam a permanente negação do acesso à proteção previdenciária daqueles dependentes do indivíduo falecido. (...)". - Ato contínuo, passou-se à análise dos requisitos para concessão da pensão por morte, entre eles a qualidade de dependente da recorrente e a qualidade de segurado do falecido, nos seguintes termos, in verbis: "(...) No caso em apreço, o óbito do pretenso instituidor e qualidade de dependente da autora se encontram provados por meio das Certidões de Casamento e de Óbito juntadas aos autos (anexos 4 e 5, respectivamente). Tem-se que o falecido, senhor Luiz Lourenço da Silva, por longos anos, de 10/09/1996 a 19/10/2012 (anexo 7), vinha recebendo Benefício Assistencial, por ser pessoa portadora de deficiência. Tenho, pois, por incontroversa existência da incapacidade do instituidor da pensão, pois foi aquela reconhecida pelo INSS, tanto que lhe concedeu benefício assistencial e manteve esse benefício por todo esse período. Resta saber se quando do início de sua incapacidade, o instituidor ainda se encontrava no período de graça e se, portanto, deveria lhe ter sido concedido o benefício de aposentadoria por invalidez, tal como se afirma na inicial. Como prova do exercício de atividade laborativa pelo senhor Luiz Lourenço, foi juntada aos presentes autos cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social daquele da qual consta anotado contrato de trabalho daquele, com a empresa agrícola Fazenda São João Ltda., na função de trabalhador rural, no período compreendido entre 10/06/1991 a 30/06/1996 (anexo 5). Ressalto, desde logo, que, como é cediço, as anotações constantes da Carteira de Trabalho e Previdência Social gozam de presunção relativa de legitimidade, a qual, neste caso concreto, não foi desconstituída pelo INSS, que não questionou a veracidade daquele vínculo laborativo, tampouco apresentou elementos de prova que o infirmassem. Desse modo, tendo-se em conta aquele documento, o instituidor ostentaria a condição de segurado empregado, nos termos do art. 15, II, e §4º da Lei nº 8.213/1991 c/c art. 30 da Lei 8.212/1991, pelo menos até 15/08/1997. Com efeito, tendo sido o benefício de Amparo Assistencial ao Portador de Deficiência sido concedido àquele instituidor em 10/09/1996, tem-se que, àquela data ainda se encontrava no período de graça e dispunha da qualidade de segurado. Diante disso, em verdade, por ser o instituidor segurado empregado e estar impossibilitada de desempenhar sua profissão, deveria, no mínimo, ter recebido um auxílio-doença, ou, como o INSS chegou a deferir o próprio benefício assistencial, deveria ter sido aposentada por invalidez, fato que manteria sua qualidade de segurada até a ocasião de seu falecimento. Assim, reconhecendo que, em verdade, o instituidor deveria estar recebendo a prestação previdenciária adequada à sua situação jurídica e que o correto seria o deferimento de "aposentadoria por invalidez" e não de "benefício de natureza assistencial", reconheço a qualidade de segurado do instituidor por ocasião de seu óbito, e, por consequência, defiro o pleito feito nesta ação. (...)". - Por outro lado, o acórdão proferido pela Turma Recursal do Rio Grande do Norte, ao dar provimento ao recurso do INSS, se assentou nas seguintes razões de decidir: "(...) Hipótese em que o de cujus, quando em vida, requereu junto ao INSS um benefício por incapacidade, sendo-lhe deferido um amparo assistencial no ano de 1996. Alega a parte autora que o benefício foi concedido de forma errônea, uma vez que o cônjuge deveria ter sido deferido um benefício por incapacidade, haja vista a sua condição de segurado especial e a incapacidade para o trabalho. Requer o reconhecimento da qualidade de segurado especial do falecido e a consequente concessão de pensão por morte. (...) In casu, o benefício de amparo assistencial que a parte autora pretende transmutar para



benefício previdenciário por incapacidade tem DIB fixada em 10/09/96, sendo que, somente em 23/07/2013, é que a recorrida veio protocolizar pedido em tal sentido, quando já decorrido o decênio legal, o que se deu em 1º/8/2007. Desse modo, incide, à espécie, o fenômeno da decadência. (...)". - Analisada a questão, entendo que o Acórdão de origem encontra-se em confronto com o entendimento jurisprudencial veiculado no enunciado da Súmula nº 81/TNU: "Não incide o prazo decadencial previsto no art. 103, caput, da Lei n. 8.213/91, nos casos de indeferimento e cessação de benefícios, bem como em relação às questões não apreciadas pela Administração no ato da concessão". Isso porque, como bem restou consignado na sentença, o caso em exame não cuida de revisão de benefício previdenciário, mas de concessão inicial de pedido de pensão por morte, cujo indeferimento do benefício na via administrativa ocorreu em 23/07/2013, em relação ao qual não incide a decadência (art. 103, "caput", da Lei 8.213/91). - Ademais, o acórdão recorrido não está alinhado à jurisprudência desta TNU, bem como ao julgamento proferido pelo STF, na via da repercussão geral, segundo o qual: "o direito à previdência social constitui direito fundamental e, uma vez implementados os pressupostos de sua aquisição, não deve ser afetado pelo decurso do tempo. Como consequência, inexistente prazo decadencial para a concessão inicial do benefício previdenciário" (RE 626489, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 16/10/2013, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-184 DIVULG 22-09-2014 PUBLIC 23-09-2014). - Em face de tais circunstâncias, e considerando que a sentença julgou o mérito da demanda, não necessitando, no caso, esta Corte Uniformizadora reexaminar o quadro probatório definido pelas instâncias anteriores, configura-se hipótese passível de aplicação da Questão de Ordem nº 38 desta Turma Nacional de Uniformização, segundo a qual "Em decorrência de julgamento em pedido de uniformização, poderá a Turma Nacional aplicar o direito ao caso concreto decidindo o litígio de modo definitivo, desde que a matéria seja de direito apenas, ou, sendo de fato e de direito, não necessite reexaminar o quadro probatório definido pelas instâncias anteriores, podendo para tanto, restabelecer a sentença desconstituída por Turma Recursal ou Regional". - Por conseguinte, DOU PROVIMENTO ao Incidente de Uniformização da parte autora para restabelecer a sentença reformada pela Turma Recursal de origem.

Da mesma forma, o STJ, no julgamento de caso semelhante ao presente, decidiu que não se verifica a decadência. Nesse sentido: PREVIDENCIÁRIO. CONCESSÃO DE PENSÃO POR MORTE. BENEFÍCIO DE RENDA MENSAL VITALÍCIA CONCEDIDO ERONEAMENTE PELA ADMINISTRAÇÃO ANTES DA MEDIDA PROVISÓRIA. TRIBUNAL CONSIDEROU CORRETA A CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. DECADÊNCIA NÃO CONFIGURADA. 1. Caracterizado o benefício previdenciário como de caráter eminentemente alimentar, constituindo obrigação periódica e de trato sucessivo, não admite a pretensão prescrição do fundo do direito, mas tão somente das parcelas vencidas há mais de cinco anos, consoante já fixado pela Súmula 85/STJ. 2. O caput do art. 103 da Lei 8.213/1991 está voltado tão somente para o ato revisional de concessão do benefício. Não há que falar em prescrição do fundo de direito quando se trata de concessão de benefício previdenciário, inserido no rol dos direitos fundamentais. 3. O Tribunal de origem, mediante análise das provas dos autos, acolheu a argumentação da autora de que seu falecido cônjuge fazia jus à aposentadoria por invalidez, e não à Renda Mensal Vitalícia. Agravo regimental improvido. (

AgRg no REsp 1502460/PR, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/03/2015, DJe 11/03/2015) Desse modo, ao reconhecer a decadência do direito de revisão do ato de concessão do benefício titularizado pela instituidora da pensão por morte que o autor pretende lhe seja concedida, a Turma Recursal contrariou jurisprudência deste Colegiado e do STJ, haja vista que o pedido formulado nos presentes autos não foi de revisão do benefício anterior, mas sim de concessão da pensão por morte, para o qual, conforme entendimentos supra citados, não incide o prazo decadencial.

Além disso, no caso de pensão por morte derivada de benefício anterior, o marco inicial do prazo para revisão do benefício originário não pode ser fixado na data de concessão daquele benefício posto que o atual beneficiário da pensão não detinha, àquela época, direito de pleitear a revisão ora pretendida.

Dessa forma, estando o acórdão impugnado em desconformidade com o entendimento uniformizado, o incidente merece ser acolhido, para afastar a decadência, determinando-se o retorno dos autos à Turma Recursal de origem para adequação do acórdão.

Ante o exposto, voto por DAR PROVIMENTO ao incidente de uniformização.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, DAR PROVIMENTO AO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 16 de março de 2016

GERSON LUIZ ROCHA  
Juiz Relator

PROCESSO: 0503816-56.2014.4.05.8312  
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO  
REQUERENTE: INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO(A): SEVERINO RAMOS DA SILVA  
PROC./ADV.: JOÃO ELIZEU LEITE JUNIOR  
OAB: PE-29 167  
PROC./ADV.: RICARDO LUIZ AMORIM DE MELO  
OAB: PE-33211  
PROC./ADV.: THIAGO CANTARELLI DE A. L. ALBUQUERQUE  
OAB: PE-28498  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. PREVIDENCIÁRIO. RECONHECIMENTO DE ATIVIDADE ESPECIAL. SEGURADO EMPREGADO EM ESTABELECIMENTO AGROINDUSTRIAL. ACÓRDÃO EM CONSONÂNCIA COM ENTENDIMENTO DA TNU. CÔMPUTO PARA FINS DE CARÊNCIA. PROVIMENTO CONFORME ENTENDIMENTO DO STJ. QUESTÕES DE ORDEM 13 E 24 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Incidente de uniformização interposto pelo INSS em face de acórdão da 1ª Turma Recursal de Pernambuco, que deu provimento ao recurso da parte autora, reconhecendo como especial o período de 10/08/74 a 28/04/95, trabalho como empregado em estabelecimento agroindustrial. Aduz o INSS que o acórdão diverge do entendimento do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que a especialidade reconhecida no código 2.2.1 do Decreto 53.831/64 refere-se apenas à atividade agropecuária, não às atividades agrícolas. Sustenta, ainda, vedado o cômputo de serviço rural anterior à Lei 8.213/91, sem o respectivo recolhimento previdenciário. Juntou paradigmas.

2. Nos termos do artigo 14 da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.

3. O incidente não comporta conhecimento, porque o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência recente do STJ e da TNU. Confira-se:

3.1. No tocante ao alcance das atividades elencadas no código 2.2.1 do Decreto 53.831/64, a TNU, revendo seu posicionamento, assim fixou em Representativo de Controvérsia:

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO FORMULADO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. TEMPO DE ATIVIDADE ESPECIAL. TRABALHADOR RURAL.AGROPECUÁRIA. MUDANÇA DE ENTENDIMENTO DA TNU. QUESTÃO DE ORDEM Nº 20. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Prolatado acórdão pela Segunda Turma Recursal de Pernambuco, que negou provimento ao recurso do Autor, para manter a sentença que não reconheceu como atividade especial o trabalho rural no período de 01/09/1976 a 16/12/1998. 2. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto tempestivamente pelo Autor, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alegação de que o acórdão recorrido diverge do entendimento da Segunda Turma Recursal de São Paulo (processo nº 0004398-18.2007.4.03.6307), segundo o qual o labor rural configura a especialidade prevista no item 2.2.1 do Quadro Anexo do Decreto nº 53.831/64. 3. Incidente não admitido pela Presidência da Turma de origem, sendo os autos encaminhados a esta Turma Nacional após agravo. 4. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça. 5. Configurado o dissídio, posto que o acórdão recorrido entendeu que, "(...) O enquadramento no item 2.2.1 do Decreto 53.831/64 depende de efetiva comprovação de atividade agropecuária, não abrangendo todas as espécies de trabalhadores rurais, motivo pelo qual a atividade exercida pelo autor como rurícola não pode ser considerada como de natureza especial. 3. No caso vertente, não há nos autos qualquer prova de que o autor se dedicasse a atividade que envolvesse agricultura e pecuária (agropecuária).", grifo no original. 6. A TNU, inclusive esta Relatoria, tinha o entendimento de que somente o trabalho agrário e pecuário configura o labor especial. Entretanto, houve mudança de entendimento, tanto que na sessão passada foi julgado o processo nº 0500180-14.2011.4.05.8013, Representativo de Controvérsia, onde consta que: "(...) esta Turma, no julgamento do Pedilef 0509377-10.2008.4.05.8300 (Relator p/ acórdão Juiz Federal André Carvalho Monteiro, j. 04/06/2014), uniformizou o entendimento de que a expressão "trabalhadores na agropecuária", contida no item 2.2.1 do anexo ao Decreto nº 53.831/64, se refere aos trabalhadores rurais que exercem atividades agrícolas como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais, fazendo jus os empregados de tais empresas ao cômputo de suas atividades como tempo de serviço especial. Dessa forma, a alegação do INSS de que a especialidade somente poderia ser reconhecida se comprovado que o trabalho rural foi desenvolvido na agropecuária merece ser desprovida. (...) (Rel. João Batista Lazzari, DJ 11/09/2014). 7. Copio excerpto esclarecedor do Voto Vencedor do citado PEDILEF nº 0509377-10.2008.4.05.8300: "(...) Revisão da interpretação adotada por esta Turma Nacional de Uniformização, fixando entendimento de que a expressão "trabalhadores na agropecuária", contida no item 2.2.1 do anexo do Decreto n. 53.831/64, também se aplica aos trabalhadores que exercem atividades exclusivamente na agricultura como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais, fazendo jus os empregados de tais empresas ao cômputo de suas atividades como tempo de serviço especial.(...)" (Rel. Designado Juiz Federal André

Carvalho Monteiro, DJ. 04/06/2014). 8. Como o tempo de labor como "lavrador" abrange período antes e depois da Lei nº 9.032/95, necessário o retorno dos autos à Turma Recursal de origem para a análise das provas produzidas, nos termos da Questão de Ordem nº 20 da TNU. 9. Pedido de Uniformização de Jurisprudência conhecido e parcialmente provido para (i) reafirmar a tese de que "a expressão "trabalhadores na agropecuária", contida no item 2.2.1 do anexo do Decreto n. 53.831/64, também se aplica aos trabalhadores que exercem atividades exclusivamente na agricultura como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais, fazendo jus os empregados de tais empresas ao cômputo de suas atividades como tempo de serviço especial"; (ii) anular o acórdão recorrido, determinando a realização de novo julgamento à luz do entendimento desta Turma Nacional. PEDILEF 05003939620114058311, Rel. Juíza Federal, JUÍZA FEDERAL KYU SOON LEE, TNU, DOU 24/10/2014 PÁGINAS 126/240)

3.2. Quanto ao cômputo, para fins de carência, do tempo laborado como empregado rural, antes da Lei 8.213/91, assentou a Primeira SEÇÃO do Superior Tribunal de Justiça:

PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO. AVERBAÇÃO DE TRABALHO RURAL COM REGISTRO EM CARTEIRA PROFISSIONAL PARA EFEITO DE CARÊNCIA. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 55, § 2º, E 142 DA LEI 8.213/91. NÃO OCORRÊNCIA. RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO.

1. Caso em que o segurado ajuizou a presente ação em face do indeferimento administrativo de aposentadoria por tempo de serviço, no qual a autarquia sustentou insuficiência de carência.

2. Mostra-se incontroverso nos autos que o autor foi contratado por empregador rural, com registro em carteira profissional desde 1958, razão pela qual não há como responsabilizá-lo pela comprovação do recolhimento das contribuições.

3. Não ofende o § 2º do art. 55 da Lei 8.213/91 o reconhecimento do tempo de serviço exercido por trabalhador rural registrado em carteira profissional para efeito de carência, tendo em vista que o empregador rural, juntamente com as demais fontes previstas na legislação de regência, eram os responsáveis pelo custeio do fundo de assistência e previdência rural (FUNRURAL).

4. Recurso especial improvido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e Resolução STJ nº 8/2008. (REsp 1352791 / SP, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, STJ, PRIMEIRA SEÇÃO, DU 05/12/2013).

4. Incidente de uniformização não conhecido. Acórdão em consonância com a jurisprudência recente do STJ e da TNU. Incidência das Questões de Ordem n. 13 e 24/TNU.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto da Juíza Federal relatora.

Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO  
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0511053-08.2013.4.05.8400  
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE  
REQUERENTE: LUCIENE LIMA DA CRUZ MEDEIROS  
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO  
OAB: RN/5291  
REQUERIDO(A): UNIÃO  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

#### EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO. GDAPEC. OMISSÃO. INOPORTUNIDADE. REJEIÇÃO.

I) Nestes embargos de declaração a discussão diz com a percepção da Gratificação de Desempenho de Atividades Administrativas do Plano Especial de Cargos - GDAPEC. A União alega a ocorrência de omissão na Decisão monocrática, a qual deu provimento ao incidente de uniformização e determinou o retorno do feito ao Juízo de origem para adequação, consoante o inciso X do art. 8º do Regimento Interno da TNU anterior [atual inciso X do art. 9º do RI-TNU].

II) Sustenta, em suma, que a decisão embargada não fez menção à necessidade de compensação das diferenças eventualmente devidas com valores que o recorrente tenha percebido.

Passo ao voto.

III) Registre-se, na perspectiva uniformizadora a decisão monocrática, tal como ocorreria caso se tratasse de voto-ementa e acórdão, determinou à instância de origem a adequação do julgado, segundo o entendimento exposto no PEDILEF nº 05069794220124058400. Daí em diante caberá à Turma Recursal de origem quando do novo julgamento, a apreciação sobre eventual compensação - aliás, praxe em julgados dessa natureza - à vista das provas do processo.

IV) Assim sendo, o pleito da embargante desatende à regra do art. 33 do Regimento Interno da TNU, que assim disciplina o manejo do recurso em tela:

Art. 33. Cabem embargos de declaração, no prazo de cinco dias, a contar da publicação da intimação do julgado, em petição dirigida ao relator, na qual será indicado o ponto obscuro, contraditório, omissão ou duvidoso.

§ 1º Os embargos de declaração terão como relator o juiz que redigiu o acórdão embargado.

§ 2º Ausente ou afastado temporariamente o relator do acórdão embargado, o processo será encaminhado ao suplente que o substituir.

§ 3º Se os embargos forem manifestamente incabíveis, o relator os rejeitará de plano.

§ 4º O relator apresentará os embargos em mesa para julgamento na primeira sessão subsequente, proferindo voto.

§ 5º Se houver possibilidade de emprestar efeito modificativo à súmula aprovada ou acórdão em pedido de uniformização de uniformização representativo de controvérsia, os embargos de declaração serão incluídos em pauta. (Grifo do relator)

V) Nessas condições, voto para rejeitar os embargos de declaração.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais no sentido de rejeitar os embargos de declaração, conforme o voto do Juiz Federal Relator.  
Rio de Janeiro, 16 de março de 2016.

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

Juiz Federal - Relator

PROCESSO: 0532041-64.2010.4.05.8300

ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): MARCONE LOPES DA SILVA

PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA

OAB: PE-573-A

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

#### EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. TEMPO ESPECIAL. VIGILANTE. ATÉ 28/04/1995, RECONHECIMENTO DA ESPECIALIDADE PELA SIMPLES ATIVIDADE, POR EQUIPARAÇÃO À FUNÇÃO DE GUARDA PREVISTA NO CÓDIGO 2.5.7 DO QUADRO ANEXO AO DECRETO N.º 53.831/64. DE 29/04/1995 A 05/03/1997, ADMISSÍVEL O RECONHECIMENTO DA ESPECIALIDADE À ATIVIDADE DE VIGILANTE, DESDE QUE COMPROVADA A PERICULOSIDADE, MEDIANTE DEMONSTRAÇÃO, POR EXEM-

PLO, DO USO DE ARMA DE FOGO. APÓS 05/03/1997, POSSÍVEL RECONHECER A ESPECIALIDADE DO LABOR SOB CONDIÇÕES ESPECIAIS, EM RAZÃO DA PERICULOSIDADE CONSTANTE NA ATIVIDADE DE VIGILANTE, SE HOUVER COMPROVAÇÃO MEDIANTE LAUDO TÉCNICO OU PPP REGULARMENTE CONFECCIONADO. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM N.º 013 DESTA TNU. INCIDENTE DO INSS NÃO CONHECIDO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA PARTE AUTORA CONHECIDO E PROVIDO.

1. Formulam as partes pedidos nacionais de uniformização de jurisprudência em face de acórdão exarado por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco com o seguinte teor (evento 024):

PREVIDENCIÁRIO. TEMPO DE SERVIÇO EXERCIDO SOB CONDIÇÕES ESPECIAIS. EXPOSIÇÃO EFETIVA A AGENTES NOCIVOS. COMPROVAÇÃO. RECURSO DO AUTOR PARCIALMENTE PROVIDO.

- O particular interpôs recurso inominado contra sentença que julgou improcedente o pedido de concessão de aposentadoria especial, por não reconhecer períodos indicados pela parte Autora como exercidos sob condições prejudiciais à saúde.

- A parte recorrente postula a reforma integral da sentença e o reconhecimento dos tempos laborados como especiais e a concessão do benefício postulado.

- É de se destacar, de início, que em relação ao ruído o STJ firmou o entendimento que os índices necessários de de pressão sonora para caracterizar a atividade como insalubre devem superar: a) 80 decibéis, na vigência do Decreto n. 53.831/64; b) 90 decibéis, na vigência do Decreto n. 2.172, de 5 de março de 1997 e c) 85 decibéis, a partir da entrada em vigor do Decreto n. 4.882, de 18 de novembro de 2003 (STJ. Pet 9059/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/08/2013, DJe 09/09/2013)

- Os períodos controvertidos são:

| Código | Campo de Aplicação                                                                                                                                | Serviços e Atividades Profissionais                                                                                                                     | Classificação | Tempo de Trabalho Mínimo | Obs.                               |
|--------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|--------------------------|------------------------------------|
| 1.0.0  | AGENTES                                                                                                                                           |                                                                                                                                                         |               |                          |                                    |
| 1.2.0  | Químicos                                                                                                                                          |                                                                                                                                                         |               |                          |                                    |
| 1.2.11 | Tóxicos Orgânicos - Operações realizadas com derivados tóxicos do carbono - Nomenclatura Internacional - I -Hidrocarbonetos (ano, eno, ino) (...) | Trabalhos permanentes expostos às poeiras; gases, vapores, neblinas e fumos de derivados do carbono constantes da Relação Internacional das Substâncias | Insalubre     | 25 anos                  | Jornada Normal. Art. 187 CLT (...) |

|  |  |                                                                                                       |  |  |                                    |
|--|--|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|--|------------------------------------|
|  |  | Nocivas publicada no Regulamento tipo de Segurança da OIT, tais como benzeno, gasolina, álcoois (...) |  |  | Jornada Normal. Art. 187 CLT (...) |
|--|--|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|--|------------------------------------|

- Assim, a atividade exercida no período de 10.02.1985 a 16.09.1987 é de ser reconhecida como atividade especial.

2 - Quanto ao período a partir da edição da Lei nº 9.032 de 29/4/1995 até 24/05/2010. De início cabe observar-se que muito embora a Lei nº 9.032/95 tenha alterado o art. 57, da Lei nº 8213/91, passando a exigir a comprovação efetiva a agentes nocivos à saúde, tal exigência probatória somente passou a ser exigida com a vigência da Lei nº 9.528/97, de 10/12/1997. (RESP 497.724/RS, Rel. Min. Arnaldo Esteves de Lima, 5ª Turma, unânime, DJ, 19/6/2006; RESP 422.616/RS, Rel. Min. Jorge Scartezini, 5ª Turma, unânime, DJ, 24/5/2004).

Entre a vigência da Lei n.º 9.032/95 (que extinguiu a presunção legal de nocividade pelo enquadramento) e o advento da Lei n.º 9.528/97 (que passou a exigir o laudo técnico pericial elaborado pela empresa, subscrito por engenheiro de segurança do trabalho), a prova do tempo especial deverá ser feita por meio dos formulários de informações sobre atividades com exposição a agentes nocivos (SB-40 ou DSS-8030) ou outros meios.

No caso do vigilante, no entanto, essa atividade deixou de estar enquadrada como especial, desde a vigência do Decreto nº 2.172/97, em 05/03/1997.

O PPP trazido aos autos pela parte Autora(Anexo 21) é bastante claro ao indicar que o Autor laborou como vigilante, portando arma de fogo, entre a vigência da Lei nº 9.032/95(29/4/1995), até a vigência do Decreto nº 2.172/97, em 05/03/1997. Assim é de ser reconhecido como especial o referido período como especial. Quanto ao período posterior a tal marco temporal não há elementos documentais que comprovem o exercício de atividade sob condições especiais.

Nesse sentido invoco o seguinte precedente:

Processo PEDILEF 05068060320074058300 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DEINTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL Relator(a) JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY Sigla do órgão TNU

Fonte DOU 09/05/2014 PÁG. 110/121 Decisão Acórdão os membros da Turma Nacional de Jurisprudência não conhecer do incidente de uniformização.

Ementa PREVIDENCIÁRIO - TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL - POSSIBILIDADE DERECONHECIMENTO DA ATIVIDADE DE VIGILANTE QUE PORTA ARMA DE FOGO COMOESPECIAL SOMENTE ATÉ 5 DE MARÇO DE 1997 -

REEXAME DE PROVA QUANTO À EXISTÊNCIA DE RECOLHIMENTOS - SÚMULA 42 - INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora em que afirma que o Juízo não considerou como tempo de serviço especial o período laborado na empresa Brahma (período em que alega ser dispensável o laudo bastando apenas o enquadramento na categoria) e o período laborado na Empresa ENESPE cujo agente nocivo seriam agentes biológicos, e que na forma do art. 153 único da IN INSS 84, seria suficiente a apresentação de PPP, bastando que o LTCAT permanecesse na empresa à disposição da previdência social. 2. Diferentemente do que afirma a parte autora, o Juízo não contrariou a tese de que o contribuinte empresário é segurado obrigatório. Com efeito, a sentença assim dispôs: "a mera argumentação de que o autor possuía inscrição como contribuinte empresário não ampara o autor, uma vez que, na qualidade de empresário/empregador, estava ele obrigado a efetuar os recolhimentos previdenciários a fim de se beneficiar da qualidade de segurado". Deste modo, o que está em discussão é a existência ou não dos recolhimentos das contribuições previdenciárias no período o que impede de ser reexaminado nesta sede uniformizadora por força da Súmula 42 desta TNU. Assim, nada há a ser uniformizado. Quanto ao período laborado na empresa Brahma, o juízo não o reconheceu como especial por ser o PPP extemporâneo, elaborado há mais de 20 anos da prestação do serviço, pelo que, não poderia ser considerado isoladamente como prova idônea da especialidade da atividade. Quanto ao período trabalhado na ENESPE o juízo não o considerou como especial por entender que não estava exposto a agente nocivo. A parte autora alega que trabalhou como vigilante. 3. No caso em tela, quanto ao período laborado na empresa Brahma, o juízo não se convenceu da verossimilhança da exposição a agente nocivo. Concluir de forma diversa importaria em reexame de prova. Além disso, seria necessário não só o PPP mas também laudo por tratar-se de exposição a ruído. Deste modo, não está em discussão a tese da suficiência do PPP, mas sim o princípio do livre convencimento motivado do juízo quanto à exposição aos agentes nocivos. Quanto ao período trabalhado na empresa ENESP Serviço de Vigilância como vigilante, a jurisprudência do STJ e desta TNU entendem no sentido de que SOMENTE ATÉ 5de março de 1997 é

1 - Atividade exercida na Empresa Votorantim Cimentos N/NE S/A, entre 06/05/1981 a 16/09/1987.

A sentença entendeu que o Laudo é genérico e não seria possível utilizá-lo para os fins de reconhecer a especialidade.

Examinando-se a documentação acostada aos autos, anexo 3, verifica-se haver documentação assinada por Engenheiro de Segurança do trabalho, indicando que a atividade de britador, desenvolvida pela parte Autora, no período entre 01.08.1983 a 31.01.1985, era agressiva à integridade física por ruído de 85 dB(A), podendo, assim, ser considerada como atividade especial. Não vejo como afastar a especialidade reconhecida na documentação apresentada, que possui a mesma força probante de Laudo pericial. Quanto ao período entre 06.05.1981 a 31.07.1983 entendo que o serviço de contínuo não se enquadra como especial, pois dependeria da presença de Laudo técnico que comprovasse o exercício sob condições especiais, o que inócorre na hipótese.

Quanto ao período entre 01.02.1985 a 16.09.1987, verifico que o documento emitido pela Empresa indica que na atividade de Ajudante III o Autor ficava expostos a agentes agressivos como combustíveis, de forma habitual e permanente. Não havia a necessidade de Laudo pericial, pois a atividade exercida enquadra-se entre aquelas que são reconhecidas como insalubres por presunção normativa, como se observa pelo teor do Decreto nº 53.831 de 1964:

Art. 2º. Para os efeitos da concessão da Aposentadoria Especial, serão considerados serviços insalubres, perigosos ou penosos, os constantes do Quadro Anexo em que se estabelece também a correspondência com os prazos referido no art. 31 da citada Lei.

Quadro a que se refere o art. 2º do Decreto nº 53.831 de 25 de março de 1964

possível seu enquadramento como especial, desde que haja porte de arma. Com feito, o acórdão recorrido firmou idêntico entendimento. Por outro lado, a partir de05/03/97, a atividade de vigilante foi excluída do rol de atividades sujeitas à aposentadoria especial, por força do Decreto n. 2.172/97, não havendo, pois, direito à conversão a partir desta data. 4. Voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO.Data da Decisão 07/05/2014 Data da Publicação 09/05/2014

O período entre 21/10/1988 até 28/4/1995, houve o reconhecimento na via administrativa, conforme documento constante do anexo 13, de modo que não é necessária a chancela judicial.

Assim, considerando o que tudo consta aos autos, dou parcial provimento ao recurso do particular, para reconhecer como especiais os períodos trabalhados entre: 01.08.1983 a 31.01.1985 e 10.02.1985 a 16.09.1987 e 29/4/1995 até 05/03/1997.

Sem condenação em honorários advocatícios, nos termos da Lei nº 9.099/95, aplicável ao JEF por força do art. 1º, da Lei nº 10.259/01, por não haver recorrente vencido. Custas, como de lei.

#### ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Pernambuco, à unanimidade, dar provimento, em parte, ao recurso da parte autora, nos termos da ementa supra.

Recife/PE, data do julgamento.

Assevera a parte autora (evento 030), em síntese, que a periculosidade sobre a atividade de vigilante pode ser reconhecida mesmo após 05/03/1997 (5006408-96.2012.404.7001, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Joane Unfer Calderaro, D.E. 27/07/2012).

Sustenta o INSS (evento 036), em resumo, que é inadmissível a qualificação, como especial, da atividade de vigilante após 28/04/1995, data da publicação da Lei n.º 9.032/1995. Aponta, ainda, como paradigma julgado do STJ (AgRg no REsp n.º 877.972).

2. O Min. Presidente deste colegiado encaminhou o feito a esta Relatoria para melhor análise.



3. Entendo que o labor como vigilante e/ou vigia pode ser reconhecido como especial pelo simples exercício da atividade até o advento da Lei n.º 9.032, de 28/04/1995, por equiparação à função de guarda, prevista no código 2.5.7 do quadro anexo ao Decreto n.º 53.831/64 (5007581-74.2011.404.7104, Sexta Turma, Relator p/ Acórdão Paulo Paim da Silva, D.E. 31/01/2013; APELREEX 5000894-30.2010.404.7100, Sexta Turma, Relator p/ Acórdão Celso Kipper, D.E. 15/03/2013; e APELREEX 0008548-21.2012.404.9999, Sexta Turma, Relator Néfi Cordeiro, D.E. 03/12/2012).

Com efeito, cuida-se de atividade perigosa que expõe o trabalhador à possibilidade de ocorrência de algum evento danoso que coloque em risco a sua própria vida. Assim, cabe ao vigia / vigilante particular / guarda privado evitar referidos riscos, o que caracteriza esta atividade como perigosa em razão da constante exposição ao risco e ao próprio estresse inerente a tal exercício profissional, ainda que sem a utilização de arma de fogo (5007581-74.2011.404.7104, Sexta Turma, Relator p/ Acórdão Paulo Paim da Silva, D.E. 31/01/2013).

É assim que dispõe a Súmula n.º 026 desta TNU, in verbis:

A atividade de vigilante enquadra-se como especial, equiparando-se à de guarda, elencada no item 2.5.7. do Anexo III do Decreto n. 53.831/64.

Todavia, a partir da vigência da Lei n.º 9.032, de 28/04/1995, não se admite mais o simples enquadramento por atividade profissional: deve o segurado comprovar a efetiva exposição aos "agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física" (§ 4º do art. 57 da Lei n.º 8.213/91, com a redação dada pela Lei n.º 9.032/95), o que pode se verificar, no caso dos vigilantes, pelo uso de arma de fogo.

Noutras palavras, entre a Lei n.º 9.032/95 e o Decreto n.º 2.172, de 05/03/1997, mostra-se possível o reconhecimento da especialidade da atividade de vigilante, porquanto prevista no item 2.5.7 do anexo do Decreto n.º 53.831/64 (cujas tabelas vigoraram até o advento do Decreto n.º 2.172/97), desde que comprovada a periculosidade mediante, por exemplo, a demonstração do uso de arma de fogo (PEDILEF 50042281720114047204, Rel. Juiz Federal WILSON JOSÉ WITZEL, DOU 23/10/2015, páginas 121/169).

No período posterior ao Decreto n.º 2.172, de 05/03/1997, a orientação jurisprudencial era no sentido de que o exercício da atividade de vigilante não poderia mais gerar a contagem em condições especiais (PEDILEF 05169584220094058300, JUIZ FEDERAL JAILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DJ 26/10/2012).

Entretanto, tal entendimento restou alterado, em 09/2015, com o julgamento do PEDILEF n.º 5013864-16.2011.4.04.7201, DOU 06/11/2015, páginas 138/358.

No referido julgado, esta Turma Nacional de Uniformização reviu o seu entendimento, alinhando-o à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, fixando a tese de que é possível o reconhecimento de tempo especial prestado com exposição ao agente nocivo periculosidade, na atividade de vigilante, em data posterior a 05/03/1997, desde que laudo técnico comprove a permanente exposição à atividade nociva.

Diante desse contexto, conclui-se que: (1) até 28/04/1995, a ocupação de vigilante / vigia pode ser reconhecida como especial pela simples atividade, por equiparação à função de guarda prevista no código 2.5.7 do quadro anexo ao Decreto n.º 53.831/64; (2) de 29/04/1995 a 05/03/1997, é possível o reconhecimento da especialidade da atividade de vigilante, desde que comprovada a periculosidade, mediante demonstração, por exemplo, do uso de arma de fogo; e (3) por fim, após 05/03/1997, também é possível reconhecer o labor sob condições especiais, em razão da periculosidade constante na atividade de vigilante, se houver comprovação mediante laudo técnico.

Pois bem. Analisemos o caso concreto.

O INSS, em seu pedido de uniformização, afirma que o lapso posterior à 28/04/1995 não pode ser considerado especial, na condição de vigilante, no caso em tela.

Entretanto, sua pretensão não merece ser acolhida, pois vai de encontro à jurisprudência desta TNU, no sentido de que, de 29/04/1995 a 05/03/1997, é possível o reconhecimento da especialidade da atividade de vigilante, desde que comprovada a periculosidade, mediante demonstração, por exemplo, do uso de arma de fogo.

Desse modo, entendo que, pelo fato de o acórdão recorrido esposar tese adotada por este colegiado, o incidente de uniformização da Autarquia Previdenciária não deve ser conhecido, nos termos da Questão de Ordem n.º 013 desta TNU.

Já, O AUTOR requer, em seu pleito de uniformização, que a periculosidade sobre a atividade de vigilante possa ser reconhecida mesmo após 05/03/1997.

Ora, conforme a fundamentação exposta, merece guarida a sua pretensão.

4. Em face do exposto, tenho que o incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado: (a) pela Autarquia Previdenciária não merece ser conhecido; e (b) pela parte autora deve ser conhecido e provido, para que, nos termos da Questão de Ordem n.º 020 desta TNU, os autos retornem à Turma Recursal de Origem para adequação do julgado ao seguinte entendimento (produzindo-se prova acerca da especialidade do labor de vigilante após 1997, se for o caso): de que, em data posterior a 05/03/1997, é possível reconhecer-se o labor sob condições especiais, em razão da periculosidade constante na atividade de vigilante, desde que haja PPP regularmente confeccionado ou laudo técnico que comprove a efetiva nocividade da atividade realizada.

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pelo INSS E CONHECER E PROVER o formulado pela parte autora, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 16 de março de 2016.

DANIEL MACHADO DA ROCHA

Juiz Relator

PROCESSO: 5003565-12.2013.4.04.7200  
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA  
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL  
REQUERIDO(A): MARIA AMÉLIA SCHMIDT DICKIE  
PROC./ADV.: MAURO LESNIK  
OAB: SC-15527  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

## EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ADMINISTRATIVO. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. JUROS DE MORA. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA 1815/1990. OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. INOCORRÊNCIA. REJEIÇÃO.

I) Nestes embargos de declaração a União alega a ocorrência de omissão e de contradição na Decisão monocrática, a qual deu parcial provimento ao incidente de uniformização e determinou o retorno do feito ao Juízo de origem para adequação, consoante o inciso X do art. 8º do Regimento Interno da TNU anterior [atual inciso X do art. 9º do RI-TNU].

II) Sustenta, em suma, que a decisão embargada é omissa, na medida em que não fundamentou o porquê do provimento parcial; e que é ainda contraditória, vez que discrepante ao delinear a situação fática como de ação trabalhista rescisória e não como ação coletiva de reconhecimento do direito ao recebimento das diferenças de correção monetária.

Passo ao voto.

III) Registre-se, na perspectiva uniformizadora a decisão monocrática, tal como ocorreria caso se tratasse de voto-ementa e acórdão, determinou à instância de origem a adequação do julgado ao entendimento exposto no PEDILEF n.º 5003534-89.2013.4.04.7200, precisamente a matéria destacada pela embargante. Portanto, não há contradição.

IV) Oportuno lembrar que, do ponto de vista procedimental a decisão monocrática embargada tem amparo no art. 8º, inciso X, do RI-TNU [atual artigo 9º], o qual se destina a obviar novo processamento de matéria já conhecida e decidida pelo Colegiado Nacional; vale dizer, quando já uniformizado o entendimento sobre matéria reprisada.

V) No tocante à alegativa de omissão, em virtude da menção a provimento parcial; tenha-se em conta que ante a necessidade de novo pronunciamento da Turma Recursal de origem, de modo a adequar o julgado segundo o precedente evidenciado, tal decorre da não supressão da instância na reapreciação mitigada pelo precedente.

VI) Assim sendo, o pleito da embargante desatende à regra do art. 33 do Regimento Interno da TNU, que assim disciplina o manejo do recurso em tela:

Art. 33. Cabem embargos de declaração, no prazo de cinco dias, a contar da publicação da intimação do julgado, em petição dirigida ao relator, na qual será indicado o ponto obscuro, contraditório, omissão ou duvidoso.

§ 1º Os embargos de declaração terão como relator o juiz que redigiu o acórdão embargado.

§ 2º Ausente ou afastado temporariamente o relator do acórdão embargado, o processo será encaminhado ao suplente que o substituir.

§ 3º Se os embargos forem manifestamente incabíveis, o relator os rejeitará de plano.

§ 4º O relator apresentará os embargos em mesa para julgamento na primeira sessão subsequente, proferindo voto.

§ 5º Se houver possibilidade de emprestar efeito modificativo à súmula aprovada ou acórdão em pedido de uniformização de uniformização representativo de controvérsia, os embargos de declaração serão incluídos em pauta. (Grifo do relator)

VII) Nessas condições, voto para rejeitar os embargos de declaração.

## ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais no sentido de rejeitar os embargos de declaração, conforme o voto do Juiz Federal Relator.  
Rio de Janeiro, 16 de março de 2016.

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

Juiz Federal - Relator

PROCESSO: 0064503-66.2013.4.03.6301  
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo  
REQUERENTE: CLEIDE DE SOUZA FIDELLI  
PROC./ADV.: ANTONIO CARLOS NUNES JÚNIOR  
OAB: SP-183642  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL MARCOS ANTÔNIO GARAPA DE CARVALHO

## EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE RMI. INCLUSÃO DO DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO NO PERÍODO BÁSICO DE CÁLCULO. POSSIBILIDADE DESDE QUE O BENEFÍCIO TENHA SIDO CONCEDIDO ANTES DA ENTRADA EM VIGOR DA LEI N.º 8.870/94. PRECEDENTES DO STJ. ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DA TNU. PEDILEF CONHECIDO E PROVIDO. PRETENSÃO INICIAL REJEITADA.

1. Pedido de uniformização de interpretação de lei federal - PEDILEF apresentado contra acórdão de Turma Recursal que negou provimento a recurso inominado, em sede de demanda visando à revisão de renda mensal inicial (RMI) de aposentadoria e rejeitou a inclusão do décimo terceiro salário no período básico de cálculo da renda mensal de benefício.

2. O PEDILFE deve ser conhecido, pois há divergência entre a decisão recorrida e o que decidiu o Superior Tribunal de Justiça - STJ no REsp n.º 1.352.723/SP (Segunda Turma), no REsp n.º 1.272.242/RS (Sexta Turma) e no REsp n.º 1.267.582/SC (Quinta Turma), nos termos do art. 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/2001.

3. Confirmam-se os precedentes mencionados:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. DÉCIMO TERCEIRO. CÁLCULO DO SALÁRIO DE BENEFÍCIO. PERÍODO ANTERIOR À LEI N. 8.870/94. INCLUSÃO.

1. A inclusão do décimo terceiro salário no cálculo do salário de benefício é possível até a vigência da Lei n. 8.870/94. Precedentes.

2. Mantida a decisão por seus próprios fundamentos.

3. Agravo regimental a que se nega provimento".

(STJ, Segunda Turma, AgRg no Resp n.º 1.352.723/SP, rel. Min. Og Fernandes, julgamento de 18/02/2014, DJe de 12/03/2014, unânime e sem grifos no original)

"PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA CONCEDIDA EM 03/09/1993, ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI 8.870/94. REVISÃO. INCLUSÃO DO DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO NOS SALÁRIOS-DE-CONTRIBUIÇÃO. POSSIBILIDADE. ART. 28, § 7º, DA LEI 8.212/91 E ART. 29, § 3º, DA LEI 8.213/91, NA REDAÇÃO ANTERIOR À LEI 8.870/94. PRECEDENTES DO STJ.

1. Na linha da jurisprudência desta Corte a respeito da matéria, a renda mensal inicial dos benefícios previdenciários rege-se pela lei vigente ao tempo em que preenchidos os requisitos para a obtenção do benefício.

II. Consoante a jurisprudência do STJ, "O art. 28, § 7º, da Lei nº 8.212/1991 (Lei de Custeio) dispunha que a gratificação natalina integrava o salário de contribuição para fins de apuração do salário de benefício, de sorte que a utilização da referida verba para fins de cálculo de benefício foi vedada apenas a partir da vigência da Lei nº 8.870/1994, que alterou a redação da citada norma e do § 3º do art. 29 da Lei nº 8.213/1991 (Lei de Benefícios), dispondo expressamente que a parcela relativa ao décimo terceiro salário integra o salário de contribuição, exceto para efeito de cálculo dos proventos. Do acurado exame da legislação pertinente, esta Corte firmou o entendimento segundo o qual, o cômputo dos décimos terceiros salários para fins de cálculo da renda mensal inicial de benefício previdenciário foi autorizado pela legislação previdenciária, até a edição da Lei nº 8.870, de 15 de abril de 1994, que alterou a redação dos arts. 28, § 7º da Lei de nº 8.212/1991 (Lei de Custeio) e 29, § 3º, da Lei nº 8.213/1991 (Lei de Benefícios)" (STJ, AgRg no REsp 1179432/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, DJe de 28/09/2012). III. A aposentadoria do autor foi concedida em 03/09/1993, antes do advento da Lei 8.870/94, pelo que possível a inclusão do décimo terceiro salário no cômputo do salário-de-contribuição, para fins de apuração do salário-de-benefício. Precedentes do STJ.

IV. Agravo Regimental improvido".

(STJ, Sexta Turma, AgRg no REsp n.º 1.272.242/RS, rela. Min. Assusete Magalhães, julgamento em 16/04/2013, DJe de 14/05/2013, unânime e sem grifos no original)

"PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIOS. ART. 103 DA LEI N.º 8.213/91. ALTERAÇÃO LEGISLATIVA. PRAZO DECADENCIAL. APLICAÇÃO ÀS SITUAÇÕES JURÍDICAS CONSTITUÍDAS A PARTIR DA NOVA REDAÇÃO DADA PELA MEDIDA PROVISÓRIA N.º 1.523/97. PRECEDENTES. APOSENTADORIA. CÁLCULO DA RENDA MENSAL INICIAL - RMI. LEGISLAÇÃO VIGENTE À ÉPOCA DA IMPLEMENTAÇÃO DOS REQUISITOS PARA A OBTENÇÃO DO BENEFÍCIO. PRECEDENTES. APOSENTADORIA CONCEDIDA ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI N.º 8.870/94. INTEGRAÇÃO DO DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO (GRATIFICAÇÃO NATALINA) NO CÁLCULO DO SALÁRIO-DE-BENEFÍCIO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A Medida Provisória n.º 1.523, de 27 de junho de 1997, instituiu um prazo decadencial para o ato de revisão dos benefícios e, não prevendo a retroação de seus efeitos, somente deve atingir os benefícios previdenciários concedidos após o advento do aludido diploma legal.

2. Concedido o benefício antes da entrada em vigor da alteração perpetrada pela Lei n.º 8.870/94, é de direito que o décimo terceiro salário (gratificação natalina) componha o cálculo do salário-de-benefício para a fixação da Renda Mensal Inicial - RMI.

3. Agravo regimental desprovido".

(STJ, Quinta Turma, AgRg no Resp n.º 1.267.582/SC, rel. Min. Laurita Vaz, julgamento em 07/03/2013, DJe de 13/03/2013, unânime e sem grifos no original)

4. Em relação a tal tema, o Supremo Tribunal Federal - STF já negou a existência de repercussão geral e de matéria constitucional a ser decidida: "AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PREVIDENCIÁRIO. BASE DE CÁLCULO DO SALÁRIO DE BENEFÍCIO. INCLUSÃO DO DÉCIMO

TERCEIRO SALÁRIO. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO". (ARE-AgR n.º 847215, rela. Min. Cármen Lúcia, unânime) e "AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PREVIDENCIÁRIO. CÔMPUTO DO DÉCIMO TERCEIRO NO SALÁRIO DE BENEFÍCIO. ANÁLISE DE MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA CONSTITUCIONAL INDIRETA. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO". (ARE-AgR n.º 676724, Min. Cármen Lúcia, unânime). 5. Em razão dos precedentes do STJ, a jurisprudência desta TNU (PEDILEF n.º 05556831620044036301) deve ser revista e adequada à daquela Corte Superior.

6. No caso concreto, a aposentadoria da parte autora tem data de início de benefício (DIB) em 25/09/1996 (anexo n.º 003, página n.º 14), razão pela qual não há como incluir o décimo terceiro salário no PBC, motivo pelo qual deve-se aplicar a Questão de Ordem n.º 38 desta TNU e julgar, desde logo, o mérito da pretensão em si.

7. Por isso, voto por conhecer do PEDILEF, dar-lhe provimento, adequar a jurisprudência da TNU a do STJ, estabelecer a tese de que é cabível o cômputo dos décimos terceiros salários para fins de cálculo da renda mensal inicial de benefício previdenciário até a entrada em vigor da Lei nº 8.870/94, em 12/05/94; mas, em relação ao mérito da demanda, rejeitar a pretensão, pois a DIB do benefício que se pretende revisar é posterior a 12/05/1994.

#### ACÓRDÃO

A Turma, por unanimidade, conheceu do incidente de uniformização e lhe deu provimento, nos termos do voto do Juiz Relator.

MARCOS ANTONIO GÁRPA DE CARVALHO

Juiz Federal - Suplente da TNU

Portaria nº CJF-POR-2015/00493

PROCESSO: 0501995-17.2014.4.05.8312

ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): JOSÉ GONÇALO DA SILVA

PROC./ADV.: ANÍDIA NEPOMUCENO DE OLIVEIRA

OAB: PE-26106

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CONTRARIEDADE À SÚMULA 111 DO STJ. QUESTÃO DE DIREITO PROCESSUAL. NÃO CONHECIMENTO. SÚMULAS 7 E 43/TNU.

Cuida-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS sustentando que, em se tratando de matéria previdenciária, a condenação em honorários advocatícios deve estar limitada ao que dispõe a Súmula 111/STJ.

VOTO

Divirjo do relator e não conheço o incidente.

Efetivamente, em se tratando de matéria processual, não há cabimento de Incidente de Uniformização (Súmula 43).

Ademais, a TNU já consolidou seu entendimento no sentido de que honorários advocatícios constituem matéria processual (Súmula 7). Não me sensibiliza o argumento de que a discussão sobre a limitação temporal que implica diretamente na definição do quanto devido pela parte sucumbente a título de honorários advocatícios tratar-se-ia de disciplina material.

A Súmula 7 desta TNU não faz a distinção pretendida.

Pelo exposto, não conheço o incidente.

#### ACÓRDÃO

Vistos os autos acima identificados decide a Turma Nacional de Uniformização, por maioria, não conhecer o pedido de uniformização, nos termos do voto proferido pelo Juiz Federal José Henrique Guaracy Rebêlo, relator para o acórdão.

JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0508591-87.2013.4.05.8300

ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

REQUERENTE: DJACYARA ROSE DE ASSIS VERAS VASCONCELOS

PROC./ADV.: JOÃO ELIZEU LEITE JUNIOR

OAB: PE-29 167

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-ACIDENTE. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. REEXAME DA MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte autora em face de acórdão da Turma Recursal de Pernambuco, que manteve a improcedência do pedido de concessão de auxílio-acidente.

2. Aduz que o acórdão recorrido contraria o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (REsp 1.109.591/SC), no sentido de que 'o nível do dano e, em consequência, o grau do maior esforço, não interferem na concessão do benefício, ainda que mínima a lesão'. Juntou paradigmas.

3. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material, proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça. Assim, de plano, fica destacado que paradigmas de turmas recursais da mesma região e de Tribunais Regionais Federais não atendem ao requisito de admissibilidade para conhecimento do incidente no âmbito da TNU.

4. O incidente não comporta conhecimento, por implicar reexame fático-probatório.

5. A improcedência do pedido restou assim confirmada pelo acórdão:

'Pois bem. Um dos requisitos para a concessão do auxílio-doença é a redução da capacidade laborativa. Tal requisito, todavia, ficou categoricamente afastado pelo laudo pericial em anexo, pois mesmo constatada a incapacidade parcial, a parte autora não teve redução da sua capacidade laboral, inclusive podendo exercer a mesma função que desempenhava antes de sofrer a lesão'.

6. Não vejo divergência com o paradigma apontado. O indeferimento do benefício está fundamentado na análise do conjunto probatório pelo juízo de origem, que concluiu pela ausência de redução da capacidade para o trabalho habitual, não cabendo o reexame desta conclusão em sede de pedido de uniformização. Trago à colação:

'PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUXÍLIO-ACIDENTE. NEXO DE CAUSALIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. O Tribunal a quo, após análise das provas, asseverou que não ficou comprovado o nexo de causalidade, tampouco a redução ou perda da capacidade laborativa do agravante para a atividade habitualmente exercida. Nesse contexto, a reversão do julgado para reconhecer o direito ao auxílio-acidente, requer reexame de provas, devendo ser mantida a Súmula 7/STJ à espécie. 2. Agravo regimental não provido'. AGARESP 201500446295, STJ, Rel. MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJE 07/05/2015.

'PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PEDIDO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO DE AUXÍLIO-ACIDENTE JULGADO IMPROCEDENTE PELAS INSTÂNCIAS DE ORIGEM EM RAZÃO DO NÃO RECONHECIMENTO DO NEXO CAUSAL E DA INCAPACIDADE LABORAL DA PARTE AUTORA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. (...) 3. In casu, o Tribunal a quo, soberano na análise fático-probatória da causa, confirmando a sentença, julgou improcedente o pedido inicial por entender que a moléstia não afeta de modo parcial e definitivo a capacidade laborativa da autora, nem tem nexo causal com a atividade por ela exercida. 4. A alteração dessa conclusão, na forma pretendida, demandaria necessariamente o incursão no acervo fático-probatório dos autos, a fim de verificar se o autor encontra-se incapacitado para o trabalho. Contudo, tal medida encontra óbice na Súmula 7 do STJ, segundo a qual a pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial. 5. Além disso, o ordenamento jurídico pátrio adotou o princípio do livre convencimento motivado do julgador, no qual o juiz pode fazer uso de outros meios para formar sua convicção, sendo certo que o magistrado não se encontra adstrito ao laudo pericial quando da apreciação e valoração das alegações e das provas existentes nos autos, podendo, inclusive, decidir contrário a ele quando houver nos autos outros elementos que assim o convençam, como ocorre na presente demanda. 6. Se o magistrado entendeu não haver necessidade de nova perícia, uma vez que o laudo pericial não continha qualquer irregularidade técnica, não há que se falar em cerceamento de defesa na impugnação do pedido de nova perícia. 7. Agravo Regimental desprovido'. (AGRESP 201301061796, Rel. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, STJ, PRIMEIRA TURMA, DJE 16/12/2014)

'DIREITO PREVIDENCIÁRIO - AUXÍLIO ACIDENTE - INCAPACIDADE PARCIAL E PERMANENTE - LAUDO PERICIAL - LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. 1. O magistrado não está adstrito às conclusões da perícia técnica para a formação do seu convencimento acerca da existência ou não da moléstia incapacitante, podendo, por outros meios de prova, fundamentar o seu entendimento. Princípio do livre convencimento. Precedentes. 2. Hipótese em que o Tribunal de origem consignou a conclusão pela existência de incapacidade parcial e permanente do autor. 3. Agravo regimental não provido'. (AGARESP 201300478259, Rel. ELIANA CALMON, STJ, SEGUNDA TURMA, DJE 24/09/2013)

'PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AUXÍLIO-ACIDENTE. AUSÊNCIA DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO. REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORAL. PRETENSÃO DE REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. INDEFERIMENTO DE NOVA PERÍCIA. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. 1. Ausente a violação do art. 535, II, do CPC, porquanto a Corte de origem foi clara ao manifestar-se sobre a preliminar de nulidade da sentença e asseverar que a conclusão deduzida em juízo, oposta àquela no pleito inicial, não macula a sentença singular. Também ficou consignada a desnecessidade de nova produção pericial, porquanto o conjunto probatório conduz à mesma conclusão obtida pelo expert. 2. Cabe ao magistrado decidir a questão de acordo com o seu livre convencimento, utilizando-se dos fatos, provas, jurisprudência, aspectos pertinentes ao tema e da legislação que entender aplicável ao caso concreto. 3. O Tribunal de origem, soberano na análise das circunstâncias fáticas e probatórias da causa, entendeu pela ausência de redução da capacidade laboral do autor. Assim, modificar o acórdão recorrido, como pretende o recorrente, demandaria o reexame de todo o contexto fático-probatório dos autos, o que é defeso a esta Corte em razão do óbice da Súmula 7/STJ. 4. O Tribunal de origem justificou as razões pelas quais não seria importante a nova produção da prova pericial. Desse modo, aferir se as provas são ou não suficientes para o julgamento da controvérsia também demandaria o reexame de todo o contexto fático-probatório

dos autos, o que é defeso a esta Corte ante o óbice da Súmula 7/STJ. Precedentes. Agravo regimental improvido'. AGARESP 201500290138, STJ, Rel. HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJE 20/04/2015.

7. Incidente não conhecido. Súmula 42/ TNU.

Brasília (DF), 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO

Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0512034-37.2013.4.05.8400

ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

REQUERENTE: GENIVAL LAUREANO RODRIGUES

PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO

OAB: RN-5291

REQUERIDO(A): UNIÃO

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

#### EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ADMINISTRATIVO. SERVI-DOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO. GDAPEC. OMISSÃO. INOPORTUNIDADE. REJEIÇÃO.

I) Nestes embargos de declaração a discussão diz com a percepção da Gratificação de Desempenho de Atividades Administrativas do Plano Especial de Cargos - GDAPEC. A União alega a ocorrência de omissão na Decisão monocrática, a qual deu provimento ao incidente de uniformização e determinou o retorno do feito ao Juízo de origem para adaptação, consoante o inciso X do art. 8º do Regimento Interno da TNU anterior [atual inciso X do art. 9º do RI-TNU].

II) Sustenta, em suma, que a decisão embargada não fez menção à necessidade de compensação das diferenças eventualmente devidas com valores que o recorrente tenha percebido.

Passo ao voto.

III) Registre-se, na perspectiva uniformizadora a decisão monocrática tal como ocorreria caso se tratasse de voto-ementa e acórdão, determinou à instância de origem a adequação do julgado, segundo o entendimento exposto no PEDILEF nº 05069794220124058400. Daí em diante caberá à Turma Recursal de origem quando do novo julgamento, a apreciação sobre eventual compensação - aliás, praxe em julgados dessa natureza - à vista das provas do processo.

IV) Assim sendo, o pleito da embargante desatende à regra do art. 33 do Regimento Interno da TNU, que assim disciplina o manejo do recurso em tela:

Art. 33. Cabem embargos de declaração, no prazo de cinco dias, a contar da publicação da intimação do julgado, em petição dirigida ao relator, na qual será indicado o ponto obscuro, contraditório, omissão ou duvidoso.

§ 1º Os embargos de declaração terão como relator o juiz que redigiu o acórdão embargado.

§ 2º Ausente ou afastado temporariamente o relator do acórdão embargado, o processo será encaminhado ao suplente que o substituir.

§ 3º Se os embargos forem manifestamente incabíveis, o relator os rejeitará de plano.

§ 4º O relator apresentará os embargos em mesa para julgamento na primeira sessão subsequente, proferindo voto.

§ 5º Se houver possibilidade de emprestar efeito modificativo à súmula aprovada ou acórdão em pedido de uniformização de uniformização representativo de controvérsia, os embargos de declaração serão incluídos em pauta. (Grifo do relator)

V) Nessas condições, voto para rejeitar os embargos de declaração.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais no sentido de rejeitar os embargos de declaração, conforme o voto do Juiz Federal Relator.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2016.

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

Juiz Federal - Relator

PROCESSO: 2012.51.52.001055-3

ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

REQUERENTE: NILZA DE MACHADO

PROC./ADV.: LUCIANA FERREIRA DA SILVA BRUM

OAB: RJ-135 717

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER

#### EMENTA

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. FILHO MAIOR INVÁLIDO. INVALIDEZ POSTERIOR AOS 21 ANOS. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. PRESUNÇÃO RELATIVA. RECORRENTE JÁ É TITULAR DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. QUESTÃO DE ORDEM 13/TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO

- Trata-se de incidente de uniformização movido pela parte autora em face de acórdão de Turma Recursal do Rio de Janeiro que manteve a sentença de improcedência, negando pedido de pensão por morte.

- Alega que o Acórdão de origem afronta o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, segundo o qual em casos de pensão por morte para maior inválido basta que a invalidez seja anterior ao óbito, bem como que o fato de a recorrente ser titular de aposentadoria por invalidez não seria óbice à percepção do pensionamento, em razão de serem benefícios com naturezas diversas.

- In casu, consta do Acórdão que "a incapacidade da parte autora ocorreu em 2006 (fls. 19) e anteriormente ao óbito do instituidor em 2011 (fls. 15)". Prosseguindo, o Colegiado de origem se assentou nas seguintes razões de decidir:



"(...) Entretanto, quanto ao pensionamento de maior inválido, filio-me ao entendimento firmado quando do julgamento do processo nº 0038029- 14.2011.4.02.5151/01, cujo voto foi proferido pela 2ª Juíza Federal Relatora, Dra. Daniella Rocha Santos Ferreira de Souza Motta, quando se manifestou no sentido de que, pela interpretação do art. 16, I, da Lei nº 8.213/91 com a nova redação dada pela Lei nº 12.470/2011, a invalidez para percepção de pensão por morte de pai ou mãe deve se manifestar durante a menoridade.

Com efeito, não é o caso dos autos, posto que a parte autora nasceu na data de 30/01/1957 (fls. 10), completou a maioridade em 30/01/1978 e sua invalidez ocorreu a partir de 2006, embora antes do óbito do de cujus, mas após completar 21 anos de idade.

Assim sendo, conforme entendimento acima expendido, a parte autora não faz jus à pensão pela morte de seu pai, ora requerida.

Ainda que assim não fosse, a parte autora exerceu atividades econômicas tendo se tornado inválida posteriormente e usufrui, na atualidade, do benefício aposentadoria por invalidez. Desse modo, o pleito em questão traria a figura da dependência superveniente, o que não tem respaldo em nosso sistema jurídico.

Além do mais, admitir-se que o sistema previdenciário conceda dupla cobertura para o mesmo evento "invalidez" seria invalidar a ratio do dispositivo do artigo 16 da Lei 8.213/91, vez que a lei intenta proteger os dependentes do falecido segurado que não tenham condições de garantir sua subsistência.

Desse modo, e considerando ainda, que mesmo que a pensão em tela tivesse respaldo legal a autora realmente não conseguiu comprovar dependência econômica em razão de já ser beneficiária de aposentadoria por invalidez, CONHEÇO DO RECURSO E NEGO PROVIMENTO, para manter a sentença de improcedência pelos fundamentos acima expostos. (...)".

- Primeiramente, vislumbro divergência jurisprudencial quanto ao primeiro ponto suscitado pela recorrente, no que diz respeito à exigência feita no Acórdão de origem de que a invalidez, para fins de percepção de pensão por morte, deve se manifestar durante a menoridade. Nesse sentido:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. FILHO INVÁLIDO. INVALIDEZ POSTERIOR AOS 21 ANOS. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. PRESUNÇÃO RELATIVA. IMPROVIDO. 1. A Lei 8.213/1991 não faz qualquer distinção entre o filho cuja invalidez é anterior aos 21 anos ou à emancipação e aquele cuja invalidez é posterior, cabendo a ambos a presunção da dependência econômica. 2. Ao juiz é permitida a análise dos elementos de prova e a conclusão de que o dependente inscrito no inciso I do artigo 16 da Lei 8.213/1991 não dependia economicamente do segurado falecido. 3. Pedido de Uniformização Nacional conhecido e improvido. (Processo 2005.71.95.001467-0 - Relatora Juiz Federal JOSÉ ANTONIO SAVARIS - j. 11/10/2010).".

- Por outro lado, entendo que ao sopesar as provas e se posicionar pela inexistência de dependência econômica do recorrente em relação ao instituidor, o Acórdão recorrido não divergiu do entendimento prevalecente nesta TNU, segundo o qual a presunção de dependência econômica do filho maior inválido é relativa, de sorte que deve ser aferida no caso concreto (PEDILEF 50118757220114047201, rel. juiz federal Sérgio Murilo Wanderley Queiroga, TNU, DOU 05/12/2014; PEDILEF 50008716820124047212, rel. juiz federal Bruno Leonardo Câmara Carrá, j. 07/05/2014).

- Na hipótese dos autos, a recorrente é titular de benefício mínimo por invalidez, circunstância que foi levada em consideração pela Turma para fins de afastar a presunção relativa de dependência econômica com o instituidor da pensão.

- Desse modo, aplicável a Questão de Ordem nº 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

- Vale ressaltar que para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação realizada pelo Colegiado se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide, situação vedada pela Súmula 42, in verbis: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato.".

- Por conseguinte, NÃO CONHEÇO do incidente de uniformização.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Juízes da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER ao Incidente de Uniformização, nos termos deste voto ementa. Brasília (DF), 19 de novembro de 2015.

FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO  
KOEHLER

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5005810-93.2013.4.04.7200

ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA

REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

REQUERIDO(A): DINO ZANETTE

PROC./ADV.: NELSON GOMES MATTOS JÚNIOR

OAB: SC 17.387

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI

#### EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO, OMISSÃO OU DÚVIDA. EMBARGOS OPOSTOS CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR. AUSÊNCIA DE PREVISÃO REGIMENTAL. EMBARGOS NÃO CONHECIDOS.

1. Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte autora contra decisão monocrática que negou seguimento aos embargos de declaração que, por sua vez, foram opostos contra decisão que conheceu e deu provimento ao pedido de uniformização.

2. Sustenta a embargante que a decisão foi omissa "no que concerne à análise da não incidência de Imposto de renda com base nos argumentos dispostos na decisão proferida na Arguição de Inconstitucionalidade n. 5020732-11.2013.4.04.0000/TRF4". Defende que, além da hipótese de não incidência de IR sobre juros de mora com base na orientação do STJ, há também a necessidade de se considerar a decisão proferida pelo TRF 4 no incidente citado. Alternativamente, requer, o sobrestamento do feito, até a decisão final do STF no Recurso Extraordinário nº 855.091 (tema 808).

3. Inicialmente, consigno que os presentes embargos de declaração são tempestivos, tendo em vista que a decisão recorrida foi publicada em 06/11/2015 e os embargos interpostos em 11/11/2015.

4. Quanto ao mérito, todavia, não merecem acolhida.

5. Compulsando a decisão embargada, verifico que não encerra obscuridade, contradição, omissão ou dúvida, tendo o Relator esgotou a questão nos seguintes termos:

Quanto à pretensão da embargante de modificar o conteúdo da decisão, visando à aplicação do entendimento que prevaleceu no âmbito do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Arguição de Inconstitucionalidade 50207321120134040000), também deixo de conhecer do recurso no ponto por absoluta falta de previsão regimental, nos termos do artigo 32 da Resolução CJF-RES-2015/000345, de 02 de junho de 2015 (DOU 10/06/2015), o mérito da decisão do relator deve ser questionado por meio do agravo regimental, in verbis: Art. 32 Cabe agravo regimental da decisão do relator, no prazo de cinco dias. Se não houver retratação, o relator apresentará o processo em mesa, proferindo seu voto.

Embargos não conhecidos.

6. Portanto, nada há para ser suprido em face dos presentes declaratórios.

7. Ademais, conforme já mencionado na decisão anterior. os embargos de declaração não são o instrumento adequado para questionar o mérito de decisão do relator, de modo que o presente recurso não merece ser conhecido.

8. Ante o exposto, voto por NÃO CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, NÃO CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 16 de março de 2016

GERSON LUIZ ROCHA

Juiz Relator

PROCESSO: 5006189-44.2012.4.04.7111

ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

REQUERENTE: UNIÃO

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

REQUERIDO(A): VALDEMAR ZANETTI

PROC./ADV.: LUCIANA RAMBO

OAB: RS-52887

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

#### EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO. GDPGPE. PROPORCIONALIDADE. ADEQUAÇÃO. EQUIPARAÇÃO. STJ [PET 10.723/RJ]. SOBRESTAMENTO. CONHECIMENTO E PARCIAL PROVIMENTO.

1. Nestes embargos de declaração a União alega a ocorrência de omissão em decisão monocrática a qual determinou, quanto à extensão da pontuação aos inativos e ao limite temporal em que a Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE manteve o caráter de generalidade.

2. Na decisão embargada foi determinado o retorno do processo à origem para a adequação do julgado de acordo com o PEDILEF nº 05069794220124058400; nos termos o antigo inciso X do art. 8º do Regimento da TNU [atual inciso X do art. 9º do RI-TNU], no mesmo sentido do RE nº 631.389/CE e RE nº 662.406/AL.

3. Sustenta, em resumo, a falta de pronunciamento quanto à paridade da vantagem, bem como acerca da retroatividade dos efeitos financeiros da GDPGPE a 01.01.2009. Destaca ainda, que a matéria aguarda julgamento no Superior Tribunal de Justiça em razão da PET 10.723/RJ, e que o RE nº 631.389/CE ainda aguarda pronunciamento definitivo do Supremo Tribunal Federal em razão de embargos de declaração interpostos pela União.

Passo ao voto

4. Quanto ao RE nº 631.389, em consulta ao andamento processual no STF, constata-se o trânsito em julgado em 14.11.2015, tendo os embargos de declaração sido julgados desprovidos em 07.10.2015, portanto nada mais a prover, no ponto.

5. No que tange à questão da retroatividade dos efeitos financeiros da gratificação em tela, percebe-se que a decisão vergastada não foi omissa.

6. Isso porque adotou posicionamento assentado por esta Turma Nacional quanto à extensão da pontuação aos inativos, bem como ao limite temporal em que a GDPGPE manteve o caráter de generalidade, assim como acerca da questão da proporcionalidade, quando é o caso.

7. Noutro ângulo, repise-se, a matéria aguarda julgamento definitivo da PET 10.723/RJ pelo STJ, em virtude da interposição de agravo regimental.

8. Nessas condições, proceda a Secretaria desta Turma Nacional na forma do art. 9º, inciso VIII do Regimento Interno e da Questão de Ordem nº 23 deste Colegiado, ao encaminhamento do feito à origem para sobrestamento, até ulterior decisão do Superior Tribunal de Justiça.

#### ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais dar parcial provimento, nos termos da fundamentação e do voto do Relator.

Brasília, 16 de março de 2016.

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

Juiz Federal - Relator

PROCESSO: 5006897-84.2013.4.04.7200

ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA

REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

REQUERIDO(A): NILTON DE OLIVEIRA CUNHA

PROC./ADV.: NELSON GOMES MATTOS JÚNIOR

OAB: SC 17.387

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI

#### EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO, OMISSÃO OU DÚVIDA. EMBARGOS OPOSTOS CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR. AUSÊNCIA DE PREVISÃO REGIMENTAL. EMBARGOS NÃO CONHECIDOS.

1. Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte autora contra decisão monocrática que negou seguimento aos embargos de declaração que, por sua vez, foram opostos contra decisão que conheceu e deu provimento ao pedido de uniformização.

2. Sustenta a embargante que a decisão foi omissa "no que concerne à análise da não incidência de Imposto de renda com base nos argumentos dispostos na decisão proferida na Arguição de Inconstitucionalidade n. 5020732-11.2013.4.04.0000/TRF4". Defende que, além da hipótese de não incidência de IR sobre juros de mora com base na orientação do STJ, há também a necessidade de se considerar a decisão proferida pelo TRF 4 no incidente citado. Alternativamente, requer, o sobrestamento do feito, até a decisão final do STF no Recurso Extraordinário nº 855.091 (tema 808).

3. Inicialmente, consigno que os presentes embargos de declaração são tempestivos, tendo em vista que a decisão recorrida foi publicada em 06/11/2015 e os embargos interpostos em 11/11/2015.

4. Quanto ao mérito, todavia, não merecem acolhida.

5. Compulsando a decisão embargada, verifico que não encerra obscuridade, contradição, omissão ou dúvida, tendo o Relator esgotou a questão nos seguintes termos:

Quanto à pretensão da embargante de modificar o conteúdo da decisão, visando à aplicação do entendimento que prevaleceu no âmbito do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Arguição de Inconstitucionalidade 50207321120134040000), também deixo de conhecer do recurso no ponto por absoluta falta de previsão regimental, nos termos do artigo 32 da Resolução CJF-RES-2015/000345, de 02 de junho de 2015 (DOU 10/06/2015), o mérito da decisão do relator deve ser questionado por meio do agravo regimental, in verbis: Art. 32 Cabe agravo regimental da decisão do relator, no prazo de cinco dias. Se não houver retratação, o relator apresentará o processo em mesa, proferindo seu voto.

Embargos não conhecidos.

6. Portanto, nada há para ser suprido em face dos presentes declaratórios.

7. Ademais, conforme já mencionado na decisão anterior. os embargos de declaração não são o instrumento adequado para questionar o mérito de decisão do relator, de modo que o presente recurso não merece ser conhecido.

8. Ante o exposto, voto por NÃO CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, NÃO CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 16 de março de 2016

GERSON LUIZ ROCHA

Juiz Relator

PROCESSO: 5007915-43.2013.4.04.7200

ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA

REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

REQUERIDO(A): JOSÉ GOMES NETO

PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS

OAB: SC-25763

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

#### EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ADMINISTRATIVO. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. JUROS DE MORA. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA 1815/1990. JURISPRUDÊNCIA DA TNU. CONFORMIDADE. STF. MATÉRIA COM REPERCUSSÃO GERAL [RE 855.091/SC]. CONHECIMENTO E PARCIAL PROVIMENTO. SOBRESTAMENTO.

1. Nestes embargos de declaração a parte autora alega a ocorrência de omissão e de contradição em decisão monocrática, a qual deu parcial provimento ao incidente nacional de uniformização e determinou a adequação pela Turma Recursal de origem, consoante o antigo inciso X do art. 8º do Regimento da TNU [atual inciso X do art. 9º do RI-TNU].

2. Em apertada síntese, argui que a decisão contraria a Questão de Ordem nº 24 da TNU, bem como o verbete da Súmula nº 42 da TNU, em razão da qual deveria ser aplicada a Questão de Ordem nº 29 da TNU e o consequente não conhecimento do pedido. Aduz ainda, que a decisão embargada não se pronunciou acerca da extinção do contrato de trabalho em função da alteração do regime jurídico discutido na instância anterior; outrossim, requereu que o relator se pronuncie sobre o exame da juridicidade do precedente do STJ e do egrégio TRF da 4ª Região sobre a matéria. Suscita também o sobrestamento do feito em função do RE nº 855.091/SC de reconhecida repercussão geral e pendente de julgamento.

3. Por último, sustenta que o exame dos entendimentos expressados no REsp nº 1.080.720/RS e no REsp nº 1.057.633/SC fundamentam a não incidência de imposto sobre a renda; ponto do qual emerge a contradição, porquanto exterioriza entendimento diverso e contrário ao adotado pelo STJ, consoante os arestos destacados.

4. Ademais que a decisão monocrática contraria a jurisprudência do STJ, razão pela qual não se harmoniza com o art. 93, inciso IX, da Constituição da República, porquanto deveria portar fundamentação e não ter sido julgada monocraticamente.

Passo ao voto

5. A matéria já foi apreciada e decidida pela TNU em sede de embargos de declaração (PEDILEF nº 5005710-41.2013.4.04.7200, relator Juiz Federal DANIEL MACHADO DA ROCHA, julgado em 21.10.2015, PEDILEF nº 5006244-82.2013.4.04.7200 e PEDILEF 5005992-79.2013.4.04.7200 ambos desta relatoria e julgados em 11.09.2015) dentre outros, quando desacolhidas as pretensões reprimadas.

6. Relativamente ao pleito de sobrestamento, em virtude do reconhecimento de repercussão geral pelo Supremo Tribunal Federal no RE nº 855.091/RS, relator Ministro DIAS TOFFOLI, existe decisão monocrática proferida no PEDILEF nº 5008212-50.2013.4.04.7200, relator Juiz Federal JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO, datado de 25.05.2015, no sentido de acolher o sobrestamento em foco.

7. Assim sendo, embora este Colegiado Nacional no PEDILEF nº 5005710-41.2013.4.04.7200, relator Juiz Federal DANIEL MACHADO ROCHA, tenha conhecido e julgado a matéria em 21.10.2015 tal como na decisão embargada, o Ministro relator do RE nº 855.091/RS determinou o sobrestamento na origem; pelo que adoto o mesmo entendimento lançado na decisão monocrática proferida no PEDILEF nº 5008212-50.2013.4.04.7200 de modo a acolher a pretensão de suspensão do feito até a decisão futura do STF. E, voto ainda, pelo não provimento aos demais pleitos.

8. Portanto, proceda a Secretaria, na forma do art. 9º, inciso VIII, do Regimento Interno e da Questão de Ordem nº 23 deste Colegiado Nacional, ao encaminhamento do feito à origem para sobrestamento, até ulterior Decisão do Supremo Tribunal Federal.

#### ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais conhecer e dar parcial provimento aos embargos de declaração, nos do voto do Juiz Federal Relator. Brasília, 16 de março de 2016.

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

Juiz Federal - Relator

PROCESSO: 5016267-12.2012.4.04.7107

ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

REQUERENTE: UNIÃO

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

REQUERIDO(A): ADIR TERESINHA ARGENTA CHIES

PROC./ADV.: ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS

OAB: DF-5939

PROC./ADV.: GLÊNIO OHLWEILER FERREIRA

OAB: RS-23021

PROC./ADV.: TIAGO GORNICKI SCHNEIDER

OAB: RS-68 833

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GERSON LUIZ ROCHA

#### EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REVISÃO DE APOSENTADORIA. AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL COMO CELETISTA. ACÓRDÃO TCU-PLENÁRIO N. 2008/2006. ORIENTAÇÃO NORMATIVA SRH/MPOG N. 3, DE 18/05/2007. ORIENTAÇÃO NORMATIVA SRH/MPOG N. 7, DE 20/11/2007. CASO EM QUE SE DISCUTE A RENÚNCIA À PRESCRIÇÃO EM RAZÃO DE RECONHECIMENTO INDIVIDUALIZADO DO DIREITO DO AUTOR. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE NÃO ATENDIDO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO

Trata-se de incidente de uniformização, interposto pela União, em face de acórdão proferido pela 5ª Turma Recursal do Rio Grande do Sul.

No caso em apreço, o autor - aposentado vinculado ao Regime Próprio de Previdência da União - obteve a revisão administrativa de seu benefício, em virtude da averbação de períodos de atividade especial laborados como celetista. A administração pública, todavia, embora tenha implementado a nova renda mensal para os pagamentos futuros, deixou de adimplir qualquer parcela pretérita.

Na decisão recorrida, reputou-se que: 1) o acórdão TCU-plenário n. 2008/2006, assim como as Orientações Normativas SRH/MPOG n. 3 (de 18/05/2007) e 7 (de 20/11/2007), não implicaram renúncia à prescrição por parte da administração pública; 2) todavia, levando-se em conta que a própria administração reconheceu o direito à revisão analisando requerimento formulado pelo autor, implementando as diferenças futuras, teria se operado renúncia tácita à prescrição da pretensão revisional, abrindo espaço para o pagamento das parcelas anteriores ao quinquênio do pedido administrativo; 3) de acordo com o art. 4º, do Decreto n. 20910/32, a prescrição só seria reiniciada pela metade havendo ato inequívoco da administração sinalizando a falta de intenção de adimplir as parcelas reconhecidas, o que não teria ocorrido no caso concreto.

A recorrente argumenta que: 1) para o regime estatutário, a prescrição da ação revisional de aposentadoria atinge o fundo de direito, aplicando-se o Decreto-Lei n. 20910/32 (Paradigmas: STJ, AgRg no REsp n. 1.149.500; TNU, 2006.51.51.005660-0); 2) as Orientações Normativas SRH/MPOG n. 3 (de 18/05/2007) e 7 (de 20/11/2007), não implicaram renúncia à prescrição por parte da administração pública (Paradigmas: ED no AgRg no REsp 1.149.500; RESp 1.196.773; EDcl no AgRg no REsp 978991; AgRg no REsp n. 1.388.774).

Com contrarrazões, o incidente foi admitido pela Presidência da Turma Recursal de origem.

É o breve relatório.

Inicialmente, cumpre destacar que o incidente é tempestivo.

Todavia, não restou demonstrada a similitude fático-jurídica entre o acórdão recorrido e os paradigmas.

Note-se que o acórdão recorrido adota expressamente ambas as teses do incidente, quais sejam: 1) a ocorrência, como regra, da prescrição do fundo de direito para revisão de aposentadorias estatutárias; 2) a inoccorrência da interrupção da prescrição por força do acórdão TCU-plenário n. 2008/2006, assim como das Orientações Normativas SRH/MPOG n. 3, de 18/05/2007, e 7, de 20/11/2007.

O que ensejou o afastamento da prejudicial de mérito foi um terceiro argumento: o fato de que a própria administração reconheceu, após requerimento do interessado, o direito à revisão pela averbação dos períodos de atividade especial. Nesse caso, reputou-se que houve renúncia tácita no tocante à pretensão revisional, abrindo caminho para a pretensão de cobrança dos valores não atingidos pela prescrição quinzenal. Para tanto, adotou-se o entendimento estampado no seguinte julgado do STJ (citado no acórdão recorrido): AGRADO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO ESPECIAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. REEXAME DE FATOS E PROVAS. DESNECESSIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Admitido determinado direito do servidor pela Administração Pública resta configurada a renúncia tácita à prescrição do próprio fundo de direito. Porém, a partir desse reconhecimento apura-se a ocorrência da prescrição quinzenal, por se tratar de prestação de trato sucessivo, inócurre na espécie.

2. Não caracteriza reexame de prova a contagem de prazo prescricional necessária ao deslinde da questão.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no REsp 1121694/MG, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 20/05/2014, DJe 26/05/2014)

Em outras palavras, a renúncia à prescrição não foi reconhecida com base no acórdão do TCU ou nas Orientações Normativas do Ministério do Planejamento (atos gerais), mas sim no reconhecimento expresso e individualizado do direito do servidor por parte da administração pública, após requerimento de revisão.

Compulsando atentamente os acórdãos trazidos como paradigmas, percebe-se que nenhum deles trata de caso similar, pois todos versam sobre pretensões revisionais não atendidas administrativamente.

Desta feita, o conhecimento do incidente encontra duplo óbice: 1) está ausente a similitude fático-jurídica entre o acórdão recorrido e os paradigmas; 2) as razões recursais não atendem ao princípio da dialeticidade, pois não foi enfrentada a questão atinente à renúncia à prescrição em razão do reconhecimento da pretensão referente ao fundo de direito.

Ante o exposto, voto por NÃO CONHECER do incidente de uniformização.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, NÃO CONHECER do incidente de uniformização de jurisprudência, nos termos do voto-ementa do Relator. Brasília, 16 de março de 2016.

GERSON LUIZ ROCHA

Juiz Relator

PROCESSO: 5039963-64.2013.4.04.7100

ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

REQUERENTE: UNIÃO

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

REQUERIDO(A): JUIZO DA 2ª VARA DO JEF CÍVEL DE PORTO ALEGRE

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

LITISCONORTE : MARIA NILZA DE CASTRO FRONER

PROC./ADV.: ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS

OAB: DF-5939

PROC./ADV.: GLÊNIO OHLWEILER FERREIRA

OAB: RS-23021

PROC./ADV.: MARCELO LIPERT

OAB: RS-41818

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI

#### EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO, OMISSÃO OU DÚVIDA. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Trata-se de embargos de declaração opostos pela União contra acórdão desta Turma Nacional que negou provimento ao agravo regimental que, por sua vez, fora interposto contra decisão monocrática que havia negado seguimento aos embargos de declaração anteriormente interpostos contra decisão que não havia conhecido do pedido de uniformização.

2. Sustenta a embargante que o acórdão deste Colegiado contém contradição, na medida em que "após converter os embargos de declaração da União em agravo regimental, negou provimento ao recurso (agravo regimental) por entender que os embargos de declaração não são o meio adequado à modificação da decisão monocrática que nega seguimento a incidente de uniformização". Afirma que a conversão dos embargos de declaração em agravo regimental ocorreu principalmente pelo procedimento utilizado, que levou a julgamento colegiado embargos de declaração opostos contra decisão monocrática. Requer o acolhimento do presente recurso, para que seja enfrentado o mérito do recurso recebido anteriormente por agravo regimental, ou para que seja esclarecida a ausência de conversão dos embargos de declaração em agravo regimental, "para que a União possa ingressar com agravo regimental dessa decisão, nos termos do entendimento do Superior Tribunal de Justiça".

3. Inicialmente, consigno que os presentes embargos de declaração são tempestivos, tendo em vista que a decisão recorrida foi publicada em 13/11/2015 e os embargos interpostos em 19/11/2015.

4. Quanto ao mérito, todavia, não merecem acolhida.

5. Compulsando o acórdão embargado, verifico que não encerra obscuridade, contradição, omissão ou dúvida, tendo constatado expressamente a manutenção da decisão agravada tal qual lançado pelo Relator, o qual esgotou a questão relativa ao cabimento dos embargos de declaração apresentados anteriormente nos seguintes termos:

A parte embargante aduz ter incorrido a decisão embargada em omissão, pois aplicou ao caso a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal quando do julgamento do RE 662.406, em repercussão geral, a qual não teria relação com a gratificação dos autos (GDPST), cuja retroatividade dos efeitos financeiros é tratada no §11 do artigo 5º-B da Lei n. 11.355/2006, não declarado inconstitucional.

A decisão embargada aplicou o entendimento desta Turma Nacional (Pedilefs 0514474-74.2011.4.05.8400 e 0513382-27.2012.4.05.8400, Relator Juiz Federal BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ, DOU 24/04/2015), não havendo como, em sede de embargos, re-discutir a matéria.

Em verdade, não há no presente caso omissão, contradição ou obscuridade a sanar. Os embargos objetivam, por via transversa, alterar os fundamentos da decisão deste Colegiado que uniformizou a matéria, o que não é possível por meio da espécie recursal utilizada.

Ressalto que a pretensão de modificar o conteúdo de decisão monocrática por meio de embargos de declaração não possui previsão regimental. Nos termos do artigo 32 da Resolução CJF-RES-2015/000345, de 02 de junho de 2015 (DOU 10/06/2015), o mérito da decisão do relator deve ser questionado por meio do agravo regimental, in verbis:

Art. 32 Cabe agravo regimental da decisão do relator, no prazo de cinco dias. Se não houver retratação, o relator apresentará o processo em mesa, proferindo seu voto.

Embargos não conhecidos.

6. Portanto, nada há para ser suprido em face dos presentes declaratórios.

7. Ademais, não verifico a ocorrência de "conversão" de embargos de declaração em agravo regimental, conforme afirmado pela embargante, porquanto o acórdão ora embargado refere-se ao julgamento de agravo regimental interposto pela União em 04/09/2015, após decisão do Relator, publicada em 28/08/2015, que negou seguimento aos embargos de declaração anteriormente interpostos.

8. Ante o exposto, voto por REJEITAR OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, REJEITAR OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 16 de março de 2016

GERSON LUIZ ROCHA

Juiz Relator



PROCESSO: 5006200-63.2013.4.04.7200  
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA  
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL  
REQUERIDO(A): MARCILY SOUSA BRAZ MOREIRA  
PROC./ADV.: NELSON GOMES MATTOS JÚNIOR  
OAB: SC 17.387  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI  
**EMENTA**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO, OMISSÃO OU DÚVIDA. EMBARGOS OPOSTOS CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR. AUSÊNCIA DE PREVISÃO REGIMENTAL. EMBARGOS NÃO CONHECIDOS.

1. Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte autora contra decisão monocrática que negou seguimento aos embargos de declaração que, por sua vez, foram opostos contra decisão que conheceu e deu provimento ao pedido de uniformização.
2. Sustenta a embargante que a decisão foi omissa "no que concerne à análise da não incidência de imposto de renda com base nos argumentos dispostos na decisão proferida na Arguição de Inconstitucionalidade n. 5020732-11.2013.4.04.0000/TRF4". Defende que, além da hipótese de não incidência de IR sobre juros de mora com base na orientação do STJ, há também a necessidade de se considerar a decisão proferida pelo TRF 4 no incidente citado. Alternativamente, requer, o sobrestamento do feito, até a decisão final do STF no Recurso Extraordinário nº 855.091 (tema 808).
3. Inicialmente, consigno que os presentes embargos de declaração são tempestivos, tendo em vista que a decisão recorrida foi publicada em 06/11/2015 e os embargos interpostos em 11/11/2015.
4. Quanto ao mérito, todavia, não merecem acolhida.
5. Compulsando a decisão embargada, verifico que não encerra obscuridade, contradição, omissão ou dúvida, tendo o Relator esgotou a questão nos seguintes termos:  
Quanto à pretensão da embargante de modificar o conteúdo da decisão, visando à aplicação do entendimento que prevaleceu no âmbito do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Arguição de Inconstitucionalidade 50207321120134040000), também deixo de conhecer do recurso no ponto por absoluta falta de previsão regimental, nos termos do artigo 32 da Resolução CJF-RES-2015/000345, de 02 de junho de 2015 (DOU 10/06/2015), o mérito da decisão do relator deve ser questionado por meio do agravo regimental, in verbis:  
Art. 32 Cabe agravo regimental da decisão do relator, no prazo de cinco dias. Se não houver retratação, o relator apresentará o processo em mesa, proferindo seu voto.  
Embargos não conhecidos.
6. Portanto, nada há para ser suprido em face dos presentes declaratórios.
7. Ademais, conforme já mencionado na decisão anterior. os embargos de declaração não são o instrumento adequado para questionar o mérito de decisão do relator, de modo que o presente recurso não merece ser conhecido.
8. Ante o exposto, voto por NÃO CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, NÃO CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, nos termos do voto-ementa do Relator.  
Brasília, 16 de março de 2016

GERSON LUIZ ROCHA  
Juiz Relator

PROCESSO: 5007600-15.2013.4.04.7200  
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA  
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL  
REQUERIDO(A): INGEBORG KUHN ARROYO  
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS  
OAB: SC-25763  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

#### EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ADMINISTRATIVO. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. JUROS DE MORA. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA 1815/1990. JURISPRUDÊNCIA DA TNU. CONFORMIDADE. STF. MATÉRIA COM REPERCUSSÃO GERAL [RE 855.091/SC]. CONHECIMENTO E PARCIAL PROVIMENTO. SOBRESTAMENTO.

1. Nestes embargos de declaração a parte autora alega a ocorrência de omissão e de contradição em decisão monocrática, a qual deu parcial provimento ao incidente nacional de uniformização e determinou a adequação pela Turma Recursal de origem, consoante o antigo inciso X do art. 8º do Regimento da TNU [atual inciso X do art. 9º do RI-TNU].
2. Em apertada síntese, argui que a decisão contraria a Questão de Ordem nº 24 da TNU, bem como o verbete da Súmula nº 42 da TNU, em razão da qual deveria ser aplicada a Questão de Ordem nº 29 da TNU e o consequente não conhecimento do pedido. Aduz ainda, que a decisão embargada não se pronunciou acerca da extinção do contrato de trabalho em função da alteração do regime jurídico discutido na instância anterior; outrossim, requesta que o relator se pronuncie sobre o exame da juridicidade do precedente do STJ e do egrégio TRF da 4ª Região sobre a matéria. Suscita também o sobrestamento do feito em função do RE nº 855.091/SC de reconhecida repercussão geral e pendente de julgamento.

3. Por último, sustenta que o exame dos entendimentos expressados no REsp nº 1.080.720/RS e no REsp nº 1.057.633/SC fundamentam a não incidência de imposto sobre a renda; ponto do qual emerge a contradição, porquanto exterioriza entendimento diverso e contrário ao adotado pelo STJ, consoante os arestos destacados.

4. Ademais que a decisão monocrática contraria a jurisprudência do STJ, razão pela qual não se harmoniza com o art. 93, inciso IX, da Constituição da República, porquanto deveria portar fundamentação e não ter sido julgada monocraticamente.

Passo ao voto

5. A matéria já foi apreciada e decidida pela TNU em sede de embargos de declaração (PEDILEF nº 5005710-41.2013.4.04.7200, relator Juiz Federal DANIEL MACHADO DA ROCHA, julgado em 21.10.2015, PEDILEF nº 5006244-82.2013.4.04.7200 e PEDILEF 5005992-79.2013.4.04.7200 ambos desta relatoria e julgados em 11.09.2015) dentre outros, quando desacolhidas as pretensões reprimadas.

6. Relativamente ao pleito de sobrestamento, em virtude do reconhecimento de repercussão geral pelo Supremo Tribunal Federal no RE nº 855.091/RS, relator Ministro DIAS TOFFOLI, existe decisão monocrática proferida no PEDILEF nº 5008212-50.2013.4.04.7200, relator Juiz Federal JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO, datado de 25.05.2015, no sentido de acolher o sobrestamento em foco.

7. Assim sendo, embora este Colegiado Nacional no PEDILEF nº 5005710-41.2013.4.04.7200, relator Juiz Federal DANIEL MACHADO ROCHA, tenha conhecido e julgado a matéria em 21.10.2015 tal como na decisão embargada, o Ministro relator do RE nº 855.091/RS determinou o sobrestamento na origem; pelo que adoto o mesmo entendimento lançado na decisão monocrática proferida no PEDILEF nº 5008212-50.2013.4.04.7200 de modo a acolher a pretensão de suspensão do feito até a decisão futura do STF. E, voto ainda, pelo não provimento aos demais pleitos.

8. Portanto, proceda a Secretaria, na forma do art. 9º, inciso VIII, do Regimento Interno e da Questão de Ordem nº 23 deste Colegiado Nacional ao encaminhamento do feito à origem para sobrestamento, até ulterior Decisão do Supremo Tribunal Federal.

#### ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais conhecer e dar parcial provimento aos embargos de declaração, nos do voto do Juiz Federal Relator.  
Brasília, 16 de março de 2016.

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE  
Juiz Federal - Relator

PROCESSO: 5007928-42.2013.4.04.7200  
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA  
REQUERENTE: UNIÃO  
PROC./ADV.: PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL  
REQUERIDO(A): ODILIA CARREIRAO ORTIGA  
PROC./ADV.: NELSON GOMES MATTOS JÚNIOR  
OAB: SC 17.387  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

#### EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ADMINISTRATIVO. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. JUROS DE MORA. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA 1815/1990. JURISPRUDÊNCIA DA TNU. CONFORMIDADE. STF. MATÉRIA COM REPERCUSSÃO GERAL [RE 855.091/SC]. CONHECIMENTO E PARCIAL PROVIMENTO. SOBRESTAMENTO.

1. Nestes embargos de declaração a parte autora alega a ocorrência de omissão e de contradição em decisão monocrática, a qual deu parcial provimento ao incidente nacional de uniformização e determinou a adequação pela Turma Recursal de origem, consoante o antigo inciso X do art. 8º do Regimento da TNU [atual inciso X do art. 9º do RI-TNU].

2. Em apertada síntese, argui que a decisão contraria a Questão de Ordem nº 24 da TNU, bem como o verbete da Súmula nº 42 da TNU, em razão da qual deveria ser aplicada a Questão de Ordem nº 29 da TNU e o consequente não conhecimento do pedido. Aduz ainda, que a decisão embargada não se pronunciou acerca da extinção do contrato de trabalho em função da alteração do regime jurídico discutido na instância anterior; outrossim, requesta que o relator se pronuncie sobre o exame da juridicidade do precedente do STJ e do egrégio TRF da 4ª Região sobre a matéria. Suscita também o sobrestamento do feito em função do RE nº 855.091/SC de reconhecida repercussão geral e pendente de julgamento.

3. Por último, sustenta que o exame dos entendimentos expressados no REsp nº 1.080.720/RS e no REsp nº 1.057.633/SC fundamentam a não incidência de imposto sobre a renda; ponto do qual emerge a contradição, porquanto exterioriza entendimento diverso e contrário ao adotado pelo STJ, consoante os arestos destacados.

4. Ademais que a decisão monocrática contraria a jurisprudência do STJ, razão pela qual não se harmoniza com o art. 93, inciso IX, da Constituição da República, porquanto deveria portar fundamentação e não ter sido julgada monocraticamente.

Passo ao voto

5. A matéria já foi apreciada e decidida pela TNU em sede de embargos de declaração (PEDILEF nº 5005710-41.2013.4.04.7200, relator Juiz Federal DANIEL MACHADO DA ROCHA, julgado em 21.10.2015, PEDILEF nº 5006244-82.2013.4.04.7200 e PEDILEF 5005992-79.2013.4.04.7200 ambos desta relatoria e julgados em 11.09.2015) dentre outros, quando desacolhidas as pretensões reprimadas.

6. Relativamente ao pleito de sobrestamento, em virtude do reconhecimento de repercussão geral pelo Supremo Tribunal Federal no RE nº 855.091/RS, relator Ministro DIAS TOFFOLI, existe decisão monocrática proferida no PEDILEF nº 5008212-50.2013.4.04.7200, relator Juiz Federal JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO, datado de 25.05.2015, no sentido de acolher o sobrestamento em foco.

7. Assim sendo, embora este Colegiado Nacional no PEDILEF nº 5005710-41.2013.4.04.7200, relator Juiz Federal DANIEL MACHADO ROCHA, tenha conhecido e julgado a matéria em 21.10.2015 tal como na decisão embargada, o Ministro relator do RE nº 855.091/RS determinou o sobrestamento na origem; pelo que adoto o mesmo entendimento lançado na decisão monocrática proferida no PEDILEF nº 5008212-50.2013.4.04.7200 de modo a acolher a pretensão de suspensão do feito até a decisão futura do STF. E, voto ainda, pelo não provimento aos demais pleitos.

8. Portanto, proceda a Secretaria, na forma do art. 9º, inciso VIII, do Regimento Interno e da Questão de Ordem nº 23 deste Colegiado Nacional ao encaminhamento do feito à origem para sobrestamento, até ulterior Decisão do Supremo Tribunal Federal.

#### ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais conhecer e dar parcial provimento aos embargos de declaração, nos do voto do Juiz Federal Relator.  
Brasília, 16 de março de 2016.

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE  
Juiz Federal - Relator

PROCESSO: 5007928-42.2013.4.04.7200  
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA  
REQUERENTE: UNIÃO  
PROC./ADV.: PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL  
REQUERIDO(A): ODILIA CARREIRAO ORTIGA  
PROC./ADV.: NELSON GOMES MATTOS JÚNIOR  
OAB: SC 17.387  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

#### EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ADMINISTRATIVO. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. JUROS DE MORA. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA 1815/1990. JURISPRUDÊNCIA DA TNU. CONFORMIDADE. STF. MATÉRIA COM REPERCUSSÃO GERAL [RE 855.091/SC]. CONHECIMENTO E PARCIAL PROVIMENTO. SOBRESTAMENTO.

1. Nestes embargos de declaração a parte autora alega a ocorrência de omissão e de contradição em decisão monocrática, a qual deu parcial provimento ao incidente nacional de uniformização e determinou a adequação pela Turma Recursal de origem, consoante o antigo inciso X do art. 8º do Regimento da TNU [atual inciso X do art. 9º do RI-TNU].

2. Em apertada síntese, argui que a decisão contraria a Questão de Ordem nº 24 da TNU, bem como o verbete da Súmula nº 42 da TNU, em razão da qual deveria ser aplicada a Questão de Ordem nº 29 da TNU e o consequente não conhecimento do pedido. Aduz ainda, que a decisão embargada não se pronunciou acerca da extinção do contrato de trabalho em função da alteração do regime jurídico discutido na instância anterior; outrossim, requesta que o relator se pronuncie sobre o exame da juridicidade do precedente do STJ e do egrégio TRF da 4ª Região sobre a matéria. Suscita também o sobrestamento do feito em função do RE nº 855.091/SC de reconhecida repercussão geral e pendente de julgamento.

3. Por último, sustenta que o exame dos entendimentos expressados no REsp nº 1.080.720/RS e no REsp nº 1.057.633/SC fundamentam a não incidência de imposto sobre a renda; ponto do qual emerge a contradição, porquanto exterioriza entendimento diverso e contrário ao adotado pelo STJ, consoante os arestos destacados.

4. Ademais que a decisão monocrática contraria a jurisprudência do STJ, razão pela qual não se harmoniza com o art. 93, inciso IX, da Constituição da República, porquanto deveria portar fundamentação e não ter sido julgada monocraticamente.

Passo ao voto

5. A matéria já foi apreciada e decidida pela TNU em sede de embargos de declaração (PEDILEF nº 5005710-41.2013.4.04.7200, relator Juiz Federal DANIEL MACHADO DA ROCHA, julgado em 21.10.2015, PEDILEF nº 5006244-82.2013.4.04.7200 e PEDILEF 5005992-79.2013.4.04.7200 ambos desta relatoria e julgados em 11.09.2015) dentre outros, quando desacolhidas as pretensões reprimadas.

6. Relativamente ao pleito de sobrestamento, em virtude do reconhecimento de repercussão geral pelo Supremo Tribunal Federal no RE nº 855.091/RS, relator Ministro DIAS TOFFOLI, existe decisão monocrática proferida no PEDILEF nº 5008212-50.2013.4.04.7200, relator Juiz Federal JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO, datado de 25.05.2015, no sentido de acolher o sobrestamento em foco.

7. Assim sendo, embora este Colegiado Nacional no PEDILEF nº 5005710-41.2013.4.04.7200, relator Juiz Federal DANIEL MACHADO ROCHA, tenha conhecido e julgado a matéria em 21.10.2015 tal como na decisão embargada, o Ministro relator do RE nº 855.091/RS determinou o sobrestamento na origem; pelo que adoto o mesmo entendimento lançado na decisão monocrática proferida no PEDILEF nº 5008212-50.2013.4.04.7200 de modo a acolher a pretensão de suspensão do feito até a decisão futura do STF. E, voto ainda, pelo não provimento aos demais pleitos.

8. Portanto, proceda a Secretaria, na forma do art. 9º, inciso VIII, do Regimento Interno e da Questão de Ordem nº 23 deste Colegiado Nacional, ao encaminhamento do feito à origem para sobrestamento, até ulterior Decisão do Supremo Tribunal Federal.

#### ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais conhecer e dar parcial provimento aos embargos de declaração, nos do voto do Juiz Federal Relator. Brasília, 16 de março de 2016.

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE  
Juiz Federal - Relator

PROCESSO: 5025587-73.2013.4.04.7100

ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): JEF ADJUNTO A VARA FEDERAL DA SUB-SEÇÃO DE SANTA MARIA - RS

PROC./ADV.: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO

#### EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL - MANUTENÇÃO DA SÚMULA 51-TNU- DESPROVIMENTO.

Cuida-se de agravo de instrumento, manejado pelo INSS, pretendendo a reforma de decisão, por mim proferida, que não conheceu pedido de uniformização visando cassação de acórdão que aplicou a súmula 51-TNU.

Na oportunidade, assim me manifestei:

"A Presidência da TNU deu provimento a agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, ao revogar a tutela antecipada concedida, isentou a parte requerida da devolução dos valores pagos anteriormente, sob o fundamento de que se trata de verba alimentar recebida de boa fé. Constatou ser flagrante a divergência suscitada ante o conteúdo da Súmula 51/TNU e precedentes do STJ que, na via de recurso repetitivo da controvérsia, já firmou entendimento no sentido de que é devida a devolução dos valores recebidos por força de tutela antecipada posteriormente revogada como se vê do AgRg no RESp 1416294/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/03/2014, DJe 24/03/2014.

Nego seguimento ao recurso, mantendo a decisão que, na origem, inadmitiu o incidente de uniformização, com base no disposto na Questão de Ordem n. 13, desta TNU. Anoto que, recentemente, propus a revogação da súmula 51 mas o plenário da TNU rejeitou o pedido optando por manter sua jurisprudência anterior de sorte que não faz qualquer sentido admitir um recurso que virá a ser recusado pela Corte"

Insiste o agravante na revisão da tese jurídica abraçada pelas decisões impugnadas alegando manifesta divergência desta orientação com o entendimento consolidado do STJ.

Refere-se aos precedentes contidos no R Esp 1.384.418/SC, decisão de junho de 2.013, relator Ministro Herman Benjamin e R Esp 1.401.560/MT, decisão de fevereiro de 2.014, relator Sérgio Kukina, esta produzida com observância do rito do art. 543-C, do CPC.

Conheço o recurso, tendo-se em vista sua expressa previsão legal (CPC, art. 557, parágrafo primeiro) e sua pertinência.

Todavia, deixo de exercer o juízo de retratação reportando-me aos fundamentos que lancei anteriormente, os quais persistem.

Conquanto, pessoalmente, esteja convencido de que a súmula 51-TNU deva ser revogada, por efetivamente não espelhar a jurisprudência do STJ, os argumentos em prol da revogação não convenceram meus pares que deliberaram por manter o entendimento por ela albergado.

E, por isso mesmo, voto no sentido de negar provimento ao recurso porque os argumentos ora vertidos já foram examinados e refutados pela TNU salientando, mais uma vez, a incidência da Questão de Ordem n. 13.

#### ACÓRDÃO

Resolvem os membros da TNU, à unanimidade, conhecer e negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do relator. Brasília, março de 2.106

JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5040684-16.2013.4.04.7100

ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

REQUERENTE: UNIÃO

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

REQUERIDO(A): MARIA DE LOURDES PEDRO DA SILVA

PROC./ADV.: GLÊNIO OHLWEILER FERREIRA

OAB: RS-23021

PROC./ADV.: MARCELO LIPERT

OAB: RS-41818

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

#### EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL. GRATIFICAÇÃO FUNCIONAL. GDPST. RETROATIVIDADE. PRECEDENTE DA TNU. CONFORMIDADE. CONHECIMENTO E IMPROVIMENTO.

I) Cuida-se de pedido de reconsideração e subsidiariamente, de agravo regimental (art. 34 do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização), em virtude de decisão monocrática deste relator que,

na forma do atual inciso IX do art. 9º do RI-TNU negou seguimento ao incidente de uniformização e confirmou o direito à paridade da Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho - GDPST, entre servidores ativos e inativos, até o momento de homologação do primeiro ciclo avaliativo, tendo em vista precedente deste Colegiado Nacional e do Supremo Tribunal Federal realçados na decisão que ora é reproduzida:

" 1. A UNIÃO busca a reforma de acórdão da 2ª Turma Recursal do Rio Grande do Sul, pelo qual assegurou a servidor (a) inativo (a) a percepção de Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho - GDPST, na mesma pontuação alcançada pelos servidores em atividade, até o processamento dos resultados do primeiro ciclo de avaliação. 2. Sustenta, em resumo, que a limitação temporal da concessão do recebimento das diferenças pertinentes a referida gratificação, deve ser a data em que publicada a Portaria Ministerial nº 3.627 de 19/11/2010. 3. O PEDILEF foi admitido na origem. Decido. 4. Sobre a extensão da pontuação aos inativos e o limite temporal em que a GDPST manteve o caráter de generalidade, é a efetivação e comprovação do primeiro ciclo avaliativo, conforme decidido por este Colegiado Nacional, em sintonia com o que decidiu o Plenário do Supremo Tribunal Federal, por maioria e com repercussão geral em 25.09.2013, no Recurso Extraordinário nº 631.389, relator Ministro Marco Aurélio Mello. 5. E, no âmbito desta TNU tem-se: o PEDILEF 5009695-61.2012.4047100, julgado em 21/06/2012, relatora a Juíza Ana Beatriz Vieira daLuz Palumbo, o PEDILEF 00485018720094013400, relator Juiz Federal VLADIMIR SANTOS VITOVISKY, DJe 30.09.2011 e o PEDILEF 05101183620114058400, relator Juiz Federal ROGÉRIO MOREIRA ALVES, DJe 16.08.2013, pp. 79-115. 6. Os precedentes acima, dentre outros, expressam a jurisprudência dominante deste Colegiado Nacional. 7. Portanto, na forma do art. 8º, inciso IX, do RI-TNU, nego seguimento ao incidente de uniformização, nos termos da fundamentação supra. 8. Intimem-se."

II) Aduz a União, em resumo, que a matéria apresenta particularidade - retroatividade dos efeitos do primeiro ciclo avaliativo - à luz do § 11, art. 5º-B da Lei nº 11.355/2006 a qual, segundo entende, não foi levada em conta nos precedentes da TNU e do Supremo Tribunal Federal, o que serviu de empeco ao processamento da questão de fundo.

III) Não se identifica contrarrazões no feito.

Passo ao voto.

IV) A causa de pedir do PEDILEF manejado pela agravante tem como núcleo controversial a retroatividade dos efeitos financeiros do primeiro ciclo avaliativo. E, em se tratando de matéria pacificada na jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização, em consonância com o Supremo Tribunal Federal proferiu-se decisão monocrática determinando a confirmação do acórdão proferido pelo Juízo de origem, concordando com a extensão da pontuação aos inativos até o limite temporal da efetivação e comprovação do primeiro ciclo avaliativo, em função da manutenção do caráter de generalidade da GDPST.

V) Repisando o entendimento jurisprudencial deste Colegiado Nacional e do STF expressado na decisão monocrática atacada, ressalto recente julgado da TNU sobre a matéria: PEDILEF nº 0521875-90.2012.4.05.8400, relator Juiz Federal JOÃO BATISTA LAZZARI, julgado em 18.06.2015, DJe 17.07.2015.

VI) Portanto, o agravo regimental apresenta escopo destoante da jurisprudência convergente da TNU e assim, não se mostra apto a infirmar o entendimento norteador da decisão objurgada.

VIII) Nessas condições, voto para conhecer, mas negar provimento ao agravo regimental

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais conhecer e negar provimento ao agravo regimental, na forma do voto do Juiz Federal relator. Brasília, 16 de março de 2016.

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE  
Juiz Federal - Relator

PROCESSO: 5006501-32.2012.4.04.7204

ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA

REQUERENTE: CLOVIS JOSÉ PERUCHI

PROC./ADV.: ANDERSON SCOTTI

OAB: SC 14.873

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

#### EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE CONTRADIÇÃO. INCIDÊNCIA DO ART. 33. § 3º, DO RI-TNU. REJEIÇÃO. I - Cuida-se de embargos de declaração com o escopo modificativo, sob o fundamento de omissão no acórdão, o qual não conheceu do PEDILEF em razão (i) do julgado paradigmático não demonstrar qualquer divergência em relação ao julgado da 2ª Turma Recursal de Santa Catarina, (ii) bem como por exigir o reexame de matéria fática.

II - O acórdão que não conheceu do PEDILEF tem o seguinte teor: "PEDILEF. PREVIDENCIÁRIO. QUALIDADE DE SEGURADO. AUSÊNCIA DE PARADIGMA VÁLIDO. § 2º DO ART. 14 DA LEI Nº 10.259/2001. MATÉRIA PREPONDERANTEMENTE FÁTICA. SÚMULA 42 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.

1. Pretende-se a modificação de acórdão da 2ª Turma Recursal de Santa Catarina, pelo qual manteve sentença de improcedência de pedido de benefício previdenciário, por entender não demonstrada a qualidade de segurado, considerando a data de início da incapacidade afirmada na perícia judicial ser anterior ao reingresso no Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

2. O incidente de uniformização foi admitido na origem.

3. Do acórdão recorrido, com Embargos de Declaração rejeitados, tem o teor a seguir:

O recurso interposto pela parte-autora não merece provimento, devendo ser confirmada, pelos seus próprios fundamentos (artigo 46 da Lei 9.099/95 c/c o art. 1º da Lei 10.259/01), a sentença proferida em primeira instância, salientando, da referida sentença, os seguintes trechos: Quanto à questão de fundo, verifico que, apesar de a perícia médico-judicial ter diagnosticado que o autor se encontra incapaz para o labor, o fato é que não faz ele jus ao benefício, por ser a incapacidade preexistente ao seu reingresso ao RGPS. Explico. O documento acostado no evento 2 (CNIS1) demonstra que o autor, a partir de maio de 1986, passou a recolher as contribuições previdenciárias como empregado, o que fez até março de 1999, por quase 13 (treze) anos. Voltou a contribuir, de maio de 2000 a novembro de 2004, como contribuinte individual, quando efetuou o recolhimento referente a 19 competências intercaladas. Em 2005, também teve 3 (três) contribuições como empregado, de junho a agosto. Apenas em 2010, em sua última filiação como contribuinte individual (de novembro/2010 a abril/2011), conta o requerente com mais 06 (seis) contribuições. Ocorre que, conforme relatado pelo perito nomeado, o autor apresenta diabetes mellitus e hipotireoidismo há mais ou menos um ano, além de obesidade mórbida desde a infância, o que lhe causa incapacidade laborativa. E, em resposta aos quesitos 1 e 2 do juízo (evento 64), acerca do início da incapacidade, disse que esta já existia antes de novembro/2010, bem como que não é possível precisar a data, mas provavelmente surgiu entre agosto/2005 e novembro/2010. Depreende-se, portanto, que o autor não verteu contribuições à previdência social por mais de cinco anos, tendo a incapacidade iniciado exatamente neste período. Nesse passo, analisando o conjunto probatório como um todo, resta patente que a incapacidade do demandante é anterior ao seu reingresso ao Regime Geral de Previdência Social, tendo efetuado as seis contribuições de 10/2010 a 04/2011 (em valor considerável) apenas com o intuito de fazer valer um direito que não mais possuía. Assim, nos termos do art. 59, parágrafo único, da LPBS, em tendo sido constatada a preexistência da incapacidade, a improcedência da demanda se impõe. Acrescento que o perito afirmou não ser possível precisar a DII. Disse, no entanto, que a incapacidade já estava presente antes de 11/2010 (data do retorno ao RGPS), e que provavelmente ocorreu entre 08/2005 e 10/2010. Dito isto, e considerando que o autor não conseguiu comprovar que o quadro incapacitante já estava presente desde o encerramento do seu último vínculo laboral, em 08/2005, nem tampouco que teve início durante o período de graça. Destarte, tenho que o recurso não merece provimento. Ainda, deve a parte-autora, ora recorrente, ser condenada ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, ressalvado que, para evitar o estabelecimento de honorários em patamar irrisório, o valor não poderá ser inferior a 1 (um) salário mínimo, suspensa a execução caso tenha sido deferido no curso do processo de conhecimento o benefício da gratuidade da justiça, ou requerido por ocasião da interposição do recurso, hipótese em que fica deferido. Tenho por prequestionados os dispositivos legais e constitucionais aventados. Ante o exposto, voto por NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO E CONFIRMAR A SENTENÇA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.

4. Contrarrazões não oferecidas.

5. Para estabelecer a divergência jurisprudencial o recorrente trouxe como paradigma julgado da 3ª Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, no processo nº 00002380820114036307.

6. O cotejo analítico dos julgados contrastados não denota a divergência enunciada pelo recorrente; primeiro: a não ser que se revolva o conteúdo fático-probatório, e segundo, porque o acórdão objurgado não contrasta com o teor do paradigma. Registre-se, a instância anterior apenas não identificou, à vista do conjunto fático-probatório, o preenchimento dos requisitos legais demonstrativos da ausência de incapacidade antes do reingresso no RGPS. Assim sendo, no que tange à causa de pedir estrita, os julgados convergem; na medida em que as balizas postas no art. 24, parágrafo único, da Lei nº 8.213/1991 [considerada a premissa da perda da qualidade de segurado], presente tanto no acórdão recorrido, como no paradigma conduzem ao mesmo resultado interpretativo.

7. Tal o contexto, não preenche os requisitos para a admissibilidade exigidos pelo art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001.

8. Portanto, além da ausência da dessemelhança fática e jurídica entre os julgados contrapostos, o incidente esbarra no entendimento consolidado nesta TNU, expressado na Súmula nº 42: Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato.

9. Nessas condições, voto para não conhecer do PEDILEF."

IV - Pois bem. Emerge do quadro fático-jurídico acima transcrito que, o acórdão recorrido lastreou seu livre convencimento motivando-o em ao menos dois aspectos: incidência da Súmula nº 42 da TNU e ausência de divergência entre acórdão atacado e o paradigma. Enquanto que os embargos de declaração acham-se assentados num único aspecto da discussão, vale dizer: no entendimento segundo o qual o período de 08.2005 a 08.2008 corresponde a período de graça, razão pelo qual só esteve descoberto do RGPS entre 09.2008 e 10.2010.

V - Nesse passo, para além de não se ter demonstrado a presença de tese jurídica adequada ao cotejo analítico, efetivamente a pretensão do embargante ainda implica ingressar em matéria de prova, em contrariedade ao teor da Súmula nº 42 da TNU: Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato.



VI - Nessas condições, inexistente contradição no julgado, e os embargos de declaração colidem com a regra do art. 33, § 3º, do RI da TNU, pelo que voto para rejeitá-los.

#### ACÓRDÃO

Os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, em conformidade com o voto do Juiz Federal Relator rejeitaram os embargos de declaração.  
Brasília, 16 de março de 2016.

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

Juiz Federal - Relator

PROCESSO: 5007628-80.2013.4.04.7200  
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA  
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL  
REQUERIDO(A): LUIZ FERNANDO BIER MELGAREJO  
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS  
OAB: SC-25763  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI

#### EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO, OMISSÃO OU DÚVIDA. EMBARGOS OPOSTOS CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR. AUSÊNCIA DE PREVISÃO REGIMENTAL. EMBARGOS NÃO CONHECIDOS.

1. Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte autora contra decisão monocrática que negou seguimento aos embargos de declaração que, por sua vez, foram opostos contra decisão que conheceu e deu provimento ao pedido de uniformização.
2. Sustenta a embargante que a decisão foi omissa "no que concerne à análise da não incidência de Imposto de renda com base nos argumentos dispostos na decisão proferida na Arguição de Inconstitucionalidade n. 5020732-11.2013.4.04.0000/TRF4". Defende que, além da hipótese de não incidência de IR sobre juros de mora com base na orientação do STJ, há também a necessidade de se considerar a decisão proferida pelo TRF 4 no incidente citado. Alternativamente, requer, o sobrestamento do feito, até a decisão final do STF no Recurso Extraordinário nº 855.091 (tema 808).
3. Inicialmente, consigno que os presentes embargos de declaração são tempestivos, tendo em vista que a decisão recorrida foi publicada em 06/11/2015 e os embargos interpostos em 11/11/2015.
4. Quanto ao mérito, todavia, não merecem acolhida.
5. Compulsando a decisão embargada, verifico que não encerra obscuridade, contradição, omissão ou dúvida, tendo o Relator esgotado a questão nos seguintes termos:  
Quanto à pretensão da embargante de modificar o conteúdo da decisão, visando à aplicação do entendimento que prevaleceu no âmbito do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Arguição de Inconstitucionalidade 50207321120134040000), também deixo de conhecer do recurso no ponto por absoluta falta de previsão regimental, nos termos do artigo 32 da Resolução CJF-RES-2015/000345, de 02 de junho de 2015 (DOU 10/06/2015), o mérito da decisão do relator deve ser questionado por meio do agravo regimental, in verbis:  
Art. 32 Cabe agravo regimental da decisão do relator, no prazo de cinco dias. Se não houver retratação, o relator apresentará o processo em mesa, proferindo seu voto.  
Embargos não conhecidos.
6. Portanto, nada há para ser suprido em face dos presentes declaratórios.
7. Ademais, conforme já mencionado na decisão anterior. os embargos de declaração não são o instrumento adequado para questionar o mérito de decisão do relator, de modo que o presente recurso não merece ser conhecido.
8. Ante o exposto, voto por NÃO CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, NÃO CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, nos termos do voto-ementa do Relator.  
Brasília, 16 de março de 2016

GERSON LUIZ ROCHA

Juiz Relator

PROCESSO: 5013696-68.2012.4.04.7107  
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL  
REQUERENTE: INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO(A): HILDA MARIA SGARABOTTO  
PROC./ADV.: JERUSA ZANANDREA FORMOLO SLOMP  
OAB: RS-49658  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GERSON LUIZ ROCHA

#### EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO, OMISSÃO OU DÚVIDA. PREQUESTIONAMENTO. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Tratam-se de embargos de declaração opostos pelo INSS contra acórdão desta Turma Nacional que não conheceu do incidente de uniformização anteriormente interposto pela autarquia previdenciária.

2. Sustenta a embargante que o acórdão deste Colegiado contém erro material e contradição, na medida em que não teria se pronunciado a respeito das alegações levantadas no incidente de uniformização, referentes à inexistência de prova material contemporânea ao período de carência, assim como à ausência de comprovação do labor rural no momento imediatamente anterior ao requerimento administrativo, "nos termos do mais recente recurso especial, representativo da controvérsia, nº 1.354.908/SP - Tema 642". Afirma que também não ocorreu "a atenuação constante no julgamento do REsp repetitivo 1.354.908/SP, qual seja, a de que, a despeito de não se demonstrar a comprovação do labor no período imediatamente anterior ao requerimento administrativo, a parte deveria comprovar o labor rural no período de carência". Defende, também, que diante do não preenchimento dos requisitos legais, torna-se indevida a concessão da aposentadoria por idade rural. Requer, por fim, o prequestionamento de todos os dispositivos legais e constitucionais citados nos presentes embargos.

3. Inicialmente, consigno que os presentes embargos de declaração são tempestivos, tendo em vista que a decisão recorrida foi publicada em 18/12/2015 e os embargos interpostos em 11/01/2016.

4. Quanto ao mérito, todavia, não merecem acolhida.

5. Compulsando o acórdão embargado, verifico que não encerra obscuridade, contradição, omissão ou dúvida, tendo constatado expressamente da decisão que o incidente de uniformização interposto pelo INSS deixou de ser conhecido em razão de tratar-se de reexame de matéria de fato e também considerando que o acórdão impugnado encontrava-se em conformidade com o entendimento uniformizado no âmbito deste Colegiado. Conforme constou da decisão embargada: (...)

Prosseguindo na análise da admissibilidade do recurso, verifico que o presente incidente apresenta dois pontos de divergência: a) possibilidade de concessão de aposentadoria por idade rural quando comprovado afastamento das atividades agrícolas por período superior a 36 meses; e b) descaracterização do regime de economia familiar. Com relação ao segundo ponto, entendo que o incidente não deve ser conhecido, tendo em vista que sua análise ensejaria, invariavelmente, o revolvimento do conjunto fático-probatório, o que foge à competência deste Colegiado, nos termos da Súmula nº. 42: "não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

No que tange ao primeiro ponto de divergência, faço remissão ao que restou consignado no acórdão impugnado:

Em relação à aposentadoria por idade rural, o art. 143 da Lei n. 8.213/91 exige o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento administrativo do benefício ou à implementação da idade.

Neste aspecto, importa destacar o entendimento recentemente firmado pela Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, em sessão realizada no dia 26/02/2013:

APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. EXERCÍCIO DE ATIVIDADE RURAL DE FORMA DESCONTÍNUA. ART. 143 DA LEI Nº 8.213/91. PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO. CARÊNCIA. É possível a concessão de aposentadoria por idade rural, uma vez cumprido o tempo de exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua. O número de meses que o trabalhador rural fica afastado de suas atividades não é o fator determinante. O que fundamenta o direito à aposentadoria rural é a proteção dos trabalhadores que dedicaram todo um histórico de vida no campo. Exige-se apenas que o segurado totalize o número de meses igual ao período de carência exigido para a concessão do benefício e se encontre no exercício da atividade rural, quando do requerimento administrativo. A perda da qualidade de segurado rural, regida pelo artigo 15 da Lei 8.213/91, não tem o condão de prejudicar o cumprimento do tempo rural pela via da descontinuidade. As balizas temporais que levam à perda da qualidade de segurado não podem ser confundidas com o período de tempo que implica a ruptura do trabalhador em relação ao meio rural a ponto de afastar seu histórico de trabalho rural e o acesso às prestações destinadas aos trabalhadores rurais. Em suma, uma coisa é a perda da qualidade de segurado; outra, a possibilidade do trabalhador se valer da cláusula da descontinuidade estabelecida no art. 143 da LBPS, que não tem limite temporal específico. (IUJEF 5002637-56. 2012. 404. 7116, Relator para acórdão: Juiz Federal José Antônio Savaris), sem grifo no original.

No tocante à concessão do benefício, a autora, nascida em 06/04/1954, implementou o requisito etário em 2009, sendo o requerimento administrativo formulado no mesmo ano, oportunidade em que eram exigidos 168 meses de carência.

Veja-se que o INSS reconheceu na esfera administrativa o labor rural da segurada nos períodos de 01/01/1980 a 04/08/1981, 01/04/1994 a 28/02/2002, 01/01/2006 a 31/03/2006 e de 01/01/2007 a 21/02/2011.

Assim, considerando o tempo rural reconhecido no presente acórdão, somado àquele reconhecido na via administrativa, verifica-se que a parte autora ultrapassou significativamente o prazo carencial exigido, e, portanto, faz jus à concessão da aposentadoria por idade rural, desde a DER, em 15/07/2009, quando já implementava os requisitos necessários.

Por sua vez, o precedente apresentado pela requerente traz o seguinte entendimento:

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PREVIDENCIÁRIO. CONCESSÃO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. INTERCALAÇÃO COM ATIVIDADE URBANA. ART. 143 DA LEI Nº 8.213/91. 1. Para fins de concessão de aposentadoria por idade rural, a descontinuidade admitida pelo art. 143 da Lei nº 8.213/91 é aquela que não importa em perda da condição de segurado rural, ou seja, é aquela em que o exercício de atividade urbana de forma intercalada não supera o período de 3 (três) anos. 2. Caso em que o período de atividade urbana foi exercido por mais de 8 (oito) anos (de 1989 a 1997), não tendo sido comprovado que, no período imediatamente anterior ao requerimento (1999), a autora tenha desem-

penhado atividade rurícola pelo período de carência previsto no art. 142 da Lei nº 8.213/91 para o ano em que completou a idade (1999): 108 meses ou 9 anos, ou seja, desde 1990. 3. Aposentadoria por idade rural indevida. 4. Pedido de uniformização improvido. (PEDILEF 2007.83.04.50.0951-5, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 13/10/2009).

Verifica-se, portanto, que o acórdão atacado considerou que a perda da qualidade de segurado rural, em razão de afastamento por período de tempo superior ao previsto no art. 15 da Lei nº 8.213/91, não tem o condão de prejudicar o cumprimento do tempo necessário para o cumprimento da carência, enquanto que o precedente invocado considera que a descontinuidade admitida pelo art. 143 da Lei nº 8.213/91 é aquela que não importa em perda da condição de segurado rural, ou seja, aquela na qual o afastamento do segurado das atividades rurais não supera o período de 3 (três) anos.

Assim, em princípio, estaria demonstrada a divergência.

No entanto, este Colegiado recentemente se posicionou sobre a controvérsia, adotando entendimento semelhante ao adotado pela Turma Recursal do Rio Grande do Sul. Confira-se:

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA FORMULADO PELA PARTE RÉ. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO E AFASTAMENTO DO MEIO RURAL POR CURTO PERÍODO DE TEMPO. RETORNO AO MEIO RURAL ANTES DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. DESCONTINUIDADE. PARA FINS DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. AS BALIZAS TEMPORAIS QUE LEVAM À PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO (LEI 8.213/91, ART. 15) NÃO PODEM SER CONFUNDIDAS COM O PERÍODO DE TEMPO QUE IMPLICA A RUPTURA DO TRABALHADOR EM RELAÇÃO AO MEIO RURAL A PONTO DE AFASTAR SEU HISTÓRICO DE TRABALHO RURAL E O ACESSO ÀS PRESTAÇÕES DESTINADAS AOS TRABALHADORES RURAIS. QUESTÃO DE ORDEM 13. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. [...]

2. Em seu pedido de uniformização, alega a parte ré que "o segurado que deixa de exercer atividades rurais durante lapso superior a três anos - hipótese dos autos - deve, quando voltar a exercer tais atividades, laborar novamente pelo lapso equivalente à carência exigida para o benefício que pretende obter junto à previdência social". Aduz que o acórdão recorrido contraria precedentes desta Turma Nacional de Uniformização (PEDILEF 200783045009515, PEDILEF 2006.71.95.018143-8 e Súmula 54).

3. O incidente de uniformização foi admitido na origem.

4. No caso, entendo que o incidente de uniformização não merece ser conhecido.

5. De fato, a TNU chegou a encampar a orientação no sentido de que "a descontinuidade admitida pelo art. 143 da Lei nº 8.213/91 é aquela que não importa em perda da condição de segurado rural, ou seja, é aquela em que o exercício de atividade urbana de forma intercalada não supera o período de 3 (três) anos" (PEDILEF 200783045009515, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, j. 03/08/2009, DJ 13/10/2009). Contudo, amadurecendo o debate, a TNU evoluiu seu posicionamento quanto ao tema, passando a compreender que "se a ruptura da condição de segurado especial deu-se por prazo curto, com o retorno posterior ao meio rural, antes do implemento do requisito idade e do requerimento administrativo, não entendo que deva o requerente do benefício cumprir nova carência ou mesmo um terço da carência no meio rural para ter direito ao benefício. Aplica-se à espécie o regramento específico do art. 143 da Lei 8213/91, o qual reconhece o período de exercício de atividade rural, ainda que descontínuo, desde que comprovado o exercício no período imediatamente anterior ao requerimento administrativo. No presente caso, a parte autora permaneceu afastada por quatro anos do meio rural, tendo comprovado que após esses 4 anos retornou ao meio rural, fazendo, portanto, em tese, jus ao benefício" (PEDILEF 2007.83.05.50.0279-7, Rel. p/ Acórdão Juiz Federal Otávio Port, j. 02/08/2011, DJ 24/04/2012). Atualmente, mesmo no âmbito administrativo, quando se analisa a descontinuidade do trabalho rural, a perda da qualidade de segurado não constitui óbice à outorga da aposentadoria por idade. Exige-se apenas que o segurado totalize o número de meses igual ao período de carência exigido para a concessão do benefício e se encontre no exercício da atividade rural, quando do requerimento administrativo. A propósito, veja-se o que dispõe a IN 45/2010: "Art. 145. No caso de comprovação de desempenho de atividade urbana entre períodos de atividade rural, com ou sem perda da qualidade de segurado, poderá ser concedido benefício previsto no inciso I do art. 39 e art. 143, ambos da Lei nº 8.213, de 1991, desde que cumpra o número de meses de trabalho idêntico à carência relativa ao benefício, exclusivamente em atividade rural, observadas as demais condições (IN 45/2010). No mesmo sentido da decisão atacada, destaco ainda os seguintes precedentes, os quais reforçam que: "a descontinuidade da atividade rural admitida pela legislação é aquela que não representa uma ruptura definitiva do trabalhador em relação ao campo, situação que deve ser aferida em cada caso concreto, conforme as particularidades regionais" (PEDILEF 00072669020114013200, DOU 20/06/2014; PEDILEF 2007.82.01.501836-6, DOU 15/06/2012; PEDILEF 0004050-20.2004.4.02.5050, DOU 27/04/2012; e PEDILEF 2008.70.57.001130-0, DOU 31/05/2013).

[...]  
(PEDILEF 05097185120134058400, JUIZ FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA, TNU, DOU 03/07/2015 PÁGINAS 116/223.)

Visto isso, e tendo em conta que o acórdão recorrido está em consonância com o entendimento atualmente predominante no âmbito deste Colegiado, é o caso de aplicação da Questão de Ordem nº 13 deste órgão uniformizador, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Desse modo, o incidente apresentado não merece ser conhecido.

6. Portanto, nada há para ser suprido em face dos presentes declaratórios, uma vez que as questões suscitadas foram enfrentadas no acórdão embargado.

7. Por fim, tendo em vista que da decisão proferida no âmbito dos Juizados Especiais Federais são admissíveis apenas incidentes de uniformização - regional, nacional e perante o Superior Tribunal de Justiça - e o recurso extraordinário, este no caso de afronta direta à Constituição Federal, mostra-se impertinente o prequestionamento de dispositivos infraconstitucionais, uma vez que desnecessário à interposição de qualquer dos recursos mencionados.

8. Ante o exposto, voto por REJEITAR OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, REJEITAR OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 16 de março de 2016

GERSON LUIZ ROCHA

Juiz Relator

PROCESSO: 5026167-74.2011.4.04.7100

ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

REQUERENTE: UNIÃO

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

REQUERIDO(A): ANA CRISTINA DE OLIVEIRA MARIANTE

PROC./ADV.: ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS

OAB: DF-5939

PROC./ADV.: GLÊNIO OHLWEILER FERREIRA

OAB: RS-23021

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

#### EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL. GRATIFICAÇÃO FUNCIONAL. GDPST. PROPORCIONALIDADE. PRECEDENTE DA TNU. CONFORMIDADE. CONHECIMENTO E IMPROVIMENTO.

I) Cuida-se de pedido de reconsideração e subsidiariamente, de agravo regimental (art. 34 do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização), em virtude de decisão monocrática deste relator que, na forma do antigo inciso VIII do art. 8º do RI-TNU (atual inciso VIII do art. 9º do RI-TNU) determinou o retorno do processo ao Juízo Federal de origem para "adaptação" do julgado, tendo em vista precedente deste Colegiado Nacional realçado na decisão que ora é reproduzida:

"O INSS busca a reforma de acórdão da 3ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, cuja discussão é a paridade de remuneração entre servidor público federal inativo e ativo, envolvendo a percepção da Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho - GDPST, tendo como núcleo da controvérsia a proporcionalidade dos proventos no cálculo da vantagem funcional. 2. A matéria foi recentemente apreciada e decidida por este Colegiado Nacional, na sessão de 11.02.2015, v.g., no PEDILEF 5056174-15.2012.4.04.7100, relator Juiz Federal BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ. 3. O precedente expressa a jurisprudência dominante deste Colegiado Nacional. Sendo assim, tem lugar a regra do inciso VIII do art. 8º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização - TNU. 4. Portanto, encaminhe-se o feito à Turma Recursal de origem para a adaptação do julgado."

II) Aduz o agravante, em resumo, que a matéria apresenta particularidade à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal colacionada, cujas premissas e compreensão não foram, segundo entende, levadas em conta no precedente da TNU que serviu de empeco ao processamento da questão de fundo.

III) Não foram identificadas contrarrazões.

Passo ao voto.

IV) A causa de pedir do PEDILEF manejado pela agravante tem como núcleo controversial a proporcionalidade dos proventos no cálculo da vantagem funcional. E, em se tratando de matéria de jaez infraconstitucional, analisou e decidiu a matéria dentro de sua esfera uniformizadora, sem desatender qualquer comando jurisprudencial vinculante emanado do STF.

V) Por sua vez, este relator externou compreensão, respeitosamente, em sentido contrário ao entendimento sufragado pelo Colegiado Nacional; contudo, uma vez vencido, só resta cumprir, com a ressalva de seu ponto de vista o entendimento vencedor.

VI) Portanto, mantenho a decisão tal como proferida e voto para conhecer, mas negar provimento ao agravo regimental.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais no sentido de conhecer e negar provimento ao agravo regimental, conforme o voto do Juiz Federal relator.

Brasília, 16 de março de 2016.

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

Juiz Federal - Relator

PROCESSO: 5064098-77.2012.4.04.7100

ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

REQUERENTE: UNIÃO

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

REQUERIDO(A): ANA MARIA DA FONTOURA VIEIRA

PROC./ADV.: ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS

OAB: DF-5939

PROC./ADV.: GLÊNIO OHLWEILER FERREIRA

OAB: RS-23021

PROC./ADV.: TIAGO GORNICKI SCHNEIDER

OAB: RS-68 833

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GERSON LUIZ ROCHA

#### EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REVISÃO DE APOSENTADORIA. AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL COMO CELETISTA. ACÓRDÃO TCU-PLENÁRIO N. 2008/2006. ORIENTAÇÃO NORMATIVA SRH/MPOG N. 3, DE 18/05/2007. ORIENTAÇÃO NORMATIVA SRH/MPOG N. 7, DE 20/11/2007. CASO EM QUE SE DISCUTE A RENÚNCIA À PRESCRIÇÃO EM RAZÃO DE RECONHECIMENTO INDIVIDUALIZADO DO DIREITO DO AUTOR. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE NÃO ATENDIDO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO

Trata-se de incidente de uniformização, interposto pela União, em face de acórdão proferido pela 5ª Turma Recursal do Rio Grande do Sul.

No caso em apreço, o autor - aposentado vinculado ao Regime Próprio de Previdência da União - obteve a revisão administrativa de seu benefício, em virtude da averbação de períodos de atividade especial laborados como celetista. A administração pública, todavia, embora tenha implementado a nova renda mensal para os pagamentos futuros, deixou de adimplir qualquer parcela pretérita.

Na decisão recorrida, reputou-se que: 1) o acórdão TCU-plenário n. 2008/2006, assim como as Orientações Normativas SRH/MPOG n. 3 (de 18/05/2007) e 7 (de 20/11/2007), não implicaram renúncia à prescrição por parte da administração pública; 2) todavia, levando-se em conta que a própria administração reconheceu o direito à revisão analisando requerimento formulado pelo autor, implementando as diferenças futuras, teria se operado renúncia tácita à prescrição da pretensão revisional, abrindo espaço para o pagamento das parcelas anteriores ao quinquênio do pedido administrativo; 3) de acordo com o art. 4º, do Decreto n. 20910/32, a prescrição só seria reiniciada pela metade havendo ato inequívoco da administração sinalizando a falta de intenção de adimplir as parcelas reconhecidas, o que não teria ocorrido no caso concreto.

A recorrente argumenta que: 1) para o regime estatutário, a prescrição da ação revisional de aposentadoria atinge o fundo de direito, aplicando-se o Decreto-Lei n. 20910/32 (Paradigmas: STJ, AgRg no Resp n. 1.149.500; TNU, 2006.51.51.005660-0); 2) as Orientações Normativas SRH/MPOG n. 3 (de 18/05/2007) e 7 (de 20/11/2007), não implicaram renúncia à prescrição por parte da administração pública (Paradigmas: ED no AgRg no Resp 1.149.500; RESP 1.196.773; EDcl no AgRg no Resp 978991; AgRg no Resp n. 1.388.774); 3) sucessivamente, caso não acolhidas as teses anteriores, argumenta que a administração só procedeu ao reconhecimento das parcelas posteriores à publicação do acórdão TCU-plenário n. 2008/2006, de modo que a negativa da administração quanto às prestações anteriores sempre existiu. Assim, defende que não procede a tese de que, em relação a tais valores, o prazo prescricional ficou suspenso enquanto não efetuado o pagamento administrativo (após análise do requerimento do interessado), pois a negativa restava configurada, ao menos, desde a portaria que deferiu a revisão, sem a previsão de pagamento das aludidas prestações (Paradigma: TNU, 2007.71.50.015467-2).

Com contrarrazões, o incidente foi admitido pela Presidência da Turma Recursal de origem.

É o breve relatório.

Inicialmente, cumpre destacar que o incidente é tempestivo.

Todavia, não restou demonstrada a similitude fático-jurídica entre o acórdão recorrido e os paradigmas.

Note-se que o acórdão recorrido adota expressamente ambas as teses do incidente, quais sejam: 1) a ocorrência, como regra, da prescrição do fundo de direito para revisão de aposentadorias estatutárias; 2) a inoccorrência da interrupção da prescrição por força do acórdão TCU-plenário n. 2008/2006, assim como das Orientações Normativas SRH/MPOG n. 3, de 18/05/2007, e 7, de 20/11/2007.

O que ensejou o afastamento da prejudicial de mérito foi um terceiro argumento: o fato de que a própria administração reconheceu, após requerimento do interessado, o direito à revisão pela averbação dos períodos de atividade especial. Nesse caso, reputou-se que houve renúncia tácita no tocante à pretensão revisional, abrindo caminho para a pretensão de cobrança dos valores não atingidos pela prescrição quinquenal. Para tanto, adotou-se o entendimento estampado no seguinte julgado do STJ (citado no acórdão recorrido): AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO ESPECIAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. REEXAME DE FATOS E PROVAS. DESNECESSIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Admitido determinado direito do servidor pela Administração Pública resta configurada a renúncia tácita à prescrição do próprio fundo de direito. Porém, a partir desse reconhecimento apura-se a ocorrência da prescrição quinquenal, por se tratar de prestação de trato sucessivo, inoccorrente na espécie.

2. Não caracteriza reexame de prova a contagem de prazo prescricional necessária ao deslinde da questão.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no REsp 1121694/MG, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 20/05/2014, DJe 26/05/2014)

Em outras palavras, a renúncia à prescrição não foi reconhecida com base no acórdão do TCU ou nas Orientações Normativas do Ministério do Planejamento (atos gerais), mas sim no reconhecimento expresso e individualizado do direito do servidor por parte da administração pública, após requerimento de revisão.

Compulsando atentamente os acórdãos trazidos como paradigmas, percebe-se que nenhum deles trata de caso similar, pois todos versam sobre pretensões revisionais não atendidas administrativamente.

Desta feita, o conhecimento do incidente, quanto aos argumentos principais, encontra duplo óbice: 1) está ausente a similitude fático-jurídica entre o acórdão recorrido e os paradigmas; 2) as razões recursais não atendem ao princípio da dialeticidade, pois não foi enfrentada a questão atinente à renúncia à prescrição em razão do reconhecimento da pretensão referente ao fundo de direito.

Por fim, em relação ao pedido sucessivo (consumação da prescrição em relação às parcelas anteriores ao acórdão TCU-plenário 2008/2006), o pedido de uniformização também não merece ser conhecido, pois o paradigma apresentado (TNU, 2007.71.50.015467-2) não trata especificamente de caso análogo ao dos autos, mas apenas afirma genericamente a tese de que "o reconhecimento da dívida em sede administrativa antes de consumada a prescrição, interrompe o seu curso, ficando o prazo suspenso até que ocorra o pagamento ou até que o devedor pratique ato que configure resistência em quitar a dívida". Exatamente no mesmo sentido, ponderou-se no acórdão recorrido: "O prazo prescricional interrompido e posteriormente suspenso somente volta a fluir, pela metade, quando a administração pratica algum ato incompatível com o interesse de saldar a dívida, quando se torna inequívoca a mora e configurada inércia do devedor".

A divergência, portanto, não reside na tese jurídica aplicada no acórdão recorrido (que é exatamente a mesma do paradigma), mas sim na avaliação do caso concreto, vale dizer, se a portaria que deferiu a revisão configurou negativa expressa da administração quanto aos valores anteriores ao acórdão TCU-plenário 2008/2006, ou se isso não acarretou um ato de resistência expressa. Portanto, quanto a esse ponto, o incidente também não deve ser conhecido, seja porque não restou configurada a necessária similitude fático-jurídica, seja porque demandaria a reavaliação do conjunto fático probatório, encontrando óbice na Súmula n. 42, da TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, voto por NÃO CONHECER do incidente de uniformização.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, NÃO CONHECER do incidente de uniformização de jurisprudência, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 16 de março de 2016.

GERSON LUIZ ROCHA

Juiz Relator

PROCESSO: 5059519-86.2012.4.04.7100

ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

REQUERENTE: UNIÃO

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

REQUERIDO(A): RODRIGO FELIX DE FREITAS

PROC./ADV.: ANTONIO CARLOS TEIXEIRA DE MOURA

OAB: RS-6258

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ITÁLIA MARIA ZIMARDI

ARÉAS POPPE BERTOZZI

#### EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL INTERPOSTO PELA UNIÃO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. AJUDA DE CUSTO. REMOÇÃO A PEDIDO. INCABÍVEL. ALINHAMENTO DO ENTENDIMENTO DA TNU AO POSICIONAMENTO DO STJ. PET Nº 8345/SC. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.

A parte recorrente - União - houve por bem oferecer pedido de uniformização nacional, em face do acórdão prolatado pela 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Rio Grande do Sul que manteve a sentença de procedência do pedido autoral, a fim de reconhecer o pagamento da ajuda de custo por ocasião da remoção, a pedido, do servidor público federal.

No incidente de uniformização, a recorrente alega que a mudança decorrente de remoção a pedido, ou seja, por interesse próprio, afasta o interesse exclusivo da administração, hábil a ensejar a concessão da indenização pleiteada. Para comprovar a divergência, apresentou como paradigma julgado do C. STJ no Resp nº 3.87189/SC; STJ - Resp 720.813/PE; REsp 364.373/AL; AgRg no Resp 1404339/SE; AgRg no Resp 1290031/PE e PET 8.345/SC.

O incidente de uniformização foi suspenso na origem, porquanto a Presidência desta Corte, no processo nº 0507512-98.2012.4.05.8400, de 10/09/2013, determinou a suspensão de todos os processos que sejam objeto da mesma matéria por encontrar afetada à Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, aguardando o julgamento da PET 8.345/SC. Interposto agravo, teve o trânsito assegurado pela Presidência da TNU e distribuído a esta Relatora.



As contrarrazões do agravo defendem a possibilidade do pagamento da verba requerida ante a inexistência de divergência jurisprudencial, porquanto o tema em debate já foi objeto de análise no âmbito desta Corte.

Conheço do recurso em virtude da adequada comprovação da divergência jurisprudencial em torno da tese jurídica debatida pelo acórdão recorrido e pelo julgado paradigma. O cerne da controvérsia radica em verificar se é devida ajuda de custo quando de remoção a pedido, isto é, se há interesse do serviço quando a remoção se dá a pedido do servidor público.

Presentes os pressupostos de admissibilidade, passo à análise do mérito recursal.

Cumpra, inicialmente, esclarecer que esta Turma Nacional de Uniformização já teve oportunidade de normatizar o tema através de precedente constituído na linha de raciocínio ora expendido do qual consignava que havia o direito à percepção da ajuda de custo, para servidores removidos a pedido, em razão do entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça no AgRg no RESP 779.276/SC, Sexta turma, Rel. Min. Desembargador convocado Celso Limongi, DJ 18.5.2009; AgRg no RESP 714.297/SC, Sexta Turma, Rel. Min. Desembargadora convocada Jane Silva, DJ 1.12.2008.

Ocorre que, este entendimento encontra-se superado nesta Corte de uniformização, posto que, recentemente, na sessão de julgamento realizada em 21/10/2015, decidi alinhar-se ao posicionamento firmado pelo STJ na PET nº 8.345/SC (DJ: 12/11/2014), segundo o qual descabe ajuda de custo na remoção a pedido de servidor. Transcrevo abaixo a ementa do PEDILEF, de relatoria da Excelentíssima Juíza Federal Ângela Cristina Monteiro: PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. ADMINISTRATIVO. ADOGADO DA UNIÃO. REGIME JURÍDICO ÚNICO. LEI 8.112/90. REMOÇÃO A PEDIDO. ARTIGOS 36, § ÚNICO, III E 53 DA LEI 8.112/90. AJUDA DE CUSTO. INCABÍVEL. ALINHAMENTO DA JURISPRUDÊNCIA DA TNU AO ENTENDIMENTO DO STJ. PET. 8.345-SC. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.

Nesse sentido, reafirmo aqui a tese jurídica firmada pela TNU no julgamento do PEDILEF nº 50043695320134047208, juiz federal Douglas Camarinha Gonzales, TNU, DOU 22/01/2016, páginas 83/132.

Demais disso, no caso da remoção de servidor, com fulcro na hipótese da alínea 'c' do inciso III do parágrafo único do art. 36, é evidente o descabimento do pagamento de ajuda de custo na forma do art. 53, todos da Lei n. 8.112/90, uma vez que a oferta de vagas pela administração pública somente tem por objetivo racionalizar os interesses particulares dos servidores que, de forma contumaz, entram em conflito no que se refere à escolha de lotação. Não há, portanto, falar, nesse caso, em "interesse de serviço".

Assim, razão a União quando da alegação, em seu incidente de uniformização, de que o acórdão recorrido diverge do entendimento do STJ- REsp 387189/SC - na medida em que, para o paradigma, na hipótese de remoção a pedido, indevida a ajuda de custo, porque não há que se falar em interesse exclusivo da Administração.

Portanto, diante da decisão do Superior Tribunal de Justiça e afastando o entendimento antes fixado pela TNU e em atenção ao princípio da segurança jurídica, impositivo o provimento do presente recurso.

Ante o exposto, CONHEÇO do pedido de uniformização e DOU-LHE PROVIMENTO, determinando a devolução dos autos à Turma de origem para adequação à orientação pacificada pela TNU, ora reafirmada e em conformidade particularmente com os PEDILEF nº 2008.51.51.052355-6 e PEDILEF nº 50043695320134047208 acima destacado.

É como voto.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília, 14 de abril de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE  
BERTOZZI

Juíza Federal Relatora Suplente da TNU -  
Convocada em regime de mutirão

#### ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, decidiu CONHECER E DAR PROVIMENTO ao presente Incidente de Uniformização, nos termos da ementa-voto da Juíza Federal relatora. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília, 14 de abril de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE  
BERTOZZI

Juíza Federal Relatora Suplente da TNU -  
Convocada em regime de mutirão

PROCESSO: 2012.51.51.013756-8

ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

REQUERENTE: UNIÃO

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

REQUERIDO(A): RICARDO MÁXIMO BARCELLOS

PROC./ADV.: PATRÍCIA MARTINS MÁXIMO BARCELLOS

OAB: RJ-104 268

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE BERTOZZI

#### EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL INTERPOSTO PELA UNIÃO. PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL. AJUDA DE CUSTO. REMOÇÃO A PEDIDO. INCABÍVEL. ALINHAMENTO DO ENTENDIMENTO DA TNU AO POSICIONAMENTO DO STJ. PET Nº 8345/SC. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.

A parte recorrente - União - houve por bem oferecer pedido de uniformização nacional, em face do acórdão prolatado pela 4ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Rio de Janeiro que manteve a sentença de procedência do pedido autoral, a fim de reconhecer o pagamento da ajuda de custo por ocasião da remoção, a pedido, do servidor público federal.

No incidente de uniformização, a recorrente alega que a mudança decorrente de remoção a pedido, ou seja, por interesse próprio, afasta o interesse exclusivo da administração, hábil a ensejar a concessão da indenização pleiteada. Para comprovar a divergência, apresentou como paradigma julgados do C. STJ no REsp 720.813/PE; REsp 387.189/SC e a Pet nº 8345/SC.

O incidente de uniformização não foi admitido na origem. Interposto agravo, teve o trânsito assegurado pela Presidência da TNU e distribuído a esta Relatora.

As contrarrazões do agravo defendem a possibilidade do pagamento da verba requerida ante a inexistência de divergência jurisprudencial, porquanto o tema em debate já foi objeto de análise no âmbito desta Corte.

Conheço do recurso em virtude da adequada comprovação da divergência jurisprudencial em torno da tese jurídica debatida pelo acórdão recorrido e pelo julgado paradigma. O cerne da controvérsia radica em verificar se é devida ajuda de custo quando de remoção a pedido, isto é, se há interesse do serviço quando a remoção se dá a pedido do servidor público.

Presentes os pressupostos de admissibilidade, passo à análise do mérito recursal.

Cumpra, inicialmente, esclarecer que esta Turma Nacional de Uniformização já teve oportunidade de normatizar o tema através de precedente constituído na linha de raciocínio ora expendido do qual consignava que havia o direito à percepção da ajuda de custo, para servidores removidos a pedido, em razão do entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça no AgRg no RESP 779.276/SC, Sexta turma, Rel. Min. Desembargador convocado Celso Limongi, DJ 18.5.2009; AgRg no RESP 714.297/SC, Sexta Turma, Rel. Min. Desembargadora convocada Jane Silva, DJ 1.12.2008.

Ocorre que, este entendimento encontra-se superado nesta Corte de uniformização, posto que, recentemente, na sessão de julgamento realizada em 21/10/2015, decidi alinhar-se ao posicionamento firmado pelo STJ na PET nº 8.345/SC (DJ: 12/11/2014), segundo o qual descabe ajuda de custo na remoção a pedido de servidor. Transcrevo abaixo a ementa do PEDILEF, de relatoria da Excelentíssima Juíza Federal Ângela Cristina Monteiro: PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. ADMINISTRATIVO. ADOGADO DA UNIÃO. REGIME JURÍDICO ÚNICO. LEI 8.112/90. REMOÇÃO A PEDIDO. ARTIGOS 36, § ÚNICO, III E 53 DA LEI 8.112/90. AJUDA DE CUSTO. INCABÍVEL. ALINHAMENTO DA JURISPRUDÊNCIA DA TNU AO ENTENDIMENTO DO STJ. PET. 8.345-SC. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.

Nesse sentido, reafirmo aqui a tese jurídica firmada pela TNU no julgamento do PEDILEF nº 50043695320134047208, juiz federal Douglas Camarinha Gonzales, TNU, DOU 22/01/2016, páginas 83/132.

Demais disso, no caso da remoção de servidor, com fulcro na hipótese da alínea 'c' do inciso III do parágrafo único do art. 36, é evidente o descabimento do pagamento de ajuda de custo na forma do art. 53, todos da Lei n. 8.112/90, uma vez que a oferta de vagas pela administração pública somente tem por objetivo racionalizar os interesses particulares dos servidores que, de forma contumaz, entram em conflito no que se refere à escolha de lotação. Não há, portanto, falar, nesse caso, em "interesse de serviço".

Assim, razão a União quando da alegação, em seu incidente de uniformização, de que o acórdão recorrido diverge do entendimento do STJ na medida em que, para o paradigma, na hipótese de remoção a pedido, indevida a ajuda de custo, porque não há que se falar em interesse exclusivo da Administração.

Portanto, diante da decisão do Superior Tribunal de Justiça e afastando o entendimento antes fixado pela TNU e em atenção ao princípio da segurança jurídica, impositivo o provimento do presente recurso.

Ante o exposto, CONHEÇO do pedido de uniformização e DOU-LHE PROVIMENTO, determinando a devolução dos autos à Turma de origem para adequação à orientação pacificada pela TNU, ora reafirmada e em conformidade particularmente com os PEDILEF nº 2008.51.51.052355-6 e PEDILEF nº 50043695320134047208 acima destacado.

É como voto.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília, 07 de março de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE  
BERTOZZI

Juíza Federal Relatora Suplente da TNU -  
Convocada em regime de mutirão

PROCESSO: 0506919-78.2012.4.05.8300

ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): LUIZ CARLOS JOSÉ DIAS DE SOUZA

PROC./ADV.: LUCIANA VASCONCELOS DE CARVALHO

OAB: PE-28356

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE BERTOZZI

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE SE ENCONTRA DE ACORDO COM A ORIENTAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ E DA TNU. SÚMULA 47 DA TNU. RECORRENTE COM INCAPACIDADE TOTAL E DEFINITIVA RECONHECIDA PELO LAUDO

PERICIAL. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS JÁ REALIZADA PELO MAGISTRADO A QUO, CONCLUINDO PELA IMPOSSIBILIDADE DE RECUPERAÇÃO PARA O LABOR. INCIDÊNCIA DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 13 DA TNU. RECURSO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.

A parte recorrente houve por bem oferecer pedido de uniformização nacional, alegando o desacordo do acórdão recorrido com a jurisprudência de Turmas Recursais de outras regiões, súmula ou jurisprudência dominante do STJ ou da TNU, nos termos do art. 14, §2º da Lei 10.259/01.

A despeito da similitude fática entre os arestos colacionados e a situação entelada - isto é, a análise das condições socioeconômicas do segurado para fins de concessão de benefício por incapacidade, quando reconhecida sua inaptidão parcial para o labor, de acordo com o enunciado da Súmula nº 47 da TNU -, constato que o acórdão recorrido encontra-se em consonância com a jurisprudência dominante da TNU e do STJ, uma vez que conjugou as limitações funcionais do segurado com sua idade, prognóstico, atividade desenvolvida e meio social, concluindo pela concessão de aposentadoria por invalidez, diante da impossibilidade de recuperação para o exercício do labor. Nesse sentido, deve incidir a Questão de Ordem n.º 13 da TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, NEGO SEGUIMENTO ao pedido de uniformização, na forma do art. art. 9º, inciso IX, do Regimento Interno da TNU. Intimem-se as partes e após o trânsito em julgado dê-se baixa e remetam-se os autos ao Juízo de origem.

É como voto.

Brasília, 14 de abril de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE  
BERTOZZI

Juíza Federal Relatora Suplente da TNU -  
Convocada em regime de mutirão

ACORDAM os Srs. Juízes Federais da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, em NEGAR SEGUIMENTO ao Pedido de Uniformização, com base no voto proferido pela MM. Juíza Relatora.

Brasília, 14 de abril de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE  
BERTOZZI

Juíza Federal Relatora Suplente da TNU -  
Convocada em regime de mutirão

PROCESSO: 0508325-49.2012.4.05.8102

ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ

REQUERENTE: MARIA DAS NEVES OLIVEIRA

PROC./ADV.: RAMON FERNANDES RODRIGUES

OAB: CE-14553

PROC./ADV.: AILA MÁIRA RODRIGUES XAVIER

OAB: CE-21995

REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE BERTOZZI

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PRETENSÃO DE REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 42 TNU. RECURSO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.

Trata-se de Pedido de Uniformização Nacional interposto por MARIA DAS NEVES OLIVEIRA contra acórdão proferido pela 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Ceará, que conheceu e negou provimento ao recurso inominado do autor.

Assim, foi mantida a sentença de improcedência quanto à pretensão formulada na exordial de concessão de benefício previdenciário de auxílio-doença, por não reconhecer como comprovada a qualidade de segurado especial (rurícola), por falta de início de prova material apto a demonstrar o exercício das atividades rurícolas.

Isto porque, em que pesem os documentos colacionados, aqueles em nome da recorrente seriam posteriores ao início da incapacidade alegada; já no tocante aos relativos ao cônjuge da recorrente, havia outros elementos de prova - testemunhal e documental em sentido contrário - evidenciando que o mesmo teria desempenhado atividade urbana no aludido lapso temporal, preponderante à renda familiar.

A parte recorrente houve por bem oferecer pedido de uniformização nacional, alegando o desacordo do acórdão recorrido com a jurisprudência desta Corte, invocando que, nos autos, não foi realizada a correta análise do conjunto fático-probatório e valoração jurídica das provas, juntando para tanto acórdãos paradigmas do STJ a fim de demonstrar o dissídio.

Não obstante a similitude fática dos arestos e as alegações da recorrente, na hipótese em comento, resta evidente seu mero inconformismo com o posicionamento adotado pelo Juízo a quo, não se presutando o incidente de uniformização para o reexame dos fatos e provas acostados aos autos, uma vez que o acórdão recorrido enfrentou de forma correta e fundamentada a questão ora controversa.

Nes•se sentido, deve incidir a Súmula n.º 42 da TNU, verbis: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato."

Ante o exposto, NEGÓ SEGUIMENTO ao pedido de uniformização, na forma do art. art. 9º, inciso IX, do Regimento Interno da TNU. Intimem-se as partes e após o trânsito em julgado dê-se baixa e remetam-se os autos ao Juízo de origem.

É como voto.

Brasília, 14 de abril de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE  
BERTOZZI  
Juíza Federal Relatora Suplente da TNU -  
Convocada em regime de mutirão  
**ACÓRDÃO**

Acordam os Srs. Juizes Federais da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, em NEGAR SEGUIMENTO ao Pedido de Uniformização, com base no voto proferido pela MM. Juíza Relatora.

Brasília, 14 de abril de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE  
BERTOZZI  
Juíza Federal Relatora Suplente da TNU -  
Convocada em regime de mutirão

PROCESSO: 5001225-49.2014.4.04.7107

ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

REQUERENTE: ALICE TREMARIM DA ROCHA

PROC./ADV.: DONOVAN DO NASCIMENTO MONTEIRO

OAB: RS-12826

REQUERIDO(A): UNIÃO

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE BERTOZZI

#### EMENTA

PEDILEF. SERVIDOR PÚBLICO. CARREIRA INSS. PROGRESSÃO FUNCIONAL E PROMOÇÃO. LEIS 10.855/04 E 11.501/07. INTERSTÍCIO DE DEZOITO MESES. NECESSIDADE REGULA-MENTAÇÃO. POSIÇÃO CONSOLIDADA. INCIDENTE CONHE-CIDO E PROVIDO.

A parte recorrente - Autor - houve por bem oferecer pedido de uniformização nacional, em face do acórdão prolatado pela 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Rio Grande do Sul que confirmou a sentença de improcedência do pedido autoral sob o fundamento de que aplicação do interstício de doze meses previsto no Decreto 84.669/1980 afronta o princípio da legalidade, haja vista que a redação atual da Lei 10.855/2004 prevê expressamente a observância de período de dezoito meses para progressão.

No incidente de uniformização, o recorrente pretende o reconhecimento do direito à progressão funcional e promoção considerando o interstício de 12 meses até que se edite o regulamento previsto nas Leis 10.355/2001 e 10.855/2004, bem como o início da contagem dos interstícios na data do efetivo exercício, com efeitos financeiros a partir das datas de progressão. Para comprovar a divergência, apresentou como paradigma julgados da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Ceará (processo nº 0509388-14.2009.4.05.8103) e do TRF 5ª Região (processo nº 083488-26.2013.4.05.8300).

O incidente de uniformização foi admitido na origem e teve o trânsito assegurado pela Presidência da TNU e distribuído a esta Relatora. Conheço do recurso em virtude da adequada comprovação da divergência jurisprudencial em torno da tese jurídica debatida pelo acórdão recorrido e pelo julgado paradigma. O cerne da controvérsia radica em verificar se devem observar as disposições aplicáveis aos servidores do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 5.645/1970, ou seja, aplica-se o prazo de 12 meses, segundo o Decreto nº 84.669/1980 ou imediata aplicação da Lei nº 10.855/2004, ou seja, o interstício de 18 meses.

Presentes os pressupostos de admissibilidade, passo à análise do mérito recursal.

De pronto, o recurso não merece ser conhecido quanto ao acórdão paradigma do Tribunal Regional Federal (processo nº 083488-26.2013.4.05.8300), haja vista que não há previsão legal de uniformização entre julgados de Turmas Recursais e acórdãos do Tribunal Regional Federal.

Cumpra, ainda, esclarecer que no tocante a progressão funcional e a promoção, a Lei nº 10.855/2004 não possui eficácia plena, porquanto pendente de regulamentação, conforme orientação do art. 8º da referida Lei. Precedente: PEDILEF 50583815020134047100, da lavra o Juiz Federal Douglas Camarinha Gonzales, DOU 05/02/2016.

Além mais, esta Turma Nacional de Uniformização tem entendimento consolidado acerca da matéria. Segundo esta Corte, o lapso temporal a ser aplicado para a progressão funcional e promoção é o de 12 meses (segundo o Decreto nº 84.669/1980 que regulamenta a Lei nº 5.645/1970), uma vez que o regulamento cuja vigência daria início à contagem do interstício de 18 meses ainda não foi editado.

Nesse sentido, reafirmo aqui a tese jurídica firmada pela TNU no julgamento do PEDILEF nº 50511689020134047100, Relatora Juíza Federal Ângela Cristina Monteiro, DOU 05/02/2016; PEDILEF nº 50584992620134047100, Relatora Juíza Federal Ângela Cristina Monteiro, DOU 05/02/2016; PEDILEF 05116335920134058102, Relator Douglas Camarinha Gonzales, DOU 18/12/2015.

Assim, razão o recorrente quando da alegação, em seu incidente de uniformização, de que o lapso temporal a ser aplicado é o de 12 (doze) meses e que a progressão funcional fixada na Lei 10.855/2004 (18 meses, incluída pela Lei 11.501/07) necessita de regulamentação.

Ante o exposto, CONHEÇO do pedido de uniformização e DOU-LHE PROVIMENTO, determinando a devolução dos autos à Turma de origem para adequação à orientação pacificada pela TNU, ora reafirmada e em conformidade particularmente com os PEDILEF acima indicados.

Intimem-se as partes e após o trânsito em julgado dê-se baixa e remetam-se os autos ao Juízo de origem.

É como voto.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília, 14 de abril de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE  
BERTOZZI  
Juíza Federal Relatora Suplente da TNU -  
Convocada em regime de mutirão  
**ACÓRDÃO**

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, decidiu CO-NHECER E DAR PROVIMENTO ao presente Incidente de Uniformização, nos termos da ementa-voto da Juíza Federal relatora. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília, 14 de abril de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE  
BERTOZZI  
Juíza Federal Relatora Suplente da TNU -  
Convocada em regime de mutirão

PROCESSO: 0503383-52.2014.4.05.8312

ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco

REQUERENTE: AMARA MARIA DA SILVA

PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA

OAB: PE-573-A

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE BERTOZZI

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. FIXAÇÃO DO TERMO INICIAL DE BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE SE ENCONTRA ALINHADO COM O POSICIONAMENTO DA TNU. INCIDÊNCIA DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 13 DA TNU. RECURSO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.

A parte recorrente houve por bem oferecer pedido de uniformização nacional, alegando o desacordo do acórdão recorrido com a jurisprudência de Turmas Recursais de outras regiões, súmula ou jurisprudência dominante do STJ ou da TNU, nos termos do art. 14, §2º da Lei 10.259/01.

Inicialmente, vislumbro similitude fática entre o aresto colacionado e a questão debatida nos autos, uma vez que a questão controvertida nos autos versa sobre a fixação da DIB na data da cessação de benefício anteriormente gozado.

Por outro lado, verifica-se que o acórdão recorrido encontra-se de acordo com a jurisprudência dominante da TNU, motivo pelo qual não merece ser admitido, senão vejamos.

A recorrente pretende a reforma do julgado a fim de que a DIB do benefício por incapacidade concedido remonte à data da cessação de benefício anteriormente gozado, uma vez que haveria presunção de continuidade do estado incapacitante.

Outrossim, o julgado da Turma de origem fixou o termo inicial do benefício na data do ajuizamento da ação, uma vez que a recorrente não realizou requerimento administrativo prévio, apesar de ter juntado exames relatando a existência da patologia incapacitante.

Quanto ao termo inicial de concessão dos benefícios por incapacidade, é mister recordar que a TNU já se posicionou, devendo a DIB, segundo seu entendimento atual, ser fixada conforme os parâmetros a seguir, nas seguintes situações:

a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF nº 200936007023962);

b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF nº 00558337620074013400);

c) na data da citação, na ausência de requerimento administrativo, (PEDILEF 50024169420124047012, seguindo a jurisprudência do STJ: Resp 1369165/SP).

Outrossim, a TNU ressalva o princípio do livre convencimento motivado para que o juiz, que não se encontra adstrito ao laudo pericial - como bem prevê, inclusive, o art. 436 do CPC -, fixe data de início em termo que entenda razoável, desde que o faça fundamentadamente, com base nas demais provas carreadas aos autos, como ocorre in casu.

Precedentes: PEDILEF 200881025019564, Rel. Juiz Federal PAULO RICARDO ARENA FILHO, DOU 23/09/2011; PEDILEF 05064418720094058102, Rel. Juiz Federal ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA, DOU 23/03/2012; PEDILEF 00818615420074036301, Rel. Juiz Federal SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA, DOU 09/10/2015; PEDILEF 0013283-21.2006.4.01.3200, Rel. Juiz Federal ALCIDES SALDANHA LIMA, DOU de 25.11.2011; PEDILEF 2007.51.64.001823-7, Rel. Juiz Federal JOSÉ EDUARDO DO NASCIMENTO, DOU de 14.10.2011; PEDILEF 200740007028548, Rel. Juíza Federal SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU de 13.5.2011.

Nesse sentido, deve incidir a Questão de Ordem nº 13 da TNU, verbis: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, NEGÓ SEGUIMENTO ao pedido de uniformização, na forma do art. art. 9º, inciso IX, do Regimento Interno da TNU. Intimem-se as partes e após o trânsito em julgado dê-se baixa e remetam-se os autos ao Juízo de origem.

É como voto.

Brasília, 14 de abril de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE  
BERTOZZI  
Juíza Federal Relatora Suplente da TNU -  
Convocada em regime de mutirão  
**ACÓRDÃO**

Acordam os Srs. Juizes Federais da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, em NEGAR SEGUIMENTO ao Pedido de Uniformização, com base no voto proferido pela MM. Juíza Relatora.

Brasília, 14 de abril de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE  
BERTOZZI  
Juíza Federal Relatora Suplente da TNU -  
Convocada em regime de mutirão

PROCESSO: 0509168-40.2014.4.05.8200

ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA

REQUERENTE: MARIA GOMES DE OLIVEIRA

PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE BERTOZZI

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PRETENSÃO DE REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATORIO DOS AUTOS. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 42 TNU. RECURSO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.

A parte recorrente houve por bem oferecer pedido de uniformização nacional, alegando o desacordo do acórdão recorrido com a jurisprudência de Turmas Recursais de outras regiões, súmula ou jurisprudência dominante do STJ ou da TNU, nos termos do art. 14, §2º da Lei 10.259/01.

Contudo, não vislumbro similitude fática entre o aresto colacionado e a questão debatida nos autos, eis que aquele aponta para a possibilidade de concessão de benefício previdenciário por incapacidade aos segurados que possuam incapacidade parcial para o trabalho, enquanto que, no caso concreto, o recorrente sequer foi considerado parcialmente inapto para o exercício de suas atividades habituais, não havendo que se falar em demonstração do dissídio jurisprudencial apta a preencher o requisito de admissibilidade recursal entelado.

Dessa forma, é mister ainda lembrar o verbete nº 77 da TNU: "O julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual."

Por fim, como bem mencionado pelo magistrado que exerceu o juízo preliminar de admissibilidade, a argumentação do recorrente, em verdade, volta-se à discussão da questão fática; no entanto, o incidente de uniformização não se presta para o reexame dos fatos e provas acostados aos autos.

Nesse sentido, deve incidir a Súmula n.º 42 da TNU, verbis: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato."

Ante o exposto, NEGÓ SEGUIMENTO ao pedido de uniformização, na forma do art. art. 9º, inciso IX, do Regimento Interno da TNU. Intimem-se as partes e após o trânsito em julgado dê-se baixa e remetam-se os autos ao Juízo de origem.

É como voto.

Brasília, 14 de abril de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE  
BERTOZZI  
Juíza Federal Relatora Suplente da TNU -  
Convocada em regime de mutirão  
**ACÓRDÃO**

Acordam os Srs. Juizes Federais da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, em NEGAR SEGUIMENTO ao Pedido de Uniformização, com base no voto proferido pela MM. Juíza Relatora.

Brasília, 14 de abril de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE  
BERTOZZI  
Juíza Federal Relatora Suplente da TNU -  
Convocada em regime de mutirão

PROCESSO: 0510730-84.2014.4.05.8200

ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA

REQUERENTE: JOSÉ VALDIR DA SILVA VASCONCELOS

PROC./ADV.: MARIA LUCINEIDE DE LACERDA SANTANA

OAB: PB-11662-B

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE BERTOZZI

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. JULGADO PARADIGMA INSERVÍVEL, POSTO QUE EMANADO DE TURMA RECURSAL DE TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL. PRETENSÃO DE REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATORIO DOS AUTOS. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 42 TNU. RECURSO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.



Trata-se de Pedido de Uniformização Nacional interposto por JOSÉ VALDIR DA SILVA VASCONCELOS contra acórdão proferido pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado da Paraíba, que conheceu e negou provimento ao seu recurso inominado, mantendo a sentença de improcedência quanto à pretensão formulada, na qual se buscava a condenação do INSS a conceder-lhe o benefício de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez, em vista da incapacidade alegada. Nos autos, consta laudo pericial confeccionado em juízo que atesta a inexistência de incapacidade laboral do demandante, mencionando apenas leve limitação para o exercício de suas atividades, motivo pelo qual seu recurso não prosperou.

A parte recorrente houve por bem oferecer pedido de uniformização nacional, alegando o desacordo do acórdão recorrido com a jurisprudência de Turma Recursal de outra Região, juntando para tanto acórdão paradigma da 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região a fim de demonstrar o dissídio.

Sobre o paradigma apontado, em primeiro lugar, é mister salientar que o julgado oriundo de Turma de Tribunal, ainda que apontada a fonte de consulta e comprovada sua autenticidade, não se presta para os devidos fins, já que a divergência deve ser estabelecida entre decisões proferidas por Turmas Recursais de Juizados Especiais Federais de diferentes regiões ou demonstrada a contrariedade em relação a súmula ou jurisprudência dominante do STJ ou da TNU, nos termos do art. 14, §2º da Lei 10.259/01.

Por outro lado, não vislumbro similitude fática entre o aresto colacionado e a questão debatida nos autos, eis que aquele aponta para a possibilidade de concessão de benefício previdenciário por incapacidade aos segurados que possuam incapacidade parcial para o trabalho, enquanto que, no caso concreto, o recorrente sequer foi considerado parcialmente inapto para o exercício de suas atividades habituais, não havendo que se falar em demonstração do dissídio jurisprudencial apta a preencher o requisito de admissibilidade recursal entelado.

Por fim, como bem mencionado pelo magistrado que exerceu o juízo preliminar de admissibilidade, a argumentação do recorrente, em verdade, volta-se à discussão da questão fática; no entanto, o incidente de uniformização não se presta para o reexame dos fatos e provas acostados aos autos.

Nesse sentido, deve incidir a Súmula n.º 42 da TNU, verbis: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato."

Ante o exposto, NEGOU SEGUIMENTO ao pedido de uniformização, na forma do art. art. 9º, inciso IX, do Regimento Interno da TNU. Intimem-se as partes e após o trânsito em julgado dê-se baixa e remetam-se os autos ao Juízo de origem.

É como voto.

Brasília, 14 de abril de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE  
BERTOZZI

Juíza Federal Relatora Suplente da TNU -  
Convocada em regime de mutirão

#### ACÓRDÃO

Acordam os Srs. Juízes Federais da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, em NEGAR SEGUIMENTO ao Pedido de Uniformização, com base no voto proferido pela MM. Juíza Relatora.

Brasília, 14 de abril de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE  
BERTOZZI

Juíza Federal Relatora Suplente da TNU -  
Convocada em regime de mutirão

PROCESSO: 0517468-70.2014.4.05.8400

ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

REQUERENTE: MARIA DANTAS DE ARAÚJO

PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE BERTOZZI

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PRETENSÃO DE REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 42 TNU. RECURSO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.

A parte recorrente houve por bem oferecer pedido de uniformização nacional, alegando o desacordo do acórdão recorrido com a jurisprudência de Turmas Recursais de outras regiões, súmula ou jurisprudência dominante do STJ ou da TNU, nos termos do art. 14, §2º da Lei 10.259/01.

Contudo, não vislumbro similitude fática entre o aresto colacionado e a questão debatida nos autos, eis que aquele aponta para a possibilidade de concessão de benefício previdenciário por incapacidade aos segurados que possuam incapacidade parcial para o trabalho, enquanto que, no caso concreto, o recorrente sequer foi considerado parcialmente inapto para o exercício de suas atividades habituais, não havendo que se falar em demonstração do dissídio jurisprudencial apta a preencher o requisito de admissibilidade recursal entelado.

Dessa forma, é mister ainda lembrar o verbete n.º 77 da TNU: "O julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual."

Por fim, como bem mencionado pelo magistrado que exerceu o juízo preliminar de admissibilidade, a argumentação do recorrente, em verdade, volta-se à discussão da questão fática; no entanto, o incidente de uniformização não se presta para o reexame dos fatos e provas acostados aos autos.

Nesse sentido, deve incidir a Súmula n.º 42 da TNU, verbis: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato."

Ante o exposto, NEGOU SEGUIMENTO ao pedido de uniformização, na forma do art. art. 9º, inciso IX, do Regimento Interno da TNU. Intimem-se as partes e após o trânsito em julgado dê-se baixa e remetam-se os autos ao Juízo de origem.

É como voto.

Brasília, 14 de abril de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE  
BERTOZZI

Juíza Federal Relatora Suplente da TNU -  
Convocada em regime de mutirão

#### ACÓRDÃO

Acordam os Srs. Juízes Federais da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, em NEGAR SEGUIMENTO ao Pedido de Uniformização, com base no voto proferido pela MM. Juíza Relatora.

Brasília, 14 de abril de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE  
BERTOZZI

Juíza Federal Relatora Suplente da TNU -  
Convocada em regime de mutirão

PROCESSO: 0520300-06.2014.4.05.8100

ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ

REQUERENTE: EVANILDO INOCENCIO DA SILVA

PROC./ADV.: MANUEL BEZERRA DA SILVA

OAB: CE-8731

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE BERTOZZI

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. JULGADOS PARADIGMAS INSERVÍVEIS, POSTO QUE EMANADOS DE TURMAS RECURSAIS DOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS. PARADIGMA DA TNU ACOSTADO AOS AUTOS. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. PRETENSÃO DE REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 42 TNU. RECURSO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.

Trata-se de Pedido de Uniformização Nacional interposto por EVANILDO INOCENCIO DA SILVA contra acórdão proferido pela 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Ceará, que conheceu e negou provimento ao seu recurso inominado, mantendo a sentença de improcedência quanto à pretensão formulada, na qual se buscava a condenação do INSS a conceder-lhe o benefício de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez, em vista da incapacidade alegada. Nos autos, consta laudo pericial confeccionado em juízo que atesta a inexistência de incapacidade laboral do demandante, motivo pelo qual seu recurso não prosperou.

A parte recorrente houve por bem oferecer pedido de uniformização nacional, alegando o desacordo do acórdão recorrido com a jurisprudência de Turmas Recursais de outras Regiões, juntando para tanto acórdãos paradigmas de Turmas dos Tribunais Regionais Federais da 3ª e 4ª Regiões a fim de demonstrar o dissídio. Acosta à peça recursal ainda julgado da Turma Nacional de Uniformização.

Sobre os paradigmas apontados, em primeiro lugar, é mister salientar que o julgado oriundo de Turma de Tribunal, ainda que apontada a fonte de consulta e comprovada sua autenticidade, não se presta para os devidos fins, já que a divergência deve ser estabelecida entre decisões proferidas por Turmas Recursais de Juizados Especiais Federais de diferentes regiões ou demonstrada a contrariedade em relação a súmula ou jurisprudência dominante do STJ ou da TNU, nos termos do art. 14, §2º da Lei 10.259/01.

Por outro lado, não vislumbro similitude fática entre o aresto da TNU colacionado e a questão debatida nos autos, eis que aquele aponta para a possibilidade de concessão de benefício previdenciário por incapacidade aos segurados que possuam incapacidade parcial para o trabalho, enquanto que, no caso concreto, o recorrente sequer foi considerado parcialmente inapto para o exercício de suas atividades habituais, não havendo que se falar em demonstração do dissídio jurisprudencial apta a preencher o requisito de admissibilidade recursal entelado.

Por fim, como bem mencionado pela magistrada que exerceu o juízo preliminar de admissibilidade, a argumentação do recorrente, em verdade, volta-se à discussão da questão fática; no entanto, o incidente de uniformização não se presta para o reexame dos fatos e provas acostados aos autos.

Nesse sentido, deve incidir a Súmula n.º 42 da TNU, verbis: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato."

Ante o exposto, NEGOU SEGUIMENTO ao pedido de uniformização, na forma do art. art. 9º, inciso IX, do Regimento Interno da TNU. Intimem-se as partes e após o trânsito em julgado dê-se baixa e remetam-se os autos ao Juízo de origem.

É como voto.

Brasília, 14 de abril de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE  
BERTOZZI

Juíza Federal Relatora Suplente da TNU -  
Convocada em regime de mutirão

#### ACÓRDÃO

Acordam os Srs. Juízes Federais da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, em NEGAR SEGUIMENTO ao Pedido de Uniformização, com base no voto proferido pela MM. Juíza Relatora.

Brasília, 14 de abril de 2016.

(ASSINADO ELETRONICAMENTE)

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE BERTOZZI

Juíza Federal Relatora Suplente da TNU

PROCESSO: 0523663-80.2014.4.05.8300

ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

REQUERENTE: JOSUÉ ROBERTO DE LIMA

PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA..

OAB: PE-573-A

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE BERTOZZI

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. FIXAÇÃO DO TERMO INICIAL DE BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE SE ENCONTRA ALINHADO COM O POSICIONAMENTO DA TNU. INCIDÊNCIA DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 13 DA TNU. RECURSO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.

A parte recorrente houve por bem oferecer pedido de uniformização nacional, alegando o desacordo do acórdão recorrido com a jurisprudência de Turmas Recursais de outras regiões, súmula ou jurisprudência dominante do STJ ou da TNU, nos termos do art. 14, §2º da Lei 10.259/01.

Inicialmente, vislumbro similitude fática entre o aresto colacionado e a questão debatida nos autos, uma vez que a questão controversa nos autos versa sobre a fixação da DIB na data do requerimento administrativo, quando a incapacidade for reconhecida já naquela data pelo laudo pericial.

Por outro lado, verifica-se que o acórdão recorrido encontra-se de acordo com a jurisprudência dominante da TNU, motivo pelo qual não merece ser admitido, senão vejamos.

O recorrente pretende a reforma do julgado a fim de que a DIB do benefício por incapacidade concedido remonte à data do requerimento administrativo.

Outrossim, o julgado da Turma de origem desconsiderou o termo inicial da incapacidade fixado no laudo pericial, uma vez que este se baseou unicamente em informações prestadas pelo próprio periciando, estabelecendo a DIB na data da perícia.

Quanto ao termo inicial de concessão dos benefícios por incapacidade, é mister recordar que a TNU já se posicionou, devendo a DIB, segundo seu entendimento atual, ser fixada conforme os parâmetros a seguir, nas seguintes situações:

a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF n.º 200936007023962);

b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF n.º 00558337620074013400);

c) na data da citação, na ausência de requerimento administrativo, (PEDILEF 50024169420124047012, seguindo a jurisprudência do STJ: REsp 1369165/SP).

Outrossim, a TNU ressalva o princípio do livre convencimento motivado para que o juiz, que não se encontra adstrito ao laudo pericial - como bem prevê, inclusive, o art. 436 do CPC -, fixe data de início em termo que entenda razoável, desde que o faça fundamentadamente, com base nas demais provas carreadas aos autos, como ocorre in casu.

Precedentes: PEDILEF 200881025019564, Rel. Juiz Federal PAULO RICARDO ARENA FILHO, DOU 23/09/2011; PEDILEF 05064418720094058102, Rel. Juiz Federal ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA, DOU 23/03/2012; PEDILEF 00818615420074036301, Rel. Juiz Federal SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA, DOU 09/10/2015; PEDILEF 0013283-21.2006.4.01.3200, Rel. Juiz Federal ALCIDES SALDANHA LIMA, DOU de 25.11.2011; PEDILEF 2007.51.64.001823-7, Rel. Juiz Federal JOSÉ EDUARDO DO NASCIMENTO, DOU de 14.10.2011; PEDILEF 200740007028548, Rel. Juíza Federal SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU de 13.5.2011.

Nesse sentido, deve incidir a Questão de Ordem n.º 13 da TNU, verbis: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, NEGO SEGUIMENTO ao pedido de uniformização, na forma do art. art. 9º, inciso IX, do Regimento Interno da TNU. Intimem-se as partes e após o trânsito em julgado dê-se baixa e remetam-se os autos ao Juízo de origem.

É como voto.

Brasília, 14 de abril de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE  
BERTOZZI  
Juíza Federal Relatora Suplente da TNU -  
Convocada em regime de mutirão  
**ACÓRDÃO**

Acordam os Srs. Juizes Federais da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, em NEGAR SEGUIMENTO ao Pedido de Uniformização, com base no voto proferido pela MM. Juíza Relatora.  
Brasília, 14 de abril de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE  
BERTOZZI  
Juíza Federal Relatora Suplente da TNU -  
Convocada em regime de mutirão

PROCESSO: 5000334-58.2014.4.04.7000

ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

REQUERENTE: JACIR DA LUZ DE PROENÇA

PROC./ADV.: CLAUDIA SALLES VILELA VIANNA

OAB: PR/26.744

REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE BERTOZZI

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PRETENSÃO DE REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 42 TNU. RECURSO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.

A parte recorrente houve por bem oferecer pedido de uniformização nacional, alegando o desacordo do acórdão recorrido com a jurisprudência de Turmas Recursais de outras regiões, súmula ou jurisprudência dominante do STJ ou da TNU, nos termos do art. 14, §2º da Lei 10.259/01.

Como bem mencionado pelo magistrado que exerceu o juízo preliminar de admissibilidade, a argumentação do recorrente, em verdade, volta-se à discussão da questão fática, impugnando o laudo pericial judicial, pleiteando a reanálise dos documentos juntados e requerendo a reabertura da instrução probatória; no entanto, o incidente de uniformização não se presta para o reexame dos fatos e provas acostados aos autos.

Nesse sentido, deve incidir a Súmula n.º 42 da TNU, verbis: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato."

Ante o exposto, NEGO SEGUIMENTO ao pedido de uniformização, na forma do art. art. 9º, inciso IX, do Regimento Interno da TNU. Intimem-se as partes e após o trânsito em julgado dê-se baixa e remetam-se os autos ao Juízo de origem.

É como voto.

Brasília, 14 de abril de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE  
BERTOZZI  
Juíza Federal Relatora Suplente da TNU -  
Convocada em regime de mutirão

#### ACÓRDÃO

Acordam os Srs. Juizes Federais da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, em NEGAR SEGUIMENTO ao Pedido de Uniformização, com base no voto proferido pela MM. Juíza Relatora.  
Brasília, 14 de abril de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE  
BERTOZZI  
Juíza Federal Relatora Suplente da TNU -  
Convocada em regime de mutirão

PROCESSO: 0502541-93.2014.4.05.8402

ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

REQUERENTE: JOSE CELESTINO DE MEDEIROS FILHO

PROC./ADV.: ADÍLIA DANIELLA NÓBREGA FLOR

OAB: PB-17228

REQUERIDO(A): UNIÃO

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE BERTOZZI

#### EMENTA

PEDILEF. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO.LICENÇA-PRÊMIO.CONVERSÃO EM PECÚNIA. AUSÊNCIA DE PARADIGMA VÁLIDO. NEGO SEGUIMENTO.

A parte recorrente - Autor - houve por bem oferecer pedido de uniformização nacional, com fundamento no art. 14, § 2º da Lei 10.259/2001, em face do acórdão prolatado pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Rio Grande do Norte que confirmou a sentença de improcedência do pedido autoral, no tocante a conversão em pecúnia da licença-prêmio não gozada.

incidente não foi admitido. A suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU. O referido agravo, teve o trânsito assegurado pela Presidência da TNU e distribuído a esta Relatora.

É o breve relatório.

DECIDO.

De pronto, verifico que é inadmissível o presente pleito, porquanto só é cabível o incidente de uniformização em questões de direito material, fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ (§ 2º do art. 14 da Lei 10.259/2001).

No caso, quanto à questão da prescrição, o recorrente não atendeu à exigência legal, uma vez que o acórdão apontado como paradigma, TRF 1ª Região (Processo nº 0025481-37.2013.4.01.3300/BA) da relatoria do Desembargador Federal Francisco de Assis Betti não foi proferido por Turma Recursal dos JEFs, posto que não se mostra possível, em sede de pedido de uniformização dirigido a esta Turma Nacional, a demonstração de divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Tribunal Regional Federal.

Além mais, aponta como paradigma julgado desta Corte em que se postula o restabelecimento do auxílio doença cessado indevidamente pela autarquia previdenciária. Com efeito, verifico, logo de plano, ausência de similitude fático-jurídica entre a situação presente - prazo quinquenal em sede de conversão da licença - prêmio em pecúnia a contar do registro da aposentadoria junto ao TCU e não no ato de aposentação e o aresto paradigma (PEDILEF 00097601620074036302), assim ementado:

PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. CESSAÇÃO ADMINISTRATIVA. AÇÃO EM QUE SE POSTULA RESTABELECIMENTO. AJUIZAMENTO APÓS DOIS ANOS. JULGAMENTO SEM RESOLUÇÃO POR FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL. NÃO OCORRÊNCIA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 85/STJ. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.

Como bem ensinam José Antonio Savaris e Flávia da Silva Xavier, in Manual dos Recursos nos Juizados Especiais Federais, p. 222, 5ª Edição, 2015, Alteridade Editora, "(de)corre da hipótese de cabimento dos incidentes de uniformização a exigência da demonstração de divergência, o que somente se verifica quando a diferença de tratamento jurisprudência se der em situações jurídicas análogas". Prosseguem: "É indispensável, portanto, a demonstração da similitude fático-jurídica entre a decisão recorrida e os precedentes invocados como paradigmas para que se caracterize a divergência entre as decisões. Não são divergentes, para efeito de cabimento dos incidentes de uniformização, decisões que, ao analisar questões fáticas e situações jurídicas diversas, acabam por conferir tratamento diferente daquele adotado em outro processo".

Por efeito, não havendo similitude fático-jurídica, a admissão do incidente encontra óbice na Questão de Ordem nº 22 deste Colegiado.

Quanto a questão de fundo, também não merece acolhida, posto que o requerente não trouxe sequer um acórdão paradigma válido que retratasse divergência em relação ao decidido pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Rio Grande do Norte.

Por efeito, voto no sentido de NEGAR SEGUIMENTO ao pedido de uniformização, na forma do art. 9º, inciso IX, do Regimento Interno da TNU.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília, 14 de abril de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE  
BERTOZZI  
Juíza Federal Relatora Suplente da TNU -  
Convocada em regime de mutirão  
**ACÓRDÃO**

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, decidiu NEGAR SEGUIMENTO ao presente Incidente de Uniformização, nos termos da ementa-voto da Juíza Federal relatora.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília, 14 de abril de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE  
BERTOZZI  
Juíza Federal Relatora Suplente da TNU -  
Convocada em regime de mutirão

PROCESSO: 0515945-23.2014.4.05.8400

ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

REQUERENTE: ADERBAL FREIRE

PROC./ADV.: ADÍLIA DANIELLA NÓBREGA FLOR

OAB: PB-17228

REQUERIDO(A): UNIÃO

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE BERTOZZI

EMENTA - VOTO

PEDILEF. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO.LICENÇA-PRÊMIO.CONVERSÃO EM PECÚNIA.AUSÊNCIA DE PARADIGMA. NEGO SEGUIMENTO.

A parte recorrente - Autor - houve por bem oferecer pedido de uniformização nacional, com fundamento no art. 14, § 2º da Lei 10.259/2001, em face do acórdão prolatado pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Rio Grande do Norte que confirmou a sentença de improcedência do pedido autoral, no tocante a conversão em pecúnia da licença-prêmio não gozada.

O incidente não foi admitido. A suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU. O referido agravo, teve o trânsito assegurado pela Presidência da TNU e distribuído a esta Relatora.

É o breve relatório.

DECIDO.

De pronto, verifico que é inadmissível o presente pleito, porquanto só é cabível o incidente de uniformização em questões de direito material, fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de

diferentes Regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ (§ 2º do art. 14 da Lei 10.259/2001).

No caso, quanto à questão da prescrição, o recorrente não atendeu à exigência legal, uma vez que o acórdão apontado como paradigma, TRF 1ª Região (Processo nº 0025481-37.2013.4.01.3300/BA) da relatoria do Desembargador Federal Francisco de Assis Betti não foi proferido por Turma Recursal dos JEFs, posto que não se mostra possível, em sede de pedido de uniformização dirigido a esta Turma Nacional, a demonstração de divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Tribunal Regional Federal.

Quanto a questão de fundo, também não merece acolhida, posto que o requerente não trouxe sequer um acórdão paradigma válido que retratasse divergência em relação ao decidido pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Rio Grande do Norte.

Por efeito, voto no sentido de NEGAR SEGUIMENTO ao pedido de uniformização, na forma do art. 9º, inciso IX, do Regimento Interno da TNU.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília, 14 de abril de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE  
BERTOZZI  
Juíza Federal Relatora Suplente da TNU -  
Convocada em regime de mutirão  
**ACÓRDÃO**

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, decidiu NEGAR SEGUIMENTO ao presente Incidente de Uniformização, nos termos da ementa-voto da Juíza Federal relatora.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília, 14 de abril de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE  
BERTOZZI  
Juíza Federal Relatora Suplente da TNU -  
Convocada em regime de mutirão

PROCESSO: 0515952-15.2014.4.05.8400

ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

REQUERENTE: SEBASTIÃO OLAVO DA SILVA

PROC./ADV.: ADÍLIA DANIELLA NÓBREGA FLOR

OAB: PB-17228

REQUERIDO(A): UNIÃO

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE BERTOZZI

EMENTA - VOTO

PEDILEF. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO.LICENÇA-PRÊMIO.CONVERSÃO EM PECÚNIA.AUSÊNCIA DE PARADIGMA. NEGA SEGUIMENTO.

A parte recorrente - Autor - houve por bem oferecer pedido de uniformização nacional, com fundamento no art. 14, § 2º da Lei 10.259/2001, em face do acórdão prolatado pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Rio Grande do Norte que confirmou a sentença de improcedência do pedido autoral, no tocante a conversão em pecúnia da licença-prêmio não gozada.

O incidente não foi admitido. A suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU. O referido agravo, teve o trânsito assegurado pela Presidência da TNU e distribuído a esta Relatora.

É o breve relatório.

DECIDO.

De pronto, verifico que é inadmissível o presente pleito, porquanto só é cabível o incidente de uniformização em questões de direito material, fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ (§ 2º do art. 14 da Lei 10.259/2001). No caso, o recorrente não atendeu à exigência legal, uma vez que não trouxe sequer um acórdão paradigma válido que retratasse divergência em relação ao decidido pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Rio Grande do Norte.

Por efeito, voto no sentido de NEGAR SEGUIMENTO ao pedido de uniformização, na forma do art. 9º, inciso IX, do Regimento Interno da TNU.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília, 14 de abril de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE  
BERTOZZI  
Juíza Federal Relatora Suplente da TNU -  
Convocada em regime de mutirão  
**ACÓRDÃO**

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, decidiu NEGAR SEGUIMENTO ao presente Incidente de Uniformização, nos termos da ementa-voto da Juíza Federal relatora.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília, 14 de abril de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE  
BERTOZZI  
Juíza Federal Relatora Suplente da TNU -  
Convocada em regime de mutirão

PROCESSO: 5001684-85.2013.4.04.7204

ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA

REQUERENTE: UNIÃO

PROC./ADV.: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

REQUERIDO(A): DANIELA PAGNAN

PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE BERTOZZI



## EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL INTERPOSTO PELA UNIÃO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. AJUDA DE CUSTO. REMOÇÃO A PEDIDO. INCABÍVEL. ALINHAMENTO DO ENTENDIMENTO DA TNU AO POSICIONAMENTO DO STJ. PET Nº 8345/SC. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.

A parte recorrente - União - houve por bem oferecer pedido de uniformização nacional, em face do acórdão prolatado pela 3ª Turma Recursal de Santa Catarina que manteve a sentença de procedência do pedido autoral, a fim de reconhecer o pagamento da ajuda de custo por ocasião da remoção, a pedido, do servidor público federal. No incidente de uniformização, a recorrente alega que a mudança decorrente de remoção a pedido, ou seja, por interesse próprio, afasta o interesse exclusivo da administração, hábil a ensinar a concessão da indenização pleiteada. Para comprovar a divergência, apresentou como paradigma julgado do C. STJ no REsp nº 3.87189/SC. O incidente de uniformização não foi admitido na origem. Interposto agravo, teve o trânsito assegurado pela Presidência da TNU e distribuído a esta Relatora.

As contrarrazões do agravo defendem a possibilidade do pagamento da verba requerida ante a inexistência de divergência jurisprudencial, porquanto o tema em debate já foi objeto de análise no âmbito desta Corte.

Conheço do recurso em virtude da adequada comprovação da divergência jurisprudencial em torno da tese jurídica debatida pelo acórdão recorrido e pelo julgado paradigma. O cerne da controvérsia radica em verificar se é devida ajuda de custo quando de remoção a pedido, isto é, se há interesse do serviço quando a remoção se dá a pedido do servidor público.

Presentes os pressupostos de admissibilidade, passo à análise do mérito recursal.

Inicialmente, ressalto que a Presidência desta Corte, no processo nº 0507512-98.2012.4.05.8400/RN, de 10/09/2013, determinou a suspensão de todos os processos que sejam objeto da mesma matéria por encontrar afetada à Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, aguardando o julgamento da PET 8.345/SC.

Cumpr, ainda, esclarecer que esta Turma Nacional de Uniformização já teve oportunidade de normatizar o tema através de precedente constituído na linha de raciocínio ora expendido do qual consignava que havia o direito à percepção da ajuda de custo, para servidores removidos a pedido, em razão do entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça no AgRg no RESp 779.276/SC, Sexta turma, Rel. Min. Desembargador convocado Celso Limongi, DJ 18.5.2009; AgRg no RESp 714.297/SC, Sexta Turma, Rel. Min. Desembargadora convocada Jane Silva, DJ 1.12.2008.

Ocorre que, este entendimento encontra-se superado nesta Corte de uniformização, posto que, recentemente, na sessão de julgamento realizada em 21/10/2015, decidiu alinhar-se ao posicionamento firmado pelo STJ na PET nº 8.345/SC (DJ: 12/11/2014), segundo o qual descabe ajuda de custo na remoção a pedido de servidor. Transcrevo abaixo a ementa do PEDILEF, de relatoria da Excelentíssima Juíza Federal Ângela Cristina Monteiro: PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. ADMINISTRATIVO. ADVOGADO DA UNIÃO. REGIME JURÍDICO ÚNICO. LEI 8.112/90. REMOÇÃO A PEDIDO. ARTIGOS 36, § ÚNICO, III E 53 DA LEI 8.112/90. AJUDA DE CUSTO. INCABÍVEL. ALINHAMENTO DA JURISPRUDÊNCIA DA TNU AO ENTENDIMENTO DO STJ. PET. 8.345-SC. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.

Nesse sentido, reafirmo aqui a tese jurídica firmada pela TNU no julgamento do PEDILEF nº 50043695320134047208, juiz federal Douglas Camarinha Gonzales, TNU, DOU 22/01/2016, páginas 83/132.

Demais disso, no caso da remoção de servidor, com fulcro na hipótese da alínea 'c' do inciso III do parágrafo único do art. 36, é evidente o descabimento do pagamento de ajuda de custo na forma do art. 53, todos da Lei n. 8.112/90, uma vez que a oferta de vagas pela administração pública somente tem por objetivo racionalizar os interesses particulares dos servidores que, de forma contumaz, entram em conflito no que se refere à escolha de lotação. Não há, portanto, falar, nesse caso, em "interesse de serviço".

Assim, razão a União quando da alegação, em seu incidente de uniformização, de que o acórdão recorrido diverge do entendimento do STJ- REsp 387189/SC - na medida em que, para o paradigma, na hipótese de remoção a pedido, indevida a ajuda de custo, porque não há que se falar em interesse exclusivo da Administração. Portanto, diante da decisão do Superior Tribunal de Justiça e afastando o entendimento antes fixado pela TNU e em atenção ao princípio da segurança jurídica, impositivo o provimento do presente recurso.

Ante o exposto, CONHEÇO do pedido de uniformização e DOULHE PROVIMENTO, determinando a devolução dos autos à Turma de origem para adequação à orientação pacificada pela TNU, ora reafirmada e em conformidade particularmente com os PEDILEF nº 2008.51.51.052355-6 e PEDILEF nº 50043695320134047208 acima destacado.

É como voto.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília, 14 de abril de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE  
BERTOZZI

Juíza Federal Relatora Suplente da TNU -  
Convocada em regime de mutirão

## ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, decidiu CONHECER E DAR PROVIMENTO ao presente Incidente de Uniformização, nos termos da ementa-voto da Juíza Federal relatora. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Brasília, 14 de abril de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE  
BERTOZZI

Juíza Federal Relatora Suplente da TNU -  
Convocada em regime de mutirão

PROCESSO: 0502180-43.2013.4.05.8101

ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): RAIMUNDA DA COSTA ARAÚJO

PROC./ADV.: MARCELO CAMARDELLA DA SILVEIRA

OAB: CE-9527

PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO TAVARES

OAB: CE-8639

PROC./ADV.: ADELAIDE BRAGA SILVA TAVARES

OAB: CE-18947

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ITÁLIA MARIA ZIMARDI  
ARÊAS POPPE BERTOZZI

## EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO CONSTITUCIONAL-PROCESSUAL. ACÓRDÃO PADRÃO E GENÉRICO. VIOLAÇÃO DO DIREITO DE FUNDAMENTAÇÃO DA SENTENÇA. UNIFORMIZAÇÃO PREJUDICADA. QUESTÃO DE ORDEM Nº 17. SENTENÇA E ACÓRDÃO ANULADO DE OFÍCIO. Trata-se de Pedido de Uniformização Nacional interposto pelo INSS contra acórdão proferido pela 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Ceará, que reconheceu a incapacidade da parte recorrida para o trabalho, condenando o INSS a restabelecer o benefício de auxílio-doença anterior e pagar-lhe as prestações de vencidas desde a cessação.

O INSS houve por bem oferecer pedido de uniformização nacional, alegando o desacordo do acórdão recorrido com a jurisprudência desta Corte, invocando que, uma vez não reconhecida pelo perito judicial incapacidade pretérita, a data de início do benefício se ativesse à data da juntada do laudo, juntando para tanto acórdão paradigma da TNU a fim de demonstrar o dissídio.

Outrossim, vislumbro dos autos que a sentença reconhece a prescrição de fundo do direito da parte autora, que demorou-se mais de 5 (cinco) anos entre a negativa administrativa e a propositura da ação, contra o que se insurgiu a parte autora. Não obstante, em nenhum momento o juízo a quo manifestou-se sobre a questão controvertida nos autos, tornando-se omissão, a despeito, inclusive, de ser a prescrição matéria de ordem pública, cognoscível ex officio.

Em verdade, o que se observa dos autos é que o acórdão recorrido apresenta-se omissivo e genérico, deixando de enfrentar as questões dos autos e mencionando que a sentença recorrida teria decidido o mérito da questão em determinado sentido - quando se ateve apenas ao reconhecimento da prejudicial de prescrição. Tampouco enfrentou as peculiaridades do caso ou fundamentou a fixação do termo inicial do benefício na data da cessação anterior, datado de 17/11/2006, quando o laudo pericial, aponta para incapacidade apenas nos 4 (quatro) meses anteriores à perícia, realizada em junho de 2013.

Dessa forma, deve ser anulado o acórdão, nos termos da Questão de Ordem n.º 17: "Quando o acórdão decidir tema alheio à controvérsia, a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais deve anular o julgado", considerando prejudicada a análise do mérito recursal.

Nesse sentido já decidiu a Colenda Turma, conforme aresto abaixo transcrito:

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO CONSTITUCIONAL-PROCESSUAL. ACÓRDÃO PADRÃO E GENÉRICO. VIOLAÇÃO DO DIREITO DE FUNDAMENTAÇÃO DA SENTENÇA. UNIFORMIZAÇÃO PREJUDICADA. ACÓRDÃO ANULADO DE OFÍCIO. 1. Acórdão recorrido que manteve a sentença de primeiro grau, sob o fundamento de que "os documentos acostados aos autos não estão em conformidade com o que exige a legislação previdenciária, não se prestando a demonstrar o desempenho da atividade rural no período exigido em lei, sobretudo por serem documentos expedidos em nome de terceiros e resultantes de declarações unilaterais ou de mera adesão da parte ou, ainda, expedidos fora do período de carência ou na iminência da propositura do pleito, sendo, portanto, imprestáveis para o fim a que se destinam." 2. Trata-se de acórdão com fundamentação padrão e genérica acerca das razões da improcedência do pedido, não tendo sido analisadas as especificidades do caso concreto. 3. A ausência de análise específica dos autos, não permite sequer que se faça o cotejo entre o acórdão ora combatido e os paradigmas apresentados. 4. Violação do direito constitucional à fundamentação das decisões judiciais (art. 93, inc. IX). 5. Acórdão que se anula de ofício, em face de aplicação analógica da Questão de Ordem nº 17 ("Quando o acórdão decidir tema alheio à controvérsia, a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais deve anular o julgado"). 6. Precedentes desta TNU: PEDILEFs nºs. 2004.81.10.0176162, 2004.81.10.028197-8, 2004.81.10.018124-8 e 2004.81.10.008641-0. 7. Apreciação do Incidente de Uniformização prejudicada. 8. Anulação de ofício do acórdão, com o retorno dos autos à Turma Recursal de origem, para que se proceda a novo julgamento. (PEDILEF 05002785920074058103, Relator(a) JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO, TNU, DOU 20/04/2012)

Assim, CONHEÇO do incidente e ANULO DE OFÍCIO o acórdão recorrido, considerando PREJUDICADA a análise de mérito do pedido de uniformização.

Intimem-se as partes e após o trânsito em julgado dê-se baixa e remetam-se os autos ao Juízo de origem.

É como voto.

Brasília, 14 de abril de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE  
BERTOZZI

Juíza Federal Relatora Suplente da TNU -  
Convocada em regime de mutirão

## ACÓRDÃO

Acordam os Srs. Juízes Federais da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, em ANULAR DE OFÍCIO O ACÓRDÃO constante dos presentes autos e, ainda, considerar PREJUDICADA a análise do presente Pedido de Uniformização, com base no voto proferido pela MM. Juíza Relatora.

Brasília, 14 de abril de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE  
BERTOZZI

Juíza Federal Relatora Suplente da TNU -  
Convocada em regime de mutirão

PROCESSO: 0503180-69.2013.4.05.8104

ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ

REQUERENTE: ANA MARIA VIEIRA DA SILVA

PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA

OAB: CE-20417-A

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ITÁLIA MARIA ZIMARDI  
ARÊAS POPPE BERTOZZI

## EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. FIXAÇÃO DO TERMO INICIAL DE BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE SE ENCONTRA ALINHADO COM O POSICIONAMENTO DA TNU. INCIDÊNCIA DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 13 DA TNU. RECURSO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.

A parte recorrente houve por bem oferecer pedido de uniformização nacional, alegando o desacordo do acórdão recorrido com a jurisprudência de Turmas Recursais de outras regiões, súmula ou jurisprudência dominante do STJ ou da TNU, nos termos do art. 14, §2º da Lei 10.259/01.

Inicialmente, vislumbro similitude fática entre o aresto colacionado e a questão debatida nos autos, uma vez que a questão controvertida nos autos versa sobre a fixação da DIB, quando houver imprecisão da data de início da incapacidade pelo laudo pericial.

Por outro lado, verifica-se que o acórdão recorrido encontra-se de acordo com a jurisprudência dominante da TNU, motivo pelo qual não merece ser admitido, senão vejamos.

A recorrente pretende a reforma do julgado a fim de que a DIB do benefício por incapacidade concedido remonte à data do requerimento administrativo.

Outrossim, o julgado da Turma de origem determinou a concessão do benefício tendo como termo inicial da incapacidade a data da perícia, uma vez que o perito não soube precisar data mais remota para o início da inaptidão para o labor.

Quanto ao termo inicial de concessão dos benefícios por incapacidade, é mister recordar que a TNU já se posicionou, devendo a DIB, segundo seu entendimento atual, ser fixada conforme os parâmetros a seguir, nas seguintes situações:

a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF n.º 200936007023962);

b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF n.º 00558337620074013400);

c) na data da citação, na ausência de requerimento administrativo, (PEDILEF 50024169420124047012, seguindo a jurisprudência do STJ: REsp 1369165/SP).

Outrossim, a TNU ressalva o princípio do livre convencimento motivado para que o juiz, que não se encontra adstrito ao laudo pericial - como bem prevê, inclusive, o art. 436 do CPC -, fixe data de início em termo que entenda razoável, desde que o faça fundamentadamente, com base nas demais provas carreadas aos autos, como ocorre in casu.

Precedentes: PEDILEF 200881025019564, Rel. Juiz Federal PAULO RICARDO ARENA FILHO, DOU 23/09/2011; PEDILEF 05064418720094058102, Rel. Juiz Federal ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA, DOU 23/03/2012; PEDILEF 00818615420074036301, Rel. Juiz Federal SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA, DOU 09/10/2015; PEDILEF 0013283-21.2006.4.01.3200, Rel. Juiz Federal ALCIDES SALDANHA LIMA, DOU de 25.11.2011; PEDILEF 2007.51.64.001823-7, Rel. Juiz Federal JOSÉ EDUARDO DO NASCIMENTO, DOU de 14.10.2011; PEDILEF 200740007028548, Rel. Juíza Federal SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU de 13.5.2011.

Nesse sentido, deve incidir a Questão de Ordem n.º 13 da TNU, verbis: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, NEGÓ SEGUIMENTO ao pedido de uniformização, na forma do art. art. 9º, inciso IX, do Regimento Interno da TNU. Intimem-se as partes e após o trânsito em julgado dê-se baixa e remetam-se os autos ao Juízo de origem.

É como voto.

Brasília, 14 de abril de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE  
BERTOZZI

Juiza Federal Relatora Suplente da TNU -  
Convocada em regime de mutirão

#### ACÓRDÃO

Acordam os Srs. Juizes Federais da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, em NEGAR SEGUIMENTO ao Pedido de Uniformização, com base no voto proferido pela MM. Juiza Relatora.

Brasília, 14 de abril de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE  
BERTOZZI

Juiza Federal Relatora Suplente da TNU -  
Convocada em regime de mutirão

PROCESSO: 2013.51.51.032378-2

ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

REQUERENTE: UNIÃO

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

REQUERIDO(A): LAURO COELHO JUNIOR

PROC./ADV.: O MESMO

OAB: -

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE BERTOZZI

EMENTA - VOTO

PEDILEF. ADMINISTRATIVO. REMOÇÃO "A PEDIDO". PROCURADOR DA REPÚBLICA. AJUDA DE CUSTO. AUSÊNCIA DE SEMELHANÇA FÁTICA E JURÍDICA. QUESTÃO DE ORDEM Nº 22 DA TNU. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. NEGÓ SEGUIMENTO.

A parte recorrente - União - houve por bem oferecer pedido de uniformização nacional, em face do acórdão prolatado pela 4ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Rio de Janeiro que reformando a sentença de improcedência do pedido autoral, reconheceu o pagamento da ajuda de custo por ocasião da remoção, a pedido, do Procurado da República.

No incidente de uniformização, a recorrente alega que a mudança decorrente de remoção a pedido, ou seja, por interesse próprio, afasta o interesse exclusivo da administração, hábil a ensinar a concessão da indenização pleiteada. Para comprovar a divergência, apresentou como paradigma julgados do C. STJ no REsp nº 3.87189/SC; PET Nº 8345/SC; AgRg no REsp 14008942/AL; AgRg ns SLS 995/DF.

O incidente de uniformização não foi admitido na origem. Interposto agravo, teve o trânsito assegurado pela Presidência da TNU e distribuído a esta Relatora.

Não houve a interposição das contrarrazões do agravo, conforme certificado nos autos à fl. 159.

É o breve relatório.

DECIDO.

De pronto, o recurso não merece ser conhecido quanto aos acórdãos paradigmas trazido pela União, porquanto não apresenta similitude fática com o caso ora em exame, que aprecia demanda oriunda de integrante da carreira do Ministério Público Federal, agente político que possui independência funcional e sob regência da LC 75/93 (LOMP). Já o julgado paradigma REsp 387189/SC trata-se de servidores públicos federais, sob regência da Lei 8.112/90, o que atrai, a valer, a incidência da Questão de Ordem nº 22 desta Turma Nacional: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".

Também não merece acolhida o acórdão paradigma REsp 200500140400 da 5ª Turma - DJ 04/12/2006, porquanto tal entendimento não coaduna com a jurisprudência dominante desta Corte que, em julgados mais recentes, já se posicionou no sentido de que na remoção ex officio e a pedido, de magistrado e por simetria ao Procurador da República, fazem jus à ajuda de custo - Precedentes: PEDILEF 2008.3700.30.35970 - Relator Juiz Federal Alcides Saldanha Lima; DOU - 20/07/2012; PEDILEF 2008.71.55.0003323 - Relator Juiz Federal Antônio Fernando Schenkel do Amaral e Silva - DJU 27-07-2012; PEDILEF 2006.51.51.002075-6, Relator Juiz Federal Sebastião Ogê Muniz, DJU 18-02-2008.

Assim, da análise das duas posições contrapostas afigura-se lúcida a conclusão de que está ausente pressuposto de admissibilidade, porquanto não foi demonstrada contrariedade lógico-jurídica, de modo a justificar a atuação uniformizadora desta TNU.

Por efeito, voto no sentido de NEGAR SEGUIMENTO ao pedido de uniformização, na forma do art. 9º, inciso IX, do Regimento Interno da TNU.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília, 14 de abril de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE  
BERTOZZI

Juiza Federal Relatora Suplente da TNU -  
Convocada em regime de mutirão

#### ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, decidiu NEGAR SEGUIMENTO ao presente Incidente de Uniformização, nos termos da ementa-voto da Juiza Federal relatora.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília, 14 de abril de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE  
BERTOZZI

Juiza Federal Relatora Suplente da TNU -  
Convocada em regime de mutirão

PROCESSO: 0001094-18.2011.4.01.3820

ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS

REQUERENTE: VALDIONIR HENRIQUES E SILVA

PROC./ADV.: JOUBER DA SILVA SARAIVA AMARAL

OAB: MG-94712

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE BERTOZZI

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PRETENSÃO DE REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 42 TNU. RECURSO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.

A parte recorrente houve por bem oferecer pedido de uniformização nacional, alegando o desacordo do acórdão recorrido com a jurisprudência de Turmas Recursais de outras regiões, súmula ou jurisprudência dominante do STJ ou da TNU, nos termos do art. 14, §2º da Lei 10.259/01.

Inicialmente, não vislumbro similitude fática entre o acórdão recorrido e os paradigmas apontados, uma vez que naquele restou consignado que o exercício de atividade urbana por seu cônjuge, os documentos acostados aos autos pelo recorrente como início de prova material relativo ao período de atividade rural/exercício de atividade urbana intercalada e a utilização de maquinário agrícola para fins de (des)caracterização da condição de segurado especial.

Por outro lado, tenho que a argumentação do recorrente, em verdade, volta-se à reanálise do contexto fático-probatório dos autos; no entanto, o incidente de uniformização não se presta para o reexame dos fatos e provas acostados aos autos.

Nesse sentido, deve incidir a Súmula nº 42 da TNU, verbis: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato."

Ante o exposto, NEGÓ SEGUIMENTO ao pedido de uniformização, na forma do art. art. 9º, inciso IX, do Regimento Interno da TNU. Intimem-se as partes e após o trânsito em julgado dê-se baixa e remetam-se os autos ao Juízo de origem.

É como voto.

Brasília, 14 de abril de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE  
BERTOZZI

Juiza Federal Relatora Suplente da TNU -  
Convocada em regime de mutirão

#### ACÓRDÃO

Acordam os Srs. Juizes Federais da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, em NEGAR SEGUIMENTO ao Pedido de Uniformização, com base no voto proferido pela MM. Juiza Relatora.

Brasília, 14 de abril de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE  
BERTOZZI

Juiza Federal Relatora Suplente da TNU -  
Convocada em regime de mutirão

PROCESSO: 0073392-19.2007.4.03.6301

ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo

REQUERENTE: FRANCISCO BRUNO DOS SANTOS

PROC./ADV.: WEVERTON MATHIAS CARDOSO

OAB: SP-251209

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE BERTOZZI

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. FIXAÇÃO DO TERMO INICIAL DE BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE SE ENCONTRA ALINHADO COM O POSICIONAMENTO DA TNU. INCIDÊNCIA DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 13 DA TNU. RECURSO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.

A parte recorrente houve por bem oferecer pedido de uniformização nacional, alegando o desacordo do acórdão recorrido com a jurisprudência de Turmas Recursais de outras regiões, súmula ou jurisprudência dominante do STJ ou da TNU, nos termos do art. 14, §2º da Lei 10.259/01.

Inicialmente, vislumbro similitude fática entre o aresto colacionado e a questão debatida nos autos, uma vez que a questão controvertida nos autos versa sobre a fixação da DIB na data do requerimento

administrativo, quando existirem elementos apontando a existência da incapacidade antes da perícia.

Por outro lado, verifica-se que o acórdão recorrido encontra-se de acordo com a jurisprudência dominante da TNU, motivo pelo qual não merece ser admitido, senão vejamos.

A recorrente pretende a reforma do julgado a fim de que a DIB do benefício por incapacidade concedido remonte à data do requerimento administrativo.

Outrossim, o julgado da Turma de origem estabeleceu a DIB na data da cessação do último benefício por incapacidade gozado pelo recorrente, tendo em vista que não teria restado comprovado que a parte autora encontrava-se incapacitada de forma ininterrupta desde a data do primeiro benefício de auxílio-doença que lhe foi concedido, tendo, em verdade, de acordo com os documentos dos autos, alternado períodos de capacidade e incapacidade laborativa.

Quanto ao termo inicial de concessão dos benefícios por incapacidade, é mister recordar que a TNU já se posicionou, devendo a DIB, segundo seu entendimento atual, ser fixada conforme os parâmetros a seguir, nas seguintes situações:

a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF nº 200936007023962);

b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF nº 00558337620074013400);

c) na data da citação, na ausência de requerimento administrativo, (PEDILEF 50024169420124047012, seguindo a jurisprudência do STJ: REsp 1369165/SP).

Outrossim, a TNU ressalva o princípio do livre convencimento motivado para que o juiz, que não se encontra adstrito ao laudo pericial - como bem prevê, inclusive, o art. 436 do CPC -, fixe data de início em termo que entenda razoável, desde que o faça fundamentadamente, com base nas demais provas carreadas aos autos, como ocorre in casu.

Precedentes: PEDILEF 200881025019564, Rel. Juiz Federal PAULO RICARDO ARENA FILHO, DOU 23/09/2011; PEDILEF 05064418720094058102, Rel. Juiz Federal ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA, DOU 23/03/2012; PEDILEF 00818615420074036301, Rel. Juiz Federal SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA, DOU 09/10/2015; PEDILEF 0013283-21.2006.4.01.3200, Rel. Juiz Federal ALCIDES SALDANHA LIMA, DOU de 25.11.2011; PEDILEF 2007.51.64.001823-7, Rel. Juiz Federal JOSÉ EDUARDO DO NASCIMENTO, DOU de 14.10.2011; PEDILEF 200740007028548, Rel. Juiza Federal SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU de 13.5.2011.

Nesse sentido, deve incidir a Questão de Ordem nº 13 da TNU, verbis: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, NEGÓ SEGUIMENTO ao pedido de uniformização, na forma do art. art. 9º, inciso IX, do Regimento Interno da TNU. Intimem-se as partes e após o trânsito em julgado dê-se baixa e remetam-se os autos ao Juízo de origem.

É como voto.

Brasília, 14 de abril de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE  
BERTOZZI

Juiza Federal Relatora Suplente da TNU -  
Convocada em regime de mutirão

#### ACÓRDÃO

Acordam os Srs. Juizes Federais da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, em NEGAR SEGUIMENTO ao Pedido de Uniformização, com base no voto proferido pela MM. Juiza Relatora.

Brasília, 14 de abril de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE  
BERTOZZI

Juiza Federal Relatora Suplente da TNU -  
Convocada em regime de mutirão

PROCESSO: 0000409-93.2010.4.03.6308

ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo

REQUERENTE: JOSÉ PEDRO DA SILVA

PROC./ADV.: JOSÉ BRUN JÚNIOR

OAB: SP-128366

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE BERTOZZI

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. FIXAÇÃO DO TERMO INICIAL DE BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE SE ENCONTRA ALINHADO COM O POSICIONAMENTO DA TNU. INCIDÊNCIA DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 13 DA TNU. RECURSO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.

A parte recorrente houve por bem oferecer pedido de uniformização nacional, alegando o desacordo do acórdão recorrido com a jurisprudência de Turmas Recursais de outras regiões, súmula ou jurisprudência dominante do STJ ou da TNU, nos termos do art. 14, §2º da Lei 10.259/01.



Inicialmente, vislumbro similitude fática entre o aresto colacionado e a questão debatida nos autos, uma vez que a questão controvertida nos autos versa sobre a fixação da DIB na data do requerimento administrativo.

Por outro lado, verifica-se que o acórdão recorrido encontra-se de acordo com a jurisprudência dominante da TNU, motivo pelo qual não merece ser admitido, senão vejamos.

A recorrente pretende a reforma do julgado a fim de que a DIB do benefício por incapacidade concedido remonte à data do requerimento administrativo.

Outrossim, o julgado da Turma de origem fixou o termo inicial do benefício na data de citação, uma vez que o perito judicial não vislumbrou incapacidade à época do requerimento administrativo.

Quanto ao termo inicial de concessão dos benefícios por incapacidade, é mister recordar que a TNU já se posicionou, devendo a DIB, segundo seu entendimento atual, ser fixada conforme os parâmetros a seguir, nas seguintes situações:

a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF n.º 200936007023962);

b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF n.º 00558337620074013400);

c) na data da citação, na ausência de requerimento administrativo, (PEDILEF 50024169420124047012, seguindo a jurisprudência do STJ: REsp 1369165/SP).

Outrossim, a TNU ressalva o princípio do livre convencimento motivado para que o juiz, que não se encontra adstrito ao laudo pericial - como bem prevê, inclusive, o art. 436 do CPC -, fixe data de início em termo que entenda razoável, desde que o faça fundamentadamente, com base nas demais provas carreadas aos autos, como ocorre in casu.

Precedentes: PEDILEF 200881025019564, Rel. Juiz Federal PAULO RICARDO ARENA FILHO, DOU 23/09/2011; PEDILEF 05064418720094058102, Rel. Juiz Federal ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA, DOU 23/03/2012; PEDILEF 00818615420074036301, Rel. Juiz Federal SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA, DOU 09/10/2015; PEDILEF 0013283-21.2006.4.01.3200, Rel. Juiz Federal ALCIDES SALDANHA LIMA, DOU de 25.11.2011; PEDILEF 2007.51.64.001823-7, Rel. Juiz Federal JOSÉ EDUARDO DO NASCIMENTO, DOU de 14.10.2011; PEDILEF 200740007028548, Rel. Juíza Federal SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU de 13.5.2011.

Nesse sentido, deve incidir a Questão de Ordem n.º 13 da TNU, verbis: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, NEGOU SEGUIMENTO ao pedido de uniformização, na forma do art. art. 9º, inciso IX, do Regimento Interno da TNU. Intimem-se as partes e após o trânsito em julgado dê-se baixa e remetam-se os autos ao Juízo de origem.

É como voto.

Brasília, 14 de abril de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE  
BERTOZZI  
Juíza Federal Relatora Suplente da TNU -  
Convocada em regime de mutirão  
**ACÓRDÃO**

Acordam os Srs. Juízes Federais da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, em NEGAR SEGUIMENTO ao Pedido de Uniformização, com base no voto proferido pela MM. Juíza Relatora.

Brasília, 14 de abril de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE  
BERTOZZI  
Juíza Federal Relatora Suplente da TNU -  
Convocada em regime de mutirão

PROCESSO: 0503632-67.2013.4.05.8205

ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA

REQUERENTE: MARIA DAS GRAÇAS GUIMARÃES NASCIMENTO

PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA

OAB: PB-4007

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE BERTOZZI

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. FIXAÇÃO DO TERMO INICIAL DE BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE SE ENCONTRA ALINHADO COM O POSICIONAMENTO DA TNU. INCIDÊNCIA DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 13 DA TNU. RECURSO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.

A parte recorrente houve por bem oferecer pedido de uniformização nacional, alegando o desacordo do acórdão recorrido com a jurisprudência de Turmas Recursais de outras regiões, súmula ou jurisprudência dominante do STJ ou da TNU, nos termos do art. 14, §2º da Lei 10.259/01.

nicionalmente, vislumbro similitude fática entre o aresto colacionado e a questão debatida nos autos, uma vez que a questão controvertida nos autos versa sobre a fixação da DIB na data do requerimento administrativo, quando existirem elementos apontando a existência da incapacidade antes da perícia ou em caso de dúvida no termo inicial desta.

Por outro lado, verifica-se que o acórdão recorrido encontra-se de acordo com a jurisprudência dominante da TNU, motivo pelo qual não merece ser admitido, senão vejamos.

A recorrente pretende a reforma do julgado a fim de que a DIB do benefício por incapacidade concedido remonte à data do requerimento administrativo.

Outrossim, o julgado da Turma de origem estabeleceu a DIB na data da perícia, uma vez que o laudo pericial não foi preciso quanto à data de início da incapacidade.

Quanto ao termo inicial de concessão dos benefícios por incapacidade, é mister recordar que a TNU já se posicionou, devendo a DIB, segundo seu entendimento atual, ser fixada conforme os parâmetros a seguir, nas seguintes situações:

a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF n.º 200936007023962);

b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF n.º 00558337620074013400);

c) na data da citação, na ausência de requerimento administrativo, (PEDILEF 50024169420124047012, seguindo a jurisprudência do STJ: REsp 1369165/SP).

Outrossim, a TNU ressalva o princípio do livre convencimento motivado para que o juiz, que não se encontra adstrito ao laudo pericial - como bem prevê, inclusive, o art. 436 do CPC -, fixe data de início em termo que entenda razoável, desde que o faça fundamentadamente, com base nas demais provas carreadas aos autos, como ocorre in casu.

Precedentes: PEDILEF 200881025019564, Rel. Juiz Federal PAULO RICARDO ARENA FILHO, DOU 23/09/2011; PEDILEF 05064418720094058102, Rel. Juiz Federal ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA, DOU 23/03/2012; PEDILEF 00818615420074036301, Rel. Juiz Federal SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA, DOU 09/10/2015; PEDILEF 0013283-21.2006.4.01.3200, Rel. Juiz Federal ALCIDES SALDANHA LIMA, DOU de 25.11.2011; PEDILEF 2007.51.64.001823-7, Rel. Juiz Federal JOSÉ EDUARDO DO NASCIMENTO, DOU de 14.10.2011; PEDILEF 200740007028548, Rel. Juíza Federal SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU de 13.5.2011.

Nesse sentido, deve incidir a Questão de Ordem n.º 13 da TNU, verbis: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, NEGOU SEGUIMENTO ao pedido de uniformização, na forma do art. art. 9º, inciso IX, do Regimento Interno da TNU. Intimem-se as partes e após o trânsito em julgado dê-se baixa e remetam-se os autos ao Juízo de origem.

É como voto.

Brasília, 14 de abril de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE  
BERTOZZI  
Juíza Federal Relatora Suplente da TNU -  
Convocada em regime de mutirão  
**ACÓRDÃO**

Acordam os Srs. Juízes Federais da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, em NEGAR SEGUIMENTO ao Pedido de Uniformização, com base no voto proferido pela MM. Juíza Relatora.

Brasília, 14 de abril de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE  
BERTOZZI  
Juíza Federal Relatora Suplente da TNU -  
Convocada em regime de mutirão

PROCESSO: 0522000-22.2011.4.05.8100

ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ

REQUERENTE: FRANCISCO DE ASSIS DOS SANTOS SILVA

PROC./ADV.: MARIA DE JESUS P. ROSA

OAB: CE-9024

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE BERTOZZI

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. INCIDENTE NÃO ACOMPANHADO DA FONTE DE CONSULTA QUE PERMITA IDENTIFICAR A AUTENTICIDADE DOS JULGADOS PARADIGMAS. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 3 TNU. RECURSO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.

Trata-se de Pedido de Uniformização Nacional interposto por FRANCISCO DE ASSIS DOS SANTOS SILVA contra acórdão proferido pela 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Ceará, que conheceu e negou provimento ao seu recurso inominado, mantendo a sentença de improcedência quanto à pretensão formulada, na qual se buscava a condenação do INSS a conceder-lhe o acréscimo de 25% ao benefício de aposentadoria por tempo de contribuição que percebe, em face da alegada necessidade de assistência permanente de terceiros.

A parte recorrente houve por bem oferecer pedido de uniformização nacional, alegando o desacordo do acórdão recorrido com a jurisprudência de Turmas Recursais de outras regiões, juntando para tanto acórdãos paradigmas da Turma Regional de Uniformização da 2ª Região e da 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região a fim de demonstrar o dissídio.

Sobre os paradigmas apontados, em primeiro lugar, é mister salientar que o julgado oriundo de Turma de Tribunal, ainda que apontada a fonte de consulta e comprovada sua autenticidade, não se presta para os devidos fins, já que a divergência deve ser estabelecida entre decisões proferidas por Turmas Recursais de Juizados Especiais Federais de diferentes regiões ou demonstrada a contrariedade em relação a súmula ou jurisprudência dominante do STJ ou da TNU.

Já o paradigma emanado da Turma Regional de Uniformização da 2ª Região, embora possa em tese ser utilizado para fins de preenchimento do pressuposto de admissibilidade recursal, nos termos do art. 14, §2º da Lei 10.259/01, deve ter sua autenticidade confirmada, nos termos do art. 15, II do Regimento Interno da TNU.

Outrossim, na hipótese dos autos, a parte recorrente não se desincumbiu do ônus a ela imposto quanto à apresentação de cópias autenticadas do inteiro teor dos acórdãos modelos, certidão, citação do repositório de jurisprudência ou indicação da URL para consulta ao sítio eletrônico para confirmação da autenticidade do acórdão, não bastando para tanto a mera transcrição do julgado a fim de se reconhecer a divergência invocada.

Nesse sentido, deve incidir a Questão de Ordem n.º 3, em sua redação atual, verbis: "A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre turmas recursais de diferentes regiões, sendo exigida, no caso de julgado obtido por meio da internet, a indicação da fonte que permita a aferição de sua autenticidade."

Ante o exposto, NEGOU SEGUIMENTO ao pedido de uniformização, na forma do art. art. 9º, inciso IX, do Regimento Interno da TNU. Intimem-se as partes e após o trânsito em julgado dê-se baixa e remetam-se os autos ao Juízo de origem.

É como voto.

Brasília, 14 de abril de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE  
BERTOZZI  
Juíza Federal Relatora Suplente da TNU -  
Convocada em regime de mutirão  
**ACÓRDÃO**

Acordam os Srs. Juízes Federais da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, em NEGAR SEGUIMENTO ao Pedido de Uniformização, com base no voto proferido pela MM. Juíza Relatora.

Brasília, 14 de abril de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE  
BERTOZZI  
Juíza Federal Relatora Suplente da TNU -  
Convocada em regime de mutirão

PROCESSO: 0500646-72.2015.4.05.8302

ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco

REQUERENTE: ROSILDA MENDONÇA DE ARAÚJO

PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA..

OAB: PE-573-A

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO

Examinou, monocraticamente (CPC, art. 557) o recurso aviado pela parte privada.

Cuida-se de pedido de uniformização visando a cassação de acórdão proferido pela Turma Recursal de Pernambuco que, confirmando sentença de primeiro grau, não concedeu LOAS à parte recorrida, entendendo ausente o requisito de miserabilidade.

Funda sua irrisignação em precedente do STJ segundo o qual, sendo a renda familiar inferior a 1/4 do salário mínimo haveria presunção absoluta de miserabilidade.

No que concerne tal pressuposto, o STF ao apreciar reclamação ajuizada pelo INSS para garantir a autoridade de decisão da Corte proferida na ADI 1232/DF (DJU de 9.9.98), que declarara a constitucionalidade do § 3º do art. 20 da Lei 8.742/93 (Lei Orgânica da Assistência Social - Loas), o Plenário, por maioria, julgou improcedente o pedido por considerar possível revisão do que decidido naquela ação direta, em razão da defasagem do critério caracterizador da miserabilidade contido na mencionada norma. Assim, ao exercer novo juízo sobre a matéria e, em face do que decidido no julgamento do RE 567985/MT e do RE 580963/PR, pronunciou uma inconstitucionalidade em caráter progressivo na medida em que outras normas assistenciais foram editadas, com critérios mais elásticos, a sugerir que o legislador estaria a reinterpretar o art. 203, V, da CF.

Destarte, não pode mais o magistrado valer-se unicamente da literal dicção do § 3º do art. 20 da Lei 8.742/93 para avaliar a renda familiar e decidir o benefício assistencial, devendo ser necessariamente considerados elementos de ordem pessoal ou social da parte interessada.

Assim, nesse ponto, cabe ao magistrado, diante do caso concreto, realizar a análise da situação, aferindo a situação da família dentro do contexto socioeconômico em que se encontra inserida. Para tanto, fatores como moradia, saúde, educação, lazer e segurança devem ser analisados em conjunto com o critério econômico para balizar a aferição do preenchimento desse requisito para fins de concessão do benefício assistencial.

Na espécie, atuou adequadamente o juízo do primeiro grau, consoante se verifica da seguinte passagem da sentença, posteriormente mantida pela Turma Recursal:

"No caso em tela, este Juízo determinou a expedição de mandado de verificação in loco (anexos 15 e 16), a fim de apurar a situação financeira da família da Demandante, tendo o(a) Oficial(a) de Justiça exarado a seguinte conclusão:

O núcleo familiar da parte autora é composto por ela, seu cônjuge e um filho, residindo a família em casa própria, a qual, segundo alegado, foi ganha em um sorteio no ano de 1982 (anexo 15, quesito 8). Embora se trate de residência humilde, como se pode concluir pelas fotos contidas no anexo 16, foram encontrados no local objetos não condizentes com a renda declarada, sobretudo um aparelho notebook, bem de valor considerável, não coerente com a alegada situação de miserabilidade.

Ora, embora segundo a autora a única renda percebida pelo grupo familiar seja benefício assistencial - deficiente pago a seu esposo, cujo valor não pode ser considerado para fins de cálculo da renda per capita familiar, em consideração ao disposto no art. 34, parágrafo único, da Lei 10.741/2003, aplicável extensivamente aos portadores de impedimento de longo prazo, a realidade fática verificada não se coaduna com as alegações exordiais.

Além disso, diversas foram as contradições verificadas nas informações prestadas pela autora. Explico.

Inicialmente, no processo administrativo, a autora declarou que morava sozinha (anexo 20, fls. 3) e que estava separada de fato do seu esposo há 20 anos. Porém, quando realizada a pesquisa social, a autarquia previdenciária constatou que, na verdade, a demandante morava com seu cônjuge, de modo que a afirmação por ela prestada de que estava separada de fato era falsa. Verificou-se contradição, novamente, quando, após afirmação da autora em formulário LOAS (anexo 2) de que morava apenas com seu esposo, foi verificado pelo Oficial de Justiça, quando de cumprimento de mandado de verificação, que, na verdade, também reside na mesma casa um filho, já adulto.

Desse modo, observa-se que a parte omitiu informações em duas oportunidades, transparecendo uma realidade totalmente diversa da vivida. Ademais, embora o benefício assistencial recebido pelo esposo da autora não possa ser computado para a renda per capita, há diversos elementos que indicam uma renda percebida pelo filho da demandante. Ora, trata-se de adulto bastante jovem, contando com apenas 26 anos, com ensino médio completo e formação técnica em segurança do trabalho, condições que o capacitam plenamente para o exercício de atividade laborativa por meio da qual possa auferir renda razoável para manutenção de seu grupo familiar. Acrescente-se a isso o aparelho notebook encontrado na casa, o que só fortalece a conclusão pela existência de renda não declarada.

Dessa forma, entendo que a parte autora não preenche ao requisito da miserabilidade".

Verifico, portanto, que o precedente arrolado pela recorrente mostra-se impréstável ao fim colimado. Abstração feita à validade da tese jurídica segunda a qual a renda inferior a ¼ do salário mínimo, por pessoa integrante do grupo familiar, caracterizaria presunção absoluta da miserabilidade, o fato é que dito entendimento aplicar-se-ia à renda real auferida pela família. No caso concreto, conclui-se que os fatos mostram a existência de rendas outras, suficientes para afastar a miserabilidade.

Destarte, o recurso apresentado encontra dois óbices ao seu conhecimento: questão de ordem 22 e súmula 42-TNU.

Nessas razões, NÃO CONHEÇO o recurso.

Belo Horizonte, 02.03.2016

JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0509611-93.2011.4.05.8200

ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA

REQUERENTE: SEBASTIÃO ALVES MAIA

PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA

OAB: PB-4007

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO

Examinou, monocraticamente (CPC, art. 557) o recurso aviado pela parte privada.

Cuida-se de pedido de uniformização visando a cassação de acórdão proferido pela Turma Recursal do Ceará que, confirmando sentença de primeiro grau, concedeu LOAS à parte recorrida, entendendo presentes os requisitos de incapacidade e miserabilidade sem, que, todavia, houvesse sido produzido qualquer laudo sócio-econômico, como exigido pela jurisprudência da TNU.

Funda sua irrisignação em precedente da Turma Recursal do Mato Grosso versado nos seguintes termos:

Processo 2008.36.00.700052-6

Relator JUIZA FEDERAL ADVERCI RATES MENDES DE ABREU

Órgão Julgador PRIMEIRA TURMA - MT

Publicação DJ-MT 13/06/2008

Data da Decisão 30/05/2008

Decisão A turma, por unanimidade, conheceu o recurso e negou a ele provimento.

Ementa SEGURIDADE SOCIAL. AMPARO SOCIAL. ART. 20, § 3º, LEI 8.742/93. DEFICIENTE FÍSICO. INCAPACIDADE PARA O TRABALHO EM FACE DE RETARDO MENTAL. RENDA FAMILIAR PER CAPTA SUPERIOR A ¼ DO SALÁRIO MÍNIMO. EXISTÊNCIA DE OUTROS BENEFICÍRIOS DE BPC. RELATIVIZAÇÃO. PRECEDENTES DO STJ. COMPROVADA SITUAÇÃO DE MISERABILIDADE E APLICAÇÃO ANALÓGICA DO

ART. 34 DO ESTATUTO DO IDOSO. BENEFÍCIO DEVIDO.

1. Quanto à incapacidade para o trabalho, o perito judicial designado informou que o Autor, com 19 anos de idade, é portador de retardo mental não especificado, que o torna total e permanentemente incapacitado para o trabalho e para os atos da vida diária independente.

2. No tocante ao critério sócio-econômico, não obstante a renda per capita auferida ser superior ao limite estabelecido na LOAS, nossa jurisprudência é farta no sentido da concessão do benefício para pessoas cuja renda seja superior ao máximo exigido, uma vez que deve ser considerada para fins de averiguação do estado de miserabilidade toda a estrutura social em que está inserido o postulante do benefício. Ademais, o benefício assistencial já concedido a um dos membros da família, como no caso em questão, não pode entrar no cômputo da renda mensal familiar, em face da aplicação analógica do art.34 do Estatuto do Idoso.

3. Recurso improvido.

Anoto que o precedente presta-se ao confronto, tendo o recorrente cumprido adequadamente o ônus de fazer a demonstração analítica dos julgados.

No que concerne à miserabilidade do núcleo familiar, o STF ao apreciar reclamação ajuizada pelo INSS para garantir a autoridade de decisão da Corte proferida na ADI 1232/DF (DJU de 9.9.98), que declarara a constitucionalidade do § 3º do art. 20 da Lei 8.742/93 (Lei Orgânica da Assistência Social - Loas), o Plenário, por maioria, julgou improcedente o pedido por considerar possível revisão do que decidido naquela ação direta, em razão da defasagem do critério caracterizador da miserabilidade contido na mencionada norma. Assim, ao exercer novo juízo sobre a matéria e, em face do que decidido no julgamento do RE 567985/MT e do RE 580963/PR, pronunciou uma inconstitucionalidade em caráter progressivo na medida em que outras normas assistenciais foram editadas, com critérios mais elásticos, a sugerir que o legislador estaria a reinterpretar o art. 203, V, da CF.

Destarte, não pode mais o magistrado valer-se unicamente da literal dicção do § 3º do art. 20 da Lei 8.742/93 para avaliar a renda familiar e decidir o benefício assistencial, devendo ser necessariamente considerados elementos de ordem pessoal ou social da parte interessada.

Assim, nesse ponto, cabe ao magistrado, diante do caso concreto, realizar a análise da situação, aferindo a situação da família dentro do contexto socioeconômico em que se encontra inserida. Para tanto, fatores como moradia, saúde, educação, lazer e segurança devem ser analisados em conjunto com o critério econômico para balizar a aferição do preenchimento desse requisito para fins de concessão do benefício assistencial.

Em decorrência, foram editadas pela TNU as 79 e 80, inobservadas pela decisão recorrida, circunstância por si só suficiente ao conhecimento e provimento do recurso.

Nessas razões, tendo-se em vista a autorização constante do art. 557, parágrafo primeiro do CPC, conheço e provejo o pedido de uniformização para, nos termos da Questão de Ordem 20, desta TNU, anular o acórdão recorrido a fim de que a turma recursal, após elaboração de laudo sócio-econômico, ou elemento de prova equivalente, profira nova decisão, como entender de direito.

Belo Horizonte, 02.03.2016

JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0523061-44.2013.4.05.8100

ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ

REQUERENTE: JOÃO SOARES DE MORAIS

PROC./ADV.: PAULO ROBERTO DE LIMA

OAB: CE-24252

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO

Examinou, monocraticamente (CPC, art. 557) o recurso aviado pela parte privada.

Cuida-se de pedido de uniformização visando a cassação de acórdão proferido pela Turma Recursal do Ceará que não concedeu LOAS à parte recorrida, entendendo ausente o requisito de miserabilidade.

Funda sua irrisignação em diversos precedentes do STJ os quais, genericamente, discutem a questão da fixação da renda para fins de caracterização da miserabilidade.

No que concerne tal pressuposto, o STF ao apreciar reclamação ajuizada pelo INSS para garantir a autoridade de decisão da Corte proferida na ADI 1232/DF (DJU de 9.9.98), que declarara a constitucionalidade do § 3º do art. 20 da Lei 8.742/93 (Lei Orgânica da Assistência Social - Loas), o Plenário, por maioria, julgou improcedente o pedido por considerar possível revisão do que decidido naquela ação direta, em razão da defasagem do critério caracterizador da miserabilidade contido na mencionada norma. Assim, ao exercer novo juízo sobre a matéria e, em face do que decidido no julgamento do RE 567985/MT e do RE 580963/PR, pronunciou uma inconstitucionalidade em caráter progressivo na medida em que outras normas assistenciais foram editadas, com critérios mais elásticos, a sugerir que o legislador estaria a reinterpretar o art. 203, V, da CF.

Destarte, não pode mais o magistrado valer-se unicamente da literal dicção do § 3º do art. 20 da Lei 8.742/93 para avaliar a renda familiar e decidir o benefício assistencial, devendo ser necessariamente considerados elementos de ordem pessoal ou social da parte interessada.

Assim, nesse ponto, cabe ao magistrado, diante do caso concreto, realizar a análise da situação, aferindo a situação da família dentro do contexto socioeconômico em que se encontra inserida. Para tanto, fatores como moradia, saúde, educação, lazer e segurança devem ser analisados em conjunto com o critério econômico para balizar a aferição do preenchimento desse requisito para fins de concessão do benefício assistencial.

Na espécie, atuou adequadamente o juízo do primeiro grau, o qual determinou a confecção de laudo sócio-econômico, atendendo à determinação das súmulas 79 e 80 da TNU e, conclui que "no entanto, no tocante à condição de hipossuficiência financeira, não restou comprovada a condição de vulnerabilidade econômica e social do(a) Autor(a), nos termos do parecer sócio-econômico firmado pela Assistente Social Natália Parente Romero - CRESS 4734 com informações obtidas após visita à parte autora em seu domicílio".

Assim, somente com o revolver do material probatório, vedado à TNU (súmula n. 42) é que se pode modificar a decisão impugnada. Nessas razões, não conheço o recurso.

Belo Horizonte, 02.03.2016

JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500657-38.2014.4.05.8205

ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA

REQUERENTE: MARIA CECI MARINHA EUGÊNIO

PROC./ADV.: SEBASTIÃO FIGUEIREDO DA SILVA

OAB: PB-11454

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO

Examinou, monocraticamente (CPC, art. 557) o recurso aviado pela parte privada.

Cuida-se de pedido de uniformização visando a cassação de acórdão proferido pela Turma Recursal de Pernambuco que, confirmando sentença de primeiro grau, não concedeu LOAS à parte recorrida, entendendo ausentes o requisito de miserabilidade.

Funda sua irrisignação em precedente do STJ segundo o qual, sendo a renda familiar inferior a ¼ do salário mínimo haveria presunção absoluta de miserabilidade.

No que concerne tal pressuposto, o STF ao apreciar reclamação ajuizada pelo INSS para garantir a autoridade de decisão da Corte proferida na ADI 1232/DF (DJU de 9.9.98), que declarara a constitucionalidade do § 3º do art. 20 da Lei 8.742/93 (Lei Orgânica da Assistência Social - Loas), o Plenário, por maioria, julgou improcedente o pedido por considerar possível revisão do que decidido naquela ação direta, em razão da defasagem do critério caracterizador da miserabilidade contido na mencionada norma. Assim, ao exercer novo juízo sobre a matéria e, em face do que decidido no julgamento do RE 567985/MT e do RE 580963/PR, pronunciou uma inconstitucionalidade em caráter progressivo na medida em que outras normas assistenciais foram editadas, com critérios mais elásticos, a sugerir que o legislador estaria a reinterpretar o art. 203, V, da CF.

Destarte, não pode mais o magistrado valer-se unicamente da literal dicção do § 3º do art. 20 da Lei 8.742/93 para avaliar a renda familiar e decidir o benefício assistencial, devendo ser necessariamente considerados elementos de ordem pessoal ou social da parte interessada.

Assim, nesse ponto, cabe ao magistrado, diante do caso concreto, realizar a análise da situação, aferindo a situação da família dentro do contexto socioeconômico em que se encontra inserida. Para tanto, fatores como moradia, saúde, educação, lazer e segurança devem ser analisados em conjunto com o critério econômico para balizar a aferição do preenchimento desse requisito para fins de concessão do benefício assistencial.

Na espécie, atuou adequadamente o juízo do primeiro grau, consoante se verifica da seguinte passagem da sentença, posteriormente mantida pela Turma Recursal:

"No caso em tela, este Juízo determinou a expedição de mandado de verificação in loco (anexos 15 e 16), a fim de apurar a situação financeira da família da Demandante, tendo o(a) Oficial(a) de Justiça exarado a seguinte conclusão:

O núcleo familiar da parte autora é composto por ela, seu cônjuge e um filho, residindo a família em casa própria, a qual, segundo alegado, foi ganha em um sorteio no ano de 1982 (anexo 15, quesito 8). Embora se trate de residência humilde, como se pode concluir pelas fotos contidas no anexo 16, foram encontrados no local objetos não condizentes com a renda declarada, sobretudo um aparelho notebook, bem de valor considerável, não coerente com a alegada situação de miserabilidade.

Ora, embora segundo a autora a única renda percebida pelo grupo familiar seja benefício assistencial - deficiente pago a seu esposo, cujo valor não pode ser considerado para fins de cálculo da renda per capita familiar, em consideração ao disposto no art. 34, parágrafo único, da Lei 10.741/2003, aplicável extensivamente aos portadores de impedimento de longo prazo, a realidade fática verificada não se coaduna com as alegações exordiais.

Além disso, diversas foram as contradições verificadas nas informações prestadas pela autora. Explico.

Inicialmente, no processo administrativo, a autora declarou que morava sozinha (anexo 20, fls. 3) e que estava separada de fato do seu esposo há 20 anos. Porém, quando realizada a pesquisa social, a autarquia previdenciária constatou que, na verdade, a demandante morava com seu cônjuge, de modo que a afirmação por ela prestada de que estava separada de fato era falsa. Verificou-se contradição, novamente, quando, após afirmação da autora em formulário LOAS (anexo 2) de que morava apenas com seu esposo, foi verificado pelo Oficial de Justiça, quando de cumprimento de mandado de verificação, que, na verdade, também reside na mesma casa um filho, já adulto.

Desse modo, observa-se que a parte omitiu informações em duas oportunidades, transparecendo uma realidade totalmente diversa da vivida. Ademais, embora o benefício assistencial recebido pelo esposo da autora não possa ser computado para a renda per capita, há diversos elementos que indicam uma renda percebida pelo filho da demandante. Ora, trata-se de adulto bastante jovem, contando com apenas 26 anos, com ensino médio completo e formação técnica em



segurança do trabalho, condições que o capacitam plenamente para o exercício de atividade laborativa por meio da qual possa auferir renda razoável para manutenção de seu grupo familiar. Acrescente-se a isso o aparelho notebook encontrado na casa, o que só fortalece a conclusão pela existência de renda não declarada.

Dessa forma, entendo que a parte autora não preenche ao requisito da miserabilidade".

Em decorrência, foram editadas pela TNU as 79 e 80, rigorosamente observadas pela decisão recorrida, de sorte que, como especialmente bem afeiçoado na decisão que, na origem, inadmitiu o recurso, somente com o revolver do material probatório, vedado à TNU (súmula n. 42) é que se poderia modificar a decisão impugnada.

Nessas razões, nego seguimento ao recurso.

Belo Horizonte, 02.03.2016

JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0502342-80.2014.4.05.8205

ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA

REQUERENTE: JOSÉ DIONÍZIO DOS SANTOS

PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA

OAB: PB-4007

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO

### DECISÃO

Cuida-se de pedido de uniformização manejado pela parte privada, visando reforma de acórdão, proferido pela Turma Recursal da Paraíba o qual, mantendo a sentença, concedeu o pleito de LOAS fixando a DIB na data da propositura da ação.

Alega violação da jurisprudência da TRMT, bem como do STJ, a qual, a seu sentir, justifica a indicação da data da entrada como requerimento administrativo como marco inicial do benefício em juízo concedido.

Nos termos da Questão de Ordem 22/TNU, é possível o não-conhecimento do PU por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma.

Ademais, é obrigação do recorrente, nos termos do regimento interno da TNU (Resolução 345, de 2.6.15, art. 15-I) demonstrar analiticamente a alegada divergência jurisprudencial.

No particular, o parágrafo único do art. 541 do CPC, com a redação dada pela Lei nº 11.341/2006, que disciplina a interposição dos recursos extraordinário e especial e, portanto, tem aplicação analógica aos incidentes de uniformização nacional perante a TNU, prescreve, quanto à demonstração da divergência jurisprudencial, a necessária menção, em qualquer caso, das circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, importando na necessidade de transcrição dos trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, a evidenciar a similitude fática entre os casos apontados e a divergência de interpretações.

Trata-se de ônus da parte que, se descumprido, enseja a pena de não conhecimento.

Sobre o assunto, leciona o Ministro Luiz Fux: "com o escopo de uniformizar o Direito federal, a Constituição autoriza o recurso especial quando a decisão recorrida diverge de outra proferida pelos tribunais do país ou pelo próprio Superior Tribunal de Justiça. Ad-juntando-se pressupostos constitucionais e requisitos de admissibilidade, pode-se concluir que o cabimento do recurso especial, nesse caso, é resultado da decisão gravosa que optou por uma das interpretações divergentes do Direito federal e o recorrente pleiteia, exatamente nessa hipótese, a prevalência da jurisprudência predominante que lhe é mais favorável. Mas, para esse fim, cumpre-lhe, preliminarmente, demonstrar a divergência de entendimento, quanto ao mesmo Direito legislado, por diferentes tribunais de "outras unidades da federação". (in Curso de Direito Processual Civil. 4ª ed., Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2008, vol. I, p. 896).

A propósito, o regimento interno do STJ, em seu artigo 255, cumulado com o Código de Processo Civil, artigo 541, parágrafo único, disciplinam como deve ser instruído o recurso especial nessa modalidade. Percebe-se especificamente no §2º, do artigo 255, do Regimento Interno do STJ, que o recorrente deverá transcrever os trechos dos acórdãos que configurem o dissídio jurisprudencial, mencionando as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados.

E as decisões que trancam os recursos, em razão da não demonstração analítica das circunstâncias são inúmeras:

"(...) Não há falar em comprovação do dissídio pretoriano, na forma exigida pelos arts. 541, parágrafo único, do CPC e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ, se o cortejo analítico é realizado de modo deficiente, com mera transcrições de ementas dos acórdãos indicados como paradigmas, deixando sem evidência a similitude fática entre os casos confrontados e a divergência jurídica de interpretações.

(STJ, AgRg no Ag 911166/MG, Rel. Min. Vasco Della Giustina, 3ª turma, DJe 28/06/2011)

"(...) Não basta a simples indicação do repositório de jurisprudência, ou a simples transcrição de excerto do acórdão paradigma, tendo em vista que se faz necessário, também, a demonstração analítica de que os arestos divergem na aplicação da lei a casos idênticos, sob circunstâncias e fatos jurídicos análogos, ônus processual que não se desincumbiu o agravante."

(STJ, AgRg no Ag 1355007/PB, Rel. Min. Castro Meira, 2ª turma, DJe 30/06/2011)

Na espécie, o recorrente incorreu nas omissões alegadas, no que diz respeito às decisões que transcreveu.

Com efeito, a decisão aqui impugnada contém uma especificidade (diz o acórdão: "No caso em análise, não é possível a fixação da DIB na DER, pois a renda per capita familiar no momento do requere-

rimento administrativo, era superior ao limite legal, correspondendo a ½ salário mínimo, sendo tal critério flexibilizado pelo Judiciário com base no laudo social, de modo que só foi comprovada em juízo, após, a DER) não identificada nos paradigmas apresentados. O precedente da TRMT, inclusive, é claro ao consignar que determinava a fixação da DIB na DER porque, nesta data, o interessado já cumpria todos os requisitos legais exigíveis. E o acórdão do STJ, superficialmente mencionado, não cuida do tema, salvo de forma genérica.

Nessas razões, autorizado pelo art. 557, do CPC e pela Questão de Ordem no. 22-TNU, não conheço o recurso.

Belo Horizonte, 03.03.16

JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0502365-26.2014.4.05.8205

ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA

REQUERENTE: TARCIANA CASSIMIRO DE SOUSA

PROC./ADV.: SEBASTIÃO FIGUEIREDO DA SILVA

OAB: PB-11454

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO

Examinado, monocraticamente (CPC, art. 557) o pedido de uniformização manifestado pela parte privada.

Consoante reiteradas manifestações da Turma Nacional de Uniformização, (a) não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria fática (súmula 42); (b) não se conhece de incidente de uniformização quando lastreado em um único precedente do STF, salvo quando este reconhecer tratar-se de jurisprudência dominante da Corte (Questão de Ordem no. 05); (c) não cabe o incidente quando a parte que o deduz apresenta tese inovadora, não ventilada anteriormente (Questão de Ordem no. 10); (d) quando a jurisprudência da T.N.U. já tiver se firmado no mesmo sentido do acórdão recorrido (Questão de Ordem no. 13); (e) quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles (Questão de Ordem no. 18); (f) quando o acórdão recorrido não guardar similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma (Questão de Ordem no. 22); (g) quando o acórdão recorrido encontrar-se no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia (Questão de Ordem no. 24); (h) quando a Turma que emanou o acórdão impugnado não tiver, efetivamente, apreciado o direito material controvertido (Questão de Ordem no. 35); (i) quando a divergência apontada se lastrear em precedentes oriundos dos Tribunais Regionais Federais (art. 14 da lei 10.259/01).

Na espécie, verifica-se que o incidente não pode prosperar tendo-se em vista o óbice contido nas alíneas ("a" e "f"), supra.

O acórdão que negou provimento ao recurso da segurada restou assim versado:

1. A sentença foi de improcedência, por não comprovação da vulnerabilidade econômica. A parte autora recorre, alegando que o benefício de aposentadoria recebido por seu genitor não pode ser computado no cálculo da renda familiar, por se tratar de membro idoso. 2. A autora tem 45 anos, é divorciada, cursou até o 6º ano do ginásio, e trabalhava como faxineira, quando sofreu um acidente de trabalho, que a deixou com problemas nos membros inferiores. Foi também vítima de câncer de mama, tendo sido submetida a uma mastectomia. Tem histórico de depressão. Foi morar com sua genitora, em virtude dos seus problemas de saúde.

3. No caso concreto, o grupo familiar é formado pela idosa Célia Dalva Cassimiro de Sousa (72 anos de idade, mãe, do lar, sem renda própria); pelo idoso Valdenor Moreira de Sousa (76 anos, pai, aposentado, percebe R\$: 1.000,00 somando com outras rendas); pelo filho Kleber de Sousa Galdino (25 anos de idade, eletricitista, solteiro, percebe R\$: 724,00); por Ginecarte de Sousa Félix (33 anos de idade, irmã, desempregada); por Tarciso M. de Sousa (49 anos de idade, irmão, laudo social informa que recebe um auxílio-acidente, no valor mínimo, embora não existe nos presentes autos documento ratificando essa informação).

4. Mesmo que se exclui o valor da aposentadoria recebido pelo pai da autora, o conjunto probatório indica que o grupo familiar não vive em "condições miseráveis". A família reside em casa própria. O genitor da recorrente possui 04 casas, que estão alugadas. Ademais, o assistente social atestou que os pais da autora ostentam boa condição financeira, residindo em imóvel confortável, e contando com um carro e uma moto.

5. O MM. Juiz sentenciante fez ainda as seguintes considerações: "[...] em audiência (anexo 16), insiste a parte autora que o grupo familiar é composto apenas por ela e por seu filho, que ganharia 1 s.m.; a assistente social atestou que os pais da autora ostentam razoável condição financeira, residindo em imóvel confortável (embora não luxuoso) e contando (além de 1 carro e 1 moto) com 4 imóveis para aluguel e aposentadoria; em tais situações, como a Assistência Social a ser prestada pelo Estado tem natureza subsidiária, pois o dever de sustento é precipuamente dos parentes, ainda que a autora resida de fato apenas com seu filho, concluo que os pais poderiam (e deveriam) apoiá-la, de modo que a miserabilidade não resta comprovada."

No que concerne à miserabilidade do núcleo familiar, o STF ao apreciar reclamação ajuizada pelo INSS para garantir a autoridade de decisão da Corte proferida na ADI 1232/DF (DJU de 9.9.98), que declarara a constitucionalidade do § 3º do art. 20 da Lei 8.742/93 (Lei Orgânica da Assistência Social - Loas), o Plenário, por maioria, julgou improcedente o pedido por considerar possível revisão do que decidida naquela ação direta, em razão da defasagem do critério caracterizador da miserabilidade contido na mencionada norma. Assim, ao exercer novo juízo sobre a matéria e, em face do que decidida no julgamento do RE 567985/MT e do RE 580963/PR, pronunciou

uma inconstitucionalidade em caráter progressivo na medida em que outras normas assistenciais foram editadas, com critérios mais elásticos, a sugerir que o legislador estaria a reinterpretar o art. 203, V, da CF.

Destarte, não pode mais o magistrado valer-se unicamente da literal dicção do § 3º do art. 20 da Lei 8.742/93 para avaliar a renda familiar e decidir o benefício assistencial, devendo ser necessariamente considerados elementos de ordem pessoal ou social da parte interessada.

Assim, nesse ponto, cabe ao magistrado, diante do caso concreto, realizar a análise da situação, aferindo a situação da família dentro do contexto socioeconômico em que se encontra inserida. Para tanto, fatores como moradia, saúde, educação, lazer e segurança devem ser analisados em conjunto com o critério econômico para balizar a aferição do preenchimento desse requisito para fins de concessão do benefício assistencial.

Em decorrência, foram editadas pela TNU as súmulas 79 e 80, observadas pela decisão recorrida.

De outra parte, os precedentes apresentados pela recorrente, para demonstração do sustentado dissídio jurisprudencial a tanto não se prestam; são genéricos, tratando de circunstâncias gerais sobre o reconhecimento, ou não, da miserabilidade, não registrando similitude fática alguma com a decisão impugnada, até porque a recorrente descurou-se de cumprir o disposto no art. 15-I, do Regimento Interno da TNU (Res. CJF 345, de 2.6.15) que determina ser obrigação do interessado a demonstração analítica da divergência.

Ademais, no caso concreto, o eventual provimento do recurso passaria, necessariamente, pelo revolvimento da matéria fática, o que não é dado à TNU fazer (súmula 42), como especialmente bem salientado na decisão original que inadmitiu o pedido de uniformização.

Por essas razões, não conheço o recurso.

Belo Horizonte, 03.03.2016

JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0502480-50.2014.4.05.8204

ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA

REQUERENTE: JOSENILDO REIS DA SILVA

PROC./ADV.: MARIA LUCINEIDE DE LACERDA SANTANA

OAB: PB-11662-B

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO

JOSENILDO REIS DA SILVA maneja pedido de uniformização contra acórdão proferido pela Turma Recursal da Paraíba que rejeitou seu pedido de LOAS, apresentado em face do INSS, em razão de não comprovação de sua incapacidade.

Diz ele que a decisão deve ser revista em razão de conflito jurisprudencial com a Turma Recursal de São Paulo, segundo a qual as condições pessoais do interessado devem ser consideradas para configuração de sua incapacidade laborativa, ainda que o laudo pericial tenha conclusão adversa.

Não conheço o recurso, ausentes seus pressupostos de admissibilidade, uma vez que a jurisprudência que permite a uniformização de jurisprudência, pela TNU, é a verificada entre decisões de turmas recursais de diferentes regiões, ou em face da jurisprudência dominante do STJ.

Todavia, para comprovar a divergência, o recorrente elegeu precedente oriundo do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, o que não é satisfatório, consoante o disposto no art. 14, da lei 10.259/01.

Assim, não conheço o pedido de uniformização.

Belo Horizonte, 03.03.16

JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0508414-10.2014.4.05.8100

ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): AUGUSTO ANSELMO DE SOUZA FILHO

PROC./ADV.: ANTONIO EGEDEMO MARTINS

OAB: CE-21740

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO

Examinado, monocraticamente (CPC, art. 557) o recurso aviado pela autarquia previdenciária.

Cuida-se de pedido de uniformização visando a cassação de acórdão proferido pela Turma Recursal do Ceará que concedeu LOAS à parte recorrida, entendendo presentes os requisitos de incapacidade e miserabilidade sem, que, todavia, houvesse sido produzido qualquer laudo sócio-econômico, como exigido pela jurisprudência da TNU. Funda sua irresignação no PU 2004.39.00.7106977, relaotra Juíza Daniele Maranhão Costa, o qual presta-se ao confronto, tendo o recorrente cumprido adequadamente o ônus de fazer a demonstração analítica dos julgados.

No que concerne à miserabilidade do núcleo familiar, o STF ao apreciar reclamação ajuizada pelo INSS para garantir a autoridade de decisão da Corte proferida na ADI 1232/DF (DJU de 9.9.98), que declarara a constitucionalidade do § 3º do art. 20 da Lei 8.742/93 (Lei Orgânica da Assistência Social - Loas), o Plenário, por maioria, julgou improcedente o pedido por considerar possível revisão do que decidida naquela ação direta, em razão da defasagem do critério caracterizador da miserabilidade contido na mencionada norma. Assim, ao exercer novo juízo sobre a matéria e, em face do que decidida no julgamento do RE 567985/MT e do RE 580963/PR, pronunciou uma inconstitucionalidade em caráter progressivo na medida em que outras normas assistenciais foram editadas, com critérios mais elásticos, a sugerir que o legislador estaria a reinterpretar o art. 203, V, da CF.

Destarte, não pode mais o magistrado valer-se unicamente da literal dicção do § 3º do art. 20 da Lei 8.742/93 para avaliar a renda familiar e decidir o benefício assistencial, devendo ser necessariamente considerados elementos de ordem pessoal ou social da parte interessada.

Assim, nesse ponto, cabe ao magistrado, diante do caso concreto, realizar a análise da situação, aferindo a situação da família dentro do contexto socioeconômico em que se encontra inserida. Para tanto, fatores como moradia, saúde, educação, lazer e segurança devem ser analisados em conjunto com o critério econômico para balizar a aferição do preenchimento desse requisito para fins de concessão do benefício assistencial.

Em decorrência, foram editadas pela TNU as 79 e 80, inobservadas pela decisão recorrida, circunstância por si só suficiente ao conhecimento e provimento do recurso.

Nessas razões, tendo-se em vista a autorização constante do art. 557, parágrafo primeiro do CPC, conheço e provejo o pedido de uniformização para, nos termos da Questão de Ordem 20, desta TNU, anular o acórdão recorrido a fim de que a turma recursal, após elaboração de laudo sócio-econômico, ou elemento de prova equivalente, profira nova decisão, como entender de direito. Belo Horizonte, 02.03.2016

JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0508862-71.2014.4.05.8200

ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA

REQUERENTE: ELI GOMES DA SILVA

PROC./ADV.: JUSSARA TAVARES SANTOS SOUSA

OAB: PB-12519

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO

Examinou, monocraticamente (CPC, art. 557) o recurso ajuizado pela parte privada.

Cuida-se de pedido de uniformização visando a cassação de acórdão proferido pela Turma Recursal da Paraíba que, confirmando sentença de primeiro grau, não concedeu LOAS à parte recorrida, entendendo ausentes os requisitos de incapacidade e miserabilidade.

Funda sua irresignação em precedentes jurisprudenciais que apresenta, e nos dizeres da súmula 48-TNU.

A invocação da súmula 48-TNU é insuficiente ao desiderato pretendido porquanto ela aborda um único aspecto da questão (limites da incapacidade) sendo certo que o acórdão impugnado rejeitou os pedidos a duplice fundamento.

Quanto à questão da miserabilidade anoto que os precedentes não prestam-se ao confronto, na medida em que não guardam similitude fática e jurídica com a matéria aqui examinada, não tendo, ademais, a recorrente cumprido adequadamente o ônus de fazer a demonstração analítica dos julgados, com o que restou inobservada a exigência composta no art. 15-I do Regimento Interno da TNU (Resolução CJF 345, de 02.06.2015).

Ademais, especificamente no que concerne à miserabilidade do núcleo familiar, o STF ao apreciar reclamação ajuizada pelo INSS para garantir a autoridade de decisão da Corte proferida na ADI 1232/DF (DJU de 9.9.98), que declarara a constitucionalidade do § 3º do art. 20 da Lei 8.742/93 (Lei Orgânica da Assistência Social - Loas), o Plenário, por maioria, julgou improcedente o pedido por considerar possível revisão do que decidido naquela ação direta, em razão da defasagem do critério caracterizador da miserabilidade contido na mencionada norma. Assim, ao exercer novo juízo sobre a matéria e, em face do que decidido no julgamento do RE 567985/MT e do RE 580963/PR, pronunciou uma inconstitucionalidade em caráter progressivo na medida em que outras normas assistenciais foram editadas, com critérios mais elásticos, a sugerir que o legislador estaria a reinterpretar o art. 203, V, da CF.

Destarte, não pode mais o magistrado valer-se unicamente da literal dicção do § 3º do art. 20 da Lei 8.742/93 para avaliar a renda familiar e decidir o benefício assistencial, devendo ser necessariamente considerados elementos de ordem pessoal ou social da parte interessada.

Assim, nesse ponto, cabe ao magistrado, diante do caso concreto, realizar a análise da situação, aferindo a situação da família dentro do contexto socioeconômico em que se encontra inserida. Para tanto, fatores como moradia, saúde, educação, lazer e segurança devem ser analisados em conjunto com o critério econômico para balizar a aferição do preenchimento desse requisito para fins de concessão do benefício assistencial.

Foi o que fez a decisão recorrida, como se vê da seguinte passagem: "De acordo com o relato da perícia social (anexo n. 11), a esposa do autor prepara almoço e vende no local onde residem, relatando que a renda mensal da família, com a venda de tais refeições, chega a R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais) brutos. Desse modo, a renda mensal per capita (dividida pelos dois componentes do grupo) resulta em aproximadamente R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais). Destarte, a parte autora não cumpre o requisito da renda sequer pelo critério de meio salário mínimo. Ademais, conforme informado à perita social pelo próprio autor, o promovente está trabalhando, ajudando sua esposa no preparo das refeições. Fato esse corroborado quando da própria visita da perita social à residência do autor, posto que encontrou o demandante na cozinha preparando as refeições com sua esposa. Tal situação também confirma que a incapacidade do autor não é para toda e qualquer atividade, conforme já constatado no laudo pericial do anexo n. 06".

Portanto, o eventual provimento do recurso somente poderia ocorrer com o revolvimento da matéria fática, insusceptível de ser feito pela TNU (súmula 42).

Nessas razões, não conheço o recurso.

Belo Horizonte, 02.03.2016

JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0511497-25.2014.4.05.8200

ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA

REQUERENTE: MÁRIA AUXILIADORA DE SOUZA

PROC./ADV.: JUSSARA TAVARES SANTOS SOUSA

OAB: PB-12519

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO

## DECISÃO

Cuida-se de pedido de uniformização manejado pela parte privada, visando reforma de acórdão, proferido pela Turma Recursal da Paraíba o qual, mantendo a sentença, rejeitou o pleito de LOAS.

Alega violação da jurisprudência assente da TNU, mencionando a súmula 29, desta Corte, bem como do STJ, para tanto transcrevendo acórdão que menciona situação específica de portador de HIV, patologia que a recorrente não conduz.

Nos termos da Questão de Ordem 22/TNU, é possível o não-conhecimento do PU por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigmático.

Ademais, é obrigação do recorrente, nos termos do regimento interno da TNU (Resolução 345, de 2.6.15, art. 15-I) demonstrar analiticamente a alegada divergência jurisprudencial.

No particular, o parágrafo único do art. 541 do CPC, com a redação dada pela Lei nº 11.341/2006, que disciplina a interposição dos recursos extraordinário e especial e, portanto, tem aplicação analógica aos incidentes de uniformização nacional perante a TNU, prescreve, quanto à demonstração da divergência jurisprudencial, a necessária menção, em qualquer caso, das circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, importando na necessidade de transcrição dos trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, a evidenciar a similitude fática entre os casos apontados e a divergência de interpretações.

Trata-se de ônus da parte que, se descumprido, enseja a pena de não conhecimento.

Sobre o assunto, leciona o Ministro Luiz Fux: "com o escopo de uniformizar o Direito federal, a Constituição autoriza o recurso especial quando a decisão recorrida diverge de outra proferida pelos tribunais do país ou pelo próprio Superior Tribunal de Justiça. Ad-juntando-se pressupostos constitucionais e requisitos de admissibilidade, pode-se concluir que o cabimento do recurso especial, nesse caso, é resultado da decisão gravosa que optou por uma das interpretações divergentes do Direito federal e o recorrente pleiteia, exatamente nessa hipótese, a prevalência da jurisprudência predominante que lhe é mais favorável. Mas, para esse fim, cumpre-lhe, preliminarmente, demonstrar a divergência de entendimento, quanto ao mesmo Direito legislado, por diferentes tribunais de "outras unidades da federação". (in Curso de Direito Processual Civil. 4ª ed., Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2008, vol. I, p. 896).

A propósito, o regimento interno do STJ, em seu artigo 255, cumulado com o Código de Processo Civil, artigo 541, parágrafo único, disciplinam como deve ser instruído o recurso especial nessa modalidade. Percebe-se especificamente no §2º, do artigo 255, do Regimento Interno do STJ, que o recorrente deverá transcrever os trechos dos acórdãos que configurem o dissídio jurisprudencial, mencionando as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados.

E as decisões que trancam os recursos, em razão da não demonstração analítica das circunstâncias são inúmeras:

"(...) Não há falar em comprovação do dissídio pretoriano, na forma exigida pelos arts. 541, parágrafo único, do CPC e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ, se o cotejo analítico é realizado de modo deficiente, com mera transcrições de ementas dos acórdãos indicados como paradigmas, deixando sem evidência a similitude fática entre os casos confrontados e a divergência jurídica de interpretações.

(STJ, AgRg no Ag 911166/MG, Rel. Min. Vasco Della Giustina, 3ª turma, DJe 28/06/2011)

(...) Não basta a simples indicação do repositório de jurisprudência, ou a simples transcrição de excerto do acórdão paradigmático, tendo em vista que se faz necessário, também, a demonstração analítica de que os arestos divergem na aplicação da lei a casos idênticos, sob circunstâncias e fatos jurídicos análogos, ônus processual que não se desincumbiu o agravante."

(STJ, AgRg no Ag 1355007/PB, Rel. Min. Castro Meira, 2ª turma, DJe 30/06/2011)

Na espécie, o recorrente incorreu nas omissões alegadas, no que diz respeito às decisões que transcreveu.

Por último, a mera referência à súmula 29-TNU não se presta ao desiderato pretendido pela recorrente uma vez que a sentença (assim versada: "O laudo apresentado pelo(a) expert, apesar de revelar ser a parte autora portadora de doença ou deficiência, informa que inexistiu incapacidade para o trabalho e para os atos da vida independente"), e mantida pelo acórdão, está em consonância com a essência da tese jurídica encampada pelo enunciado.

Nessas razões, autorizado pelo art. 557, do CPC e pela Questão de Ordem no 22-TNU, não conheço o recurso.

Belo Horizonte, 03.03.16

JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5001874-76.2012.4.04.7206

ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): CARLOS NATALINO PAYERL

PROC./ADV.: SANDRA MARIA JÚLIO GONÇALVES

OAB: SC 7.740

PROC./ADV.: LEONARDO REIS AGUSTINI

OAB: SC-30178

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

Considerando que também há nos autos, pedido de uniformização regional de jurisprudência, devolva-se o incidente à turma recursal de origem, nos termos do disposto na Questão de Ordem n. 28: Havendo interposição simultânea de incidentes de uniformização dirigidos à Turma Regional de Uniformização e à Turma Nacional, será julgado, em primeiro lugar, o incidente dirigido à Turma Regional. Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO

Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5001703-78.2014.4.04.7100

ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

REQUERENTE: MANOEL ROQUE DOS PASSOS

PROC./ADV.: LUIZ CELSO INDIO DINIZ

OAB: RS-26463

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

## EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. ADICIONAL DE 25% PREVISTO NO ART. 45 DA LEI 8.213/91. NÃO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS PARA A INTERPOSIÇÃO DO INCIDENTE, NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. IMPOSIÇÃO DE MULTA.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais em relação ao qual se imputa divergência quanto à interpretação de lei federal na solução de questão de direito material, nos termos previstos no art. 14 da Lei nº 10.259/2001.

2. A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º).

3. É, portanto, manifestamente inadmissível o presente incidente, por desatendimento a requisito previsto no art. 14 da Lei nº 10.259/2001 c/c art. 6º do RI/TNU, uma vez que apresenta como paradigmas apenas julgados oriundos de Turma de TRF e/ou de Turma Recursal integrante da mesma Região da Justiça Federal da qual proveio o acórdão recorrido.

4. Acresça-se que, em um dos paradigmas apresentados (INCIDENTE DE REGIONAL UNIFORMIZAÇÃO JEF Nº 0010550-56.2009.404.7254/SC), a parte-requerente apresenta como decisão paradigmática voto-vencido prolatado pelo Exmo. Juiz Federal José Antônio Savaris, sem que faça qualquer menção à condição de ter o voto sido suplantado no julgamento, o qual se deu, por maioria, nos termos do voto do relator, Exmo. Juiz Federal ANTONIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA:

"PREVIDENCIÁRIO. ARTIGO 45 DA LEI DE BENEFÍCIOS. ACRESCIMO DE 25% DAS APOSENTADORIAS POR INVALIDEZ. APLICAÇÃO ANALÓGICA ÀS DEMAIS APOSENTADORIAS. FONTE DE CUSTEIO. ARTIGO 195, PARÁGRAFO 5º, DA CF.

1. A aplicação analógica do art. 45 criaria um novo tipo de benefício, com requisitos próprios e distintos (embora semelhantes) aos da aposentadoria por invalidez, sem a devida fonte de custeio, o que conflita com o art. 195, § 5º da CF: "Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total".

2. Incidente improvido"

5. Diante dos fatos, reputo configurada a litigância de má-fé por parte da parte-requerente, nos termos do art. 80, II, do CPC, motivo pelo qual lhe imputo a condenação no pagamento de multa que fixo em 1% (um por cento) sobre o valor atualizado da causa (art. 81, caput, do CPC).

6. A hipótese dos autos é de não conhecimento do incidente.

## ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência NÃO CONHECER O INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, com condenação da parte-requerente no pagamento de multa que fixo em 1% (um por cento) sobre o valor atualizado da causa, nos termos do voto-ementa do relator.

Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

Juiz Federal Relator



PROCESSO: 5001679-50.2014.4.04.7100  
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL  
REQUERENTE: SANTA FILOMENA DA SILVA  
PROC./ADV.: LUIZ CELSO INDIO DINIZ  
OAB: RS-26463  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. ADICIONAL DE 25% PREVISTO NO ART. 45 DA LEI 8.213/91. NÃO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS PARA A INTERPOSIÇÃO DO INCIDENTE. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. IMPOSIÇÃO DE MULTA.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais em relação ao qual se imputa divergência quanto à interpretação de lei federal na solução de questão de direito material, nos termos previstos no art. 14 da Lei nº 10.259/2001.
2. A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º).
3. É, portanto, manifestamente inadmissível o presente incidente, por desatendimento a requisito previsto no art. 14 da Lei nº 10.259/2001 c/c art. 6º do RI/TNU, uma vez que apresenta como paradigmas apenas julgados oriundos de Turma de TRF e/ou de Turma Recursal integrante da mesma Região da Justiça Federal da qual proveio o acórdão recorrido.
4. Acresça-se que, em um dos paradigmas apresentados (INCIDENTE DE REGIONAL UNIFORMIZAÇÃO JEF Nº 0010550-56.2009.404.7254/SC), a parte-requerente apresenta como decisão paradigmática voto-vencido prolatado pelo Exmo. Juiz Federal José Antônio Savaris, sem que faça qualquer menção à condição de ter o voto sido suplantado no julgamento, o qual se deu, por maioria, nos termos do voto do relator, Exmo. Juiz Federal ANTONIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA: "PREVIDENCIÁRIO. ARTIGO 45 DA LEI DE BENEFÍCIOS. ACRESCIMO DE 25% DAS APOSENTADORIAS POR INVALIDEZ. APLICAÇÃO ANALÓGICA ÀS DEMAIS APOSENTADORIAS. FONTE DE CUSTEIO. ARTIGO 195, PARÁGRAFO 5º, DA CF.
1. A aplicação analógica do art. 45 criaria um novo tipo de benefício, com requisitos próprios e distintos (embora semelhantes) aos da aposentadoria por invalidez, sem a devida fonte de custeio, o que conflita com o art. 195, § 5º da CF: "Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total".
2. Incidente improvido"
5. Diante dos fatos, reputo configurada a litigância de má-fé por parte da parte-requerente, nos termos do art. 80, II, do CPC, motivo pelo qual lhe imputo a condenação no pagamento de multa que fixo em 1% (um por cento) sobre o valor atualizado da causa (art. 81, caput, do CPC).
6. A hipótese dos autos é de não conhecimento do incidente.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência NÃO CONHECER O INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, com condenação da parte-requerente no pagamento de multa que fixo em 1% (um por cento) sobre o valor atualizado da causa, nos termos do voto-ementa do relator.  
Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0015708-05.2008.4.03.6301  
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo  
REQUERENTE: EDILEUZA PEREIRA DA SILVA  
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. EMPREGADA DOMÉSTICA. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS VERTIDAS EXTEMPORANEAMENTE. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO À CARÊNCIA AO RECEBIMENTO DO BENEFÍCIO. PROVIMENTO DO INCIDENTE E DEFERIMENTO DO PEDIDO INICIAL.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais em relação ao qual se imputa divergência quanto à interpretação de lei federal na solução de questão de direito material, nos termos previstos no art. 14 da Lei nº 10.259/2001.
2. Preliminarmente, diga-se que a TNU definiu quanto ao conhecimento de incidentes de uniformização que: "o acolhimento do pedido de uniformização gera dois efeitos: a reforma da decisão da Turma Recursal e a consequente estipulação de honorários advocatícios, se for o caso, bem assim a prejudicialidade do recurso

extraordinário, se interposto" (QO 02); "um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte" (QO 05); "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido" (QO 13); "é inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles" (QO 18); "se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito" (QO 20); "é possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma" (QO 22); "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia" (QO 24); "o conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado" (QO 35); "não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual" (Súmula 43); "não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" (Súmula 42).

3. Caso admitido o incidente e constatado o confronto do julgado recorrido com confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal, é o caso do julgamento imediato da questão (RI/TNU, art. 9º, X).
4. No ponto impugnado, a Turma Recursal de origem, em juízo de retratação instado pela Presidência da TR, manteve o acórdão recorrido, embora ressaltando que se filia "ao entendimento da Turma Nacional de Uniformização".
5. No acórdão mantido, negou-se benefício previdenciário por incapacidade, sob o entendimento de que houve a perda qualidade de segurado quando do início da incapacidade laborativa.
6. No paradigma, apontou-se que a ausência ou atraso dos recolhimentos das contribuições previdenciárias pelo empregador não prejudica a carência necessária ao deferimento de benefício de auxílio-doença ao empregado doméstico.
7. Incidência da Questão de Ordem 02, uma vez que a conclusão a que chegou o acórdão recorrido está contrária à posição desta TNU e às próprias provas descritas no julgado recorrido.
8. No caso, o julgado apontou que "o médico perito reafirmou o resultado da perícia, constatando a incapacidade total e temporária com DIH em 19/04/2000" (grifei).
9. Assim, embora aparentemente admitindo as contribuições previdenciárias vertidas extemporaneamente, referentes ao período de trabalho 23.06.1998 a 23.07.2001, entendeu a TR de origem que "no momento do início da incapacidade fixada pela perícia judicial, a parte autora não mantinha mais a qualidade de segurada".
10. Esta TNU já decidiu que as contribuições tardias de empregada doméstica devem ser objeto de contagem do período de carência (PEDILEF nº 200870500184988, rel. Juíza Federal Vanessa Vieira de Mello, j. 24.11.2011).
11. Ora, considerando-se os fatos admitidos pelo acórdão recorrido (DIH e período laborado), não há que se falar em incapacidade preexistente.
12. A hipótese dos autos é de provimento do presente incidente, para determinar a concessão do benefício previdenciário por incapacidade (auxílio-doença) pleiteado na petição inicial, com DIB na DER, e parcelas atrasadas pagas conforme o Manual de Cálculos da Justiça Federal.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência DAR PROVIMENTO AO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator.  
Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0002611-42.2007.4.03.6310  
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo  
REQUERENTE: ISABEL DA CRUZ DE CASTRO  
PROC./ADV.: ANTONIO MARCOS LOPES PACHECO VASQUES  
OAB: SP-266762  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GERSON LUIZ ROCHA

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. ESPECIAL. AUXILIAR DE ENFERMAGEM. NÃO COMPROVADA EXPOSIÇÃO A AGENTES NOCIVOS. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA Nº. 42, DA TNU. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.

Trata-se de incidente de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão da 6ª Turma Recursal de São Paulo que, negando provimento ao recurso, manteve o entendimento da sentença que havia julgado parcialmente procedente o pedido, determinando a concessão de aposentadoria proporcional por tempo de serviço em favor da autora.

Sustenta a requerente que o acórdão combatido afronta a jurisprudência dominante no âmbito deste Colegiado (PEDILEF nº 50379486820124047000, Rel. Juiz Federal André Carvalho Monteiro, DOU 31/05/2013 pág. 133/154 e PEDILEF nº 05040154420104058401, Juiz Federal Gláucio Ferreira Maciel Gonçalves, DJ 22/03/2013), no sentido de ser desnecessária a apresentação de laudo técnico quando há apresentação de PPP. Afirma que os documentos juntados aos autos comprovam a exposição habitual e permanente da autora a riscos biológicos durante o período em que trabalhou junto ao Hospital e Maternidade de Cordeirópolis. Sem contrarrazões e após admitido o incidente pela Presidência da Turma Recursal de origem, vieram os autos distribuídos a este relator.

É o breve relatório.

Inicialmente, cumpre destacar que o recurso é tempestivo.

No tocante ao reconhecimento do período especial pretendido pela autora, o acórdão recorrido foi lavrado nos seguintes termos:

II - VOTO

No que tange ao tempo de serviço especial controvertido, pontificou a sentença que :

"...No que diz respeito aos períodos de 01/10/1996 a 01/06/1998 e de 10/06/1998 a "até hoje", trabalhados na H.M.C. HOSPITAL E MATERNIDADE DE CORDEIRÓPOLIS, a autora trouxe aos autos formulário e PPP. Muito embora referida documentação ateste que a autora exerceu a função de atendente de enfermagem a partir de 10/06/1998, deixo de acolhê-la como prova da especialidade dos períodos. Isto porque, o formulário não está corroborado por laudo pericial, necessário a partir de 11/10/1996 para a comprovação da exposição aos agentes nocivos. Por sua vez, o PPP não atesta a exposição a agentes nocivos infecto-contagiosos ou materiais contaminados. Assim, deixo de reconhecer tais períodos como especiais..."

Sustenta a autora, no entanto, que foi juntado, no processo administrativo, laudo técnico, demonstrando a insalubridade desse período de trabalho.

Em relação ao período de trabalho no Hospital e Maternidade Cordeirópolis, foram juntados, no processo administrativo, dois "PPP". Não consta o inteiro teor do laudo técnico, referido no segundo PPP.

A análise administrativa do INSS concluiu que o laudo técnico não demonstrava que a autora, de forma habitual e permanente, estava sujeita ao contato com pacientes portadores de doenças infecto-contagiosas.

Não se confundem o laudo técnico e o PPP.

O Perfil Profissiográfico Previdenciário nada mais é do que um relatório técnico do histórico laboral do trabalhador, reunindo, dentre outras informações, dados administrativos, registros ambientais e resultados de monitoração biológica, durante todo o período em que a atividade foi exercida. Embora seja documento válido e legalmente exigido, sua elaboração não equivale ao próprio laudo, nem o substitui; entender em sentido contrário é conferir ao setor de Recursos Humanos da empresa encargo que não lhe compete. E, quanto a esse aspecto, ainda que Instruções Normativas disponham em sentido inverso, há que ser ressaltada a independência entre as esferas administrativa e judicial, bem como o livre convencimento motivado do julgador. (00089031120094036104 AC - APELAÇÃO CÍVEL - 1540261)

Logo, sem a juntada do laudo, nestes autos, ou a apresentação de outras provas, não restou demonstrado o eventual desacerto da decisão administrativa. Assim, a autora não comprovou o direito de contar o referido período como tempo especial.

O benefício concedido na sentença não merece reparos.

(...)

A insurgência da recorrente, por sua vez, está centrada no fato de que o PPP apresentado seria suficiente para comprovar a especialidade das atividades desenvolvidas, sendo desnecessária a apresentação de laudo técnico.

Todavia, o que se denota é que a discussão possui evidente caráter fático-probatório.

Isso porque constou expressamente do acórdão o entendimento manifestado na sentença, no sentido de que, no caso concreto, o PPP apresentado "não atesta a exposição a gentes nocivos infecto-contagiosos ou materiais contaminados". Além disso, a requerente cita em seu recurso o conteúdo de formulário DSS8030, alegando que tal documento "vem complementar as informações do PPP" e que "foi assinado pelo chefe do executivo da cidade de Cordeirópolis".

Desse modo, o indeferimento do pedido não se deve somente à ausência de laudo técnico pericial mas sim ao fato de que, no caso concreto, reputou-se o conjunto probatório frágil, insuficiente para comprovar a exposição a agente nocivos e, portanto, para o reconhecimento do período especial.

Assim, o conhecimento do presente recurso encontra óbice na Súmula nº. 42 desta TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

Ante o exposto, voto por NÃO CONHECER do incidente de uniformização.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, NÃO CONHECER do incidente de uniformização de jurisprudência, nos termos do voto-ementa do Relator.  
Brasília, 12 de maio de 2016.

GERSON LUIZ ROCHA  
Juiz Relator

PROCESSO: 5029497-54.2012.4.04.7000  
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ  
REQUERENTE: SURAIA DE CASSIA DO AMARAL DOS SANTOS  
PROC./ADV.: NOEMIA INGRACIO DE SILVA  
OAB: PR-57 087  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

## EMENTA

PEDILEF. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. MATÉRIA DE FATO. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 42 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.

1. Pretende-se a reforma de acórdão da 4ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Paraná, pelo qual manteve a sentença de improcedência do pedido de benefício de auxílio-doença, por entender comprovada a condição de segurado pela falta de cumprimento de carência. Segue trecho do acórdão:

"(...) Na hipótese dos autos tenho que a sentença deve ser mantida por seus próprios fundamentos, o que faço com base no permissivo do art. 46 da Lei nº 9.099/95.

Registro que a decisão monocrática analisou o caso em apreço pelo mesmo viés que o voto da relatora e concluiu não ser o caso de dispensa da carência prevista no art. 151 da Lei 8.213/91.

Ante o exposto, voto por negar provimento ao recurso."

2. Enquanto que a recorrente sustenta, em resumo, que está acometida por cegueira legal no olho esquerdo, em face de glaucoma, e visão sub anormal no olho direito, conforme laudo pericial judicial de evento "14". Sustenta que a patologia que a atinge é hipótese de dispensa de carência pois o quadro em que se encontra a doença pode sim ser enquadrado como cegueira, podendo ser dispensada a carência nos termos do art. 26, II, e 151 da Lei 8.213/91. Aduz que é pacífica a jurisprudência dos Tribunais em entender que o rol de patologias previstos no art. 151 da Lei 8.213/91 não é taxativo. Prossegue em alentado arrazoado ancorado em farta jurisprudência, para ao final pugnar no sentido de reformar o julgado, de modo a assegurar o benefício pleiteado.

3. O incidente foi admitido na origem e os autos remetidos à Turma Nacional de Uniformização.

4. Contrarrazões pugnam, em síntese, pelo não seguimento em razão da falta de similitude fático-jurídica e ante o propósito de reexame da matéria fática. No mérito, pela negativa de provimento.

Passo ao voto.  
5. Registre-se, em relação à manutenção da qualidade de segurado, que o juízo anterior o fez à conta da análise da prova dos autos conforme laudo pericial judicial. Outrossim, a análise do preenchimento dos requisitos da qualidade de segurado e do cumprimento da carência ou por outro meio de prova admitido em direito importa em reexame de documentos.

6. Assim colocado, a despeito da linha argumentativa, o cotejo das razões do recurso não deixa dúvida de que se cuida da reprise de submissão de questão de fato à instância estritamente uniformizadora.

7. Portanto, a matéria em apreço manifestamente encontra óbice na Súmula nº 42 da TNU, corolário do modelo recursal posto no art. 14 da Lei nº 10.259/2001.

8. Nessas condições, voto para não conhecer do incidente de uniformização.

## ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do recurso, nos termos do voto do Juiz Federal Relator.

Brasília, 14 de abril de 2016.

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

Juiz Federal - Relator

PROCESSO: 0510656-12.2014.4.05.8400

ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

REQUERENTE: ALESSANDRA LAINE DO AMARAL DANTAS

PROC./ADV.: MÁRIO ABY-ZAYAN TOSCANO LYRA

OAB: RN-7474

REQUERIDO(A): UNIÃO

PROC./ADV.: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DOUGLAS CAMARINHA GONZALES

## EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PENSÃO POR MORTE DE MILITAR PRAÇA NÃO CONTRIBUINTE DA PENSÃO MILITAR. AUSÊNCIA DE RELAÇÃO DOS SERVIÇOS CASTRENSES COM O ÓBITO. OCORRÊNCIA DE CRIME FORA DO ÂMBITO MILITAR. PENSÃO INDEVIDA A SEUS DEPENDENTES. INCIDENTE CONHECIDO E IMPROVIDO.

1. Prolatado acórdão pela Turma Recursal do Rio Grande do Norte, para o fim de negar pensão alimentícia à autora, dada a ausência de relação de causalidade entre a morte da praça e os serviços castrenses, bem como o fato de não ser o militar contribuinte da pensão militar para ter, seus dependentes, direito à pensão. Eis excerto do voto:

- Da interpretação conjugada dos mencionados dispositivos, extrai-se a ilação de que, não sendo o militar contribuinte obrigatório da pensão militar, o pagamento de benefício aos dependentes apenas é cabível quando o óbito estiver relacionado com o serviço militar (...)

No caso em análise, não restou comprovada a correlação entre o óbito do militar e o serviço castrense, tendo em vista que, consoante apurado, no dia 31 de dezembro de 2005, por volta das 23:30h, o militar envolveu-se em uma briga e foi ferido por uma cutileada de faca peixeira, vindo a falecer, conforme consta na Declaração de Óbito Nº 8992140, fornecida pelo Cartório Nº 01.0001/01/2006.

2. Interposto pedido de uniformização de jurisprudência pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alegação de que o acórdão recorrido é divergente do entendimento do STJ e de outros julgados.

3. Incidente admitido na origem, sendo os autos encaminhados à TNU, e distribuídos a este Relator.

4. Os paradigmas trazidos pela recorrente retratam legitimamente a pertinência do assunto para uniformização da jurisprudência, pois os julgados cotejados são contraditórios na questão de se contemplar ou não a dependente de militar não contribuinte com a pensão, quando a morte não tiver vínculo ou relação com os serviços castrenses.

5. Conheço, portanto, do Incidente e passo à análise do mérito.

6. Quanto ao fundo de direito, o incidente deve ser improvido, pois de fato a legislação militar só contempla a pensão para os dependentes das praças quando a morte deste tiver relação imediata ou decorrente do serviço castrense, em face da ideia da responsabilidade do risco integral da União, bem como a axiologia ética de se proteger aqueles que estão a trabalho pela Nação. Tanto assim que a legislação é específica para frisar a responsabilidade da União quando decorrente de acidente, cuja regulamentação é expressa. Factive, pois, a transcrição dos dispositivos legais, a começar pela Medida Provisória 2.215-10 de 2001:

"Art. 15. A pensão militar será igual ao valor da remuneração ou dos proventos do militar.

Parágrafo único. A pensão do militar não contribuinte da pensão militar que vier a falecer na atividade em consequência de acidente ocorrido em serviço ou de moléstia nele adquirida não poderá ser inferior:

I - à de aspirante a oficial ou guarda-marinha, para os cadetes do Exército e da Aeronáutica, aspirantes de marinha e alunos dos Centros ou Núcleos de Preparação de Oficiais da reserva; ou

II - à de terceiro-sargento, para as demais praças e os alunos das escolas de formação de sargentos."

7. Por sua vez, o Decreto n. 57.272/65, dispõe sobre a relação de causa e efeito do militar, cuja gênese aponta para divisar todo acidente que proveio de relação ou atividade castrense das demais, para impor a responsabilidade da União. Eis os artigos:

"Art. 1º Considera-se acidente em serviço, para os efeitos previstos na legislação em vigor relativa às Forças Armadas, aquela que ocorra com militar da ativa, quando:

a) no exercício dos deveres previstos no Art. 25 do Decreto-Lei nº 9.698, de 2 de setembro de 1946 (Estatuto dos Militares);

b) no exercício de suas atribuições funcionais, durante o expediente normal, ou, quando determinado por autoridade competente, em sua prorrogação ou antecipação;

c) no cumprimento de ordem emanada de autoridade militar competente;

d) no decurso de viagens em objeto de serviço, previstas em regulamentos ou autorizados por autoridade militar competente;

e) no decurso de viagens impostas por motivo de movimentação efetuada no interesse do serviço ou a pedido;

f) no deslocamento entre a sua residência e a organização em que serve ou o local de trabalho, ou naquele em que sua missão deva ter início ou prosseguimento, e vice-versa.

§ 1º - Aplica-se o disposto neste artigo aos militares da Reserva, quando convocados para o serviço ativo.

§ 2º Não se aplica o disposto neste artigo quando o acidente for resultado de crime, transgressão disciplinar, imprudência ou desidiosa do militar acidentado ou de subordinado seu, com sua aquiescência. Os casos previstos neste parágrafo serão comprovados em Inquérito Policial Militar, instaurado nos termos do art. 9º do Decreto-lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969, ou, quando não for caso dele, em sindicância, para esse fim mandada instaurar, com observância das formalidades daquele. (Redação dada pelo Decreto nº 90.900, de 525.1985)

Art 2º Considera-se acidente em serviço para os fins previstos em lei, ainda quando não seja ele a causa única e exclusiva da morte ou da perda ou redução da capacidade do militar, desde que entre o acidente e a morte ou incapacidade haja relação de causa e efeito.

8. De outra banda, o Estatuto dos Militares, ao instituir a pensão aos militares, condiciona o pagamento de sua contraprestação, bem como ressalva a aplicação das exceções previstas na legislação militar (arts. 71 e 72), de modo que a condição em epígrafe não se contrasta com o Estatuto Castrense.

9. Dada a exigência legal supra, para vincular a pensão da praça, não contribuinte, a uma relação de causalidade com o serviço castrense, a hermenêutica aponta para socorrer-se da principiologia geral do instituto em estudo. Nesse viés, quer em face do art. 40, § 12, da CF, quer em face da Lei n. 9.717/98, cujo art. 5º para efeito interpretativo, veda a concessão de benefício distinto aqueles não previstos na Lei de Benefícios da Previdência Social para os servidores públicos e militares estaduais, de forma que a tônica presente é a contemplação da pensão para militar não contribuinte - situação que aponta para o afastamento do benefício, já que o sistema é contributivo por excelência.

10. Nesse passo, entendo como correta a jurisprudência lançada no voto vergastado, segundo a qual no tocante ao militar não contribuinte da pensão militar, seu dependente só terá direito à pensão quando o óbito tiver relação de causalidade com o serviço ou a atividade castrense, na forma dos precedentes: AC 201251010405562, Desembargador Federal JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA, TRF2 - SÉTIMA TURMA ESPECIALIZADA, E-DJF2R - Data::30/04/2014; AC 200851010217742, Desembargador Federal MARCUS ABRAHAM, TRF2 - QUINTA TURMA ESPECIALIZADA, E-

DJF2R - Data::04/08/2014; APELREEX 00004822420084036118, DESEMBARGADOR FEDERAL NINO TOLDO, TRF3 - DÉCIMA PRIMEIRA TURMA, e-DJF3 Judicial 1 DATA:04/05/2015 .FONTE: REPUBLICACAO; AC 200384000150633, Desembargador Federal José Maria Lucena, TRF5 - Primeira Turma, DJ - Data::27/10/2006 - Página::1192 - Nº::207.

11. Incidente de uniformização conhecido e improvido, firmando-se a tese no sentido de que, não sendo o militar contribuinte obrigatório da pensão militar, o pagamento de benefício aos dependentes apenas é cabível quando o óbito estiver relacionado com o serviço militar, seja em virtude de acidente, seja em decorrência de moléstia nele adquirida.

## ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao incidente de uniformização interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.

Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

DOUGLAS CAMARINHA GONZALES

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5002842-57.2013.4.04.7211

ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA

REQUERENTE: HORST WILHELM FRANZ BUGGENHAGEN

PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK

OAB: SC-13520

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GERSON LUIZ ROCHA

## EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. APLICAÇÃO DOS ÍNDICES DE REAJUSTE DO TETO INSTITUÍDOS PELAS EMENDAS CONSTITUCIONAIS Nº 20/1998 E 41/2003. PRAZO DECADENCIAL. ART. 103 DA LEI 8.213/91. NÃO INCIDÊNCIA. ANULAÇÃO DO ACÓRDÃO. QUESTÃO DE ORDEM Nº 20 DA TNU. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO

Trata-se de incidente de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão da 2ª Turma Recursal de Santa Catarina que reconheceu, de ofício, a decadência, julgando extinto o processo, com resolução do mérito.

Sustenta a requerente que é indevida a aplicação do prazo decadencial previsto no artigo 103 da Lei de Benefícios porquanto, no presente caso, não se busca a revisão do ato de concessão do benefício, mas sim a aplicação de índice de reajuste em momento posterior à concessão. Cita precedentes da 2ª Turma Recursal de São Paulo (Processo nº 00029869820114036311, Juiz(a) Federal Silvio Cesar Arouck Gemaque, 2ª Turma Recursal - SP, e-DJF3 Judicial 28/05/2013.) e da 5ª Turma Recursal de São Paulo (Processo nº 00385001120124036301, Juiz(a) Federal Omar Chamon, 5ª Turma Recursal - SP, e-DJF3 Judicial 24/05/2013).

Sem contrarrazões e após admitido o incidente pela Presidência da Turma Recursal de origem, vieram os autos distribuídos a este relator.

E o breve relatório.

Inicialmente, cumpre destacar que o recurso é tempestivo.

O acórdão recorrido foi lavrado nos seguintes termos:

A parte autora recorre da sentença que julgou improcedente o pedido inicial. Pretende a reforma para que seja concedida a revisão do seu benefício mediante aplicação do artigo 21, § 3º, da Lei nº 8.880/94, conforme requerido na inicial.

Constato, de plano, a decadência do direito de revisão.

O instituto da decadência, para todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, foi introduzido no sistema normativo previdenciário com a edição da Medida Provisória nº 1.523/97, convertida na Lei nº 9.528/97, mediante a aplicação do prazo de dez anos, tempo este posteriormente reduzido para cinco anos, com a edição da Lei nº 9.711/98, e depois ampliado para dez anos pela Medida Provisória nº 138/2003, convertida na Lei nº 10.839/2004.

O caput do art. 103 da Lei nº 8.213/91 assim dispõe:

Art. 103. É de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo. (Redação dada pela Lei nº 10.839, de 2004) O Superior Tribunal de Justiça, inclusive através do regime de recursos representativos de controvérsia (art. 543-C do Código de Processo Civil), definiu que o direito de revisão, pelo segurado, do ato de concessão de benefícios anteriores à vigência da Medida Provisória 1.523-9/1997 (convertida na Lei 9.528/97) possui prazo decadencial com termo a quo na data de início da vigência da referida Medida Provisória, qual seja, 27.06.1997:

PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. REVISÃO DE BENEFÍCIO. DECADÊNCIA. PRAZO. CONCESSÃO ANTERIOR À MP 1.523-9/1997. ART. 103 DA LEI 8.213/91. DIREITO INTERTEMPORAL. 1. O direito de revisão do benefício previdenciário concedido antes da Lei 9.528/97, que estabeleceu o prazo decenal, decai em 10 anos contados a partir da sua entrada em vigor (28.6.1997). Questão tratada no Resp 1.309.529/PR, de relatoria do eminente Ministro Herman Benjamin, julgado em 28/11/2012 sob o regime dos recursos representativos de controvérsia. 2. In casu, trata-se de benefício concedido antes da vigência da MP 1.523-9/1997 (convertida na Lei 9.528/97), que fixou o prazo decenal. Sendo a ação para sua revisão ajuizada após dez anos da vigência da referida norma, fica patente a decadência do direito do autor. 3. Agravo regimental não provido.



(STJ, AGRESP 201201202877, Min. CASTRO MEIRA, 2º T., DJE DATA:15/02/2013)

Dai se conclui que o direito de revisão de todo e qualquer benefício previdenciário concedido anteriormente a 27/06/1997 decaiu em 27/06/2007, lembrando que, por previsão legal, o prazo decadencial não pode ser interrompido ou suspenso sob qualquer hipótese (art. 207 do Código Civil).

A decadência prevista no art. 103 da Lei nº 8.213/91, enquanto importante instrumento jurídico destinado à pacificação social, deve ser interpretada de forma ampla. E, se o mandamento legal determina expressamente que há decadência de 'todo e qualquer direito ou ação' para a 'revisão do ato de concessão', o prazo lá previsto abrange não apenas a revisão da RMI do benefício, mas o próprio ato de concessão. Nesse sentido, aliás, decidiu o STJ no AGRESP 201200547012, rel. Hernan Benjamin, Segunda Turma, julgamento em 06.12.2012.

Assim, depois de transcorrido o prazo decadencial legalmente previsto, torna-se inviável a alteração do ato de concessão do benefício, inclusive através do acréscimo de tempo de serviço/contribuição, até porque, de qualquer modo, a referida averbação resultará em revisão da RMI, tornando letra morta o disposto no art. 103 da Lei nº 8.213/91.

No caso dos autos, a parte autora busca (INIC1, ev. 1)

b.1) Revisar o valor da Renda Mensal Inicial (RMI) e o salário-de-benefício previdenciário do autor, recalculando nos moldes do artigo 21, § 3º, da Lei 8.880/94, incorporando, por ocasião do primeiro reajuste após a concessão, a diferença percentual entre a média dos salários-de-contribuição e o limite máximo então vigente, com adequação do benefício ao teto estabelecido nas Emendas [sic] Constitucional n. 20/1998 e Emenda Constitucional n. 41/2003;

Os cálculos que instruem a inicial evidenciam, ainda, que a revisão importa em alterar o salário de benefício (= RMI) de R\$1.168,86 (CCON6, ev. 1) para R\$1.280,04 (CALC8, ev. 1). O incremento do artigo 21, da Lei nº 8.880/94, aplicado no primeiro reajuste, depende do cálculo da RMI; alterada esta, altera-se aquele.

Nos termos do mencionado artigo 103, o prazo decadencial teve início em 01/03/2003 ('dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação') e expirou em 01/03/2013, isto porque o primeiro pagamento foi efetuado em 13/02/2003 (HISCRE5, ev. 15). A ação judicial, contudo, foi ajuizada em 23/10/2013, ou seja, após o decurso do prazo decadencial.

Reconhecida a decadência do direito de revisão, restam prejudicadas as razões recursais do INSS.

Por sua vez, a requerente cita precedente da Turma Recursal de São Paulo, nos termos dos quais não se aplica o prazo decadencial ao presente caso, "pois não se trata de recálculo de renda mensal inicial", tampouco de discussão acerca da legalidade do ato de concessão do benefício.

Resta, portanto, demonstrada a divergência.

A questão controversa nos autos foi recentemente analisada por esta Turma Nacional, no julgamento do PEDILEF nº 5007945-66.2013.4.04.7204, de Relatoria do Juiz Federal Frederico Augusto Leopoldino Koehler (DOU 05/02/2016, pág 221/329). Confira-se a ementa do referido julgado:

PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. PRAZO DECADENCIAL. REAJUSTAMENTOS QUE NÃO COMPUSERAM O ATO DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. INAPLICABILIDADE. SÚMULA 81/TNU. QUESTÃO DE ORDEM 20/TNU. ACÓRDÃO ANULADO. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO

Trata-se de incidente de uniformização movido pela parte autora em face de acórdão de Turma Recursal de Santa Catarina, que entendeu que haveria incidência da decadência do direito de rever o benefício previdenciário.

In casu, o Colegiado de origem assim se manifestou: "(...) No caso concreto, o benefício da parte autora foi deferido em 03/10/2002, com DIB em 04/06/2002, depois, portanto, da vigência da MP n. 1523-9. Diante disso, sendo certo que o primeiro pagamento ocorreu no ano de 2002, o prazo decadencial para a revisão desse benefício começou a fluir naquele mesmo ano, findando em 2012. Assim, como a presente demanda foi ajuizada em 16/10/2013, decaiu a parte autora do direito de revisão. (...)".

Para demonstrar a divergência, juntou paradigmas da Segunda e da Quinta Turma Recursal de São Paulo - Processo 00029869820114036311, JUIZ(A) FEDERAL SILVIO CESAR AROUCK GEMAQUE, TR2 - 2ª Turma Recursal - SP, eDJF3 Judicial DATA: 28/05/2013 e Processo 00385001120124036301, JUIZ(A) FEDERAL OMAR CHAMON, TR5 - 5ª Turma Recursal - SP, e-DJF3 Judicial DATA: 24/05/2013 -, respectivamente.

Como se sabe, a revisão de RMI sujeita-se ao lapso de decadência de 10 (dez) anos, nos termos do art. 103 da Lei 8.213/91, ainda que o benefício tenha sido concedido antes da entrada em vigor da alteração legislativa do art. 103 da Lei 8.213/91 instituída pela Medida Provisória 1.523/1997. Neste caso, o termo inicial do prazo decadencial é a data da publicação da norma instituidora do referido prazo decenal, qual seja, 28/6/1997 (STF, Rel. Min. Roberto Barroso, Decisão Monocrática no AI n. 785.568 / RS, DJe-246, Public 13/12/2013; STJ, Recursos Especiais Repetitivos 1.309.529/PR e 1.326.114/SC). A questão controvertida cinge-se, pois, em saber se haveria incidência da decadência para rever o reajustamento trazido pelo art. 21, §3º, da Lei nº 8.880/94 e pelo art. 35, §3º, do Decreto nº 3.048/99, que assim prevêm: Art 21, § 3º - Na hipótese da média apurada nos termos deste artigo resultar superior ao limite máximo do salário-de-contribuição vigente no mês de início do benefício, a diferença percentual entre esta média e o referido limite será incorporada ao valor do benefício juntamente com o primeiro reajuste do mesmo após a concessão, observado que nenhum benefício assim reajustado poderá superar o limite máximo do salário-de-contribuição vigente na competência em que ocorrer o reajuste. Decreto 3.048: § 3º Na hipótese de a média apurada na forma do art. 32 resultar superior ao limite

máximo do salário-de-contribuição vigente no mês de início do benefício, a diferença percentual entre esta média e o referido limite será incorporada ao valor do benefício juntamente com o primeiro reajuste do mesmo após a concessão, observado que nenhum benefício assim reajustado poderá superar o limite máximo do salário-de-contribuição vigente na competência em que ocorrer o reajuste.

A previsão de incidência da decadência contida no art. 103 da Lei 8.213/91 está adstrita ao ato de concessão, porquanto, tudo o que não compôs o ato de concessão não pode sofrer a incidência do prazo fatal.

Nesse sentido, a TNU editou recente súmula referente ao assunto, afastando a decadência do que não compôs o ato concessório do benefício: Súmula de Nº 81 da TNU: "Não incide o prazo decadencial previsto no art. 103, caput, da Lei n. 8.213/91, nos casos de indeferimento e cessação de benefícios, bem como em relação às questões não apreciadas pela Administração no ato da concessão."

Com efeito, os referidos reajustamentos não compuseram o ato de concessão, uma vez que apenas incidem a posteriori da concessão do benefício, de modo que não há que se falar em incidência de prazo decadencial em tais hipóteses.

Com efeito, o prazo decadencial previsto no art. 103 da Lei nº 8.213/91 somente incide sobre os atos de concessão ou indeferimento do benefício. Tratando-se de pedido de revisão do valor do benefício por aplicação de novos tetos constitucionais, não há que se falar em decadência, haja vista tratar-se de revisão da RMI mediante aplicação de normas supervenientes ao momento da concessão.

Desse modo, o presente incidente deve ser provido, para reafirmar a tese de que não incide o prazo decadencial previsto no art. 103 da Lei nº 8.213/91 nos pedidos de revisão da RMI mediante aplicação de norma posterior à concessão do benefício. Acórdão anulado, nos termos da Questão de Ordem nº 20 desta TNU: "Se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito"

Ante o exposto, voto por DAR PROVIMENTO ao incidente de uniformização.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, DAR PROVIMENTO ao incidente de uniformização de jurisprudência, nos termos do voto-ementa do Relator. Brasília, 12 de maio de 2016.

GERSON LUIZ ROCHA

Juiz Relator

PROCESSO: 2008.38.00.727636-1

ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS

REQUERENTE: URDAN ANTÔNIO FURTADO

PROC./ADV.: URDAN ANTÔNIO FURTADO

OAB: MG-32124

REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL

#### EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. IMPOSTO DE RENDA SOBRE OS VALORES RETIDOS A ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA PRIVADA COMO CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDO NO PERÍODO COMPREENDIDO DE 01/01/89 A 31/12/1995. LEI 7.713/88. PRESCRIÇÃO DO INDEBITO. OCORRÊNCIA. AÇÃO AJUIZADA APÓS 09/06/2005. RE 566.621/RS. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE PRESTIGIA O ENTENDIMENTO DO STF. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

#### VOTO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal da Seção Judiciária de Minas Gerais.

No processo em epígrafe, pretende a parte autora a condenação da ré a restituir-lhe os valores de imposto de renda recolhidos de Janeiro de 1989 a dezembro de 1995.

A Turma Recursal de origem, considerando a data de ajuizamento da ação (2008), reconheceu a prescrição do indébito de imposto de renda nos termos do RE 566.621/RS (prescrição de cinco anos para ações ajuizadas a partir de 09/06/2005).

Passo a proferir o VOTO.

O C. STF, no julgamento do RE n.º 566.621, estabeleceu, definitivamente, que o prazo prescricional para a restituição ou a compensação de tributos sujeitos a lançamento por homologação, recolhidos indevidamente, é de 10 (dez) anos (tese dos cinco + cinco), para as ações ajuizadas anteriormente à vigência da LC n.º 118/05, e de 05 (cinco) anos, para as demandas propostas posteriormente à entrada em vigor da aludida lei complementar, ou seja, a partir de 09/06/2005.

O aresto combatido, adstrito ao pedido contido na exordial (restituição do imposto de renda sobre os valores retidos a entidades de previdência privada como contribuição para o fundo no período compreendido de 01/01/89 a 31/12/1995), nada mais fez que aplicar a orientação do Supremo Tribunal Federal, porquanto, quando do ajuizamento da Ação (em 2008), já decorrido o prazo prescricional cuja contagem iniciou-se a partir da data de sua aposentadoria em 1996 (quando se iniciou a incidência do IR sobre a complementação da aposentadoria).

Isso posto, VOTO no sentido de NÃO CONHECER do Incidente (art. 9º, IX, do RI/TNU).

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília, 12 de maio de 2016.

WILSON WITZEL

Juiz Federal Relator

#### ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, NÃO CONHECEU do presente Incidente de Uniformização, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal relator.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

WILSON WITZEL

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5014701-21.2013.4.04.7001

ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

REQUERENTE: CRISTINA MITSUE HIRAKURI

PROC./ADV.: MARIA DE FÁTIMA DOMENEGHETTI.

OAB: MG-110843

REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL

#### EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. IMPOSTO DE RENDA SOBRE OS VALORES RETIDOS A ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA PRIVADA COMO CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDO NO PERÍODO COMPREENDIDO DE 01/01/89 A 31/12/1995. LEI 7.713/88. PRESCRIÇÃO DO INDEBITO. OCORRÊNCIA. AÇÃO AJUIZADA APÓS 09/06/2005. RE 566.621/RS. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE PRESTIGIA O ENTENDIMENTO DO STF. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

#### VOTO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná.

No processo em epígrafe, pretende a parte autora a condenação da ré a restituir-lhe os valores de imposto de renda recolhidos de Janeiro de 1989 a dezembro de 1995.

A Turma Recursal de origem reconheceu que a contagem do prazo prescricional teve início na data da incidência do IR sobre a complementação da aposentadoria recebida a partir de 03 de junho de 1996. Considerando que a ação foi proposta, em 14/01/2010, concluiu por consumada a prescrição quinquenal dos recolhimentos indevidos efetuados anteriormente a 14/01/2005, ou seja, de todo o período pleiteado.

Passo a proferir o VOTO.

O C. STF, no julgamento do RE n.º 566.621, estabeleceu, definitivamente, que o prazo prescricional para a restituição ou a compensação de tributos sujeitos a lançamento por homologação, recolhidos indevidamente, é de 10 (dez) anos (tese dos cinco + cinco), para as ações ajuizadas anteriormente à vigência da LC n.º 118/05, e de 05 (cinco) anos, para as demandas propostas posteriormente à entrada em vigor da aludida lei complementar, ou seja, a partir de 09/06/2005.

O aresto combatido, adstrito ao pedido contido na exordial (restituição do imposto de renda sobre os valores retidos a entidades de previdência privada como contribuição para o fundo no período compreendido de 01/01/89 a 31/12/1995), nada mais fez que aplicar a orientação do Supremo Tribunal Federal, porquanto, quando do ajuizamento da Ação (em 2010), já decorrido o prazo prescricional cuja contagem iniciou-se a partir da data de sua aposentadoria em 1996 (quando se iniciou a incidência do IR sobre a complementação da aposentadoria).

Isso posto, VOTO no sentido de NÃO CONHECER do Incidente (art. 9º, IX, do RI/TNU).

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília, 12 de maio de 2016.

WILSON WITZEL

Juiz Federal Relator

#### ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, NÃO CONHECEU do presente Incidente de Uniformização, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal relator.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

WILSON WITZEL

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0507959-18.2014.4.05.8400  
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE  
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL  
REQUERIDO(A): JOÃO BATISTA BARROS FILHO  
PROC./ADV.: JOÃO HÉLDER DANTAS CAVALCANTE  
OAB: RN-1361  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL

## EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. PREVIDÊNCIA PRIVADA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. CRITÉRIO DE APURAÇÃO DO INDEBITO. TERMO A QUO DA PRESCRIÇÃO QUE ATINGE APENAS AS PARCELAS DE RESTITUIÇÃO VENCIDAS ANTES DO QUINQUÊNIO ANTERIOR À PROPOSITURA DA AÇÃO - SÚMULA N.º 85 DO STJ - ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NESTA TNU e STJ. APLICAÇÃO DAS QUESTÕES DE ORDEM N.ºS. 13 E 24/TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO. VOTO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela União, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.

A Turma Recursal de origem, mantendo a sentença de procedência, reconhecendo a ocorrência da prescrição dos valores indevidamente retidos na fonte antes do quinquênio que antecede a propositura da ação, consoante Orientação firmada pelo STJ em sede de recurso repetitivo (REsp nº 1.269.570/MG, Primeira Seção, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 23.05.2012).

A ora requerente junta como paradigma decisão do e. STJ, no que diz respeito ao termo a quo para o desencadeamento do prazo prescricional.

O aresto recorrido, a toda evidência, está em consonância com a jurisprudência desta Turma Nacional e do Colendo STJ, os quais agasalham as seguintes teses de direito material:

a) que o pagamento do imposto de renda incidente sobre as contribuições vertidas a entidades de previdência privada no período 01/01/1989 a 31/12/1995 não foi indevido ou ilegal. O pagamento indevido e ilegítimo só se verifica no momento em que tributado o valor proveniente da complementação da aposentadoria ou do resgate das contribuições, na proporção do que já tributado sob a égide da Lei n.º 7.713/88, configurando indevido bis in idem;

b) que, como consequência, renova-se a pretensão de repetição do indébito - e, portanto, o início do prazo prescricional - a cada incidência do imposto de renda sobre a complementação percebida pelo autor ou sobre o resgate das contribuições, se for o caso. Deste modo, a prescrição atinge apenas as parcelas de restituição vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação, incidindo a Súmula n.º 85 do STJ.

Confirmam-se recentes julgados:

"PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. IMPOSTO DE RENDA. INCIDÊNCIA SOBRE VALORES RECOLHIDOS A TÍTULO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. INOCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. PRAZO PRESCRICIONAL QUE SE RENOVAA A CADA NOVA INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE RENDA SOBRE A COMPLEMENTAÇÃO DA APOSENTADORIA OU O RESGATE DAS CONTRIBUIÇÕES. QUESTÃO DE ORDEM N.º 020 DESTA TNU. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO (PEDILEF 00118403620104013801. DOU 13/10/2015 PÁGINAS 112/146)."

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. PREVIDÊNCIA PRIVADA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE. LEIS 7.713/88 E 9.250/95. RESTITUIÇÃO. INOBSERVÂNCIA DA PROIBIÇÃO DO BIS IN IDEM. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. 1. Independentemente de se tratar de pagamento de benefício ou resgate de contribuições, os recebimentos decorrentes de recolhimentos feitos na vigência da Lei 7.713/88 não estão sujeitos à incidência do Imposto de Renda, mesmo que a operação seja efetuada após a publicação da Lei 9.250/95. Desse modo, deve ser excluída da incidência do imposto de renda o valor do benefício que, proporcionalmente, corresponder às parcelas das contribuições efetuadas no período de 01.01.89 a 31.12.95. 2. O termo a quo do prazo prescricional se dá com a nova tributação, pelo imposto de renda, efetuada sobre a totalidade de proventos percebidos a título de complementação de aposentadoria. Desse modo, não há como desde logo entender prescrito o direito, pois o momento em que há o esgotamento do montante que será abatido depende da liquidação de sentença. Precedente: REsp nº 833.653/RS, Primeira Turma, Relator Ministro Luiz Fux, DJ de 07.04.2008. 3. Agravo regimental não provido. ..EMEN: (AGRESP - AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - 1471754. DJE DATA:08/10/2014 ..DTPB)".

In casu, considerando que o acórdão recorrido está em sintonia com o entendimento deste Colegiado e da jurisprudência dominante do STJ, o presente Pedido de Uniformização não deve ser conhecido por incidir as Questões de Ordem n.ºs 13 e 24/TNU.

Assim, voto pelo NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília, 12 de Maio de 2016.

WILSON WITZEL  
Juiz Federal Relator

## ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, NÃO CONHECEU do presente Incidente de Uniformização, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal relator.  
Publique-se. Registre-se. Intime-se.

WILSON WITZEL  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5002996-93.2013.4.04.7011  
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ  
REQUERENTE: JOSÉ EMÍDIO SOBRINHO  
PROC./ADV.: RUDINEI FRACASSO

OAB: PR-34147

REQUERIDO(A): UNIÃO

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA INCIDENTE SOBRE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS RECEBIDAS ATRAVÉS DE RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. REPETIÇÃO DE INDEBITO. PRESCRIÇÃO. LC 118/05. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO CONSOLIDADO DO STF E STJ. APLICAÇÃO DAS QUESTÕES DE ORDEM N.ºS. 13 E 24/TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO. VOTO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado por José Emídio Sobrinho, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná.

No processo sub exame, pretendeu o autor a condenação da ré para lhe restituir os valores referentes ao imposto de renda incidente sobre o montante recebido referente à diferenças remuneratórias deferidas em Reclamação Trabalhista. A Turma Recursal de origem deu provimento ao recurso inominado da União, reformando parcialmente a sentença que condenou a ora requerente ao recálculo do imposto de renda incidente sobre diferenças remuneratórias recebidas em reclamação trabalhista, condenando a Fazenda Nacional à repetição de indébito, apenas para reconhecer a prescrição do direito à repetição do indébito relativo aos valores do IRPF pagos anteriormente a 30/03/2005.

Pois bem! O STF, no julgamento do RE 566.621/RS, de Relatoria da Ministra Ellen Gracie, pacificou o entendimento de que deve ser aplicado o prazo prescricional quinquenal previsto no artigo 3º da LC 118/05, para as ações ajuizadas após 09.06.2005, em que se requer a restituição/compensação de tributos sujeitos a lançamento por homologação, conforme in verbis:

DIREITO TRIBUTÁRIO - LEI INTERPRETATIVA - APLICAÇÃO RETROATIVA DA LEI COMPLEMENTAR Nº 118/2005 - DESCABIMENTO - VIOLAÇÃO À SEGURANÇA JURÍDICA - NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DA VACATIO LEGIS - APLICAÇÃO DO PRAZO REDUZIDO PARA REPETIÇÃO OU COMPENSAÇÃO DE INDEBITOS AOS PROCESSOS AJUIZADOS A PARTIR DE 9 DE JUNHO DE 2005. Quando do advento da LC 118/05, estava consolidada a orientação da Primeira Seção do STJ no sentido de que, para os tributos sujeitos a lançamento por homologação, o prazo para repetição ou compensação de indébito era de 10 anos contados do seu fato gerador, tendo em conta a aplicação combinada dos arts. 150, § 4º, 156, VII, e 168, I, do CTN. A LC 118/05, embora tenha se auto-proclamado interpretativa, implicou inovação normativa, tendo reduzido o prazo de 10 anos contados do fato gerador para 5 anos contados do pagamento indevido. Lei supostamente interpretativa que, em verdade, inova no mundo jurídico deve ser considerada como lei nova. Inocorrência de violação à autonomia e independência dos Poderes, porquanto a lei expressamente interpretativa também se submete, como qualquer outra, ao controle judicial quanto à sua natureza, validade e aplicação. A aplicação retroativa de novo e reduzido prazo para a repetição ou compensação de indébito tributário estipulado por lei nova, fulminando, de imediato, pretensões deduzidas tempestivamente à luz do prazo então aplicável, bem como a aplicação imediata às pretensões pendentes de ajuizamento quando da publicação da lei, sem resguardo de nenhuma regra de transição, implicam ofensa ao princípio da segurança jurídica em seus conteúdos de proteção da confiança e de garantia do acesso à Justiça. Afastando-se as aplicações inconstitucionais e resguardando-se, no mais, a eficácia da norma, permite-se a aplicação do prazo reduzido relativamente às ações ajuizadas após a vacatio legis, conforme entendimento consolidado por esta Corte no enunciado 445 da Súmula do Tribunal. O prazo de vacatio legis de 120 dias permitiu aos contribuintes não apenas que tomassem ciência do novo prazo, mas também que ajuizassem as ações necessárias à tutela dos seus direitos. Inaplicabilidade do art. 2.028 do Código Civil, pois, não havendo lacuna na LC 118/08, que pretendeu a aplicação do novo prazo na maior extensão possível, descabida sua aplicação por analogia. Além disso, não se trata de lei geral, tampouco impede iniciativa legislativa em contrário. Reconhecida a inconstitucionalidade art. 4º, segunda parte, da LC 118/05, considerando-se válida a aplicação do novo prazo de 5 anos tão-somente às ações ajuizadas após o decurso da vacatio legis de 120 dias, ou seja, a partir de 9 de junho de 2005. Aplicação do art. 543-B, § 3º, do CPC aos recursos sobrestados. Recurso extraordinário desprovido.

(RE 566621, Relator(a): Min. ELLEN GRACIE, Tribunal Pleno, julgado em 04/08/2011, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-195 DIVULG 10-10-2011 PUBLIC 11-10-2011 EMENT VOL-02605-02 PP-00273 RTJ VOL-00223-01 PP-00540)

Em seguida, a decisão proferida no REsp 1269570 /MG, de Relatoria do Min. Mauro Campbell Marques, DJe 04/06/2012, proferida na sistemática dos recursos representativos de controvérsia, alinhou a jurisprudência da Corte Cidadã ao entendimento da Corte Suprema. A Turma Recursal prolatora do aresto combatido, por sua vez, prestigiu o entendimento esposado no RE 566.621, acima citado, reformando a sentença no que diz respeito à prescrição, ao argumento de que a tendo a ação sido "ajuizada em 30/03/2010, posteriormente à vacatio legis da LC 118/05, aplicando-se, destarte, o disposto no art. 3º desse diploma legal."

A toda evidência, o aresto combatido encontra-se em total consonância com a jurisprudência do STF e STJ sobre a matéria.

In casu, considerando que o acórdão recorrido está em sintonia com a jurisprudência dominante do STJ, o presente Pedido de Uniformização não deve ser conhecido por incidir a Questão de Ordem nº 24 /TNU.

Assim, voto pelo NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília, 12 de Maio de 2016.

WILSON WITZEL  
Juiz Federal Relator  
ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, NÃO CONHECEU do presente Incidente de Uniformização, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal relator.  
Publique-se. Registre-se. Intime-se.

WILSON WITZEL  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0512199-86.2010.4.05.8013  
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS  
REQUERENTE: UNIÃO  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

REQUERIDO(A): BENEDITA MARIA DE LIRA

PROC./ADV.: RAPHAEL MARTINIANO DIAS

OAB: AL-6 994

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GERSON LUIZ ROCHA

## EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO MILITAR. PENSÃO POR MORTE. CONCESSÃO. INDEFERIMENTO DE PEDIDO ADMINISTRATIVO. PRESCRIÇÃO DA AÇÃO JUDICIAL VISANDO A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. REGIME PRÓPRIO REGULADO PELA LEI Nº 3.765/60. ALEGADA PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. ART. 28, DA LEI Nº 3.765/60. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. QUESTÃO DE ORDEM 22, DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

Trata-se de incidente de uniformização interposto pela parte ré em face de acórdão proferido pela Turma Recursal de Alagoas, a qual concedeu à parte autora pensão por morte, decorrente do óbito de instituidor que era militar, mediante reconhecimento posterior de união estável.

Na decisão recorrida afastou-se a prescrição, ao argumento de que "o pedido administrativo formulado pela autora foi em 24/08/2001 e ajuizamento desta ação em 05/08/2010, portanto decorreram menos de 10 anos entre o requerimento e o ajuizamento da ação".

A parte ré interpõe recurso alegando que, de acordo com a Súmula n. 85, do STJ, e com o AgRg no AI n. 1.389.093, o prazo aplicável nos casos de aposentadoria/pensão estatutária é de 05 anos, nos termos do art. 1º, do Decreto n. 20.910/32.

Sem contrarrazões e inicialmente inadmitido o incidente pela Presidência da Turma Recursal de origem, após a interposição de agravo, vieram os autos distribuídos a este Relator.

É o breve relatório.

Dou por julgado o agravo, tendo em vista que o juízo definitivo quanto à admissibilidade do incidente cabe a este Colegiado.

Todavia, o recurso não deve ser conhecido por ausente a necessária similitude fático-jurídica, preconizada na Questão de Ordem nº 22 deste Colegiado.

Ocorre que no caso examinado, cuida-se de pedido de pensão decorrente de óbito de servidor militar, matéria regulada em lei especial - Lei nº 3.765/60 -, cujo art. 28 dispõe, in verbis:

Art 28. A pensão militar pode ser requerida a qualquer tempo, condicionada porém, a percepção das prestações mensais à prescrição de 5 (cinco) anos.

Por conseguinte, a questão acerca da prescrição do fundo de direito deverá ser dirimida, necessariamente, à luz da referida regra normativa, que não foi enfrentada nos paradigmas trazidos à colação pela requerente, que dizem respeito a servidores civis, regidos por normas distintas (Lei nº 8.112/90).

Ante o exposto, voto por NÃO CONHECER do incidente de uniformização.

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, NÃO CONHECER do incidente de uniformização de jurisprudência, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 12 de maio de 2016.

GERSON LUIZ ROCHA  
Juiz Relator



PROCESSO: 0500747-41.2012.4.05.8100  
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ  
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS  
PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL  
REQUERIDO(A): MARIA NADIR EUFRAZIO RAFAEL  
PROC./ADV.: ÍTALO SÉRGIO ALVES BEZERRA  
OAB: CE-23487  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL MARCOS ANTÔNIO GARAPA DE CARVALHO

## EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO A ENTE MUNICIPAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DE SERVIDOR - RPPS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO. QUESTÃO DE FATO DECIDIDA DIVERSA DAQUELA DO PARADIGMA APONTADO. ALEGAÇÕES DO RECURSO DESTITUÍDAS DE FUNDAMENTO DE FATO. RECURSO PROTETOR. VIOLAÇÃO DO DEVER DE BOA-FÉ PROCESSUAL. APLICAÇÃO DE MULTA AO INSS. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.

1. Pedido de uniformização de interpretação de lei federal - PEDILEF apresentado pelo INSS contra acórdão de Turma Recursal que negou provimento a seu recurso inominado, manejado contra sentença que acolheu pedido de concessão de aposentadoria à parte autora, em que houve o aproveitamento de tempo de serviço público prestado a ente da federação (Município de Itapipoca/CE), provado através de documento hábil, sem que tivesse havido o recolhimento das contribuições pelo empregador da recorrida.

2. O PEDILEF não pode ser conhecido, pois não há similitude entre a questão decidida no precedente indicado como paradigma (Superior Tribunal de Justiça - STJ, AgRg no REsp n.º 924.423/RS) e a questão resolvida neste processo.

3. Confira-se o precedente mencionado:

"PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL.

SEGURADO APOSENTADO EM REGIME PRÓPRIO DE SERVIDOR PÚBLICO COM CONTAGEM RECÍPROCA. PERMANÊNCIA DE VÍNCULO COM O REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. CONCESSÃO DE NOVA APOSENTADORIA. POSSIBILIDADE QUANDO OS REQUISITOS SÃO CUMPRIDOS. DECISÃO MANTIDA.

1. De acordo com o entendimento de ambas as Turmas que compõem a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, a concessão de aposentadoria pelo Regime Geral da Previdência Social a segurado aposentado em regime próprio não ofende o disposto nos arts. 96 e 98 da Lei nº 8.213/1991, se o autor permaneceu vinculado ao RGPS e cumpriu os requisitos para nova aposentadoria, excluído o tempo de serviço utilizado para a primeira jubilação.

2. Ademais, o Decreto nº 3.048/1999 permite a expedição de certidão de tempo de contribuição para período fracionado (art. 130, § 10). As vedações nele previstas dizem respeito ao duplo cômputo do tempo de serviço exercido simultaneamente na atividade privada e pública e daquele outrora utilizado para a concessão de aposentadoria (art. 130, §§ 12 e 13), circunstâncias não verificadas no caso concreto.

3. Agravo regimental improvido".

(STJ, Quinta Turma, AgRg no REsp n.º 924.423/RS, rel. Ministro Jorge Mussi, julgamento em 15/04/2008, DJe de 19/05/2008, unânime e sem grifos no original)

4. No caso dos autos e em razão de prova suficiente produzida durante a instrução do processo, o tempo de serviço prestado pela autora ao Município de Itapipoca/CE foi computado para efeito de concessão da aposentadoria por idade no âmbito do RGPS, juntamente com outros provados através das anotações em sua CTPS, conforme consta na sentença (anexo n.º 27).

5. Apesar de não haver prova no processo da existência de Regime Próprio de Previdência do Servidor - RPPS no âmbito do Município de Itapipoca/CE e de tal questão não ter sido suscitada em sua contestação (anexo n.º 25), o INSS alegou apenas no recurso inominado e em seu PEDILEF que aquele tempo de serviço não poderia ter sido aproveitado para a concessão da aposentadoria por idade, pois o mesmo período já teria sido usado pela recorrida para obtenção de aposentadoria no âmbito do RPPS, conforme ato administrativo cuja transcrição foi feita no corpo do texto do PEDILEF.

6. Ocorre que aquela aposentadoria (compulsória) fora deferida para a autora no âmbito do RPPS do Estado do Ceará, não do Município de Itapipoca, como se pode constatar pela simples leitura do ato administrativo acima mencionado, disponível no sítio <http://imagens.seplag.ce.gov.br/PDF/20140106/do20140106p01.pdf#page=20>.

5. Ou seja, não se tratou de contagem recíproca indevida de tempo de serviço, mas de aproveitamento de tempo de contribuição vinculado diretamente ao RGPS, já que, novamente, não há prova da existência de RPPS instituído no âmbito do Município de Itapipoca/CE.

6. O caso é, pois, de aplicar a Questão de Ordem n.º de 22 desta TNU e negar seguimento ao PEDILEF.

7. Além disso, no tocante ao manejo em si do PEDILEF, o INSS atuou em desrespeito às normas da boa-fé processual, razão pela qual deve-se-lhe aplicar multa em razão de sua conduta neste processo.

8. Isso porque o fundamento de fato do PEDILEF da autarquia é uma inverdade, que inclusive tentou induzir a erro esta instância extraordinária de julgamento, pois a aposentadoria indicada como obtida pela autora com uso do tempo reconhecido na decisão recorrida não fora concedida no âmbito do RPPS do Município, mas do Estado, entes federais diversos, por óbvio.

9. Não bastasse o absurdo em si de uma tal alegação, o INSS insistiu na movimentação do PEDILEF, mesmo após a negativa de sua admissão pela instância ordinária.

10. Ora, como os representantes judiciais do INSS são profissionais dos mais preparados, pois habilitados tanto no Exame de Ordem da

OAB, como no concurso público de provimento dos respectivos cargos, afasta-se a possibilidade de erro escusável na afirmação inverídica feita no PEDILEF, motivo pelo qual aquela conduta teve apenas o objetivo de adiar a solução definitiva da lide e provocar a manifestação deste Colegiado sobre divergência jurisprudencial inexistente.

12. Agindo como agiu, o INSS infringiu os deveres de "não apresentar defesa quando ciente de que é destituída de fundamento" e de "não praticar atos inúteis ou desnecessários à defesa do seu direito", previstos no art. 14, incisos III e IV, do CPC/73 e art. 77, incisos II e III, do NCPC/2015, praticou ato típico do litigante de má-fé, conforme tipificado no art. 17, inciso VI, do CPC/73 e art. 80, inciso VI, do NCPC/2015 ("Art. 80. Considera-se litigante de má-fé aquele que: I - (...) VI - provocar incidente manifestamente infundado; (...)"), motivo pelo qual deve sofrer as sanções aplicáveis ao litigante não observador da boa-fé processual, observadas as diretrizes estabelecidas no NCPC.

13. Por último, considerando que a conduta da representação judicial da autarquia neste processo causou danos ao ente público, pois ele se verá onerado com o valor da sanção pecuniária dela decorrente, faz-se necessário noticiar tal comportamento aos órgãos de controle interno da Administração Pública, para que eles possam adotar as providências que entenderem adequadas; sendo que o caso é de dar notícia do ocorrido à Controladoria-Geral da União, através da sua representação na Seção Judiciária do Juizado Especial Federal de origem, para que ela atue nos termos dos arts. 17 e 18 da Lei n.º 10.683/2003.

14. Por tais razões, voto por:

14.1. não conhecer do PEDILEF;

14.2. declarar o INSS litigante de má-fé, uma vez que provocou incidente manifestamente infundado;

14.3. condenar o INSS por litigância de má-fé ao pagamento de:

a) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa (art. 81 do NCPC/2015); e

b) indenização correspondente 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado da causa, nos termos do art. 81, § 3º NCPC/2015;

c) determinar a expedição de ofício à Controladoria Regional da União no Estado do Ceará, tão logo haja o trânsito em julgado da decisão final neste processo, noticiando a conduta da autarquia nestes autos, que culminou com a imposição de sanção pecuniária ao ente, representando pela atuação daquele órgão de controle em relação a ele, tendo em vista os prejuízos eventualmente causados às suas rendas, em razão das condutas praticadas por inobservância das normas processuais relativas aos deveres das partes e seus procuradores, instaurando-se o procedimento adequado à apuração de responsabilidades.

É como voto.

## ACÓRDÃO

A Turma, por unanimidade, não conheceu do incidente de uniformização nos termos do voto do(a) Juiz(a) Relator(a).

Marcos Antônio Garapa de carvalho

Juiz Federal

PROCESSO: 0512719-24.2011.4.05.8300

ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco

REQUERENTE: DOLORES FRANCELINA DA SILVA BRAN-

DÃO

PROC./ADV.: LUCIANO ALENCAR MACEDO

OAB: PE-24943

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS

MOREIRA DE RESENDE

## EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. APOSENTADORIA POR IDADE DE TRABALHADOR URBANO. TABELA CONSTANTE NO ARTIGO 142 DA LEI 8.213/91. IRRELEVÂNCIA DE TER HAVIDO A PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADA. CONHECIMENTO E PROVIMENTO DO INCIDENTE.

1. A Presidência da TNU encaminhou os autos à distribuição para análise do Incidente de Uniformização Nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Pernambuco que negou provimento ao recurso da parte autora, mantendo a sentença de primeiro grau que rejeitou o pedido de concessão de aposentadoria por idade urbana.

2. No caso, ao cordão recorrido foi assim ementado:

"EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. INSCRITOS NO RGPS QUE NÃO MAIS DETINHAM QUALIDADE DE SEGURADO EM 24 DE JULHO DE 1991. AUSÊNCIA DE DIREITO À REGRA DE TRANSIÇÃO. RECURSO IMPROVIDO.

- Cuida-se de recurso da parte autora contra sentença de improcedência a pedido de aposentadoria por idade, ao fundamento de que, perdida a qualidade de segurado em 1991 não há direito à regra de transição do art. 142 da lei 8.213/91.

- Aduz a recorrente, em síntese, que estava inscrita e filiada ao RGPS em dezembro de 1970, data de seu primeiro vínculo laboral, portanto antes da Lei 8.213/91, portanto faz jus à carência da regra de transição. Alega ainda que não perdeu a qualidade de segurado para a concessão do benefício após a nova filiação, vez que "o importante é que o somatório dos recolhimentos, efetuados a qualquer tempo, alcance o mínimo exigido para a obtenção da carência".

- Observa-se que a recorrente completou 60 (sessenta) anos de idade, em 27/02/2007, o que conforme a tabela do art. 142 da lei 8.213/91, teria que demonstrar o cumprimento de 156 (cento e cinquenta e seis) meses, ou 13 anos.

- Ocorre que não há como reconhecer o direito às regras de transição no caso dos autos. O último período contributivo como empregada

encerrou em 31.12.74, não mais possuindo a Autora qualidade de segurado em 24 de julho de 1991. Observe-se que o artigo 142 da Lei 8.213/91 em questão é direcionado ao segurado inscrito na previdência social antes da entrada em vigor das novas regras, sendo certo que há duas exigências: inscrição anterior e qualidade de segurado.

- Ocorre que a Parte Autora perdeu a qualidade de segurado, vez que após o vínculo trabalhista com a empresa Confecções Torres S/A encerrado em 31/12/1974, só voltou a contribuir em novembro de 1991, mais de 15 anos depois e sob a égide da nova Lei que exige no mínimo 180 meses de contribuições.

- Consultando o anexo 15, verifica-se que o total de contribuições não alcança o mínimo exigido na vigência da nova Lei, portanto, não há que se falar em retroagir e considerar os parâmetros exarados na tabela do art. 142, vez que caracterizado a perda da condição de segurado" (...).

3. Alega a parte autora que foi inscrita e filiada ao RGPS em dezembro de 1970, (data de seu primeiro vínculo laboral, como empregada urbana), portanto, em data muito anterior à edição da lei 8.213/91, fazendo jus à carência reduzida da regra de transição do art. 142 da Lei 8.213/91 e que a decisão da Turma Recursal afrontou a jurisprudência desta TNU e do STJ.

4. Entendo comprovado o dissídio jurisprudencial acerca da matéria tendo-se em vista a decisão da Turma Recursal de origem está em confronto com o julgado divergente da TNU e do STJ.

5. Na espécie, apesar de reconhecido o cumprimento do requisito etário, indeferiu a Turma Recursal de origem o pleito de concessão de aposentadoria por idade, ao argumento de que, quando do advento da Lei 8.213/91, a parte autora não possuía mais a qualidade de segurada e só voltou a contribuir em novembro de 1991, mais de 15 anos depois e sob a égide da nova Lei que exige no mínimo 180 meses de contribuições, não fazendo jus à carência estabelecida na regra de transição do artigo 142 da Lei 8.213/91.

6. Com razão a parte requerente.

7. Entendo que o acórdão recorrido merece reforma, vez que em dissonância com o posicionamento firmado por esta TNU e pelo STJ, segundo o qual a regra transitória do artigo 142 da Lei de Benefícios nº 8213/91 é aplicável, para todos os segurados que tenham iniciado as contribuições antes da Lei 8.213/91, ainda que tenham perdido a condição de segurado e voltado a contribuir posteriormente, como é o caso dos autos. O que o artigo 142 exige é que a soma das contribuições seja igual à carência exigida para o ano em que o segurado implementou a idade.

8. A respeito:

"PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA POR IDADE URBANA. PREENCHIMENTO SIMULTÂNEO DOS REQUISITOS. DESNECESSIDADE. REGRA DE TRANSIÇÃO DO ART. 142 DA LEI DE BENEFÍCIOS. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO.

1. Tendo a parte recorrente sido filiada ao sistema antes da edição da Lei 8.213/1991, a ela deve ser aplicada, para fins de cômputo de carência necessária à concessão da aposentadoria por idade, a regra de transição disposta no art. 142 da Lei de Benefícios.

2. Deve beneficiar-se da regra de transição o segurado que estava vinculado ao Regime Geral da Previdência Social, mas que, por ocasião da nova Lei não mantivesse a qualidade de segurado, desde que retorne ao sistema.(grifei)

3. A implementação dos requisitos para a aposentadoria por idade urbana pode dar-se em momentos diversos, sem simultaneidade. Mas, uma vez que o segurado atinja o limite de idade fixado, o prazo de carência está consolidado, não podendo mais ser alterado. A interpretação a ser dada ao art. 142 da referida Lei deve ser finalística, em conformidade com os seus objetivos, que estão voltados à proteção do segurado que se encontre no período de transição ali especificado, considerando o aumento da carência de 60 contribuições para 180 e que atinjam a idade nele fixada.

4. Com o advento da Lei 10.666/2003, que passou a disciplinar especificamente a questão da dissociação dos requisitos para obtenção do benefício, a nova sistemática não faz distinção entre o tempo anterior e o posterior à perda da qualidade de segurado.

5. O acórdão recorrido deve ser reformado, porque está em dissonância com a jurisprudência do STJ que admite a aplicação do art. 142 combinado com o § 1º do art. 3º da Lei 10.666/2003. Observância do incidente de uniformização de jurisprudência, Pet 7.476/PR.

6. O segurado que não implementa a carência legalmente exigida quando atingido o requisito etário, pode cumpri-la posteriormente pelo mesmo número de contribuições previstas para essa data. Não haverá nesta hipótese um novo enquadramento na tabela contida no art. 142 da Lei 8.213/1991, como entendeu o Tribunal a quo.

7. Recurso especial conhecido e provido, determinando-se ao INSS que refaça a contagem da carência com base na data em que a segurada atingiu a idade mínima. Inversão do ônus da sucumbência. Honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da condenação".

(REsp 1412566/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/03/2014, DJe 02/04/2014).

9. Assim, atendido o pressuposto etário, firma-se o prazo de carência do benefício pleiteado, com base na tabela constante do art. 142 da Lei 8.213/91, observando-se a data do implemento do requisito etário, nada obstando o fato de ter perdido a qualidade de segurada e tornado a adquiri-la após a Lei 8.213/91.

10. Ante o exposto, com amparo na questão de ordem n. 38, da TNU, conheço o Pedido de Uniformização e dou-lhe provimento para, reformatando o acórdão recorrido, julgar procedente o pedido autoral de concessão de Aposentadoria por Idade Urbana, determinando o retorno dos autos ao juízo de origem para apuração das prestações retroativas a contar do requerimento do benefício na via administrativa, nos termos acima expostos, com incidência de juros de mora a partir da citação e correção monetária nos termos do Manual de Orientação para Cálculos do CJF.

11. Sem custas e honorários, nos termos do artigo 55 da Lei 9.099/95.

### ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização CONHECER DO INCIDENTE E DAR-LHE PROVIMENTO, nos termos da fundamentação supra.

Belo Horizonte, 12 de maio de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE  
RESENDE  
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5007656-78.2014.4.04.7114

ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL  
REQUERENTE: ARDY STORCK  
PROC./ADV.: PETTER NESELO  
OAB: RS-3473  
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL FLÁVIA PELLEGRINO SOARES MILLANI

### EMENTA

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. EXTENSÃO DO ACRÉSCIMO DE 25% PREVISTO NA LEI 8.213/91 A OUTRAS APOSENTADORIAS (IDADE E CONTRIBUIÇÃO). POSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 20. RETORNO DOS AUTOS À TURMA DE ORIGEM PARA REEXAME DE PROVAS. PARCIAL PROVIMENTO.

1. Trata-se de incidente de uniformização movido pela parte autora em face de acórdão da Turma Recursal do Rio Grande do Sul, que entendeu indevida a concessão do acréscimo de 25%, previsto no art. 45 da Lei nº 8.213/1991, vez que a demandante auferia benefício distinto daquele previsto para incidência do acréscimo 25%.

2. Alega a parte recorrente que a Turma Recursal do Espírito Santo já firmou a tese de que é extensível à aposentadoria por idade, concedida sob o regime geral da Previdência Social, o adicional previsto no art. 45 da Lei 8.213/91 para a aposentadoria por invalidez, uma vez comprovados os requisitos ali previstos (0001419-66.2005.4.02.5051).

3. Incidente conhecido na origem em razão de reiterado posicionamento da TNU acerca da questão.

4. Este Colegiado já examinou matéria idêntica à dos presentes autos, tendo firmado entendimento de que: "o adicional de 25% previsto no artigo 45 da Lei 8.213/91 para beneficiários que se aposentaram por invalidez é extensível às outras aposentadorias, uma vez que o percentual é destinado aos segurados que necessitam de assistência permanente de outra pessoa. Conforme bem assentado pelo do Relator do Incidente, nessas situações, deve ser aplicado o princípio da isonomia. Ao analisar a norma, o relator concluiu que o percentual, na verdade, é um adicional previsto para assistir aqueles que necessitam de auxílio de outra pessoa, não importando se a invalidez é decorrente de fato anterior ou posterior à aposentadoria. "O seu objetivo é dar cobertura econômica ao auxílio de um terceiro contratado ou familiar para apoiar o segurado nos atos diários que necessitem de guarda, quando sua condição de saúde não suportar a realização de forma autônoma", defendeu, concluindo "ser consectário lógico encampar sob o mesmo amparo previdenciário o segurado aposentado por idade que se encontra em idêntica condição de deficiência". No voto de desempate, o presidente da TNU, Ministro Humberto Martins, que acompanhou o entendimento do relator do caso, o juiz federal Sérgio Murilo Wanderley Queiroga, assentou que a norma tem finalidade protetiva e o acréscimo reveste-se de natureza assistencial, concluindo que "(...) preenchidos os requisitos 'invalidez' e 'necessidade de assistência permanente de outra pessoa', ainda que tais eventos ocorram em momento posterior à aposentadoria e, por óbvio, não justifiquem sua concessão na modalidade invalidez, vale dizer, na hipótese, ainda que tenha sido concedida a aposentadoria por idade, entendendo ser devido o acréscimo. (...) PEDILEF: 50033920720124047205, Relator: JUIZ FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL, Data de Julgamento: 21/10/2015, Data de Publicação: 29/10/2015).".

5. Considerando que não foi analisado pelo juízo de origem se o requerente preenche os requisitos necessários para comprovação do adicional pleiteado através de perícia médica judicial, entendo que deve incidir a regra da Questão de Ordem nº 20 desta Turma Nacional de Uniformização - TNU, que orienta no sentido de que "Se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal, vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito". (Aprovada na 6ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, do dia 14.08.2006).

- Desta forma, ressalvado meu entendimento pessoal, DOU PARCIAL PROVIMENTO AO INCIDENTE para determinar a devolução

dos autos à Turma Recursal de origem para firmar que a tese de concessão do adicional de 25% por auxílio permanente de terceira pessoa é extensível à aposentadoria da parte autora, uma vez comprovados os requisitos constantes no art. 45 da Lei nº 8.213/91, devendo, por este motivo, a Turma de origem proceder a reapreciação das provas referentes à incapacidade da requerente, bem como a necessidade de assistência permanente de terceiros.

### ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização CONHECER EM PARTE e DAR PROVIMENTO ao Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.

Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

FLAVIA PELLEGRINO SOARES MILLANI  
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5015789-79.2013.4.04.7200

ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA

REQUERENTE: ANDRÉ GUTTNER

PROC./ADV.: LUCY MARI DE ALMEIDA NOVICKI

OAB: SC-21756

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL FLÁVIA PELLEGRINO SOARES MILLANI

### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. AGENTE NOCIVO QUÍMICO. EXPOSIÇÃO PERMANENTE. PERÍODO ANTERIOR À LEI 9.032/95. DESNECESSIDADE. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Pedido de uniformização de lei federal interposto pelo INSS em face de acórdão da Turma Recursal de Santa Catarina, que negou provimento ao recurso interposto, deixando de reconhecer períodos de atividade especial de 27/09/1988 a 01/04/1990 e de 17/04/1990 a 28/04/1995, em razão de exposição ao agente nocivo ruído intermitente.

2. Nos termos do artigo 14 da Lei 10.259/01, alegou divergência com entendimento esposado pela TNU (nº 2007.71.95.001292-0, em 29/03/2012, Relatora Juíza Federal Simone dos Santos Lemos Fernandes e PEDILEF 200771540006487).

3. Incidente admitido na origem.

4. Conheço do incidente ante a manifesta divergência do aresto combatido e dos paradigmas apontados.

5. Com razão a parte autora.

6. De acordo com precedentes deste Colegiado, a exposição permanente e habitual, não ocasional nem intermitente ao agente nocivo químico somente pode ser exigida a partir de 28.04.1995, com a edição da Lei 9.032/95. Antes disso, no caso somente era exigida a comprovação da efetiva exposição mediante apresentação de laudo técnico.

7. Nesse sentido, trago à colação excerto da decisão proferida no PEDILEF 200951510158159, DOU 24/10/2014, Rel. Juíza Federal Kyu Soon Lee:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. COMPROVAÇÃO DE EXPOSIÇÃO PERMANENTE (NÃO OCASIONAL NEM INTERMITENTE) DE ATIVIDADE ESPECIAL. PERÍODO ANTERIOR À LEI Nº 9.032/95. DESNECESSIDADE. AGENTE NOCIVO RUÍDO. NÍVEIS VARIADOS. NÃO APURAÇÃO DA MÉDIA PONDERADA. MÉDIA ARITMÉTICA SIMPLES. INCIDENTE PARCIALMENTE PROVIDO.

(...)

14. Verifica-se, portanto, que o acórdão recorrido divergiu da Jurisprudência desta Casa, conforme o item 10 deste voto. Deveras, esta Casa reconhece a especialidade do labor, ainda que seja intermitente a exposição ao agente nocivo antes de 28/04/1995. 15. Além disso, no de caso ruído com exposição a níveis variados sem indicação de média ponderada, segundo o entendimento firmado pela TNU nos julgados - PEDILEF 50012782920114047206 (Rel. Juiz Federal Luiz Claudio Flores da Cunha, DOU 23/05/2014), PEDILEF 200972550075870 (Rel. Juiz Federal Herculano Martins Nacif, DOU 03/05/2013) e PEDILEF 201072550036556 (Rel. Juiz Federal Adel Américo de Oliveira, DOU 17/08/2012), deve ser realizada a média aritmética simples entre as medições de ruído encontradas, afastando-se a técnica de "picos de ruído". Assim, tendo a variação de ruído encontrada de 78 dB a 84 dB, efetuando a média aritmética simples resta valor superior a 80 dB, devendo ser reconhecido como especial o período de 28/07/1980 e 06/12/1983."

8. Isto posto, conheço e dou parcial provimento ao incidente de uniformização para afirmar a tese de que de que a comprovação do exercício permanente e habitual passou a ser exigida após a edição da Lei nº 9.032/95, determinado a devolução dos autos ao juízo de origem para verificar enquadramento do período como especial, afastada a alegação de intermitência, desde que comprovada a exposição a agente nocivo.

### ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização CONHECER EM PARTE e DAR PROVIMENTO ao Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.

Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

FLAVIA PELLEGRINO SOARES MILLANI  
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0000053-03.2012.4.03.6317

ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo

REQUERENTE: LINDAURA ALEXANDRE DA SILVA

PROC./ADV.: PAULO JOSÉ PEREIRA DA SILVA

OAB: SP-281702

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL FLÁVIA PELLEGRINO SOARES MILLANI

VOTO DIVERGENTE

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO. QUESTÃO ANALISADA NA ORIGEM À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS. REEXAME DO CONJUNTO PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

Peço vênha para divergir.

O acórdão recorrido confirmou a sentença que concedeu o auxílio-doença a contar da data da perícia judicial pelos seus próprios fundamentos, nos moldes autorizados pelo art. 46, da Lei nº 9.099/95. A sentença, por sua vez, fixou a data de início do benefício à luz da análise detalhada do laudo pericial e dos demais elementos contidos nos autos. Nesse aspecto, transcrevo a parte que interessa ao julgamento do presente incidente:

A incapacidade permanente para o exercício de qualquer atividade profissional também foi comprovada nos autos, através de perícia médica, conforme laudo anexo. Com efeito, o perito judicial, em exame clínico realizado, bem como da análise dos documentos juntados a estes autos, constatou:

O exame pericial medico/legal realizado na pericianda, descrito no corpo do laudo tem por objetivo avaliar a pericianda, bem como aferir os termos referenciados na inicial e aqueles que a mesma fez referência na entrevista do exame. Assim sendo, trata-se de pericianda do sexo feminino, de cor parda, na faixa etária de 63 anos, separada, cinco filhos, porém não recorda a idade dos mesmos, conforme consta da CTPS o ultimo contrato de trabalho esteve vigente no período de 20/01/1992 a 25/02/1992 em posto de trabalho de copeira, aptidões para limpadora e domestica, sem ocupação desde 1992, grau de escolaridade 4ª série, em bom estado geral, porém de compleição física nas características de obesidade mórbida IMC de 40. Todavia, pelos elementos colhidos e verificados, considerando os achados no exame físico tendo em vista que a mesma realizou todas as manobras concernentes ao exame de forma independente e sem haver necessidade de auxílio, considerando ainda, a análise documentação que consta nos autos, bem como também nos exames subsidiários apresentados no ato do exame para análise pericial, conforme descrição no item VII do corpo do laudo, conclui-se que apresenta obesidade mórbida, quadro de hipertensão arterial sistêmica de natureza severa (160x100 mmHg) que conforme relato da mesma faz uso de medicação para controles pressóricos e alterações degenerativas acometendo as articulações dos ombros, joelho direito, alterações essas que ocorrem de causas internas e naturais que evoluem com o passar dos anos e no caso da pericianda tem um agravamento maior do que o normal devido a obesidade mórbida e implante de prótese total substituindo a articulação do joelho esquerdo. Assim sendo, deve ser esclarecido que as alterações anteriormente relatadas determinam incapacidade para atuar em postos trabalhos diversos.

Evidenciada a incapacidade total e permanente para o exercício de qualquer atividade profissional, deve ser acolhido o pedido, condenando a autarquia à concessão de aposentadoria por invalidez. Tendo em vista a impossibilidade de se determinar a data de início da incapacidade, o benefício deve ser concedido desde a data em que foi realizada a perícia judicial. (grifei)

Como se depreende do trecho acima transcrito, houve análise de toda a situação fática que envolve o caso sob exame, entendendo o magistrado singular que as provas contidas nos autos não permitiam precisar a data de início da incapacidade, de sorte que fixou a DIB na data da perícia. A Turma Recursal entendeu por manter a sentença integralmente.

Ora, sendo assim, mostra-se inafastável a compreensão de que, para se chegar a conclusão diversa da que chegaram os magistrados do Colegiado de origem, seria necessária nova análise do conjunto probatório, o que, aliás, fez a nobre relatora em seu voto. Todavia, a esta Turma Nacional não cabe julgar os fatos, pois não se trata de terceira instância, mas de órgão cuja competência extraordinária está adstrita à uniformização da interpretação da lei federal em questões de direito material (Lei nº 10.259/2001, art. 14).

Portanto, o presente incidente não pode ser conhecido, em conformidade com a Súmula 42 desta Turma Nacional: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato."

Ante o exposto, voto por NÃO CONHECER do incidente de uniformização.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, por maioria, NÃO CONHECER do incidente de uniformização de jurisprudência, nos termos do voto divergente.

Brasília, 12 de maio de 2016

GERSON LUIZ ROCHA  
Juiz Relator



PROCESSO: 0504552-98.2014.4.05.8401  
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE  
REQUERENTE: INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO(A): ADRIANA MEYRE REGIS COSTA  
PROC./ADV.: VANESSA DE SOUZA BEZERRA  
OAB: RN-11 362  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE BERTOZZI

**EMENTA**

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. CARREIRA DO INSS. PROGRESSÃO FUNCIONAL. INTERSTÍCIO DE 18 MESES. LEIS 10.855/04 E 11.501/07. CARÊNCIA DE REGULAMENTAÇÃO. POSIÇÃO CONSOLIDADA DESTE COLEGIADO NACIONAL. QUESTÃO DE ORDEM N.º 13. SEGUIMENTO NEGADO.

Trata-se de Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal (PEDILEF) interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em face de acórdão proferido pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte, que conheceu e negou provimento ao seu recurso inominado, mantendo a sentença de procedência quanto à pretensão formulada, na qual se buscava o reconhecimento do direito à progressão funcional com interstício de 12 meses, em vez de 18 meses, até a edição do regulamento previsto na Lei nº. 10.855/2004, com supedâneo no Decreto nº. 84.669, de 29 de abril de 1980.

O INSS houve por bem oferecer pedido de uniformização nacional, alegando dessemelhança entre o acórdão recorrido e outro da Turma Recursal da Bahia (Processo nº. 04590-20.2012.4.013.3.03), no que tange ao correto interstício a ser considerado para efeito de progressão funcional e promoção dos servidores que pertencem à carreira do seguro social. Assevera a autarquia previdenciária, em síntese, que o efetivo interstício a ser abalizado é de 18 meses, nos termos da atual legislação de regência, não estando a depender tal regra de norma regulamentar.

O PEDILEF foi admitido na origem.

Decido.

Com relação à vexata quaestio, basta referenciar que este Colegiado Nacional tem entendido que "a majoração do interstício para a progressão funcional instituída pela Lei n.º 11.501/2007 carece de auto-aplicabilidade, e, até o advento de tal regulamentação, tem de ser aplicado o requisito temporal ainda vigente, qual seja, de 12 (doze) meses" (ut, PEDILEF 50583858720134047100, DOU 09/10/2015, Rel. Juiz Federal Daniel Machado da Rocha).

Aliás, esta Turma Nacional, em decisão recentíssima, no PEDILEF nº. 50583815020134047100, relatado pelo e. Juiz Federal Douglas Camarinha Gonzales, DOU 05/02/2016, repisou a tese acima assinalada, nos termos adiante deduzidos:

ADMINISTRATIVO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. SERVIDOR PÚBLICO. PROGRESSÃO FUNCIONAL E PROMOÇÃO. INTERSTÍCIO DE DEZOITO MESES. NECESSIDADE REGULAMENTADORA. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO. 1. Prolatado acórdão pela Turma Recursal do Rio Grande do Sul, o qual manteve a sentença que julgou improcedente o pedido de reenquadramento na carreira de Técnico do Seguro Social a cada interstício de 12 meses até que seja editado o regulamento previsto na Lei nº 11.501/2007, que alterou esse período para 18 meses. 2. Interposto incidente de uniformização pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alega que, por força da edição do Memorando-Circular nº 01 INSS/DRH, de 12-01-2010, o INSS reconheceu a necessidade de processar as progressões funcionais de seus servidores - já enquadrados na nova Carreira do Seguro Social instituída pela Lei nº 10.855, de 1º-04-2004 -, mediante a adoção das normas aplicáveis aos servidores do antigo Plano de Classificação de Cargos - PCC regido pela Lei nº 5.645, de 10-12-1970, até que fosse editado regulamento específico para as progressões da Carreira do Seguro Social. Para comprovar a divergência, acostou como paradigma julgado da Turma Recursal do Ceará. 3. Incidente admitido na origem. Assim, os autos foram encaminhados à TNU e distribuídos a este Relator. 4. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça. 5. Comprovado o dissídio jurisprudencial, conheço do incidente e passo ao exame do mérito. 6. Esta Turma Nacional de Uniformização tem entendimento consolidado acerca da matéria. Segundo esta Corte, o lapso temporal a ser aplicado para a progressão funcional e promoção é o de 12 meses (segundo o Decreto nº 84.669/1980 que regulamenta a Lei nº 5.645/1970), uma vez que o regulamento cuja vigência daria início à contagem do interstício de 18 meses ainda não foi editado. Abaixo, o seguinte PEDILEF: "ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. PROGRESSÃO FUNCIONAL. PROMOÇÃO. CRITÉRIOS. SUCESSÃO DE LEIS E DECRETOS. PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO DA CONFIANÇA. NECESSIDADE REGULAMENTADORA. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Cuida-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS em face de acórdão da 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Sergipe que, reformando parcialmente a sentença monocrática, julgou procedente o pedido da parte autora condenando o INSS a revisar as suas progressões funcionais respeitando o interstício de 12 (doze) meses, em conformidade com as disposições dos arts. 6º, 10, § 1º, e 19, do Decreto nº 84.669/1980, observando o referido regramento até que sobrevenha a edição do decreto regulamentar previsto no art. 8º da Lei nº 10.855/2004. (...) 4.4. Pois bem. O regulamento cuja vigência daria início à contagem do interstício de 18 (dezoito) meses ainda não

foi editado. Sendo assim, não assiste razão à recorrente, pois o lapso temporal a ser aplicado é o de 12 (doze) meses. Ora, conforme a legislação acima transcrita, inexistente o citado regulamento, deve-se observar as disposições aplicáveis aos servidores do Plano de Classificação de Cargos de que trata a da Lei nº 5.645/1970, ou seja, aplica-se o prazo de 12 meses, segundo o Decreto nº 84.669/1980, o qual, conforme já explicado, regulamenta a Lei nº 5.645/70. 4.5. Atente-se que, ao estabelecer que "ato do Poder Executivo regulamentará os critérios de concessão de progressão funcional e promoção de que trata o art. 7º", pretendeu o legislador limitar a imediata aplicação da Lei nº 10.855/2004 quanto a este ponto, porquanto utilizou tempo verbal futuro para estipular que o regramento ali contido deveria ser regulamentado. 4.6. Cumpre esclarecer que, embora não se possa conferir eficácia plena à referida Lei, a progressão funcional e a promoção permanecem resguardadas, pois não foram extirpadas do ordenamento jurídico, tendo havido apenas autorização para alteração de suas condições. Ademais, não seria razoável considerar que, diante da ausência do regulamento, não se procedesse a nenhuma progressão/promoção. Portanto, negar tal direito à parte demandante seria o mesmo que corroborar a falha administrativa mediante a omissão judicial. Cumpre observar também que, se a omissão beneficia o órgão incumbido de regulamentar o tema, é imperioso reconhecer que o mesmo postergaria tal encargo "ad aeternum". 4.7. Neste cenário, mostra-se plenamente cabível a aplicação de regra subsidiária, esta prevista pela própria legislação, conforme já esclarecido (Lei nº 5.645/70 e Decreto nº 84.669/1980). (...) 5. Em verdade, ao fixar que o interstício deve ser contado a partir de janeiro e julho, com efeitos financeiros a partir de setembro e março, o Decreto ultrapassou os limites de sua função regulamentar, pois apontou parâmetros que só deveriam ser estabelecidos pela lei em sentido formal. Tal encargo não foi delegado pelas Leis nos 10.355/2001, 11.501/2007 ou 10.355/2007, o que implica na violação do princípio da isonomia, ao fixar uma data única para os efeitos financeiros da progressão, desconsiderando a situação particular de cada servidor, restringindo-lhe indevidamente o seu direito. 6. Ora, se o servidor preencheu os requisitos em determinada data, por qual razão a Administração determinaria que os efeitos financeiros respectivos tivessem início a partir de data posterior, se o direito à progressão/promoção surgiu à época do implemento das condições exigidas em Lei? 7. Neste momento, é importante registrar que o Decreto, na qualidade de ato administrativo, é sempre inferior à Lei e à Constituição, não podendo, por tal motivo, afrontá-las ou inovar-lhes o conteúdo. Sendo assim, o marco inicial da progressão, tal como fixado pelo INSS, transgredir o art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal, porquanto ofende o direito adquirido da parte autora, verificado no momento em que preencheu todos os requisitos legais para a progressão. 8. Impende observar ainda que, quanto à avaliação do servidor, a aferição do seu desempenho é meramente declaratória, razão pela qual os efeitos financeiros da progressão funcional e da promoção devem recair na data em que for integralizado o tempo, devendo este ser contado a partir do momento em que entrou em exercício. 9. Por essas razões, conheço e nego provimento ao Incidente de Uniformização. (PEDILEF nº 0507237-09.2013.4.05.8500. Relator: Juiz Federal Bruno Câmara Carriá. DJ: 15/04/2015) 7. Vê-se, assim, que o acórdão recorrido encontra-se dissonante do entendimento da TNU, razão pela qual deve ser reformado. 8. Incidente conhecido e provido para reafirmar a tese no sentido de que o interstício a ser observado para concessão das progressões funcionais e/ou promoções dos servidores civis da União e das autarquias federais deve levar em conta o disposto na Lei nº 5.645/70 e no Decreto nº 84.669/80, até que seja editado o regulamento a que se refere o art. 8º da Lei nº 10.855/2004, bem como que o marco inicial para contagem dos interstícios das referidas progressões e promoções funcionais é a data do seu ingresso no órgão. 9. Considerando que a matéria é exclusivamente de direito e visando a dar efetividade ao princípio da celeridade, que rege os Juizados Especiais, acolho o pedido formulado na inicial para condenar a parte ré a conceder as progressões funcionais da parte autora de acordo com os critérios mencionados, desde a data em que entrou em exercício no INSS, pagando as diferenças atrasadas decorrentes da revisão de suas progressões funcionais concedidas desde então. Respeitada a prescrição quinquenal (art. 103, parágrafo único, Lei 8.213/91), tais valores devem ser corrigidos pelo INPC, de acordo com o Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal, e acrescidos de juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/1997, com redação dada pela Lei n. 11.960/2009. Determino o retorno dos autos diretamente ao Juizado de origem para liquidação. (grifo nosso)

Ainda: (i) PEDILEF 50511689020134047100, Rel. Juíza Federal Angela Cristina Monteiro, DOU 05/02/2016; (ii) PEDILEF 50584992620134047100, Rel. Juíza Federal Angela Cristina Monteiro, DOU 05/02/2016; (iii) PEDILEF 05116335920134058102, Rel. Juiz Federal Douglas Camarinha Gonzales, DOU 18/12/2015.

Sendo esse o contexto argumentativo-decisório, vale evocar a Questão de Ordem nº. 13 da TNU, verbis: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Forte nessas razões, voto no sentido de NEGAR SEGUIMENTO ao pedido de uniformização, na forma do art. 9º, inciso IX, do Regimento Interno da TNU.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília, 14 de abril de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE  
BERTOZZI

Juíza Federal Relatora Suplente da TNU -  
Convocada em regime de mutirão

**ACÓRDÃO**

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, decidiu NEGAR SEGUIMENTO ao presente Incidente de Uniformização, nos termos da ementa-voto da Juíza Federal relatora.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília, 14 de abril de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE  
BERTOZZI

Juíza Federal Relatora Suplente da TNU -  
Convocada em regime de mutirão

PROCESSO: 0501784-20.2014.4.05.8202

ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA

REQUERENTE: LUIZA ARAUJO DE FARIAS

PROC./ADV.: ALLISON HALEY DOS SANTOS

OAB: -

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL FLÁVIA PELLEGRINO SOARES MILLANI

**EMENTA**

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO. INCAPACIDADE TEMPORÁRIA. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES SOCIAIS. INCIDENTE PROVIDO EM PARTE.

1. Prolatado acórdão pela Turma Recursal da Paraíba, que confirmou a sentença de primeiro grau de parcial procedência do pedido, determinando o restabelecimento do auxílio-doença desde a DCB. A parte autora recorrente alega o preenchimento dos requisitos necessários para a conversão de auxílio-doença em aposentadoria por invalidez.
2. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto tempestivamente pelo autor, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001.
3. Alegação de que o acórdão recorrido divergiu dos julgados da 5ª e 9ª Turma Recursal de São Paulo e desta Turma Nacional de Uniformização no sentido de que o juiz deve analisar as condições pessoais e sociais do segurado para a concessão de aposentadoria por invalidez, bem como, não estando vinculado ao laudo pericial e sim no seu livre convencimento motivado.
4. O incidente foi não admitido na origem, vindo a esta relatora mediante agravo.
5. O aresto recorrido restou vazado no seguinte sentido:

**EMENTA**

PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA PARCIAL. RECURSO DO AUTOR. PEDIDO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. INCAPACIDADE TEMPORÁRIA. REQUISITO NÃO PREENCHIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.

1. Sentença de parcial procedência determinando o restabelecimento do auxílio-doença desde a DCB. A parte autora recorrente alega o preenchimento dos requisitos necessários para a conversão de auxílio-doença em aposentadoria por invalidez.
2. De acordo com o laudo pericial, o(a) autor(a), 33 anos, vendedora ambulante, é portador(a) de "Síndrome do túnel do carpo CID G56.0 e seqüela de fratura de rádio CID S52.5". O especialista informou que a autora está, no momento, incapacitada total e temporariamente pelo prazo de três meses.
3. Logo, não há que se falar em conversão de auxílio-doença em aposentadoria por invalidez, tendo em vista o caráter temporário da doença.
4. Assim, é de se manter a sentença pelos seus próprios fundamentos.
5. Juizado especial. Parágrafo 5º do art. 82 da Lei nº 9.099/95. Ausência de fundamentação. Artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal. Não ocorrência. Possibilidade de o colégio recursal fazer remissão aos fundamentos adotados na sentença. Jurisprudência pacificada na Corte. Matéria com repercussão geral. Reafirmação da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. (RE 635729 RG, Relator Min. Dias Toffoli, julgado em 30/06/2011, DJe 24.08.2011).
6. Súmula do julgamento: A Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba, reunida em sessão de julgamento ocorrida na data constante da aba "Sessões Recursais" destes autos virtuais, por unanimidade de votos, negou provimento ao recurso da parte autora, mantendo a sentença por seus próprios fundamentos, sem condenação em honorários advocatícios custas processuais, ante a concessão da justiça gratuita. "
6. Não obstante haja uma menção a aspectos pessoais no aresto recorrido, como idade, compulsando os autos verifico que tal dado não corresponde a realidade fática, porquanto a autora conta com 64 anos de idade. Portanto, entendo que não houve uma análise das condições pessoais e sociais da autora. O entendimento desta Turma Nacional é no sentido de que o julgado não está obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para sua atividade habitual. No caso, o perito judicial diagnosticou que a autora sofre de Síndrome do túnel do carpo CID G56.0 e seqüela de fratura de rádio CID S52.5, sendo a incapacidade total e temporária. Não obstante tenha concluído pela incapacidade temporária, entendo que se faz necessário analisar as condições pessoais e sociais do segurado para eventual concessão de aposentadoria por invalidez.
7. Portanto, incidente conhecimento e parcial provimento do incidente para determinar o retorno dos autos e análise das condições econômicas e sociais do autor, nos termos do acima mencionado.

## ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização CONHECER E DAR PARCIAL PROVIMENTO ao Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.  
Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

FLAVIA PELLEGRINO SOARES MILLANI  
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0503187-52.2013.4.05.8107

ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ

REQUERENTE: MARINEZ SOARES DA SILVA

PROC./ADV.: ELINARDO ALEXANDRE GOMES

OAB: CE-26020

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

## EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADOR(A) RURAL. SEGURADO(A) ESPECIAL. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão que, confirmando sentença de improcedência, não reconheceu a qualidade de segurado(a) especial. Alegação de que o acórdão recorrido diverge do entendimento adotado pelo STJ (REsp nº 1.150.778/SP) e pelas Turmas Recursais do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina (Processos nºs 5003226-03.2011.4.04.7110/RS e 5002515-83.2011.4.04.7211/SC).

2. Incidente inadmitido na origem, sendo os autos encaminhados a esta TNU após agravo.

3. No caso dos autos, acerca do conjunto probatório acostado aos autos, o acórdão recorrido procedeu a sua valoração, conforme certo a seguir transcrito:

"EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE DE SEGURADO ESPECIAL. NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. CARÊNCIA. NÃO COMPROVAÇÃO. RECURSO INOMINADO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS (ART. 46 DA LEI 9.099/95).

1. A condição legal de trabalhador (a) rural, apta a conferir o direito à percepção do benefício de Aposentadoria por Idade, depende de um conjunto harmônico de provas em que haja, no mínimo, um início de documentos consistentes, o qual, adicionado à prova testemunhal compatível e não contraditória com os documentos trazidos, demonstre que a parte autora, durante o período de carência, detinha a condição de segurada especial.

2. Recordo que, para a aposentadoria por idade da parte autora, como segurado(a) especial/trabalhador(a) rural, seria necessária a comprovação do labor na agricultura em regime de economia familiar, durante o período de carência estabelecido na tabela constante do art. 142 da Lei nº 8.213/91, nos meses imediatamente anteriores à data do requerimento administrativo.

3. No caso sob luzes não é possível admitir o acervo documental colacionado aos autos como início idôneo de prova material, mormente em face da ausência de características como a contemporaneidade e da abundância de seus componentes.

4. Saliente-se, ainda, que o início de prova material, como o próprio nome já o diz, tem caráter meramente indiciário dos fatos alegados, não se revestindo em prova absoluta e incontestável. Esses documentos indiciários, ainda que sejam necessários, não são suficientes para a comprovação da condição de segurado especial durante todo o período de carência. O início de prova material tem o condão de, tão só, revelar que os fatos alegados podem ser verdadeiros, a depender de posterior confirmação após análise de todo o contexto probatório.

5. De acrescentar-se que a prova oral não foi favorável à parte autora. No tocante aos depoimentos colhidos, observa-se que a autora não revelou segurança ao responder as indagações feitas por este juízo. Ademais, os testemunhos não fornecem elementos suficientes para concluir-se que a parte autora realmente dedicou sua vida ao trabalho na roça, juntamente com sua família, na agricultura de subsistência.

6. Recurso Inominado conhecido, porém improvido, sendo a sentença mantida pelos seus próprios fundamentos, na forma prevista no art. 46 da Lei nº. 9099/95."

4. Assim, verifica-se que a Turma de origem apontou de forma clara os motivos que a levaram a não acolher o pleito do(a) recorrente, estabelecendo um verdadeiro juízo de valor, que a este Colegiado é vedado rediscutir, nos termos da Súmula nº 42, da TNU, in verbis: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

5. Incidente de Uniformização de Jurisprudência não conhecido.

## ACÓRDÃO

Acordam os membros desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER DO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto do Juiz Federal Relator.

Brasília/DF, data da realização da sessão de julgamento.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0518705-51.2014.4.05.8300

ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): NEILDE MARIA DE BARROS MELO

PROC./ADV.: FRANCISCO PIRES BRAGA FILHO

OAB: PE-12505

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL MARCOS ANTÔNIO GARAPA DE CARVALHO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA DE PROFESSOR. EXCLUSÃO DO FATOR PREVIDENCIÁRIO. PRECEDENTE DA TNU PELA POSSIBILIDADE, SEM LIMITAÇÕES TEMPORAIS. SUPERVENIÊNCIA DE DECISÃO DO STJ EM SENTIDO CONTRÁRIO: POSSIBILIDADE DE EXCLUSÃO DO FATOR PREVIDENCIÁRIO DA APOSENTADORIA DE PROFESSOR APENAS SE TODOS OS REQUISITOS PARA FRUIÇÃO DO BENEFÍCIO TIVEREM SIDO SATISFEITOS ATÉ 05/12/1999, DIA ANTERIOR À ENTRADA EM VIGOR DA LEI Nº 9.786/99. DECISÃO DO STJ EM CONFRONTO COM O ART. 201, § 8º, DA CF/88. INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO FEDERAL. APLICAÇÃO DO FATOR PREVIDENCIÁRIO APENAS SE FOR FAVORÁVEL AO SEGURADO. MANUTENÇÃO DOS PRECEDENTES DA TNU COM NOVOS FUNDAMENTOS. PEDILEF CONHECIDO E NÃO PROVIDO, ATUALIZADO-SE A JURISPRUDÊNCIA DA TNU.

1. No âmbito do RGPS, a aposentadoria de professor tem previsão no art. 201, § 8º, a CF/88, norma constitucional de eficácia plena, o que lhe confere natureza diferenciada em relação à aposentadoria ordinária, ainda que ela não seja especial no sentido estabelecido no art. 201, § 1º, da CF/88.

2. O fator previdenciário foi criado pela Lei nº 9.786/99 com o exposto objetivo de desestimular a aposentadoria ordinária precoce das pessoas, ao estabelecer relação direta de proporcionalidade entre a idade e o tempo de contribuição e a renda mensal do benefício, pois quanto menor a idade de aposentação e quanto menor o tempo de contribuição, menores os proventos.

3. Lei ordinária não pode esvaziar direito previsto na Constituição Federal através de norma de eficácia plena. Há a necessidade de compatibilizar a competência ordinária para legislar sobre componentes dos benefícios da Seguridade Social, art. 201 caput da CF/88, e as diretrizes estabelecidas no art. 201, § 8º, da mesma Carta.

4. A interpretação conforme a Constituição Federal é a de que o fator previdenciário somente poderá incidir no cálculo da renda mensal da aposentadoria de professor quando for mais benéfica para o segurado, ou seja, quando o fator previdenciário for maior do que 1 (um).

5. Pedido de uniformização conhecido e negado provimento.

VOTO

Pedido de uniformização de interpretação de lei federal - PEDILEF apresentado contra acórdão de Turma Recursal que negou provimento a recurso inominado, em sede de demanda visando à exclusão do fator previdenciário do cálculo da renda mensal de benefício da aposentadoria por tempo de contribuição de professor, e manteve a sentença de procedência da demanda.

O PEDILEF deve ser conhecido, pois há divergência entre a decisão recorrida, a tese firmada por esta TNU no PEDILEF nº 50093226920134047205 e o que decidiu o Superior Tribunal de Justiça - STJ depois da decisão proferida naquele último precedente (art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001).

A TNU tem admitido a possibilidade de exclusão do fator previdenciário do cálculo da renda mensal de benefício da aposentadoria por tempo de contribuição de professor sem qualquer restrição de tempo, nos termos do precedente já mencionado, publicado no DOU em 03/07/2015.

Ocorre que o Superior Tribunal de Justiça - STJ decidiu em sentido parcialmente contrário ao que decidia, no âmbito do REsp nº 1.423.286/RS, depois da decisão paradigma desta TNU.

Confira-se a ementa do julgado: "PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA DE PROFESSOR. SALÁRIO-DE-BENEFÍCIO. FATOR PREVIDENCIÁRIO. INCIDÊNCIA.1. À luz do Decreto 53.831/64 (Quadro Anexo, Item 2.1.4), a atividade de professor era considerada penosa, situação modificada com a entrada em vigor da Emenda Constitucional 18/81 e, consequentemente, das alterações constitucionais posteriores, porquanto o desempenho da atividade deixou de ser considerada especial para ser uma regra "excepcional", diferenciada, na qual demanda um tempo de serviço menor em relação a outras atividades, desde que se comprove o exclusivo trabalho nessa condição. 2. A atividade de professor não é especial em si, para fins de seu enquadramento na espécie "aposentadoria especial" a que alude o art. 57 da Lei nº 8.213/91, mas regra diferenciada para a aposentadoria que exige o seu cumprimento integral, o que afasta seu enquadramento às disposições do inciso II do art. 29 do mesmo diploma, que não prevê a utilização do fator previdenciário no cálculo do salário-de-benefício. 3. Amoldando-se a aposentadoria do professor naquelas descritas no inciso I, "c", inafastável o fator previdenciário, incidência corroborada ainda pelas disposições do § 9º do art. 29 da Lei de Benefícios, em que foram estabelecidos acréscimos temporais para minorar o impacto da fórmula de cálculo sobre o regime diferenciado dos professores. 4. Eventual não incidência do fator previdenciário sobre a aposentadoria de professor somente é possível caso o implemento dos requisitos para o gozo do benefício tenha se efetivado anteriormente à edição da Lei nº 9.897/99. EDcl no AgRg no AgRg no Resp 1.490.380/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/06/2015, DJe 16/06/2015. Recurso especial improvido". (STJ, Segunda Turma, Resp nº 1423286/RS, rel. Min. Humberto Martins, julgamento em 20/08/2015, DJe de 01/09/2015, unânime e sem grifos no original).

O Supremo Tribunal Federal - STF já reconheceu que a aposentadoria de professor não é espécie de aposentadoria especial, mas comum, com idade reduzida: "PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. MAGISTÉRIO. CONVERSÃO DO TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL EM COMUM. SERVIÇO PRESTADO ANTES DA EC 18/81. POSSIBILIDADE. 1. No regime anterior à Emenda Constitucional 18/81, a atividade de professor era considerada como especial (Decreto 53.831/64, Anexo, Item 2.1.4). Foi a partir dessa Emenda que a aposentadoria do professor passou a ser espécie de benefício por tempo de contribuição, com o requisito etário reduzido, e não mais uma aposentadoria especial. 2. Agravo regimental a que se dá parcial provimento (STF, Segunda Turma, ARE-AgR nº 742.005/PE, rel. Min. Teori Zavascki, julgamento em 18/03/2014, DJe-064 de 31/03/2014, unânime e sem grifos no original). O mesmo STF já negou a análise de recursos extraordinários sobre a matéria, afirmando que se trataria de ofensa reflexa e não direta à CF/88. Precedentes do STF: "AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. PROFESSOR. FATOR PREVIDENCIÁRIO. INCIDÊNCIA. QUESTÃO QUE DEMANDA ANÁLISE DE DISPOSITIVOS DE INDÓLEO INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA REFLEXA." (STF, Primeira Turma, ARE-AgR nº 718.275/RS, rel. Min. Luiz Fux, julgamento em 08/10/2013, DJe-209 de 21/10/2013, publicado em 22/10/2013, unânime e sem grifos no original); "AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. FATOR PREVIDENCIÁRIO. LEI 9.876/1999. CONSTITUCIONALIDADE. ADI 2.111-MC/DF. APOSENTADORIA ESPECIAL DOS PROFESSORES. CÁLCULO DO MONTANTE DEVIDO. APLICAÇÃO DO FATOR PREVIDENCIÁRIO. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. AGRAVO IMPROVIDO." (STF, Segunda Turma, ARE-AgR nº 702.764/RS, rel. Min. Ricardo Lewandowski, julgamento em 13/11/2012, DJe-237 de 03/12/2012, publicado em 04/12/2012, unânime e sem grifos no original).

Apesar disso, não se analisou, ainda, se a aplicação do fator previdenciário no cálculo da aposentadoria de professor estaria de acordo com o disposto no art. 201, § 8º, da Constituição Federal de 1988 - CF/88, alterada pela Emenda Constitucional - EC nº 20/98. No caso, aquele dispositivo constitucional garante a redução dos requisitos idade e tempo para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio; enquanto o art. 29, § 7º, da Lei nº 8.213/991, alterada pela Lei nº 9.786/99, estabelece que "o fator previdenciário será calculado considerando-se a idade, a expectativa de sobrevida e o tempo de contribuição do segurado ao se aposentar". E o fator previdenciário tem o exposto objetivo de desestimular a aposentadoria precoce das pessoas, ao reduzir o valor dos proventos de quem jubila-se precocemente, apesar de tempo de contribuição suficiente.

Ora, há explícita incompatibilidade entre o que a CF/88 garante ao professor e aquilo que a lei estabelece, pois se esta última for aplicada literalmente, anulará os efeitos daquele direito constitucionalmente estabelecido, uma vez que se a primeira estabelece justamente a redução de tempo e idade para aquela categoria de profissionais, a segunda emprega tal redução em prejuízo do segurado, pois quanto menor a idade de jubilação, menor o fator previdenciário e, por isso, menores os proventos.

Como às normas constitucionais deve-se dar a maior efetividade possível e como a lei ordinária não pode limitar norma constitucional de eficácia plena como aquela do art. 201, § 8º, da CF/88, a única interpretação possível é aquela que compatibilize a lei ordinária com aquela diretriz constitucional, já que apesar do legislador ordinário ter competência para regular o Regime Geral da Previdência Social - RGPS (art. 201 caput da CF/88), deve exercê-la nos limites estabelecidos pela própria Carta.

No caso, o fator previdenciário tem o objetivo de desincentivar a aposentadoria precoce das pessoas, através da inclusão dos termos "tempo" e "idade", este último desdobrado em idade do segurado e expectativa média de vida, no cálculo da renda mensal inicial dos proventos.

Em sentido oposto, o art. 201, § 8º, da CF/88 garante justamente a redução dos termos tempo e idade, nos casos dos professores.

Evidente a antinomia, pois a natureza desincentivadora do fator previdenciário não pode ter eficácia quando amesquinhar aquele direito constitucional, sob pena de esvaziamento do art. 201, § 8º, da CF/88.

Por outro lado, a natureza incentivadora do adiamento da aposentadoria do mesmo fator previdenciário pode e deve ter eficácia no caso dos professores, pois o serviço de educação somente tem a ganhar com a manutenção de pessoas experimentadas em seus quadros, por mais tempo. E nenhum maltrato haverá à diretriz do art. 201, § 8º, da CF/88 neste caso, pois como o exercício do direito de requerer aposentadoria depende de ato do próprio titular (direito potestativo), aquela garantia constitucional continuará íntegra, ainda que o professor pretenda se jubilar após atingir o patamar mínimo.

Assim e resumindo, a interpretação possível à regra do art. 29, inciso I, da Lei nº 8.213/91, alterada pela Lei nº 9.786/99, à luz do art. 201 caput e do seu § 8º, da CF/88, no tocante à multiplicação "da média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo" pelo fator previdenciário, em relação à aposentadoria do professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, é a de que ela - aquela multiplicação - somente pode ocorrer quando for mais benéfica para o segurado. Ou seja, quando o fator previdenciário for maior do que 1 (um).

Qualquer outra interpretação estará em confronto com a CF/88.

Por tais razões, voto por:

a) estabelecer a tese de que somente será possível a incidência do fator previdenciário no cálculo da renda mensal de benefício da aposentadoria devida a professor, que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, se aquela incidência for mais benéfica para a pessoa segurada do que a não incidência;

b) conhecer do PEDILEF e, no caso concreto, negar-lhe provimento.

## ACÓRDÃO

a atividade de professor era considerada como especial (Decreto 53.831/64, Anexo, Item 2.1.4). Foi a partir dessa Emenda que a aposentadoria do professor passou a ser espécie de benefício por tempo de contribuição, com o requisito etário reduzido, e não mais uma aposentadoria especial. 2. Agravo regimental a que se dá parcial provimento (STF, Segunda Turma, ARE-AgR nº 742.005/PE, rel. Min. Teori Zavascki, julgamento em 18/03/2014, DJe-064 de 31/03/2014, unânime e sem grifos no original).

O mesmo STF já negou a análise de recursos extraordinários sobre a matéria, afirmando que se trataria de ofensa reflexa e não direta à CF/88. Precedentes do STF: "AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. PROFESSOR. FATOR PREVIDENCIÁRIO. INCIDÊNCIA. QUESTÃO QUE DEMANDA ANÁLISE DE DISPOSITIVOS DE INDÓLEO INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA REFLEXA." (STF, Primeira Turma, ARE-AgR nº 718.275/RS, rel. Min. Luiz Fux, julgamento em 08/10/2013, DJe-209 de 21/10/2013, publicado em 22/10/2013, unânime e sem grifos no original); "AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. FATOR PREVIDENCIÁRIO. LEI 9.876/1999. CONSTITUCIONALIDADE. ADI 2.111-MC/DF. APOSENTADORIA ESPECIAL DOS PROFESSORES. CÁLCULO DO MONTANTE DEVIDO. APLICAÇÃO DO FATOR PREVIDENCIÁRIO. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. AGRAVO IMPROVIDO." (STF, Segunda Turma, ARE-AgR nº 702.764/RS, rel. Min. Ricardo Lewandowski, julgamento em 13/11/2012, DJe-237 de 03/12/2012, publicado em 04/12/2012, unânime e sem grifos no original).

Apesar disso, não se analisou, ainda, se a aplicação do fator previdenciário no cálculo da aposentadoria de professor estaria de acordo com o disposto no art. 201, § 8º, da Constituição Federal de 1988 - CF/88, alterada pela Emenda Constitucional - EC nº 20/98.

No caso, aquele dispositivo constitucional garante a redução dos requisitos idade e tempo para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio; enquanto o art. 29, § 7º, da Lei nº 8.213/991, alterada pela Lei nº 9.786/99, estabelece que "o fator previdenciário será calculado considerando-se a idade, a expectativa de sobrevida e o tempo de contribuição do segurado ao se aposentar". E o fator previdenciário tem o exposto objetivo de desestimular a aposentadoria precoce das pessoas, ao reduzir o valor dos proventos de quem jubila-se precocemente, apesar de tempo de contribuição suficiente.

Ora, há explícita incompatibilidade entre o que a CF/88 garante ao professor e aquilo que a lei estabelece, pois se esta última for aplicada literalmente, anulará os efeitos daquele direito constitucionalmente estabelecido, uma vez que se a primeira estabelece justamente a redução de tempo e idade para aquela categoria de profissionais, a segunda emprega tal redução em prejuízo do segurado, pois quanto menor a idade de jubilação, menor o fator previdenciário e, por isso, menores os proventos.

Como às normas constitucionais deve-se dar a maior efetividade possível e como a lei ordinária não pode limitar norma constitucional de eficácia plena como aquela do art. 201, § 8º, da CF/88, a única interpretação possível é aquela que compatibilize a lei ordinária com aquela diretriz constitucional, já que apesar do legislador ordinário ter competência para regular o Regime Geral da Previdência Social - RGPS (art. 201 caput da CF/88), deve exercê-la nos limites estabelecidos pela própria Carta.

No caso, o fator previdenciário tem o objetivo de desincentivar a aposentadoria precoce das pessoas, através da inclusão dos termos "tempo" e "idade", este último desdobrado em idade do segurado e expectativa média de vida, no cálculo da renda mensal inicial dos proventos.

Em sentido oposto, o art. 201, § 8º, da CF/88 garante justamente a redução dos termos tempo e idade, nos casos dos professores.

Evidente a antinomia, pois a natureza desincentivadora do fator previdenciário não pode ter eficácia quando amesquinhar aquele direito constitucional, sob pena de esvaziamento do art. 201, § 8º, da CF/88.

Por outro lado, a natureza incentivadora do adiamento da aposentadoria do mesmo fator previdenciário pode e deve ter eficácia no caso dos professores, pois o serviço de educação somente tem a ganhar com a manutenção de pessoas experimentadas em seus quadros, por mais tempo. E nenhum maltrato haverá à diretriz do art. 201, § 8º, da CF/88 neste caso, pois como o exercício do direito de requerer aposentadoria depende de ato do próprio titular (direito potestativo), aquela garantia constitucional continuará íntegra, ainda que o professor pretenda se jubilar após atingir o patamar mínimo.

Assim e resumindo, a interpretação possível à regra do art. 29, inciso I, da Lei nº 8.213/91, alterada pela Lei nº 9.786/99, à luz do art. 201 caput e do seu § 8º, da CF/88, no tocante à multiplicação "da média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo" pelo fator previdenciário, em relação à aposentadoria do professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, é a de que ela - aquela multiplicação - somente pode ocorrer quando for mais benéfica para o segurado. Ou seja, quando o fator previdenciário for maior do que 1 (um).

Qualquer outra interpretação estará em confronto com a CF/88.

Por tais razões, voto por:

a) estabelecer a tese de que somente será possível a incidência do fator previdenciário no cálculo da renda mensal de benefício da aposentadoria devida a professor, que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, se aquela incidência for mais benéfica para a pessoa segurada do que a não incidência;

b) conhecer do PEDILEF e, no caso concreto, negar-lhe provimento.

Por tais razões, voto por:

a) estabelecer a tese de que somente será possível a incidência do fator previdenciário no cálculo da renda mensal de benefício da aposentadoria devida a professor, que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, se aquela incidência for mais benéfica para a pessoa segurada do que a não incidência;

b) conhecer do PEDILEF e, no caso concreto, negar-lhe provimento.

Por tais razões, voto por:

a) estabelecer a tese de que somente será possível a incidência do fator previdenciário no cálculo da renda mensal de benefício da aposentadoria devida a professor, que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, se aquela incidência for mais benéfica para a pessoa segurada do que a não incidência;

b) conhecer do PEDILEF e, no caso concreto, negar-lhe provimento.

Por tais razões, voto por:

a) estabelecer a tese de que somente será possível a incidência do fator previdenciário no cálculo da renda mensal de benefício da aposentadoria devida a professor, que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, se aquela incidência for mais benéfica para a pessoa segurada do que a não incidência;

b) conhecer do PEDILEF e, no caso concreto, negar-lhe provimento.

Por tais razões, voto por:

a) estabelecer a tese de que somente será possível a incidência do fator previdenciário no cálculo da renda mensal de benefício da aposentadoria devida a professor, que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, se aquela incidência for mais benéfica para a pessoa segurada do que a não incidência;

b) conhecer do PEDILEF e, no caso concreto, negar-lhe provimento.

Por tais razões, voto por:

a) estabelecer a tese de que somente será possível a incidência do fator previdenciário no cálculo da renda mensal de benefício da aposentadoria devida a professor, que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, se aquela incidência for mais benéfica para a pessoa segurada do que a não incidência;

b) conhecer do PEDILEF e, no caso concreto, negar-lhe provimento.

Por tais razões, voto por:

a) estabelecer a tese de que somente será possível a incidência do fator previdenciário no cálculo da renda mensal de benefício da aposentadoria devida a professor, que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, se aquela incidência for mais benéfica para a pessoa segurada do que a não incidência;

b) conhecer do PEDILEF e, no caso concreto, negar-lhe provimento.

Por tais razões, voto por:

a) estabelecer a tese de que somente será possível a incidência do fator previdenciário no cálculo da renda mensal de benefício da aposentadoria devida a professor, que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, se aquela incidência for mais benéfica para a pessoa segurada do que a não incidência;

b) conhecer do PEDILEF e, no caso concreto, negar-lhe provimento.

Por tais razões, voto por:

a) estabelecer a tese de que somente será possível a incidência do fator previdenciário no cálculo da renda mensal de benefício da aposentadoria devida a professor, que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, se aquela incidência for mais benéfica para a pessoa segurada do que a não incidência;

b) conhecer do PEDILEF e, no caso concreto, negar-lhe provimento.

Por tais razões, voto por:

a) estabelecer a tese de que somente será possível a incidência do fator previdenciário no cálculo da renda mensal de benefício da aposentadoria devida a professor, que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, se aquela incidência for mais benéfica para a pessoa segurada do que a não incidência;

b) conhecer do PEDILEF e, no caso concreto, negar-lhe provimento.

Por tais razões, voto por:

a) estabelecer a tese de que somente será possível a incidência do fator previdenciário no cálculo da renda mensal de benefício da aposentadoria devida a professor, que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, se aquela incidência for mais benéfica para a pessoa segurada do que a não incidência;

b) conhecer do PEDILEF e, no caso concreto, negar-lhe provimento.

Por tais razões, voto por:

a) estabelecer a tese de que somente será possível a incidência do fator previdenciário no cálculo da renda mensal de benefício da aposentadoria devida a professor, que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, se aquela incidência for mais benéfica para a pessoa segurada do que a não incidência;

b) conhecer do PEDILEF e, no caso concreto, negar-lhe provimento.

Por tais razões, voto por:

a) estabelecer a tese de que somente será possível a incidência do fator previdenciário no cálculo da renda mensal de benefício da aposentadoria devida a professor, que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, se aquela incidência for mais benéfica para a pessoa segurada do que a não incidência;

b) conhecer do PEDILEF e, no caso concreto, negar-lhe provimento.

Por tais razões, voto por:

a) estabelecer a tese de que somente será possível a incidência do fator previdenciário no cálculo da renda mensal de benefício da aposentadoria devida a professor, que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, se aquela incidência for mais benéfica para a pessoa segurada do que a não incidência;

b) conhecer do PEDILEF e, no caso concreto, negar-lhe provimento.

Por tais razões, voto por:

a) estabelecer a tese de que somente será possível a incidência do fator previdenciário no cálculo da renda mensal de benefício da aposentadoria devida a professor, que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, se aquela incidência for mais benéfica para a pessoa segurada do que a não incidência;

b) conhecer do PEDILEF e, no caso concreto, negar-lhe provimento.

Por tais razões, voto por:

a) estabelecer a tese



PROCESSO: 2013.51.51.029244-0  
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO  
REQUERENTE: JANETE DE MATTOS  
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RUI COSTA GONÇALVES  
PREVIDÊNCIA SOCIAL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ.  
DIB. INÍCIO DA INCAPACIDADE NÃO DECLARADO NO LAUDO MÉDICO-PERICIAL. FIXAÇÃO DA DIB NA DATA DA CITAÇÃO VÁLIDA, SALVO QUANDO ESTA SE CONCRETIZA APÓS A ELABORAÇÃO DO LAUDO PERICIAL, QUANDO DEVE PREVALECER A DATA DESSA PROVA TÉCNICA. PRECEDENTES DA TNU. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO PARCIALMENTE.

Trata-se de PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL interposto pela parte Autora, insurgindo-se contra acórdão oriundo da 2ª Turma dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, em que foi mantida a sentença de procedência parcial do pedido inaugural, sendo concedida a Aposentadoria por Invalidez postulada, porém com a fixação da DIB na data em que foi realizada a perícia judicial (15.01.2014).

Entende a parte Autora que a DIB deve retroagir à data da cessação do Benefício Previdenciário original (18.12.2012), quando já atendia aos dois requisitos exigidos para a concessão da Aposentadoria por Invalidez em comento.

Apresenta como paradigmas o REsp. n. 1095523/SP (Terceira Seção, rel. Min. Laurita Vaz, j. 26.08.2009, DJ 05.11.2009) e EREsp. 735.329/RJ (Quinta Turma, rel. Min. Jorge Mussi, DJ 06.05.2011) estipulando a DIB na data ao menos na data da citação inicial. Acrescenta o PEDILEF n. 200840007122940 (rel. Juiz Janilson Bezerra da Siqueira, DOU 16.08.2013), que, fundamentado em diversos outros precedentes, fixa o DIB de Auxílio-Doença como sendo a do requerimento administrativo.

Pedido de Uniformização Jurisprudencial inadmitido na origem. Vieram os autos ao Juiz Relator por força de agravo.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 14, caput, da Lei n. 10.250/2001, "caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questão de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei", sendo que "o pedido fundado em divergência de turmas de diferentes Regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgada por Turma de Uniformização, integrada por Juizes de Turma Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal".

A Resolução CJF n. 345/2015 (RITNU), por sua vez, no art. 6º, incisos II e III, que, no ponto, nada inovou quanto ao regramento dado ao tema pelo Regimento Interno substituído, consigna que "competem à Turma Nacional de Uniformização processar e julgar pedido de uniformização de interpretação de lei federal, quanto à questão de direito material: I- fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões; II- em face de decisão de Turma Recursal proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização; ou III- em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade a Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização".

Na sentença de Primeiro Grau, restou consignado que a parte autora "faz jus à aposentadoria por invalidez em razão da incapacidade constatada, deve o benefício ser concedido a partir de 15/01/2014, data da perícia médica judicial realizada, tendo em vista que o perito não precisou a data de início da incapacidade".

Ao examinar o recurso inominado pela parte autora, a 2ª TR-JEF-RJ entendeu que, "quando ao início da incapacidade laboral da parte recorrente, o Assistente do Juízo foi preciso ao afirmar não ser possível determinar quando se deu seu início (quesito d - fl. 123)", acrescentando que no tocante à alegação da parte recorrente de que o perito judicial não se manifestou acerca dos laudos e exames de fls. 101 e 103/109, nota-se que tais alegações não devem prosperar, uma vez que o Assistente do Juízo baseou suas conclusões no exame clínico realizado durante a perícia, bem como nos laudos de fls. 98/101 e 103/109 (VII - Conclusão - fl. 123)".

No Laudo Técnico, o Perito designado fez constar, de forma lacônica, que "não é possível determinar o início da incapacidade".

Não cabe a esta Turma Nacional de Uniformização, igualmente, reexaminar as provas apresentadas no curso da instrução para o fim de verificar se confirmam ou não a alegação formulada no recurso interposto, no sentido de que as moléstias em decorrência das quais padece a parte autora, à data em que formulou requerimento administrativo já a incapacitava para o exercício de qualquer atividade laborativa que garantisse o seu sustento, segundo os documentos médicos apresentados, aplicando-se, no caso, a Súmula n. 42 deste Colegiado (Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato).

A despeito desse entendimento cristalizado, esta Turma Nacional vem reiteradamente proclamando que "o Superior Tribunal de Justiça proferiu decisão, sob a sistemática do recurso repetitivo, no sentido de que: A citação válida informa o litígio, constitui em mora a autarquia previdenciária federal e deve ser considerada como termo inicial para a implantação da aposentadoria por invalidez concedida na via judicial quando ausente a prévia postulação administrativa (STJ, 1ª Seção, REsp 1.369.165-SP, rel. Min. Benedito Gonçalves, julgado em 26/2/2014)", destacando que, "embora tal decisão se refira às hipóteses nas quais não houve prévio requerimento administrativo", há de ser adotada em casos em que o Laudo Pericial comprovou a incapacidade a partir de data posterior àquela do requerimento administrativo, vez que, "em consonância com o referido entendimento, a partir da citação válida, ocasião em que a autarquia tem ciência do

litígio, surge a mora quanto à cobertura do evento causador da incapacidade", de sorte que, "nas hipóteses em que a incapacidade surgiu posteriormente ao requerimento administrativo, o INSS está obrigado a amparar o segurado em face dessa contingência, mas somente após ser citado na ação previdenciária", motivo pelo qual "a data do início do benefício deve ser a data da citação válida" (PEDILEF n. 50030214920124047009, rel. Juiz Frederico Augusto Leopoldo Koehler, j. 21.10.2015, DOU 13.11.2015, p. 182/326, com referência ao PEDILEF n. 5002063882011404012).

Obviamente, se a citação válida ocorreu em data posterior à do Laudo Pericial, a DIB deve corresponder a esta, caso contrário o segurado, a parte mais frágil na relação litigiosa, experimentalmente prejuízo decorrente de procedimento adotado no âmbito do Juízo processante do pedido autoral.

Pedido de Uniformização Jurisprudencial conhecido e parcialmente provido, para o fim de fixar a DIB, no caso sob exame, na data da citação válida da parte Ré.

A tese firmada é no sentido de que, apontada no laudo pericial produzido no curso da instrução processual invalidez em data posterior àquela em que se deu o requerimento administrativo ou não indicada pelo perito a data de início da invalidez do segurado, a Data do Início do Benefício por Invalidez deve corresponder ao dia da citação válida da Autarquia Previdenciária, salvo quando o Laudo Pericial antecede o ato citatório, hipótese em a DIB deve corresponder à data daquele elemento de prova técnica.

Sem honorários advocatícios e custas processuais.

#### ACÓRDÃO

A Turma conheceu do incidente de uniformização e lhe deu parcial provimento.

Brasília/DF, 16 de junho de 2016.

RUI COSTA GONÇALVES

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2013.51.51.025622-7  
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO  
REQUERENTE: ITAMAR GARCIA DE MEDEIROS  
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RUI COSTA GONÇALVES  
ASSISTÊNCIA SOCIAL. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL POR INVALIDEZ. DIB. INÍCIO DA INCAPACIDADE NÃO DECLARADO NO LAUDO MÉDICO-PERICIAL. FIXAÇÃO DA DIB NA DATA DA CITAÇÃO VÁLIDA, SALVO QUANDO ESTA SE CONCRETIZA APÓS A ELABORAÇÃO DO LAUDO PERICIAL, QUANDO DEVE PREVALECER A DATA DESSA PROVA TÉCNICA. PRECEDENTES DA TNU. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO PARCIALMENTE.

Trata-se de PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL interposto pela parte Autora, insurgindo-se contra acórdão oriundo da 4ª Turma dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, em que foi mantida a sentença de procedência parcial do pedido inaugural, sendo concedido Benefício Assistencial por Invalidez, porém com a fixação da DIB na data em que foi realizada a perícia judicial (23.04.2014).

Entende a parte Autora que a DIB deve retroagir à data do requerimento administrativo (23.10.2012), quando já atendia aos dois requisitos exigidos para a concessão do Benefício Assistencial em comento.

Apresenta como paradigmas o REsp. n. 1095523/SP (Terceira Seção, rel. Min. Laurita Vaz, j. 26.08.2009), AgRg no AREsp. N. 95.471/MG (Quinta Turma, rel. Min. Jorge Mussi, j. 17.04.2012, DJe 09.05.2012) e REsp. 828.828-SP (Quinta Turma, rel. Min. Arnaldo Esteve Lima, j. 06.06.2006, DJ 26.06.2006), ora estipulando a DIB na data do requerimento administrativo, ora no dia em que se deu a citação inicial.

Pedido de Uniformização Jurisprudencial inadmitido na origem. Vieram os autos ao Juiz Relator por força de agravo.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 14, caput, da Lei n. 10.250/2001, "caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questão de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei", sendo que "o pedido fundado em divergência de turmas de diferentes Regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgada por Turma de Uniformização, integrada por Juizes de Turma Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal".

A Resolução CJF n. 345/2015 (RITNU), por sua vez, no art. 6º, incisos II e III, que, no ponto, nada inovou quanto ao regramento dado ao tema pelo Regimento Interno substituído, consigna que "competem à Turma Nacional de Uniformização processar e julgar pedido de uniformização de interpretação de lei federal, quanto à questão de direito material: I- fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões; II- em face de decisão de Turma Recursal proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização; ou III- em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade a Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização".

Na sentença de Primeiro Grau, restou consignado que deveria "a DIB ser fixada na data da realização da perícia médica judicial (24.03.14 - fl. 100), já que não há nos autos provas de que foram preenchidos os requisitos de incapacidade à época do requerimento administrativo, realizado em outubro de 2012 (fls. 90)".

Ao examinar o recurso inominado pela parte autora, a 4ª TR-JEF-RJ entendeu que "diante do fato de que o Perito Judicial afirmou que a incapacidade da autora teve início 1 mês antes da data do laudo

pericial (24/03/2014), considerando que o requerimento administrativo se deu em 23/10/2012, é forçoso concluir que a recorrente não cumpriu, à época da DER, o quesito referente à incapacidade", em decorrência do que "a Autarquia Previdenciária agiu em conformidade com a Lei, restando acertada a decisão do Juízo a quo quando fixou a DIB do benefício da autora na data da perícia médica".

No Laudo Técnico, o Perito designado fez constar, em acréscimo, que "não há dados suficientes para fixar a incapacidade em momento anterior" a 1(um) mês, contado da data em que realizou o exame na parte autora, esclarecendo que sua posição estava embasada "na anamnese, exame físico e exame complementar".

Não cabe a esta Turma Nacional de Uniformização, igualmente, reexaminar as provas apresentadas no curso da instrução para o fim de verificar se confirmam ou não a alegação formulada no recurso interposto, no sentido de que as moléstias em decorrência das quais padece a parte autora, à data em que formulou requerimento administrativo já a incapacitava para o exercício de qualquer atividade laborativa que garantisse o seu sustento, segundo os documentos médicos apresentados, aplicando-se, no caso, a Súmula n. 42 deste Colegiado (Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato).

A despeito desse entendimento cristalizado, esta Turma Nacional vem reiteradamente proclamando que "o Superior Tribunal de Justiça proferiu decisão, sob a sistemática do recurso repetitivo, no sentido de que: A citação válida informa o litígio, constitui em mora a autarquia previdenciária federal e deve ser considerada como termo inicial para a implantação da aposentadoria por invalidez concedida na via judicial quando ausente a prévia postulação administrativa (STJ, 1ª Seção, REsp 1.369.165-SP, rel. Min. Benedito Gonçalves, julgado em 26/2/2014)", destacando que, "embora tal decisão se refira às hipóteses nas quais não houve prévio requerimento administrativo", há de ser adotada em casos em que o Laudo Pericial comprovou a incapacidade a partir de data posterior àquela do requerimento administrativo, vez que, "em consonância com o referido entendimento, a partir da citação válida, ocasião em que a autarquia tem ciência do litígio, surge a mora quanto à cobertura do evento causador da incapacidade", de sorte que, "nas hipóteses em que a incapacidade surgiu posteriormente ao requerimento administrativo, o INSS está obrigado a amparar o segurado em face dessa contingência, mas somente após ser citado na ação previdenciária", motivo pelo qual "a data do início do benefício deve ser a data da citação válida" (PEDILEF n. 50030214920124047009, rel. Juiz Frederico Augusto Leopoldo Koehler, j. 21.10.2015, DOU 13.11.2015, p. 182/326, com referência ao PEDILEF n. 5002063882011404012).

Obviamente, se a citação válida ocorreu em data posterior à do Laudo Pericial, a DIB deve corresponder a esta, caso contrário o segurado, a parte mais frágil na relação litigiosa, experimentalmente prejuízo decorrente de procedimento adotado no âmbito do Juízo processante do pedido autoral.

Por fim, embora o precedente acima dissecado, deste Colegiado, refira-se a Benefício Previdenciário, o mesmo entendimento nele contido tem, igualmente, cabimento em caso de Benefício Assistencial por Invalidez.

Pedido de Uniformização Jurisprudencial conhecido e parcialmente provido, para o fim de fixar a DIB, no caso sob exame, na data da citação válida da parte Ré.

A tese firmada é no sentido de que, apontada no laudo pericial produzido no curso da instrução processual invalidez em data posterior àquela em que se deu o requerimento administrativo ou não indicada pelo perito a data de início da invalidez do segurado, a Data do Início do Benefício por Invalidez deve corresponder ao dia da citação válida da Autarquia Previdenciária, salvo quando o Laudo Pericial antecede o ato citatório, hipótese em a DIB deve corresponder à data daquele elemento de prova técnica.

Sem honorários advocatícios e custas processuais.

#### ACÓRDÃO

A Turma conheceu do incidente de uniformização e lhe deu parcial provimento.  
Brasília/DF, 16 de junho de 2016.

RUI COSTA GONÇALVES

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5018675-36.2013.4.04.7108  
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL  
REQUERENTE: INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO(A): LYRIA CASTRO  
PROC./ADV.: ÂNGELA JONER  
OAB: RS-70228  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL MARCOS ANTÔNIO GARAPA DE CARVALHO  
PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. REVISÃO DE RENDA MENSAL INICIAL (RMI). INCLUSÃO DE SALÁRIOS-DE-CONTRIBUIÇÃO NO PERÍODO BÁSICO DE CÁLCULO. VALORES RECONHECIDOS EM RECLAMAÇÃO TRABALHISTA AJUZADA APÓS A DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO (DIB) DA APOSENTADORIA QUE SE PRETENDE REVISAR. DECADÊNCIA. NÃO OCORRÊNCIA. QUESTÃO DE FATO NÃO APRECIADA PELA ADMINISTRAÇÃO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONCESSÃO. PRAZO DECADENCIAL A SER CONTADO A PARTIR DO TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO FINAL DA RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. PRECEDENTE DO STJ. SÚMULA N.º 81 DA TNU. PEDILEF NÃO CONHECIDO.

1. Pedido de uniformização de interpretação de lei federal - PEDILEF do INSS, apresentado contra acórdão da Turma Recursal de origem que acolheu pedido de revisão de renda mensal inicial (RMI) de benefício, através da inclusão de valores de salários-de-contribuição

reconhecidos em reclamação trabalhista, ajuizada após a data de início de benefício (DIB: 06/06/1995) da aposentadoria por tempo de contribuição fruída pela parte recorrida, cujo trânsito em julgado da decisão final deu-se apenas em 01/02/2007.

2. Não há razão para conhecer do PEDILEF, pois a decisão recorrida está de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - STJ e desta TNU sobre a matéria.

3. No caso, a questão de fato levada ao conhecimento da autarquia no pedido de revisão - novos valores dos salários-de-contribuição estabelecidos em demanda judicial perante a Justiça do Trabalho - sequer poderiam ter sido objeto do processo administrativo original de concessão, pelo simples fato de somente terem surgido no mundo após este último ato administrativo.

4. Assim, já seria de se aplicar o enunciado da súmula n.º 81 desta TNU, segundo o qual "não incide o prazo decadencial previsto no art. 103, caput, da Lei n. 8.213/91, nos casos de indeferimento e cessação de benefícios, bem como em relação às questões não apreciadas pela Administração no ato da concessão".

5. Além disso, há precedentes do Superior Tribunal de Justiça - STJ sobre a mesma matéria, nos seguintes termos:

"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. DECADÊNCIA PARA O SEGURADO REVISAR BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. FALTA DE INTERESSE EM RECORRER. PARCELAS REMUNERATÓRIAS RECONHECIDAS PERANTE A JUSTIÇA DO TRABALHO. TERMO INICIAL PARA CONTAGEM DO PRAZO DECADENCIAL PREVISTO NO ART. 103 CAPUT DA LEI 8.213/1991. TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA TRABALHISTA. ENTENDIMENTO QUE VEM SE FIRMANDO NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO ESPECIAL DO INSS CONHECIDO EM PARTE E NESSA PARTE NÃO PROVIDO.

1. Acerca da aplicação do prazo decadencial para o segurado revisar seu benefício, a tese foi analisada pela Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento dos Recursos Especiais 1.309.529/PR, DJe de 4/6/2013 e 1.326.114/SC, DJe de 13/5/2013, ambos submetidos ao rito do recurso especial repetitivo, de Relatoria do Ministro Herman Benjamin.

2. No julgamento dos representativos da controvérsia, o STJ assentou que incide o prazo decadencial do art. 103 caput da Lei 8.213/1991, instituído pela Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997, também aos benefícios concedidos anteriormente a esse preceito normativo.

3. Há dois termos iniciais para contagem do prazo decadencial previsto no caput do art. 103 da Lei 8.213/1991: o primeiro a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação, o segundo, quando for o caso de requerimento administrativo, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo.

4. Na hipótese de existir reclamação trabalhista em que se reconhece parcelas remuneratórias, como a do presente caso, o STJ vem sedimentando entendimento no sentido de que o prazo de decadência do direito à revisão do ato de concessão do benefício flui a partir do trânsito da sentença trabalhista.

5. Recurso especial do INSS conhecido em parte e nessa parte não provido"

(STJ, Segunda Turma, REsp n.º 1.440.868/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 24/04/2014, DJe de 02/05/2014, unânime e sem grifos no original)

"PREVIDÊNCIA SOCIAL. TRÂNSITO EM JULGADO DE SENTENÇA TRABALHISTA, POSTERIOR AO DEFERIMENTO DO BENEFÍCIO, REPERCUTINDO NA BASE DE CÁLCULO DES-TE.

Hipótese em que o prazo de decadência do direito à revisão do ato de concessão do benefício flui a partir do trânsito da sentença trabalhista.

Recurso especial conhecido, mas desprovido".

(STJ, Primeira Turma, REsp n.º 1.309.086/SC, Rel. Ari Pargendler, julgado em 27/08/2013, DJe de 10/09/2013, unânime e sem grifos no original)

6. No caso concreto, como a decisão final na reclamação trabalhista transitou em julgado em 01/02/2007, houve pedido administrativo de revisão e a ação judicial foi ajuizada em 29/04/2009, não caducou o direito.

7. Por isso, voto por não conhecer do PEDILEF apresentado pelo INSS.

## ACÓRDÃO

A Turma não conheceu do incidente de uniformização.

MARCOS ANTÔNIO GARAPA DE CARVALHO

Juiz Federal

PROCESSO: 0500398-65.2013.4.05.8306

ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): JOSÉ BELO DA SILVA

PROC./ADV.: EBER LUCENA DOS SANTOS

OAB: PE-14014

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

## EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. RECONHECIMENTO DE ATIVIDADE ESPECIAL. PPP. APRESENTAÇÃO CONJUNTA DE PROCURAÇÃO COM OUTORGA DE PODERES ESPECÍFICOS PARA O REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA ASSINÁ-LO OU DECLARAÇÃO INFORMANDO QUE O SUBSCRITOR FOI DEVIDAMENTE AUTORIZADO. AUSÊNCIA DE VÍCIO OU DÚVIDA OBJETIVA. DOCUMENTO ACOLHIDO PELO JUÍZO DE ORIGEM. REEXA-

ME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Pedido de uniformização interposto pelo INSS em face de acórdão que manteve reconhecimento de atividade especial, entendendo idôneo o PPP anexado aos autos, regularmente preenchido, sem indicio de vício ou fraude.

2. Alega o INSS dissonância com o entendimento da 5ª Turma Recursal de São Paulo, segundo a qual, "(...) Nos termos do que dispõe o § 12 do artigo 272 da Instrução Normativa INSS/PRES n.º 45/2010, (...) o PPP deverá ser assinado por representante legal da empresa, com poderes específicos outorgados por procuração, contendo a indicação dos responsáveis técnicos legalmente habilitados, por período, pelos registros ambientais e resultados de monitoração biológica, (...), podendo ser suprida por apresentação de declaração da empresa informando que o responsável pela assinatura do PPP está autorizado a assinar o respectivo documento". Juntou paradigma.

3. Incidente não admitido na origem, encaminhados a esta TNU após agravo.

4. Tenho que o incidente não comporta conhecimento.

5. Este Colegiado, no tocante à validade do PPP para comprovação de atividade especial, desacompanhado de laudo, assim se manifestou:

"PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. RUIDO. PERFIL PROFISSIONOGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO. DISPENSABILIDADE DE LAUDO TÉCNICO. 1. O INSS interpôs pedido de uniformização de jurisprudência impugnando acórdão que, mesmo sem amparo em laudo técnico, reconheceu condição especial de trabalho por exposição a ruído. Alegou que o conjunto de documentos que instrui os autos é integrado apenas por um formulário PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário). Suscitou divergência jurisprudencial em face de acórdãos paradigmas que consideram imprescindível a apresentação de laudo técnico para reconhecer condição especial de trabalho por exposição a ruído. 2. Em regra, o PPP dispensa a apresentação de laudo técnico ambiental para fins de comprovação de condição especial de trabalho. Precedentes: PEDILEF 2006.51.63.000174-1, Juiz Federal Otávio Port, DJ 15/09/2009; PEDIDO 2007.72.59.003689-1, Rel. Juiz Federal Ronivon de Aragão, DOU 13/05/2011; PEDILEF 2009.72.64.000900-0, Rel. Rogerio Moreira Alves, DJ 06/07/2012. 3. O art. 161, IV, da revogada IN INSS/PRES n.º 20/2007 previa que para períodos laborados a partir de 1º de janeiro de 2004, o único documento exigido do segurado seria o PPP. E o § 1º do mesmo artigo ressaltava que, quando o PPP contempla os períodos laborados até 31/12/2003, o LTCAT é dispensado. A mesma previsão consta do art. 272, § 2º, da IN INSS/PRES n.º 45/2010, atualmente em vigor. 4. O PPP é preenchido com base em laudo técnico ambiental elaborado por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho. A validade do conteúdo do PPP depende da congruência com o laudo técnico. Essa congruência é presumida. A presunção relativa de congruência do PPP com o laudo técnico dispensa, em regra, que este documento tenha que ser apresentado conjuntamente com o PPP. Circunstancialmente pode haver dúvidas objetivas sobre a compatibilidade entre o PPP e o laudo técnico. Nesses casos, é legítimo que o juiz condicione a valoração do PPP à exibição do laudo técnico ambiental. No presente caso, porém, não foi suscitada nenhuma objeção ao PPP. A apresentação de laudo técnico ambiental para aferir a validade do teor do PPP deve ser a exceção, e não a regra. 5. Reiterado o entendimento de que, em regra, deve ser considerado exclusivamente o PPP como meio de comprovação da exposição do segurado ao agente insalubre, inclusive em se tratando de ruído, independentemente da apresentação do respectivo laudo técnico ambiental. 6. O Presidente da TNU poderá determinar que todos os processos que versarem sobre esta mesma questão de direito material sejam automaticamente devolvidos para as respectivas Turmas Recursais de origem, antes mesmo da distribuição do incidente de uniformização, para que confirmem ou adequem o acórdão recorrido. Aplicação do art. 7º, VII, "a", do regimento interno da TNU, com a alteração aprovada pelo Conselho da Justiça Federal em 24/10/2011. 7. Pedido improvido.."(TNU - PEDILEF 200971620018387, Relator JUIZ FEDERAL JHERCULANO MARTINS NACIF, DOU 08/11/2013).

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. AGENTE AGRESSIVO RUIDO. PERFIL PROFISSIONOGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO (PPP). DOCUMENTO ELABORADO COM BASE EM LAUDO PERICIAL. DESNECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO CONJUNTA DO LAUDO, SALVO EM CASO DE DÚVIDA JUSTIFICADA. INSTRUÇÕES NORMATIVAS DO INSS N. 84/2002 E 27/2008. HIPÓTESE AUSENTE NOS AUTOS. FORMULÁRIO PREENCHIDO POR PREPOSTO DA EMPRESA. LEI N. 8.213/91, ART. 58, § 1º. AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADE. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO. 1. A parte autora interpôs pedido de uniformização de jurisprudência em face de acórdão proferido pela Turma Recursal da Seção Judiciária Federal do Paraná, que reformou a sentença, alegando que não restou comprovada a natureza especial da atividade, pois o formulário PPP não poderia ser aceito como prova, pois não há indicação de que foi preenchido com base em laudo, tampouco se encontra assinado por profissional habilitado - médico ou engenheiro do trabalho. 2. Alega o recorrente que a interpretação adotada pelo acórdão recorrido diverge de acórdão da 1ª. Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Goiás (JEF/GO - 1a. Turma Recursal, Recurso JEF 2007.35.00.706600-2, Relator Juiz Federal Roberto Carlos de Oliveira, Data do Julgamento 29/09/2007, DJ/GO 09/09/2007) e da jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização (TNU, PEDILEF 200772590036891, Relator JUIZ FEDERAL RONIVON DE ARAGÃO, Data do Julgamento 17/03/2011, DOU 13/05/2011). 3. O recurso foi inadmitido pelo presidente da Turma Recursal de origem sob o fundamento de que o acórdão apontado como paradigma trata de matéria sem similitude com a versada no acórdão atacado, não havendo prova da divergência, bem como porque a pretensão do recorrente implicaria reexame de prova, o que é inviável neste in-

cidente. A decisão foi objeto de agravo. 4. A questão posta a desate diz respeito à possibilidade de reconhecimento do PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário - como documento hábil à comprovação do agente agressivo ruído, independentemente da apresentação do laudo técnico. 5. O PPP foi instituído pela Instrução Normativa do INSS n. 84/02, editada em 17/12/2002, e republicada em 22/01/2003, que, em seu artigo 148, assim dispôs: "Art. 148. A comprovação do exercício de atividade especial será feita pelo PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário - emitido pela empresa com base em laudo técnico de condições ambientais de trabalho expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança, conforme Anexo XV - ou alternativamente, até 30/06/2003, pelo formulário, antigo SB - 40, Dises BE 5.235, DSS-8030, Dirben 8.030. § 1º. Fica instituído o PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário, que contemplará, inclusive, informações pertinentes aos formulários em epígrafe, os quais deixarão de ter eficácia a partir de 01/07/2003, ressalvado o disposto no parágrafo 2º deste artigo. § 2º Os formulários em epígrafe emitidos à época em que o segurado exerceu atividade, deverão ser aceitos, exceto no caso de dúvida justificada quanto a sua autenticidade. (...) 6. A Instrução Normativa n. 27, de 30/04/08, que alterou a Instrução Normativa n. 20/07, atualmente em vigor, rege a matéria quanto aos documentos necessários para requerimento de aposentadoria especial, consagrando, em seu artigo 161, inciso IV, que o único documento exigível do segurado para fins de comprovação de tempo especial, com a efetiva exposição aos agentes nocivos, é o PPP, se o período a ser reconhecido é posterior a 1º de janeiro de 2004: "(...) IV - para períodos laborados a partir de 1º de janeiro de 2004, o único documento exigido do segurado será o Perfil Profissiográfico Previdenciário-PPP". 7. Contudo, o parágrafo 1º do mesmo dispositivo normativo amplia de forma inequívoca o período que pode ser objeto de reconhecimento como especial, ao prever que, quando for apresentado o PPP, que contemple também os períodos laborados até (anteriormente a) 31/12/03, serão dispensados os demais documentos referidos neste artigo: "(...) § 1º Quando for apresentado o documento de que trata o 14 do art. 178 desta Instrução Normativa (Perfil-Profissiográfico Previdenciário), contemplando também os períodos laborados até 31 de dezembro de 2003, serão dispensados os demais documentos referidos neste artigo". 8. Forçoso reconhecer que a própria Administração Pública, por intermédio de seus atos normativos internos, a partir de 2003, prevê a desnecessidade de apresentação do laudo técnico, para comprovação da exposição a quaisquer agentes agressivos, inclusive o ruído, desde que seja apresentado o PPP, considerando que o documento sob exame é emitido com base no próprio laudo técnico, cuja realização continua sendo obrigatória, devendo este último ser apresentado subsidiariamente em caso de dúvidas a respeito do conteúdo do PPP. 9. Verifica-se, pois, que o acórdão recorrido não logrou êxito em demonstrar dúvida quanto veracidade das informações ali esposadas, limitando-se a afirmar a ausência de indicação de que o documento foi elaborado com base em laudo técnico e de assinatura por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho. Embora o documento não esteja assinado por engenheiro do trabalho, o nome do profissional responsável pelo registro das condições ambientais foi indicado no formulário, presumindo-se, assim, que este foi elaborado com base em laudo técnico. Hipótese em que não se faz necessária a assinatura do técnico, que na verdade é exigência para o LTCAT e não PPP, segundo artigo 58, § 1º da lei n. 8.213/91: Art. 58. A relação dos agentes nocivos químicos, físicos e biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física considerados para fins de concessão da aposentadoria especial de que trata o artigo anterior será definida pelo Poder Executivo. § 1º A comprovação da efetiva exposição do segurado aos agentes nocivos será feita mediante formulário, na forma estabelecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, emitido pela empresa ou seu preposto, com base em laudo técnico de condições ambientais do trabalho expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho nos termos da legislação trabalhista (g.n.). 10. Não é cabível exigir-se, dentro da via judicial, mais do que o próprio administrador, sob pretexto de uma pretensa ilegalidade da Instrução Normativa, que, conforme já dito, não extrapolou o ditame legal, apenas o aclarou e explicitou, dando a ele contornos mais precisos, e em plena consonância com o princípio da eficiência, que deve reger todos os atos da Administração Pública. 11. No mesmo toar já decidiu essa Turma Nacional de Uniformização no Pedido de Uniformização (TNU, PEDIDO 2006.51.63.00.0174-1, Rel. Juiz Federal Otávio Henrique Martins Port, DJ 04/08/2009). 12. Incidente de uniformização provido, restabelecendo-se os efeitos da sentença e condenando-se o INSS ao pagamento de honorários advocatícios, fixados em 10% do valor da condenação, nos termos da Súmula 111 do STJ. (PEDILEF 50379486820124047000, TNU, JUIZ FEDERAL ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO, DOU 31/05/2013 pág. 133/154).

6. A meu ver, o mesmo entendimento deve ser aplicado no tocante aos documentos apontados pelo INSS. A não apresentação de procuração com outorga de poderes específicos ao representante legal da empresa para assinatura do PPP ou declaração da respectiva autorização não permite a conclusão, por si só, de que o PPP seria inidôneo. Este foi o entendimento de julgado também da 3ª Região, como segue:

"(...) Assim, correta a decisão que reconheceu a especialidade de referido labor. IX - As irregularidades formais alegadas pelo INSS - não apresentação de procuração do representante legal ou o contrato social da empresa evidenciando os poderes de quem o subscreveu; e não apresentação da autorização da empresa para efetuar medição nem cópia do documento de habilitação profissional do engenheiro subsor do laudo - não autorizam a conclusão de que os PPP's juntados aos autos seriam inidôneos. (...) APELREEX 00077976220104036109, Rel. Desembargadora Federal Cecília Mello, DJF3 11/04/2014.

7. Como colocado pelo relator FREDERICO AUGUSTO L. KOEHLER, no processo 05216467120144058300, 2ª Turma Recursal dos



Juizados Especiais Federais de Pernambuco, Creta - Data::26/10/2015: '(...) a autorização da empresa para que o signatário do PPP/Formulário/LTCAT produza o documento é desnecessária, a não ser que o INSS apresente questionamentos razoáveis quanto à existência de fraude e irregularidades. Não trazendo a autarquia previdenciária elementos para que se duvide da regularidade do documento, deve-se acolher o que nele está disposto'.

8. No caso em tela, consignou o acórdão recorrido:

'Para conferir validade jurídica ao PPP apresentado, de acordo com o disposto no art. 272, § 12º, da Instrução Normativa nº 45/2010, do INSS, o qual assevera o seguinte:

§ 12 O PPP deverá ser assinado por representante legal da empresa, com poderes específicos outorgados por procuração, contendo a indicação dos responsáveis técnicos legalmente habilitados, por período, pelos registros ambientais e resultados de monitoração biológica, observando que esta não necessita, obrigatoriamente, ser juntada ao processo, podendo ser suprida por apresentação de declaração da empresa informando que o responsável pela assinatura do PPP está autorizado a assinar o respectivo documento.

Note-se que a partir de 2004, ano em que o PPP passou a ser necessário à comprovação do tempo de contribuição especial, que as instruções normativas do INSS sempre exigiram a procuração com poderes específicos do representante legal da empresa para firmar o referido documento. Acontece que a Instrução Normativa nº 45/2010 mitigou o rigor anterior para também aceitar uma mera declaração da empresa.

Desta forma, os PPPs apresentados devem ser considerados prova idônea ao reconhecimento da especialidade dos períodos laborados. Ressalta-se que o PPP foi devidamente assinado e carimbado pela pessoa jurídica. Tal assinatura é suficiente para tornar o PPP idôneo como meio de prova. Não alegando a ré qualquer indício de que a assinatura foi tomada com vício de consentimento, ou é produto de fraude, não vejo razão de não aceitar os documentos'.

9. O documento, portanto, foi considerado idôneo pelo juízo de origem, que não verificou vício, fraude ou dúvida justificada capaz de afastar seu conteúdo. Rever esta conclusão implicaria reexame do contexto probatório, inviável nesta seara.

10. Corroborando:

'1. Na hipótese dos autos, o Tribunal a quo, soberano na análise das circunstâncias fáticas da causa, concluiu que foram comprovadas, por meio da apresentação de laudos técnicos e perfis profissiográficos, a exposição ao agente nocivo ruído em níveis suficientes a alicerçar o reconhecimento de exercício de atividade insalubre e a consequente contagem de tempo de serviço de forma especial. 2. A inversão do julgado implicaria o reexame das provas carreadas aos autos, atrelando à espécie o enunciado da Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça. Agravu regimental improvido'. (ARESP 201303270649, STJ, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJE DATA:03/02/2014).

11. Incidente não conhecido. Aplicação da Súmula 42 desta TNU.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora. Brasília/DF, 16 de junho de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO

Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0002148-22.2010.4.03.6302

ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): PEDRO LUIS ERRERA

PROC./ADV.: DIEGO GONÇALVES DE ABREU

OAB: SP-228568

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

#### EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. FRENTISTA. PERÍODO ANTERIOR À LEI 9.032/95. ENQUADRAMENTO POR CATEGORIA PROFISSIONAL. ROL EXEMPLIFICATIVO. ACÓRDÃO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. QUESTÃO DE ORDEM 24/TNU.

1. Incidente de uniformização apresentado pelo INSS em face de acórdão que reconheceu, como especial, de período laborado pelo autor como frentista, anterior à Lei 9.032/95, por enquadramento da categoria profissional.

2. Alega divergência com o entendimento da TNU, segundo o qual, não estando a atividade expressamente elencada nos anexos dos Decretos 80.830/79 e 53.831/64, insuficiente o mero enquadramento, sendo necessária efetiva comprovação de exposição a agentes nocivos durante a jornada de trabalho. Juntos paradigmas.

3. Não obstante os paradigmas apresentados, após muitos debates a respeito do tema, a jurisprudência do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA assim fixou:

'(...) conforme decidido pela Primeira Seção desta Corte, no julgamento do Recurso Especial 1.306.113/SC, de relatoria do Ministro HERMAN BENJAMIN, feito submetido ao procedimento previsto no art. 543-C do CPC, a supressão de agente do rol de atividades e agentes nocivos pelo Decreto 2.172/1997 (Anexo IV) não impossibilita a configuração do tempo de serviço como especial, pois as normas regulamentadoras, que estabelecem os casos de agentes e atividades nocivos à saúde do trabalhador, são exemplificativas'. (STJ, AREsp 550891, Rel. Ministra Assusete Magalhães, DJ 24/09/2015) PREVIDENCIÁRIO - RECURSO ESPECIAL - APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO - AFRONTA À LICC - IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO - MATÉRIA CONSTITUCIO-

NAL - CONVERSÃO DE TEMPO ESPECIAL EM COMUM - POSSIBILIDADE - LEI 8.213/91 - LEI 9.032/95 (...) Quanto à conversão do tempo especial em comum, no caso em exame, os períodos controvertidos foram compreendidos entre 01.03.73 a 31.08.75; 01.07.76 a 30.09.87 e 02.10.87 a 20.7.99, trabalhados pelo autor como frentista, junto à bombas de combustíveis, atividade reconhecidamente insalubre. - A Lei nº 9.032/95 que deu nova redação ao art. 57 da Lei 8.213/91 acrescentando seu § 5º, permitiu a conversão do tempo de serviço especial em comum para efeito de aposentadoria especial. Em se tratando de atividade que expõe o obreiro a agentes agressivos, o tempo de serviço trabalhado pode ser convertido em tempo especial, para fins previdenciários. (...) Recurso parcialmente conhecido e nesta parte provido, para reconhecer a conversão do tempo de serviço especial em comum, somente nos períodos compreendidos entre 01.03.1973 a 31.08.75; 01.07.76 a 30.09.87 e 02.10.87 a 10.12.1997 e determinar a incidência dos honorários advocatícios sobre as parcelas vencidas, até a data da prolação da sentença monocrática, em consonância com a Súmula 111/STJ. (RESP 200200350357, STJ, QUINTA TURMA, REL. JORGE SCARTEZZINI, DJ 24/05/2004 PG:00323).

4. Por sua vez, recente julgado da TNU:

(...) 23. Filio-me ao entendimento no sentido da possibilidade de reconhecimento como especial da atividade de frentista, uma vez comprovada a exposição ao agente nocivo hidrocarboneto no exercício da profissão, exposição que pode se configurar no manuseio dos produtos derivados do petróleo, pelo frentista. 24. E o fato assentado no entendimento de que o rol de agentes e atividades nocivos à saúde do trabalhador descritos no Decreto nº 2.172/97 possui caráter exemplificativo, portanto, passível de ser complementado/estendido à atividade e a agentes cujo caráter de nocividade à saúde do trabalhador seja demonstrada/apontada por meios técnicos idôneos ou na legislação trabalhista. 25. Veja, de início, que, em relação ao agente eletricidade, o Colendo STJ, em sede de Recurso Especial Repetitivo, deixou assentado que, "no caso concreto, o Tribunal de origem embasou-se em elementos técnicos (laudo pericial) e na legislação trabalhista para reputar como especial o trabalho exercido pelo recorrido, por consequência da exposição habitual à eletricidade, o que está de acordo com o entendimento fixado pelo STJ" (REsp 1306113/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 14/11/2012, DJe 07/03/2013). 26. Naquele julgado, apontou-se ainda que "sob interpretação sistemática do tema, não há como atribuir aos arts. 57 e 58 da Lei 8.213/1991 a intenção do legislador de exaurir o rol de agentes nocivos ensejadores da aposentadoria especial, não podendo ser ignoradas as situações consideradas pela técnica médica e pela legislação correlata como prejudiciais à saúde do trabalhador, sem olvidar a necessária comprovação do trabalho permanente, não ocasional, nem intermitente, em condições especiais". 27. Veja-se, embora tratando de caso concreto envolvendo a eletricidade, as razões expostas pela Corte Especial trataram como exemplificativa de todo o rol de agentes nocivos, donde há de se reconhecer que o entendimento também alcança hipóteses de periculosidade/insalubridade, pelas razões que a seguir exponho. 28. Para aquela hipótese, enfrentada pelo STJ, em que o agente nocivo foi a eletricidade, dispõe a CLT, em seu art. 193, inciso I, que "são consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a: I - inflamáveis, explosivos ou energia elétrica" (grifei). 29. No caso dos autos, aplicando-se a mesma razão levada em conta pelo STJ para reconhecer a atividade de eletricista como perigosa, tem lugar o disposto no mesmo inciso I do art. 193 da CLT, que considera como atividade ou operação perigosa a exposição permanente do trabalhador a produtos "inflamáveis ou explosivos", em franca abrangência à atividade de frentista. 30. Não há razão para dar-se tratamento diferenciado a hipóteses equiparáveis, posto que, tanto no que se refere à eletricidade quanto ao trabalho como frentista, tem-se que configuram hipóteses reconhecidas como perigosas/insalubres pela "legislação correlata", condição pontuada pelo STJ como suficiente à declaração de especialidade da atividade laborativa. 31. Note-se que houve o reconhecimento pelo STJ e também por esta TNU (PEDILEF nº 50012383420124047102, rel. Juiz Federal Bruno Leonardo Câmara Carrá, j. 06.08.2014) quanto à condição de risco não prevista no regulamento (perigosa), o que torna muito mais lógica a extensão ao frentista da possibilidade de enquadramento da atividade de manuseio de hidrocarboneto com aquela normalmente aceita pelo INSS (de produção de hidrocarboneto), posto que aqui se trata de mero caso de extensão da hipótese de exposição nociva já prevista a caso similar. 32. Veja-se que o próprio Ministério do Trabalho, nos termos da Portaria nº 308/2012, que alterou a Norma Regulamentar nº 20 (NR-20), que trata da "segurança e saúde no trabalho com inflamáveis e combustíveis", entendeu que estão sujeitos à norma regulamentadora as atividades, dentre outras, relacionadas a "postos de serviço com inflamáveis e/ou líquidos combustíveis", cuja definição entendendo alcançar os postos de combustíveis de venda no varejo, donde concluo pela natureza insalubre/perigosa da atividade de frentista(...) PEDILEF 50032576220124047118, JUIZ FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA, TNU, DOU 05/02/2016 PÁGINAS 221/329).

5. No caso em tela, consignou o acórdão recorrido:

'No presente caso, pretende o autor o reconhecimento da insalubridade de atividade exercida como frentista, por mero enquadramento profissional, até 28.04.1995. De fato, a exposição a hidrocarbonetos é inerente ao exercício da atividade de frentista, o que permite o seu enquadramento desde que devidamente demonstrada. No caso, o autor demonstrou sua atividade por meio de carteira de trabalho, o que permitia o seu reconhecimento até 28.04.1995. Entretanto, mesmo que considerados os períodos 01.10.1985 a 30.05.1988, 01.07.1988 a 13.01.1992 e 01.02.1992 a 28.04.1995 como especiais, além do período já reconhecido em sentença, o autor

perfaz apenas 32 anos, 10 meses e 21 dias, o que é insuficiente para a aposentadoria, eis que não possuía a idade mínima de 53 anos para a proporcional'.

6. Acórdão recorrido no mesmo sentido da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

7. Incidente não conhecido. Questão de Ordem 24 da TNU.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização - NÃO CONHECER do incidente interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora. Brasília/DF, 16 de junho de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO

Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5000294-92.2013.4.04.7200

ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): JOSE RICARDO DA SILVA

PROC./ADV.: FÁBIO MATOS DA SILVA

OAB: SC-13585

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

#### EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. AGENTES QUÍMICOS. HIDROCARBONETOS AROMÁTICOS. AVALIAÇÃO QUALITATIVA. INCIDENTE IMPROVIDO.

1. Incidente de uniformização interposto pelo INSS em face de acórdão que reconheceu, como especial, período posterior à edição do Decreto 2.172/97, laborado com exposição habitual e permanente a agentes químicos (hidrocarbonetos aromáticos, óleos e graxas).

2. Alega divergência quanto ao entendimento da 5ª Turma Recursal de São Paulo - processos 00107483220104036302 e 00043517120084036319. Sustenta que não é cabível o reconhecimento da especialidade pela menção genérica de exposição a hidrocarbonetos aromáticos e, que "após 05-03-1997 se exige para enquadramento da atividade como especial de medição, indicação, em laudo técnico da concentração no ambiente de trabalho de agente nocivo listado no anexo IV, dos decretos 2.172/97 e 3.048/99, em nível superior aos limites de tolerância".

3. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, para a TNU, quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões na interpretação da lei ou em contrariedade à jurisprudência dominante do STJ ou TNU. Assim, de plano, paradigmas de Tribunais Regionais Federais e Turmas Recursais da mesma região não atendem ao requisito de admissibilidade do incidente.

4. Tenho que o incidente não comporta provimento.

5. A procedência do pedido restou assim fundamentada no acórdão: 'Porém, tanto o Superior Tribunal de Justiça (REsp n. 1.306.113) quanto a Turma Regional de Uniformização (5003955-16.2012.404.7200, Relator p/ Acórdão João Batista Lazzari, D.E. 11-9-2013) tem admitido pretensões semelhantes, embora sem proceder à análise da questão constitucional indubitavelmente envolvida. Eis a ementa do acórdão relativo ao primeiro julgamento citado: RECURSO ESPECIAL. MATÉRIA REPETITIVA. ART. 543-C DO CPC E RESOLUÇÃO STJ 8/2008. RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ATIVIDADE ESPECIAL. AGENTE ELETRICIDADE. SUPRESSÃO PELO DECRETO 2.172/1997 (ANEXO IV). ARTS. 57 E 58 DA LEI 8.213/1991. ROL DE ATIVIDADES E AGENTES NOCIVOS. CARÁTER EXEMPLIFICATIVO. AGENTES PREJUDICIAIS NÃO PREVISTOS. REQUISITOS PARA CARACTERIZAÇÃO. SUPORTE TÉCNICO MÉDICO E JURÍDICO. EXPOSIÇÃO PERMANENTE, NÃO OCASIONAL NEM INTERMITENTE (ART. 57, § 3º, DA LEI 8.213/1991). 1. Trata-se de Recurso Especial interposto pela autarquia previdenciária com o escopo de prevalecer a tese de que a supressão do agente eletricidade do rol de agentes nocivos pelo Decreto 2.172/1997 (Anexo IV) culmina na impossibilidade de configuração como tempo especial (arts. 57 e 58 da Lei 8.213/1991) de tal hipótese a partir da vigência do citado ato normativo. 2. À luz da interpretação sistemática, as normas regulamentadoras que estabelecem os casos de agentes e atividades nocivos à saúde do trabalhador são exemplificativas, podendo ser tido como distinto o labor que a técnica médica e a legislação correlata considerarem como prejudiciais ao obreiro, desde que o trabalho seja permanente, não ocasional, nem intermitente, em condições especiais (art. 57, § 3º, da Lei 8.213/1991). Precedentes do STJ. 3. No caso concreto, o Tribunal de origem embasou-se em elementos técnicos (laudo pericial) e na legislação trabalhista para reputar como especial o trabalho exercido pelo recorrido, por consequência da exposição habitual à eletricidade, o que está de acordo com o entendimento fixado pelo STJ. 4. Recurso Especial não provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução 8/2008 do STJ. A meu ver, o Tribunal Superior estabeleceu um princípio, que necessariamente deve ser aplicado a todos os casos em que o segurado demonstrar ter exercido atividades em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física. De 6-3-1997 a 15-4-1998 e de 1-7-1998 a 9-7-2012 o segurado exerceu a função de mecânico de manutenção, na empresa CÔDEL ELETRO DIESEL SÃO JOSÉ LTDA. O PPP demonstra que ele esteve exposto a óleo e graxa. Os laudos, anexados aos autos após a sentença, confirmam a exposição permanente ao agente químico (EVENTO 28 - LAU2 a LAU5). Por fim, nada consta acerca da utilização de Equipamento de Proteção Individual (EPI)'. 6. O INSS junta paradigmas de Turma Recursal de São Paulo, sustentando que 'após 05-03-1997 se exige para enquadramento da atividade como especial de medição, indicação, em laudo técnico da

concentração no ambiente de trabalho de agente nocivo listado no anexo IV, dos decretos 2.172/97 e 3.048/99, em níveis superiores aos limites de tolerância', ou seja, avaliação quantitativa dos agentes nocivos e não apenas qualitativa.

7. Primeiramente, a supressão de um agente nocivo do rol da legislação de regência não impede o reconhecimento de exercício de atividade especial, conforme já decidido pelo Superior Tribunal de Justiça, como segue:

'No mais, conforme decidido pela Primeira Seção desta Corte, no julgamento do Recurso Especial 1.306.113/SC, de relatoria do Ministro HERMAN BENJAMIN, feito submetido ao procedimento previsto no art. 543-C do CPC, a supressão de agente do rol de atividades e agentes nocivos pelo Decreto 2.172/1997 (Anexo IV) não impossibilita a configuração do tempo de serviço como especial, pois as normas regulamentadoras, que estabelecem os casos de agentes e atividades nocivos à saúde do trabalhador, são exemplificativas'. (STJ, AREsp 550891, Rel. Ministra Assusete Magalhães, DJ 24/09/2015) 8. Com relação aos agentes nocivos químicos, a questão já passou por várias alterações normativas. Transcrevo análise extraída do voto no Recurso 000467969/20104036306, JUIZ FEDERAL ROBERTO SANTORO FACCHINI, 6ª TURMA RECURSAL DE SÃO PAULO, e-DJF3 Judicial DATA: 26/02/2016:

' (...) No âmbito previdenciário, a partir do Decreto 53.831, de 26 de março de 1964, a legislação seguiu caminho tortuoso. Assim, o referido Decreto 53.831, de 26 de março de 1964, relacionava, em seu quadro, as profissões e os agentes agressivos, que conferiam direito à aposentadoria especial, incluindo a relação de agentes químicos. O Decreto 53.831/64 foi expressamente revogado pelo Decreto nº 62.755/68, que, em anexo, estabeleceu condições mais restritivas na caracterização das atividades insalubres. Posteriormente, o Decreto 83.080/79, em seus Anexos, manteve, em linhas gerais, a regulamentação do Decreto 62.755/68. Constatam-se diferenças significativas entre as disposições do Decreto 53.831/64 e dos Decretos 62.755/68 e 83.080/79, sobre a insalubridade dos agentes químicos. Exemplos desse fato são os agentes químicos derivados do carbono (hidrocarboneto e outros derivados) constantes do item 1.2.11 do Decreto 53.831/64. Na redação do Decreto 53.831/64, qualquer trabalho exposto a poeiras, gases, vapores e neblinas dos derivados do carbono (como o hidrocarboneto) era considerado insalubre, dando direito à aposentadoria aos 25 anos de serviço. Entrementes, a exposição aos agentes químicos derivados do carbono foi inteiramente reformulada pelos anexos do Decreto 63.230/68. O item 1.2.9 que trata dos hidrocarbonetos e outros derivados de carbono. Nesse item, constam, expressamente, as atividades com os derivados de carbono que dariam direito à aposentadoria especial. Todas as atividades ali listadas tratam da fabricação de produtos que deixam antever grande exposição a esses agentes químicos, como, por exemplo, a fabricação de inseticidas clorados, derivados de hidrocarbonetos e a fabricação de solventes para tintas, contendo benzol, toluol e xilol, entre outras. Repese-se que esse disciplinamento dos hidrocarbonetos e outros derivados do carbono, previsto no Decreto 63.230/68 foi reproduzido no posterior Decreto 83.080/79. Pode-se, apenas, afirmar que a exposição a gases ou vapores de hidrocarbonetos foi mantida apenas, como especial, no caso da atividade de pintura a pistola, com associação de solventes e hidrocarbonados e partículas suspensas, como consta do item 1.2.11 do anexo I do referido Decreto 83.080/79. Também outras profissões, como eletricitistas, cabistas, montadores e outros, foram excluídas da regulamentação inaugurada pelo Decreto 63.230/68, com a exclusão reafirmada pelo Decreto 83.080/79. No entanto, novas reviravoltas ocorreram no disciplinamento dos agentes agressivos, para fins de aposentadoria especial. Inicialmente, a Lei 5527/68 restabeleceu o direito à aposentadoria especial para as profissões que foram excluídas pelo Decreto 63.230/68. Posteriormente, na vigência da Lei 8.213/1991, tanto o anexo do Decreto 53.831/64, quanto aos anexos I e II do Decreto 83.080/79 foram ratificados pelos artigos 295 do Decreto 357/91 e 292 do Decreto 611/92. Logo, diante desse quadro legal, admite-se, hoje, pacificamente, tanto na esfera administrativa, quanto judicial, a possibilidade de enquadramento da atividade especial concomitantemente em quaisquer dos anexos citados, até a edição do anexo IV do Decreto 2172/97. Por fim, nova regulamentação foi prevista no atual Decreto 3.048/99. Resta, ainda, a questão sobre a necessidade de comprovação de exposição a nível máximo de tolerância, no caso dos agentes químicos, nos diversos períodos citados. Como acima afirmado, o quadro constante do Decreto 53.831/64, por força de disposições legais diversas, foi revigorado (no dizer da doutrina) no período anterior a 1997. Assim, a exposição a poeiras, fumos, gases, neblinas e vapores para certos agentes químicos (como no exemplo dos hidrocarbonetos) é suficiente para a caracterização da insalubridade. Interessante notar que, não obstante esse fato, algumas decisões administrativas do INSS negam a insalubridade, sob o argumento de falta de informação da concentração do agente químico, mesmo para os períodos em que sequer era necessária a elaboração de laudo técnico, isto é, no período anterior à lei 9.528/97. A comprovação do tempo especial sempre requereu, no mínimo, a descrição minuciosa da atividade e do ambiente de trabalho (conforme os formulários SB-40, DIRBEN 8030, e posteriormente, a partir de janeiro de 2.004, o PPP). Assim, em tese, é possível a existência de casos em que a descrição minuciosa e detalhada da atividade e do ambiente de trabalho revele exposição tão diminuta ou irrelevante ao agente químico, que não se caracterizem os requisitos mínimos para a concessão da aposentadoria especial, como definido pelo artigo 57 da lei 8.213/1991, e que contém, nesse particular, redação semelhante às leis previdenciárias anteriores. Portanto, entende-se possível, em tese, que as descrições detalhadas das atividades e do ambiente de trabalho (mesmo quando era desnecessária a apresentação do laudo técnico), possam descaracterizar a insalubridade por exposição a agente químico, nos casos em que tais descrições não indiquem sequer a existência do risco potencial à saúde ou à integridade física do segurado. Posteriormente, a questão relativa aos níveis de exposição aos agentes químicos teve novo

disciplinamento, com o Decreto 3048/99, segundo o seu anexo IV: ANEXO IV CLASSIFICAÇÃO DOS AGENTES NOCIVOS CÓDIGO AGENTE NOCIVO TEMPO DE EXPOSIÇÃO 1.0.0 AGENTES QUÍMICOS O que determina o benefício é a presença do agente no processo produtivo e sua constatação no ambiente de trabalho, em condição (concentração) capaz de causar danos à saúde ou à integridade física. As atividades listadas são exemplificadas nas quais pode haver a exposição. O que determina o direito ao benefício é a exposição do trabalhador ao agente nocivo presente no ambiente de trabalho e no processo produtivo, em nível de concentração superior aos limites de tolerância estabelecidos. (Redação dada pelo Decreto, nº 3.265, de 1999) O rol de agentes nocivos é exaustivo, enquanto que as atividades listadas, nas quais pode haver a exposição, é exemplificativa. (Redação dada pelo Decreto, nº 3.265, de 1999) Aparentemente, mostrava-se claro que, a partir do Decreto 3.048/99, seria necessária a comprovação do nível de concentração do agente químico no ambiente de trabalho. Confirmam-se, nesse passo, as disposições dos artigos 183 e seguintes da Instrução Normativa 78/2002, do INSS. Em seguida, nova instrução normativa foi editada a IN 45/2010 - que dispõe em seu artigo 236: Art. 236. Para os fins da análise do benefício de aposentadoria especial, consideram-se: I - nocividade: situação combinada ou não de substâncias, energias e demais fatores de riscos reconhecidos, presentes no ambiente de trabalho, capazes de trazer ou ocasionar danos à saúde ou à integridade física do trabalhador; e II - permanência: trabalho não ocasional nem intermitente, durante quinze, vinte ou vinte e cinco anos, no qual a exposição do empregado, do trabalhador avulso ou do cooperado ao agente nocivo seja indissociável da produção do bem ou da prestação do serviço, em decorrência da subordinação jurídica a qual se submete. § 1º Para a apuração do disposto no inciso I do caput, há que se considerar se a avaliação do agente nocivo é: I - apenas qualitativo, sendo a nocividade presumida e independente de mensuração, constatada pela simples presença do agente no ambiente de trabalho, conforme constante nos Anexos 6, 13, 13-A e 14 da Norma Regulamentadora nº 15 NR-15 do MTE, e no Anexo IV do RPS, para os agentes iodo e níquel; ou II - quantitativo, sendo a nocividade considerada pela ultrapassagem dos limites de tolerância ou doses, dispostos nos Anexos 1, 2, 3, 5, 8, 11 e 12 da NR-15 do MTE, por meio da mensuração da intensidade ou da concentração, consideradas no tempo efetivo da exposição no ambiente de trabalho. Logo, no âmbito administrativo, a necessidade de comprovação de níveis de tolerância aos agentes químicos foi seccionada em duas variantes básicas; para alguns casos, a comprovação é meramente qualitativa (simples existência do agente químico no ambiente de trabalho), e para outros é quantitativa (necessidade de comprovação de níveis mínimos de exposição), de acordo com o enquadramento nos anexos da Norma Regulamentadora 15, expedida na esfera trabalhista. E neste aspecto, reside a diferenciação nos critérios de interpretação dessas normas previdenciárias. Para fins de aposentadoria especial, os agentes químicos sempre foram descritos em tabelas, nos quais são mencionados o elemento ou compostos químicos nocivos, e, depois, são descritas atividades consideradas insalubres. Firma-se na jurisprudência (e agora, também no Decreto 3.048/99), que a descrição das atividades é meramente exemplificativa, e que outras podem igualmente ser consideradas insalubres. Considerei que a descrição das atividades insalubres, relacionadas com o respectivo elemento ou composto químico nocivo, representaria mensuração indireta dos níveis mínimos de tolerância. Veja-se; para certos elementos ou compostos químicos, as atividades insalubres correlatas dizem respeito à fabricação, trituração, extração, fundição... , ou seja, descrevem operações que naturalmente envolvem o contato com grandes quantidades desse elemento ou composto químico (confira-se, por exemplo, o manganês, previsto no item 1.2.7 do anexo I do Decreto 83.080/79). Logo, a meu ver, no exemplo citado, outra atividade, que envolva o contato com manganês, somente poderia ser considerada insalubre se demonstrada a sujeição ao nível de exposição equivalente a qualquer das atividades previstas no referido item 1.2.7 acima referido. Essa interpretação restritiva melhor se amoldaria à definição e às origens da insalubridade no direito previdenciário, bem como aos fins colimados pelos anexos constantes dos Decretos antes citados. Tais anexos descrevem atividades em que a exposição ao agente químico conduz necessariamente à insalubridade. Como decorrência, para outras atividades não previstas, mostrar-se-ia necessária prova de que ela estava sujeita a níveis equivalentes de exposição ao referido agente químico. Essa interpretação, no entanto, também traz o inconveniente de necessitar de informações que se situariam além do que era exigível dos empregadores e dos segurados, em especial na vigência dos Decretos 83.080/79 e 53.832/64. Afinal, nessa época, a insalubridade por agentes químicos era demonstrada por simples formulários, sem necessidade de averiguações ou consultas técnicas. Possível que tais motivos tenham conduzido a jurisprudência e as próprias instruções normativas do INSS antes citadas, a trilhar caminho diverso. Especialmente para o período anterior ao Decreto 3.048/99, tem-se considerado, em princípio, que qualquer atividade com exposição a determinado elemento ou composto químico, previsto nos anexos dos Decretos Regulamentadores, já se mostra suficiente para a qualificação especial, independentemente de comparar essa atividade com aquelas descritas nos anexos, para verificar eventual compatibilidade de exposição ao respectivo elemento ou composto químico'. 9. Com efeito, dispõem os Anexos 13 e 11 da NR 15, em atenção à Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho: NR 15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES ANEXO N.º 13 AGENTES QUÍMICOS 1. Relação das atividades e operações envolvendo agentes químicos, consideradas, insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho. Excluem-se desta relação as atividades ou operações com os agentes químicos constantes dos Anexos 11 e 12. (...)

HIDROCARBONETOS E OUTROS COMPOSTOS DE CARBONO Insalubridade de grau máximo Destilação do alcatrão da hulha. Destilação do petróleo. Manipulação de alcatrão, breu, betume, antraceno, óleos minerais, óleo queimado, parafina ou outras substâncias cancerígenas afins. Manipulação do negro de fumo. (Excluído pela Portaria DNSST n.º 9, de 09 de outubro de 1992) Fabricação de fenóis, cresóis, naftóis, nitroderivados, aminoderivados, derivados halogenados e outras substâncias tóxicas derivadas de hidrocarbonetos cíclicos. Pintura a pistola com esmaltes, tintas, vernizes e solventes contendo hidrocarbonetos aromáticos.

NR 15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES ANEXO N.º 11 AGENTES QUÍMICOS CUJA INSALUBRIDADE É CARACTERIZADA POR LIMITE DE TOLERÂNCIA E INSPEÇÃO NO LOCAL DE TRABALHO 1. Nas atividades ou operações nas quais os trabalhadores ficam expostos a agentes químicos, a caracterização de insalubridade ocorrerá quando forem ultrapassados os limites de tolerância constantes do Quadro n.º 1 deste Anexo.

10. No caso dos hidrocarbonetos, estão elencados no Anexo 13, que se refere apenas à avaliação qualitativa. Corroborando: PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO INTERNO. PROVA DA ESPECIALIDADE DO LABOR. HIDROCARBONETOS. ANÁLISE QUANTITATIVA. DESNECESSIDADE. NR-15, ANEXO Nº 13. CRITÉRIO DA CATEGORIA PROFISSIONAL. TRABALHADOR OCUPADO EM CARÁTER PERMANENTE NA PERFURAÇÃO DE POÇOS PETROLÍFEROS E NA EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO. 1. A NR-15, em seu anexo nº 13, prevê as atividades e operações envolvendo agentes químicos que serão consideradas insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho, entre elas estão os hidrocarbonetos, motivo pelo qual descabe a análise quantitativa reclamada pelo réu. 2. Tem-se que, in casu, que o autor também está enquadrado no item 2.3.5, do Anexo II, do Decreto nº 83.080/1979, como trabalhador ocupado em caráter permanente na perfuração de poços petrolíferos e na extração de petróleo. 3. Entretanto, a extensão do período considerado especial deve ser reduzida. Com efeito, não há qualquer prova nos autos que indique a especialidade do trabalho prestado entre 01/05/1992 e 28/04/1995, seja de exposição a agentes nocivos, seja de subsubstituição a atividade profissional a favor da qual militava presunção de que exercida em caráter especial. 4. Agravo interno parcialmente provido. (REO 200751160001412, Desembargadora Federal LILIANE RORIZ, TRF/2, SEGUNDA TURMA ESPECIALIZADA, E-DJF2R - Data: 08/06/2012 - Página: 36/37)

11. Trago, também, o seguinte entendimento deste Colegiado: PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. MANIPULAÇÃO DE ÓLEOS E GRAXAS. 1. A manipulação de óleos e graxas, em tese, pode configurar condição especial de trabalho para fins previdenciários. 2. O código 1.0.7 do Anexo IV dos Decretos nºs 2.172/97 e 3.048/99, que classifica carvão mineral e seus derivados como agentes químicos nocivos à saúde, prevê, na alínea b, que a utilização de óleos minerais autoriza a concessão de aposentadoria especial aos 25 anos de serviço. 3. No anexo nº 13 da NR-15, veiculada na Portaria MTb nº 3.214/78, consta, no tópico dedicado aos "hidrocarbonetos e outros compostos de carbono", que a manipulação de óleos minerais caracteriza hipótese de insalubridade de grau máximo. 4. Pedido parcialmente provido para anular o acórdão recorrido e uniformizar o entendimento de que a manipulação de óleos e graxas, em tese, pode configurar condição especial de trabalho para fins previdenciários. Determinação de retorno dos autos à turma recursal de origem para adequação do julgado. ACÓRDÃO Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais dar parcial provimento ao incidente de uniformização. Brasília, 15 de maio de 2012. (PEDILEF 200971950018280, JUIZ FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES, TNU, DOU 25/05/2012.)

12. Por fim, este Colegiado, na presente sessão, uniformizou a tese proposta no PEDILEF 5004638-26.2012.4.04.7112, de relatoria do Juiz Federal DANIEL MACHADO DA ROCHA, que, após detalhada análise do tema, assim concluiu: ' 13. Forte em tais considerações, proponho a fixação de tese, em relação aos agentes químicos hidrocarbonetos e outros compostos de carbono, como óleos minerais e outros compostos de carbono, que estão descritos no Anexo 13 da NR 15 do MTE, basta a avaliação qualitativa de risco, sem que se cogite de limite de tolerância, independentemente da época da prestação do serviço, se anterior ou posterior a 02.12.1998, para fins de reconhecimento de tempo de serviço especial. 14. Em face do exposto, tenho que o incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pelo INSS merece ser conhecido e improvido'. 13. Incidente improvido.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NEGAR PROVIMENTO ao Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora. Brasília/DF, 16 de junho de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO  
Juíza Federal Relatora



PROCESSO: 5008858-82.2012.4.04.7204  
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA  
REQUERENTE: INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO(A): ASCENDINO GUSTAVO DA LUZ JUNIOR  
PROC./ADV.: FABRICIO MACHADO  
OAB: SC-12245  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

## EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. AGENTES QUÍMICOS. HIDROCARBONETOS AROMÁTICOS. AVALIAÇÃO QUALITATIVA. INCIDENTE IMPROVIDO.

1. Incidente de uniformização interposto pelo INSS em face de acórdão que reconheceu, como especial, período posterior à edição do Decreto 2.172/97, laborado com exposição habitual e permanente a agentes químicos (hidrocarbonetos aromáticos, óleos e graxas).

2. Alega divergência quanto ao entendimento da 5ª Turma Recursal de São Paulo - processos 00107483220104036302 e 00043517120084036319. Sustenta que não é cabível o reconhecimento da especialidade pela menção genérica de exposição a hidrocarbonetos aromáticos e, que "após 05-03-1997 se exige para enquadramento da atividade como especial de medição, indicação, em laudo técnico da concentração no ambiente de trabalho de agente nocivo listado no anexo IV, dos decretos 2.172/97 e 3.048/99, em nível superior aos limites de tolerância".

3. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, para a TNU, quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões na interpretação da lei ou em contrariedade à jurisprudência dominante do STJ ou TNU. Assim, de plano, paradigmas de Tribunais Regionais Federais e Turmas Recursais da mesma região não atendem ao requisito de admissibilidade do incidente.

4. Tenho que o incidente não comporta provimento.

5. A procedência do pedido restou assim confirmada no acórdão:

'Caso concreto O pedido de reconhecimento de tempo especial nos períodos de 02/09/1985 a 31/08/1989, 01/09/1990 a 20/07/1994 e 01/10/1994 a 20/03/2012 é procedente, nos termos que passo a expor. De acordo com as informações contidas no PPP anexado no processo administrativo (evento 01, PROCADM7, fls. 03-04), durante os períodos controvertidos o autor trabalhou na empresa João Moretti Neto ME, no setor Fábrica, no cargo de Manutenção e na função de Auxiliar de Mecânico de Refrigeração. As atividades do autor estão assim descritas no formulário: Exerce suas atividades diariamente no setor de mecânico de refrigeração no concerto de máquinas e equipamentos, soldando, esmerilhando, engraxando e fazendo todos os serviços de mecânica, com exposição aos agentes químicos graxas, fumos de solda, gases e vapores. Físicos ruído de policorte, esmeril, sendo de modo habitual e permanente. Segundo referidos formulários, nos períodos em questão o autor esteve exposto a ruído de 85 decibéis, graxa, fumos de solda, gases e vapores. Por sua vez, foram juntados aos autos os Laudos Técnicos de 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011. Em todos, para a atividade de mecânico de refrigeração, consta a exposição a agente Químico (óleo, graxa, solvente, cavaco de torno, pó esmeril), Ergonômico (postura inadequada) e Físico (ruído, máquinas em geral). Porém, para cada máquina do setor de mecânica, há um nível de ruído registrado, sendo eles, 78 dB, 79, dB, 87 dB e 84 dB, sendo que a exposição registrada nos laudos, quanto a esse agente físico, é eventual e permanente, e não habitual e permanente como consta para atividades em outro setor da mesma empresa. Tais dados são observados no evento 10, LAU2, fls. 05 e 08 (laudo de 2007); e, LAU3, LAU4 LAU5 e LAU6, fls. 05 e 08, com alguma variação nos níveis de ruído registrado nas máquinas (laudos de 2008, 2009, 2010 e 2011). Nesses termos, suficientemente demonstrado que não havia habitualidade de exposição a ruído, a atividade não pode ser considerada especial por exposição a tal agente. Quanto ao reconhecimento de insalubridade em decorrência do agente ergonômico, a simples afirmação, no laudo, de que o segurado trabalhava em posturas inadequadas, não é suficiente para o reconhecimento pleiteado. Por outro lado, entendo que os documentos citados acima são suficientes para comprovar que o autor trabalhava exposto, de forma habitual e permanente, a agentes químicos insalubres, principalmente, com óleos e graxas pertencentes à classe dos hidrocarbonetos aromáticos (até porque decorrentes da própria natureza da atividade - mecânico). Não se pode ignorar que, na hipótese dos autos, os laudos são posteriores a parte do período objeto do pleito. Entretanto, há que se presumir que, se de 2007 a 2011 existia insalubridade no ambiente de trabalho, certamente não eram diferentes as condições em interregno pretérito (ainda mais à vista da ausência de prova demonstrando o contrário, e o fato de as atividades desenvolvidas pelo demandante na empresa serem as mesmas). Nesse sentido, aliás, destaca-se o teor da Súmula n. 68 da TNU, no sentido de que: o laudo pericial não contemporâneo ao período trabalhado é apto à comprovação da atividade especial do segurado. Outrossim, apesar de autor pleitear o reconhecimento de um dos períodos até 20/07/1994, verifiko, pelo CNIS (evento 04) e pela cópia da CTPS anexada aos autos (evento 09, CTPS3, fl. 2), que tal vínculo empregatício encerrou em 30/06/1994, razão pela qual deve ser limitado a esta data. Desta feita, entendo que devam se enquadrar os períodos de 02/09/1985 a 31/08/1989, 01/09/1990 a 30/06/1994 e 01/10/1994 a 20/03/2012 como tempo especial, para aposentadoria aos 25 anos, a teor item 1.2.10, do anexo I, do Decreto nº. 83.080/79, e itens 1.0.11 do anexo IV, com a mesma redação nos Decretos n. 2.172/97 e n. 3.048/99 (hidrocarbonetos).

(...)

Acrescento que, de fato, restou demonstrado que a parte autora exerceu suas atividades exposta de modo habitual e permanente a agentes químicos (óleos e graxas), nocivos à saúde.

(...)

Outrossim, não descaracteriza a especialidade o fato do trabalho não ser relacionado à fabricação de hidrocarbonetos (óleos, graxas e outros compostos químicos), independentemente da atividade exercida, pois o que gera a insalubridade é o contato habitual com tais substâncias, com reconhecida absorção subcutânea e danos à saúde. Por fim, os laudos foram conclusivos acerca da insalubridade da atividade exercida'.

6. O INSS junta paradigmas de Turma Recursal de São Paulo, sustentando que "após 05-03-1997 se exige para enquadramento da atividade como especial de medição, indicação, em laudo técnico da concentração no ambiente de trabalho de agente nocivo listado no anexo IV, dos decretos 2.172/97 e 3.048/99, em níveis superiores aos limites de tolerância", ou seja, avaliação quantitativa dos agentes nocivos e não apenas qualitativa.

7. Primeiramente, a supressão de um agente nocivo do rol da legislação de regência não impede o reconhecimento de exercício de atividade especial, conforme já decidido pelo Superior Tribunal de Justiça, como segue:

'No mais, conforme decidido pela Primeira Seção desta Corte, no julgamento do Recurso Especial 1.306.113/SC, de relatoria do Ministro HERMAN BENJAMIN, feito submetido ao procedimento previsto no art. 543-C do CPC, a supressão de agente do rol de atividades e agentes nocivos pelo Decreto 2.172/1997 (Anexo IV) não impossibilita a configuração do tempo de serviço como especial, pois as normas regulamentadoras, que estabelecem os casos de agentes e atividades nocivos à saúde do trabalhador, são exemplificativas'. (STJ, AREsp 550891, Rel. Ministra Assusete Magalhães, DJ 24/09/2015) 8. Com relação aos agentes nocivos químicos, a questão já passou por várias alterações normativas. Transcrevo análise extraída do voto no Recurso 00046796920104036306, JUIZ FEDERAL ROBERTO SANTORO FACCHINI, 6ª TURMA RECURSAL DE SÃO PAULO, e-DJF3 Judicial DATA: 26/02/2016:

' (...) No âmbito previdenciário, a partir do Decreto 53.831, de 26 de março de 1964, a legislação seguiu caminho tortuoso. Assim, o referido Decreto 53.831, de 26 de março de 1964, relacionava, em seu quadro, as profissões e os agentes agressivos, que conferiam direito à aposentadoria especial, incluindo a relação de agentes químicos. O Decreto 53.831/64 foi expressamente revogado pelo Decreto nº 62.755/68, que, em anexo, estabeleceu condições mais restritivas na caracterização das atividades insalubres. Posteriormente, o Decreto 83.080/79, em seus Anexos, manteve, em linhas gerais, a regulamentação do Decreto 62.755/68. Constatam-se diferenças significativas entre as disposições do Decreto 53.831/64 e dos Decretos 62.755/68 e 83.080/79, sobre a insalubridade dos agentes químicos. Exemplos desse fato são os agentes químicos derivados do carbono (hidrocarboneto e outros derivados) constantes do item 1.2.11 do Decreto 53.831/64. Na redação do Decreto 53.831/64, qualquer trabalho exposto a poeiras, gases, vapores e neblinas dos derivados do carbono (como o hidrocarboneto) era considerado insalubre, dando direito à aposentadoria aos 25 anos de serviço. Entrementes, a exposição aos agentes químicos derivados do carbono foi inteiramente reformulada pelos anexos do Decreto 63.230/68. O item 1.2.9 que trata dos hidrocarbonetos e outros derivados de carbono. Nesse item, constam, expressamente, as atividades com os derivados de carbono que dariam direito à aposentadoria especial. Todas as atividades ali listadas tratam da fabricação de produtos que deixam antever grande exposição a esses agentes químicos, como, por exemplo, a fabricação de inseticidas clorados, derivados de hidrocarbonetos e a fabricação de solventes para tintas, contendo benzol, tolulol e xilol, entre outras. Repise-se que esse disciplinamento dos hidrocarbonetos e outros derivados do carbono, previsto no Decreto 63.230/68 foi reproduzido no posterior Decreto 83.080/79. Pode-se, apenas, afirmar que a exposição a gases ou vapores de hidrocarbonetos foi mantida apenas, como especial, no caso da atividade de pintura a pistola, com associação de solventes e hidrocarbonados e partículas suspensas, como consta do item 1.2.11 do anexo I do referido Decreto 83.080/79. Também outras profissões, como eletricitistas, cabistas, montadores e outros, foram excluídas da regulamentação inaugurada pelo Decreto 63.230/68, com a exclusão reafirmada pelo Decreto 83.080/79. No entanto, novas reviravoltas ocorreram no disciplinamento dos agentes agressivos, para fins de aposentadoria especial. Inicialmente, a Lei 5527/68 restabeleceu o direito à aposentadoria especial para as profissões que foram excluídas pelo Decreto 63.230/68. Posteriormente, na vigência da Lei 8.213/1991, tanto o anexo do Decreto 53.831/64, quanto aos anexos I e II do Decreto 83.080/79 foram ratificados pelos artigos 295 do Decreto 357/91 e 292 do Decreto 611/92. Logo, diante desse quadro legal, admite-se, hoje, pacificamente, tanto na esfera administrativa, quanto judicial, a possibilidade de enquadramento da atividade especial concomitantemente em quaisquer dos anexos citados, até a edição do anexo IV do Decreto 2172/97. Por fim, nova regulamentação foi prevista no atual Decreto 3.048/99. Resta, ainda, a questão sobre a necessidade de comprovação de exposição a nível máximo de tolerância, no caso dos agentes químicos, nos diversos períodos citados. Como acima afirmado, o quadro constante do Decreto 53.831/64, por força de disposições legais diversas, foi revigorado (no dizer da doutrina) no período anterior a 1997. Assim, a exposição a poeiras, fumos, gases, neblinas e vapores para certos agentes químicos (como no exemplo dos hidrocarbonetos) é suficiente para a caracterização da insalubridade. Interessante notar que, não obstante esse fato, algumas decisões administrativas do INSS negam a insalubridade, sob o argumento de falta de informação da concentração do agente químico, mesmo para os períodos em que sequer era necessária a elaboração de laudo técnico, isto é, no período anterior à lei 9.528/97. A comprovação do tempo especial sempre requereu, no mínimo, a descrição minuciosa da atividade e do ambiente de trabalho (conforme os formulários SB-40, DIRBEN 8030, e

posteriormente, a partir de janeiro de 2.004, o PPP). Assim, em tese, é possível a existência de casos em que a descrição minuciosa e detalhada da atividade e do ambiente de trabalho revele exposição tão diminuta ou irrelevante ao agente químico, que não se caracterizem os requisitos mínimos para a concessão da aposentadoria especial, como definido pelo artigo 57 da lei 8.213/1991, e que contém, nesse particular, redação semelhante às leis previdenciárias anteriores. Portanto, entende-se possível, em tese, que as descrições detalhadas das atividades e do ambiente de trabalho (mesmo quando era desnecessária a apresentação do laudo técnico), possam descaracterizar a insalubridade por exposição a agente químico, nos casos em que tais descrições não indiquem sequer a existência do risco potencial à saúde ou à integridade física do segurado. Posteriormente, a questão relativa aos níveis de exposição aos agentes químicos teve novo disciplinamento, com o Decreto 3048/99, segundo o seu anexo IV: ANEXO IV CLASSIFICAÇÃO DOS AGENTES NOCIVOS CÓDIGO AGENTE NOCIVO TEMPO DE EXPOSIÇÃO 1.0.AGENTES QUÍMICOS O que determina o benefício é a presença do agente no processo produtivo e sua constatação no ambiente de trabalho, em condição (concentração) capaz de causar danos à saúde ou à integridade física. As atividades listadas são exemplificadas nas quais pode haver a exposição. O que determina o direito ao benefício é a exposição do trabalhador ao agente nocivo presente no ambiente de trabalho e no processo produtivo, em nível de concentração superior aos limites de tolerância estabelecidos. (Redação dada pelo Decreto, nº 3.265, de 1999) O rol de agentes nocivos é exaustivo, enquanto que as atividades listadas, nas quais pode haver a exposição, é exemplificativa. (Redação dada pelo Decreto, nº 3.265, de 1999) Aparelmente, mostrava-se claro que, a partir do Decreto 3.048/99, seria necessária a comprovação do nível de concentração do agente químico no ambiente de trabalho. Confiram-se, nesse passo, as disposições dos artigos 183 e seguintes da Instrução Normativa 78/2002, do INSS. Em seguida, nova instrução normativa foi editada a IN 45/2010 - que dispõe em seu artigo 236: Art. 236. Para os fins da análise do benefício de aposentadoria especial, consideram-se: I - nocividade: situação combinada ou não de substâncias, energias e demais fatores de riscos reconhecidos, presentes no ambiente de trabalho, capazes de trazer ou ocasionar danos à saúde ou à integridade física do trabalhador; e II - permanência: trabalho não ocasional nem intermitente, durante quinze, vinte ou vinte cinco anos, no qual a exposição do empregado, do trabalhador avulso ou do cooperado ao agente nocivo seja indissociável da produção do bem ou da prestação do serviço, em decorrência da subordinação jurídica a qual se submete. § 1º Para a apuração do disposto no inciso I do caput, há que se considerar se a avaliação do agente nocivo é: I - apenas qualitativo, sendo a nocividade presumida e independente de mensuração, constatada pela simples presença do agente no ambiente de trabalho, conforme constante nos Anexos 6, 13, 13-A e 14 da Norma Regulamentadora nº 15 NR-15 do MTE, e no Anexo IV do RPS, para os agentes iodo e níquel; ou II - quantitativo, sendo a nocividade considerada pela ultrapassagem dos limites de tolerância ou doses, dispostos nos Anexos 1, 2, 3, 5, 8, 11 e 12 da NR-15 do MTE, por meio da mensuração da intensidade ou da concentração, consideradas no tempo efetivo da exposição no ambiente de trabalho. Logo, no âmbito administrativo, a necessidade de comprovação de níveis de tolerância aos agentes químicos foi seccionada em duas variantes básicas; para alguns casos, a comprovação é meramente qualitativa (simples existência do agente químico no ambiente de trabalho), e para outros é quantitativa (necessidade de comprovação de níveis mínimos de exposição), de acordo com o enquadramento nos anexos da Norma Regulamentadora 15, expedida na esfera trabalhista. E neste aspecto, reside a diferenciação nos critérios de interpretação dessas normas previdenciárias. Para fins de aposentadoria especial, os agentes químicos sempre foram descritos em tabelas, nos quais são mencionados o elemento ou compostos químicos nocivos, e, depois, são descritas atividades consideradas insalubres. Firma-se na jurisprudência (e agora, também no Decreto 3.048/99), que a descrição das atividades é meramente exemplificativa, e que outras podem igualmente ser consideradas insalubres. Considerarei que a descrição das atividades insalubres, relacionadas com o respectivo elemento ou composto químico nocivo, representaria mensuração indireta dos níveis mínimos de tolerância. Veja-se; para certos elementos ou compostos químicos, as atividades insalubres correlatas dizem respeito à fabricação, triuração, extração, fundição... , ou seja, descrevem operações que naturalmente envolvem o contato com grandes quantidades desse elemento ou composto químico (confira-se, por exemplo, o manganês, previsto no item 1.2.7 do anexo I do Decreto 83.080/79). Logo, a meu ver, no exemplo citado, outra atividade, que envolva o contato com manganês, somente poderia ser considerada insalubre se demonstrada a sujeição ao nível de exposição equivalente a qualquer das atividades previstas no referido item 1.2.7 acima referido. Essa interpretação restritiva melhor se amoldaria à definição e às origens da insalubridade no direito previdenciário, bem como aos fins colimados pelos anexos constantes dos Decretos antes citados. Tais anexos descrevem atividades em que a exposição ao agente químico conduz necessariamente à insalubridade. Como decorrência, para outras atividades não previstas, mostrar-se-ia necessária prova de que ela estava sujeita a níveis equivalentes de exposição ao referido agente químico. Essa interpretação, no entanto, também traz o inconveniente de necessitar de informações que se situariam além do que era exigível dos empregadores e dos segurados, em especial na vigência dos Decretos 83.080/79 e 53.832/64. Afinal, nessa época, a insalubridade por agentes químicos era demonstrada por simples formulários, sem necessidade de averiguações ou consultas técnicas. Possível que tais motivos tenham conduzido a jurisprudência e as próprias instruções normativas do INSS antes citadas, a trilhar caminho diverso. Especialmente para o período anterior ao Decreto 3.048/99, tem-se considerado, em princípio, que qualquer atividade com exposição a determinado elemento ou composto químico, previsto nos anexos dos Decretos Regulamentadores, já se mostra su-

ficiente para a qualificação especial, independentemente de comparar essa atividade com aquelas descritas nos anexos, para verificar eventual compatibilidade de exposição ao respectivo elemento ou composto químico'.

9. Com efeito, dispõem os Anexos 13 e 11 da NR 15, em atenção à Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho:

NR 15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES ANEXO N.º 13 AGENTES QUÍMICOS 1. Relação das atividades e operações envolvendo agentes químicos, consideradas, insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho. Excluem-se nesta relação as atividades ou operações com os agentes químicos constantes dos Anexos 11 e 12.

(...)

HIDROCARBONETOS E OUTROS COMPOSTOS DE CARBONO Insalubridade de grau máximo Destilação do alcatrão da hulha. Destilação do petróleo. Manipulação de alcatrão, breu, betume, antraceno, óleos minerais, óleo queimado, parafina ou outras substâncias cancerígenas afins. Manipulação do negro de fumo. (Excluído pela Portaria DNSST n.º 9, de 09 de outubro de 1992) Fabricação de fenóis, cresóis, naftóis, nitroderivados, aminoderivados, derivados halogenados e outras substâncias tóxicas derivadas de hidrocarbonetos cíclicos. Pintura a pistola com esmaltes, tintas, vernizes e solventes contendo hidrocarbonetos aromáticos.

NR 15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES ANEXO N.º 11 AGENTES QUÍMICOS CUJA INSALUBRIDADE É CARACTERIZADA POR LIMITE DE TOLERÂNCIA E INSPEÇÃO NO LOCAL DE TRABALHO 1. Nas atividades ou operações nas quais os trabalhadores ficam expostos a agentes químicos, a caracterização de insalubridade ocorrerá quando forem ultrapassados os limites de tolerância constantes do Quadro n.º 1 deste Anexo.

10. No caso dos hidrocarbonetos, estão elencados no Anexo 13, que se refere apenas à avaliação qualitativa. Corroborando:

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO INTERNO. PROVA DA ESPECIALIDADE DO LABOR. HIDROCARBONETOS. ANÁLISE QUANTITATIVA. DESNECESSIDADE. NR-15, ANEXO N.º 13. CRITÉRIO DA CATEGORIA PROFISSIONAL. TRABALHADOR OCUPADO EM CARÁTER PERMANENTE NA PERFURAÇÃO DE POÇOS PETROLÍFEROS E NA EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO. 1. A NR-15, em seu anexo n.º 13, prevê as atividades e operações envolvendo agentes químicos que serão consideradas insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho, entre elas estão os hidrocarbonetos, motivo pelo qual descabe a análise quantitativa reclamada pelo réu. 2. Tem-se que, in casu, que o autor também está enquadrado no item 2.3.5, do Anexo II, do Decreto n.º 83.080/1979, como trabalhador ocupado em caráter permanente na perfuração de poços petrolíferos e na extração de petróleo. 3. Entretanto, a extensão do período considerado especial deve ser reduzida. Com efeito, não há qualquer prova nos autos que indique a especialidade do trabalho prestado entre 01/05/1992 e 28/04/1995, seja de exposição a agentes nocivos, seja de subsunção a atividade profissional a favor da qual militava presunção de que exercida em caráter especial. 4. Agravo interno parcialmente provido. (REO 200751160001412, Desembargadora Federal LILIANE RORIZ, TRF/2, SEGUNDA TURMA ESPECIALIZADA, E-DJF2R - Data: 08/06/2012 - Página: 36/37)

11. Trago, também, o seguinte entendimento deste Colegiado: PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. MANIPULAÇÃO DE ÓLEOS E GRAXAS. 1. A manipulação de óleos e graxas, em tese, pode configurar condição especial de trabalho para fins previdenciários. 2. O código 1.0.7 do Anexo IV dos Decretos n.ºs 2.172/97 e 3.048/99, que classifica carvão mineral e seus derivados como agentes químicos nocivos à saúde, prevê, na alínea b, que a utilização de óleos minerais autoriza a concessão de aposentadoria especial aos 25 anos de serviço. 3. No anexo n.º 13 da NR-15, veiculada na Portaria MTb n.º 3.214/78, consta, no tópico dedicado aos "hidrocarbonetos e outros compostos de carbono", que a manipulação de óleos minerais caracteriza hipótese de insalubridade de grau máximo. 4. Pedido parcialmente provido para anular o acórdão recorrido e uniformizar o entendimento de que a manipulação de óleos e graxas, em tese, pode configurar condição especial de trabalho para fins previdenciários. Determinação de retorno dos autos à turma recursal de origem para adequação do julgado. ACÓRDÃO Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais dar parcial provimento ao incidente de uniformização. Brasília, 15 de maio de 2012. (PEDILEF 200971950018280, JUIZ FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES, TNU, DOU 25/05/2012.)

12. Por fim, este Colegiado, na presente sessão, uniformizou a tese proposta no PEDILEF 5004638-26.2012.4.04.7112, de relatoria do Juiz Federal DANIEL MACHADO DA ROCHA, que, após detalhada análise do tema, assim concluiu: ' 13. Forte em tais considerações, proponho a fixação de tese, em relação aos agentes químicos hidrocarbonetos e outros compostos de carbono, como óleos minerais e outros compostos de carbono, que estão descritos no Anexo 13 da NR 15 do MTE, basta a avaliação qualitativa de risco, sem que se cogite de limite de tolerância, independentemente da época da prestação do serviço, se anterior ou posterior a 02.12.1998, para fins de reconhecimento de tempo de serviço especial. 14. Em face do exposto, tenho que o incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pelo INSS merece ser conhecido e improvido'. 13. Incidente improvido.

## ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NEGAR PROVIMENTO ao Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora. Brasília/DF, 16 de junho de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO

Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5002078-51.2011.4.04.7208

ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA

REQUERENTE: ALTAIR VENCNACIO BERNARDES

PROC./ADV.: CLAUDIO MARCIO ZIMMERMANN

OAB: SC-12855

REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

## EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. RECONHECIMENTO DE ATIVIDADE ESPECIAL. RUIDO. ESTIVADOR. PORTO DE ITAJAÍ. ACÓRDÃO COM FUNDAMENTAÇÃO CONCISA. AUSÊNCIA DE NULIDADE. ALEGAÇÃO DE VÍCIO NO LAUDO TÉCNICO. REEXAME DO CONJUNTO PROBATÓRIO. INCIDENTE IMPROVIDO.

1. Pedido de uniformização interposto pelo autor em face de acórdão de Turma Recursal de Santa Catarina, que manteve pelos próprios fundamentos sentença de improcedência do pedido, não reconhecendo como especial período de trabalho posterior a 05.03.97, como estivador, no Porto de Itajaí/SC, tendo em vista a exposição ao agente nocivo ruído inferior ao limite legal.

2. Alega negativa de prestação jurisdicional, pois o acórdão não se manifestou sobre o vício da perícia realizada no primeiro navio, que comprometeu o resultado da conclusão final, com os valores obtidos no segundo e terceiro navios, matéria expressamente requerida pelo recorrente. Como paradigmas, juntou julgados da TNU, com o seguinte teor:

'A concisão na exposição dos fundamentos, técnica apropriada ao modelo jurisdicional dos Juizados Especiais Federais, não se confunde com a ausência ou deficiência na fundamentação do julgado. Transmã o devido processo legal o acórdão recorrido quando se apresenta como modelo inflexível, insensível às particularidades do caso concreto (TNU, PEDIDO 2004.81.10.018124-8, Rel. Juiz Federal José Antonio Savaris, DJ 11/03/2010).

A adoção de premissas não afasta o dever de análise concreta de cada prova potencialmente relevante para a formação do convencimento do julgador, de forma a viabilizar o verdadeiro exercício da defesa do sucumbente, na qual está compreendida a faculdade de impugnação recursal da decisão (TNU, PEDIDO 2003.81.10.027644-9, Rel. Juiz Federal Derivaldo Bezerra Filho, DJ 05/05/2010).

Decisões que genericamente afastam o valor probatório de documentos sem promover sua expressa identificação ou trazer os motivos existentes para essa desconconsideração equivalem à negativa de prestação jurisdicional, caracterizando vício de julgamento por infringência ao inciso IX do art. 93 da Constituição Federal (TNU, PEDIDO 2004.81.10.018865-6, Rel. Juíza Federal Simone Lemos Fernandes, DOU 08/04/2011)'. 3. Afirma, assim, 'ser flagrante a necessidade de ser proferido novo julgamento, devendo a C. Turma Recursal de origem manifestar-se acerca do vício alegado e existente na prova pericial envolvendo a primeira embarcação que NÃO aferiu o nível de ruído em todos os setores de trabalho da recorrente'.

4. A meu ver, sem razão o recorrente.

5. O acórdão manteve a sentença por seus próprios fundamentos, com fulcro no art. 46 da Lei 9.099/95, combinado com o art. 1º da Lei 10.259/2001.

6. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 635729/SP, Relator Min. Dias Toffoli, DJe 24.08.2011, já consignou o entendimento de que a decisão da Turma Recursal de Juizado Especial que acolhe como razão de decidir os motivos constantes da sentença recorrida está em consonância com a exigência constitucional de motivação das decisões judiciais, conforme se infere do acórdão a seguir ementado: "EMENTA Juizado especial. Parágrafo 5º do art. 82 da Lei n.º 9.099/95. Ausência de fundamentação. Artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal. Não ocorrência. Possibilidade de o colégio recursal fazer remissão aos fundamentos adotados na sentença. Jurisprudência pacificada na Corte. Matéria com repercussão geral. Reafirmação da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal." (RE 635729/SP)

7. No mesmo sentido o julgamento no AI 726.283-7-AgR, Rel. Min. Eros Grau, 2ª Turma, DJe n.º 227, Publicação 28/11/2008.

8. Por seu turno, a TNU:

"EMENTA-VOTO - PREVIDENCIÁRIO. SEGURADO ESPECIAL. FUNDAMENTAÇÃO SUCINTA. POSSIBILIDADE. PRINCÍPIOS NORDEADORES DO JUIZADO. ART 46 DA LEI N. 9.099/95. PRESUNÇÃO DE CONSTITUCIONALIDADE. PRECEDENTES DO STF. REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. REEXAME DE MATÉRIA DE PROVA. SÚMULA N. 42 DA TNU. SÚMULA N. 7 DO STJ. 1. Conforme entendimento pacificado neste Colegiado, o que gera a nulidade da sentença ou do acórdão é a ausência completa de fundamentação. Assim, a fundamentação concisa, "técnica apropriada ao modelo jurisdicional dos Juizados Especiais Federais" (PEDILEF 200481100281978, Rel. Juiz Federal. José Antonio Savaris), está em consonância com os princípios norteadores do Juizado, especialmente o da simplicidade. 2. O Plenário do STF, no julgamento do RE 635729, reconheceu a existência de repercussão geral da questão constitucional e decidiu que o artigo 82, §5º da Lei n. 9.099.95 (cuja redação é praticamente idêntica ao do artigo 46 da mesma Lei)

é constitucional. 3. O mesmo entendimento é perfilado pelas duas Turmas do STF no que se refere ao artigo 46 da Lei n. 8.213/91: "Não ofende o artigo 93, IX, da Constituição do Brasil a decisão tomada por turma recursal que confirma a sentença por seus próprios fundamentos nos termos do artigo 46 da Lei n. 9.099/95" (STF, Segunda Turma, AI 749963) e "Não viola a exigência constitucional de motivação a fundamentação de turma recursal que, em conformidade com a Lei n.º 9.099/95, adota os fundamentos contidos na sentença recorrida" (STF, Primeira Turma, RE 749969). 4. A TNU, por força do art. 14 da Lei n. 10.259/01, deve apenas se ater ao direito material, uniformizando a sua interpretação no âmbito dos Juizados Especiais Federais. 5. Aplicação da Súmula n. 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato". 6. Incidência da Súmula n. 7 do STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial". 7. Incidente não conhecido". (PEDILEF 05088158220094058100, Rel. Juiz Federal Antônio Fernando Schenkel do Amaral e Silva, DOU 08/06/2012).

9. No caso em tela, a sentença mantida pelo acórdão assim fundamentou:

1.2. Estivadores do Porto de Itajaí-SC

1.2.1. Considerações iniciais

As atividades de estiva e armazenagem (estivadores, arrumadores, conferentes, trabalhadores de capatazia, consertadores, ensacadores, operadores de carga e descarga nos portos), exercidas até 28-04-1995 (data da edição da Lei n. 9.032/95), comportam enquadramento por categoria profissional (presunção legal de insalubridade) nos itens 2.5.6 e 2.4.5, dos Decretos n.ºs 53.831/64 e 80.080/79, respectivamente.

Trata-se de entendimento pacífico, observado por este Juízo e que, via de regra, vinha e vem sendo observado pelo INSS, o qual, administrativamente, reconhece como especial e converte para tempo de serviço comum as atividades desse tipo (conferência/carga/descarga exercidas em áreas portuárias), exercidas até 28-04-1995.

A questão que ora se enfrenta diz respeito ao interregno posterior (a partir de 29-04-1995), para o qual não é mais possível o enquadramento pela natureza da atividade, exigindo-se prova de efetiva exposição do trabalhador a agentes insalubres (ao agente ruído, no caso).

Ao enfrentar tal matéria, este Juízo deparou-se com duas provas técnicas com resultados distintos quanto ao nível de exposição ao ruído dos estivadores/arrumadores do Porto de Itajaí/SC.

De um lado, há o laudo técnico fornecido pelo Órgão Gestor de Mão de Obra - OGMO (empregador), com cópia arquivada em Secretaria e também junto a Autarquia-Ré, no qual se aferiu o agente em nível superior a 80 dB(A), porém inferior a 85 dB(A). De outro, há o laudo técnico apresentado pelo sindicato da categoria, com aferição do agente em nível superior a 90 dB(A), com cópia juntada pelo requerente nos autos e/ou também arquivada em Secretaria.

Diante da contradição entre os laudos técnicos apresentados, foi determinado, em alguns processos em trâmite, a realização de prova pericial no Porto de Itajaí/SC, a qual, por economia processual, é emprestada a todos os feitos que tratam da matéria ora discutida, inclusive no presente feito, se nele não determinada especificamente a realização do exame.

Oportuno esclarecer, de antemão, que do laudo e das complementações foi oportunizada manifestação de ambas as partes, inclusive nos autos cujo resultado do exame foi trasladado, assegurando-se, deste feita, o contraditório e a ampla defesa.

1.2.2. Prova pericial junto ao Porto de Itajaí/SC

1.2.2.1. Procedimentos adotados pelo Juízo na realização do exame técnico:

Nesse tópico, passa-se ao relato dos procedimentos que foram adotados pelo Juízo na condução do exame técnico, bem como, decide-se acerca das questões incidentes levantadas pelas partes (impugnações e pedidos de complementação), até a última (terceira) complementação do laudo que foi deferida.

Da decisão que determinou a realização do exame técnico (e-proc v1 - autos 2010.72.58.002275-8 e 2011.72.58.002275-8, dentre outros), de lavra do MM. Juiz Substituto Leoberto Simão Scmitt, então na titularidade plena deste Juízo, colhe-se:

(...) deverá o perito efetuar a medição da intensidade dos agentes em todos os setores de trabalho, bem como em várias embarcações. Pelo Juízo são formulados os seguintes quesitos: 1. Descreva o Perito todos os setores de trabalho e todas as atividades exercidas pelos estivadores do Porto de Itajaí/SC, indicando os níveis de incidência do agente ruído e de outros (insalubres/perigosos) porventura existentes em cada uma delas. 2. Informe o Perito se há a adoção de medidas de proteção coletiva e individual aos estivadores? Quais equipamentos de proteção coletiva (EPC) e individual (EPI) são fornecidos aos trabalhadores? Há controle de entrega e fiscalização de uso destes equipamentos? 3. Outros esclarecimentos que o Perito entender necessário.

O laudo técnico foi apresentado em Juízo em 10 de janeiro de 2012. Da conclusão inicial do perito, atestando níveis de ruído de 81,9 dB(A) na única embarcação então periciada, houve impugnação de ambas as partes.

A parte autora (refiro-me aos autores da maioria dos feitos em trâmite) insurgiu-se especificamente quanto ao fato de o perito ter aferido os níveis de ruído em uma única embarcação, apenas no convés (olvidou-se do porão, portanto), além de não ter periciado todos os setores de trabalho dos estivadores/arrumadores.

O INSS, por seu turno, direcionou sua impugnação à reconstituição histórica e comparativa acerca dos níveis de exposição dos trabalhadores ao agente ruído no período pregresso, considerando-se os dados obtidos no laudo judicial e aqueles constantes dos laudos técnicos do empregador (OGMO).

Os pedidos de complementação formulados por ambas as partes obtiveram trânsito, sobre vindo a primeira complementação do laudo, apresentada em 13-06-2012, também acostada a todos os autos cor-



relatos, inclusive ao presente. Ou seja, buscou-se resolver então as questões levantadas pelas partes, mediante determinação ao perito para que complementasse o exame e respondesse às insurgências manifestadas.

Nesta primeira complementação, o perito aferiu os níveis de ruído em mais duas embarcações, voltando a concluir que, para uma jornada de 08 horas diárias de trabalho, os estivadores do Porto de Itajaí estavam expostos ao agente ruído em níveis inferiores ao limite de tolerância, ou seja, em média menores do que 85 dB(A). Portanto, embora acatada a impugnação da parte autora pelo juízo, a conclusão técnica anterior foi ratificada - os níveis de ruído médios das 03 embarcações periciadas remanesceram aferidos em níveis superiores a 80 dB(A), porém inferiores a 85 dB(A).

Nessa mesma oportunidade, também foram respondidas os quesitos formulados pelo INSS. Depreende-se das respostas dadas pelo perito, contudo, tratar-se de indagações de cunho subjetivo e especulativo, mormente porque refogem à área de atuação do perito técnico. De qualquer sorte foram respondidas, mas não importam ao deslinde da questão.

Outra questão surgiu ainda na primeira complementação e merece ser reportada. O perito relatou expressamente a existência de 'artificialidade de comportamento' dos estivadores que portavam a perícia dosímetro na segunda aferição do agente (especificamente na segunda e terceira embarcações periciadas, em complementação ao laudo). Afirmando o perito judicial que houve 'lançamento ao chão, sem necessidade, de uma 'haste de peação de contêineres, provocando a geração de ruído sem necessidade, além da permanência deles em locais próximos as fontes geradoras do ruído'.

Insatisfeitas, as partes lançaram aos autos novas impugnações. A parte autora, na grande maioria dos processos amparada por conclusão de seu assistente técnico, que acompanhou a perícia desde o início, insurgiu-se especificamente quanto ao quantum de ruído aferido, aos argumentos principais de que: (a) os níveis do agente deveriam ter sido medidos durante toda a jornada de trabalho para refletirem as reais condições de trabalho da categoria; (b) a fórmula utilizada pelo perito somente serve à dosimetria do ruído para jornadas diárias de 08 horas; e os estivadores trabalham 06 horas por dia, ocasionando, desta feita, a diminuição do nível de exposição normatizada (NEN); (c) os níveis de ruído constantes dos gráficos do dosímetro são bem superiores à média final (NEN). O INSS, por sua vez, pediu esclarecimento quanto às 'manobras artificiais' dos estivadores, bem como se elas teriam contribuído para um incremento artificial do ruído; e, ainda, se ele seria igual ou superior a 02 dB(A), além de indagar a respeito de qual das medições devem ser consideradas (NE ou NEN).

Os pedidos de complementação de ambas as partes foram novamente deferidos, já com ressalva expressa de que essa seria a última complementação. Assim, foram reunidas em um único feito as impugnações dos autores e do INSS, sobrevidos a seguinte decisão:

Diante da pluralidade de ações em trâmite nesse Juízo discutindo a especialidade das atividades dos estivadores/armadores do Porto de Itajaí; e da necessidade de nova complementação à perícia técnica judicial determinada nesses processos, por questão de economia processual, determino seja trasladada para o presente feito cópia da impugnação apresentada pela parte autora nos autos 2011.72.58.001589-4 (evento 36, PET1 a LAU9), também presente em diversos outros feitos.

Trasladadas as cópias, intime-se o perito para que, pela última vez, complemente o laudo pericial respondendo/esclarecendo as questões levantadas pela parte autora naquele feito (2011.72.58.001589-4) e por ambas as partes (autor e réu) no presente processo (eventos 47 e 49).

Complementada a perícia, a Secretaria deve trasladar cópia da complementação para os demais processos cujo objeto seja o pedido de reconhecimento da especialidade das atividades dos estivadores/armadores. Na sequência, vista às partes por 05 (cinco) dias em todos os feitos. Intimem-se. Cumpra-se.

O perito, então, apresentou a segunda complementação, em 15-08-2012. Nela, mediante a utilização de fórmula que disse ter adequado/convertido para a aferição do agente ruído, considerando uma jornada de trabalho de seis horas, concluiu que os estivadores do Porto de Itajaí estariam expostos ao agente ruído em níveis normatizados (NEN) de 87 dB(A). Malgrado, esclareceu que a exposição se dava em níveis inferiores ao estabelecido, considerando os 30 minutos de descanso e, também, as atitudes não rotineiras desempenhadas durante a realização da perícia em duas das embarcações. As partes novamente solicitaram esclarecimentos do perito.

A parte autora, em alguns feitos, contentou-se com a prova produzida, argumentando que restou atestada a exposição dos estivadores a níveis de ruído superiores ao limite legal; em outros pugnou pela prova oral, ou seja, a oitiva do perito para esclarecimentos, mormente quanto às manobras dos estivadores durante a perícia; e, sua real influência no resultado do laudo. Por fim, noutros processos, insistiu a parte autora na falta de fundamentação científica da fórmula utilizada pelo perito e na necessidade de aferição do ruído durante toda a jornada de trabalho.

O INSS também apontou para possível inconsistência nos cálculos do NEN, considerando a fórmula utilizada, requerendo a dilação do prazo de 10 (dez) dias a que se refere o art. 433, parágrafo único, do CPC.

Assim, portanto, ficaram delimitadas as insurgências das partes quanto à perícia judicial (segunda complementação).

Em que pese a advertência anterior, de que não haveria nova complementação, decidi por dar trânsito às impugnações, já que ambas diretamente questionavam a forma como aferidos os níveis de ruído, alertando, inclusive, para a ausência de fundamento científico da fórmula (alegado pela parte autora) e/ou incorreções nela (alegado pelo INSS). Decidi:

Determino à Secretaria, inicialmente, que proceda à baixa em diligência de todos os feitos em trâmite que tratam da matéria (especialidade das atividades dos estivadores do Porto de Itajaí). Em que pese ter referido na decisão anterior que a perícia técnica não seria novamente complementada (evento 53), diante da insurgência de ambas as partes, fundadas na existência de incongruências e/ou de ausência de fundamentação científica da fórmula adaptada pelo perito para dosimetria do ruído (ou seja, para projeção dos níveis de ruído coletados em períodos determinados para uma jornada de 06 horas diárias de trabalho), determino seja o perito intimado para complementar novamente o laudo pericial, respondendo às insurgências das partes, mormente quanto à fórmula utilizada (eventos 62 e 64), no prazo de 05 (cinco) dias.

Deve o perito esclarecer ao Juízo, ainda, se há ou não necessidade de nova aferição do agente junto ao Porto de Itajaí e por quê. Em não havendo necessidade aponte: (a) quais os níveis de ruído que refletem a realidade da situação enfrentada pelos estivadores (NE ou NEN); e (b) qual das medições feitas (foram periciadas 03 embarcações) melhor espelha as condições do trabalho dos estivadores. Todas as respostas devem ser justificadas.

Complementado o laudo, a Secretaria deve trasladar cópia da complementação para os demais processos cujo objeto seja o pedido de reconhecimento da especialidade das atividades dos estivadores/armadores do Porto de Itajaí/SC.

Na sequência, vista às partes por 05 (cinco) dias em todos os feitos.

Em decorrência disso, veio aos autos a terceira e última complementação do laudo, apresentada em 06 de setembro de 2012.

1.2.2.2. Dos esclarecimentos e da conclusão final do perito judicial Em terceira e última complementação, esclareceu o perito que:

a) a fórmula utilizada para aferição do ruído na segunda complementação não possui embasamento científico, apenas lógico (resposta ao quesito 01); e que, quando se opta pela projeção do agente ruído na jornada de trabalho (níveis normatizados do agente - NEN) esse tende a elevar os níveis de exposição (resposta ao quesito '02-a'); b) não há a necessidade de nova aferição in loco do agente, pois '(...) a atividade desempenhada pelos estivadores, bem como o perfil das cargas transportadas no Porto de Itajaí não possuem variação significativa' (resposta ao quesito 02 caput); c) o nível de exposição que reflete a realidade da situação apresentada é o NE (nível médio representativo da exposição), pois é o valor real obtido durante o período amostrado (resposta ao quesito 2-a); e, d) dentre as medições efetuadas, a primeira realizada (laudo original - no navio CMA CGM OPAL) é a que melhor retrata as condições de trabalho dos estivadores, pois 'totalizou a jornada de trabalho e as atividades foram desempenhadas como de costume, ou seja, não houve tentativa de manipulação dos resultados'.

Diante disso, concluiu o perito, que: 'Levando em consideração as três amostragens realizadas e as condições em que as mesmas ocorrem, concluo que a amostragem realizada no navio CMA CGM OPAL PE é a que melhor reflete a realidade dos estivadores do Porto de Itajaí. Sendo assim, é possível constatar que o nível de pressão sonora é superior a 80 dB e inferior a 85 dB'. (Grifei).

Teve-se, pois, por encerrados os trabalhos periciais, oportunizando, contudo, nova manifestação das partes acerca da conclusão final do perito.

1.2.2.3. Manifestação final das partes

A parte autora, embasada em parecer de seu assistente técnico e em declaração fornecida pelo sindicato, defendeu a imprestabilidade da prova técnica produzida, pugnando pela desconstituição do perito e nomeação de outro, seguida da realização de novo exame técnico in loco, tudo aos repisados argumentos de que há a necessidade de dosimetria dos níveis de ruído durante toda a jornada de trabalho (06 horas) e de que a fórmula utilizada pelo perito (convertida para jornada de 06 horas), apresentada na segunda complementação do laudo, não possui fundamento científico.

O INSS pugnou pela improcedência do pedido ao argumento de que os níveis de ruído a que estão expostos os estivadores (83 dB(A)) são inferiores aos limites de tolerância exigidos pela legislação. Apresentou laudo de seu assistente técnico, com cálculo dos níveis normatizados do ruído, apurados mediante metodologia que afirma estar de acordo com a norma técnica aplicável a espécie. Requeru, por fim, que o resultado do exame seja aplicado retroativamente, a partir de 1997.

1.2.2.4. Da conclusão do Juízo

Segundo a Avaliação da Exposição Ocupacional ao Ruído NHO-01, da Fundacentro (aplicável à espécie conforme determina o art. 68, § 11, do Dec. n. 3.048/99), a aferição dos níveis de ruído deve ser feita por dosimetria do agente (mediante a utilização de dosímetro) e não por medição instantânea (obtida via decibelímetro).

Nessa diretriz, aliás, o entendimento da TRSC que baixou em diligência processo correlato (e-proc 2010.72.58.002514-7, v.g.) , para que os níveis de ruído a quais estavam efetivamente expostos os estivadores no Porto de Itajaí fossem medidos por dosímetro. Observe-se a decisão:

Tendo em vista as divergências entre as informações constantes nos laudos acostados ao feito, ambos elaborados por profissionais legalmente habilitados, penso que deve ser anulada a sentença, para que sejam apuradas as reais condições de trabalho do autor e os agentes a que esteve exposto - sobretudo o nível médio de ruído (apuração por dosímetro) -, mediante a realização de perícia judicial (oportunizando-se às partes a apresentação de quesitos), bem como mediante a produção de outras provas que se entender necessárias para o deslinde da questão (grifei e sublinhei).

Pois bem. O laudo judicial ratificou o até então utilizado pelo Juízo (refiro-me ao laudo do OGMO - empregador), em detrimento ao apresentado pelo Sindicato dos Estivadores de Itajaí, atestando níveis de ruído superiores a 80 decibéis, porém inferiores a 85 decibéis.

Quanto à alegação acerca da imprestabilidade da prova e necessidade da realização de outra, entende-se que não há necessidade de se

deferir todos os pedidos de complementação formulados de modo a adequar o resultado do exame à vontade desta ou daquela parte, quanto mais ter por imprestável a prova técnica produzida, sem elementos concretos que apoiem a tese. Cabe, isso sim, determinar as complementações ao laudo que se mostrem necessárias ao esclarecimento dos fatos e a firmar o convencimento acerca da matéria. No caso dos estivadores, três complementações foram deferidas, as quais são suficientes ao deslinde da questão, no cotejo das provas colhidas, como se passa a demonstrar.

Deve ser reconhecido que a fórmula adaptada pelo perito (convertida para jornada de 06 horas diárias) para aferição dos níveis normatizados do ruído (NEN), quando da segunda complementação do laudo, não possui fundamento científico e, portanto, deve ter sua aplicação afastada. Nesse ponto, tem razão o autor; sem que isso, contudo, leve à conclusão de imprestabilidade do exame técnico.

A decisão que determinou a terceira complementação do laudo pericial, não levou somente em conta o requerimento das partes, constanciados em insurgência de ambas quanto à metodologia (fórmula convertida) utilizada pelo perito para apuração dos níveis de exposição normatizados do agente (NEN). Pode-se observar, e isso é o que importa, que a perícia in loco foi realizada a contento; o laudo (refiro-me especificamente à segunda complementação - com a fórmula adaptada ao perito) nem tanto. E mais, que isso decorreu, em parte, por mea-culpa deste Juízo, que no intuito de se precaver quanto à eventual alegação de cerceamento de defesa, acabou por deferir todos os quesitos complementares formulados pelas partes, inclusive alguns que não mereciam trânsito.

Por conta disso, a terceira e última complementação foi direcionada de modo a aparar toda e qualquer aresta ainda observada acerca das reais condições de trabalho dos estivadores no Porto de Itajaí, certificando-se, inclusive, da desnecessidade de nova medição do agente in loco; e tudo isso foi dirimido a contento pelo perito.

Além disso, a insistente alegação do autor quanto à necessidade de aferição do agente durante toda a jornada de trabalho, na verdade, já havia sido atendida no laudo original. Na embarcação CMA CGM OPAL foram aferidos os níveis reais de exposição (níveis médios representativos - NE) do ruído durante 5h39m. Ou seja, descontados os 30 (trinta) minutos de descanso, foram coletados os níveis de exposição ao agente ruído em toda a jornada diária de trabalho dos estivadores. E, frise-se, o nível equivalente do agente encontrado foi o de 81,80 decibéis, conforme espelha a própria tela de resultado do dosímetro, anexada ao laudo (vide campo Leq. da tela do aparelho no laudo original).

Quanto às demais embarcações, as medições foram de 83,50 dB para 03h44m e de 86,8 dB para 4h26m. Parciais sim, mas por tempo suficiente a espelhar as condições de trabalho, ante a ausência de alterações significativas nas atividades do Porto, conforme afirmado pelo perito. Nesse ponto, ao revés da insurgência do autor, não quis dizer o perito que não há variação significativa no agente (picos e baixos), mas que essa variação é que é constante e sem grandes alterações durante toda a jornada, ante o exercício contínuo das atividades no Porto.

De outro norte, quanto às 'manobras artificiais' dos estivadores, relatadas pelo perito, a melhor solução é desconsiderá-las, até porque, da forma como descritas, ocorreram de forma isolada (não foram repetidas, leia-se) e como tal, não comprometeram o exame e, tampouco, tem o condão de alterar esta decisão.

Por esses motivos, mantém-se a prova técnica, em parte, adotando-se as medições in loco feitas pelo perito.

Ultrapassadas essas questões a situação que se apresenta é:

a) o laudo do Sindicato dos Estivadores de Itajaí, de início utilizado pelo autor como prova de fato constitutivo de seu direito, não atende à norma técnica e, desta forma, não retrata a situação real dos estivadores. Na mesma esteira o do Porto de Imbituba, apresentado em alguns feitos, posto que aferido o agente pela mesma técnica do anterior (decibelímetro);

b) o laudo judicial, por seu turno, ratificou a conclusão do apresentado pelo empregador, comprovando que os níveis de ruído no porto são inferiores a 85 dB(A).

É dizer, adotando-se a conclusão do perito, ou seja, utilizando-se dos níveis reais (Leq) das medições da primeira embarcação (81,80 dB(A)); ou então, adotando-se a média dos níveis obtidos nas três embarcações (81,8 - 83,5 e 86,8 = 84,03 dB(A)); ou, por fim, a média dos níveis normatizados (NEN) apresentados pelo assistente técnico do INSS (83,08 - 84,1 - 86,9 = 84,69 dB(A)), o resultado não diverge: a exposição ao agente ruído se dá em níveis superiores a 80 decibéis, porém inferiores a 85 decibéis. Isso é fato que veio comprovado por prova técnica.

Na melhor das hipóteses, portanto, pode-se entender que os níveis de ruído venham a extrapolar o limite em algumas das diversas embarcações que atracam no Porto, mas mesmo assim faltaria aos estivadores a habitualidade e permanência na exposição ao agente acima dos limites de tolerância.

No caso, seguindo os precedentes da TR/SC ficam adotados os níveis médios de exposição (84 dB(A)), que garantem a especialidade do labor somente até 05-03-1997 (Dec. 2.172/97).

10. Da transcrição acima, não vejo como se falar em nulidade, pois o acórdão manteve sentença devidamente fundamentada, com ampla instrução probatória. Uma coisa é a declaração de nulidade por cerceamento de defesa, quando indeferida a diligência necessária à prova do fato constitutivo do direito. 'Outra, bastante distinta, é o juízo de que a instrução probatória poderia ou deveria ter sido aprofundada pelas instâncias ordinárias, para a melhor elucidação dos fatos. Neste último caso, o juízo de suficiência da instrução está intimamente conectado com a soberania das instâncias ordinárias em tema de avaliação do conjunto probatório, não podendo ser superado em sede de uniformização. (5000253-71.2012.404.7003, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão José Antonio Savaris, 17/12/2014). No caso em tela, foi realizada a prova pericial, com respeito ao princípio do contraditório e da ampla defesa, in-

clusive com reiterados esclarecimentos do perito, após impugnação das partes, não se sustentando a negativa de prestação jurisdicional. 11. Ainda, os seguintes julgados do Superior Tribunal de Justiça: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ESTADO. ACIDENTE SOFRIDO NO INTERIOR DE HOSPITAL PÚBLICO. EQUIPAMENTO QUE ADMINISTRAVA A MEDICAÇÃO TOMBOU NA PACIENTE, ORA AGRAVANTE. DANOS MATERIAIS E MORAIS NÃO COMPROVADOS. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. PRODUÇÃO DE PROVAS. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. É firme o entendimento deste Superior Tribunal de Justiça de que a Corte de origem é soberana na análise das provas, podendo, portanto, concluir pela desnecessidade da produção de provas periciais e documentais. Isso porque, o art. 130 do Código de Processo Civil consagra o princípio do livre convencimento motivado, segundo o qual o Juiz é livre para apreciar as provas produzidas, bem como a necessidade de produção das que forem requeridas pelas partes. 2. No caso dos autos, o Juízo de 1º Grau, ratificado pelo Tribunal de origem, asseverou que o conjunto probatório constante dos autos mostrou-se confiável por ausente subjetivismo próprios dos depoimentos pessoais. Dessa forma, reformar entendimento consagrado pelo Juiz da causa, inevitavelmente acarretaria o revolvimento de toda a matéria fático-probatória dos autos, cuja análise é vedada nesta instância especial, tendo em vista a circunstância obstativa disposta na Súmula 7 desta Corte. 3. Agravo Regimental desprovido. (AGARESP 201300985431, NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, STJ, DJE 22/08/2013, PRIMEIRA TURMA).

PROCESSO CIVIL E RESPONSABILIDADE CIVIL. RECURSO ESPECIAL. LEGITIMIDADE DO BANCO ADMINISTRADOR DO FUNDO DE INVESTIMENTO. LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO E ART. 6º, "C", DA LEI 6.024/1974. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. (...) 1. O requisito do prequestionamento é indispensável, por isso inviável a apreciação, em sede de recurso especial, de matéria sobre a qual não se pronunciou o Tribunal de origem, incidindo, por analogia, o óbice das Súmulas 282 e 356 do STF. 2. O entendimento predominante nesta Corte Superior é no sentido de que mesmo as matérias de ordem pública não prescindem do prequestionamento para ensejar o pronunciamento deste Tribunal, no âmbito do recurso especial. 3. A finalidade da prova é o convencimento do juiz, sendo este o seu direito e principal destinatário. Por isso que, sempre que constatar que o acervo documental é suficiente para nortear e instruir seu entendimento, assiste-lhe o poder-dever de julgar a lide antecipadamente, sendo forçoso concluir que o seu livre convencimento é a bússola norteadora da necessidade ou não de produção de quaisquer provas que entender pertinentes ao julgamento da lide (art. 330, I, do CPC). Precedentes. (...) (RESP 200801976600, LUIS FELIPE SALOMÃO, STJ, QUARTA TURMA, DJE 09/04/2013)

12. Reitero, portanto, não haver nulidade por negativa de prestação jurisdicional, diante da confirmação de sentença fundamentada, com detalhada descrição das provas produzidas, afastando o juízo de origem, também de forma fundamentada, a alegação de imprestabilidade das perícias realizadas e necessidade de realização de outras.

13. Por fim, como já decidido por este Colegiado no PEDILDEF 00139766120104014300, Rel. Juiz Federal Luiz Claudio Fores da Cunha, DOU 23/08/2013:

"O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. (...) Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU (...)"

14. Incidente improvido.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NEGAR PROVIMENTO ao incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.

Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO  
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5000224-03.2012.4.04.7203

ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA  
REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): VALDECIR CONTTI

PROC./ADV.: ELISA LOPES NEUHAUSER

OAB: SC-28372

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

#### EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. EXERCÍCIO DE ATIVIDADE ESPECIAL. ROL EXEMPLIFICATIVO. FRIO. PERÍODO POSTERIOR AO DECRETO 2.172/97. COMPROVAÇÃO DE EXPOSIÇÃO HABITUAL E PERMANENTE A AGENTES NOCIVOS POR MEIO DE LAU-

DO OU MATERIAL PROBANTE EQUIVALENTE (PPP). ENTENDIMENTO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. QUESTÕES DE ORDEM 13 E 24 DATNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Pedido de uniformização apresentado pelo INSS em face de acórdão que manteve sentença de procedência, reconhecendo, como especial, atividade posterior ao Decreto 2.172/97, exercida com exposição a níveis de frio inferiores ao limite de tolerância. Aduz divergência com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que indevido o reconhecimento de atividade especial, em razão de exposição a agentes nocivos não relacionados no Decreto nº 2.172/97. Juntou paradigmas.

2. Não obstante os paradigmas apresentados, após muitos debates a respeito do tema, a jurisprudência do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA assim fixou:

RECURSO ESPECIAL. MATÉRIA REPETITIVA. ART. 543-C DO CPC E RESOLUÇÃO STJ 8/2008. RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ATIVIDADE ESPECIAL. AGENTE ELETRICIDADE. SUPRESSÃO PELO DECRETO 2.172/1997 (ANEXO IV). ARTS. 57 E 58 DA LEI 8.213/1991. ROL DE ATIVIDADES E AGENTES NOCIVOS. CARÁTER EXEMPLIFICATIVO. AGENTES PREJUDICIAIS NÃO PREVISTOS. REQUISITOS PARA CARACTERIZAÇÃO. SUPORTE TÉCNICO MÉDICO E JURÍDICO. EXPOSIÇÃO PERMANENTE, NÃO OCASIONAL NEM INTERMITENTE (ART. 57, § 3º, DA LEI 8.213/1991). 1. Trata-se de Recurso Especial interposto pela autarquia previdenciária com o escopo de prevalecer a tese de que a supressão do agente eletricidade do rol de agentes nocivos pelo Decreto 2.172/1997 (Anexo IV) culmina na impossibilidade de configuração como tempo especial (arts. 57 e 58 da Lei 8.213/1991) de tal hipótese a partir da vigência do citado ato normativo. 2. À luz da interpretação sistemática, as normas regulamentadoras que estabelecem os casos de agentes e atividades nocivos à saúde do trabalhador são exemplificativas, podendo ser tido como distinto o labor que a técnica médica e a legislação correlata considerarem como prejudiciais ao obreiro, desde que o trabalho seja permanente, não ocasional, nem intermitente, em condições especiais (art. 57, § 3º, da Lei 8.213/1991). Precedentes do STJ. 3. No caso concreto, o Tribunal de origem embasou-se em elementos técnicos (laudo pericial) e na legislação trabalhista para reputar como especial o trabalho exercido pelo recorrido, por consequência da exposição habitual à eletricidade, o que está de acordo com o entendimento fixado pelo STJ. 4. Recurso Especial não provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução 8/2008 do STJ. (RESP - RECURSO ESPECIAL - 1306113, STJ, PRIMEIRA SEÇÃO, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJE 07/03/2013).

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CONVERSÃO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL EM COMUM. POSSIBILIDADE. EXPOSIÇÃO PERMANENTE À ELETRICIDADE. 1. Nos termos do § 5º do art. 57 da Lei n. 8.213/91, é possível a conversão do tempo de serviço prestado sob condição especial em comum. 2. A Primeira Seção desta Corte, no julgamento do Resp n. 1.306.113/SC, submetido ao rito do art. 543-C do CPC, entendeu que "as normas regulamentadoras que estabelecem os casos de agentes e atividades nocivos à saúde do trabalhador são exemplificativas, podendo ser tido como distinto o labor que a técnica médica e a legislação correlata considerarem como prejudiciais ao obreiro, desde que o trabalho seja permanente, não ocasional, nem intermitente, em condições especiais". 3. O direito ao reconhecimento do tempo de serviço prestado em tais condições como especial, e sua conversão em tempo comum, não pode ser tolhido pelo simples fato de não haver, no Decreto n. 83.080/79 e naqueles que o sucederam, discriminação específica dos serviços expostos à eletricidade como atividade perigosa, insalubre ou penosa. 4. Agravo regimental não provido. (AGRESP 200901946334, STJ, Rel. ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJE 13/10/2014).

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. RITO DO ART. 543-C, § 1º, DO CPC E RESOLUÇÃO N. 8/2008 - STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA. AUSÊNCIA DE IDENTIDADE FÁTICA. DESCABIMENTO. COMPROVAÇÃO DE EXPOSIÇÃO PERMANENTE AOS AGENTES AGRESSIVOS. PRETENSÃO DE REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. ÔBICE DA SÚMULA N. 7/STJ. 1. Para a comprovação da divergência jurisprudencial é essencial a demonstração de identidade das situações fáticas postas nos julgados recorrido e paradigma. 2. Segundo asseverado pelo acórdão objurgado, o segurado estava "exposto de modo habitual e permanente, não ocasional nem intermitente", ao frio e a níveis médios de ruído superiores ao limite regulamentar (e-STJ fl. 254). A modificação dessa conclusão importaria em revolvimento de matéria fática, não condizente com a natureza do recurso especial. Incidência, na espécie, do óbice da Súmula n. 7/STJ. PREVIDENCIÁRIO. RECONHECIMENTO DE ATIVIDADE ESPECIAL APÓS 1998. MP N. 1.663-14, CONVERTIDA NA LEI N. 9.711/1998 SEM REVOGAÇÃO DA REGRA DE CONVERSÃO. 1. Permanece a possibilidade de conversão do tempo de serviço exercido em atividades especiais para comum após 1998, pois a partir da última reedição da MP n. 1.663, parcialmente convertida na Lei 9.711/1998, a norma tornou-se definitiva sem a parte do texto que revogava o referido § 5º do art. 57 da Lei n. 8.213/1991. 2. Precedentes do STF e do STJ. CONVERSÃO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL EM COMUM. OBSERVÂNCIA DA LEI EM VIGOR POR OCASIÃO DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE. DECRETO N. 3.048/1999, ARTIGO 70, §§ 1º E 2º. FATOR DE CONVERSÃO. EXTENSÃO DA REGRA AO TRABALHO DESEMPENHADO EM QUALQUER ÉPOCA. 1. A teor do § 1º do art. 70 do Decreto n. 3.048/99, a legislação em vigor na ocasião da prestação do serviço regula a caracterização e a comprovação do tempo de atividade sob condições especiais. Ou seja, observa-se o regramento da época do trabalho para a prova da exposição aos agentes agressivos à saúde: se pelo mero enquadramento da atividade nos anexos dos Regulamentos da Previdência, se mediante as anotações de formulários do INSS ou, ainda, pela exis-

tência de laudo assinado por médico do trabalho. 2. O Decreto n. 4.827/2003, ao incluir o § 2º no art. 70 do Decreto n. 3.048/99, estendeu ao trabalho desempenhado em qualquer período a mesma regra de conversão. Assim, no tocante aos efeitos da prestação laboral vinculada ao Sistema Previdenciário, a obtenção de benefício fica submetida às regras da legislação em vigor na data do requerimento. 3. A adoção deste ou daquele fator de conversão depende, tão somente, do tempo de contribuição total exigido em lei para a aposentadoria integral, ou seja, deve corresponder ao valor tomado como parâmetro, numa relação de proporcionalidade, o que corresponde a um mero cálculo matemático e não de regra previdenciária. 4. Com a alteração dada pelo Decreto n. 4.827/2003 ao Decreto n. 3.048/1999, a Previdência Social, na via administrativa, passou a converter os períodos de tempo especial desenvolvidos em qualquer época pela regra da tabela definida no artigo 70 (art. 173 da Instrução Normativa n. 20/2007). 5. Descabe à autarquia utilizar da via judicial para impugnar orientação determinada em seu próprio regulamento, ao qual está vinculada. Nesse compasso, a Terceira Seção desta Corte já decidiu no sentido de dar tratamento isonômico às situações análogas, como na espécie (EREsp n. 412.351/RS). 6. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, desprovido. (RESP 200901456858, Rel. Min. JORGE MUSSI, STJ, TERCEIRA SEÇÃO, DJE 05/04/2011)

3. Por sua vez, o seguinte julgado da TNU: PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. APOSENTADORIA ESPECIAL. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA PELA 1.ª TURMA RECURSAL DE SANTA CATARINA. ACÓRDÃO DA TURMA REGIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DA 4.ª REGIÃO QUE RECONHECEU A ESPECIALIDADE DA ATIVIDADE COM EXPOSIÇÃO AO AGENTE NOCIVO FRIO, EXERCIDA APÓS A EDIÇÃO DO DECRETO N.º 2.172, DE 5 DE MARÇO DE 1997. ALEGAÇÃO DE DISSÍDIO COM A JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. PARADIGMA QUE NÃO REFELE O ATUAL ENTENDIMENTO DO STJ. DIVERGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE. - Não se conhece do incidente de uniformização que versar sobre matéria já decidida pela Turma Nacional de Uniformização, ou quando a jurisprudência do STJ ou da TNU se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido (TNU - Regimento Interno, art. 15, § 1.º; inteligência da Questão de Ordem n.º 13). - Hipótese na qual o recorrente alega que o acórdão da Turma Regional de Uniformização da 4.ª Região, reformando acórdão que manteve sentença de improcedência para reconhecer a especialidade de atividade com exposição ao agente nocivo frio, exercida após 5 de março de 1997, divergiu da jurisprudência dominante do STJ, no sentido de que, não se enquadrando o frio no rol constante dos anexos do Decreto n.º 2.172/97, o período de trabalho exercido após 5 de março de não poderá ser considerado como especial. - Paradigma invocado pelo requerente que não reflete a jurisprudência atual do STJ, que, em recurso especial submetido ao regime do art. 543-C do CPC (representativo de controvérsia), firmou o seguinte: "1. Trata-se de Recurso Especial interposto pela autarquia previdenciária com o escopo de prevalecer a tese de que a supressão do agente eletricidade do rol de agentes nocivos pelo Decreto 2.172/1997 (Anexo IV) culmina na impossibilidade de configuração como tempo especial (arts. 57 e 58 da Lei 8.213/1991) de tal hipótese a partir da vigência do citado ato normativo. 2. À luz da interpretação sistemática, as normas regulamentadoras que estabelecem os casos de agentes e atividades nocivos à saúde do trabalhador são exemplificativas, podendo ser tido como distinto o labor que a técnica médica e a legislação correlata considerarem como prejudiciais ao obreiro, desde que o trabalho seja permanente, não ocasional, nem intermitente, em condições especiais (art. 57, § 3.º, da Lei 8.213/1991). Precedentes do STJ. 3. No caso concreto, o Tribunal de origem embasou-se em elementos técnicos (laudo pericial) e na legislação trabalhista para reputar como especial o trabalho exercido pelo recorrido, por consequência da exposição habitual à eletricidade, o que está de acordo com o entendimento fixado pelo STJ. 4. Recurso Especial não provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução 8/2008 do STJ" (STJ - Primeira Seção, REsp n.º 1306113, Rel. Min. Herman Benjamin, DJE 7 mar. 2013). - Divergência jurisprudencial não demonstrada, por ter a jurisprudência do STJ se firmado no mesmo sentido do acórdão recorrido. Inteligência da Questão de Ordem n.º 13. - Pedido de uniformização não conhecido. (PEDILEF 00026600920084047252, Rel. JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DJ 26/04/2013).

4. No caso em tela, consignou o acórdão recorrido:

"O recurso não merece provimento. Sobre o período controvertido de 06/03/1997 a 02/11/2010, assim dispôs a sentença recorrida: Análise do caso concreto Período: de 06/03/1997 a 02/11/2010; Empresa: BRF - Brasil Foods SA; Cargo: auxiliar de produção e prático frigorífico; Setor: presuntaria e preparo embutidos de presunto câmara: Formulários: PPP, fls. 06/10, PROCADM1, evento 04; Descrição das atividades: 'operar túnel de cozimento de presunto, enformagem e desenformagem de presunto, operar transpaleta.' Agentes agressivos: ruído contínuo de 86,1 a 94,4 decibéis, frio de 5º C; Há informação de uso de EPI eficaz; Laudos técnicos realizados em 2002 e em 2010: evento 16. Comprovam a exposição ao ruído e ao frio, na forma descrita nos formulários. Em ambos os laudos consta a seguinte conclusão para fins de insalubridade/periculosidade: 'As atividades do presente Posto de Trabalho caracterizam-se como insalubres em grau médio pelo(s) agente(s) acima citado(s). O fornecimento, a orientação e a exigência obrigatória das medidas de proteção, ainda não são capazes de elidir totalmente o adicional de insalubridade (...)' [...] Além do ruído, os formulários também informam que havia sujeição do segurado ao agente frio em razão dos 'ventiladores e evaporadores para resfriamento da câmara'. A NR 15, anexo 9, estabelece que 'As atividades ou operações executadas no interior de câmaras frigoríficas, ou em locais que apresentem con-



dições similares, que exponham os trabalhadores ao frio, sem a proteção adequada, serão consideradas insalubres em decorrência de laudo de inspeção realizada no local de trabalho'. Os laudos técnicos de condições ambientais, juntados no evento 16, confirmam a presença do frio excessivo. Consta, também, a seguinte afirmação ao final dos laudos 'Conclusão Para Fins de Insalubridade/Periculosidade. As atividades do presente Posto de Trabalho caracterizam-se como insalubres em grau médio pelo (s) agente (s) acima citado (s)'. Nesse sentido, adoto a Súmula 198 do ex-TFR, estabelecendo que: 'Atendidos os demais requisitos, é devida a aposentadoria especial se perícia judicial constata que a atividade exercida pelo segurado é perigosa, insalubre ou penosa, mesmo não inscrita em Regulamento'. A sentença deve ser mantida por seus próprios fundamentos. Alega o INSS que não seria possível reconhecer atividade especial com base na exposição ao agente agressivo frio após 05.03.1997, quando deixou de ser previsto no Decreto nº 2.172/1997, bem como que a parte-autora utilizava equipamentos de proteção individual (EPI) eficazes. Esta Segunda Turma Recursal já decidiu que é possível o reconhecimento da especialidade em razão da exposição ao agente frio, em período posterior a 06.03.1997, ainda que esse agente agressivo não mais conste do Anexo IV do Decreto nº 2.172, de 1997 (2TRSC, Processo 5001157-89.2011.404.7209, rel. Luísa Hickel Gamba, julgamento em 21.03.2012). O entendimento então esposado foi o de que, inexistindo uniformização específica sobre o tema no âmbito da Turma Regional ou da Turma Nacional de Uniformização, deve prevalecer o enunciado da Súmula 198 do extinto TFR, segundo a qual, 'atendidos os demais requisitos, é devida a aposentadoria especial se perícia judicial constata que a atividade exercida pelo segurado é perigosa, insalubre ou penosa, mesmo não inscrita em Regulamento'. Assim sendo, como a documentação acostada pela parte autora informa que o nível de temperatura à qual esteve exposta era inferior aos limites de tolerância (evento 16), entendo possível o reconhecimento da especialidade, devendo ser mantida a sentença no ponto. Saliento apenas que os laudos técnicos apresentados são firmes ao informar que 'o fornecimento, a orientação e a exigência obrigatória das medidas de proteção, ainda não são capazes de elidir totalmente o adicional de insalubridade'. 5. Acórdão recorrido em consonância com a jurisprudência do STJ e da TNU.

6. Incidente não conhecido. Questões de Ordem 13 e 24 da TNU.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.

Brasília/DF, 16 de junho de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO  
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5009242-72.2012.4.04.7001  
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ  
REQUERENTE: MILTON BOCATO  
PROC./ADV.: SONIA APARECIDA YADOMI  
OAB: PR-30987  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

#### EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. PERÍODO ANTERIOR À LEI 9.032/95. PRESUNÇÃO LEGAL DE EXPOSIÇÃO A AGENTES NOCIVOS POR ENQUADRAMENTO DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS RELACIONADAS NOS DECRETOS 53.831/64 e 83.080/79. PETIÇÃO 9194 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA RESTABELECIDA. QUESTÃO DE ORDEM 38/TNU.

1. Incidente de uniformização interposto pelo autor em face de acórdão que afastou o reconhecimento de período especial laborado anteriormente à Lei 9.032/95, por não comprovação de exposição a agentes biológicos na atividade desempenhada (05/03/1992 a 28/04/1995 - médico psiquiatra). 2. Aduz divergência com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça e da TNU, no sentido de presunção da exposição aos agentes nocivos, quanto às atividades relacionadas nos DECRETOS 53.831/64 e 83.080/79, até a edição da Lei 9.032/95. Juntou paradigmas. 3. Reconheço a divergência jurisprudencial, pois a controvérsia central do incidente cinge-se ao reconhecimento de atividade especial, até a Lei 9.032/95, apenas em razão do enquadramento da categoria profissional no rol da legislação de regência, sendo presumida a exposição aos agentes nocivos. 4. Com razão o autor. Além dos paradigmas que apontou neste recurso, o Superior Tribunal de Justiça, na Petição 9194, assim fixou: PREVIDENCIÁRIO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. CONVERSÃO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL EM COMUM. MÉDICO. VÍNCULO DE EMPREGO E AUTÔNOMO. COMPROVAÇÃO NA FORMA DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR À ÉPOCA DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE. ENQUADRAMENTO DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS. PRESUNÇÃO LEGAL DE EXPOSIÇÃO A AGENTES NOCIVOS À SAÚDE ATÉ O ADVENTO DA LEI 9.032/95. INCIDENTE PROVIDO EM PARTE. 1. Ação previdenciária na qual o requerente postula o reconhecimento da especialidade das atividades desempenhadas na função de médico (empregado e autônomo), com a consequente conversão do tempo de serviço especial em comum a fim de obter Certidão de Tempo de Contribuição para averbar no órgão público a que está atualmente vinculado. 2. A controvérsia cinge-se à exigência, ou não, de com-

provação da efetiva exposição aos agentes nocivos pelo médico autônomo enquadrado no item 2.1.3 dos anexos dos Decretos 53.831/64 e 83.080/79, no período de 1º/3/73 a 30/11/97. 3. Em observância ao princípio tempus regit actum, se o trabalhador laborou em condições especiais quando a lei em vigor o permitia, faz jus ao cômputo do tempo de serviço de forma mais vantajosa. 4. O acórdão da TNU está em dissonância com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça que reconhece o direito ao cômputo do tempo de serviço especial exercido antes da Lei 9.032/95, com base na presunção legal de exposição aos agentes nocivos à saúde pelo mero enquadramento das categorias profissionais previstas nos Decretos 53.831/64 e 83.080/79, como no caso do médico. 5. A partir da Lei 9.032/95, o reconhecimento do direito à conversão do tempo de serviço especial se dá mediante a demonstração da exposição aos agentes prejudiciais à saúde por meio de formulários estabelecidos pela autarquia até o advento do Decreto 2.172/97, que passou a exigir laudo técnico das condições ambientais do trabalho. 6. Incidente de uniformização provido em parte. (PET - PETIÇÃO - 9194, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES DE LIMA, STJ, PRIMEIRA SEÇÃO, DJE 03/06/2014). 5. A sentença assim fundamentou a procedência do pedido: 'Para fins de enquadramento das categorias profissionais, devem ser considerados os Dec. n. 53.831/64 (Quadro Anexo - 2ª parte) e 83.080/79 (Anexo II) até 28-04-1995, data da extinção do reconhecimento da atividade especial por presunção legal.

(...)

Restou devidamente comprovado nos autos o exercício de atividade especial pela parte autora no período de 05/03/1992 a 28/04/1995, conforme a legislação aplicável à espécie, em virtude do exercício da atividade profissional acima indicada.' - MÉDICO.

6. Já o acórdão hostilizado, dando parcial provimento ao recurso do INSS, consignou:

'Assiste-lhe razão no que diz respeito à impossibilidade de se reconhecer como especial a atividade de psiquiatra. No caso em análise, não houve comprovação de que o autor ficava exposto a agentes biológicos no exercício da atividade desempenhada no período de 05/03/1992 a 28/04/1995'.

7. A atividade de médico está elencada no código 2.1.3 do Decreto 53.831/64, não havendo distinção quanto a eventual especialização do profissional.

8. O acórdão recorrido, portanto, está em confronto com o entendimento fixado pelo STJ, motivo por que DOU PROVIMENTO ao incidente, determinando o restabelecimento da sentença, que já seguiu a orientação firmada pela Corte Especial. Aplicação da Questão de Ordem 38 da TNU.

9. Incidente conhecido e provido. Questão de Ordem 38/TNU.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização CONHECER e DAR PROVIMENTO ao Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.

Brasília/DF, 16 de junho de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO  
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5008936-42.2013.4.04.7204  
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA  
REQUERENTE: ALENIR CABREIRA  
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK  
OAB: SC-13520  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

#### EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DA RENDA MENSAL INICIAL. DIREITO AO MELHOR BENEFÍCIO. CÁLCULO JUDICIAL REVELANDO VALORES DESFAVORÁVEIS AO REQUERENTE. DISSÍDIO NÃO CONFIGURADO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Ação ajuizada em face do INSS, para revisão de RMI de benefício previdenciário concedido em 13.04.2004. Aduz o recorrente ter direito ao melhor benefício, se considerado o período básico de cálculo até 31.05.2003, devendo ser aplicado o entendimento fixado pelo Supremo Tribunal Federal.

2. O incidente não comporta conhecimento, pois não demonstrado dissídio jurisprudencial, nos termos do art. 14 da Lei 10.259/2001.

3. O autor sustenta devidas: Aplicação do artigo 21, § 3º, da Lei 8.880/94; Média de salários de contribuição acima do teto dos salários de benefícios; Aplicação da diferença percentual entre a média e o teto, no primeiro reajuste anual. Juntou julgados da TNU.

4. No caso em tela, não verifício divergência com qualquer dos paradigmas apontados. O pedido foi julgado improcedente, tendo em vista os cálculos da contabilidade judicial, que revelaram situação desfavorável ao autor, caso encerrado o PBC na data requerida.

5. Confira-se o primeiro parecer:

'A Contadoria Judicial informa que não existem diferenças a serem apuradas pela aplicação do art. 21, §1º, da Lei 8.880/94, eis que o salário-de-benefício do autor, de acordo com as regras previstas pela Lei 9.876/99, não estava limitado ao teto R\$ 1.973,73. Outrossim, informa que não existem diferenças a serem apuradas pela aplicação da Emenda Constitucional nº 41, eis que a renda mensal do benefício da parte autora não se encontrava, em 12/03, limitada ao teto de R\$ 1.869,34'.

6. Por sua vez, o segundo parecer, em sede recursal:

'DIB ADMINISTRATIVA: 04/2004

COEF: 100%

RMI 1.692,85

RENTA ATUAL 08/2014 R\$ 2.973,38

NOVA DIB: 05/2003

COEF: 90%

NOVA RMI 1.405,40

RENTA ATUAL 08/2014 R\$ 2.936,16

A RETROAÇÃO N Ã O É VANTAJOSA PARA O AUTOR

Efetuada a aplicação do incremento da Lei 8880/94. A aplicação do teto da EC 41/2003 é inócua porque o autor não ficou limitado ao teto de pagto em 12/03 A aplicação do teto da EC 21/98 não se aplica porque a nova DIB lhe é posterior'.

7. Não consta nenhuma impugnação objetiva de vício ou equívoco nos cálculos judiciais, elaborados por profissional imparcial e equidistante das partes. Ademais, esta discussão envolveria reexame das provas, o que encontra óbice na Súmula 42 da TNU.

8. Ausente, portanto, dissídio jurisprudencial a ser dirimido. Incidente não conhecido.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.

Brasília/DF, 16 de junho de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO

Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5020378-17.2013.4.04.7200

ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA

REQUERENTE: HARLEY SILVEIRA

PROC./ADV.: GISELE LEMOS KRAVCHYCHYN.

OAB: SC-18200

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DOUGLAS CAMARINHA GONZALES

VOTO - EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE PRECEDIDA DE APOSENTADORIA ATINGIDA PELA DECADÊNCIA. REVISÃO DA RMI. RESSALVA EXPRESSA DOS BENEFÍCIOS ATINGIDOS PELA DECADÊNCIA. DECADÊNCIA CONSUMADA. ACÓRDÃO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA DA TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 13. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de ação segundo qual a parte autora pretende a revisão da RMI do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição n. 078.166.031-9 (concedida aos 24.01.1992), que precedeu o benefício pensão por morte n. 146.417.601-6 com DIB de 13.07.2008, a fim de que a respectiva renda mensal inicial seja calculada sem a limitação de 10 (dez) salários mínimos trazidos pela Lei n. 7.787/89, de sorte que o cálculo deverá seguir os termos do art. 144 da Lei n. 8.213/91.

2. Prolatado acórdão pela Primeira Turma Recursal de Santa Catarina, o qual manteve pelos próprios fundamentos a sentença que reconheceu a decadência do direito de revisão da renda mensal inicial do auxílio-doença que deu origem à aposentadoria por invalidez titularizada pela parte autora, julgando extinto o feito com resolução do mérito, nos termos do art. 269, IV, do antigo CPC.

3. Informada, a parte autora interpôs tempestivamente incidente de uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alega a recorrente que o acórdão impugnado diverge do entendimento de outra Segunda Turma Recursal do Espírito Santo, bem como da própria TNU, segundo as quais o prazo decadencial deve ser contado a partir da pensão por morte, por se tratar de benefícios autônomos.

4. Incidente admitido na origem, e, distribuídos a este Relator.

5. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.

6. No caso dos autos, a controvérsia diz respeito sobre qual benefício (originário ou derivado) recai o início da contagem do prazo decadencial previsto no art. 103 da Lei nº 8.213/91.

7. Sobre este tema, a Turma Nacional de Uniformização, em recente sessão de julgamento devidamente refletido, consolidou entendimento no sentido de que, na revisão da renda mensal inicial de aposentadoria por invalidez decorrente da conversão do auxílio-doença, nos termos do art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, conta-se o prazo decadencial - previsto no art. 103 da Lei nº 8.213/91 - a partir da concessão do referido benefício originário. Por ser bastante esclarecedor, transcrevo brilhante excerto do julgado no PEDILEF nº 5015559-44.2012.4.04.7112, de relatoria do Exmo. Juiz Federal Sérgio Murilo Wanderley Queiroga (DJ: 11/03/2015):

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. REVISÃO DA RMI NOS TERMOS DO ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. INÍCIO DO PRAZO A PARTIR DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO QUE SE PRETENDE REVISAR. AUXÍLIO-DOENÇA. EDIÇÃO DO MEMORANDO-CIRCULAR CONJUNTO Nº 21 DIRBEN/PFE/INSS. RECONHECIMENTO ADMINISTRATIVO DO DIREITO. RESSALVA EXPRESSA DOS BENEFÍCIOS ATINGIDOS PELA DECADÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE RENÚNCIA À DECADÊNCIA LEGAL. DECADÊNCIA NÃO CONSUMADA NO CASO CONCRETO. INCIDENTE PARCIALMENTE PROVIDO.

(...)

13.Como visto, a controvérsia repousa sobre o início da contagem do prazo decadencial para a revisão de aposentadoria por invalidez, mediante a revisão da RMI do auxílio-doença do qual se originou a aposentadoria, prazo este previsto no art. 103 da Lei nº 8.213/91:

Art. 103. É de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo.

14.Os entendimentos divergentes podem ser assim resumidos: a) o prazo decadencial iniciar-se-ia quando da concessão do auxílio-doença, uma vez que a revisão da aposentadoria que se pretende constitui, na verdade, em revisão da Renda Mensal Inicial do auxílio-doença precedente; b) o prazo decadencial iniciar-se-ia da data da concessão da aposentadoria por invalidez, uma vez que as relações jurídicas referentes ao auxílio-doença e à aposentadoria por invalidez são autônomas, devendo ser consideradas separadamente.

15.Inicialmente, consigno que os entendimentos acima reportados terão aplicação conforme o caso concreto, não se excluindo, absolutamente, nenhuma das duas formas de contagem do prazo decadencial.

16.Conforme a matéria controversa, os fatos litigiosos e o objetivo perseguido pela parte-autora, haverá o cabimento de cada um dos termos iniciais do prazo de decadência.

17.Tal entendimento prevalece mesmo diante do reconhecimento da circunstância de que os benefícios em questão possuem naturezas distintas, constituindo relações jurídicas próprias, sujeitas a regras próprias específicas.

18.É que o critério para a identificação do termo inicial do prazo de decadência deve vincular-se ao momento em que houve a lesão ao direito pleiteado, ainda que tal lesão prolongue seus efeitos sobre o benefício superveniente.

19.Isto porque é a partir da constituição de uma dada e específica situação jurídica - que se pretende alterar com a ação revisional -, que tem início o prazo decadencial para revisá-la.

20.Assim, exemplificativamente, caso o segurado queira revisar o seu benefício de aposentadoria por invalidez em razão de o valor da RMI não corresponder a 100% do salário-de-benefício, a lesão ao direito ocorreu na concessão do benefício de aposentadoria, ainda que decorrente de auxílio-doença, motivo pelo qual, em tal hipótese, entendendo que a contagem do prazo decenal iniciaria da data de concessão da aposentadoria.

21.Na hipótese dos autos, a parte-autora requer a revisão prevista no art. 29, II, da Lei nº 8.213/91 (incluído pela Lei nº 9.876/99): apuração do salário-de-benefício adotando-se a "média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo".

22.Esta revisão, portanto, destina-se ao recálculo da Renda Mensal Inicial (RMI) do auxílio-doença, o que, em se tratando de aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença, conduz à conclusão de que se pede a revisão da RMI do auxílio-doença, posto que, ainda que peça nominalmente a revisão da aposentadoria por invalidez, o que se pretende, na verdade, é a revisão do auxílio-doença inicial.

23.Isto porque, na hipótese, a aposentadoria por invalidez é resultado da mera transformação de auxílio-doença, observada o percentual de 100% do salário-de-benefício (em oposição ao percentual de 91% do salário-de-benefício para o auxílio-doença).

(...)

31.Em conclusão, é o caso de se conhecer do incidente, porém, para dar-lhe parcial provimento, firmando-se a tese de que, quando se pretende a revisão do benefício de aposentadoria por invalidez decorrente da conversão do auxílio-doença, nos termos do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, conta-se o prazo do art. 103 da Lei nº 8.213/91, a partir da concessão do benefício originário, qual seja, o auxílio-doença (...)" (grifos não originais)

8. No caso dos autos, a incidência da decadência é ainda mais emblemática. Veja-se, trata-se de benefício original já atingido plenamente pela decadência, tanto assim que a incidência dos dez anos, instituído pela Medida Provisória 1.523, de 28.06.1997, tem como termo inicial o dia 1º de agosto de 1997, por força de disposição nela expressamente prevista. Tal regra incide, inclusive, sobre benefícios concedidos anteriormente, sem que isso importe em retroatividade vedada pela Constituição, consoante frisou o Plenário do Supremo Tribunal Federal no RE 626.489/SE.

9. Nesse passo, tem-se como categórica a consumação integral da decadência para o pleito de revisão do benefício pelo titular original, pois transcorrido em vida mais de dez anos de vigência da norma instituidora da decadência, antes do óbito do de cujus. Logo, é princípio geral do direito de que ninguém transfere direito que não tem, de sorte que o autor já adquiriu direito estabelecido em sua revisão. E, como já firmado anteriormente pela TNU, a suposta lesão questionada repercute desde o benefício original - a aposentadoria, e, daí nasce o termo a quo da prescrição extintiva do direito, nominada pelos romanos de actio nata.

10. Ademais, a tónica da decadência tem como natureza a eficácia da projeção do tempo em face da inércia do titular, cuja perspectiva no direito dá ensejo à decadência (extintiva) ou a usucapião (aquisitiva). Tanto em uma como em outra, o direito transpassa de um titular ao outro (sucessor) em toda a sua extensão, de sorte que uma vez adquirido um ou outro, já se configura nova seara jurídica. Assim, não faz sentido questionar direito já estabelecido no tempo, tal como retratado no PEDILEF nº 5015559-44.2012.4.04.7112, bem como no AGRESP 201000402853, ASSUSETE MAGALHÃES, STJ - SEXTA TURMA, DJE DATA:10/02/2014, porquanto a pensão por morte sucede em todos os seus efeitos e vícios o benefício previdenciário então vigente - em prol da estabilidade das relações jurídicas e da eficácia do tempo na relação jurídica envolvida (o benefício original).

11. Factive, pois, a Questão de Ordem n. 13: Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido.

12. Incidente não conhecido.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização em NÃO CONHECER do incidente de uniformização interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.

Brasília/DF, 16 de junho de 2016.

DOUGLAS CAMARINHA GONZALES

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0507016-27.2011.4.05.8102

ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ

REQUERENTE: MARIA LEIDIANE DOMINGOS DOS SANTOS

PROC./ADV.: ADELAIDE BRAGA SILVA TAVARES

OAB: CE-18947

REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DOUGLAS CAMARINHA GONZALES

#### EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. MENOR IMPÚBERE. ALEGAÇÃO DE PRESCRIÇÃO. DECISÃO COMBATIDA NÃO SE INSURGE PELA PRESCRIÇÃO, MAS HABILITAÇÃO. PARADIGMA DIVERSO. QUESTÃO DE ORDEM n. 22. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização de lei federal interposto pela parte autora em face de acórdão da Turma Recursal do Ceará, que condenou o INSS a conceder pensão por morte à autora a partir da sua habilitação, ocorrida aos 29.05.2008.

2. Insurge-se a recorrente quanto aos efeitos da decisão, a partir da ótica da prescrição das parcelas. Aduz paradigma da TNU referente à imprescritibilidade das parcelas anteriores ao pleito administrativo, tal como determina os arts. 74 e 79 da Lei n. 8.213/91.

3. Nos termos do artigo 14 da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.

4. Alega a recorrente que o acórdão recorrido divergiu do recente entendimento da própria TNU, quanto à prescrição das parcelas em desfavor de menor impúbere, e, traz paradigma jurisprudencial nesse sentido. Contudo, não é o que ocorre nos autos, conforme informa a própria decisão contestada ao distinguir os efeitos da prescrição da habilitação.

5. Por sua vez, o cabimento de incidente de uniformização de jurisprudência nessa Corte só resta admissível em face de discrepância de decisões do mesmo conteúdo, o que não resta representado pelo caso concreto - já que a decisão objurgada confere o direito em parte à autora em face da sua habilitação e seus efeitos legais, a teor do art. 76 caput, da Lei n. 8.213/91 - já o recurso cinge-se aos efeitos do art. 74 da mesma lei, situação distinta do Acórdão combatido.

6. Eis o teor do Acórdão a quo, para melhor compreensão da matéria (grifei):

No caso concreto, o óbito do pai da demandante ocorreu em 19/10/2004 (anexo 2), portanto, sob a égide da nova redação do artigo 74 da Lei nº 8.213/1991. A habilitação da demandante, por sua vez, somente se deu em 29/05/2008 (anexo 2).

Ressalte-se que, conforme INFEN constante no anexo 22, o falecido já era instituidor de pensão em relação a sua esposa, Antônia Alves da Silva Santos, desde 11/12/2006.

É de se perceber, portanto, que faz jus a demandante à concessão do benefício apenas a partir da data da sua habilitação, conforme previsão legal, bem como para evitar que ocorra pagamento em duplicidade do benefício. No caso, não tem influência o fato de ser a autora, à época, absolutamente incapaz, tendo em vista que não tratamos aqui de prescrição, mas de termo inicial da obrigação do INSS em prestar o benefício.

Ante o exposto, DOU PROVIMENTO ao recurso do INSS para determinar que o pagamento das parcelas atrasadas a título do benefício de pensão por morte se dê referente ao período compreendido dentre a habilitação da autora (29/05/2008) e a 30/04/2012.

7. Veja-se, pois, que a distinção é essencial para demarcar a inovação além de fática, mas também legal, porquanto o art. 76, caput, dispõe sobre os efeitos da habilitação à pensão por morte, justamente porque a obrigação de pagar é rateada entre os interessados para evitar pagamento em duplicidade, de forma que a questão em pauta distingue-se da prescrição. Observe-se, pois, o art. 76 da Lei de Benefícios:

Art. 76. A concessão da pensão por morte não será protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente, e qualquer inscrição ou habilitação posterior que importe em exclusão ou inclusão de dependente só produzirá efeito a contar da data da inscrição ou habilitação.

8. Notável, portanto, a distinção dos julgados paradigmas que nada decidem sobre questão da habilitação tardia de co-dependente e o julgado a quo que só se baseia neste. Factive, portanto, a Questão de Ordem n. 22 da TNU: É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o Acórdão recorrido não guarda similitude com fática e jurídica com o Acórdão paradigma.

9. Incidente não conhecido, ante a imprestabilidade dos paradigmas.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização em NÃO CONHECER do incidente de uniformização interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.

Brasília/DF, 16 de junho de 2015.

DOUGLAS CAMARINHA GONZALES

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2011.51.01.001230-4

ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

REQUERENTE: ANGELA MARIA CALDAS SILVA

PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

REQUERENTE: NILSA MONTEIRO CALDAS

PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

REQUERIDO(A): UNIÃO

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

#### EMENTA

PENSÃO DE EX-COMBATENTE. LEGISLAÇÃO VIGENTE À ÉPOCA DO ÓBITO DO INSTITUIDOR. LEIS 4242/63 E 3.765/60. ARTIGO 30 DA LEI 4.242/63. REQUISITO A SER OBSERVADO PELO TITULAR E DEPENDENTES. ACÓRDÃO EM CONSONÂNCIA COM ENTENDIMENTO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. QUESTÃO DE ORDEM 24/TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Pedido de uniformização interposto pelas autoras em face de acórdão da Turma Recursal do Rio de Janeiro, que manteve sentença de improcedência referente a pedido de reversão de pensão por morte deixada por seu pai, ex-combatente, à genitora das autoras, falecida em 2010.

2. Alegam que o acórdão recorrido divergiu do entendimento do STJ, no sentido de que o direito à pensão é regido pela lei vigente quando do óbito do instituidor, não sendo necessária a renúncia, por parte dos dependentes, de benefícios previdenciários eventualmente titularizados.

3. O incidente não tem como ser conhecido. Apesar dos paradigmas apontados, verifico que o acórdão está em consonância com o entendimento mais recente do STJ.

4. Primeiramente, não observo divergência quanto à lei a ser aplicada. Neste ponto, a sentença, mantida pelo acórdão, foi clara:

"A respeito da pensão especial de ex-combatente, temos que, segundo entendimento pacífico sobre o tema, aplica-se a legislação vigente à data do óbito do instituidor do benefício de pensão por morte às situações jurídicas geradas com o óbito do mesmo".

5. O motivo do indeferimento foi o óbice referido no art. 30 da Lei 4.242, que assim dispõe:

"Art. 30. É concedida aos ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial, da FEB, da FAB e da Marinha, que participaram ativamente das operações de guerra e se encontram incapacitados, sem poder prover os próprios meios de subsistência e não percebem qualquer importância dos cofres públicos, bem como a seus herdeiros, pensão igual à estipulada no art. 26 da Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960. Parágrafo único. Na concessão da pensão, observar-se-á o disposto nos arts. 30 e 31 da mesma Lei nº 3.765, de 1960".

6. Como as autoras são titulares de benefícios previdenciários junto ao INSS, a sentença julgou improcedente o pedido, com fulcro no seguinte entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXCOMBATENTE. PENSÃO ESPECIAL DE SEGUNDO-SARGENTO. APLICAÇÃO DA NORMA VIGENTE À ÉPOCA DO ÓBITO DO EXMILITAR. LEIS 3.765/60 E 4.242/63. BENEFÍCIO DE NATUREZA ASSISTENCIAL. AUTORAS APOSENTADAS PELO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Consoante reiterada jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, o direito à pensão deverá ser examinado com base na legislação vigente ao tempo do óbito de seu instituidor.

2. "O benefício conferido à filha de ex-combatente, estabelecido pelo artigo 30 da Lei nº 4.242/63, que estipula pensão igual à de SegundoSargento, contida no artigo 26 da Lei nº 3.675/60, não se confunde com a pensão especial devida aos ex-combatentes com o advento da Carta Magna de 1988, prevista no artigo 53, inciso II, do ADCT" (AgRg no REsp 772.251/RS, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, DJ 26/3/07).

3. São requisitos para o pagamento da pensão especial de ex-combatente previsto no art. 30 da Lei 4.242/63: 1º) ser o ex-militar integrante da FEB, da FAB ou da Marinha; 2º) ter efetivamente participado de operações de guerra; 3º) encontrar-se o ex-militar, ou seus dependentes, incapacitados, sem poder prover os próprios meios de subsistência; e 4º) não perceber nenhuma importância dos cofres públicos.



4. Os requisitos específicos previstos no art. 30 da Lei 4.242/63 acentuam a natureza assistencial da pensão especial de Segundo-Sargento, que deve ser preenchido não apenas pelo ex-combatente, mas também por seus dependentes.

5. Sendo incontroverso que inexistente nos autos prova de que o falecido exmarítimo, quando vivo, encontrava-se incapacitado, sem poder prover os próprios meios de subsistência e, ainda, que as autoras/agravadas são aposentadas pelo Regime Geral da Previdência, restam não preenchidos os requisitos do art. 30 da Lei 4.242/63.

6. É irrelevante perquirir a natureza do benefício pago pelos cofres públicos às agravantes (se aposentadoria tempo de serviço ou por invalidez), uma vez que o art. 30 da Lei 4.242/63 não exige tal diferenciação, descabendo "ao intérprete distinguir onde a lei não o fez" (REsp 1.251.499/SC, Rel. Min. HERMÁN BENJAMIN, Segunda Turma, DJe 14/9/11). 7. Agravo regimental não provido. (Grifos nossos - STJ - Primeira Turma - AgRg no Ag 1407008 / RN - Relator Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA - Data do Julgamento: 21/08/2012 - Publicado no DJe 31/08/2012).

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. FILHA DE EXCOMBATENTE. REVERSÃO DE PENSÃO. LEGISLAÇÃO DO ÓBITO DO INSTITUIDOR. LEI VIGENTE QUANDO DA MORTE DA GENITORA. DEFICIÊNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO ESPECIAL. SÚMULA N. 284/STF, POR ANALOGIA. 1. Discute-se nos autos a aplicação da lei vigente a fim de fazer jus ao benefício da pensão especial. Na espécie, o Tribunal de origem consignou que a impetrante já recebe benefício de natureza estatutária, pago pela Fazenda Estadual, o que torna incabível o recebimento da pretendida da pensão especial, nos termos da legislação em vigor na data do óbito do instituidor. 2. O entendimento desta Corte Superior de Justiça, norteado pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é no sentido de que o direito à pensão por morte decorrente da pensão de ex-combatente deve ser regido pela lei vigente à data do óbito do instituidor do benefício. Na hipótese, a instituição do benefício decorreu da morte da mãe da recorrente, dessa forma, deve-se levar em consideração a Lei vigente à época da morte desta, no caso, Lei n. 4.242/63, que vedava a percepção cumulativa de pensões oriundas de cofres públicos. 3. Nas razões do recurso especial, no entanto, a recorrente requer a incidência da Lei n. 4.242/63, utilizada como fundamento do aresto recorrido, que aplicou a citada lei nos termos da fundamentação acima exposta. Dessa forma, deve incidir a Súmula n. 284/STF, por analogia, que diz: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia". 4. Recurso especial não conhecido. (STJ - Segunda Turma - REsp 1199369 / RJ - Relator Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES - data do julgamento: 09/11/2010 - publicado no DJe 19/11/2010)

7. O acórdão confirmou a sentença e acrescentou:

'Para a hipótese dos autos, não importa o caráter contributivo dos benefícios recebidos pelas recorrentes do RGPS, pois não são esses que exigem a ausência de rendimentos pagos pelos cofres públicos e nem os que são indeferidos pela Administração. É o benefício pleiteado nesses autos que possui natureza assistencial, já que independe de recolhimentos, e antes se baseia em situação de fato, e para esse a Lei exigia a ausência de rendimentos e proventos de quaisquer tipos dos cofres públicos'.

8. Além dos precedentes do Superior Tribunal de Justiça citados na sentença, cito:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE. REVERSÃO ÀS FILHAS MAIORES E CAPAZES. ÓBITO EM 19.10.1987. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL. NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS. INAPLICABILIDADE DO CONCEITO DE EX-COMBATENTE DA LEI N. 5.698/1971. INTEGRANTE DA MARINHA MERCANTE. MAIS DE DUAS VIAGENS A ZONA DE ATAQUES SUBMARINOS. APLICAÇÃO RESTRITA À PENSÃO PREVIDENCIÁRIA. PRECEDENTES. INCAPACIDADE NÃO COMPROVADA. 1. O julgamento dos embargos de declaração, com ou sem efeito modificativo, complementa e integra o aresto recorrido, formando um todo indissociável que se denomina decisão de última instância, passível de recurso especial, nos termos do artigo 105 da Constituição Federal. 2. O Superior Tribunal de Justiça, referendando posicionamento do Supremo Tribunal Federal, já se manifestou no sentido de que o direito à pensão de ex-combatente deve ser regido pela lei vigente à época de seu falecimento. 3. De acordo com o entendimento jurisprudencial firmado no STJ, a Lei n. 5.698/1971 - que considera ex-combatente o integrante da Marinha Mercante Nacional que, entre 22 de março de 1941 e 8 de maio de 1945, tenha participado de pelo menos duas viagens em zona de ataques submarinos - restringe-se a regulamentar as prestações devidas aos ex-combatentes segurados da previdência social, não trazendo nenhuma norma relativa à pensão especial de ex-combatente. 4. Os requisitos específicos previstos no art. 30 da Lei n. 4.242/63 acentuam a natureza assistencial da pensão especial de Segundo-Sargento, os quais devem ser preenchidos não apenas pelo ex-combatente, mas também por seus dependentes. Precedentes. 5. No presente caso, a pensão especial torna-se indevida seja pelo não enquadramento do falecido no conceito de ex-combatente, seja em razão de ele ou as filhas não preencherem os requisitos legais, em especial, a demonstração de incapacidade de poder prover os próprios meios de subsistência. Agravo regimental improvido. (AGRESP 201400993424, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, STJ, SEGUNDA TURMA, DJE 15/08/2014)

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. EX-COMBATENTE. PENSÃO ESPECIAL DE SEGUNDO-SARGENTO. APLICAÇÃO DA NORMA VIGENTE À ÉPOCA DO ÓBITO DO EX-MILITAR. LEIS 3.765/60 E 4.242/63. BENEFÍCIO DE NATUREZA ASSISTENCIAL. AUTORAS APOSENTADAS PELO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. Consoante reiterada jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, o direito à pensão deverá ser examinado

com base na legislação vigente ao tempo do óbito de seu instituidor. 2. "O benefício conferido à filha de ex-combatente, estabelecido pelo artigo 30 da Lei nº 4.242/63, que estipula pensão igual à de Segundo-Sargento, contida no artigo 26 da Lei nº 3.675/60, não se confunde com a pensão especial devida aos ex-combatentes com o advento da Carta Magna de 1988, prevista no artigo 53, inciso II, do ADCT" (AgRg no REsp 772.251/RS, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, DJ 26/3/07). 3. São requisitos para o pagamento da pensão especial de ex-combatente previsto no art. 30 da Lei 4.242/63: 1º) ser o ex-militar integrante da FEB, da FAB ou da Marinha; 2º) ter efetivamente participado de operações de guerra; 3º) encontrar-se o ex-militar, ou seus dependentes, incapacitados, sem poder prover os próprios meios de subsistência; e 4º) não perceber nenhuma importância dos cofres públicos. 4. Os requisitos específicos previstos no art. 30 da Lei 4.242/63 acentuam a natureza assistencial da pensão especial de Segundo-Sargento, que deve ser preenchido não apenas pelo ex-combatente, mas também por seus dependentes. 5. Sendo incontroverso que inexistente nos autos prova de que o falecido ex-marítimo, quando vivo, encontrava-se incapacitado, sem poder prover os próprios meios de subsistência e, ainda, que as autoras/agravadas são aposentadas pelo Regime Geral da Previdência, restam não preenchidos os requisitos do art. 30 da Lei 4.242/63. 6. É irrelevante perquirir a natureza do benefício pago pelos cofres públicos às agravantes (se aposentadoria tempo de serviço ou por invalidez), uma vez que o art. 30 da Lei 4.242/63 não exige tal diferenciação, descabendo "ao intérprete distinguir onde a lei não o fez" (REsp 1.251.499/SC, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, Segunda Turma, DJe 14/9/11). 7. Agravo regimental não provido. (AGA 201101139840, STJ, ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, DJE DATA:31/08/2012).

9. Incidente não conhecido. Aplicação da Questão de Ordem 24 da TNU.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora. Brasília/DF, 16 de junho de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO  
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5004541-79.2014.4.04.7201  
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA  
REQUERENTE: VIVIANI CAMPESTRINI  
PROC./ADV.: J.N. COELHO NETO  
OAB: SC-5596  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL  
VOTO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, em face de acórdão proferido pela Turma Recursal do Juizado Especial Federal de Santa Catarina que negou provimento ao recurso autoral.

A matéria ventilada a ser verificada no presente caso se refere à comprovação da miserabilidade. A Turma Recursal de Santa Catarina, analisando as provas dos autos, avaliou que a recorrente não atende o requisito da miserabilidade para a concessão do benefício assistencial em questão.

É o relatório.

Basta uma simples leitura no atual relatório para se perceber que se trata de mais um processo em que o recorrente procura fazer uma nova análise em questões fáticas. Ora, a parte recorrente visa com esse incidente de uniformização questionar o laudo de verificação realizado, ou seja, questão de fato.

A Turma Nacional de Santa Catarina entendeu, após analisar a prova constante dos autos, sobretudo o laudo de verificado realizado, que o autor não preenche o requisito da miserabilidade.

Como se observa, a parte autora intenta rediscutir matérias probatórias, assunto, inclusive, já analisado pela sentença e pelo acórdão, ambos julgados contrários à parte recorrente.

Analisando o Incidente de Uniformização apresentado, sobretudo o paradigma juntado, que a parte autora intenta reanalisar questão de fato já discutida nos presentes autos e, por sinal, muito bem analisada.

O Pedido de Uniformização não comporta análise de questões de fato. O critério da miserabilidade já foi devidamente analisado nos autos e não pode o Pedido de Uniformização ser usado para analisar uma questão fático-probatória.

É certo que este Incidente adentra na esfera do reexame de prova e seu julgamento exige, em verdade, não mera fixação de uma premissa jurídica que deve ser observada para casos congêneres, porquanto a conclusão extraída pelo julgador não pode ser afastada sem nova dissecação do material probatório, notadamente o laudo de verificação.

A condição deve ser analisada no caso concreto, assim como fez a Turma Recursal de origem. Analisar o acerto ou desacerto do órgão julgador a esse respeito demanda, necessariamente, reexame de matéria de fato, o que é vedado pela Súmula 42 desta Turma de Uniformização, que nos diz:

"Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato."

Assim, VOTO por NÃO CONHECER DO PEDILEF, por incidir a Súmula 42, da TNU.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília, 16 de junho de 2016.

WILSON WITZEL  
Juiz Federal Relator

#### ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, NÃO CONHECEU do presente Incidente de Uniformização, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal relator.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília, 16 de junho de 2016.

WILSON WITZEL  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0504046-74.2013.4.05.8202

ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA  
REQUERENTE: MARIA LUCIA PEREIRA BEZERRA REP. LEGAL MANOEL INÁCIO BEZERRA  
PROC./ADV.: JOSUÉ LOURENÇO DE ARAUJO  
OAB: PB-10645

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL  
VOTO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, em face de acórdão proferido pela Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária da Paraíba que deu provimento ao recurso do INSS para determinar o não pagamento do benefício assistencial - LOAS - para a parte autora.

A matéria ventilada a ser verificada no presente caso se refere à comprovação da miserabilidade. A Turma Recursal das Paraíba entendeu por não desconsiderar o benefício previdenciário (aposentadoria por idade) percebido no valor de um salário mínimo pelo esposo da parte autora. Vale destacar que o grupo familiar em questão é formada pela autora e seu esposo.

É o relatório.

Em que pese a argumentação da parte recorrente de que a exclusão do benefício previdenciário (aposentadoria por idade) percebido por seu esposo ensinaria a concessão do LOAS, não há como deixar de constatar que tal procedimento demandaria, necessariamente, a reavaliação do laudo socioeconômico do grupo familiar em questão.

O que a parte recorrente intenta é reanalisar o laudo socioeconômico que foi preciso ao esclarecer que a renda informada pela parte autora não é compatível com a situação fática vivida pelo grupo familiar.

O pedido de Uniformização não se presta a tratar de questões fáticas analisadas nos autos, valores recebidos, salários do grupo familiar já foram analisados em instâncias anteriores.

Portanto, o atual incidente implica em reexame de fatos e provas, pois a recorrente questiona questão fática já analisada nos presentes autos e, por sinal, muito bem analisada.

É certo que este Incidente adentra na esfera do reexame de prova e seu julgamento exige, em verdade, não mera fixação de uma premissa jurídica que deve ser observada para casos congêneres, porquanto a conclusão extraída pelo julgador não pode ser afastada sem nova dissecação do material probatório, notadamente o laudo socioeconômico.

A condição deve ser analisada no caso concreto, assim como fez a Turma Recursal de origem. Analisar o acerto ou desacerto do órgão julgador a esse respeito demanda, necessariamente, reexame de matéria de fato, o que é vedado pela Súmula 42 desta Turma de Uniformização, que nos diz:

"Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato."

Assim, VOTO por NÃO CONHECER DO PEDILEF, por incidir a Súmula 42, da TNU.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília, 16 de junho de 2016.

WILSON WITZEL  
Juiz Federal Relator  
ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, NÃO CONHECEU do presente Incidente de Uniformização, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal relator.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília, 16 de junho de 2016.

WILSON WITZEL  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0000481-78.2013.4.03.6307

ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo

REQUERENTE: TEREZA DA SILVA ROSA

PROC./ADV.: MARIA FERNANDA ALBIEIRO FERREIRA RIGATTO

OAB: SP-225794

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO - PREVIDENCIÁRIO - ASSISTÊNCIA SOCIAL - CONCESSÃO DE BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (LOAS) - NÃO CONFIGURADA INCAPACIDADE PARA VIDA INDEPENDENTE - INCPACIDADE PARCIAL - REEXAME DE PROVA - PEDIDO NÃO CONHECIDO  
VOTO

Trata-se de incidente de uniformização nacional, suscitado pela parte autora, em face de acórdão de Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária de São Paulo.

A matéria ventilada e a ser verificada no presente caso é a possibilidade de se conceder o benefício assistencial, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social.

A Sentença de improcedência de 1º grau foi confirmada pela Turma Recursal, sob o argumento de que a autora não possui incapacidade

permanente para o desempenho de atividade da vida diária ou para o trabalho. Trata-se da incapacidade parcial no caso em tela. É o relatório.

Torna-se fácil perceber que estamos diante de mais um caso de questionamento a respeito do material probatório existente nos autos. A perícia realizada foi clara ao especificar que a incapacidade em questão é meramente parcial, o que não enseja a concessão do benefício assistencial. Corretas, portanto, a sentença e o acórdão prolatados.

Observa-se que não estamos diante de questão meramente jurídica e sim de questões de fatos existentes nos autos, material probatório. É certo, ab initio, que este Incidente, apesar de parecer tangencial, adentra na esfera do reexame de prova e seu julgamento exige, em verdade, não mera fixação de uma premissa jurídica que deve ser observada para casos congêneres, porquanto a conclusão extraída pelo julgador não pode ser afastada sem nova dissecação do material probatório.

Ademais, reanalisar os documentos dos autos, incluso o laudo pericial, para verificar se a parte autora é realmente portadora de incapacidade impeditiva do exercício de sua atividade habitual, demanda, necessariamente, reexame de matéria fático-probatória, e não apenas dar novo peso ou valoração jurídica às provas dos autos, o que é juridicamente inadmissível nesta fase processual. Inteligência da Súmula nº 42/TNU. Nesse tocante, inclusive, ressalto que tanto a sentença quanto o acórdão ora guerreado julgaram improcedente o pedido da parte recorrente de acordo com as provas produzidas nos autos.

Portanto, resta aplicável, assim, a Súmula 42 deste Tribunal Nacional, visto que não teria como desconstituir ou confirmar a decisão recorrida sem abordar a valoração dos fatos e da prova dos autos, conferindo-lhe novo valor, o que equivale a reexaminar o material probatório da lide, Súmula esta que nos diz:

"Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato."

Assim, voto por NÃO CONHECER DO PEDILEF, por incidir a Súmula 42 da TNU.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília, 16 de junho de 2016.

WILSON WITZEL  
Juiz Federal Relator  
**ACÓRDÃO**

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, NÃO CONHECEU do presente Incidente de Uniformização, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal relator.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília, 16 de junho de 2016.

WILSON WITZEL  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0000739-72.2014.4.03.6301

ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo

REQUERENTE: BERTA ESMERALDA REYES RUZ

PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO - BENEFÍCIO ASSISTENCIAL -

LOAS - INCAPACIDADE TEMPORÁRIA - ACÓRDÃO RECOR-

RIDO EM DISSONÂNCIA COM AS SÚMULAS 48 E 79, DA TNU

- NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO DO JULGADO - INCIDENTE

CONHECIDO E PROVIDO

VOTO

Trata-se de Incidente de Uniformização Nacional suscitado pela parte autora, em face de acórdão proferido pela Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária de São Paulo que mantendo a sentença julgou improcedente o pedido autoral para concessão do LOAS.

O presente Incidente invoca a jurisprudência desta Corte para comprovar que a temporariedade da incapacidade não afasta a concessão do benefício assistencial de LOAS.

É o relatório.

A questão a ser dirimida nestes autos diz respeito ao caráter permanente da incapacidade para concessão de LOAS. O acórdão proferido pela Turma Recursal de São Paulo julgou improcedente o pedido de concessão do benefício assistencial em razão da inexistência de incapacidade por período superior a 2 anos.

A parte recorrente esclarece que a Turma de origem diverge do atual posicionamento a respeito da matéria, pois a temporariedade da incapacidade não afasta a concessão do benefício assistencial.

Com razão a recorrente, pois a Lei não exige que para a concessão de LOAS a incapacidade seja necessariamente permanente. Inclusive o art. 21 da Lei do benefício assistencial corrobora tal situação por estatuir que esse benefício "deve ser revisto a cada 2 (dois) anos para avaliação da continuidade das condições que lhe deram origem".

Esta Turma Nacional já sumulou esse posicionamento:

Súmula 48 - A incapacidade não precisa ser permanente para fins de concessão do benefício assistencial de prestação continuada.

Assim, VOTO por CONHECER e DAR PROVIMENTO ao PEDILEF, para determinar o retorno dos autos a Turma Recursal de origem a fim de adequar o julgado de acordo com as súmulas 48 e 79 da TNU.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília, 16 de junho de 2016.

WILSON WITZEL  
Juiz Federal Relator

## ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, CONHECEU e DEU PROVIMENTO ao presente Incidente de Uniformização, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal relator.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília, 16 de junho de 2016.

WILSON WITZEL  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5002480-31.2012.4.04.7004

ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

REQUERENTE: BENEDITO DOS SANTOS FILHO

PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO - BENEFÍCIO ASSISTENCIAL -

LOAS - INCAPACIDADE TEMPORÁRIA - SÚMULA 48

DA TNU - QUESTÃO DE ORDEM 38 - SENTENÇA RESTA-

BELECIDA - RECURSO PROVIDO

VOTO

Trata-se de Incidente de Uniformização Nacional, suscitado pela parte autora, em face de acórdão proferido pela Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Paraná que deu provimento ao recurso do INSS para reformar a sentença para cancelar a concessão do benefício assistencial de LOAS.

O presente Incidente invoca a jurisprudência desta Corte para comprovar que a temporariedade da incapacidade não afasta a concessão do benefício assistencial de LOAS.

É o relatório.

A questão a ser dirimida nestes autos diz respeito ao caráter permanente da incapacidade para concessão do LOAS. O acórdão proferido pela Turma Recursal do Paraná julgou improcedente o pedido de concessão do LOAS em razão da temporariedade da incapacidade da parte autora.

A parte recorrente esclarece que a Turma diverge do atual posicionamento a respeito da matéria pois a temporariedade da incapacidade não afasta a concessão do benefício assistencial.

Com razão a parte recorrente, pois a lei não exige que para a concessão de LOAS a incapacidade seja necessariamente permanente. Inclusive o art. 21 da lei do benefício assistencial corrobora tal situação por estatuir que esse benefício "deve ser revisto a cada 2 (dois) anos para avaliação da continuidade das condições que lhe deram origem".

Esta Turma Nacional já sumulou esse posicionamento:

Súmula 48 - A incapacidade não precisa ser permanente para fins de concessão do benefício assistencial de prestação continuada.

Nesse sentido, total acerto para a sentença proferida nos autos, pois, analisando o laudo pericial, a temporariedade da incapacidade e o mandado de verificação dos autos julgou procedente o pedido autoral.

Por tais razões, em observância à Questão de Ordem 38 desta Turma Nacional, que diz:

"Em decorrência de julgamento em pedido de uniformização, poderá a Turma Nacional aplicar o direito ao caso concreto decidindo o litígio de modo definitivo, desde que a matéria seja de direito apenas, ou, sendo de fato e de direito, não necessite reexaminar o quadro probatório definido pelas instâncias anteriores, podendo para tanto, restabelecer a sentença desconstituída por Turma Recursal ou Regional."

Assim, VOTO por CONHECER e DAR PROVIMENTO ao PEDILEF, restabelecendo, assim, a sentença de procedência.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília, 16 de junho de 2016.

WILSON WITZEL  
Juiz Federal Relator  
**ACÓRDÃO**

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, CONHECEU e DEU PROVIMENTO ao presente Incidente de Uniformização, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal relator.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília, 16 de junho de 2016.

WILSON WITZEL  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0003924-93.2011.4.03.6311

ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo

REQUERENTE: MARILDA PEDROSA

PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO - PREVIDENCIÁRIO -

ASSISTÊNCIA SOCIAL - CONCESSÃO DE BENEFÍCIO DE

PRESTAÇÃO CONTINUADA (LOAS) - NÃO CONFIGURADA INCA-

PACIDADE PARA VIDA INDEPENDENTE - MISERABILIDADE

TAMBÉM NÃO COMPROVADA - REEXAME DE PROVA -

PEDIDO NÃO CONHECIDO

VOTO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, em face de acórdão de Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária de São Paulo.

A matéria ventilada e a ser verificada no presente caso é a possibilidade de se conceder o benefício assistencial, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social.

A Sentença de improcedência de 1º grau foi confirmada pela Turma Recursal, sob o argumento de que no caso do autor não restaram

caracterizados o requisito da incapacidade e da miserabilidade exigidos para a concessão do benefício.

É o relatório.

Antes de adentrar ao exame do presente Incidente, cabe aqui ressaltar que a parte recorrente insurge-se contra a incapacidade para a vida independente e, também, contra a ausência da miserabilidade.

Em que pese toda a argumentação exposta no presente Incidente de Uniformização, qualquer tipo de alteração no julgado ensejaria avaliação do material probatório existente nos autos. O material fático já fora analisado pelas instâncias inferiores e não pode esta Corte Nacional fazer qualquer tipo de reanálise probatória.

Observa-se que não estamos diante de questão meramente jurídica, e sim de questões de fatos existentes nos autos, i.e., material probatório.

É certo que este Incidente, apesar de parecer tangencial, adentra na esfera do reexame de prova e seu julgamento exige, em verdade, não mera fixação de uma premissa jurídica que deve ser observada para casos congêneres, porquanto a conclusão extraída pelo julgador não pode ser afastada sem nova dissecação do material probatório.

Ademais, reanalisar os documentos dos autos, incluso o laudo pericial, para verificar se a parte autora é realmente portadora de incapacidade impeditiva do exercício de sua atividade habitual, demanda, necessariamente, reexame de matéria fático-probatória, e não apenas dar novo peso ou valoração jurídica às provas dos autos, o que é juridicamente inadmissível nesta fase processual. Inteligência da Súmula nº 42/TNU. Nesse tocante, inclusive, ressalto que tanto a sentença quanto o acórdão ora guerreado julgaram improcedente o pedido da parte recorrente de acordo com as provas produzidas nos autos.

Quanto à questão da miserabilidade, constato, novamente, que a parte recorrente intenta reexaminar a prova dos autos. Ao questionar o laudo socioeconômico constante nos autos, busca a autora que esta Turma Nacional adentre no reexame de matéria probatória.

Inclusive, nesse tocante, merece destaque o fato de o referido laudo ser incisivo ao afirmar que o local em que reside a autora conta com rua asfaltada, saneamento básico, abastecimento de água e coleta de lixo diariamente, o que permitiu o sentenciante afastar, na espécie, o requisito da miserabilidade.

Portanto, resta aplicável, assim, a Súmula 42 desta Corte Nacional, visto que não teria como desconstituir ou confirmar a decisão recorrida sem abordar a valoração dos fatos e da prova dos autos, conferindo-lhe novo valor, o que equivale a reexaminar o material probatório da lide, Súmula esta que nos diz:

"Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato."

Assim, voto por NÃO CONHECER DO PEDILEF, por incidir a Súmula 42 da TNU.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília, 16 de junho de 2016.

WILSON WITZEL  
Juiz Federal Relator  
**ACÓRDÃO**

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, NÃO CONHECEU do presente Incidente de Uniformização, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal relator.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília, 16 de junho de 2016.

WILSON WITZEL  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0507049-79.2014.4.05.8500

ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE

REQUERENTE: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): EDMUNDO LUIZ OLIVEIRA MORAES

PROC./ADV.: RAFAEL COSTA FORTE

OAB: SE-5556

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GERSON LUIZ ROCHA

**EMENTA**

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ADMINISTRATIVO. AUXÍLIO PRÉ-ESCOLAR. INCORPORAÇÃO AOS PROVENTOS DOS SERVIDORES INATIVOS. IMPOSSIBILIDADE. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO PROVIDO.

Trata-se de incidente de uniformização interposto pela parte ré em face de acórdão proferido pela Turma Recursal de Sergipe que reformou a sentença de improcedência, declarando o direito do autor ao recebimento de auxílio-natalidade e, mensalmente, de auxílio pré-escolar, nas mesmas condições e valores pagos aos servidores da ativa, vedada a cobrança de qualquer valor do recorrente a título de custeio.

Sustenta a requerente que o acórdão combatido diverge da jurisprudência do STJ, nos termos da qual é indevida a extensão do pagamento de auxílio pré-escolar aos servidores inativos.

Com contrarrazões e após admitido o incidente pela Presidência da Turma Recursal de origem, vieram os autos distribuídos a este relator.

É o breve relatório.

Inicialmente, observo que o recurso é tempestivo.

O acórdão combatido decidiu nos seguintes termos:

Quanto ao auxílio pré-escolar, ele tem natureza substitutiva do direito previsto no art. 208, inciso IV, da Constituição Federal de 1988 - CF/88, quando este não é oferecido in natura os beneficiários, tanto que ele é regulamentado pelo Decreto nº 977/93, no âmbito do Poder Executivo, e tem como fonte normativa secundária o art. 54, inciso IV, da Lei nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA ("Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da



cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes: I - (...) IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade; V - (...) e por fonte normativa primária o art. 208, inciso IV, da Constituição Federal de 1988 - CF/88 ("Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - (...); IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (...)").

Ou seja, é um direito da criança e não dos pais em si, que o Estado deve prover ou diretamente, fornecendo aquelas utilidades in natura (creche e pré-escola), ou indiretamente, entregando valores em dinheiro aos responsáveis por ela, para que eles possam se desincumbir daquele dever estatal não cumprido. E, no caso, "creche e pré-escola" não são direitos apenas dos filhos de servidores públicos de zero a cinco anos de idade, mas de qualquer brasileiro ou estrangeiro residente que esteja nesta condição, pois a CF/88 nenhuma restrição estabeleceu em relação a eles.

No caso dos seus servidores públicos, a União decidiu não fornecer aquelas utilidades in natura, mas lhes pagar uma quantia substitutiva, que nada remunera, muito menos tem qualquer vínculo com o trabalho desempenhado pelo agente público, já que o seu fato gerador é "ter filho em idade de zero a seis anos de idade" e "ser servidor público federal".

Analisando as fontes formativas do regulamento do benefício, nem na CF/88 muito menos no ECA se vê qualquer amparo normativo à restrição de pagamento estabelecida no art. 3º do Decreto n.º 977/93 ("Art. 3º A assistência pré-escolar de que trata este decreto tem por objetivo oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições de atendimento aos seus dependentes, que propiciem: (...)"), restrição incompatível mesmo com a natureza em si da prestação - substitutiva do dever estatal de fornecer creche e pré-escola a qualquer criança na faixa etária do zero aos cinco anos de idade, no mínimo -, e violadora da Lei n.º 8.069/90, que não a ampara.

Sobre os precedentes mencionados na sentença recorrida, com o devido respeito a ambos, as questões aqui enfrentadas não foram analisadas naqueles casos, pois eles partiram da premissa de que o auxílio pré-escolar é devido apenas ao servidor em exercício nas funções de seu cargo, por ter natureza propter laborem, o que não é verdadeiro, como se demonstrou acima.

Assim, são devidos ambos os adicionais ao recorrente, pois o direito ao auxílio-natalidade foi reconhecido pela ré, que não comprovou o pagamento, e o segundo nos termos acima expostos.

Por sua vez, o paradigma invocado pela requerente possui o seguinte teor:

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO INATIVO. PROVENTOS. INCORPORAÇÃO. AUXÍLIO PRÉ-ESCOLAR. IMPOSSIBILIDADE.

Incabível estender a servidor inativo, por força de norma constitucional, o benefício da Assistência Pré-Escolar que, por sua própria natureza propter laborem, é devida apenas ao servidor que estiver no efetivo exercício do cargo. Precedentes.

Recurso a que se nega provimento.

(RMS 14.319/DF, Rel. Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, julgado em 20/03/2003, DJ 28/04/2003, p. 213)

Resta, portanto, demonstrada a divergência jurisprudencial, haja vista que o acórdão recorrido considerou que o benefício pago pela União a seus servidores públicos não tem qualquer vínculo com o trabalho desempenhado por eles, já que o seu fato gerador é "ter filho em idade de zero a seis anos de idade", ao passo que o STJ reconhece a natureza propter laborem do benefício sendo indevido o pagamento aos servidores inativos, havendo menção há diversos precedentes daquela Corte Superior.

DA UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA

Com efeito, conforme defendido pela requerente, o posicionamento do STJ é no sentido de não ser devido o pagamento do auxílio pré-escolar aos servidores inativos. Confira-se trecho do voto proferido no julgamento do RMS 14.319/DF, de relatoria do Ministro Felix Fischer:

(...)

Dai porque não se pode estender aos inativos, com base no art. 40, § 8º, da Constituição Federal, e nos arts. 39 e 139, parágrafo único, ambos da Lei 8.112/90, o auxílio pretendido em face da sua natureza propter laborem, pois é devido apenas aos servidores que estiverem em efetivo exercício que, por estarem cumprindo sua jornada de trabalho, ficam impossibilitados de cuidar de seus dependentes, gerando um custo adicional para atendê-los em berçário, maternal, ou assemelhados (art. 1º da citada resolução). Por sua vez, tal situação não ocorre com o servidor inativo.

Nesse sentido há vários precedentes desta Corte, cabendo citar os seguintes:

"PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. PRAZO. DECADÊNCIA. ART. 18 DA LEI 1.533/51. PRESTAÇÕES DE TRATO SUCESSIVO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO INATIVO. PROVENTOS. INCORPORAÇÃO. GRATIFICAÇÃO ESPECIAL POR AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO.

(...)

II - Impossibilidade de se estender a servidor inativo, por força de norma constitucional, a gratificação por avaliação de desempenho que, pela sua própria natureza propter laborem, é devida apenas ao servidor que estiver no efetivo exercício do cargo e em razão do seu desempenho na atividade exercida. Precedentes.

Recurso a que se nega provimento."

(ROMS 12814/GO, de minha relatoria, DJU de 10/03/2003).

"RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR INATIVO. GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO. REAJUSTE. INCORPORAÇÃO. DIFERENTES BENEFÍCIOS. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. GRATIFICAÇÃO DE NATUREZA PROPTER LABOREM.

Além do fato de que o benefício pleiteado tem natureza propter laborem, não sendo estendido, indistintamente, a todos os servidores, a gratificação que o impetrante já tem incorporada em seus proventos não é a mesma que a Gratificação de Representação.

Ausência de direito líquido e certo.

Recurso desprovido."

(ROMS 14.584/GO, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, DJU de 19/12/2002).

"CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS DO FISCO DO ESTADO DE GOIÁS. GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO ESPECIAL. EXTENSÃO AOS SERVIDORES INATIVOS. IMPOSSIBILIDADE. VANTAGEM PRO LABORE FACIENDO. INEXISTÊNCIA DE LINEARIDADE E GENERALIDADE.

I - A gratificação de representação especial concedida a alguns servidores do Fisco do Estado de Goiás é vantagem de caráter transitório, relacionada ao desempenho da função, ou seja, não tem caráter geral, sendo atrelada à consecução de atividades específicas.

II- Segundo a jurisprudência do Pretório Excelso e deste Superior Tribunal de Justiça, a isonomia preceituada no artigo 40, § 4º da Constituição Federal só é aplicável quando o acréscimo vencimental for linear e geral. Desta feita, persistindo circunstância condicionante do percentual a ser conferido aos servidores em atividade, resta afastada a extensão do aludido dispositivo constitucional aos inativos, em face da natureza pro labore faciundo.

III - Agravo interno desprovido."

(AROMS 15.065/GO, Rel. Min. Gilson Dipp, DJU de 02/12/2002).

"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO INATIVO. PROVENTOS. INCORPORAÇÃO. GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO.

Impossibilidade de se estender a servidor inativo, por força de norma constitucional, a gratificação de representação, pela sua própria natureza propter laborem. Precedente.

Recurso a que se nega provimento."

(RMS 15.151/GO, de minha relatoria, DJU de 25/11/2002).

"ADMINISTRATIVO. FUNCIONÁRIO PÚBLICO ESTADUAL. GRATIFICAÇÃO PELO EXERCÍCIO DE ENCARGOS ESPECIAIS.

- A Gratificação Especial instituída pela Resolução n.º 415/86 da Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina não se estende aos servidores aposentados. Vantagem que, pela sua própria natureza, não pode ser atribuída e muito menos incorporada aos proventos dos inativos. Precedentes.

Recurso desprovido."

(RMS 10.952/SC, de minha relatoria, DJU de 14/08/2000).

"ADMINISTRATIVO. PENSÃO POR MORTE. DESEMBARGADOR. TJCE. INCORPORAÇÃO. GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO. RESOLUÇÃO N.º 09/96. INAPLICABILIDADE. ART. 40, §§ 4º E 5º- C.F.

1. A Gratificação de Representação de Função, criada pela Resolução n.º 09/96, é devida, tão-somente, enquanto o servidor estiver exercendo, efetivamente, as funções atinentes ao cargo - in casu de Desembargador do TJCE - ou seja, tem natureza propter laborem, não se estendendo, portando, aos inativos e pensionistas. Inaplicabilidade do art. 40 §§ 4º e 5º da Constituição Federal.

2. Recurso improvido."

(RMS 10.469/CE, Rel. Min. Fernando Gonçalves, DJU de 08/11/1999).

"RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR ESTADUAL APOSENTADO. GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO. PARCELA DENOMINADA "REPRESENTAÇÃO". BENEFÍCIO PROPTER LABOREM, INCORPORAÇÃO AOS VENCIMENTOS. IMPOSSIBILIDADE. FALTA DE COMPROVAÇÃO DA ALEGADA REDUÇÃO DE SALÁRIO.

O impetrante, ocupante de função gratificada quando na ativa, deixou de comprovar, efetivamente, que houve redução salarial com a nova parcela denominada "representação", de caráter propter laborem, incorporável aos vencimentos, sendo devida somente àqueles que estejam no efetivo exercício (caso do precedente desta Corte citado pelo recorrente).

Impossível sua incorporação, sem que com isso haja qualquer violação ao dispositivo constitucional citado.

Recurso desprovido."

(RMS 10.370/PB, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, DJU de 04/10/1999).

No âmbito da administração pública federal, o pagamento do auxílio pré-escolar encontra-se disciplinado pelo Decreto n.º 977/1993, o qual dispõe, entre outros (grifei):

Art. 1º A assistência pré-escolar será prestada aos dependentes dos servidores públicos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, nos termos do presente decreto.

(...)

Art. 3º A assistência pré-escolar de que trata este decreto tem por objetivo oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições de atendimento aos seus dependentes, que propiciem:

(...)

Art. 4º A assistência pré-escolar alcançará os dependentes na faixa etária compreendida desde o nascimento até seis anos de idade, em período integral ou parcial, a critério do servidor.

Conforme evidenciado acima, o benefício sob exame visa auxiliar o servidor, durante a jornada de trabalho, nos cuidados com seus dependentes até os seis anos de idade, por conseguinte, tem por fundamento a impossibilidade, em razão da própria jornada de trabalho, de o servidor prestar a devida assistência presencialmente. Desse modo, não há que se falar em extensão do referido benefício aos servidores inativos, porquanto estando o servidor disponível para prestar os devidos cuidados a seus dependentes, cessa a obrigação da administração de oferecer auxílio pecuniário destinado à manutenção do menor sob os cuidados de terceiros, em conformidade com o decidido pelo Superior Tribunal de Justiça.

Visto isso, o presente incidente merece ser acolhido, para afirmar a tese de que é indevido o pagamento de auxílio pré-escolar aos servidores inativos.

Ante o exposto, voto por DAR PROVIMENTO ao incidente de uniformização.

## ACÓRDÃO

GERSON LUIZ ROCHA

Juiz Relator

PROCESSO: 2010.51.53.001567-8

ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

REQUERENTE: UNIÃO

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

REQUERIDO(A): VANIA MÁRCIA FÉLIX ARAÚJO

PROC./ADV.: JULIANA TEBET CHALITA DE MENDONÇA

OAB: RJ-107048

LITISCONSORTE : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

PROC./ADV.: ADVOGADO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

## EMENTA

FGTS. PLANOS ECONÔMICOS VERÃO E COLLOR I. FUNCIONÁRIO DA EXTINTA LBA. LEGITIMIDADE DA UNIÃO, QUESTÃO PROCESSUAL. PRESCRIÇÃO TRINTENÁRIA. ACÓRDÃO NO MESMO SENTIDO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ E DA TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 24 E 13/TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Proferida sentença de procedência do pedido, reconhecendo a legitimidade da União para figurar no polo passivo, pois sucessora da extinta LBA, bem como o direito à correção do saldo de FGTS da parte autora pela aplicação dos expurgos inflacionários, referentes aos Planos Verão 42,72% - janeiro/89 e Collor I - 44,80% - abril/90.

2. A União interpôs recurso, sustentando sua ilegitimidade passiva, pois os saldos das contas vinculadas dos trabalhadores da LBA já haviam sido transferidos ao agente operador financeiro do FGTS. Sustenta, ainda, a prescrição quinquenal, nos termos do Decreto 20.910/32.

3. A Turma Recursal do Rio de Janeiro negou provimento ao recurso, mantendo a sentença.

4. Incidente de Uniformização interposto tempestivamente pela União, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alegação de que o acórdão impugnado diverge do entendimento da Turma Recursal do Mato Grosso - Processo n. 200636009022058 - da Turma Recursal de Goiás - 2007.35.00.713929-2 - e do Superior Tribunal de Justiça - REsp 1107970 e REsp 559.103 - segundo os quais apenas a Caixa Econômica Federal tem legitimidade passiva para a ação em comento, além da incidência do prazo prescricional de 05 anos, nos termos do Decreto 20.910/32.

5. O incidente não comporta conhecimento.

6. A discussão quanto à ilegitimidade passiva versa sobre matéria processual, o que encontra óbice na Súmula 43 deste Colegiado: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".

7. Confirma-se também:

"INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO APOSENTADO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO. PARIDADE COM REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES DA ATIVA. GDASST. LEGITIMIDADE PASSIVA DA FUNASA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. QUESTÃO DE NATUREZA PROCESSUAL. SÚMULA Nº 43 DA TNU. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO. (...) registro que o tema trazido à uniformização - legitimidade de parte - é matéria de nítido contorno processual, o que colide com a Súmula nº 43 desta Turma Nacional. Desse modo, não demonstrada a divergência no ponto examinado, o incidente apresentado não merece ser conhecido. Ante o exposto, voto por NÃO CONHECER do incidente de uniformização". (PEDILEF 50008570420134047001, JUIZ FEDERAL GERSON LUIZ ROCHA, TNU, DOU 19/02/2016)

8. Quanto à prescrição, o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do STJ e deste Colegiado, como segue:

Súmula 210 do STJ - "A ação de cobrança das contribuições para o FGTS prescreve em trinta anos".

Sumula 56 da TNU - " O prazo de trinta anos para prescrição da pretensão à cobrança de juros progressivos sobre saldo de conta vinculada ao FGTS tem início na data em que deixou de ser feito o crédito e incide sobre cada prestação mensal".

9. Incidente não conhecido. Súmula 43 e Questões de Ordem 13 e 24 desta TNU.

## ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, NÃO CONHECER do incidente de uniformização interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora. Brasília/DF, 16 de junho de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO

Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5016217-76.2013.4.04.7001

ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): JOÃO TOBIAS NETO

PROC./ADV.: ADIR BENEDETTI

OAB: -

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

## EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. CONTAGEM RECÍPROCA. SÚMULA 66 DA TNU. POSSIBILIDADE NO CASO DE SERVIDOR PÚBLICO CELETISTA QUE TEVE O REGIME ALTERADO PARA ESTATUTÁRIO. INCIDENTE PARCIALMENTE PROVIDO. QUESTÃO DE ORDEM 20/TNU.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto pelo INSS em face de acórdão que manteve a procedência do pedido, reconhecendo período especial laborado pela parte autora, servidor(a) público(a) atualmente inserido(a) em regime de previdência próprio, condenando o INSS à respectiva averbação e expedição de certidão. 2. Alega o INSS que o acórdão recorrido diverge do entendimento dominante do Superior Tribunal de Justiça, segundo o qual inadmissível a conversão de tempo de serviço especial em comum, para fins de contagem recíproca. Juntou paradigmas.

3. Este Colegiado, na presente sessão, reanalisou a matéria, assim fixando no PEDILEF 5001656-09.2011.4.04.7101, Relator Juiz Federal SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA: "PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. CONTAGEM RECÍPROCA. SERVIDOR PÚBLICO. PRETENSÃO DE CONVERSÃO DE ATIVIDADE ESPECIAL EXERCIDA NA INICIATIVA PRIVADA EM COMUM, PARA UTILIZAÇÃO NO SERVIÇO PÚBLICO. IMPOSSIBILIDADE. VEDAÇÃO LEGAL. HIPÓTESE DIVERSA DA PREVISTA NA SÚMULA 66/TNU. PROVIMENTO PARCIAL DO PEDIDO.

Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, reconheceu período de trabalho sob condição especial.

O aresto combatido considerou que há o direito adquirido de servidor público vinculado a regime estatutário à contagem ponderada de trabalho anteriormente exercido sob o regime celetista, na iniciativa privada, em condição especial, fazendo jus à expedição de certidão de tempo de contribuição.

O INSS sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgados do STJ que, em alegada(s) hipótese(s) semelhante(s), não reconheceu(ram) o direito de servidor público à contagem recíproca de tempo de atividade especial exercida na iniciativa privada sob o regime celetista, por entender haver vedação legal expressa.

(...)

No acórdão recorrido, a Turma Recursal de origem, mantendo a sentença, considerou que há o direito adquirido de servidor público vinculado a regime estatutário à contagem ponderada de trabalho anteriormente exercido sob o regime celetista em condição especial, fazendo jus à expedição de certidão de tempo de contribuição, sob o seguinte fundamento (da sentença, mantida sem novas razões de decidir):

(SENTENÇA)

"Nos termos dos dispositivos acima transcritos, denota-se a existência de vedação legal ao reconhecimento do caráter especial de uma atividade e sua posterior conversão, quando o tempo de serviço respectivo for computado juntamente com tempo de serviço público. Tal vedação, uma vez prevista em dispositivo legal, pode e deve ser aplicada. No entanto, não pode acarretar prejuízos àquele que trabalhou exposto à ação nociva de agentes insalutíferos e/ou perigosos, fazendo jus ao cômputo diferenciado na medida em que desempenhava seu labor, sob a égide da legislação então vigente. Não se trata de afastar a vedação legal acima imposta, pois não se está reconhecendo o direito dos servidores públicos ao cômputo privilegiado decorrente do exercício de atividade insalubre, tampouco se está estendendo a estes o direito à aposentadoria especial. Trata-se, isto sim, de reconhecer o direito adquirido daqueles que laboraram em regime celetista, em condições especiais. Nessa esteira, os precedentes a seguir colacionados.

...

Logo, entendo possível o cômputo de tempo de serviço laborado em condições especiais sob a égide de regime celetista, para fins de contagem recíproca com tempo de serviço público, condicionada à observância da legislação vigente à época do labor" (grifei). Sobre o tema, observo que a TNU emitiu a Súmula nº 66, que dispõe:

"O servidor público ex-celetista que trabalhava sob condições especiais antes de migrar para o regime estatutário tem direito adquirido à conversão do tempo de atividade especial em tempo comum com o devido acréscimo legal, para efeito de contagem recíproca no regime previdenciário próprio dos servidores públicos".

Inicialmente, aponto que este Colegiado, na sessão de julgamento ocorrida em 12/02/2015, não conheceu de incidente de uniformização tratando de matéria análoga, inclusive com base nos mesmos precedentes, sob o entendimento de que o acórdão recorrido encontrava-se em sintonia com a jurisprudência da TNU (PEDILEF nº 5008642-73.2011.4.04.7102, sob minha relatoria; PEDILEF 50068326620114047101, rel. Juiz Federal WILSON JOSÉ WITZEL, j. 19.08.2016).

Porém, em necessário reenfrentamento da matéria, convenci-me de que a hipótese é de provimento do incidente de uniformização, para considerar como incabível o pedido inicial formulado, referente à conversão, com acréscimo de tempo de serviço laborado em condições especiais sob a égide de regime celetista, na iniciativa privada, para fins de contagem recíproca com tempo de serviço público sob regime próprio de previdência.

Primeiro, porque observando a Súmula nº 66 deste Colegiado, percebe-se que ali se trata de servidor público ex-celetista, garantindo-se-lhe a conversão de tempo de serviço exercido sob condição especial em comum após "migrar para o regime estatutário". Tal redação já é bastante indicativa de que ali se trata apenas de tempo de serviço especial em comum, mas sempre no âmbito do serviço público, cuja migração do regime celetista para o estatutário se deu de maneira compulsória, por força de lei.

É certo que no STJ a "jurisprudência...é assente no sentido de que o servidor público, ex-celetista, que tenha exercido atividade laboral em condições insalubres, possui direito à contagem especial desse período de trabalho para fins de aposentadoria" (AgRg no REsp 1566891 / RS, 2ª Turma, rel. min. Humberto Martins, j. 08.03.2016). Períodos esses, portanto, sempre anteriores ao advento da Lei nº 8.112/90, prestados já na condição de servidor público, no âmbito do serviço público.

Há de se compreender, portanto, que o reconhecimento do direito à conversão do tempo especial em comum, para cômputo nos assentos funcionais vinculado a regime próprio de previdência (estatutário), tem por premissa situação fática que não ocorre nos presentes autos.

No caso do servidor público, antes celetista, que migrou para o regime estatutário, houve a imposição da transformação do regime jurídico a que estava vinculado, ao passo que no caso ora em comento, a migração deu-se por ato voluntário do então trabalhador da iniciativa privada.

Tal circunstância, a meu sentir, exerce toda a diferença sobre a solução a ser dada no caso em apreciação, e o é em sentido diverso ao que decidido pela Turma Recursal de origem.

Aqui incide a vedação contida no art. 96, I, da Lei 8.213/91, ao tratar da contagem recíproca de tempo de contribuição "na atividade privada, rural e urbana, e do tempo de contribuição ou de serviço na administração pública" (art. 94):

Art. 96. O tempo de contribuição ou de serviço de que trata esta Seção será contado de acordo com a legislação pertinente, observadas as normas seguintes:

I - não será admitida a contagem em dobro ou em outras condições especiais;

II - é vedada a contagem de tempo de serviço público com o de atividade privada, quando concomitantes;

III - não será contado por um sistema o tempo de serviço utilizado para concessão de aposentadoria pelo outro;

IV - o tempo de serviço anterior ou posterior à obrigatoriedade de filiação à Previdência Social só será contado mediante indenização da contribuição correspondente ao período respectivo, com acréscimo de juros moratórios de zero vírgula cinco por cento ao mês, capitalizados anualmente, e multa de dez por cento.

No caso do servidor público que, sendo antes celetista, foi compulsoriamente migrado para o regime próprio (estatutário), entende-se que a vedação não se aplica, tendo em vista o direito adquirido à contagem especial e sua conversão em comum, ante a transformação no regime jurídico que foi imposto a sua categoria profissional.

Neste sentido, vejamos julgados recentes do STJ sobre a matéria, inclusive por sua 3ª Seção:

PREVIDENCIÁRIO E ADMINISTRATIVO - TEMPO DE SERVIÇO - CONTAGEM RECÍPROCA - ATIVIDADE INSALUBRE PRESTADA NA INICIATIVA PRIVADA - CONTAGEM ESPECIAL PARA FINS DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA NO SERVIÇO PÚBLICO - IMPOSSIBILIDADE - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA ACOLHIDOS.

1. O REsp n. 534.638/PR, relatado pelo Excelentíssimo Ministro Félix Fischer, indicado como paradigma pela Autarquia Previdenciária, espelha a jurisprudência sedimentada desta Corte no sentido de que, objetivando a contagem recíproca de tempo de serviço, vale dizer, a soma do tempo de serviço de atividade privada (urbana ou rural) ao serviço público, não se admite a conversão do tempo de serviço especial em comum, ante a expressa proibição legal (artigo 4º, I, da Lei n. 6.226/75 e o artigo 96, I, da Lei n. 8.213/91). Precedentes.

2. Embargos de divergência acolhidos para dar-se provimento ao recurso especial do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, reformando-se o acórdão recorrido para denegar-se a segurança. (ERESP 524267/PB, Rel. Ministro JORGE MUSSI, S3, julgado em 12.02.2014)

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. TEMPO DE SERVIÇO. CONTAGEM RECÍPROCA. ATIVIDADE INSALUBRE PRESTADA NA INICIATIVA PRIVADA. CONTAGEM ESPECIAL PARA FINS DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA NO SERVIÇO PÚBLICO. IMPOSSIBILIDADE

1. A 3ª Seção, ao julgar o EREsp 524.267/PB, espelhando a jurisprudência sedimentada desta Corte, decidiu que, objetivando a contagem recíproca de tempo de serviço, vale dizer, a soma do tempo de serviço de atividade privada (urbana ou rural) ao serviço público, não se admite a conversão do tempo de serviço especial em comum, ante a expressa proibição legal (artigo 4º, I, da Lei n. 6.226/75 e o artigo 96, I, da Lei n. 8.213/91).

2. Agravo Regimental improvido. (AgRg no REsp 1082452/PB, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, 6ª Turma, julgado em 09/12/2014, DJe 19/12/2014)

A questão, inclusive, já foi capturada pela doutrina, conforme lição que se segue:

"Nos casos em que os servidores públicos celetistas foram, compulsoriamente, transformados em servidores estatutários, situação que difere da mudança voluntária de regime na qual tem aplicação o instituto da contagem recíproca, pois a migração de regime foi promovida compulsoriamente pela lei, o STF entendeu possível a conversão do tempo de serviço especial, desde que anterior ao advento da Lei 8.112/90, pois a partir daí seria necessária a regulamentação exigida pela Constituição" (grifei).

O ponto fulcral, portanto, é que no caso ora em exame a perda do tempo acrescido fictamente ao tempo de serviço prestado em condições especiais se deu por iniciativa do próprio titular, ao migrar voluntariamente para regime previdenciário próprio, no qual, por expressa vedação legal, não cabe a contagem recíproca sob a forma diferenciada do tempo exercido na iniciativa privada.

Por fim, a título de necessário esclarecimento, eis que também razão motivadora da necessária revisão do entendimento, aponto que o julgado do STF citado no precedente desta Casa, no qual se deferiu a

conversão do tempo especial em comum (PEDILEF nº 50068326620114047101), trata de hipótese diversa da dos autos: servidor público, antes celetista, que migrou para o regime estatutário, situação prevista em nossa Súmula 66 (TNU).

4. Da minuciosa análise acima tem-se que a contagem recíproca é devida no caso de servidor público ex-celetista, garantindo-se-lhe a conversão de tempo de serviço exercido sob condição especial em comum após migrar para o regime estatutário, ou seja, sempre no âmbito do serviço público, cuja migração do regime celetista para o estatutário se deu de maneira compulsória, por força de lei, situação que deve ser verificada no caso concreto. Assim, DOU PARCIAL PROVIMENTO ao recurso para determinar a devolução dos autos ao juízo de origem, para a respectiva verificação e adequação ao entendimento acima firmado, nos termos da Questão de Ordem 20 da TNU: "Se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito"

## ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização DAR PARCIAL PROVIMENTO ao Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.

Brasília/DF, 16 de junho de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO

Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0002569-93.2007.4.03.6309

ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): ADEMIR RAMOS DA SILVA

PROC./ADV.: LILIAN PAULA CESAR

OAB: SP-178332

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

## EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. CONTAGEM RECÍPROCA. SÚMULA 66 DA TNU. POSSIBILIDADE NO CASO DE SERVIDOR PÚBLICO CELETISTA QUE TEVE O REGIME ALTERADO PARA ESTATUTÁRIO. INCIDENTE PARCIALMENTE PROVIDO. QUESTÃO DE ORDEM 20/TNU.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto pelo INSS em face de acórdão que manteve a procedência do pedido, reconhecendo período especial laborado pela parte autora, servidor(a) público(a) atualmente inserido(a) em regime de previdência próprio, condenando o INSS à respectiva averbação e expedição de certidão. 2. Alega o INSS que o acórdão recorrido diverge do entendimento dominante do Superior Tribunal de Justiça, segundo o qual inadmissível a conversão de tempo de serviço especial em comum, para fins de contagem recíproca. Juntou paradigmas.

3. Este Colegiado, na presente sessão, reanalisou a matéria, assim fixando no PEDILEF 5001656-09.2011.4.04.7101, Relator Juiz Federal SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. CONTAGEM RECÍPROCA. SERVIDOR PÚBLICO. PRETENSÃO DE CONVERSÃO DE ATIVIDADE ESPECIAL EXERCIDA NA INICIATIVA PRIVADA EM COMUM, PARA UTILIZAÇÃO NO SERVIÇO PÚBLICO. IMPOSSIBILIDADE. VEDAÇÃO LEGAL. HIPÓTESE DIVERSA DA PREVISTA NA SÚMULA 66/TNU. PROVIMENTO PARCIAL DO PEDIDO.

Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, reconheceu período de trabalho sob condição especial.

O aresto combatido considerou que há o direito adquirido de servidor público vinculado a regime estatutário à contagem ponderada de trabalho anteriormente exercido sob o regime celetista, na iniciativa privada, em condição especial, fazendo jus à expedição de certidão de tempo de contribuição.

O INSS sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgados do STJ que, em alegada(s) hipótese(s) semelhante(s), não reconheceu(ram) o direito de servidor público à contagem recíproca de tempo de atividade especial exercida na iniciativa privada sob o regime celetista, por entender haver vedação legal expressa.

(...)

No acórdão recorrido, a Turma Recursal de origem, mantendo a sentença, considerou que há o direito adquirido de servidor público vinculado a regime estatutário à contagem ponderada de trabalho anteriormente exercido sob o regime celetista em condição especial, fazendo jus à expedição de certidão de tempo de contribuição, sob o seguinte fundamento (da sentença, mantida sem novas razões de decidir):

(SENTENÇA)

"Nos termos dos dispositivos acima transcritos, denota-se a existência de vedação legal ao reconhecimento do caráter especial de uma atividade e sua posterior conversão, quando o tempo de serviço respectivo for computado juntamente com tempo de serviço público. Tal vedação, uma vez prevista em dispositivo legal, pode e deve ser aplicada. No entanto, não pode acarretar prejuízos àquele que trabalhou exposto à ação nociva de agentes insalutíferos e/ou perigosos, fazendo jus ao cômputo diferenciado na medida em que desem-



penhava seu labor, sob a égide da legislação então vigente. Não se trata de afastar a vedação legal acima imposta, pois não se está reconhecendo o direito dos servidores públicos ao cômputo privilegiado decorrente do exercício de atividade insalubre, tampouco se está estendendo a estes o direito à aposentadoria especial. Trata-se, isto sim, de reconhecer o direito adquirido daqueles que laboraram em regime celetista, em condições especiais. Nessa esteira, os precedentes a seguir colacionados.

Logo, entendo possível o cômputo de tempo de serviço laborado em condições especiais sob a égide de regime celetista, para fins de contagem recíproca com tempo de serviço público, condicionada à observância da legislação vigente à época do labor" (grifei). Sobre o tema, observo que a TNU emitiu a Súmula nº 66, que dispõe:

"O servidor público ex-celetista que trabalhava sob condições especiais antes de migrar para o regime estatutário tem direito adquirido à conversão do tempo de atividade especial em tempo comum com o devido acréscimo legal, para efeito de contagem recíproca no regime previdenciário próprio dos servidores públicos".

Inicialmente, aponto que este Colegiado, na sessão de julgamento ocorrida em 12/02/2015, não conheceu de incidente de uniformização tratando de matéria análoga, inclusive com base nos mesmos precedentes, sob o entendimento de que o acórdão recorrido encontrava-se em sintonia com a jurisprudência da TNU (PEDILEF nº 5008642-73.2011.4.04.7102, sob minha relatoria; PEDILEF 50068326620114047101, rel. Juiz Federal WILSON JOSÉ WITZEL, j. 19.08.2016).

Porém, em necessário reenfrentamento da matéria, convenci-me de que a hipótese é de provimento do incidente de uniformização, para considerar como incabível o pedido inicial formulado, referente à conversão, com acréscimo de tempo de serviço laborado em condições especiais sob a égide de regime celetista, na iniciativa privada, para fins de contagem recíproca com tempo de serviço público sob regime próprio de previdência.

Primeiro, porque observando a Súmula nº 66 deste Colegiado, percebe-se que ali se trata de servidor público ex-celetista, garantindo-se-lhe a conversão de tempo de serviço exercido sob condição especial em comum após "migrar para o regime estatutário". Tal redação já é bastante indicativa de que ali se trata apenas de tempo de serviço especial em comum, mas sempre no âmbito do serviço público, cuja migração do regime celetista para o estatutário se deu de maneira compulsória, por força de lei.

É certo que no STJ a "jurisprudência...é assente no sentido de que o servidor público, ex-celetista, que tenha exercido atividade laboral em condições insalubres, possui direito à contagem especial desse período de trabalho para fins de aposentadoria" (AgRg no REsp 1566891 / RS, 2ª Turma, rel. min. Humberto Martins, j. 08.03.2016). Períodos esses, portanto, sempre anteriores ao advento da Lei n. 8.112/90, prestados já na condição de servidor público, no âmbito do serviço público.

Há de se compreender, portanto, que o reconhecimento do direito à conversão do tempo especial em comum, para cômputo nos assentos funcionais vinculado a regime próprio de previdência (estatutário), tem por premissa situação fática que não ocorre nos presentes autos.

No caso do servidor público, antes celetista, que migrou para o regime estatutário, houve a imposição da transformação do regime jurídico a que estava vinculado, ao passo que no caso ora em comento, a migração deu-se por ato voluntário do então trabalhador da iniciativa privada.

Tal circunstância, a meu sentir, exerce toda a diferença sobre a solução a ser dada no caso em apreciação, e o é em sentido diverso ao que decidido pela Turma Recursal de origem.

Aqui incide a vedação contida no art. 96, I, da Lei 8.213/91, ao tratar da contagem recíproca de tempo de contribuição "na atividade privada, rural e urbana, e do tempo de contribuição ou de serviço na administração pública" (art. 94):

Art. 96. O tempo de contribuição ou de serviço de que trata esta Seção será contado de acordo com a legislação pertinente, observadas as normas seguintes:

I - não será admitida a contagem em dobro ou em outras condições especiais;

II - é vedada a contagem de tempo de serviço público com o de atividade privada, quando concomitantes;

III - não será contado por um sistema o tempo de serviço utilizado para concessão de aposentadoria pelo outro;

IV - o tempo de serviço anterior ou posterior à obrigatoriedade de filiação à Previdência Social só será contado mediante indenização da contribuição correspondente ao período respectivo, com acréscimo de juros moratórios de zero vírgula cinco por cento ao mês, capitalizados anualmente, e multa de dez por cento.

No caso do servidor público que, sendo antes celetista, foi compulsoriamente migrado para o regime próprio (estatutário), entende-se que a vedação não se aplica, tendo em vista o direito adquirido à contagem especial e sua conversão em comum, ante a transformação no regime jurídico que foi imposto a sua categoria profissional.

Neste sentido, vejamos julgados recentes do STJ sobre a matéria, inclusive por sua 3ª Seção:

PREVIDENCIÁRIO E ADMINISTRATIVO - TEMPO DE SERVIÇO - CONTAGEM RECÍPROCA - ATIVIDADE INSALUBRE PRESTADA NA INICIATIVA PRIVADA - CONTAGEM ESPECIAL PARA FINS DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA NO SERVIÇO PÚBLICO - IMPOSSIBILIDADE - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA ACOLHIDOS.

1. O REsp n. 534.638/PR, relatado pelo Excelentíssimo Ministro Félix Fischer, indicado como paradigma pela Autarquia Previdenciária, espelha a jurisprudência sedimentada desta Corte no sentido de que, objetivando a contagem recíproca de tempo de serviço, vale dizer, a soma do tempo de serviço de atividade privada (urbana ou

rural) ao serviço público, não se admite a conversão do tempo de serviço especial em comum, ante a expressa proibição legal (artigo 4º, I, da Lei n. 6.226/75 e o artigo 96, I, da Lei n. 8.213/91). Precedentes.

2. Embargos de divergência acolhidos para dar-se provimento ao recurso especial do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, reformando-se o acórdão recorrido para denegar-se a segurança. (ERESP 524267/PB, Rel. Ministro JORGE MUSSI, S3, julgado em 12.02.2014)

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. TEMPO DE SERVIÇO. CONTAGEM RECÍPROCA. ATIVIDADE INSALUBRE PRESTADA NA INICIATIVA PRIVADA. CONTAGEM ESPECIAL PARA FINS DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA NO SERVIÇO PÚBLICO. IMPOSSIBILIDADE

1. A 3ª Seção, ao julgar o EREsp 524.267/PB, espelhando a jurisprudência sedimentada desta Corte, decidiu que, objetivando a contagem recíproca de tempo de serviço, vale dizer, a soma do tempo de serviço de atividade privada (urbana ou rural) ao serviço público, não se admite a conversão do tempo de serviço especial em comum, ante a expressa proibição legal (artigo 4º, I, da Lei n. 6.226/75 e o artigo 96, I, da Lei n. 8.213/91).

2. Agravo Regimental improvido.

(AgRg no REsp 1082452/PB, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, 6ª Turma, julgado em 09/12/2014, DJe 19/12/2014)

A questão, inclusive, já foi capturada pela doutrina, conforme lição que se segue:

"Nos casos em que os servidores públicos celetistas foram, compulsoriamente, transformados em servidores estatutários, situação que difere da mudança voluntária de regime na qual tem aplicação o instituto da contagem recíproca, pois a migração de regime foi promovida compulsoriamente pela lei, o STF entendeu possível a conversão do tempo de serviço especial, desde que anterior ao advento da Lei 8.112/90, pois a partir daí seria necessária a regulamentação exigida pela Constituição" (grifei).

O ponto fulcral, portanto, é que no caso ora em exame a perda do tempo acrescido fictamente ao tempo de serviço prestado em condições especiais se deu por iniciativa do próprio titular, ao migrar voluntariamente para regime previdenciário próprio, no qual, por expressa vedação legal, não cabe a contagem recíproca sob a forma diferenciada do tempo exercido na iniciativa privada.

Por fim, a título de necessário esclarecimento, eis que também razão motivadora da necessária revisão do entendimento, aponto que o julgado do STF citado no precedente desta Casa, no qual se deferiu a conversão do tempo especial em comum (PEDILEF nº 50068326620114047101), trata de hipótese diversa da dos autos: servidor público, antes celetista, que migrou para o regime estatutário, situação prevista em nossa Súmula 66 (TNU)'.  
4. Da minuciosa análise acima tem-se que a contagem recíproca é devida no caso de servidor público ex-celetista, garantindo-se-lhe a conversão de tempo de serviço exercido sob condição especial em comum após migrar para o regime estatutário, ou seja, sempre no âmbito do serviço público, cuja migração do regime celetista para o estatutário se deu de maneira compulsória, por força de lei, situação que deve ser verificada no caso concreto. Assim, DOU PARCIAL PROVIMENTO ao recurso para determinar a devolução dos autos ao juízo de origem, para a respectiva verificação e adequação ao entendimento acima firmado, nos termos da Questão de Ordem 20 da TNU: "Se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito"

## ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização DAR PARCIAL PROVIMENTO ao Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.  
Brasília/DF, 16 de junho de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO

Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0049299-12.2009.4.01.3800

ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): SEBASTIÃO SPINELLI

PROC./ADV.: JOSÉ EXPEDITO CÂNDIDO DA SILVA

OAB: MG-51405

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

## EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. CONTAGEM RECÍPROCA. SÚMULA 66 DA TNU. POSSIBILIDADE NO CASO DE SERVIDOR PÚBLICO CELETISTA QUE TEVE O REGIME ALTERADO PARA ESTATUTÁRIO. INCIDENTE PARCIALMENTE PROVIDO. QUESTÃO DE ORDEM 20/TNU.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto pelo INSS em face de acórdão que manteve a procedência do pedido, reconhecendo período especial laborado pela parte autora, servidor(a) público(a) atualmente inserido(a) em regime de previdência próprio, condenando o INSS à respectiva averbação e expedição de certidão.

2. Alega o INSS que o acórdão recorrido diverge do entendimento dominante do Superior Tribunal de Justiça, segundo o qual inadmissível a conversão de tempo de serviço especial em comum, para fins de contagem recíproca. Juntou paradigmas.

3. Este Colegiado, na presente sessão, reanalisou a matéria, assim fixando no PEDILEF 5001656-09.2011.4.04.7101, Relator Juiz Federal SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA:

'PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. CONTAGEM RECÍPROCA. SERVIDOR PÚBLICO. PRETENSÃO DE CONVERSÃO DE ATIVIDADE ESPECIAL EXERCIDA NA INICIATIVA PRIVADA EM COMUM, PARA UTILIZAÇÃO NO SERVIÇO PÚBLICO. IMPOSSIBILIDADE. VEDAÇÃO LEGAL. HIPÓTESE DIVERSA DA PREVISTA NA SÚMULA 66/TNU. PROVIMENTO PARCIAL DO PEDIDO.

Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, reconheceu período de trabalho sob condição especial.

O aresto combatido considerou que há o direito adquirido de servidor público vinculado a regime estatutário à contagem ponderada de trabalho anteriormente exercido sob o regime celetista, na iniciativa privada, em condição especial, fazendo jus à expedição de certidão de tempo de contribuição.

O INSS sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgados do STJ que, em alegada(s) hipótese(s) semelhante(s), não reconheceu(ram) o direito de servidor público à contagem recíproca de tempo de atividade especial exercida na iniciativa privada sob o regime celetista, por entender haver vedação legal expressa.

(...)

No acórdão recorrido, a Turma Recursal de origem, mantendo a sentença, considerou que há o direito adquirido de servidor público vinculado a regime estatutário à contagem ponderada de trabalho anteriormente exercido sob o regime celetista em condição especial, fazendo jus à expedição de certidão de tempo de contribuição, sob o seguinte fundamento (da sentença, mantida sem novas razões de decidir):

(SENTENÇA)

"Nos termos dos dispositivos acima transcritos, denota-se a existência de vedação legal ao reconhecimento do caráter especial de uma atividade e sua posterior conversão, quando o tempo de serviço respectivo for computado juntamente com tempo de serviço público.

Tal vedação, uma vez prevista em dispositivo legal, pode e deve ser aplicada. No entanto, não pode acarretar prejuízos àquele que trabalhou exposto à ação nociva de agentes insalutíferos e/ou perigosos, fazendo jus ao cômputo diferenciado na medida em que desempenhava seu labor, sob a égide da legislação então vigente. Não se trata de afastar a vedação legal acima imposta, pois não se está reconhecendo o direito dos servidores públicos ao cômputo privilegiado decorrente do exercício de atividade insalubre, tampouco se está estendendo a estes o direito à aposentadoria especial. Trata-se, isto sim, de reconhecer o direito adquirido daqueles que laboraram em regime celetista, em condições especiais. Nessa esteira, os precedentes a seguir colacionados.

...

Logo, entendo possível o cômputo de tempo de serviço laborado em condições especiais sob a égide de regime celetista, para fins de contagem recíproca com tempo de serviço público, condicionada à observância da legislação vigente à época do labor" (grifei).

Sobre o tema, observo que a TNU emitiu a Súmula nº 66, que dispõe:

"O servidor público ex-celetista que trabalhava sob condições especiais antes de migrar para o regime estatutário tem direito adquirido à conversão do tempo de atividade especial em tempo comum com o devido acréscimo legal, para efeito de contagem recíproca no regime previdenciário próprio dos servidores públicos".

Inicialmente, aponto que este Colegiado, na sessão de julgamento ocorrida em 12/02/2015, não conheceu de incidente de uniformização tratando de matéria análoga, inclusive com base nos mesmos precedentes, sob o entendimento de que o acórdão recorrido encontrava-se em sintonia com a jurisprudência da TNU (PEDILEF nº 5008642-73.2011.4.04.7102, sob minha relatoria; PEDILEF 50068326620114047101, rel. Juiz Federal WILSON JOSÉ WITZEL, j. 19.08.2016).

Porém, em necessário reenfrentamento da matéria, convenci-me de que a hipótese é de provimento do incidente de uniformização, para considerar como incabível o pedido inicial formulado, referente à conversão, com acréscimo de tempo de serviço laborado em condições especiais sob a égide de regime celetista, na iniciativa privada, para fins de contagem recíproca com tempo de serviço público sob regime próprio de previdência.

Primeiro, porque observando a Súmula nº 66 deste Colegiado, percebe-se que ali se trata de servidor público ex-celetista, garantindo-se-lhe a conversão de tempo de serviço exercido sob condição especial em comum após "migrar para o regime estatutário". Tal redação já é bastante indicativa de que ali se trata apenas de tempo de serviço especial em comum, mas sempre no âmbito do serviço público, cuja migração do regime celetista para o estatutário se deu de maneira compulsória, por força de lei.

É certo que no STJ a "jurisprudência...é assente no sentido de que o servidor público, ex-celetista, que tenha exercido atividade laboral em condições insalubres, possui direito à contagem especial desse período de trabalho para fins de aposentadoria" (AgRg no REsp 1566891 / RS, 2ª Turma, rel. min. Humberto Martins, j. 08.03.2016). Períodos esses, portanto, sempre anteriores ao advento da Lei n. 8.112/90, prestados já na condição de servidor público, no âmbito do serviço público.

Há de se compreender, portanto, que o reconhecimento do direito à conversão do tempo especial em comum, para cômputo nos assentos funcionais vinculado a regime próprio de previdência (estatutário), tem por premissa situação fática que não ocorre nos presentes autos.

No caso do servidor público, antes celetista, que migrou para o regime estatutário, houve a imposição da transformação do regime jurídico a que estava vinculado, ao passo que no caso ora em comento, a migração deu-se por ato voluntário do então trabalhador da iniciativa privada.

Tal circunstância, a meu sentir, exerce toda a diferença sobre a solução a ser dada no caso em apreciação, e o é em sentido diverso ao que decidido pela Turma Recursal de origem.

Aqui incide a vedação contida no art. 96, I, da Lei 8.213/91, ao tratar da contagem recíproca de tempo de contribuição "na atividade privada, rural e urbana, e do tempo de contribuição ou de serviço na administração pública" (art. 94):

Art. 96. O tempo de contribuição ou de serviço de que trata esta Seção será contado de acordo com a legislação pertinente, observadas as normas seguintes:

I - não será admitida a contagem em dobro ou em outras condições especiais;

II - é vedada a contagem de tempo de serviço público com o de atividade privada, quando concomitantes;

III - não será contado por um sistema o tempo de serviço utilizado para concessão de aposentadoria pelo outro;

IV - o tempo de serviço anterior ou posterior à obrigatoriedade de filiação à Previdência Social só será contado mediante indenização da contribuição correspondente ao período respectivo, com acréscimo de juros moratórios de zero vírgula cinco por cento ao mês, capitalizados anualmente, e multa de dez por cento.

No caso do servidor público que, sendo antes celetista, foi compulsoriamente migrado para o regime próprio (estatutário), entende-se que a vedação não se aplica, tendo em vista o direito adquirido à contagem especial e sua conversão em comum, ante a transformação no regime jurídico que foi imposto a sua categoria profissional.

Neste sentido, vejamos julgados recentes do STJ sobre a matéria, inclusive por sua 3ª Seção:

PREVIDENCIÁRIO E ADMINISTRATIVO - TEMPO DE SERVIÇO - CONTAGEM RECÍPROCA - ATIVIDADE INSALUBRE PRESTADA NA INICIATIVA PRIVADA - CONTAGEM ESPECIAL PARA FINS DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA NO SERVIÇO PÚBLICO - IMPOSSIBILIDADE - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA ACOLHIDOS.

1. O REsp n. 534.638/PR, relatado pelo Excelentíssimo Ministro Félix Fischer, indicado como paradigma pela Autarquia Previdenciária, espelha a jurisprudência sedimentada desta Corte no sentido de que, objetivando a contagem recíproca de tempo de serviço, vale dizer, a soma do tempo de serviço de atividade privada (urbana ou rural) ao serviço público, não se admite a conversão do tempo de serviço especial em comum, ante a expressa proibição legal (artigo 4º, I, da Lei n. 6.226/75 e o artigo 96, I, da Lei n. 8.213/91). Precedentes.

2. Embargos de divergência acolhidos para dar-se provimento ao recurso especial do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, reformando-se o acórdão recorrido para denegar-se a segurança. (ERESP 524267/PB, Rel. Ministro JORGE MUSSI, S3, julgado em 12.02.2014)

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. TEMPO DE SERVIÇO. CONTAGEM RECÍPROCA. ATIVIDADE INSALUBRE PRESTADA NA INICIATIVA PRIVADA. CONTAGEM ESPECIAL PARA FINS DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA NO SERVIÇO PÚBLICO. IMPOSSIBILIDADE

1. A 3ª Seção, ao julgar o EREsp 524.267/PB, espelhando a jurisprudência sedimentada desta Corte, decidiu que, objetivando a contagem recíproca de tempo de serviço, vale dizer, a soma do tempo de serviço de atividade privada (urbana ou rural) ao serviço público, não se admite a conversão do tempo de serviço especial em comum, ante a expressa proibição legal (artigo 4º, I, da Lei n. 6.226/75 e o artigo 96, I, da Lei n. 8.213/91).

2. Agravo Regimental improvido.

(AgRg no REsp 1082452/PB, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, 6ª Turma, julgado em 09/12/2014, DJe 19/12/2014)

A questão, inclusive, já foi capturada pela doutrina, conforme lição que se segue:

"Nos casos em que os servidores públicos celetistas foram, compulsoriamente, transformados em servidores estatutários, situação que difere da mudança voluntária de regime na qual tem aplicação o instituto da contagem recíproca, pois a migração de regime foi promovida compulsoriamente pela lei, o STF entendeu possível a conversão do tempo de serviço especial, desde que anterior ao advento da Lei 8.112/90, pois a partir daí seria necessária a regulamentação exigida pela Constituição" (grifei).

O ponto fulcral, portanto, é que no caso ora em exame a perda do tempo acrescido fictamente ao tempo de serviço prestado em condições especiais se deu por iniciativa do próprio titular, ao migrar voluntariamente para regime previdenciário próprio, no qual, por expressa vedação legal, não cabe a contagem recíproca sob a forma diferenciada do tempo exercido na iniciativa privada.

Por fim, a título de necessário esclarecimento, eis que também razão motivadora da necessária revisão do entendimento, aponto que o julgado do STF citado no precedente desta Casa, no qual se deferiu a conversão do tempo especial em comum (PEDILEF nº 50068326620114047101), trata de hipótese diversa da dos autos: servidor público, antes celetista, que migrou para o regime estatutário, situação prevista em nossa Súmula 66 (TNU).

4. Da minuciosa análise acima tem-se que a contagem recíproca é devida no caso de servidor público ex-celetista, garantindo-se-lhe a conversão de tempo de serviço exercido sob condição especial em comum após migrar para o regime estatutário, ou seja, sempre no âmbito do serviço público, cuja migração do regime celetista para o estatutário se deu de maneira compulsória, por força de lei, situação que deve ser verificada no caso concreto. Assim, DOU PARCIAL PROVIMENTO ao recurso para determinar a devolução dos autos ao juízo de origem, para a respectiva verificação e adequação ao en-

tendimento acima firmado, nos termos da Questão de Ordem 20 da TNU: "Se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito"

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização DAR PARCIAL PROVIMENTO ao Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.

Brasília/DF, 16 de junho de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO  
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5002419-59.2011.4.04.7214  
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA  
REQUERENTE: INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO(A): ALMIRA TERESINHA DO VALLE PINTO  
PROC./ADV.: SIMONE FLEISCHMANN  
OAB: SC-22651  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

#### EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. CONTAGEM RECÍPROCA. SÚMULA 66 DA TNU. POSSIBILIDADE NO CASO DE SERVIDOR PÚBLICO CELETISTA QUE TEVE O REGIME ALTERADO PARA ESTATUTÁRIO. INCIDENTE PARCIALMENTE PROVIDO. QUESTÃO DE ORDEM 20/TNU.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto pelo INSS em face de acórdão que manteve a procedência do pedido, reconhecendo período especial laborado pela parte autora, servidor(a) público(a) atualmente inserido(a) em regime de previdência próprio, condenando o INSS à respectiva averbação e expedição de certidão. 2. Alega o INSS que o acórdão recorrido diverge do entendimento dominante do Superior Tribunal de Justiça, segundo o qual inadmissível a conversão de tempo de serviço especial em comum, para fins de contagem recíproca. Juntou paradigmas.

3. Este Colegiado, na presente sessão, reanalisou a matéria, assim fixando no PEDILEF 5001656-09.2011.4.04.7101, Relator Juiz Federal SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA: "PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. CONTAGEM RECÍPROCA. SERVIDOR PÚBLICO. PRETENSÃO DE CONVERSÃO DE ATIVIDADE ESPECIAL EXERCIDA NA INICIATIVA PRIVADA EM COMUM, PARA UTILIZAÇÃO NO SERVIÇO PÚBLICO. IMPOSSIBILIDADE. VEDAÇÃO LEGAL. HIPÓTESE DIVERSA DA PREVISTA NA SÚMULA 66/TNU. PROVIMENTO PARCIAL DO PEDIDO.

Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, reconheceu período de trabalho sob condição especial. O aresto combatido considerou que há o direito adquirido de servidor público vinculado a regime estatutário à contagem ponderada de trabalho anteriormente exercido sob o regime celetista, na iniciativa privada, em condição especial, fazendo jus à expedição de certidão de tempo de contribuição.

O INSS sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgados do STJ que, em alegada(s) hipótese(s) semelhante(s), não reconheceu(ram) o direito de servidor público à contagem recíproca de tempo de atividade especial exercida na iniciativa privada sob o regime celetista, por entender haver vedação legal expressa.

(...)

No acórdão recorrido, a Turma Recursal de origem, mantendo a sentença, considerou que há o direito adquirido de servidor público vinculado a regime estatutário à contagem ponderada de trabalho anteriormente exercido sob o regime celetista em condição especial, fazendo jus à expedição de certidão de tempo de contribuição, sob o seguinte fundamento (da sentença, mantida sem novas razões de decidir):

(SENTENÇA)

"Nos termos dos dispositivos acima transcritos, denota-se a existência de vedação legal ao reconhecimento do caráter especial de uma atividade e sua posterior conversão, quando o tempo de serviço respectivo for computado juntamente com tempo de serviço público.

Tal vedação, uma vez prevista em dispositivo legal, pode e deve ser aplicada. No entanto, não pode acarretar prejuízos àquele que trabalhou exposto à ação nociva de agentes insalutíferos e/ou perigosos, fazendo jus ao cômputo diferenciado na medida em que desempenhava seu labor, sob a égide da legislação então vigente. Não se trata de afastar a vedação legal acima imposta, pois não se está reconhecendo o direito dos servidores públicos ao cômputo privilegiado decorrente do exercício de atividade insalubre, tampouco se está estendendo a estes o direito à aposentadoria especial. Trata-se, isto sim, de reconhecer o direito adquirido daqueles que laboraram em regime celetista, em condições especiais. Nessa esteira, os precedentes a seguir colacionados.

...

Logo, entendo possível o cômputo de tempo de serviço laborado em condições especiais sob a égide de regime celetista, para fins de contagem recíproca com tempo de serviço público, condicionada à observância da legislação vigente à época do labor" (grifei). Sobre o tema, observo que a TNU emitiu a Súmula nº 66, que dispõe:

"O servidor público ex-celetista que trabalhava sob condições especiais antes de migrar para o regime estatutário tem direito adquirido à conversão do tempo de atividade especial em tempo comum com o devido acréscimo legal, para efeito de contagem recíproca no regime previdenciário próprio dos servidores públicos".

Inicialmente, aponto que este Colegiado, na sessão de julgamento ocorrida em 12/02/2015, não conheceu de incidente de uniformização tratando de matéria análoga, inclusive com base nos mesmos precedentes, sob o entendimento de que o acórdão recorrido encontrava-se em sintonia com a jurisprudência da TNU (PEDILEF nº 5008642-73.2011.4.04.7102, sob minha relatoria; PEDILEF 50068326620114047101, rel. Juiz Federal WILSON JOSÉ WITZEL, j. 19.08.2016).

Porém, em necessário reenfrentamento da matéria, convenci-me de que a hipótese é de provimento do incidente de uniformização, para considerar como incabível o pedido inicial formulado, referente à conversão, com acréscimo de tempo de serviço laborado em condições especiais sob a égide de regime celetista, na iniciativa privada, para fins de contagem recíproca com tempo de serviço público sob regime próprio de previdência.

Primeiro, porque observando a Súmula nº 66 deste Colegiado, percebe-se que ali se trata de servidor público ex-celetista, garantindo-se-lhe a conversão de tempo de serviço exercido sob condição especial em comum após "migrar para o regime estatutário". Tal redação já é bastante indicativa de que ali se trata apenas de tempo de serviço especial em comum, mas sempre no âmbito do serviço público, cuja migração do regime celetista para o estatutário se deu de maneira compulsória, por força de lei.

É certo que no STJ a "jurisprudência...é assente no sentido de que o servidor público, ex-celetista, que tenha exercido atividade laboral em condições insalubres, possui direito à contagem especial desse período de trabalho para fins de aposentadoria" (AgRg no REsp 1566891 / RS, 2ª Turma, rel. min. Humberto Martins, j. 08.03.2016). Períodos esses, portanto, sempre anteriores ao advento da Lei n. 8.112/90, prestados já na condição de servidor público, no âmbito do serviço público.

Há de se compreender, portanto, que o reconhecimento do direito à conversão do tempo especial em comum, para cômputo nos assentos funcionais vinculado a regime próprio de previdência (estatutário), tem por premissa situação fática que não ocorre nos presentes autos.

No caso do servidor público, antes celetista, que migrou para o regime estatutário, houve a imposição da transformação do regime jurídico a que estava vinculado, ao passo que no caso ora em comento, a migração deu-se por ato voluntário do então trabalhador da iniciativa privada.

Tal circunstância, a meu sentir, exerce toda a diferença sobre a solução a ser dada no caso em apreciação, e o é em sentido diverso ao que decidido pela Turma Recursal de origem.

Aqui incide a vedação contida no art. 96, I, da Lei 8.213/91, ao tratar da contagem recíproca de tempo de contribuição "na atividade privada, rural e urbana, e do tempo de contribuição ou de serviço na administração pública" (art. 94):

Art. 96. O tempo de contribuição ou de serviço de que trata esta Seção será contado de acordo com a legislação pertinente, observadas as normas seguintes:

I - não será admitida a contagem em dobro ou em outras condições especiais;

II - é vedada a contagem de tempo de serviço público com o de atividade privada, quando concomitantes;

III - não será contado por um sistema o tempo de serviço utilizado para concessão de aposentadoria pelo outro;

IV - o tempo de serviço anterior ou posterior à obrigatoriedade de filiação à Previdência Social só será contado mediante indenização da contribuição correspondente ao período respectivo, com acréscimo de juros moratórios de zero vírgula cinco por cento ao mês, capitalizados anualmente, e multa de dez por cento.

No caso do servidor público que, sendo antes celetista, foi compulsoriamente migrado para o regime próprio (estatutário), entende-se que a vedação não se aplica, tendo em vista o direito adquirido à contagem especial e sua conversão em comum, ante a transformação no regime jurídico que foi imposto a sua categoria profissional.

Neste sentido, vejamos julgados recentes do STJ sobre a matéria, inclusive por sua 3ª Seção:

PREVIDENCIÁRIO E ADMINISTRATIVO - TEMPO DE SERVIÇO - CONTAGEM RECÍPROCA - ATIVIDADE INSALUBRE PRESTADA NA INICIATIVA PRIVADA - CONTAGEM ESPECIAL PARA FINS DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA NO SERVIÇO PÚBLICO - IMPOSSIBILIDADE - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA ACOLHIDOS.

1. O REsp n. 534.638/PR, relatado pelo Excelentíssimo Ministro Félix Fischer, indicado como paradigma pela Autarquia Previdenciária, espelha a jurisprudência sedimentada desta Corte no sentido de que, objetivando a contagem recíproca de tempo de serviço, vale dizer, a soma do tempo de serviço de atividade privada (urbana ou rural) ao serviço público, não se admite a conversão do tempo de serviço especial em comum, ante a expressa proibição legal (artigo 4º, I, da Lei n. 6.226/75 e o artigo 96, I, da Lei n. 8.213/91). Precedentes.



2. Embargos de divergência acolhidos para dar-se provimento ao recurso especial do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, reformando-se o acórdão recorrido para denegar-se a segurança. (ERESP 524267/PB, Rel. Ministro JORGE MUSSI, S3, julgado em 12.02.2014)

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. TEMPO DE SERVIÇO. CONTAGEM RECÍPROCA. ATIVIDADE INSALUBRE PRESTADA NA INICIATIVA PRIVADA. CONTAGEM ESPECIAL PARA FINS DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA NO SERVIÇO PÚBLICO. IMPOSSIBILIDADE

1. A 3ª Seção, ao julgar o EREsp 524.267/PB, espelhando a jurisprudência sedimentada desta Corte, decidiu que, objetivando a contagem recíproca de tempo de serviço, vale dizer, a soma do tempo de serviço de atividade privada (urbana ou rural) ao serviço público, não se admite a conversão do tempo de serviço especial em comum, ante a expressa proibição legal (artigo 4º, I, da Lei n. 6.226/75 e o artigo 96, I, da Lei n. 8.213/91).

2. Agravo Regimental improvido.

(AgRg no REsp 1082452/PB, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, 6ª Turma, julgado em 09/12/2014, DJe 19/12/2014)

A questão, inclusive, já foi capturada pela doutrina, conforme lição que se segue:

"Nos casos em que os servidores públicos celetistas foram, compulsoriamente, transformados em servidores estatutários, situação que difere da mudança voluntária de regime na qual tem aplicação o instituto da contagem recíproca, pois a migração de regime foi provida compulsoriamente pela lei, o STF entendeu possível a conversão do tempo de serviço especial, desde que anterior ao advento da Lei 8.112/90, pois a partir daí seria necessária a regulamentação exigida pela Constituição" (grifei).

O ponto fulcral, portanto, é que no caso ora em exame a perda do tempo acrescido fictamente ao tempo de serviço prestado em condições especiais se deu por iniciativa do próprio titular, ao migrar voluntariamente para regime previdenciário próprio, no qual, por expressa vedação legal, não cabe a contagem recíproca sob a forma diferenciada do tempo exercido na iniciativa privada.

Por fim, a título de necessário esclarecimento, eis que também razão motivadora da necessária revisão do entendimento, aponto que o julgado do STF citado no precedente desta Casa, no qual se deferiu a conversão do tempo especial em comum (PEDILEF nº 50068326620114047101), trata de hipótese diversa da dos autos: servidor público, antes celetista, que migrou para o regime estatutário, situação prevista em nossa Súmula 66 (TNU)'.  
4. Da minuciosa análise acima tem-se que a contagem recíproca é devida no caso de servidor público ex-celetista, garantindo-se-lhe a conversão de tempo de serviço exercido sob condição especial em comum após migrar para o regime estatutário, ou seja, sempre no âmbito do serviço público, cuja migração do regime celetista para o estatutário se deu de maneira compulsória, por força de lei, situação que deve ser verificada no caso concreto. Assim, DOU PARCIAL PROVIMENTO ao recurso para determinar a devolução dos autos ao juízo de origem, para a respectiva verificação e adequação ao entendimento acima firmado, nos termos da Questão de Ordem 20 da TNU: "Se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito"

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização DAR PARCIAL PROVIMENTO ao Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.

Brasília/DF, 16 de junho de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO

Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5000407-86.2013.4.04.7219

ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): MARCOS ANTONIO ZEMBRANI

PROC./ADV.: LUCY MARI DE ALMEIDA NOVICKI

OAB: SC-21756

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

#### EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. AGENTES QUÍMICOS. HIDROCARBONETOS AROMÁTICOS. AVALIAÇÃO QUALITATIVA. INCIDENTE IMPROVIDO.

1. Incidente de uniformização interposto pelo INSS em face de acórdão que manteve sentença de parcial procedência do pedido, reconhecendo como especial período posterior à edição do Decreto 2.172/97, laborado com exposição habitual e permanente a agentes químicos (hidrocarbonetos aromáticos).

2. Alega divergência quanto ao entendimento da 5ª Turma Recursal de São Paulo - processos 00107483220104036302 e 00043517120084036319. Sustenta que não é cabível o reconhecimento da especialidade pela menção genérica de exposição a hidrocarbonetos aromáticos e, que "após 05-03-1997 se exige para enquadramento da atividade como especial de medição, indicação, em laudo técnico da concentração no ambiente de trabalho de agente nocivo listado no anexo IV, dos decretos 2.172/97 e 3.048/99, em nível superior aos limites de tolerância".

3. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, para a TNU, quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões na interpretação da lei ou em contrariedade à jurisprudência dominante do STJ ou TNU. Assim, de plano, paradigmas de Tribunais Regionais Federais e Turmas Recursais da mesma região não atendem ao requisito de admissibilidade do incidente.

4. Tenho que o incidente não comporta provimento.

5. A sentença, mantida pelo acórdão, julgou parcialmente procedente o pedido, assim fixando:

d) De 02/04/2002 a 30/11/2002 e de 01/12/2002 a 31/12/2003 (Imaribo S/A Indústria e Comércio) Nesses períodos a parte autora laborou na empresa Imaribo S/A Indústria e Comércio exercendo os cargos de Auxiliar de Manutenção e de Mecânico (evento 10, PRO-CADM3, fls. 17-21). Os documentos apontam que, ao realizar as atividades de 'manutenção em geral em máquinas e equipamentos da empresa, e efetuar solda em geral', no setor de manutenção, a parte autora esteve exposta a fator de risco físico (radiações não ionizantes) e químico (óleos e graxas). Ainda segundo a documentação acostada, a exposição se dava de modo habitual e intermitente. Os Laudos Técnicos juntados acusaram a exposição a ruído médio na ordem de 78,57dB e 76,75dB, respectivamente para os cargos de auxiliar de manutenção e de mecânico (evento 10, PROCADM3, fls. 17-21). Pois bem. Pela exposição a ruído, que se dava em intensidade inferior ao limite permitido, não é possível o reconhecimento da atividade como especial. Por sua vez, o agente hidrocarbonetos aromáticos (óleos minerais, graxas, dentre outros), presente no período, está enquadrado como nocivo à saúde pelo Decreto nº 53.831/64, sob o código 1.2.11 e pelo Decreto nº 83.080/79, sob o código 1.2.10 do Anexo I, o que torna as atividades desempenhadas especiais para fins previdenciários. Além disso, extrai-se da jurisprudência da então única Turma Recursal de Santa Catarina que no caso específico da atividade de mecânico presume-se a exposição habitual e permanente a agentes químicos nocivos à saúde (óleos e graxas), em razão da associação de agentes típicos da profissão (TRSC, Processo nº 2004.72.95.001536-2, Rel. Juiz Federal João Batista Lazzari., Julgado em 01.06.2005). Por oportuno, cito entendimento análogo oriundo do Egrégio TRF da 4ª Região: PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. MECÂNICO. 1. A atividade desenvolvida pelo Autor em oficina mecânica, pela associação de agentes típicos da profissão (óleos, graxas, óleo queimado, óleo diesel, benzeno, gasolina e querosene - 1.2.11), deve ser enquadrada como especial. (...) (Acórdão do TRF da 4ª Região na AC nº 1999.04.01.093120-6/SC, Sexta Turma, Relatora Juíza Eliana Pagliarin Marinho, DJ de 20.12.2000) Por outro lado, muito embora o laudo indique que a parte autora estava exposta a radiações não ionizantes, estas, por si só, não configuram a atividade especial, pois nos decretos de regência só há previsão de enquadramento para as radiações ionizantes. Dessa forma, viável o enquadramento do período de 02/04/2002 a 30/11/2002 e de 01/12/2002 a 31/12/2003 como especial, em razão da exposição habitual e permanente a hidrocarbonetos aromáticos. e) De 01/01/2004 a 31/01/2005, 01/02/2005 a 31/01/2006, 01/02/2006 a 13/02/2008 e de 14/02/2008 a 31/11/2012 Nesses períodos a parte autora laborou na empresa Imaribo S/A Indústria e Comércio exercendo os cargos de Mecânico I e Mecânico II (evento 10, PROCADM3, fls. 25- 28). Os PPPs apontam que, ao realizar as atividades de 'efetuar a montagem/desmontagem de máquinas/equipamentos, soldagem de peças, substituição de peças, operar máquina lixadeira, prestar socorro às máquinas/equipamentos no campo, organizar setor de trabalho, executar reparos mecânicos em máquinas e equipamentos da produção segundo ordem de serviço, lubrificar e engraxar equipamentos (óleos minerais e graxas), efetuar solda em geral, realizar a usinagem de peças mecânicas em geral operando máquinas (torno, plaina), limpar e organizar setor de trabalho, reparos mecânicos corretivos e preventivos em máquinas e equipamentos da produção segundo ordem de serviço, realizar solda elétrica em peças metálicas', nos setores de mecânica e de manutenção, a parte autora esteve exposta a fator de risco físico (ruído e radiações não ionizantes) e químico (parafina, óleo lubrificante de corte e graxa). Sem maiores digressões, pela exposição do autor aos hidrocarbonetos aromáticos (óleos minerais, graxas, dentre outros) é possível o reconhecimento da especialidade das atividades, pois enquadro no Decreto nº 53.831/64, sob o código 1.2.11 e pelo Decreto nº 83.080/79, sob o código 1.2.10 do Anexo I. Assim, reconheço a especialidade também nos períodos ora analisados, quais sejam de 01/01/2004 a 31/01/2005, 01/02/2005 a 31/01/2006, 01/02/2006 a 13/02/2008 e de 14/02/2008 a 30/11/2012'.

6. O INSS junta paradigmas de Turma Recursal de São Paulo, sustentando que 'após 05-03- 1997 se exige para enquadramento da atividade como especial de medição, indicação, em laudo técnico da concentração no ambiente de trabalho de agente nocivo listado no anexo IV, dos decretos 2.172/97 e 3.048/99, em níveis superiores aos limites de tolerância', ou seja, avaliação quantitativa dos agentes nocivos e não apenas qualitativa.

7. Contudo, conforme reconheceu em seu recurso, quando da impugnação da sentença, necessária a análise da composição dos agentes químicos, pois alguns podem configurar risco carcinogênico, outros não. Esta afirmação já demonstra a inviabilidade de uniformização de entendimento nesta seara. Vejamos.

8. Primeiramente, a supressão de um agente nocivo do rol da legislação de regência não impede o reconhecimento de exercício de atividade especial, conforme já decidido pelo Superior Tribunal de Justiça, como segue:

'No mais, conforme decidido pela Primeira Seção desta Corte, no julgamento do Recurso Especial 1.306.113/SC, de relatoria do Ministro HERMAN BENJAMIN, feito submetido ao procedimento previsto no art. 543-C do CPC, a supressão de agente do rol de atividades e agentes nocivos pelo Decreto 2.172/1997 (Anexo IV) não impossibilita a configuração do tempo de serviço como especial, pois

as normas regulamentadoras, que estabelecem os casos de agentes e atividades nocivos à saúde do trabalhador, são exemplificativas'. (STJ, AREsp 550891, Rel. Ministra Assussette Magalhães, DJ 24/09/2015) 9. Com relação aos agentes nocivos químicos, a questão já passou por várias alterações normativas. Transcrevo análise extraída do voto no Recurso 00046796920104036306, JUIZ FEDERAL ROBERTO SANTORO FACCHINI, 6ª TURMA RECURSAL DE SÃO PAULO, e-DJF3 Judicial DATA: 26/02/2016:

' (...) No âmbito previdenciário, a partir do Decreto 53.831, de 26 de março de 1964, a legislação seguiu caminho tortuoso. Assim, o referido Decreto 53.831, de 26 de março de 1964, relacionava, em seu quadro, as profissões e os agentes agressivos, que conferiam direito à aposentadoria especial, incluindo a relação de agentes químicos. O Decreto 53.831/64 foi expressamente revogado pelo Decreto nº 62.755/68, que, em anexo, estabeleceu condições mais restritivas na caracterização das atividades insalubres. Posteriormente, o Decreto 83.080/79, em seus Anexos, manteve, em linhas gerais, a regulamentação do Decreto 62.755/68. Constatam-se diferenças significativas entre as disposições do Decreto 53.831/64 e dos Decretos 62.755/68 e 83.080/79, sobre a insalubridade dos agentes químicos. Exemplos desse fato são os agentes químicos derivados do carbono (hidrocarboneto e outros derivados) constantes do item 1.2.11 do Decreto 53.831/64. Na redação do Decreto 53.831/64, qualquer trabalho exposto a poeiras, gases, vapores e neblinas dos derivados do carbono (como o hidrocarboneto) era considerado insalubre, dando direito à aposentadoria aos 25 anos de serviço. Entretanto, a exposição aos agentes químicos derivados do carbono foi inteiramente reformulada pelos anexos do Decreto 63.230/68. O item 1.2.9 que trata dos hidrocarbonetos e outros derivados de carbono. Nesse item, constam, expressamente, as atividades com os derivados de carbono que dariam direito à aposentadoria especial. Todas as atividades ali listadas tratam da fabricação de produtos que deixam antever grande exposição a esses agentes químicos, como, por exemplo, a fabricação de inseticidas clorados, derivados de hidrocarbonetos e a fabricação de solventes para tintas, contendo benzol, toluol e xilol, entre outras. Repise-se que esse disciplinamento dos hidrocarbonetos e outros derivados do carbono, previsto no Decreto 63.230/68 foi reproduzido no posterior Decreto 83.080/79. Pode-se, apenas, afirmar que a exposição a gases ou vapores de hidrocarbonetos foi mantida apenas, como especial, no caso da atividade de pintura a pistola, com associação de solventes e hidrocarbonados e partículas suspensas, como consta do item 1.2.11 do anexo I do referido Decreto 83.080/79. Também outras profissões, como eletricitistas, cabistas, montadores e outros, foram excluídas da regulamentação inaugurada pelo Decreto 63.230/68, com a exclusão reafirmada pelo Decreto 83.080/79. No entanto, novas reviravoltas ocorreram no disciplinamento dos agentes agressivos, para fins de aposentadoria especial. Inicialmente, a Lei 5527/68 restabeleceu o direito à aposentadoria especial para as profissões que foram excluídas pelo Decreto 63.230/68. Posteriormente, na vigência da Lei 8.213/1991, tanto o anexo do Decreto 53.831/64, quanto aos anexos I e II do Decreto 83.080/79 foram ratificados pelos artigos 295 do Decreto 357/91 e 292 do Decreto 611/92. Logo, diante desse quadro legal, admite-se, hoje, pacificamente, tanto na esfera administrativa, quanto judicial, a possibilidade de enquadramento da atividade especial concomitantemente em quaisquer dos anexos citados, até a edição do anexo IV do Decreto 2172/97. Por fim, nova regulamentação foi prevista no atual Decreto 3.048/99. Resta, ainda, a questão sobre a necessidade de comprovação de exposição a nível máximo de tolerância, no caso dos agentes químicos, nos diversos períodos citados. Como acima afirmado, o quadro constante do Decreto 53.831/64, por força de disposições legais diversas, foi revigorado (no dizer da doutrina) no período anterior a 1997. Assim, a exposição a poeiras, fumos, gases, neblinas e vapores para certos agentes químicos (como no exemplo dos hidrocarbonetos) é suficiente para a caracterização da insalubridade. Interessante notar que, não obstante esse fato, algumas decisões administrativas do INSS negam a insalubridade, sob o argumento de falta de informação da concentração do agente químico, mesmo para os períodos em que sequer era necessária a elaboração de laudo técnico, isto é, no período anterior à lei 9.528/97. A comprovação do tempo especial sempre requereu, no mínimo, a descrição minuciosa da atividade e do ambiente de trabalho (conforme os formulários SB-40, DIRBEN 8030, e posteriormente, a partir de janeiro de 2.004, o PPP). Assim, em tese, é possível a existência de casos em que a descrição minuciosa e detalhada da atividade e do ambiente de trabalho revele exposição tão diminuta ou irrelevante ao agente químico, que não se caracterizem os requisitos mínimos para a concessão da aposentadoria especial, como definido pelo artigo 57 da Lei 8.213/1991, e que contém, nesse particular, redação semelhante às leis previdenciárias anteriores. Portanto, entende-se possível, em tese, que as descrições detalhadas das atividades e do ambiente de trabalho (mesmo quando era desnecessária a apresentação do laudo técnico), possam descaracterizar a insalubridade por exposição a agente químico, nos casos em que tais descrições não indiquem sequer a existência do risco potencial à saúde ou à integridade física do segurado. Posteriormente, a questão relativa aos níveis de exposição aos agentes químicos teve novo disciplinamento, com o Decreto 3048/99, segundo o seu anexo IV: ANEXO IV CLASSIFICAÇÃO DOS AGENTES NOCIVOS CÓDIGO AGENTE NOCIVO TEMPO DE EXPOSIÇÃO 1.0.0AGENTES QUÍMICOS O que determina o benefício é a presença do agente no processo produtivo e sua constatação no ambiente de trabalho, em condição (concentração) capaz de causar danos à saúde ou à integridade física. As atividades listadas são exemplificadas nas quais pode haver a exposição. O que determina o direito ao benefício é a exposição do trabalhador ao agente nocivo presente no ambiente de trabalho e no processo produtivo, em nível de concentração superior aos limites de tolerância estabelecidos. (Redação dada pelo Decreto, nº 3.265, de 1999) O rol de agentes nocivos é exaustivo, enquanto que as atividades listadas, nas quais pode haver a exposição, é exemplificativa. (Redação dada pelo Decreto, nº 3.265, de 1999) Apa-

rentemente, mostrava-se claro que, a partir do Decreto 3.048/99, seria necessária a comprovação do nível de concentração do agente químico no ambiente de trabalho. Confirmam-se, nesse passo, as disposições dos artigos 183 e seguintes da Instrução Normativa 78/2002, do INSS. Em seguida, nova instrução normativa foi editada a IN 45/2010 - que dispõe em seu artigo 236: Art. 236. Para os fins da análise do benefício de aposentadoria especial, consideram-se: I - nocividade: situação combinada ou não de substâncias, energias e demais fatores de riscos reconhecidos, presentes no ambiente de trabalho, capazes de trazer ou ocasionar danos à saúde ou à integridade física do trabalhador; e II - permanência: trabalho não ocasional nem intermitente, durante quinze, vinte ou vinte cinco anos, no qual a exposição do empregado, do trabalhador avulso ou do cooperado ao agente nocivo seja indissociável da produção do bem ou da prestação do serviço, em decorrência da subordinação jurídica a qual se submete. § 1º Para a apuração do disposto no inciso I do caput, há que se considerar se a avaliação do agente nocivo é: I - apenas qualitativa, sendo a nocividade presumida e independente de mensuração, constatada pela simples presença do agente no ambiente de trabalho, conforme constante nos Anexos 6, 13, 13-A e 14 da Norma Regulamentadora nº 15 NR-15 do MTE, e no Anexo IV do RPS, para os agentes iodo e níquel; ou II - quantitativo, sendo a nocividade considerada pela ultrapassagem dos limites de tolerância ou doses, dispostos nos Anexos 1, 2, 3, 5, 8, 11 e 12 da NR-15 do MTE, por meio da mensuração da intensidade ou da concentração, consideradas no tempo efetivo da exposição no ambiente de trabalho. Logo, no âmbito administrativo, a necessidade de comprovação de níveis de tolerância aos agentes químicos foi seccionada em duas variantes básicas; para alguns casos, a comprovação é meramente qualitativa (simples existência do agente químico no ambiente de trabalho), e para outros é quantitativa (necessidade de comprovação de níveis mínimos de exposição), de acordo com o enquadramento nos anexos da Norma Regulamentadora 15, expedida na esfera trabalhista. E neste aspecto, reside a diferenciação nos critérios de interpretação dessas normas previdenciárias. Para fins de aposentadoria especial, os agentes químicos sempre foram descritos em tabelas, nos quais são mencionados o elemento ou compostos químicos nocivos, e, depois, são descritas atividades consideradas insalubres. Firma-se na jurisprudência (e agora, também no Decreto 3.048/99), que a descrição das atividades é meramente exemplificativa, e que outras podem igualmente ser consideradas insalubres. Considerei que a descrição das atividades insalubres, relacionadas com o respectivo elemento ou composto químico nocivo, representaria mensuração indireta dos níveis mínimos de tolerância. Veja-se; para certos elementos ou compostos químicos, as atividades insalubres correlatas dizem respeito à fabricação, trituração, extração, fundição... , ou seja, descrevem operações que naturalmente envolvem o contato com grandes quantidades desse elemento ou composto químico (confira-se, por exemplo, o manganês, previsto no item 1.2.7 do anexo I do Decreto 83.080/79). Logo, a meu ver, no exemplo citado, outra atividade, que envolva o contato com manganês, somente poderia ser considerada insalubre se demonstrada a sujeição ao nível de exposição equivalente a qualquer das atividades previstas no referido item 1.2.7 acima referido. Essa interpretação restritiva melhor se amoldaria à definição e às origens da insalubridade no direito previdenciário, bem como aos fins colimados pelos anexos constantes dos Decretos antes citados. Tais anexos descrevem atividades em que a exposição ao agente químico conduz necessariamente à insalubridade. Como decorrência, para outras atividades não previstas, mostrar-se-ia necessária prova de que ela estava sujeita a níveis equivalentes de exposição ao referido agente químico. Essa interpretação, no entanto, também traz o inconveniente de necessitar de informações que se situariam além do que era exigível dos empregadores e dos segurados, em especial na vigência dos Decretos 83.080/79 e 53.832/64. Afinal, nessa época, a insalubridade por agentes químicos era demonstrada por simples formulários, sem necessidade de averiguações ou consultas técnicas. Possível que tais motivos tenham conduzido a jurisprudência e as próprias instruções normativas do INSS antes citadas, a trilhar caminho diverso. Especialmente para o período anterior ao Decreto 3.048/99, tem-se considerado, em princípio, que qualquer atividade com exposição a determinado elemento ou composto químico, previsto nos anexos dos Decretos Regulamentadores, já se mostra suficiente para a qualificação especial, independentemente de comparar essa atividade com aquelas descritas nos anexos, para verificar eventual compatibilidade de exposição ao respectivo elemento ou composto químico'.

10. Com efeito, dispõem os Anexos 13 e 11 da NR 15, em atenção à Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho:  
NR 15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES ANEXO N.º 13 AGENTES QUÍMICOS 1. Relação das atividades e operações envolvendo agentes químicos, consideradas, insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho. Excluem-se desta relação as atividades ou operações com os agentes químicos constantes dos Anexos 11 e 12.

(...)  
HIDROCARBONETOS E OUTROS COMPOSTOS DE CARBONO Insalubridade de grau máximo Destilação do alcatrão da hulha. Destilação do petróleo. Manipulação de alcatrão, breu, betume, atranceno, óleos minerais, óleo queimado, parafina ou outras substâncias cancerígenas afins. Manipulação do negro de fumo. (Excluído pela Portaria DNST n.º 9, de 09 de outubro de 1992) Fabricação de fenóis, cresóis, naftóis, nitroderivados, aminoderivados, derivados halogenados e outras substâncias tóxicas derivadas de hidrocarbonetos cíclicos. Pintura a pistola com esmaltes, tintas, vernizes e solventes contendo hidrocarbonetos aromáticos.

NR 15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES ANEXO N.º 11 AGENTES QUÍMICOS CUJA INSALUBRIDADE É CARACTERIZADA POR LIMITE DE TOLERÂNCIA E INSPEÇÃO NO LOCAL DE TRABALHO 1. Nas atividades ou operações nas quais os trabalhadores ficam expostos a agentes químicos, a caracterização de insalubridade ocorrerá quando forem ultrapassados os limites de tolerância constantes do Quadro n.º 1 deste Anexo.

11. No caso dos hidrocarbonetos aromáticos, estão elencados no Anexo 13, que se refere apenas à avaliação qualitativa. Corroborando: PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO INTERNO. PROVA DA ESPECIALIDADE DO LABOR. HIDROCARBONETOS. ANÁLISE QUANTITATIVA. DESNECESSIDADE. NR-15, ANEXO N.º 13. CRITÉRIO DA CATEGORIA PROFISSIONAL. TRABALHADOR OCUPADO EM CARÁTER PERMANENTE NA PERFURAÇÃO DE POÇOS PETROLÍFEROS E NA EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO. 1. A NR-15, em seu anexo nº 13, prevê as atividades e operações envolvendo agentes químicos que serão consideradas insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho, entre elas estão os hidrocarbonetos, motivo pelo qual descabe a análise quantitativa reclamada pelo réu. 2. Tem-se que, in casu, que o autor também está enquadrado no item 2.3.5, do Anexo II, do Decreto nº 83.080/1979, como trabalhador ocupado em caráter permanente na perfuração de poços petrolíferos e na extração de petróleo. 3. Entretanto, a extensão do período considerado especial deve ser reduzida. Com efeito, não há qualquer prova nos autos que indique a especialidade do trabalho prestado entre 01/05/1992 e 28/04/1995, seja de exposição a agentes nocivos, seja de subsunção a atividade profissional a favor da qual militava presunção de que exercida em caráter especial. 4. Agravo interno parcialmente provido. (REO 200751160001412, Desembargadora Federal LILIANE RORIZ, TRF/2, SEGUNDA TURMA ESPECIALIZADA, E-DJF2R - Data: 08/06/2012 - Página: 36/37)

12. Trago, também, o seguinte entendimento deste Colegiado: PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. MANIPULAÇÃO DE ÓLEOS E GRAXAS. 1. A manipulação de óleos e graxas, em tese, pode configurar condição especial de trabalho para fins previdenciários. 2. O código 1.0.7 do Anexo IV dos Decretos n.ºs 2.172/97 e 3.048/99, que classifica carvão mineral e seus derivados como agentes químicos nocivos à saúde, prevê, na alínea b, que a utilização de óleos minerais autoriza a concessão de aposentadoria especial aos 25 anos de serviço. 3. No anexo nº 13 da NR-15, veiculada na Portaria MTb nº 3.214/78, consta, no tópico dedicado aos "hidrocarbonetos e outros compostos de carbono", que a manipulação de óleos minerais caracteriza hipótese de insalubridade de grau máximo. 4. Pedido parcialmente provido para anular o acórdão recorrido e uniformizar o entendimento de que a manipulação de óleos e graxas, em tese, pode configurar condição especial de trabalho para fins previdenciários. Determinação de retorno dos autos à turma recursal de origem para adequação do julgado. ACÓRDÃO Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais dar parcial provimento ao incidente de uniformização. Brasília, 15 de maio de 2012. (PEDILEF 200971950018280, JUIZ FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES, TNU, DOU 25/05/2012.)

13. Por fim, este Colegiado, na presente sessão, uniformizou a tese proposta no PEDILEF 5004638-26.2012.4.04.7112, de relatoria do Juiz Federal DANIEL MACHADO DA ROCHA, que, após detalhada análise do tema, assim concluiu: ' 13. Forte em tais considerações, proponho a fixação de tese, em relação aos agentes químicos hidrocarbonetos e outros compostos de carbono, como óleos minerais e outros compostos de carbono, que estão descritos no Anexo 13 da NR 15 do MTE, basta a avaliação qualitativa de risco, sem que se cogite de limite de tolerância, independentemente da época da prestação do serviço, se anterior ou posterior a 02.12.1998, para fins de reconhecimento de tempo de serviço especial. 14. Em face do exposto, tenho que o incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pelo INSS merece ser conhecido e improvido'. 14. Incidente improvido.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NEGAR PROVIMENTO ao Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora. Brasília/DF, 16 de junho de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO  
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5000853-28.2013.4.04.7207  
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA  
REQUERENTE: INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO(A): WOLNEY LUIZ IONCK  
PROC./ADV.: SANDRO VOLPATO  
OAB: SC-11749  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

#### EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. AGENTES QUÍMICOS. HIDROCARBONETOS AROMÁTICOS. AVALIAÇÃO QUALITATIVA. INCIDENTE IMPROVIDO.

1. Incidente de uniformização interposto pelo INSS em face de acórdão que reconheceu, como especial, período posterior à edição do Decreto 2.172/97, laborado com exposição habitual e permanente a agentes químicos (hidrocarbonetos aromáticos, óleos e graxas).

2. Alega divergência quanto ao entendimento da 5ª Turma Recursal de São Paulo - processos 00107483220104036302 e 00043517120084036319. Sustenta que não é cabível o reconhecimento da especialidade pela menção genérica de exposição a hi-

drocarbonetos aromáticos e, que "após 05-03-1997 se exige para enquadramento da atividade como especial de medição, indicação, em laudo técnico da concentração no ambiente de trabalho de agente nocivo listado no anexo IV, dos decretos 2.172/97 e 3.048/99, em nível superior aos limites de tolerância".

3. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, para a TNU, quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões na interpretação da lei ou em contrariedade à jurisprudência dominante do STJ ou TNU. Assim, de plano, paradigmas de Tribunais Regionais Federais e Turmas Recursais da mesma região não atendem ao requisito de admissibilidade do incidente.

4. Tenho que o incidente não comporta provimento.

5. A procedência do pedido restou assim fundamentada pelo acórdão:

'De fato constata-se no documento PPP7, Evento 1 que o autor nesses períodos laborou como operador de produção II e III, estando exposto a hidrocarbonetos aromáticos/óleos minerais, além de ruído abaixo do limite de tolerância. Equivoca-se o magistrado ao entender que não se pode reconhecer a atividade especial por conta do citado agente. Na verdade a Turma Nacional de Uniformização já sedimentou o assunto: EMENTA PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. MANIPULAÇÃO DE ÓLEOS E GRAXAS. 1. A manipulação de óleos e graxas, em tese, pode configurar condição especial de trabalho para fins previdenciários. 2. O código 1.0.7 do Anexo IV dos Decretos n.ºs 2.172/97 e 3.048/99, que classifica carvão mineral e seus derivados como agentes químicos nocivos à saúde, prevê, na alínea b, que a utilização de óleos minerais autoriza a concessão de aposentadoria especial aos 25 anos de serviço. 3. No anexo nº 13 da NR-15, veiculada na Portaria MTb nº 3.214/78, consta, no tópico dedicado aos 'hidrocarbonetos e outros compostos de carbono', que a manipulação de óleos minerais caracteriza hipótese de insalubridade de grau máximo. 4. Pedido parcialmente provido para anular o acórdão recorrido e uniformizar o entendimento de que a manipulação de óleos e graxas, em tese, pode configurar condição especial de trabalho para fins previdenciários. Determinação de retorno dos autos à turma recursal de origem para adequação do julgado. (PEDILEF 200971950018280, JUIZ FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES, TNU, DOU 25/05/2012.) Portanto, deve ser reconhecida a atividade especial nos períodos de 01/06/99 e 18/11/03 e 28/02/06 e 08/01/07'.

6. O INSS junta paradigmas de Turma Recursal de São Paulo, sustentando que 'após 05-03-1997 se exige para enquadramento da atividade como especial de medição, indicação, em laudo técnico da concentração no ambiente de trabalho de agente nocivo listado no anexo IV, dos decretos 2.172/97 e 3.048/99, em níveis superiores aos limites de tolerância', ou seja, avaliação quantitativa dos agentes nocivos e não apenas qualitativa.

7. Primeiramente, a supressão de um agente nocivo do rol da legislação de regência não impede o reconhecimento de exercício de atividade especial, conforme já decidido pelo Superior Tribunal de Justiça, como segue:

'No mais, conforme decidido pela Primeira Seção desta Corte, no julgamento do Recurso Especial 1.306.113/SC, de relatoria do Ministro HERMAN BENJAMIN, feito submetido ao procedimento previsto no art. 543-C do CPC, a supressão de agente do rol de atividades e agentes nocivos pelo Decreto 2.172/1997 (Anexo IV) não impossibilita a configuração do tempo de serviço como especial, pois as normas regulamentadoras, que estabelecem os casos de agentes e atividades nocivos à saúde do trabalhador, são exemplificativas'. (STJ, AREsp 550891, Rel. Ministra Assusete Magalhães, DJ 24/09/2015) 8. Com relação aos agentes nocivos químicos, a questão já passou por várias alterações normativas. Transcrevo análise extraída do voto no Recurso 00046796920104036306, JUIZ FEDERAL ROBERTO SANTORO FACCHINI, 6ª TURMA RECURSAL DE SÃO PAULO, e-DJF3 Judicial DATA: 26/02/2016:

' (...) No âmbito previdenciário, a partir do Decreto 53.831, de 26 de março de 1964, a legislação seguiu caminho tortuoso. Assim, o referido Decreto 53.831, de 26 de março de 1964, relacionava, em seu quadro, as profissões e os agentes agressivos, que conferiam direito à aposentadoria especial, incluindo a relação de agentes químicos. O Decreto 53.831/64 foi expressamente revogado pelo Decreto nº 62.755/68, que, em anexo, estabeleceu condições mais restritivas na caracterização das atividades insalubres. Posteriormente, o Decreto 83.080/79, em seus Anexos, manteve, em linhas gerais, a regulamentação do Decreto 62.755/68. Constatam-se diferenças significativas entre as disposições do Decreto 53.831/64 e dos Decretos 62.755/68 e 83.080/79, sobre a insalubridade dos agentes químicos. Exemplos desse fato são os agentes químicos derivados do carbono (hidrocarboneto e outros derivados) constantes do item 1.2.11 do Decreto 53.831/64. Na redação do Decreto 53.831/64, qualquer trabalho exposto a poeiras, gases, vapores e neblinas dos derivados do carbono (como o hidrocarboneto) era considerado insalubre, dando direito à aposentadoria aos 25 anos de serviço. Entretanto, a exposição aos agentes químicos derivados do carbono foi inteiramente reformulada pelos anexos do Decreto 63.230/68. O item 1.2.9 que trata dos hidrocarbonetos e outros derivados de carbono. Nesse item, constam, expressamente, as atividades com os derivados de carbono que dariam direito à aposentadoria especial. Todas as atividades ali listadas tratam da fabricação de produtos que deixam antever grande exposição a esses agentes químicos, como, por exemplo, a fabricação de inseticidas clorados, derivados de hidrocarbonetos e a fabricação de solventes para tintas, contendo benzol, toluol e xilol, entre outras. Repise-se que esse disciplinamento dos hidrocarbonetos e outros derivados do carbono, previsto no Decreto 63.230/68 foi reproduzido no posterior Decreto 83.080/79. Pode-se, apenas, afirmar que a exposição a gases ou vapores de hidrocarbonetos foi mantida apenas, como especial, no caso da atividade de pintura a pistola, com associação de solventes e hidrocarbonados e partículas suspensas, como



consta do item 1.2.11 do anexo I do referido Decreto 83.080/79. Também outras profissões, como eletricitistas, cabistas, montadores e outros, foram excluídas da regulamentação inaugurada pelo Decreto 63.230/68, com a exclusão reafirmada pelo Decreto 83.080/79. No entanto, novas reviravoltas ocorreram no disciplinamento dos agentes agressivos, para fins de aposentadoria especial. Inicialmente, a Lei 5527/68 restabeleceu o direito à aposentadoria especial para as profissões que foram excluídas pelo Decreto 63.230/68. Posteriormente, na vigência da Lei 8.213/1991, tanto o anexo do Decreto 53.831/64, quanto aos anexos I e II do Decreto 83.080/79 foram ratificados pelos artigos 295 do Decreto 357/91 e 292 do Decreto 611/92. Logo, diante desse quadro legal, admite-se, hoje, pacificamente, tanto na esfera administrativa, quanto judicial, a possibilidade de enquadramento da atividade especial concomitantemente em quaisquer dos anexos citados, até a edição do anexo IV do Decreto 2172/97. Por fim, nova regulamentação foi prevista no atual Decreto 3.048/99. Resta, ainda, a questão sobre a necessidade de comprovação de exposição a nível máximo de tolerância, no caso dos agentes químicos, nos diversos períodos citados. Como acima afirmado, o quadro constante do Decreto 53.831/64, por força de disposições legais diversas, foi revigorado (no dizer da doutrina) no período anterior a 1997. Assim, a exposição a poeiras, fumos, gases, neblinas e vapores para certos agentes químicos (como no exemplo dos hidrocarbonetos) é suficiente para a caracterização da insalubridade. Interessante notar que, não obstante esse fato, algumas decisões administrativas do INSS negam a insalubridade, sob o argumento de falta de informação da concentração do agente químico, mesmo para os períodos em que sequer era necessária a elaboração de laudo técnico, isto é, no período anterior à lei 9.528/97. A comprovação do tempo especial sempre requereu, no mínimo, a descrição minuciosa da atividade e do ambiente de trabalho (conforme os formulários SB-40, DIRBEN 8030, e posteriormente, a partir de janeiro de 2.004, o PPP). Assim, em tese, é possível a existência de casos em que a descrição minuciosa e detalhada da atividade e do ambiente de trabalho revele exposição tão diminuta ou irrelevante ao agente químico, que não se caracterizem os requisitos mínimos para a concessão da aposentadoria especial, como definido pelo artigo 57 da lei 8.213/1991, e que contém, nesse particular, redação semelhante às leis previdenciárias anteriores. Portanto, entende-se possível, em tese, que as descrições detalhadas das atividades e do ambiente de trabalho (mesmo quando era desnecessária a apresentação do laudo técnico), possam descaracterizar a insalubridade por exposição a agente químico, nos casos em que tais descrições não indiquem sequer a existência do risco potencial à saúde ou à integridade física do segurado. Posteriormente, a questão relativa aos níveis de exposição aos agentes químicos teve novo disciplinamento, com o Decreto 3048/99, segundo o seu anexo IV: ANEXO IV CLASSIFICAÇÃO DOS AGENTES NOCIVOS CÓDIGO AGENTE NOCIVO TEMPO DE EXPOSIÇÃO 1.0.0 AGENTES QUÍMICOS O que determina o benefício é a presença do agente no processo produtivo e sua constatação no ambiente de trabalho, em condição (concentração) capaz de causar danos à saúde ou à integridade física. As atividades listadas são exemplificadas nas quais pode haver a exposição. O que determina o direito ao benefício é a exposição do trabalhador ao agente nocivo presente no ambiente de trabalho e no processo produtivo, em nível de concentração superior aos limites de tolerância estabelecidos. (Redação dada pelo Decreto, nº 3.265, de 1999) O rol de agentes nocivos é exaustivo, enquanto que as atividades listadas, nas quais pode haver a exposição, é exemplificativa. (Redação dada pelo Decreto, nº 3.265, de 1999) Aparentemente, mostrava-se claro que, a partir do Decreto 3.048/99, seria necessária a comprovação do nível de concentração do agente químico no ambiente de trabalho. Confirmam-se, nesse passo, as disposições dos artigos 183 e seguintes da Instrução Normativa 78/2002, do INSS. Em seguida, nova instrução normativa foi editada a IN 45/2010 - que dispõe em seu artigo 236: Art. 236. Para os fins da análise do benefício de aposentadoria especial, consideram-se: I - nocividade: situação combinada ou não de substâncias, energias e demais fatores de riscos reconhecidos, presentes no ambiente de trabalho, capazes de trazer ou ocasionar danos à saúde ou à integridade física do trabalhador; e II - permanência: trabalho não ocasional nem intermitente, durante quinze, vinte ou vinte cinco anos, no qual a exposição do empregado, do trabalhador avulso ou do cooperado ao agente nocivo seja indissociável da produção do bem ou da prestação do serviço, em decorrência da subordinação jurídica a qual se submete. § 1º Para a apuração do disposto no inciso I do caput, há que se considerar se a avaliação do agente nocivo é: I - apenas qualitativo, sendo a nocividade presumida e independente de mensuração, constatada pela simples presença do agente no ambiente de trabalho, conforme constante nos Anexos 6, 13, 13-A e 14 da Norma Regulamentadora nº 15 NR-15 do MTE, e no Anexo IV do RPS, para os agentes iodo e níquel; ou II - quantitativo, sendo a nocividade considerada pela ultrapassagem dos limites de tolerância ou doses, dispostos nos Anexos 1, 2, 3, 5, 8, 11 e 12 da NR-15 do MTE, por meio da mensuração da intensidade ou da concentração, consideradas no tempo efetivo da exposição no ambiente de trabalho. Logo, no âmbito administrativo, a necessidade de comprovação de níveis de tolerância aos agentes químicos foi seccionada em duas variantes básicas; para alguns casos, a comprovação é meramente qualitativa (simples existência do agente químico no ambiente de trabalho), e para outros é quantitativa (necessidade de comprovação de níveis mínimos de exposição), de acordo com o enquadramento nos anexos da Norma Regulamentadora 15, expedida na esfera trabalhista. E neste aspecto, reside a diferenciação nos critérios de interpretação dessas normas previdenciárias. Para fins de aposentadoria especial, os agentes químicos sempre foram descritos em tabelas, nos quais são mencionados o elemento ou compostos químicos nocivos, e, depois, são descritas atividades consideradas insalubres. Firma-se na jurisprudência (e agora, também no Decreto 3.048/99), que a descrição das atividades é meramente exemplificativa, e que outras podem igualmente ser consideradas insalubres. Considerei que a descrição das atividades in-

salubres, relacionadas com o respectivo elemento ou composto químico nocivo, representaria mensuração indireta dos níveis mínimos de tolerância. Veja-se; para certos elementos ou compostos químicos, as atividades insalubres correlatas dizem respeito à fabricação, trituração, extração, fundição... , ou seja, descrevem operações que naturalmente envolvem o contato com grandes quantidades desse elemento ou composto químico (confira-se, por exemplo, o manganês, previsto no item 1.2.7 do anexo I do Decreto 83.080/79). Logo, a meu ver, no exemplo citado, outra atividade, que envolva o contato com manganês, somente poderia ser considerada insalubre se demonstrada a sujeição ao nível de exposição equivalente a qualquer das atividades previstas no referido item 1.2.7 acima referido. Essa interpretação restritiva melhor se amoldaria à definição e às origens da insalubridade no direito previdenciário, bem como aos fins colimados pelos anexos constantes dos Decretos antes citados. Tais anexos descrevem atividades em que a exposição ao agente químico conduz necessariamente à insalubridade. Como decorrência, para outras atividades não previstas, mostrar-se-ia necessária prova de que ela estava sujeita a níveis equivalentes de exposição ao referido agente químico. Essa interpretação, no entanto, também traz o inconveniente de necessitar de informações que se situariam além do que era exigível dos empregadores e dos segurados, em especial na vigência dos Decretos 83.080/79 e 53.832/64. Afinal, nessa época, a insalubridade por agentes químicos era demonstrada por simples formulários, sem necessidade de averiguações ou consultas técnicas. Possível que tais motivos tenham conduzido a jurisprudência e as próprias instruções normativas do INSS antes citadas, a trilhar caminho diverso. Especialmente para o período anterior ao Decreto 3.048/99, tem-se considerado, em princípio, que qualquer atividade com exposição a determinado elemento ou composto químico, previsto nos anexos dos Decretos Regulamentadores, já se mostra suficiente para a qualificação especial, independentemente de comparar essa atividade com aquelas descritas nos anexos, para verificar eventual compatibilidade de exposição ao respectivo elemento ou composto químico'.

9. Com efeito, dispõem os Anexos 13 e 11 da NR 15, em atenção à Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho:

NR 15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES ANEXO N.º 13 AGENTES QUÍMICOS 1. Relação das atividades e operações envolvendo agentes químicos, consideradas, insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho. Excluem-se esta relação as atividades ou operações com os agentes químicos constantes dos Anexos 11 e 12.

(...)

HIDROCARBONETOS E OUTROS COMPOSTOS DE CARBONO Insalubridade de grau máximo Destilação do alcatrão da hulha. Destilação do petróleo. Manipulação de alcatrão, breu, betume, atranceno, óleos minerais, óleo queimado, parafina ou outras substâncias cancerígenas afins. Manipulação do negro de fumo. (Excluído pela Portaria DNST n.º 9, de 09 de outubro de 1992) Fabricação de fenóis, cresóis, naftóis, nitroderivados, aminoderivados, derivados halogenados e outras substâncias tóxicas derivadas de hidrocarbonetos cíclicos. Pintura à pistola com esmaltes, tintas, vernizes e solventes contendo hidrocarbonetos aromáticos.

NR 15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES ANEXO N.º 11 AGENTES QUÍMICOS CUJA INSALUBRIDADE É CARACTERIZADA POR LIMITE DE TOLERÂNCIA E INSPEÇÃO NO LOCAL DE TRABALHO 1. Nas atividades ou operações nas quais os trabalhadores ficam expostos a agentes químicos, a caracterização de insalubridade ocorrerá quando forem ultrapassados os limites de tolerância constantes do Quadro n.º 1 deste Anexo.

10. No caso dos hidrocarbonetos, estão elencados no Anexo 13, que se refere apenas à avaliação qualitativa. Corroborando:

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO INTERNO. PROVA DA ESPECIALIDADE DO LABOR. HIDROCARBONETOS. ANÁLISE QUANTITATIVA. DESNECESSIDADE. NR-15, ANEXO N.º 13. CRITÉRIO DA CATEGORIA PROFISSIONAL. TRABALHADOR OCUPADO EM CARÁTER PERMANENTE NA PERFURAÇÃO DE POÇOS PETROLÍFEROS E NA EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO. 1. A NR-15, em seu anexo nº 13, prevê as atividades e operações envolvendo agentes químicos que serão consideradas insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho, entre elas estão os hidrocarbonetos, motivo pelo qual descabe a análise quantitativa reclamada pelo réu. 2. Tem-se que, in casu, que o autor também está enquadrado no item 2.3.5, do Anexo II, do Decreto nº 83.080/1979, como trabalhador ocupado em caráter permanente na perfuração de poços petrolíferos e na extração de petróleo. 3. Entretanto, a extensão do período considerado especial deve ser reduzida. Com efeito, não há qualquer prova nos autos que indique a especialidade do trabalho prestado entre 01/05/1992 e 28/04/1995, seja de exposição a agentes nocivos, seja de subsunção a atividade profissional a favor da qual militava presunção de que exercida em caráter especial. 4. Agravo interno parcialmente provido. (REO 200751160001412, Desembargadora Federal LILIANE RORIZ, TRF/2, SEGUNDA TURMA ESPECIALIZADA, E-DJF2R - Data: 08/06/2012 - Página: 36/37)

11. Trago, também, o seguinte entendimento deste Colegiado: PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. MANIPULAÇÃO DE ÓLEOS E GRAXAS. 1. A manipulação de óleos e graxas, em tese, pode configurar condição especial de trabalho para fins previdenciários. 2. O código 1.0.7 do Anexo IV dos Decretos nºs 2.172/97 e 3.048/99, que classifica carvão mineral e seus derivados como agentes químicos nocivos à saúde, prevê, na alínea b, que a utilização de óleos minerais autoriza a concessão de aposentadoria especial aos 25 anos de serviço. 3. No anexo nº 13 da NR-15, veiculada na Portaria MTb nº 3.214/78, consta, no tópico dedicado aos "hidrocarbonetos e outros compostos de carbono", que a manipulação de óleos minerais caracteriza hipótese de insalubridade de grau máximo. 4. Pedido parcialmente provido para anular o acórdão recorrido e uniformizar o entendimento de que a manipulação de

óleos e graxas, em tese, pode configurar condição especial de trabalho para fins previdenciários. Determinação de retorno dos autos à turma recursal de origem para adequação do julgado. ACÓRDÃO Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais dar parcial provimento ao incidente de uniformização. Brasília, 15 de maio de 2012. (PEDILEF 200971950018280, JUIZ FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES, TNU, DOU 25/05/2012.)

12. Por fim, este Colegiado, na presente sessão, uniformizou a tese proposta no PEDILEF 5004638-26.2012.4.04.7112, de relatoria do Juiz Federal DANIEL MACHADO DA ROCHA, que, após detalhada análise do tema, assim concluiu: ' 13. Forte em tais considerações, proponho a fixação de tese, em relação aos agentes químicos hidrocarbonetos e outros compostos de carbono, como óleos minerais e outros compostos de carbono, que estão descritos no Anexo 13 da NR 15 do MTE, basta a avaliação qualitativa de risco, sem que se cogite de limite de tolerância, independentemente da época da prestação do serviço, se anterior ou posterior a 02.12.1998, para fins de reconhecimento de tempo de serviço especial. 14. Em face do exposto, tenho que o incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pelo INSS merece ser conhecido e improvido'.

13. Incidente improvido.

## ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NEGAR PROVIMENTO ao Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.

Brasília/DF, 16 de junho de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO  
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5000994-68.2013.4.04.7200  
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA  
REQUERENTE: INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO(A): DANIEL COSTA  
PROC./ADV.: FABIANO MATOS DA SILVA  
OAB: SC-13585  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

## EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. AGENTES QUÍMICOS. HIDROCARBONETOS AROMÁTICOS. AVALIAÇÃO QUALITATIVA. INCIDENTE IMPROVIDO.

1. Incidente de uniformização interposto pelo INSS em face de acórdão que reconheceu, como especial, período posterior à edição do Decreto 2.172/97, laborado com exposição habitual e permanente a agentes químicos (hidrocarbonetos aromáticos, óleos e graxas).

2. Alega divergência quanto ao entendimento da 5ª Turma Recursal de São Paulo - processos 00107483220104036302 e 00043517120084036319. Sustenta que não é cabível o reconhecimento da especialidade pela menção genérica de exposição a hidrocarbonetos aromáticos e, que "após 05-03-1997 se exige para enquadramento da atividade como especial de medição, indicação, em laudo técnico da concentração no ambiente de trabalho de agente nocivo listado no anexo IV, dos decretos 2.172/97 e 3.048/99, em nível superior aos limites de tolerância".

3. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, para a TNU, quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões na interpretação da lei ou em contrariedade à jurisprudência dominante do STJ ou TNU. Assim, de plano, paradigmas de Tribunais Regionais Federais e Turmas Recursais da mesma região não atendem ao requisito de admissibilidade do incidente.

4. Tenho que o incidente não comporta provimento.

5. A procedência do pedido restou assim fundamentada pela sentença, confirmada pelo acórdão:

'No que tange ao segundo período, o Autor apresentou PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário - emitido pela empresa de vínculo, em que são descritas suas atividades como segue: 14-09-1995 a 27-12-2009 - Verificar pendências/ocorrências da fábrica com o ocupante do turno anterior e consultando relatório; consultar kanban para priorizar serviços a serem executados; efetuar manutenção preventiva dos equipamentos conforme programação, preparando material a ser utilizado e/ou encaminhado para conserto externo peças danificadas; efetuar set-up de equipamentos sempre que necessário, de acordo com programação; efetuar consertos emergenciais (manutenção corretiva) zelando pela performance dos equipamentos; fazer inspeção dos equipamentos, monitorando seu desempenho e consultando o check-list, emitindo solicitações de serviços, quando necessário; elaborar, ajustar, alterar planos de inspeção e planos de M.O.; auxiliar na montagem de novos equipamentos e/ou efetuar melhorias nos existentes. 21-12-2009 a atual - Responder pelo setor, administrar e coordenar a equipe de manutenção mecânica e elétrica das fábricas V e VI; supervisionar, controlar e priorizar as atividades do setor; orientar e realizar manutenção mecânica; elaborar relatórios e realizar atividades administrativas e burocráticas do setor. Executa manutenção em máquinas e equipamentos mecânicos, hidráulicos, pneumáticos e outros, detectando os defeitos visualmente ou através de instrumentos específicos, substituindo e/ou reparando as peças componentes necessários; monta e lubrifica máquinas reparadas, a fim de proteger seu funcionamento e assegurar que os mesmos tenham plenas condições de funcionamento; interpreta desenhos e especificações técnicas das máquinas e possíveis defeitos. Nos dois períodos, há informação no

formulário da exposição a ruído superior a 85 dB(A), além de óleo, graxa e querosene, no primeiro período, e óleo mineral, no segundo. Desta forma, comprovada a exposição a ruído e hidrocarbonetos, de forma habitual e permanente, possível o reconhecimento da especialidade de 03-12-1998 a 28-05-2012, à vista do reconhecimento na via administrativa do período de 14-09-1995 a 02-12-1998. Quanto ao pedido de produção de prova pericial, entendo que a prova da especialidade deve ser apresentada e analisada na esfera administrativa, e apenas em caso de negativa pode-se dizer existir lide a ser apreciada pelo Poder Judiciário. Ora, se a empregadora do Autor, empresa ativa, não cumpre com suas obrigações de manter laudo técnico que avalie adequadamente as condições ambientais a que todos os empregados estão sujeitos, lide existe com a empregadora e não com o INSS. O mesmo se diga no caso dos autos, em que a parte autora alega serem equivocadas as informações prestadas pelo empregador. Repito, a lide diz respeito ao empregador'.

6. O INSS junta paradigmas de Turma Recursal de São Paulo, sustentando que 'após 05-03-1997 se exige para enquadramento da atividade como especial de medição, indicação, em laudo técnico da concentração no ambiente de trabalho de agente nocivo listado no anexo IV, dos decretos 2.172/97 e 3.048/99, em níveis superiores aos limites de tolerância', ou seja, avaliação quantitativa dos agentes nocivos e não apenas qualitativa.

7. Primeiramente, a supressão de um agente nocivo do rol da legislação de regência não impede o reconhecimento de exercício de atividade especial, conforme já decidido pelo Superior Tribunal de Justiça, como segue:

'No mais, conforme decidido pela Primeira Seção desta Corte, no julgamento do Recurso Especial 1.306.113/SC, de relatoria do Ministro HERMAN BENJAMIN, feito submetido ao procedimento previsto no art. 543-C do CPC, a supressão de agente do rol de atividades e agentes nocivos pelo Decreto 2.172/1997 (Anexo IV) não impossibilita a configuração do tempo de serviço como especial, pois as normas regulamentadoras, que estabelecem os casos de agentes e atividades nocivos à saúde do trabalhador, são exemplificativas'. (STJ, AREsp 550891, Rel. Ministra Assusete Magalhães, DJ 24/09/2015) 8. Com relação aos agentes nocivos químicos, a questão já passou por várias alterações normativas. Transcrevo análise extraída do voto no Recurso 00046796920104036306, JUIZ FEDERAL ROBERTO SANTORO FACCHINI, 6ª TURMA RECURSAL DE SÃO PAULO, e-DJF3 Judicial DATA: 26/02/2016:

'(...) No âmbito previdenciário, a partir do Decreto 53.831, de 26 de março de 1964, a legislação seguiu caminho tortuoso. Assim, o referido Decreto 53.831, de 26 de março de 1964, relacionava, em seu quadro, as profissões e os agentes agressivos, que conferiam direito à aposentadoria especial, incluindo a relação de agentes químicos. O Decreto 53.831/64 foi expressamente revogado pelo Decreto nº 62.755/68, que, em anexo, estabeleceu condições mais restritivas na caracterização das atividades insalubres. Posteriormente, o Decreto 83.080/79, em seus Anexos, manteve, em linhas gerais, a regulamentação do Decreto 62.755/68. Constatam-se diferenças significativas entre as disposições do Decreto 53.831/64 e dos Decretos 62.755/68 e 83.080/79, sobre a insalubridade dos agentes químicos. Exemplos desse fato são os agentes químicos derivados do carbono (hidrocarboneto e outros derivados) constantes do item 1.2.11 do Decreto 53.831/64. Na redação do Decreto 53.831/64, qualquer trabalho exposto a poeiras, gases, vapores e neblinas dos derivados do carbono (como o hidrocarboneto) era considerado insalubre, dando direito à aposentadoria aos 25 anos de serviço. Entrentes, a exposição aos agentes químicos derivados do carbono foi inteiramente reformulada pelos anexos do Decreto 63.230/68. O item 1.2.9 que trata dos hidrocarbonetos e outros derivados de carbono. Nesse item, constam, expressamente, as atividades com os derivados de carbono que dariam direito à aposentadoria especial. Todas as atividades ali listadas tratam da fabricação de produtos que deixam antever grande exposição a esses agentes químicos, como, por exemplo, a fabricação de inseticidas clorados, derivados de hidrocarbonetos e a fabricação de solventes para tintas, contendo benzol, toluol e xilol, entre outras. Repise-se que esse disciplinamento dos hidrocarbonetos e outros derivados do carbono, previsto no Decreto 63.230/68 foi reproduzido no posterior Decreto 83.080/79. Pode-se, apenas, afirmar que a exposição a gases ou vapores de hidrocarbonetos foi mantida apenas, como especial, no caso da atividade de pintura a pistola, com associação de solventes e hidrocarbonados e partículas suspensas, como consta do item 1.2.11 do anexo I do referido Decreto 83.080/79. Também outras profissões, como eletricitistas, cabistas, montadores e outros, foram excluídas da regulamentação inaugurada pelo Decreto 63.230/68, com a exclusão reafirmada pelo Decreto 83.080/79. No entanto, novas reviravoltas ocorreram no disciplinamento dos agentes agressivos, para fins de aposentadoria especial. Inicialmente, a Lei 5527/68 restabeleceu o direito à aposentadoria especial para as profissões que foram excluídas pelo Decreto 63.230/68. Posteriormente, na vigência da Lei 8.213/1991, tanto o anexo do Decreto 53.831/64, quanto aos anexos I e II do Decreto 83.080/79 foram ratificados pelos artigos 295 do Decreto 357/91 e 292 do Decreto 611/92. Logo, diante desse quadro legal, admite-se, hoje, pacificamente, tanto na esfera administrativa, quanto judicial, a possibilidade de enquadramento da atividade especial concomitantemente em quaisquer dos anexos citados, até a edição do anexo IV do Decreto 2172/97. Por fim, nova regulamentação foi prevista no atual Decreto 3.048/99. Resta, ainda, a questão sobre a necessidade de comprovação de exposição a nível máximo de tolerância, no caso dos agentes químicos, nos diversos períodos citados. Como acima afirmado, o quadro constante do Decreto 53.831/64, por força de disposições legais diversas, foi revigorado (no dizer da doutrina) no período anterior a 1997. Assim, a exposição a poeiras, fumos, gases, neblinas e vapores para certos agentes químicos (como no exemplo dos hidrocarbonetos) é suficiente para a caracterização da insalubridade. Interessante notar que, não obstante esse fato, algumas decisões administrativas do INSS negam a insalubridade, sob o argumento de falta de informação da con-

centração do agente químico, mesmo para os períodos em que sequer era necessária a elaboração de laudo técnico, isto é, no período anterior à lei 9.528/97. A comprovação do tempo especial sempre requereu, no mínimo, a descrição minuciosa da atividade e do ambiente de trabalho (conforme os formulários SB-40, DIRBEN 8030, e posteriormente, a partir de janeiro de 2.004, o PPP). Assim, em tese, é possível a existência de casos em que a descrição minuciosa e detalhada da atividade e do ambiente de trabalho revele exposição tão diminuta ou irrelevante ao agente químico, que não se caracterizem os requisitos mínimos para a concessão da aposentadoria especial, como definido pelo artigo 57 da lei 8.213/1991, e que contém, nesse particular, redação semelhante às leis previdenciárias anteriores. Portanto, entende-se possível, em tese, que as descrições detalhadas das atividades e do ambiente de trabalho (mesmo quando era desnecessária a apresentação do laudo técnico), possam descaracterizar a insalubridade por exposição a agente químico, nos casos em que tais descrições não indiquem sequer a existência do risco potencial à saúde ou à integridade física do segurado. Posteriormente, a questão relativa aos níveis de exposição aos agentes químicos teve novo disciplinamento, com o Decreto 3048/99, segundo o seu anexo IV: ANEXO IV CLASSIFICAÇÃO DOS AGENTES NOCIVOS CÓDIGO AGENTE NOCIVO TEMPO DE EXPOSIÇÃO 1.0.0 AGENTES QUÍMICOS O que determina o benefício é a presença do agente no processo produtivo e sua constatação no ambiente de trabalho, em condição (concentração) capaz de causar danos à saúde ou à integridade física. As atividades listadas são exemplificadas nas quais pode haver a exposição. O que determina o direito ao benefício é a exposição do trabalhador ao agente nocivo presente no ambiente de trabalho e no processo produtivo, em nível de concentração superior aos limites de tolerância estabelecidos. (Redação dada pelo Decreto, nº 3.265, de 1999) O rol de agentes nocivos é exaustivo, enquanto que as atividades listadas, nas quais pode haver a exposição, é exemplificativa. (Redação dada pelo Decreto, nº 3.265, de 1999) Aparentemente, mostrava-se claro que, a partir do Decreto 3.048/99, seria necessária a comprovação do nível de concentração do agente químico no ambiente de trabalho. Confirmam-se, nesse passo, as disposições dos artigos 183 e seguintes da Instrução Normativa 78/2002, do INSS. Em seguida, nova instrução normativa foi editada a IN 45/2010 - que dispõe em seu artigo 236: Art. 236. Para os fins da análise do benefício de aposentadoria especial, consideram-se: I - nocividade: situação combinada ou não de substâncias, energias e demais fatores de riscos reconhecidos, presentes no ambiente de trabalho, capazes de trazer ou ocasionar danos à saúde ou à integridade física do trabalhador; e II - permanência: trabalho não ocasional nem intermitente, durante quinze, vinte ou vinte cinco anos, no qual a exposição do empregado, do trabalhador avulso ou do cooperado ao agente nocivo seja indissociável da produção do bem ou da prestação do serviço, em decorrência da subordinação jurídica a qual se submete. § 1º Para a apuração do disposto no inciso I do caput, há que se considerar se a avaliação do agente nocivo é: I - apenas qualitativa, sendo a nocividade presumida e independente de mensuração, constatada pela simples presença do agente no ambiente de trabalho, conforme constante nos Anexos 6, 13, 13-A e 14 da Norma Regulamentadora nº 15 NR-15 do MTE, e no Anexo IV do RPS, para os agentes iodo e níquel; ou II - quantitativo, sendo a nocividade considerada pela ultrapassagem dos limites de tolerância ou doses, dispostos nos Anexos 1, 2, 3, 5, 8, 11 e 12 da NR-15 do MTE, por meio da mensuração da intensidade ou da concentração, consideradas no tempo efetivo da exposição no ambiente de trabalho. Logo, no âmbito administrativo, a necessidade de comprovação de níveis de tolerância aos agentes químicos foi seccionada em duas variantes básicas; para alguns casos, a comprovação é meramente qualitativa (simples existência do agente químico no ambiente de trabalho), e para outros é quantitativa (necessidade de comprovação de níveis mínimos de exposição), de acordo com o enquadramento nos anexos da Norma Regulamentadora 15, expedida na esfera trabalhista. E neste aspecto, reside a diferenciação nos critérios de interpretação dessas normas previdenciárias. Para fins de aposentadoria especial, os agentes químicos sempre foram descritos em tabelas, nos quais são mencionados o elemento ou compostos químicos nocivos, e, depois, são descritas atividades consideradas insalubres. Firma-se na jurisprudência (e agora, também no Decreto 3.048/99), que a descrição das atividades é meramente exemplificativa, e que outras podem igualmente ser consideradas insalubres. Considerarei que a descrição das atividades insalubres, relacionadas com o respectivo elemento ou composto químico nocivo, representaria mensuração indireta dos níveis mínimos de tolerância. Veja-se; para certos elementos ou compostos químicos, as atividades insalubres correlatas dizem respeito à fabricação, trituração, extração, fundição... , ou seja, descrevem operações que naturalmente envolvem o contato com grandes quantidades desse elemento ou composto químico (confira-se, por exemplo, o manganês, previsto no item 1.2.7 do anexo I do Decreto 83.080/79). Logo, a meu ver, no exemplo citado, outra atividade, que envolva o contato com manganês, somente poderia ser considerada insalubre se demonstrada a sujeição ao nível de exposição equivalente a qualquer das atividades previstas no referido item 1.2.7 acima referido. Essa interpretação restritiva melhor se amoldaria à definição e às origens da insalubridade no direito previdenciário, bem como aos fins colimados pelos anexos constantes dos Decretos antes citados. Tais anexos descrevem atividades em que a exposição ao agente químico conduz necessariamente à insalubridade. Como decorrência, para outras atividades não previstas, mostrar-se-ia necessária prova de que ela estava sujeita a níveis equivalentes de exposição ao referido agente químico. Essa interpretação, no entanto, também traz o inconveniente de necessitar de informações que se situariam além do que era exigível dos empregadores e dos segurados, em especial na vigência dos Decretos 83.080/79 e 53.832/64. Afinal, nessa época, a insalubridade por agentes químicos era demonstrada por simples formulários, sem necessidade de averiguações ou consultas técnicas. Possível que tais motivos tenham conduzido a jurisprudência e as

próprias instruções normativas do INSS antes citadas, a trilhar caminho diverso. Especialmente para o período anterior ao Decreto 3.048/99, tem-se considerado, em princípio, que qualquer atividade com exposição a determinado elemento ou composto químico, previsto nos anexos dos Decretos Regulamentadores, já se mostra suficiente para a qualificação especial, independentemente de comparar essa atividade com aquelas descritas nos anexos, para verificar eventual compatibilidade de exposição ao respectivo elemento ou composto químico'.

9. Com efeito, dispõem os Anexos 13 e 11 da NR 15, em atenção à Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho:

NR 15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES ANEXO N.º 13 AGENTES QUÍMICOS 1. Relação das atividades e operações envolvendo agentes químicos, consideradas, insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho. Excluem-se cestas relação as atividades ou operações com os agentes químicos constantes dos Anexos 11 e 12.

(...)

HIDROCARBONETOS E OUTROS COMPOSTOS DE CARBONO Insalubridade de grau máximo Destilação do alcatrão da hulha. Destilação do petróleo. Manipulação de alcatrão, breu, betume, antraceno, óleos minerais, óleo queimado, parafina ou outras substâncias cancerígenas afins. Manipulação do negro de fumo. (Excluído pela Portaria DNSST n.º 9, de 09 de outubro de 1992) Fabricação de fenóis, cresóis, naftóis, nitroderivados, aminoderivados, derivados halogenados e outras substâncias tóxicas derivadas de hidrocarbonetos cíclicos. Pintura a pistola com esmaltes, tintas, vernizes e solventes contendo hidrocarbonetos aromáticos.

NR 15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES ANEXO N.º 11 AGENTES QUÍMICOS CUJA INSALUBRIDADE É CARACTERIZADA POR LIMITE DE TOLERÂNCIA E INSPEÇÃO NO LOCAL DE TRABALHO 1. Nas atividades ou operações nas quais os trabalhadores ficam expostos a agentes químicos, a caracterização de insalubridade ocorrerá quando forem ultrapassados os limites de tolerância constantes do Quadro n.º 1 deste Anexo.

10. No caso dos hidrocarbonetos, estão elencados no Anexo 13, que se refere apenas à avaliação qualitativa. Corroborando:

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO INTERNO. PROVA DA ESPECIALIDADE DO LABOR. HIDROCARBONETOS. ANÁLISE QUANTITATIVA. DESNECESSIDADE. NR-15, ANEXO N.º 13. CRITÉRIO DA CATEGORIA PROFISSIONAL. TRABALHADOR OCUPADO EM CARÁTER PERMANENTE NA PERFURAÇÃO DE POÇOS PETROLÍFEROS E NA EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO. 1. A NR-15, em seu anexo n.º 13, prevê as atividades e operações envolvendo agentes químicos que serão consideradas insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho, entre elas estão os hidrocarbonetos, motivo pelo qual descabe a análise quantitativa reclamada pelo réu. 2. Tem-se que, in casu, que o autor também está enquadrado no item 2.3.5, do Anexo II, do Decreto n.º 83.080/1979, como trabalhador ocupado em caráter permanente na perfuração de poços petrolíferos e na extração de petróleo. 3. Entretanto, a extensão do período considerado especial deve ser reduzida. Com efeito, não há qualquer prova nos autos que indique a especialidade do trabalho prestado entre 01/05/1992 e 28/04/1995, seja de exposição a agentes nocivos, seja de subsonção a atividade profissional a favor da qual militava presunção de que exercia em caráter especial. 4. Agravo interno parcialmente provido. (REO 200751160001412, Desembargadora Federal LILIANE RORIZ, TRF/2, SEGUNDA TURMA ESPECIALIZADA, E-DJF2R - Data: 08/06/2012 - Página: 36/37)

11. Trago, também, o seguinte entendimento deste Colegiado: PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. MANIPULAÇÃO DE ÓLEOS E GRAXAS. 1. A manipulação de óleos e graxas, em tese, pode configurar condição especial de trabalho para fins previdenciários. 2. O código 1.0.7 do Anexo IV dos Decretos n.ºs 2.172/97 e 3.048/99, que classifica carvão, mineral e seus derivados como agentes químicos nocivos à saúde, prevê, na alínea b, que a utilização de óleos minerais autoriza a concessão de aposentadoria especial aos 25 anos de serviço. 3. No anexo n.º 13 da NR-15, veiculada na Portaria MTb n.º 3.214/78, consta, no tópico dedicado aos "hidrocarbonetos e outros compostos de carbono", que a manipulação de óleos minerais caracteriza hipótese de insalubridade de grau máximo. 4. Pedido parcialmente provido para anular o acórdão recorrido e uniformizar o entendimento de que a manipulação de óleos e graxas, em tese, pode configurar condição especial de trabalho para fins previdenciários. Determinação de retorno dos autos à turma recursal de origem para adequação do julgado. ACÓRDÃO Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais dar parcial provimento ao incidente de uniformização. Brasília, 15 de maio de 2012. (PEDILEF 200971950018280, JUIZ FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES, TNU, DOU 25/05/2012.)

12. Por fim, este Colegiado, na presente sessão, uniformizou a tese proposta no PEDILEF 5004638-26.2012.4.04.7112, de relatoria do Juiz Federal DANIEL MACHADO DA ROCHA, que, após detalhada análise do tema, assim concluiu: ' 13. Forte em tais considerações, proponho a fixação de tese, em relação aos agentes químicos hidrocarbonetos e outros compostos de carbono, como óleos minerais e outros compostos de carbono, que estão descritos no Anexo 13 da NR 15 do MTE, basta a avaliação qualitativa de risco, sem que se cogite de limite de tolerância, independentemente da época da prestação do serviço, se anterior ou posterior a 02.12.1998, para fins de reconhecimento de tempo de serviço especial. 14. Em face do exposto, tenho que o incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pelo INSS merece ser conhecido e improvido'. 13. Incidente improvido.



## ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NEGAR PROVIMENTO ao Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora. Brasília/DF, 16 de junho de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO  
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5001238-19.2012.4.04.7204

ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA  
REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): ARNALDO RODRIGUES

PROC./ADV.: MÁRCIA VARGAS PINTO

OAB: SC-24755

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

## EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. AGENTES QUÍMICOS. HIDROCARBONETOS AROMÁTICOS. AVALIAÇÃO QUALITATIVA. INCIDENTE IMPROVIDO.

1. Incidente de uniformização interposto pelo INSS em face de acórdão que manteve sentença de parcial procedência do pedido, re conhecendo como especial período posterior à edição do Decreto 2.172/97, laborado com exposição habitual e permanente a agentes químicos (hidrocarbonetos aromáticos).

2. Alega divergência quanto ao entendimento da 5ª Turma Recursal de São Paulo - processos 00107483220104036302 e 00043517120084036319. Sustenta que não é cabível o reconhecimento da especialidade pela menção genérica de exposição a hidrocarbonetos aromáticos e, que "após 05-03-1997 se exige para enquadramento da atividade como especial de medição, indicação, em laudo técnico da concentração no ambiente de trabalho de agente nocivo listado no anexo IV, dos decretos 2.172/97 e 3.048/99, em nível superior aos limites de tolerância".

3. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, para a TNU, quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões na interpretação da lei ou em contrariedade à jurisprudência dominante do STJ ou TNU. Assim, de plano, paradigmas de Tribunais Regionais Federais e Turmas Recursais da mesma região não atendem ao requisito de admissibilidade do incidente.

4. Tenho que o incidente não comporta provimento.

5. A sentença, mantida pelo acórdão, assim fundamentou:

'O laudo descreve que o Operador de Prensa de Revestimento no setor Estamparia está exposto, de modo habitual e permanente, 'a dose aceitável de ruído, com nível equivalente da ordem de 84 dB(A)' (LAU2, p. 13), ou seja, nível inferior ao previsto na legislação de regência (a contar de 5 de março de 1997 o nível deve ser superior a 85 decibéis), motivo pelo qual inviável o acolhimento do pedido em razão de tal agente nocivo. O laudo prevê 'exposição habitual e permanente das vias respiratórias a isocianatos e hidrocarbonetos, neutralizado pelo uso de proteção adequada' (LAU2, p. 13), ensejando o enquadramento da atividade como especial. A informação de que a empresa fornece EPI aos trabalhadores não afasta a especialidade do labor, pois apenas se ficar comprovado que o trabalhador de fato utilizava-se da proteção e o perito atestar que ele anula toda e qualquer possibilidade de prejuízo à saúde é que deve ser afastado o enquadramento pretendido, o que não ocorreu no caso em comento. Ressalto que apesar de os Decretos nº. 2.172/97 e 3.048/99 não contemplarem expressamente os hidrocarbonetos aromáticos, tenho que o código 1.0.19 dos referidos Decretos (OUTRAS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS) autoriza o enquadramento em tela. Nesse sentido, a Turma Recursal de Santa Catarina decidiu (Processo nº. 2004.72.95.005416-1 (origem 2003.72.08.012048-5), Relatora: Juíza Eliana Paggiarin Marinho, sessão 12.11.2004), entre outros. Dessa forma, cabe o enquadramento de todo o período analisado, porquanto restou comprovada a exposição habitual e permanente do autor ao agente químico hidrocarbonetos'.

6. O INSS junta paradigmas de Turma Recursal de São Paulo, sustentando que 'após 05-03- 1997 se exige para enquadramento da atividade como especial de medição, indicação, em laudo técnico da concentração no ambiente de trabalho de agente nocivo listado no anexo IV, dos decretos 2.172/97 e 3.048/99, em níveis superiores aos limites de tolerância', ou seja, avaliação quantitativa dos agentes nocivos e não apenas qualitativa.

7. Primeiramente, a supressão de um agente nocivo do rol da legislação de regência não impede o reconhecimento de exercício de atividade especial, conforme já decidido pelo Superior Tribunal de Justiça, como segue:

'No mais, conforme decidido pela Primeira Seção desta Corte, no julgamento do Recurso Especial 1.306.113/SC, de relatoria do Ministro HERMAN BENJAMIN, feito submetido ao procedimento previsto no art. 543-C do CPC, a supressão de agente do rol de atividades e agentes nocivos pelo Decreto 2.172/1997 (Anexo IV) não impossibilita a configuração do tempo de serviço como especial, pois as normas regulamentadoras, que estabelecem os casos de agentes e atividades nocivos à saúde do trabalhador, são exemplificativas'. (STJ, AREsp 550891, Rel. Ministra Assussete Magalhães, DJ 24/09/2015) 8. Com relação aos agentes nocivos químicos, a questão já passou por várias alterações normativas. Transcrevo análise extraída do voto no Recurso 00046796920104036306, JUIZ FEDERAL ROBERTO SANTORO FACCHINI, 6ª TURMA RECURSAL DE SÃO PAULO, e-DJF3 Judicial DATA: 26/02/2016:

' (...) No âmbito previdenciário, a partir do Decreto 53.831, de 26 de março de 1964, a legislação seguiu caminho tortuoso. Assim, o re-

ferido Decreto 53.831, de 26 de março de 1964, relacionava, em seu quadro, as profissões e os agentes agressivos, que conferiam direito à aposentadoria especial, incluindo a relação de agentes químicos. O Decreto 53.831/64 foi expressamente revogado pelo Decreto nº 62.755/68, que, em anexo, estabeleceu condições mais restritivas na caracterização das atividades insalubres. Posteriormente, o Decreto 83.080/79, em seus Anexos, manteve, em linhas gerais, a regulamentação do Decreto 62.755/68. Constatam-se diferenças significativas entre as disposições do Decreto 53.831/64 e dos Decretos 62.755/68 e 83.080/79, sobre a insalubridade dos agentes químicos. Exemplos desse fato são os agentes químicos derivados do carbono (hidrocarboneto e outros derivados) constantes do item 1.2.11 do Decreto 53.831/64. Na redação do Decreto 53.831/64, qualquer trabalho exposto a poeiras, gases, vapores e neblinas dos derivados do carbono (como o hidrocarboneto) era considerado insalubre, dando direito à aposentadoria aos 25 anos de serviço. Entrementes, a exposição aos agentes químicos derivados do carbono foi inteiramente reformulada pelos anexos do Decreto 63.230/68. O item 1.2.9 que trata dos hidrocarbonetos e outros derivados de carbono. Nesse item, constam, expressamente, as atividades com os derivados de carbono que dariam direito à aposentadoria especial. Todas as atividades ali listadas tratam da fabricação de produtos que deixam antever grande exposição a esses agentes químicos, como, por exemplo, a fabricação de inseticidas clorados, derivados de hidrocarbonetos e a fabricação de solventes para tintas, contendo benzol, toluol e xilol, entre outras. Repise-se que esse disciplinamento dos hidrocarbonetos e outros derivados do carbono, previsto no Decreto 63.230/68 foi reproduzido no posterior Decreto 83.080/79. Pode-se, apenas, afirmar que a exposição a gases ou vapores de hidrocarbonetos foi mantida apenas, como especial, no caso da atividade de pintura a pistola, com associação de solventes e hidrocarbonados e partículas suspensas, como consta do item 1.2.11 do anexo I do referido Decreto 83.080/79. Também outras profissões, como eletricitistas, cabistas, montadores e outros, foram excluídas da regulamentação inaugurada pelo Decreto 63.230/68, com a exclusão reafirmada pelo Decreto 83.080/79. No entanto, novas reviravoltas ocorreram no disciplinamento dos agentes agressivos, para fins de aposentadoria especial. Inicialmente, a Lei 5527/68 restabeleceu o direito à aposentadoria especial para as profissões que foram excluídas pelo Decreto 63.230/68. Posteriormente, na vigência da Lei 8.213/1991, tanto o anexo do Decreto 53.831/64, quanto aos anexos I e II do Decreto 83.080/79 foram ratificados pelos artigos 295 do Decreto 357/91 e 292 do Decreto 611/92. Logo, diante desse quadro legal, admite-se, hoje, pacificamente, tanto na esfera administrativa, quanto judicial, a possibilidade de enquadramento da atividade especial concomitantemente em quaisquer dos anexos citados, até a edição do anexo IV do Decreto 2172/97. Por fim, nova regulamentação foi prevista no atual Decreto 3.048/99. Resta, ainda, a questão sobre a necessidade de comprovação de exposição a nível máximo de tolerância, no caso dos agentes químicos, nos diversos períodos citados. Como acima afirmado, o quadro constante do Decreto 53.831/64, por força de disposições legais diversas, foi revigorado (no dizer da doutrina) no período anterior a 1997. Assim, a exposição a poeiras, fumos, gases, neblinas e vapores para certos agentes químicos (como no exemplo dos hidrocarbonetos) é suficiente para a caracterização da insalubridade. Interessante notar que, não obstante esse fato, algumas decisões administrativas do INSS negam a insalubridade, sob o argumento de falta de informação da concentração do agente químico, mesmo para os períodos em que sequer era necessária a elaboração de laudo técnico, isto é, no período anterior à lei 9.528/97. A comprovação do tempo especial sempre requereu, no mínimo, a descrição minuciosa da atividade e do ambiente de trabalho (conforme os formulários SB-40, DIRBEN 8030, e posteriormente, a partir de janeiro de 2.004, o PPP). Assim, em tese, é possível a existência de casos em que a descrição minuciosa e detalhada da atividade e do ambiente de trabalho revele exposição tão diminuta ou irrelevante ao agente químico, que não se caracterizem os requisitos mínimos para a concessão da aposentadoria especial, como definido pelo artigo 57 da lei 8.213/1991, e que contém, nesse particular, redação semelhante às leis previdenciárias anteriores. Portanto, entende-se possível, em tese, que as descrições detalhadas das atividades e do ambiente de trabalho (mesmo quando era desnecessária a apresentação do laudo técnico), possam descaracterizar a insalubridade por exposição a agente químico, nos casos em que tais descrições não indiquem sequer a existência do risco potencial à saúde ou à integridade física do segurado. Posteriormente, a questão relativa aos níveis de exposição aos agentes químicos teve novo disciplinamento, com o Decreto 3048/99, segundo o seu anexo IV: ANEXO IV CLASSIFICAÇÃO DOS AGENTES NOCIVOS CÓDIGO AGENTE NOCIVO TEMPO DE EXPOSIÇÃO 1.0.0AGENTES QUÍMICOS O que determina o benefício é a presença do agente no processo produtivo e sua constatação no ambiente de trabalho, em condição (concentração) capaz de causar danos à saúde ou à integridade física. As atividades listadas são exemplificadas nas quais pode haver a exposição. O que determina o direito ao benefício é a exposição do trabalhador ao agente nocivo presente no ambiente de trabalho e no processo produtivo, em nível de concentração superior aos limites de tolerância estabelecidos. (Redação dada pelo Decreto, nº 3.265, de 1999) O rol de agentes nocivos é exaustivo, enquanto que as atividades listadas, nas quais pode haver a exposição, é exemplificativa. (Redação dada pelo Decreto, nº 3.265, de 1999) Aparentemente, mostrava-se claro que, a partir do Decreto 3.048/99, seria necessária a comprovação do nível de concentração do agente químico no ambiente de trabalho. Confirmam-se, nesse passo, as disposições dos artigos 183 e seguintes da Instrução Normativa 78/2002, do INSS. Em seguida, nova instrução normativa foi editada a IN 45/2010 - que dispõe em seu artigo 236: Art. 236. Para os fins da análise do benefício de aposentadoria especial, considerar-se: I - nocividade: situação combinada ou não de substâncias, energias e demais fatores de riscos reconhecidos, presentes no ambiente de trabalho, capazes de trazer ou ocasionar danos à saúde ou à integridade

física do trabalhador; e II - permanência: trabalho não ocasional nem intermitente, durante quinze, vinte ou vinte cinco anos, no qual a exposição do empregado, do trabalhador avulso ou do cooperado ao agente nocivo seja indissociável da produção do bem ou da prestação do serviço, em decorrência da subordinação jurídica a qual se submete. § 1º Para a apuração do disposto no inciso I do caput, há que se considerar se a avaliação do agente nocivo é: I - apenas qualitativo, sendo a nocividade presumida e independente de mensuração, constatada pela simples presença do agente no ambiente de trabalho, conforme constante nos Anexos 6, 13, 13-A e 14 da Norma Regulamentadora nº 15 NR-15 do MTE, e no Anexo IV do RPS, para os agentes iodo e níquel; ou II - quantitativo, sendo a nocividade considerada pela ultrapassagem dos limites de tolerância ou doses, dispostos nos Anexos 1, 2, 3, 5, 8, 11 e 12 da NR-15 do MTE, por meio da mensuração da intensidade ou da concentração, consideradas no tempo efetivo da exposição no ambiente de trabalho. Logo, no âmbito administrativo, a necessidade de comprovação de níveis de tolerância aos agentes químicos foi seccionada em duas variantes básicas; para alguns casos, a comprovação é meramente qualitativa (simples existência do agente químico no ambiente de trabalho), e para outros é quantitativa (necessidade de comprovação de níveis mínimos de exposição), de acordo com o enquadramento nos anexos da Norma Regulamentadora 15, expedida na esfera trabalhista. E neste aspecto, reside a diferenciação nos critérios de interpretação dessas normas previdenciárias. Para fins de aposentadoria especial, os agentes químicos sempre foram descritos em tabelas, nos quais são mencionados o elemento ou compostos químicos nocivos, e, depois, são descritas atividades consideradas insalubres. Firma-se na jurisprudência (e agora, também no Decreto 3.048/99), que a descrição das atividades é meramente exemplificativa, e que outras podem igualmente ser consideradas insalubres. Considerei que a descrição das atividades insalubres, relacionadas com o respectivo elemento ou composto químico nocivo, representaria mensuração indireta dos níveis mínimos de tolerância. Veja-se; para certos elementos ou compostos químicos, as atividades insalubres correlatas dizem respeito à fabricação, trituração, extração, fundição... , ou seja, descrevem operações que naturalmente envolvem o contato com grandes quantidades desse elemento ou composto químico (confira-se, por exemplo, o manganês, previsto no item 1.2.7 do anexo I do Decreto 83.080/79). Logo, a meu ver, no exemplo citado, outra atividade, que envolva o contato com manganês, somente poderia ser considerada insalubre se demonstrada a sujeição ao nível de exposição equivalente a qualquer das atividades previstas no referido item 1.2.7 acima referido. Essa interpretação restritiva melhor se amoldaria à definição e às origens da insalubridade no direito previdenciário, bem como aos fins colimados pelos anexos constantes dos Decretos antes citados. Tais anexos descrevem atividades em que a exposição ao agente químico conduz necessariamente à insalubridade. Como decorrência, para outras atividades não previstas, mostrar-se-ia necessária prova de que ela estava sujeita a níveis equivalentes de exposição ao referido agente químico. Essa interpretação, no entanto, também traz o inconveniente de necessitar de informações que se situariam além do que era exigível dos empregadores e dos segurados, em especial na vigência dos Decretos 83.080/79 e 53.832/64. Afinal, nessa época, a insalubridade por agentes químicos era demonstrada por simples formulários, sem necessidade de averiguações ou consultas técnicas. Possível que tais motivos tenham conduzido a jurisprudência e as próprias instruções normativas do INSS antes citadas, a trilhar caminho diverso. Especialmente para o período anterior ao Decreto 3.048/99, tem-se considerado, em princípio, que qualquer atividade com exposição a determinado elemento ou composto químico, previsto nos anexos dos Decretos Regulamentadores, já se mostra suficiente para a qualificação especial, independentemente de comparar essa atividade com aquelas descritas nos anexos, para verificar eventual compatibilidade de exposição ao respectivo elemento ou composto químico'.

9. Com efeito, dispõem os Anexos 13 e 11 da NR 15, em atenção à Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho:

NR 15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES ANEXO N.º 13 AGENTES QUÍMICOS 1. Relação das atividades e operações envolvendo agentes químicos, consideradas, insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho. Excluem-se cesta relação as atividades ou operações com os agentes químicos constantes dos Anexos 11 e 12.

(...)

HIDROCARBONETOS E OUTROS COMPOSTOS DE CARBONO Insalubridade de grau máximo Destilação do alcatrão da hulha. Destilação do petróleo. Manipulação de alcatrão, breu, betume, antraceno, óleos minerais, óleo queimado, parafina ou outras substâncias cancerígenas afins. Manipulação do negro de fumo. (Excluído pela Portaria DNST n.º 9, de 09 de outubro de 1992) Fabricação de fenóis, cresóis, naftóis, nitroderivados, aminoderivados, derivados halogenados e outras substâncias tóxicas derivadas de hidrocarbonetos cíclicos. Pintura a pistola com esmaltes, tintas, vernizes e solventes contendo hidrocarbonetos aromáticos.

NR 15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES ANEXO N.º 11 AGENTES QUÍMICOS CUJA INSALUBRIDADE É CARACTERIZADA POR LIMITE DE TOLERÂNCIA E INSPEÇÃO NO LOCAL DE TRABALHO 1. Nas atividades ou operações nas quais os trabalhadores ficam expostos a agentes químicos, a caracterização de insalubridade ocorrerá quando forem ultrapassados os limites de tolerância constantes do Quadro n.º 1 deste Anexo.

10. No caso dos hidrocarbonetos aromáticos, estão elencados no Anexo 13, que se refere apenas à avaliação qualitativa. Corroborando: PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO INTERNO. PROVA DA ESPECIALIDADE DO LABOR. HIDROCARBONETOS. ANÁLISE QUANTITATIVA. DESNECESSIDADE. NR-15, ANEXO Nº 13. CRITÉRIO DA CATEGORIA PROFISSIONAL. TRABALHADOR OCUPADO EM CARÁTER PERMANENTE NA PERFURAÇÃO DE POÇOS PETROLÍFEROS E NA EXTRAÇÃO

DE PETRÓLEO. 1. A NR-15, em seu anexo nº 13, prevê as atividades e operações envolvendo agentes químicos que serão consideradas insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho, entre elas estão os hidrocarbonetos, motivo pelo qual descabe a análise quantitativa reclamada pelo réu. 2. Tem-se que, in casu, que o autor também está enquadrado no item 2.3.5, do Anexo II, do Decreto nº 83.080/1979, como trabalhador ocupado em caráter permanente na perfuração de poços petrolíferos e na extração de petróleo. 3. Entretanto, a extensão do período considerado especial deve ser reduzida. Com efeito, não há qualquer prova nos autos que indique a especialidade do trabalho prestado entre 01/05/1992 e 28/04/1995, seja de exposição a agentes nocivos, seja de subsunção a atividade profissional a favor da qual militava presunção de que exercida em caráter especial. 4. Agravo interno parcialmente provido. (REO 200751160001412, Desembargadora Federal LILIANE RORIZ, TRF/2, SEGUNDA TURMA ESPECIALIZADA, E-DJF2R - Data: 08/06/2012 - Página: 36/37)

11. Trago, também, o seguinte entendimento deste Colegiado: PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. MANIPULAÇÃO DE ÓLEOS E GRAXAS. 1. A manipulação de óleos e graxas, em tese, pode configurar condição especial de trabalho para fins previdenciários. 2. O código 1.0.7 do Anexo IV dos Decretos nºs 2.172/97 e 3.048/99, que classifica carvão mineral e seus derivados como agentes químicos nocivos à saúde, prevê, na alínea b, que a utilização de óleos minerais autoriza a concessão de aposentadoria especial aos 25 anos de serviço. 3. No anexo nº 13 da NR-15, veiculada na Portaria MTB nº 3.214/78, consta, no tópico dedicado aos "hidrocarbonetos e outros compostos de carbono", que a manipulação de óleos minerais caracteriza hipótese de insalubridade de grau máximo. 4. Pedido parcialmente provido para anular o acórdão recorrido e uniformizar o entendimento de que a manipulação de óleos e graxas, em tese, pode configurar condição especial de trabalho para fins previdenciários. Determinação de retorno dos autos à turma recursal de origem para adequação do julgado. ACÓRDÃO Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais dar parcial provimento ao incidente de uniformização. Brasília, 15 de maio de 2012. (PEDILEF 200971950018280, JUIZ FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES, TNU, DOU 25/05/2012.)

12. Por fim, este Colegiado, na presente sessão, uniformizou a tese proposta no PEDILEF 5004638-26.2012.4.04.7112, de relatoria do Juiz Federal DANIEL MACHADO DA ROCHA, que, após detalhada análise do tema, assim concluiu: "13. Forte em tais considerações, proponho a fixação de tese, em relação aos agentes químicos hidrocarbonetos e outros compostos de carbono, como óleos minerais e outros compostos de carbono, que estão descritos no Anexo 13 da NR 15 do MTE, basta a avaliação qualitativa de risco, sem que se cogite de limite de tolerância, independentemente da época da prestação do serviço, se anterior ou posterior a 02.12.1998, para fins de reconhecimento de tempo de serviço especial. 14. Em face do exposto, tenho que o incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pelo INSS merece ser conhecido e improvido" 13. Incidente improvido.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NEGAR PROVIMENTO ao Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora. Brasília/DF, 16 de junho de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO  
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5001876-22.2012.4.04.7214  
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA  
REQUERENTE: GILMAR MACHADO  
PROC./ADV.: BIANCA DOS ANJOS PEREIRA  
OAB: SC-20 941  
REQUERENTE: INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

#### EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. AGENTES QUÍMICOS. HIDROCARBONETOS AROMÁTICOS. AVALIAÇÃO QUALITATIVA. INCIDENTE IMPROVIDO.

1. Incidente de uniformização interposto pelo INSS em face de acórdão que reconheceu, como especial, período posterior à edição do Decreto 2.172/97, laborado com exposição habitual e permanente a agentes químicos (hidrocarbonetos aromáticos, óleos e graxas). 2. Alega divergência quanto ao entendimento da 5ª Turma Recursal de São Paulo - processos 00107483220104036302 e 00043517120084036319. Sustenta que não é cabível o reconhecimento da especialidade pela menção genérica de exposição a hidrocarbonetos aromáticos e, que "após 05-03-1997 se exige para enquadramento da atividade como especial de medição, indicação, em laudo técnico da concentração no ambiente de trabalho de agente nocivo listado no anexo IV, dos decretos 2.172/97 e 3.048/99, em nível superior aos limites de tolerância". 3. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, para a TNU, quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões na interpretação da lei ou em contrariedade à jurisprudência dominante do STJ ou TNU. Assim, de plano, paradigmas de Tribunais Regionais Federais e Turmas Recursais da mesma região não atendem ao requisito de admissibilidade do incidente.

4. Tenho que o incidente não comporta provimento.

5. A procedência do pedido restou assim fundamentada no acórdão: "Recurso do INSS Período de 7.8.2008 a 17.3.2010 A sentença decidida a lide da seguinte forma: c) De 7.8.2008 a 17.3.2010, o autor trabalhou como controlador de produção na empresa BAUMGARTEN Ind. e Com. de Tintas Ltda - EPP Segundo o formulário previdenciário (PPP) emitido pela empregadora, o autor trabalhou como controlador de produção (FORM44 - evento 1). Do laudo técnico-ambiental elaborado em 2010, consta que o autor, no exercício da sua função, estava sujeito, de forma habitual e permanente, aos agentes nocivos ruído, no nível equivalente a 74 dB(A), e hidrocarbonetos aromáticos (tintas, diluentes, acetona, etc. - LAU5 - evento 5 - folha 1). Quanto ao ruído, não há falar em reconhecimento da especialidade da atividade, em razão de o autor estar exposto a nível inferior ao considerado nocivo à época (85 dB(A)). A atividade laboral exercida com exposição aos agentes químicos tóxicos orgânicos (hidrocarbonetos), tais como tintas, diluentes e acetona, enquadra-se como especial, nos termos dos códigos 1.2.11 do Anexo I do Decreto 53.831/64, 1.2.10 do Anexo I do Decreto 83.080/79, 1.0.19 do Anexo IV do Decreto 2.172/97 e 1.0.19 do Anexo IV do Decreto 3.048/99. Dessa forma, ante a exposição, de forma habitual e permanente do autor, no exercício do seu labor, aos agentes nocivos hidrocarbonetos aromáticos, reconheço a especialidade da atividade exercida no período de 7.8.2008 a 17.3.2010. O INSS, por seu turno, defende ser indevido o reconhecimento da especialidade por não ter sido demonstrada a comprovação quantitativa da exposição aos agentes químicos. Pois bem, consta no laudo técnico (evento 5, LAU5) informação de que a parte autora, no exercício das atividades de 'coordenar, orientar e supervisionar todas as atividades de fabricação de produtos (tingidor, resinas, laca, solvente)', esteve exposta a 'hidrocarbonetos aromáticos (tintas, tingidor, diluentes, laca, acetona)'. Conforme previsto no Anexo 13 da Norma Regulamentadora nº. 15, para o reconhecimento da especialidade dessas atividades basta a demonstração da exposição por meio de inspeção no local de trabalho: ANEXO N.º 13 AGENTES QUÍMICOS 1. Relação das atividades e operações envolvendo agentes químicos, consideradas, insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho. Excluem-se ceta relação as atividades ou operações com os agentes químicos constantes dos Anexos 11 e 12. [...] HIDROCARBONETOS E OUTROS COMPOSTOS DE CARBONO [...] Insalubridade de grau médio: [...] Fabricação de linóleos, celulósidos, lacas, tintas, esmaltes, vernizes, solventes, colas, artefatos de ebonite, gutapercha, chapéus de palha e outros à base de hidrocarbonetos. [...] Logo, o recurso do INSS não merece provimento".

6. O INSS junta paradigmas de Turma Recursal de São Paulo, sustentando que "após 05-03-1997 se exige para enquadramento da atividade como especial de medição, indicação, em laudo técnico da concentração no ambiente de trabalho de agente nocivo listado no anexo IV, dos decretos 2.172/97 e 3.048/99, em níveis superiores aos limites de tolerância", ou seja, avaliação quantitativa dos agentes nocivos e não apenas qualitativa.

7. Primeiramente, a supressão de um agente nocivo do rol da legislação de regência não impede o reconhecimento de exercício de atividade especial, conforme já decidido pelo Superior Tribunal de Justiça, como segue:

"No mais, conforme decidido pela Primeira Seção desta Corte, no julgamento do Recurso Especial 1.306.113/SC, de relatoria do Ministro HERMAN BENJAMIN, feito submetido ao procedimento previsto no art. 543-C do CPC, a supressão de agente do rol de atividades e agentes nocivos pelo Decreto 2.172/1997 (Anexo IV) não impossibilita a configuração do tempo de serviço como especial, pois as normas regulamentadoras, que estabelecem os casos de agentes e atividades nocivos à saúde do trabalhador, são exemplificativas". (STJ, AREsp 550891, Rel. Ministra Assusete Magalhães, DJ 24/09/2015) 8. Com relação aos agentes nocivos químicos, a questão já passou por várias alterações normativas. Transcrevo análise extraída do voto no Recurso 00046796920104036306, JUIZ FEDERAL ROBERTO SANTORO FACCHINI, 6ª TURMA RECURSAL DE SÃO PAULO, E-DJF3 Judicial DATA: 26/02/2016:

"(...) No âmbito previdenciário, a partir do Decreto 53.831, de 26 de março de 1964, a legislação seguiu caminho tortuoso. Assim, o referido Decreto 53.831, de 26 de março de 1964, relacionava, em seu quadro, as profissões e os agentes agressivos, que conferiam direito à aposentadoria especial, incluindo a relação de agentes químicos. O Decreto 53.831/64 foi expressamente revogado pelo Decreto nº 62.755/68, que, em anexo, estabeleceu condições mais restritivas na caracterização das atividades insalubres. Posteriormente, o Decreto 83.080/79, em seus Anexos, manteve, em linhas gerais, a regulamentação do Decreto 62.755/68. Constatam-se diferenças significativas entre as disposições do Decreto 53.831/64 e dos Decretos 62.755/68 e 83.080/79, sobre a insalubridade dos agentes químicos. Exemplos desse fato são os agentes químicos derivados do carbono (hidrocarboneto e outros derivados) constantes do item 1.2.11 do Decreto 53.831/64. Na redação do Decreto 53.831/64, qualquer trabalho exposto a poeiras, gases, vapores e neblinas dos derivados do carbono (como o hidrocarboneto) era considerado insalubre, dando direito à aposentadoria aos 25 anos de serviço. Entrementes, a exposição aos agentes químicos derivados do carbono foi inteiramente reformulada pelos anexos do Decreto 63.230/68. O item 1.2.9 que trata dos hidrocarbonetos e outros derivados de carbono. Nesse item, constam, expressamente, as atividades com os derivados de carbono que dariam direito à aposentadoria especial. Todas as atividades ali listadas tratam da fabricação de produtos que deixam antever grande exposição a esses agentes químicos, como, por exemplo, a fabricação de inseticidas clorados, derivados de hidrocarbonetos e a fabricação de solventes para tintas, contendo benzol, toluol e xilol, entre outras. Repise-se que esse disciplinamento dos hidrocarbonetos e outros derivados do carbono, previsto no Decreto 63.230/68 foi reproduzido no posterior Decreto 83.080/79. Pode-se, apenas, afirmar que a exposição a gases ou vapores de hidrocarbonetos foi mantida apenas,

como especial, no caso da atividade de pintura a pistola, com associação de solventes e hidrocarbonados e partículas suspensas, como consta do item 1.2.11 do anexo I do referido Decreto 83.080/79. Também outras profissões, como eletricitistas, cabistas, montadores e outros, foram excluídas da regulamentação inaugurada pelo Decreto 63.230/68, com a exclusão reafirmada pelo Decreto 83.080/79. No entanto, novas reviravoltas ocorreram no disciplinamento dos agentes agressivos, para fins de aposentadoria especial. Inicialmente, a Lei 5527/68 restabeleceu o direito à aposentadoria especial para as profissões que foram excluídas pelo Decreto 63.230/68. Posteriormente, na vigência da Lei 8.213/1991, tanto o anexo do Decreto 53.831/64, quanto aos anexos I e II do Decreto 83.080/79 foram ratificados pelos artigos 295 do Decreto 357/91 e 292 do Decreto 611/92. Logo, diante desse quadro legal, admite-se, hoje, pacificamente, tanto na esfera administrativa, quanto judicial, a possibilidade de enquadramento da atividade especial concomitantemente em quaisquer dos anexos citados, até a edição do anexo IV do Decreto 2172/97. Por fim, nova regulamentação foi prevista no atual Decreto 3.048/99. Resta, ainda, a questão sobre a necessidade de comprovação de exposição a nível máximo de tolerância, no caso dos agentes químicos, nos diversos períodos citados. Como acima afirmado, o quadro constante do Decreto 53.831/64, por força de disposições legais diversas, foi revigorado (no dizer da doutrina) no período anterior a 1997. Assim, a exposição a poeiras, fumos, gases, neblinas e vapores para certos agentes químicos (como no exemplo dos hidrocarbonetos) é suficiente para a caracterização da insalubridade. Interessante notar que, não obstante esse fato, algumas decisões administrativas do INSS negam a insalubridade, sob o argumento de falta de informação da concentração do agente químico, mesmo para os períodos em que sequer era necessária a elaboração de laudo técnico, isto é, no período anterior à lei 9.528/97. A comprovação do tempo especial sempre requereu, no mínimo, a descrição minuciosa da atividade e do ambiente de trabalho (conforme os formulários SB-40, DIRBEN 8030, e posteriormente, a partir de janeiro de 2.004, o PPP). Assim, em tese, é possível a existência de casos em que a descrição minuciosa e detalhada da atividade e do ambiente de trabalho revele exposição tão diminuta ou irrelevante ao agente químico, que não se caracterizem os requisitos mínimos para a concessão da aposentadoria especial, como definido pelo artigo 57 da lei 8.213/1991, e que contém, nesse particular, redação semelhante às leis previdenciárias anteriores. Portanto, entende-se possível, em tese, que as descrições detalhadas das atividades e do ambiente de trabalho (mesmo quando era desnecessária a apresentação do laudo técnico), possam descaracterizar a insalubridade por exposição a agente químico, nos casos em que tais descrições não indiquem sequer a existência do risco potencial à saúde ou à integridade física do segurado. Posteriormente, a questão relativa aos níveis de exposição aos agentes químicos teve novo disciplinamento, com o Decreto 3048/99, segundo o seu anexo IV: ANEXO IV CLASSIFICAÇÃO DOS AGENTES NOCIVOS CÓDIGO AGENTE NOCIVO TEMPO DE EXPOSIÇÃO 1.0.AGENTES QUÍMICOS O que determina o benefício é a presença do agente no processo produtivo e sua constatação no ambiente de trabalho, em condição (concentração) capaz de causar danos à saúde ou à integridade física. As atividades listadas são exemplificadas nas quais pode haver a exposição. O que determina o direito ao benefício é a exposição do trabalhador ao agente nocivo presente no ambiente de trabalho e no processo produtivo, em nível de concentração superior aos limites de tolerância estabelecidos. (Redação dada pelo Decreto, nº 3.265, de 1999) O rol de agentes nocivos é exaustivo, enquanto que as atividades listadas, nas quais pode haver a exposição, é exemplificativa. (Redação dada pelo Decreto, nº 3.265, de 1999) Aparentemente, mostrava-se claro que, a partir do Decreto 3.048/99, seria necessária a comprovação do nível de concentração do agente químico no ambiente de trabalho. Confirmam-se, nesse passo, as disposições dos artigos 183 e seguintes da Instrução Normativa 78/2002, do INSS. Em seguida, nova instrução normativa foi editada a IN 45/2010 - que dispõe em seu artigo 236: Art. 236. Para os fins da análise do benefício de aposentadoria especial, consideram-se: I - nocividade: situação combinada ou não de substâncias, energias e demais fatores de riscos reconhecidos, presentes no ambiente de trabalho, capazes de trazer ou ocasionar danos à saúde ou à integridade física do trabalhador; e II - permanência: trabalho não ocasional nem intermitente, durante quinze, vinte ou vinte cinco anos, no qual a exposição do empregado, do trabalhador avulso ou do cooperado ao agente nocivo seja indissociável da produção do bem ou da prestação do serviço, em decorrência da subordinação jurídica a qual se submete. § 1º Para a apuração do disposto no inciso I do caput, há que se considerar se a avaliação do agente nocivo é: I - apenas qualitativa, sendo a nocividade presumida e independente de mensuração, constatada pela simples presença do agente no ambiente de trabalho, conforme constante nos Anexos 6, 13, 13-A e 14 da Norma Regulamentadora nº 15 NR-15 do MTE, e no Anexo IV do RPS, para os agentes iodo e níquel; ou II - quantitativo, sendo a nocividade considerada pela ultrapassagem dos limites de tolerância ou doses, dispostos nos Anexos 1, 2, 3, 5, 8, 11 e 12 da NR-15 do MTE, por meio da mensuração da intensidade ou da concentração, consideradas no tempo efetivo da exposição no ambiente de trabalho. Logo, no âmbito administrativo, a necessidade de comprovação de níveis de tolerância aos agentes químicos foi seccionada em duas variantes básicas; para alguns casos, a comprovação é meramente qualitativa (simples existência do agente químico no ambiente de trabalho), e para outros é quantitativa (necessidade de comprovação de níveis mínimos de exposição), de acordo com o enquadramento nos anexos da Norma Regulamentadora 15, expedida na esfera trabalhista. E neste aspecto, reside a diferenciação nos critérios de interpretação dessas normas previdenciárias. Para fins de aposentadoria especial, os agentes químicos sempre foram descritos em tabelas, nos quais são mencionados o elemento ou compostos químicos nocivos, e, depois, são descritas atividades consideradas insalubres. Firma-se na jurisprudência (e agora, também no Decreto 3.048/99), que a descrição das atividades é



meramente exemplificativa, e que outras podem igualmente ser consideradas insalubres. Considerei que a descrição das atividades insalubres, relacionadas com o respectivo elemento ou composto químico nocivo, representaria mensuração indireta dos níveis mínimos de tolerância. Veja-se: para certos elementos ou compostos químicos, as atividades insalubres correlatas dizem respeito à fabricação, trituração, extração, fundição... , ou seja, descrevem operações que naturalmente envolvem o contato com grandes quantidades desse elemento ou composto químico (confira-se, por exemplo, o manganês, previsto no item 1.2.7 do anexo I do Decreto 83.080/79). Logo, a meu ver, no exemplo citado, outra atividade, que envolva o contato com manganês, somente poderia ser considerada insalubre se demonstrada a sujeição ao nível de exposição equivalente a qualquer das atividades previstas no referido item 1.2.7 acima referido. Essa interpretação restritiva melhor se amoldaria à definição e às origens da insalubridade no direito previdenciário, bem como aos fins colimados pelos anexos constantes dos Decretos antes citados. Tais anexos descrevem atividades em que a exposição ao agente químico conduz necessariamente à insalubridade. Como decorrência, para outras atividades não previstas, mostrar-se-ia necessária prova de que ela estava sujeita a níveis equivalentes de exposição ao referido agente químico. Essa interpretação, no entanto, também traz o inconveniente de necessitar de informações que se situariam além do que era exigível dos empregadores e dos segurados, em especial na vigência dos Decretos 83.080/79 e 53.832/64. Afinal, nessa época, a insalubridade por agentes químicos era demonstrada por simples formulários, sem necessidade de averiguações ou consultas técnicas. Possível que tais motivos tenham conduzido a jurisprudência e as próprias instruções normativas do INSS antes citadas, a trilhar caminho diverso. Especialmente para o período anterior ao Decreto 3.048/99, tem-se considerado, em princípio, que qualquer atividade com exposição a determinado elemento ou composto químico, previsto nos anexos dos Decretos Regulamentadores, já se mostra suficiente para a qualificação especial, independentemente de comparar essa atividade com aquelas descritas nos anexos, para verificar eventual compatibilidade de exposição ao respectivo elemento ou composto químico'.

9. Com efeito, dispõem os Anexos 13 e 11 da NR 15, em atenção à Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho:

NR 15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES ANEXO N.º 13 AGENTES QUÍMICOS 1. Relação das atividades e operações envolvendo agentes químicos, consideradas, insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho. Excluem-se cestas relação as atividades ou operações com os agentes químicos constantes dos Anexos 11 e 12.

(...)

HIDROCARBONETOS E OUTROS COMPOSTOS DE CARBONO Insalubridade de grau máximo Destilação do alcatrão da hulha. Destilação do petróleo. Manipulação de alcatrão, breu, betume, antraceno, óleos minerais, óleo queimado, parafina ou outras substâncias cancerígenas afins. Manipulação do negro de fumo. (Excluído pela Portaria DNSST n.º 9, de 09 de outubro de 1992) Fabricação de fenóis, cresóis, naftóis, nitroderivados, aminoderivados, derivados halogenados e outras substâncias tóxicas derivadas de hidrocarbonetos cíclicos. Pintura a pistola com esmaltes, tintas, vernizes e solventes contendo hidrocarbonetos aromáticos.

NR 15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES ANEXO N.º 11 AGENTES QUÍMICOS CUJA INSALUBRIDADE É CARACTERIZADA POR LIMITE DE TOLERÂNCIA E INSPEÇÃO NO LOCAL DE TRABALHO 1. Nas atividades ou operações nas quais os trabalhadores ficam expostos a agentes químicos, a caracterização de insalubridade ocorrerá quando forem ultrapassados os limites de tolerância constantes do Quadro n.º 1 deste Anexo.

10. No caso dos hidrocarbonetos, estão elencados no Anexo 13, que se refere apenas à avaliação qualitativa. Corroborando:

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO INTERNO. PROVA DA ESPECIALIDADE DO LABOR. HIDROCARBONETOS. ANÁLISE QUANTITATIVA. DESNECESSIDADE. NR-15, ANEXO N.º 13. CRITÉRIO DA CATEGORIA PROFISSIONAL. TRABALHADOR OCUPADO EM CARÁTER PERMANENTE NA PERFURAÇÃO DE POÇOS PETROLÍFEROS E NA EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO. 1. A NR-15, em seu anexo n.º 13, prevê as atividades e operações envolvendo agentes químicos que serão consideradas insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho, entre elas estão os hidrocarbonetos, motivo pelo qual descabe à análise quantitativa reclamada pelo réu. 2. Tem-se que, in casu, que o autor também está enquadrado no item 2.3.5, do Anexo II, do Decreto n.º 83.080/1979, como trabalhador ocupado em caráter permanente na perfuração de poços petrolíferos e na extração de petróleo. 3. Entretanto, a extensão do período considerado especial deve ser reduzida. Com efeito, não há qualquer prova nos autos que indique a especialidade do trabalho prestado entre 01/05/1992 e 28/04/1995, seja de exposição a agentes nocivos, seja de subsunção a atividade profissional a favor da qual militava presunção de que exercida em caráter especial. 4. Agravo interno parcialmente provido. (REO 200751160001412, Desembargadora Federal LILIANE RORIZ, TRF/2, SEGUNDA TURMA ESPECIALIZADA, E-DJF2R - Data: 08/06/2012 - Página: 36/37)

11. Trago, também, o seguinte entendimento deste Colegiado: PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. MANIPULAÇÃO DE ÓLEOS E GRAXAS. 1. A manipulação de óleos e graxas, em tese, pode configurar condição especial de trabalho para fins previdenciários. 2. O código 1.0.7 do Anexo IV dos Decretos n.ºs 2.172/97 e 3.048/99, que classifica carvão mineral e seus derivados como agentes químicos nocivos à saúde, prevê, na alínea b, que a utilização de óleos minerais autoriza a concessão de aposentadoria especial aos 25 anos de serviço. 3. No anexo n.º 13 da NR-15, veiculada na Portaria MTb n.º 3.214/78, consta, no tópico dedicado aos "hidrocarbonetos e outros compostos de carbono", que a manipulação de óleos minerais caracteriza hipótese de insalubridade de

grau máximo. 4. Pedido parcialmente provido para anular o acórdão recorrido e uniformizar o entendimento de que a manipulação de óleos e graxas, em tese, pode configurar condição especial de trabalho para fins previdenciários. Determinação de retorno dos autos à turma recursal de origem para adequação do julgado. ACÓRDÃO Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais dar parcial provimento ao incidente de uniformização. Brasília, 15 de maio de 2012. (PEDILEF 200971950018280, JUIZ FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES, TNU, DOU 25/05/2012.)

12. Por fim, este Colegiado, na presente sessão, uniformizou a tese proposta no PEDILEF 5004638-26.2012.4.04.7112, de relatoria do Juiz Federal DANIEL MACHADO DA ROCHA, que, após detalhada análise do tema, assim concluiu: ' 13. Forte em tais considerações, proponho a fixação de tese, em relação aos agentes químicos hidrocarbonetos e outros compostos de carbono, como óleos minerais e outros compostos de carbono, que estão descritos no Anexo 13 da NR 15 do MTE, basta a avaliação qualitativa de risco, sem que se cogite de limite de tolerância, independentemente da época da prestação do serviço, se anterior ou posterior a 02.12.1998, para fins de reconhecimento de tempo de serviço especial. 14. Em face do exposto, tenho que o incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pelo INSS merece ser conhecido e improvido'.

13. Incidente improvido.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NEGAR PROVIMENTO ao Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.

Brasília/DF, 16 de junho de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO  
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5002166-79.2012.4.04.7200

ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA  
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO(A): NILSO JOSÉ PEREIRA  
PROC./ADV.: FABIANO MATOS DA SILVA  
OAB: SC-13585

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO

#### EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. AGENTES QUÍMICOS. HIDROCARBONETOS AROMÁTICOS. AVALIAÇÃO QUALITATIVA. INCIDENTE IMPROVIDO.

1. Incidente de uniformização interposto pelo INSS em face de acórdão que reconheceu, como especial, período posterior à edição do Decreto 2.172/97, laborado com exposição habitual e permanente a agentes químicos (hidrocarbonetos aromáticos, óleos e graxas).

2. Alega divergência quanto ao entendimento da 5ª Turma Recursal de São Paulo - processos 00107483220104036302 e 00043517120084036319. Sustenta que não é cabível o reconhecimento da especialidade pela menção genérica de exposição a hidrocarbonetos aromáticos e, que "após 05-03-1997 se exige para enquadramento da atividade como especial de medição, indicação, em laudo técnico da concentração no ambiente de trabalho de agente nocivo listado no anexo IV, dos decretos 2.172/97 e 3.048/99, em nível superior aos limites de tolerância".

3. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, para a TNU, quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões na interpretação da lei ou em contrariedade à jurisprudência dominante do STJ ou TNU. Assim, de plano, paradigmas de Tribunais Regionais Federais e Turmas Recursais da mesma região não atendem ao requisito de admissibilidade do incidente.

4. Tenho que o incidente não comporta provimento.

5. A procedência do pedido restou assim fundamentada pelo acórdão:

'Em face do remanescente (1-8-1998 a 30-6-2011), porém, a pretensão procede, pois o autor esteve exposto aos agentes químicos óleo mineral e graxas (hidrocarbonetos aromáticos), de modo habitual e permanente (EVENTO 1 - LAUD4). Além disso, o § 1º do artigo 201 da Constituição, com a redação da Emenda 20, estabelece que '[é] vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física e quando se tratar de segurados portadores de deficiência, nos termos definidos em lei complementar'. O ato normativo cuja edição foi determinada pelo Constituinte Reformador ainda não existe, mas a própria Emenda previu solução transitória (artigo 15): 'Até que a lei complementar a que se refere o art. 201, § 1º, da Constituição Federal, seja publicada, permanece em vigor o disposto nos arts. 57 e 58 da Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991, na redação vigente à data da publicação desta Emenda'. O citado artigo 58, por outro lado, é expresso no sentido de que '[a] relação dos agentes nocivos químicos, físicos e biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física considerados para fins de concessão da aposentadoria especial de que trata o artigo anterior será definida pelo Poder Executivo'. A decisão política do Congresso Nacional de alterar a Constituição parece ser indubitosa no sentido de inaugurar uma

nova e completamente diferente disciplina a respeito da aposentadoria especial. Eliminou-se o casuismo até então vigente - representado, por exemplo, pela Súmula n. 198 do extinto Tribunal Federal de Recursos (Atendidos os demais requisitos, é devida a aposentadoria especial, se perícia judicial constata que a atividade exercida pelo segurado é perigosa, insalubre ou penosa, mesmo não inscrita em regulamento) - e criou-se um sistema objetivo de aferição (com a definição das atividades exercidas sob condições especiais a cargo do Parlamento), que é muito mais consentâneo com a redação original do § 5º do artigo 195: 'Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total'. O ato do Poder Executivo, que é o Decreto n. 2.172/1997, efetivamente não prevê a periculosidade no rol de agentes que ensejam a declaração de atividade especial para fins de aposentadoria. Nada se alterou com a edição do Decreto n. 3.048/1999. Nestas condições, a pretensão do segurado, a meu ver, deveria ser rejeitada e a sentença mantida. Porém, tanto o Superior Tribunal de Justiça (REsp n. 1.306.113) quanto a Turma Regional de Uniformização (5003955-16.2012.404.7200, Relator p/ Acórdão João Batista Lazzari, D.E. 11-9-2013) tem admitido pretensões semelhantes, embora sem proceder à análise da questão constitucional indviduosamente envolvida. Eis a ementa do acórdão relativo ao primeiro julgamento citado: RECURSO ESPECIAL. MATÉRIA REPETITIVA. ART. 543-C DO CPC E RESOLUÇÃO STJ 8/2008. RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ATIVIDADE ESPECIAL. AGENTE ELETRICIDADE. SUPRESSÃO PELO DECRETO 2.172/1997 (ANEXO IV). ARTS. 57 E 58 DA LEI 8.213/1991. ROL DE ATIVIDADES E AGENTES NOCIVOS. CARÁTER EXEMPLIFICATIVO. AGENTES PREJUDICIAIS NÃO PREVISTOS. REQUISITOS PARA CARACTERIZAÇÃO. SUPORTE TÉCNICO MÉDICO E JURÍDICO. EXPOSIÇÃO PERMANENTE, NÃO OCASIONAL NEM INTERMITENTE (ART. 57, § 3º, DA LEI 8.213/1991). 1. Trata-se de Recurso Especial interposto pela autarquia previdenciária com o escopo de prevalecer a tese de que a supressão do agente eletricidade do rol de agentes nocivos pelo Decreto 2.172/1997 (Anexo IV) culmina na impossibilidade de configuração como tempo especial (arts. 57 e 58 da Lei 8.213/1991) de tal hipótese a partir da vigência do citado ato normativo. 2. À luz da interpretação sistemática, as normas regulamentadoras que estabelecem os casos de agentes e atividades nocivos à saúde do trabalhador são exemplificativas, podendo ser tido como distinto o labor que a técnica médica e a legislação correlata considerarem como prejudiciais ao obreiro, desde que o trabalho seja permanente, não ocasional, nem intermitente, em condições especiais (art. 57, § 3º, da Lei 8.213/1991). Precedentes do STJ. 3. No caso concreto, o Tribunal de origem embasou-se em elementos técnicos (laudo pericial) e na legislação trabalhista para reputar como especial o trabalho exercido pelo recorrido, por consequência da exposição habitual à eletricidade, o que está de acordo com o entendimento fixado pelo STJ. 4. Recurso Especial não provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução 8/2008 do STJ. A meu ver, o Tribunal Superior estabeleceu um princípio, que necessariamente deve ser aplicado a todos os casos em que o segurado demonstrar ter exercido atividades sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física'.

6. O INSS junta paradigmas de Turma Recursal de São Paulo, sustentando que 'após 05-03-1997 se exige para enquadramento da atividade como especial de medição, indicação, em laudo técnico da concentração no ambiente de trabalho de agente nocivo listado no anexo IV, dos decretos 2.172/97 e 3.048/99, em níveis superiores aos limites de tolerância', ou seja, avaliação quantitativa dos agentes nocivos e não apenas qualitativa.

7. Primeiramente, a supressão de um agente nocivo do rol da legislação de regência não impede o reconhecimento de exercício de atividade especial, conforme já decidido pelo Superior Tribunal de Justiça, como segue:

'No mais, conforme decidido pela Primeira Seção desta Corte, no julgamento do Recurso Especial 1.306.113/SC, de relatoria do Ministro HERMAN BENJAMIN, feito submetido ao procedimento previsto no art. 543-C do CPC, a supressão de agente do rol de atividades e agentes nocivos pelo Decreto 2.172/1997 (Anexo IV) não impossibilita a configuração do tempo de serviço como especial, pois as normas regulamentadoras, que estabelecem os casos de agentes e atividades nocivos à saúde do trabalhador, são exemplificativas'. (STJ, AREsp 550891, Rel. Ministra Assusete Magalhães, DJ 24/09/2015) 8. Com relação aos agentes nocivos químicos, a questão já passou por várias alterações normativas. Transcrevo análise extraída do voto no Recurso 00046796920104036306, JUIZ FEDERAL ROBERTO SANTORO FACCHINI, 6ª TURMA RECURSAL DE SÃO PAULO, e-DJF3 Judicial DATA: 26/02/2016:

' (...) No âmbito previdenciário, a partir do Decreto 53.831, de 26 de março de 1964, a legislação seguiu caminho tortuoso. Assim, o referido Decreto 53.831, de 26 de março de 1964, relacionava, em seu quadro, as profissões e os agentes agressivos, que conferiam direito à aposentadoria especial, incluindo a relação de agentes químicos. O Decreto 53.831/64 foi expressamente revogado pelo Decreto n.º 62.755/68, que, em anexo, estabeleceu condições mais restritivas na caracterização das atividades insalubres. Posteriormente, o Decreto 83.080/79, em seus Anexos, manteve, em linhas gerais, a regulamentação do Decreto 62.755/68. Constatam-se diferenças significativas entre as disposições do Decreto 53.831/64 e dos Decretos 62.755/68 e 83.080/79, sobre a insalubridade dos agentes químicos. Exemplos desse fato são os agentes químicos derivados do carbono (hidrocarboneto e outros derivados) constantes do item 1.2.11 do Decreto 53.831/64. Na redação do Decreto 53.831/64, qualquer trabalho exposto a poeiras, gases, vapores e neblinas dos derivados do carbono (como o hidrocarboneto) era considerado insalubre, dando direito à aposentadoria aos 25 anos de serviço. Entrementes, a exposição aos agentes químicos derivados do carbono foi inteiramente reformulada pelos anexos do Decreto 63.230/68. O item 1.2.9 que

trata dos hidrocarbonetos e outros derivados de carbono. Nesse item, constam, expressamente, as atividades com os derivados de carbono que dariam direito à aposentadoria especial. Todas as atividades ali listadas tratam da fabricação de produtos que deixam antever grande exposição a esses agentes químicos, como, por exemplo, a fabricação de inseticidas clorados, derivados de hidrocarbonetos e a fabricação de solventes para tintas, contendo benzol, toluol e xilol, entre outras. Repise-se que esse disciplinamento dos hidrocarbonetos e outros derivados do carbono, previsto no Decreto 63.230/68 foi reproduzido no posterior Decreto 83.080/79. Pode-se, apenas, afirmar que a exposição a gases ou vapores de hidrocarbonetos foi mantida apenas, como especial, no caso da atividade de pintura a pistola, com associação de solventes e hidrocarbonados e partículas suspensas, como consta do item 1.2.11 do anexo I do referido Decreto 83.080/79. Também outras profissões, como eletricitistas, cabistas, montadores e outros, foram excluídas da regulamentação inaugurada pelo Decreto 63.230/68, com a exclusão reafirmada pelo Decreto 83.080/79. No entanto, novas reviravoltas ocorreram no disciplinamento dos agentes agressivos, para fins de aposentadoria especial. Inicialmente, a Lei 5527/68 restabeleceu o direito à aposentadoria especial para as profissões que foram excluídas pelo Decreto 63.230/68. Posteriormente, na vigência da Lei 8.213/1991, tanto o anexo do Decreto 53.831/64, quanto aos anexos I e II do Decreto 83.080/79 foram ratificados pelos artigos 295 do Decreto 357/91 e 292 do Decreto 611/92. Logo, diante desse quadro legal, admite-se, hoje, pacificamente, tanto na esfera administrativa, quanto judicial, a possibilidade de enquadramento da atividade especial concomitantemente em quaisquer dos anexos citados, até a edição do anexo IV do Decreto 2172/97. Por fim, nova regulamentação foi prevista no atual Decreto 3.048/99. Resta, ainda, a questão sobre a necessidade de comprovação de exposição a nível máximo de tolerância, no caso dos agentes químicos, nos diversos períodos citados. Como acima afirmado, o quadro constante do Decreto 53.831/64, por força de disposições legais diversas, foi revigorado (no dizer da doutrina) no período anterior a 1997. Assim, a exposição a poeiras, fumos, gases, neblinas e vapores para certos agentes químicos (como no exemplo dos hidrocarbonetos) é suficiente para a caracterização da insalubridade. Interessante notar que, não obstante esse fato, algumas decisões administrativas do INSS negam a insalubridade, sob o argumento de falta de informação da concentração do agente químico, mesmo para os períodos em que sequer era necessária a elaboração de laudo técnico, isto é, no período anterior à lei 9.528/97. A comprovação do tempo especial sempre requereu, no mínimo, a descrição minuciosa da atividade e do ambiente de trabalho (conforme os formulários SB-40, DIRBEN 8030, e posteriormente, a partir de janeiro de 2.004, o PPP). Assim, em tese, é possível a existência de casos em que a descrição minuciosa e detalhada da atividade e do ambiente de trabalho revele exposição tão diminuta ou irrelevante ao agente químico, que não se caracterizem os requisitos mínimos para a concessão da aposentadoria especial, como definido pelo artigo 57 da lei 8.213/1991, e que contém, nesse particular, redação semelhante às leis previdenciárias anteriores. Portanto, entende-se possível, em tese, que as descrições detalhadas das atividades e do ambiente de trabalho (mesmo quando era desnecessária a apresentação do laudo técnico), possam descaracterizar a insalubridade por exposição a agente químico, nos casos em que tais descrições não indiquem sequer a existência do risco potencial à saúde ou à integridade física do segurado. Posteriormente, a questão relativa aos níveis de exposição aos agentes químicos teve novo disciplinamento, com o Decreto 3048/99, segundo o seu anexo IV: ANEXO IV CLASSIFICAÇÃO DOS AGENTES NOCIVOS CÓDIGO AGENTE NOCIVO TEMPO DE EXPOSIÇÃO 1.0.0 AGENTES QUÍMICOS O que determina o benefício é a presença do agente no processo produtivo e sua constatação no ambiente de trabalho, em condição (concentração) capaz de causar danos à saúde ou à integridade física. As atividades listadas são exemplificadas nas quais pode haver a exposição. O que determina o direito ao benefício é a exposição do trabalhador ao agente nocivo presente no ambiente de trabalho e no processo produtivo, em nível de concentração superior aos limites de tolerância estabelecidos. (Redação dada pelo Decreto, nº 3.265, de 1999) O rol de agentes nocivos é exaustivo, enquanto que as atividades listadas, nas quais pode haver a exposição, é exemplificativa. (Redação dada pelo Decreto, nº 3.265, de 1999) Aparentemente, mostrava-se claro que, a partir do Decreto 3.048/99, seria necessária a comprovação do nível de concentração do agente químico no ambiente de trabalho. Confirmam-se, nesse passo, as disposições dos artigos 183 e seguintes da Instrução Normativa 78/2002, do INSS. Em seguida, nova instrução normativa foi editada a IN 45/2010 - que dispõe em seu artigo 236: Art. 236. Para os fins da análise do benefício de aposentadoria especial, consideram-se: I - nocividade: situação combinada ou não de substâncias, energias e demais fatores de riscos reconhecidos, presentes no ambiente de trabalho, capazes de trazer ou ocasionar danos à saúde ou à integridade física do trabalhador; e II - permanência: trabalho não ocasional nem intermitente, durante quinze, vinte ou vinte cinco anos, no qual a exposição do empregado, do trabalhador avulso ou do cooperado ao agente nocivo seja indissociável da produção do bem ou da prestação do serviço, em decorrência da subordinação jurídica a qual se submete. § 1º Para a apuração do disposto no inciso I do caput, há que se considerar se a avaliação do agente nocivo é: I - apenas qualitativo, sendo a nocividade presumida e independente de mensuração, constatada pela simples presença do agente no ambiente de trabalho, conforme constante nos Anexos 6, 13, 13-A e 14 da Norma Regulamentadora nº 15 NR-15 do MTE, e no Anexo IV do RPS, para os agentes iodo e níquel; ou II - quantitativo, sendo a nocividade considerada pela ultrapassagem dos limites de tolerância ou doses, dispostos nos Anexos 1, 2, 3, 5, 8, 11 e 12 da NR-15 do MTE, por meio da mensuração da intensidade ou da concentração, consideradas no tempo efetivo da exposição no ambiente de trabalho. Logo, no âmbito administrativo, a necessidade de comprovação de níveis de tolerância aos agentes químicos foi seccionada em duas variantes básicas; para

alguns casos, a comprovação é meramente qualitativa (simples existência do agente químico no ambiente de trabalho), e para outros é quantitativa (necessidade de comprovação de níveis mínimos de exposição), de acordo com o enquadramento nos anexos da Norma Regulamentadora 15, expedida na esfera trabalhista. E neste aspecto, reside a diferenciação nos critérios de interpretação dessas normas previdenciárias. Para fins de aposentadoria especial, os agentes químicos sempre foram descritos em tabelas, nos quais são mencionados o elemento ou compostos químicos nocivos, e, depois, são descritas atividades consideradas insalubres. Firma-se na jurisprudência (e agora, também no Decreto 3.048/99), que a descrição das atividades é meramente exemplificativa, e que outras podem igualmente ser consideradas insalubres. Considerei que a descrição das atividades insalubres, relacionadas com o respectivo elemento ou composto químico nocivo, representaria mensuração indireta dos níveis mínimos de tolerância. Veja-se; para certos elementos ou compostos químicos, as atividades insalubres correlatas dizem respeito à fabricação, trituração, extração, fundição... , ou seja, descrevem operações que naturalmente envolvem o contato com grandes quantidades desse elemento ou composto químico (confira-se, por exemplo, o manganês, previsto no item 1.2.7 do anexo I do Decreto 83.080/79). Logo, a meu ver, no exemplo citado, outra atividade, que envolva o contato com manganês, somente poderia ser considerada insalubre se demonstrada a sujeição ao nível de exposição equivalente a qualquer das atividades previstas no referido item 1.2.7 acima referido. Essa interpretação restritiva melhor se amoldaria à definição e às origens da insalubridade no direito previdenciário, bem como aos fins colimados pelos anexos constantes dos Decretos antes citados. Tais anexos descrevem atividades em que a exposição ao agente químico conduz necessariamente à insalubridade. Como decorrência, para outras atividades não previstas, mostrar-se-ia necessária prova de que ela estava sujeita a níveis equivalentes de exposição ao referido agente químico. Essa interpretação, no entanto, também traz o inconveniente de necessitar de informações que se situariam além do que era exigível dos empregadores e dos segurados, em especial na vigência dos Decretos 83.080/79 e 53.832/64. Afinal, nessa época, a insalubridade por agentes químicos era demonstrada por simples formulários, sem necessidade de averiguações ou consultas técnicas. Possível que tais motivos tenham conduzido a jurisprudência e as próprias instruções normativas do INSS antes citadas, a trilhar caminho diverso. Especialmente para o período anterior ao Decreto 3.048/99, tem-se considerado, em princípio, que qualquer atividade com exposição a determinado elemento ou composto químico, previsto nos anexos dos Decretos Regulamentadores, já se mostra suficiente para a qualificação especial, independentemente de comparar essa atividade com aquelas descritas nos anexos, para verificar eventual compatibilidade de exposição ao respectivo elemento ou composto químico".

9. Com efeito, dispõem os Anexos 13 e 11 da NR 15, em atenção à Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho: NR 15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES ANEXO N.º 13 AGENTES QUÍMICOS 1. Relação das atividades e operações envolvendo agentes químicos, consideradas, insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho. Excluem-se esta relação as atividades ou operações com os agentes químicos constantes dos Anexos 11 e 12. (...)

HIDROCARBONETOS E OUTROS COMPOSTOS DE CARBONO Insalubridade de grau máximo Destilação do alcatrão da hulha. Destilação do petróleo. Manipulação de alcatrão, breu, betume, antraceno, óleos minerais, óleo queimado, parafina ou outras substâncias cancerígenas afins. Manipulação do negro de fumo. (Excluído pela Portaria DNST n.º 9, de 09 de outubro de 1992) Fabricação de fenóis, cresóis, naftóis, nitroderivados, aminoderivados, derivados halogenados e outras substâncias tóxicas derivadas de hidrocarbonetos cíclicos. Pintura a pistola com esmaltes, tintas, vernizes e solventes contendo hidrocarbonetos aromáticos.

NR 15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES ANEXO N.º 11 AGENTES QUÍMICOS CUJA INSALUBRIDADE É CARACTERIZADA POR LIMITE DE TOLERÂNCIA E INSPEÇÃO NO LOCAL DE TRABALHO 1. Nas atividades ou operações nas quais os trabalhadores ficam expostos a agentes químicos, a caracterização de insalubridade ocorrerá quando forem ultrapassados os limites de tolerância constantes do Quadro n.º 1 deste Anexo.

10. No caso dos hidrocarbonetos, estão elencados no Anexo 13, que se refere apenas à avaliação qualitativa. Corroborando: PROCESSUAL CIVIL É PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO INTERNO. PROVA DA ESPECIALIDADE DO LABOR. HIDROCARBONETOS. ANÁLISE QUANTITATIVA. DESNECESSIDADE. NR-15, ANEXO N.º 13. CRITÉRIO DA CATEGORIA PROFISSIONAL. TRABALHADOR OCUPADO EM CARÁTER PERMANENTE NA PERFURAÇÃO DE POÇOS PETROLÍFEROS E NA EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO. 1. A NR-15, em seu anexo nº 13, prevê as atividades e operações envolvendo agentes químicos que serão consideradas insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho, entre elas estão os hidrocarbonetos, motivo pelo qual descabe a análise quantitativa reclamada pelo réu. 2. Tem-se que, in casu, que o autor também está enquadrado no item 2.3.5, do Anexo II, do Decreto nº 83.080/1979, como trabalhador ocupado em caráter permanente na perfuração de poços petrolíferos e na extração de petróleo. 3. Entretanto, a extensão do período considerado especial deve ser reduzida. Com efeito, não há qualquer prova nos autos que indique a especialidade do trabalho prestado entre 01/05/1992 e 28/04/1995, seja de exposição a agentes nocivos, seja de subsunção a atividade profissional a favor da qual militava presunção de que exercida em caráter especial. 4. Agravo interno parcialmente provido. (REO 200751160001412, Desembargadora Federal LILIANE RORIZ, TRF/2, SEGUNDA TURMA ESPECIALIZADA, E-DJF2R - Data: 08/06/2012 - Página: 36/37)

11. Trago, também, o seguinte entendimento deste Colegiado: PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. MANIPULAÇÃO DE ÓLEOS E GRAXAS. 1. A manipulação de óleos e graxas, em tese, pode configurar condição especial de trabalho para fins previdenciários. 2. O código 1.0.7 do Anexo IV dos Decretos nºs 2.172/97 e 3.048/99, que classifica carvão mineral e seus derivados como agentes químicos nocivos à saúde, prevê, na alínea b, que a utilização de óleos minerais autoriza a concessão de aposentadoria especial aos 25 anos de serviço. 3. No anexo nº 13 da NR-15, veiculada na Portaria MTB nº 3.214/78, consta, no tópico dedicado aos "hidrocarbonetos e outros compostos de carbono", que a manipulação de óleos minerais caracteriza hipótese de insalubridade de grau máximo. 4. Pedido parcialmente provido para anular o acórdão recorrido e uniformizar o entendimento de que a manipulação de óleos e graxas, em tese, pode configurar condição especial de trabalho para fins previdenciários. Determinação de retorno dos autos à turma recursal de origem para adequação do julgado. ACÓRDÃO Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais dar parcial provimento ao incidente de uniformização. Brasília, 15 de maio de 2012. (PEDILEF 200971950018280, JUIZ FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES, TNU, DOU 25/05/2012.)

12. Por fim, este Colegiado, na presente sessão, uniformizou a tese proposta no PEDILEF 5004638-26.2012.4.04.7112, de relatoria do Juiz Federal DANIEL MACHADO DA ROCHA, que, após detalhada análise do tema, assim concluiu: ' 13. Forte em tais considerações, proponho a fixação de tese, em relação aos agentes químicos hidrocarbonetos e outros compostos de carbono, como óleos minerais e outros compostos de carbono, que estão descritos no Anexo 13 da NR 15 do MTE, basta a avaliação qualitativa de risco, sem que se cogite de limite de tolerância, independentemente da época da prestação do serviço, se anterior ou posterior a 02.12.1998, para fins de reconhecimento de tempo de serviço especial. 14. Em face do exposto, tenho que o incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pelo INSS merece ser conhecido e improvido'. 13. Incidente improvido.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NEGAR PROVIMENTO ao Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora. Brasília/DF, 16 de junho de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO  
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5002394-12.2012.4.04.7214  
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA  
REQUERENTE: INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO(A): JOSE ALCIR WINIARSKI  
PROC./ADV.: ANDERSON RODRIGUES  
OAB: SC-19221  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

#### EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. AGENTES QUÍMICOS. HIDROCARBONETOS AROMÁTICOS. AVALIAÇÃO QUALITATIVA. INCIDENTE IMPROVIDO.

1. Incidente de uniformização interposto pelo INSS em face de acórdão que manteve sentença de parcial procedência do pedido, reconhecendo como especial período posterior à edição do Decreto 2.172/97, laborado com exposição habitual e permanente a agentes químicos (hidrocarbonetos aromáticos, óleos e graxas).

2. Alega divergência quanto ao entendimento da 5ª Turma Recursal de São Paulo - processos 00107483220104036302 e 00043517120084036319. Sustenta que não é cabível o reconhecimento da especialidade pela menção genérica de exposição a hidrocarbonetos aromáticos e, que "após 05-03-1997 se exige para enquadramento da atividade como especial de medição, indicação, em laudo técnico da concentração no ambiente de trabalho de agente nocivo listado no anexo IV, dos decretos 2.172/97 e 3.048/99, em nível superior aos limites de tolerância".

3. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, para a TNU, quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões na interpretação da lei ou em contrariedade à jurisprudência dominante do STJ ou TNU. Assim, de plano, paradigmas de Tribunais Regionais Federais e Turmas Recursais da mesma região não atendem ao requisito de admissibilidade do incidente.

4. Tenho que o incidente não comporta provimento.

5. A sentença, mantida pelo acórdão, julgou procedente o pedido, assim fixando:

"Passo a analisar a especialidade dos períodos requeridos. a) De 1º.8.1985 a 6.5.1988 e de 6.3.1997 a 25.11.2011, a parte autora trabalhou como torneiro da empresa Metalúrgica São Pedro Ltda.; Os perfis profissiográficos previdenciários (PPPs) fornecidos pela empregadora comprovam que o autor trabalhou no setor de torno fresca, onde estaria exposto aos agentes nocivos ruído e óleo mineral (doc. 2, evento 7; doc. 14, inicial). Do laudo técnico-ambiental elaborado em 2004, consta que o operário estava sujeito, no exercício dessa função, a radiações não ionizantes e a óleos e graxas minerais (p. 1, doc. 16, inicial). Não houve indicação do nível de ruído nesta avaliação. Segundo a avaliação ambiental realizada em 2011, os trabalhadores do setor estavam expostos a hidrocarbonetos e óleos minerais, sob a categoria de média exposição; a ruído superior a 80 dB (A) sob a categoria de alta exposição (pp. 4-5, doc. 20, inicial). Acerca da referida avaliação qualitativa, consta do laudo que quando um de-



terminado agente de risco ocupacional estiver classificado como baixo ou irrelevante, deve ser interpretado como abaixo do nível de ação e/ou exposição eventual e/ou agente de risco com potencial de lesão mito baixo ou ausente (p. 6, doc. 19, inicial). Quanto ao ruído, após 6.3.1997, o seu nível para ser considerado nocivo tinha que ser superior a 85 dB(A) e a avaliação indica apenas alta exposição a níveis de ruído superiores a 80 dB (A), não podendo, portanto, a especialidade da atividade ser reconhecida por tal agente. Todavia, no caso do operador de torno (fresa), a exposição ao agente nocivo químico foi classificada como média. A atividade laboral exercida com exposição habitual e permanente aos agentes químicos tóxicos orgânicos (hidrocarbonetos), tais como óleos e graxas, enquadra-se como especial, nos termos dos códigos 1.2.11 do Anexo I do Decreto 53.831/64, 1.2.10 do Anexo I do Decreto 83.080/79, 1.0.19 do Anexo IV do Decreto 2.172/97 e 1.0.19 do Anexo IV do Decreto 3.048/99. Dessa forma, deve-se reconhecer a especialidade da atividade desempenhada nos períodos em análise.

6. O INSS junta paradigmas de Turma Recursal de São Paulo, sustentando que 'após 05-03-1997 se exige para enquadramento da atividade como especial de medição, indicação, em laudo técnico da concentração no ambiente de trabalho de agente nocivo listado no anexo IV, dos decretos 2.172/97 e 3.048/99, em níveis superiores aos limites de tolerância', ou seja, avaliação quantitativa dos agentes nocivos e não apenas qualitativa.

7. Contudo, conforme reconheceu em seu recurso, quando da impugnação da sentença, necessária a análise da composição dos agentes químicos, pois alguns podem configurar risco carcinogênico, outros não. Esta afirmação já demonstra a inviabilidade de uniformização de entendimento nesta seara. Vejamos.

8. Primeiramente, a supressão de um agente nocivo do rol da legislação de regência não impede o reconhecimento de exercício de atividade especial, conforme já decidido pelo Superior Tribunal de Justiça, como segue:

'No mais, conforme decidido pela Primeira Seção desta Corte, no julgamento do Recurso Especial 1.306.113/SC, de relatoria do Ministro HERMAN BENJAMIN, feito submetido ao procedimento previsto no art. 543-C do CPC, a supressão de agente do rol de atividades e agentes nocivos pelo Decreto 2.172/1997 (Anexo IV) não impossibilita a configuração do tempo de serviço como especial, pois as normas regulamentadoras, que estabelecem os casos de agentes e atividades nocivos à saúde do trabalhador, são exemplificativas'. (STJ, AREsp 550891, Rel. Ministra Assusete Magalhães, DJ 24/09/2015) 9. Com relação aos agentes nocivos químicos, a questão já passou por várias alterações normativas. Transcrevo análise extraída do voto no Recurso 00046796920104036306, JUIZ FEDERAL ROBERTO SANTORO FACCHINI, 6ª TURMA RECURSAL DE SÃO PAULO, e-DJF3 Judicial DATA: 26/02/2016:

'(...) No âmbito previdenciário, a partir do Decreto 53.831, de 26 de março de 1964, a legislação seguiu caminho tortuoso. Assim, o referido Decreto 53.831, de 26 de março de 1964, relacionava, em seu quadro, as profissões e os agentes agressivos, que conferiam direito à aposentadoria especial, incluindo a relação de agentes químicos. O Decreto 53.831/64 foi expressamente revogado pelo Decreto nº 62.755/68, que, em anexo, estabeleceu condições mais restritivas na caracterização das atividades insalubres. Posteriormente, o Decreto 83.080/79, em seus Anexos, manteve, em linhas gerais, a regulamentação do Decreto 62.755/68. Constatam-se diferenças significativas entre as disposições do Decreto 53.831/64 e dos Decretos 62.755/68 e 83.080/79, sobre a insalubridade dos agentes químicos. Exemplos desse fato são os agentes químicos derivados do carbono (hidrocarboneto e outros derivados) constantes do item 1.2.11 do Decreto 53.831/64. Na redação do Decreto 53.831/64, qualquer trabalho exposto a poeiras, gases, vapores e neblinas dos derivados do carbono (como o hidrocarboneto) era considerado insalubre, dando direito à aposentadoria aos 25 anos de serviço. Entrementes, a exposição aos agentes químicos derivados do carbono foi inteiramente reformulada pelos anexos do Decreto 63.230/68. O item 1.2.9 que trata dos hidrocarbonetos e outros derivados de carbono. Nesse item, constam, expressamente, as atividades com os derivados de carbono que dariam direito à aposentadoria especial. Todas as atividades ali listadas tratam da fabricação de produtos que deixam antever grande exposição à esses agentes químicos, como, por exemplo, a fabricação de inseticidas clorados, derivados de hidrocarbonetos e a fabricação de solventes para tintas, contendo benzol, toluol e xilol, entre outras. Repise-se que esse disciplinamento dos hidrocarbonetos e outros derivados do carbono, previsto no Decreto 63.230/68 foi reproduzido no posterior Decreto 83.080/79. Pode-se, apenas, afirmar que a exposição a gases ou vapores de hidrocarbonetos foi mantida apenas, como especial, no caso da atividade de pintura a pistola, com associação de solventes e hidrocarbonados e partículas suspensas, como consta do item 1.2.11 do anexo I do referido Decreto 83.080/79. Também outras profissões, como eletricitas, cabistas, montadores e outros, foram excluídas da regulamentação inaugurada pelo Decreto 63.230/68, com a exclusão reafirmada pelo Decreto 83.080/79. No entanto, novas reviravoltas ocorreram no disciplinamento dos agentes agressivos, para fins de aposentadoria especial. Inicialmente, a Lei 5527/68 restabeleceu o direito à aposentadoria especial para as profissões que foram excluídas pelo Decreto 63.230/68. Posteriormente, na vigência da Lei 8.213/1991, tanto o anexo do Decreto 53.831/64, quanto aos anexos I e II do Decreto 83.080/79 foram ratificados pelos artigos 295 do Decreto 357/91 e 292 do Decreto 611/92. Logo, diante desse quadro legal, admite-se, hoje, pacificamente, tanto na esfera administrativa, quanto judicial, a possibilidade de enquadramento da atividade especial concomitantemente em quaisquer dos anexos citados, até a edição do anexo IV do Decreto 2172/97. Por fim, nova regulamentação foi prevista no atual Decreto 3.048/99. Resta, ainda, a questão sobre a necessidade de comprovação de exposição a nível máximo de tolerância, no caso dos agentes químicos, nos diversos períodos citados. Como acima afirmado, o quadro constante do Decreto 53.831/64, por força de disposições legais diversas, foi re-

vigorado (no dizer da doutrina) no período anterior a 1997. Assim, a exposição a poeiras, fumos, gases, neblinas e vapores para certos agentes químicos (como no exemplo dos hidrocarbonetos) é suficiente para a caracterização da insalubridade. Interessante notar que, não obstante esse fato, algumas decisões administrativas do INSS negam a insalubridade, sob o argumento de falta de informação da concentração do agente químico, mesmo para os períodos em que sequer era necessária a elaboração de laudo técnico, isto é, no período anterior à lei 9.528/97. A comprovação do tempo especial sempre requereu, no mínimo, a descrição minuciosa da atividade e do ambiente de trabalho (conforme os formulários SB-40, DIRBEN 8030, e posteriormente, a partir de janeiro de 2.004, o PPP). Assim, em tese, é possível a existência de casos em que a descrição minuciosa e detalhada da atividade e do ambiente de trabalho revele exposição tão diminuta ou irrelevante ao agente químico, que não se caracterizem os requisitos mínimos para a concessão da aposentadoria especial, como definido pelo artigo 57 da lei 8.213/1991, e que contém, nesse particular, redação semelhante às leis previdenciárias anteriores. Portanto, entende-se possível, em tese, que as descrições detalhadas das atividades e do ambiente de trabalho (mesmo quando era desnecessária a apresentação do laudo técnico), possam descaracterizar a insalubridade por exposição a agente químico, nos casos em que tais descrições não indiquem sequer a existência do risco potencial à saúde ou à integridade física do segurado. Posteriormente, a questão relativa aos níveis de exposição aos agentes químicos teve novo disciplinamento, com o Decreto 3048/99, segundo o seu anexo IV: ANEXO IV CLASSIFICAÇÃO DOS AGENTES NOCIVOS CÓDIGO AGENTE NOCIVO TEMPO DE EXPOSIÇÃO 1.0.0 AGENTES QUÍMICOS O que determina o benefício é a presença do agente no processo produtivo e sua constatação no ambiente de trabalho, em condição (concentração) capaz de causar danos à saúde ou à integridade física. As atividades listadas são exemplificadas nas quais pode haver a exposição. O que determina o direito ao benefício é a exposição do trabalhador ao agente nocivo presente no ambiente de trabalho e no processo produtivo, em nível de concentração superior aos limites de tolerância estabelecidos. (Redação dada pelo Decreto, nº 3.265, de 1999) O rol de agentes nocivos é exaustivo, enquanto que as atividades listadas, nas quais pode haver a exposição, é exemplificativa. (Redação dada pelo Decreto, nº 3.265, de 1999) Aparentemente, mostrava-se claro que, a partir do Decreto 3.048/99, seria necessária a comprovação do nível de concentração do agente químico no ambiente de trabalho. Confirmam-se, nesse passo, as disposições dos artigos 183 e seguintes da Instrução Normativa 78/2002, do INSS. Em seguida, nova instrução normativa foi editada a IN 45/2010 - que dispõe em seu artigo 236: Art. 236. Para os fins da análise do benefício de aposentadoria especial, consideram-se: I - nocividade: situação combinada ou não de substâncias, energias e demais fatores de riscos reconhecidos, presentes no ambiente de trabalho, capazes de trazer ou ocasionar danos à saúde ou à integridade física do trabalhador; e II - permanência: trabalho não ocasional nem intermitente, durante quinze, vinte ou vinte cinco anos, no qual a exposição do empregado, do trabalhador avulso ou do cooperado ao agente nocivo seja indissociável da produção do bem ou da prestação do serviço, em decorrência da subordinação jurídica a qual se submete. § 1º Para a apuração do disposto no inciso I do caput, há que se considerar se a avaliação do agente nocivo é: I - apenas qualitativa, sendo a nocividade presumida e independente de mensuração, constatada pela simples presença do agente no ambiente de trabalho, conforme constante nos Anexos 6, 13, 13-A e 14 da Norma Regulamentadora nº 15 NR-15 do MTE, e no Anexo IV do RPS, para os agentes iodo e níquel; ou II - quantitativo, sendo a nocividade considerada pela ultrapassagem dos limites de tolerância ou doses, dispostos nos Anexos 1, 2, 3, 5, 8, 11 e 12 da NR-15 do MTE, por meio da mensuração da intensidade ou da concentração, consideradas no tempo efetivo da exposição no ambiente de trabalho. Logo, no âmbito administrativo, a necessidade de comprovação de níveis de tolerância aos agentes químicos foi seccionada em duas variantes básicas; para alguns casos, a comprovação é meramente qualitativa (simples existência do agente químico no ambiente de trabalho), e para outros é quantitativa (necessidade de comprovação de níveis mínimos de exposição), de acordo com o enquadramento nos anexos da Norma Regulamentadora 15, expedida na esfera trabalhista. E neste aspecto, reside a diferenciação nos critérios de interpretação dessas normas previdenciárias. Para fins de aposentadoria especial, os agentes químicos sempre foram descritos em tabelas, nos quais são mencionados o elemento ou compostos químicos nocivos, e, depois, são descritas atividades consideradas insalubres. Firma-se na jurisprudência (e agora, também no Decreto 3.048/99), que a descrição das atividades é meramente exemplificativa, e que outras podem igualmente ser consideradas insalubres. Considerei que a descrição das atividades insalubres, relacionadas com o respectivo elemento ou composto químico nocivo, representaria mensuração indireta dos níveis mínimos de tolerância. Veja-se; para certos elementos ou compostos químicos, as atividades insalubres correlatas dizem respeito à fabricação, trituração, extração, fundição... , ou seja, descrevem operações que naturalmente envolvem o contato com grandes quantidades desse elemento ou composto químico (confira-se, por exemplo, o manágens, previsto no item 1.2.7 do anexo I do Decreto 83.080/79). Logo, a meu ver, no exemplo citado, outra atividade, que envolva o contato com manganês, somente poderia ser considerada insalubre se demonstrada a sujeição ao nível de exposição equivalente a qualquer das atividades previstas no referido item 1.2.7 acima referido. Essa interpretação restritiva melhor se amoldaria à definição e às origens da insalubridade no direito previdenciário, bem como aos fins colimados pelos anexos constantes dos Decretos antes citados. Tais anexos descrevem atividades em que a exposição ao agente químico conduz necessariamente à insalubridade. Como decorrência, para outras atividades não previstas, mostrar-se-ia necessária prova de que ela estava sujeita a níveis equivalentes de exposição ao referido agente químico. Essa interpretação, no entanto, também traz o incon-

veniente de necessitar de informações que se situariam além do que era exigível dos empregadores e dos segurados, em especial na vigência dos Decretos 83.080/79 e 53.832/64. Afinal, nessa época, a insalubridade por agentes químicos era demonstrada por simples formulários, sem necessidade de averiguações ou consultas técnicas. Possível que tais motivos tenham conduzido a jurisprudência e as próprias instruções normativas do INSS antes citadas, a trilhar caminho diverso. Especialmente para o período anterior ao Decreto 3.048/99, tem-se considerado, em princípio, que qualquer atividade com exposição a determinado elemento ou composto químico, previsto nos anexos dos Decretos Regulamentadores, já se mostra suficiente para a qualificação especial, independentemente de comparar essa atividade com aquelas descritas nos anexos, para verificar eventual compatibilidade de exposição ao respectivo elemento ou composto químico'.

10. Com efeito, dispõem os Anexos 13 e 11 da NR 15, em atenção à Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho:

NR 15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES ANEXO N.º 13 AGENTES QUÍMICOS 1. Relação das atividades e operações envolvendo agentes químicos, consideradas, insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho. Excluem-se cestas relação as atividades ou operações com os agentes químicos constantes dos Anexos 11 e 12.

(...)

HIDROCARBONETOS E OUTROS COMPOSTOS DE CARBONO Insalubridade de grau máximo Destilação do alcatrão da hulha. Destilação do petróleo. Manipulação de alcatrão, breu, betume, antraceno, óleos minerais, óleo queimado, parafina ou outras substâncias cancerígenas afins. Manipulação do negro de fumo. (Excluído pela Portaria DNSST n.º 9, de 09 de outubro de 1992) Fabricação de fenóis, cresóis, naftóis, nitroderivados, aminoderivados, derivados halogenados e outras substâncias tóxicas derivadas de hidrocarbonetos cíclicos. Pintura a pistola com esmaltes, tintas, vernizes e solventes contendo hidrocarbonetos aromáticos.

NR 15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES ANEXO N.º 11 AGENTES QUÍMICOS CUJA INSALUBRIDADE É CARACTERIZADA POR LIMITE DE TOLERÂNCIA E INSPEÇÃO NO LOCAL DE TRABALHO 1. Nas atividades ou operações nas quais os trabalhadores ficam expostos a agentes químicos, a caracterização de insalubridade ocorrerá quando forem ultrapassados os limites de tolerância constantes do Quadro n.º 1 deste Anexo.

11. No caso dos hidrocarbonetos, estão elencados no Anexo 13, que se refere apenas à avaliação qualitativa. Corroborando: PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO INTERNO. PROVA DA ESPECIALIDADE DO LABOR. HIDROCARBONETOS. ANÁLISE QUANTITATIVA. DESNECESSIDADE. NR-15, ANEXO Nº 13. CRITÉRIO DA CATEGORIA PROFISSIONAL. TRABALHADOR OCUPADO EM CARÁTER PERMANENTE NA PERFURAÇÃO DE POÇOS PETROLÍFEROS E NA EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO. 1. A NR-15, em seu anexo nº 13, prevê as atividades e operações envolvendo agentes químicos que serão consideradas insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho, entre elas estão os hidrocarbonetos, motivo pelo qual descabe a análise quantitativa reclamada pelo réu. 2. Tem-se que, in casu, que o autor também está enquadrado no item 2.3.5, do Anexo II, do Decreto nº 83.080/1979, como trabalhador ocupado em caráter permanente na perfuração de poços petrolíferos e na extração de petróleo. 3. Entretanto, a extensão do período considerado especial deve ser reduzida. Com efeito, não há qualquer prova nos autos que indique a especialidade do trabalho prestado entre 01/05/1992 e 28/04/1995, seja de exposição a agentes nocivos, seja de subsunção a atividade profissional a favor da qual militava presunção de que exercida em caráter especial. 4. Agravo interno parcialmente provido. (REO 200751160001412, Desembargadora Federal LILIANE RORIZ, TRF/2, SEGUNDA TURMA ESPECIALIZADA, E-DJF2R - Data: 08/06/2012 - Página: 36/37)

12. Por fim, este Colegiado, na presente sessão, uniformizou a tese proposta no PEDILEF 5004638-26.2012.4.04.7112, de relatoria do Juiz Federal DANIEL MACHADO DA ROCHA, que, após detalhada análise do tema, assim concluiu: ' 13. Forte em tais considerações, proponho a fixação de tese, em relação aos agentes químicos hidrocarbonetos e outros compostos de carbono, como óleos minerais e outros compostos de carbono, que estão descritos no Anexo 13 da NR 15 do MTE, basta a avaliação qualitativa de risco, sem que se cogite de limite de tolerância, independentemente da época da prestação do serviço, se anterior ou posterior a 02.12.1998, para fins de reconhecimento de tempo de serviço especial. 14. Em face do exposto, tenho que o incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pelo INSS merece ser conhecido e improvido'.

13. Incidente improvido.

## ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NEGAR PROVIMENTO ao Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.  
Brasília/DF, 16 de junho de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO  
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5002426-10.2013.4.04.7205  
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA  
REQUERENTE: INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO(A): AVELINO DE OLIVEIRA  
PROC./ADV.: ERNESTO Z. MORESTONI  
OAB: SC-11666  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

## EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. AGENTES QUÍMICOS. HIDROCARBONETOS AROMÁTICOS. AVALIAÇÃO QUALITATIVA. INCIDENTE IMPROVIDO.

1. Incidente de uniformização interposto pelo INSS em face de acórdão que manteve sentença que reconheceu, como especial, período posterior à edição do Decreto 2.172/97, laborado com exposição habitual e permanente a agentes químicos (hidrocarbonetos aromáticos, óleos e graxas).

2. Alega divergência quanto ao entendimento da 5ª Turma Recursal de São Paulo - processos 00107483220104036302 e 00043517120084036319. Sustenta que não é cabível o reconhecimento da especialidade pela menção genérica de exposição a hidrocarbonetos aromáticos e, que "após 05-03-1997 se exige para enquadramento da atividade como especial de medição, indicação, em laudo técnico da concentração no ambiente de trabalho de agente nocivo listado no anexo IV, dos decretos 2.172/97 e 3.048/99, em nível superior aos limites de tolerância".

3. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, para a TNU, quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões na interpretação da lei ou em contrariedade à jurisprudência dominante do STJ ou TNU. Assim, de plano, paradigmas de Tribunais Regionais Federais e Turmas Recursais da mesma região não atendem ao requisito de admissibilidade do incidente.

4. Tenho que o incidente não comporta provimento.

5. A sentença, mantida pelo acórdão, julgou procedente o pedido, assim fixando:

'- 21.01.1980 a 21.06.1982, 01.03.1986 a 20.04.1993, 01.02.1994 a 22.12.1994 e 01.02.2006 a 15.10.2008: Nos períodos, de acordo com o formulário PPP, a parte-autora exerceu as atividades de APRENDIZ MECÂNICO e MECÂNICO no setor de OFICINA da empresa Auto Mecânica Bluverde Ltda., onde esteve exposta ao agente nocivo hidrocarbonetos aromáticos (óleos e graxas) (fls. 16-17, PROCADM6, evento 1). Os laudos ambientais, emitidos em 2003, 2006 e 2007, indicam o contato com hidrocarbonetos aromáticos (fls. 1-7, LAU7, evento 1). O agente hidrocarbonetos aromáticos está enquadrado como nocivo à saúde pelos Decretos 53.831/64 (código 1.2.11), 83.080/79 (código 1.2.10), 2.172/97 (código 1.0.19) e 3.048/99 código (1.0.19). São especiais, assim, os intervalos. - 01.02.1995 a 30.11.2005: No interregno, consoante os formulários PPP, a parte-autora exerceu a atividade de MECÂNICO no setor de OFICINA na empresa Auto Mecânica Dalblu Ltda., onde esteve exposta ao agente nocivo óleos e graxas, hidrocarbonetos, gasolina e álcool (fls. 18-19, PROCADM6, evento 1; PPP3, evento 27). O laudo ambiental, confeccionado em 2003, confirma o contato com agentes químicos prejudiciais à saúde, configurando insalubridade em grau médio. Constatou-se o manuseio de gasolina, na lavagem das peças, thinner na limpeza dos carburadores, e solda elétrica (fls. 22-26, PROCADM6, evento 1). O agente hidrocarbonetos aromáticos está enquadrado como nocivo à saúde pelos Decretos 53.831/64 (código 1.2.11), 83.080/79 (código 1.2.10), 2.172/97 (código 1.0.19) e 3.048/99 código (1.0.19). Além disso, o agente solda elétrica encontra-se descrito como agente nocivo à saúde no Decreto 53.831/64, sob o código 1.1.4. É especial, portanto, o intervalo pretendido. - 04.05.2009 a 17.02.2012: No interregno em análise, consoante o formulário PPP, a parte-autora exerceu a atividade de MECÂNICO AUTOMÓVEIS no setor de OFICINA da empresa Niehuers Prestadora de Serviços Ltda., onde esteve exposta ao agente nocivo óleos e graxas (fls. 20-21, PROCADM6, evento 1). Há nos autos laudos ambientais, elaborados em 2009 e 2010, a confirmar o manuseio de óleo mineral, graxa, gasolina e álcool (fls. 15-22, LAU7, evento 1). O agente hidrocarbonetos aromáticos está enquadrado como nocivo à saúde pelos Decretos 53.831/64 (código 1.2.11), 83.080/79 (código 1.2.10), 2.172/97 (código 1.0.19) e 3.048/99 código (1.0.19). Reconheço, assim, a especialidade do período.'

6. O INSS junta paradigmas de Turma Recursal de São Paulo, sustentando que 'após 05-03-1997 se exige para enquadramento da atividade como especial de medição, indicação, em laudo técnico da concentração no ambiente de trabalho de agente nocivo listado no anexo IV, dos decretos 2.172/97 e 3.048/99, em níveis superiores aos limites de tolerância', ou seja, avaliação quantitativa dos agentes nocivos e não apenas qualitativa.

7. Primeiramente, a supressão de um agente nocivo do rol da legislação de regência não impede o reconhecimento de exercício de atividade especial, conforme já decidido pelo Superior Tribunal de Justiça, como segue:

'No mais, conforme decidido pela Primeira Seção desta Corte, no julgamento do Recurso Especial 1.306.113/SC, de relatoria do Ministro HERMAN BENJAMIN, feito submetido ao procedimento previsto no art. 543-C do CPC, a supressão de agente do rol de atividades e agentes nocivos pelo Decreto 2.172/1997 (Anexo IV) não impossibilita a configuração do tempo de serviço como especial, pois as normas regulamentadoras, que estabelecem os casos de agentes e atividades nocivos à saúde do trabalhador, são exemplificativas'. (STJ, AREsp 550891, Rel. Ministra Assusete Magalhães, DJ 24/09/2015) 8. Com relação aos agentes nocivos químicos, a questão já passou por várias alterações normativas. Transcrevo análise extraída do voto no Recurso 00046796920104036306, JUIZ FEDERAL ROBERTO SANTORO FACCHINI, 6ª TURMA RECURSAL DE SÃO PAULO, e-DJF3 Judicial DATA: 26/02/2016:

'(...) No âmbito previdenciário, a partir do Decreto 53.831, de 26 de março de 1964, a legislação seguiu caminho tortuoso. Assim, o referido Decreto 53.831, de 26 de março de 1964, relacionava, em seu quadro, as profissões e os agentes agressivos, que conferiam direito à aposentadoria especial, incluindo a relação de agentes químicos. O Decreto 53.831/64 foi expressamente revogado pelo Decreto nº 62.755/68, que, em anexo, estabeleceu condições mais restritivas na caracterização das atividades insalubres. Posteriormente, o Decreto 83.080/79, em seus Anexos, manteve, em linhas gerais, a regulamentação do Decreto 62.755/68. Constatam-se diferenças significativas entre as disposições do Decreto 53.831/64 e dos Decretos 62.755/68 e 83.080/79, sobre a insalubridade dos agentes químicos. Exemplos desse fato são os agentes químicos derivados do carbono (hidrocarboneto e outros derivados) constantes do item 1.2.11 do Decreto 53.831/64. Na redação do Decreto 53.831/64, qualquer trabalho exposto a poeiras, gases, vapores e neblinas dos derivados do carbono (como o hidrocarboneto) era considerado insalubre, dando direito à aposentadoria aos 25 anos de serviço. Entrementes, a exposição aos agentes químicos derivados do carbono foi inteiramente reformulada pelos anexos do Decreto 63.230/68. O item 1.2.9 que trata dos hidrocarbonetos e outros derivados de carbono. Nesse item, constam, expressamente, as atividades com os derivados de carbono que dariam direito à aposentadoria especial. Todas as atividades ali listadas tratam da fabricação de produtos que deixam antever grande exposição a esses agentes químicos, como, por exemplo, a fabricação de inseticidas clorados, derivados de hidrocarbonetos e a fabricação de solventes para tintas, contendo benzol, toluol e xilol, entre outras. Repetise-se que esse disciplinamento dos hidrocarbonetos e outros derivados do carbono, previsto no Decreto 63.230/68 foi reproduzido no posterior Decreto 83.080/79. Pode-se, apenas, afirmar que a exposição a gases ou vapores de hidrocarbonetos foi mantida apenas, como especial, no caso da atividade de pintura a pistola, com associação de solventes e hidrocarbonados e partículas suspensas, como consta do item 1.2.11 do anexo I do referido Decreto 83.080/79. Também outras profissões, como eletricitistas, cabistas, montadores e outros, foram excluídas da regulamentação inaugurada pelo Decreto 63.230/68, com a exclusão reafirmada pelo Decreto 83.080/79. No entanto, novas reviravoltas ocorreram no disciplinamento dos agentes agressivos, para fins de aposentadoria especial. Inicialmente, a Lei 5527/68 restabeleceu o direito à aposentadoria especial para as profissões que foram excluídas pelo Decreto 63.230/68. Posteriormente, na vigência da Lei 8.213/1991, tanto o anexo do Decreto 53.831/64, quanto aos anexos I e II do Decreto 83.080/79 foram ratificados pelos artigos 295 do Decreto 357/91 e 292 do Decreto 611/92. Logo, diante desse quadro legal, admite-se, hoje, pacificamente, tanto na esfera administrativa, quanto judicial, a possibilidade de enquadramento da atividade especial concomitantemente em quaisquer dos anexos citados, até a edição do anexo IV do Decreto 2172/97. Por fim, nova regulamentação foi prevista no atual Decreto 3.048/99. Resta, ainda, a questão sobre a necessidade de comprovação de exposição a nível máximo de tolerância, no caso dos agentes químicos, nos diversos períodos citados. Como acima afirmado, o quadro constante do Decreto 53.831/64, por força de disposições legais diversas, foi revigorado (no dizer da doutrina) no período anterior a 1997. Assim, a exposição a poeiras, fumos, gases, neblinas e vapores para certos agentes químicos (como no exemplo dos hidrocarbonetos) é suficiente para a caracterização da insalubridade. Interessante notar que, não obstante esse fato, algumas decisões administrativas do INSS negam a insalubridade, sob o argumento de falta de informação da concentração do agente químico, mesmo para os períodos em que sequer era necessária a elaboração de laudo técnico, isto é, no período anterior à lei 9.528/97. A comprovação do tempo especial sempre requereu, no mínimo, a descrição minuciosa da atividade e do ambiente de trabalho (conforme os formulários SB-40, DIRBEN 8030, e posteriormente, a partir de janeiro de 2.004, o PPP). Assim, em tese, é possível a existência de casos em que a descrição minuciosa e detalhada da atividade e do ambiente de trabalho revele exposição tão diminuta ou irrelevante ao agente químico, que não se caracterizem os requisitos mínimos para a concessão da aposentadoria especial, como definido pelo artigo 57 da lei 8.213/1991, e que contém, nesse particular, redação semelhante às leis previdenciárias anteriores. Portanto, entende-se possível, em tese, que as descrições detalhadas das atividades e do ambiente de trabalho (mesmo quando era desnecessária a apresentação do laudo técnico), possam descaracterizar a insalubridade por exposição a agente químico, nos casos em que tais descrições não indiquem sequer a existência do risco potencial à saúde ou à integridade física do segurado. Posteriormente, a questão relativa aos níveis de exposição aos agentes químicos teve novo disciplinamento, com o Decreto 3048/99, segundo o seu anexo IV: ANEXO IV CLASSIFICAÇÃO DOS AGENTES NOCIVOS CÓDIGO AGENTE NOCIVO TEMPO DE EXPOSIÇÃO 1.0. AGENTES QUÍMICOS O que determina o benefício é a presença do agente no processo produtivo e sua constatação no ambiente de trabalho, em condição (concentração) capaz de causar danos à saúde ou à integridade física. As atividades listadas são exemplificadas nas quais pode haver a exposição. O que determina o direito ao benefício é a

exposição do trabalhador ao agente nocivo presente no ambiente de trabalho e no processo produtivo, em nível de concentração superior aos limites de tolerância estabelecidos. (Redação dada pelo Decreto, nº 3.265, de 1999) O rol de agentes nocivos é exaustivo, enquanto que as atividades listadas, nas quais pode haver a exposição, é exemplificativa. (Redação dada pelo Decreto, nº 3.265, de 1999) Aparentemente, mostrava-se claro que, a partir do Decreto 3.048/99, seria necessária a comprovação do nível de concentração do agente químico no ambiente de trabalho. Confirmam-se, nesse passo, as disposições dos artigos 183 e seguintes da Instrução Normativa 78/2002, do INSS. Em seguida, nova instrução normativa foi editada a IN 45/2010 - que dispõe em seu artigo 236: Art. 236. Para os fins da análise do benefício de aposentadoria especial, consideram-se: I - nocividade: situação combinada ou não de substâncias, energias e demais fatores de riscos reconhecidos, presentes no ambiente de trabalho, capazes de trazer ou ocasionar danos à saúde ou à integridade física do trabalhador; e II - permanência: trabalho não ocasional nem intermitente, durante quinze, vinte ou vinte e cinco anos, no qual a exposição do empregado, do trabalhador avulso ou do cooperado ao agente nocivo seja indissociável da produção do bem ou da prestação do serviço, em decorrência da subordinação jurídica a qual se submete. § 1º Para a apuração do disposto no inciso I do caput, há que se considerar se a avaliação do agente nocivo é: I - apenas qualitativa, sendo a nocividade presumida e independente de mensuração, constatada pela simples presença do agente no ambiente de trabalho, conforme constante nos Anexos 6, 13, 13-A e 14 da Norma Regulamentadora nº 15 NR-15 do MTE, e no Anexo IV do RPS, para os agentes iodo e níquel; ou II - quantitativa, sendo a nocividade considerada pela ultrapassagem dos limites de tolerância ou doses, dispostos nos Anexos 1, 2, 3, 5, 8, 11 e 12 da NR-15 do MTE, por meio da mensuração da intensidade ou da concentração, consideradas no tempo efetivo da exposição no ambiente de trabalho. Logo, no âmbito administrativo, a necessidade de comprovação de níveis de tolerância aos agentes químicos foi seccionada em duas variantes básicas; para alguns casos, a comprovação é meramente qualitativa (simples existência do agente químico no ambiente de trabalho), e para outros é quantitativa (necessidade de comprovação de níveis mínimos de exposição), de acordo com o enquadramento nos anexos da Norma Regulamentadora 15, expedida na esfera trabalhista. E neste aspecto, reside a diferenciação nos critérios de interpretação dessas normas previdenciárias. Para fins de aposentadoria especial, os agentes químicos sempre foram descritos em tabelas, nos quais são mencionados o elemento ou compostos químicos nocivos, e, depois, são descritas atividades consideradas insalubres. Firma-se na jurisprudência (e agora, também no Decreto 3.048/99), que a descrição das atividades é meramente exemplificativa, e que outras podem igualmente ser consideradas insalubres. Considerei que a descrição das atividades insalubres, relacionadas com o respectivo elemento ou composto químico nocivo, representaria mensuração indireta dos níveis mínimos de tolerância. Veja-se; para certos elementos ou compostos químicos, as atividades insalubres correlatas dizem respeito à fabricação, trituração, extração, fundição... , ou seja, descrevem operações que naturalmente envolvem o contato com grandes quantidades desse elemento ou composto químico (confira-se, por exemplo, o manganês, previsto no item 1.2.7 do anexo I do Decreto 83.080/79). Logo, a meu ver, no exemplo citado, outra atividade, que envolva o contato com manganês, somente poderia ser considerada insalubre se demonstrada a sujeição ao nível de exposição equivalente a qualquer das atividades previstas no referido item 1.2.7 acima referido. Essa interpretação restritiva melhor se amoldaria à definição e às origens da insalubridade no direito previdenciário, bem como aos fins colimados pelos anexos constantes dos Decretos antes citados. Tais anexos descrevem atividades em que a exposição ao agente químico conduz necessariamente à insalubridade. Como decorrência, para outras atividades não previstas, mostrar-se-ia necessária prova de que ela estava sujeita a níveis equivalentes de exposição ao referido agente químico. Essa interpretação, no entanto, também traz o inconveniente de necessitar de informações que se situariam além do que era exigível dos empregadores e dos segurados, em especial na vigência dos Decretos 83.080/79 e 53.832/64. Afinal, nessa época, a insalubridade por agentes químicos era demonstrada por simples formulários, sem necessidade de averiguações ou consultas técnicas. Possível que tais motivos tenham conduzido a jurisprudência e as próprias instruções normativas do INSS antes citadas, a trilhar caminho diverso. Especialmente para o período anterior ao Decreto 3.048/99, tem-se considerado, em princípio, que qualquer atividade com exposição a determinado elemento ou composto químico, previsto nos anexos dos Decretos Regulamentadores, já se mostra suficiente para a qualificação especial, independentemente de comparar essa atividade com aquelas descritas nos anexos, para verificar eventual compatibilidade de exposição ao respectivo elemento ou composto químico'.

9. Com efeito, dispõem os Anexos 13 e 11 da NR 15, em atenção à Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho:

NR 15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES ANEXO N.º 13 AGENTES QUÍMICOS 1. Relação das atividades e operações envolvendo agentes químicos, consideradas, insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho. Excluem-se cesta relação as atividades ou operações com os agentes químicos constantes dos Anexos 11 e 12.

(...) HIDROCARBONETOS E OUTROS COMPOSTOS DE CARBONO Insalubridade de grau máximo Destilação do alcatrão da hulha. Destilação do petróleo. Manipulação de alcatrão, breu, betume, antraceno, óleos minerais, óleo queimado, parafina ou outras substâncias cancerígenas afins. Manipulação do negro de fumo. (Excluído pela Portaria DNSST n.º 9, de 09 de outubro de 1992) Fabricação de fenóis, cresóis, nftóis, nitroderivados, aminoderivados, derivados halogenados e outras substâncias tóxicas derivadas de hidrocarbonetos cíclicos. Pintura a pistola com esmaltes, tintas, vernizes e solventes contendo hidrocarbonetos aromáticos.



NR 15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES ANEXO N.º 11 AGENTES QUÍMICOS CUJA INSALUBRIDADE É CARACTERIZADA POR LIMITE DE TOLERÂNCIA E INSPEÇÃO NO LOCAL DE TRABALHO 1. Nas atividades ou operações nas quais os trabalhadores ficam expostos a agentes químicos, a caracterização de insalubridade ocorrerá quando forem ultrapassados os limites de tolerância constantes do Quadro n.º 1 deste Anexo.

10. No caso dos hidrocarbonetos, estão elencados no Anexo 13, que se refere apenas à avaliação qualitativa. Corroborando: PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO INTERNO. PROVA DA ESPECIALIDADE DO LABOR. HIDROCARBONETOS. ANÁLISE QUANTITATIVA. DESNECESSIDADE. NR-15, ANEXO N.º 13. CRITÉRIO DA CATEGORIA PROFISSIONAL. TRABALHADOR OCUPADO EM CARÁTER PERMANENTE NA PERFURAÇÃO DE POÇOS PETROLÍFEROS E NA EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO. 1. A NR-15, em seu anexo n.º 13, prevê as atividades e operações envolvendo agentes químicos que serão consideradas insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho, entre elas estão os hidrocarbonetos, motivo pelo qual descabe a análise quantitativa reclamada pelo réu. 2. Tem-se que, in casu, que o autor também está enquadrado no item 2.3.5, do Anexo II, do Decreto n.º 83.080/1979, como trabalhador ocupado em caráter permanente na perfuração de poços petrolíferos e na extração de petróleo. 3. Entretanto, a extensão do período considerado especial deve ser reduzida. Com efeito, não há qualquer prova nos autos que indique a especialidade do trabalho prestado entre 01/05/1992 e 28/04/1995, seja de exposição a agentes nocivos, seja de subsubunção a atividade profissional a favor da qual militava presunção de que exercida em caráter especial. 4. Agravo interno parcialmente provido. (REO 200751160001412, Desembargadora Federal LILIANE RORIZ, TRF/2, SEGUNDA TURMA ESPECIALIZADA, E-DJF2R - Data: 08/06/2012 - Página: 36/37)

11. Trago, também, o seguinte entendimento deste Colegiado: PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. MANIPULAÇÃO DE ÓLEOS E GRAXAS. 1. A manipulação de óleos e graxas, em tese, pode configurar condição especial de trabalho para fins previdenciários. 2. O código 1.0.7 do Anexo IV dos Decretos n.ºs 2.172/97 e 3.048/99, que classifica carvão mineral e seus derivados como agentes químicos nocivos à saúde, prevê, na alínea b, que a utilização de óleos minerais autoriza a concessão de aposentadoria especial aos 25 anos de serviço. 3. No anexo n.º 13 da NR-15, veiculada na Portaria MTb n.º 3.214/78, consta, no tópico dedicado aos "hidrocarbonetos e outros compostos de carbono", que a manipulação de óleos minerais caracteriza hipótese de insalubridade de grau máximo. 4. Pedido parcialmente provido para anular o acórdão recorrido e uniformizar o entendimento de que a manipulação de óleos e graxas, em tese, pode configurar condição especial de trabalho para fins previdenciários. Determinação de retorno dos autos à turma recursal de origem para adequação do julgado. ACÓRDÃO Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais dar parcial provimento ao incidente de uniformização. Brasília, 15 de maio de 2012. (PEDILEF 200971950018280, JUIZ FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES, TNU, DOU 25/05/2012.)

12. Por fim, este Colegiado, na presente sessão, uniformizou a tese proposta no PEDILEF 5004638-26.2012.4.04.7112, de relatoria do Juiz Federal DANIEL MACHADO DA ROCHA, que, após detalhada análise do tema, assim concluiu: "13. Forte em tais considerações, proponho a fixação de tese, em relação aos agentes químicos hidrocarbonetos e outros compostos de carbono, como óleos minerais e outros compostos de carbono, que estão descritos no Anexo 13 da NR 15 do MTE, basta a avaliação qualitativa de risco, sem que se cogite de limite de tolerância, independentemente da época da prestação do serviço, se anterior ou posterior a 02.12.1998, para fins de reconhecimento de tempo de serviço especial. 14. Em face do exposto, tenho que o incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pelo INSS merece ser conhecido e improvido". 13. Incidente improvido.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NEGAR PROVIMENTO ao Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.

Brasília/DF, 16 de junho de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO  
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0502593-77.2014.4.05.8309  
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco  
REQUERENTE: INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO(A): MARIA TEREZA FERREIRA GOMES DO NASCIMENTO GALINDO  
PROC./ADV.: JANIKELE DE ALENCAR SANTOS  
OAB: PE-29223  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE BERTOZZI

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. CARREIRA DO INSS. PROGRESSÃO FUNCIONAL. INTERSTÍCIO DE 18 MESES. LEIS 10.855/04 E 11.501/07. CARÊNCIA DE REGULAMENTAÇÃO. POSIÇÃO CONSOLIDADA DESTA COLEGIADO NACIONAL. QUESTÃO DE ORDEM N.º 13. SEGUIMENTO NEGADO. Trata-se de Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal (PEDILEF) interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em face de acórdão proferido pela Turma Recursal dos Ju-

izados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco, que conheceu e negou provimento ao seu recurso nominado, mantendo a sentença de procedência quanto à pretensão formulada, na qual se buscava o reconhecimento do direito à progressão funcional com interstício de 12 meses, em vez de 18 meses, até a edição do regulamento previsto na Lei n.º. 10855/2004, com supedâneo no Decreto n.º. 84.669, de 29 de abril de 1980.

O INSS houve por bem oferecer pedido de uniformização nacional, alegando dessemelhança entre o acórdão recorrido e outro da Turma Recursal da Bahia (Processo n.º. 04590-20.2012.4.013.3.03), no que tange ao correto interstício a ser considerado para efeito de progressão funcional e promoção dos servidores que pertencem à carreira do seguro social. Assevera a autarquia previdenciária, em síntese, que o efetivo interstício a ser abalizado é de 18 meses, nos termos da atual legislação de regência, não estando a depender tal regra de norma regulamentar.

O PEDILEF não foi admitido na origem. Interposto agravo, teve o trânsito assegurado pela Presidência da TNU.

Decido.

Com relação à vexata quaestio, basta referenciar que este Colegiado Nacional tem entendido que "a majoração do interstício para a progressão funcional instituída pela Lei n.º 11.501/2007 carece de auto-aplicabilidade, e, até o advento de tal regulamentação, tem de ser aplicado o requisito temporal ainda vigente, qual seja, de 12 (doze) meses" (ut, PEDILEF 50583858720134047100, DOU 09/10/2015, Rel. Juiz Federal Daniel Machado da Rocha).

Aliás, esta Turma Nacional, em decisão recentíssima, no PEDILEF n.º. 50583815020134047100, relatado pelo e. Juiz Federal Douglas Camarinha Gonzales, DOU 05/02/2016, repisou a tese acima assinalada, nos termos adiante deduzidos:

ADMINISTRATIVO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. SERVIDOR PÚBLICO. PROGRESSÃO FUNCIONAL E PROMOÇÃO. INTERSTÍCIO DE DEZOITO MESES. NECESSIDADE REGULAMENTADORA. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO. 1. Prolatado acórdão pela Turma Recursal do Rio Grande do Sul, o qual manteve a sentença que julgou improcedente o pedido de reenquadramento na carreira de Técnico do Seguro Social a cada interstício de 12 meses até que seja editado o regulamento previsto na Lei n.º 11.501/2007, que alterou esse período para 18 meses. 2. Interposto incidente de uniformização pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/2001. Alega que, por força da edição do Memorando-Circular n.º 01 INSS/DRH, de 12-01-2010, o INSS reconheceu a necessidade de processar as progressões funcionais de seus servidores - já enquadrados na nova Carreira do Seguro Social instituída pela Lei n.º 10.855, de 1º-04-2004 -, mediante a adoção das normas aplicáveis aos servidores do antigo Plano de Classificação de Cargos - PCC regido pela Lei n.º 5.645, de 10-12-1970, até que fosse editado regulamento específico para as progressões da Carreira do Seguro Social. Para comprovar a divergência, acostou como paradigma julgado da Turma Recursal do Ceará. 3. Incidente admitido na origem. Assim, os autos foram encaminhados à TNU e distribuídos a este Relator. 4. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça. 5. Comprovado o dissídio jurisprudencial, conheço do incidente e passo ao exame do mérito. 6. Esta Turma Nacional de Uniformização tem entendimento consolidado acerca da matéria. Segundo esta Corte, o lapso temporal a ser aplicado para a progressão funcional e promoção é o de 12 meses (segundo o Decreto n.º 84.669/1980 que regulamenta a Lei n.º 5.645/1970), uma vez que o regulamento cuja vigência daria início à contagem do interstício de 18 meses ainda não foi editado. Abaixo, o seguinte PEDILEF: "ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. PROGRESSÃO FUNCIONAL. PROMOÇÃO. CRITÉRIOS. SUCESSÃO DE LEIS E DECRETOS. PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO DA CONFIANÇA. NECESSIDADE REGULAMENTADORA. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Cuida-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS em face de acórdão da 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Sergipe que, reformando parcialmente a sentença monocrática, julgou procedente o pedido da parte autora condenando o INSS a revisar as suas progressões funcionais respeitando o interstício de 12 (doze) meses, em conformidade com as disposições dos arts. 6º, 10, § 1º, e 19, do Decreto n.º 84.669/1980, observando o referido regramento até que sobrevenha a edição do decreto regulamentar previsto no art. 8º da Lei n.º 10.855/2004. (...) 4.4. Pois bem. O regulamento cuja vigência daria início à contagem do interstício de 18 (dezoito) meses ainda não foi editado. Sendo assim, não assiste razão à recorrente, pois o lapso temporal a ser aplicado é o de 12 (doze) meses. Ora, conforme a legislação acima transcrita, inexistente o citado regulamento, deve-se observar as disposições aplicáveis aos servidores do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei n.º 5.645/1970, ou seja, aplica-se o prazo de 12 meses, segundo o Decreto n.º 84.669/1980, o qual, conforme já explicado, regulamenta a Lei n.º 5.645/70. 4.5. Atente-se que, ao estabelecer que "ato do Poder Executivo regulamentará os critérios de concessão de progressão funcional e promoção de que trata o art. 7º", pretendeu o legislador limitar a imediata aplicação da Lei n.º 10.855/2004 quanto a este ponto, porquanto utilizou tempo verbal futuro para estipular que o regramento ali contido deveria ser regulamentado. 4.6. Cumpre esclarecer que, embora não se possa conferir eficácia plena à referida Lei, a progressão funcional e a promoção permanecem resguardadas, pois não foram extirpadas do ordenamento jurídico, tendo havido apenas autorização para alteração de suas condições. Ademais, não seria razoável considerar que, diante da ausência do regulamento, não se procedesse a nenhuma progressão/promoção. Portanto, negar tal direito à parte demandante seria o mesmo que corroborar a falha administrativa

mediante a omissão judicial. Cumpre observar também que, se a omissão beneficia o órgão incumbido de regulamentar o tema, é imperioso reconhecer que o mesmo postergaria tal encargo "ad aeternum". 4.7. Neste cenário, mostra-se plenamente cabível a aplicação de regra subsidiária, esta prevista pela própria legislação, conforme já esclarecido (Lei n.º 5.645/70 e Decreto n.º 84.669/1980). (...) 5. Em verdade, ao fixar que o interstício deve ser contado a partir de janeiro e julho, com efeitos financeiros a partir de setembro e março, o Decreto ultrapassou os limites de sua função regulamentar, pois apontou parâmetros que só deveriam ser estabelecidos pela lei em sentido formal. Tal encargo não foi delegado pelas Leis nos 10.355/2001, 11.501/2007 ou 10.355/2007, o que implica na violação do princípio da isonomia, ao fixar uma data única para os efeitos financeiros da progressão, desconsiderando a situação particular de cada servidor, restringindo-lhe indevidamente o seu direito. 6. Ora, se o servidor preencheu os requisitos em determinada data, por qual razão a Administração determinaria que os efeitos financeiros respectivos tivessem início a partir de data posterior, se o direito à progressão/promoção surgiu à época do implemento das condições exigidas em Lei? 7. Neste momento, é importante registrar que o Decreto, na qualidade de ato administrativo, é sempre inferior à Lei e à Constituição, não podendo, por tal motivo, afrontá-las ou inovar-lhes o conteúdo. Sendo assim, o marco inicial da progressão, tal como fixado pelo INSS, transgredir o art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal, porquanto ofende o direito adquirido da parte autora, verificado no momento em que preencheu todos os requisitos legais para a progressão. 8. Impende observar ainda que, quanto à avaliação do servidor, a aferição do seu desempenho é meramente declaratória, razão pela qual os efeitos financeiros da progressão funcional e da promoção devem recair na data em que for integralizado o tempo, devendo este ser contado a partir do momento em que entrou em exercício. 9. Por essas razões, conheço e nego provimento ao Incidente de Uniformização. (PEDILEF n.º 0507237-09.2013.4.05.8500. Relator: Juiz Federal Bruno Câmara Carrá, DJ: 15/04/2015) 7. Vê-se, assim, que o acórdão recorrido encontra-se dissonante do entendimento da TNU, razão pela qual deve ser reformado. 8. Incidente conhecido e provido para reafirmar a tese no sentido de que o interstício a ser observado para concessão das progressões funcionais e/ou promoções dos servidores civis da União e das autarquias federais deve levar em conta o disposto na Lei n.º 5.645/70 e no Decreto n.º 84.669/80, até que seja editado o regulamento a que se refere o art. 8º da Lei n.º 10.855/2004, bem como que o marco inicial para contagem dos interstícios das referidas progressões e promoções funcionais é a data do seu ingresso no órgão. 9. Considerando que a matéria é exclusivamente de direito e visando a dar efetividade ao princípio da celeridade, que rege os Juizados Especiais, acolho o pedido formulado na inicial para condenar a parte ré a conceder as progressões funcionais da parte autora de acordo com os critérios mencionados, desde a data em que entrou em exercício no INSS, pagando as diferenças atrasadas decorrentes da revisão de suas progressões funcionais concedidas desde então. Respeitada a prescrição quinquenal (art. 103, parágrafo único, Lei 8.213/91), tais valores devem ser corrigidos pelo INPC, de acordo com o Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal, e acrescidos de juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/1997, com redação dada pela Lei n. 11.960/2009. Determino o retorno dos autos diretamente ao Juizado de origem para liquidação. (grifo nosso)

Ainda: (i) PEDILEF 50511689020134047100, Rel. Juíza Federal Angela Cristina Monteiro, DOU 05/02/2016; (ii) PEDILEF 50584992620134047100, Rel. Juíza Federal Angela Cristina Monteiro, DOU 05/02/2016; (iii) PEDILEF 05116335920134058102, Rel. Juiz Federal Douglas Camarinha Gonzales, DOU 18/12/2015.

Sendo esse o contexto argumentativo-decisório, vale evocar a Questão de Ordem n.º. 13 da TNU, verbis: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Forte nessas razões, voto no sentido de NEGAR SEGUIMENTO ao pedido de uniformização, na forma do art. 9º, inciso IX, do Regimento Interno da TNU.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília, 14 de abril de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE  
BERTOZZI  
Juíza Federal Relatora Suplente da TNU -  
Convocada em regime de mutirão  
**ACÓRDÃO**

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, decidiu NEGAR SEGUIMENTO ao presente Incidente de Uniformização, nos termos da ementa-voto da Juíza Federal relatora.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília, 14 de abril de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE  
BERTOZZI  
Juíza Federal Relatora Suplente da TNU -  
Convocada em regime de mutirão

PROCESSO: 5000051-43.2012.4.04.7214  
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA  
REQUERENTE: INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO(A): VENCESLAU CHAVES SOBRINHO  
PROC./ADV.: JEFFERSON LUIZ GROSSI  
OAB: SC-28 918  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL FREDERICO AUGUSTO LEO-  
POLDINO KOEHLER  
V O T O - E M E N T A

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. INCIDENTE DE UNIFORMIZA-  
ÇÃO INTERPOSTO PELO INSS. PENSÃO POR MORTE A MA-  
RIDO NÃO INVÁLIDO. ÓBITO DA SEGURADA OCORRIDO  
ENTRE A DATA DE PROMULGAÇÃO DA CF/88 E A ENTRADA  
EM VIGOR DA LEI Nº 8.213 /91. PRINCÍPIO DA ISONOMIA.  
AUTO-APLICABILIDADE. ACÓRDÃO RECORRIDO NO MES-  
MO SENTIDO DA JURISPRUDÊNCIA DA TNU. INCIDÊNCIA  
DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 13. INCIDENTE NÃO CONHE-  
CIDO

- Trata-se de incidente de uniformização movido pelo INSS em face de Acórdão da Turma Recursal de Santa Catarina, que aplicou o entendimento no sentido de que os óbitos de segurados ocorridos entre o advento da Constituição de 1988 e a Lei 8.213/91 regem-se, direta e imediatamente, pelo disposto no artigo 201, inciso V, da Constituição Federal, que, sem recepcionar a parte discriminatória da legislação anterior, equiparou homens e mulheres para efeito de pensão por morte.

- Alega o recorrente que o acórdão impugnado diverge do entendimento da Turma Nacional de Uniformização. Acostou os seguintes paradigmas - segundo os quais o viúvo de segurada, não inválido, não faz jus à pensão por morte, caso o óbito tenha ocorrido antes da edição da Lei nº 8.213 /91: STJ - Resp 177.290 e Resp 192.056; TNU - PROCESSO : 2005.71.95,012021-4.

- Há muito esta Corte, mais precisamente na sessão realizada em 25/04/2012, ao julgar o PEDILEF nº 0502829-43.2011.4.05.8300, em uma melhor reflexão sobre o tema, curvou-se ao entendimento adotado pelo. E. Supremo Tribunal Federal, segundo o qual deve ser considerada a auto-aplicabilidade dos princípios e garantias insculpidos na Carta Constitucional de 1988, dentre eles o princípio da isonomia. No caso em análise, segundo a nobre relatora, Juíza Federal Simone Lemos Fernandes, a despeito de o óbito da instituidora do benefício ter ocorrido em 27 de dezembro de 1989, quando em vigor legislação que exigia a invalidez do marido como condição para o pensionamento, não se pode esquecer que uma nova ordem constitucional já havia sido implantada, com recepção, apenas, dos instrumentos normativos que com ela se compatibilizam. A garantia de igualdade de direitos entre homens e mulheres obstou, assim, a recepção da expressão "inválido" constante na legislação em regência, em virtude de sua auto-aplicabilidade. Trata-se de restrição inconstitucional, já que igual condicionante não existia para o cônjuge supérstite feminino". Segue, abaixo, ementa do referido PEDILEF: PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. CÔNJUGE VARÃO SUPÉRSTITE NÃO INVÁLIDO. ÓBITO DA ESPOSA OCORRIDO APÓS A PROMULGAÇÃO DA CF/88 E ANTES DO ADVENTO DA LEI Nº 8.213/91. EXIGÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE INVALIDEZ. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. ARTIGO 201, INCISO V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. AUTOAPLICABILIDADE. PRECEDENTES DO Eg. STF. INCIDENTE IMPROVIDO. 1.Viola o princípio da isonomia a exigência de invalidez do viúvo (cônjuge varão supérstite) para concessão do benefício previdenciário por morte de segurada ocorrida no interregno entre a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 05.10.1988 e a entrada em vigor da Lei Federal nº 8.213/91. Precedentes do STF. 2.O art. 201, V, da Constituição Federal, declarado auto-aplicável pelo STF, não recepciona a parte discriminatória da legislação anterior, tendo equiparado homens e mulheres para efeito de pensão por morte. 3. Incidente não provido." 9. A presente interpretação recoloca a discussão em seus devidos eixos, qual seja, a interpretação infraconstitucional deve seguir a diretriz constitucional - e não a recíproca - pois a Carta Constitucional é a pedra de toque do ordenamento jurídico ao impingir princípios e diretrizes para o intérprete como um todo, cujos efeitos estendem-se para a interpretação da legislação infraconstitucional."

- É precisamente o que ocorre no presente caso, de forma que a leitura do dispositivo aplicável à época do falecimento do segurado deverá aferir sua constitucionalidade pela CF/88, fiel à isonomia que a legislação exigia a mulher; sem a necessidade de ser inválida para suceder a pensão.

- Vê-se, assim, que o acórdão recorrido encontra-se em total consonância com o entendimento atual da TNU, sendo aplicada ao caso a Questão de Ordem nº 13 desta Corte Uniformizadora, in verbis: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Juízes da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER ao Incidente de Uniformização, nos termos deste voto ementa.  
Brasília (DF), 17 de março de 2016.

FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO  
KOEHLER  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0001674-08.2007.4.03.6318  
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo  
REQUERENTE: CARLOS APARECIDO DA SILVA  
PROC./ADV.: JULIANA MOREIRA LANCE COLI  
OAB: SP-194657  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDER-  
LEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDA-  
DE ESPECIAL. SAPATEIRO. PERÍCIA JUDICIAL. HIPÓTESE DE  
REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA  
42 DA TNU. QUESTÃO DE ORDEM Nº 18. NÃO CONHE-  
CIMENTO DO PEDIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que deixou de reconhecer período de trabalho especial.

2. Preliminarmente, diga-se que a TNU definiu quanto ao conhecimento de incidentes de uniformização que: "um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte" (QO 05); "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido" (QO 13); "é inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles" (QO 18); "se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito" (QO 20); "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma" (QO 22); "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia" (QO 24); "o conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado" (QO 35); "não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual" (Súmula 43); "não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" (Súmula 42).

3. A parte autora sustenta em seu pedido de uniformização que o acórdão recorrido diverge de julgados do STJ (Resp n. 1.370.229/RS), pois desconsiderou a força probatória da perícia por similaridade realizada por expert indicado pelo juízo de origem.

4. O paradigma reconhece "a possibilidade de o trabalhador se utilizar de perícia produzida de modo indireto, em empresa similar àquela em que trabalhou, quando não houver meio de reconstituir as condições físicas do local onde efetivamente prestou seus serviços".

5. No ponto impugnado, o acórdão recorrido decidiu que:

"[...] Os períodos de 01.12.1976 a 16.04.1977 (P.C. Vidal & Cia. Ltda.), 31.05.1977 a 21.04.1978 (Construtora Rodoviário União S.A.), 02.04.1979 a 13.07.1979 (Calçados Roberto Ltda.), 03.03.1980 a 16.12.1981 (Ramon Cândido), 08.01.1982 a 19.04.1982 (Irmãos Pedro Ltda.), 01.08.1982 a 16.10.1982 (Otan Transporte Rodoviário Ltda.), 04.04.1983 a 29.12.1983 (Marquifran Calçados Ltda.), 16.02.1984 a 27.02.1984 (Calçados Roberto Ltda.), 01.03.1986 a 27.05.1986 (Itaipu Indústria de Calçados Ltda.), não devem ser computados como especiais para fins previdenciários, eis que não constam nos autos documentos comprobatórios da efetiva exposição a agentes agressivos, em caráter habitual e permanente, como formulários SB-40 e/ou DSS-8030, Laudo Técnico ou Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP.

Os períodos de 01.07.1978 a 12.01.1979 (Confil - Construtora Figueiredo Ltda.) e 02.06.1986 a 30.11.1989 (Sadflex Ltda.) também não tiveram sua alegada natureza especial comprovada nestes autos. Nesse passo, reportando-me aos Perfis Profissiográficos Previdenciários - PPPs que acompanham a petição inicial (fls. 65/66 e 81/83), saliento que nenhum deles aponta a existência de exposição a agentes agressivos, tampouco indica eventuais profissionais responsáveis pelos registros ambientais e monitorações biológicas. O PPP emitido pela empresa "Confil - Construtora Figueiredo Ltda." sequer indica o CNPJ da empregadora, enquanto o PPP emitido pela empresa "Sadflex Ltda." não contém a qualificação do representante legal/preposto que o subscreve. Por não preencherem requisitos formais essenciais a sua validação, referidos documentos não se prestam como prova hábil da alegada natureza especial dos períodos.

Ademais, verifico que todos os documentos relativos aos vínculos de trabalho acima destacados, como CTPS, fichas de registro de empregado e contratos de trabalho, indicam simplesmente que o autor foi registrado na função de "Motorista", sem qualquer indicação de quais veículos conduzia de maneira habitual e permanente.

[...]

No tocante à prova pericial, observo que as conclusões do Perito Judicial (arquivo 'PET\_PERITO.PDF', de 06.02.2008), conforme consta expressamente em seu laudo, estão fundadas, por analogia e similaridade, em empresas diversas, estranhas aos autos e que não guardam qualquer relação com a vida profissional do autor. Atestou o experto que as empresas empregadoras estão desativadas." (grifei)

6. Conforme se observa dos julgados das instâncias anteriores, não houve apenas desconsideração da perícia judicial, mas sim análise e exame do contexto probatório como um todo, concluindo o juízo de origem por sua fragilidade para comprovação do trabalho especial no período e forma alegados. Incidência da Súmula 42 desta TNU, pois a adequação ao caso paradigma exigiria necessariamente o revolvimento do contexto fático probatório.

7. Não fosse somente isso, há outro motivo para o não conhecimento do presente incidente.

8. É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles (Questão de Ordem n. 18). Isso porque o acórdão recorrido deixou de reconhecer a especialidade da atividade não apenas em razão das constatações da perícia judicial, mas também com base em outras provas.

9. A hipótese dos autos, portanto, é de não conhecimento do incidente.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator.  
Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0015218-14.2007.4.03.6302  
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo  
REQUERENTE: OCIMAR BORGES  
PROC./ADV.: LILIAN CRISTINA BONATO  
OAB: SP-171720  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDER-  
LEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVI-  
DENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. ELETRICIDADE.  
AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. QUESTÃO DE  
ORDEM Nº 22/TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que deixou de reconhecer as condições especiais do exercício da atividade profissional com exposição à eletricidade.

2. O aresto combatido não reconheceu a especialidade no exercício da função com exposição à eletricidade, uma vez que não comprovada habitualidade e permanência da exposição.

3. A parte autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado paradigma que, em alegada hipótese semelhante, entendeu ser exemplificativo o rol de agentes nocivos previstos no Decreto nº 2.172/97, sendo possível o reconhecimento da especialidade da atividade desde que demonstrado através de provas técnicas.

4. O incidente não comporta conhecimento. Explico.

5. Do cotejo entre o acórdão combatido e o julgado paradigma, observo que não está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ausência de similitude fática entre os julgados recorridos e o precedente apresentado.

6. Sobre o ponto impugnado, a Turma Recursal de origem negou o reconhecimento das condições especiais do exercício de atividade profissional com exposição à eletricidade pelos próprios fundamentos da sentença, razão pela qual segue trecho desta última:

"[...] Segundo o perito judicial, o autor não esteve exposto, de modo habitual e permanente, a agentes agressivos, em condições de insalubridade. Destarte, não reconheço o desempenho de atividade especial nos períodos postulados pela parte autora." (grifei)

7. No caso em análise, os julgados das instâncias anteriores deixaram de reconhecer como especiais os períodos vindicados pela parte autora devido a não comprovação da habitualidade e permanência da exposição ao agente "eletricidade", fato que não comporta rediscussão diante da vedação de reexame de matéria fática e de provas (Súmula 42 da TNU), ao passo que o acórdão paradigma versa sobre a possibilidade de reconhecimento do período posterior ao Decreto n. 2.172/97, que excluiu a eletricidade do rol de agentes nocivos.

8. Incidência da Questão de Ordem 22, mutatis mutandis: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

9. A hipótese dos autos é de não conhecimento do incidente.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator.  
Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA  
Juiz Federal Relator



PROCESSO: 0001798-32.2009.4.03.6314  
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo  
REQUERENTE: DORIVAL PADOVANI  
PROC./ADV.: DENIS PEETER QUINELATO  
OAB: SP-202 067  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

## EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. ACÓRDÃO PARADIGMA ORIUNDO DE TRF. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que deixou de reconhecer a especialidade da atividade de motorista.
2. A parte autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado(s) que, em alegada(s) hipótese(s) semelhante(s), entende(ram) pelo reconhecimento da especialidade da atividade de "motorista".
3. Neste sentido, o incidente não comporta conhecimento.
4. A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º).
5. Isto porque que a alegação de divergência com acórdãos de turmas de Tribunal Regional Federal não constitui hipótese de cabimento do incidente previsto no artigo 14, parágrafo 2º da Lei 10.259/2001. Desse modo, não conheço dos paradigmas consistentes em julgados proferidos pelos TRFs da 1ª e 2ª Regiões da Justiça Federal.
6. É, portanto, manifestamente inadmissível o presente incidente, por desatendimento a requisito previsto no art. 14 da Lei nº 10.259/2001 c/c art. 6º do RI/TNU, uma vez que apresenta como paradigma julgado oriundo de Turma de TRF e/ou de Turma Recursal integrante da mesma Região da Justiça Federal da qual proveio o acórdão recorrido.
7. ISTO POSTO, não conheço do presente pedido de uniformização, com fulcro no art. 9º, IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais (Resolução CJF n. 345/2015).

## ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator.  
Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0005653-38.2008.4.03.6319  
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo  
REQUERENTE: LUIZ CELINO MELLO  
PROC./ADV.: MARISTELA PEREIRA RAMOS  
OAB: SP-92010  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

## EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. AUXILIAR/TÉCNICO DE LABORATÓRIO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. QUESTÃO DE ORDEM 22. NECESSIDADE DE REEXAME DAS PROVAS. SÚMULA 42/TNU. NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que não reconheceu os períodos de 13/06/1979 a 21/05/1984 e de 04/02/2000 a 12/07/2007 como exercidos em condições especiais.
2. A parte autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgados paradigmas que, em alegada hipótese semelhante, entenderam: (i) que os períodos anteriores à vigência da Lei n. 9.032/95 podem ser enquadrados como especiais nos casos de atividades exercidas com exposição ao agente nocivo "frio", de modo habitual e intermitente (TNU, PEDILEF 200672950162422); (ii) o rol de agentes nocivos previsto no Decreto n. 2.172/97 possui caráter exemplificativo (STJ, REsp 1.306.113/SC); (iii) a apresentação do PPP dispensa a exigibilidade do laudo técnico, mesmo nos casos de ruído, salvo em caso de dúvida justificada (TNU, PEDILEF 200772590036891 e 200971620018387).
3. O incidente não comporta conhecimento. Explico.
4. O acórdão recorrido manteve a sentença por seus próprios fundamentos, razão pela qual seguem os fundamentos da sentença quanto aos pontos impugnados:  
"[...] Especificamente com relação ao pedido do Autor, observa-se que em relação ao período de 13/06/1979 a 21/05/1984, laborado na Fundação Educacional de Bauru não há comprovação do exercício de atividade especial.

No caso, a fl. 38 e seguintes da inicial o autor anexou as Informações sobre Atividades com Exposição a Agentes Agressivos, acompanhada do Laudo Técnico Pericial, afirmando que exerceu atividades de Auxiliar Técnico Administrativo nos setores de Biotério e Ambulatório Médico, tendo como funções "alimentar os animais, controlar a alimentação dos animais utilizados nos experimentos, manipulação de animais, orientação aos alunos no manejo das caixas de experiências e orientação aos alunos na realização dos exercícios, limpeza e manutenção das caixas dos animais, acasalamento de animais de laboratórios" bem como pequenos curativos, aplicação de injeções, encaminhamento de pacientes (alunos e funcionários) não considerados causas simples ao conhecimento da Diretoria, manuseio de objetos cortantes e perfurantes, limpeza e esterilização dos objetos de uso diário".

Referidas atividades não estão elencadas entre aquelas consideradas insalubres, constantes dos decretos 53.831/64 e 83.080/79.

No que tange ao período de trabalho junto à Universidade de São Paulo, de 06/03/1997 a 12/07/2007, o autor anexou laudo pericial, a fl. 80 e seguintes da inicial, informando que exerceu a função de Auxiliar de Laboratório, de 02/06/1986 a 30/06/1996 e de Técnico de Laboratório de 01/07/1996 a 03/02/2000 (data do laudo). Na função de Auxiliar de Laboratório (02/06/1986 a 30/06/1996) há a afirmação de que o autor auxiliava "nas pesquisas didáticas, período em que ficava em contato direto com animais do biotério, destinado a pesquisas tais, como urina, fezes e sangue de animais. Preparar suspensões celulares e tipagens sanguíneas, fracionar soros e anti-soros, portanto, ficando em contato com agentes biológicos, tais com vírus, bactérias e fungos, no contato direto com urina, fezes e sangue de animais". Na função de Técnico de Laboratório (01/07/1996 a 03/02/2000), além de algumas das destas atividades descritas, tinha como tarefa "coletar sangue de pacientes e animais do biotério, utilizado nas análises clínicas e manuseio de placentas humanas (...)" Referidas atividades são consideradas insalubres, constantes do item 1.3.1 do Anexo do Decreto 53.831/64, e item 1.3.3 do Anexo I do Decreto 83.080/79.

Por fim, o autor também anexou a fls. 128/129 da inicial, Perfil Profissiográfico Previdenciário informando que exerceu a profissão de Auxiliar de Laboratório e Técnico de Laboratório, de 22/09/1992 a 10/05/2004 (data do PPP), praticando atividades assim descritas: "controla a saída e entrada de material a ser esterilizado, esteriliza instrumentais cirúrgicos contaminados, gaze, pedra, etc, opera aparelhos de autoclave e estufas que geram calor seco e trabalham sob alta pressão."

Contudo, não há como ser reconhecido tal tempo de trabalho como especial tendo em vista que, da análise do PPP anexado, não há especificação do período atestado pelo responsável pelos registros ambientais, conforme se vê no "campo II" do Laudo.". (grifei)

5. Passo a analisar cada paradigma.

6. No que diz respeito ao julgado paradigma da TNU (PEDILEF 200672950162422), não se vislumbra similitude fática entre ele e o acórdão recorrido, uma vez que aquele aponta a possibilidade de reconhecimento da natureza especial da atividade de "descarregador de caminhão" com exposição ao agente nocivo "frio", ao passo que a decisão recorrida versa sobre a atividade de auxiliar/técnico de laboratório, sem qualquer menção, nos julgados das instâncias anteriores, à exposição ao agente nocivo frio. Portanto, tratam-se de hipóteses fáticas distintas (Questão de Ordem nº 22).

7. Quanto ao paradigma do STJ (REsp 1.306.113/SC), também não guarda similitude fática com o julgado recorrido. Isso porque o indeferimento da especialidade da atividade da parte autora decorreu do não enquadramento das funções nos Decretos n. 53.831/64 e 83.080/79 (quanto ao período de 13/06/1979 a 21/05/1984) e da incompletude das informações do PPP (no que concerne ao período de 04/02/2000 a 12/07/2007), enquanto o acórdão paradigma se refere à possibilidade de reconhecimento da especialidade das atividades não previstas no rol do Decreto n. 2.172/97, desde que comprovada a nocividade da atividade através de provas técnicas. Logo, versam sobre hipóteses fáticas distintas (Questão de Ordem nº 22).

8. Sobre o tema, oportuno destacar o seguinte julgado da TNU: "PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. ENQUADRAMENTO POR CATEGORIA PROFISSIONAL. ATIVIDADE NÃO PREVISTA EM REGULAMENTO. NECESSIDADE DE PROVA. 1. A sentença não reconheceu condição especial de trabalho, porque os documentos não especificam a atividade desenvolvida pela autora nem indicam os eventuais agentes causadores de insalubridade e também porque a ocupação de auxiliar de laboratório não consta nas relações das atividades consideradas insalubres por presunção legal. A Turma Recursal reformou a sentença apenas por admitir o enquadramento por categoria profissional para a atividade de auxiliar de laboratório. Assim dispôs o acórdão recorrido: "A atividade de auxiliar de laboratório, a despeito de não estar enquadrada especificamente pela categoria profissional, guarda similitude com as atividades elencadas no código 1.3.2 do Decreto n. 53.831/64 e no código 1.3.4 do Decreto n. 83.080/79". 2. O Superior Tribunal de Justiça entende que é possível o reconhecimento do exercício de atividade especial não prevista nos decretos regulamentadores, desde que comprovada a exposição aos agentes nocivos por outros meios de prova ou demonstrada a similitude entre a categoria expressamente prevista e aquela a qual se pretende ver reconhecida como especial. A atividade de auxiliar de laboratório não está expressamente prevista no Decreto nº 53.831/64 ou no Decreto nº 83.080/79, vigentes na época da prestação do serviço. O reconhecimento da condição especial de trabalho, portanto, só seria possível mediante comprovação de efetiva exposição a agentes nocivos ou mediante comprovação de real similitude com alguma atividade prevista nos decretos. Precedente da TNU: Processo 0508618-12.2009.4.05.8300, Rel. Juiz Gláucio Maciel, DOU 08/03/2013. 3. Pedido de uniformização provido para: (a) reafirmar o entendimento de que deve ser comprovada a exposição a agentes nocivos em atividades não previstas expressamente em regulamento previdenciário como passíveis de enquadra-

mento por categoria profissional; (b) reformar o acórdão recorrido julgando improcedente a demanda proposta pela autora."(PEDILEF 05077027520094058300. Rel. Juiz Federal Rogério Moreira Alves. DOU 16/08/2013).

9. Por último, relativamente aos paradigmas da TNU, PEDILEF 200772590036891 e 200971620018387, verifica-se que a adequação do acórdão recorrido a tais julgados implicaria necessariamente no revolvimento do contexto fático probatório. Isso porque a sentença consigna a existência de dúvida quanto às informações do PPP, o que, em princípio, afastaria a dispensabilidade do laudo técnico. Desse modo, incide a vedação da Súmula n. 42/TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

10. O caso dos autos, portanto, é de não conhecimento do incidente.

## ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator.  
Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0005715-81.2008.4.03.6318  
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo  
REQUERENTE: MARTINS FELISBERTO SANTANA  
PROC./ADV.: JULIANA MOREIRA LANCE COLI  
OAB: SP-194657  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

## EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. SAPATEIRO. PERÍCIA JUDICIAL. HIPÓTESE DE REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 42 DA TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 18 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que deixou de reconhecer período de trabalho especial.
2. Preliminarmente, diga-se que a TNU definiu quanto ao conhecimento de incidentes de uniformização que: "um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte" (QO 05); "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido" (QO 13); "é inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles" (QO 18); "se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito" (QO 20); "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma" (QO 22); "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia" (QO 24); "o conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado" (QO 35); "não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual" (Súmula 43); "não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" (Súmula 42).
3. A parte autora sustenta em seu pedido de uniformização que o acórdão recorrido diverge de julgados do STJ (REsp n. 1.370.229/RS), pois desconsiderou a força probatória da perícia por similaridade realizada por expert indicado pelo juízo de origem.
4. O paradigma reconhece "a possibilidade de o trabalhador se utilizar de perícia produzida de modo indireto, em empresa similar àquela em que trabalhou, quando não houver meio de reconstituir as condições físicas do local onde efetivamente prestou seus serviços".
5. No ponto impugnado, a sentença, mantida pelo acórdão recorrido, dispôs que:  
"[...] No caso em exame, observo que em relação às empresas supostamente desativadas, e que foram objeto de avaliação pelo Sr. Perito Judicial, foi afirmado pelo profissional que teria sido possível a realização da prova, sob o argumento de que ambas as empresas (empregadora e paradigma) possuíam atividades econômicas, ambientes de trabalho e agentes agressivos (nocivos) semelhantes. Parece-me equivocada a afirmação, pois não consta nos autos que o Sr. Perito tenha tido acesso às dependências das empregadoras, supostamente desativadas.

No laudo, o Sr. Perito declina os nomes das pessoas que acompanharam e participaram da perícia, prestando informações, dentre elas a própria parte autora. Não há notícia de consulta a documentos das empresas desativadas e daquelas efetivamente avaliadas, com exceção daqueles anexados aos autos.

Assim, presumo que as informações utilizadas para a elaboração do laudo, no tocante às atividades exercidas e as condições de trabalho nas empresas supostamente desativadas, foram prestadas pela própria parte autora da ação.

No tocante ao ônus da prova, importante ressaltar que no caso em exame cumpria à parte autora trazer aos autos as cópias dos formulários e laudos produzidos pelo empregador. Parece-me que a parte não se exime desse ônus pela mera alegação de desativação das empresas. Não se sabe, por exemplo, se a parte diligenciou para verificar se não foi alterado o endereço da empresa nesse período; se procurou identificar e localizar seus representantes legais, na tentativa de obtenção desses documentos, pois é comum que mesmo com o encerramento das atividades da empresa seu representante legal guarde todos os documentos atinentes às suas atividades, justamente para uma eventual prova do cumprimento de todas as obrigações.

Aliás, quanto a esse ponto, parece-me correto firmar entendimento no sentido de que cumpria à parte autora a obtenção desses documentos quando de seu desligamento da empresa e não tantos anos depois, às vésperas da aposentadoria. E no caso de negativa do empregador, deveria ter se valido de ação judicial, perante a Justiça do Trabalho, já que a entrega do documento possui relação com o contrato laboral, a despeito de sua finalidade previdenciária.

Apenas para ilustrar a fragilidade dos argumentos da parte autora, no intuito de se eximir da obrigação de juntar tais documentos, consta nos autos, à fl. 53 do arquivo da petição inicial, declaração firmada no dia 12/11/2008 pelo Sindicato dos Trabalhadores na Ind. de Calçados de Franca, no sentido de que a empresa BAG WAY seria massa falida e teria encerrado suas atividades, ao passo que, na perícia judicial realizada no dia 27/08/2009, consta que o Sr. Perito teria realizado a avaliação na sede da empresa."

6. Conforme se observa dos julgados das instâncias anteriores, não houve apenas desconsideração da perícia judicial, mas sim análise e exame do contexto probatório como um todo, concluindo o juízo de origem por sua fragilidade para comprovação do trabalho especial no período e forma alegados. Incidência da Súmula 42 desta TNU, pois a adequação ao caso paradigma exigiria necessariamente o revolvimento do contexto fático probatório.

7. Não fosse somente isso, há outro motivo para o não conhecimento do presente incidente.

8. É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles (Questão de Ordem n. 18). Isso porque o acórdão recorrido deixou de reconhecer a especialidade da atividade não apenas em razão das constatações da perícia judicial, mas também com base em outras provas.

9. A hipótese dos autos, portanto, é de não conhecimento do incidente.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator. Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0019010-42.2008.4.03.6301  
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo  
REQUERENTE: LUIZ CARLOS VIEIRA  
PROC./ADV.: ANDRÉ GUSTAVO LOPES DA SILVA  
OAB: SP-187040  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. AGENTE NOCIVO CALOR. DISPENSABILIDADE DO LAUDO TÉCNICO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. QUESTÃO DE ORDEM Nº 22/TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que deixou de reconhecer as condições especiais do exercício da atividade com exposição a calor.

2. O aresto combatido deixou de reconhecer a natureza especial da atividade com exposição ao agente nocivo "calor", uma vez que, além de não ter sido apresentado o laudo técnico pericial, há dúvida quanto à sua confecção pela empresa.

3. A parte autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado(s) paradigma(s) que, em alegada(s) hipótese(s) semelhante(s), entendeu(ram) ser dispensável a apresentação de laudo técnico pericial.

4. O incidente, porém, não comporta conhecimento. Explico.

5. No acórdão recorrido, a Turma Recursal de origem, negou o reconhecimento das condições especiais da atividade da parte autora, sob o seguinte fundamento:

"[...] Com relação aos períodos de 10/8/1979 a 21/5/1981 e 1/4/1985 a 1/7/1988, trabalhado pelo autor na Prefeitura Municipal de Jacareí, na função de padeiro na Cozinha Piloto, foi juntado formulário no qual é apontado que o autor estava exposto ao agente nocivo calor no nível de 28,7 IBUTG.

No entanto, os formulários apresentados (páginas 44 e 45) não fica claro se o Município possuía laudo técnico pericial, já que é impossível identificar qual alternativa (SIM ou NÃO) restou marcada. E, para o agente calor sempre foi necessário o laudo técnico.

Assim, ainda que emitido formulário de informações de exposição a agentes nocivos, eles têm que ser baseados em laudo técnico, não sendo possível precisar se neste caso isto ocorreu."

6. Do cotejo entre o acórdão combatido e um dos julgados paradigmáticos, observo que não está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ausência de similitude fática e jurídica.

7. É que no paradigma oriundo desta TNU (PEDILEF 50379486820124047000. Rel. Juiz Federal André Carvalho Monteiro. DOU 31/05/2013), embora se trate da dispensabilidade de laudo técnico pericial, nele não se discute a recusa da validade de formulários oriundos de empresas que não possuem laudo técnico. Ao contrário, o paradigma somente admite a suficiência do PPP quando este é elaborado com base em laudo técnico emitido por engenheiro ou médico de segurança do trabalho.

8. Portanto, não há a similitude fática a permitir o conhecimento do presente incidente de uniformização, uma vez que não se partiu do mesmo fato (de mesma natureza) para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente), mas sim partiram os órgãos julgadores, nos casos citados, de fatos diversos, de modo que não como compararem-se os julgamentos, para efeito de interposição do presente incidente de uniformização.

9. Incidência da Questão de Ordem 22, mutatis mutandis: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

10. A hipótese dos autos é de não conhecimento do incidente.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator. Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500039-29.2015.4.05.8312  
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco  
REQUERENTE: INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO(A): MARLUCE BARBOSA DO NASCIMENTO  
PROC./ADV.: MÁRCIA CRISTINA BORBA  
OAB: PE-30411  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADOR RURAL. ATIVIDADE ESPECIAL. EMPRESA AGROINDUSTRIAL E AGROCOMERCIAL. POSSIBILIDADE. QUESTÃO DE ORDEM 13 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que reconheceu período de trabalho especial.

2. O aresto combatido reconheceu a natureza especial da atividade de trabalhador rural desempenhada pelo autor, com fulcro no item 2.2.1 do Decreto n. 53.081/64.

3. O INSS sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgados paradigmáticos do STJ sobre o tema (RESP 291.404 e AgRg no RESP 1.137.303/RS), segundo os quais a atividade de trabalhador rural não se enquadra na categoria profissional prevista no item 2.2.1, do Decreto n. 53.081/64, posto que seriam insalubres apenas os serviços e atividades profissionais desempenhados na agropecuária, não se enquadrando como tal a atividade exercida na lavoura.

4. A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º).

5. O incidente não comporta conhecimento, porque o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência recente da TNU.

6. No acórdão recorrido, a Turma Recursal de origem reconheceu as condições especiais da atividade de trabalhador rural, sob o seguinte fundamento:

"[...] Com relação à atividade de trabalhador rural em usina, a Turma Regional de Uniformização já tem posição sedimentada sobre a matéria objeto do Pedido de Uniformização interposto, consoante se extrai do seguinte precedente:

'PREVIDENCIÁRIO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA REGIONAL. APOSENTADORIA ESPECIAL. TRABALHADOR RURAL EM AGROINDÚSTRIA. ATIVIDADE EM CONDIÇÕES ESPECIAIS. ENQUADRAMENTO POR CATEGORIA PROFISSIONAL. EXISTÊNCIA. TEMPO PARA APOSENTADORIA ESPECIAL. INSUFICIÊNCIA. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.

- As atividades agropecuárias exercidas por trabalhadores vinculados à antiga Previdência Social Urbana, ou seja, àqueles empregados de empresas agroindustriais ou agrocomerciais enquadraram-se no item 2.2.1 do Anexo do Decreto n. 53.831/64 ("Agricultura - Trabalhadores na agropecuária"), sendo consideradas especiais, por categoria profissional, até a vigência da Lei n. 9.032/95.

- O titular de aposentadoria por tempo de contribuição não tem direito à conversão desse benefício em aposentadoria especial quando não preenche o tempo exigido (25 anos) de trabalho em condições especiais.

- Incidente de uniformização conhecido e parcialmente provido apenas para reconhecer como especial a atividade agropecuária exercida pelo empregado rural de empresa agroindustrial antes da vigência da Lei n. 9.032/95, sem transformar o benefício de aposentadoria por tempo de contribuição em aposentadoria especial. (Processo nº 0513531-91.2010.4.05.8400, Relator: Juiz Federal Rubens de Mendonça Canuto Neto, 11/09/2012)

No caso em comento, o recorrido realizou atividade de trabalhador rural, na Usina Pumaty e na Usina Pedroza, de 18/09/1987 a 04/05/1991 e de 09/09/1991 a 28/04/1995, motivo pelo qual tais períodos devem ser considerados especiais."

7. Entendo que o acórdão recorrido encontra-se em harmonia com o entendimento consolidado por esta Turma Nacional de Uniformização por ocasião do julgamento do PEDILEF 0500180-14.2011.4.05.8013, Relator Juiz Federal JOÃO BATISTA LAZZARI, DJ 11/09/2014 (Representativo de Controvérsia), de cujo teor reproduzo o seguinte excerto: "a expressão 'trabalhadores na agropecuária', contida no item 2.2.1 do anexo ao Decreto n.º 53.831/64, se refere aos trabalhadores rurais que exercem atividades agrícolas como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais, fazendo jus os empregados de tais empresas ao cômputo de suas atividades como tempo de serviço especial. Dessa forma, a alegação do INSS de que a especialidade somente poderia ser reconhecida se comprovado que o trabalho rural foi desenvolvido na agropecuária merece ser desprovida".

8. Destaco que por ocasião do julgamento do PEDILEF 05003939620114058311, Relatora Juíza Federal KYU SOON LEE, julgado em 08/10/2014, este Colegiado decidiu por: "reafirmar a tese de que a expressão 'trabalhadores na agropecuária', contida no item 2.2.1 do anexo do Decreto n. 53.831/64, também se aplica aos trabalhadores que exercem atividades exclusivamente na agricultura como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais, fazendo jus os empregados de tais empresas ao cômputo de suas atividades como tempo de serviço especial".

9. Na espécie, as instâncias ordinárias concluíram que o acervo probatório coligido era suficiente à comprovação do desenvolvimento de atividade especial pelo autor na condição de trabalhador rural empregado da indústria canavieira, reconhecendo a natureza especial do labor por ele exercido nos períodos questionados, daí que, em face do entendimento consolidado desta TNU acima mencionado, entendo que nenhum reparo merece o acórdão impugnado.

10. A hipótese dos autos é de não conhecimento do incidente.

#### ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência NÃO CONHECER O INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator. Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500389-63.2014.4.05.8308  
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO  
REQUERENTE: INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO(A): MOISÉS ALVES CAVALCANTI  
PROC./ADV.: JOSÉ CARMO DOS REIS..  
OAB: PE-1139  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. TEMPO ESPECIAL. ELETRICIDADE. RECONHECIMENTO APÓS O DECRETO Nº 2.172/97. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 13 DESTA TNU. NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que deferiu pedido de reconhecimento de condições especiais no exercício de atividade profissional sob a condição de periculosidade (eletricidade), mesmo após 05/03/1997.

2. O INSS sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado(s) paradigma(s) que, em alegada(s) hipótese(s) semelhante(s), entendeu(ram) ser incabível o reconhecimento como especial, após o advento do Decreto nº 2.172/97, da atividade profissional sujeita à exposição ao agente nocivo eletricidade.

3. O incidente não comporta conhecimento.

4. Isto porque o acórdão recorrido está em sintonia com a jurisprudência desta TNU (Questão de Ordem nº 13/TNU).

5. Veja-se que a tese defendida pelo INSS encontra-se em desarmonia com a posição atual da TNU no sentido de que: "AGENTE NOCIVO NÃO MENCIONADO NO DECRETO 2.172/97. CARÁTER MERAMENTE EXEMPLIFICATIVO DOS REGULAMENTOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. COMPROVAÇÃO DE EFETIVA E PERMANENTE EXPOSIÇÃO NA FORMA DO ART. 57, § 30. DA LEI 8.213/91. POSIÇÃO ADOTADA PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA NO RESP 1.306.113/SC SUBMETIDO AO REGIME REPETITIVO.

...  
3.3. Por isso, não é de se estranhar que o STJ continue a falar de periculosidade mesmo após a edição do Decreto no. 2.172/97. E, segundo penso, está certo mesmo em falar, pois, como dito, os agen-



tes nocivos/prejudiciais à saúde/integridade física podem muito bem aludir a certas formas de perigo. A exposição à eletricidade, não sendo enquadrada propriamente como atividade insalubre, termina comprometendo sobretudo a integridade física do trabalhador que passa a conviver com níveis exagerados de cautela, risco, stress etc. Logo, insisto, não é a apriorística qualificação doutrinária que determinará a possibilidade ou não apreensão de uma atividade como especial e sim a efetiva demonstração deletéria considerada em númerus apertus pela legislação em vigor.

3.4. A título de exemplo, veja-se ainda o acórdão abaixo transcrito, também oriundo do Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. AGENTE NOCIVO ELETRICIDADE APÓS A EDIÇÃO DO DECRETO N. 2.172/97. POSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DO ENTENDIMENTO FIXADO NO JULGAMENTO DO RESP N. 1.306.113/SC SUBMETIDO À SISTEMÁTICA DO ARTIGO 543-C DO CPC. 1. Nos termos do que assentado pela Primeira Seção no julgamento do REsp n. 1.306.113/SC [...] o rol de atividades especiais, constantes nos regulamentos de benefícios da Previdência Social, tem caráter exemplificativo'. Assim, o fato de o Decreto n. 2.172/97 não ter previsto o agente agressivo eletricidade como causa para se reconhecer período de atividade de natureza especial, não afasta o direito do segurado à contagem de tempo especial se comprovada a sua exposição de forma habitual e permanente a esse fator de periculosidade. No mesmo sentido, confirmam-se: AgRg no REsp 1.314.703/RN, Rel. Min. Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 27/05/2013; AgRg no REsp 1.348.411/RS, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, DJe 11/04/2013; AgRg no REsp 1.168.455/RS, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, Quinta Turma, DJe 28/06/2012; AgRg no REsp 1.284.267/RN, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, DJe 15/2/2012. 2. No caso, ficou comprovado que o recorrido esteve exposto ao agente agressivo eletricidade, com tensão acima de 250 volts, de forma habitual e permanente entre 01.12.1979 a 28.11.2006, motivo pelo qual deve ser mantida a sentença que reconheceu o direito à aposentadoria especial. 3. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 143.834/RN, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/06/2013, DJe 25/06/2013).

4. Apenas para registro, deixo consignado que, no caso concreto, as instâncias ordinárias assentaram que havia demonstração plena, através de prova pericial, da exposição à eletricidade em caráter permanente e habitual e que ela era, de fato, prejudicial ao demandante. Não se ingressa no mérito dessa questão, portanto, por envolver reanálise de matéria de fato, o que, como sabido, é vedado pela Súmula 42 deste Colegiado.

5. Por essas razões, conheço e dou provimento ao Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal para reformar o Acórdão recorrido e restabelecer a sentença de 1º Grau, que reconheceu como especial o período trabalhado pelo recorrente, exposto de forma habitual e permanente ao agente nocivo nas atividades com energia elétrica.

6. Recurso julgado nos termos do artigo 7º, inciso VII, alínea "a", da Resolução nº 22/200"

(PEDILEF nº 50012383420124047102, rel. Juiz Federal BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ, j. 06.08.2014).

6. A hipótese dos autos, portanto, é de não conhecimento do incidente.

#### ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator.  
Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500394-43.2013.4.05.8107  
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ  
REQUERENTE: GUTEMBERG AUGUSTO SUCUPIRA  
PROC./ADV.: DEISE DE OLIVEIRA LASHERAS  
OAB: CE-5105  
REQUERENTE: INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO(A): OS MESMOS  
PROC./ADV.: OS MESMOS  
OAB: -  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. INCONSTITUCIONALIDADE DA APLICAÇÃO DO ART. 1º-F À CORREÇÃO MONETÁRIA. APLICAÇÃO DO NOVO MANUAL DE CÁLCULOS DA JUSTIÇA QUANTO À CORREÇÃO MONETÁRIA E DO ART. 1º-F DA LEI 9.494/97 AOS JUROS MORATÓRIOS. NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que afastou a aplicação do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/2009.

2. Preliminarmente, diga-se que a TNU definiu quanto ao conhecimento de incidentes de uniformização que: "um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte" (QO 05); "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se fir-

mou no mesmo sentido do acórdão recorrido" (QO 13); "é inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles" (QO 18); "se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito" (QO 20); "é possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma" (QO 22); "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia" (QO 24); "o conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado" (QO 35); "não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual" (Súmula 43); "não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" (Súmula 42).

3. A parte autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgados paradigmas do STJ (julgamentos realizados entre 2008 e 2010) que, em alegada hipótese semelhante, determinaram a incidência de juros de mora de 1% ao mês.

4. Do cotejo entre o acórdão combatido e os julgados paradigmas, observo que não está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos. Explico.

5. No acórdão recorrido, a Turma Recursal de origem definiu os critérios de atualização das parcelas vencidas do benefício da seguinte forma:

"[...] Sobre os juros e correção monetária, em virtude da declaração de inconstitucionalidade parcial do art. 5º da Lei 11.960/09 (STF, ADIs 4357 e 4425), e tendo em conta o decidido recentemente pelo STJ no REsp 1270439/PR, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, PRIMEIRA SEÇÃO (DJe 02/08/2013), sujeito à sistemática do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ n.º 08/2008, deve-se observar o seguinte:

a) Até 30.06.2009, a atualização monetária, incidindo a contar do vencimento de cada prestação, deve-se dar pelos índices oficiais e jurisprudencialmente aceitos, quais sejam: IPC-F (07/94 a 06/95, Lei nº 8.880/94), INPC (07/95 a 04/96), IGP-DI (05/96 a 03/2006) e INPC (04/2006 a 06/2009), ou seja, pela variação dos indexadores previstos no Manual de Cálculos da Justiça Federal. Nesses períodos, os juros de mora devem ser fixados à taxa de 1% ao mês, com base no Decreto 2.322/87, a contar da citação, tendo em vista o seu caráter eminentemente alimentar, consoante firme entendimento consagrado na jurisprudência do STJ.

b) A contar de 01.07.2009, data em que passou a vigor a Lei nº 11.960, de 29.06.2009, publicada em 30.06.2009, que alterou o art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, diante da inconstitucionalidade parcial desta, os juros de mora devem ser calculados, com base nos índices oficiais de remuneração básica da caderneta de poupança, em uma única incidência, e a correção monetária, pelo IPCA, índice que melhor reflete a inflação acumulada no período, conforme determinado pelo STJ no REsp 1270439/PR."

6. Quanto aos juros e correção monetária, interpretando os termos da modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, proclamada pelo STF no julgamento das ADIs 4.357 e 4.425, houve decisões judiciais determinando a aplicação do referido dispositivo legal até 25.03.2015. Para o período posterior, determinou-se a aplicação do Manual de Cálculos da Justiça Federal, por entender-se que a eficácia vinculante da declaração de inconstitucionalidade e respectiva modulação se aplicariam indistintamente às condenações judiciais e aos precatórios e RPVs.

7. Ocorre que, posteriormente, o Supremo Tribunal Federal voltou ao exame do tema, reconhecendo a repercussão geral do Recurso Extraordinário n. 870.947 (Tema n. 810, DJe-077/2015), devendo ser destacado o entendimento do eminente Relator Ministro Luiz Fux: "o Supremo Tribunal Federal, ao julgar as ADIs nº 4.357 e 4.425, declarou a inconstitucionalidade da correção monetária pela TR apenas quanto ao segundo período, isto é, quanto ao intervalo de tempo compreendido entre a inscrição do crédito em precatório e o efetivo pagamento. Isso porque a norma constitucional impugnada nas ADIs (art. 100, §12, da CRFB, incluído pela EC nº 62/09) referia-se apenas à atualização do precatório e não à atualização da condenação ao concluir-se a fase de conhecimento."

8. Em outra oportunidade, a Suprema Corte deferiu medida liminar nos autos da Reclamação nº 21.147 (Rel. Min. Carmem Lúcia) para suspender os efeitos da decisão proferida pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Sergipe, que havia afastado a aplicação do art. 1º-F da lei n. 9.494/97, sob o fundamento de que o STF lhe teria declarado a inconstitucionalidade a partir do julgamento das ADIs 4357 e 4425.

9. Sendo assim, tanto no RE n. 870.947-SE, quanto na Rcl. n. 21.147-MC, o STF deixou claro que não se manifestou sobre a constitucionalidade da Taxa Referencial e dos juros da poupança como índices aplicáveis às condenações judiciais, já que o julgado (ADIs 4357 e 4425) se restringiu a declarar como inconstitucional a utilização desses índices entre a inscrição do crédito em precatório e o efetivo pagamento.

10. Restou evidenciado, portanto, o equívoco acerca dos limites objetivos da declaração de inconstitucionalidade operada nas ADIs 4357 e 4425, quando da extensão da força vinculante desse julgado à fase anterior.

11. Por outro lado, em que pese não ter sido enfrentada, nas ADIs acima citadas, precisamente a questão da constitucionalidade da TR como índice de correção monetária aplicável às condenações judiciais contra a Fazenda Pública, a tese jurídica da inconstitucionalidade da utilização da TR como índice de correção monetária e reposição do valor real da moeda chegou a ser examinada naqueles julgamentos.

12. No acórdão proferido na ADI 4357-DF (Rel. Min. Carlos Ayres Brito), restou assentado que o índice oficial de remuneração da caderneta de poupança é manifestamente incapaz de preservar o valor real do crédito de que é titular o cidadão, de modo que o direito fundamental de propriedade (CF, art. 5º, XXII) acabaria violado nas hipóteses em que a atualização monetária dos débitos fazendários inscritos em precatórios perfaz-se segundo o aludido índice.

13. A seguir, um trecho do voto em que foi destacada de maneira enfática a inidoneidade da utilização da TR como índice de atualização monetária e o prejuízo dos credores da Fazenda Pública: "Basta ver que, nos últimos quinze anos (1996 a 2010), enquanto a TR (taxa de remuneração da poupança) foi de 55,77%, a inflação foi de 97,85%, de acordo com o IPCA".

14. De acordo com o em. Ministro relator, existe o objetivo constitucional no sentido de que a correção monetária deve preservar o valor real da obrigação, deixando o beneficiário e o sujeito passivo qualitativamente na mesma condição em que se encontravam no momento em que se formou a relação obrigacional.

15. Em vista desse raciocínio, concluiu que a utilização de índice de correção monetária que não faça com que o valor originário volte a ter um valor "atual", ou seja, na mesma expressão econômica que tinha antes da defasagem operada pela inflação, não cumprirá o mandamento constitucional da atualização monetária.

16. O eminente Ministro Luiz Fux, acompanhando o relator, entendeu que o índice oficial de remuneração da caderneta de poupança não é critério adequado para refletir o fenômeno inflacionário, notadamente porque a TR é um índice definido ex ante, que não leva em consideração a desvalorização da moeda. Vejamos o que disse o Ministro:

"Daí por que os índices criados especialmente para captar o fenômeno inflacionário são sempre definidos em momentos posteriores ao período analisado, como ocorre com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). A razão disso é clara: a inflação é sempre constatada em apuração ex post, de sorte que todo índice definido ex ante é incapaz de refletir a efetiva variação de preços que caracteriza a inflação".

17. Tendo em vista que a TR é formada a partir de critérios e cálculos que em nada se vinculam ao fenômeno inflacionário, posto que, ao longo do tempo, sempre esteve abaixo da inflação, sua aplicação é incapaz de suprir a defasagem do valor da moeda, importando em aniquilamento do direito de propriedade em seu núcleo essencial.

18. No que concerne às condenações judiciais, a aplicação de um índice de correção monetária visa à atualização do valor da moeda e ao resgate do poder aquisitivo, com incidência desde o fato jurígeno até o julgado que, em definitivo, reconhece o direito da parte ao objeto da pretensão. Em razão disso, a aplicação da Taxa Referencial é incapaz de cumprir tal objetivo, considerando os fundamentos acima expostos.

19. Assim sendo, é possível concluir que o meio escolhido pelo legislador (Taxa Referencial) é inidôneo a promover o fim a que se destina (traduzir a inflação do período), de modo que não atualiza o valor real da moeda, violando o direito fundamental de propriedade, previsto no art. 5º, caput e incisos XXII e XXIII, da Constituição Federal de 1988.

20. Em razão desses motivos, esta TNU entende inconstitucional a utilização da Taxa Referencial como índice de correção monetária a ser aplicável às condenações judiciais impostas à Fazenda Pública, razão pela qual deve ser considerado inconstitucional o dispositivo que determina a sua aplicação (art. 1º-F da Lei nº 9.494/97).

21. Por conseguinte, devem ser aplicados os índices de correção monetária previstos no Manual de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal (INPC, IPCA-E, SELIC, conforme o caso).

22. Com relação à taxa de juros de mora aplicável às condenações, deve ser observado o Manual de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal que dispõe que deve ser aplicada a disciplina prevista no art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, com as modificações operadas pela Lei n. 11.960/2009 (e, a partir de 2012, também com as modificações determinadas pela MP n. 567/2012, convertida na Lei n. 12.703/2012).

23. Ressalto que tal declaração de inconstitucionalidade já se operou em julgamento ocorrido na Sessão de 19.11.2015, no PEDILEF nº 0004986-16.2007.4.03.6310, de relatoria do Juiz Federal Boaventura João Andrade.

24. Incidência da Questão de Ordem 13, uma vez que o entendimento consignado no acórdão recorrido está em consonância com a posição desta TNU.

25. A hipótese dos autos, portanto, é de não conhecimento do incidente.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator.  
Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500436-77.2013.4.05.8306  
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco  
REQUERENTE: INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO(A): EDIMILSON BELO DA SILVA  
PROC./ADV.: LAERTE CHAVES VASCONCELOS FILHO  
OAB: PE-441-A  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

## EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADOR RURAL. ATIVIDADE ESPECIAL. EMPRESA AGROINDUSTRIAL E AGROCOMERCIAL. POSSIBILIDADE. QUESTÃO DE ORDEM 13 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que reconheceu período de trabalho especial.

2. O aresto combatido reconheceu a natureza especial da atividade de trabalhador rural desempenhada pelo autor, com fulcro no item 2.2.1 do Decreto n. 53.081/64.

3. O INSS sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgados paradigmas do STJ sobre o tema (RESP 291.404 e AgRg no RESP 1.137.303/RS), segundo os quais a atividade de trabalhador rural não se enquadra na categoria profissional prevista no item 2.2.1, do Decreto n. 53.081/64, posto que seriam insalubres apenas os serviços e atividades profissionais desempenhados na agropecuária, não se enquadrando como tal a atividade exercida na lavoura.

4. A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º).

5. O incidente não comporta conhecimento, porque o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência recente da TNU.

6. No acórdão recorrido, a Turma Recursal de origem reconheceu as condições especiais da atividade de trabalhador rural, sob o seguinte fundamento:

"[...] - In casu, a sentença reconheceu como especial o período compreendido entre 23/08/1988 e 28/06/2012, em razão da exposição ao agente nocivo ruído e a hidrocarbonetos, em que o autor laborou junto à Usina Cruangi S/A (anexo 05).

Pois bem.  
- Quanto ao período de 23/08/1988 a 28/04/1995, reconheço ser especial em razão do tratamento conferido ao trabalhador rural empregado de agroindústria.  
[...] - Nos termos do item 2.2.1 do quadro anexo do Decreto nº 53.831/64, o trabalho em atividade agropecuária - que engloba também a atividade na agricultura, desde que tenha sido prestada em empresa agroindustrial ou agrocomercial - pode ser considerado especial. Desta feita, cabível, na hipótese, o reconhecimento da natureza especial do período de trabalho exercido pelo demandante, na qualidade de rurícola, entre 23/08/1988 e 28/04/1995."

7. Entendo que o acórdão recorrido encontra-se em harmonia com o entendimento consolidado por esta Turma Nacional de Uniformização por ocasião do julgamento do PEDILEF 0500180-14.2011.4.05.8013, Relator Juiz Federal JOÃO BATISTA LAZZARI, DJ 11/09/2014 (Representativo de Controvérsia), de cujo teor reproduzo o seguinte excerto: "a expressão 'trabalhadores na agropecuária', contida no item 2.2.1 do anexo ao Decreto n.º 53.831/64, se refere aos trabalhadores rurais que exercem atividades agrícolas como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais, fazendo jus os empregados de tais empresas ao cômputo de suas atividades como tempo de serviço especial. Dessa forma, a alegação do INSS de que a especialidade somente poderia ser reconhecida se comprovado que o trabalho rural foi desenvolvido na agropecuária merece ser desprovida".

8. Destaco que por ocasião do julgamento do PEDILEF 05003939620114058311, Relatora Juíza Federal KYU SOON LEE, julgado em 08/10/2014, este Colegiado decidiu por: "reafirmar a tese de que a expressão 'trabalhadores na agropecuária', contida no item 2.2.1 do anexo do Decreto n. 53.831/64, também se aplica aos trabalhadores que exercem atividades exclusivamente na agricultura como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais, fazendo jus os empregados de tais empresas ao cômputo de suas atividades como tempo de serviço especial".

9. Na espécie, as instâncias ordinárias concluíram que o acervo probatório coligido era suficiente à comprovação do desenvolvimento de atividade especial pelo autor na condição de trabalhador rural empregado da indústria canavieira, reconhecendo a natureza especial do labor por ele exercido nos períodos questionados, daí que, em face do entendimento consolidado desta TNU acima mencionado, entendo que nenhum reparo merece o acórdão impugnado.

10. A hipótese dos autos é de não conhecimento do incidente.

## ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência NÃO CONHECER O INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator.

Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0501027-42.2013.4.05.8305  
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco  
REQUERENTE: LAERSON AUGUSTO DO NASCIMENTO LIMA  
PROC./ADV.: CARLOS ANDRÉ SILVA DE ARAÚJO  
OAB: PE-31356  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

## EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. VIGILANTE ARMADO. PERICULOSIDADE. PERÍODO POSTERIOR AO DECRETO 2.172/97. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE. QUESTÃO DE ORDEM 22. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, reformando a sentença, indeferiu pedido de reconhecimento de condições especiais no exercício de atividade profissional de vigilante após 05/03/1997.

2. Preliminarmente, diga-se que a TNU definiu quanto ao conhecimento de incidentes de uniformização que: "um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte" (QO 05); "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido" (QO 13); "é inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles" (QO 18); "se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito" (QO 20); "é possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma" (QO 22); "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia" (QO 24); "o conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado" (QO 35); "não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual" (Súmula 43); "não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" (Súmula 42).

3. A parte autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado(s) paradigma(s) que, em alegada hipótese semelhante, entendeu pelo reconhecimento direito à especialidade no tempo de serviço em situações semelhantes às descritas nos autos.

4. O incidente não comporta conhecimento. Explico.

5. É que no acórdão recorrido se negou reconhecimento ao caráter especial da atividade de vigilante porque, "mesmo com comprovação de porte de arma de fogo só pode ser enquadrada como especial até o advento do Decreto nº 2.172/1997".

6. No paradigma oriundo do STJ (REsp n. 1151363/MG. Rel. Min. Jorge Mussi, 3ª Seção), verifica-se que este versou sobre: (i) a possibilidade de conversão de tempo especial para comum após a EC n. 20/1998; e (ii) a comprovação das atividades especiais "por mero enquadramento da atividade nos anexos dos Regulamentos da Previdência, mediante as anotações de formulários do INSS (DSS 8030 e PPP) ou, ainda, pela existência de laudo assinado por médico do trabalho". Logo, observa-se que nenhum dos paradigmas invocados abrange os fundamentos que levaram à improcedência do pedido.

7. Desse modo, não há a similitude fática a permitir o conhecimento do presente incidente de uniformização, uma vez que não se partiu do mesmo fato (de mesma natureza) para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente), mas sim partiram os órgãos julgadores, nos casos citados, de fatos diversos, de modo que não há como compararem-se os julgamentos, para efeito de interposição do presente incidente de uniformização.

8. Incidência da Questão de Ordem 22, mutatis mutandis: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".

9. A hipótese dos autos é de não conhecimento do incidente.

## ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência NÃO CONHECER O INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator.

Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500778-02.2015.4.05.8312  
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco  
REQUERENTE: INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO(A): LAÉRCIO FRANCISCO DE LIMA  
PROC./ADV.: ALEXANDRE DE VASCONCELOS  
OAB: PE-20304  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

## EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADOR RURAL. ATIVIDADE ESPECIAL. EMPRESA AGROINDUSTRIAL E AGROCOMERCIAL. POSSIBILIDADE. QUESTÃO DE ORDEM 13 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que reconheceu período de trabalho especial.

2. O aresto combatido reconheceu a natureza especial da atividade de trabalhador rural desempenhada pelo autor, com fulcro no item 2.2.1 do Decreto n. 53.081/64.

3. O INSS sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgados paradigmas do STJ sobre o tema (RESP 291.404 e AgRg no RESP 1.137.303/RS), segundo os quais a atividade de trabalhador rural não se enquadra na categoria profissional prevista no item 2.2.1, do Decreto n. 53.081/64, posto que seriam insalubres apenas os serviços e atividades profissionais desempenhados na agropecuária, não se enquadrando como tal a atividade exercida na lavoura.

4. A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º).

5. O incidente não comporta conhecimento, porque o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência recente da TNU.

6. No acórdão recorrido, a Turma Recursal de origem reconheceu as condições especiais da atividade de trabalhador rural, sob o seguinte fundamento:

"[...] Com relação à atividade de trabalhador rural em usina, a Turma Regional de Uniformização já tem posição sedimentada sobre a matéria objeto do Pedido de Uniformização interposto, consoante se extrai do seguinte precedente: 'PREVIDENCIÁRIO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA REGIONAL. APOSENTADORIA ESPECIAL. TRABALHADOR RURAL EM AGROINDÚSTRIA. ATIVIDADE EM CONDIÇÕES ESPECIAIS. ENQUADRAMENTO POR CATEGORIA PROFISSIONAL. EXISTÊNCIA. TEMPO PARA APOSENTADORIA ESPECIAL. INSUFICIÊNCIA. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.

- As atividades agropecuárias exercidas por trabalhadores vinculados à antiga Previdência Social Urbana, ou seja, àqueles empregados de empresas agroindustriais ou agrocomerciais enquadram-se no item 2.2.1 do Anexo do Decreto n. 53.831/64 ("Agricultura - Trabalhadores na agropecuária"), sendo consideradas especiais, por categoria profissional, até a vigência da Lei n. 9.032/95.

- O titular de aposentadoria por tempo de contribuição não tem direito à conversão desse benefício em aposentadoria especial quando não preenche o tempo exigido (25 anos) de trabalho em condições especiais.

- Incidente de uniformização conhecido e parcialmente provido apenas para reconhecer como especial a atividade agropecuária exercida pelo empregado rural de empresa agroindustrial antes da vigência da Lei n. 9.032/95, sem transformar o benefício de aposentadoria por tempo de contribuição em aposentadoria especial. (Processo nº 0513531-91.2010.4.05.8400, Relator: Juiz Federal Rubens de Mendonça Canuto Neto, 11/09/2012)

No caso em comento, o recorrido realizou atividade de trabalhador rural em agroindústria, na Usina Salgado S/A, de 15/05/1973 a 18/01/1982, motivo pelo qual tal período deve ser considerado especial."

7. Entendo que o acórdão recorrido encontra-se em harmonia com o entendimento consolidado por esta Turma Nacional de Uniformização por ocasião do julgamento do PEDILEF 0500180-14.2011.4.05.8013, Relator Juiz Federal JOÃO BATISTA LAZZARI, DJ 11/09/2014 (Representativo de Controvérsia), de cujo teor reproduzo o seguinte excerto: "a expressão 'trabalhadores na agropecuária', contida no item 2.2.1 do anexo ao Decreto n.º 53.831/64, se refere aos trabalhadores rurais que exercem atividades agrícolas como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais, fazendo jus os empregados de tais empresas ao cômputo de suas atividades como tempo de serviço especial. Dessa forma, a alegação do INSS de que a especialidade somente poderia ser reconhecida se comprovado que o trabalho rural foi desenvolvido na agropecuária merece ser desprovida".

8. Destaco que por ocasião do julgamento do PEDILEF 05003939620114058311, Relatora Juíza Federal KYU SOON LEE, julgado em 08/10/2014, este Colegiado decidiu por: "reafirmar a tese de que a expressão 'trabalhadores na agropecuária', contida no item 2.2.1 do anexo do Decreto n. 53.831/64, também se aplica aos trabalhadores que exercem atividades exclusivamente na agricultura como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais, fazendo jus os empregados de tais empresas ao cômputo de suas atividades como tempo de serviço especial".



9. Na espécie, as instâncias ordinárias concluíram que o acervo probatório coligido era suficiente à comprovação do desenvolvimento de atividade especial pelo autor na condição de trabalhador rural empregado da indústria canavieira, reconhecendo a natureza especial do labor por ele exercido nos períodos questionados, daí que, em face do entendimento consolidado desta TNU acima mencionado, entendo que nenhum reparo merece o acórdão impugnado.

10. A hipótese dos autos é de não conhecimento do incidente.

#### ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência NÃO CONHECER O INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator.

Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0501066-96.2014.4.05.8307  
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco  
REQUERENTE: INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO(A): JOSUE MARIANO DA SILVA  
PROC./ADV.: SILVAN ANTONIO DO NASCIMENTO  
OAB: AL-5328  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADOR RURAL. ATIVIDADE ESPECIAL. EMPRESA AGROINDUSTRIAL E AGROCOMERCIAL. POSSIBILIDADE. QUESTÃO DE ORDEM 13 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que reconheceu período de trabalho especial.

2. O aresto combatido reconheceu a natureza especial da atividade de trabalhador rural desempenhada pelo autor, com fulcro no item 2.2.1 do Decreto n. 53.081/64.

3. O INSS sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgados paradigmas do STJ sobre o tema (RESP 291.404 e AgRg no RESP 1.137.303/RS), segundo os quais a atividade de trabalhador rural não se enquadra na categoria profissional prevista no item 2.2.1, do Decreto n. 53.081/64, posto que seriam insalubres apenas os serviços e atividades profissionais desempenhados na agropecuária, não se enquadrando como tal a atividade exercida na lavoura.

4. A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º).

5. O incidente não comporta conhecimento, porque o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência recente da TNU.

6. No acórdão recorrido, a Turma Recursal de origem reconheceu as condições especiais da atividade de trabalhador rural, sob o seguinte fundamento:

"[...] Nos termos do item 2.2.1 do quadro anexo do Decreto nº 53.831/64, o trabalho em atividade agropecuária - que engloba também a atividade na agricultura, desde que tenha sido prestada em empresa agroindustrial ou agrocomercial - pode ser considerado especial. Desta feita, irretocável o reconhecimento da natureza especial do período de trabalho exercido pelo demandante, na qualidade de rurícola de Estabelecimento Agroindustrial, antes do advento da Lei 9032/95.

- Ante o exposto, o período de 03/09/1986 a 28/04/1995 deve ser computado como especial haja vista a devida comprovação do exercício de atividade de empregado rural na Usina Pumaty conforme CTPS do autor."

7. Entendo que o acórdão recorrido encontra-se em harmonia com o entendimento consolidado por esta Turma Nacional de Uniformização por ocasião do julgamento do PEDILEF 0500180-14.2011.4.05.8013, Relator Juiz Federal JOÃO BATISTA LAZZARI, DJ 11/09/2014 (Representativo de Controvérsia), de cujo teor reproduzo o seguinte excerto: "a expressão 'trabalhadores na agropecuária', contida no item 2.2.1 do anexo ao Decreto n.º 53.831/64, se refere aos trabalhadores rurais que exercem atividades agrícolas como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais, fazendo jus os empregados de tais empresas ao cômputo de suas atividades como tempo de serviço especial. Dessa forma, a alegação do INSS de que a especialidade somente poderia ser reconhecida se comprovado que o trabalho rural foi desenvolvido na agropecuária merece ser desprovida".

8. Destaco que por ocasião do julgamento do PEDILEF 05003939620114058311, Relatora Juíza Federal KYU SOON LEE, julgado em 08/10/2014, este Colegiado decidiu por: "reafirmar a tese de que a expressão 'trabalhadores na agropecuária', contida no item 2.2.1 do anexo do Decreto n. 53.831/64, também se aplica aos trabalhadores que exercem atividades exclusivamente na agricultura como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais, fazendo jus os empregados de tais empresas ao cômputo de suas atividades como tempo de serviço especial".

9. Na espécie, as instâncias ordinárias concluíram que o acervo probatório coligido era suficiente à comprovação do desenvolvimento de atividade especial pelo autor na condição de trabalhador rural empregado da indústria canavieira, reconhecendo a natureza especial do labor por ele exercido nos períodos questionados, daí que, em face do entendimento consolidado desta TNU acima mencionado, entendo que nenhum reparo merece o acórdão impugnado.

10. A hipótese dos autos é de não conhecimento do incidente.

#### ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência NÃO CONHECER O INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator.

Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0501217-62.2014.4.05.8307  
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco  
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO(A): JOSÉ FRANCISCO DA SILVA  
PROC./ADV.: SILVAN ANTONIO DO NASCIMENTO  
OAB: AL-5328  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. PREVIDENCIÁRIO. RECONHECIMENTO DE ATIVIDADE ESPECIAL. SEGURADO EMPREGADO EM ESTABELECIMENTO AGROINDUSTRIAL. ACÓRDÃO EM CONSONÂNCIA COM ENTENDIMENTO DA TNU. CÔMPUTO PARA FINS DE CARÊNCIA. PROVIMENTO CONFORME ENTENDIMENTO DO STJ. QUESTÕES DE ORDEM 13 E 24 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que reconheceu período de trabalho especial.

2. O aresto combatido reconheceu a natureza especial da atividade de trabalhador rural desempenhada pelo autor, com fulcro no item 2.2.1 do Decreto n. 53.081/64.

3. O INSS sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgados paradigmas do STJ sobre o tema (RESP 291.404 e AgRg no RESP 1.137.303/RS), segundo os quais a atividade de trabalhador rural não se enquadra na categoria profissional prevista no item 2.2.1, do Decreto n. 53.081/64, posto que seriam insalubres apenas os serviços e atividades profissionais desempenhados na agropecuária, não se enquadrando como tal a atividade exercida na lavoura. Sustenta, ainda, ser vedado o cômputo de serviço rural anterior à Lei 8.213/91, sem o respectivo recolhimento previdenciário.

4. A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º).

5. O incidente não comporta conhecimento, porque o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência recente do STJ e da TNU.

6. No tocante ao alcance das atividades elencadas no código 2.2.1 do Decreto 53.831/64, o acórdão recorrido encontra-se em harmonia com o entendimento consolidado por esta Turma Nacional de Uniformização por ocasião do julgamento do PEDILEF 0500180-14.2011.4.05.8013, Relator Juiz Federal JOÃO BATISTA LAZZARI, DJ 11/09/2014 (Representativo de Controvérsia), de cujo teor reproduzo o seguinte excerto: "a expressão 'trabalhadores na agropecuária', contida no item 2.2.1 do anexo ao Decreto n.º 53.831/64, se refere aos trabalhadores rurais que exercem atividades agrícolas como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais, fazendo jus os empregados de tais empresas ao cômputo de suas atividades como tempo de serviço especial. Dessa forma, a alegação do INSS de que a especialidade somente poderia ser reconhecida se comprovado que o trabalho rural foi desenvolvido na agropecuária merece ser desprovida".

7. Destaco que por ocasião do julgamento do PEDILEF 05003939620114058311, Relatora Juíza Federal KYU SOON LEE, julgado em 08/10/2014, este Colegiado decidiu por: "reafirmar a tese de que a expressão 'trabalhadores na agropecuária', contida no item 2.2.1 do anexo do Decreto n. 53.831/64, também se aplica aos trabalhadores que exercem atividades exclusivamente na agricultura como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais, fazendo jus os empregados de tais empresas ao cômputo de suas atividades como tempo de serviço especial".

8. Na espécie, as instâncias ordinárias concluíram que o acervo probatório coligido era suficiente à comprovação do desenvolvimento de atividade especial pelo autor na condição de trabalhador rural empregado da indústria canavieira, reconhecendo a natureza especial do labor por ele exercido nos períodos questionados, daí que, em face do entendimento consolidado desta TNU acima mencionado, entendo que nenhum reparo merece o acórdão impugnado.

9. Quanto ao cômputo, para fins de carência, do tempo laborado como empregado rural, antes da Lei 8.213/91, assentou a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça:

"PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO. AVERBAÇÃO DE TRABALHO RURAL COM REGISTRO EM CARTEIRA PROFISSIONAL PARA EFEITO DE CARÊNCIA. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 55, § 2º, E 142 DA LEI 8.213/91. NÃO OCORRÊNCIA. RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO. 1. Caso em que o segurado ajuizou a presente ação em face do indeferimento administrativo de aposentadoria por tempo de serviço, no qual a autarquia sustentou insuficiência de carência. 2. Mostra-se incontroverso nos autos que o autor foi contratado por empregador rural, com registro em carteira profissional desde 1958, razão pela qual não há como responsabilizá-lo pela comprovação do recolhimento das contribuições. 3. Não ofende o § 2º do art. 55 da Lei 8.213/91 o reconhecimento do tempo de serviço exercido por trabalhador rural registrado em carteira profissional para efeito de carência, tendo em vista que o empregador rural, juntamente com as demais fontes previstas na legislação de regência, eram os responsáveis pelo custeio do fundo de assistência e previdência rural (FUNRURAL). 4. Recurso especial improvido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e Resolução STJ nº 8/2008." (RESP 1352791 / SP, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, STJ, PRIMEIRA SEÇÃO, DU 05/12/2013).

10. Incidência das Questões de Ordem 13 e 24 desta TNU.

11. A hipótese dos autos é, portanto, de não conhecimento do incidente.

#### ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência NÃO CONHECER O INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator.

Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0501267-73.2014.4.05.8312  
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO  
REQUERENTE: INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO(A): OTÁVIO COSTA DA SILVA  
PROC./ADV.: JOSÉ FELICIANO DE BARROS JÚNIOR  
OAB: PE 17.500  
PROC./ADV.: JOSÉ ANTONIO CAVALCANTI DIAS FILHO  
OAB: PE-26300  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. VIGILANTE ARMADO. PERICULOSIDADE. PERÍODO ENTRE A LEI N. 9.032/95 E O DECRETO N. 2.172/97. COMPROVAÇÃO DO PORTE DE ARMA DE FOGO. QUESTÃO DE ORDEM N. 13/TNU. INCIDENTE DO INSS NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual o INSS pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco, que mantendo a sentença, reconheceu as condições especiais do exercício da atividade profissional de vigilante no período de 29/04/1995 a 04/03/1997.

2. Preliminarmente, diga-se que a TNU definiu quanto ao conhecimento de incidentes de uniformização que: "um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte" (QO 05); "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido" (QO 13); "é inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles" (QO 18); "se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito" (QO 20); "é possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma" (QO 22); "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia" (QO 24); "o conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado" (QO 35); "não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual" (Súmula 43); "não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" (Súmula 42).

3. No ponto impugnado, o aresto combatido considerou que estava presente o requisito ao reconhecimento da especialidade no exercício da função de vigilante, ante a existência de prova suficiente do exercício de atividade periculosa, através do porte de arma do fogo.

4. O INSS sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado paradigma do STJ que, em alegada hipótese semelhante, entendeu que, a

partir de 29/04/1995 não mais é possível o enquadramento por categoria profissional, devendo existir comprovação da sujeição a agentes nocivos por qualquer meio de prova até 05/03/1997 e, a partir de então, por meio de formulário embasado em laudo técnico ou por perícia técnica.

5. Desse modo, não se vislumbra divergência entre o acórdão recorrido e o julgado paradigma.

6. O labor como vigilante e/ou vigia pode ser reconhecido como especial pelo simples exercício da atividade até o advento da Lei n.º 9.032, de 28/04/1995, por equiparação à função de guarda, prevista no código 2.5.7 do quadro anexo ao Decreto n.º 53.831/64 (PEDILEF 50069557320114047001, Juiz Federal Rogério Moreira Alves, DOU 28/10/2013).

7. Com efeito, cuida-se de atividade perigosa que expõe o trabalhador à possibilidade de ocorrência de algum evento danoso que coloque em risco a sua própria vida. Assim, cabe ao vigia / vigilante particular / guarda privado evitar referidos riscos, o que caracteriza esta atividade como perigosa em razão da constante exposição ao risco e ao próprio estresse inerente a tal exercício profissional, ainda que sem a utilização de arma de fogo.

8. É assim que dispõe a Súmula n. 26 desta TNU: "A atividade de vigilante enquadra-se como especial, equiparando-se à de guarda, elencada no item 2.5.7. do Anexo III do Decreto n. 53.831/64."

9. Todavia, a partir da vigência da Lei n.º 9.032, de 28/04/1995, não se admite mais o simples enquadramento por atividade profissional: deve o segurado comprovar a efetiva exposição aos "agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física" (§ 4º do art. 57 da Lei n.º 8.213/91, com a redação dada pela Lei n.º 9.032/95), o que pode se verificar, no caso dos vigilantes, pelo uso de arma de fogo.

10. Noutras palavras, entre a Lei n.º 9.032/95 e o Decreto n.º 2.172, de 05/03/1997, mostra-se possível o reconhecimento da especialidade da atividade de vigilante, porquanto prevista no item 2.5.7 do anexo do Decreto n.º 53.831/64 (cujas tabelas vigoraram até o advento do Decreto n.º 2.172/97), desde que comprovada a periculosidade mediante, por exemplo, a demonstração do uso de arma de fogo (PEDILEF 50042281720114047204, Rel. Juiz Federal WILSON JOSÉ WITZEL, DOU 23/10/2015, páginas 121/169).

11. No caso em análise, a sentença consignou que, para o período de 29/04/1995 a 04/03/1997, o autor apresentou "PPP anexado no doc. 09, constando a informação de que o autor laborava usando arma de fogo durante o exercício da função de vigilante", situação fática sobre a qual não comporta rediscussão (Súmula 42 da TNU).

12. Incidência da Questão de Ordem 13, uma vez que o entendimento consignado no acórdão recorrido está em consonância com a posição desta TNU, que firmou entendimento no sentido de que é possível o reconhecimento de tempo especial prestado com exposição a agente nocivo, na atividade de vigilante, entre 29/04/1995 e 04/03/1997, desde que comprovada a periculosidade mediante documento idôneo.

13. A hipótese dos autos, portanto, é de não conhecimento do incidente.

### ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator. Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0501550-14.2014.4.05.8307

ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): CLAUDIO MACENA DA SILVA

PROC./ADV.: JOÃO CAMPIELLO VARELLA NETO

OAB: PE-30 341

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADOR RURAL. ATIVIDADE ESPECIAL. EMPRESA AGROINDUSTRIAL E AGROCOMERCIAL. POSSIBILIDADE. QUESTÃO DE ORDEM 13 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que reconheceu período de trabalho especial.

2. O aresto combatido reconheceu a natureza especial da atividade de trabalhador rural desempenhada pelo autor, com fulcro no item 2.2.1 do Decreto n. 53.081/64.

3. O INSS sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgados paradigmas do STJ sobre o tema (RESP 291.404 e AgRg no RESP 1.137.303/RS), segundo os quais a atividade de trabalhador rural não se enquadra na categoria profissional prevista no item 2.2.1, do Decreto n. 53.081/64, posto que seriam insalubres apenas os serviços e atividades profissionais desempenhados na agropecuária, não se enquadrando como tal a atividade exercida na lavoura.

4. A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º).

5. O incidente não comporta conhecimento, porque o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência recente da TNU. 6. No acórdão recorrido, a Turma Recursal de origem reconheceu as condições especiais da atividade de trabalhador rural, sob o seguinte fundamento:

"[...] Quanto aos período impugnados pelo INSS (24/07/1991 a 27/09/1998), o mesmo apresentou PPP (Anexo nº 6), onde consta que o autor laborou na empresa Zihuatanejo do Brasil Açúcar e Alcool S/A, desempenhando a função de trabalhador rural. Com relação à atividade de trabalhador rural em usina, a Turma Regional de Uniformização já tem posição sedimentada sobre a matéria objeto do Pedido de Uniformização interposto, consoante se extrai do seguinte precedente:

'PREVIDENCIÁRIO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA REGIONAL. APOSENTADORIA ESPECIAL. TRABALHADOR RURAL EM AGROINDÚSTRIA. ATIVIDADE EM CONDIÇÕES ESPECIAIS. ENQUADRAMENTO POR CATEGORIA PROFISSIONAL. EXISTÊNCIA. TEMPO PARA APOSENTADORIA ESPECIAL. INSUFICIÊNCIA. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.

- As atividades agropecuárias exercidas por trabalhadores vinculados à antiga Previdência Social Urbana, ou seja, àqueles empregados de empresas agroindustriais ou agrocomerciais enquadram-se no item 2.2.1 do Anexo do Decreto n. 53.831/64 ("Agricultura - Trabalhadores na agropecuária"), sendo consideradas especiais, por categoria profissional, até a vigência da Lei n. 9.032/95.

- O titular de aposentadoria por tempo de contribuição não tem direito à conversão desse benefício em aposentadoria especial quando não preenche o tempo exigido (25 anos) de trabalho em condições especiais.

- Incidente de uniformização conhecido e parcialmente provido apenas para reconhecer como especial a atividade agropecuária exercida pelo empregado rural de empresa agroindustrial antes da vigência da Lei n. 9.032/95, sem transformar o benefício de aposentadoria por tempo de contribuição em aposentadoria especial. (Processo nº 0513531-91.2010.4.05.8400, Relator: Juiz Federal Rubens de Mendonça Canuto Neto, 11/09/2012)

Portanto, quanto aos períodos anteriores a 28/04/1995 (04/06/1979 a 23/07/1991), também devem ser considerados como tempo especial, por enquadramento.

A partir de 29/04/1995, o autor comprovou que esteve exposto aos agentes nocivos poeira mineral e calor (27 IBTUG), acima dos níveis de tolerância (Anexo nº 6), sem uso de EPI eficaz. Portanto, os períodos de 29/04/1995 a 27/09/1998 devem ser considerados especiais."

7. Entendo que o acórdão recorrido encontra-se em harmonia com o entendimento consolidado por esta Turma Nacional de Uniformização por ocasião do julgamento do PEDILEF 0500180-14.2011.4.05.8013, Relator Juiz Federal JOÃO BATISTA LAZZARI, DJ 11/09/2014 (Representativo de Controvérsia), de cujo teor reproduzo o seguinte excerto: "a expressão 'trabalhadores na agropecuária', contida no item 2.2.1 do anexo ao Decreto n.º 53.831/64, se refere aos trabalhadores rurais que exercem atividades agrícolas como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais, fazendo jus os empregados de tais empresas ao cômputo de suas atividades como tempo de serviço especial. Dessa forma, a alegação do INSS de que a especialidade somente poderia ser reconhecida se comprovado que o trabalho rural foi desenvolvido na agropecuária merece ser desprovida".

8. Destaco que por ocasião do julgamento do PEDILEF 05003939620114058311, Relatora Juíza Federal KYU SOON LEE, julgado em 08/10/2014, este Colegiado decidiu por: "reafirmar a tese de que a expressão 'trabalhadores na agropecuária', contida no item 2.2.1 do anexo do Decreto n. 53.831/64, também se aplica aos trabalhadores que exercem atividades exclusivamente na agricultura como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais, fazendo jus os empregados de tais empresas ao cômputo de suas atividades como tempo de serviço especial".

9. Na espécie, as instâncias ordinárias concluíram que o acervo probatório coligido era suficiente à comprovação do desenvolvimento de atividade especial pelo autor na condição de trabalhador rural empregado da indústria canavieira, reconhecendo a natureza especial do labor por ele exercido nos períodos questionados, daí que, em face do entendimento consolidado desta TNU acima mencionado, entendo que nenhum reparo merece o acórdão impugnado.

10. A hipótese dos autos é de não conhecimento do incidente.

### ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência NÃO CONHECER O INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator.

Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0502942-28.2014.4.05.8100

ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): EVANDRO JOSE DA COSTA BARBOSA

PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO

OAB: CE-7576

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. TEMPO ESPECIAL. ELETRICIDADE. RECONHECIMENTO APÓS O DECRETO Nº 2.172/97. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 13 DESTA TNU. NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sen-

tença, deferiu pedido de reconhecimento de condições especiais no exercício de atividade profissional sob a condição de periculosidade (eletricidade), mesmo após 05/03/1997.

2. O INSS sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado(s) paradigma(s) que, em alegada(s) hipótese(s) semelhante(s), entendeu(ram) ser incabível o reconhecimento como especial, após o advento do Decreto nº 2.172/97, da atividade profissional sujeita à exposição ao agente nocivo eletricidade.

3. O incidente não comporta conhecimento.

4. Isto porque o acórdão recorrido está em sintonia com a jurisprudência desta TNU (Questão de Ordem nº 13/TNU).

5. Veja-se que a tese defendida pelo INSS encontra-se em desarmonia com a posição atual da TNU no sentido de que:

"AGENTE NOCIVO NÃO MENCIONADO NO DECRETO 2.172/97. CARÁTER MERAMENTE EXEMPLIFICATIVO DOS REGULAMENTOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. COMPROVAÇÃO DE EFETIVA E PERMANENTE EXPOSIÇÃO NA FORMA DO ART. 57, § 30. DA LEI 8.213/91. POSIÇÃO ADOTADA PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA NO RESP 1.306.113/SC SUBMETIDO AO REGIME REPETITIVO.

...

3.3. Por isso, não é de se estranhar que o STJ continue a falar de periculosidade mesmo após a edição do Decreto no. 2.172/97. E, segundo penso, está certo mesmo em falar, pois, como dito, os agentes nocivos/prejudiciais à saúde/integridade física podem muito bem aludir a certas formas de perigo. A exposição à eletricidade, não sendo enquadrada propriamente como atividade insalubre, termina comprometendo sobretudo a integridade física do trabalhador que passa a conviver com níveis exagerados de cautela, risco, stress etc. Logo, insisto, não é a apriorística qualificação doutrinária que determinará a possibilidade ou não apreensão de uma atividade como especial e sim a efetiva demonstração deletéria considerada em números apertados pela legislação em vigor.

3.4. A título de exemplo, veja-se ainda o acórdão abaixo transcrito, também oriundo do Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. AGENTE NOCIVO ELETRICIDADE APÓS A EDIÇÃO DO DECRETO N. 2.172/97. POSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DO ENTENDIMENTO FIXADO NO JULGAMENTO DO RESP N. 1.306.113/SC SUBMETIDO À SISTEMÁTICA DO ARTIGO 543-C DO CPC. 1. Nos termos do que assentado pela Primeira Seção no julgamento do Resp n. 1.306.113/SC '[...] o rol de atividades especiais, constantes nos regulamentos de benefícios da Previdência Social, tem caráter exemplificativo'. Assim, o fato de o Decreto n. 2.172/97 não ter previsto o agente agressivo eletricidade como causa para se reconhecer período de atividade de natureza especial, não afasta o direito do segurado à contagem de tempo especial se comprovada a sua exposição de forma habitual e permanente a esse fator de periculosidade. No mesmo sentido, confirmam-se: AgRg no Resp 1.314.703/RN, Rel. Min. Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 27/05/2013; AgRg no Resp 1.348.411/RS, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, DJe 11/04/2013; AgRg no Resp 1.168.455/RS, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, Quinta Turma, DJe 28/06/2012; AgRg no Resp 1.284.267/RN, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, DJe 15/2/2012. 2. No caso, ficou comprovado que o recorrido esteve exposto ao agente agressivo eletricidade, com tensão acima de 250 volts, de forma habitual e permanente entre 01.12.1979 a 28.11.2006, motivo pelo qual deve ser mantida a sentença que reconheceu o direito à aposentadoria especial. 3. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 143.834/RN, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/06/2013, DJe 25/06/2013).

4. Apenas para registro, deixo consignado que, no caso concreto, as instâncias ordinárias assentaram que havia demonstração plena, através de prova pericial, da exposição à eletricidade em caráter permanente e habitual e que ela era, de fato, prejudicial ao demandante. Não se ingressa no mérito dessa questão, portanto, por envolver reanálise de matéria de fato, o que, como sabido, é vedado pela Súmula 42 deste Colegiado.

5. Por essas razões, conheço e dou provimento ao Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal para reformar o Acórdão recorrido e restabelecer a sentença de 1º. Grau, que reconheceu como especial o período trabalhado pelo recorrente, exposto de forma habitual e permanente ao agente nocivo nas atividades com energia elétrica.

6. Recurso julgado nos termos do artigo 7º, inciso VII, alínea "a", da Resolução nº 22/200"

(PEDILEF nº 500123834201124047102, rel. Juiz Federal BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ, j. 06.08.2014).

6. A hipótese dos autos, portanto, é de não conhecimento do incidente.

### ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator.

Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0503066-69.2014.4.05.8501

ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE

REQUERENTE: JOSE NUNES BARRETO

PROC./ADV.: DAINA FERNANDA DE OLIVEIRA

OAB: SE- 4418

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA



## EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. ACÓRDÃO PARADIGMA ORIUNDO DE TRF. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Alagoas que manteve a sentença que julgou improcedente o pedido de reconhecimento da especialidade da atividade com exposição a ruído.  
2. A parte autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgados(s) que, em alegada(s) hipótese(s) semelhante(s), entende(ram) pelo reconhecimento da especialidade da atividade com exposição à ruído.  
3. Neste sentido, o incidente não comporta conhecimento.  
4. A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º).  
5. Isto porque que a alegação de divergência com acórdãos de turmas de Tribunal Regional Federal não constitui hipótese de cabimento do incidente previsto no artigo 14, parágrafo 2º da Lei 10.259/2001. Desse modo, não conheço dos paradigmas consistentes em julgados proferidos pelos TRFs da Justiça Federal.  
6. É, portanto, manifestamente inadmissível o presente incidente, por desatendimento a requisito previsto no art. 14 da Lei nº 10.259/2001 c/c art. 6º do RI/TNU, uma vez que apresenta como paradigma apenas julgado oriundo de Turma de TRF e/ou de Turma Recursal integrante da mesma Região da Justiça Federal da qual proveio o acórdão recorrido.  
7. ISTO POSTO, não conheço do presente pedido de uniformização, com fulcro no art. 9º, IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais (Resolução CJF n. 345/2015).

## ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência NÃO CONHECER O INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator.  
Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0503347-10.2014.4.05.8312  
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco  
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO(A): IVANILDO DOS REIS PEREIRA  
PROC./ADV.: GALDINO BATISTA BEZERRA NETO  
OAB: PE-29290  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

## EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADOR RURAL. ATIVIDADE ESPECIAL. EMPRESA AGROINDUSTRIAL E AGROCOMERCIAL. POSSIBILIDADE. QUESTÃO DE ORDEM 13 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que reconheceu período de trabalho especial.  
2. O aresto combatido reconheceu a natureza especial da atividade de trabalhador rural desempenhada pelo autor, com fulcro no item 2.2.1 do Decreto n. 53.081/64.  
3. O INSS sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgados paradigmas do STJ sobre o tema (RESP 291.404 e AgRg no RESP 1.137.303/RS), segundo os quais a atividade de trabalhador rural não se enquadra na categoria profissional prevista no item 2.2.1, do Decreto n. 53.081/64, posto que seriam insalubres apenas os serviços e atividades profissionais desempenhados na agropecuária, não se enquadrando como tal a atividade exercida na lavoura.  
4. A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º).  
5. O incidente não comporta conhecimento, porque o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência recente da TNU.  
6. No acórdão recorrido, a Turma Recursal de origem reconheceu as condições especiais da atividade de trabalhador rural, sob o seguinte fundamento:  
"[...] - Advirto, por fim, que o posicionamento aqui adotado não colide com o entendimento perfilhado pelo STJ, uma vez que os precedentes daquela Corte, quanto à possibilidade de reconhecimento de trabalho sujeito a condições especiais por rurícola, referem-se à hipótese diversa, qual seja trabalho desempenhado na lavoura e/ou em regime de economia familiar. Cito, a título de exemplo, os seguintes precedentes: (AGRESP 200801860086, Rel. Ministro Sebastião Reis Júnior, 6ª Turma, unânime, DJE DATA:13/03/2013); (AGRESP 201001941584, Rel. Ministra Laurita Vaz, 5ª Turma, DJE DATA:26/09/2012); (AEARESP 201100955658; Rel. Ministro Og Fernandes, 6ª Turma, DJE DATA:09/11/2011)."

- Nos termos do item 2.2.1 do quadro anexo do Decreto nº 53.831/64, o trabalho em atividade agropecuária - que engloba também a atividade na agricultura, desde que tenha sido prestada em empresa agroindustrial ou agrocomercial - pode ser considerado especial. Desta feita, cabível, na hipótese, o reconhecimento da natureza especial do período de trabalho exercido pelo demandante, na qualidade de rurícola, entre 04/10/1984 e 28/04/1995."

7. Entendo que o acórdão recorrido encontra-se em harmonia com o entendimento consolidado por esta Turma Nacional de Uniformização por ocasião do julgamento do PEDILEF 0500180-14.2011.4.05.8013, Relator Juiz Federal JOÃO BATISTA LAZZARI, DJ 11/09/2014 (Representativo de Controvérsia), de cujo teor reproduzo o seguinte excerto: "a expressão 'trabalhadores na agropecuária', contida no item 2.2.1 do anexo ao Decreto n.º 53.831/64, se refere aos trabalhadores rurais que exercem atividades agrícolas como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais, fazendo jus os empregados de tais empresas ao cômputo de suas atividades como tempo de serviço especial. Dessa forma, a alegação do INSS de que a especialidade somente poderia ser reconhecida se comprovado que o trabalho rural foi desenvolvido na agropecuária merece ser desprovida".

8. Destaco que por ocasião do julgamento do PEDILEF 05003939620114058311, Relatora Juíza Federal KYU SOON LEE, julgado em 08/10/2014, este Colegiado decidiu por: "reafirmar a tese de que a expressão 'trabalhadores na agropecuária', contida no item 2.2.1 do anexo do Decreto n. 53.831/64, também se aplica aos trabalhadores que exercem atividades exclusivamente na agricultura como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais, fazendo jus os empregados de tais empresas ao cômputo de suas atividades como tempo de serviço especial".

9. Na espécie, as instâncias ordinárias concluíram que o acervo probatório coligido era suficiente à comprovação do desenvolvimento de atividade especial pelo autor na condição de trabalhador rural empregado da indústria canavieira, reconhecendo a natureza especial do labor por ele exercido nos períodos questionados, daí que, em face do entendimento consolidado desta TNU acima mencionado, entendo que nenhum reparo merece o acórdão impugnado.

10. A hipótese dos autos é de não conhecimento do incidente.

## ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência NÃO CONHECER O INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator.  
Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0503654-61.2014.4.05.8312  
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco  
REQUERENTE: INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO(A): JOÃO NATALÍCIO DA SILVA  
PROC./ADV.: MARIA DAS GRAÇAS CAVALCANTE  
OAB: AL-2897  
PROC./ADV.: EDIELMA PEREIRA DE BARROS  
OAB: PE-35 611  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

## EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADOR RURAL. ATIVIDADE ESPECIAL. EMPRESA AGROINDUSTRIAL E AGROCOMERCIAL. POSSIBILIDADE. QUESTÃO DE ORDEM 13 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que reconheceu período de trabalho especial.  
2. O aresto combatido reconheceu a natureza especial da atividade de trabalhador rural desempenhada pelo autor, com fulcro no item 2.2.1 do Decreto n. 53.081/64.  
3. O INSS sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgados paradigmas do STJ sobre o tema (RESP 291.404 e AgRg no RESP 1.137.303/RS), segundo os quais a atividade de trabalhador rural não se enquadra na categoria profissional prevista no item 2.2.1, do Decreto n. 53.081/64, posto que seriam insalubres apenas os serviços e atividades profissionais desempenhados na agropecuária, não se enquadrando como tal a atividade exercida na lavoura.  
4. A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º).  
5. O incidente não comporta conhecimento, porque o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência recente da TNU.  
6. No acórdão recorrido, a Turma Recursal de origem reconheceu as condições especiais da atividade de trabalhador rural, sob o seguinte fundamento:  
"[...] - No que se refere ao trabalho em atividade agropecuária - que engloba também a atividade na agricultura, desde que tenha sido prestada em empresa agroindustrial ou agrocomercial, pode ser considerado especial, nos termos do item 2.2.1 do quadro anexo do Decreto nº 53.831/64. A Turma Regional de Uniformização, ao apreciar a questão, decidiu que:

'PREVIDENCIÁRIO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA REGIONAL. APOSENTADORIA ESPECIAL. TRABALHADOR RURAL EM AGROINDÚSTRIA. ATIVIDADE EM CONDIÇÕES ESPECIAIS. ENQUADRAMENTO POR CATEGORIA PROFISSIONAL. EXISTÊNCIA. TEMPO PARA APOSENTADORIA ESPECIAL. INSUFICIÊNCIA. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE. (...)

O trabalho na agricultura para empresa agroindustrial ou agrocomercial, a exemplo das Usinas de Açúcar e Destilarias, é considerado especial, podendo ser convertido em comum para concessão de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, caso devidamente comprovado. (...) Nesse passo, considerando que a empresa Usina Estivas S/A se insere no conceito de empresa agroindustrial, tenho que a atividade de trabalhador rural, bem como as de cabo de turma e apontador, que também possuem natureza rural, enquadram-se no item 2.2.1 do Anexo do Decreto n. 53.831/64 ("Agricultura - Trabalhadores na agropecuária"), razão por que reconheço como especial o período de atividade rural compreendido entre 23/02/1974 a 15/05/1981. (...) (grifo nosso) (Turma Regional de Uniformização - TRU, Pedido de Uniformização nº. 0513531-91.2010.4.05.8400, Rel. Juiz Federal Rubens de Mendonça Canuto Neto, julgamento em 11.09.2012)."

- Advirto, por fim, que o posicionamento aqui adotado não colide com o entendimento perfilhado pelo STJ, uma vez que os precedentes daquela Corte, quanto à possibilidade de reconhecimento de trabalho sujeito a condições especiais por rurícola, referem-se à hipótese diversa, qual seja trabalho desempenhado na lavoura e/ou em regime de economia familiar. Cito, a título de exemplo, os seguintes precedentes: (AGRESP 200801860086, Rel. Ministro Sebastião Reis Júnior, 6ª Turma, unânime, DJE DATA:13/03/2013); (AGRESP 201001941584, Rel. Ministra Laurita Vaz, 5ª Turma, DJE DATA:26/09/2012); (AEARESP 201100955658; Rel. Ministro Og Fernandes, 6ª Turma, DJE DATA:09/11/2011)."

- No caso concreto, deve ser reconhecida como especial a atividade de trabalhador rural exercida pelo autor em usina canavieira, porém, somente até 28/04/1995, haja vista que após esse marco se exige a comprovação da efetiva exposição a agentes nocivos. Nesse ponto, não vejo como considerar a informação genérica constante do PPP de que o autor esteve exposto à "poeira mineral" (vide doc.9). Sem maiores detalhes acerca do tipo de agente nocivo, resta impossibilitado o enquadramento da atividade como especial, no período de 29/04/1995 a 27/05/2014."

7. Entendo que o acórdão recorrido encontra-se em harmonia com o entendimento consolidado por esta Turma Nacional de Uniformização por ocasião do julgamento do PEDILEF 0500180-14.2011.4.05.8013, Relator Juiz Federal JOÃO BATISTA LAZZARI, DJ 11/09/2014 (Representativo de Controvérsia), de cujo teor reproduzo o seguinte excerto: "a expressão 'trabalhadores na agropecuária', contida no item 2.2.1 do anexo ao Decreto n.º 53.831/64, se refere aos trabalhadores rurais que exercem atividades agrícolas como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais, fazendo jus os empregados de tais empresas ao cômputo de suas atividades como tempo de serviço especial. Dessa forma, a alegação do INSS de que a especialidade somente poderia ser reconhecida se comprovado que o trabalho rural foi desenvolvido na agropecuária merece ser desprovida".

8. Destaco que por ocasião do julgamento do PEDILEF 05003939620114058311, Relatora Juíza Federal KYU SOON LEE, julgado em 08/10/2014, este Colegiado decidiu por: "reafirmar a tese de que a expressão 'trabalhadores na agropecuária', contida no item 2.2.1 do anexo do Decreto n. 53.831/64, também se aplica aos trabalhadores que exercem atividades exclusivamente na agricultura como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais, fazendo jus os empregados de tais empresas ao cômputo de suas atividades como tempo de serviço especial".

9. Na espécie, as instâncias ordinárias concluíram que o acervo probatório coligido era suficiente à comprovação do desenvolvimento de atividade especial pelo autor na condição de trabalhador rural empregado da indústria canavieira, reconhecendo a natureza especial do labor por ele exercido nos períodos questionados, daí que, em face do entendimento consolidado desta TNU acima mencionado, entendo que nenhum reparo merece o acórdão impugnado.

10. A hipótese dos autos é de não conhecimento do incidente.

## ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência NÃO CONHECER O INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator.  
Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0503926-55.2014.4.05.8312  
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO  
REQUERENTE: INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO(A): JOÃO ANTONIO DA SILVA  
PROC./ADV.: JOÃO CAMPIELLO VARELLA NETO  
OAB: PE-30 341  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

## EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADOR RURAL. ATIVIDADE ESPECIAL. EMPRESA AGROINDUSTRIAL E AGROCOMERCIAL. POSSIBILIDADE. QUESTÃO DE ORDEM 13 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que reconheceu período de trabalho especial.

2. O aresto combatido reconheceu a natureza especial da atividade de trabalhador rural desempenhada pelo autor, com fulcro no item 2.2.1 do Decreto n. 53.081/64.

3. O INSS sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgados paradigmáticos do STJ sobre o tema (RESP 291.404 e AgRg no RESP 1.137.303/RS), segundo os quais a atividade de trabalhador rural não se enquadra na categoria profissional prevista no item 2.2.1, do Decreto n. 53.081/64, posto que seriam insalubres apenas os serviços e atividades profissionais desempenhados na agropecuária, não se enquadrando como tal a atividade exercida na lavoura.

4. A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º).

5. O incidente não comporta conhecimento, porque o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência recente da TNU.

6. No acórdão recorrido, a Turma Recursal de origem reconheceu as condições especiais da atividade de trabalhador rural, sob o seguinte fundamento:

"[...] Com relação à atividade de trabalhador rural em usina, a Turma Regional de Uniformização já tem posição sedimentada sobre a matéria objeto do Pedido de Uniformização interposto, consoante se extrai do seguinte precedente:

'PREVIDENCIÁRIO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA REGIONAL. APOSENTADORIA ESPECIAL. TRABALHADOR RURAL EM AGROINDÚSTRIA. ATIVIDADE EM CONDIÇÕES ESPECIAIS. ENQUADRAMENTO POR CATEGORIA PROFISSIONAL. EXISTÊNCIA. TEMPO PARA APOSENTADORIA ESPECIAL. INSUFICIÊNCIA. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.

- As atividades agropecuárias exercidas por trabalhadores vinculados à antiga Previdência Social Urbana, ou seja, àqueles empregados de empresas agroindustriais ou agrocomerciais enquadraram-se no item 2.2.1 do Anexo do Decreto n. 53.831/64 ("Agricultura - Trabalhadores na agropecuária"), sendo consideradas especiais, por categoria profissional, até a vigência da Lei n. 9.032/95.

- O titular de aposentadoria por tempo de contribuição não tem direito à conversão desse benefício em aposentadoria especial quando não preenche o tempo exigido (25 anos) de trabalho em condições especiais.

- Incidente de uniformização conhecido e parcialmente provido apenas para reconhecer como especial a atividade agropecuária exercida pelo empregado rural de empresa agroindustrial antes da vigência da Lei n. 9.032/95, sem transformar o benefício de aposentadoria por tempo de contribuição em aposentadoria especial. (Processo nº 0513531-91.2010.4.05.8400, Relator: Juiz Federal Rubens de Mendonça Canuto Neto, 11/09/2012)

No caso em comento, verifica-se que o recorrente apenas anexou CTPS, comprovando que laborou como trabalhador rural no Engenho Horizonte (24/10/1988 a 07/07/2014 (DER), período este que se faz constar nas informações do CNIS. Esta Turma Recursal considera o trabalho em engenho de cana-de-açúcar como uma atividade agroindustrial, em razão da notória transformação de matérias-primas, razão pela qual o período especial de 24/10/1988 a 28/04/1995 deve ser considerado especial."

7. Entendo que o acórdão recorrido encontra-se em harmonia com o entendimento consolidado por esta Turma Nacional de Uniformização por ocasião do julgamento do PEDILEF 0500180-14.2011.4.05.8013, Relator Juiz Federal JOÃO BATISTA LAZZARI, DJ 11/09/2014 (Representativo de Controvérsia), de cujo teor reproduzo o seguinte excerto: "a expressão 'trabalhadores na agropecuária', contida no item 2.2.1 do anexo ao Decreto n.º 53.831/64, se refere aos trabalhadores rurais que exercem atividades agrícolas como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais, fazendo jus os empregados de tais empresas ao cômputo de suas atividades como tempo de serviço especial. Dessa forma, a alegação do INSS de que a especialidade somente poderia ser reconhecida se comprovado que o trabalho rural foi desenvolvido na agropecuária merece ser desprovida".

8. Destaco que por ocasião do julgamento do PEDILEF 05003939620114058311, Relatora Juíza Federal KYU SOON LEE, julgado em 08/10/2014, este Colegiado decidiu por: "reafirmar a tese de que a expressão 'trabalhadores na agropecuária', contida no item 2.2.1 do anexo do Decreto n. 53.831/64, também se aplica aos trabalhadores que exercem atividades exclusivamente na agricultura como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais, fazendo jus os empregados de tais empresas ao cômputo de suas atividades como tempo de serviço especial".

9. Na espécie, as instâncias ordinárias concluíram que o acervo probatório coligido era suficiente à comprovação do desenvolvimento de atividade especial pelo autor na condição de trabalhador rural empregado da indústria canavieira, reconhecendo a natureza especial do labor por ele exercido nos períodos questionados, daí que, em face do entendimento consolidado desta TNU acima mencionado, entendo que nenhum reparo merece o acórdão impugnado.

10. A hipótese dos autos é de não conhecimento do incidente.

#### ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência NÃO CONHECER O INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator.

Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0504271-33.2014.4.05.8502

ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE

REQUERENTE: JOSÉ CARLOS SANTOS AMARANTE

PROC./ADV.: HILDON OLIVEIRA RODRIGUES

OAB: SE-3775

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. ATIVIDADE ESPECIAL. AGENTE NOCIVO CALOR. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. QUESTÃO DE ORDEM 22. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Sergipe que não reconheceu o período de trabalho especial de 01/10/1992 a 14/09/1993.

2. O aresto combatido não reconheceu a natureza especial de todos os períodos em que a parte autora esteve exposta a calor, por entender que a temperatura estava em nível tolerável.

3. A parte autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado(s) que, em alegada(s) hipótese(s) semelhante(s), entende(ram) pelo reconhecimento da especialidade da atividade com exposição ao calor.

4. O incidente não comporta conhecimento. Explico.

5. A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º).

6. Isto porque que a alegação de divergência com acórdãos de turmas de Tribunal Regional Federal não constitui hipótese de cabimento do incidente previsto no artigo 14, parágrafo 2º da Lei 10.259/2001. Desse modo, não conheço dos paradigmas consistentes em julgados proferidos pelos TRFs da 3ª e 5ª Regiões.

7. Não bastasse isso, os demais paradigmas, um do STJ e outro da TNU, não servem para embasar a divergência jurisprudencial.

8. Do cotejo entre o acórdão combatido e os julgados paradigmas, observo que não está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ausência de similitude fática entre os julgados recorridos e os precedentes apresentados.

9. No acórdão recorrido, a Turma Recursal de origem não reconheceu as condições especiais da atividade da parte autora no período ora vindicado, sob os seguintes fundamentos:

"[...] 4. Para o reconhecimento da especialidade da atividade como especial, deve-se perscrutar a prova técnica produzida, por se tratar do agente físico calor. Na hipótese vertente, os PPP's do anexo 27 se constituem a prova suficiente para o enquadramento ou não dos períodos vindicados.

4.1. Para o período de 17/08/1992 a 30/09/1992, a atividade realizada pelo apelante foi "colocar e retirar o rolo de tecido; auxiliar a operar a máquina; acompanhar o enrolamento do tecido na caveleto de saída; retirar enroscamento de tecido; limpar a rama interna e externamente", com exposição a temperatura de 29,9º C.

4.2. Para o período de 01/10/1992 a 14/09/1993, a atividade realizada pelo apelante foi "receber tecido; conferir nota fiscal; verificar metragem e artigo; informar diariamente posição por artigo a expedição III; conferir ordem de produção para o faturamento." Com exposição a temperatura de 28,5º C.

4.3. Para o período de 06/03/1997 a 31/01/2000, a atividade realizada pelo apelante foi "abastecer a máquina com rolo de tecido; fazer emenda no tecido do rolo; auxiliar na operação da máquina; retirar e transportar o rolo de tecido; abastecer a máquina com os produtos envolvidos na lavagem; manter limpos o piso e a superfície da máquina; realizar limpeza da superfície da máquina e do piso." Com exposição a temperatura de 28,6º C.

4.4. Para o período de 01/02/2000 a 18/11/2003, a atividade realizada pelo apelante foi "abastecer a máquina com rolo de tecido; fazer emenda no tecido do rolo; auxiliar na operação da máquina; retirar e transportar o rolo de tecido; abastecer a máquina com os produtos envolvidos na lavagem; manter limpos o piso e a superfície da máquina; realizar limpeza da superfície da máquina e do piso." Com exposição a temperatura de 30,5º C.

5. Com base nos dados acima referidos, tem-se o seguinte: a atividade realizada no item 4.2. deve ser considerada leve, logo o limite de tolerância previsto na NR-15 do agente físico calor para tal atividade é de 30º C, o autor estava submetido a 28,5º C, portanto não estava submetido a condições especiais de trabalho nesse período. Já em relação aos demais períodos, as atividades desenvolvidas devem ser enquadradas como de trabalho moderado, tendo como limite de tolerância previsto na NR-15 do agente físico calor a temperatura de 26,7º C, o autor nesses períodos esteve exposto as temperaturas de 29,9º C, 28,6º C e 30,5º C, portanto sujeito a condições especiais de trabalho." (grifei)

10. O paradigma do STJ (REsp n. 735174, Rel. Min. Arnaldo Esteves, j. 06/06/2006) versa sobre a exigência de laudo técnico pericial a partir do advento da Lei n. 9.528/97. Por sua vez, o julgado paradigma da TNU (PEDILEF 200972640009000, Rel. Juiz Federal Rogério Moreira Alves, j. 27/06/2012) diz respeito à dispensabilidade de laudo técnico ambiental, quando apresentado perfil profissiográfico previdenciário, no caso do ruído.

11. No caso em análise, o acórdão recorrido não se fundamentou na indispensabilidade do LTCAT, mas na temperatura abaixo do limite tolerável, de modo que não se vislumbra a alegada divergência.

12. Desse modo, não há a similitude fática a permitir o conhecimento do presente incidente de uniformização, uma vez que não se partiu do mesmo fato (de mesma natureza) para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente), mas sim partiram os órgãos julgadores, nos casos citados, de fatos diversos, de modo que não há como compararem-se os julgamentos, para efeito de interposição do presente incidente de uniformização.

13. Incidência da Questão de Ordem 22, mutatis mutandis: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".

14. A hipótese dos autos é de não conhecimento do incidente.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator.

Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0505151-58.2014.4.05.8200

ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): JUTAY LACERDA DIAS

PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INACIO DA SILVA

OAB: PB-4007

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. TEMPO ESPECIAL. ELETRICIDADE. RECONHECIMENTO APÓS O DECRETO Nº 2.172/97. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 13 DESTA TNU. NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, deferiu pedido de reconhecimento de condições especiais na exercício de atividade profissional sob a condição de periculosidade (eletricidade), mesmo após 05/03/1997.

2. O INSS sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado(s) paradigma(s) que, em alegada(s) hipótese(s) semelhante(s), entende(ram) ser incabível o reconhecimento como especial, após o advento do Decreto nº 2.172/97, da atividade profissional sujeita à exposição ao agente nocivo eletricidade.

3. O incidente não comporta conhecimento.

4. Isto porque o acórdão recorrido está em sintonia com a jurisprudência desta TNU (Questão de Ordem nº 13/TNU).

5. Veja-se que a tese defendida pelo INSS encontra-se em desarmonia com a posição atual da TNU no sentido de que:

"AGENTE NOCIVO NÃO MENCIONADO NO DECRETO 2.172/97. CARÁTER MERAMENTE EXEMPLIFICATIVO DOS REGULAMENTOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. COMPROVAÇÃO DE EFETIVA E PERMANENTE EXPOSIÇÃO NA FORMA DO ART. 57, § 30. DA LEI 8.213/91. POSIÇÃO ADOTADA PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA NO RESP 1.306.113/SC SUBMETIDO AO REGIME REPETITIVO.

... 3.3. Por isso, não é de se estranhar que o STJ continue a falar de periculosidade mesmo após a edição do Decreto no. 2.172/97. E, segundo penso, está certo mesmo em falar, pois, como dito, os agentes nocivos/prejudiciais à saúde/integridade física podem muito bem aludir a certas formas de perigo. A exposição à eletricidade, não sendo enquadrada propriamente como atividade insalubre, termina comprometendo sobretudo a integridade física do trabalhador que passa a conviver com níveis exagerados de cautela, risco, stress etc. Logo, insisto, não é a apriorística qualificação doutrinária que determinará a possibilidade ou não apreensão de uma atividade como especial e sim a efetiva demonstração deletéria considerada em números apertus pela legislação em vigor.

3.4. A título de exemplo, veja-se ainda o acórdão abaixo transcrito, também oriundo do Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. AGENTE NOCIVO ELETRICIDADE APÓS A EDIÇÃO DO DECRETO N. 2.172/97. POSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DO ENTENDIMENTO FIXADO NO JULGAMENTO DO RESP N. 1.306.113/SC SUBMETIDO À SISTEMÁTICA DO ARTIGO 543-C DO CPC. 1. Nos termos do que assentado pela Primeira Seção no julgamento do REsp n. 1.306.113/SC "[...] o rol de atividades especiais, constantes nos regulamentos de benefícios da Previdência Social, tem caráter exemplificativo". Assim, o fato de o Decreto n. 2.172/97 não ter previsto o agente agressivo eletricidade como causa para se reconhecer período de atividade de natureza especial, não afasta o direito do segurado à contagem de tempo especial se comprovada a sua exposição de forma habitual e permanente a esse fator de periculosidade. No mesmo sentido, confirmam-se: AgRg no REsp 1.314.703/RN, Rel. Min. Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 27/05/2013; AgRg no REsp 1.348.411/RS, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, DJe 11/04/2013; AgRg no REsp 1.168.455/RS, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, Quinta Turma, DJe 28/06/2012; AgRg no REsp 1.284.267/RN, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, DJe 15/2/2012. 2. No caso, ficou comprovado



que o recorrido esteve exposto ao agente agressivo eletricidade, com tensão acima de 250 volts, de forma habitual e permanente entre 01.12.1979 a 28.11.2006, motivo pelo qual deve ser mantida a sentença que reconheceu o direito à aposentadoria especial. 3. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 143.834/RN, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/06/2013, DJe 25/06/2013).

4. Apenas para registro, deixo consignado que, no caso concreto, as instâncias ordinárias assentaram que havia demonstração plena, através de prova pericial, da exposição à eletricidade em caráter permanente e habitual e que ela era, de fato, prejudicial ao demandante. Não se ingressa no mérito dessa questão, portanto, por envolver reanálise de matéria de fato, o que, como sabido, é vedado pela Súmula 42 deste Colegiado.

5. Por essas razões, conheço e dou provimento ao Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal para reformar o Acórdão recorrido e restabelecer a sentença de 1º. Grau, que reconheceu como especial o período trabalhado pelo recorrente, exposto de forma habitual e permanente ao agente nocivo nas atividades com energia elétrica.

6. Recurso julgado nos termos do artigo 7º, inciso VII, alínea "a", da Resolução nº 22/200"

(PEDILEF nº 50012383420124047102, rel. Juiz Federal BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ, j. 06.08.2014).

6. A hipótese dos autos, portanto, é de não conhecimento do incidente.

### ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator.

Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0508187-14.2014.4.05.8102

ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ

REQUERENTE: MARIA RITA DE SALES

PROC./ADV.: AURENICE NUNES DE ALENCAR SANTANA

OAB: CE-9436

PROC./ADV.: CATARINE DE ALENCAR SANTANA

OAB: CE-28581

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE (RURAL). HIPÓTESE DE REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 42 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais em relação ao qual se imputa divergência quanto à interpretação de lei federal na solução de questão de direito material, nos termos previstos no art. 14 da Lei nº 10.259/2001.

2. Preliminarmente, diga-se que a TNU definiu quanto ao conhecimento de incidentes de uniformização que: "um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte" (QO 05); "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido" (QO 13); "é inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles" (QO 18); "se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito" (QO 20); "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma" (QO 22); "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia" (QO 24); "o conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado" (QO 35); "não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual" (Súmula 43); "não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" (Súmula 42).

3. No ponto impugnado, o acórdão recorrido decidiu que: "[...] É que, embora constem nos autos documentos que poderiam ser considerados aptos a demonstrar a alegada condição de rurícola, tais documentos sozinhos não são aptos a firmar o cumprimento do período de carência nos termos do exigido pelo art. 48, §2º da Lei nº 8.213/1991, configurando apenas início de prova material. De notar que dentre os documentos trazidos aos autos pela autora, os que seriam hábeis a se prestar como início de prova material, quais sejam, a Carteira de Associação ao STR de Santana do Cariri/CE, com data de entrada em 29/1/2013, a Declaração de aptidão ao PRONAF,

emitida em 8/4/2014 e o documento de reconhecimento de dívida referente ao programa governamental Hora de Plantar, o qual foi feito em 29/1/2014 são muito recentes, sendo, assim, o início de prova material, bastante frágil.

Por outro lado, os documentos expedidos em nome de terceiros (genitora da requerente), em regra, apenas provam os fatos alegados em relação a estes, não sendo extensíveis à parte autoral.

Ainda, por ocasião da audiência, verifiquei que a autora não possui aparência de trabalhadora rural, tendo, inclusive, mãos bastante lisas. Ademais, segundo se depreende da consulta ao sistema CNIS juntada aos autos (anexo nº. 6), a postulante possuiu alguns vínculos como trabalhadora urbana, o que afasta em definitivo a alegação de que é segurada especial."

4. Como se observa, não houve desconsideração do início de prova material, mas sim análise e exame do contexto probatório como um todo (prova documental, depoimentos colhidos em juízo e inspeção judicial), concluindo o juízo de origem por sua fragilidade para comprovação do trabalho rural no período e forma alegados.

5. Não se vislumbra dissonância com os paradigmas e súmulas apon-tados, inclusive as da TNU (06,14, 41 e 46), pois nenhum deles dá valor absoluto a qualquer prova, ainda mais no caso de mero início de prova, que necessita de complementação pela testemunhal e demais elementos do caso concreto, o que foi feito pelo juízo de origem. Afastar esta análise implica necessariamente revolver o contexto fático probatório.

6. Incidência da Súmula 42, ante a impossibilidade de reexame de matéria fática probatória.

7. A hipótese dos autos é de não conhecimento do incidente.

### ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência NÃO CONHECER O INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator.

Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0510080-10.2014.4.05.8015

ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS

REQUERENTE: DJAMLA INÁCIO LÓS

PROC./ADV.: ANDRÉIA PATRÍCIA DE JESUS OLIVEIRA

OAB: AL-10490

REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. ACÓRDÃO PARADIGMA ORIUNDO DE TRF. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Alagoas que manteve a sentença que julgou improcedente o pedido de reconhecimento da especialidade da atividade com exposição à eletricidade, ante a ausência de comprovação do contato habitual e permanente com o agente nocivo.

2. A parte autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado(s) que, em alegada(s) hipótese(s) semelhante(s), entende(ram) pelo reconhecimento da especialidade da atividade com exposição à eletricidade.

3. Neste sentido, o incidente não comporta conhecimento.

4. A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º).

5. Isto porque que a alegação de divergência com acórdãos de turmas de Tribunal Regional Federal não constitui hipótese de cabimento do incidente previsto no artigo 14, parágrafo 2º da Lei 10.259/2001. Desse modo, não conheço dos paradigmas consistentes em julgados proferidos pelos TRFs da Justiça Federal.

6. É, portanto, manifestamente inadmissível o presente incidente, por desatendimento a requisito previsto no art. 14 da Lei nº 10.259/2001 c/c art. 6º do RI/TNU, uma vez que apresenta como paradigma apenas julgado oriundo de Turma de TRF e/ou de Turma Recursal integrante da mesma Região da Justiça Federal da qual proveio o acórdão recorrido.

7. ISTO POSTO, não conheço do presente pedido de uniformização, com fulcro no art. 9º, IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais (Resolução CJF n. 345/2015).

### ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator.

Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0512804-05.2014.4.05.8300

ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco

REQUERENTE: SONIA MARIA DOS SANTOS

PROC./ADV.: PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS

OAB: PE-20418

REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL - INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. ATIVIDADE ESPECIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. QUESTÃO DE ORDEM 22. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que não reconheceu período de trabalho especial.

2. O aresto combatido não reconheceu a natureza especial da atividade de "servente de produção" desempenhada pela autora, por entender que o laudo técnico concluiu que os agentes nocivos, aos quais a autora esteve exposta, não ensejam a concessão de aposentadoria especial, bem como em virtude da utilização de EPI eficaz.

3. A parte autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado paradigma da Turma Recursal de Santa Catarina (Processo nº 2008.72.64.000495-1), segundo o qual, em havendo laudo técnico, este deve prevalecer sobre os demais formulários.

4. O incidente não comporta conhecimento. Explico.

5. Do cotejo entre o acórdão combatido e os julgados paradigmas, observo que não está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ausência de similitude fática entre os julgados recorridos e o precedente apresentado.

6. No acórdão recorrido, a Turma Recursal de origem não reconheceu as condições especiais da atividade da parte autora, sob os seguintes fundamentos:

"[...] Nesse diapasão, como bem e suficientemente destacado pela sentença, 'no tocante à atividade de servente de produção exercida de 29/04/1995 a 10/05/2013, observo que a parte autora juntou Perfil Profissiográfico Previdenciário-PPP acompanhado de laudo técnico com assinatura do Engenheiro de Segurança do Trabalho (anexo 5). Com efeito, os documentos atestam que a referida atividade consistia em conservação e limpeza das áreas administrativas, laboratório e ambientes em geral, de forma habitual e permanente, com exposição aos agentes químicos detergente, desinfetante hospitalar, hipoclorito, álcool a 70% e aos agentes biológicos, fungos e bactérias. No entanto, no Item IX do laudo técnico, a Engenharia de Segurança do Trabalho concluiu que os agentes nocivos a que a autora está exposta não são os presentes nos itens do Anexo IV, do Decreto n. 3.048/99, para fins de aposentadoria especial.' - Trecho da sentença.

Ademais, apesar da suficiência das razões adotadas na sentença para afastar a especialidade do período de 29/04/1995 a 10/05/2013, é de se observar outro óbice igual e suficiente por si só para o reconhecimento do pedido da autora, qual seja, o fato de que o PPP (anexo 05), apesar de indicar a exposição a agentes químicos e biológicos, também atesta a utilização de EPI eficaz durante todo o período trabalhado, situação que, conforme o citado entendimento do STF, afasta qualquer possibilidade de se reconhecer a atividade como especial." (grifei)

7. No caso em análise, o acórdão recorrido considerou as informações do laudo técnico de tal maneira que se baseou principalmente nelas para negar o reconhecimento da natureza especial da atividade, de modo que não se vislumbra a alegada divergência.

8. Desse modo, não há a similitude fática a permitir o conhecimento do presente incidente de uniformização, uma vez que não se partiu do mesmo fato (de mesma natureza) para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente), mas sim partiram os órgãos julgadores, nos casos citados, de fatos diversos, de modo que não há como compararem-se os julgamentos, para efeito de interposição do presente incidente de uniformização.

9. Incidência da Questão de Ordem 22, mutatis mutandis: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

10. A hipótese dos autos é de não conhecimento do incidente.

### ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator.

Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0521139-13.2014.4.05.8300  
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco  
REQUERENTE: CICREO LAURENTINO DA SILVA  
PROC./ADV.: PAULIANNE ALEXANDRE TENÓRIO  
OAB: PE 20.070  
PROC./ADV.: GUILHERME LUÍS NEVES DE OLIVEIRA ADVÍN-CULA  
OAB: PE-34578  
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

## EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS. HIPÓTESE DE REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 42 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo sentença, deixou de reconhecer período de trabalho especial.

2. Preliminarmente, diga-se que a TNU definiu quanto ao conhecimento de incidentes de uniformização que: "um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte" (QO 05); "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido" (QO 13); "é inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles" (QO 18); "se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito" (QO 20); "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma" (QO 22); "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia" (QO 24); "o conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado" (QO 35); "não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual" (Súmula 43); "não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" (Súmula 42).

3. A parte autora sustenta em seu pedido de uniformização que o acórdão recorrido diverge de julgado desta TNU (PEDILEF 2007.70.51.006260-7, Rel. Juiz Federal Rogerio Moreira Alves, j. 24/11/2011), que entendeu que "o trabalhador que desempenha serviços gerais de limpeza e higienização de ambientes hospitalares desempenha atividade prevista no item 1.3.2 do Decreto nº 53.831/64, que enseja a contagem especial deste seu tempo de serviço".

4. No ponto impugnado, o acórdão recorrido decidiu que: "[...] In casu, o PPP do anexo 07 dá conta de que o autor, de 1º/07/1988 até os dias atuais, na função de auxiliar de serviços gerais, "Era responsável por manter as instalações da clínica em perfeito estado de conservação e asseio, limpar e higienizar os móveis sanitários, recepção e toda área administrativa e áreas comuns; mover os móveis quando necessário; repor papel higiênico, papel toalha e sabonete líquido nos sanitários; limpar paredes e divisórias. As atividades acima citadas com exposição a riscos biológicos eram realizadas de forma habitual e permanente, não ocasional e intermitente."

- Ora, da descrição das atividades desenvolvidas pelo autor, verifica-se que ele não se enquadra no supracitado código, o qual discrimina o agente "microrganismos" em associação com os trabalhos em estabelecimentos de saúde nos quais há o contato com pacientes portadores de doenças infecto-contagiosas ou o manuseio de materiais contaminados, o que não é o caso dos autos.

- A respeito, bem foi destacado na sentença:

"(...) Segundo as informações constantes do PPP e Laudo técnico, a atividade exercida pela parte autora consistia em limpeza da clínica, recepção, área administrativa e área comum, além de banheiros. Não há, em nenhum dos documentos, informação de que a parte autora tivesse contato direto com doentes, nem com materiais infectados. Pelo contrário, pela descrição de sua atividade, não há sequer informação de que a parte tivesse acesso aos locais onde havia atendimento a pacientes com doenças infecto-contagiosas. Suas atividades eram exercidas na parte administrativa, e comum da clínica, sem indicação de acesso ao local de atendimento aos doentes. Assim, a informação genérica de que o contato com os riscos biológicos é oriundo do atendimento e exames nos pacientes atendidos na nefroclínica, não se aplica ao autor, pelo simples fato de que ele não fazia qualquer atendimento aos doentes. Se contato havia, era apenas ocasional. Assim, sem contato direto nem com doentes nem com materiais infectados, resta claro que o autor não estava exposto a riscos biológicos. (...)".

- Vale ressaltar que o fato de o PPP e o LTCAT informarem a exposição a agentes biológicos não impede uma conclusão diversa por esta Turma Recursal. Com efeito, não estamos adstritos às conclusões do responsável técnico da empresa." (grifei)

5. Conforme se observa do acórdão recorrido, a parte autora não tinha contato direto com os pacientes, bem como exercia as suas atividades em uma nefroclínica, e não em um hospital, de modo que, em princípio, não se vislumbra exposição a agentes infecto-contagiosos. Assim, entende-se que a adequação do julgado recorrido ao caso paradigma exigiria necessariamente o revolvimento do contexto fático probatório.

6. Incidência da Súmula 42 da TNU.

7. A hipótese dos autos, portanto, é de não conhecimento do incidente.

## ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator. Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5009512-10.2014.4.04.7201

ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA

REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL

REQUERIDO(A): ALBERTINO JACINTO

PROC./ADV.: GRACIANE TAÍS ALVES COELHO

OAB: SC-21636

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

## EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. VIGILANTE ARMADO. PERICULOSIDADE. PERÍODO POSTERIOR AO DECRETO 2.172/97. RECONHECIMENTO CABÍVEL. ROL DE AGENTES NOCIVOS. CARÁTER EXEMPLIFICATIVO. RECURSO REPETITIVO DO STJ. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM 13. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual o INSS pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, reformando a sentença, reconheceu as condições especiais do exercício da atividade profissional de vigilante após 05/03/1997.

2. Preliminarmente, diga-se que a TNU definiu quanto ao conhecimento de incidentes de uniformização que: "um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte" (QO 05); "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido" (QO 13); "é inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles" (QO 18); "se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito" (QO 20); "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma" (QO 22); "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia" (QO 24); "o conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado" (QO 35); "não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual" (Súmula 43); "não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" (Súmula 42).

3. No ponto impugnado, o aresto combatido considerou que estava presente o requisito ao reconhecimento da especialidade no exercício da função de vigilante, fundamentando-se em julgado do STJ que considerou que as normas regulamentadoras que estabelecem os casos de agentes e atividades nocivos à saúde do trabalhador são exemplificativas, de modo que, em havendo prova suficiente do exercício de atividade periculosa, inclusive com o uso de arma do fogo, deve ser reconhecida como especial.

4. O INSS sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado(s) paradigma(s) que, em alegada(s) hipótese(s) semelhante(s), entendeu(ram) ser incabível o reconhecimento como especial, após o advento do Decreto nº 2.172/97, da atividade de vigilante.

5. Incidência da Questão de Ordem 13, uma vez que o entendimento defendido no paradigma está contrário à posição hodierna desta TNU, que alinhando sua posição à do STJ, firmou entendimento no sentido de que "é possível o reconhecimento de tempo especial prestado com exposição a agente nocivo periculosidade, na atividade de vigilante, em data posterior a 05/03/1997, desde que laudo técnico (ou elemento material equivalente) comprove a permanente exposição à atividade nociva" (PEDILEF 5007749-73.2011.4.04.7105, rel. Juiz Federal Daniel Machado da Rocha, j. 11.09.2015).

6. A hipótese dos autos é de não conhecimento do incidente.

## ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator.

Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0501123-43.2011.4.05.8300

ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco

REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL

REQUERIDO(A): SÉRGIO JOSÉ DA SILVA

PROC./ADV.: DENISE DA COSTA PIMENTEL

OAB: PE-22135

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

## EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. TÉCNICO EM RADIOLOGIA. ALEGAÇÃO DE INIDONEIDADE DO LAUDO TÉCNICO. HIPÓTESE DE REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 42 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que reconheceu período de trabalho especial.

2. Preliminarmente, diga-se que a TNU definiu quanto ao conhecimento de incidentes de uniformização que: "um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte" (QO 05); "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido" (QO 13); "é inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles" (QO 18); "se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito" (QO 20); "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma" (QO 22); "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia" (QO 24); "o conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado" (QO 35); "não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual" (Súmula 43); "não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" (Súmula 42).

3. O INSS sustenta em seu pedido de uniformização que o acórdão recorrido diverge de julgado desta Turma Nacional (PEDILEF 200651630001741), no sentido de que o PPP somente pode ser considerado quando emitido com base em laudo técnico.

4. No ponto impugnado, o acórdão recorrido decidiu que:

"[...] 01/12/1978 a 01/02/1982: para comprovar a exposição ao ruído, o autor trouxe PPP e LTCAT não individualizado (fls. 1 a 8 do anexo 05). Acolho apenas o PPP como documento probatório por ser individualizado ao autor, sendo este documento que por si só serve para provar exposição a algum agente de insalubridade(PEDILEF 200651630001741 - Rel. Juiz Federal Otávio Henrique Martins Port - TNU - DJ 15/09/2009).

O doc. em questão comprova a exposição do autor a ruído em níveis de 96 dB, caracterizando, assim a insalubridade a que se expunha durante sua jornada de trabalho.

Esta Turma entende que a existência de registros ambientais durante o período que se quer comprovar não é indispensável. O segurado pode ser prejudicado pela ausência de responsável pelos registros em determinadas épocas da empresa, não sendo razoável fazer essa exigência. Verificando que o autor esteve exposto ao ruído, esse período deve ser convertido de especial para comum.

[...]



28/04/1995 a 08/06/2010: para indeferir o câmputo desse período como especial, o réu argüi que não está comprovada a habitualidade da exposição a raio-x. Para comprovar a exposição à radiação, o autor traz PPP (fls. 18 a 24 e 27 a 32 do anexo 05) e LTCAT (fls. 33 a 36 do anexo 05). Todos os documentos, devidamente assinados por quem é competente para assiná-los (médico/técnico/engenheiro de segurança do trabalho e representante legal da empresa a que o autor era vinculado), demonstram de forma clara a exposição à radiação em seu labor.

De fato, conforme já delineado anteriormente neste voto, é necessário que se comprove a exposição permanente, não ocasional nem intermitente, nos termos do § 3º do art. 57 da Lei nº 8.213/1991, com redação da Lei nº 9.032/1995! já que agora se trata de período após 1995. Contudo, não consta no PPP (documento produzido e oferecido pelo próprio INSS) campo específico para colocar essa informação, de modo que acaba por tirar uma dose de efetividade na norma. Na prática, somente quando há uma informação contrária à permanência, não ocasionalidade e não intermitência - geralmente no Laudo Técnico - é que se afasta a prejudicialidade do trabalho. Não é o caso dos autos."

5. Incidência da Súmula 42, uma vez que a adequação do julgado recorrido ao caso paradigma exigiria necessariamente o revolvimento do contexto fático probatório.

6. A hipótese dos autos, portanto, é de não conhecimento do incidente.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator. Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0501287-30.2015.4.05.8312

ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): ERONILDO JOSE DE ARAUJO

PROC./ADV.: GALDINO BATISTA BEZERRA NETO

OAB: PE-29290

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADOR RURAL. ATIVIDADE ESPECIAL. EMPRESA AGROINDUSTRIAL E AGROCOMERCIAL. POSSIBILIDADE. QUESTÃO DE ORDEM 13 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que reconheceu período de trabalho especial.

2. O aresto combatido reconheceu a natureza especial da atividade de trabalhador rural desempenhada pelo autor, com fulcro no item 2.2.1 do Decreto n. 53.081/64.

3. O INSS sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgados paradigmas do STJ sobre o tema (RESP 291.404 e AgRg no RESP 1.137.303/RS), segundo os quais a atividade de trabalhador rural não se enquadra na categoria profissional prevista no item 2.2.1, do Decreto n. 53.081/64, posto que seriam insalubres apenas os serviços e atividades profissionais desempenhados na agropecuária, não se enquadrando como tal a atividade exercida na lavoura.

4. A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º).

5. O incidente não comporta conhecimento, porque o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência recente da TNU.

6. No acórdão recorrido, a Turma Recursal de origem reconheceu as condições especiais da atividade de trabalhador rural, sob o seguinte fundamento:

"[...] Nessa perspectiva, tem-se que as normas pertinentes à aposentadoria por tempo de contribuição, mediante o reconhecimento de atividade prestada sob condições especiais, benefício atrelado ao regime urbano, estendem-se aos empregados de empresa agroindustrial e agro-comercial, ainda que prestem serviço de natureza essencialmente rural.

[...] Advirto, outrossim, que o posicionamento aqui adotado não colide com o entendimento perfilhado pelo STJ, uma vez que os precedentes daquela Corte, quanto à possibilidade de reconhecimento de trabalho sujeito a condições especiais por rústica, referem-se à hipótese diversa, qual seja trabalho desempenhado na lavoura e/ou em regime de economia familiar. Cito, a título de exemplo, os seguintes precedentes: (AGRESP 200801860086, Rel. Ministro Sebastião Reis Júnior, 6ª Turma, unânime, DJE DATA:13/03/2013); (AGRESP 201001941584, Rel. Ministra Laurita Vaz, 5ª Turma, DJE DATA:26/09/2012); (AEARESP 201100955658, Rel. Ministro Og Fernandes, 6ª Turma, DJE DATA:09/11/2011).

[...] Nos termos do item 2.2.1 do quadro anexo do Decreto nº 53.831/64, o trabalho em atividade agropecuária - que engloba também a atividade na agricultura, desde que tenha sido prestada em empresa agroindustrial ou agrocomercial - pode ser considerado especial."

7. Entendo que o acórdão recorrido encontra-se em harmonia com o entendimento consolidado por esta Turma Nacional de Uniformização por ocasião do julgamento do PEDILEF 0500180-14.2011.4.05.8013, Relator Juiz Federal JOÃO BATISTA LAZZARI, DJ 11/09/2014 (Representativo de Controvérsia), de cujo teor reproduzo o seguinte excerto: "a expressão 'trabalhadores na agropecuária', contida no item 2.2.1 do anexo ao Decreto n.º 53.831/64, se refere aos trabalhadores rurais que exercem atividades agrícolas como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais, fazendo jus os empregados de tais empresas ao câmputo de suas atividades como tempo de serviço especial. Dessa forma, a alegação do INSS de que a especialidade somente poderia ser reconhecida se comprovado que o trabalho rural foi desenvolvido na agropecuária merece ser desprovida".

8. Destaco que por ocasião do julgamento do PEDILEF 05003939620114058311, Relatora Juíza Federal KYU SOON LEE, julgado em 08/10/2014, este Colegiado decidiu por: "reafirmar a tese de que a expressão 'trabalhadores na agropecuária', contida no item 2.2.1 do anexo do Decreto n. 53.831/64, também se aplica aos trabalhadores que exercem atividades exclusivamente na agricultura como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais, fazendo jus os empregados de tais empresas ao câmputo de suas atividades como tempo de serviço especial".

9. Na espécie, as instâncias ordinárias concluíram que o acervo probatório coligido era suficiente à comprovação do desenvolvimento de atividade especial pelo autor na condição de trabalhador rural empregado da indústria canavieira, reconhecendo a natureza especial do labor por ele exercido nos períodos questionados, daí que, em face do entendimento consolidado desta TNU acima mencionado, entendo que nenhum reparo merece o acórdão impugnado.

10. A hipótese dos autos é de não conhecimento do incidente.

#### ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência NÃO CONHECER O INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator. Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0501370-73.2015.4.05.8400

ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL

REQUERIDO(A): MANOEL MAXIMO DA SILVA

PROC./ADV.: DOUGLAS GERALDO MEIRA PEREIRA DE FREITAS

OAB: RN-9132

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. VIGILANTE. PERICULOSIDADE. ENQUARAMENTO POR CATEGORIA PROFISSIONAL ANTES DA LEI N. 9.032/95. PORTE DE ARMA DE FOGO. DESNECESSIDADE. QUESTÃO DE ORDEM N. 13/TNU. INCIDENTE DO INSS NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual o INSS pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, que mantendo a sentença, reconheceu as condições especiais do exercício da atividade profissional de vigilante.

2. O aresto combatido reconheceu a especialidade da função de vigilante exercida antes da Lei n. 9.032/95, mediante o enquadramento por presunção legal.

3. O INSS sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado paradigma que, em alegada hipótese semelhante, entendeu que "o vigilante precisa comprovar o uso habitual de arma de fogo em serviço para poder ser equiparado ao guarda e, por conseguinte, enquadrar-se no Código 2.5.7 do quadro anexo ao Decreto nº 53.831/64" (TNU, PEDILEF 200871950073870, Juiz Federal Rogério Moreira Alves, DOU 25/05/2012).

4. O incidente não comporta conhecimento.

5. Isto porque o acórdão recorrido está em sintonia com a jurisprudência desta TNU (Questão de Ordem nº 13/TNU).

6. O labor como vigilante e/ou vigia pode ser reconhecido como especial pelo simples exercício da atividade até o advento da Lei n.º 9.032, de 28/04/1995, por equiparação à função de guarda, prevista no código 2.5.7 do quadro anexo ao Decreto n.º 53.831/64 (PEDILEF 50069557320114047001, Juiz Federal Rogério Moreira Alves, DOU 28/10/2013).

7. Com efeito, cuida-se de atividade perigosa que expõe o trabalhador à possibilidade de ocorrência de algum evento danoso que coloque em risco a sua própria vida. Assim, cabe ao vigia / vigilante particular / guarda privado evitar referidos riscos, o que caracteriza esta atividade como perigosa em razão da constante exposição ao risco e ao próprio estresse inerente a tal exercício profissional, ainda que sem a utilização de arma de fogo.

8. É assim que dispõe a Súmula n. 26 desta TNU: "A atividade de vigilante enquadra-se como especial, equiparando-se à de guarda, elencada no item 2.5.7. do Anexo III do Decreto n. 53.831/64."

9. Incidência da Questão de Ordem 13, uma vez que o entendimento consignado no acórdão recorrido está em consonância com a posição desta TNU, que já firmou entendimento no sentido de que é possível o reconhecimento de tempo especial prestado com exposição a agente nocivo, na atividade de vigilante, antes da Lei n. 9.032/95, independente da comprovação de porte de arma de fogo.

10. A hipótese dos autos, portanto, é de não conhecimento do incidente.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator. Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0501496-85.2013.4.05.8306

ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): JOSÉ CARLOS VICENTE FERREIRA

PROC./ADV.: ANTÔNIO ALMIR DO VALE REIS JÚNIOR

OAB: PE-27 685

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. AGENTE NOCIVO RUÍDO. ASSINATURA DO PPP. QUESTÃO DE ORDEM Nº 18. SÚMULA 42 DESTA TNU. NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, reconheceu período de trabalho especial.

2. O aresto combatido manteve sentença que concedeu aposentadoria especial, reconhecendo a natureza especial dos períodos de 01/11/1985 a 10/03/1999, 24/03/1999 a 22/03/2004 e de 01/07/2004 a 07/05/2013, nos quais a parte autora esteve exposta ao agente nocivo "ruído", acima dos limites de tolerância, de modo habitual e permanente.

3. O INSS sustenta em seu pedido de uniformização que o acórdão recorrido diverge de entendimento adotado pela Turma Recursal de São Paulo (00832337220064036301), que "o PPP deverá ser assinado por representante legal da empresa, com poderes específicos outorgados por procuração, contendo a indicação dos responsáveis técnicos legalmente habilitados, por período, pelos registros ambientais e resultados de monitoração biológica, podendo ser suprida por apreensão de declaração da empresa informando que o responsável pela assinatura do PPP está autorizado a assinar o respectivo documento".

4. O incidente não comporta conhecimento. Explico.

5. No acórdão recorrido, a Turma Recursal de origem reconheceu as condições especiais da atividade da parte autora, tendo afastado a impugnação da parte ré sob o seguinte fundamento:

"[...] A autorização da empresa para que o signatário do PPP/Formulário/LTCAT produza o documento é desnecessária, a não ser que o INSS apresente questionamentos razoáveis quanto à existência de fraude e irregularidades. Não trazendo a autarquia previdenciária elementos para que se duvide da regularidade do documento, deve-se acolher o que nele está disposto."

6. Acresça-se o teor da sentença sobre o ponto impugnado:

"[...] Quanto à alegação do INSS de que não há provas de que o signatário do PPP em anexo 06 detinha poderes para assiná-lo, o fato é que consta do mesmo anexo os laudos periciais que embasaram a elaboração do PPP, e que estão assinados por engenheiro de segurança e trabalho, profissional arrolado pela legislação previdenciária como apto na avaliação da existência de atividade especial, razão pela qual restou suprida a ausência de procuração do signatário."(grifei)

7. Com efeito, a adequação do acórdão recorrido ao julgado paradigma implicaria necessariamente no revolvimento do contexto fático probatório. Logo, incide a vedação da Súmula n. 42/TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

8. Não fosse somente isso, há outro motivo para o não conhecimento do presente incidente.

9. É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles (Questão de Ordem n. 18). Isso porque o acórdão paradigma aponta apenas requisitos formais para assinatura do PPP, ao passo que os julgados das instâncias anteriores consideraram, para fins de comprovação da especialidade da atividade, além do PPP, o laudo técnico de condições ambientais de trabalho, sobre o qual não fora apontada qualquer irregularidade.

10. A hipótese dos autos, portanto, é de não conhecimento do incidente.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator. Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0501525-23.2013.4.05.8311  
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco  
REQUERENTE: INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO(A): MANOEL BATISTA DA SILVA FILHO  
PROC./ADV.: JULIA MARIA BASTISTA DA SILVA  
OAB: PE-12685  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

**EMENTA**

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. VIGILANTE ARMADO. PERICULOSIDADE. PERÍODO ENTRE A LEI N. 9.032/95 E O DECRETO N. 2.172/97. COMPROVAÇÃO DO PORTE DE ARMA DE FOGO. QUESTÃO DE ORDEM N. 13/TNU. INCIDENTE DO INSS NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual o INSS pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco, que mantendo a sentença, reconheceu as condições especiais do exercício da atividade profissional de vigilante no período de 29/04/1995 a 04/03/1997.

2. Preliminarmente, diga-se que a TNU definiu quanto ao conhecimento de incidentes de uniformização que: "um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte" (QO 05); "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido" (QO 13); "é inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles" (QO 18); "se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito" (QO 20); "é possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma" (QO 22); "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia" (QO 24); "o conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado" (QO 35); "não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual" (Súmula 43); "não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" (Súmula 42).

3. No ponto impugnado, o aresto combatido considerou que estava presente o requisito ao reconhecimento da especialidade no exercício da função de vigilante, ante a existência de prova suficiente do exercício de atividade periculosa, através do porte de arma do fogo.

4. O INSS sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado paradigma do STJ que, em alegada hipótese semelhante, entendeu que, a partir de 29/04/1995 não mais é possível o enquadramento por categoria profissional, devendo existir comprovação da sujeição a agentes nocivos por qualquer meio de prova até 05/03/1997 e, a partir de então, por meio de formulário embasado em laudo técnico ou por perícia técnica.

5. Desse modo, inexistente divergência entre o acórdão recorrido e o julgado paradigma.

6. O labor como vigilante e/ou vigia pode ser reconhecido como especial pelo simples exercício da atividade até o advento da Lei n.º 9.032, de 28/04/1995, por equiparação à função de guarda, prevista no código 2.5.7 do quadro anexo ao Decreto n.º 53.831/64 (PEDILEF 50069557320114047001, Juiz Federal Rogério Moreira Alves, DOU 28/10/2013).

7. Com efeito, cuida-se de atividade perigosa que expõe o trabalhador à possibilidade de ocorrência de algum evento danoso que coloque em risco a sua própria vida. Assim, cabe ao vigia / vigilante particular / guarda privado evitar referidos riscos, o que caracteriza esta atividade como perigosa em razão da constante exposição ao risco e ao próprio estresse inerente a tal exercício profissional, ainda que sem a utilização de arma de fogo.

8. É assim que dispõe a Súmula n. 26 desta TNU: "A atividade de vigilante enquadra-se como especial, equiparando-se à de guarda, elencada no item 2.5.7. do Anexo III do Decreto n. 53.831/64".

9. Todavia, a partir da vigência da Lei n.º 9.032, de 28/04/1995, não se admite mais o simples enquadramento por atividade profissional: deve o segurado comprovar a efetiva exposição aos "agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física" (§ 4º do art. 57 da Lei n.º 8.213/91, com a redação dada pela Lei n.º 9.032/95), o que pode se verificar, no caso dos vigilantes, pelo uso de arma de fogo.

10. Noutras palavras, entre a Lei n.º 9.032/95 e o Decreto n.º 2.172, de 05/03/1997, mostra-se possível o reconhecimento da especialidade da atividade de vigilante, porquanto prevista no item 2.5.7 do anexo do Decreto n.º 53.831/64 (cujas tabelas vigoraram até o advento do Decreto n.º 2.172/97), desde que comprovada a periculosidade mediante, por exemplo, a demonstração do uso de arma de fogo (PEDILEF 50042281720114047204, Rel. Juiz Federal WILSON JOSÉ WITZEL, DOU 23/10/2015, páginas 121/169).

11. No caso em análise, a sentença consignou que, para o período de 29/04/1995 a 04/03/1997, "o autor exibiu formulários DSS-8030, os quais demonstram que o exercício da atividade de 'vigilante' foi feito com porte de arma de fogo", situação fática sobre a qual não comporta rediscussão (Súmula 42 da TNU).

12. Incidência da Questão de Ordem 13, uma vez que o entendimento consignado no acórdão recorrido está em consonância com a posição desta TNU, que firmou entendimento no sentido de que é possível o reconhecimento de tempo especial prestado com exposição a agente nocivo, na atividade de vigilante, entre 29/04/1995 e 04/03/1997, desde que comprovada a periculosidade mediante documento idôneo.

13. A hipótese dos autos, portanto, é de não conhecimento do incidente.

**ACÓRDÃO**

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator. Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0501876-08.2013.4.05.8307

ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): AMARO ALEXANDRE DA SILVA

PROC./ADV.: SILVAN ANTONIO DO NASCIMENTO

OAB: AL-5328

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

VOTO - EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADOR RURAL. ATIVIDADE ESPECIAL. EMPRESA AGROINDUSTRIAL E AGROCOMERCIAL. POSSIBILIDADE. QUESTÃO DE ORDEM 13 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que reconheceu período de trabalho especial.

2. O aresto combatido reconheceu a natureza especial da atividade de trabalhador rural desempenhada pelo autor, com fulcro no item 2.2.1 do Decreto n. 53.081/64.

3. O INSS sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgados paradigmas do STJ sobre o tema (RESP 291.404 e AgRg no RESP 1.137.303/RS), segundo os quais a atividade de trabalhador rural não se enquadra na categoria profissional prevista no item 2.2.1, do Decreto n. 53.081/64, posto que seriam insalubres apenas os serviços e atividades profissionais desempenhados na agropecuária, não se enquadrando como tal a atividade exercida na lavoura.

4. A Lei n.º 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º).

5. O incidente não comporta conhecimento, porque o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência recente da TNU.

6. No acórdão recorrido, a Turma Recursal de origem reconheceu as condições especiais da atividade de trabalhador rural, sob o seguinte fundamento:

"[...] - Nos termos do item 2.2.1 do quadro anexo do Decreto n.º 53.831/64, o trabalho em atividade agropecuária - que engloba também a atividade na agricultura, desde que tenha sido prestada em empresa agroindustrial ou agrocomercial - pode ser considerado especial. Dito isso, constato que o autor efetivamente faz jus à contagem majorada do labor exercido na qualidade de trabalhador rural, na Usina Bulhões, Usina Estrelana e Usina Pumaty S/A, nos intervalos de 27/10/1980 a 27/09/1981; 12/09/1983 a 16/01/1984; 01/11/1985 a 15/09/1987 e de 06/03/1989 s 28/04/1995 (vide CTPS anexo 08), tal como determinado pelo julgado singular.

- Melhor sorte não assiste ao INSS em sua irrisignação, quanto ao reconhecimento da natureza especial da atividade exercida pelo segurado, na Usina Pumaty, no intervalo de 29/04/1995 a 25/06/2013. Isso porque o PPP apresentado (cf. anexo 07), dá conta do exercício de labor, com exposição habitual e permanente a agentes nocivos (agrotóxicos de diversas espécies e poeira mineral e vegetal)."

7. Entendo que o acórdão recorrido encontra-se em harmonia com o entendimento consolidado por esta Turma Nacional de Uniformização por ocasião do julgamento do PEDILEF 0500180-14.2011.4.05.8013, Relator Juiz Federal JOÃO BATISTA LAZZARI, DJ 11/09/2014 (Representativo de Controvérsia), de cujo teor reproduzo o seguinte excerto: "a expressão 'trabalhadores na agropecuária', contida no item 2.2.1 do anexo ao Decreto n.º 53.831/64, se refere aos trabalhadores rurais que exercem atividades agrícolas como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais, fazendo jus os empregados de tais empresas ao cômputo de suas atividades como tempo de serviço especial. Dessa forma, a alegação do INSS de que a especialidade somente poderia ser reconhecida se comprovado que o trabalho rural foi desenvolvido na agropecuária merece ser desprovida".

8. Destaco que por ocasião do julgamento do PEDILEF 05003939620114058311, Relatora Juíza Federal KYU SOON LEE, julgado em 08/10/2014, este Colegiado decidiu por: "reafirmar a tese de que a expressão 'trabalhadores na agropecuária', contida no item 2.2.1 do anexo do Decreto n. 53.831/64, também se aplica aos trabalhadores que exercem atividades exclusivamente na agricultura como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais, fazendo jus os empregados de tais empresas ao cômputo de suas atividades como tempo de serviço especial".

9. Na espécie, as instâncias ordinárias concluíram que o acervo probatório coligido era suficiente à comprovação do desenvolvimento de atividade especial pelo autor na condição de trabalhador rural empregado da indústria canavieira, reconhecendo a natureza especial do labor por ele exercido nos períodos questionados, daí que, em face do entendimento consolidado desta TNU acima mencionado, entendo que nenhum reparo merece o acórdão impugnado.

10. A hipótese dos autos é de não conhecimento do incidente.

**ACÓRDÃO**

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência NÃO CONHECER O INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator.

Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0506634-69.2013.4.05.8100

ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ

REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL

REQUERIDO(A): MARIA LUCIA DE ARAÚJO SAMPAIO

PROC./ADV.: MARIA DE FÁTIMA SILVEIRA PEREIRA

OAB: CE-4643

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

**EMENTA**

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. TRABALHADOR DE INDÚSTRIA TÊXTIL. AGENTE NOCIVO RUÍDO. DISPENSABILIDADE DE LAUDO TÉCNICO. APLICAÇÃO DAS QUESTÕES DE ORDEM Nº 13 E 22 DESTA TNU. NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, reconheceu período de trabalho especial.

2. O aresto combatido reconheceu a natureza especial dos períodos de 12/11/1979 a 08/10/1987, 20/07/1988 a 02/05/2003, 06/01/2005 a 01/07/2006, 22/02/2008 a 10/05/2008 e de 20/05/2008 a 16/02/2009, nos quais a parte autora esteve exposta ao agente nocivo "ruído", acima dos limites de tolerância, de modo habitual e permanente, com base nos perfis profissionais profissiográficos emitidos pelas empresas.

3. O INSS sustenta em seu pedido de uniformização que o acórdão recorrido diverge de entendimento adotado pela Turma Recursal de Santa Catarina (RCI 2007.72.95.009635-1 e RCI 2006.72.59.000556-7), que não reconheceu o enquadramento especial pelo exercício da atividade de tecelão ou de trabalhador em indústria têxtil, pois o Parecer MT-SSMT n. 085/78 não é norma cogente, mas mero enunciado de orientação administrativa, a qual, inclusive, há muito não é mais seguida pelo INSS. Invoca, ainda, haver contrariedade entre o acórdão da Turma cearense e julgados desta Turma Nacional (PEDILEF 200672950186724) e do Superior Tribunal de Justiça (AGRESP 877972), no sentido de que, para a comprovação da exposição aos agentes insalubres ruído e calor, é necessária a apresentação de laudo pericial.

4. O incidente não comporta conhecimento.

5. Inicialmente, não se vislumbra similitude fática entre o acórdão recorrido e o acórdão paradigma da TR/SC (relativo ao enquadramento das atividades no âmbito da indústria têxtil com fundamento no Parecer MT-SSMT n. 085/78), uma vez que a sentença e o acórdão reconheceram a insalubridade da atividade apenas com base nas informações contidas nos PPPs (Questão de Ordem n.º 22).

6. Ademais, o acórdão recorrido está em sintonia com a jurisprudência desta TNU (Questão de Ordem n.º 13/TNU).

7. Veja-se que a tese defendida pelo INSS encontra-se em desarmonia com a posição atual da TNU no sentido de que:

"INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. AGENTE AGRESSIVO RUÍDO. PERFIL PROFISSIOGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO (PPP). DOCUMENTO ELABORADO COM BASE EM LAUDO PERICIAL. DESNECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO CONJUNTA DO LAUDO, SALVO EM CASO DE DÚVIDA JUSTIFICADA. INSTRUÇÕES NORMATIVAS DO INSS N. 84/2002 E 27/2008. HIPÓTESE AUSENTE NOS AUTOS. FORMULÁRIO PREENCHIDO POR PREPOSTO DA EMPRESA. LEI N. 8.213/91, ART. 58, § 1º. AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADE. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO. 1. A parte autora interpôs pedido de uniformização de jurisprudência em face de acórdão proferido pela Turma Recursal da Seção Judiciária Federal do Paraná, que reformou a sentença, alegando que não restou comprovada a natureza especial da atividade, pois o formulário PPP não poderia ser aceito como prova, pois não há indicação de que foi preenchido com base em laudo, tampouco se encontra assinado por profissional habilitado - médico ou engenheiro do trabalho. 2. Alega o recorrente que a interpretação adotada pelo acórdão recorrido diverge de acórdão da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Goiás (JEF/GO - 1a. Turma Recursal, Recurso JEF 2007.35.00.706600-2, Relator Juiz Federal Roberto Carlos de Oli-



veira, Data do Julgamento 29/09/2007, DJ/GO 09/09/2007) e da jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização (TNU, PEDILEF 200772590036891, Relator JUIZ FEDERAL RONIVON DE ARAGÃO, Data do Julgamento 17/03/2011, DOU 13/05/2011). 3. O recurso foi inadmitido pelo presidente da Turma Recursal de origem sob o fundamento de que o acórdão apontado como paradigma trata de matéria sem similitude com a versada no acórdão atacado, não havendo prova da divergência, bem como porque a pretensão do recorrente implicaria reexame de prova, o que é inviável neste incidente. A decisão foi objeto de agravo. 4. A questão posta a desate diz respeito à possibilidade de reconhecimento do PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário - como documento hábil à comprovação do agente agressivo ruído, independentemente da apresentação do laudo técnico. 5. O PPP foi instituído pela Instrução Normativa do INSS n. 84/02, editada em 17/12/2002, e republicada em 22/01/2003, que, em seu artigo 148, assim dispôs: "Art. 148. A comprovação do exercício de atividade especial será feita pelo PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário - emitido pela empresa com base em laudo técnico de condições ambientais de trabalho expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança, conforme Anexo XV - ou alternativamente, até 30/06/2003, pelo formulário, antigo SB - 40, Dises BE 5.235, DSS-8030, Dirben 8.030. § 1º. Fica instituído o PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário, que contemplará, inclusive, informações pertinentes aos formulários em epígrafe, os quais deixarão de ter eficácia a partir de 01/07/2003, ressalvado o disposto no parágrafo 2º deste artigo. § 2º Os formulários em epígrafe emitidos à época em que o segurado exerceu atividade, deverão ser aceitos, exceto no caso de dúvida justificada quanto a sua autenticidade. (...) 6. A Instrução Normativa n. 27, de 30/04/08, que alterou a Instrução Normativa n. 20/07, atualmente em vigor, rege a matéria quanto aos documentos necessários para requerimento de aposentadoria especial, consagrando, em seu artigo 161, inciso IV, que o único documento exigível do segurado para fins de comprovação de tempo especial, com a efetiva exposição aos agentes nocivos, é o PPP, se o período a ser reconhecido é posterior a 1º de janeiro de 2004: "(...) IV - para períodos laborados a partir de 1º de janeiro de 2004, o único documento exigido do segurado será o Perfil Profissiográfico Previdenciário-PPP". 7. Contudo, o parágrafo 1º do mesmo dispositivo normativo amplia de forma inequívoca o período que pode ser objeto de reconhecimento como especial, ao prever que, quando for apresentado o PPP, que contemple também os períodos laborados até (anteriormente a) 31/12/03, serão dispensados os demais documentos referidos neste artigo: "(...) § 1º Quando for apresentado o documento de que trata o 14 do art. 178 desta Instrução Normativa (Perfil Profissiográfico Previdenciário), contemplando também os períodos laborados até 31 de dezembro de 2003, serão dispensados os demais documentos referidos neste artigo". 8. Forçoso reconhecer que a própria Administração Pública, por intermédio de seus atos normativos internos, a partir de 2003, prevê a desnecessidade de apresentação do laudo técnico, para comprovação da exposição a quaisquer agentes agressivos, inclusive o ruído, desde que seja apresentado o PPP, considerando que o documento sob exame é emitido com base no próprio laudo técnico, cuja realização continua sendo obrigatória, devendo este último ser apresentado subsidiariamente em caso de dúvidas a respeito do conteúdo do PPP. 9. Verifica-se, pois, que o acórdão recorrido não logrou êxito em demonstrar dúvida quanto veracidade das informações ali esposadas, limitando-se a afirmar a ausência de indicação de que o documento foi elaborado com base em laudo técnico e de assinatura por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho. Embora o documento não esteja assinado por engenheiro do trabalho, o nome do profissional responsável pelo registro das condições ambientais foi indicado no formulário, presumindo-se, assim, que este foi elaborado com base em laudo técnico. Hipótese em que não se faz necessária a assinatura do técnico, que na verdade é exigência para o LTCAT e não PPP, segundo artigo 58, § 1º da lei n. 8.213/91: Art. 58. A relação dos agentes nocivos químicos, físicos e biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física considerados para fins de concessão da aposentadoria especial de que trata o artigo anterior será definida pelo Poder Executivo. § 1º A comprovação da efetiva exposição do segurado aos agentes nocivos será feita mediante formulário, na forma estabelecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, emitido pela empresa ou seu preposto, com base em laudo técnico de condições ambientais do trabalho expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho nos termos da legislação trabalhista (g.n). 10. Não é cabível exigir-se, dentro da via judicial, mais do que o próprio administrador, sob pretexto de uma pretensa ilegalidade da Instrução Normativa, que, conforme já dito, não extrapolou o ditame legal, apenas o aclarou e explicitou, dando a ele contornos mais precisos, e em plena consonância com o princípio da eficiência, que deve reger todos os atos da Administração Pública. 11. No mesmo toar já decidiu essa Turma Nacional de Uniformização no Pedido de Uniformização (TNU, PEDIDO 2006.51.63.00.0174-1, Rel. Juiz Federal Otávio Henrique Martins Port, DJ 04/08/2009). 12. Incidente de uniformização provido, restabelecendo-se os efeitos da sentença e condenando-se o INSS ao pagamento de honorários advocatícios, fixados em 10% do valor da condenação, nos termos da Súmula 111 do STJ." (PEDILEF 50379486820124047000. Rel. Juiz Federal André Carvalho Monteiro. DOU 31/05/2013). 8. A hipótese dos autos, portanto, é de não conhecimento do incidente.

### ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator. Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0501388-49.2014.4.05.8200  
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA  
REQUERENTE: UNIÃO  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO  
REQUERIDO(A): ARNALDO ALVES BARBOSA  
PROC./ADV.: BRUNO GUILHERME DE MENEZES  
OAB: PB-18 409  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GERSON LUIZ ROCHA

### EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO APOSENTADO. CONVERSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO EM PECÚNIA. POSSIBILIDADE. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA DO STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. QUESTÃO PROBATÓRIA. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.

Trata-se de incidente de uniformização interposto pela parte ré em face de acórdão da Turma Recursal da Paraíba que, reformando a sentença de improcedência, reconheceu o direito do autor à conversão em pecúnia de períodos de licença-prêmio.

Sustenta a requerente que o acórdão combatido diverge da jurisprudência do STJ, no sentido de que a conversão da licença-prêmio em pecúnia só é possível se ela não tiver sido gozada nem contada em dobro. Afirma que os documentos presentes nos autos demonstram que o autor valeu-se dos períodos de licença-prêmio aos quais fazia jus para a concessão de sua aposentadoria.

Sem contrarrazões e inicialmente inadmitido pela Presidência da Turma Recursal de origem, após a interposição de agravo, vieram os autos distribuídos a este relator.

É o breve relatório.

Dou por prejudicado o agravo interposto, tendo em vista que o juízo definitivo quanto à admissibilidade do incidente cabe a este Colegiado.

O acórdão recorrido restou assim fundamentado: ADMINISTRATIVO. LICENÇA PRÊMIO PARCIALMENTE CONTADA EM DOBRO PARA CONCESSÃO DE APOSENTADORIA OU ABONO PERMANÊNCIA. CONVERSÃO EM PECÚNIA APENAS DO PERÍODO NÃO UTILIZADO. JURISPRUDÊNCIA DO STJ. RECURSO DA PARTE AUTORA PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Sentença de improcedência sob o fundamento de que a parte autora precisou da averbação/contagem em dobro dos períodos de licença-prêmio não gozados para fins de concessão de aposentadoria e/ou do abono de permanência, que lhe foi(ram) concedido(s), conforme se observa dos documentos dos anexos 20/23, portanto, não há qualquer valor a ser-lhe restituído.

2. Jurisprudência do STJ pacificada no sentido do reconhecimento do direito aos servidores públicos aposentados à conversão em pecúnia dos períodos de licença-prêmio não gozados e não contados em dobro durante o lapso de tempo em que permaneceram na ativa (STJ, 5ª Turma, AGREsp 1.063.313, Relator Félix Fischer, DJe 02.02.2009).

3. Extraí-se dos autos que foi deferido ao autor, em 01/12/2008, o abono de permanência, tendo sido utilizado para tanto a contagem em dobro de dois períodos de licença prêmio, já que, ao tempo do deferimento, ele contava com 34 anos, 1 mês e 3 dias de tempo de contribuição (anexos 20/24).

4. Ocorre que, conforme informação constante no anexo 12, o autor tinha direito a três períodos de licença-prêmio, não importando a declaração constante no anexo 20, em renúncia a todos os períodos, mas apenas em autorização para que fossem contados em dobro os trimestres necessários para a concessão do pedido de abono permanência.

5. Destarte, faz jus o demandante a conversão em pecúnia de apenas um período de licença-prêmio, não gozados e não contados em dobro durante o lapso de tempo em que permaneceram na ativa.

6. Súmula do julgamento: A Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba, reunida em sessão de julgamento ocorrida na data constante da aba "Sessões Recursais" destes autos virtuais, por unanimidade de votos, deu parcial provimento ao recurso para condenar a parte ré a pagar, em favor da parte autora, o valor convertido em pecúnia referente a um período de licença-prêmio não usufruído, respeitada a prescrição quinquenal, e com juros e correção monetária na forma do disposto no art 1º-F da Lei nº. 9.494/97, alterado pela Lei nº. 11.960/09.

Com efeito, conforme referido pela Turma Recursal de origem, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de ser devida a conversão em pecúnia da licença-prêmio não gozada e não contada em dobro quando da aposentadoria do servidor, sob pena de enriquecimento ilícito da Administração Pública. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. POLICIAL CIVIL DO DISTRITO FEDERAL. CONVERSÃO EM PECÚNIA DE LICENÇA-PRÊMIO NÃO GOZADA. POSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA LEI FEDERAL 8.112/1990 POR FORÇA DE NORMA DISTRIAL. CARACTERÍSTICA DE LEI LOCAL. SÚMULA 280/STF. 1. O insurgente sustenta que o art. 535 do CPC foi violado, mas deixa de apontar, de forma clara, o vício em que teria incorrido o acórdão impugnado. Assevera apenas ter oposto Embargos de Declaração no Tribunal a quo, sem indicar as matérias sobre as quais deveria pronunciar-se a instância ordinária, nem demonstrar a relevância delas para o julgamento do feito. Assim, é inviável o conhecimento do Recurso Especial nesse ponto, ante o óbice da Súmula 284/STF. 2. A jurisprudência do STJ é firme no sentido de ser devida a conversão em pecúnia da licença-prêmio não gozada e não contada em dobro, quando da aposentadoria do servidor, sob pena de indevido locupletamento por parte da Administração Pública. 3. Convém esclarecer que a Lei Federal 8.112/1990 é aplicável aos servidores públicos do

Distrito Federal por força da Lei Distrital 197/1991, o que a caracteriza como norma materialmente local. Inviável, portanto, a análise de alegação de violação embasada na Lei Federal 8.112/1990 na espécie, por força do óbice da incidência, por analogia, da Súmula 280/STF. Nesse sentido: AgRg no AREsp 236.769/DF, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 7.5.2013; AgRg no AREsp 80.172/DF, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 8.3.2012; AgRg no Ag 1.344.004/DF, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 20.5.2011. 4. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 707.027/DF, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/08/2015, DJe 11/11/2015) (grifei)

ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO EM ATIVIDADE. LICENÇA-PRÊMIO NÃO GOZADA E NÃO CONTADA EM DOBRO PARA A APOSENTADORIA. CONVERSÃO EM PECÚNIA. DESCABIMENTO. 1. A jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça entende ser devida a conversão em pecúnia da licença-prêmio não gozada e não contada em dobro quando da aposentadoria do servidor, sob pena de enriquecimento ilícito da Administração Pública. 2. Na hipótese, conforme registro do acórdão combatido, a recorrente não está aposentada, pois, apesar de já contar com mais de 30 (trinta) anos de serviço e 61 (sessenta e um) de idade, ainda encontra-se em atividade. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no REsp 1349282 / PB, Segunda Turma, Rel. Min. OG FERNANDES, DJe 12/06/2015) (grifei)

Visto isso, conclui-se que, ao contrário do defendido pela requerente, não resta demonstrada contrariedade entre o acórdão combatido e o entendimento do STJ, de modo que o presente recurso não merece ser conhecido.

Além disso, a análise da alegação da requerente, no sentido de que os períodos de licença-prêmio do autor já teriam sido computados para fins de aposentadoria, é questão de inafastável natureza fático-probatória, sendo inviável dirimi-la em sede de incidente de uniformização, nos termos da Súmula nº 42 desta TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato"), de modo que o presente incidente igualmente não merece ser conhecido quanto a este ponto.

Ante o exposto, voto por NÃO CONHECER do incidente de uniformização.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, NÃO CONHECER do incidente de uniformização de jurisprudência, nos termos do voto-ementa do Relator. Brasília, 12 de maio de 2016

GERSON LUIZ ROCHA

Juiz Relator

PROCESSO: 5002933-34.2014.4.04.7205  
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA  
REQUERENTE: LAVINIA FERREIRA BAPTISTA  
PROC./ADV.: CLAITON LUIS BORK  
OAB: SC-9399  
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL FLÁVIA PELLEGRINO SOARES MILLANI  
VOTO - EMENTA  
PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO. DECADÊNCIA. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Prolatado acórdão pela Turma Recursal de Santa Catarina, que manteve a improcedência do pedido de revisão de benefício concedido após de 28/06/1997 em razão da decadência( DIB 20/01/1998).

2. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela autora( evento 44), com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, alegando divergência quanto ao entendimento adotado pelo STF(RMS 26719, CARLOS BRITTO, no sentido de que a decadência não atinge os benefícios de trato sucessivo).

3. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, para a TNU, quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões na interpretação da lei ou em contrariedade à jurisprudência dominante do STJ ou TNU. Assim, de plano, paradigmas de Tribunais Regionais Federais e Turmas Recursais da mesma região não atendem ao requisito de admissibilidade do incidente.

4. O incidente não comporta conhecimento, pois não atende aos requisitos do artigo 14 da Lei 10.259/01. De fato, o requerente limitou-se a juntar como paradigma acórdão do TRF1 e apontar o RMS 26719 como suposto paradigma, cuja ementa revela tratar-se de tema essencialmente distinto:

"EMENTA: DIREITO PROCESSUAL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS - GDI. LEI Nº 9.651/98. RELAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO OU PRESTAÇÃO CONTINUADA. DECADÊNCIA. INOCORRÊNCIA "

5. A recorrente limita-se a citar julgado, supostamente divergente do acórdão impugnado, sem fazer o necessário cotejo analítico. Em casos semelhantes, já decidiu esta Turma: "A petição do incidente de uniformização deve conter obrigatoriamente a demonstração do dissídio, com a realização de cotejo analítico em duas etapas: primeiro, pela comparação entre as questões de fato tratadas no acórdão impugnado e no paradigma, com reprodução dos fundamentos de ambos; depois, pelo confronto das teses jurídicas em conflito, evidenciando a diversidade de interpretações para a mesma questão de direito" (PE-

DILEF 200638007233053 DOU 24/10/2014, relatora Juíza Federal Ana Beatriz Vieira da Luz Palumbo).  
6. Incidente de uniformização não conhecido. Artigo 15, I, do RITNU - Resolução CJF-RES-2015/00345.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora. Brasília/DF, 16 de junho de 2016.  
FLÁVIA PELLEGRINO SOARES MILLANI  
JUÍZA FEDERAL RELATORA  
PROCESSO: 0506047-74.2014.4.05.8500  
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE  
REQUERENTE: UNIÃO  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO  
REQUERIDO(A): LOURDES NEIDE OLIVEIRA DA ROCHA  
PROC./ADV.: GERCIVALDO ANDRADE  
OAB: SE-5394  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

#### EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. REAJUSTE DE 15,8 %. REVISÃO GERAL NÃO CONFIGURADA. MESMO ÍNDICE APLICADO ÀS DIVERSAS CARRERAS. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.

1. Formula a União Federal pedido nacional de uniformização de jurisprudência em face de acórdão exarado por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Sergipe. Sustenta, em síntese, que não houve revisão geral da remuneração dos servidores públicos. Argumenta que as diversas leis editadas em dezembro de 2012 teriam reajustado, de forma parcelada, em 15,8% os salários dos servidores públicos federais, sendo 5% em janeiro de 2013, 5% em janeiro de 2014 e 5% em janeiro de 2015. Aduz que a pretensão do demandante pretende é que o Judiciário lhe conceda um novo aumento de remuneração, além daquele já concedido administrativamente.

2. Aponta como paradigma julgado da Turma Recursal dos JEFs da Seção Judiciária de Santa Catarina (recurso cível n.º 5022213-40.2013.4.04.7200). O Min. Presidente deste colegiado admitiu o incidente.

3. O(s) paradigma(s) apontado(s) presta(m)-se para o conhecimento do pleito de uniformização.

4. A decisão atacada, naquilo que interessa para o presente feito, foi assim fundamentada:

"CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. LEIS NºS 12.772, 12.773, 12.775, 12.776, 12.777 e 12.778. OCORRÊNCIA DE REVISÃO GERAL ANUAL DISSIMULADA (PRECEDENTES DA TRSE). RECONHECIMENTO DA INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL PELO STF (ARE 799718 RG). APLICAÇÃO SOBRE A VPNI (ART. 2º, §1º, DA LEI Nº 9.527/97). POSSIBILIDADE. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA MANTIDA. RECURSOS DO RÉU DESPROVIDO.

1. O réu interpõe recurso inominado contra sentença que julgou parcialmente procedente o pedido autoral para determinar que a Administração aplicasse o índice de 15,8% (quinze inteiros e oito décimos por cento) sobre a vantagem pecuniária permanente, qual seja, VPNI da parte autora, vez que o reajuste deferido nas leis 12.772, 12.773, 12.775, 12.776, 12.777 e 12.778 evidenciaram caráter de revisão geral anual, mas rejeitou o pedido de aplicação daquele percentual sobre o vencimento básico da demandante. Recurso exclusivo da ré que se insurge contra a incidência do percentual de 15,8% sobre a VPNI.

2. A parte ré se restringe a renovar os argumentos já expendidos na contestação, que em síntese são: 1) o reajuste deferido através da Lei nº 12.774/2012 representou um aumento médio da remuneração dos servidores do judiciário superior aos 15,8% aqui pleiteados; 2) a impossibilidade de reconhecimento de revisão geral anual, visto que isso implicaria em violação aos artigos 2º, 37, X, XIII, 61, §1º, II, "a", e 169, § 1º da CF/88.

3. Não há retoques a fazer na sentença recorrida, uma vez que a análise da prova pelo MM. Juízo sentenciante foi adequada e a tese jurídica revela-se pertinente.

4. Quanto à possibilidade de extensão do percentual de 15,8% (quinze inteiros e oito décimos por cento) sobre a VPNI por força das Leis n.ºs as Leis nº 12.772, 12.773, 12.774, 12.775, 12.776, 12.777, todas de iniciativa de Executivo e publicadas na mesma data de 28/12/2012 estabelecendo idêntico reajuste de 15,8% em três parcelas anuais de janeiro/2013 a janeiro/2015, este Colegiado entendeu que se tratou de uma revisão geral dissimulada, aplicando o disposto no art. 2º, 1º, da Lei nº 9.527/97. Precedentes desta Turma: 0503059-80.2014.4.05.8500; 0503559-49.2014.4.05.8500; 0503061-50.2014.4.05.8500; 0504162-25.2014.4.05.8500; 0504651-62.2014.4.05.8500 entre outros. Sobre esta questão [incidência do percentual de 15,8% (quinze inteiros e oito décimos por cento) sobre a VPNI], o STF reconheceu a inexistência de repercussão geral sobre a matéria em acórdão proferido por esta Turma Recursal (RE 799.718), nos termos da ementa:

Recurso extraordinário com agravo. Repercussão Geral. Administrativo. Reajuste de 15,8% concedido a servidores públicos federais pelas Leis 12.772/2012, 12.773/2012, 12.775/2012, 12.776/2012, 12.777/2012 e 12.778/2012. Natureza de revisão geral anual. Matéria infraconstitucional. Repercussão Geral rejeitada. (ARE 799718 RG, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, julgado em 10/04/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-124 DIVULG 25-06-2014 PUBLIC 27-06-2014")

5. Entendo que o Recurso da União merece provimento. Na petição inicial a parte autora argumenta que o valor das vantagens acumuladas, os Quintos reclamados, não foram mais reajustados, por-

quanto em dezembro de 2012 ocorreu uma revisão geral disfarçada. É verdade que inicialmente o Poder Executivo pretendia conceder para as categorias que estavam há mais tempo sem reajuste ou, para as consideradas estratégicas, um limite de recomposição de 15,8%. Entretanto, deve ser destacado que as leis concessivas de incremento aos vencimentos dos servidores públicos federais, ou parte dele, não foram todas propostas pela Presidente da República, a exemplo da Lei nº 12.774/12, que efetuou uma reestruturação das carreiras do Judiciário Federal, de iniciativa do presidente do Supremo Tribunal Federal (Projeto de Lei nº 6.613/2012).

6. De fato, comparando as leis que favoreceram as diversas categorias, verifica-se que o acréscimo nas remunerações não foi uniforme. Relativamente a algumas categorias, apenas se aumentou uma gratificação, enquanto para outras houve ampliação de toda a remuneração, em atendimento às peculiaridades de cada cargo. Para citar exemplos, verifica-se que os agentes de combate às endemias e militares foram contemplados com os maiores aumentos, com índices superiores aos 15,8% aqui pleiteados. O simples fato de as leis terem sido publicadas na mesma data não confere aos reajustes concedidos a natureza de revisão geral anual.

7. Em relação aos servidores públicos federais, a estrutura remuneratória é regida pela Lei 11.416/06, cujo art. 11 dispõe que a remuneração dos cargos de provimento efetivo das Carreiras dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário é composta pelo Vencimento Básico do cargo e pela Gratificação Judiciária (GAJ), acrescida das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei. Por sua vez, o art. 13 define uma relação direta entre o vencimento básico e a GAJ, de forma que todo reajuste no valor desses componentes implica em inevitável aumento da remuneração e das respectivas parcelas a ela vinculadas.

8. Em face dos acordos estabelecidos entre a Cúpula dos Poderes Executivo e Judiciário, a carreira dos servidores do Judiciário Federal foi reestruturada, inclusive com a redução de 15 padrões antes existentes para 13. Além do mais, no caso dos servidores do Judiciário Federal, a Lei 12.774/2012 aumentou a Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ) de 50% para 90% sobre o vencimento básico. Com essa reestruturação, o aumento não implicou no reajuste linear da remuneração de todos os servidores do Judiciário Federal na mesma ordem (15,8%). Para os servidores que recebem apenas o vencimento básico mais a GAJ o aumento foi de 24,27%, conforme a informação prestada pela União na contestação.

9. Em suma, pelo que se pode concluir, a Lei nº 12.774/2012 não deferiu revisão geral da remuneração, mas sim promoveu alteração no índice da gratificação de atividade judiciária. Destaco, por relevante que, em outra ocasião, a TNU ao decidir caso análogo - no qual havia necessidade de examinar a ratio decidendi da Súmula 339 do STF - entendeu que o acréscimo promovido a título da VPNI constituiu uma reestruturação da carreira do Poder Judiciário. Tal medida representaria uma política de governo para conceder um reajuste maior para quem ganhava menos, instituída pela Lei 10.698/03, não ostentando a natureza de reajuste geral no PEDILEF: 05056066620134058100, rel. Boaventura João Andrade, j. 06.08.2014. Esta decisão foi amparada no RESP 1450279, assim ementado: ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE GERAL ANUAL (CF/88, ART. 37, X, PARTE FINAL). REAJUSTE DE 13,23%. LEI N. 10.698/2003. VPNI. REVISÃO GERAL NÃO CONFIGURADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 339/STF.

1. Os recorrentes objetivam o reajuste no percentual de 13,23%, que corresponderia à maior Revisão Geral Anual concedida pela Vantagem Pecuniária Individual (VPI) aos servidores, durante o ano de 2003, no valor de R\$ 59,87 (cinquenta e nove reais e oitenta e sete centavos) dada pela Lei n. 10.698/2003 2. O STJ já firmou compreensão no sentido de que a VPI instituída pela Lei 10.698/03 não possui natureza de reajuste geral de vencimentos, sendo inviável sua extensão aos servidores substituídos, em face do óbice da Súmula 339/STF: "Não cabe ao poder judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia". Precedentes: AgRg no REsp 1256760/RS, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 12/12/2013; AgRg no AREsp 462.844/DF, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 17/03/2014. 3. Recurso especial não provido.(REsp 1450279/DF, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 03/06/2014, DJe 16/06/2014)

5. Em face do exposto, tenho que o incidente nacional de uniformização de jurisprudência veiculado pela União Federal merece ser conhecido e provido. Assim, aplicando a Questão de Ordem 38 da TNU, a ação deve ser julgada improcedente.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais CONHECER E DAR PROVIMENTO AO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA formulado pela União Federal, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 16 de junho de 2016.

DANIEL MACHADO DA ROCHA  
Juiz Relator

PROCESSO: 5004638-26.2012.4.04.7112  
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL  
REQUERENTE: INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO(A): GILBERTO BEZERRA  
PROC./ADV.: JORGE KURITZ PESSOA  
OAB: RS-39706  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

#### EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. TEMPO ESPECIAL. AGENTES QUÍMICOS. HIDROCARBONETOS. ANÁLISE QUALITATIVA. ANEXO 13 DA NR-15. INCIDENTE IMPROVIDO.

1. Trata-se de pedido nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela Autarquia Previdenciária em face de acórdão exarado pela Quarta Turma Recursal dos JEFs da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, com o seguinte teor:

VOTO

Trata-se de recurso interposto pela parte autora contra sentença que julgou parcialmente procedente o pedido, reconhecendo o exercício de atividade rural em regime de economia familiar no período de 07/05/1968 a 31/12/1976 e concedendo ao autor o benefício de aposentadoria por tempo de contribuição desde a DER.

O recorrente busca a reforma da sentença alegando que faz jus igualmente ao reconhecimento do intervalo rural de 01/01/1977 a 31/03/1977. Pugna, por fim, pelo reconhecimento do exercício de atividade especial no intervalo de 17/01/2006 a 17/08/2011, em razão de sua exposição a hidrocarbonetos aromáticos.

(...)

Do tempo especial

(...)

Caso concreto

Foi anexado aos autos formulário PPP (1-LAU9), o qual informa que o autor esteve exposto a hidrocarbonetos aromáticos - cuja avaliação é qualitativa, nos termos da NR-15 - nos intervalos de 13/06/2006 a 30/04/2009 e de 01/07/2009 a 01/02/2010.

A magistrada de origem deixou de reconhecer a especialidade do período sob o fundamento de que houve a utilização de EPI eficaz. No entanto, considerando que a prova produzida nos autos não certificou que os equipamentos eram de fato eficientes para neutralizar os efeitos da exposição aos agentes químicos, entendo que o autor faz jus ao reconhecimento da especialidade nesses intervalos.

Assim, merece reforma a sentença para que seja reconhecida a especialidade dos períodos de 13/06/2006 a 30/04/2009 e de 01/07/2009 a 01/02/2010. Aplicando-se o conversor 1,4 (um vírgula quatro), é obtido o acréscimo de 1 ano, 04 meses e 19 dias ao tempo de serviço da parte autora.

Ressalto que deixo de reconhecer a especialidade dos períodos de 01/05/2009 a 30/08/2009 e de 02/02/2010 a 17/08/2011 tendo em vista que o PPP registra 'ausência de agente nocivo' nesses intervalos.

Conclusão

O voto é por dar parcial provimento ao recurso da parte autora para reconhecer o exercício de atividade especial nos intervalos de 01/05/2009 a 30/08/2009 e 02/02/2010 a 17/08/2011, devendo o INSS proceder à sua averbação.

(...)

Ante o exposto, voto por dar parcial provimento ao recurso da parte autora.

2. Sustenta, em síntese, que, após 05/03/1997, não é possível o reconhecimento do tempo especial por enquadramento a agentes químicos pela simples menção genérica a hidrocarbonetos aromáticos e a óleos e graxas, exigindo-se medição, indicação, em laudo técnico da concentração, no ambiente de trabalho, de agente nocivo listado no Anexo IV dos Decretos de números 2.172/1997 e 3.048/1999, em níveis superiores aos limites de tolerância. Aponta como paradigmas julgados de Turma Recursal dos JEFs da Seção Judiciária do Estado de São Paulo (processos de números 00107483220104036302 e 00043517120084036319).

3. O Min. Presidente deste colegiado determinou a distribuição do feito para melhor análise.

4. Considero o(s) paradigma(s) apontado(s) válido(s) para fins de conhecimento do incidente.

5. Inicialmente, cumpre tecer algumas considerações acerca da necessidade da prova do nível de exposição aos agentes nocivos constantes no formulário PPP e/ou laudo técnico acima dos limites da NR-15, emitida pelo Ministério do Trabalho e do Emprego, para o reconhecimento de trabalhos sob condições especiais.

6. A exigência de superação de nível de tolerância disposto na Norma Regulamentadora nº 15 (NR-15) como pressuposto caracterizador de atividade especial deve ser verificada apenas para atividades desempenhadas a partir de 03/12/1998, quando essa disposição trabalhista foi internalizada no direito previdenciário, com a edição da MP 1.729, convertida na Lei nº 9.732/98, que alterou o § 1º do art. 58 da Lei nº 8.213/91. A partir da MP 1.729, publicada em 03/12/1998 (convertida na Lei nº 9.732/1998), as disposições trabalhistas concernentes à caracterização de atividade ou operações insalubres (NR-15) - com os respectivos conceitos de "limites de tolerância", "concentração", "natureza" e "tempo de exposição ao agente" - passam a influir na natureza de uma atividade (se especial ou comum). Desse modo, a exigência de superação de nível de tolerância disposto na NR-15, como pressuposto caracterizador de atividade especial, apenas tem sentido para atividades desempenhadas a partir de 03/12/1998, quando essa disposição trabalhista foi internalizada no direito previdenciário. Nesse sentido:



Efetiva exposição. Caracterização. Níveis de tolerância. Legislação trabalhista: A exigência de superação de nível de tolerância disposto na Norma Regulamentadora nº 15 (NR-15) como pressuposto caracterizador de atividade especial deve ser verificada apenas para atividades desempenhadas a partir de 03.12.1998, quando essa disposição trabalhista foi internalizada no direito previdenciário, com a edição da MP 1.729, convertida na Lei 9.732/98, que alterou o § 1º do artigo 58 da Lei 8.213/91. A partir da MP 1.729, publicada em 03.12.1998 (convertida na Lei 9.732/199, as disposições trabalhistas concernentes à caracterização de atividade ou operações insalubres (NR-15) - com os respectivos conceitos de "limites de tolerância", "concentração", "natureza" e "tempo de exposição ao agente" passam a influir na caracterização da natureza de uma atividade (se especial ou comum). Assim, a exigência de superação de nível de tolerância disposto na NR 15 como pressuposto caracterizador de atividade especial apenas tem sentido para atividades desempenhadas a partir de 03.12.1998, quando essa disposição trabalhista foi internalizada no direito previdenciário. (IUJEF 0000844-24.2010.404.7251)

7. A NR-15, para a valoração de atividades ou operações potencialmente insalubres, considera como tais as que se desenvolvem acima dos limites de tolerância com relação aos agentes descritos nos Anexos 1, 2, 3, 5, 11 e 12, entendendo-se por "Limite de Tolerância", a concentração ou intensidade máxima ou mínima, relacionada com a natureza e o tempo de exposição ao agente, que não causará dano à saúde do trabalhador, durante a sua vida laboral. Diversamente, para as atividades mencionadas nos Anexos 6, 13 e 14, não há indicação a respeito de limites de tolerância. A NR-15, em seu Anexo 13, refere expressamente a insalubridade das atividades em contato com hidrocarbonetos aromáticos, solventes, óleos minerais, parafina ou outras substâncias cancerígenas, nos seguintes termos:

NR 15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES  
ANEXO Nº 13  
AGENTES QUÍMICOS

1. Relação das atividades e operações envolvendo agentes químicos, consideradas, insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho. Excluem-se desta relação as atividades ou operações com os agentes químicos constantes dos Anexos 11 e 12. HIDROCARBONETOS E OUTROS COMPOSTOS DE CARBONO

Insalubridade de grau máximo  
Destilação do alcatrão da hulha.  
Destilação do petróleo.

Manipulação de alcatrão, breu, betume, antraceno, óleos minerais, óleo queimado, parafina ou outras substâncias cancerígenas afins. Fabricação de fenóis, cresóis, naftóis, nitroderivados, aminoderivados, derivados halogenados e outras substâncias tóxicas derivadas de hidrocarbonetos cíclicos.

Pintura a pistola com esmaltes, tintas, vernizes e solventes contendo hidrocarbonetos aromáticos.

Insalubridade de grau médio

Emprego de defensivos organoclorados: DDT (diclorodifeniltricloroetano) DDD (diclorodifenildicloroetano), metoxicloro (dimetoxidifeniltricloroetano), BHC (hexacloreto de benzeno) e seus compostos e isômeros.

Emprego de defensivos derivados do ácido carbônico.

Emprego de aminoderivados de hidrocarbonetos aromáticos (homólogos da anilina).

Emprego de cresol, naftaleno e derivados tóxicos.

Emprego de isocianatos na formação de poliuretanas (lacas de desmoldagem, lacas de dupla composição, lacas protetoras de madeira e metais, adesivos especiais e outros produtos à base de poliisocianetos e poliuretanas).

Emprego de produtos contendo hidrocarbonetos aromáticos como solventes ou em limpeza de peças.

Fabricação de artigos de borracha, de produtos para impermeabilização e de tecidos impermeáveis à base de hidrocarbonetos.

Fabricação de linóleos, celulósides, lacas, tintas, esmaltes, vernizes, solventes, colas, artefatos de ebonite, gutapercha, chapéus de palha e outros à base de hidrocarbonetos.

Limpeza de peças ou motores com óleo diesel aplicado sob pressão (nebulização).

Pintura a pincel com esmaltes, tintas e vernizes em solvente contendo hidrocarbonetos aromáticos.

8. A exposição a tais substâncias é considerada nociva à saúde do trabalhador por sua ação cancerígena, sendo necessário apenas o contato físico com tais agentes. Assim, a norma deixa de exigir a medição quantitativa, já que se trata de avaliação qualitativa. Insisto, portanto, que a situação é diferente quando comparada com a dos agentes arrolados nos Anexos 11 e 12 da NR-15, para os quais a nocividade à saúde se dá por limite de tolerância, expressamente referido no próprio item desses anexos:

Anexo nº 11 - Agentes Químicos cuja Insalubridade é Caracterizada por Limite de Tolerância e Inspeção no Local de Trabalho  
Anexo nº 12 - Limites de Tolerância para Poeiras Minerais

9. Dessa maneira, resta clara a diferenciação a ser feita em relação aos agentes arrolados nos Anexos 11 e 12 daqueles referidos no Anexo 13. Para estes últimos, torna-se desnecessária, e até mesmo impossível, a avaliação quantitativa. Em razão disso, a NR-15 sequer refere qual o nível máximo de exposição permitida para os agentes do Anexo 13, seja por ppm (partes de vapor ou gás por milhão de partes de ar contaminado) ou por mg/m³ (miligramas por metro cúbico de ar), expressões contidas no Anexo 11 que se referem à absorção por via respiratória.

10. Para esta TNU, mesmo após 06/05/1999, a avaliação da exposição aos agentes nocivos químicos é qualitativa, quando estes são previstos, simultaneamente, no Anexo IV do Decreto nº 3.048/1999 e no Anexo 13 da NR-15.

11. No entanto, a partir de 06/05/1999, à exceção dos agentes químicos listados, também, no Anexo 13 da NR-15, não basta o contato com o agente químico, sendo necessário comprovar que o nível de

concentração está acima dos limites de tolerância (PEDILEF nº 50083471320144047108, Rel. Juiz Federal JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO, DOU 28/08/2015, páginas 151/241).

12. No caso concreto, conforme assentado pela instância ordinária, a parte autora esteve exposta, de 13/06/2009 a 30/04/2009 e de 01/07/2009 a 01/02/2010, a hidrocarbonetos aromáticos. Como antes referido, a avaliação desse agente é qualitativa, razão pela qual a decisão da turma recursal de origem deve ser mantida.

13. Forte em tais considerações, proponho a fixação de tese, em relação aos agentes químicos hidrocarbonetos e outros compostos de carbono, que estão descritos no Anexo 13 da NR 15 do MTE, basta a avaliação qualitativa de risco, sem que se cogite de limite de tolerância, independentemente da época da prestação do serviço, se anterior ou posterior a 02.12.1998, para fins de reconhecimento de tempo de serviço especial.

14. Em face do exposto, tenho que o incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pelo INSS merece ser conhecido e improvido.

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais conhecer e negar provimento ao INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pelo INSS, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 16 de junho de 2016.

DANIEL MACHADO DA ROCHA

Juiz Relator

PROCESSO: 0506274-91.2014.4.05.8200

ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA

REQUERENTE: OTÁVIO VALENTIM DE MELO

PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA

OAB: PE-573-A

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL FLÁVIA PELLEGRINO SOARES MILLANI

## EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. RESTABELECIMENTO. ACRÉSCIMOS LEGAIS. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização de lei federal interposto pela parte autora, em face de acórdão da Turma Recursal da Paraíba. 2. Nos termos do artigo 14 da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.

3. Alega o recorrente que o acórdão impugnado diverge de entendimento firmado por esta TNU e pela Turma Recursal de Mato Grosso segundo os quais "restando comprovado que a época da cessação do benefício à parte autora ainda encontrava-se incapaz, evidenciando que a cessação foi indevida, impõe-se o restabelecimento do benefício desde a sua cessação".

Sustenta, ainda, ter o acórdão impugnado determinado a utilização dos índices aplicáveis à caderneta de poupança como critério para atualização monetária, aplicando integralmente o art. 5º da Lei 11.960/2009, que deu nova redação ao art. 1º-F da Lei 9.494/97, enquanto o STF não decide definitivamente acerca da modulação dos efeitos e do sentido e alcance das decisões proferidas nas ADI's 4.357-DF e 4.425-DF. Dessa forma, o acórdão combatido, externaria posicionamento diametralmente oposto ao do Superior Tribunal de Justiça, já que este entende que a correção monetária de benefícios previdenciários deve ser de acordo com a variação do INPC, em virtude da declaração parcial de inconstitucionalidade do art. 1º-F da Lei 9.494/1997, na redação que lhe deu a Lei 11.960/2009.

4. De início, transcrevo a sentença, para melhor esclarecimento do caso:

SENTENÇA

Dispensado o relatório, (art. 1º da Lei nº. 10.259/2001 c/c art. 38 da Lei nº. 9.099/95), fundamento e decidido.

A presente ação foi ajuizada visando o restabelecimento do benefício previdenciário de auxílio-doença, cessado em 17.01.2014, e sua conversão em aposentadoria por invalidez.

A qualidade de segurado e a carência não são controversas, pois não há discussão sobre tais aspectos nos autos. Além disso, verifica-se que de acordo com dados extraídos do CNIS, a parte autora recolheu contribuições como contribuinte individual de 06/2010 a 09/2013, além de em períodos anteriores, e a parte autora já recebeu auxílio-doença de 14/10/2013 a 17/01/2014.

Quanto à incapacidade, desnecessário complementação ou esclarecimento de prova pericial para o conhecimento e julgamento do mérito do pedido, o qual pode ser feito com base nas provas documentais e pericial já produzidas.

O laudo pericial atesta que o autor é portador de "Outras doenças pulmonares obstrutivas crônicas"(CID J44) e "Hipertensão essencial - primária"(CID I10), ambas de grau grave.

A conclusão do perito é de que existe incapacidade laboral do autor, de caráter total, impossibilitando-o de exercer toda e qualquer atividade laboral que lhe possa garantir o sustento e sem possibilidade de reabilitação social.

Sendo assim, o perito considerou a incapacidade laboral do autor, para o exercício da sua atividade habitual, de natureza permanente, inclusive existindo o risco de agravamento de seu quadro, caso o faça.

Portanto, autoriza a concessão do benefício de aposentadoria por invalidez, pois o autor já tem 69 anos de idade e tem atividade habitual que lhe exigia esforço físico (pedreiro), sem contar que o mesmo tem baixo grau de instrução.

Logo, é devida a concessão do auxílio-doença e sua conversão em aposentadoria por invalidez.

A data de início do auxílio-doença, com posterior conversão em aposentadoria por invalidez, deve ser fixada na data imediatamente seguinte à DCB, pois o laudo pericial apontou como início da incapacidade, data anterior àquela.

No que respeita ao adicional de 25% sobre o valor da aposentadoria, observo que o autor tem condições de realizar, sem auxílio de terceiro as atividades da vida diária, como atestou o perito, motivo por que é indevido o pagamento do adicional pretendido.

Verifico a urgência no pedido da parte autora, pois o benefício ora concedido tem natureza alimentar, já que é substitutivo da renda do segurado que não tem condições de exercer atividade laboral, razão pela qual deve ser concedida de ofício a antecipação dos efeitos da tutela.

Ante o exposto, julgo procedente em parte o pedido, determinando:

a) o restabelecimento do benefício abaixo identificado:

ESPÉCIE DE BENEFÍCIO Auxílio-doença

NÚMERO DO BENEFÍCIO 603.646.059-0

DIB 18.01.2014

DIP 01.08.2014

RMI A ser calculado pela ADJ

b) o pagamento das parcelas vencidas do auxílio-doença desde 18.01.2014 até 31.07.2014, corrigidas e com juros de mora, observada a renúncia do crédito excedente a 60 (sessenta) salários mínimos.

c) a conversão do auxílio-doença em aposentadoria por invalidez com DIB e DIP em 01.08.2014.

Antecipo em parte os efeitos da tutela, determinando que o INSS implante, em 05 dias, o benefício ora concedido, com efeitos financeiros a partir de 01.08.2014, comprovando nos autos o cumprimento da medida.

Em relação aos cálculos judiciais, deve-se observar a incidência de correção monetária e juros de mora nos termos do Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal vigente, com exceção às alterações (aprovasdas pelo CJF no dia 25.11.2013) relativas aos efeitos do julgamento pelo STF da ADI nº 4.357/DF quanto à utilização da TR como indexador de correção monetária das condenações judiciais impostas à Fazenda Pública, vez que o Pleno do STF, na sessão de julgamento de 24.10.2013, deferiu medida cautelar na ADI 4.357/DF que se mostra em contradição com a aplicação imediata dessas alterações na pendência do julgamento dos embargos de declaração relativos à modulação de efeitos dos julgados proferidos nas ADIs nº 4.357/DF e 4.425/DF, conforme decidido pelo Ministro Teori Zavascki na Rcl nº 16.745 MC/SC (Rcl 16745 MC, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, julgado em 13/11/2013, publicado em PROCESSO ELETRÔNICO DJe-228 DIVULG 19/11/2013 PUBLIC 20/11/2013).

Após o trânsito em julgado, proceda-se na forma do art. 16 da Lei 10.259/2001, a fim de que seja implantado definitivamente o benefício. Em seguida, remetam-se os autos à Seção de Cálculo para que esta, considerando a renda mensal encontrada pelo INSS, calcule o valor das parcelas vencidas. Intimadas as partes do cálculo e sem impugnação, expeça-se RPV e arquite-se o processo com baixa.

Adote a Secretaria as providências necessárias ao pagamento dos honorários periciais.

Sem custas e honorários advocatícios (art. 1º da Lei nº 10.259/01 c/c art. 55 da Lei nº 9.099/95), cujos benefícios de gratuidade defiro à parte autora.

P. R. I.

5. A Turma Recursal, apreciando recurso do autor, assim se pronunciou:

## EMENTA

AUXILIO-DOENÇA. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA PARCIAL. RECURSO DA PARTE AUTORA. PEDIDO DE FIXAÇÃO DA DIB NA DCB. PEDIDO DE APLICAÇÃO DO INPC. RECURSO DESPROVIDO.

1. Sentença de parcial procedência, para conceder o restabelecimento do benefício de auxílio-doença (17/01/2014) até o dia 31/07/2014, bem como a conversão em aposentadoria por invalidez com DIB e DIP em 01/08/2014. A parte autora requer a retroação da data do início do benefício de aposentadoria por invalidez a partir da DCB. 2. De acordo com o laudo, o(a) autor(a), 69 anos, pedreiro, é portador(a) de "CID-10 de números J44 (outras doenças pulmonares obstrutivas crônicas) e I10 (hipertensão essencial - primária), ambas de grau grave.", causando-lhe incapacitação total e permanente. Afirma o especialista que a incapacidade possui data provável em 09/09/2013, justificável a partir da espirometria realizada nesta data, quando foi evidenciada a obstrução grave.

3. Contudo, o próprio autor estava receber o benefício de auxílio-doença e não postulou a revisão do seu benefício, com a conversão do auxílio-doença em aposentadoria por invalidez, o que somente restou pleiteado em juízo, após a cessação daquele. Logo, não se justifica que a aposentadoria por invalidez seja concedida a contar da cessação, haja vista que, não fosse ela, estaria o autor ainda receber auxílio-doença.

4. O autor ainda requer que os valores atrasados sejam atualizados de acordo com o INPC. Apesar das alterações aprovadas pelo CJF, relativas aos efeitos do julgamento pelo STF da ADI nº 4.357/DF quanto à utilização da TR como indexador de correção monetária das condenações judiciais impostas à Fazenda Pública, deve ser mantida a sistemática anterior à decisão proferida por aquela Corte, uma vez que o Pleno do STF, na sessão de julgamento de 24.10.2013, ratificou medida cautelar concedida em 11.04.2013 pelo Relator Min. LUIZ FUX na ADI 4.357/DF, que determina a adoção da sistemática anterior na pendência do julgamento dos embargos de declaração re-

lativos à modulação de efeitos dos julgados proferidos nas ADIs n.º 4.357/DF e 4.425/DF, conforme decidido pelo Ministro Teori Zavascki na Rcl n.º 16.745 MC/SC (Rcl 16745 MC, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, julgado em 13/11/2013, publicado em PROCESSO ELETRÔNICO DJe-228 DIVULG 19/11/2013 PUBLIC 20/11/2013).

5. No caso em tela, a respeito do art. 1º-F da Lei 9.494/97, entende-se correta a sua aplicação na sentença.

6. Súmula do julgamento: A Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba, reunida em sessão de julgamento ocorrida na data constante da aba "Sessões Recursais" destes autos virtuais, por unanimidade de votos, negou provimento ao recurso da parte autora, sem condenação em honorários advocatícios e custas processuais, ante a concessão da justiça gratuita..

5. De prêmio, não vislumbro a alegada divergência jurisprudencial no tocante ao termo inicial do benefício. Com efeito, o autor sustenta divergência no sentido de que, constatada a indevida cessação do benefício de auxílio-doença, deve ser restabelecido o seu pagamento desde essa data, e não da apresentação do laudo pericial em juízo. Alega, ainda, que o acórdão, ora atacado, reafirmou o determinado na sentença monocrática, reconhecendo que o promovente preencheu todos os requisitos necessários para percepção do benefício pleiteado e deferido, no entanto, determinou que o mesmo fosse pago somente a partir de 01/08/2014. Contudo, da leitura da sentença, extrai-se que houve o restabelecimento do auxílio doença desde a cessação (18/01/2014), o dispositivo apenas destacou que o pagamento das parcelas vencidas entre e 18.01.2014 até 31.07.2014, constituíam valores pagos a título de atrasados, que deveriam observar os acréscimos legais. Dessa forma, não vislumbro a alegada divergência jurisprudencial, razão pela qual, não conheço do incidente quanto a esse tópico.

6. Por outro giro, no que tange aos acréscimos legais, também improcede a alegação do recorrente, porquanto o entendimento adotado no aresto recorrido (acima transcrito) está em consonância com o posicionamento desta TNU. Com efeito, fixou-se no PEDILEF 50006423220124047108, Relator Juiz Federal Marcos Antônio Garapa De Carvalho, que as parcelas atrasadas devidas desde a DIB até a data de implantação do benefício, serão acrescidas de correção monetária e juros de mora, que devem respeitar as seguintes diretrizes: a) até junho/2009, regramento previsto para correção monetária e juros de mora no Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal para a classe da ação; b) de julho/2009 e até junho/2012, TR - Taxa Referencial (correção monetária) e 0,5% (meio por cento) ao mês de juros de mora (art. 1º-F da Lei n.º 9.494/97, alterada pela Lei n.º 11.960/2009); e c) a partir de julho/2012, TR - Taxa Referencial (correção monetária) e a taxa de juros aplicada às cadernetas de poupança (art. 1º-F da Lei n.º 9.494/97, alterada pela Lei n.º 11.960/2009 e Lei n.º 12.703/2012).

7. Por tais fundamentos, não conheço do incidente.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.  
Brasília/DF, 16 de junho de 2016.

FLAVIA PELLEGRINO SOARES MILLANI  
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0007467-03.2011.4.03.6183  
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo  
REQUERENTE: JOSÉ MONTEIRO DA CRUZ  
PROC./ADV.: ALEXANDRE CEREJA SANCHEZ  
OAB: SP-148 058  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL INADMITIDO. AGRAVO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ADEQUAÇÃO AOS TETOS ESTABELECIDOS PELAS EMENDAS CONSTITUCIONAIS Nº 20/1998 E 41/2003. PRECEDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, FIRMADO SOB A SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL. APLICABILIDADE. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO LIMITADO AO TETO VIGENTE POR OCASIÃO DA REVISÃO NOS TERMOS DO ART. 144, DA LEI Nº 8.213/91. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.

1. A parte autora interpõe agravo contra decisão, proferida pelo MM. Juiz Federal Presidente da 2ª Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, que inadmitiu Pedido de Uniformização de Interpretação da Legislação Federal, porque o acórdão recorrido não divergiu da posição firmada no RE n. 564.354/SE.

2. Nas suas razões recursais, a parte autora afirma que o acórdão que negou provimento a recurso inominado e manteve o julgamento de improcedência do pedido de revisão da renda mensal do benefício previdenciário recebido pela parte autora, de acordo com os novos tetos estabelecidos pelas Emendas Constitucionais n. 20/1998 e 41/2003, diverge de entendimento perfilhado pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná, no processo n. 2008.70.50.014435-8.

3. Os autos foram-me distribuídos por decisão do MM. Ministro Presidente da Turma Nacional de Uniformização.

4. Presentes os pressupostos de admissibilidade e demonstrado o dissídio jurisprudencial, conheço o Pedido de Uniformização e passo ao exame do seu mérito.

5. Em análise do pedido para incidência do novo teto sobre a renda mensal dos benefícios implantados em momento anterior à sua entrada em vigor, registro que as alegações relacionadas à violação ao ato jurídico perfeito, à possível retroatividade da aplicação do novo limite e à determinação de reajuste de benefício previdenciário sem a prévia definição de fonte de custeio (arts. 5º, XXXVI, e 195, §5º, da Constituição da República de 1988) já foram objeto de análise pelo Supremo Tribunal Federal que, em julgamento do RE 564.354 (Pleno, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJE 14/02/2011), sob a sistemática da repercussão geral (art. 543-B do Código de Processo Civil de 1973), decidiu que a elevação dos limites máximos dos benefícios previdenciários, concedidos no Regime Geral da Previdência Social, deveriam ser ajustados aos novos patamares definidos pelas Emendas Constitucionais nºs 20/1998 e 41/2003. A propósito, transcrevo a ementa do acórdão referido:

DIREITOS CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ALTERAÇÃO NO TETO DOS BENEFÍCIOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA. REFLEXOS NOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTES DA ALTERAÇÃO. EMENDAS CONSTITUCIONAIS N. 20/1998 E 41/2003. DIREITO INTERTEMPORAL: ATO JURÍDICO PERFEITO. NECESSIDADE DE INTERPRETAÇÃO DA LEI INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE DAS LEIS. RECURSO EXTRAORDINÁRIO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Há pelo menos duas situações jurídicas em que a atuação do Supremo Tribunal Federal como guardião da Constituição da República demanda interpretação da legislação infraconstitucional: a primeira respeita ao exercício do controle de constitucionalidade das normas, pois não se declara a constitucionalidade ou inconstitucionalidade de uma lei sem antes entendê-la; a segunda, que se dá na espécie, decorre da garantia constitucional da proteção ao ato jurídico perfeito contra lei superveniente, pois a solução de controvérsia sob essa perspectiva pressupõe sejam interpretadas as leis postas em conflito e determinados os seus alcances para se dizer da existência ou ausência da retroatividade constitucionalmente vedada. 2. Não ofende o ato jurídico perfeito a aplicação imediata do art. 14 da Emenda Constitucional n. 20/1998 e do art. 5º da Emenda Constitucional n. 41/2003 aos benefícios previdenciários limitados a teto do regime geral de previdência estabelecido antes da vigência dessas normas, de modo a que passem a observar o novo teto constitucional. 3. Negado provimento ao recurso extraordinário. (original sem grifos).

6. A fundamentação declinada no precedente não definiu marco temporal para a correspondência do salário-de-benefício aos novos limites instituídos pelos valores máximos do salário-de-contribuição. Contudo, no presente Pedido de Uniformização, o pedido de revisão foi julgado improcedente, por entender-se que a sujeição do valor do salário-de-benefício ao limite máximo do salário-de-contribuição, vigente na data de início do benefício, somente seria observada nas hipóteses de concessão posteriores a 05 de abril de 1991, quando passou a ser aplicada a regra veiculada pelo art. 29, §2º, da Lei n. 8.213/91. Contudo, tal convicção não pode ser mantida, pois os benefícios concedidos entre 05 de outubro de 1988 e 05 de abril de 1991 (período conhecido como "buraco negro") tiveram sua renda mensal recalculada e revista, de acordo com o art. 144, da Lei n. 8.213/91, ocasião em que passaram a estar sujeitos ao limite do valor máximo do salário-de-contribuição vigente.

7. As disposições normativas posteriores, que previram a reposição do valor que sobejou o teto nos reajustes subsequentes (art. 26, da Lei n. 8.870/94; art. 21, §3º, da Lei n. 8.880/94, e art. 35, §3º, do Decreto n. 3.048/99), não afastam o direito alegado pela parte autora, porém exigem que seja aferida contabilmente a existência de efetiva absorção das diferenças nas revisões do benefício recebido pelo segurado, a fim de que se apure se há quantia devida em decorrência dos novos tetos instituídos pelas Emendas Constitucionais ns. 20/98 e 41/2003. Em apoio ao entendimento favorável à revisão dos benefícios concedidos entre 05 de outubro de 1988 e 05 de abril de 1991, de acordo com os novos tetos previstos pelas aludidas Emendas Constitucionais, anoto as decisões monocráticas proferidas no RE 899.546/SP (Rel. Min. Cármen Lúcia, DJE 01/09/2015), no ARE 758.317 (Rel. Min. Luís Roberto Barroso, DJE 03/03/2015), no ARE 917.319/RJ (Rel. Min. Edson Fachin, DJE 23/10/2015) e o acórdão prolatado no ARE 921.066 ED/RJ (1ª Turma, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, DJE 24/05/2016), no qual foi consignado que o Supremo Tribunal Federal "não impôs limites temporais à atualização do benefício".

8. Posto isso, voto pelo conhecimento e provimento do Pedido de Uniformização para afirmar a tese de que o benefício previdenciário limitado ao teto vigente por ocasião da revisão, nos termos do artigo 144, da Lei n. 8.213/91, deve ser ajustado aos novos patamares definidos pelas Emendas Constitucionais nºs 20/1998 e 41/2003. Julgo procedente o pedido, na forma do art. 487, inciso I, do Novo Código de Processo Civil, de modo a condenar o INSS a revisar a renda mensal da aposentadoria por tempo de contribuição recebida pela parte autora (NB 083.616.344-3), mediante aplicação dos novos tetos instituídos pelas Emendas Constitucionais nºs 20/1998 e 41/2003, e a pagar-lhe as diferenças correspondentes às prestações vencidas, respeitada a prescrição quinquenal, atualizadas monetariamente pelo INPC. Os juros moratórios deverão ser calculados na forma do art.1-F, da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09 e computados a contar da citação. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, de acordo com o art. 55 da Lei nº 9.099/95.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais CONHECER E DAR PROVIMENTO AO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela parte autora, nos termos do voto/ementa do Relator.  
Brasília/DF, 16 de junho de 2016.

FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0008820-15.2011.4.03.6301

ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo

REQUERENTE: JOEL FRANCISCO

PROC./ADV.: FERNANDA SILVEIRA DOS SANTOS

OAB: SP-303448

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL INADMITIDO. AGRAVO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ADEQUAÇÃO AOS TETOS ESTABELECIDOS PELAS EMENDAS CONSTITUCIONAIS Nº 20/1998 E 41/2003. PRECEDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, FIRMADO SOB A SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL. APLICABILIDADE. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO LIMITADO AO TETO VIGENTE POR OCASIÃO DA REVISÃO NOS TERMOS DO ART. 144, DA LEI Nº 8.213/91. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.

1. A parte autora interpõe Pedido de Uniformização de Interpretação da Legislação Federal contra acórdão prolatado pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, que deu provimento a recurso inominado interposto pelo INSS e julgou improcedente pedido para revisão de benefício previdenciário, de acordo com os novos tetos estabelecidos pelas Emendas Constitucionais n. 20/1998 e n. 41/2003. Nas suas razões recursais, a parte autora afirma que o acórdão adotou interpretação divergente daquela acolhida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, no processo n. 2011.51.51.034129-5/01.

2. A MMª. Juíza Federal Coordenadora das Turmas Recursais da Seção Judiciária de São Paulo proferiu decisão para inadmitir o Pedido de Uniformização.

3. Os autos foram-me distribuídos por decisão do MM. Ministro Presidente da Turma Nacional de Uniformização.

4. Presentes os pressupostos de admissibilidade e demonstrado o dissídio jurisprudencial, conheço o Pedido de Uniformização e passo ao exame do seu mérito.

5. Em análise do pedido para incidência do novo teto sobre a renda mensal dos benefícios implantados em momento anterior à sua entrada em vigor, registro que as alegações relacionadas à violação ao ato jurídico perfeito, à possível retroatividade da aplicação do novo limite e à determinação de reajuste de benefício previdenciário sem a prévia definição de fonte de custeio (arts. 5º, XXXVI, e 195, §5º, da Constituição da República de 1988) já foram objeto de análise pelo Supremo Tribunal Federal que, em julgamento do RE 564.354 (Pleno, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJE 14/02/2011), sob a sistemática da repercussão geral (art. 543-B do Código de Processo Civil de 1973), decidiu que a elevação dos limites máximos dos benefícios previdenciários, concedidos no Regime Geral da Previdência Social, deveriam ser ajustados aos novos patamares definidos pelas Emendas Constitucionais nºs 20/1998 e 41/2003. A propósito, transcrevo a ementa do acórdão referido:

DIREITOS CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ALTERAÇÃO NO TETO DOS BENEFÍCIOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA. REFLEXOS NOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTES DA ALTERAÇÃO. EMENDAS CONSTITUCIONAIS N. 20/1998 E 41/2003. DIREITO INTERTEMPORAL: ATO JURÍDICO PERFEITO. NECESSIDADE DE INTERPRETAÇÃO DA LEI INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE DAS LEIS. RECURSO EXTRAORDINÁRIO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Há pelo menos duas situações jurídicas em que a atuação do Supremo Tribunal Federal como guardião da Constituição da República demanda interpretação da legislação infraconstitucional: a primeira respeita ao exercício do controle de constitucionalidade das normas, pois não se declara a constitucionalidade ou inconstitucionalidade de uma lei sem antes entendê-la; a segunda, que se dá na espécie, decorre da garantia constitucional da proteção ao ato jurídico perfeito contra lei superveniente, pois a solução de controvérsia sob essa perspectiva pressupõe sejam interpretadas as leis postas em conflito e determinados os seus alcances para se dizer da existência ou ausência da retroatividade constitucionalmente vedada. 2. Não ofende o ato jurídico perfeito a aplicação imediata do art. 14 da Emenda Constitucional n. 20/1998 e do art. 5º da Emenda Constitucional n. 41/2003 aos benefícios previdenciários limitados a teto do regime geral de previdência estabelecido antes da vigência dessas normas, de modo a que passem a observar o novo teto constitucional. 3. Negado provimento ao recurso extraordinário. (original sem grifos).

6. A fundamentação declinada no precedente não definiu marco temporal para a correspondência do salário-de-benefício aos novos limites instituídos pelos valores máximos do salário-de-contribuição. Contudo, no presente Pedido de Uniformização, o pedido de revisão foi julgado improcedente, por entender-se que a sujeição do valor do salário-de-benefício ao limite máximo do salário-de-contribuição, vigente na data de início do benefício, somente seria observada nas hipóteses de concessão posteriores a 05 de abril de 1991, quando passou a ser aplicada a regra veiculada pelo art. 29, §2º, da Lei n. 8.213/91. Contudo, tal convicção não pode ser mantida, pois os benefícios concedidos entre 05 de outubro de 1988 e 05 de abril de 1991 (período conhecido como "buraco negro") tiveram sua renda mensal recalculada e revista, de acordo com o art. 144, da Lei n. 8.213/91, ocasião em que passaram a estar sujeitos ao limite do valor máximo do salário-de-contribuição vigente.

7. As disposições normativas posteriores, que previram a reposição do valor que sobejou o teto nos reajustes subsequentes (art. 26, da Lei n. 8.870/94; art. 21, §3º, da Lei n. 8.880/94, e art. 35, §3º, do Decreto n. 3.048/99), não afastam o direito alegado pela parte autora, porém exigem que seja aferida contabilmente a existência de efetiva ab-



sorção das diferenças nas revisões do benefício recebido pelo segurado, a fim de que se apure se há quantia devida em decorrência dos novos tetos instituídos pelas Emendas Constitucionais ns. 20/98 e 41/2003. Em apoio ao entendimento favorável à revisão dos benefícios concedidos entre 05 de outubro de 1988 e 05 de abril de 1991, de acordo com os novos tetos previstos pelas aludidas Emendas Constitucionais, anoto as decisões monocráticas proferidas no RE 899.546/SP (Rel. Min. Cármen Lúcia, DJE 01/09/2015), no ARE 758.317 (Rel. Min. Luís Roberto Barroso, DJE 03/03/2015), no ARE 917.319/RJ (Rel. Min. Edson Fachin, DJE 23/10/2015) e o acórdão prolatado no ARE 921.066 ED/RJ (1ª Turma, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, DJE 24/05/2016), no qual foi consignado que o Supremo Tribunal Federal "não impôs limites temporais à atualização do benefício".

8. Posto isso, voto pelo conhecimento e provimento do Pedido de Uniformização para afirmar a tese de que o benefício previdenciário limitado ao teto vigente por ocasião da revisão, nos termos do artigo 144, da Lei n. 8.213/91, deve ser ajustado aos novos patamares definidos pelas Emendas Constitucionais n°s 20/1998 e 41/2003. Julgo procedente o pedido, na forma do art. 487, inciso I, do Novo Código de Processo Civil, de modo a condenar o INSS a revisar a renda mensal da aposentadoria por tempo de contribuição recebida pela parte autora (NB 084.341.457-0), mediante aplicação dos novos tetos instituídos pelas Emendas Constitucionais n°s 20/1998 e 41/2003, e a pagar-lhe as diferenças correspondentes às prestações vencidas, respeitada a prescrição quinquenal, atualizadas monetariamente pelo INPC. Os juros moratórios deverão ser calculados na forma do art.1-F, da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09 e computados a contar da citação. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, de acordo com o art. 55 da Lei nº 9.099/95.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais CONHECER E DAR PROVIMENTO AO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela parte autora, nos termos do voto/ementa do Relator.

Brasília/DF, 16 de junho de 2016.

FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0002778-62.2012.4.03.6317

ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo

REQUERENTE: ALFREDO MICHELINI

PROC./ADV.: IDELI MENDES DA SILVA

OAB: SP-299898

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA

### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL INADMITIDO. AGRAVO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ADEQUAÇÃO AOS TETOS ESTABELECIDOS PELAS EMENDAS CONSTITUCIONAIS Nº 20/1998 E 41/2003. PRECEDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, FIRMADO SOB A SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL. APLICABILIDADE. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO LIMITADO AO TETO VIGENTE POR OCASIÃO DA REVISÃO NOS TERMOS DO ART. 144, DA LEI Nº 8.213/91. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.

1. A parte autora interpõe Pedido de Uniformização de Interpretação da Legislação Federal contra acórdão prolatado pela Quarta Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, que deu provimento a recurso inominado interposto pelo INSS e julgou improcedente pedido para revisão de benefício previdenciário, de acordo com os novos tetos estabelecidos pelas Emendas Constitucionais n. 20/1998 e n. 41/2003. Nas suas razões recursais, a parte autora afirma que o acórdão adotou interpretação divergente daquela acolhida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, no processo n. 2011.51.51.034129-5/01.

2. O MM. Juiz Federal Presidente das Turmas Recursais da Seção Judiciária de São Paulo proferiu decisão para admitir o Pedido de Uniformização.

3. Os autos foram-me distribuídos por decisão do MM. Ministro Presidente da Turma Nacional de Uniformização.

4. Presentes os pressupostos de admissibilidade e demonstrado o dissídio jurisprudencial, conheço o Pedido de Uniformização e passo ao exame do seu mérito.

5. Em análise do pedido para incidência do novo teto sobre a renda mensal dos benefícios implantados em momento anterior à sua entrada em vigor, registro que as alegações relacionadas à violação ao ato jurídico perfeito, à possível retroatividade da aplicação do novo limite e à determinação de reajuste de benefício previdenciário sem a prévia definição de fonte de custeio (arts. 5º, XXXVI, e 195, §5º, da Constituição da República de 1988) já foram objeto de análise pelo Supremo Tribunal Federal que, em julgamento do RE 564.354 (Pleno, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJE 14/02/2011), sob a sistemática da repercussão geral (art. 543-B do Código de Processo Civil de 1973), decidiu que a elevação dos limites máximos dos benefícios previdenciários, concedidos no Regime Geral da Previdência Social, deveriam ser ajustados aos novos patamares definidos pelas Emendas Constitucionais n°s 20/1998 e 41/2003. A propósito, transcrevo a ementa do acórdão referido:

DIREITOS CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ALTERAÇÃO NO TETO DOS BENEFÍCIOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA. REFLEXOS NOS BENE-

FÍCIOS CONCEDIDOS ANTES DA ALTERAÇÃO. EMENDAS CONSTITUCIONAIS N. 20/1998 E 41/2003. DIREITO INTERTEMPORAL: ATO JURÍDICO PERFEITO. NECESSIDADE DE INTERPRETAÇÃO DA LEI INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE DAS LEIS. RECURSO EXTRAORDINÁRIO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Há pelo menos duas situações jurídicas em que a atuação do Supremo Tribunal Federal como guardião da Constituição da República demanda interpretação da legislação infraconstitucional: a primeira respeita ao exercício do controle de constitucionalidade das normas, pois não se declara a constitucionalidade ou inconstitucionalidade de uma lei sem antes entendê-la; a segunda, que se dá na espécie, decorre da garantia constitucional da proteção ao ato jurídico perfeito contra lei superveniente, pois a solução de controvérsia sob essa perspectiva pressupõe sejam interpretadas as leis postas em conflito e determinados os seus alcances para se dizer da existência ou ausência da retroatividade constitucionalmente vedada. 2. Não ofende o ato jurídico perfeito a aplicação imediata do art. 14 da Emenda Constitucional n. 20/1998 e do art. 5º da Emenda Constitucional n. 41/2003 aos benefícios previdenciários limitados a teto do regime geral de previdência estabelecido antes da vigência dessas normas, de modo a que passem a observar o novo teto constitucional. 3. Negado provimento ao recurso extraordinário. (original sem grifos).

6. A fundamentação declinada no precedente não definiu marco temporal para a correspondência do salário-de-benefício aos novos limites instituídos pelos valores máximos do salário-de-contribuição. Contudo, no presente Pedido de Uniformização, o pedido de revisão foi julgado improcedente, por entender-se que a sujeição do valor do salário-de-benefício ao limite máximo do salário-de-contribuição, vigente na data de início do benefício, somente seria observada nas hipóteses de concessão posteriores a 05 de abril de 1991, quando passou a ser aplicada a regra veiculada pelo art. 29, §2º, da Lei n. 8.213/91. Contudo, tal convicção não pode ser mantida, pois os benefícios concedidos entre 05 de outubro de 1988 e 05 de abril de 1991 (período conhecido como "buraco negro") tiveram sua renda mensal recalculada e revista, de acordo com o art. 144, da Lei n. 8.213/91, ocasião em que passaram a estar sujeitos ao limite do valor máximo do salário-de-contribuição vigente.

7. As disposições normativas posteriores, que previram a reposição do valor que sobejou o teto nos reajustes subsequentes (art. 26, da Lei n. 8.870/94; art. 21, §3º, da Lei n. 8.880/94, e art. 35, §3º, do Decreto n. 3.048/99), não afastam o direito alegado pela parte autora, porém exigem que seja aferida contabilmente a existência de efetiva absorção das diferenças nas revisões do benefício recebido pelo segurado, a fim de que se apure se há quantia devida em decorrência dos novos tetos instituídos pelas Emendas Constitucionais ns. 20/98 e 41/2003. Em apoio ao entendimento favorável à revisão dos benefícios concedidos entre 05 de outubro de 1988 e 05 de abril de 1991, de acordo com os novos tetos previstos pelas aludidas Emendas Constitucionais, anoto as decisões monocráticas proferidas no RE 899.546/SP (Rel. Min. Cármen Lúcia, DJE 01/09/2015), no ARE 758.317 (Rel. Min. Luís Roberto Barroso, DJE 03/03/2015), no ARE 917.319/RJ (Rel. Min. Edson Fachin, DJE 23/10/2015) e o acórdão prolatado no ARE 921.066 ED/RJ (1ª Turma, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, DJE 24/05/2016), no qual foi consignado que o Supremo Tribunal Federal "não impôs limites temporais à atualização do benefício".

8. Posto isso, voto pelo conhecimento e provimento do Pedido de Uniformização para afirmar a tese de que o benefício previdenciário limitado ao teto vigente por ocasião da revisão, nos termos do artigo 144, da Lei n. 8.213/91, deve ser ajustado aos novos patamares definidos pelas Emendas Constitucionais n°s 20/1998 e 41/2003. Julgo procedente o pedido, na forma do art. 487, inciso I, do Novo Código de Processo Civil, de modo a condenar o INSS a revisar a renda mensal da aposentadoria por tempo de contribuição recebida pela parte autora (NB 083.616.344-3), mediante aplicação dos novos tetos instituídos pelas Emendas Constitucionais n°s 20/1998 e 41/2003, e a pagar-lhe as diferenças correspondentes às prestações vencidas, respeitada a prescrição quinquenal, atualizadas monetariamente pelo INPC. Os juros moratórios deverão ser calculados na forma do art.1-F, da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09 e computados a contar da citação. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, de acordo com o art. 55 da Lei nº 9.099/95.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais CONHECER E DAR PROVIMENTO AO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela parte autora, nos termos do voto/ementa do Relator.

Brasília/DF, 16 de junho de 2016.

FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0003836-88.2012.4.03.6321

ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo

REQUERENTE: VALTER DE MOURA

PROC./ADV.: IDELI MENDES DA SILVA

OAB: SP-299898

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA

### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL INADMITIDO. AGRAVO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ADEQUAÇÃO AOS TETOS ESTABELE-

CIDOS PELAS EMENDAS CONSTITUCIONAIS Nº 20/1998 E 41/2003. PRECEDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, FIRMADO SOB A SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL. APLICABILIDADE. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO LIMITADO AO TETO VIGENTE POR OCASIÃO DA REVISÃO NOS TERMOS DO ART. 144, DA LEI Nº 8.213/91. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.

1. A parte autora interpõe Pedido de Uniformização de Interpretação da Legislação Federal contra acórdão prolatado pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, que negou provimento ao recurso inominado por ela interposto e manteve a sentença que julgou improcedente pedido para revisão de benefício previdenciário, de acordo com os novos tetos estabelecidos pelas Emendas Constitucionais n. 20/1998 e n. 41/2003. Nas suas razões recursais, a parte autora afirma que o acórdão adotou interpretação divergente daquela acolhida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, no processo n. 2011.51.51.034129-5/01.

2. O MM. Juiz Federal Presidente das Turmas Recursais da Seção Judiciária de São Paulo proferiu decisão para admitir o Pedido de Uniformização.

3. Os autos foram-me distribuídos por decisão do MM. Ministro Presidente da Turma Nacional de Uniformização.

4. Presentes os pressupostos de admissibilidade e demonstrado o dissídio jurisprudencial, conheço o Pedido de Uniformização e passo ao exame do seu mérito.

5. Em análise do pedido para incidência do novo teto sobre a renda mensal dos benefícios implantados em momento anterior à sua entrada em vigor, registro que as alegações relacionadas à violação ao ato jurídico perfeito, à possível retroatividade da aplicação do novo limite e à determinação de reajuste de benefício previdenciário sem a prévia definição de fonte de custeio (arts. 5º, XXXVI, e 195, §5º, da Constituição da República de 1988) já foram objeto de análise pelo Supremo Tribunal Federal que, em julgamento do RE 564.354 (Pleno, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJE 14/02/2011), sob a sistemática da repercussão geral (art. 543-B do Código de Processo Civil de 1973), decidiu que a elevação dos limites máximos dos benefícios previdenciários, concedidos no Regime Geral da Previdência Social, deveriam ser ajustados aos novos patamares definidos pelas Emendas Constitucionais n°s 20/1998 e 41/2003. A propósito, transcrevo a ementa do acórdão referido:

DIREITOS CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ALTERAÇÃO NO TETO DOS BENEFÍCIOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA. REFLEXOS NOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTES DA ALTERAÇÃO. EMENDAS CONSTITUCIONAIS N. 20/1998 E 41/2003. DIREITO INTERTEMPORAL: ATO JURÍDICO PERFEITO. NECESSIDADE DE INTERPRETAÇÃO DA LEI INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE DAS LEIS. RECURSO EXTRAORDINÁRIO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Há pelo menos duas situações jurídicas em que a atuação do Supremo Tribunal Federal como guardião da Constituição da República demanda interpretação da legislação infraconstitucional: a primeira respeita ao exercício do controle de constitucionalidade das normas, pois não se declara a constitucionalidade ou inconstitucionalidade de uma lei sem antes entendê-la; a segunda, que se dá na espécie, decorre da garantia constitucional da proteção ao ato jurídico perfeito contra lei superveniente, pois a solução de controvérsia sob essa perspectiva pressupõe sejam interpretadas as leis postas em conflito e determinados os seus alcances para se dizer da existência ou ausência da retroatividade constitucionalmente vedada. 2. Não ofende o ato jurídico perfeito a aplicação imediata do art. 14 da Emenda Constitucional n. 20/1998 e do art. 5º da Emenda Constitucional n. 41/2003 aos benefícios previdenciários limitados a teto do regime geral de previdência estabelecido antes da vigência dessas normas, de modo a que passem a observar o novo teto constitucional. 3. Negado provimento ao recurso extraordinário. (original sem grifos).

6. A fundamentação declinada no precedente não definiu marco temporal para a correspondência do salário-de-benefício aos novos limites instituídos pelos valores máximos do salário-de-contribuição. Contudo, no presente Pedido de Uniformização, o pedido de revisão foi julgado improcedente, por entender-se que a sujeição do valor do salário-de-benefício ao limite máximo do salário-de-contribuição, vigente na data de início do benefício, somente seria observada nas hipóteses de concessão posteriores a 05 de abril de 1991, quando passou a ser aplicada a regra veiculada pelo art. 29, §2º, da Lei n. 8.213/91. Contudo, tal convicção não pode ser mantida, pois os benefícios concedidos entre 05 de outubro de 1988 e 05 de abril de 1991 (período conhecido como "buraco negro") tiveram sua renda mensal recalculada e revista, de acordo com o art. 144, da Lei n. 8.213/91, ocasião em que passaram a estar sujeitos ao limite do valor máximo do salário-de-contribuição vigente.

7. As disposições normativas posteriores, que previram a reposição do valor que sobejou o teto nos reajustes subsequentes (art. 26, da Lei n. 8.870/94; art. 21, §3º, da Lei n. 8.880/94, e art. 35, §3º, do Decreto n. 3.048/99), não afastam o direito alegado pela parte autora, porém exigem que seja aferida contabilmente a existência de efetiva absorção das diferenças nas revisões do benefício recebido pelo segurado, a fim de que se apure se há quantia devida em decorrência dos novos tetos instituídos pelas Emendas Constitucionais ns. 20/98 e 41/2003. Em apoio ao entendimento favorável à revisão dos benefícios concedidos entre 05 de outubro de 1988 e 05 de abril de 1991, de acordo com os novos tetos previstos pelas aludidas Emendas Constitucionais, anoto as decisões monocráticas proferidas no RE 899.546/SP (Rel. Min. Cármen Lúcia, DJE 01/09/2015), no ARE 758.317 (Rel. Min. Luís Roberto Barroso, DJE 03/03/2015), no ARE 917.319/RJ (Rel. Min. Edson Fachin, DJE 23/10/2015) e o acórdão prolatado no ARE 921.066 ED/RJ (1ª Turma, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, DJE 24/05/2016), no qual foi consignado que o Supremo Tribunal Federal "não impôs limites temporais à atualização do benefício".

8. Posto isso, voto pelo conhecimento e provimento do Pedido de Uniformização para afirmar a tese de que o benefício previdenciário limitado ao teto vigente por ocasião da revisão, nos termos do artigo 144, da Lei n. 8.213/91, deve ser ajustado aos novos patamares definidos pelas Emendas Constitucionais nºs 20/1998 e 41/2003. Julgo procedente o pedido, na forma do art. 487, inciso I, do Novo Código de Processo Civil, de modo a condenar o INSS a revisar a renda mensal da aposentadoria por tempo de contribuição recebida pela parte autora (NB 083.616.344-3), mediante aplicação dos novos tetos instituídos pelas Emendas Constitucionais nºs 20/1998 e 41/2003, e a pagar-lhe as diferenças correspondentes às prestações vencidas, respeitada a prescrição quinquenal, atualizadas monetariamente pelo INPC. Os juros moratórios deverão ser calculados na forma do art.1-F, da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09 e computados a contar da citação. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, de acordo com o art. 55 da Lei nº 9.099/95.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais CONHECER E DAR PROVIMENTO AO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela parte autora, nos termos do voto/ementa do Relator.

Brasília/DF, 16 de junho de 2016.

FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0042679-85.2012.4.03.6301

ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo

REQUERENTE: AGENOR DAMASIO DOS SANTOS

PROC./ADV.: IDELI MENDES DA SILVA

OAB: SP-299898

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA

### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL INADMITIDO. AGRAVO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ADEQUAÇÃO AOS TETOS ESTABELECIDOS PELAS EMENDAS CONSTITUCIONAIS Nº 20/1998 E 41/2003. PRECEDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, FIRMADO SOB A SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL. APLICABILIDADE. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO LIMITADO AO TETO VIGENTE POR OCASIÃO DA REVISÃO NOS TERMOS DO ART. 144, DA LEI Nº 8.213/91. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.

1. A parte autora interpõe Pedido de Uniformização de Interpretação da Legislação Federal contra acórdão prolatado pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, que negou provimento ao recurso inominado por ela interposto e manteve a sentença que julgou improcedente pedido para revisão de benefício previdenciário, de acordo com os novos tetos estabelecidos pelas Emendas Constitucionais n. 20/1998 e n. 41/2003. Nas suas razões recursais, a parte autora afirma que o acórdão adotou interpretação divergente daquela acolhida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, no processo n. 2011.51.51.034129-5/01.

2. O MM. Juiz Federal Presidente das Turmas Recursais da Seção Judiciária de São Paulo proferiu decisão para admitir o Pedido de Uniformização.

3. Os autos foram-me distribuídos por decisão do MM. Ministro Presidente da Turma Nacional de Uniformização.

4. Presentes os pressupostos de admissibilidade e demonstrado o dissídio jurisprudencial, conheço o Pedido de Uniformização e passo ao exame do seu mérito.

5. Em análise do pedido para incidência do novo teto sobre a renda mensal dos benefícios implantados em momento anterior à sua entrada em vigor, registro que as alegações relacionadas à violação ao ato jurídico perfeito, à possível retroatividade da aplicação do novo limite e à determinação de reajuste de benefício previdenciário sem a prévia definição de fonte de custeio (arts. 5º, XXXVI, e 195, §5º, da Constituição da República de 1988) já foram objeto de análise pelo Supremo Tribunal Federal que, em julgamento do RE 564.354 (Pleno, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJE 14/02/2011), sob a sistemática da repercussão geral (art. 543-B do Código de Processo Civil de 1973), decidiu que a elevação dos limites máximos dos benefícios previdenciários, concedidos no Regime Geral da Previdência Social, deveriam ser ajustados aos novos patamares definidos pelas Emendas Constitucionais nºs 20/1998 e 41/2003. A propósito, transcrevo a ementa do acórdão referido:

DIREITOS CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ALTERAÇÃO NO TETO DOS BENEFÍCIOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA. REFLEXOS NOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTES DA ALTERAÇÃO. EMENDAS CONSTITUCIONAIS N. 20/1998 E 41/2003. DIREITO INTERTEMPORAL: ATO JURÍDICO PERFEITO. NECESSIDADE DE INTERPRETAÇÃO DA LEI INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE DAS LEIS. RECURSO EXTRAORDINÁRIO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Há pelo menos duas situações jurídicas em que a atuação do Supremo Tribunal Federal como guardião da Constituição da República demanda interpretação da legislação infraconstitucional: a primeira respeita ao exercício do controle de constitucionalidade das normas, pois não se declara a constitucionalidade ou inconstitucionalidade de uma lei sem antes entendê-la; a segunda, que se dá na espécie, decorre da garantia constitucional da proteção ao ato jurídico perfeito contra lei superveniente, pois a solução de controvérsia sob

essa perspectiva pressupõe sejam interpretadas as leis postas em conflito e determinados os seus alcances para se dizer da existência ou ausência da retroatividade constitucionalmente vedada. 2. Não ofende o ato jurídico perfeito a aplicação imediata do art. 14 da Emenda Constitucional n. 20/1998 e do art. 5º da Emenda Constitucional n. 41/2003 aos benefícios previdenciários limitados a teto do regime geral de previdência estabelecido antes da vigência dessas normas, de modo a que passem a observar o novo teto constitucional. 3. Negado provimento ao recurso extraordinário. (original sem grifos).

6. A fundamentação declinada no precedente não definiu marco temporal para a correspondência do salário-de-benefício aos novos limites instituídos pelos valores máximos do salário-de-contribuição. Contudo, no presente Pedido de Uniformização, o pedido de revisão foi julgado improcedente, por entender-se que a sujeição do valor do salário-de-benefício ao limite máximo do salário-de-contribuição, vigente na data de início do benefício, somente seria observada nas hipóteses de concessão posteriores a 05 de abril de 1991, quando passou a ser aplicada a regra veiculada pelo art. 29, §2º, da Lei n. 8.213/91. Contudo, tal convicção não pode ser mantida, pois os benefícios concedidos entre 05 de outubro de 1988 e 05 de abril de 1991 (período conhecido como "buraco negro") tiveram sua renda mensal recalculada e revista, de acordo com o art. 144, da Lei n. 8.213/91, ocasião em que passaram a estar sujeitos ao limite do valor máximo do salário-de-contribuição vigente.

7. As disposições normativas posteriores, que previram a reposição do valor que sobejou o teto nos reajustes subsequentes (art. 26, da Lei n. 8.870/94; art. 21, §3º, da Lei n. 8.880/94, e art. 35, §3º, do Decreto n. 3.048/99), não afastam o direito alegado pela parte autora, porém exigem que seja aferida contabilmente a existência de efetiva absorção das diferenças nas revisões do benefício recebido pelo segurado, a fim de que se apure se há quantia devida em decorrência dos novos tetos instituídos pelas Emendas Constitucionais ns. 20/98 e 41/2003. Em apoio ao entendimento favorável à revisão dos benefícios concedidos entre 05 de outubro de 1988 e 05 de abril de 1991, de acordo com os novos tetos previstos pelas aludidas Emendas Constitucionais, anoto as decisões monocráticas proferidas no RE 899.546/SP (Rel. Min. Cármen Lúcia, DJE 01/09/2015), no ARE 758.317 (Rel. Min. Luís Roberto Barroso, DJE 03/03/2015), no ARE 917.319/RJ (Rel. Min. Edson Fachin, DJE 23/10/2015) e o acórdão prolatado no ARE 921.066 ED/RJ (1ª Turma, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, DJE 24/05/2016), no qual foi consignado que o Supremo Tribunal Federal "não impôs limites temporais à atualização do benefício".

8. Posto isso, voto pelo conhecimento e provimento do Pedido de Uniformização para afirmar a tese de que o benefício previdenciário limitado ao teto vigente por ocasião da revisão, nos termos do artigo 144, da Lei n. 8.213/91, deve ser ajustado aos novos patamares definidos pelas Emendas Constitucionais nºs 20/1998 e 41/2003. Julgo procedente o pedido, na forma do art. 487, inciso I, do Novo Código de Processo Civil, de modo a condenar o INSS a revisar a renda mensal da aposentadoria por tempo de contribuição recebida pela parte autora (NB 083.616.344-3), mediante aplicação dos novos tetos instituídos pelas Emendas Constitucionais nºs 20/1998 e 41/2003, e a pagar-lhe as diferenças correspondentes às prestações vencidas, respeitada a prescrição quinquenal, atualizadas monetariamente pelo INPC. Os juros moratórios deverão ser calculados na forma do art.1-F, da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09 e computados a contar da citação. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, de acordo com o art. 55 da Lei nº 9.099/95.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais CONHECER E DAR PROVIMENTO AO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela parte autora, nos termos do voto/ementa do Relator.

Brasília/DF, 16 de junho de 2016.

FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0044132-52.2011.4.03.6301

ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo

REQUERENTE: RENATO TOFETTI

PROC./ADV.: FERNANDA SILVEIRA DOS SANTOS

OAB: SP-303448

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA

### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL INADMITIDO. AGRAVO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ADEQUAÇÃO AOS TETOS ESTABELECIDOS PELAS EMENDAS CONSTITUCIONAIS Nº 20/1998 E 41/2003. PRECEDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, FIRMADO SOB A SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL. APLICABILIDADE. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO LIMITADO AO TETO VIGENTE POR OCASIÃO DA REVISÃO NOS TERMOS DO ART. 144, DA LEI Nº 8.213/91. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.

1. A parte autora interpõe agravo contra decisão, proferida pelo MM. Juiz Federal Presidente da 2ª Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, que inadmitiu Pedido de Uniformização de Interpretação da Legislação Federal, porque o acórdão recorrido não divergiu da posição firmada no RE n. 564.354/SE.

2. Nas suas razões recursais, a parte autora afirma que o acórdão que negou provimento a recurso inominado e manteve o julgamento de improcedência do pedido de revisão da renda mensal do benefício previdenciário recebido pela parte autora, de acordo com os novos tetos estabelecidos pelas Emendas Constitucionais n. 20/1998 e 41/2003, diverge de entendimento perfilhado pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, no processo n. 2011.51.51.034129-5/01.

3. Os autos foram-me distribuídos por decisão do MM. Ministro Presidente da Turma Nacional de Uniformização.

4. Presentes os pressupostos de admissibilidade e demonstrado o dissídio jurisprudencial, conheço o Pedido de Uniformização e passo ao exame do seu mérito.

5. Em análise do pedido para incidência do novo teto sobre a renda mensal dos benefícios implantados em momento anterior à sua entrada em vigor, registro que as alegações relacionadas à violação ao ato jurídico perfeito, à possível retroatividade da aplicação do novo limite e à determinação de reajuste de benefício previdenciário sem a prévia definição de fonte de custeio (arts. 5º, XXXVI, e 195, §5º, da Constituição da República de 1988) já foram objeto de análise pelo Supremo Tribunal Federal que, em julgamento do RE 564.354 (Pleno, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJE 14/02/2011), sob a sistemática da repercussão geral (art. 543-B do Código de Processo Civil de 1973), decidiu que a elevação dos limites máximos dos benefícios previdenciários, concedidos no Regime Geral da Previdência Social, deveriam ser ajustados aos novos patamares definidos pelas Emendas Constitucionais nºs 20/1998 e 41/2003. A propósito, transcrevo a ementa do acórdão referido:

DIREITOS CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ALTERAÇÃO NO TETO DOS BENEFÍCIOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA. REFLEXOS NOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTES DA ALTERAÇÃO. EMENDAS CONSTITUCIONAIS N. 20/1998 E 41/2003. DIREITO INTERTEMPORAL: ATO JURÍDICO PERFEITO. NECESSIDADE DE INTERPRETAÇÃO DA LEI INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE DAS LEIS. RECURSO EXTRAORDINÁRIO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Há pelo menos duas situações jurídicas em que a atuação do Supremo Tribunal Federal como guardião da Constituição da República demanda interpretação da legislação infraconstitucional: a primeira respeita ao exercício do controle de constitucionalidade das normas, pois não se declara a constitucionalidade ou inconstitucionalidade de uma lei sem antes entendê-la; a segunda, que se dá na espécie, decorre da garantia constitucional da proteção ao ato jurídico perfeito contra lei superveniente, pois a solução de controvérsia sob

essa perspectiva pressupõe sejam interpretadas as leis postas em conflito e determinados os seus alcances para se dizer da existência ou ausência da retroatividade constitucionalmente vedada. 2. Não ofende o ato jurídico perfeito a aplicação imediata do art. 14 da Emenda Constitucional n. 20/1998 e do art. 5º da Emenda Constitucional n. 41/2003 aos benefícios previdenciários limitados a teto do regime geral de previdência estabelecido antes da vigência dessas normas, de modo a que passem a observar o novo teto constitucional. 3. Negado provimento ao recurso extraordinário. (original sem grifos).

6. A fundamentação declinada no precedente não definiu marco temporal para a correspondência do salário-de-benefício aos novos limites instituídos pelos valores máximos do salário-de-contribuição. Contudo, no presente Pedido de Uniformização, o pedido de revisão foi julgado improcedente, por entender-se que a sujeição do valor do salário-de-benefício ao limite máximo do salário-de-contribuição, vigente na data de início do benefício, somente seria observada nas hipóteses de concessão posteriores a 05 de abril de 1991, quando passou a ser aplicada a regra veiculada pelo art. 29, §2º, da Lei n. 8.213/91. Contudo, tal convicção não pode ser mantida, pois os benefícios concedidos entre 05 de outubro de 1988 e 05 de abril de 1991 (período conhecido como "buraco negro") tiveram sua renda mensal recalculada e revista, de acordo com o art. 144, da Lei n. 8.213/91, ocasião em que passaram a estar sujeitos ao limite do valor máximo do salário-de-contribuição vigente.

7. As disposições normativas posteriores, que previram a reposição do valor que sobejou o teto nos reajustes subsequentes (art. 26, da Lei n. 8.870/94; art. 21, §3º, da Lei n. 8.880/94, e art. 35, §3º, do Decreto n. 3.048/99), não afastam o direito alegado pela parte autora, porém exigem que seja aferida contabilmente a existência de efetiva absorção das diferenças nas revisões do benefício recebido pelo segurado, a fim de que se apure se há quantia devida em decorrência dos novos tetos instituídos pelas Emendas Constitucionais ns. 20/98 e 41/2003. Em apoio ao entendimento favorável à revisão dos benefícios concedidos entre 05 de outubro de 1988 e 05 de abril de 1991, de acordo com os novos tetos previstos pelas aludidas Emendas Constitucionais, anoto as decisões monocráticas proferidas no RE 899.546/SP (Rel. Min. Cármen Lúcia, DJE 01/09/2015), no ARE 758.317 (Rel. Min. Luís Roberto Barroso, DJE 03/03/2015), no ARE 917.319/RJ (Rel. Min. Edson Fachin, DJE 23/10/2015) e o acórdão prolatado no ARE 921.066 ED/RJ (1ª Turma, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, DJE 24/05/2016), no qual foi consignado que o Supremo Tribunal Federal "não impôs limites temporais à atualização do benefício".

8. Posto isso, voto pelo conhecimento e provimento do Pedido de Uniformização para afirmar a tese de que o benefício previdenciário limitado ao teto vigente por ocasião da revisão, nos termos do artigo 144, da Lei n. 8.213/91, deve ser ajustado aos novos patamares definidos pelas Emendas Constitucionais nºs 20/1998 e 41/2003. Julgo procedente o pedido, na forma do art. 487, inciso I, do Novo Código de Processo Civil, de modo a condenar o INSS a revisar a renda mensal da aposentadoria por tempo de contribuição recebida pela parte autora (NB 083.616.344-3), mediante aplicação dos novos tetos instituídos pelas Emendas Constitucionais nºs 20/1998 e 41/2003, e a pagar-lhe as diferenças correspondentes às prestações vencidas, respeitada a prescrição quinquenal, atualizadas monetaria-



mente pelo INPC. Os juros moratórios deverão ser calculados na forma do art.1-F, da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09 e computados a contar da citação. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, de acordo com o art. 55 da Lei nº 9.099/95.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais CONHECER E DAR PROVIMENTO AO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela parte autora, nos termos do voto/ementa do Relator.

Brasília/DF, 16 de junho de 2016.

FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0015597-16.2010.4.03.6183  
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo  
REQUERENTE: NATALE VANNUCCI NETO  
PROC./ADV.: ADAUTO CORREA MARTINS  
OAB: SP-50099  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA

### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL INADMITIDO. AGRAVO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ADEQUAÇÃO AOS TETOS ESTABELECIDOS PELAS EMENDAS CONSTITUCIONAIS Nº 20/1998 E 41/2003. PRECEDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, FIRMADO SOB A SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL. APLICABILIDADE. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO LIMITADO AO TETO VIGENTE POR OCASIÃO DA REVISÃO NOS TERMOS DO ART. 144, DA LEI Nº 8.213/91. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.

1. A parte autora interpõe agravo contra decisão, proferida pelo MM. Juiz Federal Presidente da 1ª Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, que inadmitiu Pedido de Uniformização de Interpretação da Legislação Federal, porque o acórdão paradigma não guarda similitude fática ou jurídica com o acórdão recorrido (questão de ordem n. 22, da TNU).

2. Nas suas razões recursais, a parte autora afirma que o acórdão, prolatado em julgamento de recurso nominado, diverge de entendimento da Turma Recursal de Sergipe (processo n. 0504903-46.2006.05.8500). Aduz que a Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo teria julgado improcedente o pedido de revisão do benefício previdenciário, com a aplicação do limitador máximo da renda mensal ajustada pelos valores fixados pelas Emendas Constitucionais n. 20/98 e 41/2003. Sustenta que é devida a revisão de benefício previdenciário, de acordo com os artigos 20, §1º e 28, §5º, da Lei n. 8.212/91.

3. Os autos foram-me distribuídos por decisão do MM. Ministro Presidente da Turma Nacional de Uniformização.

4. Presentes os pressupostos de admissibilidade e demonstrado o dissídio jurisprudencial, conheço o Pedido de Uniformização e passo ao exame do seu mérito.

5. Em análise do pedido para incidência do novo teto sobre a renda mensal dos benefícios implantados em momento anterior à sua entrada em vigor, registro que as alegações relacionadas à violação ao ato jurídico perfeito, à possível retroatividade da aplicação do novo limite e à determinação de reajuste de benefício previdenciário sem a prévia definição de fonte de custeio (arts. 5º, XXXVI, e 195, §5º, da Constituição da República de 1988) já foram objeto de análise pelo Supremo Tribunal Federal que, em julgamento do RE 564.354 (Pleno, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJE 14/02/2011), sob a sistemática da repercussão geral (art. 543-B do Código de Processo Civil de 1973), decidiu que a elevação dos limites máximos dos benefícios previdenciários, concedidos no Regime Geral da Previdência Social, deveriam ser ajustados aos novos patamares definidos pelas Emendas Constitucionais nºs 20/1998 e 41/2003. A propósito, transcrevo a ementa do acórdão referido:

**DIREITOS CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ALTERAÇÃO NO TETO DOS BENEFÍCIOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA. REFLEXOS NOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTES DA ALTERAÇÃO. EMENDAS CONSTITUCIONAIS N. 20/1998 E 41/2003. DIREITO INTERTEMPORAL: ATO JURÍDICO PERFEITO. NECESSIDADE DE INTERPRETAÇÃO DA LEI INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE DAS LEIS. RECURSO EXTRAORDINÁRIO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.** 1. Há pelo menos duas situações jurídicas em que a atuação do Supremo Tribunal Federal como guardião da Constituição da República demanda interpretação da legislação infraconstitucional: a primeira respeita ao exercício do controle de constitucionalidade das normas, pois não se declara a constitucionalidade ou inconstitucionalidade de uma lei sem antes entendê-la; a segunda, que se dá na espécie, decorre da garantia constitucional da proteção ao ato jurídico perfeito contra lei superveniente, pois a solução de controvérsia sob essa perspectiva pressupõe sejam interpretadas as leis postas em conflito e determinados os seus alcances para se dizer da existência ou ausência da retroatividade constitucionalmente vedada. 2. Não ofende o ato jurídico perfeito a aplicação imediata do art. 14 da Emenda Constitucional n. 20/1998 e do art. 5º da Emenda Constitucional n. 41/2003 aos benefícios previdenciários limitados a teto do regime geral de previdência estabelecido antes da vigência dessas normas, de modo a que passem a observar o novo teto constitucional. 3. Negado provimento ao recurso extraordinário. (original sem grifos).

6. A fundamentação declinada no precedente não definiu marco temporal para a correspondência do salário-de-benefício aos novos limites instituídos pelos valores máximos do salário-de-contribuição. Contudo, no presente Pedido de Uniformização, o pedido de revisão foi julgado improcedente, por entender-se que a sujeição do valor do salário-de-benefício ao limite máximo do salário-de-contribuição, vigente na data de início do benefício, somente seria observada nas hipóteses de concessão posteriores a 05 de abril de 1991, quando passou a ser aplicada a regra veiculada pelo art. 29, §2º, da Lei n. 8.213/91. Contudo, tal convicção não pode ser mantida, pois os benefícios concedidos entre 05 de outubro de 1988 e 05 de abril de 1991 (período conhecido como "buraco negro") tiveram sua renda mensal recalculada e revista, de acordo com o art. 144, da Lei n. 8.213/91, ocasião em que passaram a estar sujeitos ao limite do valor máximo do salário-de-contribuição vigente.

7. As disposições normativas posteriores, que previram a reposição do valor que sobejou o teto nos reajustes subsequentes (art. 26, da Lei n. 8.870/94; art. 21, §3º, da Lei n. 8.880/94, e art. 35, §3º, do Decreto n. 3.048/99), não afastam o direito alegado pela parte autora, porém exigem que seja aferida contabilmente a existência de efetiva absorção das diferenças nas revisões do benefício recebido pelo seguro, a fim de que se apure se há quantia devida em decorrência dos novos tetos instituídos pelas Emendas Constitucionais ns. 20/98 e 41/2003. Em apoio ao entendimento favorável à revisão dos benefícios concedidos entre 05 de outubro de 1988 e 05 de abril de 1991, de acordo com os novos tetos previstos pelas aludidas Emendas Constitucionais, anoto as decisões monocráticas proferidas no RE 899.546/SP (Rel. Min. Cármen Lúcia, DJE 01/09/2015), no ARE 758.317 (Rel. Min. Luís Roberto Barroso, DJE 03/03/2015), no ARE 917.319/RJ (Rel. Min. Edson Fachin, DJE 23/10/2015) e o acórdão prolatado no ARE 921.066 ED/RJ (1ª Turma, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, DJE 24/05/2016), no qual foi consignado que o Supremo Tribunal Federal "não impôs limites temporais à atualização do benefício".

8. Posto isso, voto pelo conhecimento e provimento do Pedido de Uniformização para afirmar a tese de que o benefício previdenciário limitado ao teto vigente por ocasião da revisão, nos termos do artigo 144, da Lei n. 8.213/91, deve ser ajustado aos novos patamares definidos pelas Emendas Constitucionais nºs 20/1998 e 41/2003. Julgo procedente o pedido, na forma do art. 487, inciso I, do Novo Código de Processo Civil, de modo a condenar o INSS a revisar a renda mensal da aposentadoria por tempo de contribuição recebida pela parte autora (NB 083.616.344-3), mediante aplicação dos novos tetos instituídos pelas Emendas Constitucionais nºs 20/1998 e 41/2003, e a pagar-lhe as diferenças correspondentes às prestações vencidas, respeitadas a prescrição quinquenal, atualizadas monetariamente pelo INPC. Os juros moratórios deverão ser calculados na forma do art.1-F, da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09 e computados a contar da citação. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, de acordo com o art. 55 da Lei nº 9.099/95.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais CONHECER E DAR PROVIMENTO AO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela parte autora, nos termos do voto/ementa do Relator.

Brasília/DF, 16 de junho de 2016.

FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0028883-27.2012.4.03.6301  
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo  
REQUERENTE: CONSTANTINO MENEZES  
PROC./ADV.: FERNANDA SILVEIRA DOS SANTOS  
OAB: SP-303448  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA

### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL INADMITIDO. AGRAVO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ADEQUAÇÃO AOS TETOS ESTABELECIDOS PELAS EMENDAS CONSTITUCIONAIS Nº 20/1998 E 41/2003. PRECEDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, FIRMADO SOB A SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL. APLICABILIDADE. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO LIMITADO AO TETO VIGENTE POR OCASIÃO DA REVISÃO NOS TERMOS DO ART. 144, DA LEI Nº 8.213/91. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.

1. A parte autora interpõe Pedido de Uniformização de Interpretação da Legislação Federal contra acórdão prolatado pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, que deu provimento a recurso nominado interposto pelo INSS e julgou improcedente pedido para revisão de benefício previdenciário, de acordo com os novos tetos estabelecidos pelas Emendas Constitucionais n. 20/1998 e n. 41/2003. Nas suas razões recursais, a parte autora afirma que o acórdão adotou interpretação divergente daquela acolhida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, no processo n. 2011.51.51.034129-5/01.

2. A MMª. Juíza Federal Coordenadora das Turmas Recursais da Seção Judiciária de São Paulo proferiu decisão para inadmitir o Pedido de Uniformização.

3. Os autos foram-me distribuídos por decisão do MM. Ministro Presidente da Turma Nacional de Uniformização.

4. Presentes os pressupostos de admissibilidade e demonstrado o dissídio jurisprudencial, conheço o Pedido de Uniformização e passo ao exame do seu mérito.

5. Em análise do pedido para incidência do novo teto sobre a renda mensal dos benefícios implantados em momento anterior à sua entrada em vigor, registro que as alegações relacionadas à violação ao ato jurídico perfeito, à possível retroatividade da aplicação do novo limite e à determinação de reajuste de benefício previdenciário sem a prévia definição de fonte de custeio (arts. 5º, XXXVI, e 195, §5º, da Constituição da República de 1988) já foram objeto de análise pelo Supremo Tribunal Federal que, em julgamento do RE 564.354 (Pleno, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJE 14/02/2011), sob a sistemática da repercussão geral (art. 543-B do Código de Processo Civil de 1973), decidiu que a elevação dos limites máximos dos benefícios previdenciários, concedidos no Regime Geral da Previdência Social, deveriam ser ajustados aos novos patamares definidos pelas Emendas Constitucionais nºs 20/1998 e 41/2003. A propósito, transcrevo a ementa do acórdão referido:

**DIREITOS CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ALTERAÇÃO NO TETO DOS BENEFÍCIOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA. REFLEXOS NOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTES DA ALTERAÇÃO. EMENDAS CONSTITUCIONAIS N. 20/1998 E 41/2003. DIREITO INTERTEMPORAL: ATO JURÍDICO PERFEITO. NECESSIDADE DE INTERPRETAÇÃO DA LEI INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE DAS LEIS. RECURSO EXTRAORDINÁRIO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.** 1. Há pelo menos duas situações jurídicas em que a atuação do Supremo Tribunal Federal como guardião da Constituição da República demanda interpretação da legislação infraconstitucional: a primeira respeita ao exercício do controle de constitucionalidade das normas, pois não se declara a constitucionalidade ou inconstitucionalidade de uma lei sem antes entendê-la; a segunda, que se dá na espécie, decorre da garantia constitucional da proteção ao ato jurídico perfeito contra lei superveniente, pois a solução de controvérsia sob essa perspectiva pressupõe sejam interpretadas as leis postas em conflito e determinados os seus alcances para se dizer da existência ou ausência da retroatividade constitucionalmente vedada. 2. Não ofende o ato jurídico perfeito a aplicação imediata do art. 14 da Emenda Constitucional n. 20/1998 e do art. 5º da Emenda Constitucional n. 41/2003 aos benefícios previdenciários limitados a teto do regime geral de previdência estabelecido antes da vigência dessas normas, de modo a que passem a observar o novo teto constitucional. 3. Negado provimento ao recurso extraordinário. (original sem grifos).

6. A fundamentação declinada no precedente não definiu marco temporal para a correspondência do salário-de-benefício aos novos limites instituídos pelos valores máximos do salário-de-contribuição. Contudo, no presente Pedido de Uniformização, o pedido de revisão foi julgado improcedente, por entender-se que a sujeição do valor do salário-de-benefício ao limite máximo do salário-de-contribuição, vigente na data de início do benefício, somente seria observada nas hipóteses de concessão posteriores a 05 de abril de 1991, quando passou a ser aplicada a regra veiculada pelo art. 29, §2º, da Lei n. 8.213/91. Contudo, tal convicção não pode ser mantida, pois os benefícios concedidos entre 05 de outubro de 1988 e 05 de abril de 1991 (período conhecido como "buraco negro") tiveram sua renda mensal recalculada e revista, de acordo com o art. 144, da Lei n. 8.213/91, ocasião em que passaram a estar sujeitos ao limite do valor máximo do salário-de-contribuição vigente.

7. As disposições normativas posteriores, que previram a reposição do valor que sobejou o teto nos reajustes subsequentes (art. 26, da Lei n. 8.870/94; art. 21, §3º, da Lei n. 8.880/94, e art. 35, §3º, do Decreto n. 3.048/99), não afastam o direito alegado pela parte autora, porém exigem que seja aferida contabilmente a existência de efetiva absorção das diferenças nas revisões do benefício recebido pelo seguro, a fim de que se apure se há quantia devida em decorrência dos novos tetos instituídos pelas Emendas Constitucionais ns. 20/98 e 41/2003. Em apoio ao entendimento favorável à revisão dos benefícios concedidos entre 05 de outubro de 1988 e 05 de abril de 1991, de acordo com os novos tetos previstos pelas aludidas Emendas Constitucionais, anoto as decisões monocráticas proferidas no RE 899.546/SP (Rel. Min. Cármen Lúcia, DJE 01/09/2015), no ARE 758.317 (Rel. Min. Luís Roberto Barroso, DJE 03/03/2015), no ARE 917.319/RJ (Rel. Min. Edson Fachin, DJE 23/10/2015) e o acórdão prolatado no ARE 921.066 ED/RJ (1ª Turma, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, DJE 24/05/2016), no qual foi consignado que o Supremo Tribunal Federal "não impôs limites temporais à atualização do benefício".

8. Posto isso, voto pelo conhecimento e provimento do Pedido de Uniformização para afirmar a tese de que o benefício previdenciário limitado ao teto vigente por ocasião da revisão, nos termos do artigo 144, da Lei n. 8.213/91, deve ser ajustado aos novos patamares definidos pelas Emendas Constitucionais nºs 20/1998 e 41/2003. Julgo procedente o pedido, na forma do art. 487, inciso I, do Novo Código de Processo Civil, de modo a condenar o INSS a revisar a renda mensal da aposentadoria por tempo de contribuição recebida pela parte autora (NB 085.076.228-6), mediante aplicação dos novos tetos instituídos pelas Emendas Constitucionais nºs 20/1998 e 41/2003, e a pagar-lhe as diferenças correspondentes às prestações vencidas, respeitadas a prescrição quinquenal, atualizadas monetariamente pelo INPC. Os juros moratórios deverão ser calculados na forma do art.1-F, da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09 e computados a contar da citação. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, de acordo com o art. 55 da Lei nº 9.099/95.

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais CONHECER E DAR PROVIMENTO AO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela parte autora, nos termos do voto/ementa do Relator.

Brasília/DF, 16 de junho de 2016.

FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5003743-71.2012.4.04.7013

ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): SEBASTIÃO PEDRO FERREIRA

PROC./ADV.: JOSÉ ANTÔNIO IGLECIAS

OAB: PR-43820

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ITÁLIA MARIA ZIMARDI

ARÉAS POPPE BERTOZZI

VOTO-EMENTA JUIZ(A) RELATOR(A)

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ SOB A ÉGIDE DA LEI COMPLEMENTAR Nº 11/71 E ALTERAÇÕES POSTERIORES, QUE INSTITUIU O PRORURAL. SEGURADO ESPECIAL RÚRICO. AFASTAMENTO DA EXIGÊNCIA DE SER ARRIMO OU CHEFE DE FAMÍLIA. POSSIBILIDADE DE RECEBIMENTO DO BENEFÍCIO DE PENSÃO PELO AUTOR, CUJO CÔNJUGE VIRAGO FAZIA JUS À APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, TORNANDO-SE ASSIM SEGURADA DA PREVIDÊNCIA E INSTITUIDORA DE PENSÃO POR MORTE. ART. 4º, PARÁGRAFO ÚNICO E ART. 5º DA LC 11/71 NÃO RECEPCIONADOS PELA CF/88, QUE CONSAGROU A ISONOMIA JURÍDICA ENTRE HOMEM E MULHER. MITIGAÇÃO DO PRINCÍPIO TEMPUS REGIT ACTUM. INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO TENDENTE A EFETIVAR O DIREITO FUNDAMENTAL À PREVIDÊNCIA SOCIAL E A CONCRETIZAR A DIGNIDADE HUMANA. RECURSO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.

A parte recorrente houve por bem oferecer pedido de uniformização nacional, alegando o desacordo do acórdão recorrido com a jurisprudência de Turmas Recursais de outras regiões, súmula ou jurisprudência dominante do STJ ou da TNU, nos termos do art. 14, §2º da Lei 10.259/01.

Procedendo ao cotejo analítico entre o julgado de origem e os paradigmas apontados, reconheço a similitude fática e jurídica entre o acórdão recorrido e os arestos colacionados, no que tange à questão controvertida, isto é, a possibilidade de percepção do benefício de aposentadoria por invalidez por rúrcola que não fosse arrimo de família, tornando-se segurado da Previdência e instituidor de pensão por morte aos seus dependentes, sob a égide da LC nº 11/71 e alterações posteriores.

Presentes os pressupostos de admissibilidade, passo à análise do mérito recursal.

A Lei Complementar nº 11/71 instituiu o regime do FUNRURAL, que regulava a concessão de aposentadoria rural por velhice (atual aposentadoria por idade) antes do advento da Lei nº 8.213/91, e previa a concessão da benesse para os trabalhadores que completassem 65 anos e fossem chefe ou arrimo de família, ou ainda, de acordo com o Decreto 83.080/79 que a regulamentou, não fizessem parte de nenhuma unidade familiar.

No regime da LC nº 11/71, vigente à época do início da incapacidade do de cujus, esposa do autor, a unidade familiar compunha-se de apenas um trabalhador rural, sendo os outros membros somente seus dependentes. Assim, apenas ao chefe ou arrimo da unidade familiar era devida aposentadoria por invalidez (e a por velhice), pois apenas ele era considerado segurado especial da Previdência Social, sendo reservada aos demais membros do grupo familiar a condição de dependentes daquele e, por via de consequência, o direito ao pensionamento deste instituidor. A mulher casada, assim, somente poderia ser considerada segurada na qualidade de trabalhador rural e, por consequência, o homem, seu dependente, se o cônjuge varão fosse inválido e não recebesse aposentadoria por velhice ou invalidez (alínea "b" do inciso II do § 3º do artigo 297, inciso III do artigo 275 e inciso I do artigo 12, todos do Decreto 83.080/79).

Seguindo essa linha de raciocínio, a TNU já decidiu pela exigência da condição de arrimo de família para a concessão de aposentadoria por idade a rúrcola, no regime da LC nº 11/71, conforme bem se vê a seguir:

RÚRICO. APOSENTADORIA POR IDADE. REGIME DA LC 11/71. EXIGÊNCIA DA CONDIÇÃO DE ARRIMO DE FAMÍLIA. REGIME DA LEI Nº. 8.213/91. EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PELO LAPSO TEMPORAL CORRESPONDENTE À CARÊNCIA NO PERÍODO IMEDIATAMENTE ANTERIOR AO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO OU JUDICIAL. AUSÊNCIA DE FILIAÇÃO AO REGIME EM VIGOR. INAPLICABILIDADE DA LEI 10.666/2003 AOS SEGURADOS ESPECIAIS. PRECEDENTES DESTA TURMA. INCIDENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO. DEVOLUÇÃO DOS RECURSOS COM MESMO OBJETO ÀS TURMAS DE ORIGEM (ART. 15, §§ 1º E 3º RI/TNU). 1 - Tendo a autora trabalhado, inequivocamente, na agricultura (1952 a 1985) e atingido a idade de 55 anos (1987), porém em momento em que se submetia a regime jurídico diverso e já revogado, no qual deveria comprovar sua condição de arrimo de família (LC nº. 11/1971) para obter aposentadoria como segurado especial, não faz jus a esse benefício em regime jurídico superveniente (Lei nº. 8.213/1991) e ao qual sequer chegou a filiar-se. 2 - No regime instituído pela Lei nº. 8.213/91, a aposentadoria por idade é concedida ao trabalhador rural mediante demonstração do exercício de atividade (ainda que de forma descontinua) em período imediatamente anterior ao requerimento ad-

ministrativo ou judicial e em número de meses idêntico à carência (art. 143). Entendimento pacífico do STJ e desta Turma de Uniformização. 3 - a Lei 10.666/2003 (art. 3º, § 1º) é inaplicável aos segurados especiais. Entendimento consolidado nesta Turma de Uniformização. Precedentes (PEDILEF 2006.70.51.000943-1 e PEDILEF 2007.72.95.004435-1) 4 - Incidente conhecido e não provido, determinada a devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem, a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida. (PEDILEF 2006.71950087719, Relator(a) JUIZ FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA, TNU, DOU 25/11/2011) Outrossim, como cediço, toda legislação ordinária, ainda que anterior à CF/88, não escapa do filtro de compatibilidade com a Constituição. Na nova ordem constitucional inaugurada pela Carta Cidadã, a estrutura de proteção aos direitos fundamentais foi profundamente alterada, consagrando-se o princípio da igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, bem como a dignidade da pessoa humana como máxima da tábua axiológica de todo o ordenamento jurídico pátrio.

Nesse sentido, entendo que a condição de se tratar de chefe ou arrimo de família, expressa no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 11/1971, não foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988. Isto porque, como já visto acima, a partir da Constituição Federal de 1988 restaram garantidos direitos iguais a homens e mulheres (art. 5º, I), podendo-se, de acordo com uma interpretação conforme a Constituição, extrair o direito ao autor de receber pensão por morte de sua esposa, mesmo não sendo inválido.

Ademais, em se tratando da efetivação de um direito fundamental, qual seja, o direito à Previdência Social, claro está que o posicionamento ora adotado visa a uma abordagem hermenêutica constitucional cujo resultado tem como parâmetro a concretização do superprincípio da dignidade da pessoa humana, devendo assim ser modificado o entendimento outrora esposado por esta Colenda Turma.

Nesse sentido, fixo aqui a tese jurídica de que a condição de arrimo de família não é imprescindível à concessão de benefício de aposentadoria por velhice ou invalidez no regime da LC nº 11/71, nos fatos geradores ocorridos entre a promulgação da CF/88 e a edição da Lei 8.213/91, para permitir a concessão do benefício a outros membros do núcleo familiar que comprovassem a condição de rúrcola, circunstância esta que deve ser analisada no caso concreto.

Ante o exposto, CONHEÇO do pedido de uniformização e NEGO-LHE SEGUIMENTO, nos termos do art. 9º, IX do RITNU, mantendo a decisão recorrida por seus próprios fundamentos.

Sem condenação em custas, por força do art. 54 do Regimento Interno da TNU, e sem honorários, na forma do art. 55 da Lei nº 9.099/95, subsidiariamente aplicado, por se tratar de recorrente vencedor.

Intimem-se as partes e após o trânsito em julgado dê-se baixa e remetam-se os autos ao Juízo de origem.

É como voto.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília, 16 de junho de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÉAS POPPE  
BERTOZZI

Juíza Federal Relatora Suplente da TNU -

Convocada em regime de mutirão

ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, decidiu NEGAR SEGUIMENTO ao presente Incidente de Uniformização, nos termos da ementa-voto da Juíza Federal relatora.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília, 16 de junho de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÉAS POPPE  
BERTOZZI

Juíza Federal Relatora Suplente da TNU -

Convocada em regime de mutirão

PROCESSO: 0503896-65.2014.4.05.8200

ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA

REQUERENTE: FRANCINALDA IZIDÓRIO DA SILVA

PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA

OAB: PB-4007

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL FLÁVIA PELLEGRINO SOARES MILLANI

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. ALTA PROGRAMADA JUDICIAL. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. INCIDENTE PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Trata-se de pedido nacional de uniformização de interpretação de lei federal apresentado pelo autor contra acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Terceira Região, Seção Judiciária do Estado da Paraíba.

2. Alega, em síntese, que: (1) O acórdão vergastado entendeu, equivocadamente, que deveriam ser utilizados os índices aplicáveis à caderneta de poupança como critério para atualização monetária, aplicando integralmente o art. 5º da Lei 11.960/2009, que deu nova redação ao art. 1º-F da Lei 9.494/97, enquanto o STF não decide definitivamente acerca da modulação dos efeitos e do sentido e al-

cance das decisões proferidas nas ADI's 4.357-DF e 4.425-DF. Sendo assim, desconsiderou a decisão recorrida, a eficácia imediata e vinculante das decisões da Corte Constitucional em controle abstrato de constitucionalidade, e aplicou integralmente norma já declarada inconstitucional, mesmo que em parte, isso porque, in casu, a Turma Recursal aplicou justamente a parte da norma expressamente declarada inconstitucional.; (2) Alega, ainda, divergência quanto a fixação de alta programada, sustentando que em confronto a tal entendimento, a 1ª Turma Recursal do Mato Grosso dispõe de forma clara que a suspensão automática do benefício, por meio do programa de estimativa de cura, baseado num lapso concedido pelo médico perito, não possui legalidade suficiente para alterar a proposição do art. 59 da Lei de Benefícios.

3. No caso dos autos, o acórdão recorrido restou vazado no seguinte sentido:

## EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA OU APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. RECURSO DA PARTE AUTORA. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO POR TEMPO INDETERMINADO. APLICAÇÃO DA LEI 11.960/09 À CORREÇÃO MONETÁRIA. RECURSO DESPROVIDO.

1. A sentença foi de procedência para conceder o benefício de auxílio-doença ao menos até o transcurso do prazo de 60 (sessenta dias), o qual deve ser contado a partir da efetiva implantação do benefício, devendo ser aplicado aos cálculos judiciais o entendimento dado pelo art. 5º da Lei 11.960/2009, que deu nova redação ao art. 1º-F da Lei 9.494/97.

2. A parte autora recorre pugnano pela reforma do julgado para que seja implantado o benefício de auxílio-doença enquanto perdurar a sua incapacidade laborativa, bem como para que seja aplicado aos cálculos judiciais a correção monetária de acordo com o INPC, nos termos do art. 41-A da Lei nº 8.213/1991.

3. O expert afirmou no laudo pericial que a autora, 46 anos, me-rendeira, é portadora de "H83.0 - Labirintite, H66.0 - Otite média aguda suprativa e H90.6 - Perda de audição bilateral mista, de condução e neurosensorial.", que lhe acarreta uma impossibilidade temporária de exercer sua atividade laboral, sendo possível estimar um tempo mínimo de sessenta dias para a recuperação.

4. Quanto ao pedido de concessão de auxílio-doença sem prazo determinado, falta interesse recursal, haja vista que a sentença fixou prazo mínimo de concessão, e não prazo máximo.

5. No que diz respeito ao índice aplicado à correção monetária, está correto o entendimento adotado pelo Magistrado sentenciante, haja vista as alterações aprovadas pelo CJF, relativas aos efeitos do julgamento pelo STF da ADI nº 4.357/DF, quanto à utilização da TR como indexador de correção monetária das condenações judiciais impostas à Fazenda Pública, deve ser mantida a sistemática anterior à decisão proferida por aquela Corte, uma vez que o Pleno do STF, na sessão de julgamento de 24.10.2013, ratificou a medida cautelar concedida em 11.04.2013 pelo Relator Min. LUIZ FUX na ADI 4.357/DF, que determina a adoção da sistemática anterior na pendência do julgamento dos embargos de declaração relativos à modulação de efeitos dos julgados proferidos na ADI nº 4.357/DF e nº 4.425/DF, conforme decidido pelo Ministro Teori Zavascki na Rcl nº 16.745 MC/SC (Rcl 16745 MC, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, julgado em 13/11/2013, publicado em PROCESSO ELETRÔNICO DJe-228 DIVULG 19/11/2013 PUBLIC 20/11/2013).

6. Súmula do julgamento: A Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba, reunida em sessão de julgamento ocorrida na data constante da aba "Sessões Recursais" destes autos virtuais, por unanimidade de votos, conheceu parcialmente do recurso e, no ponto conhecido, negou-lhe provimento. Sem custas nem honorários.

4. No tocante a fixação do termo final para cessação do benefício, independentemente de o recorrente ser submetido a uma reavaliação por perícia médica, o entendimento que vem sendo adotado por essa Turma Nacional de Uniformização é no sentido de que, para que ocorra a cessação do auxílio-doença, o segurado deverá submeter-se a nova perícia médica para que seja comprovada a cessação da incapacidade, em respeito ao artigo 62, da Lei nº 8.213/91, o qual prescreve que não cessará o benefício até que o segurado seja dado como habilitado para o desempenho de nova atividade que lhe garanta a subsistência. Nesse sentido:

(...)

Logo, não há que se falar em fixação de termo final para a cessação do pagamento do benefício previdenciário de auxílio-doença através de decisão judicial (Alta Programada Judicial), uma vez que a perícia médica é condição indispensável à cessação do benefício, pois somente ela poderá atestar se o segurado possui condição de retornar às suas atividades ou não. - Logo, vê-se que a Turma Recursal de origem, ao fixar um termo final para cessação do auxílio-doença (Alta Programada Judicial), foi de encontro ao que preceitua a Lei de Benefícios Previdenciários. Ora, o prazo indicado pelo perito como suficiente ao restabelecimento da capacidade é apenas uma estimativa, máxime porque depende de fatores alheios à vontade do requerente, de sorte que o magistrado não tem condições de fixar de antemão a data de recuperação. - Desse modo, quanto a este ponto, deve-se dar provimento ao Incidente para que se retire o termo final do benefício fixado judicialmente.

(...)

(PEDILEF 05013043320144058302, JUIZ FEDERAL FREDERICO AGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER, TNU, DOU 18/12/2015 PÁGINAS 142/187.)

5. Dessa forma, o acórdão recorrido, adotou o entendimento acima mencionado, não fixando a alta programada, razão pela qual, não conheço do incidente quanto a esse ponto.

6. No que diz respeito aos acréscimos legais, conheço do incidente alegado dando parcial provimento a fim de coadunar o julgado recorrido com o entendimento adotado por esta corte. Já decidiu a



TNU, PEDILEF 50006423220124047108, Relator Juiz Federal Marcos Antônio Garapa De Carvalho, que as parcelas atrasadas devidas desde a DIB até a data de implantação do benefício, serão acrescidas de correção monetária e juros de mora, que devem respeitar as seguintes diretrizes: a) até junho/2009, regramento previsto para correção monetária e juros de mora no Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal para a classe da ação; b) de julho/2009 e até junho/2012, TR - Taxa Referencial (correção monetária) e 0,5% (meio por cento) ao mês de juros de mora (art. 1º-F da Lei n.º 9.494/97, alterada pela Lei n.º 11.960/2009); e c) a partir de julho/2012, TR - Taxa Referencial (correção monetária) e a taxa de juros aplicada às cadernetas de poupança (art. 1º-F da Lei n.º 9.494/97, alterada pela Lei n.º 11.960/2009 e Lei n.º 12.703/2012). 7. Incidente parcialmente provido.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização CONHECER E DAR PARCIAL PROVIMENTO ao Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora. Brasília/DF, 16 de junho de 2016.

FLAVIA PELLEGRINO SOARES MILLANI  
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0504516-30.2012.4.05.8400  
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE  
REQUERENTE: JANILSON CUNHA  
PROC./ADV.: ANDREIA ARAÚJO MUNEMASSA  
OAB: RN-491  
PROC./ADV.: TATIELY CORTÊS TEIXEIRA  
OAB: RN-9002  
PROC./ADV.: BRUNO ÉMERSON DUARTE SENA  
OAB: RN-10251  
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ITÁLIA MARIA ZIMARDI  
ARÉAS POPPE BERTOZZI

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. CORREÇÃO PARAMETRIZADA NO PROVÊNTO PERCEBIDO OBSERVADA A ATUALIZAÇÃO ADVINDA PELA MP 431/08. VPNI DECORRENTE DE DECISÃO TRANSITADA EM JULGADO. VANTAGEM INCORPORADA AOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. ART. 15 DO REGIMENTO INTERNO DA TNU. QUESTÃO DE ORDEM Nº 22 DA TNU. SEGUIMENTO NEGADO. Trata-se de Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal (PEDILEF) interposto pela parte autora em face de acórdão proferido pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte, que conheceu e negou provimento ao seu recurso inominado, mantendo a sentença de improcedência quanto à pretensão formulada, pela qual se objetivava a correção de vantagem incorporada aos seus proventos de aposentadoria, em conformidade com os parâmetros estabelecidos pela Portaria nº 474/87 do MEC. A parte autora houve por bem oferecer pedido de uniformização nacional, alegando dessemelhança entre o acórdão recorrido e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. O PEDILEF não foi admitido na origem. Interposto agravo, teve o trânsito assegurado pela Presidência da TNU.

Decido. Não vislumbro similitude fática e jurídica entre o aresto colacionado (evento 025) e a questão debatida nos autos, eis que as jurisprudências do STJ acostadas como paradigma se referem aos quintos incorporados (AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 964.141), bem como que o servidor de instituição federal de ensino tem o direito de continuar recebendo integralmente o valor dos "quintos" ou "décimos" incorporados na vigência da Lei 7.595/97, pelo exercício de funções comissionadas e gratificadas estabelecidas pela Portaria 474/87 do MEC, sem a redução prevista na Lei 8.168/91 (RECURSO ESPECIAL Nº 465.000 - SC). Entretanto, tenho que o Acórdão recorrido julga correção de vantagem incorporada aos seus proventos de aposentadoria em conformidade com os parâmetros estabelecidos pela Portaria nº. 474/87 do MEC, assegurando-lhe as diferenças remuneratórias decorrentes das reestruturações promovidas pelas Leis n.º 11.344/06 e 11.784/08 na carreira do magistério superior. Nesse sentido, deve incidir a Questão de Ordem nº 22 da TNU, verbis: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma.(Aprovada na 8ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, do dia 16.10.2006)."

Forte nessas razões, voto no sentido de NEGAR SEGUIMENTO ao pedido de uniformização, na forma do art. 9º, inciso IX, do Regimento Interno da TNU. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Brasília, 16 de junho de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE  
BERTOZZI  
Juíza Federal Relatora Suplente da TNU -  
Convocada em regime de mutirão

#### ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, decidiu NEGAR SEGUIMENTO ao presente Incidente de Uniformização, nos termos da ementa-voto da Juíza Federal relatora. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Brasília, 16 de junho de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE  
BERTOZZI  
Juíza Federal Relatora Suplente da TNU -  
Convocada em regime de mutirão

#### ACÓRDÃOS

PROCESSO: 5001355-27.2014.4.04.7111  
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL  
REQUERENTE: CELSO ARTUS  
PROC./ADV.: FÁBIO STEFANI  
OAB: RS-46571  
REQUERIDO(A): UNIÃO  
PROC./ADV.: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ITÁLIA MARIA ZIMARDI  
ARÉAS POPPE BERTOZZI

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. ALEGAÇÃO DE DIVERGÊNCIA ENTRE DECISÕES DE TURMAS RECURSAIS DE DIFERENTES REGIÕES. AUSÊNCIA DE INSTRUÇÃO DO FEITO COM INDICAÇÃO DA FONTE DO REPOSITÓRIO DE JURISPRUDÊNCIA (ENDEREÇO ELETRÔNICO NA INTERNET - ENDEREÇO URL). QUESTÃO DE ORDEM Nº 3 (TNU). SEGUIMENTO NEGADO.

Trata-se de Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal (PEDILEF) interposto pela parte Autora em face de acórdão proferido pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul (TRRS), que conheceu e negou provimento ao seu recurso inominado, mantendo a sentença de improcedência quanto à pretensão formulada, na qual se buscava o recebimento da nova gratificação de desempenho (GDM-PST) no mesmo valor previsto para a gratificação que foi substituída (GDPST) a partir de julho/2012; ou, sucessivamente, de (2) pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho - GDM-PST, nos mesmos patamares pagos aos servidores em atividade.

A parte autora houve por bem oferecer pedido de uniformização nacional, alegando dessemelhança entre o acórdão recorrido e outro da 4.ª Turma Recursal do Rio de Janeiro. O PEDILEF foi admitido na origem.

Decido.

Com efeito, à decisão paradigma da 4.ª Turma Recursal do Rio de Janeiro (Processo nº. 0030578-64.2013.4.02.5151/01), não merece crivo, em face da não indicação da fonte que permita a aferição de sua autenticidade. Veja-se a Questão de Ordem n.º 03 (TNU): "A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre turmas recursais de diferentes regiões, sendo exigida, no caso de julgado obtido por meio da internet, a indicação da fonte que permita a aferição de sua autenticidade".

Trata-se, em verdade, de ônus irrogado à parte, que não se transfere ao juiz. É certo que o requerente pode se desincumbir desse ônus mediante juntada de certidão, cópia autenticada, citação do repositório de jurisprudência ou, mesmo, com reprodução de página da internet com indicação da respectiva fonte (endereço URL). Revela-se insuficiente a mera transcrição do inteiro teor do acórdão paradigma no corpo da petição de uniformização. De fato, cuida-se de exigência formal que, além de permitir a verificação da divergência apontada, visa a assegurar a autenticidade do conteúdo das decisões reportadas. Descumprida tal formalidade, a demonstração de divergência jurisprudencial fica prejudicada (cf.: TNU, PEDILEF 5080585920074058100, DOU 25/05/2012).

Forte nessas razões, voto no sentido de NEGAR SEGUIMENTO ao pedido de uniformização, na forma do art. 9º, inciso IX, do Regimento Interno da TNU.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília, 16 de junho de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE  
BERTOZZI

Juíza Federal Relatora Suplente da TNU -  
Convocada em regime de mutirão

#### ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, decidiu NEGAR SEGUIMENTO ao presente Incidente de Uniformização, nos termos da ementa-voto da Juíza Federal relatora.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília, 16 de junho de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE  
BERTOZZI

Juíza Federal Relatora Suplente da TNU -  
Convocada em regime de mutirão

PROCESSO: 0515410-31.2013.4.05.8400  
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE  
REQUERENTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO(A): BRUNO MUNIZ COSTA BATALHA DE ARAÚJO  
PROC./ADV.: FABIANE FERNANDES  
OAB: RN-4260  
REQUERIDO(A): FELLIPE MUNIZ COSTA BATALHA DE ARAÚJO  
PROC./ADV.: FABIANE FERNANDES  
OAB: RN-4260  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ITÁLIA MARIA ZIMARDI  
ARÉAS POPPE BERTOZZI

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO ADMINISTRATIVO. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. MENOR SOB GUARDA. POSSIBILIDADE. APLICABI-

LIDADE DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. PRINCÍPIO DA INTEGRAL PROTEÇÃO DO MENOR. PRECEDENTES DESTES COLEGIADO NACIONAL QUANTO AO MÉRITO (PEDILEF Nº 50050699020124047102). QUESTÃO DE ORDEM 13 DA TNU. SEGUIMENTO NEGADO.

VOTO

Trata-se de Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal (PEDILEF) interposto pela UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte em face de acórdão proferido pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte, que aplicou o entendimento pacificado pela TNU no tocante à possibilidade de concessão de pensão por morte ao menor sob guarda.

O PEDILEF foi inadmitido na origem, em razão de entendimento pacificado na TNU quanto ao tema e impossibilidade de análise de matéria fática. Interposto agravo, foram os autos encaminhados a este Colegiado.

Decido.

A recorrente, em seu incidente de uniformização alega divergência o acórdão recorrido e outro do STJ (AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.335.369 - MS (2012/0152603-9)).

O acórdão indicado como paradigma divergente foi proferido em 2012 e efetivamente fundamentou-se na tese da impossibilidade de concessão de pensão por morte ao menor sob guarda após a edição da Medida Provisória nº 1.523/96, reeditada até sua conversão na Lei nº 9.528, em 10 de dezembro de 1997.

Ocorre que, posteriormente, o STJ decidiu a questão em sentido diverso, conforme se observa do julgamento do AGRESP 201402164343, cuja ementa segue transcrita.

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDORA PÚBLICA ESTADUAL. MENOR SOB GUARDA DA AVÓ. INCLUSÃO COMO DEPENDENTE. APLICABILIDADE DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - ECA. INTERPRETAÇÃO COMPATÍVEL COM A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E COM O PRINCÍPIO DE PROTEÇÃO INTEGRAL DO MENOR. PRECEDENTE DA PRIMEIRA SEÇÃO DESTA CORTE. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA CONTRA OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 182 DASÚMULA DO STJ. DECISÃO MONOCRÁTICA FUNDAMENTADA EM JURISPRUDÊNCIA DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. Entendimento nesta corte no sentido de que ao menor sob guarda deve ser assegurado o benefício de pensão por morte em face da prevalência do disposto no artigo 33, § 3º, do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA sobre norma previdenciária de natureza específica. Precedente: RMS 36.034/MT, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 15/04/2014. 2. Nas razões do agravo regimental, a parte agravante combateu apenas o mérito do acórdão anterior, furtando-se de rebater especificamente os fundamentos da decisão agravada. Nesse sentido, é entendimento pacífico deste Superior Tribunal sobre a incidência da Súmula n. 182 do STJ. 3. A decisão monocrática ora agravada baseou-se em jurisprudência do STJ, razão pela qual não merece reforma. 4. Agravo regimental não provido. (AGRESP 201402164343, MAURO CAMPBELL MARQUES, STJ - SEGUNDA TURMA, DJE DATA:08/10/2014)

Nota-se, portanto, que a jurisprudência do STJ não é firme quanto ao tema. De todo modo, em decisão recente, a TNU sedimentou o entendimento pela possibilidade da concessão de pensão por morte ao menor sob guarda, conforme se observa do julgamento do PEDILEF 50050699020124047102, em que a questão foi exaustivamente debatida:

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA FORMULADO PELA AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. MENOR SOB GUARDA. DEPENDENTE PARA FINS PREVIDENCIÁRIOS. PREVALÊNCIA DO ECA. ÓBITO DO SEGURADO OCORRIDO SOB A VIGÊNCIA DA LEI N.º 9.528/97. ART. 33, PARÁGRAFO 3º, DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. CONFLITO APARENTE DE NORMAS. INCOMPATIBILIDADE MATERIAL DO ART. 16, PARÁGRAFO 2º, DA LEI 8213/91, COM O PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ART. 227, PARÁGRAFO 3º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. QUESTÃO DE ORDEM Nº 20 DA TNU. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Trata-se de Pedido de Uniformização interposto contra acórdão da 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que negou provimento ao recurso da parte autora, mantendo a sentença de primeiro grau, a qual havia julgado improcedente o pedido formulado na inicial de concessão de pensão por morte. Colhe-se do acórdão a fundamentação que segue: "[...] Recorre a parte autora de sentença de improcedência de pedido de concessão de pensão por morte de seu bisavô. Sem razão. A questão da concessão de pensão por morte a menor sob guarda foi enfrentada pelo Superior Tribunal de Justiça, que decidiu no mesmo sentido da decisão recorrida. Aquela Corte tem posicionamento consolidado acerca da inviabilidade de concessão do benefício de pensão por morte ao menor sob guarda, acaso o óbito do guardião tenha se dado já na vigência da MP n. 1.523/96, posteriormente convertida na Lei n. 9.528/97, a qual deu nova redação ao §2º do art. 16 da Lei n. 8.213/91, suprimindo a figura do menor sob guarda do rol de dependentes previdenciários. Nesse sentido: EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. MENOR SOB GUARDA. ÓBITO DO SEGURADO OCORRIDO APÓS A LEI 9.528/97. NÃO-CABIMENTO. MERA EXPECTATIVA DE DIREITO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 340/STJ. ENTENDIMENTO PACÍFICO NO ÂMBITO DA TERCEIRA SEÇÃO DO STJ. 1. Com o advento da Medida Provisória nº 1.523/96, reeditada até sua conversão na Lei nº 9.528, em 10 de dezembro de 1997, retirou-se o menor sob guarda do rol de dependentes previsto no art. 16, § 2º, da Lei nº 8.213/91. 2. Assentou-se

na jurisprudência desta Corte que a concessão da pensão por morte rege-se pela norma vigente ao tempo da implementação da condição fática necessária à concessão do benefício, qual seja, a data do óbito do segurado (Súmula 340/STJ). 3. Tendo o óbito ocorrido na vigência da Medida Provisória nº 1.523/96, inviável a concessão da pensão por morte ao menor sob guarda. Precedentes da Terceira Seção. 4. Inexiste direito adquirido do menor sob guarda designado antes da Medida Provisória nº 1.523/96, pois as condições para a percepção do benefício são aferidas ao tempo do óbito do segurado instituidor, fato gerador da pensão. 5. Agravo regimental improvido. (AgRg nos EREsp 961.230/SC, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 11/02/2009, DJe 20/02/2009) PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO A MENOR SOB GUARDA. ÓBITO POSTERIOR À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.523/1996. IMPOSSIBILIDADE. 1. A concessão da pensão por morte deve se pautar pela lei em vigor na data do óbito do segurado, instituidor do benefício. Precedentes. 2. Segundo consolidada jurisprudência desta Corte, é indevida a concessão de pensão a menor sob guarda, se o óbito do segurado ocorreu após o advento da Medida Provisória nº 1.523, de 11.10.1996, convertida na Lei n. 9.528/1997, que excluiu o inciso IV do art. 16 da Lei n. 8.213/1991. 3. A Corte Especial deste Tribunal, apreciando incidente de inconstitucionalidade do art. 16, § 2º, da Lei nº 8.213/91, na redação dada pela citada Medida Provisória, exarou entendimento de que, como a lei superveniente não teria negado o direito a equiparação, mas apenas se omitiu em prevê-lo, não haveria inconstitucionalidade a ser declarada. 4. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1178495/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 20/10/2011, DJe 08/11/2011) RECURSO ESPECIAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.523/96, REEDITADA ATÉ SUA CONVERSÃO NA LEI Nº 9.528/97. MENOR SOB GUARDA EXCLUÍDO DO ROL DE DEPENDENTES PARA FINS PREVIDENCIÁRIOS. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. I. A questão sub examine diz respeito a possibilidade do menor sob guarda usufruir do benefício de pensão por morte, após as alterações promovidas no art. 16, § 2º da Lei nº 8.213/91, pela Medida Provisória nº 1.523/96, reeditada até sua conversão na Lei nº 9.528 em 10 de dezembro de 1997 que, por sua vez, o teria excluído do rol de dependentes de segurados da Previdência Social. II No julgamento dos Embargos de Divergência nº 727.716/CE, Rel. Min. CELSO LIMONGI (DESEMBARGADOR CONVOCADO), a Corte Especial, apreciando incidente de inconstitucionalidade do art. 16, § 2º, da Lei nº 8.213/91, na redação dada pela citada Medida Provisória, exarou entendimento de que, como a lei superveniente não teria negado o direito a equiparação, mas apenas se omitiu em prevê-lo, não haveria inconstitucionalidade a ser declarada. III. O entendimento já assentado no âmbito da Terceira Seção é no sentido de que a concessão da pensão por morte deve se pautar pela lei em vigor na data do óbito do segurado, instituidor do benefício. IV. Após as alterações legislativas ora em análise, não é mais possível a concessão da pensão por morte ao menor sob guarda, sendo também inviável a sua equiparação ao filho de segurado, para fins de dependência. V. Recurso especial provido. (REsp 720706/SE, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 09/08/2011, DJe 31/08/2011) 2. Em seu pedido de uniformização, alega a parte autora que o acórdão recorrido contraria precedente desta TNU (PEDILEF 00056181220104013200), que reiterou "a tese da condição de dependente do menor sob guarda". 3. O incidente de uniformização foi inadmitido na origem, com agravo na forma do RITNU. 4. Parecer do Ministério Público Federal pelo não provimento do incidente. 5. Em face da modificação promovida no § 22 do artigo 16 da LBPS, instaurou-se celeuma sobre a condição de dependente previdenciário do menor sob guarda. Em que pese a modificação legislativa, sempre entendi que o menor sob guarda poderia ser considerado como dependente previdenciário com base no caput do art. 227 e no disposto no inciso 11 do § 3º do mesmo artigo, ambos da CF. Não ignora ter havido decisões em sentido contrário proferidas pelo STJ, contudo, acredito que houve superação deste entendimento restritivo no julgamento do RMS 36.034. Nesta decisão, a Primeira Seção do STJ reconheceu que o critério da especialidade não seria o mais adequado à solução da controvérsia, mormente considerando que os direitos fundamentais da criança e do adolescente têm seu campo de incidência amparado pelo status de prioridade absoluta, requerendo, assim, uma hermenêutica própria comprometida com as regras protetivas estabelecidas na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Assim, não deveria o intérprete atribuir à norma jurídica conteúdo que atente contra a dignidade da pessoa humana e, consequentemente, contra o princípio de proteção integral e preferencial a crianças e adolescentes, já que esses postulados são a base do Estado Democrático de Direito e devem orientar a interpretação de todo o ordenamento jurídico. Entendeu-se que o Estatuto da Criança e do Adolescente conferiria ao menor sob guarda a condição de dependente para todos os efeitos, inclusive previdenciários ( art. 33, § 3º, Lei n.v 8.060/ 90 ), norma que representa a política de proteção ao menor, embasada na Constituição Federal que estabelece o dever do poder público e da sociedade na proteção da criança e do adolescente ( art. 227, caput, e § 32 inciso II ). Eis a ementa da decisão: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PENSÃO POR MORTE. MENOR SOB GUARDA JUDICIAL. APLICABILIDADE DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE ECA. INTERPRETAÇÃO COMPATÍVEL COM A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA COM O PRINCÍPIO DE PROTEÇÃO INTEGRAL DO MENOR 1. Caso em que se discute a possibilidade de assegurar benefício de pensão por morte a menor sob guarda judicial, em face da prevalência do disposto no artigo 33, § 32, do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, sobre norma previdenciária de natureza específica. 2. Os direitos fundamentais da criança e do adolescente têm seu campo de incidência amparado pelo status de prioridade absoluta, requerendo, assim, uma hermenêutica

própria comprometida com as regras protetivas estabelecidas na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente. 3. A Lei 8.069 / 90 representa política pública de proteção à criança e ao adolescente, verdadeiro cumprimento da ordem constitucional. haja vista o artigo 227 da Constituição Federal de 1988 dispor que é dever do Estado assegurar com absoluta prioridade à criança e ao adolescente o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. 4. Não é dado ao intérprete atribuir à norma jurídica conteúdo que atente contra a dignidade da pessoa humana e consequentemente, contra o princípio de proteção integral e preferencial a crianças e adolescentes, já que esses postulados são a base do Estado Democrático de Direito e devem orientar a interpretação de todo o ordenamento jurídico. s. Embora a lei complementar estadual previdenciária do Estado de Mato Grosso seja lei específica da previdência social, não menos certo é que a criança e adolescente tem norma específica, o Estatuto da Criança e do Adolescente que confere ao menor sob guarda a condição de dependente para todos os efeitos, inclusive previdenciários (art. 33, § 32, Lei n.v 8.069/ 90). norma que representa a política de proteção ao menor, embasada na Constituição Federal que estabelece o dever do poder público e da sociedade na proteção da criança e do adolescente ( art. 227, caput, e § 32 inciso 11 ). 6. Havendo plano de proteção alocado em arcabouço sistêmico constitucional e comprovada a guarda, deve ser garantido o benefício para quem dependa economicamente do instituidor. 7. Recurso ordinário provido. (STJ, Benedito Gonçalves, RMS 36.034/MT, 1ª Seção, DJe 15/04/2014) 6. Além disso, a decisão recorrida contraria a jurisprudência recentemente uniformizada por esta TNU, no sentido de que "diante do que dispõe o artigo 33, § 3º, da Lei nº 8.069/90, tendo em vista a proteção conferida à criança e ao adolescente, no ordenamento jurídico pátrio, impõe-se a equiparação do menor sob guarda ao filho, para fins previdenciários" (PEDILEF 5000274-14.2012.4.04.7.111, RELATOR JUIZ FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBELO, J. 18/ 06 /2015). 7. Por isso, comprovada a guarda, deveria ser garantido o benefício para quem dependa economicamente do instituidor. Diante dessas considerações, o voto é por conhecer e dar parcial provimento ao presente incidente, para firmar o entendimento de que diante do que dispõe o artigo 33, § 32 da Lei nº 8.069 / 90, tendo em vista a proteção conferida à criança e ao adolescente, no ordenamento jurídico pátrio, impõe-se a equiparação do menor sob guarda ao filho, para fins previdenciários, e determinar o retorno dos autos à origem, para que a Turma Recursal extraia da prova as suas consequências, seja pela procedência, seja pela improcedência da ação. (PEDILEF 50050699020124047102, JUIZ FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA, TNU, DOU 13/11/2015 PÁGINAS 182/326.)

Por efeito, o quadro eleva a incidência da Questão de Ordem nº 13 desta TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, voto no sentido de NEGAR SEGUIMENTO ao pedido de uniformização, na forma do art. 9º, inciso IX, do Regimento Interno da TNU.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se as partes e, após o trânsito em julgado, dê-se baixa e remetam-se os autos ao Juízo de origem. Brasília, 16 de junho de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE  
BERTOZZI  
Juíza Federal Relatora Suplente da TNU -  
Convocada em regime de mutirão  
**ACÓRDÃO**

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, decidiu NEGAR SEGUIMENTO ao presente Incidente de Uniformização, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal relatora. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Brasília, 16 de junho de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE  
BERTOZZI  
Juíza Federal Relatora Suplente da TNU -  
Convocada em regime de mutirão

PROCESSO: 0515661-15.2014.4.05.8400  
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE  
REQUERENTE: ANTONIO AVELINO FREIRE DE MEDEIROS  
PROC./ADV.: JOÃO COSME DE MELO  
OAB: RN-810  
REQUERIDO(A): UNIÃO  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE BERTOZZI

#### EMENTA

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE. ÍNDICE URP DE ABRIL E MAIO DE 1988 (3,77%). PRESCRIÇÃO DE FUNDO DE DIREITO. INOCORRÊNCIA. EFEITOS DA MODIFICAÇÃO DA ESTRUTURA REMUNERATÓRIA E DOS REAJUSTES POSTERIORES. SEGUIMENTO NEGADO. Trata-se de Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal (PEDILEF) interposto pela parte autora em face de acórdão proferido pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte (TRRN), que conheceu e negou provimento ao seu recurso inominado, mantendo a sentença de improcedência quanto à pretensão formulada, pela qual se objetiva o

pagamento de diferenças pecuniárias relativas à URP - Unidade de Referência de Preços de 3,17%, 7/30 avos do índice de 16,19%, de abril a maio de 1988.

A parte autora houve por bem oferecer pedido de uniformização nacional, alegando dessemelhança entre o acórdão recorrido e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, propugnando que a URP consiste em prestação de trato sucessivo, não ocorrendo a prescrição da ação, mas, tão somente, a das parcelas anteriores aos cinco anos do ajuizamento da demanda.

O PEDILEF foi admitido na origem.

Decido.

No julgamento, a Turma Recursal, negou provimento ao recurso, apresentando a seguinte fundamentação:

"ADMINISTRATIVO. RECURSO INOMINADO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE DE 3,77%. URP DE ABRIL E MAIO DE 1988. DIFERENÇAS JÁ ATINGIDAS PELA PRESCRIÇÃO. VOTO

Trata-se de ação na qual a parte autora pretende obter provimento jurisdicional que lhe assegure o pagamento de diferenças pecuniárias relativas à URP - Unidade de Referência de Preços de 3,17%, 7/30 avos do índice de 16,19%, de abril a maio de 1988.

O pleito foi julgado improcedente no juízo singular, tendo a parte autora recorrido.

Os servidores públicos e trabalhadores em geral fazem jus ao valor correspondente a 7/30 de 16,19% sobre os vencimentos de abril e maio de 1988, pela aplicação da URP, de forma não cumulativa (Súmula n.º 671 - STF).

Julgando Incidente sobre a matéria, o STJ firmou o entendimento de que não prescreve o fundo do direito, mas apenas as parcelas anteriores ao quinquênio que antecede o ajuizamento da ação (Pet 7154/RO). O Referido julgado diz respeito unicamente ao cômputo do prazo prescricional, aplicando ao caso o Enunciado 85 da súmula daquela Corte, não tratando do direito aos percentuais de antecipação da URP de abril e maio de 1988.

O direito à percepção da URP apurada nos meses abril e maio de 1988 limita-se aos sete primeiros dias do mês de abril (7/30 de 16,19%), anteriores ao Decreto-Lei 2.245/88 (STF, RE 146749), sem repercussão futura. Assim, encontram-se prescritas as pretensões deduzidas depois abril de 1993.

Ainda que assim não fosse, o direito à reposição dos salários pela URP restou reconhecido pela Lei 7.686/88, que determinou seu pagamento a partir de novembro de 1988, de forma que eventuais diferenças somente poderiam ser postuladas até novembro de 1993. Precedente da TNU (PEDILEF 2007.41.00.901921-1).

Por estas razões, conheço do recurso e nego provimento ao mesmo, mantendo a sentença.

É como voto.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Juizes da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte, à unanimidade, em NEGAR PROVIMENTO ao recurso da parte demandante, nos termos do voto do Juiz Relator. Honorários fixados em 10% sobre o valor da causa, observado o disposto no art. 12 da lei 1.060/50.

Após o trânsito em julgado, devolvam-se os autos para o Juízo de origem."

O recorrente afirma que a decisão da Turma Recursal de origem afronta o julgado na PET 7.154/RO, a seguir:

"DIREITO ADMINISTRATIVO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. FUNASA. REAJUSTE DE 3,77%. URP DE ABRIL E MAIO DE 1988. NÃO CARACTERIZADA A PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. PRESTAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 85/STJ. ENTENDIMENTO DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS QUE DIVERGE DA JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. INCIDENTE ACOLHIDO.

1. O presente Incidente de Uniformização de Jurisprudência cinge-se à declaração da prescrição do direito ao reajuste de vencimento de Servidor Público da FUNASA decorrente da Unidade de Referência de Preços - URP de abril/maio de 1988, no índice de 3,77%, que corresponde a 7/30 de 16,19%, variação do IPC do trimestre anterior.

2. A ação proposta visa à percepção de diferenças pecuniárias, que se renovam no tempo, derivadas que são de situação jurídica já reconhecida, firmada nos moldes da Súmula 671/STF; a demarcação do termo inicial da prescrição tem de ser, sempre, um ato ou fato inquestionável, qual seria, neste caso, a negativa da Administração em manifestação inequívoca.

3. A contenda, no momento, não gira em torno do direito à vantagem, mas à percepção de diferenças pecuniárias dela decorrentes, guardando, portanto, natureza de prestações trato sucessivo, em relação a qual, não havendo expressa negativa da Administração Pública ao direito vindicado, há contínua renovação do marco iniciativo do prazo prescricional.

4. Tratando-se de prestação de trato sucessivo não ocorre a prescrição da ação, mas, tão-somente, a das parcelas anteriores aos cinco anos do ajuizamento da demanda, consoante orientação cristalizada na Súmula 85/STJ. Precedentes: REsp. 1.082.057/PR, Rel. Min. JORGE MUSSI, DJe 03.08.2009; AgRg no REsp. 296.411/DF, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, DJU 04.02.2002; REsp. 199.108/RJ, Rel. Min. JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, DJU 19.04.1999.

5. Na cobrança de diferenças de proventos por Servidores Públicos não há como afastar o entendimento de que se cuidam de prestações sucessivas, sendo patente a renovação do prazo prescricional. Assim, a afirmação de que as leis suspensivas dos índices postulados representam marcos peremptórios e inequívocos do lapso extintivo, não



tem o condão de descaracterizar a natureza da pretensão, considerando-se que, uma vez reconhecido o direito aos percentuais pleiteados, serão eles incorporados à remuneração, sendo, portanto, devidos mês a mês (Resp. 167.810/RS, Rel. Min. FERNANDO GONÇALVES, DJU 22.06.1998).

6. Incidente de Uniformização acolhido para fazer prevalecer a orientação desta Corte.

(Pet 7.154/RO, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 27/10/2010, DJe 05/11/2010)."

O precedente citado da TNU está em consonância com a jurisprudência do E.STJ mais recente formada sobre o tema, inclusive com relação à interpretação do julgado na PET 7.154/RO, para o caso específico da URP - Unidade de Referência de Preços de 3,17%, 7/30 avos do índice de 16,19%, de abril a maio de 1988. Vejamos julgamento recente do STJ sobre o assunto:

(PET 8972/RO, Rel. Ministro Herman Benjamin, 1ª Seção, data do julgamento 11/05/2016, DJe 25/05/2016)

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE SALARIAL. DIFERENÇAS. URP DE ABRIL E MAIO DE 1988. PRESCRIÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. PRECEDENTES DO STJ. DIFERENÇAS QUE CESSARAM EM NOVEMBRO DE 1988. AÇÃO AJUIZADA APÓS OUTUBRO DE 1993. PRETENSÃO PRESCRITA.

1. A contravérsia consiste em definir se está prescrita a pretensão de reajustar os proventos de servidor público no equivalente a 7/30 da URP (Unidade de Referência de Preços) dos meses de abril e maio de 1988 (Decreto-lei 2.335/1987).

2. Com efeito, a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais (TNU) assentou que sobre a pretensão material da presente ação incide a prescrição quinquenal como segue (fls. 92-100): "(...) a URP de maio de 1988 foi incorporada/resposta em novembro de 1988, mas com efeitos financeiros apenas naquele momento em diante, isto é, apenas de novembro de 1988 em diante, conforme a combinação do disposto no inciso I do art. 1º com o disposto no art. 4º da Lei nº 7.686/88, a qual converteu a Medida Provisória nº 20/88 em lei, mês em que os salários foram reajustados em 41,04%, índice que corresponde à soma da antecipação salarial da URP do respectivo trimestre (21,39%), conforme determinado pela Portaria nº 298, de 31 de agosto de 1988, do Ministro de Estado da Fazenda, com o índice integral da URP de maio de 1988 (16,19%), conforme determinado pela Portaria nº 2.991, de 14 de novembro de 1988, do Secretário de Recursos Humanos da Secretaria de Administração Pública da Presidência da República - SEDAP (...). Finalmente, (...), após a análise das referidas portarias e a análise de fichas financeiras de servidores da FUNASA que estes (...) efetivamente obtiveram a mesma incorporação e o mesmo reajuste dos servidores civis da União em agosto de 1988, no percentual global de 36,73%, e em novembro de 1988, no percentual global de 41,04%. Ante o exposto, voto por conhecer e por negar provimento ao pedido para uniformizar o entendimento no sentido de que "em se tratando da reposição das URPs de abril e maio de 1988 em 7/30 do índice de 16,19%, correspondente a 3,77%, nos salários do pessoal da FUNASA, já se encontram prescritas todas as diferenças decorrentes da aplicação das URPs de abril e de maio de 1988 e reflexos decorrentes sobre a respectiva remuneração em relação às ações ajuizadas depois de outubro de 1993, haja vista que tais diferenças cessaram em outubro de 1988".

3. O presente Incidente foi admitido em razão da existência de precedentes no STJ, inclusive em Incidente de Uniformização de Jurisprudência, no sentido de que não há negativa expressa do direito à pretensão de ressarcimento de reajustes salariais de servidor público quanto à URP de abril de maio de 1988 (7/30 de 16,19%), razão por que incide a prescrição de trato sucessivo, e não a de fundo do direito. A propósito: Pet 7.154/RO, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Terceira Seção, DJe 5.11.2010; AgRg no REsp 1.207.900/RS, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 17.6.2013).

4. O acórdão recorrido merece ser mantido, pois, não obstante não incidir a prescrição de fundo do direito conforme entendimento jurisprudencial pacífico do STJ, fixou ele compreensão de que as diferenças da URP de abril e maio de 1988, no índice de 3,77%, que corresponde a 7/30 de 16,19%, foram absorvidas pelo reajuste ocorrido em novembro de 1988, mês em que as remunerações foram reajustadas em 41,04%, que equivale à soma da antecipação do trimestre (21,39%) e do índice integral de maio de 1988 (16,19%).

5. Logo, mesmo que reconhecidos o direito às diferenças e a incidência da prescrição de trato sucessivo, a retroação do lustro prescricional antes do ajuizamento da ação (fevereiro de 2007, no presente caso) não alcança o mês de outubro de 1988, último mês em que constatadas diferenças.

6. Incidente de Uniformização de Jurisprudência desprovido." Assim vem decidindo também a TNU, conforme a seguir: (PEDILEF 05259520920114058100, rel. Juíza Federal Susana Sbrogio Galia, DOU 08/04/2016)

"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE. ÍNDICE URP DE ABRIL E MAIO DE 1988 (3,77%). PRESCRIÇÃO DE FUNDO DE DIREITO. INOCORRÊNCIA. EFEITOS DA MODIFICAÇÃO DA ESTRUTURA REMUNERATÓRIA E DOS REAJUSTES POSTERIORES. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO PROVIDO EM PARTE. 1. Trata-se de pedido de uniformização apresentado pela parte ré em face de acórdão que se posicionou pela procedência do pedido de recebimento de diferenças salariais decorrentes da inclusão do índice correspondente a 7/30 avos da URP dos meses de abril e maio de 1988. Alega que as obrigações discutidas não configuram prestações de trato sucessivo e que houve a incorporação do reajuste em decorrência da alteração da estrutura remuneratória do servidor. Aduz que o requerente não logrou comprovar que se encontrava no serviço público no período de dezembro/1987 a fevereiro/1988. Apresenta acórdão da Turma Nacional de Uniformização. 2. Inicialmente, constata-se que a matéria se encontra

prequestionada, tendo em vista a interposição de embargos de declaração quanto ao acórdão recorrido, em que restou ventilada a matéria objeto do presente pedido de uniformização. 3. No que tange ao argumento de que o requerente não comprovou que se encontrava no serviço público no período de dezembro/1987 a fevereiro/1988, constitui reexame do acervo probatório dos autos e transborda a esfera de atribuição deste colegiado. Por seu turno, a divergência quanto à interpretação de lei federal é cotejada em relação à paradigma da própria Turma Nacional de Uniformização (TNU). A utilização de paradigma da própria TNU já foi admitida em decisão proferida no PEDILEF nº 200683005103371, razão pela qual se tem por demonstrado o dissídio jurisprudencial com escopo a propiciar seja em parte conhecido o pedido de uniformização. 4. No mérito, destaca-se estar pacificado o dissenso jurisprudencial acerca do direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da inclusão do índice correspondente a 7/30 avos da URP dos meses de abril e maio de 1988, nos moldes da Súmula 671 do Pretório Excelso: "Os servidores públicos e os trabalhadores em geral têm direito, no que concerne à URP de abril/maio de 1988, apenas ao valor correspondente a 7/30 de 16,19% sobre os vencimentos e salários pertinentes aos meses de abril e maio de 1988, não cumulativamente, devidamente corrigido até o efetivo pagamento." Acrescenta-se que o Eg. STJ dirimiu definitivamente a controvérsia, decidindo acerca da inocorrência de prescrição do fundo de direito, alicerçado na aplicação do enunciado de nº 85 daquela Corte, considerando a existência de reflexos remuneratórios de trato sucessivo. Precedentes: Pet. 7154/RO (STJ - 3ª Seção, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 05/11/2010). 5. Em idêntico sentido, consta precedente desta Turma de Uniformização: "VOTO-EMENTA PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO CIVIL. REAJUSTE. ÍNDICE URP DE ABRIL E MAIO DE 1988. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. INOCORRÊNCIA. ENTENDIMENTO DO STJ. JULGAMENTO DAS PET 7149, 7630, 7289 E 7153. PEDIDO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Trata-se de ação em que se objetiva o recebimento de diferenças salariais decorrentes da inclusão do índice correspondente a 7/30 avos da URP dos meses de abril e maio de 1988. 2. A sentença, confirmada pelo acórdão, julgou improcedente o pedido, ao reconhecer a prescrição das parcelas requeridas. 3. Pedido de Uniformização da parte autora no qual sustenta a ocorrência apenas da prescrição, conforme Súmula 85 do STJ e não do fundo de direito. Cita como paradigmas os julgados: Resp 199.108/RJ, Resp 167.318/RS, Resp 167.810/RS e Resp 328.836/RS. 4. O incidente, tempestivo, não foi admitido pela Turma Recursal de origem. Submetido o feito ao Presidente desta TNU, foi o incidente admitido, tendo sido determinado o seu sobrestamento, em razão do julgamento das PETs nº 7149, 7630, 7289 e 7153, conforme despacho no processo nº 2007.39.00.701709-4. 5. Conheço do incidente interposto ante a evidente divergência do aresto combatido e dos paradigmas. 6. No mérito, dou provimento ao incidente, tendo em vista que o c. STJ, ao julgar as PETs acima mencionadas, pacificou entendimento no sentido de que "nas ações em que se discute o direito ao reajuste correspondente a 7/30 do índice de 16,19% referente à URP dos meses de abril e maio de 1988, não há falar em prescrição da pretensão ao próprio fundo de direito". 7. Pedido de Uniformização conhecido e provido, pelo que determino o retorno dos autos à Turma Recursal de origem para adequação do julgado." (PEDILEF 200741009020086). 6. Destarte, as prestações adquirem caráter de trato sucessivo, não comportando a matéria prorrogação de discussões a respeito. 7. Contudo, a lide não envolve apenas a natureza sucessiva das parcelas oriundas das diferenças de reajustamento pela URP e a inocorrência da prescrição do fundo de direito, matérias com entendimento efetivamente uniformizado. Encontra-se devidamente prequestionado nos embargos de declaração a tese acerca da absorção do reajuste pela modificação da estrutura remuneratória posterior, questão não abrangida pelo julgamento das PETs 7.149, 7.630, 7.289 e 7.153, adotado pela TNU. 8. Neste sentido, especificamente sobre a matéria, uniformizou esta Turma Nacional, conforme transcrevo: "ADMINISTRATIVO - SERVIDOR PÚBLICO - URP DE 16,19% (3,77%) - NÃO CARACTERIZADA A PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO - PRESTAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO - ENTENDIMENTO DO E. STJ - PET. 7.154/RO - IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO POR MOTIVO DIVERSO - ABSORÇÃO DO REAJUSTE E MODIFICAÇÃO DA ESTRUTURA REMUNERATÓRIA - INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO NOS VENCIMENTOS POSTERIORES - INCIDENTE DO AUTOR CONHECIDO E NÃO PROVIDO." (PEDILEF 2007.41.00.901730-7, Rel. Juiz Federal Vladimir Santos Vitovsky, D.J. 25/04/2012). Nos termos do voto do relator: "(...) a questão não é somente quanto à prescrição/decadência, mas sim tendo em vista que passados mais de vinte e três anos (de 1988 a 2011) houve incorporação de tal reajuste bem como modificação na estrutura remuneratória. Assim, nada é devido à parte autora. Ocorre que em agosto e novembro de 1988, foram, respectivamente, repostas as URP de abril e maio, em atenção ao disposto no art. 1º do Decreto-Lei nº 2.453/88 (art. 1º) e no art. 1º da Lei nº 7.686/88. Deste modo, fica evidente que eventuais diferenças já restaram pagas, por ter os vencimentos do autor sido recompostos integralmente em novembro de 1988, fazendo estancar a lesão que, não se perpetuando, não lhe confere qualquer direito. Na sequência, as URPs de abril e de maio de 1988 produziram reflexos na remuneração dos servidores públicos, repercutindo financeiramente apenas até outubro de 1988. Primeiro porque a URP de abril de 1988 foi incorporada/reposta em agosto de 1988 conforme o disposto no inciso I do art. 1º do Decreto-Lei nº 2.453/88, mês em que os salários foram efetivamente reajustados em 36,73%, índice que corresponde à soma da antecipação salarial da URP do respectivo trimestre (17,68%), conforme determinado pela Portaria nº 1.662, de 28 de julho de 1988, do Ministro-Chefe da Secretaria de Administração Pública da Presidência da República - SEDAP, com o índice integral da URP de abril de 1988 (16,19%), conforme determinado pela Portaria nº 1.861, de 11 de agosto de

1988, do Ministro-Chefe da Secretaria de Administração Pública, a saber: Decreto-Lei nº 2.453/88: "Art. 1º Será feita a reposição, nos salários, vencimentos, soldos, proventos, pensões e demais remunerações correspondentes ao mês de agosto de 1988, do reajuste mensal, a título de antecipação, instituído pelo art. 8º do Decreto-lei nº. 2.335, de 12 de junho de 1987, que: I - no mês de abril de 1988, deixou de ser aplicado ao pessoal referido no art. 1º do Decreto-lei nº 2.425, de 7 de abril de 1988;" E segundo porque a URP de maio de 1988 foi incorporada/resposta em novembro de 1988, mas com efeitos financeiros apenas naquele momento em diante, isto é, apenas de novembro de 1988 em diante, conforme a combinação do disposto no inciso I do art. 1º com o disposto no art. 4º da Lei nº 7.686/88, a qual converteu a Medida Provisória nº 20/88 em lei, mês em que os salários foram reajustados em 41,04%, índice que corresponde à soma da antecipação salarial da URP do respectivo trimestre (21,39%), conforme determinado pela Portaria nº 298, de 31 de agosto de 1988, do Ministro de Estado da Fazenda, com o índice integral da URP de maio de 1988 (16,19%), conforme determinado pela Portaria nº 2.991, de 14 de novembro de 1988, do Secretário de Recursos Humanos da Secretaria de Administração Pública da Presidência da República - SEDAP, a saber: Lei nº 7.686/88: "Art. 1º Será feita a reposição, nos salários, vencimentos, soldos, proventos, pensões e demais remunerações correspondentes ao mês de novembro de 1988, no reajuste mensal, a título de antecipação, instituído pelo art. 8º do Decreto-lei nº 2.335, de 12 de junho de 1987, que: I - no mês de maio de 1988, deixou de ser aplicado ao pessoal de que trata o art. 1º do Decreto-lei nº 2.425, de 7 de abril de 1988;" "Art. 4º. A reposição de que trata esta Lei não importará efeitos financeiros retroativos aos meses de maio a outubro, no que se refere a salários, vencimentos, soldos, proventos, pensões e demais remunerações". Portanto, as diferenças decorrentes da aplicação das URPs de abril e de maio de 1988 e respectivos reflexos sobre a remuneração dos servidores públicos cessaram em outubro de 1988, circunstância relevante que não foi analisada e nem decidida nos acórdãos invocados como paradigmas. Assim sendo, forçoso é reconhecer que, se as diferenças cessaram em outubro de 1988 e não se refletiram nos salários subsequentes (não influenciando, por isso, nos reajustes futuros), assim nada mais é devido. Como se já não fosse suficiente, necessário lembrar que, quanto aos militares, a MP 2.131, de 28/12/2000 inaugurou um novo sistema remuneratório. A nova estrutura remuneratória substituiu a anterior, de modo que, ainda que diferenças existissem, estas não mais poderiam ser pagas ao autor que passou a se beneficiar de um novo e mais vantajoso regime estipendial". 9. Por conseguinte, o pedido de uniformização, no segmento em que fora conhecido, merece ser parcialmente acolhido, considerando-se a possibilidade de compensação e incorporação das diferenças da URP por reajustes posteriores, bem como os efeitos da modificação na estrutura remuneratória da carreira da parte requerente, em conformidade com o caso concreto. Retornemos autos ao juizado de origem para adequação."

Forte nessas razões, voto no sentido de NEGAR SEGUIMENTO ao pedido de uniformização, na forma do art. 9º, inciso IX, do Regimento Interno da TNU.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília, 16 de junho de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE

BERTOZZI

Juíza Federal Relatora Suplente da TNU -

Convocada em regime de mutirão

ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, decidiu NEGAR SEGUIMENTO ao presente Incidente de Uniformização, nos termos da ementa-voto da Juíza Federal relatora.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília, 16 de junho de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE

BERTOZZI

Juíza Federal Relatora Suplente da TNU -

Convocada em regime de mutirão

PROCESSO: 0000144-75.2007.4.02.5160

ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

REQUERENTE: TATIANA VIEIRA DO AMARAL

PROC./ADV.: MARCOS MATOS DE VASCONSELLOS

OAB: RJ-73933

REQUERIDO(A): BANCO CENTRAL DO BRASIL

PROC./ADV.: PROCURADOR DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE BERTOZZI

EMENTA - VOTO

PEDILEF. DIREITO CIVIL E ADMINISTRATIVO. CADERNETA DE POUPANÇA. RECADASTRAMENTO. SALDO TRANSFERIDO PARA O TESOUREIRO NACIONAL - QUESTÃO DE ORDEM 03. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. NEGÓ SEGUIMENTO.

Trata-se de Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal (PEDILEF) interposto pela parte ré em face de acórdão proferido pela 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, que conheceu e deu provimento ao recurso da parte autora para condenar a UNIÃO FEDERAL e o BACEN a restituírem à autora o saldo da conta poupança, transferido para o Tesouro Nacional em 14/03/2003, devidamente corrigidos e acrescidos dos respectivos rendimentos aplicáveis às contas da mesma espécie quando ativas, desde a data da transferência.

No incidente de uniformização, a recorrida alega que o Acórdão embargado violou os prazos prescricionais estabelecidos na Lei 9.526/97. Argüi, ainda, a ilegitimidade passiva do Banco Central. Para comprovar a divergência alegada em relação a ilegitimidade do

Banco, apresentou como paradigma julgados das Turmas Recursais das 2ª e 3ª Regiões. No tocante à prescrição alegada, a recorrida trouxe aos autos a ADI 1715, proferida em sede do Supremo Tribunal Federal, bem como acórdão proferido pela 5ª Turma Recursal de São Paulo.

O incidente de uniformização foi inadmitido na origem e contra esta decisão foi interposto agravo. Presentes os pressupostos de admissibilidade, passo à análise do mérito recursal.

De pronto, o recurso não merece ser conhecido no que diz respeito aos acórdãos da 2ª e 3ª Regiões apontados como paradigmas nas pretensões de reconhecimento da ilegitimidade do banco, bem como do reconhecimento da prescrição, eis que o autor descumpriu o determinado pela Questão de Ordem nº 3 da Turma Nacional de Uniformização: "A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre julgados de turmas recursais de diferentes regiões, sendo exigida, no caso de julgado obtido por meio da internet, a indicação da fonte eletrônica (URL)." Veja o seguinte precedente: PEDILEF 05028115520074058308; Juiz Federal Rogério Moreira Alves; 25/04/2012).

Não obstante, ressalte-se que, ainda, quanto ao paradigma do Supremo Tribunal Federal, inexistente previsão legal de uniformização entre julgados de Turmas Recursais e do STF, não podendo o mesmo ser utilizado como paradigma no presente Pedido de Uniformização.

Noutra perspectiva, caso superada, essa barreira jurídico processual, verifica a ausência de cotejo analítico, requisito de admissibilidade de qualquer incidente de uniformização, vejamos.

Os regimentos internos, tanto desta Corte, quanto do E. STJ, ao tratarem da admissibilidade dos incidentes de uniformização registram a necessidade de o recorrente indicar claramente a divergência:

Regimento Interno da TNU, Art. 15. O pedido de uniformização será inadmitido quando não preenchidos todos os requisitos de admissibilidade recursal, notadamente se:

I - não demonstrada existência de dissídio jurisprudencial, com cotejo analítico dos julgados, e identificado o processo em que proferido; Regimento Interno do STJ, Art. 255. O recurso especial será interposto na forma e no prazo estabelecido na legislação processual vigente, e recebido no efeito devolutivo.

§ 1º A comprovação de divergência, nos casos de recursos fundados na alínea c do inciso III do art. 105 da Constituição, será feita:

a) por certidões ou cópias autenticadas dos acórdãos apontados divergentes, permitida a declaração de autenticidade do próprio advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

b) pela citação de repositório oficial, autorizado ou credenciado, em que os mesmos se achem publicados.

§ 2º Em qualquer caso, o recorrente deverá transcrever os trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, mencionando as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados. A partir dos dispositivos dos regimentos internos citados, verifica-se que é requisito de admissibilidade de qualquer incidente de uniformização: (i) a transcrição dos trechos dos acórdãos divergentes; (ii) menção às circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos.

À reunião dos itens (i) e (ii) denomina-se "cotejo analítico". A jurisprudência é firme no sentido de que a inexistência de cotejo analítico é causa de inadmissão do incidente. Por outro lado, não é suficiente para cumprir o requisito a mera indicação do número dos julgados divergentes ou a juntada do inteiro teor dos acórdãos. O critério para verificação da existência de cotejo analítico é rígido, vez que, como observado acima, é ônus do recorrente demonstrar a divergência jurisprudencial alegada. Nesse sentido, vejamos os seguintes julgados:

(...) para a correta demonstração da divergência jurisprudencial, o recorrente deve proceder ao cotejo analítico dos julgados confrontados, a fim de restarem demonstradas a similitude fática e a adoção de teses divergentes, o que não foi realizado na hipótese. 2. Agravo regimental desprovido. (AGARESP 201402202213, MARCO BUZZI, STJ - QUARTA TURMA, DJE DATA:28/05/2015)

(...) DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO REALIZAÇÃO DO COTEJO ANALÍTICO. PARADIGMA DO MESMO TRIBUNAL PROLATOR DO ACÓRDÃO. SÚMULA N. 13/STJ. RECURSO DESPROVIDO (...) A transcrição da ementa ou do inteiro teor dos julgados tidos como divergentes é insuficiente para a comprovação de dissídio pretoriano viabilizador do recurso especial. (...) (AGARESP 201401831168, JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, STJ - TERCEIRA TURMA, DJE DATA:12/12/2014)

(...) DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. AGRAVO NÃO PROVIDO. (...) Não obstante a citação do dispositivo da legislação infraconstitucional supostamente violado pelo Tribunal a quo, não se desenvolveu, com um mínimo de profundidade, as razões jurídicas acerca dessa violação. Assim, resta descumprido requisito imprescindível para conhecimento do recurso, a teor no enunciado sumular n. 284 do STF. 4. Conforme disposição do art. 541, parágrafo único, do CPC e do art. 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ, quando o recurso interposto estiver fundado em dissídio pretoriano, deve a parte colacionar aos autos cópia dos acórdãos em que se fundamenta a divergência, bem como realizar o devido cotejo analítico, demonstrando, de forma clara e objetiva, suposta incompatibilidade de entendimentos e a similitude fática entre as demandas. 5. Agravo regimental não provido. (AGARESP 201202395438, ROGERIO SCHIETTI CRUZ, STJ - SEXTA TURMA, DJE DATA:03/11/2014)

A mera transcrição de ementas, sem identificação dos pontos de convergência entre os julgados em confronto, não satisfaz a exigência do cotejo analítico reclamado pelo pedido de uniformização. (...) (00123184320064013200(2006.32.00.901227-8/AM) PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO E DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E OS

PARADIGMAS. RECURSO NÃO CONHECIDO. 1. No pedido de uniformização, cabe ao recorrente realizar o cotejo analítico entre os fundamentos adotados no acórdão recorrido e os existentes nos arestos paradigmas. A falta do cotejo analítico é óbice à admissibilidade do recurso. 2. Para configurar a divergência jurisprudencial, não basta ao recorrente apresentar julgados sobre a mesma matéria com resultados diversos. Os paradigmas devem apresentar, necessariamente, uma situação praticamente idêntica à dos autos, demonstrando que os órgãos julgadores atribuíram a um mesmo trabalho, exercido em circunstâncias semelhantes, valoração jurídica diferente. 3. Pedido de uniformização não conhecido. (PEDILEF n. 200770950140608/PR, Rel. Juiz Federal Ivori Luis da Silva Scheffer, DJ. 09/12/2009). No caso dos autos, a parte recorrente não realizou o cotejo analítico entre os paradigmas invocados como divergentes em relação à decisão da Turma Recursal no presente feito.

Por efeito, voto no sentido de NEGAR SEGUIMENTO ao pedido de uniformização, na forma do art. 9º, inciso IX, do Regimento Interno da TNU.

Publique-se. Registre-se. Intime-se. Brasília, 16 de junho de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE  
BERTOZZI  
Juíza Federal Relatora Suplente da TNU -  
Convocada em regime de mutirão  
**ACÓRDÃO**

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, decidiu NEGAR SEGUIMENTO ao presente Incidente de Uniformização, nos termos da ementa-voto da Juíza Federal relatora.

Publique-se. Registre-se. Intime-se. Brasília, 16 de junho de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE  
BERTOZZI  
Juíza Federal Relatora Suplente da TNU -  
Convocada em regime de mutirão

PROCESSO: 0514681-68.2014.4.05.8400  
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

REQUERENTE: PAULO HENRIQUE NERI BEZERRA  
PROC./ADV.: VENICIO BARBALHO NETO

OAB: RN 3.682

REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SUSANA SBROGIO GALIA  
VOTO DIVERGENTE

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO. REAFIRMAÇÃO DO ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NO PEDILEF Nº 0006275-98.2012.4.01.3000. NÃO INCIDE A CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL (PSS) SOBRE A TOTALIDADE DAS IMPORTÂNCIAS PAGAS A TÍTULO DE GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE DE COMBATE E CONTROLE DE ENDEMIAS (GACEN), INSTITUÍDA PELA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 431/2008, CONVERTIDA NA LEI Nº 11.784/2008, EM RAZÃO DA ISENÇÃO TRIBUTÁRIA QUE SE RECONHECE COM FUNDAMENTO NO ART. 4º, §1º, VII, DA LEI Nº 10.887/04, QUE EXCLUI DA BASE DA CONTRIBUIÇÃO "AS PARCELAS REMUNERATÓRIAS PAGAS EM DECORRÊNCIA DO LOCAL DE TRABALHO". ACÓRDÃO EM DESCONFORMIDADE COM O ENTENDIMENTO DA TNU. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO PROVIDO. PEDIDO INICIAL JULGADO PROCEDENTE. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 38 DA TNU.

Peço vênia para divergir.

Trata-se de INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, §2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão prolatado pela Turma Recursal do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença de improcedência, reconheceu como devida a incidência da contribuição social do servidor público sobre a Gratificação de Atividade de Combate e Controle de Endemias - GACEN, considerando tratar-se de verba incorporável à aposentadoria, de modo que a não incidência de contribuição previdenciária (PSS), pode interferir em todo o equilíbrio atuarial do sistema público de previdência social, que possui caráter contributivo.

Sustenta a requerente que o acórdão combatido diverge do entendimento deste Colegiado (PEDILEF nº 0006275-98.2012.4.01.3000), no sentido de que a GACEN não sofre incidência do PSS, "pois sendo uma vantagem destinada a remunerar cargos com atribuições específicas em determinadas áreas, locais de trabalho, constituiria numa parcela remuneratória isenta desta exação, consonante o contido no § 1º do inciso VII da Lei n. 10.884/04".

Com contrarrazões o incidente foi inicialmente inadmitido na origem.

Após a interposição de agravo, os autos foram distribuídos ao relator.

É o breve relatório.

Com efeito, conforme defendido pela requerente, a matéria trazida ao conhecimento deste Colegiado no presente incidente foi objeto de uniformização na sessão de julgamento de 06/08/2014, por ocasião do julgamento do PEDILEF nº 0006275-98.2012.4.01.3000 (Relator Juiz federal Bruno Leonardo Câmara Carrá). Naquele caso, a sentença de primeira instância havia julgado procedente o pedido de não-incidência da contribuição social do servidor público sobre a GACEN sob o fundamento de que se tratava de verba de caráter indenizatório. A Turma Recursal do Acre, acolhendo parcialmente o recurso da Fazenda Pública, na esteira da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, reformou a sentença reconhecendo a não-incidência da con-

tribuição tão-somente sobre a parcela da GACEN que não será incorporada aos proventos de aposentadoria do servidor. Contra essa decisão a Fazenda Pública interpôs o incidente de uniformização citado, ocasião em que a TNU decidiu no seguinte sentido:

(a) A GACEN tem natureza remuneratória, conforme se colhe do seguinte trecho do voto do Relator:

4. Tocante ao primeiro fundamento, não há de se falar, realmente, em caráter indenizatório da GACEN. A Lei nº 11.784/2008, ao instituir a Gratificação Especial de Atividade de Combate e Controle de Endemias - (GECEN) e a Gratificação de Atividade de Combate e Controle de Endemias (GACEN), determinou (art. 55) que tais gratificações são devidas aos titulares dos empregos e cargos públicos de que tratam os artigos 53 e 54, que, em caráter permanente, realizarem atividades de combate e controle de endemias, em área urbana ou rural, inclusive em terras indígenas e de remanescentes quilombolas, áreas extrativistas e ribeirinhas.

5. Note-se que a GACEN será devida, inclusive, nos afastamentos considerados de efetivo exercício, quando percebida por um período igual ou superior a 12 (doze) meses, devendo ainda ser reajustada na mesma época e na mesma proporção da revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais (§§ 2º e 5º do art. 55), fatos suficientes, per se, para afastar qualquer caráter indenizatório ou compensatório que se queira atribuir à mencionada gratificação.

6. Ademais, o aspecto remuneratório da vantagem sobressai-se também na circunstância de ela se incorporar "aos proventos de aposentadoria e às pensões dos servidores que a ela fazem jus" (Art. 55, par. 3º, da Lei nº 11.784/2008), o que não é possível nas verbas de caráter eminentemente indenizatório, por força do disposto no §1º do art. 49 da Lei nº 8.112/91: "As indenizações não se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito".

[...]

8. Desse modo, considerando que a GaCEN não consiste, nem possui, natureza jurídica de qualquer espécie de indenização, é inegável sua natureza vencimental.

(b) A GACEN tem natureza de parcela remuneratória paga em decorrência de local de trabalho, de modo que deve ser excluída da base de cálculo da contribuição social do servidor público, em razão da norma isentiva contida no art. 4º, §1º, VII, da Lei nº 10.887/2004, conforme se colhe do seguinte trecho do voto do Relator (grifei):

9. Todavia, os fundamentos do Pedido de Uniformização não se sustentam diante da regra isentiva constante do art. 4º, §1º, VII, da Lei nº 10.887/2004, que exclui da base de cálculo da Contribuição para o Plano de Seguridade do Servidor Público Federal as "parcelas remuneratórias pagas em decorrência do local de trabalho", in verbis:

"Art. 4º A contribuição social do servidor público ativo de qualquer dos Poderes da União, incluídas suas autarquias e fundações, para a manutenção do respectivo regime próprio de previdência social, será de 11% (onze por cento), incidentes sobre:

(...) § 1º Entende-se como base de contribuição o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, os adicionais de caráter individual ou quaisquer outras vantagens, excluídas:

(...) VII - as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho";

10. Ora, da apreensão do conceito legal da GACEN, ressalta, com clareza, o fato de ser ela uma vantagem pecuniária devida exatamente em função de certas atividades que são prestadas em determinados loci. Com efeito, o art. 55 da Lei nº 11.784/08 estabelece que "A GECEN e a GACEN serão devidas aos titulares dos empregos e cargos públicos de que tratam os arts. 53 e 54 desta Lei, que, em caráter permanente, realizarem atividades de combate e controle de endemias, em área urbana ou rural, inclusive em terras indígenas e de remanescentes quilombolas, áreas extrativistas e ribeirinhas".

11. O fato gerador da gratificação não é outro, portanto, que o exercício de uma atividade laboral, a saber, "o combate e controle de endemias", as quais, obviamente, devem estar afetando determinadas zonas geográficas ("área urbana ou rural, inclusive em terras indígenas e de remanescentes quilombolas, áreas extrativistas e ribeirinhas").

12. Observe-se que a legislação de regência chega ao ponto de explicitar que em seu conceito incluem-se por sinal as terras indígenas, quilombolas, regiões extrativistas e ribeirinhas. Nada mais lógico, repito, pois se a gratificação é devida mercê de uma atividade de enfrentamento a endemias, estas naturalmente se desenvolvem em dadas zonas territoriais, ou ainda, em marcos geográficos delimitados. Portanto, não é apenas em função do trabalho prestado, mas sim em decorrência de sua prestação em um específico local ou zona que a gratificação torna-se devida.

13. O conteúdo da norma constante do art. 4º, §1º, VII, da Lei nº 10.887/2004 tem nítida natureza isentiva, na medida em que dispensa o tributo que, em tese, seria devido pelo contribuinte, mas que, entretanto, foi excluído pelo ente federativo competente para instituí-lo, nos termos definidos pelo art. 175, I, do CTN. Assim, embora o cunho remuneratório, tais parcelas são, como dito, excluídas da exação pelo que não são, claro, devidas.

Cumpra observar que a questão relativa à incorporação parcial da GACEN aos proventos de aposentadoria foi mencionada, naquela ocasião, pelo Relator, apenas a título de obter dictum, ou seja, como argumento meramente retórico, que não desempenha papel relevante para a formação do julgado, e assim o fez o Relator porque o acórdão recorrido tinha se assentado nessa premissa para afastar parcialmente a incidência da contribuição, e apenas a Fazenda Pública havia recorrido. Transcrevo o trecho correspondente (grifei):

14. Como obter dictum (sic), destaque, tão somente para as peculiaridades do caso presente, o fato da GACEN não ser plenamente incorporável aos proventos de aposentadoria ou pensão nos termos descritos no art. 55 da Lei nº 11.748/08, [...]

15. A partir da leitura da regra referida é possível inferir que não há uma incorporação plena da GACEN para os proventos da inatividade. Ora, mesmo que se pretenda fugir da regra constante do art. 4º, §1º,



VII, da Lei nº 10.887/2004, a exigibilidade da exação, fatalmente, encontraria óbice no entendimento já consagrado pelo Supremo Tribunal Federal de que não podem ser tributadas pela Contribuição em exame as verbas que não são incorporadas aos proventos de inatividade [...]

16. Do cotejo entre a situação em exame, onde há incorporação apenas parcial da gratificação percebida, com o posicionamento pacificado na jurisprudência do augusto Supremo Tribunal Federal, tem-se que seria incabível a incidência do tributo sobre o percentual não incorporável, pelo que, no ponto, assiste razão ao juiz sentenciante, que assim o declarou. Considerando que o particular não se irressignou quanto a isso e que o Pedido de Uniformização foi apenas da Fazenda Nacional, entendo que, neste processo, também se poderia utilizar tal fundamento para negar provimento ao incidente.

17. Presente esta quadra e sendo, por fundamento diverso, incabível a incidência da Contribuição para o Plano da Seguridade Social do Servidor Público Federal, sobre as parcelas não incorporáveis aos proventos de inatividade, o Pedido de Uniformização é conhecido, porém improvido por entender-se que a regra constante do art. 4º, §1º, VII, da Lei nº 10.887/2004 afasta sua total incidência em obediência ao princípio da reserva legal.

Por fim, transcrevo a ementa do referido julgado, onde restou assentado o entendimento acerca da isenção tributária reconhecida (grifei):

ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL (PSS). INCIDÊNCIA SOBRE IMPORTÂNCIAS PAGAS A TÍTULO DE GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE DE COMBATE E CONTROLE DE ENDEMIAS (GACEN), INSTITUÍDA PELA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 431/2008, CONVERTIDA NA LEI Nº 11.784/2008. ADICIONAL DEVIDO EM RAZÃO DO LOCAL DO TRABALHO, NOS TERMOS DA LEI DE REGÊNCIA (ART. 55, CAPUT). NATUREZA REMUNERATÓRIA RECONHECIDA. IR-RELEVÂNCIA PARA FINS DE APURAR A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL. ISENÇÃO TRIBUTÁRIA QUE SE RECONHECE COM FUNDAMENTO NO ART. 4º, §1º, VII, DA LEI Nº 10.887/04 QUE EXCLUI DA BASE DA CONTRIBUIÇÃO "AS PARCELAS REMUNERATÓRIAS PAGAS EM DECORRÊNCIA DO LOCAL DE TRABALHO". PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO, PORÉM IMPROVIDO.

Por conseguinte, da decisão contida no PEDILEF nº 0006275-98.2012.4.01.3000, acima referido, podem-se extrair duas conclusões: (1) em face dos precedentes do Supremo Tribunal Federal (AI 710.361/MG, Rel. MINISTRA CARMEN LÚCIA, PRIMEIRA TURMA, DJ 08/05/2009, e AgRg no AI 727.958/MG, Rel. MINISTRO EROS GRAU, SEGUNDA TURMA, DJ 27/02/2009), no sentido de que somente as parcelas incorporadas à remuneração do servidor para fins de aposentadoria podem sofrer a incidência da contribuição previdenciária respectiva, conclui-se que se está diante de hipótese de imunidade parcial, ou seja, de um anteparo jurídico-constitucional que impede o legislador ordinário de fazer incidir a contribuição previdenciária devida pelos servidores públicos sobre a parcela da GACEN que não se incorpora aos proventos de aposentadoria (art. 55, da Lei nº 11.748/2008); (2) além de se reconhecer a imunidade parcial genérica referida no item anterior, no caso da GACEN, há de ser reconhecida a isenção específica, prevista no art. 4º, §1º, VII, da Lei nº 10.887/2004, que exclui da base de cálculo da contribuição previdenciária devida pelo servidor público, "as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho", uma vez que a referida gratificação detém tal natureza.

Dito de outro modo, à imunidade parcial mencionada soma-se a isenção tributária concedida em nível infraconstitucional, mediante isenção legal específica, na medida em que, uma vez reconhecido que a GACEN tem natureza de parcela remuneratória paga em decorrência do local de trabalho, tal gratificação deve ser excluída da base de cálculo da contribuição social do servidor público, por força de expressa determinação contida no art. 4º, §1º, VII, da Lei nº 10.887/2004. Trata-se, portanto, de hipótese de exclusão do crédito tributário, nos moldes do art. 175, I, do CTN, isto é, embora fosse possível ao legislador infraconstitucional tributar a parcela da GACEN que é incorporada aos proventos de aposentadoria, optou-se por não fazê-lo, mediante a exclusão do crédito tributário correspondente. Há, por conseguinte, no que ultrapassa a imunidade mencionada, efetiva renúncia fiscal relativamente à parcela da GACEN que se incorpora aos proventos de aposentadoria.

Portanto, ainda que a GACEN fosse integralmente incorporada aos proventos de aposentadoria, não haveria tributação alguma, em razão da norma isentiva contida no art. 4º, §1º, VII, da Lei nº 10.887/2004. Ou seja, a aplicação a regra geral de imunidade parcial estabelecida pelo STF não prejudica a concomitante aplicação da regra de isenção da contribuição, em decorrência da lei que exclui o respectivo crédito tributário, conforme dispõe o art. 175, I, do CTN.

Assim sendo, reafirma-se a tese de que NÃO INCIDE A CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL (PSS) SOBRE A TOTALIDADE DAS IMPORTÂNCIAS PAGAS A TÍTULO DE GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE DE COMBATE E CONTROLE DE ENDEMIAS (GACEN), INSTITUÍDA PELA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 431/2008, CONVERTIDA NA LEI Nº 11.784/2008, EM RAZÃO DA ISENÇÃO TRIBUTÁRIA QUE SE RECONHECE COM FUNDAMENTO NO ART. 4º, §1º, VII, DA LEI Nº 10.887/04, QUE EXCLUI DA BASE DA CONTRIBUIÇÃO "AS PARCELAS REMUNERATÓRIAS PAGAS EM DECORRÊNCIA DO LOCAL DE TRABALHO".

Considerando que a decisão recorrida encontra-se em desconformidade com o entendimento da TNU sobre a matéria submetida a julgamento, o presente incidente merece ser conhecido e provido, julgando-se o pedido inicial procedente, por aplicação da Questão de Ordem nº 38, segunda parte, deste Colegiado.

Ante o exposto, voto por DAR PROVIMENTO ao incidente de uniformização.

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, por maioria, DAR PROVIMENTO ao incidente de uniformização de jurisprudência, nos termos do voto divergente do Juiz Federal Gerson Luiz Rocha.

Brasília, 16 de junho de 2016

GERSON LUIZ ROCHA

Juiz Relator

PROCESSO Nº 051468168201144058400

PARTE AUTORA: PAULO HENRIQUE NERI BEZERRA

PARTE RÉ: UNIÃO

RELATORA: JUÍZA FEDERAL SUSANA SBROGIO GÁLIA, CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE DE COMBATE DE ENDEMIAS - GACEN. GRATIFICAÇÃO DECORRENTE DO LOCAL DE TRABALHO. VANTAGEM COM NATUREZA REMUNERATÓRIA. INCORPORAÇÃO PARA CÁLCULO DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA. INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. PRECEDENTES DA TNU, DO STJ e STF. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO PROVIDO.

1. Cuida-se de pedido de uniformização de lei federal interposto pela parte autora contra o acórdão de Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, que confirmou a sentença na qual foi julgado improcedente o pedido de não incidência de contribuição previdenciária (PSS) sobre os valores recebidos a título de gratificação de atividade de combate a endemias (GACEN), pois, tratando-se de verba de natureza remuneratória, seria incorporada aos proventos de aposentadoria.

2. Argumenta a parte autora que deve ser afastada a incidência de contribuição previdenciária sobre a totalidade do valor recebido a título de gratificação, uma vez que se cuida de "vantagem destinada a remunerar cargos com atribuições específicas em determinadas áreas, locais de trabalho".

3. Fundamenta seu pedido em decisão-paradigma da Turma Nacional de Uniformização (processo n.º 0006275-98.2012.4.01.3000).

4. O incidente de uniformização não foi admitido na origem.

5. Com efeito, a decisão impugnada declarou que não é afastada a incidência de contribuição previdenciária sobre a parcela incorporável à aposentadoria. In verbis:

"(...)

A base de cálculo das contribuições previdenciárias no regime dos servidores públicos deve ser composta pelos valores que venham a ser incorporados à sua remuneração na aposentadoria.

Nos termos do §3º do art. 40 da Constituição Federal, a hipótese de incidência das contribuições previdenciárias de custeio do regime próprio dos servidores públicos será constituída apenas pelas vantagens pecuniárias incorporáveis aos vencimentos dos servidores, uma vez que, dado o caráter essencialmente contributivo atribuído a tal regime previdenciário, deverá existir uma correlação entre os valores sobre os quais incide o tributo e o cálculo dos benefícios previdenciários correspondentes.

Analisando o contexto acima traçado, verifica-se que a GACEN trata de verba incorporável à aposentadoria, o que faz necessária a incidência de contribuição previdenciária (PSS), sob pena de malferir todo o equilíbrio atuarial do sistema público de previdência social, que possui caráter contributivo.

Há entendimento do Supremo Tribunal Federal no sentido de admitir a incidência de contribuição previdenciária em parcelas incorporáveis ao salário do servidor.: "Esta Corte fixou entendimento no sentido de que somente as parcelas incorporáveis ao salário do servidor sofrem a incidência da contribuição previdenciária. Agravo Regimental a que se nega provimento. (STF - AI 727958 Agr / MG, Rel. Min. Eros Grau, Julgado dem 16/12/2008)"

6. Por outro lado, o precedente da TNU indicado como paradigma foi assim ementado:

"ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL (PSS). INCIDÊNCIA SOBRE IMPORTÂNCIAS PAGAS A TÍTULO DE GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE DE COMBATE E CONTROLE DE ENDEMIAS (GACEN), INSTITUÍDA PELA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 431/2008, CONVERTIDA NA LEI Nº 11.784/2008. ADICIONAL DEVIDO EM RAZÃO DO LOCAL DO TRABALHO, NOS TERMOS DA LEI DE REGÊNCIA (ART. 55, CAPUT). NATUREZA REMUNERATÓRIA RECONHECIDA. IR-RELEVÂNCIA PARA OS FINS DE APURAR A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL. ISENÇÃO TRIBUTÁRIA QUE SE RECONHECE COM FUNDAMENTO NO ART. 4º, § 1º, VII, DA LEI Nº 10.887/04 QUE EXCLUI DA BASE DA CONTRIBUIÇÃO "AS PARCELAS REMUNERATÓRIAS PAGAS EM DECORRÊNCIA DE LOCAL DE TRABALHO". PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO, PORÉM IMPROVIDO." (TNU, processo n.º. 0006275-98.2012.4.01.3000, Rel. Juiz Fed. Bruno Leonardo Câmara Carrá, data de julgamento: 06.08.2014).

7. Tem-se por demonstrado, pois, o dissídio jurisprudencial, visto que, na decisão impugnada, entende-se incidente a contribuição previdenciária sobre a parcela remuneratória que integrará os proventos de aposentadoria, sendo que no paradigma considera-se ser a GACEN vantagem paga em razão do local de trabalho, por isso, não seria base de incidência de tal tributo, nos moldes do art. 4º, § 1º, inciso VII, da Lei n. 10.887/04.

8. Ocorre que, nada obstante a contrariedade em face do paradigma apresentado pela parte autora, verifica-se que a decisão recorrida está de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) e Superior Tribunal de Justiça (STJ). É que o art. 4º, § 1º, inciso VII, da Lei n. 10.887/04, que exclui da base de incidência da contribuição previdenciária as vantagens pagas em razão do local de

trabalho, vigorava com feição genérica anteriormente ao advento da Lei 11.784/08, que, em seu art. 55, § 3º, expressamente estabeleceu, em caráter especial, que tal gratificação seja incorporada aos proventos de aposentadoria dos servidores públicos federais, reforçando assim não só sua natureza remuneratória, como também sua repercussão no benefício previdenciário do servidor, com escopo à incidência da contribuição social. E, uma vez incorporada aos proventos de aposentadoria do servidor, deve ser reconhecida a contraposta incidência de contribuição previdenciária, alinhando-se à lógica da correspondência entre a base de cálculo da contribuição social e as parcelas inseridas nos proventos, segundo orientam as Cortes integrantes do ápice da jurisprudência pátria:

"A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, na linha de orientação adotada pelo Supremo Tribunal Federal, revendo seu posicionamento, firmou compreensão segundo a qual não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória por não se incorporar à remuneração do servidor para fins de aposentadoria" (Pet 7.296/PE, Rel. Min. Eliana Calmon, DJe 10/11/09). Precedentes: AgRg no AREsp 85.096/AM, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/04/2012; AgRg no REsp 1415775/RJ, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 09/03/2015; EAg 1200208/RS, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Seção, DJe 20/10/2010; AgRg no AREsp 223.988/PE, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 09/05/2013" (STJ-1ª.T, AgRg no REsp 1056203 / DF, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, DJe 06/04/2015)

"A partir da finalidade do adicional é que se desenvolveu a posição jurisprudencial do STF, cujo início está no julgamento do RE 345.458/RS (Segunda Turma, Documento: 6594776 - RELATÓRIO E VOTO - DJ 01/02/2005), em que a relatora, Min. Ellen Gracie, analisando a constitucionalidade da redução do período de férias de procuradores autárquicos, consignou, em obter dictum, que o abono de férias era espécie de "parcela acessória que, evidentemente, deve ser paga quando o trabalhador goza seu período de descanso anual, permitindo-lhe um reforço financeiro neste período". A partir daí firmou-se na Corte o entendimento pela não-incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, ao fundamento de que a referida verba detém natureza compensatória/indenizatória e de que, nos termos do art. 201, § 11, da CF/88 (Os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e conseqüente repercussão em benefícios, nos casos e na forma da lei), somente as parcelas incorporáveis ao salário do servidor para fins de aposentadoria sofrem a incidência da contribuição previdenciária." (STJ - 1ª.Seção, Pet 7296 / PE, Rel. Ministra ELIANA CALMON, DJe 10/11/2009)

"TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. INCIDÊNCIA SOBRE TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO IMPROVIDO. I - A orientação do Tribunal é no sentido de que as contribuições previdenciárias não podem incidir em parcelas indenizatórias ou que não incorporem a remuneração do servidor. II - Agravo regimental improvido." (STF, AI 712.880/MG, Rel. MINISTRO EROS GRAU, SEGUNDA TURMA, DJ 26/05/2009)

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO (SÚMULAS 282 E 356 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL). IMPOSSIBILIDADE DA INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. 1. A matéria constitucional contida no recurso extraordinário não foi objeto de debate e exame prévios no Tribunal a quo. Tampouco foram opostos embargos de declaração, o que não viabiliza o extraordinário por ausência do necessário prequestionamento. 2. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmou-se no sentido de que somente as parcelas que podem ser incorporadas à remuneração do servidor para fins de aposentadoria podem sofrer a incidência da contribuição previdenciária. (AI 710.361/MG, Rel. MINISTRA CARMEN LÚCIA, PRIMEIRA TURMA, DJ 08/05/2009) AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE AS HORAS EXTRAS E O TERÇO DE FÉRIAS. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. Esta Corte fixou entendimento no sentido de que somente as parcelas incorporáveis ao salário do servidor sofrem a incidência da contribuição previdenciária. Agravo Regimental a que se nega provimento. (STF, AgRg no AI 727.958/MG, Rel. MINISTRO EROS GRAU, SEGUNDA TURMA, DJ 27/02/2009)

9. A tendência de se adotar a mesma conclusão quanto à GACEN pode ser identificada a partir da decisão monocrática que segue:

"Trata-se de recurso extraordinário interposto contra acórdão cuja segue transcrita: TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL. GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE DE COMBATE E CONTROLE DE ENDEMIAS - GACEN. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. 1. Trata-se de recurso inominado interposto pela parte autora contra sentença que julgou improcedente o pedido inicial de não inclusão da gratificação de atividade de combate e controle de endemias - GACEN para fins de cálculo de contribuição previdenciária. 2. Em razões recursais, o recorrente pugna: a) pela percepção do direito ao benefício da justiça gratuita; b) pela não incidência de contribuição previdenciária sobre a GACEN; c) que a recorrida se abstenha de proceder a novos descontos a título de contribuição previdenciária sobre a GACEN paga; d) que se restitua os valores já descontados. 3. Supera-se a questão do benefício de justiça gratuita, tendo em vista que o juízo a quo já o deferiu em decisão posterior à sentença. 4.Quanto ao mérito de inclusão ou não da GACEN para fins de cálculo de contribuição previdenciária, mister se faz dirimir a controvérsia a respeito da natureza jurídica da referida gratificação, que foi instituída pelo art. 54, Lei 11.784/08, aos ocupantes dos cargos de Agente Auxiliar de Saúde Pública, Agente de Saúde Pública e Guarda

de Endemias, do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e do Quadro de Pessoal da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA. 5. Conforme art. 2º, Portaria n. 630/2011 - que dispôs sobre os critérios de concessão e pagamento da Gratificação de Atividade de Combate e Controle de Endemias (GACEN) - "Entende-se por atividade de combate e controle de endemias, para fins de concessão e pagamento da GACEN e GECEN, o exercício em caráter permanente de atividades de saneamento, de prevenção de doenças, educação e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) e sob supervisão do gestor municipal, distrital, estadual ou federal." 6. Com isso, conclui-se que a GACEN foi criada para atender às peculiaridades de exercício decorrentes da dedicação às atividades do cargo ou emprego e riscos ligados ao combate de endemias no campo externo, a que estão sujeitos os ocupantes dos cargos de Agente Auxiliar de Saúde Pública, Agente de Saúde Pública e Guarda de Endemias da FUNASA. Portanto, sua finalidade é de compensação e não de indenização. A indenização, por outro lado, seria a prestação em dinheiro, substitutiva da prestação específica, destinada a reparar ou recompensar o dano causado a um bem jurídico, quando não é possível ou não é adequada a restauração in natura do bem jurídico atingido, o que não se enquadra no caso em tela. 7. A própria lei instituidora da GACEN, Lei 11.784/08, no art. 55, § 3º, estabeleceu que tal gratificação será incorporada aos proventos de aposentadoria dos servidores públicos federais, reforçando assim sua natureza remuneratória. 8. Por fim, a Portaria n. 630/2011, art. 5º, VII e XI - que regulamentou os procedimentos de concessão da GACEN - destacou expressamente sua natureza remuneratória. (Art. 5º. Observada a legislação aplicável, ficam estabelecidas as seguintes regras para o pagamento das Gratificações GACEN e GECEN: [...] J VII -, a GACEN e a GECEN servem de base de cálculo para pagamento de pensão alimentícia, em razão de sua natureza remuneratória) 9. O art. 49, § 2º, Lei 8.112/90 permite o pagamento aos servidores públicos federais, além do vencimento, de indenizações, gratificações e adicionais, abrangendo a possibilidade de incorporação ao vencimento ou provento das gratificações e adicionais. 10. Quanto a não incidência de contribuição previdenciária sobre a GACEN, além da sua natureza remuneratória que a incorpora ao vencimento ou provento, tem-se a esclarecer que o regime de previdência dos servidores públicos é baseado nos princípios da contributividade e solidariedade, ou seja, o servidor colabora com um percentual sobre seus proventos para um fundo comum e solidário, nos termos do art. 40, da Constituição Federal e do art. 4º, da Lei 10.887/2004. 11. Diante da natureza de prestação remuneratória, que permeia à GACEN, bem como sua incorporação aos proventos, correta a inclusão da gratificação de atividade de combate e controle de endemias GACEN para fins de cálculo de contribuição previdenciária. 12. Assim, não merece reforma a sentença, mantendo-se a improcedência dos pleitos da inicial. 13. Condenação em honorários advocatícios em R\$100,00 (cem reais), condicionada a execução da verba à prova da superveniência da capacidade de pagamento, no prazo de 05 (cinco) anos, nos termos da Lei nº 1.050/60. 14. Recurso conhecido e improvido" (fls. 120-121). Neste RE, fundado no art. 102, III, a, da Constituição, alegou-se violação ao art. 37, caput, da mesma Carta. A pretensão recursal não merece acolhida. Isso porque o dispositivo constitucional apontado como violado não foi prequestionado. Assim, como tem consignado este Tribunal, por meio da Súmula 282, é inadmissível o recurso extraordinário se a questão constitucional suscitada não tiver sido apreciada no acórdão recorrido. Ademais, não opostos embargos declaratórios para suprir a omissão, é inviável o recurso, nos termos da Súmula 356 do STF. Nesse sentido, anote-se: "CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO. REGIME DE TRABALHO. ALTERAÇÃO. ART. 207 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356. 1. Ausência de prequestionamento dos dispositivos constitucionais dados como contrários. Caso em que o aresto impugnado não abordou a questão constitucional disposta nos dispositivos tidos por violados (arts. 5º, LV; 93, IX; e 207 da CF), tampouco foram opostos embargos de declaração, imprescindíveis a suprir eventual omissão. Incidência das Súmulas STF 282 e 356. 2. Agravo regimental improvido" (RE 363.743-Agr/DF, Rel. Min. Ellen Gracie). Isso posto, nego seguimento ao recurso (CPC, art. 557, caput). Publique-se. Brasília, 14 de março de 2014. Ministro RICARDO LEWANDOWSKI - Relator" (STF - RE: 795172 AM, Relator: Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Data de Julgamento: 14/03/2014, Data de Publicação: DJE-055 DIVULG 19/03/2014 PUBLIC 20/03/2014) 10. Registro, por oportuno, o fato de que este Colegiado recentemente decidiu que a parcela correspondente à GACEN incorpora-se aos proventos de aposentadoria do servidor, não obstante se cuidasse de apreciação de matéria distinta, nos moldes a seguir transcritos: "A GACEN, contudo, não poderia ser paga à parte autora em percentual do valor que é pago aos servidores ativos que a ela têm direito, como determinado no artigo 55, § 3º, inciso II, alínea "a", da Lei nº 11.784/2008. Referido dispositivo legal, por conseguinte, padece do vício de inconstitucionalidade, consoante vêm entendendo o C. STF em casos análogos, no que determina pagamento reduzido da gratificação em comento aos servidores inativos e pensionistas, dado o seu caráter de vantagem paga aos servidores da ativa de forma geral e desvinculada a uma avaliação de desempenho individual. Acresça-se que, no julgado em desate, a parte requerida é beneficiária do direito à paridade com os servidores ativos, logo, o pagamento em patamar inferior da gratificação, não obstante afrontar o caráter unitário da remuneração da carreira em questão, está em manifesto confronto com o disposto no artigo 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e com o artigo 3º, parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 47/2005. 17. A parte autora, em conclusão, tem direito ao pagamento da GACEN de acordo com o valor pago aos servidores ativos, porquanto se aposentou com direito de paridade, conforme documentos

acostados aos autos, somado ao fato de que a GACEN é paga de forma geral aos servidores da ativa. 18. O acolhimento do pedido, por fim, não viola a iniciativa privativa do Presidente da República na matéria, tampouco a necessidade de previsão orçamentária para seu pagamento, nem há criação de vantagem não prevista em lei ou extensão de pagamento de verba remuneratória com fundamento na isonomia. Ora, a GACEN tem previsão legal e o direito de paridade, nos termos do artigo 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e do artigo 3º, parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 47/2005, é consagrado constitucionalmente, autoaplicável, de eficácia plena, de maneira que não pode ser contido, muito menos esvaziado, pela legislação infraconstitucional. 19. Ante o exposto, conheço do Pedido de Uniformização e nego-lhe provimento, reafirmando a tese da natureza remuneratória da GACEN, acrescendo-se, agora, o seu caráter geral, bem como o direito à paridade da parte autora, pois aposentada anteriormente à EC 41/2003, que extinguiu tal direito." (PEDILEF 05033027020134058302, JUIZ FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA, TNU, DOU 05/02/2016 PÁGINAS 221/329.) 11. Observe-se que a decisão apenas aponta que após a EC 41/2003 foi extinto o direito à paridade, questão debatida naquele incidente, permanecendo, contudo, o direito à incorporação da parcela no cálculo dos proventos de aposentadoria por expressa disposição do Lei 11.784/08, no art. 55, § 3º, contemplando-se o disposto na Lei nº 10.887/2004, naquilo que versa sobre a aplicação de disposições da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2004, que substituiu o regime de aposentadoria integral pelo regime de aposentadoria proporcional. 12. Por conseguinte, o acórdão recorrido está alinhado com o entendimento da Corte Suprema, seguindo a mesma lógica aplicada à matéria pelo Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que, em havendo incorporação da gratificação à remuneração do servidor para fins de aposentadoria, há incidência de contribuição previdenciária sobre os valores recebidos a título de gratificação de atividade de combate a endemias (GACEN). 13. O voto é, então, por conhecer, mas negar provimento ao incidente de uniformização da parte autora. Brasília, 16 de junho de 2016.

SUSANA SBROGIO GALIA

Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5000740-88.2015.4.04.7115  
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL  
REQUERENTE: ELI FRANCISCO DA SILVA  
PROC./ADV.: CARLOS FRANCISCO BÜTTENBENDER  
OAB: RS-34 966  
PROC./ADV.: PAULO RODRIGO PETRY DA SILVA  
OAB: RS-76564  
REQUERIDO(A): UNIÃO  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SUSANA SBROGIO GALIA  
VOTO DIVERGENTE  
INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO. REAFIRMAÇÃO DO ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NO PEDILEF Nº 0006275-98.2012.4.01.3000. NÃO INCIDE A CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL (PSS) SOBRE A TOTALIDADE DAS IMPORTÂNCIAS PAGAS A TÍTULO DE GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE DE COMBATE E CONTROLE DE ENDEMIAS (GACEN), INSTITUÍDA PELA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 431/2008, CONVERTIDA NA LEI Nº 11.784/2008, EM RAZÃO DA ISENÇÃO TRIBUTÁRIA QUE SE RECONHECE COM FUNDAMENTO NO ART. 4º, §1º, VII, DA LEI Nº 10.887/04, QUE EXCLUI DA BASE DA CONTRIBUIÇÃO "AS PARCELAS REMUNERATÓRIAS PAGAS EM DECORRÊNCIA DO LOCAL DE TRABALHO". ACÓRDÃO EM DESCONFORMIDADE COM O ENTENDIMENTO DA TNU. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO PROVIDO. PEDIDO INICIAL JULGADO PROCEDENTE. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 38 DA TNU. Peço vênias para divergir. Trata-se de INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, §2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão prolatado pela Turma Recursal do Rio Grande do Sul que determinou seja afastada a incidência de contribuição social do servidor público sobre a parcela da Gratificação de Atividade de Combate e Controle de Endemias - GACEN que não será incorporada ao benefício previdenciário. Sustenta a requerente que o acórdão combatido diverge do entendimento deste Colegiado (PEDILEF nº 0006275-98.2012.4.01.3000), nos termos do qual deve ser afastada a incidência de contribuição previdenciária sobre a totalidade do valor recebido a título da referida gratificação, uma vez que se trata de "parcela remuneratória paga em decorrência do local de trabalho". Sem contrarrazões o incidente foi admitido na origem. É o breve relatório. Com efeito, conforme defendido pela requerente, a matéria trazida ao conhecimento deste Colegiado no presente incidente foi objeto de uniformização na sessão de julgamento de 06/08/2014, por ocasião do julgamento do PEDILEF nº 0006275-98.2012.4.01.3000 (Relator Juiz federal Bruno Leonardo Câmara Carrá). Naquele caso, a sentença de primeira instância havia julgado procedente o pedido de não-incidência da contribuição social do servidor público sobre a GACEN sob o fundamento de que se tratava de verba de caráter indenizatório. A Turma Recursal do Acre, acolhendo parcialmente o recurso da Fazenda Pública, na esteira da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, reformou a sentença reconhecendo a não-incidência da contribuição tão-somente sobre a parcela da GACEN que não será incorporada aos proventos de aposentadoria do servidor. Contra essa decisão a Fazenda Pública interpôs o incidente de uniformização citado, ocasião em que a TNU decidiu no seguinte sentido:

(a) A GACEN tem natureza remuneratória, conforme se colhe do seguinte trecho do voto do Relator:  
4. Tocante ao primeiro fundamento, não há de se falar, realmente, em caráter indenizatório da GACEN. A Lei nº 11.784/2008, ao instituir a Gratificação Especial de Atividade de Combate e Controle de Endemias - (GECEN) e a Gratificação de Atividade de Combate e Controle de Endemias (GACEN), determinou (art. 55) que tais gratificações são devidas aos titulares dos empregos e cargos públicos de que tratam os artigos 53 e 54, que, em caráter permanente, realizarem atividades de combate e controle de endemias, em área urbana ou rural, inclusive em terras indígenas e de remanescentes quilombolas, áreas extrativistas e ribeirinhas.  
5. Note-se que a GACEN será devida, inclusive, nos afastamentos considerados de efetivo exercício, quando percebida por um período igual ou superior a 12 (doze) meses, devendo ainda ser reajustada na mesma época e na mesma proporção da revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais (§§ 2º e 5º do art. 55), fatos suficientes, per se, para afastar qualquer caráter indenizatório ou compensatório que se queira atribuir à mencionada gratificação.  
6. Ademais, o aspecto remuneratório da vantagem sobressai-se também na circunstância de ela se incorporar "aos proventos de aposentadoria e às pensões dos servidores que a ela fazem jus" (Art. 55, par. 3º, da Lei nº 11.784/2008), o que não é possível nas verbas de caráter eminentemente indenizatório, por força do disposto no §1º do art. 49 da Lei nº 8.112/91: "As indenizações não se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito". [...]  
8. Desse modo, considerando que a GaCEN não consiste, nem possui, natureza jurídica de qualquer espécie de indenização, é inegável sua natureza vencimental.  
(b) A GACEN tem natureza de parcela remuneratória paga em decorrência de local de trabalho, de modo que deve ser excluída da base de cálculo da contribuição social do servidor público, em razão da norma isentiva contida no art. 4º, §1º, VII, da Lei nº 10.887/2004, conforme se colhe do seguinte trecho do voto do Relator (grifei):  
9. Todavia, os fundamentos do Pedido de Uniformização não se sustentam diante da regra isentiva constante do art. 4º, §1º, VII, da Lei nº 10.887/2004, que exclui da base de cálculo da Contribuição para o Plano de Seguridade do Servidor Público Federal as "parcelas remuneratórias pagas em decorrência do local de trabalho", in verbis:  
"Art. 4º A contribuição social do servidor público ativo de qualquer dos Poderes da União, incluídas suas autarquias e fundações, para a manutenção do respectivo regime próprio de previdência social, será de 11% (onze por cento), incidentes sobre:  
(...) § 1º Entende-se como base de contribuição o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, os adicionais de caráter individual ou quaisquer outras vantagens, excluídas:  
(...) VII - as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho";  
10. Ora, da apreensão do conceito legal da GACEN, ressalta, com clareza, o fato de ser ela uma vantagem pecuniária devida exatamente em função de certas atividades que são prestadas em determinados loci. Com efeito, o art. 55 da Lei nº 11.784/08 estabelece que "A GECEN e a GACEN serão devidas aos titulares dos empregos e cargos públicos de que tratam os arts. 53 e 54 desta Lei, que, em caráter permanente, realizarem atividades de combate e controle de endemias, em área urbana ou rural, inclusive em terras indígenas e de remanescentes quilombolas, áreas extrativistas e ribeirinhas".  
11. O fato gerador da gratificação não é outro, portanto, que o exercício de uma atividade laboral, a saber, "o combate e controle de endemias", as quais, obviamente, devem estar afetando determinadas zonas geográficas ("área urbana ou rural, inclusive em terras indígenas e de remanescentes quilombolas, áreas extrativistas e ribeirinhas").  
12. Observe-se que a legislação de regência chega ao ponto de explicitar que em seu conceito incluem-se por sinal as terras indígenas, quilombolas, regiões extrativistas e ribeirinhas. Nada mais lógico, repito, pois se a gratificação é devida mercê de uma atividade de enfrentamento a endemias, estas naturalmente se desenvolvem em dadas zonas territoriais, ou ainda, em marcos geográficos delimitados. Portanto, não é apenas em função do trabalho prestado, mas sim em decorrência de sua prestação em um específico local ou zona que a gratificação torna-se devida.  
13. O conteúdo da norma constante do art. 4º, §1º, VII, da Lei nº 10.887/2004 tem nítida natureza isentiva, na medida em que dispensa o tributo que, em tese, seria devido pelo contribuinte, mas que, entretanto, foi excluído pelo ente federativo competente para instituí-lo, nos termos definidos pelo art. 175, I, do CTN. Assim, embora o cunho remuneratório, tais parcelas são, como dito, excluídas da exação pelo que não são, claro, devidas.  
Cumpra observar que a questão relativa à incorporação parcial da GACEN aos proventos de aposentadoria foi mencionada, naquela ocasião, pelo Relator, apenas a título de obiter dictum, ou seja, como argumento meramente retórico, que não desempenha papel relevante para a formação do julgado, e assim o fez o Relator porque o acórdão recorrido tinha se assentado nessa premissa para afastar parcialmente a incidência da contribuição, e apenas a Fazenda Pública havia recorrido. Transcrevo o trecho correspondente (grifei):  
14. Como obter dictum (sic), destaco, tão somente para as peculiaridades do caso presente, o fato da GACEN não ser plenamente incorporável aos proventos de aposentadoria ou pensão nos termos descritos no art. 55 da Lei nº 11.784/08, [...]



15. A partir da leitura da regra referida é possível inferir que não há uma incorporação plena da GACEN para os proventos da inatividade. Ora, mesmo que se pretenda fugir da regra constante do art. 4º, §1º, VII, da Lei nº 10.887/2004, a exigibilidade da exação, fatalmente, encontraria óbice no entendimento já consagrado pelo Supremo Tribunal Federal de que não podem ser tributadas pela Contribuição em exame as verbas que não são incorporadas aos proventos de inatividade [...]

16. Do cotejo entre a situação em exame, onde há incorporação apenas parcial da gratificação percebida, com o posicionamento pacificado na jurisprudência do augusto Supremo Tribunal Federal, tem-se que seria incabível a incidência do tributo sobre o percentual não incorporável, pelo que, no ponto, assiste razão ao juiz sentenciante, que assim o declarou. Considerando que o particular não se irressignou quanto a isso e que o Pedido de Uniformização foi apenas da Fazenda Nacional, entendo que, neste processo, também se poderia utilizar tal fundamento para negar provimento ao incidente.

17. Presente esta quadra e sendo, por fundamento diverso, incabível a incidência da Contribuição para o Plano da Seguridade Social do Servidor Público Federal, sobre as parcelas não incorporáveis aos proventos de inatividade, o Pedido de Uniformização é conhecido, porém improvido por entender-se que a regra constante do art. 4º, §1º, VII, da Lei nº 10.887/2004 afasta sua total incidência em obediência ao princípio da reserva legal.

Por fim, transcrevo a ementa do referido julgado, onde restou assentado o entendimento acerca da isenção tributária reconhecida (grifei):

ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL (PSS). INCIDÊNCIA SOBRE IMPORTÂNCIAS PAGAS A TÍTULO DE GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE DE COMBATE E CONTROLE DE ENDEMIAS (GACEN), INSTITUÍDA PELA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 431/2008, CONVERTIDA NA LEI Nº 11.784/2008. ADICIONAL DEVIDO EM RAZÃO DO LOCAL DO TRABALHO, NOS TERMOS DA LEI DE REGÊNCIA (ART. 55, CAPUT). NATUREZA REMUNERATÓRIA RECONHECIDA. IR-RELEVÂNCIA PARA FINS DE APURAR A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL. ISENÇÃO TRIBUTÁRIA QUE SE RECONHECE COM FUNDAMENTO NO ART. 4º, §1º, VII, DA LEI Nº 10.887/04 QUE EXCLUI DA BASE DA CONTRIBUIÇÃO "AS PARCELAS REMUNERATÓRIAS PAGAS EM DECORRÊNCIA DO LOCAL DE TRABALHO". PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO, PORÉM IMPROVIDO.

Por conseguinte, da decisão contida no PEDILEF nº 0006275-98.2012.4.01.3000, acima referido, podem-se extrair duas conclusões: (1) em face dos precedentes do Supremo Tribunal Federal (AI 710.361/MG, Rel. MINISTRA CARMEN LÚCIA, PRIMEIRA TURMA, DJ 08/05/2009, e AgRg no AI 727.958/MG, Rel. MINISTRO EROS GRAU, SEGUNDA TURMA, DJ 27/02/2009), no sentido de que somente as parcelas incorporadas à remuneração do servidor para fins de aposentadoria podem sofrer a incidência da contribuição previdenciária respectiva, conclui-se que se está diante de hipótese de imunidade parcial, ou seja, de um anteparo jurídico-constitucional que impede o legislador ordinário de fazer incidir a contribuição previdenciária devida pelos servidores públicos sobre a parcela da GACEN que não se incorpora aos proventos de aposentadoria (art. 55, da Lei nº 11.748/2008); (2) além de se reconhecer a imunidade parcial genérica referida no item anterior, no caso da GACEN, há de ser reconhecida a isenção específica, prevista no art. 4º, §1º, VII, da Lei nº 10.887/2004, que exclui da base de cálculo da contribuição previdenciária devida pelo servidor público, "as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho", uma vez que a referida gratificação detém tal natureza.

Dito de outro modo, à imunidade parcial mencionada soma-se a isenção tributária concedida em nível infraconstitucional, mediante isenção legal específica, na medida em que, uma vez reconhecido que a GACEN tem natureza de parcela remuneratória paga em decorrência do local de trabalho, tal gratificação deve ser excluída da base de cálculo da contribuição social do servidor público, por força de expressa determinação contida no art. 4º, §1º, VII, da Lei nº 10.887/2004. Trata-se, portanto, de hipótese de exclusão do crédito tributário, nos moldes do art. 175, I, do CTN, isto é, embora fosse possível ao legislador infraconstitucional tributar a parcela da GACEN que é incorporada aos proventos de aposentadoria, optou-se por não fazê-lo, mediante a exclusão do crédito tributário correspondente. Há, por conseguinte, no que ultrapassa a imunidade mencionada, efetiva renúncia fiscal relativamente à parcela da GACEN que se incorpora aos proventos de aposentadoria.

Portanto, ainda que a GACEN fosse integralmente incorporada aos proventos de aposentadoria, não haveria tributação alguma, em razão da norma isentiva contida no art. 4º, §1º, VII, da Lei nº 10.887/2004. Ou seja, a aplicação a regra geral de imunidade parcial estabelecida pelo STF não prejudica a concomitante aplicação da regra de isenção da contribuição, em decorrência da lei que exclui o respectivo crédito tributário, conforme dispõe o art. 175, I, do CTN.

Assim sendo, reafirma-se a tese de que NÃO INCIDE A CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL (PSS) SOBRE A TOTALIDADE DAS IMPORTÂNCIAS PAGAS A TÍTULO DE GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE DE COMBATE E CONTROLE DE ENDEMIAS (GACEN), INSTITUÍDA PELA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 431/2008, CONVERTIDA NA LEI Nº 11.784/2008, EM RAZÃO DA ISENÇÃO TRIBUTÁRIA QUE SE RECONHECE COM FUNDAMENTO NO ART. 4º, §1º, VII, DA LEI Nº 10.887/04, QUE EXCLUI DA BASE DA CONTRIBUIÇÃO "AS PARCELAS REMUNERATÓRIAS PAGAS EM DECORRÊNCIA DO LOCAL DE TRABALHO".

Considerando que a decisão recorrida encontra-se em desconformidade com o entendimento da TNU sobre a matéria submetida a julgamento, o presente incidente merece ser conhecido e provido, julgando-se o pedido inicial procedente, por aplicação da Questão de Ordem nº 38, segunda parte, deste Colegiado. Ante o exposto, voto por DAR PROVIMENTO ao incidente de uniformização.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, por maioria, DAR PROVIMENTO ao incidente de uniformização de jurisprudência, nos termos do voto divergente do Juiz Federal Gerson Luiz Rocha. Brasília, 16 de junho de 2016

GERSON LUIZ ROCHA

Juiz Relator

PROCESSO: 0503168-94.2014.4.05.8500

ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE

REQUERENTE: UNIÃO

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

REQUERIDO(A): ANTONIO AUGUSTO SIQUEIRA DE JESUS

PROC./ADV.: LEONARDO DA COSTA

OAB: AC-3584

LITISCONSORTE : FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ITÁLIA MARIA ZIMARDI

ARÉAS POPPE BERTOZZI

VOTO DIVERGENTE

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO. REAFIRMAÇÃO DO ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NO PEDILEF Nº 0006275-98.2012.4.01.3000. NÃO INCIDE A CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL (PSS) SOBRE A TOTALIDADE DAS IMPORTÂNCIAS PAGAS A TÍTULO DE GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE DE COMBATE E CONTROLE DE ENDEMIAS (GACEN), INSTITUÍDA PELA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 431/2008, CONVERTIDA NA LEI Nº 11.784/2008, EM RAZÃO DA ISENÇÃO TRIBUTÁRIA QUE SE RECONHECE COM FUNDAMENTO NO ART. 4º, §1º, VII, DA LEI Nº 10.887/04, QUE EXCLUI DA BASE DA CONTRIBUIÇÃO "AS PARCELAS REMUNERATÓRIAS PAGAS EM DECORRÊNCIA DO LOCAL DE TRABALHO". ACÓRDÃO EM HARMONIA COM O ENTENDIMENTO DA TNU. QO 13 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

Peco vênha para divergir.

Trata-se de INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO interposto pela parte ré, com fundamento no art. 14, §2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão prolatado pela Turma Recursal de Sergipe que, aplicando precedente desta Turma Nacional no PEDILEF nº 0006275-98.2012.4.01.3000 (julgado em 06/08/2014), reconheceu a não-incidência da contribuição social do servidor público sobre a Gratificação de Atividade de Combate e Controle de Endemias - GACEN, devida aos ocupantes dos cargos de Agente Auxiliar de Saúde Pública, Agente de Saúde Pública e Guarda de Endemias, do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e do Quadro de Pessoal da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, em face de tratar-se de parcela remuneratória paga em decorrência do local de trabalho, portanto, expressamente excluída da base de cálculo da referida contribuição pelo inciso VII, do §1º, do art. 4º, da Lei nº 10.887, de 18/06/2004.

O requerente sustenta que no referido PEDILEF nº 0006275-98.2012.4.01.3000 esta Turma Nacional decidiu que a contribuição somente não incidiria sobre o montante da gratificação não incorporada para fins aposentadoria.

Com contrarrazões o incidente foi admitido na origem.

É o breve relatório.

A matéria trazida ao conhecimento deste Colegiado no presente incidente foi objeto de uniformização na sessão de julgamento de 06/08/2014, por ocasião do julgamento do PEDILEF nº 0006275-98.2012.4.01.3000 (Relator Juiz federal Bruno Leonardo Câmara Carrá). Naquele caso, a sentença de primeira instância havia julgado procedente o pedido de não-incidência da contribuição social do servidor público sobre a GACEN sob o fundamento de que se tratava de verba de caráter indenizatório. A Turma Recursal do Acre, acolhendo parcialmente o recurso da Fazenda Pública, na esteira da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, reformou a sentença reconhecendo a não-incidência da contribuição tão-somente sobre a parcela da GACEN que não será incorporada aos proventos de aposentadoria do servidor. Contra essa decisão a Fazenda Pública interpôs o incidente de uniformização citado, ocasião em que a TNU decidiu no seguinte sentido:

(a) A GACEN tem natureza remuneratória, conforme se colhe do seguinte trecho do voto do Relator:

4. Tocante ao primeiro fundamento, não há de se falar, realmente, em caráter indenizatório da GACEN. A Lei nº 11.784/2008, ao instituir a Gratificação Especial de Atividade de Combate e Controle de Endemias - (GECEN) e a Gratificação de Atividade de Combate e Controle de Endemias (GACEN), determinou (art. 55) que tais gratificações são devidas aos titulares dos empregos e cargos públicos de que tratam os artigos 53 e 54, que, em caráter permanente, realizarem atividades de combate e controle de endemias, em área urbana ou rural, inclusive em terras indígenas e de remanescentes quilombolas, áreas extrativistas e ribeirinhas.

5. Note-se que a GACEN será devida, inclusive, nos afastamentos considerados de efetivo exercício, quando percebida por um período igual ou superior a 12 (doze) meses, devendo ainda ser reajustada na mesma época e na mesma proporção da revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais (§§ 2º e 5º do art. 55), fatos su-

ficientes, per se, para afastar qualquer caráter indenizatório ou compensatório que se queira atribuir à mencionada gratificação.

6. Ademais, o aspecto remuneratório da vantagem sobressai-se também na circunstância de ela se incorporar "aos proventos de aposentadoria e às pensões dos servidores que a ela fazem jus" (Art. 55, par. 3º, da Lei nº 11.784/2008), o que não é possível nas verbas de caráter eminentemente indenizatório, por força do disposto no §1º do art. 49 da Lei nº 8.112/91: "As indenizações não se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito". [...]

8. Desse modo, considerando que a GaCEN não consiste, nem possui, natureza jurídica de qualquer espécie de indenização, é inegável sua natureza vencimental.

(b) A GACEN tem natureza de parcela remuneratória paga em decorrência de local de trabalho, de modo que deve ser excluída da base de cálculo da contribuição social do servidor público, em razão da norma isentiva contida no art. 4º, §1º, VII, da Lei nº 10.887/2004, conforme se colhe do seguinte trecho do voto do Relator (grifei):

9. Todavia, os fundamentos do Pedido de Uniformização não se sustentam diante da regra isentiva constante do art. 4º, §1º, VII, da Lei nº 10.887/2004, que exclui da base de cálculo da Contribuição para o Plano de Seguridade do Servidor Público Federal as "parcelas remuneratórias pagas em decorrência do local de trabalho", in verbis:

"Art. 4º A contribuição social do servidor público ativo de qualquer dos Poderes da União, incluídas suas autarquias e fundações, para a manutenção do respectivo regime próprio de previdência social, será de 11% (onze por cento), incidentes sobre:

(...) § 1º Entende-se como base de contribuição o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, os adicionais de caráter individual ou quaisquer outras vantagens, excluídas:

(...) VII - as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho";

10. Ora, da apreensão do conceito legal da GACEN, ressalta, com clareza, o fato de ser ela uma vantagem pecuniária devida exatamente em função de certas atividades que são prestadas em determinados loci. Com efeito, o art. 55 da Lei nº 11.784/08 estabelece que "A GECEN e a GACEN serão devidas aos titulares dos empregos e cargos públicos de que tratam os arts. 53 e 54 desta Lei, que, em caráter permanente, realizarem atividades de combate e controle de endemias, em área urbana ou rural, inclusive em terras indígenas e de remanescentes quilombolas, áreas extrativistas e ribeirinhas".

11. O fato gerador da gratificação não é outro, portanto, que o exercício de uma atividade laboral, a saber, "o combate e controle de endemias", as quais, obviamente, devem estar afetando determinadas zonas geográficas ("área urbana ou rural, inclusive em terras indígenas e de remanescentes quilombolas, áreas extrativistas e ribeirinhas").

12. Observe-se que a legislação de regência chega ao ponto de explicitar que em seu conceito incluem-se por sinal as terras indígenas, quilombolas, regiões extrativistas e ribeirinhas. Nada mais lógico, repito, pois se a gratificação é devida mercê de uma atividade de enfrentamento a endemias, estas naturalmente se desenvolvem em dadas zonas territoriais, ou ainda, em marcos geográficos delimitados. Portanto, não é apenas em função do trabalho prestado, mas sim em decorrência de sua prestação em um específico local ou zona que a gratificação torna-se devida.

13. O conteúdo da norma constante do art. 4º, §1º, VII, da Lei nº 10.887/2004 tem nítida natureza isentiva, na medida em que dispensa o tributo que, em tese, seria devido pelo contribuinte, mas que, entretanto, foi excluído pelo ente federativo competente para instituí-lo, nos termos definidos pelo art. 175, I, do CTN. Assim, embora o cunho remuneratório, tais parcelas são, como dito, excluídas da exação pelo que não são, claro, devidas.

Cumpra observar que a questão relativa à incorporação parcial da GACEN aos proventos de aposentadoria foi mencionada, naquela ocasião, pelo Relator, apenas a título de obiter dictum, ou seja, como argumento meramente retórico, que não desempenha papel relevante para a formação do julgado, e assim o fez o Relator porque o acórdão recorrido tinha se assentado nessa premissa para afastar parcialmente a incidência da contribuição, e apenas a Fazenda Pública havia recorrido. Transcrevo o trecho correspondente (grifei):

14. Como obter dictum (sic), destaco, tão somente para as peculiaridades do caso presente, o fato da GACEN não ser plenamente incorporável aos proventos de aposentadoria ou pensão nos termos descritos no art. 55 da Lei nº 11.748/08, [...]

15. A partir da leitura da regra referida é possível inferir que não há uma incorporação plena da GACEN para os proventos da inatividade. Ora, mesmo que se pretenda fugir da regra constante do art. 4º, §1º, VII, da Lei nº 10.887/2004, a exigibilidade da exação, fatalmente, encontraria óbice no entendimento já consagrado pelo Supremo Tribunal Federal de que não podem ser tributadas pela Contribuição em exame as verbas que não são incorporadas aos proventos de inatividade [...]

16. Do cotejo entre a situação em exame, onde há incorporação apenas parcial da gratificação percebida, com o posicionamento pacificado na jurisprudência do augusto Supremo Tribunal Federal, tem-se que seria incabível a incidência do tributo sobre o percentual não incorporável, pelo que, no ponto, assiste razão ao juiz sentenciante, que assim o declarou. Considerando que o particular não se irressignou quanto a isso e que o Pedido de Uniformização foi apenas da Fazenda Nacional, entendo que, neste processo, também se poderia utilizar tal fundamento para negar provimento ao incidente.

17. Presente esta quadra e sendo, por fundamento diverso, incabível a incidência da Contribuição para o Plano da Seguridade Social do Servidor Público Federal, sobre as parcelas não incorporáveis aos proventos de inatividade, o Pedido de Uniformização é conhecido, porém improvido por entender-se que a regra constante do art. 4º, §1º, VII, da Lei nº 10.887/2004 afasta sua total incidência em obediência ao princípio da reserva legal.

Por fim, transcrevo a ementa do referido julgado, onde restou assentado o entendimento acerca da isenção tributária reconhecida (grifei):

ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL (PSS). INCIDÊNCIA SOBRE IMPORTÂNCIAS PAGAS A TÍTULO DE GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE DE COMBATE E CONTROLE DE ENDEMIAS (GACEN), INSTITUÍDA PELA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 431/2008, CONVERTIDA NA LEI Nº 11.784/2008, ADICIONAL DEVIDO EM RAZÃO DO LOCAL DO TRABALHO, NOS TERMOS DA LEI DE REGÊNCIA (ART. 55, CAPUT). NATUREZA REMUNERATÓRIA RECONHECIDA. IR-RELEVÂNCIA PARA FINS DE APURAR A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL. ISENÇÃO TRIBUTÁRIA QUE SE RECONHECE COM FUNDAMENTO NO ART. 4º, §1º, VII, DA LEI Nº 10.887/04 QUE EXCLUI DA BASE DA CONTRIBUIÇÃO "AS PARCELAS REMUNERATÓRIAS PAGAS EM DECORRÊNCIA DO LOCAL DE TRABALHO". PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO, PORÉM IMPROVIDO.

Por conseguinte, da decisão contida no PEDILEF nº 0006275-98.2012.4.01.3000, acima referido, podem-se extrair duas conclusões: (1) em face dos precedentes do Supremo Tribunal Federal (AI 710.361/MG, Rel. MINISTRA CARMEN LÚCIA, PRIMEIRA TURMA, DJ 08/05/2009, e AgRg no AI 727.958/MG, Rel. MINISTRO EROS GRAU, SEGUNDA TURMA, DJ 27/02/2009), no sentido de que somente as parcelas incorporadas à remuneração do servidor para fins de aposentadoria podem sofrer a incidência da contribuição previdenciária respectiva, conclui-se que se está diante de hipótese de imunidade parcial, ou seja, de um anteparo jurídico-constitucional que impede o legislador ordinário de fazer incidir a contribuição previdenciária devida pelos servidores públicos sobre a parcela da GACEN que não se incorpora aos proventos de aposentadoria (art. 55, da Lei nº 11.748/2008); (2) além de se reconhecer a imunidade parcial genérica referida no item anterior, no caso da GACEN, há de ser reconhecida a isenção específica, prevista no art. 4º, §1º, VII, da Lei nº 10.887/2004, que exclui da base de cálculo da contribuição previdenciária devida pelo servidor público, "as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho", uma vez que a referida gratificação detém tal natureza.

Dito de outro modo, à imunidade parcial mencionada soma-se a isenção tributária concedida em nível infraconstitucional, mediante isenção legal específica, na medida em que, uma vez reconhecido que a GACEN tem natureza de parcela remuneratória paga em decorrência do local de trabalho, tal gratificação deve ser excluída da base de cálculo da contribuição social do servidor público, por força de expressa determinação contida no art. 4º, §1º, VII, da Lei nº 10.887/2004. Trata-se, portanto, de hipótese de exclusão do crédito tributário, nos moldes do art. 175, I, do CTN, isto é, embora fosse possível ao legislador infraconstitucional tributar a parcela da GACEN que é incorporada aos proventos de aposentadoria, optou-se por não fazê-lo, mediante a exclusão do crédito tributário correspondente. Há, por conseguinte, no que ultrapassa a imunidade mencionada, efetiva renúncia fiscal relativamente à parcela da GACEN que se incorpora aos proventos de aposentadoria.

Portanto, ainda que a GACEN fosse integralmente incorporada aos proventos de aposentadoria, não haveria tributação alguma, em razão da norma isentiva contida no art. 4º, §1º, VII, da Lei nº 10.887/2004. Ou seja, a aplicação a regra geral de imunidade parcial estabelecida pelo STF não prejudica a concomitante aplicação da regra de isenção da contribuição, em decorrência da lei que exclui o respectivo crédito tributário, conforme dispõe o art. 175, I, do CTN.

Assim sendo, reafirma-se a tese de que NÃO INCIDE A CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL (PSS) SOBRE A TOTALIDADE DAS IMPORTÂNCIAS PAGAS A TÍTULO DE GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE DE COMBATE E CONTROLE DE ENDEMIAS (GACEN), INSTITUÍDA PELA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 431/2008, CONVERTIDA NA LEI Nº 11.784/2008, EM RAZÃO DA ISENÇÃO TRIBUTÁRIA QUE SE RECONHECE COM FUNDAMENTO NO ART. 4º, §1º, VII, DA LEI Nº 10.887/04, QUE EXCLUI DA BASE DA CONTRIBUIÇÃO "AS PARCELAS REMUNERATÓRIAS PAGAS EM DECORRÊNCIA DO LOCAL DE TRABALHO".

Considerando que a decisão recorrida encontra-se em harmonia com o entendimento da TNU sobre a matéria submetida a julgamento, deve ser aplicada a QO 13 da TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, voto por NÃO CONHECER do incidente de uniformização.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, por maioria, NÃO CONHECER do incidente de uniformização de jurisprudência, nos termos do voto divergente do Juiz Federal Gerson Luiz Rocha.

Brasília, 16 de junho de 2016

GERSON LUIZ ROCHA  
Juiz Relator

PROCESSO: 0502083-45.2015.4.05.8013

ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS

REQUERENTE: MURILO DE MELO LESSA

PROC./ADV.: CÍCERO ANTÔNIO LIRA DE ARAÚJO

OAB: AL-3300

REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ITÁLIA MARIA ZIMARDI  
ARÉAS POPPE BERTOZZI

#### EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA . SERVIDOR PÚBLICO. USO DE VEÍCULO PRÓPRIO NO DESLOCAMENTO AO SERVIÇO. ART. 1º DA MP Nº 2.165/36. CABIMENTO. PRECEDENTES DO STJ. MATÉRIA DECIDIDA PELA TNU. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.

Trata-se de Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal (PEDILEF) interposto pelo autor em face de acórdão proferido pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Alagoas, que negou provimento ao seu recurso nominado, mantendo a sentença de improcedência quanto à pretensão formulada, na qual se buscava a implantação de auxílio transporte como ressarcimento pela utilização de veículo próprio para deslocamento de sua residência para o trabalho e deste para aquela, com efeitos financeiros pretéritos.

A parte houve por bem oferecer Pedido de Uniformização em face do acórdão prolatado pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Estado de Alagoas, alegando que a pretensão autoral encontra-se corroborada por recentes jurisprudências do Superior Tribunal de Justiça. Para comprovar a divergência alegada, a parte recorrente invocou como paradigma diversos acórdãos proferidos em âmbito do STJ, que reafirmam a tese da possibilidade de concessão do benefício ora pleiteado.

Conheço do recurso em virtude da adequada comprovação da divergência jurisprudencial em torno da tese jurídica debatida pelo acórdão recorrido e pelo julgado paradigma. O cerne da controvérsia radica em verificar se o servidor público que utiliza veículo próprio para deslocar-se ao trabalho possui direito à concessão de auxílio transporte.

Presentes os pressupostos de admissibilidade, passo à análise do mérito recursal.

Decido.

No acórdão recorrido, a Turma Recursal de origem manteve a sentença de improcedência do pedido autoral, compreendendo, a partir de análise do art. 1º da MP nº 2.165-36/01, que restaria comprovado o direito ora pleiteado nos casos em que o servidor utilizasse para deslocamento veículo coletivo, municipal, intermunicipal ou interestadual, não vislumbrando, portanto, a possibilidade da concessão do benefício nos casos de utilização de veículo próprio.

Em que pese o posicionamento adotado pela decisão ora recorrida, verifico que a matéria em discussão foi pacificada por esta corte em decisão proferida nos autos do PEDILEF 05012982320144058400, no qual firmou-se a tese de que o servidor público que se utiliza de veículo próprio para deslocar-se ao serviço faz jus ao recebimento de auxílio-transporte, conforme interpretação do art. 1º da MP n.2.165-36/2001.

Confira-se:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. SERVIDOR PÚBLICO. AUXÍLIO-TRANSPORTE. DESLOCAMENTO COM VEÍCULO PRÓPRIO DO SERVIDOR. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO STJ. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Trata-se de Pedido de Uniformização interposto contra acórdão proferido pela Turma Recursal do Rio Grande do Norte que negou provimento a recurso nominado interposto pelo autor, servidor público federal do Ministério da Saúde, com base nos fundamentos de que: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. RECURSO INOMINADO. SERVIDOR PÚBLICO. DESLOCAMENTO INTERMUNICIPAL/INTERESTADUAL. ART. 1º DA MEDIDA PROVISÓRIA 2.165-36/2001. DECRETO Nº 2.880/98. NÃO CABIMENTO. SENTENÇA IMPROCEDENTE. RECURSO IMPROVIDO. 1. "Fica instituído o Auxílio-Transporte em pecúnia, pago pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, excetuadas aquelas realizadas nos deslocamentos em intervalos para repouso ou alimentação, durante a jornada de trabalho, e aquelas efetuadas com transportes seletivos ou especiais." (Art. 1º da Medida Provisória 2.165/2001). 2. Da mesma forma o Decreto 2.880/98. Portanto, os critérios necessários para a concessão do auxílio-transporte estão devidamente fixados na própria legislação, preenchendo os autores todos os requisitos. 3. O autor reside no município de Natal/RN, exerce suas atividades profissionais na no município de Acari/RN e utiliza meios próprios para o deslocamento. Nesse caso, como o demandante utiliza veículo próprio para o deslocamento, o mesmo está incluído nas causas de vedação ao recebimento do referido benefício. 4. Recurso improvido. (grifei) 2. Em seu pedido de uniformização, a parte autora defende que a orientação adotada pela origem contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça acerca da matéria, que entende possível o pagamento de auxílio-transporte a servidor público que se utiliza de veículo próprio para descolar-se ao local de trabalho (AgRg no AREsp 471367, SEGUNDA TURMA; e AgRg no REsp 1143513, QUINTA TURMA). 3. Pedido inadmitido na origem, em agravo na forma do RITNU. 4. O dissídio jurisprudencial está bem configurado. O acórdão da Turma

Recursal potiguar negou provimento ao apelo do autor por entender que o auxílio-transporte não pode ser recebido por servidor que se utiliza de veículo próprio para o deslocamento no percurso residência-trabalho e vice-versa, indenização que se destina somente a servidores que despendem recursos com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual, nos termos do art. 1º da Medida Provisória n. 2.165-36, de 2001, que prevê: Art. 1º Fica instituído o Auxílio-Transporte em pecúnia, pago pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, excetuadas aquelas realizadas nos deslocamentos em intervalos para repouso ou alimentação, durante a jornada de trabalho, e aquelas efetuadas com transportes seletivos ou especiais. 5. No que concerne ao direito à percepção do auxílio-transporte pelo militar e servidores públicos do Poder Executivo Federal, inclusive de suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, independentemente da utilização de transporte coletivo ou do uso de veículo próprio para deslocamento, o Superior Tribunal de Justiça, interpretando o art. 1º da MP n. 2.165-36, firmou orientação jurisprudencial de que é devido o auxílio-transporte ao servidor que se utiliza de veículo próprio para deslocamento afeto ao serviço. Confira-se: ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AUXÍLIO-TRANSPORTE. DESLOCAMENTO COM VEÍCULO PRÓPRIO DO SERVIDOR. POSSIBILIDADE. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o auxílio-transporte tem por fim o custeio de despesas realizadas pelos servidores públicos com transporte, através de veículo próprio ou coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual, relativas aos deslocamentos entre a residência e o local de trabalho e vice-versa. Precedentes do STJ. 2. Não há falar em incidência da Súmula 10/STF ou em ofensa ao art. 97 da CF/1988, nos casos em que o STJ decide aplicar entendimento jurisprudencial consolidado sobre o tema, sem declarar inconstitucionalidade do texto legal invocado. PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. AUXÍLIO-TRANSPORTE DEVIDO. AUTOMÓVEL PARTICULAR UTILIZADO POR SERVIDOR PÚBLICO PARA DESLOCAMENTO AO SERVIÇO. POSSIBILIDADE. ARTIGO 1º DA MP 2.165-36. VIOLAÇÃO DA CLÁUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO. NÃO OCORRÊNCIA. 1. O Superior Tribunal de Justiça firmou jurisprudência no sentido de que o servidor público que se utiliza de veículo próprio para deslocar-se ao serviço faz jus ao recebimento de auxílio-transporte, nos termos interpretados do art. 1º da MP n. 2.165-36/2001. 2. Não há falar em incidência da Súmula 10/STF ou em ofensa ao art. 97 da CF/1988, nos casos em que o STJ decide aplicar entendimento jurisprudencial consolidado sobre o tema, sem declarar inconstitucionalidade do texto legal invocado. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 436.999/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/03/2014, DJe 27/03/2014) 3. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1418492/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/10/2014, DJe 03/11/2014) (grifei) ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 NÃO CONFIGURADA. AUXÍLIO-TRANSPORTE. DESLOCAMENTO COM VEÍCULO PRÓPRIO DO SERVIDOR. POSSIBILIDADE. 1. No que se refere à alegada afronta ao disposto no art. 535, inciso II, do CPC, verifico que o julgado recorrido não padece de omissão, porquanto decidiu fundamentadamente a questão trazida à sua análise, não podendo ser considerado nulo tão somente porque contrário aos interesses da parte. 2. Segundo a jurisprudência do STJ, o auxílio-transporte tem por fim o custeio de despesas realizadas pelos servidores públicos com transporte, através de veículo próprio ou coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual, relativas aos deslocamentos entre a residência e o local de trabalho e vice-versa. Precedentes do STJ. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 471.367/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/04/2014, DJe 22/04/2014) (grifei) EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. MP Nº 2165-36/2001. AUXÍLIO-TRANSPORTE. USO DE MEIO PRÓPRIO. CONCESSÃO. POSSIBILIDADE. OMISSÃO. NÃO CONFIGURAÇÃO. ALEGAÇÃO DE OFENSA À CLÁUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO. INEXISTÊNCIA. PLEITO DE APECIAÇÃO DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. INADMISSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS. 1. Os embargos declaratórios não se prestam para o reexame de questões já apreciadas na decisão impugnada, nem para o questionamento de matéria constitucional com vistas a interposição de recurso extraordinário, uma vez que a via do especial é destinada à uniformização da interpretação do direito federal infraconstitucional. 2. "Descabe falar em adoção do procedimento previsto no art. 97 da Constituição Federal nos casos em que esta Corte decide aplicar entendimento jurisprudencial consolidado sobre o tema, sem declarar inconstitucionalidade do texto legal invocado" (AgRg no REsp 1.274.318/RS, 5ª Turma, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe de 4/12/2012). 3. Embargos declaratórios rejeitados. (EDcl no AgRg no REsp 1143513/PR, Rel. Ministra MARILZA MAYNARD (DESEMBARGADORA CONVOCAÇÃO DO TJ/SE), QUINTA TURMA, julgado em 02/04/2013, DJe 05/04/2013) (grifei) ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. SERVIDOR PÚBLICO. AUXÍLIO-TRANSPORTE. INDENIZAÇÃO. DESLOCAMENTO AO SERVIÇO. VEÍCULO PRÓPRIO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO STJ. 1. Esta Corte perflha entendimento no sentido de que o servidor público que se utiliza de veículo próprio para deslocar-se ao serviço faz jus ao recebimento de auxílio-transporte, nos termos interpretados do art. 1º da MP n. 2.165-36/2001. 2. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 238.740/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/12/2012, DJe 05/02/2013) (grifei)



AGRAVO REGIMENTAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. MP Nº 2165-36/2001. AUXÍLIO-TRANSPORTE. USO DE MEIO PRÓPRIO. CONCESSÃO. POSSIBILIDADE. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. 1. É devido o auxílio-transporte mesmo ao servidor que utiliza meio próprio para locomoção ao local de trabalho. 2. Não há como abrigar agravo regimental que não logra desconstituir os fundamentos da decisão atacada. 3. Não há falar em violação ao princípio constitucional da reserva de plenário, nos termos do artigo 97 da Constituição Federal, quando não há, ao menos implicitamente, declaração de inconstitucionalidade de qualquer lei, como se observa na presente hipótese. 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no REsp 980.692/RS, Rel. Ministro HAROLDO RODRIGUES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/CE), SEXTA TURMA, julgado em 18/11/2010, DJe 06/12/2010) (grifei) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO DE AUXÍLIO-TRANSPORTE. USO DE VEÍCULO PRÓPRIO NO DESLOCAMENTO AFETO AO SERVIÇO. ART. 1º DA MP Nº 2.165/36. CABIMENTO. OMISSÃO. OCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS SEM INJUNÇÃO NO RESULTADO. 1.Este Superior Tribunal de Justiça, interpretando o art. 1º da MP nº 2.165-36, firmou entendimento de que é devido o auxílio-transporte ao servidor que se utiliza de veículo próprio para deslocamento afeto ao serviço. 2.Quanto ao prequestionamento da matéria constitucional suscitada no apelo, esta Corte Superior firmou o entendimento de que não é possível em tema de recurso especial esse debate, porquanto implicaria usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal. 3.Embargos de declaração acolhidos para sanar omissão, sem injunção no resultado. (EDcl nos EDcl no AgRg no REsp 576.442/PR, Rel. Ministro CELSO LIMONGI (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), SEXTA TURMA, julgado em 16/09/2010, DJe 04/10/2010) (grifei) 6. O acórdão recorrido, portanto, contraria a jurisprudência consolidada no âmbito do C. STJ, na esteira das ementas acima transcritas. 7. Conheço e dou parcial provimento ao pedido de uniformização interposto pelo autor para firmar a tese de que o servidor público que se utiliza de veículo próprio para deslocar-se ao serviço faz jus ao recebimento de auxílio-transporte, previsto no art. 1º da MP n. 2.165-36/2001, nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. 8. Necessidade de anulação do acórdão proferido pela Turma de origem para que, com base na tese jurídica ora uniformizada, profira novo julgamento." Ante o exposto, voto no sentido de CONHECER e DAR provimento ao pedido de uniformização formulado pela parte autora para determinar a devolução dos autos à Turma de origem para adequação à orientação determinada pela TNU, ora reafirmada e em conformidade particularmente com o PEDILEF nº 05012982320144058400, acima apontado. É como voto. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Brasília, 16 de junho de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE  
BERTOZZI  
Juíza Federal Relatora Suplente da TNU -  
Convocada em regime de mutirão  
**ACÓRDÃO**

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, decidiu CONHECER E DAR PROVIMENTO ao presente Incidente de Uniformização, nos termos da ementa-voto da Juíza Federal relatora. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Brasília, 16 de junho de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE  
BERTOZZI  
Juíza Federal Relatora Suplente da TNU -  
Convocada em regime de mutirão

PROCESSO: 0505417-07.2012.4.05.8300  
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco  
REQUERENTE: WALDEMIR JOSÉ ROCHA ALVES  
PROC./ADV.: PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS  
OAB: PE-20418  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. ELETRICIDADE. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE. QUESTÃO DE ORDEM 22. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, deixou de reconhecer as condições especiais no exercício de atividade profissional de eletricista após 05/03/1997, em razão do uso eficaz de equipamento de proteção individual. 2. Preliminarmente, diga-se que a TNU definiu quanto ao conhecimento de incidentes de uniformização que: "um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte" (QO 05); "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido" (QO 13); "é inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem

mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles" (QO 18); "se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito" (QO 20); "é possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma" (QO 22); "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia" (QO 24); "o conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado" (QO 35); "não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual" (Súmula 43); "não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" (Súmula 42). 3. A parte autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado(s) paradigma(s) que, em alegada hipótese semelhante, entendeu pelo reconhecimento direito à especialidade do tempo de serviço em situações semelhantes às descritas nos autos. 4. O incidente não comporta conhecimento. Explico. 5. É que no acórdão recorrido se negou reconhecimento ao caráter especial da atividade de eletricista porque, "embora o autor tenha comprovado por documentos idôneos a exposição ao agente nocivo Eletricidade acima de 250 v, houve uso de EPI eficaz consoante demonstrado nos PPP's e formulários acostados aos autos (anexo 07, pgs. 4 a 19), de modo que os supramencionados períodos não devem ter reconhecidos o caráter especial.". 6. Os paradigmas apontados versam sobre: (i) entendimento segundo o qual o tempo de serviço é regido pela legislação em vigor ao tempo em que efetivamente exercido o labor (STJ, AgRg no REsp 1140885/RS, Rel. Min. Felix Fischer, DJ: 24/05/2010); e (ii) a possibilidade de conversão de tempo especial após 05/03/1997 através da comprovação mediante PPP, elaborado com base em laudo pericial (5ª Turma Recursal de São Paulo, Processo nº. 00000731020064036315). 7. No caso em análise, o interregno alegado como especial deixou de ser reconhecido exclusivamente em razão do uso de EPI eficaz. 8. Desse modo, não há a similitude fática a permitir o conhecimento do presente incidente de uniformização, uma vez que não se partiu do mesmo fato (de mesma natureza) para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente), mas sim partiram os órgãos julgadores, nos casos citados, de fatos diversos, de modo que não há como compararem-se os julgamentos, para efeito de interposição do presente incidente de uniformização. 9. Incidência da Questão de Ordem 22, mutatis mutandis: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma.". 10. A hipótese dos autos é de não conhecimento do incidente.

#### ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência NÃO CONHECER O INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator. Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0511980-06.2010.4.05.8100  
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ  
REQUERENTE: INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO(A): BERNARDO MONTEIRO SILVEIRA  
PROC./ADV.: ROBERTO F. MAIA  
OAB: CE-9871  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. VIGILANTE ARMADO. PERICULOSIDADE. PERÍODO POSTERIOR AO DECRETO 2.172/97. RECONHECIMENTO CABÍVEL. ROL DE AGENTES NOCIVOS. CARÁTER EXEMPLIFICATIVO. RECURSO REPETITIVO DO STJ. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM 13. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO. 1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual o INSS pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que manteve a sentença que reconheceu as condições especiais do exercício da atividade profissional de vigilante após 05/03/1997. 2. Preliminarmente, diga-se que a TNU definiu quanto ao conhecimento de incidentes de uniformização que: "um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte" (QO 05); "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido" (QO 13); "é inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abran-

gem todos eles" (QO 18); "se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito" (QO 20); "é possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma" (QO 22); "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia" (QO 24); "o conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado" (QO 35); "não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual" (Súmula 43); "não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" (Súmula 42). 3. No ponto impugnado, o aresto combatido considerou que estava presente o requisito ao reconhecimento da especialidade no exercício da função de vigilante, ante a existência de prova suficiente do exercício de atividade periculosa, através do porte de arma do fogo. 4. O INSS sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado(s) paradigma(s) que, em alegada(s) hipótese(s) semelhante(s), entendeu(ram) ser incabível o reconhecimento como especial, após o advento do Decreto nº 2.172/97, da atividade de vigilante. 5. Incidência da Questão de Ordem 13, uma vez que o entendimento defendido no paradigma está contrário à posição hodierna desta TNU, que alinhando sua posição à do STJ, firmou entendimento no sentido de que "é possível o reconhecimento de tempo especial prestado com exposição a agente nocivo periculosidade, na atividade de vigilante, em data posterior a 05/03/1997, desde que laudo técnico (ou elemento material equivalente) comprove a permanente exposição à atividade nociva" (PEDILEF 5007749-73.2011.4.04.7105, rel. Juiz Federal Daniel Machado da Rocha, j. 11.09.2015). 6. A hipótese dos autos é de não conhecimento do incidente.

#### ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator. Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0513158-19.2012.4.05.8100  
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ  
REQUERENTE: INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO(A): RAIMUNDA NONATA SOUSA DA SILVA  
PROC./ADV.: WILTON IZAIAS DE JESUS  
OAB: CE-13544  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. AGENTE NOCIVO RÚIDO. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA HABITUALIDADE E PERMANÊNCIA DA EXPOSIÇÃO. HIPÓTESE DE REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 42 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO. 1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo sentença, reconheceu período de trabalho especial. 2. Preliminarmente, diga-se que a TNU definiu quanto ao conhecimento de incidentes de uniformização que: "um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte" (QO 05); "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido" (QO 13); "é inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles" (QO 18); "se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito" (QO 20); "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma" (QO 22); "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia" (QO 24); "o conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado" (QO 35); "não cabe incidente de

uniformização que verse sobre matéria processual" (Súmula 43); "não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" (Súmula 42).

3. O INSS sustenta em seu pedido de uniformização que o acórdão recorrido diverge de julgado da 5ª Turma Recursal de São Paulo (Processo n. 00007376420084036317), que entendeu que, para se reconhecer a natureza especial da exposição a ruído, é necessário que as provas técnicas informem sobre a habitualidade e permanência da exposição.

4. No ponto impugnado, o acórdão recorrido decidiu que:

"[...] A fim de dirimir quaisquer dúvidas com relação ao exercício realizado com exposição a agentes nocivos, a parte autora ainda colacionou aos autos Perfis Profissiográficos Previdenciários - PPPs e laudo técnico, comprovando a exposição ao agente ruído, em níveis superiores ao permitido, de forma habitual e permanente, nos períodos de 19/09/1986 a 19/05/1993 (84 decibéis, conforme PPP, na função de costureira) e 01/07/1996 a 05/02/2012 (91,2 decibéis, conforme PPP, como operadora de conicaleira).

Registre-se que, apesar de a autora não ter apresentado laudos técnicos de todos os períodos, é possível verificar a habitualidade e permanência da exposição ao agente nocivo através dos PPPs apresentados, pois os aludidos documentos descrevem as atividades desempenhadas pela demandante e os níveis de exposição, bem como evidenciam que as funções eram realizadas no mesmo ambiente de trabalho, o que acarretou a exposição permanente ao ruído elevado. Ressalte-se que a alegação do INSS de que a exposição ocorreu em níveis inferiores ao limite de tolerância não merece prosperar, pois, diversamente do afirmado pelo INSS no recurso, conforme já dito, a autora esteve exposta a 84 decibéis, entre 1986 e 1993 (anexo 5), e 91,2 decibéis, de 1996 a 2012 (anexo 6), estando, portanto, acima do permitido, conforme os parâmetros já mencionados acima.

Por essas razões, tais períodos devem ser enquadrados como especiais." (grifei)

5. No caso em análise, ocorre a incidência da Súmula 42, uma vez que a adequação do julgado recorrido ao caso paradigma exigiria necessariamente o revolvimento do contexto fático probatório.

6. A hipótese dos autos, portanto, é de não conhecimento do incidente.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator. Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0514911-27.2011.4.05.8300

ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): LUIZ JOSÉ DOS SANTOS

PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADOR RURAL. ATIVIDADE ESPECIAL. EMPRESA AGROINDUSTRIAL E AGROCOMERCIAL. POSSIBILIDADE. QUESTÃO DE ORDEM 13 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que reconheceu período de trabalho especial.

2. O aresto combatido reconheceu a natureza especial da atividade de trabalhador rural desempenhada pelo autor, com fulcro no item 2.2.1 do Decreto n. 53.081/64.

3. O INSS sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgados paradigmas do STJ sobre o tema (RESP 291.404 e AgRg no RESP 1.137.303/RS), segundo os quais a atividade de trabalhador rural não se enquadra na categoria profissional prevista no item 2.2.1, do Decreto n. 53.081/64, posto que seriam insalubres apenas os serviços e atividades profissionais desempenhados na agropecuária, não se enquadrando como tal a atividade exercida na lavoura.

4. A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º).

5. O incidente não comporta conhecimento, porque o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência recente da TNU.

6. No acórdão recorrido, a Turma Recursal de origem reconheceu as condições especiais da atividade de trabalhador rural, sob o seguinte fundamento:

"[...] Com relação à atividade de trabalhador rural em usina, a Turma Regional de Uniformização já tem posição sedimentada sobre a matéria objeto do Pedido de Uniformização interposto, consoante se extrai do seguinte precedente:

'PREVIDENCIÁRIO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA REGIONAL. APOSENTADORIA ESPECIAL. TRABALHADOR RURAL EM AGROINDÚSTRIA. ATIVIDADE EM CONDIÇÕES ESPECIAIS. ENQUADRAMENTO POR CATEGORIA PROFISSIONAL. EXISTÊNCIA. TEMPO PARA APOSENTADORIA ESPECIAL. INSUFICIÊNCIA. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.

- As atividades agropecuárias exercidas por trabalhadores vinculados à antiga Previdência Social Urbana, ou seja, àqueles empregados de empresas agroindustriais ou agrocomerciais enquadraram-se no item 2.2.1 do Anexo do Decreto n. 53.831/64 ("Agricultura - Trabalhadores na agropecuária"), sendo consideradas especiais, por categoria profissional, até a vigência da Lei n. 9.032/95.

- O titular de aposentadoria por tempo de contribuição não tem direito à conversão desse benefício em aposentadoria especial quando não preenche o tempo exigido (25 anos) de trabalho em condições especiais.

- Incidente de uniformização conhecido e parcialmente provido apenas para reconhecer como especial a atividade agropecuária exercida pelo empregado rural de empresa agroindustrial antes da vigência da Lei n. 9.032/95, sem transformar o benefício de aposentadoria por tempo de contribuição em aposentadoria especial. (Processo nº 0513531-91.2010.4.05.8400, Relator: Juiz Federal Rubens de Mendonça Canuto Neto, 11/09/2012)

Assim, deve ser considerado especial o período laborado como trabalhador rural até 28/04/95."

7. O acórdão recorrido encontra-se em harmonia com o entendimento consolidado por esta Turma Nacional de Uniformização por ocasião do julgamento do PEDILEF 0500180-14.2011.4.05.8013, Relator Juiz Federal JOÃO BATISTA LAZZARI, DJ 11/09/2014 (Representativo de Controvérsia), de cujo teor reproduzo o seguinte excerto: "a expressão 'trabalhadores na agropecuária', contida no item 2.2.1 do anexo ao Decreto n.º 53.831/64, se refere aos trabalhadores rurais que exercem atividades agrícolas como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais, fazendo jus os empregados de tais empresas ao cômputo de suas atividades como tempo de serviço especial. Dessa forma, a alegação do INSS de que a especialidade somente poderia ser reconhecida se comprovado que o trabalho rural foi desenvolvido na agropecuária merece ser desprovida".

8. Destaco que por ocasião do julgamento do PEDILEF 05003939620114058311, Relatora Juíza Federal KYU SOON LEE, julgado em 08/10/2014, este Colegiado decidiu por: "reafirmar a tese de que a expressão 'trabalhadores na agropecuária', contida no item 2.2.1 do anexo do Decreto n. 53.831/64, também se aplica aos trabalhadores que exercem atividades exclusivamente na agricultura como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais, fazendo jus os empregados de tais empresas ao cômputo de suas atividades como tempo de serviço especial".

9. Na espécie, as instâncias ordinárias concluíram que o acervo probatório coligido era suficiente à comprovação do desenvolvimento de atividade especial pelo autor na condição de trabalhador rural empregado da indústria canavieira, reconhecendo a natureza especial do labor por ele exercido nos períodos questionados, daí que, em face do entendimento consolidado desta TNU acima mencionado, entendo que nenhum reparo merece o acórdão impugnado.

10. A hipótese dos autos é de não conhecimento do incidente.

#### ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência NÃO CONHECER O INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator.

Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0516047-25.2012.4.05.8300

ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): JORGE FRANCISCO DE MELO

PROC./ADV.: DJALMA CORREIA CARNEIRO

OAB: PE-11055

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. AGENTE NOCIVO RUÍDO. ASSINATURA DO PPP. QUESTÃO DE ORDEM Nº 18. SÚMULA 42 DESTA TNU. NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, reconheceu período de trabalho especial.

2. O aresto combatido manteve sentença que concedeu aposentadoria especial, reconhecendo a natureza especial do período de 17/07/1986 e 20/12/2011, no qual a parte autora esteve exposta ao agente nocivo "ruído", acima dos limites de tolerância, de modo habitual e permanente.

3. O INSS sustenta em seu pedido de uniformização que o acórdão recorrido diverge de entendimento adotado pela Turma Recursal de São Paulo (00832337220064036301), que "o PPP deverá ser assinado por representante legal da empresa, com poderes específicos outorgados por procuração, contendo a indicação dos responsáveis técnicos legalmente habilitados, por período, pelos registros ambientais e resultados de monitoração biológica, podendo ser suprida por apresentação de declaração da empresa informando que o responsável pela assinatura do PPP está autorizado a assinar o respectivo documento".

4. O incidente não comporta conhecimento. Explico.

5. No acórdão recorrido, a Turma Recursal de origem reconheceu as condições especiais da atividade da parte autora, tendo afastado a impugnação da parte ré sob o seguinte fundamento:

"[...] - De outra parte, cumpre ponderar que do PPP não consta campo específico para que o engenheiro/médico do trabalho também assinasse o documento, a exemplo do representante legal da empresa. Ora, considerando que o PPP é documento elaborado pelo próprio INSS, exigir mais do que a Autarquia Previdenciária no âmbito administrativo mostra-se, a toda evidência, desarrazoado.

- Sublinho, ainda, que a autorização da empresa para que o signatário do PPP/Formulário/LTCAT produza o documento é desnecessária, a não ser que o INSS apresente questionamentos razoáveis quanto à existência de fraude e irregularidades. Não trazendo a autarquia previdenciária elementos para que se duvide da regularidade do documento, deve-se acolher o que nele está disposto.

- O inconformismo do INSS não se sustenta frente à prova dos autos. Na hipótese, os documentos apresentados (vide anexo 06), os quais se revelam idôneos nos termos das premissas acima, dão conta de que o autor laborou exposto a ruído acima dos patamares legais por um lapso correspondente a 25 anos, 05 meses e 05 dias (vide planilha anexo 09), de modo que configurado o seu direito à obtenção de aposentadoria especial, tal como reconhecido pelo julgado singular." (grifei)

6. Acresça-se o teor da sentença sobre o ponto impugnado:

"[...] De fato, de acordo com os documentos carreados aos autos, é de se concluir que todos os períodos laborados pelo autor na referida empresa devem ser convertidos em tempo de serviço comum, tendo em conta que restou comprovada a exposição a ruído superior a 90 dB, portanto, acima do limite de tolerância, nos termos da súmula nº 32, da TNU, de modo habitual e permanente, conforme demonstram o PPP, os formulários e os laudos técnicos periciais apresentados (anexo 6), enquadrando-se, portanto, no item 1.1.6 do Decreto 53.831/64, bem como no item 1.1.5 do Decreto 83.080/79, como atividade insalubre." (grifei)

7. Com efeito, a adequação do acórdão recorrido ao julgado paradigma implicaria necessariamente no revolvimento do contexto fático probatório. Logo, incide a vedação da Súmula n. 42/TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

8. Não fosse somente isso, há outro motivo para o não conhecimento do presente incidente.

9. É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles (Questão de Ordem n. 18). Isso porque o acórdão paradigma aponta apenas requisitos formais para assinatura do PPP, ao passo que o julgado recorrido considera, para fins de comprovação da especialidade da atividade, além do PPP, o laudo técnico de condições ambientais de trabalho, sobre o qual não fora apontada qualquer irregularidade.

10. A hipótese dos autos, portanto, é de não conhecimento do incidente.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator. Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0518357-56.2011.4.05.8100

ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): JORGE LUIS FACANHA DA ROCHA

PROC./ADV.: DEISE DE OLIVEIRA LASHERAS

OAB: CE-5105

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. TEMPO ESPECIAL. ELETRICIDADE. RECONHECIMENTO APÓS O DECRETO Nº 2.172/97. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 13 DESTA TNU. NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, deferiu pedido de reconhecimento de condições especiais no exercício de atividade profissional sob a condição de periculosidade (eletricidade), mesmo após 05/03/1997.

2. O INSS sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado(s) paradigma(s) que, em alegada(s) hipótese(s) semelhante(s), entendeu(ram) ser incabível o reconhecimento como especial, após o advento do Decreto nº 2.172/97, da atividade profissional sujeita à exposição ao agente nocivo eletricidade.

3. O incidente não comporta conhecimento.

4. Isto porque o acórdão recorrido está em sintonia com a jurisprudência desta TNU (Questão de Ordem nº 13/TNU).



5. Veja-se que a tese defendida pelo INSS encontra-se em desarmonia com a posição atual da TNU no sentido de que: "AGENTE NOCIVO NÃO MENCIONADO NO DECRETO 2.172/97. CARÁTER MERAMENTE EXEMPLIFICATIVO DOS REGULAMENTOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. COMPROVAÇÃO DE EFETIVA E PERMANENTE EXPOSIÇÃO NA FORMA DO ART. 57, § 30. DA LEI 8.213/91. POSIÇÃO ADOTADA PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA NO RESP 1.306.113/SC SUBMETIDO AO REGIME REPETITIVO.

3.3. Por isso, não é de se estranhar que o STJ continue a falar de periculosidade mesmo após a edição do Decreto no. 2.172/97. E, segundo penso, está certo mesmo em falar, pois, como dito, os agentes nocivos/prejudiciais à saúde/integridade física podem muito bem aludir a certas formas de perigo. A exposição à eletricidade, não sendo enquadrada propriamente como atividade insalubre, termina comprometendo sobretudo a integridade física do trabalhador que passa a conviver com níveis exagerados de cautela, risco, stress etc. Logo, insisto, não é a apriorística qualificação doutrinária que determinará a possibilidade ou não apreensão de uma atividade como especial e sim a efetiva demonstração deletéria considerada em númeris apertus pela legislação em vigor.

3.4. A título de exemplo, veja-se ainda o acórdão abaixo transcrito, também oriundo do Superior Tribunal de Justiça: PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. AGENTE NOCIVO ELETRICIDADE APÓS A EDIÇÃO DO DECRETO N. 2.172/97. POSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DO ENTENDIMENTO FIXADO NO JULGAMENTO DO RESP N. 1.306.113/SC SUBMETIDO À SISTEMÁTICA DO ARTIGO 543-C DO CPC. 1. Nos termos do que assentado pela Primeira Seção no julgamento do Resp n. 1.306.113/SC [...] o rol de atividades especiais, constantes nos regulamentos de benefícios da Previdência Social, tem caráter exemplificativo'. Assim, o fato de o Decreto n. 2.172/97 não ter previsto o agente agressivo eletricidade como causa para se reconhecer período de atividade de natureza especial, não afasta o direito do segurado à contagem de tempo especial se comprovada a sua exposição de forma habitual e permanente a esse fator de periculosidade. No mesmo sentido, confirmam-se: AgRg no REsp 1.314.703/RN, Rel. Min. Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 27/05/2013; AgRg no REsp 1.348.411/RS, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, DJe 11/04/2013; AgRg no REsp 1.168.455/RS, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, Quinta Turma, DJe 28/06/2012; AgRg no REsp 1.284.267/RN, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, DJe 15/2/2012. 2. No caso, ficou comprovado que o recorrido esteve exposto ao agente agressivo eletricidade, com tensão acima de 250 volts, de forma habitual e permanente entre 01.12.1979 a 28.11.2006, motivo pelo qual deve ser mantida a sentença que reconheceu o direito à aposentadoria especial. 3. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 143.834/RN, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/06/2013, DJe 25/06/2013).

4. Apenas para registro, deixo consignado que, no caso concreto, as instâncias ordinárias assentaram que havia demonstração plena, através de prova pericial, da exposição à eletricidade em caráter permanente e habitual e que ela era, de fato, prejudicial ao demandante. Não se ingressa no mérito dessa questão, portanto, por envolver reanálise de matéria de fato, o que, como sabido, é vedado pela Súmula 42 deste Colegiado.

5. Por essas razões, conheço e dou provimento ao Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal para reformar o Acórdão recorrido e restabelecer a sentença de 1º. Grau, que reconheceu como especial o período trabalhado pelo recorrente, exposto de forma habitual e permanente ao agente nocivo nas atividades com energia elétrica.

6. Recurso julgado nos termos do artigo 7º, inciso VII, alínea "a", da Resolução nº 22/2009

(PEDILEF nº 50012383420124047102, rel. Juiz Federal BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRA, j. 06.08.2014).

6. A hipótese dos autos, portanto, é de não conhecimento do incidente.

## ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator.  
Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0521111-79.2013.4.05.8300  
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco  
REQUERENTE: JORGE JOSÉ COELHO  
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

## EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. RECONHECIMENTO DE ATIVIDADE EXERCIDA EM CONDIÇÕES ESPECIAIS. COISA JULGADA. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA 43/TNU. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. QUESTÃO DE ORDEM 22. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, deixou de apreciar a especialidade do período de

04/09/1978 a 30/01/1982, uma vez que tal interregno já teria sido analisado nos autos do Processo n. 0524530-15.2010.4.05.8300, transitado em julgado.

2. A parte autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado da 1ª TR/BA que, em alegada hipótese semelhante, entendeu pela extinção do processo sem resolução de mérito, devendo ser adotada a coisa julgada secundum eventum probationis, assegurando o reingresso em juízo quando obtidas provas suficientes a respaldar o pedido.

3. Este colegiado já decidiu pelo não conhecimento de incidente de uniformização no qual se pretendia discutir a "eficácia preclusiva da coisa julgada", concluindo a TNU que o conhecimento encontrava óbice na Súmula 43 do Tribunal: "não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual" (PEDILEF 200872580017119, rel. Juiz Federal Luiz Claudio Flores da Cunha, j. 12.06.2013).

4. Ainda que se avançasse no exame da admissibilidade do incidente, relevada a natureza processual da discussão, em prol da acessibilidade ao Poder Judiciário, ainda assim, melhor sorte não favoreceria a parte requerente.

5. É que, do cotejo entre o acórdão combatido e o julgado apontado com o paradigma, observo que não está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito posto em análise nos autos, em razão da ausência de similitude fática e jurídica entre o julgado recorrido e apontado paradigma.

6. Explico:

7. O acórdão recorrido da Turma Recursal de origem manteve a sentença sob o seguinte fundamento:

"[...] O autor aduz que não há coisa julgada referente o reconhecimento da natureza especial do período de 04/09/1978 a 30/01/1982 no processo nº 0524530-15.2010.4.05.8300. Nesse processo pretérito, o acórdão desta Turma Recursal que transitou em julgado assim decidiu ao tratar desse período:

Feita essa prospeção inicial, observa-se que quanto ao período de 04/09/1978 a 30/01/1982 em que o autor trabalhou como servente (conforme CTPS - anexo 3) e massariqueiro (conforme Formulário do INSS - anexo 6), acertou o Magistrado a quo em não contar de forma diferenciada o tempo de serviço do autor.

Pois bem. Esta Turma vem acolhendo o posicionamento segundo o qual a coisa julgada abarca os pedidos explícitos, mas também os implícitos, ou seja, aqueles que devem ser providos para que seja concedido o expressado no tópico final da petição inicial. A título de exemplo, para seja concedida uma aposentadoria especial ou uma por tempo de contribuição com conversão de tempo especial em comum, é indispensável o reconhecimento do tempo de serviço especial. Ainda que não conste expressamente esse pedido (pedido implícito), é necessário o seu deferimento para que seja concedido o benefício (pedido expreso).

Esse entendimento está em sintonia com a segurança jurídica e a definitividade que se espera das decisões judiciais, pois seria um apego formalista possibilitar a análise do mesmo fato em mais de uma ação (ou várias ações), quando o autor formula o pedido com leve diferença. Abrir a possibilidade contrária confere à parte o direito de entrar com seguidos requerimentos administrativos ou trocar um ou outro pedido a fim de que o fato já julgado seja sempre re-julgado.

Ora, sendo o pedido de reconhecimento de qualquer período já analisado no processo 0524530-15.2010.4.05.8300 implicará necessariamente em ofensa a coisa julgada, de acordo com a fundamentação já posta." (grifei).

8. No caso apontado como paradigma (2004.33.00.766147-2, da 1ª Turma Recursal da Bahia), considera-se que o processo anterior teria sido julgado sem resolução de mérito:

"[...] PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. DIRIGENTE DE ENTIDADE RELIGIOSA. AUSÊNCIA DE REGISTRO DOCUMENTAL DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO OU PROVAS DE CONTRIBUIÇÃO INDIVIDUAL DO BENEFEITADOR. FALTA DA QUALIDADE DE SEGURADO. PROCESSO EXTINTO SEM EXAME DO MÉRITO. 1. A prova da qualidade de segurado deve ser feita por documentos que atestem sua vinculação ao RGPS até a ocasião do óbito ou dentro do período de graça legalmente previsto. 2. A atividade de dirigente de organização religiosa, não documentada em CTPS ou outro documento compatível afora a declaração pessoal do responsável pela referida organização, não qualifica seu exercente como segurado, se ausente também comprovação de contribuição individual no período. 3. Ausentes as provas de que o de cujus mantinha a qualidade de segurado, deve o processo ser extinto sem exame do mérito, vez que, tratando-se de pedido de concessão de benefício previdenciário, deve ser adotada a coisa julgada secundum eventum probationis, assegurando-se, assim, o reingresso em juízo, se obtidos os documentos que respaldem o pleito. 4. Processo extinto sem exame do mérito ex officio. Recurso prejudicado." (grifei)

9. Portanto, não há a similitude fático-jurídica a permitir o conhecimento do presente incidente de uniformização, uma vez que não se partiu do mesmo fato (de mesma natureza) para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente), de modo que não há como se comparar os julgamentos, para efeito de interposição do presente incidente de uniformização.

10. Incidência da Questão de Ordem 22, mutatis mutandis: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".

11. A hipótese dos autos é de não conhecimento do incidente.

## ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator.  
Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0523629-42.2013.4.05.8300  
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco  
REQUERENTE: MARIA EUDA NUNES DA SILVA  
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

## EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. AUXILIAR DE ENFERMAGEM. ALEGAÇÃO DE INEXIBILIDADE DE LAUDO TÉCNICO. NECESSIDADE DE REEXAME DAS PROVAS. SÚMULA 42/TNU. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. QUESTÃO DE ORDEM 22. NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, reconheceu apenas o período até 28/04/1995 como exercido em condições especiais.

2. O aresto combatido não reconheceu a natureza especial do período de 29/04/1995 a 04/07/2004, no qual a parte autora laborou como "auxiliar de enfermagem", uma vez que as informações do PPP estariam incompletas e que não foi apresentado laudo técnico pericial.

3. A parte autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado paradigma da TNU que, em alegada hipótese semelhante, entendeu que, para se exigir a apresentação do laudo técnico, faz-se necessária a demonstração de dúvida quanto à veracidade das informações do PPP, não se justificando a exigência quando as irregularidades se limitarem à "ausência de indicação de que o documento foi elaborado com base em laudo técnico e de assinatura por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho".

4. O incidente não comporta conhecimento. Explico.

5. No acórdão recorrido, a Turma Recursal de origem, negou o reconhecimento das condições especiais da atividade da parte autora, sob o seguinte fundamento:

"[...] Trata-se de recurso inominado interposto pela parte autora contra sentença que julgou parcialmente procedente seu pedido, determinando ao INSS que averbasse como especial o período de 01/03/1979 a 28/04/1995 e revisasse o benefício de aposentadoria do autor.

Insurge-se a parte autora contra a ausência de reconhecimento do período de 28/04/1995 a 04/07/2004 como especial, aduzindo que o PPP apresentado atesta a submissão a agentes nocivos vírus, bactérias, fungos, parasitas.

Acertada a sentença que não atribuiu idoneidade ao PPP apresentado no anexo 08. Isto porque o referido documento não possui indicação do responsável pelos registros ambientais, não sendo, por isso, válido como meio de prova. Em que pese não ser necessária a assinatura do profissional, esta Turma Recursal entende que é preciso haver a identificação do mesmo.".

6. Acresça-se o teor da sentença sobre o ponto impugnado:

"[...] A fim de comprovar o tempo especial, a autora acostou PPP ao processo eletrônico (anexo nº 08). No item 14 (Profissiografia), consta:

AUXILIAR NO CONTROLE DE FICHAS DOS PACIENTES; AFE-RIR PRESSÃO ARTERIAL, PESO E TEMPERATURA; TROCAR ROUPA DE CAMA A CADA ATENDIMENTO; PREPARAR SALA E PACIENTE PARA EXAME GINECOLÓGICO; REALIZAR CURATIVOS EM CASO DE CAUTERIZAÇÃO. AUXILIAR NAS EXTRAÇÕES DENTÁRIAS, NAS OBTURAÇÕES, MANUSEANDO AMÁLGAMA (MERCÚRIO), PARAMONO, GRITOSOL; APLICAR INJEÇÕES.

A autora exerceu a atividade de Auxiliar de Enfermagem em um consultório médico, auxiliando médica ginecologista. O teor do PPP permite entrever a requerente não laborou exposta de modo habitual e permanente, não ocasional ou intermitente aos agentes nocivos alegados.

Com efeito, algumas das atividades exercidas pela autora são incompatíveis com a ideia de sujeição a vírus, bactérias e fungos. Sequer há alusão, no formulário, à exposição habitual e permanente aos agentes nocivos alegados.

Não se pode comparar o labor exercido em um consultório médico, prestando auxílio a médico(a) ginecologista, com o trabalho desenvolvido no âmbito de hospitais, em contato direto com toda sorte de pacientes, com as mais diversas enfermidades, quadro em que é possível vislumbrar o risco de contágio.

Ademais, não há qualquer registro de que a monitoração biológica tenha sido acompanhada por Médico do Trabalho (vide campo 16 do PPP)."

7. Com efeito, a adequação do acórdão recorrido ao julgado paradigma implicaria necessariamente no revolvimento do contexto fático probatório. Isso porque enquanto a sentença declara a inexistência de indicação de médico do trabalho nos "registros de monitoração biológica", o acórdão consigna a ausência de indicação do responsável pelos "registros ambientais". Frise-se que se tratam de campos distintos do PPP. Logo, incide a vedação da Súmula n. 42/TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

8. Não fosse somente isso, há outro motivo para o não conhecimento do presente incidente.

9. É que não se vislumbra similitude fática entre o acórdão recorrido e o acórdão paradigma, uma vez que aquele aponta a inexistência de "indicação do responsável pelos registros ambientais", ao passo que este informa que não é exigível o laudo técnico quando a dúvida se restringir à ausência de "assinatura por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho". Portanto, tratam-se de hipóteses fáticas distintas (Questão de Ordem nº 22).

10. Acresça-se que, embora a assinatura por engenheiro do trabalho seja uma exigência do laudo técnico, no PPP deverá ser indicado o nome do profissional responsável pelo registro das condições ambientais no campo pertinente, como uma forma de presumir que este foi elaborado com base em laudo técnico (PEDILEF 50379486820124047000. Rel. Juiz Federal André Carvalho Monteiro. DOU 31/05/2013.).

11. O caso dos autos, portanto, é de não conhecimento do incidente.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator. Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0524529-77.2012.4.05.8100

ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ

REQUERENTE: JOSÉ AUGUSTO BARBOSA DOS SANTOS

PROC./ADV.: CÍCERO MÁRIO DUARTE PEREIRA

OAB: CE12564

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. VIGILANTE E MECÂNICO. QUESTÃO DE ORDEM 18. NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que não reconheceu os períodos de 02/05/1978 a 20/10/1978, 01/12/1978 a 01/09/1988, 01/10/1978 a 17/01/1994, 02/05/1995 a 08/02/1996 e 02/05/1996 20/01/2006 como exercidos em condições especiais.

2. A parte autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgados paradigmas que, em alegada hipótese semelhante, entenderam: (i) que os períodos anteriores à vigência da Lei n. 8.213/91 podem ser enquadrados como especiais, independente da apresentação de laudo pericial (STJ, REsp 422774/SC, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJU 01/09/2003); (ii) as atividades com exposição a ruído e calor sempre necessitaram de medição técnica (STJ, REsp 639066/RJ, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, DJ 07/11/2005).

3. O incidente não comporta conhecimento. Explico.

4. O acórdão recorrido negou o reconhecimento da especialidade das atividades desempenhadas pela parte autora, sob os seguintes fundamentos:

"[...] 3. Compulsando os documentos colacionados aos autos pelo autor, todavia, observa-se que, no que toca ao período laborado como vigilante, não há comprovação, nem no PPP, nem através de outro documento idôneo de que o autor trabalhou portando arma de fogo. 4. De acordo com a Súmula nº 26, o fator de enquadramento da atividade de guarda como atividade perigosa no código 2.5.7 do Anexo ao Decreto nº 53.831/64 é a utilização de arma de fogo, motivo pelo qual para que a atividade de vigia possa ser equiparada à atividade de guarda para fins de enquadramento como atividade especial afigura-se necessária a comprovação da utilização de arma de fogo.

5. No que toca ao segundo e ao terceiro períodos, nos quais trabalhou na Cia de Máquinas e Acessórios Irmãos Pinto Ltda, verifica-se que o PPP juntado aos autos demonstrou que o postulante esteve sujeito aos fatores de risco calor e ruído, os quais não foram quantificados, não tendo registro de suas medições (quantificações), apenas demonstrando análise qualitativa. Ademais, a exposição a tais fatores físicos ocorreu de forma intermitente, conforme registrado no PPP, contrariando a exigência da legislação que considera insalubre as atividades desempenhadas sob a exposição de agentes nocivos à saúde, de forma permanente, não ocasional nem intermitente (art. 57 da Lei 8.213/91).

6. Registre-se, ainda, que o referido documento encontra-se com preenchimento incompleto, pois não há registro do período em que foi efetuada a monitoração ambiental (campo 16). Não foi anexado PPP ou qualquer outro documento comprobatório de que trabalhou sujeito a agentes nocivos, durante o lapso temporal em que esteve vinculado à Sanauto (02/05/1995 a 08/02/1996). O PPP da Dafonte Veículos Ltda também revelou que o demandante esteve exposto a condições insalubres, porém, de forma intermitente. Outrossim, o formulário encontra-se com preenchimento incompleto (campos 15.1 e 16.1)". (grifei)

5. Com efeito, é inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles (Questão de Ordem n. 18).

6. Isso porque os acórdãos paradigmas apontam apenas a possibilidade de enquadramento por categoria profissional e a necessidade de perícia técnica nos casos dos agentes nocivos ruído e calor, ao passo que os julgados das instâncias anteriores consideraram as informações das provas técnicas apresentadas pela própria parte autora. No caso da atividade de vigilante, não havia comprovação do porte de arma do fogo, enquanto na atividade de mecânico, a exposição a ruído e calor era intermitente. Desse modo, verifica-se que os paradigmas não abrangem os fundamentos do julgado recorrido.

7. O caso dos autos, portanto, é de não conhecimento do incidente.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator. Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0531017-98.2010.4.05.8300

ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): SEVERINO OLIVEIRA REGO

PROC./ADV.: GIZENE OLIVEIRA SILVA

OAB: PE-12924

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. TEMPO DE ATIVIDADE ESPECIAL. EXPOSIÇÃO A RUÍDO E HIDROCARBONETOS AROMÁTICOS. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. QUESTÃO DE ORDEM 22. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual o INSS pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, reformando a sentença, reconheceu as condições especiais no exercício de atividade profissional.

2. O aresto combatido considerou que estariam satisfeitos os requisitos ao reconhecimento das condições especiais no exercício da atividade profissional, de 20/06/1996 a 14/11/1997 e de 01/04/1998 a 09/07/2007, em face da exposição ao agente ruído em nível acima do limite legal, apenas nos interregnos de 20/06/1996 a 05/03/1997 e de 18/11/2003 a 09/07/2007, e da exposição a hidrocarbonetos aromáticos, durante todo o período.

3. O INSS sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgados do STJ que, em alegadas hipóteses semelhantes, entenderam, quanto à exposição ao agente nocivo ruído, pela negativa da retroação da redução do limite de exposição de ruído, de 90 para 85 dB, prevista no Decreto nº 4.882/2003.

4. Do cotejo entre o acórdão combatido e os julgados paradigmas, observo que não está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ausência de similitude fática e jurídica entre os julgados recorridos e os precedentes apresentados. Explico.

5. No acórdão recorrido, a Turma Recursal de origem reconheceu as condições especiais da atividade da parte autora, sob os seguintes fundamentos:

"[...] Em se tratando de reconhecer a insalubridade da atividade exercida com exposição a ruído, decisão do STJ entendeu que o atual enunciado da Súmula nº 32 da TNU estava em dissonância com o seu entendimento, de modo que deve ser aplicada a redação antiga da Súmula nº 32, que assim preceituava: O tempo de trabalho laborado com exposição a ruído é considerado especial, para fins de conversão em comum, nos seguintes níveis: superior a 80 decibéis, na vigência do Decreto n. 53.831/64 (1.1.6); superior a 90 decibéis, a partir de 5 de março de 1997, na vigência do Decreto n. 2.172/97; superior a 85 decibéis, a partir da edição do Decreto n. 4.882, de 18 de novembro de 2003.

[...] Diante disso, a Turma Nacional de Uniformização, na Oitava sessão ordinária de 9 de outubro de 2013, aprovou, por unanimidade, o cancelamento da súmula nº 32 (PET 9059/STJ).

Releve-se, por oportuno, que a prova da efetiva exposição deve ser feita mediante a apresentação de PPP ou laudo técnico das condições especiais, em qualquer período.

Em relação ao agente nocivo químico hidrocarboneto, é considerado insalubre conforme previsão expressa no item 1.2.11 do Decreto 53.831/64, no item 1.2.10, anexo I, do Decreto 83.080/79, bem como no item 1.0.3 do Anexo IV do Decreto nº 3.048/99.

Desta forma, merece reforma a sentença, reconhecendo-se a especialidade da atividade exercida pelo autor nos períodos de 20/06/96 a 14/11/97, de 01/04/98 a 16/12/98 e de 17/12/98 a 09/07/07, uma vez que comprovou, através de laudo técnico, sua exposição ao agente nocivo ruído em intensidades superiores aos limites de tolerância nos períodos compreendidos entre 20/06/96 a 05/03/97 e 18/11/2003 a 09/07/2007, bem como sua exposição ao hidrocarboneto aromático, como o solvente, durante todo o período (anexo 10)".

6. No caso em análise, o período questionado pelo INSS (de 06/03/1997 a 17/11/2003) não fora reconhecido no acórdão recorrido como insalubre devido à exposição ao agente nocivo ruído, mas sim em virtude do contato permanente com hidrocarbonetos aromáticos, fato que não comporta rediscussão diante da vedação de reexame de matéria fática e de provas (Súmula 42 da TNU).

7. Incidência da Questão de Ordem 22, mutatis mutandis: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".

8. A hipótese dos autos é de não conhecimento do incidente.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator. Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5000314-78.2012.4.04.7116

ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

REQUERENTE: CLAUDIR SANTOS DA SILVA

PROC./ADV.: MARIA FÁTIMA RAMBO VOGEL

OAB: RS-37467

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADOR RURAL. ATIVIDADE ESPECIAL. ALEGAÇÃO DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE TRATORISTA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Rio Grande do Sul que não reconheceu período de trabalho especial.

2. O aresto combatido não reconheceu a natureza especial da atividade de trabalhador rural desempenhada pelo autor, por entender que a previsão contida no Decreto nº 53.831/64 (item 2.2.1) abrange tão somente o desempenho de atividade laboral de rurícola exercido na agropecuária, isto é, na agricultura e pecuária, não se estendendo à hipótese de trabalho exclusivamente agrícola.

3. A parte autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado paradigma desta TNU (Processo nº 2009.50.53.000401-9) e à Súmula n. 70/TNU, segundo os quais "a atividade de tratorista pode ser equiparada à de motorista de caminhão para fins de reconhecimento de atividade especial mediante enquadramento por categoria profissional".

4. Do cotejo entre o acórdão combatido e os julgados paradigmas, observo que não está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ausência de similitude fática entre os julgados recorridos e os precedentes apresentados.

5. No acórdão recorrido, a Turma Recursal de origem não reconheceu as condições especiais da atividade de "trabalhador rural", sob o seguinte fundamento:

"[...] De início, registro que a atividade desempenhada pelo menos até a Lei n. 8.213/91 não enquadrava o trabalhador rural no antigo Regime de Previdência Urbana, apenas os trabalhadores rurais vinculados a empresa agroindustrial ou agrocomercial, o que não se verifica nos interregnos em análise, por ser tratar de empregadores pessoas físicas.

A LC 11/71, que disciplinava a aposentadoria do empregado rural que não se enquadrasse como trabalhador urbano não amparava o trabalhador com a aposentadoria especial, não sendo possível enquadrar referido período como especial porquanto a lei vigente à época não o fazia.

Destaco que a data fixada no Decreto que regulamentou o Lei de Benefícios e de Custeio, qual seja, 01/11/1991, baseou-se na anterioridade nonagesimal. É que somente a Lei n. 8.212/91 determinou expressamente o recolhimento das contribuições previdenciárias dos empregados e empregadores rurais. Como a Lei foi publicada no final do mês de julho, considerando-se os noventa dias exigidos pelo artigo 195, § 6º, da Constituição Federal, somente passou a ser devida a partir de 01/11/1991.

Portanto, merece reforma a sentença para que seja afastada a especialidade dos períodos de 15/09/1983 a 24/06/1988, 01/01/1990 a 31/10/1991.

Quanto aos períodos supervenientes, de 01/11/1991 a 30/04/1992, 01/09/1995 a 16/07/1998 e de 02/05/1992 a 17/08/1994, verifica-se que os formulários PPP apresentados assim descrevem as atividades desempenhadas pelo autor:

'Operador de colheitadeiras, tratores e seus equipamentos, tratamento de culturas com aplicação de agrotóxicos, manutenção mecânica das máquinas e equipamentos agrícolas'.

Em tais atividades o demandante estaria sujeito aos agentes nocivos ruído, hidrocarbonetos e agrotóxicos.

Veja-se que os formulários referentes a ambos os vínculos foram preenchidos de maneira idêntica, ainda que digam respeito a empregadores distintos.

Embora esses formulários, obviamente preenchidos na mesma ocasião, refiram que os trabalhos eram efetuados com trator e colheitadeira, não é possível crer que o fosse feito dessa forma todos os dias do ano, sendo evidente que os serviços gerais na lavoura incluíam outras atividades que não o trabalho com o trator e defensivos agrícolas.



Por certo, a operação de colheitadeira e tratores, bem como a aplicação de agrotóxicos não ocorria sequer diuturnamente na relação laboral, considerando a sazonalidade da atividade agrícola.

É evidente que o demandante, como trabalhador rural de pessoa física, exercia diversas funções ligadas à lavoura, e não apenas aquelas restritivamente descritas de maneira praticamente idêntica neste e em outros processos patrocinados pela mesma procuradora (processos nº 50028840320134047116 e 50019857320114047116). Embora se trate de empregados diferentes trabalhando para pessoas diversas, os formulários PPP foram preenchidos de modo simplista com a mesma descrição limitada de atividades, o que não condiz com a realidade do trabalho rural para pessoa física.

Nesse passo, esclareço que, ainda que não se exija a permanência da exposição até o advento da Lei n. 9.032/95, nos termos da súmula 49 da TNU, é certo que se impõe a habitualidade da exposição aos agentes nocivos, o que não ocorre na presente situação.

Igualmente, não cabe o reconhecimento da especialidade por enquadramento da atividade no código 2.2.1 do Decreto 53.831/64, uma vez que a atividade desempenhada não pode ser caracterizada como agropecuária, mas tão-somente como atividade agrícola". (grifei)

6. No caso em análise, a sentença informa que a parte autora laborava na função "serviços gerais de granja", fato que não comporta discussão diante da vedação de reexame de matéria fática e de provas (Súmula 42 da TNU), de modo que os julgados das instâncias anteriores não mencionam a função "tratorista", seja pela anotação da CTPS, seja pela descrição das atividades destacadas no acórdão recorrido.

7. Desse modo, não há a similitude fática a permitir o conhecimento do presente incidente de uniformização, uma vez que não se partiu do mesmo fato (de mesma natureza) para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente), mas sim partiram os órgãos julgadores, nos casos citados, de fatos diversos, de modo que não há como compararem-se os julgamentos, para efeito de interposição do presente incidente de uniformização.

8. Incidência da Questão de Ordem 22, mutatis mutandis: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".

9. A hipótese dos autos é de não conhecimento do incidente.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator. Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5000320-51.2013.4.04.7213

ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA

REQUERENTE: EUCLIDES SBORZ

PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK

OAB: SC-13520

REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. AGENTE NOCIVO RUIDO. QUESTÃO DE ORDEM 18. NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que não reconheceu o período de 07/11/2005 a 10/08/2011 como exercido em condições especiais.

2. A parte autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgados paradigmas que, em alegada hipótese semelhante, entenderam que o PPP constitui documento suficiente para comprovar a condição especial de trabalho, inclusive no caso de ruído.

3. O incidente não comporta conhecimento. Explico.

4. O acórdão recorrido negou o reconhecimento da especialidade das atividades desempenhadas pela parte autora, sob os seguintes fundamentos:

"[...] A sentença decidiu a lide da seguinte forma:

'Período de 07.11.2005 até 10.08.2011 - retificador - Retífica de Motores Santa Galo Ltda.: o formulário apresentado indica o contato com graxas e óleos, além da presença de ruído com intensidade de 84 dB(A) (pág. 6, PROCADM20, evento 1). Todavia, como a parte autora não promoveu a juntada de laudo técnico de condições ambientais elaborado pela empregadora, nem comprovou a impossibilidade de obtê-lo, tenho que a especialidade não deve ser reconhecida. Por fim, cabe destacar que a parte autora foi expressamente intimada para juntar a prova necessária ao acolhimento de seu pedido ou justificar a impossibilidade de obtenção, ônus do qual não se desincumbiu. Da decisão constou, inclusive, que laudo pericial elaborado unilateralmente pela parte autora, sem a participação da empregadora ou do INSS não possui força probatória. Desse modo, somente a comprovada impossibilidade de obtenção da prova junto à empregadora é que justificaria a designação de exame pericial ou a apreciação de laudo de empresa similar.'

E entendo que a sentença impugnada analisou corretamente a prova no seu conjunto e está em plena sintonia com os critérios decisórios deste colegiado. Assim, deve ser mantida na integralidade e também por seus próprios fundamentos.

Ainda que assim não fosse, ou seja, ainda que se considerasse suficiente a apresentação apenas do PPP, o nível de ruído indicado nesse documento é inferior a 85 dB(A) (exposição de 84 dB(A)) e quanto aos agentes químicos (óleo lubrificante e graxa) há informação de que os seus efeitos nocivos foram neutralizados pelo uso de equipamentos de proteção individuais (CA nºs. 16673 e 6544) (evento 1, PROCADM20, fl. 6)". (grifei)

5. Com efeito, é inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles (Questão de Ordem n. 18).

6. Isso porque os acórdãos paradigmas apontam apenas a possibilidade de reconhecimento da especialidade com base em PPP, independente da apresentação de LTCAT, ao passo que os julgados das instâncias anteriores consideraram as próprias informações do PPP, dando conta de que o nível de ruído é inferior ao limite tolerável, bem como havia a utilização de EPI eficaz quanto aos demais agentes nocivos. Desse modo, verifica-se que os paradigmas não abrangem os fundamentos do julgado recorrido.

7. O caso dos autos, portanto, é de não conhecimento do incidente.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator. Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5000384-70.2013.4.04.7113

ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

REQUERENTE: SÉRGIO POLONI

PROC./ADV.: JAIME VALDUGA GABBARDO

OAB: RS-37078

REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

VOTO - EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PREVIDENCIÁRIO. TEMPO ESPECIAL. ELETRICISTA AUTÔNOMO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA E DE DEMONSTRAÇÃO DE ENTENDIMENTO DOMINANTE NO STJ. QUESTÕES DE ORDEM 05 E 22. NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, indeferiu pedido de reconhecimento como especial de período de trabalho na qualidade de eletricista autônomo.

2. O aresto combatido não reconheceu como especiais os períodos de trabalho da parte autora na qualidade de eletricista autônomo.

3. A parte autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgados que, em alegada hipótese semelhante, entenderam (i) que a jurisprudência do STJ "é firme no sentido de que o trabalhador que exerce atividade insalubre, ainda que não inscrita em regulamento, mas comprovada por perícia judicial, é devido o benefício de aposentadoria especial." (AgRg no REsp 228832/SC, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, 6ª Turma, j. 13/05/2003); (ii) "devida a concessão de aposentadoria especial quando a perícia médica constata a insalubridade da atividade desenvolvida pela parte segurada, mesmo que não inscrita no Regulamento da Previdência Social (verbete sumular nº 198 do extinto TFR), porque as atividades ali relacionadas são meramente exemplificativas." (STJ, REsp 689195/RJ, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, 5ª Turma, j. 07/06/2005).

4. O incidente não comporta conhecimento. Explico.

5. Inicialmente, verifica-se a ausência de similitude fática entre os julgados recorridos e o precedente do STJ (AgRg no REsp 228832/SC). Isto porque na hipótese fática a perícia foi realizada de forma unilateral pela parte autora, ao passo que o paradigma versa sobre hipótese em que a perícia foi realizada judicialmente. Incidência da Questão de Ordem 22.

6. No que diz respeito ao outro paradigma (REsp 689195/RJ), cabe destacar os termos da Questão de Ordem n. 05 desta TNU, "um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte."

7. No caso dos autos, não é possível reconhecer que o precedente invocado, julgado pela Quinta Turma em 2005, retrate a jurisprudência atual dominante naquela Corte.

8. A hipótese dos autos, portanto, é de não conhecimento do incidente.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator. Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5001355-73.2013.4.04.7204

ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA

REQUERENTE: SÉRGIO MELO DA SILVA

PROC./ADV.: FABRICIO MACHADO

OAB: SC-12245

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. AGENTE NOCIVO RUIDO. ALEGAÇÃO DE COMPROVAÇÃO DA HABITUALIDADE E PERMANÊNCIA DA EXPOSIÇÃO. HIPÓTESE DE REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 42 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo sentença, deixou de reconhecer período de trabalho especial.

2. Preliminarmente, diga-se que a TNU definiu quanto ao conhecimento de incidentes de uniformização que: "um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte" (QO 05); "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido" (QO 13); "é inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles" (QO 18); "se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito" (QO 20); "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma" (QO 22); "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia" (QO 24); "o conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado" (QO 35); "não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual" (Súmula 43); "não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" (Súmula 42).

3. A parte autora sustenta em seu pedido de uniformização que o acórdão recorrido diverge de julgado do STJ (AgRg no Ag 1130765/DF, Rel. Jorge Mussi, j. 16/06/2009), que entendeu que "demonstrada a efetiva exposição a elemento de risco, mediante documentos e formulários específicos, deve ser computado como especial o exercício da atividade na forma da legislação em vigor ao tempo do trabalho desempenhado".

4. No ponto impugnado, a sentença, mantida por seus próprios fundamentos pelo acórdão recorrido, decidiu que: "[...] Como dito, o formulário PPP que instruiu o processo administrativo indica que o autor ficava exposto a cera para polimento 'Polibril' (silicato de alumínio, solvente alifático, carnaúba, silicone); lixa; ruído de 74 decibéis; posturas e movimentos repetitivos, luminosidade e riscos de acidentes.

O PPRA de 2008 conclui que o chapeador faz jus à insalubridade em grau mínimo pela exposição ocasional a graxas, óleos minerais e lubrificantes e, em grau médio, pela exposição permanente ao ruído, devendo ser enquadrado no código 03 para aposentadoria especial aos 25 anos de serviço (evento 1, LAU7, fls. 14 e 16).

O LTCAT de 2013, em sua conclusão, indica que o autor (evento 19, LAU2, fl. 8):

Nestas atividades, fica exposto de modo habitual e ocasional por quarenta e quatro horas semanais a:

- riscos ergonômicos devido ao esforço físico e trabalho em pé;

- riscos químicos: poeiras e tintas;

- a uma luminosidade de 589 lux;

- ao ruído de 89,8 dB(A). Ruído ocasional. (grifos nossos).

O laudo afirma que: ... Estas atividades são consideradas especiais para efeitos de aposentadoria devido a exposição de modo ocasional ao ruído acima de 85 dB(A), com uso eventual de protetor auricular a exposição do trabalhador a estes níveis de ruído de modo habitual e ocasional é prejudicial a saúde do trabalhador (evento19, LAU2, fl. 9).

Extraí-se do laudo, outrossim, o seguinte: Analisamos os riscos a que os trabalhadores estão expostos e avaliados segundo as NR's, concluímos que a atividade de Chapeador é insalubridade em grau moderado (20% do salário mínimo) por exposição de modo habitual e ocasional a ruído, poeiras, tinta, mas fornece EPI's que minimizam os efeitos dos riscos físicos e químicos. grifei. (evento 19, LAU2, fl. 12).

Como se vê, os formulários PPP, o PPPRA e o LTCAT anexados aos autos não comprovam que a exposição aos agentes nocivos é habitual e permanente, pelo contrário, denotam que o contato do obreiro com os agentes acima era ocasional." (grifos no original)

5. No caso em análise, ocorre a incidência da Súmula 42, uma vez que a adequação do julgado recorrido ao caso paradigma exigiria necessariamente o revolvimento do contexto fático probatório.

6. A hipótese dos autos, portanto, é de não conhecimento do incidente.

### ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator. Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5001441-44.2013.4.04.7204

ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA

REQUERENTE: CELSO DAROS

PROC./ADV.: FABRICIO MACHADO

OAB: SC-12245

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. AGENTE NOCIVO RUIDO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONFORMIDADE COM JURISPRUDÊNCIA DA TNU. QUESTÃO DE ORDEM 13. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que deixou de reconhecer período de trabalho especial.

2. Preliminarmente, diga-se que a TNU definiu quanto ao conhecimento de incidentes de uniformização que: "um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte" (QO 05); "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido" (QO 13); "é inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles" (QO 18); "se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito" (QO 20); "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma" (QO 22); "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia" (QO 24); "o conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado" (QO 35); "não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual" (Súmula 43); "não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" (Súmula 42).

3. O incidente não comporta conhecimento. Explico.

4. A parte autora sustenta em seu pedido de uniformização que o acórdão recorrido diverge de julgado do STJ (AgRg no Ag 1130765/DF, Rel. Jorge Mussi, j. 16/06/2009), que entendeu que "demonstrada a efetiva exposição a elemento de risco, mediante documentos e formulários específicos, deve ser computado como especial o exercício da atividade na forma da legislação em vigor ao tempo do trabalho desempenhado".

5. No ponto impugnado, o acórdão recorrido decidiu que:

"O autor juntou a os autos PPP emitido pela J Elétrica Ltda. ME (evento 1, PROCADM6, fls. 35-37), o qual dá conta de que, no interregno em exame, laborava como eletricitista, exposto a ruído de 90 decibéis, realizando manutenção corretiva e preventiva em máquinas e equipamento diversos.

[...]

O Superior Tribunal de Justiça, em julgamento de Incidente de Uniformização de Jurisprudência, decidiu que a análise das condições prejudiciais à saúde do segurado deve obedecer a lei vigente na época em que o trabalhador esteve exposto ao agente nocivo, no caso ruído. In verbis:

REVIDENCIÁRIO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ÍNDICE MÍNIMO DE RUIDO A SER CONSIDERADO PARA FINS DE CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. APLICAÇÃO RETROATIVA DO ÍNDICE SUPERIOR A 85 DECIBÉIS PREVISTO NO DECRETO N. 4.882/2003. IMPOSSIBILIDADE. TEMPUS REGIT ACTUM. INCIDÊNCIA DO ÍNDICE SUPERIOR A 90 DECIBÉIS NA VIGÊNCIA DO DECRETO N. 2.172/97. ENTENDIMENTO DA TNU EM DESCOMPASSO COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE SUPERIOR.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto pelo INSS contra acórdão da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais que fez incidir ao caso o novo texto do enunciado n. 32/TNU: O tempo de trabalho laborado com exposição a ruído é considerado especial, para fins de conversão em comum, nos seguintes níveis: superior a 80 decibéis, na vigência do Decreto n. 53.831/64 e, a contar de 5 de março de 1997, superior a 85 decibéis, por força da edição do Decreto n. 4.882, de 18 de novembro de 2003, quando a Administração Pública reconheceu e declarou a nocividade à saúde de tal índice de ruído. 2. A contagem do tempo de trabalho de forma mais favorável àquele que esteve submetido a condições prejudiciais à saúde deve obedecer a lei vigente na época em que o trabalhador esteve exposto ao agente nocivo, no caso ruído. Assim, na vigência do Decreto n. 2.172, de 5 de março de 1997, o nível de ruído a caracterizar o direito à contagem do tempo de trabalho como especial deve ser superior a 90 decibéis, só sendo admitida a redução para 85 decibéis após a entrada em vigor do Decreto n. 4.882, de 18 de novembro de 2003. Precedentes: AgRg nos EREsp 1157707/RS, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Corte Especial, DJe 29/05/2013; AgRg no REsp 1326237/SC, Rel. Min. Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 13/05/2013; REsp 1365898/RS, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 17/04/2013; AgRg no REsp 1263023/SC, Rel. Min. Gilson Dipp, Quinta Turma, DJe 24/05/2012; e AgRg no REsp 1146243/RS, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJe 12/03/2012. 3. Incidente de uniformização provido. (STJ, PET 9059, rel. Min. Benedito Gonçalves, publicado em 09.09.2013)

No caso dos autos, portanto, tendo o autor trabalhado exposto a níveis de ruído superiores aos de tolerância após 18-11-2003, entendendo cabível a conversão do período compreendido entre 19-11-2003 e 20-10-2004." (grifei)

6. O acórdão recorrido está em sintonia com a atual jurisprudência desta TNU, conforme examinado no PEDILEF nº 5002543-81.2011.4.04.7201, de relatoria da Juíza Federal Kyu Soon Lee, julgado em 17/10/2014, do qual extraio alguns trechos das razões de decidir que considero elucidativos e aplicáveis ao caso ora em comento:

"9. No tocante ao agente nocivo ruído, caracteriza-se como agente agressivo à saúde a exposição a locais de trabalho com ruídos acima de 80 decibéis, para as atividades exercidas até 05/03/97, e a partir desta data acima de 90 decibéis. Com o advento do Decreto nº 4882/2003, o limite mínimo de ruído passou a ser estabelecido em 85 decibéis. Para abraçar este entendimento, na sessão de 09.10.03, a Súmula nº 32 da TNU foi cancelada.

10. Deveras, julgando Incidente de Uniformização de Jurisprudência, o Colendo STJ decidiu que:

PREVIDENCIÁRIO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ÍNDICE MÍNIMO DE RUIDO A SER CONSIDERADO PARA FINS DE CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. APLICAÇÃO RETROATIVA DO ÍNDICE SUPERIOR A 85 DECIBÉIS PREVISTO NO DECRETO N. 4.882/2003. IMPOSSIBILIDADE. TEMPUS REGIT ACTUM. INCIDÊNCIA DO ÍNDICE SUPERIOR A 90 DECIBÉIS NA VIGÊNCIA DO DECRETO N. 2.172/97. ENTENDIMENTO DA TNU EM DESCOMPASSO COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE SUPERIOR.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto pelo INSS contra acórdão da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais que fez incidir ao caso o novo texto do enunciado n. 32/TNU: O tempo de trabalho laborado com exposição a ruído é considerado especial, para fins de conversão em comum, nos seguintes níveis: superior a 80 decibéis, na vigência do Decreto n. 53.831/64 e, a contar de 5 de março de 1997, superior a 85 decibéis, por força da edição do Decreto n. 4.882, de 18 de novembro de 2003, quando a Administração Pública reconheceu e declarou a nocividade à saúde de tal índice de ruído.

2. A contagem do tempo de trabalho de forma mais favorável àquele que esteve submetido a condições prejudiciais à saúde deve obedecer a lei vigente na época em que o trabalhador esteve exposto ao agente nocivo, no caso ruído. Assim, na vigência do Decreto n. 2.172, de 5 de março de 1997, o nível de ruído a caracterizar o direito à contagem do tempo de trabalho como especial deve ser superior a 90 decibéis, só sendo admitida a redução para 85 decibéis após a entrada em vigor do Decreto n. 4.882, de 18 de novembro de 2003. Precedentes: AgRg nos EREsp 1157707/RS, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Corte Especial, DJe 29/05/2013; AgRg no REsp 1326237/SC, Rel. Min. Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 13/05/2013; REsp 1365898/RS, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 17/04/2013; AgRg no REsp 1263023/SC, Rel. Min. Gilson Dipp, Quinta Turma, DJe 24/05/2012; e AgRg no REsp 1146243/RS, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJe 12/03/2012.

3. Incidente de uniformização provido. (Pet 9059/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/08/2013, DJe 09/09/2013)." (grifei).

7. Incidência da Questão de Ordem nº 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

8. A hipótese dos autos, portanto, é de não conhecimento do incidente.

### ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator. Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5002006-45.2012.4.04.7009

ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

REQUERENTE: EMILIO BUENO DA SILVA

PROC./ADV.: CLÁUDIO ITO

OAB: PR-47606

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. MOTORISTA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo sentença, deixou de reconhecer período de trabalho especial.

2. Preliminarmente, diga-se que a TNU definiu quanto ao conhecimento de incidentes de uniformização que: "um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte" (QO 05); "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido" (QO 13); "é inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles" (QO 18); "se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito" (QO 20); "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma" (QO 22); "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia" (QO 24); "o conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado" (QO 35); "não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual" (Súmula 43); "não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" (Súmula 42).

3. A parte autora sustenta que o acórdão recorrido diverge de julgados do STJ que entenderam: (i) pela inexigibilidade de laudo pericial; (ii) que a atividade de "motorista de caminhão de cargas" exercida até a vigência da Lei n. 9.032/95 é presumidamente especial.

4. No ponto impugnado, a sentença, mantida por seus próprios fundamentos, decidiu que:

"[...] 01/01/1972 a 22/01/1974, na função de servente, na empresa Iguaçu Celulose Papel S/A;

Para comprovação da especialidade do labor, o autor acostou aos autos a CTPS do evento 1 (CTPS11), que demonstra que o autor trabalhou na função de servente no período.

O formulário acostado pelo autor (LAU17) dá conta de que o autor exercia a função de ajudante no carregamento de caminhões, de forma manual, sem especificar agentes agressivos.

Não obstante a nomenclatura da atividade se pareça com a do ajudante de caminhão, a insalubridade da atividade desse profissional decorre do fato de estar sujeito às intempéries da estrada, tal como os motoristas de caminhão. Ao contrário, ao que tudo indica, a atividade do autor ocorre quando o caminhão está estacionado no local de trabalho. Como visto acima, essa profissão não pode ser equiparada a dos estivadores. E o formulário juntado sequer descreve a existência de agentes agressivos, tais como aqueles mencionados na inicial. Portanto, a atividade não deve ser considerada insalubre.

- 01/10/1976 a 30/04/1977, na função de servente, na empresa Iguaçu Celulose Papel S/A;

Para comprovação da especialidade do labor, o autor acostou aos autos a CTPS do evento 1 (CTPS12), que demonstra que o autor trabalhou na função de servente no período.

Segundo o formulário acostado no evento 1, LAU18, nesse período específico, o autor era responsável pela limpeza em geral do setor de produção/transporte. Há indicação dos agentes agressivos ruído e calor, porém resta claro que esses agentes incidiram no período em que o autor exerceu a atividade de motorista, pois o ruído provém do motor do veículo, assim como o calor decorrente do labor.

Para o período em que executou atividades de limpeza, não vislumbro insalubridade a ser reconhecida.

- 14/01/1992 a 30/04/1995, na função de ajudante florestal, na empresa Florestal Tangará S/A;



Para comprovação da especialidade do labor, o autor acostou aos autos a CTPS do evento 1 (CTPS16), que demonstra que o autor trabalhou na função de ajudante florestal. O autor executou no período de 14/01/1992 a 30/10/1992 serviços de roçadas, plantio de mudas e coroaamento de pinus. No período de 01/11/1992 a 30/04/1995, o autor realizava carga e descarga de caminhões, o que, como visto acima, não pode ser equiparado ao de ajudante de caminhão.

Não há indicação de quaisquer agentes agressivos e a atividade não está inserida em nenhum dos itens dos decretos 53.831/64 ou 83.080/79 (evento 1, LAU19). Portanto, não pode ser considerada insalubre a atividade." (grifei)

5. Conforme se observa do decidido nas instâncias anteriores, o fundamento para o indeferimento decorreu da análise dos documentos apresentados pela parte autora, não tendo sido exigido laudo pericial, razão pela qual inexistiu similitude fático-jurídica entre o acórdão recorrido e o paradigma que dispensa a apresentação do laudo técnico (Questão de Ordem 22).

6. Quanto ao paradigma que versa sobre a presunção da especialidade da atividade "motorista de caminhão", verifica-se que a adequação do julgado recorrido ao caso paradigma exigiria necessariamente o revolvimento do contexto fático probatório, pois, em princípio, conforme a decisão recorrida, a atividade da parte autora é a de servente/carregador de caminhão (Súmula 42 da TNU).

7. A hipótese dos autos, portanto, é de não conhecimento do incidente.

### ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator. Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5002193-50.2012.4.04.7204  
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA  
REQUERENTE: DÍSIONIR CESAR DA SILVA  
PROC./ADV.: FABRICIO MACHADO  
OAB: SC-12245  
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. ATIVIDADE ESPECIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. QUESTÃO DE ORDEM 22. PARADIGMA DO TRF. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que não reconheceu o período de trabalho especial de 01/03/1999 a 17/01/2000.

2. O aresto combatido não reconheceu a natureza especial do período ora vindicado, por entender necessária a apresentação do laudo técnico ambiental, uma vez que o PPP não indica o responsável pelos registros ambientais.

3. A parte autora sustenta em seu pedido de uniformização que o acórdão recorrido diverge de julgado do STJ (AgRg no Ag 1130765/DF, Rel. Jorge Mussi, j. 16/06/2009), que entendeu que "demonstrada a efetiva exposição a elemento de risco, mediante documentos e formulários específicos, deve ser computado como especial o exercício da atividade na forma da legislação em vigor ao tempo do trabalho desempenhado", bem como de julgado do TRF 3ª Região que determina a fixação da DIB na DER.

4. O incidente não comporta conhecimento. Explico.

5. Inicialmente, no que diz respeito à fixação da DIB na DER, o pedido não merece conhecimento, uma vez que a Lei n. 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º).

6. Isto porque que a alegação de divergência com acórdãos de turmas de Tribunal Regional Federal não constitui hipótese de cabimento do incidente previsto no artigo 14, parágrafo 2º da Lei 10.259/2001. Desse modo, não conheço do paradigma consistente em julgado proferido pelo TRF da 3ª Região.

7. Quanto ao pedido de reconhecimento da especialidade do período de 01/03/1999 a 17/01/2000, o paradigma do STJ não serve para embasar a divergência jurisprudencial.

8. No acórdão recorrido, a Turma Recursal de origem não reconheceu as condições especiais da atividade da parte autora no período ora vindicado, sob os seguintes fundamentos:

"[...] Quanto à ausência de laudo ambiental, entendo ser o PPP prova suficiente de insalubridade apenas quando há indicação de responsável pelos registros ambientais. Em se tratando de exposição a agentes insalubres, é ineficaz a oitiva de testemunhas. A comprovação efetiva de exposição a qualquer agente nocivo a partir de 06.03.97 só se dá mediante prova de análise técnico-ambiental."

9. O paradigma do STJ versa sobre a possibilidade de reconhecimento da insalubridade da atividade quando apresentadas as provas técnicas hábeis à demonstração da especialidade.

10. No caso em análise, o acórdão recorrido se fundamentou na indispensabilidade do LTCAT, uma vez que o PPP possui lacunas, de modo que não se vislumbra a alegada divergência.

11. Desse modo, não há a similitude fática a permitir o conhecimento do presente incidente de uniformização, uma vez que não se partiu do mesmo fato (de mesma natureza) para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente), mas sim partiram os órgãos julgadores, nos casos citados, de fatos diversos, de modo que não há como compararem-se os julgamentos, para efeito de interposição do presente incidente de uniformização.

12. Incidência da Questão de Ordem 22, mutatis mutandis: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".

13. A hipótese dos autos é de não conhecimento do incidente.

### ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator. Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5002702-17.2013.4.04.7213  
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA  
REQUERENTE: VALDEMIRO ENDER  
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK  
OAB: SC-13520  
PROC./ADV.: SAYLES RODRIGO SCHUTZ  
OAB: SC-15426  
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. AGENTE NÓCIVO RUÍDO. ALEGAÇÃO DE COMPROVAÇÃO DA HABITUALIDADE E PERMANÊNCIA DA EXPOSIÇÃO. HIPÓTESE DE REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 42 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo sentença, deixou de reconhecer período de trabalho especial.

2. Preliminarmente, diga-se que a TNU definiu quanto ao conhecimento de incidentes de uniformização que: "um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte" (QO 05); "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido" (QO 13); "é inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles" (QO 18); "se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito" (QO 20); "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma" (QO 22); "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia" (QO 24); "o conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado" (QO 35); "não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual" (Súmula 43); "não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" (Súmula 42).

3. A parte autora sustenta em seu pedido de uniformização que o acórdão recorrido diverge de julgado do STJ (REsp 373.999/RJ, Rel. Jorge Scartezzini, j. 17/10/2002), que entendeu que "somente com o advento da Lei 9.732/98, foi exigida a apresentação de laudo técnico das condições ambientais do trabalho, para a comprovação da efetiva exposição do segurado aos agentes nocivos".

4. No ponto impugnado, a sentença, mantida por seus próprios fundamentos pelo acórdão recorrido, decidiu que:

"[...] Período de 01.07.1994 até 15.09.2006 - Augustinho Bogo ME: de acordo com as informações inseridas na CTPS e no formulário (evento 1, PPP16), o autor exerceu nesse período a função de mecânico. O formulário registra a presença dos agentes nocivos ruído, com intensidade entre 81,6 e 106 dB(A) e graxa. Todavia, o documento consigna que as informações foram baseadas no relato do empregador.

Foi designada perícia judicial, na qual o expert registra a presença dos agentes nocivos ruído, na intensidade de 76,5 dB(A), gases tóxicos, bem como a presença de óleos e graxas, sendo que o contato direto seria apenas com a graxa. A exposição a tais agentes nocivos ocorreria de modo habitual e intermitente. O exame pericial registra, ainda, a presença eventual e intermitente dos agentes nocivos poeiras minerais, fumos metálicos, radiações não ionizante e infravermelha e thinner, quando da realização eventual da etapa de chapeação e pintura.

No caso concreto, considero, pois, que havia exposição habitual e intermitente (não permanente) aos efeitos dos derivados dos hidrocarbonetos, o que autoriza o reconhecimento da especialidade das atividades desempenhadas no período de 01.07.1994 até 28.04.1995. Por fim, destaco que, até 28.04.1995, o reconhecimento da especialidade não requer a exposição permanente, bastando que seja habitual e intermitente. Nesse sentido é a Súmula 49 da Turma Nacional de Uniformização.'

Saliento, quanto ao período posterior a 28-04-1995, que o laudo juntado no evento 31, LAU1, fl. 17 dá conta de que 'as graxas são utilizadas em determinadas etapas do trabalho, bem como os óleos são trocados quando necessário nos veículos', o que leva à conclusão de que, de fato, o contato com os agentes agressivos era intermitente, de modo que incabível a conversão do período posterior a 28-04-1995." (grifei)

5. No caso em análise, ocorre a incidência da Súmula 42, uma vez que a adequação do julgado recorrido ao caso paradigma exigiria necessariamente o revolvimento do contexto fático probatório.

6. A hipótese dos autos, portanto, é de não conhecimento do incidente.

### ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator. Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5002841-45.2012.4.04.7102  
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL  
REQUERENTE: SUCESSÃO DE JOCELEM DOS SANTOS MAZZOLENI  
PROC./ADV.: HELENA MARIA HAAS  
OAB: RS-42224  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. VIGILANTE. PERDA DO OBJETO. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual a parte autora pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, em sede de adequação, deixou de reconhecer as condições especiais do exercício da atividade profissional de vigilante após 05/03/1997.

2. A parte autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado(s) paradigma(s) que, em alegada(s) hipótese(s) semelhante(s), entendeu(ram) ser cabível a contagem de período posterior à prolação da sentença.

3. O incidente não comporta conhecimento.

4. É que, em atendimento a despacho proferido pela Presidência na origem, a relatoria proferiu novo acórdão, em juízo de adequação, entendendo ser possível, em tese, a contagem de período posterior à DER, superando a questão do incidente.

5. Todavia, a improcedência do pedido de reconhecimento da especialidade da atividade posterior à DER se deu em razão de entendimento segundo o qual a atividade de vigilante não poderia ser considerado especial após o Decreto n. 2.172/97.

6. Instada a se manifestar após a prolação do novo acórdão, a parte autora apenas ratificou o incidente anteriormente apresentado, sem aduzir novos argumentos.

7. Desse modo, resta sem objeto o presente incidente, uma vez que, tendo sido admitida a contagem de período posterior à DER pelo novo acórdão, as razões que levaram à improcedência do pedido não foram impugnadas de forma específica, restando ausente a demonstração de divergência jurisprudencial.

8. A hipótese dos autos é de não conhecimento do incidente.

### ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator. Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5002886-31.2012.4.04.7011  
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ  
REQUERENTE: SILVANO SOUZA SANTOS  
PROC./ADV.: IZAURA LISBOA RAMOS  
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. MOTORISTA. HIPÓTESE DE REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 42 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo sentença, deixou de reconhecer período de trabalho especial.

2. Preliminarmente, diga-se que a TNU definiu quanto ao conhecimento de incidentes de uniformização que: "um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte" (QO 05); "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido" (QO 13); "é inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles" (QO 18); "se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito" (QO 20); "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma" (QO 22); "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia" (QO 24); "o conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado" (QO 35); "não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual" (Súmula 43); "não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" (Súmula 42).

3. Inicialmente, não devem ser conhecidos os paradigmas oriundos dos TRFs. Isto porque a Lei n. 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º). Desse modo, a alegação de divergência com acórdãos de turmas de Tribunal Regional Federal não constitui hipótese de cabimento do incidente previsto no artigo 14, parágrafo 2º da Lei 10.259/2001.

4. Quanto aos demais paradigmas, a parte autora sustenta que o acórdão recorrido diverge de julgados que entenderam: (i) pela possibilidade de conversão de tempo especial em comum ante a comprovação da especialidade pela mera anotação na CTPS da atividade de "motorista"; (ii) que é suficiente para a comprovação da especialidade a demonstração da sujeição à insalubridade decorrente do contato habitual e permanente em face da exposição ao agente nocivo.

5. No ponto impugnado, o acórdão recorrido decidiu que: "[...] d) períodos posteriores a 28.04.1995: Já em relação aos períodos posteriores a 28.04.1995, quais sejam, 28.04.1995 a 08.01.2007, 14.03.2007 a 23.06.2007 e 01.04.2009 a 05.03.2012, em que não mais é possível o enquadramento por categoria profissional, vejo que o autor não apresentou laudo pericial a fim de comprovar sua efetiva exposição a agentes nocivos nos referidos lapsos, e os PPPs juntados (evento 09) nada mencionam. Desse modo, não é possível o reconhecimento da especialidade da atividade exercida pelo autor nesses interregnos." (grifei)

6. Conforme se observa do acórdão recorrido, os documentos apresentados pela parte autora não são hábeis a comprovar a especialidade da atividade de "motorista", de modo que a adequação do julgado recorrido ao caso paradigma exigiria necessariamente o revolvimento do contexto fático probatório. Acresça-se que, no que diz respeito aos períodos posteriores à Lei n. 9.032/95, necessária a comprovação do contato, habitual e permanente, com agentes nocivos à saúde, não sendo possível o simples enquadramento por categoria profissional, como indicado em um dos paradigmas.

7. Incidência da Súmula 42 da TNU.

8. A hipótese dos autos, portanto, é de não conhecimento do incidente.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator. Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5003356-16.2013.4.04.7209  
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA  
REQUERENTE: MÁRIA DE LOURDES RODRIGUES  
PROC./ADV.: ELIZABETE A. SIEGEL BARBOSA  
OAB: SC 12.374  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE URBANA. PERÍODO DE LABOR RURAL ANTERIOR AO ADVENTO

DA LEI 8.213/91. CÔMPUTO PARA EFEITO DE CARÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 24 DA TNU. QUESTÃO DE ORDEM 13. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, reformando a sentença, excluiu do cômputo do período de carência o tempo de serviço como segurado especial anterior ao advento da Lei n. 8.213/91.

2. A parte autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado(s) paradigma(s) que, em alegada(s) hipótese(s) semelhante(s), entendeu(ram) ser possível o cômputo do período de labor rural anterior à vigência da Lei n. 8.213/91 para efeito de carência, ante a inexistência de recolhimento de contribuições para segurados especiais antes da mencionada lei.

3. O incidente não comporta conhecimento.

4. Isto porque o acórdão recorrido está em sintonia com a jurisprudência desta TNU, consolidada na Súmula n. 24 ("O tempo de serviço do segurado trabalhador rural anterior ao advento da Lei nº 8.213/91, sem o recolhimento de contribuições previdenciárias, pode ser considerado para a concessão de benefício previdenciário do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), exceto para efeito de carência, conforme a regra do art. 55, §2º, da Lei nº 8.213/91."), e do STJ, no sentido da impossibilidade de cômputo do tempo serviço rural, prestado anteriormente à vigência da Lei 8.213/91, para efeitos de carência.

5. Incidência da Questão de Ordem nº 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

6. A hipótese dos autos, portanto, é de não conhecimento do incidente.

#### ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator. Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5003415-46.2013.4.04.7001  
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ  
REQUERENTE: SEVERINO DE OLIVEIRA  
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES  
OAB: PR-16716  
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA  
VOTO- EMENTA  
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. PROVA EMPRESTADA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA E MATÉRIA PROCESSUAL. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, indeferiu a contagem como especial de períodos de trabalho exercidos pela parte requerente.

2. A parte autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgados que, em alegadas hipóteses semelhantes, entenderam pelo cabimento do uso de "prova emprestada".

3. O incidente, porém, não comporta conhecimento. Explico.

4. Quanto ao ponto impugnado, a Turma Recursal decidiu que: "[...] Considerando que se trata de empresa que encerrou as suas atividades ainda há muitos anos, não há possibilidade de realização de perícia técnica para avaliar o nível de ruído ou quantidade de poeira a que o autor estava exposto, no decorrer da jornada laboral.

A parte autora requereu, ainda, a utilização de prova emprestada, ou seja, de laudo técnico da empresa 'Indústrias Carambeí S/A', informando que se trata de empresa similar.

Entretanto, a similaridade entre as empresas não restou comprovada. Ao contrário, através do ofício apresentado em 03/07/2012 (evento nº 26), a Braswey S/A informou que: '3.1. As atividades das duas empresas eram distintas. A Braswey atuava apenas no beneficiamento das fibras de rami, ou seja, descorticação através da usina de Gaviãozinho e amaciamento, batimento e limpeza através das usinas de Londrina e Cambé, não caracterizando atividade industrial. Já a Carambeí, que na época possuía um grande complexo industrial, atuava como indústria têxtil, visto que além da etapa de beneficiamento, procedia a industrialização das fibras de rami.' (grifei).

A informação pode ser confirmada através do laudo da Indústria Carambeí S/A, em que se verifica que, nesta indústria têxtil, o rami era recebido em fardos, movimentado através de pontes rolantes e colocado em tanques, onde recebia produtos químicos. No setor 'stamper' existiam três máquinas que realizavam a lavagem, amaciamento e retirada do excesso de umidade. O rami ainda passava por secadores que utilizavam vapor no processo, antes de chegar ao setor de limpeza de amaciamento.

Os documentos apresentados comprovam que, embora as empresas Braswey e Carambeí realizassem beneficiamento de rami, ambas atuavam de formas muito distintas, não havendo o que se falar em similaridade e prova emprestada."

5. Do cotejo entre o acórdão combatido e o julgado paradigma observe-se que não está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ausência de similitude fática e jurídica.

6. É que no paradigma oriundo do STJ (AgRg no RESP. 1057741/ES), embora se trate de prova emprestada, nele não se discute a questão essencial da recusa da validade da prova emprestada apresentada pela parte autora: a prova refere-se a outra empregadora e não há similaridade entre as atividades das empresas.

7. Portanto, não há a similitude fática a permitir o conhecimento do presente incidente de uniformização, uma vez que não se partiu do mesmo fato (de mesma natureza) para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente), mas sim partiram os órgãos julgadores, nos casos citados, de fatos diversos, de modo que não como compararem-se os julgamentos, para efeito de interposição do presente incidente de uniformização.

8. Ademais, a validade de uso de prova emprestada vincula-se ao direito processual, cujo exame no âmbito do incidente de uniformização é rejeitado (Súmula 43 da TNU).

9. A hipótese dos autos, portanto, é de não conhecimento do incidente.

#### ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator. Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5003646-04.2012.4.04.7100  
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL  
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO(A): NILO DA ROSA MELO  
PROC./ADV.: DIRCEU M. RODRIGUES  
OAB: RS-34 637  
PROC./ADV.: TIAGO SOARES ALMEIDA  
OAB: RS-84749  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. VIGILANTE ARMADO. PERICULOSIDADE. PERÍODO POSTERIOR AO DECRETO 2.172/97. RECONHECIMENTO CABIVEL. ROL DE AGENTES NOCIVOS. CARÁTER EXEMPLIFICATIVO. RECURSO REPETITIVO DO STJ. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM 13. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual o INSS pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que reconheceu as condições especiais do exercício da atividade profissional de vigilante após 05/03/1997.

2. Preliminarmente, diga-se que a TNU definiu quanto ao conhecimento de incidentes de uniformização que: "um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte" (QO 05); "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido" (QO 13); "é inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles" (QO 18); "se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito" (QO 20); "é possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma" (QO 22); "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia" (QO 24); "o conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado" (QO 35); "não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual" (Súmula 43); "não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" (Súmula 42).

3. No ponto impugnado, o aresto combatido considerou que estava presente o requisito ao reconhecimento da especialidade no exercício da função de vigilante, fundamentando-se em julgado que considerou que as normas regulamentadoras que estabelecem os casos de agentes e atividades nocivos à saúde do trabalhador são exemplificativas, de modo que, em havendo prova suficiente do exercício de atividade periculosa, inclusive com o uso de arma do fogo, deve ser reconhecida como especial.

4. O INSS sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado(s) paradigma(s) que, em alegada(s) hipótese(s) semelhante(s), entendeu(ram) ser incabível o reconhecimento como especial, após o advento do Decreto nº 2.172/97, da atividade de vigilante.

5. Incidência da Questão de Ordem 13, uma vez que o entendimento defendido no paradigma está contrário à posição hodierna desta TNU, que alinhando sua posição à do STJ, firmou entendimento no sentido



de que "é possível o reconhecimento de tempo especial prestado com exposição a agente nocivo periculosidade, na atividade de vigilante, em data posterior a 05/03/1997, desde que laudo técnico (ou elemento material equivalente) comprove a permanente exposição à atividade nociva" (PEDILEF 5007749-73.2011.4.04.7105, rel. Juiz Federal Daniel Machado da Rocha, j. 11.09.2015).

6. A hipótese dos autos é de não conhecimento do incidente.

#### ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator.

Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5004098-20.2012.4.04.7001  
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ  
REQUERENTE: UBALDO DE LIMA CARDOSO  
PROC./ADV.: CLAUDINEI CONTO  
OAB: PR-41 592  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. ACÓRDÃO PARADIGMA ORIUNDO DE TRF E ARGUIÇÃO DE MATÉRIA PROCESSUAL. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que deixou de reconhecer a especialidade de atividade com exposição a ruído.
2. A parte autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado(s) que, em alegada(s) hipótese(s) semelhante(s), entende(ram) pelo reconhecimento da especialidade da atividade, bem como pela ocorrência de cerceamento de defesa.
3. O incidente não comporta conhecimento.
4. A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º).
5. Isto porque que a alegação de divergência com acórdãos de turmas de Tribunal Regional Federal não constitui hipótese de cabimento do incidente previsto no artigo 14, parágrafo 2º da Lei 10.259/2001. Desse modo, não conheço dos paradigmas consistentes em julgados proferidos pelos TRFs da Justiça Federal.
6. É, portanto, manifestamente inadmissível o presente incidente, por desatendimento a requisito previsto no art. 14 da Lei nº 10.259/2001 c/c art. 6º do RI/TNU, uma vez que apresenta como paradigma julgado oriundo de Turma de TRF e/ou de Turma Recursal integrante da mesma Região da Justiça Federal da qual proveio o acórdão recorrido.
7. Por último, também não deve ser conhecido o pedido de nulidade por cerceamento de defesa, em razão do indeferimento de perícia no local de trabalho.
8. Isto porque, nos termos do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, o incidente de uniformização de jurisprudência, no âmbito dos juizados especiais federais, somente é cabível para dirimir divergências entre decisões sobre questões de direito material, o que não é o caso da divergência alegada, questão eminentemente de direito processual.
9. Como cediço, as regras de direito material são aquelas que regulam o convívio social e normatizam as relações entre os sujeitos de direito, atribuindo-lhes direitos e obrigações relativas aos diversos bens da vida. Em contrapartida, as regras de direito processual definem os meios para provocação e exercício da atividade jurisdicional. A matéria versada neste incidente, é eminentemente processual, não podendo ser conhecida na estreita via da uniformização, limitada ao direito material.
10. Aplicação da Súmula 43 desta TNU: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".
11. ISTO POSTO, não conheço do presente pedido de uniformização, com fulcro no art. 9º, IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais (Resolução CJF n. 345/2015).

#### ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator.

Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5004437-19.2012.4.04.7117  
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL  
REQUERENTE: ILAIDES KURTZ  
PROC./ADV.: ELIANE BALBINOTTE PIVOTTO  
OAB: RS-65818  
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. TEMPO DE ATIVIDADE ESPECIAL. EXPOSIÇÃO A RUÍDO. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 13 DESTA TNU. NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, deixou de reconhecer as condições especiais no exercício de atividade profissional.
2. O aresto combatido deixou de reconhecer as condições especiais do período de 09/05/2005 a 25/08/2011, em face da exposição ao agente ruído em nível abaixo do tolerável.
3. A parte autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado do STJ que, em alegadas hipóteses semelhantes, entendeu que, "na vigência do Decreto n. 2.172, de 5 de março de 1997, o nível de ruído a caracterizar o direito à contagem do tempo de trabalho, como especial deve ser superior a 90 decibéis, só sendo admitida a redução para 85 decibéis após a entrada em vigor do Decreto n. 4.882, de 18 de novembro de 2003".
4. O incidente não comporta conhecimento.
5. Isto porque o acórdão recorrido está em sintonia com a jurisprudência desta TNU (Questão de Ordem nº 13/TNU).
6. No acórdão recorrido, a Turma Recursal de origem reconheceu as condições especiais da atividade da parte autora, sob os seguintes fundamentos:  
"[...] Requer a recorrente o reconhecimento da atividade especial no intervalo de 09/05/05 a 25/08/11 junto à Cooperativa Regional Sana-duva de Carnes e Derivados. No período em questão, a autora exerceu a função de servente no setor 'embalagem transformados', ocasião em que suas tarefas consistiam em 'efetuar o fechamento de embalagens na máquina a vácuo, efetuar banho de encolhimento de embalagem, colocar alças nos salames e copas, cortar bacon, embalar linguiças a vácuo, embalar e estourar salames, efetuar a limpeza do local de forma rotativa, efetuar a defumação de produtos, retirando e colocando em salas específicas'; bem como no setor 'Elaboração de Carnes': 'efetuar limpeza e desossa de carnes para fins específicos'. De acordo com o PPP (1 - PROCADM2, fls. 12/13), havia exposição a ruído de 72,6 a 92 decibéis. Já o laudo da empresa traz informações mais específicas acerca da exposição a ruído nos setores avaliados. Assim, no setor 'embalagem transformados', a média ponderada atingiu 84,4 decibéis (1 - PROCADM6, fl. 4); por outro lado, no setor 'elaboração de carnes', as médias foram de 83,1 e 85 dB(A), conforme o laudo (1 - PROCADM7, fl. 11). Sabe-se que a média ponderada de ruído deve prevalecer sobre a média aritmética simples, que apenas será considerada ante a impossibilidade de apuração daquela, mais específica e fidedigna.  
Portanto, considerando que em nenhum dos casos foi verificada a média ponderada de ruído acima de 85 decibéis no exercício da atividade laboral, fica confirmada a sentença que deixou de reconhecer o tempo especial". (grifei)
7. Veja-se que o acórdão encontra-se em harmonia com a posição da TNU, examinada no PEDILEF nº 5002543-81.2011.4.04.7201, de relatoria da Juíza Federal Kyu Soon Lee, julgado em 17/10/2014:  
"9. No tocante ao agente nocivo ruído, caracteriza-se como agente agressivo à saúde a exposição a locais de trabalho com ruídos acima de 80 decibéis, para as atividades exercidas até 05/03/97, e a partir desta data acima de 90 decibéis. Com o advento do Decreto nº 4882/2003, o limite mínimo de ruído passou a ser estabelecido em 85 decibéis. Para abraçar este entendimento, na sessão de 09.10.03, a Súmula nº 32 da TNU foi cancelada.
10. Deveras, julgando Incidente de Uniformização de Jurisprudência, o Colendo STJ decidiu que:

PREVIDENCIÁRIO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ÍNDICE MÍNIMO DE RUÍDO A SER CONSIDERADO PARA FINS DE CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. APLICAÇÃO RETROATIVA DO ÍNDICE SUPERIOR A 85 DECIBÉIS PREVISTO NO DECRETO N. 4.882/2003. IMPOSSIBILIDADE. TEMPUS REGIT ACTUM. INCIDÊNCIA DO ÍNDICE SUPERIOR A 90 DECIBÉIS NA VIGÊNCIA DO DECRETO N. 2.172/97. ENTENDIMENTO DA TNU EM DESCOMPASSO COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE SUPERIOR.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto pelo INSS contra acórdão da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais que fez incidir ao caso o novo texto do enunciado n. 32/TNU: O tempo de trabalho laborado com exposição a ruído é considerado especial, para fins de conversão em comum, nos seguintes níveis: superior a 80 decibéis, na vigência do Decreto n. 53.831/64 e, a contar de 5 de março de 1997, superior a 85 decibéis, por força da edição do Decreto n. 4.882, de 18 de novembro de 2003, quando a Administração Pública reconheceu e declarou a nocividade à saúde de tal índice de ruído.
2. A contagem do tempo de trabalho de forma mais favorável àquele que esteve submetido a condições prejudiciais à saúde deve obedecer a lei vigente na época em que o trabalhador esteve exposto ao agente nocivo, no caso ruído. Assim, na vigência do Decreto n. 2.172, de 5 de março de 1997, o nível de ruído a caracterizar o direito à contagem do tempo de trabalho como especial deve ser superior a 90 decibéis, só sendo admitida a redução para 85 decibéis após a entrada em vigor do Decreto n. 4.882, de 18 de novembro de 2003. Precedentes: AgRg nos REsp 1157707/RS, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Corte Especial, DJe 29/05/2013; AgRg no REsp 1326237/SC, Rel. Min. Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 13/05/2013; REsp 1365898/RS, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 17/04/2013; AgRg no REsp 1263023/SC, Rel. Min. Gilson Dipp, Quinta Turma, DJe 24/05/2012; e AgRg no REsp 1146243/RS, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJe 12/03/2012.

3. Incidente de uniformização provido. (Pet 9059/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/08/2013, DJe 09/09/2013)." (grifei).

8. A hipótese dos autos, portanto, é de não conhecimento do incidente.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator.

Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5006926-90.2011.4.04.7205  
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA  
REQUERENTE: ROLF SCHULZ  
PROC./ADV.: HORST WIRTH  
OAB: SC-8185  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. TEMPO DE ATIVIDADE ESPECIAL. TORNEIRO MECÂNICO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. APLICAÇÃO DAS QUESTÕES DE ORDEM Nº 18 E 22 DESTA TNU. NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, deixou de reconhecer as condições especiais no exercício de atividade profissional.
2. O aresto combatido deixou de reconhecer as condições especiais do período de 20/04/2009 a 24/11/2010, em que o autor exerceu a função de "torneiro mecânico". Alega o recorrente que, além do agente nocivo ruído, também esteve exposto a agentes químicos de modo habitual e permanente.
3. O incidente não comporta conhecimento.
4. Do cotejo entre o acórdão combatido e os julgados paradigmas, observo que não está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ausência de similitude fática entre os julgados recorridos e o precedente apresentado.
5. No ponto impugnado, a sentença, mantida por seus próprios fundamentos pela Turma Recursal de origem, não reconheceu as condições especiais da atividade da parte autora no período vindicado, consoante os seguintes fundamentos:  
"[...] - De 21/04/2009 a 03/02/2010: (formulário PPP - evento 1 - Procadm6, fls. 1/2) - O autor laborou na empresa Enfsmak Indústria e Comércio Ltda., desempenhando a atividade de torneiro mecânico perante o setor de produção, estando exposto aos agentes agressivos ruído com nível de 78,7 dB(A) e óleo mineral.  
No laudo ambiental elaborado em 2010 e juntado aos autos (evento 14 - Lau2, fls. 1/4), verifica-se que os obreiros estavam expostos aos agentes agressivos informados no PPP, todavia tal documento informa que a exposição aos agentes químicos ocorria de modo intermitente e até mesmo ocasional.

[...]  
Diante do exposto, tenho que o período postulado não pode ser reconhecido como especial em razão do agente ruído. Isso porque o nível de pressão sonora a que o autor estava exposto ficava aquém do limite considerável nocivo ao trabalhador.

Quanto ao agente químico 'óleo mineral', observo que o laudo ambiental de 2010 evidencia que a exposição não era excessiva e ocorria de forma intermitente e, dependendo do agente químico, até de forma eventual, de modo que não oferecia risco à saúde do trabalhador, sendo que a insalubridade era neutralizada pelo uso de equipamentos de proteção individual, pois o laudo técnico afirma que não havia exposição que comprometesse a saúde do trabalhador. Desta forma, impossível o reconhecimento da especialidade do período pelo agente agressivo ora analisado.

Portanto, não reconheço a especialidade ora postulada.  
- De 05/02/2010 a 24/11/2010: (formulário PPP - evento 1 - Procadm4, fls. 7/8) - O autor laborou na empresa Metalsete Indústria e Comércio Ltda., desempenhando a atividade de torneiro mecânico perante o setor de produção, estando exposto aos agentes agressivos ruído com nível de 83,39 dB(A) e hidrocarbonetos aromáticos.  
No laudo ambiental elaborado em 2008 e juntado aos autos (evento 1 - Lau5), verifica-se que os obreiros estavam expostos aos agentes agressivos informados no PPP, todavia tal documento informa que a exposição ao agente ruído ocorria com nível inferior a 80,26 dB(A).

Por sua vez, o referido documento dá conta de que a exposição aos agentes químicos se dava de forma habitual e intermitente, bem como em baixas concentrações, destacando, ainda, a existência de EPI eficaz.  
[...]

Diante do exposto, tenho que o período postulado não pode ser reconhecido como especial em razão do agente ruído. Isso porque o nível de pressão sonora a que o autor estava exposto ficava aquém do limite considerável nocivo ao trabalhador.

Quanto ao agente químico 'hidrocarbonetos aromáticos', observo que o laudo ambiental de 2008 evidencia que a insalubridade era neutralizada pelo uso de equipamentos de proteção individual de forma eficaz. Ademais, verifico que o laudo técnico afirma que a exposição ao referido agente nocivo ocorria de forma intermitente. Desta forma, impossível o reconhecimento da especialidade do período pelo agente agressivo ora analisado.

Portanto, não reconheço a especialidade ora postulada." (grifei)

6. O paradigma invocado pela parte autora (TNU, PEDILEF 50019763520114047206, Rel. Juiz Federal Gláucio Ferreira Maciel Gonçalves, j. 08/03/2013), além de versar sobre a profissão de "mecânico" e não de "torneiro mecânico", deixou de conhecer do incidente de uniformização do INSS pela ausência de divergência e pela impossibilidade de reexame da matéria fática (verificação da habitualidade e permanência da exposição a ruído), não fazendo qualquer juízo de valor quanto à especialidade da atividade mecânica, mas apenas reproduzindo os fundamentos do julgado impugnado: "PROCESSUAL CIVIL. RECONHECIMENTO DE TEMPO ESPECIAL. MATÉRIA NÃO DISCUTIDA NA TURMA RECURSAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE DIVERGÊNCIA. INCIDÊNCIA DA QUESTÃO DE ORDEM 10 DA TNU. PRETENSÃO QUE ENVOLVE O REEXAME DA MATÉRIA DE FATO. SÚMULA 42. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO. 1. O INSS pretende a modificação do acórdão que, dando provimento ao recurso da parte autora, reconheceu o exercício de atividade especial entre 29-3-2007 e 8-10-2010. Alega o recorrente que o laudo pericial constatou a exposição intermitente aos agentes nocivos, quando a Lei 9.032/95 exige que seja permanente. 2. O pedido de uniformização não merece ser conhecido, porque não ficou caracterizada a divergência. O acórdão paradigma desta Turma (Pedilef 2007.72.51.004347-2) afirma, de fato, que a exposição a agentes nocivos à saúde deve ser habitual e permanente, não podendo o Judiciário afastar as conclusões do laudo. Entretanto, o acórdão proferido nestes autos não tratou do tema; apenas mencionou a exposição intermitente, mas não examinou a necessidade de ser ou não permanente, em período anterior ou posterior à edição da Lei 9.032/95. Isso é, não discutiu a questão jurídica. Com isso, a tese sustentada no recurso não foi apreciada pela turma recursal de origem e nem houve a interposição de embargos de declaração, razão pela qual a matéria não foi debatida atraindo a incidência da Questão de Ordem n. 10 desta Turma: Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido. 3. Ademais, na espécie, o acórdão impugnado, ao reconhecer como tempo especial o labor prestado entre 29-3-2007 e 8-10-2010, levou em consideração a profissão de mecânico exercida pelo autor. O que se conclui do voto condutor é que a atividade desenvolvida pelo recorrido o expunha de forma direta, habitual e permanente a agentes nocivos à sua saúde. Qualquer juízo de valor contrário ao que foi decidido - exposição direta, habitual e permanente - passa pelo reexame da prova produzida nos autos, impossível de ser feito nesta instância uniformizadora, a teor da Súmula 42 desta Turma: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato." 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95. 5. Pedido de uniformização não conhecido." (grifei)

7. Desse modo, não se vislumbra similitude fática a permitir o conhecimento do presente incidente de uniformização, uma vez que não se partiu do mesmo fato (de mesma natureza) para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente), mas sim partiram os órgãos julgadores, nos casos citados, de fatos diversos, de modo que não há como compararem-se os julgamentos, para efeito de interposição do presente incidente de uniformização.

8. Incidência da Questão de Ordem 22, mutatis mutandis: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma.".

9. Não bastasse isso, é inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles (Questão de Ordem n. 18).

10. Isso porque o acórdão recorrido também se fundamentou na exposição intermitente e na utilização de EPI eficaz, fatos não contraditados pelo recorrente. Desse modo, verifica-se que o paradigma sequer abrange todos os fundamentos do julgado recorrido.

11. A hipótese dos autos é de não conhecimento do incidente.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator. Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5007779-57.2011.4.04.7122  
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL  
REQUERENTE: ZENAIDE JAQUES DE ALMEIDA  
PROC./ADV.: RODRIGO DA VEIGA LIMA  
OAB: RS-77 503  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. ACÓRDÃO PARADIGMA ORIUNDO DE TR DA MESMA REGIÃO E ARGUIÇÃO DE MATÉRIA PROCESSUAL. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que deixou de reconhecer a especialidade de atividade de "auxiliar de costura" em hospital.

2. A parte autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado(s) que, em alegada(s) hipótese(s) semelhante(s), entende(ram) que "na hipótese de se considerarem insuficientes as provas acostadas ao processo, e desde que requerido na inicial, deve ser oportunizada à parte autora a produção de prova do fato constitutivo do seu direito, sob pena de cerceamento de defesa".

3. O incidente não comporta conhecimento.

4. A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º).

5. Isto porque que a alegação de divergência com acórdãos de Turmas Recursais da mesma região não constitui hipótese de cabimento do incidente previsto no artigo 14, parágrafo 2º da Lei 10.259/2001. Desse modo, não conheço do paradigma consistente em julgado proferido pela própria TR do Rio Grande do Sul.

6. É, portanto, manifestamente inadmissível o presente incidente, por desatendimento a requisito previsto no art. 14 da Lei nº 10.259/2001 c/c art. 6º do RI/TNU, uma vez que apresenta como paradigma julgado oriundo de Turma Recursal integrante da mesma Região da Justiça Federal da qual proveio o acórdão recorrido.

7. Não bastasse isso, o pedido de nulidade por cerceamento de defesa, em razão do indeferimento de perícia no local de trabalho, também não seria conhecido por outro motivo: trata-se de matéria de cunho processual.

8. Nos termos do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, o incidente de uniformização de jurisprudência, no âmbito dos juzados especiais federais, somente é cabível para dirimir divergências entre decisões sobre questões de direito material, o que não é o caso da divergência alegada, questão eminentemente de direito processual.

9. Como cediço, as regras de direito material são aquelas que regulam o convívio social e normatizam as relações entre os sujeitos de direito, atribuindo-lhes direitos e obrigações relativas aos diversos bens da vida. Em contrapartida, as regras de direito processual definem os meios para provocação e exercício da atividade jurisdicional. A matéria versada neste incidente, é eminentemente processual, não podendo ser conhecida na estreita via da uniformização, limitada ao direito material.

10. Aplicação da Súmula 43 desta TNU: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".

11. ISTO POSTO, não conheço do presente pedido de uniformização, com fulcro no art. 9º, IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais (Resolução CJF n. 345/2015).

#### ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator. Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5012365-82.2011.4.04.7108  
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL  
REQUERENTE: INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO(A): BRUNO CARLOS SCHENCKEL  
PROC./ADV.: MAYSA GARCIA DUPONT  
OAB: RS 21.393  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. AGENTE NÓCIVO RUÍDO. ALEGAÇÃO DE NÃO APRESENTAÇÃO DE LAUDO TÉCNICO. HIPÓTESE DE REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 42 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que reconheceu período de trabalho especial.

2. Preliminarmente, diga-se que a TNU definiu quanto ao conhecimento de incidentes de uniformização que: "um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte" (QO 05); "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido" (QO 13); "é inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles" (QO 18); "se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito" (QO 20); "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma" (QO 22); "não se

conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia" (QO 24); "o conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado" (QO 35); "não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual" (Súmula 43); "não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" (Súmula 42).

3. O INSS sustenta em seu pedido de uniformização que o acórdão recorrido diverge de julgados desta Turma Nacional (PEDILEF 200672950186724) e do Superior Tribunal de Justiça (AGRESP 877972), no sentido de que para a comprovação da exposição aos agentes insalubres ruído e calor é necessária a apresentação de laudo pericial.

4. No ponto impugnado, o acórdão recorrido decidiu que: "[...] No interregno de 01/10/1990 a 03/01/1994, a parte autora laborou como colador de sola na empresa Calçados Centenário (CTPS9 do evento1, p. 1). Considerando que esta entidade foi extinta, valho-me, por analogia, do laudo técnico da empresa Zenglein & Cia Ltda. (lau26 e lau27 do evento1) que informa que os trabalhadores que laboravam nesta função estavam expostos a hidrocarbonetos, o que autoriza o reconhecimento do labor como especial (Código 1.2.11, II, do Quadro Anexo do Decreto 53.831/64).

Na empresa Rochier S/A Indústria de Saltos e Calçados (10/01/1994 a 11/12/1997), a parte desempenhou a atividade de montador (CTPS9 do evento1, p. 2). Dada a extinção da empresa, valho-me, por analogia, do laudo técnico produzido na mesma empresa Zenglein, que aponta que os montadores estão expostos a ruído de 87,6 dB(A), circunstância apta ao reconhecimento da especialidade do labor (Código 1.1.6 do Quadro Anexo do Decreto 53.831/64).

Por fim, no que toca ao período de labor na empresa Luiz Antônio dos Santos Mercearia (01/03/2006 a 16/08/2008), consta no formulário que a parte laborou como açougueiro. Considerando a informação de que a ex-empregadora não dispõe de laudo técnico, valho-me, por analogia, do documento técnico produzido na empresa Supermercados Zaffari (lau31 do evento1), que avaliou os agentes nocivos a que estavam expostos os açougueiros. Assim, por conta da sujeição ao frio, deve ser reconhecida a especialidade do labor no intervalo controvertido. Registro que, quando aos EPIs, não ficou suficientemente comprovada a utilização, de modo que não há como ter havido a elisão à nocividade do agente e consequentemente o afastamento da especialidade do trabalho."

5. Conforme se observa do acórdão recorrido, a sua adequação ao caso paradigma exigiria necessariamente o revolvimento do contexto fático probatório, uma vez que se faria necessário averiguar a existência de similaridade entre as atividades das empresas em que a parte autora laborou e as que ofertaram os laudos técnicos.

6. A hipótese dos autos, portanto, é de não conhecimento do incidente.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator. Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5012886-57.2011.4.04.7001  
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ  
REQUERENTE: AURO OLIVEIRA MARTINS  
PROC./ADV.: ANDRÉ BENEDETTI DE OLIVEIRA  
OAB: PR-31245  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA 43/TNU. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual a parte autora pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que deixou de reconhecer tempo de atividade especial.

2. O aresto combatido deixou de reconhecer a especialidade do período de 06/03/1997 a 14/02/1998, sob o argumento de que a empresa não possui laudo técnico.

3. A parte autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado que, em alegada hipótese semelhante, entendeu pela ocorrência de cerceamento de defesa quando necessária a produção de provas do alegado na inicial.

4. Nos termos do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, o incidente de uniformização de jurisprudência, no âmbito dos juzados especiais federais, somente é cabível para dirimir divergências entre decisões sobre questões de direito material, o que não é o caso da divergência alegada, questão eminentemente de direito processual.

5. Como cediço, as regras de direito material são aquelas que regulam o convívio social e normatizam as relações entre os sujeitos de direito, atribuindo-lhes direitos e obrigações relativas aos diversos bens da vida. Em contrapartida, as regras de direito processual definem os meios para provocação e exercício da atividade jurisdicional. A matéria versada neste incidente, é eminentemente processual, não podendo ser conhecida na estreita via da uniformização, limitada ao direito material.

6. No caso dos autos, questiona-se o não deferimento de prova pericial, matéria de cunho eminentemente processual.

7. Aplicação da Súmula 43 desta TNU: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".

8. Neste sentido, já decidiu a TNU: PEDILEF 200734007012485 (rel. Juiz Federal CLAUDIO ROBERTO CANATA, j. 07.10.2009).

9. A hipótese dos autos é de não conhecimento do incidente.



ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator.  
Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5017294-27.2012.4.04.7108  
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL  
REQUERENTE: PAULO LUIZ SIMSEN  
PROC./ADV.: CLARISSA TASSINARI  
OAB: RS-80338  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA  
VOTO - EMENTA  
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PREVIDENCIÁRIO. TEMPO ESPECIAL. PEDREIRO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE ENTENDIMENTO DOMINANTE NO STJ. QUESTÃO DE ORDEM N. 05. NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, reformando a sentença, indeferiu pedido de reconhecimento como especial de período de trabalho na qualidade de pedreiro.
2. O aresto combatido não reconheceu como especiais os períodos de trabalho da parte autora na qualidade de pedreiro.
3. A parte autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado do STJ (REsp 354.737/RS) que, em alegada hipótese semelhante, entendeu que "não se parece razoável afirmar que o agente insalubre da atividade do pedreiro seria apenas uma característica do seu local de trabalho, já que ele está em constante contato com o cimento, em diversas etapas de uma obra, às vezes direta, outras indiretamente, não se podendo afirmar, com total segurança, que em algum momento ele deixará de interferir na saúde do trabalhador".
4. O incidente não comporta conhecimento. Explico.
5. Nos termos da Questão de Ordem n. 05 desta TNU, "um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte".
6. No caso dos autos, não é possível reconhecer que o precedente invocado, julgado pela Sexta Turma em 2008, retrate a jurisprudência atual dominante naquela Corte.
7. Ainda que assim não o fosse, esta TNU já pacificou o entendimento de que "não é possível reconhecer como especial o tempo de serviço de pedreiro em razão do mero contato com o cimento, notadamente porque, embora se reconheça o rol legal das atividades insalubres como meramente exemplificativo, a atividade desempenhada não pode ser considerada como de exposição do trabalhador a risco." (PEDILEF 200772950018893, Janilson Bezerra de Siqueira, DJ 30/11/2012).
8. Nesse sentido, a Súmula n. 71 desta TNU.
9. A hipótese dos autos, portanto, é de não conhecimento do incidente.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator.  
Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0001484-88.2010.4.03.6302  
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo  
REQUERENTE: ANTONIETA MARIA DA CONCEICAO DONATO  
PROC./ADV.: HELVIO CAGLIARI  
OAB: SP-171349  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. HIPÓTESE DE REEXAME DA MATÉRIA DE FATO E DE AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais em relação ao qual se imputa divergência quanto à interpretação de lei federal na solução de questão de direito material, nos termos previstos no art. 14 da Lei nº 10.259/2001.
2. Preliminarmente, diga-se que a TNU definiu quanto ao conhecimento de incidentes de uniformização que: "um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte" (QO 05); "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido" (QO 13); "é inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem

mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles" (QO 18); "se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito" (QO 20); "é possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma" (QO 22) "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia" (QO 24); "o conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado" (QO 35); "não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual" (Súmula 43); "não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" (Súmula 42).

3. No ponto impugnado, o acórdão recorrido decidiu que existe capacidade laboral para a atividade habitual do segurado, motivo pelo qual dispensou o exame das condições pessoais e sociais para fins de exame de pedido de concessão de benefício previdenciário por incapacidade.
4. No paradigma, tratou-se de incapacidade parcial permanente para a atividade habitual exercida pelo segurado.
5. Incidência da Questão de Ordem 22, uma vez que no caso recorrido a improcedência do pedido decorreu da ausência de incapacidade para as atividades profissionais habituais (apontando apenas para as que exigem grande esforço, o que, afirmou, não é o caso da parte-autora), ao passo que no paradigma se trata de incapacidade parcial para a atividade habitual do segurado.
6. Ademais, a Súmula 47 ("uma vez reconhecida a incapacidade parcial para o trabalho, o juiz deve analisar as condições pessoais e sociais do segurado para a concessão de aposentadoria por invalidez"), também citada no incidente, foi firmada com base em precedentes que tratavam de incapacidade parcial para as atividades usuais ou que inviabilizassem o próprio sustento, o que não é o caso dos autos, em que se apontou que a incapacidade da parte-autora "poderá continuar a desempenhar a atividade de varredora de rua, que já desempenhou, assim como artesã na manufatura de tapetes, que vem realizando e as atividades em seu lar".
7. A hipótese dos autos é de não conhecimento do incidente.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência NÃO CONHECER O INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator.  
Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0004781-74.2008.4.03.6302  
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo  
REQUERENTE: MÁRIO PIRES DE ARAÚJO  
PROC./ADV.: DÁZIO VASCONCELOS  
OAB: SP 133.791  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. HIPÓTESE DE REEXAME DA MATÉRIA DE FATO E DE AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais em relação ao qual se imputa divergência quanto à interpretação de lei federal na solução de questão de direito material, nos termos previstos no art. 14 da Lei nº 10.259/2001.
2. Preliminarmente, explicita-se que a TNU definiu quanto ao conhecimento de incidentes de uniformização que: "um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte" (QO 05); "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido" (QO 13); "é inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles" (QO 18); "se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito" (QO 20); "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia" (QO 24);

"o conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado" (QO 35); "não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual" (Súmula 43); "não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" (Súmula 42).

3. No ponto impugnado, o acórdão recorrido decidiu que não há a incapacidade para o trabalho em grau que permita a concessão de benefício por incapacidade, posição, inclusive, reiterada em juízo de adequação instado pela Presidência da Turma Recursal de origem.
4. Dos paradigmas colhe-se que (a) é nulo acórdão que não aprecia a matéria tratada no recurso ordinário; (b) a ausência de motivação necessária à conclusão adotada pelo julgado é causa de nulidade do julgamento; (c) se tratando de incapacidade parcial deve-se proceder ao exame das condições pessoais e sociais envolvidas no caso concreto.
5. Incidência da Súmula 42 e da Questão de Ordem 22, uma vez que no caso recorrido a improcedência do pedido decorreu da ausência de incapacidade laboral, ao passo que em um dos paradigmas (4º paradigma) se trata de incapacidade parcial, motivo pelo qual houve a análise das condições pessoais e sociais do segurado. Inexiste identidade fática entre os casos recorrido e o citado paradigma.
6. Quanto aos três primeiros paradigmas, também não vislumbro similitude fático-jurídica com o caso dos presentes autos, uma vez que o julgado recorrido expôs as razões suficientes pelas quais afastou a hipótese de necessidade do exame das condições e pessoais do segurado ("para análise das condições socioeconômicas, profissional e cultural do segurado há a necessidade de ser caracterizada ao menos a incapacidade parcial para sua atividade habitual, o que não restou comprovado nos autos, ao contrário, foi reafirmada a ausência de incapacidade laborativa para a atividade habitual da parte autora"), as quais estão em harmonia com a Súmula 47 da TNU ("uma vez reconhecida a incapacidade parcial para o trabalho, o juiz deve analisar as condições pessoais e sociais do segurado para a concessão de aposentadoria por invalidez").
7. O reexame da conclusão a que chegou o julgado recorrido exigiria revolvimento quanto à ocorrência da incapacidade, vedada pela Súmula 42 da TNU.
8. A hipótese dos autos é de não conhecimento do incidente.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência NÃO CONHECER O INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator.  
Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0005353-19.2007.4.03.6317  
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo  
REQUERENTE: ODAIR DOS SANTOS  
PROC./ADV.: AIRTON GUIDOLIN  
OAB: SP-68622  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA E MATÉRIA PROCESSUAL. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais em relação ao qual se imputa divergência quanto à interpretação de lei federal na solução de questão de direito material, nos termos previstos no art. 14 da Lei nº 10.259/2001.
2. Preliminarmente, diga-se que a TNU definiu quanto ao conhecimento de incidentes de uniformização que: "um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte" (QO 05); "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido" (QO 13); "é inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles" (QO 18); "se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito" (QO 20); "é possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma" (QO 22) "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia" (QO 24); "o conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado" (QO 35); "não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual" (Súmula 43); "não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" (Súmula 42).

3. No ponto impugnado, o acórdão recorrido decidiu que inexistia incapacidade para a atividade habitual do segurado, indeferindo o pedido de concessão de benefício previdenciário por incapacidade, condenando a advogada da parte-autora, nas penas do art. 17, II, do CPC.

4. No paradigma, afastou-se a litigância de má-fé, sob o entendimento de que a interposição de recurso ante a ausência de pacificação da matéria não representa intuito protelatório.

5. Incidência da Súmula nº 42 e das Questões de Ordem 22 e 05, uma vez que a configuração (ou não) da litigância de má-fé configura-se matéria processual, cabendo incidente de uniformização de jurisprudência, no âmbito dos julgados especiais federais, somente para dirimir divergências entre decisões sobre questões de direito material.

6. Por outro lado, o paradigma oriundo do STJ é de apenas uma Turma daquela Corte, enquadrando-se na hipótese descrita na QO 05, além de ali ter sido examinado a configuração de litigância de má-fé na circunstância de interposição de recurso com intuito manifestamente protelatório (art. 17, VII, do CPC), ao passo que no caso recorrido a litigância de má-fé enquadrava-se em hipótese fática distinta (alteração das verdades dos fatos, art. 17, II, do CPC).

7. A hipótese dos autos é de não conhecimento do incidente.

#### ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência NÃO CONHECER O INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator.

Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0007909-23.2009.4.03.6317

ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo

REQUERENTE: MARIA DO SOCORRO DE SOUZA

PROC./ADV.: VANUSA RAMOS BATISTA LORIATO

OAB: SP-193 207

PROC./ADV.: SICARLE JORGE RIBEIRO FLORENTINO

OAB: SP-262 756

PROC./ADV.: CLAUDETE PACHECO DOS SANTOS

OAB: SP-232 962

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. HIPÓTESE DE REEXAME DA MATÉRIA DE FATO. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais em relação ao qual se imputa divergência quanto à interpretação de lei federal na solução de questão de direito material, nos termos previstos no art. 14 da Lei nº 10.259/2001.

2. Preliminarmente, explicita-se que a TNU definiu quanto ao conhecimento de incidentes de uniformização que: "um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte" (QO 05); "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido" (QO 13); "é inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles" (QO 18); "se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito" (QO 20); "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia" (QO 24); "o conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado" (QO 35); "não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual" (Súmula 43); "não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" (Súmula 42).

3. No ponto impugnado, o acórdão recorrido decidiu que é inexistente a incapacidade para o trabalho, com base em laudo pericial judicial.

4. Dos paradigmas, colhe-se apenas que a apuração da incapacidade levará em consideração "outros meios de prova", não ficando o julgador adstrito ao laudo pericial judicial; e que o perito judicial deve também apreciar os documentos médicos apresentados pela parte.

5. Incidência da Súmula 42 e da Questão de Ordem 35, uma vez que a adequação do julgado recorrido ao caso paradigma exigiria revolvimento quanto à ocorrência da incapacidade, além de que a questão quanto à efetividade do pronunciamento do perito judicial quanto aos documentos médicos apresentados pela parte-autora não foi discutida (prequestionada) no acórdão recorrido, nem suscitada em embargos de declaração, uma vez que o julgado apontou que o perito judicial examinou todo o histórico médico do segurado.

6. A hipótese dos autos é de não conhecimento do incidente.

#### ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência NÃO CONHECER O INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator.

Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0012783-33.2008.4.03.6302

ORIGEM: Seção Judiciária de São Paulo

REQUERENTE: ZÉLIA MARIA DE JESUS

PROC./ADV.: HILÁRIO BOCCHI JÚNIOR

OAB: SP-90916

REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais em relação ao qual se imputa divergência quanto à interpretação de lei federal na solução de questão de direito material, nos termos previstos no art. 14 da Lei nº 10.259/2001.

2. Preliminarmente, diga-se que a TNU definiu quanto ao conhecimento de incidentes de uniformização que: "um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte" (QO 05); "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido" (QO 13); "é inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles" (QO 18); "se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito" (QO 20); "é possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma" (QO 22); "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia" (QO 24); "o conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado" (QO 35); "não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual" (Súmula 43); "não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" (Súmula 42).

3. No ponto impugnado, o acórdão recorrido, em rejugamento instado pela Presidência da TR, decidiu que inexistia capacidade laboral do segurado, indeferindo a concessão de benefício previdenciário por incapacidade.

4. Nos paradigmas, tratou-se de incapacidade parcial permanente para a atividade habitual exercida pelo segurado, porém, sendo possível a sua reabilitação para outra atividade, reconhecendo-se, em tal situação, o direito ao benefício previdenciário por incapacidade (auxílio-doença).

5. Incidência da Questão de Ordem 22, uma vez que no caso recorrido a improcedência do pedido decorreu da ausência de incapacidade laboral (em razão da reabilitação da parte-segurada para função condizente com suas limitações físicas e intelectuais), ao passo que no paradigma se trata de incapacidade parcial para a atividade habitual do segurado, porém, passível de reabilitação para outra atividade profissional.

6. Ora, no caso em apreço, houve a efetiva reabilitação profissional, ao passo que nos paradigmas a reabilitação ainda era possível, donde a diferença fática entre os casos, a impedir a sua comparação.

7. A hipótese dos autos é de não conhecimento do incidente.

#### ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência NÃO CONHECER O INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator.

Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0012896-50.2009.4.03.6302

ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo

REQUERENTE: KELLY CRISTINA AMADEU BELAN

PROC./ADV.: HILÁRIO BOCCHI JÚNIOR

OAB: SP-90916

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-ACIDENTE. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais em relação ao qual se imputa divergência quanto à interpretação de lei federal na solução de questão de direito material, nos termos previstos no art. 14 da Lei nº 10.259/2001.

2. Preliminarmente, diga-se que a TNU definiu quanto ao conhecimento de incidentes de uniformização que: "um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte" (QO 05); "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido" (QO 13); "é inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles" (QO 18); "se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito" (QO 20); "é possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma" (QO 22); "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia" (QO 24); "o conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado" (QO 35); "não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual" (Súmula 43); "não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" (Súmula 42).

3. No ponto impugnado, o acórdão recorrido decidiu sobre pedido de concessão de auxílio-acidente, indeferindo-o, sob o entendimento de que não estava comprovada que a incapacidade laborativa decorreu de acidente de qualquer natureza.

4. No paradigma, firmou-se a tese de que é devido o "auxílio-doença" ao segurado parcialmente incapaz, não sendo necessária a incapacidade total.

5. Incidência da Questão de Ordem 22, uma vez que no caso recorrido se tratou de auxílio-acidente, ao passo que no caso ao paradigma se tratou de auxílio-doença, ainda mais sob aspectos distintos (no caso recorrido, se houve ou não acidente; no paradigma qualquer o grau de incapacidade necessária à concessão do benefício), de modo que é incabível a comparação entre os casos reportados.

6. A hipótese dos autos é de não conhecimento do incidente.

#### ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência NÃO CONHECER O INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator.

Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0046442-92.2010.4.01.3400

ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

REQUERENTE: BELARMINO DAS VIRGENS FALCÃO

PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. HIPÓTESE DE REEXAME DA MATÉRIA DE FATO. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais em relação ao qual se imputa divergência quanto à interpretação de lei federal na solução de questão de direito material, nos termos previstos no art. 14 da Lei nº 10.259/2001.

2. Preliminarmente, explicita-se que a TNU definiu quanto ao conhecimento de incidentes de uniformização que: "um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte" (QO 05); "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais



se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido" (QO 13); "é inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles" (QO 18); "se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito" (QO 20); "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia" (QO 24); "o conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado" (QO 35); "não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual" (Súmula 43); "não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" (Súmula 42).

3. No ponto impugnado, o acórdão recorrido decidiu que é não há a incapacidade para o trabalho a garantir o direito a benefício previdenciário por incapacidade.

4. Dos paradigmas, colhe-se que se tratando de incapacidade parcial deve-se proceder ao exame das condições pessoais e sociais envolvidas no caso concreto.

5. Incidência da Súmula 42, uma vez que a adequação do julgado recorrido ao caso paradigma exigiria revolvimento quanto à ocorrência da incapacidade, na medida em que o julgado expôs as razões pelas quais afastou a hipótese de incapacidade total e definitiva (tomando por base as condições pessoais e sociais do segurado, em especial a idade, citando expressamente a Súmula 47 da TNU), análise cuja justeza está no âmbito poder de julgamento concedido ao órgão judiciário pelo art. 131 do CPC.

6. A hipótese dos autos é de não conhecimento do incidente.

#### ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência NÃO CONHECER O INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator.  
Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0049895-68.2010.4.03.6301

ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo

REQUERENTE: MARIA APARECIDA FERREIRA DE SOUZA

PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. HIPÓTESE DE REEXAME DA MATÉRIA DE FATO E DE APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM 13. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais em relação ao qual se imputa divergência quanto à interpretação de lei federal na solução de questão de direito material, nos termos previstos no art. 14 da Lei nº 10.259/2001.

2. Preliminarmente, diga-se que a TNU definiu quanto ao conhecimento de incidentes de uniformização que: "um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte" (QO 05); "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido" (QO 13); "é inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles" (QO 18); "se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito" (QO 20); "é possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma" (QO 22) "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia" (QO 24); "o conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado" (QO 35); "não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual" (Súmula 43); "não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" (Súmula 42).

3. No ponto impugnado, o acórdão recorrido, em re julgamento instado pela Presidência da TR, decidiu que inexistente incapacidade laboral, corroborando o laudo pericial judicial, e baseando-se no exame das condições pessoais e sociais, indeferindo a concessão de benefício previdenciário por incapacidade.

4. No paradigma, consignou-se que a circunstância do segurado ser portador de HIV demanda a análise da efetiva estigmatização como causa da impossibilidade laboral, a despeito do laudo pericial.

5. Incidência da Questão de Ordem 13, uma vez que o acórdão recorrido está na mesma linha da jurisprudência dominante (Súmula 78), nem mesmo estar contrário ao paradigma, que se alinha com a posição atual da TNU.

6. O exame quando à questão referente à efetiva ocorrência do estigma social em razão da patologia, incidiria na violação à Súmula 42, uma vez que exigiria revolvimento da matéria fática.

7. Na verdade, o acórdão proferido em re julgamento expressamente descreveu as condições pessoais e sociais da parte-autora ("firme na Súmula 78 da TNU"), além de acrescentar fundamento inexistente no julgamento anterior (a perda da qualidade de segurado quando do início da incapacidade).

8. Aponto apenas que o re julgamento atendeu ao que pretendido no incidente (análise das condições pessoais e sociais em portador de HIV), motivo pelo qual, a meu sentir, a hipótese seria não de "manutenção do acórdão prolatado", mas, sim, de manutenção da im procedência do pedido, tornando prejudicado o incidente de uniformização, pelo atendimento ao que ali pleiteado, porém, sem efeito infringente sobre o anterior julgamento.

9. A hipótese dos autos é de não conhecimento do incidente.

#### ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência NÃO CONHECER O INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator.

Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0053473-68.2012.4.03.6301

ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): ADILSON JOSÉ LOPES DE OLIVEIRA

PROC./ADV.: EDNA ALVES

OAB: SP-183353

PROC./ADV.: ANDREA NASCIMENTO LEANDRO

OAB: SP-300645

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. HIPÓTESE DE REEXAME DA MATÉRIA DE FATO E DE APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM 13. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais em relação ao qual se imputa divergência quanto à interpretação de lei federal na solução de questão de direito material, nos termos previstos no art. 14 da Lei nº 10.259/2001.

2. Preliminarmente, diga-se que a TNU definiu quanto ao conhecimento de incidentes de uniformização que: "um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte" (QO 05); "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido" (QO 13); "é inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles" (QO 18); "se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito" (QO 20); "é possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma" (QO 22) "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia" (QO 24); "o conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado" (QO 35); "não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual" (Súmula 43); "não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" (Súmula 42).

3. No ponto impugnado, o acórdão recorrido decidiu que existe incapacidade laboral, a despeito do laudo pericial judicial, baseando-se no exame das condições pessoais e sociais, deferindo a concessão de benefício previdenciário por incapacidade.

4. No paradigma, consignou-se que a mera circunstância do segurado ser portador de HIV não lhe garante o direito ao benefício previdenciário por incapacidade, devendo-se analisar a efetiva estigmatização como causa da impossibilidade laboral, a despeito do laudo pericial.

5. Incidência da Questão de Ordem 13, uma vez que o acórdão recorrido está na mesma linha da jurisprudência dominante (Súmula 78), nem mesmo estar contrário ao paradigma, que se alinha com a posição atual da TNU.

6. O exame quando à questão referente à efetiva ocorrência do estigma social em razão da patologia, incidiria na violação à Súmula 42, uma vez que exigiria revolvimento da matéria fática.

7. A hipótese dos autos é de não conhecimento do incidente.

#### ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência NÃO CONHECER O INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator.

Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0062277-86.2011.4.01.3400

ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

REQUERENTE: VICENTE GONÇALVES DA SILVA

PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. HIPÓTESE DE REEXAME DA MATÉRIA DE FATO E DE AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais em relação ao qual se imputa divergência quanto à interpretação de lei federal na solução de questão de direito material, nos termos previstos no art. 14 da Lei nº 10.259/2001.

2. Preliminarmente, diga-se que a TNU definiu quanto ao conhecimento de incidentes de uniformização que: "um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte" (QO 05); "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido" (QO 13); "é inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles" (QO 18); "se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito" (QO 20); "é possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma" (QO 22) "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia" (QO 24); "o conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado" (QO 35); "não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual" (Súmula 43); "não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" (Súmula 42).

3. No ponto impugnado, o acórdão recorrido decidiu que inexistente incapacidade laboral, motivo pelo qual dispensou o exame das condições pessoais e sociais para fins de exame de pedido de concessão de benefício previdenciário por incapacidade.

4. Nos paradigmas, tratou-se de incapacidade parcial temporária; incapacidade parcial definitiva; de incapacidade total e definitiva; e reconhecimento de incapacidade em caso de portador de HIV assintomático.

5. Incidência da Questão de Ordem 22, uma vez que no caso recorrido a improcedência do pedido decorreu da ausência de incapacidade fática, ao passo que em um dos paradigmas se trata de incapacidade parcial e no outro paradigma, não obstante o laudo pericial atestatório da plena capacidade, a concessão da aposentadoria por invalidez levou em consideração as condições pessoais da parte naquele processo.

6. Portanto, quanto a este último paradigma, há a incidência da Súmula 42, uma vez que a adequação do julgado recorrido ao caso paradigma exigiria revolvimento quanto à ocorrência da incapacidade, na medida em que o acolhimento do laudo pelo julgador deu-se análise no âmbito poder de julgamento concedido ao órgão judiciário pelo art. 131 do CPC. Ademais, tendo o julgador reconhecido a ausência de incapacidade, não é obrigado ao exame das condições pessoais e sociais (Súmula 77 da TNU).

7. A hipótese dos autos é de não conhecimento do incidente.

#### ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência NÃO CONHECER O INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator.  
Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2013.51.51.011976-5  
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO  
REQUERENTE: CARLOS MOREIRA DA SILVA  
PROC./ADV.: JOSÉ CARLOS PEREIRA DE MARINS  
OAB: RJ-62030  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. HIPÓTESE DE REEXAME DA MATÉRIA DE FATO. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais em relação ao qual se imputa divergência quanto à interpretação de lei federal na solução de questão de direito material, nos termos previstos no art. 14 da Lei nº 10.259/2001.  
2. Preliminarmente, explicita-se que a TNU definiu quanto ao conhecimento de incidentes de uniformização que: "um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte" (QO 05); "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido" (QO 13); "é inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles" (QO 18); "se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito" (QO 20); "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia" (QO 24); "o conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado" (QO 35); "não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual" (Súmula 43); "não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" (Súmula 42).

3. No ponto impugnado, o acórdão recorrido decidiu que é não há a incapacidade para o trabalho em grau que permita a concessão de benefício por incapacidade.

4. Do paradigma, colhe-se que se tratando de incapacidade parcial deve-se proceder ao exame das condições pessoais e sociais envolvidas no caso concreto.

5. Incidência da Súmula 42, uma vez que a adequação do julgado recorrido ao caso paradigma exigiria revolvimento quanto à ocorrência da incapacidade, na medida em que o julgado expôs as razões pelas quais afastou a hipótese de incapacidade total e definitiva (tomando por base as condições pessoais do segurado, citando expressamente a Súmula 47 da TNU).

6. A hipótese dos autos é de não conhecimento do incidente.

#### ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência NÃO CONHECER O INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator.  
Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0012882-34.2007.4.03.6303  
ORIGEM: Seção Judiciária de São Paulo  
REQUERENTE: LUIS SALU DA SILVA  
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO  
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA APRESENTADO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. CONVERSÃO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL EM COMUM. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão que, mantendo a sentença de improcedência, deixou de reconhecer como sendo de natureza especial alguns vínculos laborativos.  
2. Alegação de que o acórdão recorrido diverge do entendimento adotado pela TNU.  
3. Incidente admitido na origem.  
4. Inexistente a alegada nulidade do acórdão, por não se vislumbrar qualquer nódoa apta a configurar error in procedendo.  
5. A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º) e, ainda, "em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça".  
6. No caso dos autos, acerca do conjunto probatório acostado, o acórdão recorrido procedeu a sua valoração, conforme excerto a seguir parcialmente transcrito:

"No caso dos autos, observados os períodos de atividades especiais que a parte autora quer ver reconhecidos (pedido formulado), os documentos que instruíram a exordial e a fundamentação até o momento expendida, acolho a natureza especial dos períodos indicados na planilha de tempo de contribuição elaborado pela contadoria do Juízo, que passa a fazer parte integrante da presente sentença. Eventuais períodos especiais pleiteados na petição inicial e não constantes da planilha elaborado pela Contadoria, são reputados como de atividade comum, visto que a análise detida por este Juízo deixou de considerá-los como prejudicial à saúde ou integridade física do segurado, ante a inexistência de agentes agressivos, abaixo do limite de tolerância ou impossibilidade de enquadramento legal pela categoria profissional.

Além disso, reconheço também os períodos de trabalho comuns indicados na referida planilha e comprovados nos presentes autos com cópias de documentos produzidos na via administrativa (documento oficial de contagem de tempo elaborado a partir do CNIS, por exemplo), cópias das carteiras de trabalho (CTPS) ou cópias dos recolhimentos de contribuições previdenciárias, posto que não impugnados oportunamente pelo INSS.

Destarte, a parte autora totalizava, na data do requerimento administrativo (07/03/2002), vinte e seis anos, dez meses e três dias de tempo de contribuição, não fazendo jus, portanto, ao benefício da aposentadoria por tempo de contribuição.

Insta observar que o autor já é aposentado por idade junto ao regime geral de previdência social desde 24/10/2003, razão pela qual deixo de reconhecer os períodos de atividade especial constantes da planilha elaborada pela Contadoria do Juízo.

DISPOSITIVO.

De todo o exposto, julgo IMPROCEDENTE o pedido formulado pelo autor, LUIZ SALU DA SILVA."

7. Assim, verifica-se que a Turma de origem apontou de forma clara os motivos que a levaram a não acolher o pleito do(a) recorrente, estabelecendo um verdadeiro juízo de valor, que a este Colegiado é vedado rediscutir, nos termos da Súmula nº 42, da TNU, in verbis: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

8. Por efeito, voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE.

Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA  
Juiz Federal Relator

#### ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, decidiu NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos da ementa-voto do Juiz Federal relator.

Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0000089-55.2006.4.03.6317  
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo  
REQUERENTE: ADEMIR CALEGARI  
PROC./ADV.: WILSON MIGUEL  
OAB: SP 99858  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA APRESENTADO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO RURAL. DIVERGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SÚMULA Nº 7/TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão que não reconheceu o exercício de atividade rural no período de 01/01/1969 a 31/12/1969, bem assim deixou de condenar o INSS no ressarcimento da verba honorária advocatícia.

2. Incidente admitido na origem.

3. A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º) e, ainda, "em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça".  
4. No tocante à irresignação alusiva ao não reconhecimento do exercício do labor rural no período de 01/01/1969 a 31/12/1969, a despeito de a parte requerente alegar que o acórdão recorrido contraria decisões da Turma Recursal de Goiás e do STJ, olvidou de fazer referência a tais precedentes, o que impede o conhecimento do incidente quanto a este ponto, diante da impossibilidade de aferição da alegada divergência.

5. De igual sorte, não se conhece do pedido de uniformização concernente à temática da verba honorária advocatícia. À espécie, incide o enunciado de Súmula nº 7/TNU: "Descabe incidente de uniformização versando sobre honorários advocatícios por se tratar de questão de direito processual".

6. Por efeito, voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE.

Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA  
Juiz Federal Relator  
ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, decidiu NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos da ementa-voto do Juiz Federal relator.  
Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0000724-03.2005.4.03.6307  
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo  
REQUERENTE: INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO(A): JOSE RAIMUNDO VIEIRA  
PROC./ADV.: CARLOS ALBERTO BRANCO  
OAB: SP-143911  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

#### EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. EMPREGADO RURAL. CÓDIGO 2.2.1 DO QUADRO ANEXO AO DECRETO Nº 53.831/1964. PERÍODO ANTERIOR AO ADVENTO DA LEI Nº 9.032/1995. ATIVIDADE DESENVOLVIDA SOB CONDIÇÕES ESPECIAIS. PRESUNÇÃO LEGAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. QO Nº 22 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pelo INSS, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão proferido pela 2ª Turma Recursal dos JEFs da 3ª Região (SJSP), que reconheceu como sendo de natureza especial a atividade de empregado rural.

2. Alegação de que o acórdão recorrido diverge do entendimento adotado pelo STJ, no AgRg no Resp nº 909.036/SP, no sentido de que "O labor rurícola exercido em regime de economia familiar não está contido no conceito de atividade agropecuária, previsto no Decreto n.º 53.831/64, inclusive no que tange ao reconhecimento de insalubridade".

3. Incidente admitido na origem, sendo os autos encaminhados a esta TNU.

4. Do cotejo entre o acórdão combatido e o julgado paradigma observa-se que não está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ausência de similitude fática entre o julgado recorrido e o paradigma.

5. No acórdão recorrido, a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Terceira Região (SJSP) reconheceu como sendo dotado de natureza especial o labor desenvolvido pelo autor no meio rural, na qualidade de segurado empregado.

6. Sucede que no paradigma invocado houve o enfrentamento de questão diversa, uma vez que relativa ao segurado especial.

7. Portanto, não há a similitude fática a permitir o conhecimento do presente incidente de uniformização.



8. Aplicação da Questão de Ordem nº 22/TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".

9. Por efeito, voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE.

Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA  
Juiz Federal Relator  
**ACÓRDÃO**

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, decidiu NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos da ementa-voto do Juiz Federal relator.

Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0000863-36.2006.4.03.6301

ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo

REQUERENTE: NERSIO CAVICHIOLI

PROC./ADV.: WILSON MIGUEL

OAB: SP 99858

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA APRESENTADO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO RURÍCOLA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SÚMULA Nº 7/TNU. MATÉRIA DE ÍNDOLE PROCESSUAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão que, a despeito do provimento do recurso inominado que interpôs, deixou de condenar o INSS no ressarcimento da verba honorária advocatícia.

2. Alegação de que o acórdão recorrido diverge do entendimento adotado pelo STJ (REsp nº 195.525/SP, REsp nº 85.142/AP).

3. Incidente admitido na origem.

4. A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º) e, ainda, "em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça".

5. In casu, a discussão trazida à tona pelo suscitante do incidente diz respeito à verba honorária advocatícia.

6. Dado o disposto no art. 14, caput, da Lei 10.259/01, a uniformização de jurisprudência só diz respeito à matéria de direito material. A espécie, portanto, incide o enunciado de Súmula nº 7/TNU: "Descabe incidente de uniformização versando sobre honorários advocatícios por se tratar de questão de direito processual".

7. Por efeito, voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE.

Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA  
Juiz Federal Relator  
**ACÓRDÃO**

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, decidiu NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos da ementa-voto do Juiz Federal relator.

Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0007959-96.2006.4.03.6303

ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo

REQUERENTE: JOSE JOAQUIM DA ROCHA

PROC./ADV.: PEDRO LOPES DE VASCONCELOS

OAB: SP 248.913

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA APRESENTADO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO RURAL E DE NATUREZA ESPECIAL. COTEJO ANALÍTICO. AUSÊNCIA. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se Pedido de Uniformização de Jurisprudência interposto pelo(a) segurado(a) em face de acórdão que não reconheceu como sendo de natureza especial o exercício de atividade no(s) período(s) de 10/08/1983 a 26/02/1985, de 12/02/1988 a 20/07/1988, de 21/07/1988 a 17/01/1990 e de 12/03/1991 a 19/08/1991, também não reconheceu o labor rural no lapso temporal de 1973 a 1975 e o vínculo com a Prefeitura Municipal de Hortolândia no interregno de 22/07/1993 a 13/03/1995.

2. Suscita, em sede preliminar, a nulidade do acórdão por ausência de fundamentação. Quanto à matéria de mérito, alega que o acórdão recorrido diverge do entendimento adotado pela TNU PEDILEFs nºs 0505041-75.2008.4.05.8101, 0501127-39.2009.4.05.8401, 2004.61.84.224202-3, 2005.70.51.005045-1 e 2008.70.53.001307-2).

3. Incidente admitido na origem.

4. Dispõe o art. 14, caput e § 2º da Lei nº 10.259/2001 que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do eg. Superior Tribunal de Justiça.

5. Inexistente a alegada nulidade do acórdão, por não se vislumbrar qualquer nódoa apta a configurar o apontado error in procedendo.

6. In casu, cumpre observar que não foi promovido o necessário cotejo analítico em relação ao suposto dissídio, contentando-se o(a) recorrente apenas em lançar, na peça recursal, excerto(s) de julgado(s) que envolve(m) o tema em discussão.

7. Ressalte-se que a mera transcrição dos julgados não supre a exigência do obrigatório cotejo analítico.

8. Desse modo, a ausência de cotejo analítico entre os acórdãos impede o conhecimento do presente incidente.

9. Por efeito, voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE.

Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA  
Juiz Federal Relator  
**ACÓRDÃO**

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, decidiu NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos da ementa-voto do Juiz Federal relator.

Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0050651-19.2006.4.03.6301

ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo

REQUERENTE: CARLOS JOAQUIM DA SILVA

PROC./ADV.: HILÁRIO BOCCHI JÚNIOR

OAB: SP-90916

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO SUSCITADO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. RECONHECIMENTO DE EXERCÍCIO DE ATIVIDADE ESPECIAL. DOCUMENTO NOVO. EXIBIÇÃO APÓS A PROLAÇÃO DA SENTENÇA. MATÉRIA DE ÍNDOLE PROCESSUAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se Pedido de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte autora/recorrente em face de acórdão que não reconheceu como sendo de natureza especial o exercício de atividade prestada no período de 09/05/1989 a 28/05/1998.

2. Alega, em síntese, que a TR/SP considerou extemporânea a juntada de laudo pericial, haja vista ter sido coligido para os autos após a prolação da sentença. Aduz, então, que o acórdão recorrido divergiu do entendimento adotado pelo STJ (REsp 466.751/SC).

3. Incidente admitido na origem.

4. A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º) e, ainda, "em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça".

5. O acórdão recorrido revela o fundamento parcialmente transcrito a seguir:

"(...). No caso dos autos, a atividade de monitor/inspetor de alunos exercida pelo autor não se encontra relacionada nos Decreto 53.831/64 e 83.080/79 não sendo possível o enquadramento da atividade especial por categoria profissional.

Além disso, o autor não apresentou formulário e laudo técnico que comprove a exposição a agentes nocivos, não restando demonstrada a atividade sob condições especiais.

Ressalto que os formulários apresentados pertencem a terceiros e não há qualquer prova nos autos que autor tenha trabalhado nas mesmas unidades e setores dos constantes nos formulários apresentados.

Por fim, observo que após a interposição do recurso, o autor apresentou laudo judicial realizado nos autos do processo trabalhista que atesta que o autor esteve exposto a agentes biológicos, não podendo referido documento ser considerado para fins de comprovação da atividade especial, tendo em vista que foi apresentado de forma extemporânea.

Isto posto, dou provimento ao recurso do INSS para deixar de reconhecer a atividade especial no período de 09/05/89 a 28/05/98 e nego provimento ao recurso do autor." (grifos nossos)

6. In casu, a discussão trazida à tona pelo suscitante do incidente diz respeito à possibilidade de instruir o recurso manejado em face da sentença com documento novo.

7. Dado o disposto no art. 14, caput, da Lei 10.259/01, a uniformização de jurisprudência só diz respeito à matéria de direito material. Em decorrência disso, nessa sede, não há como firmar tese acerca da viabilidade juntada de documento novo após a prolação da sentença, dada a sua natureza manifestamente processual.

8. Por efeito, voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE.

Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA  
Juiz Federal Relator  
**ACÓRDÃO**

Acordam os membros desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, EM NÃO CONHECER DO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO apresentado pelo autor, nos termos do voto do Juiz Federal Relator.

Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0000151-40.2006.4.03.6303

ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo

REQUERENTE: RAIMUNDO LUIZ DA SILVA

PROC./ADV.: LUIZ MENEZELLO NETO

OAB: SP-56072

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA APRESENTADO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. REAFIRMAÇÃO DA DER. QUESTÃO NÃO ENFRENTADA NO ACÓRDÃO. QUESTÃO DE ORDEM Nº 10 DA TNU. PREQUESTIONAMENTO DA MATÉRIA. AUSÊNCIA. QUESTÃO DE ORDEM Nº 36 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se Pedido de Uniformização de Jurisprudência interposto pelo(a) segurado(a) em face de acórdão que não contemplou o pedido de reafirmação da DER.

2. Alega, em síntese, que o acórdão recorrido divergiu do entendimento adotado pela Turma Recursal da 4ª Região (Processo nº 2006.71.07.006437-0/RS).

3. Incidente inadmitido na origem, sendo os autos encaminhados a esta TNU por força de agravo.

4. Dispõe o art. 14, caput e § 2º da Lei nº 10.259/2001 que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do eg. Superior Tribunal de Justiça.

5. Ao manejar recurso inominado (evento 25) em face da sentença, o autor deduziu pedido de reafirmação da DER cristalizado nos seguintes termos: "(...) caso não seja acolhido o item 'a', que seja considerada a reafirmação da DER, para a data de 07.02.2005 e assim a consequente concessão da aposentadoria por tempo de contribuição integral; (...)".

6. O acórdão, por seu turno, foi proclamado a partir dos fundamentos levados a efeito no voto-ementa a seguir transcrito:

"PREVIDENCIÁRIO. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. EXPOSIÇÃO A AGENTES INSALUBRES. CONVERSÃO DO TEMPO ESPECIAL EM COMUM DECRETOS 53.831/64, 83.080/79. POSSIBILIDADE. RECURSO DO INSS E DO AUTOR QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Nas ações intentadas no Juizado Especial, em caso de concessão de antecipação de tutela na sentença, o recurso será recebido apenas no efeito devolutivo, nos termos do art. 43 da Lei nº 9.099/95 c/c art. 520, VII, do Código de Processo Civil.

2. O tempo de serviço especial é aquele decorrente de serviços prestados sob condições prejudiciais à saúde ou em atividades com riscos superiores aos normais para o segurado e, cumprido os requisitos legais, dá direito à aposentadoria especial. As atividades consideradas prejudiciais à saúde foram definidas pela legislação previdenciária, pelos Decretos 53.831/64, 83.080/79.

3. Exercendo o segurado uma ou mais atividades sujeitas a condições prejudiciais à saúde sem que tenha complementado o prazo mínimo para aposentadoria especial, é permitida a conversão de tempo de serviço prestado sob condições especiais em comum, para fins de concessão de aposentadoria.

4. O rol de agentes nocivos previstos nos Anexos I e II do Decreto n. 83.080/79 e no Anexo do Decreto n. 53.831/64, vigorou até a edição do Decreto n. 2.172/97 (05/03/97), por força do disposto no art. 292 do Decreto nº 611/92, devendo-se considerar como agente agressivo à saúde a exposição a locais de trabalho com ruídos acima de 80 dBA, para as atividades exercidas até 05/03/97. Com o advento do Decreto 4882/2003, o limite mínimo de ruído passou a ser estabelecido em 85 decibéis (Súmula 32, TNU).

5. Para a comprovação da exposição ao agente insalubre, tratando-se de período anterior à vigência da Lei n. 9.032/95, de 28/04/95, que deu nova redação ao art. 57 da Lei nº 8.213/91, basta que a atividade seja enquadrada nas relações dos Decretos 53.831/64 ou 83.080/79, não sendo necessário laudo pericial contemporâneo (Súmula nº 68, TNU). Tratando-se de tempo de serviço posterior à data acima citada, 28/04/95, dependerá de prova da exposição permanente, não ocasional e nem intermitente, aos agentes nocivos, devendo ser aplicada tão-somente ao tempo de serviço prestado durante sua vigência, não sendo possível sua aplicação retroativa.

6. Como documentos hábeis à comprovação do tempo de serviço sob condições insalubres são admitidos os formulários DSS 8030 e laudo técnico, conforme jurisprudência do STJ, e que a exigência de laudo pericial somente pode se dar a partir de 10/12/97, data da publicação da Lei nº 9.528/97, exceto para o agente nocivo ruído. No que diz respeito à utilização de equipamento de proteção individual (EPI), ele tem a finalidade de resguardar a saúde do trabalhador, para que não sofra lesões, não podendo descaracterizar a situação de insalubridade (Enunciado n. 09 TNU).

7. No caso em tela o período de 23.09.1976 a 06.02.1979 (ABB Ltda), o autor exerceu a função de trabalhador braçal, e o formulário DSS 8030 é contraditório, na descrição das atividades e agente nocivo exposto (250 volts): a construção e montagem da linha é realizada antes da energização da mesma, o que é feito pela concessionária, após a entrega da obra". Além disso, o laudo também apresenta contradição ao afirmar que o autor estava exposto a agente insalubre de forma habitual e intermitente e, posteriormente, relata a exposição de forma habitual e permanente. Dessa forma, o referido período não pode ser reconhecido como especial.

8. Os juros de mora, fixados em 6%, conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (Agravio de Instrumento nº 842063), pela aplicação imediata do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, redação dada pela Lei nº 11.960/09.

9. Recurso de ambas as partes que se nega provimento."

7. Veja-se que a questão referente à reafirmação da DER não foi enfrentada no acórdão impugnado. Assim, nos termos da Questão de Ordem nº 10 deste Colegiado: "Não cabe pedido de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido".

8. Ademais, no caso vertente, verifica-se que, após a prolação do acórdão, não houve, por parte do requerente, prequestionamento por via de embargos de declaração, o que leva à aplicação, a contrario sensu, da Questão de Ordem nº 36 desta TNU: "A interposição de embargos de declaração para fins de prequestionamento faz-se necessária somente quando a matéria não tenha sido apreciada a despeito de previamente suscitada".

9. Por efeito, voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE.

Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA  
Juiz Federal Relator  
**ACÓRDÃO**

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, decidiu NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos da ementa-voto do Juiz Federal relator.

Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0000739-77.2007.4.03.6314  
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo  
REQUERENTE: JOSE SOUSA BETTERI  
PROC./ADV.: SUELY SOLDAN DA SILVEIRA  
OAB: SP-253724  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

#### EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. RECONHECIMENTO DE EXERCÍCIO DE ATIVIDADE ESPECIAL. PEDREIRO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. QO Nº 22 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pelo INSS, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão proferido pela 1ª Turma Recursal dos JEFs da 3ª Região (SJSP), que, confirmando sentença de improcedência, não reconheceu como sendo de natureza especial o labor desenvolvido no período de 05/03/79 a 28/05/98, na atividade de pedreiro, com exposição a agentes biológicos, dada as atividades de execução de serviços relativos à preparação, manutenção e construção de tubulações de esgotos, abertura de covas para sepultamento em cemitérios e outros serviços correlatos.

2. Alegação de que o acórdão recorrido diverge do entendimento adotado pelo STJ (REsp nº 200400659030, REsp nº 200200179214 e REsp nº 200200179214).

3. Incidente admitido na origem, sendo os autos encaminhados a esta TNU.

4. Do cotejo entre o acórdão combatido e o julgado paradigma observa-se que não está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ausência de similitude fática entre o julgado recorrido e o paradigma.

5. No acórdão recorrido, a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Terceira Região - Seção Judiciária de São Paulo, valendo-se da técnica da fundamentação per relationem, deixou de reconhecer a especialidade da atividade em razão de o seu desempenho não ter-se dado de modo habitual e permanente.

6. Sucede que nos paradigmas invocados houve o enfrentamento de questão que, em parte, discrepa dos fundamentos levados a efeito no acórdão vergastado.

7. Veja-se que a tese firmada nos paradigmas encontra-se vocacionada no sentido de que "antes do início de vigência da Lei nº 9.032, em 29/04/1995, a exposição a agentes nocivos à saúde ou à integridade física não precisa ocorrer de forma permanente". Com efeito, a pres-

cindibilidade dava-se apenas em relação à permanência, e não também em face da habitualidade. Esta já era exigida para o reconhecimento da especialidade do trabalho desempenhado antes do advento da Lei nº 9.032/1995.

8. Assim, considerando que o acórdão hostilizado encontra-se fundamentado na não evidencição da habitualidade e permanência da atividade, forçoso convir no sentido de que não há a similitude fática a permitir o conhecimento do presente incidente de uniformização.

9. Aplicação da Questão de Ordem nº 22/TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".

10. Por efeito, voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE.

Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA  
Juiz Federal Relator  
**ACÓRDÃO**

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, decidiu NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos da ementa-voto do Juiz Federal relator.

Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0000820-62.2007.4.03.6302  
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo  
REQUERENTE: INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO(A): AILTON FRANCISCO CASTÃO  
PROC./ADV.: FABIANA APARECIDA FERNANDES CASTRO SOUZA  
OAB: SP-202605  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

#### EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. MOTORISTA-VIGILANTE DE CARRO FORTE. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. QO Nº 22 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pelo INSS em face de acórdão que reconheceu como sendo de natureza especial a atividade desenvolvida no período de 01/06/1997 a 05/10/2006, com exposição ao agente ruído, sob pressão sonora de 80,4 dB (A).

2. Alega que o acórdão recorrido contrariou o entendimento contemplado pelo STJ (REsp nº 1.397.783/RS).

3. Incidente admitido na origem.

4. Inexistente a alegada nulidade do acórdão, por não se vislumbrar qualquer nódoa apta a configurar o apontado erro in procedendo.

5. A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º) e, ainda, "em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça".

6. Considera-se que o(s) paradigma(s) apontado(s) presta(m)-se para conhecimento do incidente.

7. O acórdão recorrido revela o fundamento parcialmente transcrito a seguir:

"(...).

29. Quanto ao período não reconhecido como especial pela instância de origem (01/06/1997 a 05/10/2006), vale destacar que se trata do exercício da mesma função de motorista-vigilante de carro forte, na mesma empresa, em que o autor trabalhou desde 11/08/1988, e cujos períodos anteriores já foram judicialmente averbados como especiais.

30. Assim, a situação acima exposta enseja o reconhecimento do direito da parte autora à averbação como especial, além dos períodos já reconhecidos pela sentença recorrida, do período de 01/06/1997 a 05/10/2006.

31. Portanto, comprovado o exercício de atividade especial pelo autor, este faz jus à respectiva averbação perante o INSS, os quais somam tempo superior aos 25 anos exigidos pelo art. 57 da lei n. 8.213/91.

32. Ante o exposto, nego provimento ao recurso do INSS e dou provimento ao recurso do autor, para condenar o INSS a averbar como especial o período de 01/06/1997 a 05/10/2006, além daqueles já averbados pela sentença recorrida, e a implantar e pagar em seu favor o benefício de aposentadoria especial, a partir da data do requerimento administrativo (25/11/2005), sendo devidas as prestações vencidas desde então.

(...)" (grifos nossos)

8. Do cotejo entre o acórdão combatido e o julgado paradigma observa-se que não está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ausência de similitude fática entre o julgado recorrido e o paradigma.

9. No acórdão recorrido, Turma Recursal de São Paulo reconheceu a natureza especial do labor, dado o exercício da atividade de motorista-vigilante de carro forte.

10. Já no caso paradigma (REsp nº 1.397.783/RS), o STJ enfrentou a questão relativa à exposição a ruído, conforme se pode observar do excerto do julgado:

"EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. APOSENTADORIA. RUÍDOS SUPERIORES A 80 DECIBÉIS ATÉ A EDIÇÃO DO DECRETO 2.171/97. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO RETROATIVA DA NORMA.

1. A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça firmou orientação de que é tida por especial a atividade exercida com exposição a ruídos superiores a 80 decibéis até a edição do Decreto 2.171/1997. Após essa data, o nível de ruído considerado prejudicial é o superior a 90 decibéis. Com a entrada em vigor do Decreto 4.882, em 18.11.2003, o limite de tolerância ao agente físico ruído foi reduzido para 85 decibéis.

2. No entanto, concluiu o Tribunal de origem ser possível a conversão de tempo de serviço especial em comum, após o Decreto 2.172/1997, mesmo diante do nível de ruído inferior a 90 decibéis. Igualmente, levou em conta a aplicação retroativa do Decreto 4.882/2003, por ser mais benéfico, de modo a atentar para a atividade sujeita a ruídos superiores a 85 decibéis desde 6.3.1997, data do Decreto 2.172/1997.

3. Assim decidindo, contrariou o entendimento jurisprudencial do STJ de não ser possível atribuir retroatividade à norma sem expressa previsão legal, sob pena de ofensa ao disposto no art. 6º da LICC, notadamente porque o tempo de serviço é regido pela legislação vigente à época em que efetivamente prestado o labor. Precedentes do STJ.

4. Recurso Especial provido." (STJ, REsp nº 1.397.783/RS, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, 2ª Turma, unânime, julgado em 03/06/2013) (grifos nossos)

11. Portando, não há a similitude fática a permitir o conhecimento do presente incidente de uniformização.

12. Aplicação da Questão de Ordem nº 22/TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".

13. Incidente de Uniformização de Jurisprudência não conhecido.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER DO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto do Juiz Federal Relator.

Brasília, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0000870-95.2006.4.03.6311  
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo  
REQUERENTE: DIRCE HORTAS GIMENES  
PROC./ADV.: CARLOS RENATO G. DOMINGOS  
OAB: SP-156166  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA APRESENTADO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SÚMULA Nº 7/TNU. MATÉRIA DE ÍNDOLE PROCESSUAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão que, a despeito do provimento do recurso inominado em parte mínima do pedido, uma vez que limitou-se a fixar a incidência da correção monetária e dos juros nos termos do manual de cálculo da Justiça Federal, deixou de condenar o INSS no ressarcimento da verba honorária advocatícia.

2. Alegação de que o acórdão recorrido diverge do entendimento adotado pelo STJ (Ag nº 820.671).

3. Incidente admitido na origem.

4. A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º) e, ainda, "em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça".

5. In casu, a discussão trazida à tona pelo suscitante do incidente diz respeito à verba honorária advocatícia.

6. Dado o disposto no art. 14, caput, da Lei 10.259/01, a uniformização de jurisprudência só diz respeito à matéria de direito material. À espécie, portanto, incide o enunciado de Súmula nº 7/TNU: "Descabe incidente de uniformização versando sobre honorários advocatícios por se tratar de questão de direito processual".

7. Por efeito, voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE.

Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA  
Juiz Federal Relator



ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, decidiu NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos da ementa-voto do Juiz Federal relator.  
Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0003001-52.2006.4.03.6308  
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo  
REQUERENTE: SILVIO JOSÉ DA SILVA  
PROC./ADV.: JOSÉ BRUN JÚNIOR  
OAB: SP-128366  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA APRESENTADO PELA AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO URBANO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão que, mantendo sentença de improcedência, não reconheceu o alegado tempo de serviço prestado no(s) período(s) de 11/08/1980 a 15/02/1983 e de 16/02/1983 a 04/03/1984, respectivamente nas atividades de açougueiro e mecânico, sem registro na CTPS, segundo o fundamento de ausência de prova material.  
2. Alegação de que o acórdão recorrido diverge do entendimento adotado pela TNU (PEDILEF nº 2004.70.95.009455-5), no tocante aos documentos hábeis a servir como início de prova material.  
3. Incidente admitido na origem.  
4. A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º) e, ainda, "em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça".  
5. No caso dos autos, acerca do conjunto probatório acostado, o acórdão recorrido, exarado pela 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Terceira Região (SJSP), segundo a técnica da fundamentação per relationem, procedeu a sua valoração, conforme excerto a seguir parcialmente transcrito:  
"(...) O depoimento pessoal do autor é convincente, no sentido de que realmente trabalhou nos locais descritos na inicial, porém, infelizmente, há ausência de início de prova documental, que comprove o serviço realizado. Não há um documento contemporâneo da época que informe a atividade desenvolvida pelo autor. Assim, infelizmente, é caso de se julgar improcedente a ação. (...)".  
6. Assim, verifica-se que a Turma de origem apontou de forma clara os motivos que a levaram a não acolher o pleito do(a) recorrente, estabelecendo um verdadeiro juízo de valor, que a este Colegiado é vedado rediscutir, nos termos da Súmula nº 42, da TNU, in verbis: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".  
7. Por efeito, voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE.  
Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA  
Juiz Federal Relator  
ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, decidiu NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos da ementa-voto do Juiz Federal relator.  
Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0003734-18.2006.4.03.6308  
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo  
REQUERENTE: SUELI APARECIDA GASPARINI  
PROC./ADV.: JOSÉ BRUN JÚNIOR  
OAB: SP-128366  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA APRESENTADO PELA AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO URBANO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão que, mantendo sentença de improcedência, não reconheceu o alegado tempo de serviço prestado no(s) período(s) de dez/73, de 11/08/80 a 15/02/83 e de 16/02/83 a 04/03/84, junto à Santa Casa de Misericórdia de Santa Cruz do Rio Pardo/SP, segundo o fundamento de ausência de prova material.

2. Em sede preliminar, suscita nulidade do feito em razão de cerceamento do direito de defesa. No que toca ao mérito, alega que o acórdão recorrido diverge do entendimento adotado pelo STJ (REsp nº 335.300/Rs e REsp nº 553.755/CE) e pela TNU (PEDILEF nº 2003.84.13.000666-2).  
3. Incidente admitido na origem.  
4. Inexistente a alegada nulidade do acórdão, por não se vislumbrar, em razão da elaboração do voto do acórdão mediante a utilização da técnica do voto-ementa, qualquer nódoa apta a configurar error in procedendo.  
5. A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º) e, ainda, "em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça".  
6. No tocante à suscitada nulidade, por suposto cerceamento do direito de defesa, impende aduzir que o pedido de uniformização de jurisprudência só diz respeito à questão de direito material. Em decorrência disso, nessa sede, não há como firmar tese acerca de eventual vulneração ao cânone do devido processo legal, dada a sua natureza manifestamente processual.  
7. No caso dos autos, acerca do conjunto probatório acostado, o acórdão recorrido procedeu a sua valoração, conforme excerto a seguir parcialmente transcrito:  
"No caso em tela, a parte autora pleiteia o reconhecimento de tempo de serviço comum perante a Santa Casa de Misericórdia de Rio Pardo, nos períodos de dezembro de 1973, 1974 a 1976, 1985 a 1987, 1988 e 1989.  
Não obstante a alegação da parte autora, não houve a apresentação sequer de início de prova material a fim de embasar o pedido. A bem da verdade, não foi nem mesmo declinada a atividade por ela desempenhada. Observo que os documentos em nome da autora constantes do requerimento administrativo apresentado na petição inicial apenas fazem menção a seu histórico escolar. E a declaração de fl. 53 da inicial foi confeccionada pela própria requerente, o que certamente não pode ser considerada como início de prova material.  
Nesse sentido, ante a ausência de início de prova material, forçoso reconhecer que nem mesmo a produção de prova testemunhal seria apta a comprovar, por si só, o período requerido.  
Ante o exposto, nego provimento ao recurso."  
8. Assim, verifica-se que a Turma de origem apontou de forma clara os motivos que a levaram a não acolher o pleito do(a) recorrente, estabelecendo um verdadeiro juízo de valor, que a este Colegiado é vedado rediscutir, nos termos da Súmula nº 42, da TNU, in verbis: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".  
9. Por efeito, voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE.  
Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA  
Juiz Federal Relator  
ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, decidiu NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos da ementa-voto do Juiz Federal relator.  
Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0003879-21.2008.4.03.6303  
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo  
REQUERENTE: JOSÉ CARLOS BORELLI  
PROC./ADV.: LUIZ MENEZELLO NETO  
OAB: SP-56072  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. SESENTA SALÁRIOS MÍNIMOS. LIMITAÇÃO DO CRÉDITO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. QO Nº 22 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pelo autor, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001.  
2. Alegação de que o acórdão recorrido diverge do entendimento adotado pelo enunciado de Súmula nº 17 da TNU. Sustenta que o valor da condenação não deve se limitar a 60 (sessenta) salários mínimos.  
3. Incidente inadmitido na origem, sendo os autos encaminhados a esta TNU por força de agravo.  
4. Do cotejo entre o acórdão combatido e o julgado paradigma observa-se que não está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ausência de similitude fática entre o julgado recorrido e o paradigma.  
5. A Quarta Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Terceira Região (SJSP), valendo-se da técnica da fundamentação per relationem, ratificou a sentença recorrida sob o seguinte entendimento:

"(...) Preliminarmente, o INSS suscitou incompetência absoluta em razão do valor, ineficácia da sentença que defira pedido em valor superior ao teto do Juizado Especial Federal e impossibilidade jurídica de pedido excedente a 60 (sessenta) salários mínimos. Alegou inépcia da inicial.  
No tocante à preliminar de incompetência deste Juizado Especial Federal em razão do valor de alçada, verifico que não se trata de causa com valor superior a 60 (sessenta) salários mínimos, somadas as parcelas vencidas com doze vincendas, na data do ajuizamento da ação, considerada a renúncia tácita. Por essas razões, repudio a prefaçial invocada e rejeito a impugnação ao valor da causa."  
6. Do excerto exposto, vê-se que em momento algum foi estabelecido que o valor da condenação restaria limitado a 60 (sessenta) salários mínimos, de modo a impedir eventual expedição de precatório requisitório de pagamento. A abordagem feita pelo juízo a quo concerne à definição do valor da causa para fins de definição da competência do JEF.  
7. Portanto, não há a similitude fática a permitir o conhecimento do presente incidente de uniformização.  
8. Aplicação da Questão de Ordem nº 22/TNU: "É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".  
9. Por efeito, voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE.  
Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA  
Juiz Federal Relator  
ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, decidiu NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos da ementa-voto do Juiz Federal relator.  
Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0006008-67.2006.4.03.6303  
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo  
REQUERENTE: SABINO MARTINS DE JESUS  
PROC./ADV.: LUIZ MENEZELLO NETO  
OAB: SP-56072  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. SESENTA SALÁRIOS MÍNIMOS. LIMITAÇÃO DO CRÉDITO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. QO Nº 22 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pelo autor, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001.  
2. Alegação de que o acórdão recorrido diverge do entendimento adotado pelo enunciado de Súmula nº 17 da TNU. Sustenta que o valor da condenação não deve se limitar a 60 (sessenta) salários mínimos.  
3. Incidente inadmitido na origem, sendo os autos encaminhados a esta TNU por força de agravo.  
4. Do cotejo entre o acórdão combatido e o julgado paradigma observa-se que não está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ausência de similitude fática entre o julgado recorrido e o paradigma.  
5. A Quinta Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Terceira Região (SJSP) exarou o seguinte entendimento:  
"(...) A preliminar arguida pelo INSS merece acolhimento, em parte.  
Isso porque verifico que segundo os cálculos constantes dos autos, na data do ajuizamento da ação, o valor de 12 parcelas vincendas mais os valores atrasados ultrapassam o limite de alçada do Juizado Especial Cível.  
É que tenho entendimento de que o valor para fixação da competência deve ser analisado na ocasião do ajuizamento da ação, considerando-se as 12 parcelas vincendas mais as vencidas, nos termos do artigo 260, do CPC.  
Entretanto, prestigiando-se os princípios da informalidade e economia processual, entendo que não se deve anular a sentença de primeiro grau nesta fase recursal, de modo que a condenação dos valores atrasados fica limitada nos termos acima exposto - a diferença entre os 60 (sessenta) salários mínimos e as 12 parcelas vincendas, na data do ajuizamento da ação; os valores atrasados a partir do ajuizamento da ação não há limitação.  
Assim, no caso de manutenção da sentença de procedência parcial, o valor dos atrasados deverá ser corrigido para adequar-se ao limite da alçada.  
(...) (grifos nossos)  
Ante o exposto, dou provimento parcial ao recurso do INSS para limitar o valor da condenação das prestações em atraso ao limite da alçada."  
6. Do excerto exposto, vê-se que em momento algum foi estabelecido que o valor da condenação restaria limitado a 60 (sessenta) salários mínimos, de modo a impedir eventual expedição de precatório requisitório de pagamento. A abordagem feita pelo juízo a quo concerne à definição do valor da causa para fins de definição da competência do JEF.

7. O acórdão vergastado é explícito ao afirmar que no tocante aos "valores atrasados a partir do ajuizamento da ação não há limitação".

8. Portando, não há a similitude fática a permitir o conhecimento do presente incidente de uniformização.

9. Aplicação da Questão de Ordem nº 22/TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".

10. Por efeito, voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE.

Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA  
Juiz Federal Relator

### ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, decidiu NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos da ementa-voto do Juiz Federal relator.

Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0009684-84.2010.4.03.6302  
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo  
REQUERENTE: INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO(A): ANGELO EVANGELISTA DE SOUZA  
PROC./ADV.: DOUGLAS FERREIRA MOURA  
OAB: SP-173810  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA APRESENTADO PELO INSS. PREVIDENCIÁRIO. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. EXPOSIÇÃO A RUÍDO. LAUDO TÉCNICO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. QO Nº 22 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pelo INSS em face de acórdão que, segundo alega, restou silente quanto a argumento jurídico constante do recurso inominado, veiculado no sentido de que o reconhecimento de tempo de serviço especial, com exposição a ruído, exige a apresentação de laudo técnico.

2. Alega, então, que o acórdão recorrido afigura-se nulo, por ter apresentado fundamentação genérica, o que contraria entendimento firmado pela TNU (PEDILEF 0502440-02.2008.4.05.8100).

3. Incidente admitido na origem.

4. A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º) e, ainda, "em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça".

5. O acórdão recorrido revela o fundamento parcialmente transcrito a seguir:

"1. Pedido de concessão de Aposentadoria. Atividade Especial. Contagem/Conversão em Atividade Comum;

2. Legislação aplicável na data da prestação do serviço. Agentes químicos e biológicos. Enquadramento da atividade do segurado com base na categoria profissional do Decreto 53.831/64 até a regulamentação da Lei n. 9.032/95, pelo Decreto 2.172/97, exceto para ruído. Precedentes do STJ/TNU;

3. Agente nocivo. Ruído. Limites. Superior Tribunal de Justiça: "O tempo de trabalho laborado com exposição a ruído é considerado especial, para fins de conversão em comum, nos seguintes níveis: superior a 80 decibéis, na vigência do Decreto nº 53.831/64 (1.1.6); superior a 90 decibéis, a partir de 05 de março de 1997, na vigência do Decreto nº 2.172; superior a 85 decibéis, a partir da edição do Decreto 4.882, de 18 de novembro de 2003. (publicada em 04/08/2006)" - RESP 1397783/RS;

4. Reconhecimento da atividade especial após MP 1663-98. Admissibilidade. Entendimento extraído do julgamento do STF ao considerar prejudicada a ADIN n. 1.891 quanto à inconstitucionalidade do artigo 28 ao decidir que "a expressão do § 5º do artigo 57 da Lei n. 8.213/91, contida no artigo 28 da MP n. 1663-98, porque não foi ela reproduzida na Lei n. 9.711 de 20/11/98, em que se converteu a citada MP";

5. Material probatório. Formulário SB-40/DSS-8030/Laudo pericial. Idoneidade das provas apresentadas. Exposição de forma Habitual e Permanente. Perfil Profissional Profissiográfico. Admissibilidade. Precedente da TNU nos autos n. 2008.38.00.724991-2: "EMENTA: PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. TEMPO ESPECIAL. AGENTE NOCIVO RUÍDO. EXIGIBILIDADE DE LAUDO TÉCNICO. SUFICIÊNCIA DO FORMULÁRIO PPP. ORIENTAÇÃO ADMINISTRATIVA DO INSS. PRECEDENTES DA TNU. 1. Para fim de reconhecimento do exercício de atividade especial é dispensável a apresentação de laudo técnico de condições ambientais de trabalho, desde que o pedido seja instruído com formulário Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP, mesmo para o agente físico ruído, inclusive para períodos laborados anteriormente a 31.12.2003. 2. A referida dispensabilidade é prevista em atos nor-

mativos do próprio INSS, em especial o art. 161, § 1º, da Instrução Normativa nº 20/INSS/PRES, sendo descabido exigir-se, na via judicial, mais do que a Administração Pública exige do segurado. 3. Precedentes desta Turma Nacional".

6. Extemporaneidade de laudos periciais apresentados pelo segurado. Irrelevância desde que mantidas as mesmas condições especiais do labor nos termos da Súmula 68 da TNU;

7. Uso de EPI. Descaracterização da atividade especial. A TNU firmou entendimento de que o seu uso não elide o reconhecimento do tempo especial. Súmula nº 9 - "O uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI), ainda que elimine a insalubridade, no caso de exposição a ruído, não descaracteriza o tempo de serviço especial prestado." - TNU - PEDILEF 200872540061110, Relator JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO, Fonte/Data da Publicação DOU 11/05/2012;

8. Sentença de parcial procedência impugnada por recurso da parte autora e do INSS requerendo a reforma do julgado;

9. Não há previsão na Lei 9.099/95 de dispositivo exigindo a realização de prova pericial independentemente de prévia cognição jurisdicional. Os princípios da celeridade e oralidade do juizado especial vedam a adoção de procedimentos próprios da lei processual civil. Ademais, foram observados nos autos os princípios da ampla defesa e do contraditório, em conformidade com o que dispõe a Lei n. 10.259, de 12 de julho de 2001, sendo assim, descabida a realização de prova pericial, porquanto compete à parte autora instruir a petição inicial com todos os documentos que comprovem a condição de trabalho especial, sendo facultado ao juiz deferir a produção de prova se considerar duvidosa o acervo probatório trazido de forma preferencialmente documental;

10. Conforme bem asseverou a sentença recorrida: "(...) No caso dos autos, verifico que o autor esteve exposto ao agente físico ruído, de forma considerada especialmente nociva pela legislação previdenciária no período compreendido entre 01/08/1991 a 22/11/1998 (92,9 dB), conforme consta do PPP anexado aos autos. Para os demais períodos pretendidos pela parte autora, o PPP apresentado não se mostra suficiente para comprovar a exposição do autor a qualquer agente nocivo nos períodos pleiteados, tendo em vista que não foi aferido nível de intensidade/concentração nos termos estabelecidos pela legislação previdenciária.";

11. Os recursos interpostos não tiveram o condão de infirmar os fundamentos da sentença recorrida;

12. Recursos desprovidos.

13. Sem condenação em honorários nos termos do art. 55 da Lei n. 9.099/95." (grifos nossos)

6. Do cotejo entre o acórdão combatido e o julgado paradigma observa-se que não está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ausência de similitude fática entre o julgado recorrido e o paradigma.

7. No acórdão recorrido, a Turma Recursal de São Paulo reconheceu a natureza especial do labor, com exposição a ruído, a partir da análise da prova documental, esta cristalizada em Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP.

8. Veja-se que o teor do acórdão da TR/SP encontra-se em perfeita sintonia com o entendimento adotado pela Turma Nacional de Uniformização - TNU, no sentido de que a exibição do Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP dispensa a apresentação de laudo técnico ambiental - LTCAT (Pedido de Uniformização nº 200972640009000, Rel. ROGÉRIO MOREIRA ALVES, julgado em 27/06/2012, DOU de 06/07/2012).

9. Veja-se que apenas por esta razão já seria suficiente o não conhecimento do pedido de uniformização, dada a aplicação do disposto na Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

10. Já no caso paradigma (PEDILEF 0502440-02.2008.4.05.8100), a TNU enfrentou a questão relativa à fundamentação padrão e genérica do acórdão recorrido, conforme se pode observar do excerto do julgado:

"EMENTA PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO CONSTITUCIONAL-PROCESSUAL. ACÓRDÃO PADRÃO E GENÉRICO. VIOLAÇÃO DO DIREITO DE FUNDAMENTAÇÃO DA SENTENÇA. UNIFORMIZAÇÃO PREJUDICADA. ACÓRDÃO ANULADO DE OFÍCIO.

1. Acórdão recorrido que reformou a sentença que julgou procedente pedido de Aposentadoria por Idade Rural, com fundamentação padrão e genérica acerca das razões da improcedência do pedido.

2. Acórdão padrão e genérico da Turma Recursal não atentou para as especificidades do caso.

3. Violação do direito constitucional à fundamentação das decisões judiciais (art. 93, inc. IX).

4. Situação que impossibilita a análise tanto do conhecimento quanto do mérito do pedido de uniformização, que resta prejudicado.

5. Acórdão que se anula de ofício, com o retorno dos autos à Turma Recursal de origem, para que se proceda à novo julgamento.

6. Aplicação analógica da Questão de Ordem nº 17 desta Turma Nacional.

7. Determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida." (TNU, PEDILEF 0502440-02.2008.4.05.8100, Rel. Juiz Federal PAULO RICARDO ARENA FILHO, julgado em 06/09/2011, DOU de 30/09/2011) (grifos nossos)

11. Portando, não há a similitude fática a permitir o conhecimento do presente incidente de uniformização.

12. Aplicação da Questão de Ordem nº 22/TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".

13. Por efeito, voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE.

Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA  
Juiz Federal Relator

### ACÓRDÃO

Acordam os membros desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER DO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto do Juiz Federal Relator.

Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0009714-22.2010.4.03.6302  
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo  
REQUERENTE: EDNA APARECIDA PEREIRA  
PROC./ADV.: HILÁRIO BOCCHI JÚNIOR  
OAB: SP-90916  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA FORMULADO PELO SEGURADO. PREVIDENCIÁRIO. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. TELEFONISTA DE HOSPITAL. ACÓRDÃOS PARADIGMAS DE TURMA RECURSAL DA MESMA REGIÃO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização suscitado pela parte autora em face de acórdão oriundo da Segunda Turma Recursal de São Paulo que não reconheceu como sendo de natureza especial o exercício da atividade de telefonista, exercida no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/SP.

2. No Incidente de Uniformização, a autora/recorrente sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgados da 5ª Turma Recursal de São Paulo (Processos nºs 0000564-36.2009.4.03.6307 e 0009297-71.2007.4.03.6303).

3. A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º) e, ainda, "em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça".

4. A alegação de divergência com acórdão de turma recursal da mesma região não constitui hipótese de cabimento do incidente previsto no artigo 14, parágrafo 2º da Lei 10.259/2001.

5. Por efeito, voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE.

Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA  
Juiz Federal Relator

### ACÓRDÃO

Acordam os membros desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER DO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto do Juiz Federal Relator.

Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0009781-84.2006.4.03.6315  
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo  
REQUERENTE: JOSÉ ELEUTÉRIO  
PROC./ADV.: JÚLIO ANTONIO DE OLIVEIRA  
OAB: SP 111.335  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

### EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DE EXERCÍCIO DE ATIVIDADE ESPECIAL. REVISÃO DE RMI. EFEITOS FINANCEIROS. MARCO INICIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. QO Nº 22 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.



1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pelo segurado, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão que, a despeito de ter assegurado o direito à revisão da RMI da aposentadoria por tempo de contribuição, com DIB de 09/09/1993, limitou a produção dos efeitos financeiros a partir do termo inicial do quinquênio antecedente ao ajuizamento da ação.

2. Alegação de que o acórdão recorrido diverge do entendimento adotado pelo STJ no AgRg no REsp 1022505/PR, no sentido de que o requerimento administrativo suspende o prazo prescricional durante o período em que a Administração Pública examina o pedido.

3. Incidente admitido na origem, sendo os autos encaminhados a esta TNU.

4. Do cotejo entre o acórdão combatido e o julgado paradigma observa-se que não está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ausência de similitude fática entre o julgado recorrido e o paradigma.

5. In casu, cumpre anotar que o recorrente protocolizou requerimento administrativo de revisão da sua aposentadoria em 24/10/1994, tendo tal pleito obtido resposta negativa do INSS no ano de 1996, e que somente em 20/11/2006 veio a promover a presente ação previdenciária de rito especial.

6. No acórdão recorrido, o INSS foi condenado no pagamento das parcelas em atraso a partir da concessão do benefício (09/09/1993) até a competência outubro de 2007, observada, no entanto, a prescrição quinquenal.

7. Sucede que no paradigma invocado houve o enfrentamento de questão diversa, uma vez que relativa à suspensão do prazo prescricional durante o período em que a Administração Pública aprecia o pedido.

8. Portando, não há a similitude fática a permitir o conhecimento do presente incidente de uniformização.

9. Aplicação da Questão de Ordem nº 22/TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".

10. Por efeito, voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE.

Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA  
Juiz Federal Relator  
**ACÓRDÃO**

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, decidiu NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos da ementa-voto do Juiz Federal relator.

Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0009905-82.2006.4.03.6310  
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo  
REQUERENTE: JOSÉ ERNESTO CARVALHO DOS SANTOS  
PROC./ADV.: IVANI BATISTA LISBOA CASTRO  
OAB: SP-202708  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

**EMENTA**

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA APRESENTADO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. RUÍDO E CALOR. NECESSIDADE DE LAUDO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONFORMIDADE COM O ENTENDIMENTO DA TNU. QUESTÃO DE ORDEM Nº 13. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte autora em face de acórdão que, confirmando a sentença de improcedência, deixou de reconhecer como sendo de natureza especial o labor desempenhado no período de 20/07/1970 a 24/07/1975, com exposição a ruído e calor.

2. Alega que o acórdão recorrido diverge do entendimento adotado pela TNU no PEDILEF nº 2002.61.84.016339-1. Sustenta a tese de que o reconhecimento da atividade especial, no período que antecede o advento da Lei nº 9.032/1995, independe a apresentação de laudo.

3. Incidente admitido na origem.

4. Do acórdão recorrido, salutar fazer referência ao excerto reproduzido a seguir:

"(...). Até a Lei 9.032/95 as atividades especiais eram aquelas insertas nos Decretos 83.080/79 e 53.814/64. Antes da vigência de tal norma a prova do exercício de atividade especial era feita somente através do SB40, exceto em relação ao ruído, para o qual sempre foi necessária a existência do laudo pericial. A partir da Lei 9.032/95, exige-se o SB40, o laudo técnico e enquadramento das atividades nos citados decretos, exigências estas que, entretanto, somente vieram a ser regulamentadas com a edição do Decreto 2.172, de 05 de março de 1.997. (...)." (grifos nossos)

5. O ponto do acórdão objeto de irresignação por parte do segurado encontra-se em estreita sintonia com o entendimento adotado pela Turma Nacional de Uniformização, no sentido de que "Excetuados os agentes nocivos ruído e calor, cuja comprovação de sua exposição, sempre se exigiu laudo técnico, este passou a ser necessário para essa finalidade somente após a edição do Decreto nº 2.172/97, que entrou em vigor em 05/03/97, regulamentando o disposto na Medida Provisória nº 1.523/96, convertida na Lei nº 9.528/97 (PEDILEF nº 50007114320124047212, Rel. Juíza Federal KYU SOON LEE, julgado em 08/10/2014, DOU de 24/10/20141, págs. 126/240)." (grifos nossos)

6. Por conseguinte, encontrando-se o acórdão recorrido em consonância com o entendimento deste Colegiado, impõe-se a aplicação do disposto na Questão de Ordem nº 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

7. Por efeito, voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE.

Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA  
Juiz Federal Relator  
**ACÓRDÃO**

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, decidiu NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos da ementa-voto do Juiz Federal relator.

Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0011360-37.2005.4.03.6304  
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo  
REQUERENTE: JOSÉ BATISTA DE OLIVEIRA  
PROC./ADV.: REGINA CÉLIA CÂNDIDO GREGÓRIO  
OAB: SP-156450  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

**EMENTA**

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA APRESENTADO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADORA RURAL. ACÓRDÃO QUE NÃO RECONHECE A QUALIDADE DE SEGURADA ESPECIAL COM BASE EM MAIS DE UM FUNDAMENTO. RECURSO QUE NÃO ATACA TODOS OS FUNDAMENTOS. QUESTÃO DE ORDEM Nº 18. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão que, reformando sentença de procedência, não reconheceu o direito ao gozo do benefício previdenciário de aposentadoria por idade (rural), em razão do marido da recorrente ter exercido atividade urbana no período de 1971 a 1990.

2. Alegação de que o acórdão recorrido diverge do entendimento adotado pela TNU (Súmula nº 41).

3. Incidente admitido na origem, com remessa dos autos a esta TNU.

4. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.

5. No caso dos autos, acerca do conjunto probatório acostado aos autos, o acórdão recorrido procedeu a sua valoração, conforme excerto a seguir parcialmente transcrito:

"(...). No caso dos autos, verifico que o autor apresentou os seguintes documentos:

a) Formulário DSS-8030/SB-40 para o período de 1/10/1970 a 30/9/1989 e de 1/12/1989 a 17/3/1997 (data da assinatura), no qual consta que o autor estava exposto ao agente nocivo ruído, em variação de 88 a 90 dB(A), e que sempre trabalhou no setor de raspagem (página 35 da inicial); e,

b) Laudo Técnico de Avaliação - Ruído (páginas 36 a 40 da inicial);

A respeito, observo, nos termos da Súmula n. 68 da Turma Nacional de Uniformização (TNU) que: "O laudo pericial não contemporâneo ao período trabalhado é apto à comprovação da atividade especial do segurado".

Desta forma, tenho como válido o laudo apresentado e que embasa o formulário apresentado pelo autor.

Entretanto, nota-se que a empregadora do autor alterou seu endereço em 1984 (páginas 50 a 54 da inicial), mudando-se para da Via Anchieta, n. 1704, Bairro Moinho Velho, Ipiranga, na cidade de São Paulo, para o Município de Vinhedo.

Assim, tenho que o laudo é válido somente para o período posterior à mudança, ou seja, a partir de março de 1984.

Explico: o fato do laudo não ser contemporâneo é apto à comprovação da atividade especial, desde que reflita as condições de trabalho. Ou seja, é necessário que não tenha havido mudanças significativas no ambiente laboral.

Isto porque, como as condições do ambiente de trabalho tendem a aprimorar-se com a evolução tecnológica, supõe-se que em tempos pretéritos a situação era pior ou quando menos igual à constatada na data da elaboração do laudo.

No caso, esta mudança está presente porque houve a alteração das próprias instalações, com alteração do Município-sede inclusive, que de São Paulo passou a ser Vinhedo.

Desta forma, não há como se reconhecer que houve o exercício de atividade exposta a agente nocivo ruído antes de março de 1984, ante a ausência de laudo, o que era necessário, nos termos da fundamentação exposta acima.

Por outro lado, tenho que a função de encarregado de produção pelo autor não afasta a exposição ao agente nocivo ruído, tendo em vista que no formulário apresentado consta que o autor sempre exerceu suas atividades no setor de raspagem e que naquele local, de acordo com o laudo, o ruído variava de 88 a 90 dB(A).

Neste aspecto, caberia ao INSS demonstrar que o autor não exercia suas atividades no local informado pela empregadora, ante o disposto no artigo 58 da Lei n. 8.213/1991, que atribui à empresa a responsabilidade pelos dados atualizados.

De fato, ante a informação de que mesmo como encarregado de produção, o autor exercia suas atividades no mesmo setor, não há como presumir que a desempenhava em outro setor apontado no laudo.

Outrossim, tendo em vista que o laudo foi emitido em agosto de 1995, não há como se reconhecer o período posterior, ou seja, de agosto de 1995 a maio de 1997, já que o formulário expressamente se remete a ele no parte em que consta "anexo III 1.1.6 (laudo anexo)".

Assim, considerando o que foi exposto acima, é possível reconhecer como especial o período de 29/4/1995 a 18/8/1995, data esta em que foi expedido o laudo.

Conforme da contagem de tempo anexada no processo administrativo, administrativamente, já houve o reconhecimento como tempo trabalhado em condições especiais dos períodos de 1/3/1984 a 30/9/1989 e de 1/12/1989 a 28/4/1995.

Portanto, com o período reconhecido acima perfaz o autor o total de 34 anos, 1 mês e 15 dias.

Isto posto, dou parcial provimento ao recurso da parte autora para reconhecer como especial o período de 29/4/1995 a 18/8/1995.

O INSS deverá averbar o período, convertendo-o posteriormente em tempo comum e calcular o novo valor da renda mensal inicial do autor, considerado o tempo reconhecido acima.

Deixo de condenar em honorários tendo em vista que o autor não foi totalmente vencido em seu recurso.

É o voto. (...)".

6. Com efeito, contendo a decisão impugnada mais de um fundamento, sendo que nem todos foram todos atacados no PU, impõe-se a aplicação do disposto na Questão de Ordem 18/TNU: "É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles".

7. Incidente de Uniformização de Jurisprudência não conhecido.

8. Por efeito, voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE.

Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA  
Juiz Federal Relator  
**ACÓRDÃO**

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, decidiu NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos da ementa-voto do Juiz Federal relator.

Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0012168-87.2006.4.03.6310  
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo  
REQUERENTE: ALAERCIO JOSÉ PICOOLI  
PROC./ADV.: ALESSANDRA CHAVARETTE ZANETTI  
OAB: SP- 1411104  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

**EMENTA**

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA SUSCITADO PELO(A) SEGURADO(A). PREVIDENCIÁRIO. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. COTEJO ANALÍTICO. AUSÊNCIA. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se Pedido de Uniformização de Jurisprudência interposto pelo(a) segurado(a) em face de acórdão que não reconheceu como sendo de natureza especial o exercício de atividade no período de 16/04/1971 a 06/06/1979, desempenhado com exposição ao agente físico ruído e ao agente químico chumbo.

2. Alega, em síntese, que o acórdão recorrido divergiu do entendimento adotado pelo STJ (REsp 422616) e pela TNU (PEDILEF 200870950021399).

3. Incidente admitido na origem.

4. Dispõe o art. 14, caput e § 2º da Lei nº 10.259/2001 que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do eg. Superior Tribunal de Justiça.

5. Entrementes, in casu, cumpre observar que não foi promovido o necessário cotejo analítico em relação ao suposto dissídio, contentando-se o(a) recorrente apenas em lançar, na peça recursal, excerto(s) de julgado(s) que envolve(m) o tema em discussão.

6. Ressalte-se que a mera transcrição dos julgados não supre a exigência do obrigatório cotejo analítico.

7. Desse modo, a ausência de cotejo analítico entre os acórdãos impede o conhecimento do presente incidente.

8. Por efeito, voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE.

Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA  
Juiz Federal Relator

## ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, decidiu NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos da ementa-voto do Juiz Federal relator.  
Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0012456-87.2005.4.03.6304  
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo  
REQUERENTE: WAGNER JOÃO BERGAMASCO  
PROC./ADV.: TÂNIA CRISTINA NASTARO  
OAB: SP 162.958  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

## EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA APRESENTADO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. MATÉRIA PROCESSUAL. APOSENTADORIA. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. DIVERGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão que não reconheceu como sendo de natureza especial o exercício do labor nos períodos de 01/12/1972 a 16/06/1977 e de 17/12/1998 a 19/12/2003. Em sede preliminar, suscitada cerceamento a direito de defesa em razão de ter sido proferida sem realização da audiência de instrução.
2. Incidente admitido na origem.
3. A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º) e, ainda, "em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça".
4. Impende aduzir que o pedido de uniformização de jurisprudência só diz respeito à questão de direito material. Em decorrência disso, nessa sede, não há como firmar tese acerca de eventual vulneração ao cânone do devido processo legal, dada a sua natureza manifestamente processual.
5. No tocante à irresignação alusiva ao não reconhecimento do exercício de atividade especial nos interregnos temporais de 01/12/1972 a 16/06/1977 e de 17/12/1998 a 19/12/2003, a parte recorrente deixou de apontar acórdãos paradigmas contrários ao acórdão recorrido, o que impede o conhecimento do incidente, diante da impossibilidade de aferição da alegada divergência.
6. Por efeito, voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE.  
Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA  
Juiz Federal Relator  
ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, decidiu NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos da ementa-voto do Juiz Federal relator.  
Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0012911-90.2007.4.03.6301  
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo  
REQUERENTE: RAIMUNDA GUILMARAES DE MENDONÇA  
PROC./ADV.: ROSA OLÍMPIA MAIA  
OAB: SP-192 013  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

## EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA APRESENTADO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. RUÍDO. COTEJO ANALÍTICO. AUSÊNCIA. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se Pedido de Uniformização de Jurisprudência interposto pelo(a) segurado(a) em face de acórdão que não reconheceu como sendo de natureza especial o exercício de atividade no(s) período(s) de 06/03/1997 a 31/12/2000 e de 01/01/2001 a 22/01/2002, desenhado com exposição a ruído.
2. Alega, em síntese, que o acórdão recorrido divergiu do entendimento no enunciado nº 32 de Súmula da TNU.
3. Incidente admitido na origem.
4. Dispõe o art. 14, caput e § 2º da Lei nº 10.259/2001 que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do eg. Superior Tribunal de Justiça.

5. Entrementes, in casu, cumpre observar que não foi promovido o necessário cotejo analítico em relação ao suposto dissídio, contendo-se o(a) recorrente apenas em lançar, na peça recursal, excerto(s) de julgado(s) que envolve(m) o tema em discussão.
6. Ressalte-se que a mera transcrição dos julgados não supre a exigência do obrigatório cotejo analítico.
7. Desse modo, a ausência de cotejo analítico entre os acórdãos impede o conhecimento do presente incidente.
8. Ademais, convém anotar que o enunciado nº 32 de Súmula da TNU foi cancelado em 09/10/2003.
9. Por efeito, voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE.  
Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA  
Juiz Federal Relator  
ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, decidiu NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos da ementa-voto do Juiz Federal relator.  
Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0016134-82.2006.4.03.6302  
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo  
REQUERENTE: VALQUE ROMÃO DA SILVA  
PROC./ADV.: KLEBER ALLAN FERNANDEZ DE SOUZA RO-SA  
OAB: SP-248879  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

## EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA APRESENTADO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL/APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DE EXERCÍCIO DE ATIVIDADE ESPECIAL. INCIDENTE INTEMPESTIVO. NÃO CONHECIMENTO.

1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão que, confirmando sentença de improcedência, não reconheceu o exercício de atividade sob condições especiais (co-brador de ônibus urbano, motorista e frentista).
2. Alegação de que o acórdão recorrido diverge do entendimento adotado pela TNU (PEDILEF nº 2008.72.55.008372-2) e pelo STJ (REsp nº 518.139).
3. Incidente inadmitido na origem, sendo os autos encaminhados a esta TNU por força de agravo.
4. No caso presente, consoante se infere da certidão constante do evento nº 58, a intimação alusiva ao acórdão proferido pela 2ª Turma Recursal dos JEFs da 3ª Região (SJSP) circulou no Diário eletrônico do dia 28/08/2012, operando-se a publicação no dia 29/08/2012, nos termos do previsto no art. 4º da Lei nº 11.419, de 19/12/2006.
5. Por força do disposto no art. 13 do Regimento Interno da TNU, aprovado pela Res.-CJF nº 345/2015, o prazo de 15 (quinze) dias para o manejo do pedido de uniformização teve o seu termo inicial em 30/08/2012 e termo final em 13/09/2012, sendo que o incidente somente veio a ser protocolizado no dia 19/09/2012, quando já decorrido o prazo legal.
6. Por efeito, voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE, por ser intempestivo.  
Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA  
Juiz Federal Relator  
ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, decidiu NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos da ementa-voto do Juiz Federal relator.  
Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5003437-66.2011.4.04.7101  
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL  
REQUERENTE: SUCESSÃO DE JOSÉ LUIZ DOS SANTOS PRADO  
PROC./ADV.: SAULO PONTES LAMENZA  
OAB: RS-76 230  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

## EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. HIPÓTESE DE REEXAME DA MATÉRIA DE FATO. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais em relação ao qual se imputa divergência quanto à interpretação de lei federal na solução de questão de direito material, nos termos previstos no art. 14 da Lei nº 10.259/2001.

2. Preliminarmente, explicita-se que a TNU definiu quanto ao conhecimento de incidentes de uniformização que: "um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte" (QO 05); "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido" (QO 13); "é inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles" (QO 18); "se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito" (QO 20); "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia" (QO 24); "o conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado" (QO 35); "não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual" (Súmula 43); "não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" (Súmula 42).

3. No ponto impugnado, o acórdão recorrido indeferiu benefício previdenciário por incapacidade, em razão da perda da qualidade de segurado.
4. Do paradigma, colhe-se apenas que a CTPS tem presunção relativa de validade, cabendo ao INSS o ônus de provar a fraude no seu preenchimento.
5. Incidência da Súmula 42 e da Questão de Ordem 22, uma vez que o reconhecimento pelo julgado recorrido da perda de qualidade de segurado não decorreu da negativa de validade à CTPS (cuja existência não foi sequer mencionada no julgamento), mas, sim, pela convicção do julgador de que inexistia vínculo empregatício à época da incapacidade, em razão da ausência de registro no CAGED e da RAIS, de ausência de menção ao vínculo na narração dos fatos na petição inicial e na perícia judicial e do recolhimento extemporâneo das contribuições previdenciárias e ao FGTS.
6. Portanto, além da ausência de similitude do julgado recorrido ao caso paradigma, a análise dos fundamentos do julgado exigiria revolvimento quanto à ocorrência da incapacidade.
7. A hipótese dos autos é de não conhecimento do incidente.

## ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência NÃO CONHECER O INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator.  
Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5021403-50.2013.4.04.7108  
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL  
REQUERENTE: VALMIR HERMING  
PROC./ADV.: IMILIA DE SOUZA  
OAB: RS 36.024  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

## EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. HIPÓTESE DE REEXAME DA MATÉRIA DE FATO. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais em relação ao qual se imputa divergência quanto à interpretação de lei federal na solução de questão de direito material, nos termos previstos no art. 14 da Lei nº 10.259/2001.
2. Preliminarmente, explicita-se que a TNU definiu quanto ao conhecimento de incidentes de uniformização que: "um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte" (QO 05); "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido" (QO 13); "é inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles" (QO 18); "se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito" (QO 20); "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização



ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia" (QO 24); "o conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado" (QO 35); "não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual" (Súmula 43); "não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" (Súmula 42).

3. No ponto impugnado, o acórdão recorrido decidiu que é não há a incapacidade para o trabalho.

4. Dos paradigmas, colhe-se apenas que a perícia médica deve ser realizada por médico especialista e que a ausência de fundamentação no julgado referente à especificidade do caso concreto gera anulação do acórdão.

5. Quanto à questão referente à elaboração de perícia por médico especialista, há a incidência da Questão de Ordem 13 e da Súmula 42, uma vez que a TNU tem posição pacificada no sentido de que apenas em casos excepcionais (caracterizados pela maior complexidade do quadro clínico ou raridade da enfermidade) a perícia médica deve ser realizada por médico especialista: PEDILEF nºs 200972500071996, 200872510048413, 200872510018627 e 200872510031462.

6. No caso dos autos, as enfermidades apontadas foram "doença degenerativa do sistema nervoso não especificada (G 31.9) e tuberculose pulmonar", patologias cujo enquadramento como hipóteses complexas implicaria reexame fático.

7. Quanto à ausência de fundamentação, entendo que incidência da Questão de Ordem 22, uma vez que no caso recorrido houve a exposição de razões suficientes quanto aos pontos ora alegados como omitidos (validade da perícia por médico não especialista e exame da perícia em cotejo com os documentos médicos constantes nos autos), ao passo que nos paradigmas se tratou de "acórdão padronizado e genérico" e acolhimento pelo acórdão de "conclusões omissas e aparentemente contraditórias do laudo pericial".

8. A hipótese dos autos é de não conhecimento do incidente.

#### ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência NÃO CONHECER O INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator.

Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0006622-79.2013.4.01.3200

ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS

REQUERENTE: ERLANE CARDOSO DA SILVA

PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-RECLUSÃO. ALEGADA QUALIDADE DE SEGURADO ESPECIAL. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM 22 E 35. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais em relação ao qual se imputa divergência quanto à interpretação de lei federal na solução de questão de direito material, nos termos previstos no art. 14 da Lei nº 10.259/2001.

2. Preliminarmente, diga-se que a TNU definiu quanto ao conhecimento de incidentes de uniformização que: "um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte" (QO 05); "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido" (QO 13); "é inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles" (QO 18); "se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito" (QO 20); "é possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma" (QO 22); "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia" (QO 24); "o conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado" (QO 35); "não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual" (Súmula 43); "não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" (Súmula 42).

3. No ponto impugnado, o acórdão recorrido indeferiu a concessão de auxílio-reclusão sob o entendimento de que não restou comprovada a qualidade de segurado especial do pretendo instituidor.

4. Nos paradigmas, apontou-se que (a) não se deve aplicar rigor excessivo na comprovação da atividade agrícola; (b) o rol de documento previsto no art. 106 da Lei 8.213/91 tem caráter exem-

plificativo; (c) para a comprovação da qualidade de segurado especial o início de prova material não precisa abranger a integralidade do período de carência; (d) reconheceu a qualidade de segurado especial, tomando por base documentos de idêntica natureza daqueles apresentados no caso concreto; (e) anulou julgamento em que não se analisou a integralidade dos documentos apresentados.

5. Incidência da Questão de Ordem 22 e 35, uma vez que no caso recorrido o indeferimento não se deu pela não contemporaneidade dos documentos apresentados pela parte-autora, ou deu-se caráter taxativo ou negou-se validade, por si, a qualquer documento apresentado (como a certidão de casamento apresentada), apenas apontou-se a "fragilidade dos documentos apresentados" que não foram "corroborados pelas testemunhas", documentos dentre os quais não se encontra o contrato de comodato, cujo exame teria omitido o julgado, de modo que, não prequestionada a existência de tal prova material, descabe em sede de incidente de uniformização suscitar a nulidade quando à apreciação da prova, sob pena de reviramento da matéria fática, para se apurar a real existência do documento.

6. Do mesmo modo, o tema quanto ao "excessivo rigor" no exame da prova, guarda relação com o exame da matéria fática, não se configurando hipótese de reavaliação da prova, única hipótese em que se poderia ingressar na discussão quanto ao acervo probatório trazido aos autos.

7. A hipótese dos autos é de não conhecimento do incidente, res-salvado meu entendimento sobre a matéria.

#### ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência NÃO CONHECER O INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator.

Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0506935-61.2014.4.05.8300

ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco

REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): MARIA LAURA V. D. DE ALMEIDA (REPRESENTADA: JOSÉ DIVISON B. SOUSA)

PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-RECLUSÃO. SEGURADO DESEMPREGADO. CONCEITO DE BAIXA RENDA. REQUISITO OBSERVADO À ÉPOCA DA PRISÃO. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM 13. PEDIDO DE NÃO APLICAÇÃO DO ART. 1º-F DA LEI 9494/97. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA ENTRE JULGADOS RECORRIDO E PARADIGMA. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais em relação ao qual se imputa divergência quanto à interpretação de lei federal na solução de questão de direito material, nos termos previstos no art. 14 da Lei nº 10.259/2001.

2. Preliminarmente, diga-se que a TNU definiu quanto ao conhecimento de incidentes de uniformização que: "um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte" (QO 05); "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido" (QO 13); "é inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles" (QO 18); "se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito" (QO 20); "é possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma" (QO 22); "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia" (QO 24); "o conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado" (QO 35); "não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual" (Súmula 43); "não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" (Súmula 42).

3. No ponto impugnado, o acórdão recorrido decidiu que a renda a ser observada para fins de concessão de auxílio-reclusão é a da época do encarceramento, o que, tratando-se de segurado desempregado, implica ausência de renda. Quanto à atualização monetária dos valores

atrasados, estabeleceu o julgado que será aplicado o art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 (com a redação dada pela Lei nº 11.960/2009).

4. Nos paradigmas, apontou-se que a renda a ser observada para fins de concessão de auxílio-reclusão é o último salário-de-contribuição, mesmo em caso de segurado desempregado à época do encarceramento.

5. Incidência da Questão de Ordem 13, uma vez que o entendimento defendido no paradigma está contrário a posição hodierna desta TNU, que alinhando seu posição ao do STJ, firmou entendimento no sentido de que "para aferição do preenchimento dos requisitos necessários ao benefício de auxílio-reclusão, deve ser considerada a legislação vigente à época do evento prisão, sendo devido o benefício aos dependentes do segurado que na data do efetivo recolhimento não possuir salário de contribuição, desde que mantida a qualidade de segurado" (PEDILEF nº 50002212720124047016, rel. p/acórdão Juiz Federal João Batista Lazzari, j. 08.10.2014, e em cujo julgamento restei vencido ao propor que o valor a ser considerado, para enquadramento do segurado no conceito de baixa renda para fins de percepção de auxílio-reclusão, deve corresponder ao último salário-de-contribuição efetivamente apurado antes do encarceramento).

6. Quanto à aplicação do art. 1º-F da Lei 9.494/97 (com a redação dada pela Lei nº 11.960/2009) na atualização monetária, entendo que incide no caso a Questão de Ordem nº 22, considerando-se que no paradigma discutiu-se a aplicabilidade da referida alteração legislativa "aos processos em curso quando da sua vigência", ao passo que no caso dos autos o processo foi ajuizado após a alteração legislativa, donde a ausência de identidade fática entre os casos.

7. A hipótese dos autos é de não conhecimento do incidente, res-salvado meu entendimento sobre a matéria.

#### ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência NÃO CONHECER O INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator.

Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0507655-71.2013.4.05.8200

ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA

REQUERENTE: TEREZINHA DE MOURA LIMA

PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-RECLUSÃO. HIPÓTESE DE REEXAME FÁTICO. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais em relação ao qual se imputa divergência quanto à interpretação de lei federal na solução de questão de direito material, nos termos previstos no art. 14 da Lei nº 10.259/2001.

2. Preliminarmente, diga-se que a TNU definiu quanto ao conhecimento de incidentes de uniformização que: "um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte" (QO 05); "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido" (QO 13); "é inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles" (QO 18); "se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito" (QO 20); "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia" (QO 24); "o conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado" (QO 35); "não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual" (Súmula 43); "não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" (Súmula 42).

3. No ponto impugnado, o acórdão recorrido indeferiu a concessão de auxílio-reclusão sob o entendimento de que inexistia a dependência econômica entre o segurado e o requerente, requisito à obtenção do benefício previdenciário.

4. Dos paradigmas, colhe-se que (a) decisão genérica equivale à decisão não fundamentada e (b) é nulo julgado que deixou de enfrentar todas as questões suscitadas pela parte-recorrente.

5. Não prospera, porém, a alegação de nulidade do julgamento da Turma Recursal, sustentada no incidente de uniformização, sob o argumento de que não houve apreciação de questão omitida no julgado e regularmente apontada por embargos de declaração.

6. Isto porque os embargos de declaração foram julgados, concluindo a TR pela inexistência da omissão, fato que, independentemente da justeza da decisão, não prejudica a parte-embargante, posto que é possível o ajuizamento de incidente de uniformização mediante o prequestionamento da matéria pela mera interposição de embargos de declaração (QO 35 da TNU).

7. Assim, caso houvesse o conhecimento do incidente, a questão omitida poderia ser apreciada pela TNU.

8. No entanto, no caso, há a incidência da Súmula 42 e Questão de Ordem 18, quanto à questão omitida, uma vez que a obrigatoriedade da existência de exclusividade de dependência do requerente ao segurado não foi único o fundamento da rejeição do pedido.

9. Houve, de fato, o apontamento de que inexistia dependência da parte-autora em relação ao segurado-presidiário em vista dos "curtos vínculos empregatícios ao longo de sua vida, não se podendo presumir que fosse ele a garantia de sustento da autora", do fato de que "ele mesmo não tinha uma renda estável, que pudesse garantir o sustento da autora", do fato de que "o instituidor não tinha profissão definida" e "a autora tem uma numerosa família, com 9 filhos, sendo que vários deles moram no mesmo bairro que ela".

10. Portanto, o julgado concluiu que inexistiria a relação de dependência não só pela presença de outros familiares, mas também porque a atividade profissional do segurado era irregular, esparsa e de baixa remuneração.

11. A hipótese dos autos é de não conhecimento do incidente.

#### ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência NÃO CONHECER O INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator.  
Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5001759-60.2014.4.04.7117  
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL  
REQUERENTE: NATHALY VITORIA DAMACENA REP. LEGAL CAMILA TALASKA  
PROC./ADV.: CRISTIAN ROBERTO PERIN  
OAB: RS-59027  
PROC./ADV.: GABRIEL BIAZI  
OAB: RS-83068  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-RECLUSÃO. NÃO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS PARA A INTERPOSIÇÃO DO INCIDENTE. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 05 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais em relação ao qual se imputa divergência quanto à interpretação de lei federal na solução de questão de direito material, nos termos previstos no art. 14 da Lei nº 10.259/2001.

2. Preliminarmente, registre-se que a TNU definiu quanto ao conhecimento de incidentes de uniformização que: "um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte" (QO 05); "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido" (QO 13); "é inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles" (QO 18); "se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito" (QO 20); "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia" (QO 24); "o conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado" (QO 35); "não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual" (Súmula 43); "não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" (Súmula 42).

3. No ponto impugnado, o acórdão recorrido decidiu que a renda a ser observada para fins de concessão de auxílio-reclusão é o último salário-de-contribuição, apontando, no caso concreto, que o último salário-de-contribuição superou o limite legal para a concessão.

4. No paradigma, apontou-se que "é possível a concessão do auxílio-reclusão quando o caso concreto revela a necessidade de proteção social, permitindo ao Julgador a flexibilização do critério econômico para deferimento do benefício, ainda que o salário de contribuição do segurado supere o valor legalmente fixado como critério de baixa renda".

5. Incidência das Questões de Ordem 05, uma vez que o paradigma do STJ não afirma a jurisprudência dominante naquela Corte.

6. A afirmação de jurisprudência dominante no STJ, expressa no paradigma, referiu-se à flexibilização do critério econômico para a concessão do LOAS e não para à tese adotada no julgado-paradigma, de flexibilização igualmente do critério econômico para a concessão do auxílio-reclusão.

7. A hipótese dos autos é de não conhecimento do incidente.

#### ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência NÃO CONHECER O INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator.  
Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5001847-47.2013.4.04.7113  
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL  
REQUERENTE: INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO(A): ADRYAN KLEIN COUSSEU  
PROC./ADV.: JOEL ANSELMINI  
OAB: RS-37778  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-RECLUSÃO. SEGURADO DESEMPREGADO. CONCEITO DE BAIXA RENDA. REQUISITO OBSERVADO À ÉPOCA DA PRISÃO. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM 13. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais em relação ao qual se imputa divergência quanto à interpretação de lei federal na solução de questão de direito material, nos termos previstos no art. 14 da Lei nº 10.259/2001.

2. Preliminarmente, diga-se que a TNU definiu quanto ao conhecimento de incidentes de uniformização que: "um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte" (QO 05); "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido" (QO 13); "é inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles" (QO 18); "se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito" (QO 20); "é possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma" (QO 22); "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia" (QO 24); "o conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado" (QO 35); "não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual" (Súmula 43); "não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" (Súmula 42).

3. No ponto impugnado, o acórdão recorrido decidiu que a renda a ser observada para fins de concessão de auxílio-reclusão é a da época do encarceramento, o que, tratando-se de segurado desempregado, implica ausência de renda.

4. No paradigma, apontou-se que a renda a ser observada para fins de concessão de auxílio-reclusão é o último salário-de-contribuição, mesmo em caso de segurado desempregado à época do encarceramento.

5. Incidência da Questão de Ordem 13, uma vez que o entendimento defendido no paradigma está contrário à posição hodierna desta TNU, que alinhando seu posição ao do STJ, firmou entendimento no sentido de que "para aferição do preenchimento dos requisitos necessários ao benefício de auxílio-reclusão, deve ser considerada a legislação vigente à época do evento prisão, sendo devido o benefício aos dependentes do segurado que na data do efetivo recolhimento não possuir salário de contribuição, desde que mantida a qualidade de segurado" (PEDILEF nº 50002212720124047016, rel. p/acórdão Juiz Federal João Batista Lazzari, j. 08.10.2014, e em cujo julgamento restei vencido ao propor que o valor a ser considerado, para enquadramento do segurado no conceito de baixa renda para fins de percepção de auxílio-reclusão, deve corresponder ao último salário-de-contribuição efetivamente apurado antes do encarceramento).

6. A hipótese dos autos é de não conhecimento do incidente, ressaltado meu entendimento sobre a matéria.

#### ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência NÃO CONHECER O INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator.  
Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5014398-98.2013.4.04.7100  
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL  
REQUERENTE: ALINE CRISTINA BARROS GODINHO E OUTRO  
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-RECLUSÃO. NÃO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS PARA A INTERPOSIÇÃO DO INCIDENTE. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 05 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais em relação ao qual se imputa divergência quanto à interpretação de lei federal na solução de questão de direito material, nos termos previstos no art. 14 da Lei nº 10.259/2001.

2. Preliminarmente, registre-se que a TNU definiu quanto ao conhecimento de incidentes de uniformização que: "um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte" (QO 05); "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido" (QO 13); "é inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles" (QO 18); "se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito" (QO 20); "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia" (QO 24); "o conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado" (QO 35); "não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual" (Súmula 43); "não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" (Súmula 42).

3. No ponto impugnado, o acórdão recorrido decidiu que a renda a ser observada para fins de concessão de auxílio-reclusão é o último salário-de-contribuição, apontando, no caso concreto, que o último salário-de-contribuição superou o limite legal para a concessão.

4. No paradigma, apontou-se que "é possível a concessão do auxílio-reclusão quando o caso concreto revela a necessidade de proteção social, permitindo ao Julgador a flexibilização do critério econômico para deferimento do benefício, ainda que o salário de contribuição do segurado supere o valor legalmente fixado como critério de baixa renda".

5. Incidência das Questões de Ordem 05, uma vez que o paradigma do STJ não afirma a jurisprudência dominante naquela Corte.

6. A afirmação de jurisprudência dominante no STJ, expressa no paradigma, referiu-se à flexibilização do critério econômico para a concessão do LOAS e não para à tese adotada no julgado-paradigma, de flexibilização igualmente do critério econômico para a concessão do auxílio-reclusão.

7. A hipótese dos autos é de não conhecimento do incidente.

#### ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência NÃO CONHECER O INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator.  
Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5032660-62.2014.4.04.7100  
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL  
REQUERENTE: BRENDA DE SOUZA DA SILVA  
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO(A): LUCI CRISTINA DE SOUZA  
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

**EMENTA**

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-RECLUSÃO. NÃO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS PARA A INTERPOSIÇÃO DO INCIDENTE. APLICAÇÃO DAS QUESTÕES DE ORDEM NºS 05 E 22 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais em relação ao qual se imputa divergência quanto à interpretação de lei federal na solução de questão de direito material, nos termos previstos no art. 14 da Lei nº 10.259/2001.

2. Preliminarmente, registre-se que a TNU definiu quanto ao conhecimento de incidentes de uniformização que: "um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte" (QO 05); "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido" (QO 13); "é inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles" (QO 18); "se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito" (QO 20); "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia" (QO 24); "o conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado" (QO 35); "não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual" (Súmula 43); "não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" (Súmula 42).

3. No ponto impugnado, o acórdão recorrido decidiu que a renda a ser observada para fins de concessão de auxílio-reclusão é o último salário-de-contribuição, apontando, e que, no caso concreto, o último salário-de-contribuição superou o limite legal para a concessão.

4. Nos paradigmas, apontou-se que "é possível a concessão do auxílio-reclusão quando o caso concreto revela a necessidade de proteção social, permitindo ao Julgador a flexibilização do critério econômico para deferimento do benefício, ainda que o salário de contribuição do segurado supere o valor legalmente fixado como critério de baixa renda" e que é possível a flexibilização do critério econômico quando a extrapolação do limite legal for por "valor ínfimo".

5. Incidência da Questões de Ordem 05, uma vez que o paradigma do STJ não afirma a jurisprudência dominante naquela Corte.

6. A afirmação de jurisprudência dominante no STJ, expressa no paradigma, referiu-se à flexibilização do critério econômico para a concessão do LOAS e não para à tese adotada no julgado-paradigma, de flexibilização igualmente do critério econômico para a concessão do auxílio-reclusão.

7. Por outro lado, no paradigma da Turma Recursal do Rio de Janeiro, a flexibilização do critério econômico foi por parcela "mínima" (R\$ 3,05), ao passo que, no caso dos presentes autos, a extrapolação deu-se por R\$ 110,00 (cento e dez reais), como admitido pela parte requerente, de modo que não vislumbra a identidade fática entre os casos, a permitir o conhecimento da divergência, face à significativa diferença entre os montantes que ultrapassaram o limite legal do auxílio-reclusão em cada caso.

8. A hipótese dos autos é de não conhecimento do incidente.

**ACÓRDÃO**

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência NÃO CONHECER O INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator.

Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0510065-50.2014.4.05.8400

ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

REQUERENTE: MARIA GRINAURIA DE OLIVEIRA

PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

**EMENTA**

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AFASTAMENTO DO PRAZO DECADENCIAL DO ART. 103-A DA LEI 8.213/91 PELA MÁ-FÉ DE SEU BENEFICIÁRIO. TENTATIVA DE REDISCUSSÃO DA QUESTÃO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais em relação ao qual se imputa divergência quanto à interpretação de lei federal na solução de questão de direito material, nos termos previstos no art. 14 da Lei nº 10.259/2001.

2. Preliminarmente, diga-se que a TNU definiu quanto ao conhecimento de incidentes de uniformização que: "um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte" (QO 05); "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido" (QO 13); "é inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles" (QO 18); "se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito" (QO 20); "é possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma" (QO 22); "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia" (QO 24); "o conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado" (QO 35); "não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual" (Súmula 43); "não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" (Súmula 42).

3. No ponto impugnado, o acórdão recorrido afastou a ocorrência da decadência prevista no art. 103-A da Lei nº 8.213/91, por considerar presente a má-fé do beneficiário na cumulação indevida de benefícios previdenciários.

4. No paradigma, reconheceu-se que o prazo para a Administração Pública proceder à revisão de atos com efeitos favoráveis aos seus beneficiários é de dez anos, o que, segundo a parte ora requerente, transportando-se o entendimento para os presentes autos, implicaria o reconhecimento de que decaiu o direito do INSS de revisar os pagamentos cumulados dos benefícios, considerando-se o início da segunda pensão por morte em 1993.

5. Incidência da Questão de Ordem 22, uma vez que no caso recorrido o afastamento da decadência (art. 103-A da Lei 8.213/91) deu-se em razão da ocorrência da má-fé (admitida pelo julgado recorrido), ao passo que no paradigma se declarou a não consumação da decadência em razão do não decurso do prazo de dez anos, sem que não se mencionasse tratar-se de hipótese em que envolvia a má-fé do beneficiário do ato a ser revisado.

6. A hipótese dos autos é de não conhecimento do incidente.

**ACÓRDÃO**

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência NÃO CONHECER O INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator.

Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0505344-21.2015.4.05.8400

ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

REQUERENTE: MARIA TEIXEIRA DA SILVA VASCONCELOS

PROC./ADV.: ANDREIA ARAÚJO MUNEMASSA

OAB: RN-491

REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL -INSS

PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

**EMENTA**

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. ADICIONAL DE 25% PREVISTO NO ART. 45 DA LEI 8.213/91. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA ENTRE ACÓRDÃO RECORRIDO E O PARADIGMA APRESENTADO. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais em relação ao qual se imputa divergência quanto à interpretação de lei federal na solução de questão de direito material, nos termos previstos no art. 14 da Lei nº 10.259/2001.

2. Preliminarmente, diga-se que a TNU definiu quanto ao conhecimento de incidentes de uniformização que: "um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte" (QO 05); "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido" (QO 13); "é inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles" (QO 18); "se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o

juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito" (QO 20); "é possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma" (QO 22); "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia" (QO 24); "o conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado" (QO 35); "não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual" (Súmula 43); "não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" (Súmula 42).

3. No ponto impugnado, o acórdão recorrido decidiu sobre pedido de concessão do adicional de 25% previsto no art. 45 da Lei 8.213/91 cuja incidência seria sobre pensão por morte, indeferindo-o, por ausência de previsão legal e ofensa à exigência de prévia fonte de custeio.

4. Inicialmente, é manifestamente inadmissível o presente incidente, quanto ao primeiro paradigma apresentado (Processo nº 0023183-70.2013.4.04.9999, 5ª Turma do TRF-4ª Região), por desatendimento a requisito previsto no art. 14 da Lei nº 10.259/2001 c/c art. 6º do RI/TNU, uma vez que o paradigma julgado é oriundo de Turma de TRF e/ou de Turma Recursal integrante da mesma Região da Justiça Federal da qual proveio o acórdão recorrido.

5. Quanto ao segundo paradigma, há a incidência da Questão de Ordem 22, uma vez que no precedente apresentado apenas se discute se a concessão, sobre aposentadoria por invalidez, do adicional de 25% previsto no art. 45 da Lei 8.213/91 demanda requerimento expresso na petição inicial, donde a ausência de identidade fática entre os casos recorrido e paradigma.

6. A hipótese dos autos é de não conhecimento do incidente.

**ACÓRDÃO**

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência NÃO CONHECER O INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator.

Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5002009-63.2013.4.04.7009

ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): GYBSON COELHO DE ANDRADE REP. LEGAL ROSA CRISTINA FERREIRA BATISTA

PROC./ADV.: LAÍS DE SOUZA GONÇALVES

OAB: PR-54501

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

**EMENTA**

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. DISCUSSÃO QUANTO À DEVOLUÇÃO DE VALORES RECEBIDOS ADMINISTRATIVAMENTE. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE ENTRE O CASO RECORRIDO E O PARADIGMA. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais em relação ao qual se imputa divergência quanto à interpretação de lei federal na solução de questão de direito material, nos termos previstos no art. 14 da Lei nº 10.259/2001.

2. Preliminarmente, registre-se que a TNU definiu quanto ao conhecimento de incidentes de uniformização que: "um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte" (QO 05); "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido" (QO 13); "é inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles" (QO 18); "se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito" (QO 20); "é possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma" (QO 22); "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia" (QO 24); "o conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado" (QO 35); "não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual" (Súmula 43); "não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" (Súmula 42).

3. No ponto impugnado, o acórdão recorrido decidiu ser inexistente débito imputado à parte-autora pelo INSS, em razão da ausência de má-fé no recebimento indevido de benefício previdenciário, considerando-se, ainda, a natureza alimentar da verba recebida.

4. No paradigma, discutiu-se hipótese de ressarcimento dos valores recebidos referentes a benefício previdenciário por força de decisão judicial de natureza precária (antecipação de tutela).

5. Incidência da Questão de Ordem 22, uma vez que no caso dos presentes autos discutiu-se a devolução de valores referentes à pensão por morte paga indevidamente ao seu beneficiário, ao passo que no paradigma, discutiu-se a possibilidade de devolução de valores de benefícios previdenciários pagos por decisão judicial posteriormente revogada, donde a diferença fulcral entre os casos: no caso dos presentes autos, o pagamento deu-se administrativamente, e, no paradigma, por ordem judicial, elemento que, por si só, aponta para a ausência de identidade fática entre os casos.

6. A hipótese dos autos é de não conhecimento do incidente.

#### ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência NÃO CONHECER O INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator.

Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5008446-11.2013.4.04.7110

ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): NILDO WERHLLI

PROC./ADV.: EUGÊNIO SILVA DE CASTRO

OAB: RS-73 438

PROC./ADV.: DANIEL SILVA DE CASTRO

OAB: RS-89032

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. DEVOUÇÃO DE VALORES RECEBIDOS POR FORÇA DE DECISÃO JUDICIAL POSTERIOREMENTE REVOGADA. IRREPETIBILIDADE. SÚMULA 51 DA TNU. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM 13. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais em relação ao qual se imputa divergência quanto à interpretação de lei federal na solução de questão de direito material, nos termos previstos no art. 14 da Lei nº 10.259/2001.

2. Preliminarmente, diga-se que a TNU definiu quanto ao conhecimento de incidentes de uniformização que: "um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte" (QO 05); "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido" (QO 13); "é inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles" (QO 18); "se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito" (QO 20); "é possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma" (QO 22); "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia" (QO 24); "o conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado" (QO 35); "não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual" (Súmula 43); "não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" (Súmula 42).

3. No ponto impugnado, o acórdão recorrido decidiu que é inexigível a devolução de valores recebidos por força de antecipação dos efeitos da tutela, ou decisão liminar, posteriormente revogada.

4. Dos paradigmas, extrai-se que é devido o ressarcimento administrativo de valores recebidos referentes a benefício previdenciário, por força de decisão judicial de natureza precária (antecipação de tutela) posteriormente revogada.

5. Incidência da Questão de Ordem 13, uma vez que o entendimento defendido no paradigma está contrário ao disposto na Súmula 51 desta TNU ("os valores recebidos por força de antecipação dos efeitos de tutela, posteriormente revogada em demanda previdenciária, são irrepetíveis em razão da natureza alimentar e da boa-fé no seu recebimento"), cujo enunciado foi mantido por este Colegiado (PE-DILEFs nºs 0502674-32.2014.4.05.8504, sob a minha relatoria, j. 11.12.2015; 5001328-40.2011.4.05.7211, rel. Juiz Federal João Batista Lazzari, j. 11.02.2015).

6. A hipótese dos autos é de não conhecimento do incidente.

#### ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência NÃO CONHECER O INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator.

Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0501016-07.2013.4.05.8307

ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): AMARO FRANCISCO DA PAZ

PROC./ADV.: ANTÔNIO ALMIR DO VALE REIS JÚNIOR

OAB: PE-27 685

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADOR RURAL. ATIVIDADE ESPECIAL. EMPRESA AGROINDUSTRIAL E AGROCOMERCIAL. POSSIBILIDADE. SÚMULA 42 DA TNU. INCONSTITUCIONALIDADE DA APLICAÇÃO DO ART. 1º-F À CORREÇÃO MONETÁRIA. APLICAÇÃO DO NOVO MANUAL DE CÁLCULOS DA JUSTIÇA QUANTO À CORREÇÃO MONETÁRIA E DO ART. 1º-F DA LEI 9.494/97 AOS JUROS MORATÓRIOS. INCIDENTE CONHECIDO E DESPROVIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que reconheceu período de trabalho especial.

2. O aresto combatido reconheceu a natureza especial da atividade de trabalhador rural desempenhada pelo autor, com fulcro no item 2.2.1 do Decreto n. 53.081/64. Quanto à correção e aos juros de mora das parcelas vencidas da aposentadoria concedida, afastou a aplicação do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, em face da declaração de inconstitucionalidade do art. 5º da Lei nº 11.960/2009.

3. O INSS sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgados paradigmas do STJ sobre o tema (RESP 291.404 e AgRg no RESP 1.137.303/RS), segundo os quais a atividade de trabalhador rural não se enquadra na categoria profissional prevista no item 2.2.1, do Decreto n. 53.081/64, posto que seriam insalubres apenas os serviços e atividades profissionais desempenhados na agropecuária, não se enquadrando como tal a atividade exercida na lavoura; além de determinarem a aplicação da Lei n. 11.960/2009, quanto à atualização monetária e aos juros de mora.

4. A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º).

5. Do cotejo entre o acórdão combatido e os julgados paradigmas, observo que está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ocorrência de similitude fática entre os julgados recorridos e o(s) precedente(s) apresentado(s), pelo que conheço o recurso.

6. Assim, presente a divergência de interpretação, passo ao exame do mérito do pedido de uniformização de interpretação.

7. No acórdão recorrido, a Turma Recursal de origem reconheceu as condições especiais da atividade de trabalhador rural, sob o seguinte fundamento:

"[...] Nos termos do item 2.2.1 do quadro anexo do Decreto nº 53.831/64, o trabalho em atividade agropecuária - que engloba também a atividade na agricultura, desde que tenha sido prestada em empresa agroindustrial ou agrocomercial - pode ser considerado especial.

Por fim, anoto que os vínculos anotados na CTPS, ainda que não constantes do CNIS, gozam de presunção juris tantum de veracidade, de modo que infirmá-las pressupõe prova robusta em contrário, o que, na hipótese em exame, não ocorreu. Precedentes REsp 310.264/SP, Rel. Min. Fernando Gonçalves, 6ª Turma, DJ 18.02.2002, p. 530; AC 2004.38.03.000757-8/MG, Rel. Desembargadora Federal Neuza Maria Alves Da Silva, Segunda Turma, e-DJF1 p.33 de 17/07/2008 4. Fixadas tais premissas, cumpre perquirir se o autor-recorrente faz jus à contagem majorada em decorrência de trabalho exercido sob condições especiais.

Os períodos de trabalho em discussão correspondem a 02.01.1981 a 01.09.2001 (Usina União e Indústria S/A); 15.07.2002 a 02.09.2002 (Usina União e Indústria S/A); 23.09.2002 a 15.02.2003 (Usina Ipojuca S/A) e 19.05.2003 a 25.01.2013 (Usina União e Indústria S/A), todos exercidos na função de trabalhador rural em empresa agroindustrial (CTPS/CNIS - Anexos 02 e 03) e totalizando 30 anos, 07 meses e 24 dias.

O tempo de relativo à atividade exercida no labor rural em empresa agroindústria até 1995 é considerado especial conforme fundamentação supra e, por outro lado, no que diz respeito ao período posterior

a esta data, deve-se destacar a existência de Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP (Anexos 07 e 08) que atesta a exposição do autor a agentes químicos nocivos a sua saúde no exercício de suas atividades - Agrotóxico (Herbicida), código 1.2.10, do Anexo I, do Decreto nº 83.080/79 e códigos 1.01, 1.0.11, 1.0.12 e 1.0.15, todos do Anexo IV, do Decreto nº 3.048/99 -, de modo habitual e permanente."

8. Entendo que o acórdão recorrido encontra-se em harmonia com o entendimento consolidado por esta Turma Nacional de Uniformização por ocasião do julgamento do PEDILEF 0500180-14.2011.4.05.8013, Relator Juiz Federal JOÃO BATISTA LAZZARI, DJ 11/09/2014 (Representativo de Controvérsia), de cujo teor reproduzo o seguinte excerto: "a expressão 'trabalhadores na agropecuária', contida no item 2.2.1 do anexo ao Decreto n.º 53.831/64, se refere aos trabalhadores rurais que exercem atividades agrícolas como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais, fazendo jus os empregados de tais empresas ao cômputo de suas atividades como tempo de serviço especial. Dessa forma, a alegação do INSS de que a especialidade somente poderia ser reconhecida se comprovado que o trabalho rural foi desenvolvido na agropecuária merece ser desprovida".

9. Destaco que por ocasião do julgamento do PEDILEF 05003939620114058311, Relatora Juíza Federal KYU SOON LEE, julgado em 08/10/2014, este Colegiado decidiu por: "reafirmar a tese de que a expressão 'trabalhadores na agropecuária', contida no item 2.2.1 do anexo do Decreto n. 53.831/64, também se aplica aos trabalhadores que exercem atividades exclusivamente na agricultura como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais, fazendo jus os empregados de tais empresas ao cômputo de suas atividades como tempo de serviço especial".

10. Na espécie, as instâncias ordinárias concluíram que o acervo probatório coligido era suficiente à comprovação do desenvolvimento de atividade especial pelo autor na condição de trabalhador rural empregado da indústria canavieira, reconhecendo a natureza especial do labor por ele exercido nos períodos questionados, daí que, em face do entendimento consolidado desta TNU acima mencionado, entendo que nenhum reparo merece o acórdão impugnado, máxime diante da vedação de reexame de matéria fática e de provas (Súmula 42 da TNU).

11. Quanto aos juros e correção monetária, interpretando os termos da modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, proclamada pelo STF no julgamento das ADIs 4.357 e 4.425, houve decisões judiciais determinando a aplicação do referido dispositivo legal até 25.03.2015. Para o período posterior, determinou-se a aplicação do Manual de Cálculos da Justiça Federal, por entender-se que a eficácia vinculante da declaração de inconstitucionalidade e respectiva modulação se aplicariam indistintamente às condenações judiciais e aos precatórios e RPVs.

12. Ocorre que, posteriormente, o Supremo Tribunal Federal voltou ao exame do tema, reconhecendo a repercussão geral do Recurso Extraordinário n. 870.947 (Tema n. 810, DJe-077/2015), devendo ser destacado o entendimento do eminente Relator Ministro Luiz Fux: "o Supremo Tribunal Federal, ao julgar as ADIs n.º 4.357 e 4.425, declarou a inconstitucionalidade da correção monetária pela TR apenas quanto ao segundo período, isto é, quanto ao intervalo de tempo compreendido entre a inscrição do crédito em precatório e o efetivo pagamento. Isso porque a norma constitucional impugnada nas ADIs (art. 100, §12, da CRFB, incluído pela EC nº 62/09) referia-se apenas à atualização do precatório e não à atualização da condenação ao concluir-se a fase de conhecimento."

13. Em outra oportunidade, a Suprema Corte deferiu medida liminar nos autos da Reclamação nº 21.147 (Rel. Min. Carmem Lúcia) para suspender os efeitos da decisão proferida pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Sergipe, que havia afastado a aplicação do art. 1º-F da lei n. 9.494/97, sob o fundamento de que o STF lhe teria declarado a inconstitucionalidade a partir do julgamento das ADIs 4357 e 4425.

14. Sendo assim, tanto no RE n. 870.947-SE, quanto na Rcl. n. 21.147-MC, o STF deixou claro que não se manifestou sobre a constitucionalidade da Taxa Referencial e dos juros da poupança como índices aplicáveis às condenações judiciais, já que o julgado (ADIs 4357 e 4425) se restringiu a declarar como inconstitucional a utilização desses índices entre a inscrição do crédito em precatório e o efetivo pagamento.

15. Restou evidenciado, portanto, o equívoco acerca dos limites objetivos da declaração de inconstitucionalidade operada nas ADIs 4357 e 4425, quando da extensão da força vinculante desse julgado à fase anterior.

16. Por outro lado, em que pese não ter sido enfrentada, nas ADIs acima citadas, precisamente a questão da constitucionalidade da TR como índice de correção monetária aplicável às condenações judiciais contra a Fazenda Pública, a tese jurídica da inconstitucionalidade da utilização da TR como índice de correção monetária e reposição do valor real da moeda chegou a ser examinada naqueles julgamentos.

17. No acórdão proferido na ADI 4357-DF (Rel. Min. Carlos Ayres Brito), restou assentado que o índice oficial de remuneração da caderneta de poupança é manifestamente incapaz de preservar o valor real do crédito de que é titular o cidadão, de modo que o direito fundamental de propriedade (CF, art. 5º, XXII) acabaria violado nas hipóteses em que a atualização monetária dos débitos fazendários inscritos em precatórios perfaz-se segundo o aludido índice.

18. A seguir, um trecho do voto em que foi destacada de maneira enfática a inidoneidade da utilização da TR como índice de atualização monetária e o prejuízo dos credores da Fazenda Pública: "Basta ver que, nos últimos quinze anos (1996 a 2010), enquanto a TR (taxa de remuneração da poupança) foi de 55,77%, a inflação foi de 97,85%, de acordo com o IPCA".



19. De acordo com o em. Ministro relator, existe o objetivo constitucional no sentido de que a correção monetária deve preservar o valor real da obrigação, deixando o beneficiário e o sujeito passivo qualitativamente na mesma condição em que se encontravam no momento em que se formou a relação obrigacional.

20. Em vista desse raciocínio, concluiu que a utilização de índice de correção monetária que não faça com que o valor originário volte a ter um valor "atual", ou seja, na mesma expressão econômica que tinha antes da defasagem operada pela inflação, não cumprirá o mandamento constitucional da atualização monetária.

21. O eminente Ministro Luiz Fux, acompanhando o relator, entendeu que o índice oficial de remuneração da caderneta de poupança não é critério adequado para refletir o fenômeno inflacionário, notadamente porque a TR é um índice definido ex ante, que não leva em consideração a desvalorização da moeda. Vejamos o que disse o Ministro:

"Daí por que os índices criados especialmente para captar o fenômeno inflacionário são sempre definidos em momentos posteriores ao período analisado, como ocorre com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). A razão disso é clara: a inflação é sempre constatada em apuração ex post, de sorte que todo índice definido ex ante é incapaz de refletir a efetiva variação de preços que caracteriza a inflação".

22. Tendo em vista que a TR é formada a partir de critérios e cálculos que em nada se vinculam ao fenômeno inflacionário, posto que, ao longo do tempo, sempre esteve abaixo da inflação, sua aplicação é incapaz de suprir a defasagem do valor da moeda, importando em aniquilamento do direito de propriedade em seu núcleo essencial.

23. No que concerne às condenações judiciais, a aplicação de um índice de correção monetária visa à atualização do valor da moeda e ao resgate do poder aquisitivo, com incidência desde o fato jurígeno até o julgado que, em definitivo, reconhece o direito da parte ao objeto da pretensão. Em razão disso, a aplicação da Taxa Referencial é incapaz de cumprir tal objetivo, considerando os fundamentos acima expostos.

24. Assim sendo, é possível concluir que o meio escolhido pelo legislador (Taxa Referencial) é inidôneo a promover o fim a que se destina (traduzir a inflação do período), de modo que não atualiza o valor real da moeda, violando o direito fundamental de propriedade, previsto no art. 5º, caput e incisos XXII e XXIII, da Constituição Federal de 1988.

25. Em razão desses motivos, esta TNU entende inconstitucional a utilização da Taxa Referencial como índice de correção monetária a ser aplicável às condenações judiciais impostas à Fazenda Pública, razão pela qual deve ser considerado inconstitucional o dispositivo que determina a sua aplicação (art. 1º-F da Lei nº 9.494/97).

26. Por conseguinte, devem ser aplicados os índices de correção monetária previstos no Manual de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal (INPC, IPCA-E, SELIC, conforme o caso).

27. Com relação à taxa de juros de mora aplicável às condenações, deve ser observado o Manual de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal que dispõe que deve ser aplicada a disciplina prevista no art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, com as modificações operadas pela Lei n. 11.960/2009 (e, a partir de 2012, também com as modificações determinadas pela MP n. 567/2012, convertida na Lei n. 12.703/2012).

28. Ressalto que tal declaração de inconstitucionalidade já se operou em julgamento ocorrido na Sessão de 19.11.2015, no PEDILEF nº 0004986-16.2007.4.03.6310, de relatoria do Juiz Federal Boaventura João Andrade.

29. Fundados nessas premissas, é o caso de se conhecer do incidente, mas negar-lhe provimento.

## ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO interposto, NEGANDO-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto-ementa do relator.  
Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0501315-32.2014.4.05.8312

ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): EDNALDO FRANCISCO DA SILVA

PROC./ADV.: JOÃO CAMPIELLO VARELLA NETO

OAB: PE-30 341

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

## EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADOR RURAL. ATIVIDADE ESPECIAL. EMPRESA AGROINDUSTRIAL E AGROCOMERCIAL. POSSIBILIDADE. SÚMULA 42 DA TNU. INCONSTITUCIONALIDADE DA APLICAÇÃO DO ART. 1º-F À CORREÇÃO MONETÁRIA. APLICAÇÃO DO NOVO MANUAL DE CÁLCULOS DA JUSTIÇA QUANTO À CORREÇÃO MONETÁRIA E DO ART. 1º-F DA LEI 9.494/97 AOS JUROS MORATÓRIOS. INCIDENTE CONHECIDO E DESPROVIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que reconheceu período de trabalho especial.

2. O aresto combatido reconheceu a natureza especial da atividade de trabalhador rural desempenhada pelo autor, com fulcro no item 2.2.1 do Decreto n. 53.081/64. Quanto à correção e aos juros de mora das parcelas vencidas da aposentadoria concedida, afastou a aplicação do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, em face da declaração de inconstitucionalidade do art. 5º da Lei nº 11.960/2009.

3. O INSS sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgados paradigmáticos do STJ sobre o tema (RESP 291.404 e AgRg no RESP 1.137.303/RS), segundo os quais a atividade de trabalhador rural não se enquadra na categoria profissional prevista no item 2.2.1, do Decreto n. 53.081/64, posto que seriam insalubres apenas os serviços e atividades profissionais desempenhados na agropecuária, não se enquadrando como tal a atividade exercida na lavoura; além de determinarem a aplicação da Lei n. 11.960/2009, quanto à atualização monetária e aos juros de mora.

4. A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º).

5. Do cotejo entre o acórdão combatido e os julgados paradigmas, observo que está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ocorrência de similitude fática entre os julgados recorridos e o(s) precedente(s) apresentado(s), pelo que conheço o recurso.

6. Assim, presente a divergência de interpretação, passo ao exame do mérito do pedido de uniformização de interpretação.

7. No acórdão recorrido, a Turma Recursal de origem reconheceu as condições especiais da atividade de trabalhador rural, sob o seguinte fundamento:

"[...] Com relação à atividade de trabalhador rural em usina, a Turma Regional de Uniformização já tem posição sedimentada sobre a matéria objeto do Pedido de Uniformização interposto, consoante se extrai do seguinte precedente:

'PREVIDENCIÁRIO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA REGIONAL. APOSENTADORIA ESPECIAL. TRABALHADOR RURAL EM AGROINDÚSTRIA. ATIVIDADE EM CONDIÇÕES ESPECIAIS. ENQUADRAMENTO POR CATEGORIA PROFISSIONAL. EXISTÊNCIA. TEMPO PARA APOSENTADORIA ESPECIAL. INSUFICIÊNCIA. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.

- As atividades agropecuárias exercidas por trabalhadores vinculados à antiga Previdência Social Urbana, ou seja, àqueles empregados de empresas agroindustriais ou agrocomerciais enquadram-se no item 2.2.1 do Anexo do Decreto n. 53.831/64 ("Agricultura - Trabalhadores na agropecuária"), sendo consideradas especiais, por categoria profissional, até a vigência da Lei n. 9.032/95.

- O titular de aposentadoria por tempo de contribuição não tem direito à conversão desse benefício em aposentadoria especial quando não preenche o tempo exigido (25 anos) de trabalho em condições especiais.

- Incidente de uniformização conhecido e parcialmente provido apenas para reconhecer como especial a atividade agropecuária exercida pelo empregado rural de empresa agroindustrial antes da vigência da Lei n. 9.032/95, sem transformar o benefício de aposentadoria por tempo de contribuição em aposentadoria especial. (Processo nº 0513531-91.2010.4.05.8400, Relator: Juiz Federal Rubens de Mendonça Cânuto Neto, 11/09/2012)

No caso em comento, verifica-se que o recorrente apenas anexou CTPS, comprovando que laborou como trabalhador rural no Engenho Horizonte (24/10/1988 a 07/7/2014 (DER), período este que se faz constar nas informações do CNIS. Esta Turma Recursal considera o trabalho em engenho de cana-de-açúcar como uma atividade agroindustrial, em razão da notória transformação de matérias-primas, razão pela qual o período especial de 24/10/1988 a 28/04/1995 deve ser considerado especial."

8. Entendo que o acórdão recorrido encontra-se em harmonia com o entendimento consolidado por esta Turma Nacional de Uniformização por ocasião do julgamento do PEDILEF 0500180-14.2011.4.05.8013, Relator Juiz Federal JOÃO BATISTA LAZZARI, DJ 11/09/2014 (Representativo de Controvérsia), de cujo teor reproduzo o seguinte excerto: "a expressão 'trabalhadores na agropecuária', contida no item 2.2.1 do anexo ao Decreto n.º 53.831/64, se refere aos trabalhadores rurais que exercem atividades agrícolas como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais, fazendo jus os empregados de tais empresas ao cômputo de suas atividades como tempo de serviço especial. Dessa forma, a alegação do INSS de que a especialidade somente poderia ser reconhecida se comprovado que o trabalho rural foi desenvolvido na agropecuária merece ser desprovida".

9. Destaco que por ocasião do julgamento do PEDILEF 05003939620114058311, Relatora Juíza Federal KYU SOON LEE, julgado em 08/10/2014, este Colegiado decidiu por: "reafirmar a tese de que a expressão 'trabalhadores na agropecuária', contida no item 2.2.1 do anexo do Decreto n. 53.831/64, também se aplica aos trabalhadores que exercem atividades exclusivamente na agricultura como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais, fazendo jus os empregados de tais empresas ao cômputo de suas atividades como tempo de serviço especial".

10. Na espécie, as instâncias ordinárias concluíram que o acervo probatório coligido era suficiente à comprovação do desenvolvimento de atividade especial pelo autor na condição de trabalhador rural empregado da indústria canavieira, reconhecendo a natureza especial do labor por ele exercido nos períodos questionados, daí que, em face do entendimento consolidado desta TNU acima mencionado, entendo que nenhum reparo merece o acórdão impugnado, máxime diante da vedação de reexame de matéria fática e de provas (Súmula 42 da TNU).

11. Quanto aos juros e correção monetária, interpretando os termos da modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, proclamada pelo STF no julgamento das ADIs 4.357 e 4.425, houve decisões judiciais determinando a aplicação do referido dispositivo legal até 25.03.2015. Para o período

posterior, determinou-se a aplicação do Manual de Cálculos da Justiça Federal, por entender-se que a eficácia vinculante da declaração de inconstitucionalidade e respectiva modulação se aplicariam indistintamente às condenações judiciais e aos precatórios e RPVs.

12. Ocorre que, posteriormente, o Supremo Tribunal Federal voltou ao exame do tema, reconhecendo a repercussão geral do Recurso Extraordinário n. 870.947 (Tema n. 810, DJe-077/2015), devendo ser destacado o entendimento do eminente Relator Ministro Luiz Fux: "o Supremo Tribunal Federal, ao julgar as ADIs nº 4.357 e 4.425, declarou a inconstitucionalidade da correção monetária pela TR apenas quanto ao segundo período, isto é, quanto ao intervalo de tempo compreendido entre a inscrição do crédito em precatório e o efetivo pagamento. Isso porque a norma constitucional impugnada nas ADIs (art. 100, §12, da CRFB, incluído pela EC nº 62/09) referia-se apenas à atualização do precatório e não à atualização da condenação ao concluir-se a fase de conhecimento."

13. Em outra oportunidade, a Suprema Corte deferiu medida liminar nos autos da Reclamação nº 21.147 (Rel. Min. Carmem Lúcia) para suspender os efeitos da decisão proferida pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Sergipe, que havia afastado a aplicação do art. 1º-F da lei n. 9.494/97, sob o fundamento de que o STF lhe teria declarado a inconstitucionalidade a partir do julgamento das ADIs 4357 e 4425.

14. Sendo assim, tanto no RE n. 870.947-SE, quanto no Rcl. n. 21.147-MC, o STF deixou claro que não se manifestou sobre a constitucionalidade da Taxa Referencial e dos juros da poupança como índices aplicáveis às condenações judiciais, já que o julgado (ADIs 4357 e 4425) se restringiu a declarar como inconstitucional a utilização desses índices entre a inscrição do crédito em precatório e o efetivo pagamento.

15. Restou evidenciado, portanto, o equívoco acerca dos limites objetivos da declaração de inconstitucionalidade operada nas ADIs 4357 e 4425, quando da extensão da força vinculante desse julgado à fase anterior.

16. Por outro lado, em que pese não ter sido enfrentada, nas ADIs acima citadas, precisamente a questão da constitucionalidade da TR como índice de correção monetária aplicável às condenações judiciais contra a Fazenda Pública, a tese jurídica da inconstitucionalidade da utilização da TR como índice de correção monetária e reposição do valor real da moeda chegou a ser examinada naqueles julgamentos.

17. No acórdão proferido na ADI 4357-DF (Rel. Min. Carlos Ayres Brito), restou assentado que o índice oficial de remuneração da caderneta de poupança é manifestamente incapaz de preservar o valor real do crédito de que é titular o cidadão, de modo que o direito fundamental de propriedade (CF, art. 5º, XXII) acabaria violado nas hipóteses em que a atualização monetária dos débitos fazendários inscritos em precatórios perfaz-se segundo o aludido índice.

18. A seguir, um trecho do voto em que foi destacada de maneira enfática a inidoneidade da utilização da TR como índice de atualização monetária e o prejuízo dos credores da Fazenda Pública: "Basta ver que, nos últimos quinze anos (1996 a 2010), enquanto a TR (taxa de remuneração da poupança) foi de 55,77%, a inflação foi de 97,85%, de acordo com o IPCA".

19. De acordo com o em. Ministro relator, existe o objetivo constitucional no sentido de que a correção monetária deve preservar o valor real da obrigação, deixando o beneficiário e o sujeito passivo qualitativamente na mesma condição em que se encontravam no momento em que se formou a relação obrigacional.

20. Em vista desse raciocínio, concluiu que a utilização de índice de correção monetária que não faça com que o valor originário volte a ter um valor "atual", ou seja, na mesma expressão econômica que tinha antes da defasagem operada pela inflação, não cumprirá o mandamento constitucional da atualização monetária.

21. O eminente Ministro Luiz Fux, acompanhando o relator, entendeu que o índice oficial de remuneração da caderneta de poupança não é critério adequado para refletir o fenômeno inflacionário, notadamente porque a TR é um índice definido ex ante, que não leva em consideração a desvalorização da moeda. Vejamos o que disse o Ministro:

"Daí por que os índices criados especialmente para captar o fenômeno inflacionário são sempre definidos em momentos posteriores ao período analisado, como ocorre com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). A razão disso é clara: a inflação é sempre constatada em apuração ex post, de sorte que todo índice definido ex ante é incapaz de refletir a efetiva variação de preços que caracteriza a inflação".

22. Tendo em vista que a TR é formada a partir de critérios e cálculos que em nada se vinculam ao fenômeno inflacionário, posto que, ao longo do tempo, sempre esteve abaixo da inflação, sua aplicação é incapaz de suprir a defasagem do valor da moeda, importando em aniquilamento do direito de propriedade em seu núcleo essencial.

23. No que concerne às condenações judiciais, a aplicação de um índice de correção monetária visa à atualização do valor da moeda e ao resgate do poder aquisitivo, com incidência desde o fato jurígeno até o julgado que, em definitivo, reconhece o direito da parte ao objeto da pretensão. Em razão disso, a aplicação da Taxa Referencial é incapaz de cumprir tal objetivo, considerando os fundamentos acima expostos.

24. Assim sendo, é possível concluir que o meio escolhido pelo legislador (Taxa Referencial) é inidôneo a promover o fim a que se destina (traduzir a inflação do período), de modo que não atualiza o valor real da moeda, violando o direito fundamental de propriedade, previsto no art. 5º, caput e incisos XXII e XXIII, da Constituição Federal de 1988.

25. Em razão desses motivos, esta TNU entende inconstitucional a utilização da Taxa Referencial como índice de correção monetária a ser aplicável às condenações judiciais impostas à Fazenda Pública, razão pela qual deve ser considerado inconstitucional o dispositivo que determina a sua aplicação (art. 1º-F da Lei nº 9.494/97).

26. Por conseguinte, devem ser aplicados os índices de correção monetária previstos no Manual de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal (INPC, IPCA-E, SELIC, conforme o caso).

27. Com relação à taxa de juros de mora aplicável às condenações, deve ser observado o Manual de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal que dispõe que deve ser aplicada a disciplina prevista no art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, com as modificações operadas pela Lei n. 11.960/2009 (e, a partir de 2012, também com as modificações determinadas pela MP n. 567/2012, convertida na Lei n. 12.703/2012).

28. Ressalto que tal declaração de inconstitucionalidade já se operou em julgamento ocorrido na Sessão de 19.11.2015, no PEDILEF nº 0004986-16.2007.4.03.6310, de relatoria do Juiz Federal Boaventura João Andrade.

29. Fundados nessas premissas, é o caso de se conhecer do incidente, mas negar-lhe provimento.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO interposto, NEGANDO-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto-ementa do relator.  
Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0501641-07.2014.4.05.8307

ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): AMARO CAETANO DA SILVA

PROC./ADV.: BERTONIO FEITOSA DA SILVA

OAB: PB-15926

PROC./ADV.: CLOVIS ANAGÊ NOVAIS DE ARAÚJO FILHO

OAB: PB-13851

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADOR RURAL. ATIVIDADE ESPECIAL. EMPRESA AGROINDUSTRIAL E AGROCOMERCIAL. POSSIBILIDADE. SÚMULA 42 DA TNU. INCONSTITUCIONALIDADE DA APLICAÇÃO DO ART. 1º-F À CORREÇÃO MONETÁRIA. APLICAÇÃO DO NOVO MANUAL DE CÁLCULOS DA JUSTIÇA QUANTO À CORREÇÃO MONETÁRIA E DO ART. 1º-F DA LEI 9.494/97 AOS JUROS MORATÓRIOS. INCIDENTE CONHECIDO E DESPROVIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que reconheceu período de trabalho especial.

2. O aresto combatido reconheceu a natureza especial da atividade de trabalhador rural desempenhada pelo autor, com fulcro no item 2.2.1 do Decreto n. 53.081/64. Quanto à correção e aos juros de mora das parcelas vencidas da aposentadoria concedida, afastou a aplicação do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, em face da declaração de inconstitucionalidade do art. 5º da Lei nº 11.960/2009.

3. O INSS sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgados paradigmas do STJ sobre o tema (RESP 291.404 e AgRg no RESP 1.137.303/RS), segundo os quais a atividade de trabalhador rural não se enquadra na categoria profissional prevista no item 2.2.1, do Decreto n. 53.081/64, posto que seriam insalubres apenas os serviços e atividades profissionais desempenhados na agropecuária, não se enquadrando como tal a atividade exercida na lavoura; além de determinarem a aplicação da Lei n. 11.960/2009, quanto à atualização monetária e aos juros de mora.

4. A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º).

5. Do cotejo entre o acórdão combatido e os julgados paradigmas, observo que está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ocorrência de similitude fática entre os julgados recorridos e o(s) precedente(s) apresentado(s), pelo que conheço o recurso.

6. Assim, presente a divergência de interpretação, passo ao exame do mérito do pedido de uniformização de interpretação.

7. No acórdão recorrido, a Turma Recursal de origem reconheceu as condições especiais da atividade de trabalhador rural, sob o seguinte fundamento:

"[...] Nos termos do item 2.2.1 do quadro anexo do Decreto nº 53.831/64, o trabalho em atividade agropecuária - que engloba também a atividade na agricultura, desde que tenha sido prestada em empresa agroindustrial ou agrocomercial - pode ser considerado especial.

Por fim, anoto que os vínculos anotados na CTPS, ainda que não constantes do CNIS, gozam de presunção juris tantum de veracidade, de modo que infirmá-las pressupõe prova robusta em contrário, o que, na hipótese em exame, não ocorreu. Precedentes REsp 310.264/SP, Rel. Min. Fernando Gonçalves, 6ª Turma, DJ 18.02.2002, p. 530; AC 2004.38.03.000757-8/MG, Rel. Desembargadora Federal Neuza Maria Alves Da Silva, Segunda Turma, e-DJF1 p.33 de 17/07/2008 4. Fixadas tais premissas, cumpre perquirir se o autor-recorrente faz jus à contagem majorada em decorrência de trabalho exercido sob condições especiais.

Os períodos de trabalho em discussão correspondem a 16.11.1976 a 14.08.1979 e 23.10.1979 a 30.06.1991, todos exercidos na função de trabalhador rural em empresa agroindustrial.

O tempo de relativo à atividade exercida no labor rural em empresa agroindústria até 1995 é considerado especial por presunção legal, conforme fundamentação supra."

8. Entendo que o acórdão recorrido encontra-se em harmonia com o entendimento consolidado por esta Turma Nacional de Uniformização por ocasião do julgamento do PEDILEF 0500180-14.2011.4.05.8013, Relator Juiz Federal JOÃO BATISTA LAZZARI, DJ 11/09/2014 (Representativo de Controvérsia), de cujo teor reproduzo o seguinte excerto: "a expressão 'trabalhadores na agropecuária', contida no item 2.2.1 do anexo ao Decreto n.º 53.831/64, se refere aos trabalhadores rurais que exercem atividades agrícolas como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais, fazendo jus os empregados de tais empresas ao cômputo de suas atividades como tempo de serviço especial. Dessa forma, a alegação do INSS de que a especialidade somente poderia ser reconhecida se comprovado que o trabalho rural foi desenvolvido na agropecuária merece ser desprovida".

9. Destaco que por ocasião do julgamento do PEDILEF 05003939620114058311, Relatora Juíza Federal KYU SOON LEE, julgado em 08/10/2014, este Colegiado decidiu por: "reafirmar a tese de que a expressão 'trabalhadores na agropecuária', contida no item 2.2.1 do anexo do Decreto n. 53.831/64, também se aplica aos trabalhadores que exercem atividades exclusivamente na agricultura como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais, fazendo jus os empregados de tais empresas ao cômputo de suas atividades como tempo de serviço especial".

10. Na espécie, as instâncias ordinárias concluíram que o acervo probatório coligido era suficiente à comprovação do desenvolvimento de atividade especial pelo autor na condição de trabalhador rural empregado da indústria canavieira, reconhecendo a natureza especial do labor por ele exercido nos períodos questionados, daí que, em face do entendimento consolidado desta TNU acima mencionado, entendo que nenhum reparo merece o acórdão impugnado, máxime diante da vedação de reexame de matéria fática e de provas (Súmula 42 da TNU).

11. Quanto aos juros e correção monetária, interpretando os termos da modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, proclamada pelo STF no julgamento das ADIs 4.357 e 4.425, houve decisões judiciais determinando a aplicação do referido dispositivo legal até 25.03.2015. Para o período posterior, determinou-se a aplicação do Manual de Cálculos da Justiça Federal, por entender-se que a eficácia vinculante da declaração de inconstitucionalidade e respectiva modulação se aplicariam indistintamente às condenações judiciais e aos precatórios e RPVs.

12. Ocorre que, posteriormente, o Supremo Tribunal Federal voltou ao exame do tema, reconhecendo a repercussão geral do Recurso Extraordinário n. 870.947 (Tema n. 810, DJe-077/2015), devendo ser destacado o entendimento do eminente Relator Ministro Luiz Fux: "o Supremo Tribunal Federal, ao julgar as ADIs nº 4.357 e 4.425, declarou a inconstitucionalidade da correção monetária pela TR apenas quanto ao segundo período, isto é, quanto ao intervalo de tempo compreendido entre a inscrição do crédito em precatório e o efetivo pagamento. Isso porque a norma constitucional impugnada nas ADIs (art. 100, §12, da CRFB, incluído pela EC nº 62/09) referia-se apenas à atualização do precatório e não à atualização da condenação ao concluir-se a fase de conhecimento."

13. Em outra oportunidade, a Suprema Corte deferiu medida liminar nos autos da Reclamação nº 21.147 (Rel. Min. Carmem Lúcia) para suspender os efeitos da decisão proferida pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Sergipe, que havia afastado a aplicação do art. 1º-F da lei n. 9.494/97, sob o fundamento de que o STF lhe teria declarado a inconstitucionalidade a partir do julgamento das ADIs 4357 e 4425.

14. Sendo assim, tanto no RE n. 870.947-SE, quanto na Rcl. n. 21.147-MC, o STF deixou claro que não se manifestou sobre a constitucionalidade da Taxa Referencial e dos juros da poupança como índices aplicáveis às condenações judiciais, já que o julgado (ADIs 4357 e 4425) se restringiu a declarar como inconstitucional a utilização desses índices entre a inscrição do crédito em precatório e o efetivo pagamento.

15. Restou evidenciado, portanto, o equívoco acerca dos limites objetivos da declaração de inconstitucionalidade operada nas ADIs 4357 e 4425, quando da extensão da força vinculante desse julgado à fase anterior.

16. Por outro lado, em que pese não ter sido enfrentada, nas ADIs acima citadas, precisamente a questão da constitucionalidade da TR como índice de correção monetária aplicável às condenações judiciais contra a Fazenda Pública, a tese jurídica da inconstitucionalidade da utilização da TR como índice de correção monetária e reposição do valor real da moeda chegou a ser examinada naqueles julgamentos.

17. No acórdão proferido na ADI 4357-DF (Rel. Min. Carlos Ayres Brito), restou assentado que o índice oficial de remuneração da caderneta de poupança é manifestamente incapaz de preservar o valor real do crédito de que é titular o cidadão, de modo que o direito fundamental de propriedade (CF, art. 5º, XXII) acabaria violado nas hipóteses em que a atualização monetária dos débitos fazendários inscritos em precatórios perfaz-se segundo o aludido índice.

18. A seguir, um trecho do voto em que foi destacada de maneira enfática a inidoneidade da utilização da TR como índice de atualização monetária e o prejuízo dos credores da Fazenda Pública: "Basta ver que, nos últimos quinze anos (1996 a 2010), enquanto a TR (taxa de remuneração da poupança) foi de 55,77%, a inflação foi de 97,85%, de acordo com o IPCA".

19. De acordo com o em. Ministro relator, existe o objetivo constitucional no sentido de que a correção monetária deve preservar o valor real da obrigação, deixando o beneficiário e o sujeito passivo qualitativamente na mesma condição em que se encontravam no momento em que se formou a relação obrigacional.

20. Em vista desse raciocínio, concluiu que a utilização de índice de correção monetária que não faça com que o valor originário volte a ter um valor "atual", ou seja, na mesma expressão econômica que tinha antes da defasagem operada pela inflação, não cumprirá o mandamento constitucional da atualização monetária.

21. O eminente Ministro Luiz Fux, acompanhando o relator, entendeu que o índice oficial de remuneração da caderneta de poupança não é critério adequado para refletir o fenômeno inflacionário, notadamente porque a TR é um índice definido ex ante, que não leva em consideração a desvalorização da moeda. Vejamos o que disse o Ministro:

"Daí por que os índices criados especialmente para captar o fenômeno inflacionário são sempre definidos em momentos posteriores ao período analisado, como ocorre com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). A razão disso é clara: a inflação é sempre constatada em apuração ex post, de sorte que todo índice definido ex ante é incapaz de refletir a efetiva variação de preços que caracteriza a inflação".

22. Tendo em vista que a TR é formada a partir de critérios e cálculos que em nada se vinculam ao fenômeno inflacionário, posto que, ao longo do tempo, sempre esteve abaixo da inflação, sua aplicação é incapaz de suprir a defasagem do valor da moeda, importando em aniquilamento do direito de propriedade em seu núcleo essencial.

23. No que concerne às condenações judiciais, a aplicação de um índice de correção monetária visa à atualização do valor da moeda e ao resgate do poder aquisitivo, com incidência desde o fato jurígeno até o julgado que, em definitivo, reconhece o direito da parte ao objeto da pretensão. Em razão disso, a aplicação da Taxa Referencial é incapaz de cumprir tal objetivo, considerando os fundamentos acima expostos.

24. Assim sendo, é possível concluir que o meio escolhido pelo legislador (Taxa Referencial) é inidôneo a promover o fim a que se destina (traduzir a inflação do período), de modo que não atualiza o valor real da moeda, violando o direito fundamental de propriedade, previsto no art. 5º, caput e incisos XXII e XXIII, da Constituição Federal de 1988.

25. Em razão desses motivos, esta TNU entende inconstitucional a utilização da Taxa Referencial como índice de correção monetária a ser aplicável às condenações judiciais impostas à Fazenda Pública, razão pela qual deve ser considerado inconstitucional o dispositivo que determina a sua aplicação (art. 1º-F da Lei nº 9.494/97).

26. Por conseguinte, devem ser aplicados os índices de correção monetária previstos no Manual de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal (INPC, IPCA-E, SELIC, conforme o caso).

27. Com relação à taxa de juros de mora aplicável às condenações, deve ser observado o Manual de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal que dispõe que deve ser aplicada a disciplina prevista no art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, com as modificações operadas pela Lei n. 11.960/2009 (e, a partir de 2012, também com as modificações determinadas pela MP n. 567/2012, convertida na Lei n. 12.703/2012).

28. Ressalto que tal declaração de inconstitucionalidade já se operou em julgamento ocorrido na Sessão de 19.11.2015, no PEDILEF nº 0004986-16.2007.4.03.6310, de relatoria do Juiz Federal Boaventura João Andrade.

29. Fundados nessas premissas, é o caso de se conhecer do incidente, mas negar-lhe provimento.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO interposto, NEGANDO-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto-ementa do relator.  
Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0506999-37.2015.4.05.8300

ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco

REQUERENTE: JOSIAS DA FONSECA

PROC./ADV.: PAULIANNE ALEXANDRE TENÓRIO

OAB: PE 20.070

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. FORNECIMENTO DE EPI. DECISÃO DO STF NO ARE N. 664.335 NA SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL. SE O EPI FOR REALMENTE CAPAZ DE NEUTRALIZAR A NOCIVIDADE, NÃO HÁ MAIS RESPALDO CONSTITUCIONAL AO RECONHECIMENTO DO TEMPO ESPECIAL. SITUAÇÃO PARTICULAR DO RUÍDO. INCIDENTE CONHECIDO E IMPROVIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que deixou de reconhecer as condições especiais do exercício da atividade profissional com exposição a agentes nocivos no período de 04/05/1998 a 07/12/2012.



2. O aresto combatido considerou que, sendo o EPI capaz de neutralizar a nocividade dos agentes, é indevido o reconhecimento da natureza especial da atividade da parte autora.

3. A parte autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgados paradigmas que, em alegadas hipóteses semelhantes, entenderam que o fornecimento de EPI, por si só, não descaracteriza o tempo de serviço especial.

4. Do cotejo entre o acórdão combatido e o julgado paradigma, observo que está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ocorrência de similitude fática entre os julgados recorridos e os precedentes apresentados.

5. Inicialmente, é importante destacar que esta Turma Nacional de Uniformização possui a Súmula n. 09 com o seguinte teor: "O uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI), ainda que elimine a insalubridade, no caso de exposição a ruído, não descaracteriza o tempo de serviço especial prestado". Em vários precedentes, a TNU inclusive tem ampliado o alcance da Súmula n. 09 para outros agentes insalubres. Dentre outros argumentos, consignou-se que para fins previdenciários a insalubridade teria fundamentos diversos dos que são previstos no Direito do Trabalho, bem como o fato de que a aposentadoria especial teria uma natureza compensatória. Contudo, em face da decisão proferida pelo STF no ARE n.º 664.335, na sistemática da Repercussão Geral, entendo necessário alinhar o entendimento desta Turma de Uniformização.

6. Nesta decisão paradigmática, o que estava em jogo era a possibilidade de o direito à aposentadoria especial pressupor ou não a efetiva exposição do trabalhador a agente nocivo à sua saúde. Após o seu julgamento, foram fixadas duas teses: i) o direito à aposentadoria especial pressupõe a efetiva exposição do trabalhador a agente nocivo à sua saúde, de modo que, se o EPI for realmente capaz de neutralizar a nocividade não haverá respaldo constitucional à aposentadoria especial; ii) na hipótese de exposição do trabalhador a ruído acima dos limites legais de tolerância, a declaração do empregador, no âmbito do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), no sentido da eficácia do Equipamento de Proteção Individual - EPI, não descaracteriza o tempo de serviço especial para aposentadoria.

7. Nesta matéria, majoritariamente, o Poder Judiciário construiu uma posição favorável ao segurado, fundamentada na experiência prática de que não bastava apenas fornecer o EPI, sendo necessária a fiscalização quanto a sua real eficácia e a sua substituição periódica. Ademais, frisou nossa Corte Suprema que, em caso de divergência ou dúvida sobre a real eficácia do equipamento de proteção individual, a premissa a nortear a Administração e o Judiciário é pelo reconhecimento do direito ao benefício da aposentadoria especial, isto porque o uso de EPI, no caso concreto, pode não se afigurar suficiente para descaracterizar completamente a relação nociva a que o empregado se submete. De fato, muitas vezes, a informação lançada nos formulários era genérica e pouco verossímil, pois nos termos das NR-02 do MT só poderá ser posto à venda ou utilizado o EPI com a indicação do Certificado de Aprovação - CA, expedido pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego. Mas nos casos em que não há dúvida sobre o equipamento de proteção individual atender a todos os requisitos legais e eliminar as consequências dos agentes nocivos, as conclusões do STF foram no sentido de que se o EPI for capaz de neutralizar a nocividade, não haveria respaldo constitucional à aposentadoria especial.

8. No ARE n.º 664.335, o Supremo Tribunal Federal expressamente debateu o sentido e o alcance da Súmula n. 09 desta Turma de Uniformização (destaco os parágrafos 22 a 53 do voto do Ministro Barroso e os debates que foram travados a seguir). Penso que a razão que inspirou a edição da Súmula foi o consenso que a comunidade jurídica e científica de que, no caso do ruído, não há equipamentos de proteção capazes de impedir este agente de afetar a saúde do trabalhador. O STF reconheceu a necessidade de continuar tratando o ruído de forma diferenciada, tanto que fixou a segunda tese. E nesta tese consagra que o direito ao reconhecimento do tempo especial é devido, mesmo que exista declaração do empregador, por que no atual estágio tecnológico não existem EPIS verdadeiramente eficazes para o ruído. Mas se no futuro eles vierem a eliminar a insalubridade, então não haverá direito ao reconhecimento do tempo como especial.

9. Depois dos debates que se seguiram, o Ministro Teori Zavaski - que inicialmente entendia não haver questão constitucional relevante para ser apreciada pelo STF - se convenceu de que o STF estava mudando o entendimento da Súmula n. 09 da TNU e que, nas instâncias ordinárias, tanto a sentença quanto o acórdão assentaram que o equipamento não era eficaz e, por isso, concordou em negar provimento ao recurso do INSS por esse fundamento. A decisão do STF ficou assim ementada:

"RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. DIREITO CONSTITUCIONAL PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. ART. 201, § 1º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. REQUISITOS DE CARACTERIZAÇÃO. TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO SOB CONDIÇÕES NOCIVAS. FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI. TEMA COM REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA PELO PLENÁRIO VIRTUAL. EFETIVA EXPOSIÇÃO A AGENTES NOCIVOS À SAÚDE. NEUTRALIZAÇÃO DA RELAÇÃO NOCIVA ENTRE O AGENTE INSALUBRE E O TRABALHADOR. COMPROVAÇÃO NO PERFIL PROFISSIONAL PREVIDENCIÁRIO PPP OU SIMILAR. NÃO CARACTERIZAÇÃO DOS PRESSUPOSTOS HÁBEIS À CONCESSÃO DE APOSENTADORIA ESPECIAL. CASO CONCRETO. AGENTE NOCIVO RUÍDO. UTILIZAÇÃO DE EPI. EFICÁCIA. REDUÇÃO DA NOCIVIDADE. CENÁRIO ATUAL. IMPOSSIBILIDADE DE NEUTRALIZAÇÃO. NÃO DESCARACTERIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES PREJUDICIAIS. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DEVIDO. AGRAVO CONHECIDO PARA NE-

GAR PROVIMENTO AO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. 1. Conduz à admissibilidade do Recurso Extraordinário a densidade constitucional, no aresto recorrido, do direito fundamental à previdência social (art. 201, CRFB/88), com reflexos mediatos nos cânones constitucionais do direito à vida (art. 5º, caput, CRFB/88), à saúde (arts. 3º, 5º e 196, CRFB/88), à dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, CRFB/88) e ao meio ambiente de trabalho equilibrado (arts. 193 e 225, CRFB/88). 2. A eliminação das atividades laborais nocivas deve ser a meta maior da Sociedade - Estado, empresariado, trabalhadores e representantes sindicais -, que devem voltar-se incessantemente para com a defesa da saúde dos trabalhadores, como enuncia a Constituição da República, ao erigir como pilares do Estado Democrático de Direito a dignidade humana (art. 1º, III, CRFB/88), a valorização social do trabalho, a preservação da vida e da saúde (art. 3º, 5º, e 196, CRFB/88), e o meio ambiente de trabalho equilibrado (art. 193, e 225, CRFB/88). 3. A aposentadoria especial prevista no artigo 201, § 1º, da Constituição da República, significa que poderão ser adotados, para concessão de aposentadorias aos beneficiários do regime geral de previdência social, requisitos e critérios diferenciados nos "casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, e quando se tratar de segurados portadores de deficiência, nos termos definidos em lei complementar". 4. A aposentadoria especial possui nítido caráter preventivo e impõe-se para aqueles trabalhadores que laboram expostos a agentes prejudiciais à saúde e a fortiori possuem um desgaste naturalmente maior, por que não se lhes pode exigir o cumprimento do mesmo tempo de contribuição que aqueles empregados que não se encontram expostos a nenhum agente nocivo. 5. A norma inscrita no art. 195, § 5º, CRFB/88, veda a criação, majoração ou extensão de benefício sem a correspondente fonte de custeio, disposição dirigida ao legislador ordinário, sendo inexigível quando se tratar de benefício criado diretamente pela Constituição. Deveras, o direito à aposentadoria especial foi outorgado aos seus destinatários por norma constitucional (em sua origem o art. 202, e atualmente o art. 201, § 1º, CRFB/88). Precedentes: RE 151.106 AgR/SP, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 28/09/1993, Primeira Turma, DJ de 26/11/93; RE 220.742, Rel. Min. Néri da Silveira, julgamento em 03/03/98, Segunda Turma, DJ de 04/09/1998. 6. Existência de fonte de custeio para o direito à aposentadoria especial antes, através dos instrumentos tradicionais de financiamento da previdência social mencionados no art. 195, da CRFB/88, e depois da Medida Provisória nº 1.729/98, posteriormente convertida na Lei nº 9.732, de 11 de dezembro de 1998. Legislação que, ao reformular o seu modelo de financiamento, inseriu os §§ 6º e 7º no art. 57 da Lei nº 8.213/91, e estabeleceu que este benefício será financiado com recursos provenientes da contribuição de que trata o inciso II do art. 22 da Lei nº 8.212/91, cujas alíquotas serão acrescidas de doze, nove ou seis pontos percentuais, conforme a atividade exercida pelo segurado a serviço da empresa permita a concessão de aposentadoria especial após quinze, vinte ou vinte e cinco anos de contribuição, respectivamente. 7. Por outro lado, o art. 10 da Lei nº 10.666/2003, ao criar o Fator Acidentário de Prevenção-FAP, concedeu redução de até 50% do valor desta contribuição em favor das empresas que disponibilizem aos seus empregados equipamentos de proteção declarados eficazes nos formulários previstos na legislação, o qual funciona como incentivo para que as empresas continuem a cumprir a sua função social, proporcionando um ambiente de trabalho hígido a seus trabalhadores. 8. O risco social aplicável ao benefício previdenciário da aposentadoria especial é o exercício de atividade em condições prejudiciais à saúde ou à integridade física (CRFB/88, art. 201, § 1º), de forma que torna indispensável que o indivíduo trabalhe exposto a uma nocividade notadamente capaz de ensejar o referido dano, porquanto a tutela legal considera a exposição do segurado pelo risco presumido presente na relação entre agente nocivo e o trabalhador. 9. A interpretação do instituto da aposentadoria especial mais consentânea com o texto constitucional é aquela que conduz a uma proteção efetiva do trabalhador, considerando o benefício da aposentadoria especial excepcional, destinado ao segurado que efetivamente exerceu suas atividades laborativas em "condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física". 10. Consecutariamente, a primeira tese objetiva que se firma é: o direito à aposentadoria especial pressupõe a efetiva exposição do trabalhador a agente nocivo à sua saúde, de modo que, se o EPI for realmente capaz de neutralizar a nocividade não haverá respaldo constitucional à aposentadoria especial. 11. A Administração poderá, no exercício da fiscalização, aferir as informações prestadas pela empresa, sem prejuízo do inafastável judicial review. Em caso de divergência ou dúvida sobre a real eficácia do Equipamento de Proteção Individual, a premissa a nortear a Administração e o Judiciário é pelo reconhecimento do direito ao benefício da aposentadoria especial. Isto porque o uso de EPI, no caso concreto, pode não se afigurar suficiente para descaracterizar completamente a relação nociva a que o empregado se submete. 12. In casu, tratando-se especificamente do agente nocivo ruído, desde que em limites acima do limite legal, constata-se que, apesar do uso de Equipamento de Proteção Individual (protetor auricular) reduzir a agressividade do ruído a um nível tolerável, até no mesmo patamar da normalidade, a potência do som em tais ambientes causa danos ao organismo que vão muito além daqueles relacionados à perda das funções auditivas. O benefício previsto neste artigo será financiado com os recursos provenientes da contribuição de que trata o inciso II do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, cujas alíquotas serão acrescidas de doze, nove ou seis pontos percentuais, conforme a atividade exercida pelo segurado a serviço da empresa permita a concessão de aposentadoria especial após quinze, vinte ou vinte e cinco anos de contribuição, respectivamente. O benefício previsto neste artigo será financiado com os recursos provenientes da contribuição de que trata o inciso II do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, cujas alíquotas serão acrescidas de doze, nove ou seis pontos percentuais, conforme a atividade exercida pelo segurado a serviço da empresa permita a concessão de aposentadoria especial

após quinze, vinte ou vinte e cinco anos de contribuição, respectivamente. 13. Ainda que se pudesse aceitar que o problema causado pela exposição ao ruído relacionasse apenas à perda das funções auditivas, o que indubitavelmente não é o caso, é certo que não se pode garantir uma eficácia real na eliminação dos efeitos do agente nocivo ruído com a simples utilização de EPI, pois são inúmeros os fatores que influenciam na sua efetividade, dentro dos quais muitos são impassíveis de um controle efetivo, tanto pelas empresas, quanto pelos trabalhadores. 14. Desse modo, a segunda tese fixada neste Recurso Extraordinário é a seguinte: na hipótese de exposição do trabalhador a ruído acima dos limites legais de tolerância, a declaração do empregador, no âmbito do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), no sentido da eficácia do Equipamento de Proteção Individual - EPI, não descaracteriza o tempo de serviço especial para aposentadoria. 15. Agravo conhecido para negar provimento ao Recurso Extraordinário." (ARE 664335 / SC, Tribunal Pleno, Rel. Min. LUIZ FUX, DJe-029, DIVULG 11/02/2015, PUBLIC 12-02-2015)

10. Com base na posição que triunfou no STF, se o EPI for realmente capaz de neutralizar a nocividade, não há mais respaldo constitucional ao reconhecimento do tempo especial. Com base nesta premissa, passo ao exame do presente incidente.

11. Sobre o ponto impugnado, a Turma Recursal de origem negou o reconhecimento das condições especiais do exercício de atividade profissional, sob os seguintes fundamentos:

"[...] Conforme julgamento do ARE 664335, publicado em 12-02-2015, quanto ao uso dos EPI's, 'a primeira tese objetiva que se firma é: o direito à aposentadoria especial pressupõe a efetiva exposição do trabalhador a agente nocivo à sua saúde, de modo que, se o EPI for realmente capaz de neutralizar a nocividade não haverá respaldo constitucional à aposentadoria especial'. No entanto, afirma também o referido julgado que 'em caso de divergência ou dúvida sobre a real eficácia do Equipamento de Proteção Individual, a premissa a nortear a Administração e o Judiciário é pelo reconhecimento do direito ao benefício da aposentadoria especial. Isto porque o uso de EPI, no caso concreto, pode não se afigurar suficiente para descaracterizar completamente a relação nociva a que o empregado se submete.'. Exceção se aplica 'na hipótese de exposição do trabalhador a ruído acima dos limites legais de tolerância, a declaração do empregador, no âmbito do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), no sentido da eficácia do Equipamento de Proteção Individual - EPI, não descaracteriza o tempo de serviço especial para aposentadoria'".

Inobstante tal posicionamento pessoal, acima exposto, esta Primeira Turma Recursal firmou seu posicionamento, por maioria, no sentido de que o período de 04/05/98 a 07/12/2012 não deve ser considerado especial. É que, embora o LTCAT (anexo 06) não faça qualquer referência ao uso de EPI's, consta no PPP, anexo 05, que durante todo o período referido esses equipamentos foram utilizados pelo autor, neutralizando, portanto, o efeito dos agentes nocivos. Assim, por questões de dinâmica processual e para proporcionar a maior celeridade possível aos julgamentos desta esfera jurisdicional, ressalvo o meu entendimento pessoal sobre a matéria e sigo o entendimento da maioria." (grifei)

12. Com efeito, a tese da parte autora é de que o acórdão recorrido contrariou os julgados paradigmas, pois, analisando as provas constantes dos autos, concluiu que o equipamento de proteção individual utilizado pela parte autora foi eficaz, descaracterizando a atividade nociva à sua saúde.

13. O acórdão recorrido reformou a sentença para excluir o período de 04/05/1998 a 07/12/2012.

14. Para afastar a conclusão das instâncias ordinárias, de que o EPI não seria eficaz, seria necessário reexaminar o conjunto fático-probatório para verificar se o EPI utilizado pela parte autora foi realmente eficaz. Todavia, isso não se mostra possível em sede de processo objetivo (incidente de uniformização).

15. Em conclusão, é o caso de conhecer-se do incidente, porém, para lhe negar provimento, mantendo o acórdão recorrido.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO interposto, porém, NEGANDO-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto-ementa do relator. Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0508500-60.2014.4.05.8300

ORIGEM: 3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco

REQUERENTE: GILBERTO CARNEIRO DA SILVA

PROC./ADV.: JOÃO CAMPIELLO VARELLA NETO

OAB: PE-30 341

REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. FORNECIMENTO DE EPI. DECISÃO DO STF NO ARE N. 664.335 NA SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL. SE O EPI FOR REALMENTE CAPAZ DE NEUTRALIZAR A NOCIVIDADE, NÃO HÁ MAIS RESPALDO CONSTITUCIONAL AO RECONHECIMENTO DO TEMPO ESPECIAL. SITUAÇÃO PARTICULAR DO RUÍDO. INCIDENTE CONHECIDO E IMPROVIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que deixou de reconhecer as condições especiais do exercício da atividade profis-

sional com exposição à eletricidade no período de 06/03/1997 a 14/05/2012.

2. O aresto combatido considerou que, sendo o EPI capaz de neutralizar os riscos, é indevido o reconhecimento da natureza especial da atividade.

3. A parte autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgados paradigmas (STJ, REsp n. 720.082, j. 15/12/2005 e Súmula n. 09/TNU) que, em alegadas hipóteses semelhantes, entenderam que o fornecimento de EPI, por si só, não descaracteriza o tempo de serviço especial.

4. Do cotejo entre o acórdão combatido e o julgado paradigma, observo que está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ocorrência de similitude fática entre os julgados recorridos e o precedente apresentado.

5. Inicialmente, é importante destacar que esta Turma Nacional de Uniformização possui a Súmula n. 09 com o seguinte teor: "O uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI), ainda que elimine a insalubridade, no caso de exposição a ruído, não descaracteriza o tempo de serviço especial prestado". Em vários precedentes, a TNU inclusive tem ampliado o alcance da Súmula n. 09 para outros agentes insalubres. Dentre outros argumentos, consignou-se que para fins previdenciários a insalubridade teria fundamentos diversos dos que são previstos no Direito do Trabalho, bem como o fato de que a aposentadoria especial teria uma natureza compensatória. Contudo, em face da decisão proferida pelo STF no ARE n.º 664.335, na sistemática da Repercussão Geral, entendo necessário alinhar o entendimento desta Turma de Uniformização.

6. Nesta decisão paradigmática, o que estava em jogo era a possibilidade de o direito à aposentadoria especial pressupor ou não a efetiva exposição do trabalhador a agente nocivo à sua saúde. Após o seu julgamento, foram fixadas duas teses: i) o direito à aposentadoria especial pressupõe a efetiva exposição do trabalhador a agente nocivo à sua saúde, de modo que, se o EPI for realmente capaz de neutralizar a nocividade não haverá respaldo constitucional à aposentadoria especial; ii) na hipótese de exposição do trabalhador a ruído acima dos limites legais de tolerância, a declaração do empregador, no âmbito do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), no sentido da eficácia do Equipamento de Proteção Individual - EPI, não descaracteriza o tempo de serviço especial para aposentadoria.

7. Nesta matéria, majoritariamente, o Poder Judiciário construiu uma posição favorável ao segurado, fundamentada na experiência prática de que não bastava apenas fornecer o EPI, sendo necessária a fiscalização quanto a sua real eficácia e a sua substituição periódica. Ademais, frisou nossa Corte Suprema que, em caso de divergência ou dúvida sobre a real eficácia do equipamento de proteção individual, a premissa a nortear a Administração e o Judiciário é pelo reconhecimento do direito ao benefício da aposentadoria especial, isto porque o uso de EPI, no caso concreto, pode não se afigurar suficiente para descaracterizar completamente a relação nociva a que o empregado se submete. De fato, muitas vezes, a informação lançada nos formulários era genérica e pouco verossímil, pois nos termos das NR-02 do MT só poderá ser posto à venda ou utilizado o EPI com a indicação do Certificado de Aprovação - CA, expedido pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego. Mas nos casos em que não há dúvida sobre o equipamento de proteção individual atender a todos os requisitos legais e eliminar as consequências dos agentes nocivos, as conclusões do STF foram no sentido de que se o EPI for capaz de neutralizar a nocividade, não haveria respaldo constitucional à aposentadoria especial.

8. No ARE n.º 664.335, o Supremo Tribunal Federal expressamente debateu o sentido e o alcance da Súmula n. 09 desta Turma de Uniformização (destaco os parágrafos 22 a 53 do voto do Ministro Barroso e os debates que foram travados a seguir). Penso que a razão que inspirou a edição da Súmula foi o consenso que a comunidade jurídica e científica de que, no caso do ruído, não há equipamentos de proteção capazes de impedir este agente de afetar a saúde do trabalhador. O STF reconheceu a necessidade de continuar tratando o ruído de forma diferenciada, tanto que fixou a segunda tese. E nesta tese consagra que o direito ao reconhecimento do tempo especial é devido, mesmo que exista declaração do empregador, por que no atual estágio tecnológico não existem EPIS verdadeiramente eficazes para o ruído. Mas se no futuro eles vierem a eliminar a insalubridade, então não haverá direito ao reconhecimento do tempo como especial.

9. Depois dos debates que se seguiram, o Ministro Teori Zavaski - que inicialmente entendia não haver questão constitucional relevante para ser apreciada pelo STF - se convenceu de que o STF estava mudando o entendimento da Súmula n. 09 da TNU e que, nas instâncias ordinárias, tanto a sentença quanto o acórdão assentaram que o equipamento não era eficaz e, por isso, concordou em negar provimento ao recurso do INSS por esse fundamento. A decisão do STF ficou assim emendada:

"RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. DIREITO CONSTITUCIONAL PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. ART. 201, § 1º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. REQUISITOS DE CARACTERIZAÇÃO. TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO SOB CONDIÇÕES NOCIVAS. FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI. TEMA COM REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA PELO PLENÁRIO VIRTUAL. EFETIVA EXPOSIÇÃO A AGENTES NOCIVOS À SAÚDE. NEUTRALIZAÇÃO DA RELAÇÃO NOCIVA ENTRE O AGENTE INSALUBRE E O TRABALHADOR. COMPROVAÇÃO NO PERFIL PROFISSIOGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO PPP OU SIMILAR. NÃO CARACTERIZAÇÃO DOS PRESSUPOSTOS HÁBEIS À CONCESSÃO DE APOSENTADORIA ESPECIAL. CASO CONCRETO. AGENTE NOCIVO RUÍDO. UTILIZAÇÃO DE EPI. EFICÁCIA. REDUÇÃO DA NOCIVIDADE. CENÁRIO ATUAL.

IMPOSSIBILIDADE DE NEUTRALIZAÇÃO. NÃO DESCARACTERIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES PREJUDICIAIS. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DEVIDO. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. 1. Conduz à admissibilidade do Recurso Extraordinário a densidade constitucional, no aresto recorrido, do direito fundamental à previdência social (art. 201, CRFB/88), com reflexos mediatos nos cânones constitucionais do direito à vida (art. 5º, caput, CRFB/88), à saúde (arts. 3º, 5º e 196, CRFB/88), à dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, CRFB/88) e ao meio ambiente de trabalho equilibrado (arts. 193 e 225, CRFB/88). 2. A eliminação das atividades laborais nocivas deve ser a meta maior da Sociedade - Estado, empresariado, trabalhadores e representantes sindicais -, que devem voltar-se incessantemente para com a defesa da saúde dos trabalhadores, como enuncia a Constituição da República, ao erigir como pilares do Estado Democrático de Direito a dignidade humana (art. 1º, III, CRFB/88), a valorização social do trabalho, a preservação da vida e da saúde (art. 3º, 5º, e 196, CRFB/88), e o meio ambiente de trabalho equilibrado (art. 193, e 225, CRFB/88). 3. A aposentadoria especial prevista no artigo 201, § 1º, da Constituição da República, significa que poderão ser adotados, para concessão de aposentadorias aos beneficiários do regime geral de previdência social, requisitos e critérios diferenciados nos "casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, e quando se tratar de segurados portadores de deficiência, nos termos definidos em lei complementar". 4. A aposentadoria especial possui nítido caráter preventivo e impõe-se para aqueles trabalhadores que laboram expostos a agentes prejudiciais à saúde e a fortiori possuem um desgaste naturalmente maior, por que não se lhes pode exigir o cumprimento do mesmo tempo de contribuição que aqueles empregados que não se encontram expostos a nenhum agente nocivo. 5. A norma inscrita no art. 195, § 5º, CRFB/88, veda a criação, majoração ou extensão de benefício sem a correspondente fonte de custeio, disposição dirigida ao legislador ordinário, sendo inexigível quando se tratar de benefício criado diretamente pela Constituição. Deveras, o direito à aposentadoria especial foi outorgado aos seus destinatários por norma constitucional (em sua origem o art. 202, e atualmente o art. 201, § 1º, CRFB/88). Precedentes: RE 151.106 AgR/SP, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 28/09/1993, Primeira Turma, DJ de 26/11/93; RE 220.742, Rel. Min. Néri da Silveira, julgamento em 03/03/98, Segunda Turma, DJ de 04/09/1998. 6. Existência de fonte de custeio para o direito à aposentadoria especial antes, através dos instrumentos tradicionais de financiamento da previdência social mencionados no art. 195, da CRFB/88, e depois da Medida Provisória nº 1.729/98, posteriormente convertida na Lei nº 9.732, de 11 de dezembro de 1998. Legislação que, ao reformular o seu modelo de financiamento, inseriu os §§ 6º e 7º no art. 57 da Lei nº 8.213/91, e estabeleceu que este benefício será financiado com recursos provenientes da contribuição de que trata o inciso II do art. 22 da Lei nº 8.212/91, cujas alíquotas serão acrescidas de doze, nove ou seis pontos percentuais, conforme a atividade exercida pelo segurado a serviço da empresa permita a concessão de aposentadoria especial após quinze, vinte ou vinte e cinco anos de contribuição, respectivamente. 7. Por outro lado, o art. 10 da Lei nº 10.666/2003, ao criar o Fator Acidentário de Prevenção-FAP, concedeu redução de até 50% do valor desta contribuição em favor das empresas que disponibilizem aos seus empregados equipamentos de proteção declarados eficazes nos formulários previstos na legislação, o qual funciona como incentivo para que as empresas continuem a cumprir a sua função social, proporcionando um ambiente de trabalho hígido a seus trabalhadores. 8. O risco social aplicável ao benefício previdenciário da aposentadoria especial é o exercício de atividade em condições prejudiciais à saúde ou à integridade física (CRFB/88, art. 201, § 1º), de forma que torna indispensável que o indivíduo trabalhe exposto a uma nocividade notadamente capaz de ensejar o referido dano, porquanto a tutela legal considera a exposição do segurado pelo risco presumido presente na relação entre agente nocivo e o trabalhador. 9. A interpretação do instituto da aposentadoria especial mais consentânea com o texto constitucional é aquela que conduz a uma proteção efetiva do trabalhador, considerando o benefício da aposentadoria especial excepcional, destinado ao segurado que efetivamente exerceu suas atividades laborativas em "condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física". 10. Consecutivamente, a primeira tese objetiva que se firma é: o direito à aposentadoria especial pressupõe a efetiva exposição do trabalhador a agente nocivo à sua saúde, de modo que, se o EPI for realmente capaz de neutralizar a nocividade não haverá respaldo constitucional à aposentadoria especial. 11. A Administração poderá, no exercício da fiscalização, aferir as informações prestadas pela empresa, sem prejuízo do inafastável judicial review. Em caso de divergência ou dúvida sobre a real eficácia do Equipamento de Proteção Individual, a premissa a nortear a Administração e o Judiciário é pelo reconhecimento do direito ao benefício da aposentadoria especial. Isto porque o uso de EPI, no caso concreto, pode não se afigurar suficiente para descaracterizar completamente a relação nociva a que o empregado se submete. 12. In casu, tratando-se especificamente do agente nocivo ruído, desde que em limites acima do limite legal, constata-se que, apesar do uso de Equipamento de Proteção Individual (protetor auricular) reduzir a agressividade do ruído a um nível tolerável, até no mesmo patamar da normalidade, a potência do som em tais ambientes causa danos ao organismo que vão muito além daqueles relacionados à perda das funções auditivas. O benefício previsto neste artigo será financiado com os recursos provenientes da contribuição de que trata o inciso II do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, cujas alíquotas serão acrescidas de doze, nove ou seis pontos percentuais, conforme a atividade exercida pelo segurado a serviço da empresa permita a concessão de aposentadoria especial após quinze, vinte ou vinte e cinco anos de contribuição, respectivamente. O benefício previsto neste artigo será financiado com os recursos provenientes da contribuição de que trata o inciso II do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de

julho de 1991, cujas alíquotas serão acrescidas de doze, nove ou seis pontos percentuais, conforme a atividade exercida pelo segurado a serviço da empresa permita a concessão de aposentadoria especial após quinze, vinte ou vinte e cinco anos de contribuição, respectivamente. 13. Ainda que se pudesse aceitar que o problema causado pela exposição ao ruído relacionasse apenas à perda das funções auditivas, o que indubitavelmente não é o caso, é certo que não se pode garantir uma eficácia real na eliminação dos efeitos do agente nocivo ruído com a simples utilização de EPI, pois são inúmeros os fatores que influenciam na sua efetividade, dentro dos quais muitos são impassíveis de um controle efetivo, tanto pelas empresas, quanto pelos trabalhadores. 14. Desse modo, a segunda tese fixada neste Recurso Extraordinário é a seguinte: na hipótese de exposição do trabalhador a ruído acima dos limites legais de tolerância, a declaração do empregador, no âmbito do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), no sentido da eficácia do Equipamento de Proteção Individual - EPI, não descaracteriza o tempo de serviço especial para aposentadoria. 15. Agravo conhecido para negar provimento ao Recurso Extraordinário." (ARE 664335 / SC, Tribunal Pleno, Rel. Min. LUIZ FUX, DJe-029, DIVULG 11/02/2015, PUBLIC 12-02-2015)

10. Com base na posição que triunfou no STF, se o EPI for realmente capaz de neutralizar a nocividade, não há mais respaldo constitucional ao reconhecimento do tempo especial. Com base nesta premissa, passo ao exame do presente incidente.

11. Sobre o ponto impugnado, a Turma Recursal de origem negou o reconhecimento das condições especiais do exercício de atividade profissional, sob os seguintes fundamentos:

"[...] Período de 06/03/1997 a 14/05/2012: melhor sorte não assiste ao autor quanto à especialidade do interregno em pauta, exercido na qualidade de eletricitista, com submissão à tensão elétrica superior a 250 volts. Ocorre que o PPP e laudo técnico apresentados (anexo 07), dão conta de que houve a utilização de EPI eficaz, de modo que neutralizada a nocividade da atividade em questão, nos termos da decisão do STF." (grifei)

12. Com efeito, a tese da parte autora é de que o julgado recorrido contrariou o entendimento da TNU, pois analisando as provas constantes dos autos, concluiu que o equipamento de proteção individual utilizado pela parte autora foi eficaz, descaracterizando a atividade nociva à sua saúde.

13. Para afastar a conclusão das instâncias ordinárias, de que o EPI não seria eficaz, seria necessário reexaminar o conjunto fático-probatório para verificar se o EPI utilizado pela parte autora foi realmente eficaz. Todavia, isso não se mostra possível em sede de processo objetivo (incidente de uniformização).

14. Em conclusão, é o caso de conhecer-se do incidente, porém, para lhe negar provimento, mantendo o acórdão recorrido.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO interposto, porém, NEGANDO-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto-ementa do relator. Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0524075-45.2013.4.05.8300

ORIGEM: 3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco

REQUERENTE: LARREGIO CORREIA DA SILVA

PROC./ADV.: DÁRIO HENRIQUE JÚNIOR

OAB: PE-31097

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. FORNECIMENTO DE EPI. DECISÃO DO STF NO ARE N. 664.335 NA SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL. SE O EPI FOR REALMENTE CAPAZ DE NEUTRALIZAR A NOCIVIDADE, NÃO HÁ MAIS RESPALDO CONSTITUCIONAL AO RECONHECIMENTO DO TEMPO ESPECIAL. SITUAÇÃO PARTICULAR DO RUÍDO. INCIDENTE CONHECIDO E IMPROVIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, reformando sentença, deixou de reconhecer as condições especiais do exercício da atividade profissional com exposição à eletricidade.

2. O aresto combatido considerou que, sendo o EPI capaz de neutralizar os riscos, é indevido o reconhecimento da natureza especial da atividade.

3. A parte autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgados paradigmas (Súmula n. 09/TNU e PEDILEF n. 2002.50.50.001890-3) que, em alegadas hipóteses semelhantes, entenderam que o fornecimento de EPI, por si só, não descaracteriza o tempo de serviço especial.

4. Do cotejo entre o acórdão combatido e o julgado paradigma, observo que está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ocorrência de similitude fática entre os julgados recorridos e o precedente apresentado.

5. Inicialmente, é importante destacar que esta Turma Nacional de Uniformização possui a Súmula n. 09 com o seguinte teor: "O uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI), ainda que elimine a insalubridade, no caso de exposição a ruído, não descaracteriza o tempo de serviço especial prestado". Em vários precedentes, a TNU inclusive tem ampliado o alcance da Súmula n. 09 para outros agentes



insalubres. Dentre outros argumentos, consignou-se que para fins previdenciários a insalubridade teria fundamentos diversos dos que são previstos no Direito do Trabalho, bem como o fato de que a aposentadoria especial teria uma natureza compensatória. Contudo, em face da decisão proferida pelo STF no ARE n.º 664.335, na sistemática da Repercussão Geral, entendendo necessário alinhar o entendimento desta Turma de Uniformização.

6. Nesta decisão paradigmática, o que estava em jogo era a possibilidade de o direito à aposentadoria especial pressupor ou não a efetiva exposição do trabalhador a agente nocivo à sua saúde. Após o seu julgamento, foram fixadas duas teses: i) o direito à aposentadoria especial pressupõe a efetiva exposição do trabalhador a agente nocivo à sua saúde, de modo que, se o EPI for realmente capaz de neutralizar a nocividade não haverá respaldo constitucional à aposentadoria especial; ii) na hipótese de exposição do trabalhador a ruído acima dos limites legais de tolerância, a declaração do empregador, no âmbito do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), no sentido da eficácia do Equipamento de Proteção Individual - EPI, não descaracteriza o tempo de serviço especial para aposentadoria.

7. Nesta matéria, majoritariamente, o Poder Judiciário construiu uma posição favorável ao segurado, fundamentada na experiência prática de que não bastava apenas fornecer o EPI, sendo necessária a fiscalização quanto a sua real eficácia e a sua substituição periódica. Ademais, frisou nossa Corte Suprema que, em caso de divergência ou dúvida sobre a real eficácia do equipamento de proteção individual, a premissa a nortear a Administração e o Judiciário é pelo reconhecimento do direito ao benefício da aposentadoria especial, isto porque o uso de EPI, no caso concreto, pode não se afigurar suficiente para descaracterizar completamente a relação nociva a que o empregado se submete. De fato, muitas vezes, a informação lançada nos formulários era genérica e pouco verossímil, pois nos termos das NR-02 do MT só poderá ser posto à venda ou utilizado o EPI com a indicação do Certificado de Aprovação - CA, expedido pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego. Mas nos casos em que não há dúvida sobre o equipamento de proteção individual atender a todos os requisitos legais e eliminar as consequências dos agentes nocivos, as conclusões do STF foram no sentido de que se o EPI for capaz de neutralizar a nocividade, não haveria respaldo constitucional à aposentadoria especial.

8. No ARE n.º 664.335, o Supremo Tribunal Federal expressamente debateu o sentido e o alcance da Súmula n. 09 desta Turma de Uniformização (destaco os parágrafos 22 a 53 do voto do Ministro Barroso e os debates que foram travados a seguir). Penso que a razão que inspirou a edição da Súmula foi o consenso que a comunidade jurídica e científica de que, no caso do ruído, não há equipamentos de proteção capazes de impedir este agente de afetar a saúde do trabalhador. O STF reconheceu a necessidade de continuar tratando o ruído de forma diferenciada, tanto que fixou a segunda tese. E nesta tese consagra que o direito ao reconhecimento do tempo especial é devido, mesmo que exista declaração do empregador, por que no atual estágio tecnológico não existem EPIS verdadeiramente eficazes para o ruído. Mas se no futuro eles vierem a eliminar a insalubridade, então não haverá direito ao reconhecimento do tempo como especial.

9. Depois dos debates que se seguiram, o Ministro Teori Zavascki - que inicialmente entendia não haver questão constitucional relevante para ser apreciada pelo STF - se convenceu de que o STF estava mudando o entendimento da Súmula n. 09 da TNU e que, nas instâncias ordinárias, tanto a sentença quanto o acórdão assentaram que o equipamento não era eficaz e, por isso, concordou em negar provimento ao recurso do INSS por esse fundamento. A decisão do STF ficou assim ementada:

"CURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. DIREITO CONSTITUCIONAL PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. ART. 201, § 1º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. REQUISITOS DE CARACTERIZAÇÃO. TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO SOB CONDIÇÕES NOCIVAS. FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI. TEMA COM REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA PELO PLÊNARIO VIRTUAL. EFETIVA EXPOSIÇÃO A AGENTES NOCIVOS À SAÚDE. NEUTRALIZAÇÃO DA RELAÇÃO NOCIVA ENTRE O AGENTE INSALUBRE E O TRABALHADOR. COMPROVAÇÃO NO PERFIL PROFISSIOGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO PPP OU SIMILAR. NÃO CARACTERIZAÇÃO DOS PRESSUPOSTOS HÁBEIS À CONCESSÃO DE APOSENTADORIA ESPECIAL. CASO CONCRETO. AGENTE NOCIVO RUÍDO. UTILIZAÇÃO DE EPI. EFICÁCIA. REDUÇÃO DA NOCIVIDADE. CENÁRIO ATUAL. IMPOSSIBILIDADE DE NEUTRALIZAÇÃO. NÃO DESCARACTERIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES PREJUDICIAIS. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DEVIDO. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. 1. Conduz à admissibilidade do Recurso Extraordinário a densidade constitucional, no aresto recorrido, do direito fundamental à previdência social (art. 201, CRFB/88), com reflexos mediatos nos cânones constitucionais do direito à vida (art. 5º, caput, CRFB/88), à saúde (arts. 3º, 5º e 196, CRFB/88), à dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, CRFB/88) e ao meio ambiente de trabalho equilibrado (arts. 193 e 225, CRFB/88). 2. A eliminação das atividades laborais nocivas deve ser a meta maior da Sociedade - Estado, empresariado, trabalhadores e representantes sindicais -, que devem voltar-se incessantemente para com a defesa da saúde dos trabalhadores, como enuncia a Constituição da República, ao erigir como pilares do Estado Democrático de Direito a dignidade humana (art. 1º, III, CRFB/88), a valorização social do trabalho, a preservação da vida e da saúde (art. 3º, 5º, e 196, CRFB/88), e o meio ambiente de trabalho equilibrado (art. 193, e 225, CRFB/88). 3. A aposentadoria especial prevista no artigo 201, § 1º, da Constituição da República, significa que poderão ser adotados, para concessão de aposentadorias aos beneficiários do regime geral de previdência social, requisitos e critérios diferenciados nos "casos de

atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, e quando se tratar de segurados portadores de deficiência, nos termos definidos em lei complementar". 4. A aposentadoria especial possui nítido caráter preventivo e impõe-se para aqueles trabalhadores que laboram expostos a agentes prejudiciais à saúde e a fortiori possuem um desgaste naturalmente maior, por que não se lhes pode exigir o cumprimento do mesmo tempo de contribuição que aqueles empregados que não se encontram expostos a nenhum agente nocivo. 5. A norma inscrita no art. 195, § 5º, CRFB/88, veda a criação, majoração ou extensão de benefício sem a correspondente fonte de custeio, disposição dirigida ao legislador ordinário, sendo inexistente quando se tratar de benefício criado diretamente pela Constituição. Deveras, o direito à aposentadoria especial foi outorgado aos seus destinatários por norma constitucional (em sua origem o art. 202, e atualmente o art. 201, § 1º, CRFB/88). Precedentes: RE 151.106 AgR/SP, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 28/09/1993, Primeira Turma, DJ de 26/11/93; RE 220.742, Rel. Min. Néri da Silveira, julgamento em 03/03/98, Segunda Turma, DJ de 04/09/1998. 6. Existência de fonte de custeio para o direito à aposentadoria especial antes, através dos instrumentos tradicionais de financiamento da previdência social mencionados no art. 195, da CRFB/88, e depois da Medida Provisória nº 1.729/98, posteriormente convertida na Lei nº 9.732, de 11 de dezembro de 1998. Legislação que, ao reformular o seu modelo de financiamento, inseriu os §§ 6º e 7º no art. 57 da Lei nº 8.213/91, e estabeleceu que este benefício será financiado com recursos provenientes da contribuição de que trata o inciso II do art. 22 da Lei nº 8.212/91, cujas alíquotas serão acrescidas de doze, nove ou seis pontos percentuais, conforme a atividade exercida pelo segurado a serviço da empresa permita a concessão de aposentadoria especial após quinze, vinte ou vinte e cinco anos de contribuição, respectivamente. 7. Por outro lado, o art. 10 da Lei nº 10.666/2003, ao criar o Fator Acidentário de Prevenção-FAP, concedeu redução de até 50% do valor desta contribuição em favor das empresas que disponibilizem aos seus empregados equipamentos de proteção declarados eficazes nos formulários previstos na legislação, o qual funciona como incentivo para que as empresas continuem a cumprir a sua função social, proporcionando um ambiente de trabalho hígido a seus trabalhadores. 8. O risco social aplicável ao benefício previdenciário da aposentadoria especial é o exercício de atividade em condições prejudiciais à saúde ou à integridade física (CRFB/88, art. 201, § 1º), de forma que torna indispensável que o indivíduo trabalhe exposto a uma nocividade notadamente capaz de ensejar o referido dano, porquanto a tutela legal considera a exposição do segurado pelo risco presumido presente na relação entre agente nocivo e o trabalhador. 9. A interpretação do instituto da aposentadoria especial mais consentânea com o texto constitucional é aquela que conduz a uma proteção efetiva do trabalhador, considerando o benefício da aposentadoria especial excepcional, destinado ao segurado que efetivamente exerceu suas atividades laborativas em "condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física". 10. Consectariamente, a primeira tese objetiva que se firma é: o direito à aposentadoria especial pressupõe a efetiva exposição do trabalhador a agente nocivo à sua saúde, de modo que, se o EPI for realmente capaz de neutralizar a nocividade não haverá respaldo constitucional à aposentadoria especial. 11. A Administração poderá, no exercício da fiscalização, aferir as informações prestadas pela empresa, sem prejuízo do inafastado judicial review. Em caso de divergência ou dúvida sobre a real eficácia do Equipamento de Proteção Individual, a premissa a nortear a Administração e o Judiciário é pelo reconhecimento do direito ao benefício da aposentadoria especial. Isto porque o uso de EPI, no caso concreto, pode não se afigurar suficiente para descaracterizar completamente a relação nociva a que o empregado se submete. 12. In casu, tratando-se especificamente do agente nocivo ruído, desde que em limites acima do limite legal, constata-se que, apesar do uso de Equipamento de Proteção Individual (protetor auricular) reduzir a agressividade do ruído a um nível tolerável, até no mesmo patamar da normalidade, a potência do som em tais ambientes causa danos ao organismo que vão muito além daqueles relacionados à perda das funções auditivas. O benefício previsto neste artigo será financiado com os recursos provenientes da contribuição de que trata o inciso II do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, cujas alíquotas serão acrescidas de doze, nove ou seis pontos percentuais, conforme a atividade exercida pelo segurado a serviço da empresa permita a concessão de aposentadoria especial após quinze, vinte ou vinte e cinco anos de contribuição, respectivamente. O benefício previsto neste artigo será financiado com os recursos provenientes da contribuição de que trata o inciso II do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, cujas alíquotas serão acrescidas de doze, nove ou seis pontos percentuais, conforme a atividade exercida pelo segurado a serviço da empresa permita a concessão de aposentadoria especial após quinze, vinte ou vinte e cinco anos de contribuição, respectivamente. 13. Ainda que se pudesse aceitar que o problema causado pela exposição ao ruído relacionasse apenas à perda das funções auditivas, o que indubitavelmente não é o caso, é certo que não se pode garantir uma eficácia real na eliminação dos efeitos do agente nocivo ruído com a simples utilização de EPI, pois são inúmeros os fatores que influenciam na sua efetividade, dentro dos quais muitos são impassíveis de um controle efetivo, tanto pelas empresas, quanto pelos trabalhadores. 14. Desse modo, a segunda tese fixada neste Recurso Extraordinário é a seguinte: na hipótese de exposição do trabalhador a ruído acima dos limites legais de tolerância, a declaração do empregador, no âmbito do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), no sentido da eficácia do Equipamento de Proteção Individual - EPI, não descaracteriza o tempo de serviço especial para aposentadoria. 15. Agravo conhecido para negar provimento ao Recurso Extraordinário." (ARE 664335 / SC, Tribunal Pleno, Rel. Min. LUIZ FUX, DJe-029, DIVULG 11/02/2015, PUBLIC 12-02-2015)

10. Com base na posição que triunfou no STF, se o EPI for realmente capaz de neutralizar a nocividade, não há mais respaldo constitucional ao reconhecimento do tempo especial. Com base nesta premissa, passo ao exame do presente incidente.

11. Sobre o ponto impugnado, a Turma Recursal de origem negou o reconhecimento das condições especiais do exercício de atividade profissional, sob os seguintes fundamentos:

"[...] Na espécie, todavia, cuida-se de hipótese de utilização de EPI eficaz, o que deve ser levado em consideração na aplicação do referido precedente no caso concreto.

Em julgamento recente no STF do Recurso Extraordinário com Agravo nº 664335, com repercussão geral reconhecida, foi estabelecido que "o direito à aposentadoria especial pressupõe a efetiva exposição do trabalhador a agente nocivo a sua saúde, de modo que se o Equipamento de Proteção Individual (EPI) for realmente capaz de neutralizar a nocividade, não haverá respaldo à concessão constitucional de aposentadoria especial"

Assim, comprovado o uso de EPI durante o período laboral, tornando ineficaz a atuação dos agentes nocivos a que esteve exposto o segurado, resta descaracterizada a especialidade da atividade.

Na hipótese em tela, o item 15.7 do PPP (anexo 16, p.2), revela que no período laboral de exposição do recorrido houve utilização de EPI, neutralizando os efeitos nefastos do agente nocivo, não sendo devido, pois, o enquadramento legal pretendido." (grifei)

12. Com efeito, a tese da parte autora é de que o julgado recorrido contrariou o entendimento da TNU, pois analisando as provas constantes dos autos, concluiu que o equipamento de proteção individual utilizado pela parte autora foi eficaz, descaracterizando a atividade nociva à sua saúde.

13. Para afastar a conclusão das instâncias ordinárias, de que o EPI não seria eficaz, seria necessário reexaminar o conjunto fático-probatório para verificar se o EPI utilizado pela parte autora foi realmente eficaz. Todavia, isso não se mostra possível em sede de processo objetivo (incidente de uniformização).

14. Em conclusão, é o caso de conhecer-se do incidente, porém, para lhe negar provimento, mantendo o acórdão recorrido.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO interposto, porém, NEGANDO-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto-ementa do relator. Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0525178-53.2014.4.05.8300

ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco

REQUERENTE: JOSÉ FRANCISCO DA SILVA NETO

PROC./ADV.: JOÃO CAMPIELLO VARELLA NETO

OAB: PE-30 341

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. FORNECIMENTO DE EPI. DECISÃO DO STF NO ARE N. 664.335 NA SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL. SE O EPI FOR REALMENTE CAPAZ DE NEUTRALIZAR A NOCIVIDADE, NÃO HÁ MAIS RESPALDO CONSTITUCIONAL AO RECONHECIMENTO DO TEMPO ESPECIAL. SITUAÇÃO PARTICULAR DO RUÍDO. INCIDENTE CONHECIDO E IMPROVIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que deixou de reconhecer as condições especiais do exercício da atividade profissional com exposição a agentes biológicos no período de 08/07/1995 a 30/01/2014.

2. O aresto combatido considerou que, sendo o EPI capaz de neutralizar a nocividade dos agentes biológicos, é indevido o reconhecimento da natureza especial da atividade de técnico de enfermagem.

3. A parte autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgados paradigmáticos (STJ, REsp n. 720.082, j. 15/12/2005 e Súmula n. 09/TNU) que, em alegadas hipóteses semelhantes, entenderam que o fornecimento de EPI, por si só, não descaracteriza o tempo de serviço especial.

4. Do cotejo entre o acórdão combatido e o julgado paradigma, observo que está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ocorrência de similitude fática entre os julgados recorridos e o precedente apresentado.

5. Inicialmente, é importante destacar que esta Turma Nacional de Uniformização possui a Súmula n. 09 com o seguinte teor: "O uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI), ainda que elimine a insalubridade, no caso de exposição a ruído, não descaracteriza o tempo de serviço especial prestado". Em vários precedentes, a TNU inclusive tem ampliado o alcance da Súmula n. 09 para outros agentes insalubres. Dentre outros argumentos, consignou-se que para fins previdenciários a insalubridade teria fundamentos diversos dos que são previstos no Direito do Trabalho, bem como o fato de que a aposentadoria especial teria uma natureza compensatória. Contudo, em face da decisão proferida pelo STF no ARE n.º 664.335, na sistemática da Repercussão Geral, entendendo necessário alinhar o entendimento desta Turma de Uniformização.

6. Nesta decisão paradigmática, o que estava em jogo era a possibilidade de o direito à aposentadoria especial pressupor ou não a efetiva exposição do trabalhador a agente nocivo à sua saúde. Após o seu julgamento, foram fixadas duas teses: i) o direito à aposentadoria especial pressupõe a efetiva exposição do trabalhador a agente nocivo à sua saúde, de modo que, se o EPI for realmente capaz de neutralizar a nocividade não haverá respaldo constitucional à aposentadoria especial; ii) na hipótese de exposição do trabalhador a ruído acima dos limites legais de tolerância, a declaração do empregador, no âmbito do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), no sentido da eficácia do Equipamento de Proteção Individual - EPI, não descaracteriza o tempo de serviço especial para aposentadoria.

7. Nesta matéria, majoritariamente, o Poder Judiciário construiu uma posição favorável ao segurado, fundamentada na experiência prática de que não bastava apenas fornecer o EPI, sendo necessária a fiscalização quanto a sua real eficácia e a sua substituição periódica. Ademais, frisou nossa Corte Suprema que, em caso de divergência ou dúvida sobre a real eficácia do equipamento de proteção individual, a premissa a nortear a Administração e o Judiciário é pelo reconhecimento do direito ao benefício da aposentadoria especial, isto porque o uso de EPI, no caso concreto, pode não se afigurar suficiente para descaracterizar completamente a relação nociva a que o empregado se submete. De fato, muitas vezes, a informação lançada nos formulários era genérica e pouco verossímil, pois nos termos das NR-02 do MT só poderá ser posto à venda ou utilizado o EPI com a indicação do Certificado de Aprovação - CA, expedido pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego. Mas nos casos em que não há dúvida sobre o equipamento de proteção individual atender a todos os requisitos legais e eliminar as consequências dos agentes nocivos, as conclusões do STF foram no sentido de que se o EPI for capaz de neutralizar a nocividade, não haverá respaldo constitucional à aposentadoria especial.

8. No ARE n.º 664.335, o Supremo Tribunal Federal expressamente debateu o sentido e o alcance da Súmula n. 09 desta Turma de Uniformização (destaco os parágrafos 22 a 53 do voto do Ministro Barroso e os debates que foram travados a seguir). Penso que a razão que inspirou a edição da Súmula foi o consenso que a comunidade jurídica e científica de que, no caso do ruído, não há equipamentos de proteção capazes de impedir este agente de afetar a saúde do trabalhador. O STF reconheceu a necessidade de continuar tratando o ruído de forma diferenciada, tanto que fixou a segunda tese. E nesta tese consagra que o direito ao reconhecimento do tempo especial é devido, mesmo que exista declaração do empregador, por que no atual estágio tecnológico não existem EPIS verdadeiramente eficazes para o ruído. Mas se no futuro eles vierem a eliminar a insalubridade, então não haverá direito ao reconhecimento do tempo como especial.

9. Depois dos debates que se seguiram, o Ministro Teori Zavaski - que inicialmente entendia não haver questão constitucional relevante para ser apreciada pelo STF - se convenceu de que o STF estava mudando o entendimento da Súmula n. 09 da TNU e que, nas instâncias ordinárias, tanto a sentença quanto o acórdão assentaram que o equipamento não era eficaz e, por isso, concordou em negar provimento ao recurso do INSS por esse fundamento. A decisão do STF ficou assim emendada:

"RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. DIREITO CONSTITUCIONAL PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. ART. 201, § 1º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. REQUISITOS DE CARACTERIZAÇÃO. TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO SOB CONDIÇÕES NOCIVAS. FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI. TEMA COM REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA PELO PLENÁRIO VIRTUAL. EFETIVA EXPOSIÇÃO A AGENTES NOCIVOS À SAÚDE. NEUTRALIZAÇÃO DA RELAÇÃO NOCIVA ENTRE O AGENTE INSALUBRE E O TRABALHADOR. COMPROVAÇÃO NO PERFIL PROFISSIOGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO PPP OU SIMILAR. NÃO CARACTERIZAÇÃO DOS PRESSUPOSTOS HÁBEIS À CONCESSÃO DE APOSENTADORIA ESPECIAL. CASO CONCRETO. AGENTE NOCIVO RUÍDO. UTILIZAÇÃO DE EPI. EFICÁCIA. REDUÇÃO DA NOCIVIDADE. CENÁRIO ATUAL. IMPOSSIBILIDADE DE NEUTRALIZAÇÃO. NÃO DESCARACTERIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES PREJUDICIAIS. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DEVIDO. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. 1. Conduz à admissibilidade do Recurso Extraordinário a densidade constitucional, no aresto recorrido, do direito fundamental à previdência social (art. 201, CRFB/88), com reflexos mediatos nos cânones constitucionais do direito à vida (art. 5º, caput, CRFB/88), à saúde (arts. 3º, 5º e 196, CRFB/88), à dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, CRFB/88) e ao meio ambiente de trabalho equilibrado (arts. 193 e 225, CRFB/88). 2. A eliminação das atividades laborais nocivas deve ser a meta maior da Sociedade - Estado, empresariado, trabalhadores e representantes sindicais -, que devem voltar-se incessantemente para a defesa da saúde dos trabalhadores, como enuncia a Constituição da República, ao erigir como pilares do Estado Democrático de Direito a dignidade humana (art. 1º, III, CRFB/88), a valorização social do trabalho, a preservação da vida e da saúde (art. 3º, 5º, e 196, CRFB/88), e o meio ambiente de trabalho equilibrado (art. 193, e 225, CRFB/88). 3. A aposentadoria especial prevista no artigo 201, § 1º, da Constituição da República, significa que poderão ser adotados, para concessão de aposentadorias aos beneficiários do regime geral de previdência social, requisitos e critérios diferenciados nos "casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, e quando se tratar de segurados portadores de deficiência, nos termos definidos em lei complementar". 4. A aposentadoria especial possui nítido caráter preventivo e impõe-se para aqueles trabalhadores que laboram expostos a agentes prejudiciais à saúde e a fortiori possuem um desgaste naturalmente maior, por que não se lhes pode exigir o cumprimento do mesmo tempo de con-

tribuição que aqueles empregados que não se encontram expostos a nenhum agente nocivo. 5. A norma inscrita no art. 195, § 5º, CRFB/88, veda a criação, majoração ou extensão de benefício sem a correspondente fonte de custeio, disposição dirigida ao legislador ordinário, sendo inexigível quando se tratar de benefício criado diretamente pela Constituição. Deveras, o direito à aposentadoria especial foi outorgado aos seus destinatários por norma constitucional (em sua origem o art. 202, e atualmente o art. 201, § 1º, CRFB/88). Precedentes: RE 151.106 AgR/SP, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 28/09/1993, Primeira Turma, DJ de 26/11/93; RE 220.742, Rel. Min. Néri da Silveira, julgamento em 03/03/98, Segunda Turma, DJ de 04/09/1998. 6. Existência de fonte de custeio para o direito à aposentadoria especial antes, através dos instrumentos tradicionais de financiamento da previdência social mencionados no art. 195, da CRFB/88, e depois da Medida Provisória nº 1.729/98, posteriormente convertida na Lei nº 9.732, de 11 de dezembro de 1998. Legislação que, ao reformular o seu modelo de financiamento, inseriu os §§ 6º e 7º no art. 57 da Lei nº 8.213/91, e estabeleceu que este benefício será financiado com recursos provenientes da contribuição de que trata o inciso II do art. 22 da Lei nº 8.212/91, cujas alíquotas serão acrescidas de doze, nove ou seis pontos percentuais, conforme a atividade exercida pelo segurado a serviço da empresa permita a concessão de aposentadoria especial após quinze, vinte ou vinte e cinco anos de contribuição, respectivamente. 7. Por outro lado, o art. 10 da Lei nº 10.666/2003, ao criar o Fator Acidentário de Prevenção-FAP, concedeu redução de até 50% do valor desta contribuição em favor das empresas que disponibilizem aos seus empregados equipamentos de proteção declarados eficazes nos formulários previstos na legislação, o qual funciona como incentivo para que as empresas continuem a cumprir a sua função social, proporcionando um ambiente de trabalho hígido a seus trabalhadores. 8. O risco social aplicável ao benefício previdenciário da aposentadoria especial é o exercício de atividade em condições prejudiciais à saúde ou à integridade física (CRFB/88, art. 201, § 1º), de forma que torna indispensável que o indivíduo trabalhe exposto a uma nocividade notadamente capaz de ensejar o referido dano, porquanto a tutela legal considera a exposição do segurado pelo risco presumido presente na relação entre agente nocivo e o trabalhador. 9. A interpretação do instituto da aposentadoria especial mais consentânea com o texto constitucional é aquela que conduz a uma proteção efetiva do trabalhador, considerando o benefício da aposentadoria especial excepcional, destinado ao segurado que efetivamente exerceu suas atividades laborativas em "condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física". 10. Consectariamente, a primeira tese objetiva que se firma é: o direito à aposentadoria especial pressupõe a efetiva exposição do trabalhador a agente nocivo à sua saúde, de modo que, se o EPI for realmente capaz de neutralizar a nocividade não haverá respaldo constitucional à aposentadoria especial. 11. A Administração poderá, no exercício da fiscalização, aferir as informações prestadas pela empresa, sem prejuízo do inafastável judicial review. Em caso de divergência ou dúvida sobre a real eficácia do Equipamento de Proteção Individual, a premissa a nortear a Administração e o Judiciário é pelo reconhecimento do direito ao benefício da aposentadoria especial. Isto porque o uso de EPI, no caso concreto, pode não se afigurar suficiente para descaracterizar completamente a relação nociva a que o empregado se submete. 12. In casu, tratando-se especificamente do agente nocivo ruído, desde que em limites acima do limite legal, constata-se que, apesar do uso de Equipamento de Proteção Individual (protetor auricular) reduzir a agressividade do ruído a um nível tolerável, até no mesmo patamar da normalidade, a potência do som em tais ambientes causa danos ao organismo que vão muito além daqueles relacionados à perda das funções auditivas. O benefício previsto neste artigo será financiado com os recursos provenientes da contribuição de que trata o inciso II do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, cujas alíquotas serão acrescidas de doze, nove ou seis pontos percentuais, conforme a atividade exercida pelo segurado a serviço da empresa permita a concessão de aposentadoria especial após quinze, vinte ou vinte e cinco anos de contribuição, respectivamente. 13. Ainda que se pudesse aceitar que o problema causado pela exposição ao ruído relacionasse apenas à perda das funções auditivas, o que indubitavelmente não é o caso, é certo que não se pode garantir uma eficácia real na eliminação dos efeitos do agente nocivo ruído com a simples utilização de EPI, pois são inúmeros os fatores que influenciam na sua efetividade, dentro dos quais muitos são impassíveis de um controle efetivo, tanto pelas empresas, quanto pelos trabalhadores. 14. Desse modo, a segunda tese fixada neste Recurso Extraordinário é a seguinte: na hipótese de exposição do trabalhador a ruído acima dos limites legais de tolerância, a declaração do empregador, no âmbito do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), no sentido da eficácia do Equipamento de Proteção Individual - EPI, não descaracteriza o tempo de serviço especial para aposentadoria. 15. Agravo conhecido para negar provimento ao Recurso Extraordinário." (ARE 664335 / SC, Tribunal Pleno, Rel. Min. LUIZ FUX, DJe-029, DIVULG 11/02/2015, PUBLIC 12-02-2015)

10. Com base na posição que triunfou no STF, se o EPI for realmente capaz de neutralizar a nocividade, não há mais respaldo constitucional ao reconhecimento do tempo especial. Com base nesta premissa, passo ao exame do presente incidente.

11. Sobre o ponto impugnado, a Turma Recursal de origem negou o reconhecimento das condições especiais do exercício de atividade profissional, sob os seguintes fundamentos:

"[...] Ante o exposto, verifico que o recorrido comprovou através de PPP (anexo 08) sua exposição a agentes biológicos, no período de 08/07/1995 a 30/01/2014, de natureza infecto-contagiosa (fungos, bactérias e vírus), de forma habitual e permanente, durante toda a jornada de trabalho.

Entretanto, tal período não pode ser computado como especial. Senão vejamos.

As Turmas Recursais de Pernambuco vinham entendendo que, a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI), qualquer que fosse o agente nocivo, não tinha o condão de descaracterizar a atividade exercida em condições especiais, prestando-se tão somente a amenizar ou reduzir os danos delas decorrentes.

O STF, entretanto, no julgamento do ARE 664335, assentou a tese segundo a qual o direito à aposentadoria especial pressupõe a efetiva exposição do trabalhador a agente nocivo à sua saúde, de modo que, se o equipamento de proteção individual (EPI) for realmente capaz de neutralizar a nocividade, não haverá respaldo constitucional para a concessão de aposentadoria especial.

Exceção a tal raciocínio, contudo, apresenta-se quando em causa a submissão do trabalhador ao agente nocivo ruído acima dos limites legais de tolerância, cuja insalubridade, segundo a Corte Constitucional, não resta descaracterizada pela declaração do empregador, no PPP, da eficácia do equipamento de proteção individual (EPI), de modo que mantido o entendimento cristalizado por meio da Súmula 09 da TNU, que dispõe que O uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI), ainda que elimine a insalubridade, no caso de exposição a ruído, não descaracteriza o tempo de serviço especial prestado.

Como o caso dos autos não diz respeito à exceção acima e o PPP anexado informa a utilização de EPI eficaz, capaz de neutralizar ou reduzir a nocividade da sujeição, entendo que não restou caracterizada a especialidade da atividade desenvolvida pelo recorrido no período de 08/07/1995 a 30/01/2014." (grifei)

12. Com efeito, a tese da parte autora é de que o julgado recorrido contrariou o entendimento da TNU, pois analisando as provas constantes dos autos, concluiu que o equipamento de proteção individual utilizado pela parte autora foi eficaz, descaracterizando a atividade nociva à sua saúde.

13. O acórdão recorrido reformou a sentença para excluir o período de 08/07/1995 a 30/01/2014.

14. Para afastar a conclusão das instâncias ordinárias, de que o EPI não seria eficaz, seria necessário reexaminar o conjunto fático-probatório para verificar se o EPI utilizado pela parte autora foi realmente eficaz. Todavia, isso não se mostra possível em sede de processo objetivo (incidente de uniformização).

15. Em conclusão, é o caso de conhecer-se do incidente, porém, para lhe negar provimento, mantendo o acórdão recorrido.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO interposto, porém, NEGANDO-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto-ementa do relator. Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5001015-60.2012.4.04.7012

ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

REQUERENTE: OLIVETE DE ARAÚJO MANGONI

PROC./ADV.: MATEUS FERREIRA LEITE

OAB: PR-15022

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. AVERBAÇÃO DE TEMPO DE ATIVIDADE ESPECIAL. MAGISTÉRIO. CONVERSÃO DE PERÍODO POSTERIOR À EC 18/81. IMPOSSIBILIDADE. REGIME EXCEPCIONAL. EFETIVO EXERCÍCIO EM FUNÇÕES DE MAGISTÉRIO. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 40, INCISO III, "B", DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. ADI Nº 178-7/RS. ENTENDIMENTO PACIFICADO PELO STF. INCIDENTE CONHECIDO E DESPROVIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, deixou de reconhecer a natureza especial da atividade no magistério exercida após a Emenda Constitucional n. 18/1981.

2. A parte autora sustenta em seu pedido de uniformização que o acórdão recorrido diverge de entendimento da TNU (PEDILEF 200570530021560, Rel. Juiz Federal Otávio Henrique Martins, j. 16/11/2009) e do STJ (AgRg no REsp 1.163.028/RS).

3. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.

4. Assim, presente a divergência de interpretação, passo ao exame do mérito do pedido de uniformização de interpretação.

5. No mérito, vislumbro que o entendimento do STJ e deste Colegiado a respeito da matéria - possibilidade de conversão da atividade penosa de professor mesmo depois da EC 18/81 - , encontra-se superado pelo STF.



6. De fato, no Recurso Extraordinário nº 627.505/PR, o INSS logrou provimento em face de decisão proferida pela TNU (PEDILEF Nº 2005.70.53.000464-1, Rel. Juiz Federal Manoel Rolim Campbell Penna, DJ 17/10/2008). A Rel. Min. Carmen Lúcia citou a ADI nº 178 (Rel. Min. Maurício Corrêa, Tribunal Pleno, DJ 26.04.1996), e pronunciou que "(...) O Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento no sentido de que a aposentadoria especial de professor pressupõe o efetivo exercício dessa função pelo tempo mínimo fixado na Constituição da República. Assim, para efeito de aposentadoria, não é possível a conversão do tempo de magistério em tempo de exercício comum. (...) o acórdão recorrido está em desarmonia com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal" (RE nº 627.505/PR, Julgamento: 03/08/2010, DJE-154 20/08/2010).

7. Mais recentemente, este Colegiado reconheceu a superação da Jurisprudência do STJ e TNU pelos pronunciamentos do STF: PEDILEF 2009.70.53.005346-3, Rel. Juiz Federal Luiz Claudio Flores da Cunha, DOU 22/03/2013. O Nobre Colega citou a ADI nº 178, bem como decisões recentes das duas Turmas da Excelsa Corte, para demonstrar o posicionamento unânime, firme e atual do STF, exatamente no sentido contrário aos julgados desta Casa até então. 8. Ante o exposto, conheço o pedido de uniformização, mas nego-lhe provimento.

### ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO interposto, porém, NEGANDO-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto-ementa do relator. Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5001031-86.2014.4.04.7127  
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL  
REQUERENTE: GILMAR GATTERMANN  
PROC./ADV.: RUI MARQUES DOS SANTOS  
OAB: RS-80924  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. CONVERSÃO DE PERÍODOS DE TEMPO COMUM EM ESPECIAL. LABOR ANTERIOR À LEI 9.032/95. IMPOSSIBILIDADE. OBSERVÂNCIA LEGISLAÇÃO EM VIGOR À ÉPOCA DA REUNIÃO DOS REQUISITOS PARA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. RECURSO REPETITIVO DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, reformando a sentença, indeferiu pedido de conversão de tempo de trabalho comum em especial prestado antes do advento da Lei nº 9.032/95.

2. A parte autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado(s) paradigma(s) que, em alegada(s) hipótese(s) semelhante(s), entendeu(ram) ser cabível conversão de tempo de trabalho comum em especial prestado antes do advento da Lei nº 9.032/95.

3. A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º).

4. Do cotejo entre o acórdão combatido e um dos julgados paradigmas, observo que está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ocorrência de similitude fática entre os julgados recorridos e os precedentes apresentados.

5. Assim, presente a divergência de interpretação, passo ao exame do mérito do pedido de uniformização de interpretação.

6. No acórdão recorrido, a Turma Recursal de origem indeferiu o pedido de conversão de tempo de trabalho comum em especial prestado antes do advento da Lei nº 9.032/95, sob o seguinte fundamento:

"[...] O recurso do INSS merece ser provido, tendo em vista que na sessão de julgamento de março de 2015 a Turma Regional de Uniformização da 4ª Região revisou seu anterior posicionamento sobre o tema.

Anteriormente, a TRU da 4ª Região entendia possível a pretendida conversão, entendimento ao qual, particularmente, não aderira.

Todavia, na sessão de julgamento de março de 2015 a TRU da 4ª Região revisou seu anterior posicionamento de forma a alinhar-se à jurisprudência dominante do STJ.

[...] Destarte, 'quanto ao direito à conversão de tempo de serviço aplica-se a legislação vigente à época do implemento dos requisitos para a aposentação, sendo impossível a conversão de tempo de serviço comum anterior a 28.05.1995, ou seja, anterior à publicação da Lei nº 9.032/95, em especial quando as condições para a concessão de aposentadoria especial são implementadas somente após essa data'.

Aliás, esse é o entendimento que se encontra em conformidade com a jurisprudência dominante atual do STJ, conforme decidido pela 1ª Seção do STJ, por unanimidade, no julgamento dos Embargos de Declaração no REsp nº 1.310.034/PR em 26.11.2014."

7. De início, consigno que há julgados recentes deste Colegiado (PEDILEF 50114356720114047107, rel. p/acórdão Juiz Federal João Batista Lazzari, j. 08.10.2014; PEDILEF 50018577420114047206, rel. p/acórdão Juiz Federal João Batista Lazzari, j. 08.10.2014) no sentido de fazer prevalecer a legislação de regência quando da prestação do labor, e não a do momento do implemento dos requisitos à aposentadoria, de modo a permitir a conversão de tempo comum em especial, quando prestado anteriormente ao advento da Lei nº 9.032/95, que vedou tal conversão.

8. Concessa venia ao entendimento em sentido contrário, filio-me ao que decidido pelo STJ no REsp nº 1.310.034, sob o rito dos recursos repetitivos:

"RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. MATÉRIA REPETITIVA. ART. 543-C DO CPC E RESOLUÇÃO STJ 8/2008. RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. PREVIDENCIÁRIO. TEMPO ESPECIAL E COMUM. CONVERSÃO. POSSIBILIDADE. ART. 9º, § 4º, DA LEI 5.890/1973. INTRODUZIDO PELA LEI 6.887/1980. CRITÉRIO. LEI APLICÁVEL. LEGISLAÇÃO VIGENTE QUANDO PREENCHIDOS OS REQUISITOS DA APOSENTADORIA.

1. Trata-se de Recurso Especial interposto pela autarquia previdenciária com intuito de desconsiderar, para fins de conversão entre tempo especial e comum, o período trabalhado antes da Lei 6.887/1980, que introduziu o citado instituto da conversão no cômputo do tempo de serviço.

2. Como pressupostos para a solução da matéria de fundo, destaca-se que o STJ sedimentou o entendimento de que, em regra; a) a configuração do tempo especial é de acordo com a lei vigente no momento do labor, e b) a lei em vigor quando preenchidas as exigências da aposentadoria é a que define o fator de conversão entre as espécies de tempo de serviço. Nesse sentido: REsp 1.151.363/MG, Rel. Ministro Jorge Mussi, Terceira Seção, DJe 5.4.2011, julgado sob o rito do art. 543-C do CPC.

3. A lei vigente por ocasião da aposentadoria é a aplicável ao direito à conversão entre tempos de serviço especial e comum, independentemente do regime jurídico à época da prestação do serviço. Na mesma linha: REsp 1.151.652/MG, Rel. Ministra Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe 9.11.2009; REsp 270.551/SP, Rel. Ministro Gilson Dipp, Quinta Turma, DJ 18.03.2002; Resp 28.876/SP, Rel. Ministro Assis Toledo, Quinta Turma, DJ 11.09.1995; AgRg nos EDcl no Ag 1.354.799/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 5.10.2011.

4. No caso concreto, o benefício foi requerido em 24.1.2002, quando vigente a redação original do art. 57, § 3º, da Lei 8.213/1991, que previa a possibilidade de conversão de tempo comum em especial.

5. Recurso Especial não provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução 8/2008 do STJ".

9. Assente-se que os efeitos modificativos emprestados ao julgamento dos Embargos de Declaração no REsp. 1.310.034/PR afetou apenas a resolução do caso concreto, na medida em que se reconheceu erro material quanto à vigência da Lei nº 9.032/95 na data do requerimento do benefício, reconhecendo-se que nesta data (24.01.2002) não mais estava vigente a redação original do § 3º do art. 57 da Lei nº 8.213/91.

10. Nos termos em que decidido pelo STJ no REsp. 1.310.034/PR, reconheceu-se que, no que se refere ao direito à conversão de tempo de trabalho prestados sob regimes jurídicos distintos (especial e comum), prevalece a legislação em vigor quando do implemento dos requisitos da aposentadoria, e não a legislação em vigor quando da prestação do serviço.

11. Extraí-se do julgado da Corte Especial que são fenômenos distintos a conversão entre regimes jurídicos e a qualificação da natureza do trabalho, cada um (fenômeno) disciplinado diferentemente quando à questão do direito intertemporal.

12. Em outras palavras, no que se refere ao direito à conversão de tempo especial em comum, e vice e versa, decidiu o STJ que prevalece o direito vigente à época do implemento dos requisitos à aposentadoria. Já quanto à qualificação da natureza do trabalho prestado (se especial ou comum) prevalece o direito vigente à época do momento do labor.

13. Calcado em tal entendimento, divirjo, respeitosamente, da afirmação contida nos julgados anteriores da TNU acima citados no sentido de que "a prevalecer a tese do REsp 1310034, de que a lei que incide para definir a possibilidade de conversão entre tempo de serviço especial e comum é a vigente quando do preenchimento dos requisitos para a aposentadoria, não se poderia mais converter os períodos de atividade por categoria profissional, considerando que a legislação atual não permite mais essa forma de conversão".

14. O julgado do STJ não prejudica a conversão do tempo especial por categoria especial, posto que a qualificação jurídica do tempo de trabalho é aquela prevista na legislação da época do labor, de modo que, exercido o trabalho quando possível o reconhecimento da atividade especial pelo mero enquadramento da categoria profissional, está garantido o reconhecimento de tal condição, incorporada ao patrimônio do segurado.

15. Por outro lado, mantida a possibilidade de conversão de especial em comum com a redação dada ao § 5º do art. 57 da Lei nº 8.213/91 pela Lei nº 9.032/95, o tempo de trabalho exercido como especial por enquadramento da categoria é conversível em comum quando do requerimento da aposentadoria.

16. Consigno, ainda, que a prevalência do entendimento do STJ decorre, além da natureza do próprio instituto do recurso repetitivo, do próprio papel institucional da TNU, uma vez que a Lei nº 10.259/2001 previu a constituição da Turma Nacional de Uniformização com vista a apreciar "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art 14, § 2º).

17. Tal papel de submissão do entendimento da TNU à jurisprudência dominante do STJ é explicitado inequivocamente, a meu sentir, no que disposto no §§ 4º e 5º do art. 14 da referida Lei nº 10.259/2001:

"§ 4º Quando a orientação acolhida pela Turma de Uniformização, em questões de direito material, contrariar súmula ou jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça -STJ, a parte interessada poderá provocar a manifestação deste, que dirimirá a divergência.

§ 5º No caso do § 4º, presente a plausibilidade do direito invocado e havendo fundado receio de dano de difícil reparação, poderá o relator conceder, de ofício ou a requerimento do interessado, medida liminar determinando a suspensão dos processos nos quais a controvérsia esteja estabelecida."

18. Em conclusão, é o caso de conhecer-se do incidente, porém, para lhe negar provimento, mantendo o acórdão recorrido, tendo em vista que os requisitos da aposentadoria se verificaram quando não era mais possível a conversão de tempo comum em especial.

### ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO interposto, porém, NEGANDO-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto-ementa do relator. Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500748-31.2014.4.05.8205  
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA  
REQUERENTE: INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO(A): FÁBIO WILLIAMS JAKES DOS SANTOS  
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ITÁLIA MARIA ZIMARDI  
ARÊAS POPPE BERTOZZI

### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. CARREIRA DO INSS. PROGRESSÃO FUNCIONAL. INTERSTÍCIO DE 18 MESES. LEIS 10.855/04 E 11.501/07. CARÊNCIA DE REGULAMENTAÇÃO. POSIÇÃO CONSOLIDADA DESTA COLEGIADO NACIONAL. QUESTÃO DE ORDEM Nº. 13. SEGUIMENTO NEGADO.

Trata-se de Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal (PEDILEF) interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em face de acórdão proferido pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado da Paraíba, que conheceu e negou provimento ao seu recurso inominado, mantendo a sentença de procedência quanto à pretensão formulada, na qual se buscava o reconhecimento do direito à progressão funcional com interstício de 12 meses, em vez de 18 meses, até a edição do regulamento previsto na Lei nº. 10855/2004, com supedâneo no Decreto nº. 84.669, de 29 de abril de 1980.

O INSS houve por bem oferecer pedido de uniformização nacional, alegando dessemelhança entre o acórdão recorrido e outro da Turma Recursal da Bahia (Processo nº. 04590-20.2012.4.013.3.03), no que tange ao correto interstício a ser considerado para efeito de progressão funcional e promoção dos servidores que pertencem à carreira do seguro social. Assevera a autarquia previdenciária, em síntese, que o efetivo interstício a ser abalizado é de 18 meses, nos termos da atual legislação de regência, não estando a depender tal regra de norma regulamentar.

O PEDILEF foi admitido na origem.

Decido.

Com relação à vexata quaestio, basta referenciar que este Colegiado Nacional tem entendido que "a majoração do interstício para a progressão funcional instituída pela Lei nº. 11.501/2007 carece de auto-aplicabilidade, e, até o advento de tal regulamentação, tem de ser aplicado o requisito temporal ainda vigente, qual seja, de 12 (doze) meses" (ut, PEDILEF 50583858720134047100, DOU 09/10/2015, Rel. Juiz Federal Daniel Machado da Rocha).

Aliás, esta Turma Nacional, em decisão recentíssima, no PEDILEF nº. 50583815020134047100, relatado pelo e. Juiz Federal Douglas Camarinha Gonzales, DOU 05/02/2016, repôs a tese acima assinalada, nos termos adiante deduzidos:

ADMINISTRATIVO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. SERVIDOR PÚBLICO. PROGRESSÃO FUNCIONAL E PROMOÇÃO. INTERSTÍCIO DE DEZOITO MESES. NECESSIDADE REGULAMENTADORA. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO. 1. Prolatado acórdão pela Turma Recursal do Rio Grande do Sul, o qual manteve a sentença que julgou improcedente o pedido de reenquadramento na carreira de Técnico do Seguro Social a cada interstício de 12 meses até que seja editado o regulamento previsto na Lei nº 11.501/2007, que alterou esse período para 18 meses. 2. Interposto incidente de uniformização pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alega que, por força da edição do Memorando-Circular nº 01 INSS/DRH, de 12-01-2010, o INSS reconheceu a necessidade de processar as progressões funcionais de seus servidores - já enquadrados na nova Carreira do Seguro Social instituída pela Lei nº 10.855, de 1º-04-2004 -, mediante a adoção das normas aplicáveis aos servidores do antigo Plano de Classificação de Cargos - PCC regido pela Lei nº 5.645, de 10-12-1970, até que fosse editado regulamento específico para as progressões da Carreira do Seguro Social. Para comprovar a divergência, acostou como paradigma julgado da Turma Recursal do Ceará. 3. Incidente admitido na origem. Assim, os autos foram encaminhados à TNU e distribuídos a este Relator. 4. Nos termos do art. 14,

§ 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça. 5. Comprovado o dissídio jurisprudencial, conheço do incidente e passo ao exame do mérito. 6. Esta Turma Nacional de Uniformização tem entendimento consolidado acerca da matéria. Segundo esta Corte, o lapso temporal a ser aplicado para a progressão funcional e promoção é o de 12 meses (segundo o Decreto nº 84.669/1980 que regulamenta a Lei nº 5.645/1970), uma vez que o regulamento cuja vigência daria início à contagem do interstício de 18 meses ainda não foi editado. Abaixo, o seguinte PEDILEF: "ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. PROGRESSÃO FUNCIONAL. PROMOÇÃO. CRITÉRIOS. SUCESSÃO DE LEIS E DECRETOS. PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO DA CONFIANÇA. NECESSIDADE REGULAMENTADORA. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Cuida-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS em face de acórdão da 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Sergipe que, reformando parcialmente a sentença monocrática, julgou procedente o pedido da parte autora condenando o INSS a revisar as suas progressões funcionais respeitando o interstício de 12 (doze) meses, em conformidade com as disposições dos arts. 6º, 10, § 1º, e 19, do Decreto nº 84.669/1980, observando o referido regramento até que sobrevenha a edição do decreto regulamentar previsto no art. 8º da Lei nº 10.855/2004. (...) 4.4 Pois bem. O regulamento cuja vigência daria início à contagem do interstício de 18 (dezoito) meses ainda não foi editado. Sendo assim, não assiste razão à recorrente, pois o lapso temporal a ser aplicado é o de 12 (doze) meses. Ora, conforme a legislação acima transcrita, inexistente o citado regulamento, devem-se observar as disposições aplicáveis aos servidores do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 5.645/1970, ou seja, aplica-se o prazo de 12 meses, segundo o Decreto nº 84.669/1980, o qual, conforme já explicado, regulamenta a Lei nº 5.645/70. 4.5 Atente-se que, ao estabelecer que "ato do Poder Executivo regulamentará os critérios de concessão de progressão funcional e promoção de que trata o art. 7º", pretendeu o legislador limitar a imediata aplicação da Lei nº 10.855/2004 quanto a este ponto, porquanto utilizou tempo verbal futuro para estipular que o regramento ali contido deveria ser regulamentado. 4.6 Cumpre esclarecer que, embora não se possa conferir eficácia plena à referida Lei, a progressão funcional e a promoção permanecem resguardadas, pois não foram extirpadas do ordenamento jurídico, tendo havido apenas autorizações para alteração de suas condições. Ademais, não seria razoável considerar que, diante da ausência do regulamento, não se procedesse a nenhuma progressão/promoção. Portanto, negar tal direito à parte demandante seria o mesmo que corroborar a falha administrativa mediante a omissão judicial. Cumpre observar também que, se a omissão beneficia o órgão incumbido de regulamentar o tema, é imperioso reconhecer que o mesmo postergaria tal encargo "ad aeternum". 4.7 Neste cenário, mostra-se plenamente cabível a aplicação de regra subsidiária, esta prevista pela própria legislação, conforme já esclarecido (Lei nº 5.645/70 e Decreto nº 84.669/1980). (...) 5. Em verdade, ao fixar que o interstício deve ser contado a partir de janeiro e julho, com efeitos financeiros a partir de setembro e março, o Decreto ultrapassou os limites de sua função regulamentar, pois apontou parâmetros que só deveriam ser estabelecidos pela lei em sentido formal. Tal encargo não foi delegado pelas Leis nos 10.355/2001, 11.501/2007 ou 10.355/2007, o que implica na violação do princípio da isonomia, ao fixar uma data única para os efeitos financeiros da progressão, desconsiderando a situação particular de cada servidor, restringindo-lhe indevidamente o seu direito. 6. Ora, se o servidor preencheu os requisitos em determinada data, por qual razão a Administração determinaria que os efeitos financeiros respectivos tivessem início a partir de data posterior, se o direito à progressão/promoção surgiu à época do implemento das condições exigidas em Lei? 7. Neste momento, é importante registrar que o Decreto, na qualidade de ato administrativo, é sempre inferior à Lei e à Constituição, não podendo, por tal motivo, afrontá-las ou inovar-lhes o conteúdo. Sendo assim, o marco inicial da progressão, tal como fixado pelo INSS, transgredir o art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal, porquanto ofende o direito adquirido da parte autora, verificado no momento em que preencheu todos os requisitos legais para a progressão. 8. Impende observar ainda que, quanto à avaliação do servidor, a aferição do seu desempenho é meramente declaratória, razão pela qual os efeitos financeiros da progressão funcional e da promoção devem recair na data em que for integralizado o tempo, devendo este ser contado a partir do momento em que entrou em exercício. 9. Por essas razões, conheço e nego provimento ao Incidente de Uniformização. (PEDILEF nº 0507237-09.2013.4.05.8500. Relator: Juiz Federal Bruno Câmara Carrá. DJ: 15/04/2015) 7. Vê-se, assim, que o acórdão recorrido encontra-se dissonante do entendimento da TNU, razão pela qual deve ser reformado. 8. Incidente conhecido e provido para reafirmar a tese no sentido de que o interstício a ser observado para concessão das progressões funcionais e/ou promoções dos servidores civis da União e das autarquias federais deve levar em conta o disposto na Lei nº 5.645/70 e no Decreto nº 84.669/80, até que seja editado o regulamento a que se refere o art. 8º da Lei nº

10.855/2004, bem como que o marco inicial para contagem dos interstícios das referidas progressões e promoções funcionais é a data do seu ingresso no órgão. 9. Considerando que a matéria é exclusivamente de direito e visando a dar efetividade ao princípio da celeridade, que rege os Juizados Especiais, acolho o pedido formulado na inicial para condenar a parte ré a conceder as progressões funcionais da parte autora de acordo com os critérios mencionados, desde a data em que entrou em exercício no INSS, pagando as diferenças atrasadas decorrentes da revisão de suas progressões funcionais concedidas desde então. Respeitada a prescrição quinquenal (art. 103, parágrafo único, Lei 8.213/91), tais valores devem ser corrigidos pelo INPC, de acordo com o Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal, e acrescidos de juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/1997, com redação dada pela Lei n. 11.960/2009. Determino o retorno dos autos diretamente ao Juizado de origem para liquidação.

(grifo nosso)

Ainda: (i) PEDILEF 50511689020134047100, Rel. Juíza Federal Angela Cristina Mnteiro, DOU 05/02/2016; (ii) PEDILEF 50584992620134047100, Rel. Juíza Federal Angela Cristina Mnteiro, DOU 05/02/2016; (iii) PEDILEF 05116335920134058102, Rel. Juiz Federal Douglas Camarinha Gonzales, DOU 18/12/2015.

Sendo esse o contexto argumentativo-decisório, vale evocar a Questão de Ordem nº. 13 da TNU, verbis: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Forte nessas razões, voto no sentido de NEGAR SEGUIMENTO ao pedido de uniformização, na forma do art. 9º, inciso IX, do Regimento Interno da TNU.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília, 14 de abril de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE  
BERTOZZI

Juíza Federal Relatora Suplente da TNU -  
Convocada em regime de mutirão

#### ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, decidiu NEGAR SEGUIMENTO ao presente Incidente de Uniformização, nos termos da ementa-voto da Juíza Federal relatora. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Brasília, 14 de abril de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE  
BERTOZZI

Juíza Federal Relatora Suplente da TNU -  
Convocada em regime de mutirão

PROCESSO: 0505578-03.2015.4.05.8400

ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

REQUERENTE: MARINA AGUIDA CAVALCANTI

PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO

OAB: RN/5291

REQUERIDO(A): FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SUSANA SBROGIO GALIA

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE. ÍNDICE URP DE ABRIL E MAIO DE 1988 (3,77%).

CONCESSÃO DE GRATUIDADE DA JUSTIÇA. DESERÇÃO DO RECURSO INOMINADO. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA N.º

43 TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização apresentado pela parte autora em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte que se posicionou pelo não conhecimento do recurso inominado ao fundamento de que não foi efetuado o preparo recursal. Esses são os fundamentos do acórdão recorrido:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE CONCESSÃO DE JUSTIÇA GRATUITA. CUSTAS RECURSAIS. DESERÇÃO. INTELIGÊNCIA DO ART. 42, § 1º C/C 54 DA LEI 9.099/95. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.

1. O art. 42, § 1º, da Lei 9.099/95 preceitua que o "(...) preparo será feito, independentemente de intimação, nas 48 (quarenta e oito) horas seguintes à interposição, sob pena de deserção".

2. Como um dos requisitos extrínsecos de admissibilidade do recurso, consistente no pagamento das despesas processuais - inclusive as dispensadas em primeiro grau -, a sua falta ou irregularidade acarreta a preclusão, fazendo com que seja aplicada a pena de deserção e subseqüente não-conhecimento.

3. A isenção de custas prevista no art. 54 da lei em epígrafe é adstrita ao primeiro grau de jurisdição, atendidos as restrições previstas em lei, somente estendendo-se ao segundo grau em hipóteses de gratuidade ou assistência judiciária, não aplicáveis ao caso dos autos.

4. A disciplina recursal própria da Lei n. 9.099/95 afasta a do CPC no que não exista omissão.

5. No caso em exame, a sentença indeferiu o pedido de justiça gratuita. Em seguida, a parte autora interpôs recurso inominado sem fazer o devido preparo, requerendo novamente a concessão do benefício da justiça gratuita e a apreciação do mérito da causa.

6. Existindo pronunciamento judicial no sentido de não deferir a

assistência judiciária gratuita e não tendo a parte efetuado o pagamento das custas recursais, descabe qualquer análise acerca da existência ou não de hipossuficiência econômica, diante da ausência de um dos requisitos de admissibilidade do recurso.

7. Recurso inominado não conhecido.

2. Não deferida a gratuidade da justiça, devidamente analisada à luz do caso concreto, impõe-se à parte autora a obrigação de recolher o preparo.

3. Contudo, pretende o recorrente discutir os critérios pelos quais o julgador deve se pautar na aferição do preenchimento ou não dos requisitos para a concessão da gratuidade da justiça, bem como momento para recolhimento do preparo. Apresenta decisões do STJ como paradigmas.

4. Ocorre que as razões recursais do recorrente, atinentes à gratuidade da justiça, envolvem matéria de cunho processual, esbarrando no óbice da Súmula 43 da TNU.

5. Nesse sentido também, destaco precedentes desta Turma de Uniformização:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. DESERÇÃO POR AUSÊNCIA DE PREPARO ART. 14 DA LEI 9.289/96. INTIMAÇÃO DO RECORRENTE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃO PROFERIDO PELA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE E JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ MATÉRIA PROCESSUAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1 O Incidente de Uniformização de Jurisprudência proposto nos termos do artigo 2º, caput, da Resolução CJF n. 390/2006, somente é cabível nas hipóteses de divergência em questões de direito material. 2 Não se conhece do Incidente de Uniformização de Jurisprudência cujo objeto envolve matéria de direito processual (aplicação da pena de deserção por ausência do preparo recursal). 3 - Incidente de uniformização não conhecido. (TNU - PEDILEF: 200570510014770 PR, Relator: JUIZA FEDERAL DANIELE MARANHÃO COSTA, Data de Julgamento: 25/04/2005. Turma Nacional de Uniformização, Data de Publicação: DJU 21/05/2007)

"(...) Entretanto, não vislumbro ilegalidade ou abuso de poder na decisão objeto do mandamus. É que a questão relativa à concessão, ou não, da assistência judiciária gratuita e/ou da gratuidade da justiça envolve discussão de matéria estritamente processual - qual seja, preparo do recurso inominado. Desse modo, a decisão objeto do mandado de segurança baseou-se em entendimento pacífico desta TNU, de que não cabe incidente de uniformização quando a discussão envolver matéria estritamente processual (Súmula n.º 043 desta TNU). (PEDILEF 00000782620154900000, JUIZ FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA, DOU 23/10/2015 PÁGINAS 121/169)

6. A matéria referente ao reajuste pela URP de abril e maio de 1988 (3,77%) não foi analisada no acórdão discutido, incidindo a Q.O. 35: "O conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado" (Aprovada, à unanimidade, na 8ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização do dia 9.10.2013).

7. Pedido não conhecido.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do pedido de uniformização.

Brasília, 18 de fevereiro de 2016.

Juíza Federal Susana Sbrogio Galia,

Relatora

PROCESSO: 5007339-38.2013.4.04.7204

ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA

REQUERENTE: EDNA GESCONETO FIRME

PROC./ADV.: FABRICIO MACHADO

OAB: SC-12245

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais em relação ao qual se imputa divergência quanto à interpretação de lei federal na solução de questão de direito material, nos termos previstos no art. 14 da Lei nº 10.259/2001.

2. Preliminarmente, registre-se que a TNU definiu quanto ao conhecimento de incidentes de uniformização que: "um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte" (QO 05); "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido" (QO 13); "é inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles" (QO 18); "se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao en-



tendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito" (QO 20); "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia" (QO 24); "o conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado" (QO 35); "não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual" (Súmula 43); "não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" (Súmula 42).

3. No ponto impugnado, o acórdão recorrido decidiu que: "a perícia judicial levou em consideração os exames e atestados médicos apresentados pela parte ou juntados ao processo em momento anterior à sua realização, bem como as condições pessoais da parte-autora", concluindo pela inexistência de incapacidade.
4. No paradigma, apontou-se apenas que não houve a abordagem de todas as enfermidades relatadas pelo segurado.
5. Incidência da Questão de Ordem 22, uma vez que no caso recorrido se apontou que o perito judicial examinou todo o histórico médico do segurado, ao passo que no paradigma se tratou de perícia judicial incompleta, donde a ausência de identidade fática entre os casos reportados.
6. A hipótese dos autos é de não conhecimento do incidente.

#### ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência NÃO CONHECER O INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator.

Brasília/DF, 18 de fevereiro de 2015.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0518137-40.2011.4.05.8300

ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco

REQUERENTE: ROBSON SANTANA DA SILVA

PROC./ADV.: PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS

OAB: PE-20418

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

#### EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. AGENTE FÍSICO ELETRICIDADE. POSSIBILIDADE DO RECONHECIMENTO DA ESPECIALIDADE PELA EXPOSIÇÃO AO ALUDIDO AGENTE APÓS 05/03/1997, DESDE QUE HAJA O DEVIDO EMBASAMENTO EM LAUDO TÉCNICO OU EM PPP REGULARMENTE CONFECCIONADO. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM N.º 020 DESTA TNU. ADEQUAÇÃO DO JULGADO. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.

1. Trata-se de pedido nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte autora em face de acórdão exarado por Turma Recursal dos JEFs da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco, com o seguinte teor:

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. CONVERSÃO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL EM COMUM. AGENTE NOCIVO ELETRICIDADE. POSSIBILIDADE ATÉ A PUBLICAÇÃO DO DECRETO 2.172/97. RECURSO DO INSS PROVIDO.

- Trata-se de recurso interposto pelo INSS contra sentença que julgou parcialmente procedente o pleito inicial ao reconhecer períodos laborados pelo autor como tempo de serviço especial pelo agente nocivo eletricidade e determinar a averbação do tempo de serviço do autor.

- Insurge-se o INSS alegando unicamente que não pode haver reconhecimento de tempo de serviço especial pelo agente eletricidade após 05/03/1997.

- Entendo que só é possível o reconhecimento de tempo de serviço especial pelo agente nocivo eletricidade até 05/03/1997 é que a partir de 06/03/1997 foi publicado o Decreto 2.172/97, que revogou os decretos 53.831/64 e 83.080/79 deixando de reconhecer o agente nocivo eletricidade como causa de reconhecimento de tempo de serviço especial, conforme pacífica jurisprudência do STJ, in verbis: PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CONVERSÃO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL PARA COMUM. AGENTE NOCIVO ELETRICIDADE. DECRETO 2.172/97. AGRAVO IMPROVIDO. 1. Nos termos da jurisprudência consolidada desta Corte de Justiça, o segurado que presta serviço em condições especiais faz jus ao cômputo do tempo nos moldes previstos na legislação em vigor à época em que realizada a atividade. 2. Não se enquadrando a eletricidade como agente nocivo na relação constante no Anexo IV do Decreto n.º 2.172/97, o período de trabalho exercido, após 5/3/1997, não poderá ser considerado especial para fins de conversão em tempo comum. 3. Agravo regimental improvido. (AGRESP 200700598667 - Rel. Maria Thereza de Assis Moura - STJ - Sexta Turma - DJE DATA:17/12/2010)

- Assim o período em que o autor laborou na CELPE de 06/03/1997 a 31/12/2003 ainda que exposto ao agente nocivo eletricidade deve ser contado como tempo comum.

- Recurso do INSS provido para afastar o reconhecimento do tempo de serviço especial no período de 06/03/1997 a 28/01/2011, mas ainda condeno o INSS a averbar o tempo de serviço especial do autor remanescente de 16/05/1986 a 05/03/1997.

- Sem condenação em honorários (art. 55 da lei 9.099/95).

Acórdão

Vistos, etc.

Decide a Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Pernambuco, à unanimidade, DAR PROVIMENTO AO RECURSO DO INSS, nos termos da ementa supra.

Recife, data do julgamento.

Sustenta, em seu incidente (evento 026), em resumo, que é possível o reconhecimento da especialidade pela exposição ao agente nocivo eletricidade mesmo após 05/03/1997 (REsp n.º 1.306.113 / SC).

2. O Min. Presidente desta TNU encaminhou os autos para melhor exame.

3. O(s) paradigma(s) indicado(s) presta(m)-se para o conhecimento do incidente de uniformização.

4. A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial Representativo de Controvérsia n.º 1.306.113 / SC, firmou o entendimento de que é possível o reconhecimento de tempo especial do trabalho prestado com exposição ao agente físico eletricidade após 05/03/1997, desde que o laudo técnico comprove a efetiva nocividade da atividade realizada de forma permanente:

RECURSO ESPECIAL. MATÉRIA REPETITIVA. ART. 543-C DO CPC E RESOLUÇÃO STJ 8/2008. RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ATIVIDADE ESPECIAL. AGENTE ELETRICIDADE. SUPRESSÃO PELO DECRETO 2.172/1997 (ANEXO IV). ARTS. 57 E 58 DA LEI 8.213/1991. ROL DE ATIVIDADES E AGENTES NOCIVOS. CARÁTER EXEMPLIFICATIVO. AGENTES PREJUDICIAIS NÃO PREVISTOS. REQUISITOS PARA CARACTERIZAÇÃO. SUPORTE TÉCNICO MÉDICO E JURÍDICO. EXPOSIÇÃO PERMANENTE, NÃO OCASIONAL NEM INTERMITENTE (ART. 57, § 3º, DA LEI 8.213/1991). 1. Trata-se de Recurso Especial interposto pela autarquia previdenciária com o escopo de prevalecer a tese de que a supressão do agente eletricidade do rol de agentes nocivos pelo Decreto 2.172/1997 (Anexo IV) culmina na impossibilidade de configuração como tempo especial (arts. 57 e 58 da Lei 8.213/1991) de tal hipótese a partir da vigência do citado ato normativo. 2. À luz da interpretação sistemática, as normas regulamentadoras que estabelecem os casos de agentes e atividades nocivos à saúde do trabalhador são exemplificativas, podendo ser tido como distinto o labor que a técnica médica e a legislação correlata considerarem como prejudiciais ao obreiro, desde que o trabalho seja permanente, não ocasional, nem intermitente, em condições especiais (art. 57, § 3º, da Lei 8.213/1991). Precedentes do STJ. 3. No caso concreto, o Tribunal de origem embasou-se em elementos técnicos (laudo pericial) e na legislação trabalhista para reputar como especial o trabalho exercido pelo recorrido, por consequência da exposição habitual à eletricidade, o que está de acordo com o entendimento fixado pelo STJ. 4. Recurso Especial não provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução 8/2008 do STJ. (REsp n.º 1.306.113 / SC, Primeira Seção, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 07/03/2013) (grifei)

E assim vem decidindo o STJ atualmente:

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. ATIVIDADE SOB CONDIÇÕES ESPECIAIS. AGENTE FÍSICO ELETRICIDADE. POSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO DE TEMPO ESPECIAL APÓS O DECRETO 2.172/97, DESDE QUE COMPROVADA A NOCIVIDADE POR MEIO DE LAUDO TÉCNICO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA RESP. 1.306.113/SC. AGRAVO DESPROVIDO. 1. A Primeira Seção desta Corte, no julgamento do Recurso Especial Representativo da Controvérsia 1.306.113/SC, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 7.3.2013, firmou o entendimento de que é possível o reconhecimento de tempo especial do trabalho prestado com exposição ao agente físico eletricidade após o período de 5.3.1997, desde que o laudo técnico comprove a efetiva nocividade da atividade realizada de forma permanente. 2. In casu, o período de trabalho com o agente físico eletricidade foi reconhecido como especial pelo Tribunal de origem, ao fundamento de que o contexto fático-probatório dos autos comprovam a condição de nocividade da atividade laboral exercida pelo obreiro. 3. Agravo Regimental desprovido. (AgRg no REsp 1307818 / SE, Primeira Turma, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 10/03/2014) (grifei) ATIVIDADE ESPECIAL. AGENTE ELETRICIDADE. SUPRESSÃO PELO DECRETO 2.172/1997 (ANEXO IV). ARTS. 57 E 58 DA LEI 8.213/1991. ROL DE ATIVIDADES E AGENTES NOCIVOS. CARÁTER EXEMPLIFICATIVO. AGENTES PREJUDICIAIS NÃO PREVISTOS. REQUISITOS PARA CARACTERIZAÇÃO. SUPORTE TÉCNICO MÉDICO E JURÍDICO. EXPOSIÇÃO PERMANENTE, NÃO OCASIONAL NEM INTERMITENTE (ART. 57, § 3º, DA LEI 8.213/1991). 1. Trata-se de Recurso Especial interposto pela autarquia previdenciária com o escopo de prevalecer a tese de que a supressão do agente eletricidade do rol de agentes nocivos pelo Decreto 2.172/1997 (Anexo IV) culmina na impossibilidade de configuração como tempo especial (arts. 57 e 58 da Lei 8.213/1991) de tal hipótese a partir da vigência do citado ato normativo. 2. A Primeira Seção, em 14.11.2012, no julgamento do REsp 1.306.113/SC, de Minha Relatoria, sob o rito do art. 543-C do CPC, consolidou entendimento de que o rol de atividades especiais constantes nos regulamentos de benefícios da Previdência Social tem caráter exemplificativo. 3. À luz da interpretação sistemática, as normas regulamentadoras que estabelecem os casos de agentes e atividades nocivos à saúde do trabalhador são exemplificativas, podendo ser tido como distinto o labor que a técnica médica e a legislação correlata considerarem prejudiciais ao obreiro, desde que o trabalho seja permanente, não ocasional, nem intermitente, em condições especiais (art. 57, § 3º, da Lei 8.213/1991). Precedentes do STJ. 4. No caso concreto, o Tribunal de origem embasou-se em elementos téc-

nicos (laudo pericial) e na legislação trabalhista para reputar como especial o trabalho exercido pelo recorrido, por consequência da exposição habitual à eletricidade, o que está de acordo com o entendimento fixado pelo STJ. 5. Agravo Regimental não provido. (AgRg no REsp 1333055 / PR, Segunda Turma, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 08/05/2013) (grifei)

5. Em face do exposto, tenho que o incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte autora merece ser conhecido e provido, para que, nos termos da Questão de Ordem n.º 020 desta TNU, os autos retornem à Turma Recursal de Origem para adequação do julgado ao seguinte entendimento: de que é possível o reconhecimento da especialidade do trabalho prestado com exposição ao agente físico eletricidade após 05/03/1997, desde que o laudo técnico ou PPP regularmente confeccionado comprove a efetiva nocividade da atividade realizada.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais CONHECER E PROVER O INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela parte autora, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 17 de março de 2016.

DANIEL MACHADO DA ROCHA

Juiz Relator

PROCESSO: 0511065-11.2011.4.05.8200

ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): LINDEMBERG LUCAS DE SOUZA

PROC./ADV.: ALEXANDRE CAMPOS RUIZ

OAB: PB-13 726

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

#### EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. TEMPO ESPECIAL. VIGILANTE. PERICULOSIDADE APÓS 05/03/1997. CONSOANTE O ENTENDIMENTO AFIRMADO PELO STJ NO JULGAMENTO DO RESP N.º 1.306.113/SC, AS NORMAS REGULAMENTADORAS QUE ESTABELECEM OS CASOS DE AGENTES E ATIVIDADES NOCIVOS À SAÚDE DO TRABALHADOR SÃO EXEMPLIFICATIVAS. ASSIM, É POSSÍVEL O RECONHECIMENTO DESDE QUE COMPROVADA A ESPECIALIDADE POR LAUDO TÉCNICO CORRESPONDENTE. QUESTÕES DE ORDEM DE ORDEM DE NÚMEROS 013 E 022 DESTA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido nacional de uniformização de jurisprudência veiculado pela Autarquia Previdenciária em face de acórdão exarado por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado da Paraíba, com o seguinte teor:

PREVIDENCIÁRIO. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO EM CONDIÇÕES ESPECIAIS. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA PARA RECONHECER ALGUNS VÍNCULOS COMO LABORADOS EM CONDIÇÕES ESPECIAIS. EXTINÇÃO QUANTO À CONCESSÃO. RECURSO DA PARTE AUTORA. ALEGAÇÃO DE DESNECESSIDADE DE LAUDO TÉCNICO PARA O PERÍODO ENTRE 28/04/1995 A 05/03/1997. RECURSO DO INSS. ALEGAÇÃO DE IMPOSSIBILIDADE DE CONVERSÃO DOS PERÍODOS RECONHECIDOS NA SENTENÇA. RECURSOS DESPROVIDOS.

1. Sentença de parcial procedência declarando a natureza especial do tempo de trabalho do autor nos períodos de 01/07/2000 a 28/01/2004 e 10/12/2005 a 31/05/2009, e condenar o INSS a computá-los como especiais, procedendo a sua conversão em comum. Quanto ao pedido de concessão da aposentadoria por tempo de contribuição, a juíza a quo extinguiu o feito sem julgamento do mérito, sob o fundamento de falta de interesse processual do autor na modalidade necessidade, uma vez que o INSS não enfrentou os demais requisitos para tanto.

2. A parte autora recorre pugnando pela reforma da sentença, a fim de que seja reconhecido o período trabalhado de 29/04/1995 a 05/03/1997, alegando a desnecessidade de laudo técnico para o referido período. O INSS recorre pugnando pela reforma da sentença, alegando: a) que no período de 1960 até 29/04/1995, embora o tempo especial se caracterizasse por categoria profissional, é necessário que o grupo profissional do segurado estivesse previsto nos anexos dos Decretos 53.831/64 e 83.080/79; b) que no período de 29/04/1995 até 05/03/1997 havia a necessidade de comprovação por meio de documentos oficiais de que a atividade exercida pelo requerente o expunha de modo habitual e permanente às condições especiais potencialmente prejudiciais à saúde; c) a impossibilidade de conversão de tempo especial para comum após 28/05/98; d) que para o exercício da profissão de vigilante é preciso ter habilitação legal.

3. "No que tange ao reconhecimento de atividade como especial, impõe-se a observância das normas legislativas regentes à época da prestação do serviço (tempus regit actum), nos seguintes termos: a) até 28.04.1995, admite-se o reconhecimento do tempo de serviço especial, apenas com base na categoria profissional do trabalhador e/ou na exposição a agentes nocivos, salvo o ruído, diante da Lei n.º 3.807/60 e seus Decretos n.º 53.831/64 e 83.080/79; b) entre 29.04.1995 e 05.03.1997, a especialidade do vínculo se comprova unicamente com base na exposição a agentes nocivos, cuja comprovação se faz por meio dos formulários SB-40 e DSS-8030, em razão do advento da Lei 9.032/1995; c) após 06.03.1997 e, até 31.12.2003, a demonstração do tempo de serviço especial por exposição a agentes nocivos passou a exigir laudo técnico, por disposição do Decreto 2.172, de 05.03.1997, regulamentador da Medida

Provisória nº 1.523/96 (convertida na Lei 9.528/97); d) a partir de 01.01.2004, passou-se a exigir o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) do segurado, como substitutivo dos formulários e laudo pericial, ante a regulamentação do art. 58, §4º da Lei 8.213/91, pelo Decreto nº 4.032/01, IN 95/03 e art. 161 da IN 11/06." (PEDILEF 0501805-77.2011.4.05.8500, Relatora Juíza Federal Vanessa Vieira de Mello, TNU, julgado em 16/08/2012, DOU 06/09/2012).

4. A atividade de vigilante é enquadrada no código 2.5.7. do quadro anexo do Decreto nº 53.831/64, equiparada à atividade de guarda, por se tratar de atividade periculosa, tendo em vista que expõe o trabalhador às mesmas possibilidades de ocorrência de riscos, com prejuízos à sua integridade física ou à própria vida. Nesse sentido, a Súmula n. 26 da TNU: "A atividade de vigilante enquadra-se como especial, equiparando-se à de guarda, elencada no item 2.5.7 do Anexo III do Decreto 53.831/64".

5. No que concerne à alegação de impossibilidade de conversão de tempo especial para comum após 28/05/98, não merece prosperar, tendo em vista o teor da Súmula n.º 50 da TNU: "É possível a conversão do tempo de serviço especial em comum do trabalho prestado em qualquer período".

6. No caso dos autos, o autor não demonstrou que esteve submetido a agentes nocivos no período ora vindicado (29/04/1995 a 05/03/1997), período no qual é exigida a apresentação dos formulários SB-40 ou DSS-8030.

7. Por último, ressalte-se que é irrelevante, para o caso, a exigência da legislação quanto ao cumprimento de requisitos para o exercício da função de vigilante. A condição especial da atividade decorre da habitualidade da periculosidade. A eventual falta de habilitação para o exercício do cargo pode acarretar multa aplicada pela DRT ou outras consequências legais, mas, jamais, a descaracterização da natureza especial da atividade, que é inerente ao próprio trabalho.

8. Súmula de Julgamento: A Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba, reunida em sessão de julgamento ocorrida na data constante da aba "Sessões Recursais" destes autos virtuais, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO AOS RECURSOS DE AMBAS AS PARTES, mantendo a sentença por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 82, § 5º, da Lei n. 9.099/95. Sem custas nem honorários. Sucumbência recíproca.

Sustenta o INSS, em síntese, que: (a) o reconhecimento da atividade de vigilante como especial deve limitar-se a 05/03/1997; e (b) a referida atividade com uso de arma de fogo, por ser de risco, não pode ser enquadrada como especial, mesmo posteriormente ao Decreto n.º 2.172/97.

Aponta como paradigma julgado desta TNU (processo n.º 50069557320114047001).

2. O Min. Presidente deste colegiado admitiu o pleito de uniformização.

3. Trata-se de tema polêmico a possibilidade do reconhecimento da especialidade por periculosidade na atividade de vigilante mesmo após 05/03/1997.

Em 2013, a maioria dos integrantes desta Turma de Uniformização acabou emprestando interpretação restritiva ao que foi decidido pelo STJ no julgamento do REsp n.º 1.306.113/SC. Naquela ocasião, prevaleceu o voto do colega Gláucio Maciel, no sentido de que o acórdão versava sobre eletricidade, que continha regulamentação específica, prevista na Lei n.º 7.369/85, revogada apenas pela Lei n.º 12.740/12. Em suma, seria possível o cômputo como especial, desde que houvesse previsão expressa na legislação infraconstitucional (TNU, PEDILEF 50136301820124047001, Juiz Federal Gláucio Maciel, DOU 16/08/2013).

Em que pese o respeito que tenho pelos colegas que integravam este colegiado na ocasião, sempre entendi que esta não era a melhor interpretação, considerando uma visão sistemática do benefício de aposentadoria especial, bem como o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça em relação ao caráter exemplificativo das regulamentações editadas pelo Poder Executivo. Inicialmente indago: como a legislação previdenciária qualifica um tempo de serviço como especial? Dentre as peculiaridades que revestem o direito previdenciário, sem dúvida que uma das mais emblemáticas diz respeito ao maior emprego de conceitos indeterminados nos enunciados normativos que consagram prestações previdenciárias. Se compararmos, por exemplo, com o direito tributário, no qual a precisão conceitual é maior, a diferença é bastante sensível. Exemplifico: qual o nível de comprometimento da capacidade laboral seria suficiente para que alguém seja considerado totalmente incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência para fazer jus à aposentadoria por invalidez? Especificamente naquilo que interessa para o presente incidente, onde está conceituado o que se considera como atividade especial?

Nossa Constituição Federal, no § 1º do art. 201, admite a concessão de aposentadorias especiais com requisitos e critérios diferenciados, nos casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, e quando se tratar de segurados portadores de deficiência. A Lei n.º 8.213/91 não fixa um conceito de tais atividades. Doutrinariamente, considera-se como sendo tempo especial que dá ensejo à concessão de um benefício especial aquele laborado de forma insalubre, perigosa ou penosa. Aliás, as definições de insalubridade, de periculosidade e de penosidade sempre estiveram ausentes da legislação previdenciária, que vem tomando de empréstimo os conceitos da CLT, ampliados por outros diplomas esparsos. Com a modificação operada na redação do § 1º do art. 58 da LBPS, pela Lei n.º 9.732/98, a adequação do emprego desses conceitos fica ainda mais evidente, porquanto o referido dispositivo prevê: "§ 1º: "A comprovação da efetiva exposição do segurado aos agentes nocivos será feita mediante formulário, na forma estabelecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, emitido pela empresa ou seu preposto, com base em laudo técnico de condições ambientais do trabalho expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho nos termos da legislação trabalhista". Então, é cada vez

menos justificável que uma atividade seja considerada especial no âmbito trabalhista e não o seja na esfera da previdência. A distinção em princípio, só poderia ser feita expressamente pela Lei, o que como sabemos, não foi efetivada.

No exercício do Poder Regulamentar, dando cumprimento ao ônus atribuído pelo legislador, têm sido baixados decretos que contemplavam atividades insalubres, perigosas e penosas. As relações que disciplinavam as atividades consideradas especiais, para fins previdenciários, integrantes dos Decretos de números 53.831/64 e 83.080/79, ficaram prejudicadas com a revogação do art. 152 da LBPS e da Lei n.º 5.527/68, operadas pela MP n.º 1.523/96 (convertida na Lei n.º 9.528/97). Mas as atividades perigosas desapareceram do mundo jurídico? A resposta é negativa. Compreende-se que a administração - no escopo de evitar que fosse concedido o benefício em situações nas quais havia uma mera presunção - orientasse restritivamente. No que tange à supressão dos agentes comprovadamente perigosos, entendo que a interpretação da administração é ilegal. Como é cediço, desde a lista do anexo do Decreto n.º 2.172/97, encontramos apenas agentes insalubres (físicos químicos e biológicos). Avaliando a questão a partir do senso comum, seria adequado imaginar que, nos dias de hoje, haveria atividade mais perigosa e com maior probabilidade de afetar a saúde do obreiro do que, por exemplo, os vigilantes que fazem o transporte de valores e realizam a segurança de estabelecimentos bancários? Em um País cuja segurança pública é cada vez menos efetiva, não há como negar que as atividades de segurança privada, vem ocupando espaço que não é exercido adequadamente pela segurança pública. E os trabalhadores que exercem este nobre mister tem a sua saúde afetada não apenas pelo elevado nível de estresse a ela inerente, como pelo risco concreto de perder a vida neste ofício. Assim, quando ficar comprovado o desempenho desta atividade perigosa, em caráter habitual e permanente, notadamente em razão do manuseio de arma de fogo, é de ser reconhecida a especialidade das atividades exercidas.

Segundo os tratadistas, enquanto na insalubridade a aposentadoria franqueada com tempo laboral reduzido parece ser orientada pelo reconhecimento do maior desgaste na saúde produzido pelo exercício da atividade, na periculosidade o benefício seria devido valorando-se o grau de risco acentuado de que o trabalhador sofra danos físicos de grandes proporções de maneira súbita. Considerando a preponderância de critérios científicos na insalubridade, não há maiores dificuldades em aceitar que o magistrado possa valer-se de prova pericial que ateste a nocividade das atividades desenvolvidas. Também no caso de atividades perigosas, as provas produzidas podem convencer o Poder Judiciário de que as características particulares nas quais a atividade foi desenvolvida recomendam um enquadramento do período como especial. No julgamento do REsp n.º 1.306.113, julgado na sistemática dos recursos repetitivos, o STJ reafirmou o entendimento sedimentado na Súmula 198 do extinto TFR. Em suma, o STJ decidiu que as atividades nocivas à saúde relacionadas nas normas regulamentadoras são meramente exemplificativas: RECURSO ESPECIAL. MATÉRIA REPETITIVA. ART. 543-C DO CPC E RESOLUÇÃO STJ 8/2008. RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ATIVIDADE ESPECIAL. AGENTE ELETRICIDADE. SUPRESSÃO PELO DECRETO 2.172/1997 (ANEXO IV). ARTS. 57 E 58 DA LEI 8.213/1991. ROL DE ATIVIDADES E AGENTES NOCIVOS. CARÁTER EXEMPLIFICATIVO. AGENTES PREJUDICIAIS NÃO PREVISTOS. REQUISITOS PARA CARACTERIZAÇÃO. SUPORTE TÉCNICO MÉDICO E JURÍDICO. EXPOSIÇÃO PERMANENTE, NÃO OCASIONAL NEM INTERMITENTE (ART. 57, § 3º, DA LEI 8.213/1991).

1. Trata-se de Recurso Especial interposto pela autarquia previdenciária com o escopo de prevalecer a tese de que a supressão do agente eletricidade do rol de agentes nocivos pelo Decreto 2.172/1997 (Anexo IV) culmina na impossibilidade de configuração como tempo especial (arts. 57 e 58 da Lei 8.213/1991) de tal hipótese a partir da vigência do citado ato normativo.

2. A luz da interpretação sistemática, as normas regulamentadoras que estabelecem os casos de agentes e atividades nocivos à saúde do trabalhador são exemplificativas, podendo ser tido como distinto o labor que a técnica médica e a legislação correlata considerarem como prejudiciais ao obreiro, desde que o trabalho seja permanente, não ocasional, nem intermitente, em condições especiais (art. 57, § 3º, da Lei 8.213/1991). Precedentes do STJ.

3. No caso concreto, o Tribunal de origem embasou-se em elementos técnicos (laudo pericial) e na legislação trabalhista para reputar como especial o trabalho exercido pelo recorrido, por consequência da exposição habitual à eletricidade, o que está de acordo com o entendimento fixado pelo STJ.

4. Recurso Especial não provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução 8/2008 do STJ.

(REsp 1306113/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 14/11/2012, DJe 07/03/2013)

Ressalto, por relevante, que desde período anterior à Constituição Federal, a comunidade jurídica já havia reconhecido a possibilidade de considerar uma atividade especial quando a perícia comprova esta situação, ainda que atividade não estivesse expressamente incluída na regulamentação baixada pela administração. Mas, no caso considerado no presente incidente, o reconhecimento do legislador foi materializado na nova redação do art. 193, com a redação delineada pela Lei nº 12.740/12:

"Art. 193- São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a: I - inflamáveis, explosivos ou energia elétrica; II - roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial."

Embora o leading case efetivamente versasse sobre eletricidade, a decisão do Superior Tribunal de Justiça (REsp n.º 1.306.113) não fez a restrição imaginada no PEDILEF 50136301820124047001. De ou-

tro giro, a mesma Lei nº 12.740/12 modificou o art. 193 da CLT para o efeito de ampliar o rol de atividades perigosas, considerando como tais aquelas que submetem o trabalhador a riscos acentuados em virtude da exposição a inflamáveis, a explosivos ou à energia elétrica, roubos ou outras espécies de violência física. Então, ao contrário da conclusão extraída no precedente citado, a Lei nº 12.740 é mais abrangente do que a revogada Lei nº 7.369/85. Dessa forma, pensamos que o distinguish foi feito pela TNU, e não pelo STJ, pois há previsão expressa na CLT sobre a existência de atividades perigosas.

Poderia se argumentar, como é feito recorrentemente em matéria previdenciária, que o reconhecimento da especialidade da atividade feriria o princípio do equilíbrio financeiro e atuarial. Ocorre que o STF, no julgamento do ARE 664335 - o qual versava sobre a descaracterização da atividade especial quando o segurado recebe o EPI -, analisou e afastou este argumento com base nas seguintes premissas: a) a norma inscrita no art. 195, § 5º, CRFB/88, veda a criação, majoração ou extensão de benefício sem a correspondente fonte de custeio, disposição dirigida ao legislador ordinário, sendo inexistente quando se tratar de benefício criado diretamente pela Constituição. Deveras, o direito à aposentadoria especial foi outorgado aos seus destinatários por norma constitucional (em sua origem o art. 202, e

atualmente o art. 201, § 1º, CRFB/88); b) desde a Constituição de 1988 até a edição da MP nº 1.729 (em 1998), as aposentadorias especiais eram custeadas pelos instrumentos tradicionais de financiamento da previdência social mencionados no art. 195, da CF/88, quais sejam, (i) recursos provenientes dos orçamentos dos entes federativos e (ii) contribuições sociais pagas pelo empregador e pelo segurado. A bem da verdade, o que a Lei nº 9.738/98 fez foi reformular o modelo de financiamento (STF, ARE 664335, Pleno, j. 04.12.2014).

Este colegiado, ao enfrentar o tema, em julgado de 09/2014, reconheceu que os seus acórdãos anteriores estariam se afastando do que vem decidindo o Superior Tribunal de Justiça, ou seja, que é possível o reconhecimento de tempo especial prestado com exposição a agente nocivo periculoso em data posterior a 05/03/1997, desde que o laudo técnico comprove a permanente exposição à atividade nociva, independentemente de previsão em legislação específica. Considerou esta TNU que o STJ tem como firme que a nova redação dada pela Lei nº 9.032/95 ao art. 57 da Lei de Benefícios da Previdência Social não se limitou a considerar como tempo de serviço especial apenas aqueles relativos aos agentes que fossem previstos em lei ou regulamento da previdência, mas, sim, todos os resultantes da ação efetiva de "agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física". Transcrevo excerto da emenda do julgado:

DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO ESPECIAL. ELETRICIDADE ACIMA DE 250 VOLTS. AGENTE NOCIVO NÃO MENCIONADO NO DECRETO 2.172/97. CARÁTER MERAMENTE EXEMPLIFICATIVO DOS REGULAMENTOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. (...) 2.3. Nada obstante, esta Turma Nacional, em suas últimas decisões sobre o tema realizou o que considerou ser um distinguishing fundamental entre o Recurso Repetitivo referido e a normativa vigente. Assim, passou-se a entender que, a posição do Superior Tribunal de Justiça não teria ido de encontro à ideia de que as atividades perigosas não mais poderia ser contadas como tempo de serviço especial após 05 de março de 1997, mas tão-somente teria admitido essa possibilidade para as situações onde houvesse lei extravagante específica reconhecendo a atividade como especial, sendo esse, por exemplo, o caso da eletricidade acima de 250 volts. [...] 3. Nessa ordem de ideias, considero, venia concessa, que os derradeiros julgados desta TNU acima citados afastaram-se do posicionamento que é franca e pacificamente adotado pelo Superior Tribunal de Justiça sobre o assunto. De fato, a Corte Federal decidiu que é possível o reconhecimento de tempo especial do trabalho prestado com exposição ao agente nocivo eletricidade em data posterior a 05 de março de 1997, desde que o laudo técnico comprove a permanente exposição do eletricitário à atividade nociva independentemente de considerar a previsão dele em legislação específica. Tanto é deste modo que, diferentemente da TNU, o STJ não fixou qualquer limite temporal para que se deixasse de contar o período em labor de eletricitário como especial. 3.1. Ao que tudo leva a crer, o que Superior Tribunal de Justiça teve como firme, foi que a nova redação dada pela Lei nº 9.032/95 ao art. 57 da Lei de Benefícios da Previdência Social não limitou a considerar como tempo de serviço especial apenas aqueles que fossem previstos em Lei ou Regulamento da previdência e sim todos aqueles resultantes da ação efetiva de "agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física," (art. 57, § 4o). 3.2. Desse modo, mais importante que qualificar doutrinariamente um agente como sendo catalizador de insalubridade, periculosidade ou penosidade, muito mais importante para fins de aplicação das nove disposições da Lei nº 9.528/97 é saber se um agente nocivo/prejudicial (qualificação que, por sinal, pode muito bem ser interpretada como aglutinadora de formas de periculosidade) é capaz de deteriorar/expor a saúde/integridade física do trabalhador. É a prova disso que transforma o tempo de comum para especial na lógica da novel legislação. (...) (PEDILEF 50012383420124047102, Rel. Juiz Federal BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ, DOU 26/09/2014 PÁG. 152/227) (grifei)

Desse modo, considerando o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça esposado no RESP nº 1.306.113 / SC - acompanhado de outros julgados (AgRg no AREsp 143834 / RN, Primeira Turma, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 25/06/2013) -, e no PEDILEF cuja ementa se transcreveu supra, reconheço como possível a aceitação do tempo especial prestado com exposição a agente nocivo periculosidade em data posterior a 05/03/1997. Necessário, entretanto, que laudo técnico (ou elemento material equivalente) comprove a permanente exposição à atividade nociva porquanto o sistema não



mais compactua com presunções sobre a nocividade de tais atividades. Saliento, ainda, que o STJ, no REsp n.º 1109813 / PR e nos EDcl no REsp n.º 1109813 / PR (Sexta Turma, Rel. Mina. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJe 27/06/2012) e no AgRg no Ag n.º 1053682 / SP (Sexta Turma, Rel. Min. OG FERNANDES, DJe 08/09/2009), especificamente para o caso do vigilante, assentou a possibilidade de reconhecimento da especialidade para o trabalhador vigia mesmo após 1997 (não se estabeleceu limite após 1995), desde que comprovada a especialidade pelo laudo técnico correspondente. Demonstrando a continuidade deste posicionamento, especificamente sobre a atividade de vigilante, cabe destacar decisões monocráticas recentes do STJ cuja conclusão proposta está em sintonia com a linha proposta neste voto, ou seja, admissibilidade do tempo especial para o vigilante depois de 05.03.1997(sem grifo no original):

"Trata-se de Agravio, interposto pelo INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, contra decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, que, com fundamento na Súmula 7/STJ, negou seguimento ao seu Recurso Especial, de acórdão assim ementado: "Previdenciário. Vigilante. Atividade Perigosa. Tempo de serviço exercido de forma habitual e permanente conforme prova nos autos. Decreto 2.782/98. Direito Adquirido. Honorários advocatícios estipulados em 10% sobre o valor da condenação. Aplicação da Súmula 111 do STJ. Apelo e remessa oficial parcialmente providos. Apelo da parte autora provido" (fl. 171e). Opostos Embargos de Declaração (fls. 188/197e), foram rejeitados (fls. 199/205e).

Alega o recorrente, no Recurso Especial, fundamentado na alínea a do permissivo constitucional, além de negativa da prestação jurisdicional, violação aos arts. 57 e 58, ambos da Lei 8.213/91, e anexo IV do Decreto 2.172/97. Sustenta, em síntese, que o reconhecimento de tempo de serviço especial, ainda que devidamente comprovado por meio de laudo técnico ou judicial, carece de previsão legal/regulamentar, e, no caso, a atividade de vigilante somente pode ser reconhecida até 04/03/1997, pois excluído do rol de agentes nocivos. Argumenta "que as normas trabalhistas sobre "adicional de periculosidade" (Lei n. 7.369/85 e seu regulamento) não guardam relação com legislação previdenciária sobre contagem especial de tempo de serviço. Ambos os campos normativos jamais se confundiram: não é por ter contagem especial na Previdência que o labor dá direito a adicional remuneratório, e não é por dar direito a adicional remuneratório que o labor dá direito a contagem especial junto à Previdência" (fl. 213e). (...)

Conclui afirmando que, "diversamente da legislação anterior, que previa (D. 89.312/84, art. 35), a Lei n. 8.213/91, serviço considerado perigoso, insalubre ou penoso repetindo o texto constitucional, foi expressa em considerar somente condições que prejudiquem a saúde ou a integridade física (art. 57)." (fls. 213/214e).

Negado seguimento ao Recurso Especial (fl. 232e), foi interposto o presente Agravio (fls. 236/239e).Sem contraminuta (fl. 245e).

Não merece acolhimento o recurso. Destaco, inicialmente, inexistir a alegada negativa de prestação jurisdicional, pois apesar de rejeitados os Embargos de Declaração, a matéria em debate foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem, que sobre ela emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão do recorrente. É de salientar que, tendo encontrado motivação suficiente para fundar a decisão, não fica o órgão julgador obrigado a responder, um a um, os questionamentos suscitados pelas partes, mormente se notório seu caráter de infringência do julgado.

No mais, conforme decidido pela Primeira Seção desta Corte, no julgamento do Recurso Especial 1.306.113/SC, de relatoria do Ministro HERMAN BENJAMIN, feito submetido ao procedimento previsto no art. 543-C do CPC, a supressão de agente do rol de atividades e agentes nocivos pelo Decreto 2.172/1997 (Anexo IV) não impossibilita a configuração do tempo de serviço como especial, pois as normas regulamentadoras, que estabelecem os casos de agentes e atividades nocivos à saúde do trabalhador, são exemplificativas. (...)

(AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL nº 745.896 - PE, ASSUSETE MAGALHÃES, j. 12.8.2015) PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. SUPOSTA OFENSA AO ARTIGO 535 DO CPC. NÃO CARACTERIZAÇÃO. APOSENTADORIA ESPECIAL. ATIVIDADE DE VIGILANTE. ROL DE ATIVIDADES E AGENTES NOCIVOS. CARÁTER EXEMPLIFICATIVO. CARACTERIZAÇÃO COMO ATIVIDADE LABORAL ESPECIAL. FORMULÁRIO E LAUDO TÉCNICO PERICIAL EXISTENTES. EXPOSIÇÃO DE FORMA HABITUAL E PERMANENTE. SÚMULA 7/STJ CONVERSÃO DE TEMPO COMUM EM TEMPO ESPECIAL. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO 1.310.034/PR. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO. (...)

No caso dos autos o Tribunal a quo foi enfático em consignar que a atividade de vigilante, posterior ao ano de 1995, foi comprovada por intermédio de laudo pericial, em que explicitada a submissão aos agentes nocivos de modo habitual e permanente. Nesse sentido, colhe-se trecho do voto condutor do acórdão que bem elucida a questão, in verbis (e-STJ, fls. 239): Na hipótese vertente, os períodos controversos de atividade laboral exercidos em condições especiais estão assim detalhados: Período: 01-01-1995 a 01-06-1995 Empresa: ORBRAM - Segurança e Transporte de Valores Ltda. Ramo: Serviço de vigilância Função/Atividades: Vigilante bancário fazendo uso de arma de fogo. Categoria profissional: Guarda, por equiparação. Agente nocivo: Periculosidade. Enquadramento legal: Código 2.5.7 do Quadro Anexo do Decreto n. 53.831/64 e Súmula 198 do Extinto TFR. Provas: Formulário DSS-8030 (evento1 - PROCADM8). Conclusão: Restou devidamente comprovado nos autos o exercício de atividade especial pela parte autora no período antes indicado, conforme a legislação aplicável à espécie, em virtude de sua exposição, de forma habitual e permanente, ao agente perigoso acima citado, bem como em face do enquadramento por categoria profissional, este limitado a 28-04-1995. Períodos: 01-06-1995 a 15-03-1997 e de 10-12-1998 a

31-03-2008 Empresas: Metropolitana Vigilância Comercial e Industrial S/C Ltda./GOCIL - Serviços de Vigilância e Segurança Ltda. Função/Atividades: Vigilante fazendo uso de arma de fogo. Agente nocivo: Periculosidade. Enquadramento legal: Súmula 198 do Extinto TFR. Provas: Perfis profissiográficos previdenciários (evento1 - FORM6 e PROCADM10).

Conclusão: Restou devidamente comprovado nos autos o exercício de atividade especial pela parte autora nos períodos antes indicados, conforme a legislação aplicável à espécie, em virtude de sua exposição, de forma habitual e permanente, ao agente perigoso acima citado. Com efeito, o Tribunal a quo, soberano na análise das circunstâncias fáticas da causa, concluiu que restou comprovado, por meio da apresentação do formulário e laudo técnico a periculosidade durante toda a jornada de trabalho de forma habitual e permanente. Assim, a inversão do julgado implicaria o reexame das provas carreadas aos autos, atraindo à espécie o óbice da Súmula n.º 7/STJ. Confirma-se: AGRAVO REGIMENTAL. PREVIDENCIÁRIO. VIGIA. ROL EXEMPLIFICATIVO. COMPROVAÇÃO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA N. 7/STJ. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Tendo o Tribunal de origem concluído, com base no acervo fático probatório dos autos, que a atividade desempenhada pelo segurado não se caracteriza como nociva a autorizar seu reconhecimento como especial, a inversão do decidido esbarra no enunciado nº 7 desta Corte. 2. Agravio regimental a que se nega provimento. (AgRg no REsp 1188052/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 28/08/2012, DJe 05/09/2012) (...)

(RECURSO ESPECIAL Nº 1.517.023-PR, MAURO CAMPBELL MARQUES, j. 21.08.2015)

E esta Turma de Uniformização reviu o seu entendimento, em sintonia com a jurisprudência do STJ, nos autos do processo n.º 5013864-16.2011.4.04.7201, julgado em 09/2015, fixando a tese de que é possível o reconhecimento de tempo especial prestado com exposição ao agente nocivo periculosidade, na atividade de vigilante, em data posterior a 05/03/1997, desde que laudo técnico comprove a permanente exposição à atividade nociva.

No caso em tela, o pleito formulado pelo INSS no incidente de uniformização vai de encontro ao atual entendimento desta TNU, o que leva ao seu não conhecimento, nos termos da Questão de Ordem n.º 013 deste colegiado.

Ademais, o paradigma apontado pela Autarquia Previdenciária não guarda similitude fático-jurídica com o acórdão recorrido, pois não necessariamente houve o enquadramento tão-somente com base no exercício da função para reconhecer o tempo especial após 03/1997: em realidade, avaliou-se a existência do fator risco após o aludido marco no labor diário do autor por meio de análise do laudo técnico. Tal circunstância atrai a incidência da Questão de Ordem n.º 022 deste colegiado.

4. Em face do exposto, tenho que o incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela Autarquia Previdenciária não merece ser conhecido.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pelo INSS, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 11 de dezembro de 2015.

DANIEL MACHADO DA ROCHA

Juiz Relator

PROCESSO: 0000655-34.2006.4.03.6307

ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo

REQUERENTE: ANTONIO LUIZ FRANQUE

PROC./ADV.: ODENEY KLEFENS

OAB: SP-21350

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

#### EMENTA

PEDILEF. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE SEGURADO. MATÉRIA DE FATO. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 42 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.

1. Pretende-se a reforma de acórdão da 1ª Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, pelo qual confirmou a sentença de improcedência do pedido de auxílio-doença, por não reconhecer a qualidade de segurado do recorrente. Segue trecho do acórdão recorrido:

"(...) No caso em questão, registre-se que, conforme os documentos constantes nos autos, o autor teve seu penúltimo vínculo empregatício encerrado em 18/05/1993. Posteriormente, retornou ao sistema no período de 25/02/2002 a 25/04/2002.

Assim estabelece o artigo 24, § único, da Lei nº 8.213/91:

Art. 24. Período de carência é o número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício, consideradas a partir do transcurso do primeiro dia dos meses de suas competências.

Parágrafo único. Havendo perda da qualidade de segurado, as contribuições anteriores a essa data só serão computadas para efeito de carência depois que o segurado contar, a partir da nova filiação à Previdência Social, com, no mínimo, 1/3 (um terço) do número de contribuições exigidas para o cumprimento da carência definida para o benefício a ser requerido. (Vide Medida Provisória nº 242, de 2005)

Neste passo, registre-se que, tendo o autor mantido vínculos empregatícios até 25/04/2002, perdeu sua qualidade de segurado em maio de 2003.

Por outro lado, para cômputo das contribuições anteriores, para efeito de carência, deveria o autor contar com, no mínimo, 1/3 do número de contribuições exigidas para o cumprimento da carência definida para os beneficiários requeridos, no caso em tela, o auxílio doença/aposentadoria por invalidez. Portanto, deveria contar, quando do reingresso ao sistema, com, no mínimo, 04 contribuições para fazer jus aos benefícios.

Entretanto, quando do início de sua incapacidade, fixada pela perícia médica em 26/06/2003, o autor possuía apenas 03 contribuições, posto que somente reingressou no RGPS em fevereiro de 2002 vertendo contribuição até abril de 2002.

Assim sendo, não possuía o autor a carência e nem a qualidade de segurado necessária ao benefício pretendido quando do início de sua incapacidade."

2. O incidente não foi admitido na origem. Em virtude de agravo foi remetido à Turma Nacional de Uniformização.

3. Sem contrarrazões.

Passo ao voto.

4. Este PEDILEF integra o rol dos processos em regime de mutirão e objeto da Portaria nº 2015/00493, de 18 de novembro de 2015, do Corregedor-Geral da Justiça Federal e Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais.

5. Registre-se, em relação à análise acerca da qualidade de segurado, o Juízo anterior o fez à vista da prova produzida e concluiu, conforme explicitado na fundamentação do acórdão recorrido pela ausência desse requisito legal indispensável à obtenção do benefício em questão.

6. Assim colocado, a despeito da linha argumentativa e da jurisprudência destacadas, o cotejo das razões do recurso com o teor do acórdão recorrido e com a decisão de inadmissibilidade, revela o caráter eminentemente fático-probatório da controvérsia.

7. Portanto, o conhecimento da matéria esbarra no teor da Súmula nº 42 da TNU .

8. Nessas condições, voto para não conhecer do incidente de uniformização.

#### ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do recurso, nos termos do voto do Juiz Federal Relator.

Brasília, 16 de março de 2016

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

Juiz Federal - Relator

PROCESSO: 0003143-63.2009.4.03.6304

ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo

REQUERENTE: NEIDE LOURDES PIPERNO

PROC./ADV.: LUIS GUSTAVO MARTINELLI PANIZZA

OAB: SP 173.909

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

#### EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA N.º 042 DESTA TNU. NÃO CONHECIMENTO.

1. Trata-se de pedido nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte autora em face de acórdão exarado por Turma Recursal dos JEFs da Seção Judiciária do Estado de São Paulo, com o seguinte teor:

PREVIDENCIÁRIO. CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO.

1. Pedido de concessão de aposentadoria por tempo de contribuição, mediante o reconhecimento de tempo rural e especial. Sentença de parcial procedência, para: i) reconhecer o período de atividade rural de 02/08/1971 a 30/03/1985 e o período de atividade especial de 13/08/1992 a 06/04/2009, e ii) condenar o INSS a conceder o benefício de aposentadoria por tempo de serviço à autora, com RMI no valor de R\$ 813,47 (oitocentos e treze reais e quarenta e sete centavos) (100% do SB) e renda mensal no valor de R\$ 854,30 (oitocentos e cinquenta e quatro reais e trinta centavos), para a competência fevereiro/2010, o qual deverá ser implementado, no prazo máximo de 30 (trinta dias) contados desta sentença, consoante cálculo realizado pela Contadoria Judicial deste Juizado, que passa a fazer parte integrante desta sentença. DIB fixada em 22/05/2009, data da citação.

2. Recurso do INSS, em que se insurge apenas com relação ao reconhecimento de tempo rural, sob a alegação de que há início de prova material somente em relação aos anos de 1975 e 1976.

3. Nos termos do artigo 55 §3º, indispensável a existência de início de prova material para comprovação de tempo de serviço, não sendo admitida prova exclusivamente testemunhal. Os únicos documentos que instruem a inicial, são, de fato, relativos aos anos de 1975 e 1976 (fls. 12/16 - petprovas): certidão de óbito e título eleitoral de seu pai, expedidos em 1976, em que ele é qualificado como lavrador, certidão de casamento da autora com Cosmo da Cruz, qualificado como agricultor. O casamento ocorreu em 02/12/1975 e se desfez em 14/12/1993. A partir de abril de 1985, está comprovado o exercício de atividade urbana pela autora, conforme CTPS.

4. Como só há início de prova material a partir de 02 dezembro de 1975 (certidão de casamento), não é possível o reconhecimento de tempo de serviço rural em período anterior. Ressalto que a parte autora não apresentou um único documento em seu nome, apenas em nome de seu pai e de seu ex-marido.

5. Conforme informações obtidas no CNIS (anexada em 17/10/2014), o marido da autora passou a trabalhar em atividades urbanas a partir de 01/01/1981, com exceção de um vínculo empregatício de dois meses em uma cooperativa agrícola. Portanto, reconheço que há início de prova material apenas em relação ao período de 02/12/1975 a

31/12/1980, que foi corroborado pela oitiva de duas testemunhas, que prestaram declarações congruentes e demonstraram que, de fato, conheciam a autora e sua família.

6. Considerando o laudo contábil anexado em 24/03/2010 e a redução do tempo de serviço rural reconhecido neste recurso, a parte autora não faz jus ao benefício de aposentadoria por tempo de contribuição, por falta de cumprimento do tempo mínimo exigido.

7. Em razão do exposto, dou parcial provimento ao recurso, para reconhecer o tempo de serviço rural apenas no período de 02/12/1975 a 31/12/1980 e julgar improcedente o pedido de concessão de aposentadoria por tempo de contribuição. Revogo a antecipação dos efeitos da tutela. Oficie-se ao INSS, para imediata cessação do benefício. Nos termos da Súmula 51, da TNU, indevida a devolução dos valores recebidos a título de antecipação dos efeitos da tutela.

8. Sem condenação ao pagamento de honorários advocatícios, pois não houve recorrente vencido.

9. É o voto.

Sustenta a parte autora, em síntese, que: (a) os documentos juntados aos autos servem como início de prova material; (b) o rol de documentos hábeis a comprovar atividade rural, inscrito no art. 106, parágrafo único, da Lei n.º 8.213/91 é meramente exemplificativo; (c) o STJ admite a possibilidade de se reconhecer o período de trabalho rural anterior ao documento mais antigo juntado como prova material; (d) início de prova material não se confunde com prova material plena; (e) as atividades desenvolvidas em regime de economia familiar podem ser comprovadas através de documentos em nome do pai de família, que conta com a colaboração efetiva da esposa e filhos no trabalho rural; e (f) faz jus ao reconhecimento do tempo rural postulado.

Aponta como paradigmas julgados do STJ (REsp n.º 1.348.633, REsp n.º 440.954, REsp n.º 1.140.787, REsp n.º 252.535 e AR n.º 1603).

2. O Min. Presidente desta TNU encaminhou os autos para melhor exame.

3. Entendo que o presente incidente de uniformização não merece ser conhecido.

O acórdão recorrido improveu o recurso inominado interposto pela parte autora porquanto, analisando as provas constantes dos autos, no seu conjunto, entendeu que não restou comprovado o exercício de atividade rural conforme postulado.

Foi com base em interpretação particular de elementos específicos constantes dos autos que se chegou a tal conclusão (transcrevo, em parte, o acórdão atacado):

3. Nos termos do artigo 55 §3º, indispensável a existência de início de prova material para comprovação de tempo de serviço, não sendo admitida prova exclusivamente testemunhal. Os únicos documentos que instruem a inicial, são, de fato, relativos aos anos de 1975 e 1976 (fls. 12/16 - petprovas): certidão de óbito e título eleitoral de seu pai, expedidos em 1976, em que ele é qualificado como lavrador, certidão de casamento da autora com Cosmo da Cruz, qualificado como agricultor. O casamento ocorreu em 02/12/1975 e se desfez em 14/12/1993. A partir de abril de 1985, está comprovado o exercício de atividade urbana pela autora, conforme CTPS.

4. Como só há início de prova material a partir de 02 dezembro de 1975 (certidão de casamento), não é possível o reconhecimento de tempo de serviço rural em período anterior. Ressalto que a parte autora não apresentou um único documento em seu nome, apenas em nome de seu pai e de seu ex-marido.

5. Conforme informações obtidas no CNIS (anexada em 17/10/2014), o marido da autora passou a trabalhar em atividades urbanas a partir de 01/01/1981, com exceção de um vínculo empregatício de dois meses em uma cooperativa agrícola. Portanto, reconheço que há início de prova material apenas em relação ao período de 02/12/1975 a 31/12/1980, que foi corroborado pela oitiva de duas testemunhas, que prestaram declarações congruentes e demonstraram que, de fato, conheciam a autora e sua família.

Ora, para desconstituir esses fundamentos de decidir da Turma Recursal de Origem, seria necessário reexaminar o conjunto fático-probatório, o que é vedado em sede de processo objetivo de pedido de uniformização, nos termos da Súmula n.º 042 desta TNU.

4. Em face do exposto, tenho que o incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte autora não merece ser conhecido.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela parte autora, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 16 de março de 2016.

DANIEL MACHADO DA ROCHA  
Juiz Relator

PROCESSO: 0003276-11.2009.4.03.6303  
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo  
REQUERENTE: JAIME ALVES TEIXEIRA  
PROC./ADV.: LUCIMARA PORCEL  
OAB: SP-198803  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SUSANA SBROGIO GALIA  
PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. TEMPO COMUM. ANOTAÇÕES NA CTPS. RASURAS. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. REEXAME DE PROVAS. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.  
1. Trata-se de pedido de uniformização de interpretação de lei federal, apresentado pela parte autora contra acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo, que

deu parcial provimento ao recurso do INSS para afastar o reconhecimento da atividade urbana comum no período de 01/02/74 a 18/12/74, sob o fundamento de que existem inconsistências nas anotações na CTPS.

2. No incidente de uniformização argumenta a parte autora estar equivocada a decisão que afastou o período de 01/02/74 a 18/12/74, já que as anotações na CTPS constituem prova plena do tempo trabalhado.

3. Apresenta como paradigmas decisões do Tribunal Regional Federal da 1ª, da 3ª e da 4ª Região, assim como da Turma Nacional de Uniformização e do E. Superior Tribunal de Justiça (STJ).

4. O incidente de uniformização foi admitido na origem.

5. Os paradigmas indicados não se mostram válidos para o conhecimento do incidente.

6. Verifico que, depois de minuciosa análise, inclusive com a conversão em diligência e determinação de complementação da prova, foi afastado o reconhecimento do intervalo de atividade comum nos seguintes termos:

"No tocante ao período de 01/02/1974 a 18/12/1974, não consta no arquivo CNIS, tampouco há documentação correspondente nos autos que indique a existência do vínculo empregatício lançado na CTPS. Uma análise preliminar da CTPS indica eventuais alterações nos registros que parecem ser originais. Percebe-se na mesma anotação de vínculo que parte está manchada por líquido e a outra parte não apresenta referida mancha. Vislumbra-se, ainda, que em algumas anotações pode ter ocorrido nova lavra de informações.

Saliento que os registros constantes na CTPS do autor foram apurados de forma rigorosa pela contadoria judicial e por esta magistrada, assim como analisado todo o conjunto probatório dos autos.

Note-se, ademais, que a data de saída está rasurada, não sendo possível a compreensão do dia exato, dificuldade esta encontrada pelo próprio patrono da parte autora, eis que na petição inicial se refere ao dia 18 e em momento posterior ao dia 08 (petição de 14/01/2011). Essa anotação não está borrada como as demais dos vínculos constantes às fls. 32 da CPTS. Outrossim, a assinatura apostas na página 32 não guarda similitude com a lançada na 14 da mesma CTPS.

Observe que a contribuição sindical, anotada às fls. 30-31, não contém a assinatura do responsável pelas informações escritas, além de não apresentar o mesmo borrão de outra anotação presente na mesma página da CTPS.

Cabe destacar, ainda, a inconsistência de cargos anotados para este vínculo, por constar como frentista às fls. 12 da CTPS e às fls. 32 como vigia noturno. Registro que o artigo 19 do Decreto n.º 3.048/99 reconhece a CTPS como prova do tempo de serviço. Todavia, havendo dúvida quanto à anotação, como é o caso dos autos, eis que apresenta rasuras e contradições, devem ser apresentados outros documentos que se refiram ao vínculo para fins de comparação com as anotações da carteira de trabalho, entretanto, a parte autora não se desincumbiu de fornecer outros elementos comprobatórios. Por estas razões, entendo não ser possível considerar o vínculo para fins de reconhecimento de tempo de serviço no período de 01/02/1974 a 18/12/1974

7. Com efeito, não há o alegado dissídio jurisprudencial, pois o que justificou o afastamento do período foi a constatação de que a anotação do vínculo não se encontra regular.

8. Assim, o que pretende a parte recorrente é o reexame do conjunto fático-probatório, o que não se mostra viável por meio de pedido de uniformização, nos termos da Súmula n.º 42 da TNU.

9. Em face do exposto, entendo que o pedido de uniformização não merece ser acolhido, pois não foi demonstrada a afronta à jurisprudência dominante do STJ, da TNU, ou mesmo contrariedade entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões.

10. O voto é por não conhecer do incidente de uniformização.

### ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em não conhecer do pedido de uniformização.  
Brasília, 16 de março de 2016.

SUSANA SBROGIO GALIA  
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0006515-89.2010.4.03.6302  
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo  
REQUERENTE: INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO(A): JURACI BADARÓ LOPES PEREIRA  
PROC./ADV.: MARLEI MAZOTI RUFINE  
OAB: SP-200476  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SUSANA SBROGIO GALIA  
PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELO INSS. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. TRABALHADOR RURAL NA AGROPECUÁRIA. ENQUADRAMENTO POR CATEGORIA PROFISSIONAL. DECRETO 53.831/64. AUSÊNCIA DE DISSÍDIO. MATÉRIA UNIFORMIZADA. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização de interpretação de lei federal, apresentado pelo INSS contra acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo, que confirmou a sentença na qual foi reconhecida a atividade especial no período de 01/02/75 a 31/05/95, por enquadramento na categoria profissional descrita no código 2.2.1 do Decreto 53.831/64.

2. No incidente de uniformização argumenta o INSS preliminarmente a nulidade do acórdão que julgou os embargos de declaração, por entendê-lo genérico. No que diz respeito à atividade especial, sustenta ser indispensável a comprovação da efetiva exposição a agentes insalubres, não bastando o registro na CTPS.

3. Traz como paradigma decisão da Turma Regional de Uniformização da 4ª Região no IUJEF n.º 2009.70.53.006700-0/PR.  
4. O incidente de uniformização não foi admitido na origem.

5. O paradigma indicado não se mostra válido para o conhecimento do incidente.

6. De início, entendo que a decisão da Turma Recursal de origem que analisou os embargos de declaração opostos pelo INSS não possui qualquer vício de nulidade, porquanto o embargante claramente pretendia a rediscussão da matéria já julgada, o que não é possível pela via de embargos, medida recursal que se presta exclusivamente à supressão de obscuridade, contradição, omissão ou dúvida.

7. Com relação ao precedente da TRU da 4ª Região, a despeito de evidenciar entendimento divergente, não representa posição jurisprudencial majoritária. Observa-se que a sentença - confirmada pelo acórdão - computou a atividade especial no intervalo de 01/02/75 a 31/05/95, enquadrando-a no código 2.2.1 do Decreto 53.831/64, pois apurou que o autor trabalhou na agropecuária, englobando atividades na agricultura e na pecuária. A propósito, destaco trecho da decisão:

"No caso dos autos, verifico que a CTPS do autor demonstra que no período de 01/02/1975 a 31/05/1995 exerceu atividade agropecuária. O item 2.2.1 do Decreto n.º 53.831-64, considerava especial o tempo de trabalho na agropecuária. Vale lembrar que a agropecuária é caracterizada pelo exercício simultâneo de atividades agrícolas e pecuárias, conforme reconhece expressamente a Classificação Brasileira de Ocupações, expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (agropecuária: item 6-21.5)."

8. A decisão indicada como paradigma, por outro lado, foi proferida no sentido de que seria necessária a comprovação da efetiva exposição a agentes insalubres, não bastando a apresentação da CTPS. Leia-se:

"Analisando o período de 19.08.1979 a 30.11.1984, verifico que o juízo a quo reconheceu a sua especialidade por enquadramento da atividade - agricultura - no Código 2.2.1 do Anexo II do Decreto 53.831/64. Entretanto, entendo que não cabe o reconhecimento da insalubridade por enquadramento da atividade na agropecuária. Não basta como prova a apresentação da CTPS com registro dessa função. É que não se pode presumir como insalubre a mera atividade rural, faz-se necessária a prova da nocividade da prestação do serviço, tais como criação de gado, suínos, aves entre outros, além da lida com resíduos orgânicos, parasitas, desinfecção de curral etc. No presente caso, não há prova do exercício dessas atividades típicas, tampouco da exposição a agentes insalubres".

9. Com efeito, no paradigma foi dito que somente poderia ser reconhecido o tempo especial caso comprovada a efetiva exposição a agentes nocivos. No entanto, tratando-se de períodos de atividade anteriores à edição da Lei n.º 9.032/95, o reconhecimento se faz pelo enquadramento em categoria profissional, que envolve a presunção de exposição a agentes insalubres.

10. Ademais, o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência dominante do E. Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual é possível enquadrar a atividade especial quando comprovado o labor na agropecuária:

"(...)

1. O reconhecimento de trabalho em condições especiais antes da vigência da Lei n. 9.032/95, que alterou o art. 57, § 4º, da Lei n. 8.213/91, ocorria por enquadramento. Assim, o anexo do Decreto 53.831/64 listava as categorias profissionais que estavam sujeitas a agentes físicos, químicos e biológicos considerados prejudiciais à saúde ou à integridade física do segurado.

"(...)

3. Assim, a teor do entendimento do STJ, o Decreto n. 53.831/64, no item 2.2.1 de seu anexo, considera como insalubres as atividades desenvolvidas na agropecuária por outras categorias de segurados, que não a dos segurados especiais (rurícolas) que exerçam seus afazeres na lavoura em regime de economia familiar. Precedentes: AgRg no REsp 1.084.268/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 13/03/2013 e AgRg nos EDcl no AREsp 8.138/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, DJe 09/11/2011.

4. Recurso especial a que se nega provimento."

(REsp 1309245/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/10/2015, DJe 22/10/2015)

11. Em face do exposto, entendo que o pedido de uniformização não merece ser conhecido, pois não restou demonstrado o dissídio jurisprudencial com relação à jurisprudência dominante do E. STJ, nem em relação à jurisprudência uniformizada deste colegiado, que se assenta na presunção de exposição a agentes nocivos para fins de enquadramento por categoria profissional. Cita-se a decisão proferida no PEDILEF 05010545920074058200, in litteris: "O Decreto 611/92, que substituiu o Decreto 357/91, manteve a aplicação dos referidos Decretos, conforme disposto em seu artigo 292, que repetia o anterior. Portanto, até 28/04/1995, o enquadramento profissional era possível, porquanto não exigida a prova da efetiva exposição, como constou no Acórdão recorrido, o que só passou a ser exigido com a Lei 9.032/95, publicada em 29/04/1995".

12. Aplica-se, pois o enunciado da Questão de Ordem 13 da TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido. (Aprovada na 2ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, do dia 14.03.2005)."

13. O voto é por não conhecer do incidente de uniformização.

### ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em não conhecer do pedido de uniformização.  
Brasília, 16 de março de 2016.

SUSANA SBROGIO GALIA  
Juíza Federal Relatora



PROCESSO: 0012107-12.2009.4.03.6315  
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo  
REQUERIDO(A): ANTONIA ANSELMO CALISTO  
PROC./ADV.: JULIO ANTONIO DE OLIVEIRA  
OAB: SP 111.335  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

## EMENTA

PEDILEF. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. DIB.MATÉRIA DE FATO. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 42 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.

1. Pretende-se a reforma de acórdão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, pelo qual manteve a sentença que julgou parcialmente procedente o pedido e assegurou o restabelecimento de benefício de auxílio doença com DIB na data da perícia médica (29/01/2010); e o pagamento das diferenças apuradas, corrigidas monetariamente e acrescidas de juros moratórios desde 22/07/2009. A recorrente busca retroceder a DIB fixada na data da perícia médica (29/01/2010) para a data do requerimento administrativo (DER) em 22/07/2009. Segue trecho do julgado recorrido: "(...) A concessão do benefício pretendido exige o preenchimento de três requisitos: o cumprimento do período de carência de 12 contribuições mensais; a qualidade de segurado quando do surgimento da incapacidade, e a incapacidade laborativa.

Vejam-se a parte autora preenche tais requisitos. Consta dos sistemas de informação oficiais que a parte autora estava em gozo de benefício previdenciário de 26.02.2009 até 31.05.2009, portanto, quando da realização da perícia em 29.01.2010, que constatou a incapacidade atual da parte autora, esta possuía qualidade de segurada.

Resta analisar se ficou demonstrada a incapacidade laborativa. Para tanto, fora designado por este Juízo perícia médica. O Sr. Perito atestou que a autora é portadora de "Obesidade; Hipertensão Arterial; Espondiloartrose, Bronquite.", o que o torna incapaz para o trabalho de forma total e temporária. Indagado sobre a possibilidade de controle e recuperação da doença do autor, a expert respondeu positivamente.

Fica afastada, no presente caso a possibilidade de se conceder o benefício da aposentadoria por invalidez, a qual requer uma incapacidade total e definitiva, não suscetível de reabilitação para o exercício de atividade que possa garantir a subsistência do segurado, enquanto permanecer nessa condição (art. 42 da Lei nº 8.213/91). Considerando que o grau de incapacidade do autor é total, porém, temporária, impõe-se concluir que o benefício a ser concedido é o auxílio-doença.

O expert não conseguiu definir a data da incapacidade e, portanto o benefício, ora reconhecido, deve ser concedido a partir da data da realização da perícia médica, ou seja, 29.01.2010. A parte autora permanecerá em gozo do benefício até a realização de nova avaliação médica pela autarquia".

2. O incidente foi admitido na origem.

3. Sem contrarrazões.

4. Para demonstrar a divergência jurisprudencial trouxe como paradigmas julgados do Superior Tribunal de Justiça (STJ- AgR no Ag 1107008/MG- Agravo regimental em agravo de instrumento 2008/0229903-0; Relator ARNALDO ESTEVES LIMA - Quinta Turma- DJe 15/03/2010); (STJ- Recurso Especial NO 831.978-SP 2006/0071099-0; Relator Ministro PAULO GOLOTTI, data da decisão 15/05/2006); (STJ- AgR no Ag 492630/SP- Agravo regimental em agravo de instrumento 2003/0023588-0; Relator HELIO QUAGLIA BARBOSA - Sexta Turma- DJ 12/09/2005) de modo a subsidiar a tese segundo a qual em havendo indeferimento do benefício em âmbito administrativo, o termo inicial do benefício de auxílio doença e aposentadoria por invalidez fixar-se-á na data do requerimento administrativo. Outrossim, defende que o termo inicial do benefício de aposentadoria por invalidez é a da juntada do laudo médico pericial em juízo somente quando não existir concessão de auxílio doença prévio ou não houver requerimento administrativo por parte do segurado. Assim, acha-se demonstrada a divergência jurisprudencial.

Passo ao voto.

5. Este PEDILEF integra o rol dos processos em regime de mutirão e objeto da Portaria nº 2015/00493, de 18 de novembro de 2015, do Corregedor-Geral da Justiça Federal e Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais.

6. Registre-se, em relação à discordância com a fixação da data de início do benefício (DIB) na data da perícia médica, que o juízo anterior o fez à conta da análise e da apreciação do quadro fático-probatório e do livre convencimento adequadamente motivado. Assim sendo, o desiderato recursal em apreço implica não apenas a apreciação jurídica da prova produzida, mas seu revolvimento, porquanto a instância anterior regularmente já o fez baseado nos elementos de prova acostados e, diante da ausência de informação da DII pelo médico perito fixou na data da realização da perícia médica (29.01.2010).

8. Assim colocado, a despeito da linha argumentativa e dos precedentes destacados, o cotejo das razões do recurso com o teor do acórdão recorrido, denota o caráter eminentemente fático-probatório da controvérsia.

9. Portanto, a matéria manifestamente encontra óbice na Súmula nº 42da TNU .

10. Nessas condições, voto para não conhecer do incidente de uniformização.

## ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do recurso, nos termos do voto do Juiz Federal Relator.  
Brasília, 16 de março de 2016

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE  
Juiz Federal - Relator

PROCESSO: 0014200-53.2010.4.03.6301  
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo  
REQUERENTE: INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO(A): BALBINO FERREIRA FLOR  
PROC./ADV.: JOSÉ ALBERTO MOURA DOS SANTOS  
OAB: SP-151.699  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SUSANA SBROGIO GALIA  
PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE RÉ. REVISÃO DA APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. CONFIRMAÇÃO DA SENTENÇA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. FUNDAMENTAÇÃO SUFFICIENTE. AUSÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA E VIOLAÇÃO AO CONTRADITÓRIO. QUESTÃO DE ORDEM 13 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização de interpretação de lei federal, apresentado pelo INSS contra o acórdão de Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo que manteve a sentença de parcial procedência de pedido de revisão da aposentadoria por tempo de contribuição.

2. No incidente de uniformização, argumenta o INSS que o acórdão deixou de apreciar os pontos controvertidos, carecendo de fundamentação e cerceando o seu direito de ampla defesa, uma vez que impede o manejo de recurso aos órgãos revisores.

3. Traz como paradigma a decisão da Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF 0501245-79.2008.4.05.8100.

4. O pedido de uniformização foi admitido na origem.

5. A TNU, a respeito da fundamentação genérica, proferiu decisão no seguinte sentido:

"VOTO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE REAL FUNDAMENTAÇÃO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. NULIDADE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO PREJUDICADO. 1. Esta TNU possui entendimento consolidado no sentido de que a generalidade do acórdão, que não se confunde com a fundamentação sucinta, a não se ater às especificidades do caso que lhe é trazido, acaba por violar o direito à fundamentação da sentença, inserto no art. 93, IX, da CF/88. (Cf. TNU, Pedilef 0502440-02.2008.4.05.8100, de 30/09/2011, Relator Juiz Federal Paulo Ricardo Arena Filho; PEDILEF 200481100176162, Juiz Federal José Antonio Savaris, DOU 08/04/2011 SEÇÃO 1; PEDILEF 200481100281978, Juiz Federal José Antonio Savaris, DJ 23/03/2010; PEDILEF 200481100181248, Juiz Federal José Antonio Savaris, DJ 11/03/2010; PEDILEF 200481100094273, Juíza Federal Rosana Noya Alves Weibel Kaufmann, 25/03/2011 e PEDILEF 200481100188656, Juíza Federal Simone dos Santos Lemos Fernandes, 08/04/2011). 2. Com efeito, a decisão sem fundamentação é aquela que não aponta quaisquer elementos fáticos, concretos, específicos, mesmo que sucintamente, para resolver a lide posta em Juízo. Ademais, a ausência de fundamentação em decisões genéricas constitui verdadeiro obstáculo à via recursal, uma vez que impede a possibilidade de impugnação específica das razões do julgado. 3. O fato de serem os Juizados Especiais Federais regidos pelos princípios da celeridade, informalidade e simplicidade não é razão para que o direito de fundamentação seja relativizado, visto que a fundamentação da decisão é o que possibilita a devolução da prestação jurisdicional aos litigantes. (Cf. PEDILEF 200481100188656, Juíza Federal Simone dos Santos Lemos Fernandes, 08/04/2011.) 4. Com relação à análise do incidente de uniformização nacional de jurisprudência, fica completamente impossibilitado o exame da divergência e de sua similitude-fática com o paradigma apresentado pela parte Requerente, uma vez que não é possível estabelecer relação de comparação entre uma decisão absolutamente genérica e outra que aprecia o caso concreto. 5. Na hipótese dos autos, verifica-se que não foram especificados pela Turma de origem os motivos da não convalidação da atividade rural da parte Autora, tendo considerado, de forma genérica, que a parte Autora não comprovou o labor rural. Em outras palavras, o acórdão recorrido fixa diversas premissas, mas simplesmente deixa de demonstrar qual delas - e por qual razão - encontra aplicabilidade no caso dos autos. Assim, ele afigura-se nulo por absoluta ausência de fundamentação, em ofensa à garantia prevista no art. 93, IX, da Constituição da República - nulidade que deve ser reconhecida de ofício. 6. Ressalte-se que a anulação da decisão importa em postergar a entrega definitiva da tutela jurisdicional, mas é a medida necessária para que a prestação jurisdicional se opere com necessário respeito ao devido processo legal, quanto mais quando se considera o efeito externo prospectivo de uma decisão anulatória. 7. Anulação do acórdão recorrido, com determinação de retorno dos autos à Turma Recursal de origem para prolação de outro. Pedido de uniformização prejudicado. ACÓRDÃO Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência ANULAR o acórdão recorrido e DAR POR PREJUDICADO o Pedido de Uniformização, nos termos da ementa-voto do Relator. Rio de Janeiro, 29 de março de 2012. (PEDILEF 05012457920084058100, JUIZ FEDERAL JORGE GUSTAVO SERA DE MACEDO COSTA, TNU, DOU 11/05/2012)".

6. No presente caso, o colegiado confirmou a sentença por seus próprios fundamentos. Ocorre que a sentença abordou a sachidade o ponto debatido no recurso inominado interposto pelo INSS. Por isso, não se pode considerar que houve omissão na apreciação dos argumentos tecidos pela autarquia. Tampouco, identifica-se cerceamen-

to de defesa ou violação ao contraditório, visto que o INSS poderia ter interposto incidente de uniformização específico acerca da matéria impugnada no recurso, não acolhida pelo voto condutor do acórdão impugnado. Portanto, não há se confundir fundamentação sucinta, método adequado à sistemática dos Juizados Especiais, com ausência de fundamentação, o que inviabiliza ou dificulta sobremaneira o exercício do direito de defesa.

7. Ante o exposto, evidencio que o acórdão impugnado encontra-se em consonância com a jurisprudência uniformizada por esta Turma Nacional, aplicando-se à espécie a Q.O. 13 deste colegiado.

8. O voto é por não conhecer do pedido de uniformização.

## ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em não conhecer do pedido de uniformização de jurisprudência.

Brasília, 16 de março de 2016.

SUSANA SBROGIO GALIA  
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0052489-21.2011.4.03.6301  
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo  
REQUERENTE: NAIR CORREIA DE PAULA ARAÚJO  
PROC./ADV.: IVONE FERREIRA  
OAB: SP-228083  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL MARCOS ANTÔNIO GARAPA DE CARVALHO

## EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. PRETENSÃO DE CONTAGEM DA CARÊNCIA CONFORME LEGISLAÇÃO ANTERIOR À LEI Nº 8.213/91 E A IDADE CONFORME ESTA ÚLTIMA. IMPOSSIBILIDADE. PRETENSÃO DE AFASTAR A APLICAÇÃO DO ART. 142 DA LEI Nº 8.213/91. IMPOSSIBILIDADE. PRINCÍPIO TEMPUS REGIT ACTUM. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. NÃO CONHECIMENTO DO PEDILEF.

1. Pedido de uniformização de interpretação de lei federal - PEDILEF apresentado pela parte autora contra acórdão de Turma Recursal que negou provimento a seu recurso inominado, manejado contra sentença que rejeitou seu pedido de aposentadoria por idade, fundado no fato dela ter cumprido a carência exigida na legislação anterior à Lei n.2 8.213/91 e completado a idade mínima posteriormente à entrada em vigor daquela.

2. Há precedente sobre a matéria nesta TNU, a saber a decisão proferida no processo n.2 0005705-11.2010.4.03.6304, rela. Juíza Federal Carmen Elizangela Dias Moreira de Resende, sessão de 18/02/2016, unânime e acórdão pendente de publicação).

3. Confiaram-se os excertos do que ali se decidiu: "PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. CARÊNCIA PREENCHIDA NA VIGÊNCIA DO DECRETO 83.080/79 E IDADE NA VIGÊNCIA DA LEI 8.213/1991. AFASTAMENTO DA CARÊNCIA PREVISTA NA TABELA DO ARTIGO 142 DA LEI 8.213/91. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. (...) Deixo de conhecer do incidente em relação aos acórdãos trazidos como paradigmas do STJ, por ausência de similitude fático-jurídica, já que tratavam apenas da desnecessidade de cumprimento simultâneo dos requisitos etário e de carência, não tendo enfrentado a questão da desnecessidade de cumprimento da carência prevista na tabela constante no artigo 142 da Lei 8.213/91 para aqueles segurados que implementaram a idade após a edição da Lei 8.213/91. O posicionamento firmado por esta TNU e pelo STJ, é o de que a regra transitória do artigo 142 da Lei de Benefícios nº 8.213/91 é aplicável ainda que tenha havido perda e reaquisição da qualidade de segurado, conforme ementa dos julgados que a seguir transcrevo: "PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. APOSENTADORIA POR IDADE DE TRABALHADOR URBANO. DESNECESSÁRIA A COMPROVAÇÃO DO ATENDIMENTO SIMULTÂNEO DOS REQUISITOS EXIGIDOS EM LEI. PERDA E REAQUISIÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO IRRELEVÂNCIA DA PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO. APLICAÇÃO DA REGRA DE TRANSIÇÃO. CONHECIMENTO E PROVIMENTO DO INCIDENTE. 1. Para a concessão de aposentadoria por idade do trabalhador urbano não é necessária a comprovação da qualidade de segurado no momento do requerimento do benefício, com a condição de que o beneficiário, que tenha atingido a idade, conte com o tempo de contribuição correspondente ao exigido para efeito de carência. 2. É aplicável a regra transitória do artigo 142 da Lei de Benefícios nº 8.213/91, tendo em vista que não há nenhuma vedação à aplicação da Lei 10.666/03, que permite que os requisitos da aposentadoria sejam preenchidos de forma não simultânea e a referida regra de transição. 3. Demonstrados os requisitos estabelecidos em lei que dispensam na aposentadoria opor idade urbana simultaneamente, afigura-se cabível benefício referido. 4. Incidente conhecido e provido. (PEDILEF 200671950087616, juíza federal ROSANA NOYA ALVES WEIBEL KAUFMANN, DOU 11/03/2011) "Previdenciário. Aposentadoria por idade. Carência. Regra de transição prevista no art. 142 da Lei nº 8.213/91. Aplicação aos segurados inscritos antes da edição da norma. Perda da qualidade. Irrelevância. Requisitos preenchidos anteriormente. Precedentes da Terceira Seção. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 690.563/SC, Rel. Ministro NILSON NAVES, SEXTA TURMA, julgado em 13/11/2007, DJ 11/02/2008, p. 1)". 8. Com efeito, mutatis mutandis, aplica-se ao caso a Súmula 44 desta TNU: "para efeito de aposentadoria urbana por idade, a tabela progressiva de carência prevista no art. 142 da Lei nº 8.213/91 deve ser aplicada em função do ano em que o segurado completa a idade mínima para concessão do benefício, ainda que o período de carência

só seja preenchido posteriormente". 9. Ademais, não pode a parte autora pretender criar para si uma terceira lei, a partir da junção da carência exigida pela legislação anterior, e das regras para concessão exigidas pela Lei 8.213/1991; tampouco lhe é dado aplicar legislação que foi revogada, quando ainda não adquirido o direito. Como sabido, não há direito adquirido a regime jurídico, de modo que a concessão de benefício previdenciário se rege pela lei vigente ao tempo em que preenchidos todos os requisitos legais; no caso, a autora havia preenchido tão somente a carência. A legislação posterior (Lei 8.213/1991) aplica-se aos fatos pendentes e futuros decorrentes de situações pretéritas que se realizaram sob a égide da lei revogada, não abrangendo, todavia, o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada. O que a parte autora possuía era tão somente expectativa de direito, razão pela qual não é possível a concessão do benefício. Assim, não ressaldando a Lei 8.213/1991 o direito ao benefício àqueles que já haviam implementado parcialmente os requisitos sob a vigência da lei anterior, aplica-se o novo regime. 10. Em relação aos demais paradigmas apontados, tratam apenas da desnecessidade de cumprimento simultâneo dos requisitos de carência e etário para percepção da aposentadoria por idade, mas, em todos, é levada em consideração a tabela constante no artigo 142 da Lei 8.213/1991, regra que a parte autora pretende afastar. 11. Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização." (sem grifos no original).

### ACÓRDÃO

A Turma, por unanimidade, não conheceu do incidente de uniformização.

MARCOS ANTÔNIO GARAPA DE CARVALHO  
Juiz Federal

PROCESSO: 0500002-07.2015.4.05.9830  
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco  
REQUERENTE: MARIA JOSÉ DA CONCEIÇÃO  
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA  
OAB: PE-573-A  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA  
EMENTA

INDEFERIMENTO DE PETIÇÃO INICIAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. PEREMPEÇÃO. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO. QUESTÃO PROCESSUAL. SÚMULA 43 DA TNU. NÃO CABIMENTO DE PEDIDO DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização de interpretação da Lei Federal interposto contra acórdão prolatado pela Eg. Turma Recursal do PERNAMBUCO, em sede da ação mandamental ajuizada pela ora recorrente, em acórdão assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. UTILIZAÇÃO COMO SUCEDÂNEO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE DECISÃO TERATOLÓGICA. LEI 10.259/01. IMPOSSIBILIDADE DE IMPUGNAÇÃO. PROCEDIMENTO SUMARISSIMO (ART. 98, I DA CF). RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO (ART. 5º, LXXVIII DA CF). COMPATIBILIZAÇÃO. EXTINÇÃO DO MANDAMUS SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO.

Trata-se de Mandado de Segurança impetrado contra suposto ato coator oriundo do Juízo Federal da 35ª Vara Federal da Seção Judiciária de Pernambuco, exarado nos autos da ação especial cível nº 0503512-57.2014.4.05.8312.

Hipótese em que a decisão atacada extinguiu o processo, sem resolução do mérito, sob o fundamento de que teria ocorrido o instituto da perempção.

Analisado o caso, verifica-se que o writ não pode ser sequer conhecido, por atacar decisão judicial que, certa ou errada, efetua razoável interpretação da matéria.

De acordo com os arts. 4º e 5º da Lei 10.259/01 nos JEFs somente cabe recurso contra as decisões relativas a provimentos de urgência ou contra sentenças definitivas. O intuito do legislador foi de somente permitir impugnação nos limitados casos que mencionou, tornando inimpugnável qualquer outra decisão, dentre elas aquelas proferidas em fase de cumprimento de sentença. Tal intenção, aliás, compatibiliza-se perfeitamente com a Constituição Federal, não só com o seu art. 5º, LXXVIII, que estabelece a razoável duração do processo, mas principalmente com o seu art. 98, I, que estatui o procedimento sumariíssimo para os Juizados. Esteve ciente o constituinte de que o custo do processo nas causas de menor complexidade (pequeno valor), aliado à demora na solução, implicaria muito mais prejuízo que pequeno equívoco judicial eventualmente cometido.

Pelo mesmo motivo, é absolutamente descabida a impetração de mandado de segurança em tais casos. Se a lei, seguindo o ditame constitucional, não desejou impugnação recursal de inúmeras decisões, é óbvio que o contrário não pode ocorrer por via transversa. Resolvam-se apenas as difíceis hipóteses de decisões teratológicas, aferidas sem nenhum esforço intelectual, que caracterizem manifesta ilegalidade. Não se pode perder de vista que a irrecurribilidade de determinadas decisões jurisdicionais, prevista na legislação própria dos JEFs visa a emprestar maior celeridade às demandas submetidas ao seu crivo. Em consequência, o manejo da ação mandamental, com o fito de imprimir-lhe o condão de sucedâneo de recurso é incompatível com este propósito, não havendo, pois, como se admitir que toda e qualquer decisão, somente porque contrária aos interesses da parte, possa vir a ser combatida através do remédio constitucional. Nesse sentido, a propósito, prescreve o art. 37 do Regimento Interno dos Juizados Recursais da Seção Judiciária de Pernambuco: "Art. 37. O mandado de segurança não será admitido como sucedâneo recursal, salvo em situações excepcionais, para evitar grave prejuízo à parte, quando o ato impugnado for manifestamente ilegal ou abusivo" (grifos nossos).

No mesmo caminho está doutrina específica dos recursos nos JEFs. Ensina ela que a mera ausência de recurso contra as decisões interlocutórias proferidas após a sentença não rende ensejo à impetração da ação constitucional, afirmando a importância de se prestigiar o juízo discricionário elaborado pelo juiz prolator da decisão atacada. Se mais de uma solução razoável poderia ser adotada pelo magistrado, a escolha por uma delas não torna o ato ilegal. Apenas quando se observa que o ato judicial é abusivo ou teratológico é que se permite o uso do writ (SAVARIS, José Antonio; XAVIER, Flavia da Silva. Manual dos Recursos nos Juizados Especiais Federais. 3ª edição. Curitiba: Juruá, 2012, p. 304/306)

No presente caso, não há que se falar em decisão teratológica ou manifestamente ilegal.

Destarte, em vista de todo o exposto, com fulcro no que preceitua o art. 10, inciso XI, do Regimento Interno desta Turma Recursal, EXTINGUE-SE O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. Notifique-se a autoridade indicada como coatora, dando-lhe ciência do julgado.

Sem condenação em honorários advocatícios, nos termos do art. 25, caput, da Lei nº 12.016/2009 (Súmula nº 512 do c. STF e Súmula nº 105 do c. STJ).

### ACÓRDÃO

Decide a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Pernambuco, à unanimidade, EXTINGUIR O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos da ementa supra".

2. Da leitura do acórdão constata-se de forma cristalina que as razões de decidir não ultrapassaram a seara do direito processual, vale dizer não houve apreciação e julgamento de qualquer questão de direito material, consoante determina o art. 14, da Lei n. 10.259/01, na medida em que entendeu-se que o mandado de segurança não era o instrumento adequado para impugnar decisão prolatada pelo juízo a quo que extinguiu o feito, sem resolução do mérito, ao concluir pela configuração de perempção.

Deveras, tendo sido prolatada sentença extinção do processo sem resolução do mérito, eventual error in procedendo do órgão julgante, na espécie, é de natureza processual, lodo, incabível a instauração desta via excepcionalíssima do incidente de uniformização porquanto não estamos diante de questão relativa a direito material controvertido no âmbito das Turmas Recursais do País, ou mesmo descumprimento à Jurisprudência predominante nesta C. TNU ou no C. STJ, sobre a mesma questão de direito material

3. Esta C. TNU já pacificou entendimento no sentido de que não cabe incidente de uniformização contra acórdão que se cingiu tão-somente a analisar questão de natureza processual.

Neste sentido, foi editada a súmula n. 43 com o seguinte teor:

"Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".

4. Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do presente Pedido de Uniformização.

É COMO VOTO

### ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator. Brasília/DF, 16 de março de 2016.

RONALDO JOSÉ DA SILVA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500007-29.2015.4.05.9830  
ORIGEM: 3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco  
REQUERENTE: MOISÉS MARTINS DA SILVA  
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA  
OAB: PE-573-A  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA  
EMENTA

INDEFERIMENTO DE PETIÇÃO INICIAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. EXECUÇÃO. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO. QUESTÃO PROCESSUAL. SÚMULA 43 DA TNU. NÃO CABIMENTO DE PEDIDO DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização de interpretação da Lei Federal interposto contra acórdão prolatado pela Eg. Turma Recursal do PERNAMBUCO, em sede da ação mandamental ajuizada pelo ora recorrente, em acórdão assim ementado:

"MANDADO DE SEGURANÇA. ATO DE NATUREZA JURISDICCIONAL. FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. LIQUIDAÇÃO DO QUANTUM DEBEATUR. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. LEI 11.960/09. INTERPRETAÇÃO RAZOÁVEL DA NORMA. MATÉRIA CONTROVERTIDA. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA. NÃO CABIMENTO DO MANDAMUS. DENEGAÇÃO DA ORDEM.

VOTO

Cuida-se de mandado de segurança impetrado por MOISES MARTINS DA SILVA em face do Juízo da 30ª Vara Federal de Pernambuco objetivando a reforma da decisão que fixou os critérios de liquidação dos cálculos na fase de execução de sentença à luz da decisão proferida pelo STF no julgamento das ADIN's 4357 e 4425.

Após uma análise detida das razões invocadas pelo impetrante, bem como das peças que instruem o presente feito, concluo faltar ao presente mandamus requisito essencial de admissibilidade. Na hipótese em testilha, o remédio constitucional é desafiado como sucedâneo recursal face à ausência de previsão de recurso para decisões proferidas na fase de cumprimento de sentença no âmbito dos Juizados Especiais Federais.

Nesse contexto, é pacífico o entendimento reinante no âmbito dos Tribunais Superiores no sentido de que, embora admissível em tese a impetração de mandado de segurança contra decisão judicial da qual não caiba recurso com efeito suspensivo (art. 5º, II, da Lei nº 12.016/09), é imprescindível a demonstração de que o ato judicial se mostre flagrantemente teratológico e/ou ilegal. A contrario sensu, não se admite mandado de segurança contra decisão judicial que dá à lei interpretação razoável, independentemente de tal interpretação coincidir com a do órgão a quem incumbe o processamento e julgamento do mandamus.

Em outras palavras, significa dizer que, mesmo que a decisão judicial impugnada esteja em desacordo com o entendimento prevalecente no órgão ad quem quanto à questão de fundo, não se conhece do mandado de segurança que visa a impugnar tal decisão se esta não for teratológica e/ou flagrantemente ilegal. Nesse sentido, colijo ilustrativo precedente do eg. Supremo Tribunal Federal:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ATO JURISDICCIONAL. NÃO CABIMENTO DO WRIT. 1. Não cabe mandado de segurança contra ato jurisdiccional, a não ser que se trate de decisão teratológica, o que não é o caso dos autos. 2. É inexistente recurso interposto por advogado sem procuração nos autos, sendo inaplicáveis, na fase recursal, os arts. 13 e 37 do CPC. 3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(RMS 33002 AgR, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 30/09/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-201 DIVULG 14-10-2014 PUBLIC 15-10-2014)

Essa é precisamente a hipótese dos autos. In casu, a decisão vergastada afigura-se razoável e nem remotamente se poderia caracterizar como teratológica, donde se afigura manifestamente inadmissível o uso do mandado de segurança.

Convém destacar que a questão relativa à modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade do art. 5º da Lei nº 11.960/09, que modificou o art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, é das mais controversas no cenário jurídico atual, registrando-se divergências entre as próprias Turmas Recursais que integram essa Seção Judiciária. Logicamente, pois, não há como se reputar teratológica qualquer decisão que esteja inserida no âmbito da aludida polêmica, o que afasta a possibilidade de manejo do remédio constitucional para hipóteses como a que se cuida.

À vista das razões declinadas, com fulcro no art. 6º, §5º c/c art. 10 da Lei nº 12.016/09, reputo inadmissível o mandado de segurança e, de consequência, DENEGO A ORDEM.

Sem condenação em honorários advocatícios, nos termos do art. 25 da Lei nº 12.016/09.

### ACÓRDÃO

Vistos e relatados, decide a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Pernambuco, à unanimidade, DENEGAR A ORDEM, nos termos da ementa supra.

Recife, data do julgamento".

2. Da leitura do acórdão constata-se de forma cristalina que as razões de decidir não ultrapassaram a seara do direito processual, vale dizer não houve apreciação e julgamento de qualquer questão de direito material, consoante determina o art. 14, da Lei n. 10.259/01, na medida em que entendeu-se que o mandado de segurança não era o instrumento adequado para impugnar decisão prolatada pelo juízo a quo em sede de execução.

3. Esta C. TNU já pacificou entendimento no sentido de que não cabe incidente de uniformização contra acórdão que se cingiu tão-somente a analisar questão de natureza processual.

Neste sentido, foi editada a súmula n. 43 com o seguinte teor:

"Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".

4. Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do presente Pedido de Uniformização.

É COMO VOTO

### ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator. Brasília/DF, 16 de março de 2016.

RONALDO JOSÉ DA SILVA  
Juiz Federal Relator



PROCESSO: 0500031-61.2014.4.05.9840  
 ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE  
 REQUERENTE: JOSINA GUILHERME DO NASCIMENTO  
 PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO  
 OAB: RN/5291  
 REQUERIDO(A): JUIZ DA 7ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE  
 PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO  
 INTERESSADO (A): UNIÃO  
 PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO  
 RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA  
**EMENTA**

INDEFERIMENTO AGRAVO INSTRUMENTO. AUSÊNCIA PREPARO. CONVERSÃO AÇÃO MANDAMENTAL. IMPOSSIBILIDADE. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO. QUESTÃO PROCESSUAL. SÚMULA 43 DA TNU. NÃO CABIMENTO DE PEDIDO DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização de interpretação da Lei Federal interposto contra acórdão prolatado pela Eg. Turma Recursal do Rio Grande do Norte, ajuizado pelo ora recorrente, em acórdão assim ementado:

" AÇÃO ESPECIAL DE RITO SUMARÍSSIMO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADO ESPECIAL FEDERAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. NÃO CABIMENTO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO INTRÍNSECO DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL. NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. SUCEDÂNEO RECURSAL. INVIABILIDADE. INDEFERIMENTO.

- Cuida-se de recurso de agravo de instrumento aviado pela autora/agravante em face de decisão que declarou deserto o recurso inominado interposto, em razão da falta de preparo no prazo legal.

- Requer, caso não seja conhecido o agravo de instrumento, a conversão do recurso de agravo em mandado de segurança, em atenção ao postulado da fungibilidade.

- A teor do disposto no art. 5º da Lei nº 10.259/2001, no âmbito do Juizado Especial Federal, à exceção da decisão deferitória de medida de urgência, somente será admitido recurso de sentença definitiva.

- Consoante se vê, diante da regra excepcionadora, o preceito legal em referência afasta, por completo, o manejo do recurso em testilha.

- Assim sendo, à míngua do pressuposto intrínseco de admissibilidade recursal, qual seja, o cabimento do recurso, forçoso concluir pelo não conhecimento do agravo de instrumento interposto pela parte autora.

- Por sua vez, Mandado de Segurança justifica-se no âmbito do Juizado Especial Federal apenas para fins de impugnação de decisões teratológicas fora do escopo natural de divergência judicial. Ou seja, somente contra decisão ilegal que venha a gerar um dano real é que poderá ser manejado o mandamus, não sendo possível impetrar o referido instrumento processual para fins de simples reexame da decisão atacada.

- Ausente qualquer situação extraordinária, tampouco verificada teratologia na decisão recorrida, indevida a utilização do Mandado de Segurança como sucedâneo de recurso.

- Inadequação da via eleita.

- Recurso de agravo não conhecido.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Juizes da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte, à unanimidade, em NÃO CONHECER o recurso de agravo interposto pela autora/recorrente e indeferir a conversão em Mandado de Segurança.

Sem honorários.

Em se verificando o trânsito em julgado da decisão, remetam-se os autos ao Juizado Especial Federal Cível".

2. Da leitura do acórdão constata-se de forma cristalina que as razões de decidir não ultrapassaram a seara do direito processual, vale dizer não houve apreciação e julgamento de qualquer questão de direito material, consoante determina o art. 14, da Lei n. 10.259/01, na medida em que entendeu-se que não era cabível o agravo contra decisão denegatória dos benefícios da justiça gratuita, bem como que não seria possível a conversão ao rito mandamental, visto que no âmbito do JEF, tal rito somente é admissível no combate a decisões teratológicas, o que não seria o caso.

3. Esta C. TNU já pacificou entendimento no sentido de que não cabe incidente de uniformização contra acórdão que se cingiu tão-somente a analisar questão de natureza processual.

Neste sentido, foi editada a súmula n. 43 com o seguinte teor:

"Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".

De fato, é incabível o manejo de ação mandamental no âmbito do Juizado Especial Federal, ante à vedação expressa contida no art. 3º, §1, I, da Lei 10.259/01, de forma que eventual deferimento de conversão do Agravo de Instrumento em rito mandamental, seria inócuo e implicaria da mesma forma a extinção do feito sem resolução do mérito.

Logo, acertada a decisão que não permitiu o seguimento do presente incidente processual.

4. Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do presente Pedido de Uniformização.

É COMO VOTO

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator. Brasília/DF, 16 de março de 2016.

RONALDO JOSÉ DA SILVA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500035-98.2014.4.05.9840

ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

REQUERENTE: JOÃO ALBERICO FERNANDES DA ROCHA

PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO

OAB: RN-5291

REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA

#### EMENTA

INDEFERIMENTO AGRAVO INSTRUMENTO. AUSÊNCIA PREPARO. CONVERSÃO AÇÃO MANDAMENTAL. IMPOSSIBILIDADE.FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO. QUESTÃO PROCESSUAL. SÚMULA 43 DA TNU. NÃO CABIMENTO DE PEDIDO DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO.INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1.Trata-se de Pedido de Uniformização de interpretação da Lei Federal interposto contra acórdão prolatado pela Eg. Turma Recursal do Rio Grande do Norte, ajuizado pelo ora recorrente, em acórdão assim ementado:

" AÇÃO ESPECIAL DE RITO SUMARÍSSIMO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADO ESPECIAL FEDERAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. NÃO CABIMENTO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO INTRÍNSECO DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL. NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. SUCEDÂNEO RECURSAL. INVIABILIDADE. INDEFERIMENTO.

- Cuida-se de recurso de agravo de instrumento aviado pela autora/agravante em face de decisão que declarou deserto o recurso inominado interposto, em razão da falta de preparo no prazo legal.

2 -Requer, caso não seja conhecido o agravo de instrumento, a conversão do recurso de agravo em mandado de segurança, em atenção ao postulado da fungibilidade.

-A teor do disposto no art. 5º da Lei nº 10.259/2001, no âmbito do Juizado Especial Federal, à exceção da decisão deferitória de medida de urgência, somente será admitido recurso de sentença definitiva.

-Consoante se vê, diante da regra excepcionadora, o preceito legal em referência afasta, por completo, o manejo do recurso em testilha.

-Assim sendo, à míngua do pressuposto intrínseco de admissibilidade recursal, qual seja, o cabimento do recurso, forçoso concluir pelo não conhecimento do agravo de instrumento interposto pela parte autora.

-Por sua vez, Mandado de Segurança justifica-se no âmbito do Juizado Especial Federal apenas para fins de impugnação de decisões teratológicas fora do escopo natural de divergência judicial. Ou seja, somente contra decisão ilegal que venha a gerar um dano real é que poderá ser manejado o mandamus, não sendo possível impetrar o referido instrumento processual para fins de simples reexame da decisão atacada.

-Ausente qualquer situação extraordinária, tampouco verificada teratologia na decisão recorrida, indevida a utilização do Mandado de Segurança como sucedâneo de recurso.

-Inadequação da via eleita.

-Recurso de agravo não conhecido.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Juizes da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte, à unanimidade, em NÃO CONHECER o recurso de agravo interposto pela autora/recorrente e indeferir a conversão em Mandado de Segurança.

Sem honorários.

Em se verificando o trânsito em julgado da decisão, remetam-se os autos ao Juizado Especial Federal Cível".

2.Da leitura do acórdão constata-se de forma cristalina que as razões de decidir não ultrapassaram a seara do direito processual, vale dizer não houve apreciação e julgamento de qualquer questão de direito material, consoante determina o art. 14, da Lei n. 10.259/01, na medida em que entendeu-se que não era cabível o agravo contra decisão denegatória dos benefícios da justiça gratuita, bem como que não seria possível a conversão ao rito mandamental, visto que no âmbito do JEF, tal rito somente é admissível no combate a decisões teratológicas, o que não seria o caso.

3.Esta C. TNU já pacificou entendimento no sentido de que não cabe incidente de uniformização contra acórdão que se cingiu tão-somente a analisar questão de natureza processual.

Neste sentido, foi editada a súmula n. 43 com o seguinte teor:

"Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".

De fato, é incabível o manejo de ação mandamental no âmbito do Juizado Especial Federal, ante à vedação expressa contida no art. 3º, §1, I, da Lei 10.259/01, de forma que eventual deferimento de conversão do Agravo de Instrumento em rito mandamental, seria inócuo e implicaria da mesma forma a extinção do feito sem resolução do mérito.

Logo, acertada a decisão que não permitiu o seguimento do presente incidente processual.

4. Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do presente Pedido de Uniformização.

É COMO VOTO

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator. Brasília/DF, 16 de março de 2016.

RONALDO JOSÉ DA SILVA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0505298-46.2012.4.05.8300

ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): ELIAS AVELINO DOS SANTOS

PROC./ADV.: LUCIMAR VILA NOVA CABRAL

OAB: PE 9.187

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

#### EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. RUÍDO. NÍVEIS DE TOLERÂNCIA. JURISPRUDÊNCIA DO STJ. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA RESP 1.398.260/PR. CANCELAMENTO DA SÚMULA 32 DA TNU INCIDENTE DO INSS CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. QUESTÃO DE ORDEM 20/TNU.

1. Pedido de uniformização interposto pelo INSS em face de acórdão de Turma Recursal que reconheceu período de atividade especial laborado pelo autor, com exposição a níveis de ruído, conforme a Súmula 32 da TNU, com a seguinte redação:

"O tempo de trabalho laborado com exposição a ruído é considerado especial, para fins de conversão em comum, nos seguintes níveis: superior a 80 decibéis, na vigência do Decreto nº 53.831/64 (1.1.6); superior a 85 decibéis, a partir de 05 de março de 1997, na vigência do Decreto nº 2.172. (alterada em 14/12/2011)"

2. Alega dissonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, no tocante ao nível de ruído no período de 06/03/1997 a 18/11/2003, que deve ser superior a 90 dB. Juntou paradigma.

3. Configurado o dissídio jurisprudencial, verifco com razão o INSS.

4. O acórdão impugnado assim consignou:

"Em relação aos períodos laborados nas empresas OBJETIVA RECURSOS HUMANOS E SERVIÇOS LTDA. (21/8/1987 a 30/12/1989) e PHILIPS ELETRÔNICA DO NORDESTE S/A (02/1/1990 a 13/12/2010), nos quais o autor exerceu as atividades de auxiliar de cozinha e operador de produção, consta do PPP e do laudo técnico acostados, devidamente preenchidos e assinados, que houve exposição habitual e permanente a elevado nível de ruído (entre 81 dB e 90 dB), sendo devida a conversão desses períodos em tempo comum, em conformidade com a Súmula nº 32 da TNU (vide docs. 13-14)".

5. A Súmula 32 da TNU foi cancelada em 9 de outubro de 2013, para alinhamento ao fixado pelo Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que o tempo de trabalho laborado com exposição a ruído é considerado especial, para fins de conversão em comum, nos seguintes níveis: superior a 80 decibéis, na vigência do Decreto n. 53.831/64; superior a 90 decibéis, a partir de 06 de março de 1997, vigência do Decreto 2.172/97; superior a 85 decibéis, a partir do Decreto 4.882, de 18 de novembro de 2003. (Resp. 1398260/PR, Representativo de Controvérsia, STJ, PRIMEIRA SEÇÃO, Rel. Min. Herman Benjamin, DJ 05/12/2014; AREsp 550891, STJ, Rel. Min. Assusete Magalhães, publicação em 24/09/2015; PEDILEF 50014300420124047122, TNU, DJ 03/07/2015; PEDILEF 05264364020104058300, DOU 19/02/2016).

6. Devida, portanto, a adequação do julgado à tese uniformizada pelo STJ, como também já o fez a TNU.

7. Incidente conhecido e parcialmente provido, determinando o retorno dos autos à Turma de Origem para adequação do julgado à tese uniformizada, conforme item 5 deste voto-ementa. Questão de Ordem 20/TNU.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO ao Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.

Brasília/DF, 16 de junho de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO

Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5002453-58.2011.4.04.7012  
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ  
REQUERENTE: JACINTA MARIA CIRINO RODRIGUES BROCH  
PROC./ADV.: MATEUS FERREIRA LEITE  
OAB: PR-15022  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

**EMENTA**

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. AVERBAÇÃO DE TEMPO DE ATIVIDADE ESPECIAL. MAGISTÉRIO. CONVERSÃO DE PERÍODO POSTERIOR À EC 18/81. IMPOSSIBILIDADE. REGIME EXCEPCIONAL. EFETIVO EXERCÍCIO EM FUNÇÕES DE MAGISTÉRIO. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 40, INCISO III, "B", DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. ADI Nº 178-7/RS. ENTENDIMENTO PACIFICADO PELO STF. INCIDENTE CONHECIDO E DESPROVIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, deixou de reconhecer a natureza especial da atividade no magistério exercida após a Emenda Constitucional n. 18/1981.

2. A parte autora sustenta em seu pedido de uniformização que o acórdão recorrido diverge de entendimento da TNU (PEDILEF 200570530021560, Rel. Juiz Federal Otávio Henrique Martins, j. 16/11/2009) e do STJ (AgRg no REsp 1.163.028/RS).

3. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.

4. Assim, presente a divergência de interpretação, passo ao exame do mérito do pedido de uniformização de interpretação.

5. No mérito, vislumbro que o entendimento do STJ e deste Colegiado a respeito da matéria - possibilidade de conversão da atividade penosa de professor mesmo depois da EC 18/81 -, encontra-se superado pelo STF.

6. De fato, no Recurso Extraordinário nº 627.505/PR, o INSS logrou provimento em face de decisão proferida pela TNU (PEDILEF Nº 2005.70.53.000464-1, Rel. Juiz Federal Manoel Rolim Campbell Penna, DJ 17/10/2008). A Rel. Min. Carmen Lúcia citou a ADI nº 178 (Rel. Min. Maurício Corrêa, Tribunal Pleno, DJ 26.04.1996), e pronunciou que "(...) O Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento no sentido de que a aposentadoria especial de professor pressupõe o efetivo exercício dessa função pelo tempo mínimo fixado na Constituição da República. Assim, para efeito de aposentadoria, não é possível a conversão do tempo de magistério em tempo de exercício comum. (...) o acórdão recorrido está em desarmonia com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal" (RE nº 627.505/PR, Julgamento: 03/08/2010, DJe-154 20/08/2010).

7. Mais recentemente, este Colegiado reconheceu a superação da Jurisprudência do STJ e TNU pelos pronunciamentos do STF: PEDILEF 2009.70.53.005346-3, Rel. Juiz Federal Luiz Claudio Flores da Cunha, DOU 22/03/2013. O Nobre Colega citou a ADI nº 178, bem como decisões recentes das duas Turmas da Excelsa Corte, para demonstrar o posicionamento unânime, firme e atual do STF, exatamente no sentido contrário aos julgados desta Casa até então.

8. Ante o exposto, conheço o pedido de uniformização, mas nego-lhe provimento.

**ACÓRDÃO**

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO interposto, NEGANDO-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto-ementa do relator.  
Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5027110-91.2011.4.04.7100  
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL  
REQUERENTE: EVA DA SILVA BUTTENCOURT  
PROC./ADV.: IMILIA DE SOUZA  
OAB: RS 36.024  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

**EMENTA**

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. CONVERSÃO DE PERÍODOS DE TEMPO COMUM EM ESPECIAL. LABOR ANTERIOR À LEI 9.032/95. IMPOSSIBILIDADE. OBSERVÂNCIA LEGISLAÇÃO EM VIGOR À ÉPOCA DA REUNIÃO DOS REQUISITOS PARA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. RECURSO REPETITIVO DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, indeferiu pedido de conversão de tempo de trabalho comum em especial prestado antes do advento da Lei nº 9.032/95.

2. A parte autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado(s) paradigma(s) que, em alegada(s) hipótese(s) semelhante(s), entendeu(ram) ser cabível conversão de tempo de trabalho comum em especial prestado antes do advento da Lei nº 9.032/95.

3. A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º).

4. Do cotejo entre o acórdão combatido e um dos julgados paradigmas, observo que está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ocorrência de similitude fática entre os julgados recorridos e os precedentes apresentados.

5. Isto porque se partiu do mesmo fato (de mesma natureza/ conversão de tempo de trabalho comum em especial prestado antes do advento da Lei nº 9.032/95) para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente): no caso recorrido, entendeu incabível a conversão; contrariamente ao paradigma (TR/SE, Processo n. 0500496-18.2011.4.05.8501) que entendeu pelo cabimento da conversão.

6. Assim, presente a divergência de interpretação, passo ao exame do mérito do pedido de uniformização de interpretação.

7. No acórdão recorrido, a Turma Recursal de origem indeferiu o pedido de conversão de tempo de trabalho comum em especial prestado antes do advento da Lei nº 9.032/95, sob o seguinte fundamento:

"[...] Os julgados do STJ e da TNU têm entendido que para caracterização e comprovação do tempo de serviço aplicam-se as normas vigentes à época da prestação da atividade. Mas, para conversão e concessão do benefício respectivo, incide a lei vigente à época do implemento das condições.

Nesse sentido, no julgamento do REsp 1151652, em 20/10/2009, Relatora Ministra Laurita Vaz, a 5ª Turma do STJ entendeu que 'para a caracterização e a comprovação do tempo de serviço, aplicam-se as normas que vigiam ao tempo em que o serviço foi efetivamente prestado; contudo, no que se refere às regras de conversão, aplica-se a tabela constante do art. 70 do Decreto n.º 3.048/99, com a nova redação dada pelo Decreto n.º 4.827/2003, independentemente da época em que a atividade especial foi prestada'.

[...] No caso concreto, portanto, não é possível a conversão de tempo de serviço comum em especial (28/08/1970 a 28/08/1977, de 16/03/1978 a 21/11/1980, de 16/10/1984 a 15/03/1985, de 09/08/1985 a 07/09/1985, de 22/05/1986 a 04/05/1988), porquanto na data do requerimento (20/06/2007) administrativo não era mais possível referida conversão."

8. De início, consigno que há julgados recentes deste Colegiado (PEDILEF 50114356720114047107, rel. p/acórdão Juiz Federal João Batista Lazzari, j. 08.10.2014; PEDILEF 50018577420114047206, rel. p/acórdão Juiz Federal João Batista Lazzari, j. 08.10.2014) no sentido de fazer prevalecer a legislação de regência quando da prestação do labor, e não a do momento do implemento dos requisitos à aposentadoria, de modo a permitir a conversão de tempo comum em especial, quando prestado anteriormente ao advento da Lei nº 9.032/95, que vedou tal conversão.

9. Concessa venia ao entendimento em sentido contrário, filo-me ao que decidido pelo STJ no REsp nº 1.310.034, sob o rito dos recursos repetitivos:

"RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. MATÉRIA REPETITIVA. ART. 543-C DO CPC E RESOLUÇÃO STJ 8/2008. RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. PREVIDENCIÁRIO. TEMPO ESPECIAL E COMUM. CONVERSÃO. POSSIBILIDADE. ART. 9º, § 4º, DA LEI 5.890/1973, INTRODUZIDO PELA LEI 6.887/1980. CRITÉRIO. LEI APLICÁVEL. LEGISLAÇÃO VIGENTE QUANDO PREENCHIDOS OS REQUISITOS DA APOSENTADORIA.

1. Trata-se de Recurso Especial interposto pela autarquia previdenciária com intuito de desconsiderar, para fins de conversão entre tempo especial e comum, o período trabalhado antes da Lei 6.887/1980, que introduziu o citado instituto da conversão no cômputo do tempo de serviço.

2. Como pressupostos para a solução da matéria de fundo, destaca-se que o STJ sedimentou o entendimento de que, em regra; a) a configuração do tempo especial é de acordo com a lei vigente no momento do labor, e b) a lei em vigor quando preenchidas as exigências da aposentadoria é a que define o fator de conversão entre as espécies de tempo de serviço. Nesse sentido: REsp 1.151.363/MG, Rel. Ministro Jorge Mussi, Terceria Seção, DJe 5.4.2011, julgado sob o rito do art. 543-C do CPC.

3. A lei vigente por ocasião da aposentadoria é a aplicável ao direito à conversão entre tempos de serviço especial e comum, independentemente do regime jurídico à época da prestação do serviço. Na mesma linha: REsp 1.151.652/MG, Rel. Ministra Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe 9.11.2009; REsp 270.551/SP, Rel. Ministro Gilson Dipp, Quinta Turma, DJ 18.03.2002; Resp 28.876/SP, Rel. Ministro Assis Toledo, Quinta Turma, DJ 11.09.1995; AgRg nos EDcl no Ag 1.354.799/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 5.10.2011.

4. No caso concreto, o benefício foi requerido em 24.1.2002, quando vigente a redação original do art. 57, § 3º, da Lei 8.213/1991, que previa a possibilidade de conversão de tempo comum em especial.

5. Recurso Especial não provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução 8/2008 do STJ".

10. Assente-se que os efeitos modificativos emprestados ao julgamento dos Embargos de Declaração no REsp. 1.310.034/PR afetou apenas a resolução do caso concreto, na medida em que se reconheceu erro material quanto à vigência da Lei nº 9.032/95 na data do

requerimento do benefício, reconhecendo-se que nesta data (24.01.2002) não mais estava vigente a redação original do § 3º do art. 57 da Lei nº 8.213/91.

11. Nos termos em que decidido pelo STJ no REsp. 1.310.034/PR, reconheceu-se que, no que se refere ao direito à conversão de tempo de trabalho prestados sob regimes jurídicos distintos (especial e comum), prevalece a legislação em vigor quando do implemento dos requisitos da aposentadoria, e não a legislação em vigor quando da prestação do serviço.

12. Extrai-se do julgado da Corte Especial que são fenômenos distintos a conversão entre regimes jurídicos e a qualificação da natureza do trabalho, cada um (fenômeno) disciplinado diferentemente quando à questão do direito intertemporal.

13. Em outras palavras, no que se refere ao direito à conversão de tempo especial em comum, e vice e versa, decidiu o STJ que prevalece o direito vigente à época do implemento dos requisitos à aposentadoria. Já quanto à qualificação da natureza do trabalho prestado (se especial ou comum) prevalece o direito vigente à época do momento do labor.

14. Calcado em tal entendimento, divirjo, respeitosamente, da afirmação contida nos julgados anteriores da TNU acima citados no sentido de que "a prevalecer a tese do REsp 1310034, de que a lei que incide para definir a possibilidade de conversão entre tempo de serviço especial e comum é a vigente quando do preenchimento dos requisitos para a aposentadoria, não se poderia mais converter os períodos de atividade por categoria profissional, considerando que a legislação atual não permite mais essa forma de conversão".

15. O julgado do STJ não prejudica a conversão do tempo especial por categoria especial, posto que a qualificação jurídica do tempo de trabalho é aquela prevista na legislação da época do labor, de modo que, exercido o trabalho quando possível o reconhecimento da atividade especial pelo mero enquadramento da categoria profissional, está garantido o reconhecimento de tal condição, incorporada ao patrimônio do segurado.

16. Por outro lado, mantida a possibilidade de conversão de especial em comum com a redação dada ao § 5º do art. 57 da Lei nº 8.213/91 pela Lei nº 9.032/95, o tempo de trabalho exercido como especial por enquadramento da categoria é conversível em comum quando do requerimento da aposentadoria.

17. Consigno, ainda, que a prevalência do entendimento do STJ decorre, além da natureza do próprio instituto do recurso repetitivo, do próprio papel institucional da TNU, uma vez que a Lei nº 10.259/2001 previu a constituição da Turma Nacional de Uniformização com vista a apreciar "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art 14, § 2º).

18. Tal papel de submissão do entendimento da TNU à jurisprudência dominante do STJ é explicitado inequivocamente, a meu sentir, no que disposto no §§ 4º e 5º do art. 14 da referida Lei nº 10.259/2001:

"§ 4º Quando a orientação acolhida pela Turma de Uniformização, em questões de direito material, contrariar súmula ou jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça -STJ, a parte interessada poderá provocar a manifestação deste, que dirimirá a divergência.

§ 5º No caso do § 4º, presente a plausibilidade do direito invocado e havendo fundado receio de dano de difícil reparação, poderá o relator conceder, de ofício ou a requerimento do interessado, medida liminar determinando a suspensão dos processos nos quais a controvérsia esteja estabelecida."

19. Em conclusão, é o caso de conhecer-se do incidente, porém, para lhe negar provimento, mantendo o acórdão recorrido, tendo em vista que os requisitos da aposentadoria se verificaram quando não era mais possível a conversão de tempo comum em especial.

**ACÓRDÃO**

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO interposto, porém, NEGANDO-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto-ementa do relator.  
Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5002626-87.2013.4.04.7117  
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL  
REQUERENTE: ALDO HOFMANN  
PROC./ADV.: LUIZ GUSTAVO FERREIRA RAMOS  
OAB: RS-49153  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

**EMENTA**

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. CONVERSÃO DE PERÍODOS DE TEMPO COMUM EM ESPECIAL. LABOR ANTERIOR À LEI 9.032/95. IMPOSSIBILIDADE. OBSERVÂNCIA LEGISLAÇÃO EM VIGOR À ÉPOCA DA REUNIÃO DOS REQUISITOS PARA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. RECURSO REPETITIVO DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, indeferiu pedido de conversão de tempo de trabalho comum em especial prestado antes do advento da Lei nº 9.032/95.



2. A parte autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado(s) paradigma(s) que, em alegada(s) hipótese(s) semelhante(s), entendeu(ram) ser cabível conversão de tempo de trabalho comum em especial prestado antes do advento da Lei nº 9.032/95.

3. A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º).

4. Do cotejo entre o acórdão combatido e um dos julgados paradigmas, observo que está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ocorrência de similitude fática entre os julgados recorridos e os precedentes apresentados.

5. Isto porque se partiu do mesmo fato (de mesma natureza/ conversão de tempo de trabalho comum em especial prestado antes do advento da Lei nº 9.032/95) para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente): no caso recorrido, entendeu incabível a conversão; contrariamente ao paradigma (PEDILEF 50114356720114047107, rel. p/acórdão Juiz Federal João Batista Lazzari, j. 08.10.2014) que entendeu pelo cabimento da conversão.

6. Assim, presente a divergência de interpretação, passo ao exame do mérito do pedido de uniformização de interpretação.

7. No acórdão recorrido, a Turma Recursal de origem indeferiu o pedido de conversão de tempo de trabalho comum em especial prestado antes do advento da Lei nº 9.032/95, sob o seguinte fundamento:

"Na hipótese, como as atividades foram prestadas em períodos anteriores à vigência do referido diploma legal restritivo, a vedação da conversão do tempo comum em especial não atingiria a parte autora.

Não obstante, observo que não é este o entendimento perfilado por este Colegiado. Destarte, ressalvado o entendimento pessoal deste Relator, há de ser observada a orientação desta Turma.

[...]

Os julgados do STJ e da TNU têm entendido que para caracterização e comprovação do tempo de serviço aplicam-se as normas vigentes à época da prestação da atividade. Mas, para conversão e concessão do benefício respectivo, incide a lei vigente à época do implemento das condições."

8. De início, consigno que há julgados recentes deste Colegiado (PEDILEF 50114356720114047107, rel. p/acórdão Juiz Federal João Batista Lazzari, j. 08.10.2014; PEDILEF 50018577420114047206, rel. p/acórdão Juiz Federal João Batista Lazzari, j. 08.10.2014) no sentido de fazer prevalecer a legislação de regência quando da prestação do labor, e não a do momento do implemento dos requisitos à aposentadoria, de modo a permitir a conversão de tempo comum em especial, quando prestado anteriormente ao advento da Lei nº 9.032/95, que vedou tal conversão.

9. Concessa venia ao entendimento em sentido contrário, filio-me ao que decidido pelo STJ no REsp nº 1.310.034, sob o rito dos recursos repetitivos:

"RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. MATÉRIA REPETITIVA. ART. 543-C DO CPC E RESOLUÇÃO STJ 8/2008. RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. PREVIDENCIÁRIO. TEMPO ESPECIAL E COMUM. CONVERSÃO. POSSIBILIDADE. ART. 9º, § 4º, DA LEI 5.890/1973, INTRODUZIDO PELA LEI 6.887/1980. CRITÉRIO. LEI APLICÁVEL. LEGISLAÇÃO VIGENTE QUANDO PREENCHIDOS OS REQUISITOS DA APOSENTADORIA.

1. Trata-se de Recurso Especial interposto pela autarquia previdenciária com intuito de desconsiderar, para fins de conversão entre tempo especial e comum, o período trabalhado antes da Lei 6.887/1980, que introduziu o citado instituto da conversão no cômputo do tempo de serviço.

2. Como pressupostos para a solução da matéria de fundo, destaca-se que o STJ sedimentou o entendimento de que, em regra; a) a configuração do tempo especial é de acordo com a lei vigente no momento do labor, e b) a lei em vigor quando preenchidas as xigências da aposentadoria é a que define o fator de conversão entre as espécies de tempo de serviço. Nesse sentido: REsp 1.151.363/MG, Rel. Ministro Jorge Mussi, Terceira Seção, DJe 5.4.2011, julgado sob o rito do art. 543-C do CPC.

3. A lei vigente por ocasião da aposentadoria é a aplicável ao direito à conversão entre tempos de serviço especial e comum, independentemente do regime jurídico à época da prestação do serviço. Na mesma linha: REsp 1.151.652/MG, Rel. Ministra Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe 9.11.2009; REsp 270.551/SP, Rel. Ministro Gilson Dipp, Quinta Turma, DJ 18.03.2002; Resp 28.876/SP, Rel. Ministro Assis Toledo, Quinta Turma, DJ 11.09.1995; AgRg nos EDcl no Ag 1.354.799/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 5.10.2011.

4. No caso concreto, o benefício foi requerido em 24.1.2002, quando vigente a redação original do art. 57, § 3º, da Lei 8.213/1991, que previa a possibilidade de conversão de tempo comum em especial.

5. Recurso Especial não provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução 8/2008 do STJ".

10. Assente-se que os efeitos modificativos emprestados ao julgamento dos Embargos de Declaração no RESp. 1.310.034/PR afetou apenas a resolução do caso concreto, na medida em que se reconheceu erro material quanto à vigência da Lei nº 9.032/95 na data do requerimento do benefício, reconhecendo-se que nesta data (24.01.2002) não mais estava vigente a redação original do § 3º do art. 57 da Lei nº 8.213/91.

11. Nos termos em que decidido pelo STJ no RESp. 1.310.034/PR, reconheceu-se que, no que se refere ao direito à conversão de tempo de trabalho prestados sob regimes jurídicos distintos (especial e co-

mun), prevalece a legislação em vigor quando do implemento dos requisitos da aposentadoria, e não a legislação em vigor quando da prestação do serviço.

12. Extrai-se do julgado da Corte Especial que são fenômenos distintos a conversão entre regimes jurídicos e a qualificação da natureza do trabalho, cada um (fenômeno) disciplinado diferentemente quando à questão do direito intertemporal.

13. Em outras palavras, no que se refere ao direito à conversão de tempo especial em comum, e vice e versa, decidiu o STJ que prevalece o direito vigente à época do implemento dos requisitos à aposentadoria. Já quanto à qualificação da natureza do trabalho prestado (se especial ou comum) prevalece o direito vigente à época do momento do labor.

14. Calcado em tal entendimento, divirjo, respeitosamente, da afirmação contida nos julgados anteriores da TNU acima citados no sentido de que "a prevalecer a tese do REsp 1310034, de que a lei que incide para definir a possibilidade de conversão entre tempo de serviço especial e comum é a vigente quando do preenchimento dos requisitos para a aposentadoria, não se poderia mais converter os períodos de atividade por categoria profissional, considerando que a legislação atual não permite mais essa forma de conversão".

15. O julgado do STJ não prejudica a conversão do tempo especial por categoria especial, posto que a qualificação jurídica do tempo de trabalho é aquela prevista na legislação da época do labor, de modo que, exercido o trabalho quando possível o reconhecimento da atividade especial pelo mero enquadramento da categoria profissional, está garantido o reconhecimento de tal condição, incorporada ao patrimônio do segurado.

16. Por outro lado, mantida a possibilidade de conversão de especial em comum com a redação dada ao § 5º do art. 57 da Lei nº 8.213/91 pela Lei nº 9.032/95, o tempo de trabalho exercido como especial por enquadramento da categoria é conversível em comum quando do requerimento da aposentadoria.

17. Consigno, ainda, que a prevalência do entendimento do STJ decorre, além da natureza do próprio instituto do recurso repetitivo, do próprio papel institucional da TNU, uma vez que a Lei nº 10.259/2001 previu a constituição da Turma Nacional de Uniformização com vista a apreciar "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art 14, § 2º).

18. Tal papel de submissão do entendimento da TNU à jurisprudência dominante do STJ é explicitado inequivocamente, a meu sentir, no que disposto no §§ 4º e 5º do art. 14 da referida Lei nº 10.259/2001:

"§ 4º Quando a orientação acolhida pela Turma de Uniformização, em questões de direito material, contrariar súmula ou jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça -STJ, a parte interessada poderá provocar a manifestação deste, que dirimirá a divergência.

§ 5º No caso do § 4º, presente a plausibilidade do direito invocado e havendo fundado receio de dano de difícil reparação, poderá o relator conceder, de ofício ou a requerimento do interessado, medida liminar determinando a suspensão dos processos nos quais a controvérsia esteja estabelecida."

19. Em conclusão, é o caso de conhecer-se do incidente, porém, para lhe negar provimento, mantendo o acórdão recorrido, tendo em vista que os requisitos da aposentadoria se verificaram quando não era mais possível a conversão de tempo comum em especial.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO interposto, porém, NEGANDO-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto-ementa do relator. Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5004452-03.2012.4.04.7112

ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

REQUERENTE: VALDOMIRO RODRIGUES DE AZEVEDO

PROC./ADV.: JEFFERSON PICOLI

OAB: RS-50336

REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. FORNECIMENTO DE EPI. DECISÃO DO STF NO ARE N. 664.335 NA SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL. SE O EPI FOR REALMENTE CAPAZ DE NEUTRALIZAR A NOCIVIDADE, NÃO HÁ MAIS RESPALDO CONSTITUCIONAL AO RECONHECIMENTO DO TEMPO ESPECIAL. SITUAÇÃO PARTICULAR DO RUÍDO. INCIDENTE CONHECIDO E IMPROVIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que deixou de reconhecer as condições especiais do exercício da atividade profissional com exposição a agentes químicos.

2. O aresto combatido considerou que, sendo o EPI capaz de neutralizar a nocividade dos agentes biológicos, é indevido o reconhecimento da natureza especial da atividade de técnico de enfermagem.

3. A parte autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado paradigma desta TNU (PEDILEF n. 2008.72.54.006111-0, Rel. Paulo

Ricardo Arena Filho. j. 24.11.2011) que, em alegada hipótese semelhante, entendeu que "o uso de equipamento de proteção individual não deve servir para afastar a disciplina previdenciária do tempo de serviço prestado em condições especiais, mas tão somente servir como forma de proteção direta do trabalhador exposto a ação dos agentes nocivos".

4. Do cotejo entre o acórdão combatido e o julgado paradigma, observo que está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ocorrência de similitude fática entre os julgados recorridos e o precedente apresentado.

5. Inicialmente, é importante destacar que esta Turma Nacional de Uniformização possui a Súmula n. 09 com o seguinte teor: "O uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI), ainda que elimine a insalubridade, no caso de exposição a ruído, não descaracteriza o tempo de serviço especial prestado". Em vários precedentes, a TNU inclusive tem ampliado o alcance da Súmula n. 09 para outros agentes insalubres. Dentre outros argumentos, consignou-se que para fins previdenciários a insalubridade teria fundamentos diversos dos que são previstos no Direito do Trabalho, bem como o fato de que a aposentadoria especial teria uma natureza compensatória. Contudo, em face da decisão proferida pelo STF no ARE n.º 664.335, na sistemática da Repercussão Geral, entendo necessário alinhar o entendimento desta Turma de Uniformização.

6. Nesta decisão paradigmática, o que estava em jogo era a possibilidade de o direito à aposentadoria especial pressupor ou não a efetiva exposição do trabalhador a agente nocivo à sua saúde. Após o seu julgamento, foram fixadas duas teses: i) o direito à aposentadoria especial pressupõe a efetiva exposição do trabalhador a agente nocivo à sua saúde, de modo que, se o EPI for realmente capaz de neutralizar a nocividade não haverá respaldo constitucional à aposentadoria especial; ii) na hipótese de exposição do trabalhador a ruído acima dos limites legais de tolerância, a declaração do empregador, no âmbito do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), no sentido da eficácia do Equipamento de Proteção Individual - EPI, não descaracteriza o tempo de serviço especial para aposentadoria.

7. Nesta matéria, majoritariamente, o Poder Judiciário construiu uma posição favorável ao segurado, fundamentada na experiência prática de que não bastava apenas fornecer o EPI, sendo necessária a fiscalização quanto a sua real eficácia e a sua substituição periódica. Ademais, frisou nossa Corte Suprema que, em caso de divergência ou dúvida sobre a real eficácia do equipamento de proteção individual, a premissa a nortear a Administração e o Judiciário é pelo reconhecimento do direito ao benefício da aposentadoria especial, isto porque o uso de EPI, no caso concreto, pode não se afigurar suficiente para descaracterizar completamente a relação nociva a que o empregado se submete. De fato, muitas vezes, a informação lançada nos formulários era genérica e pouco verossímil, pois nos termos das NR-02 do MT só poderá ser posto à venda ou utilizado o EPI com a indicação do Certificado de Aprovação - CA, expedido pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego. Mas nos casos em que não há dúvida sobre o equipamento de proteção individual atender a todos os requisitos legais e eliminar as consequências dos agentes nocivos, as conclusões do STF foram no sentido de que se o EPI for capaz de neutralizar a nocividade, não haveria respaldo constitucional à aposentadoria especial.

8. No ARE n.º 664.335, o Supremo Tribunal Federal expressamente debateu o sentido e o alcance da Súmula n. 09 desta Turma de Uniformização (destaco os parágrafos 22 a 53 do voto do Ministro Barroso e os debates que foram travados a seguir). Penso que a razão que inspirou a edição da Súmula foi o consenso que a comunidade jurídica e científica de que, no caso do ruído, não há equipamentos de proteção capazes de impedir este agente de afetar a saúde do trabalhador. O STF reconheceu a necessidade de continuar tratando o ruído de forma diferenciada, tanto que fixou a segunda tese. E nesta tese consagra que o direito ao reconhecimento do tempo especial é devido, mesmo que exista declaração do empregador, por que no atual estágio tecnológico não existem EPIS verdadeiramente eficazes para o ruído. Mas se no futuro eles vierem a eliminar a insalubridade, então não haverá direito ao reconhecimento do tempo como especial.

9. Depois dos debates que se seguiram, o Ministro Teori Zavaski - que inicialmente entendia não haver questão constitucional relevante para ser apreciada pelo STF - se convenceu de que o STF estava mudando o entendimento da Súmula n. 09 da TNU e que, nas instâncias ordinárias, tanto a sentença quanto o acórdão assentaram que o equipamento não era eficaz e, por isso, concordou em negar provimento ao recurso do INSS por esse fundamento. A decisão do STF ficou assim ementada:

"RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. DIREITO CONSTITUCIONAL PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. ART. 201, § 1º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. REQUISITOS DE CARACTERIZAÇÃO. TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO SOB CONDIÇÕES NOCIVAS. FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI. TEMA COM REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA PELO PLÊNARIO VIRTUAL. EFETIVA EXPOSIÇÃO A AGENTES NOCIVOS À SAÚDE. NEUTRALIZAÇÃO DA RELAÇÃO NOCIVA ENTRE O AGENTE INSALUBRE E O TRABALHADOR. COMPROVAÇÃO NO PERFIL PROFISSIOGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO PPP OU SIMILAR. NÃO CARACTERIZAÇÃO DOS PRESSUPOSTOS HÁBEIS À CONCESSÃO DE APOSENTADORIA ESPECIAL. CASO CONCRETO. AGENTE NOCIVO RUÍDO. UTILIZAÇÃO DE EPI. EFICÁCIA. REDUÇÃO DA NOCIVIDADE. CENÁRIO ATUAL. IMPOSSIBILIDADE DE NEUTRALIZAÇÃO. NÃO DESCARACTERIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES PREJUDICIAIS. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DEVIDO. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. 1. Conduz à admissibilidade do Recurso Extraordinário a densidade cons-

tucional, no aresto recorrido, do direito fundamental à previdência social (art. 201, CRFB/88), com reflexos mediatos nos cânones constitucionais do direito à vida (art. 5º, caput, CRFB/88), à saúde (arts. 3º, 5º e 196, CRFB/88), à dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, CRFB/88) e ao meio ambiente de trabalho equilibrado (arts. 193 e 225, CRFB/88). 2. A eliminação das atividades laborais nocivas deve ser a meta maior da Sociedade - Estado, empresariado, trabalhadores e representantes sindicais -, que devem voltar-se incessantemente para com a defesa da saúde dos trabalhadores, como enuncia a Constituição da República, ao erigir como pilares do Estado Democrático de Direito a dignidade humana (art. 1º, III, CRFB/88), a valorização social do trabalho, a preservação da vida e da saúde (art. 3º, 5º, e 196, CRFB/88), e o meio ambiente de trabalho equilibrado (art. 193, e 225, CRFB/88). 3. A aposentadoria especial prevista no artigo 201, § 1º, da Constituição da República, significa que poderão ser adotados, para concessão de aposentadorias aos beneficiários do regime geral de previdência social, requisitos e critérios diferenciados nos "casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, e quando se tratar de segurados portadores de deficiência, nos termos definidos em lei complementar". 4. A aposentadoria especial possui nítido caráter preventivo e impõe-se para aqueles trabalhadores que laboram expostos a agentes prejudiciais à saúde e a fortiori possuem um desgaste naturalmente maior, por que não se lhes pode exigir o cumprimento do mesmo tempo de contribuição que aqueles empregados que não se encontram expostos a nenhum agente nocivo. 5. A norma inscrita no art. 195, § 5º, CRFB/88, veda a criação, majoração ou extensão de benefício sem a correspondente fonte de custeio, disposição dirigida ao legislador ordinário, sendo inexistente quando se tratar de benefício criado diretamente pela Constituição. Deveras, o direito à aposentadoria especial foi outorgado aos seus destinatários por norma constitucional (em sua origem o art. 202, e atualmente o art. 201, § 1º, CRFB/88). Precedentes: RE 151.106 AgR/SP, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 28/09/1993, Primeira Turma, DJ de 26/11/93; RE 220.742, Rel. Min. Néri da Silveira, julgamento em 03/03/98, Segunda Turma, DJ de 04/09/1998. 6. Existência de fonte de custeio para o direito à aposentadoria especial antes, através dos instrumentos tradicionais de financiamento da previdência social mencionados no art. 195, da CRFB/88, e depois da Medida Provisória nº 1.729/98, posteriormente convertida na Lei nº 9.732, de 11 de dezembro de 1998. Legislação que, ao reformular o seu modelo de financiamento, inseriu os §§ 6º e 7º no art. 57 da Lei nº 8.213/91, e estabeleceu que este benefício será financiado com recursos provenientes da contribuição de que trata o inciso II do art. 22 da Lei nº 8.212/91, cujas alíquotas serão acrescidas de doze, nove ou seis pontos percentuais, conforme a atividade exercida pelo segurado a serviço da empresa permita a concessão de aposentadoria especial após quinze, vinte ou vinte e cinco anos de contribuição, respectivamente. 7. Por outro lado, o art. 10 da Lei nº 10.666/2003, ao criar o Fator Acidentário de Prevenção-FAP, concedeu redução de até 50% do valor desta contribuição em favor das empresas que disponibilizem aos seus empregados equipamentos de proteção declarados eficazes nos formulários previstos na legislação, o qual funciona como incentivo para que as empresas continuem a cumprir a sua função social, proporcionando um ambiente de trabalho hígido a seus trabalhadores. 8. O risco social aplicável ao benefício previdenciário da aposentadoria especial é o exercício de atividade em condições prejudiciais à saúde ou à integridade física (CRFB/88, art. 201, § 1º), de forma que torna indispensável que o indivíduo trabalhe exposto a uma nocividade notadamente capaz de ensejar o referido dano, porquanto a tutela legal considera a exposição do segurado pelo risco presumido presente na relação entre agente nocivo e o trabalhador. 9. A interpretação do instituto da aposentadoria especial mais consentânea com o texto constitucional é aquela que conduz a uma proteção efetiva do trabalhador, considerando o benefício da aposentadoria especial excepcional, destinado ao segurado que efetivamente exerceu suas atividades laborativas em "condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física". 10. Consectariamente, a primeira tese objetiva que se firma é: o direito à aposentadoria especial pressupõe a efetiva exposição do trabalhador a agente nocivo à sua saúde, de modo que, se o EPI for realmente capaz de neutralizar a nocividade não haverá respaldo constitucional à aposentadoria especial. 11. A Administração poderá, no exercício da fiscalização, aferir as informações prestadas pela empresa, sem prejuízo do inafastável judicial review. Em caso de divergência ou dúvida sobre a real eficácia do Equipamento de Proteção Individual, a premissa a nortear a Administração e o Judiciário é pelo reconhecimento do direito ao benefício da aposentadoria especial. Isto porque o uso de EPI, no caso concreto, pode não se afigurar suficiente para descaracterizar completamente a relação nociva a que o empregado se submete. 12. In casu, tratando-se especificamente do agente nocivo ruído, desde que em limites acima do limite legal, constata-se que, apesar do uso de Equipamento de Proteção Individual (protetor auricular) reduzir a agressividade do ruído a um nível tolerável, até no mesmo patamar da normalidade, a potência do som em tais ambientes causa danos ao organismo que vão muito além daqueles relacionados à perda das funções auditivas. O benefício previsto neste artigo será financiado com os recursos provenientes da contribuição de que trata o inciso II do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, cujas alíquotas serão acrescidas de doze, nove ou seis pontos percentuais, conforme a atividade exercida pelo segurado a serviço da empresa permita a concessão de aposentadoria especial após quinze, vinte ou vinte e cinco anos de contribuição, respectivamente. O benefício previsto neste artigo será financiado com os recursos provenientes da contribuição de que trata o inciso II do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, cujas alíquotas serão acrescidas de doze, nove ou seis pontos percentuais, conforme a atividade exercida pelo segurado a serviço da empresa permita a concessão de aposentadoria especial após quinze, vinte ou vinte e cinco anos de contribuição, respectivamente. 13. Ainda que se pudesse aceitar que o problema causado

pela exposição ao ruído relacionasse apenas à perda das funções auditivas, o que indubitavelmente não é o caso, é certo que não se pode garantir uma eficácia real na eliminação dos efeitos do agente nocivo ruído com a simples utilização de EPI, pois são inúmeros os fatores que influenciam na sua efetividade, dentro dos quais muitos são impassíveis de um controle efetivo, tanto pelas empresas, quanto pelos trabalhadores. 14. Desse modo, a segunda tese fixada neste Recurso Extraordinário é a seguinte: na hipótese de exposição do trabalhador a ruído acima dos limites legais de tolerância, a declaração do empregador, no âmbito do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), no sentido da eficácia do Equipamento de Proteção Individual - EPI, não descaracteriza o tempo de serviço especial para aposentadoria. 15. Agravo conhecido para negar provimento ao Recurso Extraordinário." (ARE 664335 / SC, Tribunal Pleno, Rel. Min. LUIZ FUX, DJe-029, DIVULG 11/02/2015, PUBLIC 12-02-2015) 10. Com base na posição que triunfou no STF, se o EPI for realmente capaz de neutralizar a nocividade, não há mais respaldo constitucional ao reconhecimento do tempo especial. Com base nesta premissa, passo ao exame do presente incidente. 11. Sobre o ponto impugnado, a Turma Recursal de origem negou o reconhecimento das condições especiais do exercício de atividade profissional, sob os seguintes fundamentos: "[...] Note-se que, na espécie, as informações acerca da eficácia do EPI foram prestadas no laudo pericial da empresa (LAU11, fl. 06, evento n. 01), com especificação dos equipamentos e informação taxativa no sentido da neutralização do agente nocivo, o que se mostra bastante para afastar o caráter especial da atividade, segundo a orientação uniformizada." (grifei) 12. Com efeito, a tese da parte autora é de que o julgado recorrido contrariou o entendimento da TNU, pois analisando as provas constantes dos autos, concluiu que o equipamento de proteção individual utilizado pela parte autora foi eficaz, descaracterizando a atividade nociva à sua saúde. 13. O acórdão recorrido manteve a sentença que julgou improcedente o pedido de concessão de aposentadoria especial, ante o não reconhecimento da natureza insalubre da atividade de eletricitista automotivo, nos períodos de 20/06/1983 a 07/07/1987, 07/08/1987 a 16/04/1991, 16/05/1991 a 23/12/1993 e 19/07/1994 a 09/02/2010. 14. Para afastar a conclusão das instâncias ordinárias, de que o EPI não seria eficaz, seria necessário reexaminar o conjunto fático-probatório para verificar se o EPI utilizado pela parte autora foi realmente eficaz. Todavia, isso não se mostra possível em sede de processo objetivo (incidente de uniformização). 15. Em conclusão, é o caso de conhecer-se do incidente, porém, para lhe negar provimento, mantendo o acórdão recorrido.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO interposto, porém, NEGANDO-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto-ementa do relator. Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500424-35.2014.4.05.8304

ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

REQUERENTE: FRANCICO SILVA COSTA

PROC./ADV.: RAFAEL DE LIMA RAMOS

OAB: PE-35827

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. VIGILANTE ARMADO. PERICULOSIDADE. PERÍODO POSTERIOR AO DECRETO 2.172/97. RECONHECIMENTO CABÍVEL. ROL DE AGENTES NOCIVOS. CARÁTER EXEMPLIFICATIVO. RECURSO REPETITIVO DO STJ. RESTABELECIMENTO DA SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. QUESTÃO DE ORDEM Nº 38/TNU. INCIDENTE PROVIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que deixou de reconhecer as condições especiais do exercício da atividade profissional de vigilante após 05/03/1997. 2. O aresto combatido considerou que não estava presente o requisito ao reconhecimento da especialidade no exercício da função de vigilante após 05/03/1997, uma vez que não comprovada a exposição aos agentes nocivos indicados na legislação pertinente. 3. A parte autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado(s) paradigma(s) que, em alegada(s) hipótese(s) semelhante(s), entendeu(ram) ser exemplificativo o rol de agentes nocivos previstos no Decreto nº 2.172/97, sendo possível o reconhecimento da especialidade da atividade desde que demonstrado através de provas técnicas. 4. Do cotejo entre o acórdão combatido e um dos julgados paradigmáticos, observo que está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ocorrência de similitude fática entre os julgados recorridos e os precedentes apresentados.

5. Isto porque se partiu do mesmo fato (de mesma natureza) para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente): no caso recorrido, entendeu-se incabível o reconhecimento da atividade de vigilante como especial, após o advento do Decreto nº 2.172/97; contrariamente ao paradigma (STJ, REsp 1306113/SC).

6. Assim, presente a divergência de interpretação, passo ao exame do mérito do pedido de uniformização de interpretação.

7. No acórdão recorrido, a Turma Recursal de origem, negou o reconhecimento das condições especiais do exercício de atividade profissional de vigilante após 05.03.1997, sob o seguinte fundamento: "[...] Restou provado também, através de laudo técnico e PPP (anexos 12 a 13), o exercício da atividade de vigilante, com o uso de arma de fogo, na empresa Nordeste Transporte de Valores, a qual foi sucedida pela empresa Prosegur Brasil S/A Transportadora de Valores e Segurança, no período de 22 de julho de 1988 a 10 de outubro de 1997 e de 27 de fevereiro de 1998 a 21/2/2014.

Por outro lado, verifico que o período de 05/03/1997 a 21/2/2014, é posterior a edição do Decreto n. 2.172/97, a partir do qual a periculosidade deixou de ser considerada para fins de reconhecimento de tempo de serviço especial, mantendo-se apenas os agentes nocivos físicos, químicos e biológicos."

8. De início, aponto que não se trata de reexame de prova, uma vez que a sentença foi expressa ao apontar que o PPP e o LTCAT apresentados pela parte autora informam que o segurado sempre exerceu a atividade de vigilante portando arma de fogo.

9. No caso, se está diante de uma reavaliação da prova, que "presupõe contrariedade a um princípio ou a uma regra jurídica no campo probatório, como ocorre, verbi gratia, em relação à qualificação jurídica de um documento" (STJ, REsp. 37072/RJ, 4ª T, rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJU 05.12.1994, pg. 33.563), porquanto se alega que o julgado recorrido teria negado validade jurídica aos documentos apresentados pela parte autora, não os acolhendo por não terem supostamente respaldo legal.

10. Por outro lado, reconheço julgados recentes deste Colegiado no sentido do não cabimento do reconhecimento, como especial, da atividade de vigilante desenvolvida após o advento do Decreto nº 2.172/97: PEDILEF nºs 05028612120104058100 (rel. JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA, j. 09.04.2014) e 05068060320074058300 (rel. JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY, j. 07.05.2014)

11. Não obstante estes julgados, filio-me ao entendimento no sentido da possibilidade de reconhecimento como especial da atividade de vigilante, mesmo após 05.03.1997 (advento do Decreto nº 2.172/97), uma vez comprovada a exposição o agente nocivo da periculosidade que é o porte de arma de fogo no exercício da profissão.

12. E o faço assentado no entendimento de que o rol de agentes e atividades nocivos à saúde do trabalhador descritos no Decreto nº 2.172/97 possui caráter exemplificativo, portanto, passível de ser complementado/estendido à atividade e a agentes cujo caráter de nocividade à saúde do trabalhador seja demonstrada/apontada por meios técnicos idôneos ou na legislação trabalhista.

13. Forte neste entendimento, em relação ao agente eletricitista, o Colendo STJ, em sede de Recurso Especial Repetitivo, deixou assentado que, "no caso concreto, o Tribunal de origem embasou-se em elementos técnicos (laudo pericial) e na legislação trabalhista para reputar como especial o trabalho exercido pelo recorrido, por consequência da exposição habitual à eletricitidade, o que está de acordo com o entendimento fixado pelo STJ" (REsp 1306113/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 14/11/2012, DJe 07/03/2013).

14. Naquele julgado, apontou-se ainda que "sob interpretação sistemática do tema, não há como atribuir aos arts. 57 e 58 da Lei 8.213/1991 a intenção do legislador de exaurir o rol de agentes nocivos ensejadores da aposentadoria especial, não podendo ser ignoradas as situações consideradas pela técnica médica e pela legislação correlata como prejudiciais à saúde do trabalhador, sem olvidar a necessária comprovação do trabalho permanente, não ocasional, nem intermitente, em condições especiais".

15. Veja-se, embora tratando de caso concreto envolvendo a eletricitidade, as razões expostas pela Corte Especial trataram como exemplificativa de todo o rol de agentes nocivos, donde há de se reconhecer que o entendimento também alcança hipóteses de periculosidade, pelas razões que a seguir exponho.

16. Para aquela hipótese, enfrentada pelo STJ, em que o agente nocivo foi a eletricitidade, dispõe a CLT, em seu art. 193, inciso I, que "são consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a: I - inflamáveis, explosivos ou energia elétrica".

17. No caso dos autos, aplicando-se a mesma razão levada em conta pelo STJ para reconhecer a atividade de eletricitista como perigosa, tem lugar o disposto no inciso II do art. 193 da CLT, que considera como atividade ou operação perigosa a exposição permanente do trabalhador a "roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial", em franca referência, portanto, à atividade do vigilante.

18. Não há razão para dar-se tratamento diferenciado a hipóteses equiparáveis, posto que, tanto no que se refere à eletricitidade quanto à vigilância armada, tem-se que configuram hipóteses reconhecidas como perigosas pela "legislação correlata", condição pontuada pelo STJ como suficiente à declaração de especialidade da atividade laborativa.

19. Neste sentido, aponto julgado deste Colegiado que, na Sessão de Julgamento de 06.08.2014, examinando o que decidido pelo STJ no REsp. 1.306.113/SC, modificou seu entendimento anterior no sentido de que o reconhecimento pelo STJ do caráter perigoso da eletricitidade deveu-se à existência de legislação específica apontando a periculosidade, no caso a Lei nº 7.369/85.

20. De fato, no PEDILEF nº 50012383420124047102 (rel. Juiz Federal Bruno Leonardo Câmara Carrá, j. 06.08.2014), assentou-se que:



"3. Nessa ordem de idéias, considero, venia concessa, que os derradeiros julgados desta TNU acima citados afastaram-se do posicionamento que é franca e pacificamente adotado pelo Superior Tribunal de Justiça sobre o assunto. De fato, a Corte Federal decidiu que é possível o reconhecimento de tempo especial do trabalho prestado com exposição ao agente nocivo eletricidade em data posterior a 05 de março de 1997, desde que o laudo técnico comprove a permanente exposição do eletricitário à atividade nociva independentemente de considerar a previsão dele em legislação específica. Tanto é deste modo que, diferentemente da TNU, o STJ não fixou qualquer limite temporal para que se deixasse de contar o período em labor de eletricitário como especial. 3.1. Ao que tudo leva a crer, o que Superior Tribunal de Justiça teve como firme, foi que a nova redação dada pela Lei no. 9.032/95 ao art. 57 da Lei de Benefícios da Previdência Social não limitou a considerar como tempo de serviço especial apenas aqueles que fossem previstos em Lei ou Regulamento da previdência e sim todos aqueles resultantes da ação efetiva de "agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física," (art. 57, § 4o)" (grifei).

21. Fixadas essas premissas, chego ao caso concreto, no qual os julgados das instâncias anteriores afirmaram que "restou provado também, através de laudo técnico e PPP (anexos 12 a 13), o exercício da atividade de vigilante, com o uso de arma de fogo" (acórdão), situação fática sobre a qual não comporta rediscussão (Súmula 42 da TNU).

22. Nestes termos, impõe-se o conhecimento do incidente de uniformização de jurisprudência, pela ocorrência da divergência, dando-se provimento ao recurso da parte autora, para firmar a tese de que a atividade de vigilante, quando exercida mediante o porte de arma de fogo, deve ser reconhecida como especial, mesmo após o advento do Decreto nº 2.172/97, e determinar o restabelecimento da sentença de procedência parcial, pois em consonância com o entendimento desta TNU (Questão de Ordem nº 38/TNU).

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO interposto, porém, DANDO-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto-ementa do relator. Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0503252-50.2013.4.05.8300  
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco  
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO(A): JOSÉ COSME FREIRE DE LIMA  
PROC./ADV.: DEOLINDA CARLA CORREIA BARBOSA  
OAB: PE-23 272  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. VIGILANTE. PERICULOSIDADE. PERÍODO ENTRE A LEI N. 9.032/95 E O DECRETO N. 2.172/97. NÃO COMPROVAÇÃO DO PORTE DE ARMA DE FOGO POR MEIO IDÔNEO. INCIDENTE DO INSS CONHECIDO E PROVIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual o INSS pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco, que mantendo a sentença, reconheceu as condições especiais do exercício da atividade profissional de vigilante no período de 29/04/1995 a 04/03/1997.

2. No ponto impugnado, o aresto combatido considerou que estava presente o requisito ao reconhecimento da especialidade no exercício da função de vigilante, ante a presunção da periculosidade da atividade através do enquadramento legal no item 2.5.7 do anexo ao Decreto nº 53.831/64.

3. O INSS sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado paradigma do STJ que, em alegada hipótese semelhante, entendeu que, entre a publicação da Lei nº. 9.032/95 (29/04/1995) e a expedição do Decreto nº. 2.172/97 (05/03/1997), há necessidade de que a atividade tenha sido exercida com efetiva exposição a agentes nocivos, sendo que a comprovação, no primeiro período, é feita com os formulários SB-40 e DSS-8030, e, no segundo, com a apresentação de laudo técnico.

4. Desse modo, presente a divergência entre o acórdão recorrido e o julgado paradigma.

5. O labor como vigilante e/ou vigia pode ser reconhecido como especial pelo simples exercício da atividade até o advento da Lei nº. 9.032, de 28/04/1995, por equiparação à função de guarda, prevista no código 2.5.7 do quadro anexo ao Decreto nº. 53.831/64 (5007581-74.2011.404.7104, Sexta Turma, Relator p/ Acórdão Paulo Paim da Silva, D.E. 31/01/2013; APELREEX 5000894-30.2010.404.7100, Sexta Turma, Relator p/ Acórdão Celso Kipper, D.E. 15/03/2013; e APELREEX 0008548-21.2012.404.9999, Sexta Turma, Relator Nefi Cordeiro, D.E. 03/12/2012).

6. Com efeito, cuida-se de atividade perigosa que expõe o trabalhador à possibilidade de ocorrência de algum evento danoso que coloque em risco a sua própria vida. Assim, cabe ao vigia / vigilante particular / guarda privado evitar referidos riscos, o que caracteriza esta atividade como perigosa em razão da constante exposição ao risco e ao próprio estresse inerente a tal exercício profissional, ainda que sem a utilização de arma de fogo (5007581-74.2011.404.7104, Sexta Turma, Relator p/ Acórdão Paulo Paim da Silva, D.E. 31/01/2013).

7. É assim que dispõe a Súmula nº. 026 desta TNU: "A atividade de vigilante enquadra-se como especial, equiparando-se à de guarda, elencada no item 2.5.7. do Anexo III do Decreto n. 53.831/64."

8. Todavia, a partir da vigência da Lei nº. 9.032, de 28/04/1995, não se admite mais o simples enquadramento por atividade profissional: deve o segurado comprovar a efetiva exposição aos "agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física" (§ 4º do art. 57 da Lei nº. 8.213/91, com a redação dada pela Lei nº. 9.032/95), o que pode se verificar, no caso dos vigilantes, pelo uso de arma de fogo.

9. Noutras palavras, entre a Lei nº. 9.032/95 e o Decreto nº. 2.172, de 05/03/1997, mostra-se possível o reconhecimento da especialidade da atividade de vigilante, porquanto prevista no item 2.5.7 do anexo do Decreto nº. 53.831/64 (cujas tabelas vigoraram até o advento do Decreto nº. 2.172/97), desde que comprovada a periculosidade mediante, por exemplo, a demonstração do uso de arma de fogo (PE-DILEF 50042281720114047204, Rel. Juiz Federal WILSON JOSÉ WITZEL, DOU 23/10/2015, páginas 121/169).

10. No caso em análise, a sentença consignou que, para o período de 24/04/1986 a 10/10/1997, em que laborou na Nordeste Segurança de Valores, o autor apresentou CTPS, com a indicação do cargo de "vigia ocupado", e PPP "subscrito por pessoa que sequer há qualificação profissional, inexistindo, ainda, assinatura de Médico ou Engenheiro de Segurança do Trabalho no referido documento a fim de comprovar a exigência legal (anexo 2)".

11. Desse modo, a parte autora não comprovou, por meio idôneo, que portava arma de fogo durante a atividade, razão pela qual assiste razão ao INSS, merecendo provimento o incidente para que seja considerado comum o período de 29/04/1995 a 04/03/1997.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO interposto, porém, DANDO-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto-ementa do relator. Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0510045-50.2014.4.05.8500  
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE  
REQUERENTE: WELLINGTON ALMEIDA DE MENEZES  
PROC./ADV.: FLÁVIA ANDRESSA TEIXEIRA BARRETO  
OAB: SE-4985  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. VIGILANTE ARMADO. PERICULOSIDADE. PERÍODO POSTERIOR AO DECRETO 2.172/97. RECONHECIMENTO CABÍVEL. ROL DE AGENTES NOCIVOS. CARÁTER EXEMPLIFICATIVO. RECURSO REPETITIVO DO STJ. RESTABELECIMENTO DA SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. QUESTÃO DE ORDEM Nº 38/TNU. INCIDENTE PROVIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Sergipe que deixou de reconhecer as condições especiais do exercício da atividade profissional de vigilante após 05/03/1997.

2. O aresto combatido considerou que não estava presente o requisito ao reconhecimento da especialidade no exercício da função de vigilante após 05/03/1997, uma vez que não comprovada a exposição aos agentes nocivos indicados na legislação pertinente.

3. A parte autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado(s) paradigma(s) que, em alegada(s) hipótese(s) semelhante(s), entendeu(ram) ser possível o reconhecimento da especialidade da atividade de "vigilante armado" desde que demonstrado através de provas técnicas.

4. Do cotejo entre o acórdão combatido e um dos julgados paradigmas, observo que está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ocorrência de similitude fática entre os julgados recorridos e os precedentes apresentados.

5. Isto porque se partiu do mesmo fato (de mesma natureza) para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente): no caso recorrido, entendeu-se incabível o reconhecimento da atividade de vigilante como especial, após o advento do Decreto nº 2.172/97; contrariamente ao paradigma da TR/SP.

6. Assim, presente a divergência de interpretação, passo ao exame do mérito do pedido de uniformização de interpretação.

7. No acórdão recorrido, a Turma Recursal de origem, negou o reconhecimento das condições especiais do exercício de atividade profissional de vigilante após 05/03/1997, sob o seguinte fundamento: "[...] Acerca da matéria, a TNU reafirmou em julgamento de pedidos de uniformização (processos nº. 5006955-73.2011.4.04.7001 e 0500701-10.2012.4.05.8502, julgados em 09/10/2013) que a partir de 5 de março de 1997, quando entrou em vigor o Decreto 2.172/97, não cabe reconhecimento de condição especial de trabalho por presunção de periculosidade da profissão de vigilante. Assim, neste ponto específico, revejo o meu entendimento anterior para seguir o entendimento consolidado naquela Corte, considerando o caráter uniformizador da Jurisprudência.

Portanto, no que pertine ao período de reconhecido como especial na sentença e que remonta à atividade de vigilante posterior a 05/03/1997, vale dizer, de 06/03/1997 a 15/07/2014, o recurso do INSS deve ser provido para reconhecer tais períodos como de atividade comum."

8. De início, aponto que não se trata de reexame de prova, uma vez que a sentença foi expressa ao apontar que o PPP apresentado pela parte autora informa que o segurado sempre exerceu a atividade de vigilante portando arma de fogo.

9. No caso, se está diante de uma reavaliação da prova, que "presupõe contrariedade a um princípio ou a uma regra jurídica no campo probatório, como ocorre, verbi gratia, em relação à qualificação jurídica de um documento" (STJ, REsp. 37072/RJ, 4ª T, rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJU 05.12.1994, pg. 33.563), porquanto se alega que o julgado recorrido teria negado validade jurídica aos documentos apresentados pela parte autora, não os acolhendo por não terem supostamente respaldo legal.

10. Por outro lado, reconheço julgados recentes deste Colegiado no sentido do não cabimento do reconhecimento, como especial, da atividade de vigilante desenvolvida após o advento do Decreto nº 2.172/97: PEDILEF nºs 05028612120104058100 (rel. JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA, j. 09.04.2014) e 05068060320074058300 (rel. JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY, j. 07.05.2014).

11. Não obstante estes julgados, filio-me ao entendimento no sentido da possibilidade de reconhecimento como especial da atividade de vigilante, mesmo após 05.03.1997 (advento do Decreto nº 2.172/97), uma vez comprovada a exposição o agente nocivo da periculosidade que é o porte de arma de fogo no exercício da profissão.

12. E o faço assentado no entendimento de que o rol de agentes e atividades nocivos à saúde do trabalhador descritos no Decreto nº 2.172/97 possui caráter exemplificativo, portanto, passível de ser complementado/estendido à atividade e a agentes cujo caráter de nocividade à saúde do trabalhador seja demonstrada/apontada por meios técnicos idôneos ou na legislação trabalhista.

13. Forte neste entendimento, em relação ao agente eletricidade, o Colendo STJ, em sede de Recurso Especial Repetitivo, deixou assentado que, "no caso concreto, o Tribunal de origem embasou-se em elementos técnicos (laudo pericial) e na legislação trabalhista para reputar como especial o trabalho exercido pelo recorrido, por consequência da exposição habitual à eletricidade, o que está de acordo com o entendimento fixado pelo STJ" (REsp 1306113/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 14/11/2012, DJe 07/03/2013).

14. Naquele julgado, apontou-se ainda que "sob interpretação sistemática do tema, não há como atribuir aos arts. 57 e 58 da Lei 8.213/1991 a intenção do legislador de exaurir o rol de agentes nocivos ensejadores da aposentadoria especial, não podendo ser ignoradas as situações consideradas pela técnica médica e pela legislação correlata como prejudiciais à saúde do trabalhador, sem olvidar a necessária comprovação do trabalho permanente, não ocasional, nem intermitente, em condições especiais".

15. Veja-se, embora tratando de caso concreto envolvendo a eletricidade, as razões expostas pela Corte Especial trataram como exemplificativa de todo o rol de agentes nocivos, donde há de se reconhecer que o entendimento também alcança hipóteses de periculosidade, pelas razões que a seguir exponho.

16. Para aquela hipótese, enfrentada pelo STJ, em que o agente nocivo foi a eletricidade, dispõe a CLT, em seu art. 193, inciso I, que "são consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a: I - inflamáveis, explosivos ou energia elétrica".

17. No caso dos autos, aplicando-se a mesma razão levada em conta pelo STJ para reconhecer a atividade de eletricitista como perigosa, tem lugar o disposto no inciso II do art. 193 da CLT, que considera como atividade ou operação perigosa a exposição permanente do trabalhador a "roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial", em franca referência, portanto, à atividade do vigilante.

18. Não há razão para dar-se tratamento diferenciado a hipóteses equiparáveis, posto que, tanto no que se refere à eletricidade quanto à vigilância armada, tem-se que configuram hipóteses reconhecidas como perigosas pela "legislação correlata", condição pontuada pelo STJ como suficiente à declaração de especialidade da atividade laborativa.

19. Neste sentido, aponto julgado deste Colegiado que, na Sessão de Julgamento de 06.08.2014, examinando o que decidido pelo STJ no RESp. 1.306.113/SC, modificou seu entendimento anterior no sentido de que o reconhecimento pelo STJ do caráter perigoso da eletricidade deveu-se à existência de legislação específica apontando a periculosidade, no caso a Lei nº 7.369/85.

20. De fato, no PEDILEF nº 50012383420124047102 (rel. Juiz Federal Bruno Leonardo Câmara Carrá, j. 06.08.2014), assentou-se que:

"3. Nessa ordem de idéias, considero, venia concessa, que os derradeiros julgados desta TNU acima citados afastaram-se do posicionamento que é franca e pacificamente adotado pelo Superior Tribunal de Justiça sobre o assunto. De fato, a Corte Federal decidiu que é possível o reconhecimento de tempo especial do trabalho prestado com exposição ao agente nocivo eletricidade em data posterior a 05 de março de 1997, desde que o laudo técnico comprove a permanente exposição do eletricitário à atividade nociva independentemente de considerar a previsão dele em legislação específica. Tanto é deste modo que, diferentemente da TNU, o STJ não fixou qualquer limite temporal para que se deixasse de contar o período em labor de eletricitário como especial. 3.1. Ao que tudo leva a crer, o que Superior Tribunal de Justiça teve como firme, foi que a nova redação dada pela Lei no. 9.032/95 ao art. 57 da Lei de Benefícios da Pre-

vidência Social não limitou a considerar como tempo de serviço especial apenas aqueles que fossem previstos em Lei ou Regulamento da previdência e sim todos aqueles resultantes da ação efetiva de "agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física," (art. 57, § 4o) (grifei).

21. Fixadas essas premissas, chego ao caso concreto, no qual os julgados das instâncias anteriores afirmaram que "o conjunto probatório constitui-se em meio idôneo a demonstrar a natureza especial da atividade desenvolvida pelo demandante, na profissão de vigilante, desempenhando suas funções com exposição a agente perigoso, no caso, porte de arma, de modo permanente e não eventual, conforme Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP" (sentença), situação fática sobre a qual não comporta rediscussão (Súmula 42 da TNU). 22. Nestes termos, impõe-se o conhecimento do incidente de uniformização de jurisprudência, pela ocorrência da divergência, dando-se provimento ao recurso da parte autora, para firmar a tese de que a atividade de vigilante, quando exercida mediante o porte de arma de fogo, deve ser reconhecida como especial, mesmo após o advento do Decreto nº 2.172/97, e determinar o restabelecimento da sentença de procedência parcial, pois em consonância com o entendimento desta TNU (Questão de Ordem nº 38/TNU).

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO interposto, porém, DANDO-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto-ementa do relator. Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0512879-78.2013.4.05.8300  
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO  
REQUERENTE: JOSÉ SILVESTRE DOS SANTOS  
PROC./ADV.: PAULIANNE ALEXANDRE TENÓRIO  
OAB: PE 20.070  
PROC./ADV.: GUILHERME LUÍS NEVES DE OLIVEIRA ADVÍNCULA  
OAB: PE-34578  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. VIGILANTE ARMADO. PERICULOSIDADE. PERÍODO POSTERIOR AO DECRETO 2.172/97. RECONHECIMENTO CABÍVEL. ROL DE AGENTES NOCIVOS. CARÁTER EXEMPLIFICATIVO. RECURSO REPETITIVO DO STJ. RESTABELECIMENTO DA SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. QUESTÃO DE ORDEM Nº 38/TNU. INCIDENTE PROVIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, reformando em parte a sentença, deixou de reconhecer as condições especiais do exercício da atividade profissional de vigilante após 05/03/1997. 2. O aresto combatido considerou que não estava presente o requisito ao reconhecimento da especialidade no exercício da função de vigilante após 05/03/1997, uma vez que não comprovada a exposição aos agentes nocivos indicados na legislação pertinente. 3. A parte autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgados(s) paradigma(s) que, em alegada(s) hipótese(s) semelhante(s), entendeu(ram) ser cabível o reconhecimento como especial, após o advento do Decreto nº 2.172/97, da atividade de vigilante, desde que demonstrado o porte de arma de fogo. 4. Do cotejo entre o acórdão combatido e um dos julgados paradigmas, observo que está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ocorrência de similitude fática entre os julgados recorridos e os precedentes apresentados. 5. Isto porque se partiu do mesmo fato (de mesma natureza/atividade de vigilante, com porte de arma de fogo, após 05/03/1997) para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente): no caso recorrido, entendeu-se incabível o reconhecimento como especial, após o advento do Decreto nº 2.172/97, da atividade de vigilante; contrariamente ao paradigma (Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Processo nº 0007420-56.2007.404.7051/PR). 6. Assim, presente a divergência de interpretação, passo ao exame do mérito do pedido de uniformização de interpretação. 7. No acórdão recorrido, a Turma Recursal de origem, reformando parcialmente a sentença, indeferiu pedido de reconhecimento de condições especiais no exercício de atividade profissional de vigilante após 05/03/1997, sob o seguinte fundamento: "[...] Por outro lado, a partir de 05/03/97, por força do Decreto n. 2.172/97, a atividade de vigilante deixou de ser considerada perigosa, não figurando no Anexo IV do referido decreto, que tratou exclusivamente de agentes nocivos. Não há, portanto, direito à conversão a partir desta data. Passo a análise do caso concreto. Verifico que assiste, em parte, razão ao INSS. É que apesar do autor comprovar, através de LTCAT, o exercício da atividade de vigilante, bem como o uso de arma de fogo, no período de 06/03/87 a 07/03/2013 (anexos 4/5), os períodos laborados na função de vigia/vigilante, após 05/03/97, por força do Decreto n. 2.172/97, não são mais considerados como especiais em razão da supressão do agente 'periculosidade'." (grifei)

8. De início, aponto que não se trata de reexame de prova, uma vez que a sentença foi expressa ao apontar que o LTCAT apresentado pela parte autora informa que, no período mencionado, o segurado exercia a atividade de vigilante, portando arma de fogo.

9. No caso, se está diante de uma reavaliação da prova, que "presupõe contrariedade a um princípio ou a uma regra jurídica no campo probatório, como ocorre, verbi gratia, em relação à qualificação jurídica de um documento" (STJ, REsp. 37072/RJ, 4ª T, rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJU 05.12.1994, pg. 33.563), porquanto se alega que o julgado recorrido teria negado validade jurídica aos documentos apresentados pela parte autora, não os acolhendo por não terem supostamente respaldo legal.

10. Por outro lado, reconheço julgados recentes deste Colegiado no sentido do não cabimento do reconhecimento, como especial, da atividade de vigilante desenvolvida após o advento do Decreto nº 2.172/97: PEDILEF nºs 05028612120104058100 (rel. JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA, j. 09.04.2014) e 05068060320074058300 (rel. JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY, j. 07.05.2014)

11. Não obstante estes julgados, filio-me ao entendimento no sentido da possibilidade de reconhecimento como especial da atividade de vigilante, mesmo após 05.03.1997 (advento do Decreto nº 2.172/97), uma vez comprovada a exposição o agente nocivo da periculosidade que é o porte de arma de fogo no exercício da profissão.

12. E o faço assentado no entendimento de que o rol de agentes e atividades nocivos à saúde do trabalhador descritos no Decreto nº 2.172/97 possui caráter exemplificativo, portanto, passível de ser complementado/estendido à atividade e a agentes cujo caráter de nocividade à saúde do trabalhador seja demonstrada/apontada por meios técnicos idôneos ou na legislação trabalhista.

13. Forte neste entendimento, em relação ao agente eletricidade, o Colendo STJ, em sede de Recurso Especial Repetitivo, deixou assentado que, "no caso concreto, o Tribunal de origem embasou-se em elementos técnicos (laudo pericial) e na legislação trabalhista para reputar como especial o trabalho exercido pelo recorrido, por consequência da exposição habitual à eletricidade, o que está de acordo com o entendimento fixado pelo STJ" (REsp 1306113/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 14/11/2012, DJe 07/03/2013).

14. Naquele julgado, apontou-se ainda que "sob interpretação sistêmica do tema, não há como atribuir aos arts. 57 e 58 da Lei 8.213/1991 a intenção do legislador de exaurir o rol de agentes nocivos ensejadores da aposentadoria especial, não podendo ser ignoradas as situações consideradas pela técnica médica e pela legislação correlata como prejudiciais à saúde do trabalhador, sem olvidar a necessária comprovação do trabalho permanente, não ocasional, nem intermitente, em condições especiais".

15. Veja-se, embora tratando de caso concreto envolvendo a eletricidade, as razões expostas pela Corte Especial trataram como exemplificativa de todo o rol de agentes nocivos, donde há de se reconhecer que o entendimento também alcança hipóteses de periculosidade, pelas razões que a seguir exponho.

16. Para aquela hipótese, enfrentada pelo STJ, em que o agente nocivo foi a eletricidade, dispõe a CLT, em seu art. 193, inciso I, que "são consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a: I - inflamáveis, explosivos ou energia elétrica".

17. No caso dos autos, aplicando-se a mesma razão levada em conta pelo STJ para reconhecer a atividade de eletricista como perigosa, tem lugar o disposto no inciso II do art. 193 da CLT, que considera como atividade ou operação perigosa a exposição permanente do trabalhador a "roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial", em franca referência, portanto, à atividade do vigilante.

18. Não há razão para dar-se tratamento diferenciado a hipóteses equiparáveis, posto que, tanto no que se refere à eletricidade quanto à vigilância armada, tem-se que configuram hipóteses reconhecidas como perigosas pela "legislação correlata", condição pontuada pelo STJ como suficiente à declaração de especialidade da atividade laborativa.

19. Neste sentido, aponto julgado deste Colegiado que, na Sessão de Julgamento de 06.08.2014, examinando o que decidido pelo STJ no REsp. 1.306.113/SC, modificou seu entendimento anterior no sentido de que o reconhecimento pelo STJ do caráter perigoso da eletricidade deveu-se à existência de legislação específica apontando a periculosidade, no caso a Lei nº 7.369/85.

20. De fato, no PEDILEF nº 50012383420124047102 (rel. Juiz Federal Bruno Leonardo Câmara Carrá, j. 06.08.2014), assentou-se que:

"3. Nessa ordem de idéias, considero, venia concessa, que os derradeiros julgados desta TNU acima citados afastaram-se do posicionamento que é franca e pacificamente adotado pelo Superior Tribunal de Justiça sobre o assunto. De fato, a Corte Federal decidiu que é possível o reconhecimento de tempo especial do trabalho prestado com exposição ao agente nocivo eletricidade em data posterior a 05 de março de 1997, desde que o laudo técnico comprove a permanente exposição do eletricitário à atividade nociva independentemente de considerar a previsão dele em legislação específica. Tanto é deste modo que, diferentemente da TNU, o STJ não fixou qualquer limite temporal para que se deixasse de contar o período em labor de eletricitário como especial. 3.1. Ao que tudo leva a crer, o que Superior Tribunal de Justiça teve como firme, foi que a nova redação dada pela Lei no. 9.032/95 ao art. 57 da Lei de Benefícios da Previdência Social não limitou a considerar como tempo de serviço especial apenas aqueles que fossem previstos em Lei ou Regulamento da previdência e sim todos aqueles resultantes da ação efetiva de "agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física," (art. 57, § 4o) (grifei).

21. Fixadas essas premissas, chego ao caso concreto, no qual os julgados das instâncias anteriores afirmaram que "o autor apresenta nos autos perfil profissiográfico previdenciário e laudo pericial demonstrando o exercício da atividade de segurança patrimonial mediante o porte de arma de fogo, bem como a exposição do autor ao fator risco de vida." (sentença), situação fática sobre a qual não comporta rediscussão (Súmula 42 da TNU).

22. Nestes termos, impõe-se o conhecimento do incidente de uniformização de jurisprudência, pela ocorrência da divergência, dando-se provimento ao recurso da parte autora, para firmar a tese de que a atividade de vigilante, quando exercida mediante o porte de arma de fogo, deve ser reconhecida como especial, mesmo após o advento do Decreto nº 2.172/97, e determinar o restabelecimento da sentença de procedência, pois em consonância com o entendimento desta TNU (Questão de Ordem nº 38/TNU).

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO interposto, porém, DANDO-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto-ementa do relator. Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0518378-77.2012.4.05.8300  
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO  
REQUERENTE: INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO(A): MUCIO SANTOS DE SOUSA  
PROC./ADV.: ANDRÉA CAVALCANTI  
OAB: PE-25632  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. TEMPO DE ATIVIDADE ESPECIAL. AGENTE NOCIVO RUÍDO. CANCELAMENTO DA SÚMULA 32 TNU. PERÍODO ENTRE 05/03/1997 E 18/11/2003. INCIDENTE PROVIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, reconheceu as condições especiais no exercício de atividade profissional. 2. O aresto combatido adotou, a partir de 05/03/1997, o limite de ruído de 85 dB, com base na Súmula 32 desta TNU. 3. O INSS sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgados do STJ que, em alegadas hipóteses semelhantes, entenderam pela negativa da retroatividade da redução do limite de exposição de ruído, de 90 para 85 dB, prevista no Decreto nº 4.882/2003. 4. A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º). 5. Do cotejo entre o acórdão combatido e os julgados paradigmas, observo que está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material-posto em análise nos autos, em razão da ocorrência de similitude fática e jurídica entre os julgados recorridos e os precedentes apresentados. 6. Isto porque se partiu do mesmo fato (de mesma natureza) para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente). 7. No acórdão recorrido foi admitida a retroatividade da redução do limite máximo de exposição prevista no Decreto nº 4.882/2003; enquanto nos paradigmas entendeu-se indevida a retroação dos efeitos do Decreto nº 4.882/2003 (STJ, REsp. 1.263.023/SC). 8. Assim, presente a divergência de interpretação, passo ao exame do mérito do pedido de uniformização de interpretação. 9. A matéria foi suficientemente examinada pela TNU, no PEDILEF nº 5002543-81.2011.4.04.7201, de relatoria da Juíza Federal Kyu Son Lee, julgado em 17/10/2014, do qual extraio alguns trechos das razões de decidir que considero elucidativos e aplicáveis ao caso ora em comento: "9. No tocante ao agente nocivo ruído, caracteriza-se como agente agressivo à saúde a exposição a locais de trabalho com ruídos acima de 80 decibéis, para as atividades exercidas até 05/03/97, e a partir desta data acima de 90 decibéis. Com o advento do Decreto nº 4882/2003, o limite mínimo de ruído passou a ser estabelecido em 85 decibéis. Para abraçar este entendimento, na sessão de 09.10.03, a Súmula nº 32 da TNU foi cancelada. 10. Deveras, julgando Incidente de Uniformização de Jurisprudência, o Colendo STJ decidiu que: PREVIDENCIÁRIO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ÍNDICE MÍNIMO DE RUÍDO A SER CONSIDERADO PARA FINS DE CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. APLICAÇÃO RETROATIVA DO ÍNDICE SUPERIOR A 85 DECIBÉIS PREVISTO NO DECRETO N. 4.882/2003. IMPOSSIBILIDADE. TEMPUS REGIT ACTUM. INCIDÊNCIA DO ÍNDICE SUPERIOR A 90 DECIBÉIS NA VIGÊNCIA DO DECRETO N. 2.172/97. ENTENDIMENTO DA TNU EM DESCOMPASSO COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE SUPERIOR. 1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto pelo INSS contra acórdão da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais que fez incidir ao caso o novo texto do enunciado n. 32/TNU: O tempo de trabalho laborado com exposição a ruído é



considerado especial, para fins de conversão em comum, nos seguintes níveis: superior a 80 decibéis, na vigência do Decreto n. 53.831/64 e, a contar de 5 de março de 1997, superior a 85 decibéis, por força da edição do Decreto n. 4.882, de 18 de novembro de 2003, quando a Administração Pública reconheceu e declarou a nocividade à saúde de tal índice de ruído.

2. A contagem do tempo de trabalho de forma mais favorável àquele que esteve submetido a condições prejudiciais à saúde deve obedecer a lei vigente na época em que o trabalhador esteve exposto ao agente nocivo, no caso ruído. Assim, na vigência do Decreto n. 2.172, de 5 de março de 1997, o nível de ruído a caracterizar o direito à contagem do tempo de trabalho como especial deve ser superior a 90 decibéis, só sendo admitida a redução para 85 decibéis após a entrada em vigor do Decreto n. 4.882, de 18 de novembro de 2003. Precedentes: AgRg nos EREsp 1157707/RS, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Corte Especial, DJe 29/05/2013; AgRg no REsp 1326237/SC, Rel. Min. Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 13/05/2013; REsp 1365898/RS, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 17/04/2013; AgRg no REsp 1263023/SC, Rel. Min. Gilson Dipp, Quinta Turma, DJe 24/05/2012; e AgRg no REsp 1146243/RS, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJe 12/03/2012.

3. Incidente de uniformização provido. (Pet 9059/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/08/2013, DJe 09/09/2013)." (grifei).

10. No caso dos autos, colhe-se do acórdão proferido pela Turma Recursal de origem o seguinte elemento técnico-fático relativo ao agente ruído:

"Trata-se de recurso inominado interposto pelo INSS contra sentença que julgou procedente o pedido autoral, concedendo o benefício de aposentadoria especial, reconhecendo a especialidade dos períodos de 21.01.1986 a 01.10.1990, 01.10.1990 a 01.04.1991 e 05.08.1991 a 05.12.2011, exposto ao agente nocivo ruído.

Insurge-se o INSS acerca do reconhecimento da especialidade dos períodos de 11.04.2002 a 31.12.2002 e 01.01.2003 a 18.11.2003. Alega que o PPP apresentado, referente a esses períodos impugnados, indica nível de ruído de 86,70 dB(A) e 86,90 dB(A), respectivamente, porém para ser considerado especial a exposição ao agente nocivo ruído deveria ser superior a 90 dB(A).

A TNU, em sessão de julgamento realizada no dia 24.11.2011, revisou o texto da súmula n.º 32, que passou a ter a seguinte redação: 'O tempo de trabalho laborado com exposição a ruído é considerado especial, para fins de conversão em comum, nos seguintes níveis: superior a 80 decibéis, na vigência do Decreto n. 53.831/64 e, a contar de 5 de março de 1997, superior a 85 decibéis, por força da edição do Decreto n. 4.882, de 18 de novembro de 2003, quando a administração pública que reconheceu e declarou a nocividade à saúde de tal índice de ruído'.

Desta forma, no presente caso, acertadamente a sentença reconheceu a especialidade dos períodos impugnados, conforme súmula da TNU acima descrita." (grifei).

11. Portanto, considerando que o período de trabalho discutido ocorreu após 05/03/1997 e antes de 18/11/2003, a apuração da especialidade deve observar, neste intervalo temporal, se o limite tolerável de ruído era superior a 90 dB, conforme decidido pela TNU no retrocitado PEDILEF nº 5002543-81.2011.4.04.7201.

12. Nestes termos, impõe-se o conhecimento do incidente de uniformização de jurisprudência, pela ocorrência da divergência, dando-se provimento ao recurso do INSS, para considerar comum o período de 06/03/1997 a 17/11/2003 e determinar o retorno dos autos à TR de origem para reapreciação das provas, tendo em vista a necessidade de reexame da matéria de fato (recálculo do tempo para a aposentadoria), conforme a Questão de Ordem nº 20/TNU.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em CONHECER do incidente de uniformização, DANDO-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto-ementa do relator. Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0522181-97.2014.4.05.8300

ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco

REQUERENTE: ROGÉRIO ARAÓ PEREIRA

PROC./ADV.: ANTONIO ALMIR DO VALE REIS JR.

OAB: PE-27685

REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL- INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. VIGILANTE ARMADO. PERICULOSIDADE. PERÍODO POSTERIOR AO DECRETO 2.172/97. RECONHECIMENTO CABÍVEL. ROL DE AGENTES NOCIVOS. CARÁTER EXEMPLIFICATIVO. RECURSO REPETITIVO DO STJ. RESTABELECIMENTO DA SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. QUESTÃO DE ORDEM Nº 38/TNU. INCIDENTE PROVIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que deixou de reconhecer as condições especiais do exercício da atividade profissional de vigilante após 05/03/1997.

2. O aresto combatido considerou que não estava presente o requisito ao reconhecimento da especialidade no exercício da função de vigilante após 05/03/1997, uma vez que não comprovada a exposição aos agentes nocivos indicados na legislação pertinente.

3. A parte autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado(s) paradigma(s) que, em alegada(s) hipótese(s) semelhante(s), entendeu(ram) ser exemplificativo o rol de agentes nocivos previstos no Decreto nº 2.172/97, sendo possível o reconhecimento da especialidade da atividade desde que demonstrado através de provas técnicas.

4. Do cotejo entre o acórdão combatido e um dos julgados paradigmas, observo que está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ocorrência de similitude fática entre os julgados recorridos e os precedentes apresentados.

5. Isto porque se partiu do mesmo fato (de mesma natureza) para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente): no caso recorrido, entendeu-se incabível o reconhecimento da atividade de vigilante como especial, após o advento do Decreto nº 2.172/97; contrariamente ao paradigma (STJ, REsp 1306113/SC).

6. Assim, presente a divergência de interpretação, passo ao exame do mérito do pedido de uniformização de interpretação.

7. No acórdão recorrido, a Turma Recursal de origem, negou o reconhecimento das condições especiais do exercício de atividade profissional de vigilante após 05/03/1997, sob o seguinte fundamento: "[...] Não obstante, a partir do início da vigência do Decreto nº 2.172/1997, o enquadramento na atividade de vigilante não é mais possível. Eis o trecho do precedente (Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal nº 200972600004439, Relator: Juiz Federal Vladimir Santos Vitovsky, DJ 09/11/2012):

"A jurisprudência desta TNU se consolidou no sentido de que entre a Lei nº 9.032, de 28.04.1995, e o Decreto nº 2.172, de 05.03.1997, é admissível a qualificação como especial da atividade de vigilante, eis que prevista no item 2.5.7 do anexo ao Decreto nº 53.831, de 1964, cujas tabelas vigoraram até o advento daquele, sendo necessária a prova da periculosidade (mediante, por exemplo, prova do uso de arma de fogo). No período posterior ao citado Decreto nº 2.172, de 05.03.1997, o exercício da atividade de vigilante deixou de ser previsto como apto a gerar a contagem em condições especiais". - Grifamos.

Assim sendo, repita-se, quanto ao período a partir de 06/03/1997, não se afigura mais possível o reconhecimento da natureza especial na atividade de vigilante.

Nesse diapasão, deve ser provido o recurso do INSS para afastar a especialidade do tempo de serviço reconhecido na sentença como especial, referente ao período de 06/03/1997 a 08/03/1999, laborado como vigilante."

8. De início, aponto que não se trata de reexame de prova, uma vez que a sentença foi expressa ao apontar que os documentos técnicos apresentados pela parte autora informam que o segurado sempre exerceu a atividade de vigilante portando arma de fogo.

9. No caso, se está diante de uma reavaliação da prova, que "presupõe contrariedade a um princípio ou a uma regra jurídica no campo probatório, como ocorre, verbi gratia, em relação à qualificação jurídica de um documento" (STJ, REsp. 37072/RJ, 4ª T, rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJU 05.12.1994, pg. 33.563), porquanto se alega que o julgado recorrido teria negado validade jurídica aos documentos apresentados pela parte autora, não os acolhendo por não terem supostamente respaldo legal.

10. Por outro lado, reconheço julgados recentes deste Colegiado no sentido do não cabimento do reconhecimento, como especial, da atividade de vigilante desenvolvida após o advento do Decreto nº 2.172/97: PEDILEF nºs 05028612120104058100 (rel. JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA, j. 09.04.2014) e 05068060320074058300 (rel. JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY, j. 07.05.2014)

11. Não obstante estes julgados, filio-me ao entendimento no sentido da possibilidade de reconhecimento como especial da atividade de vigilante, mesmo após 05.03.1997 (advento do Decreto nº 2.172/97), uma vez comprovada a exposição o agente nocivo da periculosidade que é o porte de arma de fogo no exercício da profissão.

12. E o faço assentado no entendimento de que o rol de agentes e atividades nocivos à saúde do trabalhador descritos no Decreto nº 2.172/97 possui caráter exemplificativo, portanto, passível de ser complementado/estendido à atividade e a agentes cujo caráter de nocividade à saúde do trabalhador seja demonstrada/apontada por meios técnicos idôneos ou na legislação trabalhista.

13. Forte neste entendimento, em relação ao agente eletricidade, o Colendo STJ, em sede de Recurso Especial Repetitivo, deixou assentado que, "no caso concreto, o Tribunal de origem embasou-se em elementos técnicos (laudo pericial) e na legislação trabalhista para reputar como especial o trabalho exercido pelo recorrido, por consequência da exposição habitual à eletricidade, o que está de acordo com o entendimento fixado pelo STJ" (REsp 1306113/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 14/11/2012, DJe 07/03/2013).

14. Naquele julgado, apontou-se ainda que "sob interpretação sistemática do tema, não há como atribuir aos arts. 57 e 58 da Lei 8.213/1991 a intenção do legislador de exaurir o rol de agentes nocivos ensejadores da aposentadoria especial, não podendo ser ignoradas as situações consideradas pela técnica médica e pela legislação correlata como prejudiciais à saúde do trabalhador, sem olvidar a necessária comprovação do trabalho permanente, não ocasional, nem intermitente, em condições especiais".

15. Veja-se, embora tratando de caso concreto envolvendo a eletricidade, as razões expostas pela Corte Especial trataram como exemplificativa de todo o rol de agentes nocivos, donde há de se reconhecer que o entendimento também alcança hipóteses de periculosidade, pelas razões que a seguir exponho.

16. Para aquela hipótese, enfrentada pelo STJ, em que o agente nocivo foi a eletricidade, dispõe a CLT, em seu art. 193, inciso I, que "são consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a: I - inflamáveis, explosivos ou energia elétrica".

17. No caso dos autos, aplicando-se a mesma razão levada em conta pelo STJ para reconhecer a atividade de eletricista como perigosa, tem lugar o disposto no inciso II do art. 193 da CLT, que considera como atividade ou operação perigosa a exposição permanente do trabalhador a "roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial", em franca referência, portanto, à atividade do vigilante.

18. Não há razão para dar-se tratamento diferenciado a hipóteses equiparáveis, posto que, tanto no que se refere à eletricidade quanto à vigilância armada, tem-se que configuram hipóteses reconhecidas como perigosas pela "legislação correlata", condição pontuada pelo STJ como suficiente à declaração de especialidade da atividade laborativa.

19. Neste sentido, aponto julgado deste Colegiado que, na Sessão de Julgamento de 06.08.2014, examinando o que decidido pelo STJ no REsp. 1.306.113/SC, modificou seu entendimento anterior no sentido de que o reconhecimento pelo STJ do caráter perigoso da eletricidade deveu-se à existência de legislação específica apontando a periculosidade, no caso a Lei nº 7.369/85.

20. De fato, no PEDILEF nº 50012383420124047102 (rel. Juiz Federal Bruno Leonardo Câmara Carrá, j. 06.08.2014), assentou-se que:

"3. Nessa ordem de idéias, considero, venia concessa, que os derradeiros julgados desta TNU acima citados afastaram-se do posicionamento que é franca e pacificamente adotado pelo Superior Tribunal de Justiça sobre o assunto. De fato, a Corte Federal decidiu que é possível o reconhecimento de tempo especial do trabalho prestado com exposição ao agente nocivo eletricidade em data posterior a 05 de março de 1997, desde que o laudo técnico comprove a permanente exposição do eletricitário à atividade nociva independentemente de considerar a previsão dele em legislação específica. Tanto é deste modo que, diferentemente da TNU, o STJ não fixou qualquer limite temporal para que se deixasse de contar o período em labor de eletricitário como especial. 3.1. Ao que tudo leva a crer, o que Superior Tribunal de Justiça teve como firme, foi que a nova redação dada pela Lei no. 9.032/95 ao art. 57 da Lei de Benefícios da Previdência Social não limitou a considerar como tempo de serviço especial apenas aqueles que fossem previstos em Lei ou Regulamento da previdência e sim todos aqueles resultantes da ação efetiva de "agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física," (art. 57, § 4o)" (grifei).

21. Fixadas essas premissas, chego ao caso concreto, no qual os julgados das instâncias anteriores afirmaram que "a documentação acostada no anexo 11 possibilita o reconhecimento da natureza especial do período laborado na empresa Comando Vigilância e Transportes de Valores Ltda (20/04/1995 a 08/03/1999), demonstrando o desempenho das atividades com uso de arma de fogo, de forma habitual e permanente, não ocasional nem intermitente" (sentença), situação fática sobre a qual não comporta rediscussão (Súmula 42 da TNU).

22. Nestes termos, impõe-se o conhecimento do incidente de uniformização de jurisprudência, pela ocorrência da divergência, dando-se provimento ao recurso da parte autora, para firmar a tese de que a atividade de vigilante, quando exercida mediante o porte de arma de fogo, deve ser reconhecida como especial, mesmo após o advento do Decreto nº 2.172/97, e determinar o restabelecimento da sentença de procedência parcial, pois em consonância com o entendimento desta TNU (Questão de Ordem nº 38/TNU).

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO interposto, porém, DANDO-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto-ementa do relator. Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0522840-48.2010.4.05.8300

ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco

REQUERENTE: JAIRO SOARES DAMASCENO

PROC./ADV.: PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS

OAB: PE-20418

REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. AGENTE NOCIVO RUÍDO. DISPENSABILIDADE DO LAUDO TÉCNICO. RESTABELECIMENTO DA SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. QUESTÃO DE ORDEM Nº 38/TNU. INCIDENTE PROVIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que deixou de reconhecer as condições especiais do exercício da atividade com exposição a ruído no período de 15/03/1978 a 17/07/2009.

2. O aresto combatido deixou de reconhecer a natureza especial da atividade com exposição ao agente nocivo "ruído", uma vez que seria insuficiente o PPP assinado por representante legal da empresa.

3. A parte autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado(s) paradigma(s) que, em alegada(s) hipótese(s) semelhante(s), entendeu(ram) ser dispensável a apresentação de laudo técnico pericial, mesmo em se tratando do agente nocivo ruído.

4. Do cotejo entre o acórdão combatido e um dos julgados paradigmas, observo que está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ocorrência de similitude fática entre os julgados recorridos e os precedentes apresentados.

5. Isto porque se partiu do mesmo fato (de mesma natureza) para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente): no caso recorrido, entendeu-se incabível o reconhecimento da atividade como especial, ante a não apresentação do laudo técnico pericial; contrariamente aos paradigmas da TNU e da TR/GO.

6. Assim, presente a divergência de interpretação, passo ao exame do mérito do pedido de uniformização de interpretação.

7. No acórdão recorrido, a Turma Recursal de origem, negou o reconhecimento das condições especiais da atividade da parte autora, sob o seguinte fundamento:

"[...] - É certo que existe entendimento no sentido de que o PPP, mesmo nos casos de ruído, pode ser admitido, caso devidamente preenchido e assinado por representante legal da empresa, independentemente da exibição do laudo técnico que lhe serviria de respaldo.

- Entendemos, contudo, mesmo não se tratando de hipóteses de exposição do trabalhador ao ruído, para o qual sempre foi exigido o laudo técnico, após a edição da Medida Provisória nº 1.523/96, ou após a sua conversão na Lei 9.528/97, deve ser exigido o laudo pericial para a comprovação efetiva da exposição do segurado ao agente nocivo.

- Com relação ao ruído, mesmo antes do advento da Lei nº 9.032/95, era exigido laudo técnico-pericial para a sua comprovação, de forma que cumpre ao Autor exibir o laudo técnico que deu ensejo ao lançamento das informações no formulário, ou comprovar o obstáculo que o impede de obtê-lo, sendo insuficiente o PPP assinado por representante legal da empresa.

- Note-se que não se está a estabelecer uma nova exigência para o PPP correspondente à necessidade de estar assinado por Engenheiro de Segurança do Trabalho, uma vez que sequer dispõe de campo próprio para isso. A assinatura do documento pelo profissional, no entanto, supriria a necessidade de juntada concomitante do laudo, uma vez que seria o responsável pela apuração das informações, cabendo ao INSS suscitar a falsidade.

- No caso em tela, observa-se que o Autor não juntou laudo técnico. O documento constante no anexo nº 7, pág. 2 está incompleto, sendo inútil para demonstrar a exposição do Autor de modo habitual e permanente ao agente nocivo ruído." (grifei)

8. De início, aponto que não se trata de reexame de prova, uma vez que a sentença foi expressa ao apontar que o PPP apresentado pela parte autora informa que o segurado esteve exposto a ruído acima dos limites de tolerância, de modo habitual e permanente:

"[...] Dentre os documentos trazidos à colação, o Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP, emitido pelo empregador (anexo 7), atesta que o demandante trabalha até hoje em condições insalubres, exposto a ruídos entre 85 e 100db(A), durante todo as suas jornadas diárias.

Em contestação, o INSS alega que indeferiu o benefício porque o PPP informa que o demandante usa equipamento de proteção individual - IPI, e que o uso desse instrumento, só por si, é eficiente ao ponto de eliminar a nocividade do agente físico ruído."

9. No caso, se está diante de uma reavaliação da prova, que "presupõe contrariedade a um princípio ou a uma regra jurídica no campo probatório, como ocorre, verbi gratia, em relação à qualificação jurídica de um documento" (STJ, REsp. 37072/RJ, 4ª T, rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJU 05.12.1994, pg. 33.563), porquanto se alega que o julgado recorrido teria negado validade jurídica aos documentos apresentados pela parte autora, não os acolhendo por não terem supostamente respaldo legal.

10. Veja-se que a tese defendida pela parte autora está em harmonia com a posição atual da TNU no sentido de que:

"INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. AGENTE AGRESSIVO RUÍDO. PERFIL PROFISSIOGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO (PPP). DOCUMENTO ELABORADO COM BASE EM LAUDO PERICIAL. DESNECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO CONJUNTA DO LAUDO, SALVO EM CASO DE DÚVIDA JUSTIFICADA. INSTRUÇÕES NORMATIVAS DO INSS N. 84/2002 E 27/2008. HIPÓTESE AUSENTE NOS AUTOS. FORMULÁRIO PREENCHIDO POR PREPOSTO DA EMPRESA. LEI N. 8.213/91, ART. 58, § 1º. AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADE. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO. 1. A parte autora interpôs pedido de uniformização de jurisprudência em face de acórdão proferido pela Turma Recursal da Seção Judiciária Federal do Paraná, que reformou a sentença, alegando que não restou comprovada a natureza especial da atividade, pois o formulário PPP não poderia ser aceito como prova, pois não há indicação de que foi preenchido com base em laudo, tampouco se encontra assinado por profissional habilitado - médico ou engenheiro do trabalho. 2. Alega o recorrente que a interpretação adotada pelo acórdão recorrido diverge de acórdão da 1ª. Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Goiás (JEF/GO - 1a. Turma Recursal, Recurso JEF 2007.35.00.706600-2, Relator Juiz Federal Roberto Carlos de Oliveira, Data do Julgamento 29/09/2007, DJ/GO 09/09/2007) e da jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização (TNU, PEDILEF 200772590036891, Relator JUIZ FEDERAL RONIVON DE ARAGÃO, Data do Julgamento 17/03/2011, DOU 13/05/2011). 3. O recurso foi inadmitido pelo presidente da Turma Recursal de origem sob o fundamento de que o acórdão apontado como paradigma trata de matéria sem similitude com a versada no acórdão atacado,

não havendo prova da divergência, bem como porque a pretensão do recorrente implicaria reexame de prova, o que é inviável neste incidente. A decisão foi objeto de agravo. 4. A questão posta a desate diz respeito à possibilidade de reconhecimento do PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário - como documento hábil à comprovação do agente agressivo ruído, independentemente da apresentação do laudo técnico. 5. O PPP foi instituído pela Instrução Normativa do INSS n. 84/02, editada em 17/12/2002, e republicada em 22/01/2003, que, em seu artigo 148, assim dispõe: "Art. 148. A comprovação do exercício de atividade especial será feita pelo PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário - emitido pela empresa com base em laudo técnico de condições ambientais de trabalho expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança, conforme Anexo XV - ou alternativamente, até 30/06/2003, pelo formulário, antigo SB - 40, Dises BE 5.235, DSS-8030, Dirben 8.030. § 1º. Fica instituído o PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário, que contemplará, inclusive, informações pertinentes aos formulários em epígrafe, os quais deixarão de ter eficácia a partir de 01/07/2003, ressalvado o disposto no parágrafo 2º deste artigo. § 2º Os formulários em epígrafe emitidos à época em que o segurado exerceu atividade, deverão ser aceitos, exceto no caso de dúvida justificada quanto a sua autenticidade. (...) 6. A Instrução Normativa n. 27, de 30/04/08, que alterou a Instrução Normativa n. 20/07, atualmente em vigor, rege a matéria quanto aos documentos necessários para requerimento de aposentadoria especial, consagrando, em seu artigo 161, inciso IV, que o único documento exigível do segurado para fins de comprovação de tempo especial, com a efetiva exposição aos agentes nocivos, é o PPP, se o período a ser reconhecido é posterior a 1º de janeiro de 2004: "(...) IV - para períodos laborados a partir de 1º de janeiro de 2004, o único documento exigido do segurado será o Perfil Profissiográfico Previdenciário-PPP". 7. Contudo, o parágrafo 1º do mesmo dispositivo normativo amplia de forma inequívoca o período que pode ser objeto de reconhecimento como especial, ao prever que, quando for apresentado o PPP, que contemple também os períodos laborados até (anteriormente a) 31/12/03, serão dispensados os demais documentos referidos neste artigo: "(...) § 1º Quando for apresentado o documento de que trata o 14 do art. 178 desta Instrução Normativa (Perfil Profissiográfico Previdenciário), contemplando também os períodos laborados até 31 de dezembro de 2003, serão dispensados os demais documentos referidos neste artigo". 8. Forçoso reconhecer que a própria Administração Pública, por intermédio de seus atos normativos internos, a partir de 2003, prevê a desnecessidade de apresentação do laudo técnico, para comprovação da exposição a quaisquer agentes agressivos, inclusive o ruído, desde que seja apresentado o PPP, considerando que o documento sob exame é emitido com base no próprio laudo técnico, cuja realização continua sendo obrigatória, devendo este último ser apresentado subsidiariamente em caso de dúvidas a respeito do conteúdo do PPP. 9. Verifica-se, pois, que o acórdão recorrido não logrou êxito em demonstrar dúvida quanto veracidade das informações ali esposadas, limitando-se a afirmar a ausência de indicação de que o documento foi elaborado com base em laudo técnico e de assinatura por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho. Embora o documento não esteja assinado por engenheiro do trabalho, o nome do profissional responsável pelo registro das condições ambientais foi indicado no formulário, presumindo-se, assim, que este foi elaborado com base em laudo técnico. Hipótese em que não se faz necessária a assinatura do técnico, que na verdade é exigência para o LTCAT e não PPP, segundo artigo 58, § 1º da lei n. 8.213/91: Art. 58. A relação dos agentes nocivos químicos, físicos e biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física considerados para fins de concessão da aposentadoria especial de que trata o artigo anterior será definida pelo Poder Executivo. § 1º A comprovação da efetiva exposição do segurado aos agentes nocivos será feita mediante formulário, na forma estabelecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, emitido pela empresa ou seu preposto, com base em laudo técnico de condições ambientais do trabalho expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho nos termos da legislação trabalhista (g.n). 10. Não é cabível exigir-se, dentro da via judicial, mais do que o próprio administrador, sob pretexto de uma pretensa ilegalidade da Instrução Normativa, que, conforme já dito, não extrapolou o ditame legal, apenas o aclarou e explicitou, dando a ele contornos mais precisos, e em plena consonância com o princípio da eficiência, que deve reger todos os atos da Administração Pública. 11. No mesmo toar já decidiu essa Turma Nacional de Uniformização no Pedido de Uniformização (TNU, PEDIDO 2006.51.63.00.0174-1, Rel. Juiz Federal Otávio Henrique Martins Port, DJ 04/08/2009). 12. Incidente de uniformização provido, restabelecendo-se os efeitos da sentença e condenando-se o INSS ao pagamento de honorários advocatícios, fixados em 10% do valor da condenação, nos termos da Súmula 111 do STJ." (PEDILEF 50379486820124047000. Rel. Juiz Federal André Carvalho Monteiro. DOU 31/05/2013).

11. No caso concreto, verifica-se que o acórdão recorrido não logrou êxito em demonstrar dúvida quanto veracidade das informações esposadas no PPP, limitando-se a afirmar a ausência de assinatura por engenheiro de segurança do trabalho. Embora o documento não esteja assinado por engenheiro do trabalho, o nome do profissional responsável pelo registro das condições ambientais foi indicado no formulário, presumindo-se, assim, que este foi elaborado com base em laudo técnico. Hipótese em que não se faz necessária a assinatura do técnico, que na verdade é exigência para o LTCAT e não PPP, segundo artigo 58, § 1º da lei n. 8.213/91.

12. Desse modo, tendo a sentença consignado que restou comprovada a exposição habitual e permanente ao agente nocivo ruído acima dos níveis toleráveis, tal situação fática não comporta rediscussão (Súmula 42 da TNU).

13. Nestes termos, impõe-se o conhecimento do incidente de uniformização de jurisprudência, pela ocorrência da divergência, dando-se provimento ao recurso da parte autora, para: (i) firmar a tese de que é suficiente a apresentação de PPP para fins de comprovação da natureza especial da atividade, inclusive nos casos de ruído, considerando que tal documento é emitido com base no próprio laudo técnico, devendo este último ser apresentado subsidiariamente em caso de dúvidas a respeito do conteúdo do PPP; (ii) e determinar o restabelecimento da sentença de procedência, pois em consonância com o entendimento desta TNU (Questão de Ordem nº 38/TNU).

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO interposto, porém, DANDO-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto-ementa do relator.

Brasília/DF, 14 de abril de 2016..

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0005146-96.2011.4.03.6311

ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo  
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO(A): MARIA APARECIDA FLORES  
PROC./ADV.: SANDRA DE NICOLA ALMEIDA  
OAB: SP-213992  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. ACÓRDÃO GENÉRICO. NÃO ESPECIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO FÁTICA. OFENSA AO ARTIGO 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PROVIMENTO DO INCIDENTE. ANULAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais em relação ao qual se imputa divergência quanto à interpretação de lei federal na solução de questão de direito material, nos termos previstos no art. 14 da Lei nº 10.259/2001.

2. Preliminarmente, diga-se que a TNU definiu quanto ao conhecimento de incidentes de uniformização que: "um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte" (QO 05); "conhecido o pedido de uniformização e constatada a falta de pressupostos processuais ou de condições da ação, o processo deve ser anulado de ofício" (QO 08); "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido" (QO 13); "é inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles" (QO 18); "se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito" (QO 20); "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia" (QO 24); "decretada de ofício a nulidade do acórdão recorrido, ficam prejudicados os pedidos de uniformização e eventual agravo regimental" (QO 25); "o conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado" (QO 35); "não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual" (Súmula 43); "não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" (Súmula 42).

3. No ponto impugnado, o acórdão recorrido decidiu que há incapacidade laboral total e permanente, concedendo o benefício previdenciário por incapacidade.

4. Do paradigma, colhe-se que a ausência de fundamentação torna o acórdão nulo.

5. Incidência da Questão de Ordem 25, uma vez que não houve o exame de questão essencial ao julgamento, consistente na ocorrência da qualidade de segurado para fins de obtenção do benefício previdenciário de incapacidade, tema suscitado pelo INSS no recurso ordinário e renovada em sede de embargos de declaração.

6. Não se atendeu aos requisitos de julgamento previstos no CPC (arts. 458, II, e 459), bem como e, em primeiro lugar, ao art. 93, IX, da Constituição, que exige que toda decisão judicial seja fundamentada, sob pena de nulidade. O princípio da motivação das decisões judiciais representa, em última instância, garantia ao jurisdicionado do respeito ao devido processo legal, permitindo-lhe saber os motivos do reconhecimento ou da denegação do seu direito (PEDILEF nº 0500575-95.2014.4.05.8402, sob minha relatoria, j. 21.10.2015).

7. Nestes termos, dou provimento ao incidente de uniformização, para declarar anulado o acórdão recorrido e determino o retorno dos autos para novo julgamento.



## ACÓRDÃO

Acordam os membros desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência em DAR PROVIMENTO AO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO PARA ANULAR O ACÓRDÃO RECORRIDO, nos termos do voto - ementa do Juiz Federal Relator. Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0503474-58.2012.4.05.8104

ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ

REQUERENTE: TARCISIO DE OLIVEIRA FLOR

PROC./ADV.: LUÍS ACÁCIO DE SOUSA JUNIOR

OAB: CE- 19983

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

## EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. CUMULAÇÃO DE AUXÍLIO-ACIDENTE E APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. POSSIBILIDADE APENAS QUANDO AMBOS OS BENEFÍCIOS SÃO DEVIDOS ANTES DO ADVENTO DA LEI 9.528/97. NÃO OCORRÊNCIA DA HIPÓTESE PERMISSIVA NO CASO CONCRETO. PROVIMENTO DO INCIDENTE.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais em relação ao qual se imputa divergência quanto à interpretação de lei federal na solução de questão de direito material, nos termos previstos no art. 14 da Lei nº 10.259/2001.

2. Preliminarmente, diga-se que a TNU definiu quanto ao conhecimento de incidentes de uniformização que: "o acolhimento do pedido de uniformização gera dois efeitos: a reforma da decisão da Turma Recursal e a consequente estipulação de honorários advocatícios, se for o caso, bem assim a prejudicialidade do recurso extraordinário, se interposto" (QO 02); "um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte" (QO 05); "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido" (QO 13); "é inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles" (QO 18); "se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito" (QO 20); "é possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma" (QO 22); "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia" (QO 24); "o conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado" (QO 35); "não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual" (Súmula 43); "não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" (Súmula 42).

3. Caso admitido o incidente e constatado o confronto do julgado recorrido com confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal, é o caso do julgamento imediato da questão (RI/TNU, art. 9º, X).

4. No ponto impugnado, o acórdão recorrido decidiu que é possível a cumulação de auxílio-acidente com outro benefício previdenciário, no caso de o auxílio-acidente ser anterior ao advento da alteração procedida no § 2º do art. 86 da Lei 8.213/91 pela Lei 9.528/97, como é no caso concreto.

5. No paradigma, apontou-se que "a acumulação do auxílio-acidente com proventos de aposentadoria pressupõe que a eclosão da lesão incapacitante, ensejadora do direito ao auxílio-acidente, e o início da aposentadoria sejam anteriores à alteração do art. 86, §§ 2º e 3º, da Lei 8.213/1991".

6. Incidência da Questão de Ordem 02, uma vez que o entendimento defendido no acórdão recorrido está contrário à posição hodierna desta TNU (representado no paradigma oriundo deste Colegiado), o qual está alinhado com a posição do STJ, firmada em sede de Recurso Representativo de Controvérsia (RESP. 1.296.673/MG, 1ª Seção, rel. min. Herman Benjamin, j. 22.08.2012), no sentido de que "a acumulação do auxílio-acidente com proventos de aposentadoria pressupõe que a eclosão da lesão incapacitante, ensejadora do direito ao auxílio-acidente, e o início da aposentadoria sejam anteriores à alteração do art. 86, §§ 2º e 3º, da Lei 8.213/1991", e também expressa na Súmula 507 da Corte Especial: "a acumulação de auxílio-acidente com aposentadoria pressupõe que a lesão incapacitante e a aposentadoria sejam anteriores a 11/11/1997, observado o critério do art. 23 da Lei n. 8.213/1991 para definição do momento da lesão nos casos de doença profissional ou do trabalho" (grifei).

7. No caso, a DIB do segundo benefício (aposentadoria por idade) foi

estabelecida pela sentença em 23.11.2011, portanto, posteriormente à alteração do art. 86, §§ 2º e 3º, da Lei 8.213/91, donde a ausência de direito adquirido da parte-autora à cumulação da aposentadoria rural com o auxílio-acidente.

8. A hipótese dos autos é de provimento do presente incidente, para dar provimento ao recurso ordinário interposto pelo INSS, declarando-se a impossibilidade, no caso concreto, da cumulação dos benefícios de auxílio-acidente e da aposentadoria rural por idade.

## ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência DAR PROVIMENTO AO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do relator. Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0001258-09.2008.4.03.6317

ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo

REQUERENTE: MANOEL TIBURTINO DE SANTANA

PROC./ADV.: PAULO JESUS DE MIRANDA

OAB: SP-174359

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

## EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. LAUDO EXTEMPORÂNEO. AUSÊNCIA DE MENÇÃO À MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DA ÉPOCA DO LABOR. PRESCINDIBILIDADE. INTERPRETAÇÃO DA SÚMULA 68 DA TNU. QUESTÃO DE ORDEM 20. PROVIMENTO PARCIAL DO INCIDENTE. RETORNO À TR DE ORIGEM PARA REEXAME DAS PROVAS.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, indeferiu pedido de reconhecimento de tempo de trabalho especial.

2. O aresto combatido deixou de reconhecer a especialidade no exercício de atividade profissional, desconsiderando laudo técnico indicativo da exposição ao agente físico ruído, por não atender ao requisito de que o laudo reflita "as mesmas condições ambientais da época da prestação do serviço".

3. A parte autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado(s) que, em alegada(s) hipótese(s) semelhante(s), entendeu(ram) não ser obrigatória a contemporaneidade do laudo técnico.

4. A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º).

5. Do cotejo entre o acórdão combatido e um dos julgados paradigmas, observo que está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ocorrência de similitude fática entre os julgados recorridos e os precedentes apresentados.

6. Isto porque se partiu do mesmo fato (de mesma natureza/extemporaneidade do laudo técnico) para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente): no caso recorrido, entendeu-se inservível o laudo; contrariamente ao paradigma (Súmula 68 desta TNU).

7. Assim, presente a divergência de interpretação, passo ao exame do mérito do pedido de uniformização de interpretação.

8. No acórdão recorrido, a Turma Recursal de origem, mantendo a sentença, deixou de reconhecer a especialidade no exercício de atividade profissional, desconsiderando laudo técnico indicativo da exposição ao agente físico ruído, sob o seguinte fundamento:

"[...] Recurso do autor. Sentença rejeitou o enquadramento da atividade no período de 01/06/78 a 02/04/86 - Artecola, considerando que não há cláusula de extemporaneidade do laudo. Não se pode admitir a certificação de que houve exposição ao agente agressivo em laudo extemporâneo que não confirma as mesmas condições ambientais da época. Sentença mantida nesse aspecto." (grifei).

9. Sobre o tema, a TNU definiu:

SÚMULA 68:

O laudo pericial não contemporâneo ao período trabalhado é apto à comprovação da atividade especial do segurado.

10. Analisando a súmula concluo que, não obstante a não menção expressa pelo enunciado da TNU à situação ora controversa, extrai-se dali o entendimento quanto à prevalência de laudo técnico superveniente ao período trabalhado mesmo em face da não comprovação da manutenção do ambiente físico de trabalho, conclusão que reputo intuitiva.

11. Isto porque, ao se admitir a extemporaneidade do laudo técnico, se releva eventuais modificações estruturais no ambiente de trabalho, sob pena de, assim não se entendendo, na prática se restringir quase ao ponto da inviabilização a aplicação do enunciado.

12. Primeiro, porque exigir-se para a validade do laudo extemporâneo que o ambiente de trabalho permaneça inalterado cria uma condição dificilmente alcançável, uma vez que a atividade empresarial é dinâmica, sujeita sempre a inovações técnicas, de maquinário e de ergometria que se intensificam à medida que se afasta o período trabalho da época da prestação de serviço.

13. Haveria claro prejuízo ao trabalhador/segurado caso prevaleça tal interpretação.

14. Depois, apontando o laudo que as condições atuais são nocivas, é razoável concluir-se que o eram também à época da prestação do serviço, uma vez que é da praxe empresarial e, mesmo humana, a busca pela evolução, no sentido de se aprimorar procedimentos e condições de trabalho e de vida, e não o contrário, no sentido de que se vive e trabalha de forma degenerativa, em retrocesso.

15. Aponte-se, neste sentido, o que restou consignado no PEDILEF nº 2004.83.0000881-4, relator Juíza Federal Maria Divina Vitória, um dos precedentes que deram origem à Súmula 68 da TNU:

"Além disso, entendo que fere os princípios da razoabilidade, da primazia da realidade da dignidade da pessoa humana presumir de forma pura e simples a incorrência das condições especiais de trabalho alegadas tão-somente pelo fato dos documentos que possui não serem contemporâneos aos períodos vindicados.

Admitir o contrário implica em ignorar as precárias condições de labor a que se encontram submetidos os trabalhadores no Brasil e também a deficiente fiscalização trabalhista e previdenciária das empresas empregadoras pelos órgãos competentes".

16. De fato, rejeitar-se laudo técnico que aponta que hodiernamente há exposição nociva a ruído junto à atividade/empresa a que se vinculava o trabalhador é desconhecer que a sociedade brasileira, nela incluída o mercado de trabalho, precisa ainda de aprimoramentos, estando imersa em processo social de busca do melhoramento das condições de segurança, trabalho e educação, etc.

17. No caso, se está diante de uma reavaliação da prova que "presupõe contrariedade a um princípio ou a uma regra jurídica no campo probatório, como ocorre, verbi gratia, em relação à qualificação jurídica de um documento" (STJ, REsp. 37072/RJ, 4ª T, rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJU 05.12.1994, pg. 33.563), porquanto o julgado recorrido negou validade jurídica a documentos apresentados pela parte autora, não os acolhendo por serem extemporâneos ao período de carência, uma vez que o julgado ao exigir que o laudo reflita as condições da época da prestação do serviço, ou assegure que as condições atualmente encontradas são as mesmas daquela época, na prática, exigiu laudo contemporâneo.

18. Por fim, implicando o provimento do presente incidente, quanto à matéria de direito, na necessidade de reexame da matéria de fato, devem os autos retonarem à TR de origem para reapreciação das provas (conforme a Questão de Ordem nº 20/TNU), acolhendo-se as provas apresentadas pela parte autora, mesmo que extemporâneas, para, em re julgamento, examinar a eventualidade do enquadramento como atividade especial dos períodos pleiteados pela parte requerente.

## ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO interposto, porém, DANDO-LHE PARCIAL PROVIMENTO, nos termos do voto-ementa do relator. Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500450-05.2015.4.05.8302

ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco

REQUERENTE: JOSELITO JUVENCIO DOS SANTOS

PROC./ADV.: DAVI LUCAS DONATO CUNHA

OAB: PE-853-

REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

## EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. VIGILANTE ARMADO. PERICULOSIDADE. PERÍODO POSTERIOR AO DECRETO 2.172/97. RECONHECIMENTO CABÍVEL. ROL DE AGENTES NOCIVOS. CARÁTER EXEMPLIFICATIVO. RECURSO REPETITIVO DO STJ. QUESTÃO DE ORDEM Nº 20/TNU. INCIDENTE PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que deixou de reconhecer as condições especiais do exercício da atividade profissional de vigilante após 05/03/1997.

2. O aresto combatido considerou que não estava presente o requisito ao reconhecimento da especialidade no exercício da função de vigilante após 05/03/1997, uma vez que não comprovada a exposição aos agentes nocivos indicados na legislação pertinente.

3. A parte autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado(s) paradigma(s) que, em alegada(s) hipótese(s) semelhante(s), entendeu(ram) ser exemplificativo o rol de agentes nocivos previstos no Decreto nº 2.172/97, sendo possível o reconhecimento da especialidade da atividade desde que demonstrado através de provas técnicas.

4. Do cotejo entre o acórdão combatido e um dos julgados paradigmas, observo que está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ocorrência de similitude fática entre os julgados recorridos e os precedentes apresentados.

5. Isto porque se partiu do mesmo fato (de mesma natureza) para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente): no caso recorrido, entendeu-se incabível o reconhecimento da atividade de vigilante como especial, após o advento do Decreto nº 2.172/97; contrariamente ao paradigma (STJ, REsp 1306113/SC).

6. Assim, presente a divergência de interpretação, passo ao exame do mérito do pedido de uniformização de interpretação.

7. No acórdão recorrido, a Turma Recursal de origem, negou o reconhecimento das condições especiais do exercício de atividade profissional de vigilante após 05/03/1997, sob o seguinte fundamento: "[...]Por outro lado, a partir de 05/03/97, por força do Decreto n. 2.172/97, a atividade de vigilante deixou de ser considerada perigosa, não figurando no Anexo IV do referido decreto, que tratou exclusivamente de agentes nocivos. Não há, portanto, direito à conversão a partir desta data.

Assim, verifico que não assiste razão ao recorrente. É que os períodos laborados na função de vigia/vigilante, após 05/03/97, por força do Decreto n. 2.172/97, não são mais considerados como especiais em razão da supressão do agente 'periculosidade'."

8. De início, aponto que não se trata de reexame de prova, uma vez que a sentença foi expressa ao apontar que o PPP e o LTCAT apresentados pela parte autora informam que o segurado sempre exerceu a atividade de vigilante portando arma de fogo.

9. No caso, se está diante de uma reavaliação da prova, que "presupõe contrariedade a um princípio ou a uma regra jurídica no campo probatório, como ocorre, verbis gratia, em relação à qualificação jurídica de um documento" (STJ, REsp. 37072/RJ, 4ª T, rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJU 05.12.1994, pg. 33.563), porquanto se alega que o julgador recorrido teria negado validade jurídica aos documentos apresentados pela parte autora, não os acolhendo por não terem supostamente respaldo legal.

10. Por outro lado, reconheço julgados recentes deste Colegiado no sentido do não cabimento do reconhecimento, como especial, da atividade de vigilante desenvolvida após o advento do Decreto nº 2.172/97: PEDILEF nºs 05028612120104058100 (rel. JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA, j. 09.04.2014) e 05068060320074058300 (rel. JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY, j. 07.05.2014).

11. Não obstante estes julgados, filio-me ao entendimento no sentido da possibilidade de reconhecimento como especial da atividade de vigilante, mesmo após 05.03.1997 (advento do Decreto nº 2.172/97), uma vez comprovada a exposição o agente nocivo da periculosidade que é o porte de arma de fogo no exercício da profissão.

12. E o faço assentado no entendimento de que o rol de agentes e atividades nocivos à saúde do trabalhador descritos no Decreto nº 2.172/97 possui caráter exemplificativo, portanto, passível de ser complementado/estendido à atividade e a agentes cujo caráter de nocividade à saúde do trabalhador seja demonstrada/apontada por meios técnicos idôneos ou na legislação trabalhista.

13. Forte neste entendimento, em relação ao agente eletricidade, o Colendo STJ, em sede de Recurso Especial Repetitivo, deixou assentado que, "no caso concreto, o Tribunal de origem embasou-se em elementos técnicos (laudo pericial) e na legislação trabalhista para reputar como especial o trabalho exercido pelo recorrido, por consequência da exposição habitual à eletricidade, o que está de acordo com o entendimento fixado pelo STJ" (REsp 1306113/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 14/11/2012, DJe 07/03/2013).

14. Naquele julgado, apontou-se ainda que "sob interpretação sistemática do tema, não há como atribuir aos arts. 57 e 58 da Lei 8.213/1991 a intenção do legislador de exaurir o rol de agentes nocivos ensejadores da aposentadoria especial, não podendo ser ignoradas as situações consideradas pela técnica médica e pela legislação correlata como prejudiciais à saúde do trabalhador, sem olvidar a necessária comprovação do trabalho permanente, não ocasional, nem intermitente, em condições especiais".

15. Veja-se, embora tratando de caso concreto envolvendo a eletricidade, as razões expostas pela Corte Especial trataram como exemplificativa de todo o rol de agentes nocivos, donde há de se reconhecer que o entendimento também alcança hipóteses de periculosidade, pelas razões que a seguir exponho.

16. Para aquela hipótese, enfrentada pelo STJ, em que o agente nocivo foi a eletricidade, dispõe a CLT, em seu art. 193, inciso I, que "são consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a: I - inflamáveis, explosivos ou energia elétrica".

17. No caso dos autos, aplicando-se a mesma razão levada em conta pelo STJ para reconhecer a atividade de eletricista como perigosa, tem lugar o disposto no inciso II do art. 193 da CLT, que considera como atividade ou operação perigosa a exposição permanente do trabalhador a "roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial", em franca referência, portanto, à atividade do vigilante.

18. Não há razão para dar-se tratamento diferenciado a hipóteses equiparáveis, posto que, tanto no que se refere à eletricidade quanto à vigilância armada, tem-se que configuram hipóteses reconhecidas como perigosas pela "legislação correlata", condição pontuada pelo STJ como suficiente à declaração de especialidade da atividade laborativa.

19. Neste sentido, aponto julgado deste Colegiado que, na Sessão de Julgamento de 06.08.2014, examinando o que decidido pelo STJ no RESp. 1.306.113/SC, modificou seu entendimento anterior no sentido de que o reconhecimento pelo STJ do caráter perigoso da eletricidade deveu-se à existência de legislação específica apontando a periculosidade, no caso a Lei nº 7.369/85.

20. De fato, no PEDILEF nº 50012383420124047102 (rel. Juiz Federal Bruno Leonardo Câmara Carrá, j. 06.08.2014), assentou-se que:

"3. Nessa ordem de idéias, considero, venia concessa, que os derradeiros julgados desta TNU acima citados afastaram-se do posicionamento que é franca e pacificamente adotado pelo Superior Tribunal de Justiça sobre o assunto. De fato, a Corte Federal decidiu que é possível o reconhecimento de tempo especial do trabalho prestado

com exposição ao agente nocivo eletricidade em data posterior a 05 de março de 1997, desde que o laudo técnico comprove a permanente exposição do eletricitário à atividade nociva independentemente de considerar a previsão dele em legislação específica. Tanto é deste modo que, diferentemente da TNU, o STJ não fixou qualquer limite temporal para que se deixasse de contar o período em labor de eletricitário como especial. 3.1. Ao que tudo leva a crer, o que Superior Tribunal de Justiça teve como firme, foi que a nova redação dada pela Lei no. 9.032/95 ao art. 57 da Lei de Benefícios da Previdência Social não limitou a considerar como tempo de serviço especial apenas aqueles que fossem previstos em Lei ou Regulamento da previdência e sim todos aqueles resultantes da ação efetiva de "agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física," (art. 57, § 4o) (grifei).

21. Fixadas essas premissas, chego ao caso concreto, no qual os julgados das instâncias anteriores afirmaram que "o autor trouxe PPP (doc. 6) e laudo técnico (doc.7), em que consta a informação de que por ele exercera a atividade com exposição a perigo de vida, portanto arma de fogo, fazendo segurança de valores e de pessoas." (sentença), situação fática sobre a qual não comporta rediscussão (Súmula 42 da TNU).

22. Nestes termos, impõe-se o conhecimento do incidente de uniformização de jurisprudência, pela ocorrência da divergência, dando-se parcial provimento ao recurso da parte autora, para firmar a tese de que a atividade de vigilante, quando exercida mediante o porte de arma de fogo, deve ser reconhecida como especial, mesmo após o advento do Decreto nº 2.172/97.

23. Isto porque, implicando o provimento do recurso, quanto à matéria de direito, na necessidade de reexame da matéria de fato (atingir-se o tempo para a aposentadoria especial), é o caso de retornarem os autos à TR de origem para reapreciação das provas, conforme a Questão de Ordem nº 20/TNU.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO interposto, porém, DANDO-LHE PARCIAL PROVIMENTO, nos termos do voto-ementa do relator. Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0501478-27.2014.4.05.8307

ORIGEM: 3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco

REQUERENTE: JOSÉ PEDRO DA SILVA

PROC./ADV.: JOÃO CAMPIELLO VARELLA NETO

OAB: PE-30 341

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADOR RURAL. ATIVIDADE ESPECIAL. EMPRESA AGROINDUSTRIAL E AGROCOMERCIAL. POSSIBILIDADE. SÚMULA 42 DA TNU. RESTABELECIMENTO DA SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA PARCIAL. QUESTÃO DE ORDEM Nº 38/TNU. INCIDENTE PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, reformando a sentença, não reconheceu período de trabalho especial.

2. O aresto combatido não reconheceu a natureza especial da atividade de trabalhador rural desempenhada pelo autor, por entender que a previsão contida no Decreto nº 53.831/64 (item 2.2.1) abrange tão somente o desempenho de atividade laboral de rurícola exercido na agropecuária, isto é, na agricultura e pecuária (em contato com animais), não se estendendo à hipótese de trabalho exclusivamente agrícola.

3. A parte autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgados paradigmas da TNU (PEDILEF 5003358-47.2012.4.04.7103, Rel. Juiz Federal Paulo Ernane Moreira, j. 12/11/2014) e da TR/SP (Processo nº 0003284-36.2010.4.03.6308), segundo os quais o item 2.2.1, do Decreto n. 53.081/64, também abrange a atividade de trabalhador rural que labore exclusivamente na agricultura.

4. A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º).

5. Do cotejo entre o acórdão combatido e os julgados paradigmas, observo que está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ocorrência de similitude fática entre os julgados recorridos e o(s) precedente(s) apresentado(s), pelo que conheço o recurso.

6. Assim, presente a divergência de interpretação, passo ao exame do mérito do pedido de uniformização de interpretação.

7. No acórdão recorrido, a Turma Recursal de origem não reconheceu as condições especiais da atividade de trabalhador rural, sob o seguinte fundamento:

"[...] - Contudo, registro que, revendo posicionamento anterior e, na esteira do entendimento firmado pelo STJ, a previsão contida no Decreto nº 53.831/64 (item 2.2.1) abrange tão somente o desempenho de atividade laboral de rurícola exercido na agropecuária, isto é, na agricultura e pecuária (em contato com animais), concomitantemente,

não se estendendo à hipótese de trabalho exclusivamente agrícola, em Usinas de cana-de-açúcar, como no caso dos autos. Assim, inviável o reconhecimento da natureza especial dos períodos laborados pela parte autora como rurícola sem que haja qualquer formulário ou laudo comprovando a efetiva exposição a agentes nocivos.

- Nesse sentido, confira-se o seguinte precedente do STJ, in verbis: PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. CONVERSÃO EM COMUM. EXERCÍCIO DE ATIVIDADE NA LAVOURA. ENQUADRAMENTO COMO SERVIÇO PRESTADO EM CONDIÇÕES INSALUBRES. IMPOSSIBILIDADE. 1. O Decreto nº 53.831/1964, que traz o conceito de atividade agropecuária, não contemplou o exercício de serviço rural na lavoura como insalubre. 2. Agravos regimentais improvidos. (AgRg no REsp 1208587 / RS AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2010/0150863-9. Relator(a): Ministro JORGE MUSSI (1138). Órgão Julgador: T5 - QUINTA TURMA. Data do Julgamento: 27/09/2011. Data da Publicação/Fonte: DJe 13/10/2011)

- Vê-se, pois, que o STJ não distingue entre trabalhadores rurais na lavoura e na agroindústria, como tem feito a TRU da 5ª Região e a TNU. Ou seja, não importa se o caso é de trabalhador de agroindústria. Se ele não está submetido à agricultura e pecuária simultaneamente, não há que se cogitar de atividade especial por enquadramento no item 2.2.1 do Decreto 53.831/64."

8. Com efeito, o acórdão recorrido encontra-se em desarmonia com o entendimento consolidado por esta Turma Nacional de Uniformização por ocasião do julgamento do PEDILEF 0500180-14.2011.4.05.8013, Relator Juiz Federal JOÃO BATISTA LAZZARI, DJ 11/09/2014 (Representativo de Controvérsia), de cujo teor reproduzo o seguinte excerto: "a expressão 'trabalhadores na agropecuária', contida no item 2.2.1 do anexo ao Decreto n.º 53.831/64, se refere aos trabalhadores rurais que exercem atividades agrícolas como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais, fazendo jus os empregados de tais empresas ao cômputo de suas atividades como tempo de serviço especial. Dessa forma, a alegação do INSS de que a especialidade somente poderia ser reconhecida se comprovado que o trabalho rural foi desenvolvido na agropecuária merece ser desprovida".

9. Destaco que por ocasião do julgamento do PEDILEF 05003939620114058311, Relatora Juíza Federal KYU SOON LEE, julgado em 08/10/2014, este Colegiado decidiu por: "reafirmar a tese de que a expressão 'trabalhadores na agropecuária', contida no item 2.2.1 do anexo do Decreto n. 53.831/64, também se aplica aos trabalhadores que exercem atividades exclusivamente na agricultura como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais, fazendo jus os empregados de tais empresas ao cômputo de suas atividades como tempo de serviço especial".

10. No caso em análise, a própria sentença concluiu que o acervo probatório coligido era suficiente à comprovação do desenvolvimento de atividade especial pelo autor na condição de trabalhador rural empregado da indústria canavieira, reconhecendo a natureza especial do labor por ele exercido no período de 24/07/1991 a 28/04/1995, fato que não comporta rediscussão diante da vedação de reexame de matéria fática e de provas (Súmula 42 da TNU).

11. Nestes termos, impõe-se o conhecimento do incidente de uniformização de jurisprudência, pela ocorrência da divergência, dando-se provimento parcial ao recurso da parte autora, para: (i) firmar a tese de que a expressão "trabalhadores na agropecuária", contida no item 2.2.1 do anexo ao Decreto n.º 53.831/64, se refere aos trabalhadores rurais que exercem atividades agrícolas como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais; (ii) e determinar o restabelecimento da sentença de procedência parcial, pois em consonância com o entendimento desta TNU (Questão de Ordem nº 38/TNU).

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO interposto, DANDO-LHE PARCIAL PROVIMENTO, nos termos do voto-ementa do relator. Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0501913-50.2013.4.05.8302

ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): SEVERINO CABRAL DE MENDONÇA

PROC./ADV.: MARIA MICHELLE S. DOS ANJOS FERREIRA

OAB: PE- 22 835

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. TEMPO DE ATIVIDADE ESPECIAL. AGENTE NOCIVO RUÍDO. CANCELAMENTO DA SÚMULA 32 TNU. PERÍODO ENTRE 05/03/1997 E 18/11/2003. INCONSTITUCIONALIDADE DA APLICAÇÃO DO ART. 1º-F À CORREÇÃO MONETÁRIA. APLICAÇÃO DO NOVO MANUAL DE CÁLCULOS DA JUSTIÇA QUANTO À CORREÇÃO MONETÁRIA E DO ART. 1º-F DA LEI 9.494/97 AOS JUROS MORATÓRIOS. INCIDENTE PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, reformando parcialmente a sentença, reconheceu as condições especiais no exercício de atividade profissional no período de 01/05/1987 a 30/06/2006.



2. O aresto combatido adotou, a partir de 05/03/1997, o limite de ruído de 85 dB, com base na Súmula 32 desta TNU. Quanto à correção e aos juros de mora das parcelas vencidas da aposentadoria concedida, o julgado recorrido determinou a correção monetária nos termos do "Manual de Cálculos do Conselho da Justiça Federal e acrescidas de juros de 1% (um por cento) a.m., desde a data da citação (Súmula nº 204 do STJ), sendo inaplicável, portanto, o disposto no artigo 1º-F da Lei nº 9.494/97, com redação dada pela Lei nº 11.960, de 29 de junho de 2009, à vista da declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal".

3. O INSS sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgados que, em alegadas hipóteses semelhantes, entenderam pela negativa da retroatividade da redução do limite de exposição de ruído, de 90 para 85 dB, prevista no Decreto nº 4.882/2003; além de determinarem a aplicação da Lei n. 11.960/2009, quanto aos juros de mora.

4. A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º).

5. Do cotejo entre o acórdão combatido e os julgados paradigmas, observo que está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ocorrência de similitude fática e jurídica entre os julgados recorridos e os precedentes apresentados.

6. Isto porque se partiu do mesmo fato (de mesma natureza) para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente).

7. Assim, presente a divergência de interpretação, passo ao exame do mérito do pedido de uniformização de interpretação.

8. No acórdão recorrido, a Turma Recursal de origem, reformando a sentença, reconheceu as condições especiais no exercício de atividade e definiu os critérios de atualização das parcelas vencidas do benefício, sob os seguintes fundamentos:

"[...] A TNU, em sessão de julgamento realizada no dia 24.11.2011, revisou o texto da súmula n.º 32, que passou a ter a seguinte redação: 'O tempo de trabalho laborado com exposição a ruído é considerado especial, para fins de conversão em comum, nos seguintes níveis: superior a 80 decibéis, na vigência do Decreto n. 53.831/64 e, a contar de 5 de março de 1997, superior a 85 decibéis, por força da edição do Decreto n. 4.882, de 18 de novembro de 2003, quando a administração pública que reconheceu e declarou a nocividade à saúde de tal índice de ruído'.

Ante o exposto, merece reforma a sentença para reconhecer a especialidade do período de 01.05.1987 a 30.06.2006, vez que o PPP (anexo 19, pp. 17/20) apresentado informa exposição ao agente nocivo ruído na intensidade de 85 dB(A). Quanto aos períodos anteriores a 01.05.1987 e posteriores a 30.06.2006 não houve enquadramento devido ao nível de intensidade identificado no PPP.

...

Logo, constata-se que a autor exerceu até a data do ajuizamento tempo de 36 (trinta e seis) anos, 11 (onze) meses de atividade laboral, fazendo jus, portanto, a aposentadoria por tempo de contribuição com proventos integrais, fixando a DIB na data do ajuizamento da ação (16.05.2013), e DIP no trânsito em julgado. Os valores em atraso devem ser corrigidos monetariamente, nos termos do Manual de cálculos do Conselho da Justiça Federal e acrescidas de juros de 1% (um por cento) a.m., desde a data da citação (súmula n.º 204 do STJ), sendo inaplicável, portanto, o disposto no artigo 1º-F da Lei nº 9.494/97, com redação dada pela Lei nº 11.960, de 29 de junho de 2009, à vista da declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal (ADI 4357/DF e ADI 4425/DF, Informativo nº 698, março de 2013).".

9. Início com o exame da questão referente ao reconhecimento do caráter especial do tempo de serviço prestado pela parte autora.

10. A matéria foi suficientemente examinada pela TNU, no PEDILEF nº 5002543-81.2011.4.04.7201, de relatoria da Juíza Federal Kyu So-on Lee, julgado em 17/10/2014, do qual extraio alguns trechos das razões de decidir que considero elucidativos e aplicáveis ao caso ora em comento:

"9. No tocante ao agente nocivo ruído, caracteriza-se como agente agressivo à saúde a exposição a locais de trabalho com ruídos acima de 80 decibéis, para as atividades exercidas até 05/03/97, e a partir desta data acima de 90 decibéis. Com o advento do Decreto nº 4882/2003, o limite mínimo de ruído passou a ser estabelecido em 85 decibéis. Para abraçar este entendimento, na sessão de 09.10.03, a Súmula nº 32 da TNU foi cancelada.

10. Deveras, julgando Incidente de Uniformização de Jurisprudência, o Colendo STJ decidiu que:

PREVIDENCIÁRIO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ÍNDICE MÍNIMO DE RUÍDO A SER CONSIDERADO PARA FINS DE CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. APLICAÇÃO RETROATIVA DO ÍNDICE SUPERIOR A 85 DECIBÉIS PREVISTO NO DECRETO N. 4.882/2003. IMPOSSIBILIDADE. TEMPUS REGIT ACTUM. INCIDÊNCIA DO ÍNDICE SUPERIOR A 90 DECIBÉIS NA VIGÊNCIA DO DECRETO N. 2.172/97. ENTENDIMENTO DA TNU EM DESCOMPASSO COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE SUPERIOR.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto pelo INSS contra acórdão da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais que fez incidir ao caso o novo texto do enunciado n. 32/TNU: O tempo de trabalho laborado com exposição a ruído é considerado especial, para fins de conversão em comum, nos seguintes níveis: superior a 80 decibéis, na vigência do Decreto n. 53.831/64 e, a contar de 5 de março de 1997, superior a 85 decibéis, por força da edição do Decreto n. 4.882, de 18 de novembro de 2003, quando a Administração Pública reconheceu e declarou a nocividade à saúde de tal índice de ruído.

2. A contagem do tempo de trabalho de forma mais favorável àquele que esteve submetido a condições prejudiciais à saúde deve obedecer a lei vigente na época em que o trabalhador esteve exposto ao agente nocivo, no caso ruído. Assim, na vigência do Decreto n. 2.172, de 5 de março de 1997, o nível de ruído a caracterizar o direito à contagem do tempo de trabalho como especial deve ser superior a 90 decibéis, só sendo admitida a redução para 85 decibéis após a entrada em vigor do Decreto n. 4.882, de 18 de novembro de 2003. Precedentes: AgRg nos EREsp 1157707/RS, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Corte Especial, DJe 29/05/2013; AgRg no REsp 1326237/SC, Rel. Min. Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 13/05/2013; REsp 1365898/RS, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 17/04/2013; AgRg no REsp 1263023/SC, Rel. Min. Gilson Dipp, Quinta Turma, DJe 24/05/2012; e AgRg no REsp 1146243/RS, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJe 12/03/2012.

3. Incidente de uniformização provido. (Pet 9059/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/08/2013, DJe 09/09/2013)." (grifei).

11. Portanto, considerando que parte do período de trabalho discutido ocorreu após 05/03/1997 e antes de 18/11/2003, a apuração da especialidade deve observar neste intervalo temporal que o limite tolerável de ruído era superior a 90 dB, conforme decidido pela TNU no retrocitado PEDILEF nº 5002543-81.2011.4.04.7201.

12. Quanto aos juros e correção monetária, interpretando os termos da modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, proclamada pelo STF no julgamento das ADIs 4.357 e 4.425, houve decisões judiciais determinando a aplicação do referido dispositivo legal até 25.03.2015. Para o período posterior, determinou-se a aplicação do Manual de Cálculos da Justiça Federal, por entender-se que a eficácia vinculante da declaração de inconstitucionalidade e respectiva modulação se aplicariam indistintamente às condenações judiciais e aos precatórios e RPVs.

13. Ocorre que, posteriormente, o Supremo Tribunal Federal voltou ao exame do tema, reconhecendo a repercussão geral do Recurso Extraordinário n. 870.947 (Tema n. 810, DJe-077/2015), devendo ser destacado o entendimento do eminente Relator Ministro Luiz Fux: "o Supremo Tribunal Federal, ao julgar as ADIs nº 4.357 e 4.425, declarou a inconstitucionalidade da correção monetária pela TR apenas quanto ao segundo período, isto é, quanto ao intervalo de tempo compreendido entre a inscrição do crédito em precatório e o efetivo pagamento. Isso porque a norma constitucional impugnada nas ADIs (art. 100, §12, da CRFB, incluído pela EC nº 62/09) referia-se apenas à atualização do precatório e não à atualização da condenação ao concluir-se a fase de conhecimento."

14. Em outra oportunidade, a Suprema Corte deferiu medida liminar nos autos da Reclamação nº 21.147 (Rel. Min. Carmem Lúcia) para suspender os efeitos da decisão proferida pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Sergipe, que havia afastado a aplicação do art. 1º-F da lei n. 9.494/97, sob o fundamento de que o STF lhe teria declarado a inconstitucionalidade a partir do julgamento das ADIs 4357 e 4425.

15. Sendo assim, tanto no RE n. 870.947-SE, quanto na Rcl. n. 21.147-MC, o STF deixou claro que não se manifestou sobre a constitucionalidade da Taxa Referencial e dos juros da poupança como índices aplicáveis às condenações judiciais, já que o julgado (ADIs 4357 e 4425) se restringiu a declarar como inconstitucional a utilização desses índices entre a inscrição do crédito em precatório e o efetivo pagamento.

16. Restou evidenciado, portanto, o equívoco acerca dos limites objetivos da declaração de inconstitucionalidade operada nas ADIs 4357 e 4425, quando da extensão da força vinculante desse julgado à fase anterior.

17. Por outro lado, em que pese não ter sido enfrentada, nas ADIs acima citadas, precisamente a questão da constitucionalidade da TR como índice de correção monetária aplicável às condenações judiciais contra a Fazenda Pública, a tese jurídica da inconstitucionalidade da utilização da TR como índice de correção monetária e reposição do valor real da moeda chegou a ser examinada naqueles julgamentos.

18. No acórdão proferido na ADI 4357-DF (Rel. Min. Carlos Ayres Brito), restou assentado que o índice oficial de remuneração da caderneta de poupança é manifestamente incapaz de preservar o valor real do crédito de que é titular o cidadão, de modo que o direito fundamental de propriedade (CF, art. 5º, XXII) acabaria violado nas hipóteses em que a atualização monetária dos débitos fazendários inscritos em precatórios perfaz-se segundo o aludido índice.

19. A seguir, um trecho do voto em que foi destacada de maneira enfática a inidoneidade da utilização da TR como índice de atualização monetária e o prejuízo dos credores da Fazenda Pública: "Basta ver que, nos últimos quinze anos (1996 a 2010), enquanto a TR (taxa de remuneração da poupança) foi de 55,77%, a inflação foi de 97,85%, de acordo com o IPCA".

20. De acordo com o em. Ministro relator, existe o objetivo constitucional no sentido de que a correção monetária deve preservar o valor real da obrigação, deixando o beneficiário e o sujeito passivo qualitativamente na mesma condição em que se encontravam no momento em que se formou a relação obrigacional.

21. Em vista desse raciocínio, concluiu que a utilização de índice de correção monetária que não faça com que o valor originário volte a ter um valor "atual", ou seja, na mesma expressão econômica que tinha antes da defasagem operada pela inflação, não cumprirá o mandamento constitucional da atualização monetária.

22. O eminente Ministro Luiz Fux, acompanhando o relator, entendeu que o índice oficial de remuneração da caderneta de poupança não é critério adequado para refletir o fenômeno inflacionário, notadamente porque a TR é um índice definido ex ante, que não leva em consideração a desvalorização da moeda. Vejamos o que disse o Ministro:

"Daí por que os índices criados especialmente para captar o fenômeno inflacionário são sempre definidos em momentos posteriores ao período analisado, como ocorre com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). A razão disso é clara: a inflação é sempre constatada em apuração ex post, de sorte que todo índice definido ex ante é incapaz de refletir a efetiva variação de preços que caracteriza a inflação".

23. Tendo em vista que a TR é formada a partir de critérios e cálculos que em nada se vinculam ao fenômeno inflacionário, posto que, ao longo do tempo, sempre esteve abaixo da inflação, sua aplicação é incapaz de suprir a defasagem do valor da moeda, importando em aniquilamento do direito de propriedade em seu núcleo essencial.

24. No que concerne às condenações judiciais, a aplicação de um índice de correção monetária visa à atualização do valor da moeda e ao resgate do poder aquisitivo, com incidência desde o fato jurígeno até o julgado que, em definitivo, reconhece o direito da parte ao objeto da pretensão. Em razão disso, a aplicação da Taxa Referencial é incapaz de cumprir tal objetivo, considerando os fundamentos acima expostos.

25. Assim sendo, é possível concluir que o meio escolhido pelo legislador (Taxa Referencial) é inidôneo a promover o fim a que se destina (traduzir a inflação do período), de modo que não atualiza o valor real da moeda, violando o direito fundamental de propriedade, previsto no art. 5º, caput e incisos XXII e XXIII, da Constituição Federal de 1988.

26. Em razão desses motivos, esta TNU entende inconstitucional a utilização da Taxa Referencial como índice de correção monetária a ser aplicável às condenações judiciais impostas à Fazenda Pública, razão pela qual deve ser considerado inconstitucional o dispositivo que determina a sua aplicação (art. 1º-F da Lei nº 9.494/97).

27. Por conseguinte, devem ser aplicados os índices de correção monetária previstos no Manual de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal (INPC, IPCA-E, SELIC, conforme o caso).

28. Com relação à taxa de juros de mora aplicável às condenações, deve ser observado o Manual de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal que dispõe que deve ser aplicada a disciplina prevista no art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, com as modificações operadas pela Lei n. 11.960/2009 (e, a partir de 2012, também com as modificações determinadas pela MP n. 567/2012, convertida na Lei n. 12.703/2012).

29. Ressalto que tal declaração de inconstitucionalidade já se operou em julgamento ocorrido na Sessão de 19.11.2015, no PEDILEF nº 0004986-16.2007.4.03.6310, de relatoria do Juiz Federal Boaventura João Andrade.

30. Fundados nessas premissas, é o caso de conhecer-se do incidente, dando-lhe parcial provimento para: (i) considerar comum o período de 06/03/1997 a 17/11/2003; (ii) determinar o retorno dos autos à TR de origem para reapreciação das provas, tendo em vista a necessidade de reexame da matéria de fato (recálculo do tempo para a aposentadoria), conforme a Questão de Ordem nº 20/TNU; (iii) e, em caso de existência de parcelas vencidas, determinar a aplicação das disposições constantes do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, com a redação conferida pela Lei 11.960/2009, no concernente aos juros de mora.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em CONHECER do incidente de uniformização, DANDO-LHE PARCIAL PROVIMENTO, nos termos do voto-ementa do relator. Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0503462-34.2014.4.05.8311

ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

REQUERENTE: MÂNOEL ELIAS DOS SANTOS

PROC./ADV.: JOÃO CAMPIELLO VARELLA NETO

OAB: PE-30 341

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. VIGILANTE. PERICULOSIDADE. PERÍODO ANTERIOR E POSTERIOR AO DECRETO 2.172/97. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. QUESTÃO DE ORDEM Nº 20/TNU. PROVIMENTO PARCIAL DO INCIDENTE. REJULGAMENTO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual a parte autora pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que deixou de reconhecer as condições especiais do exercício da atividade profissional de vigilante.

2. O aresto combatido considerou que não estava presente o requisito ao reconhecimento da especialidade no exercício da função de vigilante nos períodos mencionados, uma vez que não comprovado o porte de arma de fogo, no período anterior a 29/04/1995, bem como ante a ausência de exposição a agentes nocivos indicados no Decreto n. 2.172/97.

3. A parte autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado(s) paradigma(s) que, em alegada(s) hipótese(s) semelhante(s), entendeu(ram) (i) ser possível o reconhecimento da especialidade da atividade de vigilante antes de 29/04/1995, independente da comprovação de arma de fogo e (ii) ser exemplificativo o rol de agentes nocivos previstos no Decreto nº 2.172/97, sendo possível o reconhecimento da especialidade da atividade desde que demonstrado através de provas técnicas.

4. Do cotejo entre o acórdão combatido e os julgados paradigmas, observo que está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ocorrência de similitude fática entre os julgados recorridos e os precedentes apresentados.

5. Isto porque se partiu do mesmo fato (de mesma natureza) para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente): no caso recorrido, entendeu-se incabível o reconhecimento da atividade de vigilante como especial, antes de 29/04/1995, ante a não comprovação do porte de arma de fogo, e, após o advento do Decreto nº 2.172/97, em razão da exclusão da atividade de vigilante como perigosa; contrariamente aos paradigmas (Súmula 26/TNU e das Turmas Recursais de Sergipe e Rio Grande do Sul).

6. Assim, presente a divergência de interpretação, passo ao exame do mérito do pedido de uniformização de interpretação.

7. No acórdão recorrido, a Turma Recursal de origem negou o reconhecimento das condições especiais do exercício de atividade profissional de vigilante, sob o seguinte fundamento:

"[...] 07/03/1988 a 31/08/1988 e 29/04/1995 A 14/03/2007. O autor trabalhou como vigia/vigilante e pretende ver reconhecida a especialidade trazendo apenas a CTPS (anexo 5).

Acolho o entendimento de que a atividade de vigilante, mesmo com comprovação de porte de arma de fogo só pode ser enquadrada como especial até o advento do Decreto nº 2.172/1997, conforme posição da TNU:

**PREVIDENCIÁRIO - VIGILANTE QUE PORTA ARMA DE FOGO - POSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO DO TEMPO DE SERVIÇO COMO ESPECIAL SOMENTE ATÉ A EDIÇÃO DO DECRETO 2.172/97 DE 05/04/1997, DESDE QUE HAJA COMPROVAÇÃO DO USO DE ARMA DE FOGO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE [...]** 4. A jurisprudência desta TNU se consolidou no sentido de que entre a Lei nº 9.032, de 28.04.1995, e o Decreto nº 2.172, de 05.03.1997, é admissível a qualificação como especial da atividade de vigilante, eis que prevista no item 2.5.7 do anexo ao Decreto nº 53.831, de 1964, cujas tabelas vigoraram até o advento daquele, sendo necessária a prova da periculosidade (mediante, por exemplo, prova do uso de arma de fogo). No período posterior ao citado Decreto nº 2.172, de 05.03.1997, o exercício da atividade de vigilante deixou de ser previsto como apto a gerar a contagem em condições especiais. [...] Processo PEDIDO 200972600004439 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. Relator(a): JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY. Fonte: DJ 09/11/2012)

Em se tratando de pedido de reconhecimento de labor especial por presunção de insalubridade da atividade de vigilante/vigia, em período anterior à Lei nº 9.032/1995, devem-se observar os ditames da Súmula nº 26, da c. TNU, consoante a qual, "A atividade de vigilante enquadra-se como especial, equiparando-se à de guarda, elencada no item 2.5.7. do Anexo III do Decreto n. 53.831/64". Revele-se, por oportuno, que o precedente que deu origem à sumula (Processo nº 2002.83.20.00.2734-4/PE envolvia situação na qual o trabalho de vigilante fora desempenhado mediante uso de arma de fogo. O uso da arma de fogo, portanto, é decisivo para fins de configuração da nocividade, conforme precedentes da TNU (PEDILEF 2006.83.00.51.6040-8 e 2008.72.95.00.1434-0). Como se pode ver, o autor não tem direito a contagem diferenciada."

8. Entendo que o labor como vigilante e/ou vigia pode ser reconhecido como especial pelo simples exercício da atividade até o advento da Lei nº 9.032, de 28/04/1995, por equiparação à função de guarda, prevista no código 2.5.7 do quadro anexo ao Decreto nº 53.831/64 (5007581-74.2011.404.7104, Sexta Turma, Relator p/ Acórdão Paulo Paim da Silva, D.E. 31/01/2013; APELREEX 5000894-30.2010.404.7100, Sexta Turma, Relator p/ Acórdão Celso Kipper, D.E. 15/03/2013; e APELREEX 0008548-21.2012.404.9999, Sexta Turma, Relator Nefi Cordeiro, D.E. 03/12/2012).

9. Com efeito, cuida-se de atividade perigosa que expõe o trabalhador à possibilidade de ocorrência de algum evento danoso que coloque em risco a sua própria vida. Assim, cabe ao vigia / vigilante particular / guarda privado evitar referidos riscos, o que caracteriza esta atividade como perigosa em razão da constante exposição ao risco e ao próprio estresse inerente a tal exercício profissional, ainda que sem a utilização de arma de fogo (5007581-74.2011.404.7104, Sexta Turma, Relator p/ Acórdão Paulo Paim da Silva, D.E. 31/01/2013).

10. É assim que dispõe a Súmula nº 026 desta TNU: "A atividade de vigilante enquadra-se como especial, equiparando-se à de guarda, elencada no item 2.5.7. do Anexo III do Decreto n. 53.831/64."

11. Todavia, a partir da vigência da Lei nº 9.032, de 28/04/1995, não se admite mais o simples enquadramento por atividade profissional: deve o segurado comprovar a efetiva exposição aos "agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física" (§ 4º do art. 57 da Lei nº 8.213/91, com a redação dada pela Lei nº 9.032/95), o que pode se verificar, no caso dos vigilantes, pelo uso de arma de fogo.

12. Noutras palavras, entre a Lei nº 9.032/95 e o Decreto nº 2.172, de 05/03/1997, mostra-se possível o reconhecimento da especialidade da atividade de vigilante, porquanto prevista no item 2.5.7 do anexo do Decreto nº 53.831/64 (cujas tabelas vigoraram até o advento do Decreto nº 2.172/97), desde que comprovada a periculosidade mediante, por exemplo, a demonstração do uso de arma de fogo (PE-

DILEF 50042281720114047204, Rel. Juiz Federal WILSON JOSÉ WITZEL, DOU 23/10/2015, páginas 121/169).

13. No período posterior ao Decreto nº 2.172, de 05/03/1997, a orientação jurisprudencial era no sentido de que o exercício da atividade de vigilante não poderia mais gerar a contagem em condições especiais (PEDILEF 05169584220094058300, JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DJ 26/10/2012).

14. Entretanto, tal entendimento restou alterado, em 09/2015, com o julgamento do PEDILEF nº 5013864-16.2011.4.04.7201, DOU 06/11/2015, páginas 138/358.

15. No referido julgado, esta Turma Nacional de Uniformização reviu o seu entendimento, alinhando-o à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, fixando a tese de que é possível o reconhecimento de tempo especial prestado com exposição ao agente nocivo periculosidade, na atividade de vigilante, em data posterior a 05/03/1997, desde que laudo técnico comprove a permanente exposição à atividade nociva.

16. O PEDILEF nº 50012383420124047102 (rel. Juiz Federal Bruno Leonardo Câmara Carrá, j. 06.08.2014) assentou que:

"3. Nessa ordem de idéias, considero, venia concessa, que os derradeiros julgados desta TNU acima citados afastaram-se do posicionamento que é franca e pacificamente adotado pelo Superior Tribunal de Justiça sobre o assunto. De fato, a Corte Federal decidiu que é possível o reconhecimento de tempo especial do trabalho prestado com exposição ao agente nocivo eletricidade em data posterior a 05 de março de 1997, desde que o laudo técnico comprove a permanente exposição do eletricitário à atividade nociva independentemente de considerar a previsão dele em legislação específica. Tanto é deste modo que, diferentemente da TNU, o STJ não fixou qualquer limite temporal para que se deixasse de contar o período em labor de eletricitário como especial. 3.1. Ao que tudo leva a crer, o que Superior Tribunal de Justiça teve como firme, foi que a nova redação dada pela Lei no. 9.032/95 ao art. 57 da Lei de Benefícios da Previdência Social não limitou a considerar como tempo de serviço especial apenas aqueles que fossem previstos em Lei ou Regulamento da previdência e sim todos aqueles resultantes da ação efetiva de "agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física," (art. 57, § 4º)" (grifei).

17. Nestes termos, impõe-se o conhecimento do incidente de uniformização de jurisprudência, pela ocorrência da divergência, dando-se parcial provimento ao recurso da parte autora, para firmar as teses de que: (1) até 28/04/1995, a ocupação de vigilante / vigia pode ser reconhecida como especial pela simples atividade, por equiparação à função de guarda prevista no código 2.5.7 do quadro anexo ao Decreto nº 53.831/64; (2) de 29/04/1995 a 05/03/1997, é possível o reconhecimento da especialidade da atividade de vigilante, desde que comprovada a periculosidade, mediante demonstração, por exemplo, do uso de arma de fogo; e (3) por fim, após 05/03/1997, também é possível reconhecer o labor sob condições especiais, em razão da periculosidade constante na atividade de vigilante, se houver comprovação mediante laudo técnico.

18. Desse modo, implicando o provimento do recurso, quanto à matéria de direito, na necessidade de reexame da matéria de fato, é o caso de retornarem os autos à TR de origem para reapreciação das provas, conforme a Questão de Ordem nº 20/TNU.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO interposto, porém, DANDO-LHE PARCIAL PROVIMENTO, nos termos do voto-ementa do relator. Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0503651-94.2013.4.05.8101

ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ

REQUERENTE: MÂNELO MESSIAS BARBOSA LIMA

PROC./ADV.: ELIANA GARCIA DE FREITAS

OAB: CE-24462

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. ELETRICIDADE ACIMA DE 250 VOLTS. PERÍODO POSTERIOR AO DECRETO 2.172/97. RECONHECIMENTO CABÍVEL. ROL DE AGENTES NOCIVOS. CARÁTER EXEMPLIFICATIVO. RECURSO REPETITIVO DO STJ. QUESTÃO DE ORDEM Nº 20/TNU. INCIDENTE PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que deixou de reconhecer as condições especiais do exercício da atividade profissional com exposição à eletricidade após 05/03/1997.

2. O aresto combatido considerou que não estava presente o requisito ao reconhecimento da especialidade no exercício da função com exposição à eletricidade após 05/03/1997, uma vez que não comprovada a exposição aos agentes nocivos indicados na legislação pertinente.

3. A parte autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado(s) paradigma(s) que, em alegada(s) hipótese(s) semelhante(s), entendeu(ram) ser exemplificativo o rol de agentes nocivos previstos no Decreto nº 2.172/97, sendo possível o reconhecimento da especialidade da atividade desde que demonstrado através de provas técnicas.

4. Do cotejo entre o acórdão combatido e um dos julgados paradigmas, observo que está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ocorrência de similitude fática entre os julgados recorridos e os precedentes apresentados.

5. Isto porque se partiu do mesmo fato (de mesma natureza) para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente): no caso recorrido, entendeu-se incabível o reconhecimento da atividade de vigilante como especial, após o advento do Decreto nº 2.172/97; contrariamente ao paradigma (STJ, REsp 1170672/RS).

6. Assim, presente a divergência de interpretação, passo ao exame do mérito do pedido de uniformização de interpretação.

7. O acórdão recorrido manteve a sentença por seus próprios fundamentos, a qual negou o reconhecimento das condições especiais do exercício de atividade profissional com exposição à eletricidade após 05/03/1997, sob o seguinte fundamento:

"[...] No caso em apreço, o suplicante comprovou, por meio de sua CTPS (anexo4), bem como em razão do CNIS acostado (anexo13), ter laborado para a COELCE de 03/01/1986 a julho de 2013. Por sua vez, o perfil profissiográfico apresentado (anexo 5), expõe que o requerente, neste período, foi submetido a tensões acima de 250 volts.

Embora não seja possível depreender do referido perfil profissiográfico se a exposição do autor ao agente nocivo informado ocorreu de forma habitual e permanente, observa-se que consta Laudo Técnico Pericial (anexo 8) afirmando que tal fato assim ocorreu, concluindo que, nos períodos em que o demandante esteve exposto ao agente eletricidade, os trabalhos foram realizados em locais onde havia riscos de acidentes.

De logo, percebe-se que a atividade desempenhada pelo requerente, de 03/01/1986 a 31/10/1987, enquadra-se na descrição prevista no item "1.1.8" do Quadro Anexo do Decreto 53.831/64, motivo pelo qual referido período deve ser reconhecido como especial, ao contrário do que fizera o INSS, reconhecendo apenas o período de 1º/11/1987 a 05/03/1997.

Contudo, vale ressaltar que, após 5 de março de 1997, com a edição do Decreto 2.172/97, a eletricidade deixou de constar na relação de agentes nocivos. Por conseguinte, os únicos agentes físicos listados passaram a ser ruído, vibrações, radiações ionizantes, temperaturas anormais e pressão atmosférica anormal.

Ademais, uma vez que a especialidade da atividade exercida com exposição à eletricidade é fundada na periculosidade, tem-se que, a partir do referido Decreto, não é mais possível aposentadoria especial por periculosidade." (grifei)

8. De início, reconheço julgados recentes deste Colegiado no sentido da taxatividade das atividades especiais previstas no Decreto nº 2.172/97: PEDILEF nºs 05028612120104058100 (rel. JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA, j. 09.04.2014) e 05068060320074058300 (rel. JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY, j. 07.05.2014).

9. Não obstante estes julgados, filio-me ao entendimento no sentido da possibilidade de reconhecimento como especial da atividade com exposição à eletricidade, mesmo após 05/03/1997 (advento do Decreto nº 2.172/97), uma vez comprovada a exposição habitual e permanente a agentes cujo caráter de nocividade à saúde do trabalhador seja demonstrada/apontada por meios técnicos idôneos ou na legislação trabalhista.

10. Forte neste entendimento, em relação ao agente eletricidade, o Colendo STJ, em sede de Recurso Especial Repetitivo, deixou assentado que, "no caso concreto, o Tribunal de origem embasou-se em elementos técnicos (laudo pericial) e na legislação trabalhista para reputar como especial o trabalho exercido pelo recorrido, por consequência da exposição habitual à eletricidade, o que está de acordo com o entendimento fixado pelo STJ" (REsp 1306113/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 14/11/2012, DJe 07/03/2013).

11. Naquele julgado, apontou-se ainda que "sob interpretação sistêmica do tema, não há como atribuir aos arts. 57 e 58 da Lei 8.213/1991 a intenção do legislador de exaurir o rol de agentes nocivos ensejadores da aposentadoria especial, não podendo ser ignoradas as situações consideradas pela técnica médica e pela legislação correlata como prejudiciais à saúde do trabalhador, sem olvidar a necessária comprovação do trabalho permanente, não ocasional, nem intermitente, em condições especiais".

12. Veja-se que as razões expostas pela Corte Especial trataram como exemplificativo todo o rol de agentes nocivos.

13. O paradigma do STJ se fundamentou ainda na previsão da CLT, em seu art. 193, inciso I, segundo o qual "são consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a: I - inflamáveis, explosivos ou energia elétrica".

14. Neste sentido, aponto julgado deste Colegiado que, na Sessão de Julgamento de 06.08.2014, examinando o que decidido pelo STJ no REsp. 1.306.113/SC, modificou seu entendimento anterior no sentido de que o reconhecimento pelo STJ do caráter perigoso da eletricidade deveu-se à existência de legislação específica apontando a periculosidade, no caso a Lei nº 7.369/85.

15. De fato, no PEDILEF nº 50012383420124047102 (rel. Juiz Federal Bruno Leonardo Câmara Carrá, j. 06.08.2014), assentou-se que:

"3. Nessa ordem de idéias, considero, venia concessa, que os derradeiros julgados desta TNU acima citados afastaram-se do posicionamento que é franca e pacificamente adotado pelo Superior Tribunal de Justiça sobre o assunto. De fato, a Corte Federal decidiu que é possível o reconhecimento de tempo especial do trabalho prestado com exposição ao agente nocivo eletricidade em data posterior a 05 de março de 1997, desde que o laudo técnico comprove a permanente exposição do eletricitário à atividade nociva independentemente de



considerar a previsão dele em legislação específica. Tanto é deste modo que, diferentemente da TNU, o STJ não fixou qualquer limite temporal para que se deixasse de contar o período em labor de eletricitário como especial. 3.1. Ao que tudo leva a crer, o que Superior Tribunal de Justiça teve como firme, foi que a nova redação dada pela Lei no. 9.032/95 ao art. 57 da Lei de Benefícios da Previdência Social não limitou a considerar como tempo de serviço especial apenas aqueles que fossem previstos em Lei ou Regulamento da previdência e sim todos aqueles resultantes da ação efetiva de "agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física," (art. 57, § 4o) (grifei).

16. Fixadas essas premissas, chego ao caso concreto, no qual os julgados das instâncias anteriores afirmaram que o autor apresentou PPP e laudo pericial, demonstrando a exposição à tensão elétrica superior a 250 volts, de modo habitual e permanente, não ocasional, nem intermitente, situação fática sobre a qual não comporta rediscussão (Súmula 42 da TNU).

17. Nestes termos, impõe-se o conhecimento do incidente de uniformização de jurisprudência, pela ocorrência da divergência, dando-se parcial provimento ao recurso da parte autora, para firmar a tese da possibilidade de reconhecimento da especialidade de atividade com exposição à eletricidade, mesmo após o advento do Decreto nº 2.172/97, desde que prova técnica comprove a habitual e permanente exposição do segurado ao fator de risco "eletricidade" acima de 250 volts.

18. Desse modo, implicando o provimento do recurso, quanto à matéria de direito, na necessidade de reexame da matéria de fato (atingir-se o tempo para a aposentadoria), é o caso de retornarem os autos à TR de origem para reapreciação das provas, conforme a Questão de Ordem nº 20/TNU.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO interposto, porém, DANDO-LHE PARCIAL PROVIMENTO, nos termos do voto-ementa do relator. Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0503767-51.2014.4.05.8300

ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco

REQUERENTE: JOSÉ OTAVIO PEREIRA GOMES

PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

#### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. VIGILANTE ARMADO. PERICULOSIDADE. PERÍODO POSTERIOR AO DECRETO 2.172/97. RECONHECIMENTO CABÍVEL. ROL DE AGENTES NOCIVOS. CARÁTER EXEMPLIFICATIVO. RECURSO REPETITIVO DO STJ. QUESTÃO DE ORDEM Nº 20/TNU. INCIDENTE PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que deixou de reconhecer as condições especiais do exercício da atividade profissional de vigilante após 05/03/1997.

2. O aresto combatido considerou que não estava presente o requisito ao reconhecimento da especialidade no exercício da função de vigilante após 05/03/1997, uma vez que não comprovada a exposição aos agentes nocivos indicados na legislação pertinente.

3. A parte autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado(s) paradigma(s) que, em alegada(s) hipótese(s) semelhante(s), entendeu(ram) ser exemplificativo o rol de agentes nocivos previstos no Decreto nº 2.172/97, sendo possível o reconhecimento da especialidade da atividade desde que demonstrado através de provas técnicas.

4. Do cotejo entre o acórdão combatido e um dos julgados paradigmas, observo que está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ocorrência de similitude fática entre os julgados recorridos e os precedentes apresentados.

5. Isto porque se partiu do mesmo fato (de mesma natureza) para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente): no caso recorrido, entendeu-se incabível o reconhecimento da atividade de vigilante como especial, após o advento do Decreto nº 2.172/97; contrariamente ao paradigma (STJ, REsp 1306113/SC).

6. Assim, presente a divergência de interpretação, passo ao exame do mérito do pedido de uniformização de interpretação.

7. No acórdão recorrido, a Turma Recursal de origem, negou o reconhecimento das condições especiais do exercício de atividade profissional de vigilante após 05/03/1997, sob o seguinte fundamento: "[...] A TNU, a se turno, entende que entre a vigência da Lei nº 9032/95 e a edição do Decreto nº 2172/97, de 05/03/97, é admissível o enquadramento do vigilante como atividade especial, desde que tenha havido o uso de arma de fogo, demonstrativo da periculosidade. Eis o trecho do precedente (Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal nº 200972600004439, Relator: Juiz Federal Vladimir Santos Vitovsky, DJ 09/11/2012):

'A jurisprudência desta TNU se consolidou no sentido de que entre a Lei nº9.032, de 28.04.1995, e o Decreto nº 2.172, de 05.03.1997, é admissível a qualificação como especial da atividade de vigilante, eis que prevista no item 2.5.7 do anexo ao Decreto nº 53.831, de 1964,

cujas tabelas vigoraram até o advento daquele, sendo necessária a prova da periculosidade (mediante, por exemplo, prova do uso de arma de fogo). No período posterior ao citado Decreto nº 2.172, de 05.03.1997, o exercício da atividade de vigilante deixou de ser previsto como apto a gerar a contagem em condições especiais(negritos inexistentes no original).'

Nesse diapasão, verifico que não assiste razão ao recorrente. É que os períodos laborados na função de vigia/vigilante, após 05/03/97, por força do Decreto n. 2.172/97, não são mais considerados como especiais em razão da supressão do agente 'periculosidade'."

8. De início, aponto que não se trata de reexame de prova, uma vez que a sentença foi expressa ao apontar que o PPP e o LTCAT apresentados pela parte autora informam que o segurado sempre exerceu a atividade de vigilante portando arma de fogo.

9. No caso, se está diante de uma reavaliação da prova, que "presupõe contrariedade a um princípio ou a uma regra jurídica no campo probatório, como ocorre, verbi gratia, em relação à qualificação jurídica de um documento" (STJ, Resp. 37072/RJ, 4ª T. rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJU 05.12.1994, pg. 33.563), porquanto se alega que o julgado recorrido teria negado validade jurídica aos documentos apresentados pela parte autora, não os acolhendo por não terem supostamente respaldo legal.

10. Por outro lado, reconheço julgados recentes deste Colegiado no sentido do não cabimento do reconhecimento, como especial, da atividade de vigilante desenvolvida após o advento do Decreto nº 2.172/97: PEDILEF nºs 05028612120104058100 (rel. JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA, j. 09.04.2014) e 05068060320074058300 (rel. JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY, j. 07.05.2014)

11. Não obstante estes julgados, filio-me ao entendimento no sentido da possibilidade de reconhecimento como especial da atividade de vigilante, mesmo após 05.03.1997 (advento do Decreto nº 2.172/97), uma vez comprovada a exposição o agente nocivo da periculosidade que é o porte de arma de fogo no exercício da profissão.

12. E o faço assentado no entendimento de que o rol de agentes e atividades nocivos à saúde do trabalhador descritos no Decreto nº 2.172/97 possui caráter exemplificativo, portanto, passível de ser complementado/estendido à atividade e a agentes cujo caráter de nocividade à saúde do trabalhador seja demonstrada/apontada por meios técnicos idôneos ou na legislação trabalhista.

13. Forte neste entendimento, em relação ao agente eletricidade, o Colendo STJ, em sede de Recurso Especial Repetitivo, deixou assentado que, "no caso concreto, o Tribunal de origem embasou-se em elementos técnicos (laudo pericial) e na legislação trabalhista para reputar como especial o trabalho exercido pelo recorrido, por consequência da exposição habitual à eletricidade, o que está de acordo com o entendimento fixado pelo STJ" (REsp 1306113/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 14/11/2012, DJe 07/03/2013).

14. Naquele julgado, apontou-se ainda que "sob interpretação sistemática do tema, não há como atribuir aos arts. 57 e 58 da Lei 8.213/1991 a intenção do legislador de exaurir o rol de agentes nocivos ensejadores da aposentadoria especial, não podendo ser ignoradas as situações consideradas pela técnica médica e pela legislação correlata como prejudiciais à saúde do trabalhador, sem olvidar a necessária comprovação do trabalho permanente, não ocasional, nem intermitente, em condições especiais".

15. Veja-se, embora tratando de caso concreto envolvendo a eletricidade, as razões expostas pela Corte Especial trataram como exemplificativa de todo o rol de agentes nocivos, donde há de se reconhecer que o entendimento também alcança hipóteses de periculosidade, pelas razões que a seguir exponho.

16. Para aquela hipótese, enfrentada pelo STJ, em que o agente nocivo foi a eletricidade, dispõe a CLT, em seu art. 193, inciso I, que "são consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a: I - inflamáveis, explosivos ou energia elétrica".

17. No caso dos autos, aplicando-se a mesma razão levada em conta pelo STJ para reconhecer a atividade de eletricista como perigosa, tem lugar o disposto no inciso II do art. 193 da CLT, que considera como atividade ou operação perigosa a exposição permanente do trabalhador a "roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial", em franca referência, portanto, à atividade do vigilante.

18. Não há razão para dar-se tratamento diferenciado a hipóteses equiparáveis, posto que, tanto no que se refere à eletricidade quanto à vigilância armada, tem-se que configuram hipóteses reconhecidas como perigosas pela "legislação correlata", condição pontuada pelo STJ como suficiente à declaração de especialidade da atividade laborativa.

19. Neste sentido, aponto julgado deste Colegiado que, na Sessão de Julgamento de 06.08.2014, examinando o que decidido pelo STJ no REsp. 1.306.113/SC, modificou seu entendimento anterior no sentido de que o reconhecimento pelo STJ do caráter perigoso da eletricidade deveu-se à existência de legislação específica apontando a periculosidade, no caso a Lei nº 7.369/85.

20. De fato, no PEDILEF nº 50012383420124047102 (rel. Juiz Federal Bruno Leonardo Câmara Carrá, j. 06.08.2014), assentou-se que:

"3. Nessa ordem de idéias, considero, venia concessa, que os derradeiros julgados desta TNU acima citados afastaram-se do posicionamento que é franca e pacificamente adotado pelo Superior Tribunal de Justiça sobre o assunto. De fato, a Corte Federal decidiu que é possível o reconhecimento de tempo especial do trabalho prestado com exposição ao agente nocivo eletricidade em data posterior a 05 de março de 1997, desde que o laudo técnico comprove a permanente exposição do eletricitário à atividade nociva independentemente de considerar a previsão dele em legislação específica. Tanto é deste

modo que, diferentemente da TNU, o STJ não fixou qualquer limite temporal para que se deixasse de contar o período em labor de eletricitário como especial. 3.1. Ao que tudo leva a crer, o que Superior Tribunal de Justiça teve como firme, foi que a nova redação dada pela Lei no. 9.032/95 ao art. 57 da Lei de Benefícios da Previdência Social não limitou a considerar como tempo de serviço especial apenas aqueles que fossem previstos em Lei ou Regulamento da previdência e sim todos aqueles resultantes da ação efetiva de "agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física," (art. 57, § 4o) (grifei).

21. Fixadas essas premissas, chego ao caso concreto, no qual os julgados das instâncias anteriores afirmaram que "foram anexados ao processo PPP e laudo técnico (anexo 6), os quais informam que o autor exerceu a atividade de vigilante portando arma de fogo" (sentença), situação fática sobre a qual não comporta rediscussão (Súmula 42 da TNU).

22. Nestes termos, impõe-se o conhecimento do incidente de uniformização de jurisprudência, pela ocorrência da divergência, dando-se parcial provimento ao recurso da parte autora, para firmar a tese de que a atividade de vigilante, quando exercida mediante o porte de arma de fogo, deve ser reconhecida como especial, mesmo após o advento do Decreto nº 2.172/97.

23. Isto porque, implicando o provimento do recurso, quanto à matéria de direito, na necessidade de reexame da matéria de fato (atingir-se o tempo para a aposentadoria especial), é o caso de retornarem os autos à TR de origem para reapreciação das provas, conforme a Questão de Ordem nº 20/TNU.

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO interposto, porém, DANDO-LHE PARCIAL PROVIMENTO, nos termos do voto-ementa do relator. Brasília/DF, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0022366-06.2012.4.03.6301

ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo

REQUERENTE: ANA MARIA SILVA DOS SANTOS

PROC./ADV.: ANA MARIA HERNANDES FÉLIX

OAB: SP-138915

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

#### EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. LESÃO, AINDA QUE EM GRAU MÍNIMO, CONFERE DIREITO À OBTENÇÃO DE AUXÍLIO-ACIDENTE, NOS TERMOS DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ E DESTA COLEGIADO. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 020 DESTA TNU. ADEQUAÇÃO DO JULGADO. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.

1. Trata-se de pedido nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte autora em face de acórdão exarado por Turma Recursal dos JEFs da Seção Judiciária do Estado de São Paulo, com o seguinte teor:

VOTO - EMENTA

Vistos em inspeção.

BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. PRINCÍPIOS DA ECONOMIA E CELERIDADE PROCESSUAL. PERÍCIA DESFAVORÁVEL. INCAPACIDADE NÃO COMPROVADA. EXTINÇÃO DO PROCESSO COM JULGAMENTO DO MÉRITO. NEGATIVA DE PROVIMENTO AO RECURSO DA PARTE AUTORA. APLICAÇÃO DO ART. 46 DA LEI 9099/95 C/C ART. 1º DA LEI 10.259/2001.

1. Ação proposta para obtenção do benefício de auxílio-doença ou auxílio-acidente cujo pedido fora julgado improcedente por ausência de requisito indispensável, qual seja, ausência da capacidade laborativa ou sua redução.

2. A ausência de intimação para eventual impugnação ao laudo pericial após sua anexação pelo perito, ou do juiz designar audiência de instrução para produção concentrada da prova, não implica em cerceamento de defesa ou qualquer ofensa aos princípios constitucionais do devido processo legal e da ampla defesa, na medida em que o procedimento sumário adotado pelas Leis 9.099/95 e 10.259/01 para os processos que tramitam perante o Juizado Especial tem por fundamento os princípios da economia, da simplicidade e celeridade processuais que autorizam o juiz, diante de caso que depende exclusivamente da prova técnica, dispensar a realização de outros atos processuais e passe imediatamente à sentença.

3. Laudo pericial desfavorável. Prova realizada por perito de confiança do juízo cujas conclusões estão embasadas nos documentos médicos constantes dos autos e principalmente no exame clínico direto.

4. Existência de doença que, por si só, não caracteriza incapacidade.

5. Desnecessária a realização de novas perícias na medida em que inexistem contradições entre as informações constantes do laudo que indiquem imprecisão na colheita da prova, bem como de quesito prejudicado por resposta anterior do qual decorrer logicamente ser incabível referida investigação não implica em omissão do laudo pericial.

6. Os peritos credenciados neste Juizado têm condições técnicas de avaliar os autores nas diversas áreas médicas, já que são expert quanto às condições ou não de os segurados estarem aptos ao trabalho habitual, situação que não se confunde com o conhecimento necessário para conduzir o tratamento destinado à cura ou melhoria do estado clínico do paciente. As únicas exceções a essa regra são as especialidades de psiquiatria e oftalmologia, as quais necessitam de conhecimentos específicos e eventualmente de aparelhagem adequada para verificação do grau de aptidão para as atividades laborais dos segurados do INSS.

7. Documentos médicos apresentados após a sentença constituem inovação e devem ser examinados em novo pedido na seara administrativa do INSS e, negado o benefício, em nova ação judicial. Quanto aos exames com data anterior a realização da perícia deveriam ter sido apresentados no momento oportuno e, ipso facto, incidente ao caso concreto o instituto processual da preclusão da prova.

8. Inocorrência de error in judicando que autorize a reforma do julgado.

9. Manutenção da sentença, nos termos do artigo 46 da Lei 9.099/1995 c/c artigo 1º da Lei 10.259/2001.

10. Condenação da parte autora ao pagamento de honorários advocatícios, fixados em R\$ 1.000,00 (mil reais) nos termos do art. 20, § 4º do Código de Processo Civil, considerando a baixa complexidade do tema e do pequeno valor causa, o qual somente ocorrerá se comprovado que possa efetua-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família nos termos dos artigos 11 e 12 da Lei n.º 1.060/1950. Sustenta a parte autora, em síntese, que: (a) o acórdão atacado adota entendimento diverso do Superior Tribunal de Justiça; e (b) segundo a referida Corte Superior, é devido o auxílio-acidente, inclusive nos casos de lesão mínima.

Aponta como paradigma o REsp n.º 1.109.591 / SC.

2. O Min. Presidente desta TNU encaminhou os autos para melhor exame.

3. Segundo o STJ, a limitação da capacidade laborativa, mesmo que em mínimo grau, assegura o direito à percepção do auxílio-acidente:

**PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. AUXÍLIO-ACIDENTE. LESÃO MÍNIMA. DIREITO AO BENEFÍCIO.** 1. Conforme o disposto no art. 86, caput, da Lei 8.213/91, exige-se, para concessão do auxílio-acidente, a existência de lesão, decorrente de acidente do trabalho, que implique redução da capacidade para o labor habitualmente exercido. 2. O nível do dano e, em consequência, o grau do maior esforço, não interferem na concessão do benefício, o qual será devido ainda que mínima a lesão. 3. Recurso especial provido. (REsp 1109591 / SC, Terceira Seção, Rel. Min. CELSO LIMONGI, DJe 08/09/2010) (grifei)

**PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-ACIDENTE. DISACUSIA. ACÓRDÃO DE ORIGEM QUE CONCLUIU PELA INEXISTÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE. REVISÃO DA CONCLUSÃO ADOTADA NA ORIGEM. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.** I. Conforme decidido pela 3ª Seção desta Corte, no julgamento do Recurso Especial 1.095.523/SP, admitido como representativo da controvérsia (art. 543-C do CPC), "estando presentes os requisitos legais exigidos para a concessão do auxílio-acidente com base no art. 86, § 4º, da Lei n.º 8.213/91 - deficiência auditiva, nexo causal e a redução da capacidade laborativa -, não se pode recusar a concessão do benefício acidentário ao obreiro, ao argumento de que o grau de disacusia verificado está abaixo do mínimo previsto na Tabela de Fowler" (STJ, REsp 1.095.523/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, TERCEIRA SEÇÃO, DJe de 05/11/2009). II. No julgamento do Recurso Especial 1.109.591/SC, igualmente admitido como representativo da controvérsia (art. 543-C do CPC), a Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento no sentido de que, para a concessão de auxílio-acidente, exige-se a existência de lesão, decorrente de acidente do trabalho, que implique a redução da capacidade laborativa, bem como que "O nível do dano e, em consequência, o grau do maior esforço, não interferem na concessão do benefício, o qual será devido ainda que mínima a lesão" (STJ, REsp 1.109.591/SC, Rel. Ministro CELSO LIMONGI (Desembargador Convocado do TJ/SP), TERCEIRA SEÇÃO, DJe de 08/09/2010). III. (...). IV. Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp 446477 / RJ, Segunda Turma, Rel. Min. ASSUETE MAGALHÃES, DJe 23/10/2014) (grifei)

Saliento que assim já decidimos nos autos do PEDILEF n.º 50044044120124047113 e em outros julgados: **PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-ACIDENTE. BENEFÍCIO NEGADO PELA AUSÊNCIA DE INCAPACIDADE LABORAL PARCIAL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. LESÃO MÍNIMA. DIREITO AO BENEFÍCIO. PROVIMENTO DO INCIDENTE.** 1. Trata-se de Incidente de Uniformização pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, reformando a sentença, indeferiu pedido de concessão de auxílio-acidente. 2. O aresto combatido considerou não estarem presentes os requisitos à concessão do benefício, sob o entendimento de que do acidente sofrido resultou a incapacidade total para a atividade habitualmente exercida, quando seria "necessário que tenha havido redução da capacidade laborativa para a atividade habitualmente exercida", além de apontar que há plena capacidade para a atividade atual, de modo que "o autor foi reabilitado para função diversa". 3. A parte-autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado que, em alegada hipótese semelhante, entendeu que. 4. A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre

decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º). 5. Do cotejo entre o acórdão combatido e o julgado paradigma, observo que está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ocorrência de similitude fática e jurídica entre os julgados recorridos e paradigma. 6. Isto porque se partiu do mesmo fato para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente): no caso recorrido entendeu-se que a incapacidade total para a atividade habitualmente exercida não enseja a concessão do auxílio-acidente; já nos paradigmas (EDRESP. 104979/SP/STJ; Processo nº 00031447720074036317/1ª TR-SP; Processo nº 00352134520094036301, 2ª TR-SP), entendeu-se que a incapacidade plena para a atividade habitual dá ensejo ao recebimento do benefício previdenciário. 7. Assim, presente a divergência de interpretação, passo ao exame do mérito do pedido de uniformização de interpretação. 8. De início, consigno que no acórdão recorrido, a Turma Recursal de origem, reformando a sentença, indeferiu pedido de concessão de auxílio-acidente, sob os seguintes fundamentos: "Necessário que tenha havido redução da capacidade laborativa para a atividade habitualmente exercida. No caso dos autos, do acidente resultou incapacidade para a atividade habitualmente exercida, de modo que não se justifica a concessão do benefício de caráter indenizatório. Ademais, o perito é bastante claro quanto à capacidade laboral para a função atual (motorista de caminhão), de modo que é possível concluir que, após o recebimento do auxílio-doença, o autor foi reabilitado para função diversa" "No caso, o autor, antes do acidente, exercia a função de auxiliar mecânico, para a qual ficou totalmente incapacitado, de acordo com as conclusões do perito (19 - LAUD-PERI1). Ocorre que o auxílio-acidente é devido nos casos de REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORAL para a atividade habitualmente exercida quando da ocorrência do acidente. Trata-se de benefício de caráter indenizatório devido nos casos em que o segurado ainda tem condições de laborar na função anterior, porém, em razão do acidente, sofreu redução em sua capacidade para aquela atividade. In casu não houve mera redução e sim INCAPACIDADE LABORAL, o que não justifica o pagamento do auxílio-acidente" (em Embargos de Declaração não providos, sem grifos no original). 9. Vê-se, portanto, que o aresto combatido considerou não estarem presentes os requisitos à concessão do benefício, sob o entendimento de que do acidente sofrido resultou a incapacidade total para a atividade habitualmente exercida, quando seria necessária a incapacidade parcial, além de apontar que a parte-autora atualmente possui plena capacidade para a atividade diversa da exercida quando do acidente de trabalho. 10. No entanto, sobre o tema, observo que o STJ, no âmbito do RESP. 1.109.591/SC, sob o rito Representativo da Controvérsia, consolidou o entendimento de que, tratando-se de auxílio-acidente, é "de todo descabida a investigação quanto ao grau do prejuízo laboral". 11. Na oportunidade, apontou-se no voto do eminente Ministro Relator que: "O fato da redução ser mínima, ou máxima, reafirmo, é irrelevante, pois a lei não faz referência ao grau da lesão, não figurando essa circunstância entre os pressupostos do direito, de modo que, para a concessão de auxílio-acidente, é necessário verificar, apenas, se existe lesão decorrente da atividade laboral e que acarrete, no fim das contas, incapacidade para o trabalho regularmente exercido". 12. Entendeu a colenda Corte Especial que, "paralela à questão material", é preciso considerar, "a existência de seqüela psíquica decorrente desses acidentes", donde se conclui facilmente que a concessão do auxílio-acidente, nos termos em que decidido pelo STJ, vincula-se não à ocorrência de incapacidade (circunstância cuja ocorrência que se torna dispensável), mas sim à ocorrência de dano, ainda que em grau mínimo. 13. Pacificada a matéria, em razão do julgado proferido pelo STJ, acima reproduzido, não cabe sobre o tema maiores digressões, sendo o caso de aplicar-se o disposto no art. 8º, X, do RI/TNU ("dar provimento ao incidente se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal, podendo determinar o retorno dos autos à origem para a devida adequação") 14. Na hipótese, o dano está configurado, sendo incontroverso, tendo o benefício sido negado pela discussão quanto à extensão da incapacidade, circunstância que, como dito, não é elemento balizador da concessão/denegação do auxílio-acidente. 15. Neste sentido, decidiu este Colegiado: PEDILEF nº 50017838620124047108, rel. Juiz Federal João Batista Lazzari, j. 07/05/2014. 16. Incidente de Uniformização conhecido e provido, para restabelecer o que contido na sentença proferida pelo JEF. (PEDILEF 5022895120124047108, Rel. Juiz Federal SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA, DOU 10/07/2015, PÁGINAS 193/290) (grifei)

4. Em face do exposto, tenho que o incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte autora merece ser conhecido e provido, para que, nos termos da Questão de Ordem n.º 020 desta TNU, os autos retornem à Turma Recursal de Origem para adequação do julgado ao seguinte entendimento: de que a redução mínima da capacidade laborativa não impede a concessão do benefício de auxílio-acidente.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais CONHECER E PROVER O INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela parte autora, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 16 de março de 2016.

DANIEL MACHADO DA ROCHA  
Juiz Relator

PROCESSO: 0500037-68.2014.4.05.9840  
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE  
REQUERENTE: ROGÉRIO FERNANDES SILVA  
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO  
OAB: RN-5291  
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA  
**EMENTA**

**INDEFERIMENTO AGRAVO INSTRUMENTO. AUSÊNCIA PREPARO. CONVERSÃO AÇÃO MANDAMENTAL. IMPOSSIBILIDADE.FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO. QUESTÃO PROCESSUAL. SÚMULA 43 DA TNU. NÃO CABIMENTO DE PEDIDO DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO.INCIDENTE NÃO CONHECIDO.**

1.Trata-se de Pedido de Uniformização de interpretação da Lei Federal interposto contra acórdão prolatado pela Eg. Turma Recursal do Rio Grande do Norte, ajuizadopelo ora recorrente, em acórdão assim ementado:

" AÇÃO ESPECIAL DE RITO SUMARÍSSIMO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUÍZADO ESPECIAL FEDERAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. NÃO CABIMENTO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO INTRÍNSECO DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL. NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. SUCEDÂNEO RECURSAL. INVIABILIDADE. INDEFERIMENTO.

- Cuida-se de recurso de agravo de instrumento aviado pela autora/agravante em face de decisão que declarou deserto o recurso inominado interposto, em razão da falta de preparo no prazo legal.

Poder Judiciário

Conselho da Justiça Federal

Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

- Requer, caso não seja conhecido o agravo de instrumento, a conversão do recurso de agravo em mandado de segurança, em atenção ao postulado da fungibilidade.

- A teor do disposto no art. 5º da Lei nº 10.259/2001, no âmbito do Juizado Especial Federal, à exceção da decisão deferitória de medida de urgência, somente será admitido recurso de sentença definitiva.

- Consoante se vê, diante da regra excepcionadora, o preceito legal em referência afasta, por completo, o manejo do recurso em testilha.

- Assim sendo, à míngua do pressuposto intrínseco de admissibilidade recursal, qual seja, o cabimento do recurso, forçoso concluir pelo não conhecimento do agravo de instrumento interposto pela parte autora.

- Por sua vez, Mandado de Segurança justifica-se no âmbito do Juizado Especial Federal apenas para fins de impugnação de decisões teratológicas fora do escopo natural de divergência judicial. Ou seja, somente contra decisão ilegal que venha a gerar um dano real é que poderá ser manejado o mandamus, não sendo possível interpor o referido instrumento processual para fins de simples reexame da decisão atacada.

- Ausente qualquer situação extraordinária, tampouco verificada teratologia na decisão recorrida, indevida a utilização do Mandado de Segurança como sucedâneo de recurso.

- Inadequação da via eleita.

- Recurso de agravo não conhecido.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Juizes da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte, à unanimidade, em NÃO CONHECER o recurso de agravo interposto pela autora/recorrente e indeferir a conversão em Mandado de Segurança.

Sem honorários.

Em se verificando o trânsito em julgado da decisão, remetam-se os autos ao Juizado Especial Federal Cível".

2.Da leitura do acórdão constata-se de forma cristalina que as razões de decidir não ultrapassaram a seara do direito processual, vale dizer não houve apreciação e julgamento de qualquer questão de direito

Poder Judiciário

Conselho da Justiça Federal

Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais material, consoante determina o art. 14, da Lei n. 10.259/01, na medida em que entendeu-se que não era cabível o agravo contra decisão denegatória dos benefícios da justiça gratuita, bem como que não seria possível a conversão ao rito mandamental, visto que no âmbito do JEF, tal rito somente é admissível no combate a decisões teratológicas, o que não seria o caso.

3.Está C. TNU já pacificou entendimento no sentido de que não cabe incidente de uniformização contra acórdão que se cingiu tão-somente a analisar questão de natureza processual.

teor:

Neste sentido, foi editada a súmula n. 43 com o seguinte

"Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".

De fato, é incabível o manejo de ação mandamental no âmbito do Juizado Especial Federal, ante à vedação expressa contida no art.

3º, §1, I, da Lei 10.259/01, de forma que eventual deferimento de conversão do Agravo de Instrumento em rito mandamental, seria inócuo e implicaria da mesma forma a extinção do feito sem resolução do mérito.

Logo, acertada a decisão que não permitiu o seguimento do presente incidente processual.

de Uniformização.



4. Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do presente Pedido É COMO VOTO ACÓRDÃO  
Poder Judiciário  
Conselho da Justiça Federal  
Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais  
Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator. Brasília/DF, 16 de março de 2016.  
RONALDO JOSÉ DA SILVA JUIZ FEDERAL RELATOR  
PROCESSO: 0500040-19.2015.4.05.9830  
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco  
REQUERENTE: JORGE DOS SANTOS RIBEIRO  
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA  
OAB: PE-573-A  
REQUERIDO(A): JUÍZO DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA  
**EMENTA**

INDEFERIMENTO DE PETIÇÃO INICIAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. EXECUÇÃO. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO. QUESTÃO PROCESSUAL. SÚMULA 43 DA TNU. NÃO CABIMENTO DE PEDIDO DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização de interpretação da Lei Federal interposto contra acórdão prolatado pela Eg. Turma Recursal do PERNAMBUCO, em sede da ação mandamental ajuizada pela ora recorrente, em acórdão assim ementado: "JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS. QUESTIONAMENTO DE DECISÃO JUDICIAL. MANDADO DE SEGURANÇA. UTILIZAÇÃO COMO SUCEDÂNEO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE DECISÃO TERATOLÓGICA. LEI 10.259/01. IMPOSSIBILIDADE DE IMPUGNAÇÃO. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO (ART. 98, I DA CF). RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO (ART. 5º, LXXVIII DA CF). COMPATIBILIZAÇÃO. EXTINÇÃO DO MANDAMUS SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. VOTO

Trata-se de mandado de segurança impetrado contra ato indigitado como coator, oriundo de juiz federal com atuação no 1º grau dos JEFs de Pernambuco, visando, na verdade, impugnar decisão judicial. De acordo com os arts. 4º e 5º da Lei 10.259/01 nos JEFs somente cabe recurso contra as decisões relativas a provimentos de urgência ou contra sentenças definitivas. O intuito do legislador foi de somente permitir impugnação nos limitados casos que mencionou, tornando inimpugnável qualquer outra decisão, dentre elas aquelas proferidas em fase de cumprimento de sentença. Tal intenção, aliás, compatibiliza-se perfeitamente com a Constituição Federal, não só com o seu art. 5º, LXXVIII, que estabelece a razoável duração do processo, mas principalmente com o seu art. 98, I, que estatui o procedimento sumaríssimo para os Juizados. Esteve ciente o constituinte de que o custo do processo nas causas de menor complexidade (pequeno valor), aliado à demora na solução, implicaria muito mais prejuízo que pequeno equívoco judicial eventualmente cometido. Pelo mesmo motivo, é absolutamente descabida a impetração de mandado de segurança em tais casos. Se a lei, seguindo o ditame constitucional, não desejou impugnação recursal de inúmeras decisões, é óbvio que o contrário não pode ocorrer por via transversa. Resolvam-se apenas as difíceis hipóteses de decisões teratológicas, aferidas sem nenhum esforço intelectual, que caracterizem manifesta ilegalidade. Não se pode perder de vista que a irrecorribilidade de determinadas decisões jurisdicionais, prevista na legislação própria dos JEFs visa a emprestar maior celeridade às demandas submetidas ao seu crivo. Em consequência, o manejo da ação mandamental, com o fito de imprimir-lhe o condão de sucedâneo de recurso é incompatível com este propósito, não havendo, pois, como se admitir que toda e qualquer decisão, somente porque contrária aos interesses da parte, possa vir a ser combatida através do remédio constitucional. Nesse sentido, a propósito, prescreve o art. 40 do Regimento Interno das Turmas Recursais da Seção Judiciária de Pernambuco: "Art. 40. O mandado de segurança não será admitido como sucedâneo recursal, salvo em situações excepcionais, para evitar grave prejuízo à parte, quando o ato impugnado for manifestamente ilegal ou abusivo" (grifos nossos).

No mesmo caminho está doutrina específica dos recursos nos JEFs. Ensina ela que a mera ausência de recurso contra as decisões interlocutórias proferidas após a sentença não rende ensejo à impetração da ação constitucional, afirmando a importância de se prestigiar o juízo discricionário elaborado pelo juiz prolator da decisão atacada. Se mais de uma solução razoável poderia ser adotada pelo magistrado, a escolha por uma delas não torna o ato ilegal. Apenas quando se observa que o ato judicial é abusivo ou teratológico é que se permite o uso do writ (SAVARIS, José Antonio; XAVIER, Flávia da Silva. Manual dos Recursos nos Juizados Especiais Federais. 3ª edição. Curitiba: Juruá, 2012, p. 304/306)

Não presente caso, não há que se falar em decisão teratológica ou manifestamente ilegal, visto que a decisão limitou-se a aplicar o comando sentencial em fase de cumprimento de sentença. A questão de se aplicar o posterior julgamento do STF a respeito dos critérios de juros e correção, contrários ao fixado no título transitado em julgado, é no mínimo controversa, não apenas na doutrina como até entre os magistrados. Assim, é evidente que não se trata de manifesta ilegalidade, tampouco de decisão teratológica.

Destarte, em vista de todo o exposto, com fulcro no que preceitua o art. 10, inciso XI, do Regimento Interno desta Turma Recursal, EXTINGUE-SE O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. Notifique-se a autoridade indicada como coatora, dando-lhe ciência do julgado. Sem condenação em honorários advocatícios, nos termos do art. 25, caput, da Lei nº 12.016/2009 (Súmula nº 512 do c. STF e Súmula nº 105 do c. STJ).

JORGE ANDRÉ DE CARVALHO MENDONÇA  
Juiz Federal Relator  
**ACÓRDÃO**

Decide a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Pernambuco, à unanimidade, EXTINGUIR O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do voto supra".  
2. Da leitura do acórdão constata-se de forma cristalina que as razões de decidir não ultrapassaram a seara do direito processual, vale dizer não houve apreciação e julgamento de qualquer questão de direito material, consoante determina o art. 14, da Lei n. 10.259/01, na medida em que entendeu-se que o mandado de segurança não era o instrumento adequado para impugnar decisão pelo juízo a quo em sede de execução.  
3. Esta C. TNU já pacificou entendimento no sentido de que não cabe incidente de uniformização contra acórdão que se cingiu tão-somente a analisar questão de natureza processual.  
Neste sentido, foi editada a súmula n. 43 com o seguinte teor: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".  
4. Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do presente Pedido de Uniformização.  
É COMO VOTO

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator. Brasília/DF 16 de março de 2016.

RONALDO JOSÉ DA SILVA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500040-23.2014.4.05.9840  
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE  
REQUERENTE: WAGNER MESQUITA FERNANDES  
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO  
OAB: RN-5291  
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA

#### EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL. DECISÃO COLEGIADA. IMPOSSIBILIDADE. QUESTÃO PROCESSUAL. SÚMULA 43 DA TNU. NÃO CABIMENTO DE PEDIDO DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização de interpretação da Lei Federal interposto contra acórdão prolatado pela Eg. Turma Recursal do Rio Grande do Norte, em decisão que não conheceu Agravo Regimental interposto contra decisão proferida por aquele Colegiado.  
2. É sabido que o Agravo Regimental trata-se de espécie de Agravo previsto em regimentos internos dos Tribunais, que visa a combater decisões monocráticas do relator (art. 557, §1º CPC). No âmbito do Rio Grande do Norte, está previsto tal figura recursal no art. 30 da Resolução n. 01, de 01/08/2015, que assim dispõe: "Art. 30.

Da decisão do Relator caberá agravo regimental no prazo de cinco dias. Se não houver retratação, o prolator da decisão apresentará o processo em mesa, proferindo voto.

Poder Judiciário  
Conselho da Justiça Federal  
Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais  
Parágrafo Único.

Caso a decisão do Relator tenha sido submetida à Turma Recursal e por ela confirmada, não será cabível a interposição do agravo regimental"

Evidentemente que trata-se de norma de caráter meramente processual, que não foi cumprida pelo recorrente que manejou recurso inadequado, ao valer-se de agravo regimental para o combate de decisão colegiada.

3. Esta C. TNU já pacificou entendimento no sentido de que não cabe incidente de uniformização contra acórdão que se cingiu tão-somente a analisar questão de natureza processual.

teor:  
Neste sentido, foi editada a súmula n. 43 com o seguinte "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".  
4. Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do presente Pedido É COMO VOTO ACÓRDÃO

Poder Judiciário  
Conselho da Justiça Federal  
Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais  
Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator. Brasília/DF, 16 de março de 2016.

RONALDO JOSÉ DA SILVA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500041-08.2014.4.05.9840  
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE  
REQUERENTE: WAGNER MESQUITA FERNANDES  
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO  
OAB: RN/5291  
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA  
**EMENTA**

AGRAVO REGIMENTAL. DECISÃO COLEGIADA. IMPOSSIBILIDADE. QUESTÃO PROCESSUAL. SÚMULA 43 DA TNU. NÃO CABIMENTO DE PEDIDO DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização de interpretação da Lei Federal interposto contra acórdão prolatado pela Eg. Turma Recursal do Rio Grande do Norte, em decisão que não conheceu Agravo Regimental interposto contra decisão proferida por aquele Colegiado.  
2. É sabido que o Agravo Regimental trata-se de espécie de Agravo previsto em regimentos internos dos Tribunais, que visa a combater decisões monocráticas do relator (art. 557, §1º CPC). No âmbito do Rio Grande do Norte, está previsto tal figura recursal no art. 30 da Resolução n. 01, de 01/08/2015, que assim dispõe: "Art. 30.

Da decisão do Relator caberá agravo regimental no prazo de cinco dias. Se não houver retratação, o prolator da decisão apresentará o processo em mesa, proferindo voto.

Parágrafo Único.  
Caso a decisão do Relator tenha sido submetida à Turma Recursal e por ela confirmada, não será cabível a interposição do agravo regimental"

Evidentemente que trata-se de norma de caráter meramente processual, que não foi cumprida pelo recorrente que manejou recurso inadequado, ao valer-se de agravo regimental para o combate de decisão colegiada.

3. Esta C. TNU já pacificou entendimento no sentido de que não cabe incidente de uniformização contra acórdão que se cingiu tão-somente a analisar questão de natureza processual.

Neste sentido, foi editada a súmula n. 43 com o seguinte teor: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".

4. Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do presente Pedido de Uniformização.  
É COMO VOTO

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator. Brasília/DF, 16 de março de 2016.

RONALDO JOSÉ DA SILVA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500042-90.2014.4.05.9840  
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE  
REQUERENTE: NAIR GALVÃO MAIA  
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO  
OAB: RN-5291  
REQUERIDO(A): JUIZ DA 7ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO  
INTERESSADO (A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA  
**EMENTA**

INDEFERIMENTO AGRAVO INSTRUMENTO. AUSÊNCIA PREPARO. CONVERSÃO AÇÃO MANDAMENTAL. IMPOSSIBILIDADE. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO. QUESTÃO PROCESSUAL. SÚMULA 43 DA TNU. NÃO CABIMENTO DE PEDIDO DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização de interpretação da Lei Federal interposto contra acórdão prolatado pela Eg. Turma Recursal do Rio Grande do Norte, ajuizado pela ora recorrente, em acórdão assim ementado:

" AÇÃO ESPECIAL DE RITO SUMARÍSSIMO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADO ESPECIAL FEDERAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. NÃO CABIMENTO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO INTRÍNSECO DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL. NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. SUCEDÂNEO RECURSAL. INVIABILIDADE. INDEFERIMENTO.

- Cuida-se de recurso de agravo de instrumento aviado pela autora/agravante em face de decisão que declarou deserto o recurso inominado interposto, em razão da falta de preparo no prazo legal.

- Requer, caso não seja conhecido o agravo de instrumento, a conversão do recurso de agravo em mandado de segurança, em atenção ao postulado da fungibilidade.

- A teor do disposto no art. 5º da Lei nº 10.259/2001, no âmbito do Juizado Especial Federal, à exceção da decisão deferitória de medida de urgência, somente será admitido recurso de sentença definitiva.

- Consoante se vê, diante da regra excepcionadora, o preceito legal em referência afasta, por completo, o manejo do recurso em testilha.

- Assim sendo, à míngua do pressuposto intrínseco de admissibilidade recursal, qual seja, o cabimento do recurso, forçoso concluir pelo não conhecimento do agravo de instrumento interposto pela parte autora.

- Por sua vez, Mandado de Segurança justifica-se no âmbito do Juizado Especial Federal apenas para fins de impugnação de decisões teratológicas fora do escopo natural de divergência judicial. Ou seja, somente contra decisão ilegal que venha a gerar um dano real é que poderá ser manejado o mandamus, não sendo possível impetrar o referido instrumento processual para fins de simples reexame da decisão atacada.

- Ausente qualquer situação extraordinária, tampouco verificada teratologia na decisão recorrida, indevida a utilização do Mandado de Segurança como sucedâneo de recurso.

- Inadequação da via eleita.

- Recurso de agravo não conhecido.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Juizes da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte, à unanimidade, em NÃO CONHECER o recurso de agravo interposto pela autora/recorrente e indeferir a conversão em Mandado de Segurança.

Sem honorários.

Em se verificando o trânsito em julgado da decisão, remetam-se os autos ao Juizado Especial Federal Cível".

2. Da leitura do acórdão constata-se de forma cristalina que as razões de decidir não ultrapassaram a seara do direito processual, vale dizer não houve apreciação e julgamento de qualquer questão de direito material, consoante determina o art. 14, da Lei n. 10.259/01, na medida em que entendeu-se que não era cabível o agravo contra decisão denegatória dos benefícios da justiça gratuita, bem como que não seria possível a conversão ao rito mandamental, visto que no âmbito do JEF, tal rito somente é admissível no combate a decisões teratológicas, o que não seria o caso.

3. Esta C. TNU já pacificou entendimento no sentido de que não cabe incidente de uniformização contra acórdão que se cingiu tão-somente a analisar questão de natureza processual.

Neste sentido, foi editada a súmula n. 43 com o seguinte teor:

"Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".

De fato, é incabível o manejo de ação mandamental no âmbito do Juizado Especial Federal, ante à vedação expressa contida no art. 3º, §1, I, da Lei 10.259/01, de forma que eventual deferimento de conversão do Agravo de Instrumento em rito mandamental, seria inócuo e implicaria da mesma forma a extinção do feito sem resolução do mérito.

Logo, acertada a decisão que não permitiu o seguimento do presente incidente processual.

4. Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do presente Pedido de Uniformização.

É COMO VOTO

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator. Brasília/DF, 16 de março de 2016.

RONALDO JOSÉ DA SILVA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500050-67.2014.4.05.9840

ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

REQUERENTE: ESTEFANIA FERREIRA DA SILVA

PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO

OAB: RN/5291

REQUERIDO(A): JUIZ DA 3ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

INTERESSADO (A): UNIÃO

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA

#### EMENTA

INDEFERIMENTO DE PETIÇÃO INICIAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. EXECUÇÃO. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO. QUESTÃO PROCESSUAL. SÚMULA 43 DA TNU. NÃO CABIMENTO DE PEDIDO DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização de interpretação da Lei Federal interposto contra acórdão prolatado pela Eg. Turma Recursal do Rio Grande do Norte, em sede da ação mandamental ajuizada pela ora recorrente, em acórdão assim ementado:

"PROCESSO CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JUDICIAL. DESCABIMENTO, A NÃO SER EM HIPÓTESES EXCEPCIONALÍSSIMAS, PRESENTE A TERATOLOGIA DO PRONUNCIAMENTO. DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA.

1. Trata-se de mandado de segurança impetrado contra pronunciamento judicial que indeferiu a impugnação aos cálculos judiciais para que não houvesse a limitação ao teto dos Juizados Especiais no momento da propositura da ação.

2. O Mandado de Segurança é ação constitucional que tem por objeto a proteção de direito líquido e certo, não amparado por "habeas-corpus" ou "habeas-data", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público (art. 5º, LXIX da CF). Contudo, ele não é cabível: a) contra decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo (art. 5º, II da Lei 12.016/2009); b) contra ato judicial passível de recurso ou correição (Súmula

267/STF); c) contra decisão judicial transitada em julgado (art. 5º, III da Lei 12.016/2009 e Súmula n. 268 do STF).

3. Tratando-se de juizados especiais, microsistema que tem como princípios a celeridade e a economia processual, dos quais decorre a regra da irrecurribilidade em separado das decisões interlocutórias (com a ressalva do art. 5º da Lei n. 10.259/2001), o STF firmou o posicionamento de que contra tais decisões não cabe agravo de instrumento nem mandado de segurança, verbis: "(...) o Supremo Tribunal Federal, após reconhecer a repercussão geral da matéria, decidiu pelo não cabimento de mandado de segurança das decisões interlocutórias exaradas em processos dos juizados especiais (RE 576.847, Rel. Min. Eros Grau). Agravo regimental a que se nega provimento." (STF, 1ª. T., ARE 703840 AgR/SC, rel. Min. Roberto Barroso, DJe 22.04.2014). No mesmo sentido: STF, 2ª. T., AI 857811 AgR/PR, rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJe 29-04-2013. Conforme asseverou o Min. Eros Grau no leading case citado: a) "(...) a opção pelo rito sumaríssimo é faculdade das partes, com as vantagens e limitações que a sua escolha acarreta"; b) "Não há afronta ao princípio constitucional da ampla defesa (art. 5º, LV da CB), vez que decisões interlocutórias podem ser impugnadas quando da interposição de recurso nominado". Mesmo o STJ possuindo uma certa abertura, o pressuposto estabelecido pela sua Corte Especial é de que "somente é cabível a utilização do mandado de segurança para combater ato judicial que seja evidentemente teratológico e contra o qual não caiba recurso ou correição, nos termos do art. 5º, II, da Lei n. 12.016/2009" (STJ, Corte Especial, AgRg no MS 17353/DF, rel. Min. Humberto Martins, DJe 30/05/2014).

4. Dessa forma, diante da orientação jurisprudencial supramencionada, vedado o manejo de mandado de segurança contra decisões interlocutórias proferidas nos feitos dos Juizados Especiais, conclui-se que o remédio constitucional somente será cabível excepcionalmente para proteção das partes contra decisões teratológicas. Esse tem sido o posicionamento deste Colegiado, bastante restritivo quanto à admissibilidade do writ of mandamus.

5. No caso dos autos, não se verifica decisão teratológica a ensejar controle por este Colegiado.

6. Ordem denegada.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Juizes da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte, à unanimidade, em DENEGRAR A SEGURANÇA.

Sem honorários.

Verificado o trânsito em julgado da decisão, remetam-se os autos ao Juizado Especial Federal Cível para o cumprimento do acórdão, após baixa na distribuição".

2. Da leitura do acórdão constata-se de forma cristalina que as razões de decidir não ultrapassaram a seara do direito processual, vale dizer não houve apreciação e julgamento de qualquer questão de direito material, consoante determina o art. 14, da Lei n. 10.259/01, na medida em que entendeu-se que o mandado de segurança não era o instrumento adequado para impugnar decisão prolatada pelo juízo a quo em sede de execução.

De fato, é incabível o manejo de ação mandamental no âmbito do Juizado Especial Federal, ante à vedação expressa contida no art. 3º, §1, I, da Lei 10.259/01, com exceção de decisão teratológica, que não é o caso.

3. Esta C. TNU já pacificou entendimento no sentido de que não cabe incidente de uniformização contra acórdão que se cingiu tão-somente a analisar questão de natureza processual.

Neste sentido, foi editada a súmula n. 43 com o seguinte teor:

"Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".

4. Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do presente Pedido de Uniformização.

É COMO VOTO

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator. Brasília/DF, 16 de março de 2016

RONALDO JOSÉ DA SILVA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500057-59.2014.4.05.9840

ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

REQUERENTE: WALDEMAR FERREIRA DOS SANTOS

PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO

OAB: RN/5291

REQUERIDO(A): JUIZ DA 3ª VARA DA SJ DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

INTERESSADO (A): UNIÃO

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA

#### EMENTA

INDEFERIMENTO DE PETIÇÃO INICIAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. EXECUÇÃO. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO. QUESTÃO PROCESSUAL. SÚMULA 43 DA TNU. NÃO CABIMENTO DE PEDIDO DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização de interpretação da Lei Federal interposto contra acórdão prolatado pela Eg. Turma Recursal do RIO GRANDE DO NORTE, em sede da ação mandamental ajuizada pelo ora recorrente, em acórdão assim ementado:

"PROCESSO CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA

ATO JUDICIAL. DESCABIMENTO, A NÃO SER EM HIPÓTESES EXCEPCIONALÍSSIMAS, PRESENTE A TERATOLOGIA DO PRONUNCIAMENTO. DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA.

1. Trata-se de mandado de segurança impetrado contra pronunciamento judicial que indeferiu a impugnação aos cálculos judiciais para que não houvesse a limitação ao teto dos Juizados Especiais no momento da propositura da ação.

2. O Mandado de Segurança é ação constitucional que tem por objeto a proteção de direito líquido e certo, não amparado por "habeas-corpus" ou "habeas-data", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público (art. 5º, LXIX da CF). Contudo, ele não é cabível: a) contra decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo (art. 5º, II da Lei 12.016/2009); b) contra ato judicial passível de recurso ou correição (Súmula 267/STF); c) contra decisão judicial transitada em julgado (art. 5º, III da Lei 12.016/2009 e Súmula n. 268 do STF).

3. Tratando-se de juizados especiais, microsistema que tem como princípios a celeridade e a economia processual, dos quais decorre a regra da irrecurribilidade em separado das decisões interlocutórias (com a ressalva do art. 5º da Lei n. 10.259/2001), o STF firmou o posicionamento de que contra tais decisões não cabe agravo de instrumento nem mandado de segurança, verbis: "(...) o Supremo Tribunal Federal, após reconhecer a repercussão geral da matéria, decidiu pelo não cabimento de mandado de segurança das decisões interlocutórias exaradas em processos dos juizados especiais (RE 576.847, Rel. Min. Eros Grau). Agravo regimental a que se nega provimento." (STF, 1ª. T., ARE 703840 AgR/SC, rel. Min. Roberto Barroso, DJe 22.04.2014). No mesmo sentido: STF, 2ª. T., AI 857811 AgR/PR, rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJe 29-04-2013. Conforme asseverou o Min. Eros Grau no leading case citado: a) "(...) a opção pelo rito sumaríssimo é faculdade das partes, com as vantagens e limitações que a sua escolha acarreta"; b) "Não há afronta ao princípio constitucional da ampla defesa (art. 5º, LV da CB), vez que decisões interlocutórias podem ser impugnadas quando da interposição de recurso nominado". Mesmo o STJ possuindo uma certa abertura, o pressuposto estabelecido pela sua Corte Especial é de que "somente é cabível a utilização do mandado de segurança para combater ato judicial que seja evidentemente teratológico e contra o qual não caiba recurso ou correição, nos termos do art. 5º, II, da Lei n. 12.016/2009" (STJ, Corte Especial, AgRg no MS 17353/DF, rel. Min. Humberto Martins, DJe 30/05/2014).

4. Dessa forma, diante da orientação jurisprudencial supramencionada, vedado o manejo de mandado de segurança contra decisões interlocutórias proferidas nos feitos dos Juizados Especiais, conclui-se que o remédio constitucional somente será cabível excepcionalmente para proteção das partes contra decisões teratológicas. Esse tem sido o posicionamento deste Colegiado, bastante restritivo quanto à admissibilidade do writ of mandamus.

5. No caso dos autos, não se verifica decisão teratológica a ensejar controle por este Colegiado.

6. Ordem denegada.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Juizes da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte, à unanimidade, em DENEGRAR A SEGURANÇA.

Sem honorários.

Verificado o trânsito em julgado da decisão, remetam-se os autos ao Juizado Especial Federal Cível para o cumprimento do acórdão, após baixa na distribuição".

2. Da leitura do acórdão constata-se de forma cristalina que as razões de decidir não ultrapassaram a seara do direito processual, vale dizer não houve apreciação e julgamento de qualquer questão de direito material, consoante determina o art. 14, da Lei n. 10.259/01, na medida em que entendeu-se que o mandado de segurança não era o instrumento adequado para impugnar decisão prolatada pelo juízo a quo em sede de execução.

3. Esta C. TNU já pacificou entendimento no sentido de que não cabe incidente de uniformização contra acórdão que se cingiu tão-somente a analisar questão de natureza processual.

Neste sentido, foi editada a súmula n. 43 com o seguinte teor:

"Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".

4. Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do presente Pedido de Uniformização.

É COMO VOTO

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Juizes da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte, à unanimidade, em DENEGRAR A SEGURANÇA.

Sem honorários.

Verificado o trânsito em julgado da decisão, remetam-se os autos ao Juizado Especial Federal Cível para o cumprimento do acórdão, após baixa na distribuição".

2. Da leitura do acórdão constata-se de forma cristalina que as razões de decidir não ultrapassaram a seara do direito processual, vale dizer não houve apreciação e julgamento de qualquer questão de direito material, consoante determina o art. 14, da Lei n. 10.259/01, na medida em que entendeu-se que o mandado de segurança não era o instrumento adequado para impugnar decisão prolatada pelo juízo a quo em sede de execução.

3. Esta C. TNU já pacificou entendimento no sentido de que não cabe incidente de uniformização contra acórdão que se cingiu tão-somente a analisar questão de natureza processual.

Neste sentido, foi editada a súmula n. 43 com o seguinte teor:

"Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".

4. Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do presente Pedido de Uniformização.

É COMO VOTO

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator. Brasília/DF, 16 de março de 2016.

RONALDO JOSÉ DA SILVA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500058-44.2014.4.05.9840

ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

REQUERENTE: GABRIEL FILGUEIRA VASCONCELOS

PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO

OAB: RN/5291

REQUERIDO(A): 3ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA



## EMENTA

INDEFERIMENTO DE PETIÇÃO INICIAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. EXECUÇÃO. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO. QUESTÃO PROCESSUAL. SÚMULA 43 DA TNU. NÃO CABIMENTO DE PEDIDO DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização de interpretação da Lei Federal interposto contra acórdão prolatado pela Eg. Turma Recursal do RIO GRANDE DO NORTE, em sede da ação mandamental ajuizada pelo ora recorrente, em acórdão assim ementado: "DIREITO CONSTITUCIONAL E PROCESSO CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. IMPUGNAÇÃO DE DECISÃO. FASE DE EXECUÇÃO. TETO DOS JUIZADOS. COISA JULGADA. SUCEDÂNEO RECURSAL. INVIABILIDADE. INDEFERIMENTO LIMINAR.

- Trata-se de mandado de segurança impetrado pela requerente em epígrafe, em face de ato judicial perpetrado pelo Juízo Federal da 3ª Vara (JEF), que indeferiu a impugnação apresentada pela impetrante nos autos do processo nº 0513038-17.2010.4.05.8400, limitando o montante da execução ao valor da correspondente ao teto dos juizados especiais federais.

- Conceder-se-á mandado de segurança apenas para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas-corpus ou habeas-data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

- O ato judicial que a parte impetrante imputa a pecha da ilegalidade encontra-se vazado nos seguintes termos:

"Rejeito a impugnação.

Nos termos do parágrafo 2º, do art. 3º, da Lei 10259/2001 c/c com a Portaria nº 22/2009 expedida por este Juízo, o parâmetro estabelecido para fixação de valor da causa e limitação ao teto de 60 salários mínimos, ou seja, para fins de delimitação de competência em razão do valor da causa, é aferido considerando-se o período compreendido entre a data do requerimento administrativo (DIB ou DER, ou início do benefício pleiteado) e os doze meses subsequentes ao ajuizamento da ação.

Significa isso dizer que se a data de início da gratificação requerida é dezembro/2005, tendo a ação sido ajuizada em 02/12/2010, todo o período compreendido entre dezembro/2005 a dezembro/2011, deverá alcançar o máximo de 60(sessenta) salários mínimos, uma vez ultrapassado este montante, deverá ser reduzido ao limite fixado.

No caso do autor, percebe-se claramente renúncia de competência, tendo em vista que, de acordo com o parâmetro acima fixado, o valor devido ao autor ultrapassou o limite de alçada, uma vez que alcançou o patamar de R\$ 51.886,46, devendo pois ser reduzido para R\$ 43.440,00(quarenta e três mil quatrocentos e quarenta reais).

Isto posto, indefiro a impugnação e determino o retorno dos autos ao arquivo."

- Neste passo, o Mandado de Segurança justifica-se no âmbito do Juizado Especial Federal apenas para fins de impugnação de decisões teratológicas fora do escopo natural de divergência judicial. Ou seja, somente contra decisão ilegal que venha a gerar um dano real é que poderá ser manejado o mandamus, não sendo possível impetrar o referido instrumento processual para fins de simples reexame da decisão atacada.

- Não havendo previsão de recurso na fase de cumprimento de sentença, as decisões proferidas pelo juízo de primeiro grau têm caráter definitivo, não estando sujeitas à revisão pela Turma Recursal.

- Ausência de situação extraordinária. A sentença foi clara ao determinar que a RPV a ser expedida em favor da parte autora deveria observar o teto dos Juizados, não sendo possível que, na fase de execução, quando já transitada em julgado a sentença, os valores finais venham a exceder o limite legal.

- Uso indevido do Mandado de Segurança como sucedâneo de recurso.

- Inadequação da via eleita.

- Indeferimento liminar.

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, por maioria (vencido o Relator), em conformidade com o parecer do MPF, ACORDAM os Juizes da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte em INDEFERIR LIMINARMENTE A SEGURANÇA.

Sem honorários.

Em se verificando o trânsito em julgado da decisão, remetam-se os autos ao Juizado Especial Federal Cível".

2. Da leitura do acórdão constata-se de forma cristalina que as razões de decidir não ultrapassaram a seara do direito processual, vale dizer não houve apreciação e julgamento de qualquer questão de direito material, consoante determina o art. 14, da Lei n. 10.259/01, na medida em que entendeu-se que o mandado de segurança não era o instrumento adequado para impugnar decisão prolatada pelo juízo a quem sede de execução.

3. Esta C. TNU já pacificou entendimento no sentido de que não cabe incidente de uniformização contra acórdão que se cingiu tão-somente a analisar questão de natureza processual.

Neste sentido, foi editada a súmula n. 43 com o seguinte teor:

"Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".

4. Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do presente Pedido de Uniformização.

É COMO VOTO

## ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator. Brasília/DF, 16 de março de 2016.

RONALDO JOSÉ DA SILVA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500066-21.2014.4.05.9840

ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

REQUERENTE: JULIA ALENCAR ARAÚJO

PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO

OAB: RN/5291

REQUERIDO(A): JUIZ FEDERAL DA 3ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA

## EMENTA

INDEFERIMENTO DE PETIÇÃO INICIAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. EXECUÇÃO. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO. QUESTÃO PROCESSUAL. SÚMULA 43 DA TNU. NÃO CABIMENTO DE PEDIDO DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização de interpretação da Lei Federal interposto contra acórdão prolatado pela Eg. Turma Recursal do Rio Grande do Norte, em sede da ação mandamental ajuizada pela ora recorrente, em acórdão assim ementado:

"PROCESSO CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JUDICIAL. DESCABIMENTO, A NÃO SER EM HIPÓTESES EXCEPCIONALÍSSIMAS, PRESENTE A TERATOLOGIA DO PRONUNCIAMENTO. DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA.

1. Trata-se de mandado de segurança impetrado contra pronunciamento judicial que deferiu parcialmente a impugnação aos cálculos judiciais da União, reconhecendo à parte autora o percentual de 1/4 da pensão que recebe. Alega a impetrante que faz jus ao equivalente a ½ da pensão.

2. O Mandado de Segurança é ação constitucional que tem por objeto a proteção de direito líquido e certo, não amparado por "habeas-corpus" ou "habeas-data", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público (art. 5º, LXIX da CF). Contudo, ele não é cabível: a) contra decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo (art. 5º, II da Lei 12.016/2009); b) contra ato judicial passível de recurso ou correção (Súmula 267/STF); c) contra decisão judicial transitada em julgado (art. 5º, III da Lei 12.016/2009 e Súmula n. 268 do STF).

3. Tratando-se de juizados especiais, microsistema que tem como princípios a celeridade e a economia processual, dos quais decorre a regra da irrecorribilidade em separado das decisões interlocutórias (com a ressalva do art. 5º da Lei n. 10.259/2001), o STF firmou o posicionamento de que contra tais decisões não cabe agravo de instrumento nem mandado de segurança, verbis: "(...) o Supremo Tribunal Federal, após reconhecer a repercussão geral da matéria, decidiu pelo não cabimento de mandado de segurança das decisões interlocutórias exaradas em processos dos juizados especiais (RE 576.847, Rel. Min. Eros Grau). Agravo regimental a que se nega provimento." (STF, 1ª. T., ARE 703840 AgR/SC, rel. Min. Roberto Barroso, DJe 22.04.2014). No mesmo sentido: STF, 2ª. T., AI 857811 AgR/PR, rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJe 29-04-2013. Conforme asseverou o Min. Eros Grau no leading case citado: a) "(...) a opção pelo rito sumaríssimo é faculdade das partes, com as vantagens e limitações que a sua escolha acarreta"; b) "Não há afronta ao princípio constitucional da ampla defesa (art. 5º, LV da CB), vez que decisões interlocutórias podem ser impugnadas quando da interposição de recurso nominado". Mesmo o STJ possuindo uma certa abertura, o pressuposto estabelecido pela sua Corte Especial é de que "somente é cabível a utilização do mandado de segurança para combater ato judicial que seja evidentemente teratológico e contra o qual não caiba recurso ou correção, nos termos do art. 5º, II, da Lei n. 12.016/2009" (STJ, Corte Especial, AgRg no MS 17353/DF, rel. Min. Humberto Martins, DJe 30/05/2014).

4. Dessa forma, diante da orientação jurisprudencial supramencionada, vedado o manejo de mandado de segurança contra decisões interlocutórias proferidas nos feitos dos Juizados Especiais, conclui-se que o remédio constitucional somente será cabível excepcionalmente para proteção das partes contra decisões teratológicas. Esse tem sido o posicionamento deste Colegiado, bastante restritivo quanto à admissibilidade do writ of mandamus.

5. No caso dos autos, não se verifica decisão teratológica a ensejar controle por este Colegiado. Ademais, conforme contra cheques acostados (anexo 03), verifica-se que a distribuição de cotas da pensão auferida equivale a 1/4 para a impetrante.

6. Ordem denegada.

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Juizes da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte, à unanimidade, em DENEGAR A SEGURANÇA.

Sem honorários.

Verificado o trânsito em julgado da decisão, remetam-se os autos ao Juizado Especial Federal Cível para o cumprimento do acórdão, após baixa na distribuição".

2. Da leitura do acórdão constata-se de forma cristalina que as razões de decidir não ultrapassaram a seara do direito processual, vale dizer não houve apreciação e julgamento de qualquer questão de direito material, consoante determina o art. 14, da Lei n. 10.259/01, na

medida em que entendeu-se que o mandado de segurança não era o instrumento adequado para impugnar decisão prolatada pelo juízo a quo em sede de execução.

3. Esta C. TNU já pacificou entendimento no sentido de que não cabe incidente de uniformização contra acórdão que se cingiu tão-somente a analisar questão de natureza processual.

Neste sentido, foi editada a súmula n. 43 com o seguinte teor:

"Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".

4. Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do presente Pedido de Uniformização.

É COMO VOTO

## ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator. Brasília/DF, 16 de março de 2016.

RONALDO JOSÉ DA SILVA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500070-58.2014.4.05.9840

ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

REQUERENTE: MARIA ALICE DE ARAUJO

PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO

OAB: RN/5291

REQUERIDO(A): JUIZ FEDERAL DA 7ª VARA DA SJ DO RIO GRANDE DO NORTE

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA

## EMENTA

INDEFERIMENTO DE PETIÇÃO INICIAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO. QUESTÃO PROCESSUAL. SÚMULA 43 DA TNU. NÃO CABIMENTO DE PEDIDO DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização de interpretação da Lei Federal interposto contra acórdão prolatado pela Eg. Turma Recursal do Rio Grande do Norte, em sede da ação mandamental ajuizada pela ora recorrente, em acórdão assim ementado:

" EMENTA: PROCESSO CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JUDICIAL. DESCABIMENTO, A NÃO SER EM HIPÓTESES EXCEPCIONALÍSSIMAS, PRESENTE A TERATOLOGIA DO PRONUNCIAMENTO. DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA.

1. Trata-se de mandado de segurança impetrado contra pronunciamento judicial que declarou deserto o recurso inominado interposto pela parte autora em razão da ausência de preparo no prazo legal.

2. O Mandado de Segurança é ação constitucional que tem por objeto a proteção de direito líquido e certo, não amparado por "habeas-corpus" ou "habeas-data", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público (art. 5º, LXIX da CF). Contudo, ele não é cabível: a) contra decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo (art. 5º, II da Lei 12.016/2009); b) contra ato judicial passível de recurso ou correção (Súmula 267/STF); c) contra decisão judicial transitada em julgado (art. 5º, III da Lei 12.016/2009 e Súmula n. 268 do STF).

3. Tratando-se de juizados especiais, microsistema que tem como princípios a celeridade e a economia processual, dos quais decorre a regra da irrecorribilidade em separado das decisões interlocutórias (com a ressalva do art. 5º da Lei n. 10.259/2001), o STF firmou o posicionamento de que contra tais decisões não cabe agravo de instrumento nem mandado de segurança, verbis: "(...) o Supremo Tribunal Federal, após reconhecer a repercussão geral da matéria, decidiu pelo não cabimento de mandado de segurança das decisões interlocutórias exaradas em processos dos juizados especiais (RE 576.847, Rel. Min. Eros Grau). Agravo regimental a que se nega provimento." (STF, 1ª. T., ARE 703840 AgR/SC, rel. Min. Roberto Barroso, DJe 22.04.2014). No mesmo sentido: STF, 2ª. T., AI 857811 AgR/PR, rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJe 29-04-2013. Conforme asseverou o Min. Eros Grau no leading case citado: a) "(...) a opção pelo rito sumaríssimo é faculdade das partes, com as vantagens e limitações que a sua escolha acarreta"; b) "Não há afronta ao princípio constitucional da ampla defesa (art. 5º, LV da CB), vez que decisões interlocutórias podem ser impugnadas quando da interposição de recurso nominado". Mesmo o STJ possuindo uma certa abertura, o pressuposto estabelecido pela sua Corte Especial é de que "somente é cabível a utilização do mandado de segurança para combater ato judicial que seja evidentemente teratológico e contra o qual não caiba recurso ou correção, nos termos do art. 5º, II, da Lei n. 12.016/2009" (STJ, Corte Especial, AgRg no MS 17353/DF, rel. Min. Humberto Martins, DJe 30/05/2014).

4. Dessa forma, diante da orientação jurisprudencial supramencionada, vedado o manejo de mandado de segurança contra decisões interlocutórias proferidas nos feitos dos Juizados Especiais, conclui-se que o remédio constitucional somente será cabível excepcionalmente para proteção das partes contra decisões teratológicas. Esse tem sido o posicionamento deste Colegiado, bastante restritivo quanto à admissibilidade do writ of mandamus.

5. No caso dos autos, não se verifica decisão teratológica a ensejar controle por este Colegiado.

6. Ordem denegada".

2. Da leitura do acórdão constata-se de forma cristalina que as razões de decidir não ultrapassaram a seara do direito processual, vale dizer não houve apreciação e julgamento de qualquer questão de direito material, consoante determina o art. 14, da Lei n. 10.259/01, na medida em que entendeu-se que o mandado de segurança não era o

instrumento adequado para impugnar decisão interlocutória proferida pelo juízo a quo que indeferiu o pedido de justiça gratuita formulado pelo recorrente e, consequentemente, julgou deserto o recurso interposto, uma vez que existia no ordenamento recurso próprio para atacar referida decisão.

3. Esta C. TNU já pacificou entendimento no sentido de que não cabe incidente de uniformização contra acórdão que se cingiu tão-somente a analisar questão de natureza processual.

Neste sentido, foi editada a súmula n. 43 com o seguinte teor:

"Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".

4. Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do presente Pedido de Uniformização.

É COMO VOTO

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator. Brasília/DF, 16 de março de 2016.

RONALDO JOSÉ DA SILVA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500071-43.2014.4.05.9840

ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

REQUERENTE: ANA LUCIA SAMPAIO DA SILVA

PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO

OAB: RN-5291

REQUERIDO(A): JUÍZO DA 7ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA

#### EMENTA

INDEFERIMENTO DE PETIÇÃO INICIAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO. QUESTÃO PROCESSUAL. SÚMULA 43 DA TNU. NÃO CABIMENTO DE PEDIDO DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização de interpretação da Lei Federal interposto contra acórdão prolatado pela Eg. Turma Recursal do Rio Grande do Norte, em sede da ação mandamental ajuizada pela ora recorrente, em acórdão assim ementado:

" EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA. DECISÃO QUE DECLARA DESERTO O RECURSO INOMINADO. SUCEDÂNEO RECURSAL. INVIABILIDADE. INDEFERIMENTO LIMINAR.

- Trata-se de mandado de segurança impetrado pela requerente em epígrafe, em face de ato judicial perpetrado pelo Juízo Federal da 7ª Vara (JEF), que declarou deserto o recurso interposto pela parte autora, em razão da falta de preparo no prazo legal, nos autos do processo nº 0504361-54.2014.4.05.8400.

- Conceder-se-á mandado de segurança apenas para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas-corpus ou habeas-data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

- O ato judicial que a parte impetrante imputa a pecha da ilegalidade encontra-se vazado nos seguintes termos:

"Cuida-se de recurso interposto pela parte autora em face da sentença proferida por este juízo, no qual requer novamente os benefícios da gratuidade judiciária.

O pedido de justiça gratuita foi devidamente apreciado e indeferido quando da prolação da sentença.

Por outro lado, a falta de preparo no prazo de 48 horas, como preceitua o art. 42, § 1º, da Lei 9.099/95 (aqui aplicada subsidiariamente, com o permissivo legal do art. 1º da Lei 10.259/2001), configura a deserção do recurso.

Sendo assim, declaro deserto o recurso interposto pela parte autora, tendo em vista a falta de preparo no prazo legal."

- Neste passo, o Mandado de Segurança justifica-se no âmbito do Juizado Especial Federal apenas para fins de impugnação de decisões teratológicas fora do escopo natural de divergência judicial. Ou seja, somente contra decisão ilegal que venha a gerar um dano real é que poderá ser manejado o mandamus, não sendo possível impetrar o referido instrumento processual para fins de simples reexame da decisão atacada.

- A isenção de custas prevista no art. 54 da lei em epígrafe é adstrita ao primeiro grau de jurisdição, atendidos as restrições previstas em lei, somente estendendo-se ao segundo grau em hipóteses de gratuidade ou assistência judiciária, não aplicáveis ao caso dos autos.

- O art. 42, § 1º, da Lei 9.099/95 assim dispõe: "O preparo será feito, independentemente de intimação, nas 48 (quarenta e oito) horas seguintes à interposição, sob pena de deserção".

- O pagamento das despesas processuais, inclusive as dispensadas em primeiro grau, consiste em requisito extrínseco de admissibilidade do recurso.

- Portanto, tratando-se de hipótese de expresse indeferimento do pedido de justiça gratuita pelo juiz de primeiro grau, ausente o pagamento do preparo, o recurso não pode ser conhecido.

- Ausente qualquer situação extraordinária, tampouco verificada teratologia na decisão recorrida.

- Uso indevido do Mandado de Segurança como sucedâneo de recurso.

- Inadequação da via eleita.

- Indeferimento liminar".

2. Da leitura do acórdão constata-se de forma cristalina que as razões de decidir não ultrapassaram a seara do direito processual, vale dizer não houve apreciação e julgamento de qualquer questão de direito

material, consoante determina o art. 14, da Lei n. 10.259/01, na medida em que entendeu-se que o mandado de segurança não era o instrumento adequado para impugnar decisão interlocutória proferida pelo juízo a quo que indeferiu o pedido de justiça gratuita formulado pelo recorrente e, consequentemente, julgou deserto o recurso interposto, uma vez que existia no ordenamento recurso próprio para atacar referida decisão.

3. Esta C. TNU já pacificou entendimento no sentido de que não cabe incidente de uniformização contra acórdão que se cingiu tão-somente a analisar questão de natureza processual.

Neste sentido, foi editada a súmula n. 43 com o seguinte teor:

"Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".

4. Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do presente Pedido de Uniformização.

É COMO VOTO

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator. Brasília/DF, 16 de março de 2016.

RONALDO JOSÉ DA SILVA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500073-13.2014.4.05.9840

ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

REQUERENTE: FRANCISCO DAS CHAGAS DO NASCIMENTO

PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO

OAB: RN-5291

REQUERIDO(A): JUÍZO DA 7ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA

#### EMENTA

INDEFERIMENTO DE PETIÇÃO INICIAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO. QUESTÃO PROCESSUAL. SÚMULA 43 DA TNU. NÃO CABIMENTO DE PEDIDO DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização de interpretação da Lei Federal interposto contra acórdão prolatado pela Eg. Turma Recursal do Rio Grande do Norte, em sede da ação mandamental ajuizada pela ora recorrente, em acórdão assim ementado:

" PROCESSO CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JUDICIAL. DESCABIMENTO, A NÃO SER EM HIPÓTESES EXCEPCIONALÍSSIMAS, PRESENTE A TERATOLOGIA DO PRONUNCIAMENTO. DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA.

1. Trata-se de mandado de segurança impetrado contra pronunciamiento judicial que declarou deserto o recurso inominado interposto pela parte autora em razão da ausência de preparo no prazo legal.

2. O Mandado de Segurança é ação constitucional que tem por objeto a proteção de direito líquido e certo, não amparado por "habeas-corpus" ou "habeas-data", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público (art. 5º, LXIX da CF). Contudo, ele não é cabível: a) contra decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo (art. 5º, II da Lei 12.016/2009); b) contra ato judicial passível de recurso ou correção (Súmula 267/STF); c) contra decisão judicial transitada em julgado (art. 5º, III da Lei 12.016/2009 e Súmula n. 268 do STF).

3. Tratando-se de juizados especiais, microsistema que tem como princípios a celeridade e a economia processual, dos quais decorre a regra da irrecorribilidade em separado das decisões interlocutórias (com a ressalva do art. 5º da Lei n. 10.259/2001), o STF firmou o posicionamento de que contra tais decisões não cabe agravo de instrumento nem mandado de segurança, verbis: "(...) o Supremo Tribunal Federal, após reconhecer a repercussão geral da matéria, decidiu pelo não cabimento de mandado de segurança das decisões interlocutórias exaradas em processos dos juizados especiais (RE 576.847, Rel. Min. Eros Grau). Agravo regimental a que se nega provimento." (STF, 1ª T., ARE 703840 AgR/SC, rel. Min. Roberto Barroso, DJe 22.04.2014). No mesmo sentido: STF, 2ª T., AI 857811 AgR/PR, rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJe 29-04-2013. Conforme asseverou o Min. Eros Grau no leading case citado: a) "(...) a opção pelo rito sumaríssimo é faculdade das partes, com as vantagens e limitações que a sua escolha acarreta"; b) "Não há afronta ao princípio constitucional da ampla defesa (art. 5º, LV da CB), vez que decisões interlocutórias podem ser impugnadas quando da interposição de recurso inominado". Mesmo o STJ possuindo uma certa abertura, o pressuposto estabelecido pela sua Corte Especial é de que "somente é cabível a utilização do mandado de segurança para combater ato judicial que seja evidentemente teratológico e contra o qual não caiba recurso ou correção, nos termos do art. 5º, II, da Lei n. 12.016/2009" (STJ, Corte Especial, AgRg no MS 17353/DF, rel. Min. Humberto Martins, DJe 30/05/2014).

4. Dessa forma, diante da orientação jurisprudencial supramencionada, vedado o manejo de mandado de segurança contra decisões interlocutórias proferidas nos feitos dos Juizados Especiais, conclui-se que o remédio constitucional somente será cabível excepcionalmente para proteção das partes contra decisões teratológicas. Esse tem sido o posicionamento deste Colegiado, bastante restritivo quanto à admissibilidade do writ of mandamus.

5. No caso dos autos, não se verifica decisão teratológica a ensejar controle por este Colegiado.

6. Ordem denegada.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Juizes da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte, à unanimidade, em DENEGAR A SEGURANÇA.

Sem honorários.

Verificado o trânsito em julgado da decisão, remetam-se os autos ao Juizado Especial Federal Cível para o cumprimento do acórdão, após baixa na distribuição".

2. Da leitura do acórdão constata-se de forma cristalina que as razões de decidir não ultrapassaram a seara do direito processual, vale dizer não houve apreciação e julgamento de qualquer questão de direito material, consoante determina o art. 14, da Lei n. 10.259/01, na medida em que entendeu-se que o mandado de segurança não era o instrumento adequado para impugnar decisão interlocutória proferida pelo juízo a quo que não concedeu o benefício da justiça gratuita ao ora recorrente e, consequentemente, julgou deserto o recurso interposto.

3. Esta C. TNU já pacificou entendimento no sentido de que não cabe incidente de uniformização contra acórdão que se cingiu tão-somente a analisar questão de natureza processual.

Neste sentido, foi editada a súmula n. 43 com o seguinte teor:

"Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".

4. Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do presente Pedido de Uniformização.

É COMO VOTO

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator. Brasília/DF, 16 de março de 2016.

RONALDO JOSÉ DA SILVA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500076-09.2012.4.05.8200

ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA

REQUERENTE: UNIÃO

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

REQUERIDO(A): FRANCISCO EDILSON FORTE

PROC./ADV.: SANCHIA MARIA F.C.R. ALENCAR

OAB: PB-13237

PROC./ADV.: MARTSUNG F C R ALENCAR

OAB: PB-10927

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA

#### EMENTA

NÃO CONHECIMENTO RECURSO ORDINÁRIO - FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO. RECURSO INEPTO - PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE - NÃO OBSERVÂNCIA - QUESTÃO PROCESSUAL. SÚMULA 43 DA TNU. NÃO CABIMENTO DE PEDIDO DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização de interpretação da Lei Federal interposto contra acórdão prolatado pela Eg. Turma Recursal da Paraíba, que não conheceu o Recurso Inominado ajuizado pelo recorrente, em acórdão assim ementado:

" PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO (RECURSO INOMINADO). FUNDAMENTOS DA SENTENÇA NÃO ATACADOS. VIOLAÇÃO DA REGRA DA DIALETICIDADE. PEÇA RECURSAL INÉPTA. RECURSO DO ENTE PÚBLICO NÃO CONHECIDO.

1. Nos termos do art. 514, II, do CPC, a petição de apelação conterá os fundamentos de fato e de direito, de modo que incumbe ao apelante indicar o direito que se pretende exercitar contra o recorrido, apontando o fato em que se funda esse direito. É imperioso que o recorrente impugne, argumentada e especificamente, os fundamentos que dirigiram o magistrado na prolação da sentença. Trata-se da regra da dialeticidade, corolário da regularidade formal dos recursos, instrumento efetivador das garantias da ampla defesa e do contraditório, sem os quais a parte recorrida sequer terá os elementos concretos para expor a sua defesa, subtraindo, de outro lado, do órgão julgador, os fundamentos da insurgência e, com isso, a possibilidade de se aferir o acerto ou desacerto da decisão recorrida.

2. "Vige em nosso ordenamento o Princípio da Dialeticidade segundo o qual todo recurso deve ser formulado por meio de petição na qual a parte, não apenas manifeste a sua inconformidade com ato judicial impugnado, mas, também e necessariamente, indique os motivos de fato e de direito pelos quais requer o novo julgamento da questão nele cogitada. Agravo regimental não provido". (ARE-Agr 664044, Ministro LUIZ FUX, STF)

3. Na esteira da jurisprudência do STJ, "É inepta a apelação quando o recorrente deixa de demonstrar os fundamentos de fato e de direito que impunham a reforma pleiteada ou de impugnar, ainda que em tese, os argumentos da sentença" (REsp 1320527/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/10/2012, DJe 29/10/2012).

4. No caso em tela, o recorrente repetiu, ipsis litteris, os argumentos da exordial/contestação, não atacando fundamentadamente as razões da sentença recorrida. Assim, desatendeu ao requisito da regularidade formal e à regra da dialeticidade, razão por que o recurso não deve ser conhecido.

5. Súmula do julgamento: A Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba, reunida em sessão de julgamento ocorrida na data constante da aba "Sessões Recursais" destes autos virtuais, por unanimidade de votos, não conheceu do recurso do ente público, condenando-se o recorrente em honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da condenação. Custas ex-lege".



2. Da leitura do acórdão constata-se de forma cristalina que as razões de decidir não ultrapassaram a seara do direito processual, vale dizer não houve apreciação e julgamento de qualquer questão de direito material, consoante determina o art. 14, da Lei n. 10.259/01, na medida em que entendeu-se que o Recurso Inominado apresentado era inepto, eis que desatendeu o contido no art. 514, II, do CPC.

3. Esta C. TNU já pacificou entendimento no sentido de que não cabe incidente de uniformização contra acórdão que se cingiu tão-somente a analisar questão de natureza processual.

Neste sentido, foi editada a súmula n. 43 com o seguinte teor:

"Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".

4. Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do presente Pedido de Uniformização.

É COMO VOTO

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator. Brasília/DF, 16 de março de 2016.

RONALDO JOSÉ DA SILVA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500081-87.2014.4.05.9840

ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

REQUERENTE: RAIMUNDA OLIVEIRA DE ALMEIDA

PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO

OAB: RN/5291

REQUERIDO(A): JUÍZO FEDERAL DA 7ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA

#### EMENTA

INDEFERIMENTO DE PETIÇÃO INICIAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO. QUESTÃO PROCESSUAL. SÚMULA 43 DA TNU. NÃO CABIMENTO DE PEDIDO DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização de interpretação da Lei Federal interposto contra acórdão prolatado pela Eg. Turma Recursal do Rio Grande do Norte, em sede da ação mandamental ajuizada pela ora recorrente, em acórdão assim ementado:

" PROCESSO CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JUDICIAL. DESCABIMENTO, A NÃO SER EM HIPÓTESES EXCEPCIONALÍSSIMAS, PRESENTE A TERATOLOGIA DO PRONUNCIAMENTO. DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA.

1. Trata-se de mandado de segurança impetrado contra pronunciamento judicial que declarou deserto o recurso nominado interposto pela parte autora em razão da ausência de preparo no prazo legal.

2. O Mandado de Segurança é ação constitucional que tem por objeto a proteção de direito líquido e certo, não amparado por "habeas-corpus" ou "habeas-data", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público (art. 5º, LXIX da CF). Contudo, ele não é cabível: a) contra decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo (art. 5º, II da Lei 12.016/2009); b) contra ato judicial passível de recurso ou correição (Súmula 267/STF); c) contra decisão judicial transitada em julgado (art. 5º, III da Lei 12.016/2009 e Súmula n. 268 do STF).

3. Tratando-se de juizados especiais, microsistema que tem como princípios a celeridade e a economia processual, dos quais decorre a regra da irrecorribilidade em separado das decisões interlocutórias (com a ressalva do art. 5º da Lei n. 10.259/2001), o STF firmou o posicionamento de que contra tais decisões não cabe agravo de instrumento nem mandado de segurança, verbis: "(...) o Supremo Tribunal Federal, após reconhecer a repercussão geral da matéria, decidiu pelo não cabimento de mandado de segurança das decisões interlocutórias exaradas em processos dos juizados especiais (RE 576.847, Rel. Min. Eros Grau). Agravo regimental a que se nega provimento." (STF, 1ª T., ARE 703840 AgR/SC, rel. Min. Roberto Barroso, DJe 22.04.2014). No mesmo sentido: STF, 2ª T., AI 857811 AgR/PR, rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJe 29-04-2013. Conforme asseverou o Min. Eros Grau no leading case citado: a) "(...) a opção pelo rito sumaríssimo é faculdade das partes, com as vantagens e limitações que a sua escolha acarreta"; b) "Não há afronta ao princípio constitucional da ampla defesa (art. 5º, LV da CB), vez que decisões interlocutórias podem ser impugnadas quando da interposição de recurso nominado". Mesmo o STJ possuindo uma certa abertura, o pressuposto estabelecido pela sua Corte Especial é de que "somente é cabível a utilização do mandado de segurança para combater ato judicial que seja evidentemente teratológico e contra o qual não caiba recurso ou correição, nos termos do art. 5º, II, da Lei n. 12.016/2009" (STJ, Corte Especial, AgRg no MS 17353/DF, rel. Min. Humberto Martins, DJe 30/05/2014).

4. Dessa forma, diante da orientação jurisprudencial supramencionada, vedado o manejo de mandado de segurança contra decisões interlocutórias proferidas nos feitos dos Juizados Especiais, conclui-se que o remédio constitucional somente será cabível excepcionalmente para proteção das partes contra decisões teratológicas. Esse tem sido o posicionamento deste Colegiado, bastante restritivo quanto à admissibilidade do writ of mandamus.

5. No caso dos autos, não se verifica decisão teratológica a ensejar controle por este Colegiado.

6. Ordem denegada.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Juizes da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte, à unanimidade, em DENEGAR A SEGURANÇA.

Sem honorários.

Verificado o trânsito em julgado da decisão, remetam-se os autos ao Juizado Especial Federal Cível para o cumprimento do acórdão, após baixa na distribuição".

2. Da leitura do acórdão constata-se de forma cristalina que as razões de decidir não ultrapassaram a seara do direito processual, vale dizer não houve apreciação e julgamento de qualquer questão de direito material, consoante determina o art. 14, da Lei n. 10.259/01, na medida em que entendeu-se que o mandado de segurança não era o instrumento adequado para impugnar decisão interlocutória proferida pelo juízo a quo que não concedeu o benefício da justiça gratuita à ora recorrente e, consequentemente, julgou deserto o recurso interposto.

3. Esta C. TNU já pacificou entendimento no sentido de que não cabe incidente de uniformização contra acórdão que se cingiu tão-somente a analisar questão de natureza processual.

Neste sentido, foi editada a súmula n. 43 com o seguinte teor:

"Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".

4. Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do presente Pedido de Uniformização.

É COMO VOTO

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator. Brasília/DF, 16 de março de 2016.

RONALDO JOSÉ DA SILVA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500085-27.2014.4.05.9840

ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

REQUERENTE: FRANCISCO CANINDE DE MACEDO

PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO

OAB: RN/5291

REQUERIDO(A): JUÍZO DA 7ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA

#### EMENTA

INDEFERIMENTO DE PETIÇÃO INICIAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO. QUESTÃO PROCESSUAL. SÚMULA 43 DA TNU. NÃO CABIMENTO DE PEDIDO DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização de interpretação da Lei Federal interposto contra acórdão prolatado pela Eg. Turma Recursal do Rio Grande do Norte, em sede da ação mandamental ajuizada pela ora recorrente, em acórdão assim ementado:

" PROCESSUAL CIVIL. LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA. DECISÃO QUE DECLARA DESERTO O RECURSO INOMINADO. SUCEDÂNEO RECURSAL. INVIABILIDADE. INDEFERIMENTO LIMINAR.

- Trata-se de mandado de segurança impetrado pela requerente em epígrafe, em face de ato judicial perpetrado pelo Juízo Federal da 7ª Vara (JEF), que declarou deserto o recurso interposto pela parte autora, em razão da falta de preparo no prazo legal, nos autos do processo nº 0505424-28.2014.4.05.8400.

- Conceder-se-á mandado de segurança apenas para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas-corpus ou habeas-data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

- O ato judicial que a parte impetrante imputa a pecha da ilegalidade encontra-se vazado nos seguintes termos:

"Cuida-se de recurso interposto pela parte autora em face da sentença proferida por este juízo, no qual requer novamente os benefícios da gratuidade judiciária.

O pedido de justiça gratuita foi devidamente apreciado e indeferido quando da prolação da sentença.

Por outro lado, a falta de preparo no prazo de 48 horas, como preceitua o art. 42, § 1º, da Lei 9.099/95 (aqui aplicada subsidiariamente, com o permissivo legal do art. 1º da Lei 10.259/2001), configura a deserção do recurso.

Sendo assim, declaro deserto o recurso interposto pela parte autora, tendo em vista a falta de preparo no prazo legal."

- Neste passo, o Mandado de Segurança justifica-se no âmbito do Juizado Especial Federal apenas para fins de impugnação de decisões teratológicas fora do escopo natural de divergência judicial. Ou seja, somente contra decisão ilegal que venha a gerar um dano real é que poderá ser manejado o mandamus, não sendo possível impetrar o referido instrumento processual para fins de simples reexame da decisão atacada.

- A isenção de custas prevista no art. 54 da lei em epígrafe é adstrita ao primeiro grau de jurisdição, atendidos as restrições previstas em lei, somente estendendo-se ao segundo grau em hipóteses de gratuidade ou assistência judiciária, não aplicáveis ao caso dos autos.

- O art. 42, § 1º, da Lei 9.099/95 assim dispõe: "O preparo será feito, independentemente de intimação, nas 48 (quarenta e oito) horas seguintes à interposição, sob pena de deserção".

- O pagamento das despesas processuais, inclusive as dispensadas em primeiro grau, consiste em requisito extrínseco de admissibilidade do recurso.

- Portanto, tratando-se de hipótese de expresse indeferimento do pedido de justiça gratuita pelo juiz de primeiro grau, ausente o pagamento do preparo, o recurso não pode ser conhecido.

- Ausente qualquer situação extraordinária, tampouco verificada teratologia na decisão recorrida.

- Uso indevido do Mandado de Segurança como sucedâneo de recurso.

- Inadequação da via eleita.

- Indeferimento liminar.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, por unanimidade, ACORDAM os Juizes da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte, em consonância com o parecer ministerial, em INDEFERIR LIMINARMENTE A SEGURANÇA. Impedida Dra. Janine de Medeiros Souza Bezerra.

Sem honorários advocatícios, por força de disposição expressa constante na Lei 12.016/2009.

Em se verificando o trânsito em julgado da decisão, remetam-se os autos ao Juizado Especial Federal Cível".

2. Da leitura do acórdão constata-se de forma cristalina que as razões de decidir não ultrapassaram a seara do direito processual, vale dizer não houve apreciação e julgamento de qualquer questão de direito material, consoante determina o art. 14, da Lei n. 10.259/01, na medida em que entendeu-se que o mandado de segurança não era o instrumento adequado para impugnar decisão interlocutória proferida pelo juízo a quo que não concedeu o benefício da justiça gratuita à ora recorrente e, consequentemente, julgou deserto o recurso interposto.

3. Esta C. TNU já pacificou entendimento no sentido de que não cabe incidente de uniformização contra acórdão que se cingiu tão-somente a analisar questão de natureza processual.

Neste sentido, foi editada a súmula n. 43 com o seguinte teor:

"Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".

4. Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do presente Pedido de Uniformização.

É COMO VOTO

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator. Brasília/DF, 16 de março de 2016.

RONALDO JOSÉ DA SILVA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500086-12.2014.4.05.9840

ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

REQUERENTE: ANA LUCIA SAMPAIO DA SILVA

PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO

OAB: RN/5291

REQUERIDO(A): JUÍZO DA 7ª VARA JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA

#### EMENTA

INDEFERIMENTO DE PETIÇÃO INICIAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO. QUESTÃO PROCESSUAL. SÚMULA 43 DA TNU. NÃO CABIMENTO DE PEDIDO DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização de interpretação da Lei Federal interposto contra acórdão prolatado pela Eg. Turma Recursal do Rio Grande do Norte, em sede da ação mandamental ajuizada pela ora recorrente, em acórdão assim ementado:

" EMENTA: PROCESSO CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JUDICIAL. DESCABIMENTO, A NÃO SER EM HIPÓTESES EXCEPCIONALÍSSIMAS, PRESENTE A TERATOLOGIA DO PRONUNCIAMENTO. DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA.

1. Trata-se de mandado de segurança impetrado contra pronunciamento judicial que declarou deserto o recurso nominado interposto pela parte autora, em razão da ausência de preparo no prazo legal.

2. O Mandado de Segurança é ação constitucional que tem por objeto a proteção de direito líquido e certo, não amparado por "habeas-corpus" ou "habeas-data", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público (art. 5º, LXIX da CF). Contudo, ele não é cabível: a) contra decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo (art. 5º, II da Lei 12.016/2009); b) contra ato judicial passível de recurso ou correição (Súmula 267/STF); c) contra decisão judicial transitada em julgado (art. 5º, III da Lei 12.016/2009 e Súmula n. 268 do STF).

3. Tratando-se de juizados especiais, microsistema que tem como princípios a celeridade e a economia processual, dos quais decorre a regra da irrecorribilidade em separado das decisões interlocutórias (com a ressalva do art. 5º da Lei n. 10.259/2001), o STF firmou o posicionamento de que contra tais decisões não cabe agravo de instrumento nem mandado de segurança, verbis: "(...) o Supremo Tribunal Federal, após reconhecer a repercussão geral da matéria, decidiu pelo não cabimento de mandado de segurança das decisões

interlocutórias exaradas em processos dos juizados especiais (RE 576.847, Rel. Min. Eros Grau). Agravo regimental a que se nega provimento." (STF, 1ª. T., ARE 703840 AgR/SC, rel. Min. Roberto Barroso, DJe 22.04.2014). No mesmo sentido: STF, 2ª. T., AI 857811 AgR/PR, rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJe 29-04-2013. Conforme asseverou o Min. Eros Grau no leading case citado: a) "(...) a opção pelo rito sumaríssimo é faculdade das partes, com as vantagens e limitações que a sua escolha acarreta"; b) "Não há afronta ao princípio constitucional da ampla defesa (art. 5º, LV da CB), vez que decisões interlocutórias podem ser impugnadas quando da interposição de recurso inominado". Mesmo o STJ possuindo uma certa abertura, o pressuposto estabelecido pela sua Corte Especial é de que "somente é cabível a utilização do mandado de segurança para combater ato judicial que seja evidentemente teratológico e contra o qual não caiba recurso ou correição, nos termos do art. 5º, II, da Lei n. 12.016/2009" (STJ, Corte Especial, AgRg no MS 17353/DF, rel. Min. Humberto Martins, DJe 30/05/2014).

4. Dessa forma, diante da orientação jurisprudencial supramencionada, vedado o manejo de mandado de segurança contra decisões interlocutórias proferidas nos feitos dos Juizados Especiais, conclui-se que o remédio constitucional somente será cabível excepcionalmente para proteção das partes contra decisões teratológicas. Esse tem sido o posicionamento deste Colegiado, bastante restritivo quanto à admissibilidade do writ of mandamus.

5. No caso dos autos, não se verifica decisão teratológica a ensejar controle por este Colegiado.

6. Ordem denegada."

2. Da leitura do acórdão constata-se de forma cristalina que as razões de decidir não ultrapassaram a seara do direito processual, vale dizer não houve apreciação e julgamento de qualquer questão de direito material, consoante determina o art. 14, da Lei n. 10.259/01, na medida em que entendeu-se que o mandado de segurança não era o instrumento adequado para impugnar decisão interlocutória proferida pelo juízo a quo que indeferiu o pedido de justiça gratuita formulado pelo recorrente e, consequentemente, julgou deserto o recurso interposto, uma vez que existia no ordenamento recurso próprio para atacar referida decisão.

3. Esta C. TNU já pacificou entendimento no sentido de que não cabe incidente de uniformização contra acórdão que se cingiu tão-somente a analisar questão de natureza processual.

Neste sentido, foi editada a súmula n. 43 com o seguinte teor: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".

4. Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do presente Pedido de Uniformização.

É COMO VOTO

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator. Brasília/DF, 16 de março de 2016.

RONALDO JOSÉ DA SILVA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500088-79.2014.4.05.9840  
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE  
REQUERENTE: ANA LUCIA SAMPAIO DA SILVA  
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO  
OAB: RN/5291  
REQUERIDO(A): JUIZO DA 7ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA  
EMENTA

INDEFERIMENTO DE PETIÇÃO INICIAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO. QUESTÃO PROCESSUAL. SÚMULA 43 DA TNU. NÃO CABIMENTO DE PEDIDO DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização de interpretação da Lei Federal interposto contra acórdão prolatado pela Eg. Turma Recursal do Rio Grande do Norte, em sede da ação mandamental ajuizada pela ora recorrente, em acórdão assim ementado:

" PROCESSO CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JUDICIAL. DESCABIMENTO, A NÃO SER EM HIPÓTESES EXCEPCIONALÍSSIMAS, PRESENTE A TERATOLOGIA DO PRONUNCIAMENTO. DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA.

1. Trata-se de mandado de segurança impetrado contra pronunciamento judicial que declarou deserto o recurso inominado interposto pela parte autora em razão da ausência de preparo no prazo legal.

2. O Mandado de Segurança é ação constitucional que tem por objeto a proteção de direito líquido e certo, não amparado por "habeas-corpus" ou "habeas-data", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público (art. 5º, LXIX da CF). Contudo, ele não é cabível: a) contra decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo (art. 5º, II da Lei 12.016/2009); b) contra ato judicial passível de recurso ou correição (Súmula 267/STF); c) contra decisão judicial transitada em julgado (art. 5º, III da Lei 12.016/2009 e Súmula n. 268 do STF).

3. Tratando-se de juizados especiais, microsistema que tem como princípios a celeridade e a economia processual, dos quais decorre a regra da irrecorribilidade em separado das decisões interlocutórias (com a ressalva do art. 5º da Lei n. 10.259/2001), o STF firmou o posicionamento de que contra tais decisões não cabe agravo de instrumento nem mandado de segurança, verbis: "(...) o Supremo Tribunal Federal, após reconhecer a repercussão geral da matéria, de-

cidiu pelo não cabimento de mandado de segurança das decisões interlocutórias exaradas em processos dos juizados especiais (RE 576.847, Rel. Min. Eros Grau). Agravo regimental a que se nega provimento." (STF, 1ª. T., ARE 703840 AgR/SC, rel. Min. Roberto Barroso, DJe 22.04.2014). No mesmo sentido: STF, 2ª. T., AI 857811 AgR/PR, rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJe 29-04-2013. Conforme asseverou o Min. Eros Grau no leading case citado: a) "(...) a opção pelo rito sumaríssimo é faculdade das partes, com as vantagens e limitações que a sua escolha acarreta"; b) "Não há afronta ao princípio constitucional da ampla defesa (art. 5º, LV da CB), vez que decisões interlocutórias podem ser impugnadas quando da interposição de recurso inominado". Mesmo o STJ possuindo uma certa abertura, o pressuposto estabelecido pela sua Corte Especial é de que "somente é cabível a utilização do mandado de segurança para combater ato judicial que seja evidentemente teratológico e contra o qual não caiba recurso ou correição, nos termos do art. 5º, II, da Lei n. 12.016/2009" (STJ, Corte Especial, AgRg no MS 17353/DF, rel. Min. Humberto Martins, DJe 30/05/2014).

4. Dessa forma, diante da orientação jurisprudencial supramencionada, vedado o manejo de mandado de segurança contra decisões interlocutórias proferidas nos feitos dos Juizados Especiais, conclui-se que o remédio constitucional somente será cabível excepcionalmente para proteção das partes contra decisões teratológicas. Esse tem sido o posicionamento deste Colegiado, bastante restritivo quanto à admissibilidade do writ of mandamus.

5. No caso dos autos, não se verifica decisão teratológica a ensejar controle por este Colegiado.

6. Ordem denegada.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Juízes da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte, à unanimidade, em DENEGAR A SEGURANÇA.

Sem honorários.

Verificado o trânsito em julgado da decisão, remetam-se os autos ao Juizado Especial Federal Cível para o cumprimento do acórdão, após baixa na distribuição".

2. Da leitura do acórdão constata-se de forma cristalina que as razões de decidir não ultrapassaram a seara do direito processual, vale dizer não houve apreciação e julgamento de qualquer questão de direito material, consoante determina o art. 14, da Lei n. 10.259/01, na medida em que entendeu-se que o mandado de segurança não era o instrumento adequado para impugnar decisão interlocutória proferida pelo juízo a quo que não concedeu o benefício da justiça gratuita à ora recorrente e, consequentemente, julgou deserto o recurso interposto.

3. Esta C. TNU já pacificou entendimento no sentido de que não cabe incidente de uniformização contra acórdão que se cingiu tão-somente a analisar questão de natureza processual.

Neste sentido, foi editada a súmula n. 43 com o seguinte teor: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".

4. Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do presente Pedido de Uniformização.

É COMO VOTO

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator. Brasília/DF, 16 de março de 2016.

RONALDO JOSÉ DA SILVA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500090-49.2014.4.05.9840  
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE  
REQUERENTE: MARIA PEREIRA DO NASCIMENTO  
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO  
OAB: RN/5291  
REQUERIDO(A): JUIZO DA 7ª VARA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA  
EMENTA

INDEFERIMENTO DE PETIÇÃO INICIAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO. QUESTÃO PROCESSUAL. SÚMULA 43 DA TNU. NÃO CABIMENTO DE PEDIDO DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização de interpretação da Lei Federal interposto contra acórdão prolatado pela Eg. Turma Recursal do Rio Grande do Norte, em sede da ação mandamental ajuizada pela ora recorrente, em acórdão assim ementado:

" DIREITO CONSTITUCIONAL E PROCESSO CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. IMPUGNAÇÃO DE DECISÃO. FASE DE EXECUÇÃO. SUCEDÂNEO RECURSAL. INVIABILIDADE. INDEFERIMENTO LIMINAR.

- Trata-se de mandado de segurança impetrado pela requerente em epígrafe, em face de ato judicial perpetrado pelo Juízo Federal da 7ª Vara (JEF), que indeferiu o pedido de execução do julgado.

- Conceder-se-á mandado de segurança apenas para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas-corpus ou habeas-data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

- O ato judicial que a parte impetrante imputa a pecha da ilegalidade encontra-se vazado nos seguintes termos:

"Acolho a impugnação aos cálculos apresentada pela parte ré.

O presente caso é hipótese de pensão ocorrida após a EC 41/2003. A jurisprudência pátria já pacificou o entendimento de ser aplicável à pensão por morte a legislação vigente à época do óbito. Dessa forma, a parte autora não teria direito à equiparação com os servidores em atividade, tendo em vista que a EC nº 41/2003 quebrou a paridade nos reajustes entre servidores aposentados e pensionistas.

Todavia, como pensionista, a autora faz jus aos valores a que teria direito o instituidor da pensão até a data do seu óbito. Ocorre que o óbito do instituidor da pensão se deu em data anterior ao prazo inicial de pagamento da gratificação, portanto, a parte autora não tem direito a receber o montante de atrasados da gratificação.

Diante do exposto, declaro a inexistência de créditos a executar no presente feito".

- Neste passo, o Mandado de Segurança justifica-se no âmbito do Juizado Especial Federal apenas para fins de impugnação de decisões teratológicas fora do escopo natural de divergência judicial. Ou seja, somente contra decisão ilegal que venha a gerar um dano real é que poderá ser manejado o mandamus, não sendo possível impetrar o referido instrumento processual para fins de simples reexame da decisão atacada.

- Não havendo previsão de recurso na fase de cumprimento de sentença, as decisões proferidas pelo juízo de primeiro grau têm caráter definitivo, não estando sujeitas à revisão pela Turma Recursal.

- Ausência de situação extraordinária. A sentença e o acórdão foram claros ao determinar que a GDPGPE fosse paga aos aposentados e pensionistas no mesmo patamar dos servidores em atividade até a efetiva implementação e processamento do resultado do primeiro ciclo de avaliação. No entanto, conforme apurado em fase de execução, a impetrante nunca percebeu GDPGPE, conforme se pode observar das fichas financeiras acostadas, motivo pelo qual não há valores a receber.

- Assim, o posicionamento do magistrado está em consonância com o estabelecido na sentença/acórdão, não havendo qualquer ato teratológico.

- Uso indevido do Mandado de Segurança como sucedâneo de recurso.

- Inadequação da via eleita.

- Indeferimento liminar.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, por unanimidade, ACORDAM os Juízes da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte em INDEFERIR A INICIAL DO MANDADO DE SEGURANÇA, nos termos do Voto do Relator.

Sem honorários.

Em se verificando o trânsito em julgado da decisão, remetam-se os autos ao Juizado Especial Federal Cível.

Natal/RN, data do julgamento.

2. Da leitura do acórdão constata-se de forma cristalina que as razões de decidir não ultrapassaram a seara do direito processual, vale dizer não houve apreciação e julgamento de qualquer questão de direito material, consoante determina o art. 14, da Lei n. 10.259/01, na medida em que entendeu-se que o mandado de segurança não era o instrumento adequado para impugnar decisão interlocutória proferida pelo juízo a quo que acolheu a impugnação à execução e declarou a inexistência de valores a serem recebidos pela requerente, ante ao fato de que seu falecido esposo, instituidor da pensão, foi a óbito antes do início da implementação do pagamento da gratificação pretendida.

É nítido o caráter processual da decisão que pretendia combater, eis que, em suma, declarou o Juízo de origem a ausência de interesse processual (modalidade utilidade) na execução de quaisquer valores, de forma que somente poderia ser combatida na excepcional hipótese de ser teratológica, o que não é o caso.

3. Esta C. TNU já pacificou entendimento no sentido de que não cabe incidente de uniformização contra acórdão que se cingiu tão-somente a analisar questão de natureza processual.

Neste sentido, foi editada a súmula n. 43 com o seguinte teor: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".

4. Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do presente Pedido de Uniformização.

É COMO VOTO

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator. Brasília/DF, 16 de março de 2016.

RONALDO JOSÉ DA SILVA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500104-33.2014.4.05.9840  
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE  
REQUERENTE: THALLES JOSÉ ALVES DE ARAÚJO  
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA  
OAB: PE-573-A  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA  
EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AUSÊNCIA PREPARO - CONVERSÃO MANDADO SEGURANÇA - IMPOSSIBILIDADE. QUESTÃO PROCESSUAL. SÚMULA 43 DA TNU. NÃO CABIMENTO DE PEDIDO DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.



1.Trata-se de Pedido de Uniformização de interpretação da Lei Federal interposto contra acórdão prolatado pela Eg. Turma Recursal do Rio Grande do Norte,objetivando o recebimento da ação mandamental, e ao final a concessão do acréscimo, em seu benefício previdenciário, de 25%, nos termos do que dispõe o art. 45 da Lei 8.213/91. Como paradigma apresentou o acórdão.

2. Ocorre que a decisão judicial que pretende alterar transitou em julgado em 08/01/2014 e determinou "a concessão da aposentadoria por invalidez em favor do demandante, com DIB a partir do dia imediatamente posterior à data da cessação do benefício anterior (DCB 28/02/2009) e implantação com a DIP a contar de 01/08/2013".

Verifica-se que o requerente não se valeu no momento processual adequado de recurso de embargos de declaração para a retificação do dispositivo da sentença, a qual foi confirmada pela Turma Recursal. Desta feita, o acórdão ora guerreado não conheceu do pleito do requerente ante à ausência da coisa julgada, a qual implica, necessariamente, a extinção do feito sem resolução do mérito. Logo, a questão posta é de natureza tão somente processual.

3.Esta C. TNU já pacificou entendimento no sentido de que não cabe incidente de uniformização contra acórdão que se cingiu tão-somente a analisar questão de natureza processual.

Neste sentido, foi editada a súmula n. 43 com o seguinte teor:

"Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".

Ademais a questão já foi

4. Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do presente Pedido de Uniformização.

É COMO VOTO

### ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator. Brasília/DF, 16 de março de 2016.

RONALDO JOSÉ DA SILVA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500109-89.2013.4.05.9840

ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

REQUERENTE: MANOEL BEZERRA DIAS

PROC./ADV.: JOSEAN ROBERTO PIRES CIRQUEIRA

OAB: PB-11825

REQUERIDO(A): JUÍZO DA 13ª VARA FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ - RN

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA

### EMENTA

INDEFERIMENTO DE PETIÇÃO INICIAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. EXECUÇÃO. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO. QUESTÃO PROCESSUAL. SÚMULA 43 DA TNU. NÃO CABIMENTO DE PEDIDO DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização de interpretação da Lei Federal interposto contra acórdão prolatado pela Eg. Turma Recursal do RIO GRANDE DO NORTE, em sede da ação mandamental ajuizada pelo ora recorrente, em acórdão assim ementado:

"DIREITO CONSTITUCIONAL E PROCESSO CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. IMPUGNAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM FASE DE EXECUÇÃO. INEXISTÊNCIA DE DECISÃO TERATOLÓGICA. SEGURANÇA NÃO CONHECIDA.

- Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por 'habeas-corpus' ou 'habeas-data', quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

- O Mandado de Segurança justifica-se no âmbito do Juizado Especial Federal apenas para fins de impugnação de decisões teratológicas fora do escopo natural de divergência judicial. Ou seja, somente contra decisão ilegal que venha a gerar um dano real é que poderá ser manejado o mandamus, não sendo possível impetrar o referido instrumento processual para fins de simples reexame da decisão atacada.

- Na hipótese, a impetrante impugna decisão do juiz de primeiro grau proferida em fase de execução do julgado, que reconheceu a ausência de crédito em favor da parte autora. Afirma que a decisão em tela malfez a coisa julgada, já que tanto a sentença quanto o acórdão reconheceram o direito ao reequadramento na carreira do DNIT com diferenças a pagar. Requer, em sede de liminar, o desarquivamento do processo originário (0501870-44.2012.4.05.8401) e a implantação da gratificação a que faz jus e, no mérito, a confirmação da condenação em seu favor.

- Ausência de teratologia na decisão atacada a justificar a admissão do mandado de segurança como sucedâneo recursal, até porque o juiz a quo, ao entender que inexistiam valores a executar em favor da parte autora, assim o fez de forma fundamentada e após a análise da documentação acostada ao feito principal, pelo que inexistia qualquer ilegalidade ou abuso de poder a justificar o manejo do presente mandamus.

- Mandado de segurança não conhecido.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos ACORDAM os Juizes da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte, à unanimidade, após o parecer do MPF, NÃO CONHECER DO MANDADO DE SEGURANÇA, EXTINGUINDO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do voto do Relator.

Sem condenação em honorários advocatícios (art. 25 da Lei 12.016/2009).

Além do signatário, participaram do julgamento Juiz Federal MAGNUS AUGUSTO COSTA DELGADO e a Juíza Federal JANINE DE MEDEIROS SOUZA BEZERRA.

Em se verificando o trânsito em julgado da decisão, archive-se, após baixa na distribuição".

2. Da leitura do acórdão constata-se de forma cristalina que as razões de decidir não ultrapassaram a seara do direito processual, vale dizer não houve apreciação e julgamento de qualquer questão de direito material, consoante determina o art. 14, da Lei n. 10.259/01, na medida em que entendeu-se que o mandado de segurança não era o instrumento adequado para impugnar decisão prolatada pelo juízo a quo em sede de execução.

3. Esta C. TNU já pacificou entendimento no sentido de que não cabe incidente de uniformização contra acórdão que se cingiu tão-somente a analisar questão de natureza processual.

Neste sentido, foi editada a súmula n. 43 com o seguinte teor:

"Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".

4. Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do presente Pedido de Uniformização.

É COMO VOTO

### ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator. Brasília/DF, 16 de março de 2016.

RONALDO JOSÉ DA SILVA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500112-16.2015.4.05.8404

ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

REQUERENTE: WANDERLEIA DA COSTA SILVA PEREIRA

PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA

OAB: RN-560-A

REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL -INSS

PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL

### VOTO

Trata-se de incidente de uniformização nacional, suscitado pela parte autora, em face de acórdão de Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.

A matéria ventilada e a ser verificada no presente caso é a possibilidade de se conceder o benefício de salário maternidade a trabalhadora rural à vista do material probatório inserto aos autos.

O acórdão reformou o julgado monocrático por entender que os documentos apresentados não podem ser considerados prova material, com base na Súmula 34 deste Colegiado que orienta no sentido de que "para fins de comprovação do tempo de labor rural, o início de prova material deve ser contemporâneo à época dos fatos a provar."

Trata-se, portanto, de análise subjetiva de cada órgão jurisdicional sobre a natureza da prova apresentada, que não pode ser aqui valorado, haja vista que a adequação da tese jurídica não está sendo questionada, mas apenas o critério subjetivo de valoração da prova em razão do conceito de início de prova material.

A Sentença de improcedência de 1º grau foi confirmada pela Turma Recursal, sob o fundamento de que:

"Destacou o julgador monocrático: "Compulsando os documentos anexados aos autos, verifico que não há prova material contemporânea suficiente para sustentar o alegado tempo de serviço exercido na agricultura, em que a autora diz ter trabalhado durante o período de 30/01/2010 a 23/09/2013 (anexo 03, fl. 01). Assim, observo que o conjunto probatório carreado aos autos não é suficiente à comprovação da carência exigida. Os documentos juntados pela promovente são extemporâneos, emitidos em datas posteriores ao parto. Nesse sentido, o contrato de parceria agrícola conta apenas de maio de 2014 (anexo 03), assim como a ficha de filiação ao sindicato que data de maio de 2014 (anexo 03, fls. 01 e 06). A Ficha de Saúde (anexo 03, fls. 12/14), individualmente, não se mostra apta para demonstrar a atividade rural, visto que as informações nela contidas decorrerem que simples alegação da promovente, sendo desprovida, portanto, da robustez necessária para comprovar o labor rural. Outrossim, entendendo que não devem ser considerados, para fins de comprovação da carência legal, as Fichas de Gestante trazidos aos autos, uma vez que a informação prestada sobre a profissão provém de uma alegação verbal da própria usuária dos serviços, tratando-se, assim, de provas frágeis. Além disso, pela sua própria natureza, os referidos documentos são todos posteriores ao início da gestação. Destarte, analisando o conjunto probatório existente nos autos, entendendo a parte autora não logrou êxito em demonstrar o exercício do labor rural e, por consequência, da carência exigida legalmente para a concessão do benefício pleiteado." - Trecho da Sentença (anexo 16).

8. Com efeito, a recorrente não conseguiu demonstrar o exercício da atividade pela carência necessária, uma vez que as provas apresentadas foram produzidas em momento posterior ao parto, que ocorreu em 24/09/2013 (anexo 02), a saber: Declaração de Exercício de Atividade Rural do STR de Umarizal que, embora faça referência ao período de 20/01/2010 a 23/09/2013, somente foi emitida em

07/05/2014 (anexo 03), Carteira do STR indicando filiação em 18/03/2014 (anexo 03), além de Declaração do proprietário e Contrato de Comodato Rural datados de 06/05/2014 (anexo 03).

9. Por outro lado, o depoimento pessoal colhido em audiência de instrução mostrou-se frágil quanto ao trabalho rural da postulante, que não demonstrou segurança em suas informações, mormente quanto ao conhecimento do labor rural supostamente desempenhado. Desse modo, não faz jus a autora ao benefício de salário-maternidade....".

O julgamento deste Incidente exige, em verdade, não mera fixação de uma premissa jurídica que deve ser observada para casos congêneres, porquanto a conclusão extraída pelo julgador não pode ser afastada sem nova dissecação do material probatório.

Importa frisar, ademais, que o Acórdão vergastado, proferido pela Turma Recursal de origem, seguiu a orientação desta Corte, valorando as provas dos autos, não sendo possível revisá-las nesta instância especial.

Resta aplicável, desta forma, a Súmula 42 deste Tribunal nacional, visto que não teria como desconstituir ou confirmar a decisão recorrida sem abordar a valoração dos fatos e da prova dos autos, conferindo-lhe novo valor, o que equivale a reexaminar o material probatório da lide, Súmula esta que nos diz:

"Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato."

Assim, voto por NÃO CONHECER DO PEDILEF, por incidir a Súmula 42 da TNU.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília, 16 de março de 2016.

Juiz Federal Wilson Witzel

Relator

### ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, NÃO CONHECEU do presente Incidente de Uniformização, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal relator.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Juiz Federal Wilson Witzel

Relator

PROCESSO: 0500119-66.2013.4.05.9830

ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

REQUERENTE: SILVANA FAUSTINO DA SILVA

PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA

OAB: PE-573-A

REQUERIDO(A): JUÍZO DA 1ª RELATORIA DA 1ª TURMA RECURSAL JEF DA SJ DE PERNAMBUCO

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA

### EMENTA

INDEFERIMENTO DE PETIÇÃO INICIAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO. QUESTÃO PROCESSUAL. SÚMULA 43 DA TNU. NÃO CABIMENTO DE PEDIDO DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização de interpretação da Lei Federal interposto contra acórdão prolatado pela Eg. Turma Recursal de Pernambuco, em sede da ação mandamental ajuizada pela ora recorrente, em acórdão assim ementado:

" PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. ATO JUDICIAL NÃO TERATOLÓGICO. ILEGALIDADE OU ABUSO DE PODER NÃO CONFIGURADOS. INÉPCIA DA INICIAL. EXTINÇÃO SEM MÉRITO.

- Cuida-se de Mandado de Segurança impetrado contra ato imputado a juiz desta Turma Recursal, por meio do qual não se conheceu do recurso inominado interposto pelo ora impetrante em razão da ausência de preparo.

- O Mandado de Segurança é cabível contra ato judicial, desde que manifestamente ilegal ou revestido de teratologia, o que não é o caso dos autos. Não se há de admitir a impetração de Mandado de Segurança como forma de combate à decisão jurisdicional devidamente fundamentada tão-somente pela inexistência de recurso cabível na legislação específica, não havendo, sequer, que se falar em negativa de prestação jurisdicional em casos tais.

- Entendo que houve inadequação da via eleita, vez que da análise dos argumentos expendidos na petição anexada evidencia-se o não cabimento do writ neste caso. Existe previsão recursal específica para o acórdão proferido por turma recursal, no art. 14 da Lei 10259/01, sendo vedado o uso do mandado de segurança como sucedâneo do recurso cabível - art. 5º, II, da Lei 1.533/51 e súmula 267 do STF. Tem-se, pois, que, ainda que corretamente impetrado, seria o mandado de segurança via inadequada para a parte exprimir sua irrisignação.

- Ademais, na hipótese, não se vislumbra a teratologia apontada pelo impetrante. Tampouco há ilegalidade ou abuso de poder na decisão judicial atacada, de modo que não há como prosperar a presente ação mandamental. Embora a parte autora tenha requerido o benefício da Justiça Gratuita em sua petição inicial, não houve apreciação deste pedido na sentença, não havendo que se falar em direito líquido e certo. O recurso inominado, por sua vez, não reiterou o pedido de Assistência Judiciária Gratuita, razão pela qual a questão não foi devolvida a esta instância revisora.

- A lei 12.016/09 assim dispõe acerca das hipóteses de cabimento do mandado de segurança:

Art. 1º Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça.

- Inexistindo direito líquido e certo a ser tutelado, não é hipótese de mandado de segurança, sendo o caso de aplicar o art. 10 da lei 12.016/09, que permite o indeferimento da inicial, nos seguintes termos:

Art. 10. A inicial será desde logo indeferida, por decisão motivada, quando não for o caso de mandado de segurança ou lhe faltar algum dos requisitos legais ou quando decorrido o prazo legal para a impetração.

- Embora o entendimento pessoal deste Relator seja o de que a ausência de manifestação expressa do magistrado a quo não implica em indeferimento tácito do pedido de assistência judiciária formulado na inicial, não há, na legislação, garantia de que o silêncio do magistrado acerca da questão implica em deferimento tácito. Além disso, como já fundamentado, o Mandado de Segurança não é a via adequada para atacar acórdão da Turma Recursal, ante a existência de recursos próprios para tal finalidade.

- Pelo exposto, indefiro a petição inicial, nos termos do art. 10 da lei 12.016/09, extinguindo o processo sem julgamento de mérito (art. 267, I, do CPC)..

- Sem condenação em honorários por força do art. 25 da lei n.º 12.016/09. Custas processuais incabíveis, nos termos do Ato n.º 61 do TRF-5, de 12 de março de 2010.

#### ACÓRDÃO

Decide a 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Pernambuco, à unanimidade, extinguir o feito, sem julgamento de mérito, nos termos da ementa supra".

2. Da leitura do acórdão constata-se de forma cristalina que as razões de decidir não ultrapassaram a seara do direito processual, vale dizer não houve apreciação e julgamento de qualquer questão de direito material, consoante determina o art. 14, da Lei n. 10.259/01, na medida em que entendeu-se que o mandado de segurança não era o instrumento adequado para impugnar decisão interlocutória proferida pelo juízo a quo que indeferiu o pedido de justiça gratuita formulado pelo recorrente e, conseqüentemente, julgou deserto o recurso interposto.

3. Esta C. TNU já pacificou entendimento no sentido de que não cabe incidente de uniformização contra acórdão que se cingiu tão-somente a analisar questão de natureza processual.

Neste sentido, foi editada a súmula n. 43 com o seguinte teor:

"Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".

4. Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do presente Pedido de Uniformização.

É COMO VOTO

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator. Brasília/DF, 16 de março de 2016.

RONALDO JOSÉ DA SILVA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500127-76.2014.4.05.9840

ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

REQUERENTE: FRANCISCO BENTO DE ANDRADE

PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO

OAB: RN-5291

REQUERIDO(A): JUÍZO DA 3ª VARA DA SJ DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA

#### EMENTA

INDEFERIMENTO DE PETIÇÃO INICIAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO. QUESTÃO PROCESSUAL. SÚMULA 43 DA TNU. NÃO CABIMENTO DE PEDIDO DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização de interpretação da Lei Federal interposto contra acórdão prolatado pela Eg. Turma Recursal do Rio Grande do Norte, em sede da ação mandamental ajuizada pela ora recorrente, em acórdão assim ementado:

" PROCESSO CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JUDICIAL. DESCABIMENTO, A NÃO SER EM HIPÓTESES EXCEPCIONALÍSSIMAS, PRESENTE A TERATOLOGIA DO PRONUNCIAMENTO. DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA.

1. Trata-se de Mandado de Segurança impetrado pela parte autora, em face de decisão proferida nos autos do processo n.º 0513880-94.2010.4.05.8400, na qual o Juízo a quo indeferiu a impugnação aos cálculos apresentada e determinou que o montante devido deveria limitar-se ao teto do Juizado Especial na data do ajuizamento da ação.

2. O Mandado de Segurança é ação constitucional que tem por objeto a proteção de direito líquido e certo, não amparado por "habeas-corpus" ou "habeas-data", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público (art. 5º, LXIX da CF). Contudo, ele não é cabível: a) contra decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo (art. 5º, II da Lei 12.016/2009); b) contra ato judicial passível de recurso ou correição (Súmula 267/STF); c) contra decisão judicial transitada em julgado (art. 5º, III da Lei 12.016/2009 e Súmula n. 268 do STF).

3. Tratando-se de juizados especiais, microsistema que tem como princípios a celeridade e a economia processual, dos quais decorre a regra da irrecorribilidade em separado das decisões interlocutórias (com a ressalva do art. 5º da Lei n. 10.259/2001), o STF firmou o posicionamento de que contra tais decisões não cabe agravo de ins-

trumento nem mandado de segurança, verbis: "(...) o Supremo Tribunal Federal, após reconhecer a repercussão geral da matéria, decidiu pelo não cabimento de mandado de segurança das decisões interlocutórias exaradas em processos dos juizados especiais (RE 576.847, Rel. Min. Eros Grau). Agravo regimental a que se nega provimento." (STF, 1ª. T., ARE 703840 AgR/SC, rel. Min. Roberto Barroso, DJe 22.04.2014). No mesmo sentido: STF, 2ª. T., AI 857811 AgR/PR, rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJe 29-04-2013. Conforme asseverou o Min. Eros Grau no leading case citado: a) "(...) a opção pelo rito sumaríssimo é faculdade das partes, com as vantagens e limitações que a sua escolha acarreta"; b) "Não há afronta ao princípio constitucional da ampla defesa (art. 5º, LV da CB), vez que decisões interlocutórias podem ser impugnadas quando da interposição de recurso nominado". Mesmo o STJ possuindo uma certa abertura, o pressuposto estabelecido pela sua Corte Especial é de que "somente é cabível a utilização do mandado de segurança para combater ato judicial que seja evidentemente teratológico e contra o qual não caiba recurso ou correição, nos termos do art. 5º, II, da Lei n. 12.016/2009" (STJ, Corte Especial, AgRg no MS 17353/DF, rel. Min. Humberto Martins, DJe 30/05/2014).

4. Dessa forma, diante da orientação jurisprudencial supramencionada, vedado o manejo de mandado de segurança contra decisões interlocutórias proferidas nos feitos dos Juizados Especiais, conclui-se que o remédio constitucional somente será cabível excepcionalmente para proteção das partes contra decisões teratológicas. Esse tem sido o posicionamento deste Colegiado, bastante restritivo quanto à admissibilidade do writ of mandamus.

5. No caso dos autos, não se verifica decisão teratológica a ensejar controle por este Colegiado.

6. Ordem denegada.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Juizes da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte, à unanimidade, em DENEGAR A SEGURANÇA.

Sem honorários.

Verificado o trânsito em julgado da decisão, remetam-se os autos ao Juizado Especial Federal Cível para o cumprimento do acórdão, após baixa na distribuição.

Natal/RN, data do julgamento".

2. Da leitura do acórdão constata-se de forma cristalina que as razões de decidir não ultrapassaram a seara do direito processual, vale dizer não houve apreciação e julgamento de qualquer questão de direito material, consoante determina o art. 14, da Lei n. 10.259/01, na medida em que entendeu-se que o mandado de segurança não era o instrumento adequado para impugnar decisão interlocutória proferida pelo juízo a quo que indeferiu a impugnação dos cálculos apresentados, determinando que os mesmos fossem limitados pelo valor de alçada do JEF.

Em se tratando de Juizados Especiais Federais, regido pela Lei 10.259/01, há uma regra de competência absoluta que determina a alçada daquele Juízo, de forma que causas com valores excedentes não podem lá tramitar, ou seja, matéria eminentemente processual.

3. Esta C. TNU já pacificou entendimento no sentido de que não cabe incidente de uniformização contra acórdão que se cingiu tão-somente a analisar questão de natureza processual.

Neste sentido, foi editada a súmula n. 43 com o seguinte teor:

"Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".

4. Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do presente Pedido de Uniformização.

É COMO VOTO

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator. Brasília/DF, 16 de março de 2016.

RONALDO JOSÉ DA SILVA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500135-53.2014.4.05.9840

ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

REQUERENTE: SOSTHENES ARRUDA COSTA

PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO

OAB: RN/5291

REQUERIDO(A): JUIZ DA 7ª VARA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA

#### EMENTA

INDEFERIMENTO DE PETIÇÃO INICIAL EM MANDADO DE SEGURANÇA.FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO. QUESTÃO PROCESSUAL. SÚMULA 43 DA TNU. NÃO CABIMENTO DE PEDIDO DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO.INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1.Trata-se de Pedido de Uniformização de interpretação da Lei Federal interposto contra acórdão prolatado pela Eg. Turma Recursal do Rio Grande do Norte, em sede da ação mandamental ajuizada pela ora recorrente, em acórdão assim ementado:

" DIREITO PROCESSUAL CIVIL. LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA. DECISÃO QUE DECLARA DESERTO O RECURSO INOMINADO. SUCEDÂNEO RECURSAL. INVIABILIDADE. INDEFERIMENTO LIMINAR.

- Trata-se de mandado de segurança impetrado pela requerente em epígrafe, em face de ato judicial que declarou deserto o recurso nominado interposto, em razão da falta de preparo no prazo legal.

- Conceder-se-á mandado de segurança apenas para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas-corpus ou habeas-data,

quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

- Neste passo, o Mandado de Segurança justifica-se no âmbito do Juizado Especial Federal apenas para fins de impugnação de decisões teratológicas fora do escopo natural de divergência judicial. Ou seja, somente contra decisão ilegal que venha a gerar um dano real é que poderá ser manejado o mandamus, não sendo possível impetrar o referido instrumento processual para fins de simples reexame da decisão atacada.

- A isenção de custas prevista no art. 54 da lei em epígrafe é adstrita ao primeiro grau de jurisdição, atendidos as restrições previstas em lei, somente estendendo-se ao segundo grau em hipóteses de gratuidade ou assistência judiciária, não aplicáveis ao caso dos autos.

- O art. 42, § 1º, da Lei 9.099/95 assim dispõe: "O preparo será feito, independentemente de intimação, nas 48 (quarenta e oito) horas seguintes à interposição, sob pena de deserção".

- O pagamento das despesas processuais, inclusive as dispensadas em primeiro grau, consiste em requisito extrínseco de admissibilidade do recurso. Portanto, tratando-se de hipótese de expresso indeferimento do pedido de justiça gratuita pelo juiz de primeiro grau, ausente o pagamento do preparo, o recurso não pode ser conhecido.

- Ausente qualquer situação extraordinária, tampouco verificada teratologia na decisão recorrida.

- Uso indevido do Mandado de Segurança como sucedâneo de recurso.

- Inadequação da via eleita.

- Indeferimento liminar.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, por unanimidade, ACORDAM os Juizes da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte em INDEFERIR LIMINARMENTE A SEGURANÇA.

Sem honorários.

Em se verificando o trânsito em julgado da decisão, remetam-se os autos ao Juizado Especial Federal Cível".

2.Da leitura do acórdão constata-se de forma cristalina que as razões de decidir não ultrapassaram a seara do direito processual, vale dizer não houve apreciação e julgamento de qualquer questão de direito material, consoante determina o art. 14, da Lei n. 10.259/01, na medida em que entendeu-se que o mandado de segurança não era o instrumento adequado para impugnar decisão interlocutória proferida pelo juízo a quo que não concedeu o benefício da justiça gratuita à ora recorrente e, conseqüentemente, julgou deserto o recurso interposto.

3.Esta C. TNU já pacificou entendimento no sentido de que não cabe incidente de uniformização contra acórdão que se cingiu tão-somente a analisar questão de natureza processual.

Neste sentido, foi editada a súmula n. 43 com o seguinte teor:

"Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".

4. Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do presente Pedido de Uniformização.

É COMO VOTO

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator. Brasília/DF, 16 de março de 2016.

RONALDO JOSÉ DA SILVA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500137-23.2014.4.05.9840

ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

REQUERENTE: MARIA MOISÉS DE FRANÇA

PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO

OAB: RN/5291

REQUERIDO(A): UNIÃO

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA

#### EMENTA

INDEFERIMENTO DE PETIÇÃO INICIAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO. QUESTÃO PROCESSUAL. SÚMULA 43 DA TNU. NÃO CABIMENTO DE PEDIDO DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização de interpretação da Lei Federal interposto contra acórdão prolatado pela Eg. Turma Recursal do Rio Grande do Norte, em sede da ação mandamental ajuizada pela ora recorrente, em acórdão assim ementado:

" DIREITO PROCESSUAL CIVIL. LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA. DECISÃO QUE DECLARA DESERTO O RECURSO INOMINADO. SUCEDÂNEO RECURSAL. INVIABILIDADE. INDEFERIMENTO LIMINAR.

- Trata-se de mandado de segurança impetrado pela requerente em epígrafe, em face de ato judicial que declarou deserto o recurso nominado interposto, em razão da falta de preparo no prazo legal.

- Conceder-se-á mandado de segurança apenas para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas-corpus ou habeas-data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

- Neste passo, o Mandado de Segurança justifica-se no âmbito do Juizado Especial Federal apenas para fins de impugnação de decisões teratológicas fora do escopo natural de divergência judicial. Ou seja, somente contra decisão ilegal que venha a gerar um dano real é que



poderá ser manejado o mandamus, não sendo possível impetrar o referido instrumento processual para fins de simples reexame da decisão atacada.

- A isenção de custas prevista no art. 54 da lei em epígrafe é adstrita ao primeiro grau de jurisdição, atendidos as restrições previstas em lei, somente estendendo-se ao segundo grau em hipóteses de gratuidade ou assistência judiciária, não aplicáveis ao caso dos autos.

- O art. 42, § 1º, da Lei 9.099/95 assim dispõe: "O preparo será feito, independentemente de intimação, nas 48 (quarenta e oito) horas seguintes à interposição, sob pena de deserção".

- O pagamento das despesas processuais, inclusive as dispensadas em primeiro grau, consiste em requisito extrínseco de admissibilidade do recurso. Portanto, tratando-se de hipótese de expresse indeferimento do pedido de justiça gratuita pelo juiz de primeiro grau, ausente o pagamento do preparo, o recurso não pode ser conhecido.

- Ausente qualquer situação extraordinária, tampouco verificada teratologia na decisão recorrida.

- Uso indevido do Mandado de Segurança como sucedâneo de recurso.

- Inadequação da via eleita.

- Indeferimento liminar.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, por unanimidade, ACORDAM os Juizes da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte em INDEFERIR LIMINARMENTE A SEGURANÇA.

Sem honorários.

Em se verificando o trânsito em julgado da decisão, remetam-se os autos ao Juizado Especial Federal Cível".

2. Da leitura do acórdão constata-se de forma cristalina que as razões de decidir não ultrapassaram a seara do direito processual, vale dizer não houve apreciação e julgamento de qualquer questão de direito material, consoante determina o art. 14, da Lei n. 10.259/01, na medida em que entendeu-se que o mandado de segurança não era o instrumento adequado para impugnar decisão interlocutória proferida pelo juízo a quo que não concedeu o benefício da justiça gratuita ao ora recorrente e, conseqüentemente, julgou deserto o recurso interposto.

3. Esta C. TNU já pacificou entendimento no sentido de que não cabe incidente de uniformização contra acórdão que se cingiu tão-somente a analisar questão de natureza processual.

Neste sentido, foi editada a súmula n. 43 com o seguinte teor:

"Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".

4. Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do presente Pedido de Uniformização.

É COMO VOTO

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator. Brasília/DF, 16 de março de 2016.

RONALDO JOSÉ DA SILVA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500140-75.2014.4.05.9840

ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

REQUERENTE: FRANCISCA MENDES DA SILVA LUZ

PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO

OAB: RN-5291

REQUERIDO(A): JUÍZO DA 7ª VARA DA SJ DO RIO GRANDE DO NORTE

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

LITISCONORTE : UNIÃO

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA

EMENTA

INDEFERIMENTO DE PETIÇÃO INICIAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO. QUESTÃO PROCESSUAL. SÚMULA 43 DA TNU. NÃO CABIMENTO DE PEDIDO DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização de interpretação da Lei Federal interposto contra acórdão prolatado pela Eg. Turma Recursal do Rio Grande do Norte, em sede da ação mandamental ajuizada pela ora recorrente, em acórdão assim ementado:

" DIREITO PROCESSUAL CIVIL. LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA. DECISÃO QUE DECLARA DESERTO O RECURSO INOMINADO. SUCEDÂNEO RECURSAL. INVIABILIDADE. INDEFERIMENTO LIMINAR.

- Trata-se de mandado de segurança impetrado pela requerente em epígrafe, em face de ato judicial que declarou deserto o recurso inominado interposto, em razão da falta de preparo no prazo legal.

- Conceder-se-á mandado de segurança apenas para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas-corpus ou habeas-data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

- Neste passo, o Mandado de Segurança justifica-se no âmbito do Juizado Especial Federal apenas para fins de impugnação de decisões teratológicas fora do escopo natural de divergência judicial. Ou seja, somente contra decisão ilegal que venha a gerar um dano real é que poderá ser manejado o mandamus, não sendo possível impetrar o referido instrumento processual para fins de simples reexame da decisão atacada.

- A isenção de custas prevista no art. 54 da lei em epígrafe é adstrita ao primeiro grau de jurisdição, atendidos as restrições previstas em lei, somente estendendo-se ao segundo grau em hipóteses de gratuidade ou assistência judiciária, não aplicáveis ao caso dos autos.

- O art. 42, § 1º, da Lei 9.099/95 assim dispõe: "O preparo será feito, independentemente de intimação, nas 48 (quarenta e oito) horas seguintes à interposição, sob pena de deserção".

- O pagamento das despesas processuais, inclusive as dispensadas em primeiro grau, consiste em requisito extrínseco de admissibilidade do recurso. Portanto, tratando-se de hipótese de expresse indeferimento do pedido de justiça gratuita pelo juiz de primeiro grau, ausente o pagamento do preparo, o recurso não pode ser conhecido.

- Ausente qualquer situação extraordinária, tampouco verificada teratologia na decisão recorrida.

- Uso indevido do Mandado de Segurança como sucedâneo de recurso.

- Inadequação da via eleita.

- Indeferimento liminar.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, por unanimidade, ACORDAM os Juizes da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte em INDEFERIR LIMINARMENTE A SEGURANÇA.

Sem honorários.

Em se verificando o trânsito em julgado da decisão, remetam-se os autos ao Juizado Especial Federal Cível".

2. Da leitura do acórdão constata-se de forma cristalina que as razões de decidir não ultrapassaram a seara do direito processual, vale dizer não houve apreciação e julgamento de qualquer questão de direito material, consoante determina o art. 14, da Lei n. 10.259/01, na medida em que entendeu-se que o mandado de segurança não era o instrumento adequado para impugnar decisão interlocutória proferida pelo juízo a quo que não concedeu o benefício da justiça gratuita à ora recorrente e, conseqüentemente, julgou deserto o recurso interposto.

3. Esta C. TNU já pacificou entendimento no sentido de que não cabe incidente de uniformização contra acórdão que se cingiu tão-somente a analisar questão de natureza processual.

Neste sentido, foi editada a súmula n. 43 com o seguinte teor:

"Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".

4. Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do presente Pedido de Uniformização.

É COMO VOTO

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator. Brasília/DF, 16 de março de 2016.

RONALDO JOSÉ DA SILVA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500143-30.2014.4.05.9840

ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

REQUERENTE: MARIA APARECIDA LOPES

PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO

OAB: RN-5291

REQUERIDO(A): JUIZ DA 7ª VARA JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA

EMENTA

INDEFERIMENTO DE PETIÇÃO INICIAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO. QUESTÃO PROCESSUAL. SÚMULA 43 DA TNU. NÃO CABIMENTO DE PEDIDO DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização de interpretação da Lei Federal interposto contra acórdão prolatado pela Eg. Turma Recursal do Rio Grande do Norte, em sede da ação mandamental ajuizada pela ora recorrente, em acórdão assim ementado:

" PROCESSO CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JUDICIAL. DESCABIMENTO, A NÃO SER EM HIPÓTESES EXCEPCIONALÍSSIMAS, PRESENTE A TERATOLOGIA DO PRONUNCIAMENTO. DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA.

1. Trata-se de mandado de segurança impetrado contra pronunciamiento judicial que declarou deserto o recurso inominado interposto pela parte autora em razão da ausência de preparo no prazo legal.

2. O Mandado de Segurança é ação constitucional que tem por objeto a proteção de direito líquido e certo, não amparado por "habeas-corpus" ou "habeas-data", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público (art. 5º, LXIX da CF). Contudo, ele não é cabível: a) contra decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo (art. 5º, II da Lei 12.016/2009); b) contra ato judicial passível de recurso ou correição (Súmula 267/STF); c) contra decisão judicial transitada em julgado (art. 5º, III da Lei 12.016/2009 e Súmula n. 268 do STF).

3. Tratando-se de juizados especiais, microsistema que tem como princípios a celeridade e a economia processual, dos quais decorre a regra da irrecurribilidade em separado das decisões interlocutórias (com a ressalva do art. 5º da Lei n. 10.259/2001), o STF firmou o posicionamento de que contra tais decisões não cabe agravo de instrumento nem mandado de segurança, verbis: "(...) o Supremo Tribunal Federal, após reconhecer a repercussão geral da matéria, decidiu pelo não cabimento de mandado de segurança das decisões

interlocutórias exaradas em processos dos juizados especiais (RE 576.847, Rel. Min. Eros Grau). Agravo regimental a que se nega provimento." (STF, 1ª. T., ARE 703840 AgR/SC, rel. Min. Roberto Barroso, DJe 22.04.2014). No mesmo sentido: STF, 2ª. T., AI 857811 AgR/PR, rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJe 29-04-2013. Conforme asseverou o Min. Eros Grau no leading case citado: a) "(...) a opção pelo rito sumaríssimo é faculdade das partes, com as vantagens e limitações que a sua escolha acarreta"; b) "Não há afronta ao princípio constitucional da ampla defesa (art. 5º, LV da CB), vez que decisões interlocutórias podem ser impugnadas quando da interposição de recurso inominado". Mesmo o STJ possuindo uma certa abertura, o pressuposto estabelecido pela sua Corte Especial é de que "somente é cabível a utilização do mandado de segurança para combater ato judicial que seja evidentemente teratológico e contra o qual não caiba recurso ou correição, nos termos do art. 5º, II, da Lei n. 12.016/2009" (STJ, Corte Especial, AgRg no MS 17353/DF, rel. Min. Humberto Martins, DJe 30/05/2014).

4. Dessa forma, diante da orientação jurisprudencial supramencionada, vedado o manejo de mandado de segurança contra decisões interlocutórias proferidas nos feitos dos Juizados Especiais, conclui-se que o remédio constitucional somente será cabível excepcionalmente para proteção das partes contra decisões teratológicas. Esse tem sido o posicionamento deste Colegiado, bastante restritivo quanto à admissibilidade do writ of mandamus.

5. No caso dos autos, não se verifica decisão teratológica a ensejar controle por este Colegiado.

6. Ordem denegada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Juizes da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte, à unanimidade, em DENEGAR A SEGURANÇA.

Sem honorários.

Verificado o trânsito em julgado da decisão, remetam-se os autos ao Juizado Especial Federal Cível para o cumprimento do acórdão, após baixa na distribuição".

2. Da leitura do acórdão constata-se de forma cristalina que as razões de decidir não ultrapassaram a seara do direito processual, vale dizer não houve apreciação e julgamento de qualquer questão de direito material, consoante determina o art. 14, da Lei n. 10.259/01, na medida em que entendeu-se que o mandado de segurança não era o instrumento adequado para impugnar decisão interlocutória proferida pelo juízo a quo que não concedeu o benefício da justiça gratuita ao ora recorrente e, conseqüentemente, julgou deserto o recurso interposto.

3. Esta C. TNU já pacificou entendimento no sentido de que não cabe incidente de uniformização contra acórdão que se cingiu tão-somente a analisar questão de natureza processual.

Neste sentido, foi editada a súmula n. 43 com o seguinte teor:

"Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".

4. Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do presente Pedido de Uniformização.

É COMO VOTO

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator. Brasília/DF, 16 de março de 2016.

RONALDO JOSÉ DA SILVA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500164-06.2014.4.05.9840

ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

REQUERENTE: JOSÉ CARLOS BANDEIRA NETO

PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO

OAB: RN/5291

REQUERIDO(A): JUÍZO DA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA

EMENTA

INDEFERIMENTO DE PETIÇÃO INICIAL EM MANDADO DE SEGURANÇA.FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO. QUESTÃO PROCESSUAL. SÚMULA 43 DA TNU. NÃO CABIMENTO DE PEDIDO DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO.INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1.Trata-se de Pedido de Uniformização de interpretação da Lei Federal interposto contra acórdão prolatado pela Eg. Turma Recursal do Rio Grande do Norte, em sede da ação mandamental ajuizada pelo ora recorrente, em acórdão assim ementado:

" PROCESSO CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JUDICIAL. DESCABIMENTO, A NÃO SER EM HIPÓTESES EXCEPCIONALÍSSIMAS, PRESENTE A TERATOLOGIA DO PRONUNCIAMENTO. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. LEI N. 12.016/2009, ART. 10. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

1. Cuida-se de mandado de segurança contra ato de Juiz do Juizado Especial que determinou a execução da multa imposta por esta Turma Recursal em razão de litigância de má-fé.

2. O Mandado de Segurança é ação constitucional que tem por objeto a proteção de direito líquido e certo, não amparado por

2 "habeas-corpus" ou "habeas-data", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público (art. 5º,

LXIX da CF). Contudo, ele não é cabível: a) contra decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo (art. 5º, II da Lei 12.016/2009); b) contra ato judicial passível de recurso ou correição (Súmula 267/STF); c) contra decisão judicial transitada em julgado (art. 5º, III da Lei 12.016/2009 e Súmula n. 268 do STF).

3. Tratando-se de juizados especiais, microsistema que tem como princípios a celeridade e a economia processual, dos quais decorre a regra da irrecorribilidade em separado das decisões interlocutórias (com a ressalva do art. 5º da Lei n. 10.259/2001), o STF firmou o posicionamento de que contra tais decisões não cabe agravo de instrumento nem mandado de segurança, verbis: "(...) o Supremo Tribunal Federal, após reconhecer a repercussão geral da matéria, decidiu pelo não cabimento de mandado de segurança das decisões interlocutórias exaradas em processos dos juizados especiais (RE 576.847, Rel. Min. Eros Grau). Agravo regimental a que se nega provimento." (STF, 1ª. T., ARE 703840 AgR/SC, rel. Min. Roberto Barroso, DJe 22.04.2014). No mesmo sentido: STF, 2ª. T., AI 857811 AgR/PR, rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJe 29-04-2013. Conforme asseverou o Min. Eros Grau no leading case citado: a) "(...) a opção pelo rito sumaríssimo é facultade das partes, com as vantagens e limitações que a sua escolha acarreta"; b) "Não há afronta ao princípio constitucional da ampla defesa (art. 5º, LV da CB), vez que decisões interlocutórias podem ser impugnadas quando da interposição de recurso nominado". Mesmo o STJ possuindo uma certa abertura, o pressuposto estabelecido pela sua Corte Especial é de que "somente é cabível a utilização do mandado de segurança para combater ato judicial que seja evidentemente teratológico e contra o qual não caiba recurso ou correição, nos termos do art. 5º, II, da Lei n. 12.016/2009" (STJ, Corte Especial, AgRg no MS 17353/DF, rel. Min. Humberto Martins, DJe 30/05/2014).

4. Dessa forma, diante da orientação jurisprudencial supramencionada, vedado o manejo de mandado de segurança contra decisões interlocutórias proferidas nos feitos dos Juizados Especiais, conclui-se que o remédio constitucional somente será cabível excepcionalmente para proteção das partes contra decisões teratológicas. Esse tem sido o posicionamento deste Colegiado, bastante restritivo quanto à admissibilidade do writ of mandamus.

5. Nos termos do art. 10 da Lei n. 12.016/2009 - Lei do Mandado de Segurança -, a inicial será desde logo indeferida, por decisão motivada, quando não for o caso de mandado de segurança ou lhe faltar algum dos requisitos legais ou quando decorrido o prazo legal para a impetração.

6. No caso dos autos, não se verifica decisão teratológica a ensejar controle por este Colegiado, não sendo o caso de cabimento do presente "writ".

7. Indeferimento da petição inicial. Extinção do processo sem resolução do mérito (Lei n. 12.016/09, art. 10 e CPC, art. 267, I).

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Juizes da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte, à unanimidade, em INDEFERIR A PETIÇÃO INICIAL, EXTINGUINDO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do voto-ementa do Relator.

Sem honorários.

Verificado o trânsito em julgado da decisão, remetam-se os autos ao Juizado Especial Federal Cível para o cumprimento do acórdão, após baixa na distribuição.

2. Da leitura do acórdão constata-se de forma cristalina que as razões de decidir não ultrapassaram a seara do direito processual, vale dizer não houve apreciação e julgamento de qualquer questão de direito material, consoante determina o art. 14, da Lei n. 10.259/01, na medida em que entendeu-se que o mandado de segurança não era o instrumento adequado para impugnar decisão interlocutória proferida pelo juízo a quo que determinou a execução da condenação de multa originada em litigância de má-fé.

3. Esta C. TNU já pacificou entendimento no sentido de que não cabe incidente de uniformização contra acórdão que se cingiu tão-somente a analisar questão de natureza processual.

Neste sentido, foi editada a súmula n. 43 com o seguinte teor:

"Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".

Ademais, esta Corte TNU, de forma reiterada, não vem admitindo Incidente de Uniformização que visa o combate de indeferimento de justiça gratuita, e o requerente, patrocinado por defensor constituído, pretende, mais uma vez, através deste incidente processual, impugnar a não concessão do benefício da gratuidade da justiça, que culminou com a extinção de seu recurso nominado, por ausência de preparo. Evidente, portanto, que vale-se deste recurso com nítido o caráter protelatório (art. 17, VIII, CPC), de forma que tenho por acertada a decisão que negou seguimento ao recurso.

4. Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do presente Pedido de Uniformização.

É COMO VOTO

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator. Brasília/DF, 16 de março de 2016.

RONALDO JOSÉ DA SILVA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500165-88.2014.4.05.9840

ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

REQUERENTE: JOSÉ ELIAS BARBOSA NETO

PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO

OAB: RN-5291

REQUERIDO(A): JUÍZO DA 13ª VARA FEDERAL DE MOSSORÓ/RN

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA

#### EMENTA

INDEFERIMENTO DE PETIÇÃO INICIAL EM MANDADO DE SEGURANÇA, FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO. QUESTÃO PROCESSUAL. SÚMULA 43 DA TNU. NÃO CABIMENTO DE PEDIDO DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização de interpretação da Lei Federal interposto contra acórdão prolatado pela Eg. Turma Recursal do Rio Grande do Norte, em sede da ação mandamental ajuizada pelo ora recorrente, em acórdão assim ementado:

" PROCESSO CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JUDICIAL. DESCABIMENTO, A NÃO SER EM HIPÓTESES EXCEPCIONALÍSSIMAS, PRESENTE A TERATOLOGIA DO PRONUNCIAMENTO. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. LEI N. 12.016/2009, ART. 10. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

1. Cuida-se de mandado de segurança contra ato de Juiz do Juizado Especial que determinou a execução da multa imposta por esta Turma Recursal em razão de litigância de má-fé.

2. O Mandado de Segurança é ação constitucional que tem por objeto a proteção de direito líquido e certo, não amparado por "habeas-corpus" ou "habeas-data", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público (art. 5º, LXIX da CF). Contudo, ele não é cabível: a) contra decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo (art. 5º, II da Lei 12.016/2009); b) contra ato judicial passível de recurso ou correição (Súmula 267/STF); c) contra decisão judicial transitada em julgado (art. 5º, III da Lei 12.016/2009 e Súmula n. 268 do STF).

3. Tratando-se de juizados especiais, microsistema que tem como princípios a celeridade e a economia processual, dos quais decorre a regra da irrecorribilidade em separado das decisões interlocutórias (com a ressalva do art. 5º da Lei n. 10.259/2001), o STF firmou o posicionamento de que contra tais decisões não cabe agravo de instrumento nem mandado de segurança, verbis: "(...) o Supremo Tribunal Federal, após reconhecer a repercussão geral da matéria, decidiu pelo não cabimento de mandado de segurança das decisões interlocutórias exaradas em processos dos juizados especiais (RE 576.847, Rel. Min. Eros Grau). Agravo regimental a que se nega provimento." (STF, 1ª. T., ARE 703840 AgR/SC, rel. Min. Roberto Barroso, DJe 22.04.2014). No mesmo sentido: STF, 2ª. T., AI 857811 AgR/PR, rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJe 29-04-2013. Conforme asseverou o Min. Eros Grau no leading case citado: a) "(...) a opção pelo rito sumaríssimo é facultade das partes, com as vantagens e limitações que a sua escolha acarreta"; b) "Não há afronta ao princípio constitucional da ampla defesa (art. 5º, LV da CB), vez que decisões interlocutórias podem ser impugnadas quando da interposição de recurso nominado". Mesmo o STJ possuindo uma certa abertura, o pressuposto estabelecido pela sua Corte Especial é de que "somente é cabível a utilização do mandado de segurança para combater ato judicial que seja evidentemente teratológico e contra o qual não caiba recurso ou correição, nos termos do art. 5º, II, da Lei n. 12.016/2009" (STJ, Corte Especial, AgRg no MS 17353/DF, rel. Min. Humberto Martins, DJe 30/05/2014).

4. Dessa forma, diante da orientação jurisprudencial supramencionada, vedado o manejo de mandado de segurança contra decisões interlocutórias proferidas nos feitos dos Juizados Especiais, conclui-se que o remédio constitucional somente será cabível excepcionalmente para proteção das partes contra decisões teratológicas. Esse tem sido o posicionamento deste Colegiado, bastante restritivo quanto à admissibilidade do writ of mandamus.

5. Nos termos do art. 10 da Lei n. 12.016/2009 - Lei do Mandado de Segurança -, a inicial será desde logo indeferida, por decisão motivada, quando não for o caso de mandado de segurança ou lhe faltar algum dos requisitos legais ou quando decorrido o prazo legal para a impetração.

6. No caso dos autos, não se verifica decisão teratológica a ensejar controle por este Colegiado, não sendo o caso de cabimento do presente "writ".

7. Indeferimento da petição inicial. Extinção do processo sem resolução do mérito (Lei n. 12.016/09, art. 10 e CPC, art. 267, I).

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Juizes da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte, à unanimidade, em INDEFERIR A PETIÇÃO INICIAL, EXTINGUINDO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do voto-ementa do Relator.

Sem honorários.

Verificado o trânsito em julgado da decisão, remetam-se os autos ao Juizado Especial Federal Cível para o cumprimento do acórdão, após baixa na distribuição".

2. Da leitura do acórdão constata-se de forma cristalina que as razões de decidir não ultrapassaram a seara do direito processual, vale dizer não houve apreciação e julgamento de qualquer questão de direito material, consoante determina o art. 14, da Lei n. 10.259/01, na medida em que entendeu-se que o mandado de segurança não era o instrumento adequado para impugnar decisão interlocutória proferida pelo juízo a quo que determinou a execução da condenação de multa originada em litigância de má-fé.

3. Esta C. TNU já pacificou entendimento no sentido de que não cabe incidente de uniformização contra acórdão que se cingiu tão-somente a analisar questão de natureza processual.

Neste sentido, foi editada a súmula n. 43 com o seguinte teor:

"Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".

Esta Corte TNU, de forma reiterada, não vem admitindo Incidente de Uniformização que visa o combate de indeferimento de justiça gratuita, e o requerente, patrocinado por defensor constituído, pretende, mais uma vez, através deste incidente processual, impugnar a não concessão do benefício da gratuidade da justiça, que culminou com a extinção de seu recurso nominado, por ausência de preparo. Evidente, portanto, que vale-se deste recurso com nítido o caráter protelatório (art. 17, VIII, CPC), de forma que tenho por acertada a decisão que negou seguimento ao recurso.

4. Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do presente Pedido de Uniformização.

É COMO VOTO

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator. Brasília/DF, 16 de março de 2016.

RONALDO JOSÉ DA SILVA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500185-14.2012.4.05.8300

ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco

REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL

REQUERIDO(A): MOACIR PEREIRA DE MORAIS

PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

#### EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. TEMPO ESPECIAL. VIGILANTE. ATÉ 28/04/1995, RECONHECIMENTO DA ESPECIALIDADE PELA SIMPLES ATIVIDADE, POR EQUIPARAÇÃO À FUNÇÃO DE GUARDA PREVISTA NO CÓDIGO 2.5.7 DO QUADRO ANEXO AO DECRETO N.º 53.831/94. DE 29/04/1995 A 05/03/1997, ADMISSÍVEL O RECONHECIMENTO DA ESPECIALIDADE À ATIVIDADE DE VIGILANTE, DESDE QUE COMPROVADA A PERICULOSIDADE, MEDIANTE DEMONSTRAÇÃO, POR EXEMPLO, DO USO DE ARMA DE FOGO. APÓS 05/03/1997, POSSÍVEL RECONHECER A ESPECIALIDADE DO LABOR SOB CONDIÇÕES ESPECIAIS, EM RAZÃO DA PERICULOSIDADE CONSTANTE NA ATIVIDADE DE VIGILANTE, SE HOUVER COMPROVAÇÃO MEDIANTE LAUDO TÉCNICO OU PPP REGULARMENTE CONFECCIONADO. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM N.º 013 DESTA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Formula a Autarquia Previdenciária pedido nacional de uniformização de jurisprudência em face de acórdão exarado por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco com o seguinte teor (evento 023):

PREVIDENCIÁRIO. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. VIGILANTE. POSSIBILIDADE DE ENQUADRAMENTO ATÉ DECRETO N.º 2.172/1997 (05/03/1997). COMPROVAÇÃO DE PORTE DE ARMA DE FOGO. TUTELA DEFERIDA. RECURSOS IMPROVIDOS.

VOTO

Ambas as partes interpuseram recurso nominado em face da sentença que julgou a demanda parcialmente procedente, apenas para determinar ao INSS que averbe determinado período como especial.

Enquanto o réu impugna o reconhecimento da natureza especial do período de 29/04/1995 a 04/03/1997 (vigilante), o autor discorda do não-reconhecimento para período a contar da vigência do Decreto n.º 2.172/1997 (vigilante).

Conforme jurisprudência pacífica da TNU, com a qual perfilhamos, o enquadramento na atividade de vigilante só seria possível até o início da vigência do Decreto n.º 2.172/1997:

PREVIDENCIÁRIO - VIGILANTE QUE PORTA ARMA DE FOGO - POSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO DO TEMPO DE SERVIÇO COMO ESPECIAL SOMENTE ATÉ A EDIÇÃO DO DECRETO 2.172/97 DE 05/04/1997, DESDE QUE HAJA COMPROVAÇÃO DO USO DE ARMA DE FOGO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE [...] 4. A jurisprudência desta TNU se consolidou no sentido de que entre a Lei n.º 9.032, de 28.04.1995, e o Decreto n.º 2.172, de 05.03.1997, é admissível a qualificação como especial da atividade de vigilante, eis que prevista no item 2.5.7 do anexo ao Decreto n.º 53.831, de 1964, cujas tabelas vigoraram até o advento daquele, sendo necessária a prova da periculosidade (mediante, por exemplo, prova do uso de arma de fogo). No período posterior ao citado Decreto n.º 2.172, de 05.03.1997, o exercício da atividade de vigilante deixou de ser previsto como apto a gerar a contagem em condições especiais. [...] Processo PEDIDO 200972600004439 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL.

Relator(a): JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY.

Fonte: DJ 09/11/2012)

Em se tratando de pedido de reconhecimento de labor especial por presunção de insalubridade da atividade de vigilante/vigia, em período anterior à Lei n.º 9.032/1995, devem-se observar os ditames da Súmula n.º 26, da C. TNU, consoante a qual, "A atividade de vigilante enquadra-se como especial, equiparando-se à de guarda, elencada no item 2.5.7. do Anexo III do Decreto n. 53.831/64". Revela-se, por



oportuno, que o precedente que deu origem à sumula (Processo nº 2002.83.20.00.2734-4/PE envolvia situação na qual o trabalho de vigilante fora desempenhado mediante uso de arma de fogo. O uso da arma de fogo, portanto, é decisivo para fins de configuração da nocividade, conforme precedentes da TNU (PEDILEF 2006.83.00.51.6040-8 e 2008.72.95.00.1434-0).

Por meio do PPP anexo 7, dou por comprovado o trabalho de vigilante com porte de arma de fogo calibre 38.

Por último, visando evitar descabidos e protelatórios embargos de declaração, ressalte-se que não existe a menor necessidade de manifestação expressa sobre os todos os argumentos jurídicos levantados pelas partes, eis que as razões já expostas neste decisum são suficientes para julgamento de todos os pedidos formulados. Idêntico raciocínio se aplica ao prequestionamento. Não há obrigação de manifestação expressa sobre todas as teses jurídicas apontadas como tal. O único propósito de prequestionar a matéria a ser eventualmente levada ao conhecimento das Cortes Superiores, sem que ocorra, na hipótese, qualquer dos pressupostos elencados no art. 535 do Código de Ritos, não constitui razão suficiente para a oposição dos embargos declaratórios, consoante prega a pacífica jurisprudência do STJ. E insta acentuar, igualmente, que os embargos de declaração não se prestam para reanálise de pedidos já decididos.

Ante o exposto, voto pelo improvimento de ambos os recursos.

Sucumbência recíproca.

Verifica-se que deve ser concedida a medida de urgência no que toca à obrigação de fazer, considerando presente a prova inequívoca da verossimilhança da alegação, bem como fundado receio de dano de difícil reparação que ocorrerá com a espera de toda a tramitação recursal. Isso sem falar no costumeiro e notório abuso do direito de defesa, com manifesto propósito protelatório do réu, que não raramente apresenta recurso apenas com o objetivo de ganhar tempo. Aliás, nem haveria necessidade de analisar esses requisitos, eis que o art. 43 da Lei 9.099/95, aplicável a todo o micro-sistema dos juizados, dispõe que o recurso será recebido apenas no efeito devolutivo. Assim, concedo efeito suspensivo apenas quanto à eventual obrigação de pagar atrasados, uma vez que somente tal pagamento é que pode implicar em dano irreparável para a parte demandada.

Destarte, DEFIRO A ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA, para determinar ao INSS-Réu que averta em seus cadastros os períodos reconhecidos em sentença como especiais (obrigação de fazer), no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da sua intimação, sob pena de multa diárias R\$ 100,00 (cem reais) por descumprimento de ordem judicial (art. 273, §3º c/c art. 461, §§3º e 4º, todos do CPC). Fixo a DIP (Data de Implantação do Benefício) no dia da intimação da presente decisão.

É como voto.

Sustenta a Autarquia Previdenciária, em seu pleito de uniformização (evento 030), que: (a) o entendimento esposado pela Turma Recursal de Origem é diverso do adotado por Turma Recursal dos JEFs da Seção Judiciária do Estado de São Paulo nos autos do processo nº 05862538220044036301; e (b) é inadmissível a qualificação, como especial, da atividade de vigilante após 28/04/1995, data da publicação da Lei nº 9.032/1995. Aponta, ainda, como paradigma julgado do STJ (AgRg no REsp nº 877.972).

2. O Min. Presidente deste colegiado encaminhou o feito a esta Relatoria para melhor análise.

3. Entendo que o labor como vigilante e/ou vigia pode ser reconhecido como especial pelo simples exercício da atividade até o advento da Lei nº 9.032, de 28/04/1995, por equiparação à função de guarda, prevista no código 2.5.7 do quadro anexo ao Decreto nº 53.831/64 (5007581-74.2011.404.7104, Sexta Turma, Relator p/ Acórdão Paulo Paim da Silva, D.E. 31/01/2013; APELREEX 5000894-30.2010.404.7100, Sexta Turma, Relator p/ Acórdão Celso Kipper, D.E. 15/03/2013; e APELREEX 0008548-21.2012.404.9999, Sexta Turma, Relator Nefi Cordeiro, D.E. 03/12/2012).

Com efeito, cuida-se de atividade perigosa que expõe o trabalhador à possibilidade de ocorrência de algum evento danoso que coloque em risco a sua própria vida. Assim, cabe ao vigia / vigilante particular / guarda privado evitar referidos riscos, o que caracteriza esta atividade como perigosa em razão da constante exposição ao risco e ao próprio estresse inerente a tal exercício profissional, ainda que sem a utilização de arma de fogo (5007581-74.2011.404.7104, Sexta Turma, Relator p/ Acórdão Paulo Paim da Silva, D.E. 31/01/2013).

É assim que dispõe a Súmula nº 026 desta TNU, in verbis: A atividade de vigilante enquadra-se como especial, equiparando-se à de guarda, elencada no item 2.5.7. do Anexo III do Decreto nº 53.831/64.

Todavia, a partir da vigência da Lei nº 9.032, de 28/04/1995, não se admite mais o simples enquadramento por atividade profissional: deve o segurado comprovar a efetiva exposição aos "agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física" (§ 4º do art. 57 da Lei nº 8.213/91, com a redação dada pela Lei nº 9.032/95), o que pode se verificar, no caso dos vigilantes, pelo uso de arma de fogo.

Noutras palavras, entre a Lei nº 9.032/95 e o Decreto nº 2.172, de 05/03/1997, mostra-se possível o reconhecimento da especialidade da atividade de vigilante, porquanto prevista no item 2.5.7 do anexo do Decreto nº 53.831/64 (cujas tabelas vigoraram até o advento do Decreto nº 2.172/97), desde que comprovada a periculosidade mediante, por exemplo, a demonstração do uso de arma de fogo (PEDILEF 50042281720114047204, Rel. Juiz Federal WILSON JOSÉ WITZEL, DOU 23/10/2015, páginas 121/169).

o período posterior ao Decreto nº 2.172, de 05/03/1997, a orientação jurisprudencial era no sentido de que o exercício da atividade de vigilante não poderia mais gerar a contagem em condições especiais (PEDILEF 05169584220094058300, JUIZ FEDERAL JANIL SON BEZERRA DE SIQUEIRA, DJ 26/10/2012).

Entretanto, tal entendimento restou alterado, em 09/2015, com o julgamento do PEDILEF nº 5013864-16.2011.4.04.7201, DOU 06/11/2015, páginas 138/358.

No referido julgado, esta Turma Nacional de Uniformização reviu o seu entendimento, alinhando-o à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, fixando a tese de que é possível o reconhecimento de tempo especial prestado com exposição ao agente nocivo periculosidade, na atividade de vigilante, em data posterior a 05/03/1997, desde que laudo técnico ou PPP regularmente confeccionado comprove a permanente exposição à atividade nociva.

Diante desse contexto, conclui-se que: (1) até 28/04/1995, a ocupação de vigilante / vigia pode ser reconhecida como especial pela simples atividade, por equiparação à função de guarda prevista no código 2.5.7 do quadro anexo ao Decreto nº 53.831/64; (2) de 29/04/1995 a 05/03/1997, é possível o reconhecimento da especialidade da atividade de vigilante, desde que comprovada a periculosidade, mediante demonstração, por exemplo, do uso de arma de fogo; e (3) por fim, após 05/03/1997, também é possível reconhecer o labor sob condições especiais, em razão da periculosidade constante na atividade de vigilante, se houver comprovação mediante laudo técnico ou PPP regularmente confeccionado.

Pois bem. Analisemos o caso concreto.

O INSS, em seu pedido de uniformização, afirma que o lapso posterior à 28/04/1995 não pode ser considerado especial, na condição de vigilante, no caso em tela.

Entretanto, sua pretensão não merece ser acolhida, pois vai de encontro à jurisprudência desta TNU, no sentido de que, de 29/04/1995 a 05/03/1997, é possível o reconhecimento da especialidade da atividade de vigilante, desde que comprovada a periculosidade, mediante demonstração, por exemplo, do uso de arma de fogo.

Desse modo, entendo que, pelo fato de o acórdão recorrido expor tese adotada por este colegiado, o incidente de uniformização da Autarquia Previdenciária não deve ser conhecido, nos termos da Questão de Ordem nº 013 desta TNU.

4. Em face do exposto, tenho que o incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela Autarquia Previdenciária não merece ser conhecido.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pelo INSS, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 17 de março de 2016.

DANIEL MACHADO DA ROCHA

Juiz Relator

PROCESSO: 0500189-49.2014.4.05.9830

ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

REQUERENTE: RAQUEL MARIA DA SILVA

PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA

OAB: PE-573-A

REQUERIDO(A): JUÍZO DA 35ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA

#### EMENTA

INDEFERIMENTO DE PETIÇÃO INICIAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO. QUESTÃO PROCESSUAL. SÚMULA 43 DA TNU. NÃO CABIMENTO DE PEDIDO DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização de interpretação da Lei Federal interposto contra acórdão prolatado pela Eg. Turma Recursal do PERNAMBUCO, em sede da ação mandamental ajuizada pela ora recorrente, em acórdão assim ementado:

"MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO CIVIL. DECISÃO PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. UTILIZAÇÃO COMO SUCEDÂNEO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE DECISÃO TERATOLÓGICA. LEI 10.259/01. IMPOSSIBILIDADE DE IMPUGNAÇÃO. PROCEDIMENTO SUMARIÍSSIMO (ART. 98, I DA CF). RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO (ART. 5º, LXXVIII DA CF). COMPATIBILIZAÇÃO. EXTINÇÃO DO MANDAMUS SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. MANDADO DE SEGURANÇA CONHECIDO E DENEGADO.

Trata-se de Mandado de Segurança impetrado contra suposto ato coator oriundo do Juízo Federal da 35ª Vara Federal da Seção Judiciária de Pernambuco, exarado nos autos da ação especial cível nº 0502178-59.2012.4.05.8311.

Analisado o caso, verifica-se que o writ não pode ser sequer conhecido, por atacar decisão judicial que, certa ou errada, efetua razoável interpretação da matéria.

De acordo com os arts. 4º e 5º da Lei 10.259/01 nos JEFs somente cabe recurso contra as decisões relativas a provimentos de urgência ou contra sentenças definitivas. O intuito do legislador foi de somente permitir impugnação nos limitados casos que mencionou, tornando inimpugnável qualquer outra decisão, dentre elas aquelas proferidas em fase de cumprimento de sentença. Tal intenção, aliás, compatibiliza-se perfeitamente com a Constituição Federal, não só com o seu art. 5º, LXXVIII, que estabelece a razoável duração do processo, mas principalmente com o seu art. 98, I, que estatui o procedimento sumariíssimo para os Juizados. Esteve ciente o constituinte de que o

custo do processo nas causas de menor complexidade (pequeno valor), aliado à demora na solução, implicaria muito mais prejuízo que pequeno equívoco judicial eventualmente cometido.

Pelo mesmo motivo, é absolutamente descabida a impetração de mandado de segurança em tais casos. Se a lei, seguindo o ditame constitucional, não desejou impugnação recursal de inúmeras decisões, é óbvio que o contrário não pode ocorrer por via transversa. Res-salvam-se apenas as difíceis hipóteses de decisões teratológicas, aferidas sem nenhum esforço intelectual, que caracterizam manifesta ilegalidade. Não se pode perder de vista que a irrecorribilidade de determinadas decisões jurisdicionais, prevista na legislação própria dos JEFs visa a emprestar maior celeridade às demandas submetidas ao seu crivo. Em consequência, o manejo da ação mandamental, com o fito de imprimir-lhe o condão de sucedâneo de recurso é incompatível com este propósito, não havendo, pois, como se admitir que toda e qualquer decisão, somente porque contrária aos interesses da parte, possa vir a ser combatida através do remédio constitucional. Nesse sentido, a propósito, prescreve o art. 37 do Regimento Interno das Turmas Recursais da Seção Judiciária de Pernambuco: "Art. 37. O mandado de segurança não será admitido como sucedâneo recursal, salvo em situações excepcionais, para evitar grave prejuízo à parte, quando o ato impugnado for manifestamente ilegal ou abusivo" (grifos nossos).

No mesmo caminho está doutrina específica dos recursos nos JEFs. Ensina ela que a mera ausência de recurso contra as decisões interlocutórias proferidas após a sentença não rende ensejo à impetração da ação constitucional, afirmando a importância de se prestigiar o juízo discricionário elaborado pelo juiz prolator da decisão atacada. Se mais de uma solução razoável poderia ser adotada pelo magistrado, a escolha por uma delas não torna o ato ilegal. Apenas quando se observa que o ato judicial é abusivo ou teratológico é que se permite o uso do writ (SAVARIS, José Antonio; XAVIER, Flavia da Silva. Manual dos Recursos nos Juizados Especiais Federais. 3ª edição. Curitiba: Juruá, 2012, p. 304/306)

No presente caso, não há que se falar em decisão teratológica ou manifestamente ilegal.

Destarte, em vista de todo o exposto, com fulcro no que preceitua o art. 10, inciso XI, do Regimento Interno desta Turma Recursal, EXTINGUE-SE O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. Notifique-se a autoridade indicada como coatora, dando-lhe ciência do julgado.

Sem condenação em honorários advocatícios, nos termos do art. 25, caput, da Lei nº 12.016/2009 (Súmula nº 512 do c. STF e Súmula nº 105 do c. STJ).

#### ACÓRDÃO

Decide a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Pernambuco, à unanimidade, EXTINGUIR O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos da ementa supra. Recife, data da movimentação".

2. Da leitura do acórdão constata-se de forma cristalina que as razões de decidir não ultrapassaram a seara do direito processual, vale dizer não houve apreciação e julgamento de qualquer questão de direito material, consoante determina o art. 14, da Lei nº 10.259/01, na medida em que entendeu-se que o mandado de segurança não era o instrumento adequado para impugnar decisão pelo juízo a quo em sede de execução.

3. Esta C. TNU já pacificou entendimento no sentido de que não cabe incidente de uniformização contra acórdão que se cingiu tão-somente a analisar questão de natureza processual.

Neste sentido, foi editada a súmula n. 43 com o seguinte teor: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".

4. Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do presente Pedido de Uniformização.

É COMO VOTO

#### ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator. Brasília/DF, 16 de março de 2016.

RONALDO JOSÉ DA SILVA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500190-04.2014.4.05.9840

ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

REQUERENTE: MARIA DA APARECIDA MARQUES

PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO

OAB: RN/5291

REQUERIDO(A): JUÍZO DA 3ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA,

#### EMENTA

INDEFERIMENTO DE PETIÇÃO INICIAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO. QUESTÃO PROCESSUAL. SÚMULA 43 DA TNU. NÃO CABIMENTO DE PEDIDO DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização de interpretação da Lei Federal interposto contra acórdão prolatado pela Eg. Turma Recursal do Rio Grande do Norte, em sede da ação mandamental ajuizada pela ora recorrente, em acórdão assim ementado:

" DIREITO CONSTITUCIONAL E PROCESSO CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. IMPUGNAÇÃO DE DECISÃO. FASE DE EXECUÇÃO. TETO DOS JUÍZADOS. COISA JULGADA. SUCESSÃO RECURSAL. INVIABILIDADE. INDEFERIMENTO LIMINAR.

- Trata-se de mandado de segurança impetrado pela requerente em epígrafe, em face de ato judicial perpetrado pelo Juízo Federal da 3ª Vara (JEF), que limitou o montante da execução ao valor da correspondente ao teto dos juizados especiais federais.

- Conceder-se-á mandado de segurança apenas para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas-corpus ou habeas-data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

- O ato judicial que a parte impetrante imputa a pecha da ilegalidade encontra-se vazado nos seguintes termos:

"Rejeito a impugnação.

Nos termos do parágrafo 2º, do art. 3º, da Lei 10259/2001 c/c com a Portaria nº 22/2009 expedida por este Juízo, o parâmetro estabelecido para fixação de valor da causa e limitação ao teto de 60 salários mínimos, ou seja, para fins de delimitação de competência em razão do valor da causa, é aferido considerando-se o período compreendido entre a data do requerimento administrativo (DIB ou DER, ou início do benefício pleiteado) e os doze meses subsequentes ao ajuizamento da ação.

Significa isso dizer que se a data de início da gratificação requerida é nov/2006, tendo a ação sido ajuizada em 05/04/2011, todo o período compreendido entre nov/2006 a 05/04/2012, deverá alcançar o máximo de 60(sessenta) salários mínimos, uma vez ultrapassado este montante, deverá ser reduzido ao limite fixado.

No caso do autor, percebe-se claramente renúncia de competência, tendo em vista que, de acordo com o parâmetro acima fixado, o valor devido ao autor ultrapassou o limite de alçada, uma vez que alcançou o patamar de R\$ 67.662,08, devendo pois ser reduzido para R\$ 43.440,00(quarenta e três mil quatrocentos e quarenta reais).

Isto posto, indefiro a impugnação e determino o retorno dos autos ao arquivo".

- Neste passo, o Mandado de Segurança justifica-se no âmbito do Juizado Especial Federal apenas para fins de impugnação de decisões teratológicas fora do escopo natural de divergência judicial. Ou seja, somente contra decisão ilegal que venha a gerar um dano real e que poderá ser manejado o mandamus, não sendo possível impetrar o referido instrumento processual para fins de simples reexame da decisão atacada.

- Não havendo previsão de recurso na fase de cumprimento de sentença, as decisões proferidas pelo juízo de primeiro grau têm caráter definitivo, não estando sujeitas à revisão pela Turma Recursal.

- Ausência de situação extraordinária. A sentença foi clara ao determinar que a RPV a ser expedida em favor da parte autora deveria observar o teto dos Juizados, não sendo possível que, na fase de execução, quando já transitada em julgado a sentença, os valores finais venham a exceder o limite legal.

- Uso indevido do Mandado de Segurança como sucedâneo de recurso.

- Inadequação da via eleita.

- Indeferimento liminar.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, por unanimidade, ACORDAM os Juizes da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte em INDEFERIR A INICIAL DO MANDADO DE SEGURANÇA, nos termos do voto do Relator.

Sem honorários.

Em se verificando o trânsito em julgado da decisão, remetam-se os autos ao Juizado Especial Federal Cível.

Natal/RN, data do julgamento

".

2. Da leitura do acórdão constata-se de forma cristalina que as razões de decidir não ultrapassaram a seara do direito processual, vale dizer não houve apreciação e julgamento de qualquer questão de direito material, consoante determina o art. 14, da Lei n. 10.259/01, na medida em que entendeu-se que o mandado de segurança não era o instrumento adequado para impugnar decisão interlocutória proferida pelo juízo a quo que indeferiu a impugnação dos cálculos apresentados, determinando que os mesmos fossem limitados pelo valor de alçada do JEF.

Em se tratando de Juizados Especiais Federais, regido pela Lei 10.259/01, há uma regra de competência absoluta que determina a alçada daquele Juízo, de forma que causas com valores excedentes não podem lá tramitar, ou seja, matéria eminentemente processual.

3. Esta C. TNU já pacificou entendimento no sentido de que não cabe incidente de uniformização contra acórdão que se cingiu tão-somente a analisar questão de natureza processual.

Neste sentido, foi editada a súmula n. 43 com o seguinte teor:

"Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".

4. Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do presente Pedido de Uniformização.

É COMO VOTO

### ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator. Brasília/DF, 16 de março de 2016.

RONALDO JOSÉ DA SILVA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500191-86.2014.4.05.9840

ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

REQUERENTE: MARIA DE LOURDES GOMES E SILVA

PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO

OAB: RN-5291

REQUERIDO(A): JUÍZO DA 3ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA  
EMENTA

INDEFERIMENTO DE PETIÇÃO INICIAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. EXECUÇÃO. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO. QUESTÃO PROCESSUAL. SÚMULA 43 DA TNU. NÃO CABIMENTO DE PEDIDO DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização de interpretação da Lei Federal interposto contra acórdão prolatado pela Eg. Turma Recursal do Rio Grande do Norte, em sede da ação mandamental ajuizada pela ora recorrente, em acórdão assim ementado:

"Trata-se de Mandado de Segurança interposto contra decisão proferida em processo que tem curso sob o rito de Juizado Especial contra a qual não é previsto em lei recurso.

Inicialmente, verifico que o art. 10 da lei 12016/2009 determina que a petição será indeferida quando não for o caso de mandado de segurança. Entendo ser este o caso da presente impetração.

Necessário de plano estabelecer que a hipótese não é de lacuna legal.

A lei de regência dos Juizados Especiais Federais é expressa e explícita no sentido de que, agora a hipótese de concessão de medida cautelar, "somente será admitido recurso de sentença definitiva". A lei

clara dispensa interpretação, afastando-se da autorização legal o uso do mandado de segurança como sucedâneo de um recurso para uma hipótese que a lei trata como irrecorrível. É nítido que a restrição inserida no microsistema dos juizados procura prestigiar o entendimento do juízo de primeiro grau, como aliás, deveria ser a regra no sistema processual para que este funcionasse a contento. Generalizar o uso do mandado de Segurança para discutir na Turma Recursal

questão controvertida é equivalente a dizer que recurso é cabível contra todas as decisões, e em verdade, até tornar este mais fácil, já que sequer submete-se a impetração ao prazo de 10 dias, mas ao elástico prazo de 120 dias. Não é esta a finalidade da lei, pelo que afasto de já a possibilidade de uso do Mandado de Segurança como sucedâneo recursal.

Contudo, é certo que o juiz, no exame do processo pode cometer "ilegalidade ou abuso de poder", hipótese em que o Mandado de Segurança deixa de ser sucedâneo de recurso para adquirir sua feição própria, que em verdade deveria ser a única. Ilegal é o ato judicial que viola de forma clara, normalmente literal, dispositivo de lei.

Afasta-se, portanto a possibilidade de uso do Mandado de Segurança para discutir matéria controvertida ou impugnar decisão adequadamente fundamentada, uma vez que, por mais que o entendimento jurídico do julgador ad quem, no mérito, seja diferente, é necessário analisar os fundamentos da impetração, quais sejam, a ilegalidade ou abuso de poder, que não podem ser vislumbrados quando a decisão é fundamentada e ampara-se em interpretação razoável de norma positivada. Dito em outras palavras, apenas se admite o uso do mandado de Segurança no âmbito dos Juizados Especiais Federais quando a decisão recorrida é teratológica.

No caso sob exame, verifico que a decisão atacada (anexo nº. 6) é adequadamente fundamentada e espelha interpretação legal plenamente defensável, no sentido de assegurar a execução da sentença tal qual transitada em julgado (sentença limitou expressamente a execução ao teto dos juizados, inexistindo impugnação oportuna), não se podendo falar em "ilegalidade ou abuso de poder" por parte da autoridade judicial signatária, fundamentos exclusivos da impetração, nos termos do comando constitucional e da lei de regência.

Tem-se, pois, que a hipótese não autoriza a impetração do Mandado de Segurança, pelo que rejeito liminarmente a petição inicial.

### ACÓRDÃO

A turma, por unanimidade, acompanhou o Voto do Relator. Registre-se o impedimento da Exma. Sra. Juíza Federal JANINE DE MEDEIROS SOUZA BEZERRA. Intimem-se. Transitando em julgado, arquivem-se os autos".

2. Da leitura do acórdão constata-se de forma cristalina que as razões de decidir não ultrapassaram a seara do direito processual, vale dizer não houve apreciação e julgamento de qualquer questão de direito material, consoante determina o art. 14, da Lei n. 10.259/01, na medida em que entendeu-se que o mandado de segurança não era o instrumento adequado para impugnar decisão prolatada pelo juízo a quo em sede de execução.

3. Esta C. TNU já pacificou entendimento no sentido de que não cabe incidente de uniformização contra acórdão que se cingiu tão-somente a analisar questão de natureza processual.

Neste sentido, foi editada a súmula n. 43 com o seguinte teor:

"Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".

4. Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do presente Pedido de Uniformização.

É COMO VOTO

### ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.

Brasília/DF, 16 de março de 2016.

RONALDO JOSÉ DA SILVA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500196-11.2014.4.05.9840

ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

REQUERENTE: LEDA BEZERRA QUINDERE CARDOSO

PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO

OAB: RN-5291

REQUERIDO(A): JUÍZO DA 7ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE NATAL

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

LITISCONORTE : UNIÃO

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA  
EMENTA

INDEFERIMENTO DE PETIÇÃO INICIAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO. QUESTÃO PROCESSUAL. SÚMULA 43 DA TNU. NÃO CABIMENTO DE PEDIDO DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização de interpretação da Lei Federal interposto contra acórdão prolatado pela Eg. Turma Recursal do Rio Grande do Norte, em sede da ação mandamental ajuizada pela ora recorrente, em acórdão assim ementado:

" PROCESSO CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JUDICIAL. DESCABIMENTO, A NÃO SER EM HIPÓTESES EXCEPCIONALÍSSIMAS, PRESENTE A TERATOLOGIA DO PRONUNCIAMENTO. DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA.

1. Trata-se de mandado de segurança impetrado contra pronuncia-mento judicial que declarou deserto o recurso inominado interposto pela parte autora em razão da ausência de preparo no prazo legal.

2. O Mandado de Segurança é ação constitucional que tem por objeto a proteção de direito líquido e certo, não amparado por "habeas-corpus" ou "habeas-data", quando o responsável pela ilegalidade ou

abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público (art. 5º, LXIX da CF). Contudo, ele não é cabível: a) contra decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo (art. 5º, II da Lei 12.016/2009); b) contra ato judicial passível de recurso ou correção (Súmula 267/STF); c) contra decisão judicial transitada em julgado (art. 5º, III da Lei 12.016/2009 e Súmula n. 268 do STF).

3. Tratando-se de juizados especiais, microsistema que tem como princípios a celeridade e a economia processual, dos quais decorre a regra da irrecorribilidade em separado das decisões interlocutórias (com a ressalva do art. 5º da Lei n. 10.259/2001), o STF firmou o posicionamento de que contra tais decisões não cabe agravo de instrumento nem mandado de segurança, verbis: "(...) o Supremo Tribunal Federal, após reconhecer a repercussão geral da matéria, decidiu pelo não cabimento de mandado de segurança das decisões interlocutórias exaradas em processos dos juizados especiais (RE 576.847, Rel. Min. Eros Grau). Agravo regimental a que se nega provimento." (STF, 1ª. T., ARE 703840 AgR/SC, rel. Min. Roberto Barroso, DJe 22.04.2014). No mesmo sentido: STF, 2ª. T., AI 857811 AgR/PR, rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJe 29-04-2013. Conforme asseverou o Min. Eros Grau no leading case citado: a) "(...) a opção pelo rito sumaríssimo é faculdade das partes, com as vantagens e limitações que a sua escolha acarreta"; b) "Não há afronta ao princípio constitucional da ampla defesa (art. 5º, LV da CB), vez que decisões interlocutórias podem ser impugnadas quando da interposição de recurso inominado". Mesmo o STJ possuindo uma certa abertura, o pressuposto estabelecido pela sua Corte Especial é de que "somente é cabível a utilização do mandado de segurança para combater ato judicial que seja evidentemente teratológico e contra o qual não caiba recurso ou correção, nos termos do art. 5º, II, da Lei n. 12.016/2009" (STJ, Corte Especial, AgRg no MS 17353/DF, rel. Min. Humberto Martins, DJe 30/05/2014).

4. Dessa forma, diante da orientação jurisprudencial supramencionada, vedado o manejo de mandado de segurança contra decisões interlocutórias proferidas nos feitos dos Juizados Especiais, conclui-se que o remédio constitucional somente será cabível excepcionalmente para proteção das partes contra decisões teratológicas. Esse tem sido o posicionamento deste Colegiado, bastante restritivo quanto à admissibilidade do writ of mandamus.

5. No caso dos autos, não se verifica decisão teratológica a ensejar controle por este Colegiado.

6. Ordem denegada.



ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Juízes da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte, à unanimidade, em DENEGAR A SEGURANÇA.

Sem honorários.

Verificado o trânsito em julgado da decisão, remetam-se os autos ao Juizado Especial Federal Cível para o cumprimento do acórdão, após baixa na distribuição".

2. Da leitura do acórdão constata-se de forma cristalina que as razões de decidir não ultrapassaram a seara do direito processual, vale dizer não houve apreciação e julgamento de qualquer questão de direito material, consoante determina o art. 14, da Lei n. 10.259/01, na medida em que entendeu-se que o mandado de segurança não era o instrumento adequado para impugnar decisão interlocutória proferida pelo juízo a quo que não concedeu o benefício da justiça gratuita à ora recorrente e, consequentemente, julgou deserto o recurso interposto.

3. Esta C. TNU já pacificou entendimento no sentido de que não cabe incidente de uniformização contra acórdão que se cingiu tão-somente a analisar questão de natureza processual.

Neste sentido, foi editada a súmula n. 43 com o seguinte teor:

"Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".

4. Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do presente Pedido de Uniformização.

É COMO VOTO

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator. Brasília/DF, 16 de março de 2016.

RONALDO JOSÉ DA SILVA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500197-93.2014.4.05.9840

ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

REQUERENTE: NINA OLIVEIRA DO NASCIMENTO

PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO

OAB: RN/5291

REQUERIDO(A): JUÍZ DA 7ª VARA DA SJ DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

INTERESSADO (A): UNIÃO

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA

EMENTA

INDEFERIMENTO DE PETIÇÃO INICIAL EM MANDADO DE SEGURANÇA.FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO. QUESTÃO PROCESSUAL. SÚMULA 43 DA TNU. NÃO CABIMENTO DE PEDIDO DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO.INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1.Trata-se de Pedido de Uniformização de interpretação da Lei Federal interposto contra acórdão prolatado pela Eg. Turma Recursal do Rio Grande do Norte, em sede da ação mandamental ajuizada pela ora recorrente, em acórdão assim ementado:

" DIREITO PROCESSUAL CIVIL. LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA. DECISÃO QUE DECLARA DESERTO O RECURSO INOMINADO. SUCEDÂNEO RECURSAL. INVIABILIDADE. INDEFERIMENTO LIMINAR.

- Trata-se de mandado de segurança impetrado pela requerente em epígrafe, em face de ato judicial perpetrado pelo Juízo Federal da 7ª Vara (JEF), que declarou deserto o recurso interposto pela parte autora, em razão da falta de preparo no prazo legal, nos autos do processo nº 0508924-93.2014.4.05.8400.

- Conceder-se-á mandado de segurança apenas para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas-corpus ou habeas-data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

- O ato judicial que a parte impetrante imputa a pecha da ilegalidade encontra-se vazado nos seguintes termos: "Cuida-se de recurso interposto pela parte autora em face da sentença proferida por este juízo, no qual requer novamente os benefícios da gratuidade judiciária.

O pedido de justiça gratuita foi devidamente apreciado e indeferido quando da prolação da sentença.

Por outro lado, a falta de preparo no prazo de 48 horas, como preceitua o art. 42, § 1º, da Lei 9.099/95 (aqui aplicada subsidiariamente, com o permissivo legal do art. 1º da Lei 10.259/2001), configura a deserção do recurso.

Sendo assim, declaro deserto o recurso interposto pela parte autora, tendo em vista a falta de preparo no prazo legal".

- Neste passo, o Mandado de Segurança justifica-se no âmbito do Juizado Especial Federal apenas para fins de impugnação de decisões teratológicas fora do escopo natural de divergência judicial. Ou seja, somente contra decisão ilegal que venha a gerar um dano real é que poderá ser manejado o mandamus, não sendo possível impetrar o referido instrumento processual para fins de simples reexame da decisão atacada.

- A isenção de custas prevista no art. 54 da lei em epígrafe é adstrita ao primeiro grau de jurisdição, atendidos as restrições previstas em lei, somente estendendo-se ao segundo grau em hipóteses de gratuidade ou assistência judiciária, não aplicáveis ao caso dos autos.

- O art. 42, § 1º, da Lei 9.099/95 assim dispõe: "O preparo será feito, independentemente de intimação, nas 48 (quarenta e oito) horas seguintes à interposição, sob pena de deserção".

- O pagamento das despesas processuais, inclusive as dispensadas em primeiro grau, consiste em requisito extrínseco de admissibilidade do recurso.

- Portanto, tratando-se de hipótese de expresse indeferimento do pedido de justiça gratuita pelo juiz de primeiro grau, ausente o pagamento do preparo, o recurso não pode ser conhecido.

- Ausente qualquer situação extraordinária, tampouco verificada teratologia na decisão recorrida.

- Uso indevido do Mandado de Segurança como sucedâneo de recurso.

- Inadequação da via eleita.

- Indeferimento liminar. ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, por unanimidade, ACORDAM os Juízes da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte em

INDEFERIR LIMINARMENTE A SEGURANÇA.

Sem honorários.

Em se verificando o trânsito em julgado da decisão, archive-se, após baixa na distribuição".

2.Da leitura do acórdão constata-se de forma cristalina que as razões de decidir não ultrapassaram a seara do direito processual, vale dizer não houve apreciação e julgamento de qualquer questão de direito material, consoante determina o art. 14, da Lei n. 10.259/01, na medida em que entendeu-se que o mandado de segurança não era o instrumento adequado para impugnar decisão interlocutória proferida pelo juízo a quo que não concedeu o benefício da justiça gratuita à ora recorrente e, consequentemente, julgou deserto o recurso interposto.

3.Esta C. TNU já pacificou entendimento no sentido de que não cabe incidente de uniformização contra acórdão que se cingiu tão-somente a analisar questão de natureza processual.

Neste sentido, foi editada a súmula n. 43 com o seguinte teor:

"Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".

4. Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do presente Pedido de Uniformização.

É COMO VOTO

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator. Brasília/DF, 16 de março de 2016.

RONALDO JOSÉ DA SILVA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500198-78.2014.4.05.9840

ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

REQUERENTE: TEREZINHA DE LIMA PEDROZA

PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO

OAB: RN/5291

REQUERIDO(A): JUIZ DA 7ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

INTERESSADO (A): UNIÃO

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA

EMENTA

INDEFERIMENTO DE PETIÇÃO INICIAL EM MANDADO DE SEGURANÇA.FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO. QUESTÃO PROCESSUAL. SÚMULA 43 DA TNU. NÃO CABIMENTO DE PEDIDO DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO.INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1.Trata-se de Pedido de Uniformização de interpretação da Lei Federal interposto contra acórdão prolatado pela Eg. Turma Recursal do Rio Grande do Norte, em sede da ação mandamental ajuizada pela ora recorrente, em acórdão assim ementado:

" DIREITO PROCESSUAL CIVIL. LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA. DECISÃO QUE DECLARA DESERTO O RECURSO INOMINADO. SUCEDÂNEO RECURSAL. INVIABILIDADE. INDEFERIMENTO LIMINAR.

- Trata-se de mandado de segurança impetrado pela requerente em epígrafe, em face de ato judicial perpetrado pelo Juízo Federal da 7ª Vara (JEF), que declarou deserto o recurso interposto pela parte autora, em razão da falta de preparo no prazo legal, nos autos do processo nº 0507427-44.2014.4.05.8400.

- Conceder-se-á mandado de segurança apenas para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas-corpus ou habeas-data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

- O ato judicial que a parte impetrante imputa a pecha da ilegalidade encontra-se vazado nos seguintes termos: "Cuida-se de recurso interposto pela parte autora em face da sentença proferida por este juízo, no qual requer novamente os benefícios da gratuidade judiciária.

O pedido de justiça gratuita foi devidamente apreciado e indeferido quando da prolação da sentença.

Por outro lado, a falta de preparo no prazo de 48 horas, como preceitua o art. 42, § 1º, da Lei 9.099/95 (aqui aplicada subsidiariamente, com o permissivo legal do art. 1º da Lei 10.259/2001), configura a deserção do recurso.

Sendo assim, declaro deserto o recurso interposto pela parte autora, tendo em vista a falta de preparo no prazo legal".

- Neste passo, o Mandado de Segurança justifica-se no âmbito do Juizado Especial Federal apenas para fins de impugnação de decisões teratológicas fora do escopo natural de divergência judicial. Ou seja, somente contra decisão ilegal que venha a gerar um dano real é que poderá ser manejado o mandamus, não sendo possível impetrar o referido instrumento processual para fins de simples reexame da decisão atacada.

- A isenção de custas prevista no art. 54 da lei em epígrafe é adstrita ao primeiro grau de jurisdição, atendidos as restrições previstas em lei, somente estendendo-se ao segundo grau em hipóteses de gratuidade ou assistência judiciária, não aplicáveis ao caso dos autos.

- O art. 42, § 1º, da Lei 9.099/95 assim dispõe: "O preparo será feito, independentemente de intimação, nas 48 (quarenta e oito) horas seguintes à interposição, sob pena de deserção".

- O pagamento das despesas processuais, inclusive as dispensadas em primeiro grau, consiste em requisito extrínseco de admissibilidade do recurso.

- Portanto, tratando-se de hipótese de expresse indeferimento do pedido de justiça gratuita pelo juiz de primeiro grau, ausente o pagamento do preparo, o recurso não pode ser conhecido.

- Ausente qualquer situação extraordinária, tampouco verificada teratologia na decisão recorrida.

- Uso indevido do Mandado de Segurança como sucedâneo de recurso.

- Inadequação da via eleita.

- Indeferimento liminar.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, por unanimidade, ACORDAM os Juízes da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte em

INDEFERIR LIMINARMENTE A SEGURANÇA.

Sem honorários.

Em se verificando o trânsito em julgado da decisão, archive-se, após baixa na distribuição".

2.Da leitura do acórdão constata-se de forma cristalina que as razões de decidir não ultrapassaram a seara do direito processual, vale dizer não houve apreciação e julgamento de qualquer questão de direito material, consoante determina o art. 14, da Lei n. 10.259/01, na medida em que entendeu-se que o mandado de segurança não era o instrumento adequado para impugnar decisão interlocutória proferida pelo juízo a quo que não concedeu o benefício da justiça gratuita ao ora recorrente e, consequentemente, julgou deserto o recurso interposto.

3.Esta C. TNU já pacificou entendimento no sentido de que não cabe incidente de uniformização contra acórdão que se cingiu tão-somente a analisar questão de natureza processual.

Neste sentido, foi editada a súmula n. 43 com o seguinte teor:

"Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".

4. Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do presente Pedido de Uniformização.

É COMO VOTO

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator. Brasília/DF, 16 de março de 2016.

RONALDO JOSÉ DA SILVA  
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500199-93.2014.4.05.9830

ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

REQUERENTE: MARIA DA LUZ DA SILVA

PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA

OAB: PE-573-A

REQUERIDO(A): JUÍZO FEDERAL DA 30ª VARA FEDERAÇÃO DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA

EMENTA

INDEFERIMENTO DE PETIÇÃO INICIAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO. QUESTÃO PROCESSUAL. SÚMULA 43 DA TNU. NÃO CABIMENTO DE PEDIDO DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização de interpretação da Lei Federal interposto contra acórdão prolatado pela Eg. Turma Recursal do PERNAMBUCO, em sede da ação mandamental ajuizada pela ora recorrente, em acórdão assim ementado:

"MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO CIVIL. DECISÃO PROFERIDA NO PROCESSO ORIGINÁRIO NA FASE DE EXECUÇÃO. UTILIZAÇÃO COMO SUCEDÂNEO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. EXTINÇÃO DO MANDAMUS SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO.

- Trata-se de mandado de segurança impetrado contra suposto ato coator da MM. Juíza Federal da 30ª Vara do Juizado Especial Federal de Pernambuco, proferido nos autos de nº 0520389-50.2010.4.05.8300.

- Argumenta o Impetrante que na fase de execução a autoridade indicada como coatora "decidiu suspender o curso da demanda diante da declaração de inconstitucionalidade do critério de correção monetária estipulado no art. 1º-F da Lei nº. 9.494/97, com a redação dada pela lei nº. 11.960/09, até o pronunciamento definitivo do Supremo Tribunal Federal. No entanto, facultou a parte autora a renúncia da diferença de valores de correção monetária havida entre o índice 'INPC' e a 'TR', já informando o valor de renúncia, que seria de R\$ 4.010,17 (quatro mil e dez reais e dezessete centavos)(...)." - Instada a se manifestar, a impetrante não renunciou ao valor controvertido, todavia, requereu "a expedição do requisitório de pagamento da parte incontroversa da demanda", o que foi negado, conforme decisão da juíza singular:

"Tendo em conta que o acolhimento do pedido serviria de precedente capaz de gerar forte repercussão em centenas de demandas que tramitam neste Juizado e se encontram em fase semelhante, com prejuízo aos princípios da economia e da celeridade processuais e, inclusive, ao bom funcionamento da máquina judiciária, indefiro o pedido de expedição da RPV/Precatório da parte incontroversa."

- O writ em tela não pode ser apreciado, tendo em vista que impetrado contra decisão irrecorrível do magistrado a quo, proferida em sede de execução, por meio da qual negou o fracionamento da execução. Referida decisão é irrecorrível, pois, nos termos do art. 7º, §5º, do Regimento Interno das Turmas Recursais da Seção Judiciária de Pernambuco: "§ 5º. Da decisão de primeiro grau que defere ou indefere medidas cautelares ou antecipatórias dos efeitos da tutela caberá agravo no prazo de dez dias. A parte recorrida será intimada para apresentar resposta em igual prazo" (grifos nossos). As demais decisões de primeira instância são irrecorríveis, sendo este o intuito do legislador ao criar, com a sistemática dos Juizados Especiais, um rito mais célere, informal, sem a gama de recursos prevista no procedimento ordinário.

- Em assim sendo, não se há de admitir a impetração de mandado de segurança como forma de combate a decisão jurisdicional, tão-somente pela inexistência de recurso cabível na legislação específica, não havendo, sequer, que se falar em negativa de prestação jurisdicional em casos deste jaez.

- Como dito, não se pode perder de vista que a irrecorribilidade de determinadas decisões jurisdicionais, prevista na legislação própria dos JEF's, visa a emprestar maior celeridade às demandas submetidas ao seu crivo. Em consequência, o manejo da ação mandamental, com o fito de imprimir-lhe o condão de sucedâneo de recurso, é incompatível com este propósito, não havendo, pois, como se admitir que toda e qualquer decisão, somente porque contrária aos interesses do autor, possa vir a ser combatida através do remédio constitucional tratado nestes autos. Nesse sentido, a propósito, prescreve o art. 40 do Regimento Interno das Turmas Recursais da Seção Judiciária de Pernambuco: "Art. 40. O mandado de segurança não será admitido como sucedâneo recursal, salvo em situações excepcionais, para evitar grave prejuízo à parte, quando o ato impugnado for manifestamente ilegal ou abusivo" (grifos nossos). Entendo que não está caracterizada, nos autos, situação excepcional que possa trazer grave prejuízo à impetrante ou a existência de ato manifestamente ilegal ou abusivo.

- Destarte, em vista de todo o exposto, com fulcro no que preceitua o art. 10, inciso XI, do Regimento Interno desta Turma Recursal, EXTINGUE-SE O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. Notifique-se a autoridade indicada como coatora, dando-lhe ciência do julgado.

- Sem condenação em honorários advocatícios, nos termos do art. 25, caput, da Lei nº 12.016/2009 (Súmula nº 512 do c. STF e Súmula nº 105 do c. STJ).

### ACÓRDÃO

Decide a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Pernambuco, à unanimidade, EXTINGUIR O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos da ementa supra".

2. Da leitura do acórdão constata-se de forma cristalina que as razões de decidir não ultrapassaram a seara do direito processual, vale dizer não houve apreciação e julgamento de qualquer questão de direito material, consoante determina o art. 14, da Lei n. 10.259/01, na medida em que entendeu-se que o mandado de segurança não era o instrumento adequado para impugnar decisão pelo juízo a quo em sede de execução.

3. Esta C. TNU já pacificou entendimento no sentido de que não cabe incidente de uniformização contra acórdão que se cingiu tão-somente a analisar questão de natureza processual.

Neste sentido, foi editada a súmula n. 43 com o seguinte teor: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".

4. Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do presente Pedido de Uniformização.

É COMO VOTO

### ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator. Brasília, 16 de março de 2016.

PROCESSO: 0500200-48.2014.4.05.9840  
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE  
REQUERENTE: LUIZA MARIA BEZERRA QUINDERE ALMEIDA  
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO  
OAB: RN-5291  
REQUERIDO(A): JUÍZO DA 7ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE NATAL  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO  
LITISCONSORTE : UNIÃO  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA  
EMENTA

INDEFERIMENTO DE PETIÇÃO INICIAL EM MANDADO DE SEGURANÇA.FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO. QUESTÃO PROCESSUAL. SÚMULA 43 DA TNU. NÃO CABIMENTO DE PEDIDO DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO.INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1.Trata-se de Pedido de Uniformização de interpretação da Lei Federal interposto contra acórdão prolatado pela Eg. Turma Recursal do Rio Grande do Norte, em sede da ação mandamental ajuizada pela ora recorrente, em acórdão assim ementado:

" PROCESSO CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JUDICIAL. DESCABIMENTO, A NÃO SER EM HIPÓTESES EXCEPCIONALÍSSIMAS, PRESENTE A TERATOLOGIA DO PRONUNCIAMENTO. DENEGACÃO DA SEGURANÇA.

1. Trata-se de mandado de segurança impetrado contra pronunciamento judicial que declarou deserto o recurso inominado interposto pela parte autora em razão da ausência de preparo no prazo legal.

2. O Mandado de Segurança é ação constitucional que tem por objeto a proteção de direito líquido e certo, não amparado por "habeas-corpus" ou "habeas-data", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público (art. 5º, LXIX da CF). Contudo, ele não é cabível: a) contra decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo (art. 5º, II da Lei 12.016/2009); b) contra ato judicial passível de recurso ou correição (Súmula 267/STF); c) contra decisão judicial transitada em julgado (art. 5º, III da Lei 12.016/2009 e Súmula n. 268 do STF).

3. Tratando-se de juizados especiais, microsistema que tem como princípios a celeridade e a economia processual, dos quais decorre a regra da irrecorribilidade em separado das decisões interlocutórias (com a ressalva do art. 5º da Lei n. 10.259/2001), o STF firmou o posicionamento de que contra tais decisões não cabe agravo de instrumento nem mandado de segurança, verbis: "(...) o Supremo Tribunal Federal, após reconhecer a repercussão geral da matéria, decidiu pelo não cabimento de mandado de segurança das decisões interlocutórias exaradas em processos dos juizados especiais (RE 576.847, Rel. Min. Eros Grau). Agravo regimental a que se nega provimento." (STF, 1ª. T., ARE 703840 AgR/SC, rel. Min. Roberto Barroso, DJe 22.04.2014). No mesmo sentido: STF, 2ª. T., AI 857811 AgR/PR, rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJe 29-04-2013. Conforme asseverou o Min. Eros Grau no leading case citado: a) "(...) a opção pelo rito sumaríssimo é faculdade das partes, com as vantagens e limitações que a sua escolha acarreta"; b) "Não há afronta ao princípio constitucional da ampla defesa (art. 5º, LV da CB), vez que decisões interlocutórias podem ser impugnadas quando da interposição de recurso inominado". Mesmo o STJ possuindo uma certa abertura, o pressuposto estabelecido pela sua Corte Especial é de que "somente é cabível a utilização do mandado de segurança para combater ato judicial que seja evidentemente teratológico e contra o qual não caiba recurso ou correição, nos termos do art. 5º, II, da Lei n. 12.016/2009" (STJ, Corte Especial, AgRg no MS 17353/DF, rel. Min. Humberto Martins, DJe 30/05/2014).

4. Dessa forma, diante da orientação jurisprudencial supramencionada, vedado o manejo de mandado de segurança contra decisões interlocutórias proferidas nos feitos dos Juizados Especiais, conclui-se que o remédio constitucional somente será cabível excepcionalmente para proteção das partes contra decisões teratológicas. Esse tem sido o posicionamento deste Colegiado, bastante restritivo quanto à admissibilidade do writ of mandamus.

5. No caso dos autos, não se verifica decisão teratológica a ensejar controle por este Colegiado.

6. Ordem denegada.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Juízes da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte, à unanimidade, em DENEGAR A SEGURANÇA. Sem honorários.

Verificado o trânsito em julgado da decisão, remetam-se os autos ao Juizado Especial Federal Cível para o cumprimento do acórdão, após baixa na distribuição".

2.Da leitura do acórdão constata-se de forma cristalina que as razões de decidir não ultrapassaram a seara do direito processual, vale dizer não houve apreciação e julgamento de qualquer questão de direito material, consoante determina o art. 14, da Lei n. 10.259/01, na medida em que entendeu-se que o mandado de segurança não era o instrumento adequado para impugnar decisão interlocutória proferida pelo juízo a quo que não concedeu o benefício da justiça gratuita à ora recorrente e, consequentemente, julgou deserto o recurso interposto.

3.Esta C. TNU já pacificou entendimento no sentido de que não cabe incidente de uniformização contra acórdão que se cingiu tão-somente a analisar questão de natureza processual.

Neste sentido, foi editada a súmula n. 43 com o seguinte teor: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".

4. Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do presente Pedido de Uniformização.

É COMO VOTO

### ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator. Brasília/DF, 16 de março de 2016.

RONALDO JOSÉ DA SILVA

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0520265-80.2013.4.05.8100  
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ  
REQUERENTE: ERASMO JORGE SALES PINTO  
PROC./ADV.: WALQUIRIA LEDA OLIVEIRA VIEIRA  
OAB: CE-24 159  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

### EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. ALUNO DE ESCOLA PROFISSIONAL QUE RECEBE REMUNERAÇÃO INDIRETA À CONTA DO ORÇAMENTO DA UNIÃO. RECONHECIMENTO DA CONDIÇÃO DE ALUNO-APRENDIZ. CÔMPUTO DO TEMPO DE SERVIÇO PARA FINS PREVIDENCIÁRIOS. INCIDENTE PROVIDO.

1. Trata-se de pedido nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte autora em face de acórdão exarado por Turma Recursal dos JEF's da Seção Judiciária do Estado do Ceará, com o seguinte teor:

VOTO E ACÓRDÃO

1. Trata-se de recurso inominado interposto pelo INSS em face de sentença de mérito que julgou procedente pedido de cômputo e averbação, para fins previdenciários junto ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, de certo(s) período(s) discriminado(s) nos autos como tempo de serviço prestado na condição de aluno-aprendiz da Escola Técnica Federal do Ceará (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará).

2. Instada a respeita, a Parte Autora apresentou contra-razões.

3. Recebido o recurso, fora distribuído para esta Relatoria da 2ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará.

4. Eis o brevíssimo relatório acerca dos atos processuais mais significativos neste estágio processual. Passo, então, doravante, a deliberar

5. Preliminarmente, considerando o cabimento e a tempestividade do recurso epigrafado, que foi manejado em perfeita consonância com os ditames imiscuídos no art. 5º da Lei nº 10.259/2001 c/c arts. 41 e ss. da Lei nº 9.099/1995, conheço da pertinente irresignação recursal.

6. Por sua vez, analisando o mérito recursal, destaco que o reconhecimento de tempo de serviço prestado na qualidade de aluno-aprendiz, para fins previdenciários, demanda a comprovação de dois requisitos: (a) ter sido o interessado aluno-aprendiz em Escola Técnica Federal e (b) ter percebido remuneração, ainda que de forma indireta, à conta do orçamento da União, consoante os termos da Súmula 96 do Tribunal de Contas da União (TCU), in verbis:

Conta-se para todos os efeitos, como tempo de serviço público, o período de trabalho prestado na qualidade de aluno aprendiz em Escola Pública profissional, desde que comprovada a retribuição pecuniária à conta do Orçamento, admitindo-se, como tal, o recebimento de alimentação, fardamento, material escolar e parcela de renda auferida com a execução de encomendas para terceiros.

7. Nesse sentido trago à colação excertos colhidos no magistério jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça e da Turma Nacional de Uniformização, in verbis:

PREVIDENCIÁRIO. AÇÃO RESCISÓRIA. ALUNO-APRENDIZ. ESCOLA TÉCNICA FEDERAL. CONTAGEM. TEMPO DE SERVIÇO. POSSIBILIDADE. REMUNERAÇÃO. EXISTÊNCIA. SÚMULA N.º 96 DO TCU. PRECEDENTES DESTA CORTE. AÇÃO RESCISÓRIA JULGADA IMPROCEDENTE. 1. O tempo de estudante como aluno-aprendiz em escola técnica pode ser computado para fins de complementação de tempo de serviço, objetivando fins previdenciários, em face da remuneração percebida e da existência do vínculo empregatício. 2. O reconhecimento do tempo de serviço, prestado em época posterior ao período de vigência do Decreto-Lei nº 4.073/42, é possível, pois suas legislações subsequentes, quais sejam, Lei nº 3.552/59, 6.225/79 e 6.864/80, não trouxeram nenhuma alteração no tocante à natureza dos cursos de aprendizagem, nem no conceito de aprendiz. 3. Restou comprovado o atendimento da Súmula 96/TCU, que determina que nas instituições públicas de ensino, necessário se faz a comprovação da retribuição pecuniária à conta do Orçamento, admitindo-se, como tal, o recebimento de alimentação, fardamento, material escolar e parcela de renda auferida com a execução de encomendas para terceiros. 4. Ação rescisória julgada improcedente. (AR- 200100108377 - Ação Rescisória, Publicado no DJe em 05/02/2009).

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. ALUNO-APRENDIZ. ESCOLA TÉCNICA FEDERAL. CONTAGEM. TEMPO DE SERVIÇO.POSSIBILIDADE. REMUNERAÇÃO. EXISTÊNCIA. SÚMULA N.º 96 DO TCU. PRECEDENTES DESTA CORTE. AGRAVO DESPROVIDO.

I- A jurisprudência das Turmas que compõem a Terceira Seção deste Superior Tribunal é uníssona no sentido de que ser facultado ao aluno-aprendiz de escola pública profissional o direito à contagem de tempo estudado para fins de complementação de aposentadoria, desde que comprove o vínculo empregatício e remuneração a conta do orçamento da União.



II- O requisito referente à remuneração a conta do orçamento da União poderá ser substituído por certidão que ateste o recebimento de alimentação, fardamento, material escolar e parcela de renda auferida com a execução de encomendas para terceiros. III- In casu, não tendo a prova documental atestado o fato das despesas ordinárias com alunos serem custeadas com recursos da União, nem tendo feito qualquer menção ao fato do trabalho exercido pelo autor ser remunerado, mesmo que de forma indireta, à conta do orçamento da União, não se revela possível a averbação do tempo de serviços nos termos pleiteados, devendo, pois, ser confirmada, nesse mister, a decisão exarada pelo Tribunal de origem. IV- Afastar as conclusões do acórdão a quo, baseada na certidão, acostada pelo próprio recorrente, demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório amalhado no autos, esbarrando, pois, no óbice do enunciado sumular n.º 7 do Superior Tribunal Justiça. V - Agravo interno desprovido. (AgRg no REsp 1147229/RS, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 06/10/2011, DJe 14/10/2011) PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA. ALUNO - APRENDIZ. CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. POSSIBILIDADE. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO. 1 - Provado que o aluno aprendiz recebia remuneração, mesmo que indireta, à conta do orçamento da União, o respectivo tempo de serviço pode ser computado para fins de aposentadoria previdenciária (Súmula 18 da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência). 2 - O custeio de despesas ordinárias dos alunos pela União, constante de certidão expedida pela Escola Técnica Federal demonstra que a aluna-aprendiz recebia remuneração, mesmo que indireta, às expensas da União. 3. Incidente de uniformização conhecido e provido.

(PEDILEF 200570950042821, JUÍZA FEDERAL DANIELE MARRANHÃO, - Turma Nacional de Uniformização, 02/08/2006) - grifei.

8. Destaco, outrossim, que a própria Turma Nacional de Uniformização editou, nesse sentido, a Súmula nº 18, consoante o enunciado que doravante transcrevo, in verbis:

Provado que o aluno aprendiz de Escola Técnica Federal recebia remuneração, mesmo que indireta, à conta do orçamento da União, o respectivo tempo de serviço pode ser computado para fins de aposentadoria previdenciária.

9. A jurisprudência firmou o entendimento no sentido de que, para que seja contabilizado o tempo de serviço na condição de aluno-aprendiz, é necessário a comprovação de retribuição pecuniária, ainda que de maneira indireta, à conta do Orçamento Público, admitindo-se, como tal, o recebimento de alimentação, fardamento, material escolar e parcela de renda auferida com a execução de encomendas para terceiros, consoante os termos da Súmula nº 96 do Tribunal de Contas da União - TCU.

10. No caso em apreço, vislumbro que referido requisito não fora preenchido. É que a certidão fornecida pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (Anexo 03), não obstante informe que o(a) Autor(a) foi aluno(a) do Curso de Tipografia no período de 01.03.1978 a 01.03.1979, bem como que era fornecido aos alunos ensino, alimento, fardamento e material escolar, não faz, ao contrário de outras situações concretas, nenhuma referência acerca de eventual retribuição pecuniária recebida pela Promovente à conta do Orçamento da União imprescindível à comprovação da existência de vínculo equivalente ao empregatício.

11. Nesse contexto, dada a semelhança da relação, em face da remuneração percebida e da existência do vínculo empregatício, a condição de aluno-aprendiz equipara-se, por analogia, à de empregado, sendo, dessarte, assimilável, por interpretação extensiva, ao disposto no art. 458, caput e § 2º da CLT, cuja dicção é a seguinte, in verbis:

Art. 458. Além do pagamento em dinheiro, compreende-se no salário, para todos os efeitos legais, a alimentação, habitação, vestuário ou outras prestações in natura que a empresa, por força do contrato ou do costume, fornecer habitualmente ao empregado. Em caso algum será permitido o pagamento com bebidas alcoólicas ou drogas nocivas.

§ 2º - Para os efeitos previstos neste artigo, não serão consideradas como salário as seguintes utilidades concedidas pelo empregador:

I - vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos aos empregados e utilizados no local de trabalho, para a prestação do serviço;

II - educação, em estabelecimento de ensino próprio ou de terceiros, compreendendo os valores relativos a matrícula, mensalidade, anuidade, livros e material didático;

III - transporte destinado ao deslocamento para o trabalho e retorno, em percurso servido ou não por transporte público;

IV - assistência médica, hospitalar e odontológica, prestada diretamente ou mediante seguro-saúde;

12. Assim, depreendo da interpretação do referido dispositivo legal que os equipamentos, ferramentas e material de trabalho fornecidos pela Escola Técnica Federal aos alunos, para utilização nas atividades escolares profissionalizantes, bem como a assistência odontológica oferecida, não são considerados retribuição pecuniária à conta do orçamento da União.

13. Destarte, inexistindo qualquer evidência acerca da percepção de valores, ainda que irrisória ou eventual, entendo que o(a) Autor(a) não faz jus a averbação do tempo de aluno de Escola Técnica Federal para fins previdenciários.

14. Conheço, pois, do recurso interposto pelo INSS, concedendo-lhe provimento, para o efeito de reformar a sentença de base, julgando improcedente o pedido.

15. Sem custas ou honorários, ante o fato de que o processo tramita sob o pálio da gratuidade judiciária.

16. É como voto e submeto a matéria ao exame crítico e ponderado de meus eminentes Pares.

### III. ACÓRDÃO

17. Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Juízes da 2ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, por maioria, vencida a nobre Relatora, em conhecer do recurso inominado interposto, concedendo-lhe provimento, nos termos do voto-divergente.

18. Além do signatário, participaram do julgamento os Exmos. Srs. Juízes Federais Dras. Paula Emília Moura Aragão de Sousa Brasil e Cíntia Menezes Brunetta.

19. Expedientes necessários.

Fortaleza-CE, data supra.

Sustenta, em síntese, que: (a) deve ser reconhecida a sua condição de aluno-aprendiz de 01/03/1978 a 30/11/1978 e de 01/03/1979 a 30/11/1979; e (b) é possível, para contar o tempo de serviço, o período de trabalho prestado na qualidade de aluno-aprendiz, em escola pública profissional, desde que haja a comprovação de retribuição pecuniária à conta do orçamento da União, sendo reconhecido como recebimento alimentação, fardamento, material escolar, etc.

Aponta como paradigma julgado do STJ (AgRg no REsp n.º 1.147.229).

2. O Min. Presidente desta TNU encaminhou os autos para melhor exame.

3. O(s) paradigma(s) indicado(s) presta(m)-se para o conhecimento do incidente de uniformização.

4. Consoante a jurisprudência do STJ, é possível o cômputo do tempo de estudante como aluno-aprendiz de escola pública profissional para complementação de tempo de serviço, objetivando fins previdenciários, desde que preenchidos os requisitos da comprovação do vínculo empregatício e da remuneração à conta do orçamento da União (AgRg no AREsp 227166/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, DJe de 15/02/2013; AgRg nos EDcl no REsp 1118797 / MG, Sexta Turma, Rel. Min. ASSUETE MAGALHÃES, DJe 03/06/2013), sendo que o requisito referente à remuneração à conta do orçamento da União poderá ser substituído por certidão que ateste o recebimento de alimentação, de fardamento, de material escolar e de parcela de renda auferida com a execução de encomendas para terceiros (AgRg no REsp 1147229 / RS, Quinta Turma, Rel. Min. GILSON DIPP, DJe 14/10/2011).

Restando caracterizado, portanto, que o aluno-aprendiz de escola profissional de ensino recebia remuneração, mesmo que indireta, à conta do orçamento da União, há direito ao aproveitamento do período como tempo de serviço estatutário federal, o qual deverá ser computado na aposentadoria previdenciária pela via da contagem recíproca (AgRg no REsp 636591 / RN, Quinta Turma, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJ 05/02/2007 p. 330).

E isso é o que consta da Súmula n.º 018 desta TNU (Provado que o aluno aprendiz de Escola Técnica Federal recebia remuneração, mesmo que indireta, à conta do orçamento da União, o respectivo tempo de serviço pode ser computado para fins de aposentadoria previdenciária).

5. Em face do exposto, tenho que o incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte autora merece ser provido, para que, nos termos da Questão de Ordem n.º 020 desta TNU, os autos retornem à Turma Recursal de origem para adequação do julgado ao entendimento esposado na Súmula n.º 018 deste colegiado.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais PROVER O INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela parte autora, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 16 de junho de 2016.

DANIEL MACHADO DA ROCHA

Juiz Relator

PROCESSO: 0514000-62.2013.4.05.8100

ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ

REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): FRANCISCO RIAN SILVA DE SOUSA

PROC./ADV.: LUIZ SARAIVA DE LAVOR

OAB: CE-13738

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

### EMENTA

PEDILEF. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. LOAS. DIB. MATÉRIA DE FATO. SÚMULA Nº 42 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.

1. Pretende-se a reforma de acórdão da 2ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Ceará, pelo qual manteve a sentença de procedência do pedido de benefício de prestação continuada (LOAS) com data de início do benefício (DIB) equivalente à data da entrada do requerimento administrativo (DER). Sustenta que o recorrido não é incapaz e que o julgado não acompanhou as conclusões do laudo pericial. Segue trecho do acórdão recorrido:

"(...) Veja que o laudo foi objetivo ao afirmar:

Diante do exame acima exposto, considerando os achados do exame clínico, conclui-se tratar-se anemia falciforme, apresenta caráter permanente e total, controlada no momento, tendo potencial para realizar atividade de estudante e desenvolver uma vida ativa e independente. Devendo o autor manter tratamento hematológico contínuo, fornecido pelo SUS.

4. Na data designada para a realização desta perícia, a parte autora ainda apresenta a enfermidade?

Sim.

5.A enfermidade que acomete a parte autora é definitiva ou provisória?

A enfermidade é definitiva.

6.A enfermidade que acomete a parte autora é total ou parcial?

A enfermidade é total.

Ainda que o laudo pericial não reconhecesse a deficiência, é firme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que o julgador não se vincula às conclusões do laudo pericial, razão pela qual, em atendimento ao princípio do livre convencimento motivado, previsto no art. 131 do CPC, é facultado ao magistrado formar sua convicção com fundamento em outros elementos colhidos nos autos (STJ, AgRg no AREsp 63463/CE, DJe 20/6/2012).

Analizando atentamente a sentença recorrida, constata-se que o Juízo a quo formou seu convencimento à luz de uma ponderação adequada dos fatos, aplicando corretamente as normas de regência. Por tal razão, deve o julgado ser mantido em todos os seus termos e pelos próprios fundamentos, na forma prevista no art. 46 da Lei n.º 9.099/95.

Ante o exposto, NEGÓ PROVIMENTO ao recurso, para confirmar a sentença que julgou procedente o pedido formulado na inicial."

2. O recorrente se contrapõe baseando-se em precedentes da Turma Recursal da Seção Judiciária de Mato Grosso (Processo 2006.36.00.701370-3, relator Juiz Federal José Pires da Cunha), no tocante à observância da conclusão do laudo médico pericial.

3. O incidente não foi admitido na origem. Em virtude de agravo foi remetido à Turma Nacional de Uniformização.

4. Contrarrazões, pugnando pelo não seguimento, sob a alegação da falta de pertinência temática, bem como ante o propósito de reexame da matéria fática. No mérito, pelo não provimento.

Passo ao voto.

5. Este PEDILEF integra o rol dos processos em regime de mutirão e objeto da Portaria nº 2015/00493, de 18 de novembro de 2015, do Corregedor-Geral da Justiça Federal e Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais.

6. O tema é recorrente e já foi apreciado, por exemplo, mutatis mutandis, nos PEDILEFs: 0500021-69.2014.4.05.8400, 0500289-89.2015.4.05.8400, 0506493-86.2014.4.05.8400, 0517139-58.2014.4.05.8400 e 5005357-41.2013.4.04.7122 todos sem condições técnico-jurídicas de conhecimento; mas em razão da obrigatoriedade da remessa à Turma Nacional de Uniformização (TNU) - por força de agravo - continuam a ampliar o acervo recursal, mesmo sem chance - em regra - de juízo uniformizador, porquanto inviavelmente veiculam pretensão recursal de reexame da questão de fato.

7. Assim colocado, o cotejo das razões do recurso com o teor do acórdão recorrido e com a decisão de inadmissibilidade, de par com os aspectos antes gizados, não deixa dúvida de que se cuida da reprise de submissão de questão de fato à instância estritamente uniformizadora.

8. Portanto, a matéria manifestamente encontra óbice na Súmula nº 42 da TNU, corolário do modelo recursal posto no art. 14 da Lei nº 10.259/2001.

9. Nessas condições, voto para não conhecer do incidente de uniformização.

### ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do recurso, nos termos do voto do Juiz Federal Relator.

Brasília, 16 de junho de 2016.

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0501941-75.2014.4.05.8401

ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): EDUARDO DE OLIVEIRA SOUSA

PROC./ADV.: EVERSON CLÉBER DE SOUZA

OAB: RN-4241

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ITÁLIA MARIA ZIMARDI

ARÉAS POPPE BERTOZZI

### EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. CARREIRA DO INSS. PROGRESSÃO FUNCIONAL. INTERSTÍCIO DE 18 MESES. LEIS 10.855/04 E 11.501/07. CARÊNCIA DE REGULAMENTAÇÃO. POSIÇÃO CONSOLIDADA DESTA COLEGIADO NACIONAL. QUESTÃO DE ORDEM Nº 13. SEGUIMENTO NEGADO.

Trata-se de Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal (PEDILEF) interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em face de acórdão proferido pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte, que conheceu e negou provimento ao seu recurso inominado, mantendo a sentença de procedência quanto à pretensão formulada, na qual se buscava o reconhecimento do direito à progressão funcional com interstício de 12 meses, em vez de 18 meses, até a edição do regulamento previsto na Lei nº. 10855/2004, com supedâneo no Decreto nº. 84.669, de 29 de abril de 1980.

O INSS houve por bem oferecer pedido de uniformização nacional, alegando dessemelhança entre o acórdão recorrido e outro da Turma Recursal da Bahia (Processo nº. 04590-20.2012.4.013.3.03), no que tange ao correto interstício a ser considerado para efeito de progressão funcional e promoção dos servidores que pertencem à carreira do seguro social. Assevera a autarquia previdenciária, em síntese, que o efetivo interstício a ser abalizado é de 18 meses, nos termos da atual legislação de regência, não estando a depender tal regra de norma regulamentar.

O PEDILEF foi admitido na origem. Decido.

Com relação à vexata quaestio, basta referenciar que este Colegiado Nacional tem entendido que "a majoração do interstício para a progressão funcional instituída pela Lei n.º 11.501/2007 carece de auto-aplicabilidade, e, até o advento de tal regulamentação, tem de ser aplicado o requisito temporal ainda vigente, qual seja, de 12 (doze) meses" (ut, PEDILEF 50583858720134047100, DOU 09/10/2015, Rel. Juiz Federal Daniel Machado da Rocha).

Aliás, esta Turma Nacional, em decisão recentíssima, no PEDILEF n.º 50583815020134047100, relatado pelo e. Juiz Federal Douglas Camarinha Gonzales, DOU 05/02/2016, repisou a tese acima assinalada, nos termos adiante deduzidos:

ADMINISTRATIVO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTER-POSTO PELA PARTE AUTORA. SERVIDOR PÚBLICO. PROGRESSÃO FUNCIONAL E PROMOÇÃO. INTERSTÍCIO DE DEZOITO MESES. NECESSIDADE REGULAMENTADORA. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO. 1. Prolatado acórdão pela Turma Recursal do Rio Grande do Sul, o qual manteve a sentença que julgou improcedente o pedido de reenquadramento na carreira de Técnico do Seguro Social a cada interstício de 12 meses até que seja editado o regulamento previsto na Lei n.º 11.501/2007, que alterou esse período para 18 meses. 2. Interposto incidente de uniformização pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/2001. Alega que, por força da edição do Memorando-Circular n.º 01 INSS/DRH, de 12-01-2010, o INSS reconheceu a necessidade de processar as progressões funcionais de seus servidores - já enquadrados na nova Carreira do Seguro Social instituída pela Lei n.º 10.855, de 1º-04-2004 -, mediante a adoção das normas aplicáveis aos servidores do antigo Plano de Classificação de Cargos - PCC regido pela Lei n.º 5.645, de 10-12-1970, até que fosse editado regulamento específico para as progressões da Carreira do Seguro Social. Para comprovar a divergência, acostou como paradigma julgado da Turma Recursal do Ceará. 3. Incidente admitido na origem. Assim, os autos foram encaminhados à TNU e distribuídos a este Relator. 4. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça. 5. Comprovado o dissídio jurisprudencial, conhecimento do incidente e passo ao exame do mérito. 6. Esta Turma Nacional de Uniformização tem entendimento consolidado acerca da matéria. Segundo esta Corte, o lapso temporal a ser aplicado para a progressão funcional e promoção é o de 12 meses (segundo o Decreto n.º 84.669/1980 que regulamenta a Lei n.º 5.645/1970), uma vez que o regulamento cuja vigência daria início à contagem do interstício de 18 meses ainda não foi editado. Abaixo, o seguinte PEDILEF: "ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. PROGRESSÃO FUNCIONAL. PROMOÇÃO. CRITÉRIOS. SUCESSÃO DE LEIS E DECRETOS. PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO DA CONFIANÇA. NECESSIDADE REGULAMENTADORA. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Cuida-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS em face de acórdão da 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Sergipe que, reformando parcialmente a sentença monocrática, julgou procedente o pedido da parte autora condenando o INSS a revisar as suas progressões funcionais respeitando o interstício de 12 (doze) meses, em conformidade com as disposições dos arts. 6º, 10, § 1º, e 19, do Decreto n.º 84.669/1980, observando o referido regramento até que sobrevenha a edição do decreto regulamentar previsto no art. 8º da Lei n.º 10.855/2004. (...) 4.4. Pois bem. O regulamento cuja vigência daria início à contagem do interstício de 18 (dezoito) meses ainda não foi editado. Sendo assim, não assiste razão à recorrente, pois o lapso temporal a ser aplicado é o de 12 (doze) meses. Ora, conforme a legislação acima transcrita, inexistente o citado regulamento, deve-se observar as disposições aplicáveis aos servidores do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei n.º 5.645/1970, ou seja, aplica-se o prazo de 12 meses, segundo o Decreto n.º 84.669/1980, o qual, conforme já explicado, regulamenta a Lei n.º 5.645/70. 4.5. Atente-se que, ao estabelecer que "ato do Poder Executivo regulamentará os critérios de concessão de progressão funcional e promoção de que trata o art. 7º", pretendeu o legislador limitar a imediata aplicação da Lei n.º 10.855/2004 quanto a este ponto, porquanto utilizou tempo verbal futuro para estipular que o regramento ali contido deveria ser regulamentado. 4.6. Cumpre esclarecer que, embora não se possa conferir eficácia plena à referida Lei, a progressão funcional e a promoção permanecem resguardadas, pois não foram extirpadas do ordenamento jurídico, tendo havido apenas autorização para alteração de suas condições. Ademais, não seria razoável considerar que, diante da ausência do regulamento, não se procedesse a nenhuma progressão/promoção. Portanto, negar tal direito à parte demandante seria o mesmo que corroborar a falha administrativa mediante a omissão judicial. Cumpre observar também que, se a omissão beneficia o órgão incumbido de regulamentar o tema, é imperioso reconhecer que o mesmo postergaria tal encargo "ad aeternum". 4.7. Neste cenário, mostra-se plenamente cabível a aplicação de regra subsidiária, esta prevista pela própria legislação, conforme já esclarecido (Lei n.º 5.645/70 e Decreto n.º 84.669/1980). (...) 5. Em verdade, ao fixar que o interstício deve ser contado a partir de janeiro e julho, com efeitos financeiros a partir de setembro e março, o Decreto ultrapassou os limites de sua função regulamentar, pois apontou parâmetros que só deveriam ser estabelecidos pela lei em sentido formal. Tal encargo não foi delegado pelas Leis nos 10.355/2001, 11.501/2007 ou 10.355/2007, o que implica na violação do princípio da isonomia, ao fixar uma data única para os efeitos financeiros da progressão, desconsiderando a situação particular de cada servidor, restringindo-lhe indevidamente o seu direito. 6. Ora, se o servidor preencheu os requisitos em determinada data, por qual razão a Administração determinaria que os efeitos financeiros respectivos ti-

vessem início a partir de data posterior, se o direito à progressão/promoção surgiu à época do implemento das condições exigidas em Lei? 7. Neste momento, é importante registrar que o Decreto, na qualidade de ato administrativo, é sempre inferior à Lei e à Constituição, não podendo, por tal motivo, afrontá-las ou inovar-lhes o conteúdo. Sendo assim, o marco inicial da progressão, tal como fixado pelo INSS, transgredir o art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal, porquanto ofende o direito adquirido da parte autora, verificado no momento em que preencheu todos os requisitos legais para a progressão. 8. Impende observar ainda que, quanto à avaliação do servidor, a aferição do seu desempenho é meramente declaratória, razão pela qual os efeitos financeiros da progressão funcional e da promoção devem recair na data em que for integralizado o tempo, devendo este ser contado a partir do momento em que entrou em exercício. 9. Por essas razões, conheço e nego provimento ao Incidente de Uniformização. (PEDILEF n.º 0507237-09.2013.4.05.8500. Relator: Juiz Federal Bruno Câmara Carrá. DJ: 15/04/2015) 7. Vê-se, assim, que o acórdão recorrido encontra-se dissonante do entendimento da TNU, razão pela qual deve ser reformado. 8. Incidente conhecido e provido para reafirmar a tese no sentido de que o interstício a ser observado para concessão das progressões funcionais e/ou promoções dos servidores civis da União e das autarquias federais deve levar em conta o disposto na Lei n.º 5.645/70 e no Decreto n.º 84.669/80, até que seja editado o regulamento a que se refere o art. 8º da Lei n.º 10.855/2004, bem como que o marco inicial para contagem dos interstícios das referidas progressões e promoções funcionais é a data do seu ingresso no órgão. 9. Considerando que a matéria é exclusivamente de direito e visando a dar efetividade ao princípio da celeridade, que rege os Juizados Especiais, acolho o pedido formulado na inicial para condenar a parte ré a conceder as progressões funcionais da parte autora de acordo com os critérios mencionados, desde a data em que entrou em exercício no INSS, pagando as diferenças atrasadas decorrentes da revisão de suas progressões funcionais concedidas desde então. Respeitada a prescrição quinquenal (art. 103, parágrafo único, Lei 8.213/91), tais valores devem ser corrigidos pelo INPC, de acordo com o Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal, e acrescidos de juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n.º 9.494/1997, com redação dada pela Lei n.º 11.960/2009. Determino o retorno dos autos diretamente ao Juizado de origem para liquidação.

(grifo nosso)

Ainda: (i) PEDILEF 50511689020134047100, Rel. Juíza Federal Angela Cristina Mnteiro, DOU 05/02/2016; (ii) PEDILEF 50584992620134047100, Rel. Juíza Federal Angela Cristina Mnteiro, DOU 05/02/2016; (iii) PEDILEF 05116335920134058102, Rel. Juiz Federal Douglas Camarinha Gonzales, DOU 18/12/2015.

Sendo esse o contexto argumentativo-decisório, vale evocar a Questão de Ordem n.º 13 da TNU, verbis: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Forte nessas razões, voto no sentido de NEGAR SEGUIMENTO ao pedido de uniformização, na forma do art. 9º, inciso IX, do Regimento Interno da TNU.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília, 14 de abril de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE  
BERTOZZI

Juíza Federal Relatora Suplente da TNU -  
Convocada em regime de mutirão

ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, decidiu NEGAR SEGUIMENTO ao presente Incidente de Uniformização, nos termos da ementa-voto da Juíza Federal relatora. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília, 14 de abril de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE  
BERTOZZI

Juíza Federal Relatora Suplente da TNU -  
Convocada em regime de mutirão

PROCESSO: 0500619-35.2014.4.05.8202

ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA

REQUERENTE: FRANCISCA CANDIDA CABRAL

PROC./ADV.: SALOMÃO FERREIRA DA SILVA

OAB: PB-13081

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

EMENTA

PEDILEF. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. SEGURADO ESPECIAL. DECADÊNCIA. NÃO CONFIGURAÇÃO. SENTENÇA. RESTABELECIMENTO. QUESTÃO DE ORDEM Nº 38 DA TNU. CONHECIMENTO E PROVIMENTO.

1. Pretende-se a reforma de acórdão da Turma Recursal do Estado da Paraíba, pelo qual reformou a sentença de procedência do pedido de benefício de pensão por morte de segurado especial, por não reconhecer essa condição do instituidor e entender verificada a decadência no tocante à revisão do benefício. Segue trecho do acórdão recorrido:

"(...) 1. O (A) instituidor(a) percebeu um benefício assistencial entre 16/10/1998, até a data do seu óbito ocorrido em 15/05/2013. Em 12/06/2013, a parte autora, requereu administrativamente uma pensão por morte, a qual foi indeferida, por não ser ele segurado especial. A demandante, então, ajuizou a presente ação, alegando que o falecido, quando da concessão do benefício assistencial, fazia jus a um benefício previdenciário por incapacidade, por ser segurado especial. A sentença julgou procedente o pedido.

2. O ente público recorre alegando que o de cujus permaneceu inerte em relação à percepção do benefício assistencial.

3. In casu, a parte autora, de fato, pretende revisar o ato de concessão do benefício assistencial. Porém, entre a concessão do benefício assistencial (16/10/1998 a. 7, pág.26) e o requerimento da pensão por morte (12/06/2013 a.07, pág.01), houve a consumação da decadência desse direito, porque passados mais de dez anos. Conforme estabelece o art. 103 da Lei nº 8.213/91, é de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, e tendo em vista que já transcorreu mais de 10 (dez) anos entre a data da concessão do benefício assistencial e a data do ajuizamento da presente demanda, o direito para a revisão do benefício encontra-se atingida pela decadência, conforme já se posicionou a TNU através da Súmula nº 64, in verbis: "O direito à revisão do ato de indeferimento de benefício previdenciário ou assistencial sujeita-se ao prazo decadencial de dez anos.

4. Mutatis mutandis, vejamos os seguintes precedente: PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. APLICAÇÃO DO IRSM DE FEVEREIRO DE 1994. DECADÊNCIA. IMPROVIMENTO DO RECURSO DE APELAÇÃO. 1. A Medida Provisória nº 1.523/1997, convertida na Lei nº 9.528/97, que deu nova redação ao art. 103 da Lei nº 8.213/1991, estabeleceu prazo decenal para o direito à revisão de benefício previdenciário concedido em data anterior a 28 de junho de 1997. 2. O Superior Tribunal de Justiça, em julgamento sob o regime dos recursos representativos de controvérsia (REsp. 1309529/PR), de relatoria do eminente Ministro Hernam Benjamin, decidiu que o direito de rever a renda mensal inicial dos benefícios previdenciários concedidos anteriormente à edição da Lei nº 9.528, de 28 de junho de 1997, decai em 10 (dez) anos, a partir da vigência da referida lei, que estabeleceu o citado prazo decadencial. No mesmo sentido, a Turma Nacional de Uniformização (PEDIDO 00619594520074013400, Relator Juiz Federal Janilson Bezerra Siqueira, DJ 06/09/2012). 3. Na situação presente, verifica-se que o benefício previdenciário de pensão por morte (NB 140.518.186-6 - espécie 21) tem como DIB 22/06/2006 e decorre de aposentadoria concedida em 10/07/1995, considerando que a presente ação foi ajuizada em 08 de março de 2012, verifica-se a decadência do direito pleiteado. 4. Improvimento do recurso de apelação. (AC 00036171920124058100, Desembargador Federal Francisco Barros Dias, TRF5 - Segunda Turma, DJE - Data::04/04/2013 - Página::232.)

5. Portanto, a parte recorrida não faz jus à pensão por morte, visto que o pretenso instituidor, à época do óbito, não era segurado especial e tampouco percebia benefício previdenciário."

2. A recorrente sustenta, em resumo, que o julgado reformou a sentença por reconhecer a ocorrência de decadência do direito de revisão de benefício, pelo que defende que fere entendimento do Superior Tribunal de Justiça - STJ.

3. O incidente não foi admitido na origem. Em virtude de agravo foi remetido à Turma Nacional de Uniformização.

4. Contrarrazões pugnam, em síntese, pelo não conhecimento e no mérito, defende o não provimento.

Passo ao voto.

5. O PEDILEF integra o rol dos processos em regime de mutirão e objeto da Portaria nº 2015/00493, de 18 de novembro de 2015, do Corregedor-Geral da Justiça Federal e Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais.

6. Desde logo registre-se que a Súmula nº 64 da TNU utilizada na fundamentação do julgado recorrido foi cancelada. Em seu lugar foi editada a Súmula nº 81 da TNU. Enquanto o Colegiado Nacional assentou o entendimento no sentido de que o marco inicial de contagem do prazo decadencial, em relação ao beneficiário de pensão por morte é o óbito do instituidor; dado que essa é a realidade inaugural da relação jurídica entre o pensionista e o INSS. Precedentes.

7. Assim colocado, constata-se que o entendimento adotado no acórdão recorrido conflita com a jurisprudência da TNU. Por sua vez, a sentença expressa a posição assentada pelo Colegiado Nacional sobre o tema, porquanto efetivamente - tal como analisado e explicitado pelo juízo de primeiro grau - não transcorreu o prazo decadencial combatido.

8. Nessas condições, voto para conhecer e dar provimento ao incidente de uniformização, de modo a restabelecer a sentença, nos termos da Questão de Ordem 38 da TNU.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais conhecer e dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Juiz Federal Relator.

Brasília, 20 de julho de 2016.

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE  
Juiz Federal-Relator



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

DIRETORIA-GERAL  
SECRETARIA ADMINISTRATIVA  
SERVIÇO DE PESSOAL

ATO Nº 360, DE 8 DE SETEMBRO DE 2016

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO, no uso de suas atribuições, Considerando o disposto no art. 25, inciso XV, do Regimento Interno, Considerando que a Administração poderá alterar as áreas de atividades e/ou especialidades de cargos vagos, bem como criar novas especialidades para atender às necessidades do serviço, desde que inexistia concurso público em andamento, conforme o disposto no art. 6º, inciso I, do anexo I, da Portaria Conjunta nº 3, de 31 de maio de 2007, do Supremo Tribunal Federal, Conselho Nacional de Justiça, Superior Tribunal de Justiça, Conselho da Justiça Federal, Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho, Superior Tribunal Militar e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios; Considerando que a mesma disposição encontra respaldo no art. 5º, inciso I, da Resolução nº 47/2008, de 28 de março de 2008, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho; Considerando, ainda, a existência de cargo vago e a ausência de concurso público em andamento neste Tribunal, resolve:

Alterar o enquadramento do cargo efetivo nº 111 da carreira de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Especialidade Telefonia, nível intermediário, do Quadro Permanente de Pessoal deste Tribunal, vago em decorrência do Ato TRT GP nº 355/2016, para que passe a pertencer à carreira de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Sem Especialidade.

Desa. JOSEANE DANTAS DOS SANTOS

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE PERNAMBUCO

DECISÃO Nº 99, DE 30 DE AGOSTO DE 2016

A Presidente do Conselho Regional de Enfermagem de Pernambuco, juntamente com a Conselheira Secretária desta Autarquia no uso de suas atribuições legais e regimentais; Considerando que o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Enfermagem são autarquias federais, criadas pela Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973 (arts. 1º e 2º), competindo ao primeiro, nos termos do Art. 8º, inciso I: "aprovar seu regimento interno e os dos Conselhos Regionais"; Considerando o constante do capítulo V - Dos Créditos Adicionais - artigos 40 a 46, e seus parágrafos e incisos, da Lei 4.320/64; Considerando o constante do capítulo IV - Dos Créditos Adicionais - artigos 87 a 90 do Regulamento da Administração Financeira e Contábil do Sistema Cofen e Conselhos Regionais, aprovado pela Resolução Cofen nº 340/2008; Considerando a necessidade de adequar o Orçamento para o corrente exercício às novas políticas da administração, suplementando algumas dotações orçamentárias, para suporte das despesas que serão ordenadas; Considerando os Memorando 30 e 35/2016, da Controladoria Geral do Coren-PE; Considerando o Despacho 092/2016, da Contabilidade do Coren-PE; Considerando a urgência na adoção de providências na esfera orçamentária e financeira para Crédito Suplementar Adicional para rubrica 6.2.2.1.1.31.90.94.099 - Outras Indenizações Trabalhistas: R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais) e para Crédito Suplementar Especial para rubrica 6.2.2.1.2.44.90.52.004 - Equipamentos de Informática: R\$ 65.288,64 (sessenta e cinco mil, duzentos e oitenta e oito reais e sessenta e quatro centavos); Considerando a deliberação do plenário em sua 489ª Reunião Ordinária do Plenário, em 29/08/2016; decide:

Art. 1º Aprovar proposta de Reformulação do Orçamento de 2016, utilizando recursos existentes disponíveis para ocorrer à cobertura dos créditos adicionais suplementares e especiais provenientes de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de Exercícios anteriores no valor de R\$ 385.288,64 (trezentos e oitenta e cinco mil, duzentos e oitenta e oito reais e sessenta e quatro centavos); Art. 2º Ficam fazendo parte integrante da presente Decisão o quadro demonstrativo da Despesa modificado em face da presente decisão. Art. 3º O valor do orçamento para o corrente exercício, mesmo em face das alterações ora aprovadas, passa a ser o valor de R\$ 11.176.012,61 (onze milhões, cento e setenta e seis mil, doze reais e sessenta e um centavos). Art. 4º A presente Reformulação entrará em vigência após homologação do Cofen e publicação no Diário Oficial da União.

MARCLEIDE CORREIA E SÁ CAVALCANTI.  
Presidente do Conselho

NEIDE SILVÉRIO DA SILVA  
Conselheira-Secretária

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 10ª REGIÃO

ACÓRDÃO Nº 145/2016

PROCESSO ÉTICO Nº: 001/2015. EMENTA: FAVORECIMENTO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR LEIGO. Por maioria, pela aplicação da pena de 05 anuidades. Fica designada para elaboração do acórdão a Conselheira Relatora Rita de Cassia Paula Souza.

ACÓRDÃO Nº 148/2016

PROCESSO ÉTICO Nº: 076/2015. EMENTA: IRREGULARIDADE PECUNIARIA. Por unanimidade, pela aplicação da pena de suspensão do exercício profissional, enquanto perdurar o débito. Fica designada para elaboração do acórdão a Conselheira Relatora Rita de Cassia Paula Souza.

ACÓRDÃO Nº 151/2016

PROCESSO ÉTICO Nº: 122/2015. EMENTA: IRREGULARIDADE PECUNIARIA. Por unanimidade, pela aplicação da pena de suspensão do exercício profissional, enquanto perdurar o débito. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator Irineu Jorge Sartor.

ACÓRDÃO Nº 152/2016

PROCESSO ÉTICO Nº: 123/2015. EMENTA: IRREGULARIDADE PECUNIARIA. Por unanimidade, pela aplicação da pena de suspensão do exercício profissional, enquanto perdurar o débito. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator Irineu Jorge Sartor.

ACÓRDÃO Nº 153/2016

PROCESSO ÉTICO Nº: 178/2015. EMENTA: IRREGULARIDADE PECUNIARIA. Por unanimidade, pela aplicação da pena de suspensão do exercício profissional, enquanto perdurar o débito. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator Irineu Jorge Sartor.

ACÓRDÃO Nº 154/2016

PROCESSO ÉTICO Nº: 179/2015 EMENTA: IRREGULARIDADE PECUNIARIA. Por maioria, pela aplicação da pena de suspensão do exercício profissional, enquanto perdurar o débito. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator Irineu Jorge Sartor.

ACÓRDÃO Nº 156/2016

PROCESSO ÉTICO Nº: 059/2015. EMENTA: IRREGULARIDADE PECUNIARIA. Por maioria, pela aplicação da pena de suspensão do exercício profissional, enquanto perdurar o débito. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator Revisor George Jung da Rosa.

ACÓRDÃO Nº 158/2016

PROCESSO ÉTICO Nº: 180/2015. EMENTA: AUSÊNCIA DE REGISTRO DE CONSULTÓRIO. Por unanimidade de votos, pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator Irineu Jorge Sartor.

ACÓRDÃO Nº 159/2016

PROCESSO ÉTICO Nº: 244/2015. EMENTA: AUSÊNCIA DE REGISTRO DE CONSULTÓRIO. Por maioria de votos, pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Revisor Romulo Nolasco de Brito.

ACÓRDÃO Nº 160/2016

PROCESSO ÉTICO Nº: 252/2015. EMENTA: AUSÊNCIA DE REGISTRO DE CONSULTÓRIO. Por unanimidade de votos, pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA. Fica designado para elaboração do acórdão a Conselheira Relatora Rita de Cassia Paula Souza.

ACÓRDÃO Nº 162/2016

PROCESSO ÉTICO Nº: 256/2015. EMENTA: AUSÊNCIA DE REGISTRO DE CONSULTÓRIO. Por unanimidade de votos, pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA. Fica designado para elaboração do acórdão a Conselheira Relatora Rita de Cassia Paula Souza.

ACÓRDÃO Nº 163/2016

PROCESSO ÉTICO Nº: 260/2015. EMENTA: AUSÊNCIA DE REGISTRO DE CONSULTÓRIO. Por maioria de votos, pela aplicação da penalidade de MULTA DE 02 ANUIDADES. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Revisor Romulo Nolasco de Brito.

ACÓRDÃO Nº 164/2016

PROCESSO ÉTICO Nº: 265/2015. EMENTA: AUSÊNCIA DE REGISTRO DE CONSULTÓRIO. Por maioria, pela advertência dos autos. Fica designada para elaboração do acórdão a Conselheira Relatora Rita de Cassia Paula Souza.

ACÓRDÃO Nº 166/2016

PROCESSO ÉTICO Nº: 201/2015. EMENTA: AUSÊNCIA DE REGISTRO DE CONSULTÓRIO. Por unanimidade de votos, pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator Irineu Jorge Sartor.

ACÓRDÃO Nº 168/2016

PROCESSO ÉTICO Nº: 204/2015. EMENTA: AUSÊNCIA DE REGISTRO DE CONSULTÓRIO. Por maioria de votos, pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Revisor Romulo Nolasco de Brito.

ACÓRDÃO Nº 169/2016

PROCESSO ÉTICO Nº: 205/2015. EMENTA: AUSÊNCIA DE REGISTRO DE CONSULTÓRIO. Por unanimidade de votos, pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator Irineu Jorge Sartor.

ACÓRDÃO Nº 171/2016

PROCESSO ÉTICO Nº: 074/2015. EMENTA: IRREGULARIDADE PECUNIARIA - PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. Por unanimidade, pelo acolhimento do pedido de reconsideração, declarando-se a prescrição dos débitos até o ano de 2007, devendo a profissional quitar o débito referente ao exercício 2012. Fica designada para elaboração do acórdão a Conselheira Relatora Maristela Vieira.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL  
CONSELHO FEDERAL  
1ª CÂMARA

ACÓRDÃOS

RECURSO N. 49.0000.2015.013091-5/PCA. Recte: João Fábio Hilário OAB/PR 45795 (Adv. Eduardo Egídio Fernandes Corrêa OAB/PR 66720). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Ary Raghiant Neto (MS). Ementa n. 050/2016/PCA. Procurador-Geral. Câmara Municipal. Ausência de especificidade das atribuições do cargo. Falta de comunicação espontânea e tempestiva à OAB pelo interessado. Anotação de impedimento excepcional do art. 29 do EAOAB. Ausência de prova em sentido contrário. Recurso improvido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste, conhecendo e negando provimento ao recurso. Impedido de votar o Representante da OAB/Paraná. Brasília, 11 de abril de 2016. Felipe Sarmento Cordeiro, Presidente. Ary Raghiant Neto, Relator. OBS.: Acórdão republicado, considerando erro na publicação original, no DOU Seção 1 de 25.04.2016, p. 71. RECURSO N. 49.0000.2012.008799-4/PCA. Recte: José Horácio Ramalho Leite OAB/PB 6455 (Falecido). Recdo1: Conselho Seccional da OAB/Paraíba. Recdo2: Gilberto Carneiro da Gama OAB/PB 10631 (Adv.: Andrei Dornelas Carvalho OAB/PB 12332). Relator: Conselheiro Federal Marcelo Lavocat Galvão (DF). EMENTA N. 092/2016/PCA. EXERCÍCIO DA ADVOCACIA POR SERVIDOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO. IMPOSSIBILIDADE. DIREITO ADQUIRIDO NÃO RECONHECIDO. INTELIGÊNCIA DO ART. 28, INC. II, DO EAOAB E DA SÚMULA nº 02/2009. I - Os servidores vinculados aos órgãos e instituições mencionados no art. 28, inciso II, do Estatuto da OAB, são incompatíveis para o exercício da advocacia. II - Não há direito adquirido ao exercício da advocacia por servidores do Ministério Público que ingressaram na carreira em data anterior à edição da Lei nº 11.415/2006. III - Inteligência da Súmula nº 02/2009 do CFOAB. IV - Recurso provido para cancelar a inscrição do representado. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, afastar a preliminar de ilegitimidade da parte para recorrer e, no mérito, por maioria, acolher o voto do Relator, parte integrante deste, conhecendo e dando provimento ao recurso. Impedida de votar a Representante da OAB/Paraíba. Brasília, 16 de maio de 2016. Felipe Sarmento Cordeiro, Presidente. Marcelo Lavocat Galvão, Relator. RECURSO N. 07.0000.2015.010149-3/PCA. Recte: Ludmila Rocha OAB/DF 43082. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Distrito Federal. Relator: Conselheiro Federal Luiz Gustavo Antônio Silva Bichara (RJ). EMENTA N. 093/2016/PCA. Recurso. Agente de Trânsito. Cancelamento de inscrição. Incompatibilidade. Consulta n. 49.0000.2013.008759-8/OEP. Recurso improvido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste, conhecendo e negando provimento ao recurso. Impedido de votar o Representante da OAB/Distrito Federal. Brasília, 16 de maio de 2016. Felipe Sarmento Cordeiro, Presidente. Jonas Lopes de Carvalho Neto, Relator ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2016.000849-3/PCA. Recte: Ailton Moreira Pinto OAB/PR 46761. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relatora: Conselheira Federal Adriana Rocha de Holanda Coutinho (PE). EMENTA N. 094/2016/PCA. Presidente de Comissão permanente de licitação. Pedido de anotação com base no art. 30, I da Lei n. 8.906/94. Não afastamento do conceito de "poderes decisórios" exi-

gido para incidência do dispositivo. Aplicação da incompatibilidade do art. 28, II e III do Estatuto da OAB. Facultado ao recorrente o licenciamento com base no art. 12, II do EAOAB. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto da Relatora, negando provimento ao recurso. Impedida de votar a representante da OAB/Paraná. Brasília, 16 de maio de 2016. Felipe Sarmiento Cordeiro, Presidente. Adriana Rocha de Holanda Coutinho, Relatora. RECURSO N. 07.0000.2015.015336-8/PCA. Recte: Karita Katharine Silva Nunes de Sousa OAB/DF 38649 (Adv.: José Nunes de Sousa OAB/GO 6893). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Distrito Federal. Relatora: Conselheira Federal Adriana Rocha de Holanda Coutinho (PE). EMENTA N. 095/2016/PCA. Recurso. Agente de Trânsito. Cancelamento de inscrição. Incompatibilidade. Consulta n. 49.0000.2013.008759-8/OEP. Recurso improvido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto da Relatora, parte integrante deste, conhecendo e negando provimento ao recurso. Brasília, 6 de junho de 2016. Cléa Carpi da Rocha, Presidente em exercício. Adriana Rocha de Holanda Coutinho, Relatora. RECURSO N. 49.0000.2015.007951-3/PCA. Recte: Ricardo Pelegrinello OAB/SC 22173. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal Carlos José Santos da Silva (SP). EMENTA N. 096/2016/PCA. EXERCÍCIO PROFISSIONAL - VEREADOR - PATROCÍNIO DE AÇÕES CONTRA O INSS - IMPEDIMENTO DE ADVOGAR CONTRA QUAISQUER PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO. NA HIPÓTESE DE INTEGRANTE DA MESA, CASO DE INCOMPATIBILIDADE. Para o Vereador não integrante da mesa diretora da Câmara Municipal incide o impedimento parcial de advogar contra ou a favor das pessoas jurídicas de direito público, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações públicas, entidades paraestatais ou empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público. O impedimento abrange os referidos entes públicos em todos os níveis, não se limitando à esfera municipal. O advogado eleito vereador está, assim, impedido de advogar contra ou a favor do INSS. Inteligência do art. 30, II, do EAOAB. Vereador que integra a mesa diretora da respectiva Câmara Municipal exerce cargo incompatível com a advocacia. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, conhecendo e negando provimento ao recurso. Impedida de votar a representante da OAB/Santa Catarina. Brasília, 6 de junho de 2016. Cléa Carpi da Rocha, Presidente em exercício. Carlos José Santos da Silva, Relator. REPRESENTAÇÃO N. 49.0000.2014.006040-0/PCA. Repte: Conselho Seccional da OAB/Espírito Santo. Repdo: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Interessado: M.D.B.M (Adv.: Marly Deia Bassetti Moraes OAB/RJ 106061). Relator: Conselheiro Federal Caupolican Padilha Junior (AM). EMENTA N. 097/2016/PCA. Representação - Ausência de vício na inscrição originária - Impedecência do pedido formulado na Representação, para que então tenha ordinário seguimento o pedido de inscrição formulado pela interessada junto à OAB/ES. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 8º, § 3º, da Lei 8.906/94, por unanimidade, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste, julgando improcedente a representação. Impedido de votar os Representantes da OAB/Rio de Janeiro e OAB/Espírito Santo. Brasília, 29 de agosto de 2016. Felipe Sarmiento Cordeiro, Presidente. Caupolican Padilha Junior, Relator. RECURSO N. 49.0000.2014.012000-9/PCA. Recte: M.D.S. (Adv.: Alvaro Francisco do Nascimento OAB/GO 8406). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Goiás. Relatora: Conselheira Federal Sandra Krieger Gonçalves (SC). EMENTA N. 098/2016/PCA. INIDONEIDADE MORAL. COMPROVAÇÃO. COMPETÊNCIA DO CONSELHO SECCIONAL. CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO. APURAÇÃO AUTÔNOMA INDEPENDENTE DE TRÂNSITO EM JULGADO DE PROCESSO PENAL. PROVA EMPRESTADA QUE SE ADMITE. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA DO LAPSO TEMPORAL. 1. Procedimento de suscitação de inidoneidade moral. A participação em fraude à prova do Exame de Ordem é fato que torna o Advogado inidôneo para o exercício da profissão, com perda de requisitos para inscrição, devendo sua inscrição ser cancelada. Inidoneidade reconhecida; 2. Competência do Conselho Seccional com quórum qualificado de maioria de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho Seccional com o mínimo de 2/3 (dois terços) dos votos de todos os membros do colegiado; 3. Fraude manifesta em Exame de Ordem, a teor da largueza e robustez do acervo probatório demonstrado. Operação "Passando a Limpo" a cargo da Polícia Federal. Prova emprestada robusta produzida de maneira idônea. Comprovada, conforme se deu, a participação da Recorrente em fraude no Exame de Ordem. Possibilidade de prova emprestada do processo criminal; 4. A apuração de inidoneidade moral independe de trânsito em julgado de decisão judicial ou de condenação administrativa, e pode ser suscitada a qualquer tempo. Condutas profissionais e pessoais incompatíveis com o exercício da advocacia são suficientes para declarar a inidoneidade moral do advogado; e 5. Prescrição. Inocorrência. Distinção entre processo ético disciplinar e o processo de averiguação de inidoneidade moral. A aferição da idoneidade moral pode ser proposta a qualquer tempo em face de advogado. Somente se configura prescrição quando mediar quinquênio entre a instauração de processo disciplinar e a decisão de Órgão julgador da OAB, ou seja, TED ou Órgãos da Seccional ou do Conselho Federal, ou, ainda, quando o processo ficar paralisado por um triênio. Acórdão: Vistos, relatados e

discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 8º, § 3º, da Lei 8.906/94, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora. Impedido de votar o Representante da OAB/Goiás. Brasília, 29 de agosto de 2016. Felipe Sarmiento Cordeiro, Presidente. Sandra Krieger Gonçalves, Relatora. RECURSO N. 49.0000.2015.008097-0/PCA. Recte: Adalberto Scherer Filho OAB/PR 9991. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relatora: Conselheira Federal Mariana Motta Benevides Gadelha (PB). EMENTA N. 099/2016/PCA. Cancelamento de inscrição. Incompatibilidade. Leiloeiro Público. Recurso que ataca decisão unânime do Conselho Seccional da OAB do Paraná. Intimação feita pelos correios, com aviso de recebimento. Prazo que se conta a partir do dia seguinte à anotação. Artigo 139 do Regulamento Geral do EAOAB. Recurso não conhecido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em não conhecer o recurso, nos termos do voto da Relatora. Impedida de votar a Representante da OAB/Paraná. Brasília, 29 de agosto de 2016. Felipe Sarmiento Cordeiro, Presidente. Marina Motta Benevides Gadelha, Relatora. RECURSO N. 49.0000.2015.008722-4/PCA. Recte: Nilson Henrique Minervino Linck (Adv.: José Guilherme Maia Teixeira Gonçalves Fraga OAB/SP 256971). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Fernando Santana Rocha (BA). EMENTA N. 100/2016/PCA. Recurso. Cancelamento de inscrição no quadro de advogados da Seccional de São Paulo, por ato de ofício. Inscrição anterior cancelada por decisão confirmada pelo Conselho Federal, em razão de infrações graves, apuradas com base no Estatuto anterior da OAB (Lei 4.215/63), em 18.06.1986. Realização subsequente de Exame de Ordem, em 2010. Deferimento de segunda inscrição. Cancelamento de ofício, sob alegação de erro da administração, embora não comprovado. Revisão deste ato da Primeira Turma da Comissão de Seleção. Direito adquirido a nova inscrição, sem prejuízo, se for o caso, da eventual instauração do incidente de inidoneidade moral (art. 8º, §§ 3º e 4º da Lei 8.906/94). Recurso conhecido, a que se dá provimento, com devolução dos autos à origem. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 29 de agosto de 2016. Felipe Sarmiento Cordeiro, Presidente. José Maurício Vasconcelos Coqueiro, Relator ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2015.012488-1/PCA. Recte: José Renato Sydow. Recdo: Jurandir Lopes de Barros OAB/SP 161196 (Adv.: Adinaldo Martins OAB/SP 108657). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Marcelo Augusto Teixeira de Brito Nobre (PA). Revisor: Conselheiro Federal Sérgio Eduardo da Costa Freire (RN). Pedido de vista: Conselheiro Federal José Maurício Vasconcelos Coqueiro (BA). EMENTA N. 101/2016/PCA. INSCRIÇÃO NOS QUADROS DA OAB. NULIDADE EM RAZÃO DE AUSÊNCIA DE OBTENÇÃO DO GRAU DE BACHAREL EM DIREITO CONCEDIDO POR INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR AUTORIZADA E CREDENCIADA PELO MEC. FALSIDADE DO DIPLOMA APRESENTADO. INEXISTÊNCIA DE DECADÊNCIA. VÍCIO INSANÁVEL. CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO. A existência de defeito grave na prática do ato jurídico impõe o seu reconhecimento, a qualquer tempo, não incidindo prazo decadencial, em especial quando ausente a boa fé do interessado. A inexistência da conclusão do curso de Bacharel em Direito, na forma da lei, impede o ingresso nos quadros da OAB e/ou a continuidade do exercício profissional, impondo o seu cancelamento. Inteligência do artigo 8º, II, da Lei nº 8.906/94. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por maioria, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 29 de agosto de 2016. Felipe Sarmiento Cordeiro, Presidente. Marcelo Augusto Teixeira de Brito Nobre, Relator. REPRESENTAÇÃO N. 49.0000.2016.002210-8/PCA. Repte: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Repdo: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Interessado: Santim Roberto Cardoso OAB/RJ 131746. Relatora: Conselheira Federal Adriana Rocha de Holanda Coutinho (PE). EMENTA N. 102/2016/PCA. Cancelamento de inscrição principal. Representação de Seccional após análise de pedido de inscrição suplementar. Ausência de comprovação de domicílio na Seccional quando do pedido de inscrição. Incidência do art. 10, § 4º e do art. 8º, IV da Lei n. 8.906/94. Vício no processo de inscrição. Cancelamento pelo CFOAB. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, pela procedência da representação, nos termos do voto da Relatora. Impedidos de votar o representante da OAB/Rio de Janeiro. Brasília, 29 de agosto de 2016. Felipe Sarmiento Cordeiro, Presidente. Adriana Rocha de Holanda Coutinho, Relatora. RECURSO N. 49.0000.2016.003524-9/PCA. Recte: Priscilla Cristina dos Santos de Oliveira - Analista Judiciária do Juizado Especial de Marialva/PR. Recdo: Juliano Garbuggio OAB/PR 47565. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Ricardo Bacelar Paiva (CE). EMENTA N. 103/2016/PCA. 1. Desagravo. 2. Recurso. 3. Autoridade desagravada. 4. Ilegitimidade. 5. Ausência de questionamentos sobre violação ao EAOAB e outros diplomas legais. 6. Recurso não conhecido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos

do voto do Relator. Impedida de votar a representante da OAB/Paraná. Brasília, 29 de agosto de 2016. Felipe Sarmiento Cordeiro, Presidente. Ricardo Bacelar Paiva, Relator.

RECURSO N. 49.0000.2016.004534-0/PCA. Recte: Flávio de Oliveira César - Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Taubaté/SP (Adv.: Marcos Abud Alves OAB/SP 152351). Recdo: Valter Moreira da Costa Junior OAB/SP 273022. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relatora: Conselheira Federal Clea Anna Maria Carpi da Rocha (RS). EMENTA N. 104/2016/PCA. DESAGRAVO PÚBLICO. Ilegitimidade recursal da autoridade ofensora. Ato unilateral da OAB. Processo político-institucional. Precedentes da Primeira Câmara. Recurso não conhecido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em não conhecer o recurso, nos termos do voto da Relatora. Brasília, 29 de agosto de 2016. Felipe Sarmiento Cordeiro, Presidente. Ary Raghiani Neto, Relator ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2016.005253-4/PCA. Recte: Alessandro Fernandes Teixeira OAB/RJ 151188. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relator: Conselheiro Federal Breno Dias de Paula (RO). EMENTA N. 105/2016/PCA. Recurso. Cancelamento de Inscrição. Inscrição efetivada mediante provimento liminar. Julgamento desfavorável à pretensão. Não aplicação da teoria do fato para a falta do exame de ordem como requisito no processo de inscrição da OAB (art. 8º, IV, do EAOAB). Situação de evidente reversibilidade. Cancelamento da inscrição (art. 11, V, do EAOAB). Recurso conhecido e não provido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/Rio de Janeiro. Brasília, 29 de agosto de 2016. Felipe Sarmiento Cordeiro, Presidente. Breno Dias de Paula, Relator. RECURSO N. 49.0000.2016.006400-0/PCA. Recte: Ingrid Marcondes de Souza Firmino OAB/PR 58316. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Luis Augusto de Miranda Guterres Filho (MA). EMENTA N. 106/2016/PCA. Procurador Jurídico que exerce supervisão da Procuradoria Jurídica, com atribuições equivalentes às de Procurador-Geral, dirigindo e chefiando subordinados. Anotação, nos assentamentos do advogado, do impedimento do art. 29 do EAOAB, no período do efetivo exercício. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Impedida de votar a representante da OAB/Paraná. Brasília, 29 de agosto de 2016. Felipe Sarmiento Cordeiro, Presidente. Luis Augusto de Miranda Guterres Filho, Relator. RECURSO N. 49.0000.2016.006418-0/PCA. Recte: Luiz Carlos Silveira OAB/PR 37553. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal André Luiz Pinheiro Saraiva (RN). EMENTA N. 107/2016/PCA. Assessor Jurídico. Município. Averiguação de atribuições semelhantes à de Procurador Geral. Inexistência formal de Procuradoria Geral. Lei Complementar Municipal que evidencia comparação do Cargo de Assessor Jurídico ao Cargo de Procurador. Poderes de citação e representação legal. Declaração atestando ao recorrente o comando dos trabalhos jurídicos do Município. Precedentes do Conselho Federal. Negado o recurso para manter o impedimento do Art. 29 do EAOAB. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Impedida de votar a representante da OAB/Paraná. Brasília, 29 de agosto de 2016. Felipe Sarmiento Cordeiro, Presidente. André Luiz Pinheiro Saraiva, Relator. RECURSO N. 49.0000.2016.006612-4/PCA. Recte: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Recdo: Leonardo Dimuro de Moura Brasil. Relator: Conselheiro Federal Luiz Saraiva Correla (AC). EMENTA N. 108/2016/PCA. Analista de Finanças e Controle da Controladoria Geral da União. Pedido de Inscrição na OAB/RJ. Consulta nº 49.0000.2014.011976-1/Órgão Especial. Declaração de incompatibilidade. FATO NOVO. Decisão do Juiz da 2ª Vara Federal do Distrito Federal no Mandado de Segurança nº 100.4271.30.2015.4.01.3400, em caráter liminar, determinando ao Conselho Federal da OAB que mantivesse os registros dos filiados do Impetrante, bem como se abstivesse de indeferir, com fulcro na referida Consulta, a inscrição na Ordem dos Analistas de Finanças e Controle que a solicitarem. Devolução dos autos ao Conselho Seccional da OAB/RJ para cumprimento de decisão judicial, devendo os autos ficarem sobrestados até o trânsito em julgado da ação judicial, condicionada a inscrição do recorrido ao deslinde final do Mandado de Segurança citado. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, determinar a devolução dos autos ao Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro para cumprimento de decisão judicial, devendo estes ficarem sobrestados até o trânsito em julgado da ação judicial, ficando condicionada, assim, a inscrição do recorrido. Impedido de votar o Representante da OAB/Rio de Janeiro. Brasília, 29 de agosto de 2016. Felipe Sarmiento Cordeiro, Presidente. Luiz Saraiva Correla, Relator. RECURSO N. 49.0000.2016.006613-2/PCA. Recte: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Recdo: Leonardo Cabral de Barros. Relator: Conselheiro Federal Fernando Santana Rocha (BA). EMENTA N. 109/2016/PCA. Analista de Finanças e Controle da Controladoria Geral da União. Pedido de Inscrição na OAB/RJ. Consulta nº 49.0000.2014.011976-1/Órgão Especial. Declaração de incompatibi-



lidade. FATO NOVO. Decisão do Juiz da 2ª Vara Federal do Distrito Federal no Mandado de Segurança nº 100.4271.30.2015.4.01.3400, em caráter liminar, determinando ao Conselho Federal da OAB que mantivesse os registros dos filiados do Impetrante, bem como se abstivesse de indeferir, com fulcro na referida Consulta, a inscrição na Ordem dos Analistas de Finanças e Controle que a solicitarem. Devolução dos autos ao Conselho Seccional da OAB/RJ para cumprimento de decisão judicial, devendo os autos ficarem sobrestados até o trânsito em julgado da ação judicial, condicionada a inscrição do recorrido ao deslinde final do Mandado de Segurança citado. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, determinar a devolução dos autos ao Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro para cumprimento de decisão judicial, devendo estes ficarem sobrestados até o trânsito em julgado da ação judicial, ficando condicionada, assim, a inscrição do recorrido. Impedido de votar o Representante da OAB/Rio de Janeiro. Brasília, 29 de agosto de 2016. Felipe Sarmiento Cordeiro, Presidente. José Maurício Vasconcelos Coqueiro, Relator ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2016.006614-0/PCA. Recte: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Recdo: Sandro Zachariades Sabença, Relator: Conselheiro Federal Nilson Antônio Araújo dos Santos (TO). EMENTA N. 110/2016/PCA. Recurso. Negativa de inscrição no quadro da OAB. Analista de finanças e controle da CGU. Reconhecida incompatibilidade. Determinação de inscrição condicionada à decisão liminar e sentença monocrática. Pendência de Julgamento de apelação. Sobrestamento dos autos até o trânsito em julgado. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, determinar a devolução dos autos ao Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro para cumprimento de decisão judicial, devendo estes ficarem sobrestados até o trânsito em julgado da ação judicial, ficando condicionada, assim, a inscrição do recorrido. Impedido de votar o Representante da OAB/Rio de Janeiro. Brasília, 29 de agosto de 2016. Felipe Sarmiento Cordeiro, Presidente. Nilson Antônio Araújo dos Santos, Relator.

Brasília, 12 de setembro de 2016.  
FELIPE SARMENTO CORDEIRO  
Presidente da 1ª Câmara

#### DESPACHOS

RECURSO N. 49.0000.2016.005360-1/PCA. Recte: Rodrigo de Oliveira Gomes. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Norte. Relator: Conselheiro Federal Marcelo Augusto Teixeira de Brito Nobre (PA). DESPACHO: "Cuidam os autos de processo de inscrição nos quadros de estagiários da Seccional do Estado do Rio Grande do Norte. No curso de sua tramitação, foi constatado que o Recorrente possuía vínculo com o Tribunal de Justiça local, mediante contrato de estágio supervisionado, o que motivou o indeferimento do pedido, nos termos do artigo 28, IV do Estatuto da Advocacia, conforme decisão da competente Comissão de Seleção e Inscrição Estadual. O referido decisum foi mantido pelo Conselho Seccional, na forma do Acórdão de fls. 39. Em seguida, o Interessado apresentou petição de fls., nominando-a de recurso, em que demonstra a rescisão do contrato de estágio então mantido com o TJ/RN, bem ainda a sua vinculação à Caixa Econômica Federal, igualmente na condição de estagiário, postulando o deferimento de sua inscrição em razão desse fato superveniente. (...). Com efeito, no presente caso concreto, não há pretensão recursal a ser julgada neste Conselho Federal, existindo, apenas e tão somente, comunicação de alteração dos acontecimentos, cujos efeitos devem ser avaliados originariamente pelo Seccional do Rio Grande do Norte. Praticar qualquer ato neste Conselho Federal, no atual momento, além de ser ilógico, representaria nítida subversão da ordem processual, supressão de instância e violação ao Estatuto da Advocacia e a seu Regulamento Geral. Assim, determino o imediato retorno dos autos à Seccional de origem, a fim de que aprecie a matéria, com base no quadro fático atual, facultando ainda ao Interessado, a apresentação de novo pedido de inscrição, caso entenda pela inviabilidade de aproveitamento do processo existente" Brasília, 29 de agosto de 2016. Marcelo Augusto Teixeira de Brito Nobre, Relator. DESPACHO DO PRESIDENTE: "Acolho o despacho proferido pelo Relator às fls. 38/39, adotando os respectivos fundamentos, para determinar a devolução dos autos ao Conselho Seccional para apreciação do quadro fático atual do referido pedido de inscrição de estagiário. A Secretaria para as providências cabíveis. Publique-se. Intime-se". Brasília, 5 de setembro de 2016. Felipe Sarmiento Cordeiro, Presidente.

Brasília, 12 de setembro de 2016.  
FELIPE SARMENTO CORDEIRO  
Presidente da 1ª Câmara

#### ÓRGÃO ESPECIAL

##### SÚMULA

O Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, no uso das suas atribuições conferidas no art. 86 do Regulamento Geral da Lei n. 8.906/94, considerando o julgamento da Consulta n. 49.0000.2014.015255-0/OEP (Apenso1: Consulta n. 49.0000.2014.015256-8/OEP. Apenso2: Consulta n. 49.0000.2015.003361-8/OEP), decidiu, na Sessão Ordinária realizada no dia 6 de junho de 2016, editar a Súmula n. 07/2016/OEP, com o seguinte enunciado: "Processo de exclusão - instrução e julgamento. Compete exclusivamente ao Conselho Seccional a instrução e julgamento dos processos de exclusão, mediante a necessária manifestação favorável de dois terços dos seus membros (art. 38, parágrafo único, Lei n. 8.906/94)". Brasília, 6 de junho de 2016. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente. Sérgio Eduardo Fisher, Relator.

Brasília, 12 de setembro de 2016.  
LUÍS CLÁUDIO DA SILVA CHAVES  
Presidente do Órgão Especial

# UM MOSQUITO NÃO É MAIS FORTE QUE UM PAÍS INTEIRO.

Combata o mosquito periodicamente:



**Tampe os tonéis e caixas-d'água.**



**Mantenha as calhas sempre limpas.**



**Deixe garrafas sempre viradas.**



**Coloque areia nos vasos de plantas.**



**Retire sempre água dos pneus.**



**Mantenha a lixeira bem fechada.**





# Informações Oficiais